SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 03 de Setembro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3609

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
CISMEL - NCP | CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NCP

GABINETE DO PRESIDENTE
AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2026 N.° EDITAL 007/2026

Aviso de Licitação	
Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL-NCP	
Londrina, 02 de setembro de 2026.	
Processo Administrativo	**009/2026**
N.° Edital	**007/2026**
UASG	**926108**
Modalidade	**Pregão Eletrônico**
Objeto	**Registro de preços para eventual contratação de empresa especializada em decoração e iluminação temática comemorativa, mediante locação, transporte, instalação, manutenção, suporte técnico e desmontagem de enfeites, estruturas metálicas tridimensionais, elementos cenográficos, equipamentos interativos e serviços correlatos**
Valor máximo (12 meses)	**R$ 71.866.294,00**
Abertura/Lance	**21/09/2026 – às 09:00 – Horário de Brasília – Abertura e Lances**
Local da Disputa	**www.gov.br/compras/**
Informações	**https://cismel.pr.gov.br/**

Publicado por:
Ariana Beatriz Koslyk Pedroso
Código Identificador:B7175129

GABINETE DO PRESIDENTE
EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 006/2025

EXTRATO DO 1º APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTROS DE PREÇOS Nº 006/2025
Partes: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, SOLUÇÕES E MELHORIAS DO NORTE CENTRAL PARANAENSE – CISMEL/NPC e VIGENT CONSTRUÇÕES LTDA: Com fundamento no Processo Digital nº 148/2026, datado de 02/09/2026, acordam as partes, nos termos da lei n° 14.133/21, tornar expressos os procedimentos de identificação e documentação da Distância Média de Transporte – DMT e as regras de incidência, retenção e recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS nas contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços nº 006/2025. As demais condições estipuladas originalmente permanecem inalteradas. Data e assinaturas.

Publicado por:
Ariana Beatriz Koslyk Pedroso
Código Identificador:585F5AD9

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3548, 17 DE AGOSTO DE 2026

Promove progressão vertical do servidor público municipal Antonio Dirceu Barbon, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Leis Municipais nº 12.06/2005 e 204/2012,

RESOLVE:

Art. 1º. Enquadrar o servidor, de conformidade com a Lei Municipal nº 204/2012, a qual prevê a progressão vertical de um nível para outro, mediante cumprimento e comprovação da titulação exigida para cada nível, efetivada após a apresentação do título que comprova a habilitação de promoção, enquadrando a partir de 01 de agosto de 2026, o servidor abaixo especificado:

Nome	CPF	Cargo	Nível Ref. Vertical
Antonio Dirceu Barbon	053.098.609-40	Vigia	IV

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo ao dia 01 de agosto de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:C0BA529A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
DECRETO Nº 3557, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Promove progressão horizontal a servidora pública municipal que especifica, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base nas Leis Municipais n.º 12.06/2005 e 204/2012,

RESOLVE:

Art. 1º. Enquadrar a servidora pública municipal, de conformidade com as Leis Municipais n.º 12.06/2005 e 204/2012, a qual prevê a progressão horizontal de uma referência para outra pela avaliação de desempenho na tabela de vencimentos do plano de cargos, carreira e remuneração dos servidores públicos, a partir de 01 de setembro de 2026, a servidora que especifica:

Nome	CPF	Cargo	Nível Ref. Horizontal
Grazieli Noronha De Campos Borges	076.031.529-92	Zeladora	6

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir dia 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:35F58C83

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PORTARIA Nº 1877, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Concede prorrogação da licença maternidade a servidora pública municipal Franciane Blau, e dá outras providências.

Givanildo Trumi, Prefeito do Município de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei Municipal n° 278/2014,

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder prorrogação da licença maternidade por 60 (sessenta) dias, da servidora pública municipal **Franciane Blau**, portadora da carteira de identidade n° 13.110.998-9 -SSP-PR, inscrita CPF sob n° 080.448.969-61, ocupante do cargo de Técnico em Tributação, prorrogada a partir de 02 de setembro de 2026.

Art. 2° - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir de 02 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Boa Esperança do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte seis.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito

Registre-se; Publique-se;
Cumpra-se.

Publicado por:
Gezieli Brites de Miranda
Código Identificador:AFD32658

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO E REAJUSTE - ARP 180/2026

Ata de Registro de Preços 180/2025
Termo Aditivo de Prazo e Reajuste: 1/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 72/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: GRÁFICA ALTERNATIVA LTDA, ESTABELECIDA NA RUA PLÁTANO, Nº 1592, CENTRO NA CIDADE DE QUEDAS DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ.
Objeto: REGISTRO DE PREÇO para aquisição parcelada de material de comunicação visual, com a finalidade de atender as necessidades das secretarias municipais de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme especificado no anexo I - Termo de Referência.
Prazo de Vigência: 03/09/2026 à 03/03/2027.
Valor do reajuste: 4,44% (quatro vírgula quarenta e quatro por cento)
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 02 de setembro de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu,02 de setembro de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:5346254C

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

RATIFICAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 019/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2026

A Autoridade Competente do Município de **Boa Esperança do Iguaçu/PR**, no uso de suas atribuições legais, **RATIFICA** a contratação direta realizada por **Inexigibilidade de Licitação**, com fundamento no **art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, tendo em vista a instrução do processo, a justificativa da demanda, a necessidade de realização do serviço junto à concessionária/autorizada, a inviabilidade de competição em razão da exclusividade do fornecedor para a execução do objeto, a análise da proposta e a regularidade da documentação apresentada.

CONTRATANTE - Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças e componentes destinados à realização da **manutenção preventiva correspondente à 1ª revisão do ônibus Mercedes-Benz OF 1726L/59 Euro 6, placa NOV5077**, pertencente à frota municipal, conforme especificações e necessidades identificadas no orçamento apresentado, visando assegurar o adequado funcionamento, segurança e conservação do veículo.

CONTRATADA: INGÁ VEÍCULOS LTDA CNPJ: 01.994.951/0002-77.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: **R$ 8.526,17 (oito mil quinhentos e vinte e seis mil dezessete centavos).**

REGIME JURÍDICO: Lei Federal nº 14.133/2021.

FUNDAMENTO LEGAL (INEXIGIBILIDADE): Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CRITÉRIO DE SELEÇÃO DA PROPOSTA: Contratação direta por inexigibilidade de licitação, justificada pela inviabilidade de competição decorrente da necessidade de realização da revisão preventiva em concessionária/autorizada Mercedes-Benz, conforme especificações e procedimentos estabelecidos pelo fabricante, com utilização de peças originais e observância das condições necessárias à manutenção da garantia dos veículos. A seleção considera a compatibilidade do valor apresentado com os preços praticados para a adequação da proposta às necessidades da Administração.

DISPUTA ELETRÔNICA: Não se aplica, por se tratar de contratação direta por inexigibilidade de licitação, sem realização de disputa eletrônica, em razão da inviabilidade de competição devidamente caracterizada nos autos, nos termos do art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DIVULGAÇÃO: Publicação do extrato do contrato/instrumento equivalente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no site oficial do Município de São João, no prazo legal, conforme Lei nº 14.133/2021.

GIVANILDO TRUMI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:84FE1A9F

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CHAMAMENTO PUBLICO 5/2026 - ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA SORTEIO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO

ATA DE SESSÃO PÚBLICA PARA SORTEIO DA ORDEM DE CONTRATAÇÃO

REF: EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026.

Ata da sessão para sorteio da ordem de contratação, em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 05/2026.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto, do ano de dois mil e vinte e seis, às 09 (nove) horas, em sessão pública, sob a responsabilidade dos membros da Comissão Julgadora, Senhores Claudiomiro Cenci, Cristiane Adrieli Salomão e Silvio Alves da Rosa, reuniu-se a Comissão designada pelo Decreto 378/2025, para proceder ao sorteio da ordem de contratação, em atendimento ao Edital de Chamamento Público nº 05/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA OU PESSOA FÍSICA, DEVIDAMENTE INSCRITA PARA O FORNECIMENTO E APLICAÇÃO DE CAMA DE AVIÁRIO, DE CORTE/OU POSTURA, PRODUZIDA EM PROPRIEDADES RURAIS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR. Aberta a sessão, **foi dado início ao sorteio, de modo que se chegou à seguinte ordem da contratação:**

ITEM 01 - ADUBO ORGÂNICO IN NATURA APLICADO NA LAVOURA ATÉ ONDE O CAMINHÃO CHEGAR		
PESSOA FÍSICA/EMPRESA	**CPF/CNPJ**	**CLASSIFICAÇÃO**
DALMUTT TRANSPORTE LTDA	42.445.578/0001-00	1º sorteado
ARLETE GRADE	019.177.429-40	2º sorteado

Consoante o **Item 9.1 do Edital de Chamamento Público**, homologada a licitação pela autoridade competente e exauridos os prazos para recursos, a Secretaria convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar o Contrato (Anexo VI) através de Inexigibilidade de Licitação, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração. Nada mais havendo, a sessão deu-se por encerrada e a ata, que lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão Julgadora.

CLAUDIOMIRO CENCI –
Membro da Comissão Julgadora.

SILVIO ALVES DA ROSA –
Membro da Comissão Julgadora.

CRISTIANE ADRIELI SALOMÃO –
Membro da Comissão Julgadora.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:91238EB0

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90043/2026

Extrato Contrato do Pregão Eletrônico nº 90043/2026. AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TELEFONIA IP DESTINADOS ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CHOPINZINHO-PR. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Os produtos deverão ser entregues no Município de Chopinzinho – PR, parceladamente, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da NE, sem custo algum de frete, os endereços abaixo especificados os quais serão indicados nas Notas de Empenho emitidas pelas Secretaria Municipais. A Contratada terá o prazo de **até 10 (dez) dias**, contados a partir da emissão da NE, para a entrega dos produtos. Caso ocorra a necessidade da prorrogação deste período, a Contratada deverá informar o(a) Gestor(a) das Atas de Registro de Preços, e, estabelecer o prazo para entrega, sendo que poderá ser prorrogado por igual período. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de certificado de regularidade fiscal (CRF), e/ou documentos destinados a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para os licitantes sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Secretaria de Administração e Finanças: Gestão/Unidade: 03.01 - DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO Fonte de Recursos: 510 - Taxas - Exercício Poder de Polícia Programa de Trabalho: 0412200021.002 - Aquisição/Reposição de Equipamentos, Veículos e Imóveis do Depto de Administração e Compras Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Desdobrado: 2188 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO Nota de Empenho: Não se aplica. Infraestrutura Rural e Frotas: Gestão/Unidade: 05.01 DEPTO DE ESTRADAS RURAIS E FROTA MUNICIP Fonte de Recursos: 504 - Royalties e Outras Compensações Financeiras Não Previdenciárias – Exercício Corrente Programa de Trabalho: 2678200141.005 - Aquisição/Reposição de Equipamentos e Veículos Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Desdobrado: 2191 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO Nota de Empenho: Não se aplica Obras e Urbanismo: Gestão/Unidade: 04.02 - Depto de Manut Patrimonio Pub e Serv Urb Fonte de Recursos: 504 - Royalties e Outras Compensações Financeiras Não Previdenciárias - Exercício Corrente Programa de Trabalho: 1545200131.007 - Obras de Infraestrutura Urbana Elemento de Despesa:4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Desdobrado: 2193 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO Nota de Empenho: Não se aplica. Agricultura: Gestão/Unidade: 10.01 - DPTO DE AGRIC. DES. RURAL E PROD ANIMAL Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 2060800131.029 - Aquisição/Reposição de Máquinas, Equip. e Veículos Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Desdobrado: 2152 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO Nota de Empenho: Não se aplica. Assistência Social: Gestão/Unidade: 08.02 FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL – FMAS Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) 5934 - PROTEÇÃO SOCIAL BASICA SUAS – superavit Programa de Trabalho: 0824500081.035 -

Aquisição/Reposição de Máquinas, Equipamentos e Veículos da Assistência Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Desdobrado: 2150/2151 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO Nota de Empenho: Não se aplica. Desenvolvimento Econômico: Gestão/Unidade: 09.01 DEPTO INOV TEC CAPACIT, GER EMPR E RENDA Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres) Programa de Trabalho: 2369100151.034 – Aquisição de Imóveis, Equip. e Material permanente destinados ao Fomento da Ind., Com, e Serviços. Elemento de Despesa: 4.4.90.52- EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Desdobrado: 1834- APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO Nota de Empenho: Não se aplica Educação: Gestão/Unidade: 06.01 DEPTO DE GESTÃO DA ESTRUTURA DA EDUCAÇÃO Fonte de Recursos: 103 5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB Programa de Trabalho: 1212200031.010 -Aquisição/Reposição de Máquinas, Equipamentos e Veículos da SMECE Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE. Desdobrado: 2197 - APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO Nota de Empenho: Não se aplica. Saúde: Gestão/Unidade: 07.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Fonte de Recursos: 303 - Saúde / Percentual vinculado sobre a receita de impostos 500 - Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde Programa de Trabalho: 1030400071.024 - Aquisição/Reposição de Máquinas, Equipamentos e Veículos da Vigilância em Saúde Elemento de Despesa: 4.4.90.52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE Desdobrado: 2135/2138 – Máquinas, utensílios e equipamentos diversos Nota de Empenho: Não se aplica. Partes: Município de Chopinzinho e Contrato nº 256/2026 - UNENTEL SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA- Contratada, Valor Total do Contrato: R$ R$ 117.777,24 (cento e dezessete mil, setecentos e setenta e sete reais e vinte quatro centavos). Data da assinatura, Chopinzinho-PR, 31 de agosto de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:D1CEA9A1

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90043/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90043/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço - Compras nº 90043/2026, de 08/07/26, para Registro de Preços e após expirado o prazo recursal, eu ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total Estimado de Contratação – R$
UNENTEL SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	117.777,24

VALOR TOTAL	R$ 117.777,24

Que apresentou o Menor Preço para Registro.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração da Ata de Registro de Preços.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 31 de agosto de 2026

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich
Código Identificador:EE0112D0

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR 187/2026 - REFIS CHOPINZINHO 2026

LEI COMPLEMENTAR Nº 187, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

INSTITUI O PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS CHOPINZINHO 2026; DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS FISCAIS, INCLUSIVE ANISTIA E REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 008/2026, de autoria do Executivo, e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

CAPÍTULO I
DO PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO FISCAL – REFIS 2026
Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal de Chopinzinho - REFIS/2026, com a finalidade de promover a regularização de créditos tributários, bem como os não tributários e as multas formais respectivas, cujos vencimentos sejam até 27 de fevereiro de 2026, constituídos ou não, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não, inclusive os decorrentes de falta de recolhimento de valores retidos.
§ 1º Poderão aderir ao programa pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, inclusive aquelas que se encontrarem em recuperação judicial.
§ 2º O ingresso do contribuinte no programa possibilitará o regime especial de consolidação e parcelamento dos débitos tributários de que trata o caput deste artigo, observados os seguintes percentuais de desconto sobre multa e juros:

PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE MULTA E JUROS		
Formas de Pagamento	**Multa**	**Juros**
Até 03 parcelas	100%	100%
04 a 06 parcelas	90%	90%
07 a 12 parcelas	70%	70%
13 a 24 parcelas	60%	60%
25 a 36 parcelas	50%	50%

§ 3º Aos débitos não tributários de que trata o caput deste artigo aplicam-se os mesmos percentuais de desconto sobre multa e juros previstos no § 2º.
§ 4º O valor originário da parcela não poderá ser inferior a R$ 50,00 (cinquenta reais) para pessoa física e R$ 100,00 (cem reais) para pessoa jurídica.
§ 5º Os contribuintes com débitos já objeto de parcelamentos anteriores poderão aderir ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Chopinzinho 2026, observado o limite máximo de 36 (trinta e seis) parcelas, computando-se, para esse fim, as parcelas vencidas até a data da adesão.
§ 6º Tratando-se de débitos inscritos em dívida ativa, objeto de ação executiva, o pedido de parcelamento deverá ser instruído com o comprovante de pagamento das custas judiciais e dos honorários advocatícios, sendo que os honorários terão redução de 50% (cinquenta por cento), suspendendo-se a execução até a quitação do parcelamento.
§ 7º O vencimento do pagamento à vista será o dia da assinatura do Termo de REFIS.
§ 8º Para os contribuintes que optarem pelo parcelamento, o vencimento da primeira parcela será o dia da assinatura do Termo do REFIS e as demais parcelas nos meses subsequentes.
§ 9º O benefício previsto neste artigo não aproveita aos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou do terceiro em benefício daquele, bem como os fatos definidos como crime contra a ordem tributária.

§ 10. A opção pelo programa de que trata esta lei importa na manutenção dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias e penhoras realizadas nas ações de execução.
§ 11. Sobre o valor das parcelas incidirão juros de 1% (um por cento) ao mês, calculados sobre o saldo devedor de cada parcela, a partir da data da adesão ao programa.
Art. 2ºA adesão ao programa implica:
I - na confissão irrevogável e irretratável dos débitos fiscais;
II - na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como desistência dos já interpostos, relativamente à matéria cujo respectivo débito queira parcelar;
III - na ciência acerca dos executivos fiscais e respectivos valores, nas hipóteses de ações de execução fiscal pendentes;
IV - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas;
V - no compromisso de recolhimento dos respectivos tributos do exercício corrente.
Parágrafo Único: A adesão ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS Chopinzinho 2026 constitui confissão irrevogável e irretratável dos débitos abrangidos, interrompe a prescrição para sua cobrança e importa em reconhecimento expresso da liquidez e certeza do crédito tributário ou não tributário, na forma da legislação aplicável.
Art. 3ºO pedido de inclusão dos débitos no REFIS deverá ser firmado pelo próprio contribuinte ou seu representante legal na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, devendo estar instruído com:
a) documento de identificação pessoal com foto;
b) comprovante de pagamento das custas judiciais, municipais e honorários, no caso de execução fiscal;
c) cópia do contrato social ou estatuto, com as respectivas alterações que permitam identificar os responsáveis pela gestão da empresa;
d) instrumento de mandato.
§ 1º O contribuinte que possuir ação judicial em curso, na qual requer o restabelecimento de sua opção ou a sua reinclusão em outros parcelamentos, deverá, como condição para valer-se das prerrogativas desta lei, desistir da respectiva ação judicial ou administrativa e renunciar a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda a referida ação, protocolando requerimento de extinção do processo com resolução do mérito, no ato da adesão do parcelamento do REFIS.
§ 2º Além das condições previstas nos incisos do artigo 3º, quando se tratar de dívida ativa ajuizada, o contribuinte deverá apresentar o comprovante de pagamento dos respectivos honorários advocatícios de sucumbência para fazer jus à adesão ao programa.
Art. 4º Constitui causa para exclusão do contribuinte do REFIS - Chopinzinho 2026, com a consequente revogação do parcelamento:
I - o atraso no pagamento de 03 (três) parcelas consecutivas ou alternadas, relativas aos débitos abrangidos pelo Programa de Recuperação Fiscal;
II - o descumprimento dos termos da presente lei ou de qualquer intimação ou notificação efetuada no interesse de seu cumprimento;
III - a decretação da falência do sujeito passivo, quando pessoa jurídica;
IV - a cisão, fusão, incorporação ou transformação da pessoa jurídica, exceto se a nova sociedade ou a incorporadora permanecerem estabelecidas no Município e assumirem a responsabilidade solidária ou não do REFIS;
V - a prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a dirimir ou subtrair receita do contribuinte optante;
VI - deixar de apresentar, nos prazos legais, os documentos ou guias de informação e apuração exigidas pela legislação;
VII - deixar de recolher, nos prazos legais, o ISSQN normalmente apurado mensalmente, inclusive o retido, o IPTU anualmente, as Taxas e Contribuições, de acordo com suas exigências;
VIII - deixar de quitar, nos prazos fixados nas instâncias administrativas, os créditos tributários relativos a lançamentos julgados procedentes;
IX - cometer as infrações previstas na Lei nº 8.137/90, que define crimes contra a ordem tributária, apurada mediante procedimento administrativo ou judicial.
Parágrafo único. A exclusão das pessoas físicas e jurídicas do programa implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago e, se for o caso, automática execução do débito ou continuidade da dívida já ajuizada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.
Art. 5º Fica possibilitado ao contribuinte a adesão ao REFIS - Chopinzinho 2026 em relação aos eventuais débitos já parcelados anteriormente.
Art. 6º Os benefícios previstos nesta lei não implicam em direito adquirido para os contribuintes que já tenham quitado seus débitos com respectiva incidência de juros e multa, em datas anteriores a publicação desta lei.
Art. 7º O prazo para adesão ao REFIS Chopinzinho 2026 encerra-se em 31 de outubro de 2026.
Art. 8º Enquanto o contribuinte permanecer adimplente com o parcelamento, ser-lhe-á expedida Certidão Positiva com Efeitos de Negativa – CPEN, na forma da legislação tributária aplicável.

CAPÍTULO II
DA ANISTIA DAS MULTAS DA COVID-19

Art. 9º Ficam anistiados e remitidos de ofício, em sua totalidade, os créditos da Fazenda Municipal decorrentes de multas aplicadas com fundamento na Lei nº 3.876, de 11 de fevereiro de 2021.
§ 1º A anistia e remissão concedidas por este artigo abrangem os débitos inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou a ajuizar.
§ 2º Fica a Secretaria Municipal de Administração e Finanças autorizada a proceder à baixa definitiva dos débitos referidos neste artigo nos sistemas municipais, bem como a requerer a extinção das execuções fiscais eventualmente ajuizadas e o cancelamento dos protestos extrajudiciais, observada a legislação aplicável.

CAPÍTULO III
DA ANISTIA PROPORCIONAL DA TFL PARA FRIGORÍFICOS

Art. 10. Fica concedida anistia parcial e proporcional dos débitos referentes à Taxa de Fiscalização de Localização, de Instalação e de Funcionamento de Estabelecimento (TFL), lançados no exercício corrente, às pessoas jurídicas cuja atividade principal esteja enquadrada nos CNAEs previstos no § 1º deste artigo e que possuam estabelecimento com área construída de até 300 m² (trezentos metros quadrados).
§ 1º A anistia aplica-se exclusivamente aos contribuintes enquadrados nos seguintes códigos CNAE: 10.13-9/02, 10.11-2/01, 10.11-2/02, 10.11-2/03, 10.11-2/04, 10.12-1/01, 10.12-1/02, 10.12-1/03, 10.12-1/04 e 10.13-9/01 constantes na tabela do anexo III da Lei Complementar Municipal n. 50/2009.
§ 2º A anistia parcial corresponderá à diferença entre o valor originalmente lançado, correspondente a 60 (sessenta) UFM para indústrias de significativo impacto ambiental, e o valor proporcional previsto na tabela instituída pela Lei Complementar nº 185, de 18 de junho de 2026, para estabelecimentos com área construída de até 300 m², devidamente atualizado até a data do protocolo do pedido administrativo de revisão apresentado pelo contribuinte.
Art. 11. O prazo para pagamento do valor proporcional remanescente da TFL, apurado nos termos do art. 10, § 2º, será de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta Lei Complementar.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. O prazo para adesão ao REFIS poderá ser prorrogado, uma única vez, por decreto do Poder Executivo, por período não superior a 60 (sessenta) dias.
Art. 13. O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar a presente Lei Complementar no que for necessário para a sua fiel execução.
Art. 14. Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CHOPINZINHO/PR, 02 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:7FF44FD3

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO - 272/2026 - ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER

DECRETO Nº 272, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

ALTERA A COMPOSIÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER, NOMEANDO NOVA TITULAR PARA A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a alínea "e" do inciso II do Art. 1º do Decreto nº 469, de 07 de novembro de 2025, referente aos representantes da Procuradoria Geral do Município no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º .....
[...]
II – Entidades Governamentais:
[...]
e) Procuradoria Geral do Município;
***Titular:** Herica Gabriele Pasqualotto*
***Suplente:** Elaine Cristina Gambeta"*

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:09165425

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO - PGM
DECRETO 273/ 2026 - ALTERA O DECRETO Nº 324, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023, ALTERADO PELO DECRETO Nº 445, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025, PARA SUBSTITUIR A REPRESENTAÇÃO DO PROCON NO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – CMSBA

DECRETO Nº 273, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

ALTERA O DECRETO Nº 324, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023, ALTERADO PELO DECRETO Nº 445, DE 14 DE OUTUBRO DE 2025, PARA SUBSTITUIR A REPRESENTAÇÃO DO PROCON NO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – CMSBA.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º O inciso II, alínea "f", do Art. 1º do Decreto nº 324, de 30 de outubro de 2023, com a redação dada pelo Decreto nº 445, de 14 de outubro de 2025, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"**Art. 1º** .....
[...]
II – .....
[...]
***f)** PROCON (Defesa do Consumidor) – Herica Gabriele Pasqualotto (titular)."*

Art. 2º Permanecem inalterados os demais dispositivos constantes do Decreto nº 324, de 30 de outubro de 2023, e suas modificações posteriores.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Herica Gabriele Pasqualotto
Código Identificador:D77243D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 646 - 2026 - GESTOR E FISCAL DE TERMO DE PARCERIA - ASSOCIAÇÃO FARRACHO MISSIONEIRO 1ª RETIIFCAÇÃO

PORTARIA Nº 646/2026
1ª Retificação

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025 e, e tendo em vista a celebração de Termo de Parceria a ser firmado entre o Município de Chopinzinho e a Associação Grupo Tradicionalista Farrancho Missioneiro,

RESOLVE:
Art. 1º Instituir a Comissão de Monitoramento e Avaliação, responsável por acompanhar, fiscalizar, controlar, supervisionar e avaliar o cumprimento do objeto do Termo de Parceria que será celebrado com a Associação Grupo Tradicionalista Farrancho Missioneiro, composta pelos seguintes servidores:
– Cassia Tres;
– Mariane Aparecida Feltraco;
– Simone Biava.
Art. 2º Designar o servidor ~~**PEDRO REINALDO DE OLIVEIRA**~~ **SIMONE BIAVA** para atuar como Gestor e os servidores **RAFAEL NASCIMENTO** e **MARIA BERNADETE WECHEL** para atuarem como fiscal titular e fiscal substituto, respectivamente, do Termo de Parceria, estabelecendo-se as seguintes atribuições:
I – Ao Gestor compete:
a) acompanhar a execução do Termo de Parceria;
b) controlar o andamento das atividades e a conformidade dos resultados;
c) supervisionar o desempenho global da parceria;
d) comunicar formalmente eventuais irregularidades;
e) adotar as providências necessárias para a fiel execução do ajuste.
II – Aos Fiscais compete:
a) fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela entidade parceira;
b) avaliar a execução física e operacional das atividades previstas;
c) registrar e reportar ao Gestor quaisquer desconformidades observadas;
d) subsidiar o Gestor com informações técnicas para as medidas corretivas necessárias.

Art. 2º Os designados deverão desempenhar suas funções em conformidade com a legislação aplicável e as orientações administrativas pertinentes, zelando pela proteção do interesse público.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 02 DE SETEMBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:4DB9C20B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 20/2026

RESOLUÇÃO Nº 20/2026

Súmula: Aprovação do Protocolo municipal de elegibilidade para inserção, acompanhamento e retirada de implante hormonal subdérmico.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Chopinzinho, em sua **Centésima Quinquagésima Oitava Reunião**, realizada no dia 28 de julho de 2026, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 3.348/2014 de 03 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 4.138/2014 de 13 de agosto de 2025 e Decreto nº 218 de 13 de julho de 2026;

Resolve:

1. Aprovar o Protocolo municipal de elegibilidade para inserção, acompanhamento e retirada de implante hormonal subdérmico liberador de etonogestrel 68mg (IMPLANON).

Chopinzinho/PR, 28 de julho de 2026.

MAURICIO NELSON GRANDO
Presidente do CMS de Chopinzinho

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária Municipal de Saúde

Homologada a Resolução CMS nº 20, de 28 de julho de 2026.

Publicado por:
Lidiane Fortes
Código Identificador:200E13AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 21/2026

RESOLUÇÃO Nº 21/2026

Súmula: Aprovação da Equipe Multidisciplinar.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Chopinzinho, em sua **Centésima Quinquagésima Oitava Reunião**, realizada no dia 28 de julho de 2026, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 3.348/2014 de 03 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 4.138/2014 de 13 de agosto de 2025 e Decreto nº 218 de 13 de julho de 2026;

Resolve:

1. Aprovar a composição da Equipe Multidisciplinar para Atendimento e Acompanhamento de Pessoas com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade – TDAH e Transtorno do Espectro Autista – TEA, destinada a atuar de forma integrada, interdisciplinar e articulada nas ações e serviços de saúde do Município de Chopinzinho.
2. A Equipe Multidisciplinar será composta pelos seguintes profissionais:
I – Ana Bárbara Crestani – Fisioterapeuta;
II – Brunelli Balico Pan – Fonoaudióloga;
III – Edicleia Fátima Miranda Damski – Professora;
IV – Edielke Maisa Pessetti – Psicóloga;
V – Eliana Piaia – Assistente Social;
VI – Elza Chicora – Auxiliar Administrativa;
VII – Elsa Sabrina Oliveira Paula – Técnica de Enfermagem;
VIII – Patricia Zanesco – Neuropsicóloga e Coordenadora;
IX – Viviane da Costa – Assistente Social.

Chopinzinho/PR, 28 de julho de 2026.

MAURICIO NELSON GRANDO
Presidente do CMS de Chopinzinho

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária Municipal de Saúde

Homologada a Resolução CMS nº 21, de 28 de julho de 2026.

Publicado por:
Lidiane Fortes
Código Identificador:4C9ADF61

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 22/2026

RESOLUÇÃO Nº 22/2026

Súmula: Aprovação da alteração de tipologia de Equipe de Saúde da Família (eSF) para Equipe de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR).

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Chopinzinho, em sua **Centésima Quinquagésima Oitava Reunião**, realizada no dia 28 de julho de 2026, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 3.348/2014 de 03 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 4.138/2014 de 13 de agosto de 2025 e Decreto nº 218 de 13 de julho de 2026;

Resolve:

1. Aprovar a alteração da tipologia da Equipe de Saúde da Família (eSF) para Equipe de Saúde da Família Ribeirinha (eSFR), conforme Solicitação nº TIPO.2026.000000518, tendo como especificação do território de atendimento da equipe ribeirinha os Territórios Fluviais – Rios, em conformidade com as características territoriais e as necessidades da população atendida.

Chopinzinho/PR, 28 de julho de 2026.

MAURICIO NELSON GRANDO
Presidente do CMS de Chopinzinho

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária Municipal de Saúde

Homologada a Resolução CMS nº 22, de 28 de julho de 2026.

Publicado por:
Lidiane Fortes
Código Identificador:4543DFC0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 23/2026

RESOLUÇÃO Nº 23/2026

Súmula: Dispõe sobre os critérios de dispensação da Farmácia Especial e a atualização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME 2026, no âmbito do Município de Chopinzinho.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Chopinzinho, em sua **Centésima Quinquagésima Oitava Reunião**, realizada no dia 28 de julho de 2026, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 3.348/2014 de 03 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 4.138/2014 de 13 de agosto de 2025 e Decreto nº 218 de 13 de julho de 2026;

Resolve:

1. Aprovar os critérios de dispensação de medicamentos da Farmácia Especial, bem como a atualização da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME 2026, conforme documento apresentado, visando à padronização dos procedimentos de dispensação e à garantia do acesso adequado aos medicamentos essenciais no âmbito da Rede Municipal de Saúde.

Chopinzinho/PR, 28 de julho de 2026.

MAURICIO NELSON GRANDO
Presidente do CMS de Chopinzinho

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária Municipal de Saúde

Homologada a Resolução CMS nº 23, de 28 de julho de 2026.

Publicado por:
Lidiane Fortes
Código Identificador:4C9D884D

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 24/2026

RESOLUÇÃO Nº 24/2026

Súmula: Aprovação do Plano de Trabalho da Associação Solidária aos Autistas do Sudoeste do Paraná – ASAS do Paraná.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Chopinzinho, em sua **Centésima Quinquagésima Nona Reunião**, realizada no dia 02 de setembro de 2026, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 3.348/2014 de 03 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 4.138/2014 de 13 de agosto de 2025, Decreto nº 218 de 13 de julho de 2026 e Decreto nº 249 de 03 de agosto de 2026;

Resolve:

1. Aprovar o Plano de Trabalho da Associação Solidária aos Autistas do Sudoeste do Paraná – ASAS do Paraná, que visa à celebração e a formalização de parceria com a entidade, para repasse do valor R$ 185.924,40 (cento e oitenta e cinco mil, novecentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos), conforme cronograma de desembolso financeiro.

Chopinzinho/PR, 02 de setembro de 2026.

MAURICIO NELSON GRANDO
Presidente do CMS de Chopinzinho

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária Municipal de Saúde

Homologada a Resolução CMS nº 24, de 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Lidiane Fortes
Código Identificador:6969AA18

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 25/2026

RESOLUÇÃO Nº 25/2026

Súmula: Aprovação do Plano de Trabalho da APAE Chopinzinho.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Chopinzinho, em sua **Centésima Quinquagésima Nona Reunião**, realizada no dia 02 de setembro de 2026, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 3.348/2014 de 03 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 4.138/2014 de 13 de agosto de 2025, Decreto nº 218 de 13 de julho de 2026 e Decreto nº 249 de 03 de agosto de 2026;

Resolve:

1. Aprovar o Plano de Trabalho da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE de Chopinzinho, que visa à celebração e a formalização de parceria com a entidade, para repasse do valor R$ 76.762,20 (setenta e seis mil, setecentos e sessenta e dois reais e vinte centavos), conforme cronograma de desembolso financeiro.

Chopinzinho/PR, 02 de setembro de 2026.

MAURICIO NELSON GRANDO
Presidente do CMS de Chopinzinho

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária Municipal de Saúde

Homologada a Resolução CMS nº 25, de 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Lidiane Fortes
Código Identificador:DA0039EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 26/2026

RESOLUÇÃO Nº 26/2026

Súmula: Aprovação do Plano de Trabalho da Associação Missão Vida Nova.

O Plenário do Conselho Municipal de Saúde de Chopinzinho, em sua **Centésima Quinquagésima Nona Reunião**, realizada no dia 02 de setembro de 2026, e no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 3.348/2014 de 03 de novembro de 2014, Lei Municipal nº 4.138/2014 de 13 de agosto de 2025, Decreto nº 218 de 13 de julho de 2026 e Decreto nº 249 de 03 de agosto de 2026;

Resolve:

1. Aprovar o Plano de Trabalho da Associação Missão Vida Nova de Chopinzinho, que visa à celebração e a formalização de parceria com a entidade, para repasse do valor R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), conforme cronograma de desembolso financeiro.

Chopinzinho/PR, 02 de setembro de 2026.

MAURICIO NELSON GRANDO
Presidente do CMS de Chopinzinho

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária Municipal de Saúde

Homologada a Resolução CMS nº 26, de 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Lidiane Fortes
Código Identificador:84752B12

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 61/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 19/2026

MENOR PREÇO POR LOTE

O Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, em conformidade com Art. 75, Inciso II e Parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a Contratação de empresa para prestação de serviços de seguros para veículos tipo Pick-up, destinado ao atendimento da Secretaria Municipal de Administração, incluindo coberturas contra danos a terceiros, danos próprios, furto ou roubo e assistência 24 horas, conforme anexo I, parte integrante do processo administrativo.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 08/09/2026 às 08h00min (oito horas).

Os interessados deverão se inscrever realizando o devido credenciamento junto à BNC - Bolsa Nacional de Compras; telefone: (42) 3026-4550; e-mail: contato@bnc.org.br; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento.

O Edital e seus anexos estão disponíveis no site do Município www.corumbataidosul.pr.gov.br(portal da transparência) ou obtidos através de solicitação ao e-mail licitacao@corumbataidosul.pr.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas no setor de licitação da Prefeitura Municipal.

CORUMBATAÍ DO SUL – PR, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:FDDBC936

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 25/2026 – ID 2893

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.

CONTRATADA: FORZA MÁQUINAS AGRICOLAS E CONSTRUÇÃO LTDA.

OBJETO: Aquisição de uma Retroesvadeira, nova, zero hora, por adesão à Ata de Registro de Preços nº 180/2026, referente ao Pregão Eletrônico Registro de Preços n° 03/2026, realizado pelo CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO NORDESTE – CIRENOR, junto a empresa FORZA MÁQUINAS AGRICOLAS E CONSTRUÇÃO LTDA pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ sob o n° 11.492.141/0020-58, situada na Rua Frederico Mentz, n° 1017, bairro Navegantes, cep.: 90.240-110 – Porto Alegre – Rs, com recursos provenientes do convênio nº 172/2025 (SEAB).

VALOR: R$ 369.999,00 (trezentos e sessenta e nove mil novecentos e noventa e nove reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Red. 405 - 11.001.20.608.0012.2.045.4.4.90.52.00.00. Fonte: 01000

PRAZO DE ENTREGA: 90 (noventa) dias.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

LICITAÇÃO: Processo Administrativo nº 60/2026 – Inexigibilidade nº 12/2026.

LEGISLAÇÃO: Artigos 74, Inciso IV, 82, § 6º e 86, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações.

FÓRUM: Comarca de Barbosa Ferraz – Pr.

Paço Municipal, 02 de Setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:202E04C1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026 COMUNICADO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2026

Com base nas informações constantes no PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2026, e ante as justificativas, que se embasou no Artigo 75 Inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021, o Prefeito Municipal resolve dispensar a exigência de licitação Contratação de empresa para o fornecimento futuros e eventuais de materiais esportivos destinados às atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, no valor total de R$ 38.445,48 (trinta e oito mil, quatrocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e oito centavos, sendo R$ 5.795,88 (cinco mil, setecentos e noventa e cinco reais e oitenta e oito centavos), junto à empresa 58.552135 CLAUDICEIA HENRIQUE DE SOUZA DEL ANTONI com sede na cidade de CORUMBATAÍ DO SUL - PR, R$ 7.180,00 (sete mil, cento e oitenta reais), junto à empresa RAYANE MODAS LTDA com sede na cidade de CORUMBATAÍ DO SUL - PR e 25.469,60 (vinte e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos), junto à empresa SUPREMA PLUS SUPERMERCADO, com sede na cidade de CORUMBATAÍ DO SUL - PR.

Paço Municipal, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:683486AF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº1143/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.143,
DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC no Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL/PR,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º. Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil – FUMPDEC, de natureza contábil e financeira, vinculado ao Poder Executivo Municipal, por intermédio da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), em conformidade com a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
§1º O Fundo constitui instrumento de captação e aplicação de recursos financeiros destinados às ações de proteção e defesa civil no Município;
§2º O FUMPDEC terá duração por prazo indeterminado;
Art. 2º. O FUMPDEC tem por finalidade financiar ações de:
I – prevenção, projetos e ações voltados à redução de riscos de desastres de desastres;
II – mitigação de riscos;
III – preparação para emergências;
IV – resposta a desastres;
V – assistência às populações atingidas;
VI – recuperação de áreas afetadas;
VII – aquisição de equipamentos, materiais e estrutura necessários às atividades de proteção e defesa civil;
VIII - capacitação de agentes e voluntários de defesa civil.
Art. 3º. Constituem receitas do FUMPDEC:
I – dotações consignadas no orçamento do Município;
II – créditos adicionais;
III – transferências da União;
IV – transferências do Estado;
V – transferências provenientes de fundos de natureza similar;
VI – transferências realizadas na modalidade **fundo a fundo** provenientes do Estado ou da União;
VII – auxílios, subvenções, contribuições e doações de pessoas físicas ou jurídicas;

VIII – rendimentos provenientes de aplicações financeiras;
IX – créditos extraordinários abertos em decorrência de situação de emergência (SE) ou calamidade pública (ECP);
X – outros recursos que lhe forem legalmente destinados.
Parágrafo único. Os recursos do FUMPDEC **não substituem as dotações orçamentárias próprias do Município destinadas às ações de proteção e defesa civil**.
Art. 4º. Os recursos do FUMPDEC serão depositados e movimentados em conta bancária específica, como unidade específica.
§1º Os recursos do Fundo serão movimentados em **conta bancária específica junto a instituição financeira Banco do Brasil**.
§2º A contabilidade do Fundo será realizada pelo setor competente da administração municipal.
§3º O saldo financeiro apurado ao final de cada exercício será transferido para o exercício seguinte.
Art. 5º. O FUMPDEC será administrado pelo **Poder Executivo Municipal**, por intermédio da **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil**.
§1º A gestão do Fundo observará a seguinte estrutura:
I – **gestão política**, exercida pelo Prefeito Municipal;
II – **gestão financeira**, realizada pela Secretaria Municipal responsável pela contabilidade e finanças;
III – **gestão operacional**, exercida pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.
§2º A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil será responsável por:
I – propor ações financiadas pelo Fundo;
II – executar ações emergenciais;
III – elaborar relatórios de execução;
IV – acompanhar os resultados das ações realizadas.
Art. 6º. Os recursos do FUMPDEC serão acompanhados por **Conselho Diretor**.
§1º O Conselho Diretor será composto por representantes de:
I – Gabinete do Prefeito;
II – Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil;
III – Secretaria Municipal de Assistência Social;
IV – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente e Turismo;
V – Secretaria de Mobilidade, Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos Urbano;
VI - Secretaria de Transporte, Obras, Infraestrutura e Serviços Públicos Rurais.
§2º A participação no Conselho Diretor será considerada **serviço público relevante e não remunerado**.
§3º A composição, funcionamento e atribuições do Conselho poderão ser regulamentados por ato do Poder Executivo.
§4º Compete ao Conselho Diretor:
I – acompanhar a aplicação dos recursos do Fundo;
II – estabelecer critérios de priorização das ações;
III – fiscalizar a execução das ações financiadas;
IV – analisar relatórios de execução financeira.
Parágrafo único. O Conselho Diretor tem a atribuição de estabelecer critérios de priorização, buscando em situações de **Emergência ou Calamidade Pública homologadas**, o rito de aplicação dos recursos será **simplificado e sumário**, para garantir a agilidade prevista na justificativa.
Art. 7º. Na aplicação dos recursos do Fundo o Município deverá:
I – executar ações de proteção e defesa civil;
II – atender populações atingidas por desastres;
III – promover a identificação e cadastro das famílias afetadas, quando necessário;
IV – manter registros administrativos, financeiros e operacionais das ações executadas.
Art. 8º. A aplicação dos recursos do FUMPDEC estará sujeita à prestação de contas aos órgãos de controle competentes, observadas as normas da legislação financeira e de responsabilidade fiscal.
Art. 9º. Em caso de dissolução ou encerramento do FUMPDEC, seus recursos serão incorporados ao patrimônio do Município e aplicados em ações de proteção e defesa civil.
Art. 10. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no que couber.
Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Corumbataí do Sul/PR, de 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Aparecido Israel
Código Identificador:C8D53E62

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº1144/2026

LEI MUNICIPAL Nº 1.144,
DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza a desafetação de bem público de uso comum do povo, a unificação de áreas e a destinação de imóvel para implantação de clínica pública de fisioterapia, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBATAÍ DO SUL/PR,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciono a seguinte **LEI**:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar o trecho de 300,00 m² (trezentos metros quadrados) da Avenida Xavante junto ao Registro de Imóveis da Comarca de Barbosa Ferraz/PR, conforme memorial descritivo em anexo, que deixa de integrar a categoria de bem de uso comum do povo, passando à categoria de bem dominical.
Parágrafo único — A desafetação de que trata o caput decorre da abertura e do realinhamento do sistema viário, que torna desnecessária a permanência do referido trecho como logradouro público.
Art. 2º — Fica autorizada a unificação do trecho desafetado de 300,00 m² com o terreno público municipal adjacente, formando um único imóvel, cuja matrícula unificada será aberta no Registro de Imóveis competente.
Art. 3º — O imóvel resultante da unificação de que trata o art. 2º fica destinado à implantação de clínica pública de fisioterapia, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 4º — As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.
Art. 5º — Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corumbataí do Sul/PR, de 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Aparecido Israel
Código Identificador:F1BF4A7D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6591-2026

DECRETO Nº 6591/2026

Dispõe sobre a alteração da denominação do cargo em comissão ocupado pela servidora GIZELI DIENI GESSER GONÇALVES, em adequação à Lei Municipal nº 1.697/2026, e dá outras providências.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal, e

CONSIDERANDO a edição e publicação da Lei Municipal nº 1.697, de 18 de agosto de 2026, que alterou a Lei Municipal nº 1.619/2025, reorganizando a estrutura de cargos da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa;

CONSIDERANDO a alteração da nomenclatura da unidade administrativa e do respectivo cargo, que passou a denominar-se

"Diretoria de Vigilância Socioassistencial", nos termos do art. 1º (que deu nova redação ao inciso I do art. 23 da Lei Municipal nº 1.619/2025) e do art. 2º (que inseriu o art. 24-A à referida Lei);

CONSIDERANDO a necessidade de adequação formal do ato de nomeação veiculado pelo Decreto Municipal nº 6.306, de 14 de novembro de 2025, para fazer constar a nova denominação do cargo em comissão.

DECRETA:

Art. 1º Fica alterada a denominação do Cargo em Comissão exercido pela servidora **GIZELI DIENI GESSER GONÇALVES**, portadora do RG nº 10.154.***-*, inscrita no CPF sob o nº ***.027.769-**, nomeada originariamente por meio do Decreto Municipal nº 6.306/2025, de "Diretora de Ações Socioassistenciais" para "Diretora de Vigilância Socioassistencial", símbolo CCe 5, vinculado à estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Pessoa Idosa.

Art. 2º Ficam mantidas e ratificadas todas as demais condições e disposições constantes do Decreto Municipal nº 6.306/2025 que não conflitarem com o presente Decreto e com a Lei Municipal nº 1.697/2026.

Art. 3º O setor de Recursos Humanos adotará as providências necessárias para a atualização dos prontuários, registros funcionais e folha de pagamento.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos funcionais e administrativos à data de vigência da Lei Municipal nº 1.697/2026 (19 de agosto de 2026).
Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e assinado digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:F73A8F9A

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
DECRETO 6592-2026

DECRETO Nº 6592/2026

Exonera a pedido o servidor Francisco de Assis Brasil dos Reis.

Jean Carlos Cardoso, Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado a pedido o servidor **FRANCISCO DE ASSIS BRASIL DOS REIS**, portador do CPF: *****.649.499-****, ocupante do Cargo em Comissão de Assessor Setorial, vinculado ao Departamento de Serviços, nomeado através do Decreto nº **6300/2025** de **14/11/2025**, a partir do dia **01** de **setembro** de **2026**.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:44594C47

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8084-2026

PORTARIA Nº 8084/2026

Revoga a Portaria nº 7981/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7521/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7981/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7521/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou a servidora **MARIA MARTA ROCHA DA SILVA**, portadora do RG nº 10.033.*-**, nomeada pelo Decreto nº 2.876/2012, cargo Secretária, para responder interinamente pelo Cargo em Comissão de Coordenadora do Sistema de Controle Interno, FCe 4, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7521/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente
JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente
VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:716FC0C7

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8085-2026

PORTARIA Nº 8085/2026

Revoga a Portaria nº 7990/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7524/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7990/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7524/2025, de 14 de novembro de 2025, que concedeu a servidora **MARGARETE INÊS CAPPELLESSO VIGANÓ**, portadora do RG nº 6.062.***-**, nomeada através do Decreto nº **538/1998** de **21/05/1998** e Decreto nº **949/2002** de **02/05/2002**, cargo Professora para responder interinamente pelo Cargo em Comissão de **Coordenadora Geral de Educação**, FCe 4, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7524/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:4CF854D1

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8086-2026

PORTARIA Nº 8086/2026

Revoga a Portaria nº 7985/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7525/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7985/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7525/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou a servidora **EDENILCE APARECIDA SCHLLEMER DE GODOY**, portadora do RG:8.562.***-*, nomeada através do Decreto nº 3702/2016 de 16/11/2016, cargo Oficial Administrativo para responder interinamente pelo Cargo em Comissão de Diretora de Recursos Humanos, FCe 5, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7525/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:C9D63ADC

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8087-2026

PORTARIA Nº 8087/2026

Revoga a Portaria nº 7983/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7531/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7983/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7531/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou a servidora **CARIM NAIARA SAVIGHAGO**, portadora do RG:9.891.***-*, nomeada através do Decreto nº 2877/2012 de 04/06/2012, cargo Secretária para responder pelo Cargo em Comissão de Chefe do Departamento de Cultura, FCe 6, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7531/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e assinado digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:75FBD3CC

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8088-2026

PORTARIA Nº 8088/2026

Revoga a Portaria nº 7981/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7534/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7981/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7534/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou a servidora **ANDRESSA DA ROSA**, portadora do RG:10.294.***-*, nomeada através do Decreto nº 5640/2024 de 25/03/2024, cargo Oficial Administrativo para responder pela função gratificada de Chefe do Departamento de Programas Habitacionais - FCe 6, vinculada à Secretaria de Planejamento e Ações Estratégicas, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7534/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:9E833E40

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8089-2026

PORTARIA Nº 8089/2026

Revoga a Portaria nº 7989/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7559/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7989/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7559/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou a servidora **GRASIELE FILIPIAK**, portadora do RG:9.950.***-*, nomeada através do Decreto nº 5385/2023 de 18/07/2023, função Professora para responder pela função gratificada de Diretora de Ensino Fundamental - FCe 5, vinculada à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7559/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:16E367B1

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8090-2026

PORTARIA Nº 8090/2026

Revoga a Portaria nº 7986/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7560/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7986/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7560/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou a servidora **ELIANE TATSCH GUGLIELMELLO**, portadora do RG:10.618.***-*, nomeada através do Decreto nº 3094/2013 de 16/04/2013 e Decreto nº 5388/2023 de 19/07/2023, função Professora para responder pela função gratificada de Diretora de Educação Infantil - FCe 5, vinculada à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7560/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:6164F696

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8091-2026

PORTARIA Nº 8091/2026

Revoga a Portaria nº 7987/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7526/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7987/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7526/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou o servidor **EMERSOM JOSÉ TEODORO**, portador do RG:10.415.***-*, nomeado através do Decreto nº 2797/2012 de 07/03/2012, cargo Operário para responder pela função gratificada de Diretor de Urbanismo, FCe 5, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7526/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:6F145DF0

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8092-2026

PORTARIA Nº 8092/2026

Revoga a Portaria nº 7988/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7532/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7988/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7532/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou o servidor **GILMAR GHIZZI**, portador do RG:6.235.***-*, nomeado através do Decreto nº 2614/2011 de 01/04/2011, cargo Motorista para responder pela função gratificada de Diretor de Almoxarifado e Suprimentos - FCe 5, vinculado à Secretaria de Finanças e Controle, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7532/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se E
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas E Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:0ADA0A29

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8093-2026

PORTARIA Nº 8093/2026

Revoga a Portaria nº 7984/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7533/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7984/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7533/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou o servidor **CRISTIANO SANTOS**, portador do RG:14.049.***-*, nomeado através do Decreto nº 5645/2024 de 01/04/2024, cargo Oficial Administrativo para responder pela função gratificada de Assessor Setor Operacional de Compras - FCe 7, vinculado à Secretaria de Finanças e Controle, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7533/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:770812D4

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8094-2026

PORTARIA Nº 8094/2026

Revoga a Portaria nº 7980/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7535/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7980/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7535/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou o servidor **ADAIR VALENDORFF**, portador do RG:6.280.***-*, nomeado através do Decreto nº 5571/2024 de 06/02/2024, cargo Operador de Máquina Pesada para responder pela função gratificada de Diretor de Agricultura e Pecuária, FCe 5, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7535/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:8260FAED

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
PORTARIA 8095-2026

PORTARIA Nº 8095/2026

Revoga a Portaria nº 7993/2026 e restabelece os efeitos da Portaria nº 7549/2025, a partir de 1º de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas no inciso VIII do art. 68 da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.619/2025,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada, integralmente, a Portaria nº 7993/2026.

Art. 2º Ficam restabelecidos, a partir de 1º de setembro de 2026, os efeitos dos dispositivos da Portaria nº 7549/2025, de 14 de novembro de 2025, que designou o servidor **PEDRO RODRIGUES LISBOA**, portador do RG:6.586.***-*, nomeado através do Decreto nº 5363/2023 de 03/07/2023, cargo Fiscal para responder pela função gratificada de Chefe do Departamento de Vigilância Sanitária - FCe 6, vinculado à Secretaria de Saúde, com os efeitos funcionais e financeiros correspondentes, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Permanecem ratificados os demais dispositivos da Portaria nº 7549/2025 que não forem incompatíveis com esta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

Datado e Assinado Digitalmente

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se e
Cumpra-se.

Datado e Assinado Digitalmente

VILMAR POSSATO DUARTE
Assessor de Políticas Públicas e Responsável Pela Secretaria de Administração

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:2202C68B

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
TERMO DE CONCESSÃO

ADITIVO AO TERMO DE CONCESSÃO RESPONSABILIDADE DE USO DE BEM PÚBLICO "TÍTULO PRECÁRIO"

Contrato que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU –** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: 95. 589.230/0001-44, com sede à Av. 13 de Maio, 906 - Cruzeiro do Iguaçu - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JEAN CARLOS CARDOSO,** brasileiro, casado - RG:**7**.889.518-7/PR - CPF: 034.526.049-00**,** residente e domiciliado neste Município de Cruzeiro do Iguaçu – Paraná, a seguir denominado **CONCEDENTE** e de outro lado **POUSADA MENDES & BERTOL LTDA**, constante do CNPJ 21.809.303/0001-20, com sede na Vila Foz do Chopim, S/N – Prainha – Cruzeiro do Iguaçu – PR, neste ato representada pelo Sr. **JAIR MENDES**, portador do RG 5.747.666-4 SSP/PR, CPF: 913.857.419-53, doravante denominado simplesmente CONCESSIONÁRIO, FORMALIZAM o presente CONTRATO DE CONCESSÃO DE USO DE BEM PÚBLICO, que foi procedido de autorização legislativa pela Lei Municipal nº 1700/2026 de 26/08/2026, em consonância com os dispositivos legais constante.

CLÁUSULA PRIMEIRA – **DO OBJETO:**
O Município de Cruzeiro do Iguaçu fica autorizado alterar a concessão de uso, com encargos, sendo que da área de terras passará de **731,50m²** para área de **1.341,13m²** (um mil, trezentos e quarenta e um metros e treze decímetros quadrados), encravada no Lote nº 36-R1 da Gleba nº 47-FB, constante da matrícula nº R-1-M - 30.241, de propriedade desta Municipalidade, objeto constante na Lei Municipal nº 1.078/2015, de 07/07/2015."

CLÁUSULA SEGUNDA: A presente prorrogação, da concessão de uso que trata a presente lei permanece condicionada a utilização da área cedida exclusivamente para a prestação de serviços de locação/hospedagem, ficando estabelecido o prazo de 03 anos a contar da publicação desta lei para a construção de mais três chalés e 05 anos para a construção de mais cinco chalés, estes remanescentes ainda da concessão de origem, sobe pena de reversão do imóvel, bem como perca das edificações efetuadas sobre a referida área.

CLÁUSULA TERCEIRA: A Concessão de Uso terá o prazo de vigência de 10 (dez) anos, contados da data de 27/08/2026, podendo ser prorrogado pelo mesmo período conforme interesse público.

Parágrafo único – Ao final do prazo fixado neste artigo e cumprido as exigências estabelecidas nesta Lei e no Termo de Concessão de Uso, a empresa beneficiária restituirá ao Município de Cruzeiro do Iguaçu as edificações da forma em que se encontra, tanto no que diz respeito as edificações, instalações e móveis, sob pena de incorrer em indenização à concedente, no valor correspondente ao que deixar de entregar.

CLÁUSULA QUARTA – FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de DOIS VIZINHOS/PARANÁ, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Cruzeiro do Iguaçu, 01 de setembro de 2026.

Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR
JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Pousada Mendes & Bertol LTDA
JAIR MENDES
Concessionária

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:F62E6690

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
TERMO DE CONCESSÃO

TERMO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BENS MÓVEIS

Contrato que entre si celebram de um lado o **MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU –** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ: 95. 589.230/0001-44, com sede à Av. 13 de Maio, 906 - Cruzeiro do Iguaçu - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **JEAN CARLOS CARDOSO,** brasileiro, casado - RG:**7**.889.518-7/PR - CPF: 034.526.049-00**,** residente e domiciliado neste Município de Cruzeiro do Iguaçu – Paraná, a seguir denominado **CONCEDENTE** e de outro lado à empresa **62.918.799 JEAN CARLA BROBOWSKI DA SILVA**, inscrita no MF/CNPJ sob nº 62.918.799/0001-57, estabelecida na Rodovia PR-473, S/Nº, Complemento Stand Trailer, Foz do Chopim, Zona Rural, CEP 85.598-000, no Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, de ora em diante denominada **CONCESSIONÁRIA** que, de comum acordo celebram, nos termos do que assegura a Lei Municipal nº **1702/2026**, o que especifica-se nas cláusulas abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - O **MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU**, concede à empresa **62.918.799 JEAN CARLA BROBOWSKI DA SILVA**, inscrita no MF/CNPJ sob nº 62.918.799/0001-57, estabelecida na Rodovia PR-473, S/Nº, Complemento Stand Trailer, Foz do Chopim, Zona Rural, CEP 85.598-000, no Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, que vai atuar no ramo de: **bar, lanchonete, restaurante e similares**, nos termos que asseguram as Leis Municipais nº 379/2004 e 380/2004, na Lei Federal 14.133/2021 e no Decreto-Lei 271/1967, os seguintes imóveis:

I – Um Lote, com área de 1.094,02 m² (mil, noventa e quatro metros e 2 decímetros quadrados), localizado na região da Balsa no Distrito de Foz do Chopim, neste Município de Cruzeiro do Iguaçu – Estado do Paraná, conforme matrícula nº 24.489, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Dois Vizinhos - PR, tendo como Proprietário o MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.589.320/0001-44.

Parágrafo Único: Para fins da presente concessão, a empresa constante no "caput" terá como atividade principal **bar, lanchonete, restaurante e similares**.

CLÁUSULA SEGUNDA: O imóvel concedido, é de propriedade do Município de Cruzeiro do Iguaçu, podendo a Concessionária apenas dele fazer uso, para as finalidades descritas nesta Lei.

Parágrafo Único - Qualquer cidadão é parte legítima para denunciar atos, atitudes ou uso inadequado dos bens, por parte da Concessionária.

CLÁUSULA TERCEIRA: A concessionária compromete-se, durante a vigência da presente concessão:

a) Construir pelo menos um quiosque com área de no mínimo 70 m² (setenta metros quadrados) e churrasqueiras, além de outras estruturas de apoio voltadas ao atendimento dos usuários da balsa, visitantes e turistas que circulam na região do Alagado de Cruzeiro do Iguaçu;
b) Manter em perfeito estado de conservação, os bens públicos acima descritos, que constituem o direito real de uso;
c) Gerar no mínimo 1 (um) emprego direto de imediato, preferencialmente de pessoa deste Município e manter durante toda a vigência da concessão, devidamente registrado em CTPS;
d) Não mudar a finalidade, interromper, suspender, locar ou ceder à terceiros, a qualquer título, o uso dos bens ora entregue;
e) Permitir que a concedente realize vistorias para avaliação do cumprimento das obrigações assumidas;
e) Não realizar quaisquer obras, edificações ou benfeitorias, sem a prévia e expressa autorização da Prefeitura, ressalvadas as reformas essenciais à segurança e higiene das edificações, instalações e equipamentos existentes;
f) Não permitir que terceiros se apossem do imóvel, bem como dar conhecimento imediato à Prefeitura de qualquer turbação de posse que se verifique;
g) Zelar pela limpeza e conservação do imóvel, devendo providenciar, às suas expensas, qualquer obra de manutenção que se fizer necessária;
h) Arcar com todas as despesas de consumo de água, energia elétrica, internet, alvarás, eventuais taxas, tarifas ou impostos, débitos fiscais, trabalhistas e previdenciários e demais tributos ou obrigações legais incidentes sobre o imóvel ou a atividade da empresa;
i) Restituir a área imediatamente, ao término do prazo fixado no Art. 4º ou diante da comprovação do descumprimento das condições estabelecidas nesta Lei, sem direito de retenção e independentemente de pagamento ou indenização pelas benfeitorias executadas, ainda que necessárias, as quais passarão a integrar o patrimônio municipal.

CLÁUSULA QUARTA: O Município dá a Concessionária o Direito Real de Uso dos Bens referidos nesta Lei, pelo prazo de 10 (dez) anos, podendo ser prorrogado a critério das partes, observado o melhor interesse público.

Parágrafo Único: a concessão que trata esta Lei poderá ser revogada a qualquer tempo pelo Poder Executivo Municipal, com aviso prévio de 30 dias, caso sua finalidade esteja em desacordo com esta Lei ou ainda não esteja sendo atendida a quantidade mínima de empregos propostos na alínea "c" do Art. 3º.

CLÁUSULA QUINTA: A presente concessão fica dispensada de prévio processo licitatório, nos termos do Parágrafo Único do Art. 17, da Lei Orgânica do Município de Cruzeiro do Iguaçu, considerando o manifesto interesse público no desenvolvimento e geração de emprego e renda no município.

Parágrafo Único: a concessão que trata esta Lei poderá ser revogada a qualquer tempo pelo Poder Executivo Municipal, com aviso prévio de 30 dias, caso sua finalidade esteja em desacordo com esta Lei ou ainda não esteja sendo atendida a quantidade mínima de empregos propostos na alínea "b" do Art. 3º.

CLÁUSULA SEXTA: **DAS PROIBIÇÕES**
I - É expressamente proibido a CONCESSIONÁRIA alugar, vender, ceder ou emprestar, no todo ou em parte, o imóvel objeto da presente Concessão, bem como transferir à terceiros os direitos decorrentes do presente instrumento.
II - O não cumprimento do disposto neste artigo, tornará nula de pleno direito a concessão feita, revertendo o imóvel à posse do Município, com a cassação da concessão pelo Município, independentemente de notificação e sem gerar direito de indenização ou retenção ao concessionário, seja por que título for.

CLÁUSULA SÉTIMA: **FISCALIZAÇÃO**
O **MUNICÍPIO, através do Departamento de Indústria e Comércio** exercerá, por meio de servidores, amplo controle apenas sobre a utilização do imóvel se está em conformidade com a Lei . A fiscalização ocorrerá a qualquer momento, conforme convier ao MUNICÍPIO.
I - É facultado à fiscalização intervir a qualquer momento, desde que seja constatada ilegalidade no cumprimento deste termo. A intervenção será no sentido de cessar a irregularidade que estiver ocorrendo.
II - O desvio de finalidade na utilização do bem público ou no modo de aproveitamento do imóvel importará na rescisão imediata deste Termo.

CLÁUSULA OITAVA – RESCISÃO
O presente termo poderá ser rescindido:
I – mediante acordo expresso e firmado pelas partes, após aviso premonitório, também expresso, feito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias pelo interessado;
II – a presente Concessão de Direito Real de Uso poderá ser revogada por iniciativa do Executivo, a qualquer momento, caso ocorrerem razões de interesse do serviço público e/ou na ocorrência de descumprimento de qualquer das disposições elencadas na legislação sobre o assunto.

CLÁUSULA NONA – CASOS OMISSOS
I - Eventuais pendências decorrentes da concessão de direito real de uso, ora firmada, serão dirimidas em consonância com a legislação atinente à espécie e a Lei Orgânica Municipal.
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – O presente instrumento jurídico consubstancia contrato de concessão administrativa, inexistindo, em qualquer hipótese, vínculo de natureza trabalhista, funcional ou de terceirização de serviços entre o Município concedente e os empregados, prepostos ou colaboradores da empresa concessionária.
§ 1º - A concessionária é a única e exclusiva responsável pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, tributárias e civis decorrentes da execução do objeto contratual, respondendo integralmente por quaisquer reclamações, ações ou demandas que venham a ser propostas por seus empregados ou terceiros.
§ 2º - Fica expressamente afastada a responsabilidade solidária ou subsidiária do Município concedente por encargos, ônus ou passivos de qualquer natureza atribuíveis à concessionária, inclusive aqueles oriundos de relações de trabalho, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de DOIS VIZINHOS/PARANÁ, para dirimirem quaisquer dúvidas oriundas deste ajuste, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordados, firmam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, obrigando-se pelos termos do mesmo, por si e seus sucessores.

Cruzeiro do Iguaçu, 01 de setembro de 2026.

Município de Cruzeiro do Iguaçu/PR
JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

JEAN CARLA BROBOWSKI DA SILVA
Concessionária

TESTEMUNHAS:

_____
Nome:
CPF:

_____
Nome:
CPF:

Publicado por:
Maria de Lourdes Hetkowski Vieira
Código Identificador:E80171A0

SECRETARIA DE FINANCAS
AVISO

AVISO DE RETOMADA DE LICITAÇÃO

COMUNICAMOS que será **RETOMADA** a **CONCORRÊNCIA Nº 90004/2026**, anteriormente suspensa por motivos operacionais, cujo objeto é a **Contratação de empresa especializada para execução de 10 (dez) unidades habitacionais unifamiliares com 47,33m² cada, totalizando 473,30m²**.
Fica designada a data de **28 de setembro de 2026, às 09:00 horas**, para a **retomada da sessão pública** do certame, permanecendo mantidas as demais condições estabelecidas no instrumento convocatório e seus anexos, salvo eventuais alterações formalmente comunicadas pela Administração.
Outras informações poderão ser obtidas na sede da Prefeitura, nos dias úteis das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, ou através da web Page: http://www.cruzeirodoiguacu.pr.gov.br/ e demais informações através do telefone/fax (0xx46) 3572-8000.

Cruzeiro do Iguaçu – PR, 01 de setembro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:DD845492

SECRETARIA DE FINANCAS
RECISAO

TERMO DE RESCISÃO
Pregão Eletrônico nº. 054/2025
CONTRATO Nº 060/2026

O MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PARANÁ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no MF/CNPJ 95.589.230/0001-44, com sede a Av. 13 de maio, 906 – Centro – nesta cidade de Cruzeiro do Iguaçu – Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Jean Carlos Cardoso, inscrito no CPF sob o nº 034.526.049-00, e RG sob o nº 7.889.518-7, doravante denominada CONTRATANTE, e MAIQUIELI CHAVES Avenida Parigot de Souza, nº 900, Foz do Chopim, Cruzeiro do Iguaçu – PR CEP: 85.598-000, inscrita no CNPJ sob nº 31.838.461/0001-61 neste ato representada por MAIQUIELI CHAVES, PROPRIETÁRIO RG: 14.086.148-0, E CPF 118.434.049-82 observadas as condições do Pregão Eletrônico nº. 054/2025 que regem e aquelas enunciadas nas cláusulas que seguem, resolvem rescindir o contrato Nº 060/2026, mediante as Cláusulas e Condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO – Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de consumo diversos (cozinha, limpeza, higiene pessoal e descartáveis), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

CLAUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO – Por força do presente termo de rescisão, O contrato Nº 060/2026 Firmado entre o MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PARANÁ e a empresa MAIQUIELI CHAVES que tem como objeto Aquisição de gêneros alimentícios e materiais de consumo diversos (cozinha, limpeza, higiene pessoal e descartáveis), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

CLAUSULA TERCEIRA-DO PRAZO
Fica rescindido a partir da data 24/08/2026.

CLAUSULA QUARTA – DO FORO – Para dirimir questões oriundas do presente instrumento, as partes elegem o foro da Comarca de Dois Vizinhos – Paraná, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explícitos, assinam as partes o presente instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, juntamente com duas (02) testemunhas.

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:4C7475F3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 561/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor do Sr. Luís Carlos Jonas, motorista, referente ao pagamento de 1(uma) diária, face a viagem do dia 31/08/2026 a 01/09/2026 para Carlópolis-PR., a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 02 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:76F74642

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2026

A Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Graças, Vanessa Cristina Gervásio Salomão, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, especialmente a Lei 14.133/21 e suas alterações legais, resolve:

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de inexigibilidade de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador de serviços, quanto pela justificativa dos preços;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação e qualificação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no artigo 72 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER do Agente de Contratação e Equipe de Apoio que prevê que a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 74, INCISO III, alínea f da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que o PARECER JURIDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos para a contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 72, VIII da Lei Federal 14.133/2021, AUTORIZO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos descritos abaixo:

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de capacitação e treinamento destinados aos agentes públicos da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, consistentes na análise, compatibilização, reorganização e atualização da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal, em conformidade com os padrões estabelecidos no PROLEGIS – TCE/PR, contemplando aspectos teóricos e práticos relacionados à atuação legislativa, funcionamento das comissões permanentes, fiscalização, transparência e relacionamento com o cidadão, estrutura informatizada, qualificação dos servidores, processo legislativo e aplicação dos textos normativos, com carga horária total de 18 (dezoito) horas, sendo 12 (doze) horas presenciais e 6 (seis) horas remotas, conforme condições, conteúdo programático e demais especificações contidas neste instrumento.

CONTRATADA: DATALEGIS - CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA LTDA
CNPJ: 01.031.983/0001-96
VALOR TOTAL: R$ 29.800,00 (VINTE E NOVE MIL E OITOCENTOS REAIS)
VIGÊNCIA: 12 meses

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Reduzido	Exercício	Programática	Fonte	Descrição
10	2026	01.001.01.031.0001.2.001 33.90.39.00.00	1001	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021, para que fique à disposição do público em sítio eletrônico oficial de Nossa Senhora das Graças/PR.

Nossa Senhora das Graças/PR 02 de setembro de 2026

Cordialmente,

VANESSA CRISTINA GERVÁSIO SALOMÃO
Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora Das Graças

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:DEAD5BED

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO DATALEGIS – CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA EIRELI

A presidente da Câmara Municipal, , no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Administrativo nº:	1/2026
b) Licitação nº:	1/2026
c) Modalidade:	Inexigibilidade:
d) Data da Homologação:	02/09/2026
e) Objeto da Homologação:	Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de capacitação e treinamento destinados aos agentes públicos da Câmara Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, consistentes na análise, compatibilização, reorganização e atualização da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal, em conformidade com os padrões estabelecidos no PROLEGIS – TCE/PR, contemplando aspectos teóricos e práticos relacionados à atuação legislativa, funcionamento das comissões permanentes, fiscalização, transparência e relacionamento com o cidadão, estrutura informatizada, qualificação dos servidores, processo legislativo e aplicação dos textos normativos, com carga horária total de 18 (dezoito) horas, sendo 12 (doze) horas presenciais e 6 (seis) horas remotas, conforme condições, conteúdo programático e demais especificações contidas neste instrumento.

01.031.0001.2.001. - MANTER A CAMARA MUNICIPAL

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores, conforme proposta:

Fornecedor: DATALEGIS – CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA EIRELI
CNPJ/CPF: 01.031.983/0001-96

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO RELACIONADOS À ANÁLISE, COMPATIBILIZAÇÃO, REORGANIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS/PR, ABRANGENDO OS PADRÕES ESTABELECIDOS PELO PROLEGIS – TCE/PR, COM CARGA HORÁRIA TOTAL DE 18 (DEZOITO) HORAS, SENDO 12 (DOZE) HORAS PRESENCIAIS E 6 (SEIS) HORAS REMOTAS, CONFORME CONDIÇÕES, CONTEÚDO PROGRAMÁTICO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NESTE INSTRUMENTO.	1	R$ 29.800,00	R$ 29.800,00

Valor Total Homologado - R$ 29.800,00

NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, 02 de setembro de 2026.

VANESSA CRISTINA GERVÁSIO SALOMÃO
Presidente da Câmara Municipal de Nossa Senhora Das Graças

Publicado por:
Marcos Teixeira Costa
Código Identificador:AB2E3660

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE SÃO JORGE D'OESTE

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 926478 – 13/2026.

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA INTERNA Nº 07/2026

O Município de São Jorge D'Oeste-PR, avisa aos interessados que fará realizar no dia 18/09/2026 até as **08h00**, a abertura da licitação na modalidade Concorrência Eletrônica, tipo Maior desconto que tem por objeto **Contratação de empresa especializada em engenharia para execução de serviços de substituição de pisos e revestimentos cerâmicos, manutenção na cobertura com troca de rufos, impermeabilização de laje, pintura de paredes e tetos internos, pintura da fachada, pintura de muros e calçadas, instalação de corrimão e guarda corpo e demais serviços conforme previstos para a Secretaria Municipal de Saúde, Centro, no município de São Jorge D'Oeste - Pr. Recursos obtidos através da Secretaria de Estado da Saúde pela Resolução SESA n° 388/2023 e habilitado pela Resolução SESA n° 1.392/2025.** Abertura das propostas e Recebimento dos lances: a partir das **08h00 do dia 18 de setembro de 2026,** no endereço eletrônico: **www.gov.br/compras/pt-br**.

Edital na íntegra à disposição dos interessados: no Portal Nacional de Compras Públicas (PNCP); no site oficial do Município com endereço eletrônico www.pmsjorge.pr.gov.br (licitações); e na plataforma de Pregão com endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

Informações complementares através do telefone (46) 3534-8050.

São Jorge D'Oeste-PR, 02/09/2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Franciela Carletto Wulff
Código Identificador:5CDDC54E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO PE 10/2026 - EDITAL PE 45/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE D'OESTE-PR
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O Prefeito Municipal de São Jorge D'Oeste-PR, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, resolve: Homologar e Adjudicar a presente licitação nos seguintes termos.

MODALIDADE: Contratação Compras.gov 926478-10/2026; Edital de Pregão Eletrônico 45/2026 – Processo Licitatório 171/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS, objetivando a futura e/ou eventual aquisição de mudas de árvores nativas e plantas ornamentais, para uso em reflorestamentos e ajardinamento em praças, ruas e em outros locais públicos, sob a responsabilidade de proteção, cuidado e manutenção da Administração Pública do Município de São Jorge D'Oeste-PR.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 de 1º de abril de 2021; da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006; e, no que couber, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.

EMPRESA VENCEDORA
1 – ELERA VET COMERCIO DE PRODUTOS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ 36.681.285/0001-10. Item: 01 – R$ 124,99. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 374,97 (trezentos e setenta e quatro reais e noventa e sete centavos).
2 – GM COMERCIAL HOSPITALAR LTDA - CNPJ 45.216.228/0001-51. Item: 02 – R$ 19,60. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 2.940,00 (dois mil, novecentos e quarenta reais).
3 – ANA ALVES RODRIGUES FERNANDES - CNPJ 50.381.955/0001-04. Item: 03 – R$ 56,99. VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 8.548,50 (oito mil, quinhentos e quarenta e oito reais e cinquenta centavos).

São Jorge D'Oeste-PR, 02 de setembro de 2026.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Gilson Osnir Gross
Código Identificador:E7B4E913

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO CONTABILIDADE E FINANÇAS
DECRETO Nº 5029/2026 CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTE DE SÃO JORGE D'OESTE, APROVA O REGIMENTO INTERNO E O PLANO DECENAL MUNICIPAL DE ESPORTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 5029/2026

Convoca a Conferência Municipal de Esporte de São Jorge D'Oeste, aprova o Regimento Interno e o Plano Decenal Municipal de Esporte, e dá outras providências.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO, Prefeito de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º. Fica convocada a Conferência Municipal de Esporte de São Jorge D'Oeste, tendo como tema central: Construindo o Futuro do Esporte em São Jorge D'Oeste: Planejamento, Participação Social e Qualidade de Vida para os Próximos 10 Anos.
Art. 2º Aprovar o Regimento Interno e Plano Decenal Municipal do Esportes da Conferência Municipal de Esporte.
Art. 3º Ficam aprovados o Regimento Interno e o Plano Decenal Municipal de Esporte, que orientarão os trabalhos, as discussões e as deliberações da Conferência Municipal de Esporte.
Art. 4º Fica aprovada a realização da Conferência Municipal de Esporte na data de 03 de setembro de 2026, na secretaria municipal de educação, ás 08:30.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de São Jorge D'Oeste, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis 63º ano de emancipação.

GELSON COELHO DO ROSÁRIO
Prefeito

Publicado por:
Clair Mariano da Costa
Código Identificador:8BD45219

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI Nº 1.708/2026, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI Nº. 1.708/2026, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

A Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 515.000,00 (quinhentos e quinze mil reais), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 541 – Preservação e Conservação Ambiental
Programa: 21 – Saudade do Iguaçu Com Mais Cuidado Ambiental
Ação: 2.058 – Atividades de Preservação e Conservação Ambiental
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa: 15 – Saudade do Iguaçu Com Mais Agricultura
Ação: 2.014 – Apoio a Produção Agropecuária
Fonte: 1332 - Emenda Individua 202643810003 - Aquisição Combustivel Diesel S10
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 207.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura

Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 449051 – Obras e Instalações
Valor em R$: 110.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 27 – Desporto e Lazer
Sub-função: 812 – Desporto Comunitário
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.029 – Promoção e Incentivo as Atividades Esportivas e de Lazer
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 18.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 1333 – Incremento Temporário APS Emenda de Comissão 202660060001
Despesa: 339030 – Material de Consumo
Valor em R$: 70.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 1333 – Incremento Temporário APS Emenda de Comissão 202660060001
Despesa: 337170 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público
Valor em R$: 100.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 515.000,00.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, do excesso de arrecadação de receitas, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I, II e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 78.000,00

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 78.000,00.

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO:

Natureza da Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01.00
Descrição: Remuneração de Depósitos Bancários - Geral
Fonte de Recurso: 1332 - Emenda Individua 202643810003 - Aquisição Combustivel Diesel S10
Valor Excesso de Arrecadação R$: 8.000,00

Natureza da Receita: 1.7.1.9.57.0.1.00.00
Descrição: Transferência Especial da União
Fonte de Recurso: 1332 - Emenda Individua 202643810003 - Aquisição Combustivel Diesel S10
Valor Excesso de Arrecadação R$: 199.000,00

Natureza da Receita: 1.7.1.3.50.1.1.00.00
Descrição: Transferência de Recursos do SUS – Atenção Primária - Principal
Fonte de Recurso: 1333 – Incremento Temporário APS Emenda de Comissão 202660060001
Valor Excesso de Arrecadação R$: 170.000,00

TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO R$ 377.000,00.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Função: 17 – Saneamento
Sub-função: 511 – Saneamento Básico Rural
Programa: 21 – Saudade do Iguaçu Com Mais Cuidado Ambiental
Ação: 2.057 – Serviços de Saneamento Básico Rural
Fonte: 000 – Recursos Ordinários (Livres)
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 10.000,00

Órgão: 09.00 - Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade: 09.04 – Fundo Municipal dos Direitos do Idoso
Função: 08 – Assistência Social
Sub-função: 241 – Assistência à Pessoa Idosa
Programa: 13 – Saudade do Iguaçu Com Mais Direitos
Ação: 2.066 – Políticas Públicas Para o Atendimento dos Direitos do Idoso
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 449051 – Obras e Instalações
Valor em R$: 50.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 60.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:35C65134

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
LEI Nº 1.709/2026, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI Nº. 1.709/2026, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

A Câmara Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no Orçamento Anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 268.896,36 (duzentos e sessenta e oito mil, oitocentos e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa: 15 – Saudade do Iguaçu Com Mais Agricultura
Ação: 2.014 – Apoio a Produção Agropecuária
Fonte: 2002 – Recursos de Exames Brucelose/Tuberculose - Superávit
Despesa: 339093 – Indenizações e Restituições
Valor em R$: 28.476,69

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.01 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Função: 20 – Agricultura
Sub-função: 608 – Promoção da Produção Agropecuária
Programa: 15 – Saudade do Iguaçu Com Mais Agricultura
Ação: 2.014 – Apoio a Produção Agropecuária
Fonte: 2911 – Recursos de Exames Brucelose/Tuberculose - Superávit
Despesa: 339093 – Indenizações e Restituições
Valor em R$: 14.419,67

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 542 – Controle Ambiental
Programa: 21 – Saudade do Iguaçu Com Mais Cuidado Ambiental
Ação: 2.056 – Serviços de Coleta de Lixo
Fonte: 1045 – Outros Recursos não Vinculados
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 83.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 339014 – Diárias – Pessoal Civil
Valor em R$: 3.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339093 – Indenizações e Restituições
Valor em R$: 40.000,00

Órgão: 13.00 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Unidade: 13.01 - Secretaria Municipal de Esporte e Cultura
Função: 13 – Cultura
Sub-função: 392 – Difusão Cultural
Programa: 10 - Saudade do Iguaçu Com Mais Esporte e Cultura
Ação: 2.030 – Promoção e Incentivo as Atividades Culturais
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 100.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 268.896,36.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025 e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 40.000,00

Fonte de Recurso: 2002 – Recursos de Exames Brucelose/Tuberculose - Superávit
Valor do Superávit Financeiro R$: 28.476,69

Fonte de Recurso: 911 – Recursos de Exames Brucelose/Tuberculose
Valor do Superávit Financeiro R$: 14.419,67

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 82.896,36.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 07.00 - Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Unidade: 07.02 – Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental
Função: 18 – Gestão Ambiental
Sub-função: 542 – Controle Ambiental
Programa: 21 – Saudade do Iguaçu Com Mais Cuidado Ambiental
Ação: 2.056 – Serviços de Coleta de Lixo
Fonte: 1045 – Outros Recursos não Vinculados
Despesa: 339037 – Locação de Mão-de-Obra
Valor em R$: 19.000,00

Órgão: 04.00 - Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Unidade: 04.01 – Secretaria Municipal de Administração e Finanças
Função: 04 – Administração
Sub-função: 122 – Administração Geral
Programa: 03 – Saudade do Iguaçu Com Mais Gestão
Ação: 1.008 – Aquisição de Imóveis Para a Administração Pública
Fonte: 1045 – Outros Recursos não Vinculados
Despesa: 449061 – Aquisição de Imóveis
Valor em R$: 64.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%)
Despesa: 339046 – Auxílio-Alimentação
Valor em R$: 3.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 63.000,00

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.026 – Manutenção do Ensino Fundamental
Fonte: 20000 – Recursos Ordinários (Livres) - Superávit
Despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Valor em R$: 37.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 186.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas na presente lei.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:F0E20FED

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 217 2026

PORTARIA Nº 217/2026, de 02 de setembro 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO a solicitação constante no memorando nº 556/26, tramitado no sistema de protocolo digital,

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER férias ao servidor abaixo relacionado:

NOME DO SERVIDOR	*DIAS*	*PERÍODO AQUISITIVO*	*PERÍODO CONCESSIVO*
Eberson Antonio Moreno	**07**	18/01/2025 a 17/01/2026	03/09/2026 a 09/09/2026

Art. 2°- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 02 de setembro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:AB19ACD2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
LEI N.º 1.306/2026 - CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – CMSBA, INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL – FMSBA, DO MUNICÍPIO DEADRIANÓPOLIS

LEI N.º 1.306/2026, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Cria o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, institui o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, do Município deAdrianópolis e dá outras providências"

Considerando, a importância da participação social;
Considerando, a importância da regularização, legalidade e da publicidade, que vincula a criação do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, para que seja exercida a relevante função de controle social, fiscalização e participação popular;
Considerando, que as competências do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, devem ser interpretadas em harmonia com as atribuições constitucionais do Poder Executivo, preservando-se a autonomia administrativa do Município na gestão dos serviços públicos e na execução orçamentária, evitando-se sobreposição de competências ou restrições indevidas à atuação do gestor público.
Considerando, a importância de instituir o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental como instrumento de natureza contábil destinado a viabilizar investimentos e ações estratégicas na área de saneamento.
Considerando, que as receitas devem ser vinculadas, adequando planejamento orçamentário e regulamentação dos procedimentos administrativos relativos à elaboração do Plano Anual de Aplicação de Recursos, à execução financeira, à prestação de contas e aos mecanismos de controle interno e externo.

A Câmara Municipal de Adrianópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
Do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA
CAPÍTULO I
Da Criação e das Competências
Art. 1.º- Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA do Município de Adrianópolis, órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa, integrante da estrutura da Administração Municipal, com atribuições de formulação, acompanhamento, fiscalização e controle social das políticas públicas de saneamento básico e ambiental, bem como do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, instituído por esta Lei.
Art. 2.º- Compete ao CMSBA:
I – participar da formulação da política municipal de saneamento básico e ambiental, acompanhar sua execução e propor ajustes ao Poder Executivo;
II – apreciar e emitir parecer sobre os planos de saneamento básico e ambiental e os planos diretores setoriais de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, limpeza urbana e resíduos sólidos;
III – apreciar e emitir parecer sobre os planos plurianuais e as propostas orçamentárias anuais afetos ao saneamento básico e ambiental;
IV – requisitar ao Poder Executivo Municipal e ao prestador dos serviços de saneamento básico informações, documentos e relatórios necessários ao exercício de suas atribuições;
V – acompanhar e fiscalizar o cumprimento das metas e obrigações fixadas nos contratos de concessão ou de programa com prestadores dos serviços de saneamento básico, apreciando os relatórios periódicos por eles apresentados;
VI – emitir parecer sobre minutas de contratos de concessão e de programa e sobre propostas de alteração contratual que afetem a prestação dos serviços de saneamento básico no Município;
VII – estabelecer as diretrizes e os mecanismos de acompanhamento, fiscalização e controle do FMSBA;
VIII – aprovar o Plano Anual de Aplicação dos Recursos – PAR do FMSBA e suas revisões, antes do início de cada exercício financeiro;
IX – receber e apreciar relatórios periódicos de execução do FMSBA, aprovar suas contas anuais e recomendar, quando necessário, medidas corretivas ao órgão de gestão administrativa;
X – deliberar previamente sobre despesas não previstas no Plano Anual de Aplicação dos Recursos e, em caso de despesa urgente realizada sem deliberação prévia, apreciar sua ratificação na reunião ordinária imediatamente subsequente;
XI – promover audiências públicas e consultas à população sobre matérias de sua competência, assegurando a participação social nas decisões afetas ao saneamento básico e ambiental do Município;
XII – receber e apreciar denúncias e reclamações relativas à prestação dos serviços de saneamento básico e ambiental, encaminhando-as, com parecer, ao órgão ou autoridade competente;
XIII – elaborar e publicar relatório anual de suas atividades;
XIV – elaborar, aprovar e reformar seu Regimento Interno.

CAPÍTULO II
Da Composição
Art. 3.º- O CMSBA é composto por 8 (oito) membros titulares e igual número de suplentes, assim distribuídos:
I – representantes do Poder Público Municipal:
a) 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente, da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, responsável pelo saneamento básico, que o presidirá;

b) um representante da Secretaria Municipal de Saúde;
c) 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente, da Secretaria Municipal responsável pelo planejamento e finanças;
II – representante do prestador dos serviços de saneamento básico:
a) 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente, da concessionária dos serviços de saneamento básico do Município;
III – representantes da sociedade civil, ligados, direta ou indiretamente, ao setor de saneamento básico:
a) 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente, indicados pelas Associações de Remanescentes de Quilombo com atuação no Município de Adrianópolis;
b) 01 (um) representante titular civil e 01 (um) suplente, indicado pelo Conselho Municipal de Saúde, se constituído;
c) 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente, do setor produtivo, comercial ou industrial local;
d) 01 (um) representante titular e 01 (um) suplente, de cooperativa/associação comunitária, de moradores ou de agricultores com atuação no Município.
§ 1.ºA participação de representantes da sociedade civil, nos termos do inciso III, é obrigatória e deve corresponder a pelo menos um terço do total de membros do CMSBA com direito a voto.
§ 2.ºOs representantes previstos nos incisos II e III serão indicados pelas respectivas entidades, mediante edital de chamamento de audiência pública convocado pelo Poder Executivo Municipal.
§ 3.ºNa hipótese de não haver indicação no prazo estipulado, conforme audiência pública a ser convocada por edital, o Chefe do Poder Executivo Municipal designará o representante em livre escolha, sendo-lhe vedada a indicação de servidor público municipal para as vagas reservadas à sociedade civil.
§ 4.ºPara cada membro titular será designado um suplente, que o substituirá nas ausências e impedimentos e assumirá o mandato em caso de vacância.
§ 5.ºPerderá o mandato o membro titular que, sem justificativa, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a cinco alternadas no período de doze meses, sendo sua vaga assumida pelo respectivo suplente, que concluirá o mandato, desde que não justificada a ausência, qual deverá ser aceita e reconhecida pelos demais conselheiros.
Art. 4.º- Os membros do CMSBA e seus respectivos suplentes, aclamados, ou escolhidos na audiência pública, serão nomeados por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, com indicação nominal de cada titular e suplente.
Art. 5.º- O mandato dos membros do CMSBA é de três anos, admitida a recondução por igual período, vedada a recondução por mais de dois mandatos consecutivos.
Parágrafo único.A renovação de mandatos deve observar a alternância entre representantes, de modo a preservar a pluralidade da composição do Conselho.
Art. 6.º- A função de conselheiro é de relevante interesse público, não sendo remunerada, vedado o pagamento de qualquer vantagem ou benefício a título de participação nas reuniões.

CAPÍTULO III
Do Funcionamento

Art. 7.º- O CMSBA reunir-se-á ordinariamente a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros, com antecedência mínima de cinco dias úteis.
§ 1.ºAs reuniões do CMSBA são públicas, e as deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, exigida a presença de, no mínimo, metade mais um dos conselheiros.
§ 2.ºAs atas das reuniões serão lavradas e publicadas no Diário Oficial do Município ou em meio equivalente de divulgação oficial.
Art. 8.º -O Município fornecerá ao CMSBA o suporte administrativo, técnico e de infraestrutura necessário ao seu regular funcionamento, sem ônus para os conselheiros.

TÍTULO II
Do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA

CAPÍTULO I
Da Criação, Natureza e Finalidade

Art. 9.º- Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA do Município de Adrianópolis, de natureza contábil, com a finalidade de custear ações destinadas à universalização e ao aprimoramento dos serviços públicos de saneamento básico cuja execução seja de competência do Município e não constitua obrigação contratual do prestador, em conformidade com o Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental.
Parágrafo único.São finalidades específicas do FMSBA:
I – garantir contrapartida financeira a operações de crédito para financiamento de investimentos em infraestruturas e bens vinculados aos serviços municipais de saneamento básico, especialmente as celebradas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, com a Caixa Econômica Federal ou com outros agentes financeiros que operem com recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
II – garantir contrapartida a contratos de repasse de recursos objeto de transferências voluntárias de entes da Federação ou de outras fontes não onerosas, destinados a investimentos em ações de saneamento básico no Município de Adrianópolis;
III – garantir o pagamento de amortizações, juros e outros encargos financeiros relativos às operações de crédito previstas no inciso I;
IV – cobrir despesas extraordinárias decorrentes de investimentos emergenciais nos serviços de saneamento básico;
V – financiar diretamente ações de investimento em infraestruturas e outros bens vinculados aos serviços de saneamento básico de titularidade do Município.
Art. 10 - A gestão administrativa do FMSBA será exercida pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente, por meio de sua unidade financeira e contábil, sob fiscalização e controle do CMSBA, na forma dos incisos VII a X do art. 2.º desta Lei.

CAPÍTULO II
Das Receitas

Art. 11 -As receitas do FMSBA poderão ser constituídas por:
I – dotações orçamentárias do Município;
II – repasses do prestador dos serviços de saneamento básico, nos termos definidos no contrato de concessão ou de programa, em percentual incidente sobre a receita operacional líquida dos serviços prestados no Município;
III – receitas vinculadas a taxas, tarifas e outros preços públicos incidentes sobre os serviços de saneamento básico;
IV – contribuição de melhoria relativa à implantação de infraestruturas vinculadas aos serviços de saneamento básico;
V – multas decorrentes de infrações à legislação de saneamento básico e de posturas municipais pertinentes;
VI – transferências voluntárias de entes da Federação, subvenções, doações e contribuições de pessoas físicas e jurídicas, destinadas a ações de saneamento básico no Município;
VII – retornos de amortizações e remunerações de investimentos realizados com recursos do FMSBA;
VIII – rendimentos provenientes de aplicações financeiras dos recursos disponíveis.
§ 1.ºAs receitas líquidas do FMSBA serão depositadas obrigatoriamente em conta especial aberta e mantida em agência de estabelecimento oficial de crédito, em nome do próprio Fundo, inscrito no respectivo Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.
§ 2.ºAs disponibilidades de recursos do FMSBA, exceto as vinculadas a desembolsos de curto prazo e a garantias mínimas de contratos de financiamento, deverão ser investidas em aplicações financeiras com prazos e liquidez compatíveis com o respectivo plano de aplicação.
§ 3.ºO saldo financeiro do FMSBA, apurado ao final de cada exercício, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.
§ 4.ºO orçamento do FMSBA integrará o orçamento da Prefeitura Municipal de Adrianópolis, e sua contabilidade será organizada de forma a permitir o pleno controle e a gestão da execução orçamentária.
§ 5.ºConstituem passivos do FMSBA as obrigações de qualquer natureza assumidas para a execução dos programas e ações de saneamento básico previstos no Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental e no Plano Plurianual, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

CAPÍTULO III
Da Governança

Art. 12-O FMSBA será gerido de acordo com o Plano Anual de Aplicação dos Recursos – PAR, elaborado pelo órgão de gestão administrativa e submetido ao CMSBA para aprovação prévia ao início de cada exercício financeiro.
Parágrafo único.O PAR definirá as prioridades de investimento e as ações a serem executadas, em consonância com o Plano Municipal ou Regional de Saneamento Básico e Ambiental, e somente poderá ser revisto mediante nova aprovação do CMSBA.
Art. 13- As despesas não previstas no PAR somente poderão ser realizadas mediante deliberação prévia do CMSBA.
Parágrafo único.Em situações de urgência devidamente justificadas, as despesas extraordinárias poderão ser realizadas antes da deliberação, devendo o CMSBA ser convocado para ratificação na reunião ordinária imediatamente subsequente.
Art. 14 - O órgão de gestão administrativa submeterá ao CMSBA relatórios periódicos sobre a execução financeira e física do FMSBA, podendo o CMSBA, a qualquer tempo, requisitar informações, documentos e esclarecimentos relativos à gestão do Fundo.
Art. 15 - O PAR, os relatórios de execução e as demonstrações anuais do FMSBA serão publicados no portal de transparência do Município.

CAPÍTULO IV
Das Vedações
Art. 16 - É vedada a utilização de recursos do FMSBA para:
I – o pagamento de despesas correntes ou a cobertura de déficits orçamentários de quaisquer órgãos e entidades do Município;
II – a execução de obras e outras intervenções urbanas que afetem ou interfiram nos sistemas de saneamento básico em montante superior à participação proporcional desses serviços nos respectivos investimentos.

TÍTULO III
Das Disposições Finais
Art. 17 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Adrianópolis, 02desetembro de2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:BA7F14C0

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 170/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2026

RESOLUÇÃO Nº 170/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS Estado do Paraná

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2026

OBJETO: ALUGUEL SOCIAL A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
LOCADOR: Beive Cristina Galvão de Pontes Silva
VALOR MENSAL: R$ 500,00 (quinhentos reais).
PRAZO: 06 (seis) meses.

Adrianópolis, 14 de Agosto de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:47F1FBC4

LICITAÇÕES
RESOLUÇÃO Nº 171/2026 INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

RESOLUÇÃO Nº 171/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS
Estado do Paraná

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE PINTURA NA QUADRA POLIESPORTIVA DA ESCOLA MUN. NOSSA SENHORA DO PERPÉTUO SOCORRO.
CONTRATADO: 67.854.152 ROBSON CARLOS COSTA DE MORAES
VALOR TOTAL: R$ 3.150,00 (três mil cento e cinquenta reais).
PRAZO: 15 (quinze) dias.

Adrianópolis, 14 de Agosto de 2026

FABIO CARRIEL DE SOUZA
Presidente da Comissão de Contratações.

Publicado por:
Tales Henrique Farias Zamierwski
Código Identificador:1936D169

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

O Município de Agudos do Sul, Estado do Paraná, por intermédio de sua Pregoeira, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICA A SUSPENSÃO** da sessão pública de abertura do **Pregão Eletrônico nº 29/2026**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SUBSTITUIÇÃO DAS LUMINÁRIAS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA EXISTENTES POR LUMINÁRIAS EM LED, INCLUINDO A TROCA DE BRAÇOS, SUPORTES, CABOS E DEMAIS ACESSÓRIOS, BEM COMO O DESCARTE ADEQUADO DOS EQUIPAMENTOS SUBSTITUÍDOS COM EMISSÃO DE CERTIFICADO DE DESTINAÇÃO FINAL (CDF) E INSTALAÇÃO DE PLACA DE COMUNICAÇÃO VISUAL, EM ATENDIMENTO AO SAM 69 DO PARANACIDADE**, cuja sessão de abertura estava agendada para o dia **03 de setembro de 2026, às 09h00min**.

A presente suspensão decorre do recebimento de impugnações ao instrumento convocatório, as quais demandam análise e apreciação pela Administração, sendo necessário tempo hábil para a devida avaliação dos questionamentos apresentados e eventual adoção das providências cabíveis, visando assegurar a regularidade, a isonomia e a adequada condução do procedimento licitatório.

Dessa forma, fica **SUSPENSA a sessão pública de abertura do Pregão Eletrônico nº 29/2026**, anteriormente designada para o dia 03 de setembro de 2026, às 09h00min, até ulterior deliberação.

A nova data para realização da sessão pública, caso seja mantida a licitação, será oportunamente divulgada pelos mesmos meios utilizados para a divulgação do instrumento convocatório, observados os prazos legais aplicáveis.

Agudos do Sul, 02 de setembro de 2026.

CRISTINA P. PEREIRA NASCIMENTO
Pregoeira
Decreto nº 01/2026

Publicado por:
Cristina Pires Pereira Nascimento
Código Identificador:53000B0A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DA FAZENDA
DECRETO IPMAT 123 2026

DECRETO Nº 123/2026

"Abre Crédito Adicional Suplementar ao orçamento vigente e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, em especial a autorizada pela Lei Municipal n.º 2.563/2025, de 22 de dezembro de 2025,

D E C R E T A :

Art.1º- *Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais) ao orçamento vigente, nas dotações orçamentárias:*

Órgão	24		Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré	
Unidade	01		Instituto de Previdência do Município de Almirante Tamandaré	
Atividade	04.122.0004.2.100		CUSTEIO DAS ATIVIDADES OPERAC. E ADMINISTR. DO IPMAT	
Rubrica	3.3.91.13	0100	CONTRIB. PREVID. RPPS PESSOAL ATIVO	R$ 50.000,00

Art.2º- *Para cobertura da despesa decorrente do crédito suplementar aberto no Artigo 1.º, fica indicado o superávit financeiro apurado no balanço do exercício anterior no valor de R$ 50.000,000 (Cinquenta Mil reais), de acordo com o inciso I, do § 1º, do Artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64 conforme se demonstra:*

SUPERÁVIT FINANCEIRO DO RECURSO	*VALOR*
1100	***50.000,00***

Art.3º - *Este decreto entra em vigor nesta data.*

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL NO PALÁCIO ALMIRANTE TAMANDARÉ, 13 de agosto de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafael Henrique Agner
Código Identificador:B612BB8A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO 049/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 03/09/26 às 08h00min.

DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 18/09/26 às 09h00min.

Objeto: **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PRODUTOS DE HIGIENE, LIMPEZA E DIVERSOS, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, UNIDADES ESCOLARES, UNIDADES DE SAÚDE E DEMAIS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL".**

Valor Máximo: **R$ 562.568,50 (quinhentos e sessenta e dois mil quinhentos e sessenta e oito reais e cinquenta centavos).**

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8600.

Almirante Tamandaré, 02 de setembro de 2026.

ROSANA APARECIDA ESSER
Agente de Contratação Responsável / Pregoeira

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:D896DB8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 275/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 275/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA CASA DE REPOUSO SÃO JOSÉ LTDA
OBJETO:" CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DA EMPRESA POR DISPENSA DE LICITAÇÃO ACOLHIMENTO A PACIENTES PORTADORES DE DEFICIÊNCIA MENTAL MODERADA, COM OU SEM COMPROMETIMENTO COMPORTAMENTAL, COM TRANSTORNO DE PERSONALIDADE, QUE POSSAM APRESENTAR QUADRO PATOLÓGICO DE ESQUIZOFRENIA DEPENDENTE DE CUIDADOS DE TERCEIROS, EM SITUAÇÃO DE RISCO PELA CONDIÇÃO PESSOAL E VULNERABILIDADE SÓCIO FAMILIAR".
PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais ou menores períodos, conforme o interesse da Administração Pública e em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021
VALOR: R$78.000,00 (setenta e oito mil reais),
DATA DA ASSINATURA:24/08/2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
DOTAÇÃO DESCRIÇÃO
10.01 SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA, MULHER E DESENVOLVIMENTO SOCIAL
08.244.0010.2.049 Coordenação do Serviço Social
3.3.90.39.00- 1000 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 225

Almirante Tamandaré, 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:8D45DF14

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 283/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 283/2026

PARTES: TERMO DE CONTRATO Nº 283/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA BEATRIZ SULZBACH CORNELIUS LTDA.

Objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE ITENS DE COZINHA, ELETRODOMÉSTICOS, ENXOVAL, VESTUÁRIO, HIGIENE, DECORAÇÃO, MATERIAIS ESPORTIVOS E RECREAÇÃO".

Prazo: O prazo de vigência 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DA DATA DE ASSINATURA DO RESPECTIVO CONTRATO, NA FORMA DO ARTIGO 105 DA LEI N° 14.133/2021

Valor: O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado R$22.507,20 (vinte e dois mil quinhentos e sete reais e vinte centavos).

Data de Assinatura:25.08.2026.

DOTAÇÃO

10.01 Secretaria Municipal da Família, Mulher e Desenvolvimento Social
08.244.0010.2.049 Coordenação do Serviço Social
3.3.90.30.00 – 1255 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 221
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 221
08.244.0010.2.054 Manutenção do CREAS
3.3.90.30.00 – 1940 Material de Consumo 230
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 230
08.244.0010.2.055 Programa Bolsa Família
3.3.90.30.00 – 1940 Material de Consumo 234
08.244.0010.2.056 Manutenção do CRAS
3.3.90.30.00 – 1934 Material de Consumo 238
10.02 Secretaria Municipal da Família, Mulher e Desenvolvimento Social
08.243.0013.6.002 Manutenção das Atividades da Casa de Passagem
3.3.90.30.00 – 1216 Material de Consumo 261
3.3.90.30.00 – 1941 Material de Consumo 261
08.243.0013.6.003 Manutenção do Centro Estrelar
3.3.90.30.00 – 1216 Material de Consumo 268
DOTAÇÕES DESCRIÇÃO
10.01 Secretaria Municipal da Família, Mulher e Desenvolvimento Social
08.244.0010.2.049 Coordenação do Serviço Social
4.4.90.52.00 – 1940 Equipamentos e Material Permanente 227
08.244.0010.2.054 Manutenção do CREAS
4.4.90.52.00 – 1940 Equipamentos e Material Permanente 233
4.4.90.52.00 – 1941 Equipamentos e Material Permanente 233
08.244.0010.2.056 Manutenção do CRAS
4.4.90.52.00 – 1934 Equipamentos e Material Permanente 241
10.02 Secretaria Municipal da Família, Mulher e Desenvolvimento Social
08.243.0013.6.002 Manutenção das Atividades da Casa de Passagem
4.4.90.52.00 – 1216 Equipamentos e Material Permanente 266
4.4.90.52.00 – 1941 Equipamentos e Material Permanente 266
08.243.0013.6.003 Manutenção do Centro Estrelar
4.4.90.52.00 – 1216 Equipamentos e Material Permanente 272

Almirante Tamandaré, 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:DDC73254

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 296/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 296/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 296/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA SANTA CATARINA UTILITÁRIOS LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO - RESOLUÇÃO SESA Nº 895/2025, 07 (SETE) VEÍCULOS TIPO VAN - RESOLUÇÃO SESA Nº 1432/2023, RESOLUÇÃO SESA N° 1147/2025 - RESOLUÇÃO SESA N° 1357/2025, 01 (UM) VEÍCULO TIPO VAN COM ACESSIBILIDADE - RESOLUÇÃO SESA Nº 895/2025, 04 (QUATRO) VEÍCULO DE PASSEIO - RESOLUÇÃO SESA Nº 1108/2023 - RESOLUÇÃO SESA Nº 1432/2023 - RESOLUÇÃO SESA Nº 1147/2025, PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**".

Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. O prazo para a execução do objeto será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 344.000,00 (trezentos e quarenta e quatro mil reais).**

Data de Assinatura: 01.09.2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.302.0015.1.006 Equipamentos para UBS
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 144
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 144
4.4.90.52.00 - 1348 Equipamentos e Material Permanente 144

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:F24DC494

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº 297/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 297/2026

Partes:**TERMO DE CONTRATO Nº 297/2026 DE QUE FAZ ENTRE SI, O MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA ELITE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA.**

Objeto: "**AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO UTILITÁRIO - RESOLUÇÃO SESA Nº 895/2025, 07 (SETE) VEÍCULOS TIPO VAN - RESOLUÇÃO SESA Nº 1432/2023, RESOLUÇÃO SESA N° 1147/2025 - RESOLUÇÃO SESA N° 1357/2025, 01 (UM) VEÍCULO TIPO VAN COM ACESSIBILIDADE - RESOLUÇÃO SESA Nº 895/2025, 04 (QUATRO) VEÍCULO DE PASSEIO - RESOLUÇÃO SESA Nº 1108/2023 - RESOLUÇÃO SESA Nº 1432/2023 - RESOLUÇÃO SESA Nº 1147/2025, PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**".

Prazo: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. O prazo para a execução do objeto será de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de recebimento da Nota de Empenho.

Valor:O presente Contrato é firmado pelo preço certo e ajustado de **R$ 103.400,00 (cento e três mil e quatrocentos reais).**

Data de Assinatura: 01.09.2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
09.01 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
10.302.0015.1.006 Equipamentos para UBS
4.4.90.52.00 – 1000 Equipamentos e Material Permanente 144
4.4.90.52.00 – 1303 Equipamentos e Material Permanente 144
4.4.90.52.00 - 1348 Equipamentos e Material Permanente 144

Publicado por:
Rosana Aparecida Esser
Código Identificador:E438BAD2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA 073/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 073/2026

PROTOCOLO 0018.000015744/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **"PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA, PARA O CONSERTO DA BOMBA HIDRÁULICA DO CAMINHÃO, PLACA QRD1C82.",** a favor da empresa **RM DISEL TRUCK E PERSONALIZADOS LTDA.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº**

58.878.458/0001-28, com o valor global de **R$ 8.300,00 (oito mil e trezentos reais),** conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 02 de setembro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Aparecida da Silva
Código Identificador:790D529A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DO PROCESSO Nº 072/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 072/2026

PROTOCOLO 0018.000016041/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é a **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E OPERAÇÃO DE CATRACAS ELETRÔNICAS PARA CONTROLE DE ACESSO NA 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO, GARANTINDO ORGANIZAÇÃO E SEGURANÇA DURANTE O EVENTO",** a favor da empresa **TXT CONTROL LTDA**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 26.095.667/0001-09,** com o valor global de **R$ 23.340,00 (Vinte e três mil trezentos e quarenta reais),** conforme solicitação da Comissão Organizadora da 5ª Festa do Morango. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 02 de setembro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:46F9B132

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 074/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 074/2026

PROTOCOLO 0018.000016206/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é "**AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CAIXA DE TRANSPORTE PARA ANIMAIS, DESTINADA AO SETOR VETERINÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE (SMAAMA)",** em favor da empresa **R.R COMERCIO DE RAÇÕES EIRELI,** Pessoa Jurídica de Direito Privado, devidamente inscrita no **CNPJ sob o nº 02.091.111/0001-86,** com o valor global de **R$ 1.999,00 (um mil novecentos e noventa e nove reais)**, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré, 02 de setembro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Juergen Moecke
Código Identificador:D87AFA13

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
RATIFICAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 071/2026

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA Nº 071/2026

PROTOCOLO 0018.000016040/2026

O Prefeito Municipal de Almirante Tamandaré, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Art. 75, inciso II da Lei 14.133/2021 **RATIFICA** a Dispensa supracitada, cujo objeto é "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE INGRESSOS FÍSICOS E DIGITAIS, BEM COMO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE ACESSO DE PÚBLICO, POR MEIO DE SISTEMA ELETRÔNICO EFICIENTE E SEGURO, DURANTE A REALIZAÇÃO DA 5ª FESTA MUNICIPAL DO MORANGO",** em favor de **INGRESSOLIVE SERVIÇOS ONLINE LTDA**, inscrita no **CNPJ sob o nº 30.542.342/0001-02,** com o valor global de **R$ 18.300,00 (dezoito mil e trezentos reais)**, conforme solicitação da Comissão Organizadora da Festa do Morango. Publique-se o presente no prazo de 05 (cinco) dias na imprensa oficial.

Almirante Tamandaré,02 de setembro de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:648ADD1C

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO TERMO DE ERRATA AO CONTRATO DE CONVÊNIO PARA EMPRÉSTIMOS COM DESCONTO EM FOLHA DE PAGAMENTO

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000013199/2026.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CAMPOS GERAIS, GRANDE CURITIBA, VALE DO RIBERIA E FORÇA DOS VENTOS – SICREDI CAMPOS GERAIS E GRANDE CURITIBA PR/SP.
CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.
1.1 Constitui objeto da presente errata, a retificação do nome empresarial da Cooperativa de Crédito, conforme segue:

Onde se lê: COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CAMPOS GERAIS E GRANDE CURITIBA – SICREDI CAMPOS GERAIS E GRANDE CURITIBA PR/SP.

Leia-se : COOPERATIVA DE CRÉDITO, POUPANÇA E INVESTIMENTO CAMPOS GERAIS, GRANDE CURITIBA, VALE DO RIBERIA E FORÇA DOS VENTOS – SICREDI CAMPOS GERAIS E GRANDE CURITIBA PR/SP

Data da Assinatura: 01/07/2026.

Almirante Tamandaré, 02 de setembro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:5387FEFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 565/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER férias ao servidor abaixo relacionado, no período respectivo indicado:

MAT	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
10854	RAFAEL HENRIQUE AGNER	08/01/2025 - 07/01/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
1870	CARLOS INACIO DE OLIVEIRA	10/05/2023 - 09/05/2024	14/09/2026 - 30/10/2026
11273	ANTONIO AUGUSTO DE SIQUEIRA	07/04/2025 - 06/04/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
10805	EMERSON CLAITON ARAUJO	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10811	WILLIAN MENDES DA SILVA	08/01/2025 - 07/01/2026	11/08/2026 - 09/09/2026
10835	DERICK ROBERTO	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10179	DIOCLECIO JOSE FERREIRA DA SILVA	16/05/2025 - 15/05/2026	03/11/2026 - 02/12/2026
10049	DIANIS NOBRE DE FIGUEIREDO	09/04/2025 - 08/04/2026	15/07/2026 - 13/08/2026
11678	WALDIRLEI BUENO DE OLIVEIRA	01/09/2025 - 31/08/2026	04/09/2026 - 03/10/2026
10785	ELIZEU SANTANA	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
867	CLAUDIO CEZAR GUSSO	24/05/2024 - 23/05/2026	03/09/2026 -02/10/2026
10512	FRANCIELE INACIO DE FARIAS	05/02/2025 - 04/02/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
11012	MARCO AURELIO SILVA	17/02/2025 - 16/02/2026	03/09/2026 -02/10/2026
10876	VILMAR PERBONI	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 -02/10/2026
10780	AMAURI DOMAKOSKI	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 -02/10/2026
11463	JOSNEI DE JESUS ROSA	02/06/2025 - 01/06/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10918	SERGIO WILLIAM MACHADO	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 -02/10/2026
3353	CLAUDEVIR MACEDO MARTIM GARCIA	08/02/2025 - 07/02/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
11010	ZILMA LEAL DE FRANÇA	07/02/2025 - 06/02/2026	03/09/2026 -02/10/2026
9574	ALESSANDRO FERREIRA	12/06/2024 - 11/06/2025	24/08/2026 - 22/09/2026
10813	RAFAEL AUGUSTO GAIEVCZ	08/01/2025 - 07/01/2026	10/09/2026 - 09/10/2026
11044	WALTER ORTIZ DE CAMARGO	24/02/2025 - 23/02/2026	03/09/2026 -02/10/2026

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 31 de agosto de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:0B94832A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 026/2026

Súmula: Autoriza viagem e pagamento de diárias.

O Presidente da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, vereador Sergio Mesquita de Oliveira, no uso das atribuições legais e regimentais que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com as disposições da Lei Municipal nº 698/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Fica autorizada, após o deferimento do requerimento pelos membros da Mesa Diretora, a viagem do Vereador Jean Carlos da Cruz dos Santos de Almeida, portador do CPF/MF nº .729.-00, matrícula nº 91/1, à cidade de Curitiba, Estado do Paraná, com saída prevista para o dia 02 de setembro de 2026 e retorno no dia 04 de setembro de 2026.

Parágrafo único. A viagem tem por finalidade o comparecimento à Secretaria de Estado da Administração e da Previdência – ParanáPrevidência e ao Gabinete do Deputado Federal Felipe Francischini, para tratar de assuntos de interesse institucional, especialmente relacionados a emendas parlamentares pendentes, bem como de outros assuntos de interesse do Município de Altamira do Paraná.

Art. 2º Fica autorizado o pagamento de duas diárias e meia, perfazendo um total de R$ 1.375,00 (Um mil, trezentos e setenta e cinco reais) para o vereador mencionado no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.

Art. 4º Esta Portaria entrará vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Secretaria da Câmara Municipal de Altamira do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

SERGIO MESQUITA DE OLIVEIRA
Presidente

Publicado por:
Valter Dias
Código Identificador:D211851A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
ATA DE ADJUDICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026 EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

ATA DE ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

OBJETO: Formação de Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização volante (som de rua) e locação de equipamentos de sonorização de pequeno e médio porte, com montagem, operação, suporte técnico e desmontagem, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Altamira do Paraná/PR.

LOTE 1 – ADJUDICADO – 02/09/2026
DESCRIÇÃO: Locação de som de pequeno porte para reuniões, solenidades e eventos de menor porte.
QUANTIDADE: 24
UNIDADE: EVENTOS.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.830,00.
VALOR TOTAL: R$ 43.920,00.

LOTE 2 – ADJUDICADO – 02/09/2026
DESCRIÇÃO: Locação de som de médio porte para eventos públicos, formações e apresentações culturais.
QUANTIDADE: 24
UNIDADE: EVENTOS.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.530,00
VALOR TOTAL: R$ 60.720,00

LOTE 3 – ADJUDICADO – 02/09/2026
DESCRIÇÃO: Sonorização volante em área urbana, e quando, solicitado, em comunidades rurais e demais localidades do município de Altamira do Paraná, por meio de carro de som.
QUANTIDADE: 600
UNIDADE: HORAS
VALOR UNITÁRIO: R$ 147,00.
VALOR TOTAL: R$ 88.200,00

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, Inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos do edital do Pregão Eletrônico nº 024/2026, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** o objeto da contratação supramencionada, tendo como Contratada, **SEDEUR GINETON SOARES, CNPJ/MF 107.237.02/0001-57.**

Encaminhe-se para homologação da autoridade superior e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 02 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:141B5BE9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE ADJUDICAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

EXTRATO ATA DE ADJUDICAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

OBJETO: Contratação de sociedade seguradora especializada para prestação de seguro total da frota oficial do Município de Altamira do Paraná, para fins de formação de Ata de Registro de Preços (SRP), com vigência de 12 (doze) meses, em lote único composto por 44 (quarenta e quatro) itens. As apólices serão emitidas de forma escalonada e sob demanda durante a vigência da Ata, mediante contrato administrativo, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

LOTE 01/ITEM 01 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-OROCH 16 4X2 CABINE DUPLA, 2019/2020. Placa: EPX9J89; chassi: 93Y9SR3H5LJ224212. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 72.811,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 9.174,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 566,10 (quinhentos e sessenta e seis reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 566,10 (quinhentos e sessenta e seis reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 02 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-AIRCROSS START MT, 2019/2020. Placa: PBX0168; chassi: 935SUNFN1LB500480. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 51.486,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.487,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 467,90 (quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 467,90 (quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 03 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-AIRCROSS START MT, 2019/2020. Placa: PBX9D05; chassi: 935SUNFN1LB530593. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 51.486,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.487,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 467,90 (quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 467,90 (quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 04 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: Fiat-Ducato Minibus Comfort 2.3 16v Diesel, 2018/2018. Placa: BDB5C97; chassi: 3C6EFVFK4JE120636. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 149.378,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 18.672,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 940,00 (novecentos e quarenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 940,00 (novecentos e quarenta reais).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 05 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: FIAT-Mobi Like 1.0 Fire Flex 4P, 2017/2018. Placa: BBU1784; chassi: 9BD341A5XJY516148. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 42.787,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 4.878,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 294,40 (duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 294,40 (duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 06 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: Fiat-Toro Endurance 2.0 16V 4x4 Diesel Aut., 2021/2022. Placa: RHE3A57; chassi: 9882261PGNKE00639. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 102.440,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 10.736,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 984,80 (novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 984,80 (novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 07 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: VOLKSWAGEN-GOL MC4, 2021/2022. Placa: BEX9C41; chassi: 9BWAG45U5NT003443. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 52.221,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 4.977,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 483,50 (quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 483,50 (quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 08 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: FIAT-DUCATO ENGESIGEXE, 2020/2021. Placa: RHK4A46; chassi: 3C6EFVFK3ME520627. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 215.162,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 23.668,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.079,40 (um mil e setenta e nove reais e quarenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.079,40 (um mil e setenta e nove reais e quarenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 09 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: FIAT-MOBI LIKE, 2022/2023. Placa: SED0D36; chassi: 9BD341ACZPY829909. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 53.853,00; coberturas comuns conforme

este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 4.901,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 500,20 (quinhentos reais e vinte centavos).
VALOR TOTAL: R$ 500,20 (quinhentos reais e vinte centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 10 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-C3 LIVE, 2024/2024. Placa: TAK9I02; chassi: 935CEFC2CRB552957. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 64.540,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.648,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 635,20 (seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).
VALOR TOTAL: R$ 635,20 (seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 11 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-C3 LIVE, 2024/2025. Placa: TAK9H88; chassi: 935CEFC2CSB512871. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 67.963,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.660,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 650,30 (seiscentos e cinquenta reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 650,30 (seiscentos e cinquenta reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 12 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-C3 LIVE, 2024/2025. Placa: TAM1F45; chassi: 935CEFC2CSB512861. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 67.963,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.660,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 650,30 (seiscentos e cinquenta reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 650,30 (seiscentos e cinquenta reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 13 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: VOLKSWAGEN-Saveiro Robust 1.6 MSI Total Flex, 2016/2017. Placa: BBT8984; chassi: 9BWKB45U5HP074724. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 48.591,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 5.928,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 496,90 (quatrocentos e noventa e seis reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 496,90 (quatrocentos e noventa e seis reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 14 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: DAFRA-RIVA 150, 2015/2015. Placa: AZV9582; chassi: 95VC05A2FFM000205. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 6.262,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 1.234,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 382,70 (trezentos e oitenta e dois reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 382,70 (trezentos e oitenta e dois reais e setenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 15 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: HONDA-NXR160 BROS ESDD, 2022/2022. Placa: RHY5H60; chassi: 9C2KD0810NR186827. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 19.194,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 3.513,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 540,80 (quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 540,80 (quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 16 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: HONDA-NXR160 BROS ESDD, 2022/2022. Placa: RHY5I13; chassi: 9C2KD0810NR186888. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 19.194,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 3.513,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 540,80 (quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 540,80 (quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 17 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-C3 LIVE, 2024/2024. Placa: TAI2I40; chassi: 935CEFC28RB544629. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 64.540,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.648,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 635,20 (seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).
VALOR TOTAL: R$ 635,20 (seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 18 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: Citroen-Jumpy Cargo 1.5 Turbo Diesel, 2024/2024. Placa: TAN7D52; chassi: 9V7VBYHVERA004668. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 151.046,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 17.219,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.091,80 (um mil e noventa e um reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.091,80 (um mil e noventa e um reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 19 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-KWID ZEN 1.0 MECANICO, 2020/2021. Placa: BES8J30; chassi: 93YRBB00XMJ746033. Casco: 100% da Tabela

FIPE ou valor determinado de referência R$ 40.246,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 4.830,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 409,50 (quatrocentos e nove reais e cinquenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 409,50 (quatrocentos e nove reais e cinquenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 20 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: FORD-KA SE PLUS C, 2020/2020. Placa: BEG1I95; chassi: 9BFZH54S3L8001325. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 52.251,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.009,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 538,10 (quinhentos e trinta e oito reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 538,10 (quinhentos e trinta e oito reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 21 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: FIAT-Strada CD Hard Working 1.4 Evo Flex 3P, 2018/2018. Placa: BCH5187; chassi: 9BD57834FJY229491. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 69.889,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 7.967,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 533,80 (quinhentos e trinta e três reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 533,80 (quinhentos e trinta e três reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 22 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: VOLKSWAGEN-NOVA SAVEIRO TRENDLINE MBVS CABINE SIMPLES, 2017/2018. Placa: BBU8D36; chassi: 9BWKB45UXJP076619. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 56.469,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.437,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 644,90 (seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 644,90 (seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 23 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: CHEVROLET-MONTANA MODIFICAR AB1, 2018/2019. Placa: BDH0C75; chassi: 9BGCA8030KB138144. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 52.351,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 5.759,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 677,50 (seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 677,50 (seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 24 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: FIAT-STRADA FREEDOM 13CS, 2021/2022. Placa: RHU8D03; chassi: 9BD281A31NYW98132. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 76.890,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 7.328,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 620,10 (seiscentos e vinte reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 620,10 (seiscentos e vinte reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 25 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: Mercedes-Benz-Sprinter 415 Furgão E.L.T.Alt. 2.2 Dies., 2012/2013. Placa: AXF4026; chassi: 8AC906633DE070143. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 113.517,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 22.136,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.035,90 (um mil e trinta e cinco reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.035,90 (um mil e trinta e cinco reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 26 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: Toyota-Hilux SW4 SRX 4x4 2.8 TDI 16V Dies. Aut., 2022/2022. Placa: SEI2B46; chassi: 8AJDA8CB2N6051075. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 287.792,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 33.182,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.241,00 (um mil e duzentos e quarenta e um reais).
VALOR TOTAL: R$ 1.241,00 (um mil e duzentos e quarenta e um reais).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 27 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: Ford-TRANSIT Furgão 2.0 Medio Turbo Diesel, 2022/2023. Placa: SEG7I03; chassi: WF0BTTVD2PU006248. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 192.819,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 21.210,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.216,20 (dois mil e duzentos e dezesseis reais e vinte centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.216,20 (dois mil e duzentos e dezesseis reais e vinte centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 28 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: Fiat-Scudo Cargo 1.5 16V Turbo Diesel, 2023/2024. Placa: SFN0J45; chassi: 9VCVBYHVERA005625. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 153.692,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 14.601,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.049,90 (um mil e quarenta e nove reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.049,90 (um mil e quarenta e nove reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 29 – ADJUDICADO EM 01/09/2026

ITEM: RENAULT-Logan Expression 1.6 16V SCe Flex 4P, 2017/2017. Placa: BBL7363; chassi: 93Y4SRFH4HJ736446. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 36.693,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 5.357,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 513,30 (quinhentos e treze reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 513,30 (quinhentos e treze reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 30 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: FORD-FIESTA FLEX, 2011/2012. Placa: EQW6266; chassi: 9BFZF55A5C8259812. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 27.757,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 4.746,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 294,80 (duzentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 294,80 (duzentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 31 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: VOLKSWAGEN-VOYAGE TREND, 2010/2011. Placa: JIW4466; chassi: 9BWDB05U3BT037705. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 31.021,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 5.056,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 311,20 (trezentos e onze reais e vinte centavos).
VALOR TOTAL: R$ 311,20 (trezentos e onze reais e vinte centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 32 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: VOLKSWAGEN-VIRTUS MB, 2025/2026. Placa: UBB2C82; chassi: 9BWDH6BZ1T4018518. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 105.760,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 8.672,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 923,70 (novecentos e vinte e três reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 923,70 (novecentos e vinte e três reais e setenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 33 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: MERCEDES-BENZ-MASCA ROMA R, 2025/2026. Placa: UBO0C39; chassi: 9BM384036TB428985. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 566.030,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 56.603,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.028,10 (dois mil e vinte e oito reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.028,10 (dois mil e vinte e oito reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 34 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: CHEVROLET-ONIX 10TMT HB, 2025/2026. Placa: UBF5A30; chassi: 9BGEA48H0TG140491. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 90.398,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 7.413,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 874,70 (oitocentos e setenta e quatro reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 874,70 (oitocentos e setenta e quatro reais e setenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 35 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-OROCH INTENSE 1.6 M, 2025/2025. Placa: UBF5G54; chassi: 93Y9SR8G6SJ489059. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 107.032,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 10.489,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.003,30 (um mil e três reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.003,30 (um mil e três reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 36 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-OROCH INTENSE 1.6 M, 2025/2025. Placa: UBF5B56; chassi: 93Y9SR8G6SJ453515. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 107.032,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 10.489,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.003,30 (um mil e três reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.003,30 (um mil e três reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 37 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: HYUNDAI-HB20 LIMITED, 2026/2026. Placa: UBO0B94; chassi: 9BHCU51FATP831586. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 83.877,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 7.549,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 523,30 (quinhentos e vinte e três reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 523,30 (quinhentos e vinte e três reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 38 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: CAOA-CHERY-Tiggo 7 SPORT 1.5 Turbo Flex 16V Aut., 2026/2027. Placa: UBV8E56; chassi: 95PEFL31DVB092954. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 145.625,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 29.125,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.771,00 (um mil e setecentos e setenta e um reais).
VALOR TOTAL: R$ 1.771,00 (um mil e setecentos e setenta e um reais).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 39 – ADJUDICADO EM 01/09/2026

ITEM: RENAULT-KWID ZEN 2, 2025/2026. Placa: UBX1H37; chassi: 93YRBB003TJ460023. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 62.268,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.102,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 641,00 (seiscentos e quarenta e um reais).
VALOR TOTAL: R$ 641,00 (seiscentos e quarenta e um reais).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 40 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-KWID ZEN 2, 2025/2026. Placa: UBX2A71; chassi: 93YRBB00XTJ529970. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 62.268,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.102,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 641,00 (seiscentos e quarenta e um reais).
VALOR TOTAL: R$ 641,00 (seiscentos e quarenta e um reais).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 41 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: Citroen-Jumpy 2.2 Cargo Turbo, 2025/2026. Placa: UCB5C05; chassi: 9V7VPFC31TA004299. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 173.778,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 18.768,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.241,10 (um mil e duzentos e quarenta e um reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.241,10 (um mil e duzentos e quarenta e um reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 42 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: Citroen-Jumpy 2.2 Cargo Turbo, 2025/2026. Placa: UCB5C06; chassi: 9V7VPFC36TA004301. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 173.778,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 18.768,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.241,10 (um mil e duzentos e quarenta e um reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.241,10 (um mil e duzentos e quarenta e um reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 43 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-AIRCROSS 7 FL, 2026/2026. Placa: UCE4G39; chassi: 935CNFCA0TB560256. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 104.922,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 10.282,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 807,50 (oitocentos e sete reais e cinquenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 807,50 (oitocentos e sete reais e cinquenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 44 – ADJUDICADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-AIRCROSS 7 FL, 2026/2026. Placa: UCE4G33; chassi: 935CNFCA7TB560898. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 104.922,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 10.282,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 807,50 (oitocentos e sete reais e cinquenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 807,50 (oitocentos e sete reais e cinquenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

Com fundamento no resultado do julgamento e da habilitação, em conformidade com o disposto no Art. 71, inciso IV, da Lei Federal n.º 14.133/2021, e considerando que foram cumpridos todos os requisitos do edital do Pregão Eletrônico nº 22/2026, a Prefeita Municipal resolve **ADJUDICAR** os objetos da contratação supramencionada.
Encaminhe-se para homologação da autoridade superior e demais providências legais.

Altamira do Paraná/PR, 01 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:0D47CB4F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ATA DE HOMOLOGAÇÃO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

EXTRATO ATA DE HOMOLOGAÇÃO
PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 95/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026

OBJETO: Contratação de sociedade seguradora especializada para prestação de seguro total da frota oficial do Município de Altamira do Paraná, para fins de formação de Ata de Registro de Preços (SRP), com vigência de 12 (doze) meses, em lote único composto por 44 (quarenta e quatro) itens. As apólices serão emitidas de forma escalonada e sob demanda durante a vigência da Ata, mediante contrato administrativo, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e em seus anexos.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, fica **HOMOLOGADO** o resultado do Pregão Eletrônico nº 22/2026, em favor da empresa vencedora, conforme abaixo:

LOTE 01/ITEM 01 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-OROCH 16 4X2 CABINE DUPLA, 2019/2020. Placa: EPX9J89; chassi: 93Y9SR3H5LJ224212. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 72.811,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 9.174,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 566,10 (quinhentos e sessenta e seis reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 566,10 (quinhentos e sessenta e seis reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 02 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-AIRCROSS START MT, 2019/2020. Placa: PBX0168; chassi: 935SUNFN1LB500480. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 51.486,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.487,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.

VALOR UNITÁRIO: R$ 467,90 (quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 467,90 (quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 03 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-AIRCROSS START MT, 2019/2020. Placa: PBX9D05; chassi: 935SUNFN1LB530593. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 51.486,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.487,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 467,90 (quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 467,90 (quatrocentos e sessenta e sete reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 04 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: Fiat-Ducato Minibus Comfort 2.3 16v Diesel, 2018/2018. Placa: BDB5C97; chassi: 3C6EFVFK4JE120636. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 149.378,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 18.672,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 940,00 (novecentos e quarenta reais).
VALOR TOTAL: R$ 940,00 (novecentos e quarenta reais).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 05 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: FIAT-Mobi Like 1.0 Fire Flex 4P, 2017/2018. Placa: BBU1784; chassi: 9BD341A5XJY516148. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 42.787,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 4.878,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 294,40 (duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 294,40 (duzentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 06 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: Fiat-Toro Endurance 2.0 16V 4x4 Diesel Aut., 2021/2022. Placa: RHE3A57; chassi: 9882261PGNKE00639. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 102.440,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 10.736,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 984,80 (novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 984,80 (novecentos e oitenta e quatro reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 07 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: VOLKSWAGEN-GOL MC4, 2021/2022. Placa: BEX9C41; chassi: 9BWAG45U5NT003443. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 52.221,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 4.977,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 483,50 (quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 483,50 (quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 08 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: FIAT-DUCATO ENGESIGEXE, 2020/2021. Placa: RHK4A46; chassi: 3C6EFVFK3ME520627. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 215.162,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 23.668,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.079,40 (um mil e setenta e nove reais e quarenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.079,40 (um mil e setenta e nove reais e quarenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 09 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: FIAT-MOBI LIKE, 2022/2023. Placa: SED0D36; chassi: 9BD341ACZPY829909. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 53.853,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 4.901,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 500,20 (quinhentos reais e vinte centavos).
VALOR TOTAL: R$ 500,20 (quinhentos reais e vinte centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 10 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-C3 LIVE, 2024/2024. Placa: TAK9I02; chassi: 935CEFC2CRB552957. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 64.540,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.648,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 635,20 (seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).
VALOR TOTAL: R$ 635,20 (seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 11 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-C3 LIVE, 2024/2025. Placa: TAK9H88; chassi: 935CEFC2CSB512871. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 67.963,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.660,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 650,30 (seiscentos e cinquenta reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 650,30 (seiscentos e cinquenta reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 12 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-C3 LIVE, 2024/2025. Placa: TAM1F45; chassi: 935CEFC2CSB512861. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 67.963,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.660,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.

VALOR UNITÁRIO: R$ 650,30 (seiscentos e cinquenta reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 650,30 (seiscentos e cinquenta reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 13 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: VOLKSWAGEN-Saveiro Robust 1.6 MSI Total Flex, 2016/2017. Placa: BBT8984; chassi: 9BWKB45U5HP074724. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 48.591,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 5.928,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 496,90 (quatrocentos e noventa e seis reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 496,90 (quatrocentos e noventa e seis reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 14 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: DAFRA-RIVA 150, 2015/2015. Placa: AZV9582; chassi: 95VC05A2FFM000205. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 6.262,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 1.234,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 382,70 (trezentos e oitenta e dois reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 382,70 (trezentos e oitenta e dois reais e setenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 15 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: HONDA-NXR160 BROS ESDD, 2022/2022. Placa: RHY5H60; chassi: 9C2KD0810NR186827. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 19.194,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 3.513,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 540,80 (quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 540,80 (quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 16 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: HONDA-NXR160 BROS ESDD, 2022/2022. Placa: RHY5I13; chassi: 9C2KD0810NR186888. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 19.194,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 3.513,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 540,80 (quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 540,80 (quinhentos e quarenta reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 17 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-C3 LIVE, 2024/2024. Placa: TAI2I40; chassi: 935CEFC28RB544629. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 64.540,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.648,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 635,20 (seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).
VALOR TOTAL: R$ 635,20 (seiscentos e trinta e cinco reais e vinte centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 18 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: Citroen-Jumpy Cargo 1.5 Turbo Diesel, 2024/2024. Placa: TAN7D52; chassi: 9V7VBYHVERA004668. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 151.046,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 17.219,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.091,80 (um mil e noventa e um reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.091,80 (um mil e noventa e um reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 19 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-KWID ZEN 1.0 MECANICO, 2020/2021. Placa: BES8J30; chassi: 93YRBB00XMJ746033. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 40.246,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 4.830,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 409,50 (quatrocentos e nove reais e cinquenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 409,50 (quatrocentos e nove reais e cinquenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 20 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: FORD-KA SE PLUS C, 2020/2020. Placa: BEG1I95; chassi: 9BFZH54S3L8001325. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 52.251,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.009,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 538,10 (quinhentos e trinta e oito reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 538,10 (quinhentos e trinta e oito reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 21 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: FIAT-Strada CD Hard Working 1.4 Evo Flex 3P, 2018/2018. Placa: BCH5187; chassi: 9BD57834FJY229491. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 69.889,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 7.967,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 533,80 (quinhentos e trinta e três reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 533,80 (quinhentos e trinta e três reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 22 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: VOLKSWAGEN-NOVA SAVEIRO TRENDLINE MBVS CABINE SIMPLES, 2017/2018. Placa: BBU8D36; chassi: 9BWKB45UXJP076619. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 56.469,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.437,00.

UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 644,90 (seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 644,90 (seiscentos e quarenta e quatro reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 23 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: CHEVROLET-MONTANA MODIFICAR AB1, 2018/2019. Placa: BDH0C75; chassi: 9BGCA8030KB138144. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 52.351,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 5.759,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 677,50 (seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 677,50 (seiscentos e setenta e sete reais e cinquenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 24 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: FIAT-STRADA FREEDOM 13CS, 2021/2022. Placa: RHU8D03; chassi: 9BD281A31NYW98132. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 76.890,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 7.328,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 620,10 (seiscentos e vinte reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 620,10 (seiscentos e vinte reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 25 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: Mercedes-Benz-Sprinter 415 Furgão E.L.T.Alt. 2.2 Dies., 2012/2013. Placa: AXF4026; chassi: 8AC906633DE070143. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 113.517,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 22.136,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.035,90 (um mil e trinta e cinco reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.035,90 (um mil e trinta e cinco reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 26 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: Toyota-Hilux SW4 SRX 4x4 2.8 TDI 16V Dies. Aut., 2022/2022. Placa: SEI2B46; chassi: 8AJDA8CB2N6051075. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 287.792,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 33.182,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.241,00 (um mil e duzentos e quarenta e um reais).
VALOR TOTAL: R$ 1.241,00 (um mil e duzentos e quarenta e um reais).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 27 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: Ford-TRANSIT Furgão 2.0 Medio Turbo Diesel, 2022/2023. Placa: SEG7I03; chassi: WF0BTTVD2PU006248. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 192.819,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 21.210,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.216,20 (dois mil e duzentos e dezesseis reais e vinte centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.216,20 (dois mil e duzentos e dezesseis reais e vinte centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 28 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: Fiat-Scudo Cargo 1.5 16V Turbo Diesel, 2023/2024. Placa: SFN0J45; chassi: 9VCVBYHVERA005625. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 153.692,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 14.601,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.049,90 (um mil e quarenta e nove reais e noventa centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.049,90 (um mil e quarenta e nove reais e noventa centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 29 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-Logan Expression 1.6 16V SCe Flex 4P, 2017/2017. Placa: BBL7363; chassi: 93Y4SRFH4HJ736446. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 36.693,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 5.357,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 513,30 (quinhentos e treze reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 513,30 (quinhentos e treze reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 30 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: FORD-FIESTA FLEX, 2011/2012. Placa: EQW6266; chassi: 9BFZF55A5C8259812. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 27.757,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 4.746,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 294,80 (duzentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 294,80 (duzentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 31 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: VOLKSWAGEN-VOYAGE TREND, 2010/2011. Placa: JIW4466; chassi: 9BWDB05U3BT037705. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 31.021,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 5.056,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 311,20 (trezentos e onze reais e vinte centavos).
VALOR TOTAL: R$ 311,20 (trezentos e onze reais e vinte centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 32 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: VOLKSWAGEN-VIRTUS MB, 2025/2026. Placa: UBB2C82; chassi: 9BWDH6BZ1T4018518. Casco: 100% da Tabela

FIPE ou valor determinado de referência R$ 105.760,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 8.672,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 923,70 (novecentos e vinte e três reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 923,70 (novecentos e vinte e três reais e setenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 33 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: MERCEDES-BENZ-MASCA ROMA R, 2025/2026. Placa: UBO0C39; chassi: 9BM384036TB428985. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 566.030,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 56.603,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 2.028,10 (dois mil e vinte e oito reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 2.028,10 (dois mil e vinte e oito reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 34 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: CHEVROLET-ONIX 10TMT HB, 2025/2026. Placa: UBF5A30; chassi: 9BGEA48H0TG140491. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 90.398,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 7.413,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 874,70 (oitocentos e setenta e quatro reais e setenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 874,70 (oitocentos e setenta e quatro reais e setenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 35 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-OROCH INTENSE 1.6 M, 2025/2025. Placa: UBF5G54; chassi: 93Y9SR8G6SJ489059. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 107.032,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 10.489,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.003,30 (um mil e três reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.003,30 (um mil e três reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 36 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-OROCH INTENSE 1.6 M, 2025/2025. Placa: UBF5B56; chassi: 93Y9SR8G6SJ453515. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 107.032,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 10.489,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.003,30 (um mil e três reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.003,30 (um mil e três reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 37 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: HYUNDAI-HB20 LIMITED, 2026/2026. Placa: UBO0B94; chassi: 9BHCU51FATP831586. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 83.877,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 7.549,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 523,30 (quinhentos e vinte e três reais e trinta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 523,30 (quinhentos e vinte e três reais e trinta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 38 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: CAOA-CHERY-Tiggo 7 SPORT 1.5 Turbo Flex 16V Aut., 2026/2027. Placa: UBV8E56; chassi: 95PEFL31DVB092954. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 145.625,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 29.125,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.771,00 (um mil e setecentos e setenta e um reais).
VALOR TOTAL: R$ 1.771,00 (um mil e setecentos e setenta e um reais).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 39 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-KWID ZEN 2, 2025/2026. Placa: UBX1H37; chassi: 93YRBB003TJ460023. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 62.268,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.102,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 641,00 (seiscentos e quarenta e um reais).
VALOR TOTAL: R$ 641,00 (seiscentos e quarenta e um reais).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 40 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: RENAULT-KWID ZEN 2, 2025/2026. Placa: UBX2A71; chassi: 93YRBB00XTJ529970. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 62.268,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 6.102,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 641,00 (seiscentos e quarenta e um reais).
VALOR TOTAL: R$ 641,00 (seiscentos e quarenta e um reais).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 41 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: Citroen-Jumpy 2.2 Cargo Turbo, 2025/2026. Placa: UCB5C05; chassi: 9V7VPFC31TA004299. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 173.778,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 18.768,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.241,10 (um mil e duzentos e quarenta e um reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.241,10 (um mil e duzentos e quarenta e um reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 42 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: Citroen-Jumpy 2.2 Cargo Turbo, 2025/2026. Placa: UCB5C06; chassi: 9V7VPFC36TA004301. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 173.778,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 18.768,00.
UNIDADE: Unid.

QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 1.241,10 (um mil e duzentos e quarenta e um reais e dez centavos).
VALOR TOTAL: R$ 1.241,10 (um mil e duzentos e quarenta e um reais e dez centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 43 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-AIRCROSS 7 FL, 2026/2026. Placa: UCE4G39; chassi: 935CNFCA0TB560256. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 104.922,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 10.282,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 807,50 (oitocentos e sete reais e cinquenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 807,50 (oitocentos e sete reais e cinquenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

LOTE 01/ITEM 44 – HOMOLOGADO EM 01/09/2026
ITEM: CITROEN-AIRCROSS 7 FL, 2026/2026. Placa: UCE4G33; chassi: 935CNFCA7TB560898. Casco: 100% da Tabela FIPE ou valor determinado de referência R$ 104.922,00; coberturas comuns conforme este Termo de Referência; franquia máxima do casco por ocorrência: R$ 10.282,00.
UNIDADE: Unid.
QUANTIDADE: 1.
VALOR UNITÁRIO: R$ 807,50 (oitocentos e sete reais e cinquenta centavos).
VALOR TOTAL: R$ 807,50 (oitocentos e sete reais e cinquenta centavos).
EMPRESA: GENTE SEGURADORA S.A., inscrita no CNPJ nº 90.180.605/0001-02.

A presente homologação autoriza a adoção das providências necessárias para a formalização do respectivo Contrato ou Ata de Registro de Preço, nos termos da legislação vigente.

Altamira do Paraná/PR, 01 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rafaela de Souza Vaz
Código Identificador:619F93A6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 87/2026
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

OBJETO: Formação de Sistema de Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de sonorização volante (som de rua) e locação de equipamentos de sonorização de pequeno e médio porte, com montagem, operação, suporte técnico e desmontagem, para atendimento das demandas das Secretarias Municipais do Município de Altamira do Paraná/PR.

Com fundamento no artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021, a Prefeita Municipal resolve **HOMOLOGAR** o **PREGÃO ELETRÔNICO 24/2026** para a contratação supramencionada, tendo como Contratada, **SEDEUR GINETON SOARES, CNPJ/MF 107.237.02/0001-57.**

Encaminhe-se para publicação e demais providências legais.

Altamira do Paraná, 02 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jadson Moraes Dos Reis
Código Identificador:A843EAA5

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 28/2026 - PSS

EDITAL PSS N° 01/2025

LEI MUNICIPAL Nº 608/2019

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO N° 28/2026

CONTRATANTE: Município de Altamira do Paraná – PR

CONTRATADA: LUCIANE DE MORAIS

DO OBJETO: O presente contrato de trabalho por tempo determinado tem como objeto a contratação para o exercício do cargo de PROFESSOR(A) (TEMPORÁRIO), com carga horária de 20 horas semanais.

DA VIGÊNCIA: 01 de setembro de 2026 à 30 de dezembro de 2026.

REMUNERAÇÃO: R$ 2.565,31 (dois mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos) não será reajustado enquanto durar o contrato, salvo quando interesse exclusivo do CONTRATANTE em conformidade as legislações vigentes.

Altamira do Paraná, PR 01 de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:6A906D97

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
LEI MUNICIPAL Nº. 848/2026

Súmula: Revoga as Leis Complementares Municipais nº 725/2023 e nº 729/2023, restabelece expressamente a vigência das Leis Complementares Municipais nº 465/2013 e nº 466/2013, bem como das Leis Municipais nº 010/1987, nº 033/1997, nº 285/2009, nº 612/2019, nº 630/2020, nº 640/2020 e nº 663/2021, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aprovou, e Eu, Elza Aparecida da Silva, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º Ficam integralmente revogadas as seguintes Leis Complementares Municipais:

I – Lei Complementar nº 725, de 2023, que dispõe sobre o parcelamento e o remembramento do solo para fins urbanos e dá outras providências;
II – Lei Complementar nº 729, de 2023, que dispõe sobre o Código de Posturas do Município de Altamira do Paraná e dá outras providências.

Art. 2º Nos termos do art. 2º, §3º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, fica expressamente determinada a repristinação, restabelecendo-se integralmente a vigência das seguintes normas municipais:

I – Lei Complementar nº 465, de 2013;

II – Lei Complementar nº 466, de 2013;
III – Lei Municipal nº 010, de 1987;
IV – Lei Municipal nº 033, de 1997;
V – Lei Municipal nº 285, de 2009;
VI – Lei Municipal nº 612, de 2019;
VII – Lei Municipal nº 630, de 2020;
VIII – Lei Municipal nº 640, de 2020;
IX – Lei Municipal nº 663, de 2021.

Parágrafo único. O restabelecimento de vigência previsto no caput deste artigo opera-se de forma expressa e integral, voltando a produzir todos os seus efeitos jurídicos a partir da entrada em vigor desta Lei Complementar, ressalvados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada.

Art. 3º Permanecem válidos os atos administrativos regularmente praticados durante a vigência das Leis Complementares nº 725/2023 e nº 729/2023, desde que compatíveis com a legislação ora repristinada, preservando-se a segurança jurídica e a continuidade administrativa.

Art. 4º As Leis Complementares nº 465/2013 e nº 466/2013 e as Leis Municipais nº 010/1987, nº 033/1997, nº 285/2009, nº 612/2019, nº 630/2020, nº 640/2020 e nº 663/2021 voltam a vigorar com a redação original e todas as alterações posteriormente promovidas até sua revogação.

Art. 5º O Poder Executivo poderá editar os atos regulamentares necessários à fiel execução desta Lei Complementar.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis. (02/09/2026).

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:0B428BD6

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 348/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares a servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 01 (um) de setembro de 2026, 30 (trinta) dias de FÉRIAS a servidora **ROSEMERY APARECIDA BORGES,** matrícula funcional nº **508633,** ocupante do cargo efetivo de TECNICO DE ENFERMAGEM, lotada na Unidade Básica de Saúde, referente ao período aquisitivo 03/06/2025 à 02/06/2026, nos termos da Lei nº 680/2022.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:827E9707

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 349/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares a servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 01 (um) de setembro de 2026, 20 (vinte) dias de FÉRIAS a servidora **QUELES CRISTINA PEREIRA,** matrícula funcional nº **13007,** ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotada no Hospital Municipal, referente ao período aquisitivo 18/08/2025 à 17/08/2026, nos termos da Lei nº 680/2022.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, ao 02 (dois) dias do mês de setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Maura Rainha de Oliveira
Código Identificador:974E802D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2026

MUNICIPIO DE AMAPORÃ/PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 082/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO 018/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.
O Município de Amaporã, torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 222/2023, objeto:

Aquisição de medicamento destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e à manutenção da assistência farmacêutica aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS do Município de Amaporã/PR.

PRAZO LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS:	***DIA 10/09/2026, DAS 08H AS 14H HORAS (CUMPRIR O DISPOSTO NO ART. 75, §3 DA 14.133)***
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS:	https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp
LINK DO EDITAL:	https://www.amapora.pr.gov.br/licitacao

Amaporã/PR, 02 de setembro de 2026.

GUSTTAVO LUCAS DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:E1196473

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 210/2025 – ID 3509

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 103/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 038/2025
SRP Nº 037/2025

DAS PARTES:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

CONTRATADO: CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA ESCOLA DO PARANÁ – CIEE/PR, inscrita no CNPJ: 76.610.591/0001-80

DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência** do Contrato Administrativo nº 210/2025 – ID nº 3509, cujo objeto consiste na prestação de serviços de agente de integração para operacionalização de programas de estágio no âmbito da Administração Municipal.

DA VIGÊNCIA:
Fica prorrogada a vigência do Contrato Administrativo nº 210/2025 – ID nº 3509 por mais 12 (doze) meses, compreendendo o período de **01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027**

DO VALOR:
Em razão da presente prorrogação, fica mantido para o período prorrogado o valor anual estimado de R$ 571.735,92 (quinhentos e setenta e um mil, setecentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos), conforme valor atualizado pelo Primeiro Termo Aditivo, celebrado em 23 de junho de 2026.

O presente Termo Aditivo não implica novo reajuste ou acréscimo de valor, permanecendo vigentes os valores das Bolsas Estágio, o auxílio-transporte e a taxa administrativa estabelecidos no contrato e no Primeiro Termo Aditivo.

DOS RECURSOS FINANCEIROS:
As despesas decorrentes da execução do presente Termo Aditivo correrão por conta de recursos orçamentários próprios do Município, consignados no orçamento vigente, observada a disponibilidade orçamentária para o exercício correspondente.

41 - 05.001.04.122.0003.2.010.3.3.90.39.00.00 - Gestão da Secretaria de Administração
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

56 - 05.001.04.122.0003.2.011.3.3.90.39.00.00 - Apoio Administrativo a Divisão de Recursos Humanos
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

69 - 05.001.04.122.0003.2.012.3.3.90.39.00.00 - Apoio Administrativo à Divisão de Licitações e Contratos
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

98 - 05.002.04.121.0003.2.029.3.3.90.39.00.00 - Gestão das Atividades da Divisão de Contabilidade e Orçamento
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

191 - 06.001.15.452.0007.2.034.3.3.90.39.00.00 - Manter a Gestão das Atividades do Setor de Serviços Urbanos
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

284 - 07.001.12.361.0013.2.043.3.3.90.39.00.00 - Gestão das Despesas com o Ensino Básico Fundamental
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1104

306 - 07.001.12.365.0013.2.048.3.3.90.39.00.00 - Manter a Gestão das Atividades da Educação Infantil
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1104

337 - 07.002.27.812.0011.2.054.3.3.90.39.00.00 - Manter as Atividades do Setor de Esportes do Município
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

351 - 08.001.10.122.0003.2.059.3.3.90.39.00.00 - Manter a Gestão da Secretaria de Saúde
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1303

371 - 08.001.10.301.0010.2.060.3.3.90.39.00.00 - Manter a Gestão das Unidades Básicas de Saúde
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1303

395 - 08.001.10.302.0010.2.061.3.3.90.39.00.00 - Manter a Gestão do Hospital Municipal
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1303

453 - 09.001.08.122.0003.2.107.3.3.90.39.00.00 - Gestão da Secretaria de Assistência Social
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

508 - 09.001.08.244.0014.2.120.3.3.90.39.00.00 - Gestão das Atividades do CRAS e SCFV
Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento no artigo 107 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 210/2025 – ID nº 3509, que prevê a possibilidade de prorrogação da vigência contratual, observadas as condições legais.

DA RATIFICAÇÃO:
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 210/2025 – ID nº 3509 e de seus respectivos Termos Aditivos, não modificadas pelo presente instrumento.

Amaporã/PR, 20 de agosto de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:214C2EBD

LICITAÇÃO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2025 ID 3454

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 075/2025
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2025

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã**,** inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: TORRES & ANSELMI LTDA CNPJ: 02.327.415/0001-08

DO OBJETO:
Prorrogação do prazo de vigência contratual por mais **03 (três) meses**, compreendendo o período de **03 de setembro de 2026 até 02 de dezembro de 2026**, referente à contratação de empresa para fornecimento de **150 Mbps de internet dedicada full, com 100% de garantia de download e upload, Dual Stack, sendo 01 (um) IPv4 válido fixo e IPv6, por meio de fibra óptica ponto a ponto**, para atender às necessidades do **Centro Municipal de Educação**

Gregório Vaquero Dominguez, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura do Município de Amaporã/PR..
A presente prorrogação possui caráter temporário, tendo em vista que se encontra em andamento novo procedimento licitatório destinado à contratação do mesmo objeto. Após a conclusão do novo procedimento e a formalização da respectiva contratação, o presente contrato poderá ser rescindido antecipadamente, independentemente do término do prazo de vigência ora prorrogado, mediante comunicação formal à CONTRATADA, observadas as disposições legais e contratuais aplicáveis.

DO VALOR:
Permanecem inalterados os valores originalmente contratados, não havendo aplicação de reajuste contratual.

O valor mensal permanece em R$ 990,00 (novecentos e noventa reais), totalizando o valor de R$ 2.970,00 (dois mil novecentos e setenta reais) para o período prorrogado.

Dotação Orçamentária:
As despesas decorrentes da presente prorrogação correrão por conta de recursos municipais do exercício financeiro de 2026, através da seguinte dotação orçamentária:

307 - 07.001.12.365.0013.2.048.3.3.90.40.00.00 - Manter a Gestão das Atividades da Educação Infantil
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica – Fonte 1104

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O Município de Amaporã efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias após recebimento da respectiva Nota Fiscal/Fatura, no setor competente, e conferência da mesma.

DA VALIDADE:
O prazo de vigência do presente Termo Aditivo será de **03 (três) meses**, compreendendo o período de **03 de setembro de 2026 até 02 de dezembro de 2026**, podendo ocorrer o encerramento antecipado da contratação após a conclusão do novo procedimento licitatório e formalização da nova contratação, conforme as condições estabelecidas no respectivo Termo Aditivo.

Amaporã/PR, 02 setembro de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:444E1A55

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 181/2023 - ID 2956

Processo administrativo n 064/2023
Tomada de preços n004/2023

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob o nº 75.475.038/0001-10.
Contratado: TORRES & ANSELMI LTDA, inscrita no CNPJ 02.327.415/0001-08.

DO OBJETO:
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual do Contrato nº 181/2023 – ID 2956, cujo objeto consiste na Contratação de empresa especializada em fornecimento de internet fibra óptica, com velocidade mínima de 300 MB, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, Hospital Municipal, Posto de Saúde NIS II e da Unidade de Atenção Primária Eva Maria Franklin.

DA PRORROGAÇÃO:
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 181/2023 – ID 2956 por mais 03 (três) meses, compreendendo o período de 03 de agosto de 2026 até 02 de novembro de 2026.

DO VALOR DO TERMO ADITIVO
O valor total do presente termo aditivo é de **R$ 21.384,00** (vinte e um mil trezentos e oitenta e quatro reais).

DOS RECURSOS FINANCEIROS
As despesas decorrentes da presente prorrogação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
372 - 08.001.10.301.0010.2.060.3.3.90.40.00.00 - Manter a Gestão das Unidades Básicas de Saúde
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica – Fonte 4946

352 - 08.001.10.122.0003.2.059.3.3.90.40.00.00 - Manter a Gestão da Secretaria de Saúde
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica – Fonte 1000

396 - 08.001.10.302.0010.2.061.3.3.90.40.00.00 - Manter a Gestão do Hospital Municipal
Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica – Fonte 1303

DA LICITAÇÃO E DO FUNDAMENTO LEGAL:
O presente termo aditivo encontra-se amparado e fundamentado no artigo 57, da Lei nº 8.6666/93.

DA RATIFICAÇÃO DAS CLÁUSULAS:
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial, firmado entre as partes.

Amaporã/PR, em 03 de agosto de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN -
Prefeito Municipal
Contratante

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:B061BDA1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 249, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 249, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia membros para compor a comissão de sindicância e de processo administrativo disciplinar da prefeitura municipal de Amaporã e dá outras providências.

O **PREFEITO MARCOS MARIN**, usando das competências e atribuições que lhe são conferidas,
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 181-A e 181-B da Lei Municipal nº 173/2006;
RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados, nos termos dos artigos 181-A e 181-B da Lei Municipal nº 173/2006, os membros para compor a**Comissão de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar**, desta Prefeitura Municipal, conforme segue:
I – Presidente: Gilmar Adriano Basílio Oliveira, matrícula nº 3198;
II – Membro: Maria Regina Venceslau Canuto, matrícula nº 3035;
III – Membro: Natalia Aparecida Almeida Ferreira, matrícula nº 3136.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Amaporã, 02 de setembro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ediane Aparecida de Oliveira
Código Identificador:60BD10F2

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
DESIGNA AUXILIAR ADMINISTRATIVO

PORTARIA Nº248/2026

SÚMULA: Designa Servidor Público Municipal para responder pela documentação da Centro Municipal de Educação Infantil Gregório Vaquero Dominguez do Município e Amaporã, Estado do Paraná e outras providencias.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã – Estado do Paraná no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

Considerando a necessidade de designar profissional para responder pela documentação da Centro Municipal de Educação Infantil Gregório Vaquero Dominguez, - junto ao Núcleo Regional de Educação de Paranavaí.

RESOLVE:

Art.1º. Designar o servidor municipal, ALDAIR FRANCISCO CALDEIRA auxiliar administrativo, para assinar e responder por toda documentação da Centro Municipal de Educação Infantil Gregório Vaquero Dominguez do Município de Amaporã.

Art. 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário, **02/09/2026**.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos dois (02) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e vinte e seis (2026).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lu
Código Identificador:CAFF5801

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº. 006/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 072/2026.

Objeto: Construção de Infraestrutura urbana (lazer) CGSF- Meu Campinho, contendo: Campo de futebol com grama sintética, alambrado e rede de nylon, instalações elétricas, paver e par de traves. **Preço máximo:** R$ 582.638,93 (quinhentos e oitenta e dois mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e três centavos). **INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** as 08:00 horas do dia 09/09/2026. **ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:** as 09:00 horas do dia 14/10/2026. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** horário de Brasília (DF). Plataforma: BNC http://www.bnc.org.br, no qual o edital está disponível para "download". Informações: (45) 98806-4345.

Anahy-Pr, 02 de setembro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:C19118FF

SECRETARIA GERAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2026 - CONCURSO PÚBLICO 001/2024

O Prefeito municipal de Anahy, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2024 pelo Edital nº 015/2024 de 02 de julho de 2024; CONVOCA a candidata aprovada e relacionada abaixo para comparecer na Divisão de Pessoal da Prefeitura Municipal com seus documentos pessoais num prazo de 03 (três) dias úteis após a publicação deste Edital.

CONVOCA:

CANDIDATO(A)	CARGO
FRANCIELI PELOZI ALVES	PSICOLÓGO

O não comparecimento ou a falta de apresentação dos documentos ensejará a desclassificação do candidato.

Anahy/PR, 02 de setembro de 2026.

ARILSON BATISTA DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:D13E2431

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 020 – 2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS, COM UTILIZAÇÃO DE RECURSOS DO CONVÊNIO 05/2025 COEDE-PR, DESTINADOS AO CEMAM — CENTRO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO MULTIDISCIPLINAR –VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir do dia 03/08/2026.
PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 10/09/2026 às 09h00min até o dia 16/09/2026 às 09h00min.
ENVIO DE PROPOSTAS: através do e-mail propostas.licitapma@gmail.com
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes
Ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 115 1500 (Ramal 226) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 02 de setembro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:FEB6CC62

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 021 – 2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE INCUBADORA PARA INDICADORES BIOLÓGICOS, DESTINADA AO MONITORAMENTO E CONTROLE DOS PROCESSOS DE ESTERILIZAÇÃO REALIZADOS EM AUTOCLAVES DAS UNIDADES DE SAÚDE, VISANDO GARANTIR A VERIFICAÇÃO DA EFICÁCIA DOS CICLOS DE ESTERILIZAÇÃO E O ATENDIMENTO ÀS NORMAS

SANITÁRIAS VIGENTES. ATENDENDO SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
DISPONIBILIDADE DO EDITAL: a partir do dia 03/08/2026.
PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: do dia 10/09/2026 às 14h00min até o dia 16/09/2026 às 14h00min.
ENVIO DE PROPOSTAS: através do e-mail propostas.licitapma@gmail.com
EDITAL: sítio da PMA: https://andira.pr.gov.br/licitacoes
Ou Portal da Transparência: https://servicos.andira.pr.gov.br:9095/portaltransparencia/1/licitacoes.
INFORMAÇÕES ADICIONAIS: 0800 115 1500 (Ramal 226) ou licitacao@andira.pr.gov.br.

Andirá, 02 de setembro de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:484B8033

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA

Processo Administrativo nº 139/2022
Pregão Eletrônico nº 077/2022
Contrato nº 012/2023
Interessada: Creative Group Ltda.

I - RELATÓRIO
Trata-se de requerimento administrativo formulado pela empresa CREATIVE GROUP LTDA., contratada pelo Município de Andirá por meio do Contrato Administrativo nº 012/2023, decorrente do Pregão Eletrônico nº 077/2022 e do Processo Administrativo nº 139/2022, cujo objeto consiste na prestação de serviços mediante cessão de mão de obra especializada.
A requerente informa que os serviços contratados vêm sendo regularmente executados e que a Nota Fiscal nº 3049, no valor total de R$ 35.577,77, referente aos serviços prestados no mês de junho de 2026, foi apresentada e devidamente atestada pela fiscalização municipal. Registra-se que referido valor global compreende a parcela destinada aos salários dos prestadores de serviços e os respectivos encargos sociais e trabalhistas, sendo de R$ 22.211,06 o valor correspondente à parcela salarial. Informa, contudo, encontrar-se em situação de irregularidade fiscal e previdenciária, circunstância que estaria impedindo a emissão das respectivas certidões de regularidade.
Em seu requerimento mais recente, a empresa pleiteia o imediato processamento e liberação do pagamento da Nota Fiscal nº 3049 e, ainda, a concessão de prazo até 31 de dezembro de 2026 para promover a regularização de suas certidões fiscais e previdenciárias. Requer, também, que, caso não restabelecida a regularidade até aquela data, os valores faturados nas notas fiscais emitidas a partir de janeiro de 2027 permaneçam retidos até o saneamento da situação.
É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO
A controvérsia deve ser examinada a partir de duas questões que, embora relacionadas, não se confundem: de um lado, o dever da empresa contratada de manter, durante a execução contratual, as condições de habilitação e regularidade exigidas pela Administração; de outro, o dever da Administração de remunerar os serviços que tenham sido efetivamente executados, recebidos e atestados.
A manutenção das condições de habilitação durante a execução do contrato constitui obrigação da contratada. No regime jurídico aplicável ao ajuste, o art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993 estabelecia a obrigação de manutenção, durante toda a execução contratual, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sem prejuízo das medidas administrativas próprias para as hipóteses de descumprimento contratual.
Todavia, a irregularidade fiscal superveniente da empresa não se confunde com a inexistência do direito à contraprestação pelos serviços que tenham sido efetivamente prestados e reconhecidos pela Administração.
A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou entendimento no sentido de que o descumprimento da obrigação de manutenção da regularidade fiscal pode ensejar as consequências administrativas e contratuais juridicamente cabíveis, mas não autoriza a Administração a reter, exclusivamente por esse fundamento, os valores correspondentes a serviços que já tenham sido efetivamente prestados. Nesse sentido, destaca-se o REsp nº 1.173.735/RN, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 09/05/2014, orientação posteriormente reiterada em outros julgados da Corte Superior.
O próprio requerimento apresentado pela contratada invoca essa orientação jurisprudencial e sustenta que a retenção integral de valores relativos a serviços efetivamente prestados, exclusivamente em razão da irregularidade fiscal superveniente, não constitui medida adequada.

Isso, entretanto, não significa afastar a obrigação da contratada de recompor sua regularidade fiscal e previdenciária, tampouco autoriza que a situação de irregularidade perdure indefinidamente sem qualquer providência administrativa.
Compete à Administração, no exercício da gestão e fiscalização contratual, compatibilizar o pagamento daquilo que efetivamente recebeu com o dever de exigir da contratada o cumprimento das obrigações assumidas e a manutenção das condições necessárias à continuidade regular do vínculo.
Nesse ponto, a requerente pleiteia prazo até 31 de dezembro de 2026 para regularização de sua situação. O pedido, contudo, não necessita ser acolhido integralmente.
Considerando que a própria empresa reconhece expressamente sua situação de irregularidade e manifesta a intenção de saneá-la; considerando a necessidade de não prolongar, além do estritamente necessário, situação incompatível com as condições ordinárias de execução do contrato; e considerando, ainda, a necessidade de preservar, no período de transição, a continuidade dos serviços contratados e o regular adimplemento das obrigações decorrentes dos serviços efetivamente executados, mostra-se razoável a concessão de prazo somente até 30 de novembro de 2026.
A fixação desse termo constitui medida de prudência administrativa, pois concede à contratada período adicional para adoção das providências necessárias à regularização, sem, contudo, acolher integralmente a extensão temporal pretendida até 31 de dezembro de 2026.
Desse modo, e considerando o caráter excepcional da medida, os pagamentos a serem autorizados até a competência de novembro de 2026, inclusive, ficarão restritos à parcela correspondente aos salários dos prestadores de serviços, tendo como valor mensal de referência R$ 22.211,06, não abrangendo os encargos sociais e trabalhistas.

Esse montante deverá ser apurado em cada competência pela fiscalização contratual e poderá ser reduzido proporcionalmente em razão de eventuais faltas ou ausências dos prestadores, condicionando-se o pagamento à efetiva prestação dos serviços, ao ateste e à regular liquidação da despesa pelos setores competentes, observadas as demais exigências legais, contratuais, orçamentárias e financeiras pertinentes.
A autorização ora concedida possui caráter excepcional, temporalmente delimitado e restrito à parcela salarial acima indicada, não alcançando o valor integral das notas fiscais, nem representando dispensa permanente da manutenção da regularidade fiscal ou previdenciária ou alteração das demais obrigações previstas no contrato.
Também não se mostra adequado, neste momento, acolher a proposta apresentada pela empresa de estabelecer, antecipadamente, regime automático de retenção dos valores faturados a partir de janeiro de 2027. A situação contratual deverá ser apreciada ao término do prazo ora concedido, à luz das circunstâncias então existentes e das providências efetivamente adotadas pela contratada.
Assim, caso a empresa não demonstre a regularização de sua situação fiscal e previdenciária até 30 de novembro de 2026, deverá a fiscalização e a gestão do contrato comunicar imediatamente o fato à autoridade competente, para análise da continuidade do ajuste e adoção das medidas administrativas e contratuais cabíveis, inclusive eventual instauração de procedimento destinado à aplicação de

sanções ou à rescisão/extinção contratual, conforme o regime jurídico aplicável, sempre assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Ressalva-se, em qualquer hipótese, que eventual providência relativa à continuidade ou extinção do vínculo contratual não prejudica a análise das obrigações decorrentes dos serviços que tenham sido efetivamente executados, recebidos e atestados pela Administração, observados, quanto aos pagamentos ora autorizados, os limites material e temporal fixados nesta decisão.

III - DECISÃO
Ante o exposto, considerando os documentos constantes dos autos, os serviços efetivamente prestados e atestados, a necessidade de preservação do interesse público e da continuidade administrativa, bem como a necessidade de regularização da situação fiscal e previdenciária da contratada, DEFIRO PARCIALMENTE o requerimento formulado pela empresa CREATIVE GROUP LTDA., nos seguintes termos:
1. AUTORIZO, relativamente à Nota Fiscal nº 3049, cujo valor total é de R$ 35.577,77, o processamento e pagamento exclusivamente da parcela correspondente aos salários dos prestadores de serviços referentes ao mês de junho de 2026, no valor de R$ 22.211,06, ressalvada eventual redução proporcional em razão de faltas ou ausências apuradas pela fiscalização contratual, e desde que a despesa esteja devidamente atestada e liquidada pelos setores responsáveis, observadas as demais exigências legais, contratuais, orçamentárias e financeiras aplicáveis.
2. AUTORIZO, igualmente, até a competência de novembro de 2026, inclusive, o processamento e pagamento exclusivamente das parcelas correspondentes aos salários dos prestadores de serviços, tendo como valor mensal de referência R$ 22.211,06, sujeito à redução proporcional em caso de faltas ou ausências verificadas em cada competência, e condicionados à efetiva prestação dos serviços, ao respectivo ateste pela fiscalização contratual, à regular liquidação da despesa e ao cumprimento das demais exigências administrativas pertinentes.
3. CONCEDO à contratada prazo até 30 de novembro de 2026 para comprovar perante o Município o restabelecimento de sua regularidade fiscal e previdenciária, mediante apresentação das certidões e demais documentos pertinentes.

4. INDEFIRO o pedido na parte em que pretende a concessão de prazo até 31 de dezembro de 2026, ficando expressamente consignado que a autorização excepcional objeto desta decisão não abrange a competência do mês de dezembro de 2026.
5. O disposto nesta decisão não importa dispensa, afastamento ou modificação definitiva da obrigação contratual de manutenção das condições de regularidade exigíveis. A autorização concedida é excepcional, está limitada temporalmente ao período acima estabelecido e materialmente à parcela salarial, não abrangendo o valor integral das notas fiscais, cujos demais componentes não são objeto de liberação por esta decisão.
6. Caso a empresa não comprove sua regularização até 30 de novembro de 2026, determino que, a partir de 1º de dezembro de 2026, a fiscalização e a gestão contratual promovam imediatamente a reavaliação da situação do Contrato nº 012/2023 e encaminhem os autos aos setores competentes para deliberação quanto às medidas administrativas e contratuais cabíveis, inclusive quanto à continuidade do ajuste, eventual aplicação de sanções e demais providências admitidas pela legislação de regência, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
7. NÃO ACOLHO, neste momento, a proposta da contratada de instituição antecipada de retenção automática dos valores faturados a partir de janeiro de 2027, porquanto eventual inadimplemento remanescente deverá ser apreciado especificamente pela Administração à vista da situação existente após o término do prazo ora concedido.
8. Dê-se ciência desta decisão à empresa contratada, ao gestor e ao fiscal do contrato, ao Departamento de Licitações e Contratos, ao Departamento de Contabilidade e aos demais setores responsáveis,

para conhecimento, acompanhamento do prazo e adoção das providências pertinentes.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Andirá/PR, 25 de agosto de 2026.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:5545BFE3

GABINETE DA PREFEITA
DECISÃO ADMINISTRATIVA DE PRESCRIÇÃO - DCT Nº. 008/2026

Andirá, 27 de Agosto de 2026.

Ref.: Processo nº 3327/2026, no qual a requerente, srª. Amanda Panier de Godoy, CPF nº ***.356.***-28, solicita a "*Prescrição do débito de Taxa de inscrição de concurso público, referente ao período de 2006*".

A contribuinte supracitada requereu o instituto da prescrição tributária1, o qual ocorre quando não há propositura de ação de execução fiscal pela fazenda pública dentro do prazo estabelecido pelo Código Tributário Nacional – CTN2.

O prazo para que se promova a ação de execução fiscal é de cinco anos, contados da data da constituição definitiva do crédito tributário. E, por constituição definitiva do crédito tributário, considera-se o momento em que a constituição do lançamento não puder mais ser discutida na via administrativa3.

Quanto o objeto desta análise, foi identificado que no cadastro da contribuinte em referência consta crédito tributário vencido e não pago relativo à *"Taxa de inscrição de concurso público", referente ao período de 2006* ", conforme relatório exposto a seguir.

1 Art. 156. Extinguem o crédito tributário:
V - a prescrição e a decadência;

2 Art. 174. A ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva.
3STJ 622 - A notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.

Figura I – Relatório Débito x Contribuinte

De forma imprescindível, a contribuinte apresentou a via original da Certidão Negativa emitida pelo Distribuidor Judicial (anexo), com data de 26 de agosto de 2026, a qual atesta NÃO CONSTAR em andamento nenhum registro de execuções fiscais, para a contribuinte em questão, pois foi verificado e identificado que não consta a dívida para o período de 20 (vinte anos) objeto deste requerimento.

Diante do exposto, este Fisco Municipal vê, no presente caso, defeso o direito Municipal de ingressar na esfera judicial no propósito de ter esses créditos tributários adimplidos, fundamentado no instituto da prescrição, e, dessa forma DEFERE5 o pleito do contribuinte e, seguidamente, providencia a baixa dos créditos prescritos.

4 II - É pacífico o entendimento do Superior Tribunal de Justiça segundo o qual a ação para a cobrança do crédito tributário prescreve em cinco anos, contados da data da sua constituição definitiva, que, nos casos de lançamento de ofício, ocorre quando já não caiba recurso administrativo ou quando se haja esgotado o prazo para sua interposição. (...) V – Agravo Interno improvido. (STJ - AgInt no REsp nº 1.558.016/PR. DJe 12/08/16)
5 "...créditos prescritos não podem sequer ser cobrados administrativamente e nem mesmo recebidos pelo fisco..." Francisco Ramos Mangieri, Manual do Fiscal Tributário, pág. 114.

FÁBIO BIANCARDI BALDINI
Diretor do Departamento de Tributação

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal
Prefeitura Municipal de Andirá

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:5719F8D4

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.334/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 190.900,00 (cento e noventa mil novecentos reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
11.003.13.392.0010.2.101.		Manter os Eventos Culturais e Cívicos	
1447 - 3.3.90.39.00.00	3000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	190.900,00
		Total Suplementação:	**190.900,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA , Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:F22FDE05

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 11.335/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 17.380,00 (dezessete mil trezentos e oitenta reais), autorizado pela Lei Orçamentária nº 4004/2025 de 23/12/2025.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de ANDIRA, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar, nas dotações orçamentárias abaixo especificadas:

Suplementação			
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.302.0012.2.039.		Manter os Serviços de Atendimento Especializados	
498 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	5.680,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001.08.243.0023.6.001.		Manter o Conselho Tutelar	
775 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
11.003.13.392.0009.2.102.		Manter Centros Culturais - Casa da Memória e Museu de Artes Naturais	
1020 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.200,00
11.003.13.392.0010.2.101.		Manter os Eventos Culturais e Cívicos	
1055 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
		Total Suplementação:	**17.380,00**

Artigo 2º - Os recursos para a abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata este decreto serão resultantes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias.

Redução			
06.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE SAÚDE - FUNDO MUL. DE SAÚDE	
06.002.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
06.002.10.302.0012.2.039.		Manter os Serviços de Atendimento Especializados	
492 - 3.3.50.43.00.00	1000	SUBVENÇÕES SOCIAIS	5.680,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	
10.001.00.000.0000.0.000.		GABINETE DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	
10.001.08.243.0023.6.001.		Manter o Conselho Tutelar	
777 - 3.3.91.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	500,00
11.000.00.000.0000.0.000.		SEC. MUL. DE CULTURA E COMUNICAÇÃO	
11.003.00.000.0000.0.000.		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
11.003.13.392.0009.2.102.		Manter Centros Culturais - Casa da Memória e Museu de Artes Naturais	
1025 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PESSOA JURÍDICA	1.200,00
11.003.13.392.0010.2.101.		Manter os Eventos Culturais e Cívicos	
1056 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
		Total Redução:	**17.380,00**

Artigo 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal "Bráulio Barbosa Ferraz", Município de ANDIRA, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Simone Zanon
Código Identificador:AAFEDA78

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE CONTRATO N° 119/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PARANÁ
SWV TERCEIRIZAÇOES LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE SERVENTE DE LIMPEZA, MEDIANTE O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, COM NATUREZA CONTINUADA, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.

VALOR: Pela prestação do serviço o (a) CONTRATADO (A) receberá o valor de **R$ 48.627,84** (quarenta e oito mil seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e quatro centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência de **12 (doze) meses**, a partir de **02/09/2026 a 01/09/2027.**

DATA: 02.09.2026.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

SERGIO WEGNER DE VARGAS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:07817008

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.311 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Ednyra Aparecida Sanches Bueno De Godoy Ferreira, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e,

CONSIDERANDO a Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO o Decreto 9.858 de 24 de Janeiro de 2023 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos no âmbito do Poder Executivo no Município de Andirá Pr.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	LAIZA ARIEL NUNES DE SOUZA		
Fiscal Substituto:	LEANDRO AZEVEDO SESTITO		
Gestor Titular:	AILTON BARBOZA		
Gestor Substituto:	ANA LUIZA DE OLIVEIRA MOURA		
Contrato nº	119/2026	**VIGÊNCIA:**	02.09.2026 a 01.09.2027
Modalidade:	PREGÃO ELETRÔNICO		
Nº licitação	037/2025		
Contratado:	**SWV TERCEIRIZAÇOES LTDA**		
Objeto:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE SERVENTE DE LIMPEZA, MEDIANTE O REGIME DE EXECUÇÃO INDIRETA, COM NATUREZA CONTINUADA, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.		
Valor:	**R$ 48.627,84**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o Município de Andirá PR perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de Setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:3F200635

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.313 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 08 de setembro de 2026, a Servidora Pública Municipal**GIOVANA SOARES DOS SANTOS** ocupante do cargo em comissão de **CHEFE DIVISÃO PROGRAMAS ASSISTENCIAIS - SEC AÇÃO SOCIAL,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Educação Profissionalizante, referente ao período aquisitivo: 25-10-2024 a 24-10-2025.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:3FE15020

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.314 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 30 dias de férias, a partir do dia 01 de outubro de 2026, a Servidora Pública Municipal **AMANDA VIANA DA COSTA RAMOS** ocupante do cargo de **AGENTE DE ENDEMIAS,** lotada na Secretaria Municipal da Saúde, referente ao período aquisitivo: 02-04-2025 a 01-04-2026.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:E61ED353

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº. 20.315 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA, Prefeita Municipal de Andirá, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, e.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder 10 dias de férias remanescentes, a partir do dia 16 de setembro de 2026, ao Servidor Público Municipal **VALDEIR ANTONIO JUNIOR** ocupante do cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE** lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE,** referente ao período aquisitivo: 12-04-2022 a 11-04-2023.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação,

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrario.

Paço Municipal Bráulio Barbosa Ferraz, Município de Andirá, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026, 83º da Emancipação Política.

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mariana Yasmim Granatto
Código Identificador:85305146

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE PRIMEIRO TERMO ADITIVO O CONTRATO Nº 04/2025 ID Nº 54/2025

PARTES: SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE ANDIRÁ/PR E
BANCO DO BRASIL S.A.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, contados a partir de **02/09/2026** e término em **01/09/2027**, com fundamento no Art. 107 da Lei nº14.133/2021.
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Reajuste de valores na importância de R$ 272.563,20 (duzentos e setenta e dois mil e quinhentos e sessenta e três reais e vinte centavos), com fundamento no Art. 106, I e II, da Lei 14.133/2021.

MODALIDADE DE ARRECADAÇÃO	VALOR UNITÁRIO
Débito Automático	R$ 1,52 (um real e cinquenta e dois centavos)
Internet	R$ 1,52 (um real e cinquenta e dois centavos)
Autoatendimento	R$ 1,52 (um real e cinquenta e dois centavos)
Correspondente Bancário	R$ 2,40 (dois reais e quarenta centavos)

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.
Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 02/09/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 02/2025

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:F057C287

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ERRATA DA RATIFICAÇÃO E DO EXTRATO DA DISPENSA-021-2026

ERRATA
TERMO DE RATIFICAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO

RATIFICAÇÃO - Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 21/08/2026. Edição 3600

Onde se lê: R$ 8.735,00 (oito mil setecentos e trinta e cinco reais)
Leia-se: R$ 8.785,00 (oito mil setecentos e oitenta e cinco reais).

EXTRATO DO CONTRATO - Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 28/08/2026. Edição 3605
Onde se lê: R$ 8.735,00 (oito mil setecentos e trinta e cinco reais)
Leia-se: R$ 8.785,00 (oito mil setecentos e oitenta e cinco reais).

As demais informações permanecem inalteradas.

Antonina, 02 de Setembro de 2026

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:316E2DC5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR
PREGÃO ELETRONICO N° 021/2025

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

CONTRATO Nº 056/2026 ID. 4122
PREGÃO ELETRONICO N° 021/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 056/025

O **MUNICÍPIO DE ANTONINA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 76022516/0001-07, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, n.º 150, Antonina-PR, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. **Rozane Maristela Benedetti Osaki**.
EMPRESA LKG TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ NO 58.092.169/0001-07, com sede à Rua Miguel Bertolino Pizato, n°598 Centro, no Município de Araucária, Estado do Paraná, CEP: 83.702-220, telefone: (41) 99703-9959 e endereço eletrônico: tgrebos@gmail.com, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr(a) **LEOCADIA KOCHINSKI GREBOS**.

OBJETO: Aditivo no contrato que tem como objeto ***"Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar aos alunos da rede pública de Ensino Municipal e Estadual, matriculados na Educação Infantil (Prés IV e V), nos Ensinos Fundamental, Médio e na Educação Especial, para as rotas constantes dos itens 04, 05 e 13 do Pregão Eletrônico n° 021/2025, com a disponibilização de veículo do tipo "Ônibus" com capacidade para 48 lugares, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Esportes, conforme especificações descritas no Termo de Referência."***

DO PRAZO: O presente termo prorroga a vigência do contrato em 12 (doze) meses, contados a partir de 13 de agosto de 2026, findando em 13 de agosto de 2027.

VALOR: Os valores unitários dos itens permanecem inalterados. Em razão da prorrogação da vigência contratual, o valor correspondente ao período prorrogado é de **R$ 884.814,73 (oitocentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quatorze reais e setenta e três centavos).**

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total Reequilíbrio (R$)
04	Maria Arminda, Ônibus 48 Lugares - Km	KM	8.472	R$ 33,82	R$ 286.523,04
05	Escola Aracy/Centro, Ônibus 48 Lugares - Km	KM	9.466	R$30,15	R$ 285.399,90
13	Maria Rosa/Rocha, Ônibus 48 Lugares Km	KM	11.983,6	R$ 26,11	R$ 312.891,79
					R$ 884.814,73

CLÁUSULA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei nº 14.133/2021

Antonina, 12 de agosto de 2026.

ASSINADO POR: Rozane Maristela Benedetti Osaki, Prefeita do Município de Antonina; Simone Medina Vicenço Chaves, Secretária Municipal de Educação; e Leocadia Kochinski Grebos, representante da empresa LKG Transportes Ltda.

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:845ACEFE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR
PREGÃO ELETRONICO N° 021/2025

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

CONTRATO Nº 057/2025 ID. 4121
PREGÃO ELETRONICO N° 021/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 056/025

O **MUNICÍPIO DE ANTONINA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 76022516/0001-07, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, n.º 150, Antonina-PR, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. **Rozane Maristela Benedetti Osaki**.
EMPRESA HELAUTUR TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ Nº 04.433.012/0001-60, com sede à Rua Alexandre Borrazzo, n° 70, Centro, no Município de Araucária, Estado do Paraná, CEP: 83702-160, telefone: (41) 99877-2704 e endereço eletrônico: helauturtransportes@hotmail.com, neste ato representada pelo seu representante legal a **Sra HELENA FURMAN.**

OBJETO: Aditivo no contrato que tem como objeto ***"Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar aos alunos da rede pública de Ensino Municipal e Estadual, matriculados na Educação Infantil (Prés IV e V), nos Ensinos Fundamental, Médio e na Educação Especial, para as rotas constantes dos item 06 do Pregão Eletrônico n° 021/2025, com a disponibilização de veículo do tipo "Ônibus" com capacidade para 48 lugares, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Esportes, conforme especificações descritas no Termo de Referência".***
PRAZO: O presente termo prorroga a vigência do contrato em 12 (doze) meses, contados a partir de 13 de agosto de 2026, findando em 13 de agosto de 2027.
VALOR: Os valores unitários dos itens replicados correspondem aos valores recompostos por meio do 1º Termo Aditivo de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, sendo que o valor correspondente ao período prorrogado é de ***R$ 334.000,00 (trezentos e trinta e quatro mil reais)***.

Lote	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
06	HIRAM INTEGRAL/ OLIMPIA BREYE/ CEDRO/ LAGEADO, ÔNIBUS 48 LUGARES KM	KM	20.000	R$ 16,70	R$ 334.000,00
					R$ 334.000,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.
Antonina, 12 de agosto de 2026.

ASSINADO POR: Rozane Maristela Benedetti Osaki, Prefeita do Município de Antonina; Simone Medina Vicenço Chaves, Secretária Municipal de Educação; e Helena Furman, representante da empresa Helautur Transportes Ltda.

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:A68426A6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 165/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 165/2026

OBJETO: "Aquisição de materiais para a execução de serviços de manutenção e pavimentação primária das vias, ruas, logradouros e estradas desta Municipalidade" nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.

VALOR MÁXIMO ESTIMADO: **R$ 1.604.160,00 (um milhão, seiscentos e quatro mil, cento e sessenta reais).**

Recebimento das Propostas: das 08h00min. do dia 04/09/2026 às 08h29min. do dia 18/09/2026.
Abertura das Propostas: das 08h30min. do dia 18/09/2026 às 08h59min. do dia 18/09/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09h00min. do dia 18/09/2026.

O edital poderá ser obtido junto ao portal de transparência acessando o site www.balsanova.pr.gov.br *https://balsanova.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes* e no site da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil *https://bllcompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1* . Demais informações poderão ser solicitados pelo endereço de e-mail licitacao@balsanova.pr.gov.br; bianca@balsanova.pr.gov.br; ou pelo telefone: (41) 3636-8013/8015/8067.

Balsa Nova/PR, 02 de setembro de 2026.

Assinado Digitalmente
BIANCA APARECIDA MARREIRO
Pregoeira / Agente de Contratação
Portaria nº 570/2026

Publicado por:
Bianca Aparecida Marreiro
Código Identificador:C4047262

ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 010/2026 - ASSISTENTE EDUCACIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 005/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 010/2026, homologado pelo Decreto n.º 166/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Assistente Educacional, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 12921/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 661/2012,

TORNA PÚBLICO

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **Processo Seletivo Simplificado n.º 010/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **08/09/2026, às 10h**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **ASSISTENTE EDUCACIONAL** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória, com opção de permanência ao final da lista de classificação, conforme previsto no item 9.3.

Conforme consta no Processo Administrativo n.º 20296/2026 --- SMECE, ficam disponibilizadas as seguintes vagas:

LOCAL DAS VAGAS	HORÁRIO	N.º DE VAGAS
Escola Rural Municipal Herculano Schimaleski	6h às 15h	1
Escola Rural Municipal Herculano Schimaleski	10h às 19h	1

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
19°	LUANA GOMES DA SILVA DA CRUZ SANTOS	16192/2026
20°	KAROLAINE COIMBRA CALIXTO ALVES	15976/2026
*21°	*NAILA RODRIGUES MARAFON	*16293/2026
*22°	*LETICIA CIRIACO MACHADO	*16549/2026

** Estão sendo convocados candidatos em número superior às vagas disponíveis, tendo em vista a possibilidade de desistência ou do não atendimento a este edital.*

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade junto ao Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 02 de setembro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal Nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal De Educação, Cultura E Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:D57A4381

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 192/2025

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 192/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Contratada: SNOP CORRELATOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
Objeto: Aditamento contratual correspondente ao reequilíbrio de preço do item:
Item 01, Lote 194, Papel Toalha interfolhado, de R$ 6,60 para R$ 8,56. A partir de 07/07/2026.
Foro: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 02/2024.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições da Ata de Registro de Preços nº 192/2025.

Balsa Nova, 26 de agosto de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO

Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:52D80D1D

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 628/2026

PORTARIA N°. 628/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no Artigo 34 da Lei 222/1991, considerando o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório no **Processo Administrativo 18587/2023,**

RESOLVE:
Art. 1º. - Declarar a aprovação em estágio probatório e a consequente estabilidade da servidora pública **FERNANDA RIBEIRO FEOLA, "Psicólogo**", Matrícula 541703.
Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, assegurando efeitos retroativos a partir de 14 de julho de 2026.

Balsa Nova, 02 de setembro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:82965722

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N°. 629/2026

PORTARIA N°. 629/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no Artigo 34 da Lei 222/1991, considerando o parecer exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório no **Processo Administrativo 18588/2023,**

RESOLVE:
Art. 1º. - Declarar a aprovação em estágio probatório e a consequente estabilidade da servidora pública **KARIELLY CASSIA DE ALMEIDA, "Fisioterapeuta**", Matrícula 541704.
Art. 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, assegurando efeitos retroativos a partir de 27 de julho de 2026.

Balsa Nova, 02 de setembro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:D2AA9E89

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 627/2026

PORTARIA N.º 627/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, e

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.386/2024, que regulamenta o Serviço de Inspeção Municipal – SIM/POA e os procedimentos de inspeção e fiscalização sanitária em estabelecimentos de produtos de origem animal no Município de Balsa Nova;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 414/2024, que regulamenta a Lei Municipal nº 1.386/2024 e a Resolução nº 01/2023 do COMESP, que dispõe sobre novas regras para o Serviço de Inspeção Municipal – SIM/POA e estabelece os procedimentos de inspeção sanitária em estabelecimentos de produtos de origem animal,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **ANIELLY CARLA CAZASSA**, matrícula nº 542091, ocupante do cargo de Médico Veterinário, com jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, como FISCAL do Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal – SIM/POA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 15 de janeiro de 2026.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 02 de setembro de 2026.

CLEVER APARECIDO IAVOLSKI POLETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thiago Longato
Código Identificador:2CF1C223

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 151/2020

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.950.062/0001-26, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 363, Centro, em Barbosa Ferraz, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Carlos Rosa Alves, doravante denominado CONTRATANTE, resolve, com fundamento nos fatos e no direito a seguir expostos, rescindir unilateralmente o Contrato Administrativo nº 151/2020, firmado com a empresa CONSTRUTORA TECNICA ANGRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 77.436.624/0001-80, com sede na Estrada Cambotá, n 81. Bairro: Vila Vitória. CEP: 86.975-000 Cidade: Mandaguari Estado: PR Telefone: 44 3028-0819 E-mail: construtora.angra.ltda@gmail.com, doravante denominada CONTRATADA.

CONSIDERANDO que o Contrato Administrativo nº 151/2020, originado da Concorrência nº 004/2019 (Processo Administrativo nº 125/2019), tem por objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO REFORMA DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE.";

CONSIDERANDO os apontamentos técnicos realizados pela equipe da Caixa Econômica Federal (GIGOV/CEF Maringá), em vistoria ocorrida em 25 de junho de 2025, que identificaram diversas irregularidades, irregularidades e divergências entre os serviços executados e o projeto aprovado para a obra;

CONSIDERANDO os elementos constantes dos Relatórios Técnicos I e II, que registram reuniões realizadas entre a Caixa Econômica Federal, a empresa executora e os órgãos técnicos e jurídicos municipais, bem como apontam falhas na execução dos serviços, utilização de soluções divergentes do projeto aprovado sem a devida autorização, inexecução de serviços e demais inconformidades capazes de comprometer a adequada execução e conclusão do empreendimento;

CONSIDERANDO que a obra se encontra paralisada e que, durante o período de paralisação, foram realizadas averiguações, inspeções e análises técnicas destinadas a identificar as circunstâncias que contribuíram para a interrupção dos serviços, bem como avaliar as condições dos serviços já executados, verificar a ocorrência de danos, deteriorações e demais inconformidades surgidas ou constatadas ao longo do período, além de dimensionar a extensão das intervenções necessárias para a adequada retomada e conclusão do empreendimento;

CONSIDERANDO interesse público na continuidade dos serviços de saúde especializados, bem como a responsabilidade do Município na adequada gestão dos recursos públicos e da execução da obra conveniada;

CONSIDERANDO os Decretos 45/2025 e 31/2026 que Dispõe sobre a decretação de intervenção administrativa no Contrato nº 151/2020, celebrado com a empresa CONSTRUTORA TECNICA ANGRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 77.436.624/0001-80, referente à execução da reforma da Unidade de Atenção Especializada em Saúde – Hospital Municipal Arnaldo Coneglian, e dá outras providências ;

CONSIDERANDO o parecer técnico emitido pelo departamento de engenharia, através do protocolo sob nº 41599/2026, contendo a avaliação técnica das condições da obra e dos serviços executados;

CONSIDERANDO, por fim, que os fatos e elementos técnicos constantes dos autos evidenciam o descumprimento de obrigações contratuais e a existência de circunstâncias que inviabilizam a manutenção do ajuste nos termos originalmente pactuados, mostrando-se necessária a adoção das medidas administrativas cabíveis para resguardar o interesse público;

RESOLVE:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO Fica **RESCINDIDO UNILATERALMENTE**, a partir desta data, o Contrato Administrativo nº 151/2020, firmado com a empresa **CONSTRUTORA TECNICA ANGRA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 77.436.624/0001-80**, por culpa exclusiva da Contratada, em razão do descumprimento de obrigações contratuais e das irregularidades e inconformidades verificadas na execução do objeto, conforme elementos técnicos e administrativos constantes do respectivo processo.

CLÁUSULA SEGUNDA – A presente rescisão se dá pelo Município de Barbosa Ferraz/PR, com amparo no artigo 77, art 78, incisos *I, II, V, VII e art 79*, ambos da Lei nº 8.666/1993, legislação que rege o procedimento licitatório e o contrato administrativo em questão, e também o artigo 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, atual lei de licitações, em razão do descumprimento de obrigações contratuais e da ocorrência de fatos que autorizam a rescisão unilateral do ajuste pela Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – O resumo deste instrumento será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município.

O presente termo foi lavrado em duas vias de igual teor e forma, perante as testemunhas ao final identificadas.

Barbosa Ferraz/PR, 02 de setembro de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito do Município de Barbosa Ferraz/PR

Testemunhas:

FATIMA AIACHE PEGORARO
Procuradora Jurídica

MARCELO FERREIRA COSTA
Engenheiro Civil

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:B27CD975

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 70/2026 de 26/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2796/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$617.747,86 (seiscentos e dezessete mil e setecentos e quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos),destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INDUSTRIA E COMÉRCIO	
05.001		SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INDUSTRIA E COMÉRCIO	
05.001.23.122.0061.2.220		MANUTENCAO SECRETARIA MUNICIPAL DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA E INDUSTRIA E COMÉRCIO	
105 - 3.3.90.14.00.00	1001	DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	5.000,00
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001		DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
07.001.20.608.0010.2.018		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E TURISMO	
143 - 3.3.90.39.00.00	32085	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	202.747,86
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.122.0054.2.200		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
152 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL	310.000,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.001.12.361.0006.2.011		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
234 - 3.1.90.11.00.00	1026	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
		Total Suplementação:	617.747,86

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS -	315.000,00
Receita: 1.7.1.1.51.1.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS -	100.000,00
Receita: 1.7.2.9.99.0.1.13 CONVÊNIO 00478 SETU - RAINHA DO RODEIO - Fonte: 32085	202.747,86
Total da Receita:	617.747,86

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 26 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:14986290

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE PREGÃO Nº 41/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO Nº 41/2026 NA FORMA ELETRÔNICA.

A prefeitura do Município de Barra do Jacaré, Estado do Paraná, torna público que fará realizar-se no dia 16/09/2026, em sua sede à Rua Rui Barbosa, 96, na sala de Sessão do Pregão Eletrônico da Prefeitura para a seleção de propostas mais vantajosa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, **AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E CORRELATOS**, conforme especificação descritas no Anexo-I e termo de referência, do edital.
Valor Total: R$97.817,69 (Noventa e Sete Mil, Oitocentos e Dezessete Reais e Sessenta e Nove Centavos).
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08h30min do dia 03/09/2026 às 08h30min do dia 16/09/2026. ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08h31min do dia 16/09/2026 às 08h59min do dia 16/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 09h00min do dia 16/09/2026.
Os recursos financeiros para custear as despesas objetos deste PREGÃO, estão anexados no processo.
LOCAL: www.bll.org.br "Acesso Identificado no link - licitações"
Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O Edital Nº 41/2026, com detalhes do Pregão Eletrônico do tipo MENOR PREÇO por Lote estará à disposição dos interessados a partir do dia 03/09/2026, diretamente na BLL e no portal de transparência da Prefeitura Municipal. Informações através do pmbj@uol.com.br ou pelo fone (43) 3144-1180.
Barra do Jacaré/PR, 02/09/2026

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:92FDD81F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 175/2026.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 175/2026.
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 04/2026.

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ, PARANÁ, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Rui Barbosa N.º 96, inscrito no CNPJ N.º 76.407.568/0001-93, **CONTRATADA:** VTX CONSTRUCOES E CONSERVACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n.º

41.658.143/0001-72, com sede na Rua João Popinhak Sobrinho, n.º 352, São Luiz, Curitibanos -- SC CEP: 89520-000.
OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CBUQ, NO PROLONGAMENTO DA RUA DEPUTADO JOSÉ AFONSO, NO MUNICÍPIO DE BARRA DO JACARÉ/PR.

VALOR TOTAL: R$ 156.216,64 (cento e cinquenta mil, duzentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos).

DOTAÇÕES:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	5930	08.002.15.451.0011.1015	0	4.4.90.51.00.00	Do Exercício

FISCAL: Sra. Beatriz ayumi Sakamoto. **GESTOR: Sr. Roberto Luiz Garcia**

As partes elegem o Foro da Comarca de **Andirá - PR**, para dirimir quaisquer dúvidas ou divergências, que poderão advir do presente Contrato.

Barra do Jacaré - PR, 28 de Agosto de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA	***ALEXSANDRO DOS SANTOS***
Prefeito Municipal	Representante da Contratada
Testemunhas:	
_____	_____
Roberto Luiz Garcia	**Beatriz Ayumi Sakamoto**
Sec. de Obras/Gestor do Contrato	Engenheira/Fiscal do Contrato

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:ED2F820F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 0133/2026

DECRETO Nº 0133/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais resolve:

NOMEAR

Art.1º: **ELIANA DE FÁTIMA ALVES,** portadora da Cédula de Identidade sob nº 050.xxx.xxx-58 e CPF nº 050.XXX.XXX-58, aprovada em Concurso Público Municipal, realizado em conformidade com o Edital de concurso n° 01/2025, de 03 de outubro de 2025, homologado pelo Edital 17.1/2025 de 27 de janeiro de 2026, no cargo de Provimento Efetivo de Professor "I", Nível "A", com 20 horas semanais, do Grupo Ocupacional de Magistério do Quadro pessoal, em conformidade com a Lei 487/2015 de 13 de Março de 2015.

Art. 2º: O presente Decreto entra em vigor a partir da presente data retroagindo seus efeitos 01 de setembro de 2026, revogadas as disposições ao contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA, EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:5ACFF603

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 0182/2026

PORTARIA Nº 0182/2026

GELSON MAFFI, Prefeito Municipal do Município de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º - CONSTITUIR Comissão para acompanhamento da revisão e atualização da legislação tributária Municipal, sobretudo do Código Tributário Municipal, assim composta:

FISCAL TRIBUTÁRIO:
1. Adriana Campagnoni

SEC. DE PLANEJAMENTO
2. Paulo Ricardo Pozzebon (engenheiro)
3. Dyeniffer Elsembak (oficial administrativo)

CHEFE DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO:
3. Guilherme Gustavo Michael

PROCURADORIA MUNICIPAL
4. Juliana Françoise Zügel Flores

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor a partir da data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bela Vista da Caroba, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamela Cristina Silva
Código Identificador:3DDD9837

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 56-2025

2º ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO Nº 56-2025

2º TERMO ADITIVO A ATA REGISTRO DE PREÇO N.º 56-2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA N M LICITACOES LTDA.

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa N M LICITACOES LTDA, pessoa juridica de direito privado, inscrita no Cnpj sob nº 52.339.425/0001-23, sita na Rua Von Braun, 215, Bairro Residencial Lourdes,Cidade:Curvelo/MG,CEP:35.794-266, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) ANDRÉ LUIZ PENA E ROCHA, portador (a) do Cpf sob nº018.563.706-07, domiciliada na Rua Von Braun, 215, Bairro Residencial Lourdes,Cidade:Curvelo/MG,CEP:35.794-266, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto promover o **Reequilíbrio Econômico-Financeiro (Revisão de Preço Registrado)** do item

constante do **Lote 026 / Item 1** da Ata de Registro de Preços nº 56/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 004/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL
O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 124, inciso II, alínea "d", da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES REEQUILIBRADOS
Ficam alterados os valores unitários dos itens abaixo relacionados, passando a vigorar os seguintes preços:

Lote/Item	Valor Unitário Anterior	Valor Unitário Reequilibrado
Lote 26/ item 1	R$ 0,1020	R$ 0,1161

Os novos valores passam a vigorar a partir da formalização deste Termo Aditivo, observadas as disposições legais e os quantitativos ainda remanescentes da Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO
Oportunamente, altera-se o endereço da contratada para Rua Von Braun, 215, Bairro Residencial Lourdes, Cidade: Curvelo/MG, CEP: 35.794-266, conforme pedido e alterações contratuais anexas ao processo.

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO
Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
E, por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo por meio de assinatura eletrônica, para que produza todos os seus efeitos legais.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 31/08/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***ANDRÉ LUIZ PENA E ROCHA***
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Flavio Augusto Gonzales Batista
Código Identificador:14130996

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA

DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026
O **Município de Boa Ventura de São Roque**, PR, torna público que no dia **10 de Setembro de 2026** às 08h00min (horário de Brasília). Através da Plataforma www.bll.org.br realizará Dispensa Eletrônica de Licitação, para o objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GARRAFAS TIPO SQUEEZE PERSONALIZADAS, PARA ENTREGA COMO BRINDE EM COMEMORAÇÃO AO DIA DO PROFESSOR, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NO AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA, NO TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I E DEMAIS ANEXOS.**

VALOR MÁXIMO:	R$ 3.000,000 (três mil reais).
CADASTRO DE PROPOSTAS	De 03 de Setembro de 2026 às 00h01min.
	Até 10 de Setembro de 2026 às 08h00min.
LOCAL:	Plataforma BLL Compras - www.bll.org.br

INFORMAÇÕES: Esclarecimentos e anexos poderão ser solicitados junto ao Agente de Contratação do município de Boa Ventura de São Roque, Paraná – telefone 0800 115 91 91, WhatsApp 42 93300-6042, ou e-mail licitacao@boaventura.pr.gov.br, o Aviso/Edital completo, poderá ser adquirido no seguinte endereço www.boaventura.pr.gov.br e www.bll.org.br.

Boa Ventura de São Roque, 02 de Setembro de 2026.

Assinado Digitalmente
SILAS DOS SANTOS
Agente de Contratação
Decreto 34/2025

Publicado por:
Silas Dos Santos
Código Identificador:B08571C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 244/2026

DECRETO Nº 244/2026

SÚMULA:NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

DECRETA:

Art. 1º:Nomear a Senhora Debora Zelaski Matias Gomes, matrícula nº418253, para exercer oCargo em Comissão de Chefe da Seção de Contabilidade, a partir de 02 de setembro de 2026, com plena anuência da servidora.
Art. 2º:Revogam-se as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de02 de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, em02 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:58DB8878

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 245/2026

DECRETO Nº 245/2026

SÚMULA:NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

DECRETA:

Art. 1º:Nomear a SenhoraAmanda Batista Dos Santos, matrícula nº418254, para exercer oCargo em Comissão de Diretor (a) Departamento de Políticas Públicas para Mulheres, a partir de02 de setembro de 2026, com plena anuência da servidora.
Art. 2º:Revogam-se as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de02 de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, Estado do Paraná, em02 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:97DB370B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 34/2026.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 34/2026.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2026.
Pregão Nº 28/2026

GESTOR DA ATA: O MUNICÍPIO DE VENTURA DE SÃO ROQUE
DETENTORA DA ATA: A EMPRESA BELISSIMA DISTRIBUIÇÃO LTDA.
OBJETO (S): REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, ESTRUTURAS E MATERIAIS, AQUISIÇÃO DE BENS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS À REALIZAÇÃO DA FESTVENTURA E DOS DEMAIS EVENTOS INSTITUCIONAIS, CULTURAIS, ESPORTIVOS, TURÍSTICOS, EDUCACIONAIS E COMEMORATIVOS PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE – PR.
VALOR CONTRATUAL: R$ 52.578,80 (Cinquenta e dois mil, quinhentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).
PERÍODO/VIGÊNCIA: Até a data de 26/08/2027.
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026.
FORO: Pitanga - Pr.
Boa Ventura de São Roque, 26/08/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***DIELISON RENAN FAGUNDES***
Prefeito Municipal	Representante

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:A3C299DB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 319/2026

PORTARIA Nº 319/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:
CONCEDER: à servidoraLeonete Mariza Canei, matrícula nº615-1, nomeada pelo Decreto nº043/2008para o cargo efetivo deProfessora,30 (trinta) dias de Licença-Prêmio, referente ao quinquênio compreendido entre01 de fevereiro de 2013 a 31 de janeiro de 2018, nos termos doart. 136, § 3º, da Lei Municipal nº 832/2015.
A Licença-Prêmio será usufruída no período de01 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, devendo a servidora apresentar-se para o retorno às suas atividades funcionais em01 de outubro de 2026, ficando registrada sua plena anuência quanto ao período de fruição concedido.
Art. 1º: Revogadas as disposições em contrário, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de01 de setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 02 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:FFCC7FFB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº320/2026

PORTARIA Nº320/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Zenilda Maria Bianki matricula Nº 918-1 nomeada através do decreto 089/2012 para exercer o Cargo de Agente Comunitária de Saúde, 30 (trinta) dias de férias relativas ao período de 14/06/2025 à 13/08/2026 que serão fruídos de 03/09/2026 a 02/10/2025 com retorno ao trabalho dia 05/010/2026. E adicional de 1/3 (um terço) da remuneração referente ao mesmo período, conforme art. 109 da Lei 832/2015. Com plena anuência da servidora.

Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 02 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:89276381

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 321/2026

PORTARIA Nº 321/2026

INSTITUI COMISSÃO DE SINDICÂNCIA PARA ANÁLISE E APURAÇÃO DOS FATOS REFERENTE AO OFICIO 01/2026 ENCAMINHADO PELA EMPRESA ARQVIL - ENGENHARIA E ARQUITETURA.

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,
CONSIDERANDO o Ofício nº 01/2026, encaminhado pela empresa Arqvil – Engenharia e Arquitetura, referente à solicitação de reconhecimento de valores devidos pelo Município;
RESOLVE:
Art. 1º: Designar os servidores abaixo relacionados para comporem a Comissão de Sindicância para apuração dos fatos:
Juliane AparecidaFerraz Rosa Coelho, matricula: 417771 – Presidente.
Marcos Roberto Pagnussatti, matricula: 597-1 – Membro e Secretário.
Josemar Cesar Miranda, matricula 241-1 – Membro.
Art. 2º: Compete à Comissão analisar a documentação apresentada, e emitir parecer conclusivo para apreciação da autoridade competente.
Art. 3º: A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) das para conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado mediante justificativa expressa.
Art. 4º: Revogadas as disposições em contrário a portaria nº 309/2026, a presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 02 de setembro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:3C69396A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
PORTARIA 48/2026

PORTARIA Nº 48/2026.

Autoriza viagem e pagamento de diárias.

A Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar o Vereador VALDIR DAS DORES MANZANI, portador do RG E CPF Nº 804.993.339-34, para viagem oficial à cidade de Curitiba nos dias 02 de Setembro de 2026 ao dia 04 de Setembro de 2026, com a finalidade de participar de Curso DESAFIO EL NIÑO – PREPARAR HOJE PARA PROTEGER AMANHÃ – TCE-PR –EGP |ESCOLA DE GESTÃO PUBLICA audiências Órgãos do Governo do Estado "para estreitar relações de desenvolvimento e benefícios ao município".
Art. 2º - Fica autorizado o pagamento de 02(Duas) diárias, na forma que preceitua a lei nº 766/2023, e o desconto conforme a Lei Municipal Nº 1013/2026 perfazendo um total de R$ 1.333,00 (Hum mil e trezentos e trinta e três reais) para o Vereador mencionado no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção urbana.
§ 1º O valor unitário da diária para Curitiba é de R$ 700,00 (setecentos reais)
Art. 3º - O meio de transporte utilizado para o deslocamento será veículo oficiai do município (Legislativo), saída às 17h30min do dia 02 de Setembro de 2026 e retorno no dia 04 de Setembro de 2026 às 17h30min. (previsão).
Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, em 01 de Setembro de 2026.

VALDIR DAS DORES MANZANI
Presidente 2025/2026

Publicado por:
Cleci Antonelo
Código Identificador:00AE5997

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
PORTARIA 492026

PORTARIA Nº 49/2026.

Autoriza viagem e pagamento de diárias.

A Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar o Vereador MAURO TREVISAN, Portador do RG E CPF Nº 865.676.759-34, para viagem oficial à cidade de Curitiba nos dias 02 de Setembro de 2026 ao dia 04 de Setembro de 2026, com a finalidade de participar de Curso DESAFIO EL NIÑO – PREPARAR HOJE PARA PROTEGER AMANHÃ – TCE-PR –EGP |ESCOLA DE GESTÃO PUBLICA audiências Órgãos do Governo do Estado "para estreitar relações de desenvolvimento e benefícios ao município".
Art. 2º - Fica autorizado o pagamento de 02(Duas) diárias, na forma que preceitua a lei nº 766/2023, e o desconto conforme a Lei Municipal Nº 1013/2026 perfazendo um total de R$ 1.333,00 (Hum mil e trezentos e trinta e três reais) para o Vereador mencionado no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção urbana.
§ 1º O valor unitário da diária para Curitiba é de R$ 700,00 (setecentos reais)
Art. 3º - O meio de transporte utilizado para o deslocamento será veículo oficiai do município (Legislativo), saída às 17h30min do dia 02 de Setembro de 2026 e retorno no dia 04 de Setembro de 2026 às 17h30min. (previsão).
Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, em 01 de Setembro de 2026.

VALDIR DAS DORES MANZANI
Presidente 2025/2026

Publicado por:
Cleci Antonelo
Código Identificador:EB303BF9

CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA
PORTARIA 50/2026

PORTARIA Nº 50/2026.

Autoriza viagem e pagamento de diárias.

A Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

RESOLVE

Art. 1º - Autorizar o Servidor MIRCON FREDERICO WEIERBACHER, portador do RG E CPF Nº 513.502.119-15, para viagem oficial à cidade de Curitiba nos dias 02 de Setembro de 2026 ao dia 04 de Setembro de 2026, com a finalidade de participar de Curso DESAFIO EL NIÑO – PREPARAR HOJE PARA PROTEGER AMANHÃ – TCE-PR –EGP |ESCOLA DE GESTÃO PUBLICA audiências Órgãos do Governo do Estado "para estreitar relações de desenvolvimento e benefícios ao município".
Art. 2º - Fica autorizado o pagamento de 02(Duas) diárias, na forma que preceitua a lei nº 766/2023, e o desconto conforme a Lei Municipal Nº 1013/2026 perfazendo um total de R$ 1.333,00 (Hum mil e trezentos e trinta e três reais) para o Vereador mencionado no artigo anterior, para custeio das despesas com alimentação, pernoite e locomoção urbana.
§ 1º O valor unitário da diária para Curitiba é de R$ 700,00 (setecentos reais)
Art. 3º - O meio de transporte utilizado para o deslocamento será veículo oficiai do município (Legislativo), saída às 17h30min do dia 02 de Setembro de 2026 e retorno no dia 04 de Setembro de 2026 às 17h30min. (previsão).
Art. 4º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta de dotação própria do Orçamento vigente.
Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Boa Vista da Aparecida, Estado do Paraná, em 01 de Setembro de 2026.

VALDIR DAS DORES MANZANI
Presidente 2025/2026

Publicado por:
Cleci Antonelo
Código Identificador:86DC38CF

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 030/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO "ELETRÔNICO" Nº 030/2026

EDITAL Nº 014/2026 – Sistema COMPRAS.GOV.BR.

O **MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA**, Estado do Paraná, comunica aos INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE ACIMA, DO TIPO: "**MENOR PREÇO POR LOTE**", VISANDO A **REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO, SOB DEMANDA, DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INSTALAÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, REVISÃO E REPARO NO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA/PR**.

- DATA DE ABERTURA: 21/09/2026
- HORÁRIO: 09h00min
- LOCAL: www.gov.br/compras/pt-br

A íntegra do instrumento acima poderá ser obtida pessoalmente nesta Prefeitura na Avenida Cícero Barbosa Sobrinho, 1190, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h as 17h de segunda a sexta-feira, ou pelo site: www.boavistadaaparecida.pr.gov.br, informações pelo telefone (45) 3287-8328.
Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

P U B L I Q U E - S E

Boa Vista da Aparecida – PR, em 01º de setembro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danieli Sebold
Código Identificador:F4271D83

LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 56/2026

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE EMPREITADA GLOBAL N° 56/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOA VISTA DA APARECIDA.

CONTRATADA: CONSTRUTORA AVELASA LTDA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA, VISANDO A REFORMA DO ESTÁDIO MUNICIPAL JOSÉ NOGUEIRA GOMES, COMPREENDENDO A SUBSTITUIÇÃO DO ALAMBRADO, IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE ILUMINAÇÃO ESPORTIVA E CONSTRUÇÃO DE BANCOS DE RESERVA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA E SERVIÇOS CORRELATOS..

VALOR DO CONTRATO ORIGINAL: R$ 300.000,00 (trezentos mil reais)

VALOR DO CONTRATO ADITADO: R$ 377.116,68 (trezentos e setenta e sete mil e cento e dezesseis reais e sessenta e oito centavos).

VALOR DO CONTRATO GLOSADO: R$ 370.166,68 (trezentos e setenta mil e cento e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos).

Boa Vista da Aparecida – PR, em **02 de setembro de 2026**.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karen Aline Dos Passos
Código Identificador:6CEED1FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
EDITAL 03/2026 - DIVULGAÇÃO DOS CANDIDATOS

COMISSÃO CENTRAL DAS ELEIÇÕES DE DIRETORES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS E DOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE BOA VISTA DA APARECIDA – 2026

EDITAL 03/2026

Súmula: Dispõe sobre as inscrições para candidatos a Diretor das unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino – Boa Vista da Aparecida-PR.

O Presidente da Comissão Central das Eleições, no uso de suas atribuições, em conformidade com o previsto na Lei 1.045/2026, e Instrução normativa nº 07/2026, das Secretaria Municipal de Educação,

=TORNA PÚBLICO=

Art. 1º Informamos o resultado preliminar das inscrições para a Eleição de Diretores, conforme os critérios da Lei nº 1.045/2026.

a) <u>ESCOLAS MUNICIPAIS</u>:

ESCOLA MUNICIPAL BOA VISTA
Edson João Pinto

ESCOLA MUNICIPAL PADRE JANDIR ZANCHETTIN
Roseli de Almeida Rossi

ESCOLA MUNICIPAL DUQUE DE CAXIAS
Mayara Borges Feltrin

ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOSÉ DO PATROCINIO
Jane Maria Muller de Brito

ESCOLA RURAL MUNICIPAL NILTON RONCHINI
Andressa Melissa Rebelo Pereira

ESCOLA RURAL MUNICIPAL OLAVO BILAC
Bruna de Fatima Marafon Poltronieri
Diene Cristina de Azevedo

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEI – HERMÍNIA MORAIS WEISS.
Silvani de Sousa Ferreira
Arlete Ferreira Teixeira

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEI – MENINO JESUS
Andressa Nayane Fernandes Manzani

CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL - CMEI – PROFESSORA LOURDES KLAUSS REIMONDI
Roberta da Silva
Elismara Kubiaki Weiss

Parágrafo único: Informamos que os (as) inscritos (as), mencionados no Art. 1º, encontram-se como pré-candidatos(as).

Art. 2º Os recursos serão recebidos impreterivelmente até às 17h, no dia 04/09/2026.

Art. 3º O resultado oficial dos candidatos(as) será expedido após análise dos recursos recebidos no dia 11/09/2026.

Boa Vista da Aparecida, 09 de setembro de 2026.

JOÃO HENRIQUE ALIONCIO
Presidente da Comissão Central das Eleições

Publicado por:
Joao Henrique Alioncio Dos Santos
Código Identificador:A6499933

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
PORTARIA 026/2026

PORTARIA N.º 026/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 25 do Regimento Interno da Câmara Municipal, combinado com a Resolução nº. 008/2025 resolve:

CONSIDERANDO a solicitação formal constante do Requerimento de Diárias n.º 014/2026, protocolado sob n.º 0490-2026, em 01 de setembro do corrente apresentada pela Servidora desta Câmara Municipal, senhora **FERNANDA BORATO SCHLICKMANN DE OLIVEIRA**, para concessão de 01 (uma) diária referente ao deslocamento a ser realizado no dia 04 de setembro de 2026, com destino ao município de Colombo /PR, com a finalidade de participação presencial no **Curso ProLegis**, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Subseção de Colombo.
CONSIDERANDO que a participação tem caráter institucional e atende ao princípio da eficiência na administração pública, justificando-se plenamente a concessão da diária solicitada;
AUTORIZO a Contadora da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul-PR, a liberação de 01 (uma) diária conforme previsto na legislação vigente, com os devidos registros e procedimentos contábeis.

Edifício da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul-PR, 02 de setembro de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul

Publicado por:
Fernanda Borato Schlickmann
Código Identificador:92833423

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 766/2026

DECRETO Nº 766/2026

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando de suas atribuições, em vista da apresentação de Atestado de Óbito a Prefeitura Municipal, em 01.09.2026.

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Servidor aposentado deste Município JOSE DOS SANTOS, inscrito no CPF nº ***.442.459-**, DESLIGADO desta Prefeitura, sendo autorizada a baixa de sua documentação junto ao Setor de Pessoal, a partir de 01.09.2026, em virtude de falecimento.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 01 de setembro de 2026.

Registre-se / Publique-se

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:5D44696E

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 767/2026

DECRETO Nº 767/2026

Súmula: Fica exonerado a pedido Classificado em PSS (Processo Seletivo Simplificado).

João de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerado a pedido o classificado em Processo Seletivo Simplificado – PSS, conforme abaixo especificado:

Nome	Cargo	Data
Edmar Rocha Damasceno	Nutricionista	01.09.2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 01 de setembro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:4BA65383

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 768/2026

DECRETO Nº 768/2026

Súmula: Exonera Cargo em Comissão.

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a partir de 02 de setembro de 2026, **FRANKLYN EDUARDO ALVES, CPF Nº *** . 320.439-**,** ocupante do cargo de provimento em Comissão de Secretário Municipal de Saúde.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 02 de setembro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:42CEE629

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 739/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS AUTORIZADO PELO ART 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 1044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 (LOA 2026)

DECRETO 739/2026

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 5º da Lei Municipal nº. 1044/2025 de 22 de dezembro de 2025 (LOA-2026),**

DECRETA:

Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO** no valor de **R$ 48.506,89 (Quarenta e oito mil, quinhentos e seis reais e oitenta e nove centavos)** com a seguinte especificação:

	09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
F3105	09.003.12.361.0017.1.003 – Construção de Unidade Escolar		
961	4.4.90.51 – Obras e Instalações	R$	48.506,89

TOTAL	**R$**	**48.506,89**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026 em seus respectivos programas.

Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua edição.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (03/08/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:283A68B4

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 740/2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO - RECURSOS VINCULADOS AUTORIZADO PELO ART. 5º DA LEI MUNICIPAL Nº 1044 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2025 (LOA 2026)

DECRETO 740/2026

SÚMULA: Autoriza abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado pelo **Artigo 42 da Lei nº. 4320, de 17 de março de 1964 e pelo Art. 5º da Lei Municipal nº. 1044/2025 de 22 de dezembro de 2025 (LOA-2026),**

DECRETA:
Art. 1º – Fica o executivo municipal autorizado a abrir ao orçamento geral do Município para o corrente exercício, o **CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO** no valor de **R$ 341.215,43 (Trezentos e quarenta e um mil, duzentos e quinze reais e quarenta e três centavos)** com a seguinte especificação:

	09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
F3105	09.003.12.361.0017.1.003 – Construção de Unidade Escolar		
961	4.4.90.51 – Obras e Instalações	R$	341.215,43

TOTAL	**R$**	**341.215,43**

Art. 2º – Fica alterada a programação financeira de desembolsos com a inclusão dos valores acima para fins de execução orçamentária.
Art. 3º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º no Anexo III da Lei Municipal nº 1042/2025 de 22/12/2025 (PPA 2026-2029), adicionando-se os valores do artigo 1º no exercício de 2026 em seus respectivos programas.
Art. 4º – Alteram-se os valores das ações e programas conforme artigos 1º e 2º nos Anexos V e VI da Lei Municipal nº 1043/2025 de 22/12/2025 (LDO 2026), incluindo-se os valores do artigo 1º em seus respectivos programas.
Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à data de sua edição.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul – Estado do Paraná, três dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis (03/08/2026).

JOÃO DE LIMA
Prefeito

Publicado por:
Marcos Nishida Aoki
Código Identificador:19E58B91

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DECRETO Nº 757/2026

DECRETO Nº 757/2026

SÚMULA: Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Bocaiúva do Sul, em consonância com o Programa Educa Juntos, com a Estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a Base Nacional Comum Curricular — BNCC, que define o conjunto de aprendizagens essenciais a serem desenvolvidas pelos estudantes ao longo da Educação Básica;
CONSIDERANDO as metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação de Bocaiúva do Sul, especialmente aquelas relacionadas à alfabetização, à melhoria da qualidade da educação, à equidade educacional, à formação continuada dos profissionais da educação e à garantia do direito de aprendizagem dos estudantes;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
CONSIDERANDO o disposto no Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, por meio da conjugação de esforços entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a criação do Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná;
CONSIDERANDO o disposto na Resolução GS/SEED nº 5.158, de 7 de agosto de 2023, que institui a Estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos;
CONSIDERANDO a necessidade de organizar, fortalecer, monitorar e avaliar as ações municipais voltadas à alfabetização das crianças, especialmente até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
CONSIDERANDO a importância da articulação entre a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, respeitadas as especificidades de cada etapa da Educação Básica;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar equidade, inclusão, acessibilidade, recomposição das aprendizagens e uso pedagógico de dados educacionais para o aprimoramento das práticas pedagógicas e da gestão educacional;
DECRETA:
CAPÍTULO I
DA INSTITUIÇÃO, FINALIDADE E ABRANGÊNCIA
Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Bocaiúva do Sul, a Política Municipal de Alfabetização, como instrumento orientador, normativo, pedagógico e de gestão das ações destinadas à garantia do direito à alfabetização das crianças.
§ 1º A Política Municipal de Alfabetização tem por finalidade organizar, fortalecer e monitorar ações pedagógicas, formativas, avaliativas e de gestão, voltadas à alfabetização dos estudantes, especialmente até o final do 2º ano do Ensino Fundamental.
§ 2º A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida em regime de colaboração com a União e com o Estado do Paraná, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, o Programa Educa Juntos e a Estratégia Alfabetiza Juntos.
§ 3º A Política Municipal de Alfabetização também orientará:
I — a promoção de experiências de oralidade, escuta, literatura infantil, consciência fonológica, interação com a cultura escrita, leitura, escrita espontânea e desenvolvimento integral na Educação

Infantil, respeitados os direitos de aprendizagem, os campos de experiências e os eixos estruturantes das interações e brincadeiras;
II — a recomposição das aprendizagens dos estudantes dos anos iniciais do Ensino Fundamental que apresentem defasagens no processo de alfabetização, leitura, escrita e letramento;
III — o acompanhamento pedagógico dos estudantes que não tenham consolidado as habilidades esperadas de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
IV — o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas, assegurando acessibilidade, adaptações razoáveis, atendimento educacional especializado e equidade no processo de ensino e aprendizagem.
Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se alfabetização o processo de apropriação do sistema de escrita alfabética, articulado ao desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade, da compreensão textual, da produção de sentidos e das práticas sociais de letramento, respeitadas as especificidades do desenvolvimento infantil e as necessidades de cada estudante.
CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS
Art. 3º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:
I — garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II — regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
III — garantia do acesso, permanência, aprendizagem, desenvolvimento integral e sucesso escolar dos estudantes;
IV — promoção da educação pública, gratuita, democrática, inclusiva, equitativa e de qualidade;
V — respeito à diversidade, às diferenças individuais e às especificidades dos estudantes;
VI — promoção da equidade educacional, consideradas as condições socioeconômicas, territoriais, culturais, étnico-raciais, de gênero, linguísticas e as necessidades educacionais específicas;
VII — valorização dos profissionais da educação, por meio da formação continuada, do apoio pedagógico, da orientação técnica e do fortalecimento das práticas docentes;
VIII — respeito à autonomia pedagógica das instituições de ensino e dos profissionais da educação, observadas as diretrizes curriculares, normativas e pedagógicas aplicáveis;
IX — uso pedagógico de evidências, avaliações, registros e dados educacionais para subsidiar o planejamento, a intervenção pedagógica e a tomada de decisão;
X — acompanhamento contínuo das ações, metas e indicadores educacionais, garantindo transparência, responsabilidade institucional e melhoria permanente da qualidade da educação;
XI — prevenção da evasão escolar, da infrequência, da reprovação, da distorção idade-série e da exclusão escolar;
XII — articulação entre Educação Infantil, Ensino Fundamental, gestão escolar, famílias e comunidade escolar;
XIII — proteção integral da criança e observância da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, especialmente no tratamento de informações educacionais de crianças e adolescentes.
CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS
Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:
I — assegurar a alfabetização dos estudantes até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II — elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
III — fortalecer práticas pedagógicas voltadas à alfabetização, ao letramento, à leitura, à escrita e à compreensão textual;
IV — contribuir para o cumprimento das metas do Plano Municipal de Educação relacionadas à alfabetização e à melhoria da qualidade da educação básica;
V — identificar, de forma precoce e sistemática, as dificuldades de aprendizagem dos estudantes;
VI — desenvolver ações de intervenção pedagógica e recomposição das aprendizagens para estudantes com defasagens no processo de alfabetização;
VII — garantir formação continuada aos professores, equipes gestoras, equipes pedagógicas e demais profissionais envolvidos nas ações de alfabetização;
VIII — fortalecer a gestão pedagógica nas unidades escolares;
IX — estimular o planejamento pedagógico com base em evidências, avaliações diagnósticas, avaliações formativas, avaliações externas e registros escolares;
X — reduzir desigualdades de aprendizagem entre estudantes, turmas e unidades escolares;
XI — garantir a articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, promovendo transição pedagógica qualificada entre as etapas;
XII — promover práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis aos estudantes público-alvo da Educação Especial;
XIII — fortalecer ações articuladas entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação, as famílias e a comunidade escolar;
XIV — socializar experiências exitosas, práticas pedagógicas inovadoras e ações de gestão que contribuam para a garantia do direito à alfabetização;
XV — monitorar indicadores educacionais relacionados à alfabetização, fluência leitora, aprendizagem, frequência, permanência e trajetória escolar.
CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES
Art. 5º Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
I — garantia da alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
II — fortalecimento das práticas pedagógicas fundamentadas em evidências, planejamento intencional, acompanhamento sistemático e intervenção pedagógica;
III — formação continuada dos professores alfabetizadores, gestores escolares, equipes pedagógicas e demais profissionais envolvidos no processo de alfabetização;
IV — acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
V — utilização pedagógica dos resultados das avaliações internas e externas;
VI — desenvolvimento de ações de recomposição das aprendizagens para estudantes com defasagens;
VII — garantia da equidade educacional, considerando as especificidades dos estudantes, das escolas e dos territórios;
VIII — promoção de práticas inclusivas, acessíveis e adequadas às necessidades dos estudantes público-alvo da Educação Especial;
IX — fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;
X — articulação entre currículo, planejamento, avaliação, formação continuada e intervenção pedagógica;
XI — integração entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
XII — participação das famílias e da comunidade escolar no acompanhamento da trajetória escolar dos estudantes;
XIII — monitoramento e avaliação contínua das ações da Política Municipal de Alfabetização, visando à melhoria dos indicadores educacionais.
CAPÍTULO V
DO PÚBLICO-ALVO
Art. 6º A Política Municipal de Alfabetização tem por público-alvo:
I — crianças matriculadas na pré-escola, com vistas ao fortalecimento das experiências de oralidade, escuta, literatura infantil, consciência fonológica, interação com a cultura escrita, leitura, escrita espontânea e transição qualificada para o Ensino Fundamental, respeitadas as especificidades da Educação Infantil;
II — estudantes matriculados no 1º e 2º anos do Ensino Fundamental;
III — estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental que apresentem dificuldades ou defasagens no processo de alfabetização, leitura, escrita e letramento;
IV — estudantes que não tenham consolidado as habilidades esperadas de alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
V — estudantes público-alvo da Educação Especial, assegurados os recursos de acessibilidade, adaptações razoáveis, atendimento educacional especializado e práticas pedagógicas inclusivas;
VI — professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
VII — professores alfabetizadores;
VIII — professores de apoio, professores do Atendimento Educacional Especializado e demais profissionais envolvidos no processo de ensino e aprendizagem;

IX — gestores escolares, equipes pedagógicas e equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação;
X — famílias e comunidade escolar, no que couber ao acompanhamento da vida escolar dos estudantes.

CAPÍTULO VI

DOS AGENTES ENVOLVIDOS

Art. 7º São agentes envolvidos na implementação da Política Municipal de Alfabetização, no âmbito de suas atribuições:
I — gestores municipais;
II — Secretaria Municipal de Educação;
III — equipes técnicas e pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação;
IV — gestores escolares;
V — equipes pedagógicas das unidades escolares;
VI — professores da Educação Infantil;
VII — professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
VIII — professores alfabetizadores;
IX — professores do Atendimento Educacional Especializado;
X — professores de apoio e demais profissionais que atuem no processo de inclusão escolar;
XI — profissionais administrativos e de suporte escolar, no que couber ao registro, acompanhamento e organização de dados educacionais;
XII — Conselho Municipal de Educação, quando cabível, no exercício de suas competências legais e normativas;
XIII — famílias e responsáveis legais pelos estudantes;
XIV — comunidade escolar.

CAPÍTULO VII

DOS EIXOS ESTRUTURANTES

Art. 8º A Política Municipal de Alfabetização será organizada a partir dos seguintes eixos estruturantes:
I — governança e gestão da política de alfabetização;
II — formação continuada dos profissionais da educação;
III — fortalecimento das práticas pedagógicas de alfabetização, leitura, escrita e letramento;
IV — avaliação, monitoramento e uso pedagógico de dados educacionais;
V — recomposição das aprendizagens;
VI — equidade, inclusão e acessibilidade;
VII — articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
VIII — participação das famílias e fortalecimento do vínculo escola-comunidade;
IX — reconhecimento, socialização e disseminação de boas práticas pedagógicas e de gestão;
X — acompanhamento da frequência escolar, prevenção da evasão e busca ativa.

CAPÍTULO VIII

DAS AÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO

Art. 9º A Política Municipal de Alfabetização será implementada por meio de ações pedagógicas, formativas, avaliativas e de gestão, incluindo:
I — elaboração de plano anual de alfabetização da Rede Municipal de Ensino;
II — definição de metas mensuráveis, objetivas e compatíveis com os indicadores educacionais do Município;
III — alinhamento das ações pedagógicas ao currículo adotado pela Rede Municipal de Ensino, à BNCC, ao Referencial Curricular do Paraná, quando adotado, e às orientações da Secretaria Municipal de Educação;
IV — desenvolvimento de orientações pedagógicas para professores alfabetizadores e equipes escolares;
V — realização de formação continuada para professores, gestores escolares, equipes pedagógicas e demais profissionais envolvidos nas ações de alfabetização;
VI — monitoramento dos indicadores educacionais e dos resultados de aprendizagem;
VII — aplicação e análise de avaliações diagnósticas, formativas, somativas e externas;
VIII — acompanhamento dos resultados de fluência leitora dos estudantes;
IX — utilização dos resultados da Prova Paraná Mais, do Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná — SAEP, dos indicadores de alfabetização e de outros instrumentos oficiais de avaliação;
X — elaboração e acompanhamento de planos de intervenção pedagógica para estudantes com dificuldades de aprendizagem;
XI — desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens para estudantes que não tenham consolidado a alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
XII — organização de agrupamentos pedagógicos, reforço escolar, apoio pedagógico complementar e outras estratégias de acompanhamento, conforme as necessidades diagnosticadas;
XIII — utilização de materiais didáticos, paradidáticos e pedagógicos complementares de apoio aos professores e estudantes;
XIV — fortalecimento das práticas de leitura, escrita, oralidade, produção textual, literatura infantil e compreensão leitora;
XV — articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental, especialmente no processo de transição das crianças para o 1º ano;
XVI — promoção de práticas inclusivas, assegurando acessibilidade, equidade, adaptações razoáveis e atendimento educacional especializado;
XVII — realização de reuniões pedagógicas periódicas para análise de resultados, planejamento de intervenções e definição de estratégias de melhoria;
XVIII — acompanhamento da frequência escolar dos estudantes e realização de busca ativa nos casos de infrequência, risco de abandono ou exclusão escolar;
XIX — incentivo à participação das famílias no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes;
XX — socialização de experiências exitosas e boas práticas pedagógicas desenvolvidas pelas unidades escolares.

CAPÍTULO IX

DA AVALIAÇÃO, DO MONITORAMENTO E DO USO PEDAGÓGICO DOS DADOS

Art. 10. Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização:
I — aplicação de avaliações diagnósticas, formativas e somativas para acompanhamento da aprendizagem dos estudantes;
II — análise dos resultados das avaliações internas e externas, considerando indicadores de alfabetização, leitura, escrita, fluência leitora e compreensão textual;
III — acompanhamento dos resultados da Prova Paraná Mais, do SAEP, da avaliação de fluência leitora e de outros instrumentos oficiais adotados pela Rede Municipal de Ensino;
IV — monitoramento da frequência escolar e realização de busca ativa;
V — elaboração, execução e acompanhamento de planos de intervenção pedagógica para estudantes com dificuldades de aprendizagem;
VI — realização de visitas técnicas e acompanhamento pedagógico nas unidades escolares;
VII — acompanhamento do planejamento docente e das práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula;
VIII — utilização de registros pedagógicos, relatórios, portfólios, fichas de acompanhamento, instrumentos avaliativos e demais documentos que auxiliem o monitoramento das aprendizagens;
IX — análise dos indicadores educacionais do Município;
X — avaliação periódica das ações, metas e resultados previstos na Política Municipal de Alfabetização;
XI — promoção de reuniões pedagógicas para análise de dados, reflexão sobre as práticas pedagógicas e definição de estratégias de melhoria;
XII — acompanhamento da participação dos profissionais da educação nas formações continuadas;
XIII — elaboração de relatórios periódicos pela Secretaria Municipal de Educação, com a finalidade de subsidiar o planejamento, a gestão pedagógica e a tomada de decisão.

§ 1º Os resultados das avaliações e dos instrumentos de monitoramento deverão ser utilizados com finalidade pedagógica, diagnóstica, formativa e de planejamento, vedada a exposição pública individualizada de estudantes, professores ou turmas.

§ 2º O tratamento de dados educacionais observará a legislação aplicável à proteção de dados pessoais, especialmente quanto à finalidade, necessidade, segurança, transparência e proteção integral de crianças e adolescentes.

§ 3º Os dados educacionais deverão subsidiar o planejamento das ações pedagógicas, a definição de estratégias de recomposição das

aprendizagens, a organização das formações continuadas e o acompanhamento das metas municipais de alfabetização.

CAPÍTULO X

DA COMPETÊNCIA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 11. Compete à Secretaria Municipal de Educação de Bocaiúva do Sul coordenar, orientar, monitorar e avaliar a execução da Política Municipal de Alfabetização.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput deste artigo, caberá à Secretaria Municipal de Educação:

I — elaborar o plano anual de alfabetização da Rede Municipal de Ensino;

II — estabelecer orientações pedagógicas complementares para as unidades escolares;

III — organizar cronogramas de formação continuada;

IV — acompanhar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização;

V — apoiar as unidades escolares na elaboração e execução de planos de intervenção pedagógica;

VI — promover reuniões pedagógicas e técnicas para análise de resultados;

VII — orientar a utilização pedagógica dos dados educacionais;

VIII — articular ações com a União, o Estado do Paraná e demais instituições públicas ou parceiras, quando cabível;

IX — acompanhar a execução das ações vinculadas ao Programa Educa Juntos, à Estratégia Alfabetiza Juntos e ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;

X — expedir orientações técnicas, instrumentos de acompanhamento, modelos de relatórios e demais documentos necessários à execução desta Política;

XI — promover a socialização de boas práticas pedagógicas e de gestão relacionadas à alfabetização;

XII — assegurar que as ações de alfabetização observem os princípios da equidade, inclusão, acessibilidade e proteção integral dos estudantes.

CAPÍTULO XI

DAS RESPONSABILIDADES DAS UNIDADES ESCOLARES

Art. 12. Compete às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, sob orientação da Secretaria Municipal de Educação:

I — implementar as ações da Política Municipal de Alfabetização no âmbito escolar;

II — acompanhar sistematicamente o desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes;

III — aplicar e analisar avaliações diagnósticas, formativas e demais instrumentos definidos pela Secretaria Municipal de Educação;

IV — elaborar planos de intervenção pedagógica para estudantes com dificuldades de aprendizagem;

V — acompanhar a frequência escolar e comunicar situações de infrequência, risco de abandono ou exclusão escolar;

VI — promover práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis;

VII — assegurar a articulação entre professores, equipe pedagógica, gestão escolar e famílias;

VIII — manter registros pedagógicos atualizados sobre o desenvolvimento dos estudantes;

IX — participar das formações continuadas e reuniões pedagógicas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação;

X — socializar boas práticas pedagógicas e experiências exitosas no processo de alfabetização;

XI — zelar pela veracidade, organização e atualização dos dados escolares nos sistemas oficiais.

CAPÍTULO XII

DA ARTICULAÇÃO COM AS FAMÍLIAS E COM A COMUNIDADE ESCOLAR

Art. 13. A Política Municipal de Alfabetização deverá estimular a participação das famílias e da comunidade escolar no acompanhamento da aprendizagem dos estudantes.

§ 1º As unidades escolares deverão promover ações de orientação às famílias sobre a importância da frequência escolar, da leitura, do acompanhamento das atividades escolares e da participação na vida educacional dos estudantes.

§ 2º A participação das famílias deverá ocorrer de forma colaborativa, respeitosa e orientadora, sem transferência da responsabilidade pedagógica da escola e do sistema de ensino.

CAPÍTULO XIII

DA INCLUSÃO, ACESSIBILIDADE E EQUIDADE

Art. 14. As ações da Política Municipal de Alfabetização deverão assegurar o atendimento educacional adequado aos estudantes público-alvo da Educação Especial e aos estudantes que demandem estratégias específicas de aprendizagem.

§ 1º Para fins do disposto no caput, deverão ser observadas as necessidades educacionais dos estudantes, com garantia de acessibilidade, adaptações razoáveis, recursos pedagógicos adequados, atendimento educacional especializado e práticas inclusivas.

§ 2º As estratégias de alfabetização deverão respeitar o ritmo, as potencialidades, as formas de comunicação, as singularidades e as condições de desenvolvimento de cada estudante.

§ 3º A Secretaria Municipal de Educação poderá orientar a atuação articulada entre professores regentes, professores do Atendimento Educacional Especializado, professores de apoio, equipes pedagógicas, profissionais especializados e famílias, quando necessário.

CAPÍTULO XIV

DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 15. A formação continuada dos profissionais da educação constitui eixo essencial da Política Municipal de Alfabetização.

§ 1º As formações deverão contemplar, entre outros temas:

I — alfabetização e letramento;

II — desenvolvimento da linguagem oral e escrita;

III — consciência fonológica;

IV — fluência leitora;

V — compreensão e produção textual;

VI — planejamento pedagógico;

VII — avaliação da aprendizagem;

VIII — recomposição das aprendizagens;

IX — educação inclusiva e acessibilidade;

X — uso pedagógico de dados educacionais;

XI — transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

XII — práticas de leitura e literatura infantil;

XIII — gestão pedagógica da alfabetização.

§ 2º A Secretaria Municipal de Educação poderá utilizar formações próprias, formações ofertadas pela União, pelo Estado do Paraná ou por instituições parceiras, observadas as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As ações previstas neste Decreto serão executadas conforme a disponibilidade orçamentária e financeira do Município, mediante utilização da estrutura administrativa, técnica, pedagógica e operacional existente, sem prejuízo da adesão a programas, instrumentos de cooperação, assistência técnica e financeira disponibilizados pela União, pelo Estado do Paraná ou por outras instituições públicas.

Art. 17. A Secretaria Municipal de Educação poderá expedir normas complementares, orientações técnicas, cronogramas, instrumentos de acompanhamento, modelos de relatórios e demais atos necessários à execução da Política Municipal de Alfabetização.

Art. 18. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observada a legislação vigente e as diretrizes aplicáveis à Rede Municipal de Ensino.

Art. 19. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Bocaiúva do Sul, 06 de julho de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul

CESAR MANUEL ESPINDOLA
Secretário de Municipal de Educação

Publicado por:
Gabriela Oliveira Falcade
Código Identificador:FF573B20

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - MATÉRIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ NO DIA 22/05/2026. EDIÇÃO 3535

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
CONTRATO 91/2026
CONTRATADO: ANDERSON TABORDA GONÇALVES
ONDE LÊ SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
19	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	MÊS	24	R$ 2.405,70	R$ 57.736,80

VALOR TOTAL: R$ 57.736,80 (Cinquenta e sete mil setecentos e trinta e seis reais e oitenta centavos)
LEIA-SE:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
19	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO CIVIL	MÊS	24	R$ 2.225,70	R$ 53.416,80

VALOR TOTAL: R$ 53.416,80 (Cinquenta e três mil quatrocentos e dezesseis reais e oitenta centavos)

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estefania Tavares Freitas Silva Busato
Código Identificador:2C248856

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 5 DO CONTRATO N°208-2022

TERMO ADITIVO

Quinto Termo Aditivo do Contrato N°208/2022, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. HELIO JOSE SURDI, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3 a seguir denominada **CONTRATANTE** e a empresa **VILMAR TEIXEIRA 00161610099**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.032.383/0001-90, com sede à Rua Industrial, n° 235, Galpão 02, centro, na cidade de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. VILMAR TEIXEIRA, brasileiro, portador da Cédula de Identidade nº 8.169.844-9 SSP/PR e do CPF nº 001.616.100-99, residente e domiciliado na cidade de Bom Jesus do Sul - PR, a seguir denominada **CONTRATADA,** de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência do presente contrato até a data de 04 de setembro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.

E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 02 de setembro de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
-Contratante-

VILMAR TEIXEIRA 00161610099
-Contratada-

VILSON WILAND FORTES
-Fiscal do Contrato-

TESTEMUNHAS:

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

_____
ALCIONE MAZZOZATO

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:F6A2970B

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1491 /2026

SÚMULA: Nomeia ELAINE TEREZINHA STEVENS para o Cargo temporário de Terapeuta Ocupacional

HELIO JOSE SURDI, PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal n0 **803/2017 de 14 de dezembro de 2017** e Lei nº 1118/2023 de 17 de novembro de 2023, em face do resultado do Processo Seletivo Simplificado para provimento de vagas, do seu quadro de pessoal em Caráter Temporário e Excepcional promovido nos termos do Processo Seletivo Simplificado PSS nº 1/2025 - Edital n0 7/2025 de 14 de agosto de 2026.

D E C R E T A:

Art. 10 - Fica nomeada **ELAINE TEREZINHA STEVENS** portadora do CPF**: 008.***.***14** para o Cargo em Caráter Temporário de Terapeuta Ocupacional, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, lotada no Secretaria de Educação e Cultura, no período **de 01 de setembro de 2026 à 12 de agosto de 2027**.
Art. 2º - Uma vez cessado o motivo que deu causa a nomeação, fica revogada a nomeação
Art. 30 - O presente Decreto entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrário, inclusive o Decreto nº 1489/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul – Estado do Paraná, 01 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:876E9EE8

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°175-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°175/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: MARCO ANTÔNIO DA COSTA 07936035958.
OBJETO: Aplicação de película de proteção solar (Insulfilm) nos vidros das cabines de 06 (seis) máquinas pertencentes ao Setor Rodoviário do Município de Bom Jesus do Sul – PR.
VIGÊNCIA: 02/09/2026 à 01/11/2026.
VALOR: R$ 8.500,00 (oito mil e quinhentos reais).
FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação N°28/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:3D741134

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°176-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°176/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: JOÃO MARIA DA ROSA PALESTRAS.
OBJETO: Contratação de empresa para realização de Palestra Show Motivacional durante a programação do Encontro alusivo ao Dia do Idoso e 14º Encontro Municipal da Terceira Idade.
VIGÊNCIA: 02/09/2026 à 01/12/2026.
VALOR: R$ 6.950,00 (seis mil, novecentos e cinquenta reais).
FUNDAMENTO: Inexigibilidade N°27/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:4A08A5C9

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1215/2026

LEI Nº 1215/2026.

"Súmula: Institui o 'Banco de Horas" no âmbito da Administração Direta do Município de Bom Jesus do Sul e dá outras providências."

A Câmara Municipal de Vereadores de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art.1º- Fica instituído o banco de horas para futura compensação de horas extras realizadas mediante prévia autorização da Administração Municipal e comprovadas por meio de registro eletrônico de ponto.

§ 1º A compensação de que trata o caput se dará mediante autorização da chefia imediata considerando-se o senso de oportunidade e organização do serviço sob a responsabilidade do servidor.

§ 2º Para fins de aplicação da presente, fica o servidor limitado a exercer, ao máximo, 2 (duas) horas diárias.

Art. 2º - A conversão das horas mencionadas no artigo 1º deste artigo obedecerá aos seguintes critérios:

I - As horas trabalhadas de segunda a sexta-feira serão compensadas em descanso à razão de uma hora em descanso para cada uma hora trabalhada;

II - As horas trabalhadas aos sábados serão compensadas à razão de uma hora e meia em descanso para cada uma hora trabalhada;

III - As horas trabalhadas aos domingos e feriados serão compensadas à razão de duas horas em descanso para cada uma hora trabalhada.

Art. 3º - O servidor designado para o exercício de função gratificada não será remunerado com o pagamento de horas extraordinárias, nem fará jus ao lançamento de horas excedentes no banco de horas para fins de compensação ou pagamento em pecúnia.

Art. 4º - As horas excedentes constantes no banco de horas serão compensadas mensalmente. As horas remanescentes por ocasião da rescisão do contrato de trabalho serão pagas em pecúnia ao servidor, observados os critérios de conversão e as proporcionalidades estabelecidos no art. 2º desta Lei.

Art. 5º - O servidor convocado para atuar em comissão de concurso público ou processo seletivo simplificado, fará jus à compensação em dobro dos dias de convocação, a título de folga compensatória.

Parágrafo único. As horas a que se refere o caput deste artigo não serão computadas como horas extraordinárias, nem serão lançadas no banco de horas de que trata esta Lei, devendo sua fruição ocorrer mediante acordo com a chefia imediata.

Art. 6º - A presente lei poderá ser regulamentada por decreto, se necessário.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná aos 02 dias do mês de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:CA7BDA0F

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO IL28/2026

RATIFICAÇÃO

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento nos artigos 74 e 86 da Lei nº 14.133/21,

RATIFICA, a inexigibilidade de licitação para a contratação direta da Empresa **BELABRU COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.353.258/0001-60, com sede na Avenida Imperatriz Leopoldina, n° 1248, Vila Leopoldina, São Paulo, SP, para que a mesma forneça 01 (um) veículo furgão novo, adaptado para Ambulância UTI Móvel Tipo B, sem equipamentos médicos.

E autorizo o empenho da despesa no valor de **R$ 485.900,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e novecentos reais)**, em favor da Empresa **BELABRU COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, cujo pagamento far-se-á 30 (trinta) dias após a aquisição do bem e a emissão de nota fiscal, de acordo com a proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul - PR, 02 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:754D83A7

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO CMEI Nº 002/2026

Retifica a composição e a indicação de cargos da Comissão Eleitoral responsável pela organização, coordenação e condução do processo de eleição da nova Diretoria da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, nomeada pela Portaria nº 001/2026.

A Presidente da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF do Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz, Senhora Alessandra Leves, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da APMF.
RESOLVE:
Art. 1º Retificar o Artigo 1º da Portaria nº 001/2026, de 10 de julho de 2026, que dispõe sobre a composição da Comissão Eleitoral responsável pela organização, coordenação e condução do processo de eleição da nova Diretoria da APMF, que passa a vigorar com a seguinte estrutura e indicação expressa de cargos, nos termos do artigo 49, parágrafo 4º do Estatuto Social:
I – Presidente da Comissão:
• Marisete dos Santos Cavagnolli.
II – Secretária da Comissão:
• Francieli Maroni.
III – Suplentes:

• Dheisy Stefany Neckel Tomaz;
• Silvana Beatriz Litter;
• Rute Carvalho Chaves;
• Tatiane Oliveira Camargo.

Art. 2º Ficam ratificados e inalterados os demais artigos, parágrafos e disposições da Portaria nº 001/2026 que não foram objeto desta retificação.

Art. 3º Esta Portaria de Retificação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de publicação da portaria original.

Bom Jesus do Sul – PR, 01 de setembro de 2026.

ALESSANDRA LEVES
Presidente da APMF
Centro Municipal de Educação Infantil Criança Feliz

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:74E5B52A

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PORTARIA DE RETIFICAÇÃO Nº 002/2026

Retifica o Artigo 1º da Portaria nº 001/2026, que nomeia a Comissão Eleitoral responsável pela organização, coordenação e condução do processo de eleição da nova Diretoria da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF da Escola Municipal Roberto Mazzocatto.

A Presidente da Associação de Pais, Mestres e Funcionários – APMF da Escola Municipal Roberto Mazzocatto, Senhora Marizete Pinheiro Cabral Barichello, no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto Social da APMF,

RESOLVE:

Art. 1º Retificar o Art. 1º da Portaria nº 001/2026, de 10 de julho de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação para a definição de cargos e funções da Comissão Eleitoral:

I – Presidente da Comissão Eleitoral:
Francieli Chaves (Representante dos Professores).

II – Secretário da Comissão Eleitoral:
Andreia Campos (Representante dos Pais de Alunos)

III – Membros Suplentes:
Clarice Terezinha Kniecik Cizerza (Representante dos Funcionários)
Andreia Borges Perim (Representante dos Funcionários)
Elitana Muniz Duarte (Representante dos Pais de Alunos)
Keila Carvalho dos Santos Rodrigues (Representantes dos Professores).

Art. 2º Permanecem inalterados e em pleno vigor todos os demais artigos, parágrafos e incisos da Portaria original nº 001/2026.

Art. 3º Esta Portaria de Retificação entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de publicação da portaria original.

Bom Jesus do Sul – PR, 01 de setembro de 2026.

MARIZETE PINHEIRO CABRAL BARICHELLO
Presidente da APMF
Escola Municipal Roberto Mazzocatto

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:A995030E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
ATA DE INSTALAÇÃO DO GRUPO TÉCNICO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – GT-PLHIS SIMPLIFICADO ATA Nº 01/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026

Aos 24 dias do mês de agosto de 2026, às 14 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, situada na Rua Cândido Merlo, nº 290, Centro, reuniram-se os membros designados pela Portaria Municipal nº 361, de 27 de julho de 2026, para instalar o Grupo Técnico de Trabalho para Elaboração do Novo Plano Local de Habitação de Interesse Social – GT-PLHIS Simplificado, instituído pelo Decreto Municipal nº 3.878, de 27 de julho de 2026.

A reunião teve por finalidade instalar formalmente o GT-PLHIS, dar ciência aos membros acerca de suas atribuições, registrar a situação institucional do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social e de seu Conselho Gestor, apreciar e aprovar o Plano de Trabalho e Cronograma e definir os primeiros encaminhamentos para a elaboração do novo Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS Simplificado do Município de Bom Sucesso do Sul/PR.

1. Registro de presença

Estiveram presentes os membros titulares, suplentes e convidados relacionados na Folha de Presença, que integra esta Ata como Anexo I e será juntada ao Processo Administrativo nº 01/2026. Os suplentes participaram em substituição aos respectivos titulares ausentes, quando cabível, e os convidados participaram sem direito à deliberação interna do GT-PLHIS.

2. Abertura e instalação

A reunião foi aberta pela Sra. Ronise Jane Ravanelli de Oliveira, representante titular do Departamento de Assistência Social e coordenadora do eixo social do GT-PLHIS, nos termos do art. 3º da Portaria Municipal nº 361/2026, que declarou instalada a primeira reunião do Grupo Técnico.

Foi registrado que o GT-PLHIS possui natureza temporária, técnica, intersetorial e consultiva, sendo sua participação considerada serviço público relevante, sem remuneração adicional, e que o procedimento de elaboração do novo PLHIS se encontra autuado em processo administrativo próprio, vinculado ao Departamento de Administração e Planejamento, com apoio técnico do Departamento de Assistência Social no eixo social.

3. Fundamentação

Foi consignado que os trabalhos do GT-PLHIS têm por base, especialmente:

I – o Decreto Municipal nº 3.878, de 27 de julho de 2026, publicado em 28 de julho de 2026, que abriu o procedimento administrativo, instituiu o GT-PLHIS Simplificado e estabeleceu as etapas, os produtos mínimos e os prazos do trabalho;

II – a Portaria Municipal nº 361, de 27 de julho de 2026, publicada em 28 de julho de 2026, que designou os membros titulares e suplentes do GT-PLHIS e definiu sua organização administrativa;

III – a Lei Municipal nº 347, de 6 de maio de 2005, e suas alterações, que dispõe sobre a estrutura administrativa municipal;

IV – a Lei Municipal nº 650, de 3 de setembro de 2008, que instituiu o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e seu Conselho Gestor;

V – a Lei Municipal nº 1.557/2021, que alterou disposições relativas à composição do Conselho Gestor do FMHIS;

VI – o Decreto Municipal nº 3.876, de 22 de julho de 2026, que atualizou a nomeação dos membros do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS;

VII – a Resolução CGFMHIS nº 01/2025, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Gestor, conforme documentação municipal a ser juntada ao processo;

VIII – a Lei Municipal nº 1.657/2023, que criou o Conselho Municipal da Cidade de Bom Sucesso do Sul;

IX – a Lei Complementar Municipal nº 38/2023 – Plano Diretor Municipal, e a legislação municipal de uso, ocupação e parcelamento do solo e de regularização fundiária;

X – a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade; a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005 – SNHIS/FNHIS; e o Decreto Federal nº 5.796, de 6 de junho de 2006;

XI – a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD; e
XII – a legislação federal, estadual e municipal aplicável à habitação de interesse social, planejamento urbano, assistência social, orçamento público, saneamento, regularização fundiária, participação social e proteção de dados pessoais.

4. Registro da situação do FMHIS e do CGFMHIS
Foi informado que a Lei municipal 650/2008 necessitará de alteração, relacionadas a Composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação, em razão de modificações da estrutura administrativa e para atender aos requisitos estabelecidos na lei federal, quanto a quantidade de membros representativos da sociedade civil. As alterações serão propostas em Projeto de Lei específico a ser apreciado pelo Poder Legislativo Local.
Após a aprovação das alterações proposta na lei será editado ato administrativo para determinar a nova composição do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS, devendo o ato final de nomeação, o Regimento Interno vigente e os documentos de instalação e funcionamento do Conselho ser juntados ao processo administrativo.
Ficou consignado que o CGFMHIS acompanhará o procedimento, receberá os produtos intermediários pertinentes, apreciará a minuta final e deliberará sobre a aprovação do novo PLHIS Simplificado, mediante ata, resolução, deliberação ou ato equivalente que identifique a reunião, o quórum, a data, a pauta, a decisão adotada e as assinaturas dos responsáveis. Seus representantes poderão ser convidados para reuniões e atividades do GT-PLHIS, sem direito à deliberação interna do Grupo.

5. Coordenação e responsabilidades iniciais
Ficou confirmado que a coordenação geral do GT-PLHIS será exercida pelo Departamento de Administração e Planejamento, cabendo-lhe convocar e coordenar reuniões, organizar pautas, registros e atas, controlar listas de presença, instruir e manter atualizado o processo administrativo, solicitar informações aos órgãos municipais, consolidar documentos técnicos e garantir a publicidade dos atos e documentos do procedimento, ressalvadas as informações protegidas por sigilo legal ou pela legislação de proteção de dados pessoais.
O Departamento de Assistência Social exercerá a coordenação do eixo social, especialmente quanto ao levantamento da demanda habitacional, à identificação de famílias em situação de vulnerabilidade social, à articulação com o CadÚnico, o cadastro habitacional, a vigilância socioassistencial e os programas sociais, devendo os relatórios públicos utilizar, sempre que possível, dados agregados, estatísticos ou anonimizados.
Os demais órgãos e setores integrantes do GT-PLHIS contribuirão, conforme suas competências, com informações, documentos, pareceres, levantamentos, mapas e dados técnicos. Outros órgãos municipais poderão prestar apoio quando requisitados pela coordenação, sem integrar formalmente o Grupo, salvo designação por ato próprio.

6. Aprovação do Plano de Trabalho e Cronograma
A minuta do Plano de Trabalho e Cronograma foi apresentada aos membros, discutida e aprovada pelo GT-PLHIS, passando a integrar o Processo Administrativo nº 01/2026. O documento estabelece as etapas, os produtos, os responsáveis e os prazos cumulativos, observando o prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contado da instalação do GT-PLHIS, para sua apresentação, e o prazo global estimado de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contado da publicação do Decreto Municipal nº 3.878/2026.
Eventuais ajustes no cronograma deverão ser justificados e registrados no processo administrativo, sem ultrapassar o prazo global fixado no Decreto, salvo superveniência de ato formal válido que disponha de modo diverso.

7. Apresentação e apreciação da Proposta Metodológica
Na sequência, a empresa C M Assessoria e Planejamento Ltda. – EPP apresentou aos membros do GT-PLHIS a versão preliminar da Proposta Metodológica para a revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS.
Foram apresentados a organização da revisão em três etapas técnicas — Proposta Metodológica, Diagnóstico do Setor Habitacional e Estratégias de Ação —, a estrutura de governança, as atribuições da equipe municipal e da consultoria, os procedimentos de levantamento e validação das informações, as estratégias de comunicação e participação social, os cuidados relacionados à proteção de dados pessoais, o cronograma e o fluxo de análise e aprovação dos produtos.
Concluída a discussão, o GT-PLHIS aprovou a Proposta Metodológica como referência para a condução dos trabalhos, sem ressalvas, à complementação das informações pendentes e aos demais atos de publicidade, participação, apreciação colegiada e aceite contratual previstos no próprio documento.
Ficou consignado que a aprovação pelo GT-PLHIS não substitui a posterior apreciação pelo Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS nem o aceite formal pela gestão e fiscalização do contrato.

8. Deliberações e encaminhamentos
Após discussão, foram aprovados os seguintes encaminhamentos:
I – o Departamento de Administração e Planejamento deverá manter organizado e atualizado o Processo Administrativo nº 01/2026, juntando o Decreto Municipal nº 3.878/2026, a Portaria Municipal nº 361/2026 e eventual ato retificador, esta Ata, a Folha de Presença, o Plano de Trabalho e Cronograma, os atos atualizados do FMHIS e do CGFMHIS e os demais documentos produzidos;
II – a coordenação deverá expedir solicitações formais de informações aos órgãos e setores municipais, com indicação do objeto e do prazo de resposta, observadas as limitações legais e as regras de proteção de dados pessoais;
III – o Departamento de Assistência Social deverá iniciar o levantamento da demanda habitacional e das informações sociais disponíveis, inclusive quanto à população de baixa renda, famílias em situação de vulnerabilidade, moradores de assentamentos precários, famílias em áreas de risco, pessoas em situação de rua, famílias submetidas a ônus excessivo com aluguel e famílias em insegurança fundiária;
IV – os órgãos das áreas de obras, cadastro, tributação, finanças, meio ambiente, saúde, planejamento, jurídico, gabinete e controle interno deverão iniciar os levantamentos sob sua responsabilidade, conforme a matriz constante do Plano de Trabalho;
V – a Assessoria Jurídica deverá consolidar a legislação federal, estadual e municipal aplicável e verificar a regularidade formal dos atos do FMHIS e do CGFMHIS, sem substituir a competência deliberativa do Conselho Gestor;
VI – a coordenação deverá comunicar formalmente ao CGFMHIS a instalação do GT-PLHIS e encaminhar cópia do Decreto, da Portaria, desta Ata e do Plano de Trabalho, para acompanhamento do procedimento;
VII – a minuta preliminar do novo PLHIS deverá ser submetida obrigatoriamente a consulta pública pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos; eventual audiência pública deverá ser convocada com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, ressalvado prazo municipal superior;
VIII – os atos, comunicados, cronogramas, relatórios, minutas e deliberações deverão receber publicidade adequada, com preservação de dados pessoais e informações legalmente sigilosas;
IX – a próxima reunião do GT-PLHIS será designada no prazo conveniado entre integrantes do grupo e previamente informados no canal de comunicação definido, com a finalidade de acompanhar a execução das primeiras etapas e apreciar os levantamentos iniciais;
X – fica aprovada pelo GT-PLHIS a Proposta Metodológica apresentada, condicionada à complementação das informações pendentes; e
XI – a consultoria deverá consolidar a versão ajustada da Proposta Metodológica e encaminhá-la à coordenação municipal para continuidade do fluxo de análise, publicidade, apreciação e aceite.

9. Proteção de dados pessoais
Foi registrado que o tratamento de dados pessoais no âmbito do procedimento observará a Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD e o art. 13 do Decreto Municipal nº 3.878/2026. O acesso a dados individualizados será restrito aos agentes públicos que deles necessitem para o desempenho de suas funções, e os relatórios públicos deverão, sempre que possível, apresentar dados agregados, estatísticos ou anonimizados.

9. Encerramento
Considerando que a instalação do GT-PLHIS ocorreu após o marco intermediário inicialmente previsto, ficou aprovada a correspondente reprogramação, sem alteração do prazo global de até 180 dias corridos para conclusão do procedimento.
Nada mais havendo a tratar, a coordenadora geral agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião às 16:30 horas. Para constar, eu, Ronise Jane Ravanelli de Oliveira, responsável pelo registro da reunião, lavrei a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos responsáveis abaixo e acompanhada da Folha de Presença dos participantes.

Bom Sucesso do Sul/PR, 24 de agosto de 2026.

VALENTINA ROSECLER MARINHUK
Coordenadora Geral do GT-PLHIS
Departamento de Administração e Planejamento
RONISE JANE RAVANELLI DE OLIVEIRA
Responsável Pelo Eixo Social
Departamento de Assistência Social

ANEXO I – FOLHA DE PRESENÇA
REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DO GT-PLHIS
ATA Nº 01/2026

Município: Bom Sucesso do Sul/PR
Grupo: Grupo Técnico de Trabalho para Elaboração do Novo Plano Local de Habitação de Interesse Social – GT-PLHIS Simplificado
Processo Administrativo: nº 01/2026
Data: 24/08/2026
Horário: 14 horas

Nº	Nome	Órgão/Setor	Condição	Assinatura
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:99C56916

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.892, 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, cria fonte de recursos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, destinado ao suporte das despesas a serem realizadas com recursos oriundos do excesso de arrecadação no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), e por anulação de dotação o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), para suprir as dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
07.00	**Depto de Saúde**		
07.01	**Fundo Municipal de Saúde**		
10.301.0007.1.006	**Aquis. De Veículos e Equip nas Unidades de Saúde**		
4.4.90.52	Equip. e Material Permanente	304	40.000,00
09.00	**Depto de Educação, Cult. Esport**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.365.0010.2.050	**Manutenção do Ensino Infantil em Pré-Escolas**		
4.4.90.52	Equip. e Material Permanente	104	100.000,00
TOTAL			**140.000,00**

Art. 2o Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, será utilizada a ANULAÇÃO parcial da dotação orçamentária abaixo relacionada, e os recursos oriundos do excesso de arrecadação a ser apurado no corrente exercício, conforme o previsto no parágrafo primeiro nos incisos II e III do Art. 43 da Lei 4.320/64, e no Art. 4º incisos III e VI da Lei 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:
I – Por excesso de arrecadação o valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais)

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
2.2.1.3.01.01 (57)	Alienação de Bens Móveis e Semoventes - Principal	304	40.000,00
	TOTAL		**40.000,00**

II – Por anulação de dotação o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
06.00	**Depto de Obras e Serviços Urbanos**		
06.01	**Div de Obras e Serv. Urbanos**		
15.452.0006.1.004	**Pavimentação Asfáltica e/ou com pedras irregulares construção de calçadas em ruas e avenida.**		
4.4.90.51	Obras e Instalações (100)	000	100.000,00
TOTAL			**100.000,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.752/2025 de 25 de setembro de 2025 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.749/2025 de 15 de setembro de 2025 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2026/2029.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dia do mês de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:A537A9C1

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.803, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município de Bom Sucesso do Sul, institui e disciplina o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA e o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, designa a entidade reguladora dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I
DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei dispõe, de forma consolidada, sobre a Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental do Município de Bom

Sucesso do Sul, estabelece seus princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos de gestão, disciplina a regulação e a fiscalização dos serviços, institui e disciplina o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA e o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, em conformidade com:

A Constituição Federal;
A Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007;
A Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020;
As normas de referência expedidas pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA;
A legislação estadual aplicável e as normas expedidas pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR.
O Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental ou, quando aplicável, o Plano Regional de Saneamento Básico e Ambiental.

Parágrafo único. Para os fins desta Lei, considera-se saneamento básico o conjunto de serviços públicos, infraestruturas e instalações operacionais de:

Abastecimento de água potável;
Esgotamento sanitário;
Limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
Drenagem e manejo das águas pluviais urbanas.

Art. 2º São princípios da Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental:

A universalização do acesso aos serviços públicos de saneamento básico;
A integralidade, compreendida como o conjunto de atividades e componentes de cada serviço de saneamento básico, garantindo sua prestação de forma adequada às necessidades da população;
A segurança, a qualidade, a continuidade, a regularidade e a eficiência da prestação dos serviços;
A proteção da saúde pública e do meio ambiente;
A preservação, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos naturais;
A adoção de soluções apropriadas às características locais e regionais;
A eficiência administrativa, operacional, econômica e financeira dos serviços;
A transparência da gestão, mediante acesso à informação e publicidade dos atos administrativos;
O controle social, assegurada a participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental;
A articulação com as políticas de desenvolvimento urbano, habitação, saúde pública, recursos hídricos, proteção ambiental, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável;
A adoção de tecnologias apropriadas, observadas a capacidade de pagamento dos usuários e a sustentabilidade dos serviços;
A prevenção e redução dos impactos ambientais;
A integração entre o planejamento, a regulação, a fiscalização e a prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
A observância das normas expedidas pelos órgãos reguladores e de controle competentes.

Art. 3º Constituem objetivos da Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental:

Assegurar a universalização progressiva do acesso aos serviços públicos de saneamento básico;
Promover a melhoria contínua das condições de salubridade ambiental;
Proteger os recursos hídricos, o solo, o ar e os demais recursos ambientais;
Prevenir doenças e promover a saúde pública mediante a adequada prestação dos serviços de saneamento;
Estimular o uso racional dos recursos naturais e da água;
Promover a educação ambiental e sanitária;
Reduzir os impactos ambientais decorrentes das atividades humanas;
Incentivar a utilização de tecnologias ambientalmente adequadas;
Promover a eficiência na gestão dos serviços públicos de saneamento básico;
Assegurar o planejamento permanente das ações de saneamento;
Fomentar a cooperação entre os órgãos públicos, entidades privadas e sociedade civil;
Garantir o controle social da política municipal.

Art. 4º São instrumentos da Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental:

O Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental;
Os planos regionais de saneamento, quando adotados pelo Município;
A regulação e fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico;
O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA;
O Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;
O planejamento orçamentário municipal;
Os programas, projetos e ações voltados à universalização dos serviços;
Os contratos, convênios, termos de cooperação e demais instrumentos jurídicos destinados à execução da política municipal;
Os mecanismos de participação e controle social;
Os indicadores de desempenho e qualidade dos serviços.

Art. 5º Compete ao Município de Bom Sucesso do Sul, na qualidade de titular dos serviços públicos de saneamento básico, planejar e assegurar a sua prestação adequada, diretamente ou mediante delegação legalmente autorizada, observadas as competências dos demais entes federativos e a estrutura de prestação regionalizada, quando aplicável.

§ 1º Fica reconhecida e designada a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Paraná – AGEPAR como entidade reguladora e fiscalizadora dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos no âmbito do Município de Bom Sucesso do Sul, observadas as competências que lhe são atribuídas pela legislação federal e estadual e pelos instrumentos jurídicos aplicáveis.

§ 2º No exercício da regulação e fiscalização referidas no § 1º, compete à AGEPAR, observados os limites de suas competências legais e regulamentares:

Regular e fiscalizar a prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos;
Estabelecer, acompanhar e fiscalizar o cumprimento das normas, metas, indicadores e padrões de qualidade, eficiência, regularidade, continuidade, segurança e universalização aplicáveis aos serviços;
Exercer a regulação econômica e tarifária dos serviços, quando cabível;
Acompanhar e fiscalizar o cumprimento dos contratos, convênios, termos e demais instrumentos relacionados à prestação dos serviços, nos limites de sua competência;
Expedir normas, deliberações e demais atos regulatórios necessários ao exercício de suas atribuições;
Requisitar dos prestadores dos serviços informações, documentos, dados e demais elementos necessários ao exercício da regulação e fiscalização;
Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas pela legislação e regulamentação aplicáveis.

§ 3º A relação entre a AGEPAR e os prestadores dos serviços públicos de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos observará a legislação aplicável, os instrumentos de delegação ou contratação e as normas regulatórias pertinentes, asseguradas a autonomia técnica, a independência decisória e a imparcialidade da atuação regulatória.

§ 4º Os prestadores dos serviços submetidos à regulação e fiscalização da AGEPAR ficam obrigados a fornecer as informações, documentos, dados e demais elementos necessários ao exercício das competências regulatórias e fiscalizatórias, na forma da legislação e das normas expedidas pela Agência.

§ 5º O Município adotará as providências administrativas e celebrará, quando juridicamente necessário, os instrumentos de cooperação,

delegação, adesão ou congêneres necessários ao exercício da atividade regulatória pela AGEPAR.

TÍTULO II
DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL

CAPÍTULO I
DA CRIAÇÃO E FINALIDADE

Art. 6º Fica instituído o Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA, de natureza contábil, vinculado ao Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, sob gestão do referido Departamento, destinado ao financiamento e custeio de ações voltadas:

À universalização dos serviços públicos de saneamento básico;
À melhoria da qualidade ambiental;
À conservação, recuperação e proteção dos recursos naturais;
À implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental ou do Plano Regional de Saneamento Básico e Ambiental;
À execução de programas, projetos, obras, serviços e investimentos relacionados ao saneamento básico e à proteção ambiental;
Às demais ações previstas nesta Lei.

§ 1º Os recursos do FMSBA serão aplicados exclusivamente nas finalidades previstas neste artigo, mediante deliberação do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA.

§ 2º A movimentação financeira e a execução orçamentária do FMSBA observarão a legislação financeira vigente, as normas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e as normas expedidas pela entidade reguladora competente.

Art. 7º Constituem receitas do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA:

Dotações consignadas no orçamento do Município;
Parcela da receita dos prestadores dos serviços públicos de saneamento básico, na forma prevista pela regulamentação da AGEPAR e pelo respectivo contrato de prestação dos serviços;
Recursos provenientes de convênios, contratos, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres celebrados com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
Doações, legados, subvenções e contribuições;
Rendimentos de aplicações financeiras de seus recursos;
Valores decorrentes de compensações ambientais;
Receitas oriundas de multas ambientais, quando legalmente destinadas ao Fundo;
Receitas provenientes de termos de ajustamento de conduta, decisões judiciais ou acordos destinados ao Município para fins ambientais;
Outras receitas legalmente destinadas ao Fundo.

Art. 8º Os recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA serão aplicados exclusivamente em ações relacionadas à Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, observadas as diretrizes do Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, ou do Plano Regional de Saneamento Básico e Ambiental, quando aplicável, especialmente para:

Implantação, ampliação, modernização, operação, manutenção e melhoria dos sistemas de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, limpeza urbana e drenagem e manejo das águas pluviais;
Proteção, recuperação, conservação e preservação dos recursos naturais e do meio ambiente;
Elaboração, revisão, atualização e implementação de planos, estudos, projetos, programas e ações voltados ao saneamento básico e à gestão ambiental;
Desenvolvimento de pesquisas, estudos técnicos, diagnósticos e projetos de engenharia relacionados ao saneamento básico e ambiental;
Aquisição de equipamentos, materiais permanentes, veículos, softwares e demais bens necessários à execução de suas finalidades;
Ações de educação ambiental, educação sanitária, capacitação técnica e fortalecimento institucional;
Recuperação de áreas degradadas, proteção de mananciais e promoção da qualidade ambiental;
Atendimento de situações emergenciais relacionadas aos serviços públicos de saneamento básico e ambiental;
Contrapartidas financeiras em convênios, contratos de repasse, termos de cooperação e demais instrumentos celebrados com órgãos e entidades públicas ou privadas;
Outras despesas de capital e de custeio diretamente vinculadas às finalidades do Fundo e aprovadas pelo Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA.

§ 1º A aplicação dos recursos observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, transparência e controle social.

§ 2º É vedada a utilização dos recursos do FMSBA para pagamento de despesas estranhas às suas finalidades ou para custeio de despesas correntes da Administração Municipal que não guardem relação direta com os objetivos estabelecidos nesta Lei.

§ 3º A programação anual de aplicação dos recursos do Fundo será elaborada pelo órgão gestor e submetida previamente à apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, observadas as dotações orçamentárias e a legislação financeira vigente.

§4º É vedada a utilização dos recursos do Fundo para pagamento de pessoal permanente da Administração Municipal, ressalvadas as hipóteses expressamente autorizadas em lei e diretamente vinculadas à execução de projetos financiados pelo Fundo.

Art. 9º Constituem ativos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA:

As disponibilidades financeiras depositadas em instituição financeira oficial;
Os créditos e direitos decorrentes da aplicação de seus recursos;
Os bens móveis e imóveis adquiridos com recursos do Fundo;
Os bens, direitos e valores que lhe forem destinados ou incorporados por qualquer forma admitida em direito.

Art. 10. Constituem passivos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA as obrigações de qualquer natureza assumidas para a consecução de suas finalidades legais.

Art. 11. O Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA será administrado pelo Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, ao qual compete:

Administrar os recursos financeiros do Fundo;
Elaborar a proposta anual de aplicação dos recursos;
Executar o orçamento do Fundo;
Autorizar despesas e ordenar pagamentos, observada a legislação vigente;
Manter controle contábil, financeiro, patrimonial e orçamentário dos recursos;
Elaborar a prestação anual de contas e submetê-la aos órgãos competentes;
Apresentar ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA relatório anual de gestão financeira e das ações executadas;
Manter atualizado o Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental, observadas as diretrizes da Lei Federal nº 11.445/2007 e da entidade reguladora competente;
Manter atualizado o Portal da Transparência quanto às receitas e despesas do Fundo;
Manter sistema permanente de acompanhamento físico e financeiro das ações financiadas pelo Fundo.
Praticar os demais atos necessários ao regular funcionamento do Fundo;

Parágrafo único. A gestão financeira do Fundo observará as normas de direito financeiro, contabilidade pública, responsabilidade fiscal e as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 12. A execução orçamentária e financeira do Fundo obedecerá às normas da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e demais normas aplicáveis à Administração Pública.

TÍTULO III
DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL

CAPÍTULO I
DA NATUREZA E FINALIDADE

Art. 13. Fica instituído o Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, órgão colegiado de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador, propositivo e de controle social, integrante da estrutura administrativa do Município de Bom Sucesso do Sul, com a finalidade de acompanhar, avaliar, deliberar e fiscalizar a implementação da Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental e a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA.

Art. 14. Compete ao Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA:

Exercer o controle social da Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental;
Acompanhar a implementação e a execução do Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental;
Acompanhar e avaliar a prestação dos serviços públicos de saneamento básico;
Deliberar sobre as diretrizes de aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – FMSBA;
Aprovar o Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo;
Acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução orçamentária e financeira do Fundo;
Apreciar e aprovar o relatório anual de gestão do Fundo;
Propor medidas destinadas ao aperfeiçoamento da Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental;
Emitir pareceres, recomendações e deliberações sobre matérias relacionadas ao saneamento básico e ambiental;
Acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Municipal de Saneamento Básico e Ambiental e nos contratos de prestação dos serviços;
Promover a participação da sociedade civil na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas de saneamento;
Incentivar ações de educação ambiental e sanitária;
Solicitar informações e documentos aos órgãos da Administração Pública Municipal e aos prestadores dos serviços públicos de saneamento básico, quando necessários ao exercício de suas competências;
Elaborar e aprovar seu Regimento Interno;
Exercer outras competências correlatas previstas em lei ou regulamento;
Acompanhar o cumprimento das normas expedidas pela AGEPAR;
Deliberar sobre outras matérias correlatas encaminhadas pelo Poder Executivo.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO

Art. 15. O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA será composto por membros titulares e respectivos suplentes, com representação do Poder Público Municipal, da sociedade civil, dos usuários e do prestador dos serviços públicos de saneamento básico, na seguinte composição:

I – representantes do Poder Público Municipal:

a) 01 (um) representante do Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente;
b) 01 (um) representante do Departamento de Obras e Serviços Urbanos;
c) 01 (um) representante do Departamento Municipal de Saúde.

II – representantes da sociedade civil e dos usuários:

a) 01 (um) representante do Conselho Municipal de Saúde;
b) 01 (um) representante dos usuários dos serviços públicos de saneamento básico;
c) 01 (um) representante de organização ou entidade da sociedade civil.

III – representante do prestador dos serviços públicos de saneamento básico:

01 (um) representante da concessionária ou prestadora dos serviços públicos de saneamento básico, especialmente a SANEPAR.

§ 1º Os membros titulares e respectivos suplentes serão nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo, mediante indicação dos órgãos, entidades e segmentos representados.
§ 2º A composição do CMSBA deverá assegurar, obrigatoriamente, a presença de ao menos 01 (um) representante da sociedade civil ligado, direta ou indiretamente, ao setor de saneamento básico, em atendimento às normas da AGEPAR.
§ 3º O representante de organização ou entidade da sociedade civil previsto na alínea "c" do inciso II não precisa possuir vinculação específica com o setor de saneamento básico, preservada a representatividade da sociedade civil e o controle social sobre a Política Municipal e o FMSBA.
§ 4º Para fins do § 2º, a vinculação direta ou indireta ao setor de saneamento básico poderá decorrer de atuação, representação ou finalidade relacionada, entre outras, a saneamento básico, meio ambiente, recursos hídricos, saúde pública, desenvolvimento sustentável ou controle social.
§ 5º A participação no Conselho será considerada serviço público relevante, não remunerado.

Art. 16. O mandato dos conselheiros será de 02 (dois) anos, permitida uma única recondução por igual período.

§ 1º A perda da condição que ensejou a indicação implicará a substituição do representante.
§ 2º Ocorrendo vacância, será nomeado novo representante para completar o restante do mandato.

Art. 17. O Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA elegerá, dentre seus membros titulares, a sua Mesa Diretora, composta por:

Presidente;
Vice-Presidente;
Secretário.

§ 1º O mandato da Mesa Diretora será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

§ 2º As atribuições da Mesa Diretora serão definidas no Regimento Interno.

Art. 18. O Conselho reunir-se-á:

Ordinariamente, na periodicidade estabelecida em seu Regimento Interno;
Extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria absoluta de seus membros.

§ 1º As reuniões serão públicas, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo.
§ 2º O quórum para instalação das reuniões será de maioria absoluta de seus membros.
§ 3º As deliberações serão tomadas por maioria simples dos membros presentes, salvo disposição diversa prevista no Regimento Interno.
§ 4º O Presidente exercerá voto de qualidade em caso de empate.

Art. 19. Compete ao Município fornecer o apoio administrativo, técnico, operacional e financeiro necessário ao funcionamento do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA.

Art. 20. O Conselho elaborará e aprovará seu Regimento Interno no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da publicação desta Lei, disciplinando sua organização, funcionamento, competências dos órgãos internos, forma de convocação das reuniões, quóruns de deliberação e demais matérias necessárias ao seu regular funcionamento.

CAPÍTULO III
DA TRANSPARÊNCIA E DO CONTROLE SOCIAL

Art. 21. O Município assegurará ampla publicidade das ações relativas à Política Municipal de Saneamento Básico e Ambiental.

Art. 22. O Município divulgará anualmente relatório consolidado das ações desenvolvidas com recursos do Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental.

Parágrafo único: Os relatórios de gestão do Fundo e do Conselho serão divulgados no Portal da Transparência.

Art. 23. Será assegurada a participação da população por meio de audiências públicas, consultas públicas e demais instrumentos de participação social.

TÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. O Poder Executivo poderá expedir os atos regulamentares necessários à fiel execução desta Lei.

Art. 25. Permanecem válidos os atos administrativos, nomeações, deliberações, contratos, convênios e demais instrumentos praticados com fundamento nas Leis Municipais nº 1.515/2020, nº 1.705/2024, nº 1.706/2024 e nº 1.778/2026, desde que compatíveis com as disposições desta Lei.

Art. 26. Os recursos financeiros, bens, direitos, obrigações, documentos e arquivos vinculados ao Fundo Municipal de Saneamento Básico e Ambiental passam a reger-se pelas disposições desta Lei, independentemente de qualquer formalidade adicional.

Art. 27. Após a publicação desta Lei, o Poder Executivo editará novo Decreto de nomeação dos membros do Conselho Municipal de Saneamento Básico e Ambiental – CMSBA, em conformidade com a composição estabelecida no art. 15.

Parágrafo único. O Conselho atualmente constituído permanecerá em exercício somente até a entrada em vigor do novo Decreto de nomeação, de modo a assegurar a continuidade administrativa e a imediata adequação da composição do colegiado às exigências da AGEPAR.

Art. 28. Ficam expressamente revogadas integralmente:

A Lei Municipal nº 1.515, de 27 de maio de 2020;
A Lei Municipal nº 1.705, de 27 de junho de 2024;
A Lei Municipal nº 1.706, de 27 de junho de 2024;
A Lei Municipal nº 1.778, de 25 de março de 2026;
As demais disposições em contrário.

Parágrafo único: A revogação das leis referidas neste artigo não implica descontinuidade das políticas públicas, contratos, convênios, deliberações do Conselho ou demais atos administrativos regularmente praticados.

Art. 29. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 02(dois) dias mês de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:2B20BF71

CHEFE DE GABINETE
LEI Nº 1.804 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Autoriza o município de Bom Sucesso do Sul, a título de incentivo, a executar serviços com equipamentos rodoviários para a empresa USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE BOM SUCESSO LTDA

Art. 1º Fica o Município de Bom Sucesso do Sul, a título de incentivo, autorizado a executar com maquinários e equipamentos próprios, serviços de terraplanagem, em terreno de propriedade da empresa USINA DE BENEFICIAMENTO DE LEITE BOM SUCESSO LTDA, inscrita no CNPJ nº 08.290.831/0001-57, localizada na Rodovia PR 918, km 06, Zona Rural, neste Município.
Art. 2º O interesse público, social e econômico, para a concessão do incentivo de que trata esta Lei, está na geração de empregos diretos e indiretos, além do aumento na arrecadação de impostos demonstrados no Anexo III.
Parágrafo único. O incentivo previsto nesta Lei, encontra amparo legal no artigo 182 da Constituição Federal; artigo 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal; artigo 76, § 6º e artigo 74, ambos da Lei Federal nº 14.133/2021, nos artigos 11, inciso V, alíneas "f" e "g"; artigo 78, parágrafo único e artigo 171, todos da Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.147/2015 e suas posteriores alterações.
Art. 3º Os serviços serão executados com os equipamentos rodoviários e ao custo, conforme a tabela do Anexo I, desta Lei.
§ 1º A planilha do Anexo I, desta Lei, com a quilometragem, quantidade de horas e o volume de movimentação de terra previstos neste artigo, foi calculada de acordo com os projetos anexos ao Protocolo nº 293560, de 07/08/2026, pelos Departamentos de Obras e Serviços Urbanos e de Obras e Serviços Rodoviários e, de acordo com a tabela do Anexo I, da Lei Municipal nº 1.147/2015.
§ 2º As quantidades de horas máquina ou quilometragem executadas, serão controladas pelos operadores ou motoristas, com visto do responsável da empresa beneficiada, conforme Anexo II, desta Lei.
Art. 4º A estimativa do aumento na arrecadação de impostos, de que trata o artigo 1º desta Lei, com o incentivo ora autorizado, está contido no Anexo III.
Art. 5º Com base no artigo 69, da Lei Orgânica do Município de Bom Sucesso do Sul, fica o Poder Executivo Municipal dispensado da realização de certame licitatório, pois, o interesse público está plenamente atendido com a geração de empregos diretos e indiretos e o aumento na arrecadação de impostos, conforme se demonstra no Anexo III, desta Lei.

Art. 6º As despesas com a execução desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria ou de Crédito Especial, cuja abertura desde já fica autorizada ao Chefe do Executivo Municipal, observando-se, para esse fim o disposto no artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 7º A empresa beneficiada, juntamente com seus sócios, deverá assinar termo de compromisso de ressarcimento dos valores dispendidos com a realização da terraplanagem, conforme a tabela do art. 3º (Anexo I), desta Lei.
§ 1º. Os valores deverão ser ressarcidos caso a empresa não inicie suas atividades no prazo de 01 (um) ano ou interrompa suas atividades antes de decorridos 5 (cinco) anos da conclusão da terraplanagem.
§ 2º. Os valores deverão ser ressarcidos devidamente corrigidos pelo IPCA, verificado no período da conclusão da terraplanagem até a data do efetivo pagamento.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 02(dois) dias mês de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

ANEXO I
TABELA DE QUANTIDADE DE HORAS NECESSÁRIAS E ESTIMATIVA DE CUSTOS
Estimativa de HORAS MÁQUINA e QUILOMETRAGEM a serem realizadas na empresa Usina de Beneficiamento de Leite Bom Sucesso Ltda, que solicitou os serviços de terraplenagem em imóvel destinado à ampliação de sua unidade fabril (fábrica de soro em pó), pelos projetos apresentados, sendo que consta as quantidades de volume de corte e aterro geométrico, de parte do imóvel rural nº 110 do Núcleo 8, Vitorino 2ª Parte, em área de aproximadamente de 26.303,82 metros quadrados.

Descrição de Equipamento	HORAS KM	VALOR EM UFM	VALOR DA UFM	VALOR TOTAL
Escavadeira hidráulica	300 H	13,17	25,80	101.935,80
Trator de esteira	300 H	14,00	25,80	108.360,00
Pá carregadeira	50 H	8,38	25,80	10.810,20
Caminhão caçamba	400 KM	0,25	25,80	2.580,00
Motoniveladora	50 H	10,93	25,80	14.099,70
Valor total estimado				237.785,70

Bom Sucesso do Sul, 25 de agosto de 2026.

RAFAEL SOEIRO DE MORAES
Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo

HERMES MARTINHO BOLSONI
Diretor do Departamento de Obras e Serviços Rodoviários

ANEXO II
MODELO DE FICHA DE CONTROLE SEMANAL DE HORAS MÁQUINA/QUILOMETRAGEM
Controle de HORAS MÁQUINA e QUILOMETRAGEM realizadas na empresa Usina de Beneficiamento de Leite Bom Sucesso Ltda, que solicitou os serviços de terraplenagem em imóvel destinado à ampliação de sua unidade fabril (fábrica de soro em pó), pelos projetos apresentados, sendo que consta as quantidades de volume de corte e aterro geométrico, de parte do imóvel rural nº 110 do Núcleo 8, Vitorino 2ª Parte, em área de aproximadamente de 26.303,82 metros quadrados.

Descrição de Equipamento	Data	Quantidade horas / quilômetros	Visto do operador	Visto do proprietário
Escavadeira hidráulica				
Trator de esteira				
Pá carregadeira				
Caminhão caçamba				
Motoniveladora				

Bom Sucesso do Sul, _____/_____/_____.

HERMES MARTINHO BOLSONI
Diretor do Departamento de Obras e Serviços Rodoviários

ANEXO III
ESTIMATIVA DO AUMENTO DA ARRECADAÇÃO
Estimativa do aumento da arrecadação com a ampliação da unidade fabril (fábrica de leite em pó), da empresa Usina de Beneficiamento de Leite Bom Sucesso Ltda, que solicitou os serviços de terraplenagem em imóvel destinado à ampliação de sua unidade fabril (fábrica de soro em pó), pelos projetos apresentados, sendo que consta as quantidades de volume de corte e aterro geométrico, de parte do imóvel rural nº 110 do Núcleo 8, Vitorino 2ª Parte, em área de aproximadamente de 26.303,82 metros quadrados.

GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS 20 empregos
EXPECTATIVA DE FATURAMENTO MENSAL R$ 1.300.000,00
ICMS R$ 156.000,00
PIS R$ 21.450,00
COFINS R$ 98.800,00
*Anexo elaborado com base na informação prestada pela empresa, datado de 24 de agosto de 2026 e anexo ao protocolo nº 293560, de 07/08/2026.

Bom Sucesso do Sul-Pr, em 25 de agosto de 2026.

RAFAEL SOEIRO DE MORAS
Diretor do Departamento de Indústria, Comércio e Turismo

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:D389504F

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 448, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento a Conselheiros Tutelares.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder aos Conselheiros Tutelares abaixo relacionados auxílios deslocamento em razão do deslocamento à cidade de **Pato Branco – PR**, a serviço do Conselho Tutelar, para participação do Projeto de Medidas Socialmente Úteis (CEMSU): A ética do cuidado.

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Laurete Nierotka	Conselheira Tutelar	**02/09/2026** Saída: 07:45h Retorno: 14:00h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Rosimeri Martins de Mello	Conselheira Tutelar	**02/09/2026** Saída: 07:45h Retorno: 14:00h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Sirlene Maria Lemos Kopp	Conselheira Tutelar	**02/09/2026** Saída: 07:45h Retorno: 14:00h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Darci Dalponte	Conselheiro Tutelar	**02/09/2026** Saída: 07:45h Retorno: 14:00h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Emerson Pillonetto	Conselheiro Tutelar	**02/09/2026** Saída: 07:45h Retorno: 14:00h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de setembro do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:22376CAA

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 449, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Wilson Junior Perondi.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Wilson Junior Perondi**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **684-0/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **29 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Medianeira– PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital das Clínicas de Medianeira.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:B6C1C334

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 450, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Adilson José Ramos.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Adilson José Ramos**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **777-3/1**, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **03 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava - Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste**.
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:07D9456A

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 451, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Jucimar Girardello de Freitas.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Jucimar Girardello de Freitas**, ocupante do cargo efetivo de **Motorista**, matrícula nº **492-8/3**, **½ (meia) diária de viagem**, para o dia **02 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Cascavel-Pr**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Dr. Prime e Gastroclínica.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:DC280037

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 452, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Conceder diária de viagem ao servidor Paulo Sergio do Carmo.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Paulo Sergio do Carmo**, ocupante do cargo efetivo de **motorista**, matricula nº **612-2/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **29 de agosto de 2026**, em deslocamento à cidade de **Guarapuava – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Regional do Centro-Oeste.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 29 de agosto de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, ao 02 (dois) dia do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:85AF52C5

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 453, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Designa Comissão Técnica para realização e avaliação da Prova de Conceito - PoC da solução tecnológica objeto do Pregão Eletrônico nº 40/2026 - Processo Licitatório nº 92/2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, planejamento, transparência, segregação de funções, motivação, julgamento objetivo, vinculação ao instrumento convocatório e segurança jurídica;
CONSIDERANDO o Processo Licitatório nº 92/2026, referente ao Pregão Eletrônico nº 40/2026, destinado à contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de solução tecnológica integrada de governança, monitoramento, controle e gestão da frota municipal, disponibilizada na modalidade Software como Serviço - SaaS;
CONSIDERANDO que o Edital e o Termo de Referência estabelecem a realização de Prova de Conceito - PoC, de caráter exclusivamente técnico, objetivo e eliminatório, destinada à verificação prática da compatibilidade entre a solução ofertada pela licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar e os requisitos mínimos obrigatórios estabelecidos para a contratação;
CONSIDERANDO que a adjudicação e a homologação do certame estão condicionadas à aprovação da solução na Prova de Conceito;
CONSIDERANDO que o Edital prevê que a avaliação da Prova de Conceito será realizada por Comissão Técnica designada por Portaria; e
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar avaliação técnica multidisciplinar, objetiva, documentada e imparcial da solução apresentada;
RESOLVE:
Art. 1º. Fica constituída a COMISSÃO TÉCNICA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE CONCEITO - PoC, destinada à avaliação da solução tecnológica apresentada no âmbito do Pregão Eletrônico nº 40/2026 - Processo Licitatório nº 92/2026, composta pelos seguintes servidores:
LUCAS CAMPOS DE ALMEIDA, matrícula nº 590-8/4;
ANDERSON IVAN LACHMAN, matrícula nº 531-2/5;
FABIO ZANELA, matrícula nº 405-7/1;
DIECKSON ALAN DE LIMA, matrícula nº 529-0/6; e
DIEGO ANTONIO BAGGIO, matrícula nº 573-8/2.

§ 1º A Comissão deverá atuar de forma colegiada e multidisciplinar, observando, na distribuição dos trabalhos, as áreas de conhecimento e atuação dos servidores designados, especialmente quanto à área requisitante, frota, tecnologia da informação, controle interno e demais aspectos necessários à adequada validação da solução.
§ 2º A Presidência da Comissão será exercida pelo servidor ANDERSON IVAN LACHMAN, a quem competirá coordenar os trabalhos, organizar a ordem das avaliações e assegurar o registro dos atos praticados.
§ 3º Poderão ser convocados outros servidores municipais para prestar apoio técnico ou administrativo à Comissão, quando necessário, sem

prejuízo da responsabilidade dos membros formalmente designados por esta Portaria.
Art. 2º. Compete à Comissão Técnica realizar a avaliação da Prova de Conceito - PoC, verificando, mediante demonstração prática, se a solução apresentada pela licitante provisoriamente classificada atende integralmente aos requisitos técnicos, funcionais, operacionais e obrigatórios estabelecidos no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos.
Art. 3º. A avaliação deverá possuir caráter estritamente técnico, objetivo e eliminatório, ficando vedada a inclusão de critérios, exigências ou requisitos que não estejam previamente estabelecidos nos documentos que regem o certame.

Parágrafo único. Os membros da Comissão deverão limitar sua avaliação à comprovação objetiva das funcionalidades exigidas, preservando a igualdade de tratamento entre as licitantes, o julgamento objetivo e a vinculação ao instrumento convocatório.
Art. 4º. A Comissão deverá acompanhar e avaliar a execução do roteiro obrigatório da Prova de Conceito, abrangendo, no mínimo:
Cadastro de veículo;
Cadastro de condutor;
Vinculação do condutor ao veículo;
Registro de documentação obrigatória;
Cadastramento de curso especializado;
Parametrização de vencimento documental;
Simulação de vencimento de documento;
Emissão automática de alerta;
Registro de abastecimento;
Visualização dos indicadores de consumo;
Registro de manutenção;
Atualização automática dos indicadores do veículo;
Consulta ao histórico operacional;
Emissão de relatório gerencial;
Consulta ao painel executivo;
Emissão de relatório de auditoria;
Registro de infração de trânsito;
Identificação do condutor responsável; e
Emissão de relatório consolidado de conformidade.
Art. 5º. Para cada requisito avaliado, a Comissão deverá registrar objetivamente uma das seguintes conclusões:
ATENDE: quando a funcionalidade ou requisito for efetivamente demonstrado e comprovado durante a Prova de Conceito, em conformidade com o Edital e o Termo de Referência;
NÃO ATENDE: quando a funcionalidade ou requisito não existir, não estiver operacional, não puder ser demonstrado ou não atender integralmente às condições previstas no instrumento convocatório.
Art. 6º. A solução somente será considerada APROVADA quando demonstrar o atendimento integral de todos os requisitos classificados como obrigatórios no Termo de Referência e em seus anexos.
§ 1º Não serão admitidas aprovações parciais, compensações entre funcionalidades, promessas de desenvolvimento futuro, compromissos de implementação posterior, customizações ainda não implementadas, funcionalidades em fase de desenvolvimento ou homologação, ou recursos cuja disponibilização dependa de programação posterior à realização da Prova de Conceito.
§ 2º Todas as funcionalidades avaliadas deverão estar existentes, operacionais e disponíveis para demonstração prática no momento da realização da Prova de Conceito.
Art. 7º. A Comissão poderá solicitar à licitante a repetição de qualquer demonstração considerada necessária à validação do requisito avaliado, bem como realizar consultas, solicitar geração de relatórios ou utilizar dados reais ou simulados, nos limites estabelecidos pelo Edital e pelo Termo de Referência.
Parágrafo único. As solicitações da Comissão não poderão importar em alteração das especificações do objeto, criação de requisito novo ou concessão de oportunidade para desenvolvimento posterior de funcionalidade inexistente no momento da avaliação.
Art. 8º. A Comissão deverá elaborar Ata de Avaliação da Prova de Conceito, contendo, no mínimo:

Identificação do processo licitatório e do Pregão Eletrônico;
Data, horário e local ou meio de realização da demonstração;
Identificação da empresa avaliada e de seus representantes;
Identificação dos membros da Comissão presentes;
Relação dos requisitos e funcionalidades submetidos à avaliação;
Indicação individualizada de “ATENDE” ou “NÃO ATENDE” para cada requisito analisado;
Registro objetivo das ocorrências relevantes verificadas durante a demonstração;
Indicação de eventuais demonstrações repetidas ou esclarecimentos solicitados pela Comissão;
Conclusão final pela APROVAÇÃO ou REPROVAÇÃO da solução; e
Assinatura dos membros da Comissão.
Art. 9º. Na hipótese de não comprovação de qualquer requisito classificado como obrigatório, a Comissão consignará a ocorrência em ata e encaminhará o resultado à Pregoeira/Agente de Contratação para adoção das providências previstas no Edital.
Parágrafo único. Compete à Pregoeira/Agente de Contratação a prática dos atos decorrentes do julgamento do certame, inclusive eventual desclassificação e convocação da licitante subsequente, cabendo à Comissão Técnica emitir a avaliação exclusivamente técnica da solução.
Art. 10. Os membros da Comissão deverão atuar com independência técnica, imparcialidade, objetividade e observância ao instrumento convocatório, devendo comunicar imediatamente à autoridade competente eventual situação de impedimento ou conflito de interesses.
Art. 11. Os trabalhos desenvolvidos pelos integrantes da Comissão constituirão serviço público relevante, não ensejando remuneração adicional.
Art. 12. A Comissão instituída por esta Portaria terá caráter temporário e permanecerá constituída até a conclusão das Provas de Conceito eventualmente necessárias no âmbito do Pregão Eletrônico nº 40/2026, inclusive na hipótese de convocação de licitantes subsequentes.
Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, ao 02 (dois) dia do **mês de setembro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:61B1B532

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 45/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº33/2026
Numero da compra no sistema nº15/2026
UASG: 989979
O Município de Bom Sucesso do Sul/PR. comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 45/2026, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** destinado ao **registro de preços para eventuais contratação de prestador de serviços de inseminação artificial em bovinos, bem como para aquisição de botijões destinados ao armazenamento e conservação de sêmen em nitrogênio líquido, a serem utilizados no âmbito do Programa Leite Bom, visando atender às demandas dos produtores rurais participantes do programa, em conformidade com as condições, quantidades, exigências e especificações técnica estabelecidas no anexo I do edital. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações contantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos.** A sessão do pregão eletrônico será realizada através do site **www.gov.br/compras/pt-br, no dia 22/09/2026, às 09h00min**. O edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: **www.gov.br/compras/pt-br e www.bomsucessodosul.pr.gov.br,** podendo também ser solicitado pelos e-mails pregoeiro_bss@hotmail.com e/ou licitacoes@bssul.pr.gov.br. Informações pelo fone (46) 3199-2333.

Bom Sucesso do Sul, 02 de setembro de 2026.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:93DBB4D6

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO 46/2026

MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL - ESTADO DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 34/2026
Numero da contratação no comprasnet 16/2026
UASG: 989979
O Município de Bom Sucesso do Sul/PR. comunica que realizará o Pregão Eletrônico nº 46/2026, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** destinado ao **registro de preços para eventual contratação de empresas especializadas para a prestação de serviços de manutenção e recarga de extintores de incêndio e de ensaio hidrostático de mangueiras para hidrantes, bem como para o fornecimento de mangueiras, acessórios e materiais de sinalização de emergência, destinados aos imóveis públicos e aos veículos da frota municipal de Bom Sucesso do Sul. O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações contantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos.** A sessão do pregão eletrônico será realizada através do site **www.gov.br/compras/pt-br, no dia 23/09/2026, às 09h00min**. O edital encontra-se disponível nos endereços eletrônicos: **www.gov.br/compras/pt-br e www.bomsucessodosul.pr.gov.br,** podendo também ser solicitado pelos e-mails pregoeiro_bss@hotmail.com e/ou licitacoes@bssul.pr.gov.br. Informações pelo fone (46) 3199-2333.
Bom Sucesso do Sul, 02 de setembro de 2026.

JOSIANE FOLLE
Pregoeira

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:8E88C847

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 454, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Nomeia o servidor Rafael Marinhuk, aprovado no Concurso Público nº 01/2024, e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 46, XXV, da Lei Orgânica Municipal,
RESOLVE:
Art. 1º Nomear o servidor **Rafael Marinhuk, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.***.923-*, 01º colocado,** no cargo de **Técnico de Informática**, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município de Bom Sucesso do Sul, tendo em vista a aprovação no Concurso Público nº 01/2024, **para tomar posse e entrar em exercício no dia 03 de setembro de 2026**.
Art. 2° O servidor nomeado exercerá suas funções junto ao Departamento Municipal de Administração e Planejamento.
Art. 3° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:0A6249A0

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 39/2026

O Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 46, XXV da Lei Orgânica Municipal, **CONVOCA** o (a) candidato (a) relacionado (a) abaixo, aprovado (a) no Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 001/2025, à comparecer, **até o dia 10 de setembro de 2026**, das 8h às 11h e das 13:30h às 17h, na sede da Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul, localizada na cidade de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, na Rua Cândido Merlo, nº 290, para entrega de toda a documentação exigida nos itens 10.4 e 10.5, do Edital nº 001/2025, do Processo Seletivo Simplificado – PSS Nº 001/2025 e encaminhamento aos exames médicos admissionais, para efeito de tomar posse no respectivo cargo, sob pena de perda da vaga e convocação dos demais candidatos aprovados.
ASSISTENTE SOCIAL

Classificação	Nome
14º	ADRIELE REGINA APPELT DA SILVA

Bom Sucesso do Sul, 02 de setembro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valentina Rosecler Marinhuk
Código Identificador:543436FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANEY
RESOLUÇÃO N. 08/2026.

Resolução n. 08/2026.

Fixa o valor do auxílio-alimentação dos Servidores Efetivos e aos Cargos em Comissão da Câmara Municipal de Braganey e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Braganey, Estado do Paraná, aprovou e eu Presidente,promulgo a seguinte Resolução:

RESOLUÇÃO:

Art. 1º Fica concedido reajuste de 4,44% (**quatro vírgula quarenta e quatro por cento**) ao valor do Auxílio-alimentação dos Servidores efetivos e aos Cargos em Comissão do Poder Legislativo, com base no índice do IPCA do IBGE, dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao reajuste.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei serão atendidas pelas dotações próprias constantes da Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026, suplementadas se necessário.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação oficial.

Braganey, em 02 de Setembro de 2026.

ADRIANO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Elaine Salete da Rocha
Código Identificador:EA8481C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 0103/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 048/2026

EXTRATO

CONTRATO N° 0103/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 048/2026
PREÂMBULO
Pelo presente CONTRATO:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa PARANÁ AMBIENTAL GESTÃO GLOBAL DE RESÍDUOS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 07.911.409/0001-09, sediada na AVENIDA RUA MATO GROSSO,613 São Cristóvão, na cidade de CASCAVEL, Estado do CE, CEP: 85813-020, neste ato representada pelo **Sra.** CRISTINA GRZEBIELUCHAS BASSO**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 037.197.499-24** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 048/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa especializada para o recebimento, aferição de peso com balança aferida pelo IPEM, tratamento e disposição final em aterro específico e licenciado, dos resíduos domiciliares Classe II-A (não inerte), sendo eles os não recicláveis e orgânicos, produzidos no perímetro do município de Braganey/PR.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 245.000,00 (duzentos e quarenta e cinco mil reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **01/09/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 1 de setembro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:5DFA0F83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2023

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 013/2023
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.902/0001-73.
CONTRATADA: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, inscrita no CNPJ sob nº 61.198.164/0001-60.
OBJETO DO ADITIVO: O presente Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo de 02 (dois) veículos à frota segurada do Município de Braganey/PR, passando a integrar a cobertura do contrato de seguro vigente, com as respectivas coberturas contra roubo ou furto, colisão, incêndio, danos causados pela natureza e assistência 24 (vinte e quatro) horas, conforme condições estabelecidas no contrato original.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.

Braganey/PR, 24 de agosto de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:F18E03AF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 153/2026

EMENTA: DESIGNAR SERVIDORA PARA ATUAR JUNTO À COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Sra. **ANA PAULA TEIXEIRA**, inscrita no **CPF 040.134.***-93,** ocupante do cargo de Médico Veterinário, para exercer atividades junto à **Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC,** pelo período de 4 (quatro) horas semanais, sem prejuízo de suas demais atribuições, conforme a necessidade e organização da Administração Municipal.

Art. 2º A presente designação não implica alteração do vínculo funcional ou do cargo efetivo da servidora, permanecendo inalteradas as demais condições de sua relação funcional.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 02 de setembro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:7AE83A59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 154/2026

PORTARIA Nº 154/2026

EMENTA: DESIGNA OS MEMBROS RESPONSÁVEIS PELA COORDENADORA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – COMPDEC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela legislação vigente;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem as respectivas funções junto à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC:

Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil:

ANA PAULA TEIXEIRA
Diretor da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:
DJOURDAN DANILLO EFFGEN

Secretária de Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil:
SUELLEN DE GODOI

Art. 2º Os servidores designados deverão desempenhar as atribuições inerentes às respectivas funções, observando a legislação vigente, as normas do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil – SINPDEC, bem como as determinações da Administração Municipal.

Art. 3º A atuação dos servidores designados compreenderá o planejamento, organização, coordenação e execução das ações municipais relacionadas à prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação diante de situações de risco, desastre ou emergência.

Art. 4º A presente designação não implica alteração do vínculo funcional ou do cargo efetivo dos servidores, devendo as atividades serem exercidas em conformidade com a organização administrativa e as necessidades do Município.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 02 de setembro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:040DE7E2

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 156/2026

EMENTA: NOMEAR OS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2026;

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o **Sr. VICTOR SAMUEL PEREIRA BRANDÃO**, inscrito no CPF: 109.***.579-29, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde, devidamente lotado na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 02 de setembro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:78FEC1B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
PORTARIA Nº 155/2026

Autoriza o pagamento de diárias e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Braganey, Estado do Paraná, Sr. VALDIR ZIELINSKI, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido na Lei Municipal nº 914/2025.

R E S O L V E:

Artigo 1º - AUTORIZA o pagamento de 02 (duas) diárias a Sra. **MARIA INEZ TRINDADE SILVESTRO**, CPF nº 816.***.109-91, auxiliar administrativo, para seu deslocamento do Município até a cidade de Foz do Iguaçu, na data de 02/09/2026 a 04/09/2026, para participar do evento PRacelerar 2026, conforme solicitação.

Artigo 2º - Fica determinado ao departamento de contabilidade e de tesouraria que proceda o pagamento das respectivas diárias, de acordo com o que preceitua a legislação pertinente.

Artigo 3° - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito

Publicado por:
Darci Fernando Gomes de Oliveira
Código Identificador:57E6DCE9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAFEARA

Resolução nº 10/2026 – CMAS

Súmula: Aprova o Plano de Trabalho elaborado pela APAE, referente a programação n° 410340420250001, que tem por finalidade estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Cafeara- PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei municipal Nº 344/2010, e considerando a sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho na Reunião Ordinária realizada em 02 de setembro de 2026, constante na ata n° 009/2026.

RESOLVE:
Art. 1º. APROVAR o Plano de Trabalho elaborado pela APAE, referente a Programação n° 410340420250001, elaborada e inserida pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cafeara – Estado do Paraná, no Sistema de Reestruturação da Rede de Serviços do Suas – Estrutura SUAS (Ministério do Desenvolvimento Social), com a finalidade de estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, mediante transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo, visando beneficiar a unidade que oferta serviço socioassistencial nacionalmente tipificados (Resolução CNAS 109/2009) conforme a seguir:

Unidade Beneficiária:
Denominação: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cafeara/PR. CNPJ: 02.7300.993/001-82.
Valor (R$): 100.000,00 (cem mil reais).
Classificação do Recurso: Custeio.
Funcional Programática: 082455131219G0001

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cafeara, 02 de setembro de 2026.

GUSTAVO CURAN
Presidente do CMAS

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:6D11CC63

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE CAFEARA

Resolução nº 11/2026 – CMAS

Súmula: Aprova o Plano de Trabalho elaborado pela APAE, referente a programação n° 410340420260001, que tem por finalidade estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS de Cafeara- PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei municipal Nº 344/2010, e considerando a sua função de acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, os ganhos sociais e o desempenho dos serviços socioassistenciais ofertados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, bem como observando a deliberação proferida por este Conselho na Reunião Ordinária realizada em 02 de setembro de 2026, constante na ata n° 009/2026.

RESOLVE:
Art. 1º. APROVAR o Plano de Trabalho elaborado pela APAE, referente a Programação n° 410340420260001, elaborada e inserida pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Cafeara – Estado do Paraná, no Sistema de Reestruturação da Rede de Serviços do Suas – Estrutura SUAS (Ministério do Desenvolvimento Social), com a finalidade de estruturar a rede de serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, mediante transferência voluntária de recursos, na modalidade fundo a fundo, visando beneficiar a unidade que oferta serviço socioassistencial nacionalmente tipificados (Resolução CNAS 109/2009) conforme a seguir:

Unidade Beneficiária:
Denominação: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Cafeara/PR. CNPJ: 02.7300.993/001-82.
Valor (R$): 100.000,00 (cem mil reais).
Classificação do Recurso: Custeio.
Funcional Programática: 082455131219G0001

Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cafeara, 02 de setembro de 2026.

GUSTAVO CURAN
Presidente do CMAS

Publicado por:
Elisangela Valéria Rôjo da Mota
Código Identificador:49EF8808

SECRETARIA DE SAUDE
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAFEARA

RESOLUÇÃO Nº 13/2026

O Conselho Municipal de Saúde de Cafeara – Pr., no exercício de suas atribuições legais, considerando os dispositivos que lhe são conferidos através da legislação em vigor, e de acordo com o Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde, e com base no que foi aprovado pela Plenária deste Conselho, em reunião, realizada em 26 de agosto de 2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Ação para Enfrentamento da Dengue, Chikungunya e Zika Vírus – 2026/2027, elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde de Cafeara.

Art. 2º O Plano aprovado terá vigência até 31 de dezembro de 2027, podendo ser revisado e atualizado sempre que houver alteração do cenário epidemiológico ou das orientações técnicas dos órgãos competentes.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Saúde, em articulação com os demais setores envolvidos, será responsável pela execução, acompanhamento e monitoramento das ações previstas no Plano.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

Registre-se e Cumpra-se.

Cafeara, 02 de setembro de 2026.

MARIA SOLANGE DA SILVA JOLLI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

LEONARDO RIBEIRO PINHEIROS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Flávia Elaine Alves Mada
Código Identificador:52B5A4BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO SUSPENSÃO PREGÃO N° 059.2026 - MATERIAL DE HIGIENE

AVISO DE SUSPENSÃO LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 059/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que fica **SUSPENSO** o Certame Licitatório n° 122/2026, na modalidade Pregão Eletrônico n° 058/2026, PROCESSO COMPRASGOV: Contratação: 987985 - 21/2026, tendo por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de higiene pessoal, incluindo fraldas descartáveis, lenços umedecidos, sabonetes, produtos de higiene infantil e demais itens correlatos, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais e demais órgãos da Administração Pública do Município de Cafelândia/PR.

Cafelândia/PR, 02 de setembro de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:4A12E326

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES -
EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2022

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 117/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 093/2022
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 78.121.878/0001-72, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr.Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: INFOELETRO CONSOLATA LTDA-ME, sediada na Avenida Presidente Juscelino, 908 Sala 02 - Cep: 85.415-000 Bairro: Centro, Telefone: (45) 3241-3393, e-mail: infoeletro@infoeletro.com.br, na cidade de Cafelândia/PR inscrita no CNPJ sob o nº 05.497.038/0001-35, doravante designada DETENTORA DA ATA, neste ato representado(a) por seu(sua) sócio(a) administrador(a) ou responsável legal Sr.(a) **RICARDO CARDOSO** portador(a) do RG Nº 64998722, devidamente inscrito(a) no CPF N° 025.313.609-13.

Objeto: Fica alterada a clausula terceira **(PRAZO DE DURAÇÃO E VIGÊNCIA)** do contrato originário, para prorrogar o prazo de execução em mais **12 (doze) meses findando-se no dia 28/08/2027,** conforme ofício da Contratada, da Secretaria Municipal de Administração e parecer jurídico.
Fica acrescentado ao contrato 117/2022, 20% (vinte por cento) no quantitativo de cópias contratado, considerando o aumento da demanda decorrente da instalação de novas impressoras e da consequente ampliação das necessidades dos diversos departamentos e Secretarias do Município de Cafelândia – PR, conforme segue:
Valor original contratado do lote: R$ 220.000,00
Quantidade original contratada: 2.200.000 cópias
Percentual de acréscimo: 20%
Quantidade acrescida: 440.000 cópias,
Quantidade total após o acréscimo: 2.640.000 cópias,
Valor acrescentado: 44.000,00
Valor total do aditivo após o acréscimo: R$ 264.000,00

As demais cláusulas que forem incompatíveis com o presente termo permanecem inalteradas

Assinaturas: Junior Motter e Ricardo Cardoso.
Data da Assinatura: 27/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:00D7E731

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2026 – CONCORRÊNCIA - ELETRÔNICA Nº 7/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2026 – Concorrência - Eletrônica nº 7/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: INFOELETRO CONSOLATA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 05.497.038/0001-35, AVENIDA PRESIDENTE JUSCELINO, 908 SALA 02 - CEP: 85415000 - BAIRRO: CENTRO, E-MAIL: juliana@infoeletro.com.br, Telefone, 3241-3393 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) RICARDO CARDOSO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E PARQUES INFANTIS DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA/PR, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, FERRAMENTAS E TODOS OS DEMAIS RECURSOS NECESSÁRIOS À INTEGRAL EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM OS PROJETOS, AS PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, O MEMORIAL DESCRITIVO. 1.2. AS INTERVENÇÕES ABRANGEM AS SEGUINTES PRAÇAS: JARDIM FLORESTA, BENJAMIN CONSTANT, JARDIM PROGRESSO, JARDIM PROGRESSO II, PADRE VITOLDO KOSICKI, DANIEL FOLLE, PIONEIROS, DOM MAURO A. DOS SANTOS, RODOVIÁRIA E CENTRAL SANTA CRUZ; E OS SEGUINTES PARQUES: DANIEL FOLLE, PARQUE DO CAFÉ, BOM JESUS, JARDIM VENEZA II, CENTRAL SANTA CRUZ E PARQUE DO CRAS.

Valor Total: R$ 600.000,00 (Seiscentos Mil Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, RICARDO CARDOSO
Vigência: 28/08/2026 a 27/08/2027.
Data da Assinatura:28/08/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:C1405BB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2026 – DISPENSA Nº 26/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 169/2026 – Dispensa nº 26/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: BIOCONTROL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 19.105.564/0001-17, RUA SENADOR NEREU RAMOS, 404 QD37 LT16 - CEP: 85415000 - BAIRRO: CAFELANDIA CENTRO, E-MAIL: biocontrolcpa@gmail.com, Telefone, 4598122900 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) OSMAR MEURER.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE PEÇAS, COMPONENTES E INSUMOS DESTINADOS À MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DOS RELÓGIOS ELETRÔNICOS DE PONTO BIOMÉTRICO MODELO REP IDCLASS BIOPROX ASK, UTILIZADOS PELAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, VISANDO ASSEGURAR O PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS DE REGISTRO ELETRÔNICO DE FREQUÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, DE FORMA PARCELADA.

Valor Total: R$ 64.998,00 (Sessenta e Quatro Mil, Novecentos e Noventa e Oito Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, OSMAR MEURER
Vigência: 02/09/2026 a 01/09/2027.
Data da Assinatura:02/09/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:F0A24397

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 06/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Edital de Convocação Nº. 06/2026

Reunião Ordinária

O Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Cafelândia/PR, convoca todos os conselheiros(as) titulares e convida os conselheiros(as) suplentes e demais interessados, para a Reunião Ordinária deste Conselho, no dia 08 de setembro de 2026, às 08:00h na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Assistência Social de Cafelândia/PR.

Pauta:

a) Deliberar sobre o Relatório Final da Comissão de Sindicância Administrativa, encarregada de apurar possíveis irregularidades praticadas por membros do Conselho Tutelar de Cafelândia/PR;

b) Deliberar sobre os Ofícios nº 01/2026 e 008/2026 do Hospital Municipal Fioravante Motter de Cafelândia/PR, que trata de situações envolvendo o Conselho Tutelar e o Hospital.

INFORMES:
Outros informes.

Cafelândia, 02 de setembro de 2026.

NILSON JOSÉ DE LIMA
Presidente CMDCA

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:5CB025B0

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 001/2026 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
Instrução Normativa nº 001/2026 - S.M.A

SÚMULA:Estabelece critérios e responsabilidades para o abastecimento, controle de quilometragem e utilização dos veículos oficiais do Município de Cafelândia, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal vigente,
CONSIDERANDOa necessidade de proporcionar maior celeridade e eficiência aos procedimentos de abastecimento dos veículos oficiais;
CONSIDERANDOa necessidade de manter registros de abastecimento, quilometragem e consumo de combustível de forma fidedigna à realidade operacional do Município, possibilitando maior confiabilidade das informações registradas nos sistemas de controle, contabilidade e gestão da frota;
CONSIDERANDOa necessidade de estabelecer, de forma clara, as responsabilidades das Secretarias Municipais, dos responsáveis pela gestão da frota e dos motoristas;
CONSIDERANDOa necessidade de aprimorar os mecanismos de controle interno, fiscalização e acompanhamento da utilização dos veículos oficiais;
RESOLVE:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º. Esta Instrução Normativa estabelece critérios, procedimentos e responsabilidades relativos ao abastecimento, controle de quilometragem, consumo de combustível e utilização dos veículos oficiais do Município de Cafelândia – PR.
Art. 2º. As disposições desta Instrução Normativa deverão ser observadas por todas as Secretarias Municipais, pelos responsáveis pela gestão da frota e pelos motoristas que utilizem ou conduzam veículos oficiais.
Art. 3º.O controle das informações relativas aos veículos oficiais deverá observar os princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e responsabilidade na utilização dos recursos públicos.
CAPÍTULO II
DA RESPONSABILIDADE DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS
Art. 4º.A partir de**1º de setembro de 2026**, cada Secretaria Municipal será responsável pelo controle e acompanhamento dos abastecimentos dos veículos oficiais que lhe estejam atribuídos, observadas as normas e os procedimentos estabelecidos pela Administração Municipal.
§ 1º. Compete à Secretaria acompanhar a utilização dos veículos sob sua responsabilidade, mantendo controle sobre os abastecimentos, a quilometragem, o consumo de combustível e demais informações necessárias à adequada gestão da frota.
§ 2º.A Secretaria deverá adotar as providências necessárias para que os abastecimentos sejam realizados de forma regular, evitando atrasos, interrupções ou outras ocorrências decorrentes de falhas no acompanhamento.
§ 3º. A responsabilidade atribuída à Secretaria não afasta a obrigatoriedade de observância das normas de controle interno, utilização de veículos públicos e demais procedimentos administrativos vigentes.
CAPÍTULO III
DA RESPONSABILIDADE DOS MOTORISTAS
Art. 5º. Compete aos motoristas dos veículos oficiais:
I. informar e registrar corretamente a quilometragem do veículo no momento de cada abastecimento;
II. conferir se a quilometragem registrada corresponde efetivamente à indicada no hodômetro do veículo;
III. comunicar imediatamente à chefia responsável qualquer inconsistência identificada no sistema de abastecimento, na quilometragem ou nos registros do veículo;
IV. utilizar o veículo exclusivamente para as finalidades autorizadas pela Administração Pública;
V. zelar pela conservação, utilização adequada e segurança do veículo sob sua condução.
Parágrafo único.A informação incorreta, incompleta ou incompatível da quilometragem prejudica o controle da frota, a apuração do consumo médio e a confiabilidade das informações administrativas, financeiras e contábeis, devendo a ocorrência ser evitada e, quando identificada, comunicada imediatamente ao responsável.
CAPÍTULO IV
DA RESPONSABILIDADE DOS GESTORES E RESPONSÁVEIS PELA FROTA
Art. 6º. Caberá aos Secretários Municipais e aos responsáveis formalmente designados por cada Secretaria pelo acompanhamento da frota:
I. acompanhar os abastecimentos dos veículos vinculados à respectiva Secretaria;
II. orientar os motoristas quanto ao correto preenchimento e registro das informações relativas ao abastecimento e à quilometragem;
III. acompanhar os registros de quilometragem e consumo de combustível;
IV. identificar eventuais inconsistências, divergências ou situações que possam comprometer o adequado controle da frota;
V. adotar ou solicitar as providências necessárias para a correção de informações inconsistentes;
VI. comunicar à Administração Municipal eventuais irregularidades que não possam ser solucionadas no âmbito da própria Secretaria;
VII. garantir que os veículos sob sua responsabilidade sejam utilizados exclusivamente para sua finalidade pública e de acordo com as normas vigentes.
CAPÍTULO V
DO CONTROLE E DA FIDEDIGNIDADE DAS INFORMAÇÕES
Art. 7º. Os registros realizados por ocasião do abastecimento deverão corresponder fielmente às informações reais do veículo, especialmente quanto à quilometragem registrada no hodômetro.
Art. 8º. As informações registradas no sistema de abastecimento poderão ser utilizadas pela Administração Municipal para:
I. controle e acompanhamento do consumo de combustível;
II. acompanhamento da utilização dos veículos oficiais;
III. planejamento e acompanhamento de manutenção preventiva e corretiva;
IV. fiscalização da utilização da frota;
V. elaboração de relatórios gerenciais;
VI. controle administrativo, financeiro e contábil;
VII. identificação de inconsistências, divergências ou anormalidades no consumo de combustível ou na utilização dos veículos.
Art. 9º. Constatada qualquer inconsistência nos registros de abastecimento, quilometragem ou consumo, o responsável deverá comunicar o fato imediatamente à chefia competente e adotar as providências necessárias para sua regularização.
CAPÍTULO VI
DA DIVISÃO DE RESPONSABILIDADES
Art. 10.A presente Instrução Normativa estabelece a divisão de responsabilidades entre os agentes envolvidos no processo de abastecimento e controle da frota municipal, de forma que cada agente responda pelos procedimentos e informações que lhe competem.
§ 1º. Compete à**Secretaria Municipal**o controle e acompanhamento dos veículos e abastecimentos sob sua gestão.

§ 2º Compete ao**responsável pela gestão da frota**o acompanhamento operacional dos registros, a orientação dos responsáveis e a comunicação ou encaminhamento das inconsistências identificadas.
§ 3º. Compete ao**motorista**a correta informação da quilometragem, a comunicação de inconsistências e a adequada utilização do veículo no momento do abastecimento e durante sua condução.
§ 4º. Compete à**Administração Municipal**o acompanhamento geral, a fiscalização e o estabelecimento dos procedimentos necessários ao adequado controle da frota.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Todas as Secretarias Municipais deverão tomar ciência desta Instrução Normativa e adotar as providências necessárias à sua efetiva implementação.
Art. 12. Eventuais dúvidas, inconsistências ou dificuldades relacionadas ao abastecimento, registro de quilometragem e controle dos veículos oficiais deverão ser encaminhadas ao responsável pela gestão da frota, para orientação e adoção das providências cabíveis.
Art. 13.O descumprimento das disposições desta Instrução Normativa sujeitará o responsável à apuração das circunstâncias e às medidas administrativas cabíveis, observada a legislação vigente.
Art. 14. Esta Instrução Normativa entra em vigor em**1º de setembro de 2026**.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

JOÃO LAURO GONÇALVES BOLONHA
Secretário Municipal de Administração
Port. Nº 468/2025 – DRH

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:C226FE18

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 16/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATORIO Nº 132/2026
CONCORRÊNCIA Nº 16/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, nomeado pela Portaria n° 047/2026 de 03 de março de 2026, torna público aos interessados que, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, fará realizar às **09h00min do dia 27 de outubro de 2026**, na Rua 17 de dezembro, nº 149, centro, Califórnia/PR. Concorrência presencial, a entrega de documentação será do dia 03 de setembro de 2026 à 26 de outubro de 2026, objetivando a **CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE TERRENOS LOCALIZADOS NO PARQUE INDUSTRIAL I, DESTINADOS À CONSTRUÇÃO PARA FINS EMPRESARIAIS, LIMITADA A 01 (UM) TERRENO POR CNPJ HABILITADO.** Julgamento: Melhor Técnica. Obs. O Edital deverá ser retirado diretamente no site www.california.pr.gov.br e informações poderão ser obtidas pelo telefone (43) 3429-1242, ou na sede da prefeitura, sito à Rua 17 de dezembro, nº 149, no horário das 8h00min às 11h45min e das 13h00min às 17h15min, de 2ª a 6ª feira ou através do e-mail: licitacalifornia@gmail.com.

Califórnia, 02 de setembro de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:0578982A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 230 - NOMEAÇÃO DE ASSESSOR

DECRETO Nº 230/2026

SÚMULA: Nomeia Assessor da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A:

Artº. 1º - NOMEAR a partir de 02/09/2026, **ISABELA HELENA VOLTARELLI**, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor da Secretaria de Administraçao, Finanças e Planejamento – C2, junto a Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento- SEAFIPLAN, conforme Lei Complementar 001/2015 e demais Leis correlatas.

Artº. 2º - Entra o presente na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR,
ao 02º dia do mês de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:D8ED26B6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 231 - NOMEAÇÃO ASSESSOR II - SEC DA MULHER

DECRETO Nº 231/2026

SÚMULA: Nomeia Assessor II do Poder Público Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, ESTADO DO PARANÁ, SR. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI.

D E C R E T A :

Artº. 1º - NOMEAR partir de 02/09/2026, **DARIANE APARECIDA DE MORAES**, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de Assessor II da Secretaria Municipal da Mulher, Idoso e Pessoas com Deficiência - C3 – junto da Secretaria Municipal da Mulher, Idosos e Pessoas com Deficiência -SEMIPCD, conforme Lei Complementar 001/2015 e demais Leis correlatas.

Artº. 2º - Entrando o presente em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao, 02º dia do mês de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:6AAC7A89

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 235

DECRETO 235/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 59.740,00 (cinquenta e nove mil e setecentos e quarenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.122.0034.1.007 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMAS DE IMOVEIS DA SAUDE.
4.4.90.51.00.00 494 OBRAS E INSTALACOES 59.740,00

Total Suplementação: 59.740,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0007.2.022 MANUTENCAO DA ATENCAO PRIMARIA.
3.1.90.11.00.00 494 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 59.740,00

Total Redução: 59.740,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 02 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:1228BB34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 236

DECRETO 236/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 404.861,41 (quatrocentos e quatro mil e oitocentos e sessenta e um reais e quarenta e um centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.122.0034.1.007 CONSTRUCAO, AMPLIACAO E REFORMAS DE IMOVEIS DA SAUDE.
4.4.90.51.00.00 2494 OBRAS E INSTALACOES 404.861,41

Total Suplementação: 404.861,41

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Fonte:
494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 02 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:35B12071

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 173/ 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 173/ 2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/ 2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/ 2026

OBJETO: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de avaliação neuropsicológica, emissão de laudos técnicos e realização de encaminhamentos especializados destinados aos alunos da Educação Especial da rede municipal de ensino, visando à identificação de necessidades educacionais específicas, apoio ao desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, bem como subsídio ao acompanhamento pedagógico e multidisciplinar.
FORNECEDOR: CREARE ESPACO MULTIDICIPLINAR LTDA
CNPJ/CPF: 49.138.893/0001-25
REPRESENTANTE LEGAL: DANIELE FERREIRA DE OLIVEIRA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: 150.000,00
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 02/09/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:9F87C478

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 151/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 151/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/ 2026
MODALIDADE Inexigibilidade [[Nº 4/ 2026

OBJETO: Credenciamento de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de motorista, para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal De Califórnia
FORNECEDOR: 68.525.172 WELLYNGTON APARECIDO DA SILVA
CNPJ/CPF: 68.525.172/0001-12
REPRESENTANTE LEGAL: WELLYNGTON APARECIDO DA SILVA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 87.796,80
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 02/09/2026

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:BCC4EF84

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 149- - COORDENADORA

PORTARIA Nº 149/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SÉRGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E:

Artº. 1º - NOMEAR a servidora LETICIA KARYMEN FOLLADOR DE MELO, matrícula sob nr.780, para exercer a função de Coordenadora de Licitação e Contratos da Secretaria Municipal de Educação.

Artº. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 01/09/2026, e revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 02º dia do mês de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:269C9610

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 150 - FERIAS

PORTARIA Nº 150/2026

O Prefeito do Município de Califórnia, Estado do Paraná, Sr. PAULO SERGIO CHILEIDE, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

R E S O L V E :

Art. 1º Alterar o período de férias da servidoraJANAINA BARCALA PAULO**,** matricula 719**,** anteriormente concedido pela Portaria nº142, publicada em20/08/2026.
Art. 2º Em razão de necessidade do serviço, o período de férias anteriormente previsto de**08/09/2026 a 07/10/2026**passa a ser usufruído de**21/09/2026 a 20/10/2026,** permanecendo assegurado o total de30 diasde férias.
Art. 3ºA alteração prevista nesta Portaria decorre de necessidade do serviço, devidamente justificada pela chefia imediata.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Califórnia/PR, ao 02º dia do mês de setembro de 2026.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Sirlei Juventino Nunes
Código Identificador:8CE7C94E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 026/2026

RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 004/2026

DO OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS E OPERADORES DE MÁQUINAS PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CALIFÓRNIA/PR.

FORNECEDOR: 68.525.172 WELLYNGTON APARECIDO DA SILVA
CNPJ/CPF: 68.525.172/0001-12

VALOR: R$ 87.796,80 (oitenta e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).

FUNDAMENTAÇÃO: Lei nº 14.133/2021, artigo 79, inciso I.

VALOR GLOBAL: O valor do objeto desta dispensa, prevendo todas as obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas não poderá ultrapassar o valor global de **Valor Total: R$ 87.796,80 (oitenta e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).**

Ratifico a Dispensa para CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS E OPERADORES DE MÁQUINAS PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CALIFÓRNIA/PR.

Califórnia, 02 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:EE8CD625

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RELATÓRIO GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E A ADOLESCÊNCIA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA
E-mail: pmcalifornia@uol.com.br
Rua 17 de dezembro, 149 – Caixa Postal 15 – Telefone (43) 3429-1242
FAX (43) 3429-1407 –
CEP: 86820-000 – Estado do Paraná
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFORNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DA ADOLESCÊNCIA
3º BIMESTRE DE 2026
O Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Município de Califórnia, Estado do Paraná, em obediência as normas contidas na Instrução Normativa 36/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, apresenta o seguinte relatório.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
NATUREZA DA DESPESA	**PROGRAMADO NO EXERCÍCIO**	**EXECUTADO NO BIMESTRE**	**EXECUTADO ATÉ O BIMESTRE**
Vencimentos e Vantagens Fixas	142.500,00	22.523,28	62.689,58
Obrigações Patronais	26.500,00	3.493,63	10.846,47
Diárias Civil	4.000,00	150,00	1.650,00
Material de Consumo	16.500,00	1.669,95	4.662,87
Material, Bem ou Serviço de Distribuição Gratuita	1.000,00	0,00	0,00
Outras Desp. Pessoal Contratos de Terceiros	2.000,00	0,00	0,00
Outros Serv.Terc.P. Física	1.000,00	0,00	0,00
Outros Serv.Terc.P.Jurídica	191.793,70	16.694,92	86.137,01
Serv.Tecn.Inform.Com.PJ	2.500,00	91,98	1.738,17
Auxilios	1.000,00	0,00	0,00
Subvenções Sociais	1.000,00	0,00	0,00
Indenizações e Restituições	1.000,00	0,00	0,00
Obras e Instalações	2.000,00	0,00	0,00
Equip. Mat. Permanente	8.000,00	0,00	0,00
TOTAL	**400.793,70**	**40.623,76**	**167.724,10**
GASTOS POR CATEGORIA ECONÔMICA			
CATEGORIA ECONOMICA		**VALOR R$**	**PERCENTUAL**
Pessoal e Encargos Social		26.016,91	64,04%
Outras Despesas Correntes		14.606,85	35,96%
Investimentos		0,00	0,00%
TOTAL		**40.623,76**	**100,00%**

Pela demonstração do presente relatório, diríamos que os valores gastos foram aplicados em conformidade com os preceitos determinados pela legislação, onde se verifica que o Município de Califórnia, cumpriu com as normas gerais dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Califórnia, 30 de julho de 2026.

PAULO SERGIO CHILEIDE
Prefeito Municipal

MARIA INÊS GOMES DE LIMA
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e da Adolescência

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:CEDD4CDA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO INEXIGIBILIDADE Nº 04/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 026/2026
Nº Licitação: 04/2026
Modalidade: Inexigibilidade

Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOTORISTAS E OPERADORES DE MÁQUINAS PARA ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE CALIFÓRNIA/PR.

FORNECEDOR: 68.525.172 WELLYNGTON APARECIDO DA SILVA
CNPJ/CPF: 68.525.172/0001-12

DESCRIÇÃO E QUANTIDADES					
ITEM	QTD.	UNID.	DESCRIÇÃO	R$ UNIT	R$ TOTAL
01	6.240	horas	Motoristas Carteira "D"	R$ 14,07	R$ 87.796,80
VALOR TOTAL: R$ 87.796,80					

Valor Total do Pregão: R$ 87.796,80 (oitenta e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).

Total Homologado do Processo: R$ 87.796,80 (oitenta e sete mil, setecentos e noventa e seis reais e oitenta centavos).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

Manutenção da Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento
03.004.04.122.0002.2005 – 3.3.90.34 Fonte 1000 - Red. 63

Manutenção da Secretaria de Infraestrutura e Mobilidade Urbana
04.001.15.452.0005.2014 – 3.3.90.34 Fonte 1000 – Red. 128

Manutenção do Centro de Saúde
05.001.10.122.0034.2021 – 3.3.90.34 Fonte 303 – Red. 174

Manutenção da Atenção Primária
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.34 Fonte 303 – Red. 190
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.34 Fonte 494 – Red. 190

Manutenção da Secretaria de Assistência Social e Cidadania
06.001.08.122.0035.2031 – 3.3.90.34 Fonte 1000 – Red. 246

Manutenção da Secretaria de Educação
07.001.12.122.0036.2044 – 3.3.90.34 Fonte 104 – Red. 352

Manutenção das Escolas Municipais
07.002.12.361.0017.2045 – 3.3.90.34 Fonte 1000 – Red. 378

Valor Total R$ 149.988,80.

Califórnia, 02 de setembro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:894065FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 86, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidor nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo III.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor **Eleandro Pereira**, portador da Matricula n° 1807-1, nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo III no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 31 de agosto de 2026 e revoga a Portaria n° 45, de 11 de maio de 2026.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 02 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:CE3DA9A2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 87, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidor nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor **Wilson Luiz Mendes Pedroso**, portador da Matricula n° 1808-1, nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 31 de agosto de 2026 e revoga a Portaria n° 47, de 11 de maio de 2026.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 02 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:4B3F4BAD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 88, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidor nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor **Luiz Guilherme Ribeiro de Faria**, portador da Matricula n° 1809-1, nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Médio no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 31 de agosto de 2026 e revoga a Portaria n° 48, de 11 de maio de 2026.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 02 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:943FD02A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 89, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Exonera a pedido servidora nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora **Irene Borges Dos Santos Agostinho**, portadora da Matricula n° 1811-1, nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 31 de agosto de 2026 e revoga a Portaria n° 52, de 14 de maio de 2026.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 02 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:55645E3F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 90, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidora nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora **Fernanda Machado Rodrigues**, portadora da Matricula n° 1810-1, nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 31 de agosto de 2026 e revoga a Portaria n° 51, de 14 de maio de 2026.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 02 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:B0C7DA3B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 91, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidora nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora **Andreia Urbanek**, portadora da Matricula n° 1812-1, nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 31 de agosto de 2026 e revoga a Portaria n° 53, de 14 de maio de 2026.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 02 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:3A4E42B8

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 92, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidor nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor **Cezar Augusto Batista Dos Santos**, portador da Matricula n° 1817-1, nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 31 de agosto de 2026 e revoga a Portaria n° 68, de 01 de julho de 2026.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 02 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:99943844

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 93, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidor nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor **Gabriel Bortolanza**, portador da Matricula n° 1680-1, nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 31 de agosto de 2026 e revoga a Portaria n° 76, de 24 de março de 2025.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 02 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:D92F55E0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 94, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidor nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo III.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido o servidor **Edson Ben Hur Colaço**, portador da Matricula n° 1813-1, nomeado anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo III no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 31 de agosto de 2026 e revoga a Portaria n° 60, de 03 de junho de 2026.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 02 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:839D3CBD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 95, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidora nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Superior.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora **Andressa Cristina Da Rosa**, portadora da Matricula n° 1823-1, nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Técnico Nível Superior no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 02 de setembro de 2026 e revoga a Portaria n° 75, de 11 de agosto de 2026.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 02 de setembro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:C9A5F576

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA N° 46, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal n° 510/2017, qual dispõe sobre a indenização das despesas de viagem dos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, e o Decreto N° 2.597/2025, que atualiza a URF - Unidade de Referência Fiscal do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências, resolve:

Art. 1 º Fica AUTORIZADA à concessão do pagamento de 01 (uma) diária, para o servidor **Srº João Cordeiro Batista, matrícula n°407,** conforme abaixo discriminado:
I Valor da Diária: R$ 167,25 (cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos).
II Valor total da Diária: R$ 167,25 (cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos).
III Destino: Curitiba - PR.
IV Objetivo da Viagem: Participação no curso **"Desafio El Nino – Preparar hoje para proteger amanhã" a ser realizado em Curitiba,** promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba.
V Período da Viagem: 03 de setembro de 2026.
VI Observação: O transporte será realizado por meio do veículo oficial.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

Campina Grande do Sul, 31 de agosto de 2026.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:F7E23E8F

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL
PORTARIA N° 47, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal n° 510/2017, qual dispõe sobre a indenização das despesas de viagem dos vereadores e servidores da Câmara Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, e o Decreto N° 2.597/2025, que atualiza a URF - Unidade de Referência Fiscal do Município de Campina Grande do Sul e dá outras providências, resolve:

Art. 1 º Fica AUTORIZADA à concessão do pagamento de 01 (uma) diária, para o servidor **Srº André Ferreira Mattos de Moura, matrícula n°272,** conforme abaixo discriminado:
I Valor da Diária: R$ 167,25 (cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos).
II Valor total da Diária: R$ 167,25 (cento e sessenta e sete reais e vinte e cinco centavos).
III Destino: Curitiba - PR.

IV Objetivo da Viagem: Participação no curso **"Desafio El Nino – Preparar hoje para proteger amanhã" a ser realizado em Curitiba,** promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na cidade de Curitiba.
V Período da Viagem: 03 de setembro de 2026.
VI Observação: O transporte será realizado por meios próprios.
PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.
Campina Grande do Sul, 01 de setembro de 2026.

PEDRO APARECIDO CAFÉ
Presidente

Publicado por:
Jasiele Leoni Moroski
Código Identificador:BF68439F

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PG Nº. 80/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 80/2026
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs), FERRAMENTAS E MATERIAIS DE CONSUMO EM GERAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Critério de julgamento: Menor Preço Global por Lote
Valor Máximo: R$ 924.758,90 (Novecentos e vinte e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito reais e noventa centavos)
Data de abertura: 17/09/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:03E3EB7A

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PG Nº. 81/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 81/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, POR MEIO DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE CARRINHOS DE ALIMENTAÇÃO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE INSUMOS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS, DESTINADOS À UTILIZAÇÃO EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS
Critério de julgamento: Menor Preço Global por Lote
Valor Máximo: R$ 416.928,40 (Quatrocentos e dezesseis mil, novecentos e vinte e oito reais e quarenta centavos).
Data de abertura: 21/09/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Edital do referido Pregão Eletrônico e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:6E332E65

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 19/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL – PARANÁ
DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa Eletrônica nº. 19/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM FORNECIMENTO DE GRADES DE ISOLAMENTO, PÓRTICO DE LARGADA/CHEGADA, SANITÁRIOS QUÍMICOS E NUMERAIS DE PEITO, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO EVENTO DE CORRIDA DE RUA DOS ALUNOS, DENOMINADO "CORRICAMP", PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Critério de julgamento: Menor Preço
Valor Máximo: R$ 18.650,00 (dezoito mil seiscentos e cinquenta reais).
Data de abertura: 09/09/2026 às 09:00 horas.
Local da realização: Compras BR - https://comprasbr.com.br
O Aviso de Contratação direta e seus anexos, poderão ser obtidos no site da Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul – Paraná no endereço: www.campinagrandedosul.pr.gov.br na opção Transparência – Licitações e no site do sistema eletrônico de julgamento Compras BR no endereço: https://comprasbr.com.br. Outras informações enviar e-mail para: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br e/ou pelo telefone (41) 3162-7000.

Publicado por:
Patrick Cavalli Poli Chiquitti
Código Identificador:7A2A98B9

SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO COM LOTE FRACASSADO PG ELETRÔNICO N° 72-2026

DEPARTAMENTO DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO COM LOTE FRACASSADO
Comunico que o PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 72/2026, tendo como objeto AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE NOBREAK, VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, realizado em 26/08/2026, teve o LOTE 03 declarado FRACASSADO.
Campina Grande do Sul, 01 de setembro de 2026.

RAFAEL CARLOS BERLEZE
Pregoeiro

Publicado por:
Patrick Cavalli Poli Chiquitti
Código Identificador:0AD9EED3

SETOR DE COMPRAS
EXTRATO TERMO DE ADITIVO - CONTRATO Nº. 149/2022

EXTRATO TERMO DE ADITIVO N° 6 DO CONTRATO Nº. 149/2022, objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO, CONVERSÃO DE DADOS, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO, SUPORTE TÉCNICO E FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO PÚBLICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA MUNICIPALIDADE, CONFOME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO ANEXO I E

I.I DO EDITAL. Decorrente de Pregão n° 111/2022, que entre si celebram PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL e a ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA. Inscrita no CNPJ sob nº. 80.896.194/0001-94. Constitui o objeto do presente termo aditivo a prorrogação do prazo de vigência e execução do contrato 149/2022 em mais 12(doze) meses, compreendendo o período de 30/08/2026 à 29/08/2027, com fundamento no Art. 57, inciso II, §§ 2º e 4º, da Lei Federal nº 8.666/1993. Para o novo período o valor corrigido pelo IPCA será de R$ 1.064.456,16 (um milhão, sessenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e dezesseis centavos) nos termos do instrumento contratual da Cláusula 3.10 e 3.10,1, atendendo ao inciso XI do Art. 40 e inciso III do art. 55 da Lei nº 8.666/93, para o Lote 01 Módulos da Prefeitura. CAMPINA GRANDE DO SUL 28 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:486A3DF8

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1172/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o § 5º do art. 29 do Decreto Federal nº. 57.654 de 20 de janeiro de 1966;

D E S I G N A

O servidor **FERNANDO DE SOUZA PORATTI – Matrícula nº. 158141,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário – Nível D10 da Tabela de Vencimentos Anexo VII da Lei Complementar nº. 07/2012, para exercer a função de Secretário da Junta do Serviço Militar nº. 039 deste Município de Campina Grande do Sul, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 02 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:AA5055C1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1173/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 249/2026, emitido pela Secretaria Municipal de Administração, protocolado sob o nº. 32.689/2026;

D E S I G N A

O servidor **FERNANDO DE SOUZA PORATTI – Matrícula nº. 158141,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário – Nível D10 da Tabela de Vencimentos Anexo VII da Lei Complementar nº. 07/2012, para exercer a função gratificada de Coordenador, responsável pela coordenação da Regional do Jardim Paulista, junto à Secretaria Municipal de Administração, a partir da presente data.

Campina Grande do Sul, 02 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:E4168DB8

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 73/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada a servidora **NARA LETICIA REZENDE MOTTA DA SILVA, matrícula nº. 329088,** ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades na Escola Municipal Ulisses Guimarães, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir de 31 de agosto de 2026.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 28 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 28 de agosto de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:74EB04DC

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 74/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da

Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada a servidora **GABRIELA COVALSKI CAPOTE, matrícula nº. 326987**, ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades na Escola Municipal Augusto Staben, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 01 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 01 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:ABBB9E99

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 75/2026

A Secretária Municipal da Educação de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação vigente,

Considerando o disposto no §3º do artigo 4º da Lei nº. 1.032, de 05 de dezembro de 2024;

Considerando o Decreto nº. 2.627, de 02 de março de 2026, que regulamenta a delegação de competências no âmbito da Administração Pública Municipal e autoriza a expedição de Portarias para definição de local de trabalho de servidores;

Considerando a necessidade administrativa de alteração do local inicialmente designado para o exercício das atribuições do servidor, visando à melhor adequação do serviço público e ao interesse da Administração;

D E S I G N A

Art. 1º Fica designada a servidora **DANIELLI CRISTINA FAUSTINO DA ROCHA DO NASCIMENTO, matrículas nº. 308481e nº. 325460**, ocupante do cargo efetivo de Professor, para exercer suas atividades no Centro Municipal de Educação Infantil Dilacir da Rocha Lima, no âmbito da Secretaria Municipal da Educação, a partir da presente data.

Art. 2º A presente designação destina-se exclusivamente à definição do local de trabalho e do exercício funcional, não implicando alteração de cargo, função, remuneração ou lotação administrativa, salvo disposição legal em contrário.

Campina Grande do Sul, 01 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Educação

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 01 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:68E044A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°301/2026

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024 PARA PROVIMENTO DE CARGO EFETIVO DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE CAMPO DO TENENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Nomear e empossar, em decorrência de aprovação no Concurso Público Edital nº. 01/2024, Rubia Juliana Thibes de Campos, inscrita no CPF sob nº 061.XXX.409-XX., para exercer o cargo de Nutricionista, com carga horária de 30 horas semanais, sob o Regime de Trabalho Estatutário, nos termos da Lei Municipal 221/1993, sendo lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – O servidor admitido no *caput* do art. 1º será submetido a Estágio Probatório, pelo prazo estipulado no art. 41 da Constituição Federal, podendo haver demissão por conduta tipificada como falta grave ou por insuficiência de desempenho, verificadas em processo com direito a ampla defesa e ao contraditório.

Art. 3º – Ao Servidor Público nomeado nos termos desta Portaria é assegurado à filiação ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme Legislação Municipal pertinente e vigente.

Art. 4º – As despesas decorrentes desta Portaria correrão à conta das dotações orçamentárias correspondentes e constantes da Lei Orçamentária vigente.

Art. 5º – O Departamento de Recursos Humanos fica encarregado de proceder às anotações e aos procedimentos administrativos que se façam necessários ao cumprimento do presente Ato.

Art. 6º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01 de Setembro de 2026.

Campo do Tenente – PR, 02 de Setembro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:9A8E3121

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº299/2026

EXONERA DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL DE CARGO PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Fica exonerada a pedido, no respectivo Cargo de Diretora do Departamento de Ação Social, com vínculo em Cargo Comissionado, Rubia Juliana Thibes de Campos, inscrita no CPF sob nº 061.XXX.409-XX, lotada na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros até 31 de Agosto de 2026, revogando as disposições em contrário.

Campo do Tenente, 02 de Setembro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:F1C1CB7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº300/2026

EXONERA ASSESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARGO PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Fica exonerada a pedido, no respectivo Cargo de Assessora da Secretaria Municipal de Saúde, com vínculo em Cargo Comissionado, FERNANDINA RODRIGUES, inscrita no CPF sob nº 037.XXX.149-XX, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros até 31 de Agosto de 2026, revogando as disposições em contrário.

Campo do Tenente, 02 de Setembro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:EB5FC9FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 706/2026

Republicado por haver incorreção.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.243.1008.2.025 - IGD PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0782	10.000,00
3.3.90.33.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	0782	5.000,00
3.3.90.40.00.00	serviços de tecnologia da informação e comunicação	0782	5.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	0782	10.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos E Material Permanente	0782	5.000,00
TOTAL			**35.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados excesso de arrecadação no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais), proveniente da fonte: 0782.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 28 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:901AF858

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 711/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 263.000,00 (duzentos e sessenta e três Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 263.000,00 (duzentos e sessenta e três Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Unidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.008 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR			
3.3.90.33.00.00	Passagens e despesas com locomoção	0103	263.000,00
TOTAL			**263.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 263.000,00 (duzentos e sessenta e três Mil Reais), proveniente da fonte: 0103.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 02 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:4D70081F

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 712/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 72.000,00 (Setenta e dois Mil Reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 72.000,00 (Setenta e dois Mil Reais), como segue:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA MUNIC. DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER			
Unidade: 02 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO			
12.361.1006.2.008 – MANUTENÇÃO DO PROGRAMA TRANSPORTE ESCOLAR			
3.3.90.33.00.00	Passagens e despesas com locomoção	0124	72.000,00
TOTAL			**72.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação no valor de R$ 72.000,00 (Setenta e dois Mil Reais), proveniente da fonte: 0124.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 02 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:99829DFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA Nº 08.2026 – FUNDEB

Aos dezenove dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h30min, por meio de videoconferência, realizada pela plataforma Google Meet, reuniram-se, em caráter extraordinário, os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS/FUNDEB, representantes dos segmentos de Pais de Alunos, Poder Executivo, Organização da Sociedade Civil, Conselho Municipal de Educação e Diretores das Escolas e CMEIs, juntamente com a representante do setor de Contabilidade e a Secretária deste Conselho. Em conformidade com o disposto no Regimento Interno do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB, aguardou-se a chegada dos membros convocados. Após transcorridos trinta minutos do horário inicialmente designado, constatou-se a existência de quórum, com a presença de representantes de cinco segmentos. Na sequência, o Presidente do Conselho, Senhor Vanderlei, deu início à reunião, esclarecendo aos presentes os motivos que ensejaram a convocação extraordinária. Relatou os encaminhamentos e procedimentos adotados com a finalidade de subsidiar a resposta a ser encaminhada ao Ministério Público acerca dos apontamentos apresentados em relação à gestão dos recursos do CACS/FUNDEB. Informou, ainda, sobre a documentação solicitada à Prefeitura Municipal, necessária ao esclarecimento dos fatos e à adequada instrução das providências administrativas pertinentes. Na oportunidade, o Presidente solicitou a presença dos conselheiros, de forma presencial, na próxima reunião, a ser realizada no dia 25 de agosto de 2026, terça-feira, em local e horário ainda a serem definidos. Informou que a reunião contará com a presença de representantes da APP-Sindicato, que serão convidados para realizar uma explanação aos membros do Conselho sobre assuntos pertinentes às atribuições e ao funcionamento do CACS/FUNDEB. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença e a participação de todos e declarou encerrada a reunião. Eu, Marilia Aleiz, designada para secretariar os trabalhos, lavrei a presente ata que, após lida, apreciada e aprovada, será assinada por mim e pelos demais presentes.

MARILIA ALEIZ
Secretária Executiva

VANDERLEI ROXINSKI
Representante de Pais de Alunos

RAISSA TESSARI PADILHA
Representante do Poder Executivo

ROSANGELA MARIA DE MELO DE SOUZA
Representantes dos Diretores das Escolas e CMEI'S da Rede Municipal de Ensino

VIVIANE DO ROCIO GONÇALVES DA LUZ
Representante do Conselho Municipal de Educação

JAQUELINE APARECIDA SILVEIRA FERREIRA
Representante de Pais de Alunos

ANA HELOÍSA BARATTO MILLEO
Representante Organização Civil

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:75FB2BD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 09.2026 – FUNDEB

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 14h, presencialmente, na Biblioteca Cidadã Nayr Gasparin Lugarini, localizada na Rua Girassóis, 100, no Jardim Boa Vista, em Campo Magro, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB – CACS/FUNDEB, representantes dos segmentos do Poder Executivo, Pais de Alunos, Conselho Tutelar, Conselho Municipal de Educação e Organização da Sociedade Civil, juntamente com a representante do setor de Contabilidade da Prefeitura Municipal, Bruna Silva Miranda Zivigicoski, e a Secretária do Conselho Marilia Aleiz, para reunião ordinária, tendo como pauta os esclarecimentos e encaminhamentos relacionados às informações solicitadas pelo Tribunal de Contas da União – TCU referentes aos recursos do FUNDEB no Município de Campo Magro. O Presidente do Conselho, Vanderlei Roxinski, iniciou a reunião cumprimentando os presentes e agradecendo a participação de todos. Registrou-se, ainda, a presença das representantes da APP Sindicato Metropolitana Norte, Ana Lúcia Zambão e Eliane da Costa Silva, que participaram da reunião com o objetivo de contribuir com esclarecimentos acerca das atribuições e responsabilidades do CACS/FUNDEB. Na sequência, foram apresentados esclarecimentos acerca das providências adotadas em relação à solicitação do TCU, tendo sido informado que os dados necessários vêm sendo levantados junto aos setores responsáveis da Administração Municipal, especialmente a Contabilidade, para subsidiar os esclarecimentos e os encaminhamentos pertinentes. Durante a reunião, foram tratados aspectos relacionados ao acompanhamento da execução dos recursos do FUNDEB, incluindo informações sobre receitas, despesas, percentuais de aplicação, profissionais vinculados à educação e documentação comprobatória. Foi ressaltada a importância de que as informações apresentadas ao CACS/FUNDEB sejam acompanhadas dos respectivos documentos comprobatórios e registros oficiais, possibilitando a conferência e a análise pelos membros do Conselho.

Ficou registrado que eventual manifestação do Conselho deverá ser realizada após o recebimento e a análise da documentação pertinente, não sendo objeto desta reunião qualquer conclusão definitiva quanto aos procedimentos apresentados. A representante da Contabilidade, Bruna Silva Miranda Zivigicoski, informou que serão adotadas novas formas de apresentação das informações referentes ao FUNDEB, buscando facilitar a compreensão dos dados pelos membros do Conselho e ampliar a transparência das informações disponibilizadas. Na oportunidade, apresentou o local do sítio eletrônico oficial do Município onde serão disponibilizados os dados relacionados ao FUNDEB, visando facilitar o acesso e a consulta pelos conselheiros (https://www.campomagro.pr.gov.br/transparencias). O site será alimentado com as informações referentes ao Conselho do Fundeb. Também foi destacada a necessidade de disponibilização de informações mais detalhadas referentes aos profissionais da educação e às despesas correspondentes, bem como de outros documentos necessários à conferência dos dados, com o objetivo de análise dos membros do Fundeb. Nesse sentido, ficou deliberado que as informações e documentos considerados necessários serão formalmente solicitados aos setores competentes, para posterior análise pelo CACS/FUNDEB. Foi igualmente discutida a conveniência de encaminhamento de ofício à Secretaria Municipal de Educação, solicitando os esclarecimentos e documentos necessários ao prosseguimento dos trabalhos, inclusive quanto aos prazos para disponibilização das informações. Registrou-se que tais solicitações têm por finalidade subsidiar o exercício das atribuições legais do Conselho, sem antecipação de qualquer juízo quanto aos dados ou documentos ainda pendentes de análise. Como encaminhamento, ficou estabelecido que os documentos, informações, ofícios, respostas e demais registros relacionados ao acompanhamento dos recursos do FUNDEB deverão ser organizados e arquivados, de modo a possibilitar a continuidade dos trabalhos e a adequada documentação das análises realizadas pelo Conselho. Por fim, a representante da Contabilidade informou que, na próxima reunião ordinária, prevista para o dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e seis, serão apresentados os dados referentes às prestações de contas dos recursos do FUNDEB correspondentes aos meses de julho e agosto de dois mil e vinte e seis, para conhecimento e análise dos membros do Conselho. Ficou registrado que os assuntos tratados nesta reunião possuem caráter de acompanhamento, esclarecimento e solicitação de informações, permanecendo eventuais análises e manifestações do CACS/FUNDEB condicionadas à apresentação e conferência da documentação oficial pertinente. Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo lavrada a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros presentes.

Marilia Aleiz **Secretária Executiva**	
Vanderlei Roxinski **Representante de Pais de Alunos**	
Raissa Tessari Padilha **Representante do Poder Executivo**	
Viviane do Rocio Gonçalves da Luz **Representante do Conselho Municipal de Educação**	
Ana Heloísa Baratto Milleo **Representante Organização Civil**	
Araci Batista Ferreira Martins **Representante do Conselho Tutelar**	

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:18971B0B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE TRABALHO

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº11/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: LUCIANE BERTOLINI DE LARA
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº10/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: LIDIANE CRISTINA TRENTIN DESCHK
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº04/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 40 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: FLAVIA KELLER DE PAULA
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº06/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: JANAINA APARECIDA DA LUZ
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº05/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: MARIA HELENA MARTYN
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº08/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: KATRINI KLUCZKOVSKI
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº02/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais
CONTRATADA: KARINE VALOMIN DE LIMA
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº09/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais
CONTRATADA: LUCIA SEDORKO
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº03/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (quarenta) horas semanais
CONTRATADA: SONIA MARA CARNEIRO
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº16/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 12 (doze) horas semanais
CONTRATADA: ELIZANGELA DA SILVA MEDEIROS
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/09/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº15/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais
CONTRATADA: ELIANE MAXCIMOVICZ RAMOS
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº21/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais
CONTRATADA: JOCIANE DE RAMOS
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº13/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: AMANDA PADILHA ARAUJO
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº14/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais
CONTRATADA: ELENICE SANTOS DE OLIVEIRA STAVNY
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº19/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: MARCIA DE COL DA SILVA
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/08/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº262025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: GIULIA ANDRADE CASSOL
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/09/2026 a 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº23/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais
CONTRATADA: RENIZE DIULHIANE MANDECAU
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/09/2026 a 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº27/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: JOSEANE BRASIL DALMOLIN
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/09/2026 a 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº24/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais
CONTRATADA: FLAVIA KELLER DE PAULA,
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/09/2026 a 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº22/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: MARILEI DA COSTA
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 01/09/2026 a 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº29/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: SAMARA FERREIRA
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 08/09/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº30/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: CLENIR APARECIDA DE FREITAS
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 08/09/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº31/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: FREDINAR JOSUE BARBOSA ALVES
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 08/09/2026 até 17/12/2026

EXTRATO DO CONTRATO DE TRABALHO Nº32/2025
SEGUNDO TERMO ADITIVO
CONTRATANTE: Município de Candói/PR representado pelo Prefeito Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO.
OBJETO: Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
CARGA HORÁRIA: 20 (vinte) horas semanais
CONTRATADA: JENIFER PEDROSO
CARGO: PROFESSOR
PRAZO DO TERMO ADITIVO: 08/09/2026 até 17/12/2026

Publicado por:
Anna Karollyna Lopes de Oliveira
Código Identificador:911F459E

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 – PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI

EDITAL PARA PREMIAÇÃO CULTURAL Nº 04/2026
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 – PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
A Lei nº 14.399/2022 institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), baseada na parceria da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com a sociedade civil no setor da cultura, bem como no respeito à diversidade, à democratização e à universalização do acesso à cultura no Brasil.
A PNAB objetiva também estruturar o sistema federativo de financiamento à cultura mediante repasses da União aos Estados, Distrito Federal e Municípios de forma continuada.
As condições para a execução da PNAB foram criadas por meio do engajamento da sociedade e o presente edital destina-se a premiar agentes culturais atuantes no Município de Candói.
Deste modo, o Município de Candóitorna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade), Decreto Nº 12.409, De 13 de Março de 2025, Medida Provisória Nº 1.274, De 22 de Novembro de 2024.
INFORMAÇÕES GERAIS
Objeto do Edital
O objetivo deste Edital é oferecer uma premiação extra para os candidatos que se apresentaram no Festival Canta Candói – Festival de Interpretação de Música de Candói – PR – Edição 2026.
O Canta Candói tem como objetivo revelar e divulgar os valores artísticos do Município, além de, promover o intercâmbio cultural, proporcionando a sociedade a oportunidade de participar diretamente desta atividade, desenvolvendo novos talentos, valorizando a arte musical, transformando o evento em espaço de alegria entretenimento, trazendo uma melhoria na qualidade de vida do povo, além de oferecer espetáculos culturais qualificados e acessíveis ao público.
As apresentações musicais foram avaliadas por júri técnico, composto por cinco pessoas, que realizou a análise das performances dos artistas, observando os critérios de avaliação estabelecidos no regulamento do Festival.
Os recursos para a realização desta premiação serão provenientes da Lei Aldir Blanc, Chamamento Público 04/2026 – Premiação Extra do Festival Canta Candói, conforme descrito no regulamento daquela competição.
Quantidade de agentes culturais a serem premiados
Serão premiados os artistas (cantores) que se apresentaram nas categorias: MIRIM, INFANTO-JUVENIL, GOSPEL, POPULAR, SERTANEJO E GAUCHESCA e obtiveram as seguintes classificações: 1º Lugar, 2º Lugar, 3º Lugar, 4º Lugar, 5º Lugar, 6º Lugar, 7º Lugar e 8º Lugar, em cada categoria.
Valor da premiação
O valor recebido pelas pessoas físicas é isento de Imposto de Renda, ou seja, o agente cultural pessoa física não vai ter desconto de imposto de renda sobre o valor recebido.
O **valor total** deste edital é de **R$ 16.971,23 (dezesseis mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e três centavos)** e será dividido entre as categorias do festival, conforme Anexo 1 deste edital.
A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária:
07 SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER E CULTURA
07.003 DEPARTAMENTO DE CULTURA
13.392.0006.2023 MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE CULTURA
3.3.90.31.00.00 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS,
DESPORTIVAS E OUTRAS
Prazo de inscrição
De 8h horas do dia **03 de setembro de 2026** até 17h horas do dia **18 de setembro de 2026.** As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 3 deste edital.
Quem pode participar
Poderão se inscrever neste Edital e concorrer a premiação extra todos candidatos classificados, do 1º ao 8º lugar, nas categorias MIRIM, INFANTO-JUVENIL, GOSPEL, POPULAR, SERTANEJO E GAUCHESCA, pessoa física, desde que apresentem comprovante de residência no Município.
O candidato menor de idade pode ser representado pelo seu responsável legal.
O candidato que trabalhar no Município e não possuir residência, poderá participar deste edital desde que comprove vínculo empregatício.
O candidato que não possuir comprovante de residência em seu nome poderá apresentar outro documento que comprove residência.
Quem NÃO pode participar
Não pode se inscrever neste Edital, agentes culturais que:
Tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de candidaturas ou na etapa de julgamento de recursos;
Sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
Sejam Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Ex.: Deputados, Senadores, Vereadores) e do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), bem como membros do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros) e do Ministério Público (Promotor, Procurador).
O agente cultural que integrar Conselho de Cultura poderá concorrer nesse Edital, desde que não se enquadre nas situações previstas no item 2.6.
Quando se tratar de agentes culturais que constituem pessoas jurídicas, estarão impedidas de apresentar projetos aquelas cujos sócios, diretores e/ou administradores se enquadrarem nas situações descritas neste item.
A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.
ETAPAS: Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação dos projetos pelos agentes culturais.
Seleção e Habilitação – etapa em que uma comissão analisa, seleciona e habilita os projetos.
Assinatura do Termo de Premiação Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Premiação Cultural

INSCRIÇÕES
Como se inscrever
As inscrições poderão ser feitas do dia **03 de setembro de 2026** ao dia **18 de setembro de 2026**, de forma gratuita, podendo ser realizada:

Presencialmente: No Centro Cultural Doridin Antunes, no endereço Av. José Antunes Fabrício, 1944, de segunda a sexta, das 8h às 12h e das 13h às 17h.
Online: pelo endereço de e-mail: cultura.candoi@gmail.com.
Ao realizar a inscrição o candidato **DEVERÁ** entregar:
Formulário de inscrição (Anexo II) e Dados bancários contendo: banco, agência, nº do banco, nº da conta corrente e nome do Titular da conta. Os menores de idade deverão apresentar documentos em nome do responsável;
Portfólio (Anexo II) com materiais que comprovem a atuação do agente cultural no Município de Candói, de quaisquer naturezas, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, outros materiais, devendo o material estar relacionado à categoria na qual realizou a inscrição;
Cópia de documento com foto (RG ou CNH) e CPF e em caso de menor de idade, incluir os documentos pessoais do responsável;
Preenchimento da autorização de direito e uso de imagem e som e em caso de menor de idade a autorização deverá ser preenchida pelo responsável (Anexo VI);
Comprovante de residência: Sendo menor de idade o comprovante pode estar em nome do seu responsável legal;
Declaração de residência ou vínculo empregatício: Para quem não tiver os comprovantes em seu nome (Anexo V).
Caso não seja anexado toda a documentação exigida o candidato será automaticamente desclassificado**.**
O agente cultural é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações da sua inscrição.
Ao se inscrever o agente cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB), da Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), do Decreto 11.740/2023 (Decreto PNAB) e do Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

ETAPA DE SELEÇÃO E HABILITAÇÃO
Quem analisa as candidaturas
Uma comissão de seleção vai avaliar as candidaturas. Todas as atividades serão registradas em ata.
Farão parte desta comissão os pareceristas contratados mediante processo administrativo nº 1.740/2026 eventuais suplentes a serem nomeados no mesmo ato de composição da comissão de avaliação.
Quem não pode fazer parte da comissão de seleção
Os membros da comissão de seleção e respectivos substitutos ficam impedidos de participar da avaliação de candidaturas quando:
Tiverem interesse direto na matéria;
tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
seja parente do agente cultural;
No caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
sejam parte em ação judicial ou administrativa em face do agente cultural ou do respectivo cônjuge ou companheiro.
Caso o membro da comissão se enquadre nas situações de impedimento, deve comunicar à comissão, e deixar de atuar, imediatamente, caso contrário todos os atos praticados podem ser considerados nulos.
Os parentes e afins até o terceiro grau são: pai, mãe, filho/filha, avô, avó, neto/neta, bisavô/bisavó, bisneto/bisneta, irmão/irmã, tio/tia, sobrinho/sobrinha, sogro/sogra, genro/nora, enteado/enteada, cunhado/cunhada.
Análise das candidaturas
A etapa de seleção será composta pela análise da trajetória do agente cultural de acordo com a sua relevante contribuição ao desenvolvimento artístico ou cultural do Município de Candói.
Para fins de classificação do projeto, será considerada a nota atribuída pelo corpo de jurados do 28º Canta Candói.
Para fins de seleção, serão habilitados todos os projetos cuja pontuação obtida nos termos do anexo III deste edital for igual ou superior a 50% do total;
Somente serão analisados os projetos dos proponentes classificados até a 8ª colocação em cada categoria no festival Canta Candói que aconteceu no dia 22, 23 e 24 de maio de 2026.
Em caso de não habilitação do projeto de um dos classificados no festival Canta Candói – Edição 2026, dentre as colocações previstas no item anterior, o prêmio será remanejado para o próximo classificado na mesma categoria.
Recursos na etapa de Seleção
O resultado provisório da etapa de seleção e habilitação será divulgado no diário oficial do Município de Candói no endereço: https://ampr.org.br/ e no site oficial da Prefeitura www.candoi.pr.gov.br.
Contra a decisão da fase de seleção e habilitação, caberá recurso (modelo Anexo VII) destinado à **Secretaria de Cultura** que deverá ser apresentado presencialmente no **Centro Cultural Doridin Antunes**, sito a **Avenida Jose Antunes Fabricio, 1944**, no prazo de **3 dias** a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no diário oficial do Município no endereço: https://ampr.org.br/ e no site oficial da Prefeitura www.candoi.pr.gov.br.
REMANEJAMENTO DE VAGAS
Caso não haja interesse dos classificados em qualquer uma das categorias, os valores serão redistribuídos entre os participantes daquela categoria.
A comissão avaliadora, em conjunto com o conselho municipal de cultura, fará a deliberação do remanejamento, sendo esta soberana.
Caso não sejam preenchidas todas as vagas deste edital, os recursos remanescentes poderão ser utilizados em outro edital da PNAB, inclusive remanejado para outra meta no PAAR.
ASSINATURA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL
Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Premiação Cultural, conforme Anexo IV deste Edital e receberá o recurso na conta bancária indicada no formulário de inscrição.
DISPOSIÇÕES FINAIS

Acompanhamento das etapas do edital
O presente Edital e os seus anexos estão disponíveis no site oficial da Prefeitura www.candoi.pr.gov.br.
O acompanhamento de todas as etapas deste Edital e a observância quanto aos prazos serão de inteira responsabilidade dos agentes culturais. Para tanto, deverão ficar atentos às publicações no site oficial da Prefeitura www.candoi.pr.gov.br.
Informações adicionais
Demais informações podem ser obtidas pelo e-mail: cultura.candoi@gmail.com e pelo fone (whatsapp) 42 3638 8095.
Os casos omissos ficarão a cargo doConselho Municipal de Cultura.
Validade do resultado deste edital
O resultado do chamamento público regido por este Edital terá validade até 31/12/2026.
Cronograma Prévio das Etapas do Processo de Seleção

OR.	ITEM	DATA
01	INSCRIÇÕES	03/09/26 à 18/09/2026
02	PUBLICAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	22/09/2026
03	RECURSO DAS INSCRIÇÕES	22,23 e 24/09/2026
04	DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES	25/09/2026
05	SELEÇÃO E HABILITAÇÃO DOS PROJETOS	De 28/09/2026 à 02/10/2026
05	DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS SELECIONADOS E HABILITADOS	06/10/2026
06	RECURSO	06, 07 e 08/10/2026
07	HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL	09/10/2026
08	CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL	De 13 à 15/10/2026

Das contrapartidas
Todos os selecionados neste edital deverão inscrever-se no V Festival Regional da Cantuquiriguaçu – Canta Cantu fase Municipal – Edição 2026, em uma das categorias previstas no respectivo regulamento: Infantil, Infantojuvenil, Gospel/Popular, Sertanejo ou Nativista.
Os candidatos selecionados deverão, sempre que convidados, participar de eventos promovidos pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria de Cultura, realizando apresentações artísticas sem

qualquer ônus ou custo para o Município, observada a disponibilidade e a compatibilidade de agenda do artista.

Anexos do Edital

Este Edital é composto pelos seguintes anexos:
Anexo I - Categoria
Anexo II - Formulário de Inscrição/ Portifólio do Proponente
Anexo III - Critérios de seleção e bônus de pontuação
Anexo IV – Termo de Premiação Cultural
Anexo V - Declaração de Residência
Anexo VI - Declaração do uso de imagem e som
Anexo VII - Formulário de Recurso

Candói, 02 de setembro de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

ANEXO I
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 - PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
CATEGORIA - PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI
RECURSOS DO EDITAL

O presente edital possui valor total de **R$ 16.971,23** (dezesseis mil, novecentos e setenta e um reais e vinte e três centavos).
Serão premiados os artistas (cantores) nas categorias: Mirim, Infanto Juvenil, Gospel, Popular, Sertanejo e Gauchesca que obtiveram classificações entre o 1º Lugar e o 8º Lugar em cada Categoria.

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS E VALORES

O valor total de R$ 16.971,23, destinado por meio deste edital, foi distribuído proporcionalmente entre as categorias previstas no festival, considerando a quantidade de categorias e a representatividade de cada uma. Após a definição do valor correspondente a cada categoria, os recursos foram divididos em partes iguais entre os 8 primeiros colocados (1º ao 8º lugar) de cada categoria, garantindo tratamento isonômico entre os classificados e uma distribuição equilibrada dos recursos disponíveis. Dessa forma, o valor destinado a cada categoria foi rateado igualmente entre os respectivos premiados do 1º ao 8º lugar, respeitando o limite total de recursos estabelecido no edital, no montante de R$ 16.971,23.

CATEGORIA	VALOR
MRIM E INFANTO	**217,96**
GOSPEL, POPULAR, SERTANEJO E GAUCHESCA	**421,37**

ANEXO II
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 - PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO / PORTFÓLIO DO AGENTE CULTURAL

INFORMAÇÕES DO AGENTE CULTURAL
PARA PESSOA FÍSICA:

Nome Completo:
Nome artístico ou nome social (se houver):
CPF:
RG:
Data de nascimento:
E-mail:
Telefone:
Endereço completo:
CEP:
Cidade:
Estado:

PREENCHER SE FOR MENOR DE IDADE

Nome do Responsável:
CPF:
RG:
Telefone:

Gênero do agente cultural:
( ) Mulher cisgênero
( ) Homem cisgênero
( ) Mulher Transgênero
( ) Homem Transgênero
( ) Pessoa não binária
( ) Não informar

Raça/cor/etnia do agente cultural:
( ) Branca
( ) Preta
( ) Parda
( ) Indígena
( ) Amarela

DADOS BANCÁRIOS PARA RECEBIMENTO DO PRÊMIO (menor de idade preencher com informações do responsável):
Nome titular da Conta:
Agência:
Conta:
Banco:
Nº Banco:

PORTFÓLIO DO AGENTE CULTURAL - INFORMAÇÕES SOBRE TRAJETÓRIA CULTURAL

Quais são as suas principais ações e atividades culturais realizadas?
Aqui, conte, o mais detalhadamente possível, sobre as ações culturais que você realiza, informando em que área ou segmento cultural atua, em que local realiza suas atividades, entre outras informações.

Como começou a sua trajetória cultural?
Descreva como e quando começou a sua trajetória na cultura, informando onde seus projetos foram iniciados, indicando há quanto tempo você os desenvolve.

Categoria em que se classificou no 28º Canta Candói:
( ) Mirim
( ) Infanto-Juvenil
( ) Gospel
( ) Popular
( ) Sertanejo
( ) Gauchesca

Classificação no 28º Canta Candói:
( ) 1º lugar
( ) 2º lugar
( ) 3º lugar
( ) 4º lugar
( ) 5º lugar
( ) 6º lugar
( ) 7º lugar
( ) 8º lugar

FORMAÇÃO CULTURAL
Informe sua formação cultural, acadêmica ou experiência prática/autodidata na área artística.

INFORME SOBRE PRODUÇÕES CULTURAIS
Descreva, preferencialmente em ordem cronológica, suas apresentações, produções, participações em eventos, oficinas, cursos, formações, publicações, organização de eventos, exposições, projetos e outras atividades culturais, especialmente aquelas realizadas no Município de Candói e relacionadas à categoria em que se classificou.

DUAS PRINCIPAIS PARTICIPAÇÕES EM EVENTOS CULTURAIS
Aqui o agente cultural vai selecionar as duas principais participações em eventos (que já foram citados na produção cultural)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES E RELEVANTES - LINKS, FANPAGES, SITES, FOTOS, CARTAZES, REPORTAGENS, PRINTS, ETC.
Informe links e referências que possam comprovar sua trajetória e atuação cultural.

MATERIAIS COMPROBATÓRIOS DA ATUAÇÃO CULTURAL

Relacionar/anexar materiais que comprovem a atuação cultural no Município de Candói e estejam relacionados à categoria, tais como cartazes, folders, fotografias, DVDs, CDs, folhetos, matérias de jornal, sítios da internet, certificados, premiações e outros materiais.

DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA (Anexo)

RG e CPF do proponente
Comprovante de endereço ou declaração de residência
Declaração de uso de imagem e som

Declaração de Autorização

Declaro que as informações prestadas neste formulário, currículo e portfólio são verdadeiras e que os materiais apresentados comprovam minha atuação cultural. Declaro estar ciente das regras e condições estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 04/2026 – Premiação Extra Festival Canta Candói.

Por meio do preenchimento e envio deste documento, autorizo o uso das minhas informações pelo ente federativo responsável pelo edital e pelo Ministério da Cultura para fins de avaliação da execução da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018).

_____

Assinatura do Proponente
CPF

ANEXO III
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 - PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI
PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A avaliação das candidaturas será realizada mediante atribuição de notas aos critérios de seleção, conforme descrição a seguir:
• Grau pleno de atendimento do critério - **30 pontos;**
• Grau satisfatório de atendimento do critério – **15 pontos;**
• Grau insatisfatório de atendimento do critério – **5 pontos;**
• Não atendimento do critério – **0 pontos.**

CRITÉRIOS OBRIGATÓRIOS		
Identificação do Critério	**Descrição do Critério**	**Pontuação Máxima**
A	**Trajetória artística e cultural do proponente -** Tempo de atuação, continuidade e experiência do candidato na área cultural/artística. Qualidade, quantidade, pertinência e capacidade dos documentos apresentados para comprovar a atuação cultural.	30
B	**Relevância da atuação no Município de Candói -** Contribuição para o desenvolvimento artístico e cultural do Município, considerando apresentações, eventos, projetos e atividades realizadas. Reconhecimento, premiações, participações de destaque, formação e desenvolvimento artístico.	30
C	**Classificação no 28º Canta Candói –** classificação obtida pelo candidato na avaliação do júri do festival.	30
D	**Contrapartida –** Considerar o interesse público, a disponibilidade e a viabilidade da participação do agente cultural em apresentações e ações culturais promovidas pelo Município.	30
PONTUAÇÃO TOTAL:		120

A pontuação final de cada candidatura será120 pontos no geral. A média da nota do proponente será definida por um consenso entre os membros da comissão.

Os critérios gerais são **eliminatórios**, de modo que, o agente cultural que receber pontuação 0 em algum dos critérios será desclassificado do Edital.

Em caso de empate, serão utilizados para fins de classificação dos projetos a maior nota nos critérios de acordo com a ordem abaixo definida: A, B, C, D respectivamente.

Caso nenhum dos critérios acima elencados seja capaz de promover o desempate serão adotados critérios de desempate: proponente com maior idade.

Serão considerados aptos os agentes culturais que receberem nota final igual ou superior a 50 pontos.

A falsidade de informações acarretará desclassificação, podendo ensejar, ainda, a aplicação de sanções administrativas ou criminais.

ANEXO IV
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 - PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI

PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

RECIBO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

CATEGORIA:
CLASSIFICAÇÃO:
NOME DO CANDIDATO:
Nº CPF DO CANDIDATO:
NOME DO RESPONSÁVEL:
Nº CPF DO RESPONSÁVEL:
DADOS BANCÁRIOS:
Nome titular da Conta:
Agência:
Conta:
Banco:
Nº Banco:

Declaro que recebi a quantia de [VALOR NUMÉRICO E POR EXTENSO], na presente data, relativa ao **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 - PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI.**

Candói, _____ de _____ de 2026.

_____
(Assinatura)
Nome completo

ANEXO V
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026- PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI

PREMIAÇÃO PARA AGENTES CULTURAIS COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA - PNAB (LEI Nº 14.399/2022)

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA / ENDEREÇO

Eu, _____, de nacionalidade BRASILEIRO, inscrito (a) no CPF nº_____, RG nº_____, telefone: _____, responsável legal pelo menor: _____.

DECLARO, para fins de comprovação de residência / endereço, sob as penas da Lei n° 7.115/83, art. 2º, que resido no município de CANDÓI – Paraná, sendo atualmente residente e/ou domiciliado no endereço abaixo descrito:

_____

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

Candói – PR, ___ de _____ 2026.

_____
(Assinatura)
Nome completo

ANEXO VI
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 - PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI

DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM
(PESSOA FÍSICA)
Eu, _____, CPF Nº _____, RG Nº _____, Órgão Expedidor _____, DECLARO possuir poderes para autorizar que o Município de Candói (PR) divulgue, exiba em público e reproduza nas peças gráficas ou materiais informativos, as informações e imagens referentes ao **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 - PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI,** assim como as fotos dos profissionais envolvidos, para divulgação, para fins publicitários ou educacionais. Declaro, ainda, para todos os fins e efeitos de direito, que da utilização das informações e imagens para as finalidades citadas acima não decorrerá qualquer tipo de ônus para o Município de Candói (PR), relativos ao pagamento de direitos de uso de imagem e/ou direitos autorais.
Por ser verdade, dato e assino o presente documento, declarando estar ciente de que responderei criminalmente em caso de falsidade das informações aqui prestadas.

Candói (PR), ____ de _____ de 2026.

_____
(Assinatura)
Nome completo

ANEXO VI
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 - PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI

DECLARAÇÃO DE CESSÃO DE DIREITO DE USO DE IMAGEM
(PESSOA FÍSICA)
(MENOR DE IDADE)
Eu, _____, CPF nº _____, RG nº _____, na qualidade de responsável legal pelo(a) menor: _____
AUTORIZO o Município de Candói (PR) a utilizar, divulgar e reproduzir gratuitamente a **imagem, voz e nome** do(a) menor, registrados durante sua participação no **Edital de Chamamento Público nº 04/2026 – Premiação Extra Festival Canta Candói**, para fins institucionais, informativos, educacionais e de divulgação, inclusive em materiais impressos, sites e redes sociais oficiais.
Declaro estar ciente de que não haverá qualquer ônus ou pagamento pelo uso da imagem e do som, para as finalidades acima.
Por ser verdade, firmo a presente autorização.

Candói – PR, _____ de _____ de 2026.

_____
(Assinatura)
Nome completo do responsável

ANEXO VII
PARTE INTEGRANTE DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 - PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI
formulário de apresentação de recurso DA ETAPA DE SELEÇÃO / HABILITAÇÃO

NOME DO AGENTE CULTURAL:
CPF:

RECURSO:

À Comissão de Seleção,
Com base na **Etapa de Seleção / Habilitação** do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04/2026 - PREMIAÇÃO EXTRA FESTIVAL CANTA CANDÓI** venho solicitar alteração do resultado preliminar de seleção, conforme justificativa a seguir.
Justificativa:_____.

Candói, _____ de _____ 2026.

_____
Assinatura
NOME COMPLETO

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:98F9861F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 140/2025

CONTRATO Nº 140/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90083/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2.842/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA SA. - CNPJ nº 90.180.605/0001-02.
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e o reajuste do valor do Contrato Administrativo nº 140/2025, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de seguro veicular, referente ao veículo Chevrolet Spin, placa BEK8D29, chassi nº 9BGJP7520LB130219, ano fabricação/modelo 2019/2020, mantendo-se as demais condições e coberturas originalmente contratadas.
FUNDAMENTO: O presente Termo Aditivo fundamenta-se no art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a prorrogação sucessiva dos contratos de serviços e fornecimentos contínuos, observado o limite máximo de 10 (dez) anos, desde que mantida a vantajosidade para a Administração e haja previsão no edital e no contrato. A prorrogação está prevista na Cláusula Segunda do Contrato nº 140/2025.
VALOR: R$ 729,25 (setecentos e vinte e nove reais e vinte e cinco centavos).
DATA DE ASSINATURA: 02/09/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:D99CB3B6

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO Nº 2.482/2026 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 065/2026.

ID DA CONTRATAÇÃO 985499 - 025/2026. **ÓRGÃO LICITANTE:** Município de Candói, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 95.684.478/0001-94. **UASG:** 985499. **OBJETO:** Registro de preço para futura e eventual aquisição de Concreto Usinado Bombeável (C25) para atendimento ao Programa "Infra-Leite". **VALOR ESTIMADO**: **R$ 750.680,00** (setecentos e cinquenta mil seiscentos e oitenta reais). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço. **LOCAL:** Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br). **DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO:** 16/09/2026 – 08h30min. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.candoi.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** através de protocolo pelo sistema de Processos Digitais do município (https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp) ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br. Assinado digitalmente em 02/09/2026 por **Silvestre Gonçalves Ferreira Filho**, Agente de Contratação, Portaria nº 217/2023.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:4E568DC9

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO Nº 3.289/2026 DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026. ID DA CONTRATAÇÃO 985499 - 024/2026

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Candói, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 95.684.478/0001-94. **UASG:** 985499. **OBJETO:** Registro de preços de kits para distribuição aos alunos da rede municipal de ensino, conforme Lei Municipal nº 1.439/2018. **VALOR ESTIMADO**: **R$ 251.384,41** (duzentos e cinquenta e um mil trezentos e oitenta e quatro reais e quarenta e um centavos). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor Preço. **LOCAL:** Sistema Compras.gov.br (https://www.gov.br/compras/pt-br). **DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO:** 17/09/2026 – 08h30min. **OBTENÇÃO DO EDITAL:** A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.candoi.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). **ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:** através de protocolo pelo sistema de Processos Digitais do município (https://candoi.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp) ou pelo e-mail licitacao@candoi.pr.gov.br. Assinado digitalmente em 02/09/2026 por **Silvestre Gonçalves Ferreira Filho**, Agente de Contratação, Portaria nº 217/2023.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:04005642

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
DECRETO Nº 349/2026 DATA: 02-09-2026

SÚMULA: Exonera a pedido a servidora que menciona e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada a pedido, a servidora **Simone Ferreira Neto Olegario**, RG-CPF. nº 008.***.***-64, ocupante do cargo de Enfermeiro, Referência 73, da Tabela de Vencimento I, desta Municipalidade

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques – PR, 02 de setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:A52FE997

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 370/2026 DATA: 02-09-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 93 a 99 da Lei Municipal n.º 1.784/2012, de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art. 1º. Conceder as servidoras públicas abaixo relacionadas, Licença Prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses, nos períodos que mencionam.

MATRÍC.	SERVIDOR (A)	CARGO	INÍCIO	TÉRMINO
121041/1	Fátima Aurora Gouveia Marta Miyhahira	Nutricionista	01-09-2026	30-11-2026
123395/1	Jussara Pereira dos Santos de Carvalho	Merendeira	01-09-2026	30-11-2026
123461/1	Luciane Sebastião	Agente Com. De Saúde	01-09-2026	30-11-2026

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 02 de setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:BFBD47DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INEX. 143/2026 - EXTRATO CTO 419/2026

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 143/2026.

Processo Adm. Nº 251/2026.
Solicitação Nº 298/2026.

Declaro inexigível a licitação, com fundamento no art. 72, inc. VI, e art. 74, inc. I, todos da Lei nº 14.133/2021 e art. 213 do Decreto nº 385, de 11 de dezembro de 2023, no valor de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais), a favor da empresa ***EDITORA UMA LUZ NO FIM DO TUNEL LTDA*** sita à Travessa Irai, nº 162, Centro, município de Planalto, Estado do Paraná, CEP: 85.750-000, inscrita no CNPJ sob nº 04.357.719/0001-35, para a aquisição de 750 (setecentos e cinquenta) exemplares da obra "Manual da Família por um Mundo Melhor", de autoria do Professor Álvaro Skiba, ISBN nº 978-85-92814-02-1, para utilização pelos professores como material pedagógico complementar nas turmas do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, conforme solicitação nº 298/2026 da Secretaria Municipal de Educação.
Publique-se.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 419/2026.

Ref.:
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 143/2026.
Processo Adm. Nº 251/2026.
Solicitação Nº 298/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.

CONTRATADA: EDITORA UMA LUZ NO FIM DO TUNEL LTDA.

OBJETO: O presente Termo tem como objeto a aquisição de 750 (setecentos e cinquenta) exemplares da obra "Manual da Família por um Mundo Melhor", de autoria do Professor Álvaro Skiba, ISBN nº 978-85-92814-02-1, para utilização pelos professores como material pedagógico complementar nas turmas do Ensino Fundamental da rede municipal de ensino, conforme solicitação nº 298/2026 da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

DOTAÇÃO: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta dos recursos específicos consignados no orçamento da Prefeitura Municipal:
*** 214 – 06.006.12.361.1018.2136.3.3.90.30.00 – fontes 103 e livre.**

VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação será de 04 (quatro) meses a partir da data do contrato com base no Capítulo V da Lei n° 14.133/2021.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:95AE7AF3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL 4335/2026

SÚMULA: *Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Carlópolis, para o exercício de 2.026.*

NILTON DOUGLAS DE MEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, AMPARADO PELA LEI 1.768 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025, DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no Corrente Exercício Financeiro um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Município de Carlópolis/PR, no valor R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais) destinado às dotações orçamentárias constantes no anexo I do presente decreto.

Art. 2º -Como recursos para abertura do crédito previsto no artigo anterior serão utilizadas as formas constantes no artigo 43, parágrafo 1.º, Incisos I, II e III da Lei Federal 4.320 de 17 de março de 1964 conforme especificado nos anexos II, III e IV do presente decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Carlópolis/PR, 02 de setembro 2.026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rodrigo Lima
Código Identificador:1734A551

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 312/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 42/2026 PROCESSO INTERNO Nº 139/2026

Contratante	PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS – PR - CNPJ Nº 76.965.789/0001-87
Contratado	**NAZZA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA - CNPJ 20.555.377/0001-14**
Objeto	Aquisição de 6.000 (seis mil) ingressos/passaportes individuais para o Parque de Diversões da XV FRUTFEST, para livre distribuição e utilização pelos alunos da rede pública municipal de ensino em qualquer dia da festividade
Vigência do Contrato	01/09/2026 à 01/12/2026
Valor Contratual	**R$ 30.000,00 (trinta mil reais)**

Dotação Orçamentária
30.002.23.695.0356.2.405.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

Data de Assinatura: 01 de setembro de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretario Municipal De Turismo E Cultura
Contratante
NAZZA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:111069A3

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
TERMO DE RATIFICAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 042/2026 PROCESSO INTERNO Nº 139/2026

SOLICITANTE: Secretaria Municipal de Turismo e Cultura
OBJETO: Aquisição de 6.000 (seis mil) ingressos/passaportes individuais para o Parque de Diversões da XV FRUTFEST, para livre distribuição e utilização pelos alunos da rede pública municipal de ensino em qualquer dia da festividade.
VALOR CONTRATADO: R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74, Inciso I da Lei de Licitações nº 14.133/2021
FORNECEDOR CONTRATADO: NAZZA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA – CNPJ Nº 20.555.377/0001-14

Fica ratificado o presente processo de **INEXIGIBILIDADE**, conforme dados acima.

Carlópolis, 01 de setembro de 2026.

NILTON JOSÉ TELES
Secretario Municipal de Turismo e Cultura

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:6ED425DD

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº. 105/2026-DP.

Súmula: - "Registra férias regulamentares de servidores públicos municipais."

O Prefeito do Município de Carlópolis, Estado do Paraná, Senhor Nilton Douglas de Meira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º. REGISTRAR as férias regulamentares dos seguintes servidores públicos municipais:

Matrícula	Nome	Período de férias
14331	ALBERTO BENTO NETO	**01/09/2026 a 15/09/2026**
19649	ANDREA GOMES	**01/07/2026 a 30/07/2026**
13441	DIRCE ALVES CARVALHO DE CAMARGO	**01/09/2026 a 15/09/2026**
301581	DJALMA GERVASIO DA CUNHA	**24/08/2026 a 22/09/2026**
9981	ERIANY RODRIGUES COELHO	**01/09/2026 a 15/09/2026**
301601	IGOR CASTRO DE ARAUJO SOARES	**15/09/2026 a 04/10/2026**
201221	JOAO APARECIDO DE CAMARGO	**01/09/2026 a 30/09/2026**
301401	JOAO PEIXOTO ELIAS	**28/08/2026 a 26/09/2026**
2511	JOSE MARCELINO LOPES	**19/08/2026 a 17/09/2026**
301571	LUIZ ANTONIO RIBEIRO	**10/09/2026 a 09/10/2026**
10271	MARCELO ADRIANI ALVES	**01/09/2026 a 15/09/2026**
6801	MARIA DA SILVA PEREIRA	**08/09/2026 a 07/10/2026**
19672	OTHAVIO DENOBE LOURENÇO	**08/09/2026 a 22/09/2026**
13961	ROSENILDA LEME	**10/08/2026 a 08/09/2026**
19676	VALERIA CARMO DE MOURA CAMPOS	**14/09/2026 a 28/09/2026**

Art. 2º. Ficam registrados os respectivos períodos de gozo das férias dos servidores relacionados no art. 1º.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos de registro correspondentes aos períodos acima indicados.

Carlópolis, 02 de setembro de 2026.

NILTON DOUGLAS DE MEIRA
-Prefeito Municipal-

Publicado por:
Jeferson Tavares Palma
Código Identificador:07524989

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

Pregão Eletrônico nº 35/2026
Processo Administrativo nº 79/2026
Tipo: Menor Preço SRP.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, PROTETORES E CÂMARAS DE AR, DESTINADOS À MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL DE VEÍCULOS E MÁQUINAS.

Sessão Pública: A sessão pública será realizada no ambiente virtual "www.bll.org.br", no dia 21/09/2026 às 09h00min e será conduzida pela Pregoeira/Agente de Contratações com o auxílio da Equipe de Apoio, para tanto designados.

Instrumentos: O Termo de Referência e anexos estão disponíveis no portal supracitado, site: http://www.catanduvas.pr.gov.br/, link: **https://webapp1-catanduvas.cidade360.cloud/pronimtb/index.asp?acao=1&item=2&flagRedFiltroLicitacao=2** e junto ao Departamento De Licitações do Município, no horário de expediente.

Catanduvas - PR, 02 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:92007460

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO 241 - REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO DE BANCOS PÚBLICOS E PRIVADOS, COOPERATIVAS DE CRÉDITO

SÚMULA: Regulamenta os procedimentos de fiscalização de bancos públicos e privados, cooperativas de crédito, caixas econômicas e demais instituições financeiras estabelecidas ou atuantes no Município de Catanduvas/PR, especialmente para fins de apuração do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, e dá outras providências.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT, Prefeito Municipal de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 088/2000 – Código Tributário Municipal,
DECRETA:
Art. 1º A fiscalização dos bancos públicos e privados, cooperativas de crédito, caixas econômicas e demais instituições financeiras estabelecidas ou que operem no território do Município de Catanduvas/PR será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, por intermédio do Departamento de Tributação e Fiscalização, observadas as disposições deste Decreto, do Código Tributário Municipal e das demais normas aplicáveis.
Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se instituições financeiras aquelas autorizadas ou supervisionadas pelo Banco Central do Brasil – BACEN, inclusive cooperativas de crédito e entidades equiparadas.
Art. 2º As instituições mencionadas no art. 1º ficam obrigadas, mediante intimação escrita da autoridade fiscal municipal, a prestar as informações e apresentar os documentos necessários à apuração, fiscalização e constituição do crédito tributário municipal, especialmente quanto ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.
§ 1º A obrigação prevista no caput compreende a apresentação de documentos próprios e, quando juridicamente cabível, daqueles relativos a operações realizadas por terceiros nas hipóteses de responsabilidade tributária ou substituição tributária.
§ 2º A requisição poderá abranger documentos e informações em meio físico ou digital, inclusive relatórios, demonstrativos, arquivos e extratos provenientes de sistemas informatizados, observadas as limitações legais relativas ao sigilo das informações.
Art. 3º A fiscalização poderá abranger, entre outros, os seguintes documentos, registros e informações:
I – balancetes contábeis mensais;
II – plano de contas utilizado para registro das receitas decorrentes da prestação de serviços;
III – relação detalhada das receitas classificadas como atos cooperados e não cooperados, quando se tratar de cooperativa de crédito;
IV – relação das tarifas, taxas e serviços prestados;
V – demonstrativos relativos ao ISSQN apurado e recolhido;
VI – relatórios extraídos do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF ou de sistema contábil equivalente;
VII – informações declaradas à Receita Federal do Brasil ou ao Banco Central do Brasil que possuam relação com a apuração e a base de cálculo do ISSQN, desde que obtidas pelos meios legalmente admitidos.
Art. 4º A ação fiscal será formalizada mediante a utilização dos instrumentos e termos constantes dos Anexos deste Decreto, especialmente:
I – Termo de Início de Fiscalização;
II – Termo de Coleta de Informações Fiscais;
III – Termo de Levantamento Fiscal;
IV – Termo de Autuação;
V – Termo de Lançamento de Valores Levantados; e
VI – Termo de Encerramento de Fiscalização.
Parágrafo único. Os documentos referidos neste artigo integrarão o respectivo processo administrativo tributário.
Art. 5º A recusa injustificada em fornecer informações ou documentos regularmente solicitados pela autoridade fiscal, bem como a prática de atos que caracterizem embaraço à fiscalização, poderá ensejar, observados o contraditório, a ampla defesa e a legislação tributária municipal:
I – lavratura de Auto de Infração;
II – aplicação das penalidades previstas no Código Tributário Municipal;
III – constituição do crédito tributário mediante arbitramento, quando presentes os requisitos legais; e
IV – comunicação aos órgãos competentes, quando necessária.
Art. 6º No caso específico das cooperativas de crédito, a fiscalização deverá observar a legislação federal aplicável às sociedades cooperativas, especialmente quanto à identificação e segregação contábil das receitas decorrentes de atos cooperados e não cooperados, para fins de verificação da incidência e apuração do ISSQN.
Art. 7º Os procedimentos de fiscalização observarão os ritos do Processo Administrativo Tributário previstos no Código Tributário Municipal e demais normas aplicáveis, assegurados ao sujeito passivo o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa.
Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Catanduvas/PR, 02 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

ANEXO I
TERMOS DE FISCALIZAÇÃO
1. TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO
Documento destinado a formalizar o início da ação fiscal, devendo conter, no mínimo:
a) identificação da instituição financeira;
b) período a ser fiscalizado;
c) tributos abrangidos;
d) relação preliminar dos documentos solicitados;
e) prazo para apresentação.
2. TERMO DE COLETA DE INFORMAÇÕES FISCAIS

Documento destinado a relacionar os dados, documentos e informações apresentados ou coletados durante a fiscalização, tais como:
a) balancetes contábeis;
b) relação das receitas decorrentes da prestação de serviços;
c) classificação contábil das contas;
d) demonstrativos do ISSQN;
e) segregação entre atos cooperados e não cooperados, quando aplicável.

3. TERMO DE LEVANTAMENTO FISCAL

Documento destinado à demonstração comparativa das informações apuradas, contendo, especialmente:
a) ISSQN declarado e recolhido;
b) ISSQN apurado pela fiscalização;
c) diferenças encontradas;
d) multas e juros eventualmente aplicáveis.

4. TERMO DE AUTUAÇÃO

Documento destinado à formalização da autuação quando identificada irregularidade fiscal, observadas as exigências do Código Tributário Municipal.

5. TERMO DE LANÇAMENTO DE VALORES LEVANTADOS

Documento relativo à constituição do crédito tributário, contendo, quando cabíveis:
a) valor principal;
b) multa;
c) juros;
d) fundamentação legal.

6. TERMO DE ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO

Documento conclusivo da ação fiscal, contendo:
a) resultado final da fiscalização;
b) valores apurados;
c) providências adotadas;
d) situação fiscal apurada da instituição.

ANEXO II

DISPOSIÇÕES SOBRE CRUZAMENTO DE DADOS COM O BANCO CENTRAL DO BRASIL E A RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Art. 1º – Do Cruzamento de Informações com Órgãos Federais

A Secretaria Municipal de Finanças poderá realizar, observadas as autorizações, convênios, instrumentos de cooperação, requisitos de acesso e demais limitações estabelecidas pela legislação, cruzamento de informações fiscais das instituições financeiras estabelecidas ou atuantes no Município de Catanduvas/PR com dados legalmente disponibilizados por:
I – Banco Central do Brasil – BACEN;
II – Receita Federal do Brasil – RFB;
III – Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, quando legalmente cabível;
IV – Sistema Público de Escrituração Digital – SPED; e
V – outros sistemas ou declarações fiscais que contenham informações relevantes à fiscalização e apuração do ISSQN.

Art. 2º – Das Informações Passíveis de Análise

Poderão ser objeto de análise comparativa, quando legalmente acessíveis:
I – informações constantes do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF;
II – balancetes mensais encaminhados ao BACEN;
III – informações constantes da EFD-Reinf;
IV – DCTFWeb;
V – Escrituração Contábil Digital – ECD;
VI – Escrituração Contábil Fiscal – ECF;
VII – informações relativas às retenções tributárias na fonte; e
VIII – relatórios referentes às receitas decorrentes da prestação de serviços.

Art. 3º – Da Finalidade

O cruzamento de informações terá por finalidade:
I – verificar a correta determinação da base de cálculo do ISSQN;
II – identificar eventual omissão de receitas;
III – confrontar os valores declarados ao Município com informações validamente obtidas de órgãos federais;
IV – verificar, nas cooperativas de crédito, a segregação entre atos cooperados e não cooperados; e
V – identificar inconsistências contábeis que possam repercutir na arrecadação tributária municipal.

Art. 4º – Do Procedimento Técnico

§ 1º O cruzamento de informações será formalizado mediante despacho fundamentado da autoridade fiscal competente.
§ 2º As informações regularmente obtidas integrarão o processo administrativo tributário.
§ 3º Constatadas divergências, poderão ser adotadas, conforme o caso:
I – intimação para apresentação de esclarecimentos;
II – lavratura de Termo de Levantamento Fiscal;
III – lavratura de Auto de Infração, quando caracterizada infração à legislação tributária.

Art. 5º – Do Sigilo Fiscal

As informações obtidas por meio de convênios, sistemas eletrônicos ou requisições formalmente admitidas estarão protegidas pelo sigilo fiscal e demais regimes legais de proteção aplicáveis, vedada sua divulgação ou utilização para finalidade diversa daquela que fundamentou o acesso.
Parágrafo único. O acesso às informações ficará restrito aos servidores formalmente designados para a ação fiscal, que responderão administrativa, civil e penalmente por eventual utilização indevida.

Art. 6º – Do Arbitramento

Quando as informações apresentadas pelo sujeito passivo forem divergentes dos elementos validamente obtidos pela fiscalização e não houver justificativa documental suficiente, poderá a autoridade fiscal proceder ao arbitramento da base de cálculo do ISSQN, desde que presentes as hipóteses e observados os procedimentos estabelecidos na legislação tributária municipal.

Art. 7º – Da Cooperação Institucional

A Secretaria Municipal de Finanças poderá, observada a legislação:
I – celebrar convênios e instrumentos de cooperação técnica com órgãos públicos competentes;
II – utilizar sistemas oficiais de compartilhamento de dados fiscais aos quais o Município possua acesso legítimo;
III – requisitar informações por meios eletrônicos ou físicos, dentro dos limites de sua competência legal.

Art. 8º – Da Responsabilidade da Instituição Financeira

A instituição financeira fiscalizada será responsável:
I – pela veracidade das informações prestadas;
II – pela consistência dos dados apresentados à Administração Tributária Municipal;
III – pela adequada escrituração e segregação contábil das receitas tributáveis, nos termos da legislação.

ANEXO III

TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO

DECRETO Nº 241/2026 – PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS/PR

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, a Secretaria Municipal de Finanças, por intermédio do Departamento de Tributação e Fiscalização, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 088/2000 e pelo Decreto nº 241/2026, lavra o presente:

TERMO DE INÍCIO DE FISCALIZAÇÃO

1. Instituição Fiscalizada

Razão Social: _____
CNPJ: ____
Endereço: _
Natureza:
( ) Banco Público
( ) Banco Privado
( ) Cooperativa de Crédito
( ) Outra instituição financeira

2. Período a ser fiscalizado

De //_____ a //_____.

3. Tributo abrangido

Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

4. Documentos preliminarmente solicitados

( ) Balancetes contábeis mensais;
( ) Plano de contas e classificação COSIF;
( ) Relatórios das receitas de serviços;
( ) Demonstrativos do ISSQN apurado e recolhido;
( ) Segregação dos atos cooperados e não cooperados, quando aplicável;

( ) Outros: _____.
5. Prazo para apresentação
_____ dias, contados do recebimento deste Termo.
Fica a instituição cientificada do início da ação fiscal.
Catanduvas/PR, ____ de _____ de _____.

Autoridade Fiscal: _____.

ANEXO IV
TERMO DE COLETA DE INFORMAÇÕES FISCAIS
Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, procede-se à coleta dos documentos e informações apresentados pela instituição fiscalizada:
Documentos recebidos:
( ) Balancetes contábeis mensais;
( ) Relação detalhada das receitas de serviços;
( ) Classificação contábil das contas;
( ) Demonstrativos do ISSQN;
( ) Relatórios COSIF;
( ) Segregação entre atos cooperados e não cooperados;
( ) Outros: _____.
Observações da Autoridade Fiscal:

Autoridade Fiscal

Representante da Instituição Fiscalizada

ANEXO V
TERMO DE LEVANTAMENTO FISCAL
Após a análise técnica dos documentos e informações apresentados, apurou-se:

Competência	ISSQN declarado	ISSQN apurado	Diferença
_____	R$ _____	R$ _____	R$ _____
_____	R$ _____	R$ _____	R$ _____
_____	R$ _____	R$ _____	R$ _____

Multas e juros, quando aplicáveis:
Multa: R$ _____
Juros: R$ _____
Valor total apurado: R$ _____
Conclusão/observações:

Autoridade Fiscal

ANEXO VI
TERMO DE AUTUAÇÃO
Constatada irregularidade na apuração e/ou recolhimento do ISSQN, lavra-se o presente Termo de Autuação.
Instituição: _____
CNPJ: _
Período: _____
Descrição da infração:

Fundamentação legal: Lei Municipal nº 088/2000 – Código Tributário Municipal, Decreto nº 241/2026 e demais normas aplicáveis.
Valor do crédito tributário: R$ _____
Fica a instituição fiscalizada notificada para, querendo, apresentar defesa no prazo e na forma previstos na legislação tributária municipal.
Catanduvas/PR, ____ de _____ de _____.

Autoridade Fiscal

ANEXO VII
TERMO DE LANÇAMENTO DE VALORES LEVANTADOS
Nos termos da legislação tributária municipal, fica constituído, observados os requisitos legais do lançamento, o crédito tributário abaixo descrito:
Valor principal: R$ _____
Multa: R$ _____
Juros: R$ _____
Total consolidado: R$ _____
Fundamentação legal: Lei Municipal nº 088/2000 – Código Tributário Municipal e demais normas aplicáveis.
O sujeito passivo fica cientificado para pagamento ou apresentação de defesa/impugnação no prazo legal, observadas as normas do Processo Administrativo Tributário.
Catanduvas/PR, ____ de _____ de _____.

Autoridade Fiscal : _____.

ANEXO VIII
TERMO DE ENCERRAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
Aos ____ dias do mês de _____ do ano de _____, encerra-se a ação fiscal iniciada por intermédio do Termo de Início de Fiscalização.
Resultado Final
( ) Regular – sem diferenças apuradas;
( ) Diferença apurada e recolhida;
( ) Crédito tributário constituído e encaminhado para cobrança;
( ) Outro: _____.
Valor final apurado: R$ _____
Situação fiscal da instituição:

Nada mais havendo, lavra-se o presente Termo de Encerramento de Fiscalização para os devidos fins.
Catanduvas/PR, ____ de _____ de _____.
Autoridade Fiscal: _____.

Publicado por:
Heitor Nicanor Pontes Cardoso da Silva
Código Identificador:F329EE3C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 249/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE

VIGENTE NO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Federal Nº 4.320/64, e a Lei Municipal nº. **408 de 18 de dezembro de 2025 – LOA**.
DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento-Programa do Município de Catanduvas, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com o inciso I do art. 41 da Lei 4.320/64, mediante as seguintes providências:
I – Suplementação de rubrica de despesa nas seguintes dotações orçamentárias:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.05.04.123.1051.2.006	3.3.90.40.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	0	R$ 37.487,16
02.13.08.245.1200.2.088	3.3.90.39.00.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	0	R$ 14.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar, aberto no artigo anterior, fica indicado como fonte de recursos o disposto no Artigo 43º, parágrafo 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64, produto da anulação da(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Fonte de Recursos	Valor
02.08.15.452.1500.2.019	3.3.90.30.00.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	0	R$ 37.487,16
02.13.08.245.1200.2.087	3.3.90.40.00.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PJ	0	R$ 14.000,00

Parágrafo único: Ficam alterados os anexos do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º, da Lei nº 391/2025, e Art. 26, parágrafo único, da Lei nº 392/2025, respectivamente, a fim de compatibilizá-los às alterações promovidas

pelos artigos 1º e 2º desse Decreto, bem como o seu Cronograma Execução de Mensal de Desembolso.
Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Catanduvas - PR, 02 de Setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Silvio Farias (Depto Contabilidade)
Código Identificador:C7730815

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2026 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 008/2026

Concurso Público nº 001/2026

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação vigente, CONVOCA o(s) candidato (s) classificado (s), no Concurso Público– Edital nº 001/2026, abaixo relacionado(s), para que compareça(m) ao Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente a publicação deste edital, munido (s) da documentação para iniciar o processo de contratação, conforme previsto no Edital nº 001/2026, observando o contido na Instrução Normativa correspondente a "Admissões de Pessoal" do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO	CLASS.
JULIANA DA SILVA	Cozinheira	6ª
JHESSICA ESTABELINI	Cozinheira	7ª
VALDERI DOS SANTOS	Professor	1º
JOCIMARA AVILA	Professor	2º
JUCIANE DOALTE	Professor	1º PCD CG 147º

Conforme previsto no Edital nº 001/2026 do Concurso Público, o candidato aprovado e convocado para posse deverá apresentar os documentos originais, acompanhados de cópias a serem autenticadas no seu recebimento, além de cumprir todos os demais requisitos estabelecidos no referido Edital.
Gabinete do Prefeito, Município de Catanduvas/PR, em 02 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:2A0DED0D

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
PORTARIA Nº 065/2026 - DESIGNA SECRETÁRIO DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR

PORTARIA Nº 065/2026

O Prefeito Municipal e Presidente da Junta de Serviço Militar do município de Catanduvas/PR, usando das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com amparo no § 5º do art. 29 do Decreto nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 (Regulamento da Lei do Serviço Militar),

RESOLVE

Art. 1º - **DESIGNAR** o servidor público municipal William Felipe de Oliveira Pinheiro, matrícula nº 100170-1 para a função de Secretário da Junta de Serviço Militar do município de Catanduvas, Estado do Paraná, a partir de 28 de agosto de 2026.

Art. 2º - Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 28/08/2026, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/PR, 01 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:11869625

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE AJUSTE DE PREÇO REGISTRADO/FIXADO - REPUBLICADO

INEXIGIBILIDADE N° 14/2024
CHAMADA PÚBLICA Nº 3/2024

Conforme itens 1, 2, 3, 4 e 5 do edital supracitado, ficam reajustados os preços dos combustíveis, passando a vigorar os seguintes valores:

ITEM	UNID	PRODUTO	VALOR UNITÁRIO VÁLIDO DA SEMANA DE 02/09/2026 À 08/09/2026
1	Litro	ARLA	R$ 3,29
2	Litros	Diesel comum – S500	R$ 5,69
3	Litros	Diesel S10	R$ 6,42
4	Litros	Etanol	R$ 3,69
5	Litros	Gasolina comum	R$ 5,99

Catanduvas – PR, 01 de setembro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:211617F3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 233/2026

DECRETO Nº 233/2026

SÚMULA: Admissão do(a) servidor(a): LEANDRO SANTOS CASTOLDI.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - A admissão, a partir de 02 de Setembro de 2026, em face à aprovação e conseqüente habilitação em Concurso Público Municipal, aberto pelo edital nº 001/2025, de 05 de Dezembro de 2025.
LEANDRO SANTOS CASTOLDI, para ocupar o cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**.

Artigo 2º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 01 de Setembro de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:B9D395CB

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 234/2026

DECRETO Nº 234/2026

SÚMULA: Admissão do(a) servidor(a): NATALIA ELISABETH ROQUE ROJAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - A admissão, a partir de 02 de Setembro de 2026, em face à aprovação e conseqüente habilitação em Concurso Público Municipal, aberto pelo edital nº 001/2025, de 05 de Dezembro de 2025.
NATALIA ELISABETH ROQUE ROJAS, para ocupar o cargo de **EDUCADOR(A) INFANTIL**.

Artigo 2º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 01 de Setembro de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:0540125D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº235/2026

DECRETO Nº235/2026

SÚMULA: Desafetação de veículos da Secretaria Municipal de Assistência Social, para a Secretaria Municipal de Administração.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, PREFEITO EM EXERCÍCIO, DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

RESOLVE,

Artigo 1º - Desafetar, atendendo ao contido no ofício n° 007/2026, da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, o veículo constante do rol abaixo:

- Veículo de Placas **BCT2J49** – Secretaria Municipal de Assistência Social;

Artigo 2º - Referido veículo passará a integrar a frota da Secretaria Municipal de Administração.

Artigo 3º - Revogadas no ato, as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 02 de setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:F1572766

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº236/2026

DECRETO Nº236/2026

SÚMULA: Dispõe sobre revogação de decreto e nomeação de servidor.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL, DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

RESOLVE,

Artigo 1º - Revogar o decreto n° 094/2026, de 08 de maio de 2026.
Artigo 2°- Nomear, **ANDRÉS JOSÉ FERREIRA**, brasileiro, casado, para temporariamente ocupar o cargo de Provimento em Comissão de **DIRETOR DO DEPARTAMENTO EXECUTIVO DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS,** atribuindo-lhe o vencimento previsto na Lei Municipal n° 3090/2021 e suas alterações.
Artigo 3º - Este decreto produzirá efeitos retroativos a 1° de setembro de 2026.
Artigo 4º- Revogadas as demais disposições em contrário.
Centenário do Sul, 02 de setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal.

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:E49CC693

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 237/2026

DECRETO Nº 237/2026

SÚMULA: Exoneração do(a) senhor(a): CLAUDIO ALEXANDRE TERRA PRADO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado(a), o(a) senhor(a) **CLAUDIO ALEXANDRE TERRA PRADO**, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de **SECRETÁRIO(A) DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**.

Artigo 2º - Este decreto produzirá efeitos retroativos ao dia 01 de Setembro de 2026.

Artigo 3º - Revogadas neste ato as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul/PR, 02 de Setembro de 2026

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:24155568

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 238/2026

DECRETO Nº 238/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de servidor.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL, DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

RESOLVE,
Artigo 1º - Nomear, **RUBISNEI APARECIDO DA SILVA**, brasileiro, SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de **CHEFE DE GABINETE,** atribuindo-lhe o vencimento previsto na Lei Municipal n° 3090/2021 e suas alterações.
Artigo 2º - Este decreto produzirá efeitos retroativos a 1° de setembro de 2026.
Artigo 3º- Revogadas as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul, 02 de setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:58065830

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº239/2026

DECRETO Nº239/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a revogação de decreto e nomeação de servidor.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL, DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI,

RESOLVE,
Artigo 1º - Revogar o decreto n° 037/2025, de 11de fevereiro de 2025.
Artigo 2°- Nomear, **CELSO DELANI**, brasileiro, casado, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de **SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE** atribuindo-lhe o vencimento previsto na Lei Municipal n° 3090/2021 e suas alterações.
Artigo 3º - Este decreto produzirá efeitos retroativos a 1° de setembro de 2026.
Artigo 4º- Revogadas as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul, 02 de setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal.

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:52FED9F7

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 240/2026

DECRETO Nº 240/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de servidor.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL, DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, RESOLVE,

Artigo 1º - Nomear, **SIMARA GOIS ALVES**, brasileira, SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, para ocupar o cargo de Provimento em Comissão de **DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO AGROPECUÁRIO E AGRICULTURA FAMILIAR,** atribuindo-lhe o vencimento previsto na Lei Municipal n° 3090/2021 e suas alterações.
Artigo 2º - Este decreto produzirá efeitos retroativos a 1° de setembro de 2026.
Artigo 3º- Revogadas as demais disposições em contrário.

Centenário do Sul, 02 de setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:99C7A35D

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO

REF: **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 55/2026**

Comunicamos aos interessados que, de acordo com os termos do **Pregão Eletrônico nº 55/2026**, após a análise e verificação da documentação e a proposta apresentada, bem como não houve manifestação de interesse de recurso, decidiu-se pela classificação final no relatório em anexo a este edital de classificação.

Centenário do Sul/PR, 01 de Setembro de 2026.

DANILO KAINÃ GARCIA DA SILVEIRA
Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Kaina Garcia da Silveira
Código Identificador:2779C075

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EDITAL DE NOMEAÇÃO Nº 067/2026

EDITAL DE NOMEAÇÃO Nº 067/2026

O **MUNICÍPIO DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,** pelo presente, torna pública as convocações para as **NOMEAÇÕES**, após exames médicos admissionais, os(as) candidatos(as) abaixo mencionados(as), aprovados(as) no Concurso Público de Edital nº 001/2025, já convocados(as) para as apresentações das documentações conforme Edital nº 057/2026 e 059/2026.

CANDIDATOS(AS)	CLASSIFICAÇÕES	CARGOS
LEANDRO SANTOS CASTOLDI	2º	AGENTE ADMINISTRATIVO
NATALIA ELISABETH ROQUE ROJAS	42º	EDUCADOR(A) INFANTIL

Os(As) candidatos(as) deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Centenário do Sul, sito à Praça Padre Aurélio Basso, nº 378, no dia **02 de Setembro de 2026, às 09h00min** para suas nomeações e posses.

Centenário do Sul/PR, 01 de Setembro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:885821D6

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 08/2026

RESOLUÇÃO Nº 08/2026

Súmula: O Conselho Municipal dos Direitos do Idoso de Centenário do Sul, Paraná, no uso de suas

atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 2.464/2010.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - APROVARpor unanimidade, em sessão plenária deste Conselho, realizada em 01 de Setembro de 2026, o **PLANO DE TRABALHO DA ASSOCIAÇÃO NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**,destinado ao pagamento de vencimentos e salários. O recurso a ser utilizado é oriundo de **doação de Imposto de Renda**, no valor de **R$ 20.155,27 (vinte mil cento e cinquenta e cinco reais e vinte e sete centavos)**.

ARTIGO 2º - Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 02 de Setembro de 2026.

THAYNÁ CORREIA DOS SANTOS
Presidente do CMDI

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:BC320FBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 96/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 001/2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE

Art. 1º Fica concedida ao servidor deste Poder Legislativo Municipal, Edvan da Silva Coimbra, a quantia correspondente a meia (½) diária, destinada ao custeio de despesas relacionadas à agenda programada para o dia 04 de setembro de 2026, ocasião em que participará da CAPACITAÇÃO: PROLEGIS – PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO PODER LEGISLATIVO, NO AUDITÓRIO DA OAB COLOMBO, EM COLOMBO/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 02 de setembro de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:615932F3

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 97/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 001/2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE

Art. 1º Fica concedida ao servidor deste Poder Legislativo Municipal, Fernando Campos Martins, a quantia correspondente a meia (½) diária, destinada ao custeio de despesas relacionadas à agenda programada para o dia 04 de setembro de 2026, ocasião em que participará da CAPACITAÇÃO: PROLEGIS – PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO PODER LEGISLATIVO, NO AUDITÓRIO DA OAB COLOMBO, EM COLOMBO/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 02 de setembro de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:EBFF5C9B

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 98/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA AO SERVIDOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 001/2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE

Art. 1º Fica concedida ao servidor deste Poder Legislativo Municipal, Ibiracildo de Oliveira Florencio, a quantia correspondente a meia (½) diária, destinada ao custeio de despesas relacionadas à agenda programada para o dia 04 de setembro de 2026, ocasião em que participará da CAPACITAÇÃO: PROLEGIS – PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO PODER LEGISLATIVO, NO AUDITÓRIO DA OAB COLOMBO, EM COLOMBO/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 02 de setembro de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:961C69E5

CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL
PORTARIA Nº 99/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA AO VEREADOR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, NOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº 001/2025.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CERRO AZUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE

Art. 1º Fica concedida ao Vereador deste Poder Legislativo Municipal, Josemar José Buard, a quantia correspondente a meia (½) diária, destinada ao custeio de despesas relacionadas à agenda programada para o dia 04 de setembro de 2026, ocasião em que participará da CAPACITAÇÃO: PROLEGIS – PROGRAMA DE AVALIAÇÃO DAS CONTAS DO PODER LEGISLATIVO, NO AUDITÓRIO DA OAB COLOMBO, EM COLOMBO/PR.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Cientifique-se, Registre-se, e Cumpra-se.

Edifício Prefeito Valdemir Santos Porfírio, Câmara Municipal de Cerro Azul, Sala da Presidência, em 02 de setembro de 2026.

ROGÉRIO DA SILVA GODOI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Mottim
Código Identificador:BF1DBFDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
EDITAL Nº 013.005 /2026 – CONVOCAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS – PSS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 005/2026

EDITAL Nº 013.005 /2026 – CONVOCAÇÃO PARA DISTRIBUIÇÃO DE TURMAS – PSS

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 005/2026

A Secretária Municipal de Educação de Cerro Azul, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto no Edital nº 005/2026, TORNA PÚBLICA a convocação dos candidatos classificados que apresentaram a documentação exigida e encontram-se aptos a assumir turmas, para participação no processo de distribuição de turmas, observada rigorosamente a ordem de classificação e a respectiva região de escolha.
Os candidatos relacionados abaixo ficam **CONVOCADOS** a comparecer no **Polo UAB de Cerro Azul/PR, no dia 04 de setembro de 2026, às 13h00**, para realização da distribuição das turmas disponíveis.

A distribuição observará a ordem de classificação dos candidatos, bem como a disponibilidade de turmas e as demais disposições estabelecidas no Edital nº 005/2026.

SEDE – GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)
1º	Rosemari Raab Rocha
2º	Rosemeri Von Der Osten
9º	Jaqueline Tavares de Araújo
12º	Franciele Socher
13º	Vanessa Mangger
19º	Tatiana Aparecida Santana
21º	Marcia Regina Correa de Moraes Silva

REGIÃO 1 – GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)
2º	Eudete Vaz do Nascimento Camargo

REGIÃO 2 – GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)
1º	Fabiana de Pontes

REGIÃO 3 – GERAL

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATA(O)
1º	Silvia Leticia Siqueira

Os candidatos deverão comparecer no local, data e horário estabelecidos, munidos de documento oficial de identificação.
O não comparecimento do candidato no horário determinado poderá acarretar a perda da oportunidade de escolha da turma, observadas as disposições previstas no Edital nº 005/2026 e demais atos regulamentares do Processo Seletivo Simplificado.
A distribuição das turmas será realizada pela ordem de classificação, respeitando-se a modalidade de concorrência, a região de inscrição e a disponibilidade de turmas.

Cerro Azul, 02 de setembro de 2026

ADRIANA CHAVES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Decreto nº 0266/2026

Publicado por:
Angela Maria Hilman
Código Identificador:C96DED69

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
PROCESSO Nº 28/2026 — DISPENSA ELETRÔNICA Nº 06/2026
DISPENSA ELETRÔNICA EXCLUSIVA PARA ME/EPP/MEI
Torna-se público que a Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, por meio da Agente de Contratação, realizará Dispensa Eletrônica, com critério de julgamento por menor preço por item, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
OBJETO:
Aquisição de equipamentos de iluminação (kits de canhões e refletores LED), mobiliário (armário multiuso com chave), utilitários de escritório e higiene (lixeiras aramadas e de inox) e equipamento de tecnologia/ponto eletrônico (controladora de acesso facial), destinados a suprir as necessidades estruturais, administrativas e de gestão de pessoal da Câmara Municipal de Clevelândia, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
Critério de Julgamento: menor preço por item
Período para entrega de proposta: Até 11/09/2026 às 07h59min (horário de Brasília)
Data prevista para abertura da sessão pública e envio de lances: Dia 11/09/2026 das 08h00 às 14h00 (horário de Brasília)
Local/Link: Portal de Compras do Governo Federal — www.gov.br/compras
VALOR TOTAL MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO:
R$ 5.234,66 (Cinco mil, duzentos e trinta e quatro reais e sessenta e seis centavos)
Maiores Informações poderão ser obtidas no Setor de Licitações, no horário de expediente, de segunda a sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas. Fone: (46) 3252-2233, no endereço eletrônico www.clevelandia.pr.leg.br, acessando o menu Avisos e Editais de Licitação, ou pelo e-mail: licitacao@clevelandia.pr.leg.br.

Clevelândia, 02 de setembro de 2026.

JULIANA POGOGELSKI REALI
Agente de Contratação

Publicado por:
Juliana Pogogelski Reali
Código Identificador:035D660E

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 055/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026 – PROCESSO Nº. 43/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E ARMAK COMPANY LTDA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 055/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 024/2026 – PROCESSO Nº. 43/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA e ARMAK COMPANY LTDA.
1. DO OBJETO:
1.1 Registro de preços para futura e eventual aquisição de peças de reposição, serviços de manutenção e conservação de maquinas e equipamentos e também aquisição de equipamentos novos.
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
2.1 O pagamento ocorrerá no dia 14 (quatorze) do mês subsequente a realização da compra e empenho.
2.2 Para fins de faturamento será(ão) incluída(s) nota(s) fiscal(is) que foi(ram) emitida(s) até o último dia útil do mês anterior ao agendamento de pagamento, a(s) qual(is) com a aprovação do fiscal e gestor da Ata de Registro de preços e encaminhada(s) ao Departamento de Compras do Licitador, para conferência e empenho.

3. VALOR TOTAL DA ATA:
3.1 VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$. 1.700,00 (mil e setecentos reais)
4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:
4.1 O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses.
5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:
5.1 O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados após a publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços em Diário Oficial do Município de Clevelândia.
FORO: Clevelândia - PR.

Clevelândia, 02 de setembro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:37567FA0

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 059/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 028/2026 – PROCESSO Nº. 51/2026 PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E JIC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 059/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 028/2026 – PROCESSO Nº. 51/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA e JIC COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.
1. DO OBJETO:
1.1 "Registro de Preços para futura e eventuais aquisições de materiais de expediente para atender as necessidades das Secretarias e Departamentos da Administração, nas especificações abaixo mencionadas, pelo período de 12(doze) meses"
2. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
2.1 Conforme decreto municipal 28/2024 artigo 6º e atendendo a Lei 14133/2021 o prazo será:
I- Em até 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;
2.2 Para fins de faturamento será(ão) incluída(s) nota(s) fiscal(is) que foi(ram) emitida(s) até o último dia útil do mês anterior ao agendamento de pagamento, a(s) qual(is) com a aprovação do fiscal e gestor da Ata de Registro de preços e encaminhada(s) ao Departamento de Compras do Licitador, para conferência e empenho.
3. VALOR TOTAL DA ATA:
3.1 VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 5.348,60 (cinco mil trezentos e quarenta e oito reais e sessenta centavos.
4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:
4.1 O prazo de duração da presente Ata de Registro de Preços, será de 12 (doze) meses.
5. DO PRAZO DE VIGÊNCIA:
5.1 O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses contados após a publicação do Extrato da Ata de Registro de Preços em Diário Oficial do Município de Clevelândia.
FORO: Clevelândia - PR.

Clevelândia, 02 de setembro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:2B6D53D9

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°. 048/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025 – PROCESSO Nº. 41/2026 PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E LAHUD TREINAMENTOS LTDA

EXTRATO DO CONTRATO N°. 048/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 025 – PROCESSO Nº. 41/2026
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA e LAHUD TREINAMENTOS LTDA
OBJETO: Contratação de serviços especializados, por meio de pessoa física ou jurídica, para a execução continuada de oficinas socioeducativas no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) deste Município, a serem desenvolvidas no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), destinadas ao atendimento de crianças, adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade social.
VALOR TOTAL: R$ R$54.910,96 (Cinquenta e quatro mil novecentos e dez reais e noventa e seis centavos).
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento ocorrerá no dia 14 (quatorze) do mês subsequente a efetiva aquisição dos itens/serviços.
DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO: O prazo da contratação será de 12 (doze) meses a contar a partir de 26/08/2026 e findando em 26/08/2027.
PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência será de 14 (quatorze) meses, contados a partir de 26/08/2026 e findando em 26/08/2027.
FORO: Clevelândia - PR
DATA DE ASSINATURA: 20/08/2026

Clevelândia, 02 de setembro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:21EF6361

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 04/2025

Serviços de Vigilância e Segurança Armada

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO, órgão independente do Município de Colombo, com sede e foro nesta cidade de Colombo/PR, na Rua Francisco Busato, 8005, Centro, CEP: 83.414-290, inscrita no CNPJ/MF sob nº 79.093.241/0001-82, neste ato representada pelo seu Presidente, JOEL BUENO DA ROCHA, portador da Cédula de Identidade R.G nº. *0.730.***/SESP/PR, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF/MF) sob o nº. ***.695.87*-**.

CONTRATADO: LONDON VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA., com sede e foro na cidade de Londrina – Paraná, na Rua Tanganica, 780, Bairro Ouro Verde, CEP: 86.080-000, inscrita no CNPJ/MF sob nº 53.638.440/0001-35, neste ato representada por Guilherme Gustavo de Souza Gallo, sócio/administrador, brasileiro, solteiro, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoas Físicas (CPF/MF) sob nº ***.009.55*-**.

Os CONTRATANTES O presente instrumento tem por objeto, O presente contrato tem como objeto a contratação de empresa para prestação dos serviços de Vigilância, Segurança Armada e monitoramento, nas dependências dos prédios principal e anexo da Câmara Municipal de Colombo, abrangendo:
a) 01 (um) posto de vigilância de 720h (setecentas e vinte horas), considerando 24h (vinte e quatro horas), todos os dias do mês;
b) 01 (um) posto de vigilância de 44h (quarenta e quatro horas) semanais, de segunda a sexta-feira, sob o regime de compensação de horas;
c) 01 (um) fornecimento, em comodato, de equipamento para monitoramento e para o sistema de alarme, no Anexo da Câmara Municipal de Colombo, situado na Rua Francisco Busato, nº 8026;
d) 01 (um) serviço de monitoramento, utilizando o equipamento todos os dias do mês, no Anexo da Câmara Municipal de Colombo, situado na Rua Francisco Busato, nº 8026.

Nos termos do Pregão Eletrônico nº 02/2025 e Processo Administrativo nº 846/2026, atendendo as disposições da Lei nº 14.133/2021, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência do Contrato nº 05/2025 pelo período de 12 (doze) meses**, bem como a **recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato**, por meio de repactuação em razão da alteração dos custos de mão de obra decorrente da Convenção Coletiva de Trabalho aplicável à categoria dos vigilantes, conforme documentação e planilha de custos apresentadas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA: REPACTUAÇÃO

Em decorrência da repactuação dos valores do contrato, fica aplicado o percentual de 7,95% (sete vírgula noventa e cinco por cento) **sobre os valores contratados, em razão da** Convenção Coletiva de Trabalho da categoria dos vigilantes, celebrada em fevereiro de 2025, conforme tabela abaixo:

Categoria	Valor atual mensal	Reajuste 7,95%	Total reajustado mensal
02 Vigilantes Diurno 12 x 36	R$ 13.208,33	R$ 1.050,06	**R$ 14.258,39**
02 Vigilantes Noturno 12 x 36	R$ 13.977,10	R$ 1.111,18	**R$ 15.088,28**
01 Monitoramento de alarme	R$ 530,00	R$ 42,14	**R$ 572,14**
01 Vigilante Diurno 44H	R$ 6.734,56	R$ 535,40	**R$ 7.269,96**
Total Mensal	**R$ 34.450,00**	**R$ 2.738,78**	**R$ 37.188,78**

PARAGRÁFO ÚNICO: O valor global deste contrato, a partir de 02 de setembro de, será de **R$ 462.697,95 (Quatrocentos e sessenta e dois mil, seiscentos e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos),** sendo R$ 446.265,30 (Quatrocentos e quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e cinco reais e trinta centavos) em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 37.188,78 (Trinta e sete mil, cento e oitenta e oito reais e setenta e oito centavos) e R$ 16.432,68 (dezesseis mil, quatrocentos e trinta e dois reais e sessenta e oito centavos) referente a valores retroativos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO RETROATIVO

Em razão da repactuação dos valores contratuais, fica reconhecido o direito da CONTRATADA ao recebimento das diferenças decorrentes da aplicação do percentual de **7,95% (sete vírgula noventa e cinco por cento)**, com efeitos financeiros retroativos ao período compreendido entre março a agosto **de 2026**, correspondente a **06 (seis) meses**, observados os valores efetivamente devidos e os serviços comprovadamente executados no período.

CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento da CONTRATADA correrão à conta da **dotação orçamentária nº 3339039779900000000– Vigilância demais setores da Administração Pública**, do Orçamento da Câmara Municipal de Colombo.

CLÁUSULA QUINTA - DEMAIS INFORMAÇÕES

Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do contrato principal não alcançadas pelo presente aditivo, sendo ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, e do qual o presente instrumento passa a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito, e, por estarem juntos e contratados, assinam as partes do presente, 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, também signatárias do presente instrumento.

Colombo-PR, 02 de setembro de 2026.

Contratante:
JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Contratada:
GUILHERME GUSTAVO DE SOUZA GALLO
Sócio/Administrador

FISCALIZAÇÃO: A Fiscalização do presente contrato será de responsabilidade do Servidor Gileade dos Santos Machado, portador da Cédula de Identidade RG nº. *05707**-* e inscrito no CPF/MF sob nº ***.340.93*-**.

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:8C08B6DF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 778/2026

PORTARIA N.° 778/2026

O MUNICÍPIO DE COLOMBO - PARANÁ, Pela Chefe do Poder Executivo, no uso das atribuições que lhes são conferidas pela Lei n. 1348/2014,

RESOLVE:

Art. 1º - Revisar os proventos da Aposentadoria Por Invalidez, na forma da Lei 960/2006 a Servidora Pública Municipal **ROSANE ZACHARKIM KAEL** RG: 3.420.926-0/PR, CPF: 553110.089-20, no cargo de **PROFESSORA** sob matrícula n° 6876 funcionário 9971-1, com fulcro no Art. 40, §1º, inc. I primeira parte da Constituição Federal e artigo 30 da Lei Municipal 960/2006. Cálculos dos proventos integrais de acordo com o Art. 6ºA, EC 41/2003, acrescidos pela EC 70/2012. Conforme **Processo Administrativo sob n° 218/2021,** percebendo proventos mensais de dois mil, novecentos e oitenta e nove reais e oitenta e quatro centavos. Sendo garantida a isonomia e paridade com o servidor na atividade, atendendo ao **Processo Administrativo nº 36465/2026**.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo

Em, 01 de setembro de 2026.

ALEKSANDRA DO CARMO ULLMANN
Diretora Previdenciária

WILTON LUIZ CARRÃO
Diretor Superintendente

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:0CD632D5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 780/2026

PORTARIA N.º 780/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a servidora **ANDREA RODRIGUES DO AMARAL PEREIRA,** portadora do RG n° 6.XXX.XXX-0, CPF n.° 019.XXX.XXX-90, matrícula n.° 14465, da função de Gestora do Núcleo Auxiliar da Unidade de Saúde São Gabriel, vinculado ao Departamento de Atenção à Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de Setembro de 2026.

Art. 2º - Nomear a servidora **VANIA CADENA DOS SANTOS FURTADO**, portadora do RG n° 7.XXX.XXX-5, CPF n.° 034.XXX.XXX-78, matrícula n.° 20065, na função de Gestora do Núcleo Auxiliar da Unidade de Saúde São Gabriel, vinculado ao Departamento de Atenção à Saúde, da Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de Setembro de 2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 01 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:9842D348

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 785/2026

PORTARIA N.º 785/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, da Ata de r. p. n.º 345/2026, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 049/2026, com objeto de O Registro de Preços de serviços de Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, dos equipamentos de Raio-X dos estabelecimentos municipais de saúde, nos termos do edital e abaixo, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Ana Mara Harbs de Oliveira, matricula n.º 17.522, Telefone para contato: (41) 3605-8200, E-mail: anaharbs@hotmail.com.

Fiscal Técnico:
Eng. Luiz Fernando de Queiroz Valle - CREA 26106 – Matrícula 15144 - Telefone para contato: (41) 999164297. E-mail: lfqvalle@gmail.com.

Fiscal de Contrato:
Pedro Henrique da Silva de Oliveira, matricula n.º 10.691, Telefone para contato: (41) 98858-3537, E-mail: manutencaosmscolombo@gmail.com.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:D3C76CA0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 786/2026

PORTARIA N.º 786/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.° 346/2026, Processo Licitatório: Concorrência eletrônica n.º 016/2026, com objeto de Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de Reforma e Ampliação da Escola Municipal Cristóvão Colombo, localizado na Rua da Francisco Camargo, 659, Centro, Colombo-PR, com área de intervenção de 3.907,79 m² de área a reformar e 112,91 m² a ampliar, compreendendo serviços preliminares, infraestrutura, pórtico de entrada, superestrutura, pisos, pavimentação, alvenaria, fechamentos, pinturas, revestimentos, esquadrias, cobertura, elétrica, lógica, instalações hidrossanitárias, instalação de combate a incêndio, guarda corpos, rede de gás, e demais serviços complementares contemplados e incluídos na planilha orçamentária e nos projetos constantes em anexo, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Luciano Ferreira dos Santos, matricula nº 4007 - Telefone para contato: 41 3605-8217 E-mail: educacao@colombo.pr.gov.br.

Fiscal Técnico:
Eng. Wellington Tscheppen, matricula nº 17.469 - CREA nº 176.820 – D/PR -Telefone para Contato: 3663-2244.

Fiscal de Contrato:
Cesar Junior Castro Espindola, matricula nº 15.152 - Telefone para contato: 41 3675-5954 E-mail: monitoramentodeobras@gmail.com.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:702BBCC1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 787/2026

PORTARIA N.º 787/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do 1º Termo Aditivo do Contrato 022/2026, Processo Licitatório: Concorrência Eletrônica n.º 017/2025, com objeto de Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de **Acessibilidade da Gruta do Bacaetava,** localizada na Rodovia Antônio Gasparin, PR-417, KM 22, Bacaetava, Colombo - PR, com área de intervenção do Recorte 3 de 601,62 m², conforme planilha orçamentária e nos projetos constantes em anexo, conforme segue:

DESTITUIR
GESTORA DE CONTRATO:
Joyce Ribeiro da Silva Oliveira, Matrícula nº: 15.524, Telefone para contato: 41 98858-1088 E-mail: joymyle@gmail.com.

NOMEAR
GESTORA DE CONTRATO:
Andreia Antonia Rissard, inscrita no CPF nº 024.832.259-18 andreiarissardi@yahoo.com.br (41) 99672-2063.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:637ACC53

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 788/2026

PORTARIA N.º 788/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, da Ata de Registro de Preços n.º 343/2026 , Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 042/2026, com objeto de Contratação de empresa especializada para Prestação de serviços de manutenção de Infraestrutura de TI, com fornecimento de materiais, visando atender os diversos órgãos da Administração Pública Municipal de Colombo/Pr, conforme segue:

Gestor do Contrato:
Douglas Jefferson da Silva, matrícula funcional n.º 4188;

Fiscal Administrativo:
Jean Fellipe Sgoda Colli, matrícula funcional n.º 17.813;

Fiscal Técnico:
Helenildo de Lima Arrais, matrícula funcional n.º 5.980.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:618DEAE5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 789/2026

PORTARIA N.º 789/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.° 347/2026, Processo Licitatório: Concorrência Eletrônica n.º 007/2026, com objeto de Reforma da Casa de Acolhimento a Mulher Colombense contendo: Sala multiuso administrativo, sala de equipe técnica, sala de coordenação, copa, recepção, espaço kids e acolhimento, sala de segurança e descanso/motoristas, cozinha, despensa, lavagem louças, vestiário e lavanderia funcionários, sala de estudos, brinquedoteca, refeitório, cozinha uso individual, I.S PCD, Convivência, sala de TV, dormitórios, bwcs, circulação, área de lazer, playground, lavanderia uso individual, espaço de lazer/churrasqueira coberto, depósito, espaço pet, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 007/2026, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Shaieny Yuki Matsuno Soares, CPF n.° 045.xxx.xxxx-57.

Fiscal Técnico:
Eng. Alessandra Mariano Duarte Frizon, CPF n.° 103.xxx.xxx-74.

Fiscal de Contrato:
Kéli Graziéli dos Santos**,** CPF n.° 008.xxx.xxx-33.

Fiscal Substituto:
Thais Fernanda Gava Telles, CPF n.° 066.xxx.xxx-80

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 02 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:EF5136DF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO 019/2026 - CREDENCIAMENTO CLÍNICAS VETERINÁRIAS

Aviso de Licitação
Edital – Chamamento Público Nº 019/2026
Objeto Credenciamento de empresas especializadas em procedimentos médico-veterinários, cirurgias e exames complementares (laboratoriais e de imagem) para cães e gatos, no município de Colombo.
Recebimento das Propostas: de 04 de setembro de 2026 à 18 de setembro de 2026.
Local do Credenciamento: **BLL - BOLSA DE LICITAÇÕES E LEILÕES DO BRASIL** - Acesso Identificado no link: bllcompras.org.br
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito Rua XV de Novembro nº. 105 – Centro – Colombo - Paraná, ou pelo fone: (41) 99165.6711 ou pelo site: www.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 02 de setembro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mauro Mazepa Goncalves
Código Identificador:4EC9A9D1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 343/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO N.º 042/2026

Processo: 10.099/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Diversas Secretarias
Contratada: T. Z. CONECTIVIDADE LTDA, CNPJ n.º 11.956.769/0001-02
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade do Gestor de Contrato Sr Douglas Jefferson da Silva, matrícula funcional n.º 4188; Fiscal Administrativo Sr Jean Fellipe Sgoda Colli, matrícula funcional n.º 17.813; Fiscal Técnico Sr Helenildo de Lima Arrais, matrícula funcional n.º 5.980
Objeto: Contratação de empresa especializada para *Prestação de serviços de manutenção de Infraestrutura de TI*, com fornecimento de materiais, visando atender os diversos órgãos da Administração Pública Municipal de Colombo/Pr.
Valor: O valor total é de R$ 2.826.611,80 (dois milhões, oitocentos e vinte e seis mil, seiscentos e onze reais e oitenta centavos).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/25.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data da assinatura: Colombo, 01 de setembro de 2026

Assinatura: Helder Luiz Lazarotto

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:483858EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 345/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026.

Processo: 26696/2026.
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde.
Contratada: RS MÉDICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº **05.157.606/001-59**.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Gestora Sra. Ana Mara Harbs de Oliveira e o fiscal Sr. Pedro Henrique da Silva de Oliveira.
Objeto: O Registro de Preços de serviços de Manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, dos equipamentos de Raio-X dos estabelecimentos municipais de saúde, nos termos do edital e abaixo.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/25.
Valor: O valor total é de R$ 373.650,00 (trezentos e setenta e três mil e seiscentos e cinquenta reais).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 01 de setembro de 2026.
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:A4CEF63C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 349/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2026.

Processo: 14178/2026.
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Saúde.
Contratada: PROATIVA AMBIENTAL GESTÃO E TRATAMENTO DE RESÍDIOS DE SAÚDE LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.012.504/0002-91.
Fiscalização: A fiscalização da presente Ata de Registro de Preços será de responsabilidade da Gestora Senhora Ana Mara Harbs de Oliveira, e os fiscais Sra. Pamela Andressa Alves Ramos Pereira, Sra. Priscila Francieli Marconato Bomfim, Sra. Giovanna Gabriela Schenatto e o Sr. Antonioni Emanuel Lopes Pereira.
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de coleta regular, transporte e disposição final de Resíduos de Serviços de Saúde (RSS) do tipo A, B e E dos estabelecimentos municipais de saúde, de acordo com a RDC 222/2018 (ANVISA), resoluções CONAMA 237/1997 e 358/2005 e demais determinações estaduais e federais vigentes nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes do Registro de Preços do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA 1882/25.
Valor: O valor total é de R$ 302.850,00 (trezentos e dois mil e oitocentos e cinquenta reais).
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, terá validade de 12 (doze) meses, a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas e Diário Oficial, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos, conforme disposto no artigo 207 do Decreto Municipal nº 47/2024.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 02 de setembro de 2026.
Assinatura: Marilda França Gimenes Zanoni.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:097318A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 346/2026 CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 016/2026

PROCESSO: 22234/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE COLOMBO – Secretária Municipal de Educação.
Contratada: CAMARGO E CAMARGO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ n.º 07.928.501/0001-81.
FISCALIZAÇÃO: . A gestão do presente contrato será de responsabilidade do Sr. Luciano Ferreira dos Santos, a fiscalização administrativa do Contrato, caberá a Sr. Cesar Junior Castro Espindola e o fiscal técnico o Eng. Wellington Tscheppen, matricula nº 17.469 - Telefone para Contato: 3663-2244.
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução dos serviços de Reforma e Ampliação da Escola Municipal Cristóvão Colombo, localizado na Rua da Francisco Camargo, 659, Centro, Colombo-PR, com área de intervenção de 3.907,79 m² de área a reformar e 112,91 m² a ampliar, compreendendo serviços preliminares, infraestrutura, pórtico de entrada, superestrutura, pisos, pavimentação, alvenaria, fechamentos, pinturas, revestimentos, esquadrias, cobertura, elétrica, lógica, instalações hidrossanitárias, instalação de combate a incêndio, guarda corpos, rede de gás, e demais serviços complementares contemplados e incluídos na planilha orçamentária e nos projetos constantes em anexo.
VALOR: R$ 6.139.000,00 (seis milhões e cento e trinta e nove mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente contrato serão atendidas através dos recursos de dotação orçamentária, LOA 1882/25.
PRAZO: O Prazo de Vigência do Contrato será de 630 (seiscentos e trinta) dias corridos, contados da data de publicação do extrato do contrato no PNCP ou no Diário Oficial, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.O Prazo para início das obras será no máximo de 10 (dez) dias úteis a contar da assinatura citada no extrato do contrato publicado no PNCP. Os serviços deverão ser executados em até 540 (quinhentos e quarenta) dias corridos, contados da data de publicação do extrato do contrato no PNCP ou no Diário Oficial, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo - Paraná ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 01 de setembro 2026
Assinatura: Luciane Dala Valle Correia de Freitas.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:049F4DCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE EMPENHO N 19150/2026

N° do Empenho:	**19150/2026.**
Data:	**02/09/2026**
Valor Total do Empenho:	R$ 7.050,00 (dezessete mil e cinquenta reais).
Nº da Inexigibilidade de Licitação	**056/2026**
Contratado:	Município de Colombo/PR, **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL. CNPJ: 76.024.173/0001-01.**
Contratante:	**Prefeitura Municipal de Colombo.**
Objeto:	Contratação de Serviços de inscrição, registro, renovação de filiação, movimentação de atletas e arbitragem na modalidade Voleibol para participação em competições da categoria.
Órgão Responsável:	Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:C0176D52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N 056/2026

Processo:	22141/2026 - Inexigibilidade Nº 056/2026
Partes:	*Município de Colombo/PR,* **FEDERAÇÃO PARANAENSE DE VOLEIBOL.** **CNPJ: 76.024.173/0001-01.**
Objeto:	Contratação de Serviços de inscrição, registro, renovação de filiação, movimentação de atletas e arbitragem na modalidade Voleibol para participação em competições da categoria.
Valor:	O valor máximo da Inexigibilidade será de R$ 17.050,00 (dezessete mil e cinquenta reais).
Embasamento Legal:	Artigo 74, I - Lei Nº 14.133/2021
Data:	02/09/2026.

Publicado por:
Francieli Maria D'agostin
Código Identificador:8D17F327

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N°001/2026 AO CONTRATO Nº 022/2026 CONCORRENCIA ELETRONICA Nº 017/2025

Processo: 28406/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Turismo.
Contratada: CONTRACT'US CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 80.017.890/0001-83.
FISCALIZAÇÃO: A gestão do presente contrato será de responsabilidade da Sra. **Andreia Antonia Rissard**, inscrita no CPF nº 024.832.259-18 andreiarissardi@yahoo.com.br (41) 99672-2063, a fiscalização administrativa do Contrato, caberá a Sra. **Sulyane Camile Schultz**, Matrícula nº: 18.092 Telefone para contato: 41 98888-6716, E-mail: sulyaneschultz@gmail.com e o fiscal técnico o Sr. Eng. **Jean Douglas Pontes** – CREA-PR 205136/D – E-mail: engjeanpontes.colombo@gmail.com.
OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de Acessibilidade da Gruta do Bacaetava**,** localizada na Rodovia Antônio Gasparin, PR-417, KM 22, Bacaetava, Colombo - PR, com área de intervenção do Recorte 3 de 601,62 m², conforme planilha orçamentária e nos projetos constantes em anexo.
Prazo: O presente termo aditivo prorroga os prazos de execução e de vigência por 60 (sessenta) dias, passando o prazo de execução a encerrar-se em 02 de setembro de 2026 e o prazo de vigência contratual em 23 de outubro de 2026.
Local e data de emissão: Colombo, 28 de agosto de 2026.
Assinatura: Joyce Ribeiro da Silva Oliveira

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:D45B6E81

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2025 CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 469/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº040/2024

Processo: 30712/2026
Locatário: MUNICÍPIO DE COLOMBO/PR - Secretaria Municipal da Assistência Social.
Locador: Valdemar Bertolin, e a Bernadete Polli Bertolin**.**
Fiscalização: A fiscalização do presente contrato será de responsabilidade da Gestora de Contrato a Sra. Patricia Correa da Silva e da Fiscal de Contrato a Sr. Julian Rangel.
OBJETO: O objeto do presente instrumento é a Locação do Imóvel situado a Rua José Leal Fontoura,125 – Centro - Colombo/PR, com área de 243,90m2, destinado às novas instalações da Casa da Mulher, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Valor: Através do presente termo aditivo as partes resolvem ajustar o valor mensal do aluguel em R$ 4.811,17 (quatro mil e oitocentos e onze reais e dezessete centavos). Perfazendo o valor total do aluguel de R$ 57.734,04 (cinquenta e sete mil e setecentos e trinta e quatro reais e quatro centavos), referente ao valor pelos 12 (doze) meses de locação.
§ 1º - O índice para reajuste contratual não poderá ser superior ao acumulado nos últimos 12(doze) meses do Índice Geral de Preços – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (IGPFGV) ou IPC-A divulgado pelo IBGE, utilizando-se o de menor índice, cabendo a secretaria prover recursos financeiros para sustentar as despesas.
Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do presente contrato serão atendidas através dos recursos de dotação orçamentária, LOA 1882/2025.
Prazo: O prazo de locação deste contrato será de 12 (doze) meses, com início em 31 de agosto de 2026 e término em 30 de agosto de 2026, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021.
Local e data de emissão: Colombo, 28 de agosto de 2026.
Assinatura: Elisangela Rena Beraldo Lazarotto.

Publicado por:
Adriana da Silva Santos
Código Identificador:E230C5FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO 001/2026 AO CONTRATO Nº 450/2025

Processo: 18357/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal da Juventude
Contratada: CONTRACT'US CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, CNPJ 80.017.890/0001-83.
Objeto: O objeto do presente instrumento é a execução de Construção do Bloco Administrativo de Apoio à Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude, com a execução dos serviços de: serviços preliminares e administração da obra; movimento de terra; drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, incêndios e aparelhos; revestimentos, impermeabilizações, pinturas e argamassas; calçamento; limpeza final e demais itens e especificações*)*, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 010/2025.
Prazo: O presente termo aditivo prorroga o prazo de execução até 21 de setembro de 2026 e o prazo de vigência até 21 de maio de 2027.
Local e data de emissão: Colombo, 27 de agosto de 2026.
Assinatura: Murilo Luiz Lazarotto.

Publicado por:
Karina Dos Santos Ferreira
Código Identificador:412DC679

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

CÂMARA MUNICIPAL
ATO DA MESA DIRETIVA Nº 002/2026

ATO Nº 002/2026

Súmula: "Dispõe sobre a composição das Comissões Permanentes e da Comissão de Ética da Câmara Municipal de Contenda".

Os Membros da Mesa Diretiva da Câmara Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e conforme prevê o artigo 40 inciso V do Regimento Interno - Lei Nº1811/2019, através deste Ato, faz publicar do deliberado do plenário, conforme segue:

Art. 1º Tendo em vista a perda de mandato, bem como, a posse de suplentes; e, após cumpridas as previsões constantes no art. 125 e art. 158 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal, ficam compostas as Comissões Permanentes e a Comissão de Ética da Câmara Municipal de Contenda, a partir da deliberação plenária ocorrida em 31 de agosto de 2026 até o encerramento do exercício de 2026, conforme segue:

I - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL - CCJR
PRESIDENTE = ----------Vereador Antônio Carlos Ferreira Padilha
VICE-PRESIDENTE = Vereadora Simone Nunes Javorski

MEMBRO = Vereador Adauto Cordeiro de Souza
SUPLENTE = Vereador Agostinho José Wojcik

II - COMISSÃO DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COF
PRESIDENTE = Vereador Gugu
VICE-PRESIDENTE = Vereador Agostinho José Wojcik
MEMBRO = ----------Vereador Márcio Rogério Francisco
SUPLENTE = Vereador Adauto Cordeiro de Souza

III - COMISSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS, PLANEJAMENTO AMBIENTAL, URBANO E RURAL - COSPUR
PRESIDENTE = Vereador Adauto Cordeiro de Souza
VICE-PRESIDENTE = Vereador Alexsandro Miguel Tulik de Freitas
MEMBRO = Vereadora Ana Tereza Piel Franco de Carvalho Szczypior
SUPLENTE = Vereador Márcio Rogério Francisco

IV - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, LAZER, ESPORTE E TURISMO - CECLET
PRESIDENTE = Vereadora Simone Nunes Javorski
VICE-PRESIDENTE = Vereador Márcio Rogério Francisco
MEMBRO = Vereador Agostinho José Wojcik
SUPLENTE = Vereadora Ana Tereza Piel Franco de Carvalho Szczypior

V - COMISSÃO DE SEGURIDADE SOCIAL - CSS
PRESIDENTE = Vereador Antônio Carlos Ferreira Padilha
VICE-PRESIDENTE = Vereador Agostinho José Wojcik
MEMBRO = Vereadora Ana Tereza Piel Franco de Carvalho Szczypior
SUPLENTE = Vereador Gugu

Art. 2º Conforme prevê o art. 80 do Regimento Interno, as Comissões Permanentes são as que subsistem através da legislatura e tem por objetivo estudar os assuntos submetidos a seu exame e sobre eles exarar parecer.

Art. 3º Os membros das Comissões Permanentes são eleitos por um período de 02 (dois) anos, mediante escrutínio público, procedimento este cumprido conforme registros na Ata n.º 2664 da 1ª Sessão Ordinária - 18ª Legislatura, realizada no dia 03 de fevereiro de 2025, bem como os registros constantes da Ata n.º 2738 da 29ª Sessão Ordinária - 18ª Legislatura, realizada no dia 31 de agosto de 2026.

Art. 4º Após cumpridas as previsões constantes no art. 158 e seguintes do Regimento Interno da Câmara Municipal, fica composta a Comissão de Ética da Câmara Municipal de Contenda, conforme segue:

COMISSAO DE ÉTICA
PRESIDENTE = ----------Vereador Márcio Rogério Francisco
MEMBRO = Vereadora Simone Nunes Javorski
MEMBRO = Vereador Alexsandro Miguel Tulik de Freitas
MEMBRO = Vereador Antônio Carlos Ferreira Padilha
MEMBRO = Vereadora Ana Tereza Piel Franco de Carvalho Szczypior

ORDEM DE SUPLÊNCIA
1 - Vereador Adauto Cordeiro de Souza
2 - Vereador Agostinho José Wojcik
3 - Vereador Gugu

Art. 5º Ficam revogados os Atos n.º 001/2025 e n.º 001/2026

Art. 6º Publique-se nos termos regimentais.

Contenda, 02 de setembro de 2026.

MARCOS SCHINDA DA SILVA	***AGOSTINHO JOSÉ WOJCIK***
Presidente	Vice-Presidente
SIMONE NUNES JAVORSKI	***GUGU***
1ª Secretária	2º Secretário

Publicado por:
Angela Kovalski Batista
Código Identificador:F9873583

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 187/2026 - ERRATA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 187/2026 - ERRATA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026
OBJETO: Construção de escola municipal, em alvenaria e concreto armado, contendo: recepção, secretaria, sala de professores, sanitários masc. fem. e acessíveis, refeitório, pátio coberto, cozinha e salas de aula, sob regime de empreitada por preço global.
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
06.002.12.361.0013.1.003.4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALACOES - 619 - Operação de Crédito Banco do Brasil
06.002.12.361.0013.1.003.4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALACOES - 911 - REPASSE CONVENIO Nº 512/2026 - SECID
VALOR: R$ 5.307.056,26 (Cinco milhões, trezentos e sete mil, cinquenta e seis reais e vinte e seis centavos)
CONTRATADA: AMBROZIM & CANDIDO CONSTRUTORA E ENGENHARIA LTDA, CNPJ 31.329.981/0001-49
DATA: 11/08/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:1035D4A4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 061/2026

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, Capítulo IV, Seção III art. 173 e 176.

R E S O L V E

Art.1º Fica concedida licença maternidade nos períodos abaixo especificados, às seguintes servidoras:

Nome	Matr.	Cargo	Período usufruído
KEILA JANAINA GONÇALVES DA SILVA CAVALIM	38899	Chefe da Divisão de Secretaria	27/08/2026 a 22/02/2027

Art. 2º - A licença maternidade tem duração total de 180 dias, conforme art. 173 da Lei Municipal nº 1344/2012, exceto para servidoras contratadas por Processo Seletivo Simplificado – PSS, onde a licença tem duração de 120 dias conforme art. 13 da Lei Municipal nº 1812/2019.

Art. 3º - A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados seus efeitos conforme o disposto no Art. 1º.

Prefeitura do Município de Contenda, 02 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:8F7618F0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 062/2026

SÚMULA: Concede a fruição de licença-prêmio

O Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1344/2012 de 19 de abril de 2012, Capítulo IV, Seção IX art. 186, no Decreto nº 254/2017 de 14 de agosto de 2017,
R E S O L V E

Art.1º Conceder licença prêmio por assiduidade nos períodos abaixo especificados, aos (as) seguintes servidores (as):

Nome	Cargo - Matricula	Período usufruído	Período aquisitivo
CELIA SCHINDA BAUMEL	Auxiliar de Odontologia - 19091	01/09/2026 a 30/09/2026	2017/2022

Art. 2º - Durante o período da referida licença, a remuneração será constituída apenas pelas vantagens efetivas bases de contribuição previdenciária.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ressalvados seus efeitos conforme o disposto no Art. 1º.

Prefeitura do Município de Contenda, 02 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabio Luis Malinovski Padilha
Código Identificador:D7F78888

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – 011/2026

EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – 011/2026

Eu, **ANTONIO ADAMIR DIGNER**, Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no exercício das atribuições legais e em observância ao art. 28, V, da Lei Federal nº 13.465/2017, **FAÇO SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que a **Comissão de Regularização Fundiária - REURB**, instituída por meio do Decreto Municipal nº 382/2022 e suas posteriores alterações, após a análise técnica, jurídica, urbanística, ambiental e registral pertinente, bem como o cumprimento das etapas procedimentais previstas na legislação federal e municipal aplicável, **CONCLUIU** o procedimento de Regularização Fundiária (REURB), destinado à regularização do núcleo urbano informal, mediante a emissão dos instrumentos de Legitimação Fundiária, referente ao seguinte requerimento administrativo:

PROCESSO Nº	LOCALIZAÇÃO	REQUERENTES	CLASSIFICAÇÃO
1961/2022	Rua Joana Padilha Pepes, nº 101, bairro: Pepes, Contenda/PR. Área: 752,13m² Perímetro 110.825m **LOTE 28**	**ISADORA LUIZA FILUS XAVIER**	**REURB-E (Edital de Classificação nº 003/2024)**

Com a conclusão da **REURB** fica aprovada a regularização fundiária dos lotes supracitados, para a outorga de Títulos de Legitimação Fundiária e/ou Títulos de Legitimação de Posse de ocupantes que preencheram os requisitos da legislação federal e municipal até a presente data, ficando autorizada a emissão da Certidão de Legitimação de Posse e/ou Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para seja levada à registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa/PR, condicionada a apresentação pelos Requerentes dos documentos e exigências acima descritas.

Contenda/Paraná, 02 de Setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larry Hugo Sanches
Código Identificador:6F43AD58

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – 012/2026

EDITAL DE APROVAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA – 012/2026

Eu, **ANTONIO ADAMIR DIGNER**, Prefeito do Município de Contenda, Estado do Paraná, no exercício das atribuições legais e em observância ao art. 28, V, da Lei Federal nº 13.465/2017, **FAÇO SABER** a todos quantos o presente Edital virem ou dele tiverem conhecimento que a **Comissão de Regularização Fundiária - REURB**, instituída por meio do Decreto Municipal nº 382/2022 e suas posteriores alterações, após a análise técnica, jurídica, urbanística, ambiental e registral pertinente, bem como o cumprimento das etapas procedimentais previstas na legislação federal e municipal aplicável, **CONCLUIU** o procedimento de Regularização Fundiária (REURB), destinado à regularização do núcleo urbano informal, mediante a emissão dos instrumentos de Legitimação Fundiária, referente ao seguinte requerimento administrativo:

PROCESSO Nº	LOCALIZAÇÃO	REQUERENTES	CLASSIFICAÇÃO
1417/2022	Rua Hermínia Padilha da Silva, nº 113, bairro: Vila Ico, Contenda/PR Área 348,90m² Perímetro 77,69m **Lote 01**	**APARECIDO MOURA DO CARMO e JOSIANE APARECIDA DE LARA KUSDRA**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 005/2024)**
1417/2022	Rua Geraldina Ferreira Padilha, nº 164, bairro: Vila Ico, Contenda/PR Área 341,25m² Perímetro 74,11m **Lote 02**	**BENEDITO ESMERIO DA SILVEIRA e WANDA SZEMOSKI**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 007/2025)**
1417/2022	Rua Geraldina Ferreira Padilha, nº 190, bairro: Vila Ico, Contenda/PR Área 469,87m² Perímetro 89,07m **Lote 03**	**IRINEU HAMILTON KUSDRA e JOANA APARECIDA DE ALMEIDA KUSDRA**	**REURB-S (Edital de Classificação nº 007/2025**

Com a conclusão da **REURB** fica aprovada a regularização fundiária dos lotes supracitados, para a outorga de Títulos de Legitimação Fundiária e/ou Títulos de Legitimação de Posse de ocupantes que preencheram os requisitos da legislação federal e municipal até a presente data, ficando autorizada a emissão da Certidão de Legitimação de Posse e/ou Certidão de Regularização Fundiária (CRF), para seja levada à registro perante o Cartório de Registro de Imóveis da Comarca da Lapa/PR, condicionada a apresentação pelos Requerentes dos documentos e exigências acima descritas.

Contenda/Paraná, 02 de Setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Larry Hugo Sanches
Código Identificador:534A0CEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DA MODALIDADE DA REURB – Nº 008/2025

EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO DA MODALIDADE DA REURB – Nº 008/2025

Eu, ***Antonio Adamir Digner***, Prefeito Municipal de Contenda, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais na forma do Inciso II do Art. 23 do Decreto Municipal Nº 353/2021, **FAÇO SABER** que após análise da documentação do **processo de Regularização Fundiária (REURB)** indicado abaixo e da documentação comprobatória apresentada, ficou classificado a modalidade de **REURB** para os seguintes requerentes, abrindo-se o prazo de **10 (dez) dias**, contados da data de publicação deste edital, para apresentação de impugnação pelos interessados, a qual deverá ser formalizada por escrito junto ao Município de Contenda/PR ou encaminhada para o endereço

eletrônico: reurb.prefeituracontenda@gmail.com, nos termos da legislação aplicável:

PROCESSO Nº	LOCALIZAÇÃO	REQUERENTE	CLASSIFICAÇÃO
1450/2022	Rua sem denominação, nº 87, bairro: Pedro Machado, Contenda/PR. (Lote 08)	Adão Pedro Barbosa Tuchinski e Antonia Cleusa Ferreira Carvalho	**REURB-E**
1450/2022	Estrada Athaydes do Valle Ribeiro, s/nº, bairro: Pedro Machado, Contenda/PR. (Lote 03)	Cleverson Boneto Ribeiro e Michele de Lima da Silveira Ribeiro	**REURB-E**
1450/2022	Rua Olimpio Ferreira Padilha, nº 1513, bairro: Pedro Machado, Contenda/PR. (Lote 01)	Daniel Franco	**REURB-E**
1450/2022	Rua sem denominação, s/nº, distante 65,12m da Estrada Athaydes do Valle Ribeiro, bairro: Pedro Machado, Contenda/PR. (Lote 07)	Eliara Thais Pestana Nunes e Alex Nunes dos Anjos Ferraz	**REURB-E**
1450/2022	Rua Odair Taborda Padilha, nº 604, bairro: Pedro Machado, Contenda/PR. (Lote 05)	Everson Padilha Miguel	**REURB-S**
1450/2022	Rua sem denominação, nº 88, bairro: Pedro Machado, Contenda/PR. (Lote 09)	Hélio Vaz Padilha e Sirlei Moreira Padilha	**REURB-E**
1450/2022	Rua sem denominação, s/nº, distante 18,59m da Estrada Athaydes do Valle Ribeiro, bairro: Pedro Machado, Contenda/PR. (Lote 06)	Luiz Fernando Abelardo da Cruz e Keizy dos Santos da Cruz	**REURB-E**
1450/2022	Estrada Athaydes do Valle Ribeiro, s/nº, bairro: Pedro Machado, Contenda/PR. (Lote 02 e Lote 04)	Miguel do Vale Ribeiro e Vanilda Boneto Ribeiro	**REURB-E**

Contenda/Paraná, 02 de Setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

*Matéria republicada em substituição a Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 02/09/2025, Edição nº 3354, para correção da classificação da modalidade de REURB, passando a constar como sendo REURB-E, para os seguintes Requerentes: MIGUEL DO VALE RIBEIRO E VANILDA BONETO RIBEIRO, tendo em vista que os mesmos possuem dois imóveis inseridos no mesmo núcleo.

Publicado por:
Larry Hugo Sanches
Código Identificador:432E28FA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO 9113/2026

DECRETO Nº. 9.113, de 02 de setembro de 2026.

Prorroga cedência de servidora pública municipal à Justiça Eleitoral da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhe confere a alínea "o" do Inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município;
Considerando o disposto na Lei Federal nº. 6.999 de 07/06/1982, que dispõe sobre a requisição de servidores públicos pela Justiça Eleitoral;
Considerando o Decreto Municipal nº. 7.383 de 11/08/2020, que cedeu, temporariamente, Servidora à Justiça Eleitoral de Coronel Vivida-PR;
Considerando a solicitação de prorrogação da cedência da Servidora à Justiça Eleitoral do Paraná – Juízo da 101ª Zona Eleitoral, contida no Ofício nº. 11/2026 – 101ª ZE/PR de 22/07/2026.
DECRETA
Art. 1º. Fica prorrogada, a cedência, da Servidora Pública Municipal, **REJANE GRUNTOWSKI MENDES**, para exercer as funções no Cartório Eleitoral da Comarca de Coronel Vivida, Estado do Paraná, até a data de 30/09/2027.
Parágrafo único. Permanecem inalteradas as disposições contidas nos §§ 1º e 2º do art. 1º do Decreto nº. 8.834 de 30/09/2025, devendo a servidora do *caput* deste artigo cumpri-las durante o prazo estabelecido neste artigo.
Art. 2º. As despesas decorrentes do cumprimento deste Decreto correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.
Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos na data de prorrogação, revogada as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de setembro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Samara de Moraes Spagnoli
Código Identificador:1A2B2F95

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
DECRETO Nº 9.112 DE 02/09/2026

DECRETO Nº. 9.112, de 02 de setembro de 2026.

Nomeia aprovado(a) do Concurso Público aberto através do Edital nº. 001 de 30/05/2022.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "o" do Inciso I do art. 24 da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei nº. 3.514 de 19/09/2025 (que dispõe sobre a nova Estrutura Administrativa), Lei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 072 de 19/09/2025 (Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Profissional do Magistério do Município de Coronel Vivida – PR), Lei Complementar 073 de 19/09/2025 (Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos do Município de Coronel Vivida – PR) e o **Edital de Concurso Público, aberto sob nº. 01 de 30/05/2022**, combinado com o Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022 (aprovados/homologados), **DECRETA**
Art. 1º. Nomear, sob a égide do regime jurídico Estatutário, **DAIANE INACIO DE LIMA,** para exercer o cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, com 40 (quarenta) horas semanais, enquadrado(a) no **Nível "I"** (Nível NS: escolaridade definida para o provimento do cargo), constante na Tabela de Vencimento do Cargo de Provimento Efetivo, em virtude de aprovação em Concurso Público de Provas e Títulos conforme resultado homologado pelo Edital nº. 13/2022 de 26/09/2022, publicado no Jornal Diário do Sudoeste em 28/09/2022 - Edição 8235, obedecida à classificação final.
Parágrafo Único. Para exercer as atividades inerentes ao cargo, fica o mesmo(a) lotado(a) na Secretaria Municipal de Saúde, no horário estabelecido pela **Secretaria**.
Art. 2º. A posse, desde que atendido os demais requisitos para investidura constante do Edital de Concurso Público aberto sob nº. 001 de 30/05/2022, e da Lei Municipal nº. 071/2025 de 19/09/2025, dar-se-á no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação deste ato.
Art. 3º. A posse e a entrada em exercício sujeitam o(a) nomeado(a) nos termos deste Decreto ao compromisso de desempenhar o cargo de acordo com o Sistema Administrativo do Município de Coronel Vivida - Estado do Paraná, aLei Complementar nº. 071 de 19/09/2025 (dispões sobre o Estatuto dos Servidores Públicos dos Poderes

Executivo e Legislativo do Município de Coronel Vivida – PR) e demais legislações vigentes.
Art. 4º. As despesas decorrentes do cumprimento do presente Decreto correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.
Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de setembro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:7FA030E3

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL Nº 007/2026 DE 02/09/2026 - PSS 002/2026

EDITAL Nº. 007/2026, de 02 de setembro de 2026.
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 002/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o item 09 do Edital do Processo Seletivo 001/2026 de 09/07/2026 (abertura do certame) combinado com Edital nº. 005/2026 de 24/08/2026 (homologação) e a Leis Municipais nº. 071/2025, 072/2025 e 073/2025;
Considerando a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde,
RESOLVE
TORNAR PÚBLICO
Art. 1º. A ***convocação*** de candidato(a) habilitado(a) no Processo Seletivo Simplificado aberto através do Edital do Processo Seletivo 002/2026 de 09/07/2026, para o provimento de vaga temporária de Farmacêutico, conforme abaixo:
Cargo: FARMACÊUTICO

Nº ordem	Nome	Classificação	Nº Protocolo
1	JESSICA BONASSI	3º	3513/26

Art. 2º. O(A) Candidato(a) convocado(a), tem prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da data de **03 (três) de setembro de 2026**, para comparecer no Departamento de Gestão de Pessoas, sito Praça Ângelo Mezzomo, S/N, em Coronel Vivida-PR, para declarar se aceita ou não a vaga, sob pena de perda da vaga.
Art. 3º. O não comparecimento do candidato dentro do prazo estabelecido na convocação ou apresentação dentro dos prazos estabelecidos para a contratação, porém, sem satisfazer as exigências previstas no Edital de Abertura do Processo Seletivo nº. 002 de 09/07/2026, será automaticamente excluído da lista de candidatos do PSS, reservando-se a Administração o direito de convocar o próximo candidato da lista de classificados.
Art. 4º. Que a publicação deste, além do Jornal de Beltrão de Francisco Beltrão – PR, do endereço eletrônico: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/ - conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3063, de 26 de maio de 2021, regulamentada pelo Decreto nº 7691, de 14 de julho de 2021.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, ao 02 (dois) dias do mês de setembro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

SÂMARA DE MORAES SPAGNOLI
Diretora do Departamento de Gestão de Pessoas

Publicado por:
Gabriel Turra
Código Identificador:ECF4705D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADITIVO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
TERMO DE FOMENTO Nº 05/2026 – Inexigibilidade de Chamamento Público nº 05/2026. Parceria que entre si celebram o MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA e a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES FUNCIONÁRIOS APMF HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, CNPJ nº 80.873.748/0001-80. Objeto: Repasse de recursos financeiros destinados a Associação de Pais e Mestres Funcionários APMF Humberto de Alencar Castelo Branco, decorrentes de Emendas Impositivas Municipais. Valor total do repasse de R$ 20.000,00. Prazo de vigência: 12 (doze) meses, de 01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027. Coronel Vivida, 31 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Aditivo nº 05 ao Contrato n° 105/2022 – Pregão Presencial nº 56/2022 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: BRASCOL PRESTADORA DE SERVIÇOS - EIRELI, CNPJ sob o nº 18.260.537/0001-56. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de 01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027. O valor a ser pago permanece inalterado. Totalizando para este aditamento o valor de R$ 53.226,72. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 31 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Aditivo n° 04 – Contrato nº 47/2024 – Pregão Eletrônico nº 19/2024 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: CTR3 PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 02.375.648/0001-78. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de 02 de setembro de 2026 a 01 de setembro de 2027. Fica reajustado o valor mensal, com base no índice INPC, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, referente ao mês de julho de 2026, na ordem de 4,098050%. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 3.101.379,24. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 01 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO.
Prefeito.

Aditivo 05 – Contrato n° 137/2022 – Pregão Eletrônico nº 88/2022 – Contratante: Município de Coronel Vivida. Contratada: LINEA MIDIA COMUNICAÇÕES LTDA, CNPJ sob n.º 14.630.783/0001-00. Prorroga-se a vigência do contrato por mais 12 (doze) meses, de 14 de outubro de 2026 a 13 de outubro de 2027. Os valores mensais permanecem inalterados. O valor total deste aditamento é de R$ 1.393.650,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas. Coronel Vivida, 28 de agosto de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:38A1E08D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO ELETRÔNICO

EDITAL DE LEILÃO ELETRÔNICO Nº 03/2026
TIPO MAIOR LANCE POR ITEM
Objeto: ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS LOCALIZADOS NO PARQUE INDUSTRIAL OLYMPIO VANZIN. Início do cadastro

das propostas: a partir das 08h do dia 04/09/2026 até às 08h do dia 25/09/2026. Abertura das propostas após as 08h do dia 25/09/2026. Início da disputa de preços às 08h30min do dia 25/09/2026. VALOR MINIMO TOTAL: R$ 2.456.389,85. Os procedimentos para acesso ao Leilão Eletrônico estão disponíveis no site www.bnc.org.br. O edital está disponível nos sites www.coronelvivida.pr.gov.br / www.bnc.org.br / https://www.gov.br/pncp/pt-br. Informações Secretaria de Indústria e Comércio telefone 0800 046 0102 com Lindones.

Coronel Vivida, 02 de setembro de 2026.

JULIANO RIBEIRO,
Diretor do Departamento de Compras e Patrimônio.

Publicado por:
Iana Roberta Schmid
Código Identificador:3B7FAEBA

GABINETE DO PREFEITO
NOMEAÇÃO DOS MEMBROS EFETIVOS E SEUS RESPECTIVOS SUPLENTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

DECRETO Nº 9.111, de 26 de agosto de 2026.
O PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas através da Lei Municipal nº 1.718 de 21 de novembro de 2003,
DECRETA:
Art. 1º - Ficam nomeados os Membros efetivos e seus respectivos Suplentes do Conselho Municipal de Saúde, a saber:
I. DOS PRESTADORES DE SERVIÇO:
a) Prestador Público:
Representantes da Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Jaiana Kevilin Gubert;
Suplente: Flaviane Gubert Siqueira;
Representantes da Administração Municipal:
Titular: Franchy Rech;
Suplente: Carlos Lopes;
b) Prestador Privado/Credenciado:
INSTITUTO MÉDICO NOSSA VIDA DE CORONEL VIVIDA
Titular: Mauro Joel Pizzato
Suplente: Rúbia Feltrin
CONIMS – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE
Titutlar: Lia Colferai
Suplente: Vanderlice Nesi
II. DOS TRABALHADORES DE SAÚDE:
a) Representantes da Classe Enfermagem:
Titular: Cleonice Aparecida Scabeni;
Suplente: Daniele Langer Mielke Minickel;
b) Representantes da Classe Médica:
Titular: Roque Bigolin;
Suplente: Alexia Almeida Tramontini;
c) Representantes dos Trabalhadores de Saúde do Quadro Efetivo do Município:
Titular: Verusca C. P. Fontanive;
Suplente: Cleuméri Bertuol;
d) Representantes dos Laboratórios de Análises Clínicas do Município:
Titular: Edevi Arbonelli Mendes;
Suplente: André Salvador Mazzuco;
III. DOS USUÁRIOS:
Representantes de cada uma das Entidades e Associações Comunitárias a seguir:
Sindicato Rural de Coronel Vivida:
Titular: Nely Giordani;
Suplente: Cleverson Mattei;
ACIVI - Associação Comercial e Empresarial de Coronel Vivida:
Titular: Priscila Decesaro;
Suplente: Eder Fernando Feltes;
APAE – Associação de Pais e Amigos dos excepcionais:
Titular: Jossania Paula da Rosa;
Suplente: Vera Lucia Frigo Duarth;
APV – Associação de Professores Vividenses:
Titular: Ana Paula Teles;
Suplente: Neli Bolzanel;
Sindicato dos Trabalhadores Rurais:
Titular: Dacio Domingos Haubert;
Suplente: Camila de Lima Araujo;
Associação Vividense de Idosos:
Titular: Lurdes Horn da Silva Picinini;
Suplente: Zerci Bortoloto;
Lyons/Rotary:
Titular: Gilmar Antonio Giaretta;
Suplente: Sidney Cardon de Oliveira Junior.
APMI – Associação de Proteção a Maternidade e a Infância
Titular: Ducelia Maria Sabadin Hensel
Suplente: Glauci Nunes Ghisolfi
Art. 2º - O Presidente, Vice-Presidente, primeiro e segundo secretários serão eleitos pelos membros do Conselho de Saúde.
Art. 3º - O Mandato dos Conselheiros será exercido gratuitamente e seus serviços considerados relevantes ao Município.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação revogando-se em especial o Decreto nº **8.951, de 26 de fevereiro de 2026.**
Gabinete do Prefeito do Município de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 26 dias do mês de agosto do ano de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publique-se e registre-se,

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:F31C891A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE CRONOGRAMA E RETIFICAÇÃO DO EDITAL CHAMADA PÚBLICA Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 80/2026

AVISO DE ALTERAÇÃO DE CRONOGRAMA E RETIFICAÇÃO DO EDITAL
CHAMADA PÚBLICA Nº 06/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 80/2026

A Prefeitura Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Cultura e do Departamento de Licitações e Contratos, informa que a **Chamada Pública nº 06/2026**, cujo objeto consiste na seleção de distribuidora de livros para participação e realização da Feira do Livro, **TORNA PÚBLICA a alteração da data de realização da Feira do Livro**, inicialmente prevista para o dia **15 de setembro de 2026**, passando a ser realizada no dia **22 de setembro de 2026**.
A alteração decorre de solicitação da Secretaria Municipal de Cultura, responsável pela organização do evento, visando à adequação do cronograma e à organização das atividades previstas para a Feira. A alteração se faz necessária devido à sobreposição com as datas de aplicação da Prova Paraná na rede pública de ensino.
Em razão da alteração da data do evento, fica igualmente ajustado o prazo estabelecido no **item 1.2.1 da Chamada Pública nº 06/2026**, que dispõe:
"O credenciamento ficará permanentemente aberto até a data de 7 dias úteis antes da data prevista para a realização da Feira. Caso o número de habilitados supere as 2 vagas disponíveis, a distribuição ocorrerá obrigatoriamente por Sorteio Público. "
Dessa forma, considerando a nova data de realização da Feira, **22 a 25 de setembro de 2026**, o credenciamento permanecerá aberto até o dia **11 de setembro de 2026**, correspondente a 7 (sete) dias úteis anteriores à realização do evento.
Permanecem **inalteradas todas as demais disposições da Chamada Pública nº 06/2026**, inclusive quanto aos requisitos de habilitação, às

2 (duas) vagas disponíveis e ao procedimento de Sorteio Público, caso o número de interessados habilitados seja superior ao número de vagas.
O eventual Sorteio Público será realizado na forma e condições estabelecidas no instrumento convocatório, caso, encerrado o prazo de credenciamento, o número de habilitados seja superior às 2 (duas) vagas disponíveis.
O presente aviso será divulgado pelos mesmos meios utilizados para a publicidade da Chamada Pública, para conhecimento dos interessados.

Cruz Machado, 02 de setembro de 2026.

VERA MARIA BENZAK KRAWCZYK
Agente de Contratação

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:8B7E7782

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026 PROCESSO Nº 79/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 31/2026
PROCESSO nº 79/2026

OBJETO: Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa objetivando a **aquisição de 01 (um) equipamento de pintura de demarcação viária tipo Airless com sistema de diafragma para demarcação viária, c**onforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 43.421,49 (Quarenta e três mil quatrocentos e vinte e um reais e quarenta e nove centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 15:00 do dia 03/09/2026 às 08:00 horas do dia 21/09/2026.
Abertura e julgamento das propostas: das 08:01 às 08:29 horas do dia 21/09/2026.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 21/09/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 01 de setembro 2026

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:93A99892

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026 PROCESSO Nº 81/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 32/2026
PROCESSO nº 81/2026

OBJETO: Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada objetivando a **prestação de serviços de transporte escolar para atender as escolas municipais e estaduais das regiões do Centro, Distrito de Santana, Polonesa, e Taguá, destinados aos alunos da Rede Básica de ensino desta municipalidade, c**onforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 4.656.282,31 (Quatro milhões seiscentos e cinquenta e seis mil duzentos e oitenta e dois reais e trinta e um centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 15:00 do dia 03/09/2026 às 08:00 horas do dia 22/09/2026.
Abertura e julgamento das propostas: das 08:01 às 08:29 horas do dia 22/09/2026.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 22/09/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 01 de setembro 2026

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:0B398592

PREFEITURA MUNICIPAL DE CRUZ MACHADO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 PROCESSO Nº 82/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO nº 33/2026
PROCESSO nº 82/2026

OBJETO: Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa objetivando a **aquisição de tendas sanfonadas com balcão tipo feira, medindo 3x3, estrutura em aço galvanizado, cobertura em lona PVC impermeável com proteção UV, com personalização de logomarca, c**onforme condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$ 27.541,20 (Vinte e sete mil quinhentos e quarenta e um reais e vinte centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Recebimento das propostas: das 15:00 do dia 03/09/2026 às 08:00 horas do dia 23/09/2026.
Abertura e julgamento das propostas: das 08:01 às 08:29 horas do dia 23/09/2026.
Início da sessão de disputa de preços: às 08:30 horas do dia 23/09/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

MODO DE DISPUTA: ABERTO

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO: Plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bllcompras.com "Acesso Identificado no link – licitações".

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).

Cruz Machado, 02 de setembro 2026

CARLOS NOWAK
Prefeito

Publicado por:
Matheus Mazur
Código Identificador:B163B9B9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO PRAZO PR 48/2022

TERMO DE ADITIVO
7° Termo Aditivo do Contrato nº 301/2022, decorrente de Pregão Eletrônico n° 48/2022, O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE FORMA COMPARTILHADA, SENDO LOTES 01, 02 E 03; PARA O EXECUTIVO MUNICIPAL E LEGISLATIVO MUNICIPAL, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E PRÁTICAS PARA FORNECIMENTO DE MECANISMOS TECNOLÓGICOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, NO MODO DE LICENÇAS DE USO, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE DA CÂMARA DE VEREADORES E DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO GERAL, INCLUINDO PLATAFORMAS DE ATENDIMENTO TÉCNICO AOS USUÁRIOS, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO LEGAL. TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, EM ANEXO AO PROCESSO.
Pelo presente instrumento, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, inscrito no CNPJ nº 09.219.919/0001-45, com sede na Rua Piovezana, nº 257, Centro, na cidade de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde Sr. Néri Moss; o MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 77.817.476/0001-44, com sede na Praça Santos Dumont, s/nº, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Amarildo Aparecido da Silva, e a CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, inscrita no CNPJ sob nº 01.095.949/0001-85, com sede na Avenida Brasil, nº 517, Centro, na cidade de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Orestes Cláudio Batista, doravante denominadas CONTRATANTES, e, de outro lado, a empresa ELOTECH GESTÃO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 80.896.194/0001-94, com sede na Rua Tupã, nº 1643, Recanto dos Magnatas, na cidade Maringá, Estado do Paraná, neste ato representada por LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA, portador do RG n° 87152324, inscrito no CPF sob n° 035.470.069-37, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência e execução do Contrato nº 301/2022 em mais 03 (três) meses, compreendendo o período de 02/11/2026 a 01/02/2027, com fundamento nas Cláusulas Segunda e Terceira do contrato e no art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
Exercício: 2026
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO

DIAMANTE D'OESTE, 02 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA
Amarildo Aparecido da Silva Leandro Joaquim de Souza
Prefeito Municipal RG nº 87152324
Contratante CPF nº 035.470.069-37
Representante Legal Contratada
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE Orestes Cláudio Batista
Néri Moss Presidente da Câmara Municipal
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:4B8540E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO PRAZO PR 52/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
1° Termo aditivo do contrato nº.331/2025, decorrente de Pregão n° 52/2025 de CONTRATAÇÃO
DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB DEMANDA, DE
PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÕES E PUBLICAÇÕES CORRELATAS DE INTERESSE DO
MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR, NA FORMA DIGITAL/ELETRÔNICA, EM JORNAL
DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ, ESPECIALMENTE NA REGIÃO
OESTE DO PARANÁ, PARA ATENDER A SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO, SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa EDITORA O ESTADO DO PARANA SA , inscrita no CNPJ
sob nº. 76.568.708/0001-05, com sede no endereço AVENIDA VICTOR FERREIRA DO AMARAL,
306, CENTRO, TARUMA CURITIBA-PR neste ato representada por RAFAEL CECYN LUNDGREN,
portador do RG n° 41291, portador do CPF sob n° 008.887.959-39, acordam por meio deste o que
segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência término 16/09/2027
com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 331/2025, referente à
licitação Pregão Eletrônico sob nº 52/2025, com base na cláusula quinta e décima primeira, do
contrato primitivo e na lei 14.133/21, estender por 12 (doze) meses o vencimento do contrato,
renovando o vencimento primitivo da cláusula quinta do contrato supra descrito, para o dia 16 do
mês de Setembro do ano de dois mil e vinte e sete (16-09-2027).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO

Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
D'OESTE
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:765.687.080-00105
RAFAEL CECYN LUNDGREN
PREFEITO MUNICIPAL RG:41291
CPF:008.887.959-39

DIAMANTE DO OESTE 02 de setembro de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:F23082A8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO VALOR PR 48/2022

TERMO DE ADITIVO
8° Termo Aditivo do Contrato nº 301/2022, decorrente de Pregão Eletrônico n° 48/2022, O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE FORMA COMPARTILHADA, SENDO LOTES 01, 02 E 03; PARA O EXECUTIVO MUNICIPAL E LEGISLATIVO MUNICIPAL, PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS E PRÁTICAS PARA FORNECIMENTO DE MECANISMOS TECNOLÓGICOS DE COMPUTAÇÃO EM NUVEM, NO MODO DE LICENÇAS DE USO, PARA ATENDIMENTO DE NECESSIDADE DA CÂMARA DE VEREADORES E DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL NAS ÁREAS DE SAÚDE, EDUCAÇÃO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO GERAL, INCLUINDO PLATAFORMAS DE ATENDIMENTO TÉCNICO AOS USUÁRIOS, MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO LEGAL. TUDO CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, EM ANEXO AO PROCESSO.
Pelo presente instrumento, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, inscrito no CNPJ nº 09.219.919/0001-45, com sede na Rua Piovezana, nº 257, Centro, na cidade de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde Sr. Néri Moss; o MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica, de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 77.817.476/0001-44, com sede na Praça Santos Dumont, s/nº, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Amarildo Aparecido da Silva, e a CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, inscrita no CNPJ sob nº 01.095.949/0001-85, com sede na Avenida Brasil, nº 517, Centro, na cidade de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Presidente da Câmara Municipal, Sr. Orestes Cláudio Batista, doravante denominadas CONTRATANTES, e, de outro lado, a empresa ELOTECH GESTÃO PUBLICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 80.896.194/0001-94, com sede na Rua Tupã, nº 1643, Recanto dos Magnatas, na cidade Maringá, Estado do Paraná, neste ato representada por LEANDRO JOAQUIM DE SOUZA, portador do RG n° 87152324, inscrito no CPF sob n° 035.470.069-37, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, mediante as cláusulas e condições a seguir:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
Para o novo período de prorrogação estabelecido no 7º Termo Aditivo, o valor total deste aditivo será de R$ 71.839,08 (setenta e um mil, oitocentos e trinta e nove reais e oito centavos), alterando a Cláusula Primeira, item 1.3 do contrato.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
Exercício: 2026
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO

DIAMANTE D'OESTE, 02 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE ELOTECH GESTÃO PÚBLICA LTDA
Amarildo Aparecido da Silva Leandro Joaquim de Souza
Prefeito Municipal RG nº 87152324
Contratante CPF nº 035.470.069-37
Representante Legal Contratada
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO CAMARA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE Orestes Cláudio Batista
Néri Moss Presidente da Câmara Municipal
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:D9394836

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO VALOR PR 52/2025

TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
2° Termo aditivo do contrato nº.331/2025, decorrente de Pregão n° 52/2025 de CONTRATAÇÃO
DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO SOB DEMANDA, DE
PUBLICAÇÃO DE AVISOS DE LICITAÇÕES E PUBLICAÇÕES CORRELATAS DE INTERESSE DO
MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR, NA FORMA DIGITAL/ELETRÔNICA, EM JORNAL
DIÁRIO DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ, ESPECIALMENTE NA REGIÃO
OESTE DO PARANÁ, PARA ATENDER A SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E TURISMO, SECRETARIA
MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE,
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO, SECRETARIA MUNICIPAL
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR..
A PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE, pessoa jurídica de direito público interno,
inscrito no CNPJ sob n° 77.817.476/0001-44, com endereço em R.MAL.CASTELO BRANCO, 596,
CENTRO, DIAMANTE DO OESTE-PR, 85896000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr.
Amarildo Aparecido da Silva, e a empresa EDITORA O ESTADO DO PARANA SA , inscrita no CNPJ
sob nº. 76.568.708/0001-05, com sede no endereço AVENIDA VICTOR FERREIRA DO AMARAL,
306, CENTRO, TARUMA CURITIBA-PR neste ato representada por RAFAEL CECYN LUNDGREN,
portador do RG n° 41291, portador do CPF sob n° 008.887.959-39, acordam por meio deste o que
segue:
CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto - Reajuste de Valores na importância de R$
173.760,00 (cento e setenta e três mil, setecentos e sessenta reais) , corresponde ao acréscimo de
1,0% com finalidade de CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Contrato sob nº 331/2025, referente

à licitação pregão eletrônico sob nº 52/2025, com base na lei 14.133/21, fazer realinhamento de
preço do item do contrato, aumento de 4,44%, aplicando índice IPCA/IBGE; ficando valor unitário de
R$ 10,86 (dez reais e oitenta e seis centavos); sendo valor global do contrato de R$ 173.760,00
(cento e setenta e três mil setecentos e sessenta reais).
com fundamento art. 65, I, alínea b, c/c §1º, da Lei nº. 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.
www.elotech.com.br
TERMO DE ADITIVO
Exercício: 2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Estado do Paraná
CONTRATANTE CONTRATADA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE EDITORA O ESTADO DO PARANA SA
CNPJ:77.817.476/0001-44 CNPJ:765.687.080-00105
RAFAEL CECYN LUNDGREN
PREFEITO MUNICIPAL RG:41291
CPF:008.887.959-39

DIAMANTE DO OESTE 02 de setembro de 2026.

Representante Legal

AMARILDO APARECIDO DA SILVA

www.elotech.

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:1D2A92C0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2941 DE 2 DE SETEMBRO DE 2026.

Prefeitura do Município de Diamante do Oeste
DECRETO Nº 2941 de 2 de Setembro de 2026.

Declara *Situação de Emergência* nas áreas do município afetadas por Tempestade Local /Convectiva - Granizo (13213).

O(A) Senhor(a) **Amarildo Aparecido da Silva**, Prefeito(a) do município de **Diamante do Oeste**, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,
CONSIDERANDO:
• Que ocorreu intensa tempestade de granizo que atingiu o Município de Diamante D'Oeste registrou precipitação pluviométrica de aproximadamente 10 mm e queda de pedras de gelo de grandes dimensões, entre 5 e 10 cm de diâmetro, durante um período crítico de cerca de 5 minutos, cuja magnitude provocou expressivos danos materiais e severa destruição nas coberturas de edificações residenciais e estruturas produtivas como estábulos, atingindo gravemente tanto o perímetro urbano quanto à área rural da cidade, incluindo a Área Urbana de Diamante D'Oeste e as comunidades rurais de Linha KM2, Assentamento Ander Rodolfo Henrique, Linha Posto Fiscal, Linha Santa Maria, Linha Santa Terezinha, Linha Ponte Nova, Linha Roselito, Linha Jacaré, Linha Vila Bonita/Estrada São João e Linha Água da Esperança/Água da Fortuna, afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
• Como consequência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
• Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência.**
DECRETA:
Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213).**
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:
• Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
• Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE,	**PUBLIQUE-SE,**	**CUMPRA-SE.**

Gabinete do Prefeito, 2 de Setembro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito(A) Municipal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:88E14290

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 03/2026 EDITAL Nº. 002.03.2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 03/2026
EDITAL Nº. 002.03.2026

Em cumprimento às determinações do Senhor **AMARILDO APARECIDO DA SILVA**, Prefeito do Município de Diamante D´Oeste - Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, a Comissão Especial de Processo Seletivo nomeada pela Portaria nº 132, de 18 de agosto de 2026, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

1º - A homologação de inscrições de candidatas ao Processo Seletivo Simplificado de Provas de Títulos, para provimento de cargo vago ou que vierem a vagar durante o prazo de validade do Processo Seletivo, no quadro de servidores do Município de Diamante D'Oeste, nos termos da legislação pertinente e das normas estabelecidas no Edital nº 03/2026.

PSICÓLOGA

INSCRIÇÃO	NOME	DATA DE NASCIMENTO
01	CRISLAINE SANTOS MICHALCZECHEN	18/06/2001
02	SABRINA ROCHA	24/11/2001

2º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Diamante D´Oeste, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

REGINA HERPICH FRONZA
Presidente da Comissão Especial de Seleção de Pessoal

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:486A2F7B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 272/2026 ICA DECRETADA A APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS AO TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO E FORMA DE REAJUSTE NA MESMA DATA EM QUE SE DER O REAJUSTE DOS BENEFÍCIOS DO REGIME GERAL DO SENHOR VANDERLI

DECRETO Nº0273/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, através do Senhor Esequiel Bestel Junior;
CONSIDERANDO a regularidade técnica jurídica do processo de aposentadoria;
CONSIDERANDO o cumprimento dos requisitos contidos no art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, na redação anterior à EC nº 103/2019, e Art. 138 da Lei Municipal 13/2020;

DECRETA

Art. 1º. Fica decretada a aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição e forma de reajuste na mesma data em que se der o reajuste dos benefícios do Regime Geral do Senhor **VANDERLI GABRIEL DE OLIVEIRA,** inscrito no CPF sob nº de 514.xxx.xxx-06, ocupante do cargo de **GUARDIÃO**, matricula nº **1670**, em consequência extinto o contrato de trabalho mantido com o Município;
Art. 2º. Com base na legislação vigente, o servidor receberá os proventos, nos moldes do art. 40, § 1º, Inciso III, "a" da CF – Voluntária por Idade e tempo de contribuição, que correspondem a **R$ 2.399,08 (dois mil trezentos e noventa e nove reais e oito centavos);**
Art. 3º. A inatividade decretada produzirá seus efeitos efetivos assim que o ato for registrado pelo Tribunal de Contas do Estado, conforme determina a letra "d" do art. 30 da Lei 5615/67 e inc. III do art. 71 da Constituição Federal/88.
Art. 4º. Este decreto entra em vigor na presenta data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 01 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:FD041028

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 274/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE DR ULYSSES
Estado do Paraná
Exercício: 2026

Decreto nº 274/2026 de 01/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 42/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais),** destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
14.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
14.001.18.541.0007.2.056.		Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente	
618 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	65.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
16.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
16.001.13.392.0019.2.058.		Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	
619 - 3.3.90.30.00.00	3000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
		Total Suplementação:	**75.000,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses , Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:FA7DD325

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº0269/2026 NOMEAR, O SENHOR ERICON PEREIRA DE SOUZA, PORTADOR DO CPF/MFN°114.XXX.XXX-13, NO CARGO TEMPORÁRIO DE TRABALHADOR BRAÇAL;.

DECRETO Nº0269/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Simplificado n° 004-2026;
DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, o senhor **ERICON PEREIRA DE SOUZA,** portador do CPF/MFn°114.XXX.XXX-13, no cargo temporário de TRABALHADOR BRAÇAL;

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 01 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:E10FCC33

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº0270/2026 NOMEAR, O SENHOR MICHEL DE MATOS ESTEVAM, PORTADOR DO CPF/MFN°101.XXX.XXX-18, NO CARGO TEMPORÁRIO DE TRABALHADOR BRAÇAL;

DECRETO Nº0270/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Simplificado n° 004-2026;
DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, o senhor **MICHEL DE MATOS ESTEVAM,** portador do CPF/MFn°101.XXX.XXX-18, no cargo temporário de TRABALHADOR BRAÇAL;

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 01 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:136B51BC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº0271/2026 NOMEAR, O SENHOR LUIZ CARLOS FAGUNDES, PORTADOR DO CPF/MFNº828.XXX.XXX-72, NO CARGO TEMPORÁRIO DE MOTORISTA

DECRETO Nº0271/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Simplificado n° 004-2026;

DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, o senhor **LUIZ CARLOS FAGUNDES,** portador do CPF/MFnº828.XXX.XXX-72, no cargo temporário de MOTORISTA;

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 01 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:39B54BA3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº0272/2026 NOMEAR, A SENHORA DAUNI DE LIMA DE OLIVEIRA, PORTADORA DO CPF/MFNº052.XXX.XXX-29, NO CARGO TEMPORÁRIO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

DECRETO Nº0272/2026

A Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, através do Prefeito, no uso de suas atribuições legais;
CONSIDERANDO a classificação do Processo Seletivo Simplificado n° 001-2025;
DECRETA

Artigo 1º – NOMEAR, a senhora **DAUNI DE LIMA DE OLIVEIRA,** portadora do CPF/MFnº052.XXX.XXX-29, no cargo temporário de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS;

Artigo 2° - Este decreto entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e Publique-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, Gabinete do Senhor Prefeito em 01 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D8ADC720

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0053/2026. ORIGEM: PREGÃO ELETRONICO N°0022/2026.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 0053/2026.

ORIGEM: PREGÃO ELETRONICO N°0022/2026.

DATA DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 31 de agosto de 2026.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

EMPRESA: LINDACIR PORFIRIO DESPLANCHES inscrita no CNPJ sob o numero 05.130.757/0001-13, sediado na Rua Alfredo Carlos Halpes, cep 83590000, Centro, Doutor Ulysses, Estado do Paraná.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE CESTAS BÁSICAS E PRODUTOS DE LIMPEZA E HIGIENE PESSOAL, PARA CONCESSÃO EM ATENDIMENTOS DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS CONCEDIDOS A PESSOAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, CONFORME PARECER SOCIAL REALIZADO PELO CENTRO DE REFERENCIA EM ASSISTENCIA SOCIAL-CRAS, SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL.

VALOR TOTAL R$ 121.000,00(CENTO E VINTE E UM MIL REAIS)

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 01 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:40884E69

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º ADITIVO DO CONTRATO Nº 0024/2025
ORIGEM: PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº 028/2024 DO PREGÃO ELETRÔNICO N º 012/2024.

EXTRATO DO 2º ADITIVO DO CONTRATO Nº 0024/2025

ORIGEM: Processo Administrativo de nº 028/2024 do Pregão Eletrônico N º 012/2024.

DATA DA ASSINATURA: 01 de setembro de 2026;

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, CNPJ: 95.422.911/0001-13;

CONTRATADA: **CMT SERVIÇOS MÉDICOS LTDA,** com sede na Avenida das Americas, n° 4200, Bairro da Tijuca, CEP: 22640-907, Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ: 31.763.090/0001-04.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS PLANTONISTA NA ESPECIALIDADE CLÍNICA GERAL NO REGIME DE 20 E 40 HORAS SEMANAL, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE NA UNIDADE DE SAÚDE DEP. ANÍBAL KURY E DEMAIS UNIDADES QUANDO NECESSÁRIO. PREGÃO 012/2025.

VALOR: R$ 278.995,20 (DUZENTOS E SESSENTA E OITO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E VINTE CENTAVOS).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 MESES.

Doutor Ulysses/PR, 01 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1990CEA3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 094/2016 FICA REVOGADA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DESIGNADA PELO ART. 2º DA PORTARIA Nº 54/2025, QUE INSTAUROU O INQUÉRITO ADMINISTRATIVO Nº 001/2025,

PORTARIA Nº. 0094/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e considerando a necessidade de alteração da Comissão responsável pela condução do Inquérito Administrativo nº 001/2025, instaurado para apurar os motivos que impossibilitaram a conclusão da etapa útil do Convênio nº 2278/2005, celebrado com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA,

RESOLVE:

Art. 1º Fica revogada a composição da Comissão designada pelo art. 2º da Portaria nº 54/2025, que instaurou o Inquérito Administrativo nº 001/2025, ficando os membros anteriormente designados dispensados das respectivas funções a partir da publicação desta Portaria.

Art. 2º Fica alterada a composição da Comissão responsável pela condução do Inquérito Administrativo nº 001/2025, que passará a ser composta pelos seguintes servidores:
I – ISRAEL LINCOLN BOMBONATE FEITOSA DE LIMA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO;
II – JURANDIR KAPP JUNIOR – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS
III – ANDERSON LEME DA SILVA – SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE
IV – JAQUELINE DE PAULA SOUZA – SECRETÁRIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
V- WELITOM SOUZA NECKEL - FISCAL DE OBRAS

Art. 3º Fica nomeado o servidor ISRAEL LINCOLN BOMBONATE FEITOSA DE LIMA, SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO para exercer a Presidência da Comissão responsável pela condução do Inquérito Administrativo nº 001/2025.

Art. 4º Permanecem inalterados os demais dispositivos da Portaria nº 54/2025, especialmente quanto ao objeto, às atribuições e aos procedimentos a serem observados pela Comissão.
Art. 5º A Comissão ora constituída deverá dar continuidade aos trabalhos do Inquérito Administrativo nº 001/2025, aproveitando, no que couber, os atos e documentos regularmente produzidos pela comissão anteriormente designada.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, 02 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:FA075831

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº.0092/2026 FICAM NOMEADOS PARA COMPOREM O CONSELHO FISCAL DO DOUTOR ULYSSES PREV.

PORTARIA Nº.0092/2026

O Prefeito Municipal de Doutor Ulysses, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no art. 70, parágrafo único, da Lei Municipal nº 013/2020, que prevê que, na hipótese de não haver candidatos às vagas de Conselheiro de Administração e Conselheiro Fiscal, o Chefe do Poder Executivo deverá convocar servidores municipais efetivos e estáveis para comporem os respectivos Conselhos;

CONSIDERANDO o processo de escolha dos membros do Conselho Fiscal do Doutor Ulysses Prev, regulamentado pelo Edital nº 001/2026;

CONSIDERANDO que, dentro do prazo estabelecido no referido Edital, não houve inscrição de chapa ou candidatos interessados em concorrer às vagas destinadas à composição do Conselho Fiscal;

CONSIDERANDO o teor do Ofício encaminhado pela Diretoria Executiva do Doutor Ulysses Prev, solicitando a indicação e posterior nomeação de servidores municipais efetivos e estáveis para a composição do Conselho Fiscal;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam **NOMEADOS** para comporem o Conselho Fiscal do Doutor Ulysses Prev., os seguintes servidores municipais efetivos e estáveis:

Nome	CPF
Titular – Sirlei de Souza Rosa	019.xxx.xxx-02
Suplente – Nair Monteiro	016.xxx.xxx-90
Titular – Welitom Souza Neckel	076.xxx.xxx-33
Suplente- Eunice Aparecida Antunes de Souza	021.xxx.xxx-16
Titular- Geneis Monteiro	036.xxx.xxx-03
Suplente – Angelina Do Rocio Ducheiko	060.xxx.xxx-24

Art. 2º Os membros ora nomeados deverão exercer suas atribuições na forma estabelecida pela Lei Municipal nº 013/2020, pelo Regimento Interno do Doutor Ulysses Prev e demais normas aplicáveis, observadas as competências e responsabilidades inerentes ao Conselho Fiscal.

Art. 3º O mandato dos membros nomeados por esta Portaria observará o prazo e as disposições estabelecidas na legislação municipal aplicável ao Conselho Fiscal do Doutor Ulysses Prev.
Art. 4º Os membros nomeados deverão observar, no exercício de suas funções, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como as demais normas que regem a Administração Pública e o Regime Próprio de Previdência Social.
Art. 5° - Esta portaria entra em vigor a partir da presente data, revogados as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Doutor Ulysses, Gabinete do Senhor Prefeito Municipal, em 01 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:736454BE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - 67993635 ISADORA VALENTINA DA COSTA KOZAK

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021e pela Plataforma digital do Governo Federal Contrata + Brasil e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	62/2026
b) Licitação Nrº :	25/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	02/09/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW POCKET INTERATIVO COM PERSONAGENS, CONTEMPLANDO ATIVIDADES DE ENTRETENIMENTO E RECREAÇÃO VOLTADA AO PUBLICO INFANTIL. CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO GOVERNO FEDERAL DO CONTRATA+BRASIL
f) Processo Adm Nrº :	62/2026

12.122.0002.2.013. - Manutenção da Secretária Municipal de Educação

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: 67993635 ISADORA VALENTINA DA COSTA KOZAK
CNPJ/CPF: 67.993.635/0001-08

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE SHOW POCKET INTERATIVO COM PERSONAGENS, CONTEMPLANDO ATIVIDADES DE ENTRETENIMENTO E RECREAÇÃO VOLTADA AO PUBLICO INFANTIL. CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO GOVERNO FEDERAL DO CONTRATA+BRASIL	1	R$ 13.000,0000	R$ 13.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 13.000,00

DOUTOR ULYSSES, 02 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:0D3ACCF1

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - ALEX RIBEIRO GARCIA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, Lei nrº 14.133/2021e pela **Plataforma Contrata + Brasil**, plataforma digital do Governo Federal e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	63/2026
b) Licitação Nrº :	26/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	01/09/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE UM NOVO PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELETRICA BIFASICO 220 V EM LOCAL PADRÃO ATUALMENTE EXISTENTE NA UNIDADE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO GOVERNO FEDERAL CONTRATA+BRASIL.
f) Processo Adm Nrº :	63/2026

12.365.0003.2.085. - Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: ALEX RIBEIRO GARCIA
CNPJ/CPF: 45.999.918/0001-24

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA INSTALAÇÃO DE UM NOVO PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA ELETRICA BIFASICO 220 V EM LOCAL PADRÃO ATUALMENTE EXISTENTE NA UNIDADE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO GOVERNO FEDERAL CONTRATA+BRASIL.	1	R$ 1.450,0000	R$ 1.450,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.450,00

DOUTOR ULYSSES, 01 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1D65069A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO CRISTIANO AFONSO DE MELO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e pela plataforma digital do

Governo Federal Contrata + brasil e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	64/2026
b) Licitação Nrº :	27/2026
c) Modalidade :	Inexigibilidade:
d) Data Homologação :	02/09/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO E REVISÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES ELETRICAS DE UNIDADE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO GOVERNO FEDERAL CONTRATA+BRASIL
f) Processo Adm Nrº :	64/2026

12.365.0003.2.085. - Manutenção das escolas de Ensino enfantil - Pré-escola

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: CRISTIANO AFONSO DE MELO
CNPJ/CPF: 55.865.316/0001-38

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE INSPEÇÃO E REVISÃO GERAL DAS INSTALAÇÕES ELETRICAS DE UNIDADE ESCOLAR DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. CONFORME DETALHADO NA DEMANDA ABERTA NA PLATAFORMA DO GOVERNO FEDERAL CONTRATA+BRASIL	1	R$ 1.000,0000	R$ 1.000,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.000,00

DOUTOR ULYSSES, 02 de setembro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:1C440114

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE ANULAÇÃO PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA N° 055/2026

O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, por intermédio de sua autoridade competente, torna pública a **ANULAÇÃO do Pregão Eletrônico nº 055/2026**, cujo objeto consiste na **"Contratação de empresa especializada para execução da obra de construção de banheiros públicos no Parque Ambiental da Prainha, localizado no Município de Fernandes Pinheiro – PR, conforme Plano de Ação nº 09032026-092466 e Emenda Parlamentar nº 202637050002 do Ministério do Turismo"**.
A presente anulação decorre da constatação de **vício na modalidade licitatória adotada**, uma vez que o objeto do certame possui natureza de **obra**, conforme expressamente descrito no instrumento convocatório.
Assim, considerando a natureza do objeto, verifica-se a necessidade de adequação da modalidade licitatória, de modo a assegurar a observância dos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, planejamento, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.
A medida encontra fundamento, ainda, no art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, que autoriza a autoridade competente a proceder à anulação da licitação, sempre que presente ilegalidade insanável, devendo ser indicados os atos atingidos pelo vício e tornados sem efeito os atos subsequentes que deles dependam.
Dessa forma, fica **ANULADO o Pregão Eletrônico nº 055/2026**, bem como os atos dele decorrentes, para que a contratação seja reestruturada e promovida mediante a modalidade licitatória adequada à natureza do objeto.
Informa-se, por fim, que a Administração adotará as providências necessárias para a instauração de **novo procedimento licitatório, na modalidade concorrência**, observando-se a legislação aplicável e promovendo-se a adequação e a correspondente divulgação dos documentos do novo certame.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 02 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:2088A5B4

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 153/2026
CONTRATO Nº 047/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: ESTANCIA HIDROTERMAL VERE LTDA
CNPJ: 79.862.363/0001-96

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de hospedagem, alimentação e demais serviços necessários à realização de viagem destinada aos participantes da Melhor Idade do Município de Fernandes Pinheiro/PR, no âmbito do Programa Viaja +60 Paraná.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 30 (trinta) dias.
VALOR: R$ 46.500,00 (quarenta e seis mil e quinhentos reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Fernandes Pinheiro, 02 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:EF33DF49

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 063/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 162/2026

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO
CNPJ: 01.619.323/0001-20

CONTRATADO: ELIANA WEBBER
CNPJ: 25.092.712/0001-09

Objeto: Aquisição de estante para livros com nicho, tapete emborrachado, almofada e cortinas para o Centro Municipal de Educação Infantil Terezinha de Jesus Meira Kuller.

Valor: R$ 2.698,00 (dois mil, seiscentos e noventa e oito reais)
Prazo de execução: 30 (trinta) dias.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, regulamento pelo Decreto municipal Nº 208/2024.

Fernandes Pinheiro, 02 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:CC961524

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
EDITAL Nº 40/2026 -PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2026

CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E POSSE

O PREFEITO MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando a Homologação do Resultado final do Processo Seletivo Simplificado 01/2026;

RESOLVE
Convocar, as candidatas abaixo relacionadas, para que compareçam no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, PR, situado na Avenida Remis João Loss, n° 600, Centro, até o dia 08/09/2026, das 09h às 17h, munidas da documentação a que se refere o item 10.3 do edital de abertura n° 01/2026, descritos no anexo único do presente edital:
CARGO: PROFESSOR 20 HORAS

Classificação	Nome	Pontuação
46º	Fernando Henrique Chicalski	47,5
47º	Janaina de Lima Jaques	47,5
48º	Danielle Kuller	47,5
49º	Janice Alves Pires	47
50º	Sonia Maria Vasco	47
51º	Ana Camila Carlos	47

O não comparecimento no prazo previsto em edital de convocação, ou a não entrega de algum documento caracterizará eliminação do processo.

Fernandes Pinheiro, 02 de setembro de 2026.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

Anexo único- Edital n° 040/2026 PSS 01/2026
A candidata deverá comparecer ao Departamento de Recursos Humanos mediante apresentação dos seguintes documentos:
- 1 foto 3x4(recente);
- RG (cópia simples)
- CPF(cópia simples);
- Título de Eleitor(cópia simples);
- Certidão de Quitação Eleitoral emitida pelo link <https://www.tre-pr.jus.br/eleitor/servicos-ao-eleitor/certidoes/quitacao-eleitoral>.
- Certidão de Nascimento(cópia simples), OU;
- Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável (cópia simples) e documentos do conjuguê(CPF e RG), OU;
- Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo(cópia simples), OU:
- Certidão de Casamento com averbação de divórcio se divorciado(cópia simples);
-Comprovante de Residência atual(cópia simples);
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos que contenha o número do CPF e/ou RG e CPF(cópia simples);
- Cópia da CTPS (1° e 2° páginas, opcional caso tenha modelo físico)
- Comprovante inscrição do PIS/PASEP , o qual poderá ser obtido através de cópia da carteira de trabalho, ou site do INSS, ou ainda junto a Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil.
- Comprovante de Escolaridade(cópia simples), diploma acompanhado de histórico escolar.
- Carteira de Reservista ou Certidão de Quitação com o Serviço Militar(cópia simples);
- Certidão de antecedentes criminais da JUSTIÇA FEDERAL E ESTADUAL, sendo a estadual emitida pelo link < https://www.atestados.pr.gov.br/info/aac> e a federal < https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php>, expedida no máximo nos últimos 180 (cento e oitenta) dias antes da posse;
OU, Certidão negativa de antecedentes criminais para fins cíveis emitida por cartórios distribuidores ou cartórios criminais e Varas de Execução Penal (se houver) das cidades nas quais o candidato tenha residido/domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida no máximo nos últimos 180 (cento e oitenta) dias antes da posse;
- Atestado de saúde ocupacional, emitido nos últimos 30 dias, que comprove aptidão física e mental para o cargo pretendido, conforme anexo ,conforme edital de abertura é de responsabilidade do candidato a obtenção e entrega do mesmo (modelo em anexo).
- Declaração de Bens e Valores (declaração de Imposto de Renda), caso o convocado seja isento da entrega poderá apresentar declaração de bens autodeclaratória, conforme modelo em anexo.
- Declaração de não acúmulo de cargos (modelo em anexo).
- Declaração de não de proventos de inatividade (modelo em anexo);
O não comparecimento no prazo previsto em edital de convocação, ou a não entrega de algum documento caracterizará eliminação do processo.
Após a entrega da documentação, será entregue, pelo Departamento de Recursos Humanos, carta para abertura de conta salário, que deverá ser Caixa Econômica Federal, ag 0390, essa abertura deverá ser realizada posteriormente a entrega da documentação.

OZIEL NEIVERT
Prefeito Municipal

TERMO DE DESISTÊNCIA

Considerando que fui convocado(a) para ocupar a vaga disponível no PSS 01/2026 , para contratação na função temporária Cargo venho pelo presente declarar que não tenho interesse no momento em assumi-la e cedo minha vaga ao próximo da lista de classificados.

Data: Nome: Assinatura:

DECLARAÇÃO ACÚMULO OU NÃO DE CARGO/EMPREGO

Eu _____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____, declaro, para investidura no cargo de _____, do quadro de emprego público da prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro.
( ) Não exerço nenhum cargo público (função ou emprego em Entidades Federais. Estaduais ou Municipais), bem como Autarquias, Empresas Públicas ou de Economia Mista e em Fundações Públicas.
( ) Exerço o (s) cargos (s) público (s), função (es) ou emprego (s) abaixo:
_____cuja jornada de trabalho é de _____horas semanais, das____as_____, junto a_____.
Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito às penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal durante o exercício do cargo para o qual ingressarei.

Fernandes Pinheiro, _____ de _____de 2026.
_____
Declarante

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO, OU NÃO, DE PROVENTOS DE INATIVIDADE

_____, portador (a) do RG nº _____ e CPF nº _____, declaro, para investidura no cargo de _____, do quadro da (o) Prefeitura Municipal de Fernandes Pinheiro, que:

( ) Não percebo proventos de inatividade, seja pela União, pelos Estados ou pelos Municípios.
( ) Percebo proventos de inatividade na(s) seguinte(s) esfera(s):
_____.
Por ser verdade, assino a presente declaração, para fins de validade.

Fernandes Pinheiro, _____ de _____de 2026.
_____
Declarante

ATESTADO DE SAÚDE OCUPACIONAL

Nome:

RG UF: CPF:
Data de Nascimento:_/_/_ Sexo:_

Função Pretendida:

PARECER MÉDICO EXAMINADOR

Atesto que o candidato acima descrito foi submetido a Exame Médico e encontra-se:
( ) APTO para exercer a função de_, gozando de plena saúde física mental.
( ) INAPTO para exercer a função de_.

Local:_Data:_/_/_/2026

_
Médico Examinador Assinatura e Carimbo

Para preenchimento do candidato na data de sua contratação

Eu,___, RG: __
Declaro que nesta data de início do meu contrato de trabalho pelo regime especial permaneço em plenas condições de saúde física e mental para desempenhar as atribuições da função para a qual estou sendo contratado.
Local e data:__, ___de_de_.

Asssinatura do candidato___

DECLARAÇÃO DE BENS

Servidor: _____
Telefone: (___)_____
E-mail: _____

Em atendimento a Recomendação Administrativa nº 169/2020 do Ministério Público de Contas do Estado do Paraná e a Lei nº 12.846/2013 ainda o Decreto Municipal n 099/2020, Declaro:

( ) Não possuo bens ou valores a serem informados;

( ) Possuo os bens ou valores constantes da cópia da Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda da Pessoa Física anexa;
( ) Possuo os bens ou valores constantes da relação abaixo:

Obs. Tipo de bem: Imóvel (terreno, apartamento, casa, loja, outros), Veículo, Embarcação, Dinheiro, Valor em conta bancária, Títulos, Ações e qualquer outra espécie de bens e valores patrimoniais localizados no País ou no exterior.

BENS	VALOR

Declaro que as informações prestadas são verdadeiras e assumo a inteira responsabilidade pelas mesmas,

Fernandes Pinheiro, de de .

_____
Assinatura

Publicado por:
Pedro Ricardo Santos
Código Identificador:2F3E5D8B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

LICITAÇÕES
ADITIVO AP

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Aditivo : 048/2026 Tipo Aditivo : Aditivo de Prazo e Valor (Acréscimo)
Contrato Nº : 81/2025

Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL

Contratada : AP SOLUCOES EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA
Valor : R$ 59,900.00

Vigência : Data do Aditivo: 02/09/2026 Nova data final : 02/09/2027
Objeto : Aditivo nº 048/2026 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços contínuos de suporte técnico em Tecnologia da Informação (TIC), para atender as demandas do Município de Flor da Serra do Sul – PR.
FLOR DA SERRA DO SUL, 02 DE SETEMBRO DE 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:7DC12744

LICITAÇÕES
DISTRATO SDC

Extrato de distrato (Rescisão) do Contrato n° 049/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL.
CONTRATADA: **SDC MATERIAIS E SERVICOS LTDA**
OBJETO: **Registro de Preços para Aquisição de Contêineres Móveis para utilização na coleta seletiva urbano e serviços da Secretaria de Meio Ambiente do município de Flor da Serra do Sul-PR.**
RESCISÃO/DISTRATO: Unilateral.
DATA DA RESCISÃO/DISTRATO: 01 de Setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:E83297A3

LICITAÇÕES
EXTRATO ADTIVO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Apostilamento : 1

Contrato Nº : 55/2025

Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL

Contratada : 51.849.042 TIAGO NEREU RITTER

Data do apostilamento : 02/09/2026

Tipo do Apostilamento : Reajuste de Preço Previsto no Contrato Tipo da alteração apostilamento : ACRESCIMO
Descrição : Apostilamento

FLOR DA SERRA DO SUL, 02 DE SETEMBRO DE 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:0561D185

LICITAÇÕES
EXTRATO JC

EXTRATO DO CONTRATO Nº 104/2026

CONTRATANTE: Município de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, com sede à Rua Rua Hermínio Perondi, nº 176, Centro, inscrito no CGC/MF nº 95.589.271/0001-30, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, VALMOR FELIPE JUNIOR, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.002.483-5 SSP/PR e do CPF/MF nº 035.XXX.XXX-08, e

CONTRATADA: JC BARBOSA CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO: Objeto da Contratação: Ampliação do Colégio Nossa Senhora da Glória com a execução dos serviços preliminares; movimento de terra, drenagem e águas pluviais; fundações; estruturas; alvenaria, divisória, muros e fechos; cobertura; esquadrias, acessórios, vidros e espelhos; instalações elétricas, telefonia, sistemas de proteção e ventilação; instalações hidrossanitárias, gás – glp, incêndios e aparelhos; revestimentos, impermeabilizações, pinturas, argamassas; pavimentação, paisagismo e equipamentos externos; limpeza final e demais itens e especificações constantes em projeto.

VALOR: R$ 1.269.200,00 (Um Milhão e Duzentos e Sessenta e Nove Mil e Duzentos Reais).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 360 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 720 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 01 de Setembro de 2026.

FORO: Comarca de Marmeleiro, Estado do Paraná.
Flor da Serra do Sul/Pr, 01 de Setembro de 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:4DDA5015

LICITAÇÕES
EXTRATO PEDREIRA

Contrato N°	103/2026			
Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL			
Contratada:	PEDREIRA PALMA SOLA LTDA			
Valor:	756.545,00			
Vigência:	Início:	01/09/2026	Término:	31/08/2028
Licitação:	10/2026			
Objeto da Contratação: Contratação de empresa de engenharia para execução de obra de pavimentação poliédrica sobre pavimentação primária (calçamento) em acessos e trechos rurais do Município de Flor da Serra do Sul/PR, no âmbito do Programa Municipal "Porteira a Dentro" (Lei Municipal n.º 900/2024, alterada pelas Leis n.º 919/2026 e n.º 962/2026; Decreto Municipal n.º 34/2026).				
Flor da Serra do Sul, 01 de Setembro de 2026				

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:A99A45FA

RH
PORTARIA 336/2026

PORTARIA Nº 336/2026

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder 15 (quinze) dias de férias para a Servidora Pública Municipal Sra. **CARLA DALIANA DAMASCENO,** inscrita no RG sob Nº 87562867-SSP-PR, efetiva no cargo de NUTRICIONISTA, referente ao período aquisitivo 2025/2026, a partir de 01 de setembro de 2026, devendo retornar às atividades em 16 de setembro de 2026.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 01 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:A65D2E4A

RH
PORTARIA 337/2026

PORTARIA Nº 337/2026

ALTERA LOTAÇÃO DE SERVIDOR

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:

Art. 1º - ALTERAR a lotação do servidor público municipal, Sr. **JOLVANI LODDI LOFF**, inscrito no RG sob nº 9.424.723-3 II-PR ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, passando a desempenhar a partir de 02 de setembro de 2026 suas funções na Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 02 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:3A9DA936

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLÓRIDA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5.141, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETO Nº 5.141, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a prorrogação do prazo de vigência do mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Flórida.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLÓRIDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a necessidade de prorrogação do atual mandato dos membros do Conselho Municipal de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Flórida, até que se proceda novas adequações à legislação municipal e nomeação de nova composição

DECRETA:

Art.1º Fica prorrogado até 30 de novembro de 2026, o prazo de vigência do mandato dos atuais membros do Conselho Municipal de Previdência do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Flórida.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2026.

Flórida-PR, 31 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Genilza Corrêa de Godoi
Código Identificador:68DAE338

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
ATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2026
PROCESSO 86/2026

Considerando a necessidade da Prefeitura Municipal de Flórida em realizar a Aquisição de IMÓVEL URBANO CONSTITUÍDO PELO LOTE Nº 6/7/8/B, DA QUADRA Nº 03, da subdivisão das datas de terras sob o nºs 6, 7 e 8, com área de 1.200,00 metros quadrados, situado no Município de Flórida, Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná, conforme documentação e descrição constante no Anexo I do Decreto Municipal nº 5.108, de 2026, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel em questão, que declarou de utilidade pública, para fins de desapropriação, o imóvel em questão, e considerando que não existem imóveis públicos vagos e disponíveis que atendam ao objeto, declaro INEXIGÍVEL a licitação, com fundamento no art. 74, *caput*, V, da Lei Federal nº 14.133/2021, em favor de **THILUAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA**, inscrito no CNPJ sob n° 73.469.960/0001-68, no valor de R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais).

Flórida, 02 de setembro de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Eduardo Cesnik Cardoso
Código Identificador:99FAE6C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 166/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Detentora: 66.842.412 ANA JULIA CASTELLANI
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos e aviamentos para atendimento da demanda das Secretarias Municipais.
Valor total da Ata: R$ 20.409,00 (vinte mil, quatrocentos e nove reais).
Vigência da ata: 12 (doze) meses.

Flórida, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:8B366B2A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Detentora: CHSF DISTRIBUIDORA TEXTIL LTDA
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos e aviamentos para atendimento da demanda das Secretarias Municipais.
Valor total da Ata: R$ 22.811,73 (vinte e dois mil, oitocentos e onze reais e setenta e três centavos).
Vigência da ata: 12 (doze) meses.

Flórida, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:05983C9B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 168/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Detentora: HERNANDES & CIA. LTDA - ME
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos e aviamentos para atendimento da demanda das Secretarias Municipais.
Valor total da Ata: R$ 13.191,15 (treze mil, cento e noventa e um reais e quinze centavos).
Vigência da ata: 12 (doze) meses.

Flórida, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:CA1902B4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 169/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Detentora: J.S.A COMÉRCIO LTDA
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos e aviamentos para atendimento da demanda das Secretarias Municipais.
Valor total da Ata: R$ 4.431,00 (quatro mil, quatrocentos e trinta e um reais).
Vigência da ata: 12 (doze) meses.

Flórida, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:BD7DAB5C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 170/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Detentora: SIMONE KACIANO DE ARAÚJO ME
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos e aviamentos para atendimento da demanda das Secretarias Municipais.
Valor total da Ata: R$ 442,71 (quatrocentos e quarenta e dois reais e setenta e um centavos).
Vigência da ata: 12 (doze) meses.

Flórida, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:DEE3F815

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO-DIVISÃO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 171/2026

Contratante: MUNICÍPIO DE FLÓRIDA
Detentora: TECELAGEM MADRYTEX LTDA
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de tecidos e aviamentos para atendimento da demanda das Secretarias Municipais.
Valor total da Ata: R$ 28.251,00 (vinte e oito mil, duzentos e cinquenta e um reais).
Vigência da ata: 12 (doze) meses.

Flórida, 26 de agosto de 2026.

ANTONIO EMERSON SETTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daniele Cristina de Carvalho
Código Identificador:437B1820

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 162/2026.

PROCESSO: Chamada Pública nº 1/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO DE HORTIFRUTIGRANJEIROS DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 08.704.240/0001-89)
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME § 1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE RELATIVAS AO PNAE"
VALOR TOTAL: R$ 225.155,10 (Duzentos e Vinte e Cinco Mil, Cento e Cinqüenta e Cinco Reais e Dez Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 01/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:7E63B1D3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 163/2026.

PROCESSO: Chamada Pública nº 1/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: COOPERATIVA FAMILIAR AGROECOLÓGICA DE MANGUEIRINHA - COFAMANG (CNPJ Nº 40.963.247/0001-28)
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DIRETO DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL CONFORME § 1º DO ART. 14 DA LEI Nº 11.947/2009 E RESOLUÇÃO DO FNDE RELATIVAS AO PNAE"
VALOR TOTAL: R$ 101.388,50 (Cento e Um Mil, Trezentos e Oitenta e Oito Reais e Cinqüenta Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 01/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:E0987BD6

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026.

PROCESSO: Dispensa nº 21/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: ARI ECCO & CIA LTDA (CNPJ Nº 04.916.316/0001-89)
OBJETO: "AQUISIÇÃO DE UM PAINEL DE EUCATEX E UM PERFIL CANTONEIRA EUCATEX DESTINADO A FECHAR SALA DA TRIBUTAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO/PR"
VALOR TOTAL: R$ 821,00 (Oitocentos e Vinte e Um Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 7 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 02/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:676A2FE9

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 165/2026.

PROCESSO: Dispensa nº 20/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: AIRAMO MOVEIS PROJETADOS LTDA (CNPJ Nº 44.919.735/0001-99)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FABRICAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE MÓVEIS PLANEJADOS SOB MEDIDA, DESTINADOS AO SETOR DE ATENDIMENTO/RECEPÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE JOAQUIM VIEIRA"
VALOR TOTAL: R$ 20.647,00 (Vinte Mil, Seiscentos e Quarenta e Sete Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 30 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 02/09/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:71EC925D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 228/2026

PORTARIA Nº 228/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO:

A disponibilidade de o servidor (a) conduzir veículos oficiais da Prefeitura, tendo em vista que isto não acarretará ônus ao município, uma vez que possui habilitação compatível com o devido transporte, e que não se encontre com a sua C.N.H vencida.

R E S O L V E

Artigo 1º - Autorizar o servidor abaixo a conduzir os veículos públicos;

NOME DO SERVIDOR	RG	N° DE REGISTRO C.N.H
EDSON ALVES MARCELINO	12.493.409-5	06686515700 (categoria AD)

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura.

Foz do Jordão, 02 de Setembro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:104A2D76

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 229/2026

PORTARIA Nº 229/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO:
O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com a Lei Municipal nº 05/1997, artigo 240 Parágrafo Único:

R E S O L V E
Artigo 1º - Concede licença para trato de interesse particular por um período de 24 meses, sem vencimentos para a servidora **"VANDERLEIA MOSCHEN DA SILVA"** portadora do RG nº 7.349.662-4 e inscrita no CPF nº 027.653.969-90, ocupante do Cargo Efetivo de **"TELEFONISTA",** do Município de Foz do Jordão, estado do PR.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposição em contrário.

Foz do Jordão, 02 de setembro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:78015EB7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 109 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, convoca os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br.

CONVOCA abaixo relacionado para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, N.º 601, centro, em General Carneiro, Estado do Paraná, para apresentarem os documentos conforme estabelecido no Item 17.5 do Edital de abertura do referido Concurso e consoante o rol abaixo mencionado. **O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do candidato no concurso público.**
1) Cópia da Carteira de Identidade;
2) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3) Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
4) Cópia da Carteira e Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
5) Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
6) Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
7) Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
8) Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual: (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102).
10) Certidão negativa de antecedentes criminais Federal: (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-crminais).
11) Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura do Concurso;
12) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do emprego;
13) Comprovante de Endereço, (cópia conta de luz, água ou telefone);
14) Carteira de Habilitação Categoria "C" e "D" e "E", conforme requisito exigido para o cargo;
15) Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
16) O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e avaliação psicológica e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga. (conforme item 17.4 do Edital de Abertura do Concurso)
17) Dados para cadastro: Número de telefone e e-mail; Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;

1.

Classificação	Nome	Cargo	Concorrência
62º	CLAUDIO RODRIGUES	Auxiliar de Serviços Diversos	Ampla concorrência

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 2 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:3F8CC8FA

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 2.222 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA " DECLARA UTILIDADE PÚBLICA A GENERAL ESPORTE CLUB – GEC E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS."

A Câmara Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei de autoria do Legislativo **Nº.009/2026,** e Eu, **Joel Ricardo Martins Ferreira, Prefeito Municipal**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica declarada de Utilidade Pública, para todos os efeitos no âmbito do Município de General Carneiro, a **GENERAL ESPORTE CLUB – GEC**, fundada em 25 de julho de 2025, inscrita no CNPJ n.º 64.956.490/0001-87, com sede e foro neste Município.

Art. 2º. Cessará automaticamente os efeitos da declaração de utilidade pública caso a entidade:

I - altere a finalidade para a qual foi instituída ou negue-se a cumpri-la;
II - modifique seu estatuto ou sua denominação dentro de trinta dias contados da averbação do cartório de Registro de Títulos e documentos, e não o comunique ao órgão competente no município;
III - seja utilizada para fins políticos, ferindo os princípios para qual foi criada;
IV - utilize recursos públicos, ferindo os princípios para qual foi criada;
V - promova atos de desordem ou incentivo à desobediência civil;

Art. 3º. Fica o Executivo Municipal responsável a adotar no que lhe couber, as providências necessárias ao cumprimento desta legislação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:6B45906E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 145/2026
Pregão Eletrônico N° 052/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **17 de setembro de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **052/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos de informática, equipamentos e insumos, destinados à manutenção, modernização e ampliação da infraestrutura tecnológica dos órgãos e secretarias da Administração Pública Municipal de General Carneiro/PR.

General Carneiro - PR, 02 de setembro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:FE2A1FB5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Inexigibilidade de Licitação nº 021/2026
Processo Licitatório nº 114/2026
Adjudicação/Homologação: 02/09/2026
Credenciadas: **INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MADEIRAS MORANE LTDA** – CPNJ: 31.047.585/0001-29
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro– PR

Objeto: "**CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS, visando ao fornecimento parcelado e sob demanda de materiais de construção, materiais elétricos, hidráulicos, ferragens, tintas, ferramentas, agregados, artefatos de cimento, madeiras, materiais para cobertura, acabamentos e demais insumos correlatos, mediante aplicação de desconto sobre os preços constantes da Tabela SINAPI – Desonerada vigente, destinados à manutenção, conservação, recuperação, reforma, ampliação e execução de serviços nas diversas Secretarias do Município de General Carneiro – PR."**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:390C43BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

EXTRATO CHAMAMENTO PÚBLICO

Chamamento Público n° **015/2025**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR
Credenciados: **VIP AUTO PEÇAS LTDA**

Objeto: **Chamamento Público visando o credenciamento para o fornecimento parcelado de peças automotivas originais e paralelas, com base nas tabelas oficiais AUDATEX, CILIA ou ORION, destinadas à manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos leves, médios e pesados pertencentes às diversas Secretarias Municipais de General Carneiro – PR.**

Os documentos permanecerão disponíveis para consulta, respeitando-se os prazos legais para apresentação de **impugnações e recursos**, conforme previsto na Lei nº 14.133/2021.

Kimberly de Moura da Rosa
Agente de Contratação

General Carneiro/PR, 03 de setembro de 2026.

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:244A7CD7

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 06/2026

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de General Carneiro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação e Cultura Maria Salete Oliveira Volenkevicz, mantenedora da Escola Municipal do Campo Helena Wolf, Ensino Infantil e Ensino Fundamental, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria 072/2025, e considerando a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR;

HOMOLOGA

Art. 1º - Escola Municipal do Campo Helena Wolf, Ensino Infantil e Ensino Fundamental do Município de General Carneiro, Estado do Paraná.

Art. 2º - O Estatuto do Conselho Escolar homologado por este Ato entra em vigor a partir desta data.

General Carneiro, Estado do Paraná, 01 de Setembro de 2026

MARIA SALETE DE OLIVEIRA VOLENKEVICZ
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Port. 072/2025

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:33365579

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 9.961/2026

REGULAMENTA JORNADA ESPECIAL DE TRABALHO DOS SERVIDORES OCUPANTES DOS CARGOS DE MOTORISTA E AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DESIGNADOS PARA EXERCER SUAS FUNÇÕES NA ATIVIDADE DE COLETA DE LIXO ORGÂNICO OU RECICLÁVEL, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.059/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES CONFERIDAS PELO ART. 76, VIII, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ;

Considerando o disposto no art. 1º da Lei Municipal nº 3.059/2024, que estabelece jornada especial de trabalho aos servidores ocupantes dos cargos de Motorista e Auxiliar de Serviços Gerais que exerçam suas funções na atividade de coleta de lixo, orgânico ou reciclável, determinando que sua jornada, horários, turnos e demais questões correlatas sejam regulamentados por Decreto;

Considerando a necessidade de disciplinar a organização da jornada de trabalho dos servidores envolvidos na coleta de resíduos sólidos, de modo a assegurar a continuidade, regularidade e eficiência do serviço público;

Considerando a necessidade de estabelecer critérios para a distribuição dos servidores em equipes, turnos, rotas e escalas, de acordo com as necessidades operacionais do serviço;

Considerando as disposições da Lei Complementar Municipal nº 11/2009 – Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais.

DECRETA

Art. 1º - Este Decreto regulamenta a jornada especial de trabalho dos servidores ocupantes dos cargos de Motorista e Auxiliar de Serviços Gerais que sejam designados para exercer suas funções na atividade de coleta de lixo orgânico ou reciclável, nos termos do art. 1º da Lei Municipal nº 3.059/2024.

Art. 2º - A jornada especial de trabalho dos servidores abrangidos por este Decreto será cumprida em jornada de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais de efetivo trabalho, observados os horários, turnos, escalas, rotas e demais determinações estabelecidas pela secretaria competente.

§1º A jornada prevista no caput será organizada, preferencialmente, nos seguintes turnos:
I. turno matutino: das 06h00min às 12h15min, compreendendo 06 (seis) horas de efetivo trabalho e 15 (quinze) minutos de intervalo para descanso;
II. turno vespertino: das 12h30min às 18h45min, compreendendo 06 (seis) horas de efetivo trabalho e 15 (quinze) minutos de intervalo para descanso.

§2º O intervalo previsto no § 1º será usufruído em momento compatível com a organização das atividades e a continuidade do serviço, observadas as orientações da chefia imediata.

§3º Os horários de início e término dos turnos poderão ser ajustados pela Administração Municipal, sempre que necessário ao adequado funcionamento do serviço, desde que preservada a jornada diária de 06 (seis) horas de efetivo trabalho e observadas as disposições da Lei Municipal nº 3.059/2024 e da legislação municipal aplicável.

Art. 3º - Integram a jornada de trabalho todas as atividades diretamente relacionadas e necessárias à execução dos serviços de coleta de lixo orgânico ou reciclável, incluindo:

I. inspeção, abastecimento e preparação dos veículos, máquinas, equipamentos e materiais necessários à execução do serviço;
II. coleta de resíduos orgânicos e recicláveis;
III. carregamento, acondicionamento e transporte dos resíduos coletados;
IV. descarregamento dos resíduos nos locais determinados pela Administração Municipal;
V. limpeza, conservação e guarda dos veículos, equipamentos e materiais utilizados na execução do serviço; e
VI. demais atividades correlatas e indispensáveis ao regular desempenho das atribuições funcionais.

Art. 4º - Compete à Secretaria Municipal responsável pela execução dos serviços de coleta organizar e estabelecer a distribuição dos servidores entre equipes, veículos, rotas, turnos e escalas, de acordo com as necessidades do serviço, observadas as atribuições dos respectivos cargos e as disposições da legislação municipal.

Parágrafo Único. A organização prevista no caput poderá ser ajustada sempre que houver alteração nas necessidades operacionais do serviço, devendo ser assegurada a adequada prestação do serviço público e o cumprimento da jornada estabelecida neste Decreto.
Art. 5º - O controle de frequência e da jornada dos servidores abrangidos por este Decreto será realizado por meio dos sistemas oficiais de registro de frequência adotados pelo Município, sendo obrigatória a marcação dos horários de entrada, saída e demais registros exigidos pela Administração.

Parágrafo Único. O registro de frequência deverá refletir fielmente o período efetivamente trabalhado, vedada a realização de jornada sem o respectivo registro, ressalvadas as situações excepcionais devidamente justificadas e autorizadas pela Administração.

Art. 6º - Os servidores deverão cumprir integralmente a jornada, os horários, as escalas e os roteiros de trabalho estabelecidos pela Administração, bem como as determinações de seus superiores hierárquicos relacionadas ao regular desempenho das atribuições funcionais, observados os princípios que regem a Administração Pública.

Art. 7º - O descumprimento injustificado da jornada de trabalho, das escalas, dos roteiros ou das determinações funcionais sujeitará o servidor às medidas administrativas e disciplinares previstas na Lei Complementar Municipal nº 11/2009, assegurados, em qualquer hipótese que possa resultar em sanção, o contraditório e a ampla defesa, na forma da legislação aplicável.

Art. 8º - A designação do servidor para exercer suas funções na atividade de coleta de lixo orgânico ou reciclável será formalizada por ato da autoridade competente, observados os requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 3.059/2024.

§1º O servidor regularmente designado fará jus à gratificação prevista no art. 2º da Lei Municipal nº 3.059/2024, enquanto permanecer no exercício das atribuições que ensejam sua concessão, observadas as condições e hipóteses previstas nos arts. 2º e 3º da referida Lei;

§2º A gratificação de que trata este artigo será calculada na forma estabelecida no art. 2º da Lei Municipal nº 3.059/2024, sem prejuízo das demais vantagens previstas na legislação municipal.

§3º A concessão e o pagamento da gratificação observarão, inclusive, as hipóteses de afastamento e licença previstas no art. 3º da Lei Municipal nº 3.059/2024 e na legislação municipal aplicável.

Art. 9º - A alteração ou cessação da designação do servidor para a atividade de coleta de lixo orgânico ou reciclável deverá ser formalizada por ato da autoridade competente, cessando, a partir de então, o pagamento da gratificação prevista no art. 2º da Lei Municipal nº 3.059/2024, ressalvadas as hipóteses expressamente previstas em lei.

Art. 10 - As situações não previstas neste Decreto serão solucionadas pela Secretaria Municipal responsável pela execução dos serviços de coleta, observadas as disposições da Lei Municipal nº 3.059/2024, da

Lei Complementar Municipal nº 11/2009 e das demais normas municipais aplicáveis.

Art. 11 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 01 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:4CB14A4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 9.960/2026

DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições conferidas pelo Art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê,

Considerando o disposto no art. 33 da Lei Complementar nº 11/2009 (Regime Jurídico),

DECRETA:
Art.1º Fica exonerada a pedido, em 02 de setembro de 2026, a senhora ROSELY CANDIDO MELLO, do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, matrícula 506666, com admissão em 03/08/2026, lotada na Secretaria Municipal de Cultura.
Art. 2º Fica declarado vago, em 02 de setembro de 2026, o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, ocupado pela servidora exonerada no art. 1º deste Decreto, em conformidade com o art. 32, inciso I e art. 33, ambos da Lei Complementar nº 11/2009, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Goioerê.
Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 02/09/2026.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 03 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:6CD0E221

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 551/2026

Concede licença especial e da outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 41/2018 e art. 98 e 99 da Lei Complementar n° 11/2009,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder, licença especial remunerada, a servidora pública municipal BARBARA RIBEIRO FAVA, ocupante do cargo efetivo de Professor de Educação Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 03 (três) meses, iniciando em 1º de setembro de 2026 e encerrando em 30 de novembro de 2026, referente ao quinquênio 2020/2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 02 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:3ED853D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 552/2026

Institui horas suplementares e dá outras providências.

O senhor Pedro Antonio de Oliveira Coelho, Prefeito de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê, e

Considerando o disposto nos artigos 65, 66, 67 e 68 da Lei Complementar nº 98/2024,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, os servidores públicos municipais, ocupantes do cargo de Professor, para prestar serviços em regime suplementar de 20 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar nº 98/2024, no período de 01/09/2026 a 18/12/2026.

Nome do servidor:	Escola:
VALDILENE BEZERRA DE SOUZA SCHLOSSER	Esc. Mun. Jardim Primavera

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO".
Goioerê – Paraná, 02 de setembro de 2026.

PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:6EFDC986

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026
OBJETO: Aquisição de três Veículos Zero, através da Emenda de Bancada, vinculada à Ação 20ZV – Fomento ao Setor Agropecuário, do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 03/09/2026.
Abertura das propostas: às 08h:00min do dia 16/09/2026.
Local: www.comprasgov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.
Goioerê-PR, 02 de setembro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:4EAF3F31

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 14/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de Reforma e Ampliação do Ginásio de Esportes localizado no bairro Jardim Curitiba no município de Goioerê-PR. conforme projetos, planilhas orçamentárias e memorial descritivo.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 03/09/2026.
Abertura das propostas: às 08h:00min do dia 18/09/2026.
Local: www.comprasnet.gov.br (UASG 451481)

Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.

Goioerê-PR, 02 de setembro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:F35AF563

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador		Convenio/repasse	Data	Valor
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	FUNDEB	02/09/2026	R$ 179.867,20
SECRETARIA NACIONAL	TESOURO	SIMPLES NACIONAL	01/09/2026	R$ 5.475,47

Goioerê, 02 de setembro de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:A8A0147D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2025

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 031/2025
Sistema de Registro de Preços
PROCESSO ADM 87

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS, ACESSÓRIOS NOVOS, ORIGINAIS/GENUÍNOS OU DE PRIMEIRA LINHA, ELEMENTOS FILTRANTES E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS E ELÉTRICOS PARA A MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA FROTA MUNICIPAL, COMPOSTA POR VANS, ÔNIBUS, MICRO-ÔNIBUS, CAMINHÕES, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS.

VALOR ESTIMADO: R$ 1.897.058,50

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO POR LOTE.

LOCAL: LICITANET

DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO: 21/09/2026 - 09:00h.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Goioxim e na plataforma LICITANET**.** Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Pregoeiro, por meio da plataforma e pelo e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

Goioxim, 02 de setembro de 2026.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Pregoeiro/ Agente de Licitações

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:D8FA6F8D

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 032/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 032/2026
Processo 88

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ATÉ 400 (QUATROCENTAS) TONELADAS DE CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), FAIXA C, COM FORNECIMENTO PARCELADO E RETIRADA DO MATERIAL NA USINA PELO MUNICÍPIO DE GOIOXIM/PR, DESTINADO À MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DA MALHA VIÁRIA MUNICIPAL, EXECUÇÃO DE LOMBADAS/REDUTORES DE VELOCIDADE, SERVIÇOS DE TAPA-BURACOS E RECAPEAMENTO DE PONTES E ACESSOS.

VALOR MÁXIMO: R$ 244.932,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e trinta e dois reais).

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Item.

LOCAL: Sistema LICITANET https://portal.licitanet.com.br/home

DATA E HORA DE INÍCIO DA SESSÃO: 22/09/2026 - 09:00h.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Goioxim e na plataforma **LICITANET.** Outras informações pelo e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

Goioxim, 02/09/2026

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:E1B09D60

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 39 2026 - DISPÕE SOBRE FERIADO NACIONAL DE 07 DE SETEMBRO

Dispõe sobre o expediente nos órgãos da Administração Pública Municipal nos dias 04, 07 e 08 de setembro de 2026, em razão das comemorações alusivas à Independência do Brasil, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDO que o dia 07 de setembro é feriado nacional, destinado à comemoração da Independência do Brasil, nos termos da Lei Federal nº 662, de 06 de abril de 1949, com redação dada pela Lei Federal nº 10.607, de 19 de dezembro de 2002;

CONSIDERANDO a realização do Desfile Cívico em comemoração à Independência do Brasil, programado para o dia 04 de setembro de 2026, sexta-feira, no período da manhã;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos considerados essenciais e indispensáveis à população;
DECRETA
Art. 1º No dia **04 de setembro de 2026 (sexta-feira)**, no período da manhã, será realizado o **Desfile Cívico em comemoração à Independência do Brasil**, ficando a participação e a organização dos servidores municipais sob a responsabilidade das respectivas Secretarias e órgãos da Administração Municipal.
Art. 2º Fica estabelecido ponto facultativo no período da tarde do dia 04 de setembro de 2026, nos órgãos e repartições da Administração Pública Municipal.
Parágrafo único. Caberá ao gestor de cada Secretaria avaliar a necessidade de manutenção de servidores em atividade no período referido no *caput*, sempre que houver demanda administrativa, interesse público, necessidade de atendimento ou serviço que não possa ser interrompido.
Art. 3º No dia 07 de setembro de 2026 (segunda-feira), em razão do Feriado Nacional da Independência do Brasil, não haverá expediente nem atendimento ao público nas repartições da Administração Pública Municipal, ressalvados os serviços essenciais e de caráter ininterrupto.
Art. 4º Fica estabelecido ponto facultativo no dia 08 de setembro de 2026 (terça-feira), cabendo ao gestor responsável de cada pasta a adequação para a continuidade dos serviços essenciais.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 02 de setembro de 2026.
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:41558201

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO N° 40 2026 - DISPÕE SOBRE DECLARAÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA DE TERRENO

Declara de utilidade pública, para fins de parcelamento do solo urbano e implantação de unidades de educação infantil (creche), o imóvel de propriedade do Município de Goioxim, e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,
CONSIDERANDOo disposto na Lei Ordinária Municipal nº 784/2022, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano no Município de Goioxim/PR;
CONSIDERANDOa necessidade de ampliação da rede municipal de educação infantil, mediante a construção de unidades de creches no Município;
CONSIDERANDOque o imóvel objeto deste Decreto é de propriedade do Município de Goioxim, conforme Matrícula nº 11.089 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cantagalo/PR (registro anterior nº 3.489, Livro 02), com área total de 12.160,65 m²;
CONSIDERANDOo interesse público e social na regularização e destinação da referida área, por meio de loteamento composto por 3 (três) áreas institucionais e sistema viário (totalizando 6 unidades registrárias), destinado à implantação de creches municipais;
CONSIDERANDOo Processo de Licenciamento Ambiental (Protocolo SGA nº 26.265.279-3) em trâmite junto ao Instituto Água e Terra – IAT;
DECRETA
Art. 1º Fica declarado deutilidade pública e interesse socialo imóvel urbano de propriedade do Município de Goioxim, com área total de 12.160,65 m² (doze mil, cento e sessenta metros e sessenta e cinco decímetros quadrados), registrado sob a Matrícula nº 11.089 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Cantagalo/PR, destinado ao parcelamento do solo urbano para implantação de unidades de educação infantil (creches).
Art. 2ºO parcelamento de que trata este Decreto observará o disposto na Lei Ordinária Municipal nº 784/2022, sendo constituído por 3 (três) áreas institucionais e sistema viário, resultando em 6 (seis) unidades para fins de registro imobiliário.
Art. 3º Fica autorizada a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por meio da Chefia do Meio Ambiente, a proceder aos trâmites necessários ao licenciamento ambiental do empreendimento junto ao Instituto Água e Terra – IAT e demais órgãos competentes.
Art. 4º As obras de infraestrutura do loteamento, incluindo abastecimento de água (SANEPAR), energia elétrica (COPEL) e sistema de esgotamento sanitário individual (fossa séptica e sumidouro), ficam sob responsabilidade da Prefeitura Municipal de Goioxim, empreendedora do parcelamento.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 02 de setembro de 2026.
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:FEB7E67F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE ACRÉSCIMO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 21/2025, DECORRENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2025 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2025

PARTES:

CONTRATANTE:CÂMARA MUNICIPAL DE GUAÍRA, CNPJ 77.849.289/0001-42

CONTRATADA: DALL MÓVEIS, ELETROS E DECORAÇÕES CIA LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 26.146.465/0001-49

DO OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para confecção de móveis planejados sob medida, projetados, montados e instalados, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Guaíra/PR.

DO OBJETO DO ADITAMENTO E VALOR: Acréscimo de quantitativo de **25% (vinte e cinco por cento) do Item 4 – Demais Móveis (painéis em MDF, divisórias em MDF, etc.)**, previsto no Contrato Administrativo nº 21/2025, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 04/2025, mantidas as condições e o valor unitário originalmente contratados. O acréscimo de **R$ 2.125,00 (dois mil cento e vinte e cinco reais)** corresponde a **6,25% (seis vírgula vinte e cinco por cento)** do valor inicial do Contrato, permanecendo dentro do limite legal de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

FUNDAMENTO LEGAL:O presente Termo Aditivo fundamenta-se no **art. 124, inciso I, alínea "b", e no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como nas disposições da **Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços nº 04/2025**, observando-se o limite legal para acréscimos de quantitativos e a manutenção das condições inicialmente pactuada.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Funcional Programática: 01.001.01.031.0001.2001. Elemento da Despesa: 4.4.90.52.0000 – Equipamentos e Material Permanente. Desdobramento: 4.4.90.52.4200 – Mobiliário em geral.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 21/2025.

Guaíra, 28 de agosto de 2026

TEREZA CAMILO DOS SANTOS
Presidente - Gestão 2025/2026

Publicado por:
Andreia Rejane Zavadzki Brunhara
Código Identificador:3F53158C

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 258/2026

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Acordo de Cooperação nº 002/2024

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA**

Contratada: **ASSOCIAÇÃO DOS MESATENISTAS DE GUAÍRA, CNPJ nº 29.960.153/0001-62**

Objeto do Contrato: Constitui objeto do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, a conjugação de esforços entre o MUNICIPIO DE GUAÍRA e a ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, para a execução de projeto de excelência esportiva na modalidade **TÊNIS DE MESA** para o exercício de 2026/2027, visando à participação de atletas e equipes de esporte de rendimento de Guaíra, divulgando e popularizando a modalidade esportiva, promovendo a formação de equipe que viabilize aos atletas amadores competirem nos principais eventos estaduais e nacionais, oportunizando a construção de suas carreiras esportivas, igualmente o desenvolvimento técnico para uma dedicação mais efetiva, conforme estabelecidos no Plano de Trabalho, o qual será parte integrante e indissociável desta parceria, além de execução de contrapartida social na formação esportiva de novos atletas, que atendam e cumpram com os objetivos previstos para ser realizado dentro do período estabelecido neste Acordo de Cooperação.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a prorrogação do prazo de vigência, após seu vencimento, por mais **12 (doze) meses**, até **29 de agosto de 2027**, e adequação orçamentária do plano de trabalho.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do acordo de cooperação.

Guaíra, Paraná, 28 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:DF321770

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINSITRATIVO Nº 575/2026

Processo Administrativo nº 273/2026
Dispensa de Licitação nº 038/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

CONTRATADA: **RODO OESTE VEICULOS E PECAS LTDA, CNPJ nº 20.290.311/0001-40**

Objeto do Contrato: Contratação de empresa especializada para execução da 4ª (quarta) revisão periódica programada do veículo VOLARE WL URBANO - EURO V, Frota nº 644, Placa TAX5H48, Chassi nº 93PBA8936SC102387, Ano/Modelo 2024/2025, Patrimônio nº 50704, pertencente ao Fundo Municipal de Saúde de Guaíra, com fornecimento das peças, materiais e mão de obra necessários.

Fundamentação: Artigo 75, inciso IV, alínea "a", da Lei nº 14.133/2021.

Valor Total: R$ 6.921,87 (seis mil e novecentos e vinte e um reais e oitenta e sete centavos).

Recursos Orçamentários:

948.09.01.2060.3390303999.413
948.09.01.2060.3390300106.413
971.09.01.2060.3390391903.413
971.09.01.2060.3390391999.413
971.09.01.2060.3390391904.413

Prazo de Vigência: O prazo de vigência do contrato é de **90 (noventa) dias**, com início na data de assinatura e término em **01 de dezembro de 2026**, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 02 de setembro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná

Guaíra, Paraná, 02 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:48C58AFB

CONSAMU
PORTARIA Nº 176/2026

O Presidente do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Estatuto Social do CONSAMU, CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 002/2025;
RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a Sra. Barbara Frata, RG nº 12.739.273-0 SESP PR, do Cargo Comissionado de Assessor III, que compõe a estrutura organizacional do Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Portaria nº 059/2026 e demais disposições em contrário.

Gabinete da Presidência.
Cascavel, 02 de setembro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Lilyanara da Silva de Lima Almeida
Código Identificador:ECB681B9

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026 RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Contratação de Pessoa Jurídica especializada para a prestação de serviço de disponibilização, implantação e gestão de sistema informatizado e integrado de controle de consumo de combustível, através da utilização de tecnologia de cartões magnéticos (com microchip), Sistema Pós-Pago, com fornecimento indireto de combustíveis, para atender as necessidades do Consamu, pelo período de 12 (doze) meses.".

RESULTADO:

Empresa: LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS LTDA no lote único com valor total de R$ 3.752.016,31 (três milhões, setecentos e cinquenta e dois mil, dezesseis reais e trinta e um centavos) equivalente a taxa administrativa de -7,01% (sete virgula zero um por cento negativo).

Cascavel – PR, 02 de setembro de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:AE66407D

CONSAMU
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026 RESULTADO DE CLASSIFICAÇÃO

OBJETO: "Aquisição de bens permanentes e materiais diversos, incluindo mobiliário, equipamentos hospitalares e itens de apoio operacional destinados a atender às necessidades do Hospital de Retaguarda Allan Brame Pinho".

RESULTADO – Empresas:

Mairlan Oliveira do Nascimento no lote 1 com o valor total de R$ 5.842,55 (cinco mil e oitocentos e quarenta e dois reais e cinquenta e cinco centavos);
IRMÃOS BRAGGIO LTDA no lote 2 com valor total de R$ 63.000,00 (sessenta e três mil reais);
PRIMAX IND. E COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA no lote 4 com valor total de R$13.440,00 (treze mil e quatrocentos e quarenta reais);
LJ MONDARDO E CIA LTDA no lote 5 e 6 com valor total de R$ 5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais);
ECO-FARMAS COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA nos lotes 7 e 19 com valor total de R$ 23.945,42 (vinte e três mil e novecentos e quarenta e cinco reais e quarenta e dois centavos);
HEALTH LIFE SOLUÇÕES MÉDICAS E ORTOPÉDICAS LTDA no lote 8 com valor total de R$ 14.878,70 (trinta e nove mil e cento e noventa e quatro reais (quatorze mil e oitocentos e setenta e oito reais e setenta centavos);
Metalic Medical Produtos Hospitalares Ltda nos lotes 9 e 12 com valor total de R$ 39.194,00 (trinta e nove mil e cento e noventa e quatro reais)
ORTHOVIDA INDÚSTRIA E NEGÓCIOS DIGITAIS LTDA no lote 14 com valor total de R$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).

LOTES DESERTOS: 3, 10 e 11.
LOTES FRACASSADOS: 13, 15, 16, 17 e 18.

Cascavel – PR, 02 de setembro de 2026.

DANILO GUSTAVO NOBRE FIUZA
Encarregado do Setor de Compras e Licitações/ Pregoeiro

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:9E07DB82

PROJUR
DECRETO Nº 423/2026 DATA: 02.09.2026 EMENTA: NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, em conformidade com o artigo 32 da Lei Municipal nº 1.593 de 27.08.2008, e,

Considerando o Edital de Convocação nº 005/2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

Considerando o memorando online sob o nº 1.348/2024,

DECRETA:
Art. 1º Fica nomeado o Conselheiro Tutelar Suplente de Guaíra, Estado do Paraná, Sr. Iumar Martins Rodrigues, portador do CPF XXX.678.339-XX, a partir de 1° de setembro de 2026, por tempo indeterminado, tendo em vista a decisão judicial de afastamento de membro do Conselho Tutelar.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 1° de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:D1CE37E4

PROJUR
PORTARIA Nº 539/2026 DATA: 02.09.2026 EMENTA: INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, CONSTITUI COMISSÃO PARA APURAR FATOS E RESSALVAR OS INTERESSES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Guaíra, considerando as disposições da Lei Municipal nº 1.246/2003, artigo 87 e seguintes da Lei Municipal nº 2.279/2023, e, ainda considerando o memorando online sob o 806/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Instaurar Procedimento Administrativo Disciplinar em desfavor de L.J.F.R., destinado a apurar a conduta de servidor, conforme Lei Municipal nº 1.246/2003.

Art. 2° Designar os servidores públicos municipais a seguir, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a respectiva Comissão:

Função	Nome	Matrícula Nº
Presidente	Michael Bitencourt Gomes Aleixo	30671-01
Membro	Fernando Oyama	29381-01
Membro	Tatiane Diubate Libaneo	29574-02

Art. 3º O prazo para a Comissão concluir os seus trabalhos é de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, conforme artigo 88 da a Lei Municipal nº 2.279/2023.

Art. 4° Fica atribuída a gratificação no valor de R$ 459,52 (quatrocentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), pelo exercício de encargos especiais, durante o período de participação no Procedimento Administrativo Disciplinar.

§ 1° A gratificação não se aplica aos membros que possuírem cargo de provimento em Comissão ou Função Gratificada ou ainda que recebem outra espécie de gratificação, ficando vedada a acumulação e gratificações.

§ 2° A gratificação será paga integralmente no mês seguinte ao da publicação da presente Portaria instauradora.

§ 3° Ainda que haja prorrogação do prazo de conclusão do feito, o pagamento da gratificação será de até 60 (sessenta) dias para os membros de comissão do Procedimento Administrativo Disciplinar, conforme § 4°, I, do artigo 12 da Lei Municipal n° 2.279/2023.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CIENTIFIQUEM-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:F318C92B

PROJUR
PORTARIA Nº 540/2026 DATA: 02.09.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 300/2025, **1.714/2025,** 2.134/2025**,** 2.982/2025, 1.279/2026, 2.426/2026 e 2.427/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Claudia Cristina Pereira	30988-01	2025/2026	13/10/2026 a 27/10/2026
Ivani Maria Prior da Silva	30533-01	2024/2025	13/10/2026 a 27/10/2026
Jenifer Aline Arcanjo dos Anjos	30805-02	2025/2026	13/10/2026 a 27/10/2026
Laide de Lourdes Pereira	19887-01	2023/2024	08/09/2026 a 22/09/2026
Pedro Viana	31098-01	2025/2026	03/11/2026 a 01/12/2026
Robson Leme de Souza	29478-04	2025/2026	16/11/2026 a 30/11/2026
Zinaldo da Rocha	22454-02	2023/2024 e 2024/2025	01/09/2026 a 15/09/2026 e 16/09/2026 a 30/09/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:AC1CEE0C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

CAMARA MUNICIPAL DE GUARACI
PORTARIA Nº 011/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E :

Art. 1º. Constituir a Comissão Especial do Poder Legislativo para a Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 001/2026, nos termos seguintes:

COMISSÃO ESPECIAL

PRESIDENTE: RÔMULO ADRIANO BUSIGNANI
RELATOR: RINALDO SANTANA DOS SANTOS
MEMBRO: WESLEY GIOVANI GOBBO

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Guaraci, Estado do Paraná. Aos 02 de setembro de 2026.

EDSON APARECIDO DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Michelli de Souza Soares
Código Identificador:389737A0

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 150/2026

PORTARIA Nº 150/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Exonerar a pedido o servidor **Wenyo Jose Carvalho Santos**, do Emprego de Médico ESF, a partir da presente data.

Município de Guaraci, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:50077FC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 072/2026

EDITAL Nº 072/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA DESENVOLVIMENTO DE ESTÁGIO REMUNERADO E NÃO OBRIGATÓRIO, JUNTO AO MUNICÍPIO DE GUARACI, PR.

O MUNICÍPIO DE GUARACI, PR, torna pública a realização do Processo Seletivo Simplificado para abertura de vagas e formação de cadastro de reserva para estágio remunerado de **Ensino Superior (Graduação)**, para atuar junto à Prefeitura Municipal de Guaraci, PR.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
O presente Processo Seletivo Simplificado é regido por este Edital e pelas leis que se referem ao presente certame, o qual será promovido pela Prefeitura Municipal de Guaraci, PR, e executado pelo CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN-PR, situada a Rua Mato Grosso,927- Centro, Londrina - Paraná, CEP 86010-180 – Fone (43) 3337-4400, o qual foi constituído através do processo licitatório Pregão Eletrônico nº 025/2024, contrato 076/2024, como Agente de Integração de Estágio responsável pelos procedimentos necessários, junto ao município de Guaraci, na forma da Lei Federal nº 11.788/2008 e Lei Municipal n° 1669/2021.
O Processo Seletivo Simplificado destina-se ao eventual preenchimento das vagas a fim de atender às demandas da Prefeitura Municipal de Guaraci, PR, em conformidade a Lei Federal nº 11.788/2008 e Lei Municipal n° 1669/2021, conforme Item 2.3. do presente Edital.

O aperfeiçoamento do presente certame de seleção não induz à administração municipal a obrigatoriedade da contratação dos candidatos ao final classificados. A contratação somente se dará se evidenciada, no curso da validade do certame, a real necessidade do serviço público, ou seja, a contratação efetiva do candidato dependerá das necessidades da administração do Município de Guaraci, PR, aliado à efetiva disponibilidade financeira e orçamentária.

As informações prestadas pelo candidato serão de sua inteira responsabilidade, dispondo a Banca Examinadora o direito de excluir do Processo Seletivo Simplificado aquele que fornecer dados comprovadamente inverídicos.

A convocação dos inscritos aprovados no processo seletivo obedecerá rigorosamente a ordem de classificação, a qual será amplamente divulgada.

DAS VAGAS

As vagas poderão ser ofertadas, a título de estágio não obrigatório e remunerado, junto a qualquer secretaria municipal em atividades que condizem com a formação ou profissionalização proposta.

As vagas serão preenchidas nas unidades administrativas de acordo com a necessidade do Município.

Vagas ofertadas: **ENSINO SUPERIOR (GRADUAÇÃO)**

Nº de vagas	Curso	Carga horária	Remuneração
2+CR	Pedagogia	30 h/s	R$ 750,00

Os candidatos devem seguir as normas do Ministério da Educação – MEC e Instituições de Ensino quanto à possibilidade de celebração de contrato de estágio, principalmente em que se refere à carga horária mínima cursada.

DAS VAGAS RESERVADAS AOS PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Aos candidatos participantes na qualidade de pessoas com necessidades especiais, de acordo com a Lei nº 11.788, será assegurado o percentual de 10%
(dez por cento) das vagas de estágio ofertadas.

O candidato que desejar concorrer às vagas reservadas aos portadores de necessidades especiais deverá, no ato da inscrição declarar-se portador de necessidades especiais e especificar o(s) tipo(s) de deficiência(s) e, posteriormente, se convocado, submeter-se à perícia Médica a ser determinada pelo Município de Guaraci, que opinará conclusivamente sobre a sua qualificação e sobre o grau de
deficiência, com a finalidade de verificar se a necessidade especial da qual é portador realmente o habilita a ocupar uma das vagas reservadas (Constituição Federal, art. 37, VIII).

Os portadores de necessidades especiais participarão do Processo Seletivo
Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos.
O candidato que, no ato de inscrição, declarar-se portador de necessidade especial, se classificado no Processo Seletivo, terá seu nome publicado em relação de classificação à parte, observada a respectiva ordem de classificação.
As vagas destinadas a portadores de necessidades especiais que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

DAS VAGAS RESERVADAS A AUTODECLARANTES AFRODESCENDENTES

Aos candidatos participantes na qualidade de afrodescendente, será assegurado o percentual de 10% (dez por cento) das vagas de estágio ofertadas, conforme lei municipal nº 1695/2022.
As vagas destinadas a afrodescendentes que não forem providas por falta de candidatos serão preenchidas pelos demais candidatos, observada a ordem geral de classificação.

Poderão concorrer às vagas reservadas a candidatos afrodescendentes aqueles que assim se autodeclararem no ato da inscrição, conforme o quesito de cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
Constatada a falsidade da declaração, a que se refere este item, será o candidato eliminado do processo seletivo, após procedimento administrativo, em que lhe sejam assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

A auto declaração é facultativa, ficando o candidato submetido às regras gerais deste Edital, caso não opte pela reserva de vagas.

DAS INSCRIÇÕES

Antes de efetuar a inscrição, o candidato ao estágio deverá baixar, ler e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos pelo edital deste certame disponibilizado no site https://guaraci.pr.gov.br/secretarias/recursos-humanos/concursos-e-processos-seletivos.

A inscrição deverá ser efetuada entre as 00h00m do dia **03 de setembro até as 23h59m do dia 14 de setembro de 2026**, conforme especificações do item 5.5.
Os estudantes com deficiência ou afrodescendentes poderão optar por concorrer por uma das cotas, de acordo, respectivamente, com os itens 3. ou 4., do presente edital.
O candidato será responsável por qualquer erro ou omissão, bem como pelas informações prestadas no ato de inscrição.
Passo a passo para realizar a Inscrição:
Encaminhar e-mail para rh@guaraci.net os seguintes documentos:
Anexar cópia frente e verso do RG e CPF;
Anexar cópia do Comprovante de Residência;
Anexar Declaração de matrícula atualizada, constando o curso e o semestre em que está matriculado;
Anexar Certidão de Notas (Histórico Escolar) obtidas no último período (semestre ou ano) cursado;
Informar no corpo do e-mail, telefone e e-mail válidos;
Informar no corpo do e-mail se deseja concorrer as vagas destinadas a portador de necessidades especiais ou afrodescendente conforme item 3 e 4 do presente Edital.
Todos os documentos deverão ser digitalizados em formato PDF de forma clara e legível;
Todos os documentos solicitados deverão constar em um único e-mail.

As declarações de matrícula deverão ser emitidas a partir de 01 de setembro de 2026.
O aluno que se candidatar às vagas deste certame deverá estar devidamente matriculado no presente ano de 2026 e frequentando efetivamente o curso.
Para participação no Processo Seletivo, o (a) candidato (a) **deverá já ter concluído**, e constar em seu Histórico Acadêmico para os estagiários do Ensino Superior, no mínimo 2 (dois) semestres cursados e avaliados, tal como o mínimo de 01 (um) ano letivo cursado e avaliado, para os casos de cursos anuais.

Em caso de candidato estrangeiro será observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.
São requisitos para ingresso:
Possuir 16 anos no ato da convocação;
Estar matriculado no ano letivo de 2026 e frequentando regularmente o curso;
Dispor de tempo mínimo de 6 meses para estágio antes do término do curso;
Disponibilidade de horário para estágio.
O candidato apresentará os documentos somente de forma eletrônica para fins de inscrição.

DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO

A avaliação dos conhecimentos do aluno será por meio da média aritmética obtida pelo candidato no último período (ano ou semestre) cursado em sua respectiva Instituição de Ensino, conforme a Certidão das Notas (Histórico Escolar).

Para efeito de cálculo da média serão consideradas as notas referentes a todas as disciplinas nas quais o aluno estava matriculado no último período (ano ou semestre), considera-se, portanto, também as disciplinas nas quais o aluno incidiu em reprovações e condicionados aos exames finais.
Aos estudantes sujeitos à avaliação por conceito serão utilizadas as seguintes
tabelas de conversão para atribuição da nota de classificação, nos seus respectivos casos:

CONCEITO POR MATÉRIA		NOTA FINAL A SER INCLUÍDA POR MATÉRIA
A	Excelente	100
A - / B+	Muito Bom	87
B	Bom	75
C + / B-	Regular para bom	62
C	Regular	50
C - / D +	Aprendizagem satisfatória	37
D	Necessita de Intervenção	25
E	Insuficiente	0

Os candidatos serão classificados de acordo com as médias em ordem decrescente.

Será desclassificado o candidato que, após realizada a avaliação dos seus conhecimentos através da média aritmética obtida por meio do cálculo de notas constante em seu Histórico Escolar do último período (ano ou semestre) cursado, tenha obtido média inferior a 6,0.

DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
Em caso de empate no resultado terá preferência, para efeito de classificação, o candidato que tiver:
cursando o período letivo mais avançado e, persistindo o empate;
o de maior idade.

DOS RECURSOS
Caberão recursos somente dos itens abaixo:
da divulgação da Homologação Preliminar das Inscrições;
da divulgação do Resultado/Classificação Preliminar.

Não será admitido em hipótese alguma, recurso interposto por outra pessoa que não seja o candidato inscrito neste processo seletivo.
Para recorrer, o candidato deverá interpor recurso por meio do e-mail rh@guaraci.net ou de forma presencial conforme as datas previstas Edital de Homologação das Inscrições.

O recurso deverá ser individual e devidamente fundamentado.

Os recursos interpostos que não se refiram especificamente aos eventos aprazados não serão apreciados.
Admitir-se-á um único recurso por candidato interposto ao Resultado Preliminar.
Não serão apreciados os Recursos que forem apresentados:

Em desacordo com as especificações contidas neste Documento;
Fora do prazo estabelecido;
Sem fundamentação lógica e consistente.

Em hipótese alguma serão aceitas as modalidades "revisão de recurso", "recurso do recurso", "recurso de/da Homologação Final das Inscrições" ou "recurso da Homologação da Classificação Final".
As decisões dos recursos serão dadas a conhecer, coletivamente, aos pedidos deferidos e indeferidos, por meio de publicação de edital específico.

Em hipótese alguma serão dadas informações a respeito da análise de recursos através de e-mails, telefone e quaisquer outras formas.
A banca examinadora constitui última instância para recurso, sendo soberana em suas decisões, razão pela qual não caberão recursos adicionais.
Não será aceito recurso referente a ausência dos documentos exigidos no item
5.5 – Documentos para inscrição.

DA DESCLASSIFICAÇÃO
O candidato será desclassificado do processo seletivo se:
Fizer, em qualquer documento, declaração falsa ou inexata;
Não forem localizados em decorrência de telefone/e-mail desatualizado, incompleto ou incorreto;
Não apresentar no ato da inscrição toda a documentação exigida neste edital;
Não atender às determinações deste Edital e de seus atos complementares;
Quando, após sua convocação para admissão, não comparecer ao local no prazo designado.

DA HOMOLOGAÇÃO FINAL E DA CONVOCAÇÃO PARA O ESTÁGIO
No ato da Convocação, o candidato deverá comparecer a Prefeitura Municipal de Guaraci, portando os documentos descritos no item 5.5.

O candidato deverá apresentar Declaração de Matrícula original atualizada e devidamente assinada e carimbada pela Instituição de Ensino a qual pertence, no ano letivo de 2026, para comprovar sua regularidade acadêmica, no ato de assinatura do Termo de Compromisso do Estágio.

É de inteira responsabilidade do candidato manter seu endereço eletrônico (e- mail) atualizado e número de telefone para viabilizar os contatos necessários.

DA CONTRATAÇÃO
Os estagiários convocados estarão subordinados à Lei Federal nº 11.788/2008 e Lei Municipal n° 1669/2021, inclusive ao que diz respeito ao tempo máximo permitido de estágio, de 24 (vinte e quatro) meses, de modo que não formarão vínculo empregatício com o Município de Guaraci.
Os candidatos classificados poderão ser convocados para firmar o termo de compromisso de estágio de acordo com o interesse e conveniência da Administração Municipal de Guaraci, conforme já esclarecido neste edital.

O candidato contratado que não desenvolver as atividades de acordo com a expectativa, por incompatibilidade, apresentar comportamento que não condiz com a função ou praticar atos de improbidade, poderá ter seu contrato rescindido por parte da unidade concedente de estágio antes do término inicialmente previsto.
A contratação para realização de estágio não obrigatório, remunerado, sem vínculo empregatício, dar-se-á mediante assinatura de TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO, celebrado entre estagiário e esta municipalidade, com interveniência da Instituição de Ensino na qual o candidato encontra-se matriculado e do CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN-PR.

Ao ser convocado pela Prefeitura Municipal de Guaraci, PR, para ocupar a vaga de estágio pretendida, o candidato deverá se cadastrar no site do CENTRO DE INTEGRAÇÃO DE ESTUDANTES – ESTAGIOS CIN-PR, seguindo as seguintes orientações:
Acessar o site http://www.ecin.org.br.
Clicar em Estudante e se Cadastrar.

DA VALIDADE DO PROCESSO SELETIVO
O presente processo seletivo terá validade de 12 meses, podendo ser prorrogado uma vez por igual período, a contar da publicação da homologação do resultado final.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
É de inteira responsabilidade do candidato, acompanhar a publicação de todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo Simplificado, bem como de eventuais aditamentos e instruções específicas para a realização do certame.

O candidato aprovado para o estágio de Ensino Superior, deve ter disponibilidade para estagiar em regime de 06 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais, no período matutino e vespertino conforme os limites previstos na Lei nº 11.788/08 e Lei municipal nº 1669/2021.
Eventuais casos omissos serão analisados e decididos pela Comissão.
EM CASO DE DÚVIDA ENVIAR E-MAIL PARA: rh@guaraci.net

Guaraci (PR), 02 de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:17A7C553

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 073/2026

EDITAL Nº 073/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 034/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 041/2026 e homologado pelo Decreto nº 062/2026:

RESOLVE:

Convocar os aprovados abaixo relacionados, para comparecer na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 03/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Motorista
André Evangelista Rodrigues

Função: Agente de Saúde
Viviane Maria Cardoso

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:AAAFD1A0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EDITAL Nº 074/2026

EDITAL Nº 074/2026

O Prefeito Municipal de Guaraci, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do PSS - Processo Seletivo Simplificado aberto pelo Edital nº 050/2026, resultado divulgado pelo Edital nº 059/2026 e homologado pelo Decreto nº 0119/2026:

RESOLVE:

Convocar o aprovado abaixo relacionado, para comparecerem na Prefeitura Municipal de Guaraci, no dia 03/09/2026, sito a rua Prefeito João de Giuli, 180, Guaraci/PR, para apresentação da documentação necessária para contratação:

Função: Médico ESF
Tony Hiroshi Katsuragawa

Prefeitura Municipal de Guaraci, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:406E088A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI - PR

Exercício: 2026
EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO

Extrato do Termo de aditivo n° 1 referente ao Contrato Administrativo nº 050/2025, objetivando a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE CONEXÃO DE INTERNET VIA FIBRA ÓPTICA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA ANATEL, PARA A SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI, ESTADO DO PARANÁ, POR UM PERIODO DE 12 MESES, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇOES E QUANTIDADES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFÊNCIA**, decorrente de **Pregão N° 021/ 2025**, que entre si celebram **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI** e a empresa **R. F. COVRE - INFORMATICA,** inscrita no CNPJ sob nº. 07.813.577/0001-61, aditivando o contrato na importância de R$ 41.776,92 (quarenta e um mil, setecentos e setenta e seis reais e noventa e dois centavos), em virtude da prorrogação por mais 12 meses do contrato, pelo motivo A manutenção da contratação mostra-se necessária em razão da continuidade dos serviços de conexão de internet, os quais são essenciais ao regular funcionamento das atividades administrativas, dos sistemas informatizados, dos serviços públicos e das unidades municipais atendidas pelo contrato. O serviço possui caráter contínuo, uma vez que sua interrupção ou descontinuidade poderá comprometer o funcionamento dos diversos setores e unidades da Administração Municipal que dependem de acesso à internet para a execução de suas atividades, comunicação, utilização de sistemas eletrônicos e prestação dos serviços públicos.
GUARACI, 02 de setembro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:3DF81B7D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
7ª ATA CREDENCIAMENTO Nº 003/2026 INEXEGIBILIDADE 13/2026

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 14:00 horas na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), nomeados pela Portaria, a saber: o Sr. Jefferson Sundadozo Teresa; o Sr. Osmar Onorato Rodrigues, Sr. Eloir Barbosa Colombes, Marcelino Dias Patrício e a senhora Marilda Vidal da Rosa Santos, com a finalidade de proceder a análise dos envelopes protocolados até o dia vinte e seis de dois mil e vinte e seis.

Os envelopes referem-se ao Chamamento Público nº 003/2026, Inexigibilidade nº 13/2026, cujo objeto é o**CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE LOGÍSTICO FLUVIAL DE APOIO À SAÚDE (PACIENTES, EQUIPES E CARGAS/INSUMOS) NO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA – PR.**

Na sequência, os membros da Comissão procederam à rubrica do envelope e de todos os documentos neles contidos, realizando a análise minuciosa da documentação complementar apresentada. Concluída a conferência inicial, os credenciados abaixo relacionados encontram-se devidamente:

HABILITADO
Lote 12
protocolo de nº 4619/2026, JPR COMERCIOE SERVICOS LTDA, CNPJ: 54.296.973/0001-49

Dessa forma, a não apresentação da referida declaração na fase de habilitação não impede o credenciamento dos interessados, desde que comprovada a capacidade técnica por outros meios, devendo sua exigência ser deslocada para momento anterior à contratação ou à execução dos serviços.

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e encaminhada para a comissão da Secretaria solicitante para a avaliação da embarcação e devidas providências.

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA

OSMAR ONORATO RODRIGUES

ELOIR BARBOSA COLOMBES

MARCELINO DIAS PATRÍCIO

MARILDA VIDAL DA ROSA SANTOS

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:2DD19FBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
8ª ATA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 28/2026

Aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, às 15:00 horas, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação (CPL), nomeados pela Portaria, a saber: o Sr. Jefferson Sundadozo Teresa, o Sr. Marcelino Dias Patricio, o Sr. Osmar Onorato Rodrigues, a Sra. Marilda Vidal da Rosa Santos e o Sr. Eloir Barbosa Colombes, com a finalidade de proceder a análise dos envelopes protocolados.

Os envelopes referem-se ao **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 08/2026, inexigibilidade 28/2026, com o objeto:Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.**

Na sequência, os membros da Comissão procederam à rubrica do envelope e de todos os documentos neles contidos, realizando a análise minuciosa da documentação complementar apresentada. Concluída a conferência inicial, o credenciado abaixo relacionado encontram-se devidamente.

HABILITADO: MOTORISTA B
4647/26| Hamilton Luiz Rosa Neto | 092.490.549-20

HABILITADO: MOTORISTA D
4674/26 | Ezir Soares Theodoro | 037.669.879-92

Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e encaminhada para a Secretaria solicitante para as devidas providências.

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA

MARCELINO DIAS PATRICIO

OSMAR ONORATO RODRIGUES

MARILDA VIDAL DA ROSA SANTOS

ELOIR BARBOSA COLOMBES

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:C60A92FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 51/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025

Considerando a necessidade de manutenção e continuidade dos serviços essenciais de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) no Município de Guaraqueçaba/PR;
Considerando o Resultado Definitivo do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025;
Considerando a necessidade de manutenção e continuidade dos serviços essenciais de saúde, bem como a complementação do quadro de profissionais da Secretaria Municipal de Saúde;
Venho por meio deste solicitar a contratação dos candidatos aptos, conforme ordem classificatória da lista de Dentistas do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, sendo:

Dentistas – convocados para se apresentar:
FRANCISCO DE ASSIS DO NASCIMENTO JÚNIOR – Dentista – AMPLA CONCORRÊNCIA
Cadastro reserva – Dentistas:

GIHANI EL TASSA – Dentista – AMPLA CONCORRÊNCIA
MARCELLA ROSEMBACK RICCI – Dentista – AMPLA CONCORRÊNCIA
WILLIAN GUSTAVO BITTENCOURT – Dentista – AMPLA CONCORRÊNCIA
ANNA FLAVIA VENDRAMINI – Dentista – AMPLA CONCORRÊNCIA
CÁSSIA KARIME KLOTZ STEPHANOU – Dentista – AMPLA CONCORRÊNCIA
HENRIQUE DA SILVA MONTEIRO – Dentista – AMPLA CONCORRÊNCIA
CARINA INOCÊNCIA RIBEIRO NUNES – Dentista – PPIQ - Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas
PRISCILA NAZARE DA SILVA NEVES – Dentista – AMPLA CONCORRÊNCIA
Solicito também a contratação dos candidatos aptos, conforme ordem classificatória da lista de Psicólogos do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, sendo:

Psicólogos – convocados para se apresentar:
DIEGO APARECIDO DE GASPERI ALVES – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
VIVIANNE CRUZ SOUZA – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA

Cadastro reserva – Psicólogos:
ALYNE CRISTINA ALBURGHETTI PEREIRA – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
BRUNA DE OLIVEIRA DE JESUS – Psicólogo(a) – PPIQ - Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas
GABRIELLE SDROIESKI MALASSA – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
LAURA DE FÁTIMA FERRAZ – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
ANDREIA CRISTINA CUNHA – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
BEATRIZ MELO DOS SANTOS – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
RENATA GALINARI – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
JOSIE SAMBATI – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
LIDIA PAULA MARCELO CACIANO – Psicólogo(a) – PPIQ - Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas
ANE CRISTINE DOS SANTOS – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
REBECCA MARINHO GROSSI – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
LUANA BEATRIZ CAVALCANTE DE SÁ – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
BRUNA JANAINA VITORINO – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
JONATHAN FERREIRA PARAIZO – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
JAQUELINE CAMARGO LOPES – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
JESSICA CRISTINA FERREIRA DA SILVA MACIEL – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
ALEXANDRE DA SILVA SANTOS JÚNIOR – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
MARIA EDUARDA FIORINI – Psicólogo(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
Solicito ainda a contratação dos candidatos aptos, conforme ordem classificatória da lista de Enfermeiros do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025, sendo:

Enfermeiros – convocados para se apresentar:
MARILENE DE OLIVEIRA – Enfermeiro(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
MARIA ANGELA FLORES – Enfermeiro(a) – PPIQ - Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas
CLEUSA MARIA PEREIRA DE OLIVEIRA – Enfermeiro(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
GRACIELA MEDRADO BARROS – Enfermeiro(a) – PPIQ - Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas
JESSIKA DE RAMOS – Enfermeiro(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
INÊS FLAUZINO FAGUNDES VIEIRA – Enfermeiro(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA

Cadastro reserva – Enfermeiros:
APARECIDA ARAÚJO DOS SANTOS – Enfermeiro(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
MIRCALA CRISTINA PASCHOAL – Enfermeiro(a) – PCD - Pessoa com Deficiência
PAULA FERNANDA FERREIRA – Enfermeiro(a) – PPIQ - Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas
MARCIO MARCELO MIRANDA – Enfermeiro(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
CARLOS HENRIQUE CARVALHO FERNANDES – Enfermeiro(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
MARIANE LUCAS – Enfermeiro(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
ODAIR VIEIRA DE MIRANDA – Enfermeiro(a) – AMPLA CONCORRÊNCIA
Ressalta-se que as contratações deverão observar rigorosamente a ordem de classificação atualizada e os critérios estabelecidos no edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025.
A presente solicitação tem por finalidade garantir a continuidade dos atendimentos nas unidades de saúde do município, evitando prejuízos à população e assegurando o funcionamento adequado dos serviços públicos de saúde.
Sem mais para o momento, renovamos votos de estima e consideração.

1. DA CONVOCAÇÃO
1.1. Ficam convocados os candidatos classificados para os cargos conforme relação constante neste Edital, visando ao preenchimento de abertura de vagas a fim de atender as demandas de saúde, observando-se rigorosamente a ordem de classificação, nos termos da Lei Municipal nº 52/2021 e do edital do certame.

2. DO COMPARECIMENTO
2.1. Os candidatos convocados deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir da data de publicação deste edital, tendo em vista fortes chuvas e fenômeno do " El Niño", no horário de expediente (das 8:00h às 11:30h e das 13:00h às 17:30h) da Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba, junto à Secretaria Municipal da Administração – Departamento de Protocolo, localizada à Travessa Sete de Setembro, S/N, Centro, no Município de Guaraqueçaba/PR, com envelope lacrado e identificado pelo candidato contendo a documentação exigida no edital do certame e nesse Edital de Convocação.

3. DA CONTRATAÇÃO E DO CADASTRO DE RESERVA
3.1. Esta convocação visa o preenchimento imediato das vagas remanescentes e a organização administrativa do cadastro de reserva para os cargos relacionados neste Edital, conforme o quantitativo previsto no Edital de Abertura.
3.2. A inclusão de candidatos em número superior às vagas disponíveis não assegura a contratação imediata, caracterizando apenas expectativa de direito e habilitação para eventual contratação futura, conforme a conveniência da Administração.
3.3. Os candidatos serão chamados para assinatura do contrato obedecendo rigorosamente à ordem de classificação definitiva, respeitando as reservas de vagas para PcD e PPIQ (Pretos, Pardos, Indígenas e Quilombolas), conforme os critérios de alternância e proporcionalidade previstos no Edital.
3.4. Os candidatos que apresentarem a documentação e forem considerados aptos, mas que excederem o número de vagas imediatas, permanecerão na condição de "Cadastro de Reserva", podendo ser convocados dentro do prazo de validade de 1 (um) ano da seleção.
3.5. A contratação efetiva está condicionada à apresentação de todos os requisitos de habilitação e ao resultado da inspeção de saúde física e mental, de caráter obrigatório.
3.6. A contratação efetiva fica condicionada à emissão de Atestado de Sanidade Física e Mental, a ser realizado por profissional ou junta médica designada pelo Município, de caráter eliminatório, conforme previsto no Edital de Abertura.
3.7.No ato da convocação para a contratação, o candidato inscrito como pessoa com deficiência (PCD) deve
apresentar a documentação que comprove a sua deficiência – especialmente o laudo caracterizador de deficiência, que ateste o tipo, o grau ou o nível da deficiência, e que inclui o código da Classificação Internacional de Doenças (CID), além da causa provável da deficiência – assim como outras informações e documentos complementares que possam ser requisitados pelo Município de Guaraqueçaba (PR) para avaliar a garantia do direito à vaga reservada para PCD pelo candidato;
3.8. O candidato inscrito como pessoa com deficiência (PCD) e aprovado nesta seleção pública simplificada, quando convocado para a contratação, será convocado para a perícia médica a ser realizada por junta médica designada pelo Município de Guaraqueçaba (PR), no prazo específico determinado pela junta e que será comunicado ao candidato;

4) DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA:
4.01. Os seguintes documentos devem ser obrigatoriamente apresentados à Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba (PR), junto ao Departamento de Recursos Humanos, quando da convocação, devendo estar todos legíveis, nítidos, atuais e originais:
4.02. documento oficial de identificação pessoal (como RG – registro geral, carteira de identidade, passaporte,
carteira profissional etc.);
4.03. CPF – cadastro de pessoa física;
4.05. Comprovação de residência ou domicílio atualizado;
4.06. Comprovante de quitação com a justiça eleitoral – (https://www.tse.jus.br/serviços-eleitorais/certidões);
4.07. Declaração de acumulação ou NÃO acumulação de vínculo com o outro Órgão Público ou Serviço Público, conforme regra da Constituição Federal (artigo 37, inciso XVI, da Constituição Federal de 1988 – recente alteração da Emenda Constitucional nº 138)- (podendo ser feita de próprio punho ou por escrito).
4.08 Certidão de Criminal e Civil fornecida no endereço eletrônico: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php, em caso o candidato seja de outro Estado, solicitar certidão de outra região (TRF1 – TRF2 – TRF3 – TFR 5 – TFR6) também;
4.09 Certidão de Antecedentes criminais fornecida pela Polícia Federal (http://www.dpf.gov.br/servicos/antecedentes-criminais/):
4.10 – Certidão de Antecedentes criminais fornecida pelo Policia Civil do Estado Paraná, caso o convocado seja de outro Estado, solicitar do Estado de Origem também (https://www.policiacivil.pr.gov.br/servicos/Seguranca/Atestados-e-Certidoes/Solicitar-Atestado-de-Antecedentes-Criminais-eVoG68rb);
4.11. Certidão de Antecedentes Criminais ou Atestado de Antecedentes Criminais fornecido pelo Tribunal de Justiça do Estado Paraná – (https://www.tjpr.jus.br/certidoes/-/asset_publisher/GnDZ0D2NL7iB/content/emissao-gratuita-de-certidoes-negativas-criminais/1447430);
4.12. Certidão ou Declaração de registro de regularidade atualizada fornecida pelo Órgão de Conselho de Classe, com comprovante de pagamento de anuidade em dia e ativo;
4.13 – Conta Corrente ou Conta Salário na Agência do Bradesco;
4.14 – Comprovante de Declaração de Imposto de Renda do exercício de 2025, ou declaração de Bens, podendo ser feita a próprio punho ou por escrito – (Art. 13 da Lei de Improbidade Administrativa);
4.15 – Número do NIS: PIS ou PASEP;
4.16. – Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), com dos dados pessoais e registros profissionais anteriores;
4.17 – Certificado de Reservista Militar (Dispensa de Incorporação) para os convocados Masculino (Conforme a Constituição Federal de 1988 (Art. 37, inciso I e Art. 143) e a Lei do Serviço Militar (Lei nº 4.375/1964);

5. DAS DESISTÊNCIAS
5.1. O candidato que não comparecer no prazo estabelecido, ou que não apresentar a documentação exigida, será considerado desistente, nos termos da Lei Municipal nº 52/2021, possibilitando a convocação do candidato subsequente, conforme ordem de classificação.
5.2. O não comparecimento no prazo legal ou a não apresentação de qualquer documento exigido implicará na exclusão definitiva do candidato do Processo Seletivo Simplificado.

6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
6.1. É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar as publicações oficiais referentes ao Processo Seletivo Simplificado, especialmente no Diário Oficial do Município de Guaraqueçaba, no endereço https://www.diariomunicipal.com.br/amp/

6.2. O contrato terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado conforme a necessidade da Administração, não ultrapassando o limite legal estabelecido na Lei Municipal nº 52/2021, bem como regra da Lei Federal nº 8.745/1993 e todos os Direitos Trabalhistas garantido nas decisões 551 - 916 no Supremo Tribunal Federal, podendo ser rescindo pelo Chefe do Executivo Municipal, a qualquer momento por ato Discricionário;
6.3. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, em conformidade com a Lei Municipal nº 52/2021 e demais normas aplicáveis.
6.3 Maiores informações no Departamento de Recursos Humanos, com o contato pelo e-mail: ***rh@guaraquecaba.pr.gov.br*** ***- saude@guaraquecaba.pr.gov.br*** - Telefones: (41) 3482-1280 / 1371 / 1604;
6.4. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

NEIVA BORGERT
Secretária Municipal de Saúde

RONALDO GIMENEZ MONTEIRO
O.A.B/PR nº 67095

Publicado por:
Kassiana Pontes Gonçalves
Código Identificador:5B678398

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA. PREGÃO 006/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA
EXTRATO DE ATA Nº 058.2026

PREGÃO Nº 006/2026
ATA Nº 058.2026

CONTRATANTE:O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Major Domingos Nascimento, nº 46, Centro, CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52.

CONTRATADA: Empresa Refrigeração Asteca LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 82.942.269/0001-51, sediada à Rua Manoel Pereira, Nº 1120, Cidade Paranaguá, Estado Paraná, Telefone nº (41) 3424-1474, doravante designado CONTRATADA, neste ato representada por Gilson Luiz da Silva, portador(a) do CPF nº 317.271.829-87.

O objeto da presente contratação consiste na aquisição de aparelhos de Ar-condicionado novos (Splith Hi-Wall Inverter) e prestação de serviços de instalação, atendendo às secretarias municipais.

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

DOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
PREFEITURA DE GUARAQUEÇABA	**(432) 11.001.02.061.0002.2.178.3.3.90.39.00.0** **(431) 11.001.02.061.0002.2.178.3.3.90.39.00.0** **03.001.15.451.0002.1.0002.1.000.4.4.90.51.00.0**

O valor total da contratação é de R$493.000,00 (Quatrocentos e noventa e três mil reais).

Guaraqueçaba, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:6D154A52

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: Paulo Cesar Lopes de Morais
CPF: 064.056.759-20,
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado:R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:F0BC38CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 171/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: Wellington Leite Mendes
CPF: 062.490.089-42
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado:R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:1C35EA22

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 172/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada:DIOGO PONTES DE ARAUJO

CPF: 058.492.829-71
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado:R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:D419EB61

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 173/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada:MATHEUS SULUSTINO MOREIRA
CPF: 082.885.889-77
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado:R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:0300F26C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 174/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada:ADRIANO GONÇALVES DO NASCIMENTO
CPF: 039.823.589.90
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.
Valor Estimado: R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:666219C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 175/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: KELVYN GOMES BARCELOS
CPF: 090.863.119-70
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado: R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:7393F461

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 176/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: ALTAIR GONÇALVES PONTES
CPF: 051.749.959-24
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado: R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:7E08ADEE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 177/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada:ADILSON JOSÉ LOPES RIBEIRO
CPF: 033.286.259-33
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado: R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:B0CDED96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 178/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada:WESLEY ALTENDORF DA SILVA
CPF: 117.710.909-36
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado: R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato: 12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:6B632AB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 179/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: WESLEY COLOMBES FERREIRA
CPF: 091.249.079-95
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado: R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato: 12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:2C115CD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 180/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada: VILMAR BORGERT
CPF: 802.251.019-04
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado: R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:763C16B5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 181/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada:SEBASTIÃO PONTES JUNIOR
CPF: 453.681.248-21
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado:R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato:12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:A0DF9784

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 181/2026

Origem: Inexigibilidade de Licitação 28/2026, Chamamento Público nº 08/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaraqueçaba
Contratada:SEBASTIÃO PONTES JUNIOR
CPF: 453.681.248-21
Objeto: Credenciamento de pessoas físicas prestadoras de serviços de motorista para condução de veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde de Guaraqueçaba (veículos leves, médios, pesados, transporte sanitário eletivo, TFD, ambulâncias de emergência e demais atividades assistenciais - CNH B, D ou E com observação EAR), mediante remuneração por diárias (plantões de 12 horas) e/ou horas efetivamente trabalhadas.

Valor Estimado: R$ 28.729,44 (vinte oito mil, setecentos e vinte e nove reais, quarenta e quatro centavos)
Vigência do contrato: 12 (doze) meses.

Dotação orçamentária: As despesas para a cobertura do valor oriundo deste Contrato Administrativo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

3.3.90.36.00.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física

Data da assinatura
Guaraqueçaba, 21 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:39C0E83F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DA DISPENSA 026.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 195.2026

DISPENSA Nº 026/2026
CONTRATO Nº 195.2026

CONTRATANTE:O MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Major Domingos Nascimento, nº 46, Centro, CNPJ/MF nº 76.022.508/0001-52.

CONTRATADA: Empresa **Ambserv Tratamento de Residuos LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **07.067.001/0001-00**, sediada à Rua Alexandre Zanchetta, Nº 337, Cidade São José dos Pinhais, Estado Paraná, Telefone nº (11) 3046-9000, doravante designado CONTRATADA, neste ato representada por Alana Carollina Martins Vainier de Paula, portador(a) do CPF nº 029.503.609-55.

Objeto: O objeto da presente dispensa é a "Contratação de empresa especializada na coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (Grupos A, B e E) para garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde pública e o cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes."

Prazo de vigência: 12 (doze) meses

DOTAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria Da Saúde	33.90.39.0000

O valor total da contratação é de R$33.589,50 (Trinta e três mil, quinhentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos).

Guaraqueçaba, 02 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:872A11C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA 026.2026

Termo de adjudicação e homologação

O prefeito Municipal de Guaraqueçaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - Adjudicar
02 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Dispensa Nº 026.2026

Contratante: O **MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Major Domingos Nascimento, nº46, Centro, CNPJ/ MF nº 76.022.508/0001-52, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Alessandro Carneiro Soares Truchinski**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº039.773.459-07 e portador da Carteira de Identidade RG nº7892010-6, doravante denominada CONTRATANTE.

Contratada: Ambserv Tratamento de Residuos LTDA, com sede na cidade de São José os Pinhais/PR, Endereço: Rua Alexandre Zanchetta Nº 337, Bairro Campina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 07.067.001/0001-00, neste ato representada por Alana Carollina Martins Vainier de Paula, inscrita no CPF/MF sob nº029.503.609-55.

Objeto: O objeto da presente dispensa é a "Contratação de empresa especializada na coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos de serviços de saúde (Grupos A, B e E) para garantir a continuidade dos serviços essenciais de saúde pública e o cumprimento das normas sanitárias e ambientais vigentes."

Lote	Descrição
01	Coleta, Transporte, Tratamento e Destinação Final de Resíduos de Serviço de Saúde dos grupos A, B e E.

Dotação Orçamentária Secretaria de Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos.

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
Secretaria da Saúde	33.90.39.0000

Guaraqueçaba, 02 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:F57FC044

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 006/2026

Termo de adjudicação e homologação

O prefeito Municipal de Guaraqueçaba, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 - Adjudicar
02 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Pregão Nº 006.2026

Contratante: O **MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA, PARANÁ**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Rua Major Domingos Nascimento, nº46, Centro, CNPJ/ MF nº 76.022.508/0001-52, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **Alessandro Carneiro Soares Truchinski**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº039.773.459-07 e portador da Carteira de Identidade RG nº7892010-6, doravante denominada CONTRATANTE.

Contratada: Refrigeração Asteca LTDA, com sede na cidade de Piraquara/PR, Endereço: Rua Manoel Pereira Nº 1120, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 82.942.269/0001-51, neste ato representada por seu procurador o Gilson Luiz da Silva, inscrita no CPF/MF sob nº 317.271.829-87.

O objeto da presente contratação consiste na aquisição de aparelhos de Ar-condicionado novos (Splith Hi-Wall Inverter) e prestação de serviços de instalação, atendendo às secretarias municipais.

Lote 01	Descrição
01	Aparelho 9000 BTU's
02	Aparelho 12.000 BTU's
03	Aparelho 18.000 BTU's
04	Aparelho 24.000 BTU's

Lote 02	Descrição
01	Instalação 9000 BTU's
02	Instalação 12.000 BTU's
03	Instalação 18.000 BTU's
04	Instalação 24.000 BTU's

Dotação Orçamentária Secretaria de Secretaria Municipal de Planejamento e Projetos.

ÓRGÃO	DOTAÇÃO
PREFEITURA DE GUARAQUEÇABA	(432) 11.001.02.061.0002.2.178.3.3.90.39.00.0 (431) 11.001.02.061.0002.2.178.3.3.90.39.00.0 03.001.15.451.0002.1.0002.1.000.4.4.90.51.00.0

Guaraqueçaba, 26 de agosto de 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:BDD662F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

RECURSOS HUMANOS
CONTRATO DE TRABALHO-28

PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA
ESTADO DO PARANÁ
Rua Elpídio dos Santos, n° 541 –Fone (46) 3245-1130
CEP – 85548-000 – Honório Serpa – PR

Contrato de Trabalho Nº 30/2026		
Empregador: Município de Honório Serpa		CNPJ:95585444/0001-42
Endereço: Rua Elpídio dos Santos,541	Cidade: Honório Serpa	Estado: Paraná
Empregado(a): Milson Mateus Fontes Barreto		
Endereço: Av. VXI de novembro	Cidade: Honório Serpa	Estado: Paraná

Por este instrumento particular, as partes acima denunciadas, **CONTRATANTE e CONTRATADO,** celebram contrato de trabalho **POR PRAZO DETERMINADO** e passam adiante, a ser denominadas de a primeira de CONTRATANTE e a segunda de EMPREGADO, com as cláusulas e seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA: O EMPREGADO(A) exercerá o Emprego de **MOTORISTA VEICULOS LEVES PSS,** com jornada de 40 (Quarenta) horas semanais, de acordo com a habilitação no Processo de Seleção Simplificado nº. 001/2026, do Edital nº. 01-A de 27 de fevereiro de 2026 e Edital de Convocação nº 01-V/2026 de 24 de agosto de 2026, cumprindo, entre outras, as atribuições, deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem aqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários descritas na Lei Municipal nº 731/2017.
CLÁUSULA SEGUNDA: Com retribuição pecuniária pelo exercício do Emprego o EMPREGADO(A) receberá mensalmente, o valor de R$ 1.704,31(um mil setecentos e quatro reais e trinta e um centavos) importância sobre a qual incidirão os descontos de Lei.
CLÁUSULA TERCEIRA: O valor da remuneração líquida do EMPREGADO será pago através de depósito em conta corrente no Banco do Brasil, devendo o EMPREGADO informar o número da conta corrente por ocasião da admissão. Fica, porém, ciente, que a modalidade hoje existente poderá ser modificada a qualquer tempo e o CONTRATANTE obrigado a avisá-la com antecedência para que não acarrete prejuízo econômico.
CLÁUSULA QUARTA: O EMPREGADO(A) trabalhará no Departamento Municipal de Educação deste Município, ficando a disposição deste Departamento, e trabalhara na zona rural e/ou urbana deste Município, a critério do Departamento Municipal de Educação.
CLÁUSULA QUINTA: O EMPREGADO(A) responde pelos prejuízos que causar, com dolo ou culpa.
CLÁUSULA SEXTA: O presente contrato é por PRAZO DETERMINADO, podendo ser rescindido a qualquer tempo, por qualquer uma das partes, respeitados os preceitos contidos no Estatuto Municipal da Prefeitura de Honório Serpa- PR.
CLÁUSULA SÉTIMA: Este Contrato entra em vigor na data de 01 de setembro de 2026, vencendo-se em 27 de setembro de 2026, podendo ser prorrogado, uma vez por igual período, de acordo com as necessidades da Administração Municipal.
CLÁUSULA OITAVA: O EMPREGADO(A) ora contratada fica subordinado ao Sistema Administrativo do Município de Honório

Serpa, Estado do Paraná, de acordo com o que dispõem as Leis Municipais e demais disposições legais vigentes, inclusive naquelas que venham a serem criadas, alteradas, modificadas após a assinatura do presente contrato de trabalho.

E por estarem assim acertados, CONTRATANTE e EMPREGADO assinam este instrumento, em duas vias, no dia 22 de junho de 2026.

Honório Serpa, 01 de setembro de 2026

JOÃO CARLOS GARBIN
Empregador
Prefeito Municipal

MILSON MATEUS FONTES BARRETO
Empregado(a)

Publicado por:
Ederson Luiz Dos Santos
Código Identificador:9BB10AB2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CAMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU
DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2026

PODER LEGISLATIVO DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ
DECRETO LEGISLATIVO Nº 009/2026

SÚMULA: APROVA, COM RESSALVA, AS CONTAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE IGUARAÇU, RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2023, DE RESPONSABILIDADE DE ELISEU SILVA DA COSTA.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU**, Estado do Paraná, no exercício da competência prevista no art. 31 da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e nos arts. 48, IV, e 258, § 1º, de seu Regimento Interno, decreta:

Ficam aprovadas, com ressalva, as contas anuais do Poder Executivo Municipal de Iguaraçu, relativas ao exercício financeiro de 2023, de responsabilidade do Senhor Eliseu Silva da Costa, em conformidade com a conclusão do Parecer Prévio nº 64/2026 da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, proferido no Processo nº 213101/24.
Parágrafo único. Fica expressamente mantida a ressalva relativa ao resultado financeiro acumulado negativo, consignada no item "b", subitem "i", da deliberação do Parecer Prévio referido no *caput*.

O julgamento de que trata este Decreto Legislativo limita-se às contas anuais do exercício de 2023 apreciadas no processo mencionado no art. 1º, sem prejuízo das competências de fiscalização e de apuração de atos ou fatos específicos pelos órgãos competentes.

A Presidência da Câmara providenciará a publicação deste Decreto Legislativo e o encaminhamento de cópia ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, acompanhada do registro da deliberação plenária, dando ciência ao responsável pelas contas e ao Poder Executivo Municipal.

Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Iguaraçu, estado do Paraná,
24 de agosto de 2026.

JOSUÉ DE LUCAS
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

DIVINO MADRONA LIMA
Relator

MARCOS DA SILVA AGLIO
Membro

JUSTIFICATIVA

A Comissão de Finanças e Orçamento apresenta este projeto em cumprimento aos arts. 48, IV, e 258, § 1º, do Regimento Interno, para submeter ao Plenário o julgamento das contas de 2023. A proposição acolhe a conclusão do Parecer Prévio nº 64/2026-S2C pela regularidade com ressalva e o Parecer desta Comissão, cujos fundamentos a instruem.

A ressalva financeira é expressamente preservada. Sua indicação por referência ao dispositivo evita reproduzir como dado apurado a divergência percentual identificada no parecer do TCE/PR. A proposição não concede quitação geral de atos de gestão nem afasta a atuação dos órgãos competentes.

Câmara Municipal de Iguaraçu, estado do Paraná,
24 de agosto de 2026.

JOSUÉ DE LUCAS
Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento

DIVINO MADRONA LIMA
Relator

MARCOS DA SILVA AGLIO
Membro

Publicado por:
Decio Vicente Galdino Cardin
Código Identificador:837F3364

CAMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2026
(AUTORIA: COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO)

PODER LEGISLATIVO DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ
PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 008/2026
(Autoria: Comissão de Constituição, Legislação e Redação)

SÚMULA: Dispõe sobre a manutenção do Veto Total nº 001/2026, oposto ao Projeto de Lei nº 009/2026.

CONSIDERANDO o Veto Total nº 001/2026 referente ao Projeto de Lei nº 009/2026.

CONSIDERANDO, ainda, que, tratando-se de veto, o parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Redação produzirá projeto de decreto legislativo, propondo a rejeição ou aceitação do mesmo nos termos do §6º do Art. 61 do Regimento Interno.

FAÇO SABER que a **A COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE IGUARAÇU,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno, especialmente pelo art. 61, §6º, **PROPÕE**:

Fica **ACEITO E MANTIDO** o Veto Total nº 001/2026, aposto pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ao Projeto de Lei nº 009/2026, relativo à divulgação de informações sobre a disponibilidade dos medicamentos constantes da Relação Municipal de Medicamentos Essenciais – REMUME na rede municipal de saúde.

A manutenção do veto fundamenta-se nas razões constantes do Parecer da Comissão de Constituição, Legislação e Redação, especialmente quanto à necessidade de aperfeiçoamento da técnica legislativa, compatibilização da periodicidade das atualizações com a legislação federal e preservação de mecanismos administrativos que proporcionem nível mais elevado de transparência, sem

reconhecimento de inconstitucionalidade formal da iniciativa parlamentar.

Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná,
24 de agosto de 2026.

MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS PARLADORE
Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Redação

JHONATAS ALVES CORDEIRO
Relator

JOSÉ MARIA DA SILVA
Membro

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Decreto Legislativo decorre do parecer emitido pela Comissão de Constituição, Legislação e Redação na apreciação do Veto Total nº 001/2026, na forma determinada pelo art. 61, §6º, do Regimento Interno.

Embora a Comissão não reconheça como suficientemente demonstrada a alegação de inconstitucionalidade formal da iniciativa parlamentar, constatou-se a conveniência de aperfeiçoamento do texto anteriormente aprovado, especialmente quanto à periodicidade de atualização das informações sobre estoques de medicamentos.

A Lei Federal nº 14.654/2023, ao acrescentar o art. 6º-A à Lei nº 8.080/1990, estabelece periodicidade quinzenal para divulgação dos estoques de medicamentos das farmácias públicas.

Em razão disso, e considerando que a fase de apreciação do veto não admite modificação do texto do projeto originalmente aprovado, entende a Comissão que a manutenção do veto constitui, neste momento, a solução legislativa mais prudente, sem impedir a apresentação futura de nova proposição tecnicamente aperfeiçoada.

Câmara Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná,
24 de agosto de 2026.

MARIA DAS GRAÇAS DOS SANTOS PARLADORE
Presidente da Comissão de Constituição, Legislação e Redação

JHONATAS ALVES CORDEIRO
Relator

JOSÉ MARIA DA SILVA
Membro

Publicado por:
Decio Vicente Galdino Cardin
Código Identificador:A4EC48C8

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 0027/2026 (AUTOR: PODER EXECUTIVO MUNICIPAL)

LEI Nº 0027/2026
(Autor: Poder Executivo Municipal)

SÚMULA:Institui a Política Municipal de Alfabetização para o desenvolvimento das ações de alfabetização no município de Iguaraçu, Estado do Paraná, em consonância com o Programa Educa Juntos, estratégia Alfabetiza Juntos e com o Compromisso Nacional da Criança Alfabetizada.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Iguaraçu aprovou e eu, Claudio Aparecido Bernin, Prefeito Municipal, sanciono a presente Lei:

LEI:

Art. 1º. Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização no âmbito do município de Iguaraçu, Estado do Paraná, com o objetivo de desenvolver ações estruturadas e articuladas, por meio do regime de colaboração entre a União, Estado e Município, visando a consolidação da aprendizagem dos estudantes durante os anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização de crianças.

Parágrafo Único: A Política fundamenta-se nas diretrizes da Lei nº 15.247, de 31 de outubro de 2025 que dispõe sobre o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, na Lei nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022 que instituiu o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná e na Resolução nº 5.158, de 07 de agosto de 2023 que institui a estratégia Alfabetiza Juntos para o desenvolvimento das ações do Programa Educa Juntos.

Art. 2º. Os princípios que compõem a Política Municipal de Alfabetização de Iguaraçu:
I – efetivação do regime de colaboração entre União, Estado e Município para o desenvolvimento das ações de alfabetização;
II – garantia do direito à alfabetização das crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental;
III – efetivação da equidade educacional, sendo considerados aspectos regionais, socioeconômicos, étnico-raciais e de gênero;
IV – valorização da avaliação como instrumento formativo e de acompanhamento das aprendizagens;
V – garantia de formação continuada dos profissionais da educação;
VI – uso de evidências e dados educacionais para a tomada de decisão;
VII – garantia de condições pedagógicas adequadas, incluindo materiais didáticos e recursos de apoio.

Art. 3º.São objetivos da Política Municipal de Alfabetização de Iguaraçu:
I – elevar a qualidade da alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
II – assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
III – contribuir para o cumprimento da meta de alfabetização do Plano Municipal de Educação;
IV – fortalecer práticas pedagógicas baseadas em evidências;
V – promover o uso de tecnologias educacionais inovadoras no processo de alfabetização;
VI – socializar as experiências e produções em alfabetização e letramento desenvolvidas em sala de aula;
VII – reconhecer e disseminar práticas exitosas, pedagógicas e de gestão, no âmbito da garantia do direito à alfabetização;
VIII – garantir a articulação entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Art. 4º. Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Iguaraçu:
I – priorização da alfabetização até o 2º ano do Ensino Fundamental;
II – promoção de práticas pedagógicas que desenvolvam a leitura/escuta, a escrita, oralidade, a produção textual e compreensão leitora;
III – assistência pedagógica para as equipes gestoras das unidades escolares;
IV – fortalecimento da gestão pedagógica nas unidades escolares;
V – acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens dos estudantes;
VI – implementação de estratégias de recomposição das aprendizagens;
VII – incentivo às práticas para desenvolver a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil;
VIII – promoção da participação das famílias no processo educativo;
IX – apoio técnico-pedagógico contínuo às escolas.

Art. 5º. A Política Municipal de Alfabetização de Iguaraçu tem por público-alvo:
I – crianças matriculadas na pré-escola (4 e 5 anos);
II – estudantes matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Art. 6º. Agentes envolvidos na política Municipal de Alfabetização de Iguaraçu:

I – gestores municipais;
II – equipes pedagógicas;
III – gestores escolares;
IV – professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
V – comunidade escolar.

Art. 7º. A Política Municipal de Alfabetização de Iguaraçu será implementada por ações que incluam:
I – definição de orientações curriculares e metas mensuráveis e objetivas;
II – adesão e oferta de formação continuada para professores e gestores;
III – utilização de materiais didáticos e pedagógicos complementares de apoio para professores e estudantes;
IV – desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
V – adesão às avaliações formativas e externas;
VI – monitoramento contínuo das aprendizagens;
VII – recomposição das aprendizagens para estudantes que não tenham sido alfabetizados até o 2º ano do Ensino Fundamental.

Art. 8º. Constituem mecanismos de avaliação e monitoramento Política Municipal de Alfabetização de Iguaraçu:
I – acompanhamento dos resultados de aprendizagem;
II – definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
III – sistematização de dados por estudante, turma e escola;
IV – avaliação da efetividade das ações implementadas;
V – uso dos resultados para o replanejamento das ações pedagógicas.

Art. 9º. Compete à Secretaria Municipal de Educação de Iguaraçu a coordenação estratégica das ações decorrentes desta Política Municipal de Alfabetização.

Art. 10º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito do Município de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:361392E3

CHEFIA DE GABINETE
LEI Nº 08/2026 REPUBLICADO

LEI Nº 08/2026
REPUBLICADO

SÚMULA - Autoriza a abertura de um Adicional Especial no valor de R$ 5.356.704,91 (Cinco Milhões, Trezentos e Cinquenta e seis Mil, Setecentos e Quatro Reais e Noventa e Um Centavos) no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Iguaraçu para o exercício financeiro de 2026 e dá outras providências.

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal de Iguaraçu aprovou e eu, Elias Antonio Parladore dos Santos, Prefeito Municipal em exercício, sanciono a presente Lei:

LEI
Art. 1.º - - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Iguaraçu para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Especial no valor de R$ 5.356.704,91 (Cinco Milhões, Trezentos e Cinquenta e seis Mil, Setecentos e Quatro Reais e Noventa e Um Centavos) para suplementação das seguintes dotações:

12000	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	
12.002	**Fundo Municipal de Saúde**	
12.002.10.301.0010.1087	**CONSTRUÇÃO UNIDADE MISTA DE SAÚDE**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00333	**Obras e Instalações**	4.500.000,00
0800	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E LOGÍSTICA**	
08001	**Departamento Municipal de Obras e Serviços Públicos**	
08.001.15.451.0013.1.088	**Revitalização da Avenida Pedro Martins**	
4.4.90.51.00.00 - Fonte 00000	**Obras e Instalações**	181.939,50
4.4.90.51.00.00 - Fonte 02510	**Obras e Instalações**	168.426,31
4.4.90.51.00.00 - Fonte 02511	**Obras e Instalações**	223.205,54
4.4.90.51.00.00 - Fonte 21015	**Obras e Instalações**	72.585,08
0600	**SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURAL**	
06.001	**Departamento Municipal de Desenvolvimento Econômico e Cultural**	
06.001.13.392.0009.1.082	**Construção Barracão Industrial**	
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00867	**Obras e Instalações**	200.000,00
4.4.90.51.00.00 – Fonte 00504	**Obras e Instalações**	10.548,48

Onde se lê Fonte – 00333 leia-se Fonte-00500

Art. 2.º - Os recursos necessários para a abertura do Crédito Especial descrito no Art.1.º desta lei serão provenientes do provável **excesso de arrecadação da fonte 00333, no valor de R$ 4.500.000,00 da Fonte 02510 no valor de R$ 168.426,31 da Fonte 02511 no valor de R$ 223.205,54 da Fonte 21015 no valor de R$ 72.585,08 e da fonte 00867 no valor de R$ 200.000,00** e da anulação parcial das dotações abaixo, conforme Art. 43 § 1, III da Lei federal 4.320/64.
Onde se lê Fonte – 00333 leia-se Fonte - 00500

0500	**SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**	
05001	**Departamento Municipal de Planejamento**	
05.001.04.121.0004.2.010	**Manutenção Paço Municipal**	
3.3.90.30.00.00 - Fonte 00000	**Material de Consumo**	71.939,50
3.3.90.39.00.00 – Fonte 00000	**Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica**	110.000,00
0300	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINSTRAÇÃO**	
03002	**Departamento Municipal de Licitação**	
03.002.04.122.0002.2008	**Manutenção do Departamento de Licitação**	
4.4.90.52.00.00 – Fonte 00504	**Obras e Instalações**	10.548,48

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Iguaraçu, aos 07 dias do mês de abril de 2026.

ELIAS ANTONIO PARLADORE DOS SANTOS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:5F72F38B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO RELAÇAO DE CREDENCIADO- CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

O Município de Iguaraçu/PR, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público a relação de credenciados até a data de 02/09/2026 referente ao **Credenciamento nº 005/2026**.
Objeto: CREDENCIAMENTO DE LEILOEIROS PÚBLICOS OFICIAIS, devidamente matriculados e em situação regular perante a Junta Comercial competente, para a prestação de serviços técnicos especializados destinados à realização de leilões públicos, visando à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Iguaraçu/PR.

Informa-se que os **envelopes de Documentação apresentados até o presente momento serão abertos no dia 04 de setembro de 2026, às 08h00min**, na **Sala de Licitações**, sito a Rua Otávio Pedro da Silva 294, Centro.

Relação de empresa Credenciada até a data de 02/09/2026:

ORDEM	EMPRESA/CREDENCIADO	CNPJ/CPF
01	ANDERSON LUCHTENBERG	022.xxx.xxx-62

A **presença dos representantes das empresas interessadas é facultativa**, não sendo obrigatória para a participação no certame.
Demais informações estão disponíveis junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR.

Iguaraçu, 02 de setembro de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:58C72478

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO RELAÇAO DE CREDENCIADO- CREDENCIAMENTO Nº 007/2026

O Município de Iguaraçu/PR, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público a relação de credenciados até a data de 02/09/2026 referente ao **Credenciamento nº 007/2026**.
Objeto: Credenciamento de pessoas jurídicas para a prestação de serviços técnicos especializados de engenharia, arquitetura, urbanismo, agrimensura e áreas correlatas, destinados à elaboração de estudos, levantamentos, projetos, documentos técnicos, peças orçamentárias e demais elementos necessários ao planejamento, estruturação, viabilização e captação de recursos para execução de obras e investimentos públicos de interesse do Município de Iguaraçu/PR, conforme especificações constantes neste Edital e seus anexos.

Informa-se que os **envelopes de Documentação apresentados até o presente momento serão abertos no dia 08 de setembro de 2026, às 08h00min**, na **Sala de Licitações**, sito a Rua Otávio Pedro da Silva 294, Centro.
Relação de empresa Credenciada até a data de 02/09/2026:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ
01	FERRONATO ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA	16.908.314/0001-27
02	AZURE GERENCIAMENTO E PROJETOS LTDA	44.368.906/0001-39

A **presença dos representantes das empresas interessadas é facultativa**, não sendo obrigatória para a participação no certame.
Demais informações estão disponíveis junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR.

Iguaraçu, 02 de setembro de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:B61B2C64

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
AVISO RELAÇAO DE CREDENCIADO- CREDENCIAMENTO Nº 010/2026

O Município de Iguaraçu/PR, por meio da Comissão Permanente de Licitação, torna público a relação de credenciados até a data de 02/09/2026 referente ao **Credenciamento nº 010/2026**.
Objeto: Chamamento Público para o credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na prestação de serviços de hospedagem completa em Casa de Apoio destinada aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS e respectivos acompanhantes, encaminhados pelo Município de Iguaraçu/PR por meio do Tratamento Fora do Domicílio – TFD, contemplando hospedagem, alimentação, transporte para consultas, exames, procedimentos e tratamentos, atendimento humanizado, suporte básico aos usuários, disponibilização de quartos compartilhados e quartos de isolamento, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.
Informa-se que os **envelopes de Documentação apresentados até o presente momento serão abertos no dia 04 de setembro de 2026, às 08h00min**, na **Sala de Licitações**, sito a Rua Otávio Pedro da Silva 294, Centro.
Relação de empresa Credenciada até a data de 02/09/2026:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ
01	CASA DE APOIO PARANA LTDA	21.918.061/0001-02
02	GILBERTO DA SILVA BRUSKE LTDA	19.565.649/0001-88

A **presença dos representantes das empresas interessadas é facultativa**, não sendo obrigatória para a participação no certame.
Demais informações estão disponíveis junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR.

Iguaraçu, 02 de setembro de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:AE123877

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 133/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 154/2025
REF.: DISPENSA DE LICITAÇÃO: nº 043/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE IGUARAÇU/PR, inscrito no CNPJ nº 75.772.525/0001-44, com sede na Rua Otávio Pedro da Silva, nº 294, Centro, Iguaraçu/PR.
CONTRATADA: A ESTAÇÃO TACÓGRAFOS LTDA, situada na Rodovia PR 218, S/N – Parque Industrial Mário Martins Arantes – Iguaraçu/PR, CEP 86750-000, inscrita no CNPJ nº 35.561.639/0001-20.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 133/2025 por mais 12 (doze) meses e aplicação de reajuste pelo índice IPCA de 4,44%, mantendo-se as demais cláusulas e condições contratuais.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para prestação de serviços de conserto, manutenção e substituição de velocímetros e de tacógrafos e regularização junto ao Inmetro, com reposição de peças e utilização de mão de obra, destinados a atender os veículos da Prefeitura Municipal de Iguaraçu/PR, para desempenho de atividades diárias externas, conforme instrumento contratual e processo de Dispensa nº 043/2025.
VIGÊNCIA: Prorrogada por 12 (doze) meses, passando a vigorar de 30/08/2026 a 29/08/2027.
VALOR COM REAJUSTE IPCA: Valor global reajustado de R$ 43.100,30 (quarenta e três mil, cem reais e trinta centavos) para o período prorrogado, perfazendo o valor total acumulado do contrato de R$ 84.368,30 (oitenta e quatro mil, trezentos e sessenta e oito reais e trinta centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 106, II e §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
DATA DA ASSINATURA: 26/08/2026.

CLÁUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:9308FD52

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 160/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 105 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 032/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: ARASA COMERCIO E IMPORTACAO DE AUTO PECAS LTDA- CNPJ nº 85.012.581/0001-34.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Iguaraçu/PR, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, peças, componentes, acessórios, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, destinados aos veículos leves, utilitários, ambulâncias, vans, micro-ônibus, ônibus, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais equipamentos motorizados

pertencentes ou que venham a integrar a frota municipal durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
VALOR: R$ 700.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/09/2026 a 02/09/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 106 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 032/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: GERMANI PECAS E SERVICOS LTDA- CNPJ nº 79.149.977/0001-25
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Iguaraçu/PR, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, peças, componentes, acessórios, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, destinados aos veículos leves, utilitários, ambulâncias, vans, micro-ônibus, ônibus, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais equipamentos motorizados pertencentes ou que venham a integrar a frota municipal durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
VALOR: R$ 450.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/09/2026 a 02/09/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 032/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: EQUITRATOR TRATORES PECAS HIDRAULICAS E SERVICOS LTDA- CNPJ nº 82.039.025/0001-63
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Iguaraçu/PR, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, peças, componentes, acessórios, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, destinados aos veículos leves, utilitários, ambulâncias, vans, micro-ônibus, ônibus, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais equipamentos motorizados pertencentes ou que venham a integrar a frota municipal durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
VALOR: R$ 1.350.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/09/2026 a 02/09/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 108/2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 032/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: GRACIOTIN AUTOMECÂNICA LTDA- CNPJ nº 35.897.425/0001-20
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Iguaraçu/PR, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, peças, componentes, acessórios, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, destinados aos veículos leves, utilitários, ambulâncias, vans, micro-ônibus, ônibus, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais equipamentos motorizados pertencentes ou que venham a integrar a frota municipal durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
VALOR: R$ 300.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/09/2026 a 02/09/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 109/2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 032/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: 64.642.419 TIAGO POMPEI DE MORAIS- CNPJ nº 64.642.419/0001-20.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota oficial do Município de Iguaraçu/PR, compreendendo o fornecimento de mão de obra especializada, peças, componentes, acessórios, materiais e insumos necessários à execução dos serviços, destinados aos veículos leves, utilitários, ambulâncias, vans, micro-ônibus, ônibus, caminhões, máquinas pesadas, tratores, implementos agrícolas e demais equipamentos motorizados pertencentes ou que venham a integrar a frota municipal durante a vigência da Ata de Registro de Preços.
VALOR: R$ 300.000,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/09/2026 a 02/09/2027.

Iguaraçu, 02 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:C33B1FD7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO EXTRATOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS- PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 164/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 034/2026

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: A.T.V DISTRIBUIDORA LTDA ME, CNPJ nº 54.174.357/0001-15.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 45.264,72
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 73 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: ABSOLUTA SAÚDE IMP. EXP. E COMÉRCIO DE PR, CNPJ nº 30.082.076/0001-74.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 32.184,52
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 74 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: ATLÂNTICO BC PRODUTOS PARA SAÚDE EIRELI, CNPJ nº 35.626.812/0001-21.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 363,24
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 75 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: BALESTRIN & RIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS, CNPJ nº 49.238.875/0001-15.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 202,91
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 76 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44

DETENTORA DA ATA: BETANIAMED COMERCIAL EIRELI, CNPJ nº 09.560.267/0001-08.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 3.800,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 77 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: BIO-LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI, CNPJ nº 06.175.908/0001-12.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 469,84
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 78 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: BÉRITH COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS, CNPJ nº 57.642.694/0001-88.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 9.130,94
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: CIRÚRGICA PRIME LTDA, CNPJ nº 46.116.717/0001-02.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 20.499,18
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 60.599.605/0001-72.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 37.540,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MEI, CNPJ nº 26.240.632/0001-16.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 27.941,30
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 82 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: DENTAL MIG COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ nº 59.024.369/0001-87.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 861,56
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA, CNPJ nº 44.223.526/0001-06.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 4.384,04
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: ESSÊNCIA SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES, CNPJ nº 19.336.532/0001-22.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 7.631,50
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: GET MED COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 41.836.567/0001-80.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 3.135,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: GOLDEN PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, CNPJ nº 46.884.097/0001-43.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 8.961,30
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: HOSP MEDIC SERVICOS LTDA, CNPJ nº 20.861.961/0001-06.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 6.141,60
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026

ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: ICARAÍ DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 17.545.961/0001-84.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 3.460,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: INVICTO COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE, CNPJ nº 37.052.250/0001-85.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 15.390,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: ODONTOMED T/A LTDA, CNPJ nº 27.205.945/0001-04.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 559,98
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 91 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: TATA COM. DE EQUIP. PARA SAÚDE, ODONTO MÉDICO LTDA ME, CNPJ nº 11.088.993/0001-11.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 220,00
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 92 /2026
ORIGEM: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 034/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Iguaraçu - CNPJ Nº: 75.772.525/0001-44
DETENTORA DA ATA: YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES, CNPJ nº 51.740.794/0001-60.
OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR.
VALOR: R$ 9.191,50
PRAZO DE VIGÊNCIA: 01/09/2026 a 31/08/2027.

Iguaraçu, 01 de setembro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:EE38041C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ AVISO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2026

Processo Administrativo: nº 194/2026
Dispensa Física: nº 043/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE IGUARAÇU**, por meio do setor de licitações e contratos, realizará dispensa na **FORMA FÍSICA**, na hipótese do **art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, do *Decreto municipal* nº 233/2025 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/09/2026
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 04/09/2026 às 08h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 09/09/2026 às 16h00min
INTERVALO MÍNIMO: 03 (três) dias
SESSÃO DE JULGAMENTO: 10/09/2026
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
licitacao@iguaracu.pr.gov.br ou Paço Municipal sito Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Iguaraçu/PR, no qual deverá ser protocolado no Setor de Licitação em envelope lacrado.
LINK DO EDITAL: Portal Transparência: https://www.iguaracu.pr.gov.br/licitacoes
Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS: ☒ Sim ☐ Não
Margem de Preferência Local/Regional: ☐ Sim ☒ Não
Horário de Referência: Brasília-DF

Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de capacitação e treinamento destinados aos profissionais da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Iguaraçu/PR, compreendendo os seguintes treinamentos: higienização dos serviços de saúde; organização do serviço de recepção; segurança do paciente; linhas de cuidado e indicadores de financiamento; Plano Terapêutico Singular (PTS); processo de trabalho e indicadores de saúde da Odontologia; coordenação da Atenção Primária à Saúde; e imersão em classificação de risco e vulnerabilidade, conforme especificações técnicas, quantitativos, condições de execução e demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência./PR.

Informações através do e-mail: **licitacao@iguaracu.pr.gov.br** ou pelo fone (44) 3248-1222.

Iguaraçu/PR, 02 de setembro de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação
Portaria nº 001/2026

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:05338086

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU – ESTADO DO PARANÁ AVISO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026

Processo Administrativo: nº 195/2026
Dispensa Física: nº 044/2026

Torna-se público que o **MUNICÍPIO DE IGUARAÇU**, por meio do setor de licitações e contratos, realizará dispensa na **FORMA FÍSICA**, na hipótese do **art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133**, de 1º de abril de 2021, do *Decreto municipal* nº 233/2025 e demais legislações aplicáveis e exigências estabelecidas neste Aviso.

Data da Publicação no Diário Oficial: 03/09/2026
DATA DO INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 04/09/2026 às 00h00min
DATA DO FIM PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 09/09/2026 às 16h00min
INTERVALO MÍNIMO: 03 (três) dias
SESSÃO DE JULGAMENTO: 10/09/2026
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO:
licitacao@iguaracu.pr.gov.br ou Paço Municipal sito Rua Otávio Pedro da Silva, 294 - Centro - Iguaraçu/PR, no qual deverá ser protocolado no Setor de Licitação em envelope lacrado.

LINK DO EDITAL: Portal Transparência: https://www.iguaracu.pr.gov.br/licitacoes
Exclusividade ME/EPP/EQUIPARADAS: ☒ Sim ☐ Não
Margem de Preferência Local/Regional: ☐ Sim ☒ Não
Horário de Referência: Brasília-DF

Objeto: Contratação de empresa especializada para a disponibilização de licença de uso de sistema ou plataforma eletrônica integrada para pesquisa, consulta e referência de preços de peças, componentes, acessórios, serviços e mão de obra destinados à manutenção da frota municipal, incluindo acesso à base de dados, atualizações e suporte técnico, pelo período de 12 (doze) meses, com disponibilização de 01 (um) usuário, conforme condições, requisitos e especificações estabelecidos neste instrumento convocatório.

Informações através do e-mail: **licitacao@iguaracu.pr.gov.br** ou pelo fone (44) 3248-1222.

Iguaraçu/PR, 02 de novembro de 2026.

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação
Portaria Nº 001/2026

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:92C26F9C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
RELAÇÃO DE EMPRESA CREDENCIADA E HABILITADA
CREDENCIAMENTO Nº 008/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 154/2026

Objeto: Chamamento público é o credenciamento de pessoas jurídicas, inclusive Microempreendedores Individuais (MEI), Microempresas (ME), Empresas de Pequeno Porte (EPP) e demais pessoas jurídicas legalmente constituídas, especializadas na prestação de serviços de pedreiro, jardineiro, piscineiro, chaveiro, eletricista, pintor e técnico em manutenção de equipamentos elétricos e eletrônicos, destinados ao atendimento das necessidades da Administração Pública Municipal de Iguaraçu/PR, compreendendo a execução de serviços de manutenção preventiva, corretiva, conservação, reparos, adequações e pequenos serviços em bens móveis e imóveis pertencentes ou sob responsabilidade do Município, mediante emissão de Ordem de Serviço, de forma parcelada e sob demanda, conforme as especificações, condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

ORDEM	CREDENCIADO	CNPJ	HABILITADO
01	RESIST CONSTRUÇÕES LTDA	41.397.978/0001-16	INABILITADO 4.3. Não será admitida a subcontratação do objeto.
02	42.448.013 ADEMIR DEI TOS FILHO	42.448.013/0001-78	INABILITADO Deixou de apresentar: 8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). 8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho 8.24. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II), expedida em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública.

Iguaraçu, 02 de setembro de 2026

ADRIANA ALVES SÉRGIO DRIUSSI
Agente de Contratação

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:593C90DD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 010/2026

Processo Administrativo nº036/2026

OBJETO: Credenciamento pessoas jurídicas para prestar serviços de atendimento especializado na realização de consultas, apoio complementar e no Programa Qualicis, de acordo com as demandas de média e alta complexidade. Este processo visa atender e dar continuidade ao tratamento de pacientes que são acolhidos e atendidos pelo CIS Amcespar.

FAVORECIDO: Todos aos credenciados que obedecerem aos requisitos.

Valor estimado: R$ 15.990.903,05 (quinze milhões novecentos e noventa mil novecentos e três reais e cinco centavos) no ano.

PRAZO: Até 25/09/2027

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.100
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00. Fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CEO
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 6º, inciso XLIII, em conjunto com Art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

Declaração de inexigibilidade emitida pela Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. Bertoldo Rover, Presidente do CIS/AMCESPAR, de acordo com o parecer jurídico.

Irati, 02 de setembro de 2026

MÁRCIA JOSIANE PARTEKA
Agente de Contração do CIS/AMCESPAR

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS/AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:FD232B05

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 011/2026

Processo Administrativo nº037/2026

OBJETO: Credenciamento pessoas jurídicas para a Prestação de Serviços na realização de exames, cirurgias eletivas, procedimentos e atendimentos à saúde em geral nas Unidades do Consórcio ou em consultórios, clínicas/hospitais próprias dos prestadores de serviços, conforme as necessidades dos municípios consorciados.

FAVORECIDO: Todos aos credenciados que obedecerem aos requisitos.

Valor estimado: R$ 15.990.903,05 (quinze milhões novecentos e noventa mil novecentos e três reais e cinco centavos) no ano.

PRAZO: Até 25/09/2027

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
01.100
10.302.0001.2.002.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CUSTEIO
10.302.0001.2.005.3.3.90.39.00.00. Fonte 368 QUALICIS
10.302.0001.2.006.3.3.90.39.00.00 fonte 31369 SUS
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 496 CEO
10.302.0001.2.007.3.3.90.39.00.00 fonte 385 CEO
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 6º, inciso XLIII, em conjunto com Art. 74, inciso IV da Lei nº 14.133/2021.

Declaração de inexigibilidade emitida pela Agente de Contratação e ratificada pelo Sr. Bertoldo Rover, Presidente do CIS/AMCESPAR, de acordo com o parecer jurídico.

Irati, 02 de setembro de 2026

MÁRCIA JOSIANE PARTEKA
Agente de Contração do CIS/AMCESPAR

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS/AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:9BADBF93

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DA REGIAO DA AMCESPAR
RESOLUÇÃO 163/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde – CIS Amcespar, no uso de suas atribuições legais e estatutárias,

RESOLVE,

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE a funcionária ADRIANA FERNANDES VILAR GAMAS, durante o período de 31/08/2026 a 14/09/2026, conforme atestado médico apresentado pelo servidor.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições contrárias.

Irati, 01 de setembro de 2026.

BERTOLDO ROVER
Presidente do CIS AMCESPAR

Publicado por:
Daniele
Código Identificador:DC9C91A1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 406/2026

PORTARIA Nº 406/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder complementação de férias ao servidor **JOAO JORGE KOLOSINSKI – MATRICULA 733-1,** ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas, lotado no Departamento de Obras, no período de **02/09/2026 a 16/09/2026 – (15 dias)**, referente ao período aquisitivo 2021/2022, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:21AE13E4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 407/2026

PORTARIA Nº 407/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias ao servidor **LUCIANO MACHADO – MATRICULA 80000407,** ocupante do cargo efetivo de Assistente Administração VII, lotado no Departamento de Transporte, no período de **08/09/2026 a 18/09/2026 – (11 dias)**, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme requerimento e os **19 dias restantes** serão gozados posteriormente, conforme determinação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:F83C37FB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 408/2026

PORTARIA Nº 408/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder férias a servidora **ARLETE TEREZINHA FRYDER DOMINGUES – MATRICULA 80000116,** ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, lotada no Departamento de Saúde, no período de **08/09/2026 a 07/10/2026 – (30 dias)**, referente ao período aquisitivo 2024/2025, conforme requerimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:EC91EE87

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 409/2026

PORTARIA Nº 409/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1° Conceder complementação de férias a servidora **VILMA APARECIDA DANTAS – MATRICULA 841-1,** ocupante do cargo efetivo de Agente Combate Endemias ESF-EP, lotada no Departamento de Educação e Vigilância Sanitária, no período de **08/09/2026 a 27/09/2026 – (20 dias),** referente ao período de aquisição **2022/2023,** conforme requerimento.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:BF65832E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 410/2026

PORTARIA Nº 410/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando a Portaria nº. 376 de 05 de agosto de 2026, no qual concedeu 02 (dois) anos de licença sem vencimentos a servidora **CLAUDETE CABRAL DA SILVA – MATRICULA 1007-1,** ocupante do cargo efetivo de Professor III;

Considerando o pedido de retorno antecipado, e, tendo em vista a necessidade de o servidor retornar aos serviços.

RESOLVE

Art. 1º Antecipar o retorno da servidora **CLAUDETE CABRAL DA SILVA – MATRICULA 1007-1,** ocupante do cargo efetivo de Professor III, lotada na Escola Luiz Scheleder, que solicitou licença sem vencimentos no período de **06/08/2026 a 04/08/2028 - (02 dois anos)**, conforme Portaria nº 376/2026, retornando para suas atividades profissionais a partir de **02/09/2026**.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de setembro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:BB4CC160

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
RESOLUÇÃO NR. 03/2026

RESOLUÇÃO Nº 003/2026

Súmula: Altera a denominação da Procuradoria da Mulher para “Procuradoria das Mulheres” e da Procuradoria Comunitária da Mulher para “Procuradoria Comunitária das Mulheres” na legislação do Município de Irati, promovendo alteração da Resolução nº 001/2019 e da Resolução nº 003/2025, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Presidente, promulgo a seguinte
RESOLUÇÃO

Art. 1º - Fica alterada a denominação da Procuradoria da Mulher para Procuradoria das Mulheres no âmbito do Município de Irati e em toda a legislação municipal.
Art. 2º - A Resolução nº 001/2019, passa a vigorar com as seguintes alterações de denominação:
I – Fica alterada a denominação da Procuradoria da Mulher para Procuradoria das Mulheres, passando as "Procuradoras da Mulher" a denominar-se "Procuradoras das Mulheres" na legislação municipal.
Art. 3º - A Resolução nº 003/2025, passa a vigorar com as seguintes alterações de denominação:
I – Fica alterada a denominação da Procuradoria Comunitária da Mulher para Procuradoria Comunitária das Mulheres, passando as "Procuradoras Comunitária da Mulher" a denominar-se "Procuradoras Comunitária das Mulheres" na legislação municipal.
Art. 4º - Todas as referências à Procuradoria da Mulher e à Procuradoria Comunitária da Mulher constantes de leis, resoluções, decretos, regulamentos e demais atos normativos municipais vigentes consideram-se alteradas para “Procuradoria das Mulheres” e “Procuradoria Comunitária das Mulheres”, respectivamente.
Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Irati, em 02 de setembro de 2026.

SELMO DE LIMA VIEIRA
Presidente

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:7BC8B22F

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2022 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 33/2026

O Prefeito de Irati, Estado do Paraná, Emiliano Augusto Rocha Gomes, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO:

I – A convocação do (s) candidato (s) abaixo relacionado (s), aprovados em Concurso Público conforme edital Nº 001/2022 de 20 de outubro de 2022 e homologado pelo Edital de Concurso Público Nº 009/2023 publicado em 27 de janeiro de 2023, em Diário Oficial do Município de Irati.

II – Os candidatos deverão comparecer na Prefeitura Municipal de Irati – PR, situada na Rua Coronel Emílio Gomes, nº 22, no Salão Nobre, no horário das 9 às 12 horas e das 13 às 17 horas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis e livres de eventuais recessos Municipais, contados a partir da data de publicação, ou seja, de 03/09/2026 a 11/09/2026, obrigatoriamente munidos de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme descritos:

a) Cédula de Identidade;
b) Cadastro de Pessoa Física na Receita Federal (CPF);
c) Cartão do PIS/PASEP, se possuir;
d) Certificado de Reservista ou de dispensa de incorporação, se candidato do sexo masculino;
e) Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo endereço eletrônico do Tribunal Regional Eleitoral;
f) Certidão de Nascimento (quando for solteiro);
g) Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
h) Certidão de Casamento com averbação de óbito, se viúvo;
i) Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 18 (dezoito) anos;

j) Cartão de vacina e declaração de matrícula dos filhos de 04 (quatro) a 14 (quatorze) anos;
k) Documento que comprove a conclusão da escolaridade exigida para o cargo, conforme estabelecido neste Edital;
l) Comprovante de Registro e de que está em dia com suas obrigações junto ao respectivo Conselho de Classe (quando for o caso);
m) 1 (uma) foto 3x4 recente;
n) Comprovante de endereço atual;
o) Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429 de 02 de junho de 1992;
p) Declaração/Termo de conhecimento dos direitos e deveres e o compromisso de fiel cumprimento das atribuições inerentes ao cargo;
q) Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deve ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deve o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
r) Quanto aos exame de sanidade física e mental, que comprova aptidão para o exercício do cargo e ou função, esses serão agendados durante o procedimento de juntada dos documentos no prazo do item II, ficando assim a cargo da Prefeitura, todavia reafirmando que o candidato deverá constar como apto após o exame para fins de nomeação.
s) Certidões negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, exigidas pela prefeitura municipal no ato da convocação, dos locais onde residiu nos últimos 05 (cinco) anos.

OBSERVAÇÕES:
a) Os atestados apresentados devem estar dentro do período de validade.
b) Além dos documentos listados acima, a Prefeitura Municipal de Irati/PR pode (à época da nomeação) em razão da regulamentação municipal, solicitar outros documentos, sendo revogada a nomeação do candidato que não os apresentar.

III – Os candidatos que preencherem os requisitos documentais serão encaminhados para exames médicos pré-admissionais.

IV – O não comparecimento para atender o presente Edital na data estabelecida, será considerado como desistência e o candidato perderá o direito a vaga do Concurso Público, conforme item 26 do Edital Nº 001/2022 de 20 de outubro de 2022.

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
116º ALESSANDRA MARA ANTUNES NORTOK
117º LIRIANE SOUZA DE LARA

MERENDEIRA
36º MARLI ROESSLER MELNIK
V - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Irati, Estado do Paraná, em 03 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:BB585359

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.380, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Altera a denominação da Procuradoria Especial da Mulher Mirim para "Procuradoria Especial das Mulheres Mirins" na legislação do Município de Irati, promovendo a alteração da Lei Municipal nº 5.236/2025 e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

DECRETA:

Art. 1º - A Lei Municipal nº 5.236, de 3 de julho de 2025, passa a vigorar com as seguintes alterações de denominação:
I - O Programa "PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER MIRIM" passa a denominar-se Programa "PROCURADORIA ESPECIAL DAS MULHERES MIRINS";
II - As "Procuradoras Especiais da Mulher Mirim" passam a denominar-se "Procuradoras Especiais das Mulheres Mirins";
III - A expressão "Procuradoria Especial da Mulher Mirim" fica substituída pela expressão "Procuradoria Especial das Mulheres Mirins" em todos os seus artigos, parágrafos e incisos.

Art. 2º - Todas as referências à Procuradoria Especial da Mulher Mirim constantes de leis, resoluções, decretos, regulamentos e demais atos normativos municipais vigentes consideram-se alteradas para "Procuradoria Especial das Mulheres Mirins".

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 02 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:A45E1EF9

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 5.381, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Institui o Programa "Socorrista Mirim" nas Escolas da Rede Municipal de Ensino do Município de Irati, Estado do Paraná e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

DECRETA

Art. 1º - Fica instituído no Município de Irati o Programa "Socorrista Mirim", destinado aos alunos da rede municipal de ensino, com o objetivo central de promover a educação em primeiros socorros, prevenção de acidentes e noções fundamentais de atendimento de emergência no ambiente escolar.

Art. 2º - São objetivos do Programa "Socorrista Mirim":
I - Capacitar os alunos para identificar situações de risco iminente e prestar os primeiros socorros básicos de forma segura até a chegada do atendimento especializado;
II - Reduzir acidentes e agravos à saúde dentro e fora do ambiente escolar, promovendo a integridade física de alunos, professores e comunidade escolar;
III - Formar cidadãos conscientes, proativos e solidários, estimulando a cultura da prevenção, o voluntariado e o auxílio mútuo na sociedade;
IV - Criar e consolidar parcerias institucionais entre a rede municipal de ensino, o Corpo de Bombeiros, a Defesa Civil, o SAMU (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência) e a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 3º - O conteúdo pedagógico e prático mínimo do Programa compreenderá as seguintes temáticas:

I - Prevenção de acidentes domésticos e escolares, com foco no reconhecimento de perigos no cotidiano;

II - Identificação de engasgo e demonstração prática da Manobra de Heimlich;
III - Reconhecimento de parada cardiorrespiratória e execução de primeiros atendimentos de suporte básico de vida;
IV - Noções de atendimento inicial para cortes, queimaduras, fraturas, quedas e entorses;
V - Orientação precisa sobre como e quando acionar os serviços públicos de emergência, destacando os telefones SAMU 192 e Corpo de Bombeiros 193.

Art. 4º - As aulas teóricas e práticas serão ministradas por profissionais qualificados, através de parcerias firmadas com o Corpo de Bombeiros, o SAMU e profissionais de saúde da rede pública municipal.

Art. 5º - Ao final do curso e cumprida a carga horária estabelecida, o aluno participante receberá o certificado oficial de "Socorrista Mirim", bem como a identificação simbólica do programa.

Art. 6º - O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 02 de SETEMBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hermano Victor Faustino Camara
Código Identificador:F2F52ABB

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO

Inexigibilidade nº 080/2026. Processo Administrativo n° 184/2026.
Objeto: Execução de serviços de locação de três tendas para realização de eventos na localidade da Floresta Nacional de Irati e no Centro do Município de Irati-PR, conforme resumo do processo – 00080/2026- CONTRATA MAIS BRASIL. Contratada: 58.717.792 Gilberto Klossowski. CNPJ: 58.717.792/0001-08. Valor global contratado: R$3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais). Fundamento legal: Art. 74, Inciso I, da Lei nº 14.133/21.
Irati, 02 de setembro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO
Inexigibilidade nº 080/2026. Contrato de prestação de serviços n° 116/2026.
Objeto: Execução de serviços de locação de três tendas para realização de eventos na localidade da Floresta Nacional de Irati e no Centro do Município de Irati-PR, conforme resumo do processo – 00080/2026- CONTRATA MAIS BRASIL. Contratada: 58.717.792 Gilberto Klossowski. CNPJ: 58.717.792/0001-08. Valor global contratado: R$3.540,00 (três mil quinhentos e quarenta reais). Fundamento Legal: Lei 14.133/21. Data e assinaturas.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:5DC85201

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO

Processo Administrativo Nº 009/2024
Contratação Direta por Inexigibilidade Nº 008/2024
Contrato nº 005/2024

Contratante: Câmara Municipal de Itambaracá (PR).
Contratada: CLIC SISTEMAS PARA TRANSMISSÃO AO VIVO LTDA**,** CNPJ sob o nº. 11.520.032/0001-34, estabelecida à Rua Primeiro de Maio, nº. 1208, sala 03, Centro, no Município de Guaraciaba, Estado de Santa Catarina, CEP 89.920-000.

Objeto: Contratação de locação completa do sistema patenteado e exclusivo denominado "CONTROLADOR TV DO LEGISLATIVO E LICITAÇÕES TRANSPARENTE", inclusive equipamentos, para gravação e/ou armazenamento de vídeo em HD e transmissão em tempo real das atividades pela Câmara Municipal de Itambaracá – PR.
Base legal: Artigo 37, XXI da Constituição Federal e Lei 14.133/2021.
Prazo de Execução: 12 (doze) meses.
Objetivo Fica alterada o Item 12 do Termo Referência Clausula Segunda do valor e vigência contratual que através do presente Termo Aditivo, acrescentando mais 12 (doze) meses de parcelas no valor R$ 873,41 (oitocentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos), com total de 10.480,92 (dez mil e quatrocentos e oitenta reais e noventa e dois centavos), ficando com total de contrato e aditivos com valor de R$ 31.671,83 (trinta e um mil e seiscentos e setenta e um reais e oitenta e três centavos) as partes resolvem promover a Prorrogação do Prazo de Vigência do Contrato de 26 de setembro de 2026 para 26 de setembro de 2027, conforme a Lei nº. 14.133/2021.
Foro: Comarca de Andirá/PR.

Itambaracá, 02 de setembro de 2026.

LUIZ AUGUSTO DO VALE
Presidente da Câmara Municipal de Itambaracá (PR)

Publicado por:
Ulysses Fernando Lordani Pereira
Código Identificador:1AFDE791

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 5.518/2026

SÚMULA: CREDENCIAMENTO MÉDICO PEDIATRA

O Prefeito do Município de **ITAMBARACÁ,** Estado do Paraná, **AMARILDO TOSTES** no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62 e inciso I, alínea "a", do art. 82 da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art.1º - Fica estipulado o valor da consulta médica de especialidade, abaixo discriminada, para atendimento na UBS DR. FAUSTO LUIS DE MELO MARINHO do Município de Itambaracá, através da Secretaria Municipal de Saúde, poderá assumir a responsabilidade de pagá-los.

Serviço R$ Unid.

MÉDICO PEDIATRA R$ 100,00(cem reais).

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário;

Art. 3º - Registre se, publique-se e cumpra.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 01 SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:C0BF8C56

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 5.519/2026

Súmula: Dispõe sobre o planejamento anual das contratações, o Plano de Contratações Anual – PCA e o Documento de Formalização de Demanda – DFD, no âmbito do Poder Executivo do Município de Itambaracá, e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito do Município de Itambaracá, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e considerando o disposto na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente o art. 12, VII,

DECRETA:

Art. 1º - Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal, o planejamento anual das contratações, a elaboração, aprovação, execução, alteração e acompanhamento do Plano de Contratações Anual – PCA, bem como a utilização do Documento de Formalização de Demanda – DFD.

Art. 2º - O Plano de Contratações Anual constitui instrumento de planejamento destinado a racionalizar as contratações, promover o alinhamento com o planejamento e a programação orçamentária, favorecer a agregação de demandas de mesma natureza e contribuir para a eficiência das contratações públicas.

Art. 3º - A elaboração do PCA terá como base os Documentos de Formalização de Demanda apresentados pelas unidades requisitantes, sem prejuízo da inclusão de contratações que, mediante justificativa, sejam posteriormente identificadas como necessárias.

Art. 4º - Para os fins deste Decreto, considera-se:
I- unidade requisitante: secretaria, departamento ou unidade administrativa que identifica e formaliza a necessidade;
II- unidade de contratações: setor responsável pela consolidação, organização e acompanhamento do PCA;
III- Documento de Formalização de Demanda - DFD: documento pelo qual a área requisitante evidencia e detalha a necessidade de contratação;
IV- Plano de Contratações Anual: instrumento que consolida as contratações previstas para determinado exercício.

Art. 5º - Cada unidade requisitante deverá levantar, com antecedência, suas necessidades de bens, serviços, obras, serviços de engenharia, locações e demais contratações previstas para o exercício seguinte, considerando contratos vigentes, vencimentos, consumo histórico, novas necessidades e ações planejadas.

Art. 6º - O DFD deverá conter, no mínimo:
I- identificação da unidade requisitante e responsável;
II- descrição sucinta da necessidade;
III- descrição sucinta do objeto pretendido;
IV- quantidade estimada, quando aplicável;
V- estimativa preliminar do valor;
VI- data ou período pretendido para a contratação;
VII- grau de prioridade;
VIII- indicação de dependência ou relação com outra contratação, quando houver;
IX- justificativa e demais informações necessárias ao planejamento.

Art. 7º - O DFD destinado à elaboração do PCA possui caráter de planejamento e não substitui os documentos exigidos para a instrução da fase preparatória da contratação, os quais deverão ser elaborados oportunamente, conforme a Lei Federal nº 14.133/2021 e a regulamentação municipal.

Art. 8º - As unidades requisitantes deverão evitar o fracionamento artificial das demandas e, sempre que possível, identificar necessidades de mesma natureza que possam ser agregadas ou planejadas conjuntamente.

Art. 9º - Recebidos os DFDs, a unidade de contratações promoverá sua análise e consolidação, podendo solicitar esclarecimentos, correções, complementações ou ajustes de quantidade, prazo e estimativa preliminar.

Art. 10 - Na consolidação do PCA deverão ser consideradas, sempre que aplicáveis, a possibilidade de agrupamento de demandas, a existência de contratos vigentes, a necessidade de renovação ou nova contratação, a programação orçamentária, os prazos necessários à conclusão dos procedimentos e a prioridade administrativa.

Art. 11 O - PCA deverá conter, no mínimo, a identificação da contratação, unidade requisitante, descrição do objeto, estimativa de valor, período previsto para a contratação, grau de prioridade e demais informações definidas pela regulamentação municipal.

Art. 12 - A aprovação do PCA caberá à autoridade competente, após a consolidação e análise pelas unidades responsáveis pelo planejamento e pelas contratações.

Art. 13 - O PCA deverá ser divulgado em sítio eletrônico oficial e, quando cabível, nos sistemas oficiais de publicidade e transparência, observadas as regras aplicáveis ao Município.

Art. 14 - A ausência de previsão no PCA não impede, por si só, a realização de contratação posteriormente identificada como necessária, desde que haja justificativa, disponibilidade orçamentária e observância das demais exigências legais, com a correspondente atualização do PCA, quando cabível.

Art. 15 - O PCA poderá ser alterado durante sua vigência para inclusão, exclusão ou modificação de demandas, mediante justificativa da unidade requisitante e aprovação da autoridade competente, observadas as regras estabelecidas neste Decreto.

Art. 16 - A alteração do PCA não dispensa a elaboração dos documentos próprios da fase preparatória da contratação.

Art. 17 - A Secretaria/Departamento de Administração ou unidade equivalente poderá editar formulários, manuais, cronogramas e orientações complementares necessários à execução deste Decreto.

Art. 18 - As unidades requisitantes deverão observar os prazos fixados no cronograma anual de elaboração do PCA e prestar as informações solicitadas pela unidade de contratações.

Art. 19 - Os casos omissos serão dirimidos pela autoridade competente, ouvida a Procuradoria Jurídica quando houver questão jurídica relevante.

Art. 20 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

ANEXO
DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DE DEMANDA (DFD) PARA O PCA

1. UNIDADE REQUISITANTE:

_____

2. RESPONSÁVEL PELA DEMANDA:

_____

3. TELEFONE/E-MAIL:

_____

4. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE:

_____
5. OBJETO PRETENDIDO:

_____
6. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE:

_____
7. QUANTIDADE ESTIMADA / UNIDADE DE MEDIDA:

_____
8. ESTIMATIVA PRELIMINAR DO VALOR:

_____
9. PERÍODO PRETENDIDO PARA A CONTRATAÇÃO:

_____
10. GRAU DE PRIORIDADE: ( ) Alta ( ) Média ( ) Baixa

_____
11. EXISTE CONTRATAÇÃO OU CONTRATO ANTERIOR RELACIONADO? Informar nº, objeto e vencimento, se houver:

_____
12. HÁ DEPENDÊNCIA OU RELAÇÃO COM OUTRA CONTRATAÇÃO?
( ) Não ( ) Sim – explicar:

_____
13. A DEMANDA PODE SER CONSOLIDADA COM OUTRA SECRETARIA/UNIDADE? ( ) Não ( ) Sim – indicar:

_____
14. A CONTRATAÇÃO ESTÁ PREVISTA/ALINHADA COM A PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA? Informar ação/dotação, se conhecida:

_____
15. OBSERVAÇÕES:
_____

Declaro que as informações acima refletem a necessidade estimada da unidade para fins de planejamento anual das contratações.

Itambaracá, ____/____/_____.

_____
Responsável Pela Unidade Requisitante

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:A74A40BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI Nº 2.077/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no orçamento vigente para execução do Programa Bolsa Aluguel Empresa e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ**, Estado do Paraná, aprovou, e eu **AMARILDO TOSTES** Prefeito Municipal sanciono a seguinte **LEI:-**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir, no orçamento geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Especial no valor de R$ R$ 11.347,00 (onze mil, trezentos e quarenta e sete reais), destinado à execução do Programa Bolsa Aluguel Empresa, instituído pela Lei Municipal nº 2.066/2026, conforme a seguinte classificação orçamentária:
08 — Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária, Meio Ambiente, Indústria, Comércio, Turismo e Desenvolvimento Econômico
08.003 — Departamento de Indústria e Comércio
22 — Indústria
662 — Produção Industrial
0005 — Emprego e Renda para Itambaracá
2.037 — Manutenção do Departamento de Indústria e Comércio

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
3.3.60.45.00.00	Subvenções Econômicas	000	R$ 11.347,00
Total			R$ 11.347,00

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial autorizado por esta Lei serão provenientes de anulação de dotação, nos termos do artigo 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

I – Anulação parcial ou total da seguinte dotação orçamentária:

RED	CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	FONTE	VALOR
325	3.9.90.14.00.00	Diárias	000	R$ 7.347,00
327	3.3.90.33.00.00	Passagens e Despesa com Locomoção	000	R$ 4.000,00
	Total			R$ 11.347,00

Art. 3º - A dotação criada por esta Lei será destinada exclusivamente ao pagamento dos benefícios concedidos no âmbito do Programa Bolsa Aluguel Empresa, observadas as condições, limites, procedimentos, critérios e formas de fiscalização estabelecidos na Lei Municipal nº 2.066/2026.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias nos anexos e demonstrativos da Lei Municipal nº 2.057/2025, que instituiu o Plano Plurianual para o período de 2026 a 2029, da Lei Municipal nº 2.040/2025, que estabeleceu as Diretrizes Orçamentárias para 2026, e da Lei Municipal nº 2.059/2025, que estimou a receita e fixou a despesa para o exercício financeiro de 2026, a fim de assegurar a compatibilidade entre os instrumentos de planejamento e orçamento. O PPA determina que as ações da LOA estejam vinculadas aos programas plurianuais e admite revisão para inclusão ou readequação de ações orçamentárias. A LDO também permite a criação de novas ações, desde que compatíveis com o PPA e financiadas com recursos próprios ou de outras esferas.

Art. 5º - A execução da despesa fica condicionada à disponibilidade orçamentária e financeira, ao cumprimento dos requisitos previstos na Lei Municipal nº 2.066/2026 e à observância das disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:D9F1FB55

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 349/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão de Gozo de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso I, alínea A, do Art. 82 da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1026/2026 do Requerimento da servidora ao Secretário Municipal de Administração que autoriza o Gozo de Férias,

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 15 (quinze) dias de Gozo de Férias na forma na forma do Art. 069, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, a servidora abaixo relacionada:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE FRUIÇÃO	
					INICIO	FIM
JHENIFFER M. APA DO VALE	200864	AGENTE ADMINISTRATIVO	18/03/2024 17/03/2025	A	03/09/2026	17/09/2026

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:4B6BF10F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 350/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Gozo de Férias na forma do Art.69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1063/2026 do Ofício nº 191/2026 do Diretor do Depto Municipal de Serviços Públicos e Obras que solicita Gozo de Férias do referido servidor abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º. Conceder 10 (dez) dias de Gozo de Férias na forma do Art. 69, V e Art. 108 e seguintes da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos, ao servidor abaixo relacionado:

NOME	MAT.	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FRUIÇÃO	
				INICIO	FIM
CLEBERSON PEREIRA	200890	GARI	03/07/2023 A 02/07/2024	03/09/2026	03/02/2026

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:402C5148

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 351/2026

Súmula: Dispõe sobre a convocação de Suplente conforme prevê Lei Municipal nº 1.950/2023 de 09 de maio de 2023 no Art. 57 e dá outras providências.

CONSIDERANDO, o Protocolo nº 1042/2026 do o Ofício nº 089/2026 da Secretária Municipal de Assistência Social, que solicita a convocação de Suplente;

CONSIDERANDO, que o Conselho Tutelar não pode funcionar com menos de 05 (cinco) membros, que se constitui o número legal para composição do colegiado;

CONSIDERANDO o disposto da **Lei Municipal nº 1.950/2023** - Dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e cria o Conselho Municipal e Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente, em **Art. 57** prevê que ocorrendo vacância no cargo, assumirá o suplente que houver recebido o maior número de votos, para o que será imediatamente convocado pelo **CMDCA;**

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E :

Art. 1º. Convocar a Senhora **CRISLAINE SANTOS**, na qualidade de **SUPLENTE** do **CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ**/PR, para substituir a Conselheira **ELISANGELA MUNHOZ** (matricula **120052**), referente ao Atestado Médico da Conselheira Tutelar, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.950/2023 de 09 de maio de 2023 no Art. 57, podendo ser prorrogado.

Art. 2º. A suplente convocada deverá se apresentar no dia **03 de setembro de 2026**, na sede do Conselho Tutelar para tomar posse, munido dos seguintes documentos:
· Cópia de CPF;
· Cópia do RG;
· Comprovante de Residência atualizado;
· Cópia do Título de Eleitor;
· Comprovante de votação na última eleição;
· Comprovante de escolaridade;
· Comprovante de inscrição PIS/PASEP;
· Comprovante de Conta Corrente perante o Banco Bradesco S/A.

Parágrafo único: O não comparecimento na data apontada no "caput" deste artigo gerará exclusão do suplente faltoso e será convocado o candidato suplente em lista de classificação dos suplentes do conselheiro tutelar.

Art. 3º. A suplente convocada iniciará suas atividades no dia **03/09/2026**, e exercerá o cargo até o término do referido atestado médico.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário,

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Luciene Jussiani
Código Identificador:F47E210C

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº 20/2026

Regulamenta a forma de cumprimento e controle da jornada do servidor ocupante do cargo efetivo de Advogado do SAMAE.

O **SUPERINTENDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE DE ITAMBARACÁ/PR**, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 007/2024, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do SAMAE, estabelece jornada semanal de 20 (vinte) horas para o cargo de Advogado;

CONSIDERANDO a natureza das atribuições da advocacia pública, que compreendem atividades internas e externas, participação em audiências, reuniões e diligências, cumprimento de prazos e atuação em processos judiciais e administrativos;

CONSIDERANDO que os atuais sistemas e processos eletrônicos permitem o desempenho e o acompanhamento de parcela relevante das atividades jurídicas, inclusive quando realizadas fora da sede;

CONSIDERANDO os entendimentos do Supremo Tribunal Federal e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná quanto à possibilidade de

adoção de formas de controle de jornada compatíveis com as peculiaridades da advocacia pública;

RESOLVE:

Art. 1º O servidor ocupante do cargo efetivo de Advogado cumprirá jornada de 20 (vinte) horas semanais, em turno de referência definido pela Superintendência, de acordo com as necessidades do serviço.

§ 1º A jornada será, em regra, distribuída ao longo dos dias regulares de expediente da autarquia.

§ 2º Durante o turno de referência, as atividades serão desempenhadas preferencialmente de forma presencial na sede do SAMAE.

Art. 2º O Advogado observará regularmente os horários correspondentes ao turno de referência e permanecerá à disposição da Administração durante sua jornada.

Parágrafo único. Os horários poderão ser ajustados em razão de audiências, reuniões, diligências, prazos, compromissos institucionais ou outras necessidades relacionadas ao exercício das atribuições.

Art. 3º As atribuições inerentes ao cargo poderão, eventualmente, ser desempenhadas fora da sede, mediante ajuste com a Superintendência, quando a natureza da atividade ou as necessidades do serviço assim justificarem e a presença física não se mostrar necessária, inclusive por meio de processos e sistemas eletrônicos.

Parágrafo único. O disposto no caput não afasta o dever de comparecimento à sede sempre que necessário ao serviço ou quando solicitado pela Superintendência.

Art. 4º O cumprimento da jornada será acompanhado pela Superintendência mediante a verificação da presença e disponibilidade funcional, das atividades desenvolvidas, do cumprimento de prazos e dos trabalhos produzidos.

§ 1º Poderão ser considerados, para essa finalidade, os registros existentes em processos judiciais e administrativos, sistemas eletrônicos, pareceres, manifestações, petições, reuniões, audiências, diligências e demais atividades relacionadas ao cargo.

§ 2º Quando necessário, a Superintendência poderá solicitar relatório sintético ou esclarecimentos acerca das atividades desenvolvidas.

Art. 5º Em razão das peculiaridades das atribuições do cargo e das formas de controle estabelecidas nesta Portaria, fica dispensado o registro ordinário da jornada mediante relógio-ponto, cartão-ponto, sistema eletrônico ou biométrico de frequência.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Itambaracá/PR, 02 de setembro de 2026.

PAULO ZAMBONI
Superintendente do SAMAE

Publicado por:
Vinicios Curso Ruiz
Código Identificador:77977DB5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
AUDIENCIA PUBLICA DO 2º QUADRIMESTRE DE 2026

EDITAL Nº 003/2026

CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBÉ, ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio de seu Presidente, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no **§ 4º do art. 9º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**, bem como demais disposições legais aplicáveis,
CONVOCA a população em geral para participar de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, a ser realizada com a finalidade de **demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais referentes ao 2º quadrimestre do exercício de 2026**, bem como para apresentação da **Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027**.

DATA: 28 de setembro de 2026
HORÁRIO:9h30min
LOCAL: Plenário da Câmara Municipal de Itambé – Paraná

PAUTA
I – Demonstração e avaliação do cumprimento das metas fiscais referentes ao **2º quadrimestre do exercício de 2026**, nos termos do § 4º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
II – Apresentação da **Lei Orçamentária Anual – LOA para o exercício de 2027**;
III – Esclarecimentos e manifestação dos participantes, possibilitando a participação popular.

A Audiência Pública tem por objetivo assegurar a **transparência da gestão fiscal**, possibilitando à população acompanhar e participar da avaliação dos resultados da execução orçamentária e do cumprimento das metas fiscais, bem como do processo de planejamento e elaboração do orçamento municipal.
A Audiência Pública será **transmitida ao vivo pelos canais oficiais da Câmara Municipal de Itambé**, incluindo sua página oficial no Facebook e canal oficial no YouTube.
A população poderá participar, inclusive mediante o encaminhamento de dúvidas, sugestões e contribuições pelos canais oficiais de comunicação da Câmara Municipal.
Ficam, assim, **os munícipes, autoridades, representantes de entidades, organizações da sociedade civil e demais interessados** devidamente convidados a participar da presente Audiência Pública.
Itambé – Paraná, 02 de setembro de 2026.

MARCOS ROBERTO RIBEIRO DA COSTA
Presidente da Câmara Municipal de Itambé – PR

Publicado por:
Sonia Saade Youssef Said
Código Identificador:BA3DD1BB

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026

PROCESSO Nº 054/2026

Ref.: CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS NA EXECUÇÃO DE OFICINAS SOCIOEDUCATIVAS, CULTURAIS E ESPORTIVAS JUNTO AO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS-SCFV, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE DESTE FAZEM PARTE, CONFORME ADIANTE ESPECIFICADO:

2ª RELAÇÃO DE ANÁLISE DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO Nº 07/2026

PROTOCOLO	NOME/RAZÃO SOCIAL	CNPJ	LOTE	ORDEM	SITUAÇÃO
863/2026	WESLEI ZANOTI VIEIRA	53.948.647/0001-06	01 e 04	1º	Credenciado
886/2026	DIORSI SANTOS LESSA	53.944.813/0001-04	06	2º	Não Credenciado
967/2026	GINAI CARDOSO SIMEONI	13.595.605/0001-14	03 e 05	3º	Credenciado
1020/2026	DIORSI SANTOS LESSA	53.944.813/0001-04	06	4º	Credenciado

*2º não apresentou documentos solicitatos no item 6, alinea K e L do edital.

1. PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO

1.1. Serão credenciados os interessados que preencham os requisitos previstos neste Edital;
1.2. Das decisões da Comissão de Contratação e Secretaria de Assistência Social, caberá recurso, no prazo de 03 (três) dias, a contar da data da ciência da decisão.
1.3. Critério de Contratação:
2.3.1. Convocação dos credenciados nos termos do item 8.8 do edital.

Itambé/PR, 02 de setembro de 2026.

FLÁVIA VICENZI
Chefe da Divisão de Licitação

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:AD679575

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 4073/2025

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato de Aditivo de Contrato Nº 4073/2025
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Ideal Comércio de Produtos Ltda - Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.186.728/0001 - 89.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização de materiais de higiene e limpeza em geral para uso dos Departamentos da Administração Municipal de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o previsto no Edital de Pregão Eletrônico Nº 90015/2025.
Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato em 60 (sessenta) dias.
Data do Aditivo de Contato: 05 (cinco) de Agosto de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:4E542BBA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

CAMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO N° 10/2026

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: GÁS VALLE LTDA CNPJ: 53.147.001/0001-20

PROCESSO DISPENSA: 10/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS (GLP), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR

DO VALOR GLOBAL: R$ 34.024,50 (TRINTA E QUATRO MIL VINTE E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).

DATA DA ASSINATURA: 02 DE SETEMBRO DE 2026

DATA DA VIGÊNCIA: 03 DE SETEMBRO DE 2026 A 02 DE SETEMBRO DE 2027

Publicado por:
Ademir Urbano Dos Santos
Código Identificador:D68D1EF8

CAMARA MUNICIPAL
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA N° 10/2026

Considerando as informações, pareceres, documentos e despachos contidos nos autos do processo em epígrafe, RATIFICO a dispensa de licitação reconhecida pela Procuradoria Jurídica desta Casa para contratar junto à empresa GÁS VALLE LTDA, CNPJ: 53.147.001/0001-20, para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL E GÁS (GLP), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR,

conforme Termo de Referência. O valor global do contrato é de R$ 34.024,50 (TRINTA E QUATRO MIL VINTE E QUATRO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS),

que será pago conforme dotação orçamentária específica e categoria econômica 3.3.90.30.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO.

Nessa oportunidade, determino a lavratura do contrato, atendidas as exigências quanto aos documentos de habilitação e regularidade fiscal e trabalhista.

Itaperuçu, 02 de setembro de 2026.

ARIEL DE CHRISTO PAULO
Presidente da Câmara Municipal de Itaperuçu.

Publicado por:
Ademir Urbano Dos Santos
Código Identificador:7552B6B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 201/2026

CONTRATO Nº 201/2026
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº47/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: MAXIMA ATACADISTA LTDA.
CNPJ: 26.716.048/0001-94.
OBJETO: É OBJETO DESTE CONTRATO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, A SEREM ENTREGUES CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DECORRENTE DA CONVOCAÇÃO DE EMPRESA REMANESCENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS CONSTANTES DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 47/2026.
DO VALOR: R$ 788.849,75(SETECENTOS E OITENTA E OITO MIL, OITOCENTOS E QUARENTA E NOVE REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 21 DE AGOSTO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:87E50AFD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 202/2026

CONTRATO Nº 202/2026
MODALIDADE: INEXIGIBILIDADE Nº47/2026
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: MULTISUL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇAÕ LTDA.
CNPJ: 12.811.487/0001-71
OBJETO: É OBJETO DESTE CONTRATO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MATERIAIS DE HIGIENE E LIMPEZA, A SEREM ENTREGUES CONFORME A NECESSIDADE DA ADMINISTRAÇÃO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DAS DEMAIS SECRETARIAS MUNICIPAIS, DECORRENTE DA CONVOCAÇÃO DE EMPRESA REMANESCENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026, CONFORME CONDIÇÕES, ESPECIFICAÇÕES E

QUANTITATIVOS CONSTANTES DO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 47/2026.
DO VALOR: R$ 60.578,50 (SESSENTA MIL E QUINHENTOS E SETENTA E OITO REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 21 DE AGOSTO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:02081E30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 205/2026

CONTRATO Nº 205/2026.
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 80/2026.
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU.
CONTRATADO: METEORO FESTAS E EVENTOS LTDA.
CNPJ: 51.549.810/0001-32.
OBJETO: É OBJETO DESTE CONTRATO PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO, PROMOÇÃO E EXECUÇÃO DE EVENTOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO NO EVENTO DENOMINADO “III SIMPÓSIO TEA: ALÉM DO OLHAR, COMPREENDENDO COM O CORAÇÃO”, QUE ACONTECERÁ NO DIA 12/09/2026 NO PERÍODO DAS 08:00 ÁS 12:00 E DAS 13:00 ÁS 17:00H, ENVOLVENDO FUNCIONÁRIOS DO CMAEE, PROFESSORES, PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E PAIS OU RESPONSÁVEIS DOS ESTUDANTES DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ITAPERUÇU E COMUNIDADE EM GERAL.
DO VALOR: R$4.500,00 (QUATRO MIL E QUINHENTOS REAIS).
DATA DA ASSINATURA: 01 DE SETEMBRO DE 2026.
DA VIGÊNCIA: 03 (TRÊS) MESES.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:97414F83

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DEO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 326/2025 – ACRESCIMO QUANTITATIVO

CONTRATO Nº 326/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2025
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: IL PRESTADORA DE SERVIÇOS EM TRANSPORTE E CONSERVAÇÃO EIRELI.
CNPJ: 27.059.940/0001-02.
OBJETO: “CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR URBANO, COM MOTORISTAS DEDICADOS, VISANDO ATENDER OS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO, CONFORME ROTAS ESTABELECIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E TURISMO”
DO VALOR: R$ 76.613,50 (SETENTA E SEIS MIL, SEISCENTOS E TREZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:D240EA70

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2026 – PRAZO DE ENTREGA

CONTRATO Nº 048/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 013/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: PINHEIRO S VEICULOS LTDA.
CNPJ: 01.692.763/0001-03.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SENDO: LOTE 1 - 01 (UM) VEÍCULO SEDAN, MARCA FIAT, MODELO CRONOS DRIVE 1.3 FLEX - FABRICAÇÃO/MODELO 2025/2025 OU SUPERIOR (NOVO, ZERO KM), POTÊNCIA DE 107 CV (E) E 98 CV (G), CAPACIDADE 5 OCUPANTES, GARANTIA DE 36 MESES, TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS CONSTANTES NA PROPOSTA DE PREÇOS DA PROPONENTE ANEXA PARTE INTEGRANTE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2025 - SECID – LOTE 2 – E-PROTOCOLO Nº 22.199.244-0.
DO PRAZO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO, ESTABELECENDO-SE COMO PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA O DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2026.
DATA DA ASSINATURA: 13 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:5B45FD77

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 049/2026 – PRAZO DE ENTREGA

CONTRATO Nº 049/2026
MODALIDADE INEXIGIBILIDADE Nº 014/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU/PR.
CONTRATADO: PINHEIRO S VEICULOS LTDA.
CNPJ: 01.692.763/0001-03.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO SENDO: LOTE 1 - 02 (DOIS0 VEÍCULOS HATCH, MARCA FIAT, MODELO ARGO DRIVE 1.3 FLEX - FABRICAÇÃO/MODELO 2025/2025 OU SUPERIOR (NOVO, ZERO KM), POTÊNCIA DE 107 CV (E) E 98 CV (G), CAPACIDADE 5 OCUPANTES, GARANTIA DE 36 MESES, TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO E DEMAIS CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS CONSTANTES NA PROPOSTA DE PREÇOS DA PROPONENTE ANEXA PARTE INTEGRANTE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 116/2025 - SECID – LOTE 1 – E-PROTOCOLO Nº 22.199.244-0
DO PRAZO: FICA PRORROGADO O PRAZO DE ENTREGA DO OBJETO, ESTABELECENDO-SE COMO PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA O DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2026.
DATA DA ASSINATURA: 13 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:B7461E30

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90/2026

LICITAÇÃO DE AMPLA CONCORRÊNCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 16/09/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 16/09/2026 às 09h00min.
Objeto: ***“Aquisição parcelada no fornecimento de RAÇÃO para alimentação de cães atendidos pelo Atendimento Temporário Animal”.***
VALOR MÁXIMO: R$ 97.402,00 (noventa e sete mil quatrocentos e dois reais).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*

Itaperuçu/PR, 02 de setembro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:B186AFF1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA N° 038/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, do município de Itaperuçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 36/2026, que institui e estabelece a organização do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, atribuindo à Secretaria Municipal de Assistência Social a responsabilidade pela sua coordenação;

CONSIDERANDO que o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa tem por finalidade coordenar, articular, acompanhar e fomentar políticas públicas e ações municipais destinadas à promoção e proteção dos direitos, da dignidade e do bem-estar da pessoa idosa, de seus familiares e cuidadores;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar a designação do(a) servidor(a) responsável pela coordenação do Comitê, assegurando clareza quanto às atribuições, responsabilidades e representação institucional;

CONSIDERANDO a competência da Administração Pública para organizar e distribuir internamente as atribuições administrativas, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis;

CONSIDERANDO a qualificação profissional e a vinculação funcional de **Maria Eduarda de Miranda, Assistente Social, servidora efetiva do Município**, e sua atuação no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social;

RESOLVE:
Art. 1º Designar **Maria Eduarda de Miranda, Assistente Social, servidora efetiva**, para exercer a função de **Coordenadora do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa**, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos do Decreto Municipal nº 36/2026.

Art. 2º Compete à Coordenadora, promover a organização e articulação dos trabalhos, acompanhar o cumprimento das deliberações e representar o Comitê perante os órgãos e setores municipais, quando necessário.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THAÍSE ELIETE MIRANDA
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria N° 007/2025

Publicado por:
Larissa Fernanda de Bomfim
Código Identificador:40A94B5A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
CONVÊNIO Nº 01/2026

CONVÊNIO Nº 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL E O CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de** Itaúna do Sul, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º 75.458.836/0001-33, com sede à Av. Brasil, 883 nesta cidade de Itaúna do Sul - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Gilson José de Gois, portador da cédula de identidade RG n.º 6.5**.***-4 PR e do CPF n.º 018.***.***-27, residente e domiciliado em Itaúna do Sul, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.7**.***-4 SSP-PR, do CPF nº 031.***.***-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os signatários:

I – PREFEITURA MUNICIPAL:

a) repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 7.000,00 em parcela única, a qual deverá ser depositada em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de dezembro/2026, conforme plano de aplicação em anexo;
b) estruturar a Assistência Farmacêutica no município;
c) garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;
d) manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;
e) efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;
f) quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;
g) monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;
h) receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;
i) organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;
j) promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;
k) disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

II - AO CONSÓRCIO:

a) seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;
b) adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;
c) incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência
Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;
d) manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham
informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;
e) manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;
f) efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;
g) monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;
h) intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrá à conta da Dotação Orçamentária n.º 07.001.10302.0024/2059, elemento de despesa - 3390390000, Fonte: 303.

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Itaúna do Sul, 02 de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Presidente do Conselho
Deliberativo Do Consórcio

TESTEMUNHAS:

1 – Raquel Cristina da Costa Correa,
Secretária Municipal de Saúde,
CPF 029.***.***-94:
.....

2 – Ligiane Machado dos Santos Goes,
Farmacêutica,
CPF 066.***.***-54:
.....

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:746AD522

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 340/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA Nº 340/2026
De 02 de setembro de 2026.

SÚMULA: Dispõe sobre a ampliação da carga horária da servidora Thais Aparecida Moreira Raimundo e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, em especial pelo disposto no art. 65 da Lei Municipal Complementar nº 001/2022,

RESOLVE:

Art. 1º Fica ampliada para 28 (vinte e oito) horas semanais a jornada de trabalho da servidora Thais Aparecida Moreira Raimundo, inscrita no CPF sob nº 089.***.***-42, matrícula nº 940, ocupante do cargo efetivo de Psicóloga.

Art. 2º Em razão da ampliação da carga horária de que trata o art. 1º desta Portaria, ficam aumentados proporcionalmente os vencimentos da servidora, nos termos do disposto no art. 65 da Lei Municipal Complementar nº 001/2022.

Art. 3º A ampliação da carga horária terá início em 02 de setembro de 2026, permanecendo vigente enquanto assim for determinado pela Administração Municipal, observado o disposto na legislação aplicável.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ELIZABETH DE SOUZA NARCISO DE GÓIS
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:F4A5252F

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 341/2026

PORTARIA Nº 341/2026

SÚMULA: Concede fracionamento de férias regulamentares à servidora Ligiane Machado dos Santos Goes e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e considerando o requerimento apresentado pela servidora, bem como a necessidade de atender ao interesse público, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder o fracionamento de férias regulamentares à servidora Ligiane Machado dos Santos Goes, CPF nº 066.3**.***-54, ocupante do cargo efetivo de Farmacêutico, lotada no NIS II – Diretoria Executiva de Saúde, referente aos períodos aquisitivos abaixo relacionados:

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	MATRÍCULA
Ligiane Machado dos Santos Goes	2023/2024	510
Ligiane Machado dos Santos Goes	2024/2025	818

Parágrafo único. O período de férias objeto desta Portaria será usufruído de 08/09/2026 a 22/09/2026, totalizando 15 (quinze) dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:3CA93B1D

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR
PORTARIA Nº 16/2026

SÚMULA: Conceder férias regulamentares à servidora FÁTIMA DO SOCORRO SENSON SILVA.

VALDEIR APARECIDO LAUREANO, Presidente da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, **RESOLVE**:

Art. 1º Conceder 15 (quinze) dias de férias regulamentares à servidora FÁTIMA DO SOCORRO SENSON SILVA, RG. Nº *.514.242-*, período aquisitivo 2023/2024, no cargo de Zelador.

Art. 2º As férias, ora concedidas, serão usufruídas no período de 08/09/2026 a 22/09/2026.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Câmara Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, ao 02 dias do mês de setembro de 2026.

VALDEIR APARECIDO LAUREANO
Presidente do Poder Legislativo

Publicado por:
Walter Fernandes Pedrosa Junior
Código Identificador:B753BF7F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL - AVISO. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2026. Processo Administrativo 0127.2026. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE QUALIDADE EXTERNO (ENSAIOS DE PROFICIÊNCIA EM ANÁLISES CLÍNICAS) DESTINADOS AO LABORATÓRIO MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL-PR. DATA E HORÁRIO APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA ADICIONAL E DOCUMENTAÇÃO: 10/09/2026 - Até as 16h00min. (E-MAIL) PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO licitacao@itaunadosul.pr.gov.br . Local de acesso no PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais?q=&pagina=1. Link Portal de transparência Municipal: http://itaunadosulpr.equiplano.com.br:7474/transparencia/licitacoes
Itaúna do Sul-PR, 02 de setembro de 2026.

GILSON JOSE DE GOIS.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:B15EC20D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2026

EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO, ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0115/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2026
O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. 72, inciso VIII, e 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a instrução constante dos autos, a pesquisa de preços atualizada, a justificativa do preço e a razão da escolha do fornecedor, **AUTORIZA** a contratação direta, **ADJUDICA** e **HOMOLOGA** o objeto em favor da empresa **CONSTIVO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.856.329/0001-11, com sede na Rua do Comercio, 2808, cidade de Primavera-SP, representada por SERGIO GABRIEL**
Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de 15 m³ de concreto usinado bombeado, com resistência característica FCK 25 MPa e slump 16 ± 2 cm, incluindo transporte e serviço de bombeamento, destinado à execução de obra no Pátio Municipal.
Valor total: R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).
Itaúna do Sul/PR, 02 de setembro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 054/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0115/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 042/2026
Contratante: Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ sob nº 75.458.836/0001-33.
Contratada: CONSTIVO COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 01.856.329/0001-11, com sede na Rua do Comercio, 2808, cidade de Primavera-SP, representada por SERGIO GABRIEL
Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de 15 m³ de concreto usinado bombeado, com resistência característica FCK 25 MPa e slump 16 ± 2 cm, incluindo transporte e serviço de bombeamento, destinado à execução de obra no Pátio Municipal.
Valor global: R$ 11.500,00 (onze mil e quinhentos reais).
Prazo de vigência: 30 (trinta) dias, contado da data de assinatura do contrato.
Fundamento legal: arts. 72, inciso VIII, e 75, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Dotação orçamentária: conforme Parecer Técnico da Contabilidade e demais documentos constantes do Processo Administrativo nº 0115/2026.
Data da assinatura: 02 de setembro de 2026.
Itaúna do Sul/PR, 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:4CF466D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
COMUNICADO

A Prefeitura Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, através do presente instrumento COMUNICA, a todos os interessados, que no dia 23 de setembro de 2026, às 09:30, nas dependências do Centro Municipal do Idoso, será realizada Audiência Pública para avaliação do cumprimento das metas fiscais LDO relativas ao 2º Quadrimestre de 2026.

Ivaí, 01 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal de Ivaí - PR

Publicado por:
Fabio Jose Graniska
Código Identificador:4A6A1C56

DIVISÃO DE CONTABILIDADE
DECRETO 154/2026

Decreto n° 154/2026 de 02/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Município de Ivaí, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1565/2025 de 19/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$742.000,00 (setecentos e quarenta e dois mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
06		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001		DIVISÃO DE EDUCAÇÃO	
06.001.12.361.1201.2.022		Manuntenção do Transporte Escolar - Outros Recursos	
74 - 3.3.90.33.00.00	104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	400.000,00
10		SECRETARIA DE VIACAO, OBRAS E SERV URBANOS	
10.001		DIVISÃO DE OBRAS E SERVICOS URBANOS	
10.001.15.451.1501.1.079		Pavimentação e Recapeamento de Vias Urbanas	
305 - 4.4.90.51.00.00	847	OBRAS E INSTALAÇÕES	342.000,00
		Total Suplementação: 742.000,00	

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.1.1.51.2.1 COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS -	400.000,00
Receita: 2.4.2.2.99.0.1.08 TRANSF GOV PARANA PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS -	342.000,00
Total da Receita:	742.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Município de Ivaí, Estado do PR, em 2 de Setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal De Ivaí

Publicado por:
Fabio Jose Graniska
Código Identificador:F6C99283

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026
OBJETO: Credenciamento de pessoa jurídica ou física, proprietária de imóvel, interessada em firmar termo de exploração mineral, por meio de contrato administrativo, para o fornecimento de cascalho com a finalidade de utilizá-los em obras públicas de recuperação e manutenção de estradas municipais, dentre outras, mediante aquisição de cargas, em atendimento a Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos.
CONTRATANTE: Município de Ivaí – PR
PESSOA FISÍCA CREDENCIADA: EUGENIO BOCHENSKI

CARGAS OFERECIDAS	VALOR POR CARGA	VALOR GLOBAL ESTIMADO
500	R$ 50,00	R$ 25.000,00

Dotação orçamentária:
10.002.26.782.2601.1089.3.3.90.00.00
VALOR R$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais)
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74 da Lei Federal 14.133/2021
RATIFICADO EM 01/09/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Kauane Gabrielly Dos Santos Maceno
Código Identificador:8DFA91A3

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 186/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 067/2026

OBJETO: Serviço de assessoria para as demandas das secretarias assegurar suporte técnico especializado à administração municipal.
CONTRATADA: E-GOV BRASIL GESTAO PROJETOS E INOVACAO LTDA.
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 62.400,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 02/09/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

ALYSON AUGUSTO PADILHA –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:7E236D04

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 202/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 071/2026

OBJETO: Contratação locação de banheiros químicos para utilização em praças públicas, áreas rurais, eventos, festividades, ações e demais atividades promovidas pela Secretaria Municipal de Ivaí.
CONTRATADA: JPR LOCADORA LTDA.
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 64.400,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 02/09/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

MARIA AUXILIADORA DE ALBUQUERQUE PAIVA –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:37F80961

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 153/2026

DECRETO Nº 153/2026
Súmula: Nomeia Diretor de Departamento.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeado o Sr. **AUGUSTO CESAR SOMER, RG Nº **.375.***-4 PR**, para exercer o cargo Comissionado de Diretor de Departamento de Tributação, símbolo CC6, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, em 01 de setembro de 2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:C95BD2C2

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 155/2026

DECRETO Nº 155/2026

Súmula: Nomeia candidata aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital nº 001/2024, e dá outras providências.

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 395/92, de 22 de dezembro de 1992 e a Lei Municipal nº 914/2009, de 28 de dezembro de 2009, e tendo em vista a existência de vaga,

D E C R E T A

Art. 1º - É nomeada a Sra. **JANAINA CHAIDA SOMER** RG N.º ****.659.***-4** PR, aprovada pelo Concurso Público nº 003/2023 – Edital 001/2024, para ocupar o cargo de PSICÓLOGA, nível 13, do Quadro Pessoal desta Prefeitura, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:C55945F3

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 252/2026

PORTARIA Nº 252/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 395/92,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Pública Municipal Sra **EDICLEIA DOMARESKI MATRICULA 11461** , PROFESSORA, **LICENÇA ESPECIAL**, no período de 08 de setembro de 2026 a 06 de dezembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:0D97CDB8

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 253/2026

PORTARIA Nº 253/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E
Art. 1º - Conceder a Servidora Sra **LUCIANE OSTACHEVSKI TABORDA, ASSESSORA DE GABINETE**, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de quinze (15) dias a que tem direito, para o período aquisitivo de 12/09/2024 à 11/09/2025, no período concessivo de 01 de setembro de 2026 a 15 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:CEA6CFEE

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 254/2026

PORTARIA Nº 254/2026
O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra **MARIANA ZATCERKONY**, PSICÓLOGA, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de quinze (15) dias a que tem direito, para o período aquisitivo de 12/09/2024 à 11/09/2025, no período concessivo de 01 de setembro de 2026 a 15 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:9007BB0C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 255/2026

PORTARIA Nº 255/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Municipal nº 395/92,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder ao Servidor Público Municipal Sr **JOELCIO VOLOXEN, OPERADOR DE MAQUINAS, LICENÇA ESPECIAL**, no período de 14 de setembro de 2026 a 13 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:DD395A7B

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 256/2026

PORTARIA Nº 256/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra **DANIELLY THAINÁ GALVÃO, AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE**, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, para o período concessivo de 14 de setembro de 2026 a 13 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 14 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:5F2719C1

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 257/2026

PORTARIA Nº 257/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra **SONIA RAQUEL STADNYTSKY, TÉCNICA EM ENFERMAGEM**, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de DEZ (10) dias a que tem direito, para o período concessivo de 08 de setembro de 2026 a 17 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 08 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:545FC18F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 258/2026

PORTARIA Nº 258/2026

O Senhor **ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO**, Prefeito Municipal de Ivaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 73, 74, 75 e 76, capítulo III, Título III, da Lei Municipal nº 395 de 22 de dezembro de 1992,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder a Servidora Sra. **ELAINE APARECIDA MARTINS, TÉCNICO EM ENFERMAGEM**, do Quadro de Pessoal, férias regulamentares de trinta (30) dias a que tem direito, para o período concessivo de 21 de setembro de 2026 a 20 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ivaí, em 02 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Deborah Tamilly Pereira Galvão
Código Identificador:542414D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 251/2026

PORTARIA Nº 251/2026

SÚMULA: INSTAURA PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA APURAÇÃO DE FATOS RELACIONADOS AO CONTRATO Nº 211/2022

O PREFEITO MUNICIPAL DE IVAÍ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o Contrato nº 211/2022, celebrado entre o Município de Ivaí e o Banco Bradesco S.A.;
CONSIDERANDO a informação de encerramento da agência física do Banco Bradesco S.A. no Município de Ivaí e a necessidade de verificar os efeitos desse fato na execução contratual;
CONSIDERANDO a existência de documentos e manifestações anteriores relacionados ao assunto, cuja análise deverá ser realizada no curso da instrução;
CONSIDERANDO a necessidade de apuração formal, com observância do contraditório, da ampla defesa e da motivação dos atos administrativos;
RESOLVE:
Art. 1º – Instauração
Instaurar **Processo Administrativo nº 002/2026**, destinado a apurar os fatos relacionados ao encerramento da agência física do Banco Bradesco S.A. no Município de Ivaí e seus possíveis reflexos no cumprimento do Contrato nº 211/2022.
Art. 2º – Comissão e atribuições
Designar os seguintes servidores para compor a comissão responsável pela instrução do processo:
I – LUIZ CARLOS LEMES, Secretário Municipal de Administração, Presidente;
II – LUCIANO TOMACHEVSKI, Secretário Municipal de Agropecuária e Meio Ambiente; membro.
III – AMANDA KREVEY GRABICOSKI, Dir. do Dep. de Auditoria e Consultoria, membro.
§ 1º Compete à comissão promover a instrução do processo, podendo requisitar informações, solicitar documentos, realizar diligências, ouvir servidores e representantes da contratada, analisar as manifestações já apresentadas e determinar a produção das provas pertinentes.
§ 2º A comissão deverá examinar, especialmente, o contrato, o edital e seus anexos, a proposta do Banco, as notificações e contranotificações, os documentos relativos ao encerramento da agência e as condições de atendimento atualmente disponíveis no Município.
§ 3º Caberá à comissão promover a intimação do Banco Bradesco S.A. para ciência do processo, acesso aos autos e apresentação de manifestação, documentos e provas, observando-se o prazo previsto na legislação aplicável, no edital e no contrato.
§ 4º A intimação deverá informar que o processo poderá resultar em arquivamento, determinação de regularização, rescisão contratual e/ou aplicação de sanções, sem antecipação de qualquer conclusão.
§ 5º A comissão deverá atuar com imparcialidade, registrar os atos nos autos e comunicar eventual impedimento ou suspeição.
Art. 3º – Relatório conclusivo
Concluída a instrução, a comissão elaborará relatório circunstanciado, com a exposição dos fatos, a análise das provas e das manifestações da contratada e a indicação fundamentada das providências que entender cabíveis.

Parágrafo único. A comissão não decidirá definitivamente sobre a rescisão contratual ou a aplicação de sanção, matérias que serão submetidas à autoridade competente, após a manifestação jurídica pertinente.

Art. 4º – Prazo

A comissão deverá concluir a instrução no prazo de 30 (trinta) dias, contado da publicação desta Portaria, admitida prorrogação motivada por igual período, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

Art. 5º – Vigência

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Ivaí/PR, 01 de setembro de 2026.

ORLI ANTÔNIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wicto Eduardo Bonette
Código Identificador:24782356

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ADENDO/RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 002/2026

ADENDO/RETIFICAÇÃO AO EDITAL Nº 002/2026

PROCESSO DE ESCOLHA DE DIRETOR ESCOLAR – TRIÊNIO 2027/2029

A Prefeitura Municipal de Ivaí, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, torna público o presente **Adendo ao Edital nº 002/2026**, que dispõe sobre o Processo de Escolha de Diretor Escolar da Rede Municipal de Ensino, para acrescentar requisito referente à condição de servidor efetivo.

1. DA RETIFICAÇÃO DO ITEM 3, ALÍNEA "A"

Fica acrescida à alínea "a" do item 3 do Edital nº 002/2026 a exigência de conclusão e aprovação no estágio probatório, passando a vigorar com a seguinte redação:

"a) Declaração do proponente afirmando ser ocupante de cargo efetivo do quadro dos profissionais da Educação Básica (Professor ou Pedagogo), devendo, obrigatoriamente, ter concluído e sido aprovado no estágio probatório, encontrando-se em situação funcional regular na data da inscrição."

2. DA COMPROVAÇÃO

A condição de servidor efetivo e a conclusão e aprovação no estágio probatório serão verificadas mediante documentação e/ou declaração expedida pelo Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Ivaí.

3. DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais disposições constantes do Edital nº 002/2026 e seus anexos que não forem incompatíveis com o presente Adendo.

Ivaí, 02 de setembro de 2026.

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO
Prefeito Municipal

ANA PAULA DALZOTO SALVADORI
Secretária Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Rafaela Karpinski
Código Identificador:033A1BBD

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 001/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES

1.1 O MUNICÍPIO DE IVAÍ, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação e Cultura, Senhora Ana Paula Dalzoto Salvadori, e o AGENTE CULTURAL, JOÃO CARLOS CARDOZO RIBEIRO, portador do RG nº 10.***.903-*, expedida em SESP/PR, CPF nº 080.***.389-**, residente e domiciliado à Rua: Rui Barbosa, n° 203, Sala 01, Bairro Centro, Ivaí/PR, CEP: 84.460-000, telefone: (42) 999**-32**, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO

2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO

3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural O MUNDO DA MÚSICA – FESTIVAL DE TALENTOS DE IVAÍ, contemplado no conforme processo administrativo nº 001/2026 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - Categoria I - CULTURA MUSICAL.

4. RECURSOS FINANCEIROS

4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 19.715,57 (dezenove mil setecentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos).

4.2. Serão transferidos à conta do AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no BANCO DO BRASIL, Agência 47**-7, Conta Corrente nº 36.***-8, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS

5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES

6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE IVAÍ:

I) transferir os recursos ao AGENTE CULTURAL;

II) orientar o AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;

III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo AGENTE CULTURAL;

IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;

V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;

VI) monitorar o cumprimento pelo AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.

6.2 São obrigações do AGENTE CULTURAL:

I) executar a ação cultural aprovada;

II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;

III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;

IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;

V) prestar informações ao MUNICÍPIO DE IVAÍ, por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias do término da vigência deste Termo de Execução Cultural;

VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo MUNICÍPIO DE IVAÍ a contar do recebimento da notificação;

VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural – ANEXO V do edital, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a

ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento e o controle dos resultados dos projetos contemplados serão realizados pela Comissão Especial de Acompanhamento e Seleção, designada por meio da Portaria nº 178/2026, mediante análise do Relatório de Execução do Objeto, documentos comprobatórios da realização das ações, bem como, quando necessário, por diligências, solicitação de informações complementares e visitas técnicas *in loco*, com a finalidade de verificar o cumprimento das metas, dos objetivos e das obrigações previstas neste Edital e no Termo de Execução Cultural.

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de sua assinatura pelas partes e terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por até 12 (doze) meses, mediante justificativa do agente cultural e autorização do MUNICÍPIO DE IVAÍ.

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de Imbituva para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

IVAÍ, 31 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE IVAÍ
Pelo Órgão

JOÃO CARLOS CARDOZO RIBEIRO
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Tatiane Batista Ribeiro
Código Identificador:7B02CCD6

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 002/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE IVAÍ, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação e Cultura, Senhora Ana Paula Dalzoto Salvadori, e o AGENTE CULTURAL, SILMARA CHOCIAI TOMACHEVSKI, portador do RG nº 7.***.935-*, expedida em SESP/PR, CPF nº 033.***.229-**, residente e domiciliado à Rua: Alencar Guimaraes, n° 400, Bairro Centro, Ivaí/PR, CEP: 84.460-000, telefone: (42) 991**-27**, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural ARTE EM MOVIMENTO: JAZZ DANCE, contemplado no conforme processo administrativo nº 001/2026 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - Categoria I - CULTURA MUSICAL.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 19.715,57 (dezenove mil setecentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos).
4.2. Serão transferidos à conta do AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no Nu Pagamentos S.A. - Banco 260, Agência 0**1, Conta Corrente nº 37***0***-9, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE IVAÍ:
I) transferir os recursos ao AGENTE CULTURAL;
II) orientar o AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao MUNICÍPIO DE IVAÍ, por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias do término da vigência deste Termo de Execução Cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo MUNICÍPIO DE IVAÍ a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural –

ANEXO V do edital, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;
III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento e o controle dos resultados dos projetos contemplados serão realizados pela Comissão Especial de Acompanhamento e Seleção, designada por meio da Portaria nº 178/2026, mediante análise do Relatório de Execução do Objeto, documentos comprobatórios da realização das ações, bem como, quando necessário, por diligências, solicitação de informações complementares e visitas técnicas *in loco*, com a finalidade de verificar o cumprimento das metas, dos objetivos e das obrigações previstas neste Edital e no Termo de Execução Cultural.

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de sua assinatura pelas partes e terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por até 12 (doze) meses, mediante justificativa do agente cultural e autorização do MUNICÍPIO DE IVAÍ.

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de Imbituva para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

IVAÍ, 31 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE IVAÍ
Pelo órgão

SILMARA CHOCIAI TOMACHEVSKI
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Tatiane Batista Ribeiro
Código Identificador:F12AD37B

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

ANEXO IV
TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL

TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL Nº 003/2026 TENDO POR OBJETO A CONCESSÃO DE APOIO FINANCEIRO A AÇÕES CULTURAIS CONTEMPLADAS PELO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – NOS TERMOS DA LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), DA LEI Nº 14.903/2024 (MARCO REGULATÓRIO DO FOMENTO À CULTURA), DO DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) E DO DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

1. PARTES
1.1 O MUNICÍPIO DE IVAÍ, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação e Cultura, Senhora Ana Paula Dalzoto Salvadori, e o AGENTE CULTURAL, SUELI REGINA CONRADO, portador do RG nº 4.***.449-*, expedida em SESP/PR, CPF nº 639.***.849-**, residente e domiciliado à Rua: Nicolau Borochok, n° 55, Bairro Jardim Florença, Ivaí/PR, CEP: 84.460-000, telefone: (42) 991**-15**, resolvem firmar o presente Termo de Execução Cultural, de acordo com as seguintes condições:

2. PROCEDIMENTO
2.1 Este Termo de Execução Cultural é instrumento da modalidade de fomento à execução de ações culturais, celebrado com agente cultural selecionado nos termos da LEI Nº 14.399/2022 (PNAB), da LEI Nº 14.903/2024 (Marco regulatório do fomento à cultura), do DECRETO N. 11.740/2023 (DECRETO PNAB) e do DECRETO Nº 11.453/2023 (DECRETO DE FOMENTO).

3. OBJETO
3.1. Este Termo de Execução Cultural tem por objeto a concessão de apoio financeiro ao projeto cultural MONUMENTOS – MUNICÍPIO DE IVAÍ - PR, contemplado no conforme processo administrativo nº 001/2026 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) - Categoria II - PRESERVAÇÃO HISTÓRICA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE IVAÍ.

4. RECURSOS FINANCEIROS
4.1. Os recursos financeiros para a execução do presente termo totalizam o montante de R$ 19.715,59 (dezenove mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e nove centavos).
4.2. Serão transferidos à conta do AGENTE CULTURAL, especialmente aberta no BANCO DO BRASIL, Agência 47**-7, Conta Corrente nº 36.***-X, para recebimento e movimentação.

5. APLICAÇÃO DOS RECURSOS
5.1 Os rendimentos de ativos financeiros poderão ser aplicados para o alcance do objeto, sem a necessidade de autorização prévia.

6. OBRIGAÇÕES
6.1 São obrigações do MUNICÍPIO DE IVAÍ:
I) transferir os recursos ao AGENTE CULTURAL;
II) orientar o AGENTE CULTURAL sobre o procedimento para a prestação de informações dos recursos concedidos;
III) analisar e emitir parecer sobre os relatórios e sobre a prestação de informações apresentados pelo AGENTE CULTURAL;
IV) zelar pelo fiel cumprimento deste termo de execução cultural;
V) adotar medidas saneadoras e corretivas quando houver inadimplemento;
VI) monitorar o cumprimento pelo AGENTE CULTURAL das obrigações previstas na CLÁUSULA 6.2.
6.2 São obrigações do AGENTE CULTURAL:
I) executar a ação cultural aprovada;
II) aplicar os recursos concedidos na realização da ação cultural;
III) manter, obrigatória e exclusivamente, os recursos financeiros depositados na conta especialmente aberta para o Termo de Execução Cultural;
IV) facilitar o monitoramento, o controle e supervisão do termo de execução cultural bem como o acesso ao local de realização da ação cultural;
V) prestar informações ao MUNICÍPIO DE IVAÍ, por meio de Relatório de Execução do Objeto, apresentado no prazo máximo de 30 (trinta) dias do término da vigência deste Termo de Execução Cultural;
VI) atender a qualquer solicitação regular feita pelo MUNICÍPIO DE IVAÍ a contar do recebimento da notificação;
VII) divulgar nos meios de comunicação a informação de que a ação cultural aprovada é apoiada com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, incluindo as marcas do Governo federal, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições;
VIII) não realizar despesa em data anterior ou posterior à vigência deste termo de execução cultural;
IX) guardar a documentação referente à prestação de informações e financeira pelo prazo de 5 anos, contados do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural;
X) não utilizar os recursos para finalidade diversa da estabelecida no projeto cultural;

7. PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO OBJETO
7.1 O agente cultural prestará contas à administração pública por meio da apresentação de Relatório de Objeto da Execução Cultural – ANEXO V do edital, no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do fim da vigência deste Termo de Execução Cultural.
7.1.1 O Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá:
I - comprovar que foram alcançados os resultados da ação cultural;
II - conter a descrição das ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;
III - ter anexados documentos de comprovação do cumprimento do objeto, tais como: Declarações de realização dos eventos, com registro fotográfico ou audiovisual, clipping de matérias jornalísticas, releases, folders, catálogos, panfletos, filipetas, bem como outros documentos pertinentes à execução do projeto.
7.2 O agente público responsável pela análise do Relatório de Objeto da Execução Cultural deverá elaborar parecer técnico em que concluirá:
I - pelo cumprimento integral do objeto ou pela suficiência do cumprimento parcial devidamente justificada e providenciará imediato encaminhamento do processo à autoridade julgadora;
II - pela necessidade de o agente cultural apresentar documentação complementar relativa ao cumprimento do objeto;

III - pela necessidade de o agente cultural apresentar Relatório Financeiro da Execução Cultural, caso considere os elementos contidos no Relatório de Objeto da Execução Cultural e na documentação complementar insuficientes para demonstrar o cumprimento integral do objeto ou o cumprimento parcial justificado.
7.3 Após o recebimento do processo pelo agente público de que trata o item 7.2, autoridade responsável pelo julgamento da prestação de informações poderá:
I - solicitar documentação complementar;
II - aprovar sem ressalvas a prestação de contas, quando estiver convencida do cumprimento integral do objeto;
III - aprovar com ressalvas a prestação de contas, quando for comprovada a realização da ação cultural, mas verificada inadequação na execução do objeto ou na execução financeira, sem má-fé;
IV - rejeitar a prestação de contas, total ou parcialmente, e determinar uma das seguintes medidas:
a) devolução de recursos em valor proporcional à inexecução de objeto verificada;
b) pagamento de multa, nos termos do regulamento;
c) suspensão da possibilidade de celebrar novo instrumento do regime próprio de fomento à cultura pelo prazo de 180 (cento e oitenta) a 540 (quinhentos e quarenta) dias.
7.4 O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido, independente da modalidade inicial de prestação de informações (in loco ou em relatório de execução do objeto), somente nas seguintes hipóteses:
I - quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto, observados os procedimentos previstos nos itens anteriores; ou
II - quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.
7.4.1 O prazo para apresentação do Relatório Financeiro da Execução Cultural será de 30 (trinta) dias contados do recebimento da notificação.
7.5 Na hipótese de o julgamento da prestação de informações apontar a necessidade de devolução de recursos, o agente cultural será notificado para que exerça a opção por:
I - devolução parcial ou integral dos recursos ao erário;
II - apresentação de plano de ações compensatórias; ou
III - devolução parcial dos recursos ao erário juntamente com a apresentação de plano de ações compensatórias.
7.5.1 A ocorrência de caso fortuito ou força maior impeditiva da execução do instrumento afasta a reprovação da prestação de informações, desde que comprovada.
7.5.2 Nos casos em que estiver caracterizada má-fé do agente cultural, será imediatamente exigida a devolução de recursos ao erário, vedada a aceitação de plano de ações compensatórias.
7.5.3 Nos casos em que houver exigência de devolução de recursos ao erário, o agente cultural poderá solicitar o parcelamento do débito, na forma e nas condições previstas na legislação.

8. ALTERAÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
8.1 A alteração do termo de execução cultural será formalizada por meio de termo aditivo.
8.2 A formalização de termo aditivo não será necessária nas seguintes hipóteses:
I - prorrogação de vigência realizada de ofício pela administração pública quando der causa ao atraso na liberação de recursos; e
II - alteração do projeto sem modificação do valor global do instrumento e sem modificação substancial do objeto.
8.3 Na hipótese de prorrogação de vigência, o saldo de recursos será automaticamente mantido na conta a fim de viabilizar a continuidade da execução do objeto.
8.4 As alterações do projeto cujo escopo seja de, no máximo, 20% do valor total poderão ser realizadas pelo agente cultural e comunicadas à administração pública em seguida, sem a necessidade de autorização prévia.
8.5 A aplicação de rendimentos de ativos financeiros em benefício do objeto do termo de execução cultural poderá ser realizada pelo agente cultural sem a necessidade de autorização prévia da administração pública.
8.6 Nas hipóteses de alterações em que não seja necessário termo aditivo, poderá ser realizado apostilamento.

9. TITULARIDADE DE BENS
9.1 Os bens permanentes adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução da ação cultural fomentada serão de titularidade do agente cultural desde a data da sua aquisição.
9.2 Nos casos de rejeição da prestação de contas em razão da aquisição ou do uso do bem, o valor pago pela aquisição será computado no cálculo de valores a devolver, com atualização monetária.

10. EXTINÇÃO DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL
10.1 O presente Termo de Execução Cultural poderá ser:
I - extinto por decurso de prazo;
II - extinto, de comum acordo antes do prazo avençado, mediante Termo de Distrato;
III - denunciado, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe; ou
IV - rescindido, por decisão unilateral de qualquer dos partícipes, independentemente de autorização judicial, mediante prévia notificação por escrito ao outro partícipe, nas seguintes hipóteses:
a) descumprimento injustificado de cláusula deste instrumento;
b) irregularidade ou inexecução injustificada, ainda que parcial, do objeto, resultados ou metas pactuadas;
c) violação da legislação aplicável;
d) cometimento de falhas reiteradas na execução;
e) má administração de recursos públicos;
f) constatação de falsidade ou fraude nas informações ou documentos apresentados;
g) não atendimento às recomendações ou determinações decorrentes da fiscalização;
h) outras hipóteses expressamente previstas na legislação aplicável.
10.2 Os casos de rescisão unilateral serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa. O prazo de defesa será de 10 (dez) dias da abertura de vista do processo.
10.3 Na hipótese de irregularidade na execução do objeto que enseje dano ao erário, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial caso os valores relacionados à irregularidade não sejam devolvidos no prazo estabelecido pela Administração Pública.
10.4 Outras situações relativas à extinção deste Termo não previstas na legislação aplicável ou neste instrumento poderão ser negociadas entre as partes ou, se for o caso, no Termo de Distrato.

11. MONITORAMENTO E CONTROLE DE RESULTADOS
11.1 O monitoramento e o controle dos resultados dos projetos contemplados serão realizados pela Comissão Especial de Acompanhamento e Seleção, designada por meio da Portaria nº 178/2026, mediante análise do Relatório de Execução do Objeto, documentos comprobatórios da realização das ações, bem como, quando necessário, por diligências, solicitação de informações complementares e visitas técnicas *in loco*, com a finalidade de verificar o cumprimento das metas, dos objetivos e das obrigações previstas neste Edital e no Termo de Execução Cultural.

12. VIGÊNCIA
12.1 A vigência deste instrumento terá início na data de sua assinatura pelas partes e terá duração de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogada por até 12 (doze) meses, mediante justificativa do agente cultural e autorização do MUNICÍPIO DE IVAÍ.

13. PUBLICAÇÃO
13.1 O Extrato do Termo de Execução Cultural será publicado no Diário Oficial do Município.

14. FORO
14.1 Fica eleito o Foro de Imbituva para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao presente Termo de Execução Cultural.

IVAÍ, 31 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE IVAÍ
Pelo Órgão

SUELI REGINA CONRADO
Pelo Agente Cultural

Publicado por:
Tatiane Batista Ribeiro
Código Identificador:936A1A91

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 113/2026

Nomeia a Comissão de Avaliação para Progressão e Elevação Funcional dos Servidores do Magistério Público Municipal de Ivatuba, prevista no artigo 31 da Lei Municipal nº 264/2002 - Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IVATUBA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais constantes do inciso IV, do artigo 74 da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a necessidade de promover a progressão funcional dos profissionais do magistério, nos termos do plano de carreira vigente;
CONSIDERANDO o disposto no artigo 31 da Lei Municipal nº 264/2002 - Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público, que determina a constituição de Comissão para análise e avaliação dos critérios exigidos para progressão funcional,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Comissão de Avaliação para Progressão e Elevação Funcional dos Servidores do Magistério Público Municipal de Ivatuba, prevista no artigo 31 da Lei Municipal nº 264/2002 - Estatuto e Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público, composta pelos seguintes membros:
Maria Luiza Macedo – Presidente;
Luciana de Mattia – Membro;
Luciane Severino Pinto – Membro;
Heliana de Matia Gomes Ferreira – Suplente.

Art. 2º - Compete à Comissão proceder à análise dos pedidos de progressão funcional, com base nos critérios legais, de acordo com a documentação apresentada pelos servidores do magistério público municipal.

Art. 3º - Fica revogado o Decreto nº 155/2025 de 30/06/2025.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, aos 02 (dois) dias do mês de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C94B1B3E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
DIVISÃO DE LICITAÇÃO EXTRATO DE PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 056/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 131/2026.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ – PR.

FORNECEDOR: TAWÁ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA

CNPJ: 16.850.663/0001-35

OBJETO: ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2026, DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 005/2025 – SRP, DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO E AMBIENTAL DO NORDESTE GOIANO – CISBAN-GO, VISANDO À AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) AMBULÂNCIA TIPO B – SUPORTE BÁSICO, TIPO FURGÃO, ANO/MODELO 2026, DESTINADA À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE JAGUAPITÃ/PR, COM RECURSOS DA RESOLUÇÃO SESA Nº 1.984/2025 E CONTRAPARTIDA FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

VALOR: R$ 318.000,00 (trezentos e dezoito mil reais).

DATA: 02/09/2026.

Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:BBB3291F

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 076/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR.

CONTRATADO: INSTITUTO RANAI LTDA., inscrito no CNPJ sob nº 46.757.247/0001-58.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 125/2026.

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº: 052/2026.

OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de capacitação destinada aos educadores sociais do Serviço de Acolhimento Institucional (Casa Lar) do Município de Jaguapitã/PR, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social, compreendendo capacitação presencial com carga horária total de 16 (dezesseis) horas, distribuídas em 02 (dois) encontros, a ser ministrada pela profissional Juliana Gomes Fiorott.

VALOR: R$ 17.890,00 (dezessete mil, oitocentos e noventa reais).

VIGÊNCIA: 02/09/2026 a 02/09/2027.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, inciso III, alínea "f", e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Jaguapitã – PR, 02 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:E7ADE3E7

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 073/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR

CONTRATADA: TAWÁ VEÍCULOS ESPECIAIS LTDA.

CNPJ: 16.850.663/0001-35

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 128/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: nº 054/2026

OBJETO: Aquisição de **01 (um) veículo automotor novo, tipo Minibus Teto Alto**, com capacidade para 20 (vinte) passageiros e 01 (um) motorista, destinado ao fortalecimento da Rede Municipal de Saúde de Jaguapitã/PR e ao transporte sanitário de pacientes, mediante adesão à **Ata de Registro de Preços nº 140/2026**, oriunda do Pregão Eletrônico nº 02/2026, promovido pelo Consórcio Intermunicipal da Região Nordeste – CIRENOR. O veículo corresponde ao Item 03 da referida Ata, modelo **Mercedes-Benz Sprinter 517 CDI, 15 m³, UP3**, observadas as demais especificações, equipamentos e condições nela estabelecidas.

VALOR TOTAL: R$ 386.000,00 (trezentos e oitenta e seis mil reais).

VIGÊNCIA: Conforme prazo e condições estabelecidos no Contrato Administrativo nº 073/2026 e nos documentos que integram a contratação. O documento encaminhado ainda contém campo a ser preenchido quanto ao prazo e termo inicial da vigência.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Recursos destinados à Secretaria Municipal de Saúde, incluindo recursos provenientes da Resolução SESA nº 1.984/2025 e contrapartida financeira do Município, conforme dotação orçamentária e empenho correspondente.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, conforme Processo Administrativo nº 128/2026 e documentos integrantes da contratação.

Jaguapitã – PR, 02 de setembro de 2026.

EDSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:73770B16

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 074/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR

CONTRATADA: MOLIPARK WATER PLAYER LTDA.

CNPJ: 03.955.646/0001-10

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 126/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: nº 053/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de passeio recreativo e de lazer no **Molipark Parque Aquático**, destinado aos usuários do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para Pessoa Idosa – **SCFV Viver Bem**, por meio das ações previstas no **Incentivo Projeto Viaja Mais 60 – Fase III**, regulamentado pela Deliberação CEDIPI/PR nº 004/2026.

SERVIÇOS: A contratação compreende passaporte sênior para acesso ao parque aquático, alimentação (café da manhã, almoço e café da tarde), atividades recreativas, incluindo bingo e baile, e passeio no Molipato, para atendimento estimado de **143 (cento e quarenta e três) participantes**.

VALOR GLOBAL: R$ **20.735,00** (vinte mil, setecentos e trinta e cinco reais).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 74 da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme enquadramento e ratificação constantes do processo administrativo.

VIGÊNCIA: Conforme período estabelecido no instrumento contratual, observada a execução da programação prevista para outubro de 2026. A minuta registra como período a conferir **02/09/2026 a 02/09/2027**.

Jaguapitã – PR, 02 de setembro de 2026.

EDSON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:10030DA4

GOVERNO MUNICIPAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 75/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAGUAPITÃ – PR

CONTRATADA: CARVALHO & CARVALHO SOLUÇÕES EM SERVIÇOS E EVENTOS LTDA

CNPJ: 31.561.462/0001-01

LICITAÇÃO: Concorrência Eletrônica nº 10/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 111/2026

OBJETO: Contratação de empresa de engenharia para execução de **reforma de quadra poliesportiva**, situada na Avenida Manoel Ribas, nº 220, Jaguapitã/PR, com recursos do Contrato de Repasse nº 984467/2025/MESP/CAIXA, compreendendo serviços preliminares, demolições e remoções, alvenaria e fechamentos, cobertura, sistema de drenagem, pinturas e acabamentos, iluminação esportiva, mobiliário e demais serviços previstos no projeto e seus anexos.

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preço global, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALOR GLOBAL: R$ **349.900,00** (trezentos e quarenta e nove mil e novecentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: De **02/09/2026 a 02/09/2027**, pelo período de 12 (doze) meses.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) dias, conforme Termo de Referência/Projeto Básico e Cronograma Físico-Financeiro.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Jaguapitã – PR, 02 de setembro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joao Paulo Gomes Figueira
Código Identificador:52947386

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
3º EXTRATO TERMO ADITIVO PRAZO CTO 10 DISPENSA 10 2024

CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°3 Termo do contrato nº.10/2024, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CLIPPING JORNALISTICO, NO TOCANTE AO ACOMPANHAMENTO DE PUBLICAÇÕES DOS DIÁRIOS OFICIAIS E OUTRAS MENÇÕES OU CITAÇÕES DESTE ÓRGÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Dispensa n° 10/2024, que entre si celebram CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA e a GRIFON DIGITAL SERVICOS LLTDA

inscritano CNPJ sob nº. 26.579.777/0003-08. aditivam o contrato com término 02/09/2027 As prorrogações serão consideradas efetuadas nas datas de vencimento respectivas do contrato original admitindo-se nova prorrogação nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 107 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 02 de setembro de 2026.

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:5424901B

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
4º EXTRATO TERMO ADITIVO REDIMENSIONAMENTO
CTO 10 DISPENSA 10 2024

CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
Estado do Paraná
Termo de aditivo n°4 Termo do contrato nº.10/2024, objetivando a PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CLIPPING JORNALISTICO, NO TOCANTE AO ACOMPANHAMENTO DE PUBLICAÇÕES DOS DIÁRIOS OFICIAIS E OUTRAS MENÇÕES OU CITAÇÕES DESTE ÓRGÃO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA/PR. decorrente de Dispensa n° 10/2024, que entre si celebram CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA e a GRIFON DIGITAL SERVICOS LLTDA inscritano CNPJ sob nº. 26.579.777/0003-08. aditivam o contrato na importância de R$ 1.796,52 (um mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta e dois centavos) nos termos da Lei de licitações n.º 8.666/93.
Fundamentação Legal: Art. 125 da Lei nº 14.133/21.
Jardim Olinda 02 de setembro de 2026.

PRESIDENTE CÂMARA
Heine Teueid de Souza Cardoso

Publicado por:
Ronil Paulo Gomes
Código Identificador:016BD542

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
REQUERIMENTO Nº 75-2026

EXCELENTÍSSIMO SENHOR, HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ:

REQUERIMENTO Nº 75-2026

Eu, **LUCIENE MORAES DE SOUZA**, abaixo assinada, divorciada, brasileira, Servidora Pública desta Entidade, Matrícula nº 54, ocupante do cargo de Diretor de Secretaria, portadora do CPF Nº ***.930.***-29, residente e domiciliada na Cidade de Jardim Olinda, Paraná, sito à Av. Tiradentes, nº 485, Recanto Piracema. Vem mui respeitosamente a presença de Vossa Senhoria **REQUERER** 02 Diárias para reembolso de despesas de viagem para CURITIBA-PR, para participar do para participar do evento **"Desafio El Niño – Preparar hoje para proteger amanhã",** promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em parceria com a Defesa Civil do Estado. **Local: Auditório do TCE - Curitiba-PR.**

DATA EVENTO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	VALOR DIÁRIAS	MOTIVO/DESTINO
03/09/2026	02/09/2026 e 03/09/2026	02X R$ 500,00	Evento "Desafio El Niño – Preparar hoje para proteger amanhã" – TCE - PR
TOTAL		R$ 1.000,00	

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Jardim Olinda, Pr., 01 de setembro de 2026.

LUCIENE MORAES DE SOUZA
Requerente

DEFERIDO EM 01/09/2026 – por HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO – PRESIDENTE DA CÂMARA

Publicado por:
Isabelli de Souza Bonache
Código Identificador:344FB4A1

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
REQUERIMENTO Nº 76-2026

EXCELENTÍSSIMO SENHOR, HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ:
REQUERIMENTO Nº 76-2026
Eu, **DANIEL SLOBODTICOV**, abaixo assinado, casado, brasileiro, Servidor desta Entidade, ocupante do cargo de Assessor Jurídico, Matrícula 4, portador do CPF Nº ***.419.***-77, residente e domiciliado na Cidade de Teodoro Sampaio, São Paulo, sito a Rua Patrício Teixeira da Silva, 1520 – Vila Furlan. Vem mui respeitosamente a presença de Vossa Senhoria **REQUERER** 02 Diárias para reembolso de despesas de viagem para CURITIBA-PR, para participar do para participar do evento **"Desafio El Niño – Preparar hoje para proteger amanhã",** promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em parceria com a Defesa Civil do Estado. **Local: Auditório do TCE -Curitiba-PR.**

DATA EVENTO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	VALOR DIÁRIAS	MOTIVO/DESTINO
03/09/2026	02/09/2026 e 03/09/2026	02X R$ 500,00	Evento "Desafio El Niño – Preparar hoje para proteger amanhã" – TCE - PR
TOTAL		R$ 1.000,00	

Nestes Termos,
Pede Deferimento.

Jardim Olinda, Pr., 01 de setembro de 2026.

DANIEL SLOBODTICOV
Requerente

DEFERIDO EM 01/09/2026 – por HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO – PRESIDENTE DA CÂMARA

Publicado por:
Isabelli de Souza Bonache
Código Identificador:738DCF8B

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
REQUERIMENTO Nº 77-2026

EXCELENTÍSSIMO SENHOR, HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO, PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ:

REQUERIMENTO Nº 77-2026

Eu**, PAMELA MELO DA SILVA**, abaixo assinada, solteira, brasileira, Vereadora Gestão 2025-2028 deste Legislativo Municipal, Matrícula 51, portadora do CPF Nº ***.231.***-62, residente e domiciliado na Cidade de Jardim Olinda, Paraná, sito a Rua das Violetas, nº 55, Recanto Piracema. Vem mui respeitosamente a presença de Vossa Senhoria **REQUERER** 02 Diárias para reembolso de despesas de viagem para CURITIBA-PR, para participar do para participar do evento **"Desafio El Niño – Preparar hoje para proteger amanhã",** promovido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná, em parceria com a Defesa Civil do Estado. **Local: Auditório do TCE -Curitiba-PR.**

DATA EVENTO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	VALOR DIÁRIAS	MOTIVO/DESTINO
03/09/2026	02/09/2026 e 03/09/2026	02X R$ 500,00	Evento "Desafio El Niño – Preparar hoje para proteger amanhã" – TCE - PR
TOTAL		R$ 1.000,00	

Nestes Termos, Pede Deferimento.

Jardim Olinda, Pr., 01 de setembro de 2026.

PAMELA MELO DA SILVA
Requerente

DEFERIDO EM 01/09/2026 – por HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO – PRESIDENTE DA CÂMARA

Publicado por:
Isabelli de Souza Bonache
Código Identificador:85CB7D76

CONTABILIDADE
DECRETO 348/2026

Decreto nº 348/2026 de 28/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 7.800,00 (sete mil oitocentos reais) destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
02.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.04.122.0200.2.022. MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
48 - 3.1.91.13.00.00 10000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 500,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.782.0402.2.084. TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA – ENS FUNDAMENTAL
772 - 3.1.91.13.00.00 10104 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 300,00
16.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO
16.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO
16.001.04.122.1600.2.364. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA
642 - 3.1.91.13.00.00 10000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 7.000,00

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, fica utilizado o Excesso de Arrecadação ;
Receita: 1.1.1.2.50.04.00.00000000 Fonte: 10000 1.200,00
Receita: 1.1.1.3.03.41.01.01000000 Fonte: 10000 3.600,00
Receita: 1.7.1.1.51.21.00.00000000 Fonte: 10000 900,00
Receita: 1.9.9.9.16.11.01.00000000 Fonte: 10000 2.100,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná em 28 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:96A69967

CONTABILIDADE
DECRETO 349/2026

Decreto nº 349/2026 de 28/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de JARDIM OLINDA Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 17/11/2025.

Decreta:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 370.560,00 (trezentos e setenta mil quinhentos e sessenta reais) destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
02.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
02.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.04.122.0200.2.022. MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
46 - 3.1.90.11.00.00 10000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 70.000,00
03.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
03.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE FINANÇAS
03.001.04.123.0300.2.043. MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
94 - 3.1.90.11.00.00 10000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 60.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.361.0401.2.067. GESTÃO DA REDE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL FASE INICIAL
166 - 3.1.90.11.00.00 10104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 50.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.782.0402.2.084. TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA – ENS FUNDAMENTAL
770 - 3.1.90.11.00.00 10104 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 15.000,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.107. ATENÇÃO PRIMÁRIA – FNS – AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
340 - 3.1.90.11.00.00 10493 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 1.500,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.107. ATENÇÃO PRIMÁRIA – FNS – AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
342 - 3.1.91.13.00.00 10493 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 60,00
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
06.001.15.451.0600.2.166. OBRAS PÚBLICAS E MANUTENÇÃO URBANA
420 - 3.1.90.11.00.00 10000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 120.000,00
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
06.001.15.451.0600.2.166. OBRAS PÚBLICAS E MANUTENÇÃO URBANA
422 - 3.1.91.13.00.00 10000 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 15.000,00
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS

06.001.15.451.0600.2.166. OBRAS PÚBLICAS E MANUTENÇÃO URBANA
423 - 3.3.90.08.00.00 10000 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.001.08.122.0700.2.187. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
448 - 3.1.90.11.00.00 10000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 30.000,00
16.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO
16.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO
16.001.04.122.1600.2.364. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA
640 - 3.1.90.11.00.00 10000 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL 4.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

01.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
01.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
01.001.04.122.0100.1.002. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E TRANSPARÊNCIA ATIVA
7 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 9.000,00
01.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
01.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
01.001.04.122.0100.2.002. CHEFIA DE GABINETE
24 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
01.000.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
01.001.00.000.0000.0.000. GABINETE DO PREFEITO
01.001.04.122.0100.2.007. PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL (CONTENCIOSO E EXECUÇÃO FISCAL)
42 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
02.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
02.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.04.122.0200.2.022. MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
57 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 20.000,00
02.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
02.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.04.122.0200.2.023. GESTÃO PATRIMONIAL E LOGÍSTICA DE SUPRIMENTOS
60 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
02.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
02.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.04.122.0200.2.024. EQUIPAMENTOS PARA SEGURANÇA E MONITORAMENTO
63 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
02.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
02.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.04.122.0201.1.023. MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATOS
70 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
02.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
02.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.04.122.0201.2.027. GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATOS PÚBLICOS
74 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
02.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
02.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO
02.001.04.126.0202.2.028. INVESTIMENTO EM TECNOLOGIA E EQUIPAMENTOS ADMINISTRATIVOS
81 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 15.000,00
03.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
03.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE FINANÇAS
03.001.04.123.0300.2.044. GESTÃO CONTÁBIL E RELATÓRIOS FISCAIS
104 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 15.000,00
03.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
03.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE FINANÇAS
03.001.04.123.0300.2.045. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E FISCALIZAÇÃO
109 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 20.000,00
03.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
03.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE FINANÇAS
03.001.04.123.0300.2.046. TESOURARIA E EXECUÇÃO FINANCEIRA
114 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE EDUCAÇÃO
04.001.12.122.0400.2.064. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
795 - 4.4.90.52.00.00 10104 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 15.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0401.2.066. GESTÃO DA REDE ESCOLAR - PRÉ ESCOLA
226 - 3.3.90.39.00.00 10104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0401.2.068. FORNEC DE MATERIAL ESCOLAR, UNIFORMES E APOSTILAS - CRECHE
228 - 3.3.90.32.00.00 10104 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA 5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0401.2.071. MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR - CRECHE
232 - 3.3.90.30.00.00 10104 MATERIAL DE CONSUMO 5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0401.2.071. MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR - CRECHE
234 - 3.3.90.39.00.00 10104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0401.2.072. MANUTENÇÃO DA INFRAESTRUTURA ESCOLAR - PRÉ ESCOLA
238 - 3.3.90.39.00.00 10104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

04.002.12.365.0401.2.076. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E SUPERVISÃO ESCOLAR - CRECHE
244 - 3.3.90.39.00.00 10104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 5.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0401.2.077. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E SUPERVISÃO ESCOLAR – PRÉ ESCOLA
251 - 3.3.90.39.00.00 10104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 1.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0401.2.077. COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E SUPERVISÃO ESCOLAR – PRÉ ESCOLA
253 - 3.3.90.93.00.00 10104 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES 1.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0401.2.079. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE E APOIO
PSICOPEDAGÓGICO E FONOAUDIOLÓGICO - CRECHE
255 - 3.3.90.30.00.00 10104 MATERIAL DE CONSUMO 2.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0401.2.079. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE E APOIO
PSICOPEDAGÓGICO E FONOAUDIOLÓGICO - CRECHE
257 - 3.3.90.39.00.00 10104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 2.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0401.2.080. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE E APOIO
PSICOPEDAGÓGICO E FONOAUDIOLÓGICO – PRÉ ESCOLA
259 - 3.3.90.30.00.00 10104 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.365.0401.2.080. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE E APOIO
PSICOPEDAGÓGICO E FONOAUDIOLÓGICO – PRÉ ESCOLA
261 - 3.3.90.39.00.00 10104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 2.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.782.0402.2.082. TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA - CRECHE
282 - 3.3.90.39.00.00 10104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 3.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.782.0402.2.083. TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PRÉ ESCOLA
284 - 3.3.90.30.00.00 10104 MATERIAL DE CONSUMO 4.000,00
04.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
04.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
04.002.12.782.0402.2.083. TRANSPORTE ESCOLAR DA EDUCAÇÃO BÁSICA – PRÉ ESCOLA
286 - 3.3.90.39.00.00 10104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA 2.000,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.301.0500.2.107. ATENÇÃO PRIMÁRIA – FNS – AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE
343 - 3.3.90.08.00.00 10493 OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR 60,00
05.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE SAÚDE
05.002.00.000.0000.0.000. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
05.002.10.305.0506.2.132. VIGILÂNCIA EM SAÚDE – FNS - AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS
412 - 3.1.91.13.00.00 10493 CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS 1.500,00
06.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
06.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS
06.001.15.451.0600.2.166. OBRAS PÚBLICAS E MANUTENÇÃO URBANA
427 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 5.000,00
07.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
07.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.001.08.122.0700.2.187. MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
458 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 30.000,00
14.000.00.000.0000.0.000. DEP MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
14.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE AGRICULTURA
14.001.20.782.1403.1.324. INFRAESTRUTURA ESTRATÉGICA DE ESCOAMENTO
599 - 4.4.90.51.00.00 10000 OBRAS E INSTALAÇÕES 60.000,00
14.000.00.000.0000.0.000. DEP MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
14.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE AGRICULTURA
14.001.20.782.1403.2.327. APOIO LOGÍSTICO COM MAQUINÁRIO E TRANSPORTE RURAL
606 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
15.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
15.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE TURISMO
15.001.18.541.1500.1.344. GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
610 - 4.4.90.51.00.00 10000 OBRAS E INSTALAÇÕES 10.000,00
15.000.00.000.0000.0.000. DEP MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
15.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE TURISMO
15.001.18.542.1502.2.343. ADM E APOIO OPERACIONAL DO DEP DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
626 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
15.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TURISMO E MEIO AMBIENTE
15.002.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE MEIO AMBIENTE
15.002.23.695.1501.1.346. REVITALIZAÇÃO E INFRAESTRUTURA TURÍSTICA
633 - 4.4.90.51.00.00 10000 OBRAS E INSTALAÇÕES 10.000,00
16.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO
16.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO
16.001.04.122.1600.2.364. GESTÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA
648 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00
16.000.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO
16.001.00.000.0000.0.000. COORDENAÇÃO DE GESTÃO E COMUNICAÇÃO
16.001.04.126.1600.1.364. MODERNIZAÇÃO DIGITAL INTEGRADA
654 - 4.4.90.52.00.00 10000 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 10.000,00

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de JARDIM OLINDA, Estado do Paraná em 28 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSE DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luis Renato Vaz
Código Identificador:B3148BFD

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2026
OBJETO: Registro de Preços para aquisição de suplemento alimentar para atendimento de pacientes junto ao Departamento Municipal de Saúde de Jardim Olinda/PR.
HOMOLOGAÇÃO: O Município de Jardim Olinda, Estado do Paraná, por intermédio da Autoridade Competente, torna pública a HOMOLOGAÇÃO do resultado do Pregão Eletrônico nº 14/2026, Processo Administrativo nº 90/2026, em favor das seguintes empresas:
LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 48.097.911/0001-05, vencedora do lote nº 10, pelo valor total de **R$ 8.700,00** (oito mil e setecentos reais).
EFFRA IN HUB DE COMERCIO E SERVIÇOS, inscrita no CNPJ nº 54.388.779/0001-93, vencedora dos lotes nº 8, 15, 18 e 22, pelo valor total de **R$ 47.527,00** (quarenta e sete mil, quinhentos e vinte e sete reais).
PROMISSE COMERCIO DE MATERIAIS MEDICO HOSPITALARES EIRELI EPP, inscrita no CNPJ nº 09.396.523/0001-73, vencedora dos lotes nº 1, 3, 13 e 17, pelo valor total de **R$ 44.059,00** (quarenta e quatro mil e cinquenta e nove reais).
K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ nº 10.675.016/0001-58, vencedora do lote nº 23, pelo valor total de **R$ 2.499,00** (dois mil, quatrocentos e noventa e nove reais).
MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 29.715.704/0001-22, vencedora dos lotes nº 2, 4, 5, 11 e 14, pelo valor total de **R$ 63.800,00** (sessenta e três mil e oitocentos reais).
ALM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ nº 28.921.456/0001-03, vencedora do lote nº 6, pelo valor total de **R$ 5.900,00** (cinco mil e novecentos reais).
J DE BRITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS, inscrita no CNPJ nº 32.282.308/0001-63, vencedora dos lotes nº 7, 12, 16, 19, 20 e 21, pelo valor total de **R$ 20.735,00** (vinte mil, setecentos e trinta e cinco reais).
FARMACIA CENTRAL DE ITAGUAJE LTDA, inscrita no CNPJ nº 75.466.250/0001-10, vencedora do lote nº 9, pelo valor total de **R$ 8.400,00** (oito mil e quatrocentos reais).
VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 201.620,00 (duzentos e um mil e seiscentos e vinte reais).
Jardim Olinda/PR, 02 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Autoridade Competente

Publicado por:
Juliano Ortiz da Silva
Código Identificador:1683C022

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 188/2026

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito Municipal de Jardim Olinda Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença prêmio pelo período de 90 (noventa) dias a servidora, **THOMAS WILLIAM DUTRA ALVES,** matrícula 364, correspondente ao período aquisitivo de 27 de junho de 2021 a 27 de junho de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, em 31 de agosto de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

GLEICIELLEN LOPES DA SILVA
Chefe da Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Gleiciellen Lopes da Silva
Código Identificador:C3806016

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 189 DE 02 DE SETEMRBO DE 2026

Dispõe sobre a revogação de designação de servidor público para o exercício de cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA, Prefeito do Município de Jardim Olinda, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, a designação do servidor público **INALDO PORTO REIS**, matrícula nº 162, ocupante do cargo de provimento efetivo de **Pedreiro,** em exercício do cargo de provimento em comissão de **DIRETOR DE SAÚDE.**

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 159 de 11 de março de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Jardim Olinda/PR, 02 de setembro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

ELIABE DA SILVA CARDOSO
Divisão de Recursos Humanos

Publicado por:
Eliabe da Silva Cardoso
Código Identificador:9B5530D1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MINUTA DO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 066/2026.
PROCESSO ELETRÔNICO Nº 1812-2026.
O Município de Jundiaí do Sul, Estado do Paraná, torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, que tem por objeto a seleção de proposta para a Aquisição, por Sistema de Registro de Preços, de materiais de expediente e itens correlatos, conforme especificações, unidades de fornecimento e quantitativos consolidados no Termo de Referência, destinados ao atendimento das necessidades dos Departamentos da Administração Municipal de Jundiaí do Sul/PR, pelo período de 12 (doze) meses.
Valor máximo de R$ 647.559,59 (seiscentos e quarenta e sete mil quinhentos e cinquenta e nove reais e cinquenta e nove centavos).
De acordo com especificações e condições constantes do edital de licitação Pregão Eletrônico nº 009/2026 e seus anexos através da Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil – BLL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00 do dia 18/09/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 09h00 do dia 18/09/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h15 min. do dia 18/09/2026.
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

SITE DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: http://bllcompras.org.br/abas "FORNECEDORES" e "ACESSO AO SISTEMA".
O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sítio do Município de Jundiaí do Sul/PR (www.jundiaidosul.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br).
Maiores informações pelo telefone (43) 37710880 – Ramal 2026, ou pelo e-mail: licitacao@jundiaidosul.pr.gov.br.
Jundiaí do Sul – Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026.

WALDERLEI LEMES FERNANDES
Pregoeiro Port. Nº 002/2026

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Josiane Francisca Fernandes
Código Identificador:6E9820BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
DECRETO N° 29904, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Retifica o Decreto nº 29.889, de 21/08/2026.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica retificado do Art. 2º do Decreto nº 29.889, de 21/08/2026.

Onde se lê:

"Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 384, conta nº 42.376-9	R$ 0,07
Excesso de Arrecadação da fonte 494, conta nº 575849787-4	R$ 47.156,29
TOTAL.....	**R$ 47.156,36"**

"""" "

Leia-se:
"Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Superávit Financeiro da fonte 384, conta nº 42.376-9	R$ 0,07
Superávit Financeiro da fonte 494, conta nº 575849787-4	R$ 47.156,29
TOTAL.....	**R$ 47.156,36"**

Art.2º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 02 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:083DF24A

GABINETE
DECRETO N° 29905, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação de Dotação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando os P.D. nº 22007, de 01/09/2026, da Secretaria de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 294.000,00 (Duzentos e Noventa e Quatro Mil Reais), distribuídos na seguinte dotação orçamentária:

08 Fundo Municipal de Saúde	
08.01 Assistência ao Fundo Municipal de Saúde	
10.304.0032.2313 Taxa Municipal de Vigilância e Promoção em Saúde	
1432: 3.3.90.39.00.00.510 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 294.000,00
TOTAL.....	**R$ 294.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o cancelamento parcial das seguintes dotações orçamentárias:

08 Fundo Municipal de Saúde	
08.01 Assistência ao Fundo Municipal de Saúde	
10.304.0032.2313 Taxa Municipal de Vigilância e Promoção em Saúde	
1429: 3.1.90.11.00.00.510 – Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	R$ 200.000,00
1854: 3.1.90.13.00.00.510 – Contribuições patronais	R$ 19.500,00
1855: 3.1.91.13.00.00.510 – Contribuições patronais	R$ 65.000,00
1431: 3.3.90.36.00.00.510 – Outros serviços de terceiros - pessoa física	R$ 9.500,00
TOTAL.....	**R$ 294.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 02 de Setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 02 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:66825947

GABINETE
DECRETO N° 29906, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Excesso de Arrecadação, devidamente autorizado pela Lei n° 4501 de 17 de Dezembro de 2025.

O Prefeito Municipal de Lapa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o Art. 6º, da Lei nº 4501, de 17/12/2025;
Considerando o P.D. nº 22028, de 01/09/2026, da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer e o P.D. nº 22071, de 01/09/2026, da secretaria de Saúde,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 298.000,00 (Duzentos e Noventa e Oito Mil Reais), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

06 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer	
06.02 Departamento Geral da Educação	
12.361.0012.2265 Manutenção da Atividades Operacionais de Secretaria de Educação e Extensões e Rede de Ensino	
241: 3.3.90.31.00.00.104 – Premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras	R$ 8.000,00
12.365.0012.2247 Manutenção da Atividades Operacionais da Secretaria de Educação e Extensões e Rede de Ensino - Creche	
313: 3.3.90.30.00.00.103 – Material de consumo	R$ 20.000,00

12.365.0012.2430 Manutenção da Atividades Operacionais de Secretaria de Educação e Extensões e Rede de Ensino - Pré-Escola	
334: 3.3.90.30.00.00.104 – Material de consumo	R$ 20.000,00
08 Fundo Municipal de Saúde	
08.01 Assistência ao Fundo Municipal de Saúde	
10.122.0026.2279 Gestão dos Serviços de Saúde 15% - Gestão Administrativa	
2100: 3.3.90.39.00.00.431 – Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	R$ 250.000,00
TOTAL.....	**R$ 298.000,00**

Art. 2º - Para dar cobertura no Crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados como recursos o:

Excesso de Arrecadação da fonte 103, conta nº 6.518-8	R$ 20.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 104, conta nº 7.470-5	R$ 28.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 431, conta nº 569005465-4	R$ 250.000,00
TOTAL.....	**R$ 298.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor após sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 02 de Setembro de 2026.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 02 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:40F89CDA

GABINETE
DECRETO N° 29907, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Exonera o (a) servidor (a) JESSICA APARECIDA AGUIAR DE CARVALHO.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei Orgânica do Município, artigo 69, inciso XXVIII,

• Considerando o requerimento protocolado constante no Processo Digital nº 21958/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1° – Fica EXONERADO (A) a pedido, a partir de 01.09.2026 como dia trabalhado, o (a) servidor (a) abaixo relacionado (a):

JESSICA APARECIDA AGUIAR DE CARVALHO
RG: 14729246-5/PR
CPF: 055.375.559-56
CARGO: ASSESSOR DE SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E POLITICAS PUBLICAS PARA A MULHER
SÍMBOLO: CC-13
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER

Art. 2° – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município da Lapa, em 02 de Setembro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:7B983EAF

GABINETE
TERMO DE POSSE

Ao segundo dia do mês de setembro de 2026, de conformidade com o Decreto de Nomeação n.º 29902, de 31 de agosto de 2026, ELVIS MARQUES HENRIQUESSON, prestou o Termo de Posse e Promessa Legal para o cargo inicial de carreira de ENFERMEIRO – Grupo Ocupacional Nível Superior, Classe "C", referência 01, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal. Para tal, apresentou a Carteira de Identidade RG nº 43.164.452-4/SP, em seguida prestou a promessa legal de bem servir ao Município, na observância das Leis e no exato cumprimento dos deveres com o cargo para o qual foi nomeado. E que, para constar, eu Diego Timbirussu Ribas, Prefeito Municipal, mandei lavrar o presente Termo que vai assinado por mim e pelo servidor.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

ELVIS MARQUES HENRIQUESSON
Servidor

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F22AF138

GABINETE
TERMO DE POSSE

Ao primeiro dia do mês de setembro de 2026, de conformidade com o Decreto de Nomeação n.º 29899, de 26 de agosto de 2026, CLEVERSON LUIZ DIAS MAYER, prestou o Termo de Posse e Promessa Legal para o cargo inicial de carreira de ENGENHEIRO AMBIENTAL – Grupo Ocupacional Nível Superior, Classe "B", referência 01, do quadro de pessoal efetivo desta Prefeitura Municipal. Para tal, apresentou a Carteira de Identidade RG nº 064.680.179-12, em seguida prestou a promessa legal de bem servir ao Município, na observância das Leis e no exato cumprimento dos deveres com o cargo para o qual foi nomeado. E que, para constar, eu Diego Timbirussu Ribas, Prefeito Municipal, mandei lavrar o presente Termo que vai assinado por mim e pelo servidor.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

CLEVERSON LUIZ DIAS MAYER
Servidor

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:CCFFEB07

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 495, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária à servidor(a) Público(a) do Município de Lapa, Estado do Paraná.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 4463 de 03 de outubro de 2025.

* Considerando o Processo Administrativo nº 065/2026;
* Considerando o que dispõe o art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. 6º, da EC nº 41/2003;
* Considerando o Parecer Jurídico nº 52/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a partir de 1º/09/2026, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ao(à) servidor(a) VILDA DA LUZ RIBEIRO, ocupante do cargo de "AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS", Matrícula nº 1593-01, com

fundamento no art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008 c.c. ao Art. 6º da EC nº 41/2003.
Art. 2º - Os proventos de inatividade perfazem de R$ 3.027,13 (Três mil, vinte e sete reais e treze centavos) mensais, não inclusa a Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores serão reajustáveis, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3A531F9E

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 496, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária à servidor(a) Público(a) do Município de Lapa, Estado do Paraná.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 4463 de 03 de outubro de 2025.

* Considerando o Processo Administrativo nº 067/2026;
* Considerando o que dispõe o art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. 6º, da EC nº 41/2003;
* Considerando o Parecer Jurídico nº 53/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a partir de 1º/09/2026, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ao(à) servidor(a) ROSANGELA BENEDITA DE LIMA, ocupante do cargo de "AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS", Matrícula nº 1338-01, com fundamento no art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008 c.c. ao Art. 6º da EC nº 41/2003.

Art. 2º - Os proventos de inatividade perfazem de R$ 2.369,43 (Dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e quarenta e três centavos) mensais, não inclusa a Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores serão reajustáveis, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:E3EC5C0B

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 497, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária à servidor(a) Público(a) do Município de Lapa, Estado do Paraná.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 4463 de 03 de outubro de 2025.

* Considerando o Processo Administrativo nº 068/2026;
* Considerando o que dispõe o art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. 6º, da EC nº 41/2003;
* Considerando o Parecer Jurídico nº 52/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a partir de 1º/09/2026, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ao(à) servidor(a) CELIA APARECIDA CREVELIN DE SOUZA, ocupante do cargo de "EDUCADOR INFANTIL", Matrícula nº 246-02, com fundamento no art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008 c.c. ao Art. 6º da EC nº 41/2003.

Art. 2º - Os proventos de inatividade perfazem de R$ 9.881,65 (Nove mil, oitocentos e oitenta e um reais e sessenta e cinco) mensais, não inclusa a Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores serão reajustáveis, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:418FEFD9

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 498, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária à servidor(a) Público(a) do Município de Lapa, Estado do Paraná.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 4463 de 03 de outubro de 2025.

* Considerando o Processo Administrativo nº 069/2026;
* Considerando o que dispõe o art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. 6º, da EC nº 41/2003;
* Considerando o Parecer Jurídico nº 55/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a partir de 1º/09/2026, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ao(à) servidor(a) ELIANE KRAINSKI DULA BARBOSA, ocupante do cargo de "SECRETÁRIA", Matrícula nº 415-01, com fundamento no art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008 c.c. ao Art. 6º da EC nº 41/2003.

Art. 2º - Os proventos de inatividade perfazem de R$ 5.683,94 (Cinco mil, seiscentos e oitenta e três reais e noventa e quatro centavos) mensais, não inclusa a Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores serão reajustáveis, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:5EB9AA6B

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 499, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Concede Aposentadoria Voluntária à servidor(a) Público(a) do Município de Lapa, Estado do Paraná.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 4463 de 03 de outubro de 2025.

* Considerando o Processo Administrativo nº 070/2026;
* Considerando o que dispõe o art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008, c.c. 6º, da EC nº 41/2003;
* Considerando o Parecer Jurídico nº 56/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a partir de 1º/09/2026, APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, ao(à) servidor(a) MARIA MIKA KULKA E SILVA, ocupante do cargo de "AUXILIAR DE ENFERMAGEM", Matrícula nº 1052-02, com fundamento no art. 53 da Lei Municipal nº. 2183/2008 c.c. ao Art. 6º da EC nº 41/2003.

Art. 2º - Os proventos de inatividade perfazem de R$ 5.878,28 (Cinco mil, oitocentos e setenta e oito e vinte e oito centavos) mensais, não inclusa a Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores serão reajustáveis, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BE2EE441

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DA LAPA
PORTARIA Nº. 500, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

Súmula: Concede Aposentadoria por invalidez ao servidor Público Municipal.

O Diretor-Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Lapa, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 3º, inc. XXVIII, 109, 110, 111 da Lei Municipal nº. 2183, de 24 de junho de 2008 e art. 4º da Lei nº 4463 de 03 de outubro de 2025.

* Considerando o Processo Administrativo nº 81/2026 LAPAPREVI;
* Considerando a Portaria SEMAD nº 798/2026 de 12/08/2026;
* Considerando o Laudo da Junta Médica, lavrado em 11/08/2026;
* Considerando o que dispõe o art. 21 da Lei Municipal 2183/2008 c.c. Art. 40, § 1º, I, da CF c/c art. 6º-A da EC 41/2003 - Emenda 70/2012 (Redação anterior à EC 103/2019);
* Considerando o Parecer Jurídico nº. 057/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder a partir de 1º/09/2026, APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, ao(à) servidor(a) CELIA APARECIDA DE LIMA, ocupante do cargo de "EDUCADOR INFANTIL", matrícula nº 247-01, com fundamento no art. 21 da Lei Municipal nº 2183/2008 c.c. Art. 40, § 1º, I, da CF c/c art. 6º-A da EC 41/2003 - Emenda 70/2012 (Redação anterior à EC 103/2019);

Art. 2º - Os proventos de inatividade perfazem R$ 8.509,20 (Oito mil, quinhentos e nove reais e vinte centavos) mensais, além Gratificação de Natal anual.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os valores serão reajustáveis, para preservar-lhes, em caráter permanente, o valor real, na mesma data e nos mesmos índices em que se der o reajuste dos servidores ativos do Município, conforme o disposto no art. 7º, da EC nº 41/2003.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

ALTAIR EUKO
Diretor Presidente
Instituto LAPAPREVI

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:6A544691

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 043/2026 – UASG 987657-

A Prefeitura Municipal da Lapa torna público a todos os interessados a retificação do Edital de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 cujo objeto trata-se de Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção de equipamentos da secretaria de saúde (EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES E LABORATORIAIS, GERADORES, RAIO X e REDE DE GASES.
As novas etapas do referido processo são:
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 23/09/2026 às 09:29 horas.
NOVA DATA DATA DA SESSÃO: 23/09/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço do Lote.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 1.592.091,84(um milhão, quinhentos e noventa e dois mil, noventa e um reais e oitenta e quatro centavos).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: Informamos que houve alterações no Edital publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição Nº 3594 na data de 13/08/2026 e que o Edital retificado poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.

Lapa, 02 de setembro de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:4FA97F48

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 853, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção a pedido.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:
Art. 1º Fica determinada, à servidora abaixo especificada da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E LAZER, alteração do local de trabalho por meio de remoção a pedido.

MATRÍCULA	NOME SERVIDOR(A)	CARGO	LOTAÇÃO ATUAL	NOVA LOTAÇÃO
82043-1	KAROLINE CZELUSNIAKI FELTRIN	EDUCADOR INFANTIL	CMEI IRMA RUTH	CMEI DIRCEU BATISTA DA LUZ- TIZIU

Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de setembro
de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:D9D45689

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 854, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre realização de junta médica para fins de avaliação laboral.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art.1º Fica determinada ao servidor abaixo especificado a realização de junta médica para avaliação laboral.

Matrícula		Nome	Cargo
4434	1	GUILHERME BZUNEK NETO	OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA

Art. 2º Fica designada a equipe médica, abaixo relacionada, para atuarem como membros da Junta Médica Oficial:
I - Amanda Mazzotti de Lacerda, brasileiro, médica, inscrita no CRM nº 40921/PR.
Il - Paulo Lucas Capelini Frisso, brasileiro, médico, devidamente no CRM nº 47634/PR.
Ill - Rafaela Maia Hammerschmidt, brasileiro, médica, devidamente inscrita no CRM nº 54694 /PR.
Art. 3º A Junta Médica será realizada no dia 4 de setembro de 2026, às 15:00 horas, no Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município da Lapa - LAPAPREVI, situado na Rua Tenente Henrique dos Santos, nº 408, Lapa-PR.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 4 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B589336B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 855, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) ANGELA BATISTA SCHUSTER, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 5238-2, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 845 de 26 de agosto de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 28 de agosto de 2026 a 2 de outubro de 2026, quando deverá realizar nova perícia.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:87F1C643

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 856, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) BRUNO DOS ANJOS ALVES RIBEIRO, ocupante do cargo de MOTORISTA HABILITACAO D, matriculado(a) sob nº 82252-1, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 845 de 26 de agosto de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 21 de agostode 2026 a 19 de setembro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA
Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:7BD8DEAA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 857, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, ao(a) servidor(a) MARLENE COELHO ALBERTI, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 10478-5, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 845 de 26 de agosto de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 17 de agostode 2026 a 16 de outubro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:44242C66

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 858, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre nova avaliação pericial.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica determinada ao(a) servidor(a) GUILHERME BZUNEK NETO, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA, matriculado(a) sob nº 4434-1, nova avaliação pericial por Junta Médica, após a realização de avaliação especializada, conforme consta no Laudo Médico firmado por Junta Médica por meio da Portaria n° 841 de 25 de agosto de 2026.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:5C7B711D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 859, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a Readaptação de Servidor.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica determinada ao servidor JOAO SKRZYPIETZ, ocupante do cargo de OPERADOR DE MAQUINA RODOVIARIA, matriculado(a) sob nº 9062-1, a readaptação de função em que deverá ser observado o que consta no laudo médico firmado pela junta médica designada por meio da Portaria 841 de 25 de agosto de 2026.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:6A6C1012

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 860, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre restrições para o exercício das atividades laborais de servidor.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica determinado ao servidor JOSE LUIZ DOS SANTOS JUNIOR, ocupante do cargo de EDUCADOR INFANTIL, matriculado(a) sob nº 81692-2, exercer suas atividades laborais, observando as restrições contidas no laudo médico firmado pela junta médica designada por meio da Portaria 841 de 25 de agosto de 2026.

Art. 2º -A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 28 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2394B10E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 861, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão do 2° período de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedido 11 dias de férias, referente ao 2° período, entre 21 de setembro de 2026 a 1° de outubro de 2026, à servidora DELIZE RODRIGUES, ocupante do cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, matriculada sob o n° 10184-1, ficando retificado a solicitação inicial em que ocorreria entre 9 de novembro de 2026 a 19 de novembro de 2026
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:8012E8F5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 862, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a Portaria SEMAD nº 732, de 28 de julho de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:

Onde se lê:

9261-2	JULIANA DE FATIMA STELMAK	03/04/2025 a 02/04/2026	20/08/2026 a 03/09/2026

Leia-se:

9261-2	JULIANA DE FATIMA STELMAK	03/04/2025 a 02/04/2026	04/01/2027 a 18/01/2027

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F887E635

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 863, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) IVONE ROSANA DRUZIK, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 81034-1.

Art. 2º O período de fruição compreende entre 1° de outubro de 2026 a 30 de outubro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 12 de abril de 2018 a 11 de abril de 2023, restando 60 dias a serem usufruídos posteriormente.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de outubro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3641AF37

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 864, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) LAURA PACHECO DOS SANTOS, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 81492 -1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 1° de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 1° de setembro de 2020 a 31 de agosto de 2025, restando 60 dias a serem usufruídos posteriormente.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:D68156C7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 865, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) SANDRO HOFFMANN SCARDANZAN, ocupante do cargo de MOTORISTA HABILITACAO D, matriculado(a) sob nº 9095-1.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 2 de setembro de 2026 a 1° de outubro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 9 de janeiro de 2017 a 8 de janeiro de 2022, restando 30 dias a serem usufruídos posteriormente.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F7FD57B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 866, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença especial por produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença Especial por Produtividade, ao(a) servidor(a) IZABEL DE JESUS FERREIRA, ocupante do cargo de RECEPCIONISTA, matriculado(a) sob nº 4424-2.
Art. 2º O período de fruição compreende entre 1° de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, correspondente ao período aquisitivo de 11 de agosto de 2014 a 10 de agosto de 2019, restando 30 dias a serem usufruídos posteriormente.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:233301A5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 867, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a retificação do Artigo 2° da Portaria 846 de 26 de agosto de 2026.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificado a Art. 2° da Portaria 846 de 26 de Agosto de 2026.

Onde se lê:

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de agosto.

Leia-se:

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11 de agosto de 2026.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:2DF96DC9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 868, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre realização de perícia médica para avaliação laboral.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art.1º Fica determinada, aos servidores abaixo especificados, a realização de perícia médica para avaliação laboral.

Matrícula		Nome	Cargo
82190	1	DOLIZETE APARECIDA HOFFMANN RODRIGUES	COZINHEIRA
1670	3	ELIANE BANCZINSKI SANTOS	EDUCADOR INFANTIL
480	6	FERNANDO ANTONIO WEINHARDT RIBEIRO	ATENDENTE DE MUSEUS
288	1	JOAO VITOR XAVIER DA SILVEIRA	TECNICO EM INFORMATICA
10812	1	LEONIDAS DE DEUS BUENO	ATENDENTE DE MUSEUS
5018	1	RICARDO BORTOLETO BUENO	PSICOLOGO
81094	1	ROSEMERY DA SILVEIRA BIANCHINI	BIBLIOTECARIO
82019	5	SIMONE DO CARMO SILVEIRA LOURENCO	AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS
1490	2	SOLANGE HOFFMANN SCARDANZAN	PROFESSOR

Art.2º Fica designado o Doutor ADRYAN LUCAS RODRIGUES DE JESUS, CRM nº 60128/PR para a realização da Perícia Médica.
Art. 3º A perícia foi realizada em 4 de setembro de 2026, a partir das 9 horas, na Rua Tenente Henrique dos Santos, 408, devendo o médico emitir laudo no prazo de 10 (dez) dias, prorrogáveis por igual período.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 4 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B80E07A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 869, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção a pedido.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica removido(a) a pedido o(a) servidor(a) JOAREZ GONCALVES DOS SANTOS, ocupante do cargo de MOTORISTA HABILITACAO D, matriculado(a) sob nº 9239-1, lotado atualmente na SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER/ DEPARTAMENTO GERAL DE POLITICAS DE ACAO SOCIAL para SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA/ DEPARTAMENTO DE CULTURA.
Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 3 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1211B6D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 084/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2026 (PD 6909/2026 E 6911/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: 3R GESTÃO EM SAÚDE LTDA ME, CNPJ/MF SOB O Nº 55.853.806/0001-14, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU TITULAR SR. ADRIANO RIBEIRO DE BRITO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1125/2026 (PD Nº 15778/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 170/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 666/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 084/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1125/2026 (PD Nº 15778/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 170/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 666/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:560457EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 085/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 18/2026 (PD 6909/2026 E 6911/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: ESFERA SAÚDE LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 37.600.279/0001-54, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU SÓCIO SR. THIAGO AUGUSTO DA SILVA BACHIO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1123/2026 (PD Nº 15761/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 187/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 665/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 085/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1123/2026 (PD Nº 15761/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 187/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 665/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:41C01466

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 086/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2026 (PD 6903/2026 E 6905/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.

CONTRATADO: APEX SAÚDE INTELIGENTE E SERVIÇOS LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 29.276.398/0001-75, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU PROCURADOR SR. ALCYR DOS REIS MIRANDA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1126/2026 (PD Nº 15781/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 172/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 661/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 086/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1126/2026 (PD Nº 15781/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 172/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 661/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3606DDDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 087/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2026 (PD 6903/2026 E 6905/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: ANJOS DA SAÚDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 23.420.645/0001-89, NESTE ATO REPRESENTADA POR SUA SÓCIA SRA. LUCIANE DREVINIAK CORDEIRO MELO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1127/2026 (PD Nº 15783/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 171/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 662/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 087/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1127/2026 (PD Nº 15783/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 171/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 662/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:77394792

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 089/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2026 (PD 6903/2026 E 6905/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: MEDICAL PRIME GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 43.403.587/0001-92, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU TITULAR SR. LUIZ FELIPE FERREIRA RIBEIRO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ITEM 02.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1128/2026 (PD Nº 15785/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 181/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 677/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 089/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO, NO VALOR DE R$25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NA REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1128/2026 (PD Nº 15785/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 181/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 677/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 24/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:77E7F63B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 090/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2026 (PROCESSOS DIGITAIS 6889/206, 6899/2026 E 6901/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O

DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: EQUIPE GESTÃO EM SAUDE LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 46.602.691/0001-02, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU SÓCIO SR. MATEUS DOS REIS SIQUEROLI.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1129/2026 (PD Nº 15787/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 175/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 660/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 090/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1129/2026 (PD Nº 15787/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 175/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 660/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:031CACD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 091/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2026 (PROCESSOS DIGITAIS 6889/206, 6899/2026 E 6901/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: WG CRITICAL CARE LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 10.960.259/0001-38, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU SÓCIO SR. JOSÉ HENRIQUE SCHETTINI WASILEWSKI.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1130/2026 (PD Nº 15791/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 185/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 664/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 091/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1130/2026 (PD Nº 15791/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 185/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 664/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BF2095C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 092/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2026 (PROCESSOS DIGITAIS 6889/206, 6899/2026 E 6901/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: NAHIM GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 51.082.259/0001-60, NESTE ATO REPRESENTADA POR SUA SÓCIA, SRA. IASMINE SALLE.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1131/2026 (PD Nº 15792/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 183/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 663/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 092/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1131/2026 (PD Nº 15792/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 183/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 663/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1E4D622A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 094/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2026 (PD 6888/2026 E 6892/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: UNIVIDA GESTÃO DE SAÚDE S.A., CNPJ/MF SOB O Nº 43.551.150/0001-04, NESTE ATO REPRESENTADA

POR SEU DIRETOR PRESIDENTE, SR. MARCOS VINICIOS DE OLIVEIRA GONZAGA.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1132/2026 (PD Nº 15793/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 184/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 667/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 094/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1132/2026 (PD Nº 15793/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 184/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 667/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:8FDF6395

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 096/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 21/2026 (PD 6888/2026 E 6892/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: INVICTUS GESTÃO EM SAÚDE S/S LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 26.775.172/0001-20, NESTE ATO REPRESENTADA POR SUA SÓCIA, SRA. FABIANI RAMOS BACH CZLUSNIAK.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1133/2026 (PD Nº 15795/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 176/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 668/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 096/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1133/2026 (PD Nº 15795/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 176/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 668/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/08/2026
DATA ASSINATURA: 02/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:81BC374A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 097/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2026 (PROCESSOS DIGITAIS 6886/2026 E 6887/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: JB CONSULTÓRIOS MEDICOS S/S, CNPJ/MF SOB O Nº 15.144.295/0001-47, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU SÓCIO SR. CAMILO TOME JUK BENKE.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1134/2026 (PD Nº 15797/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 178/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 669/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 097/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO TENDO EM VISTA A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1134/2026 (PD Nº 15797/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 178/2026 UPA 24 HORAS E O PARECER JURÍDICO Nº 669/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 06/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:187C7744

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 098/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 22/2026 (PROCESSOS DIGITAIS 6886/2026 E 6887/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MEDICOS LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 33.458.003/0001-22, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU SÓCIO SR. THIAGO DE CASTRO SILVEIRA.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ITEM 02.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1124/2026 (PD Nº 15777/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 173/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 671/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 098/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO, NO VALOR DE R$25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NA REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1124/2026 (PD Nº 15777/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 173/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 671/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 24/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:A5560BA0

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 099/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026 (PD Nº 6877/2026, Nº 6884/2026 E Nº 6885/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: CADI SERVIÇOS MÉDICOS S/A, CNPJ/MF SOB O Nº 26.406.968/0001-06, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU DIRETOR, SR. CRISTIANO FRANCISQUEVIS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ITEM 02.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1138/2026 (PD Nº 15840/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 174/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 672/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 099/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO, NO VALOR DE R$25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NA REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1138/2026 (PD Nº 15840/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CI N° 174/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 672/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 24/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:DDD9C109

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 100/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026 (PD Nº 6877/2026, Nº 6884/2026 E Nº 6885/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: MED NEWS GESTÃO EM SAÚDE S/A, CNPJ/MF SOB O Nº 32.810.983/0001-18, NESTE ATO REPRESENTADA POR SUA DIRETORA, SRA. RUBIANE MUNHOZ VIDAL DOS SANTOS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ITEM 02.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1139/2026 (PD Nº 15842/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 179/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 673/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 100/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO, NO VALOR DE R$25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NA REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1139/2026 (PD Nº 15842/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 179/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 673/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 24/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:1D0FFB95

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 101/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2026 (PD Nº 6877/2026, Nº 6884/2026 E Nº 6885/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: JARDIM PIERIN SERVIÇOS MÉDICOS LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 19.412.970/0001-22, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU SÓCIO, SR. RODRIGO JARDIM PIERIN.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ITEM 02.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1140/2026 (PD Nº 15843/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 177/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 674/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 101/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO, NO VALOR DE R$25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NA REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1140/2026 (PD Nº 15843/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 177/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 674/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 24/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:ED25B021

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 103/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2026 (PD Nº 6895/2026 E Nº 6902/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: MSH - CLÍNICA, GESTÃO E SERVIÇOS MÉDICOS LTDA, CNPJ/MF SOB O Nº 34.145.071/0001-02, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU TITULAR SR. WILSON MALAQUIAS RAMOS.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ITEM 02.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1141/2026 (PD Nº 15845/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 182/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 675/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 103/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO, NO VALOR DE R$25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NA REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1141/2026 (PD Nº 15845/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 182/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 675/2026/PGM.
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 24/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026

FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:B3624B52

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 105/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 24/2026 (PD Nº 6895/2026 E Nº 6902/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
CONTRATADO: MEDBLANC GESTÃO EM SAÚDE E IMAGEM LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 42.488.597/0001-05, NESTE ATO REPRESENTADA POR SEU SÓCIO SR. ALCIDES JOSÉ BRANCO FILHO.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DA LAPA/PR, COM O FORNECIMENTO DE TODA A MÃO DE OBRA NECESSÁRIA PARA A PERFEITA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, ITEM 02.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1143/2026 (PD Nº 15847/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 180/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 676/2026/PGM, CONFORME ART.124 E 125 DA LEI 14.133/2021:
FICA MODIFICADO O VALOR CONTRATUAL EM DECORRÊNCIA DE SUPRESSÃO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS Nº 105/2026, ATÉ O VALOR DE R$ 25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), COM PERCENTUAL DE 10,77% (DEZ VÍRGULA SETENTA E SETE POR CENTO).
JUSTIFICA-SE A SUPRESSÃO, NO VALOR DE R$25.753,84 (VINTE E CINCO MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E TRÊS REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS), TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NA REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1143/2026 (PD Nº 15847/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; CI N° 180/2026 UPA 24 HORAS DA DIRETORA TÉCNICA UPA/SAMU, SRA. AMANDA MAZZOTTI DE LACERDA, DATADO DE 22.06.2026 E O PARECER Nº 676/2026/PGM.

PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 24/08/2026
DATA ASSINATURA: 01/09/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:86FFF2E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49 /2026

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 49 /2026

Considerando o que consta no processo administrativo 105/2026, bem como a necessidade e justificativa apresentada para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA EM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA REVISAO DE 40.000 KM DO VEICULO CITROEN C3 AIRCROSS SH 7 Chassi: 935CNFCA1TB527816. ANO MODELO 2025/2026.,** tendo em vista o valor total da contratação de R$ 1.094,05 (Um mil e noventa e quatro reais e cinco centavos), reconheço ser dispensável a realização de licitação, nos termos do Art. 75, inciso I, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.
Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa CHANSON VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ nº 03.326.331/0002-95, com sede Avenida Brasil, 1.068, Sala 01, Jardim Gramado, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP: 85.816-290, denominada CONTRATADA neste ato representado pelo Srº. CIDINEI APARECIDO VAZ, brasileiro, natural de São Sebastião da Amoreira/PR, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, contador, portador da cédula de identidade nº. 4.078.270-2-SSP/PR, e inscrito no CPF sob o nº. 576.583.079-04, residente e domiciliado na Cidade de Maringá, Estado do Paraná, à Avenida Bento Munhoz Da Rocha Netto, 470, AP.401, 4º andar, Bairro: Zona 07, CEP: 87030-010**,** observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal, 02 de setembro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:05EC8BE4

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 106/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 69/2026
CONCORRENCIA nº 09/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: M AMARAL DOS SANTOS GUIMARAES, inscrita no CNPJ: 31.264.074/0001-69, com o endereço na Avenida Paraná 411 Centro CEP: 85.275.000 Cidade: Laranjal/PR, neste ato representado pela Socia administradora Marelise Amaral dos Santos Guimarães, brasileira, casada, empresária, inscrito no CPF:***790.469-**.
OBJETO: CONSTRUÇÃO DE 10 UNIDADES HABITACIONAIS – COHAPAR, NO ÂMBITO DO PROGRAMA CASA FÁCIL/FNHIS CONVÊNIO 226/CONV/2026, DESTINADO À EXECUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS DE INTERESSE SOCIAL.
DATA DO CONTRATO: 01 de setembro de 2026
PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias
VALOR: R$ 1.563.932,83 (Um milhão quinhentos e sessenta e três mil novecentos e trinta e dois reais e oitenta e três centavos).
VIGÊNCIA: 12 Meses

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:E0AEFCE3

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 111 / 2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 111 / 2026

Procedimento Licitatório nº 105/2026
Dispensa de Licitação nº 49/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.
CONTRATADO: empresa CHANSON VEÍCULOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.326.331/0002-95, com sede na Avenida Brasil, 1.068, Sala 01, Jardim Gramado, na cidade de Cascavel, Estado do Paraná, CEP: 85.816-290, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, neste ato representada por CIDINEI APARECIDO VAZ, representante legal, inscrito no CPF nº 576.583.079-04 residente e domiciliado à Cidade de Maringá, Estado do Paraná, à Avenida Bento Munhoz Da Rocha Netto, 470, AP.401, 4º andar, Bairro: Zona 07, CEP: 87030-010.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA AUTORIZADA EM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS PARA REVISAO DE 40.000 KM DO VEICULO CITROEN C3 AIRCROSS SH 7 Chassi: 935CNFCA1TB527816. ANO MODELO 2025/2026**.

DATA DO CONTRATO: 02/09/2026

VIGÊNCIA: 3 Meses

VALOR TOTAL: R$ 1.094,05 (Um mil e noventa e quatro reais e cinco centavos),

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:3464441A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 56/2026

DECRETO 56/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a decretação de ponto facultativo no dia 03 de setembro de 2026 (quinta-feira), no âmbito da Administração Pública Municipal de Laranjal/PR e dá outras providências.

CONSIDERANDO a realização de desfile cívico municipal na data de 03 de setembro de 2026, em alusão ao dia 07 de setembro de 2026 (Independência do Brasil).
CONSIDERANDO a necessidade de organização da logística, da segurança, do trânsito e da participação dos órgãos e servidores municipais no referido evento;

CONSIDERANDO a conveniência administrativa de estabelecer ponto facultativo nas repartições públicas municipais na data do desfile, sem prejuízo da continuidade dos serviços públicos essenciais;

Eu, **Maycon Lopes Simioni, Prefeito Municipal**, no uso das atribuições legais que a mim são conferidas pelo artigo 96 da Lei Orgânica Municipal de Laranjal/PR:

DECRETO:

Art. 1º - Ponto facultativo no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Laranjal/PR no dia **03 de setembro de 2026 (quinta-feira)** em razão do desfile cívico municipal alusivo ao dia 07 de setembro, dia da Independência do Brasil.

Art. 2º - O disposto no art. 1º não se aplica aos serviços públicos essenciais ou às unidades que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção, especialmente os serviços de saúde, atendimento de urgência e emergência, limpeza pública, coleta de resíduos, vigilância patrimonial, transporte de pacientes e outros que forem definidos pelas respectivas Secretarias Municipais.
Parágrafo único. As Secretarias e os órgãos municipais responsáveis pelos serviços previstos neste artigo deverão organizar escalas e condições de funcionamento, de modo a assegurar a continuidade do atendimento à população.

Art. 3º - Não haverá expediente nas repartições públicas municipais no dia 03 de setembro de 2026 (quinta-feira), com exceção dos serviços essenciais previstos no parágrafo único do art. 2º deste Decreto.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Laranjal/PR, 01 de setembro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patricia Reis Dutra
Código Identificador:8C5F7082

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 57/2026

DECRETO Nº 57/2026

Promove a atualização monetária dos valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública — COSIP para o exercício de 2027, mediante redução de 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento), e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LARANJAL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil, pela Lei Orgânica do Município e pela legislação municipal aplicável;
CONSIDERANDO o disposto no art. 149-A da Constituição da República Federativa do Brasil;
CONSIDERANDO o disposto no art. 6º, § 2º, da Lei Municipal nº 057, de 27 de dezembro de 2002, que determina a atualização dos valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública — COSIP pela variação anual do Índice Geral de Preços — Mercado — IGP-M, apurado pela Fundação Getulio Vargas — FGV;
CONSIDERANDO que o IGP-M acumulou variação negativa de 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento) no período compreendido entre 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2025;
CONSIDERANDO a solicitação formulada pela COPEL Distribuição S.A. por meio da Carta DGCP/VRPPB/037/2026, de 3 de agosto de 2026, constante do Processo nº 24.532.299-2, para definição dos valores da COSIP aplicáveis no exercício de 2027;
DECRETA:
Art. 1º Os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública — COSIP vigentes no exercício de 2026 ficam atualizados, para o exercício de 2027, mediante a aplicação da variação acumulada do IGP-M/FGV no ano civil de 2025, correspondente a **-1,05% (menos um inteiro e cinco centésimos por cento)**.
§ 1º A atualização prevista no caput deste artigo corresponde à **redução de 1,05% (um inteiro e cinco centésimos por cento)** sobre os valores vigentes no exercício de 2026.
§ 2º Para a apuração dos valores aplicáveis no exercício de 2027, será utilizado o fator multiplicador **0,9895**, com arredondamento do resultado final para duas casas decimais, observados os critérios técnicos de faturamento e arrecadação.
Art. 2º A Secretaria da Fazenda Municipal adotará as providências necessárias para a aplicação dos valores atualizados aos imóveis cujo lançamento seja realizado diretamente pelo Município e para a comunicação formal à concessionária distribuidora de energia elétrica, relativamente aos valores cobrados nas respectivas faturas.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de **1º de janeiro de 2027**.

Gabinete do Prefeito Municipal de Laranjal, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:08981BA7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 07/2026

EDITAL 07/2026

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS

A **Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado (PSS),** instituída pela **Portaria nº 68/2026**, no uso de suas atribuições legais, convoca os candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao **Departamento de Recursos Humanos,** até a data de **04 de setembro de 2026,** para apresentação da documentação necessária e assunção de vaga para **Professor Temporário**, conforme classificação e disposições estabelecidas no **Edital nº 01/2026, em conformidade com a Ata nº 04/2026, referente à Comprovação e Análise de Títulos.**

Ester de Oliveira Antunes
Elaine Santana de Oliveira
Jéssica Fernanda da Luz Dias

Laranjal, 02 de setembro de 2026

JOVANE MENDES ARAÚJO
Presidente da Comissão _PSS

Publicado por:
Fabiane Lemos
Código Identificador:F8A4EA6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 063/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2026-PML
PROCESSO Nº. 126/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para eventual contratação de empresa especializada para aquisição de óleo lubrificante para toda a frota, para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos, Meio Ambiente, Finanças e Administração, Indústria e Comércio, Agricultura, Planejamento, Esporte, Lazer, Turismo, Educação e Cultura, Trabalho

e Assistência Social, Políticas Públicas para Mulheres, Saúde e Habitação do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 29 de setembro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 1.210.158,41 (um milhão, duzentos e dez mil, cento e cinquenta e oito reais e quarenta e um centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 02de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:558DEEA7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 057/2026 - PML

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 057/2026 - PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Educação e Cultura, Trabalho e Ação Social, Finanças e Administração, Serviços Urbanos, Esporte e Lazer, Turismo, Política Pública das Mulheres, Planejamento, Habitação, Meio Ambiente e Indústria e Comércio do Município de Loanda-PR, conforme descritos no ANEXO I - Termo de referência:

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE LICITAÇÃO

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito Municipal de Loanda, no uso de suas atribuições legais, **H O M O L O G A** o procedimento licitatório em epígrafe cujos itens, foram adjudicados pelo Pregoeiro em favor das empresas vencedoras a seguir:

· **COMERCIAL HERZOG LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº02.048.610/0002-71, vencedora dos itens 17, 24, 29, 34, 35, 36, 41, 42, 46, 48, 49, 52, 56, 69, pelo valor global de R$17.265,15(dezessete mil, duzentos e sessenta e cinco reais e quinze centavos);
· **REINVENTAR DISTRIBUIDORA DE SUPRIMENTOS E EQUIPAMENTOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº46.491.984/0001-51, vencedora dos itens 01, 02, 03, 08, 19, 30, 57, 59, 60, 61, 71, 72, pelo valor global de R$36.163,00(trinta e seis mil, cento e sessenta e três reais);
· **NOROESTE LICITAÇÕES LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº38.852.363/0001-28, vencedora dos itens 09, 10, 11, 25, 33, 39, 50, 58, 63, 65, pelo valor global de R$16.868,76(dezesseis mil, oitocentos e sessenta e oito reais e setenta e seis centavos);
· **DEGIS LOPES,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº07.410.430/0001-20, vencedora dos itens 21, 23, 31, 44, 47, 53, 54, 55, 70, pelo valor global de R$64.768,00(sessenta e quatro mil, setecentos e sessenta e oito reais);
· **NOVA MESA COMÉRCIO DE UTILIDADES E ALIMENTOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº47.170.510/0001-70, vencedora dos itens 04, 16, 18, 43, pelo valor global de R$9.478,08(nove mil, quatrocentos e setenta e oito reais e oito centavos);
· **COMERCIAL BEIRA RIO LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº40.138.949/0001-77, vencedora dos itens 20, 26, 27, 62, pelo valor global de R$14.757,36(quatorze mil, setecentos e cinquenta e sete reais e trinta e seis centavos);
· **ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº49.059.156/0001-37, vencedora dos itens 12, 14, 32, pelo valor global de R$7.601,52(sete mil, seiscentos e um reais e cinquenta e dois centavos);
· **ATLANTICO ARMARINHOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº13.674.420/0001-03, vencedora dos itens 05, 06, 07, pelo valor global de R$5.869,12(cinco mil, oitocentos e sessenta e nove reais e doze centavos);
· **FABIANA RODRIGUES PEREIRA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº26.427.828/0001-14, vencedora dos itens 37, 38, 68, pelo valor global de R$3.268,74(três mil, duzentos e sessenta e oito reais e setenta e quatro centavos);
· **BZX ROLAMENTOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº37.044.632/0001-67, vencedora dos itens 64, 66, 67, pelo valor global de R$16.504,80(dezesseis mil, quinhentos e quatro reais e oitenta centavos);
· **MARCOS E BERTA LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº09.035.549/0001-96, vencedora dos itens 13, 22, pelo valor global de R$5.190,24(cinco mil, cento e noventa reais e vinte e quatro centavos);
· **WL NOGUEIRA DISTRIBUIDORA LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº24.334.764/0001-81, vencedora dos itens 15, 28, pelo valor global de R$11.004,60(onze mil, quatro reais e sessenta centavos);
· **YS DIAS COMÉRCIO DE PAPELARIA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº36.310.930/0001-99, vencedora dos itens 40, pelo valor global de R$459,20(quatrocentos e cinquenta e nove reais e vinte centavos);
· **B2G MEDICAL COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E CIRURGICOS LTDA,** devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº22.808.990/0001-21, vencedora dos itens 45, pelo valor global de R$924,30(novecentos e vinte e quatro reais e trinta centavos);
· **ITENS DESERTOS:** Item 51.

Loanda, 02 de setembro de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:C7EAEF04

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO "012" CARGO: FARMACÊUTICO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO "012"

CARGO: FARMACÊUTICO
REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO
EDITAL DE ABERTURA Nº 01/2023
José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o **Concurso Público**, Aberto pelo **Edital nº 01/2023**, de 01 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 2701, de 01 de fevereiro de 2023, retificado pelo Edital nº 02/2023 de 09 de fevereiro de 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 2708, de 10 de fevereiro de 2023.

CONSIDERANDO o Edital de Homologação do Resultado Final nº 009/2023, de 14 de abril de 2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 2751a, de 14 de abril de 2023.

CONSIDERANDO o Decreto n° 049/2025, de 27 de março de 2025, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, edição nº 3245, de 28 de março de 2025, que Prorroga o prazo de validade do Concurso Público aberto pelo Edital n° 01/2023.

CONSIDERANDO a Autorização para Convocação e Admissão, de candidato aprovado para o Cargo de Farmacêutico.

R E S O L V E:

CONVOCAR o(a) candidato(a): **CLAYTON DE PAULA MORO** aprovado(a) em **11° Lugar** no Cargo de **FARMACÊUTICO – 40 HORAS SEMANAIS**, para comparecer perante a Divisão de Recursos Humanos, localizada na Rua Mato Grosso, nº 354 (Paço Municipal), no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data de publicação deste Edital de Convocação, munido(a) dos documentos relacionados no Anexo Único deste edital, em conformidade com o **subitem 13.4 do Edital de Abertura nº 01/2023.**

A nomeação no cargo dependerá de **prévia** inspeção médica oficial do Município, conforme disposto no **subitem 13.3 do Edital de Abertura nº 01/2023,** o qual deverá ser realizada dentro do prazo de convocação.

Para realização da inspeção médica, o(a) candidato(a) deverá efetuar a retirada do ASO junto à Divisão de Recursos Humanos, o qual informará o local e o médico responsável pela realização da inspeção.

O(a) candidato(a) que deixar de comparecer no prazo fixado neste Edital de Convocação, será considerado(a) como desistente e substituído(a), na sequência, pelo(a) candidato(a) imediatamente classificado(a), conforme disposto no **subitem 13.2 do Edital de Abertura nº 01/2023.**

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 27 (vinte e sete) dias do mês de agosto do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

ROL DE DOCUMENTOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

APRESENTAR PERANTE A DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS: DOCUMENTO ORIGINAL E SUA RESPECTIVA CÓPIA,
OU SE PREFERIR, CÓPIA AUTENTICADA.

CÓPIA DA CARTEIRA DE IDENTIDADE - RG.
CÓPIA DO CPF.
02 (DUAS) FOTOS 3X4 RECENTES E COLORIDAS.
CÓPIA DA C.N.H. SE POSSUIR. (OBRIGATÓRIA PARA OS CARGOS: MOTORISTA, CUIDADOR/EDUCADOR, OPERADOR DE MÁQUINA PESADA)
CÓPIA DO TÍTULO DE ELEITOR.
CÓPIA DO CERTIFICADO DE RESERVISTA, OU DOCUMENTO EQUIVALENTE, OU AINDA DISPENSA DE INCORPORAÇÃO **(SEXO MASCULINO)**.
CARTEIRA DE TRABALHO ORIGINAL.
COMPROVANTE DE PIS OU PASEP.
CÓPIA DA CERTIDÃO DE CASAMENTO, OU SE FOR O CASO, CERTIDÃO DE NASCIMENTO.
CÓPIA DO CPF DO(A) ESPOSO(A) **(SE FOR O CASO)**.
COMPROVANTE DE ENDEREÇO ATUAL **(CONTA DE ÁGUA, LUZ OU TELEFONE)**.
CÓPIA DO CERTIFICADO DE CONCLUSÃO DO CURSO/ESCOLARIDADE EXIGIDO PELO REQUISITO DO CARGO.
COMPROVANTE DE REGISTRO NO ÓRGÃO DE CLASSE, DENTRO DO PRAZO DE VALIDADE. **(SE FOR REQUISITO DO CARGO)**.

INFORMAÇÕES SOBRE BENS PESSOAIS:
RELAÇÃO DE BENS QUE POSSUÍ. (BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E VALORES): **SE NÃO FOR DECLARANTE IR.**

SE POSSUIR FILHOS MENORES DE 18 ANOS:
CÓPIA DA CERTIDÃO DE NASCIMENTO DOS FILHOS.
CÓPIA DO CPF DOS FILHOS.
CÓPIA DO CARTÃO DE VACINAÇÃO DE FILHOS COM IDADE ATÉ 07 ANOS, **(SE FOR O CASO)**.
COMPROVANTE DE FREQUENCIA/MATRÍCULA ESCOLAR DOS FILHOS MAIORES DE 07 ANOS, **(SE FOR O CASO)**.

INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS VINCULOS:
SE POSSUIR VÍNCULO COM ÓRGÃO/INSTITUIÇÃO PÚBLICA OU EMPRESA PRIVADA: APRESENTAR DECLARAÇÃO DO EMPREGADOR CONSTANDO: CNPJ E A RAZÃO SOCIAL; DESCRIÇÃO DO EMPREGO/CARGO OU FUNÇÃO QUE OCUPAM, CARGA HORÁRIA, TURNO, HORÁRIO DE TRABALHO, E REMUNERAÇÃO (APRESENTAR CÓPIA DO HOLERITE).
SE FOR NECESSÁRIO SOLICITAR DEMISSÃO DO EMPREGO PARA ASSUMIR A VAGA NO CARGO: APRESENTAR COMPROVANTE DA SOLICITAÇÃO DE DEMISSÃO.
OBSERVAÇÃO: SOLICITAR A DEMISSÃO, **SOMENTE APÓS CUMPRIR TODAS AS EXIGÊNCIAS DO EDITAL DE CONVOCAÇÃO**, E TER SIDO CONSIDERADO **APTO** PARA FUNÇÃO, PELA INSPEÇÃO MÉDICA.
SE FOR APOSENTADO: APRESENTAR CONPROVANTE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO (DECRETO/PORTARIA/RESOLUÇÃO) OU OUTRO DOCUMENTO QUE CONSTE O REGIME DA APOSENTADORIA, MOTIVO E DATA DE INÍCIO.

CERTIDÕES NEGATIVAS:
FÓRUM DE DOMICÍLIO: CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS.
RECEITA FEDERAL: COMPROVANTE DE SITUAÇÃO CADASTRAL DO CPF:
https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp
POLÍCIA FEDERAL: CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS:
https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais
JUSTIÇA ELEITORAL: CERTIDÃO DE QUITAÇÃO ELEITORAL:
https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral
JUSTIÇA ELEITORAL: CERTIDÃO DE CRIMES ELEITORAIS:
https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-crimes-eleitorais

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:FC5258C0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 589/2026

PORTARIA Nº. 589/2026

Súmula – Enquadra servidores da Secretaria de Educação – SEDUC e Secretaria de Cultura e Turismo - SECTUR.

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,

Considerando o disposto nos incisos I e II, do Artigo 1°, da Lei Complementar n° 009/2026, de 25/08/2026,

Decreta:

Artigo 1º. Ficam enquadrados os seguintes servidores, nos termos dos incisos I e II, do Artigo 1° da Lei Complementar n° 009/2026, de 25 de agosto 2026;

Matrícula	Servidor	Nomenclatura Antiga	Nomenclatura Nova
966539	Silvia Cristiana Rossin Norte	Secretário de Educação e Cultura, CC.1 SEC	Secretário de Educação, CC.1 -SEDUC
967166	Daianni Karla Zangari	Diretor Geral de Educação, CC.2 - SEC	Diretor Geral de Educação, CC.2 - SEDUC
967162	André Saliba NAder Brandão	Diretor de Educação, CC.3 - SEC	Diretor de Educação, CC.3 - SEDUC
966936	Salvador Duarte Casado	Diretor Administrativo, CC.3 - SEC	Diretor Administrativo, CC.3 - SEDUC

967024	Mariana Lott	Assessor de Educação e Cultura, CC.4 - SEC	Assessor de Educação, CC.4 - SEDUC
967238	Ana Paula Marques Alencar	Secretário de Turismo, CC.1 - SECTUR	Secretário de Cultura e Turismo, CC.1 SECTUR
967251	Gracieli Rodrigues de Oliveira	Diretor Geral, CC.2 - SETUR	Diretor Geral de Turismo, CC.2 - SECTUR
81841	Osiaste Tertuliano de Brito	Diretor Geral de Cultura, CC.2 - SEC	Diretor Geral de Cultura, CC.2 - SECTUR
967241	Rafael Pereira Vial	Diretor de Cultura, CC.3 - SEC	Diretor de Cultura, CC.3 - SECTUR
967243	João Carlos Jacomel Andrade	Diretor Administrativo, CC.3 - SETUR	Diretor Administrativo, CC.3 - SECTUR
967178	José Edilson Valdevino dos Santos	Diretor Geral, CC.2 - SEAGRI	Diretor Geral de Agricultura, CC.2 - SEAGRI

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:FA932942

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 590/2026

PORTARIA Nº. 590/2026

José Maria Pereira Fernandes, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o requerimento datado de 01/09/2026, que solicita a desistência da posse do cargo de Assistente Social;

Resolve:

Artigo 1º. Tornar sem efeito, a nomeação da Senhora SOLEIDE DA SILVA MATIAZO, CPF/MF nº. 08*.***.***-33, 9ª colocada no cargo de Provimento Efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, constante na Portaria nº 538/2026 de 10/08/2026, publicada no Diário Oficial Eletrônico, Exemplar nº. 3592/2026 de 11/08/2026.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de setembro do ano de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Renan Januário Scanacapra
Código Identificador:B12CCDDB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 174/2026

DECRETO Nº 174/2026

Súmula: Institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa no Município de Loanda e dá outras providências.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;
CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
CONSIDERANDO a adesão do Município de Loanda ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa e a necessidade de organização das ações municipais destinadas à sua implementação;
CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 004/2022, que instituiu a Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, atribuindo-lhe funções de formulação, desenvolvimento, articulação, coordenação, apoio e monitoramento de políticas públicas;
CONSIDERANDO a Lei nº 28/2025, que alterou a Lei nº 83/2007 e vinculou o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, bem como vinculou a esta Secretaria o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso;
CONSIDERANDO o Decreto nº 155/2026, que instituiu, no âmbito da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, o Departamento dos Direitos da Pessoa Idosa, com atribuições de planejamento, coordenação, articulação, acompanhamento e promoção das políticas públicas municipais destinadas à pessoa idosa;
CONSIDERANDO que o Departamento dos Direitos da Pessoa Idosa exerce função de referência, articulação e coordenação institucional, de forma transversal e intersetorial, sem prejuízo das competências dos demais órgãos municipais;
CONSIDERANDO a necessidade de promover a integração entre os órgãos públicos, a sociedade civil e a população idosa para o planejamento, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas voltadas ao envelhecimento;
CONSIDERANDO as orientações do Guia Orientativo do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, que prevê a instituição de Comitê Municipal para articulação das políticas públicas destinadas à população idosa;

D E C R E T A:
Art. 1º- Fica instituído o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, no âmbito do Município de Loanda, com a finalidade de articular, acompanhar, fomentar e contribuir para a integração de políticas públicas, programas, projetos e ações destinados à promoção e proteção dos direitos, da dignidade, da autonomia, da participação e do bem-estar da população idosa, de seus familiares e cuidadores.

Art. 2º - Compete ao Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa:
I – promover a articulação e a integração dos programas, projetos, ações, serviços e benefícios municipais destinados à pessoa idosa;
II – promover a atuação intersetorial dos órgãos e entidades públicas envolvidos na política da pessoa idosa;
III – acompanhar a implementação, o monitoramento e a avaliação das ações vinculadas ao Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
IV – utilizar os instrumentos e orientações estabelecidos pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa para o planejamento, execução e monitoramento do Programa;
V – contribuir para a construção e atualização do diagnóstico situacional da população idosa do Município;
VI – contribuir para a elaboração, implementação, acompanhamento e monitoramento do Plano de Ação Municipal, observadas as orientações do Programa;
VII – promover ações que fortaleçam a intersetorialidade e a complementaridade das políticas públicas destinadas à população idosa;
VIII – contribuir para a efetivação de políticas públicas, programas, projetos, ações e serviços voltados ao envelhecimento ativo e saudável e à atenção integral à pessoa idosa;
IX – acompanhar os instrumentos e cadastros relacionados à Rede de Atenção à Pessoa Idosa e às ações de cuidado, conforme orientações do Programa;
X – encaminhar ao Comitê Gestor Estadual as informações e documentos relativos ao diagnóstico, Plano de Ação, monitoramento e demais instrumentos necessários à participação do Município no Programa;
XI – participar de capacitações, reuniões, encontros e demais atividades promovidas pelo Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa; e
XII – exercer outras atribuições necessárias ao desenvolvimento e acompanhamento do Programa no âmbito municipal.

Art. 3º - O Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa será coordenado pela Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, por meio do Departamento dos Direitos da Pessoa Idosa, a quem caberá promover a articulação e integração dos órgãos, entidades e segmentos que integram o Comitê, bem como prestar o apoio técnico e administrativo necessário ao seu funcionamento.
§ 1º A coordenação do Comitê será exercida de forma compartilhada por 02 (duas) representantes do Departamento dos Direitos da Pessoa Idosa, designadas, respectivamente, como Coordenadora e Coordenadora-Adjunta, ambas integrantes do Comitê.
§ 2º A Coordenadora e a Coordenadora-Adjunta atuarão conjuntamente na coordenação dos trabalhos do Comitê, na articulação entre seus integrantes, no acompanhamento dos encaminhamentos e na interlocução com o Comitê Gestor Estadual do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

Art. 4º - Os órgãos e entidades públicas que integram o Comitê deverão:
I – identificar, em suas respectivas áreas de atuação, ações, programas e investimentos que contribuam para o envelhecimento ativo e saudável;
II – apresentar programas, serviços, projetos e investimentos previstos em seus planejamentos que envolvam ou possam impactar, direta ou indiretamente, a população idosa;
III – informar ao Comitê a criação, alteração ou aprimoramento de iniciativas relacionadas à população idosa; e
IV – participar da construção, implementação e monitoramento das ações previstas no Plano de Ação Municipal.

Art. 5º - Integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa as seguintes representações:
I – Poder Público:
a) Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres – Departamento dos Direitos da Pessoa Idosa;
b) Secretaria Municipal de Assistência Social;
c) Secretaria Municipal de Saúde;
d) Secretaria Municipal de Esportes e Lazer;
e) Secretaria Municipal de Habitação;
f) Secretaria Municipal de Planejamento;
g) Educação, sendo o membro titular representante do Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná e o membro suplente representante da Secretaria Municipal de Educação;
II – Sociedade Civil:
a) Associação Anos Dourados;
b) Sindicato Rural Patronal de Loanda;
c) Associação Comercial e Empresarial de Loanda – ACIL;
III – Representação da Pessoa Idosa:
a) Projeto 60+.
§ 1º As representações previstas nas alíneas “b” a “f” do inciso I, nas alíneas do inciso II e no inciso III deste artigo serão compostas por 01 (um) membro titular e 01 (um) membro suplente.
§ 2º A representação da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres – Departamento dos Direitos da Pessoa Idosa será composta por 02 (duas) representantes, que exercerão conjuntamente a coordenação do Comitê, na forma estabelecida no art. 3º deste Decreto.
§ 3º Os representantes das instituições e segmentos que integram o Comitê serão indicados pelos respectivos órgãos, entidades e segmentos e designados por ato da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres.
§ 4º A participação no Comitê será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
§ 5º Poderão ser convidados a participar das reuniões do Comitê, sem direito a voto, representantes de outros órgãos e entidades públicas ou privadas, instituições, organizações da sociedade civil e especialistas com atuação relacionada à promoção, proteção e defesa dos direitos da pessoa idosa.

Art. 6º - O Comitê Municipal reunir-se-á:
I – ordinariamente, a cada dois meses; e
II – extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação da Coordenação.
§ 1º As reuniões serão convocadas pela Coordenação, com antecedência mínima de 10 dias, acompanhadas da respectiva pauta.
§ 2º As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou remota, conforme decisão da Coordenação.
§ 3º As reuniões serão registradas em ata, contendo, no mínimo, a relação dos participantes, os assuntos tratados, as manifestações e os encaminhamentos deliberados.

Art. 7º - O Comitê Municipal deverá acompanhar a elaboração, implementação e monitoramento do Diagnóstico Situacional da Pessoa Idosa e do Plano de Ação Municipal, observadas as diretrizes e orientações do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.
Parágrafo único. O Plano de Ação Municipal deverá contemplar ações de curto, médio e longo prazo, conforme orientação do Programa.

Art. 8º - O Comitê Municipal apresentará anualmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI relatório de acompanhamento das ações do Programa e do Plano de Ação Municipal, para ciência, acompanhamento e, quando couber, manifestação do Conselho.
Parágrafo único. A apresentação do relatório ao CMDI observará a autonomia, as competências legais e o caráter deliberativo do Conselho.

Art. 9º - A atuação do Comitê Municipal deverá observar o caráter transversal, intersetorial e integrado da política da pessoa idosa, não implicando transferência ou sobreposição das competências legalmente atribuídas às Secretarias, órgãos e entidades que o integram.
Parágrafo único. A execução direta de serviços, programas e ações permanecerá sob responsabilidade dos respectivos órgãos municipais competentes, conforme suas atribuições legais e administrativas.

Art. 10 - O Comitê Municipal poderá elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, funcionamento, procedimentos das reuniões, atribuições de seus membros e demais normas necessárias à execução de suas atividades.

Art. 11 - A Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres, por meio do Departamento dos Direitos da Pessoa Idosa, adotará as providências necessárias à instalação e ao funcionamento do Comitê Municipal.

Art. 12 - A participação dos órgãos e entidades integrantes do Comitê não implicará criação de cargos, funções gratificadas ou aumento de despesas para o Município.

Art. 13 - As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão por conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos responsáveis pela execução das respectivas políticas, observada a legislação orçamentária vigente.

Art. 14 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Loanda-Pr, 01 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:A1EFBBC3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 586/2026

PORTARIA Nº 586/2026

Súmula: Designa os membros do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, do Município de Loanda, e dá outras providências.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, PREFEITO MUNICIPAL DE LOANDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 174/2026, que institui o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, no Município de Loanda;

CONSIDERANDO a necessidade de designar os representantes dos órgãos, entidades e segmentos que integram o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
RESOLVE:
Art. 1º - Ficam designados para compor o Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI, do Município de Loanda, os seguintes representantes:

I – PODER PÚBLICO
a) Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres – Departamento dos Direitos da Pessoa Idosa
Coordenadora: Maria Carolina Carlos Fuza Pinzi
Coordenadora-Adjunta: Daiane Aparecida Gonçales Vaiz
b) Secretaria Municipal de Assistência Social
Titular: Débora Brasilino dos Santos
Suplente: Izabella Aguiar Garcia
c) Secretaria Municipal de Saúde
Titular: Carla Regina Pele
Suplente: Priscila Pedroni Ratti
d) Secretaria Municipal de Esportes e Lazer
Titular: Fabio Henrique de Oliveira
Suplente: Donizete De Ferri
e) Secretaria Municipal de Habitação
Titular: Diogo Meira Amaral
Suplente: Juliano Demazzi
f) Secretaria Municipal de Planejamento
Titular: Eder Aparecido Januário Pietro
Suplente: Edgar Moreira de Andrade
g) Educação
Titular – Núcleo Regional de Educação do Estado do Paraná: Leonor Maschietto
Suplente – Município: Cleuseli Aparecida Rodrigues

II – ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL
a) Associação Anos Dourados
Titular: Elda Anna Sartori Donato
Suplente: Laurinda Ines Candido
b) Sindicato Rural Patronal de Loanda
Titular: Marcia Bazzo
Suplente: Rodrigo Aparecido Ribeiro de Almeida
c) Associação Comercial e Empresarial de Loanda – ACELO
Titular: Eduardo Rodrigues de Almeida
Suplente: Carlos Jesus da Silva Tosse

III – REPRESENTAÇÃO DA PESSOA IDOSA
a) Projeto 60+
Titular: Maria Aparecida Alencar
Suplente: Maria Jose Barroso

Art. 2º - As representantes da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres – Departamento dos Direitos da Pessoa Idosa, designadas no inciso I, alínea "a", do art. 1º desta Portaria, exercerão conjuntamente a coordenação do Comitê Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa, na condição de Coordenadora e Coordenadora-Adjunta, respectivamente, nos termos do Decreto Municipal nº 586/2026.

Art. 3º - Compete aos membros designados participar das reuniões, discussões, atividades e demais ações do Comitê Municipal, contribuindo para a articulação intersetorial, elaboração, acompanhamento e monitoramento das ações do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

Art. 4º - A participação no Comitê Municipal será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.

Art. 5º - O mandato dos membros do Comitê Municipal observará o disposto no Decreto Municipal nº 174/2026 e demais normas aplicáveis.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, 01 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Regina Zangari Spinardi
Código Identificador:17DD5003

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 036/2026-L

CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO
PORTARIA Nº 036/2026-L

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e com fundamento no Art. 8º da Lei Municipal nº 1.406/2019, com atualização determinada pela Lei nº 1.603/2025-L bem como com o deferimento da Mesa Executiva desta Casa de Leis,

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedida ao vereador **APARECIDO FIALHO DE CARVALHO,** a autorização para deslocamento à cidade de **Curitiba/PR**, no período de **27 a 28 de agosto**, onde o vereador estará acompanhando o Presidente Municipal para tratar de assuntos de interesse do Município de Lobato – PR.

Art. 2º Fica deferida à concessão de **02 (duas) diárias** ao vereador, no valor total de **R$ 1.440,00 (mil quatrocentos e quarenta reais)** conforme previsto na Lei nº 1.603/2025-L.

Lobato-PR, 26 de agosto de 2026.

APARECIDO FIALHO DE CARVALHO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Renata Figueiredo Dos Santos
Código Identificador:928482A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE DEMANDA SUPRIDA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026

O **MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, torna público, para conhecimento dos interessados, que a **demanda atualmente existente foi integralmente suprida**, referente ao objeto do **Chamamento Público nº 05/2026**, cujo objeto consiste no:
Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas para a prestação de serviços médicos complementares, por profissionais legalmente habilitados, para atuação na Atenção Primária à Saúde, compreendendo os serviços de Médico Clínico Geral na Estratégia Saúde da Família (ESF), Médico Clínico Geral Plantonista e Médico Especialista em Ginecologia e Obstetrícia, destinados ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Saúde de Lobato/PR.
Dessa forma, considerando que, **neste momento, a Administração Municipal não possui demanda disponível para novas contratações decorrentes do referido credenciamento**, fica **comunicada a inexistência de necessidade imediata de convocação de novos credenciados**, em razão de a demanda atualmente prevista já se encontrar devidamente atendida.
Ressalta-se que a presente comunicação **não implica o encerramento definitivo do procedimento de credenciamento**, permanecendo o Chamamento Público sujeito às disposições estabelecidas no

respectivo edital, especialmente quanto à possibilidade de futuras contratações, caso surja nova necessidade da Administração, observada a legislação aplicável e as condições estabelecidas no instrumento convocatório.
Os interessados deverão observar as disposições do **Edital de Chamamento Público nº 05/2026** e seus respectivos atos e comunicados.
Lobato/PR, 02 de setembro de 2026.

MILTON KASUYUKI INOUE
Prefeito em Exercício

ISABEL APARECIDA LUCIO MASSON
Secretária Municipal de Saúde.

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:144042F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EMPRESAS DECLARADAS CREDENCIADAS CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026

O Município de Lobato, Estado do Paraná, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público o resultado da análise da documentação de habilitação referente ao **Chamamento Público nº 05/2026**, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS, PARA ATUAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA E MÉDICO ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LOBATO/PR.**
Após a análise e conferência da documentação apresentada, foram consideradas **CREDENCIADAS** as seguintes empresas e respectivos profissionais indicados para a execução dos serviços, **a ordem cronológica de protocolo**:

Lote 02 - Prestação de Serviços Medicos Complementares – Plantão 12 Horas.
23ª POSIÇÃO – EMPRESA: MARCOS R.C. DE MELLO CNPJ 64.580.347/0001-33

Lote 03 - Prestação de Serviços Medicos Complementares-Medico Equipe Estratégica Saúde da Familia.
17ª POSIÇÃO – EMPRESA: COMUNELLO SERVIÇOS MEDICOS LTDA – CNPJ 60.858.307/0001-50
As empresas declaradas credenciadas deverão aguardar convocação formal da Secretaria Municipal de Saúde para assinatura do respectivo **Termo de Credenciamento** e emissão da **Ordem de Serviço**, sendo vedado o início da execução dos serviços antes da formalização da contratação e da respectiva autorização administrativa.
Lobato/PR, **02 de setembro de 2026**.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:F4D89CBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2026

O **MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná**, torna público, para conhecimento dos interessados, o resultado da **Dispensa de Licitação nº 28/2026**, cujo objeto é a **aquisição de geladeiras e/ou refrigeradores destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação e das escolas da Rede Municipal de Ensino**, conforme condições, especificações e exigências estabelecidas no Aviso de Contratação Direta, Termo de Referência e demais documentos integrantes do Processo Administrativo nº 65/2026.
Após a desclassificação da empresa inicialmente classificada em primeiro lugar, em razão do não atendimento integral às especificações exigidas para o objeto, procedeu-se à análise da proposta subsequente, bem como dos respectivos documentos de habilitação.
EMPRESA VENCEDORA: MEGA VENDAS LTDA
CNPJ: 52.325.189/0001-96
Após a análise da proposta apresentada, verificou-se o atendimento às especificações e condições estabelecidas no Aviso de Contratação Direta e no Termo de Referência. Da mesma forma, após a análise dos documentos de habilitação, constatou-se o atendimento aos requisitos exigidos no procedimento, estando a empresa **habilitada e apta à contratação**.
O resultado encontra-se formalizado na **Ata Complementar de Análise de Propostas e Documentos de Habilitação**, integrante dos autos do Processo Administrativo nº 65/2026.
Fica o processo encaminhado à autoridade competente para as providências cabíveis, nos termos da **Lei Federal nº 14.133/2021** e demais normas aplicáveis.
Lobato/PR, 01 de setembro de 2026.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:935B6CAD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 056/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: FJM MACELLA LTDA, inscrita no CNPJ nº. **48.079.523/0001-00**, estabelecida na Rua Julia Manganotti, n°.75, Bairro Porto Seguro, CEP 87.140-000, município de Paiçandu, Estado PR, representada neste ato pela Sr.ª **FERNANDO JOSE MACELLA.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, DISPOSITIVOS DE REDE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 56/2026; R$ 2.992,50 (dois mil, novecentos e noventa e dois reais e cinquenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 31 de AGOSTO de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:6FE1B1D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: AR IMPORTS LTDA, inscrita no CNPJ nº. **63.482.340/0001-16**, estabelecida na Rua MATO GROSSO, n°.1057, Sala 12, Bairro Centro, CEP 86.010-180, município de Londrina, Estado PR, representada neste ato pela Sr. **ALEXANDRE RAUL DE ALMEIDA.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, DISPOSITIVOS DE REDE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 57/2026; R$ 4.850,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 31 de AGOSTO de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:DD58F02B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 058/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: T L SOLUÇÕES TECNOLOGICAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. **49.490.183/000160**, estabelecida na Rua Tocantis, n°.1704, Bairro Baixada, CEP 85.505-140, município de Pato Branco, Estado PR, representada neste ato pela Sr.ª **THAILA SAIANA ANDREATTA DA SILVA**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, DISPOSITIVOS DE REDE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/2026, R$ 17.990,00 (dezessete mil, novecentos e noventa reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 31 de AGOSTO de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:FF6489E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: DARLU INDUSTRIA TEXTIL LTDA, inscrita no CNPJ nº. **40.223.106/0001-79**, estabelecida na Rua Floresta, n° 440, Bairro Centro, CEP 99.740-000, município de Barão de Cotegipe Estado RS, representada neste ato pela Sr. ª **LIGIANE PAULA GIACOMEL IZYCKI HAIDUKI.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, DISPOSITIVOS DE REDE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2026; R$ 632,40 (seiscentos e trinta e dois reais, quarenta centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 31 de AGOSTO de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:0C0F5DB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: STELAR TECNOLOGIA LTDA, inscrita no CNPJ nº. **52.750.930/0001-66**, estabelecida na Av. Munhoz da Rocha, n°.550, Bairro Vila São João, CEP 87.160-000, município de Mandaguaçu, Estado PR, representada neste ato pela Sr.ª **JOÃO EDGARD BUENO DA SILVA.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, DISPOSITIVOS DE REDE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026; R$ 44.116,00 (quarenta e quatro mil, cento e dezesseis reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 31 de AGOSTO de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:A9BA9E53

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ nº. **49.059.156/0001-37**, estabelecida na Av. Ney Braga n°.440, Sala 02 Bairro Vila Franchello, CEP 87.160-000, município de Mandaguaçu, Estado PR, representada neste ato pela Sr.ª **ANDREIA CARAÇATO ROCCO ZANETTI.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, DISPOSITIVOS DE REDE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2026; R$ 3.864,90 (três mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e noventa centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 31 de AGOSTO de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:95DD164D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: L.F. COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. **52.585.078/0001-19**, estabelecida na Av. Oriente, n°.680, Bairro Jardim Nobre, CEP 86602-548, município de Rolândia Estado PR, representada neste ato pela Sr.ª **Ligiane Fukahori.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, DISPOSITIVOS DE REDE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 063/2026, R$ 2.719,96 (dois mil, setecentos e dezenove reais e noventa e seis centavos).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 31 de AGOSTO de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:6CFB2A59

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: LAPTOP INFORMÁTICA E TECNOLOGIA LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº. **34.770.156/0001-73**, estabelecida na Av. Canaa, n° 3000, Bairro Setor 01, CEP 76.870-140, município de Ariquemes Estado RO, representada neste ato pelo Sr. **Jose Aparecido Bernardineli.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, DISPOSITIVOS DE REDE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2026; R$ 2.371,00 (dois mil, trezentos e setenta um reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 31 de AGOSTO de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:F6977196

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: A FRENTE SOLUÇÕES INTEGRADAS LTDA, inscrita no CNPJ nº. **36.489.366/0001-13**, estabelecida na Av. Prefeito João Daher, n° 1066, Bairro Lundcea , CEP 33.239.050, município de Lagoa Santa, Estado MG, representada neste ato pelo **Sr. Conrado Augusto Abrahão da Matta**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, DISPOSITIVOS DE REDE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 54/2026; R$ 12.060,00 (doze mil, sessenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 31 de AGOSTO de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:4EB917A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 55/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: HABITUS DIGITAL - COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ nº. **41.010.343/0001-14**, estabelecida na Av. São Paulo, n° 710, Bairro Centro, CEP 86.300-000, município de Cornélio Procópio Estado PR, representada neste ato pelo Sr. **Jose Luiz Buono.**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, DISPOSITIVOS DE REDE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº55/2026; R$ 2.426,00 (dois mil, quatrocentos e vinte e seis reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 31 de AGOSTO de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:3AEE1F40

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 39/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO N° 09/2026

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE LOBATO, Estado do Paraná, com sede à Rua Antônio Coletto, nº 1260, Centro, CEP: 86790-000, inscrito no CNPJ/MF nº 76.970.367/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. FABIO CHICAROLI**.
DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO: ENOQUE INFORMATICA LTDA, inscrita no CNPJ nº. **16.677.622/0001-99**, estabelecida na ST SHIN QL A CJ 7 LT 6, Bairro Lago Norte, CEP 71.505-075, município de Brasília Estado PR, representada neste ato pelo Sr. **Leandro Borges Amorim**
OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PERIFÉRICOS DE INFORMÁTICA, DISPOSITIVOS DE REDE, COMPONENTES E ACESSÓRIOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, NOVOS E SEM USO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO, SUPORTE E MELHORIA DA INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA E DOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LOBATO/PR.**

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 59/2026; R$ 4.800,00 (quatro mil, oitocentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA: DE 31 DE AGOSTO DE 2026 ATÉ 31 DE AGOSTO DE 2027.

FORO: **Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.**

LOBATO/PR, 31 de AGOSTO de 2026.

FABIO CHICAROLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:A844301C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 76/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 40/2026 – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 14/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS – PR.
CONTRATADA: J F G R FERNANDES INFORMÁTICA (INFOMAX), CNPJ nº 43.795.628/0001-33.
OBJETO: Acréscimo quantitativo de 07 (sete) kits de tecnologia, compostos por 01 (um) Chromebook e 01 (um) Headset cada, passando o quantitativo total de 30 (trinta) para 37 (trinta e sete) kits.
VALOR DO ADITIVO: R$ 12.145,00 (doze mil, cento e quarenta e cinco reais), correspondente a 23,33% do quantitativo originalmente contratado.
VALOR TOTAL DO CONTRATO APÓS O ADITIVO: R$ 64.195,00 (sessenta e quatro mil, cento e noventa e cinco reais).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124, inciso I, alínea “b”, e art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
FONTE DE RECURSOS: Fonte 140 – Recursos do Programa Paraná Mais Cidades – código de despesa 4831.
DATA: ___ de setembro de 2026.

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:0D3D59B8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 09/2026 - CMAS

Dispõe sobre a aprovação da versão revisada e atualizada do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026–2029 do Município de Lupionópolis – PR, em substituição à versão anteriormente aprovada pela Resolução nº 02/2026 – CMAS.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CMAS de Lupionópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal de criação do CMAS, pela Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS, Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, e de acordo com as competências estabelecidas em seu Regimento Interno,

CONSIDERANDO que o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS constitui instrumento de planejamento estratégico da Política Municipal de Assistência Social e orienta a organização, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações do Sistema Único de Assistência Social – SUAS no âmbito municipal;

CONSIDERANDO a Resolução nº 02/2026 – CMAS, de 25 de fevereiro de 2026, que aprovou o Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026–2029 do Município de Lupionópolis – PR;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização, complementação e correção de informações constantes da versão anteriormente aprovada, visando adequar o Plano à realidade atual do Município, à organização da Política Municipal de Assistência Social e às necessidades identificadas no território;

CONSIDERANDO que a revisão do Plano Municipal de Assistência Social constitui instrumento necessário ao aprimoramento do planejamento da Política de Assistência Social, permitindo a atualização de diagnósticos, objetivos, diretrizes, metas, ações, indicadores e mecanismos de monitoramento;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Resolução nº 02/2026 – CMAS, que prevê a possibilidade de revisão do Plano Municipal de Assistência Social sempre que necessário, mediante deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO que a versão revisada e atualizada do PMAS 2026–2029 contempla informações e elementos de planejamento necessários à organização da Política Municipal de Assistência Social para o período de 2026 a 2029;

CONSIDERANDO a apreciação, discussão e deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em reunião extraordinária realizada em 23 de Julho de 2026, conforme Ata nº 195/2026.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a versão revisada e atualizada do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026–2029 do Município de Lupionópolis – PR, que passa a integrar a presente Resolução como seu Anexo Único, para todos os efeitos legais.

Art. 2º- A versão revisada e atualizada do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026–2029, aprovada por esta Resolução, substitui, para fins de vigência, execução, acompanhamento e avaliação, a versão anteriormente aprovada pela Resolução nº 02/2026 – CMAS.

Art. 3º- A substituição prevista no artigo anterior não implica alteração do período de vigência do Plano Municipal de Assistência Social, que permanece compreendido entre 01 de janeiro de 2026 e 31 de dezembro de 2029.

Art. 4º- A execução do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026–2029 será acompanhada e avaliada pelo Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, mediante os instrumentos de monitoramento previstos no próprio Plano e demais mecanismos de acompanhamento e controle da Política Municipal de Assistência Social.

Art. 5º- O Plano Municipal de Assistência Social poderá ser novamente revisado e atualizado sempre que necessário, mediante apreciação e deliberação do Conselho Municipal de Assistência Social, observadas as alterações normativas, as mudanças na realidade socioassistencial do Município, os resultados do monitoramento e avaliação e as necessidades identificadas no território.

Art. 6º- A versão revisada e atualizada do Plano Municipal de Assistência Social – PMAS 2026–2029 deverá ser publicada na íntegra juntamente com a presente Resolução, constituindo seu Anexo Único e parte integrante deste ato normativo.

Art. 7º- Ficam revogadas as disposições da Resolução nº 02/2026 – CMAS que forem incompatíveis com a presente Resolução, permanecendo preservado o registro histórico da aprovação da versão anterior do Plano.

Art. 8º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lupionópolis, 23 de julho de 2026.

DANIELE ANTONIO
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS
Lupionópolis – Paraná

Link para acesso do Plano Municipal de Assistência Social: https://lupionopolis.pr.gov.br/

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:DBD1F46D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 89/2026

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUPIONÓPOLIS, convoca as Candidatas abaixo relacionados e selecionados pela Décima Terceira Seleção no Programa de Assistência ao Trabalhador - PAT, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme divulgado pela Resolução nº 61/2026, devidamente publicado em 01/07/2026.

A Secretaria Municipal de Assistência Social no uso de sua atribuição que lhe é conferida pela lei nº 05/2021, lei nº 05/2023, alterada pela lei nº 06/2025, convoca:

NOME	PONTUAÇÃO	DATA DE NASCIMENTO	CLASSIFICAÇÃO
LARISSA DOS SANTOS MARINHO	43	07/12/1998	66º
PAULA ANDRÉIA MUNHOZ A. JULIO GOMES	42	12/01/1984	67º
ADRIANA DE SOUZA	42	21/02/1986	68º
DEBORA CAMILA FUNARI	42	26/05/1988	69º
FRANCIELE LEITE DOS SANTOS	42	19/12/1992	70º
MARIA EDUARDA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	42	30/04/1999	71º
EDNA DOS SANTOS PIZARRO	42	19/08/1999	72º
ANE CAROLINE DA SILVA GONÇALVES	42	16/09/2004	73º

As candidatas acima relacionadas no âmbito do Programa de Assistência ao Trabalhador – PAT, já foram devidamente comunicadas, conforme contato oficial e individual realizado quanto ao local, data e horário em que deverão comparecer, de acordo com a vaga disponível, para fins de manifestação de interesse e demais providências relativas ao benefício.
O não comparecimento a presente convocação será considerado desistência, sem direito de recursos administrativos.

Lupionópolis, 02 de setembro de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Secretária Municipal de Assistência Social
Portaria: 143/2025

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:D6D88849

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO - INEX. 16/2026

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica ADJUDICADO E HOMOLOGADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 67/2026 Inexigibilidade nº 16/2026, a qual tem como objeto: credenciamento de pessoas jurídicas (Microempreendedor Individual — MEI, Microempresa — ME ou Empresa de Pequeno Porte — EPP) para a prestação de serviços de condução de veículos pertencentes ao patrimônio do Município de Lupionópolis/PR, nas categorias de CNH, C e D., em favor das Empresas relacionadas nos relatórios de classificação em 25/08/2026, saindo-se assim vencedoras as Empresas:

68.130.077 LAERCIO ANTONIO TOFFANI,
64.707.173 ANTONIO CARLOS DA COSTA,
62.940.608 LUIZ PAULO DOS SANTOS,
65.661.113 GUILHERME HENRIQUE RIBEIRO PANSANI

Lupionópolis-Pr, 02/09/2026 .

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:EA58D5AB

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO - INEX. 16/2026

Considerando a decisão da Comissão julgadora, de acordo com o Parecer da Assessoria Jurídica, o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, fica RATIFICADO o resultado da Licitação Pública, através de Processo Licitatório nº 67/2026 Inexigibilidade nº 16/2026, a qual tem como objeto: credenciamento de pessoas jurídicas (Microempreendedor Individual — MEI, Microempresa — ME ou Empresa de Pequeno Porte — EPP) para a prestação de serviços de condução de veículos pertencentes ao patrimônio do Município de Lupionópolis/PR, nas categorias de CNH, C e D., em favor das Empresas relacionadas nos relatórios de classificação em 25/08/2026, saindo-se assim vencedoras as Empresas:

68.130.077 LAERCIO ANTONIO TOFFANI,
64.707.173 ANTONIO CARLOS DA COSTA,
62.940.608 LUIZ PAULO DOS SANTOS,
65.661.113 GUILHERME HENRIQUE RIBEIRO PANSANI

Lupionópolis-Pr, 02/09/2029 .

JOSÉ CARLOS TIBÉRIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Alves Constante
Código Identificador:96F38B02

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 050/2026

Altera a Portaria nº 181, de 14 de novembro de 2024, que estabelece as atribuições dos órgãos municipais em relação ao Programa Compra Direta do Governo do Estado do Paraná.

O Prefeito Municipal de Mallet/PR, **PEDRO KOWALCZYK,** no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);
CONSIDERANDO que o Programa Compra Direta Paraná, instituído pelo Decreto Estadual nº 7.306, de 13 de abril de 2021, tem por objeto promover o abastecimento e o acesso a alimentos produzidos por agricultores familiares às pessoas em situação de vulnerabilidade assistidas pela rede socioassistencial ou pela rede pública de saúde;

CONSIDERANDO que o Programa tem, entre suas finalidades, a promoção do acesso à alimentação adequada e saudável, o incentivo à agricultura familiar, a geração de renda e o fortalecimento das redes locais e regionais de comercialização;

CONSIDERANDO que o Decreto Estadual nº 7.306/2021 define como unidade beneficiária a entidade socioassistencial registrada no Sistema de Cadastro do Sistema Único de Assistência Social – CadSUAS ou, na sua ausência, reconhecida como beneficiária pela Comissão Regional de Segurança Alimentar e Nutricional – CORESAN;

CONSIDERANDO que integram a rede socioassistencial, para os fins do Programa Compra Direta Paraná, os equipamentos e entidades previstos no art. 5º, inciso VII, do Decreto Estadual nº 7.306/2021, dentre os quais se encontram o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 10 do Decreto Estadual nº 7.306/2021, os gêneros alimentícios devem ser entregues diretamente às unidades beneficiárias integrantes da rede socioassistencial;

CONSIDERANDO que o romaneio de entrega deve ser firmado pelo representante da unidade beneficiária ou integrante da rede socioassistencial, certificando o recebimento dos gêneros alimentícios no tipo e na quantidade especificados e registrados no Sistema Eletrônico Compra Direta Paraná;

CONSIDERANDO que compete à unidade beneficiária manter os controles relativos aos beneficiários assistidos que receberam os gêneros alimentícios no âmbito do Programa;

CONSIDERANDO que o acesso ao Sistema Eletrônico Compra Direta Paraná ocorre mediante senha pessoal e intransferível, cedida por Termo de Responsabilidade aos responsáveis das unidades beneficiárias e das organizações proponentes e fornecedoras;

CONSIDERANDO a necessidade de delimitar claramente as atribuições dos órgãos e agentes municipais envolvidos, de modo que as responsabilidades administrativas sejam atribuídas àqueles que efetivamente executam, acompanham e possuem controle sobre cada etapa do Programa;

RESOLVE:
Art. 1º Ficam estabelecidas, no âmbito do Município de Mallet, as atribuições da Secretaria Municipal de Família e Desenvolvimento Social, por meio da unidade beneficiária/recebedora, e da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento, relativamente à execução do Programa Compra Direta Paraná.

Art. 2º Compete à Secretaria Municipal de Família e Desenvolvimento Social, por intermédio da unidade beneficiária/recebedora devidamente cadastrada no Programa Compra Direta Paraná, a gestão e a execução das atividades inerentes à unidade beneficiária, observada a regulamentação estadual aplicável, especialmente:

I – realizar o recebimento formal dos gêneros alimentícios entregues pelas organizações fornecedoras;

II – indicar o responsável pela unidade beneficiária/recebedora, observadas as exigências estabelecidas pela regulamentação do Programa;
III – realizar a conferência dos gêneros alimentícios quanto ao tipo e à quantidade efetivamente entregues, com o auxílio técnico da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento quanto à avaliação da qualidade dos produtos;
IV – firmar os romaneios de entrega, certificando o efetivo recebimento dos gêneros alimentícios, nos termos da regulamentação estadual;
V – efetuar os registros, lançamentos, atestes e demais procedimentos de responsabilidade da unidade beneficiária no Sistema Eletrônico Compra Direta Paraná, mediante utilização de senha pessoal e intransferível pelo responsável formalmente designado;
VI – responsabilizar-se pela guarda, conservação e adequado armazenamento dos gêneros alimentícios após o seu recebimento;
VII – organizar e executar a distribuição dos gêneros alimentícios às pessoas e famílias beneficiárias, de acordo com os critérios e procedimentos aplicáveis ao Programa;
VIII – identificar e selecionar, por meio de seus equipamentos e equipe técnica, as pessoas e famílias a serem atendidas pelo Programa;
IX – manter os registros e relatórios relativos aos beneficiários assistidos e aos gêneros alimentícios distribuídos;
X – manter sob sua guarda a documentação relativa às atividades de sua responsabilidade, observados os prazos e condições estabelecidos pela regulamentação estadual;
XI – acompanhar a destinação dos produtos recebidos, adotando os controles necessários à comprovação de sua regular distribuição;
XII – praticar os demais atos atribuídos à unidade beneficiária ou ao seu representante pela regulamentação do Programa Compra Direta Paraná.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento, exclusivamente em caráter de cooperação e apoio técnico:

I – auxiliar a unidade beneficiária/recebedora no momento do recebimento dos gêneros alimentícios fornecidos no âmbito do Programa Compra Direta Paraná;
II – prestar apoio técnico na avaliação da qualidade e das condições dos produtos entregues, verificando, dentro de sua área de conhecimento e atuação, sua conformidade com os padrões de qualidade aplicáveis;
III – orientar tecnicamente os agricultores familiares participantes do Programa quanto à qualidade dos produtos e às boas práticas relacionadas à produção e ao fornecimento;
IV – cooperar com a Secretaria Municipal de Família e Desenvolvimento Social e com a unidade beneficiária/recebedora para o adequado desenvolvimento do Programa, dentro das atribuições técnicas próprias da Secretaria.
§ 1º A atuação prevista nos incisos I e II deste artigo possui natureza exclusivamente auxiliar e técnica, permanecendo o recebimento formal dos gêneros alimentícios e a respectiva responsabilidade administrativa a cargo da unidade beneficiária/recebedora e de seu representante formalmente designado.
§ 2º A cooperação da Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento não implica transferência ou compartilhamento das responsabilidades próprias da unidade beneficiária/recebedora, especialmente quanto:
I – à gestão e coordenação administrativa do Programa;
II – à assinatura e ao ateste dos romaneios de entrega;
III – aos registros e lançamentos no Sistema Eletrônico Compra Direta Paraná cuja realização seja atribuída ao responsável pela unidade beneficiária;
IV – à utilização e guarda da senha pessoal e intransferível de acesso ao Sistema;
V – à guarda e ao arquivamento da documentação;
VI – ao armazenamento e conservação dos produtos após o recebimento;
VII – à seleção dos beneficiários;
VIII – à organização, execução e comprovação da distribuição dos gêneros alimentícios.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Família e Desenvolvimento Social e a Secretaria Municipal de Agropecuária e Abastecimento deverão manter comunicação contínua e integrada para assegurar a adequada execução do Programa Compra Direta Paraná, respeitados os limites das atribuições e responsabilidades estabelecidos nesta Portaria.
Parágrafo único. A cooperação intersetorial prevista no *caput* não importará solidariedade ou transferência de responsabilidade entre os órgãos municipais, devendo cada Secretaria responder pelos atos praticados no âmbito das atribuições que lhe forem expressamente conferidas.

Art. 5º O responsável pela unidade beneficiária/recebedora deverá observar as normas, procedimentos, orientações e termos de responsabilidade estabelecidos pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB para execução do Programa Compra Direta Paraná.

Art. 6º Os casos omissos serão solucionados de acordo com a regulamentação estadual vigente do Programa Compra Direta Paraná e com as orientações expedidas pela Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento – SEAB.

Art. 8º Fica revogada integralmente a Portaria Municipal nº 181, de 14 de novembro de 2024.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 02 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Kowalczyk
Código Identificador:86EE6E07

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 156/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 156/2026

DATA DE ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: VERTICE COMERCIO DE ARTIGOS DE PLASTICO LTDA CNPJ 66.712.923/0001-84, domiciliada à Av. Odilon Pires, nº 94, bairro Jardim Aricanduva, no município de São Paulo, estado de São Paulo, representada pelo Sócio Responsável, senhor **JHOSEP ALBERT BATISTA FEITOSA, CPF 051.178.043-50**, residente à Rua Alcebiades Antonio Coutinho, nº 09, bairro Jardim Santo Antonio, no município de São Paulo, estado de São Paulo.

OBJETO: Aquisição de tendas, cadeiras, mesas e banheiros químicos para estruturação dos eventos culturais, turísticos e institucionais promovidos pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo do Município de Mallet/PR, em atendimento ao Programa de Apoio aos Municípios Criativos do Paraná.

VALOR: Pelo fornecimento do produto ora adquirido, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 11.097,50 (onze mil noventa e sete reais e cinquenta centavos).**

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **06 (seis) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:6644747F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 385/2026 - REPUBLICADO*

DECRETO N.º 385/2026.
*Republicado para correção de dados

Dispõe sobre a manifestação de interesse na assunção da função de Conselheiro Tutelar.

O Prefeito Municipal de Mallet - Paraná, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);
Considerando manifestação de interesse na assunção da função de Conselheiro Tutelar Liliane Inês Koslovski - Processo Cloud 1084.003.00203.000000241;
Considerando manifestação de interesse na assunção da função de Conselheiro Tutelar Lucia Korioluk Pinto - Processo Cloud 1084.003.00203.000000240;
Considerando a ordem das colocações dos suplentes eleitos;

D E C R E T A:
Art. 1º - Fica homologada manifestação de interesse na assunção da função de Conselheiro Tutelar – Liliane Inês Koslovski - Processo Cloud 1084.003.00203.000000241, pelo período de 01 de setembro de 2026 a 30 de dezembro de 2026.
Art. 2º - Os suplentes abaixo listados não se manifestaram no prazo concedido pelo edital de convocação, pelo que fica homologado o desinteresse na vaga pelo transcurso do prazo concedido:

• DANIELE ANDRESSA DACZKOWSKI;

• ANDREIA SCHRAM CORREIA;

• SANDRA APARECIDA DAS CHAGAS;

• ELINEIA BAGNIUK TALAMINI;

• NELSON MACHADO;

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 01 de setembro de 2026

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:2CEA19F2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 386/2026

DECRETO N.º 386/2026

Nomeia Membra do Conselho Tutelar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mallet, Estado do Paraná, **PEDRO KOWALCZYK**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo artigo 65, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o contido no Edital de Convocação 003.2026 – Conselheiro Tutelar Suplente;
CONSIDERANDO a manifestação de interesse realizada por meio do Processo nº 1084.003.00203.000000241;
CONSIDERANDO o Decreto n° 385/2026 que homologou a manifestação de interesse e manifestações de não interesse;
D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeada **LILIANE INES KOSLOVSKI,** portadora do CPF sob nº 080.***.***-50**,** para integrar como membra do Conselho Tutelar, na condição de Suplente, pelo período de 01 de setembro de 2026 a 30 de dezembro de 2026.
Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Edifício da Prefeitura Municipal de Mallet, 02 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:8F7CB32D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
CONVOCAÇÃO Nº 008/2026 - REUNIÃO ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO Nº 008/2026 - REUNIÃO ORDINÁRIA

A Presidente do Conselho Municipal da Cidade de Mandaguari, Sra. Natalíe Hashimoto, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA:
Todos os membros do Conselho Municipal da Cidade de Mandaguari, nomeados pelos Decreto Municipal nº 203/2025 e suas alterações, para participarem da 3ª Reunião Ordinária de 2026 do colegiado em questão, a ser realizada a partir das 9h00min do dia 17 de setembro de 2026 (quinta-feira), na sala de reuniões da Associação Comercial e Empresarial de Mandaguari (ACEMAN), localizada no endereço Rua João Ernesto Ferreira, nº 466, Centro, Mandaguari - PR.
As tratativas, em consonância com o disposto na Lei Municipal nº 3.951/2023, obedecerão a Pauta a seguir:

PAUTA:
a. Processo 4622/26 - BATISTA IZAPE ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTD
b. Processo 3769/26 - CARLOS ANTONIO DREVIANE
c. Processo 5103/26 - AWW SANCHES PARTICIPAÇÕES LTDA
d. Processo 4629/26 – CONGREGAÇÃO DAS IRMAS FRANCISCANAS DA SAGRADA FAMILIA

Edifício da Prefeitura Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (01.09.2026).

NATALÍE HASHIMOTO
Presidente

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:77019467

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 439/2026 -EXONERA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 439/2026

Súmula: Exonera servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita do Munícipio de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Ficam exonerados a servidora pública municipal abaixo relacionados, pelos respectivos motivos, a saber:

MATRIC	SERVIDOR	CARGO	ADMISSÃO	EXONER.	MOTIVO
98540	ADRIANA SANTOS ORTIZ DA SILVA ROCHA	Auxiliar De Serviços Gerais - Temporário	13/04/2026	01/09/2026	a pedido do servidor

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de exoneração, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (02/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:01A81D50

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 440/2026 - INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL ORLANDO RODRIGUES GOMES, COM VIGÊNCIA DE 03/09/2026 A 03/09/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 440/2026

Súmula: Institui e nomeia membros do Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Orlando Rodrigues Gomes, com vigência de 03/09/2026 a 03/09/2028, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor o Conselho Escolar do Centro Municipal de Educação Infantil Orlando Rodrigues Gomes, com vigência de **03/09/2026 a 03/09/2028**, do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, a saber:

Presidente: Rosangela Aparecida de Souza Benedetti
Vice-presidente: Valquíria Cristina Veronezi

REPRESENTANTES DA EQUIPE PEDAGÓGICA E CORPO DOCENTE
Titular: Doralice Braga Pinelli
Suplente: Mylena Aparecida da Silva Miranda Carvalho
Titular: Beatriz Caroline Ferreira Malta
Suplente: Cláudia Márcia de Oliveira

REPRESENTANTES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA E FUNCIONÁRIOS
Titular: Cremilda Soares da Cruz Santana
Suplente: Rosilene de Souza Carvalho

REPRESENTANTES DA APM
Titular: Renata Ferreira Xavier Defácio
Suplente: Eduardo Azoia de Medeiros

REPRESENTANTES DE ALUNOS
Titular: Eloá Ribeiro Rodrigues Silva
Responsável Legal: Raissa Naiara Ribeiro Rodrigues
Suplente: Elisa Vitória da Silva Neves
Responsável Legal: Karla Raquel Lima da Silva
Titular: Eloá Siqueira Santana
Responsável Legal: Natália Rocha Trevisan Siqueira Santana
Suplente: Lívia Isabela Ricci Santos
Responsável Legal: Maíra Carla Ricci Nascimento

REPRESENTANTES DE PAIS E/OU RESPONSÁVEIS
Titular: Roberta Marques da Silva Angeluci
Suplente: Luana Aparecida Cazarotti
Titular: Valquíria Cristina Veronezi
Suplente: Danverson Ramos da Silva

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL
Titular: Marcelo Aparecido Carnelos
Suplente: Neuza Sirlei Foqueti Medina
Titular: Maria Sueli de Ramos Ferraz
Suplente: Luiz Antônio Miquelão

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 3 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (02/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:204BF5E2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 001/2026 – GCM - REGULAMENTA O ARMAZENAMENTO, CONTROLE, DISTRIBUIÇÃO E USO DE ARMAS DE FOGO, PELOS OCUPANTES DO CARGO DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL, CONFORME LEI FEDERAL N° 10.826, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003, E DECRETO FEDERAL Nº. 11.615, DE 21 DE

PORTARIA Nº 001/2026 – GCM

Súmula: Regulamenta o Armazenamento, Controle, Distribuição e Uso de Armas de Fogo, pelos ocupantes do cargo de Guarda Civil Municipal, conforme Lei Federal n° 10.826, de 22 de dezembro de 2003, e Decreto Federal nº. 11.615, de 21 de julho de 2023.

O Diretor da Guarda Civil Municipal-GCM de **Mandaguari,** Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica regulamentado o armazenamento, controle, manutenção, distribuição e uso de armas de fogo pertencentes a esta municipalidade pelos ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Guarda Civil Municipal de Mandaguari, da administração direta, conforme a Lei Federal n°. 10.826/2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições, sobre o Sistema Nacional de Armas – SINARM e define crimes.

Art. 2º. As disposições deste Regulamento estabelecem prescrições sobre o uso de arma de fogo pertencentes ao ente federado pelos servidores públicos municipais ocupantes dos cargos de provimento efetivo da Guarda Civil Municipal de Mandaguari.

Seção I
Das Disposições Gerais

Art. 3º. O porte de arma de fogo será deferido aos Guardas Civis Municipais conforme dispõe os parágrafos 3º e 7º do art. 6º da Lei n° 10 826 de 2003 e Decreto Federal nº. 11.615/2023, em razão do desempenho de suas funções institucionais, nos limites do Estado do Paraná, observado o convênio com a Polícia Federal e regras aplicáveis.

Art. 4º. O porte da arma de fogo será autorizado aos servidores públicos municipais integrantes dos cargos da Guarda Civil Municipais de Mandaguari que atendam aos requisitos exigidos pela legislação em vigor, aos critérios da Polícia Federal, o instrumento firmado pelo Município e, ainda:

I - seja aprovado em Curso de Formação Profissional;
II - seja aprovado em Curso de Capacitação em Armamento e Tiro;

III - tenha aprovação e validade nos exames psicológicos específicos para o porte de arma;
IV - tenha recebido da Carteira de Identidade Funcional com a informação da autorização ao porte de arma de fogo e dentro do seu prazo de validade;e
V – tenha freqüência no estágio de qualificação profissional, conforme legislação pertinente.

Art. 5º. Para o exercício de suas atribuições e em razão das necessidades do serviço, em conformidade com as disposições legais e regulamentares, os guardas civis municipais com porte de arma válido poderão utilizar os seguintes armamentos:

I - revólver;
II - pistola;
III - espingarda calibre. 12;
IV -. outras armas institucionalmente adquiridas, registradas e autorizadas pelos órgãos competentes, conforme a legislação vigente.

Art. 6º. O armamento utilizado pelos guardas civis municipais será fornecido pelo Município conforme a necessidade do serviço.

Art. 7°. É vedado aos guardas civis municipais, quando em serviço, a utilização de armamento de uso particular ou diferenciado daqueles fornecidos pelo Município de Mandaguari.
Art. 8º. O Corregedor da Guarda Civil Municipal será o responsável pela solicitação e acompanhamento dos laudos psicológicos, sendo que o Guarda Civil Municipal com porte de arma deverá ser submetido a novo teste de capacidade psicológica a cada 5 anos, nos termos da Lei Federal n°. 10.826/2003.

§1º. Sempre que estiver envolvido em evento de disparo de arma de fogo, com ou sem vítimas, o guarda civil municipal deverá ter acompanhamento psicológico com profissional do quadro ou credenciado perante a Polícia Federal, conforme a Resolução CFP 01/2022.

§2º. Quando estiver envolvido em evento de disparo de arma de fogo, com ou sem vítimas, o guarda civil municipal deverá ainda apresentar relatório circunstanciado sobre os motivos da utilização do armamento ao responsável da equipe pertencente, que o encaminhará à Corregedoria da Guarda Civil Municipal.

Art. 9º. O Corregedor da Guarda Municipal deverá:

I - solicitar, sempre que necessário a realização de novas avaliações de capacidade psicológica.
II - acompanhar os prazos de validade dos laudos psicológicos.
III - adotar as providências cabíveis para a renovação dos laudos psicológicos antes do respectivo vencimento.
IV - disponibilizar a relação dos guardas civis municipais autorizados ao porte de arma de fogo para o Diretor e ao Comandante da Guarda Civil Municipal, mantendo-a atualizada, de acordo com os requisitos estabelecidos na legislação vigente e neste regulamento.

Art. 10. A guarda, controle e manutenção do armamento e munição da Prefeitura do Município de Mandaguari serão realizados pelo Comandante da Guarda Civil Municipal, observados os procedimentos estabelecidos neste Regulamento e nas normas técnicas de segurança, conforme estabelecido na Instrução Normativa DG/PF nº 310/2025.

Seção II
Das Competências

Art. 11º. Compete ao Comandante da Guarda Civil Municipal autorizar a entrega da arma funcional devidamente regularizada na forma da lei e com base no termo de convênio firmado entre o Município e o Departamento da Policia Federal, com o devido registro do respectivo termo de entrega com a identificação individualizada do objeto entregue.

Art. 12. Compete ao Comandante da Guarda Civil Municipal, ouvida a Corregedoria da Guarda Civil Municipal, fazer a gestão administrativa e, ao final, proceder a entrega da arma aos Guardas Civis Municipais, devendo:

I - autorizar administrativamente a entrega ou cautela de arma de fogo ao guarda municipal com o porte funcional de arma válido expedido pela Polícia Federal, em razão das necessidades de serviço, tais como as especificidades do local de trabalho e a função desempenhada;

II - determinar o recolhimento do porte de arma expedido pelo Município quando constatar irregularidade no uso do armamento, infrações a disposição deste Regulamento, por razões disciplinares ou de segurança ou outra situação que torne o servidor inapto para a concessão do porte de arma conforme os requisitos legais e regulamentares em conformidade com a Seção IV desta Portaria;

Seção III
Do Armazenamento, Controle, Distribuição e Manutenção do Armamento

Art. 13. Compete ao Corregedor da Guarda Civil Municipal formalizar a entrega, cautela e controle das armas de fogo e munições aos agentes da Guarda Civil Municipais capacitados e autorizados ao porte de arma de fogo, realizando toda e qualquer alteração em relatório circunstanciado próprio.

Art. 14. O Corregedor manterá relatórios de armas e munição, mensalmente atualizados, com o objetivo de controlar a localização, distribuição e quantitativo das armas de fogo e das munições existentes.

Art.15. Constatadas irregularidades e/ou falha no funcionamento do armamento, este deverá ser recolhido pelo Diretor e/ou Chefe de Divisão Operacional, e encaminhado ao Corregedor, devidamente acompanhado de relatório e guia de recolhimento, do guarda civil municipal que apontou a falha.

Parágrafo único. De acordo com a conveniência e oportunidade será disponibilizado ao guarda civil municipal armamento provisório até que seja sanada a alteração do seu armamento.

Art. 16. Compete exclusivamente ao Corregedor o encaminhamento para manutenção de 2º escalão do armamento da Guarda Civil Municipal ou seu encaminhamento à assistência técnica especializada por meio de profissional ou empresa devidamente habilitada.

Art. 17º. Caberá ao Corregedor manter atualizados os registros de encaminhamentos e da distribuição do armamento junto aos órgãos fiscalizadores.

Art.18. O armamento e a munição que, por qualquer motivo, não estiver em uso, serão mantidos na sala cofre da sede da Guarda Civil Municipal, acondicionados em compartimento próprio até a adoção das providências necessárias à sua utilização.

Art. 19. O armamento e a munição utilizados pela Guarda Civil Municipal serão fornecidos pelo Município, por meio do Corregedor, que, ao proceder a entrega do armamento, lavrará documento assinado por ambas as partes, especificando os dados do armamento, numeração, quantidade de munições, incluindo o numero do lote, se houver, data e horário do recebimento e condições de devolução, permanecendo uma cópia com o Corregedor e outra com o guarda civil municipal.

§1º. Em se tratando de cautela individual, poderá o Corregedor proceder vistoria a qualquer momento no armamento e na munição, sem necessitar de aviso prévio.

§2º. Ocorrendo a devolução do armamento cautelado individualmente, será procedida novo documento constanto os dados do armamento e da munição, contendo, ainda, data e horário da devolução, sendo assinado por ambas as partes, permanecendo uma cópia com o Corregedor e outra com o guarda civil municipal.

Seção IV

Do Uso da Arma de Fogo e da Força

Art. 20. No desempenho de suas funções os guardas civis municipais devem respeitar e proteger a dignidade da pessoa humana, sustentar e defender os diretos humanos de todas as pessoas, respeitando os principios da legalidade, precaução, proporcionalidade, razoabilidade, responsabilização e não discriminação, conforme a Lei Federal nº. 13.060/2014 e o Decreto nº 12.341/2024.

Art. 21. Os guardas civis municipais somente podem fazer uso da força quando estritamente necessário, em medida requerida para o desempenho de suas funções, sendo a ocorrência devidamente registrada em formulários específicos.

Art. 22. Os guardas civis municipais, no exercício de suas atribuições, devem, na medida do possível, recorrer a meios não violentos antes de empregar a força ou a arma de fogo.
Parágrafo único. O uso da força ou de armas de fogo deve ser utilizado somente quando outros meios resultem ineficientes ou não apresentem possibilidade de se alcançar o resultado pretendido.

Art. 23. Os guardas civis municipais não devem usar arma de fogo contra outras pessoas, exceto na própria defesa ou na defesa de terceiros conforme disciplinado na Constituição Federal, no Código de Processo Penal e demais legislações pertinentes.

Parágrafo único. Em qualquer situação, o uso letal intencional de arma de fogo somente pode ser feito quando estritamente inevitável para proteger vidas.

Art. 24. Nas circunstâncias previstas no artigo anterior, os guardas civis municipais devem identificar-se como tais e dar um aviso claro de sua intenção de usar armas de fogo, com tempo suficiente para que o aviso possa ser observado.

Parágrafo único. As providência descritas no *caput* poderão ser dispensadas se, ao realizá-las, os guardas civis municipais se coloquem indevidamente em risco ou exponham outras pessoas a um risco de morte ou grave ameaça à integridade física.
Art. 25. O emprego do armamento de serviço só se justifica nas situações de evidente risco ao guarda civil municipal ou a terceiros, devendo estar amparado pelas excludentes de ilicitude da legitima defesa, pelo estrito cumprimento do dever legal ou em estado de necessidade (art. 23 do Código Penal).

Parágrafo único. É proibido o disparo de arma de fogo com o intuito de assustar, espantar e/ou alertar, devendo o seu manuseio estar estritamente de acordo com as normas técnicas de segurança.

Art. 26. O guarda civil municipal quando no manuseio de arma de fogo sob sua responsabilidade, deverá observar sempre as regras técnicas de segurança, procedendo com cuidado e atenção e zelando por sua conservação.

Art. 27. Os guardas civis municipais deverão utilizar as armas municipais somente quando em atividade funcional e em serviço, devendo recolher o armamento pertencente ao ente federado quando não estiver desempenhando suas atribuições funcionais, podendo, em casos analisados pelo Diretor da Guarda Civil Municipal e pelo Comandante da Guarda Civil Municipal, possuírem cautela do armamento.

§1º. A cautela individual permite ao guarda civil municipal, o porte do armamento, mesmo fora do serviço, devendo ser aplicado, em todos os casos, os mesmos critérios que permitem o uso do referido armamento em serviço.

§2º. Ocorrendo o uso da arma de fogo fora do horário de serviço, todos os procedimentos constantentes na seção V devem ser rigorosamente seguidos.

Art. 28. Sempre que o uso legal da força e de arma de fogo for inevitável, os guardas civis municipais devem:
exercer moderação em tal uso e atuar na proporção da seriedade da agressão e da legitimidade do objetivo a ser alcançado;
minimizar os danos e lesões, respeitando e preservando a vida humana;
assegurar que seja prestada assistência e ajuda médica aos feridos ou afetados o mais rápido possível, bem como comunicação do fato à família ou à pessoa indicada pelo ferido, conforme estabelecido no art. 6º da Lei nº. 13.060/2014.

Seção V
Dos Relatórios de Disparo de Arma de Fogo

Art. 29. Todo e qualquer disparo com arma de fogo deverá ser apurado imediatamente.

Art. 30. Em qualquer hipótese de emprego do armamento o Diretor responsável pela equipe, ou quem for responsável na ocasião, deverá preencher o Relatório sobre Emprego de Arma de Fogo, assim como deverá tomar todas as medidas necessárias em apoio aos envolvidos e a eventuais vítimas e, no final, comunicar o fato por escrito ao seu superior imediato.

Parágrafo único. O guarda civil municipal autor de disparos com arma de fogo institucional, deverá proceder a relatório pormenorizado, relatando as circunstancias em que ocorreu a necessidade de utilizar o armamento, entregando o relatório ao Diretor responsável pela equipe, para encaminhamento ao escalão superior.

Art. 31. Todos os integrantes da Guarda Civil Municipal que tomarem conhecimento da prática de atos ilícitos, envolvendo arma de fogo da instituição com os integrantes da corporação, tem por dever comunicar imediatamente ao seu superior ou à Corregedoria, sob pena de responsabilidade disciplinar e/ou penal, conforme a gravidade infracional, a ser apurada de acordo com o devido processo legal.

Seção VI
Do Recolhimento do Porte

Art. 32. Os guardas municipais poderão ter sua autorização para portar arma em serviço revogada ou suspensa temporariamente, sempre que razões de ordem disciplinar ou de segurança o recomendarem.

§ 1º. Durante a revogação ou suspensão do porte de arma do guarda civil municipal, este deverá prestar serviços administrativos, conforme a conveniencia e necessidade, podendo, ainda, ser afastado dos serviços em caso de processo administrativo.

§ 2º. Sanado o problema que motivou a regovação ou suspensão do porte de arma, o Diretor, o Comandante e o Corregedor da Guarda Civil Municipal deliberarão sobre a necessidade ou não de novos exames psicologicos e sobre a liberação do porte de arma ao guarda civil municipal.

Art. 33. O Diretor, o Comandante e Diretores da Guarda Civil Municipal, ao constatar atos ilegais e/ou comportamento inadequado no uso do armamento, poderá determinar o recolhimento cautelar da arma, da munição e, se cabível, da carteira funcional, com comunicação imediata à Polícia Federal.

§ 1º. Na hipótese relatada no *caput*, a Corregedoria da Guarda Civil Municipal deverá ser informada imediatamente, com o envio de relatórios, que se dispuser até o momento, para que delibere sobre a necessidade de instauração de procedimento administrativo disciplinar e opine, fundamentadamente, sobre o caráter temporário ou permanente do recolhimento.

§ 2º. Qualquer reclamação do servidor referente à medida mencionada no *caput* deverá ser encaminhada à Corregedoria da Guarda Civil Municipal, que, após análise, encaminhará parecer ao Diretor da mesma, que tomará os procedimentos e providências necessárias.

§ 3º.A decisão final cabe ao Diretor da Guarda Civil Municipal de Mandaguari, que deliberará em vista dos pareceres dos superiores hierárquicos e da Corregedoria da Guarda Civil Municipal.

Art. 34. Observadas as disposições desta seção, o registro do fato e a comunicação à Corregedoria e à Polícia Federal, o guarda civil municipal poderá ter a autorização para o porte de arma recolhida, impedindo o uso do armamento, com a consequente suspensão ou revogação do ato de autorização quando:

I - for considerado responsável, em processo administrativo disciplinar, pela perda, extravio, furto ou roubo de arma de fogo sob sua responsabilidade, de propriedade do Município;

II – ocorrer perda das condições de sanidade física e psíquica, devidamente atestadas, pelo período em que perdurar a situação:

III - efetuar disparo de arma de fogo, com violação aos deveres de segurança, zelo e cuidado prescrito pelas normas técnicas de segurança e das legislações correlatas, devidamente comprovadas por processo administrativo disciplinar;

IV - estiver portando arma de fogo, em serviço ou fora dele, e seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas conforme Lei Federal n° 10.826/2003, ocasião em que o recolhimento cautelar ocorrerá imediatamente, com posterior apuração administrativa.

Art. 35. A utilização, pelo integrante da Guarda Civil Municipal, de armamento particular, em local, situação ou circunstância diversa do serviço, sem autorização expressa do Diretor e/ou do Comandante da Guarda Civil Municipal, ainda que regular o porte, será comunicada por escrito ao Comando da Guarda Civil Municipal, para conhecimento e adoção das providências administrativas cabíveis.

§ 1º. Recebida a comunicação, o Comando da Guarda Civil Municipal determinará, quando cabível, a comunicação do fato à Polícia Federal e a adoção das demais providências previstas na legislação e nas normas internas aplicáveis.

§ 2º. Após a adoção das providências iniciais, o fato será encaminhado à Corregedoria da Guarda Civil Municipal, para apuração da eventual responsabilidade funcional do agente, mediante o procedimento administrativo disciplinar cabível, observando, em todas as suas fases, os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

§ 3º. Sendo considerado irregular o porte, a arma será apreendida e encaminhada acompanhado do portador a autoridade policial para registro de ocorrência e providências, com o devido registro de ocorrências da Guarda Civil Municipal e notificação do setor de corregedoria conforme lei federal n° 10.826/2003.

§ 4º. Na hipótese de resistência a retirada do armamento, poderá ser requisitado o apoio de outros órgãos de segurança, que prestará o apoio e verificará a sua regularidade.

Seção VII
Da Entrega de Armamento em Cautela

Art. 36. A entrega de armamento em cautela implica na disponibilização do armamento institucional a um único servidor, que se responsabilizará pelo seu uso em serviço.
Parágrafo único. O guarda civil municipal que receber armamento e munição nos termos do *caput,* se responsabilizará pela guarda do armamento enquanto estiver em sua posse bem como a utilização, com estrita observância das normas técnicas de segurança para a utilização de arma de fogo e das disposições legais e regulamentares.

Art. 37. A arma fornecida em cautela ao guarda civil municipal não deverá sofrer modificações em seu mecanismo de funcionamento, bem como a sua manutenção de 2º escalão será realizada exclusivamente por meio do Corregedor da Guarda Civil Municipal.

Art. 38. O guarda civil municipal poderá receber cautela permanente de arma de fogo de porte, acessório e munições, sob administração da Guarda Civil Municipal; observados os critérios de conveniência e de oportunidade, podendo ser revogada a qualquer tempo.
Parágrafo único. Em casos excepcionais, após análise do comando da Guarda Civil Municipal, poderá ser feito o acautelamento provisório de arma de fogo e munições sob administração da Guarda Civil Municipal, observado os critérios de conveniência e de oportunidade.

Seção VIII
Disposições Finais

Art. 39. O guarda civil municipal, ao receber o porte de arma, deverá assinar termo de ciência com as normas estabelecidas por esta Portaria, quanto ao uso e porte de arma de fogo, bem com estar ciente da legislação pertinente e demais regulamentos.

Art. 40. A recusa injustificada em assinar o termo de ciência implica no não fornecimento do devido porte de arma e poderá desaguar em descumprimento funcional, com a consequente apuração da omissão em evidência através da Corregedoria da Guarda Civil Municipal.

Art. 41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Mandaguari, Estado do Paraná, ao segundo dia do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (02/09/2026).

MARCOS JOSÉ FACIO
Diretor da Guarda Civil Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:1E9AD4FD

LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 09/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROPOSTAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COMPLEMENTAR, CORRESPONDENTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS VOLTADOS À PROMOÇÃO, À PROTEÇÃO E A DEFESA DOS ANIMAIS, EM ESPECIAL OS CANINOS E FELINOS DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, POR MEIO DE PARCERIA VOLUNTÁRIA E OBTENÇÃO DE RESULTADO COMUM, EM REGIME DE MÚTUA COOPERAÇÃO

Após o parecer favorável da documentação apresentada pela interessada SOS ANIMAIS DE MANDAGUARI, realizado pela comissão nomeada pela Resolução nº 01/2025, comunicamos o credenciamento da seguinte participante:

SOS ANIMAIS DE MANDAGUARI
CNPJ 47.595.197/0001-12

Mandaguari, 02 de setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APº FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:F6090C37

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2026

DISPENSA Nº 31/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela

Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 03.776.284/0010-91, com endereço na JOAQUIM DE PAULA XAVIER, 1050, VILA ESTRELA, CEP: 84050-000, na cidade de Ponta Grossa/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **ALMIR CLEYDISON JOAQUIM DA SILVA**, portador da Cédula de Identidade RG nº 15.108.764-7 e inscrito no CPF sob o nº 100.081.294-44.

OBJETO: A CONTRATAÇÃO DO SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL (SENAI/PR) PARA CAPACITAÇÃO E ASSESSORAMENTO NA ELABORAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA METODOLIGIA BIM (BUILDING INFORMATION MODELING), DESTINADO AOS ENGENHEIROS E ARQUITETOS DA SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA DE MANDAGUARI, ALÉM DE ACATAR OS INCENTIVOS LEGISLATIVOS DO DECRETO FEDERAL N° 10.306/2020, DO DECRETO ESTADUAL N° 10.086/2022 E LEI FEDERAL 14.133/2021.

VALOR: 471.111,44.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 24 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:5339249F

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 91/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 62/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 91/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: HORUS - DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 59.048.127/0001-23, com endereço na SAMUEL HEUSI, 463, CENTRO, CEP: 88301-320, na cidade de Itajaí/SC, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **THIAGO AUGUSTO MERCADO**, inscrito no CPF sob o nº 090.536.759-65.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA VIABILIZAR PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES NA CAPACITAÇÃO CONTINUADA: PRÁTICAS SOBRE O TRABALHO SOCIAL COM FAMÍLIAS NO CRAS SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS.

VALOR: 3.194,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 27 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:BF17E740

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 60/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 93/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: SYSMAR INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.850.753/0001-96, com endereço na RUA NEO ALVES MARTINS, 382, CENTRO, CEP: 87050-110, na cidade de MARINGA/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **RUDNEI LUCIANO FERREIRA**, inscrito no CPF sob o nº 033.240.719-50.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO, IMPLANTAÇÃO, CONFIGURAÇÃO, TREINAMENTO, HOSPEDAGEM E SUPORTE TÉCNICO DE APLICATIVO MOBILE PARA AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE (ACS), INTEGRADO DE FORMA NATIVA AO SISTEMA MUNICIPAL DE GESTÃO EM SAÚDE JÁ UTILIZADO PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE MANDAGUARI.

VALOR: 30.996,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 28 de Agosto de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:C1CB469E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
ATA DA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE DE MANDIRITUBA – CONCIDADE

Ao vigésimo sexto dia do mês de agosto de dois mil e vinte seis, às quinze horas, reuniram-se de modo presencial na Prefeitura de Mandirituba, os conselheiros, Alyny Vasconcelos de Almeida, Deives Gelenski, Eduardo de Souza Ransolim, e, Mayara Cristofoli. Os demais conselheiros justificaram suas ausências. Os demais conselheiros justificaram suas ausências. Havendo quórum, o secretário executivo, Josué da Roza Coelho, tomou a palavra dando início à reunião, cumprimentando os presentes e seguiu a ordem da pauta. **Deliberações: 1.** Decreto n.º XX/2026, que dispõe sobre os critérios para implantação dos mecanismos de contenção de cheias para retenção e/ou detenção de águas pluviais: Após deliberação pelos conselheiros, e após sugestões para melhorar a redação de alguns trechos, mesmo foi **aprovado.** A proposta de decreto deverá ser encaminhada ao prefeito para publicação. **2.** Protocolo 3479/2026, LOTEAMENTO JARDIM BELA VISTA MANDIRITUBA SPE LTDA, proposta de substituição de percentual da área de doação de

áreas institucionais por contrapartida ao Município e/ou doação em local diferente do empreendimento: O Conselheiro Deives Gelenski questionou a exigência de 10% de doação de áreas, alertando para o risco de o Município acumular estoque fundiário sem recursos para edificação caso novos loteamentos sejam implantados. Em resposta, o Conselheiro Eduardo de Souza Ransolim esclareceu que, justamente, a Lei Complementar n.º 81/2024 permite a substituição da área doada por outras contrapartidas (como infraestrutura, equipamentos, ou repasses ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano). Após debate, o plenário **aprovou a substituição da doação de percentual da área institucional é permitida; contudo, o requerente deve apresentar ao CONCIDADE a proposta de contrapartida e a comprovação de seu valor equivalente antes da aprovação final do loteamento pelo Município**. Nada mais havendo a tratar, o secretário executivo agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, da qual eu, Josué da Roza Coelho, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada vai assinada pelos presentes.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal
Presidente do CONCIDADE

JOSUÉ DA ROZA COELHO
Secretário Executivo do CONCIDADE

Conselheiros:

ALYNY VASCONCELOS DE ALMEIDA
Conselheira Titular

DEIVES GELENSKI
Conselheiro Titular

EDUARDO DE SOUZA RANSOLIM
Conselheiro Titular

MAYARA CRISTOFOLI
Conselheira Suplente

Publicado por:
Eduardo de Souza Ransolim
Código Identificador:B253564D

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.946/2026

DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a revogação do Decreto Municipal n.º 1.855, de 07 de abril de 2026"

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica e demais dispositivos legais,

DECRETA

Art. 1º Fica integralmente revogado o Decreto Municipal n.º 1.855, de 07 de abril de 2026, o qual "Estabelece medidas de contenção de gastos com pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Município de Mandirituba, Paraná e dá outras providências".

Art. 2º Este Decreto, entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 28 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 01 de setembro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:D9E0ECEE

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N.° 11/2026

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA N.° 11/2026

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ, por intermédio de seu Promotor de Justiça signatário, no exercício das atribuições previstas nos arts. 127 e 129 da Constituição Federal, art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93, e arts. 106 a 109 do Ato Conjunto nº 001/2019-PGJ/CGMP, resolve expedir a presente

RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA ao Município de Mandirituba/PR, nos seguintes termos:

CONSIDERANDO que o art. 127 da Constituição Federal atribui ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que o art. 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/93 autoriza a expedição de recomendações administrativas aos órgãos da Administração Pública;

CONSIDERANDO que a Administração Pública deve observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a Política Nacional de Assistência Social e o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) exigem que a concessão de benefícios eventuais observe critérios objetivos, transparência, controle administrativo e adequada documentação dos atos praticados;

CONSIDERANDO que tramita nesta Promotoria de Justiça o Inquérito Civil nº MPPR 0051.25.000732-8, instaurado para apurar eventual distribuição irregular de cestas básicas e demais benefícios eventuais no Município de Mandirituba/PR, bem como possíveis fragilidades na execução da política pública de assistência social;

CONSIDERANDO que o Relatório de Auditoria nº 1680/2025 elaborado pelo CAEX não identificou inconsistências formais entre os valores empenhados, liquidados e pagos referentes aos benefícios eventuais, mas constatou fragilidades relevantes nos mecanismos de controle e documentação da política assistencial;

CONSIDERANDO que a auditoria identificou ausência ou insuficiência de documentos aptos a comprovar a efetiva entrega dos benefícios aos destinatários finais, notadamente recibos, termos de recebimento, comprovantes de entrega, relatórios circunstanciados de visita técnica e registros individualizados de atendimento;

CONSIDERANDO que foram constatadas concessões múltiplas de benefícios a determinados usuários em curto espaço de tempo, sem documentação suficiente para demonstrar, de forma clara e uniforme, os critérios técnicos adotados para as respectivas concessões;

CONSIDERANDO que o relatório técnico apontou dificuldades de identificação de beneficiários em despesas relacionadas à alimentação, acolhimento institucional, dormitório, vestuário e outros benefícios eventuais, comprometendo a adequada rastreabilidade da política pública;

CONSIDERANDO que também foram identificados indícios de concessão de benefícios a pessoas domiciliadas em outros municípios, circunstância que demanda especial cautela e adequada motivação administrativa;

CONSIDERANDO que a auditoria concluiu pela existência de fragilidades nos mecanismos de controle interno, formalização de procedimentos, padronização de registros e rastreabilidade das decisões administrativas relacionadas à concessão dos benefícios eventuais;

CONSIDERANDO que o Município de Mandirituba informou ter iniciado medidas de aprimoramento dos controles administrativos, incluindo utilização de termos de recebimento numerados,

implantação de sistema eletrônico, organização de arquivos e elaboração de plano de ação voltado ao aperfeiçoamento da gestão dos benefícios assistenciais;

CONSIDERANDO que compete à Administração Pública exercer a autotutela administrativa, aprimorando continuamente seus mecanismos de controle, transparência e fiscalização;

CONSIDERANDO que a atuação preventiva do Ministério Público busca evitar a ocorrência de lesão aos princípios da Administração Pública e assegurar a adequada execução das políticas públicas assistenciais;

RECOMENDA ao Ilustríssimo Senhor Prefeito em exercício do Município de Mandirituba/PR, que adote as seguintes providências:

1. Aperfeiçoamento dos mecanismos de controle dos benefícios eventuais No prazo de 60 (sessenta) dias:
a) instituam procedimento administrativo padronizado para toda concessão de benefício eventual, com numeração individualizada e rastreabilidade completa do atendimento;
b) assegurem que toda concessão de benefício seja precedida de avaliação técnica formal realizada por profissional habilitado, com registro dos critérios
socioeconômicos que fundamentaram a decisão administrativa;
c) garantam a formalização de termo de recebimento individualizado, devidamente assinado pelo beneficiário ou representante legal, contendo a identificação do benefício concedido, data da entrega e identificação do responsável pela entrega;
d) implementem mecanismos de arquivamento físico e eletrônico aptos a permitir a localização imediata dos documentos relacionados a cada benefício concedido;
e) adotem controle específico para concessões reiteradas a um mesmo beneficiário, exigindo justificativa técnica expressa e individualizada.

2. Padronização dos procedimentos administrativos
No prazo de 90 (noventa) dias:
a) elaborem e publiquem instrução normativa, manual interno ou protocolo operacional disciplinando o fluxo de concessão dos benefícios eventuais;
b) estabeleçam critérios objetivos para análise dos pedidos, observando a legislação federal, municipal e as normativas do SUAS;
c) regulamentem expressamente as hipóteses excepcionais de atendimento a pessoas domiciliadas em outros municípios, exigindo fundamentação técnica específica para cada caso;
d) promovam capacitação dos servidores envolvidos na análise, autorização, concessão e fiscalização dos benefícios eventuais.

3. Fortalecimento do controle interno
No prazo de 90 (noventa) dias:
a) instituam rotina periódica de auditoria interna dos benefícios concedidos;
b) promovam acompanhamento sistemático dos indicadores relacionados aos benefícios eventuais;
c) elaborem relatórios periódicos destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social e ao Conselho Municipal de Assistência Social, contendo informações consolidadas sobre as concessões realizadas;
d) adotem mecanismos capazes de assegurar a rastreabilidade integral das decisões administrativas relacionadas aos benefícios assistenciais.

4. Transparência e controle social
No prazo de 60 (sessenta) dias:
a) encaminhem ao Conselho Municipal de Assistência Social relatório contendo as medidas adotadas para atendimento desta recomendação;
b) promovam a divulgação institucional dos critérios objetivos utilizados para concessão de benefícios eventuais, observada a proteção de dados pessoais dos usuários;
c) reforcem os mecanismos de participação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social na execução dessa política pública.

5. Prestação de informações ao Ministério Público
No prazo de 90 (noventa) dias, encaminhem a esta Promotoria de Justiça:
a) relatório circunstanciado detalhando as providências adotadas para cumprimento desta Recomendação;
b) cópia dos atos normativos eventualmente editados;
c) cópia do plano de ação implementado para correção das fragilidades
apontadas pelo CAEX;
d) documentos comprobatórios das medidas efetivamente executadas.

Adverte-se que a presente Recomendação possui natureza preventiva e
orientadora, destinando-se a assegurar a observância dos princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na execução da política pública de assistência social.

O eventual descumprimento injustificado desta Recomendação poderá ensejar a adoção das medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis pelo Ministério Público.

Encaminhe-se cópia da presente Recomendação ao Conselho Municipal de Assistência Social de Mandirituba/PR e à Câmara Municipal de Mandirituba/PR para ciência.

Determina-se, ainda, que a presente Recomendação seja publicada no Portal da Transparência do Município no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após seu recebimento.

Fazenda Rio Grande/PR, 19 de agosto de 2026.

Assinado Digitalmente
RAFAEL MUZY BITTENCOURT,
Promotor de Justiça.

Publicado por:
João Ricardo Ramos Andrade
Código Identificador:4512F73A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
RESOLUÇÃO CONCIDADE N.º 19, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: "Aprova a substituição da doação de áreas institucionais do empreendimento da empresa LOTEAMENTO JARDIM BELA VISTA MANDIRITUBA SPE LTDA (Protocolo n.º 3479/2026) por contrapartida ao Município, nos termos do Artigo 46 da Lei Complementar n.º 81/2024, conforme especifica."

O **Conselho Municipal da Cidade e Mandirituba – CONCIDADE**, em sua **7.ª Reunião Ordinária**, realizada em 26 de agosto de 2026, no uso de suas atribuições estabelecidas pela Lei Complementar n.º 79 de 12 de abril de 2024,

CONSIDERANDO o Parágrafo único do Artigo 46 da Lei Complementar n.º 81/2024;

RESOLVE:

Art. 1.º Aprovar a substituição de parte do percentual obrigatório de doação de áreas institucionais referentes ao empreendimento da empresa LOTEAMENTO JARDIM BELA VISTA MANDIRITUBA SPE LTDA, nos termos previstos pelo Artigo 46 da Lei Complementar n.º 81/2024.

Art. 2.º A efetivação da substituição fica condicionada à apresentação prévia, pelo requerente, de proposta formal de contrapartida ao Município, acompanhada da respectiva comprovação de equivalência financeira.

§ 1.º Para fins de obtenção de licenças ambientais ou de consulta e anuência prévia, considera-se aprovada a substituição do percentual da área de doação.

§ 2.º A proposta de substituição poderá envolver, exclusivamente ou complementarmente:

I - execução de infraestrutura urbana;

II - implantação, manutenção e reforma de equipamentos; ou

III - repasses ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano (FMDU).

Art. 3.º A documentação comprobatória da contrapartida e seu respectivo valor deverão ser submetidos à análise e validação do CONCIDADE antes da emissão da aprovação final do loteamento pelo Poder Executivo Municipal.

Art 4.º Esta Resolução entre em vigor na data de publicação.

Mandirituba, 2 de setembro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Presidente do CONCIDADE

Publicado por:
Eduardo de Souza Ransolim
Código Identificador:D8D64CBA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 72-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 72/2025.
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: **RN AUTO CENTER LTDA**.
CLAUSULA PRIMEIRA:
DO PRAZO DE EXECUÇÃO passa a ter a seguinte redação:
O período para a execução do objeto contratado fica aditivado até **01/09/2027**, conforme Pregão nº 34/2025 e Contrato nº 72/2025 firmado em 02/09/2025.
CLAUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.

Manfrinópolis, em 01/09/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:3751DB51

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO 73-2025

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 14.133/2021 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 73/2025.
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: **SCHUASTZ & SCHUASTZ LTDA**.
CLAUSULA PRIMEIRA:
DO PRAZO DE EXECUÇÃO passa a ter a seguinte redação:
O período para a execução do objeto contratado fica aditivado até **01/09/2027**, conforme Pregão -Uso até 30/04/26 nº 34/2025 e Contrato nº 73/2025 firmado em 02/09/2025.
CLAUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Manfrinópolis, em 01/09/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:A8A58B4A

ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0260/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0260/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO 0260/2026**
LEI MUNICIPAL 704/2020 DE 13/05/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR			
SERVIDOR	JOSÉ ALTAIR TEIXEIRA	**MATR.**	**1012236**
CARGO/FUNÇÃO	SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	**LOTAÇÃO:** SECRETÁRIA MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
	EFETIVO	X	**COMISSIONADO**		SAVEIRO
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA:** UBF-4A74
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
INICIO	**FIM**				
01/09/2026	02/09/2026	CURITIBA	PR	PARA ; PARTICIPAR DE CURSO E CAPACITAÇÃO .	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – Pr, em 31 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:F85D6770

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0259/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0259/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	**REQUISIÇÃO Nº 0259/2026**
LEI MUNICIPAL Nº ; 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	ROZELINDA APARECIDA JUSTIMIANO		**MATR.**	**9811**
CARGO/FUNÇÃO	TÉCNICO DE ENFERMAGEM	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**		VAN AMBULÂNCIA
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**	**AVIÃO ( )**	**PLACA**
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**	**OUTROS (X)**	SEB-5E05

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
09/07/2026	09/07/2026	PATO BRANCO	PR	ACOMPANHAR PACIENTE LUIS PAIS	0,5

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES	X	OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	
PACIENTE PATO BRANCO/PR ;			
LUIS PAIS (DIA 09/07/2026) .			

Manfrinópolis – PR, 31 de agosto de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:CB4B1FA6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LICITAÇÃO
AVISO DE REVOGAÇÃO

O Departamento de Licitações do Município de Mangueirinha, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, a **REVOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 042/2026 – PMM**, que tem por objeto: **registro de preços compromisso formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de mudas de hortaliças e sementes nativas destinadas ao atendimento dos produtores rurais do Município, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.**
Mangueirinha – PR, 02 setembro de 2026.

Departamento de Licitações
Município de Mangueirinha – Paraná

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:C91A252B

LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 047/2026 – PMM

OBJETO: registro de preços compromisso formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação de mangueiras hidráulicas e de alta pressão, de modo a suprir as demandas da Secretaria Municipal de Viação e Infraestrutura Rural.
DATA E HORA DA ABERTURA: 17 DE SETEMBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 02 DE SETEMBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 17 DE SETEMBRO DE 2026 ÀS 08H59MIN;
Local da sessão pública: https://www.gov.br/compras/pt-br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e - mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.
Mangueirinha – PR, 02 setembro de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:ABA44429

LICITAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 049/2026 – PMM

OBJETO: ata de registro de preços compromisso formal de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de mudas de hortaliças e sementes nativas destinadas ao atendimento dos produtores rurais do Município, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
DATA E HORA DA ABERTURA: 15 DE SETEMBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
INÍCIO DO RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: 02 DE SETEMBRO DE 2026 ÀS 08H00MIN;
FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 15 DE SETEMBRO DE 2026 ÀS 08H59MIN;
Local da sessão pública: https://www.gov.br/compras/pt-br.
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O presente edital está à disposição, no Departamento de Licitação e no site oficial do município www.mangueirinha.pr.gov.br. Demais informações, ligar: (46) 3243-8004, (46) 3243-8042 e - mail: licitacao@mangueirinha.pr.gov.br.
Mangueirinha – PR, 02 setembro de 2026.

LEANDRO DORINI –
Prefeito.

Publicado por:
Weslley Dangui Pinheiro
Código Identificador:FCBCBD4B

PROCURADORIA
DECRETO Nº 216, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 216, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Institui Comissão Especial para análise, revisão e proposição de reestruturação da Organização Administrativa do Poder Executivo do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA, Estado do Paraná, Sr. LEANDRO DORINI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

CONSIDERANDO a necessidade de promover a reorganização administrativa do Poder Executivo Municipal, visando à adequação de sua estrutura às atuais demandas da Administração Pública;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 2.262, de 26 de maio de 2022, e suas alterações, dispõe sobre a Organização da Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal de Mangueirinha;

CONSIDERANDO a necessidade de analisar a distribuição de competências, atribuições, unidades administrativas, cargos, funções e demais elementos integrantes da estrutura organizacional do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de aprimorar a eficiência administrativa, a racionalização dos serviços públicos, a adequada distribuição de responsabilidades e a otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência que regem a Administração Pública, nos termos do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a conveniência de realização de estudo técnico prévio por servidores efetivos do Município, com conhecimento da estrutura administrativa e do funcionamento dos diversos órgãos municipais, para subsidiar eventual proposta legislativa de reestruturação administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída a Comissão Especial de Análise e Reestruturação Administrativa, de caráter temporário, técnico,

consultivo e propositivo, destinada a promover estudos acerca da atual Organização da Estrutura Administrativa do Poder Executivo do Município de Mangueirinha, disciplinada pela Lei Municipal nº 2.262, de 26 de maio de 2022, e suas alterações.

Art. 2º A Comissão Especial será composta pelos seguintes servidores públicos municipais efetivos:
I – Presidente:
BRUNA KOLBERG LEAL;
II – Membros:
a) ALISON RODRIGO TARTARE;
b) GABRIEL CAMBRUZZI;
c) ELIZANDRA APARECIDA BEMBEM;
d) MAXIMIANO AUGUSTO BERTI CECURA.
§ 1º Compete à Presidente coordenar os trabalhos da Comissão, convocar e presidir as reuniões, distribuir atividades entre os membros e adotar as providências necessárias ao cumprimento das atribuições previstas neste Decreto.
§ 2º A Presidente poderá designar, dentre os membros da Comissão, servidor responsável pelas funções de secretaria, relatoria ou outras atividades necessárias à organização dos trabalhos.

Art. 3º Compete à Comissão Especial:
I – analisar a atual estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal prevista na Lei Municipal nº 2.262, de 26 de maio de 2022, e respectivas alterações;
II – avaliar a distribuição de competências e atribuições entre os órgãos, secretarias, departamentos, divisões, setores e demais unidades administrativas;
III – identificar eventual sobreposição, duplicidade, ausência ou inadequação de competências entre as unidades integrantes da estrutura administrativa;
IV – analisar a necessidade de criação, alteração, reorganização, fusão, transformação ou extinção de órgãos e unidades administrativas, respeitadas as competências e limitações estabelecidas pela legislação vigente;
V – avaliar a adequação dos cargos de provimento em comissão e das funções de confiança às necessidades da Administração Municipal, observada a legislação constitucional, legal e jurisprudencial aplicável;
VI – analisar as atribuições dos cargos e funções existentes, identificando eventuais necessidades de atualização, adequação ou redistribuição;
VII – avaliar a organização administrativa sob os aspectos da eficiência, economicidade, racionalização de procedimentos, segregação de funções e aperfeiçoamento da prestação dos serviços públicos;
VIII – solicitar aos Secretários Municipais, órgãos e unidades administrativas municipais informações, documentos, levantamentos, organogramas, relatórios, quantitativos de pessoal e demais elementos considerados necessários ao desenvolvimento dos trabalhos;
IX – ouvir Secretários Municipais, servidores, responsáveis por departamentos e demais agentes públicos sempre que suas informações forem consideradas relevantes para os estudos;
X – realizar reuniões técnicas com os setores de Recursos Humanos, Administração, Contabilidade, Finanças, Procuradoria Jurídica, Controladoria Interna e demais unidades cuja participação seja necessária;
XI – analisar os possíveis impactos administrativos, funcionais, orçamentários e financeiros decorrentes das alterações propostas;
XII – propor medidas destinadas à modernização, simplificação e racionalização da estrutura e dos procedimentos administrativos;
XIII – elaborar proposta de organograma atualizado do Poder Executivo Municipal, caso constatada sua necessidade;
XIV – elaborar relatório técnico conclusivo contendo diagnóstico da estrutura administrativa atual, as alterações recomendadas e a respectiva fundamentação; e
XV – apresentar, quando cabível, proposta de redação ou minuta destinada a subsidiar a elaboração do Projeto de Lei de iniciativa do Chefe do Poder Executivo para alteração ou substituição da legislação que disciplina a Estrutura Administrativa Municipal.

Art. 4º Para o desenvolvimento dos trabalhos, a Comissão poderá solicitar diretamente às Secretarias, Departamentos e demais unidades administrativas municipais os documentos, informações e esclarecimentos considerados necessários.
§ 1º Os órgãos e unidades administrativas deverão prestar colaboração à Comissão e disponibilizar, dentro de suas competências, as informações necessárias à realização dos estudos.
§ 2º A Comissão poderá promover reuniões individuais ou coletivas com os responsáveis pelos órgãos municipais para levantamento das necessidades, dificuldades operacionais e sugestões relacionadas à organização administrativa.

Art. 5º Os trabalhos da Comissão deverão considerar, entre outros aspectos:
I – a compatibilidade da estrutura administrativa com as competências constitucionais e legais atribuídas ao Município;
II – a adequação da estrutura às políticas públicas e aos serviços atualmente executados pela Administração Municipal;
III – a eficiência e a racionalidade na distribuição das atribuições administrativas;
IV – a inexistência de sobreposição desnecessária de competências;
V – a adequada segregação de funções e mecanismos de controle interno;
VI – a estrutura e o quantitativo de pessoal existente;
VII – a necessidade e proporcionalidade dos cargos em comissão e funções de confiança;
VIII – os impactos orçamentários e financeiros das alterações eventualmente propostas;
IX – os limites estabelecidos pela Constituição Federal, pela Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, e demais normas relativas às despesas com pessoal;
X – a realidade administrativa, populacional, territorial e socioeconômica do Município de Mangueirinha; e
XI – a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços prestados à população.

Art. 6º A Comissão deverá apresentar ao Chefe do Poder Executivo, ao término de seus trabalhos, Relatório Técnico Final, contendo, no mínimo:
I – diagnóstico da atual Estrutura Administrativa Municipal;
II – identificação dos principais pontos que demandem alteração ou aperfeiçoamento;
III – justificativa técnica das alterações propostas;
IV – proposta de nova organização administrativa, quando necessária;
V – organograma administrativo proposto;
VI – indicação das unidades administrativas, cargos e funções que se proponha criar, alterar, reorganizar ou extinguir;
VII – avaliação preliminar dos impactos administrativos, orçamentários e financeiros das medidas propostas; e
VIII – minuta ou sugestão de alteração legislativa, quando pertinente.
Parágrafo único. As conclusões e propostas apresentadas pela Comissão possuem caráter técnico, consultivo e propositivo, competindo exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo deliberar acerca de sua adoção e, quando necessária alteração legislativa, encaminhar o respectivo Projeto de Lei à Câmara Municipal.

Art. 7º A Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste Decreto, para conclusão dos trabalhos e apresentação do Relatório Técnico Final.
Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado, mediante justificativa da Presidente da Comissão e autorização do Chefe do Poder Executivo, caso a complexidade dos estudos assim exija.

Art. 8º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e será exercida sem remuneração adicional, sem prejuízo das atribuições inerentes aos cargos efetivos ocupados pelos respectivos membros.

Art. 9º Os casos omissos relativos ao funcionamento e à organização dos trabalhos da Comissão serão resolvidos pela sua Presidente, observadas as disposições deste Decreto e a legislação aplicável.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Alison Rodrigo Tartare
Código Identificador:E6898237

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ADITIVO DE CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 28/2026

Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e excepcional interesse público, nos termos do artigo 37 inciso IX da Constituição Federal.

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE MARILENA
CONTRATADO(A): **CAMILA BARBOSA DA SILVA – CPF: xxx.974.999-xx**
As partes acima identificadas concordam em celebrar o presente aditivo de contrato de trabalho, que tem fundamento na Lei Complementar Municipal nº 1129/2013, Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2025, pelas cláusulas e condições seguintes:

Cláusula 1ª – O(a) Contratado(a) prestará serviços na função de: **MONITOR DE TRANSPORTE ESCOLAR.**

Cláusula 2ª - Apresentar-se devidamente identificado com o crachá de monitor; acompanhar os alunos desde o embarque no transporte escolar até seu desembarque na escola de destino, assim como acompanhar os alunos desde o embarque no final do expediente escolar, até o desembarque nos pontos próprios; identificar a instituição de ensino dos respectivos alunos e deixá-los na respectiva unidade escolar; Auxiliar no embarque, desembarque seguro e acomodação dos alunos e seus pertences, com a atenção voltada à segurança destes, procurando evitar possíveis acidentes, ressaltando o uso do cinto de segurança; auxiliar na colocação de cinto de segurança e fiscalizar sua correta utilização; proceder com lisura e urbanidade para com os escolares, pais, diretores, professores e servidores dos estabelecimentos de ensino; ajudar os alunos a subir e descer as escadas dos transportes, considerando a individualidade e o grau de dificuldade de cada aluno; orientar os alunos sobre medidas de segurança e comportamento, evitando que coloquem partes de seu corpo para fora da janela, certificando-se de que todos estejam assentados adequadamente dentro do veículo de transporte escolar; fazer o acompanhamento dos educandos durante todo o trajeto e zelar pelo bom andamento da viagem, adotando medidas cabíveis de prevenção ou solução de problemas; contatar o diretor ou responsável pela unidade escolar e, se necessário, a Secretaria Municipal de Educação, mantendo-os informados sobre eventuais mudanças de horários ou itinerários; manter a disciplina dos educandos usuários do transporte escolar dentro do veículo, evitando situações de risco; garantir que os educandos usuários do transporte escolar desembarquem apenas na escola ou no ponto da respectiva residência, exceto quando houver autorização expressa por escrito dos pais ou responsáveis; colaborar com a limpeza e organização do veículo; encaminhar à Unidade Escolar os materiais que por ventura tenham sido esquecidos no veículo; responsabilizar-se pela aplicação dos termos de advertência/ocorrência verbal e escrita; informar aos órgãos gestores do Transporte Escolar Municipal, qualquer irregularidade ocorrida no percurso; apresentar relatórios aos órgãos gestores do Transporte Escolar Municipal e à Secretaria Municipal de Educação, sobre ocorrências de situações irregulares; preencher diariamente o "diário do veículo", informando irregularidades e demais ocorrências do percurso; zelar pelo veículo e responsabilizar-se por qualquer avaria ou dano ao patrimônio, na parte interna do veículo, caso seja comprovada sua negligência.

Cláusula 3ª – PRORROGAÇÃO
Prorrogar o prazo de vigência do Contrato nº 35/2025 até do dia 01/09/2027

Cláusula 4º - Fica eleita a Comarca de Nova Londrina para nela serem dirimidas eventuais questões decorrentes do presente contrato .

Por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, em duas vias de igual teor, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

Marilena, 02 de Setembro de 2026

CELIO LELIS DA MATA CAMILA BARBOSA DA SILVA
Prefeito Municipal Monitor de Transporte Escolar

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:433DC6E0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 233/2026

De 01 de Setembro de2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Prêmio de 30 (trinta) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Ester da Silva Sanches**,** matricula 5782, referente ao período aquisitivo 2021/2026, a partir do dia 01/09/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 01 DE SETEMBRO
DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:A64F9885

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 234/2026

De 01 de Setembro de2026

CELIO LELIS DA MATA, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI

Resolve:

Conceder Licença Prêmio de 90 (noventa) dias a Servidora Pública Municipal Sra. Sidineia Costa Amancio Ogibowski**,** matricula 318, referente ao período aquisitivo 2016/2021 30 (trinta) dias e 2021/2026 60 (sessenta) dias, a partir do dia 01/09/2026.
Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MARILENA, 01 DE SETEMBRO DE 2026.

CELIO LELIS DA MATA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amaurino Alves Correia
Código Identificador:D5F8BBF8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 175/2026

PORTARIA N° 175/2026 DATA: 02/09/2026 SÚMULA: "Nomeia comissão para instauração de Processo Administrativo Disciplinar para apurar a denúncia contra o servidorcadastrado sob matrícula nº 1039-1." **Mario Eduardo Lopes Paulek**, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 62 XXVII, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis e correlatos da Lei 19/92. **RESOLVE: ART. 1°- INSTAURAR** Processo Administrativo Disciplinar na forma art. 139, §1º, da Lei Municipal nº 019/2092, para apurar denúncia formulada documentalmente pelo Departamento de Recursos Humanos referente a condutas funcionas da servidora cadastrada sob matrícula nº 1039-1; **ART. 2°- NOMEAR,** conforme previsão contida no art. 140 da Lei Municipal nº 019/2092, sob a presidência do primeiro, e a secretaria da terceira, a comissão encarregada de apurar os fatos denunciados: 1º Vanieli Novello, inscrita no CPF nº 036.xxx.xxx-92, 2ºJoelcio Malicheski, inscrito no CPF nº. 766.xxx.xxx-87; e Emires Aparecida Sbardella, inscrita no CPF nº 656. xxx.xxx.-34; **ART. 3°-** Estabelece o prazo de 60 (sessenta) dias para a conclusão do referido processo, consoante dispõe o art. 145 Lei 019/1992. **ART. 4°-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 setembro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:999471E8

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 176/2026

Portaria Nº 176/2026 Data: 02/09/2026 SÚMULA: Nomear Emanuelly da Costa Silva, para exercer o cargo de Professora Municipal "C". Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Emanuelly da Costa Silva, CPF 875.XXX.XXX-49, para exercer a partir de 02 de setembro de 2026, o Cargo de Professora Municipal "C", no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Educação em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 001.01/2025, de 05 de agosto 2025. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de setembro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:88928117

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 177/2026

Portaria Nº 177/2026 Data: 02/09/2026 SÚMULA: Nomear Erenice Izabel Mendes da Silva, para exercer o cargo de Professora Municipal "C". Mario Eduardo Lopes Paulek, Prefeito Municipal de Mariópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, definidas no Artigo 70º, item XXV, da Lei Orgânica do Município de Mariópolis, R E S O L V E: Art 1º - Nomear Erenice Izabel Mendes da Silva, CPF 025.XXX.XXX-99, para exercer a partir de 02 de setembro de 2026, o Cargo de Professora Municipal "C", no Quadro de Servidores Estatutários do Município de Mariópolis, com carga horária de 20 horas semanais, percebendo o Piso Inicial do referido Cargo, lotado na Divisão de Educação em vista sua aprovação no Concurso Público realizado pelo Município, com resultado homologado pelo Edital de Nº 001.01/2025, de 05 de agosto 2025. Art 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mariópolis, em 02 de setembro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:DA4D5967

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO 010/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE MARIÓPOLIS – CMDCA RESOLUÇÃO 010/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026. Súmula: Convoca o Processo de Escolha suplementar e extraordinário e Institui a Comissão Especial. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Mariópolis Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhes confere a lei Municipal 007/2023, **CONSIDERANDO** o disposto no art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990, que estabelece que o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar será definido em lei municipal e realizado sob a responsabilidade do CMDCA, com fiscalização do Ministério Público; **CONSIDERANDO** o art. 227 da Constituição Federal, que prevê a prioridade absoluta da criança e do adolescente, impondo à família, à sociedade e ao Estado o dever de assegurar-lhes os direitos fundamentais; **CONSIDERANDO** a Resolução CONANDA nº 231/2022, que estabelece diretrizes e normas gerais sobre o processo de escolha dos Conselheiros Tutelares em todo o território nacional; **CONSIDERANDO** a Lei Municipal nº 7/2023, que dispõe sobre a política municipal dos direitos da criança e do adolescente e a organização do Conselho Tutelar no Município de Mariópolis/PR; **CONSIDERANDO** a necessidade de garantir lisura, igualdade de condições, transparência e segurança em todas as etapas do processo de escolha; **CONSIDERANDO** a necessidade de suplementar a Gestão 2024/2028. **RESOLVE: DA CONVOCAÇÃO: Art. 1º.** Fica convocado o **Processo de Escolha Suplementar e Extraordinário para o cargo de Conselheiro Tutelar do Município de Mariópolis – PR**, destinado a complementar a composição do Conselho Tutelar, período remanescente da **gestão 2024/2028**, em razão de vaga(s) existente(s) ou que venha(m) a ocorrer durante o período do mandato, observadas as disposições legais e normativas aplicáveis. **§ 1º** O Processo de Escolha será realizado sob a responsabilidade do **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA**, por intermédio da Comissão Especial instituída nesta Resolução, observadas as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, da legislação municipal, das normas do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA e demais atos normativos aplicáveis. **§ 2º** O Processo de Escolha compreenderá as etapas previstas no respectivo **Edital de Convocação**, incluindo, inscrição, análise e habilitação dos candidatos, impugnações, recursos, eventual, prova, avaliação psicológica, capacitação, votação, apuração, divulgação do resultado e demais procedimentos necessários à escolha dos Conselheiros

Tutelares. **§ 3º** O Edital de Convocação, a ser elaborado pela Comissão Especial e submetido à aprovação do CMDCA, estabelecerá os requisitos para candidatura, prazos, documentação exigida, critérios e procedimentos de habilitação, regras de campanha, votação, apuração, recursos, impugnações, divulgação dos resultados e demais normas necessárias à realização do Processo de Escolha. **§ 4º** A convocação de que trata o caput observará a necessidade de assegurar a **legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, transparência, isonomia entre os candidatos e participação democrática da comunidade**, garantindo-se, em todas as etapas, o respeito aos direitos da criança e do adolescente e aos princípios que regem o Sistema de Garantia de Direitos. **§ 5º** O Processo de Escolha de que trata este artigo terá caráter **suplementar e extraordinário**, destinando-se exclusivamente ao preenchimento das vagas existentes ou que venham a ser formalmente reconhecidas como necessárias à recomposição da composição do Conselho Tutelar, conforme a legislação aplicável.**DA COMPOSIÇÃO: Art. 2º**. Instituir uma Comissão Especial responsável por coordenar, operacionalizar, instruir e acompanhar o processo suplementar e extraordinário ao Cargo de Conselheiro Tutelar, composta pelas seguintes pessoas: Presidente: Sandra Mara Ribeiro Schaus; Vice-presidente: Gabrielly Almeida; Primeiro Secretário: Cristiane Ap. dos Santos; Segundo Secretário: Helenira Geminiano **DAS COMPETÊNCIAS DA COMISSÃO ESPECIAL : Art. 3º.** Compete à Comissão Especial responsável pela coordenação do Processo de Escolha suplementar e extraordinário para o cargo de Conselheiro Tutelar: **I –** coordenar, organizar e acompanhar todas as etapas do Processo de Escolha suplementar e extraordinário, observando as disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, da legislação municipal, das resoluções do CONANDA, das normativas do CMDCA e demais disposições aplicáveis; **II –** elaborar e submeter à apreciação e aprovação do CMDCA o cronograma, os procedimentos, os instrumentos e demais documentos necessários à realização do Processo de Escolha; **III –** acompanhar a execução do cronograma do Processo de Escolha, adotando as providências necessárias ao cumprimento dos prazos estabelecidos; **IV –** organizar e acompanhar os procedimentos relativos às inscrições dos candidatos, incluindo o recebimento, conferência e encaminhamento da documentação apresentada, nos termos estabelecidos no edital; **V –** analisar preliminarmente a documentação dos candidatos quanto ao atendimento dos requisitos estabelecidos no edital, encaminhando ao CMDCA as situações que demandem decisão; **VI –** acompanhar e organizar a divulgação dos atos, comunicados, convocações, resultados e demais informações relativas ao Processo de Escolha, garantindo transparência e publicidade aos procedimentos; **VII –** receber, registrar e encaminhar ao CMDCA, para análise e decisão, os pedidos de impugnação, recursos, denúncias ou demais manifestações apresentadas durante o Processo de Escolha, observados os prazos e procedimentos previstos no edital; **VIII –** articular-se com os órgãos e setores da Administração Pública Municipal, bem como com instituições e demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, quando necessário à adequada execução do Processo de Escolha; **IX –** organizar e acompanhar, a realização de capacitação, orientação ou preparação dos candidatos, observadas as disposições legais e editalícias; **X –** acompanhar os procedimentos relacionados à votação, apuração e divulgação dos resultados, zelando pela regularidade, transparência e segurança do Processo de Escolha; **XI –** providenciar, em conjunto com os órgãos competentes, a organização da estrutura necessária à realização da votação indireta, apuração, incluindo locais, materiais, equipamentos, apoio logístico e demais recursos necessários; **XII –** acompanhar a atuação das pessoas designadas para apoio ao Processo de Escolha, orientando-as quanto aos procedimentos estabelecidos e comunicando ao CMDCA eventuais irregularidades; **XIII –** registrar em atas, relatórios ou outros instrumentos próprios as ocorrências relevantes verificadas durante a execução do Processo de Escolha; **XIV –** comunicar imediatamente ao CMDCA quaisquer fatos, irregularidades ou situações que possam comprometer a legalidade, a isonomia, a transparência ou a regularidade do Processo de Escolha; **XV –** elaborar relatório final das atividades desenvolvidas pela Comissão Especial, contendo o registro das principais etapas realizadas, ocorrências, encaminhamentos e resultados do Processo de Escolha, submetendo-o à apreciação do CMDCA; **XVI –** exercer outras atribuições necessárias à organização e ao acompanhamento do Processo de Escolha, desde que compatíveis com sua finalidade e expressamente determinadas pelo CMDCA. **§ 1º** A Comissão Especial exercerá suas atribuições sob a supervisão e orientação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, ao qual caberá deliberar sobre as matérias que demandem decisão do colegiado. **§ 2º** As decisões da Comissão Especial que produzam efeitos no Processo de Escolha deverão observar as disposições legais, normativas e editalícias, não podendo a Comissão alterar requisitos, critérios de classificação, prazos ou demais condições estabelecidas sem a devida competência e aprovação do CMDCA. **§ 3º** A Comissão Especial poderá solicitar aos órgãos e setores competentes informações, documentos, apoio técnico e logístico necessários ao cumprimento de suas atribuições. **XVII** – A Comissão Especial terá caráter auxiliar, executivo e instrutório, competindo-lhe coordenar e operacionalizar as etapas do Processo de Escolha, sem prejuízo da competência deliberativa e normativa do CMDCA. **XVIII -** A Comissão receberá assessoria técnica providenciada pela Pasta responsável pela Política da Criança e do Adolescente. **Art. 4º.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mariópolis, 02 de setembro de 2026.

PATRICIA DONATTI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:181110C7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 009/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 009/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Aprova o Plano Decenal, com vigência 2027/2037.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conforme Lei Municipal nº 007 de 08 de março de 2023, considerando a **sessão plenária do dia 02 de setembro de 2026**, CONSIDERANDO A RESOLUÇÃO CMDCA Nº 003/2026 que dispõe sobre a Comissão especial para acompanhar a elaboração do Plano Decenal; CONSIDERANDO a Lei Federal 8069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e suas alterações; CONSIDERANDO o Plano Decenal Estadual dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente do Paraná; CONSIDERANDO LEI Nº 8.242, DE 12 DE OUTUBRO DE 1991, que cria o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e dá outras providências. **RESOLVE**: **Art. 1º.** Aprovar o Plano Decenal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município para o período de 2027 a 2037, instrumento de planejamento e gestão das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência, construído com base no diagnóstico da realidade municipal e organizado em diretrizes, objetivos, metas e estratégias, visando assegurar a promoção, a proteção e a defesa integral dos direitos da criança e do adolescente, em consonância com os princípios da prioridade absoluta, da proteção integral e da participação social. **Art. 2º. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.**

PATRICIA DONATTI
Presidente

Publicado por:
Karine Helena da Costa Liscano
Código Identificador:A9DC1CD6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
PORTARIA Nº 945/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1165/2008 e

nº 2208/2021 e suas alterações, mediante o processo n° 29626/2026 e a necessidade da secretaria, resolve:

LOTAR

Na Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, a servidora **SAMYRA LILIAN OLIVEIRA SILVA,** matrícula n° 101813/1, ocupante do cargo público de **Auxiliar de Administração**.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de setembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 01 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:12CC3117

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
22º ATA DA REUNIÃO - 28 DE AGOSTO DE 2026 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MATINHOS PREV

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2026, às 15:00, presentes, por meio da plataforma Teams, os membros do Comitê de Investimentos, Alessandro Koiti Ymai, Marlise Alboit Ramos e Roberta de Oliveira D'Amato, em reunião extraordinária, dada a ausência do membro Henrique, que se encontrava em período de gozo de férias na reunião anterior, impossibilitando a obtenção do quórum desejado para deliberar o resgate e aplicação dos recursos alocados nos fundos 4UM Marlim e Guepardo. Foi registrada a nova ausência do membro Henrique Buck Zella, impossibilitando a obtenção do quórum desejado para deliberação da matéria pendente. Na sequência, foram tratados assuntos gerais de interesse do Comitê. Foi realizado debate acerca da manutenção da conta Selic, aberta por meio de adesão formal realizada em setembro de 2024. Foi informado que a instituição financeira sinalizou possível encerramento da conta em razão da inatividade. Diante disso, ficou consignado que serão verificadas as condições para manutenção da conta, seus custos e a conveniência de sua continuidade, especialmente em vista das futuras necessidades relacionadas à certificação Pró-Gestão e eventual contratação de plataforma especializada para acompanhamento de investimentos. O presidente informou que o Sr. Fábio (Itaú), realizará visita ao RPPS para apresentação de produtos de investimentos. Por fim, em razão das dificuldades para reunir todos os membros para deliberação presencial ou virtual, foi sugerida a realização de consulta formal por e-mail, acompanhada de relatório e documentação pertinente, para manifestação individual dos membros sobre os assuntos pendentes. A sugestão foi acolhida, ficando o Presidente responsável pela elaboração e encaminhamento da documentação necessária.
Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 10:21. Eu, Alessandro Koiti Ymai, lavrei a presente ata, que será assinada pelos presentes.
Matinhos, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO KOITI YMAI	***ROBERTA DE OLIVEIRA D'AMATO***
MARLISE ALBOIT RAMOS	

Publicado por:
Roberta de Oliveira d Amato
Código Identificador:33211BA0

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE MATINHOS
23º ATA DA REUNIÃO - 31 DE AGOSTO DE 2026 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS - MATINHOS PREV

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto de 2026, às 15h00, reuniram-se presencialmente os membros do Comitê de Investimentos Alessandro Koiti Ymai, Roberta de Oliveira D'Amato e Henrique Buck Zella, juntamente com o gerente comercial do Banco Itaú Unibanco S.A Fabio Augusto Almeida Alves, para participar da apresentação de fundos de investimento da referida instituição. Aberta a reunião, o gerente iniciou sua exposição abordando o cenário macroeconômico, com destaque para a deflação de 0,40% registrada pelo IPCA-15 em agosto e seu possível impacto na redução da taxa de juros, face à superação da expectativa inflacionária para o período. Após a explanação do cenário econômico, o gerente apresentou os resultados do fundo Itaú Soberano RF Simples FIF DA CIC RL, o qual já integra a carteira de investimentos do Instituto de Previdência. Na sequência, os membros Alessandro Koiti Ymai e Roberta de Oliveira D'Amato ressaltaram que, atualmente, o Instituto não possui a certificação Pró-Gestão, circunstância que restringe as aplicações exclusivamente a ativos de renda fixa. Ciente dessa condição, o gerente apresentou um novo produto de renda fixa, denominado Itaú Legend RF LP FIF DA CIC RL. Durante a explanação sobre o novo fundo, o membro Henrique Buck Zella solicitou a exibição comparativa dos resultados em relação ao fundo Itaú Soberano. Constatou-se, então, que no período de janeiro a julho, o fundo Itaú Soberano RF Simples FIF DA CIC RL apresentou desempenho superior ao do novo produto apresentado. Diante dessa observação, o gerente pontuou que o fundo Itaú Legend possui caráter estratégico com foco no longo prazo. Em seguida, os membros do Comitê e o gerente debateram as expectativas para o cenário econômico de 2027, abordando temas como os reflexos do conflito entre os Estados Unidos e o Irã sobre a inflação americana, a trajetória dos gastos públicos no Brasil e o atual cenário de incertezas. Esgotados os assuntos, a reunião foi encerrada às 15h45.
Nada mais havendo a tratar, eu, Henrique Buck Zella, lavrei a presente ata, que será assinada pelos membros do comitê de investimento presentes.
Matinhos, 31 de agosto de 2026.

ALESSANDRO KOITI YMAI	***ROBERTA DE OLIVEIRA D'AMATO***
	HENRIQUE BUCK ZELLA

Publicado por:
Roberta de Oliveira d Amato
Código Identificador:8370AD27

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 071/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº104/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

VALOR MÁXIMO GLOBAL: R$123.386,19 (cento e vinte e três mil, trezentos e oitenta e seis reais e dezenove centavos)

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: LICITAÇÃO EXCLUSIVA MICROEMPRESA (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) e MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 21/09/2026 às 09h00min

MODO DE DISPUTA: ABERTO

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS:
licitacao@matinhos.pr.gov.br - CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:BDFD4AA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026

AVISO DE LICITAÇÃO RETIFICADO
PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 061/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 097/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UNIFORME ESCOLAR, MEIAS ESCOLARES E TÊNIS ESCOLAR.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO: R$3.463.620,00 (três milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, seiscentos e vinte reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia 18/09/2026 às 09h00min

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: TIPO MENOR PREÇO POR LOTE

MODO DE DISPUTA: ABERTO

MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM: AMPLA CONCORRÊNCIA COM APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR N°123/2006

DÚVIDAS E ESCLARECIMENTOS EXCEPCIONAIS:
licitacao@matinhos.pr.gov.br
CONTATOS Telefone: 0800 3971 600 Ramais: 795 - 807 - 811

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:1B198E95

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO N° 049/2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N° 049/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADO: CRISTOPHER HANEK

CPF Nº: 026.106.069-40

OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO	UND.	QNTD	VLR MENSAL	VALOR TOTAL
1	LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO A RUA ALBANO MULLER, Nº727, CENTRO, MATRICULA 43.431 no Cartório de Registro de Imóveis	MENSAL	12	R$ 4.623,14	R$ 55.477,68
TOTAL R$ 55.477,68					

VALOR TOTAL: R$ 55.477,68 (cinquenta e cinco mil quatrocentos setenta e sete reais sessenta e oito centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

DATA DA ASSINATURA: 28/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:1F12ADBC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2026

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 117/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 023/2026

O Prefeito Municipal de Matinhos torna pública e AUTORIZA a Inexigibilidade nº 023/2026, que prevê a LOCAÇÃO DE IMÓVEL DESTINADO AO FUNCIONAMENTO DA CENTRAL DE ABASTECIMENTO DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pelo locador CRISTOPHER HANEK inscrito no CPF Nº 026.106.069-40 no valor de R$ 55.477,68 (cinquenta e cinco mil quatrocentos setenta e sete reais sessenta e oito centavos), com base no Art. 74, inciso V, da Lei Federal n° 14.133/21 e suas alterações, de acordo com o parecer jurídico proferido pela Procuradoria Jurídica do Município.

Matinhos, 28 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito de Matinhos

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:2999292E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2026, que tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESALOJAMENTO DE POMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS, para a seguinte empresa: HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA, inscrita no CNPJ nº 36.929.401/0001-78 com os lotes: 1, 2, 4, 5, 6 no valor total de R$ 140.344,76 (cento e quarenta mil e trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

Município de Matinhos, em 24 de agosto de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:AC8037F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR EDITAL ALDIR BLANC Nº 006/2026 – SEMEC

MUNICÍPIO DE MATO RICO – PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEMEC

CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR

EDITAL ALDIR BLANC Nº 006/2026 – SEMEC

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB
A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – SEMEC**, do Município de Mato Rico – PR, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições do **Edital Aldir Blanc nº 006/2026 – SEMEC**, torna pública a presente **CONVOCAÇÃO COMPLEMENTAR**, em razão da desistência da proponente anteriormente selecionada na Categoria Dança.

1. DA DESISTÊNCIA
A proponente **LÚCIA FERREIRA DA LUZ ROSA**, selecionada na **Categoria Dança**, apresentou desistência expressa da celebração do Termo de Execução Cultural antes de sua assinatura e antes do recebimento dos recursos financeiros.
Diante da desistência, fica liberada a respectiva oportunidade de celebração do instrumento, devendo ser observada a ordem de classificação estabelecida no resultado do Edital nº 006/2026 – SEMEC.

2. DA CONVOCAÇÃO
Em razão do disposto acima, fica **CONVOCADA**:

Categoria	Proponente	Classificação	Nota
Dança	**SILVANE PINTO DE FRANÇA**	**1ª colocada**	**75 pontos**

A proponente convocada deverá apresentar-se perante a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC**, dentro do prazo estabelecido pela Administração, para apresentação/atualização da documentação necessária e posterior assinatura do **Termo de Execução Cultural**, caso esteja regularmente habilitada.

3. DA DOCUMENTAÇÃO E DA ASSINATURA
A convocada deverá atender integralmente às exigências previstas no **Edital Aldir Blanc nº 006/2026 – SEMEC**, ficando a celebração do Termo de Execução Cultural condicionada à regularidade da documentação apresentada e à disponibilidade orçamentária e financeira.
O não atendimento da convocação dentro do prazo estabelecido poderá ensejar a perda da oportunidade de celebração do Termo, com a adoção das providências administrativas cabíveis, observada a ordem de classificação.

4. DA PUBLICAÇÃO
A presente Convocação Complementar será publicada nos meios oficiais utilizados para divulgação dos atos do Edital nº 006/2026 – SEMEC, para conhecimento dos interessados.
Mato Rico – PR, 01 de setembro de 2026.

LUIZ FERNANDO SEGURO
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Priscilla de Souza Ruteski
Código Identificador:D251465C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO POR ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2025

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO POR ENCERRAMENTO DA VIGÊNCIA CONTRATUAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº01/2025

CONTRATANTE:FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES - FASMO, órgão da Administração Pública Indireta com personalidade jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 48.402.912/0001-16, com sede na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes/PR.

CONTRATADO	N° MATRÍCULA	EMPREGO PÚBLICO	DATA DA RESCISÃO	MOTIVO
MARIA ALDENIZIA DA SILVA LIMA	95	MÉDICO (A) GENERALISTA	01/09/2026	Encerramento de Contrato

Este extrato tem validade a contar da data de sua assinatura.

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:10AE0392

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
PORTARIA Nº 33/2026 – FASMO

PORTARIA Nº 33/2026 – FASMO

Institui e aprova o Fluxograma de Tramitação de Demandas Administrativas da Fundação Municipal de Saúde de Morretes – FASMO e estabelece outras providências.

A DIRETORA GERAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRETES – FASMO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e pelos atos normativos que regem a Fundação,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituído e aprovado o Fluxograma de Tramitação de Demandas Administrativas da Fundação Municipal de Saúde de Morretes – FASMO, constante do Anexo I desta Portaria, que passa a integrar este ato para todos os fins.
Art. 2º O fluxo estabelecido nesta Portaria deverá ser observado na tramitação das demandas administrativas, solicitações, requerimentos, ofícios, comunicações e demais expedientes submetidos à apreciação ou providência da FASMO.

Art. 3º A tramitação das demandas observará, sempre que aplicável, as seguintes etapas:

I – Entrada da Demanda: recebimento de ofício, requerimento, solicitação, comunicação ou fato que demande providência administrativa;

II – Diretoria-Geral: recebimento da demanda e determinação do encaminhamento adequado;

III – Diretoria Administrativa: autuação do processo, organização dos documentos, verificação das informações necessárias e identificação do setor competente;

IV – Análise pela área competente:
a) Diretoria de Saúde, quando a demanda envolver matéria técnica ou assistencial; ou
b) Diretoria Administrativa, quando envolver matéria administrativa, financeira ou de recursos humanos;
V – Diretoria Jurídica: análise de legalidade, enquadramento jurídico, emissão de parecer, quando cabível, e orientação quanto ao encaminhamento da demanda;

VI – Diretoria-Geral: análise conjunta dos elementos constantes dos autos e determinação da decisão ou providência cabível;

VII – Execução/Expedição: adoção da providência determinada, mediante ofício, resposta, ato administrativo, comunicação interna ou externa ou outro instrumento adequado;
VIII – Diretoria Administrativa: registro, protocolo, ciência dos interessados, controle e arquivamento do processo, conforme o caso.

Art. 4º Os setores e Diretorias da FASMO deverão observar o fluxo estabelecido nesta Portaria, promovendo o encaminhamento dos processos e documentos ao setor competente de forma organizada e devidamente instruída.
Art. 5º O encaminhamento à Diretoria Jurídica deverá ocorrer sempre que a matéria demandar análise jurídica, especialmente nos casos que envolvam interpretação normativa, legalidade, elaboração ou análise de atos administrativos, contratos, convênios, instrumentos jurídicos, processos administrativos ou outras situações cuja natureza exija manifestação jurídica.
Art. 6º A tramitação prevista nesta Portaria não impede o encaminhamento direto à Diretoria-Geral ou à Diretoria Jurídica quando a natureza, urgência ou complexidade da matéria assim exigir.
Art. 7º Compete à Diretoria Administrativa promover o controle da tramitação dos processos administrativos, zelando pelo adequado registro, movimentação, organização documental, ciência, protocolo e arquivamento.
Art. 8º Compete à Diretoria-Geral dirimir eventuais dúvidas quanto à aplicação do fluxo estabelecido nesta Portaria e determinar, quando necessário, encaminhamento diverso daquele previsto no Anexo I, considerando a natureza e a especificidade da demanda.
Art. 9º O Fluxograma constante do Anexo I poderá ser atualizado ou alterado mediante ato da Diretoria-Geral, sempre que necessário ao aperfeiçoamento dos procedimentos administrativos da FASMO.
Art. 10 Os casos omissos serão dirimidos pela Diretoria-Geral, observada a legislação aplicável e, quando necessário, mediante manifestação da Diretoria Jurídica.
Art. 11 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Morretes, 02 de setembro de 2026.

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral FASMO
Decreto nº 2.322/2025

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:B54EA87E

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
RESOLUÇÃO Nº 06/2026 – CONSELHO CURADOR DA FASMO

RESOLUÇÃO Nº 06/2026 – CONSELHO CURADOR DA FASMO

Institui e regulamenta, no âmbito da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO, o Programa de Prorrogação das Licenças Maternidade, Paternidade e à Adotante, nos termos da Lei Federal nº 11.770/2008, do Decreto Federal nº 10.854/2021, da legislação trabalhista e previdenciária aplicável, e dá outras providências.

O CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES - FASMO, no uso de suas atribuições legais, estatutárias e regimentais, especialmente aquelas previstas na Lei Complementar Municipal nº 50, de 26 de maio de 2022, no Estatuto e no Regimento Interno da Fundação;

CONSIDERANDO que a Fundação é entidade da administração pública indireta municipal, dotada de personalidade jurídica de direito privado, e que seu quadro de pessoal próprio é regido pela Consolidação das Leis do Trabalho;

CONSIDERANDO que o art. 2º da Lei federal nº 11.770/2008 autoriza a administração pública direta, indireta e fundacional a instituir programa que garanta a prorrogação das licenças de que trata o art. 1º da mesma Lei;

CONSIDERANDO que a Lei Complementar Municipal nº 68/2025, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, disciplina o regime estatutário aplicável aos Poderes Executivo e Legislativo, não alcançando os empregados públicos celetistas do quadro próprio desta Fundação;

CONSIDERANDO os parâmetros fixados nos arts. 137 a 142 do Decreto federal nº 10.854/2021, adotados como referência normativa para a disciplina interna do benefício;

CONSIDERANDO a estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício de instituição e nos dois subsequentes, elaborada com base no quadro de pessoal próprio e nos repasses do Contrato de Gestão nº 01/2023 e seus aditivos, firmado com a Secretaria Municipal de Saúde, na forma dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar federal nº 101/2000, constante do Anexo Único desta Resolução;

CONSIDERANDO a declaração do ordenador de despesa quanto à adequação orçamentária e financeira e à compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias do Município;

CONSIDERANDO a necessidade de formalizar, por ato normativo próprio do Conselho Curador, a adesão institucional e a disciplina interna do Programa, de modo a assegurar legalidade, motivação, previsibilidade, impessoalidade e controle administrativo;

CONSIDERANDO que a prorrogação ora instituída possui natureza de benefício funcional condicionado ao preenchimento dos requisitos legais e regulamentares, não se confundindo com a licença legal mínima prevista na Constituição Federal, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na Consolidação das Leis do Trabalho e na legislação previdenciária;

CONSIDERANDO que a implementação do Programa depende de controle formal dos requerimentos, da comprovação documental do evento gerador, do registro funcional e da adequada escrituração em folha de pagamento e no eSocial;

RESOLVE:

CAPÍTULO I — DO PROGRAMA

Art. 1º. Fica instituído e regulamentado, no âmbito da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO, o Programa de Prorrogação das Licenças Maternidade, Paternidade e à Adotante, destinado a prorrogar:
I – por 60 (sessenta) dias, a licença-maternidade de 120 (cento e vinte) dias, totalizando 180 (cento e oitenta) dias; e
II – por 15 (quinze) dias a licença-paternidade, além do período obrigatório fixado em lei, totalizando, na data de publicação desta Resolução, 20 (vinte) dias, sem prejuízo da observância de alterações legislativas supervenientes quanto ao período legal obrigatório.
§ 1º O Programa aplica-se igualmente à empregada e ao empregado que adotarem ou obtiverem guarda judicial para fins de adoção, observados os prazos, requisitos e limitações legais correspondentes à licença-maternidade, à licença-paternidade e à licença à adotante.
§ 2º O Programa alcança exclusivamente os empregados públicos do quadro de pessoal próprio da Fundação, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, não se aplicando a trabalhadores terceirizados, prestadores de serviços, bolsistas, estagiários, empregados de empresas contratadas ou agentes que não possuam vínculo direto com a FASMO.
§ 3º A prorrogação instituída por esta Resolução não altera a natureza jurídica do vínculo, não cria estabilidade diversa daquela prevista em lei e não converte contrato por prazo determinado em contrato por prazo indeterminado, devendo cada situação funcional ser analisada conforme a legislação aplicável.

CAPÍTULO II — DOS REQUISITOS E DA FRUIÇÃO

Art. 2º. A prorrogação será concedida mediante requerimento formal do interessado ou da interessada, protocolado junto ao setor competente da FASMO, acompanhado da documentação comprobatória necessária, observados os seguintes prazos:

I – da empregada, até o final do primeiro mês após o parto, ou após a data da adoção ou da concessão da guarda judicial para fins de adoção;
II – do empregado, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o parto, a adoção ou a concessão da guarda judicial para fins de adoção, mediante apresentação da documentação comprobatória e comprovação de participação em programa ou atividade de orientação sobre paternidade responsável, quando exigida pela legislação aplicável.
§ 1º O requerimento deverá ser instruído, conforme o caso, com certidão de nascimento, termo judicial de guarda para fins de adoção, documento de adoção, atestado médico que indique a data provável do parto ou outro documento oficial suficiente à comprovação do evento gerador da licença.
§ 2º No caso de parto antecipado, nascimento prematuro ou situação excepcional devidamente comprovada, a apresentação documental poderá ocorrer posteriormente, desde que a comunicação à FASMO seja realizada com a maior brevidade possível.
§ 3º O setor responsável deverá autuar ou juntar o requerimento ao processo administrativo próprio, conferir a documentação apresentada, registrar a data de protocolo e encaminhar a demanda ao setor competente para decisão.
§ 4º A prorrogação será usufruída imediatamente após a fruição da licença-maternidade, da licença-paternidade ou da licença à adotante, de forma contínua, vedado o fracionamento, a interrupção, a postergação ou o gozo em período diverso, salvo hipótese legal expressa ou determinação judicial.
§ 5º O requerimento apresentado fora dos prazos deste artigo importa perda do direito à prorrogação, sem prejuízo da licença legal mínima, ressalvada situação excepcional devidamente comprovada e juridicamente justificada.
§ 6º O deferimento ou indeferimento do pedido deverá ser formalizado por decisão motivada, com ciência ao interessado ou à interessada e comunicação aos setores de Recursos Humanos, chefia imediata e demais setores envolvidos na organização da escala.

Art. 3º. Durante o período de prorrogação, a empregada e o empregado terão direito à remuneração integral, observadas a legislação aplicável, a natureza do vínculo, os registros funcionais, as incidências legais e os procedimentos de folha de pagamento.
§ 1º No período de prorrogação da licença-maternidade, da licença-paternidade e da licença à adotante, a empregada e o empregado não poderão exercer qualquer atividade remunerada, ressalvada a hipótese de contrato de trabalho simultâneo firmado anteriormente ao início da licença, nos termos da regulamentação federal aplicável.
I – exercer atividade remunerada incompatível com a finalidade da licença e com os cuidados da criança, ressalvada a hipótese legal de contrato simultâneo previamente existente;
II – deixar de manter a criança sob seus cuidados durante o período da prorrogação, ressalvadas situações de atendimento médico, internação, acompanhamento terapêutico, determinação judicial ou outra hipótese devidamente justificada.
§ 2º O descumprimento das condições previstas neste artigo acarretará a perda do direito à prorrogação, o retorno ao trabalho, a revisão dos registros funcionais e remuneratórios e, quando cabível, a apuração de responsabilidade e a restituição dos valores indevidamente percebidos.
§ 3º A empregada e o empregado deverão comunicar imediatamente à FASMO qualquer fato que altere as condições de concessão ou manutenção da prorrogação, inclusive exercício de atividade remunerada, alteração da guarda, decisão judicial, óbito, abandono, perda dos requisitos ou outra situação juridicamente relevante.
§ 4º A omissão de informação relevante, a apresentação de documento falso ou inexato, ou a utilização indevida do benefício poderá ensejar apuração administrativa, sem prejuízo das medidas trabalhistas, cíveis, administrativas e penais cabíveis.
§ 5º A prorrogação da licença tem finalidade de proteção à maternidade, à paternidade, à adoção, à convivência familiar e aos cuidados da criança, devendo ser interpretada e aplicada em conformidade com essa finalidade.

CAPÍTULO III — DOS EFEITOS E DO CUSTEIO

Art. 4º. Os primeiros 120 (cento e vinte) dias da licença-maternidade correspondem ao salário-maternidade devido pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS, observada a legislação previdenciária quanto ao pagamento, à compensação, ao reembolso e aos registros pertinentes.
Parágrafo único. A remuneração relativa aos dias de prorrogação correrá à conta da FASMO, onerando a dotação orçamentária de despesa com pessoal, vinculada à rubrica própria do Contrato de Gestão nº 01/2023 ou de instrumento que venha a substituí-lo, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 5º. A licença-paternidade e eventual salário-paternidade observarão a legislação vigente na data do evento gerador, inclusive quanto à vigência da Lei Federal nº 15.371/2026 e à regulamentação previdenciária superveniente.
Parágrafo único. Enquanto não implementadas ou regulamentadas alterações federais supervenientes, a FASMO observará a disciplina legal vigente, sem prejuízo da prorrogação instituída por esta Resolução nos limites autorizados pela Lei Federal nº 11.770/2008.

Art. 6º. O período de prorrogação será computado como tempo de serviço para todos os efeitos legais e contratuais, observada a legislação trabalhista, previdenciária e a natureza do vínculo funcional.
Parágrafo único. A prorrogação não altera, por si só, os prazos e condições de garantia de emprego, estabilidade provisória ou proteção contra dispensa previstos na Constituição Federal, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na CLT ou em legislação superveniente aplicável.

Art. 7º. A concessão do benefício deverá ser registrada no assentamento funcional do empregado ou da empregada, no sistema de gestão de pessoal, na folha de pagamento e no eSocial, quando aplicável, observadas as normas previdenciárias, trabalhistas, contábeis e de proteção de dados pessoais.
Parágrafo único. Os documentos que contenham dados pessoais ou informações sensíveis deverão ser tratados com acesso restrito, finalidade específica e guarda adequada, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

CAPÍTULO IV — DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º. A Diretoria Executiva, por intermédio dos setores competentes, disciplinará, no prazo de 30 (trinta) dias, os procedimentos operacionais do Programa, especialmente os formulários de requerimento, o fluxo de análise e deferimento, os registros no eSocial, a guarda documental, a comunicação às chefias e a atualização dos controles de escala e folha de pagamento.

Art. 9º. As despesas decorrentes desta Resolução correrão à conta das dotações próprias, suplementadas se necessário, observados os limites do Contrato de Gestão nº 01/2023, seus aditivos, eventual instrumento substitutivo, a Lei Complementar Federal nº 101/2000 e a declaração de adequação orçamentária e financeira do ordenador de despesa.

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação e aplica-se às licenças cujo parto, adoção ou concessão de guarda judicial para fins de adoção ocorra a partir dessa data, desde que observado o prazo de requerimento e os demais requisitos previstos nesta norma.
Parágrafo único. As alterações legislativas supervenientes que ampliem, reduzam ou modifiquem os prazos legais mínimos ou as condições de custeio das licenças deverão ser observadas pela FASMO, independentemente de nova deliberação, sem prejuízo de posterior adequação formal desta Resolução, quando necessário.

Morretes, 02 de setembro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Presidente do Conselho Curador da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes - FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:7F88E2D1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2951 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2951/2026 de 01/09/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 1.700,00 (um mil e setecentos reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.245.0100.2.054		BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
291 - 3.2.90.93.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.700,00
		Total Suplementação:	1.700,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.245.0100.2.054		BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
294 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.700,00
		Total Redução:	1.700,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 1 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:29930833

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2952 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 2952 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a Nomeação e Convocação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos de 2023 do Município de Morretes, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município, em especial no art. 87, inciso I, alínea "o" combinado com a Lei Municipal nº 02/1997, e suas alterações, em especial a Lei Municipal nº 038/2004, Lei Municipal nº 191/2012, Lei Municipal nº 362/2014, Lei Municipal nº 730/2022, e no referido Edital de Homologação Resultado Final, publicado no dia 21 de agosto de 2023, referente ao Concurso Público nº 001/2023.

DECRETA:

Art. 1º - FICAM NOMEADOS para o cargo público e devidamente **CONVOCADOS** para a apresentação de documentos, os candidatos aprovados no Concurso Público realizado de acordo com o Edital nº 001/2023.

CARGO: **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO**
CANDIDATO: **GABRIELLE FERREIRA PETERSEN**
CLASSIFICAÇÃO: **48º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0004519**

CARGO: **FISCAL DE POSTURA**
CANDIDATO: **CLEYTON DE ANDRADE DA COSTA**
CLASSIFICAÇÃO: **24º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0004291**

CARGO: **PSICÓLOGO**
CANDIDATO: **LEANDRO ALENSKI**
CLASSIFICAÇÃO: **20º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0004564**

CARGO: **VETERINÁRIO**
CANDIDATO: **JÚLIA SCUSSIATO CAPRIGLIONI**
CLASSIFICAÇÃO: **3º LUGAR**
INSCRIÇÃO: **0003567**

Art. 2º – Os candidatos relacionados terão o prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, para se apresentarem ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Morretes, para a nomeação em seu cargo, perdendo o direito à vaga se não obedecido rigorosamente o prazo estabelecido no item 12.5 do Edital nº 001/2023. No ato de sua apresentação, os candidatos deverão estar munidos dos documentos que **COMPROVEM:**

I – Ser brasileiro(a) nato ou naturalizado;

II – Laudo de inspeção de saúde, procedida por órgão médico oficial;

III – Certidão de antecedentes criminais eleitorais, quanto ao gozo dos direitos políticos – site: www.tse.jus.br;

IV – Certidão de antecedentes criminais obtidas no Tribunal Regional Federal da região do último domicílio do candidato;

V – Certidão de antecedentes criminais obtidas no Tribunal de Justiça da região do último domicílio do candidato;

VI – Certidão de antecedentes criminais obtidas na Polícia Federal – site: www.dpf.gov.br;

VII – Certidão de antecedentes criminais obtidas na Polícia Civil do último domicílio do candidato;

VIII – Quitação com as obrigações militares, quando for o caso;

IX – Quitação com as obrigações eleitorais;

X – Idade mínima de 18 (dezoito) anos;

XI – Declaração de bens e fonte de renda;

XII – Declaração de não-acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos;

XIII – Declaração de ter sofrido ou não, no exercício do cargo público, penalidades disciplinares, conforme legislação vigente;

XIV – Documentos pessoais: Carteira de Identidade; CPF próprio; PIS ou PASEP – se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar Cartão Cidadão; Título de Eleitor; Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF do cônjuge; Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 (dezoito) anos; Comprovante de Residência;

XV – Termo de declaração de interesse na nomeação, conforme modelo do Anexo I deste Decreto;

XVI – Termo de desistência do cargo, conforme modelo ao Anexo II deste Decreto.

Parágrafo Único. Os documentos deverão ser entregues em cópias reprográficas e acompanhadas dos originais, para serem vistadas no ato de nomeação, não sendo aceitos protocolos.

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 02 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

ANEXO I
TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, frente a aprovação no Concurso Público nº 001/2023, da Prefeitura Municipal de Morretes, **CONFIRMO O INTERESSE** na nomeação e posterior posse no cargo de _____, nos termos da legislação vigente.

Local_____
Data ___/___/_____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO II
TERMO DE DESISTÊNCIA DO CARGO

Eu, _____, portador(a) do Documento de Identidade nº _____, emitido por _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, frente a aprovação no Concurso Público nº 001/2023, da Prefeitura Municipal de Morretes, **DECLARO RENUNCIAR**, em caráter definitivo, a nomeação e posse para o cargo de _____.

Local_____
Data ___/___/_____.

_____
Assinatura do Candidato

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6A0E4712

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2953 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 2953 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

"Dispõe sobre a adoção de medidas emergenciais para a recuperação dos sistemas informatizados, bancos de dados e arquivos do Município de Morretes, em decorrência de incidente cibernético, e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO que os sistemas informatizados do Município de Morretes sofreram incidente cibernético no período compreendido entre 18 e 31 de agosto de 2026, ocasionando o comprometimento do acesso e da disponibilidade de bancos de dados, sistemas, arquivos e informações utilizados pela Administração Municipal;

CONSIDERANDO que o referido incidente de segurança resultou em acesso indevido aos sistemas informatizados utilizados por diferentes Secretarias Municipais, afetando a disponibilidade de informações e documentos necessários à regular prestação dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que o Município de Morretes registrou o Boletim de Ocorrência nº 2026/1157630, tendo sido acionadas as autoridades competentes para a apuração e investigação do incidente cibernético;

CONSIDERANDO que o incidente afetou sistemas utilizados por diversas Secretarias Municipais, prejudicando o acesso ao histórico de registros, documentos, arquivos e bases de dados produzidos ou armazenados anteriormente ao incidente;

CONSIDERANDO que, em razão do incidente cibernético, diversos serviços administrativos do Município encontram-se prejudicados ou temporariamente paralisados, incluindo consultas, autorizações de viabilidade, procedimentos relacionados ao planejamento municipal, bem como o acesso e a consulta a arquivos e informações administrativas;

CONSIDERANDO que a situação decorrente do incidente cibernético demanda a adoção de medidas emergenciais destinadas à recuperação dos sistemas, arquivos e bases de dados mantidos em *backup*, com o objetivo de restabelecer, no menor prazo possível, o funcionamento regular dos serviços e atendimentos públicos;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços públicos municipais e de preservar o regular funcionamento da Administração Pública;

CONSIDERANDO que a paralisação ou a iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público pode acarretar prejuízos à Administração Municipal;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas excepcionais e temporárias em razão da interrupção e instabilidade dos sistemas informatizados da Administração Municipal decorrentes do incidente cibernético;

DECRETA:

Art. 1º. Fica reconhecida, no âmbito da Administração Pública Municipal, a situação excepcional decorrente do incidente cibernético que comprometeu o funcionamento dos sistemas informatizados, bancos de dados, arquivos e demais recursos tecnológicos utilizados pelo Município de Morretes, a partir de 18 de agosto de 2026.

Art. 2º. Fica determinada à Secretaria Municipal de Administração, junto ao Setor de Tecnologia da Informação, em conjunto com os demais órgãos e Secretarias Municipais, a adoção imediata das providências técnicas e administrativas necessárias à recuperação e ao restabelecimento dos sistemas informatizados e das bases de dados do Município.

§ 1º As providências de que trata o caput compreenderão, conforme a necessidade técnica identificada:

I – Avaliação e contenção dos efeitos do incidente cibernético;

II – Preservação dos equipamentos, sistemas, registros e demais elementos necessários à apuração do incidente;

III – Recuperação dos bancos de dados, arquivos e sistemas a partir das cópias de segurança (*backup*) disponíveis;

IV – Verificação da integridade e consistência dos dados e arquivos recuperados;

V – Restabelecimento gradual dos sistemas e serviços informatizados, observada a ordem de prioridade definida de acordo com a essencialidade dos serviços públicos;

VI – Adoção de medidas de segurança necessárias para evitar novos acessos indevidos ou a recorrência do incidente;

VII – Realização de testes e validações antes da retomada integral dos sistemas e serviços; e

VIII – Documentação das providências adotadas e dos procedimentos realizados durante o processo de recuperação.

§ 2º A recuperação dos sistemas e das bases de dados deverá observar, sempre que tecnicamente possível, a preservação da integridade, autenticidade, disponibilidade e rastreabilidade das informações.

Art. 3º. Os órgãos e Secretarias Municipais deverão prestar as informações e o apoio necessários à equipe responsável pela recuperação dos sistemas, indicando, inclusive, os serviços, sistemas, bancos de dados, arquivos e funcionalidades considerados prioritários para a continuidade das respectivas atividades.

Art. 4º. Fica autorizada a adoção de procedimentos administrativos e operacionais alternativos, inclusive mediante utilização temporária de registros físicos ou outros meios disponíveis, quando necessários à continuidade dos serviços públicos enquanto perdurar a indisponibilidade dos sistemas informatizados.

Parágrafo único. Os procedimentos realizados por meios alternativos deverão, tão logo restabelecidos os sistemas, ser devidamente regularizados e registrados nos sistemas oficiais, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 5º. As medidas previstas neste Decreto serão executadas sem prejuízo das providências necessárias à apuração do incidente cibernético e à preservação dos elementos que possam contribuir para sua investigação pelas autoridades competentes.

Art. 6º. Os órgãos e Secretarias Municipais deverão comunicar o Setor Tecnologia da Informação quaisquer ocorrências, inconsistências ou dificuldades identificadas durante o processo de recuperação dos sistemas e bases de dados.

Art. 7º. Os órgãos e Secretarias Municipais deverão comunicar à Secretaria Municipal de Administração eventual impossibilidade de cumprimento de prazos administrativos em razão da indisponibilidade ou instabilidade dos sistemas informatizados, indicando os procedimentos afetados e o prazo adicional que se mostre necessário.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal de Administração avaliará, em conjunto com o órgão ou Secretaria responsável, a necessidade de adoção das medidas administrativas cabíveis quanto à prorrogação ou adequação dos respectivos prazos, observada a legislação aplicável.

Art. 8º. O Setor Tecnologia da Informação poderá propor ao Chefe do Poder Executivo a adoção de outras medidas que se mostrarem necessárias ao restabelecimento da infraestrutura tecnológica e à continuidade dos serviços públicos municipais.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a partir de 18 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 02 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:0B1735C9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ESCLARECIMENTO GERAL PE 36/2026

ESCLARECIMENTO AOS INTERESSADOS
Pregão Eletrônico n.º 36/2026
Processo Administrativo n.º 85/2026

Município de Morretes — Estado do Paraná
Objeto: contratação de empresa para a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra.

I. DO OBJETO DESTE ESCLARECIMENTO

As impugnações e os pedidos de esclarecimento apresentados a este certame convergem, em boa parte, para uma mesma questão: **a exatidão numérica das planilhas de composição de custos que integram o Anexo II do edital.**

Apontam-se divergências pontuais em rubricas, valores tidos por defasados, ausência de determinados benefícios e a utilização de fontes diversas de referência salarial, daí extraindo-se o pedido de retificação do instrumento convocatório e de reabertura do prazo de apresentação de propostas.

Este esclarecimento fixa, de forma definitiva e para todos os interessados, a natureza jurídica daquelas planilhas e a consequência que dela decorre.

Registre-se, de plano, que as impugnações apresentadas foram conhecidas e julgadas **IMPROCEDENTES**, em decisões próprias dirigidas a cada impugnante, mantidos integralmente o edital, o Termo de Referência e os respectivos anexos.

Este ato não decorre do acolhimento de nenhum pedido: **é esclarecimento prestado de ofício pela Administração**, para uniformidade de tratamento entre os interessados e para afastar dúvidas que a leitura das planilhas estimativas possa suscitar.

II. A PLANILHA DO ANEXO II É ESTIMATIVA DA ADMINISTRAÇÃO, E NÃO ROTEIRO DA PROPOSTA

II.1. A finalidade legal

O art. 18, IV, da Lei n.º 14.133/2021 impõe à Administração, na fase preparatória, a elaboração do *"orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação"*. É esse — e somente esse — o documento que integra o Anexo II deste edital.

Sua finalidade é **dimensionar a despesa**: permitir a reserva orçamentária, aferir a adequação da contratação às leis orçamentárias e estabelecer o parâmetro de aceitabilidade das propostas. **Não é, e nunca foi, modelo de preenchimento vinculante para os licitantes.**

O próprio instrumento convocatório o declara, em três dispositivos:

Item 8.14 "e" do edital e item 9.6 do Termo de Referência: *"A administração indicou os custos estimados, pois estes afetarão diretamente o valor estimado da contratação, aproximando-o dos valores reais (...), mas outros valores poderão ser considerados pelos licitantes para atendimento das CCTs."*

Item 9.8: *"As planilhas constantes do edital apresentam valores estimativos, sendo necessário que a licitante faça a indicação do salário base e direitos conforme a CCT aplicável a sua empresa."*

Item 9.11: *"as planilhas tomam parâmetros de estimativas e os licitantes indicarão os percentuais que correspondam à realidade de seus respectivos enquadramentos tributários e sociais."*

II.2. Por que a exatidão numérica é, aqui, juridicamente impossível

Esta não é uma limitação do Município: é uma decorrência do sistema sindical brasileiro.

O **art. 8º, II, da Constituição Federal** consagra a unicidade sindical por categoria e base territorial. O **art. 511, § 2º, da Consolidação das Leis do Trabalho** define que *"a similitude de condições de vida oriunda da profissão ou trabalho em comum, em situação de emprego na mesma atividade econômica (...), constitui o vínculo social básico que se denomina categoria profissional"* — de modo que **o enquadramento do empregado decorre da atividade econômica preponderante do empregador**, e não da função que ele exerce. O art. 581, § 1º, no mesmo sentido, define atividade preponderante como aquela que caracteriza a unidade de produto, operação ou objetivo final da empresa.

A consequência é direta e incontornável: duas empresas que disputem este certame, executando rigorosamente o mesmo objeto, podem estar vinculadas a **convenções coletivas distintas**, com pisos distintos, benefícios distintos e data-base distintas — porque o que as separa não é o serviço que prestarão ao Município, mas a atividade econômica que cada uma delas exerce.

O Município não conhece — nem lhe é dado conhecer previamente — o enquadramento sindical de cada licitante. Exigir que a estimativa administrativa reproduza, com exatidão, os custos de todos os possíveis proponentes seria exigir o impossível.

II.3. E a lei veda que a Administração imponha a solução

Não se trata de faculdade: **é vedação**.

Acórdão n.º 1.207/2024 — TCU, Plenário, Consulta, Relator Ministro Antonio Anastasia: *"Nos editais de licitação para contratação de serviços terceirizados com dedicação exclusiva de mão de obra, não é permitido determinar a convenção ou o acordo coletivo de trabalho a ser utilizado pelas empresas licitantes como base para a confecção das respectivas propostas, em decorrência da previsão estabelecida no art. 511, §§ 2º e 3º, da CLT."*

No mesmo sentido, o **Acórdão n.º 369/2012 — TCU, Plenário**, invocado por uma das próprias impugnantes, recomenda à Administração que *"abstenha-se de indicar, em suas licitações, o acordo ou convenção coletiva de trabalho que deverá ser respeitado"*.

Daí decorre que o pedido de "retificação das planilhas para adequá-las a determinada convenção coletiva" pede exatamente aquilo que a jurisprudência veda. Retificar o edital para vinculá-lo a uma norma coletiva específica introduziria o vício, não o corrigiria.

II.4. O ônus é do licitante, e o edital o distribui expressamente

Cabe a cada proponente compor o seu preço segundo a norma coletiva a que esteja vinculado:

Item 9.4 do TR: *"O enquadramento sindical deverá ser realizado pela própria empresa, de acordo com sua atividade econômica preponderante."*

Item 9.5: havendo na CCT aplicável direitos não contemplados nas planilhas referenciais, *"basta a licitante inserir tais custos nas referidas planilhas"*.

Item 9.9 "e": os EPIs e uniformes *"devem estar previstos na planilha de custos da licitante"*.

Art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021, reproduzido no item 8.4 "i" e no Anexo X: cada licitante declara, **sob pena de desclassificação**, que sua proposta *"compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas"*.

E o Tribunal de Contas do Estado do Paraná já assentou a consequência disso:

Acórdão n.º 1.697/26 — Tribunal Pleno, Processo n.º 435779/25, Relator Conselheiro Fabio de Souza Camargo, sessão de 09/07/2026, unânime: *"A responsabilidade pelo adequado dimensionamento dos custos necessários à execução do contrato incumbe ao licitante, que assume os riscos inerentes à sua atividade econômica. Eventual subestimação de custos ou redução de margens constitui risco empresarial, que não pode ser transferido à Administração Pública."*

II.5. Não há preço máximo por posto de trabalho

Esclarece-se, para afastar dúvida recorrente: **a proposta é ofertada pelo valor do LOTE**, conforme os itens 5.5 "a" e 6.13 do edital, e o preço máximo a que se referem os itens 6.32, 6.33 e 7.9 "c" é o da proposta assim ofertada.

Não há, no instrumento convocatório, fixação de valor unitário máximo por posto de trabalho. O valor unitário constante da tabela do item 1.2 do Termo de Referência é elemento de composição do total estimado, e não teto individual. **Cada licitante distribui os custos entre as funções conforme a sua própria realidade**, observado o valor global do lote.

Eventual alegação de inexequibilidade não é matéria de edital, mas de julgamento de proposta, e está disciplinada nos itens 7.10 a 7.12, inclusive com diligência prévia obrigatória.

II.6. A utilização de sítios especializados é expressamente autorizada por lei

Questionou-se a adoção de pesquisa em sítio eletrônico especializado para a definição de referências salariais de determinadas funções.

A prática encontra amparo legal expresso:

Art. 23, § 1º, III, da Lei n.º 14.133/2021: *"o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros (...): III - utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo."*

O *caput* do art. 23 exige apenas que o valor estimado seja compatível com os valores praticados pelo mercado, e o § 1º admite os parâmetros *"adotados de forma combinada ou não"* — que é precisamente o que se fez, conjugando convenções coletivas, pisos de categorias regulamentadas e pesquisa de mercado, conforme o item 9.6 do Termo de Referência.

II.7. O risco de defasagem está integralmente coberto pelo contrato

Ainda que sobrevenha, na vigência contratual, norma coletiva mais favorável do que a considerada na proposta, **nenhum contratado suportará o acréscimo por conta própria**:

Item 19.1.2, I, do TR: a repactuação é admitida por *"celebração, renovação ou revisão de Convenção Coletiva de Trabalho"*;

Item 19.1.4: os efeitos financeiros são contados **a partir da data-base da categoria profissional**;

Art. 135, II, da Lei n.º 14.133/2021: os custos de mão de obra têm data vinculada *"ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada"*;

Art. 135, § 5º: *"quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação (...) poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das categorias envolvidas na contratação"* — **a lei pressupõe a pluralidade de convenções num mesmo contrato**, o que afasta a alegação de incompatibilidade sindical.

III. ESCLARECIMENTOS A PONTOS ESPECÍFICOS

III.1. Parâmetros internos das composições estimativas

Foram suscitados questionamentos sobre percentuais, fórmulas e valores adotados internamente pela Administração nas composições que integram o Anexo II — entre eles a base de cálculo de parcelas do custo de reposição do profissional ausente, a metodologia de recomposição tributária, a identificação dos instrumentos coletivos utilizados como paradigma e valores unitários de determinados postos.

Todos dizem respeito à formação do orçamento estimado da Administração, e nenhum deles integra as regras de formulação das propostas.

Pela razão desenvolvida no item II, **as composições do Anexo II são estimativa administrativa e não vinculam a composição de preços de nenhum licitante**, que a elaborará segundo a convenção coletiva aplicável à sua empresa e o respectivo enquadramento tributário. O art. 23 da Lei n.º 14.133/2021 exige do valor estimado apenas que seja compatível com os preços praticados pelo mercado — e não que reproduza, com exatidão contábil, os custos de cada possível proponente, que variam conforme a norma coletiva e o regime tributário de cada empresa e que a Administração não conhece previamente.

Não há, ademais, valor unitário máximo por posto de trabalho. A proposta é ofertada pelo valor do lote, nos termos dos itens 5.5 "a" e 6.13, e é sobre ela que incide o preço máximo dos itens 6.32, 6.33 e 7.9 "c". Cada licitante distribui os custos entre as funções conforme a sua própria composição.

Reafirma-se expressamente, e este é o ponto central deste esclarecimento: o licitante NÃO deve reproduzir os valores das planilhas estimativas do Município. Deve elaborar a sua própria composição, com fundamento na CCT ou no ACT a que esteja vinculado, no seu regime tributário e em todos os custos efetivamente necessários à execução — inclusive adicionais legais, benefícios convencionais, uniformes e equipamentos de proteção individual —, apresentando a memória de cálculo de cada célula e a convenção coletiva aplicável, na forma do item 9.9 "d" do Termo de Referência.

Em especial, quanto ao trabalho noturno, registre-se que o adicional decorre do art. 7º, IX, da Constituição Federal e do art. 73 da CLT, e que o item 6.2 "2" do Termo de Referência informa expressamente a escala de 12x36, das 19h às 7h, para o posto de Motorista de Ambulância, consignando que os profissionais *"terão adicional noturno"*. A licitante deverá computá-lo em sua proposta, observada a norma coletiva a que esteja vinculada e a escala anunciada, independentemente dos valores constantes da planilha estimativa.

O mesmo se aplica a todo adicional legal ou convencional cuja incidência decorra das condições de execução descritas no item 3.1 e das jornadas do item 6.2: **a obrigação de computá-lo na proposta é do licitante, e independe do parâmetro adotado na estimativa administrativa.**

III.2. Uniformes, equipamentos de proteção individual e benefícios

O valor lançado em zero, em determinadas composições estimativas, nas rubricas de insumos ou de benefícios, não significa que o custo inexista nem exime a licitante de orçá-lo.

Os uniformes e os equipamentos de proteção individual são de responsabilidade da contratada, conforme os itens 5.6, 7.3.19 e 9.9 "e" do Termo de Referência, e **devem constar da planilha de custos da**

licitante, observadas as exigências de segurança de cada função — inclusive as decorrentes das Normas Regulamentadoras NR-6, NR-10 e NR-35, quando aplicáveis.

Do mesmo modo, os benefícios previstos na convenção coletiva a que a licitante esteja vinculada devem ser por ela computados, na forma do item 9.5 do Termo de Referência.

III.3. Adicionais de insalubridade e periculosidade

A caracterização e a classificação da insalubridade e da periculosidade dependem de perícia técnica, a cargo de médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho, nos termos do art. 195 da CLT. Não decorrem da denominação do cargo, e não podem ser fixadas por ato administrativo em substituição ao laudo.

O Termo de Referência fornece, contudo, os elementos necessários à composição das propostas:

O item 2.2.2 discrimina o local de atuação e o quantitativo dos postos vinculados à Secretaria Municipal de Saúde — **5 Auxiliares de Serviços Gerais no Hospital Municipal e 3 na Atenção Básica; 2 Cozinheiros e 6 Motoristas de Ambulância no Hospital Municipal**;

O item 3.1 descreve as atribuições de cada função;

O item 6.2 estabelece as jornadas e escalas;

O item 9.9 "f" determina que sejam observadas *"as verbas de insalubridade e respectivos percentuais que porventura estejam consignados na CCT"* e as regras do laudo de segurança do trabalho da contratada.

Com esses elementos, cabe a cada licitante avaliar a incidência dos adicionais e computá-los na sua proposta, conforme a norma coletiva aplicável à sua empresa e a avaliação técnica que realizar.

Registre-se que a planilha estimativa **contempla adicional de insalubridade** para os postos de Coveiro e de Motorista de Ambulância, o que afasta a alegação de omissão integral da rubrica.

III.4. Regime tributário — participação e cotação de empresas optantes pelo Simples Nacional

Questionou-se, no pedido de esclarecimento, *"qual regime de tributação deverá ser considerado como referência para a formação de preços neste certame"*. **Complementa-se a resposta anteriormente divulgada, pela relevância da matéria na composição das propostas.**

a) A participação do optante não é vedada

A condição de optante pelo Simples Nacional **não impede a participação neste certame**, conforme jurisprudência pacífica do Tribunal de Contas da União:

Acórdão n.º 2.798/2010 — Plenário: *"A condição de optante não impede a empresa de participar de licitação cujo objeto envolva cessão de mão de obra."*

Acórdão n.º 4.023/2020 — Segunda Câmara, Relator Ministro-Substituto André de Carvalho: *"A condição de optante pelo Simples Nacional não constitui óbice à participação de empresa em licitação para prestação de serviços com cessão de mão de obra, desde que comprovada a não utilização dos benefícios tributários de tal regime diferenciado na proposta de preços. Caso declarada vencedora, a empresa deverá solicitar a exclusão do referido regime."*

b) Mas a cotação, em regra, deve observar o regime comum

O **art. 17, XII, da Lei Complementar n.º 123/2006** *(texto oficial lido no Planalto em 01/09/2026)* dispõe que **não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte *"que realize cessão ou locação de mão-de-obra"***.

A consequência, na formação do preço, foi assentada pelo TCU:

Acórdão n.º 1.914/2012 — Plenário, Relator Ministro Augusto Nardes: *"As microempresas, ao prestarem serviços que envolvam cessão de mão de obra, não podem valer-se dos benefícios tributários inerentes ao Simples Nacional, em razão da vedação contida no inciso XII do art. 17 da Lei Complementar nº 123/2006. Suas propostas apresentadas em licitações, portanto, devem computar as contribuições para o "Sistema S" e os tributos federais."*

Acórdão n.º 341/2012 — Plenário: *"A condição de optante pelo Simples Nacional não impede empresa de participar de licitação cujo objeto envolva a cessão de mão de obra, mas a licitante que venha a ser contratada não poderá beneficiar-se daquela condição."*

Acórdão n.º 2.798/2010 — Plenário: *"Nas licitações cujo objeto envolva cessão de mão de obra, a empresa optante será excluída de tal regime a partir do mês subsequente ao da contratação."*

c) A exceção legal — vigilância, limpeza e conservação

A vedação não é absoluta. O art. 18, § 5º-C, da LC n.º 123/2006 relaciona atividades que, ainda que exercidas mediante cessão de mão de obra, permanecem no Simples Nacional, tributadas pelo Anexo IV — entre elas, o inciso VI: "serviço de vigilância, limpeza ou conservação". E o § 5º-H é expresso: *"A vedação de que trata o inciso XII do caput do art. 17 desta Lei Complementar não se aplica às atividades referidas no § 5º-C deste artigo."*

Registre-se, contudo, que mesmo nessa hipótese o benefício é parcial: o próprio § 5º-C determina que, na tributação pelo Anexo IV, *"não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13"* — a contribuição previdenciária patronal —, *"devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis"*.

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná já examinou e confirmou essa distinção, em certame de objeto assemelhado:

Acórdão n.º 4.520/24 — TCE-PR, Tribunal Pleno, Município de Curitiba, Relator Conselheiro Jose Durval Mattos do Amaral, sessão de 18/12/2024, unânime: *"serviços de limpeza e conservação, como na hipótese dos autos, podem ser prestados por meio de cessão ou locação de mão de obra, sem prejuízo da opção pelo Simples Nacional"*, *"diante da conjugação das prescrições contidas no artigo 17, inciso XII, no artigo 18, §§ 5º-C e 5º-H, todos da Lei Complementar n.º 123, de 14/12/2006, que dentre os serviços de cessão de mão de obra, excepcionam os de limpeza e conservação"*.

d) O que isso significa para a formulação das propostas neste certame

O objeto desta licitação abrange funções diversas, e nem todas se enquadram nas exceções do art. 18, § 5º-C. Cabe a cada licitante optante pelo Simples Nacional verificar, para as atividades que efetivamente executará, se incide ou não a vedação do art. 17, XII, e cotar em conformidade.

O edital já disciplina expressamente a consequência do erro:

Item 7.16 do edital: *"Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime."*

Combinado com o item 7.14, que admite o ajuste da planilha desde que não haja majoração do preço, e com o item 9.11 do Termo de Referência, segundo o qual *"os licitantes indicarão os percentuais que correspondam à realidade de seus respectivos enquadramentos tributários e sociais"*.

Reafirma-se, portanto:

A empresa optante pelo Simples Nacional pode participar deste certame, em qualquer dos lotes;

Deve verificar, função a função, a incidência da vedação do art. 17, XII, da LC n.º 123/2006, considerando as exceções do art. 18, § 5º-C;

Não sendo cabível o regime, deve cotar pelo regime comum, computando os tributos federais e as contribuições ao Sistema S, na forma da jurisprudência acima;

A indicação indevida do Simples Nacional na planilha configura erro passível de correção, na forma do item 7.16 do edital, **sem majoração do preço ofertado**;

Sendo declarada vencedora, deverá comunicar o fato ao órgão fazendário competente, para os fins do art. 30 da LC n.º 123/2006, quando for o caso.

Esclareça-se, por fim, que as planilhas estimativas do Anexo II adotaram parâmetros tributários distintos conforme a função — o que **confirma**, e não infirma, o caráter estimativo do orçamento: o regime tributário é variável de cada licitante, e **nenhum dos parâmetros ali adotados vincula a composição das propostas**.

III.5. Garantia da proposta — base de cálculo em licitação por lotes

Esclarece-se, de ofício, para uniformidade de tratamento entre os interessados:

A garantia da proposta prevista no item 8.13 do edital e no item 12.5.1 do Termo de Referência, correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, na forma do art. 58, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021, será calculada sobre o valor estimado do lote ou dos lotes que a licitante efetivamente disputar, e não sobre o somatório dos três lotes.

A licitação é dividida em três lotes de adjudicação autônoma, e cada um constitui contratação distinta. Adotar como base o total de R$

13.589.002,20 para quem dispute um único lote implicaria garantia superior a 1% daquela contratação, em desacordo com o teto legal.
O critério ora firmado é o mesmo que o edital já adota, no item 8.8 "c" I, para a comprovação do patrimônio líquido mínimo.

Valores de referência:

Lote	Valor estimado	Garantia da proposta (1%)
Lote 1	R$ 2.969.636,28	R$ 29.696,36
Lote 2	R$ 5.672.120,04	R$ 56.721,20
Lote 3	R$ 4.947.245,88	R$ 49.472,46

Disputando mais de um lote, a garantia corresponderá a 1% do somatório dos lotes disputados.

III.6. Regime de pagamento — inaplicabilidade do mecanismo do fato gerador

Verificou-se divergência entre respostas anteriormente divulgadas quanto à adoção de conta-depósito vinculada ou de pagamento pela ocorrência do fato gerador.

Esclarece-se e uniformiza-se, prevalecendo esta manifestação sobre as anteriores:

O mecanismo a que se referem os questionamentos está previsto no **art. 121, § 3º, V, da Lei n.º 14.133/2021**, segundo o qual a Administração poderá *"estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado (...) serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador"*. Trata-se de alternativa ao depósito em conta vinculada, prevista no inciso III do mesmo parágrafo.

A adoção de qualquer dessas medidas é facultativa e depende, nos termos expressos do § 3º, de "disposição em edital ou em contrato".

Este edital e o respectivo Termo de Referência não contêm disposição instituindo conta-depósito vinculada nem pagamento por fato gerador. O pagamento observará o disposto no item 14 do edital e nos itens 8.1 a 8.8 do Termo de Referência, mediante medição mensal dos postos efetivamente disponibilizados e dos serviços prestados.

Fica sem efeito qualquer resposta anterior em sentido diverso, esclarecendo-se que os valores correspondentes a férias, décimo terceiro salário, ausências legais e verbas rescisórias **compõem o preço mensal e serão pagos na forma ordinária**, permanecendo a contratada integralmente responsável pelos encargos trabalhistas e previdenciários, na forma do art. 121, *caput*, da mesma Lei.

Registre-se que este esclarecimento não altera as condições de pagamento previstas no edital: apenas confirma o regime nele estabelecido, afastando interpretação divergente veiculada em resposta anterior.

III.7. Correções de redação sem repercussão na formulação das propostas

a) Item 9.9 "b" do Termo de Referência. Onde se lê *"no âmbito territorial do Distrito Federal"*, leia-se **"no âmbito territorial da prestação dos serviços, no Município de Morretes, Estado do Paraná"**. Trata-se de evidente erro material de redação, sem repercussão sobre a composição das propostas, uma vez que o item 9.9, *caput*, já determina que a licitante indique o instrumento coletivo correspondente ao **seu** enquadramento sindical.

b) Classificação Brasileira de Ocupações. Os códigos indicados no Termo de Referência e nas planilhas estimativas têm caráter **meramente classificatório e referencial**. A Classificação Brasileira de Ocupações, instituída pela Portaria MTE n.º 397/2002, é instrumento de codificação estatística e de registro administrativo, **de âmbito nacional, que não constitui fato gerador de piso salarial nem determina enquadramento sindical** — este último definido, como visto, pela atividade econômica preponderante do empregador. **Cabe à licitante indicar, em sua proposta, o código correspondente à função efetivamente contratada**, conforme o seu enquadramento.

IV. DA INEXISTÊNCIA DE ALTERAÇÃO DO EDITAL E DA MANUTENÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA

Este ato é de esclarecimento, e não de retificação.

Não se altera o objeto, os quantitativos, os lotes, os prazos, as condições de participação, os requisitos de habilitação, os critérios de julgamento, as obrigações contratuais nem as condições de pagamento. As regras que disciplinam a formulação das propostas permanecem exatamente as mesmas — e são elas, desde a publicação, que atribuem a cada licitante o dever de compor o seu preço segundo a convenção coletiva a que esteja vinculado.

Aplica-se, por isso, o **art. 55, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021**:

"Eventuais modificações no edital implicarão nova divulgação na mesma forma de sua divulgação inicial, além do cumprimento dos mesmos prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas."

A única providência de natureza redacional deste ato — a correção da referência territorial do item 9.9 "b" do Termo de Referência — é correção de erro material evidente, que não cria, não extingue e não modifica direito ou obrigação de nenhum licitante, uma vez que o *caput* do mesmo dispositivo já determina, de forma inequívoca, que cada proponente indique o instrumento coletivo correspondente ao **seu** enquadramento sindical.

Não havendo alteração que comprometa a formulação das propostas, não há que se falar em nova divulgação do edital nem em reabertura do prazo.

Mantém-se, em consequência, a **sessão pública designada para o dia 03 de setembro de 2026, às 09h00**, na plataforma BLL Compras.

Fica indeferido o pedido de concessão de efeito suspensivo, nos termos dos itens 12.5 e 12.6 do edital, por ausência dos pressupostos que autorizariam a medida excepcional.

V. ORIENTAÇÕES EXPRESSA AOS LICITANTES

Para evitar dúvida na elaboração das propostas, esta Administração reitera:

Não reproduzam os valores das planilhas estimativas do Anexo II. Elas expressam a estimativa da Administração, elaborada na forma do art. 18, IV, e do art. 23 da Lei n.º 14.133/2021, e **não vinculam a composição de preços de nenhum licitante**.

Componham a proposta com base na convenção coletiva ou no acordo coletivo aplicável à sua empresa, conforme a sua atividade econômica preponderante (art. 511, § 2º, da CLT), e no seu efetivo enquadramento tributário.

Incluam todos os custos exigíveis — salário, adicionais legais e convencionais, encargos, benefícios, uniformes, equipamentos de proteção individual, substituições e demais despesas —, ainda que a rubrica correspondente esteja lançada em zero na planilha estimativa.

Apresentem a memória de cálculo de cada célula e a convenção coletiva aplicável, assinadas pelo representante legal e pelo contador, na forma do item 9.9 "d" do Termo de Referência.

Observem que o preço é ofertado pelo valor do lote, e que não há valor unitário máximo por posto de trabalho.

Ressalta-se, ainda, que estas orientações foram divulgadas em 02 de setembro de 2026, nos meios oficiais e canais utilizados para divulgação do certame, inclusive na BLL, no Portal da Transparência e no Diário Oficial dos Municípios, assegurando-se ampla publicidade e acesso às informações por todos os interessados.

Dessa forma, considerando que os esclarecimentos possuem caráter orientativo e uniformizador das disposições já constantes do instrumento convocatório, sem alteração das condições essenciais de participação, formulação das propostas ou julgamento do certame, entende-se preservada a transparência, a isonomia e a competitividade da licitação, mantendo-se a sessão pública na data e horário previamente estabelecidos.

Morretes, 02 de setembro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:10890CFC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 78/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 29/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 78/2026
Pregão Eletrônico n.º 29/2026

OBJETO: Aquisição De Concreto Betuminoso Usinado A Quente - CBUQ Pronto Para Aplicação A Frio, Acondicionado Em Sacos De 25 Kg, Destinado À Manutenção, Recuperação E Melhoria Das

Condições De Trafegabilidade Das Vias Públicas Pavimentadas Sob A Responsabilidade Do Município De Morretes/Pr, Visando Atender Às Necessidades Da Secretaria Municipal De Infraestrutura.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER, Secretário(a) Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovações Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas.

CONTRATADA(S):

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 132/2026 – ID 252/2026
RENOVA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E ASFALTICO LTDA.
CNPJ n.º 49.149.027/0001-30.
Item 1.
Valor total de R$ 59.700,00 (cinquenta e nove mil e setecentos reais).
Assinatura: Nathan Augusto Dias E Silva, representante legal.

O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a contar da data da assinatura. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	Aquisição, a medida das necessidades desta administração, da quantidade estimada, de 3.000 (três mil) sacos, pensados e contendo 25 kg cada, de massa asfáltica usinada pronta, para utilização a frio em operações de tapa buracos em ruas e vias deste Município	UND	3.000	R$19,90	R$59.700,00

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:DA24F396

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORDINÁRIA Nº 990 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

LEI ORDINÁRIA Nº 990 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

"Altera a Lei Municipal nº 794/2023, que institui o Fundo Municipal de Prevenção e Atendimento a Sinistros do 8º Grupamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná - FUMCOB, no Município de Morretes, e dá outras providências".

(Origem Projeto de Lei Ordinária nº 2668/2026 – Iniciativa do Poder Executivo Municipal – Prefeito Sebastião Brindarolli Junior) (Nova Redação dada pela Emenda nº 001/2026 – Aditiva – Proposta pela Comissão de Educação, Saúde e Assuntos Sociais, com fulcro no art. 135, § 3º do Regimento Interno da Câmara, em 18/08/2026).

A Câmara Municipal de Morretes, Estado do Paraná, APROVOU e eu, PREFEITO, no uso de minhas atribuições legais, com fulcro disposto no artigo 69, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. A presente Lei tem como objetivo alterar a *Lei Municipal nº 794, de 17 de outubro de 2023, que institui o Fundo Municipal de Prevenção e Atendimento a Sinistros do 8º Grupamento do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado do Paraná - FUMCOB, no Município de Morretes, e dá outras providências.*

Art. 2º. Alteram-se os dispositivos da Lei Municipal nº 794/2023, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º. .....
I - Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, seu Presidente nato.**"**
.....

"Art. 7º. O FUMCOB é unidade administrativa da Secretaria Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, com personalidade jurídica e autônima financeira nos termos desta Lei.
§ 1º O FUMCOB atuará em parceria com a Secretaria Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil, nos termos do regulamento e das Recomendações Administrativas advindas da Procuradoria Geral do Ministério Público de Contas do Paraná. (Nova Redação dada pela Emenda nº 001/2026 – Aditiva – Proposta pela Comissão de Educação, Saúde e Assuntos Sociais, com fulcro no art. 135, § 3º do Regimento Interno da Câmara, em 18/08/2026).
§ 2º O ordenador da despesa do FUMCOB é o Secretário Municipal de Resiliência Climática e Defesa Civil.**"**

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DO NHUNDIAQUARA, Morretes, 28 de agosto de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:6064B70D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 9288 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA N° 9288 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Rescinde o contrato de estágio da Sr.ª Angelica Crupka Cavalli, contratada através do Processo Seletivo Simplificado nº 02/2025 e dá outras providências.

O Secretário Municipal De Administração, Sr. **Jose Leandro Mazur Jorge**, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, da Lei Complementar Municipal nº 70/2025, do Decreto Municipal nº 95/2021, do Decreto Municipal nº 2085/2025 e da Lei Federal nº 11.788/2008, que regulamenta a admissão, cadastramento e pagamento dos estagiários da Prefeitura Municipal de Morretes,

RESOLVE:

Art. 1° - Rescindir a partir de 31 de agosto de 2026, o contrato de estágio da Sr.ª Angelica Crupka Cavalli, portadora do RG nº 10.XXX.XXX-4 e CPF nº 073.XXX.XXX-07, contratada para exercer atividades de estágio de Superior Em Pedagogia, junto à Secretaria Municipal de Educação, conforme estabelecido pela Portaria nº 8100, de 23 de fevereiro de 2026.

Art. 2° - A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações e providências administrativas decorrentes da presente rescisão.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 31 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 01 de setembro de 2026.

JOSE LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:B309E35D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9301 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9301 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Instaura Processo Administrativo de Sindicância para destinada a apurar possíveis

irregularidades relacionadas a suposto ataque cibernético (hacker) ou incidente de segurança da informação ocorrido nos sistemas, equipamentos e/ou infraestrutura tecnológica da Prefeitura Municipal de Morretes".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o disposto na Lei Complementar nº 68/2025, consideradas as alterações ocorridas pelo Decreto nº 178/2021 que cria a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências.

CONSIDERANDO a solicitação de abertura de Processo Administrativo de Sindicância para apurar possíveis irregularidades relacionadas a suposto ataque cibernético (hacker) ou incidente de segurança da informação ocorrido nos sistemas, equipamentos e/ou infraestrutura tecnológica da Prefeitura Municipal de Morretes.

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar PROCESSO ADMINISTRATIVO DE SINDICÂNCIA, para apurar possíveis irregularidades relacionadas a suposto incidente de segurança da informação (ataque cibernético) ocorrido no servidor de dados da Prefeitura Municipal de Morretes.

Art. 2º - Designar os funcionários **Lucia Hissae Shingo** (Matrícula nº 266601) Presidente da Comissão, **Daniele Do Rocio Meduna (**Matrícula nº 226301), Secretária e **Eleziane Cristina de Carvalho (**Matrícula nº 230721) Membro, para constituírem a Comissão de Processo Administrativo de Sindicância, destinada a apurar os fatos relacionados no art. 1º.

Art. 3º - Fica designada a funcionária **Nibelly dos Anjos** (Matrícula nº213370) como *Primeiro* Suplente e **Déborah Charello dos Santos** (Matrícula nº 226811) como *Segundo* Suplente da Comissão de Processo Administrativo de Sindicância destinada a apurar os fatos relacionados no art. 1º.

Art. 4º - A tramitação das Sindicâncias e Inquéritos Administrativos ocorrerá perante a Secretaria de Administração conforme a Lei Complementar nº 68/2025.

Art. 5º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - O prazo para conclusão do Processo Administrativo de Sindicância é de 30 dias úteis, prorrogáveis por igual período, mediante justificativa, conforme a Lei Complementar nº 68/2025.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 02 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:1F4165A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 64/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 64/2026
Pregão Eletrônico nº 31/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de oficinas socioassistenciais, nas modalidades dança coreografada e canto/coral, destinadas ao atendimento de idosos vinculados à secretaria municipal de assistência social.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 64/2026 e Pregão Eletrônico N.º 31/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a autoridade competente resolve **ADJUDICAR** o objeto do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação às seguintes empresas:

QUALIFICA CENTRO DE FORMACAO PROFISSIONAL EIREL, inscrita no CNPJ n.º10.728.273/0001-00, vencedora do(s) itens 1 no valor total de R$ 6.720,00 (seis mil e setecentos e vinte reais).
21.368.138 SAIMENTON SANTOS PEREIRA, inscrita no CNPJ n.º21.368.138/0001-18, vencedora do(s) itens 2 no valor total de R$ 9.873,60 (nove mil e oitocentos e setenta e três reais e sessenta centavos).

Em sequência, resolve então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 02 de setembro de 2026.

MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:CDA3E4DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 105/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 27/2026

Em conformidade com as informações constantes no Processo Administrativo nº 105/2026, no uso das atribuições legais conferidas pelo Decreto nº 560/2022, **HOMOLOGO** o Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 27/2026, cujo objeto é a Contratação do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná – SEBRAE/PR, para prestação de serviços técnicos especializados de diagnóstico, consultoria, capacitação, acompanhamento e desenvolvimento de ações estratégicas voltadas ao fortalecimento do turismo no Município de Morretes/PR, com foco na estruturação do destino turístico inteligente, qualificação dos empreendimentos turísticos, desenvolvimento de produtos e experiências turísticas.

REQUERENTE:
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO.

EMPRESA:
SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANA - SEBRAE/PR
CNPJ: 75.110.585/0001-00

VALOR:
R$ 173.660,00 (Cento e setenta e três mil, seiscentos e sessenta reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REDUZIDO 468 12.001.23.695.2177.2236.3.3.90.39.00.0
FONTE 1000.

Morretes, 02 de setembro de 2026.

GILTON DIAS JUNIOR
Secretário Municipal de Cultura e Turismo

Publicado por:
Gibran Luiz de Araujo
Código Identificador:722C808F

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO 05/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA - CMDPD

PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPCD
RESOLUÇÃO Nº 05/2026 – CMDPCD
SÚMULA: Aprova o Plano de Ação Núcleo Viva – Tecnologia Assistiva e Cidadania, do Município de Morretes.
O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CMDPCD DE MORRETES, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO a necessidade de promover e assegurar os direitos das pessoas com deficiência, especialmente o acesso à tecnologia assistiva, à informação, à cultura e à participação social;
CONSIDERANDO a importância da promoção da acessibilidade e da inclusão social das pessoas com deficiência no Município de Morretes;
CONSIDERANDO o Plano de Ação apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Morretes, denominado "Núcleo Viva – Tecnologia Assistiva e Cidadania", que tem como proposta a implantação de um polo de tecnologia assistiva de referência na região litorânea;
CONSIDERANDO que o projeto prevê a aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva;
CONSIDERANDO que o referido Plano de Ação estabelece como meta o atendimento de 120 usuários no período de 12 meses, bem como a articulação entre as políticas de Assistência Social e Cultura;
CONSIDERANDO a deliberação realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Morretes, em reunião realizada no dia 1º de setembro de 2026, de forma híbrida, com participação presencial e virtual, na qual a matéria foi submetida à apreciação dos conselheiros;
CONSIDERANDO, por fim, que a aprovação do Plano de Ação ocorreu por unanimidade dos membros presentes;
RESOLVE:
Art. 1º Aprovar, por unanimidade, o Plano de Ação "Núcleo Viva – Tecnologia Assistiva e Cidadania", apresentado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Morretes, tendo como local de execução a Biblioteca Pública Municipal de Morretes.
Art. 2º O Plano de Ação tem por objetivo geral implantar um polo de tecnologia assistiva de referência na região litorânea, promovendo autonomia, acessibilidade, inclusão digital e participação social das pessoas com deficiência.
Art. 3º Ficam aprovadas as ações previstas no Plano, especialmente:
I – Aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva de alta performance;
II – Atendimento de até 120 usuários no período de 12 meses;
III – Promoção da intersetorialidade entre as áreas de Assistência Social e Cultura;
IV – Capacitação dos servidores envolvidos;
V – Encaminhamento e articulação com o CRAS, o CREAS e os demais serviços da rede socioassistencial;
VI – Organização dos atendimentos mediante agendamento;
VII – Monitoramento e avaliação das ações desenvolvidas.
Art. 4º O acompanhamento das ações deverá ocorrer por meio de relatórios mensais, observando-se a meta estabelecida e garantindo-se a transparência e a prestação de contas aos órgãos competentes, especialmente ao CMDPCD e ao COEDE.
Art. 6º O valor previsto para investimento no Plano de Ação é de R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais), proveniente da fonte de recurso indicada no projeto, vinculada ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE.
Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
PUBLIQUE-SE

Morretes, 2 de setembro de 2026.

IVANISE MARIA SCREMIM PINTO
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência
CMDPCD – Morretes/PR

Publicado por:
Daiane Cristina Eberle Oliveira
Código Identificador:F0F05BC5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 27/2026

Processo Adm: Nº 76/2026
Objeto: contratação de empresa para fornecimento de Medicamentos para atendimento as Unidades Básicas de Saúde do Município de Nova América da Colina/PR
Empresas vencedoras valor total: R$ 967.881,23 (novecentos e sessenta e sete mil e oitocentos e oitenta e um reais e vinte e três centavos): **STP COMERCIAL LTDA** (53710803000104) com o lote: 282 no valor total de R$ 2.985,00 (dois mil e novecentos e oitenta e cinco reais). **ITAMARATY CARE LTDA** (58489781000100) com os lotes: 261 e 271 no valor total de R$ 8.480,00 (oito mil e quatrocentos e oitenta reais). **CIRÚRGICA NOSSA SENHORA – LTDA** (24586988000180) com os lotes: 119, 156, 237, 250, 297 e 304 no valor total de R$ 6.442,04 (seis mil e quatrocentos e quarenta e dois reais e quatro centavos). **E A DOS SANTOS - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS** (45736454000163) com o lote: 281 no valor total de R$ 2.547,00 (dois mil e quinhentos e quarenta e sete reais). **MEDINGA COMERCIAL LTDA** (57742953000142) com os lotes: 219 e 225 no valor total de R$ 5.620,00 (cinco mil e seiscentos e vinte reais). **SANTO REMÉDIO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALAR EIRELI** (28643008000195) com os lotes: 30, 173, 270 e 320 no valor total de R$ 10.957,00 (dez mil e novecentos e cinquenta e sete reais). **VERTICE MEDICAMENTOS LTDA** (60146737000149) com os lotes: 198, 234, 241, 256, 257 e 291 no valor total de R$ 64.000,00 (sessenta e quatro mil reais). **DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING EIRELI** (30547487000198) com os lotes: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 17, 18, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 43, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 58, 59, 62, 64, 65, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 90, 92, 93, 94, 95, 98, 99, 100, 101, 104, 105, 107, 108, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 122, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 136, 137, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 153, 157, 158, 159, 161, 163, 164, 167, 171, 172, 174, 176, 182, 188, 190, 191, 192, 193, 194, 199, 200, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 223, 224, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 236, 238, 239, 240, 242, 245, 246, 247, 249, 251, 252, 253, 254, 255, 258, 259, 262, 264, 268, 269, 273, 274, 275, 278, 279, 280, 285, 286, 287, 289, 290, 292, 294, 295, 296, 299, 300, 302, 303, 306, 308, 310, 312, 313, 314, 316, 317, 318, 319, 321 e 322 no valor total de R$ 670.108,00 (seiscentos e setenta mil e cento e oito reais). **PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** (81706251000198) com o lote: 260 no valor total de R$ 73.686,83 (setenta e três mil e seiscentos e oitenta e seis reais e oitenta e três centavos). **OESTE SUL CIRÚRGICA LTDA** (61828536000194) com os lotes: 81, 132, 187, 221, 243, 293 e 324 no valor total de R$ 47.543,44 (quarenta e sete mil e quinhentos e quarenta e três reais e quarenta e quatro centavos). **RF LEITE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA** (35042079000106) com os lotes: 97, 133, 196, 277 e 288 no valor total de R$ 7.462,10 (sete mil e quatrocentos e sessenta e dois reais e dez centavos). **OUROMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA** (48368182000184) com o lote: 8 no

valor total de R$ 10.499,50 (dez mil e quatrocentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos). **NEXXA FARMACÊUTICA LTDA** (61812902000117) com os lotes: 19 e 80 no valor total de R$ 5.320,00 (cinco mil e trezentos e vinte reais). **MHL MEDICAL LTDA** (66392375000152) com os lotes: 103, 178, 184, 186 e 227 no valor total de R$ 48.069,32 (quarenta e oito mil e sessenta e nove reais e trinta e dois centavos). **MEDMAX COMERCIO DE MEDICAMENTOS LTDA EPP** (16553940000148) com os lotes: 63 e 265 no valor total de R$ 2.440,00 (dois mil e quatrocentos e quarenta reais). **LOVIAN MEDICAMENTOS LTDA** (48097911000105) com os lotes: 244 e 315 no valor total de R$ 1.721,00 (um mil e setecentos e vinte e um reais).
Itens desertos: 7, 12, 16, 40, 41, 42, 46, 55, 56, 57, 60, 66, 91, 96, 102, 106, 109, 111, 127, 131, 138, 139, 151, 152, 154, 155, 160, 162, 165, 166, 168, 169, 170, 175, 181, 189, 195, 197, 213, 226, 235, 248, 263, 266, 276, 283, 284, 298, 301, 305, 307, 309, 311 e 323

NOVA AMÉRICA DA COLINA - PR, 02 de setembro de 2026

LEANDRO PEREZ DE OLIVEIRA
Condutor de Processos

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:80FA0B88

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 126/2026

PORTARIA nº 126/2026

A Prefeita Municipal de Nova América da Colina, Estado do Paraná, Tania Cristina da Silva Basso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal 57/2006;
RESOLVE:

Art. 1º- Conceder LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE para **DALVA DA SILVA DE LIMA,** matrícula nº140/0, ocupante do cargo de ZELADORA, previsto no Art. 125 da Lei Municipal nº 057/2006 de 26 de abril de 2006, a contar de **28/07/2026** a **25/10/2026.**
Art. 2º- Esta portaria entra em vigor com a sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova América da Colina-Pr, 28 de agosto de 2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo de Oliveira David
Código Identificador:C893A850

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO Nº 003/2026

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO LEILÃO Nº 003/2026 Aos trinta e um dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, procedeu-se a sessão de realização do Leilão Municipal Eletrônico Nº 003/2026, Processo Administrativo nº 079/2026. O certame foi conduzido pelo(a) leiloeiro(a) administrativo(a), servidor(a) municipal Sr(a). JANDERSON JANDIR GIOTTI nomeado através do(a) Decreto ou Portaria nº 3774/2023, devidamente assessorado(a) pela empresa ECKERT TECNOLOGIA E ASSESSORIA LTDA, contratada para prestar serviços de tecnologia para vendas de ativos considerados inservíveis, conforme contrato nº 020/2023. Não houve impugnação aos termos do Edital. Participaram do presente leilão, os interessados previamente habilitados na plataforma Superbid Exchange, conforme consta nos registros do book do leilão, que faz parte integrante da presente ata. Aberta a sessão, foram realizados os lances eletrônicos, sagrando-se vencedores os licitantes que apresentaram as maiores ofertas por lote, conforme resultado a seguir:
Lote Descrição/Arrematante 16 CÁTIA BRESSAN DOARTE — CPF 066247389-28 LOTE URBANO Nº 09, QUADRA Nº 04 DO LOTEAMENTO BENEDETTI DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 300M² Valor R$ 74.375,00.
17 MARCELO PAULI — CPF 028828379-17 LOTE URBANO Nº 11, QUADRA Nº 01 DO LOTEAMENTO QUATRO PORTEIRAS DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 600M² Valor R$ 156.250,00.
Total (2 lotes arrematados R$ 230.625,00).
Lotes desertos:
1 LOTE URBANO Nº 01, QUADRA Nº 04 DO LOTEAMENTO MARINA PORTAL DO SOL DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 3.936,57M²; 2 LOTE URBANO Nº 01, QUADRA Nº 05 DO LOTEAMENTO JARDIM EUROPA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 355,26M²;
3 LOTE URBANO Nº 02, QUADRA Nº 05 DO LOTEAMENTO JARDIM EUROPA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 308,80M²; 4 LOTE URBANO Nº 03, QUADRA Nº 05 DO LOTEAMENTO JARDIM EUROPA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 342,80M²;5 LOTE URBANO Nº 04, QUADRA Nº 05 DO LOTEAMENTO JARDIM EUROPA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 394,38M²; 6 LOTE URBANO Nº 05, QUADRA Nº 05 DO LOTEAMENTO JARDIM EUROPA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 445,96M²; 7 LOTE URBANO Nº 06, QUADRA Nº 05 DO LOTEAMENTO JARDIM EUROPA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 497,53M²; 8 LOTE URBANO Nº 07, QUADRA Nº 05 DO LOTEAMENTO JARDIM EUROPA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 539,19M²; 9 LOTE URBANO Nº 10, QUADRA Nº 15 DO LOTEAMENTO ESTRELA DOURADA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 2.102,75M²; 10 LOTE URBANO Nº 05, QUADRA Nº 12 DO LOTEAMENTO ESTRELA DOURADA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 9.036,96M²; 11 LOTE URBANO Nº 06, QUADRA Nº 12 DO LOTEAMENTO ESTRELA DOURADA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 418,44M²; 12 LOTE URBANO Nº 07, QUADRA Nº 12 DO LOTEAMENTO ESTRELA DOURADA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 450M²; 13 LOTE URBANO Nº 08, QUADRA Nº 12 DO LOTEAMENTO ESTRELA DOURADA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 450M²; 14 LOTE URBANO Nº 09, QUADRA Nº 12 DO LOTEAMENTO ESTRELA DOURADA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 450M²; 15 LOTE URBANO Nº 10, QUADRA Nº 12 DO LOTEAMENTO ESTRELA DOURADA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 666,69M²; 18 LOTE URBANO Nº 10, QUADRA Nº 06 DO LOTEAMENTO PASTÓRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 2.809,72M²; 19 LOTE URBANO Nº 11, QUADRA Nº 06 DO LOTEAMENTO PAINEIRA DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 897,59M²; 20 LOTE URBANO Nº 19, QUADRA Nº 02 DO LOTEAMENTO PAINEIRA II DO MUNICÍPIO DE NOVA PRATA DO IGUAÇU/PR ÁREA DE 1.500M².
Encerrada a etapa de lances, foi oportunizada a manifestação de intenção de recurso, nos termos do edital, não havendo qualquer registro. Demais informações estão disponíveis no book do leilão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a sessão, lavrando-se a presente ata, que será assinada pelo(a) Leiloeiro(a) Administrativo(a), com o posterior encaminhamento dos autos para homologação.

JANDERSON JANDIR GIOTTI
Leiloeiro(a) Administrativo(a) Portaria/Decreto nº 3774/2023.

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:BEFEAB2A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE LEILÃO ELETRÔNICO: 003/2026

DECISÃO DA AUTORIDADE ADMINISTRATIVA COMPETENTE
Leilão Eletrônico: 003/2026
Processo Administrativo nº 079/2026
DECISÃO
Vistos.
Considerando os elementos constantes dos autos do processo administrativo em epígrafe;
Considerando o teor do**Parecer Jurídico**, emitido pela Procuradoria Jurídica do Município, especialmente quanto às irregularidades e circunstâncias jurídicas relacionadas aos Lotes nº 09, 16, 17, 19 e 20.
Considerando que compete à Autoridade Administrativa competente apreciar as conclusões apresentadas pela Procuradoria e adotar as providências administrativas cabíveis;
ACOLHO, como razão de decidir, as conclusões constantes do Parecer Jurídico, para, nos termos de sua fundamentação,**DETERMINAR**:
I – Quanto ao Lote nº 17: Odeferimento do pedido de cancelamento do lance e a desclassificação do Sr. Marcelo Pauli, em razão do impedimento legal decorrente de seu vínculo funcional com o Município,sem aplicação de sanções, conforme fundamentado no parecer jurídico.
II – Quanto ao resultado do Lote nº 17: A**anulação de ofício do resultado do Lote nº 17**, em razão do vício identificado no procedimento, observadas as providências administrativas necessárias à formalização da anulação.
III – Quanto aos Lotes nº 09, 19 e 20: A**sustação do aproveitamento dos Lotes nº 09, 19 e 20**, diante do vício identificado na fixação dos valores mínimos de lance por ocasião do relançamento do certame, devendo ser adotadas as medidas administrativas pertinentes para a regularização do procedimento, conforme orientação da Procuradoria Jurídica.
IV – Quanto ao Lote nº 16: A**manutenção da homologação do Lote nº 16**, diante da inexistência de vício jurídico ou procedimental a ele relacionado, permanecendo válidos os atos praticados quanto a este lote.
Determino, ainda, que os setores administrativos competentes sejam cientificados desta decisão e adotem todas as providências necessárias ao seu integral cumprimento, inclusive quanto aos registros, comunicações e demais atos decorrentes.
Dê-se ciência aos interessados.
Após, proceda-se ao regular prosseguimento do feito, observando-se integralmente as orientações constantes do parecer jurídico.
Nova Prata do Iguaçu - Pr, 02 setembro de 2026

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gracieli Garcia Toneli
Código Identificador:4297DA2E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 510/2026

de 1 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, a pedido, a partir de 1 de setembro de 2026, do Emprego Público de Psicóloga - PSS, a Servidora Pública Municipal EDIMEIRE TROMBELI, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.273.620.4 - SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.845.459-**, admitida em 6 de abril de 2026.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 1 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EA510C6E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 511/2026

de 1 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Dispensar, por término de contrato, a partir de 1 de setembro de 2026, do Emprego Público de Psicóloga - PSS, a Servidora Pública Municipal VANDA APARECIDA DOS REIS, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral nº *.244.489-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.257.119-**, admitida em 2 de setembro de 2024.
Revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PAIÇANDU, 1 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:87C1DC13

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO 07/2026

Extrato de publicação

PREGÃO ELETRÔNICO - 07/2026
Nº PROC. ADM. 19/2026

Extrato de publicação gerado automaticamente pelo sistema BNC torna público para conhecimento dos interessados que o órgão FUNDACAO DE EDUCACAO DE PAICANDU, de acordo com a regulamentação realizará PREGÃO ELETRÔNICO sendo conduzido por VERÔNICA SIMÃO BENATTI e tendo como autoridade ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI.

PUBLICAÇÃO: 02/09/2026 10:56
INÍCIO REC. PROPOSTA: 02/09/2026 11:30
FIM REC. PROPOSTA: 21/09/2026 08:30
INÍCIO DISPUTA: 21/09/2026 09:00
TIPO DE LANCE: MENOR LANCE
TIPO ENCERRAMENTO: ABERTO
EXCLUSIVO ME: NÃO
VALOR TOTAL DO PROCESSO: R$ 61.769,9000

OBJETO DO PROCESSO

REGISTRO DE PREÇOS, a aquisição de fórmulas infantis para atender as crianças de 0 a 2 anos matriculadas nos Centros Municipais de Educação Infantil do Município de Paiçandu, com objetivo de atender o ano de 2026/2027.

Para demais informações contato via e-mail: compras.eucacao@paicandu.pr.gov.br, telefone: 4432441049 ou acesso pelo link: https://bnccompras.com/Process/ProcessView?param1=%5Bgkz%5D40sTG3O6hp5vJMBumpzW00kYQuVO4ixWQHhqyh7j%2F%2Ftw_oZCPZ7yNhV4DobVB0BWR%2F%2FdDNvwh74uXF8UDEJM_aCedsiRgc7CW2wIRGm43pM%3D

_____
VERÔNICA SIMÃO BENATTI

PAIÇANDU-PR - 02/09/2026

Publicado por:
Verônica Simão Benatti
Código Identificador:7ECA062D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 29-2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO
PREFEITO ISMAEL BATISTA ,no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:
01 - HOMOLOGAR a presente licitação neste termo:

a) Licitação Nº :	66 /2026			
b) Modalidade :	Pregão			
c) Data Homologação :	02/09/2026			
d) Objeto Homologado :	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de coleta e análises laboratoriais de água e solo, no Cemitério e Aterro Sanitário do município de Paiçandu, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Meio Ambiente			
e) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:				
Fornecedor				
50.367.493 FABIO MACHRY SANCHES				
Lote: *1*	*LOTE 01*			
Item	**Descrição**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
1	POÇOS DE MONITORAMENTO (ITEM 1)	6,000	1.423,5600	8.541,3600
2	POÇOS DE MONITORAMENTO (ITEM 2)	3,000	1.656,8200	4.970,4600
3	ANÁLISE PARA ÁGUA DE RIO	4,000	1.175,4200	4.701,6800
		Total:		18.213,50
Lote: *2*	*LOTE 02*			
Item	**Descrição**	**Quantidade**	**Vlr. Unit.**	**Vlr. Total**
4	ALCALINIDADE, DUREZA TOTAL, DUREZA (CÁLCIO E MAGNÉSIO), PH,	6,000	677,5000	4.065,0000
		Total:		4.065,00

Paiçandu, 02/09/2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:B0E98168

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 43.2026

O Município de Palmeira torna público que às 09:00 do dia 09/09/2026 realizará DISPENSA de licitação na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:

OBJETO: A*quisição de instrumentos musicais.*

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br.

02/09/2026.

JOCELI GOMES CUNHA
Autoridade Competente

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:40F3DC2B

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO N°.76.2026

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 121/09/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Contratação, sob demanda, de empresa especializada na prestação de serviços de levantamento topográfico planialtimétrico cadastral georreferenciado, georreferenciamento e regularização cadastral, incluindo serviços de retificação administrativa, desdobro, unificação e retificação de áreas, em conformidade com a legislação vigente e as normas técnicas aplicáveis.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

02 de setembro de 2026.

FABIANO BISHOP CASSANTA
Autoridade Competente

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:501A30D8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026 MARCIO JOSE CRUCHELSKI PROCESSO DIGITAL Nº 4579/2026

CREDENCIAMENTO Nº. 07/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 193/2026
PROCESSO DIGITAL Nº 3230/2026

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 07/2026, cujo objeto prevê o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Administrativo	Resultado
MARCIO JOSE CRUCHELSKI	**11.504.292/0001-16**	**4579/2026**	**HABILITADO**

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste

extrato, o prazo de 03 (três) dias para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:36A9E016

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 11/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 31/2026
PROCESSO DIGITAL N º 6588/2026

O Regime Próprio de Previdência Social de Palmeira torna público que às 9 horas do dia 10/09/2026 realizará DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO, com fundamento na Lei 14.133/2021, visando a execução do seguinte objeto:

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, CONTEMPLANDO SUPORTE TÉCNICO PREVENTIVO E CORRETIVO, MANUTENÇÃO E GERENCIAMENTO DA INFRAESTRUTURA DE INFORMÁTICA E REDE, INCLUINDO COMPUTADORES, NOTEBOOKS, IMPRESSORAS, SERVIDORES E DEMAIS EQUIPAMENTOS, BEM COMO O GERENCIAMENTO, EXECUÇÃO E MONITORAMENTO DE SOLUÇÃO DE ARMAZENAMENTO EM NUVEM PARA REALIZAÇÃO DE BACKUPS DOS DADOS INSTITUCIONAIS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA – RPPS.

.
LOCAL: www.bllcompras.org.br "Acesso Identificado no link – BLL Compras".

Os interessados poderão obter o Aviso de Contratação Direta na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou através do Portal da Transparência pelo endereço eletrônico https://palmeira.eloweb.net/portaltransparencia/29/licitacoes.

Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42 3252-6798 ou pelo e-mail: compraselicitacoes@rppspalmeira.com.br

Palmeira, 02 setembro de 2026.

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Autoridade Competente

Publicado por:
Allyne Alves de Paula
Código Identificador:7BD756A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 176/2025- ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE SÃO PEDRO

Processo Administrativo nº 6295/2026

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, **Sr. Marlon Cleiton Gross**, inscrito no CPF/MF sob o n° 083.xxx.xxx-86, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.838/2026, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DE FAMÍLIAS AGRICULTORAS DE SÃO PEDRO**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF nº 03.846.637/0001-91**, com sede na Comunidade de São Pedro, Zona Rural, Palmeira/PR, neste ato representada por seu presidente **Sr. Geraldo Rogoski**, inscrito no **CPF/MF sob o nº 064.xxx.xxx-98**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, tem entre si, justo e avençado, e celebram através do Processo Administrativo nº 6295/2026, por força do presente instrumento e de conformidade com a Lei Federal nº 13.019/14, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 176/2025**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência do Termo de Colaboração, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses a contar de 09 de Setembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO REPRESENTANTE LEGAL: Em razão da eleição da nova Diretoria da **Associação de Famílias Agricultoras de São Pedro**, conforme Ata de Eleição e Posse realizada em 18 de janeiro de 2026**, fica alterada a representação da entidade no presente Termo de Colaboração, passando a figurar como seu representante legal o Sr. GERALDO ROGOSKI, inscrito no CPF sob nº 064.***.***-98**, na qualidade de **Presidente**, em substituição ao Sr. **Fábio Huk**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do termo permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, 02 de Setembro de 2026.

Testemunhas:

_____
PAULA ORLONSKI
R.G nº 9.XXX.264-9

_____
JOSIMAR DE JESUS VITOR DO NASCIMENTO
R.G nº 97.XXX.753-9

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:BC1376E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1664/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pelo **Secretário municipal de agricultura e pecuária, Sr. MARLON CLEITON GROSS, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 083.293.529-86, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.803 /2025**, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa **CONSTRUTORA MAUI LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no

CNPJ/MF sob nº 47.482.006/0001-06, com sede localizada na R RUA JOAO BERTOLI ,N°279, Bairro: Boehmerwald CEP: 89232-310 por seu representante legal, Sra. LUANNA PEGORETTI XAVIER CARNIEL, brasileira, inscrito no CPF nº. 773.096.692-15, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** têm entre si, justo e avençado, e celebram, por meio do **Processo Administrativo n.º 3304/2026**, por força do presente instrumento e em conformidade com a Leis Federal n.º 14133/2021, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1664/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA EXECUÇÃO: Por meio do presente Termo Aditivo, fica prorrogado o prazo de execução da obra pelo prazo de 90 (noventa) dias contados a partir de 20 de julho de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR: Em razão das alterações quantitativas e qualitativas necessárias à adequada execução do objeto contratual, conforme estabelecido no processo administrativo, fica acrescido ao valor do Contrato nº 1664/2025 o montante de **R$ 25.067,82 (vinte e cinco mil, sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos)**, correspondente a aproximadamente **3,35%** do valor inicial do contrato. Em decorrência do presente aditamento, o valor global do contrato passa de **R$ 748.899,00 (setecentos e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e nove reais)** para **R$ 773.966,82 (setecentos e setenta e três mil, novecentos e sessenta e seis reais e oitenta e dois centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: Ratificam-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas e dispostas no Contrato n.º 1664/2025, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Testemunha:

_____
Paula Orlonski
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:CA3D52F0

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 53/2023- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES PROPRIETÁRIOS DE WITMARSUM - ACMPW

Processo Administrativo nº 6418/2026

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, **Sr. Marlon Cleiton Gross**, inscrito no CPF/MF sob o n° 083.xxx.xxx-86, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.838/2026, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES PROPRIETÁRIOS DE WITMARSUM – ACMPW**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF nº 80.618.051/0001-10**, com sede na Colônia Witmarsum, Zona Rural, Palmeira-PR, neste ato representada pelo Presidente **Sr. Rubens Abrahams Kliewer**, inscrito no CPF/MF nº 030.xxx.xxx-05, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, tem entre si, justo e avençado, e celebram através do Processo Administrativo nº 6418/2026, por força do presente instrumento e de conformidade com a Lei Federal nº 13.019/14, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 53/2023**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência do Termo de Colaboração, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses a contar de 04 de Setembro de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO: Fica **suprimido do Plano de Trabalho integrante da respectiva parceria** o item **"MOTONIVELADORA HWB 140 M"**, identificado pelo **Código Patrimonial nº 10160**, deixando o referido bem de integrar as ações, metas e/ou itens previstos no Plano de Trabalho da parceria, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do termo permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, 02 de Setembro de 2026.

Testemunhas:

_____
PAULA ORLONSKI
R.G nº 9.XXX.264-9

_____
JOSIMAR DE JESUS VITOR DO NASCIMENTO
R.G nº 97.XXX.753-9

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:B2CDD8CF

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
TERCEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 54/2023- ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LIMEIRA

Processo Administrativo nº 6330/2026

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito **CNPJ/MF n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Agricultura e Pecuária, **Sr. Marlon Cleiton Gross**, inscrito no CPF/MF sob o n° 083.xxx.xxx-86, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.838/2026, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA,** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS MORADORES DE LIMEIRA**, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no **CNPJ/MF nº 49.542.055/0001-12**, com sede na Localidade de Limeira, Estrada Principal, s/n, Zona Rural, Palmeira/PR, neste ato representada por seu presidente **Sr. Moacir Turek**, inscrito no **CPF/MF sob o nº 018.xxx.xxx-66**, doravante denominada simplesmente **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL**, tem entre si, justo e avençado, e celebram através do Processo Administrativo nº 6330/2026, por força do presente instrumento e de conformidade com a Lei Federal nº 13.019/14, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 54/2023**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência do Termo de Colaboração, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses a contar de 04 de Setembro de 2026.

CLAUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais cláusulas do termo permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, 02 de Setembro de 2026.

Testemunhas:

_____
PAULA ORLONSKI
R.G nº 9.XXX.264-9

_____
JOSIMAR DE JESUS VITOR DO NASCIMENTO
R.G nº 97.XXX.753-9

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:1C328B3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.517 DE 02/09/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$40.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116 DE 25-07-2025– LDO e nº 6.216-2025 DE 18-12-2025– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$40.000,00 (quarenta mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216-2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

08.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Assistência Social
08.002.00.000.0000.0.000. Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS
08.002.08.245.0017.6.049. Bloco da Proteção Social Especial - FMAS
279 – 3.3.90.39.00.00 - 000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA – R$40.000,00

Total Suplementação: R$40.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

06.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Gestão Pública
06.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Recursos Humanos
06.002.11.332.0009.2.025. Manutenção das Atividades do Departamento de Recursos Humanos
130 – 3.3.90.39.00.00 – 000 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA – R$40.000,00

Total Redução: R$40.000,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira Estado do Paraná, em 02 de Setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:3F23B4D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.518 DE 02/09/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$25.067,82

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116/2025 – LDO e nº 6.216/2025 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$25.067,82 (vinte e cinco mil sessenta e sete reais e oitenta e dois centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Agricultura e Pecuária
07.002.20.606.0013.1.037. Fortalecimento da Agricultura e Pecuária
171 – 4.4.90.51.00.00 – 000 - OBRAS E INSTALACOES R$25.067,82

Total Suplementação: R$25.067,82

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.001.00.000.0000.0.000. Departamento de Projetos e Programas
07.001.20.606.0012.2.030. Manutenção das Atividades do Departamento de Projetos e Programas
162 – 3.3.90.32.00.00 – 000 - MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA R$25.067,82

Total Redução: R$25.067,82

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de Setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:35E5F4AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.519, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Dispõe sobre a consolidação da Legislação Tributária Municipal, em cumprimento ao disposto no art. 212 do Código Tributário Nacional.

Considerando o disposto no art. 212 do Código Tributário Nacional, que impõe aos Poderes Executivos a consolidação anual da legislação tributária;
Considerando a necessidade de dar publicidade, clareza e segurança jurídica às normas tributárias municipais;
O Prefeito Municipal de Palmeira**,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Processo Administrativo protocolado sob o nº 7049/2026;

Decreta:

Art. 1º Fica consolidada, em texto único, a legislação tributária do Município de Palmeira, compreendendo as normas relativas a todos os tributos de competência municipal, constantes do Anexo Único deste Decreto.
Art. 2º O compilado de que trata este Decreto compreende as leis, decretos e portarias de caráter tributário, permanecendo válida até que nova consolidação seja publicada.

Art. 3º O texto consolidado estará disponível para consulta no site oficial da Prefeitura e no Portal da Transparência, assegurando amplo acesso à população.

Art. 4º Este Decreto será revisado anualmente, até o dia 31 de janeiro de cada exercício, para atualização da consolidação, nos termos do art. 212 do CTN.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de Setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

ANEXO ÚNICO

Consolidação da Legislação Tributária do Município de Palmeira, abrangendo Leis, Decretos e Portarias de caráter tributário.

GERAIS

LEI Nº 2223 DE 26/11/2002 – DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E INSTITUI NORMAS COMPLEMENTARES DE DIREITO TRIBUTÁRIO.

LEI Nº 3551 DE 16/10/2013 – ESTABELECE TRATAMENTO DIFERENCIADO A SER DISPENSADO EM FAVORECIMENTO ÀS MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 3682 DE 17/06/2014 – INSTITUI O PLANO DE INCENTIVO EMPRESARIAL, VISANDO ESTIMULAR A GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA, SUPRIR OS SETORES DEFICIENTES DA CADEIA PRODUTIVA E DE SERVIÇOS NO ÂMBITO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 12/12/2019 – DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 19 DE 26/06/2020 – DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURAS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 15673 DE 10/10/2022 – DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DA COMERCIALIZAÇÃO DE ALIMENTOS E BEBIDAS SOBRE RODAS, EM VEÍCULOS AUTOMOTORES ADAPTADOS DENOMINADOS FOOD TRUCKS, TANTO POR MEIO DE EQUIPAMENTOS MONTADOS SOBRE VEÍCULOS A MOTOR.

LEI COMPLEMENTAR Nº 27 DE 13/06/2023 – INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 31 DE 07/11/2023 – INTRODUZ NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA AS DIRETRIZES DA DECLARAÇÃO DE DIREITOS DE LIBERDADE ECONÔMICA, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13324/2019; ALTERA AS LEIS COMPLEMENTARES Nº 1 DE 28/09/2017 E Nº 19 DE 26/06/2020, LEIS Nº 2.223 DE 26/11/2002 E LEI Nº 3551 DE 16/10/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 18751 DE 11/12/2025 – REGULAMENTA O LANÇAMENTO E VENCIMENTOS DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2026, CONSTANTES DO SISTEMA TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA INSTITUÍDO PELO CÓDIGO TRIBUTÁRIO – LEI MUNICIPAL Nº 2223 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2002, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
DECRETO Nº 19465 DE 05/08/2026 – REGULAMENTA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, A APLICAÇÃO DO TRATAMENTO DIFERENCIADO CONFERIDO AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI.

IPTU

LEI Nº 2874 DE 15/06/2009 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER INCENTIVO FISCAL A CLUBES ESPORTIVOS E ENTIDADES SÓCIO-RECREATIVAS PARA REALIZAÇÃO DE PROJETOS ESPORTIVOS E DE RECREAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 3787 DE 07/11/2014 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER OS BENEFÍCIOS DA ISENÇÃO E REMISSÃO DO IMPOSTO PREDIAL TERRITORIAL URBANO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 2 DE 28/12/2017 – DISPÕE SOBRE A PLANTA GENÉRICA DE VALORES, PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DOS IMPOSTOS IMOBILIÁRIOS, DISCIPLINA FÓRMULA DE CÁLCULO, ESTABELECE PARÂMETROS E CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO MUNICíPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 6 DE 20/12/2018 – ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2/2017, QUE INSTITUI A PLANTA GENÉRICA DE VALORES, PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DOS IMPOSTOS IMOBILIÁRIOS, DISCIPLINA FÓRMULA DE CÁLCULO, ESTABELECE PARÂMETROS E CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 32, DE 08/11/2023 – ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 2/2017, QUE INSTITUI A PLANTA GENÉRICA DE VALORES, PARA LANÇAMENTO E COBRANÇA DOS IMPOSTOS IMOBILIÁRIOS, DISCIPLINA FÓRMULA DE CÁLCULO, ESTABELECE PARÂMETROS E CLASSIFICAÇÃO DAS EDIFICAÇÕES DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS; E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 2223/2002, QUE DISPÕE SOBRE O SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL E INSTITUI NORMAS COMPLEMENTARES DE DIREITO TRIBUTÁRIO.

ITBI

LEI Nº 3960 DE 11/09/2015 – ESTABELECE CRITÉRIOS ESPECIAIS PARA IMPLANTAÇÃO DE NOVOS PROJETOS DE LOTEAMENTOS HABITACIONAIS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 4113 DE 06/04/2016 – ALTERA E REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 3.960, DE 11 DE SETEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 34 DE 27/12/2023 – DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO "INTER VIVOS", A QUALQUER TÍTULO, POR ATO ONEROSO, DE BENS IMÓVEIS, POR NATUREZA OU ACESSÃO FÍSICA, E DE DIREITOS REAIS SOBRE IMÓVEIS, EXCETO OS DE GARANTIA, BEM COMO CESSÃO DE DIREITOS A SUA AQUISIÇÃO, DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3960/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 16779 DE 25/01/2024 – REGULAMENTA O PROCEDIMENTO PARA LANÇAMENTO DE ITBI, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 34/2023.
DECRETO Nº 17241 DE 24/05/2024 - ALTERA E INCLUI DISPOSITIVOS AO DECRETO Nº 16779 DE 25/01/2024 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISS

LEI COMPLEMENTAR Nº 1 DE 28/09/2017 – DISPÕE SOBRE O IMPOSTO SOBRE SERVIÇO DE QUALQUER NATUREZA, DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 11310 de 07/06/2017 – DEFINE OS MODELOS DE DOCUMENTOS FISCAIS ELETRÔNICOS UTILIZADOS PELOS PRESTADORES DE SERVIÇOS PESSOA JURÍDICAS E PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS, DISCIPLINA A EMISSÃO DOS MESMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

TAXAS

DECRETO Nº 5003 DE 21/12/2005 – DISCIPLINA A EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE LICENÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 3 de 29/12/2017 – DISPOE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA TAXA DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES - TGRSD - NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 15 DE 12/12/2019 – DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 19 DE 26/06/2020 – DISPÕE SOBRE O CÓDIGO DE POSTURAS NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 19146 DE 19/03/2026 - NORMATIZA E DISCIPLINA A UTILIZAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES FRANCISCO RUTCOSKI NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA/PR.

COSIP

LEI COMPLEMENTAR Nº 5 DE 19/12/2018 – INSTITUI A CONTRIBUIÇÃO PARA CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PREVISTA NO ARTIGO 149-A DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DÍVIDA ATIVA

LEI Nº 2295 DE 21/11/2003 – INSTITUI NORMAS ADMINISTRATIVAS PARA INSCRIÇÃO NA DIVIDA ATIVA DA FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI Nº 3609 DE 27/12/2013 – AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A PROTESTAR AS CERTIDÕES DE DÍVIDAATIVA EMITIDAS PELO MUNICÍPIO DE PALMEIRA, ALTERANDO O ARTIGO 165 DA LEI MUNICIPAL Nº 2223 DE 26/11/2002 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4 DE 05/11/2018 – DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LEI COMPLEMENTAR Nº 27, DE 13/06/2023 – INSTITUI A LEI ORGÂNICA DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Publicado por:
Isadora Stadler Rocha Leite
Código Identificador:F398FEB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.520 DE 02/09/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$120.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116 DE 25-07-2025– LDO e nº 6.216-2025 DE 18-12-2025– LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$120.000,00 (cento e vinte mil reais) e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216-2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Suplementação

19.000.00.000.0000.0.000. - AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. - AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2001 - MANUTENÇÃO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
3.3.90.39.00.00 3001 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$120.000,00

Total Suplementação: R$120.000,00

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Superavit Financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

FONTE	SUPERÁVIT FINANCEIRO
3001	R$120.000,00

Artigo 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, Sede do Município de Palmeira Estado do Paraná, em 02 de Setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:534B1347

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 01/2026

Palmeira, 02 de setembro de 2026**.**

A Secretaria Municipal de Assistência Social, solicita o comparecimento dos candidatos abaixo, no dia 04 de setembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para substituição de Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 01/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelos imediatos classificados, conforme processo nº. 7770/2026.

Auxiliar de Cuidador De Acolhimento Institucional:

CAMILA TEIXEIRA DE ANDRADE

Atenciosamente,

JOCELI GOMES CUNHA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:370C9A24

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR 20H - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2025

Palmeira, 02 de setembro de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 04 de setembro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor 20H, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 10923/2026.

PROFESSOR 20H:

FERNANDA DE MELLO

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:D0214077

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 19.521 DE 02/09/2026 - DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DA SERVIDORA ISABELA CORDEIRO PROTZ, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas pelo cargo, e considerando o processo 5795/2026, e

Decreta:

Art. 1º - Exonerar a servidora **ISABELA CORDEIRO PROTZ**, matrícula 301609, inscrita no CPF sob nº. 054.XXX.XXX-74, ocupante do cargo em comissão de ASSESSOR DE ATENÇÃO SECUNDÁRIA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, último dia trabalhado 02/09/2026.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:1F878FF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº. 19.522 DE 02/09/2026 - NOMEAÇÃO DE ISABELA CORDEIRO PROTZ, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 5795/2026,

DECRETA

Artigo 1º: Fica nomeada **ISABELA CORDEIRO PROTZ,** portadora do RG nº 10.7xx.xx8-0, inscrita no CPF sob nº. 054.xxx.xxx-74, para exercer o cargo em comissão de DIRETOR DE APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO, matrícula nº 301609, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 03/09/2026.

Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:CD2B9869

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO 44/2026 - POR PRAZO DETERMINADO – PROFESSOR - PSS - 40H – ELAINE GRASIELE CHUEDE BAIAK.

PROCESSO Nº. 12637/2026
PSS Nº. 002/2025
EXTRATO Nº. 44/2026
Contratante: Município de Palmeira, Secretaria Municipal de Educação
Contratada: ELAINE GRASIELE CHUEDE BAIAK
Matrícula: 601044
Cargo: PROFESSOR - PSS - 40H
Regime: CLT - PSS
Vencimento R$4.748,84 (Quatro mil, setecentos e quarenta e oito reais e oitenta e quatro centavos)
Vigência: 03/09/2026 a 06/11/2026

Data: 02/09/2026.

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:D342BBE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 26.529 DE 02/09/2026 - DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA GISELE SCHNELL BUS, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando Laudo Médico Pericial anexo ao protocolo sob nº. 6472/2026, e com fundamento no Artigo 111, inciso II, da Lei Municipal nº. 1.700 de 28/03/1998, e
RESOLVE:
Art. 1º: Conceder licença para tratamento de saúde à pessoa da família, à servidora pública municipal, **GISELE SCHNELL BUS,** matrícula 203455**,** ocupante do cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com efeitos desde 24/08/2026, encerrando em 28/09/2026.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:508DBABB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2026 - AUXILIAR DE CUIDADOR DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado 01/2026, pelo Município de Palmeira, para suprir a falta de **Auxiliar de Cuidador de Acolhimento Institucional,** chamado a se apresentar para assumir a vaga para a qual concorreu, compareceu na Secretaria Municipal de Assistência Social, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, liberando com isso o Município para que possa admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunha.

Palmeira, 01 de setembro de 2026.

MARCO ADRIANO ASSUMPÇÃO
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:44283207

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 002/2025 - PROFESSOR 20H

Palmeira, 02 de setembro de 2026.

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado – Pss nº 002/2025, pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Educação, na data de 02 de setembro de 2026, e expressamente, manifesta na presente data, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Nome completo: FRANCYELLE CAMILE MEHL SOARES
Inscrição: 190
Emprego público: PROFESSOR 20 HORAS

FRANCYELLE CAMILE MEHL SOARES
Desistente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:9EECAFA2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 349/2025

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portadora da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrita no **CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.959 DE 17/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE** e, de outro a empresa **ATEXARA TECNOLOGIA E SOLUÇÕES LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 24.925.253/0001-34,** pessoa jurídica de direito privado, representada pela **Sra. ANA LUIZA VICTÓRIA MENDES RAMOS,** brasileira, inscrita no **CPF/MF sob o n.º 039.094.315-00**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 6810/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 349/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contando a partir do dia 27/10/2026 até a data de 27/10/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições da Ata de Registro de Preços n.º 349/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:7CE1BAC8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DO PREGÃO ELETRÔNICO 33/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 33/2026

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 93/2026

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 Lei Municipal N° 1.025/16 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE IMPERMEABILIZAÇÃO DA NOVA VALA DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, COMPREENDENDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, TESTES E SERVIÇOS NECESSÁRIOS À PERFEITA EXECUÇÃO DO OBJETO, EM CONFORMIDADE COM O PROJETO TÉCNICO, AS NORMAS DE EXECUÇÃO E A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL VIGENTE.**

DATA DE ABERTURA: 21/09/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço por Lote Global.

PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 02 de setembro de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elton Otto Back
Código Identificador:70F25BCB

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
DECRETO Nº 52/2026

DECRETO Nº 52 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

Dispõe sobre a antecipação da realização do Desfile Cívico comemorativo à Independência do Brasil, estabelece a dispensa de expediente aos servidores públicos municipais para participação no evento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e
CONSIDERANDO a importância cívica, histórica e cultural das comemorações do Dia da Independência do Brasil, celebrado nacionalmente em 7 de setembro;
CONSIDERANDO a conveniência administrativa e a necessidade de viabilizar a ampla participação da comunidade, dos estudantes e dos servidores públicos nas festividades;
CONSIDERANDO que a adequação do calendário para a realização do evento na sexta-feira favorece a organização, a logística e o engajamento da população local;
DECRETA:
Art. 1º Fica estabelecido que o **Desfile Cívico alusivo ao Dia da Independência do Brasil**, no Município de Palmital, será realizado excepcionalmente no dia **04 de setembro de 2026, sexta-feira**, em substituição à data comemorativa de 7 de setembro.
Art. 2º Ficam os servidores públicos municipais dispensados do expediente no dia 04 de setembro de 2026, para participação obrigatória no Desfile Cívico alusivo à Independência do Brasil, promovido pelo Município de Palmital, devendo o comparecimento ao evento ser considerado como cumprimento da jornada de trabalho.
§ 1º Durante o período destinado à realização do desfile, os servidores deverão participar das atividades cívicas programadas, representando suas respectivas Secretarias, Departamentos e demais órgãos da Administração Pública Municipal, conforme orientação da organização do evento.
§ 2º A dispensa de que trata este Decreto tem por finalidade possibilitar a participação dos servidores municipais nas atividades do Desfile Cívico, promovendo a integração dos servidores e da comunidade e fortalecendo o espírito cívico e patriótico.
§ 3º A dispensa de que trata o *caput* deste artigo não se aplica aos serviços considerados essenciais e de interesse público que, por sua natureza, não possam sofrer interrupção (tais como saúde, atendimento de urgência e emergência, coleta de lixo, entre outros), cabendo aos Secretários Municipais de cada pasta a organização das respectivas escalas de trabalho ou plantões.
Art. 3º As Secretarias Municipais de Educação, Cultura e Esporte, ficarão encarregadas da coordenação das atividades relacionadas ao Desfile Cívico, em conjunto com as demais Secretarias Municipais e instituições participantes.
Art. 4º O disposto neste Decreto não altera o caráter de feriado nacional do dia **7 de setembro**, instituído pela legislação federal, permanecendo a data sujeita às disposições legais aplicáveis.
Art. 5º Na hipótese de ocorrência de condições climáticas adversas, ou ainda de qualquer outra circunstância que inviabilize a realização do Desfile Cívico no horário previsto, o evento será cancelado, devendo os servidores públicos municipais retornar às suas respectivas unidades de trabalho e reassumir normalmente suas atividades, observada a jornada de trabalho correspondente.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Palmital, em **01 de setembro de 2026.**

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Araceli Daiana Aguiar Bonassoli
Código Identificador:FC9AD594

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
PORTARIA 529/2026

PORTARIA Nº 529/2026

SÚMULA: Nomeia Servidores para comporem a Comissão para organização da primeira composição do Fórum Municipal de Educação – FME do Município de Palmital, Estado do Paraná e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.380, de 28 de agosto de 2026, que institui o Fórum Municipal de Educação – FME do Município de Palmital, Estado do Paraná;
CONSIDERANDO o disposto no art. 7º da referida Lei, que estabelece que a primeira composição do Fórum Municipal de Educação será organizada por Comissão designada pela Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDO o expediente encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação, contendo a designação dos membros para comporem a Comissão responsável pela organização da primeira composição do Fórum Municipal de Educação – FME;
RESOLVE:
Art. 1º - Nomear a Comissão responsável pela organização da primeira composição do Fórum Municipal de Educação – FME do Município de Palmital, Estado do Paraná, composta pelos seguintes membros:
I – CLAUDETE DE FÁTIMA ANDREOTE DE ALMEIDA – Titular;
II – MAINARA PIEROG – Suplente.
Art. 2º - Compete à Comissão organizar o processo de composição inicial do Fórum Municipal de Educação – FME, incluindo o recebimento e a conferência das indicações dos representantes dos órgãos, instituições, entidades e segmentos previstos na Lei Municipal nº 1.380/2026, bem como a elaboração da relação final dos representantes indicados.
Art. 3º - Concluídos os trabalhos, a Comissão deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Educação a relação final dos representantes indicados, para análise e adoção das providências necessárias à formalização da primeira composição do Fórum Municipal de Educação – FME.
Art. 4º - A participação na Comissão será considerada de relevante interesse público e não será remunerada.
Art. 5º - Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor nesta data.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Palmital, 02 de setembro de 2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosilda Maria Varela
Código Identificador:413FA555

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO

TERMO ADITIVO Nº 02 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 132/2025

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE REEQUILÍBRIO Nº: 248/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, no uso de suas atribuições legais.

CONTRATADA: SANTINI MEDICAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Rua Amazonas, 44 - CEP:

85603190 - Bairro: Pinheirão Francisco Beltrão/PR, inscrita no CNPJ/MF sob 58.676.108/0001-89, neste ato por seu representante legal, Sr. PAULO SÉRGIO SANTINI, inscrito no CPF/MF sob o nº 6**.***.***-15, conforme atos societários anexados aos autos.

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO, com fundamento no artigo 124, inciso II, alínea "d", combinado com o art. 130 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o reequilíbrio econômico-financeiro (recomposição) do Contrato de Compra nº 132/2025, visando restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da Administração para a justa remuneração do fornecimento.

1.2. O reequilíbrio restringe-se exclusivamente ao item listado na Cláusula Segunda, em razão de alta extraordinária e imprevisível do produto no mercado, devidamente comprovado no processo administrativo correspondente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS UNITÁRIOS

2.1. Em decorrência do realinhamento, os preços unitários dos itens a seguir especificados passam a vigorar com os seguintes valores:

• Item 49: CLORIDRATO DE VENLAFAXINA 150 MG (COD-BR0272380)

Preço Unitário Anterior: R$ 1,0039
Percentual de Aumento Concedido: 45,9%
Novo Preço Unitário Reequilibrado: R$ 1,4600

2.2. Os novos preços unitários definidos no item 2.1 aplicar-se-ão apenas aos fornecimentos/entregas cujas Notas de Empenho forem emitidas a partir da data de eficácia deste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR REESTRUTURADO E DOTAÇÃO

3.1. Em razão da alteração dos preços unitários, o valor global estimado remanescente do contrato sofre um acréscimo de R$ 1.840,00 (Um Mil e Oitocentos e quarenta Reais).

3.2. O valor total atualizado do contrato passa a ser de R$ 28.375,80 (vinte e Oito Mil, trezentos e Setenta e Cinco Reais e Oitenta Centavos).

3.3. As despesas complementares decorrentes deste reequilíbrio correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÕES				
CONTA DA DESPESA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA	GRUPO DA FONTE
3490	08.002.10.301.1001.2069	494	3.3.90.30.09.00	DO EXERCÍCIO

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE E EFICÁCIA

5.1. A eficácia deste Termo Aditivo fica condicionada à sua divulgação obrigatória.

CLÁUSULA SEXTA – DA QUITAÇÃO

6.1. Com a assinatura deste instrumento e a fixação dos novos preços, a CONTRATADA dá plena, rasa e geral quitação à Administração quanto aos custos e prejuízos decorrentes do fato gerador citado na Cláusula Primeira até a presente data, abdicando de quaisquer pleitos retroativos ou complementares sobre o mesmo evento motivador.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RATIFICAÇÃO

7.1. Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do contrato original que não conflitem diretamente com o disposto neste termo aditivo.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam eletronicamente o presente Termo Aditivo.

Palmital-PR, 02/09/2026

ROBERTOCARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

Santini Medicamentos LTDA
PAULO SÉRGIO SANTINI
CPF: 6**.***.***-15
Contratado

CHEILA PECHEKA RIBEIRO DE JESUS
Gestor

EVANDRO DA COSTA PEDRO
Fiscal

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:BC06610A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO Nº 174/2025

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025
TERMO ADITIVO Nº 1 AO CONTRATO Nº 174/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº **6, Centro, Palmital-PR., no uso de suas atribuições legais.

CONTRATADA: M.A.ULIANA, pessoa jurídica de direito privado com endereço à Avenida Getúlio Vargas, 0 Gráfica - CEP: 85200023 - Bairro: Centro Pitanga/PR, inscrita no CNPJ/MF sob 04.461.206/0001-70, neste ato por seu representante legal, Senhor **MARCO AURELIO ULIANA**, inscrito no CPF/MF sob o nº 4**.***.***-04

As partes acima qualificadas resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº [Número/Ano], regendo-se pelas disposições da **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, em especial os artigos 106, 107 e 125, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO O presente Termo Aditivo tem por objeto:

• **I.** A **prorrogação do prazo de vigência** (e/ou execução) do Contrato nº 174/2025, relativo à **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA FABRICAÇÃO E FORNECIMENTO DE MATERIAL GRAFICO PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE PALMITAL PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES – TERMO DE REFERÊNCIA QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO EDITAL**.

II. O **acréscimo quantitativo do objeto** contratual, correspondente a **25% (vinte e cinco por cento)** do LOTE 18, ITEM 01 do Contrato Original nº 174/2025, motivado por necessidade superveniente da Administração Pública detalhada na justificativa técnica dos autos.

1.2. O acréscimo aplica-se aos itens/serviços conforme a seguinte discriminação:

Item: ADESIVO PERFURADO 0,10 COLORIDO IMPRESSO PARA VEÍCULOS (COLOCADO)
Qtd. Original: 30
Qtd Acrescida: 07 (+ 25%)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR E DO PERCENTUAL

2.1. Em decorrência do acréscimo quantitativo de 25%, do LOTE 18, ITEM 01 o valor do presente termo aditivo importa no acréscimo de **R$ 661,50 (seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).**

2.2. O valor do lote 18, item 01do contrato passa de R$ 2.835,00 **(dois mil oitocentos e trinta e cinco reais)** para **R$ 3.496,50** (três mil, quatrocentos e noventa e seis mil e cinquenta centavos), correspondendo ao valor inicial atualizado acrescido do percentual legal ora pactuado.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO O prazo de vigência do contrato fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, contados a partir de 07/10/2026, encerrando-se em 06/10/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO DE VALOR
3.1. Em decorrência do acréscimo de serviços objeto deste aditivo, o valor global do contrato é majorado em R$ **R$ 661,50 (seiscentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos),** representando um acréscimo de 25% sobre o valor original do LOTE 18, ITEM 01 atualizado.
3.2. O valor total atualizado do contrato passa de **45.604,61 (Quarenta e Cinco Mil, Seiscentos e Quatro Reais e Sessenta e Um Centavos)** para **R$ 46.266,11** (quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e seis reais e onze centavos), correspondendo ao valor inicial atualizado acrescido do percentual legal ora pactuado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA As despesas decorrentes deste termo aditivo correrão à conta dos recursos orçamentários próprios da Contratante, alocados na seguinte dotação:

DOTAÇÕES				
CONTA DA DESPESA	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	FONTE DE RECURSO	NATUREZA DA DESPESA	GRUPO DA FONTE
570	03.005.04.122.0401.2013	0	3.3.90.30.16.00	DO EXERCÍCIO
570	03.005.04.122.0401.2013	0	3.3.90.30.44.00	DO EXERCÍCIO
2050	07.002.12.361.1201.2041	104	3.3.90.30.16.00	DO EXERCÍCIO
2050	07.002.12.361.1201.2041	104	3.3.90.30.44.00	DO EXERCÍCIO
3490	08.002.10.301.1001.2069	494	3.3.90.30.16.00	DO EXERCÍCIO
3490	08.002.10.301.1001.2069	494	3.3.90.30.44.00	DO EXERCÍCIO
4100	09.002.08.244.0801.2083	940	3.3.90.30.16.00	DO EXERCÍCIO
4100	09.002.08.244.0801.2083	940	3.3.90.30.44.00	DO EXERCÍCIO
5730	12.002.18.541.1801.2108	0	3.3.90.30.44.00	DO EXERCÍCIO

CLÁUSULA QUINTA – DA RATIFICAÇÃO Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições do Contrato originário e de seus eventuais aditivos anteriores que não conflitem com o presente instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DA PUBLICAÇÃO A eficácia deste Termo Aditivo fica condicionada à sua publicação, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados de sua assinatura, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Palmital-PR, 02/09/2025

ROBERTOCARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

M. A. Uliana
MARCO AURELIO ULIANA
CPF: 4**.***.***-04

GESTOR: DIEGO PADILHA DE JESUS
FISCAL: EVELYN TACIANE SUERO DA CRUZ

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:4CBAEB2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
ATO 4945

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE

Nomear, **ALESSANDRO PIRES STANISCIA,** para o cargo de provimento em comissão de Assessor de Governança, Compliance e Integridade, símbolo DAS-AP, criado pelo Artigo 4º da Lei nº 4.671/2026, conforme ordenamento da Presidência sob protocolado n.º 72.589/2026.

PARANAGUÁ, PALÁCIO CARIJÓ, em 02 de setembro de 2026.

ADALBERTO MARCOS DE ARAÚJO
Presidente

Publicado por:
Danielle Alves da Costa
Código Identificador:0DFA2018

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
DESIGNA A COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

PORTARIA N° 56/2026

Designa a composição da Comissão Permanente de Licitações

O Presidente do CISLIPA, no uso de suas atribuições legais, considerando ainda o disposto no artigo 51 e seus parágrafos da Lei Federal n° 8.666/1993 e considerando os artigos 191 e 193, II, da Lei 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos:

RESOLVE:

Art. 1. Ficam designados para compor a Comissão Permanente de Licitação, os servidores abaixo conforme especificado:

Presidente: DANIELA MOREIRA DA SILVA CPF:038.102.019-36
Secretário: MARIA CRISTINA PELLEGRINI DE CARVALHO DE LIMA DIAS, CPF: 321.531.989-68
Membro: ELOINA DE FATIMA BUENOS -
Suplente: MURILO S SANTOS CPF: 086.305.959-73
Pregoeira: THAYNNÁ CRISTINE XAVIER DE CARVALHO, CPF: 084.842.969-97

Art. 2. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, estando revogadas as disposições em contrário.

Paranaguá, 02 de setembro de 2026

ADRIANO RAMOS
Presidente Do CISLIPA

Publicado por:
Cecilia Ferreira Leal
Código Identificador:8D056AA6

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO DE RATEIO MUNICIPAL 01/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA
CNPJ:	76.022.516/0001-07
Responsável pela assinatura:	SRA ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI – Prefeita Municipal
Contratado:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	ADRIANO RAMOS – Presidente do Cislipa
Objeto:	Constitui objeto do presente 1º Termo Aditivo ao Contrato de Rateio a instituição de rateio financeiro extraordinário entre os Municípios Consorciados, destinado ao custeio das despesas decorrentes das rescisões contratuais de quatro médicos vinculados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, abrangendo as respectivas verbas rescisórias, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e fundiários, multa do FGTS, bem como demais obrigações legais e contratuais decorrentes das referidas rescisões.
Justificativa	O presente Termo Aditivo reger-se-á pelo disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, nos arts. 13 e seguintes do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, na Resolução nº 28/2011 e na Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR, na Portaria MS nº 1.010/2012 e suas

	atualizações, bem como nas demais normas aplicáveis à matéria.**Subcláusula Única**: A formalização do presente Termo Aditivo independe de procedimento licitatório, por decorrer da necessidade de complementação do rateio financeiro previsto no Contrato de Rateio, observados o art. 8º da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e as demais disposições legais aplicáveis.
Valor	R$ 23.399,43 (vinte e três mil, trezentos e noventa e nove reais e quarenta e três centavos)
Prazo/Vigência	30 (trinta) dias
Foro	Comarca de Paranaguá – PR
Data da Assinatura	10/08/2026

Paranaguá, 10 de agosto de 2026

MARIA CRISTINA PELLEGRINI DE CARVALHO DE LIMA DIAS
Secretária da Comissão Permanente de Licitações do CISLIPA
Portaria 25/2026

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:F3EBB71B

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO DE RATEIO MUNICIPAL 02/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES
CNPJ:	76.022.490/0001-99
Responsável pela assinatura:	SR SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR – Prefeito Municipal
Contratado:	Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná – CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	ADRIANO RAMOS – Presidente do Cislipa
Objeto:	Constitui objeto do presente 1º Termo Aditivo ao Contrato de Rateio a instituição de rateio financeiro extraordinário entre os Municípios Consorciados, destinado ao custeio das despesas decorrentes das rescisões contratuais de quatro médicos vinculados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, abrangendo as respectivas verbas rescisórias, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e fundiários, multa do FGTS, bem como demais obrigações legais e contratuais decorrentes das referidas rescisões.
Justificativa	O presente Termo Aditivo reger-se-á pelo disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, nos arts. 13 e seguintes do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, na Resolução nº 28/2011 e na Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR, na Portaria MS nº 1.010/2012 e suas atualizações, bem como nas demais normas aplicáveis à matéria. **Subcláusula Única**: A formalização do presente Termo Aditivo independe de procedimento licitatório, por decorrer da necessidade de complementação do rateio financeiro previsto no Contrato de Rateio, observados o art. 8º da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e as demais disposições legais aplicáveis.
Valor	R$ 23.672,42 (vinte e três mil, seiscentos e setenta e dois reais e quarenta e dois centavos)
Prazo/Vigência	30 (trinta) dias
Foro	Comarca de Paranaguá – PR
Data da Assinatura	10/08/2026

Paranaguá, 10 de agosto de 2026

MARIA CRISTINA PELLEGRINI DE CARVALHO DE LIMA DIAS
Secretária da Comissão Permanente de Licitações do CISLIPA
Portaria 25/2026

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:C59FEAE0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO DE RATEIO MUNICIPAL 03/2026

Contratante:	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
CNPJ:	76.017.458/0001-15
Responsável pela assinatura:	ADRIANO RAMOS – PREFEITO MUNICIPAL
Contratado:	CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ –CISLIPA
CNPJ:	13.681.884/0001-39
Responsável pela assinatura:	ROZANE MARISTELA BENEDETTI OSAKI – VICE-PRESIDENTE DO CISLIPA
Objeto:	Constitui objeto do presente 1º Termo Aditivo ao Contrato de Rateio a instituição de rateio financeiro extraordinário entre os Municípios Consorciados, destinado ao custeio das despesas decorrentes das rescisões contratuais de quatro médicos vinculados ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192, abrangendo as respectivas verbas rescisórias, encargos trabalhistas, previdenciários, tributários e fundiários, multa do FGTS, bem como demais obrigações legais e contratuais decorrentes das referidas rescisões.
Justificativa	O presente Termo Aditivo reger-se-á pelo disposto no art. 8º da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, nos arts. 13 e seguintes do Decreto Federal nº 6.017, de 17 de janeiro de 2007, na Resolução nº 28/2011 e na Instrução Normativa nº 61/2011 do TCE/PR, na Portaria MS nº 1.010/2012 e suas atualizações, bem como nas demais normas aplicáveis à matéria. **Subcláusula Única**: A formalização do presente Termo Aditivo independe de procedimento licitatório, por decorrer da necessidade de complementação do rateio financeiro previsto no Contrato de Rateio, observados o art. 8º da Lei Federal nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e as demais disposições legais aplicáveis.
Valor	R$ 188.677,38 (cento e oitenta e oito mil, seiscentos e setenta e sete reais e trinta e oito centavos)
Prazo/Vigência	30 (trinta) dias
Foro	Comarca de Paranaguá – PR
Data da Assinatura	10/08/2026

Paranaguá, 10 de agosto de 2026

MARIA CRISTINA PELLEGRINI DE CARVALHO DE LIMA DIAS
Membro da Comissão Permanente de Licitações do CISLIPA
Portaria 25/2026

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:1928B3B7

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA Nº 57/2026

PORTARIA N° 57/2026

Súmula: Autorizo o pagamento de diária para o servidor RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM - DIRETOR EXECUTIVO, para deslocamento à cidade de Curitiba/PR na data de 02/09/2026.

A Diretoria do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Litoral do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais e em conformidade com a Resolução nº 15/2026, resolve:

Artigo 1°. Autorizo a concessão, ao servidor RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM, matrícula nº 1938, de diária para Locomoção e Alimentação R$ 310,00, (trezentos e dez reais). O valor desta diária será utilizado para cobertura das despesas com o deslocamento e alimentação para cidade de Curitiba em 02/09/2026, para realizar demandas administrativas e institucionais do CISLIPA.

Artigo 2º. Fica o Departamento de Contabilidade autorizado a proceder ao pagamento da respectiva diária às servidoras em conformidade com a Resolução nº 15/2026.

Artigo 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranaguá, 02 de setembro de 2026.

RODOLFO NOGUEIRA PEDRO BOM
Diretor Executivo

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:4568168C

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 154/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - MAGISTÉRIO**

NOME DO SEGURADO: **IRENE CARMO DE CARVALHO**

CARGO OCUPADO: **PROFESSORA – PROFE20N23-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
3.628.862-0	492.542.609-59	7960-02	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Normal (Magistério), Art. 40, §5 da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética

simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 4.378,09 (Quatro mil, trezentos e setenta e oito reais e nove centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
13967/2026	05/03/2026	01/09/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:		CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 31 de agosto de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:46080DF7

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 155/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

NOME DO SEGURADO: **ENI RODRIGUES LODDI**

CARGO OCUPADO: **PROFESSORA – PROFE20N19-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
3.116.362-5	397.856.379-72	6696-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente Normal, Art. 40, §1º, inciso III, "a" da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 4.274,85 (Quatro mil, duzentos e setenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
52908/2026	17/07/2026	01/09/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:		CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 31 de agosto de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:80E970D3

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 156/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025,

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE E TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO.**

NOME DO SEGURADO: **CRISTIANE CANUTO GOUVEIA HAULY**

CARGO OCUPADO: **PROFESSORA – PROFE20N15-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
3.607.155-9	675.882.989-87	12449-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente Normal, Art. 40, §1º, inciso III, "a" da CF – Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição. Proventos integrais à aplicação da média aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994, limitando-se ao teto da última remuneração de contribuição do servidor.

VALOR DO PROVENTO: R$ 3.702,27 (Três mil, setecentos e dois reais e vinte e sete centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
39920/2026	03/06/2026	01/09/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:		CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 31 de agosto de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:81261D11

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 157/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025;

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA POR IDADE**
NOME DO SEGURADO: **ELIZA ANTONIETA PEDRUSSI**

CARGO OCUPADO: **AGENTE OPERACIONAL – A4009-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
976.294-9	540.196.309-25	9440-02	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006, Decreto 1.730, de 14 de março de 2007, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004 e Artigo 40, §1º, inciso III, "b" da CF.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Por Idade, Artigo 40, §1º, inciso III, alínea "b" da CF – Voluntária por Idade. 60,8128**%** da Média Aritmética simples dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994.

VALOR DO PROVENTO: R$ 1.565,73 (Um mil, quinhentos e sessenta e cinco reais e setenta e três centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012. Para efeito de recebimento, por força do §3º, c/c artigo 7º, inciso VII, da Constituição Federal, deverá ser pago o valor correspondente a 01 (um) salário mínimo nacional vigente.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
49076/2026	06/07/2026	02/09/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:		CNPJ:
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 02 de setembro de 2026.

ALI EL KADRI
Diretor Presidente

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:A427805F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.124

DECRETO Nº 2.124

"Declara estado de alerta preventivo para riscos hidrológicos, geológicos, meteorológicos e climáticos no Município de Paranaguá e estabelece medidas de prevenção, monitoramento e preparação."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos arts. 70, inciso II, e 95, inciso I, alínea "o", da Lei Orgânica Municipal, e,

CONSIDERANDO que o art. 2º, caput e § 2º, da Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.750, de 12 de dezembro de 2023, impõe aos Municípios o dever de adotar as medidas necessárias à redução dos riscos de acidentes ou desastres e estabelece que a incerteza quanto ao risco não impede a adoção de medidas preventivas e mitigadoras;

CONSIDERANDO as competências municipais previstas no art. 8º da Lei Federal nº 12.608, de 2012, especialmente as de identificar e mapear as áreas de risco, monitorar as áreas classificadas como de risco alto e muito alto, produzir alertas antecipados, vistoriar áreas e edificações vulneráveis e manter a população informada;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 10.593, de 24 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC, e o Decreto Federal nº 12.652, de 7 de outubro de 2025, que estabelece os princípios, as diretrizes e os objetivos do Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil;

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 18.519, de 23 de julho de 2015, que institui a Política Estadual de Proteção e Defesa Civil e atribui aos Municípios ações permanentes de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação;

CONSIDERANDO as características territoriais, hidrográficas, costeiras, geológicas, geomorfológicas e urbanas de Paranaguá, inclusive a presença de rios, canais, áreas de drenagem e de influência de marés, várzeas, fundos de vale, encostas e taludes suscetíveis a alagamentos, inundações, enxurradas, erosões, assoreamento e movimentos de massa;

CONSIDERANDO o Ofício nº 600/2026 da Secretaria Municipal de Obras Públicas, juntado ao Processo Administrativo nº 70.744/2026, bem como, o Ofício Circular nº 10/2026-CAOPMAHU, e os Relatórios Técnicos nº 01/2026, 02/2026 e 03/2026 - Ministério Público de Contas, que recomenda a elevação temporária do nível de prontidão municipal diante dos riscos identificados;

CONSIDERANDO a necessidade de integrar informações meteorológicas, pluviométricas, hidrológicas, hidrogeológicas, geológicas, geotécnicas, ambientais, urbanísticas e de maré, bem como de organizar a atuação coordenada dos órgãos municipais e a comunicação tempestiva com a população;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, estado de alerta preventivo para riscos hidrológicos, hidrogeológicos, geológicos, geotécnicos, meteorológicos e climáticos em todo o território do Município de Paranaguá, com prioridade para as áreas sujeitas a alagamentos, inundações, enxurradas, erosões, assoreamento, movimentos de massa, instabilidade de margens, encostas e taludes e outros impactos associados.

§ 1º O estado de alerta constitui regime administrativo temporário de prevenção, monitoramento, planejamento, preparação e coordenação, destinado à redução de riscos e ao aumento da prontidão dos órgãos municipais.

§ 2º A declaração prevista no caput não se confunde com situação de emergência ou estado de calamidade pública e não produz os efeitos jurídicos próprios desses atos, inclusive os relativos ao reconhecimento por outros entes federativos.

§ 3º O estado de alerta não autoriza, por si só, contratação direta, dispensa de licenciamento ou autorização, intervenção em propriedade, restrição de direitos ou qualquer outra medida excepcional, as quais dependerão da demonstração dos pressupostos legais e da edição do ato administrativo específico cabível.

Art. 2º São objetivos do estado de alerta:

I - intensificar o acompanhamento das condições meteorológicas, pluviométricas, hidrológicas, geológicas, geotécnicas e de maré relevantes para a proteção e a defesa civil;
II - identificar, classificar, atualizar e monitorar áreas suscetíveis a alagamentos, inundações, enxurradas, erosões, assoreamento, movimentos de massa e fenômenos correlatos;
III - ampliar a capacidade municipal de antecipação, prevenção, preparação e resposta a eventos adversos;
IV - integrar órgãos, equipes, dados, recursos e protocolos relacionados à gestão de riscos e desastres;
V - assegurar a comunicação clara, acessível e tempestiva dos riscos e das medidas de autoproteção;
VI - subsidiar estudos, planos, projetos e intervenções destinados à redução dos riscos e ao aumento da resiliência do território municipal; e
VII - orientar a priorização administrativa e orçamentária das ações compatíveis com os riscos tecnicamente identificados.

Art. 3º Compete à Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC coordenar a execução do estado de alerta, sem prejuízo das competências dos demais órgãos e entidades municipais, cabendo-lhe:

I - acompanhar boletins, avisos e dados emitidos por fontes oficiais e instituições técnicas reconhecidas;
II - consolidar as informações sobre ameaças, exposição, vulnerabilidades, ocorrências e áreas prioritárias;
III - definir e atualizar critérios técnicos, níveis operacionais e protocolos de monitoramento, mobilização e comunicação;
IV - emitir recomendações aos órgãos municipais e orientar a adoção, a ampliação, a redução ou a cessação das medidas preventivas;
V - coordenar a articulação interinstitucional e solicitar o apoio necessário à execução das ações previstas neste Decreto;
VI - registrar as ocorrências e as ações municipais nos sistemas oficiais aplicáveis, inclusive no Sistema Informatizado de Defesa Civil - SISDC/PR; e
VII - manter os órgãos estaduais e federais competentes informados sobre a evolução das condições locais, quando cabível.

Art. 4º A COMPDEC municipal elaborará, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado da publicação deste Decreto, Plano de Ação para o Período de Alerta, compatível com o Plano Municipal de Contingência e com os protocolos estaduais e federais aplicáveis, contendo, no mínimo:

I - os cenários de risco considerados e os critérios técnicos de acompanhamento;
II - as áreas e populações prioritárias, com atenção especial às pessoas e aos grupos vulneráveis ou vulnerabilizados;
III - as ações, os responsáveis, os fluxos de decisão e os prazos de execução;
IV - o inventário dos recursos humanos, materiais, logísticos e operacionais disponíveis;
V - os protocolos de mobilização, comunicação de riscos, alerta e eventual evacuação; e
VI - os mecanismos de registro, acompanhamento, avaliação e revisão das medidas adotadas.

Parágrafo único. O Plano de Ação poderá ser atualizado sempre que houver alteração relevante das condições monitoradas e terá versão pública disponibilizada nos canais oficiais do Município,

resguardados os dados pessoais e as informações cuja divulgação possa comprometer a segurança das operações ou da população.

Art. 5º Durante a vigência do estado de alerta, os órgãos e entidades municipais competentes deverão priorizar, observados o Plano de Ação, a legislação aplicável e a disponibilidade administrativa e orçamentária:

I - o monitoramento de rios, canais, sistemas de drenagem, áreas de influência de maré, encostas, taludes e demais locais suscetíveis a eventos adversos;
II - a inspeção, a limpeza, a manutenção e a desobstrução preventiva de dispositivos de drenagem, canais e cursos d'água, quando tecnicamente indicadas e legalmente autorizadas;
III - a realização de vistorias e avaliações técnicas preventivas em áreas, edificações e infraestruturas vulneráveis;
IV - a manutenção preventiva de equipamentos, veículos, abrigos, estruturas e sistemas destinados à prevenção e à resposta;
V - a capacitação das equipes, a realização de exercícios simulados e a orientação das comunidades;
VI - a elaboração e a atualização de estudos e projetos de drenagem, contenção, estabilização, recuperação ambiental e redução de riscos; e
VII - a adoção de outras medidas técnicas e administrativas necessárias à prevenção, à mitigação e à preparação diante dos riscos identificados.

Art. 6º Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal deverão prestar apoio à COMPDEC municipal, mediante solicitação formal, disponibilizando, no âmbito de suas competências e sem prejuízo da continuidade dos serviços essenciais, servidores, veículos, máquinas, equipamentos, materiais, dados e demais recursos necessários à execução das ações previstas neste Decreto.

§ 1º A solicitação deverá ser fundamentada e indicar a finalidade, o período, os recursos necessários e o responsável pela coordenação da atividade, observadas as normas de gestão de pessoas, uso de bens públicos, contratações e responsabilidade administrativa, fiscal e financeira.

§ 2º Na hipótese de risco iminente à vida ou à integridade das pessoas, o apoio poderá ser mobilizado imediatamente, devendo a providência ser formalizada e motivada tão logo seja possível.

Art. 7º O Município poderá promover articulação técnica e institucional para obtenção, compartilhamento e integração de dados, cooperação técnica, elaboração de estudos, estruturação de projetos e captação de recursos, especialmente com:

I - a Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil do Paraná;
II - o Instituto Água e Terra - IAT;
III - o Sistema de Tecnologia e Monitoramento Ambiental do Paraná - SIMEPAR;
IV - o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais - CEMADEN;
V - os demais órgãos e entidades estaduais e federais relacionados à proteção e defesa civil, ao meio ambiente, aos recursos hídricos, à infraestrutura e ao ordenamento territorial;
VI - universidades, instituições científicas, tecnológicas e de inovação, prestadores de serviços públicos e entidades de pesquisa; e
VII - outras instituições públicas ou privadas cuja atuação possa contribuir para a prevenção e a redução dos riscos.

Parágrafo único. O compartilhamento de dados e a cooperação previstos neste artigo observarão a legislação aplicável, inclusive as regras de proteção de dados pessoais, segurança da informação e formalização dos instrumentos jurídicos cabíveis.

Art. 8º A comunicação de riscos e a emissão de alertas à população serão coordenadas pela COMPDEC municipal, com base em informações oficiais e critérios técnicos, mediante linguagem clara, acessível, tempestiva e compatível com a gravidade e a abrangência do evento.

§ 1º Os alertas deverão indicar, sempre que possível, a natureza do risco, a área potencialmente afetada, o período de validade da informação, as medidas de autoproteção recomendadas e os canais oficiais para atualização.

§ 2º Os órgãos municipais deverão compatibilizar suas comunicações públicas com as orientações técnicas da COMPDEC municipal, a fim de evitar informações contraditórias ou capazes de comprometer a segurança da população.

Art. 9º A interdição, a evacuação, a remoção de pessoas, a intervenção preventiva em áreas ou edificações e as demais medidas capazes de afetar direitos individuais dependerão de avaliação técnica, motivação e ato administrativo específico, observados a competência da autoridade responsável e os requisitos legais aplicáveis.

Parágrafo único. Em situação de risco iminente à vida ou à integridade física, poderão ser adotadas as providências urgentes indispensáveis à proteção da população, com registro dos fatos, das razões e dos elementos técnicos e posterior formalização administrativa, sem demora injustificada.

Art. 10. As despesas decorrentes da execução deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias dos órgãos e entidades responsáveis, suplementadas se necessário, observadas as normas orçamentárias, financeiras, ambientais, urbanísticas, de contratações públicas e de responsabilidade fiscal.

Art. 11. O estado de alerta poderá ser prorrogado ou revogado, a qualquer tempo, mediante Decreto específico, precedido de manifestação técnica atualizada da COMPDEC municipal que demonstre a persistência, a redução ou a cessação das condições que justificaram sua instituição.

Parágrafo único. A COMPDEC apresentará ao Chefe do Poder Executivo, até 15 (quinze) dias antes do término do prazo previsto no art. 1º, relatório consolidado das condições monitoradas, das ocorrências, das medidas executadas e da recomendação técnica quanto à manutenção ou ao encerramento do estado de alerta.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio “São José”, em 02 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:02CA554E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.809

PORTARIA Nº 2.809

"Dispensa, Marcos Xavier Ribeiro da função gratificada que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 349/2026,

RESOLVE:

I - Dispensar, o servidor MARCOS XAVIER RIBEIRO, matrícula nº 11.530-1, da função gratificada de Coordenador-Setorial, Símbolo FG-D, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B111C8CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.810

PORTARIA Nº 2.810

"Designa Marcos Xavier Ribeiro para a função gratificada que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 349/2026,

RESOLVE:

I - Designar o servidor MARCOS XAVIER RIBEIRO, matrícula nº 11.530-1, para exercer a função gratificada de Coordenador Estratégico, Símbolo FG-BX, da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:60ECC7C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.811

PORTARIA Nº 2.811

"Designa Osmail Pereira do Rosário para a função gratificada que especifica."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANAGUÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que dispõe a Lei Complementar 349/2026,

RESOLVE:

I - Designar o servidor OSMAIL PEREIRA DO ROSÁRIO, matrícula nº 9.074-2, para exercer a função gratificada de Coordenador-Setorial, Símbolo FG-D, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural, Abastecimento e Pesca.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:97A05FF4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.812

PORTARIA Nº 2.812

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Adriana Cordeiro Alves."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 71.804/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora ADRIANA CORDEIRO ALVES, matrícula nº 95.004-4, ocupante do cargo de Agente Comunitário de Saúde - ACS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 26 de agosto de 2026 e término em 02 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:519AC371

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.813

PORTARIA Nº 2.813

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Lindamara Cordeiro Alves."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 71.798/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora LINDAMARA CORDEIRO ALVES, matrícula nº 12.487-1, ocupante

do cargo de Educador Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 26 de agosto de 2026 e término em 02 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:392D48A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.814

PORTARIA Nº 2.814

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Silvia Santos Neves."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 72.026/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora SILVIA SANTOS NEVES, matrícula nº 4.411-1, ocupante do cargo de Técnico em Administração, lotada na Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento, com início em 21 de agosto de 2026 e término em 28 de agosto de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:5D296C74

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.815

PORTARIA Nº 2.815

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Flávia Moreira Pinto."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 72.104/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora FLÁVIA MOREIRA PINTO, matrícula nº 10.495-1, ocupante do cargo de Assistente Social, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com início em 25 de agosto de 2026 e término em 01 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de setembro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:001A37DE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 01/2026 VINICIUS AUGUSTO CABRAL

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 01/2026
VINICIUS AUGUSTO CABRAL

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
VINICIUS AUGUSTO CABRAL

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **01/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 4.710,20 (quatro mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
VINICIUS AUGUSTO CABRAL

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:28CA73C2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 02/2026 ROBERT DE ABREU FIGUEIRA JÚNIOR

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 02/2026
ROBERT DE ABREU FIGUEIRA JÚNIOR

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ROBERT DE ABREU FIGUEIRA JÚNIOR

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **02/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte

para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 4.710,20 (quatro mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
ROBERT DE ABREU FIGUEIRA JÚNIOR

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:D28ED20F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 03/2026 VICTOR HUGO VOI TABORDA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 03/2026
VICTOR HUGO VOI TABORDA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
VICTOR HUGO VOI TABORDA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **03/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 4.710,20 (quatro mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
VICTOR HUGO VOI TABORDA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:35993319

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 04/2026 ORIVALDO RODRIGUES ALBINI JÚNIOR

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 04/2026
ORIVALDO RODRIGUES ALBINI JÚNIOR

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ORIVALDO RODRIGUES ALBINI JÚNIOR

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **04/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 4.710,20 (quatro mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
ORIVALDO RODRIGUES ALBINI JÚNIOR

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:339D3CC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 05/2026 MARIA EDUARDA ROSA GONÇALVES

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 05/2026
MARIA EDUARDA ROSA GONÇALVES

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
MARIA EDUARDA ROSA GONÇALVES

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **05/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 4.710,20 (quatro mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
MARIA EDUARDA ROSA GONÇALVES

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:F516D6BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 06/2026 HERICKSON EDUARDO DE ARAÚJO GARVON

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 06/2026
HERICKSON EDUARDO DE ARAÚJO GARVON

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
HERICKSON EDUARDO DE ARAÚJO GARVON

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **06/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 4.710,20 (quatro mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
HERICKSON EDUARDO DE ARAÚJO GARVON

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:7059635F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 07/2026 ERNESTO SALVADOR LOPEZ FERMAN

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 07/2026
ERNESTO SALVADOR LOPEZ FERMAN

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ERNESTO SALVADOR LOPEZ FERMAN

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **07/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 4.710,20 (quatro mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
ERNESTO SALVADOR LOPEZ FERMAN

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:0F40BFA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 08/2026 JANAÍNA DE SOUZA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 08/2026
JANAÍNA DE SOUZA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
JANAÍNA DE SOUZA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **08/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 4.710,20 (quatro mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
JANAÍNA DE SOUZA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:5819A092

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 09/2026 AGUINALDO MATHEUS DAMASCENO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 09/2026
AGUINALDO MATHEUS DAMASCENO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
AGUINALDO MATHEUS DAMASCENO

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **09/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 4.710,20 (quatro mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
AGUINALDO MATHEUS DAMASCENO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:C39D14D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 10/2026 ANDRÉ LUIZ PIRES MATHIAS

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 10/2026
ANDRÉ LUIZ PIRES MATHIAS

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ

ANDRÉ LUIZ PIRES MATHIAS
Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **10/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 4.710,20 (quatro mil, setecentos e dez reais e vinte centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
ANDRÉ LUIZ PIRES MATHIAS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:E4F7D7EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 11/2026 MATHIAS PEREIRA DOS SANTOS

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 11/2026
MATHIAS PEREIRA DOS SANTOS

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
MATHIAS PEREIRA DOS SANTOS

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **11/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos),

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
MATHIAS PEREIRA DOS SANTOS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:CC7AD728

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 12/2026 MATHEUS HENRIQUE CORDEIRO CORREA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 12/2026
MATHEUS HENRIQUE CORDEIRO CORREA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
MATHEUS HENRIQUE CORDEIRO CORREA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **12/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
MATHEUS HENRIQUE CORDEIRO CORREA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:0D94135F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 13/2026 MATHEUS SOUZA GOMES

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 13/2026
MATHEUS SOUZA GOMES

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
MATHEUS SOUZA GOMES

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **13/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
MATHEUS SOUZA GOMES

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:BF071221

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 14/2026 WALLACE PIRES DE MIRANDA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 14/2026

WALLACE PIRES DE MIRANDA
Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
WALLACE PIRES DE MIRANDA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **14/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
WALLACE PIRES DE MIRANDA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:A2213D1A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 15/2026 LUIZ CARLOS BARBOSA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 15/2026
LUIZ CARLOS BARBOSA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LUIZ CARLOS BARBOSA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **15/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
LUIZ CARLOS BARBOSA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:82A907B9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 16/2026 KARIN CRISTINA SOARES DE SOUZA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 16/2026
KARIN CRISTINA SOARES DE SOUZA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
KARIN CRISTINA SOARES DE SOUZA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **16/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:

ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
KARIN CRISTINA SOARES DE SOUZA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:00CCD370

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 17/2026 LETÍCIA FERNANDES DOS SANTOS DOMINGUES

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 17/2026
LETÍCIA FERNANDES DOS SANTOS DOMINGUES

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LETÍCIA FERNANDES DOS SANTOS DOMINGUES

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **17/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:

ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
LETÍCIA FERNANDES DOS SANTOS DOMINGUES

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:428FA6BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 18/2026 LORENA CARVALHO OLMO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 18/2026
LORENA CARVALHO OLMO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LORENA CARVALHO OLMO

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **18/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
LORENA CARVALHO OLMO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:98B7E597

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 19/2026 JOÃO PEDRO DA COSTA SILVA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 19/2026
JOÃO PEDRO DA COSTA SILVA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
JOÃO PEDRO DA COSTA SILVA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **19/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
JOÃO PEDRO DA COSTA SILVA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:BB225820

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 20/2026 CARLA CRISTINA OLMO VIANA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 20/2026
CARLA CRISTINA OLMO VIANA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CARLA CRISTINA OLMO VIANA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **20/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
CARLA CRISTINA OLMO VIANA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:5FF2987E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 21/2026 ISABELA LOPES DE LIMA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 21/2026
ISABELA LOPES DE LIMA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ISABELA LOPES DE LIMA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **21/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
ISABELA LOPES DE LIMA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:7113E991

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 22/2026 DANDARA LUIZA DE OLIVEIRA DE AVILA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 22/2026
DANDARA LUIZA DE OLIVEIRA DE AVILA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
DANDARA LUIZA DE OLIVEIRA DE AVILA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **22/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
DANDARA LUIZA DE OLIVEIRA DE AVILA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:A756F026

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 23/2026 DAVI LEANDRO CARVALHO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 23/2026
DAVI LEANDRO CARVALHO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
DAVI LEANDRO CARVALHO

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **23/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
DAVI LEANDRO CARVALHO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:59A0D69A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 24/2026 MYRELLA CRUZ DOS SANTOS

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 24/2026
MYRELLA CRUZ DOS SANTOS
Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
MYRELLA CRUZ DOS SANTOS

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **24/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.018,66 (dois mil e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
MYRELLA CRUZ DOS SANTOS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:6EC1BED7

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 25/2026 HERDRETTI CARINA DOS SANTOS

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 25/2026
HERDRETTI CARINA DOS SANTOS

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
HERDRETTI CARINA DOS SANTOS

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **25/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.915,84 (dois mil, novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Assinaturas:

ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
HERDRETTI CARINA DOS SANTOS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:64944E76

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 26/2026 ANA PAULA VANHONI STANISCIA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 26/2026
ANA PAULA VANHONI STANISCIA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ANA PAULA VANHONI STANISCIA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **26/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.915,84 (dois mil, novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Assinaturas:

ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
ANA PAULA VANHONI STANISCIA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:193D039B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 27/2026 CLAUDIO HENRIQUE DA SILVA JUVENTINO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 27/2026
CLAUDIO HENRIQUE DA SILVA JUVENTINO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
CLAUDIO HENRIQUE DA SILVA JUVENTINO

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **27/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.915,84 (dois mil, novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
CLAUDIO HENRIQUE DA SILVA JUVENTINO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:8EEFEDED

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 28/2026 ÍTALO GUARAIAÇU STIEGLITZ ARAÚJO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 28/2026
ÍTALO GUARAIAÇU STIEGLITZ ARAÚJO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ÍTALO GUARAIAÇU STIEGLITZ ARAÚJO

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **28/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.915,84 (dois mil, novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
ÍTALO GUARAIAÇU STIEGLITZ ARAÚJO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:ACFBDCAC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 29/2026 JULIO CEZAR BORGES NUNES CAVALHEIRO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 29/2026
JULIO CEZAR BORGES NUNES CAVALHEIRO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
JULIO CEZAR BORGES NUNES CAVALHEIRO

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **29/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.915,84 (dois mil, novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Assinaturas:

ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
JULIO CEZAR BORGES NUNES CAVALHEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:6D0605D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 30/2026 PRISCILLA TEIXEIRA MIGLIORINI DINIZ

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 30/2026
PRISCILLA TEIXEIRA MIGLIORINI DINIZ

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
PRISCILLA TEIXEIRA MIGLIORINI DINIZ

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **30/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.915,84 (dois mil, novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
PRISCILLA TEIXEIRA MIGLIORINI DINIZ

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:E740E999

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 31/2026 MATHEUS SILVA FONTES

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 31/2026
MATHEUS SILVA FONTES

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
MATHEUS SILVA FONTES

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **31/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.915,84 (dois mil, novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
MATHEUS SILVA FONTES

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:B7CB62A2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 32/2026 LEONARDO FIORAVANTE SMANIOTO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 32/2026
LEONARDO FIORAVANTE SMANIOTO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LEONARDO FIORAVANTE SMANIOTO

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **32/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.915,84 (dois mil, novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
LEONARDO FIORAVANTE SMANIOTO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:76424067

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 33/2026 NATÁLIA FEITOZA RIBEIRO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 33/2026
NATÁLIA FEITOZA RIBEIRO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
NATÁLIA FEITOZA RIBEIRO

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **33/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.915,84 (dois mil, novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
NATÁLIA FEITOZA RIBEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:BF35D265

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 34/2026 TAIANNY ALVES GOMES

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 34/2026
TAIANNY ALVES GOMES

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
TAIANNY ALVES GOMES

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **34/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 2.915,84 (dois mil, novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos)).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
TAIANNY ALVES GOMES

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:6FF46036

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 35/2026 THIAGO PINHO DOS SANTOS

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 35/2026
THIAGO PINHO DOS SANTOS

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
THIAGO PINHO DOS SANTOS

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **35/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: a R$ 2.915,84 (dois mil, novecentos e quinze reais e oitenta e quatro centavos).

Assinaturas:

ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
THIAGO PINHO DOS SANTOS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:9D30B484

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 36/2026 BERNARDO DA SILVA ELERO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 36/2026
BERNARDO DA SILVA ELERO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
BERNARDO DA SILVA ELERO

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **36/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 1.570,07 (mil, quinhentos e setenta reais e sete centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
BERNARDO DA SILVA ELERO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:CA400434

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 37/2026 EMANUELLE MARTINS DA SILVA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 37/2026
EMANUELLE MARTINS DA SILVA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
EMANUELLE MARTINS DA SILVA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **37/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em

competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 1.570,07 (mil, quinhentos e setenta reais e sete centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
EMANUELLE MARTINS DA SILVA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:455D4E10

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 38/2026 FERNANDO SCACALOSSI CORDEIRO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 38/2026
FERNANDO SCACALOSSI CORDEIRO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
FERNANDO SCACALOSSI CORDEIRO

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **38/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 1.570,07 (mil, quinhentos e setenta reais e sete centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
FERNANDO SCACALOSSI CORDEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:467F5F5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 39/2026 ISABELA CHAGAS DE OLIVEIRA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 39/2026
ISABELA CHAGAS DE OLIVEIRA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
ISABELA CHAGAS DE OLIVEIRA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **39/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 1.570,07 (mil, quinhentos e setenta reais e sete centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
ISABELA CHAGAS DE OLIVEIRA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:F2495DEF

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 40/2026 JULIA ISABEL CORDEIRO

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 40/2026
JULIA ISABEL CORDEIRO

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
JULIA ISABEL CORDEIRO

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **40/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 1.570,07 (mil, quinhentos e setenta reais e sete centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
JULIA ISABEL CORDEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:6462CA73

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 41/2026 LAIS COTTA ALVES DOS SANTOS

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 41/2026
LAIS COTTA ALVES DOS SANTOS

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LAIS COTTA ALVES DOS SANTOS

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **41/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza

eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 1.570,07 (mil, quinhentos e setenta reais e sete centavos)

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
LAIS COTTA ALVES DOS SANTOS

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:13B73FDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 42/2026 LETÍCIA SIGNORI PEREIRA

EXTRATO DE TERMO DE ADESÃO N° 42/2026
LETÍCIA SIGNORI PEREIRA

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
LETÍCIA SIGNORI PEREIRA

Data: 03/09/2026

Objeto: Termo de Adesão nº **42/2026**. "O objeto deste Termo é a formalização da adesão do CONTEMPLADO ao Programa Esporte para Todos, para fins de recebimento de auxílio financeiro de natureza eventual, temporária e precária, não gerando vínculo empregatício, trabalhista, previdenciário ou estatutário entre as partes, destinado a apoiar a execução do seu plano de treinamento e a participação em competições, em conformidade com a Lei Municipal nº 4.665/2026 e o respectivo Edital."

Prazo de Vigência: 12 (doze) meses.
Chamada Pública n°: 005/2026
Processo Administrativo n°: 28872/2026

Valor: R$ 1.570,07 (mil, quinhentos e setenta reais e sete centavos).

Assinaturas:
ADRIANO RAMOS
JOSÉ MIGUEL PEREIRA
LETÍCIA SIGNORI PEREIRA

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:121C1763

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 038/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora Maria Aparecida da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, informando quadro de bursite de ombro direito;

CONSIDERANDO o laudo da perícia médica oficial constante do Processo Administrativo nº 45130/2026 (Medicina do Trabalho), emitido em 02/09/2026, que concluiu pela readequação temporária das atividades da servidora, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 27/08/2026, sem objetivar o afastamento das atividades laborais;

CONSIDERANDO o disposto no art. 25, §§ 5º e 7º, da Lei Ordinária nº 3.891/2012 (Estatuto do Servidor Público de Paranavaí), que determina a readaptação do servidor enquanto perdurar a inaptidão temporária, buscando-se a manutenção de sua lotação;

RESOLVE

Art. 1º Determinar a readequação temporária das atividades da servidora Maria Aparecida da Silva, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de 27/08/2026, com fundamento no laudo da perícia médica oficial constante do Processo Administrativo nº 45130/2026.

Art. 2º Durante o período de vigência desta Portaria, ficam vedadas à servidora atividades que exijam:
I – Manutenção dos membros superiores elevados;
II – Realização de movimentos repetitivos;
III – Carregamento de peso.

Art. 3º Compete à Diretoria Geral definir as atividades a serem exercidas pela servidora durante o período de que trata esta Portaria, observadas as vedações do art. 2º e as demais atribuições do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais compatíveis com a restrição médica.

Art. 4º A readequação de que trata esta Portaria não implica afastamento das atividades laborais, redução de vencimentos ou alteração da lotação da servidora.

Art. 5º Ao término do prazo fixado no art. 1º, a servidora deverá ser submetida a nova avaliação em perícia médica oficial, para fins de verificação de sua capacidade laborativa plena.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 27 de agosto de 2026.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí,
em 02 de setembro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:7AF93D6F

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
PORTARIA Nº 065/2026

PORTARIA Nº 065/2026

Súmula: Concede férias a empregada pública do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA.

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental – CICA, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1o Conceder férias a empregada pública do Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental-CICA, em consonância com a autorização n. 06/2026, MILENA APARECIDA PETRIS DA SILVA, ocupante do cargo de Analista Ambiental – Engenheiro Agrônoma, Matrícula n. 025, **pelo período de 11 (onze) dias nas datas de 08/09/2026 a 18/09/2026, referente ao período aquisitivo de 2024/2025, sob protocolo nº 20260824033a5cc.**

MATRICULA	NOME	CARGO

025	Milena Aparecida Petris Da Silva	Analista Ambiental – Engenheiro Agrônoma

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Paranavaí, 02 de setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente do Consórcio - CICA

Publicado por:
Thais Barranco Cunha
Código Identificador:D6FE6106

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
EXTRATO 2° TERMO ADITIVO - CONTRATO 159/2024

EXTRATO DE ADITIVO Nº02/2026

Contratante: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS / AMUNPAR
Contratada: HYGEIA – CENTRO MEDICO E ODONTOLOGICO LTDA
CNPJ: 07.762.171/0001-05
Objeto: CONTRATAÇÃO EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS (ORTODONTICOS E ORTOPÉDICOS)
Dotação Orçamentária: [2026]
14-01.001.0010.0302.2009.2001.3339032990100000000.2001
16-01.001.0010.0302.2009.2001.3339039509900000000.2001
TIPO DE ADITIVO: Prorrogação
Prazo de Vigência: 31/08/2026 a 06/09/2027.
Valor: R$291.936,00 (duzentos e noventa e um mil e novecentos e trinta e seis reais)
Modalidade do Processo: Pregão Eletrônico n° 24/2024.
TIPO/Nº: Contrato nº 159/2024.
Foro: Comarca de Paranavaí, Estado do Paraná.
Paranavaí, 31 de agosto de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:6DED94B5

PROCURADORIA
DECRETO Nº 27.982/2026

EMENTA: Autoriza os Procuradores Municipais que especifica a acessarem os relatórios e consultas dos módulos de Dívida Ativa e Arrecadação do sistema IPM, visando à verificação de créditos tributários e não tributários prescritos ou com prazo prescricional a se consumar, e dá outras providências.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, Estado do Paraná, **MAURICIO GEHLEN**, no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Paranavaí, e

CONSIDERANDO os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, expressos no artigo 37, caput, da Constituição da República Federativa do Brasil, que regem toda a atuação da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO as prerrogativas e funções institucionais conferidas à Procuradoria-Geral do Município de Paranavaí na defesa do patrimônio público, na representação jurídica, no controle interno da legalidade dos atos administrativos e na cobrança judicial e extrajudicial da Dívida Ativa do Município;

CONSIDERANDO a necessidade premente de aprimorar os mecanismos de governança fiscal, gestão da carteira de recebíveis, triagem preventiva de débitos e saneamento cadastral dos créditos tributários e não tributários administrados pela Fazenda Pública Municipal;

CONSIDERANDO que a prescrição extingue o crédito tributário, nos termos do artigo 156, inciso V, e deve ser aferida conforme as balizas temporais do artigo 174, ambos do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172/1966), impondo à Administração o dever de evitar ajuizamentos de execuções fiscais inviáveis ou desprovidas de exigibilidade jurídica;

CONSIDERANDO que a extração de relatórios e a análise técnica dos créditos inscritos ou em fase de cobrança administrativa permitem a adoção de providências tempestivas para a interrupção da prescrição de créditos hígidos, bem como o correto tratamento jurídico dos débitos já atingidos pelo lapso prescricional;

CONSIDERANDO, por fim, a imprescindibilidade de conceder acesso técnico e operacional aos sistemas informatizados municipais para que os membros da carreira jurídica municipal exerçam suas atribuições com eficácia e segurança da informação;

DECRETA:

Art. 1º Fica expressamente autorizado o acesso direto e a extração de relatórios nos módulos operacionais de **Dívida Ativa** e **Arrecadação** do sistema informatizado de gestão municipal (**Sistema IPM**) aos seguintes Procuradores Municipais:

a) **Celia Aparecida Zanatta**, matrícula funcional nº **11.265**;

b) **Washington Aparecido Pinto**, matrícula funcional nº **10.081**.

Art. 2º O acesso autorizado pelo presente Decreto compreende as permissões de consulta, visualização de dados e emissão de relatórios sintéticos e analíticos no âmbito dos módulos referidos no artigo 1º.

Art. 3º A permissão concedida aos Procuradores Municipais tem como finalidade exclusiva e estrita:
a) A consulta e a extração de relatórios técnicos de créditos tributários e débitos não tributários constantes dos cadastros municipais;
b) A identificação, mapeamento e análise de créditos tributários e débitos prescritos;
c) O monitoramento de créditos tributários e débitos com prazo de prescrição a se consumar no curso do exercício financeiro corrente ou nos exercícios subsequentes, visando à adoção de medidas administrativas ou judiciais interruptivas da prescrição;
d) A instrução de pareceres jurídicos, notas técnicas e rotinas de saneamento do estoque de créditos municipais.

Art. 4º Os Procuradores Municipais nominados no artigo 1º deste Decreto deverão observar rigorosamente o dever funcional de preservação do **sigilo fiscal**, na forma do artigo 198 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional), bem como as disposições e diretrizes protetivas da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD).

Parágrafo único. As informações, dados cadastrais e relatórios obtidos em decorrência da autorização instituída por este ato administrativo destinam-se exclusivamente ao desempenho das atribuições institucionais da Procuradoria-Geral do Município, restando vedada a sua divulgação, repasse a terceiros ou utilização para fins alheios aos serviços públicos municipais.

Art. 5º Fica a Diretoria de Tecnologia da Informação, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda, encarregada de adotar as medidas técnicas indispensáveis para a configuração dos perfis de usuário, habilitação e liberação dos acessos conferidos por este Decreto no prazo improrrogável de até 5 (cinco) dias.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação oficial, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 27 DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito do Município de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:60752D5C

PROCURADORIA
LEI Nº 5.615/2026

Dispõe sobre as diretrizes para o uso de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos no Município de Paranavaí, estabelecendo normas de circulação, segurança e fiscalização, em consonância com a Política Nacional de Mobilidade Urbana e o Código de Trânsito Brasileiro.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° Esta Lei estabelece as diretrizes e normas para o uso de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos no Município de Paranavaí, promovendo a segurança viária dos usuários e pedestres, a sustentabilidade e a integração eficiente desses equipamentos na malha urbana local.

Parágrafo único. As diretrizes aqui fixadas complementam os preceitos previstos na Lei Ordinária Municipal nº 5.437/2024, que instituiu o Plano de Mobilidade Urbana (PlanMob) de Paranavaí, priorizando o transporte não motorizado.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se equipamento de mobilidade individual autopropelido aquele que atenda às definições e especificações estabelecidas pelas normas federais de trânsito, com as seguintes características:
I – dotado de duas ou mais rodas;
II – dotado ou não de sistema de auto equilíbrio que estabiliza dinamicamente o equipamento inerentemente instável, por meio de sistema de controle auxiliar composto por giroscópio e acelerômetro;
III – provido de motor de propulsão com potência nominal máxima de até 1.000 W (mil watts);
IV – com velocidade máxima de fabricação não superior a 32 km/h (trinta e dois quilômetros por hora);
V – com largura não superior a 70 cm (setenta centímetros) e distância entre eixos de até 130 cm (cento e trinta centímetros).

Parágrafo único. Enquadram-se no conceito de equipamento de mobilidade individual autopropelido, para os fins desta Lei, os patinetes elétricos, monociclos, skates elétricos, hoverboards e outros equipamentos de características equivalentes, observada a regulamentação do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN."

CAPÍTULO II
DA CIRCULAÇÃO E DA SEGURANÇA

Art. 3º Os equipamentos de mobilidade individual autopropelidos deverão transitar exclusivamente nas áreas permitidas especificadas e observar os seguintes limites de velocidade:
I - Até 6 km/h (seis quilômetros por hora) em áreas destinadas ao trânsito de pedestres, incluindo calçadas e passeios, quando estes forem autorizados à circulação de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, devendo a velocidade ser compatível com a segurança dos pedestres;
II - Até 20 km/h (vinte quilômetros por hora) nas ciclovias, ciclofaixas e ciclorrotas, conforme previsto na Lei Complementar Municipal nº 93/2025;
III - Até 20 km/h (vinte quilômetros por hora) em vias urbanas cuja velocidade máxima permitida for de até 40 km/h (quarenta quilômetros por hora).

Art. 4º É obrigatório o uso de capacete de segurança para a condução de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos em todas as áreas permitidas para circulação.

Art. 5º A utilização de sinalização manual ou eletrônica para indicar mudanças de direção ou intenções de manobra é obrigatória.

Parágrafo único. A sinalização deve ser empregada sempre que as condições de tráfego assim exigirem, visando à segurança e à comunicação com os demais usuários da via.

Art. 6º É proibida a circulação e condução de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos por menores de 16 (dezesseis) anos.

Art. 7º Fica proibido o uso de fones de ouvido conectados a equipamentos sonoros durante a condução de equipamento de mobilidade individual autopropelido.

Parágrafo único. O uso de fones de ouvido durante a condução é vedado por ser fator de potencial risco e de diminuição da atenção no trânsito.

Art. 8º É vedado o transporte de passageiros em equipamentos de mobilidade individual autopropelidos.

Parágrafo único. A vedação disposta no caput não se aplica aos casos em que o equipamento possua projeto de fabricação que inclua dispositivo adequado e seguro para esta finalidade, devidamente homologado.

Art. 9º É proibida a circulação de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos por indivíduos sob efeito de álcool ou de quaisquer substâncias psicoativas que determinem dependência.

CAPÍTULO III
DOS EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA E ESTACIONAMENTO

Art. 10. Para a circulação no Município, os equipamentos de mobilidade individual autopropelidos devem ser dotados dos seguintes equipamentos obrigatórios:
I - Indicador e/ou limitador eletrônico de velocidade;
II - Campainha ou dispositivo sonoro de advertência;
III - Sinalização noturna dianteira, traseira e lateral, incorporadas de forma eficiente ao equipamento.

Parágrafo único. Em alternativa ao indicador eletrônico de velocidade mencionado no inciso I do caput, será permitida a utilização de dispositivo que indique a velocidade de circulação por meio de aviso sonoro ou por aplicativo em smartphone conectado ao equipamento, garantindo o cumprimento da exigência.

Art. 11. O estacionamento de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, seja em espaços públicos ou áreas privadas de uso coletivo, deverá ser realizado de maneira organizada e planejada, observadas as seguintes vedações:
I - O estacionamento não poderá, sob nenhuma hipótese, obstruir calçadas, acessos de pedestres, entradas de edifícios, rampas de acessibilidade ou vagas devidamente sinalizadas para veículos automotores.
II - As normas específicas de estacionamento deverão observar a regulamentação do Poder Executivo em consonância com a Lei Complementar Municipal nº 93/2025, que trata da ocupação da calçada e do sistema viário.

CAPÍTULO IV
DOS SERVIÇOS DE COMPARTILHAMENTO DE EQUIPAMENTOS DE
MOBILIDADE INDIVIDUAL AUTOPROPELIDOS

Art. 12. A exploração comercial dos serviços de compartilhamento de equipamentos de mobilidade individual autopropelidos no Município

de Paranavaí submete-se à autorização e regulamentação específica do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. A regulamentação deverá estabelecer critérios operacionais claros, de manutenção preventiva dos equipamentos, de distribuição geográfica, e de segurança para usuários e população, em coerência com as diretrizes do Plano de Mobilidade Urbana, conforme Lei Municipal nº 5.437/2024.

CAPÍTULO V
DAS INFRAÇÕES, PENALIDADES E FISCALIZAÇÃO

Art. 13. A infração a qualquer disposição desta Lei ou de seu regulamento sujeitará o
infrator às sanções previstas na legislação de trânsito vigente, sem prejuízo das seguintes penalidades decorrentes do exercício do poder de polícia:
I – advertência;
II – apreensão do equipamento de mobilidade individual autopropelido;
III – multa administrativa.

§ 1º As infrações previstas nesta Lei ficam classificadas da seguinte forma:
I – Advertência
deixar de utilizar sinalização manual para mudança de direção quando as condições de tráfego assim exigirem, nos termos do art. 5º.

II – Infrações leves, punidas com multa de R$100,00 (cem reais):
estacionar equipamento de mobilidade individual autopropelido em desacordo com o art. 11, quando não houver comprometimento relevante da circulação de pedestres ou da acessibilidade.

III – Infrações médias, punidas com multa de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais):
a) conduzir equipamento de mobilidade individual autopropelido sem os equipamentos obrigatórios previstos no art. 10;
b) conduzir equipamento de mobilidade individual autopropelido utilizando fones de ouvido, em desacordo com o art. 7º.

IV – Infrações graves, punidas com multa de R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais):
a) permitir ou realizar o transporte de passageiro em desacordo com o art. 8º;
conduzir equipamento de mobilidade individual autopropelido sendo menor de 16
(dezesseis) anos, em desacordo com o art. 6º;
transitar em velocidade superior ao limite regulamentar estabelecido no art. 3º em até 20% (vinte por cento).

V – Infrações gravíssimas, punidas com multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais):
a)conduzir equipamento de mobilidade individual autopropelido sem capacete de
segurança, em desacordo com o art. 4º;
b) transitar em velocidade superior ao limite regulamentar estabelecido no art. 3º em mais de 20% (vinte por cento);
c) estacionar o equipamento de mobilidade individual autopropelido obstruindo rampas de acessibilidade, faixas de travessia de pedestres, acessos a edificações, pontos de transporte coletivo ou outros locais que comprometam a segurança e a mobilidade urbana.

VI – Infração de natureza especial, punida com multa de R$ 800,00 (oitocentos reais) e obrigatória apreensão do equipamento:
a) conduzir equipamento de mobilidade individual autopropelido sob influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência, em desacordo com o art. 9º.

§ 2º A reincidência específica da mesma infração no período de 12 (doze) meses acarretará à aplicação da multa em dobro.

§ 3º As penalidades poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a natureza e a gravidade da infração.

§ 4º Os valores das multas previstos neste artigo serão atualizados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.” (NR)
Art. 14. No caso de apreensão do equipamento em decorrência de infração, o proprietário poderá reavê-lo.

§ 1º A restituição do equipamento de mobilidade individual autopropelido ocorrerá em até 90 (noventa) dias, mediante comprovação da propriedade ou posse legítima e assinatura de Termo de Responsabilidade pelo uso adequado do equipamento.

§ 2º Decorrido o prazo previsto no § 1º sem a devida reclamação do proprietário, o equipamento de mobilidade individual autopropelido será considerado abandonado.

§ 3º O equipamento abandonado sujeitar-se-á a leilão ou destinação apropriada, nos termos da legislação vigente.

§ 4º Os valores obtidos com a alienação dos equipamentos de mobilidade individual autopropelidos em leilão serão obrigatoriamente destinados à realização de campanhas educativas e programas de segurança viária, conforme previsão expressa na Lei Municipal nº 5.437/2024.

Art. 15. A fiscalização e aplicação desta Lei competem à Diretoria de Trânsito e à Guarda Civil Municipal de Paranavaí, em coordenação com a Secretaria Municipal de Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito (SEPROVPAT).

CAPÍTULOVI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O Poder Executivo Municipal promoverá continuamente campanhas educativas sobre segurança no trânsito e uso correto dos equipamentos de mobilidade individual autopropelidos.

Parágrafo único. As campanhas a que se refere o caput serão realizadas em cumprimento às diretrizes de educação no trânsito previstas na Lei Municipal nº 5.437/2024 (PlanMob), podendo o Poder Executivo firmar convênios, termos de cooperação e parcerias com instituições públicas ou privadas, organizações da sociedade civil e demais entidades especializadas.

Art. 17. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias a contar da sua publicação.

§ 1º A regulamentação de que trata o caput deverá, obrigatoriamente, dispor sobre:
I - A criação e manutenção de um cadastro municipal dos equipamentos de mobilidade individual autopropelidos em circulação no Município, definindo os procedimentos para registro e identificação, quando aplicável;
II - O detalhamento do processo administrativo para a interposição de recursos contra as penalidades aplicadas por infrações a esta Lei, assegurando o contraditório e a ampla defesa;
III - O conteúdo mínimo da regulamentação, que incluirá, mas não se limitará a: a) Definição de critérios para a operação de serviços de compartilhamento; b) Especificação de áreas prioritárias para estacionamento; c) Normas complementares de segurança e circulação não previstas nesta Lei.

§ 2º A ausência de regulamentação no prazo estipulado não impede a aplicação das demais disposições desta Lei que independam de ato normativo do Poder Executivo.

Art. 18. Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 24 dias do mês de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:7F37FEB0

PROCURADORIA
LEI Nº 5.616/2026

Inclui a "Maniokfest", organizado pela Paróquia Nossa Senhora das Graças, que ocorre no mês de setembro de cada ano, no Anexo único da Lei Municipal nº 4.725/2018, que institui o Calendário Oficial de Eventos do Município de Paranavaí.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1° Inclui o "Maniokfest", vinculado a Paróquia Nossa Senhora das Graças, no Anexo único da Lei Municipal nº 4.725/2018, que institui o Calendário Oficial de Eventos do Município de Paranavaí, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO ÚNICO – CALENDÁRIO OFICIAL DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ-PR

Primeira semana de setembro / Paróquia Nossa Senhora das Graças, de Paranavaí, Distrito de Graciosa.

EVENTO: MANIOKFEST"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 31 dias do mês de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito de Paranavaí

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:8B7AEF7F

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 19/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
ACY2I89	277490T000001462	27/08/2026	54521
AGC8G88	277490T000003873	28/08/2026	66531
AGC8G88	277490T000003875	28/08/2026	52400
AGC8G88	277490T000003874	28/08/2026	70561
ALP9C88	277490T000004668	30/08/2026	67261
ALP9C88	277490T000004671	30/08/2026	51691
AMB3J57	277490T000005109	28/08/2026	66531
AMB3J57	277490T000005108	28/08/2026	67261
AMB3J57	277490T000005091	28/08/2026	50100
AMU5212	277490T000005115	30/08/2026	65992
AMU5212	277490T000005093	30/08/2026	67261
AUK6G98	277490T000003872	22/08/2026	54600
AVT8137	277490T000005107	18/08/2026	50100
BAD9E37	277490T000008233	28/08/2026	76331
BBX5B71	277490CND0000137	07/07/2026	77492
BDI9H98	277490T000003560	30/08/2026	51180
BDI9H98	277490T000003561	30/08/2026	50100
BDI9H98	277490T000003562	30/08/2026	70481
DQR4F69	116100T003859958	23/08/2026	55411
DSO1A92	116100T003859959	23/08/2026	54521
HIO2727	277490T000002777	29/08/2026	55500
NJI3I78	277490T000005095	30/08/2026	50100
NJI3I78	277490T000005117	30/08/2026	67261
NJI3I78	277490T000005097	30/08/2026	66372
SEC2J66	277490T000005094	30/08/2026	50100
SEC2J66	277490T000005116	30/08/2026	65992
SEH9D94	277490T000005118	30/08/2026	67261
SEH9D94	277490T000005096	30/08/2026	66371
SEY0I96	277490T000005113	28/08/2026	50100
SEY0I96	277490T000005114	28/08/2026	67261
SEZ4I86	277490T000005121	30/08/2026	76173
SEZ4I86	277490T000005120	30/08/2026	66531
TBP3E31	277490T000004672	30/08/2026	51180
TBP3E31	277490T000004673	30/08/2026	50100
TBW7D72	277490T000005092	28/08/2026	66372
TBW7D72	277490T000005110	28/08/2026	67261
UCK5J01	277490T000005112	28/08/2026	73400
UCK5J01	277490T000005111	28/08/2026	58350

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:2E848FC9

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
ACS8851	277490T000006807	23/06/2026	60412	R$ 195,23
ACS8851	277490T000006806	24/06/2026	60412	R$ 195,23
ADU7A71	277490T000006799	23/06/2026	76251	R$ 293,47
ALX3315	277490T000006804	24/06/2026	60412	R$ 195,23
ARP9J93	277490T000006074	23/06/2026	55411	R$ 195,23
ATX9308	116100T003651830	18/06/2026	54525	R$ 195,23
AUG9J77	277490T000006814	24/06/2026	60412	R$ 195,23
AVO8423	277490T000006803	24/06/2026	60412	R$ 195,23
AXK4984	277490T000006168	24/06/2026	76331	R$ 293,47
BAE4858	277490T000006809	24/06/2026	60412	R$ 195,23
BAS4G36	277490NIC0044312	06/06/2026	50020	R$ 586,94
BCH6545	277490T000006169	24/06/2026	76331	R$ 293,47
BCR2G30	277490T000006161	24/06/2026	76331	R$ 293,47
BDD8F59	277490T000006805	24/06/2026	60412	R$ 195,23
DFN2B87	277490T000006813	24/06/2026	60412	R$ 195,23
ECG2J24	277490T000006167	24/06/2026	76331	R$ 293,47
FYC7H89	277490NIC0044310	06/06/2026	50020	R$ 586,94
GGI6G80	277490T000006163	24/06/2026	76331	R$ 293,47
JWR6C04	277490T000006816	24/06/2026	60412	R$ 195,23
LVG9I60	277490T000006164	24/06/2026	76331	R$ 293,47
MVX5282	277490T000006165	24/06/2026	76331	R$ 293,47
SEB1B55	116100T003651832	18/06/2026	54870	R$ 195,23
SEQ5C97	277490NIC0044319	06/06/2026	50020	R$ 390,46
SMA9C50	277490T000006802	24/06/2026	60412	R$ 195,23
TAI8G55	277490T000006075	23/06/2026	55411	R$ 195,23
TBJ2B46	277490T000006076	23/06/2026	76251	R$ 293,47
TBP8A25	277490NIC0044311	06/06/2026	50020	R$ 586,94
TDR9F14	277490NIC0044314	06/06/2026	50020	R$ 586,94
UBA0I84	277490T000006801	24/06/2026	60412	R$ 195,23

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:BC628F18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 1º TERMO ADITIVO DE CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL Nº 37303/2026)

1º TERMO ADITIVO DE CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USO
(PRORROGAÇÃO DE PRAZO)
(Processo Digital nº 37303/2026)

REF:CONCORRÊNCIA PÚBLICANº 02/2020

CONTRATO Nº 060/2021

1º (primeiro) Termo Aditivo do CONTRATO DE CONCESSÃO DO DIREITO REAL DE USONº 060/2021que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e , na forma abaixo:

CONCESSIONÁRIO:COACIPAR COOPERATIVA DE AGRICULTURA FAMILIAR E SOLIDÁRIA DO PARANÁ, inscrita no CNPJ sob o n.º 15.124.542/0001-43, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, Sr. Ederson Aparecido Colussi, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraná, portador da Cédula de Identidade Civil R.G. nº 6.700.150-8 SSP/PR, e inscrito no C.P.F. sob nº 017.997.069-07;doravante denominada CONCESSIONÁRIA.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no**C.N.P.J. sob nº 76.977.768/0001-81**, inscrito no CNPJ nº 76.977.78/0001-81, neste ato devidamente representado pelo Ilmo. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 9.249.672-4SSP/PR e inscrito no CPF 048.306.029-10.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Por este Termo e na melhor forma de direito, o CONCEDENTE outorga à empresa **CONCESSIONÁRIA oDIREITO REAL DE USO DO IMÓVEL:**

Lote	Quadra	Localização	Área do Lote
05	17	Distrito Industrial Paranavaí	5.087,50m²

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE PRAZO

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo da locação do imóvel objeto do Contrato nº 010/2021por mais 60(sessenta) meses, passando o vencimento do prazo de locação para**29de setembrode 2031,**nos termos da Cláusula Primeira § 4ºdo Contrato de Locação de Imóvel nº 060/2021, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal deFomentoEconômico e Inovaçãoatravés do Memorando nº 070/2026, considerando ainda o Parecer Jurídiconº343/2026exarado pela Procuradoria Jurídica do Município e a Lista de Verificação assinada.

CLÁUSULA TERCEIRA– DA RESCISÃO

Ressalte-se que o presente Termo Aditivo ficará automaticamente rescindido (distrato), independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, tão logo seja concretizada a alienação definitiva do imóvel objeto da concessão, com o regular registro da respectiva escritura pública no Cartório de Registro de Imóveis competente, hipótese em que cessarão, de pleno direito, todos os efeitos da concessão do direito real de uso, nada tendo as partes a reclamar entre si a qualquer título.

CLÁUSULA QUARTA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 060/2021), datado de 05 de Abril de 2024.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 18 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS HENRIQUE SCARABELLI
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico eTurismo

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora de Compras Interina

EDERSON APARECIDO COLUSSI
COACIPAR Cooperativa De Agricultura Familiar E Solidária Do Paraná
Empresa Concessionária

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:342ED42C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - 2° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 142/2022

2° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 142/2022
(Reajuste de Valor)
PROCESSO DIGITAL: 46743/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2022

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Srª **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92 , doravante denominada **contratante** e a empresa pessoa jurídica de direito privado **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ nº 76.659.820/0046-53, com sede na Rua Imaculada Conceição, nº 1155, 10º andar, Prado Velho, CEP 80.215-901, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representada por VANDERLEI SIQUEIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, professor, inscrito no CPF nº 014.873.339-51, portador do RG nº 5.788.919-5/PR, com endereço profissional na Rua Imaculada Conceição, nº 1155, 10º andar, Prado Velho, CEP 80.215-901, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

O presente Contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE LICENÇA DO USO DO SOFTWARE PERGAMUM a ser utilizado na Biblioteca Municipal Júlia Wanderley e Biblioteca Cidadã Boulivar Penha, tudo em conformidade com os documentos que instruem a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO sob nº 23/2022,

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,443025%** referente variação do INPC no período de AGOSTO/2025 a AGOSTO/2026, com fundamento na Cláusula Nona do Contrato n° 142/2022 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de Atualização Monetária.
Parágrafo único – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor do Contrato nº 142/2022 passará a ser de **R$ 3.445,32 (três mil quatrocentos e quarenta e cino reais e trinta e dois centavos).**

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO Nº 142/2022), datado de 08 de Dezembro de 2022.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 01 de setembro de 2026.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:AAF7F199

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 2° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 142/2022 (REAJUSTE DE VALOR) PROCESSO DIGITAL: 46743/2026

2° TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 142/2022
(Reajuste de Valor)
PROCESSO DIGITAL: 46743/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 23/2022

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, Srª **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PRe inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92 , doravante denominada **contratante**e a empresa pessoa jurídica de direito privado **ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE CULTURA - APC**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ nº 76.659.820/0046-53, com sede na Rua Imaculada Conceição, nº 1155, 10º andar, Prado Velho, CEP 80.215-901, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, neste ato representada por VANDERLEI SIQUEIRA DOS SANTOS, brasileiro, solteiro, professor, inscrito no CPF nº 014.873.339-51, portador do RG nº 5.788.919-5/PR, com endereço profissional na Rua Imaculada Conceição, nº 1155, 10º andar, Prado Velho, CEP 80.215-901, na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
O presente Contrato tem por objeto o FORNECIMENTO DE LICENÇA DO USO DO SOFTWARE PERGAMUM a ser utilizado na Biblioteca Municipal Júlia Wanderley e Biblioteca Cidadã Boulivar Penha, tudo em conformidade com os documentos que instruem a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO sob nº 23/2022,

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de**4,443025%**referente variação do INPC no período de AGOSTO/2025a AGOSTO/2026, com fundamento na Cláusula Nona do Contrato n° 142/2022e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de Atualização Monetária.

Parágrafo único – Após reajuste firmado através deste termo de apostilamento, o valor do Contrato nº 142/2022passará a ser de**R$ 3.445,32(trêsmilquatrocentos e quarenta e cino reaise trinta e dois centavos).**

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do ContratoOriginal (CONTRATONº 142/2022), datado de 08de Dezembrode 2022.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, 01 de setembro de 2026.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor da Fundação Cultural de Paranavaí
Contratante

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:8A831DDB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 074/2023 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) PROCESSO DIGITAL 37296/2025

3° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 074/2023 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO)
PROCESSO DIGITAL 37296/2025

3º (Terceiro) Termo Aditivo ao CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL N° 74/2023 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PARANAVAÍe PROFUZZY CONSULTORIA E PROJETOS LTDA, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, **Sr. ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA,**portador da Cédula de Identidade RG. nº 9291427-5 SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 228.462.578-92, doravante denominado **contratante**e a empresa **PROFUZZY CONSULTORIA E PROJETOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 80.487.606/0001-32, estabelecida à Av. Primeiro de Maio, nº 226, Bairro Coral, Lages – SC, CEP 88.509-510, e-mail profuzzy@profuzzy.bom.br, neste ato representada pelo Sócio-Gerente e Consultor Executivo **Sr. RONALDO GILBERTO DE OLIVEIRA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF 220.573.079-72.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
O objeto do contrato é Contratação de Empresa para Prestação de Serviços referentes à realização de ESTUDOS DE SOLUÇÕES E ALTERNATIVAS PARA A DELEGAÇÃO DOS SERVIÇOS FUNERÁRIOS E CEMITERIAIS NO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, cujas especificações constam no Anexo I do edital e faz parte deste, o valor global do contrato é de R$ 94.000,00 (noventa e quatro mil reais),1º Aditivo de Prorrogação de Prazo,1º Apostilamento reajuste de valor R$ 24.688,54 **(vinte e quatro mil, seiscentos e oitenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos)**,2º Aditivo de Prorrogação de Prazo, 2º Apostilamento reajuste de valor R$ 25.629,79**(vinte e cincomil, seiscentos e vintee novereais esetenta e novecentavos)**

CLÁUSULA 2ª: PRORROGAÇÃO
2.1 Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem, com anuência da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, prorrogar o prazo para execução dos serviços e de vigência do Contrato N° 074/2023, por mais **12 (doze) meses,**passando o vencimento do prazo de execução e vigência contratual para **11 de setembro de 2027**, nos termos do Art. 107, da Lei 14.133/2021, por tratar-se de serviço por preço certo e total, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicospor meio do Memorando n° 652/2026econsiderando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.

Parágrafo Primeiro: O pagamento da importância originada pelo presente reajuste de valores correrá à conta dos recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:
- 05.001.04.122.0002.222090– 3.3.90.39 (490) – TAXAS

CLÁUSULA 3ª: DA ALTERAÇÃO DE SECRETÁRIO
3.1 Através do presente termo aditivo, fica alterado o Secretario Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, com a nomeação do **Sr. ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA**, através do Portaria Municipal nº928/2026.

CLÁUSULA 4ª: RATIFICAÇÃO
4.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços Nº 074/2023, datada de 11de Setembro de 2023.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, 28 DE AGOSTO DE 2026.

ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA
Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos

RONALDO GILBERTO DE OLIVEIRA
Profuzzy Consultoria e Projetos LTDA.
Contratada

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:670C7FFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 15/2026

O Município de Paranavaí torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 28 de setembro do ano de 2026, na plataforma eLicita https://elicita.atende.net/, **CONCORRÊNCIA**, na forma Eletrônica, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Sede municipal	Construção CRAS	197,62 m²	300 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital, seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Paranavaí e na plataforma eLicita https://elicita.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

Paranavaí, 02 de setembro de 2026.

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras

Publicado por:
Wellington Jose Ferreira de Lima Batista da Silva
Código Identificador:F9305121

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026 - DECRETO MUNICIPAL Nº 27.983/2026

DECRETO MUNICIPAL Nº 27.983/2026

Nomear Equipe de Apoio com função de auxiliar a Pregoeira no desempenho de suas atribuições conforme Decreto Municipal nº 24.731/2023 referente à Licitação na modalidade Pregão Eletrônico sob nº 043/2026.

MAURICIO GEHLEN. Prefeito do Município de Paranavaí, no uso de suas atribuições legais, resolve**:**

Art. 1º - Nomear, nos termos do artigo 8°, §1º da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 70, inciso III, §1º da Lei Municipal nº 3.891/2012, alterado pela Lei Municipal nº 5.248/2023, os servidores municipais abaixo relacionados, para comporem Equipe de Apoio com função de auxiliar a Pregoeira no desempenho de suas atribuições conforme Decreto Municipal nº 24.731/2023, com análise dos documentos dispostos nos itens 5.2 e 5.3 do edital, assim como realizar a Avaliação do Software (Prova de Conceito), nos termos do item 5 do anexo I do edital, do**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 043/2026,**que tem por objeto a Contratação de licença de uso não-permanente, em modelo SaaS destinada ao diagnóstico e acompanhamento da qualidade das informações contábeis e fiscais enviadas ao sistema de informações contábeis e fiscais do setor público brasileiro – SICONFI, com foco na capacidade de pagamento (CAPAG) e no ranking da qualidade da informação contábil e fiscal, por meio da Secretaria Municipal de Fazenda:

- FERNANDO ANDRÉ SILVA DOS SANTOS - Matrícula 10740/Contador
- LEONARDO CANCELIERI AVANCIO - Matrícula 10173/Analista de Sistema
- ROGER JOSÉ AMANCIO FRATUCCI - Matrícula 6988/Analista de Sistema

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, aos 28 de agosto de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrew Picioneri Salme
Código Identificador:7191F28C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 17/2024

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 17/2024
(Cadastro de Termo para Remanejamento de saldo/item no sistema IPM)
PROCESSO DIGITAL Nº 49084/2026

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2023

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelos Secretários Municipais, Secretário Municipal de Administração Sr. **LUCAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50;; pelo Ilmo. Controlador Geral do Município o Sr. **CARLOS ALBERTO VIEIRA**, inscrito no CPF sob nº 756.344.739-34; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, inscrito no CPF 048.306.029-10; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano Sr. **GUILHERME DE ARAUJO RUIZ**, inscrito no CPF 101.727.179-81; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, inscrito no CPF 361.953.089-00; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, inscrito no CPF nº 596.187.609-87; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA,** inscrito no CPF sob nº 228.462.578-92; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77; e pela Ilma. Diretora Especial de Compras Srª **THAÍS SOARES DA SILVA**, inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92.
CONTRATADA: **ALMAQ EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA**, estabelecida à Rua Vinte e Um de Abril, 250 – Centro – Pinhais/ Paraná – CEP: 83.323-030, inscrita no C.N.P.J. sob nº 84.968.874/0001-27, neste ato devidamente representada por seu procurador o Sr. GILSON RENATO WASZAK, gerente comercial, portador do RG Nº: 3.210.420-7 SSP - PR e CPF/MF nº: 536.641.329-04, residente e domiciliado na Cidade de Curitiba,

Estado do Paraná, na Rua Eliezer Disaro Fangueiro, 390, Casa 2 – Uberaba CEP: 81540-440.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 O presente contrato tem por objeto é a Contratação de empresa especializada na **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE *OUTSOURCING* DE IMPRESSÃO,** com a locação de equipamentos novos, sem uso anterior, não recondicionados e em linha de produção, com manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de todas as peças, partes ou componentes necessários e de todos os suprimentos incluindo toners, tintas, roletes para os scanners, cabeças de impressão para todos os equipamentos e rotulador portátil (exceto papéis e etiquetas), destinada ao Município de Paranavaí, pelo período de 12 (doze) meses, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, limitado a 60 (sessenta) meses**,** de acordo com as especificações constantes do Anexo I, Termo de Referência, proposta de preços e demais documentos integrantes da Licitação, **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2.023**

CLÁUSULA 2ª: CADASTRO DE TERMO PARA REMANEJAMENTO DE SALDO /ITEM NO SISTEMA IPM

2.1 Em conformidade cadastro no sistema IPM, remenaja-se o saldo do **Contrato 17/2024**, ou seja, o presente termo tem por objetivo de remanejamento de saldo pela rotina do sistema IPM, portanto, trata-se de termo meramente *Pro Forma* para continuidade das atividades administrativas em razão da limitação do sistema de gestão pública, conforme **Memorando nº 359/2026/SESAU.**

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 17/2024), datada de 19 de Fevereiro de 2024.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:4E742F71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 66/2023

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 66/2023
(DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA)

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 029/2023

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado por Secretários Municipais, Controladoria Geral do Município e Fundação Cultura, conforme abaixo.

CONTRATADA: VOXCITY TECNOLOGIA LTDA, estabelecida à Rua Gastão Bicca de Oliveira, nº 749, Sala 01, Cep 88860-00, Cento, na cidade de Siderópolis -SC, inscrita no C.N.P.J. sob nº 19.813.396/0001-14, neste ato devidamente representada por DIEGO BERNARDA NETTO**,** residente e domiciliado na Cidade de Criciuma - SC, portador da Cédula de Identidade R.G. nº 4640711, e inscrito no CPF sob nº 034.464.979-27.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO ORIGINAL

O contrato original tem por objeto a Contratação de empresa para fornecimento, implantação, configuração de Serviços de integração telefônica, composta por Central PABX in cloud, aparelhos telefônicos IP, instalação, manutenção preventiva e corretiva, transferência de conhecimento com suporte técnico especializado, atualizações de tecnologia, ligações ilimitadas locais e nacionais para telefones fixos e móveis, portabilidade das linhas telefônicas do município de Paranavaí, por meio das Secretarias Municipais, Gabinete do Prefeito, Procuradoria e Controladoria Geral do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em conformidade com o disposto no art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93, fica registrado que a dotação orçamentária vinculada ao Contrato nº 66/2023, passa a ser alterada sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais, em razão da indisponibilidade financeira da dotação anteriormente utilizada, conforme solicitação e justificativa constante no **Memorando nº 209/2026/SEAD**, com autorização da Ordenadora de Despesa, somente para a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família:

Nova Dotação Orçamentária:
Referência: 983
Elemento: 3339040000000000000 Serviços de tecnologia da informação e comunicação – PJ0
Subelemento: 3339040140000000000 Telefonia fixa e móvel - pacote de comunicação de dados

Nova Dotação Orçamentária:
Referência: 1020
Elemento: 3339040000000000000 Serviços de tecnologia da informação e comunicação – PJ0
Subelemento: 3339040140000000000 Telefonia fixa e móvel - pacote de comunicação de dados

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 66/2023), datado de 21 de julho de 2023.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, DATA DA ÚLTIMA ASSINATURA DIGITAL

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária de Assistência Social, Mulher e Família

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:E9D3E49C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS - TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 78/2021

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 78/2021
(Alteração de Dotação Orçamentária)
(Processo Digital nº 47585/2026)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2021

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº **76.977.768/0001-81,** neste ato devidamente representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. **LUCAS DE OLIVEIRA**, inscrito no CPF sob nº 011.609.069-39; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Agricultura o Sr. **TARCISIO BARBOSA DE SOUZA**, inscrito no CPF sob nº 633.166.508-06; pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pelo Ilmo. Secretário Municipal Fomento Econômico e Inovação Sr. **CARLOS HENRIQUE SCARABELLI**, inscrito no CPF sob nº 048.306.029-

10; pela Ilma. Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; pela Ilma. Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA**, inscrita no CPF sob nº 852.920.019-53; pelo Ilmo. Diretor Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí Sr. **RAFAEL LUCAS TORRENTE**, inscrito no CPF sob n° 049.598.719-03; pelo Ilmo. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, inscrito no CPF sob nº 596.187.609-87; pelo Secretário Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos Sr. **ALEX ROBERTO FERNANDES ROMERA**, inscrito no CPF sob nº 228.462.578-92; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Meio Ambiente Sr. **ALESSANDRO CORDEIRO GARCIA**, inscrito no CPF sob nº 025.202.639-03; pela Ilma. Procuradora Geral do Município Sra. **CÉLIA APARECIDA ZANATTA**, inscrita no CPF sob nº 628.560.499-15; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Segurança e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma. Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77, e pela Ilma. Diretora de Compras **Srª THAÍS SOARES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92.

CONTRATADA: LG SISTEMAS DE SEGURANCA E CONSTRUTORA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, estabelecida à Rua Amapá, 2178, Centro, CEP: 87705-110, na cidade de Paranavaí, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 39.790.946/0001-34, neste ato devidamente representada pelo Sócio Administrador Sr. LUCAS GABRIEL BONETI GONCALVES, brasileiro, maior, solteiro, empresário, residente e domiciliado na Cidade de Paranavaí/PR, Rua Amapá, 2184, Centro, CEP 87705-110, portador da Cédula de Identidade RG nº 13.082.655-5 e inscrito no CPF sob nº 096.359.189-41.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços Contínuos de MONITORAMENTO ELETRÔNICO E VIGILÂNCIA COM PATRULHA TÁTICA MÓVEL, por meio das Secretarias Municipais e Fundação Cultural de Paranavaí, de acordo com as especificações constantes do Anexo II, proposta de preços e demais documentos integrantes da Licitação, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 097/2021.

CLÁUSULA 2ª: DA ALTERAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1 Em conformidade com o disposto no **art. 65, §8º, da Lei nº 8.666/93**, fica registrado que a **dotação orçamentária** vinculada ao **Contrato nº 78/2021**, passa a ser alterada **sem modificação do objeto, valor global, prazos ou demais condições contratuais**, em razão da indisponibilidade financeira da dotação anteriormente utilizada, conforme **Memorando nº 386/2026/SESTRAN**, somente para a **Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito**:

Nova Dotação Orçamentária:(SESTRAN)
Referência: 1689
3.3.90.39.77.99 – Vigilância demais setores da Administração
Item: 113

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS

3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATO Nº 78/2021), datada de 11 de novembro de 2021.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da assinatura eletrônica

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Segurança e Trânsito

Publicado por:
Sérgio Luís Borges Hernandes
Código Identificador:96A8F7E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 265/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª. FABRICIA KELY DA SILVA MELO.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.
CARGO: CUIDADORA
CONTRATADA: FABRICIA KELY DA SILVA MELO
CPF/MF: XX.820.039-XX
SALÁRIO BASE: 1.835,58 (mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
CARGA HORÁRIA: 40 (quarenta) horas semanais
DATA DE CONTRATAÇÃO: 01 de setembro de 2026
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 (SEIS) MESES, PODENDO SER PRORROGADO POR ATÉ IGUAL PERÍODO.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:6414D335

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 266/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª.GABRIELA HIPÓLITO DOS SANTOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA.
CARGO: CUIDADORA
CONTRATADA: GABRIELA HIPÓLITO DOS SANTOS
CPF/MF: XX.769.399-XX
SALÁRIO BASE: 1.835,58 (mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
CARGA HORÁRIA: 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso
DATA DE CONTRATAÇÃO: 27 DE AGOSTO DE 2026
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 (SEIS) MESES, PODENDO SER PRORROGADO POR ATÉ IGUAL PERÍODO.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:FBFFF783

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 266/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª.LARISSA MELQUIADES RUIZ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA.
CARGO: CUIDADORA
CONTRATADA: LARISSA MELQUIADES RUIZ
CPF/MF: XX.726.769-XX
SALÁRIO BASE: 1.835,58 (mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
CARGA HORÁRIA: 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso
DATA DE CONTRATAÇÃO: 28 DE AGOSTO DE 2026
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 (SEIS) MESES, PODENDO SER PRORROGADO POR ATÉ IGUAL PERÍODO.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:C4100BA9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 268/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRª. KAREN FERNANDA DOS SANTOS.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGO: CUIDADORA
CONTRATADA: KAREN FERNANDA DOS SANTOS
CPF/MF: XX.955.989-XX
SALÁRIO BASE: 1.835,58 (mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
CARGA HORÁRIA: 40 horas semanais
DATA DE CONTRATAÇÃO: 01 DE SETEMBRO DE 2026
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 (SEIS) MESES, PODENDO SER PRORROGADO POR ATÉ IGUAL PERÍODO.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:E36F2C3C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 269/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O SR. GERALDO PRATES DA CRUZ.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ PR, CEP. 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, MULHER E FAMÍLIA
CARGO: CUIDADOR
CONTRATADO: GERALDO PRATES DA CRUZ
CPF/MF: XXX.213.449-XX
SALÁRIO BASE: 1.835,58 (mil oitocentos e trinta e cinco reais e cinquenta e oito centavos)
CARGA HORÁRIA: 12 horas de trabalho por 36 horas de descanso
DATA DE CONTRATAÇÃO: 01 DE SETEMBRO DE 2026
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: ATÉ 6 (SEIS) MESES, PODENDO SER PRORROGADO POR ATÉ IGUAL PERÍODO.

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:81CC24BE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 069/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E A SRA. ELAINE MEURER FEITAL.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2025, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.625/2025
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CARGO: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL
CONTRATADA: ELAINE MEURER FEITAL
CPF/MF: XXX.783.489-XX
SALÁRIO BASE: R$ 2.274,57 (DOIS MIL, DUZENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS E CINQUENTA E SETE CENTAVOS)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 23 DE FEVEREIRO DE 2026 A 28 DE AGOSTO DE 2026.
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:8C3239D8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE SERVIÇO TEMPORÁRIO Nº 168/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ E O SR. CLAYTON FERNANDO COSTA DA SILVA.

PROCESSO DE SELEÇÃO: PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2026, AUTORIZADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 27.717/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
CNPJ: 76.977.768/0001-81
ENDEREÇO: RUA GETÚLIO VARGAS, 900, CENTRO, PARANAVAÍ – PR, CEP 87.702-000
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO.
CARGO: ELETRICISTA III
CONTRATADA:CLAYTON FERNANDO COSTA DA SILVA
CPF/MF: XXX.840.429.XX
SALÁRIO BASE: R$ 3.300,28 (Três mil, trezentos reais e vinte e oito centavos)
CARGA HORÁRIA: 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS
PERÍODO DA CONTRATAÇÃO: 07 DE ABRIL DE 2026 A 28 DE AGOSTO DE 2026
FUNDAMENTAÇÃO DA RESCISÃO CONTRATUAL: ART. 192, INCISO IV, DA LEI MUNICIPAL Nº 3.891/2012

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:55506A42

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1631/2026

Dispõe sobre a destituição de servidor municipal da Comissão Permanente de Recebimento de Bens, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 48902/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Destituir o servidor **AURO LIMA CARVALHO,** matrícula nº 10237-1, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, da função gratificada de **COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE BENS**, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 31 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 01 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:46B07874

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1632/2026

Dispõe sobre a designação de servidor municipal da Comissão Permanente de Recebimento de Bens, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 48902/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;
O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor **MATEUS SPOSITO**, matrícula nº 11069-1, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, na função gratificada de **COMISSÃO PERMANENTE DE RECEBIMENTO DE BENS**, junto à Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 01 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:5230EAC5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1634/2026

Dispõe sobre a destituição de servidor municipal da Função Gratificada de Secretário Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 48902/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Destituir a servidora **LEONICE MEURER GONÇALVES,** matrícula nº 3997-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, da função gratificada de **SECRETÁRIO ESCOLAR**, do **CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL NOSSA SENHORA DO CARMO – GRACIOSA**, a partir de 31 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:BBA5E577

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1635/2026

Dispõe sobre a destituição de servidor municipal da Função Gratificada de Secretário Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 48902/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,
RESOLVE:

Art. 1° Destituir a servidora **MONICA VALERIA FERREIRA LIMA,** matrícula nº 11260-1, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, da função gratificada de **SECRETÁRIO ESCOLAR**, da **ESCOLA MUNICIPAL MARIA SCHUROFF BACK**, a partir de 31 de agosto de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:8FD619AB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1636/2026

Dispõe sobre a designação de servidor municipal da Função Gratificada de Secretário Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação

Considerando o processo digital nº 48902/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Designar a servidora **LEONICE MEURER GONÇALVES,** matrícula nº 3997-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, da função gratificada de **SECRETÁRIO ESCOLAR**, da **ESCOLA MUNICIPAL MARIA SCHUROFF BACK**, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:28085261

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1637/2026

Dispõe sobre a designação de servidor municipal da Função Gratificada de Secretário Escolar, junto à Secretaria Municipal de Educação

Considerando o processo digital nº 48902/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Designar o servidor **AURO LIMA CARVALHO,** matrícula nº 10237-1, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo, da função gratificada de **SECRETÁRIO ESCOLAR**, da **ESCOLA MUNICIPAL SANTOS DUMONT**, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:2BDE91BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1638/2026

Dispõe sobre a designação para a função gratificada de Regência de Classe Especial, junto às Escolas da Rede Pública Municipal de Educação.

Considerando o processo digital nº 48902/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Educação

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Designar, para a função gratificada de Regência de Classe Especial, a professora abaixo relacionada, retroagindo seus efeitos a partir de 25 de agosto de 2026, nos termos do art. 20, § 4º, da Lei Municipal nº 2.796/2006.

I – **MARIA APARECIDA GOMES DOS SANTOS**, Matrícula nº 8479-2, 20 horas, Escola Municipal Neusa Pereira Braga.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:22863680

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.639/2026

Dispõe sobre a cessão de servidor público municipal ao Município de Paiçandu, Estado do Paraná.

CONSIDERANDO o Ofício Externo nº 370/2026 do Município de Paiçandu, Estado do Paraná, visando à cessão do servidor público municipal KEVIN FELIPE BATISTA, ocupante do cargo efetivo de ENGENHEIRO CIVIL;

CONSIDERANDO o Processo Digital nº 48467/2026 da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 198 da Lei Municipal nº 3.891/2012, que autoriza o Chefe do Poder Executivo a ceder servidores públicos efetivos a outros entes públicos, observada a conveniência do serviço;

CONSIDERANDO a manifestação favorável da Administração Municipal de Paranavaí quanto à cessão do referido servidor;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE

Art. 1º Ceder ao **MUNICÍPIO DE PAIÇANDU, ESTADO DO PARANÁ**, o servidor público municipal **KEVIN FELIPE BATISTA**, ocupante do cargo efetivo de **ENGENHEIRO CIVIL,** integrante do quadro de servidores efetivos do Municìpio de Paranavaí, para prestar serviços junto à Administração Municipal de Paiçandu.

Art. 2º A cessão de que trata esta Portaria será realizada **com ônus para o Município de Paiçandu/PR**, ao qual caberá o pagamento da remuneração do servidor, bem como o custeio dos encargos, benefícios, vantagens e demais despesas decorrentes de sua permanência à disposição daquele Município, na forma a ser estabelecida entre os entes envolvidos.

Art. 3º A cessão terá vigência pelo período de **03 de setembro de 2026 a 31 de dezembro de 2028**, podendo ser prorrogada mediante manifestação expressa dos Municípios envolvidos e observadas as disposições legais pertinentes.

Art. 4º Durante o período de cessão, o servidor permanecerá vinculado ao quadro de pessoal do Município de Paranavaí, mantendo seu vínculo funcional com o Município de origem, sem prejuízo de seus direitos e vantagens funcionais, observadas as disposições legais aplicáveis e as condições estabelecidas no instrumento de cessão.

Art. 5º O Município de Paiçandu deverá encaminhar ao Município de Paranavaí, por meio da Diretoria Especial de Recursos Humanos, as informações necessárias ao acompanhamento funcional do servidor durante o período da cessão, bem como comunicar eventuais ocorrências funcionais que repercutam no vínculo mantido com o Município de Paranavaí.

Art. 6º A cessão poderá ser revogada a qualquer tempo, por interesse público, mediante comunicação formal entre os Municípios, observadas as disposições legais e administrativas aplicáveis.
Art. 7º A Diretoria Especial de Recursos Humanos adotará as providências necessárias ao registro e acompanhamento da presente cessão nos assentamentos funcionais do servidor.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE SETEMBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Ricardo Dos Santos Padilha
Código Identificador:54EBE1BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1640/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Técnico de Enfermagem.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) CELSO ROSSI FERREIRA, protocolado sob n° 48664/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **CELSO ROSSI FERREIRA,** efetivo (a) no cargo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM –** Matrícula n° 10168-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 04/11/2019 A 03/11/2024 (05 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 48664/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 05 dias, com início em 29/08/2026 e término em 02/09/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:AC15EE28

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1641/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) KELLY CRISTINA BALDREZ, protocolado sob n° 48751/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **KELLY CRISTINA BALDREZ,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE –** Matrícula n° 7873-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 13/09/2018 A 12/09/2023 (06 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 48751/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 06 dias, com início em 24/08/2026 e término em 29/08/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:A7E58136

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1642/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente de Combate a Endemias.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) CRISTINA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS, protocolado sob n° 48926/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **CRISTINA APARECIDA DE OLIVEIRA SANTOS,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS –** Matrícula n° 6663-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 07/01/2017 A 06/01/2022 (10 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 48926/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 10 dias, com início em 19/10/2026 e término em 28/10/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:9E8C185B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1643/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente de Conservação.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) CIRLENE CALIXTO CUBAS DOS SANTOS, protocolado sob n° 49173/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:

Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **CIRLENE CALIXTO CUBAS DOS SANTOS,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO –** Matrícula n° 7383-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** referente ao período aquisitivo de 18/01/2017 A 17/01/2022 (30 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 49173/2026.

Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 05 dias, com início em 17/08/2026 e término em 21/08/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:115ED864

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1647/2026

Dispõe sobre a autorização da redução de jornada de trabalho de servidora municipal, sem redução proporcional da remuneração.

Considerando a Lei Municipal nº 5.544/2025;
Considerando o processo digital nº 44627/2026, o qual foi solicitado pela servidora a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar a redução da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, **sem redução proporcional da remuneração**, da servidora municipal **Luana Norena Mendes da Silva**, matrícula nº 11004-1, ocupante do cargo de Tecnico de Enfermagem, pelo período de 31 de agosto de 2026 a 28 de fevereiro de 2027.

Art. 2º Para a manutenção do benefício, o servidor municipal que usufruir da redução de carga horária deverá apresentar, daqui a 6 (seis) meses, documentação que comprove a continuidade e o acompanhamento do tratamento, enquanto perdurar o período da licença de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIA DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leticia Azevedo
Código Identificador:81DF2EBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1648/2026

Considerando a Lei Municipal nº 5.544/2025;
Considerando o processo digital nº 47537/2026, o qual foi solicitado pela servidora a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar a redução da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para 20 (vinte) horas semanais, **sem redução proporcional da remuneração**, da servidora municipal **Roseli Antonia Cubas dos Santos**, matrícula nº 7382-1, ocupante do cargo de Agente de Conservação, pelo período de 31 de agosto de 2026 a 31 de agosto de 2027.

Art. 2º Para a manutenção do benefício, o servidor municipal que usufruir da redução de carga horária deverá apresentar, daqui a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, documentação que comprove a continuidade e o acompanhamento do tratamento, enquanto perdurar o período da licença de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIA DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leticia Azevedo
Código Identificador:0F24F3F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1649/2026

Considerando a Lei Municipal nº 5.544/2025;
Considerando o processo digital nº 444/2026, o qual foi solicitado pela servidora a redução de jornada de trabalho;

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Autorizar a redução da jornada de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais para 30 (trinta) horas semanais, **sem redução proporcional da remuneração**, da servidora municipal **Melissa Gerez Robles Bergantini Pereira**, matrícula nº 5776-1, ocupante do cargo de Fiscal de Tributos, pelo período de 01 de agosto de 2026 a 01 de março de 2027.

Art. 2º Para a manutenção do benefício, o servidor municipal que usufruir da redução de carga horária deverá apresentar, daqui a 6 (seis) meses, documentação que comprove a continuidade e o acompanhamento do tratamento, enquanto perdurar o período da licença de que trata o art. 1º.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIA DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leticia Azevedo
Código Identificador:256ECA7C

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.633/2.026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

Considerando que a **Óticas Ética Paranavaí II LTDA,** realizará uma ação gratuita de triagem de acuidade visual, orientação e conscientização sobre saúde visual, inclusive crianças acompanhadas de seus pais ou responsáveis.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o espaço localizado no calçadão do Centro, esquina da Rua Getúlio Vargas com a Rua Souza Naves, com fundamento no artigo 73-A, parágrafo 5º da Lei Orgânica de Paranavaí;

Art. 2º Fica cedido, precariamente, o espaço no período compreendido das 08h30min às 16h00min, do dia 04 de setembro de 2026.

Art. 3º Dado o caráter precário, esta liberação poderá ser cassada unilateralmente, desde que motivada, por este órgão ou um de seus

setores, ficando assim impedido a utilização do espaço cedido, mesmo que parcialmente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DE 2.026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:D4961BC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
EXTRATO DO 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 39/2022

Partes: CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO, CNPJ/MF: 76.898.196/0001-45 e NRT COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ/MF: 33.161.511/0001-44. Objeto: Prorroga-se por mais 12 (doze) meses, iniciando em 26 de setembro de 2026, o prazo de vigência do Contrato nº 39/2022, cujo objeto é a prestação de serviços de captação e gravação de áudio e vídeo das sessões ordinárias, extraordinárias, solenes, audiências públicas, conferências, reuniões, coletivas de imprensa, encontros e eventos similares. Fica reajustado o valor contratual, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo IPCA, do IBGE, acumulado nos últimos 12 (doze) meses, no percentual de 4,44% (quatro inteiros e quarenta e quatro centésimos por cento), passando o valor por hora de R$ 476,90 (quatrocentos e setenta e seis reais e noventa centavos), para R$ 498,07 (quatrocentos e noventa e oito reais e sete centavos), perfazendo o valor total estimado de R$ 131.490,48 (cento e trinta e um mil, quatrocentos e noventa reais e quarenta e oito centavos), relativos ao quantitativo total estimado de 264h (duzentos e sessenta e quatro horas), pelo período de 12 (doze) meses. Dotação: 136/3.3.90.39.59.00.00- SERVICOS DE AUDIO, VIDEO E FOTO. Origem do Contrato: Pregão Eletrônico nº 16/2022 , conforme justificativas constantes do Processo de Contratação nº 76/2022. Local, data e assinatura: Pato Branco, 1º de setembro de 2026.

JOECIR BERNARDI-
Contratante e

NILSON RICARDO TROMBETA-
Contratada

Publicado por:
Danieli Bolzan
Código Identificador:BEB265D3

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
PORTARIA N° 181, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais e com fundamento nos incisos II e XXI, do artigo 31, da Resolução nº 1, de 8 de janeiro de 2014 (Regimento Interno),

R E S O L V E:

Art. 1º Dispensar os serviços administrativos internos do Poder Legislativo do Município de Pato Branco no dia 7 de setembro de 2026 (feriado nacional).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Presidência, *datado e assinado digitalmente.*

(Assinado Digitalmente)
JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Paulo Cesar Dias
Código Identificador:95D426A9

CÂMARA MUNICIPAL DE PATO BRANCO
PORTARIA Nº 180, DE 31 DE AGOSTO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições contidas no inciso XII, do art. 31, da Resolução nº 1, de 8 de janeiro de 2014 (Regimento Interno),

CONSIDERANDO o disposto contido no inciso II do art. 31 da Lei Orgânica Municipal e no Capítulo I do Título VII do Regimento Interno da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO as indicações pelos líderes partidários para os representantes de cada partido político na composição da Comissão Especial;

CONSIDERANDO a leitura em Plenário da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 1, de 2026, que altera dispositivos da Lei Orgânica do Município de Pato Branco;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os vereadores Anne Cristine Gomes da Silva Cavali (PSD), Claudemir Zanco (PL) - Presidente, Diogo Domingos Grando (PRD), Lindomar Rodrigo Brandão (PP) e Rodrigo José Correia (União Brasil) para comporem Comissão Especial, com a finalidade de examinar a admissibilidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 1, de 2026, que altera dispositivos da Lei Orgânica do Município de Pato Branco.

Art. 2º Compete à Comissão Especial, preliminarmente, examinar a admissibilidade da Proposta de Emenda à Lei Orgânica nº 1, de 2026, nos termos do art. 31 da Lei Orgânica Municipal e do art. 177 do Regimento Interno.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pato Branco, 31 de agosto de 2026.

JOECIR BERNARDI
Presidente

Publicado por:
Eliana Scariot Amorim
Código Identificador:13487347

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO TERMO DE COLABORAÇÃO 155/2025 ATPB

MUNICÍPIO DE PATO BRANCO **EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**	
PARTES:	**MUNICÍPIO DE PATO BRANCO e ASSOCIAÇÃO DOS TENISTAS DE PATO BRANCO - ATPB**
HOMOLOGAÇÃO:	Aprovação do parecer técnico conclusivo do Gestor do Termo de Colaboração nº 155/2025
OBJETO:	Fomento de desenvolvimento da modalidade de Tênis. Serão promovidos 2 torneios da modalidade no município de Pato Branco envolvendo 150 participantes de idades de 05 à 70 anos.
VIGÊNCIA:	De: 31/12/2025 A 30/06/2026
VALOR:	R$ 20.000,00
FORO:	Comarca de Pato Branco – PR.

Pato Branco, 02 de setembro de 2026.

COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Instituída Pelo Decreto Municipal Nº 9.309 De 1º De Setembro De 2022
Membros Nomeados Pelas Portarias: Portaria Nº 18, De 08 De Abril De 2025; Portaria Nº 24, De 25 De Abril De 2025; Portaria Nº 54, De 25 De Junho De 2025 E Portaria Nº 02, De 08 De Janeiro De 2026, Portaria Nº 47, De 25 De Maio De 2026, Portarianº 60, De 09 De Julho De 2026 E Portaria Nº 62, De 23 De Julho De 2026.

Publicado por:
Mariana Weis
Código Identificador:8907EC8D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 53/2026 – PROCESSO Nº 136/2026

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica especializada para a realização de 24 (vinte e quatro) apresentações itinerantes de banda musical natalina, com duração mínima de 60 minutos cada, durante a programação do Natal de Pato Branco de 2026, incluindo músicos, maestro, coordenador musical, instrumentos, transporte, figurinos, maquiagem, caracterização temática e demais insumos necessários à execução, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 163.068,00.
DATA DE ABERTURA: 21 de setembro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.canaldecomprasbrasil.com.br.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br – www.canaldecomprasbrasil.com.br - https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licita2@patobranco.pr.gov.br.

NAUDIERI PROVENSI –
Pregoeira.

Publicado por:
Naudieri Provensi
Código Identificador:698AE346

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 152/2026/GP. INEXIGIBILIDADE Nº 148/2026 – PROCESSO Nº 156/2026 - EMENDA IMPOSITIVA DE BANCADA Nº 115/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** a ***Associação dos Surdos de Pato Branco - ASPB,*** inscrita no CNPJ nº 15.286.211/0001-00. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria a execução de cursos gratuitos de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa, desenvolvidos como atividades socioeducativas complementares, de caráter não formal, no período da manhã, voltados a crianças e adolescentes surdos do município de Pato Branco e região. **VALOR TOTAL:** R$ 30.000,00 (trinta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: 26398-43295 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 02 de Setembro de 2026.

ALINE BRANCALIONE -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:F79C81EF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO EMENDA BANCADA 115/2025 INEXIGIBILIDADE N.º148/2026 – PROCESSO N.º 152/2026

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:

"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando a Emenda de bancada nº 115/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando à transferência de recurso acima descrito, em favor da ***Associação dos Surdos de Pato Branco***, inscrito no CNPJ nº 15.286.211/0001-00, com sede no endereço Rua das Garças, n° 667, Bairro Planalto, CEP: 85.509-000, em Pato Branco-PR, Telefone: (46) 2604-1116, eletrônico: aspb.presidente@gmail.com, para execução de cursos gratuitos de Língua Brasileira de Sinais (Libras) e Língua Portuguesa, desenvolvidos como atividades socioeducativas complementares, de caráter não formal, no período da manhã, voltados a crianças e adolescentes surdos do município de Pato Branco e região.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida a Sra. Tânia Raber Bertelli, através do endereço secsocial@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 28 de Agosto de 2026.

TÂNIA RABER BERTELLI -
Secretária Municipal de Assistência Social.

GERI NATALINO DUTRA –
PrefeitoMunicípio de Pato Branco.

Publicado por:
Vanessa Moreira Cassiano
Código Identificador:082B5B2B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO - EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 229 À 235/2026. PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 42/2026 - PROCESSO Nº 116/2026

OBJETO: Registro de Preços de materiais destinados à manutenção predial e infraestrutura urbana. Abrangendo materiais de construção civil, metalurgia e derivados, aço e ferragens, cimento, cal e argamassa, blocos e pré-moldados, instalações hidráulicas, elétricas e telefônica, pavimentação, impermeabilização e isolamento térmico, esquadrias e acessórios, revestimento e acabamento, vidros, pintura e acessórios, elementos em gesso, prevenção de incêndio, mármores, locação de equipamentos, telhamento, ferramentas e acessórios, equipamentos, uso geral, concreto usinado, pedra e areia, em atendimento às necessidades de todas as Secretarias, Entidades e Departamentos Municipais. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 229/2026.** AVANÇO SERVIÇOS E COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ/MF sob o nº 40.000.327/0001-88. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.065.465,32. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 01 de setembro de 2026. Elenir Quintana - Representante Legal. Geri Natalino Dutra – Prefeito. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 230/2026.** BELLA ART MARMORARIA LTDA. CNPJ/MF sob o nº 11.002.435/0001-91. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 74.154,26. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 31 de agosto de 2026. Edilberto Minski

- Representante Legal. Geri Natalino Dutra – Prefeito. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 231/2026.** CASA DAS CORES IV LTDA. CNPJ/MF sob o nº 39.774.547/0001-80. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 694.000,13. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 02 de setembro de 2026. Gilmar dos Prazeres - Representante Legal. Geri Natalino Dutra – Prefeito. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 232/2026.** CONFIANÇA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA. CNPJ/MF sob o nº 07.553.216/0001-23. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 1.332.016,70. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 01 de setembro de 2026. Lindolfo Cecchin - Representante Legal. Geri Natalino Dutra – Prefeito. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2026.** DARCI ARMANDO LAMBRECHT & CIA LTDA. CNPJ/MF sob o nº 10.682.388/0001-01. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 2.221.901,92. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 31 de agosto de 2026. Joelma Lora Lambrecht - Representante Legal. Geri Natalino Dutra – Prefeito. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2026.** ROEGELIN MONTAGEM DE ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA. CNPJ/MF sob o nº 37.250.921/0001-12. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 798.214,36. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 31 de agosto de 2026. Luana Lopes Ribeiro - Representante Legal. Geri Natalino Dutra – Prefeito. **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2026.** TRIUNFO ILUMINAÇÃO LTDA. CNPJ/MF sob o nº 56.004.897/0001-86. VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 2.426.276,35. FORO E DATA DA ASSINATURA: Pato Branco, 01 de setembro de 2026.

ALTIVO EDUARDO DE FREITAS -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Liciane Cristina Puttkamer
Código Identificador:12C3B866

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 813, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 33, IV, da Lei Municipal nº 3.812, de 4 de abril de 2012, e considerando o contido no Memorando nº 26.550/2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder gratificação de função, no montante de 50% (cinquenta por cento) a servidora pública **NATHIELE RUCZINSKI CORVALAN,** Matrícula nº 10910-0, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, função Técnica de Segurança do Trabalho - T, lotada junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:CE3D5106

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 814, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 24.415, de 11 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar o servidor público **JONAS GALLEAZZI BORGES,** Matrícula nº 11132-5, do cargo de provimento em comissão de Chefe da Divisão de Arborização e Controle Sanitário, lotado junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:57ACB1DD

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 815, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 24.415, de 11 de agosto de 2026, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **JONAS GALLEAZZI BORGES,** portador do CPF nº 03X.8X7.07X-X2, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Diretor do Departamento de Limpeza, Conservação de Vias e Espaços Públicos, Símbolo CC4, junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de setembro de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:977DAD7A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 816, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o contido no Memorando nº 26.669, de 01 de setembro de 2026 apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar a pedido, a servidora pública **IVANETE MOZZATTO AQUINO COSTA,** Matrícula nº 11583-5, do cargo de

provimento em comissão de Chefe do Setor de Planejamento Urbano, lotada junto a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 08 de setembro de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:EDDC092B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 817, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "b", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento no art. 42, da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o contido no Memorando nº 26.774, de 01 de setembro de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças – Departamento de Recursos Humanos;

RESOLVE:

Art. 1º Remover a servidora pública **SONIA MARA BECKER,** matrícula nº 10941-0, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, função Assistente Administrativo - M, dentro do quadro da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, do Departamento de Licitações para o Departamento de Recursos Humanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:012B1831

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 818, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o contido no Memorando nº 26.572 de 31 de agosto de 2026, do Gabinete do Prefeito;

RESOLVE:

Art. 1º Extinguir a gratificação de função concedida ao servidor público efetiva **WAGNER BERTASSO**, matrícula 7226-5, ocupante do cargo de Assistente em Gestão, função Assistente Administrativo, lotado junto à Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:2D7E3797

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 819, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "a", ambos da Lei Orgânica Municipal; e considerando o requerimento formal contido no Protocolo RH nº 29.711, de 01 de setembro de 2026, apresentado pela servidora;

RESOLVE:

Art. 1º Exonerar, a pedido, a servidora pública efetiva **JUCIELI BALSAN,** matrícula nº 6793-8, ocupante do cargo de Agente de Apoio, função Cuidador Social, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:315FA29D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 820 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado através da Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024, considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da administração pública, considerando a Portaria de Nomeação nº 771/2026; considerando o Memorando nº 24.465 de 11 de agosto de 2026 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação dos candidatos abaixo relacionados, aprovados em Concurso Público, regido pelo Edital nº 003/2024, para cargo público conforme abaixo relacionado, nomeados por meio do Edital de Convocação nº 099/2026 e pela Portaria de Nomeação nº 771/2026.

EDITAL	003/2024
CARGO	Assistente em Gestão
FUNÇÃO	Assistente Administrativo

CANDIDATOS	**MOTIVAÇÃO**
Rodrigo Gladir Dal Bianco	Não compareceu
Gabriela de Quadros	Apresentou termo de desistência
Iremar Junior Oliveira Cardoso	Não compareceu

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:72CC13D1

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 821, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, homologado pela Portaria nº 433, de 03 de junho de 2024; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública; considerando a Portaria Torna sem Efeito nº 820/2026; considerando o contido no Memorando nº 24.465 de 11 de agosto de 2026 da Secretaria Municipal de Administração e Finanças em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 003/2024, para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:

EDITAL	003/2024		
CARGO	Assistente em Gestão		
FUNÇÃO	Assistente Administrativo		
CANDIDATAS	**CLASSIF. A.C**	**CLASSIF. P.P.P**	**CLASSIF. P.C.D**
Vitoria Amaral Faccin	82º	-	-
Bianca Bortot Cadore	83º	-	-
Fabio Luiz de Araujo	472º	-	6º

Art. 2º Os candidatos relacionados no Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.

Art. 3º O não comparecimento dos candidatos no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:314BB7F1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 5/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, sob regime de fretamento eventual, mediante disponibilização de veículo tipo van executiva e motorista profissional, para o deslocamento de 11 (onze) servidores e membros do PATOPREV no trecho Pato Branco/PR – Foz do Iguaçu/PR – Pato Branco/PR, no período de 16 a 18 de setembro de 2026, por ocasião da participação no 24º Congresso Previdenciário da APEPREV/3º Seminário Internacional de Previdência.
PREÇOS MÁXIMOS: R$ 4.450,00 (quatro mil, quatrocentos e cinquenta reais)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço, item único (global)
DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 10/9/2026 às 08h00min (horário de Brasília), no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras
PERÍODO PARA ENTREGA DE PROPOSTAS: Até 10/9/2026 às 7h59min, o endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras
ENVIO DE LANCES: 10/9/2026 das 8h00min às 14h00min
O Aviso de Contratação Direta pode ser obtido a qualquer tempo no site www.patoprev.pr.gov.br – https:www.gov.br/compras. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento Administrativo Financeiro, setor de licitações pelo e-mail: licitacao.patoprev@patobranco.pr.gov.br
Pato Branco, 2 de setembro de 2026. -

RODRIGO SARTOR MAYER -
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:C5650893

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 10.998, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026

Declara de utilidade pública áreas de terras para fins de desapropriação e de instituição de servidões administrativas, por via amigável ou judicial, no Município de Pato Branco, e dá outras providências.

O Prefeito de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, incisos XI e XXVIII, na forma do art. 62, inciso I, alínea "d", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 7º da Lei Municipal nº 127, de 10 de maio de 1973, e nos arts. 2º, 3º, inciso I, 5º, alíneas "d" e "h", 6º e 40 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e considerando o contido no Protocolo nº 22.143, de 7 de julho de 2026, encaminhado pela Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR;

DECRETA:

Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação e de instituição de servidões administrativas, por via amigável ou judicial, as áreas abaixo descritas:
I – desapropriação de área com 859,00 m², SRI 51928, de propriedade de Flamingo Empreendimentos LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: matrícula nº 49.065 do 2° cri de Pato branco, Imóvel: imóvel joe rotava desmembrado do imóvel joe rotava encravado no lote n°83 do núcleo bom retiro – parte 2, desapropriação Para Área da Estação Elevatória de Esgoto Passo da Pedra, Área SGL¹: 0,0859ha ou 859,00 m² Perímetro SGL¹: 118,08 m. DESCRIÇÃO: Área destacada do imóvel Joe Rotava desmembrado do imóvel Joe Rotava encravado no lote n°83 do núcleo Bom Retiro - parte 2, destinado a implantação de Estação Elevatória de Esgoto (EEE) Passo da Pedra, com descrição iniciando no vértice C5N-V-0010, de coordenadas N 7.102.598,91 m, E 329.549,97 m e Alt 744,70 m, situado no limite do imóvel Joe Rotava - Parte 2, e Estrada municipal; deste, segue pela linha ideal, confrontando com o imóvel Joe Rotava – Parte 2, de Flamingo Empreendimentos Ltda com os seguintes azimutes e distâncias: 97°22' e 32,59 m até o vértice C5N-V0008, de coordenadas N 7.102.595,13 m, E 329.582,35 m e Alt 744,70 m, 187°21' e 26,01 m até o vértice C5N-V-0007, de coordenadas N 7.102.569,30 m, E 329.579,33 m e Alt 744,70 m, 277°23' e 33,46 m até o vértice C5N-V-0006, de coordenadas N 7.102.573,18 m, E 329.546,11 m e Alt 744,70 m, situado na Estrada Municipal, deste, segue pela Estrada Municipal, no azimute de 9°16' e distância de 26,01 m até o vértice C5N-V-0010 ponto inicial da descrição deste parâmetro. Todas as coordenadas aqui descritas está georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontra-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção SGL. Curitiba, Pr. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e

Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.
II – instituição de servidão administrativa, em área com 1.315,65 m², SRI 51929, de propriedade de Flamingo Empreendimentos LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: matrícula nº 49.065 do 2° cri de pato branco, Imóvel: imóvel rural: imóvel joe rotava desmembrado do imóvel joe rotava encravado no lote nº 83 do núcleo bom retiro - parte 2, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 1.315,65 m² Extensão: 438,55 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E07, de coordenadas N 7.102.482,205 m e E 329.526,806 m, situado na divisa da estrada rural municipal, a 62,51 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra, segue adentrando pela área do Lote Rural – Imóvel Joe Rotava Parte-2, com os seguintes azimutes e distâncias: 196°36'52" e 70,74 m até o vértice PV57, de coordenadas N 7.102.414,418 m e E 329.506,579 m, 202°46'19" e 49,11 m até o vértice PV97, de coordenadas N 7.102.369,140 m e E 329.487,572 m, 197°41'29" e 26,30 m até o vértice PV98, de coordenadas N 7.102.344,088 m e E 329.479,581 m, 185°49'24" e 27,03 m até o vértice PV99, de coordenadas N 7.102.317,193 m e E 329.476,83 m, 142°45'10" e 22,48 m até o vértice PV100, de coordenadas N 7.102.299,299 m e E 329.490,443 m, 133°13'30" e 20,78 m até o vértice PV101, de coordenadas N 7.102.285,070 m e E 329.505,582 m, 120°44'33" e 83,81 m até o vértice PV102, de coordenadas N 7.102.242,226 m e E 329.577,618 m, 129°49'2" e 33,00 m até o vértice PV103, de coordenadas N 7.102.221,095 m e E 329.602,965 m, 123°39'45" e 75,90 m até o vértice PV104, de coordenadas N 7.102.179,025 m e E 329.666,137 m, 170°18'14" e 29,40 m até o vértice E08, de coordenadas N 7.102.150,046 m e E 329.671,088 m , situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Valdir José Gnoatto, a 163,55 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 438,55 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 1.315,65 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.
III – instituição de servidão administrativa, em área com 405,06 m², SRI 51930, de propriedade de Mauro Ciochetta, Jussara Hofman Ciochetta ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 11.337 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Valdir José Gnoatto, desmembrados do Lote Rural 72, do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 405,06 m² Extensão: 135,02 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E08, de coordenadas N 7.102.150,046 m e E 329.671,088 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Joe Rotava Parte-2, a 98,72 m da margem esquerda do lajeado Passo da Pedra, segue adentrando pela área do Lote Rural – Imóvel Valdir Jose Gnoatto, com os seguintes azimutes e distâncias: 170°18'14" e 11,21 m até o vértice PV105, de coordenadas N 7.102.138,949 m e E 329.672,984 m, 116°20'31" e 104,45 m até o vértice PV 106, de coordenadas N 7.102.092,600 m e E 329.766,592 m, 143°45'17" e 19,32 m até o vértice PV107, de coordenadas N 7.102.077,022 m e E 329.778,012 m, situado na divisa com o Lote Rural – Imóvel Adir Bortolini e na margem esquerda do lajeado Passo da Pedra. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 135,02 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 405,06 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.
IV – instituição de servidão administrativa, em área com 1.575,21 m², SRI 51931, de propriedade de Marisvaldo Antônio Ciochetta e Anita Felipe Ciochetta ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: matrícula nº 13.661 do 2° cri de Pato Branco, Imóvel: imóvel Adir Bertolini, do núcleo bom retiro, desmembrado de uma parte do imóvel Valdir Jose Gnoatto, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 1.575,21m² Extensão: 525,07m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice PV107, de coordenadas N 7.102.077,022 m e E 329.778,012 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Valdir Jose Gnoatto e na margem direita do lajeado Passo da Pedra, segue adentrando pela área do Lote Rural – Imóvel Adir Bertolini, com os seguintes azimutes e distâncias: 184°10'42" e 29,32 m até o vértice PV108, de coordenadas N 7.102.047,775 m e E 329.775,875 m, 249°1'37" e 83,24 m até o vértice PV109, de coordenadas N 7.102.017,982 e E 329.698,152 m, 223°8'47" e 58,23 m até o vértice PV110, de coordenadas N 7.101.975,498 m e E 329.658,332 m, 192°18'39" e 64,23 m até o vértice PV111, de coordenadas N 7.101.912,740 m e E 329.644,636 m, 169°52'42" e 81,41 m até o vértice PV112, de coordenadas N 7.101.832,594 m e E 329.658,944 m, 178°11'11" e 65,32 m até o vértice PV113, de coordenadas N 7.101.767,308 m e E 329.661,011 m, 164°25'36" e 94,30 m até o vértice PV114, de coordenadas N 7.101.676,469 m e E 329.686,328 m, 169°41'32" e 49,02 m até o vértice E09, de coordenadas N 7.101.628,245 m e E 329.695,099 m, situado na divisa com o Lote Rural – "Sítio Capelezzo", a 74,84 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra. Todos esses trechos perfazem uma extensão de as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas 525,07 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 1.575,21 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema de UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi – projeto e Engenharia de sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Eng° Civil CREA-PR 74.325/D ART N° 1720261073358.
V – instituição de servidão administrativa, em área com 2.580,75 m², SRI 51932, de propriedade de Rodrigo Capelezzo, Regiane Capelezzo e Douglas Jean Rosolen ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 20.753 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: "Sitio Capelezzo", desmembrado de uma parte do lote rural nº 72, do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 2.580,75 m² Extensão: 860,25 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: FAIXA 1 Inicia-se a descrição no vértice E09, de coordenadas N 7.101.628,245 m e E 329.695,099 m, situado na divisa com o Lote Rural – Imóvel Adir Bertolini, a 72,66 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra, segue adentrando pela área do Lote Rural – Sítio Capelezzo, com os seguintes azimutes e distâncias: 169°41'32" e 41,82 m até o vértice PV115, de coordenadas N 7.101.587,102 m e E 329.702,581 m, 170°35'53" e 91,51 m até o vértice PV116, de coordenadas N 7.101.496,822 m e E 329.717,530 m, 213°15'9" e 14,39 m até o vértice PV117, de coordenadas N 7.101.484,787 m e E 329.709,639 m, 184°27'30" e 97,88 m até o vértice PV118, de coordenadas N 7.101.387,201 m e E 329.702,029 m, 231°31'9" e 56,45 m até o vértice PV119, de coordenadas N 7.101.352,077 m e E 329.657,843 m, 169°59'16" e 19,23 m até o vértice PV120, de coordenadas N 7.101.333,137 m e E 329.661,187 m, 149°22'31" e 19,89 m até o vértice PV121, de coordenadas N 7.101.316,020 m e E 329.671,312 m, 129°17'2" e 24,39 m até o vértice PV122, de coordenadas N 7.101.300,575 m e E 329.690,201 m, 193°0'42" e 76,94 m até o vértice PV123, de coordenadas N 7.101.225,613 m e E 329.672,879 m, 196°28'52" e 80,57 m até o vértice E10, situado na divisa com o Lote Urbano – APRRH, a 28,44 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra. FAIXA 2 Inicia-se a descrição no vértice E11, de coordenadas N 7.101.496,359 m e E 329.719,020 m, situado a 9,39 m da margem direita de um córrego Sem Denominação, segue pela área do Lote Rural – Sítio Capelezzo,

com os seguintes azimutes e distâncias: 107°16'23" e 94,84 m até o vértice PV001, de coordenadas N 7.101.468,198 m e E 329.809,585 m, 107°57'41" e 100,00 m até o vértice PV002, de coordenadas N 7.101.437,360 m e E 329.904,713 m, 107°57'40" e 94,62 m até o vértice PV003, de coordenadas N 7.101.408,183 m e E 329.994,718 m, 111°57'51" e 11,77 m até o vértice PV008, de coordenadas N 7.101.403,779 m e E 330.005,639 m, 100°48'24" e 6,80 m até o vértice E12, de coordenadas N 7.101.402,504 m e E 330.012,315 m, situado na divisa com o Lote Rural – José Triches Neto I, a 11,20 m da margem direita de um córrego sem Denominação. FAIXA 3 Inicia-se a descrição no vértice E13, de coordenadas N 7.101.405,878 m e E 329.996,422 m, situado a 8,94 m da margem direita de um córrego Sem Denominação, segue pela área do Lote Rural – Sítio Capelezzo, com o seguinte azimute e distância: 143°31'13" e 29,15 m até o vértice E14, de coordenadas N 7.101.382,441 m e E 330.013,752 m, situado na divisa com o Lote Rural – José Triches Neto I, a 8,76 m da margem esquerda de um Córrego sem Denominação. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 860,25 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 2580,75 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

VI – instituição de servidão administrativa, em área com 618,18 m², SRI 51933, de propriedade de Marcelo Chioqueta, Helaiz Juciane Balbinotti Chioqueta, Jorge Eduardo Chioqueta e Silvia Chioqueta ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 41.408 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Área de Preservação de Recursos Hídricos - APRRH, do Loteamento Armando Chioquetta, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 618,18 m² Extensão: 206,06 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m.. DESCRIÇÃO: FAIXA "1" Inicia-se a descrição no vértice E10, de coordenadas N 7.101.148,336 m e E 329.650,016 m, situado na divisa com o Lote Rural – Sítio Capelezzo, a 28,44 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra, segue adentrando pela área do Lote Urbano - APRRH, com os seguintes azimutes e distâncias: 196°28'52" e 1,84 m até o vértice PV124, de coordenadas N 7.101.146,592 m e E 329.649,500 m, 169°14'35" e 19,02 m até o vértice PV125, de coordenadas N 7.101.127,902 m e E 329.653,051 m, 172°17'30" e 64,43 m até o vértice E22, de coordenadas N 7.101.064,058 m e E 329.661,692 m, situado na divisa com o Lote N° 13 – Quadra N°2138, a 45,52 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol. FAIXA "2" Inicia-se a descrição no vértice E30, de coordenadas N 7.100.955,664 m e E 329.649,418 m, na divisa com o Lote N° 06 – Quadra n°2138, a 64,54 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol, segue adentrando pelo perímetro do Lote Urbano - APRRH, com os seguintes azimutes e distâncias: 205°40'19" e 6,16 m até o vértice PV128, de coordenadas N 7.100.950,107 m e E 329.646,748 m, 193°17'5" e 30,18 m até o vértice PV129, de coordenadas N 7.100.920,733 m e E 329.639,812 m, 182°53'50" e 15,97 m até o vértice PV130, de coordenadas N 7.100.904,781 m e E 329.639,005 m, 162°14'59" e 58,01 m até o vértice PV131, de coordenadas N 7.100.849,536 m e E 329.656,689 m, 162°38'50" e 10,45 m até o vértice E31, de coordenadas N 7.100.839,561 m e E 329.659,806 m, situado na divisa com o Lote Rural – Chácara Agrárias, a 21,68 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 206,06 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 618,18 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

VII – instituição de servidão administrativa, em área com 15,51 m², SRI 51934, de propriedade de Getulhinho Chioquetta e Rosemeri Bressan Chioquetta ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 41.263 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Lote Urbano – Lote n°13 – Quadra n° 2138, do Loteamento Armando Chioquetta, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 15,51 m² Extensão: 5,17 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E22, de coordenadas N 7.101.064,058 m e E 329.661,692 m, situado na divisa do Lote Rural – APRRH, a 44,96 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol, segue adentrando pela área do Lote Urbano - Lote n°13 – Quadra n° 2138, do Loteamento Armando Chioquetta, com o seguinte azimute e distância: 172°17'30" e 5,17 m até o vértice E23, de coordenadas N 7.101.058,932 m e E 329.662,386 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 12 – Quadra n° 2138, a 44,87 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 5,17 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 15,51 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

VIII – instituição de servidão administrativa, em área com 46,62 m², SRI 51935, de propriedade de Vandir Chioqueta & Cia LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 41.262 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Lote Urbano – Lote n°12 – Quadra n° 2138, do Loteamento Armando Chioquetta, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 46,62 m² Extensão:15,54m

Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E23, de coordenadas N 7.101.058,932 m e E 329.662,386 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 13 – Quadra n° 2138, a 44,96 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol, segue adentrando pela área do Lote Urbano - Lote n°12 – Quadra n° 2138, do Loteamento Armando Chioquetta, com o seguinte azimute e distância: 172°17'30" e 15,54 m até o vértice E24, de coordenadas N 7.101.043,534 m e E 329.664,471 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 11 – Quadra n° 2138, a 43,88 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 15,54 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 46,62 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

IX – instituição de servidão administrativa, em área com 46,50 m², SRI 51936, de propriedade de Vandir Chioqueta & Cia LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 41.261 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Lote Urbano – Lote n°11 – Quadra n° 2138, do Loteamento Armando Chioquetta, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 46,50 m² Extensão:15,50 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E24, de coordenadas N 7.101.043,534 m e E 329.664,471 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 12 – Quadra n° 2138, a 43,88 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol, segue adentrando pela área do Lote Urbano - Lote n°11 – Quadra n° 2138, do Loteamento Armando Chioquetta, com os seguintes azimutes e distâncias: 172°17'30"e 13,50 m até o vértice PV126, de coordenadas N 7.101.030,151 m e E 329.666,282 m, 179°24'34" e 2,00 m até o vértice E25, de coordenadas N 7.101.028,121 m e E 329.666,303 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 10 –

Quadra n° 2138, a 43,04 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 15,50 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 46,50 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

X – instituição de servidão administrativa, em área com 46,56 m², SRI 51937, de propriedade de Vandir Chioqueta & Cia LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 41.260 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Lote Urbano – Lote n°10 – Quadra n° 2138, do Loteamento Armando Chioquetta, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 46,56 m² Extensão:15,52 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E25, de coordenadas N 7.101.028,121 m e E 329.666,303 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 11 – Quadra n° 2138, a 43,04 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol, segue adentrando pela área do Lote Urbano - Lote n°10 – Quadra n° 2138, com o seguinte azimute e distância: 179°24'34" e 15,52 m até o vértice E26, de coordenadas N 7.101.012,598 m e E 329.666,463 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 09 – Quadra n° 2138, a 43,88 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 15,52 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 46,56 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemasb Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XI – instituição de servidão administrativa, em área com 46,56 m², SRI 51938, de propriedade de Vandir Chioqueta & Cia LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 41.259 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Lote Urbano – Lote n°09 – Quadra n° 2138, do Loteamento Armando Chioquetta, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 46,56 m² Extensão: 15,52 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E26, de coordenadas N 7.101.012,598 m e E 329.666,463 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 10 – Quadra n° 2138, a 43,88 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol, segue adentrando pela área do Lote Urbano - Lote n°09 – Quadra n° 2138, com o seguinte azimute e distância: 179°24'34" e 15,52 m até o vértice E27, de coordenadas N 7.100.997,078 m e E 329.666,623 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 08 – Quadra n° 2138, a 44,72 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 15,52 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 46,56 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XII – instituição de servidão administrativa, em área com 50,88 m², SRI 51939, de propriedade de Vandir Chioqueta & Cia LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 41.258 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Lote Urbano – Lote n°08 – Quadra n° 2138, do Loteamento Armando Chioquetta, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 50,88 m² Extensão: 16,96 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E27, de coordenadas N 7.100.997,078 m e E 329.666,623 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 09 – Quadra n° 2138, a 44,72 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol, segue adentrando pela área do Lote Urbano - Lote n°08 – Quadra n° 2138, com os seguintes azimutes e distâncias: 179°24'34" e 5,50 m até o vértice PV127, de coordenadas N 7.100.991,575 m e E 329.666,680 m, 205°40'19" e 11,46 m até o vértice E27, de coordenadas N 7.100.981,244 m e E 329.661,714 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 07 – Quadra n° 2138, a 50,64 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 16,96 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 50,88 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XIII – instituição de servidão administrativa, em área com 58,56 m², SRI 51940, de propriedade de Vandir Chioqueta & Cia LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 41.257 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Urbano: Lote n° 07 - Quadra n° 2138, do Loteamento Armando Chioquetta, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 58,56 m² Extensão: 19,52 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E28, de coordenadas N 7.100.981,244 m e E 329.661,714 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 08 – Quadra n° 2138, a 50,64 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol, segue adentrando pela área do Lote Urbano - Lote n°07 – Quadra n° 2138, com o seguinte azimute e distância: 205°40'19" e 19,52 m até o vértice E29, de coordenadas N 7.100.963,655 m e E 329.653,260 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 06 – Quadra n° 2138, a 60,21 m do alinhamento com a Rua Evandro Cagol. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 19,52 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 58,56 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XIV – instituição de servidão administrativa, em área com 26,61 m², SRI 51941, de propriedade de Vandir Chioqueta & Cia LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 41.256 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Urbano- Lote n° 06 - Quadra n° 2138, do Loteamento Armando Chioquetta, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 26,61 m² Extensão: 8,87 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E29, de coordenadas N 7.100.963,655 m e E 329.653,259 m, situado na divisa do Lote Urbano – Lote n° 07 – Quadra n° 2138, a 60,21 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol, segue adentrando pela área do Lote Urbano - Lote n°06 – Quadra n° 2138, com o seguinte azimute e distância: 205°40'19" e 8,87 m até o vértice E30, de coordenadas N 7.100.955,664 m e E 329.649,418 m, situado na divisa do Lote Urbano – APRRH, a 64,69 m do alinhamento com a rua Evandro Cagol. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 8,87 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 26,61 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como datum o

SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XV – instituição de servidão administrativa, em área com 1.894,50 m², SRI 51942, de propriedade de Colégio Agir LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 27.651 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural-Chácara Agrárias, desmembrado de parte do Lote rural n° 66-C, do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 1.894,50 m² Extensão: 631,50 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: FAIXA "1" Inicia-se a descrição no vértice E31, de coordenadas N 7.100.839,561 m e E 329.659,806 m, situado na divisa com o Lote Urbano – APRRH, a 21,68 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra, segue adentrando pela área do Lote Rural – Chácara Agrárias, com os seguintes azimutes e distâncias: 162°38'50" e 18,11 m até o vértice PV131A, de coordenadas N 7.100.822,276 m e E 329.665,208 m, 135°48'18" e 40,61 m até o vértice PV132, de coordenadas N 7.100.793,158 m e E 329.693,519 m, 146°40'39" e 64,71 m até o vértice PV133, de coordenadas N 7.100.739,088 m e E 329.729,066 m, 155°33'53" e 16,17 m até o vértice PV134, de coordenadas N 7.100.724,365 m e E 329.735,756 m, 208°0'6" e 28,19 m até o vértice PV135, de coordenadas N 7.100.699,473 m e E 329.722,519 m, 180°31'37" e 28,28 m até o vértice PV136, de coordenadas N 7.100.671,198 m e E 329.722,259 m, 171°3'57" e 32,06 m até o vértice PV137, de coordenadas N 7.100.639,532 m e E 329.727,238 m, 201°35'9" e 30,29 m até o vértice PV138, de coordenadas N 7.100.611,369 m e E 329.716,095 m, deste com azimute 196°34'59" e 32,51 m até o vértice E32, de coordenadas N 7.100.580,207 m e E 329.706,816 m, situado na divisa com o Lote Rural – Lote 66-B, Do Núcleo Bom Retiro, a 36,70 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra. FAIXA "2" Inicia-se a descrição no vértice E33, de coordenadas N 7.100.699,384 m e E 329.724,172 m, situado a 26,81 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra. segue adentrando pelo perímetro do Lote Rural – Chácara Agrárias, com os seguintes azimutes e distâncias: 93°4'4" e 17,81 m até o vértice PV134, de coordenadas N 7.100.698,431 m e E 329.741,956 m, 100°59'14" e 80,17 m até o vértice PV001, de coordenadas N 7.100.683,151 m e E 329.820,656 m, 97°43'50" e 99,90 m até o vértice PV002, de coordenadas N 7.100.669,713 m e E 329.919,651 m, 99°12'50" e 99,98 m até o vértice PV003, de coordenadas N 7.100.653,704 m e E 330.018,343 m, 103°29'1" e 42,71 m até o vértice E34, de coordenadas N 7.100.643,746 m e E 330.059,872 m, situado na divisa com o alinhamento da Rua Belmiro Michelin, a 6,35 m da margem esquerda do córrego sem denominação. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 631,50 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 1.894,50 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XVI – instituição de servidão administrativa, em área com 1.454,25 m², SRI 51943, de propriedade de Luiz Alfredo Chioquetta, Dulce Regina Franciosi, Rossaly Beatriz Chioquetta Lorenset, Ivor Antonio Lorenset, Jakson Luiz Chioquetta, Rezane Adiles Mazocco Chioquetta, Roseane Chioquetta Stedile ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 21.120 do ed 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Lote Rural – Lote 66-B, do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 1.454,25 m² Extensão: 484,75 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E32, de coordenadas N 7.100.580,207 m e E 329.706,816 m, situado na divisa do lote Rural – Chácara Agrárias, a 36,76 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra, segue adentrando pela área do Lote Rural – Lote 66-B, do Núcleo Bom Retiro, com os seguintes azimutes e distâncias: 196°34'59" e 2,42 m até o vértice PV139, de coordenadas N 7.100.577,887 m e E 329.706,125 m, 194°37'33" e 39,95 m até o vértice PV140, de coordenadas N 7.100.539,229 m e E 329.696,036 m, 169°33'27" e 54,94 m até o vértice PV141, de coordenadas N 7.100.485,196 m e E 329.705,995 m, 193°53'8" e 65,71 m até o vértice PV142, de coordenadas N 7.100.421,409 m e E 329.690,226 m, 170°17'18" e 97,05 m até o vértice PV143, de coordenadas N 7.100.325,746 m e E 329.706,598 m, 166°58'7" e 98,16 m até o vértice PV144, de coordenadas N 7.100.230,111 m e E 329.728,733 m, 164°46'9" e 72,04 m até o vértice PV145, de coordenadas N 7.100.160,598 m e E 329.747,659 m, 148°45'52" e 38,84 m até o vértice PV146, de coordenadas N 7.100.127,389 m e E 329.767,799 m, 169°35'43" e 15,65 até o vértice E33, de coordenadas N 7.100.112,000 m e E 329.770,625 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiochetta – Área Remanescente, a 141,36 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 484,75 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 1.454,25 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XVII – instituição de servidão administrativa, em área com 1.318,65 m², SRI 51944, de propriedade de Anamar Chiocheta Bertinato, Osmar José Betinato, Ivaneti Merly Chiocheta, Oivete de Lucia Chioquetta Mesomo, Sergio Mesomo, Lucimara Chiocheta, Olirdes Maria Chiocheta, Priscila Aparecida Chiocheta, Guilherme Elias Piassa, Ordile Lourdes Chioquetta, Olivio Chioquetta e Eletra Joana de Bertoli Chioquetta ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 43.111 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural: "Imóvel Luiz Chiochetta - Área Remanescente" desmembrado de parte do imóvel Luiz Chioquetta, do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 1.318,65 m² Extensão: 439,55 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: FAIXA "1" Inicia-se a descrição no vértice E35, de coordenadas N 7.100.112,000 m e E 329.770,625 m, situado na divisa com o Lote Rural – Lote 66-B, Do Núcleo Bom Retiro, a 61,73 m da margem direita do córrego sem denominação, segue adentrando pela área do Lote Rural – imóvel Luiz Chiocheta – Área Remanescente, com os seguintes azimutes e distâncias: 169°35'43" e 48,20 m até o vértice PV147, de coordenadas N 7.100.064,595 m e E 329.779,329 m, 218°28'23" e 26,24 m até o vértice PV148, de coordenadas N 7.100.044,049 m e E 329.763,002 m, 203°44'21" e 19,81 m até o vértice PV149, de coordenadas N 7.100.025,918 m e E 329.755,028 m, 176°51'52" e 2,63 m até o vértice E36, de coordenadas N 7.100.023,295 m e E 329.755,172 m, situado na divisa com o Lote Rural – Imóvel Luiz Chiochetta – 1ª Parte, a 27,85 m da margem esquerda do córrego sem denominação. FAIXA "2" Inicia-se a descrição no vértice E37, de coordenadas N 7.100.043,585 m e E 329.764,549 m, situado a 8,26 m da margem esquerda do córrego sem denominação, segue adentrando pelo perímetro do Lote Rural – imóvel Luiz Chiocheta – Área Remanescente, com os seguintes azimutes e distâncias: 106°39'44" e 46,02 m até o vértice PV001, de coordenadas N 7.100.030,390 m e E 329.808,638 m, 86°27'17" e 56,63 m até o vértice PV002, de coordenadas N 7.100.033,892 m e E 329.865,163 m, 64°18'54" e 99,99 m até o vértice PV003, de coordenadas N 7.100.077,231 m e E 329.955,275 m, 64°16'39" e 61,56 m até o vértice PV004, de coordenadas N 7.100.103,949 m e E 330.010,735 m, 83°25'3" e 78,47 m até o vértice E38, de coordenadas N 7.100.112,944 m e E 330.088,687 m, situado na divisa com o alinhamento da Rua Belmiro Michelin. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 439,55 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 1.318,65 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025 Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro

Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XVIII – instituição de servidão administrativa, em área com 554,01 m², SRI 51945, de propriedade de Ivaneti Merly Chiocheta, Anamar Chiocheta Betinato, Osmar José Betinato, Oivete de Lucia Chioquetta Mesomo e Sergio Mesomo ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Certidão de Registro: Matrícula nº 43.112 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural: "Imóvel Luiz Chioquetta - 1ª Parte", desmembrado de parte do Imóvel Luiz Chioquetta, do Núcleo Bom Retiro, servidão coletor tronco passo da pedra, Área de Atingimento: 554,01 m² Extensão: 184,67 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E36, de coordenadas N 7.100.023,295 m e E 329.755,172 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiquetta – Área Remanescente, a 46,70 m da margem direita do lajeado, segue adentrando pela área do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiquetta – 1ª Parte, com os seguintes azimutes e distâncias: 176°51'52" e 95,83 m até o vértice PV150, de coordenadas N 7.099.927,607 m e E 329.760,414 m, 176°51'20" e 88,84 m até o vértice E40, de coordenadas N 7.099.838,903 m e E 329.765,287 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiochetta – 2ª Parte, a 82,58 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 184,67 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 554,01 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025.Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas.Cyro Carneiro Pacheco Neto.Engº Civil CREA-PR 74.325/D.ART Nº 1720261073358.

XIX – instituição de servidão administrativa, em área com 365,34 m², SRI 51946, de propriedade de Lucimara Chioqueta e A. C. Berdinato Incorporadora LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 43.113 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural - "Imóvel Luiz Chiquetta - 2° Parte", desmembrado do Imóvel Luiz Chioquetta, do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 365,34 m² Extensão: 121,78 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E40, de coordenadas N 7.099.838,903 m e E 329.765,287 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiquetta – 1ª Parte, a 82,95 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra, segue adentrando pela área do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiquetta – 2ª Parte, com os seguintes azimutes e distâncias: 176°51'20" e 8,42 m até o vértice PV151, de coordenadas N 7.099.830,351 m e E 329.765,758 m, 176°45'53" e 99,77 m até o vértice PV152, de coordenadas N 7.099.730,875 m e E 329.771,379 m, 175°51'8" e 13,59 m até o vértice E41, de coordenadas N 7.099.717,319 m e E 329.772,363 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiochetta – 3ª Parte, a 64,29 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 121,78 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 365,34 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XX – instituição de servidão administrativa, em área com 440,94 m², SRI 51947, de propriedade de Olirdes Maria Chiocheta, Priscila Aparecida Chiocheta e Guilherme Elias Piassa ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 43.114 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural: "Imóvel Luiz Chioquetta - 3ª Parte", desmembrado de parte do Imóvel Luiz Chioquetta, do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 440,94 m² Extensão: 146,98 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E41, de coordenadas N 7.099.717,319 m e E 329.772,363 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiquetta – 2ª Parte, a 59.87 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra, segue adentrando pela área do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiquetta – 3ª Parte, com os seguintes azimutes e distâncias: 175°51'8"e 85,61 m até o vértice PV153, de coordenadas N 7.099.631,872 m e E 329.778,559 m, 175°48'49" e 61,31 m até o vértice E42, de coordenadas N 7.099.570,725 m e E 329.783,035 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiochetta – 4ª Parte, a 31,89 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 146,98 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 440,94 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXI – instituição de servidão administrativa, em área com 544,08 m², SRI 51949, de propriedade de Oivete de Lucia Chioquetta Mesomo, Sergio Mesomo, João de Quadra e Rosimari Gonzatto de Quadra ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 43.116 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural: "Imóvel Luiz Chioquetta - 5ª Parte", desmembrado de parte do Imóvel Luiz Chioquetta, do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 544,08 m² Extensão: 181,36 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: FAIXA "1" Inicia-se a descrição no vértice E43, de coordenadas N 7.099.424,079 m e E 329.793,349 m, situado na divisa com o Lote Rural - Imóvel Luiz Chioquetta - 4ª Parte, a 11,31 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra, segue adentrando pela área do Lote Rural - Imóvel Luiz Chioquetta - 5ª Parte, com o seguinte azimute e distância: 176°7'45" e 16,50 m até o vértice E44, de coordenadas N 7.099.407,611 m e E 329.794,375 m, situado na divisa com o Lote Rural – Imóvel Sergio Mesomo, a 16,61 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra. FAIXA "2" Inicia-se a descrição no vértice E45, de coordenadas N 7.099.239,857 m e E 329.982,011 m, situado na divisa com o Lote Rural – Imóvel Sergio Mesomo, segue adentrando pelo perímetro do Lote Rural - Imóvel Luiz Chioquetta - 5ª Parte, com os seguintes azimutes e distâncias: 89°52'26" e 52,89 m até o vértice PV163, de coordenadas N 7.099.239,974 m e E 330.034,902 m, 87°5'22" e 78,47 m até o vértice PV164, de coordenadas N 7.099.243,958 m e E 330.113,273 m, 86°16'7" e 33,50 m até o vértice E46, de coordenadas N 7.099.246,139 m e E 330.146,706 m, situado na divisa com o Lote N° 01 – Quadra N° 2184, a 23,71 m da margem direita do córrego sem denominação. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 181,36 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 544,08 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXII – instituição de servidão administrativa, em área com 980,58 m², SRI 51950, de propriedade de Oivete De Lucia Chioqueta Mesomo, Sérgio Mesomo ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 23.482 do 1° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural: Imóvel Sérgio Mesomo, desmembrado de uma parte do Imóvel Luiz Chioquetta, do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 980,58 m² Extensão: 326,86 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E44, de coordenadas N 7.099.407,611 m e E 329.794,375 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiquetta – 5ª Parte,

a 16,61 m da margem direita do lajeado Passo da Pedra, segue adentrando pela área do Lote Rural – Imóvel Sérgio Mesomo, com os seguintes azimutes e distâncias: 176°7'45" e 47,92 m até o vértice PV156, de coordenadas N 7.099.359,802 m e E 329.797,609 m, 178°22'19" e 75,66 m até o vértice PV157, de coordenadas N 7.099.284,177 m e E 329.799,759 m, 132°28'32" e 49,68 até o vértice PV158, de coordenadas N 7.099.250,632 m e E 329.836,398 m, 88°56'13" e 28,79 até o vértice PV159, de coordenadas N 7.099.251,166 m e E 329.865,181 m, 119°18'20" e 32,78 m até o vértice PV160, de coordenadas N 7.099.235,122 m e E 329.893,764 m, 61°50'34" e 24,49 m até o vértice PV161, de coordenadas N 7.099.246,678 m e E 329.915,353 m, 104°31'28" e 27,55 m até o vértice PV162, de coordenadas N 7.099.239,769 m e E 329.942,019 m, 89°52'26" e 39,99 m até o vértice E45, de coordenadas N 7.099.239,857 m e E 329.982,011 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiochetta – 5ª Parte, a 22,48 m da margem direita do córrego sem denominação. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 326,86 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 980,58 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXIII – instituição de servidão administrativa, em área com 317,22 m², SRI 51951, de propriedade de Município de Pato Branco ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 37.171 do 1° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Urbano: Lote n° 01 - Quadra n° 2184, do Loteamento Dom Luiz, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 317,22 m² Extensão: 105,74 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E46, de coordenadas N 7.099.246,139 m e E 330.146,706 m, situado na divisa do Lote Rural – Imóvel Luiz Chiquetta – 5ª Parte, a 19,23 m do alinhamento da rua Belmiro Michelin, segue adentrando pela área do Lote Urbano: Lote n° 01 - Quadra n° 2184, com os seguintes azimutes e distâncias: 86°16'7" e 4,00 m até o vértice PV165, de coordenadas N 7.099.246,399 m e E 330.150,702 m, 165°19'30" e 53,39 m até o vértice PV166, de coordenadas N 7.099.194,752 m e E 330.164,227 m, 193°56'33" e 45,82 até o vértice PV167, de coordenadas N 7.099.150,286 m e E 330.153,188 m, 144°9'58" e 2,53 m até o vértice E47, de coordenadas N 7.099.148,234 m e E 330.154,670 m, situado na divisa do alinhamento com a rua Ernesto Ruchil. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 105,74 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 317,22 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXIV – instituição de servidão administrativa, em área com 588,09 m², SRI 51952, de propriedade de JBS Administradora de Imóveis LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 23.997 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural- "José Triches Neto I", do Núcleo Bom Retiro, desmembrado de uma parte do Imóvel José Triches Neto, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 588,09 m² Extensão: 196,03 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: FAIXA "1" Inicia-se a descrição no vértice E12, de coordenadas N 7.101.402,504 m e E 330.012,315 m, situado na divisa com o Lote Rural: "Sítio Capelezzo", a 11,13 m da margem direita do córrego sem denominação, segue adentrando pela área do Lote Rural – José Triches Neto I, com o seguinte azimute e distância: 100°48'24" e 93,53 m até o vértice PV009, de coordenadas N 7.101.384,967 m e E 330.104,190 m, deste com azimute de 103°12'21" e 59,44 m até o vértice E16, de coordenadas N 7.101.371,388 m e E 330.162,059 m, situado na divisa com o Lote urbano – Reserva Legal, a 27,57 m da margem direita do córrego sem denominação. FAIXA "2" Inicia-se a descrição no vértice E14, de coordenadas N 7.101.382,441 m e E 330.013,752 m, situado na divisa com o Lote Rural: "Sítio Capelezzo", a 8,82 m da margem esquerda do córrego sem denominação, segue adentrando pelo perímetro do Lote Rural – José Triches Neto I, com o seguinte azimute e distância: 143°31'13" e 1,05 m até o vértice PV005, de coordenadas N 7.101.381,594 m e E 330.014,378 m, deste com azimute de 174°19'34" e 42,01 m até o vértice E15, de coordenadas N 7.101.339,789 m e E 330.018,532 m, situado na divisa com o Lote urbano – Reserva Legal, a 99,38 m da margem esquerda do córrego sem denominação. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 196,03 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 588,09 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 172026107335.

XXV – instituição de servidão administrativa, em área com 492,30 m², SRI 51953, de propriedade de JVG Empreendimentos imobiliários LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 26.304 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Urbano - Reserva Legal, do Loteamento Universitário 01, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 492,30m² Extensão: 164,10 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: FAIXA "1" Inicia-se a descrição no vértice E16, de coordenadas N 7.101.371,388 m e E 330.162,059 m, situado na divisa com o Lote Rural – José Trinches Neto I, a 47,59 m da margem direita do córrego sem denominação, segue adentrando pela área do Lote Urbano – Reserva Legal, com os seguintes azimutes e distâncias: 103°12'21" e 40,53 m até o vértice PV010, de coordenadas N 7.101.362,129 m e E 330.201,514 m, 102°16'46" e 38,19 m até o vértice E17, de coordenadas N 7.101.354,006 m e E 330.238,835 m, situado na divisa com o Lote urbano – Área Remanescente do Loteamento Universitário 01. FAIXA "2" Inicia-se a descrição no vértice E15, de coordenadas N 7.101.339,790 m e E 330.018,532 m, situado na divisa com o Lote Rural – José Trinches Neto I, a 99,38 m da margem esquerda do córrego sem denominação, segue adentrando pelo perímetro do Lote Urbano – Reserva Legal, com os seguintes azimutes e distâncias: 174°19'34" e 58,14 m até o vértice PV006, de coordenadas N 7.101.281,933 m e E 330.024,280 m, 174°16'35" e 27,24 m até o vértice E18, de coordenadas N 7.101.254,830 m e E 330.026,996 m, situado na divisa com o Lote urbano – Área Remanescente do Loteamento Universitário 02, a 138,24 m do córrego sem denominação. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 164,10 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 492,30 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXVI – instituição de servidão administrativa, em área com 512,07 m², SRI 51954, de propriedade de JGV Empreendimentos Imobiliários LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 26.305 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Lote Urbano – Área Remanescente do Loteamento Universitário 01, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 512,07 m² Extensão: 170,69 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: FAIXA "1" Inicia-se a descrição no vértice E17, de coordenadas N 7.101.354,006 m e E 330.238,835 m, situado na divisa com o Lote Urbano – Reserva Legal, a 26,26 m da margem direita do córrego sem denominação, segue adentrando pela área do Lote Urbano – Área

Remanescente do Loteamento Universitário 01, com os seguintes azimutes e distâncias: 102°16'46" e 61,65 m até o vértice PV011, de coordenadas N 7.101.340,895 m e E 330.299,072 m, 94°12'47" e 15,35 m até o vértice PV012, de coordenadas N 7.101.339,767 m e E 330.314,384 m, 179°8'11" e 57,82 m até o vértice PV021, de coordenadas N 7.101.282,152 m e E 330.313,515 m, 84°47'53" e 15,30 m até o vértice PV022, de coordenadas N 7.101.283,539 m e E 330.328,752 m, situado a 1,49 m do final da rua Clovi Capelezzo. FAIXA "2" Inicia-se a descrição no vértice E19, de coordenadas N 7.101.341,306 m e E 330.313,906 m, situado a 22,86 m da margem direita do córrego Sem Denominação, segue pelo área do Lote Urbano – Área Remanescente do Loteamento Universitário 01, com os seguintes azimutes e distâncias: 342°46'37" e 6,47 m até o vértice PV001, de coordenadas N 7.101.347,483 m e E 330.311,992 m, 87°59'15" e 14,30 m até o vértice PV003, de coordenadas N 7.101.347,985 m e E 330.326,283 m, situado a 1,50 m do final da rua João Baptista de Souza. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 170,69 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 512,07 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXVII – instituição de servidão administrativa, em área com 647,79 m², SRI 51955, de propriedade de JVG Empreendimentos Imobiliários LTDA ou a quem de direito pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 26.396 do 2° CRI de Pato Branco, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 647,79 m² Extensão: 215,93 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra 1, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E18, de coordenadas N 7.101.254,830 m e E 330.026,996 m, situado na divisa do Lote Urbano – Reserva Legal, segue adentrando pela área do Lote Urbano – Área Remanescente do Loteamento Universitário 02, com o seguinte azimute e distância: 174°16'35" e 67,70 m até o vértice PV007, de coordenadas N 7.101.187,468 m e E 330.033,748 m, deste com azimute de 90°8'50" e 93,53 m até o vértice PV118, de coordenadas N 7.101.187,228 e E 330.127,274 m, deste com azimute 86°38'19" e 12,20 m até o vértice PV121, de coordenadas N 7.101.187,943 m e E 330.139,453 m, deste com azimute 85°26'0" e 42,50 m até o vértice DTI122, de coordenadas N 7.101.191,327 m e E 330.181,818 m, situado a 23,26 m da Rua Casemiro Burile. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 215,93 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 647,79 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXVIII – instituição de servidão administrativa, em área com 117,71 m², SRI 51956, de propriedade de Ignez Terezinha Trento, Eurico Antônio Trento, Genuíno Assis Piacentini e Iraci Goes Piacentini ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 33.062 do 1° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural - "Granja Trento", desmembrado do lote Nº 07 do Imóvel São Brás e do Imóvel Francisco Assis Zanin, encravado nas partes dos lotes rurais Nº 05 do Imóvel São Brás e lotes Nº 07 e 07-A do Núcleo Ligeiro Parte Norte e partes dos lotes rurais sob Nº 77 e 77-A do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 118,71 m² Extensão: 39,57 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra 4, situado no perímetro rural do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E01, de coordenadas N 7.103.310,755 m e E 331.822,689 m, situado a 35,57 m da margem direita do rio Ligeiro, segue pela área do Imóvel Rural – Granja Trento, com o seguinte azimute e distância: 242°51'22" e 39,57 m até o vértice E02, de coordenadas 7.103.292,704 m e E 331.787,479 m, situado na margem direita do Rio Ligeiro, divisa com o Lote n° 79BII. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 39,57 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 118,71 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXIX – instituição de servidão administrativa, em área com 527,94 m², SRI 51957, de propriedade de Coopavel Cooperativa Agroindustrial ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 55.342 do 1° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural – Lote n° 79BII situado no Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 527,94 m² Extensão: 175,98 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra 4, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E03, de coordenadas N 7.103.250,429 m e E 331.779,003 m, situado na margem esquerda do Rio Ligeiro e na divisa do Lote Rural – Granja Trento, segue adentrando pela área do Imóvel Rural – Lote n °79BII, com os seguintes azimutes e distâncias: 242°51'22" e 77,71 m até o vértice E04A, de coordenadas 7.103.255,077 m e E 331.714,089 m, 222°54'33" e 65,17 m até o vértice E04B, de coordenadas 7.103.207,344 m e E 331.669,719 m, 235°58'3" e 27,72 m até o vértice E04C, de coordenadas 7.103.191,833 m e E 331.646,751 m, 254°12'4" e 5,38 m até o vértice E04, de coordenadas 7.103.190,368 m e E 331.641,573 m, situado na divisa com o Lote n° 79B, a 20,81 m da margem esquerda de um córrego Sem Denominação. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 175,98 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 527,94 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXX – instituição de servidão administrativa, em área com 966,96 m², SRI 51958, de propriedade de Sementes Guerra LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 55.340 do 1° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural - Lote N° 79B, do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 966,96 m² Extensão: 318,53 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra 4, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E04, de coordenadas N 7.103.189,697 m e E 331.642,574 m, situado na divisa do Lote Rural – Lote n° 79BII, a 22,75 m da margem esquerda do córrego sem denominação, segue adentrando pela área do Lote Rural – Lote n °79B, com os seguintes azimutes e distâncias: 254°41'35" e 106,91 m até o vértice PV07, de coordenadas N 7.103.161,474 m e E 331.539,457 m, 254°40'37" e 87,48 m até o vértice PV08, de coordenadas N 7.103.138,356 e E 331.455,084 m, 279°30'26" e 24,99 m até o vértice PV 09, de coordenadas N 7.103.142,483 m e E 331.430,441 m, 245°13'8" e 56,13 m até o vértice PV10, de coordenadas N 7.103.118,957 m e E 331.379,482 m, 258°5'5" e 46,81 m até o vértice E05, de coordenadas N 7.103.109,292 m e E 331.333,677 m, situado na divisa com o Lote Rural - Lote n° 79C, a 22,10 m da margem esquerda do córrego sem denominação. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 322,32 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 966,96 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central

51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXXI – instituição de servidão administrativa, em área com 1.008,21 m², SRI 51959, de propriedade de Henrique Fiorentin Guzzo ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 60.055 do 1° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Rural - Lote N° 79C, desmembrado dos Lotes N° 79 e 85, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 1.008,21 m² Extensão: 336,07 m Largura da Faixa de Servidão: 3,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação do Coletor Tronco Passo da Pedra 4, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E05, de coordenadas N 7.103.109,292 m e E 331.333,677 m, situado na divisa do Lote Rural – Lote n° 79B, a 22,09 m da margem esquerda do córrego sem denominação, segue adentrando pela área do Lote Rural – Lote n °79C, com os seguintes azimutes e distâncias: 258°5'5" e 42,27 m até o vértice PV11, de coordenadas N 7.103.100,564 m e E 331.292,316 m, 285°44'10" e 30,50 m até o vértice PV12, de coordenadas N 7.103.108,837 e E 331.262,955 m, 293°40'43" e 34,93 m até o vértice PV 13, de coordenadas N 7.103.122,864 m e E 331.230,968 m, 255°57'27" e 58,98 m até o vértice PV14, de coordenadas N 7.103.108,553 m e E 331.173,751 m, 270°44'37" e 42,53 m até o vértice PV15, de coordenadas N 7.103.109,105 e E 331.131,226, 264°30'51" e 113,74 m até o vértice PV16, de coordenadas N 7.103.098,232 e E 331.018,011, 254°14'53" e 13,12 m até o vértice E05, de coordenadas N 7.103.094,669 m e E 331.005,381 m, situado a 14.87 m da Rodovia PR-493. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 336,07 m, a qual define o eixo de uma faixa de 3,00 m de largura com área total de atingimento de 1.008,21 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXXII – instituição de servidão administrativa, em área com 96,98 m², SRI 51960, de propriedade de Rodrigo Andre Rotta e Janete Salmoria Rotta e outros ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 24.782 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Rural - "Imóvel Antônio Beloni Triches", desmembrado de uma parte do imóvel João Celi Triches, encravado na parte dos lotes n° 75 e 74, do Núcleo Bom Retiro, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 96,98 m² Extensão: 48,49 m Largura da Faixa de Servidão: 2,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação da Rede Coletora de Esgotos Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E20, de coordenadas N 7.101.618,799 m e E 330.690,271 m, situado na divisa do alinhamento com a Rua Fioravante Colla, segue adentrando pela área do : Lote Rural – Imóvel Antonio Beloni Triches, com os seguintes azimutes e distâncias: 356°23'53" e 0,96 m até o vértice PV091, de coordenadas N 7.101.619,757 m e E 330.690,211 m, 83°25'52" e 66,50 m até o vértice PV092, de coordenadas N 7,101.625,077 m e E 330.736,405 m, 176°37'21" e 1,03 m até o vértice E21, de coordenadas N 7.101.624,052 m e E 330.736,466 m, situado no alinhamento com a Rua Lidio Oltramari. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 48,49 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 96,98 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistemas Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

XXXIII – instituição de servidão administrativa, em área com 349,00 m², SRI 51961, de propriedade de Dall'agnol Incorporadora LTDA ou a Quem de Direito Pertencer, no Município de Pato Branco, Estado do Paraná, Comarca: Pato Branco, Certidão de Registro: Matrícula nº 36.685 do 2° CRI de Pato Branco, Imóvel: Imóvel Urbano - Reserva Legal 01 - Quadra n° 2028, do Loteamento Fernando Fraron, faixa de servidão de passagem, Área de Atingimento: 349,00 m² Extensão: 174,50 m Largura da Faixa de Servidão: 2,00 m. DESCRIÇÃO: Área destinada para implantação da Rede Coletora de Esgotos Passo da Pedra, situado no perímetro urbano do Município de Pato Branco, inicia-se a descrição no vértice E39, de coordenadas N 7.100.204,963 m e E 330.333,566 m, situado na divisa do alinhamento com a Rua José Fraron, segue adentrando pela área do : Dall'agnol Incorporadora LTDA, com o seguinte azimute e distância: 356°28'46" e 70,51 m até o vértice PV414, de coordenadas N 7.100.275,327 m e E 330.329,237 m, 356°28'46" e 104,00 m até o vértice DTI415, de coordenadas N 7.100.379,131 m e E 330.322,851 m, situado a 31,22 m do alinhamento com a Rua Frederico Barancelli. Todos esses trechos perfazem uma extensão de 174,50 m, a qual define o eixo de uma faixa de 2,00 m de largura com área total de atingimento de 349,00 m². Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, e encontram-se representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 51° WGr, tendo como Datum o SIRGAS 2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM. Curitiba, PR. 10 de Outubro de 2025. Proensi - Projeto e Engenharia de Sistema Cyro Carneiro Pacheco Neto Engº Civil CREA-PR 74.325/D ART Nº 1720261073358.

Art. 2º As áreas a que se refere o art. 1º destinam-se à ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário no Município de Pato Branco.

Art. 3º Fica a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR autorizada a promover os atos judiciais e extrajudiciais necessários à efetivação da desapropriação e à instituição das servidões administrativas nas áreas descritas no art. 1º deste Decreto, na forma da legislação vigente e dos instrumentos contratuais aplicáveis.

Art. 4º Fica reconhecida a conveniência da efetivação da desapropriação e da instituição das servidões administrativas em favor da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, para os fins indicados neste Decreto, compreendendo o direito de praticar os atos de reconhecimento, medição, inspeção e levantamento de campo necessários, nos termos do art. 7º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 5º Os proprietários das áreas atingidas pelas servidões administrativas deverão limitar o uso e o gozo das respectivas áreas ao que for compatível com a servidão instituída, abstendo-se, na faixa de servidão, da prática de atos que possam causar danos às instalações ou comprometer a prestação do serviço, inclusive erguer construções, realizar plantações de elevado porte, cravar estacas, utilizar explosivos ou transitar com veículos pesados.

Art. 6º A Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR poderá alegar, em juízo, a urgência de que trata o art. 15 do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, observados os requisitos e prazos legais.

Art. 7º Os ônus das indenizações decorrentes da desapropriação e da instituição das servidões administrativas a que se refere o art. 1º observarão o disposto no parágrafo único do art. 7º da Lei Municipal nº 127, de 10 de maio de 1973, e nos instrumentos contratuais vigentes aplicáveis à prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:D8CF072B

SECRETARIA DE GABINETE
LEI Nº 6.637, DE 28 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2027.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná. Faço saber que a Câmara Municipal rejeitou os vetos apostos aos dispositivos abaixo especificados e eu promulgo, nos termos do § 4º do art. 36 da Lei Orgânica do Município, as seguintes partes vetadas da Lei nº 6.637, de 28 de julho de 2026:

"Art. 4º .....

§ 2º Para o exercício financeiro de 2027, ficam expressamente consignadas, conforme o Demonstrativo I do Anexo de Metas Fiscais, sem prejuízo das demais informações constantes dos anexos próprios, as seguintes metas fiscais centrais:
I – resultado primário: superávit de R$ 16.028.232,81;
II – resultado nominal: déficit de R$ 3.029.951,53;
III – dívida pública consolidada: R$ 112.910.846,30;
IV – dívida consolidada líquida: R$ 83.215.048,47.
.....

Art. 39. .....
Parágrafo único. Não ocorrendo o previsto no caput deste artigo até o dia 1º de dezembro de 2027, os recursos da Reserva de Contingência de que trata o art. 10, § 1º, desta Lei poderão ser utilizados para abertura de crédito adicional suplementar, nos termos da Lei Federal nº 4.320, de 1964, não se aplicando esta regra aos valores reservados às emendas impositivas, que observarão o disposto no Capítulo IX desta Lei.
.....

Art. 49. .....

§ 3º O valor do limite para apresentação das emendas individuais por autor será obtido a partir da divisão do montante estabelecido no caput deste artigo pelo número de Vereadores que compõem a Câmara Municipal na respectiva legislatura."

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, 2 de setembro de 2026.

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:0C28F001

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

PODER LEGISLATIVO
RESOLUÇÃO N° 83, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar.

A Câmara Municipal de Vereadores de Paula Freitas, Estado do Paraná, APROVOU e eu. Presidente, PROMULGO a seguinte RESOLUÇÃO:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento Geral de 2026 (Lei nº 1.709/2025 – LOA), Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 30.000,00 (quarenta mil reais), com a seguinte classificação institucional e programática:
CAMARA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
01 PODER LEGISLATIVO
01 01 CAMARA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
0101.01 Legislativa
0101.01.031 Ação Legislativa
0101.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO
01.031.0001.2.001 Manutenção dos serviços administrativos
...
3.3.90.39.00.00.00.00 – Diárias - Civil ***30.000,00***

Art. 2º - Os recursos para cobertura dos valores indicados serão através da anulação parcial das seguintes dotações:

CAMARA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
01 PODER LEGISLATIVO
01 01 CAMARA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
0101.01 Legislativa
0101.01.031 Ação Legislativa
0101.01.031.0001 PROCESSO LEGISLATIVO
01.031.0001.2.001 Manutenção dos serviços administrativos
...
4.
4.90.52.00.00.00.00 Vencimentos e vantagens fixas - pessoal 30.000,00

Art. 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas Leis nº 1.705/2025 - LDO para o Exercício de 2026, e nº 1.690/2025 – PPA, para os Exercícios de 2026-2029.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Paula Freitas, PR, 2 de setembro de 2026.

EDSON JOSÉ DE MOURA CORDEIRO
Presidente

Publicado por:
Leandro Weisshaar
Código Identificador:7D0C63C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ADJUDICAÇÃO, HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO CONTRATUAL

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE LICITAÇÃO E RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO
PROCESSO LICITATORIO Nº 34/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

OBJETO:
Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de Licença de Uso de Sistemas de Gestão da Assistência Social, Hospedagem dos Sistemas em Servidor Virtual "*datacenter*", que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos, implantação, treinamento dos usuários, treinamento inicial, coletivo e por setor, suporte técnico retorno ao município para acompanhamento e esclarecimento de dúvidas em até 4 períodos intercalados (Unidade), para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Proteção Social Especial (PSE), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do Munícipio de Paula Freitas/PR

FORNECEDOR: **JAYSON MATTOSO MARECO ANALISE E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES**
ITENS GANHOS: 01 ITEM - Total: R$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais).

TOTAL GERAL: R$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais).

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

ESTADO DO PARANA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS
ADJUDICAR PROCESSO LICITATÓRIO Nº 34/2026
O Pregoeiro Municipal, Sr. TADEU RAFAEL CORDEIRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei n° 14.133/21, após analisado o resultado do Pregão nº 17/2026, resolve:
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO LICITATORIO Nº 34/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026

OBJETO:
Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de Licença de Uso de Sistemas de Gestão da Assistência Social, Hospedagem dos Sistemas em Servidor Virtual "*datacenter*", que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos, implantação, treinamento dos usuários, treinamento inicial, coletivo e por setor, suporte técnico retorno ao município para acompanhamento e esclarecimento de dúvidas em até 4 períodos intercalados (Unidade), para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Proteção Social Especial (PSE), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do Munícipio de Paula Freitas/PR

FORNECEDOR: **JAYSON MATTOSO MARECO ANALISE E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES**
ITENS GANHOS: 01 ITEM - Total: R$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais).

TOTAL GERAL: R$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais).

_____
Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

HOMOLOGAÇÃO: 02/09/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 34/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 107/2026

OBJETO:
Registro de preço para futura e eventual contratação de empresa especializada para fornecimento de Licença de Uso de Sistemas de Gestão da Assistência Social, Hospedagem dos Sistemas em Servidor Virtual "*datacenter*", que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos, implantação, treinamento dos usuários, treinamento inicial, coletivo e por setor, suporte técnico retorno ao município para acompanhamento e esclarecimento de dúvidas em até 4 períodos intercalados (Unidade), para suprir as necessidades da Secretaria de Assistência Social, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Proteção Social Especial (PSE), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Assistência Social do Munícipio de Paula Freitas/PR

FORNECEDOR: **JAYSON MATTOSO MARECO ANALISE E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARES**
ITENS GANHOS: 01 ITEM - Total: R$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais).

TOTAL GERAL: R$ 27.500,00 (Vinte e sete mil e quinhentos reais).

_____
Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:B8F64C54

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

RELAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE LICITAÇÃO E RESULTADO FINAL DO JULGAMENTO
PROCESSO LICITATORIO Nº 44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FELIPE HENRIQUE NOBRE CNPJ: 65.412.233/0001-47
Total: R$ 4.483,50 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

JOSE CESAR DE LARA CNPJ: 43.500.076/0001-99
Total: R$ 138.927,00 (cento e trinta e oito mil, novecentos de vinte e sete reais).

PERUZZO INDUSTRIA GRAFICAS LTDA CNPJ: 05.460.642/0001-97
Total: R$ 5.664,00 (cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA CNPJ: 18.486.182/0001-18
Total: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

CASTELO GRÁFICA E EDITORA EIRELI CNPJ: 19.607.649/0001-01
Total: R$ 4.855,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais).

LMHR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ: 55.078.312/0001-00
Total: R$ 11.496,00 (onze mil, quatrocentos e noventa e seis reais).

ALEX POSSAMAI ME CNPJ: 27.694.614/0001-77
Total: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

RIPERS COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA – ME CNPJ: 11.412.110/0001-87
Total: R$ 3.775,80 (três mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos).

STAMP PRODUTOS E SERVICOS LTDA CNPJ: 47.305.688/0001-81
Total: R$ 2.796,50 (dois mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)

DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME CNPJ: 28.453.476/0001-05
Total: R$ 1.736,10 (mil, setecentos e trinta e seis reais e dez centavos)

PRINT MIX SOLUÇÕES EM IMPRESSOS LTDA CNPJ: 13.615.650/0001-93
Total: R$ 4.919,60 (quatro mil, novecentos e dezenove reais e sessenta centavos)

MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA CNPJ: 34.382.012/0001-40
Total: R$ 15.220,60 (quinze mil, duzentos e vinte reais)

GRÁFICA E EDITORA MUNDO LTDA CNPJ: 28.419.352/0001-03
Total: R$ 787,50 (setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA CNPJ: 27.232.288/0001-86
Total: R$ 5.999,95 (cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos)

BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICA LTDA CNPJ: 59.455.095/0001-80
Total: R$ 2.580 (dois mil, quinhentos e oitenta reais)

JOAO VALENTIM OROSCO JUNIOR CNPJ: 44.496.090/0001-29
Total: R$ 4.867,20 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)

JR E VS PERSONALIZADOS LTDA CNPJ: 34.172.345/0001-44
Total: R$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais)

DX DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 51.499.082/0001-00
Total: R$ 144.804,00 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais)

TOTAL GERAL: R$ 368.740,65 (trezentos e sessenta e oito mil, setecentos e quarenta reais e sessenta e cinco centavos).

_____

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

ADJUDICAR PROCESSO LICITATÓRIO Nº 44/2026

O Pregoeiro Municipal, Sr. TADEU RAFAEL CORDEIRO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei n° 14.133/21, após analisado o resultado do Pregão nº 21/2026, resolve:
ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:
PROCESSO LICITATORIO Nº 44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FELIPE HENRIQUE NOBRE CNPJ: 65.412.233/0001-47
Total: R$ 4.483,50 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

JOSE CESAR DE LARA CNPJ: 43.500.076/0001-99
Total: R$ 138.927,00 (cento e trinta e oito mil, novecentos de vinte e sete reais).

PERUZZO INDUSTRIA GRAFICAS LTDA CNPJ: 05.460.642/0001-97
Total: R$ 5.664,00 (cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA CNPJ: 18.486.182/0001-18
Total: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

CASTELO GRÁFICA E EDITORA EIRELI CNPJ: 19.607.649/0001-01
Total: R$ 4.855,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais).

LMHR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ: 55.078.312/0001-00
Total: R$ 11.496,00 (onze mil, quatrocentos e noventa e seis reais).

ALEX POSSAMAI ME CNPJ: 27.694.614/0001-77
Total: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

RIPERS COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA – ME CNPJ: 11.412.110/0001-87
Total: R$ 3.775,80 (três mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos).

STAMP PRODUTOS E SERVICOS LTDA CNPJ: 47.305.688/0001-81
Total: R$ 2.796,50 (dois mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)

DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME CNPJ: 28.453.476/0001-05
Total: R$ 1.736,10 (mil, setecentos e trinta e seis reais e dez centavos)

PRINT MIX SOLUÇÕES EM IMPRESSOS LTDA CNPJ: 13.615.650/0001-93
Total: R$ 4.919,60 (quatro mil, novecentos e dezenove reais e sessenta centavos)

MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA CNPJ: 34.382.012/0001-40
Total: R$ 15.220,60 (quinze mil, duzentos e vinte reais)

GRÁFICA E EDITORA MUNDO LTDA CNPJ: 28.419.352/0001-03
Total: R$ 787,50 (setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA CNPJ: 27.232.288/0001-86
Total: R$ 5.999,95 (cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos)

BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICA LTDA CNPJ: 59.455.095/0001-80
Total: R$ 2.580 (dois mil, quinhentos e oitenta reais)

JOAO VALENTIM OROSCO JUNIOR CNPJ: 44.496.090/0001-29
Total: R$ 4.867,20 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)

JR E VS PERSONALIZADOS LTDA CNPJ: 34.172.345/0001-44
Total: R$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais)

DX DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 51.499.082/0001-00
Total: R$ 144.804,00 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais)

TOTAL GERAL: R$ 368.740,65 (trezentos e sessenta e oito mil, setecentos e quarenta reais e sessenta e cinco centavos).

_____

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

ESTADO DO PARANA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

HOMOLOGAÇÃO: 02/09/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FELIPE HENRIQUE NOBRE CNPJ: 65.412.233/0001-47
Total: R$ 4.483,50 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

JOSE CESAR DE LARA CNPJ: 43.500.076/0001-99
Total: R$ 138.927,00 (cento e trinta e oito mil, novecentos de vinte e sete reais).

PERUZZO INDUSTRIA GRAFICAS LTDA CNPJ: 05.460.642/0001-97
Total: R$ 5.664,00 (cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA CNPJ: 18.486.182/0001-18
Total: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

CASTELO GRÁFICA E EDITORA EIRELI CNPJ: 19.607.649/0001-01
Total: R$ 4.855,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais).

LMHR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ: 55.078.312/0001-00
Total: R$ 11.496,00 (onze mil, quatrocentos e noventa e seis reais).

ALEX POSSAMAI ME CNPJ: 27.694.614/0001-77
Total: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

RIPERS COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA – ME CNPJ: 11.412.110/0001-87
Total: R$ 3.775,80 (três mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos).

STAMP PRODUTOS E SERVICOS LTDA CNPJ: 47.305.688/0001-81
Total: R$ 2.796,50 (dois mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)

DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME CNPJ: 28.453.476/0001-05
Total: R$ 1.736,10 (mil, setecentos e trinta e seis reais e dez centavos)

PRINT MIX SOLUÇÕES EM IMPRESSOS LTDA CNPJ: 13.615.650/0001-93
Total: R$ 4.919,60 (quatro mil, novecentos e dezenove reais e sessenta centavos)

MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA CNPJ: 34.382.012/0001-40
Total: R$ 15.220,60 (quinze mil, duzentos e vinte reais)

GRÁFICA E EDITORA MUNDO LTDA CNPJ: 28.419.352/0001-03
Total: R$ 787,50 (setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA CNPJ: 27.232.288/0001-86
Total: R$ 5.999,95 (cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos)

BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICA LTDA CNPJ: 59.455.095/0001-80
Total: R$ 2.580 (dois mil, quinhentos e oitenta reais)

JOAO VALENTIM OROSCO JUNIOR CNPJ: 44.496.090/0001-29
Total: R$ 4.867,20 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)

JR E VS PERSONALIZADOS LTDA CNPJ: 34.172.345/0001-44
Total: R$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais)

DX DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 51.499.082/0001-00
Total: R$ 144.804,00 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais)

TOTAL GERAL: R$ 368.740,65 (trezentos e sessenta e oito mil, setecentos e quarenta reais e sessenta e cinco centavos).

_____

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

***SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA* –**
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....89/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

FELIPE HENRIQUE NOBRE CNPJ: 65.412.233/0001-47
Total: R$ 4.483,50 (quatro mil, quatrocentos e oitenta e três reais e cinquenta centavos).

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

***SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA* –**
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....90/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

JOSE CESAR DE LARA CNPJ: 43.500.076/0001-99
Total: R$ 138.927,00 (cento e trinta e oito mil, novecentos de vinte e sete reais).

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

***SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA* –**
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....91/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

PERUZZO INDUSTRIA GRAFICAS LTDA CNPJ: 05.460.642/0001-97
Total: R$ 5.664,00 (cinco mil, seiscentos e sessenta e quatro reais).

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

***SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA* –**
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....92/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA CNPJ: 18.486.182/0001-18
Total: R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

***SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA* –**
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....93/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

CASTELO GRÁFICA E EDITORA EIRELI CNPJ: 19.607.649/0001-01
Total: R$ 4.855,00 (quatro mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais).

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA –
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....94/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

LMHR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ: 55.078.312/0001-00
Total: R$ 11.496,00 (onze mil, quatrocentos e noventa e seis reais).

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA –
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....95/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

ALEX POSSAMAI ME CNPJ: 27.694.614/0001-77
Total: R$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA –
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....96/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

RIPERS COMERCIO DE MATERIAIS HIDRAULICOS LTDA – ME CNPJ: 11.412.110/0001-87
Total: R$ 3.775,80 (três mil, setecentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos).

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA –
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....97/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

STAMP PRODUTOS E SERVICOS LTDA CNPJ: 47.305.688/0001-81
Total: R$ 2.796,50 (dois mil, setecentos e noventa e seis reais e cinquenta centavos)

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA –
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....98/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

DEMBINSKI E MIKOSKI LTDA ME CNPJ: 28.453.476/0001-05
Total: R$ 1.736,10 (mil, setecentos e trinta e seis reais e dez centavos)

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA –
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....99/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

PRINT MIX SOLUÇÕES EM IMPRESSOS LTDA CNPJ: 13.615.650/0001-93
Total: R$ 4.919,60 (quatro mil, novecentos e dezenove reais e sessenta centavos)

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA –
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....100/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

MULTYGRAFHIC EDITORA LTDA CNPJ: 34.382.012/0001-40
Total: R$ 15.220,60 (quinze mil, duzentos e vinte reais)

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA –
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....101/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

GRÁFICA E EDITORA MUNDO LTDA CNPJ: 28.419.352/0001-03
Total: R$ 787,50 (setecentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos)

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

***SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA* –**
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....102/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

RB COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA CNPJ: 27.232.288/0001-86
Total: R$ 5.999,95 (cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e cinco centavos)

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

***SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA* –**
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....103/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

BRUSQUE INDUSTRIA E COMERCIO GRAFICA LTDA CNPJ: 59.455.095/0001-80
Total: R$ 2.580 (dois mil, quinhentos e oitenta reais)

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

***SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA* –**
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....104/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

JOAO VALENTIM OROSCO JUNIOR CNPJ: 44.496.090/0001-29
Total: R$ 4.867,20 (quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e quarenta centavos)

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

***SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA* –**
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....105/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

JR E VS PERSONALIZADOS LTDA CNPJ: 34.172.345/0001-44
Total: R$ 4.480,00 (quatro mil, quatrocentos e oitenta reais)

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

***SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA* –**
Prefeito Municipal

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº.....44/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº.....21/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº....106/2026

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de materiais e serviços gráficos, em atendimento às necessidades das Secretarias do Município de Paula Freitas/PR.

DX DISTRIBUIDORA LTDA CNPJ: 51.499.082/0001-00
Total: R$ 144.804,00 (cento e quarenta e quatro mil, oitocentos e quatro reais)

Paula Freitas, 02 de Setembro de 2026.

***SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA* –**
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henry Marcel Valigura Domingues
Código Identificador:3D2A9444

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.462/2026 - DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

DECRETO Nº 3.462/2026 - de 02 de Setembro de 2026.

SÚMULA: Decreta Ponto Facultativo nas Repartições Públicas Municipais em virtude do Feriado Nacional de 7 de setembro - data comemorativa a Independência do Brasil, e dá outras providências.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito do Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º Fica Decretado Ponto Facultativo em todas as repartições Públicas Municipais, no dia 04 de Setembro de 2026, em virtude do Feriado Nacional de 7 de Setembro - data comemorativa a **Independência do Brasil,** em que, nesta data, será realizado o Desfile Cívico às 09h, em alusão ao Dia da Independência do Brasil.
Parágrafo Único: Fica assegurado o atendimento aos serviços essenciais de urgência emergência na área da saúde.
Art. 2º Este decreto entra em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, 02 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:8E12F8C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 1.727/2026 – DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI N° 1.727/2026 – de 02 de Setembro de 2026.

EMENTA: Insere elemento de despesa no Plano Plurianual – PPA 2026-2029 e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a inserir na Lei Municipal nº 1.690/2025 que instituiu o Plano Plurianual – PPA 2026/2029, o elemento de despesa abaixo descrito:

Órgão – 05 – SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade – 05.01 – GABINETE DO SEC. DE FINANÇAS
Função – 04 – Administração
Sub-função – 123 – Administração Financeira
Programa – 04 – Administração Financeira
Projeto/Atividade – 2.006 – Manutenção do Gabinete do Secretário de Finanças
Elemento – 3.1.90.16.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor Total – R$ 10.000,00
Art. 2º - O recurso para cobertura do valor indicado será através do excesso de arrecadação da fonte 1000 no exercício de 2026 no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Paço Municipal/PR, 02 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:C1A9294A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 1.728/2026 – DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI N° 1.728/2026 – de 02 de Setembro de 2026.

EMENTA: Insere elemento de despesa na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026 e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a inserir na Lei Municipal nº 1.705/2025, que instituiu a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2026 o elemento de despesa abaixo descrito:

Órgão – 05 – SECRETARIA DE FINANÇAS
Unidade – 05.01 – GABINETE DO SEC. DE FINANÇAS
Função – 04 – Administração
Sub-função – 123 – Administração Financeira
Programa – 04 – Administração Financeira
Projeto/Atividade – 2.006 – Manutenção do Gabinete do Secretário de Finanças
Elemento – 3.1.90.16.00 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil
Valor Total – R$ 10.000,00

Art. 2º - O recurso para cobertura do valor indicado será através do excesso de arrecadação da fonte 1000 no exercício de 2026 no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Art. 3º - Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Paço Municipal/PR, 02 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:D06D8351

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N° 1.729/2026 – DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

LEI N° 1.729/2026 – de 02 de Setembro de 2026.

EMENTA: Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULA FREITAS, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER QUE O PLENÁRIO APROVOU A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir ao Orçamento geral de 2026, Crédito Adicional Especial no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais) com a seguinte classificação institucional e programática:

ÓRGÃO	**05.00**	**SECRETARIA DE FINANÇAS**	
UNIDADE	**05.01**	**GABINETE DO SEC. DE FINANÇAS**	
ATIVIDADE	04.123.0004.2.006	Manutenção do Gabinete do Secretário de Finanças	
DOTAÇÃO	3.1.90.16.00.1000	Outras Despesas Variáveis – Pessoal Civil	10.000,00

Art. 2º - O recurso para cobertura do valor indicado será através do provável excesso de arrecadação da fonte 1000 no exercício de 2026 no valor de R$ 10.000,00 (Dez mil reais).

Art. 3º - Fica compatibilizada a presente alteração orçamentária nas leis nº 1.705/2025 – LDO para o exercício de 2026 e nº 1.690/2025 – PPA para os exercícios de 2026-2029.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor, na data de sua publicação.

Paço Municipal/PR, 02 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:BCDB524D

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009/2026

Concurso Público - Edital nº 01/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Concurso Público nº 01/2026, Homologado em 13 de agosto de 2026, **CONVOCA**, os candidatos abaixo relacionados para apresentarem-se ao Departamento Municipal de Recursos Humanos, munidos da documentação exigida, para fins de admissão nos cargos para os quais foram classificados, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme disposto no item 19.6 do Edital do Concurso em epigrafe.

Cargo: Técnico de Enfermagem - Ampla Concorrência

Classificação	Nome	Inscrição nº
4.º Lugar	Maria Luciane Cardozo	23815710

Paula Freitas, 02 de setembro de 2026

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:8FB9FAB0

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 16/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO
EDITAL Nº 01/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULA FREITAS, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PARA CADASTRO DE RESERVA E CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO EDITAL Nº 01/2026** Homologado em 29 DE JUNHO DE 2026, **CONVOCA**, o candidato abaixo relacionado para apresentar-se a Secretaria Municipal de Recursos Humanos, munido da documentação exigida, para fim de admissão no cargo para o qual foi classificado, num prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da publicação deste edital, conforme:

Cargo: Professor – Ensino Fundamental - 20 h

Classificação	Nome
15º Lugar	Simone Zaviracz

Paula Freitas, 02 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:516E6EBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 08/2026- TORNA PÚBLICO O PEDIDO DE FINAL DE FILA DO CANDIDATO REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2026

O Prefeito do Município de Paula Freitas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Concurso Público - Edital nº 01/2026, homologado em 13 de agosto de 2026, RESOLVE:
Tornar público o pedido de final de fila do candidato aprovado no Concurso Público, de que trata o Edital de Convocação nº 001/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - Edição nº 3603, em 26/08/2026, do candidato abaixo relacionado:

Cargo: Técnico de Enfermagem – 40 hrs

Classificação	Nome
03º Lugar	Celina Celi Uniat

Paula Freitas, 02 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:11A97F12

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 15/2026- TORNA PÚBLICO A DESISTÊNCIA DOS CANDIDATOS REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO-PSS - EDITAL Nº 01/2026

O Prefeito do Município de Paula Freitas, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o resultado final do Processo Seletivo Simplificado – PSS para cadastro de reserva e contratação por prazo determinado - Edital nº 01/2026, homologado em 29 de junho de 2026, RESOLVE:

Tornar pública a desistência dos candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado – PSS, de que trata o Edital de Convocação nº 01/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - Edição nº 3606, em 31/08/2026, do candidato abaixo relacionado:

Cargo: Professor- Ensino Fundamental - 20hrs

Classificação	Nome
14º Lugar	Joceleiva Mendes Religioso

Paula Freitas, 02 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito

Publicado por:
Patricia Hermann Domingues
Código Identificador:35F0A123

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 83/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 37/2026
MODALIDADE: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos)
CONTRATANTE: Município de Paulo Frontin-PR, CNPJ 77.007.474/0001-90, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. IRENEU INACIO ZACHARIAS.
CONTRATADA:HERDEIROS DA TRADIÇÃO PRODUÇÕES LTDA, Sociedade Empresária Limitada, com sede Rua João de Almeida Barbosa Junior, nº 555, Bairro Centro, Município de Rebouças-PR, CEP 84.550-480, inscrita no CNPJ sob o nº 14.297.239/0001-80, neste ato representada pelo administrador MARCIO JOSE DANIELVIZ.
OBJETO: Prestação de serviços de sonorização, iluminação, painéis de led, estruturas de suporte e efeitos especiais, destinados a atender às demandas dos eventos oficiais, culturais, educativos, cívicos, esportivos e festivos promovidos e/ou apoiados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto do Município de Paulo Frontin-PR.
VALOR TOTAL: R$ 41.500,00 (quarenta e um mil, quinhentos reais).
PRAZO DE EXECUÇÃO: Imediato, a partir da assinatura do contrato e recebimento da Ordem de Serviço.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:12 (doze) meses, contados a partir da data de sua da assinatura.
DATA DA ASSINATURA:28 de agosto de 2026.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Organograma: 02.004 - 02.004.12.392.0012.2019.3.3.90.39.00; Fonte: 0000; Organograma: 02.004 - 02.004.13.392.0012.1004.3.3.90.39.00; Fonte 00000; Organograma: 02.004 - 02.004.12.812.0012.2018.3.3.90.39.00; Fonte: 00000; Organograma: 02.004 - 02.004.12.361.0012.2036.3.3.90.39.00; Fonte: 00000; Organograma: 02.004 - 02.004.12.361.0012.2013.3.3.90.39.00; Fonte: 00000.
FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Paulo Frontin/PR, 02 de setembro de 2026.

IRENEU INACIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal de Paulo Frontin

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:F1652113

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 212/2026

PORTARIA Nº 212/2026

CONCEDE LICENÇA-MATERNIDADE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PAULO FRONTIN**, ESTADO DO PARANÁ, SR. **IRENEU INÁCIO ZACHARIAS**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, mormente as conferidas pelo artigo 65, incisos VI e X da Lei Orgânica do Município de 2007;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 560/2005 e a Lei Municipal nº 1.203/2019, que institui o Programa de Prorrogação da Licença-Maternidade no âmbito da Administração Municipal;
CONSIDERANDO o atestado médico apresentado pela servidora **MARILZE GONÇALVES**, que determina seu afastamento das atividades profissionais pelo período de 180 (cento e oitenta) dias;
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **Licença-Maternidade pelo período de 180 (cento e oitenta) dias**, nos termos da Lei Municipal nº 1.203/2019, à servidora abaixo relacionada, para fins de afastamento temporário de suas atividades laborais:

Nome da Servidora	Cargo	Matrícula	Início da Licença	Término
MARILZE GONÇALVES	Professor 20 Horas Temporário	1009	02/09/2026	28/02/2027

Art. 2º A Licença-Maternidade concedida à servidora terá início em **02 de setembro de 2026**, pelo período de 180 (cento e oitenta) dias, com término em **28 de fevereiro de 2027**, devendo a servidora **retornar às suas atividades laborais em 01 de março de 2027**, conforme atestado apresentado à Administração Municipal.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos jurídicos a 02 de setembro de 2026**.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 02 de setembro de 2026.

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:D22B47DE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 54/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pérola D' Oeste – Pr.
CONTRATADA: CELI SALETE WOLMUTH DAL BOSCO.
ORIGEM: Edital De Chamada Pública/Credenciamento Nº 10/2026, Processo administrativo nº 37/2026.
VALOR: R$ 2.838.752,50 (dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura**.**
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 18/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:72B23171

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pérola D' Oeste – Pr.
CONTRATADA: JELINEK MATERIAIS DE CONSTRUÇÕES LTDA.
ORIGEM: Edital De Chamada Pública/Credenciamento Nº 10/2026, Processo administrativo nº 37/2026.
VALOR: R$ 2.838.752,50 (dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura**.**
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 18/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:AA503629

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pérola D' Oeste – Pr.
CONTRATADA: COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PEROBA LTDA.
ORIGEM: Edital De Chamada Pública/Credenciamento Nº 10/2026, Processo administrativo nº 37/2026.
VALOR: R$ 2.838.752,50 (dois milhões, oitocentos e trinta e oito mil, setecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura**.**
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 18/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:F54C91F5

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 59/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pérola D' Oeste – Pr.
CONTRATADA: AGROPECUÁRIA LEIRIA LTDA.
ORIGEM: Edital De Chamada Pública/Credenciamento Nº 10/2026, Processo administrativo nº 37/2026.
VALOR: R$ 2.839.693,50 (dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura**.**
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 26/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:BEB3BE4B

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 60/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pérola D' Oeste – Pr.
CONTRATADA: CLAUDIO FACHINELLO LTDA.
ORIGEM: Edital De Chamada Pública/Credenciamento Nº 10/2026, Processo administrativo nº 37/2026.
VALOR: R$ 2.839.693,50 (dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta centavos**).**
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura**.**
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 26/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:D97A2588

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 61/2026

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE FORNECEDORES DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL PARA ATENDER ÀS DEMANDAS DE MANUTENÇÃO, REPAROS E PEQUENAS REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E DA INFRAESTRUTURA URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE - PR.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Pérola D' Oeste – Pr.
CONTRATADA: CAW-SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM LTDA.
ORIGEM: Edital De Chamada Pública/Credenciamento Nº 10/2026, Processo administrativo nº 37/2026.
VALOR: R$ 2.839.693,50 (dois milhões, oitocentos e trinta e nove mil, seiscentos e noventa e três reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura**.**
BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 26/08/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:84A43022

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 104

DECRETO Nº104/ 2026

SÚMULA: Abre um crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação.

O Prefeito Municipal de Pérola D' Oeste - Estado do Paraná, usando das atribuições legais, com base na Lei nº 4320/64 e Lei Municipal nº 1571 de 12 de Novembro de 2025, Decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo municipal autorizado a abertura do crédito adicional suplementar por excesso de arrecadação no valor de R$40.000,00 (Quarenta mil reais) no orçamento programa do Município de Pérola D'Oeste(PR), para o exercicio 2026, nas seguintes dotações orçamentárias:

10000	SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
11004	FUNDO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	
18.541.13.2.38	Política Municipal de Meio Ambiente	
4.4.90.51.00-1555	Obras e Instalações	R$ 40.000,00
	TOTAL	R$ 40.000,00

Art. 2º Para a cobertura do crédito adicional suplementar mencionado no artigo anterior, fica utilizado o excesso de arrecadação da seguinte fonte de recurso:

FONTE	DISCRIMINAÇÃO DOS RECURSOS COM EXCESSO	VALOR
1555	SANEPAR-Compensação Financ.MEIO AMBIENTE Município	R$ 40.000,00
	TOTAL	R$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pérola D' Oeste - Estado do Paraná, em 02 de Setembro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karim Fernanda Pacheco
Código Identificador:0C2CDBDC

PODER LEGISLATIVO - CAMARA MUNICIPAL DE PEROLA D OESTE
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº001/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 001/2026

Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Inexigibilidade de licitação para a contratação de empresa especializada, mediante inexigibilidade de licitação por notória especialização, para a realização de curso de capacitação e treinamento, em formato híbrido, em reorganização e atualização da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pérola do Oeste, com os padrões do PROLEGIS do TCE/PR, destinado aos agentes públicos do Poder Legislativo Municipal, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Fundamento legal – Lei 14.133/21 – Art. 74, inciso III;

DATALEGIS – CONSULTORIA, ENSINO & PESQUISA EIRELI
01.031.983/0001-96
Av. Cândido de Abreu, nº 526, 1.401, Torre A, Bairro Centro Cívico, CEP: 80.530-905 – Município de Curitiba-PR.

OBJETO:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, MEDIANTE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO POR NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO, PARA A REALIZAÇÃO DE CURSO DE CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO, EM FORMATO HÍBRIDO, EM REORGANIZAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO E DO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PÉROLA DO OESTE, COM OS PADRÕES DO PROLEGIS DO TCE/PR, DESTINADO AOS AGENTES PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL, CONFORME CONDIÇÕES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO.** **VALOR TOTAL – R$ 14.900,00 (quatorze mil e novecentos reais)**

Pérola D'Oeste-PR, 01 de setembro de 2026.

LEONARDO SEREDNICKI BAGETTI
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Lairo Marcelo Postal
Código Identificador:205A5C09

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 041/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

TESTE SELETIVO Nº 01/2025
PRAZO DETERMINADO – Lei n° 965/2007 e Lei 1198/2014

EDITAL 041/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Teste Seletivo 001/2025 - Edital nº 001/2025, homologado pelo Edital 016./2025 de 17 de novembro de 2025,

RESOLVE:
Convocar o (a) candidato (a) a seguir relacionados para comparecer na Área Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **03 de setembro de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Professor temporário

Classificação	Nome do Candidato
33º	LYANDRA APARECIDA MINIKOVSKI FERNANDES

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:161447C1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL 045/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

CONCURSO PÚBLICO 01/2023

EDITAL 045/2026 - CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO

O Prefeito Municipal de Piên/Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 66 da Lei Orgânica Municipal, considerando o resultado do Concurso Público - Edital nº 001/2023, homologado pelo Edital 016/2023, de 03 de julho de 2023,

RESOLVE:
Convocar os candidatos a seguir relacionados para comparecer na Área de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, situada na Rua Amazonas, nº 373 – Centro – Piên/PR, a partir do dia **03 de setembro de 2026,** no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, para apresentação de documentos e para realização da avaliação médica pré-admissional:

Cargo: Engenheiro Ambiental

Classificação	Nome do Candidato
03º	KAANDRA WERNER VARISCO

Prefeitura Municipal de Piên/Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publicado por:
Solange de Fátima Senn
Código Identificador:A11CB6CB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DE ATAS 229/2026 A 234/2026

ATAS 229/2026 a 234/2026

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 042/2026
Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de suplementos alimentares conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde.

Ata nº 229/2026 - ALM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 28.921.456/0001-03, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 11.320,00 (onze mil e trezentos e vinte reais).
Ata nº 230/2026 - MAIS SAÚDE MARINGÁ PRODUTOS MÉDICOS E NUTRICIONAIS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 29.715.704/0001-22, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 82.168,00 (oitenta e dois mil e cento e sessenta e oito reais).
Ata nº 231/2026 - FARMACIA PRECO JUSTO BJN LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 44.731.194/0001-70, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais).
Ata nº 232/2026 - INTEGRA SOLUÇÕES MÉDICAS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 24.658.613/0001-89, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 46.562,00 (quarenta e seis mil e quinhentos e sessenta e dois reais).
Ata nº 233/2026 - VTR COMERCIAL LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 52.932.346/0001-21, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 49.371,00 (quarenta e nove mil e trezentos e setenta e um reais).
Ata nº 234/2026 - MN NUTRIÇÃO LTDA - ME, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 29.496.518/0001-40, vencedora dos itens conforme relatório disponível no portal da transparência, resultando no valor total de R$ 108.965,00 (cento e oito mil e novecentos e sessenta e cinco reais).

Fiscal Administrativo: Patricia Lemos, Nutricionista Matrícula 300741

Prazo de Vigência: 12 (Doze) meses a partir da publicação.
Data de assinatura: 28 de agosto de 2026

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

Coordenação de Contratos.
Compras e Licitações

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:65F383E6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 117/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 117/2026

PROTOCOLO: 3904/2026

Objeto: Formalização da contratação de serviço de acolhimento institucional de longa permanência, destinado ao atendimento de pessoas idosas, de ambos os sexos, com grau de dependência I, II e III, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Assistência Social e Defesa Civil.
CHAMAMENTO 009/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: LAR MOREIRA E MOREIRA LTDA
CNPJ: 41.588.366/0001-00
VALOR: R$ 955.803,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil e oitocentos e três reais).

AUTORIZAÇÃO 02/09/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:B8418A0E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 118/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N° 118/2026

PROTOCOLO: 3894/2026

Objeto: INCLUSÃO DOS VEÍCULOS 02 (DOIS) VAN TRANSIT MINIBUS VIDRADA, ANO/MODELO 2026/2026; VAN RENAULT MASTER 2.3 DCI EXTRA PRO 16V DIESEL, ANO/MODELO 2026/2026; GRAND SIENA ESSENCE, ANO/MODELO 2015/2015; E ONIX PLUS SEDAN, ANO/MODELO 2026/2027, NA APÓLICE DE SEGURO DA FROTA MUNICIPAL
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR

PESSOA JURÍDICA: SEGUROS SURA S.A
CNPJ: 33.065.699/0001-27
VALOR: R$ 1.824,62 (Um mil, oitocentos e vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos).

AUTORIZAÇÃO 02/09/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:BBDC74AB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 119/2026

CONTRATAÇÃO DIRETA
Inexigibilidade de Licitação N° 119/2026

PROTOCOLO: 3945/2026

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a realização de revisão mecânica programada de mil horas da RETROESCAVADEIRA 3CX JCB,

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN-PR.

PESSOA JURÍDICA: ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA
CNPJ: 05.063.653/0010-24
VALOR: R$ 9.303,55 (Nove mil, trezentos e tres reais e cinquenta e cinco centavos).

AUTORIZAÇÃO: 02/09/2026

Publicado por:
Marcos Aurelio Melenek
Código Identificador:D9F8F05C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de grades niveladoras, a fim de promover a substituição das grades desgastadas e ou danificadas, visando manter os serviços prestados aos agricultores através do programa Patrulha Agrícola que é um dos programas vigentes na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Piên PR. **Entrega das propostas**: a partir 04/09/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 22/09/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 02 de setembro de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:73E85108

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Piên/PR, 02 de setembro de 2025.

REQUERIMENTO DE DESISTÊNCIA

Eu, **DANIELE BOTELHO DE SOUZA**, convocado (a) pelo Edital nº 43/20226, residente e domiciliado na Rua Amadeu Assad Yassim, Bacacheri, Curitiba/PR, portador da cédula de identidade civil com RG nº 33******9 e CPF 476.***.***-10, venho mui respeitosamente requerer desistência da vaga de **Engenheiro Ambiental,** conforme classificação obtida no último Concurso Público 01/2023.

_____
DANIELE BOTELHO DE SOUZA

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:3D462F1B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Piên/PR, 02 de setembro de 2026.

REQUERIMENTO DE FINAL DE LISTA

Eu, **STEFANI DE LIMA** convocado (a) pelo Edital nº 40/2026, residente e domiciliada em RUA: GUSTAVO EICHENDORF, BOEHMERWALD, SÃO BENTO DO SUL/SC, portadora da cédula de identidade civil com RG nº 68***** e CPF nº 115.***.***-**, venho mui respeitosamente requerer final de lista da vaga de **PROFESSOR** conforme classificação obtida no Processo Seletivo 01/2025.

_____
STEFANI DE LIMA

Publicado por:
Ana Claudia Klassar Augustin
Código Identificador:A4880318

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO, ESTADO DO PARANÁ (UASG 985495)

COMPRASGOV 985495 - 13/2026

AMPLA CONCORRÊNCIA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO**, Estado do Paraná, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 95.590.832/0001-11, torna público que realizará no dia **17/09/2026, às 09:00 horas**, na plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br, abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

OBJETO: "Aquisição de Placar Eletrônico e banco de reserva e climatizadores.

DATA DA SESSÃO PÚBLICA: 17/09/2026, às 09:00 horas.

LOCAL DA ABERTURA: Plataforma COMPRAS.GOV.BR, constante na página eletrônica www.compras.gov.br.

RECURSOS: Próprios e/ou oriundos de convênios.

O edital encontra-se disponível no site www.pinhaldesaobento.pr.gov.br. Informações complementares podem ser obtidas na Prefeitura Municipal de Pinhal de São Bento, de segunda a sexta-feira, durante o expediente regular, pelo telefone (46) 3560-1122 ou via e-mail em licitacao@pinhaldesaobento.pr.gov.br.

Pinhal de São Bento/PR, 02/09/2026.

TAILINE MAIARA DA SILVA
Pregoeira

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:EDA9E3F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 014/2026 - RELATÓRIO DE RECURSOS

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
PROCESSO SELETIVO - 01/2026 ORGANIZAÇÃO: FÊNIX INSTITUTO LTDA

EDITAL Nº 014/2026
RELATÓRIO DE RECURSOS - FASE DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA A ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

RECURSO INSCRIÇÃO NOME DE IDENTIFICAÇÃO SITUAÇÃO DETALHES RESPOSTA

3636 197 Wxxxxx xxxxxL Axxxxx INDEFERIDO

Objeto do Recurso: Contestação contra a Ata de Classificação Preliminar – Critério de Desempate (Cargo: Cirurgião Dentista).
Prezada Banca Examinadora,
Eu, William Cabral Araujo, candidato ao cargo de Cirurgião Dentista, venho solicitar a revisão da minha posição na Classificação Preliminar.
Considerando que houve empate na nota final (10,00 pontos) e em todas as disciplinas entre os primeiros colocados, deve ser aplicado o critério de desempate por maior idade, conforme previsto no Item 9.2.3, alínea "e" do Edital.
Minha data de nascimento é 28/03/2003, sendo eu mais velho do que o candidato listado acima de mim na classificação preliminar (nascido em 14/06/2003). Como não há a precedência do critério de jurado, solicito a aplicação estrita do edital para que eu passe a figurar à frente do referido candidato na Classificação Final.
Nestes termos, peço deferimento

Após análise das razões apresentadas pelo candidato, a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO do recurso, pelos fundamentos a seguir expostos. Inicialmente, esclarece-se que todos os critérios de classificação e desempate aplicáveis ao certame foram previamente estabelecidos no Edital, instrumento que vincula tanto a Administração e a Banca Organizadora quanto os candidatos participantes, devendo sua aplicação ocorrer de forma objetiva, impessoal e uniforme. Os critérios de desempate são aplicad os com base nas informações constantes no sistema de inscrições e nos dados oficialmente declarados por cada candidato no momento de sua inscrição, observando-se rigorosamente a ordem de precedência prevista no Edital. Ressalta-se que a Banca Organizadora não realiza alterações, complementações ou confrontações de informações cadastrais de candidatos com fundamento em dados apresentados por terceiros, tampouco disponibiliza ou fornece informações pessoais constantes do cadastro individual de outros participantes do certame. Os dados pessoais fornecidos pelos candidatos são tratados exclusivamente para as finalidades relacionadas à realização do Concurso Público, em observância aos princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Nesse sentido, informações cadastrais individuais, inclusive aquelas relativas à data de nascimento dos participantes, não podem ser disponibilizadas ou submetidas à conferência de terceiros fora das hipóteses legalmente autorizadas, ressalvadas as informações cuja publicidade seja necessária ao regular desenvolvimento e transparência do certame. Cumpre destacar, ainda, que eventual informação obtida pelo recorrente acerca de dados pessoais de outro candidato não substitui os registros oficiais existentes no sistema de inscrições, nem constitui, isoladamente

elemento suficiente para demonstrar a ocorrência de erro material na aplicação dos critérios de desempate. Após a conferência dos registros oficiais do certame, não foi constatada irregularidade na aplicação dos critérios de classificação e desempate previstos no Edital, tendo a classificação preliminar sido processada de acordo com as informações regularmente cadastradas e com as regras previamente estabelecidas para todos os participantes. A alteração da ordem classificatória somente seria cabível diante da constatação objetiva de erro material, inconsistência cadastral ou aplicação equivocada das disposições editalícias, circunstâncias que não restaram demonstradas no presente recurso. Dessa forma, não há fundamento para alteração da classificação exclusivamente com base na alegação apresentada pelo recorrente. DECISÃO Diante do exposto, a Banca Examinadora decide pelo

INDEFERIMENTO DO RECURSO,
mantendo-se a classificação preliminar do candidato e a ordem classificatória publicada, por não ter sido constatado erro na aplicação dos critérios de desempate previstos no Edital. Recurso INDEFERIDO.

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:D0BAF773

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3403/2026

PORTARIA N.º 3.403/2026

SÚMULA: Exonerar a pedido GILVANE FORMAGINI ocupante do cargo temporário de Professora 20hs.

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido a partir de 01 de setembro de 2026, a servidora pública municipal, GILVANE FORMAGINI, matricula funcional nº 676-1 ocupante do cargo temporário de Professora, com carga horária de 20(vinte) horas semanais, do quadro de cargos temporário, deste Executivo Municipal.

Art. 3º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento – Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

Publique-se

PAULO FALCADE DE OLVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:78C18D50

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 3404/2026

PORTARIA N.º 3.404/2026

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias aos servidores públicos municipais abaixo nominados, relativo aos períodos de gozo e períodos aquisitivos que menciona:

Nome	Mat. funcional	Cargo	Per. Gozo	Per. Aquisitivo
JOICE RYCHCIK DA SILVA	6101	Médica Veterinária	08/09/2026 a 27/09/2026	04/03/2024 a 03/03/2025

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná 03 de setembro de 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:21B2CB26

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RESCSÃO DO CONTRATTO TEMPORÁRIO Nº01/2026N

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 01/2026

O MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com inscrição no CNPJ sob nº 95.590.832/0001-11, com sede administrativa na Avenida São Roque,178 cidade de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor **PAULO FALCADE DE OLIVEIRA**, e do outro lado o Sra., **GILVANE FORMAGINI,** têm justo e firmado entre si este Termo de Rescisão Contratual, em conformidade com a cláusula 8ª do Contrato Temporário de nº 01/2026

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo tem por objeto a rescisão a pedido, do CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 01/2026, celebrado em 08 de abril de 2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO DISTRATO
Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer título e em qualquer época, relativamente às obrigações assumidas no ajuste ora rescindidas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
As partes elegem o foro da comarca de Ampere/PR para dirimir quaisquer dúvidas advindas do presente instrumento de contrato.

Pinhal de São Bento/Pr, em 01 de setembro de 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

GILVANE FORMAGINI
Servidora

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:DCAFC6EC

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 02/2026 CMDPD

RESOLUÇÃO Nº 02/2026

Súmula: Aprova a alteração do Plano de Ação referente à Deliberação nº 005/2026 do COEDE/PR, que dispõe sobre o repasse do Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Município de Pinhal de São Bento – PR.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Pinhal de São Bento – PR, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.049, de 19 de fevereiro de 2025,

Considerando a Deliberação nº 005/2026 do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência – COEDE/PR, referente ao repasse do Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência;
Considerando a Resolução nº 01/2026 do CMDPD, de 22 de abril de 2026, que aprovou o Termo de Adesão e o Plano de Ação referente à Deliberação nº 005/2026 do COEDE/PR;
Considerando a necessidade de alteração do Plano de Ação anteriormente aprovado, visando adequar as ações e/ou a aplicação dos recursos às necessidades identificadas pelo Município;
Considerando a plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD, realizada no dia 31 de agosto de 2026, às 14h00, na qual, após leitura, análise e discussão, foram apresentadas e deliberadas as alterações propostas no Plano de Ação;
Considerando que as alterações do Plano de Ação foram aprovadas por unanimidade pelo plenário do CMDPD;
RESOLVE:
Art. 1º – Aprovar a alteração do Plano de Ação referente à Deliberação nº 005/2026 do COEDE/PR, que dispõe sobre o repasse do Incentivo para Fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e da Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, do Município de Pinhal de São Bento – PR.
Art. 2º – Fica aprovado o Plano de Ação alterado, que passa a integrar a presente Resolução para todos os fins, substituindo, no que couber, o Plano de Ação anteriormente aprovado por meio da Resolução nº 01/2026 do CMDPD.
Art. 3º – Permanecem inalteradas as demais disposições constantes na Resolução nº 01/2026 do CMDPD e no Termo de Adesão referente à Deliberação nº 005/2026 do COEDE/PR, que não forem incompatíveis com as alterações ora aprovadas.
Art. 4º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pinhal de São Bento – PR, 31 de agosto de 2026.

ZENIR ANDRETTI DE CAMARGO BARBIERI
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Larissa Cristiane de Lima Cordova
Código Identificador:BE4ED806

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 303/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paulo Sergio de Lima Matrícula: 434-1

Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 03/08/2026 (saída as 07:30 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5= 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes Fermino Oleias com acompanhante para consulta no CEONC, Jorge Ferreira dos Santos com acompanhante para consulta na FAG em Cascavel/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: CEONC e FAG em Cascavel/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	1****-8	026.***.***-58

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 03 de agosto de 2026.

Solicitante da viagem: Paulo Sergio de Lima
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:F4DB9C80

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 304/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Selso Claudio Burtet Matrícula: 321-1
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 03/09/2026 (Saída 04:00 horas)
Destino: Foz do Iguaçu/PR
Valor de diárias: 569,83 x 0,5 = 284,91
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar a paciente Marilene dos Santos para consulta no Hospital Nossa Senhora Aparecida em Foz do Iguaçu/PR.
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: Hospital Nossa Senhora Aparecida em Foz do Iguaçu/PR.
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
0**	1***-6	1****-6	750.***.***-20

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.
Informações Complementares:
Pinhal de São Bento, 03 de setembro de 2026.
Solicitante da viagem: Selso Claudio Burtet
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:F0D0CF6C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
PORTARIA 043/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a Lei Municipal n.º 2553/2025 e nº 2556/2025, de 13 de março de 2025,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear LEONARDO GOMES ZUCCHI, portador do RG n.º 13.892.XXX-9 PR e inscrito no CPF sob n.º 109.178.XXX-08, para exercer, em comissão, o cargo de Assessor Parlamentar – CC4, lotado no gabinete do Vereador Marildo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, conforme Lei N.º 1204/2012, de 25 de outubro de 2012 e Decreto N.º 3891/2012, de 21 de novembro de 2012.

Câmara Municipal de Piraquara, em 02 de setembro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente

Publicado por:
Simone Selenko
Código Identificador:51FC40A6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO CONCORRÊNCIA - N. 08/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: 20.094/2026

O Município de Piraquara, **UASG N. 987769,** por meio do Presidente da Comissão de Contratação, torna público para conhecimento dos interessados, que a abertura da Concorrência citada, que tem por objeto a Contratação de reforma e ampliação da Escola Rural Municipal Heinrich de Souza, localizada na rua Juri Danilenko, nº 3468, bairro Bosque Tarumã – Guarituba, no município de Piraquara/PR, fica **SUSPENSA**, em virtude da necessidade de alterações do Edital. Esclarecimentos e alterações, bem como a nova data de abertura, serão publicados em momento oportuno.Piraquara, 02 de setembro de 2026.

EMERSON ANTONIO ZAPCHAU -
Agente de Contratação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:884FBF03

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.990/2026

Dispõe sobre a elevação de nível por graduação dos professores e servidores da educação municipal.

O Prefeito Municipal de Piraquara, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1º Os professores e servidores da educação municipal abaixo relacionados terão seus níveis por graduação alterados após apresentação e deferimento da documentação, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.192/2012 e Lei Municipal nº 1.691/2017.

MATRÍCULA	NOME	NÍVEL	DATA DO PROTOCOLO
997651	ELAINE APARECIDA NECKEL	ESP-03	01/09/2026

992837	ELIEZER CANTEIRO DE MOURA	PD-07	21/08/2026
997646	GISELE ROBAINA	ESP-03	21/08/2026
997648	JÉSSICA FERNANDA CARNEIRO	ESP-03	26/08/2026
997650	LIRIANE DE BARROS PERROTTI	LIC-03	01/09/2026
997649	LUCIANE PEREIRA ROCHA	ESP-03	01/09/2026

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data constante no quadro sob a denominação – DATA DO PROTOCOLO.

Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 02 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:43EA1C91

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.991/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Nomear o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público, realizado através do Edital nº 338/2022 e com homologação através do Edital nº 630/2022, cumprindo as exigências legais.

CARGO: PROFESSOR

Nome	Admissão
VÂNIA SIPLIANO MENDES	02/09/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 02/09/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 02 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:11500BE6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.992/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° A exoneração da servidora efetiva abaixo relacionada:

Nome	Matrícula	Cargo	Data	Motivo
Vanessa Pedroso Diniz	992843	Agente Educacional II – Secretaria Escolar	01/09/2026	A pedido

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 01/09/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 02 de Setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:C87DEB3F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.993/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nas disposições constantes na Lei Municipal nº 1.252/2013,
DECRETA:
Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a servidora **Milena Kluppell Ferreira Costa** do cargo de Chefe de Divisão de Receitas – CC-3, da Secretaria Municipal de Finanças.
Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos legais a contar de 01/09/2026.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 02 de Setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:DB457BDF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 101/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº542/2023, com homologação através do Edital Nº 629/2024, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº2974/2024 de 05/03/2024, RESOLVE CONVOCAR PARA O EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL:

CARGO: AGENTE EDUCACIONAL – II SECRETARIA ESCOLAR

Classif.	Nome	Nota
44	DIONATA ZAITTER DOS SANTOS	65,00
45	MAURICIO DE SOUZA PEREIRA JUNIOR	65,00
46	HELENA DE OLIVEIRA RAU	64,00

O exame de saúde pré-admissional e a entrega dos exames solicitados no Edital de Abertura 542/2023, conforme Item19, deverão ser apresentados no **dia 28/09/2026 às 8:40hrs, para a realização da Avaliação Médica e Psicológica** realizada na Perícia Médica – Paraná Medicina do Trabalho, **localizada na Rua Prof.ª Maria Carolina Wilk,nº 20 - Centro, Piraquara – PR.**

De acordo com o Edital 542/2023:19.10 Será considerado **ELIMINADO** o candidato que:

Deixar de apresentar quaisquer dos exames listados no presente edital e complementares, bem como laudo incompleto;
b) Não comparecer na data e local agendado para submissão as avaliações médicas e psicológicas;
c) Apresentar declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica, sem prejuízo das sanções civis e penais aplicáveis.
19.11 Não poderá o candidato, em tempo algum, alegar prejuízo ou imputar ao Município de Piraquara – PR qualquer dano que venha decorrer da perda de prazo para posse.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 02 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:03630DC0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 102/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 018/2026, com

homologação através do Edital Nº 042/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 3521/2026 de 04/05/2026, RESOLVE CONVOCAR PARA O EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL:

CARGO: ENFERMEIRO

Classif.	Nome	Nota
***03**	DANIELA BUENO DE PAULA	70,00

CARGO: TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL

Classif.	Nome	Nota
11	IZAMARA APARECIDA COSTA DOS SANTOS	54,00

***Candidato pertencente à reserva de vagas para afro.**
O exame de saúde pré-admissional e a entrega dos exames solicitados no Edital de Abertura 018/2026, conforme Item12.7, deverão ser apresentados no **dia 28/09/2026 às 9h:00min., para a realização da Avaliação Médica e Psicológica** realizada na Perícia Médica – Paraná Medicina do Trabalho, **localizada na Rua Prof.ª Maria Carolina Wilk, nº 20 - Centro, Piraquara – PR.**

De acordo com o Edital 018/2026: 12.22 Será considerado **ELIMINADO** o candidato que:
Deixar de apresentar quaisquer dos exames listados no presente edital e complementares, bem como laudo incompleto;
Não comparecer na data e local agendado para submissão as avaliações médicas e psicológicas;
Apresentar declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica, sem prejuízo das sanções civis e penais aplicáveis.
12.23- Não poderá o candidato, em tempo algum, alegar prejuízo ou imputar ao Município de Piraquara – PR qualquer dano que venha decorrer da perda de prazo para posse.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 02 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:F1F162FF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 103/2026

O Prefeito do Município de Piraquara, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o Concurso Público realizado em conformidade com o Edital Nº 338/2022, com homologação através do Edital Nº 630/2022, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná Nº 2.619/2020 de 05/10/2022, RESOLVE CONVOCAR PARA O EXAME DE SAÚDE PRÉ-ADMISSIONAL:

CARGO: PROFESSOR

Classif.	Nome	Nota
776	ANA MARCIA LOPES MOREL	53,00
777	CARLA DE SOUSA MACHADO	53,00
778	ELIANE MARGARETH MARQUES	53,00
779	GILMAR CLEVERSON FRANCO DA SILVA	53,00
780	TATIANA ROBERTA KRUGER	53,00
781	ALINE DA ROCHA	53,00
782	ROSILDA CARVALHO DE HOLANDA	53,00
783	EDINEIA DA SILVA SANTOS RIBEIRO	53,00
784	SUZANA CALMO DA SILVA	53,00
785	DANIELLE MENDES SCHULTZ DE MORAES (CANDIDATA JÁ ADMITIDA PELA RESERVA DE VAGAS PARA AFRO)	53,00
786	LUCIANE FRANCINE DE OLIVEIRA	53,00
787	GISLEI APARECIDA DA SILVA	53,00
788	SILVANA MOREIRA DOS SANTOS	52,50
789	BARBARA AUGUSTA ZANARDE DA SILVA	52,50
790	ERICKA DE RESENDE DA COSTA RAMOS	52,50
791	MARIA LUIZA ACOSTA COELHO MACHADO	52,50
792	SUZANA GONÇALVES DOS SANTOS FARIAS DA SILVA	52,50
793	ANA GABRIELLA FATEL LIMA	52,50
794	DANIEL DOS SANTOS DE LIMA	52,50
795	CRISTIANE DA SILVA	52,50
796	LUCIELI CONTINI	52,50
797	EDILAINE GLUKOSKI ROSA	52,50
798	ALINE KOBICZ DA SILVA	52,50

O exame de saúde pré-admissional e a entrega dos exames solicitados no Edital de Abertura 338/2022, conforme Item 19, deverão ser apresentados no **dia 28/09/2026 conforme horários a seguir, para a realização da Avaliação Médica e psicológica** realizada na Perícia Médica – Paraná Medicina do Trabalho, **localizada na Rua Prof.ª Maria Carolina Wilk, nº 20 - Centro, Piraquara – PR.**

28/09/2026 às 9h:20min. para os candidatos classificados do 776º ao 787º;
28/09/2026 às 10h:30min. para os candidatos classificados do 788º ao 798º;

De acordo com o Edital 338/2022:19.10 Será considerado **ELIMINADO** o candidato que:
Deixar de apresentar quaisquer dos exames listados no presente edital e complementares, bem como laudo incompleto;
b) Não comparecer na data e local agendado para submissão as avaliações médicas e psicológicas;
c) Apresentar declaração falsa ou inexata de dados constantes da Ficha Médica e Psicológica, sem prejuízo das sanções civis e penais aplicáveis.
19.11 Não poderá o candidato, em tempo algum, alegar prejuízo ou imputar ao Município de Piraquara – PR qualquer dano que venha decorrer da perda de prazo para posse.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 02 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:940DABEB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº 21.142/2024 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 11/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos do Capitulo II do Decreto N°12.116 de 22 de Março de 2024, **AUTORIZA** o **Processo nº 21.142/2024 - Inexigibilidade de Licitação nº 11/2024**, cujo objeto é o **Credenciamento para contratação de pessoas físicas para prestação de serviços, conforme necessidade da Secretaria de Educação,** em relação aos seguintes credenciados Evelin Sindai de Souza; Larissa dos Santos Matucheski; Kethelyn Caroline Celestino da Silva; Elissa Tatiane Ferreira Fontoura Fernandes; Leonardo Soares Hespanhol; Edna Cristiane Ribeiro da Silva; Julliete Macarini Teixeira; Rayane Aparecida Soares da Luz Santos; Eveline Kerolaine Nunes Ferreira; Marcus Paulo de Quadros Vieira; Stephany Kauana Madruga dos Santos; Raissa dos Santos de Paiva; Halana Carvalho; Thais Marques da Silva; Henrique Salgueiro Rusycki; Nataly Almeida Sutil, em 28 de agosto de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:6303947B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO – RETIFICADO PROCESSO Nº 21.352/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com base na Lei Federal nº 14.133/2021, e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento

das propostas apresentadas ao **PROCESSO Nº 21.352/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026,** que tem por objeto a Aquisição de semiperecíveis para atendimento das Secretarias Municipais de Piraquara – Itens Desertos e Fracassados do Pregão n°11/2026, RETIFICA-SE o resultado anteriormente informado em relação aos valores das empresas. Sendo assim, **ADJUDICO** e **HOMOLOGO** em face da empresa: **NUTRICESTAS ALIMENTOS LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 14.156.181/0001**,** pelo valor total de **R$ 40.686,50** (quarenta mil seiscentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos); **JAS DISTRIBUIDORA LTDA,** inscrita no CNPJ/MF sob nº 59.362.324/0001-12 pelo valor total de **R$ 470.370,63** (quatrocentos e setenta mil trezentos e setenta reais e sessenta e três centavos);Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 01 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:60AA93E1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.702/2026

Dispõe sobre a assistência religiosa, espiritual e de capelania nas instituições públicas e privadas do Município de Piraquara, revoga a Lei Municipal nº 1.931/ 2019, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a prestação de assistência religiosa, espiritual e de capelania aos usuários, pacientes, alunos, servidores, colaboradores e demais pessoas atendidas em instituições públicas e privadas situadas no Município de Piraquara, observados os princípios da dignidade da pessoa humana, da liberdade de consciência, da liberdade de crença, da igualdade e da laicidade do Estado.

§ 1º A assistência prevista nesta Lei será prestada mediante solicitação da parte interessada ou de seu representante legal, quando cabível.

§ 2º Nenhuma pessoa poderá ser constrangida, obrigada, induzida ou discriminada em razão da aceitação ou recusa da assistência prevista nesta Lei.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se serviço de capelania o conjunto de ações de assistência religiosa, espiritual, emocional e humanitária destinadas ao atendimento integral da pessoa, considerando suas dimensões física, emocional, intelectual, social e espiritual, prestadas por capelães devidamente capacitados e autorizados pela instituição onde ocorrerá o atendimento, sem configurar exercício privativo de profissões regulamentadas. Parágrafo único. O serviço de capelania poderá compreender, entre outras atividades:

I – aconselhamento espiritual;

II – escuta qualificada e acolhimento emocional;

III – apoio em situações de enfermidade, sofrimento, luto, violência, abuso, abandono, calamidade pública ou outras situações de vulnerabilidade;

IV – realização de visitas, inclusive domiciliares quando autorizadas, orações, leituras devocionais, celebrações religiosas e demais práticas compatíveis com a crença da parte assistida, sempre mediante sua anuência;

V – participação em ações educativas, preventivas e de promoção da cultura da paz;

VI – desenvolvimento de atividades voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares, comunitários e sociais;

VII – realização de palestras, cursos, rodas de conversa, treinamentos e outras ações de orientação voltadas ao desenvolvimento humano, à prevenção da violência e à valorização da vida;

VIII – colaboração, quando autorizada pela instituição, em projetos educativos, comunitários, assistenciais ou de promoção da cidadania.

CAPÍTULO II DO ÂMBITO DE ATUAÇÃO

Art. 3º A assistência religiosa, espiritual e de capelania poderá ser prestada:

I – em hospitais, unidades de pronto atendimento, centros de saúde e demais estabelecimentos de atendimento médico e hospitalar;

II – em instituições públicas e privadas de ensino, sem integrar as atividades pedagógicas obrigatórias ou implicar participação compulsória;

III – em instituições de longa permanência para idosos;

IV – em casas de acolhimento de crianças e adolescentes;

V – em serviços de atendimento e proteção à mulher;

VI – nos Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, sem interferência nas condutas terapêuticas definidas pela equipe multiprofissional que acompanha a parte assistida;

VII – em comunidades terapêuticas;

VIII – em unidades de acolhimento institucional e demais entidades assistenciais regularmente constituídas;

IX – em repartições públicas, estabelecimentos privados e demais instituições que atendam pessoas em situação de vulnerabilidade, mediante autorização da administração responsável.

Art. 4º São beneficiários da assistência prevista nesta Lei:

I – estudantes, professores e profissionais da educação;

II – pacientes, acompanhantes e profissionais da saúde;

III – idosos acolhidos em instituições de longa permanência;

IV – crianças e adolescentes acolhidos em instituições de proteção;

V – mulheres em situação de vulnerabilidade social ou vítimas de violência;

VI – pessoas com transtornos mentais ou em tratamento por dependência química;

VII – servidores públicos e colaboradores das instituições abrangidas por esta Lei;

VIII – demais usuários dos serviços públicos e privados abrangidos por esta Lei.

CAPÍTULO III DOS CAPELÃES

Art. 5º A assistência religiosa e espiritual poderá ser prestada por representantes de organizações religiosas regularmente constituídas, entidades de capelania ou por pessoas devidamente capacitadas para o exercício da atividade, observadas as normas da instituição onde ocorrerá o atendimento e os princípios da liberdade religiosa e da diversidade de crenças.

§ 1º É vedada qualquer forma de discriminação religiosa ou preferência institucional por determinada religião, crença ou tradição espiritual.

§ 2º O acesso dos capelães dependerá da observância das normas de segurança, funcionamento e organização interna de cada instituição.

§ 3º A instituição poderá exigir documentação relativa à identidade, capacitação, antecedentes, declaração de vínculo institucional ou outros documentos compatíveis com seus regulamentos internos.

Art. 6º O exercício das atividades de capelania observará os critérios de capacitação ou experiência definidos pela organização religiosa, entidade de capelania ou instituição responsável, observado o regulamento da instituição em que ocorrer o atendimento. Art. 7º Os capelães deverão:

I – respeitar a dignidade, a intimidade, a autonomia, a privacidade e as convicções pessoais dos assistidos;

II – preservar o sigilo das informações obtidas durante os atendimentos, ressalvadas as hipóteses previstas em lei;

III – observar os protocolos de segurança, saúde, ética e funcionamento das instituições;

IV – atuar de forma complementar às atividades desenvolvidas pelos profissionais das respectivas instituições;

V – abster-se de qualquer forma de constrangimento, discriminação, coação, assédio religioso ou aproveitamento da condição de vulnerabilidade do assistido.

Art. 8º A assistência religiosa, espiritual e de capelania possui natureza humanitária, voluntária ou institucional, não substitui os atendimentos médico, psicológico, assistencial, pedagógico ou de qualquer outro profissional legalmente habilitado, devendo ser prestada de forma complementar e respeitadas as competências legais de cada profissão.

CAPÍTULO IV DA EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

Art. 9º As instituições públicas e privadas poderão celebrar acordos, convênios, termos de cooperação, instrumentos congêneres ou parcerias com organizações religiosas, entidades de capelania e organizações da sociedade civil para a execução das atividades previstas nesta Lei, observada a legislação aplicável.

Art. 10. É vedada a utilização das atividades de assistência religiosa, espiritual ou de capelania para fins político-partidários, eleitorais, comerciais, de captação financeira, propaganda institucional ou qualquer forma de constrangimento religioso.
Art. 11. A execução desta Lei não implica criação obrigatória de cargos públicos, funções, de estruturas administrativas ou de aumento automático de despesas para o Município.
Art. 12. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para assegurar sua adequada execução.
CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 13. Fica expressamente revogada a Lei Municipal nº 1.931/2019.
Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 02 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:7C102C84

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
REGIMENTO INTERNO N° 01/2026 CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - CME

A Secretária Municipal de Educação e a Presidente do Conselho Municipal de Educação, usando de suas atribuições legais, e de acordo com o Ofício nº 006/2026 do Conselho Municipal de Educação – Secretaria Municipal de Educação, tornam público o Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação – CME.
TÍTULO I
Disposições Preliminares

Art. 1º O Conselho Municipal de Educação de Piraquara – CME, instituído pela Lei n° 1153, de 28 de setembro de 2011 é órgão Colegiado integrante da Secretaria Municipal de Educação e do Plano Municipal de Educação, de caráter permanente e autônomo, com funções consultiva, fiscalizadora, mobilizadora, propositiva e de controle social, com a finalidade de contribuir para o estabelecimento de políticas educacionais para a Educação Municipal de Piraquara PR.
Art. 2º A Educação Municipal de Piraquara, mantida pelo Poder Público Municipal, compreende as seguintes instituições e modalidades de ensino:
I- A Secretaria Municipal de Educação – SMED;
II– Centros Municipais de Educação Infantil;
III– Escolas de Ensino Fundamental – anos iniciais – 1° ao 5° ano e Educação em tempo integral;
IV- Escolas de Educação Especial e Centros de Atendimento Interdisciplinar Especializados;
V- Escolas com Educação de Jovens e Adultos;
VI- Departamento de Nutrição Escolar;
VII- Secretaria dos Conselhos da Educação: Conselho Municipal de Educação – CME, Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB e Conselho de Alimentação Escolar-CAE.
Parágrafo Único. O Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE e o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica - FUNDEB participarão, solidariamente, das ações do Conselho Municipal de Educação, no que couber.
TÍTULO II
Da Natureza, Sede e Foro, Objetivo e Finalidade

Art. 3º O Conselho Municipal de Educação tem sede e foro na cidade de Piraquara, Estado do Paraná, com jurisdição sobre Unidades de Ensino públicas municipais de Educação Infantil- CMEIs, Educação Básica do Ensino Fundamental I, incluindo Educação em Tempo Integral, Escola Especial, CMAIEs – Centros Municipais de Atendimento Interdisciplinar Especializado, compreendendo também o Departamento de Nutrição Escolar e interface com as conveniadas, redes particular e estadual.
Art. 4º O Conselho Municipal de Educação tem como objetivo acompanhar e propor a efetivação de políticas públicas educacionais, de qualidade, por meio da implementação do Plano Municipal de Educação (PME) com a participação da sociedade civil, através da gestão democrática e o controle social da educação no município.
TÍTULO III
Da Estrutura Organizacional, Atribuições e Funcionamento

CAPÍTULO I
Da Organização, Composição, Eleição e Mandato
Art. 5º Para o desempenho de suas atividades, o Conselho Municipal de Educação – CME será organizado da seguinte forma:
I – Conselho Pleno:
a) constituído pelo conjunto dos(das) conselheiros(as) titulares e suplentes;
b) gerido pela Diretoria Executiva, composta por: Presidente(a), Vice-Presidente(a) e Secretário(a) Geral.
Art. 6º O Conselho Municipal de Educação será composto por 16 (dezesseis) membros titulares, sendo indicado para cada titular um suplente, com idêntico mandato, assim representados:
I - 02 (dois(duas)) representantes da Secretaria Municipal de Educação sendo 01 (um(a)) titular e 01(um(a)) suplente, indicados(as) pelo(a) Chefe do Executivo Municipal;
II - 02 (dois(duas)) representantes da categoria de professores(as) da Educação Infantil sendo 01 (um(a)) titular e 01(um(a)) suplente;
III - 02 (dois(duas)) representantes da categoria de professores(as) do Ensino Fundamental sendo 01(um(a)) titular e 01(um(a)) suplente;
IV - 02 (dois(duas)) representantes da categoria de professores(as) da Educação Especial sendo 01 (um(a)) titular e 01(um(a)) suplente;
V - 02 (dois(duas)) representantes da categoria de professores da Educação de Jovens e Adultos sendo 01(um(a)) titular e 01(um(a)) suplente;
VI - 02 (dois(duas)) representantes das Escolas Estaduais sendo 01(um(a)) titular e 01(um(a)) suplente;
VII - 02 (dois(duas)) representantes dos(das) funcionários(as) de escola (agente educacional I e/ou II) sendo 01(um(a)) titular e 01(um(a)) suplente;
VIII - 02 (dois(duas)) representantes do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (CACS-FUNDEB), sendo 01 (um(a)) titular e 01(um(a)) suplente;
IX - 02 (dois(duas)) representantes de estudantes pertencentes ao grêmio estudantil, maiores de 18 anos ou emancipados, sendo 01(um(a)) titular e 01(um(a)) suplente;
X - 02 (dois(duas)) representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Piraquara, sendo 01 (um(a)) titular e 01(um(a)) suplente;
XI - 02 (dois(duas)) representantes das escolas particulares, sendo 01(um(a)) titular e 01(um(a)) suplente;
XII - 02 (dois(duas)) representantes da Associação das (os) Profissionais da Educação Municipais de Piraquara (APMP), sendo 01(um(a)), sendo 02 (dois(duas)) titulares e 02 (dois(duas)) suplentes;
XIII - 04 (quatro) representantes de pais de alunos, sendo 02 (dois(duas)) titulares e 02 (dois(duas)) suplentes;
XIV - 04 (quatro) representantes da sociedade civil organizada, sendo 02 (dois(duas)) titulares e 02 (dois(duas)) suplentes. Os(As) representantes não podem estar atuando como comissionados no serviço público municipal ou estadual, caso isso ocorra no decorrer do mandato, faz-se necessária a substituição da representatividade.
§1º A suplência será ocupada sempre pelo último membro indicado pelo seu segmento;
§2º O Conselho Municipal da Educação é um órgão consultivo, propositivo, mobilizador e fiscalizador, não podendo ser ocupado por pessoas alheias ou despreparadas para discutir assuntos específicos da Educação.
§3º Os membros efetivos e suplentes do Conselho Municipal de Educação serão eleitos por seus respectivos segmentos por meio de voto direto e secreto por segmento ou por aclamação em Conferência Municipal de Educação ou assembleia e nomeados por ato do(a) Prefeito(a) Municipal.
§4º Os segmentos de que trata os incisos I, VIII, X e XII, serão indicados por seus respectivos segmentos.
I - Os segmentos que tratam o parágrafo anterior terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias para encaminhar os nomes dos(as) representantes após o recebimento formal da solicitação realizada pelo conselho;

II- Em casos de vacância durante o mandato os segmentos de que trata os incisos I, VIII, X e XII, serão indicados por seus respectivos segmentos e informados ao CME para atualização do Decreto;
III- Em casos de vacância durante o mandato os segmentos de que trata os incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX, XI, XIII e XIV, deverá ocorrer eleição de acordo com regulamento eleitoral;
IV – No(s) caso(s) de vacância, o mandato do(s)/da(s) novo(s)/a(s) Conselheiro(s)/a(s) e ou do(s) segmento(s) será por período correspondente do decreto publicado até final do mandato do CME;
§5º Os(As) suplentes assumirão automaticamente nas ausências e impedimentos dos(as) Conselheiros(as) Titulares, sendo recomendada sua presença em todas as reuniões de plenária, nas quais poderão participar dos assuntos e matérias discutidas, porém só votarão quando substituindo os(as) titulares, cabe ao(à) titular informar de forma antecipada o(a) suplente em caso de não participação.
§6º Perderá o mandato o(a) conselheiro(a) que faltar por 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas, (ordinária, extraordinária ou de câmaras) sem justificativa, no período de 01 (um) ano civil, ou se afastar por um tempo superior a 90 dias (noventa) dias, exceto em casos de licença maternidade.
§7º A justificativa de ausência do(a) Conselheiro(a) deverá ser apresentada com no mínimo 24 horas de antecedência, no e-mail oficial do CME e/ou no grupo oficial de WhatsApp, salvo por motivos de força maior.
§8º Cabe ao(à) Conselheiro(a) Titular do segmento, informar o(a) conselheiro(a) suplente, em sua necessidade de ausência e ou impedimento e também justificar conforme §7º;
§9º Cabe ao(à) Conselheiro(a) Suplente do segmento, substituir impreterivelmente o(a) titular em suas ausências e ou impedimentos e também justificar conforme §7º em caso de ausência.
Art. 7ºO mandato do conselho será de 03 (três) anos, com direito a reeleição; Parágrafo único: Findado o segundo mandato o(a) conselheiro(a) que atuou em dois mandatos poderá participar da eleição desde que por segmento diferente aos mandatos anteriores;
Art. 8º No prazo de 60 (sessenta) dias para encerrar o período de mandato do conselho, o/a Presidente(a) do CME comunicará oficialmente às respectivas entidades representadas neste Regimento, para que sejam tomadas as providências para reeleição, eleição, ou indicação dos nomes.
§1º Para a condução do processo eleitoral, será organizada uma comissão Eleitoral, composta por: 02 (dois(duas)) representantes do CME; 02 (dois(duas)) representantes da SMED; 02 (dois(duas)) representantes da APMP; 02 (dois(duas)) representantes do CACS-FUNDEB.
Art. 9º As eleições dos membros do Conselho Municipal de Educação, titulares e suplentes, realizar-se-ão por meio de voto direto e secreto ou por aclamação.
Art. 10 O Edital de convocação para as eleições dos representantes de cada segmento será expedido pelo(a) Presidente(a) do Conselho Municipal de Educação, assim como ofícios/Doc para indicação do executivo, CMDCA e Escola Particular com antecedência nunca inferior a 30 (trinta) dias, antes do término da gestão e fixará o período e as regras destinadas ao pleito eleitoral.
Art. 11 Têm direito a voto nas Assembleias, os/as profissionais da educação em efetivo exercício nas instituições de ensino do município de Piraquara e/ou instituições ligadas à Educação, de acordo com o segmento representado.
Art. 12 O mandato será cumprido integralmente, no período para o qual os(as) representantes foram eleitos(as), exceto em caso de destituição ou renúncia.
Art. 13 A data de início do mandato do(a) conselheiro(a) é o dia da publicação do ato de sua nomeação, seja para eleição do conselho ou em caso de vacância realizada através de Decreto pelo(a) Prefeito(a) Municipal.
Art. 14 O mandato de conselheiro(a) não poderá ser revogado por iniciativa do Poder Executivo Municipal, e os(as) conselheiros(as) representantes e nomeados(as) poderão ser substituídos(as) somente após o término de seu mandato no Conselho, salvo sob renúncia ou destituição, na forma prevista neste Regimento Interno.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

Das funções e atribuições do(a) Presidente(a) e do(a) Vice-presidente(a)

Art. 15A função do Conselho será considerada serviço público relevante, onde os membros não receberão qualquer tipo de pagamento gratificado ou comissionado, sendo seu exercício prioritário e justificam-se as ausências nas atividades profissionais de seus membros para as sessões do Conselho ou participação em diligências autorizadas por este.
Art. 16 O Conselho Municipal de Educação terá um(a) Presidente(a), um(a) Vice-Presidente(a) e um(a) Secretário(a) Geral, escolhidos(as) entre seus membros, por maioria simples de votos, com mandato de 03 (três) anos, sendo permitida uma única reeleição.
Art. 17 A Presidência e vice-presidência é a representação máxima do Conselho Municipal de Educação, sendo a reguladora dos seus trabalhos e o(a) fiscal de sua ordem, tudo em conformidade com o Regimento Interno do CME.
§1º O(A) Presidente(a), o(a) Vice-Presidente(a) e o(a) Secretário(a) Geral, imediatamente após eleitos(as) pelo Conselho Pleno, terão seus nomes homologados por Portaria do Conselho Municipal de Educação, com mandato de 03 (três) anos a partir da eleição.
§2º O(A) Presidente(a) em suas faltas ou impedimentos, será substituído(a) pelo(a) Vice-Presidente(a).
§3º Na ausência simultânea de ambos(as), a substituição será feita pelo(a) Secretário(a) Geral.
§4º Na ausência do(a) Secretário Geral a substituição será feita por um(a) conselheiro(a) titular após aprovação da maioria simples dos(as) conselheiros (as).
Art. 18 O(A) Presidente(a) e/ou conselheiros(as) titulares, quando servidores(as) públicos(as) efetivos(as), poderão ser disponibilizados(as) de suas funções, para atuação no Conselho Municipal de Educação, garantindo a sua lotação de origem, sem prejuízo em sua avaliação da prática profissional e PCCVS – Plano de Cargos, Carreira, Vencimentos e Salário.
Parágrafo único. O(A) Presidente(a) e/ou conselheiro(a) titular, terá jornada de tempo de dedicação que o cargo exige de 20 ou 40 horas semanais e em sendo servidor(a) público(a) municipal, ficará à disposição deste órgão colegiado.
Art. 19 O(A) Presidente(a), o(a) Vice-Presidente(a), serão eleitos(as) em votação secreta ou aberta por maioria simples dos segmentos em reunião convocada para este fim e após ocorrerá a nomeação realizada pelo(a) Prefeito(a) Municipal.
Art. 20 Compete ao(à) Presidente(a):
I – Convocar e presidir as reuniões, seminários, encontros e/ou outros promovidos pelo Conselho;
II – Propor a pauta das reuniões e resolver questões de ordem;
III – Representar o Conselho em solenidades, atos oficiais dos órgãos públicos e da sociedade civil;
IV – Exercer, nas sessões plenárias, direito de voto de qualidade nos casos de empate;
V – Baixar atos decorrentes de decisões do Conselho Pleno;
VI – Cumprir e fazer cumprir este regimento e as deliberações do Conselho Municipal de Educação – CME.
Parágrafo único. O/A secretário/a geral será designado(a) pelos(a) conselheiros(as) sendo preferencialmente escolhido(a) entre liberados(as) para atuar no CME.

SEÇÃO II

Do(a) Secretário(a) Geral

Art. 21 O(A) Secretário(a), deve auxiliar os trabalhos da Presidência, tendo por atribuição planejar, programar, organizar, coordenar, supervisionar as atividades e documentação do Conselho.
Art. 22 Ao(À) Secretário(a) compete:
I – Organizar a pauta das reuniões e convocar os(as) conselheiros(as);
II – Secretariar as reuniões do Conselho Pleno e das Câmaras, lavrar, coletar assinaturas e assinar as respectivas atas, registrar as justificativas de ausência;
III – Divulgar à Secretaria Municipal de Educação, aos(às) Conselheiros(as), às Unidades Educacionais da Secretaria Municipal de Educação, Comitês e Conselhos afins o programa anual de trabalho, as convocações de reuniões e suas respectivas pautas, e ações do Conselho Pleno, das Câmaras Setoriais e Comissões;
IV – Tomar as providências administrativas necessárias para realização do Conselho Pleno, Câmaras Setoriais e Comissões;
V – Providenciar a execução das medidas determinadas pelo Conselho Pleno e/ou Presidente(a) e vice;
VI – Acompanhar e orientar a Assessoria Técnica juntamente com o(a) Presidente(a) e vice;

VII – Elaborar o relatório anual de atividades do Conselho para sua apreciação;
VIII – Organizar o arquivo e memória do Conselho;
IX- Manter atualizado em conjunto com a SMED as informações relevantes ao CME em sitio oficial para esse fim;
X – Exercer outras atribuições inerentes à função.
Art. 23 Os(as) conselheiros(as) têm por função analisar as ações educacionais, representar, estudar, propor, delegar em prol das políticas educacionais do município, tendo em vista a melhoria da qualidade do ensino, da aprendizagem e a efetivação da gestão educacional pactuada no Plano Municipal de Educação.
Art. 24 Compete aos(às) conselheiros(as) municipais:
I – Propor políticas educacionais para melhoria da qualidade do ensino;
II – Analisar, relatar, propor, fiscalizar e pedir vistas de situações/ consultas apresentadas ao Conselho de maneira formal (1doc, e-mail, protocolo):
a) O pedido de vistas terá o prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas e no máximo 07 (sete) dias corridos;
b) O pedido de vistas deverá ser solicitado por ofício ao(à) Presidente(a) e deliberado no Conselho Pleno;
c) Os documentos solicitados deverão ser analisados nas dependências do CME e só poderão ser reproduzidos mediante deliberação do Conselho Pleno salvaguardados os direitos previstos na legislação em vigor.
III – Integrar Câmaras Setoriais;
IV – Participar das reuniões do Conselho, devendo comunicar seu impedimento à Presidência e a seu/sua suplente, assinar atas, livro de presença, pareceres, deliberações e demais atos do Conselho aos quais se fizer presente;
V – Representar o Conselho Municipal quando designado(a) e apresentar relatório resumido das atividades desenvolvidas nas primeiras 72 (setenta e duas) horas úteis após a participação em: comissões, conselhos, comitês entre outros nos quais representar o Conselho.
VI – Exercer outras funções pertinentes à investidura de conselheiro(a);
VII – Votar atos decisórios do Conselho.
Parágrafo Único. O(A) conselheiro(a) suplente tem direito de participação e voz em todas as reuniões do Conselho, e será detentor de todos os direitos e deveres do(a) conselheiro(a) titular na ausência deste(a).

CAPÍTULO III
Das atribuições do Conselho Municipal de Educação

Art. 25 Compete às Câmaras Setoriais: Pedagógica e Financeira:
I – Apreciar processos e consultas que lhes forem designados pelo Conselho Pleno, emitindo parecer, relatórios, indicações e deliberações ao Conselho Pleno para apreciação e deliberação final;
II – Realizar diligências para instrução de processos;
III – Participar da elaboração de normas sobre a aplicação da legislação e o funcionamento dos programas e políticas educacionais desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 26 As Câmaras Setoriais reunir-se-ão e deliberarão, com a maioria simples de seus membros, conforme demandas encaminhadas pelo Conselho Pleno.
Art. 27 Compete ao Conselho Pleno:
I - Elaborar seu calendário de reuniões e divulgá-lo em sitio próprio da Secretaria Municipal de Educação e também em redes de comunicação (1Doc, WhatsApp e e-mail), no início de cada ano;
II - Elaborar, aprovar e modificar seu regimento, quando necessário;
III- Participar da elaboração, aprovação e avaliação do Plano Municipal de Educação, acompanhando sua execução;
IV- Promover e divulgar estudos sobre o ensino no Município, propondo políticas e metas para sua organização e melhoria;
V- Opinar sobre o calendário escolar dos estabelecimentos da rede municipal, antes de seu encaminhamento para aprovação do órgão competente;
VI- Manter intercâmbio com o Conselho Estadual de Educação, núcleo regional de educação e União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME) e demais colegiados municipais.
VII - Promover a divulgação dos atos do Conselho Estadual de Educação, no âmbito do município;
VIII - Elaborar relatório anual de suas atividades, com caráter avaliativo, encaminhando-o para apreciação do Conselho Pleno, demais segmentos que compõem o Conselho Municipal de Educação.
Art. 28 Compete à Câmara Pedagógica:
I - Promover a discussão das políticas educacionais municipais, acompanhando sua implementação e avaliação;
II -Acompanhar e avaliar a qualidade do ensino no âmbito do município propondo medidas que visem sua expansão e aperfeiçoamento;
III- Acompanhar e avaliar a chamada anual da matrícula, o recenseamento escolar, o acesso à educação, as taxas de aprovação/reprovação e de evasão escolar;
IV - Manifestar-se sobre assuntos e questões de natureza educativa e pedagógica propostos pelo Poder Executivo Municipal, Conselho Estadual de Educação, SEED, NRE ou outras instâncias administrativas municipais;
V- Acompanhar o processo de pedido de autorização de funcionamento de estabelecimento de educação infantil, de ensino fundamental e Educação em Tempo Integral, no âmbito do Município, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação;
VI - Manifestar-se sobre a criação e expansão, no âmbito da rede municipal de ensino, de cursos de qualquer nível, grau ou modalidade de ensino;
VII- Opinar e acompanhar o processo de cessação, a pedido, de atividades escolares de estabelecimentos ligados à rede municipal;
VIII- Sugerir normas especiais para que o ensino fundamental atenda às características regionais e sociais locais, tendo em vista o aperfeiçoamento educativo e respeitando o caráter nacional da educação;
IX - Pronunciar sobre a regularidade de funcionamento dos estabelecimentos de ensino de qualquer nível, grau ou modalidade, no âmbito da rede municipal de educação;
X- Acolher denúncia de irregularidade no âmbito da educação no município, e encaminhando, quando for o caso, às instâncias competentes;
XI - Manifestar-se sobre recursos interpostos de atos das instituições de ensino da rede municipal que envolvam o pedagógico;
XII -Acompanhar o cumprimento da Lei Municipal nº 1192/2012 e Lei n° 1691/2017, regulamentações complementares, no que se refere a Avaliação da Prática Profissional, bem como o Regimento do Magistério Público Municipal.

Art. 29 Compete à Câmara Financeira:
I- Exigir o cumprimento do dever do Poder Público para com o ensino, em conformidade com os artigos 208 e 179, respectivamente, das Constituições Federal e Estadual e Emenda Constitucional Federal 53/2006, Lei Orgânica artigo 81 a 83; Lei do FUNDEB n 14.113/2020 , Lei 11.738/2008 – do Piso Salarial Profissional Nacional para os profissionais do Magistério; Plano Municipal de Educação; Emenda Constitucional 103 de 2019; Lei complementar 173; Lei de responsabilidade Fiscal; lei do Piraquaraprev; Prejulgado 28; Fundo Rotativo; Data Base; Salário Educação; Programas Federais;
II - Acompanhar e avaliar a chamada anual da matrícula, o recenseamento escolar, o acesso à educação, as taxas de aprovação/reprovação e de evasão escolar;
III- Acompanhar, analisar e avaliar a situação dos integrantes do magistério municipal e dos profissionais da educação (agentes educacionais I e II), oferecendo sugestões para políticas visando a melhoria das carreiras e das condições de trabalho, formação e aperfeiçoamento dos recursos humanos;
IV- Analisar e, quando for o caso, propor alternativas para a destinação e aplicação de recursos relacionados ao espaço físico, equipamentos, material didático, Fundo Rotativo, Alimentação Escolar, Transporte Escolar, e quanto mais se refira ao desempenho do orçamento municipal para ao ensino e a educação;
V - Analisar projetos ou planos para contrapartida do município em convênios com a União, Estado, universidades, conveniadas ou outros órgãos, de interesse de educação;
VI - Acompanhar o processo de pedido de autorização de funcionamento de estabelecimento de educação infantil e de ensino fundamental, no âmbito do Município, observadas as normas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação;

VII- Manifestar-se sobre a criação e expansão, no âmbito da rede municipal de ensino, de cursos de qualquer nível, grau ou modalidade de ensino;
VIII- Opinar e acompanhar o processo de cessação, a pedido, de atividades escolares de estabelecimentos ligados à rede municipal;
IX- Acolher denúncia de irregularidade no âmbito financeiro da educação no município, e encaminhando, quando for o caso, às instâncias competentes;
X- Manifestar-se sobre recursos interpostos de atos da Secretaria de Educação e das instituições de ensino da rede municipal que envolvam o financeiro;
XI - Acompanhar efetivamente o investimento dos recursos destinados (mínimo de 25% do orçamento) à Educação pública no âmbito do Município e o cumprimento do Plano Municipal de Educação;
XII - Acompanhar o cumprimento da Lei Municipal nº 1192/2012 e Lei n° 1691/2017, regulamentações complementares, bem como o Regimento do Magistério Público Municipal.
Parágrafo único. A designação de representantes para comissões, comitês, conselhos ou outras organizações das quais o CME faça parte obedecerá ao regulamento próprio definido em Conselho Pleno.

CAPÍTULO IV
Do funcionamento e funções dos(as) Conselheiros(as)
SEÇÃO I
Das reuniões do Conselho Pleno, das Câmaras Setoriais e Comissões

Art. 30 O Conselho Pleno instala-se bimestralmente, mediante convocação enviada por WhatsApp e 1doc, conforme calendário de reuniões anual e delibera com a presença da maioria simples do conjunto dos segmentos.
Parágrafo Único. A maioria simples compreende a metade mais um, do conjunto dos segmentos.
Art. 31 O Conselho reunir-se-á bimestralmente em caráter ordinário conforme calendário e plano anual de trabalho aprovado na reunião de instalação e/ou na última reunião ordinária do ano anterior.
Art. 32 As sessões poderão ser ordinárias ou extraordinárias, terão duração de no máximo 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos e serão registradas em ata:
I – Ordinárias, conforme o calendário anual homologado com antecedência mínima na convocação de 2 (dois) dias úteis ou 48 (quarenta e oito) horas.
II – Extraordinárias, convocadas pelo(a) seu(sua) Presidente(a) e/ou pela maioria simples dos(as) conselheiros(as) titulares, por meio de vontade manifesta e subscrita, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil ou 24 (vinte e quatro) horas.
§1° A sessão poderá ser prorrogada por decisão do Plenário.
§2° A sessão poderá ser suspensa por prazo certo, ou encerrada antes da hora regimental, no caso de se esgotar a pauta dos trabalhos, faltar o número legal de conselheiros(as) ou ocorrer algo que, a juízo do(a) Presidente(a), assim o exija.
Art. 33 As reuniões ordinárias e extraordinárias, segundo o fim a que se destinam e a forma pela qual se realizam, poderão ser reuniões plenárias comuns, reuniões especiais/ solenes, reuniões abertas, reuniões com a participação dos três conselhos da Educação (CME, CAE e CACS FUNDEB) e reuniões fechadas, sendo:
I – Reuniões plenárias comuns:
a) sempre públicas, permitindo aos(às) presentes assisti-las e manifestar-se com autorização da Plenária, sem direito a voto;
II – Reuniões especiais solenes:
a) destinam-se a comemorações e/ou homenagem, são convocadas pela presidência, vice-presidência, ou requeridas por conselheiro(s)a(s), e aprovadas pelo Conselho Pleno.
III – Reuniões fechadas: Quando o Conselho Pleno assim definir, sendo realizadas pelos(as) conselheiros(as) que tratarão de questões de natureza especial ou conflituosa, segundo avaliação do Conselho Pleno.
Art. 34 As decisões do Conselho Municipal de Educação serão proclamadas pelo(a) Presidente(a), com base nos votos da maioria simples e terão a forma de resoluções, indicações, deliberações, moções e pareceres.
Parágrafo Único. O(A) Presidente(a) terá direito ao voto de qualidade, nos casos de empate.

SEÇÃO II
Das Comissões

Art. 35 Para fins dos trabalhos, do conhecimento das ações do Conselho e para que as demandas da comunidade escolar cheguem ao CME as instituições que compõem a educação municipal indicarão 1(um(a)) representante dos/as professores/as e 1 (um(a)) representante dos Agentes educacionais I e/ou II para participarem das reuniões do CME com direito a voz e recebendo preparo para futuramente participar das eleições do Conselho.
I- Participar da reunião;
II- Socializar na instituição as informações e encaminhamentos tratados nas reuniões;
III- Proporcionar a interlocução com o segmento de representação;
IV- Encaminhar as demandas trazidas da instituição;
Art. 36 As Comissões Especiais, Permanentes ou Temporárias, são grupos de estudo, de trabalho ou de finalidades específicas, formadas por Conselheiros(as) e/ ou convidados(as) para o cumprimento de incumbências especiais do CME e são constituídas mediante solicitação de Conselhos, Comitês, Comissões das quais o CME faz parte como: Comitê do Bolsa Família; CACS FUNDEB; Comissões: Consultiva Central; Permanente de Acompanhamento dos Planos de Carreira; Central de Avaliação da Prática Profissional; de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Educação; da Diversidade; ODS; de Vagas da Educação Infantil; de correção da folha de pagamento / de fiscalização e acompanhamento de notas e empenhos/licitações e audiências públicas de prestação de contas; do Plano de Ações Articuladas; de Integração entre Rede Estadual, Municipal e Particular de ensino; de Avaliação dos cadernos pedagógicos; de representantes na Associação das/dos Profissionais da Educação Municipais de Piraquara – APMP; da Rede de Proteção; da reforma da previdência; do prejulgado 28; integração dos conselhos do município de Piraquara e outras indicadas de acordo com necessidade(s) com aprovação registrada em ata de reunião do Conselho Pleno.
Art. 37 As Comissões Permanentes serão compostas exclusivamente por Conselheiros(as), indicados(as) e/ou designados(as) em reunião de Conselho Pleno, cuja finalidade é auxiliar as Câmaras em trabalhos ou temáticas específicas e apresentar proposições ao Conselho.
Art. 38 As Comissões Especiais Temporárias serão compostas, cada uma, no mínimo por 03 (três) e no máximo 05 (cinco) membros, dos quais pelo menos um seja representante das instituições, e são destinadas ao desempenho de tarefas específicas e com duração limitada.
§1- As Comissões Especiais Temporárias, entre outros assuntos, podem ser constituídas para:
I – Representação externa do CME, nos atos a que este deva comparecer ou participar;
II – Exame de matéria relevante, com a participação de autoridade, entidade ou de pessoas excepcionalmente convidadas;
III– Aprofundamento de estudos em assuntos específicos para fins de contribuir nos Comitês, Comissões, Conselhos, com representatividade do CME;
IV– Para organização de formação, fórum, seminários, Webinário, conferências;
V- Realizar visitas e diligências nas instituições de ensino;
§2 - Cabe aos membros designados para as Comissões específicas do CME, a escolha do(a) coordenador(a) e secretário(a).
§3 - Cabe aos(às) representantes nas Comissões, Comitês, Conselhos dos quais o CME fizer parte, socializar as informações no grupo oficial de WhatsApp do Conselho, em até 72 horas úteis após a participação, o informe dos encaminhamentos dados.

SEÇÃO III
Da Assessoria Técnica Pedagógica

Art. 39 O Poder Público Municipal designará um(a) ou mais servidores(as) do quadro do magistério para desempenhar as funções na Assessoria Técnica Pedagógica Educacional, no Conselho Municipal de Educação e providenciará as demais assessorias e recursos necessários ao desempenho de suas atividades.
§1º O Conselho deverá ser consultado a respeito da indicação do(a) servidor(a) que desempenhará a função de liberado, antes de sua convocação ou desligamento.
§2º O(s)A(s) conselheiro(s)a(s) liberado(s)a(s) darão apoio administrativo, pedagógico e operacional na área educacional ao CME, auxiliando e/ou redigindo as atas como orientação da Diretoria Executiva ou Presidência das Câmaras ou Comissões.

§3º A liberação de professor(a) efetivo se dará respeitando os artigos 51 e 52 da Lei Municipal nº 1192/2012, que estabelece o Plano de Cargos, Emprego, Carreira, Vencimentos e Salários do Magistério Público Municipal de Piraquara, nos termos da legislação vigente.
§4º A função de liberado(a) ao CME deverá ser desenvolvida por um servidor(a) do quadro da Educação Municipal.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 40 As funções dos membros do Conselho serão de caráter público relevante e o seu exercício será prioritário sobre o de quaisquer cargos públicos municipais ou particulares de que seja detentor o(a) conselheiro(a), não podendo o gestor dificultar a liberação do(a) servidor(a), quer seja para sua participação em reuniões ou de trabalhos próprios do colegiado, sem prejuízo nas suas funções.

Art. 41 Os encargos financeiros do Conselho Municipal da Educação serão oriundos de dotação orçamentária própria e consignada no orçamento da Secretaria Municipal da Educação.

§1º A Secretaria Municipal de Educação deverá informar, no início de cada ano, o valor orçamentário destinado ao Conselho.

§2º Cabe ao Conselho em consonância com a Secretaria Municipal de Educação o estudo, para a possibilidade de criação do Fundo Municipal para o CME, no prazo de 6 (seis) meses a partir da data da aprovação e publicação deste Regimento.

Art. 42 O Poder Executivo Municipal deverá oferecer as condições necessárias para o pleno funcionamento, bem como a qualificação das ações do Conselho Municipal de Educação ou a serviço do Órgão Colegiado.

Art. 43 O Poder Executivo Municipal deverá custear a filiação do CME na UNCME Nacional assegurando assim a formação inicial e continuada aos(às) conselheiros(as) eleitos(as) e de sua assessoria.

Art. 44 Aos(Às) Conselheiros(as) é assegurado livre acesso às Unidades Educacionais ou aos locais onde se desenvolvem atividades de ensino e de educação, direta ou indiretamente vinculadas a Secretaria Municipal de Educação ou a Administração Municipal, desde que devidamente identificados e que estejam em atividades referentes ao desempenho de sua função de conselheiro(a).

Parágrafo único. Caberá ao Poder Executivo Municipal a responsabilidade pela identificação e divulgação dos membros do Conselho.

Art. 45 O Conselho Municipal de Educação pleiteará sede própria com condições de funcionamento, contendo sala para reuniões, disponibilidade para uso de auditório, sala para o apoio técnico pedagógico-educacional, jurídico, administrativo e de materiais permanentes e de expediente disponibilizados pelo Poder Público Municipal.

Art. 46 As dúvidas e os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho Pleno do Conselho Municipal de Educação – CME.

Art. 47 Este Regimento Interno entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 02 de setembro de 2026.

FLÁVIA REGINA DE ABREU
Presidente do Conselho Municipal de Educação

RUBIAN MARA DE PAULA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:912B6A9E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DE SELEÇÃO
AVALIAÇÃO TÉCNICA DE MÉRITO CULTURAL

A **Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial de Piraquara**, no uso de suas atribuições e em conformidade com o **Edital de Chamamento Público nº 04/2026**, que tem por objeto a seleção de projetos culturais para realização de oficinas culturais, com recursos da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB**, torna público o **RESULTADO PRELIMINAR DA FASE DE SELEÇÃO – AVALIAÇÃO TÉCNICA DE MÉRITO CULTURAL**.

A avaliação técnica foi realizada por avaliadores/pareceristas credenciados, observados os critérios estabelecidos no Edital e em seu Anexo II, sendo a nota final de cada projeto correspondente à média aritmética das notas atribuídas pelos avaliadores.

1. PROJETOS SELECIONADOS – RESULTADO PRELIMINAR

1º	24	Inauê Lourenço Jacintho	81,5	Vaga pessoa indígena
2º	29	Gislaine Vieira da Silva	79,0	Vaga pessoa indígena
3º	38	Yara Vieira Barros Francisco	78,5	Vaga pessoa negra
4º	12	Paula Ayumi Bacciotti Koseki	77,5	Ampla Concorrência
5º	3	Leonardo Moreira dos Santos	77,0	Vaga pessoa negra
6º	34	Adrian Nunes da Silva Lima	75,5	Vaga pessoa com deficiência
7º	27	Carlinhos De Oliveira Prestes	75,5	Ampla Concorrência
8º	2	Willian Silva dos Santos	74,5	Vaga pessoa com deficiência
9º	20	Centro de Cultura Afro Brasileira Casa Branca das Águas Claras	72,0	Ampla Concorrência
10º	6	Juliane dos Santos Rosa	72,0	Ampla Concorrência
11º	8	Raphael Fernandes de Souza	70,0	Ampla Concorrência
12º	13	Mauro Antonio Dacol	69,5	Ampla Concorrência
13º	14	Matheus Luiz Gonçalves	68,0	Vaga pessoa negra
14º	25	Jaqueline Garvão Soares	67,5	Vaga pessoa negra
15º	23	Chaiane Aparecida Lourenço	67,0	Ampla Concorrência
16º	32	Vivaldo Vieira Neto	66,0	Ampla Concorrência
17º	7	Diana Monteiro Sitonio	65,0	Ampla Concorrência
18º	21	Ricardo Miguel Corona	65,0	Ampla Concorrência
19º	31	Salete Cercal	65,0	Ampla Concorrência
20º	26	Juliana Alves Batista de Luna	63,5	Vaga pessoa negra
21º	1	Cíntia Peres Ishizaka Sussuki	63,0	Ampla Concorrência
22º	22	Florência Sueldo	63,0	Ampla Concorrência
23º	17	Isaac Mathias Feitoza	63,0	Vaga pessoa negra
24º	5	Lia Dias Marchi	63,0	Ampla Concorrência
25º	28	Francielle Cristine Sora Adriano	61,5	Ampla Concorrência
26º	30	Paula Thamyres Cezar Canguçu	61,5	Ampla Concorrência
27º	18	Leandro Chamrek de Oliveira	61,0	Ampla Concorrência
28º	11	Marlon Cesar das Neves	60,0	Vaga pessoa negra
29º	15	Felipe Junior Oliveira de Souza Frauzino	59,5	Vaga pessoa negra
30º	39	Renato de Siqueira Simões	59,5	Ampla Concorrência
31º	37	Jaqueline Souza dos Santos Fernandes	57,5	Ampla Concorrência
32º	35	Larissa Ayumi da Silva Barros	57,5	Ampla Concorrência
33º	41	José Vitor Dos Santos Moreira	57,0	Vaga pessoa negra
34º	33	Adriana Cristina Zielinski do Nascimento	56,5	Ampla Concorrência
35º	16	Janaina de Souza Ebrahim	53,0	Ampla Concorrência
36º	36	Silvio Luiz Marani	51,5	Ampla Concorrência
37º	40	Rafael Francisco Machado	50,5	Ampla Concorrência
38º	19	Vanessa Alecsandra Simioni De Freitas	49,0	Ampla Concorrência
39º	9	Rodrigo Amaral Canozi	48,0	Ampla Concorrência
40º	4	Thais Fabiane Batista Mariano	45,0	Ampla Concorrência
41º	10	Vanessa Karoline Rodrigues Canozi	40,5	Ampla Concorrência

2. CADASTRO DE SUPLENTES

Os projetos classificados além do número de vagas previsto constituem **cadastro de suplentes**, respeitada a ordem decrescente da pontuação final e as regras de ações afirmativas estabelecidas no Edital. Os suplentes poderão ser convocados nas hipóteses previstas no instrumento convocatório, especialmente em caso de desistência, inabilitação documental, impedimento superveniente, não assinatura do Termo de Execução Cultural ou existência de recursos remanescentes ou suplementares.

3. DOS RECURSOS

Os interessados poderão interpor recurso contra o presente **Resultado Preliminar da Fase de Seleção**, observados os prazos, condições e procedimentos estabelecidos no Edital de Chamamento Público nº 04/2026.

A análise dos recursos será realizada pela Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, com fundamento nos pareceres técnicos emitidos pelos avaliadores, podendo estes ser consultados para esclarecimentos técnicos, quando necessário.

O presente resultado possui caráter **preliminar**, ficando sua consolidação condicionada ao decurso e julgamento da fase recursal e aos demais procedimentos previstos no Edital. Após a publicação do resultado final, os agentes culturais selecionados serão convocados para a etapa de habilitação, que ocorrerá de forma separada da etapa de seleção.

Piraquara, 02 de setembro de 2026.

ADRIANA PATRICIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial
Decreto nº 13.383/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:2B57D5FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 31 DE 26 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a nomeação da Mesa Diretora do COMUSP - Conselho Municipal de Saúde Biênio 2026-2028.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Piraquara, em sua 5ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 26 de agosto de 2026, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Federal nº 8.142, de 28/12/90, pela Lei Municipal nº 1.004 de 05/05/2009 e pelo seu Regimento Interno;
Considerando o que dispõe o Regimento Interno deste Colegiado no tocante ao tema "Eleição", sem prejuízo dos demais dispositivos;
Considerando que o processo eleitoral foi amplamente divulgado, tendo sido oportunizado a candidatura de CHAPAS interessadas em prazo devidamente regulamentado pelo Regimento Interno deste Colegiado;
Considerando eleição democrática, transparente e secreta, ocorrida em data supracitada, tendo sido oportunizada votação a todos os conselheiros titulares ou suplentes em titularidade e que todos os habilitados presentes da reunião votaram/manifestaram suas opiniões;
Considerando que todos os atos deste Conselho primam pelo cumprimento dos princípios constitucionais (Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência) e Princípios do SUS (Universalidade, Integralidade, Equidade, Descentralização, Regionalização, Hierarquização, Participação Social);
RESOLVE:
Art. 1º Aprova o processo de eleição e empossa a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde para o Biênio 2026-2028
Art. 2º - Nomeia os membros eleitos para o Biênio 2026/2028 com a seguinte composição:
Presidente: Osmar de Souza Silva – Segmento: Usuário
Vice-Presidente: Thiago da Silva Pereira – Segmento: Usuário
1º Secretário (a): Rucela Addy Guevara Ibarra – Segmento: Usuário
2º Secretário (a): Emanuel José Teixeira Gottlich – Segmento: Trabalhador.
Art.3º- Esta Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, retroagindo seus efeitos ao dia 26 de outubro de 2026.
Piraquara, 28 de agosto de 2026.
Homologo a Resolução do Conselho Municipal de Saúde de n.º 31 de 26 de agosto de 2026

Comissão Provisória
Resolução 29/2026

FERNANDA DAHER
Secretária Municipal de Saúde de Piraquara
Decreto Municipal nº 13050/2025

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:31D5797C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
ANEXO ÚNICO DECRETO Nº 175, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Escola/CMEI	Cargo	Candidato	Matrícula
CMEI Elsa Lerner	Professor	Marlei dos Santos	50092
CMEI Elsa Lerner	Professor	Marilene Belo Belo	50115
CMEI Santa Rosa	Professor	Caroline Poluha	50098
CMEI Miguel Eduardo Nalini Adur	Professor	Danieli de Fátima Gouvea	50112
CMEI Santa Izabel Mirna Ledaci Franzolozzo Galafassi	Agente Educacional	Tania Maria Sartori de Andrade	158651
Escola Mun. do Campo Ângelo Seguro	Professor	Luciane Gregzigouski	130991
Escola Mun. do Campo Ângelo Seguro	Professor	Luciane Gregzigouski	543053
Escola Mun. Dr. Ivan Ferreira do Amaral	Professor	Joceli Rodrigues Soldan	50079
Escola Mun. Dr. Ivan Ferreira do Amaral	Professor	Daniele Terezinha de Lima Baitel	50106
Escola Mun. Dr. Ivan Ferreira do Amaral	Professor	Fabiana Socoloski Koliski	500121
Escola Mun. Euclides G. da Silva	Professor	Aurora Iubel Knaut	49602
Escola Municipal José Bittencourt	Professor	Daniela Barboza	52084
Escola Municipal José Bittencourt	Professor	Daniela Barboza	52095
Escola Municipal José Bittencourt	Professor	Angela Maria Tortato	52968
Escola Municipal José Bittencourt	Professor	Eliane de Lima Moreira	50090
Escola Municipal do Campo Rene Rocha	Professor	Edna Aparecida de Assis	155711

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:75331C70

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 672, DE 25 DE AGOSTO DE 2026

Conceder férias ao servidor Ademir Lourenço dos Santos, matricula nº 50011, no cargo de Conselheiro Tutelar 44 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O requerimento do servidor.

RESOLVE

Art.1º **CONCEDER 30 (trinta)** dias de **férias** ao servidor **ADEMIR LOURENÇO DOS SANTOS,** matrícula nº **50011**, no cargo de Conselheiro Tutelar 44 h, referente ao período aquisitivo de 2025/2026**,** a contar de 08 de setembro de 2026.
Art.2º Decorrido o prazo descrito no artigo anterior, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 08 de outubro de 2026.
Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 25 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:DDDA5AC0

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 682, DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Institui e nomeia a comissão de Avaliação de Visita e Poc (Prova de Conceito) para atuar em Processo Licitatório.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 115, inciso II da Lei Orgânica Municipal, e,
CONSIDERANDO o disposto nos artigos 7º, 12, inciso I, e 17, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021,
CONSIDERANDO as exigências contidas no Item 9.5 do Edital e nos Itens 7 e 23 do Termo de Referência do Pregão Eletrônico nº 52/2026,

RESOLVE

Art. 1º Fica instituída a Comissão Técnica de Avaliação encarregada de planejar, coordenar, acompanhar e julgar a Prova de Conceito (PoC) apresentada pelas licitantes participantes do certame licitatório.
Art. 2º Designar os seguintes servidores para compor a referida Comissão Técnica,
I - Jakson Muniz, Diretor do Departamento de Informática, matrícula nº 25099;
II - Marilda Lisboa Machado, Fiscal Geral, matrícula nº 50045;

III- Maria Fernanda Mendes Andrade, matrícula nº 25072, Assessora Especial da Secretaria da Fazenda II.
Art. 3º Competirá à Comissão Técnica de Avaliação:
I - Coordenar a sessão pública ou restrita de apresentação e execução dos testes da Prova de Conceito (PoC), nos termos previstos em edital;
II - Validar se a ferramenta de emissão e gestão de Alvará Online cumpre todos os requisitos mínimos de usabilidade, interoperabilidade, segurança e automação exigidos pela Administração;
III - Emitir parecer técnico fundamentado, de caráter conclusivo, declarando a amostra/sistema como "Aprovado" ou "Reprovado";
IV - Responder a eventuais questionamentos técnicos de ordem recursal apontados pelos licitantes no que tange à avaliação da PoC.
Art. 4º Os trabalhos da comissão serão encerrados com a entrega do Relatório Final de Avaliação da PoC à autoridade superior competente ou ao agente de contratação/pregoeiro.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, cessando seus efeitos com a homologação do processo licitatório.

Prefeitura Municipal de Pitanga/PR, em 31 de agosto de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:C67B6AE3

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 692, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder licença prêmio a servidora Ivonete Grande Volski dos Santos, matrícula nº 61222, no cargo de Professor 20 h.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO – O requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º CONCEDER **90 (noventa)** dias de **LICENÇA PRÊMIO**, à servidora **IVONETE GRANDE VOLSKI DOS SANTOS,** matrícula nº **61222,** no cargo de Professor 20 h, referente ao período de 2002/2007 a contar de 01 de setembro de 2026.
Art.2º Decorrido o prazo descrito no artigo anterior, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 30 de novembro de 2026.
Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 01 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:CB87D609

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
RESOLUÇÃO N° 11/2026 - CMDM

Delibera pela aprovação do repasse do valor R$ 268.035,73 referente à 4ª parcela da quarta medição da Casa de Acolhimento da Mulher – Deliberação 006/2025.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Municipal n° 2.579, de 11 de dezembro de 2025.
RESOLVE
Art. 1° - Aprovação do repasse no valor de R$ 268.035,73 referente à 4ª parcela da quarta medição da Casa de Acolhimento da Mulher – Deliberação 006/2025.
A aprovação se deu em reunião ordinária realizada dia 02 de setembro de 2026, conforme consta em **Ata n° 26/2026.**

Art. 2° Essa Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pitanga, 02 de setembro de 2026.

LIZIANE SALETE ROHRIG
Presidente do CMDM

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:E15A71F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 208/2026

O VICE-PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:–

Art. 1º – Conceder diárias ao servidor **Ivando Ribeiro da Silva**, ocupante do cargo de efetivo de Motorista, para seu deslocamento até a cidade da Curitiba/PR, com saída no dia 02/09/2026, e retorno previsto para o dia 03/09/2026, com a finalidade de realizar o serviço de transporte de paciente para realização de consulta médica, conforme Processo Administrativo 1Doc nº 3.113/2026/2026, de 01/09/2026.

Art. 2º – As diárias serão concedidas nos termos do Art. 14 e tabela constante do Anexo I, da Lei Municipal nº 689/2021, de 26 de março de 2021, alterada pela Lei Municipal n° 881/2025, de 05 de dezembro de 2025.

Art. 3º – O valor concedido será de R$ 900,00 (novecentos reais), correspondente à 1,0 (uma) diária com pernoite, e 1,0 (uma) diária sem pernoite, calculado na forma do disposto no Art. 14 da referida Lei.

Art. 4º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, em 01 de setembro de 2026.

CARLOS ALEXANDRE SGOLON
Vice-Prefeito Em Exercício

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:927A6B74

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 80/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico N° 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: ALTERMED MATERIAL MEDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ: 00.802.002/0001-02
OBJETO: Eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária, conforme Edital do Pregão Eletrônico Registro de PREÇOS Nº 28/2026.
VALOR: R$ 4.285,00 (quatro mil, duzentos e oitenta e cinco reais).
SECRETARIA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Manter a Aquisição e Distribuição de Medicamentos da Assistência Farmacêutica

DESP Nº 237 -3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Carlos Alexandre Sgorlon e Maicon Cordova Pereira
DATA DA ASSINATURA: 02/09/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:4AD4F8BE

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 81/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico N° 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: DIMEBRAS – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BRASIL LTDA
CNPJ: 76.472.349/0001-98
OBJETO: Eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária, conforme Edital do Pregão Eletrônico Registro de PREÇOS Nº 28/2026.
VALOR: R$ 1.000,00 (um mil reais).
SECRETARIA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Manter a Aquisição e Distribuição de Medicamentos da Assistência Farmacêutica
DESP Nº 237 -3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Carlos Alexandre Sgorlon e Rodrigo Bevilacquia
DATA DA ASSINATURA: 02/09/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:46CBB432

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 57/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico N° 28/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 81.706.251/0001-98
OBJETO: Eventual aquisição de medicamentos para a Secretaria de Saúde e Vigilância Sanitária, conforme Edital do Pregão Eletrônico Registro de PREÇOS Nº 28/2026.
VALOR: R$ 912,00 (novecentos e doze reais).
SECRETARIA DE SAÚDE E VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Manter a Aquisição e Distribuição de Medicamentos da Assistência Farmacêutica
DESP Nº 237 -3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Carlos Alexandre Sgorlon e Jeferson Campos Mastaler
DATA DA ASSINATURA: 02/09/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:1B2A5EDE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO para AUDIÊNCIA PÚBLICA

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em atendimento a Lei Complementar n° 141/2012,

CONVOCA

A população em geral para acompanhar a audiência pública, referente ao segundo quadrimestre de 2026, a realizar-se no dia 28 de setembro, do corrente ano, com início às 17:00 horas, na Câmara Municipal de Vereadores, com a finalidade de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais do Fundo Municipal De Saúde e do Plano Municipal De Saúde do segundo relativo aos meses de maio, junho, julho e agosto de 2026.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ANGELA REGINA GARCIA CANEPPA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:F96C25A5

ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 485 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

PORTARIA Nº 485 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Designa Agente de Contratação/Pregoeiro, Equipe de Apoio e Comissão de Contratação e da outras providências.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e;
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal 14.133 de 01 de abril de 2021;
CONSIDERANDO o Capítulo III do Decreto Municipal 5582 de 02 de janeiro de 2024.
RESOLVE

Art. 1° Fica Designada como Agente de Contratação/Pregoeira do Município de Planalto, Estado do Paraná, para realizações de Licitações, a senhora FERNANDA SCHERER MARZEC, portadora da cédula de identidade RG n° 12.342.259-7 SSP-PR.
Art. 2° Fica Designada como Agente de Contratação/Pregoeira substituta, do Município de Planalto, Estado do Paraná, para, em caso de ausência da primeira, realizar as Licitações, a senhora ESTEFANY DANIELA FISCHER, portadora da cédula de identidade RG n° 13.616.794-4 SSP-PR.
Art. 3° Ficam designados como Equipe de Apoio, para atender o disposto no Art. 8°, §1° da Lei Federal 14.133/2021, o senhor DIEGO VINÍCIUS RUCKHABER portador da cédula de identidade RG n° 12.685.090-5 SSP-PR, o senhor ROBERTO ALOYSIO GOERGEN portador da cédula de identidade RG n° 7.540.983-4 SSP-PR, e o senhor EDUARDO RECH DELARES, portador da cédula de identidade RG n° 12.747.436-2 SSP-PR, que terão como atribuições prestar todo o auxílio necessário a Agente de Contratação/Pregoeira nas realizações das licitações.

Art. 4° Ficam designados como Comissão de Contratação, para atender o disposto no Art. 8°, §2° da Lei Federal 14.133/2021, a senhora FERNANDA SCHERER MARZEC, portadora da cédula de identidade RG n° 12.342.259-7 SSP-PR, o senhor DIEGO VINÍCIUS RUCKHABER portador da cédula de identidade RG n° 12.685.090-5 SSP-PR, e o senhor EDUARDO RECH DELARES, portador da cédula de identidade RG n° 12.747.436-2 SSP-PR.
Art. 5° Ficam revogadas, a partir da data de publicação da presente Portaria, as Portarias nº 115, de 12 de janeiro de 2026, e nº 116, de 12 de janeiro de 2026.
Art. 6° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do prefeito do Município de Planalto/PR, aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal de Planalto/PR

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:B0703E46

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE NOMEAÇÃO ANDRESSA RODRIGUES

DECRETO Nº 5776 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidora aprovada em concurso público e dá outras providencias.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 07/2026 de 21 de Agosto de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo efetivo de Enfermeira, carga horária semanal de 40 horas, *Nivel Inicial* 25, do grupo ocupacional 02, a Sra. ***Andressa Soares Rodrigues*** , *cpf nº 085.770.***-14.*
Art. 2º Fica convocada a candidata nomeada por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munidos de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos trinta e um dias do Mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:3B983A52

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE NOMEAÇÃO JANE L. ANDRADE

DECRETO Nº 5777 DE 31 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidora aprovada em concurso público e dá outras providencias.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 07/2026 de 20 de Agosto de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeada para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de consultório dentário, carga horária semanal de 40 horas, *Nivel Inicial* 07, do grupo ocupacional 02, a Sra. ***Jane Leichewez de Andrade*** , *cpf nº 061.671.***-23.*
Art. 2º Fica convocada a candidata nomeada por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munidos de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos trinta e um dias do Mês de Agosto do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:44858BF2

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE NOMEAÇÃO LUCAS MATHEUS MOREIRA

DECRETO Nº 5779 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidor aprovado em concurso público e dá outras providencias.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 07/2026 de 21 de Agosto de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeado para exercer o cargo efetivo de Enfermeiro, carga horária semanal de 40 horas, *Nivel Inicial* 25, do grupo ocupacional 02, a Sr. ***Lucas Matheus Moreira,*** cpf nº 099.485.***-71**.**
Art. 2º Fica convocado o candidato nomeado por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munidos de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dois dias do mês de Setembro do ano de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:6D2184F2

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
DECRETO DE NOMEAÇÃO PEDRO AFONSO ESCHER SOTT

DECRETO Nº 5780 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre nomeação de servidor aprovado em concurso público e dá outras providencias.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando resultado final do Concurso Público Municipal, edital 001/2026, homologado através do edital nº 17.001/2026;
Considerando Edital de Convocação nº 06/2026 de 123 de Agosto de 2026
Considerando que a mesma apresentou no departamento de Recursos Humanos a documentação exigida no edital do concurso

D E C R E T A

Art. 1º Fica nomeado para exercer o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, carga horária semanal de 40 horas, *Nivel Inicial* 5, do grupo ocupacional 01, a Sr. ***Pedro Afonso Escher Sott,*** cpf nº 132.999.***-43.
Art. 2º Fica convocado o candidato nomeado por este Decreto a comparecer no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação deste decreto, na Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade, situada na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, munidos de documentos pessoais para tomar posse de seu cargo.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dois dias do mês de Setembro do ano de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:8EB55DD7

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 481 - 2026 APOSENTADORIA MARIA G. P. NOVELLO

PORTARIA Nº 481 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre exoneração de servidora pública por concessão de Aposentadoria por Idade.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando portaria nº 479/2026, emitida pelo Fundo Municipal de Previdência,

RESOLVE

Art. 1º. *Exonerar do quadro de servidores públicos efetivos, por concessão de aposentadoria por Idade, a servidora Maria Gesi Palaver Novello, portadora do documento de identificação cpf nº* 663.909-00, detentora do cargo efetivo Professor III.

Art. 2º. *A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.*

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, primeiro dia do mês de Setembro de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:8BCBB801

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 482-2026 LICENÇA ROSANGELA HEIMERDINGER

PORTARIA Nº 482 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre sobre concessão de licença para trato de assuntos pessoais de servidora efetiva.

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando solicitação da servidora,
Considerando Art. 103 do Estatuto do Servidor Publico,

RESOLVE
Art. 1º - Conceder Licença para trato de assuntos de interesses particulares à servidora Rosangela Aparecida Heimerginger, detentora do cargo efetivo de Professor III, matricula 1257-1, pelo período de 02 (dois) anos.
Art. 2º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, ao primeiro dia do mês de Setembro do ano de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:3D61D496

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 483-2026 EXONERAÇÃO BIANCA SAMPAIO

PORTARIA Nº 483 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre rescisão, a pedido, de servidora do quadro contratada por tempo determinado

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando requerimento apresentado no Departamento de Recursos Humanos, com pedido de exoneração do cargo temporário de Psicóloga.

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar, a pedido, sra *Bianca Cristina Figueiredo Sampaio,* documento de identificação nº 060.798.***-95, matricula funcional nº 2189-1, ocupante do cargo em provimento temporário de Psicóloga.
Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, ao primeiro dia do mês de Setembro do ano de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:467EA2C4

ADMINISTRATIVO / RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 484-2026 - EXONERAÇÃO DAISY MULBRANDT

PORTARIA Nº 484 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre rescisão, por término de contrato, de servidora contratada por tempo determinado

LUIZ CARLOS BONI, PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando requerimento término de contrato por tempo determinado e demais disposições,

RESOLVE

Art. 1º. Exonerar, a Sra *Daisy de Cassia Toledo Mulbrandt*, documento de identificação cpf nº 094.545.***-37, ocupante do cargo em provimento temporário de Assistente Social.

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, ao primeiro dia do mês de Setembro do ano de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Andrea Budel
Código Identificador:F3EC507D

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
EDITAL Nº 04 AUDIÊNCIA PÚBLICA 2° QUADRIMESTRE DE 2026

EDITAL Nº 04, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

AUDIÊNCIA PÚBLICA

CHAMAMENTO PÚBLICO

Abrahão Marques, Presidente da Câmara de Vereadores de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme o que dispõe o Artigo 15 da Instrução Normativa nº 20/2008 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná e § 4º. Do artigo 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal.
CONVOCA
Todos os munícipes, em cumprimento as determinações legais, acompanhar a Audiência Pública, referente ao 2º Quadrimestre do Exercício de 2026, para avaliação das Metas Fiscais da Lei de Diretrizes, a ser realizada no dia 21 de setembro de 2026, às 17h (dezessete horas) no Auditório da Câmara Municipal, sito a Praça São Francisco de Assis 1583.
Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto PR - Palácio Caito Quintana, aos dois dias, do mês de setembro, do ano de dois mil e vinte e seis.

ABRAHÃO MARQUES
Presidente CMVP

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:977600C5

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2026

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2026 DE 21 DE AGOSTO DE 2026.

FERNANDA SCHERER MARZEC na qualidade de Pregoeira do Município de Planalto, Estado do Paraná, nomeada pela Portaria nº 116/2026 de 12 de janeiro de 2026, em cumprimento à Lei Federal de nº 10.520 de 31 de julho de 2002; Decreto Municipal de nº 2727/2007 de 26/06/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 14.1333 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e legislação correlata, **TORNA PÚBLICO,** o resultado Público de Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, referente:

1. Objeto da Licitação:
1.1. Aquisição de cal e cimento para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, destinados á realização de reparos e serviços de manutenção em bens e espaços públicos do Município de Planalto/PR

2. Empresa Participante:
2.1. ROGER COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
2.2. CHIQUINHO- MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Situação: Classificada.

3. Empresas Vencedoras:
3.1. ROGER COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.084.400/0001-34 situada no município de Planalto- PR classificado em 1º lugar no lote 01 item 002 totalizando a importância de R$ 56.420,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos e vinte reais).
3.2. CHIQUINHO- MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.943.537/0001-05 situada no município de Planalto- PR classificado em 1º lugar no lote 01 item 001 totalizando a importância de R$ 14.925,00 (quatorze mil e novecentos e vinte e cinco reais)

4. Data da Abertura:
4.1. A Licitação Pregão Presencial Nº 036/2026 de 11 de agosto de 2026, teve sua abertura em reunião realizada pela Pregoeira no dia 21 de agosto de 2026, às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná, na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, Centro, através do sistema eletrônico www.compras.gov.br.

Planalto, Estado do Paraná, 21 de agosto de 2026.

FERNANDA SCHERER MARZEC
Pregoeira

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:D8B25DCF

LICITAÇÃO
EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PRESENCIAL Nº 035/2026

EDITAL DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2026 DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

FERNANDA SCHERER MARZEC na qualidade de Pregoeira do Município de Planalto, Estado do Paraná, nomeada pela Portaria nº 116/2026 de 12 de janeiro de 2026, em cumprimento à Lei Federal de nº 10.520 de 31 de julho de 2002; Decreto Municipal de nº 2727/2007 de 26/06/2007 e subsidiariamente pela Lei nº 14.1333 de 01 de abril de 2021 e suas posteriores alterações e legislação correlata, **TORNA PÚBLICO,** o resultado Público de Licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, tipo **MENOR PREÇO**, referente:

1. Objeto da Licitação:
1.1. REGISTRO DE PREÇO objetivando a aquisição de peças originais ou genuínas para manutenção de veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes a frota de veículos municipais, pelo Sistema Audatex, atendendo as necessidades deste município de Planalto-PR.

2. Empresa Participante:
2.1. ABM TRATORPEÇAS LTDA
2.2. CARTER BRASIL DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA
2.3. COMPEC - COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA TRATORES LTDA
2.4. DSC AUTO PEÇAS EIRELI
2.5. HORACIO FERREIRA DE ANDRADE & CIA LTDA
2.6. L P DOS SANTOS
2.7. PINHÃO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
2.8. THELMAQ MAQUINAS E SERVIÇOS HIDRAULICOS LTDA
2.9. VM LTDA
Situação: Classificada.

3. Empresas Vencedoras:
3.1. CARTER BRASIL DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 02.911.351/0001-80 situada no município de Planalto- PR classificado em 1º lugar no lote 016

totalizando a importância de R$ 791.765,00(setecentos e noventa e um mil e setecentos e sessenta e cinco reais) com um percentual de desconto de 11,23%. Lote 017 totalizando a importância de R$359.450,00 (trezentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais) com percentual de desconto de 11,26%. Lote 024 totalizando a importância de R$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais) com percentual de desconto de 20,50%. Lote 027 totalizando a importância de R$20.000,00 (vinte mil reais) com o percentual de desconto de 10,25%. Lote 031 totalizando a importância de R$96.000,00 (noventa e seis mil reais) com o percentual de desconto de 15,63%.

3.2. COMPEC - COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA TRATORES LTDA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 08.336.591/0001-84 situada no município de Planalto- PR classificado em 1º lugar no lote 023 totalizando a importância de R$ 725.600,00 (setecentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais) com o percentual de desconto de 20,33%.

3.3. DSC AUTO PEÇAS EIRELI, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 23.656.004/0001-28 situada no município de Planalto- PR classificado em 1º lugar no lote 002 totalizando a importância de R$ 315.310,00 (trezentos e quinze mil e trezentos e dez reais) com o percentual de desconto de 11,52%. Lote 004 totalizando a importância de R$314.978,00 (trezentos e quatorze mil e novecentos e setenta e oito reais) com o percentual de desconto de 11,41%. Lote 005 totalizando a importância de R$ 344.145,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e cento e quarenta e cinco reais) com o percentual de desconto de 11,55%. Lote 006 totalizando a importância de R$ 434.310,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil e trezentos e dez reais) com o percentual de desconto de 11,38%. Lote 007 totalizando a importância de R$ 608.493,00 (seiscentos e oito mil e quatrocentos e noventa e três reais) com o percentual de desconto de 11,21%. Lote 008 totalizando a importância de R$ 24.862,00 (vinte e quatro mil e oitocentos e sessenta e dois reais) com o percentual de desconto de 11,55%. Lote 009 totalizando a importância de R$ 103.609,00 (cento e três mil e seiscentos e nove reais) com o percentual de desconto de 11,59%. Lote 010 totalizando a importância de R$ 62.994,00 (sessenta e dois mil e novecentos e noventa e quatro reais) com o percentual de desconto de 11,15%. Lote 011 totalizando a importância de R$ 80.013,00 (oitenta mil e treze reais) com o percentual de desconto de 11,20%. Lote 012 totalizando a importância de R$ 114.740,00 (cento e quatorze mil e setecentos e quarenta reais) com o percentual de desconto de 12,50%. Lote 013 totalizando a importância de R$ 193.764,00 (cento e noventa e três mil e setecentos e sessenta e quatro reais) com o percentual de desconto de 11,80%. Lote 018 totalizando a importância de R$ 73.517,00 (setenta e três mil e quinhentos e dezessete reais) com o percentual de desconto de 13,08%. Lote 026 totalizando a importância de R$ 41.965,00 (quarenta e um mil e novecentos e sessenta e cinco reais) com o percentual de desconto de 10,40%. Lote 032 totalizando a importância de R$60.000,00 (sessenta mil reais) com o percentual de desconto de 10,01%.

3.4. HORACIO FERREIRA DE ANDRADE & CIA LTDA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 05.130.862/0001-52 situada no município de Planalto- PR classificado em 1º lugar no lote 022 totalizando a importância de R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) com o percentual de desconto de 20,15%.

3.5. L P DOS SANTOS, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 57.133.987/0001-30 situada no município de Planalto- PR classificado em 1º lugar no lote 003 totalizando a importância de R$ 310.229,00 (trezentos e dez mil e duzentos e vinte e nove reais) com o percentual de desconto de 11,70%. Lote 019 totalizando a importância de R$ 1.160.511,00 (um milhão e cento e sessenta mil e quinhentos e onze reais) com o percentual de desconto de 11,20%.

3.6. PINHÃO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 49.381.440/0001-25 situada no município de Planalto- PR classificado em 1º lugar no lote 001 totalizando a importância de R$ 342.953,00 (trezentos e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e três reais) com o percentual de desconto de 11,07%. Lote 014 totalizando a importância de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) com o percentual de 11,56%. Lote 015 totalizando a importância de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) com o percentual de desconto de 11,28%. Lote 020 totalizando a importância de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) com o percentual de desconto de 11,28%. Lote 021 totalizando a importância de R$ 57.404,00 (cinquenta e sete mil e quatrocentos e quatro reais) com o percentual de desconto de 12,38%. Lote 025 totalizando a importância de R$ 119.378,00 (cento e dezenove mil e trezentos e setenta e oito reais) com o percentual de desconto de 17,91%.

3.7. THELMAQ MAQUINAS E SERVIÇOS HIDRAULICOS LTDA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 57.775.971/0001-20 situada no município de Planalto- PR classificado em 1º lugar no lote 028 totalizando a importância de R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais) com o percentual de desconto de 20,18%. Lote 029 totalizando a importância de R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) com o percentual de desconto de 20,13%.

3.8. VM LTDA, pessoa jurídica**,** inscrita no CNPJ sob o nº 52.643.409/0001-20 situada no município de Planalto- PR classificado em 1º lugar no lote 030 totalizando a importância de R$ 1.076.000,00 (um milhão e setenta e seis mil reais) com o percentual de desconto de 20,10%.

4. Data da Abertura:
4.1. A Licitação Pregão Presencial Nº 035/2026 de 04 de agosto de 2026, teve sua abertura em reunião realizada pela Pregoeira no dia 14 de agosto de 2026, às 09:00 horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Planalto, Estado do Paraná, na Praça São Francisco de Assis, nº 1583, Centro, através do sistema eletrônico www.compras.gov.br.

Planalto, Estado do Paraná, 14 de agosto de 2026.

FERNANDA SCHERER MARZEC
Pregoeira

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:B9D57248

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

Município de Planalto
Praça São Francisco de Assis, nº 1583
85.750-000 - Planalto - Paraná

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 204/2026
DISPENSA Nº 020/2026

DATA DA ASSINATURA: 28 de agosto de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PLANALTO.
CONTRATADA: ELPIS CENTRO TERAPEUTICO INTEGRADO LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Residência Terapêutica destinada ao acolhimento da paciente Miguelina Guaresma de Assis, portadora de transtorno mental, pelo período de até 12 (doze) meses, visando assegurar condições dignas e seguras de moradia e cuidado em meio comunitário, com acompanhamento e assistência contínuos, compreendendo acomodação, alimentação, cuidados 24 (vinte e quatro) horas, rouparia, acompanhamento por profissional de enfermagem, cuidadores, assistência social e realização de atividades individuais e coletivas, bem como demais serviços necessários à adequada execução do acolhimento, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência
VALOR TOTAL: R$ 59.880,00(Cinquenta e nove mil e oitocentos e oitenta reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:713D5FC4

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 225/2025

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 225/2025, DISPENSA Nº 011/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS DO SUDOESTE DO PARANÁ.

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **COOPERATIVA DOS PRODUTORES ORGÂNICOS E AGROECOLÓGICOS DO SUDOESTE DO PARANÁ,** resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 225/2025, firmado entre as partes em data de 30 de junho de 2025, cujo objeto é a aquisição parcelada e contínua de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, verba FNDE/PNAE, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Segunda (Vigência e Prorrogação), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 29/08/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.

E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

MAURO SÉRGIO ERDMAN
Cooperativa Dos Produtores Orgânicos e Agroecológicos Do Sudoeste do Paraná

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1/ PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:39187209

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 241/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 241/2024, EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 028/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E A F AUTO MECANICA FELTENS LTDA.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **A F AUTO MECANICA FELTENS LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **PEDRO FELTENS**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 241/2024, firmado entre as partes em data de 12 de agosto de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, visando os consertos e reparos mecânicos da frota de veículos oficiais deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 30/08/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

PEDRO FELTENS
A F AUTO Mecânica Feltens LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:B1213196

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 242/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 242/2024, EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 029/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E MECANICA DIESEL GALHARDO LTDA.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **MECANICA DIESEL GALHARDO LTDA,** neste ato representada por sua Administradora Sra. **KERLIN CIMONE LUCIETTO**, resolvem em comum acordo prorrogar do Termo de Adesão nº 242/2024, firmado entre as partes em data de 12 de agosto de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, visando os consertos e reparos mecânicos da frota de veículos oficiais deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 30/08/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

KERLIN CIMONE LUCIETTO
Mecanica Diesel Galhardo LTDA

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:60B98E1E

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 243/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 243/2024, EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 030/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E JENNIFER LETICIA ZUSE.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **JENNIFER LETICIA ZUSE,** neste ato representada por sua Administradora Sra. **JENNIFER LETICIA ZUSE**, resolvem em comum acordo prorrogar do Termo de Adesão nº 243/2024, firmado entre as partes em data de 12 de agosto de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, visando os consertos e reparos mecânicos da frota de veículos oficiais deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 30/08/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

JENNIFER LETICIA ZUSE
Jennifer Leticia Zuse.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.0363.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:40502FD7

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 244/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 244/2024, EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 031/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E JOSE ROBERTO WOLF MECANICA - ME.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **JOSE ROBERTO WOLF MECANICA - ME,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **JOSE ROBERTO WOLF**, resolvem em comum acordo prorrogar do Termo de Adesão nº 244/2024, firmado entre as partes em data de 12 de agosto de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, visando os consertos e reparos mecânicos da frota de veículos oficiais deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 30/08/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

JOSE ROBERTO WOLF
Jose Roberto Wolf Mecanica - ME.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:BF15A340

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 247/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 247/2024, EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 034/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E DSC AUTO PEÇAS EIRELI.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **DSC AUTO PEÇAS EIRELI,** neste ato representada por sua Administradora Sra. **Deonilda Salete Zanardi**, resolvem em comum acordo prorrogar do Termo de Adesão nº 247/2024, firmado entre as partes em data de 12 de agosto de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, visando os consertos e reparos mecânicos da frota de veículos oficiais deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 30/08/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

DEONILDA SALETE ZANARDI
DSC Auto Peças EIRELI.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:1BF710E0

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 249/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 249/2024, EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 036/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E CLEDSON SILVEIRA DAVILA.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **CLEDSON SILVEIRA DAVILA,** neste ato representada por sua Administradora Sra. **CLEDSON SILVEIRA DAVILA**, resolvem em comum acordo prorrogar do Termo de Adesão nº 249/2024, firmado entre as partes em data de 12 de agosto de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, visando os consertos e reparos mecânicos da frota de veículos oficiais deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 30/08/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

CLEDSON SILVEIRA DAVILA
Cledson Silveira Davila.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:FC71EDC4

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 255/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 255/2024, EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 039/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E D. E Z. TERRAPLENAGEM LTDA.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **D. E Z. TERRAPLENAGEM LTDA,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **TIAGO DALBOSCO**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 255/2024, firmado entre as partes em data de 28 de agosto de 2024, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas de Mini Escavadeira Hidráulica, afim de atender as demandas das secretarias municipais solicitante, deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 03 (três) meses, finalizando em 30/11/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

TIAGO DALBOSCO
D. E Z. Terraplenagem LTDA.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:78619571

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 257/2024

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 257/2024, EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 041/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E CASTRO & SCHUTZE TERRAPLANAGEM.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **CASTRO & SCHUTZE TERRAPLANAGEM,** neste ato representada por seu Administrador Sr. **OLDAIR MARCOS DE CASTRO**, resolvem em comum acordo prorrogar o contrato administrativo nº 257/2024, firmado entre as partes em data de 28 de agosto de 2024, cujo objeto é a Contratação de empresa para prestação de serviços de horas máquinas de Escavadeira Hidráulica, afim de atender as demandas das secretarias municipais solicitante, deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 03 (três) meses, finalizando em 30/11/2026.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

OLDAIR MARCOS DE CASTRO
Castro & Schutze Terraplanagem.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:9A1582D2

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 288/202

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO Nº 288/2024, EDITAL INEXIGIBILIDADE Nº 037/2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICIPIO DE PLANALTO E ELIAS SIEPMANN.

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis o **MUNICIPIO DE PLANALTO**, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. **LUIZ CARLOS BONI** e **ELIAS SIEPMANN,** neste ato representada por sua Administradora Sra. **ELIAS SIEPMANN**, resolvem em comum acordo prorrogar do Termo de Adesão nº 288/2024, firmado entre as partes em data de 13 de setembro de 2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva, visando os consertos e reparos mecânicos da frota de veículos oficiais deste Município de Planalto-PR, nos seguintes termos:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Terceira (dos prazos), prorrogando o prazo de vigência por 12 (doze) meses, finalizando em 30/08/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no contrato original, e não alteradas por este instrumento.
E, para validade do que pelas partes foi pactuado, firma-se este instrumento em duas vias de igual teor e forma.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ELIAS SIEPMANN
Elias Siepmann.

Testemunhas:

DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:3A36E85A

LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 252/2024

TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 252/2024
PREGÃO PRESENCIAL Nº 043/2023

SEGUNDO TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 252/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICIPIO DE PLANALTO E RADIO PLANALTO FM LTDA.

MUNICIPIO DE PLANALTO, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Praça São Francisco de Assis, nº 1583, inscrito no CNPJ nº 76.460.526/0001-16, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, senhor **LUIZ CARLOS BONI,** em pleno exercício de seu mandato e funções, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município de Planalto, Estado do Paraná, portador da Cédula de Identidade RG nº 3.895.670-1 e do CPF/MF sob nº 747.491.029-20, doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a pessoa jurídica **RADIO PLANALTO FM LTDA**, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 46.921.977/0001-42, com sede Av. Caxias Do Sul, 675, Andar Primeiro, Centro, Planalto/PR, neste ato representado pelo Administrador o Sr. ANERSON TONIN, brasileiro, portador do CPF sob n.º 042.703.909-64, residente e domiciliado, na Cidade de Planalto/PR, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o Termo Aditivo ao Contrato Administrativo n° 252/2024, proveniente do Processo Administrativo de Pregão Presencial nº 043/2023, que se regerá pelas normas da Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das cláusulas e condições aqui estabelecidas, conforme abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. “Contração de empresa para a prestação de serviços de rádio AM ou FM de abrangência local, objetivando a divulgação de atos em geral (eventos, serviços, convocações, campanhas, de caráter educativo, informativo e orientação social) deste município de Planalto-PR”.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO DO PRESENTE TERMO ADITIVO AO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. O presente Termo Aditivo tem por objeto a Prorrogação de prazo e igual valor do Contrato de Administrativo nº 252/2024, pelo período de 12 (doze) meses, com vigência até 31 de agosto de 2027, visando atender as atividades pertinentes aos serviços continuados do Município de Planalto-Pr.

CLÁUSULA TERCEIRA- DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:
Parágrafo Primeiro. Pela prorrogação do prazo de 12 (doze) meses, a vigência do Contrato n° 252/2024 passa a ser até 31 de agosto de 2027, podendo ocorrer nova prorrogação conforme art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.
Parágrafo Segundo. Poderá haver rescisão contratual do ajuste antes do decurso desse prazo, conforme artigos 77 a 80 da Lei n° 8.666/93.
Parágrafo Terceiro. Com o presente aditivo, fica conferido ao Contrato Originário a regularidade do credito orçamentário ao exercício financeiro do ano de 2026.

CLAUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:
Parágrafo Primeiro. Obedecendo o Princípio do Interesse Público e da Economicidade, a administração promove a renovação e prorrogação do Contrato Administrativo em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que com o advento da prorrogação a vantagem será da Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela CONTRATADA são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da CONTRATANTE, onde durante a vigência do contrato os serviços foram prestados satisfatoriamente e refletem o preço de mercado, sem contar que os preços serão mantidos durante a vigência e justifica-se ainda que os serviços são de natureza continuada não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades do Município de Planalto.
Parágrafo Segundo. Para a referida prorrogação há previsão contratual contida no Contrato Administrativo n° 252/2024, assim como, conforme previsão legal estabelecida no art. 57, inciso II da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA QUINTA – DOS VALORES:
Parágrafo Primeiro. Fica mantido o valor constante na Cláusula Primeira (do objeto) e Cláusula Terceira (valor contratual) do Contrato Administrativo n° 252/2024, cujo valor global é de R$

30.819,60 (trinta mil, oitocentos e dezenove reais e sessenta centavos), assim como as condições de pagamento e reajustes contratuais.
Parágrafo Segundo. Como não há alteração de valores neste Termo Aditivo, considera-se a pesquisa de preços devidamente realizada no Processo Administrativo de Pregão Presencial n° 043/2023, tendo sido ofertado pela empresa Contratada a melhor oferta e compatível com os valores de mercado até a presente data.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:
Parágrafo Primeiro. A Despesa com a execução do objeto do presente contrato, será atendida pela dotação orçamentária, constante do exercício de 2026, a saber:

DOTAÇÕES		
Conta da despesa	**Funcional programática**	**Destinação de recurso**
00280	02.103.04.122.0402.2007	3.3.90.39.00.00.00000
00380	02.103.04.122.0402.2008	3.3.90.39.00.00.00000

CLÁUSULA SÉTIMA- DAS DEMAIS CLÁUSULAS E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS: Parágrafo Primeiro. As demais cláusulas e condições ajustadas no Contrato Administrativo nº 252/2024, permanecem inalteradas, sendo ratificadas neste ato pelas partes contratantes em todos os seus termos, conforme Contrato Originário anexo e que integra o presente aditivo para todos os efeitos legais.
Fica eleito o Foro da Comarca de Capanema/Pr. para dirimir as questões oriundas do presente contrato.
Por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento de aditivo contratual em três vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, obrigando-se ao seu fiel cumprimento.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

ANERSON TONIN
Radio Planalto FM LTDA.

Testemunhas:

_____
DIEGO VINICIUS RUCKHABER
RG nº 12.685.090-5 /PR

_____
CARLA SABRINA RECH MALINSKI
RG nº 10.036.363-1 / PR

Publicado por:
Carla Sabrina Rech Malinski
Código Identificador:6A1CB1C2

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2026

O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, considerando o parecer da Pregoeira e equipe de apoio, de conformidade com a ATA de Sessão Pública de Pregão Presencial nº. 035/2026, lavrada em 14 de agosto de 2026, HOMOLOGO o resultado final do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço de acordo com o abaixo descrito:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO objetivando a aquisição de peças originais ou genuínas para manutenção de veículos leves, caminhões, ônibus e máquinas pesadas pertencentes a frota de veículos municipais, pelo Sistema Audatex, atendendo as necessidades deste município de Planalto-PR, conforme abaixo segue:
EMPRESA: CARTER BRASIL DISTRIBUIDORA DE PECAS LTDA
LOTE 016
VALOR TOTAL: R$ 791.765,00(setecentos e noventa e um mil e setecentos e sessenta e cinco reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,23%

LOTE 017
VALOR TOTAL: R$359.450,00 (trezentos e cinquenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,26%

LOTE 024
VALOR TOTAL: R$220.000,00 (duzentos e vinte mil reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 20,50%

LOTE 027
VALOR TOTAL: R$20.000,00 (vinte mil reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 10,25%

LOTE 031
VALOR TOTAL: R$96.000,00 (noventa e seis mil reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 15,63%

EMPRESA: COMPEC - COMERCIO DE PECAS E SERVICOS PARA TRATORES LTDA
LOTE 023
VALOR TOTAL: R$ 725.600,00 (setecentos e vinte e cinco mil e seiscentos reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 20,33%

EMPRESA: DSC AUTO PEÇAS EIRELI
LOTE 002
VALOR TOTAL: R$ 315.310,00 (trezentos e quinze mil e trezentos e dez reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,52%

LOTE 004
VALOR TOTAL: R$314.978,00 (trezentos e quatorze mil e novecentos e setenta e oito reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,41%

LOTE 005
VALOR TOTAL: R$ 344.145,00 (trezentos e quarenta e quatro mil e cento e quarenta e cinco reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,55%

LOTE 006
VALOR TOTAL: R$ 434.310,00 (quatrocentos e trinta e quatro mil e trezentos e dez reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO:11,38%

LOTE 007
VALOR TOTAL: R$ 608.493,00 (seiscentos e oito mil e quatrocentos e noventa e três reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,21%

LOTE 008
VALOR TOTAL: R$ 24.862,00 (vinte e quatro mil e oitocentos e sessenta e dois reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,55%

LOTE 009
VALOR TOTAL: R$ 103.609,00 (cento e três mil e seiscentos e nove reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,59%

LOTE 010
VALOR TOTAL: R$ 62.994,00 (sessenta e dois mil e novecentos e noventa e quatro reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,15%

LOTE 011
VALOR TOTAL: R$ 80.013,00 (oitenta mil e treze reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,20%

LOTE 012
VALOR TOTAL: R$ 114.740,00 (cento e quatorze mil e setecentos e quarenta reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 12,50%

LOTE 013
VALOR TOTAL: R$ 193.764,00 (cento e noventa e três mil e setecentos e sessenta e quatro reais)

PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,80%

LOTE 018
VALOR TOTAL: R$ 73.517,00 (setenta e três mil e quinhentos e dezessete reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 13,08%

LOTE 026
VALOR TOTAL: R$ 41.965,00 (quarenta e um mil e novecentos e sessenta e cinco reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 10,40%

LOTE 032
VALOR TOTAL: R$60.000,00 (sessenta mil reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 10,01%

EMPRESA: HORACIO FERREIRA DE ANDRADE & CIA LTDA
LOTE 022
VALOR TOTAL: R$ 800.000,00 (oitocentos mil reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 20,15%

EMPRESA: L P DOS SANTOS
LOTE 003
VALOR TOTAL: R$ 310.229,00 (trezentos e dez mil e duzentos e vinte e nove reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,70%

LOTE 019
VALOR TOTAL: R$ 1.160.511,00 (um milhão e cento e sessenta mil e quinhentos e onze reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,20%

EMPRESA: PINHÃO PEÇAS E SERVIÇOS LTDA
LOTE 001
VALOR TOTAL: R$ 342.953,00 (trezentos e quarenta e dois mil e novecentos e cinquenta e três reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,07%

LOTE 014
VALOR TOTAL: R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,56%

LOTE 015
VALOR TOTAL: R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 11,28%

LOTE 020
VALOR TOTAL: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO:11,28%

LOTE 021
VALOR TOTAL: R$ 57.404,00 (cinquenta e sete mil e quatrocentos e quatro reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 12,38%

LOTE 025
VALOR TOTAL: R$ 119.378,00 (cento e dezenove mil e trezentos e setenta e oito reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 17,91%

EMPRESA: THELMAQ MAQUINAS E SERVIÇOS HIDRAULICOS LTDA
LOTE 028
VALOR TOTAL: R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 20,18%

LOTE 029
VALOR TOTAL: R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 20,13%

EMPRESA: VM LTDA
LOTE 30
VALOR TOTAL: R$ 1.076.000,00 (um milhão e setenta e seis mil reais)
PERCENTUAL DE DESCONTO: 20,10%

DATA: 02 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:40CC638A

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2026

O Prefeito do Município de Planalto, Estado do Paraná, considerando o parecer da Pregoeira e equipe de apoio, de conformidade com a ATA de Sessão Pública de Pregão Presencial nº. 036/2026, lavrada em 21 de agosto de 2026, HOMOLOGO o resultado final do Processo Licitatório, na modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço de acordo com o abaixo descrito:

OBJETO: Aquisição de cal e cimento para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, destinados á realização de reparos e serviços de manutenção em bens e espaços públicos do Município de Planalto/PR

EMPRESA: ROGER COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
LOTE 01 ITEM 002.
VALOR TOTAL: R$ 56.420,00 (cinquenta e seis mil e quatrocentos e vinte reais).

EMPRESA: CHIQUINHO- MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
LOTE 01 ITEM 001.
VALOR TOTAL: R$ 14.925,00 (quatorze mil e novecentos e vinte e cinco reais).

DATA: 31 de agosto de 2026.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Scherer Marzec
Código Identificador:F3D15132

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
PORTARIA 096/2026 DE 08 DE JULHO DE 2026.

Súmula: "Regulamenta a utilização do Banco de Horas dos servidores da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, em conformidade com o estatuto do Servidor (Lei 75/1997)."

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,
CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 004/2026, que disciplina o horário de trabalho, o registro da frequência ao serviço, as ausências do local de trabalho, o Banco de Horas, a jornada flexível e o teletrabalho dos servidores da Câmara Municipal de Pontal do Paraná;
CONSIDERANDO o disposto no art. 18-B da Lei Municipal nº 075/1997, que institui o sistema de Banco de Horas no âmbito do serviço público municipal;
CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar, no âmbito da Câmara Municipal, os procedimentos operacionais para autorização,

registro, controle, compensação e eventual conversão das horas excedentes;

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria regulamenta a utilização do Banco de Horas no âmbito da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, observadas as disposições da Resolução nº 004/2026, da Lei Municipal nº 075/1997 e demais normas aplicáveis.

Art. 2º O Banco de Horas consiste no sistema de compensação das horas excedentes realizadas por servidor sujeito ao controle de jornada, mediante posterior usufruto em folgas ou redução de jornada, observados os prazos, limites e condições estabelecidos nesta Portaria.

Art. 3º O regime de Banco de Horas aplica-se aos servidores efetivos da Câmara Municipal sujeitos ao controle de frequência, observadas as hipóteses de exclusão previstas nesta Portaria.

CAPÍTULO II
DO CÔMPUTO DAS HORAS EXCEDENTES

Art. 4º As horas excedentes à jornada fixada para o cargo somente serão computadas para fins de Banco de Horas quando previamente autorizadas pela chefia imediata ou, em situações excepcionais, devidamente justificadas pelo servidor e validadas pela chefia, conforme avaliação da necessidade do serviço.

§ 1º As horas excedentes realizadas em dias úteis serão computadas como horas-crédito e compensadas na proporção de 1 (uma) hora trabalhada para 1 (uma) hora de folga.

§ 2º As horas excedentes realizadas em dias não úteis serão compensadas na proporção de 1 (uma) hora trabalhada para 2 (duas) horas de folga, salvo quando a prestação de serviço em dias não úteis for inerente às atribuições do cargo.

§ 3º As horas excedentes serão apuradas mensalmente, com base no controle de frequência realizado pela Seção de Recursos Humanos, observadas as regras da Portaria que regulamenta o registro eletrônico de ponto digital.

§ 4º Não serão computadas no Banco de Horas as horas excedentes realizadas sem autorização prévia da chefia imediata, salvo quando houver justificativa excepcional devidamente aceita pela chefia e validada pela Seção de Recursos Humanos.

CAPÍTULO III
DA AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DE HORAS EXCEDENTES

Art. 5º A realização de horas excedentes dependerá de autorização da chefia imediata, condicionada à necessidade do serviço e à compatibilidade com o interesse da Administração.

§ 1º A autorização deverá indicar, preferencialmente por meio eletrônico ou sistema oficialmente adotado pela Câmara Municipal:

I – a justificativa da demanda extraordinária;

II – o período estimado para a realização das atividades;

III – o servidor responsável pela execução;

IV – a ciência da chefia imediata.

§ 2º A chefia imediata deverá comunicar a autorização à Seção de Recursos Humanos para fins de registro e controle.

§ 3º Em situações excepcionais, quando a necessidade do serviço impedir autorização prévia, a justificativa poderá ser formalizada até a data de fechamento do ponto eletrônico do respectivo período, cabendo à chefia imediata avaliar sua pertinência e encaminhá-la à Seção de Recursos Humanos para registro e controle.

§ 4º A realização habitual de horas excedentes deverá ser evitada, cabendo à chefia imediata organizar as atividades do setor de modo a preservar a regularidade da jornada de trabalho.

CAPÍTULO IV
DO ANO DE REFERÊNCIA E DOS PRAZOS DE COMPENSAÇÃO

Art. 6º Considera-se ano de referência, para fins de compensação, o período de 12 (doze) meses subsequentes ao dia em que realizadas as horas excedentes.

§ 1º A compensação das horas-crédito deverá ocorrer, preferencialmente, dentro do mesmo exercício civil e, em qualquer caso, dentro do ano de referência previsto no caput.

§ 2º Extrapolado o prazo de 12 (doze) meses, o servidor terá direito à compensação em dobro das horas-crédito, a serem usufruídas entre o 13º e o 24º mês subsequentes ao dia em que realizadas as horas excedentes, nos termos do art. 18-B da Lei Municipal nº 075/1997.

§ 3º A não compensação das horas dentro dos prazos legais implicará o pagamento do tempo excedente como hora extraordinária, observadas as disposições da Resolução n.º 004/2026 e da Lei Municipal nº 075/1997.

CAPÍTULO V
DA UTILIZAÇÃO DO BANCO DE HORAS

Art. 7º A utilização do Banco de Horas dar-se-á mediante solicitação prévia do servidor, com autorização da chefia imediata e comunicação à Seção de Recursos Humanos para registro e controle.

§ 1º A solicitação deverá ser apresentada por meio eletrônico, sistema administrativo próprio, mensagem encaminhada à chefia imediata ou outro meio oficialmente admitido pela Câmara Municipal, desde que permita a identificação do servidor, a data da solicitação e a ciência da chefia.

§ 2º A chefia imediata avaliará a solicitação considerando o saldo de horas disponível, a conveniência do serviço, o funcionamento do setor e o atendimento ao público.

§ 3º A chefia imediata poderá determinar o gozo das horas-crédito dos servidores sob sua responsabilidade, especialmente quando houver risco de extrapolação dos prazos legais, devendo comunicar o servidor com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.

§ 4º É vedado ao servidor faltar ao trabalho sem prévia comunicação e autorização para posterior compensação da falta no Banco de Horas.

§ 5º Na hipótese de, por ocasião do fechamento mensal do ponto, serem apurados atrasos, saídas antecipadas, ausências parciais ou débito de jornada previamente comunicado à chefia imediata, poderá ser utilizado saldo disponível no Banco de Horas para compensação, desde que haja justificativa do servidor, anuência da chefia imediata e registro pela Seção de Recursos Humanos.

§ 6º A comunicação prévia a que se refere este artigo poderá ser realizada por mensagem encaminhada à chefia imediata, sem prejuízo de posterior formalização por meio eletrônico, sistema administrativo próprio ou outro meio oficialmente adotado pela Câmara Municipal, quando necessário ao registro e controle.

§ 7º A utilização do saldo de Banco de Horas no fechamento mensal do ponto não se aplica às faltas injustificadas, às ausências sem comunicação prévia ou às situações em que a chefia imediata não reconheça a justificativa apresentada.

§ 8º A utilização das horas-crédito será registrada pela Seção de Recursos Humanos, mediante informação da chefia imediata.

CAPÍTULO VI
DA CONVERSÃO EM PECÚNIA

Art. 8º A conversão das horas constantes no Banco de Horas em pecúnia é vedada como regra geral, devendo ser priorizada a compensação mediante folga ou redução de jornada, observados os prazos legais.

§ 1º A vedação prevista no caput não afasta as hipóteses de pagamento ou conversão em pecúnia decorrentes de previsão legal.

§ 2º A não compensação das horas dentro dos prazos previstos no art. 18-B da Lei Municipal nº 075/1997 implicará o pagamento do tempo excedente como hora extraordinária.

§ 3º Em caso de exoneração ou rescisão do vínculo funcional, as horas constantes no Banco de Horas serão convertidas em pecúnia, com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o valor da hora normal, conforme previsto no art. 18-B da Lei Municipal nº 075/1997.

§ 4º Antes da efetivação de transferência do servidor para outra unidade administrativa, deverá ser providenciada a compensação ou regularização das horas contabilizadas no Banco de Horas, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis.

CAPÍTULO VII
DAS EXCLUSÕES E DO CONTROLE DE JORNADA

Art. 9º Não se submetem ao regime de Banco de Horas:

I – os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão;

II – os servidores designados para funções de confiança que envolvam atribuições de direção, chefia ou assessoramento;

III – os titulares de funções gratificadas que envolvam atribuições de direção, chefia ou assessoramento;

IV – os Assessores Parlamentares, observado o regime específico previsto na Resolução nº 008/2021.
§ 1º Os servidores efetivos que percebam Gratificações por Encargos Especiais de natureza técnica, quando tais atribuições não envolverem direção, chefia ou assessoramento, permanecem sujeitos ao controle de jornada e poderão participar do Banco de Horas, observadas as regras da Resolução nº 004/2026 e desta Portaria.
§ 2º A Presidência poderá, mediante decisão fundamentada, reconhecer a incompatibilidade entre determinadas atividades e o regime de Banco de Horas, nos termos da Resolução nº 004/2026.
§ 3º O controle de jornada é obrigatório para todos os servidores efetivos sujeitos ao registro de frequência, independentemente da carga horária semanal do cargo.

CAPÍTULO VIII
DA RESPONSABILIDADE DA CHEFIA

Art. 10. Compete à chefia imediata acompanhar, controlar e fiscalizar a realização, o acúmulo e a compensação das horas dos servidores sob sua responsabilidade, adotando as medidas necessárias para evitar acúmulo indevido ou extrapolação dos prazos legais.
§ 1º A chefia imediata deverá acompanhar mensalmente o saldo de horas dos servidores de sua unidade, promovendo a programação do gozo das horas-crédito de forma compatível com o interesse público e o funcionamento do setor.
§ 2º Na iminência de extrapolação dos prazos previstos no art. 18-B da Lei Municipal nº 075/1997, a chefia imediata deverá determinar o gozo das horas-crédito, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias.
§ 3º A Seção de Recursos Humanos emitirá relatórios periódicos às chefias, contendo a relação de servidores com saldo de horas acumuladas, para fins de planejamento da compensação.
§ 4º A omissão da chefia imediata na adoção das medidas necessárias à compensação tempestiva das horas-crédito poderá ensejar responsabilização administrativa, especialmente quando resultar em obrigação de pagamento de horas extraordinárias.
§ 5º O servidor não poderá ser prejudicado pela falta de programação ou pela omissão da chefia imediata, permanecendo assegurados os direitos previstos na Lei Municipal nº 075/1997.
§ 6º A chefia imediata deverá manter registro formal das orientações, autorizações, determinações e programações de gozo das horas-crédito, para fins de controle e comprovação.

CAPÍTULO IX
DAS ATRIBUIÇÕES DA SEÇÃO DE RECURSOS HUMANOS

Art. 11. Compete à Seção de Recursos Humanos:
I – manter o controle atualizado do Banco de Horas;
II – apurar mensalmente as horas-crédito e as horas compensadas, com base no controle de frequência;
III – registrar as autorizações e justificativas encaminhadas pelas chefias imediatas;
IV – orientar servidores e chefias quanto aos procedimentos previstos nesta Portaria;
V – emitir relatórios para acompanhamento dos saldos de horas;
VI – comunicar às chefias situações de acúmulo de horas próximo aos limites legais.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. O cômputo das horas observará a data de fechamento do ponto eletrônico estabelecida na Portaria que regulamenta o registro eletrônico de ponto digital.
Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal, ouvidos a Diretoria Administrativa, à Seção de Recursos Humanos e o Controle Interno, quando necessário.
Art. 14. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publicado por:
Leticia Siqueira Rosa
Código Identificador:1FB5FFA0

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
PORTARIA 097/2026 DE 08 DE JULHO DE 2026.

Súmula: "Regulamenta o sistema de registro eletrônico de ponto digital via aplicativo, e dispõe sobre a jornada de trabalho dos servidores da Câmara Municipal de Pontal do Paraná."

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o disposto na Resolução nº 004/2026, que disciplina o horário de trabalho, o registro da frequência ao serviço, as ausências do local de trabalho, o banco de horas, a jornada flexível e o teletrabalho dos servidores da Câmara Municipal de Pontal do Paraná;

CONSIDERANDO que o art. 4º, inciso II, da Resolução nº 004/2026 define Ponto Digital como sistema eletrônico de controle de frequência efetuado por meio de aplicativo ou solução tecnológica adotada pela Câmara Municipal, que permita a identificação individual do servidor e o registro automático das informações necessárias à verificação da jornada de trabalho;

CONSIDERANDO que os Assessores Parlamentares estão sujeitos às regras específicas previstas na Resolução nº 008/2021;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Portaria estabelece os procedimentos operacionais para a execução, fiscalização e controle do registro eletrônico de ponto digital, da jornada de trabalho, das ocorrências de frequência, da jornada flexível e do teletrabalho dos servidores da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, nos termos da Resolução nº 004/2026.

Art. 2º Estão sujeitos às disposições desta Portaria, observadas as regras específicas de controle de frequência e de jornada:

I – os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo;
II – os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão;
III – os servidores designados para funções de confiança;
IV – os titulares de funções gratificadas e de gratificações por encargos especiais, conforme a natureza das atribuições desempenhadas.
Parágrafo único. Os Assessores Parlamentares com lotação nos Gabinetes dos Vereadores permanecem sujeitos ao regime específico previsto na Resolução nº 008/2021, especialmente quanto à direção, coordenação e controle pelo Vereador titular do gabinete.

CAPÍTULO II

DA JORNADA DE TRABALHO

Art. 2º A jornada de trabalho dos servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo observará a carga horária fixada na Lei nº 2.425/2023, nos editais de concurso e demais normas aplicáveis, sem prejuízo das disposições da Resolução nº 004/2026 e desta Portaria.
§ 1º Os servidores efetivos com jornada de 40 (quarenta) horas semanais deverão cumprir, como regra, o seguinte horário padrão:
I – período da manhã: das 8h às 12h;
II – intervalo para repouso e alimentação: das 12h às 13h;
III – período da tarde: das 13h às 17h.
§ 2º Os servidores efetivos com jornada de 30 (trinta) horas semanais cumprirão a carga horária diária e semanal correspondente ao respectivo cargo, podendo ser adotada organização flexível dos horários de entrada e saída, mediante autorização da chefia imediata, desde que preservados o atendimento ao público, o funcionamento do setor e as demandas administrativas da Câmara Municipal.
§ 3º A organização flexível dos horários não dispensa o servidor sujeito ao controle de frequência do registro regular do ponto digital.
§ 4º As horas excedentes à jornada fixada para cada cargo somente serão computadas para fins de Banco de Horas quando previamente autorizadas pela chefia imediata ou, em situações excepcionais,

devidamente justificadas pelo servidor e validadas pela chefia, observadas as normas da Resolução nº 004/2026 e da portaria específica que regulamentar o Banco de Horas.

CAPÍTULO III

DO REGISTRO ELETRÔNICO DE PONTO DIGITAL

Art. 3º O registro de frequência é obrigatório e pessoal para todos os servidores efetivos sujeitos ao controle de ponto, devendo ser realizado por meio do sistema eletrônico de ponto digital adotado pela Câmara Municipal, nos seguintes momentos:

I – início do expediente;
II – saída para intervalo de repouso e alimentação;
III – retorno do intervalo de repouso e alimentação;
IV – término do expediente.

§ 1º É vedado o registro de frequência por terceiro ou por qualquer meio que comprometa a autenticidade do ponto, constituindo tal conduta falta grave, sujeita à apuração mediante Processo Administrativo Disciplinar, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º Na hipótese de falha técnica, indisponibilidade do sistema eletrônico ou impossibilidade momentânea de registro digital, a chefia imediata deverá comunicar o fato à Seção de Recursos Humanos, que providenciará meio alternativo de registro, preferencialmente manual, devidamente atestado.

§ 3º O servidor em estágio probatório não poderá ser dispensado do registro de frequência, nos termos da Resolução nº 004/2026.

Art. 4º O sistema eletrônico de ponto digital será operado, atualmente, por meio do aplicativo “Fazendo Hora”, sem prejuízo da adoção de relógio de ponto eletrônico ou de outra solução tecnológica oficialmente definida pela Câmara Municipal, desde que permita a identificação individual do servidor e o registro automático das informações necessárias à verificação da jornada de trabalho.

§ 1º O login, a senha ou demais credenciais de acesso ao aplicativo “Fazendo Hora” serão fornecidos pela Seção de Recursos Humanos ou unidade equivalente.

§ 2º As credenciais de acesso são pessoais e intransferíveis, sendo vedado seu uso por terceiros.

§ 3º A substituição do aplicativo “Fazendo Hora” por outro sistema ou solução tecnológica poderá ser determinada pela Administração, mediante comunicação aos servidores e às chefias imediatas.

CAPÍTULO IV

DA DISPENSA DO REGISTRO DE PONTO

Art. 5º Ficam dispensados do registro eletrônico de ponto, em razão da natureza das atribuições e do regime de dedicação integral, observado o dever de assiduidade e efetivo desempenho das funções:

I – os ocupantes de cargos de provimento em comissão;
II – os servidores designados para funções de confiança que envolvam atribuições de direção, chefia ou assessoramento;
III – os titulares de funções gratificadas que envolvam atribuições de direção, chefia ou assessoramento.

§ 1º A dispensa do registro de ponto não exime o servidor do dever de assiduidade, do cumprimento da jornada e da disponibilidade funcional exigida pelo interesse da Administração.

§ 2º A efetividade dos servidores dispensados do registro eletrônico de ponto deverá ser atestada mensalmente pela chefia imediata, mediante Relatório de Atividades, Folha de Frequência Manual ou outro instrumento definido pela Administração.

§ 3º Permanecem sujeitos ao controle de frequência os servidores efetivos que percebam Gratificações por Encargos Especiais de natureza técnica, quando tais atribuições não envolverem direção, chefia ou assessoramento, salvo decisão fundamentada da Presidência que reconheça a incompatibilidade entre as atividades desempenhadas e o registro de ponto.

Art. 6º Os Assessores Parlamentares observarão o regime próprio previsto na Resolução nº 008/2021.

§ 1º O controle de assiduidade e frequência dos Assessores Parlamentares é de responsabilidade do Vereador que os indicou, conforme previsto na Resolução nº 008/2021.

§ 2º O controle da jornada dos Assessores Parlamentares poderá ser realizado por meio de relógio de ponto eletrônico ou mediante relatório de atividades, conforme a Resolução nº 008/2021.

§ 3º O Assessor Parlamentar que exercer suas atividades fora da sede da Câmara Municipal observará o disposto na Resolução nº 008/2021 quanto à dispensa do controle de jornada semanal.

CAPÍTULO V

DAS OCORRÊNCIAS E JUSTIFICATIVAS

Art. 7º Consideram-se ocorrências de frequência, para fins desta Portaria:

I – atrasos;
II – saídas antecipadas;
III – saídas intermediárias autorizadas;
IV – faltas justificadas;
V – faltas injustificadas;
VI – ausência ou falha de marcação do ponto.

Art. 8º As ausências ao serviço para tratamento de saúde deverão ser comunicadas à chefia imediata e à Seção de Recursos Humanos no primeiro dia de afastamento, com apresentação do respectivo atestado médico no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da data de sua expedição, preferencialmente por meio eletrônico.

§ 1º O atestado médico deverá indicar o período de afastamento necessário, observadas as normas legais e administrativas aplicáveis.

§ 2º A declaração de comparecimento a consulta, exame ou atendimento de saúde justificará apenas o período nela indicado, podendo ser considerado o tempo razoável de deslocamento, quando o atendimento ocorrer fora do Município ou em localidade que justifique tal extensão, mediante análise da chefia imediata e da Seção de Recursos Humanos, salvo se houver orientação expressa de afastamento por profissional competente.

Art. 9º A ausência de marcação do ponto deverá ser justificada pelo servidor e validada pela chefia imediata, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, mediante formulário próprio, sistema eletrônico ou outro meio oficialmente adotado pela Câmara Municipal.

§ 1º Excepcionalmente, quando a ausência de marcação somente for identificada pelo servidor, pela chefia imediata ou pela Seção de Recursos Humanos por ocasião da conferência do espelho de ponto, a justificativa poderá ser apresentada até a data de fechamento do ponto eletrônico, observado o dia 15 de cada mês.

§ 2º A justificativa de ausência de marcação destina-se à regularização de falha, esquecimento ou impossibilidade pontual de registro, não substituindo o procedimento próprio para justificativa de falta, afastamento, licença ou ausência integral ao serviço.

§ 3º A chefia imediata deverá avaliar a justificativa apresentada, atestando a efetiva prestação do serviço ou informando a ocorrência à Seção de Recursos Humanos para as providências cabíveis.

Art. 10. Os atrasos, saídas intermediárias e saídas antecipadas deverão ser tratados de acordo com a Lei Municipal nº 075/1997, a Resolução nº 004/2026 e demais normas aplicáveis.

CAPÍTULO VI

DA JORNADA FLEXÍVEL

Art. 11. A jornada flexível poderá ser adotada para servidores cuja carga horária legal, editalícia ou funcional permita a organização variável dos horários de entrada e saída, especialmente nos cargos com jornada de 30 (trinta) horas semanais, mediante autorização da chefia imediata, desde que não haja prejuízo ao atendimento ao público, ao funcionamento do setor e às demandas administrativas da Câmara Municipal.

§ 1º A jornada flexível deverá respeitar integralmente a carga horária diária e semanal fixada para o cargo, sendo vedada a redução da jornada legalmente estabelecida.

§ 2º A flexibilização dos horários não dispensa o servidor sujeito ao controle de frequência do registro regular do ponto digital.

§ 3º A autorização para jornada flexível poderá ser revista a qualquer tempo pela chefia imediata ou pela Presidência, em razão da necessidade do serviço, do atendimento ao público ou da conveniência administrativa.

CAPÍTULO VII

DO TELETRABALHO

Art. 12. O teletrabalho poderá ser autorizado pela Mesa Diretora, Presidência, mediante requerimento ou formulário próprio, ouvida a Diretoria Administrativa e à Seção de Recursos Humanos, observados a natureza das atribuições, o interesse da Administração e a compatibilidade das atividades com a execução remota.

§ 1º A autorização para teletrabalho dependerá do atendimento dos seguintes requisitos:

I – compatibilidade das atividades com a execução remota;
II – existência de plano de trabalho individual, com metas, atividades e prazos definidos;
III – manutenção da disponibilidade do servidor para atendimento imediato à autoridade ou às demandas do setor, sempre que necessário;
IV – existência de infraestrutura tecnológica adequada à execução das atividades.

§ 2º O servidor em teletrabalho deverá cumprir as metas e prazos estabelecidos no plano de trabalho individual, mantendo comunicação com a chefia imediata e com a Administração.

§ 3º O teletrabalho poderá ser revogado a qualquer tempo pela Presidência, por necessidade do serviço, descumprimento das condições estabelecidas ou conveniência administrativa devidamente justificada.

§ 4º A autorização para teletrabalho não gera direito adquirido à permanência no regime remoto.

CAPÍTULO VIII

DA CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

Art. 13. Para o funcionamento das Sessões Ordinárias, Extraordinárias e Solenes, bem como para atender demandas administrativas urgentes ou de relevante interesse público, a Mesa Diretora ou a Presidência poderá convocar servidores fora do horário regular, observadas as normas relativas à jornada de trabalho, ao registro de frequência, ao Banco de Horas e à compensação.

§ 1º As horas excedentes decorrentes de convocação extraordinária dos servidores sujeitos ao controle de jornada deverão observar as regras da Resolução nº 004/2026 e da portaria específica que regulamentar o Banco de Horas.

§ 2º Quanto aos Assessores Parlamentares, deverá ser observado o regime próprio previsto na Resolução nº 008/2021.

CAPÍTULO IX

DA FISCALIZAÇÃO E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 14. Compete à chefia imediata fiscalizar a assiduidade dos servidores sob sua responsabilidade, validar justificativas, acompanhar o cumprimento da jornada e comunicar à Seção de Recursos Humanos as ocorrências que demandem providências administrativas.

Art. 15. Compete ao Departamento de Recursos Humanos manter os registros de frequência, acompanhar as ocorrências, orientar os servidores e chefias quanto ao uso do sistema de ponto digital e adotar as providências necessárias ao correto fechamento mensal do ponto.

Art. 16. O servidor deverá zelar pela regularidade e fidedignidade de seu registro de ponto, comunicar imediatamente falhas ou inconsistências no sistema e observar as normas desta Portaria, da Resolução nº 004/2026 e da legislação aplicável.

Art. 17. O descumprimento das normas relativas ao registro de frequência, à jornada de trabalho e às justificativas de ausência sujeitará o servidor às penalidades previstas na Lei Municipal nº 075/1997 e demais normas aplicáveis, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. O fechamento do ponto eletrônico ocorrerá sempre no dia 15 de cada mês, nos termos da Resolução nº 004/2026.

Art. 19. O relatório sobre o registro de frequência será disponibilizado ao servidor nos termos da Resolução nº 004/2026, observado o funcionamento do sistema eletrônico adotado pela Câmara Municipal.

Art. 20. O Controle Interno poderá solicitar formalmente informações funcionais relativas à frequência e efetividade dos servidores, sempre que necessário ao desempenho de suas atribuições.

Art. 21. Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência da Câmara Municipal, ouvida a Diretoria Administrativa, à Seção de Recursos Humanos e o Controle Interno.

Art. 22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Pontal do Paraná, 08 de julho de 2026.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente

CLEONICE SILVA DO NASCIMENTO
1ª Secretária

CIRINEU MARCA
2º Secretário

Publicado por:
Leticia Siqueira Rosa
Código Identificador:149F9780

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
PORTARIA 104/2026 – DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Abre crédito ADICIONAL SUPLEMENTAR de R$ 4.400,00 no orçamento vigente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná."

A Mesa Executiva da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto na Lei Municipal LEI Nº 2.781, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025. (LOA), resolve:

Art. 1° - Fica aberto crédito adicional suplementar, no valor de R$ 4.400,00 (quatro mil e quatrocentos reais), no orçamento vigente da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, conforme abaixo especificado:
01 PODER LEGISLATIVO
01 CÂMARA MUNICIPAL
01 Função: LEGISLATIVA
031 Subfunção: AÇÃO LEGISLATIVA
01 Programa: Processo Legislativo
2.001 Atividade: ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
Fonte 0.1001 - Recursos do Tesouro – (Descentralizados)
3.1.90.49.00.00 – Auxílio-Transporte R$ 4.400,00

Art. 2°. Para dar cobertura ao total do Crédito Adicional Suplementar, será utilizado o recurso, oriundo da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:
01 PODER LEGISLATIVO
01 CÂMARA MUNICIPAL
01 Função: LEGISLATIVA
031 Subfunção: AÇÃO LEGISLATIVA
01 Programa: Processo Legislativo
2.001 Atividade: ADMINISTRAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL
Fonte 0.1001 - Recursos do Tesouro – (Descentralizados)
3.1.90.94.00.00 -INDENIZACOES E RESTITUICOES TRABALHISTAS R$ 4.400,00

Total do crédito adicional suplementar R$ **4.400,00**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Pontal do Paraná 02 de setembro de 2026.

ELINETE GUIMARÃES ROCHA
Presidente

CLEONICE SILVA DO NASCIMENTO
1ª Secretária

CIRINEU MARCA
2º Secretário

Publicado por:
Silvia Karla Mendes Fiorin
Código Identificador:0E53BCBE

CAMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANA
RESOLUÇÃO Nº 014/2026

RESOLUÇÃO Nº 014/2026

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, NA CONFORMIDADE DE SUAS ATRIBUIÇÕES, RESOLVE:

SÚMULA: "**Regulamenta a execução das fiscalizações no âmbito da Câmara Municipal de Pontal do Paraná, estabelecendo formas e critérios para constituição de equipes, pedidos de informação e convocações ao Executivo, modelo padrão de relatório, discussão de achados com gestores, encaminhamentos a órgãos competentes e acompanhamento das providências corretivas".**

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º As fiscalizações constituem instrumento essencial de controle da administração pública municipal, realizadas pela Câmara Municipal para verificar a legalidade, legitimidade, eficiência, efetividade, economicidade e regularidade das ações governamentais no âmbito do Poder Executivo, incluída a administração indireta.

Parágrafo único: A fiscalização compreende, entre outras atividades:

I – análise da execução de políticas públicas;
II – avaliação do cumprimento da legislação municipal, estadual e federal;
III – verificação de conformidade com normas administrativas e técnicas;
IV – apuração de irregularidades, falhas, omissões e desvios de gestão;
V – acompanhamento de programas, ações e serviços do Poder Executivo;
VI – controle dos atos administrativos e da aplicação dos recursos públicos.

Art. 2º As fiscalizações classificam-se em:

I – ordinárias, quando previstas no Plano Anual de Fiscalização aprovado pela Câmara Municipal;
II – extraordinárias, quando demandadas por fato superveniente, denúncia, representação, requerimento parlamentar ou necessidade institucional relevante;
III – temáticas, quando voltadas a áreas ou políticas públicas específicas;
IV – de acompanhamento, quando destinadas a verificar a implementação de recomendações, determinações ou planos de ação anteriormente expedidos.

CAPÍTULO II
DA INICIATIVA E DA CONSTITUIÇÃO DAS EQUIPES DE FISCALIZAÇÃO

Art. 3º As fiscalizações poderão ser propostas:

I – pela Mesa Diretora;
II – pela Comissão Executiva da Mesa, quando cabível;
III – por Comissão Permanente competente em razão da matéria;
IV – por vereador, mediante requerimento fundamentado;
V – por provocação formal originada de denúncia, representação, manifestação da sociedade civil, órgão de controle ou outro elemento que justifique a atuação fiscalizatória.

Art. 4º As fiscalizações serão executadas por equipes ou comissões constituídas por:

I – vereadores designados, em número compatível com a natureza e a complexidade da fiscalização;
II – servidores efetivos ou comissionados da Câmara Municipal com atribuição técnica ou administrativa pertinente;
III – apoio técnico especializado, quando necessário, nos termos da legislação aplicável e da disponibilidade administrativa da Câmara.

§1º Sempre que possível, a composição observará pluralidade institucional e compatibilidade com a matéria fiscalizada.

§ 2º A designação da equipe de fiscalização não afasta a competência regimental das Comissões Permanentes.

Art. 5º A constituição das equipes obedecerá aos seguintes critérios:

I – pertinência temática da fiscalização;
II – distribuição institucional equilibrada, sempre que possível;
III – competência técnica e experiência dos membros designados;
IV – prevalência do interesse público;
V – ausência de conflito de interesses;
VI – compatibilidade com o calendário legislativo e administrativo da Câmara.

Art. 6º A designação das equipes de fiscalização ocorrerá por:

I – ato da Mesa Diretora, nas fiscalizações ordinárias e extraordinárias;
II – ato da Comissão Permanente competente, nas fiscalizações temáticas vinculadas à sua área de atuação;
III – resolução específica da Câmara, quando a relevância, a complexidade ou a abrangência da fiscalização assim o recomendarem.

Parágrafo único: O ato de designação deverá indicar, no mínimo:

I – a composição nominal da equipe;
II – o objeto e os objetivos da fiscalização;
III – o prazo estimado para execução;
IV – o coordenador dos trabalhos;
V – os meios administrativos de apoio.

Art. 7º O coordenador da equipe fiscal será responsável por:

I – organizar o cronograma da fiscalização;
II – coordenar os trabalhos da equipe;
III – manter a interlocução institucional necessária à execução da fiscalização;
IV – registrar e documentar as etapas do procedimento;
V – supervisionar a elaboração do relatório preliminar e do relatório final;
VI – zelar pelo cumprimento dos prazos e formalidades deste regulamento.

CAPÍTULO III
DOS PEDIDOS DE INFORMAÇÃO, REQUISIÇÕES E CONVOCAÇÕES

Art. 8º As fiscalizações poderão compreender:

I – pedidos escritos de informação ao Prefeito Municipal, aos Secretários Municipais e aos titulares de órgãos e entidades da administração direta e indireta;
II – requisição de documentos, relatórios, planilhas, contratos, processos e demais elementos necessários à instrução fiscalizatória;
III – convocação para comparecimento pessoal perante a Câmara Municipal, nos casos previstos na Lei Orgânica do Município;
IV – reuniões técnicas, diligências, visitas, inspeções e outros atos necessários à apuração dos fatos.

Parágrafo único: Os instrumentos previstos neste artigo poderão ser utilizados isolada ou cumulativamente, conforme as necessidades da fiscalização.

Art. 9º O pedido escrito de informação conterá, obrigatoriamente:

I – identificação da equipe fiscal e de seu coordenador;
II – indicação do objeto da fiscalização;
III – descrição clara das informações e documentos solicitados;
IV – prazo para resposta;
V – local, forma e responsável pelo recebimento;
VI – advertência de que a ausência de resposta, a resposta incompleta ou a prestação de informações inverídicas poderá ensejar adoção das medidas cabíveis.

§ 1º O pedido será formalizado por escrito e arquivado em meio físico ou digital.

§ 2º A tramitação dos pedidos de informação observará, no que couber, o Regimento Interno da Câmara Municipal.

§ 3º O prazo de resposta será fixado de acordo com a natureza da fiscalização e com a legislação aplicável.

Art. 10. Quando a natureza da matéria exigir esclarecimento pessoal, a Câmara Municipal poderá convocar Secretários Municipais e titulares de órgãos e entidades da administração direta e indireta para, no prazo máximo previsto na Lei Orgânica do Município, prestarem informações sobre matéria de sua competência.

§ 1º A convocação será formal e indicará:

I – o objeto da convocação;
II – os pontos sobre os quais deverão ser prestadas informações;
III – a data, o horário e o local do comparecimento;
IV – a documentação eventualmente necessária.

§ 2º O não comparecimento sem justificativa adequada ou a prestação de informações falsas sujeitará o responsável às consequências legais cabíveis.

Art. 11. Caso não haja resposta ao pedido de informação, ou a resposta seja incompleta, inadequada ou incompatível com os elementos da fiscalização, a equipe fiscal poderá:

I – reiterar a requisição;
II – propor a convocação da autoridade competente;
III – registrar a ocorrência em ata, termo ou relatório;
IV – sugerir o encaminhamento da situação aos órgãos competentes, conforme a natureza da ocorrência.

CAPÍTULO IV
DO MODELO PADRÃO DE RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO

Art. 12. Toda fiscalização será documentada em relatório, elaborado segundo modelo padronizado, que conterá, obrigatoriamente:

I – IDENTIFICAÇÃO:
a) número do relatório e data de elaboração;
b) identificação da equipe fiscal e de seus membros;
c) objeto, objetivo e escopo da fiscalização;
d) período de abrangência;
e) base legal e normativa aplicável;

II – METODOLOGIA:
a) descrição dos métodos de coleta de dados;
b) diligências, entrevistas, inspeções ou visitas realizadas;
c) órgãos, setores e agentes consultados;
d) documentação e fontes analisadas;
e) cronograma resumido da execução;

III – ACHADOS E CONSTATAÇÕES:
a) descrição detalhada de cada achado;
b) dispositivo legal, norma ou procedimento relacionado;
c) classificação do impacto ou relevância;
d) evidências documentais ou técnicas;
e) repercussão administrativa, financeira ou social identificada;

IV – ANÁLISE:
a) exame crítico dos fatos constatados;
b) comparação com normas aplicáveis e boas práticas;
c) causas, consequências e contexto do achado;
d) elementos comparativos, quando existentes;

V – RECOMENDAÇÕES:
a) providências corretivas ou preventivas recomendadas;
b) responsável institucional sugerido;
c) prazo sugerido para implementação;
d) forma de acompanhamento;
e) indicação de custo estimado, quando aplicável;

VI – CONCLUSÃO E ENCAMINHAMENTOS:
a) síntese dos principais achados;
b) avaliação geral da situação fiscalizada;
c) indicação dos órgãos ou autoridades para encaminhamento;
d) recomendação de acompanhamento futuro;

VII – ASSINATURAS:
a) identificação dos integrantes da equipe;
b) assinaturas físicas ou digitais;
c) data de conclusão do relatório.

Parágrafo único: O modelo padronizado de relatório poderá constar em anexo desta Resolução ou em manual administrativo complementar expedido pela Presidência.

Art. 13. O relatório poderá ser elaborado em versão preliminar e versão final, especialmente quando houver necessidade de discussão prévia dos achados com os gestores responsáveis.

CAPÍTULO V
DA DISCUSSÃO DOS ACHADOS COM OS GESTORES

Art. 14. Antes da divulgação do relatório final, será preferencialmente oportunizada reunião de discussão dos achados com os gestores ou responsáveis pela área fiscalizada.

§ 1º A reunião poderá contar com:

I – secretário Municipal ou dirigente responsável;
II – técnicos ou servidores do Executivo designados;
III – coordenador e membros da equipe fiscal;
IV – servidores da Câmara que prestem apoio técnico.

§ 2º A reunião terá por finalidade:

I – dar ciência formal dos achados;
II – permitir esclarecimentos, justificativas e manifestação do gestor;
III – possibilitar a apresentação de documentação complementar;
IV – registrar eventuais compromissos, prazos ou providências corretivas;
V – aperfeiçoar a consistência do relatório final.

Art. 15. A reunião será documentada em ata, contendo:

I – data, hora e local;
II – nome dos participantes;
III – síntese dos achados apresentados;
IV – manifestações e justificativas dos gestores;
V – compromissos ou providências acordadas;
VI – assinaturas dos participantes, quando possível.

Art. 16. O não comparecimento do gestor ou representante regularmente cientificado não impedirá o prosseguimento da fiscalização, devendo a ausência ser registrada.

CAPÍTULO VI
DOS ENCAMINHAMENTOS DOS ACHADOS

Art. 17. Os achados de fiscalização serão encaminhados às autoridades ou órgãos competentes, conforme sua natureza, inclusive:

I – ao Poder Executivo Municipal, para adoção de providências administrativas;
II – ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná, quando houver matéria contábil, financeira, orçamentária, operacional ou patrimonial sujeita a controle externo;
III – ao Ministério Público, quando houver indícios de ilegalidade, improbidade, lesão ao patrimônio público ou outras situações de sua atribuição;
IV – a outros órgãos ou instituições competentes, conforme a matéria.

Art. 18. Os encaminhamentos serão acompanhados, sempre que cabível, de:

I – cópia do relatório de fiscalização;
II – documentos que embasem os achados;
III – ata da reunião de discussão com gestores, se realizada;
IV – expediente de encaminhamento com exposição sucinta dos motivos.

Art. 19. Os encaminhamentos serão registrados em protocolo próprio da Câmara Municipal e arquivados para fins de controle, rastreabilidade e acompanhamento institucional.

CAPÍTULO VII
DO PLANO DE AÇÃO E DO ACOMPANHAMENTO

Art. 20. A Câmara Municipal poderá recomendar ao Poder Executivo a apresentação de Plano de Ação para atendimento das recomendações decorrentes da fiscalização.

§ 1º O Plano de Ação deverá conter, no mínimo:

I – referência à recomendação emitida;
II – descrição objetiva da medida a ser adotada;
III – responsável pela implementação;
IV – prazo previsto para execução;
V – estágio de implementação;
VI – evidências ou meios de comprovação.

§ 2º O modelo de Plano de Ação poderá ser disponibilizado pela Câmara Municipal em anexo ou documento complementar.

Art. 21. O Plano de Ação, quando apresentado, poderá:

I – ser encaminhado ao Plenário para ciência;
II – ser utilizado como instrumento de acompanhamento;
III – subsidiar fiscalização posterior de verificação de cumprimento.

Art. 22. Havendo necessidade, a Câmara Municipal poderá realizar fiscalização de acompanhamento para verificar a implementação das recomendações e das medidas constantes do Plano de Ação.

CAPÍTULO VIII
DO SUPORTE ADMINISTRATIVO E DAS RESPONSABILIDADES

Art. 23. A unidade administrativa competente da Câmara Municipal prestará apoio técnico e administrativo às atividades de fiscalização, inclusive quanto a:

I – organização documental;
II – suporte logístico;
III – consolidação de informações;
IV – arquivamento e manutenção dos registros;
V – apoio metodológico e operacional.

Art. 24. A Câmara Municipal buscará promover, periodicamente, ações de capacitação de vereadores e servidores sobre técnicas de fiscalização, produção de relatórios, interpretação normativa e relacionamento institucional com órgãos de controle.

Art. 25. Compete à Câmara Municipal assegurar, dentro de sua capacidade administrativa e orçamentária:

I – condições mínimas para a realização das fiscalizações;
II – preservação da documentação produzida;
III – independência funcional dos trabalhos fiscalizatórios;
IV– observância da legalidade, da publicidade, da motivação e da formalidade dos procedimentos.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26. Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora, observadas a Lei Orgânica do Município, o Regimento Interno da Câmara Municipal e a legislação aplicável.

Art. 27. Esta Resolução poderá ser revista ou atualizada sempre que necessário ao aperfeiçoamento da atividade fiscalizatória da Câmara Municipal.

Art. 28. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Getúlio Serafim do Nascimento, em 01 de setembro de 2026.

Publicado por:
Janaina Solimar Remer Gil
Código Identificador:F1C1C084

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ EXTRATO DE RATIFICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 424/2026 INEXIGIBILIDADE Nº. 316/2026

Eu, Prefeito Municipal de Pontal do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, ratifico e homologo a inexigibilidade nº 316/2026, que tem por credenciamento de Microempreendedor Individual (MEI) para fornecimento de alimentos panificados para atendimento das demandas dos Centros Municipais de Educação Infantil da rede municipal de ensino de Pontal do Paraná**..** Empresa Contratada 57.803.864 CASSIANA FROHLICH CANZONE SIKORSKI Iinscrita no CNPJ n.º 57.803.864/0001-69 Data da ratificação e homologação**:** 02 de setembro de 2026. Valor homologado: **R$ 10.456,88 (dez mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e oitenta e oito centavos).**
Dotação orçamentária: 10002123060039204333903200000 -
CR 393 -
FR 124.

Pontal do Paraná,02 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Leitoles de Mello
Código Identificador:D533225E

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - GUARDA MUNICIPAL
PORTARIA N°. 029, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026 – CGCM

A **CORREGEDORA GERAL DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL – CGCM**, vinculada à Secretaria Municipal de Segurança Pública – SMSP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Ordinária Municipal nº 2.066, de 1º de setembro de 2020, especialmente pelos arts. 3º, 4º, 5º e 9º, e
CONSIDERANDO o Memorando nº 1887/2026, que versa sobre fatos atribuídos a servidor da Guarda Civil Municipal de Pontal do Paraná, em tese contrários aos regramentos disciplinares aplicáveis aos integrantes da Corporação;
CONSIDERANDO a necessidade de recomposição da Comissão responsável pela condução do procedimento de Sindicância instaurado para apuração dos fatos objeto do Memorando nº 1887/2026;
CONSIDERANDO o disposto no art. 9º, § 3º, da Lei Ordinária Municipal nº 2.066/2020, que prevê a substituição temporária de membro da Comissão nos casos de impedimento ou suspeição, respeitados os requisitos estabelecidos no § 1º do mesmo artigo;
CONSIDERANDO que o servidor **Joacir João Cassilha Junior, matrícula nº 318521**, é servidor público efetivo e reúne os requisitos previstos no art. 9º, § 1º, da Lei Municipal nº 2.066/2020 para integrar a Comissão;
CONSIDERANDO que, até a presente designação, não há causa conhecida de impedimento ou suspeição que comprometa a independência e a imparcialidade do servidor ora designado em relação ao procedimento e aos envolvidos;
CONSIDERANDO que a atuação do servidor substituto deverá limitar-se exclusivamente ao procedimento que ensejou a presente substituição, nos termos do art. 9º, § 3º, da Lei Municipal nº 2.066/2020;
RESOLVE:
Art. 1º
Fica substituído o servidor público **Járede Lucas da Silva Sousa, matrícula nº 323482**, anteriormente designado para exercer a função de Secretário da Comissão de Sindicância, pelo servidor público **Joacir João Cassilha Junior, matrícula nº 318521**, exclusivamente para atuação no procedimento de Sindicância instaurado em decorrência do **Memorando nº 1887/2026**.
Art. 2º
A Comissão de Sindicância responsável pela apuração dos fatos objeto do procedimento referido no art. 1º desta Portaria passa a ser composta pelos seguintes servidores:
I – Presidente: Divanir Cuimbra Miranda, matrícula nº 318601;
II – Secretário: Joacir João Cassilha Junior, matrícula nº 318521;
III – Membro: Clevrson Matias Paiffer, matrícula nº 317801.
Art. 3º
A substituição promovida por esta Portaria não prejudica a validade dos atos regularmente praticados pela Comissão anteriormente constituída, permanecendo válidos todos os atos processuais já realizados, salvo eventual deliberação em sentido diverso, devidamente fundamentada.
Art. 4º
Nos termos do art. 72 da Lei Ordinária Municipal nº 2.066/2020, o procedimento de Sindicância tramitará sob sigilo, facultando-se o acesso aos autos exclusivamente às partes e aos seus procuradores legalmente constituídos, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 5º
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Publique-se.
Registre-se.
Cumpra-se.
Pontal do Paraná/PR, 02 de setembro de 2026.

CAMILA FERNANDA BINI
Corregedora da Guarda Civil Municipal

Publicado por:
Camila Fernanda Bini
Código Identificador:B46D62E7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13646/2026 DE 01/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13646/2026 de 01/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$18.000,00 (dezoito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		PROCURADORIA GERAL	
05.001		DIRETORIA GERAL	
05.001.02.062.0005.2.011		GERENCIAMENTO DE ASSUNTOS JURIDICOS	
86 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	18.000,00
		Total Suplementação:	18.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
05		PROCURADORIA GERAL	
05.001		DIRETORIA GERAL	
05.001.02.062.0005.2.011		GERENCIAMENTO DE ASSUNTOS JURIDICOS	
84 - 3.3.90.35.00.00	1000	SERVICOS DE CONSULTORIA	5.000,00
85 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	5.000,00
87 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	4.000,00
88 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	4.000,00
		Total Redução:	18.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 1 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:448EA70E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13648/2026 DE 02/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13648/2026 de 02/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$108.950,00 (cento e oito mil e novecentos e cinquenta reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
11		SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
11.001		DIRETORIA GERAL	
11.001.15.452.0029.2.052		SERVICO DE LIMPEZA E CONSERVACAO URBANA E RURAL	
501 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	108.950,00
		Total Suplementação:	108.950,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
11		SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
11.001		DIRETORIA GERAL	
11.001.15.451.0029.1.016		AQUISICAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	
467 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	50.000,00
11.001.15.451.0029.1.019		CONSTRUCAO E IMPLANTACAO DA USINA MUNICIPAL DE CONCRETO	
468 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	40.000,00
469 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
11.001.15.452.0029.2.049		ADMINISTRACAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
471 - 3.3.22.93.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	990,00
472 - 3.3.50.41.00.00	1000	CONTRIBUICOES	990,00
477 - 3.3.90.36.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	990,00
479 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	9.990,00
481 - 3.3.90.93.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	990,00
		Total Redução:	108.950,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 2 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4A2ED1A1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13649/2026 DE 02/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13649/2026 de 02/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2862/2026 de 02/09/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$98.000,00 (noventa e oito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
11		SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
11.001		DIRETORIA GERAL	
11.001.15.452.0029.2.049		ADMINISTRACAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
788 - 3.3.90.37.00.00	1000	LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	98.000,00
		Total Suplementação:	98.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
11		SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVICOS	
		PUBLICOS	
11.001		DIRETORIA GERAL	
11.001.15.452.0029.2.049		ADMINISTRACAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
478 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	98.000,00
		Total Redução:	98.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 2 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:10A9F7D4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13650/2026 DE 02/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13650/2026 de 02/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2863/2026 de 02/09/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.300.000,00 (um milhão, trezentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
11		SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS	
11.001		DIRETORIA GERAL	
11.001.15.452.0029.1.087		DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPLANTAÇÃO DO ALMOXARIFADO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	
835 - 4.4.90.61.00.00	3507	AQUISICAO DE IMOVEIS	1.300.000,00
		Total Suplementação:	1.300.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 2 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3098B57F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13651/2026 DE 02/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13651/2026 de 02/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2864/2026 de 02/09/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$4.400.000,00 (quatro milhões, quatrocentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
12		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001.10.302.0054.1.088		CONSTRUÇÃO DO CAPS/SAÚDE E CER/SAÚDE	
838 - 4.4.90.51.00.00	617	OBRAS E INSTALACOES	4.400.000,00
		Total Suplementação:	4.400.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Operações de crédito;

Receita	
Receita: 2.1.1.2.51.0.1 Operações de Crédito Internas para Programas de Saúde - Principal -	4.400.000,00
Total da Receita:	4.400.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 2 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:CD9C2BA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13652/2026 DE 02/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13652/2026 de 02/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Especial e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Específica nº 2865/2026 de 02/09/2026.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Especial, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	
10.003		DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL	
10.003.12.361.0040.1.089		CONSTRUÇÃO DE 02 (DOIS) GINÁSIOS DE ESPORTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	
836 - 4.4.90.51.00.00	616	OBRAS E INSTALACOES	3.000.000,00
10.003.12.361.0063.1.090		AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS	
837 - 4.4.90.52.00.00	616	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.000.000,00
		Total Suplementação:	4.000.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Operações de crédito;

Receita		
Receita: 2.1.1.2.50.0.1 -	Operações de Crédito Internas para Programas de Educação - Principal	4.000.000,00
	Total da Receita:	4.000.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 2 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:556D096A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.860, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo a delegar, por meio de Parceria Público-Privada, os serviços de iluminação pública no Município de Pontal do Paraná, e dá outras providências."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a delegar por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão administrativa e mediante prévia licitação, a prestação dos serviços de iluminação pública no Município de Pontal do Paraná.

§ 1º A prestação dos serviços públicos de iluminação pública compreende a implantação, gestão, instalação, operação, manutenção, recuperação, modernização, eficientização energética e expansão de rede municipal de iluminação pública, sem prejuízo da inclusão e detalhamento, pelo Poder Executivo, no escopo de contrato de concessão, de outras atividades essenciais à realização dos referidos serviços.

§ 2º Poderá ser incluída no escopo do contrato de concessão a realização de investimentos e a prestação de serviços que possam utilizar como suportes os bens integrantes de rede municipal de iluminação pública, tais como câmeras, sensores e outros equipamentos tecnológicos que tenham como objetivo a melhoria da gestão municipal, da qualidade de vida dos cidadãos e da segurança pública.

§ 3º O contrato de concessão relativo à parceria público-privada disciplinará as regras de pagamento de garantia, podendo prever, em especial, que os valores decorrentes da arrecadação da Contribuição para o Custeio da Iluminação Pública - COSIP serão depositados em uma ou mais contas segregadas, a serem mantidas em instituição financeira depositária ou custodiante, a qual será encarregada do controle e repasse de recursos às partes interessadas, sem prejuízo de quaisquer outros instrumentos contratuais necessários à formalização do mecanismo de pagamento e garantia.

§ 4º O Poder Executivo poderá adotar mecanismos de garantia alternativos ou complementares, observada a legislação aplicável, em especial garantias reais e fidejussórias, como aval e fiança.

Art. 2º O contrato de concessão administrativa de que trata o art. 1º. desta Lei poderá prever a atuação de entidade independente para verificação do desempenho do parceiro privado na execução dos serviços.

Art. 3º No âmbito da concessão administrativa a que se refere o art. 1º. desta Lei, poderá a concessionária, em contratos de financiamento que

porventura celebrar, oferecer os direitos emergentes da delegação da prestação de serviços, desde que não reste prejudicada a regularidade e a adequação dos serviços prestados.

Art. 4º Para atender aos objetivos desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a prever a referida concessão administrativa nos instrumentos de planejamento municipal, em especial o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.

Art. 5º Poderá o Poder Executivo Municipal proceder a desvinculação de receitas com fundamento no art. 76-B, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 02 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

VITOR HUGO APARECIDO SANTANA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

GEORGE FREITAS LIMA
Secretário de Administração, Inovação e Tecnologia

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:35C8FA69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.861, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Declara de Utilidade Pública Municipal o late Clube Pontal do Sul"

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art.1º. Fica declarado de Utilidade Pública Municipal, o Iate Clube Pontal do Sul, associação civil sem fins econômicos, pessoa jurídica, de direito privado, inscrita no CNPJ sob n° 76.017.722/0001-10, com sede à Rua da Soja, 502, Balneário Pontal do Sul, no Município de Pontal do Paraná.
Art. 2°. A entidade distinguida salvo motivo justo, a critério do Chefe do Executivo Municipal, deverá apresentar, até 30 de abril de cada ano, junto à Secretaria da Família e Desenvolvimento Social ou outra que venha a substituí-la, relatório circunstanciado dos serviços prestados à coletividade no ano precedente.

Art. 3°. Cessarão os efeitos da declaração de utilidade pública, se a entidade:
I - Deixar de cumprir por três (03) anos consecutivos, a exigência do artigo anterior;
II - Substituir os fins estatutários ou negar-se a prestar serviços nestes compreendidos;
III - alterar sua denominação e, dentro de noventa (90) dias, contados da averbação da alteração no Registro Público, não comunicar a ocorrência ao Poder Executivo Municipal.

Art. 4°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 5°. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de sua publicação.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 02 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral

JORGE NOVAKOVICH
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B9AABFA3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.862, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Autoriza a abertura de crédito adicional especial na importância de R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais)."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento do exercício 2026 – Lei nº 2781/2025, crédito adicional especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de R$ 98.000,00 (noventa e oito mil reais)."
11 SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
11.001 DIRETORIA GERAL
11.001.15.452.0029.2.049 ADMINISTRACAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
788 - 3.3.90.37.00.00 1000 LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA R$ 98.000,00
Total dos recursos utilizados para a abertura do crédito adicional especial a que refere esta Lei R$ 98.000,00.
Art. 2°. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso a anulação da dotação abaixo relacionada, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
11 SECRETARIA MUN DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
11.001 DIRETORIA GERAL
11.001.15.452.0029.2.049 ADMINISTRACAO DE OBRAS E SERVICOS PUBLICOS
478 - 3.3.90.39.00.00 1000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO-PESSOA JURÍDICA R$ 98.000,00
Total de recursos utilizados para esta Lei R$ 98.000,00.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 02 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

VITOR HUGO APARECIDO SANTANA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:3291BE05

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.863, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Autoriza a abertura de crédito adicional especial na importância de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais)."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento do exercício 2026 – Lei nº 2781/2025, crédito adicional especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais)."

11 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
11.001 DIRETORIA GERAL
11.001.15.452.0029.1.087 DESAPROPRIAÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPLANTAÇÃO DO ALMOXARIFADO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA
835 – 4.4.90.61.00.00 3507 AQUISIÇÃO DE IMOVEIS R$ 1.300.000,00

Total dos recursos utilizados para a abertura do crédito adicional especial a que refere esta Lei R$ 1.300.000,00.
Art. 2°. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso o superavit financeiro, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.
Total de recursos utilizados para esta Lei R$ 1.300.000,00.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 02 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

VITOR HUGO APARECIDO SANTANA
Secretário de Obras e Serviços Públicos

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:4E46FD9A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.864, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Especial no exercício de 2026, na importância de R$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais)."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento do exercício 2026 – Lei nº 2781/2025, crédito adicional especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de R$ 4.400.000,00 (quatro milhões e quatrocentos mil reais)."
12 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
12.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
12.001.10.302.0054.1.088 CONSTRUÇÃO DO CAPS/SAÚDE E CER/SAÚDE
838 - 4.4.90.51.00.00 617 OBRAS E INSTALAÇÕES R$ 4.400.000,00

Total dos recursos utilizados para a abertura do crédito adicional especial a que refere esta Lei R$ 4.400.000,00.
Art. 2°. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Operação de Crédito, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.
Receita: 2.1.1.2.51.0.1 Fonte: 617 R$ 4.400.000,00
Total de recursos utilizados para esta Lei R$ 4.400.000,00.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 02 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

LETÍCIA FERNANDES ANDRES
Secretária Municipal de Saúde

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora-Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:969B71FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.865, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Súmula: "Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar a abertura de crédito Especial no exercício de 2026, na importância de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)."

A CÂMARA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no PPA/LDO e no orçamento do exercício 2026 – Lei nº 2781/2025, crédito adicional especial, na dotação abaixo discriminada, no valor de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais)."
10 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.003 DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL
10.003.12.361.0040.1.089 CONSTRUÇÃO DE 02 (DOIS) GINÁSIOS DE ESPORTES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
836 - 4.4.90.51.00.00 616 OBRAS E INSTALAÇÕES R$3.000.000,00
10.003.12.361.0063.1.090 AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS
837 - 4.4.90.52.00.00 616 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$1.000.000,00
Total dos recursos utilizados para a abertura do crédito adicional especial a que refere esta Lei R$ 4.000.000,00.
Art. 2°. Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Operação de Crédito, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I da Lei Federal nº 4.320/64.
Receita: 2.1.1.2.50.0.1 Fonte: 616 R$ 4.000.000,00
Total de recursos utilizados para esta Lei R$ 4.000.000,00.

Art. 3°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, em 02 de setembro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito

CINTIA MENDES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação

VERGINIA MARA PEDROSO
Procuradora- Geral do Município

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:F7B3D5EC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 14/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORECATU-PR

Resolução nº14, de 31 de agosto de 2026.
O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de Porecatu, em sua, Reunião Ordinária, realizada em 28 de julho de 2026, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei Municipal nº 1668 de 18 de dezembro de 2014, e suas alterações posteriores;
Considerando a Lei Federal n.º 8080, de 19 de setembro de 1990, em seu art. 36, § 1º os planos de saúde serão a base das atividades e programações de cada nível de direção do Sistema Único de Saúde (SUS), e seu financiamento será previsto na respectiva proposta orçamentária e § 2º é vedada a transferência de recursos para o

financiamento de ações não previstas nos planos de saúde, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública, na área de saúde;
Considerando a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101, de 04 de maio de 2000, em seu art. 48, são instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o relatório resumido da execução orçamentária e o relatório de gestão fiscal; e as versões simplificadas desses documentos;
Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, em seu art. 41, os Conselhos de Saúde, no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução desta Lei Complementar nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
Considerando a apresentação do Primeiro Relatório Detalhado do Quadrimestre de 2026, referente aos meses de Janeiro a Abril, do Fundo Municipal da Saúde / Secretaria Municipal da Saúde de Porecatu.
Resolve:
Art. 1º Apreciar o Primeiro Relatório Detalhado do Quadrimestre de 2026, com indicação de medidas corretivas para o próximo quadrimestre.
Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porecatu, 31 de agosto de 2026..

ELAINE SILVIA VERAS
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Porecatu

Homologo a Resolução nº 14 /2026 – CMS – nos termos do Art. 1º, § 2º da Lei Federal 8.142, de 28 de dezembro de 1990.

ARILDA BATISTA DE ARAUJO.
Secretária Municipal da Saúde de Porecatu

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:1610090E

LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA N°23/2026

AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO

Processo Administrativo nº 73/2026.
Dispensa de Licitação nº 23/2026.

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E REALIZAÇÃO DE EVENTO DE MOUNTAIN BIKE PARA A SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
Fundamento Legal: art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, Lei municipal Nº 1.933/2022.
AUTORIZO a Dispensa de Licitação nº 23/2026, materializada nos autos, para contratação da **S. PENASSO FILHO ESTRUTURAS E EVENTOS LTDA -ME, CNPJ: 50.086.882/0001-28** Pagamento: a partir dos 12 (doze) dias do mês subsequente a emissão das notas fiscais, desde que emitida até o dia 30 (trinta) do mês corrente, após conferência, e aceite por parte da fiscalização, condicionada a verificação da regularidade fiscal do contratado, no valor total contratual de **R$ 35.200,00 (trinta e cinco mil, e duzentos reais)**. Condicionadas as seguintes dotações orçamentárias.
Órgão: 10 - Secretaria de Educação Física e Desportos
Unidade Orçamentária: 02 - Divisão de Esportes e Recreação
Função: 278120022 – Desporto e Lazer
Proj/Ativ/Oper.Esp: 2.039 - Manutenção da Divisão de Esportes, Recreação e Turismo
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 0 Recursos Ordinários (Livres) – Exercício Corrente
Desdobramento: 3.3.90.39.23.00.00 - 1087 Desdobramento da Despesa
Despesa Principal: 3.3.90.39 - 1082

Considerando o fundamento legal do disposto no parágrafo único do art. 72, da Lei nº 14.133/2021, determino a divulgação em sítio eletrônico oficial, para que produza os efeitos legais.

Porecatu - PR, 02 de setembro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:B7B4AECC

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°93/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 93/2026
Procedimento Licitatório: 65/2026
Pregão Eletrônico: 24/2026

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Epidemiologia e Salas de Vacina das Unidades Básicas de Saúde. nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Contratada: SORA SCIENTIFIC BRASIL COMERCIAL.
CNPJ: 63.550.245/0001-02

Valor: **R$ 1.193,80 (um mil, cento e noventa e três reais e oitenta centavos)**.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.36 - 1793
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.08.00.00 - 1976

Data de Assinatura: 02/09/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:81D80D4D

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°94/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 94/2026
Procedimento Licitatório: 65/2026
Pregão Eletrônico: 24/2026

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Epidemiologia e Salas de Vacina das Unidades Básicas de Saúde. nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Contratada: BROKS COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA.
CNPJ: 08.079.297/0001-34

Valor: **R$ 1.763,94 (um mil, setecentos e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos)**.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.36 - 1793
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.08.00.00 - 1976

Data de Assinatura: 02/09/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:CE79D879

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°95/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO n° 95/2026
Procedimento Licitatório: 65/2026
Pregão Eletrônico: 24/2026

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Epidemiologia e Salas de Vacina das Unidades Básicas de Saúde. nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Contratada: TCJM DISTRIBUIDORA E IMPORTADORA LTDA.
CNPJ: 19.639.940/0003-15

Valor: **R$ 10.899,90 (dez mil, oitocentos e noventa e nove reais e noventa centavos)**.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.36 - 1793
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.08.00.00 - 1976

Data de Assinatura: 02/09/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:C6356EA0

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°96/2026

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PORECATU
EXTRATO DO CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO n° 96/2026
Procedimento Licitatório: 65/2026
Pregão Eletrônico: 24/2026

Objeto: Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Epidemiologia e Salas de Vacina das Unidades Básicas de Saúde. nas condições estabelecidas no Termo de Referência e na Proposta de Preços.

Contratada: MEDICARE TECH EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA.
CNPJ: 56.348.520/0001-44

Valor: **R$ 32.450,00 (trinta e dois mil, quatrocentos e cinquenta reais)**.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.30.36 - 1793
Dotação Orçamentária: 4.4.90.52.08.00.00 - 1976

Data de Assinatura: 02/09/2026
Vigência: 12 meses

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:A5CED050

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - DENTISTA PSF

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Art. 1º - O Prefeito do Município de Porecatu CONVOCA a aprovada e classificada no Concurso Público aberto pelo Edital nº. 002/2026, Emprego Público, para o cargo de Dentista PSF abaixo relacionado:

DENTISTA PSF AMPLA CONCORRÊNCIA

01	CRIS LUANA PADILHA

Art. 2º - A convocada deverá se apresentar no Edifício Sede da Prefeitura do Município de Porecatu, sito à Rua Barão do Rio Branco, 344, centro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com os documentos conforme anexo VI do Edital Inicial.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (02.09.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:B01E5C51

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - PROFESSOR E MOTORISTA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Art. 1º - O Prefeito do Município de Porecatu CONVOCA os aprovados e classificados no Concurso Público aberto pelo Edital nº. 001/2026, Cargo Público, para os cargos de Professor e Motorista abaixo relacionados:

PROFESSOR AMPLA CONCORRÊNCIA

01	ALYNE GONÇALVES OLIVEIRA RIBEIRO

MOTORISTA

01	ANDRE HENRIQUE DE OLIVEIRA

Art. 2º - Os convocados deverão se apresentar no Edifício Sede da Prefeitura do
Município de Porecatu, sito à Rua Barão do Rio Branco, 344, centro, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, com os documentos conforme anexo VI do Edital Inicial.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORECATU, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (02.09.2026).

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Márcia de Fátima Lima Andrade Ribeiro
Código Identificador:71A5BC2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
EDITAL Nº 09/2026

Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
Porto Amazonas – PR

EDITAL 09/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal nº 8.069/90 e Lei Municipal nº 1.026/15, e
CONSIDERANDO o Edital nº 01/2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA;
CONSIDERANDO o requerimento de desistência da vaga conforme protocolo da Conselheira Tutelar – **Tatiane Aparecida Morais da Silveira;**
CONSIDERANDO o requerimento de desistência da vaga conforme protocolo da Conselheira Tutelar – **Viviane Graeff Ramos;**

CONSIDERANDO que o Conselho Tutelar deve desenvolver suas atribuições com 05 (cinco) Conselheiros Tutelares no colegiado.

RESOLVE:
Art. 1º - Convocar a suplente, **Elisangela de Fátima Garcia Ferreira** para ocupar a vaga **definitiva** do cargo de Conselheira Tutelar, em razão da vacância do cargo;
Art. 2º - Convocar a suplente **Sabrina da Rocha Vaz** para ocupar a vaga **definitiva** do cargo de Conselheira Tutelar, em razão da vacância do cargo;
Art. 3º - O (a) convocado (a) deverá se apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, no até dia **04/09/2026** as 08h00min para entrega de toda documentação exigida, conforme descrição no Anexo Único deste Edital;
Art. 4º - Após a entrega da documentação exigida no Anexo Único, o (as) candidatas (as) deverão assumir suas funções apresentando-se na sede do Conselho Tutelar de Porto Amazonas, situado à Rua Conrado Jeremias Shulli **a partir das 8h30min do dia 08/01/2026,** podendo permanecer no cargo caso houver necessidade;
Art. 5º - Casos não previstos neste Edital, poderão ser resolvidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA de Porto Amazonas;
Art. 6º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas, 02 de setembro de 2026.

OCIMAR DE PAULA JUNIOR
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente CMDCA
Porto Amazonas – PR

Anexo I
DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA PARA ADMISSAO:
Favor apresentar 01 cópia dos documentos abaixo:
• Carteira de trabalho
• Comprovante de endereço recente e que contenha CEP
• Carteira de identidade
• CPF
• Título de eleitor e comprovante da última votação
• Certificado Militar - reservista (somente para os homens)
• Carteira de habilitação - Cópia e arquivo digital (Quando necessário para função)
• Comprovante de escolaridade
• Dados Conta Corrente ou Pagamento (Obrigatoriamente Banco Itaú)
• Certidão de casamento (se casado)
Se tem filhos entre 0 e 14 anos:

• Certidão de Nascimento, RG e CPF

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:3FCF65CC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N°018/2026

AVISO DE EDITAL DE DISPENSA ELETRÔNICA DE LICITAÇÃO N°018/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº26.472.485-6/2026

EXCLUSIVA PARA MEI, ME E EPP

MENOR VALOR POR LOTE

OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica, especializada em confeccionar Kit de Cadernos Ecológicos para Educação Infantil (Creche III, IV, Infantil IV e V).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 08:00 horas do dia 10 de setembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: das 09:00 horas até as 15:00 horas do dia 10 de setembro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 4.512,00 (quatro mil, quinhentos e doze reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

ORGÃO – 05 – Departamento de Educação e Cultura
UNIDADE – 05.001 – Departamento de Educação e Cultura
PROJETO/ATIVIDADE – 12.365.0010.2010 – Manutenção do Ensino Infantil
NATUREZA DE DESPESA – 3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO

Reduzido	Programática	Fonte	Desdobramento	Detalhamento
01015	05.001.12.365.0010.2010	00104	3.3.90.30.60.00	Material Didático

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: Conforme item 7 do edital.

OBSERVAÇÃO: A Proposta Ajustada deverá ser anexada na Plataforma BLL.

Pasta Técnica com inteiro teor da Dispensa poderá ser examinada através dos sites http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.

Informações através do telefone (42) 2018-1122 ou e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 02 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:77235A48

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO PE 025/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº1280/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº025/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVA PARA ME E EPP

MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO
Registro de Preços para contratação de empresa para aquisição de material médico hospitalar utilizados na atenção básica do município – Kit sensor para monitoramento de glicose/para atender crianças que utilizam insulina, pelo período de 12 (doze) meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às 09:00 horas do dia 17 de setembro de 2026.

ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 10:00 horas do dia 17 de setembro de 2026.

VALOR GLOBAL MÁXIMO: R$ 51.574,05 (Cinquenta e um mil e quinhentos e setenta e quatro reais e cinco centavos).
Pasta Técnica com inteiro teor do Edital e seus respectivos anexos poderão ser examinados no endereço acima indicado em horário de expediente ou através do site http://bllcompras.org.br/ e www.portoamazonas.pr.gov.br.
Informações através do e-mail licitacao@portoamazonas.pr.gov.br

Porto Amazonas, 02 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:8DA72DB5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE DECISÃO ADMINISTRATIVA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 768/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 015/2026
ÓRGÃO: Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Estado do Paraná.
EMENTA: Revogação do Pregão Eletrônico nº 015/2026, que visa o Registro de Preços para contratação de pessoa(s) jurídica(s) para prestação de serviços de dedetização, desratização e limpeza de caixas de água nas repartições dos Departamentos desta municipalidade, conforme os itens, quantidades, condições e especificações descritos no Termo de Referência, pelo prazo de 12 meses, em razão da necessidade de reavaliação e reestruturação do objeto, especialmente quanto às especificações, composição de custos e forma de agrupamento ou parcelamento.
O MUNICÍPIO DE PORTO AMAZONAS, Estado do Paraná, por seu Prefeito Municipal, Elias Jocid Gomes da Costa, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com fundamento no art. 40, inciso V, alínea "b", c/c art. 71, inciso II e §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, e na Súmula nº 247 do TCU, **DECIDE REVOGAR** o Pregão Eletrônico nº 015/2026, conforme os fundamentos constantes da Decisão Administrativa proferida em 27 de agosto de 2026, no Processo Administrativo nº 768/2026.
Determina-se a adoção das providências necessárias à formalização da revogação e à reestruturação do objeto para eventual realização de nova contratação.
Publique-se e dê-se ciência aos interessados.

Porto Amazonas, 02 de setembro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:E07B9ED4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 052/2026

ATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

Considerando que o presente processo administrativo se encontra regularmente instruído, com observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, e após análise da documentação constante dos autos, **HOMOLOGO** a Dispensa de Licitação em epígrafe e **ADJUDICO** o objeto ao fornecedor abaixo indicado, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com o Termo de Referência.

A contratação enquadra-se como Dispensa de Licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, tendo sido precedida de divulgação de aviso para recebimento de propostas adicionais, conforme §3º do referido artigo, bem como atendidas as exigências legais, técnicas, orçamentárias e administrativas aplicáveis.

Ressalta-se que, em conformidade com o art. 2º da Resolução nº 02/2026, foi elaborado Estudo Técnico Preliminar – ETP Simplificado, por tratar-se de objeto simples, sem complexidade técnica relevante, estando dispensada a elaboração de ETP completo.

Diante do exposto, fica **AUTORIZADA** a contratação direta do objeto abaixo descrito, com o regular prosseguimento dos atos administrativos subsequentes.

INTERESSADO: Consórcio Intermunicipal de Saneamento do Paraná – CISPAR.

OBJETO: Contratação de laboratório especializado para realização da determinação dos isótopos estáveis de hidrogênio (δ^2H/deutério) e oxigênio (δ^{18}O) em amostras de água subterrânea, com emissão de relatório de ensaio contendo os resultados obtidos.

CONTRATADO: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo.
CNPJ/CPF: 68.314.830/0001-27
VALOR TOTAL: R$900,00 (Novecentos reais).

Maringá – PR, 01 de setembro de 2026.

VALTER LUIZ BOSSA
Diretor Executivo
CISPAR

Publicado por:
Juliana Silva Mello Sassi
Código Identificador:8E8A9FE9

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 038/2026

Aprova o desmembramento do Lote nº 14 da Quadra nº 09, do Jardim Nova Maragogipe, localizado no perímetro urbano do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o requerimento protocolado pelo proprietário do imóvel;

CONSIDERANDO o Memorial Descritivo e os documentos técnicos elaborados pelo Engenheiro Civil André Luiz Gonçalves de Oliveira, CREA-PR nº 145290/D;

CONSIDERANDO que o desmembramento atende às disposições da legislação municipal vigente e demais normas aplicáveis;

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento do Lote nº 14 da Quadra nº 09, do Jardim Nova Maragogipe, localizado no perímetro urbano do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, registrado sob a Matrícula nº 10.956 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Porecatu – Paraná, com área total de 275,00 m², passando a constituir os lotes 14A e 14B, conforme memorial descritivo aprovado.

SITUAÇÃO ANTERIOR AO DESMEMBRAMENTO

Lote nº 14: localizado na Rua Manoel José Ribeiro nº 61, confrontando-se pela frente com a Rua Manoel José Ribeiro, numa distância de 12,50 metros; pelo lado direito com o Lote nº 15 da Quadra nº 09, numa distância de 22,00 metros; pelo lado esquerdo com o Lote nº 13 da Quadra nº 09, numa distância de 22,00 metros; e pelos fundos com o Lote nº 19 da Quadra nº 09, numa distância de 12,50 metros, perfazendo a área total de 275,00 m². **Cadastro Imobiliário nº 90648.**

SITUAÇÃO POSTERIOR AO DESMEMBRAMENTO

Lote nº 14A: localizado na Rua Manoel José Ribeiro nº 61, confrontando-se pela frente com a Rua Manoel José Ribeiro, numa distância de 6,25 metros; pelo lado direito com o Lote nº 14B da Quadra nº 09, numa distância de 22,00 metros; pelo lado esquerdo com o Lote nº 13 da Quadra nº 09, numa distância de 22,00 metros; e

pelos fundos com o Lote nº 19 da Quadra nº 09, numa distância de 6,25 metros, perfazendo a área total de 137,50 m². **Cadastro Imobiliário nº 90648.**

Lote nº 14B: localizado na Rua Manoel José Ribeiro nº 63, confrontando-se pela frente com a Rua Manoel José Ribeiro, numa distância de 6,25 metros; pelo lado direito com o Lote nº 15 da Quadra nº 09, numa distância de 22,00 metros; pelo lado esquerdo com o Lote nº 14A da Quadra nº 09, numa distância de 22,00 metros; e pelos fundos com o Lote nº 19 da Quadra nº 09, numa distância de 6,25 metros, perfazendo a área total de 137,50 m². **Cadastro Imobiliário nº 9029273.**

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", 02 de setembro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:1A8472C3

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 243/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o art. 21, inciso II e §8º da Lei Municipal nº 491/2018, que dispõe sobre o ressarcimento de despesas decorrentes de deslocamentos realizados a serviço da Administração Pública Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º Autorizar o reembolso ao servidor **BRUNO LEMES GONÇALVES**, CPF nº ***.***.739-56, ocupante do cargo de **Motorista**, no valor de **R$ 150,96 (cento e cinquenta reais e noventa e seis centavos)**, referente à despesa com **combustível**, realizada durante viagem oficial ao Município de **Curitiba/PR**, vinculada à **Portaria nº 235/2026**, conforme **NFC-e nº 000167503, de 28 de agosto de 2026**.
Parágrafo único. A viagem teve por finalidade a condução das servidoras **Flávia Scaloni Vendramini** e **Mariana Fernandes Lopes Pinheiro**, beneficiárias das Portarias nº **228/2026** e nº **229/2026**, respectivamente, para participação na **Reunião Regional Sul – CAC/CNAS**, realizada no Auditório Mário Lobo – Palácio das Araucárias, em Curitiba/PR.
Art. 2º O reembolso de que trata esta Portaria será efetuado mediante a apresentação e conferência do respectivo documento fiscal comprobatório da despesa.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 02 de setembro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:94B02CB4

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 244/2026

O Prefeito do Município de Prado Ferreira, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, e em conformidade com o **art. 33-A da Lei Municipal nº 084/2001 e art. 2º da Lei Municipal nº 491/2018**, que dispõem sobre a concessão de diárias aos servidores municipais em razão de deslocamentos realizados no interesse da Administração Pública,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **03 (três) diárias, no valor unitário de R$ 527,36 (quinhentos e vinte e sete reais e trinta e seis centavos),** perfazendo o **valor total de R$ 1.582,08 (um mil quinhentos e oitenta e dois reais e oito centavos),** em favor do servidor ***BRUNO LEMES GONÇALVES***, ocupante do cargo de **Motorista**, inscrito no CPF nº ***.***.739-56, em razão de deslocamento oficial **a serviço da Secretaria Municipal de Saúde,** para **transporte de paciente ao Hospital Pequeno Príncipe,** no município de **Curitiba/PR,** no período de **10 a 12 de setembro de 2026**, conforme demanda da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º A concessão das diárias de que trata esta Portaria observará as disposições da **Lei Municipal nº 491/2018**, ficando o beneficiário sujeito à apresentação da respectiva **prestação de contas**, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE

Paço Municipal "Deputado Homero Oguido", aos 02 de setembro de 2026.

SILVIO ANTONIO DAMACENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Cristina Lopes de Souza
Código Identificador:3D2C7AED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 109/2026-REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor CONCEDE, a pedido do Servidor Municipal Senhor GILMAR ORNAGUI, CPF nº. ***.872.009-** cargo efetivo de "MOTORISTA D", retorno ao trabalho após licença para tratar de interesses particulares, conforme disposto na Lei Municipal n° 12/99 e considerando o Processo Administrativo n°13888/2026, ficando designado para desempenhar suas atividades profissionais junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Agricultura e Bem Estar Animal, a partir 03 de Setembro de 2026.

Quatro Barras, 31 de Agosto de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:6080E2DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE ANÁLISE DE DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE QUATRO BARRAS, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n° 10.626/2025, torna público a análise de documentos de habilitação.

Chamamento Público nº 11/2024 - Credenciamento de pessoas física e jurídica para prestação de serviços de cozinheira, servente de limpeza, monitor de transporte escolar, operário, conforme

especificações contidas no termo de referências (anexo 01) e no estudo técnico preliminar (anexo 02) do referido Edital.

Chamamento Público nº 07/2025 - Credenciamento de pessoa jurídica especializada para prestação de serviço de atendimento terapêutico individualizado baseado no método ABA (Análise do Comportamento Aplicada) para crianças e adolescentes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e/ou outras Neurodiversidades, residentes no Município de Quatro Barras, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital.

Chamamento Público nº 01/2026 - Credenciamento de pessoas físicas e jurídicas para o fornecimento, transporte e distribuição de sacolas contendo produtos hortifrutigranjeiros destinados ao projeto ECOheita QB.

Chamamento Público nº 02/2026 - Credenciamento de empresas especializadas para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças e acessórios, em equipamentos elétricos, eletrônicos, eletrodomésticos, fogões industriais e domésticos, sistemas de áudio e vídeo, bebedouros, equipamentos de refrigeração e aparelhos de ar-condicionado, para atender às necessidades de todas as secretarias municipais e unidades administrativas do município de Quatro Barras/PR.

DATA E HORÁRIO DA SESSÃO: 03 de setembro de 2026 às 09:00h.

LOCAL: Sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Quatro Barras, situada à Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro - Quatro Barras - PR.

Quatro Barras, 02 de setembro de 2026.

MARCELO OLEGÁRIO DA SILVA FILHO
Comissão de Contratação

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:568A6260

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
CONCEDE LICENÇA

PORTARIA Nº.117/2026

SÚMULA: Concede Licença.

Alex Sandro Fernandes, Prefeito de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o Atestado Médico e o Parecer Social,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de **Licença** por motivo de Doença em pessoa da Família a Servidora **MARIA ANGÉLICA GROSS,** portadora da Cédula de Identidade com RG. nº 6.5**.**0-1 e do CPF nº. 971.***.***-04, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS- FEMININO, nos termos do Art. 91 da Lei Municipal n°069/2003, retroativo em 04/08/2026.

Registre-se e
Publique-se.

Querência do Norte, PR, 02 de Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Natalia Rogerio Peixoto
Código Identificador:D3729F1E

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
COMUNICADO 004/2026

COMUNICADO 004/2026-CMQN
PROCESSO ADMINISTRATIVO 002/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 002/2026

Pelo presente instrumento, adjudico e homologo o lote 01 do Processo Licitatório 002/2026, modalidade Pregão eletrônico nº 002/2026, cujo objeto é a **contratação de empresa para fornecimento de materiais de consumo destinado ao uso em expediente, para atender às necessidades da Câmara Municipal de Querência do Norte,** com critério de julgamento menor preço global, em favor da empresa A. ROMANO DA SILVA AMBROZIO, inscrita no CNPJ n.º CNPJ/33.72.59/0001-17, com endereço na Rua Ezequias Leme de Carvalho, nº 187, Conjunto Habitacional Júlio Zacarias, Nova Esperança – PR, CEP: 87.600-000, pelo valor de R$7.950,00 (sete mil novecentos e cinquenta reais).
Os recursos orçamentários para a cobertura da presente contratação dar-se-ão às expensas dos cofres do Poder Legislativo, sendo o projeto codificado sob o nº
0101.0103100012.001 – Manutenção de despesas com o Legislativo
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo
3.3.90.30.16.00 - Material de Expediente
A homologação da presente Dispensa de Licitação é feita nos termos do artigo 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, tendo em vista o atendimento de todas as condições previstas na lei e no termo de referência pela empresa a ser contratada.
A empresa fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Nos termos do art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, e em observância ao princípio da autotutela administrativa (Súmula 473 do STF), **DECLARO** ainda**, DESERTO** o Processo Licitatório 002/2026, modalidade Pregão eletrônico nº 002/2026, referente ao lote 02 - cartuchos, por não terem havido licitantes/proponentes para o referido lote.

Por fim, autorizo a publicação deste Comunicado no Diário Oficial Eletrônico, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei n.º 14.133/2021.

Querência do Norte - PR, 1º de setembro de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:C79E754C

LICITAÇÃO
CONTRATO 197.2026 CARONA 1 CONISUD

ÓRGÃO GERENCIADOR: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE REGIÃO SUDOESTE DA GRANDE SÃO PAULO - CONISUD
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 06/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 007/2025
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2025
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 197/2026/PMQN
Processo Administrativo n° 95/2026/PMQN

Contratante: MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Rua Waldemar dos Santos, nº 1197, inscrito no CNPJ nº 76.973.692/0001-16
Contratada: empresa **LOUREIRO E FIGUEIREDO COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**, inscrita no CNPJ no 40.976.095/0001-06,

estabelecida à Rua Sena Madureira nº 136, Bairro Vila Clementino, CEP 04.021-000, São Paulo/SP.

DO OBJETO

1.1 aquisição de **01 veiculo de passeio hatch** conforme especificado **na Ata de Registro de Preços nº 04/2025 referente ao Pregão Eletrônico nº 06/2025 – gerenciada pelo CONISUD.**
DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

Item	Descrição	Marca / Modelo	Qtd	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
07	Veículo de Passeio	Chevrolet / Ônix	01	107.730,00	107.730,00
Especificações					
Veículo Hatch 1.0 Flex Aspirado Ano /Modelo vigente Número de Cilindros: 3 cilindros. Motor com potência mínimo :80cv Gas. 82cv Etanol Largura: 1.731Distância entre eixos mínimos: 2.550. Comprimento mínimo: 4.100 Altura mínima: 1.450. Porta Malas: 300 Litros Air Bag mínimo :06 - Duplo frontal / Lateral /Cortina Transmissão: Manual 6 velocidades Capacidade de combustível mínimo: 44 Litros Ar condicionado / Direção Eletrica / Trava elétrica das portas com acionamento na chave / Vidro elétrico nas portas dianteiras e traseiras, anti esmagamento / Alarme / Rádio AM/FM stereo, MP3/WMA player, bluetooth e entrada USB, Sistema de fixação de cadeiras para crianças ("Isofix e Top Tether") / Sistema de freios com ABS, ("EBD") e ("PBA") /Roda de aço aro 15 /Farois de Milha/ Controlador de limite de velocidade/ Controle eletrônico de estabilidade e tração.					

DA VIGÊNCIA
12 (doze) meses contados da data de assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 105 da Lei n° 14.133, de 2021.

DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

R$ 107.730,00 (cento e sete mil setecentos e trinta reais)

Secretaria Municipal de Saúde
RED.: 677 – **COD. DESPESA:** 06.002.10.301.0008.1.016.4.4.90.52.00.0 – **FONTE:** 33518
RED.: 351 – **COD. DESPESA:** 06.002.10.301.0008.1.016.4.4.90.52.00.0 – **FONTE:** 303
DA ENTREGA DO OBJETO

60 (sessenta) dias, a contar a partir da data de recebimento da Nota de Empenho

DO FORO

Estado do Paraná, Comarca de Loanda, para dirimir quaisquer questões, oriundas do presente instrumento convocatório, renunciando as partes qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Querência do Norte, 01 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito
Município De Querência Do Norte

JUSSY ARAUJO AMORIM NETO
Representante Legal
Loureiro E Figueiredo Comércio De Veículos LTDA

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:71F92DF0

LICITAÇÃO
CONTRATO 198.2026 CARONA 2 CIMBAJE

Carona a Ata de Registro de Preço nº 42/2025
Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha – CIMBAJE
PREGÃO ELETRÔNICO 004/2025

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 198/2026/PMQN
Processo Administrativo n° 96/2026/PMQN
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Rua Waldemar dos Santos, nº 1197, inscrito no CNPJ nº 76.973.692/0001-16
CONTRATADA: empesa **ULTRA VEICULOS ESPECIAIS LTDA**, com sede na Avenida Tiradentes, nº 6611 - Bairro Jardim Rosicler, na cidade de Londrina, PR - CEP 86072-000 - inscrita no CNPJ/MF N. 33.441.004/0001-64

ObjetoO objeto do presente instrumento é aquisição de:

Lote	Decsrição	Marca/ modelo	Qtd	Valor unitario R$	Valor total R$
14	**VEÍCULO MINIVAN (11 LUGARES)** – COM AS SEGUINTES DESCRIÇÕES: • TURBODIESEL, • PORTA LATERAL CORREDIÇA, VEÍCULO VIDRADO, • DIREÇÃO: HIDRÁULICA, ELETRO-HIDRAÚLICA OU ELÉTRICA, • CÂMBIO MANUAL OU AUTOMÁTICO, • MOTORIZAÇÃO MÍNIMA DE 1.5, • MÍNIMO 120 CV DE POTÊNCIA, • TRAÇÃO DIANTEIRA, • CAPACIDADE DE TRANSPORTE 10 PASSAGEIROS E 1 MOTORISTA. • COR: BRANCA OU PRATA, • FRETE INCLUSO, • 0KM, FABRICADO, NO MAXIMO, HÁ 6 (SEIS) MESES, • ACESSÓRIOS MÍNIMOS OBRIGATÓRIOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO VIGENTE, BEM COMO OS ACESSÓRIOS DE SÉRIE FORNECIDOS PELO FABRICANTE PARA A MARCA E MODELO OFERTADOS	**Citroen Jumpy**	**03**	**221.000,00**	**663.000,00**

VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.
12 meses, contados da assinatura, desta termo de contrato na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021, prorrogável nos termos do art. 107 Lei n° 14.133/2021.
PREÇO E DOTAÇÃO
R$ 663.000,00 (seiscentos e sessenta e tres mil reais.
Secretaria Municipal de Saúde
RED.: 753 – **COD. DESPESA:** 06.002.10.301.0008.1.016.4.4.90.52.00.0 – **FONTE:** 1518
RED.: 754 – **COD. DESPESA:** 06.002.10.301.0008.1.016.4.4.90.52.00.0 – **FONTE:** 304
RED.: 755 – **COD. DESPESA:** 06.002.10.301.0008.1.016.4.4.90.52.00.0 – **FONTE:** 3304
RED.: 351 – **COD. DESPESA:** 06.002.10.301.0008.1.016.4.4.90.52.00.0 – **FONTE:** 303
RED.: 676 – **COD. DESPESA:** 06.002.10.301.0008.1.016.4.4.90.52.00.0 – **FONTE:** 33518
FORO (art. 92, §1º)
Comarca de Loanda, Estado do Paraná para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

Querência do Norte, 01 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito
Município de Querência do Norte

JOEL CESAR BRASIL GARCIA
Representante Legal
Ultra Veículos Especiais LTDA

Testemunhas:

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:3A148F58

LICITAÇÃO
CONTRATO 199.2926 CARONA 3 CODANORTE

Carona a Ata de Registro de Preço nº 85/2024
Consórcio Intermunicipal para o Desenvolvimento Ambiental Sustentável do Norte de Minas – CODANORTE
PREGÃO ELETRÔNICO 12/2024
CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 199/2026/PMQN
Processo Administrativo n° 97/2026/PMQN
CONTRATANTE: MUNICIPIO DE QUERENCIA DO NORTE, pessoa jurídica de direito Público Interno, com sede à Rua Waldemar dos Santos, nº 1197, inscrito no CNPJ nº 76.973.692/0001-16

CONTRATADA: empresa **MABELE VEICULOS ESPECIAIS LTDA**, inscrita no CNPJ 35.457.127/0001-19, situada na Av. Santos Dumont, n° 1883, Bairro Centro, cidade Lauro de Freitas/BA.

DO OBJETO E DO VALOR

AQUISIÇÃO DE:

Item	Und.	Qtde.	Especificações	Valor Unitário R$	Valor Total R$
09	unid	01	VEÍCULO TIPO FURGÃO COM CARROCERIA EM AÇO E ORIGINAL DE FÁBRICA, DE TETO ALTO, ZERO KM, ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA PADRÃO SAMU 192, COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA NÃO INFERIOR A 10 (DEZ) METROS CÚBICOS NO TOTAL, COM PORTA LATERAL	337.593,88	337.593,88

VALOR: R$ 337.593,88 (Trezentos e trinta e sete mil, quinhentos e noventa e três reais e oitenta e oito centavos)

VIGENCIA:

1 (um) ano, permitida a negociação com o contratado ou a extinção contratual sem ônus para qualquer das partes.

PRAZO DE ENTREGA: 60(sessenta) dias úteis após o recebimento da ordem de Compras – OC.

CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

A despesa orçamentária da execução deste Contrato para este exercício correrá conforme as informações a seguir:

Secretaria Municipal de Saúde

RED.: 676 **– COD. DESPESA:** 06.002.10.301.0008.1.016.4.4.90.52.00.0 **– FONTE:** 33518

RED.: 351 **– COD. DESPESA:** 06.002.10.301.0008.1.016.4.4.90.52.00.0 **– FONTE:** 303

DO FORO

Foro da cidade Loanda, Estado do Paraná, definida na cláusula primeira deste Contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

Querência do Norte, 01 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito
Município De Querência Do Norte

CAMILE VIANNA FREITAS
Representante Legal
Mabele Veiculos Especiais LTDA

Testemunhas:

Publicado por:
Mônica Isabel de Novaes
Código Identificador:8DA83FA7

LICITAÇÃO
PE 28.2026

PREGÃO ELETRONICO Nº 28/2026
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

Em atendimento ao artigo 71 da Lei 14.133/2021, torna- se pública a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento licitatório em epígrafe às proponentes:

IKIGAI COMERCIO
CNPJ: 50.160.181/0001-91

Querência do Norte PR, 02 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:AE139052

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE QUITANDINHA
RECADASTRAMENTO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quitandinha, nos termos do art. 18 da Lei Complementar n° 9/2026, CONVOCA seus beneficiários **APOSENTADOS** e **PENSIONISTAS** cujos benefícios foram concedidos até a data de 31/12/2025, para o **RECADASTRAMENTO ANUAL** que acontecerá em sua sede situada na **Avenida Fernandes de Andrade**, **n° 1753, Centro, no período de 21 de setembro de 2026 a 13 de novembro de 2026.**

O recadastramento poderá ser feito mediante remessa dos documentos pela empresa Correios; via e-mail: quitandinhaprev@quitandinha.pr.gov.br; ou presencialmente com comparecimento dos beneficiários à sede do Instituto no período das 09:00 até as 11:30 e das 13:30 as 16:30 horas, de segunda a sexta-feira.

O formulário para recadastramento estará disponível na página do instituto na internet (www.quitandinhaprev.com.br) ou poderá ser solicitado diretamente ao Instituto.

Para a atualização cadastral deverão os beneficiários apresentar os seguintes documentos:

I. Para os servidores **APOSENTADOS**:
- Formulário preenchido e assinado;
- Cópia de Cédula de Identidade – RG, Carteira de Identidade Nacional – CIN, ou documento equivalente com foto;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Certidão de Casamento atualizada não podendo ter data de emissão superior a 3 (três) anos ou documento que comprove eventual união estável;
- Comprovante de residência atualizado, datado de no máximo 90 (noventa) dias, sendo aceito somente: contas de água, luz e telefone fixo;
- Cópia de Cédula de Identidade – RG, Carteira de Identidade Nacional – CIN, ou documento equivalente com foto dos Dependentes (menores e incapazes) do(a) Aposentado(a).

II. Para os **PENSIONISTAS (viúvos e viúvas):**
- Formulário preenchido e assinado;
- Cópia de Cédula de Identidade – RG, Carteira de Identidade Nacional – CIN, ou documento equivalente com foto;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- Certidão de Casamento atualizada não podendo ter data de emissão superior a 3 (três) anos e Declaração de não Convivência Marital;
- Comprovante de residência atualizado, datado de no máximo 90 (noventa) dias, sendo aceito somente: contas de água, luz e telefone fixo.

III. Para os **PENSIONISTAS menores de 21 anos e incapazes**:
- Formulário preenchido e assinado;
- Certidão de Nascimento atualizada;
- Cópia de Cédula de Identidade – RG, Carteira de Identidade Nacional – CIN, ou documento equivalente com foto;
- Cadastro de Pessoa Física – CPF;
- RG/CIN e CPF do responsável legal, se menor de 18 anos ou incapaz;
- Declaração de não Convivência Marital para os beneficiários com idade entre 16 e 21 anos.

O Instituto de Previdência - QUITANDINHAPREV cientifica e adverte que o não comparecimento poderá acarretar na suspensão imediata do pagamento do respectivo benefício previdenciário por tempo indeterminado ou até que o beneficiário compareça ao Instituto e formalize seu recadastramento.

MAIORES INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS PELO TELEFONE:
(41) 99185-6499 (WhatsApp).

Quitandinha, em 02 de setembro de 2026.

EMERSON MITSUI KARASAWA
Diretor Presidente

Publicado por:
Jussara Wisniewski
Código Identificador:804FA95A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 299/09/2026

SÚMULA: Concede férias a Servidora Pública Municipal ANGELA MARIA DE ARAUJO DE PEDER, no período de 02/09/2026 à 01/10/2026.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 02/08/2024 à 01/08/2025 a Servidora Pública Municipal **ANGELA MARIA DE ARAUJO DE PEDER**, portadora da RG n° 6.326.048-7/PR, inscrita no CPF nº 027.118.559-70 de conformidade com a Lei Municipal nº 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº 267 de 02/09/2026, a serem retiradas no período compreendido entre 02/09/2026 à 01/10/2026.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:151C2EC7

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 300/09/2026

SÚMULA: Concede férias ao Servidor Público Municipal VALDIR POLICARPO DE ARAUJO no período de 02/09/2026 à 01/10/2026.

O Prefeito Municipal de Rancho Alegre D'Oeste, Estado do Paraná, Sr. **EVERTON CASSIO ZANUTO** no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei municipal nº 139/02/97,

R E S O L V E

Art. I – Conceder férias referentes ao período aquisitivo de 14/01/2026 à 13/01/2027 ao Servidor público Municipal **VALDIR POLICARPO DE ARAUJO** portador da RG n° 7.714.198-7/PR, inscrito no CPF nº 290.644.408-16 de conformidade com a Lei Municipal nº 139/02/97, nos termos do comunicado de férias protocolado sob o nº 268 de 02/09/2026, a serem retiradas no período compreendido entre 02/09/2026 à 01/10/2026.

Art. II – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO", EM 02 DE SETEMBRO DE 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Maria Dos Santos
Código Identificador:6658769C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 054/2026 – PSS Nº 02/2026

Contratante: Município de Realeza / PR
Contratado (a): KELVIN MATHEUS FERNANDES DAVALOS
CPF: 094.xxx.xxx-11
Objeto/Motivo: Contratação de trabalho por tempo determinado nos termos do inciso IX, do art. 37, CF/88 e Lei Municipal Nº 1.637/2015.
Cargo: AGENTE DE DEFESA CIVIL
Valor: R$ 2.780,04
Carga Horária Semanal: ESCALA 24X72
Vigência: 03/09/2026 a 02/09/2027
Data: 02/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:9BDDF2F7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.073/2026 02/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - NOMEAR a partir da data de hoje 02/09/2026, a servidora abaixo relacionada para exercer o cargo comissionado de Mãe Social:
MÃE SOCIAL

CLARICE SCHENCKEL BUENO	CPF Nº 580.***.***-53

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:0ABB191D

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.074/2026 02/09/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER jornada de Regime Suplementar a servidora **SUELI DE MORAIS HEINZ**, cadastrada sob a matrícula Nº223901, ocupante do cargo efetivo de Professor, na da data do dia de hoje 02/09/2026 até a data de 15/09/2026 para suprir o afastamento por atestado da servidora **NEUZA MARIA ROMANO VIECZOREK**, Matricula Nº21011 em cargo efetivo de Professor 1º padrão, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

CONCEDER jornada de Regime Suplementar a servidora **LEONEIDE DOMINGA SIMINHUK DE SOUZA**, cadastrada sob a matrícula Nº10231, ocupante do cargo efetivo de Professor, na da data do dia de hoje 02/09/2026 até a data de 15/09/2026 para suprir o afastamento por atestado da servidora **NEUZA MARIA ROMANO VIECZOREK**, Matricula Nº21012 em cargo efetivo de Professor 2º padrão, conforme Art.55 da Lei complementar Nº03 de janeiro de 2022.

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de Setembro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E3C8B09F

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA - PE-RP 81/2025

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 280/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: MULTINEGOCIOS JMC LTDA
OBJETO: O objeto da presente licitação é REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE móveis, eletrodoméstico e utensílios conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
REFERENTE LICITAÇÃO PREGÃO - Nº 81/2025
VALOR TOTAL: R$13.604,32 (Treze Mil, Seiscentos e Quatro Reais e Trinta e Dois Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 20/08/2026

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:3D5B429C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO - INEX. 22

RESULTADO DE LICITAÇÃO
PROCESSO INEXIGIBILIDADE N.º 22/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 66/2026
ABERTURA: DIA 02/09/2026 ÀS 08:30 HORAS.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais no trecho Realeza – Curitiba – Realeza, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social.
EMPRESA(S) VENCEDORA(S): EXPRESSO PRINCESA DOS CAMPOS S.A, ITENS 1 e 2, COM valor TOTAL GERAL DE **R$350.040,00 (Trezentos e Cinquenta Mil e Quarenta Reais).**

REALEZA, AOS dois dias de setembro de 2026.

HELOISE GOMES DE MORAES
Pres. Comissão Licitações

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:8D721EAF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - INEX. 22

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando a decisão da comissão julgadora; considerando, que segundo o parecer da Assessoria Jurídica o processo tramitou e seguiu os ditames da legislação pertinente, homologo o resultado da licitação na modalidade de processo Inexigibilidade nº 22/2026, cujo objeto é o Contratação de empresa especializada para o fornecimento de passagens rodoviárias intermunicipais no trecho Realeza – Curitiba – Realeza, visando atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social, adjudicando em favor da mesma para que produza seus efeitos legais.

REALEZA, AOS dois dias de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:4EEEDD17

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL Nº 15/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2026 – PMR
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 067/2026
Licitação exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico do tipo menor preço.
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa especializada para aquisição de equipamentos e materiais diversos incluindo eletrodomésticos, eletroeletrônicos, móveis e equipamentos de áudio e vídeo, de acordo com as especificações, condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência do edital.

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: 05 de outubro de 2026 às 08h00min.
UASG: 987809 - PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA
LOCAL: http://www.gov.br/compras/pt-br.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS: O Edital se encontra disponível para download no site: www.renascenca.pr.gov.br/licitacoes. Esclarecimentos através do e-mail: licitacao@renascenca.pr.gov.br ou telefone (046) 3550 – 8336.

Renascença, 02 de setembro de 2026.

LUCIANA ALMERI MORCELLI
Agente de Contratação/Pregoeira

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:7E7DC45B

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2753 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Declara *Situação de Emergência* nas áreas do município afetadas por Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213).

O(A) Senhor(a) **Fabieli Manfredi**, Prefeito(a) do município de **Renascença**, localizado no estado de(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de abril de 2012,
CONSIDERANDO: Que ocorreu INCIDÊNCIA DE GRANIZO EM 30/08/2026, ASSOCIADA A CHUVAS DE ELEVADA INTENSIDADE E FORTES RAJADAS DE VENTO, OCASIONANDO DANOS EM UNIDADES HABITACIONAIS, CULTURAS AGRÍCOLAS, EDIFICAÇÕES RURAIS, ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, ALÉM DE DANOS HUMANOS E PREJUÍZOS SOCIOECONÔMICOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL DO MUNICÍPIO DE RENASCENÇA/PR. afetando as áreas

descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto; Como consequência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto; Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:
Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Tempestade Local/Convectiva - Granizo (13213)**.

Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.

Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:

Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;

Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: que se omitir: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941, autorizasse o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.

§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 2 de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:B926CBDE

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO Nº 009/2016 – CC

CONCORRÊNCIA Nº 009/2016
PROCESSO ADMINISTRATIVO ESPECIAL Nº 003/2025
CONCEDENTE: Município de Renascença, Estado do Paraná.
CONCESSIONÁRIA: HUGO SOUTHIER, atualmente denominada **ADEMIR RAFAGNIN TORNEARIA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.579.301/0001-35.
OBJETO: Rescisão unilateral do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso nº 009/2016 – CC, decorrente da Concorrência nº 009/2016, em razão da inexecução grave das obrigações contratuais apurada no Processo Administrativo Especial nº 003/2025.
FUNDAMENTO LEGAL E CONTRATUAL: Arts. 77, 78, incisos I, VI e XI, 79, inciso I e § 1º, e 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/1993, bem como Cláusulas 4.11, 8.3, alíneas "f", "k" e "m", e 8.5 do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso nº 009/2016 – CC.
EFEITOS DA RESCISÃO: Reversão imediata ao patrimônio do Município de Renascença do imóvel objeto da concessão, juntamente com todas as suas acessões e benfeitorias, devendo o bem ser restituído livre e desembaraçado de quaisquer pessoas e coisas.
SANÇÃO ADMINISTRATIVA: Suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, aplicada à empresa ADEMIR RAFAGNIN TORNEARIA, inscrita no CNPJ/MF sob nº 05.579.301/0001-35.
Renascença, 02 de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Luciana Almeri Morcelli Lochs
Código Identificador:C5E61DA3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.025, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE OS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO EM CONJUNTO OU EM REGIME DE COOPERAÇÃO ENTRE OS PODERES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeita de Renascença, sanciono a seguinte,
LEI:
Art. 1º. Ficam os Poderes Legislativo e Executivo de Renascença – PR autorizados a celebrar Termo ou Acordo de Cooperação Técnica para a realização de concurso público em conjunto ou em regime de cooperação, podendo compreender, dentre outras medidas previstas no instrumento de cooperação, o planejamento, a coordenação, a execução administrativa e operacional, o uso de infraestrutura comum, e, se necessária, a contratação de instituição especializada para organização e execução do certame, preservadas a autonomia de cada Poder e as competências próprias de suas autoridades.
§1º. O instrumento de cooperação definirá as obrigações e responsabilidades de cada Poder, a forma e a quem caberá a contratação e fiscalização da instituição organizadora, a responsabilidade pela elaboração e aprovação do edital, o tratamento das receitas de inscrições, o fornecimento de dados ao Tribunal de Contas e demais órgãos de controle, a proteção de dados, a publicidade e os procedimentos de homologação e admissão.
§2º. A cooperação poderá ser executada sem transferência de recursos financeiros entre os Poderes.

§3º. A comissão organizadora do concurso público poderá ser constituída conjuntamente pelos Poder Executivo e Legislativo, admitindo-se, em razão do reduzido quadro funcional do Poder Legislativo ou a existência de impedimentos legais, que sua composição seja integrada exclusivamente por servidores do Poder Executivo.
§4º. As receitas arrecadadas por meio de pagamento de inscrições pelos candidatos, quando arrecadadas pelo Poder Executivo, constituirão receitas públicas do Município e serão contabilizadas pelo Poder Executivo, observada a legislação financeira e contábil aplicável.
Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações próprias de cada Poder, suplementadas, se necessário, observadas as responsabilidades assumidas no Termo ou Acordo de Cooperação Técnica.
Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:F080D3A9

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.026, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Desafeta trecho de via pública e autoriza sua unificação a imóvel integrante do patrimônio municipal.

A Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu, Prefeita de Renascença, sanciono a seguinte
LEI:
Art. 1º Fica desafetada da categoria de bem de uso comum, passando a integrar o rol de bens dominicais do Município, a área de 638,65 m² (seiscentos e trinta e oito metros quadrados e sessenta e cinco decímetros quadrados), correspondente a trecho da Rua 03, objeto da Matrícula nº 9.830 do Registro de Imóveis da Comarca de Marmeleiro-PR, identificada, para fins de individualização técnica e registral, como Rua 03-A, com os seguintes limites e confrontações: NORTE: Por linha seca medindo 16,02m confronta-se com a Rua 03; LESTE: Por linha seca medindo 40,18m, confronta-se com o lote urbano n° 004D da quadra 0060 do Loteamento 15; SUL: Por linha seca medindo 16,01m, confronta-se com o lote urbano n° 098C da quadra 98RE do Loteamento 15; OESTE: Por linha seca medindo 39,59m, confronta-se com o lote urbano n° 0002 da quadra 0056 do Loteamento 15, de acordo com os mapas e memoriais em anexo.
Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a promover à unificação da área desafetada, descrita no art. 1º desta Lei, ao Lote nº 04-D, da Quadra nº 60, situado no Loteamento Industrial do Município de Renascença, com área de 2.207,89 m² (dois mil duzentos e sete metros quadrados e oitenta e nove decímetros quadrados), objeto da Matrícula nº 7.867 do Registro de Imóveis da Comarca de Marmeleiro-PR.
Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:E4CF16B3

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.028, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de 2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) – Abre **Crédito Adicional ESPECIAL** e complementa ações do **PPA**-Plano Plurianual, Lei nº 1959 de 30/07/2025, **LDO-**Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1963/2025 de 10/09/2025, e **LOA**-Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1990/2025 de 10/12/2025, para o Exercício Financeiro de **2026**, no valor de **R$ 334.773,41 (trezentos e trinta e quatro mil, setecentos e setenta e três reais e quarenta e um centavos),** conforme classificação funcional programática abaixo:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
0600	**SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE**		
06.003	**DEPARTAMENTO DE CULTURA**		
13.392.0024.2.089	*FUNDO MUNICIPAL DE CULTURA - FMC*		
4.4.90.52.00	Equipamentos e Material Permanente	**2002**	R$ 304.773,41
3.3.90.93.00	Indenizações e restituições	**2002** *(Possível devolução de sobras + rendimentos)*	R$ 30.000,00
TOTAL			**R$ 334.773,41**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:
I – EXCESSO DE ARRECADAÇÃO (EA) de repasses de recursos de Transferências Fundo a Fundo recebidas em 2026 conforme abaixo especificada:

CÓDIGO DA FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE	VALOR DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO EM 2026
2002	RESOLUÇÃO Nº 09_2026 – SEEC – Municípios Criativos- Fundo a Fundo	R$ 304.773,41
2002	Possível devolução de sobras + rendimentos – RESOLUÇÃO Nº 09_2026 – SEEC – Municípios Criativos- Fundo a Fundo	R$ 30.000,00
TOTAL		**R$ 334.773,41**

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:645E2C7C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº 017/2026

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Renascença
CONTRATADA: **Elisiane Duarte Fortes Battisti**
OBJETO: Contrato de Trabalho para o cargo de Professora Temporária 20 horas.
VIGÊNCIA: 02 de setembro de 2026 a 17 de dezembro de 2026
VALOR: **R$ 2.565,31 (dois mil quinhentos e sessenta e cinco reais e trinta e um centavos)** mensais.
ASSINATURA: **Fabieli Manfredi** – Prefeita
Elisiane Duarte Fortes Battisti – Contratada.

DATA: Renascença – PR, aos dois dias do mês de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:C4C2B686

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 294 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Contrata Elisiane Duarte Fortes Battisti para exercer o cargo de Professora com Licenciatura Plena 20 horas Temporária.

Fabieli Manfredi, Prefeita Municipal, de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Municipal nº 1825 de 14 de dezembro de 2022, Lei Municipal nº 1939, de 09 de abril de 2025 e edital nº 099 de 22 de maio de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º - Contratar **Elisiane Duarte Fortes Battisti** para exercer o cargo de **Professora com Licenciatura Plena 20 horas Temporária,** Ref. B-1, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, em razão de aprovação no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 099 de 22 de maio de 2025, homologado através do Edital nº 114 de 24 de junho de 2025.

Art. 2º - O prazo de contratação em caráter temporário, relacionado no art. 1º desta Portaria, iniciará em 02 de setembro 2026 e encerrará em 17 de dezembro de 2026, podendo ser prorrogado por igual ou inferior período, no caso de necessidade e interesse público.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:760725DA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 291 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Claudinei Gomes de Morais para o cargo efetivo de Motorista.

Fabieli Manfredi, Prefeita Municipal, de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei Municipal nº 1098 de 09 de dezembro de 2009 e Lei Municipal nº 1213 de 08 de setembro de 2011 e Lei Municipal nº 1781 de 18 de março de 2022, Lei Municipal nº 1953 de 25 de junho de 2025,

RESOLVE:

Nomear **Claudinei Gomes de Morais**, para o cargo efetivo de **Motorista,** Nível 12-Inicial, do Quadro Único de Pessoal do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Obras Viação e Urbanismo, em virtude de aprovação em Concurso Público homologado pelo Edital nº 152 de 03 de outubro de 2022, a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:E41D36CB

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 292 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Nomeia Gilvane Domingos Torres dos Santos para o cargo efetivo de Motorista.

Fabieli Manfredi, Prefeita Municipal, de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a Lei Municipal nº 1098 de 09 de dezembro de 2009 e Lei Municipal nº 1213 de 08 de setembro de 2011 e Lei Municipal nº 1781 de 18 de março de 2022, Lei Municipal nº 1953 de 25 de junho de 2025,

R E S O L V E:

Nomear **Gilvane Domingos Torres dos Santos**, para o cargo efetivo de **Motorista,** Nível 12-Inicial, do Quadro Único de Pessoal do Município, vinculado à Secretaria Municipal de Obras Viação e Urbanismo, em virtude de aprovação em Concurso Público homologado pelo Edital nº 152 de 03 de outubro de 2022, a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:DD842300

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 293 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Nomear Adriani Marques Dorneles Borges para o cargo em comissão de Chefe da Divisão de Desenvolvimento Cultural.

Fabieli Manfredi Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear **Adriani Marques Dorneles Borges**, para o cargo em comissão de **Chefe da Divisão de Desenvolvimento Cultural**, Nível CC-10, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a partir desta data.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:14D53C02

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 295 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Concede adicional de insalubridade ao servidor Claudinei Gomes de Morais.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 125, § 1º, II, da Lei Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Renascença,

R E S O L V E:

I – Conceder adicional de insalubridade ao servidor C**laudinei Gomes de Morais,** ocupante do cargo de **Motorista** matricula 1001075,

vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Viação Urbanismo, em virtude de exercer suas atividades em local considerado insalubre.
II – O percentual do adicional obedecerá ao Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT e Artigo 125, § 1º, II, da Lei Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Renascença.
III – O adicional será devido a partir de 02 de setembro de 2026, cessando com o término do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:1D5BAECA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 296 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Concede adicional de insalubridade ao servidor Gilvane Domingos Torres dos Santos.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 125, § 1º, II, da Lei Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Renascença,

R E S O L V E:

I – Conceder adicional de insalubridade ao servidor **Gilvane Domingos Torres dos Santos,** ocupante do cargo de **Motorista** matricula 1001074, vinculado à Secretaria Municipal de Obras, Viação Urbanismo, em virtude de exercer suas atividades em local considerado insalubre.
II – O percentual do adicional obedecerá ao Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho – LTCAT e Artigo 125, § 1º, II, da Lei Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015 – Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Renascença.
III – O adicional será devido a partir de 02 de setembro de 2026, cessando com o término do contrato.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:7835217E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
CONVÊNIO CONSÓRCIO INTERGESTORES

CONVÊNIO

CONVÊNIO Nº /2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO **DE RESERVA DO IGUAÇU** E O **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE** COM VISTAS A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA DO SUS NO MUNICÍPIO.

Por este instrumento, de um lado a **Prefeitura Municipal de** Reserva do Iguaçu, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ n.º **01.612.911/0001-32** com sede à Avenida IV de Setembro- 649, nesta cidade de Reserva do Iguaçu - Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr Vitório Antunes de Paula, portador da cédula de identidade RG n.º. 6.605.170-6 PR e do CPF n.º. 855.281.889-20, residente e domiciliado em Rua Coronel Lustosa 394, cidade de Reserva do Iguaçu- PR, e de outro lado o **CONSÓRCIO INTERGESTORES PARANÁ SAÚDE**, CNPJ nº 03.273.207/0001-28, doravante
simplesmente CONSÓRCIO, neste ato representado pelo seu Presidente **Marcelo José Bernardeli Palhares,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 7.789.283-4 SSP-PR, do CPF nº 031.836.199-03, residente e domiciliado na Rua Coronel Cecílio Rocha, 702**,** em Jacarezinho (PR) – CEP 86400-000, com base no previsto no artigo 19º, inciso III, do estatuto do Consórcio, e nas Leis nºs 8.080/90 e 8.142/90, firmam o presente Convênio de acordo com os termos e condições a seguir estabelecidos:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO - O presente Termo tem por objetivo operacionalizar ações de Assistência Farmacêutica, através da aquisição e distribuição de medicamentos essenciais, à população usuária do SUS (Sistema Único de Saúde).

CLÁUSULA SEGUNDA: DO COMPROMISSO DAS PARTES - Comprometem-se os
signatários:

– PREFEITURA MUNICIPAL:

repassar ao Consórcio, recursos financeiros no valor de R$ 120.000,00 em duas parcelas de R$ 60.000,00, as quais deverão ser depositadas em conta corrente nº 5024-5 específica do Banco do Brasil, Agência 3793-1, até o dia 05 dos meses de Setembro, Dezembro/2026 conforme plano de aplicação em anexo;

estruturar a Assistência Farmacêutica no município;

garantir que a dispensação Farmacêutica seja realizada sob responsabilidade técnica do Profissional Farmacêutico;

manter dados consistentes sobre o consumo de medicamentos e demanda (atendida e não atendida) de cada produto;

efetuar a programação de medicamentos utilizando-se do perfil epidemiológico, consumo histórico e oferta de serviços;

quantificar os medicamentos definindo um ponto de reposição, considerando o Consumo Médio Mensal e o tempo médio para aquisição/ressuprimento;

monitorar a qualidade dos medicamentos recebidos, subsidiando a Diretoria do Consórcio, para que esta reavalie os requisitos de qualidade para aquisição e proceda a validação de fornecedores;

receber, armazenar e distribuir, adequadamente os medicamentos;

organizar a distribuição dos medicamentos, exclusivamente na rede SUS, garantindo prescrição e utilização adequada dos mesmos;

promover o uso racional dos medicamentos junto à população, aos prescritores e aos dispensadores;

disponibilizar e capacitar os recursos humanos em saúde, necessários a uma Assistência Farmacêutica de qualidade.

- AO CONSÓRCIO:

seguir o elenco proposto na pactuação aprovada pela Comissão Intergestores Bipartite e Conselho Estadual de Saúde, integrantes da Relação de Medicamentos Essenciais para a Atenção Básica e constantes do Plano Estadual de Assistência Farmacêutica Básica;

adquirir os medicamentos de acordo com a programação do município, elaborada com o recurso financeiro disponível, conforme plano de aplicação em anexo;

incentivar os municípios a participarem da formulação da Política de Assistência Farmacêutica do Estado e a organizarem sua estrutura no município;

manter um sistema de comunicação com os municípios, para que esses obtenham informações atualizadas das programações, aquisições e movimentação financeira de seus recursos;

manter o cronograma de programação e aquisição, tentando evitar a descontinuidade no fornecimento;

efetuar as aquisições de medicamentos dentro de requisitos técnicos, legais e de qualidade, estabelecidos para esses produtos;

monitorar as entregas dos produtos até o seu destino final, intermediando possíveis transtornos durante seu percurso;

intermediar junto ao Fornecedor, a substituição dos produtos, quando comprovado desvio da qualidade originada no processo de fabricação ou transporte.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS RECURSOS - O valor referente ao recurso financeiro destinado à execução do presente convênio correrão à conta da Dotação Orçamentária n.º 06.001.10.301.0006.2017, elemento de despesa – 3.3.72.32.00.00, Fonte: 303 e 504

CLÁUSULA QUARTA: DO ACOMPANHAMENTO – O acompanhamento do presente convênio será realizado a cada período vigência, com base em avaliações do cumprimento de seu objeto.

CLÁUSULA QUINTA: DA DENÚNCIA E RESCISÃO – O presente termo de convênio poderá ser rescindido sem comunicação prévia, caso ocorra descumprimento das obrigações ora estipuladas, sujeitando-se a parte inadimplente a eventuais perdas e danos, respondendo ainda por todo e qualquer ônus decorrente de procedimentos judiciais que se fizerem necessários podendo, entretanto, ser resolvido por mútuo consenso, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

CLÁUSULA SEXTA – Ficam sem efeito quaisquer disposições estabelecidas em convênios ou consequentes termos aditivos, anteriores ao presente, que contrariem direta ou indiretamente o disposto nas cláusulas deste Instrumento.

CLAUSULA SÉTIMA: DA VIGÊNCIA - Este Termo de Convênio entrará em vigor a partir da data de sua assinatura e terá vigência até 31 de dezembro de 2026.

CLÁUSULA OITAVA: DAS ALTERAÇÕES - Quaisquer alterações dos termos e condições do presente convênio deverão ser objeto de termos aditivos firmados a qualquer tempo e farão parte integrante, para todos os efeitos e direitos.

CLÁUSULA NONA: DO FORO - As partes elegem o Foro da Comarca de Curitiba para dirimir as dúvidas fundadas neste Instrumento e que não puderem ser resolvidas de comum acordo. E assim por estarem de pleno acordo e ajustados depois de lido e achado conforme, o presente Instrumento vai, a seguir, assinado em 03 (três) vias pelos

representantes dos respectivos signatários na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo firmadas, para publicação e execução.

Reserva do Iguaçu,25 de Agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Presidente do Conselho
Prefeito Municipal Deliberativo do Consórcio

JEFFERSON B. VARNIER
Secretário de Saúde
CPF:051.693.499-63

DAIANE TAIS BUENO DE FREITAS
Farmaceutica
CPF:082.146.779-47

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:879BF30D

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO 147/2026

SÚMULA: NOMEIA EMPREGADA PÚBLICA.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. FRANCIELI DE FATIMA MORAIS RAMOS, brasileira, inscrita no CPF sob nº: XXX.059.529-XX, para ocupar o emprego público de Professor Licenciado ou em Formação em Pedagogia, lotado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 25 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, em 26 de agosto de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Edilson de Oliveira Nunes
Código Identificador:11B6F876

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
DECRETO 150/2026 - ALTERA MEMBROS COMISSÃO AVALIAÇÃO

DECRETO 150/2026

SÚMULA: ALTERA MEMBRO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E SEMOVENTES DE RESERVA DO IGUAÇU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar os membros da Comissão de Avaliação de Bens Móveis, Imóveis e Semoventes, que passa a ser composta pelos seguintes membros:
I – Adão dos Santos Lara, servidor efetivo, ocupante do cargo de Topógrafo, para atuar como membro;
II – Jozélia de Lima Ribas, servidora efetiva, ocupante do cargo de Engenheira Civil, CREA/PR-70773/D, para atuar como Presidente;
III – Jairo Badlhuk, servidor efetivo, ocupante do cargo de Fiscal Geral, para atuar como membro.

Art. 2º A presente Comissão deverá observar os critérios específicos atinentes a cada bem a ser avaliado, e se necessário deverá requerer a avaliação por terceiros especializados no ramo de avaliação mobiliária ou imobiliária, e apresentar laudos dos bens avaliados, justificadamente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Iguaçu, 02 de Setembro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Suzana Andria
Código Identificador:B9D274DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 40/2026

EXTRATO DE *INEXIGIBILIDADE* **Nº 40/2026**
OBJETO: **Processo de inexigibilidade de licitação destinado à contratação do artista/banda LONESOME CAPTAIN, representada pela empresa Lutiani Produções (Patrick Lutiani Gomes ME), para apresentação musical a ser realizada no dia 07 de setembro de 2026, no evento em comemoração às festividades de Sete de Setembro (após o desfile), a realizar-se na Rodoviária de Rio Azul**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: LUTIANI PRODUÇÕES
CNPJ.: 53.814.862/0001-14
Embasamento Legal: Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal Nº 07/2024
Rio Azul, 02 de setembro de 2026.
(a) LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
EXTRATO DE CONTRATO 067/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL
CNPJ.: 75.963.256/0001-01
CONTRATADA: LUTIANI PRODUÇÕES
CNPJ.: 53.814.862/0001-14
VALOR: R$ **2.500,00** (Dois Mil e Quinhentos Reais).
PRAZO DA DURAÇÃO DO CONTRATO: De **02/09/2026** à **01/03/2027.**
ASSINATURA: 02/09/2026
FORO: Comarca de Rebouças.

(A)LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

(A)PATRICK LUTIANI GOMES
Representante

Publicado por:
Roberta Dos Santos de Andrade
Código Identificador:780586E0

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 180/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Nomear, EVERTON OLIVEIRA ALBUQUERQUE, para exercer o cargo em comissão de Diretor Municipal II – Diretor de Obras, Transporte e Serviços Públicos, símbolo CC-5, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Rurais, a partir desta data.
Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 02 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:2A90FFDB

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO Nº 37/2025
EDITAL PSS Nº 01/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RIO AZUL
CONTRATADO: MARIZETE VALESCO
Objeto: O presente instrumento tem por finalidade a prorrogação de vigência do contrato até 28 de fevereiro de 2027, nos termos do art. 7º, da Lei nº 1.186/2024.
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e disposições do contrato originário que não tenham sido modificadas.
Signatários:
Leandro Jasinski
Prefeito Municipal
MARIZETE VALESCO
Contratado

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:28F7EF42

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 168/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:
Conceder a servidora **AMANDA SLUZALA DA SILVA**, matrícula 2148-1, ocupante do cargo de efetivo de Professora, 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias de licença sem vencimentos, a partir de 08 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 02 de setembro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:016B67D9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 234/2026 - RH

PORTARIA Nº. 234/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de FÉRIAS a Sra. ELISIANE FIGUEIRA GOMES servidora desta municipalidade, lotada no cargo de TECNICA EM ENFERMAGEM, relativo ao período aquisitivo de 15/06/2025 à 14/06/2026, a com data de início em 01 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de setembro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:FF40973E

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
PORTARIA 235/2026 - RH

PORTARIA Nº. 235/2026

O Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, Sr. **PEDRO TABORDA DESPLANCHES,** no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de FÉRIAS a Sra. VIVIANE PONTES DA SILVA , servidora do quadro efetivo desta municipalidade, lotado no cargo de OFICIAL ADMINISTRATIVO, relativo ao período aquisitivo de 22/09/2025 à 21/09/2026, a partir do dia 21 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogada as disposições ao contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de setembro de 2025.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:A28B909D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, AILTON LUIZ NODARY, CONVIDA A TODOS OS MUNICÍPES, em cumprimento ao § 4º do artigo 9º da Lei Complementar nº 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal, para:

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Assunto: Apresentação das Metas Fiscais do 2º Quadrimestre de 2026.

Local: Câmara Municipal de Vereadores
Data: 28/09/2026 às 08:30 horas.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:CC74C614

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.741/2026

"Institui, no âmbito da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, a Comissão Especial de Credenciamento de Empresas para Fornecimento de Passagens Aéreas e Rodoviárias, designa seus membros titulares e suplentes, e revoga o Decreto n.º 8.243/2025."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais dispostas na Lei Orgânica Municipal, assim como também com base nas disposições trazidas através da Lei n.º 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul, a Comissão Especial de Credenciamento de Empresas para Fornecimento de Passagens Aéreas e Rodoviárias, constituída pelos seguintes membros:

I - Membros titulares:
a)Adilson Antonio de Faria Junior – Matrícula n.º 84.571;
b)Ana Paula Puka – Matrícula n.º 91.331;
c)Renan Victor de Faria – Matrícula n.º 94.731.

II - Membros suplentes:
a)Arion Lucas de Souza de Cristo – Matrícula n.º 94.111;
b)Rafaela Luize Bueno – Matrícula n.º 95.170.

Art. 2º Fica designado para exercer a Presidência da Comissão Especial de Credenciamento o servidor **Adilson Antonio de Faria Junior**.

Art. 3º Fica revogado expressamente o Decreto n.º 8.243, de 09 de dezembro de 2025.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Branco do Sul em, 01 de setembro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:C9F9BDD8

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.742/2026

"Dispõe sobre nomeação de servidor na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.540, de 19 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada **GABRIELLA DE BONFIM MACHADO GEFFER,** portadora do CPF n° 126.XXX.XXX-XX para exercer o cargo de Gerente de Atividades Administrativas, simbologia DAI-4, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 01 de setembro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:9204A64D

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.743/2026

"Dispõe sobre nomeação de servidor na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.540, de 19 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada **MERI ELI DE OLIVEIRA,** portadora do CPF n° 042.XXX.XXX-XX para exercer o cargo de Chefe de Atividades Técnicas, simbologia DAI-3, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 01 de setembro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:C8D67FAB

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.744/2026

"Dispõe sobre nomeação de servidor na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.540, de 19 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada **SABRINA GABRIELE DE FARIA MENDES DOS SANTOS,** portadora do CPF n° 114.XXX.XXX-XX para exercer o cargo de Chefe de Atividades Administrativas, simbologia DAI-5, na Secretaria Municipal de Assistência Agricultura, Pecuária e Abastecimento, a partir de 02 de setembro de 2026.

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 02 de setembro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:AE825403

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.745/2026

Dispõe sobre exoneração de servidor na estrutura administrativa da Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal e na Lei Municipal nº 1.540, de 19 de dezembro de 2025,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica exonerado, a partir de 01 de setembro de 2026, do cargo de Chefe de Atividades Administrativas, o servidor **ELIAS APARECIDO DOS SANTOS**, com matrícula funcional n° 90191, nomeado através do Decreto n° 7670/2025, na Secretaria Municipal de Planejamento e Defesa.

Art. 2º Fica exonerado, a partir de 01 de setembro de 2026, do cargo de Chefe de Atividades Administrativas, o servidor **CARLOS ANTONIO DE LIMA**, com matrícula funcional n° 92211, nomeado através do Decreto n° 7670/2025, na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 02 de setembro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:11388B5A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N ° 006/2026 – 06ª CONVOCAÇÃO –PSS Nº 001/2026– SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E,

1 – CONVOCAR os candidatos, a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026 - SMASH:

Cargo/Função: EDUCADOR SOCIAL

CLASS.	NOME DO CANDIDATO
15º	**ROSELI CORREIA DRUM**
16º	**JANETE MATOSO DE LARA**
17º	**EMELY DOS SANTOS MARIANO**
18º	**LUIS FELIPE BUENO DE LARA**
19º	**GRAZIELI CAVALI SANTANA**
20º	**ADRIANO DIAS FARIAS**
21º	**PRISCILA FARIA ALVES**
22º	**LUCIMARA APARECIDA DE FARIA**

2-Os candidatos convocados na forma deste Edital, deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situado na Rua Horacy Santos, nº 222, na Cidade de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre **03/09/2026 à 10/09/2026**, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, para manifestar sobre o seu interesse de assumir sua respectiva vaga no cargo especificado ou declarar a opção pela desistência definitiva:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação RG;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
f) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
g) Cópia da Certidão de Nascimento do (s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) Cópia do Registro no Órgão de Classe e comprovante de pagamento da última anuidade;
i) Certidão Negativa Criminal, **expedida pela Comarca onde reside;**
j) Certidão Negativa Criminal **expedida pela Polícia Federal;**
k) Cópia do comprovante de residência ou documento equivalente;
l) Número do PIS/PASEP;
m) Cópia Ctps (Carteira de Trabalho);
n) Cópia Diploma / Certificado Conclusão de Curso;

o) Outros documentos listados no momento do ato convocatório

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, 02 de setembro 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:5567E177

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º 015/2026 – 22ª CONVOCAÇÃO – PSS Nº 001/2025–
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITOMUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E,

1 – CONVOCAR os candidatos, a seguir relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025 - SEMED:

Cargo/Função: AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	MODALIDADE
42º	**VILMA ARTIGAS DOS SANTO KULEVISK**	**AC**
43º	**LUCIMARA APARECIDA DE FARIA**	**AC**
44º	**ELISIANE DE LIMA CRISTO**	**AC**

Cargo/Função: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	MODALIDADE
46º	**VANESSA FERNANDES ROESLER**	**AC**
47º	**TAYNARA TABORDA FRANCO ANTUNES**	

Cargo/Função: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	MODALIDADE
24º	**FERNANDA ROSA OKOINSKI**	**AC**
26º	**TEREZINHA C. CRISTO BONTORIN**	**AC**

AC – Ampla Concorrência **PCD -** Pessoa Com deficiência **PN –** Pessoa Negra

2- Os candidatos convocados na forma deste Edital, deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situado na Rua Horacy Santos, nº 222, na Cidade de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre **03/09/2026 à 10/09/2026**, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, para manifestar sobre o seu interesse de assumir sua respectiva vaga no cargo especificado ou declarar a opção pela desistência definitiva:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação **RG**;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
f) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
g) Cópia da Certidão de Nascimento do (s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) Certidão Negativa Criminal, **expedida pela Comarca onde reside;**
i) Certidão Negativa Criminal **expedida pela Polícia Federal;**
j) Cópia do comprovante de residência ou documento equivalente;
k) Número do PIS/PASEP;
l)Cópia Ctps (Carteira de Trabalho)
m) Cópia certificado Conclusão de Curso
n)Outros documentos listados no momento do ato convocatório
Os candidatos convocados na modalidade PcD deverão cumprir o disposto no item 3.11.6 do edital de abertura do referido Processo Seletivo Simplificado.

É obrigatório apresentação de todos os documentos no ato do comparecimento.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, 01 de setembro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:64C83500

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º 015/2026 – 23ª CONVOCAÇÃO –PSS Nº 002/2025–
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITOMUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E,

1 – CONVOCAR os candidatos, a seguir relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025 - SEMSA:

Cargo/Função: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASC.	MODALIDADE
39º	**ELISANGELA CARNEIRO DE CARVALHO GONÇALVES**	**11/01/1979**	**AC**
40º	**JOELIZE MULLER CEVE**	**08/04/1983**	**AC**

AC – Ampla Concorrência **PCD -** Pessoa Com deficiência **PN –** Pessoa Negra

2-Os candidatos convocados na forma deste Edital, deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situado na Rua Horacy Santos, nº 222, na Cidade de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre **03/09/2026 à 10/09/2026**, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, para manifestar sobre o seu interesse de assumir sua respectiva vaga no cargo especificado ou declarar a opção pela desistência definitiva:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação **RG**;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
f) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
g) Cópia da Certidão de Nascimento do (s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) Cópia do Registro no Órgão de Classe e comprovante de pagamento da última anuidade;
i) Certidão Negativa Criminal, **expedida pela Comarca onde reside;**
j) Certidão Negativa Criminal**expedida pela Polícia Federal;**
k) Cópia do comprovante de residência ou documento equivalente;
l) Número do PIS/PASEP;
m)Cópia Ctps (Carteira de Trabalho);
n) Cópia Diploma / Certificado Conclusão de Curso;
o)Outros documentos listados no momento do ato convocatório

É obrigatório apresentação de todos os documentos no ato do comparecimento.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, 01 de setembro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:9DB576E1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 048/2026

"Dispõe sobre alteração de concessões de fruições de férias para os servidores do Município de Rio Branco do Sul."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, com base do disposto na Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E:

Art. 1° ALTERAR a concessão de férias contida na linha nº 43 do ANEXO ÚNICO da Portaria nº 045/2026 publicado no dia 20 de agosto de 2026, sob edição 3599 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Nº LINHA	MATRÍCULA-CONTRATO	NOME DO SERVIDOR	DATA INÍCIO FÉRIAS	QUANTIDADE DE DIAS	DATA TÉRMINO FÉRIAS
43	92881-01	LORUANA CAVALHEIRO DE FARIA	08/09/2026	30	07/10/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 02 de setembro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:0A5F23AC

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO N° 047/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Aquisição de mobiliário, eletrodomésticos, equipamentos, utensílios, enxoval e demais bens destinados à composição e estruturação da nova Unidade de Acolhimento Institucional – UAI.**TIPO DE LICITAÇÃO:** MENOR PREÇO. **VALOR MAXIMO:** R$ 176.716,04 **PARECER JURÍDICO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO**: 847/2026 **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Das 13:00 horas, do dia 03/09/2026, até às 08:00 horas do dia 17/09/2026. **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: Dia 17/09/2026, às 08:30 horas**. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS:** 17/09/2026 às 09:00 horas**,** no endereço eletrônico: https://elicita.atende.net/cidadao – eLicita. **EDITAL:** Estará disponível aos interessados, no site http://www.riobrancodosul.pr.gov.br, no link Portal da Transparência, do dia 03/09/2026 ao dia 17/09/2026. **INFORMAÇÕES**: poderão ser obtidas no site ou pelo telefone: (041) 98881-6632, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h. Rio Branco do Sul, 02/09/2026.

CAMILA NAIARA SANTOS
Agente de Contratação

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:C12E52F4

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PREGÃO ELETRÔNICO 034/2026

Extrato: Ata nº 231/2026. **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 034/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos. Dispositivo legal: Lei nº 14.133/2021. Detentor da Ata: **ACD LOCAÇÃO E COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA**. **Valor Total da Ata: R$ 292.888,00**. **Prazo de Execução da Ata**: 12 (doze) meses. **Prazo de Vigência da Ata**: 12 (doze) meses, a partir da assinatura de ambas as partes. **Fiscal da Ata**: Thais Graziele Costa Duarte. **Data de Assinatura**: 01/09/2026.

Extrato: Ata nº 232/2026. **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 034/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos. Dispositivo legal: Lei nº 14.133/2021. Detentor da Ata: **CROMOART COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA**. **Valor Total da Ata: R$ 86.904,30**. **Prazo de Execução da Ata**: 12 (doze) meses. **Prazo de Vigência da Ata**: 12 (doze) meses, a partir da assinatura de ambas as partes. **Fiscal da Ata:** Thais Graziele Costa Duarte. **Data de Assinatura**: 01/09/2026

Extrato: Ata nº 233/2026. **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 034/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos. Dispositivo legal: Lei nº 14.133/2021. Detentor da Ata: **GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA**. **Valor Total da Ata: R$ 63.992,40**. **Prazo de Execução da Ata**: 12 (doze) meses. **Prazo de Vigência da Ata**: 12 (doze) meses, a partir da assinatura de ambas as partes. **Fiscal da Ata:** Thais Graziele Costa Duarte. **Data de Assinatura**: 01/09/2026

Extrato: Ata nº 234/2026. **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 034/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos. Dispositivo legal: Lei nº 14.133/2021. Detentor da Ata: **GRÁFICA AS LTDA**. **Valor Total da Ata: R$ 58.995,90**. **Prazo de Execução da Ata**: 12 (doze) meses. **Prazo de Vigência da Ata**: 12 (doze) meses, a partir da assinatura de ambas as partes. **Fiscal da Ata:** Thais Graziele Costa Duarte. **Data de Assinatura**: 01/09/2026

Extrato: Ata nº 235/2026. **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 034/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos. Dispositivo legal: Lei nº 14.133/2021. Detentor da Ata: **POLIMPRESSOS SERVIÇOS GRÁFICOS LTDA**. **Valor Total da Ata: R$ 14.900,00**. **Prazo de Execução da Ata**: 12 (doze) meses. **Prazo de Vigência da Ata**: 12 (doze) meses, a partir da assinatura de ambas as partes. **Fiscal da Ata:** Thais Graziele Costa Duarte. **Data de Assinatura**: 01/09/2026

Extrato: Ata nº 236/2026. **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 034/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos. Dispositivo legal: Lei nº 14.133/2021. Detentor da Ata: **S M R BIT INFORMÁTICA LTDA**. **Valor Total da Ata: R$ 14.583,00**. **Prazo de Execução da Ata**: 12 (doze) meses. **Prazo de Vigência da Ata**: 12 (doze) meses, a partir da assinatura de ambas as partes. **Fiscal da Ata:** Thais Graziele Costa Duarte. **Data de Assinatura**: 01/09/2026

Extrato: Ata nº 237/2026. **Modalidade**: Pregão Eletrônico nº 034/2026. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos. Dispositivo legal: Lei nº 14.133/2021. Detentor da Ata: **VELHA GRÁFICA LTDA**. **Valor Total da Ata: R$ 24.332,00**. **Prazo de Execução da Ata**: 12 (doze) meses. **Prazo de Vigência da Ata**: 12 (doze) meses, a partir da assinatura de ambas as partes. **Fiscal da Ata:** Thais Graziele Costa Duarte. **Data de Assinatura**: 01/09/2026

CAMILA NAIARA SANTOS
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:88A92A7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
EDITAL N.º 109/2026

CONVOCAÇÃO PARA ADMISSÃO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital do Concurso Público nº 01, de 13 de dezembro de 2024, convoca as pessoas,

através de suas inscrições abaixo relacionadas, para comparecerem a partir do dia 3 (três) de setembro do corrente ano, dentro do horário de funcionamento, na sede da Prefeitura Municipal de Rio Negro, sito à Rua Juvenal Ferreira Pinto, n.º 2070, Bairro Seminário, para assumirem as respectivas vagas no Quadro de Pessoal da Administração da Prefeitura do Município de Rio Negro:

ASSISTENTE DE ADMINISTRAÇÃO B - Sede (Ampla Concorrência)

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 67, de 14/7/2025, Edital nº 74, de 25/7/2025, Edital nº 124, de 24/10/2025, Edital nº 133, de 5/11/2025, Edital nº 150, de 4/12/2025, Edital nº 15, de 4/2/2026, Edital nº 33, de 25/3/2026, Edital nº 37, de 9/4/2026, Edital nº 42, de 22/4/2026, Edital nº 44, de 23/4/2026, Edital nº 51, de 7/5/2026, Edital nº 59, de 18/5/2026, Edital nº 80, de 22/6/2026 e Edital nº 98, de 11/8/2026. O classificado em 19º lugar requereu que seu nome seja deslocado para final de lista.	1º à 27º
0014213	Fairuze Camila Silvério	28º
0014869	Davi Seidel Ruthes	29º
0012353	Elaine Cristina Neves	30º
0013061	Thalia Janchkovski	31º

ASSISTENTE SOCIAL A – Sede (Ampla Concorrência)

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 74, de 25/7/2025, Edital nº 117, de 13/10/2025, Edital nº 59, de 18/5/2026, Edital nº 088, de 7/7/2026 e Edital nº 093, de 21/7/2026. O candidato classificado em 4º lugar requereu que seu nome seja deslocado para final de lista. O classificado em 6º lugar assinou o termo de desistência.	1º à 6º
0011244	Edina Regina dos Santos	7º
0012574	Patrícia de Assis Bastos	8º

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Número	*Nome*	*Classificação*
	Convocados pelo Edital nº 117, de 13/11/2025, Edital nº 153, de 9/12/2025, Edital nº 158, de 16/12/2025 e Edital nº 098, de 11/8/2026. O classificado em 2º lugar requereu que seu nome seja deslocado para final de lista.	1º à 4º
0011551	Juliano Gonçalves	5º

O não comparecimento dos acima convocados no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação do presente Edital, implicará em reconhecimento da desistência das vagas, autorizando o Município a proceder chamada do próximo classificado.

Rio Negro, 2 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:361DD496

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA – PORTARIA Nº 927/2026

A Portaria nº 927/2026, publicada na Edição nº 3607, de 1º/9/2026, página 356, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, por lapso de digitação, a seguinte correção em seu art. 1º:

Onde lê-se:

"Art. 1º ..., para a servidora ***Cuimara Caetano da Silva,*** com matrícula de nº 1695-0/2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde."

Leia-se:

"Art. 1º ..., para a servidora ***Ciumara Caetano da Silva,*** com matrícula de nº 1695-0/2, lotada na Secretaria Municipal de Saúde."

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:478363FC

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
ERRATA – PORTARIA Nº 934/2026

A Portaria nº 934/2026, publicada na Edição nº 3608, de 2/9/2026, página 344, do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, tem pela presente, por lapso de digitação, a seguinte correção em seu art. 1º:

Onde lê-se:

"Art. 1º...., nível V – inicial, percebendo mensalmente R$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), lotado na Secretaria Municipal da Fazenda."

Leia-se:

"Art. 1º...., nível V-A inicial, percebendo mensalmente R$ 5.532,67 (cinco mil, quinhentos e trinta e dois reais e sessenta e sete centavos), lotado na Secretaria Municipal da Fazenda."

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:EC6514CB

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 936/2026

Concede Aposentadoria por Idade ao(à) servidor(a) Hélio Becker da Cruz.

O Chefe do Poder Executivo Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, na redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e art. 4º, § 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e embasado no Processo Administrativo nº 31/2026, de Aposentadoria por Idade,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade, a partir de 2 de setembro de 2026, ao servidor HÉLIO BECKER DA CRUZ, brasileiro(a), servidor(a) público(a) municipal de Rio Negro/PR, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA B, Nível II, Classe A, Referência Inicial (código: II_A_Inicial), carga horária de 40 horas semanais, com matrícula funcional nº 23914-01.

Art. 2º Os proventos iniciais de aposentadoria por idade são calculados proporcionalmente ao tempo de contribuição de 12 anos, 9 meses e 18 dias, na razão de 4668/12775 avos (36,54%), nos termos da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e do Acórdão nº 2.848/16-TP do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e correspondem ao valor de R$ 716,95 (setecentos e dezesseis reais e noventa e cinco centavos).

Art. 3º O valor dos proventos de aposentadoria não poderá exceder a remuneração do(a) servidor(a) no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, por ocasião da sua concessão, nos termos do art. 40, § 2º da Constituição Federal de 1988, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, nem ser inferior ao salário-mínimo, conforme disposto no art. 39, § 3º, c/c art. 7º, inciso VII, ambos também da Constituição Federal de 1988.
Parágrafo único. Em razão do disposto no *caput* deste artigo, os proventos iniciais de aposentadoria por idade efetivamente devidos correspondem a R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais).

Art. 4º Eventuais e futuros reajustes ou revisão geral anual no benefício ora concedido será feito na forma do art. 40, § 8º, da Constituição Federal de 1988, na redação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de setembro de 2026.

Rio Negro, 2 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI
Diretora Executiva do IPRERINE

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:8B584834

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 937/2026

Designa os membros do Comitê Estratégico Municipal da Política de Alfabetização do Município de Rio Negro – Paraná e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
Considerando o disposto no art. 35 da Lei Municipal nº 3.525, de 7 de agosto de 2026, que prevê a instituição do Comitê Municipal de Alfabetização, assegurada a participação de representantes da Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, coordenadores pedagógicos e professores da Rede Municipal de Ensino;
Considerando a necessidade de assegurar a participação dos diferentes segmentos da Rede Municipal de Ensino no acompanhamento e fortalecimento das políticas municipais de alfabetização;

R E S O L V E:

Art. 1º Ficam designados os seguintes membros para compor o **Comitê Municipal de Alfabetização do Município de Rio Negro – Paraná:**

I – Representantes da Secretaria Municipal de Educação

a) **Vera Maria Pfeffer Schelbauer –** Secretária Municipal de Educação, na qualidade de Presidente do Comitê;
b) **Vilmara Aparecida de Campos** – Articuladora Municipal do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e responsável pelo acompanhamento das ações de alfabetização;
c) **Josiane Maria dos Santos Grah** – responsável pelo acompanhamento das ações relacionadas ao Método das Boquinhas.

II – Representante dos gestores escolares

a) **Josiane Vichinheski Prestes** – representante dos gestores escolares da Rede Municipal de Ensino.

III – Representante dos coordenadores pedagógicos

a) Rosangela Aparecida Kzeczik Wendt – representante dos coordenadores pedagógicos da Rede Municipal de Ensino.

IV – Representante dos professores da Rede Municipal de Ensino

a) Simone Cristina Walter Wallauer **–** representante dos professores da Rede Municipal de Ensino.

Art. 2º Compete ao Comitê Municipal de Alfabetização, observada a legislação vigente e o regulamento próprio:

I – acompanhar e contribuir para a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – promover a articulação entre os diferentes segmentos da Rede Municipal de Ensino envolvidos nas ações de alfabetização;
III – acompanhar e analisar os resultados das ações e avaliações relacionadas à alfabetização;
IV – propor ações e estratégias destinadas à melhoria da aprendizagem e à garantia do direito à alfabetização;
V – contribuir para o planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de formação continuada dos profissionais da educação relacionadas à alfabetização;
VI – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas pela legislação e pelo regulamento próprio do Comitê.

Art. 3º A composição e o funcionamento do Comitê Municipal de Alfabetização observarão o disposto no art. 35 da Lei Municipal nº 3.525, de 2026 e em seu regulamento próprio.

Art. 4º O exercício das funções de membro do Comitê será considerado de relevante interesse público e não será remunerado.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 2 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:4F5DCE57

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 012/2026 CMI

O Conselho Municipal do Idoso do município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei 1401/2003, em reunião extraordinária realizada de forma presencial sede da secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Negro, sito a Rua Dr. Vicente Machado nº 148, centro, no dia 01 de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar pedido de Inscrição junto ao Conselho Municipal do Idoso de Rio Negro/PR, da "Associação de Moradores São Francisco", inscrita sob CNPJ 04.289.457/0001-19, que promove ações, serviços ou programas voltados às pessoas da terceira idade no município de Rio Negro.

Art. 2º - Fica inscrita sob o número 003.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão Plenária do CMI de Rio Negro-PR, em 01 de setembro de 2026.

ANTONIA SYDORAK ALVES
Presidente CMI

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:A5602BF1

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO Nº 013/2026 CMI

O Conselho Municipal do Idoso do município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei 1401/2003, em reunião extraordinária realizada de forma presencial sede da secretaria Municipal de Assistência Social de Rio Negro, sito a Rua Dr. Vicente Machado nº 148, centro, no dia 01 de setembro de 2026.
RESOLVE:
Art. 1º - Aprovar a utilização/reprogramação de saldo remanescente referente ao recurso fundo a fundo da Deliberação 034/2024 "Incentivo Projeto Viaja Mais 60 - Fase II".
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão Plenária do CMI de Rio Negro-PR, em 01 de setembro de 2026.

ANTONIA SYDORAK ALVES
Presidente CMI

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:49EB0F5B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 123 – PROCESSO N° 254/2026

Objeto: Aquisição de DVR (Gravador de vídeo digital) destinado ao sistema de videomonitoramento. PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 (dez) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 02 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:506E91D3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 124 – PROCESSO N° 257/2026

Objeto: Aquisição de bolsas coletoras para urostomia, destinadas ao atendimento de paciente assistido pela Secretaria Municipal de Saúde. PRAZO DE EXECUÇÃO: 07 (sete) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 02 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:1C625316

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
DISPENSA POR LIMITE N° 125 – PROCESSO N° 255/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento e instalação de cobertura em policarbonato nas escolas municipais. PRAZO DE EXECUÇÃO: 30 (trinta) dias. Em conformidade com o inciso II, art. 75, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar dispensa de licitação. Mais informações através do site rionegro.atende.net ou pessoalmente no endereço: Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070 – Rio Negro – PR de 08h00min as 11h30min e de 13h30min às 17h00min. Rio Negro, 02 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:57A9929B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 107/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANA - SEBRAE/PR - CNPJ/MF sob n.º 75.110.585/0001-00, neste ato representada por MICHELE RIQUETTI TESSER, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 48/2026. OBJETO: Contrataçãodo SEBRAE paraprestaçãodeserviçosespecializados na Realização do Circuito Gastronômico RioMafra à Mesa. Vigência: 01/09/2026 até 01/09/2027. Execução: 6 meses. Preço: R$ 57.500,00 (cinquenta e sete mil e quinhentos reais). Recursos: 07.001.0013.0392.0005.2026.33390350102000000000-456 Fonte 00000. Foro: Comarca de Rio Negro - PR. Rio Negro, 28/08/2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:662A7377

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 06 AO CONTRATO N.º 58/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 012/2025
REDIMENSIONAMENTO

CONTRATANTE: Município de Rio Negro PR,CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, inscrito no CPF/MF sob n.º 936.249.729-87, e **CONTRATADA: SERVIÇOS AGILIZA LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, sita na Rua Severo de Almeida, nº 732, Barracão, Bom Jesus, na cidade de Rio Negro - PR, inscrita no CNPJ/MF sob n.º **39.800.696/0001-76,** neste ato representada por, **DIOHN DO PRADO,** Representante Legal, inscrito no CPF/MF sob n.º **009.064.629-08**, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores e demais normas legais federais, estaduais e municipais vigentes. **CLÁUSULA PRIMEIRA – REDIMENSIONAMENTO DO OBJETO** Por solicitação da CONTRATANTE e anuência da CONTRATADA, considerando a justificativa apresentada pela Secretaria de Saúde, fica redimensionado o serviço para **LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS ÁREAS LIVRES DOS IMÓVEIS PERTENCENTES ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS** em mais 667,09 m² mensais, para o período de agosto de 2026 a maio de 2027, conforme segue:

Quant.	Un	Especificação do Serviço	Valor (m²)	Valor Total
6.670,90	m²	PRESTACAO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DAS AREAS LIVRES DE IMÓVEL DO MUNICIPIO. Serviço com periodicidade mensal. Compreendendo corte de grama, capinação e remoção de resíduos produzidos, bem como entulhos, podas periódicas de árvores e arbustos, limpeza de galhadas resultantes de intempéries ou galhos secos que caírem no chão, depositando adequadamente em local previamente determinado pela contratante. **Local: Pronto Atendimento Municipal - PAM. Endereço: Rua Marçal José Pereira, s/nº - Bairro Estação Nova – Rio Negro/PR.**	R$ 0,1566	R$ 1.044,66

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL 2.1. Considerando o redimensionamento do objeto, o presente termo acrescentará ao valor contratual importância de **R$ 1.044,66 (mil e quarenta e quatro reais e sessenta e seis centavos)** para o período de agosto de 2026 a maio de 2027. 2.2. O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: 796 – 11.004.10.302.0008.2.136.3.3.90.39.78.02 – Fonte 303. **CLÁUSULA TERCEIRA** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, CONTRATANTE e CONTRATADA assinam este termo. Rio Negro, **26** de **agosto** de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:57DD88CA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO N.º 06 AO CONTRATO N.º 69/2023 REF. INEXIGIBILIDADE Nº 74/2023

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE RIO NEGRO PR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Município de Rio Negro, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN**, portador da Cédula de Identidade n.º 2773957 e CPF/MF sob nº 936249729-87, e a proprietária do imóvel, Srª **ROSANE ZIEGLER TEIXEIRA**, pessoa física de direito privado, sita na Rua NOSSA SENHORA DA PAZ,nº 628, CENTRO, na cidade de Balneário Piçarras - SC, inscrita no CPF sob n.º 938.606.929-68, neste ato representada por, **HUMBERTO ALVES DE OLIVEIRA**, Representante Legal, inscrito no CPF/MF sob n.º **652.767.369-87,** a seguir denominada **LOCADOR,** acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021 e legistalção pertinente. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Por solicitação

do LOCATÁRIO e anuência do LOCADOR, fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a locação de imóvel urbano, localizado na Rua Severo de Almeida, n° 433, neste município, destinado para instalação do Centro de Referência Especializado da Assistência Social - CREAS, com efeito retroativio ao dia **23/08/2026.** CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR CONTRATUAL: O LOCATÁRIO pagará ao LOCADOR, após a aplicação do índice IPCA/IBGE de **4,72%,** a importância de **R$ 2.986,31** (dois mil novecentos e oitenta e seis reais e trinta e um centavos) mensais, a título de aluguel, totalizando **R$ 35.835,72** (trinta e cinco mil oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos). **CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** As despesas provenientes do referido termo correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias: 1367 – 12.003.08.244.0010.2.099.3.3.90.36.15 – Fonte 10230 – SUPERÁVIT; 926 – 12.003.08.244.0010.2.099.3.3.90.36.15 – Fonte 000. **CLAUSULA QUARTA -** As demais cláusulas não atingidas por este termo permanecem inalteradas. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo. Rio Negro/PR, 02 de setembro de 2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:4F7A0CF0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 061/2026

OBJETO: Contratação de palestrante para o 1º Seminário cidade que cuida: Rio Negro amigo da pessoa idosa. INTERESSADO: DANI EVENTOS E TREINAMENTO LTDA. CNPJ.: 14.586.256/0001-37. JUSTIFICATIVA: A escolha do palestrante decorre de sua reconhecida atuação e experiência na temática relacionada ao envelhecimento, à promoção dos direitos da pessoa idosa e às políticas públicas voltadas a esse público, possuindo qualificação técnica e experiência profissional compatíveis com os objetivos do evento. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 02 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:0A26F4B4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 062/2026

OBJETO: Inscrição de atletas para participar da 7ª Copa Volleybras feminino 2026. INTERESSADO: ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE VOLEIBOL - VOLLEYBRAS. CNPJ.: 29.154.187/0001-60. JUSTIFICATIVA: Empresa promotora do evento e habilitada para contratação. Fundamentação Legal: Caput do Artigo 74 da Lei 14.133/21 e suas alterações. Rio Negro, 02 de setembro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN.
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:19AF20E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.375/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **MARIA EDUARDA DE LIMA DE SOUZA**, matrícula **378931-4/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 30h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 150 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **28/08/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 28 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:92814B9F

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.376/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **THATIANA DUTRA KIRSCH SAUER**, matrícula **377526-7/4,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Professor de Ensino Básico 30h**,** lotada na Secretaria Municipal de Educação sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 150 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **28/08/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 28 de agosto de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:76F6E032

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.377/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Fica **EXONERADA,** a Senhora **ISABELLE DA SILVA LACERDA,** matrícula n° 378355-3/2, do cargo em comissão de **CHEFE – CC05**, lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a partir de **31/08/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 01 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:BB1AE339

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.378/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

Fica **NOMEADA,** a Senhora **ISABELLE DA SILVA LACERDA,** matrícula n° 378355-3/3, para ocupar o cargo em comissão de **DIRETOR – CC04,** lotada na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a partir de **01/09/2026.**
Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 01 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:0CE3E1BF

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.379/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
O Senhor **MARCOS ANTÔNIO MARIQUITO DIAS**, matrícula **378930-6/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o cargo de Técnico de Gestão Municipal A 40h**,** lotado na Secretaria Municipal de Esportes sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 200 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **01/09/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 01 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:B7C8ADF0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 6.380/2026 - RH

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei:

DECRETA:

NOMEAR, nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 55/2011, de 16/09/2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Rolândia), para ocupar, em estágio probatório de 3 (três) anos, o cargo público.
A Senhora **ERENILDA DOS SANTOS CORREA**, matrícula **378932-2/1,** APROVADO em CONCURSO PÚBLICO, para ocupar o Cargo de Assistente Social**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde sob Regime Jurídico Único, com carga horária de 150 horas mensais, denominado de ora em diante de Servidor Público, a partir de **01/09/2026.**

Edifício da Prefeitura do Município de Rolândia, Estado do Paraná, aos 01 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Érica Lopes Rodrigues Marra
Código Identificador:A47D1575

SECRETARIA GERAL
DECRETO 434, 02 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Prorroga prazo para conclusão dos trabalhos de Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por lei,

CONSIDERANDO o constante no Ofício nº 16/2026 – Comissão de Processo Administrativo Decreto nº 323/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica prorrogado por 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, instaurada pelo Decreto nº 323, de 01 de julho de 2026, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ em 02 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:C50E447B

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 433 02 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	**Nome:**	**Localização do imóvel:**	**Condições de remissão:**
1.471/2026	**Contribuinte:** NADIELLI OLIVEIRA NASCIMENTO	Rua Maria Antoneli de Lima, Nº 2235, JD. Ernesto Franceschini	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU dos **anos de 2021 a 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 02 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ÉDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:DCDFEBEB

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 435 02 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
1.114/2026	**Contribuinte:** CLEUSA MARIA BURGUESAN	Rua Ernesto Juliani, Nº 125, JD. Morumbi	**100% (Cem por cento)** dos débitos de IPTU do **ano de 2025.**

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 02 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

ÉDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:2D54E703

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 436, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Nomeia Comissão de Processo Administrativo Disciplinar.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por lei, e em especial, a Lei Complementar nº 55, de 16 de Setembro de 2011, em especial o teor do artigo 200 que prevê que"a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata mediante sindicância ou processo disciplinar, assegurada ao acusado ampla defesa",

CONSIDERANDO as informações contidas no Memorando nº 12.188/2026,

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída Comissão de Processo Administrativo Disciplinar, com a finalidade de averiguar eventual transgressão aos arts. 174, incisos I e X, e 175, incisos XIV e XVIII, da Lei Complementar nº 055/2011, praticadas pela servidora ISABELA ALVES GODINHO**,** A.C.S**,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

§ 1º. A Comissão será integrada pelos seguintes membros:

I – MARCELLOJORDÃOGOMES RIBEIRO, TGM, matrícula nº 34010-3;
II – LUCIANA APARECIDABRUNOZIBATISTA, T.G.M.-C, matrícula nº 21.865;
III – HOMEROJOSÉ DIAS FILHO, A.A.D.E, matrícula nº 32.735-2.

§ 2º. A Presidência dos trabalhos competirá ao servidor indicado no inciso I do parágrafo anterior, a quem competirá designar o servidor encarregado de secretariar os trabalhos da referida Comissão.

§ 3º. Integram a Comissão, na condição de suplentes os servidores:

I- 1ª Suplente: **ADRIANA DE SOUZA SEGATO**, Professora, matrícula nº 12718;
II- 2ª Suplente: **RODIRLEI AZEREDO CAMPI**, T.G.M-B, matrícula nº 321990;
III- 3ª Suplente: **RENAN HUSS**, A.A.D.E, matrícula nº 33.754-4.
Art. 2º. Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar providências, informações e diligências necessárias à instrução processual.
Art. 3º. A Comissão apresentará relatório conclusivo da apuração, no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da publicação deste Decreto, encaminhando-o ao Chefe do Poder Executivo para as demais providências necessárias, conforme dispõe o artigo 209 da Lei Complementar nº 55, de 16 de Setembro de 2011.

Parágrafo único: Conforme disposto no §2º do artigo 209 da Lei Complementar nº. 55, de 16 de Setembro de 2011, sempre que necessário, a comissão dedicará tempo integral aos seus trabalhos, ficando seus membros dispensados do ponto, até a entrega do relatório final.

Art. 4º. Fica assegurado aos servidores envolvidos no processo administrativo disciplinar, nos termos do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, durante os respectivos trabalhos de apuração, os princípios constitucionais do devido processo legal, da ampla defesa e do contraditório, sem prejuízo da aplicação das sanções legais nos exatos termos da Lei Complementar 55, de 16 de Setembro de 2011.

Art. 5º. As funções desempenhadas pelos membros titulares da Comissão serão remuneradas na forma do disposto no art. 115-A da Lei Complementar Municipal nº 55, de 16 de setembro de 2011. **Parágrafo Único**. Aos membros suplentes será devida remuneração apenas quando atuarem efetivamente em substituição aos titulares.

Art. 6º. A comissão promoverá averiguações de demais infrações conexas caso emergirem no decorrer dos trabalhos.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 de setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*PAULO ROGÉRIO DE LIMA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:78C33894

SECRETARIA GERAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA EDITAL 001/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 02ª CONVOCAÇÃO DO PSS – CADASTRO RESERVA

RESULTADO DA CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DOS SEGUINTES CANDIDATOS

Professor do Ensino Básico – 20 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO GERAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	RESULTADO
8	CLAUDIA SOARES DE OLIVEIRA FOLCO	APTO
9	ELIEL MELO SILVA	AUSENTE
10	ALDECIR CRISTINA IANKOSKI BETANIM	APTO
11	MÁRCIA GISELE SEGATEL PACOLA	APTO

12	VANESSA POLVANI	APTO
13	ANDREIA CRISTINA DE SOUZA	APTO
14	TATIANA DE SOUZA FERREIRA DA SILVA	APTO
15	LUCINEIA DA ROCHA	APTO

Professor do Ensino Básico – 20 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO AFRODESCENDENTE**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	RESULTADO
1	ALESSANDRO AGUIAR DE PAULA	AUSENTE

Professor do Ensino Básico – 20 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	RESULTADO
1	ALINE CRISTINA FERRARINI DA COSTA	AUSENTE

Professor do Ensino Básico – 30 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO GERAL -**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	RESULTADO
5	JÉSSICA DELLA ROSA BERNARDES BIANI	APTO
6	ADRIANA DE FREITAS MARQUES FERREIRA	AUSENTE
7	ALESSANDRA FERREIRA DA ROCHA	APTO
8	ROSANGELA RODRIGUES DA SILVA	DESCLASSIFICADA
9	KARINA APARECIDA DOS SANTOS BALTAR	AUSENTE

Professor do Ensino Básico – 40 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO GERAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME	RESULTADO
11	GISELI GOMES DOS SANTOS	APTO
12	JULIANNE KELLY DE MORAES	DESCLASSIFICADA
13	ALESSANDRA DOS SANTOS VALDUGA	APTO
14	MARCOS PEREIRA DOS SANTOS	AUSENTE
15	LINCOLN DE AZEVEDO SILVA	AUSENTE
16	SILVANA DE ARRUDA DA SILVA SANTOS	AUSENTE
17	CRISTIANE BATISTA LEAL DA SILVA	APTO
18	REGIANE GALDINO DA SILVA	APTO

LEISE MÁRCIA DE MORAES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:BB13DC2D

SECRETARIA GERAL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA EDITAL 001/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 03ª CONVOCAÇÃO DO PSS – CADASTRO RESERVA

CONVOCAÇÃO PARA ENTREGA DE EXAMES MÉDICOS E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO DOS SEGUINTES CANDIDATOS

A Secretária Municipal de Educação de Rolândia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, nos termos da Constituição Federal, art. 37, item IX, bem como da Lei Municipal nº 3.731 de 05 de novembro de 2015, e em conformidade com as Leis Municipais Complementares nº 055/2011, que dispõe sobre o Estatuto do Servidor Municipal e nº 60/2011, que dispõe sobre Plano de cargos, carreira e remuneração dos profissionais do magistério e demais trabalhadores da educação do município de Rolândia;
Resolve,
Fazer pública para conhecimento dos interessados, em concordância com o Edital 001/2026 – PSS/SME e respectivo resultado final do PSS-SME, a convocação para entrega de exames médicos e apresentação de documentação dos candidatos aprovados e classificados.

Professor do Ensino Básico – 20 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO GERAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
16	ELIANE CRISPIM FILIPINI
17	TATIANE SECCI
18	EDUARDO APARICIO FERNANDES
19	MARIA CAROLINA PICOTTI MARTOS
20	CLÁUDIA MACHARETE BEZERRA DE ARAÚJO
21	KLAUDIA GREINERT
22	CARMEN EMANUELLE OLIVEIRA CHIQUITTO DE FIGUEIREDO
23	CARLA BEATRIZ DE MACEDO VIEIRA GUARNIERI

Professor do Ensino Básico – 30 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO GERAL -**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
10	MARCIA REGINA JUSTINO

Professor do Ensino Básico – 30 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO AFRODESCENDENTE**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	SALVINA FERNANDES DIAS

Professor do Ensino Básico – 30 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
1	PÂMELLA KAROLINE FERREIRA EUZEBIO

Professor do Ensino Básico – 40 HORAS – **CLASSIFICAÇÃO GERAL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME
19	LUCILENE GOMES GALINDO
20	LUCIANA TEREZINHA DA SILVA
21	ANA CAROLINA OLIVEIRA DE SOUZA SIMÕES
22	CRISTIANE ANGELICA PENA
23	IVANEIDE PEREIRA DE SOUZA FREITAS
24	FERNANDA CECÍLIA SABINO DE LEMOS
25	SABRINA GOMES DA SILVA VALERIO
26	LUIZ FELIPE DUARTE GONCALVES FRANCO

Os candidatos convocados deverão protocolar até a data e horário abaixo especificados, a documentação destinada a comprovação do preenchimento dos requisitos específicos exigidos, compreendendo todos os documentos e títulos informados no ato da inscrição, devidamente acompanhados dos documentos exigidos, bem como do laudo médico de aptidão e do atestado de vacinação atualizado.

DATA E HORÁRIO	Até as 17h do dia 04/09/2026

Link para protocolo:
https://rolandia.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&is=14203&iser=01M08R549MW50H6N0759XW01E4

1. Os resultados das avaliações clínicas, apresentados pelos candidatos, poderão ser submetidos a uma avaliação de laudo oficial do município.
2.A Avaliação Médica terá caráter eliminatório, sendo os candidatos considerados aptos ou inaptos.
3.Caberá aos candidatos providencia ros itens solicitados, conforme estabelece o Edital 001/2026.
Não será aceita qualquer alegação de desconhecimento dos procedimentos exigidos.

EXAMES MÉDICOS:
1.Comprovante de Vacinas (Atestado de Vacinação atualizado) e o atestado médicodeverão ser providenciados pelo próprio candidato.

Nota do Edital
11.12 Todos os candidatos poderão ser submetidos a uma Avaliação Clínica, sendo considerado inapto para o cargo ocupacional aquele que não gozar de boa saúde.

Lista dos seguintes documentos necessários:
01. Documentos pessoais (RG, CPF, Título de Eleitor, comprovante de votação, ou justificativa, relativas à última Eleição ou Certidão de Quitação Eleitoral, emitida pela Justiça Eleitoral, e Carteira de Reservista);
02. Carteira de Trabalho, (mais recente possível) com cédula do PIS/PASEP (no caso dos modelos mais antigos) e qualificação civil;

03. Certidão de Nascimento, se solteiro (a), ou de Casamento, se casado (a), divorciado (a) ou viúvo (a);
04. Comprovante de Residência atualizado (últimos 60 dias, preferencialmente telefone residencial, porém contas de água e luz serão igualmente aceitas), em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
05. Diploma de Escolaridade constando grau de instrução mínimo exigido para investidura no cargo prevista em Edital 001/2026;
06. Fotografia 3x4;
07. Certidão de Antecedentes Criminais;
08. CPF e Certidão de Nascimento dos filhos de até 21 anos para fins de eventuais deduções de Imposto de Renda (até 24 anos se estiver cursando alguma graduação em Instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC) e pagamento de Salário-Família para filhos menores de 14 anos, conforme proventos brutos a serem percebidos por V.S.;
09. Ficha Cadastral;
10. Declaração de não acúmulo de serviço público, conforme a Constituição Federal vigente;
11. Declaração de bens e valores. Declaração de Imposto de Renda atual supre o documento solicitado neste item;
12. Declaração de não demissão de serviço público;
13. Carteira de Vacinação dos filhos de até 05 anos;
14. Documentos originais utilizados para obtenção de pontuação no referido Processo Seletivo Simplificado (Escolaridade e tempo de serviço);

Os itens 09, 10, 11 e 12 estão disponíveis em:
https://www.rolandia.pr.gov.br/concursos_view/44

Observações: a) O local de residência e domicílio deverá ser comprovado por meio da apresentação do último talão de energia elétrica e/ou de conta de água, expedidos em data anterior à nomeação e posse, ou por meio legal. O candidato deverá assinar, no ato da nomeação e posse, termo de responsabilidade indicando e afirmando o endereço completo de sua residência e domicílio. b) Será fornecido documento para abertura de Conta pela Diretoria de Recursos Humanos c) A documentação solicitada deverá ser protocolada, para o cargo acima mencionado, sob pena de eliminação do processo seletivo na falta de algum item.

LEISE MÁRCIA DE MORAES
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:2E47A5C7

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
1º ADITIVO DO CONTRATO Nº 161/2023

3º ADITIVO DO CONTRATO Nº 161/2023

Ref. Pregão Eletrônico: 127/2023

Que entre si fazem de um lado, **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Pres. Bernardes, nº 809, na cidade de ROLÂNDIA-PR, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF nº 152.150.919-00, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86.600-218, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **SINUSTEC COMERCIO SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA,** cadastrado no CNPJ/MF sob nº 11.972.497/0001-26, estabelecida na Rua Sturlini, nº 295, Ribeirão dos Porcos, na cidade de Atibaia – SP , CEP 12.946-378, fone (11)2427.0147, email contrato@printmailing.com.br licitacao@printmailing.com.br, neste ato legalmente representada pelo Sr. **PEDRO LUIZ GOMES MELGES**, residente e domiciliado na Cidade de Atibaia -SP, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 13.877.833-3 e do CPF/MF nº 054.647.468-38, doravante designada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, nos termos do Artigo 65 da Lei 8.666/93, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
Fica aditivada a cláusula sétima deste contrato por mais 12 (doze) meses, compreendido no período de **02/09/2026** a **01/09/2027**, desde que cumpridas as condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica aditivada a cláusula quinta deste contrato passando o valor mensal de **R$ 2.024,62** (dois mil vinte e quatro reais e sessenta e dois centavos), para **R$ 2.114,51** (dois mil cento e quatorze reais e cinquenta e um centavo), tendo por base de reajuste o IPCA acumulado no período de aproximadamente de **4,44%** (quatro inteiros e quarenta e quatro centésimos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam o presente contrato, na presença de duas testemunhas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, em 21 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***SINUSTEC COMERCIO SERVIÇOS E ASSISTÊNCIA TÉCNICA LTDA***
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS**:**

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	***PAULO ROGÉRIO DE LIMA***
Secretário Municipal de Compras, Licitações e patrimônio	Secretário Municipal de Administração
MARCELO FRANCISCO MARINS	
Fiscal do Contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:D2550D29

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
3º ADITIVO DO CONTRATO Nº 155/2023

3º ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO - CONTRATO Nº 155/2023

Ref. Inexigibilidade nº 014/2023

Que entre si fazem de um lado, MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF. sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Av. Pres. Bernardes, 809, na cidade de Rolândia-Pr., neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor AILTON APARECIDO MAISTRO, portador da Cédula de Identidade nº 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF nº 152.150.919-00, residente e domiciliado na Rua Mal. Deodoro Fonseca, nº 500, na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86.600-218, doravante apenas designado CONTRATANTE, , **ALINE MARINA RODRIGUES NEVES LTDA**, cadastrado no CNPJ/MF sob nº 46.891.011/000100, estabelecida na Rua 15 julho nº 289 , apto 041 Centro, na cidade de IRATI – PR, CEP 84.500-076, telefone (42) 3422.1662, email cscontadoresassociados@hotmail.com, neste ato legalmente representada pelo Sra. ALINE MARINA RODRIGUES NEVES, brasileira, solteira, médica, residente e domiciliado na cidade de IRATI -PR, médico, portador da cédula de identidade RG nº 8.792.980-9 SSP-PR e do CPF/MF nº 003.032.051-80, doravante designada CONTRATADA, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, nos termos do Artigo 65 da Lei 8.666/93, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA
Fica aditivada a cláusula segunda deste contrato por mais 12(doze) meses, compreendido no período de 24/08/2026 a 24/08/2027, desde que cumpridas às condições estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam o presente contrato, na presença de duas testemunhas, para que o mesmo surta os seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, 21 de agosto de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***ALINE MARINA RODRIGUES NEVES LTDA***
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	**ERIKA FERNANDA DOS S. B. LUDWIG**
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretária Municipal de Saúde
ANGELA CRISTINA SCHNEIDER	
Fiscal do Contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:6ED13650

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
EXTRATO DO CONTRATO 082/2026

EXTRATO DO CONTRATO N.º 082/2026

reF concorrência eletrônica 016/2026

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, CEP 86600-067, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, doravante designado **CONTRATANTE**

CONTRATADA: LUCANO INFRAESTRUTURA LTDA, CNPJ 46.534.246/0001- 44, localizada Rua Valdemir Francisco Pinto, nº 96, San Fernando Valley, CEP 19.800-390, fone (18)3303.5988 E-mail admistrativo@lucanoterraplanagem.com.br na cidade de **ASSIS - SP** a seguir denominada **CONTRATADA,** representada por **ALINE DE OLIVEIRA PENA** portador da cédula de identidade R.G. n. º 48.619.255-6, inscrito no CPF sob n. º 418.347.468-09, residente e domiciliada na cidade de **ASSIS – SP,** firmam o presente Contrato de Empreitada por Preço Global, doravante designado **CONTRATADA**

OBJETO: Execução de obras de recapeamento de vias urbanas no município de Rolândia – PR**,** (Av. Romário Martins, Rua Estilac Leal, Rua Francisco Bertoncelo, Rua Monteiro Lobato, Rua Santa Catarina).

VALOR: R$ 1.808.687,55 (um milhão oitocentos e oito mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 120 (cento e vinte) Dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) Dias

FORO: Comarca de Rolândia, Estado do Paraná.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 31 de agosto de 2026.

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:40D66CD2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026 CONTRATAÇÃO Nº 987833-9/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 42/2026
CONTRATAÇÃO Nº 987833-9/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026
UASG 987833
O **MUNICÍPIO DE SALGADO FILHO, ESTADO DO PARANÁ**, por intermédio de seu Prefeito Municipal, torna pública a **RETIFICAÇÃO do Termo de Referência – Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 42/2026**, cujo objeto consiste na **contratação de empresa para ministrar Oficina básica de danças contemporâneas e ritmos latinos**.
As alterações promovidas possuem caráter material e referem-se, especialmente, aos requisitos para formalização da contratação, qualificação do profissional que executará os serviços, subcontratação, qualificação econômico-financeira e qualificação técnico-operacional.
1. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO – ITEM 1.4.1
ONDE SE LÊ:
1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período.
LEIA-SE:
1.4.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo ser prorrogado por igual período, **até o total de 5 anos**.

2. DOS REQUISITOS PARA FORMALIZAÇÃO E ASSINATURA DO CONTRATO – ITEM 4.1
ONDE SE LÊ:
Após os requisitos gerais da contratação, o Termo de Referência passava diretamente às disposições relativas à vistoria e à subcontratação, **não havendo regulamentação específica acerca da indicação e comprovação da qualificação do profissional por ocasião da formalização do contrato**.
LEIA-SE:
4.1. Para fins de formalização e assinatura do contrato, a empresa vencedora deverá, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento da convocação formal via e-mail, indicar o profissional que executará os serviços de dança e apresentar a documentação prevista nesta cláusula.
4.1.1. O profissional indicado deverá comprovar que se enquadra em pelo menos uma das seguintes hipóteses previstas no art. 1º da Lei Federal nº 15.396/2026:
I – Diploma de curso superior de Dança, reconhecido na forma da lei;
II – Diploma ou certificado correspondente às habilitações profissionais em curso técnico de Dança, reconhecido na forma da lei;
III – Diploma de curso superior de Dança expedido por instituição de ensino superior estrangeira e revalidado na forma da legislação em vigor;
IV – Atestado de capacitação profissional fornecido pelos órgãos competentes, conforme regulamento aplicável; ou
V – Documento idôneo que comprove que, na data de publicação da Lei Federal nº 15.396/2026, o profissional já exercia atividade profissional de dança, em qualquer de suas modalidades, nos termos do parágrafo único do art. 1º da referida Lei.
4.1.2. Além da comprovação de uma das hipóteses previstas no subitem 4.1.1, a empresa vencedora deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica em nome do profissional indicado, ou documento equivalente que o identifique expressamente, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução de atividade ou serviço similar ao objeto da contratação, especialmente serviços de ensino, orientação, oficina, treinamento ou execução de dança.
4.1.3. O(s) atestado(s) deverá(ão) conter a identificação da entidade emitente, a identificação do profissional, a descrição do objeto, o

período de execução, a carga horária ou quantidade dos serviços realizados e a declaração de que os serviços foram executados satisfatoriamente.
4.1.3.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a execução de, no mínimo, **50% (cinquenta por cento) da carga horária total de 384 horas relógio**, correspondente a **192 horas relógio**.
4.1.4. O(s) atestado(s), para fins de complementação de informações, poderão ser acompanhados de contrato, ata, ordem de serviço, nota de empenho, termo de recebimento, declaração da entidade contratante ou outro documento idôneo que permita comprovar a efetiva execução e conclusão dos serviços informados.
4.1.5. Somente serão considerados os serviços executados e concluídos antes da data de abertura da licitação. A emissão do atestado poderá ocorrer após a abertura do certame, desde que o próprio atestado e os documentos complementares comprovem que os serviços foram efetivamente executados e concluídos anteriormente.
4.1.6. A documentação deverá permitir a identificação do profissional responsável pela execução dos serviços anteriores. O atestado do profissional poderá ter sido obtido através de outra empresa fornecedora. Não será aceita documentação que comprove apenas a experiência da empresa ou de terceiro sem indicar expressamente a participação do profissional apresentado para a execução do contrato.
4.1.7. A empresa vencedora deverá comprovar a disponibilidade e a vinculação do profissional indicado à execução contratual, mediante vínculo trabalhista, vínculo societário, contrato de prestação de serviços ou declaração de compromisso de futura contratação, assinada por ambos e acompanhada da anuência expressa do profissional, **não sendo exigido vínculo empregatício prévio**.
4.1.8. O prazo de 5 (cinco) dias úteis poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação fundamentada apresentada antes de seu término e aceita pela Administração.
4.1.9. A não apresentação da documentação no prazo estabelecido, a apresentação de documentação insuficiente ou a não comprovação da disponibilidade do profissional impedirá a formalização do contrato com a empresa convocada, sem prejuízo das providências previstas na Lei Federal nº 14.133/2021 e no Edital.
4.1.10. O profissional indicado deverá participar efetivamente da execução dos serviços. Sua substituição somente será admitida por profissional que comprove qualificação legal e capacidade técnica equivalente ou superior, mediante prévia autorização da Administração.
4.1.11. A empresa vencedora deverá apresentar declaração assinada por seu representante legal e pelo profissional indicado, afirmando que o profissional apresentado na documentação será o mesmo que executará efetivamente os serviços.
4.1.12. A declaração deverá conter, no mínimo, o nome completo do profissional, CPF ou documento de identificação, função que exercerá, identificação da empresa contratada, número do Pregão Eletrônico, descrição do objeto e compromisso de participação efetiva na execução dos serviços.

3. DA SUBCONTRATAÇÃO – ITEM 4.3
ONDE SE LÊ:
4.3.1. É permitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado, desde que expressamente autorizada pelo Contratante, mantida em qualquer caso a integral responsabilidade do Contratado em ofertar um serviço de qualidade, além de o profissional apresentar a devida experiência profissional na área em que será contratado.
LEIA-SE:
4.3. NÃO será permitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

4. DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL CONSTANTE DA HABILITAÇÃO JURÍDICA – ITENS 8.2.1.8 E 8.2.1.9
ONDE SE LÊ:
8.2.1.8. Ato de autorização para o exercício da atividade, sendo exigidos do profissional curso superior, pós-graduação ou especialização na área da oficina licitada, experiência mínima de 1 (um) ano e atestado de capacidade técnica, mediante apresentação da documentação correspondente.
8.2.1.9. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
LEIA-SE:
Ficam suprimidas as exigências anteriormente constantes dos itens 8.2.1.8 e 8.2.1.9, passando a qualificação do profissional responsável pela execução dos serviços a ser disciplinada pelos requisitos específicos previstos no item 4.1 e respectivos subitens do Termo de Referência.
As exigências antigas constavam da versão original e deixaram de integrar essa seção na versão retificada.

5. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – ITEM 8.4
ONDE SE LÊ:
8.4. Qualificação Econômico-Financeira
8.4.1. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.
8.4.1.1. Na hipótese em que a certidão for positiva, caso a empresa se encontre em recuperação judicial ou extrajudicial, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento, pelo juízo competente, do plano de recuperação em vigor.
Após essas disposições, o texto passava diretamente para a qualificação técnica.
LEIA-SE:
Permanecem os itens 8.4.1 e 8.4.1.1, **acrescidos das seguintes exigências:**
8.4.2. O licitante deverá apresentar as demonstrações contábeis exigíveis na forma da lei, relativas aos **2 (dois) últimos exercícios sociais**.
8.4.2.1. As demonstrações contábeis deverão estar acompanhadas de demonstrativo dos cálculos dos índices de **Liquidez Geral – LG, Solvência Geral – SG e Liquidez Corrente – LC**.
8.4.2.2. O demonstrativo dos cálculos dos índices deverá ser assinado pelo contador ou profissional da contabilidade responsável pela escrituração contábil da empresa, com indicação do número de registro no CRC, e pelo sócio administrador ou representante legal da licitante.
8.4.2.3. Serão considerados habilitados os licitantes que apresentarem resultado **superior a 1,00** nos índices LG, SG e LC.
8.4.2.4. Caso o licitante apresente resultado inferior a 1,00 em qualquer dos índices previstos, será exigida a comprovação de **patrimônio líquido mínimo correspondente a 10% do valor estimado do item, lote ou grupo** para o qual apresentar proposta.
8.4.2.5. A exigência de patrimônio líquido será aplicada somente na hipótese de resultado inferior ou igual a 1,00 em qualquer dos índices, não sendo exigida cumulativamente dos licitantes que apresentarem resultado superior a 1,00 em todos os índices.
8.4.2.6. A comprovação do patrimônio líquido mínimo será realizada mediante balanço patrimonial do último exercício fechado e demonstrações contábeis exigíveis, ou por certidão ou documento contábil idôneo.
8.4.2.7. Os documentos contábeis e o demonstrativo dos índices poderão ser apresentados com assinatura digital válida, desde que seja possível verificar sua autenticidade e autoria.
8.4.2.8. As empresas constituídas no exercício financeiro da licitação deverão apresentar balanço de abertura e demonstrações contábeis exigíveis. Para empresas constituídas há menos de 2 anos, a exigência limitar-se-á aos exercícios sociais já encerrados e exigíveis.
8.4.2.9. Não serão aceitos balancetes ou balanços provisórios para comprovação da qualificação econômico-financeira, salvo nas hipóteses expressamente admitidas pela legislação aplicável.

6. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – ITEM 8.5
ONDE SE LÊ:
8.5. Qualificação Técnica
8.5.1. Comprovação de aptidão para prestação de serviços operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.
8.5.1.1. Para fins da comprovação, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com características mínimas.
8.5.1.2. Era exigido do profissional curso superior, pós-graduação ou especialização na área da oficina licitada, experiência mínima de 1 ano e atestado de capacidade técnica.
LEIA-SE:
8.5. Qualificação Técnica (Pessoa Jurídica)

8.5.1. Para fins de comprovação da qualificação técnico-operacional, a licitante deverá apresentar atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que **a própria licitante** executou satisfatoriamente serviços similares e compatíveis, em características e quantidade, com o objeto da contratação.
8.5.1.1. O(s) atestado(s) deverá(ão) comprovar a execução de, no mínimo, **50% da carga horária total de 384 horas relógio**, correspondente a **192 horas relógio**.
8.5.1.2. Serão aceitos atestados relativos à execução de serviços de aulas, oficinas, cursos, treinamentos, capacitações ou atividades correlatas de dança, desde que compatíveis com as características do objeto.
8.5.1.3. Será admitida a **somatória de atestados** para atingir a quantidade mínima exigida, não sendo necessária a apresentação de um único atestado contendo integralmente as 192 horas.
8.5.1.4. Os serviços apresentados para comprovação deverão ter sido efetivamente executados e concluídos antes da data de abertura do certame.
8.5.1.5. O atestado poderá ser emitido após a data de abertura da licitação, desde que a documentação demonstre que os serviços foram executados e concluídos anteriormente.
8.5.1.6. Para comprovação da compatibilidade, os atestados poderão ser acompanhados de contrato, ata, ordem de serviço, nota de empenho, termo de recebimento, declaração da entidade contratante ou outro instrumento similar e idôneo.
8.5.1.7. Os documentos deverão conter informações suficientes para conferência da experiência apresentada, especialmente identificação da contratante e contratada, descrição do objeto, período de execução, quantidade de horas realizadas e informação de conclusão e execução satisfatória.
8.5.1.8. Caso o instrumento não indique expressamente a quantidade de horas executadas ou a data de conclusão, deverá ser apresentado documento complementar emitido pela entidade contratante.
8.5.1.9. Não serão considerados serviços apenas parcialmente executados, em andamento ou sem comprovação documental de sua conclusão antes da abertura do certame.
8.5.1.10. Os documentos poderão ser apresentados em formato eletrônico passível de verificação, sem prejuízo da realização de diligência pela Administração.

NOVA DATA DO PREGÃO ELETRÔNICO
Em decorrência das alterações promovidas no Termo de Referência, fica estabelecida **nova data para realização do certame**, observados os seguintes horários:
CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS: até às **08h29min do dia 18 de setembro de 2026**.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA: às **08h30min do dia 18 de setembro de 2026**.
A nova data consta da versão retificada do Edital.
Permanecem **inalteradas e ratificadas as demais disposições do Edital, Termo de Referência e demais anexos que não tenham sido expressamente modificadas pela presente retificação**.
Salgado Filho/PR, 2 de setembro de 2026.

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jorge Gabriel Luz Dos Reis
Código Identificador:E5BEDC83

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
CONVOCAÇÃO

O Agente de Contratação nomeado pela Portaria 688/2024 de 17 de janeiro de 2024, conforme item 1.7 do edital chamamento público 1/2026, torna público que realizará abertura de propostas apresentadas para Credenciamento de Pessoas Jurídicas visando à prestação de serviços farmacêuticos, para atender de forma complementar a rede de assistência à saúde da Secretaria Municipal de Saúde de Salto do Lontra, conforme as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com os critérios e condições estabelecidas no Termo de Referência - Anexo II, por um período de 12 meses;
Data e horário: 04 de setembro de 2026, às 09:00 horas;
Local: na sala de licitações da Municipalidade, localizada na Rua Prefeito Neuri Baú, nº 975, centro:

Empresa interessada:

Nº ORDEM	NOME/RAZÃO SOCIAL
01	CONECT SAÚDE LTDA

E as demais que apresentarem a documentação de habilitação até a data de abertura.
Salto do Lontra, 02 de setembro de 2026.

FABIANO ROMANI
Agente de Contratação

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:849CE99A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 108/2026

OBJETO:	Aquisição de 04 (quatro) unidades de aduelas em concreto pré-moldado bipartidas, com seção de 3,00 x 4,00 metros, modelo MF, paredes com espessura de 15 cm, para aterro mínimo de 1,50 metro e máximo de 4,00 metros, conforme ABNT NBR 15396, com peso aproximado de 4.950 kg por peça, destinadas à intervenção e recuperação da ponte localizada na Comunidade Pinhal da Várzea, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças
CONTRATADO:	DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA
CNPJ:	79.847.687/0001-55
VALOR:	45.560,00
VIGÊNCIA:	02/03/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - PR

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 02 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:E97E898B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 123/2024

OBJETO:	Credenciamento para contratação de técnicos de enfermagem visando à prestação dos serviços, para atender de forma complementar a rede de assistência à saúde municipal de Salto do Lontra, mediante chamada pública
CONTRATADO:	AUKALIAM SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ:	44.193.523/0001-77
VALOR:	83.223,00
VIGÊNCIA:	18/09/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 02 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:39C8C7F0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 127/2024

OBJETO:	Credenciamento para contratação de técnicos de enfermagem visando à prestação dos serviços, para atender de forma complementar a rede de assistência à saúde municipal de Salto do Lontra, mediante chamada pública
CONTRATADO:	ACACIA SERVICOS TERCEIRIZADOS LTDA
CNPJ:	52.141.650/0001-50
VALOR:	83.223,00
VIGÊNCIA:	18/09/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, quarta-feira, 02 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:D6F8E62A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 128/2024

OBJETO:	Credenciamento para contratação de técnicos de enfermagem visando à prestação dos serviços, para atender de forma complementar a rede de assistência à saúde municipal de Salto do Lontra, mediante chamada pública
CONTRATADO:	EVS SERVICOS DE SAUDE LTDA
CNPJ:	51.994.224/0001-05
VALOR:	83.223,00
VIGÊNCIA:	18/09/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira,02 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:DED2F4C2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 132/2025

OBJETO:	Contratação de empresa para eventual e futuro fornecimento de bandeira tamanho oficial nacional, estadual e Municipal em atendimento a secretaria municipal de administração planejamento e finanças
CONTRATADO:	LIDER BANDEIRAS E UNIFORMES
CNPJ:	50.615.423/0001-94
VALOR:	19.260,00
VIGÊNCIA:	27/08/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quinta-Feira, 27 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:65BE0276

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 134/2025

OBJETO:	Contratação de Empresa Especializada para Licenciamento Ambiental, para atender a demanda do Departamento Rodoviário
CONTRATADO:	RAUL SOPKO JUNIOR ENGENHARIA
CNPJ:	26.162.488/0001-47
VIGÊNCIA:	02/09/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta-Feira, 02 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:BED9A9B0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO ATA Nº 187/2025

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE ELETROELETRÔNICOS MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA/PR
CONTRATADO:	BELINKI E SOUZA LTDA
VALOR:	R$ 475,00
VIGÊNCIA:	26/08/2027
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, terça-feira, 25 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:3090D2E2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO ATA Nº 188/2025

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE ELETROELETRÔNICOS MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA/PR
CONTRATADO:	AMMO INFORMATICA LTDA
VALOR:	7.960,00
VIGÊNCIA:	26/08/2027
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta- Feira, 25 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:1E317C71

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO ATA Nº 189/2025

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE ELETROELETRÔNICOS MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA/PR
CONTRATADO:	BRUDERTEC INFORMATICA E SISTEMA DE SEGURANCA LTDA
VALOR:	12.820,00
VIGÊNCIA:	26/08/2027
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta- Feira, 25 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:A768FF7D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO ATA Nº 198/2025

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE ELETROELETRÔNICOS MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA/PR
CONTRATADO:	GLOBAL TECH LTDA
VALOR:	4.417,20
VIGÊNCIA:	26/08/2027
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Quarta- Feira, 25 de agosto de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:A78AE649

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO ATA Nº 201/2025

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE ELETROELETRÔNICOS MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SALTO DO

	LONTRA/PR
CONTRATADO:	KAI COMERCIAL LTDA

VALOR:	R$ 39.156,00
VIGÊNCIA:	26/08/2027
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, terça-feira, 25 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:0C93BADA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO ATA Nº 204/2025

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE ELETROELETRÔNICOS MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE SALTO DO LONTRA/PR
CONTRATADO:	SC INSTRUMENTOS MUSICAIS E ACESS LTDA

VALOR:	R$ 6.704,25
VIGÊNCIA:	26/08/2027
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, terça-feira, 25 de agosto de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:4DE508C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão - Eletrônico Nº 15/2026
Processo: 59/2026
Objeto: Contratação de Equipamentos de Tecnologia Assistida (TA): cadeiras de rodas e triciclos adaptados e Equipamentos de Diagnóstico e Monitoramento Clínico: monitor multiparâmetros e eletrocardiógrafo
Valor estimado: 79.211,00 (Setenta e Nove Mil, Duzentos e Onze Reais>)
Recebimento das propostas: até às 08:00 hrs do dia 28/09/2026
Período de abertura e julgamento das propostas: 28/09/2026 das 08:00 hrs às 09:00 hrs
Abertura da sessão de lances: 09:00 hrs do dia 28/09/2026
LOCAL: Portal: Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
O inteiro teor do Edital poderá ser obtido no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no sítio eletrônico da prefeitura do Município de Santa Amélia-PR (http://177.55.54.10:7474/transparencia/licitacoes/listaLicitacoes) e no Sistema Eletrônico de Licitações da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br
Pedidos de informações, esclarecimentos e impugnações relativos ao edital, seus modelos, adendos e anexos poderão ser apresentados ao Agente de Contratação/Pregoeiro, pelo próprio Sistema Eletrônico de Licitação da Bolsa de Licitações e Leilões-BLL - www.bll.org.br, até 03 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, sendo que as respostas serão divulgadas no sítio eletrônico oficial, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, sem identificar a proponente que deu origem à consulta.

Santa Amélia-PR.,08/07/2026

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:5A7D37F7

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 302/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 05 (Cinco) dias de férias a servidor (a) público (a) municipal **MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA ,** matrícula n° **34141** ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE COMUINITARIO DE SAUDE** , Dia 18/05/2026 a 22/05/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2023/2024, o servidor deverá retornar as atividades normais no dia 23 de maio de 2026.
Art. 2º Conceder 20 (vinte) dias de férias de 25/05/2026 a 13/06/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 14 de junho de 2026.
Art. 3° Serão convertidos 10 (dez) dias das referidas férias em abono pecuniário, de acordo com § 1º do Art. 77 da Lei Municipal nº 110 8/2005
Art. 4º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 15 de maio de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:2C76020F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
ADITIVO DE PRAZO

ADITIVO DE PRAZO
CONTRATO: Nº. 27/2025
CONTRATANTE: MUNICÍPIO SANTA CECÍLIA DO PAVÃO
CONTRATADO: CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI – CIRAU CNPJ/MF sob n.º 11.074.898/0001-69
OBJETO: O presente contrato de adesão e rateio tem por objeto cumprir o estatuído na Lei Federal 14.133, no que couber e, regulamentar a contribuição financeira dos Municípios integrantes e os que vierem a aderir ao CIRAU, nos termos do art.8º da Lei 11.107/2005, a fim de auxiliar em sua revitalização institucional e operacional, tendo como contrapartida imediata a permissão de adesão dos Municípios contratantes nas Atas de Registros de Preços advindas de certames licitatórios, bem como de parcerias e convênios a serem promovidos pelo CIRAU durante este exercício.
PRAZO: vigência se encerra em 02/09/2026 fica prorrogado por 12 (doze) meses,
contados a partir de 02/09/2026 A 02/09/2027
DATA: 01/09/2026

Publicado por:
Ana Paula Covre
Código Identificador:0578B809

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE EDITAL CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 03/2026

AVISO DE EDITAL
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 03/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO-PR**, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de CONCORRÊNCIA, Forma ELETRÔNICA, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE.

Objeto:	**Contratação de empresa especializada para execução de obras de engenharia destinadas à construção de unidades habitacionais de interesse social – tipologia FAC 47 uh, com fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas e demais insumos necessários à completa execução dos serviços, em conformidade com os projetos executivos, memoriais descritivos, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o processo, no âmbito do Programa Casa Fácil PR – Convênio Nº 284/2026.**	
Recebimento de propostas:	ATÉ DATA: 23/09/2026	Horário: 08h
Abertura e análise das propostas:	Data: 23/09/2026	Horário: 09h
Início da sessão:	Data: 23/09/2026	Horário: 09h
Local:	Bolsa Nacional de Compras - BNC (https://www.bnc.org.br)	
Critério de Julgamento:	Menor Preço Por LOTE	
Valor máximo:	**R$ 1.420.356,82 (um milhão quatrocentos e vinte mil trezentos e cinquenta e seis reais e oitenta e dois centavos).**	

* Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Compras e Licitações, na sede da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, sita na Rua Jerônimo Farias Martins n° 514, ou pelo e-mail: licitacao@santaceciliadopavao.pr.gov.br.
.
Santa Cecília do Pavão, 02 de setembro de 2026.

MARCOS VINÍCIUS DUARTE
Agente de Contratação

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília /DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:336E861E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.562/2026

DECRETO Nº 2.562/2026

SÚMULA: Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar ao SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto, no valor de R$ 25.000,00 – (vinte e cinco mil reais) e dá outras providências.

O SR. CLAUDIO COVRE, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM O CONTIDO NA LEI 1164/2025 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2025, ART. 4º, INCISO IV e ART. 5° INCISO III.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um Crédito Adicional Suplementar ao SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Santa Cecília do Pavão – PR, R$ 25.000,00 – (vinte e cinco mil reais), para reforço de dotação orçamentária constante do Orçamento Programa, assim discriminados:

01.001.17.512.0034.2.002 – Operação e Manutenção do sistema de agua
0.2.076 – Recursos Livres
3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo R$ 25.000,00

TOTAL:..... R$ 25.000,00

Art. 2º - Para cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto pelo artigo anterior, é oferecido o cancelamento total/parcial da dotação constante do Orçamento Programa em vigor, a saber:

01.001.17.512.0034.2.002 – Operação e Manutenção do sistema de agua
0.2.076 – Recursos Livres
3.1.90.13.00.00 – Obrigações Patronais R$ 25.000,00
TOTAL:..... R$ 25.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 02 de Setembro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:ECBE944D

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA PRESENCIAL N. 18/2026

EXTRATO DE AVISO DE DISPENSA PRESENCIAL N. 18/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO/PR**, em conformidade com o art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados, que a Administração Municipal, realizará **DISPENSA DE LICITAÇÃO PRESENCIAL N. 18/2026** para a contratação de empresa ou pessoa física para **SERVIÇO DE DECORAÇÃO DE FORMATURAS,** podendo eventuais interessados apresentar Propostas de Preços a contar desta publicação até a data limite, oportunidade em que a Administração escolherá a proposta mais vantajosa:

Limite para envio de Propostas de Preços:	**Data: 11/09/2026**	**Horário: 08:30h**
Abertura das Propostas e Disputa:	**Data: 11/09/2026**	**Horário: 08:31h**
Local para abertura das propostas:	**Prefeitura Municipal, Rua Jerônimo F. Martins, n. 514, CEP 86.225-000, Santa Cecília do Pavão-PR**	
Local de realização do certame:	**Prefeitura Municipal, Rua Jerônimo F. Martins, n. 514, CEP 86.225-000, Santa Cecília do Pavão-PR**	
Critério de Julgamento:	**Menor Preço Por LOTE**	
Valor máximo:	**R$ 14.333,33 (quatorze mil trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).**	

******** Edital e anexos podem ser consultados no site oficial do Município.

MARCOS VINÍCIUS DUARTE
Agente de Contratação

Publicado por:
Ana Paula Covre
Código Identificador:EAC41E4F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE SESSÃO DE REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026 RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

ATA DE SESSÃO DE REALIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026
RECEBIMENTO DA DOCUMENTAÇÃO E DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES LANTANA, BEM COMO SUBSTRATO, FERTILIZANTE E CALCÁRIO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E PAISAGISMO NESTA MUNICIPALIDADE.

DA ABERTURA DA SESSÃO

1.1. Às 14 horas do dia 02 de setembro de 2026, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, localizada na Avenida Paulo Libânio, n° 700, centro, neste município

de Santa Cruz de Monte Castelo/PR, **reuniu-se a Agente de Contratação e Equipe de Apoio,** nomeada através da Portaria n° 2.786/2026.

1.2. Declarada aberta a sessão pela Agente de Contratação, registra-se o recebimento e abertura de propostas das seguintes empresas.

ORDEM 01

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ V. UNITÁRIO	R$ V. TOTAL
01	MERCADO DAS FLORES LTDA	46.161.009/0001-85	R$ 2,30	R$ 8.280,00
02	MERCADO DAS FLORES LTDA	46.161.009/0001-85	R$ 24,00	R$ 3.840,00

ORDEM 02

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ V. UNITÁRIO	R$ V. TOTAL
01	CITTÀ VERDE PAISAGISMO E URBANISMO LTDA	63.123.556/0001-95	R$ 3,49	R$ 12.564,00

ORDEM 03

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ V. UNITÁRIO	R$ V. TOTAL
01	57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS	57.055.488/0001-71	R$ 2,00	R$ 7.200,00
02	57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS	57.055.488/0001-71	R$ 20,00	R$ 3.200,00
03	57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS	57.055.488/0001-71	R$ 8,00	R$ 800,00
04	57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS	57.055.488/0001-71	R$ 11,66	R$ 1.166,00

ORDEM 04

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ V. UNITÁRIO	R$ V. TOTAL
01	ESPACO PLANTAS E SERVICOS LTDA	41.923.599/0001-12	R$ 3,40	R$ 12.240,00
02	ESPACO PLANTAS E SERVICOS LTDA	41.923.599/0001-12	R$ 28,00	R$ 4.480,00
03	ESPACO PLANTAS E SERVICOS LTDA	41.923.599/0001-12	R$ 7,80	R$ 780,00
04	ESPACO PLANTAS E SERVICOS LTDA	41.923.599/0001-12	R$ 4,00	R$ 600,00

ORDEM 05

ITEM	EMPRESA	CNPJ	R$ V. UNITÁRIO	R$ V. TOTAL
01	57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS	57.055.488/0001-71	R$ 2,00	R$ 7.200,00
02	57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS	57.055.488/0001-71	R$ 20,00	R$ 3.200,00
03	57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS	57.055.488/0001-71	R$ 7,50	R$ 750,00
04	57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS	57.055.488/0001-71	R$ 3,90	R$ 390,00

DA COMPROVAÇÃO DA HABILITAÇÃO DO CONTRATADO

Em seguida, passou-se à análise e conferência dos documentos de habilitação das empresas participantes, iniciando-se pela empresa que apresentou a proposta mais vantajosa para a Administração, ou seja, aquela de menor preço. Verificou-se que a empresa **57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS** apresentou proposta ajustada com o menor valor para todos os itens. Durante a análise da documentação e da proposta, constatou-se que a empresa não havia informado as marcas dos produtos ofertados e que, para cada item, havia apresentado catálogos referentes a dois produtos distintos, impossibilitando a identificação inequívoca do produto efetivamente ofertado. Diante disso, foi concedido o prazo de **02 horas** para que a empresa procedesse ao ajuste da proposta, informando a marca do produto efetivamente ofertado em cada item, bem como apresentasse o catálogo correspondente ao respectivo produto, contendo informações legíveis e suficientes para possibilitar a análise de sua conformidade com as especificações exigidas no edital.
A empresa atendeu à diligência dentro do prazo estabelecido, realizando os ajustes solicitados e apresentando a documentação complementar necessária. Após a análise, verificou-se o atendimento às exigências estabelecidas no edital, estando, portanto, devidamente habilitada.

2.2. Da análise dos documentos de Habilitação, resta a empresa:

ORDEM	EMPRESA	CNPJ	RESULTADO
05	57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS	57.055.488/0001-71	HABILITADA

2.3. Declarando a empresa vencedora 57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS, inscrita no CNPJ 57.055.488/0001-71, com o valor total de R$ 11.540,00. (onze mil e quinhentos e quarenta reais)

3. DA RAZÃO DE ESCOLHA DA CONTRATADA

- Contratação fundamentada no artigo 75, II da Lei 14.133/21, oportunidade em que o fornecedor será escolhido mediante processo de seleção; disponibilizado lances, será o menor preço, não sendo disponibilizado lances, será a menor cotação.

4. DA JUSTIFICATIVA DE PREÇOS

- Contratação fundamentada no artigo 75, II da Lei 14.133/21, oportunidade em que o preço será justificado pela apresentação da melhor proposta (ou da menor cotação) e está de acordo com a precificação formalizada pelo município nos termos do artigo 23 da NLL.

5. DO ENCERRAMENTO DA SESSÃO

5.1. A Agente de Contratação **declara** encerrada a sessão, dispensando a assinatura dos membros da Equipe de Apoio.

DAIANE DOS SANTOS GOMES
Agente de Contratação

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:23B27F34

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2825/2026

DECRETO Nº 2825/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a atualização monetária dos valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP para o exercício de 2027 e dá outras providências.

WILLIAN CEZAR VIEGA, Prefeito Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 045/2003, alterada pela Lei Municipal nº 052/2005, que instituiu a Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP no Município de Santa Cruz de Monte Castelo;
CONSIDERANDO o art. 168 da Lei Complementar Municipal nº 001/2006 – Código Tributário Municipal, segundo o qual a Contribuição para Custeio, Manutenção e Expansão da Iluminação Pública será tratada por lei específica e regulamentada, no que couber, por decreto do Executivo Municipal;
CONSIDERANDO o art. 239 da Lei Complementar Municipal nº 001/2006, que fixa o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, divulgado pelo IBGE, como índice de atualização monetária dos tributos municipais;

CONSIDERANDO o § 1º do art. 239 da Lei Complementar Municipal nº 001/2006, que dispõe que a atualização monetária dos valores dos tributos não configura majoração, podendo ser efetuada por decreto do Executivo Municipal, em consonância com o art. 97, § 2º, da Lei Federal nº 5.172/1966 – Código Tributário Nacional;
CONSIDERANDO o Ofício DGCP/VRPPB/037/2026, da COPEL Distribuição S.A., protocolado sob o nº 24.551.970-2, que solicita o posicionamento do Município quanto à atualização dos valores da COSIP para o exercício de 2027;
DECRETA:
Art. 1º Ficam atualizados em 4,26% (quatro vírgula vinte e seis por cento) os valores da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP, previstos no art. 7º da Lei Municipal nº 045/2003, com a redação dada pela Lei Municipal nº 052/2005, vigentes desde 1º de janeiro de 2025.
§ 1º O percentual de que trata o caput corresponde à variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, no período de 2025 nos termos do art. 239 da Lei Complementar Municipal nº 001/2006.
§ 2º A atualização de que trata este Decreto constitui mera atualização monetária, não configurando majoração de tributo, na forma do art. 97, § 2º, da Lei Federal nº 5.172/1966 e do art. 239, § 1º, da Lei Complementar Municipal nº 001/2006.
Art. 2º Os valores atualizados na forma do art. 1º vigorarão a partir de 1º de janeiro de 2027.
Art. 3º Fica a Administração Municipal autorizada a encaminhar cópia deste Decreto à COPEL Distribuição S.A., para fins de implantação dos valores atualizados no faturamento da contribuição.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:379770A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 032/2026

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação nº **032/2026**

AUTORIZO a contratação direta por *Dispensa de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO** CNPJ nº 75.462.820/0001-02	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física	**Nome:** **CPF nº:**
	☒ Pessoa Jurídica	**Razão Social**: 57.055.488 DEBORA TATIANE DOS SANTOS DIMAS **CNPJ nº:** 57.055.488/0001-71
OBJETO	**AQUISIÇÃO DE MUDAS DE FLORES LANTANA, BEM COMO SUBSTRATO, FERTILIZANTE E CALCÁRIO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E PAISAGISMO NESTA MUNICIPALIDADE.**	
VALOR ESTIMADO	R$ 11.540,00 (onze mil e quinhentos e quarenta reais).	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº14.133/21	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	05.001.15.451.0014.1007 - URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO 3.3.90.30.00.00 MATERIAL CONSUMO FONTE 31989 - EMENDA PARLAMENTAR N. 202320520001 33989 - EMENDA PARLAMENTAR N. 202320520001 1001 - FONTE LIVRE	

PUBLIQUE-SE o resultado.
Santa Cruz de Monte Castelo/PR, 02 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:BF74D338

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 112/2026

Eu **Willian Cezar Viega**, Prefeito do município de Santa Cruz do Monte Castelo, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21,

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2026, com fundamento no Art. 74, inciso IV, da Lei Federal nº14.133/21, nos seguintes termos:

OBJETO: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE NEUROPEDIATRIA E PSICOTERAPIA/PSICOLOGIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO/PR, NO ÂMBITO DAS AÇÕES FINANCIADAS COM RECURSOS ORIUNDOS DO FIA/PR, CONFORME DELIBERAÇÃO Nº 013/2025 — CEDCA/PR, PLANO DE AÇÃO E PLANO DE TRABALHO APROVADOS PELO CMDCA, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO, conforme especificações do edital.

Resolve: Adjudicar em favor das seguintes pessoas físicas:

CONTRATADA: BONO & BALTAZAR LTDA-EPP, inscrita no CNPJ de n.º 08.069.004/0001-38, com sede na Rua Nápoles, 87, Nossa Senhora das Graças, CEP: 85.640-000, na cidade de Ampere, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	Neuropediatra	250	Consulta	R$ 200,00	R$ 50.000,00

CONTRATADA: MIKAELEN VIANA FERREIRA PSICOLOGA LTDA-ME, inscrita no CNPJ de n.º 67.814.750/0001-78, com sede na Rua Projetada Carlos Volpi, 869, centro, CEP: 87.920-000, na cidade de Santa Cruz de Monte Castelo, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
02	Psicoterapia/Psicologia	1.000	Sessão	R$ 50,00	R$ 50.000,00

CONTRATADA: AUGUSTI E AUGUSTI SERVIÇOS MEDICOS LTDA-ME, inscrita no CNPJ de n.º 46.436.544/0001-00, com sede na Av. Carlos Gomes, 846, centro, CEP: 87.910-000, na cidade de Santa Isabel do Ivaí, Estado do Paraná, com valor estimado de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit.	Valor Total
01	Neuropediatra	250	Consulta	R$ 200,00	R$ 50.000,00

A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as condições estabelecidas no contrato que será celebrado entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados no edital e seus anexos.

Santa Cruz do Monte Castelo/PR, 02 de setembro de 2026.

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pablo Tarciso de Souza Silvia
Código Identificador:98EBCB31

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2026

A **Câmara Municipal de Santa Fé** divulga que pretende realizar, por meio de dispensa de licitação, a seguinte contratação:

Objeto: Contratação de empresa especializada para fornecimento de notebooks e periféricos para a Câmara Municipal de Santa Fé.
Valor total estimado da contratação: R$ 44.165,07 (Quarenta e quatro mil e cento e sessenta e cinco reais e sete centavos).
Critério de julgamento: Menor preço.

Onde consultar os documentos da contratação?
No Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: https://pncp.gov.br/app/editais/01583490000169/2026/17 ou no Site da Câmara Municipal: https://www.camaradesantafe.pr.gov.br/transparencia-filter/2/1.

Quem pode participar?
Poderão participar empresas que atenderem às exigências constantes no Termo de Referência e apresentarem a documentação requisitada em dia.

Para participar, basta conhecer o Termo de Referência e encaminhar proposta via e-mail até a data limite indicados abaixo:

Data limite para envio de proposta: Do dia 03/09/2026 ao dia 07/09/2026.
E-mail para envio de propostas: cmsantafepr@gmail.com

Este procedimento obedece ao § 3º do art. 75 da Lei n.º 14.133/2021 e representa a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados.

Santa Fé, 02 de setembro de 2026

NUHAD KASSEM ABOUGHATAS
Primeira Secretária

Publicado por:
Marcos da Silva Santos
Código Identificador:76DF4DDC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026 - PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: 44.090.243 NASSER MEHANNA CHAGAS.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de 600 (seiscentas) refeições do tipo almoço, destinadas aos atletas participantes da Liga Esportiva da Melhor Idade – LEMI, suas respectivas delegações e equipe de apoio envolvida na organização e execução do evento, a ser realizado em 26 de setembro de 2026, no Salão Paroquial do Município de Santa Fé/PR**,** de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Contratação Direta.
VALOR TOTAL: R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais).
DATA DA DISPENSA: 24 de agosto de 2026.

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 106/2026 - PMSF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 049/2026 - PMSF

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ – PR
CONTRATADO: 44.090.243 NASSER MEHANNA CHAGAS.
RESUMO DO OBJETO: Contratação de empresa especializada no fornecimento de 600 (seiscentas) refeições do tipo almoço, destinadas aos atletas participantes da Liga Esportiva da Melhor Idade – LEMI, suas respectivas delegações e equipe de apoio envolvida na organização e execução do evento, a ser realizado em 26 de setembro de 2026, no Salão Paroquial do Município de Santa Fé/PR**,** de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência – Anexo I do Edital de Contratação Direta.
VALOR TOTAL: R$ 34.800,00 (trinta e quatro mil e oitocentos reais).
DATA DA CONTRATAÇÃO: 02 de setembro de 2026.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data da assinatura do contrato.

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:3B5E468B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO N°305/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 305/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 16/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 72/2026
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e Tiago Setti.
OBJETO: Credenciamento de agroindústrias e/ou produtores rurais para aquisição de gêneros alimentícios provenientes diretamente da agricultura familiar, para o atendimento ao Programa de Incentivo à Produção de Alimentos, com base na Lei N° 2.492, de 18 de março de 2022, afim de atender às necessidades da Administração Municipal, alimentação escolar, hospitalar e programas da assistência social do Município de Santa Izabel do Oeste, por um período de 12 (doze) meses, com Recursos Próprios.
VIGÊNCIA: 27/08/2027.
VALOR TOTAL: R$ 89.190,00 (oitenta e nove mil cento e noventa reais).
DATA: 27/08/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:6ECDACC1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1297/2026 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

SUMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar convênio e repassar recursos financeiros à Associação de Promoção a Saúde, Maternidade e Infância de Capitão Leônidas Marques - Hospital Municipal Nelson Scapini, com fundamento no § 1º do art. 199 da Constituição Federal e das outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná aprovou, e eu, Silvano Tortelli, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1° - Por meio desta Lei, fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar CONVÊNIO com a Associação de Promoção a Saúde, Maternidade e Infância de Capitão Leônidas Marques - Hospital Municipal Nelson Scapini, CNPJ nº 77.304.582/0001-24, entidade sem fins lucrativos, de caráter beneficente de assistência social, que tem por finalidade estatutária a execução de gestão e de

promoção à saúde, proteção e assistência à maternidade e à infância em geral.

Parágrafo único – A celebração do convênio visa o atendimento de forma complementar do Sistema Único de Saúde, tendo como fundamento legal o § 1º do art. 199 da Constituição Federal de 1988.

Art. 2º - Para o atendimento ao estabelecido no artigo primeiro, serão repassados recursos financeiros de R$ 126.000,00 (cento e vinte e seis mil reais), distribuídos em 6 (seis) parcelas mensais no valor de R$ 21.000,00 (vinte e um mil reais) cada, com vigência de 01 de agosto de 2026 a 31 de janeiro de 2027, podendo ser prorrogado ou rescindido, dependendo da necessidade do município.

§ 1º - Em contrapartida ao recurso financeiro estabelecido neste artigo, a Associação de Promoção a Saúde, Maternidade e Infância de Capitão Leônidas Marques - Hospital Municipal Nelson Scapini se obriga a dar atendimento aos pacientes enviados/encaminhados pelos representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Lúcia, em especial aos seguintes serviços:

I - De urgência e emergência a todos os pacientes que necessitem de atendimento de média e alta complexidade, que não preenchem critério para regulação imediata via SAMU, devendo ser internados para solicitar vaga através de regulação da Central de Leitos do Estado do Paraná, incluindo pacientes psiquiátricos, com atualização diária dos dados clínicos do paciente, para subsidiar a vaga solicitada;
II - Clinico-hospitalar para pacientes que necessitem de internação, como por exemplo: paciente com doenças crônicas descompensadas (insuficiência cardíaca, doenças pulmonares, idosos acamados, etc.), processos infecciosos com necessidade de antibioticoterapia endovenosa, pediátricos, etc.
III – Atendimento a pacientes com suspeita ou diagnóstico com Covid-19, Dengue, Chikungunya e para internamento de pacientes com Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG).

§ 2º - A Associação se compromete ainda:

Manter no hospital, plantão permanente de equipe médica e de enfermagem de 24 (vinte e quatro) horas, para a execução dos serviços previstos no parágrafo primeiro, além de outros porventura necessários;
Dar atendimento dentro das normas do Sistema Único de Saúde – SUS aos pacientes do Município, exercendo a saúde social;
Manter um número mínimo de leitos disponíveis ao atendimento emergencial aos pacientes encaminhados/enviados ao hospital pelos representantes da Secretaria Municipal de Saúde de Santa Lúcia;
Disponibilizar toda a documentação necessária para fins de comprovação dos objetivos do convênio, possibilitando a visita *in loco* aos agentes públicos designados pelo Prefeito, além dos vereadores e de membros do Tribunal de Contas, acaso assim lhes aprouver;
Prestar contas ao Executivo Municipal, com parecer do Conselho Fiscal da Associação, sobre os recursos recebidos, até 30 (trinta) dias após o recebimento de cada parcela, sob pena de devolução dos valores recebidos e cancelamento do convênio;
Manter uma equipe mínima no quadro médico e de enfermagem para atendimento emergencial aos pacientes enviados/encaminhados pelo Município ao hospital;
Efetuar as despesas em conformidade com o plano de aplicação enviado ao município;
Abrir conta bancaria específica em instituição financeira pública para receber os recursos provenientes do Convênio, bem como aplicá-los somente para o pagamento das despesas do Plano de aplicação;
Enviar juntamente com a prestação de contas, todas as certidões de tributos (federais, estaduais e municipais), além das CND do FGTS e previdenciárias e do Tribunal de Contas;
Enviar, sempre que solicitado, os contratos celebrados com as empresas e pessoas físicas prestadores de serviços médicos à entidade, bem como as escalas de plantão;
Manter atualizada a escrituração contábil relativa à execução do Convênio, para fins de fiscalização, acompanhamento e de avaliação dos recursos obtidos;
Responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;
m) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto do Convênio, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da Administração Pública Municipal a inadimplência da Associação em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
n) disponibilizar ao cidadão, na sua página na internet ou, na falta desta, em sua sede, consulta ao extrato do Termo de Convênio, contendo, pelo menos, o objeto, a finalidade e o detalhamento da aplicação dos recursos;
Os saldos do convênio, enquanto não utilizados, serão obrigatoriamente aplicados em cadernetas de poupança de instituição financeira oficial se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, quando a utilização dos mesmos verificar-se em prazos menores que um mês;
As receitas financeiras auferidas na forma do item anterior serão obrigatoriamente computadas a crédito do convênio e aplicadas, exclusivamente, no objeto de sua finalidade, devendo constar de demonstrativo específico que integrará as prestações de contas do ajuste;
Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do convênio, acordo ou ajuste, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Município, no prazo improrrogável de 30 (trinta)dias do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente do órgão ou entidade titular dos recursos;
Atender as demais condições que serão estabelecidas no Termo de Convênio a ser assinado entre as partes, após a aprovação e sanção desta lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de recursos orçamentários próprios do Município.

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:DA280AF5

EXECUTIVO MUNICIPAL
LEI Nº 1298/2026 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

SUMULA: Institui no Calendário Oficial do Município de Santa Lúcia – PR o "Dia do Evangélico" e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná aprovou, e eu, Silvano Tortelli, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica instituída no Calendário Oficial do Município de Santa Lúcia – PR o **"Dia do Evangélico".**

Art. 2º O "Dia do Evangélico" será oficialmente comemorado no segundo final de semana do mês de setembro.

Art. 3º No segundo final de semana de setembro, poderão ser promovidas atividades de cunho cultural, social, educativo e comunitário, voltadas à valorização da contribuição da comunidade evangélica para o desenvolvimento social do Município.

Art. 4º A execução das atividades previstas nesta Lei não implicará obrigatoriedade de despesas ao Poder Público Municipal, podendo ser realizadas por meio de parcerias e colaborações, observada a legislação vigente.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:704D9F73

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 142/2026 DATA: 02/09/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para o servidor **LUIZ CLAUDIO DE MOURA** (Motorista), para levar paciente para internamento na cidade de Foz do Iguaçú - PR, no dia 25 de agosto de 2026. Saída e retorno no dia 25 de agosto de 2026.

TRANSPORTE: STRADA
PLACA: TAT 4J30

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, com efeito retroativo a 25 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:A205D8C6

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 143/2026 DATA: 02/09/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal nº 1128/2023,

R E S O L V E
Art. 1º - Autorizar o lançamento de **meia diária** para o servidor **NELTON DA SILVA** (Motorista), para buscar paciente em alta hospitalar na cidade de Foz do Iguaçú - PR, no dia 27 de agosto de 2026. Saída e retorno no dia 27 de agosto de 2026.

TRANSPORTE: STRADA
PLACA: TAT 4J30

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor a partir desta data, com efeito retroativo a 27 de agosto de 2026, revogando-se as disposições em contrário.

Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Mara Dalek
Código Identificador:2A9EB618

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 169/2026 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO 169/2026
De 02 de setembro de 2026

Sumula: Autoriza o Chefe do poder executivo municipal a abrir um crédito suplementar de provável excesso no orçamento vigente no valor R$ 109.600,00 (Cento e Nove Mil e Seiscentos Reais) e dá outras providências.

O Prefeito do município de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 1264/2025 de 24/11/2025.
DECRETO
Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir um Crédito suplementar, no orçamento vigente, no valor de R$ 109.600,00 (Cento e Nove Mil e Seiscentos Reais) na seguinte dotação orçamentária:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
06.001	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
12.361.0006.2025	Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1511	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	30.000,00
12.361.0006.2022	Alimentação Escolar - Ensino Fundamental	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1110	01042-Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	10.000,00
12.365.0006.2124	Alimentação Escolar CMEI	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
1980	01042-Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	5.000,00
	SUBTOTAL	45.000,00
08	SECRETARIA DE SAUDE	
08.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0007.2070	Atividade da Assistência Médica e Sanitária	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3341	00394-INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO FORTALECIMENTO PRÓ - APS PARANÁ RES. 905/2025	34.600,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3392	00394-INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO FORTALECIMENTO PRÓ - APS PARANÁ RES. 905/2025	30.000,00
	SUBTOTAL	64.600,00
	TOTAL	109.600,00

Art. 2º - Para cobertura do crédito aberto em conformidade com o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes do Excesso de Arrecadação conforme demonstrativo em anexo e integrante desta Lei, de acordo com o Inciso II do Artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.2.3.50.0.1.02.00.00.0 0.00	INCENTIVO FINANCEIRO DE CUSTEIO FORTALECIMENTO PRÓ - APS PARANÁ RES. 210/2026	38.600,00
1.7.1.5.52.0.1.01.00.00.0 0.00	VAAR COMPLEMENTO FUNDEB	30.000,00
1.7.1.4.52.0.1.00.00.00.0 0.00	TRANSFERÊNCIAS REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE - PRINCIPAL	15.000,00
1.3.2.1.01.1.1.01.00.00.0 0.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL	26.000,00
	TOTAL	109.600,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor a partir da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valdoir Rodrigues Dos Santos
Código Identificador:9C8DB121

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
ERRATA À PORTARIA Nº 049/2026

SÚMULA:Retifica a Portaria nº 049/2026, que concede Diária a Vereadores da Câmara Municipal e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 692/2024, de 20 de dezembro de 2024,**torna pública a presente ERRATA à Portaria nº 049/2026**, para corrigir o número de diárias e os respectivos valores, passando a constar o seguinte:

ONDE SE LÊ:

Nº de Diárias:1 com Pernoite
Valor por Solicitante:R$ 600,00 (Seiscentos reais)
Valor total:R$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais)

LEIA-SE:

Nº de Diárias:1,5 (uma e meia) diária
Valor por Solicitante:R$ 900,00 (Novecentos reais)
Valor total:R$ 3.600,00 (Três mil e seiscentos reais)

Ficam**mantidos inalterados os demais termos e condições constantes da Portaria nº 049/2026**.

Santa Maria do Oeste, 02 de Setembro de 2026.

TIAGO VARIZA
Vereador-Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:4C99B723

CAMARA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE
ERRATA À PORTARIA Nº 050/2026

SÚMULA:Retifica a Portaria nº 050/2026, que concede Diária a Servidor da Câmara Municipal e dá outras providências.

O Presidente da Câmara Municipal de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base na Lei Municipal nº 692/2024, de 20 de dezembro de 2024,**torna pública a presente ERRATA à Portaria nº 050/2026**, para corrigir o número de diárias e os respectivos valores, passando a constar o seguinte:

ONDE SE LÊ:

Nº de Diárias:1 com Pernoite
Valor total:R$ 600,00 (seiscentos reais)

LEIA-SE:

Nº de Diárias:1,5 (uma e meia) diária
Valor total:R$ 900,00 (Novecentos reais).

Ficam**mantidos inalterados os demais termos e condições constantes da Portaria nº 050/2026**.

Santa Maria do Oeste, 02 de Setembro de 2026.

TIAGO VARIZA
Vereador-Presidente

Publicado por:
Rozelia de Fatima Saldanha
Código Identificador:65B06F03

LICITAÇÃO
1º TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 222/2025

De um lado, o **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua José de França Pereira, 10 – Santa Maria do Oeste – PR inscrito no CGC/MF sob n. 95.684.544/0001-26, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **OSCAR DELGADO**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade n.º 6.296.081-7, e inscrito no C.P.F. n.º 701.594.329-87, residente e domiciliado na Rua João Kulicz, 155, Jardim Santa Clara, nesta cidade, e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATANTE**, e de outro lado **NEUTON BEREZA E CIA LTDA,** inscrita no CNPJ sob o Nº 68.819.671/0001-12, com sede na , Av. Prefeito Dirceu Portugal, 511, Pitanguinha, Pitanga – Paraná . Neste ato representado pela Sr. NEUTON BEREZA portadora do RG nº 6.013.748-0 SESP PR e inscrito no CPF nº 786.605.219-00. e que aqui passa a denominar-se de **CONTRATADA**, resolvem aditar o contrato original de acordo com o disposto nos Arts. 6º, inciso XV, 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021, mediante as cláusulas e disposições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto prorrogar o **prazo** de vigência de que trata a Cláusula Nona Do Contrato Administrativo Nº 222/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA: O Prazo de vigência de que trata a Cláusula 9ª, fica prorrogado por 12 (doze) meses, com início em **02 de setembro de 2026** e término em **01 de setembro 2027**, mantendo-se inalteradas as demais disposições contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato administrativo celebrado em 02 de setembro de 2025, não modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas.

E por estarem de acordo, os participes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Santa Maria do Oeste, 01 de setembro de 2026.

OSCAR DELGADO	***NEUTON BEREZA E CIA LTDA***
Prefeito Municipal	

Testemunhas

_____	_____
Andreia Kaviak	Fernando Lopes
RG: 13.498.652-2	RG: 7.605.179-8
CPF: 101.862.579-88	CPF: 033.183.689-03

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:08727347

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 153/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR**, através do órgão Secretaria de Administração, com sede na Rua José de França Pereira, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 95.684.544/0001-26, neste ato representado(a) pelo(a) Secretária Municipal de Administração, Sr. **LUIZ Z. GOMES**, nomeado pelo Decreto n.º 010/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º 906.405.609-97, portadora da carteira de identidade n.º 6.482.720-0 SSP PR.

CONTRATADO (A) OFFICER X MOVEIS LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 66.296.653/0001-78, localizada na Avenida Bento Munhoz da Rocha, 4702, Guarapuava - Pr. Neste ato representado pelo Sr. **HIROMU YOKOTA** portador do RG 311378 SESP MS e inscrito no CPF nº 196.815.699-20.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA DE SAÚDE,

CONFORME DEMANDA DE CADA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO SESA N.º 545/2024"

Item	Nome do produto/serviço	Marca	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
13	MESA PARA REFEITORIO QUANTIDADE DE ASSENTOS 04 A 06, TIPO FIXO	PERFLEX/MOD. RF-02	2,00	UN	1.210,00	2.420,00
TOTAL						**2.420,00**

O total do item é **R$ 2.420,00 (Dois Mil, Quatrocentos E Vinte Reais).**
Data de assinatura: 02 de setembro de 2026.
Vigência: 01 de setembro de 2027.

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:49B4F666

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 072/2026

Súmula: Conceder Licença Prêmio a Servidor Público efetivo do Município de Santa Maria do Oeste – PR e dá outras providências.

O Prefeito Município de Santa Maria do Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Municipal nº 366/2013,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Prêmio à servidor abaixo relacionado, estando ele de acordo e em conformidade com a Lei 366/2013 Art. 1º e 2º do Estatuto do Servidor Público Municipal, com duração de 03 meses, a contar do dia 01/09/2026 à 01/12/2026.

MATRÍCULA	SERVIDOR	FUNÇÃO
15091	VILMAR PANOSSO	MOTORISTA CATEGORIA D

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor 01/09/2026.

Santa Maria do Oeste – PR, 02 de Setembro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Agnes de Oliveira
Código Identificador:87D43711

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0173/2026 CONCORRÊNCIA Nº 09/2026

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0173/2026
Concorrência Nº 09/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de projeto de hidrantes, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, testes, comissionamento, documentação técnica, Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT) quando cabível, e demais serviços necessários à plena funcionalidade e adequação dos sistemas de segurança contra incêndio e pânico nas seguintes escolas municipais, conforme projetos específicos, memoriais descritivos e planilhas orçamentárias anexas:

• Escola Municipal Camila Polga, localizada na Rua João Scalon, nº 807, Santo Antônio do Sudoeste/PR, com área aproximada de 2.448,82 m².
• Escola Municipal Dorival Magrineli, localizada na Rua Artur Angonesi, s/n, Santo Antônio do Sudoeste/PR, com área aproximada de 2.822,15 m².
• Escola Municipal Pedro Santos, localizada na Rua Ângelo Milan, nº 70, Santo Antônio do Sudoeste/PR, com área aproximada de 2.643,93 m².
A execução deverá abranger todas as etapas necessárias para a implantação ou adequação dos sistemas de hidrantes, garantindo a conformidade com as normas técnicas vigentes e a obtenção das devidas aprovações junto aos órgãos competentes, em especial o Corpo de Bombeiros Militar do Paraná..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: CONSTRUTORA ALINE LTDA - ME.
VIGÊNCIA ATUAL: 22/06/2027.
DATA DA ASSINATURA: 21/08/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal e pela contratada: MOACIR JOSÉ PAGANI - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:D5D3315B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0481/2025 INEXIGIBILIDADE Nº 0106/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0481/2025
Inexigibilidade Nº 0106/2025

OBJETO: Contratação de Pessoas Jurídicas para serviços de plantão médico generalista - clinico geral atendendo a demanda da Secretaria Municipal de Saúde do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 015/2025..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: URGELIO DE FREITAS VIEIRA E CIA LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 20/08/2027.
VALOR REAJUSTADO*:* R$ 14.1903,44 (Cento e Quarenta e Um Mil e Novecentos e Três Reais e Quarenta e Quatro Centavos)
DATA DA ASSINATURA: 02/09/2026.
PELA CONTRATANTE RICARDO ANTONIO ORTINA - Prefeito Municipal
e pela contratada: URGELIO DE FREITAS VIEIRA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1493D49B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 263/2026
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 263/2026
IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES CONTRATANTES

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE – PR
CNPJ/MF sob nº 75.927.582/0001-55
RICARDO ANTONIO ORTINA
C.P.F. nº 213.037.039-04
CONTRATADO: AGLM ENTERPRISE LTDA
CNPJ sob nº 47.006.801/0001-28
GUILHERME HENRIQUE BECKIS PEREIRA
CPF Nº 054.179.999-11

FUNDAMENTO - Art. 138, inciso II da Lei nº 14.133/21.
DO OBJETO DA RESCISÃO - Cláusula 1ª. A presente rescisão tem como objeto, o contrato administrativo celebrado entre as partes supra mencionadas, com o seguinte objeto: Prestação de serviços de turismo e lazer para viagens rodoviárias de cunho turístico (excursões), destinadas à execução do Projeto Viaja Mais 60 – Fase III, conforme Deliberação nº 004/2026 – CEDIPI/PR. Conforme cronograma elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Santo Antônio do Sudoeste, Dispensa Nº 46/2026.

Santo Antonio do Sudoeste – PR, 02/09/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:6963653E

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 0268/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 085/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 0268/2026
Inexigibilidade nº 085/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR
CONTRATADA: CLAUDENIR MARAN
CPF Nº 717.556.089-34
Representante: CLAUDENIR MARAN
CPF nº 717.556.089-34
OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, em
atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, nas escolas municipais, centros
municipais de educação infantil e escola de ensino especial, conforme Chamamento Público 008/2026.
VALOR TOTAL: R$ 254.725,00 (Duzentos e Cinqüenta e Quatro Mil, Setecentos e Vinte e Cinco Reais)
VIGÊNCIA: 31/08/2027
Santo Antônio do Sudoeste, em 01/09/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:8DDAC80B

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 085/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 085/2026

OBJETO: Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, em atendimento ao Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE, nas escolas municipais, centros municipais de educação infantil e escola de ensino especial, conforme Chamamento Público 008/2026.
Em cumprimento ao disposto no artigo 165, parágrafo I da Lei Federal nº 14.133/21, torna-se público o resultado da licitação em epígrafe apresentando o vencedor pelo critério menor preço por item:

Vencedores					
Fornecedor	Lote	Item	Produto/Serviço	Quantidade	Preço
CLAUDENIR MARAN	1	1	CARNE DE FRANGO - tipo coxa e sobrecoxa resfriada, com adição de água de no máximo 6%, aspecto própria, não amolecida nem pegajosa, cor própria, sem manchas esverdeadas, cheiro e sabor próprios, com ausência de sujidades, parasitos e larvas e devidamente inspecionada. Com certificado de Inspeção Municipal, acondicionada em embalagem adequada de 1 kg, com rótulo indicando data de validade.	12.500,00	13,21
CLAUDENIR MARAN	1	2	CARNE DE FRANGO - PEITO - com certificado de Inspeção Municipal, acondicionada em embalagem adequada de 1 kg, com rótulo indicando a data de validade.	4.000,00	22,40

Homologo a presente licitação,

Santo Antônio do Sudoeste, em 01/09/2026.

RICARDO ANTONIO ORTINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:1D0252F8

RECURSOS HUMANOS
P O R T A R I A Nº 126/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

I - REVOGAR na sua integra, a Portaria nº 164/2025, de 24 de março de 2025, que designava a servidora efetiva Anselma Strub matricula n° 98311, Agente Administrativa a prestar serviço junto a Associação Comercial e Empresarial de Santo Antonio do Sudoeste – ACESAS, e atuar como responsável pelas atribuições de Agente de Credito do Fomento Paraná; responsável pelo Escritório de Compras Local; Agente de Desenvolvimento Local.
II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir 13 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Publique-se.

RICARDO ANTONIO ORTINÃ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raquel Viccini Foquesatto
Código Identificador:10FB39CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLV. DO TERRITÓRIO DO NORDESTE DO PARANÁ
CONCESSÃO DE DIARIA

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Matheus Vinicius Quevedo Navarro
Cargo/Função	Diretor Executivo
Data	01/09/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Bandeirantes - PR
Motivação	Deslocamento ao município de Bandeirantes, Cornélio Procópio e Cambé, visitas as prefeituras e assuntos do consorcio.

CONCESSÃO DE DIÁRIAS	
Nome	Sergio Augusto Milléo Bittencourt
Cargo/Função	Coordenador Codenop
Data	01/09/2026
Quantidade	1 de R$ 60,00
Valor	R$ 60,00
Destino	Bandeirantes - PR
Motivação	Deslocamento ao município de Bandeirantes, Cornélio Procópio e Cambé, visitas as prefeituras e assuntos do consorcio.

Publicado por:
Matheus Vinicius Quevedo Navarro
Código Identificador:3AE78159

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2026

ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 118/2026

Dispensamos a Licitação, com fundamento no inciso II do Artigo 75 da Lei n.º. 14.133/2021, a favor das Empresas:

01. M.A.R – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, com sede na Rua Luiz Carlos Zani, nº 1.755, Parque Industrial III, cidade de Ibiporã, Estado do Paraná, C.N.P.J. nº 08.667.351/0001-62, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **MOÍSES DE ALBUQUERQUE ROSA,** portador da Carteira de Identidade n° 4.168.32/8 e do CPF n° 581.432.629-87. **Com o valor de R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).**

02. LIMARO SUPERMERCADOS LTDA, com sede na Avenida Pedro Ferreira da Costa, nº 1.285, Centro, cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, C.N.P.J. nº 33.597.690/0001-67, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **WALESSON RODRIGUES,** portador da Carteira de Identidade n° 124787238 e do CPF n° 082.856.349-73. Com o valor de **R$ 1.320,00 (mil, trezentos e vinte reais).**

PARA **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PÃO FRANCÊS E PÃO TIPO HOT DOG, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O PÃO FRANCÊS SERÁ UTILIZADO NO DESFILE CÍVICO, A SER REALIZADO NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2026, ENQUANTO O PÃO TIPO HOT DOG SERÁ UTILIZADO NA COMEMORAÇÃO DO DIA DAS CRIANÇAS, PREVISTA PARA O DIA 09 DE OUTUBRO DE 2026,** por serem delas os menores valores propostos.

São Jerônimo da Serra, 02 de setembro de 2026.

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA CORRÊA
Agente de Contratação

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:B7FDF17B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 044/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO 118/2026

AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO 044/2026
Processo Administrativo 118/2026
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PÃO FRANCÊS E PÃO TIPO HOT DOG, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O PÃO FRANCÊS SERÁ UTILIZADO NO DESFILE CÍVICO, A SER REALIZADO NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2026, ENQUANTO O PÃO TIPO HOT DOG SERÁ UTILIZADO NA COMEMORAÇÃO DO DIA DAS CRIANÇAS, PREVISTA PARA O DIA 09 DE OUTUBRO DE 2026.
Empresas vencedoras:

01. M.A.R – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, com sede na Rua Luiz Carlos Zani, nº 1.755, Parque Industrial III, cidade de Ibiporã, Estado do Paraná, C.N.P.J. nº 08.667.351/0001-62, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **MOÍSES DE ALBUQUERQUE ROSA,** portador da Carteira de Identidade n° 4.168.32/8 e do CPF n° 581.432.629-87. **Com o valor de R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).**

02. LIMARO SUPERMERCADOS LTDA, com sede na Avenida Pedro Ferreira da Costa, nº 1.285, Centro, cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, C.N.P.J. nº 33.597.690/0001-67, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **WALESSON RODRIGUES,** portador da Carteira de Identidade n° 124787238 e do CPF n° 082.856.349-73. Com o valor de **R$ 1.320,00 (mil, trezentos e vinte reais).**

ALICIANY MARIA DE OLIVEIRA
Condutora de Processos

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:A0577CF9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026 MÉDICO - ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA / ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

SUMÁRIO
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DA BASE LEGAL
2. DA FUNÇÃO, VAGA, JORNADA, REMUNERAÇÃO E LOTAÇÃO
3. DA NATUREZA TEMPORÁRIA, VALIDADE DO PSS E DURAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
4. DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO
5. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO
6. DAS INSCRIÇÕES
7. DA RESERVA DE VAGAS E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS
8. DA COMISSÃO ESPECIAL E DO SIGILO DA PROVA
9. DA PROVA OBJETIVA
10. DA APLICAÇÃO DA PROVA
11. DO GABARITO, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS
12. DA CLASSIFICAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
13. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO
14. DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO
15. DOS VÍNCULOS, ACUMULAÇÃO, JORNADA E CNES
16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
ANEXOS I A XII

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026
O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis, TORNA PÚBLICA a realização de Processo Seletivo Simplificado destinado à contratação temporária de profissional Médico para atuação na Estratégia Saúde da Família/Atenção Primária à Saúde, de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.
CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, que admite a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, nos casos estabelecidos em lei;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 423/2026, de 25 de fevereiro de 2026, que autoriza o Poder Executivo Municipal a realizar contratação de servidores em caráter transitório e/ou excepcional mediante Processo Seletivo Simplificado;
CONSIDERANDO a instrução constante do Protocolo/Processo Administrativo nº 188/2026, originada pelo Ofício nº 701/2026-SMS, que demonstra a necessidade de adoção antecipada de providências para evitar descontinuidade da assistência médica na Estratégia Saúde da Família;
CONSIDERANDO as informações do Departamento de Recursos Humanos relativas à existência de vagas, jornada de 40 horas semanais e remuneração mensal de R$ 16.490,22 para Clínico Geral;
CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 173/2026, que reconheceu, nesta fase procedimental, a viabilidade jurídica da instauração do Processo Seletivo Simplificado, ressalvada a observância das demais exigências legais, orçamentárias, fiscais e administrativas;
CONSIDERANDO a Portaria Municipal nº 205/2026, de 05 de agosto de 2026, que nomeou a Comissão Especial para organização,

avaliação, fiscalização e acompanhamento do Processo Seletivo Simplificado da Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar continuidade, regularidade, eficiência e segurança na prestação de serviço público essencial de saúde, mantendo a contratação temporária restrita ao período necessário ao atendimento da situação excepcional e à adoção da solução administrativa definitiva.
1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E DA BASE LEGAL
1.1. O Processo Seletivo Simplificado - PSS será regido por este Edital, seus Anexos, eventuais retificações e editais complementares, pela Lei Municipal nº 423/2026 e pelas demais normas aplicáveis.
1.2. O PSS será executado diretamente pela Comissão Especial instituída pela Portaria Municipal nº 205/2026.
1.3. A seleção será realizada exclusivamente por PROVA OBJETIVA, de caráter eliminatório e classificatório.
1.4. A aprovação e a classificação neste Processo Seletivo não geram, por si sós, direito automático à contratação, ficando eventual admissão condicionada à necessidade temporária, à ordem de classificação, à disponibilidade orçamentária e financeira e ao atendimento dos requisitos legais.
1.5. O cronograma consta do Anexo I e poderá ser alterado por necessidade administrativa, mediante publicação de edital específico pelos mesmos meios oficiais de divulgação.
1.6. Sem prejuízo das publicações legalmente obrigatórias no órgão oficial/Diário Oficial Eletrônico adotado pelo Município, o sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra - https://saojeronimodaserra.pr.gov.br/ - será o canal oficial para operacionalização e acompanhamento do PSS, com disponibilização de editais, comunicados, cronograma, impugnações, inscrições, boletos/guias, resultados, recursos, ensalamento, gabaritos, classificação, homologação e convocações.
1.7. É de responsabilidade exclusiva do candidato acompanhar permanentemente o sítio eletrônico oficial indicado no subitem 1.6, não podendo alegar desconhecimento de editais, comunicados, retificações, prazos, ensalamento, gabaritos, resultados, decisões, convocações e demais atos do certame. O e-mail informado pelo candidato será utilizado apenas como meio auxiliar quando expressamente previsto neste Edital.
1.8. Qualquer interessado poderá apresentar impugnação fundamentada a este Edital no prazo previsto no Anexo I, exclusivamente pelo campo eletrônico específico disponibilizado na área do PSS nº 03/2026 no sítio oficial da Prefeitura, devendo indicar expressamente o item ou subitem impugnado, a fundamentação e o pedido.
1.9. O PSS poderá ser retificado, adiado, revogado por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente motivado, ou anulado por ilegalidade, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa quando aplicáveis.
1.10. A inscrição implica conhecimento e aceitação integral das normas deste Edital e autoriza o tratamento dos dados pessoais estritamente necessário à execução do certame, inclusive divulgação de nome, número de inscrição, situação e nota, em observância à publicidade administrativa e à Lei Federal nº 13.709/2018 - LGPD.
2. DA FUNÇÃO, VAGA, JORNADA, REMUNERAÇÃO E LOTAÇÃO

Função	Vagas	Cadastro de Reserva	Jornada	Remuneração mensal	Requisito essencial
Médico - ESF/APS	01 + CR	Sim	40 horas semanais	R$ 16.490,22	Graduação em Medicina + registro ativo e regular no CRM-PR

2.1. A remuneração será aquela legalmente vigente para a função no momento da contratação, conforme legislação municipal e documentos constantes dos autos.
2.2. A lotação ocorrerá na rede municipal de Atenção Primária à Saúde/Estratégia Saúde da Família, em unidade, equipe ou território definido pela Secretaria Municipal de Saúde conforme necessidade assistencial e administrativa.
2.3. A lotação inicial não gera direito de permanência em unidade específica, podendo ocorrer remanejamento motivado dentro da rede municipal, mantidas as atribuições da função e a jornada contratada.
2.4. A jornada de 40 horas semanais será cumprida integralmente de acordo com o horário de funcionamento e a organização da unidade/equipe, compreendendo atividades assistenciais, reuniões, planejamento, visitas domiciliares, ações coletivas, vigilância e demais atribuições da ESF/APS.
3. DA NATUREZA TEMPORÁRIA, VALIDADE DO PSS E DURAÇÃO DA CONTRATAÇÃO
3.1. A contratação terá caráter temporário e excepcional e não se destina ao provimento permanente de cargo público nem à substituição indefinida do concurso público.
3.2. O prazo de validade deste Processo Seletivo será de 12 (doze) meses, contado da publicação da homologação final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, mediante ato motivado, desde que persista necessidade temporária e haja compatibilidade com a legislação aplicável.
3.3. A contratação somente será efetivada enquanto permanecer caracterizada a necessidade temporária que fundamentou o PSS, houver disponibilidade orçamentária e financeira e estiverem atendidas as exigências legais e administrativas.
3.4. A duração de cada contrato será fixada no respectivo instrumento, limitada ao período estritamente necessário ao atendimento da necessidade temporária e ao prazo máximo autorizado pela Lei Municipal nº 423/2026.
3.5. O desaparecimento da necessidade temporária, a implementação da solução administrativa definitiva ou outra hipótese legalmente prevista poderá ensejar o encerramento do vínculo, observada a legislação e o instrumento contratual.
3.6. O cadastro de reserva será utilizado somente conforme necessidade administrativa, respeitada a ordem classificatória e as reservas legalmente aplicáveis.
4. DAS ATRIBUIÇÕES DA FUNÇÃO
• Realizar consultas programadas, de retorno e de demanda espontânea, com anamnese, exame físico, raciocínio diagnóstico, tratamento e acompanhamento longitudinal;
• Acompanhar hipertensão, diabetes, dislipidemias, obesidade, doenças respiratórias, renais, metabólicas e demais condições prevalentes na Atenção Primária;
• Realizar pré-natal de risco habitual, atenção ao puerpério, planejamento reprodutivo, rastreamentos e demais ações de saúde da mulher compatíveis com a APS;
• Realizar puericultura, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, atenção ao adolescente e atenção integral à pessoa idosa;
• Atuar na atenção à saúde mental no âmbito da APS, inclusive avaliação inicial, seguimento, cuidado compartilhado e identificação de situações de risco;
• Realizar visitas domiciliares e participar de ações territoriais, coletivas, educativas, de promoção, prevenção e vigilância em saúde;
• Solicitar, interpretar e acompanhar exames de forma racional e prescrever tratamentos farmacológicos e não farmacológicos dentro das competências profissionais;
• Reconhecer sinais de gravidade, prestar atendimento inicial às urgências compatíveis com a estrutura disponível e realizar encaminhamento/regulação quando necessário;
• Participar de reuniões de equipe, planejamento local, discussão de casos, matriciamento, educação permanente e organização do processo de trabalho;
• Registrar de forma completa e tempestiva atendimentos, procedimentos e informações nos sistemas oficiais e no prontuário adotado pelo Município;
• Coordenar o cuidado, realizar encaminhamentos e acompanhar referências, contrarreferências e altas nos diversos pontos da Rede de Atenção à Saúde;
• Cumprir protocolos, normas técnicas, princípios éticos, deveres funcionais e outras atribuições legalmente compatíveis com a função de Médico na ESF/APS.
5. DOS REQUISITOS PARA PARTICIPAÇÃO E CONTRATAÇÃO
5.1. Para participar do PSS, o candidato deverá:
• ser brasileiro nato ou naturalizado ou estar amparado por norma que lhe assegure o exercício de direitos equivalentes;
• ter, no mínimo, 18 anos completos na data da contratação;
• estar em gozo dos direitos civis e políticos;
• estar quite com as obrigações eleitorais e, quando aplicável, militares;
• possuir graduação em Medicina reconhecida pelo MEC ou diploma devidamente revalidado no Brasil, se obtido no exterior;

• possuir registro ativo e regular no Conselho Regional de Medicina do Paraná - CRM-PR na data da contratação;
• ter aptidão física e mental para o exercício da função;
• não possuir impedimento legal para contratação temporária;
• cumprir todas as determinações deste Edital.

5.2. A comprovação dos requisitos profissionais e admissionais será exigida na fase de contratação, sem prejuízo de a Comissão solicitar documentação necessária à validação de condição declarada no certame.

5.3. A aprovação na prova objetiva não dispensa a comprovação integral dos requisitos.

6. DAS INSCRIÇÕES

6.1. A taxa de inscrição para o Processo Seletivo Simplificado nº 03/2026 será de R$ 100,00 (cem reais).

6.2. As inscrições serão realizadas exclusivamente por meio eletrônico, no sítio oficial da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra, https://saojeronimodaserra.pr.gov.br/, no período estabelecido no Anexo I - Cronograma.

6.3. Para efetuar a inscrição, o candidato deverá acessar o sítio eletrônico oficial, localizar a área específica do Processo Seletivo Simplificado nº 03/2026, preencher integralmente o formulário eletrônico e transmitir a inscrição conforme as instruções disponibilizadas.

6.4. O candidato deverá informar corretamente, no mínimo, nome completo, CPF, documento de identidade, data de nascimento, endereço, município/UF, telefone, e-mail e as demais informações requeridas no formulário, inclusive eventual condição de pessoa com deficiência, condição de afro-brasileiro, uso de nome social e necessidade de atendimento especial, quando aplicável.

6.5. Concluída a inscrição, será atribuído número/protocolo de inscrição, cuja guarda e conferência são de responsabilidade do candidato.

6.6. O boleto/guia para recolhimento da taxa de inscrição será emitido pelo Município e disponibilizado ao candidato em até 01 (um) dia útil após a realização da inscrição, cumulativamente: I - por envio ao endereço eletrônico (e-mail) informado pelo candidato; e II - para consulta e obtenção no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra emissão de guia de recolhimento.

6.6.1. Para as inscrições realizadas no último dia do período de inscrição, o boleto/guia será disponibilizado até o primeiro dia útil subsequente, permanecendo, em qualquer hipótese, 25 de setembro de 2026 como data-limite para pagamento.

6.7. O envio do boleto por e-mail possui caráter auxiliar. O não recebimento da mensagem, inclusive por falha de provedor, bloqueio, caixa postal cheia, direcionamento para spam/lixo eletrônico ou erro no endereço informado pelo candidato, não prorroga o prazo de pagamento nem afasta a responsabilidade do candidato de consultar o boleto no sítio eletrônico oficial.

6.8. O pagamento da taxa de inscrição deverá ser efetuado impreterivelmente até 25 de setembro de 2026, observados os horários e prazos de processamento/compensação da instituição financeira utilizada.

6.9. Antes de efetuar o pagamento, o candidato deverá conferir os dados constantes do boleto/guia, especialmente nome, CPF, identificação do PSS e valor de R$ 100,00. Havendo divergência, deverá deixar de efetuar o pagamento e utilizar o canal disponibilizado no sítio eletrônico oficial para solicitar a correção dentro do prazo.

6.10. Não será considerado, para fins de efetivação da inscrição, mero agendamento bancário. O pagamento deverá estar efetivamente realizado dentro do prazo previsto no subitem 6.8 e ser passível de identificação/conciliação pelo Município.

6.11. O pagamento realizado após o prazo, em valor diverso do estabelecido, por meio que impossibilite sua identificação ou referente a boleto/guia não vinculado à inscrição do candidato poderá acarretar o indeferimento da inscrição, assegurado o recurso na forma deste Edital.

6.12. A inscrição somente será considerada efetivada após a confirmação do pagamento da taxa, sem prejuízo da posterior análise das demais condições formais da inscrição pela Comissão Especial.

6.13. O valor pago a título de taxa de inscrição não será transferido para terceiros ou para outro certame.

6.14. Não serão admitidas inscrições provisórias, condicionais ou extemporâneas, nem realizadas por meio diverso daquele expressamente previsto neste Edital.

6.15. As informações prestadas no formulário são de inteira responsabilidade do candidato, que responderá por erros, omissões ou falsidades, sem prejuízo das consequências administrativas, civis e penais cabíveis.

6.16. O Município não se responsabiliza por solicitação de inscrição não recebida por motivo de ordem técnica dos equipamentos ou da conexão utilizada pelo candidato, falhas de comunicação ou congestionamento de dados, cabendo ao interessado realizar a inscrição com antecedência e confirmar a emissão do respectivo protocolo.

6.17. Encerrado o prazo de pagamento, a Comissão Especial, após a conciliação das informações de inscrição e recolhimento, publicará o resultado preliminar das inscrições deferidas e indeferidas no sítio eletrônico oficial, assegurado recurso no período previsto no Anexo I.

6.18. O candidato deverá acompanhar, no sítio eletrônico oficial, a situação de sua inscrição, o resultado preliminar, eventual decisão de recurso e a homologação definitiva das inscrições.

6.19. O candidato deverá manter telefone e e-mail atualizados durante todo o prazo de validade do PSS, sem prejuízo de que o sítio eletrônico oficial do Município constitui o canal oficial de comunicação e acompanhamento do certame.

6.20. A solicitação de uso de nome social, condição PcD, reserva para candidato afro-brasileiro e atendimento especial observará os Anexos correspondentes e o prazo definido no Cronograma.

7. DA RESERVA DE VAGAS E DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS

7.1. Pessoas com deficiência - PcD

Fica assegurada reserva de 5% (cinco por cento) das contratações que vierem a ocorrer durante a validade do PSS às pessoas com deficiência, desde que as atribuições da função sejam compatíveis com a deficiência, observada a legislação vigente e o padrão adotado nos certames municipais.

Em razão da oferta inicial de apenas 01 (uma) vaga, não haverá reserva imediata de vaga PcD, permanecendo a reserva aplicável às contratações que vierem a surgir durante a validade do certame quando atingido quantitativo que a comporte.

O candidato PcD concorrerá em igualdade de condições com os demais quanto ao conteúdo, critérios de avaliação, horário e local de prova, sem prejuízo das adaptações razoáveis legalmente cabíveis.

O candidato deverá requerer a condição no ato da inscrição e apresentar laudo/documentação nos termos do Anexo VI e das regras publicadas no cronograma.

O candidato aprovado na condição PcD figurará na lista geral e, quando aplicável, em lista específica.

7.2. Candidatos afro-brasileiros

Fica assegurada reserva de 10% (dez por cento) das contratações que vierem a ocorrer durante a validade do PSS aos candidatos afro-brasileiros que assim se autodeclararem, observada a legislação aplicável e o padrão adotado pelo Município em seus certames.

Em razão da oferta inicial de apenas 01 (uma) vaga, não haverá reserva imediata, permanecendo o candidato inscrito nessa condição em lista específica para incidência da reserva quando o quantitativo de contratações legalmente a comportar.

A autodeclaração será realizada no ato da inscrição e por meio do Anexo VII, podendo ser submetida aos procedimentos de verificação previstos na legislação aplicável.

A falsidade da declaração sujeitará o candidato à eliminação e, se contratado, às providências administrativas cabíveis, assegurados contraditório e ampla defesa.

O candidato classificado na condição de afro-brasileiro figurará também na lista de ampla concorrência.

7.3. Condições especiais e lactantes

O candidato que necessitar condição especial para realização da prova deverá solicitá-la no prazo do cronograma, por meio do Anexo VI, juntando documentação quando necessária.

Poderão ser concedidas, conforme necessidade comprovada e viabilidade: prova ampliada, leitor, transcritor, intérprete de Libras, sala acessível, mobiliário adaptado, tempo adicional quando legalmente cabível e outras adaptações razoáveis.

A candidata lactante deverá comunicar previamente a necessidade, indicar acompanhante adulto responsável pelo lactente e observar as

orientações da Comissão. O período destinado à amamentação seguirá a legislação aplicável.

8. DA COMISSÃO ESPECIAL E DO SIGILO DA PROVA

8.1. O PSS será integralmente executado pela Comissão Especial instituída pela Portaria Municipal nº 205/2026.

8.2. Compete à Comissão planejar, organizar, elaborar, revisar, imprimir, acondicionar, lacrar, custodiar, aplicar, fiscalizar e corrigir a Prova Objetiva; elaborar os gabaritos preliminar e definitivo; analisar impugnações e recursos; elaborar atas; publicar resultados e praticar os demais atos necessários à execução do certame.

8.3. A Comissão observará os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, razoabilidade, segurança jurídica, julgamento objetivo e vinculação ao Edital.

8.4. Todos os membros e servidores que tiverem acesso ao conteúdo da prova antes de sua aplicação ficam sujeitos a dever absoluto de sigilo, devendo assinar termo específico de confidencialidade.

8.5. A Comissão deverá manter registro da cadeia de custódia das provas e cartões-resposta, incluindo elaboração, impressão, quantitativo, acondicionamento, lacre, guarda, abertura, aplicação, recolhimento e correção.

8.6. O membro da Comissão que identificar situação de impedimento, suspeição, parentesco ou outro conflito de interesses em relação a candidato deverá comunicar formalmente o fato e afastar-se da atividade potencialmente comprometida, mediante registro em ata.

8.7. As decisões da Comissão serão motivadas e registradas em ata ou despacho próprio.

9. DA PROVA OBJETIVA

9.1. A Prova Objetiva será a única etapa de avaliação, terá caráter eliminatório e classificatório e será composta por 40 (quarenta) questões de múltipla escolha.

9.2. Cada questão conterá 05 (cinco) alternativas, identificadas de A a E, com apenas 01 (uma) alternativa correta.

9.3. Cada questão valerá 2,5 (dois vírgula cinco) pontos, totalizando 100 (cem) pontos.

9.4. Será considerado APROVADO o candidato que obtiver nota igual ou superior a 60,00 (sessenta) pontos.

9.5. A Prova Objetiva terá duração total de 04 (quatro) horas, incluído o tempo para preenchimento do cartão-resposta.

9.6. O conteúdo programático consta do Anexo IV. Somente serão exigidos conteúdos e normas abrangidos por esse Anexo e vigentes até a data de publicação deste Edital, ressalvadas atualizações normativas expressamente incorporadas por retificação publicada antes da prova.

Área	Questões	Pontos
SUS, legislação e organização da Atenção Primária	8	20,0
Estratégia Saúde da Família e processo de trabalho na APS	8	20,0
Clínica Médica aplicada à APS	12	30,0
Ciclos de vida, saúde mental e condições prioritárias	7	17,5
Urgências, vigilância, ética e segurança do paciente	5	12,5

10. DA APLICAÇÃO DA PROVA

10.1. A Prova Objetiva será realizada no Município de São Jerônimo da Serra - PR, na data prevista no Anexo I, em horário e local a serem divulgados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal, por meio de edital/comunicado de ensalamento.

10.2. É de responsabilidade exclusiva do candidato identificar corretamente o local de realização da prova, acompanhar eventual alteração e comparecer no horário determinado. O desconhecimento do local, data ou horário não justificará ausência ou atraso.

10.3. Não haverá segunda chamada. O não comparecimento à Prova Objetiva, qualquer que seja o motivo, implicará eliminação do candidato do PSS.

10.4. O candidato deverá comparecer ao local de prova com antecedência mínima recomendada de 30 (trinta) minutos, portando documento oficial de identificação com fotografia, em condições que permitam sua identificação, e caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de material transparente.

10.5. Poderá ser admitido documento oficial de identificação em meio digital quando apresentado no aplicativo oficial correspondente e quando for possível à fiscalização verificar sua autenticidade. Não será aceita mera fotografia, captura de tela, cópia simples ou reprodução não autenticável de documento.

10.6. Os portões serão fechados rigorosamente no horário divulgado no ato de ensalamento, não sendo admitido ingresso após o fechamento.

10.7. Antes do início da prova, o candidato deverá conferir os seus dados no cartão-resposta e assinar nos locais indicados, comunicando imediatamente à fiscalização eventual divergência.

10.8. O cartão-resposta será o único documento válido para correção da Prova Objetiva. O preenchimento será de inteira responsabilidade do candidato, que deverá observar as instruções nele constantes e utilizar exclusivamente caneta esferográfica de tinta azul ou preta, de material transparente.

10.9. Será atribuída nota zero à questão que apresentar mais de uma alternativa assinalada, nenhuma alternativa assinalada, rasura, emenda ou marcação em desacordo com as instruções do cartão-resposta. Não haverá substituição do cartão-resposta em decorrência de erro de preenchimento imputável ao candidato.

10.10. Não será permitida consulta de qualquer natureza, comunicação entre candidatos ou utilização de livros, códigos, legislação, anotações, calculadoras ou qualquer material não autorizado.

10.11. Telefones celulares, relógios inteligentes, fones de ouvido, tablets e demais equipamentos eletrônicos deverão permanecer completamente desligados e acondicionados conforme orientação da fiscalização durante todo o período em que o candidato permanecer no local de prova. A emissão de som, alarme ou sinal por equipamento eletrônico poderá ensejar eliminação.

10.12. O candidato somente poderá retirar-se definitivamente da sala após transcorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova. O candidato que se retirar antes desse período, sem autorização, será considerado desistente e eliminado, mediante registro da ocorrência.

10.13. Iniciada a prova, eventual saída temporária da sala somente ocorrerá mediante autorização e acompanhamento de fiscal. O período de afastamento não implicará prorrogação do tempo de prova, ressalvadas hipóteses legalmente previstas.

10.14. Os 03 (três) últimos candidatos de cada sala deverão permanecer conjuntamente até que o último conclua a prova, entregando os materiais e assinando a ata/termo de encerramento. Quando houver menos de três candidatos na sala, os remanescentes deverão observar o mesmo procedimento.

10.15. O candidato não poderá levar o caderno de questões. Ao terminar a prova, deverá entregar obrigatoriamente ao fiscal o cartão-resposta e o caderno de questões. O caderno será disponibilizado no sítio eletrônico oficial juntamente com o gabarito preliminar, conforme o Cronograma.

10.16. Não será permitido anotar ou copiar respostas por meio não autorizado durante a aplicação. A Comissão poderá disponibilizar, se entender pertinente, folha destacável própria para anotação de respostas, a ser utilizada exclusivamente após autorização da fiscalização.

10.17. Será permitida água em recipiente transparente e sem rótulo, bem como lanche de rápido consumo em embalagem adequada, desde que não prejudique a aplicação e permaneça sujeito à orientação da fiscalização.

10.18. Será eliminado o candidato que: I - ingressar após o fechamento dos portões; II - utilizar ou tentar utilizar meio fraudulento; III - comunicar-se com outro candidato durante a prova; IV - consultar ou portar material proibido em desacordo com a orientação da fiscalização; V - utilizar equipamento eletrônico durante a aplicação; VI - recusar-se a entregar o cartão-resposta ou o caderno de questões; VII - desrespeitar ou tumultuar os trabalhos da fiscalização; VIII - ausentar-se definitivamente em desacordo com este Edital; IX - deixar de identificar-se ou assinar os documentos exigidos; ou X - praticar conduta incompatível com a segurança, isonomia ou lisura do certame.

10.19. Ocorrências relevantes serão registradas em ata pela fiscalização e pela Comissão Especial.

10.20. Se, por motivo fortuito ou de força maior, houver atraso relevante no início ou interrupção da prova em determinado local ou sala, a Comissão adotará as medidas necessárias para assegurar aos candidatos afetados o tempo total de prova previsto neste Edital e a igualdade de condições.

10.21. Durante a aplicação, os membros da Comissão e fiscais não prestarão esclarecimentos sobre conteúdo, interpretação de questões ou critérios de correção, limitando-se às orientações administrativas necessárias à realização da prova.

11. DO GABARITO, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS
11.1. O gabarito preliminar e o caderno da Prova Objetiva serão disponibilizados no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de São Jerônimo da Serra na data prevista no Anexo I.
11.2. Toda impugnação ao Edital e todo recurso previsto neste Processo Seletivo deverão ser apresentados exclusivamente por meio do campo eletrônico específico disponibilizado na área do PSS nº 03/2026, no sítio https://saojeronimodaserra.pr.gov.br/, dentro do respectivo prazo do Cronograma.
11.3. Os campos eletrônicos de impugnação e recursos serão disponibilizados conforme as etapas do Cronograma e serão encerrados ao término do prazo indicado, considerando-se o horário oficial de Brasília. O interessado/candidato deverá concluir a transmissão e obter o respectivo protocolo dentro do período. Para os atos cuja publicação e início do prazo de impugnação ou recurso ocorram na mesma data, o respectivo documento e o campo eletrônico de manifestação deverão ser disponibilizados simultaneamente no sítio eletrônico oficial, permanecendo acessíveis até as 23h59min do último dia previsto no Cronograma, observado o horário oficial de Brasília.
11.4. A impugnação ao Edital deverá indicar, de forma objetiva, o item ou subitem impugnado, a fundamentação e o pedido. Não serão conhecidas impugnações genéricas, intempestivas ou apresentadas por meio diverso do estabelecido.
11.5. Caberá recurso contra: I - indeferimento de inscrição; II - questão da Prova Objetiva; III - gabarito preliminar; IV - nota e classificação preliminar; e V - outros atos expressamente indicados como recorríveis neste Edital ou no Cronograma.
11.6. O recurso deverá ser individual, tempestivo, objetivo e fundamentado, com indicação precisa do ato recorrido, dos fatos, dos fundamentos e do pedido. Quando se tratar de questão ou gabarito, deverá indicar o número da questão, a alternativa questionada, a fundamentação técnica ou normativa e o pedido.
11.7. O candidato será responsável pela correta transmissão de sua manifestação e deverá guardar o comprovante/número de protocolo gerado pelo sistema.
11.8. Não serão conhecidos recursos genéricos, intempestivos, sem fundamentação mínima, ofensivos, apresentados por terceiro sem representação válida ou encaminhados por e-mail, presencialmente ou por qualquer meio diverso do portal oficial.
11.9. Os recursos serão analisados pela Comissão Especial, mediante decisão fundamentada, observada a imparcialidade e, sempre que possível, a revisão técnica por membro diverso daquele que tenha atuado diretamente na elaboração da questão impugnada, sem prejuízo da deliberação colegiada.
11.10. Se uma questão for anulada, os 2,5 (dois vírgula cinco) pontos correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que realizaram a prova.
11.11. Se houver alteração do gabarito preliminar, todos os cartões-resposta serão corrigidos de acordo com o gabarito definitivo, aplicando-se a alteração indistintamente a todos os candidatos.
11.12. As decisões das impugnações e recursos serão disponibilizadas no sítio eletrônico oficial, preservados os dados pessoais desnecessários, e integrarão os autos do Processo Seletivo.
11.13. Após o julgamento dos recursos contra questões e gabarito, será publicado o gabarito definitivo, não cabendo novo recurso sobre matéria já decidida nessa fase, ressalvado erro material comprovado.
11.14. Após o julgamento dos recursos contra nota e classificação preliminar, será publicado o resultado final, seguindo-se o encaminhamento para homologação pelo Chefe do Poder Executivo.
12. DA CLASSIFICAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
12.1. A Nota Final do candidato corresponderá exclusivamente à pontuação obtida na Prova Objetiva.
12.2. Os candidatos aprovados serão classificados em ordem decrescente da Nota Final.
12.3. Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente:
a) candidato com idade igual ou superior a 60 anos: maior idade, nos termos do Estatuto da Pessoa Idosa;
b) maior número de acertos em Clínica Médica aplicada à APS;
c) maior número de acertos em Estratégia Saúde da Família e processo de trabalho na APS;
d) maior número de acertos em SUS, legislação e organização da Atenção Primária;
e) maior idade entre os candidatos não abrangidos pelo primeiro critério;
f) persistindo o empate, sorteio público, com prévia divulgação e registro em ata.
12.4. O resultado preliminar apresentará nome, número de inscrição, nota e classificação, respeitadas as listas de ampla concorrência e reservas aplicáveis.
13. DO RESULTADO FINAL E DA HOMOLOGAÇÃO
13.1. Após o julgamento dos recursos contra o resultado preliminar, a Comissão publicará o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado.
13.2. A Comissão encaminhará o Resultado Final ao Chefe do Poder Executivo para homologação.
13.3. A homologação será publicada no órgão oficial do Município e no sítio eletrônico oficial.
13.4. A classificação final será mantida durante o prazo de validade do PSS para fins de eventual convocação.
14. DA CONVOCAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO
14.1. A convocação será realizada por edital publicado nos meios oficiais, respeitada a ordem de classificação e as reservas de vagas legalmente aplicáveis.
14.2. O candidato convocado deverá manifestar interesse e apresentar a documentação exigida no prazo definido no edital de convocação, que não será inferior a 03 (três) dias úteis, salvo situação excepcional devidamente motivada.
14.3. A convocação para apresentação de documentos não assegura contratação automática, ficando a admissão condicionada à conferência documental, aptidão admissional, regularidade profissional, compatibilidade de vínculos, disponibilidade orçamentária e persistência da necessidade temporária.
14.4. O candidato que não se apresentar no prazo, não comprovar os requisitos ou desistir expressamente perderá a oportunidade correspondente à convocação, observadas as regras específicas do edital de convocação.
14.5. Poderá ser admitido, uma única vez, pedido expresso de reposicionamento para o final da lista classificatória, apresentado dentro do prazo de convocação, desde que a Administração o aceite e não haja impedimento jurídico.
14.6. A contratação será formalizada por instrumento próprio, nos termos da Lei Municipal nº 423/2026 e da definição jurídico-administrativa constante dos autos.
14.7. O contratado deverá apresentar-se para exercício na data definida pela Administração, sob pena de perda da contratação.
14.8. O Município poderá publicar extratos de contratação, desistência, rescisão, prorrogação ou alteração, mantendo a rastreabilidade dos atos do PSS.
15. DOS VÍNCULOS, ACUMULAÇÃO, JORNADA E CNES
15.1. Antes da contratação, o candidato deverá declarar todos os vínculos públicos e privados, respectivos locais, jornadas, dias e horários de trabalho.
15.2. A acumulação de cargos, empregos ou funções públicas somente será admitida nas hipóteses constitucionais e desde que exista efetiva compatibilidade de horários.
15.3. O candidato deverá possuir disponibilidade material para cumprimento integral das 40 horas semanais da contratação municipal.
15.4. O contratado deverá fornecer as informações necessárias à atualização de seu cadastro no CNES e em outros sistemas oficiais, quando aplicável.
15.5. A omissão de vínculo ou a prestação de informação falsa poderá ensejar eliminação, não contratação ou encerramento do vínculo, sem prejuízo das demais responsabilidades.
15.6. Alterações de vínculo ou horário ocorridas durante a contratação deverão ser comunicadas imediatamente ao Município.
16. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
16.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial, no âmbito de suas atribuições, mediante decisão motivada, sem prejuízo de consulta aos setores jurídico, de recursos humanos, controle interno ou demais áreas competentes.
16.2. A inexatidão, falsidade ou irregularidade documental poderá ser apurada a qualquer tempo e poderá acarretar eliminação do candidato ou encerramento da contratação, assegurado o devido processo quando exigível.

16.3. O Município não se responsabiliza por falhas decorrentes de dados de contato desatualizados ou incorretos informados pelo candidato. O sítio eletrônico oficial da Prefeitura constitui o canal oficial de acompanhamento do certame, cabendo ao candidato consultá-lo independentemente do recebimento de mensagens por e-mail.
16.4. O candidato deverá observar todos os atos, convocações, prazos e campos eletrônicos disponibilizados no sítio oficial, não podendo alegar desconhecimento, falha no recebimento de e-mail ou ausência de comunicação individual como justificativa para descumprimento de prazo.
16.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Jerônimo da Serra - PR, 09 de setembro de 2026.

VENÍCIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

ANEXO I - CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

Evento	Data/Período
Publicação do Edital	09/09/2026
Período para impugnação do Edital	09/09/2026 a 11/09/2026
Período de inscrições	14/09/2026 a 23/09/2026
Prazo para requerimento PcD, afro-brasileiro, nome social e condições especiais	14/09/2026 a 23/09/2026
Disponibilização do boleto/guia	Em até 01 dia útil após a inscrição
Data-limite para pagamento da taxa de inscrição	25/09/2026
Resultado preliminar das inscrições	29/09/2026
Recursos contra inscrições	30/09/2026 a 01/10/2026
Homologação das inscrições	02/10/2026
Publicação do ensalamento/local da prova	05/10/2026
Aplicação da Prova Objetiva	17/10/2026
Publicação do caderno de prova e gabarito preliminar	19/10/2026
Recursos contra questões/gabarito	19/10/2026 a 22/10/2026
Resultado dos recursos e gabarito definitivo	23/10/2026
Resultado e classificação preliminar	26/10/2026
Recursos contra nota/classificação	26/10/2026 a 27/10/2026
Resultado Final	29/10/2026
Homologação do PSS	30/10/2026

Observação: as datas poderão ser alteradas por edital específico, com publicação no sítio eletrônico oficial e, quando cabível, no órgão oficial do Município. Os campos eletrônicos de impugnação e recursos serão disponibilizados apenas nos respectivos períodos, considerando-se o horário oficial de Brasília.

ANEXO II - QUADRO DA FUNÇÃO

Função	Médico - Estratégia Saúde da Família / Atenção Primária à Saúde
Vaga	01 (uma) vaga + Cadastro de Reserva
Jornada	40 horas semanais
Remuneração	R$ 16.490,22 mensais, sujeita à legislação vigente na contratação
Escolaridade	Graduação em Medicina reconhecida pelo MEC ou diploma revalidado no Brasil
Registro profissional	CRM-PR ativo e regular na contratação
Lotação	Rede municipal de APS/ESF, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde

ANEXO III - ATRIBUIÇÕES DO MÉDICO ESF/APS
• Realizar consultas programadas, de retorno e de demanda espontânea, com anamnese, exame físico, raciocínio diagnóstico, tratamento e acompanhamento longitudinal;
• Acompanhar hipertensão, diabetes, dislipidemias, obesidade, doenças respiratórias, renais, metabólicas e demais condições prevalentes na Atenção Primária;
• Realizar pré-natal de risco habitual, atenção ao puerpério, planejamento reprodutivo, rastreamentos e demais ações de saúde da mulher compatíveis com a APS;
• Realizar puericultura, acompanhamento do crescimento e desenvolvimento, atenção ao adolescente e atenção integral à pessoa idosa;
• Atuar na atenção à saúde mental no âmbito da APS, inclusive avaliação inicial, seguimento, cuidado compartilhado e identificação de situações de risco;
• Realizar visitas domiciliares e participar de ações territoriais, coletivas, educativas, de promoção, prevenção e vigilância em saúde;
• Solicitar, interpretar e acompanhar exames de forma racional e prescrever tratamentos farmacológicos e não farmacológicos dentro das competências profissionais;
• Reconhecer sinais de gravidade, prestar atendimento inicial às urgências compatíveis com a estrutura disponível e realizar encaminhamento/regulação quando necessário;
• Participar de reuniões de equipe, planejamento local, discussão de casos, matriciamento, educação permanente e organização do processo de trabalho;
• Registrar de forma completa e tempestiva atendimentos, procedimentos e informações nos sistemas oficiais e no prontuário adotado pelo Município;
• Coordenar o cuidado, realizar encaminhamentos e acompanhar referências, contrarreferências e altas nos diversos pontos da Rede de Atenção à Saúde;
• Cumprir protocolos, normas técnicas, princípios éticos, deveres funcionais e outras atribuições legalmente compatíveis com a função de Médico na ESF/APS.

ANEXO IV - CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
A. SUS, LEGISLAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA
• Constituição Federal: princípios da Administração Pública e direito à saúde; arts. 196 a 200.
• Lei Federal nº 8.080/1990; Lei Federal nº 8.142/1990; Decreto Federal nº 7.508/2011.
• Princípios e diretrizes do SUS; regionalização, redes de atenção, regulação, referência e contrarreferência.
• Política Nacional de Atenção Básica vigente; atributos da APS; territorialização, adscrição, acesso, longitudinalidade, integralidade e coordenação do cuidado.
• e-SUS APS/prontuário eletrônico, registros assistenciais, indicadores, vigilância e notificação compulsória.
• CNES, carga horária, vínculos e composição das equipes.
B. ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA E PROCESSO DE TRABALHO NA APS
• Composição e atribuições da equipe de Saúde da Família.
• Processo de trabalho multiprofissional e interprofissional; planejamento local e territorial.
• Acolhimento, demanda programada e espontânea, estratificação de risco e coordenação do cuidado.
• Visita domiciliar, atenção domiciliar, ações coletivas, promoção da saúde, prevenção e educação em saúde.
• Integração com vigilância em saúde e demais pontos da Rede de Atenção à Saúde.
C. CLÍNICA MÉDICA APLICADA À APS
• Hipertensão arterial, diabetes mellitus, dislipidemias, obesidade e risco cardiovascular.
• Asma, DPOC, pneumonias, síndromes gripais e tuberculose.
• Doença renal crônica, infecção urinária e litíase urinária.
• Doenças gastrointestinais e hepatobiliares prevalentes e sinais de alarme.
• Doenças tireoidianas, osteoporose e alterações metabólicas prevalentes.
• Cefaleias, AVC, convulsões, vertigem e sinais neurológicos de alarme.
• Lombalgia, osteoartrite, dor crônica e condições musculoesqueléticas prevalentes.
• Dermatoses prevalentes, infecções de pele e sinais suspeitos para câncer de pele.
• Otites, sinusites, olho vermelho, redução visual e sinais de alarme.
• Uso racional de exames, medicamentos e antimicrobianos; prevenção quaternária.
D. CICLOS DE VIDA, SAÚDE MENTAL E CONDIÇÕES PRIORITÁRIAS
• Pré-natal de risco habitual, puerpério, planejamento reprodutivo, climatério e rastreamentos.
• Puericultura, crescimento, desenvolvimento, imunização e doenças prevalentes da infância.
• Saúde do adolescente e da pessoa idosa; fragilidade, quedas, demências, polifarmácia e cuidados paliativos.
• Depressão, ansiedade, transtornos psicóticos, álcool e outras drogas, crise em saúde mental e avaliação do risco de suicídio.
• Dengue e outras arboviroses, hanseníase, IST, HIV, hepatites e doenças de notificação compulsória.
E. URGÊNCIAS, VIGILÂNCIA, ÉTICA E SEGURANÇA DO PACIENTE

• Abordagem inicial ABCDE; parada cardiorrespiratória; anafilaxia; sepse; AVC; síndrome coronariana; crise asmática grave; convulsão; intoxicações e trauma.
• Reconhecimento de sinais de gravidade e encaminhamento regulado.
• Código de Ética Médica; sigilo, prontuário, atestados, consentimento e responsabilidade profissional.
• Segurança do paciente, identificação, comunicação, prescrição segura e prevenção de eventos adversos.
Referências normativas: legislação e normas oficiais vigentes até a publicação do Edital; publicações oficiais do Ministério da Saúde, Secretaria de Estado da Saúde do Paraná e Conselho Federal de Medicina relacionadas aos temas expressamente previstos neste conteúdo programático.

ANEXO V - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO
Nome completo: _____
Nome social, se aplicável: _____
CPF: _____
RG/Documento de identidade: _____
Data de nascimento: _____
Endereço: _____
Município/UF: _____
Telefone: _____
E-mail: _____
CRM/UF e nº,: _____
Pessoa com deficiência: ( ) Sim ( ) Não: _____
Afro-brasileiro: ( ) Sim ( ) Não: _____
Solicita condição especial: ( ) Sim ( ) Não - Qual?: _____
Declaro que li e aceito integralmente as regras do Edital, que as informações prestadas são verdadeiras, que acompanharei o sítio eletrônico oficial do Município e que tenho ciência de que a inscrição somente será efetivada após a confirmação do pagamento da taxa, sem prejuízo da comprovação dos requisitos na fase própria.
Data: ____/____/_____

Assinatura: _____

ANEXO VI - REQUERIMENTO PcD / CONDIÇÕES ESPECIAIS
Nome: _____
CPF: _____
Nº de inscrição: _____
( ) Concorrência na condição de PcD
( ) Prova ampliada
( ) Leitor
( ) Transcritor
( ) Intérprete de Libras
( ) Sala acessível
( ) Mobiliário adaptado
( ) Tempo adicional, quando legalmente cabível
( ) Condição para lactante
( ) Outra condição
Justificativa/documentação anexada: _____
Data: ____/____/_____

Assinatura: _____

ANEXO VII - AUTODECLARAÇÃO DE CANDIDATO AFRO-BRASILEIRO
Eu, _____, CPF nº _____, inscrição nº _____, DECLARO, sob as penas da lei, para fins de participação na reserva de vagas deste Processo Seletivo Simplificado, que me identifico como pessoa de cor preta ou parda, pertencente à população negra/afro-brasileira, nos termos da legislação aplicável.
Declaro estar ciente de que a falsidade da presente declaração poderá acarretar eliminação do certame e demais consequências legais, assegurados o contraditório e a ampla defesa quando cabíveis.
Data: ____/____/_____

Assinatura: _____

ANEXO VIII - SOLICITAÇÃO DE USO DO NOME SOCIAL
Nome civil: _____
Nome social a ser utilizado: _____
CPF: _____
Nº de inscrição: _____
Solicito que o nome social acima indicado seja utilizado nas comunicações, listas e atos do PSS, observada a legislação aplicável e preservado o nome civil quando necessário para identificação oficial.
Data: ____/____/_____

Assinatura: _____

ANEXO IX - FORMULÁRIO DE RECURSO
OBSERVAÇÃO: O formulário constitui referência dos dados necessários. O protocolo do recurso será realizado exclusivamente pelo campo eletrônico específico disponibilizado no sítio oficial da Prefeitura Municipal, dentro do prazo previsto no Cronograma.
Nome: _____
Nº de inscrição: _____
Fase/ato recorrido: _____
Questão, se aplicável: _____
Pedido: _____
Fundamentação técnica/normativa:
_____
_____
_____
_____
_____
Data: ____/____/_____
Assinatura: _____

ANEXO X - DECLARAÇÃO DE VÍNCULOS, HORÁRIOS E CNES
Declaro, para fins de eventual contratação, todos os vínculos públicos e privados mantidos, com indicação de instituição, natureza do vínculo, carga horária, dias e horários:

Instituição	Vínculo	Carga horária	Dias	Horários

Declaro possuir disponibilidade para cumprimento integral das 40 horas semanais e comprometo-me a fornecer as informações necessárias ao CNES e a comunicar imediatamente qualquer alteração de vínculo ou horário.
Data: ____/____/_____

Assinatura: _____

ANEXO XI - DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO
• Documento oficial de identidade e CPF;
• Certidão de nascimento ou casamento, quando aplicável;
• Título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;
• Comprovante de quitação militar, quando aplicável;
• Comprovante de residência;
• PIS/PASEP/NIT, quando aplicável;
• Diploma de graduação em Medicina;
• Documento de revalidação do diploma, se obtido no exterior;
• Carteira/registro ativo e regular no CRM-PR e certidão de regularidade profissional;
• Declaração de vínculos públicos e privados e compatibilidade de horários;
• Informações e declarações necessárias ao CNES;
• Dados bancários;
• Documentação de dependentes;
• Atestado/exame de saúde ocupacional admissional;
A relação poderá ser complementada no edital de convocação quando houver exigência legal superveniente ou necessidade administrativa devidamente justificada.

ANEXO XII - TERMO DE DESISTÊNCIA / NÃO INTERESSE NA CONTRATAÇÃO
Eu, _____, CPF nº _____, classificado(a) no Processo Seletivo Simplificado nº ____/2026 para a função de Médico - ESF/APS, DECLARO que não tenho interesse em assumir a contratação referente à convocação publicada em ____/____/2026.

( ) DESISTO definitivamente da classificação e de futuras convocações.
( ) REQUEIRO, se admitido pela Administração e pelas regras do Edital, reposicionamento para o final da lista, uma única vez.
Data: ____/____/_____

Assinatura: _____

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:3E1B5449

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 044/2026

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 044/2026
CONTRATO Nº 138/2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PÃO FRANCÊS E PÃO TIPO HOT DOG, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O PÃO FRANCÊS SERÁ UTILIZADO NO DESFILE CÍVICO, A SER REALIZADO NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2026, ENQUANTO O PÃO TIPO HOT DOG SERÁ UTILIZADO NA COMEMORAÇÃO DO DIA DAS CRIANÇAS, PREVISTA PARA O DIA 09 DE OUTUBRO DE 2026.**
CONTRATADA: **M.A.R – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA,** com sede na Rua Luiz Carlos Zani, nº 1.755, Parque Industrial III, cidade de Ibiporã, Estado do Paraná, C.N.P.J. nº 08.667.351/0001-62, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **MOÍSES DE ALBUQUERQUE ROSA,** portador da Carteira de Identidade n° 4.168.32/8 e do CPF n° 581.432.629-87. **Com o valor de R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).**
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 02 de setembro de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
M.A.R – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO: Nº 044/2026
CONTRATO Nº 139/2026
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PÃO FRANCÊS E PÃO TIPO HOT DOG, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O PÃO FRANCÊS SERÁ UTILIZADO NO DESFILE CÍVICO, A SER REALIZADO NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2026, ENQUANTO O PÃO TIPO HOT DOG SERÁ UTILIZADO NA COMEMORAÇÃO DO DIA DAS CRIANÇAS, PREVISTA PARA O DIA 09 DE OUTUBRO DE 2026.**
CONTRATADA: **LIMARO SUPERMERCADOS LTDA,** com sede na Avenida Pedro Ferreira da Costa, nº 1.285, Centro, cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, C.N.P.J. nº 33.597.690/0001-67, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **WALESSON RODRIGUES,** portador da Carteira de Identidade n° 124787238 e do CPF n° 082.856.349-73. Com o valor de **R$ 1.320,00 (mil, trezentos e vinte reais).**
CONTRATANTE: Município de São Jerônimo da Serra – PR
VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.
São Jerônimo da Serra/PR, 02 de setembro de 2026.
Assinaturas: **VENICIUS DJALMA ROSA – Prefeito Municipal**
LIMARO SUPERMERCADOS LTDA

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:D94E640D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026 PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026 RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026
PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 044/2026
RESULTADO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O Município de São Jerônimo da Serra – Estado do Paraná, torna público a homologação do procedimento de licitação em epígrafe, com objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE PÃO FRANCÊS E PÃO TIPO HOT DOG, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. O PÃO FRANCÊS SERÁ UTILIZADO NO DESFILE CÍVICO, A SER REALIZADO NO DIA 04 DE SETEMBRO DE 2026, ENQUANTO O PÃO TIPO HOT DOG SERÁ UTILIZADO NA COMEMORAÇÃO DO DIA DAS CRIANÇAS, PREVISTA PARA O DIA 09 DE OUTUBRO DE 2026.**

Empresas vencedoras:

01. M.A.R – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA, com sede na Rua Luiz Carlos Zani, nº 1.755, Parque Industrial III, cidade de Ibiporã, Estado do Paraná, C.N.P.J. nº 08.667.351/0001-62, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **MOÍSES DE ALBUQUERQUE ROSA,** portador da Carteira de Identidade n° 4.168.32/8 e do CPF n° 581.432.629-87. **Com o valor de R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).**

02. LIMARO SUPERMERCADOS LTDA, com sede na Avenida Pedro Ferreira da Costa, nº 1.285, Centro, cidade de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, C.N.P.J. nº 33.597.690/0001-67, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **WALESSON RODRIGUES,** portador da Carteira de Identidade n° 124787238 e do CPF n° 082.856.349-73. Com o valor de **R$ 1.320,00 (mil, trezentos e vinte reais).**

São Jerônimo da Serra,02 de setembro de 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aliciany Maria de Oliveira Correa
Código Identificador:72F4B131

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 461/2026

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município, para o exercício financeiro de 2026, um Crédito Adicional Especial no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado à inclusão de elemento de despesa para atendimento das ações da Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificação abaixo:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.002 – Fundo Municipal de Saúde

10.301.0010.2.039 – Manutenção do Programa Saúde da Família – PSF

Natureza da Despesa	Fonte	Valor
3.1.90.04.00.00.00.00 – Contratação por Tempo Determinado	00494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 100.000,00

TOTAL DO CRÉDITO ESPECIAL: R$ 100.000,00

Art. 2º. Para cobertura do Crédito Adicional Especial autorizado no artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial de dotação orçamentária, na forma do artigo 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme segue:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
06.002 – Fundo Municipal de Saúde
10.301.0010.2.038 – Manutenção de Postos de Saúde

Natureza da Despesa	Fonte	Valor
3.3.90.39.00.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	00494 – Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 100.000,00

TOTAL DA ANULAÇÃO: R$ 100.000,00

Art. 3º. Ficam alterados, no que couber, os Anexos do Plano Plurianual – PPA, da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA, visando compatibilizar a programação orçamentária com as alterações promovidas por esta Lei.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AO02 DE SETEMBRODE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:0D7E1195

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N.º 462/2026

SÚMULA: AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR REPASSE FINANCEIRO PARA A ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO POSTO INDÍGENA BARÃO DE ANTONINA PARA O EXERCÍCIO DE 2026/2027 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE:

LEI

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a repassar **Associação dos Produtores Rurais do Posto Indígena Barão de Antonina**, inscrita no **CNPJ/MF nº 07.429.464/0001-67** o valor de **R$ 287.796,32 (Duzentos e oitenta e sete mil setecentos e noventa e seis reais e trinta e dois centavos)** através de recursos próprios do Poder Executivo, conforme plano de trabalho apresentado pela Associação, a considerar a partir da data de assinatura do Contrato.

Parágrafo único. O Município e a Associação deverão atender as exigências da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, assim como os procedimentos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021.

Art. 2º.À Associação deverá prestar contas do benefício recebido ao Executivo Municipal de acordo com as normas estabelecidas pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 3º.O contrato terá prazo de validade de 12 (doze) meses, podendo ser aditivado por igual período em comum acordo entre as partes na forma da lei de licitações.

Parágrafo único. Os bens permanentes e equipamentos adquiridos com recursos de transferência voluntárias, serão ao término do contrato restituídos ao poder público, podendo, contudo, mediante motivada solicitação serem doados e/ou destinados a entidade beneficiada nos termos do Art. 20 da Resolução 003/2006 do Tribunal de Contas do Paraná – TCE/PR.

Art. 4º. As despesas deverão estar previstas no orçamento em dotação própria para realização da despesa, ficando autorizado o Poder Executivo Suplementar naquilo que couber assim como, proceder as alterações pertinentes mediante Ato do Poder Executivo.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

EDIFICIO SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AO 02 DE SETEMBRODE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:CBD1FF3E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N° 29/2026 – FORMA: PRESENCIAL
REGISTRO DE PREÇO
O Município de São José da Boa Vista-PR torna público que, após alterações editalícias necessárias, fará realizar processo licitatório na modalidade Pregão, em sua forma Presencial, que tem por objeto o "Registro de preço para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para merenda Escolar Municipal". A sessão se dará no dia 17/09/2026, a partir das 10h00min na Sala de Reuniões da Divisão de Licitações, situada na Sede da Prefeitura Municipal, na Rua Reinaldo Martins Gonçalves, nº. 85, Centro. Os envelopes poderão ser entregues à partir das 08h00min, encerrando-se o recebimento às 09h59min, sendo a abertura pontualmente às 10h00min. Valor máximo aceitável R$ 381.836,30 (Trezentos e oitenta e um mil, oitocentos e trinta e seis reais e trinta centavos). . Mais esclarecimentos poderão ser obtidos no Edifício da Prefeitura Municipal, no horário comercial, pelo fone: (043) 3565-1252, e-mail: licitacoes@saojosedaboavista.pr.gov.br. Os interessados poderão obter o edital completo nos sites: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br ou https://www.gov.br/pncp/pt-br.
São José da Boa Vista, 02 de setembro de 2026.

ALAN SILVEIRA DE SANTANA -
Pregoeiro Oficial do Municipio

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:5ABF3C45

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO N° 30/2026 – FORMA: ELETRÔNICO

CONTRATAÇÃO COMPRAS.GOV Nº 08/2026
O Município de São José da Boa Vista-PR torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico que tem por objeto o "Contratação de empresa especializada, regularmente constituída, com objeto social compatível e capacidade técnica para execução de serviços de coleta seletiva, manejo de resíduos, saneamento ambiental, limpeza urbana ou serviços ambientais similares. ". A sessão se dará no dia 01/10/2026, a partir das 09h00min no ambiente virtual da plataforma comprasgov – UASG: 987883. Valor máximo da aquisição R$ 298.399,92 (Duzentos e noventa e oito mil trezentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos). Mais esclarecimentos poderão ser obtidos no Edifício da Prefeitura Municipal, no horário comercial, pelo fone: (043) 3565-1252, e-mail: licitacoes@saojosedaboavista.pr.gov.br. Os interessados poderão obter o edital completo nos sites: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br, www.comprasgovernamentais.gov.br ou https://www.gov.br/pncp/pt-br.

São José da Boa Vista, 02 de setembro de 2026.

ALAN SILVEIRA DE SANTANA **-**
Pregoeiro Oficial

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:D291951B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO - PROCESSO LICITATORIO Nº 062/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 - SRP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO

PROCESSO LICITATORIO Nº 062/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2026 - SRP

A prefeitura do município de São José das Palmeiras/PR, torna público para conhecimento dos interessados, que se encontra em andamento processo administrativo de pregão eletrônico, conforme indicado abaixo:

Resumo do Certame:

Processo n.º:	062/2026
Pregão Eletrônico n. º:	027/2026
OBJETO	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de lubrificantes, graxas, agente redutor automotivo ARLA 32 e detergentes/produtos de limpeza automotiva, para manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, máquinas e equipamentos pertencentes às Secretarias e Departamentos do Município de São José das Palmeiras/PR.

Tipo de Licitação: Menor Preço POR ITEM

• **Período de recebimento das propostas**: das 10h00min do dia 03/09/2026 até as 08h10min do dia **18/09/2026**

Abertura e Julgamento das Propostas: as 08h10min do dia 18/09/2026
Início Da Sessão De Disputa De Preços: Às 08h40min Do Dia 18/09/2026.
Referência de tempo: Horário De Brasília (DF).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil– BLL – www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações"
Edital: O Edital Estará Disponível Aos Interessados Para Download No Site Do Município:www.sjpalmeiras.pr.gov.br/ - Na Aba "Licitações".

São José das Palmeiras, 01 de setembro de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:2233B151

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 089/2026 - DISPÕE SOBRE RENÚNCIA DE MEMBRO TITULAR DO CONSELHO TUTELAR

DECRETO Nº 089/2026
DATA: 02 de setembro 2026

SÚMULA: Dispõe sobre renúncia de membro titular do Conselho Tutelar.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 665/2021,

DECRETA

Art. 1º - Renúncia de mandato a partir do dia 03 (três) de setembro, a pedido do membro titular do Conselho tutelar **JAQUELINE EDUARDA WEISS DA SILVA**, matricula funcional 6282-1.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná em 02 de setembro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:25771A40

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 091/2026 - NOMEIA CONSELHEIRO TUTELAR

DECRETO Nº 091/2026
DATA: 02 de setembro de 2026

SÚMULA: Nomeia Conselheiro Tutelar

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 665/2021, art. 63°, Inciso I

DECRETA

Art. 1º – Fica nomeado, a partir de 03 (três) de setembro de 2026, o Senhor **ADAIR BATISTA DALMAS,** portador do CPF nº 51X.XXX.X09-20, eleito suplente ao cargo de Conselheiro Tutelar, conforme Edital nº 007/2023, de 02 de outubro de 2023, para exercer a função de Conselheiro Tutelar titular.
Art. 2º – A presente nomeação decorre da vacância do cargo em razão da renúncia de membro titular do Conselho Tutelar, devendo o nomeado exercer a função pelo período remanescente do mandato correspondente ao quadriênio 2024/2027, observadas as disposições legais aplicáveis.
Art. 3° Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 02 de setembro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:F1D7F622

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 348/2026

DECRETO Nº 348/2026

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Concorrência Eletrônica sob o nº 08/2026-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº 14.133/21 de 01 de abril de 2021

Considerando o Parecer exarado pela assessoria jurídica do município

Considerando a edição da Lei Municipal nº 051/2026

D E C R E T A

Art. 1º Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pela Comissão Permanente de Licitações, extraído da licitação sob a modalidade de Concorrência nº 08/2026-PMSPPR de 06 de maio de 2026, tomou por objeto a Concessão De Direito Real de Uso de um imóvel pertencente a este Município sem utilização, para incentivo comercial, na sede do município de São Pedro do Paraná, em favor do proponente:

LOTE ÚNICO: Lote nº 03, Quadra C, com área de 478,09m², situado na Cidade de São Pedro do Paraná, Matrícula nº 52.468, do Cartório de Registro de Imóveis de Loanda, Estado do Paraná, para o fim especifico de incentivo e estímulo à instalação de empresa e geração de emprego e renda.**VENCEDOR: 24.501.632 PAULETE APARECIDA CRESPILHO DA CUNHA CNPJ/MF nº 24.501.632/0001-05**
Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 02 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:9F0EE8F5

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 349/2026

DECRETO Nº 349/2026

Súmula: Dispõe sobre a suspensão do Pregão Eletrônico nº 16/2026, instaurado no Processo Administrativo nº 82/2026, e assegura a prévia manifestação dos interessados, nos termos do art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021,

CONSIDERANDO o conteúdo do Pregão Eletrônico nº 16/2026, cujo objeto consiste no registro de preços para contratação de empresa especializada em serviços de sistema de vigilância para atendimento das demandas do Município de São Pedro do Paraná;

CONSIDERANDO que o objeto contempla solução tecnológica integrada, envolvendo, entre outros elementos, câmeras ANPR para reconhecimento de placas, servidor, integração por Open API, armazenamento de imagens e vídeos, instalação, manutenção, transporte de imagens, transmissão em ambiente outdoor e atendimento 24 horas;

CONSIDERANDO que, conforme constatado nos autos, não foi elaborado Estudo Técnico Preliminar – ETP previamente à deflagração do procedimento licitatório;

CONSIDERANDO que o art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021 estabelece que a fase preparatória do processo licitatório é caracterizada pelo planejamento e que a descrição da necessidade da contratação deve ser fundamentada em Estudo Técnico Preliminar que caracterize o interesse público envolvido;

CONSIDERANDO que o Estudo Técnico Preliminar constitui a primeira etapa do planejamento da contratação e deve demonstrar, entre outros aspectos, o problema a ser resolvido, a melhor solução, a viabilidade técnica e econômica da contratação e o levantamento das alternativas disponíveis;

CONSIDERANDO que, no caso concreto, o Termo de Referência, embora contenha justificativa da necessidade da contratação e pesquisa de preços, não substitui o Estudo Técnico Preliminar, especialmente diante da complexidade da solução tecnológica pretendida;

CONSIDERANDO que a pesquisa de preços realizada no procedimento não se confunde com o levantamento de mercado próprio do Estudo Técnico Preliminar, destinado à análise das soluções disponíveis e à justificativa técnica e econômica da solução escolhida;
CONSIDERANDO o princípio do planejamento, expressamente previsto no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021;

CONSIDERANDO o princípio da autotutela administrativa, pelo qual a Administração Pública possui o poder-dever de rever seus próprios atos quando constatada ilegalidade, nos termos da Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal;

CONSIDERANDO que o art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021 autoriza a autoridade superior a proceder à anulação da licitação quando presente ilegalidade insanável, devendo, nos termos do § 3º do mesmo artigo, ser assegurada a prévia manifestação dos interessados;

CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico emitido pela Assessoria Jurídica Municipal concluiu pela viabilidade jurídica da anulação do Pregão Eletrônico nº 16/2026, caso, após o contraditório, seja confirmada a inexistência do Estudo Técnico Preliminar e reconhecida a impossibilidade de saneamento sem o refazimento da fase preparatória;

CONSIDERANDO que o mesmo parecer recomendou a manutenção da suspensão do procedimento até o encerramento da fase de manifestação dos interessados e a posterior prolação de decisão administrativa expressamente motivada;

DECRETA:

Art. 1º Fica SUSPENSO o Pregão Eletrônico nº 16/2026, instaurado no âmbito do Processo Administrativo nº 82/2026, até a conclusão da análise acerca da regularidade da fase preparatória do procedimento.

Art. 2º A suspensão prevista no artigo anterior decorre da constatação, nos autos, da ausência de Estudo Técnico Preliminar – ETP previamente à elaboração dos atos subsequentes da fase preparatória, circunstância que poderá caracterizar violação ao disposto no art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 3º Fica assegurada aos licitantes e demais interessados diretamente afetados pelo procedimento a oportunidade de apresentar manifestação acerca da possível anulação do Pregão Eletrônico nº

16/2026, em observância ao contraditório e à ampla defesa e ao disposto no art. 71, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 1º Os interessados serão formalmente cientificados da presente suspensão e da possibilidade de manifestação, mediante publicação no meio oficial cabível e comunicação pelos meios utilizados no procedimento licitatório, quando aplicável.

§ 2º Será concedido aos interessados o prazo de 03 (três) dias úteis, contado da respectiva ciência, para apresentação de manifestação escrita, documentos e demais elementos que entenderem pertinentes.

§ 3º A manifestação deverá ser apresentada nos autos do Processo Administrativo nº 82/2026, na forma estabelecida pela Administração.

Art. 4º Encerrado o prazo previsto no artigo anterior, havendo ou não manifestação dos interessados, os autos deverão ser encaminhados à autoridade competente para apreciação.

§ 1º Havendo manifestação, esta deverá ser analisada individualmente, com apreciação dos argumentos e documentos apresentados.

§ 2º Não havendo manifestação no prazo estabelecido, será certificada a ocorrência nos autos, prosseguindo-se regularmente o procedimento administrativo.

Art. 5º Após o encerramento da fase de contraditório, deverá ser proferida decisão administrativa expressamente motivada, na qual a autoridade competente deverá apreciar:
I – a efetiva inexistência do Estudo Técnico Preliminar;
II – a relevância do ETP para a definição da solução objeto da contratação;
III – a possibilidade ou impossibilidade de saneamento do vício;
IV – as manifestações eventualmente apresentadas pelos interessados; e
V – a necessidade, ou não, de anulação do procedimento licitatório.

Art. 6º Caso seja confirmada a inexistência do Estudo Técnico Preliminar e reconhecida a impossibilidade de saneamento do vício sem o refazimento da fase preparatória, deverá ser adotada a providência juridicamente cabível quanto à anulação do Pregão Eletrônico nº 16/2026, nos termos do art. 71, inciso III e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo único. Na hipótese de anulação, a decisão deverá indicar expressamente os atos atingidos pelo vício e aqueles que, por dele dependerem, deverão ser considerados sem efeito, observada a extensão da nulidade prevista no art. 71, § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 7º Caso persista o interesse da Administração na contratação do objeto, e sendo posteriormente reconhecida a necessidade de anulação do procedimento, os autos deverão retornar ao setor competente para elaboração de novo Estudo Técnico Preliminar, seguido da elaboração dos demais documentos da fase preparatória, inclusive novo Termo de Referência, pesquisa de preços, análise de riscos e demais documentos exigidos pela legislação aplicável.

Art. 8º A elaboração de eventual novo procedimento deverá observar, especialmente, a demonstração documental:
I – da necessidade da contratação;
II – das soluções disponíveis no mercado;
III – da justificativa técnica e econômica da solução escolhida;
IV – dos quantitativos estimados;
V – da viabilidade técnica e econômica;
VI – da possibilidade de parcelamento ou não do objeto;
VII – dos riscos envolvidos; e
VIII – dos resultados pretendidos.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 02 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:97CC9503

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 350/2026

DECRETO Nº 350/2026

Súmula: Homologa a Licitação na Modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 24/2026-PMSPPR.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, PrefeitO Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e em cumprimento do disposto na Lei Federal nº. 14.133 de 1º de abril de 2021.

D E C R E T A

Art. 1º Fica homologado o PARECER na forma estabelecida pelo Pregoeiro, extraído da licitação sob a modalidade de Pregão Eletrônico nº 24/2026-PMSPPR de 13 de agosto de 2026, que tomou por objeto a contratação de prestação de serviço de inserção em rádio AM/FM para atender as necessidades do Município de São Pedro do Paraná, despesa descrita no seguinte projeto:

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 24/2026-PMSPPR de 13 de agosto de 2026
OBJETO: serviço de inserção em rádio
03.001.04.122.00002.2008 – ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
03.001.04.122.0003.2.005- MANUTENÇÃO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
03.001.04.129.0004.2012 MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
04.001.04.122.0009.2.020. – ADIMINISTRAÇÃO DA DIRETORIA DE OBRAS, VIAÇAO E URBANIZAÇAO.
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
04.001.26.782.0017.2038 – MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
05.001.12.361.0018.2045 – ENSINO FUNDAMENTAL 1º A 5º SERIES – RECURSOS PROPRIOS
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
05.001.12.361.0018.2151 ADMINISTRAÇÃO GERAL DA EDUCAÇÃO NO MUNICIPIO
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
05.002.12.365.0019.2051 – CRECHES MUNICIPAIS (RECURSOS PROPRIOS)
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
05.002.12.365.0019.2052 – ENSINO PRE-ESCOLAR (RECURSOS PROPRIOS)
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
06.001.27.812.0021.2054 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESPORTIVAS
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
07.001.10.301.0022.2059 – ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

07.001.10.301.0022.2060 – PAB – PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
07.001.10.304.0022.2084 - SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SANITARIA
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
08.001.08.244.0023.2063 – CRAS – CENTRO DE REFERENCIA EM ASSITENCIA SOCIAL
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
09.001.20.601.0028.2078 – PROGRAMA DE INCENTIVO AO PEQUENO E MEDIO PRODUTOR RURAL
3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
09.001.20.605.0028.2103 MANUTENÇÃO DA SECRETÁRIA DE AGRICULTURA
3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
10.001.18.541.0029.2080 AÇÕES DIRETAS DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL
3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
12.001.23.695.0030.2100 AÇÕES DIRETAS DE TURISMO
3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA

No Valor Máximo de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais) em favor do proponente:

NEWS PUBLICIDADES E EMPREENDIMENTOS ARTISTICOS EIRELI - CNPJ/MF nº 00.173.433/0001-49 para o lote 01, no Valor Total de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Pedro do Paraná-PR, 02 de setembro de 2026.

Registre-se e Publique-se.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosieli Cristina da Silva
Código Identificador:06C858A7

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO INEXIGIBILIDADE Nº 60/2026

EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ e THALIA REZENDE, CPF/MF nº 097.357.019-95

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS FEMININO, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 60/2026 – 27 de agosto de 2026.
04.001.04.122.0009.2020 - ADMINISTRAÇÃO DA DIRETORIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA
04.001.17.512.0016.2035 - SERVIÇOS DE COLETA DE LIXO, LIMPEZA PUBLICA E ATERRO SANITÁRIO
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA
04.001.26.782.0015.2038 - MANUTENÇÃO DA ESTRADAS VICINAIS
3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

Fica estabelecido o valor do presente contrato:

PROFISSIONAL	HORARIO	VALOR UNIT
SERVIÇOS GERAIS FEMININO	40H	R$ 3.095,83

Prazo de vigência: 12 meses a partir da data da assinatura do contrato.

São Pedro do Paraná-PR, 02 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:E109FED2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - COMUNICADO

COMUNICADO À POPULAÇÃO

Vanderlei Caetano de Castro, Prefeito Municipal de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, em conjunto com o Sr. Ademar Moi Zordan, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, e considerando o disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar 101 de 04/05/2001, torna público que estará realizando Audiência Pública nas dependências do prédio da Câmara Municipal de São Pedro do Paraná, no dia 03 de setembro de 2026, às 15:00 horas, para apresentação, discussão junto a população do Projeto de Lei nº 066/2026.

São Pedro do Paraná, 02 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

ADEMAR MOI ZORDAN
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:E5C1CE64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 41 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

RESOLUÇÃO Nº 41 DE 28 DE AGOSTO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre alteração da reprogramação do superávit financeiro exercício 2025 e inclusão dos rendimentos de aplicações financeiras e sua aplicação no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social-FMAS e dá outras providências.

O Conselho Municipal de Assistência Social-CMAS de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, conferida pela lei municipal nº 1.509 de 11 de outubro de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de adequação do orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social para assegurar a continuidade e a execução das ações, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de **alteração da reprogramação do superávit financeiro**, visando adequar a utilização dos recursos às necessidades atuais da Política Municipal de Assistência Social;
CONSIDERANDO a necessidade de inclusão e aplicação dos rendimentos decorrentes das aplicações financeiras dos recursos vinculados à Fonte 940;
CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social, em reunião ordinária realizada no dia 28 de agosto de 2026, *registrada em Ata de N.º 314/2026.*

RESOLVE

Art. 1º. Aprovar a **alteração da reprogramação do superávit financeiro** dos recursos vinculados à **Fonte 3940**, para o exercício financeiro de 2026, bem como a inclusão no Orçamento dos rendimentos provenientes das aplicações financeiras, apuradas no período de 01/01/2026 a 28/08/2026, dos referidos recursos – **Fonte 940**, conforme Planilha em anexo, previamente aprovada por este Conselho.

Art. 2º. – Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Sebastião da Amoreira, 28 de agosto de 2026.

AMANDA FRANCIELI DE SOUZA FERREIRA
Presidente do CMAS

ALTERAÇÃO

Reprogramação do Superávit Financeiro por Fonte - FMAS – Exercício 2026

· **Fonte: 3940 - Índice de Gestão Descentralizada**
Programa Bolsa Família – IGDBF
Rec. Federal c/c 16.723-1

Fonte	Especificação	Total
3940 IGDBF	Equipamentos e Mat Permanente	36.709,08
	TOTAL	**36.709,08**

· **Fonte: 3940: Índice de Gestão Descentralizada**
Programa Auxilio Brasil – IGDPAB
Rec. Federal c/c 19.361-5

Fonte	Especificação	Total
3940 IGDAB	Equipamentos e Mat Permanente	66.191,23
	TOTAL	**66.191,23**

Fonte: 3745 - Índice de Gestão Descentralizada – Programa Auxilio Brasil – IGDPAB
Rec. Federal c/c 19.361-5

Fonte	Especificação	Total
3745 IGDAB	Equipamentos e Mat Permanente	314,63
	TOTAL	**314,63**

INCLUSÃO
RENDIMENTOS DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS PERÍODO: 01/01/2026 À 28/08/2026.

· **Fonte: 940:Indice de Gestão Descentralizada Programa Bolsa Família –IGDBF**
Rec. Federal c/c 16.723-1

Fonte	Especificação	TOTAL
940 IGDBF	Equipamentos e Mat Permanente	6.369,04
	TOTAL	**6.369,04**

· **Fonte 940: Índice de Gestão Descentralizada Programa Auxilio Brasil –IGDPAB**
Rec. Federal c/c 19.361-5

Fonte	Especificação	TOTAL
940 IGDPAB	Equipamentos e Mat Permanente	5.432,74
	TOTAL	**5.432,74**

Publicado por:
Maria José Fernandes Viturino
Código Identificador:A7F7D3D7

DIVISÃO DE PESSOAL
DECRETO Nº 242/2026

Súmula: Nomeia Chefe do Setor de Planejamento e Orçamento e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme Protocolo sob nº5619/2026;

DECRETA:

Art. 1º- Fica nomeado a partir de 01 de setembro de 2026, o senhor **JOÃO VITOR MOREIRA DA SILVA**, portador do CPF nº. 10*.***.**9-19, para o cargo de **Chefe do Setor de Planejamento e Orçamento,** provimento em comissão, símbolo FG-3, integrante do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art. 2º- Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 02 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Departo de Recursos Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:8910D8DD

DIVISÃO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 236/2026

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Tornar público o resultado do exame pré-admissional:

De acordo com o Processo Seletivo Simplificado nº006/2025, Resultado Final Edital nº 21/2025, **o candidato abaixo relacionado, convocado foi considerado apto, com início dia 03 de setembro de 2026.**

AUXILIAR DE SERVIÇOS – CLASSIFICAÇÃO GERAL

NOME DO CANDIDATO	PONTOS	CLASSIFICAÇÃO
CRISTIANA DA SILVA	74	38º

Publica-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São Sebastião da Amoreira, 02 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal

CHRISTIANE F. BONARDI
Dir. do Depto de Rec. Humanos
Decreto nº 67/2026

Publicado por:
Esthefany Mayara Teixeira de Lima
Código Identificador:96383EBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
LEI Nº 2.302, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: *Denomina o novo Centro Municipal de Educação Infantil localizado na Rua Curitiba, nº 133, de "CMEI Professora Neuza de Oliveira da Costa" e dá outras providências.*

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e eu, EXILAINE GASPAR, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado "Centro Municipal de Educação Infantil Professora Neuza de Oliveira da Costa" o próprio público construído e instalado no imóvel localizado na Rua Curitiba, nº 133, no Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná.

Art. 2º A presente denominação visa dar cumprimento ao objetivo legal estabelecido na Lei Municipal nº 1.501, de 09 de agosto de 2017, perpetuando a homenagem à ilustre educadora em sede definitiva de próprio público municipal.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução e sinalização da presente Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço municipal, 02 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:6FA0755C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
LEI Nº 2.303, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: *"Dispõe sobre a denominação do Coreto da Praça Comendador Geremias Lunardelli, no Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, como "Coreto Municipal Joel Antônio de Oliveira", e dá outras providências".*

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA, ESTADO DO PARANÁ aprovou, e eu, EXILAINE GASPAR, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominado o Coreto Municipal, localizado na Praça Comendador Geremias Lunardelli, neste Município de São Sebastião da Amoreira/PR, como: **"CORETO MUNICIPAL JOEL ANTÔNIO DE OLIVEIRA"**, espaço de entretenimento e cultura.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias nos cadastros, registros, documentos, placas de identificação e demais atos administrativos relacionados ao próprio público, em razão de sua denominação.

Art. 3º Fica o Poder Executivo autorizado a promover as alterações necessárias nos cadastros, registros, documentos, placas de identificação e demais atos administrativos relacionados ao próprio público, em razão da alteração de sua denominação.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições contrárias.

Paço municipal, 02 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:D70C533F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO LOCAL
PORTARIA Nº 235 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

EMENTA: Dispõe sobre a nomeação do Ouvidor Municipal do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo inciso VI do art. 66, e inciso II do art. 96 da Lei Orgânica do Município de São Sebastião da Amoreira;

RESOLVE:

Art. 1.º NOMEAR o servidor ADÃO RODRIGUES DA COSTA, portador da matrícula funcional n.º 1169, para exercer o cargo de Ouvidor Municipal do SUS.

Art. 2.º Compete ao Ouvidor Municipal do SUS acolher, registrar, encaminhar e acompanhar as manifestações, sugestões, elogios, denúncias e reclamações dos usuários sobre as ações e serviços de saúde prestados no âmbito municipal, garantindo a qualidade e transparência da gestão.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Sebastião da Amoreira, Paraná, 02 de setembro de 2026.

EXILAINE GASPAR
Prefeita Municipal
Gestão 2025/2028

Publicado por:
Wanderley Ferreira Figueiredo
Código Identificador:43C437B6

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

02º TERMO ADITIVO DE RENOVAÇÃO E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 115/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 23/2025

CONTRATANTE: Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, portadora da Carteira de Identidade n. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF n 755.902.479-34.

CONTRATADA: VÓLUS INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Rosulino Ferreira Guimarães, nº 839, Centro, Rio Verde-GO, CEP: 75.901-260, inscrita no CNPJ nº 03.817.702/0001-50, neste ato representada pelo Sr. Dario da Costa Barbosa Júnior, portador do RG nº 750.371 SSP/GO e do CPF nº 236.491.001-34.

- Cláusula Primeira: Fica RENOVADO e prorrogado, por mais 12 (doze) meses, o prazo de vigência e execução do contrato original nº 115/2025, passando seu término para a data de 04 de setembro de 2027, com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços contratados.

- Cláusula Segunda: Em razão da renovação do período, o valor estimado para este novo ciclo de 12 meses é de R$ 3.416.126,70 (três milhões, quatrocentos e dezesseis mil, cento e vinte e seis reais e

setenta centavos), correspondente ao valor global vigente após o 1º Termo Aditivo, mantendo-se as condições e valores vigentes, ressalvados eventuais reajustes formalizados na forma legal.

- Cláusula Terceira: As despesas decorrentes desta renovação correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, conforme indicação constante no processo administrativo.

- Cláusula Quarta: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato inicial e em seus aditivos anteriores que não foram objeto de alteração por este instrumento.

Foro: Comarca de Assaí - PR

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:78A3D43D

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE VALOR E PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 67/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N°39/2025

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situada na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº. 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADO
STEL - SISTEMAS ELÉTRICOS, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Francisco Delgado Sanches, nº 305, na cidade de Cambé - PR, CEP: 86182-130, cadastrada no CNPJ n° 07.248.071/0001-57, representada pela Sra. Ednéia De Fátima Carvalho, portadora do CPF n° 324.391.569-49, residente e domiciliada no município de Cambé - PR.

OBJETO DO ADITIVO

- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução da ata registro de preço 67/2025, oriunda do Pregão nº 39/2025, com nova data de vigência até 05 de setembro de 2027, nos termos da Cláusula Quinta da ata de registro de preço original e do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.

- Cláusula Segunda: Conforme previsão contratual e legal, ficam renovados os quantitativos originalmente registrados na ata de registro de preço nº 67/2025 para o novo período de vigência, passando o valor total da ata a ser de R$ 1.624.800,00 (um milhão seiscentos e vinte e quatro mil e oitocentos reais). O pagamento observará as condições estabelecidas na ata original.

- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas explicitadas na ata de registro de preço original, desde que não venha a colidir com os efeitos deste termo aditivo.

FORO

Comarca de Assai –Pr.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:32853690

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO Nº 120/2025 - DISPENSA Nº 45/2025

CONTRATANTE
Município de São Sebastião da Amoreira, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 76.290.659/0001-91, situado na Rua Papa João XXIII, nº 1.086, Centro, São Sebastião da Amoreira (PR), neste ato representado pela Prefeita Municipal Sra. Exilaine Gaspar, união estável, portadora da Carteira de Identidade nº 5.090.240-4 SSP/PR e CPF/MF nº 755.902.479-34.

CONTRATADA
SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM COMERCIAL, ADMINISTRAÇÃO REGIONAL NO ESTADO DO PARANÁ - SENAC/PR, por meio da Unidade de Educação Profissional e Tecnológica em Cornélio Procópio, com endereço à Avenida Minas Gerais, nº 555, Centro, CEP 86.300-000, inscrita no CNPJ/ME sob nº 03.541.088/0022-71, neste ato representada por seu Diretor Regional, Sr. Sidnei Lopes de Oliveira, portador do RG nº 8.006.954-5 SESP/PR e CPF/ME nº 023.465.999-80.

OBJETO DO ADITIVO

- Cláusula Primeira: Fica prorrogada, por mais 12 (doze) meses, a vigência e a execução do Contrato nº 120/2025, oriundo da Dispensa de Licitação nº 45/2025, Processo Administrativo nº 148/2025, com nova data de vigência até 07 de outubro de 2027, nos termos da Cláusula Décima do contrato original e dos arts. 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

- Cláusula Segunda: Para o período prorrogado, fica mantido o valor total de R$ 70.500,00 (setenta mil e quinhentos reais), preservados os valores e as demais condições de pagamento estabelecidas na Cláusula Quinta do contrato original, sem aplicação de reajuste por meio deste termo aditivo.

- Cláusula Terceira: Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original, desde que não colidam com os efeitos deste termo aditivo.

FORO

Comarca de Assaí - PR.

Publicado por:
João Miguel Dias Rosa
Código Identificador:D3E3A39E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 228/2026

DECRETO Nº 228/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1446/2023.

R E S O L V E

Art. 1º - Nomear a Sr.ª Vera Guerreiro de Paula, CPF nº xxx.105.229-xx, para o exercício do cargo em comissão de Chefe de Saúde, fazendo jus ao vencimento símbolo CC4.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 02 de setembro 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:BC169BB8

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 108/2026(CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 108/2026(CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 01/2025)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2025,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **01/2025**, homologado pelo Decreto nº. 119/2025 de 17 de março de 2025, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais, comprovante de escolaridade.
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR
Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

MONITOR DO TRANSPORTE ESCOLAR

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA	BAIRRO
11º	Daiane Juliete Medeiros	57,5	Reta Grande, Barra Grande e Cordeiros

Sapopema, 02 de setembro de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:AB464E39

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EDITAL Nº 109/2026(CONVOCAÇÃO)

EDITAL nº 109/2026(CONVOCAÇÃO)

(Relativo ao Processo Seletivo Simplificado no 01/2025)

O Prefeito Municipal de Sapopema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **Faz Saber** que de acordo com o **Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 01/2025,** em observância ao princípio Constitucional da Publicidade estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal, e considerando a necessidade da mão-de-obra, a continuidade do serviço público, a eficiência e a conveniência administrativa, **Resolve** convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado no **01/2025**, homologado pelo Decreto nº. 119/2025 de 17 de março de 2025, para comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Sapopema, situada a Avenida Manoel Ribas, 858, centro, nos horários da 08:30 as 11:30 horas e das 13:00 às 16:00 horas, de segunda a sexta feira, no prazo máximo de 02 (dois) dias para habilitação nos exames médicos pré-admissional, bem como apresentação dos documentos conforme segue:

Atestado de Saúde Admissional, Certidão Negativa de Antecedentes Criminais.
Documentos Pessoais, comprovante de escolaridade.
CANDIDATOS QUE TEM DOCUMENTOS PESSOAIS ARQUIVADOS NO RH DA PREFEITURA NÃO PRECISA APRESENTAR
Os (as) candidatos (as) aprovados (as) deverão se apresentar dentro do prazo estipulado acima, conforme abaixo:

ELETRICISTA

CLASSIFICAÇÃO	NOME	NOTA FINAL
3º	Claudinei Sabino do Amaral	50,5

Sapopema, 02 de setembro de 2026

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:99E33A94

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 36/2026

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 36/2026

Dispensa Eletrônica nº 02/2026.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 36/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA M. J. BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo *SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR*, *Prefeito Municipal*, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa M.J. BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.786.587/0001-31, sediada na Rua João Guilherme, 600, Parque Industrial Kiugo Takata, em Londrina/PR, Telefone (43) 9997-92105, E-mail mjwmodesto@gmail.com , doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por MARIA JOSÉ WACHI BRAZZALE, portadora do RG n. 1.820.902-0 e CPF n. 362.460.009-59, tendo em vista o que consta no Processo nº 23/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Prazo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do referido contrato, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1. Fica prorrogado a vigência do contrato nº 36/2026 até o dia 25 de fevereiro de 2027

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUARTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema Pr, 25 de agosto de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:3112239F

ADMINISTRAÇÃO GERAL
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 41/2026

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 41/2026

Dispensa Eletrônica nº 04/2026.

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 41/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL E A EMPRESA M. J. BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA.

O MUNICÍPIO DE SAPOPEMA, com sede na Avenida Manoel Ribas, 858, na cidade de Sapopema/Estado Paraná, inscrito no CNPJ sob o nº . 76.167.733/0001-87, neste ato representado pelo *SR. PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR*, *Prefeito Municipal*, nomeado pela Ata de Posse Biênio 2025 a 2028, publicada no *Diário Oficial dos Municípios do Paraná* do dia 03 de janeiro do ano de 2025, Edição 3186, portador da Matrícula nº 80421, doravante denominado CONTRATANTE, e a Empresa M.J. BRASIL CONSTRUÇÕES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.786.587/0001-31, sediada na Rua João Guilherme, 600, Parque Industrial Kiugo Takata, em Londrina/PR, Telefone (43) 9997-92105, E-mail mjwmodesto@gmail.com , doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por MARIA JOSÉ WACHI BRAZZALE, portadora do RG n. 1.820.902-0 e CPF n. 362.460.009-59, tendo em vista o que consta no Processo nº 23/2026 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo de Prazo, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do referido contrato, conforme o Art. 125 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA
2.1. Fica prorrogado a vigência do contrato nº 41/2026 até o dia 08 de abril de 2027

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLAÚSULA QUARTA - As partes elegem o Foro da Comarca de Curiúva-Pr com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Termo Aditivo e Contrato que não puderam ser resolvidos pelas partes.

E, por estarem as partes justas e contratadas, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Sapopema Pr, 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:A806BD51

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 9-0012/2026
CONTRATAÇÃO COMPRASGOV.BR Nº 929307-04/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS
Recebimento das propostas e documentos de habilitação: Até às 08h59min do dia 18 de setembro de 2026.

Data e horário da abertura da sessão: dia 18 de setembro de 2026, às 09h00.

LOCAL: https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp

Para obter o EDITAL e anexos, os interessados poderão fazer o *download* do material nos endereços eletrônicos www.aguasdesarandi.com.br/licitacao, ou www.gov.br/compras, ou https://sarandi.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/4/ ou solicitá-los através do e-mail licitacao@aguasdesarandi.com.br, onde receberão um *link* para baixar o material, ou ainda dirigir-se à Divisão de Compras e Licitações da Autarquia Águas de Sarandi – SMSA, na Avenida Londrina, n.º 1764, Jardim Independência, Sarandi-PR, munidos de mídia eletrônica *pen drive* para cópia do edital e anexos. As informações complementares poderão ser obtidas através do e-mail pregoeiro1aguasdesarandi@gmail.com, ou pelo telefone (44) 3264-4870.

Sarandi, 02 de setembro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO FIGUEREDO
Diretor-Geral
Águas de Sarandi-SMSA

Publicado por:
Renato Hiran Ausek
Código Identificador:66839C76

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo Administrativo nº 25/2026-CMS
Participação exclusiva para micro e pequenas empresas
Legislação aplicável: Lei 14.133/2021; Lei Complementar 123/2006; Lei Municipal 3.008/2024

Por meio deste, a **CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI, ESTADO DO PARANÁ,** nos termos do art. 75, §3º da Lei Federal nº 14.133, de 2021, manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados em relação à contratação direta, por meio de Dispensa de Licitação, para o objeto abaixo, visando selecionar a proposta mais vantajosa:

OBJETO: O objeto do presente instrumento é o registro de preços para a prestação de serviços de lavagem completa de veículos automotores de passeio, contemplando a limpeza interna e externa dos veículos oficiais Toyota Corolla (sedan) e Renault Kwid (hatch), ou outros veículos de passeio que venham a substituí-los durante a vigência da ata, conforme especificações estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA e seus anexos, disponíveis através do link: https://cms.pr.gov.br/licitacao-aberta

LOCAL E PRAZO PARA ENTREGA DAS PROPOSTAS:
Preferencialmente no endereço eletrônico: compras2@cms.pr.gov.br
Início: às 8h de 03/09/2026; **Término**: às 12h de 09/09/2026.
Propostas enviadas fora do prazo estabelecido não serão aceitas.

Sarandi, 2 de setembro de 2026.

WESLEY HENRIQUE SANGUINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:0533AD49

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA N° 16/2026 CONTRATO N° 459/2026 ID: 11091

ORIGEM:	**DISPENSA ELETRÔNICA N° 16/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**GWL NEGOCIOS LTDA**
CNPJ/CPF:	**64.318.724/0001-60**
OBJETO:	**Aquisição de produtos químicos e materiais destinados ao tratamento, higienização, controle da qualidade da água e manutenção da piscina pública da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer de Sarandi/PR**
VALOR GLOBAL:	**R$ 1.173,95 (Mil cento e setenta e três reais e noventa e cinco centavos).**
VIGÊNCIA:	**01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027.**
ASSINATURA:	**01 de setembro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:54314C93

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DISPENSA Nº 17/2026
CONTRATO N° 452/2026 ID: 11084

ORIGEM:	**DISPENSA Nº 17/2026 – PMS**
CONTRATANTE:	**Município de Sarandi – PR**
CONTRATADA:	**SENAI - SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL**
CNPJ/CPF:	**03.776.284/0030-35**
OBJETO:	**Contratação de empresa especializada em ministrar cursos profissionalizantes de capacitação, correspondente à segunda etapa de execução do Programa Municipal de Qualificação e Desenvolvimento Econômico de Sarandi/PR**
VALOR GLOBAL:	**R$ 41.772,80 (quarenta e um mil setecentos e setenta e dois reais e oitenta centavos).**
VIGÊNCIA:	**01 de setembro de 2026 a 31 de agosto de 2027.**
ASSINATURA:	**01 de setembro de 2026.**

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:E0C91D69

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2026 ID: 10844 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0004/2026 - PMS

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 31/08/2026. Edição 3606

Onde se lê:
EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2026
ID: 10844
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0067/2025 - PMS

ORIGEM	**Pregão Eletrônico N° 9-0004/2026**
CONTRATANTE	**Município De Sarandi – PR**
CONTRATADA	**SPERANDIO & SPERANDIO LTDA.**
CNPJ/CPF	**08.140.283/0001-89**
OBJETO	**Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para construção, destinados às Secretarias do Município de Sarandi/PR**
ASSINATURA	**13 de agosto de 2026.**

Desse modo, será alterado o valor dos itens:
LOTE 1: Ampla Concorrência

Item	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit. licitado	Valor Unit. reequilibrado
35	74035	Kit 3 dobradiças e 18 parafusos. Conforme memorial descritivo.	UNID	R$ 3,25	R$ 5,91
64	78223	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL.	unid	R$ 123,00	R$ 178,22

Sarandi, 13 de agosto de 2026.

Carlos Alberto de Paula Júnior
Prefeito

Deve-se ler:

EXTRATO DE ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 212/2026
ID: 10844
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 9-0004/2026 - PMS

ORIGEM	**Pregão Eletrônico N° 9-0004/2026**
CONTRATANTE	**Município De Sarandi – PR**
CONTRATADA	**SPERANDIO & SPERANDIO LTDA.**
CNPJ/CPF	**08.140.283/0001-89**
OBJETO	**Registro de preços para futuras e eventuais aquisições de materiais para construção, destinados às Secretarias do Município de Sarandi/PR**
ASSINATURA	**13 de agosto de 2026.**

Desse modo, será alterado o valor dos itens:
LOTE 1: Ampla Concorrência

Item	Código	Descrição	Unidade	Valor Unit. licitado	Valor Unit. reequilibrado
35	74035	Kit 3 dobradiças e 18 parafusos. Conforme memorial descritivo.	UNID	R$ 3,25	R$ 5,91
64	78223	PULVERIZADOR COSTAL MANUAL.	unid	R$ 123,00	R$ 178,22

Sarandi, 13 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:ECD8D4D1

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1304/2026

REPUBLICAÇÃO

SÚMULA: EXONERA ALESSANDRA PRUDENCIO DOMINGUES, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada **ALESSANDRA PRUDENCIO DOMINGUES,** portadora do C.P.F. n.º XXX.124.XXX-83, do cargo de Provimento em Comissão de DIRETORA DE DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO, Símbolo CC-2, subordinada a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1018/2026 de 15 de abril de 2026, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 31 de agosto de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 31 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:3E5E1493

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1312/2026

SÚMULA: EXONERA PAULO RICARDO QUIODEROLI JUNIOR, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerado **PAULO RICARDO QUIODEROLI JUNIOR,** portador do C.P.F. n.º XXX.278.XXX-24, do cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ANALISES DE PROJETOS E ALVARAS DE CONSTRUÇÃO, Símbolo CC-2, subordinado a Secretaria Municipal de Urbanismo.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 80/2025 de 21 de janeiro de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 01 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 02 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:5128507C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1313/2026

SÚMULA: Nomeia PAULO RICARDO QUIODEROLI JUNIOR para o cargo de Provimento em Comissão de COOR. DE GEOPROCESSAMENTO DA SEC. DE URB, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005 e 441/2023.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeado **PAULO RICARDO QUIODEROLI JUNIOR**, portador da Cédula de Identidade, RG. n.ºX.530.XXXX-7 e inscrito no C.P.F. n.º XXX.278.XXX-24, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de COOR. DE GEOPROCESSAMENTO DA SEC. DE URB, Símbolo CC-2, subordinado a Secretaria Municipal Urbanismo.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 02 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:3CE9B613

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º 1314/2026

SÚMULA: EXONERA MARIA CRISTINA BISPO BERCELINE, na forma que especifica

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica exonerada **MARIA CRISTINA BISPO BERCELINE,** portadora do C.P.F. n.º XXX.595.XXX-68, do cargo de Provimento em Comissão de ASSESSORA DE ASSUNTOS ESPECIFICOS, Símbolo CC-3, subordinada ao Gabinete.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 115/2025 de 24 de janeiro de 2025, este Decreto entra em vigor com efeito retroativo a 01 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 02 de setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:6E62E5AF

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
D E C R E T O N.º1315/2026C

SÚMULA: Nomeia MARIA CRISTINA BISPO BERCELINE para o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ANALISES DE PROJETOS E ALVARAS DE CONSTRUÇÃO, na forma que especifica:

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e na forma do contido na Lei Complementar n.º 115/2005, de 27/05/2005.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada **MARIA CRISTINA BISPO BERCELINE**, portadora da Cédula de Identidade, RG. n.º X.805.XXXX-4 e inscrita no C.P.F. n.º XXX.595.XXX-68, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE ANALISES DE PROJETOS E ALVARAS DE CONSTRUÇÃO, Símbolo CC-2, subordinada a Secretaria Municipal de Urbanismo.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor com efeito a partir de 02 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL, 02 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:A14E1190

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 171/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no horário das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;

- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Carteira Nacional de Habilitação (conforme exigido para o cargo);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: MOTORISTA SOCORRISTA - SAMU

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
442-13997	4	EDSON JOSÉ BRIS	60

PAÇO MUNICIPAL, 25 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:8E6CB735

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
EDITAL Nº 174/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

CONVOCA:

O(s) abaixo relacionado(s) aprovado(s) em CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, aberto pelo Edital n.º 01/2023, para comparecer(em) na Coordenadoria de Recursos Humanos, deste Município, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste Edital no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, no horário das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:30 horas, munido(s) dos seguintes documentos :
- 1 (uma) cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (caso haja registros, providenciar cópia de todos os registros);
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento ou de Casamento;
- 1 (uma) cópia do Título de Eleitor;
- 1 (uma) cópia dos Comprovantes de votação na última eleição ou Certidão de Quitação do Fórum Eleitoral;
- 1 (uma) cópia do Certificado de Reservista ou Dispensa da Incorporação, quando do sexo masculino;
- 2 (duas) cópias da Cédula de Identidade – RG ou RNE do convocado - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do RG do(a) cônjuge;
- 2 (duas) fotos 3x4 recentes, com fundo branco;
- Extrato do PIS/PASEP (Retirar o extrato do PIS na CEF ou do PASEP no Banco do Brasil);
- 2 (duas) Cópias do Cadastro de Pessoa Física – CPF - caso o(a) convocado(a) seja casado(a), deverá apresentar também cópia do CPF do(a) cônjuge;
- 1 (um) comprovante de Residência;
- 1 (uma) cópia do comprovante de escolaridade conforme exigido em edital para o cargo a ser assumido;
- 1 (uma) cópia da Certidão de Nascimento e do CPF do(s) filho(s) do(a) convocado(a) que tenha(m) até 21 anos;
- Certidão Negativa Criminal, emitida no fórum da cidade onde reside o convocado;
- Declaração Negativa de Acumulação de Emprego Público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração que não sofreu penalidade de demissão em serviço público, de acordo com a Constituição Federal;
- Declaração de Tempo de Serviço de Órgão Público contendo cargo, carga horária, remuneração e turno, se houver;
- Declaração de Imposto de Renda ou Bens;
- Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;
- Declaração de Imunizado (retirar no posto de vacinação);
- Exame de Saúde (Prefeitura realizará o agendamento);
- Requerimento para auxílio transporte, se necessário.

CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - UBS MONTE REY

INSCRICAO	CLASSIFICACAO	NOME	NOTA
442-9390	5	FRANCIELE APARECIDA PELOSI DA SILVA	6

PAÇO MUNICIPAL, 26 DE AGOSTO DE 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mara Ivonete Bueno de Souza
Código Identificador:0A324850

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.° 2564/2026

SÚMULA: Designa servidor municipal, na forma que específica .

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito do Município de Sarandi/PR, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Complementar 2860/2022

R E SO L V E:

Art. 1º Designar a servidora **JULIA PENTEADO BERNARDELLI,** matrícula 9661, ocupante do cargo de MEDICO PLANTONISTA CLINICO GERAL, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, para o desempenho da função de DIREÇÃO CLÍNICA DA UPA.

Art. 2º - Revogadas disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 02 de setembro de 2026.

Sarandi, 02 de Setembro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:E1146437

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
PORTARIA Nº 2546/2026

SÚMULA: Dispõe sobre autorização de concessão de diária aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta no Município de Sarandi-PR, na forma que se específica.

Carlos Alberto de Paula Júnior, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o art. 1° parágrafo único a Lei Municipal nº 2754/2021:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para WILLIAN HENRIQUE DOS SANTOS RIGOLDI CPF: XXX.377.XX-58, ocupante do cargo/função de GUARDA CIVIL MUNICIPAL lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA PUBLICA, sendo concedidas 1 diária e meia (1/2) para custeio de despesas decorrentes de viagem a ser realizada, conforme Lei Municipal nº 2754/2021.

Art. 2° O montante total das diárias concedidas corresponde ao valor de R$ 488,35 (quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos), sendo este valor referente ao período de 1 diária e meia (1/2), em evento que ocorrerá na cidade de Curitiba/PR

Art. 3° Participar da capacitação denominada "DIA C de capacitação: atendimento, proteção e perspectiva de gênero na segurança pública. Tem como objetivo o fortalecimento de uma atuação qualificada, humanizada e orientada pela perspectivava de gênero na prevenção e no enfrentamento da violência contra mulheres.

Art. 4° A previsão de saída deste Município será no dia 01/09/2026 às 15:00 horas e retorno 03/09/2026 às 02:00 horas (previsão de chegada), e o meio de transporte a ser utilizado será veículo oficial.

Art. 5° O evento não haverá custos ao Município.

Art. 6° Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrar em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 31 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Saraiva de Gouveia
Código Identificador:8F2927EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTES E SEGURANÇA PÚBLICA
PORTARIA Nº 2547/2026

SÚMULA: Dispõe sobre autorização de concessão de diária aos servidores estatutários e demais agentes públicos nomeados em cargo de livre nomeação e exoneração da Administração Direta e Indireta no Município de Sarandi-PR, na forma que se específica.

Carlos Alberto de Paula Júnior, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o art. 1° parágrafo único a Lei Municipal nº 2754/2021:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a concessão de diárias para ARISTON ZETOLES DOMICIANO CPF: XXX.700.XX-90, ocupante do cargo/função de GUARDA CIVIL MUNICIPAL lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, TRANSPORTE E SEGURANÇA PUBLICA, sendo concedidas 1 diária e meia (1/2) para custeio de despesas decorrentes de viagem a ser realizada, conforme Lei Municipal nº 2754/2021.

Art. 2° O montante total das diárias concedidas corresponde ao valor de R$ 488,35 (quatrocentos e oitenta e oito reais e trinta e cinco centavos), sendo este valor referente ao período de 1 diária e meia (1/2), em evento que ocorrerá na cidade de Curitiba/PR

Art. 3° Participar da capacitação denominada "DIA C de capacitação: atendimento, proteção e perspectiva de gênero na segurança pública. Tem como objetivo o fortalecimento de uma atuação qualificada, humanizada e orientada pela perspectivava de gênero na prevenção e no enfrentamento da violência contra mulheres.

Art. 4° A previsão de saída deste Município será no dia 01/09/2026 às 15:00 horas e retorno 03/09/2026 às 02:00 horas (previsão de chegada), e o meio de transporte a ser utilizado será veículo oficial.

Art. 5° O evento não haverá custos ao Município.

Art. 6° Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entrar em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 31 de Agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabriel Saraiva de Gouveia
Código Identificador:16A608D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 5.176/2026

SÚMULA: Encerra Contrato Determinado - Ozeias de Jesus

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica encerrado a pedido do servidor, o contrato por prazo determinado do Sr. Ozeias de Jesus, inscrito no CPF n.º 031.XXX.949-XX matrícula 6012077 o qual exercia o cargo MOTORISTA – T, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, com rescisão antecipada do vinculo contratual.
Art. 2.º:- Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:5F199358

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 5.177/2026

SÚMULA: Encerra Contrato Determinado - Adriano Xavier Ruas

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A :

Art. 1.º Fica encerrado a pedido do servidor, o contrato por prazo determinado do Sr. Adriano Xavier Ruas, inscrito no CPF n.º 356.XXX.678-XX matrícula 6012180 o qual exercia o cargo EXECUTOR DE SERVIÇOS GERAIS - T, na Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, com rescisão antecipada do vinculo contratual.
Art. 2.º:- Este Decreto entra em vigor a partir desta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:792FEBE7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 5.178/2026

SÚMULA- Nomeia Agente Político - Valdirene Aparecida Bulka

O Prefeito Municipal de Sengés, Estado do Paraná, **Gerson Nunes,** no uso das atribuições de seu cargo,

D E C R E T A

Art. 1º. – Fica a Sra. **Valdirene Aparecida Bulka**, portadora do CPF nº. 918.XXX.249-XX, **NOMEADA** para exercer o cargo de Secretária Municipal de Educação, passando a perceber a partir de então, o correspondente ao nível 003, conforme previsão contida no Plano de Cargos e Vencimentos dos Servidores Públicos do Município de Sengés.

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, tornando seus efeitos legais a partir desta data.

Edifício da Prefeitura Municipal de Sengés, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sheila Solange Savagin de Lima
Código Identificador:48BA6913

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 059/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para aquisição de mantas destinadas à composição do Kit Maternidade, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Saúde, através de Dispensa de Licitação**.**

Homologamos e adjudicamos o presente procedimento licitatório, para o fim de adjudicar seu objeto à empresa:

BOLA BRINDES E EVENTOS LTDA inscrita no **CNPJ sob o N°. 17.745.700/0001-08**, para fornecer o lote desta licitação com o valor global de **R$ 4.485,00 (quatro mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais).**

Sengés, 02 de Setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:1F32EF8E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 059/2026

O MUNICÍPIO DE SENGÉS comunica que se encontra instaurado a dispensa de licitação abaixo especificada:

Objeto: Contratação de empresa especializada para aquisição de mantas destinadas à composição do Kit Maternidade, conforme requerido e justificado pela Secretaria Municipal de Saúde, através de Dispensa de Licitação, fixando seu preço máximo total em **R$ 4.485,00 (quatro mil e quatrocentos e oitenta e cinco reais).**

Autorizo a Dispensa supracitada, nos termos do artigo 75, inciso VIII da Lei n.º 14.133/21.

Sengés, 02 de Setembro de 2026.

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:1089A243

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 198, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

A Prefeita Municipal de Sertanopolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orcamentaria 3388/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$563.000,00 (quinhentos e sessenta e três mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
05.020		DIVISAO DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCACAO INFANTIL	
05.020.12.306.0005.2.030		MANUTENCAO DE MERENDA ESCOLAR	
86 - 3.3.90.32.00.00	1107	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	100.000,00
05.020.12.361.0005.2.035		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
92 - 3.3.90.32.00.00	1103	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	440.000,00
12		DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER	
12.030		DIVISAO DE RECREACAO E LAZER	
12.030.27.813.0019.2.094		MANUTENCAO DOS SERVICOS RECREATIVOS E LAZER	
467 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	23.000,00
Total Suplementação:			563.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
05		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
05.020		DIVISAO DE ENSINO FUNDAMENTAL E EDUCACAO INFANTIL	
05.020.12.361.0005.2.035		MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
92 - 3.3.90.32.00.00	1107	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	50.000,00
96 - 4.4.90.51.00.00	1103	OBRAS E INSTALACOES	440.000,00
05.020.12.365.0005.2.037		MANUTENCAO DO CENTRO DE EDUCACAO INFANTIL MARIA DE LOURDES FERNANDES	
105 - 3.3.90.39.00.00	1107	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	50.000,00
07		DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA E SERVICOS PUBLICOS	
07.050		DIVISAO DE MANUTENCAO URBANA	
07.050.15.452.0012.2.060		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE CEMITERIO E CASA MORTUARIA	
226 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	20.000,00
227 - 4.4.90.51.00.00	1000	OBRAS E INSTALACOES	3.000,00
Total Redução:			563.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal “Santo Soriani”, 02 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:DF0DBDBE

CÂMARA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS
DESPACHO

DESPACHO

Nos termos do artigo 176, § 1º, do Regimento Interno desta Casa Legislativa, declaro encerrado o prazo regimental para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 012/2026 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), de iniciativa do Poder Executivo.
Registra-se que o referido Projeto de Lei permaneceu disponível em Plenário, durante a Ordem do Dia das sessões ordinárias realizadas nos dias 17, 24 e 31 de agosto de 2026, para conhecimento e eventual apresentação de emendas pelos Vereadores.
Dentro do prazo regimental estabelecido, foi apresentada uma única emenda, de autoria da Mesa Diretora, de natureza aditiva, com o objetivo de incluir no Projeto de Lei as disposições relativas às emendas impositivas de autoria dos Vereadores, em conformidade com a legislação vigente.
Registra-se, ainda, que a referida emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 012/2026, de iniciativa do Poder Executivo, foi lida em Plenário na sessão ordinária realizada em 31 de agosto de 2026, tendo sido posteriormente publicada e disponibilizada no dia 02 de setembro no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, desta Casa Legislativa.
Diante do exposto, certifico o encerramento do prazo regimental para apresentação de emendas ao Projeto de Lei nº 012/2026 – Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), devendo o processo legislativo prosseguir nos termos regimentais.

Sertanópolis, 2 de setembro de 2026.

THIAGO TOTTI LOPES
Presidente da Câmara Municipal de Sertanópolis

Publicado por:
Silvio Aparecido de Andrade
Código Identificador:593DD944

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2026

DESPACHO
INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 016/2026

Procedo a Inexigibilidade de licitação para contratação da empresa **BRADO PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA**, CNPJ Nº 36.104.246/0001-50, com sede comercial estabelecida na Rua Quartzo n.º 89, Bairro Residencial Cinturão Verde, Cianorte – PR, CEP 87.202-230, neste ato representada pelo Sr. Thiago de Oliveira da Silva, brasileiro, casado, empresário, RG nº 10.049.171-0 SSP/PR, inscrito no CPF/MF n.º 063.619.749-28, residente e domiciliado na Rua Quartzo, nº 89, Residencial Cinturão Verde em Cianorte - PR, CEP 87.202-230, representante exclusivo do artista: **"Thiago Brado"**, mediante Inexigibilidade de Licitação, para apresentação artística em data de 29/12/2026, com duração de 1h30min (uma hora e trinta minutos), aproximadamente, nas festividades de Réveillon, no valor global de R$ 185.000,00 (Cento e oitenta e cinco mil reais), com base no artigo 74, II, da Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações, eis que empresária exclusiva de artistas de consagração nacional.

Paço Municipal Santo Soriani, 02 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:941ACAFA

DEPARTAMENTO DE COMPRA E LICITAÇÕES
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2026

DESPACHO
INEXIGIBILIDADE DE
LICITAÇÃO Nº 017/2026

Procedo a Inexigibilidade de licitação para contratação da empresa **MARCINHO COSTA EVENTOS MUSICAIS LTDA**, CNPJ Nº 35.685.096/0001-53, com sede comercial estabelecida na Avenida Antônio Frederico n.º 2178, Bairro Jardim Universitário, Votuporanga – SP, CEP 15.503-450, neste ato representada pelo Sr. Márcio José da Costa, brasileiro, casado, empresário, RG nº 16.215.584-0 SSP/SP, inscrito no CPF/MF n.º 089.183.568-70, residente e domiciliado na Rua General Osório, nº 2411, Bairro Vila Marin em Votuporanga - SP, CEP 15.505.165, representante exclusiva dos artistas: **"Gian e Giovani"**, mediante Inexigibilidade de Licitação, para apresentação artística em data de 30/12/2026, com duração de 1h30min (uma hora e trinta minutos), aproximadamente, nas festividades de Réveillon, no valor global de R$ 340.000,00 (Trezentos e quarenta mil reais), com base no artigo 74, II, da Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações, eis que empresária exclusiva de artistas de consagração nacional.

Paço Municipal Santo Soriani, 02 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

Publicado por:
André Solano Souto
Código Identificador:5F1B5ABC

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
EDITAL PARA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO TESTE SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO

EDITAL PARA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO DO TESTE SELETIVO PARA ESTÁGIO REMUNERADO DO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS

TESTE SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 04/2026

A Comissão Executiva de Teste Seletivo Simplificado – Edital nº. 04/2026 Do Departamento Municipal de Educação de Sertanópolis, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, torna público o resultado do teste seletivo para preenchimento de vagas para estagiários da educação, por ordem de classificação, conforme segue:
ESTAGIÁRIO DE 20 HORAS GRADUAÇÃO

Nº	NOME DO CANDIDATO	Prova	Texto	Média	Resultado
01	Yasmin Caroline Ferreira Camargo	5,0	3,2	8,2	APROVADA
02	Gabriely Souza Dias da Silva	5,0	3,0	8,0	APROVADA
03	Marcela Luiza Reis	5,0	2,5	7,5	APROVADA
04	Jessika Cristina de Souza Silva	3,5	2,6	6,1	APROVADA
05	Karolyna Reis de Souto	4,5	1,5	6,0	APROVADA

ESTAGIÁRIO DE 20 HORAS PÓS-GRADUAÇÃO

Nº	NOME DO CANDIDATO	Prova	Texto	Média	Resultado
01	Renata Aparecida Pereira Corrér	5,0	3,8	8,8	APROVADA
02	Geisiane Aparecida Pavanelli	4,5	2,2	6,7	APROVADA
03	Gizele Alvares Caldeira Caetano	4,5	2,0	6,0	APROVADA

No dia **31/08/2026** será concedida, aos candidatos, vista das provas e dos respectivos espelhos, no horário **de 13:00 às 17:00** horas no Departamento de Educação.

Em caso de empate serão utilizados os seguintes critérios:

a) estágio documentalmente comprovado na área da Educação;

b) maior tempo de estágio documentalmente comprovado na área de Educação;

c) estar cursando as séries finais (as últimas séries se sobrepõem às anteriores).

Sertanópolis, 31 de agosto de 2026.

CLÁUDIA RENATA TEDARDI TERASSI
Presidente

Publicado por:
Vilma de Souza Correa
Código Identificador:DDA34C2B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
LEI N° 1256/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, cria o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, revoga a Lei 918/2017e da outras providências.

Eu, **GILBERTO JOÃO ROSSI**, Prefeito Municipal de Sulina, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais, faço a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores de Sulina, Estado do Paraná, APROVOU, e EU, sanciono a seguinte:

CAPÍTULO I
DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO
Artigo 1º Fica criado o CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO - COMTUR - que será nomeado por decreto do Executivo e se constitui em Órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo e consultivo para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento turístico do Município de Sulina.
§1º O Presidente será eleito em reunião dos anos pares.
§2º Serão instituidos o 1º Secretário e 2º Secretário por sequência de votação.
§3º As Entidades da iniciativa privada acolhidas nesta Lei indicarão os seus representantes, titular e suplente, que tomarão assento no Conselho com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por suas Entidades.
§4º As pessoas de reconhecido saber e aquelas que de forma patente possam contribuir com os interesses turísticos do Município poderão ser indicadas pelo COMTUR para mandato de 02 (dois anos), com a aprovação de 2/3 (dois terços) dos seus Membros podendo ser reconduzidas pelo COMTUR.
§4º-A Poderão ainda atuar junto ao Conselho, na condição de consultores técnicos permanentes ou convidados, pessoas de notório saber comprovado por meio de currículo, experiência profissional, atuação comunitária ou formação acadêmica, especialmente nas áreas de turismo rural, cultura, meio ambiente, gastronomia, eventos e desenvolvimento sustentável, sem direito a voto.
§4º-B O COMTUR poderá firmar parcerias com instituições de ensino, órgãos de extensão rural, entidades de apoio ao empreendedorismo e organizações da sociedade civil, com o objetivo de fortalecer a qualificação técnica, o planejamento e a inovação no turismo municipal.
§5º Os representantes do poder Público Municipal, titulares e suplentes, que não poderão ser em número superior a 1/3 (um terço) do COMTUR, serão indicados pelo Prefeito e terão mandato até o último dia dos anos pares, podendo ser reconduzidos pelo Prefeito.
§6º Para os casos dos parágrafos 3º, 4º, 5º e 6º deste artigo, após o vencimento dos seus respectivos mandatos, os membros permanecerão nomeados enquanto não houver nova nomeação.
§7º Em se tratando de representantes titulares de cargos estaduais ou federais, estes indicarão seus respectivos suplentes.

Artigo 2º O CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO será composto por 01 (um) representante e 01 (um) suplente de cada segmento, a saber:
Representantes de Meios de Hospedagem
Representantes do Segmentos de Alimentos e Bebidas
Representantes do Comércio e Serviços
Representantes dos Agricultores Familiares
Representantes dos Empreendimentos Turísticos
Representantes do Artesanato Local
Representantes da Sociedade Cívil
Representantes do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná - IAPAR – EMATER
Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte
Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente
Representantes da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Artigo 3º Compete ao COMTUR:
I – Planejamento e Gestão do Turismo
a) avaliar, opinar e propor diretrizes e ações relativas à Política Municipal de Turismo;
b) propor e acompanhar as diretrizes básicas do desenvolvimento turístico municipal;
c) propor planos anuais e plurianuais de desenvolvimento do turismo;
d) propor instrumentos de incentivo e fomento à atividade turística;
e) propor programas, projetos e ações voltados ao desenvolvimento do turismo;
f) propor diretrizes para a implementação e integração das políticas públicas de turismo;
g) elaborar e aprovar o Calendário Turístico do Município;
h) monitorar o desenvolvimento do turismo, propondo medidas compatíveis com a capacidade turística local;
II – Informação, Estudos e Qualificação
a) inventariar, diagnosticar e manter atualizado o cadastro de informações de interesse turístico do Município;
b) promover, apoiar e participar de debates, estudos e capacitações sobre temas relacionados ao turismo;
c) instituir grupos de trabalho (GTs) para desenvolvimento de estudos, projetos e ações específicas;
III – Promoção e Desenvolvimento do Turismo
a) apoiar, incentivar e divulgar atividades, produtos e eventos turísticos do Município;
b) participar e apoiar ações de promoção turística em âmbito local, regional, estadual ou nacional;
c) propor estratégias e mecanismos de captação de recursos para o desenvolvimento do turismo;
IV – Articulação Institucional e Parcerias
a) promover e manter intercâmbio com entidades públicas e privadas relacionadas ao turismo;
b) propor a celebração de convênios, termos de cooperação e parcerias institucionais;
c) indicar representantes do Município em eventos, fóruns e instâncias relacionadas ao turismo;
d) colaborar com a Administração Municipal na formulação e execução de políticas públicas de turismo;
V – Governança e Normatização
a) propor resoluções, instruções e atos normativos necessários ao exercício de suas competências;
b) sugerir medidas de regulamentação das atividades turísticas no Município;
c) elaborar, aprovar e manter atualizado o Regimento Interno do COMTUR;
d) eleger, entre seus membros, o Presidente e seus Secretários do Conselho, por meio de votação, na forma desta Lei;
VI – Controle Social e Qualidade do Turismo
a) acompanhar, fiscalizar e opinar sobre a aplicação dos recursos do FUMTUR;
b) analisar reclamações, sugestões e demandas de turistas e da comunidade;
c) propor medidas para a melhoria contínua da qualidade dos serviços turísticos do Município;
Artigo 4º Compete ao Presidente do COMTUR:
Representar o COMTUR em suas relações com terceiros;
Dar posse aos membros do COMTUR;
Definir a pauta, abrir, orientar e encerrar as reuniões;
Acatar a decisão da maioria sobre a frequência das reuniões, cujo espaço não poderá ser superior a 90 (noventa) dias;
Cumprir as determinações soberanas do plenário, oficiando os destinatários e prestando contas da sua Agenda na reunião seguinte
Cumprir e fazer cumprir esta Lei, bem como o Regimento Interno a ser aprovado por 2/3 (dois terços) dos seus Membros;
Artigo 5º Compete ao Secretário Executivo:
Auxiliar o Presidente na definição das pautas;

Elaborar e distribuir a Ata das reuniões;
Organizar o arquivo e o controle dos assuntos pendentes, gerindo a Secretaria e o Expediente;
Controlar o vencimento dos mandatos dos membros do COMTUR;
Prover todas as necessidades burocráticas; e,
Substituir o Presidente nas suas ausências.
Artigo 6º Compete aos Membros do COMTUR:
Comparecer às reuniões quando convocados;
Em escrutínio secreto eleger o Presidente do Conselho Municipal de Turismo e seus secretários;
Levantar ou relatar assuntos de interesse Turístico;
Opinar sobre assuntos referentes ao desenvolvimento Turístico do Município ou
Constituir os Grupos de Trabalho para tarefas específicas, podendo contar com assessoramento técnico especializado se necessário;
Cumprir esta Lei, cumprir o Regimento Interno e as decisões soberanas do COMTUR;
Convocar, mediante assinatura de 20% (vinte por cento) dos seus membros, assembleia extraordinária para exame ou destituição de membro, inclusive o presidente, quando o Estatuto ou o Regimento Interno forem afetados; e,
Votar nas decisões do COMTUR.
Artigo 7º O COMTUR reunir-se-á em sessão ordinária no mínimo 1 (uma) vez trimestralmente perante a maioria de seus membros, ou com qualquer quorum quinze minutos após a hora marcada, podendo realizar reuniões extraordinárias ou especiais em qualquer data, horário e em qualquer local.
§1º As decisões do COMTUR serão tomadas por maioria simples de votos, exceto quando se tratar de alteração do Regimento Interno, caso em que serão necessários os votos da maioria absoluta de seus membros ou, ainda, nos casos previstos nos Parágrafos 4º e 5º do Art. 1º.
§2º O Suplente representará o respectivo Titular na sua ausência podendo ser convocado pelo Presidente do COMTUR para participar de todas as reuniões a fim de inteirar-se dos assuntos pertinentes.
Artigo 8º Perderá a representação da Entidade o Membro que faltar a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 6 (seis) alternadas durante o ano sem justificativa.
Artigo 9º Por falta de decoro ou por outra atitude condenável, o COMTUR poderá expulsar o membro infrator, em escrutínio secreto e por maioria absoluta, sem prejuízo da sua Entidade ou categoria que, assim, deverá iniciar a indicação de novo nome para a substituição do tempo remanescente do anterior.
Artigo 10º As sessões do COMTUR serão devidamente divulgadas com a necessária antecedência de 48h e abertas ao público.
Artigo 11º A Prefeitura Municipal cederá local para a realização das reuniões do COMTUR ou a mesma será feita de maneira itinerante, em empreendimentos, comunidades ou espaços de interesse turístico do município.
Artigo 12º As funções dos Membros do COMTUR não serão remuneradas.
Artigo 13º Os casos omissos serão resolvidos pela Presidência, “ad referendum” do
Conselho.
Artigo 14º No prazo de 90 (noventa) dias da publicação desta lei o Conselho Municipal de Turismo – COMTUR – deverá elaborar seu Regimento Interno, que deverá ser aprovado por Decreto do Executivo.

CAPÍTULO II
DO FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO

Artigo 15º Fica criado o Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR, de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, vinculado à Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo com acompanhamento do Conselho Municipal de Turismo - COMTUR.
Artigo 16º Constitui recursos financeiros do Fundo Municipal de Turismo:
I - Créditos orçamentários ou especiais que lhe sejam destinados;
II - Recursos de eventos promovidos pelo COMTUR;
III - Repasses de recursos federais, estaduais e municipais destinados ao Fundo Municipal de Turismo;
IV - Recursos oriundos da venda de publicações turísticas, como vídeos, livros, camisetas e demais materiais promocionais;
V - Contribuições de qualquer natureza, sejam de pessoas físicas e jurídicas, públicas ou privadas, nacionais ou internacionais;
VI - Doações feitas diretamente ao Fundo e outras rendas eventuais;
VII - Contribuições, patrocínios, subvenções, verbas promocionais e auxílios institucionais dos setores públicos ou privados, obtidos pelo Conselho Municipal de Turismo;
VIII - Outras rendas eventuais;
IX - Outras taxas do setor turístico ou incentivos fiscais que porventura vierem a ser criados;
X - Outros recursos que lhe vierem a ser destinados.
Artigo 17º Fica o poder executivo autorizado a regulamentar por decreto a abertura de créditos adicionais para a inserção do respectivo fundo ao orçamento municipal, definindo a natureza de despesa e dotações.
Artigo 18º Os recursos do Fundo Municipal de Turismo serão depositados em conta bancária específica aberta em instituição financeira oficial, sob a denominação "Fundo Municipal de Turismo".

Parágrafo único. A movimentação da conta bancária específica, referida no caput deste artigo, será obrigatoriamente assinada conjuntamente pelo Prefeito e pelo Secretário Municipal de Finanças.
Art. 18º A O Fundo Municipal de Turismo terá contabilidade centralizada, com escrituração geral vinculada, orçamentariamente, à Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.
Art. 18º B O saldo positivo do Fundo Municipal de Turismo, apurado em balanço, em cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a crédito do mesmo Fundo.
Art. 18º C As disponibilidades financeiras do FUMTUR serão aplicadas:
I - Nos programas de promoção e recuperação de empreendimentos turísticos desenvolvidos ou coordenados pelo Departamento de Turismo;
II - Na promoção e financiamento de pesquisas de desenvolvimento turístico municipal;
III - Desenvolvimento de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos na área de turismo;
IV - Nos trabalhos de publicidade, comunicação e divulgação de matérias relativas ao turismo municipal, em âmbito local, estadual, nacional e internacional;
V - Na implantação do Plano Municipal de Turismo;
VI - Pagamento pela prestação de serviços a empresas de direito público privado, para execução de programas, serviços, projetos específicos do setor de Turismo e ou eventos promovidos pelo COMTUR ou Departamento de Turismo;
VII - Na aquisição de material permanente, de consumo, e de outros insumos necessários ao desenvolvimento de programas e projetos diretamente ligados ao turismo;
VIII - Aplicação de recursos em quaisquer projetos turísticos e de eventos de iniciativa da Secretaria Municipal de Industria, Comercio e Turismo e do Conselho Municipal de Turismo de Sulina - COMTUR, que desenvolvam a atividade turística, no Município de Sulina.
IX - Manutenção dos serviços de turismo do Município;
X - Promoção, apoio, participação e/ou realização de eventos pela Administração Pública Municipal, mediante estudo minucioso do Conselho sobre a relevância turística e sua aprovação;
XI - Divulgação das potencialidades turísticas do município, através dos meios de comunicação a nível local, estadual, nacional e internacional;
XII - Fornecimento de meios para a participação do Município e entidades afins em feiras, salões, congressos e outros eventos turísticos que possam contribuir para divulgação de Reserva;
XIII - Outros programas ou atividades integrantes ou do interesse da política municipal de turismo;
XIV - Melhoramento da infraestrutura do acervo e dotação dos pontos turísticos de equipamentos que viabilizem sua exploração.
XV - Pagamentos de encargos, seguros, projetos e outros referentes ao turismo, por meio de convênios firmados com instituições.
Art. 18ºD A administração e representação do Fundo Municipal de Turismo - FUMTUR caberá à Diretoria Executiva integrada por:
a) Presidente - Secretário Municipal de Indústria, Comércio e Turismo;
b) Vice-Presidente - Presidente do Conselho Municipal de Turismo;
c) Tesoureiro - Membro do Conselho;
d) Secretário - Membro do Conselho.
Parágrafo único. Compete ao Conselho Municipal de Turismo estabelecer as prioridades e programas de alocação dos recursos do

Fundo, ficando a Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo responsável pela sua fiscalização e execução.
Art. 18º E Cabe aos gestores do FUMTUR:
I - Praticar os atos necessários à gestão do FUMTUR, de acordo com as diretrizes e programas estabelecidos pelo Conselho;
II - Expedir atos normativos relativos à gestão e à colocação dos recursos do Fundo, após aprovação do Conselho;
III - elaborar programas anuais e plurianuais de aplicação dos recursos, submetendo-os ao Conselho;
IV - Submeter à apreciação e deliberação do Conselho as contas relativas à gestão do FUMTUR.

CAPÍTULO III
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 19º Os casos omissos nesta Lei poderão ser regulamentados através de Decreto.
Art. 20º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário especialmente a Lei Municipal nº 918/2017 de 10/05/2017.
Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 02 de setembro de 2026; 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 02/09/2026

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:7AA096B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
LEI Nº 1257/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil, cria a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), cria o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, cria o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE
LEI:
CAPÍTULO I
Disposições Preliminares
Art. 1º Fica reestruturado o Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil do Município de Sulina, em conformidade com a Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012.
Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por Proteção e Defesa Civil o conjunto de ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, destinadas a evitar ou minimizar a ocorrência de desastres, preservar a vida e restabelecer a normalidade e o bem-estar social da população afetada.
CAPÍTULO II
Da Coordenadoria Municipal (COMPDEC)
Art. 3º Fica criada a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), órgão com atuação permanente, vinculado diretamente ao Gabinete do Prefeito e a Secretaria de Administração e Finanças, com a finalidade de coordenar e executar as ações de proteção e defesa civil no âmbito local.
Art. 4º Compete à COMPDEC, além das atribuições previstas nas legislações federal e estadual:
I - articular, coordenar e gerenciar as ações do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil;
II - promover o mapeamento das áreas de risco de desastres e a identificação de ameaças;
III - incorporar as ações de proteção e defesa civil no planejamento municipal;
IV - elaborar, manter atualizado e implementar o Plano de Contingência (PLANCON);
V - realizar vistorias em áreas de risco e, se necessário, solicitar ou promover a interdição de locais e a evacuação da população;
VI - manter a população informada sobre os riscos e as formas de prevenção.
CAPÍTULO III
Da Estrutura Operacional
Art. 5º A estrutura organizacional da COMPDEC será composta, no mínimo, pelos seguintes cargos, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo:
I - Coordenador Municipal;
III - Diretor Operacional;
IV - Secretário.
Art. 6º Ao Coordenador Municipal compete:
I - a direção geral do órgão, com a representação da COMPDEC perante os governos Estadual e Federal;
II - a articulação política e institucional da COMPDEC com os diversos órgãos de governo e da sociedade civil organizada;
III - a administração do FUMPDEC;
IV - o gerenciamento amplo das ações de proteção e defesa civil no município.
Art. 7º Ao Diretor Operacional compete:
I - coordenar e liderar as equipes de campo nas ações de prevenção, socorro, assistência e recuperação;
II - gerenciar a logística de distribuição de ajuda humanitária;
III - orientar e apoiar a atuação dos Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC);
IV - manter em prontidão e controlar o uso de equipamentos, maquinários e viaturas destinados à Defesa Civil;
V - atuar como elo no terreno entre a COMPDEC e as forças de segurança e salvamento.
Art. 8º Ao Secretário compete:
I - executar os serviços administrativos, burocráticos e de expediente da COMPDEC;
II - organizar e manter atualizado o arquivo de documentos, laudos, mapeamentos e decretos;
III - atuar como secretário executivo nas reuniões do Conselho Municipal, lavrando as respectivas atas;
IV - auxiliar na alimentação e monitoramento dos sistemas informatizados de Defesa Civil – S2ID e SISDC, ou os que vierem a substituí-los –, especialmente no preenchimento de formulários de ocorrência;
V - organizar a gestão documental e contábil primária referente ao FUMPDEC.

CAPÍTULO IV
Das Situações de Anormalidade
Art. 9º Para os efeitos desta Lei, as situações de anormalidade causadas por desastres serão classificadas em:
I - Situação de Emergência (SE): situação anormal, provocada por desastres, causadora de danos e prejuízos que impliquem o comprometimento parcial da capacidade de resposta do poder público municipal;
II - Estado de Calamidade Pública (ECP): situação anormal, provocada por desastres, causadora de danos e prejuízos que impliquem o comprometimento substancial da capacidade de resposta do poder público municipal.
Parágrafo Único. A decretação dessas situações obedecerá aos critérios e ritos normativos estabelecidos pelo Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC), adotando-se a Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).
CAPÍTULO V
Do Conselho Municipal
Art. 10. Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil, órgão colegiado de caráter consultivo, mobilizador e de assessoramento, constituído por representantes do Poder Público e da Sociedade Civil organizada, englobando entidades de classe, organizações não governamentais, clubes de serviço, órgãos assistenciais e associações comunitárias existentes no município.
Parágrafo Único. A composição, a estruturação e o funcionamento do Conselho serão regulamentados por Decreto do Executivo Municipal.
CAPÍTULO VI
Do Fundo Municipal (FUMPDEC)

Art. 11. Fica criado o Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil (FUMPDEC), instrumento de captação e aplicação de recursos, com o objetivo de prover suporte financeiro para o desenvolvimento das ações de proteção e defesa civil no município.
Art. 12. Constituem recursos do FUMPDEC:
I - dotações orçamentárias anuais do município;
II - repasses do Fundo Estadual para Calamidades Públicas (FECAP) e do Fundo Nacional para Calamidades Públicas, Proteção e Defesa Civil (FUNCAP);
III - transferências da União e do Estado;
IV - doações, auxílios e subvenções de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas;
V - remuneração decorrente de aplicações financeiras de seus próprios recursos.
Art. 13. O FUMPDEC será administrado pelo Coordenador Municipal da COMPDEC, sob a supervisão contábil e financeira da Secretaria Municipal Administração e Finanças, com prestação de contas periódica ao Conselho Municipal.
CAPÍTULO VII
Dos Núcleos Comunitários
Art. 14. A COMPDEC apoiará e incentivará a criação de Núcleos Comunitários de Proteção e Defesa Civil (NUPDEC) nas áreas de risco, nos bairros e nas localidades do município, com o objetivo de promover a capacitação e a participação ativa da comunidade nas ações de prevenção, preparação e resposta.
CAPÍTULO VIII
Disposições Finais
Art. 15. O Poder Executivo Municipal regulamentará esta Lei, no que couber, por meio de Decreto.
Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 02 de setembro de 2026; 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 02/09/2026

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:6B3C4840

PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA
LEI Nº 1258/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a organização da Festa do Colono e do Motorista do Município de Sulina, disciplina a realização das ações institucionais vinculadas ao evento, institui a Comissão Organizadora e estabelece normas para a distribuição gratuita de alimentos às unidades familiares do Município.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SULINA, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a organização, planejamento, coordenação, execução, acompanhamento e controle das ações institucionais relacionadas à Festa Municipal do Colono e do Motorista, evento integrante do Calendário Oficial de Eventos do Município de Sulina.
Art. 2º A Festa Municipal do Colono e do Motorista constitui evento de interesse público municipal, destinado à valorização dos agricultores, motoristas e suas famílias, ao fortalecimento das tradições locais, à promoção da cultura, da integração comunitária e do desenvolvimento econômico e social do Município.
Art. 3º São objetivos da Festa Municipal do Colono e do Motorista:
I – valorizar o trabalho dos agricultores, produtores rurais e motoristas;
II – preservar as tradições culturais e comunitárias do Município;
III – incentivar manifestações culturais, religiosas, esportivas, educativas e recreativas;
IV – promover a integração entre o Poder Público, entidades e comunidade;
V – fortalecer a agricultura familiar, o comércio local e a economia municipal;
VI – proporcionar espaço de convivência e confraternização entre as famílias sulinenses.
CAPÍTULO II
DAS AÇÕES INSTITUCIONAIS DA FESTA
Art. 4º Constituem ações institucionais da Festa Municipal do Colono e do Motorista:
I – solenidades oficiais;
II – homenagens aos agricultores e motoristas;
III – apresentações culturais e artísticas;
IV – atividades esportivas e recreativas;
V – exposições agropecuárias, comerciais e de serviços;
VI – feiras da agricultura familiar, artesanato e gastronomia;
VII – atividades educativas e de valorização da cultura local;
VIII – distribuição gratuita de alimentos às unidades familiares residentes no Município, conforme disposto nesta Lei;
IX – outras atividades compatíveis com a finalidade do evento.
CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
Art. 5º A organização da Festa Municipal do Colono e do Motorista será coordenada pelo Poder Executivo Municipal, por meio das Secretarias e órgãos competentes, com apoio da Comissão Organizadora instituída nesta Lei.
Art. 6º Compete ao Poder Executivo:
I – definir a programação anual da Festa;
II – disponibilizar estrutura administrativa e operacional necessária;
III – promover os procedimentos administrativos de contratação e aquisição necessários;
IV – celebrar parcerias, convênios, termos de cooperação ou instrumentos congêneres, quando cabíveis;
V – receber apoios, patrocínios e doações, observada a legislação vigente;
VI – garantir transparência e controle dos recursos públicos empregados.
CAPÍTULO IV
DA COMISSÃO ORGANIZADORA
Art. 7º Fica instituída a Comissão Organizadora da Festa Municipal do Colono e do Motorista, órgão de assessoramento e coordenação das atividades relacionadas ao planejamento e execução do evento.
Art. 8º A Comissão Organizadora será designada anualmente por Portaria do Chefe do Poder Executivo e será composta por representantes dos seguintes órgãos:
I – Gabinete do Prefeito;
II – Secretaria Municipal de Administração;
III – Secretaria Municipal de Agricultura;
IV – Secretaria Municipal de Saúde;
V – Secretaria Municipal de Promoção Social;
VI – Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes;
VII – Departamento de Compras e Licitações;
VIII – Unidade de Controle Interno;
IX – Secretaria de Indústria, comércio e turismo.

§ 1º Poderão participar como convidados representantes de entidades comunitárias, associações de agricultores, cooperativas, entidades religiosas, clubes de serviço, associações comerciais e demais organizações da sociedade civil.
§ 2º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e não remunerado.
Art. 9º Compete à Comissão Organizadora:
I – elaborar o planejamento anual da Festa;
II – propor a programação oficial;
III – definir cronograma e responsabilidades dos órgãos envolvidos;
IV – acompanhar a execução das atividades;
V – propor melhorias para as edições futuras;
VI – acompanhar a distribuição gratuita de alimentos;
VII – elaborar relatório final das ações realizadas.
CAPÍTULO V
DO PLANO ANUAL DA FESTA
Art. 10. A Comissão Organizadora elaborará, anualmente, Plano de Trabalho contendo, no mínimo:
I – programação prevista;

II – cronograma de execução;
III – estimativa das despesas;
IV – definição das responsabilidades administrativas;
V – planejamento da distribuição gratuita de alimentos;
VI – mecanismos de controle e prestação de contas.

CAPÍTULO VI
DA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA DE ALIMENTOS

Art. 11. Durante as comemorações da Festa Municipal do Colono e do Motorista, o Poder Executivo poderá realizar a distribuição gratuita de alimentos às unidades familiares residentes no Município de Sulina.

§ 1º A distribuição constitui ação institucional de caráter cultural, comemorativo e de integração comunitária.

§ 2º A distribuição prevista nesta Lei não caracteriza benefício assistencial, programa social, benefício eventual ou transferência de renda.

§ 3º Os alimentos a serem distribuídos serão definidos anualmente pelo Poder Executivo, considerando a tradição do evento, a disponibilidade orçamentária, a economicidade e o interesse público.

CAPÍTULO VII
DOS CRITÉRIOS E DO CADASTRO

Art. 12. Terão direito ao recebimento dos alimentos as unidades familiares residentes no Município de Sulina.

§ 1º Considera-se unidade familiar o grupo de pessoas que reside no mesmo domicílio.

§ 2º Será destinada uma distribuição por unidade familiar cadastrada.

Art. 13. A identificação das unidades familiares será realizada mediante cadastro administrativo municipal, elaborado preferencialmente com base territorial das informações das Agentes Comunitárias de Saúde, podendo ser complementado por outros cadastros oficiais.

§ 1º O cadastro será utilizado exclusivamente para organização, controle e prestação de contas da distribuição.

§ 2º Serão utilizadas somente as informações necessárias à identificação da unidade familiar.

§ 3º O tratamento das informações observará a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

CAPÍTULO VIII
DO CONTROLE E DA TRANSPARÊNCIA

Art. 14. A distribuição será acompanhada por controles administrativos próprios, podendo ser utilizados:
I – listas de entrega;
II – vouchers;
III – tickets;
IV – sistemas informatizados;
V – outros mecanismos definidos em regulamento.

Art. 15. O Município manterá processo administrativo específico contendo:
I – planejamento da ação;
II – procedimento de contratação;
III – documentos fiscais;
IV – quantitativos adquiridos;
V – quantitativos distribuídos;
VI – relatório final de execução.

Art. 16. A Comissão Organizadora encaminhará relatório circunstanciado ao Controle Interno contendo:
I – descrição das atividades realizadas;
II – quantidade de famílias atendidas;
III – alimentos distribuídos;
IV – eventuais ocorrências;
V – recomendações para edições futuras.

CAPÍTULO IX
DAS VEDAÇÕES

Art. 17. É vedada:
I – a utilização da Festa para promoção pessoal de agentes públicos;
II – a divulgação político-partidária durante as ações oficiais;
III – a divulgação de dados pessoais dos beneficiários;
IV – a distribuição em desacordo com os critérios estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 18. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias previstas no orçamento municipal.

Art. 19º O Poder Executivo regulamentará esta Lei por Decreto, no prazo de até 90 (noventa) dias, disciplinando os procedimentos necessários à sua execução.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sulina, Paraná, 02 de setembro de 2026; 40º da Emancipação e 38º de Administração.

GILBERTO JOÃO ROSSI
Prefeito

Registre-se e Publique-se
Em 02/09/2026

Publicado por:
Gelso Roberto Chioquetta
Código Identificador:B1BD37DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EDITAL DE AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 12/2026

Órgão: Câmara Municipal de Teixeira Soares
Modalidade de compra: Dispensa
Amparo legal: inciso II do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021.
Tipo: Aviso de Contratação direta.
Data de encerramento para recebimento das propostas: 07/09/2026
Objeto: Contratação de empresa que presta serviços com os Módulos da EQUIPLANO SISTEMAS LTDA, especializada no fornecimento de sistema de gestão pública, para atender as necessidades desta Câmara Municipal no que atine a Sistemas Orçamentários, Contábeis, Financeiros, dentre outros.
Observações: o "Termo de Referência" e o "Modelo de Proposta Comercial" estão disponibilizados no site: www.teixeirasoares.pr.leg.br/.
Encaminhamento da proposta para o e-mail: cmteixeirasoares@hotmail.com
Informações e esclarecimentos: (42) 9 3505 0263.

Teixeira Soares, 02 de setembro de 2026.

Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:D9BC445F

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Presidente da Câmara Municipal e os Membros da Comissão de Políticas Gerais da Câmara Municipal, em atendimento ao § 5.° do artigo 36 da Lei Complementar Federal N.º 141, de 13 de janeiro de 2012, EXPEDEM este EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO, convidando todos os cidadãos e cidadãs para comparecerem na **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada no dia **21 DE SETEMBRO DE 2026**, às **20 horas**, nas dependências desta Câmara Municipal, situada na Praça Prefeito Ovídio Ismael Gubert, 11, nesta cidade. Na Audiência Pública o Secretário Municipal de Saúde apresentará nesta Casa Legislativa, RELATÓRIO detalhado referente ao SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026, contendo e demonstrando, dentre outros, dados e informações sobre: I – montante e fonte dos recursos aplicados no período e na execução do Plano de Saúde deste Município; II – auditorias porventura concluídas/realizadas ou iniciadas/em fase de execução no período, e suas recomendações e determinações; III – oferta e produção de serviços públicos na rede assistencial – própria/contratada/conveniada (cotejando esses dados com os indicadores de saúde da população em seu âmbito de atuação). A Audiência Pública será dirigida pela e realizada perante a Comissão de Políticas Gerais. Na Audiência

Pública todos os cidadãos e cidadãs que o desejarem, participarão e tomarão conhecimento do RELATÓRIO apresentado pelo Secretário Municipal de Saúde.
Expede-se o presente EDITAL para amplo conhecimento público, esperando a participação popular para que se alcancem os fins desejados pela legislação vigente.

Câmara Municipal de Teixeira Soares, em 02 de setembro de 2026.

INÊS A. FERREIRA

PAULO G. WAGNER

OTONI DA S. PIRES

HANS G. WAGNER

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:9F418AD8

CÂMARA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Os Membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal de Teixeira Soares, nos termos do § 4.º do artigo 9.º da Lei Complementar Federal N.° 101, de 04 de maio de 2000 – "Lei de Responsabilidade Fiscal", EXPEDEM o presente EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO CONVIDANDO todos os cidadãos e cidadãs para comparecerem na **AUDIÊNCIA PÚBLICA** que será realizada em Sessão da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas, no dia **28 DE SETEMBRO DE 2026**, às **20 horas,** nas dependências da Câmara Municipal, situada na Praça Prefeito Ovídio Ismael Gubert, 11, nesta cidade. Na Audiência Pública o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias referentes ao SEGUNDO QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2026, perante os Membros da Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas da Câmara Municipal. Na Audiência Pública todos os cidadãos e cidadãs que o desejarem, participarão e tomarão conhecimento da avaliação do cumprimento das metas fiscais da Lei de Diretrizes Orçamentárias referentes ao segundo quadrimestre do exercício de 2026.
Expede-se o presente EDITAL para amplo conhecimento público, esperando a participação popular para que se alcancem os fins desejados pela legislação vigente.
Câmara Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

TIAGO BOHN BOGO,
Presidente.

RICARDO VIEIRA GUIMARÃES,
Relator.

DIEGO BYCZKOWSKI,
Membro.

Publicado por:
Juliano Slucarz
Código Identificador:3B2962B1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 288, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 288, DE 3 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: CONSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – CAE DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, E NOMEIA SEUS MEMBROS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso IX do art. 73 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 1.049, de 20 de maio de 1999, alterada pela Lei Municipal nº 1.087, de 24 de agosto de 2000, e pela Lei Municipal nº 1.500, de 28 de junho de 2011;
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os membros do **Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE**, do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, para o mandato de 4 (quatro) anos, observada a composição estabelecida pela legislação municipal vigente, conforme segue:
I – REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Titular: Mireila Aparecida Jacomel Pugsley
Suplente: Kely Robes
II – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES
Titular: Daltiva Aparecida de Oliveira
Suplente: Fernando Henrique Chicalski
Titular: Silvana dos Santos
Suplente: Tais Regina Farago
III – REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS
Titular: Ana Flávia Zuaretch
Suplente: Ana Paula Ruppel dos Santos
Titular: Rosana Tasior Padilha
Suplente: Liriane de Ramos de Souza
IV – REPRESENTANTES DE OUTRO SEGMENTO DA SOCIEDADE LOCAL
Titular: Ademir Ramos Adornes
Suplente: Elizabete Ribeiro Bueno
Titular: Neli Maria Perretto
Suplente: Sonieli Aparecida de Almeida

Art. 2º Os membros do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE exercerão suas funções pelo período de 4 (quatro) anos, permitida uma única recondução, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 3º O exercício das funções de membro do Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE constitui serviço público relevante e não será remunerado, conforme estabelecido na legislação municipal vigente.

Art. 4º Os membros titulares e seus respectivos suplentes exercerão suas funções observando as disposições da legislação que rege o Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.
COMUNIQUE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, em 03 de setembro de 2026

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:D85BB35E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

GABINETE
DECRETO Nº 4.436/2026

Regulamenta o Plano de Contratações Anual (PCA), no âmbito do Poder Executivo Municipal, nos termos do Art. 12, VII, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Art. 12, VII, da Lei Federal nº 14.133/2021, que estabelece o Plano de Contratações Anual (PCA) como instrumento de planejamento da Administração;

CONSIDERANDO a necessidade de alinhar as contratações públicas ao planejamento orçamentário e estratégico do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentado o processo de elaboração, consolidação, monitoramento e revisão do Plano de Contratações Anual (PCA) do Poder Executivo Municipal.

Art. 2º O PCA será elaborado com base na consolidação dos Documentos de Formalização de Demanda (DFD) enviados por todas as Secretarias e unidades requisitantes.

Parágrafo único. O DFD deverá conter, obrigatoriamente:
I - A justificativa da necessidade da contratação;
II - O quantitativo estimado do objeto e o respectivo valor;
II - A data pretendida para a contratação

Art. 3º A elaboração do PCA seguirá as seguintes etapas e prazos:
I - Até 30 de abril: Envio dos DFDs pelas Secretarias ao Setor de Licitações;
II - Até 30 de junho: Consolidação do PCA preliminar pelo Setor de Licitações;
III - Até 10 de julho: Análise de alinhamento orçamentário pela Secretaria de Finanças;
IV - Até 15 de setembro: Aprovação pela autoridade superior e publicação.

Art. 4º O PCA, após consolidado, será utilizado como instrumento base para a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), devendo constar em Anexo do PLOA a correlação entre as contratações previstas e as dotações orçamentárias.

Art. 5º O PCA poderá ser revisado ou alterado ao longo do exercício, mediante justificativa da unidade requisitante.

Parágrafo único. Nenhuma alteração (inclusão ou modificação de valor) será aprovada sem a verificação prévia da disponibilidade orçamentária pelo Setor de Contabilidade.

Art. 6º Fica instituído o processo de monitoramento da execução do PCA, com o objetivo de verificar o cumprimento dos prazos e a execução das contratações, devendo essa atividade ser formalizada por meio da elaboração do Relatório de Monitoramento do PCA.

Art. 7º Fica designado a Secretaria Municipal de Administração Geral como responsável pela elaboração e consolidação do PCA

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Terra Boa - PR, aos 02 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:93F95BCA

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 312/2026 REF: PREGÃO N° 72/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: COLONELLO VIAGENS E TURISMO LTDA, CNPJ nº 63.678.782/0001-32, com sede RUA ARY BARROSO, 542, ZONA UM, CEP 87240000, Terra Boa - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). MARIA REGINA MACHADO COLONELLO, CPF: 618.890.249-53, carteira de Identidade nº 34519366 SESP PR.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em pacotes de excursões e viagens turísticas com o objetivo de conjugação de esforços destinados a fomentar o fluxo turístico do Paraná, por meio do turismo rodoviário e da inclusão social, intuito de valorização do bem-estar, garantindo momentos de lazer, cultura, socialização e integração social para Pessoas Idosas atendidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família de Terra Boa – Pr, valorizando o patrimônio natural e cultural do Estado do Paraná, bem como promovendo e incentivando o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme TERMO DE CONVÊNIO Nº 022/2026 – Secretaria de Estado do Turismo – SETU.

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ 96.990,00 (noventa e seis mil, novecentos e noventa reais) , valor esse que será pago em conforme edital.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 31 de agosto de 2026, com vencimento até 28 de fevereiro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 31 de agosto de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:0C9E282F

LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 272/2025 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N° 30/2025

O **MUNICÍPIO DE TERRA BOA**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 75.793.786/0001-40, com sede na Rua Tancredo Neves, 240 - centro, no Município de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Senhor **VALTER PERES,** brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG no 2.003.293-6, inscrito no CPF sob o n° 534.948.579-20, neste ato denominado **CONTRATANTE** e, de outro, **"NORDESTE TRANSPORTES LTDA",** inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.299.270/0001-07, sediado(a) na Avenida Afonso Botelho, nº 708, Jardim Maia, Campo Mourão - PR, neste ato representada por **TEÓFILO BOIKO,** portador do CPF n° 028.745.479-72 e cédula de identidade civil RG n° 368.816-0 e **GERMANO BOIKO**, portador do CPF nº 011.752.039-04 e cédula de identidade civil RG nº 565.376-2, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Credenciamento realizado pelo processo de Inexigibilidade nº30/2025, nos termos da Lei nº. 14.133/2024 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 272/2025, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO de empresas para fornecimento de passagens rodoviárias, destinados aos servidores e usuários atendidos pelo município, nas condições estabelecidas no Termo de Referência** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito,

obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 04 de setembro de 2027, com base no Art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro de 2026.

VALTER PERES
Contratante

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:1582A1EB

LICITAÇÕES
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO PREGÃO ELETRONICO Nº 72/2024 CONTRATO Nº: 271/2025

MUNICÍPIO DE TERRA BOA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.793.786/0001-40, com sede à Rua Presidente Dr. Tancredo de A. Neves, 240, nesta cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Senhor **VALTER PERES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG no 2.003.293-6, inscrito no CPF sob o n° 534.948.579-20, e a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa "**WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA"**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 10.786.517/0001-01, sediada na Rua São Paulo, nº 909, Marechal Candido Rondon - PR, , neste ato representado(a) por **CASSIANO LUIZ ZANATA BONOMO,** CPF: 017.977.659-22, RG: 5756093-2, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Pregão Eletrônico nº 72/2024 realizado nos termos da Lei nº. 14.133/21 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 271/2025, que tem por objeto a **contratação de empresa para locação de Equipamentos com Tecnologia de Reconhecimento Facial, com cessão de uso de sistema de controle de frequência de entrada e saída de servidores públicos municipais** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 02 de setembro de 2027, com base no Art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:5B460E0F

LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO PREGÃO Nº 71/2024 CONTRATO Nº 416/2024

MUNICÍPIO DE TERRA BOA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 75.793.786/0001-40, com sede à Rua Presidente Dr. Tancredo de A. Neves, 240, nesta cidade de Terra Boa, Estado do Paraná, neste ato representada pela Prefeito(a) Municipal Senhor(a) **VALTER PERES**, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG n.º 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 769.002.669-91,e a seguir denominada **CONTRATANTE**, e a empresa "**IDS DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE E ASSESSORIA LTDA"**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 05.982.200/0001-00, sediado(a) na Avenida Brasil, nº 922, Centro, Pato Branco – PR, sendo denominado sócio responsável o(a) Sr(a). **ANTONIO ESPÍRITO SANTO**, portador do CPF n° 229.076.038-25 e cédula de identidade civil RG n° 25.798.480-X, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista a homologação da licitação por Pregão nº 71/2024 realizado nos termos da Lei nº. 14.133/21 e legislação pertinente, assinam pelas condições avençada no Contrato nº 416/2024, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada para aquisição de serviços de direito de uso de Software de Gestão Pública para a Secretária Municipal de Assistência Social em seus atendimentos a população, abrangendo a sede e suas unidades de atendimentos, com serviços de implantação, gerenciamento, armazenamento de dados, treinamento, suporte técnico, manutenção evolutiva e disponibilização de hospedagem em nuvem, oferecendo informações referentes ao Município, soluções tecnológicas de gestão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), nas condições estabelecidas no Termo de Referência** e pelos termos da proposta da Contratada as cláusulas a seguir expressas, definidoras de direito, obrigações e responsabilidades das partes, assim, celebram o presente aditivo ao contrato em epigrafe, que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente instrumento tem por finalidade prorrogar o prazo de vigência do referido contrato até 02 de setembro de 2027, com base no Art. 107 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA
Alterar o valor do contrato, com base no Art. 124, da Lei 14.133/21, repactuando pelo Índice do INPC acumulado no período, passando a vigorar com o seguinte valor**:** R$ 1.975,17 (um mil novecentos e setenta e cinco reais e dezessete centavos) mensal.

CLAUSULA TERCEIRA
As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este instrumento, permanecem inalteradas.

Estando as partes justas e contratadas, firmam o presente Termo Aditivo em duas vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, conforme segue.

Município de Terra Boa, Estado do Paraná, ao primeiro dia do mês de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:9B5B5144

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 807/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 32, da Lei nº 1725/2022, de 21 de setembro de 2022, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos da Administração Direta do município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Progressão de Classe aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Artigo 32, da Lei nº 1725/2022.

Servidor	Nível	Classe
COSME IRINEU APOLINÁRIO	B	12
CRISTIANE BORBA MORCINO DE OLIVEIRA	E	13
CRISTIANE DOMINGOS LUCENA	B	16
DANIELA GONÇALVES SALES	C	13
EDENILSO JOSE DOS SANTOS	B	19
EDIVANIA DE CASSIA SANTOS	C	08
ELAINE APARECIDA FARIA	E	15
ELIANA DA SILVA ARAUJO GALHARDO	B	12
FRANCILENE CELINE DE BARROS	A	02
GIZELE REGINA FANHANI CASARIN	E	13
JOAO DA ROCHA BRITO	B	17
JOSE CAJUELA LOPES	C	33
KATIA BEATRIZ DE SOUZA	E	10
LUCIANA PONTICELI	B	12
MARIA OTILIA DA CONCEICAO VALENTE APARECIDO	B	13
MARINES APARECIDA RODRIGUES	C	05
MATEUS ALVES LOTTI	B	02
MICHELE BRASILINA DE CASTRO	B	04
MIRIAN CRISTIANE SURMANI	B	02
MONICA MORAES CAMARGO	B	02
OSMARINA DOS SANTOS SOUZA	0	11
PAULO CESAR DEZOTI	E	37
REGINALDO DOS SANTOS	D	08
ROGERIO DOS SANTOS BICOUV	B	05
SABRINA DE JESUS SILVA	B	05
SHIRLEI FREITAS DA SILVA RODRIGUES	B	12
SILAS ALVES DE SOUZA	B	33
SILVIO MATIAS DOS SANTOS	B	19
SIMONE CRISTINA DE MELO DE MEIRELES	D	25
VALQUIRIA LOUREIRO LIMA	E	09
VANDA LUCIA GOMES LOPEZ	D	13
VIVIANE ARNAUT DOS SANTOS	E	14

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:80FED7B8

SECRETARIA DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO - Nº 07/2026

Em cumprimento ao Artigo 2º, da Lei Federal nº 9.452, de 20 de março de 1997, ficam notificados os partidos políticos, sindicatos afins e Associação Comercial, existentes em Terra Boa, sobre a liberação de recursos financeiros do Governo Federal, em que o Município foi beneficiado, a saber:

DATA	VALOR	ORGÃO REPASSADOR	DESTINAÇÃO DA APLICAÇÃO
19/08/2026	R$ 18.251,25	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR
19/08/2026	R$ 9.163,50	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	MERENDA ESCOLAR
24/08/2026	R$ 18.177,07	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	TRANSPORTE ESCOLAR
25/08/2026	R$ 6.774,06	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	TRANSPORTE ESCOLAR
25/08/2026	R$ 3.725,73	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	TRANSPORTE ESCOLAR

02 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:C4C68ED6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CREDENCIAMENTO

EDITAL DE CREDENCIAMENTO
INEXIGIBILIDADE Nº 19/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 114/2026
OBJETO: Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços de realização de exames de ultrassonografia, com emissão de laudos, utilizando aparelho e espaço disponibilizados pelo Município, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
Credenciamento: A partir de 03 de setembro de 2026
SORTEIO: O sorteio para definição da ordem de preferência entre os credenciados habilitados será realizado no dia 08 de setembro de 2026, às 14h00, na sede da Prefeitura Municipal de Terra Rica, localizada na Avenida Euclides da Cunha, nº 1.120, Centro, Terra Rica/PR.
O Edital e seus anexos encontram-se disponíveis aos interessados pelos meios oficiais de divulgação do Município.
Terra Rica, 02 de setembro de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:17E00B6C

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 711/2026

SÚMULA: REVOGA DECRETO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

DECRETA:

Artigo 1º. - Fica **REVOGADO** em sua totalidade o Decreto Municipal nº 711/2026, a partir de 01/09/2026.

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/09/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis (02/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:73A7D909

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 045/2026

Lei Nº. 045/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a firmar aditivo ao Termo de Fomento com a Casa Santo Eduardo – Obras Unidas São Vicente de Paulo – Asilo e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal AUTORIZADO a firmar aditivo de valor ao Termo de Fomento nº 007/2026, celebrado com a **CASA SANTO EDUARDO – OBRAS UNIDAS SÃO VICENTE DE PAULO – ASILO**, entidade sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº. 75.500.470/0001-13, no valor de R$ 15.161,37 (quinze mil, cento e sessenta e um reais e trinta e sete centavos).

Artigo 2º. Com o presente aditivo, o valor total da subvenção autorizada pela Lei Municipal nº 088/2025 passa de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) para R$ 415.161,37 (quatrocentos e quinze mil, cento e sessenta e um reais e trinta e sete centavos).

Artigo 3º. As despesas decorrentes da execução do presente aditivo correrão por conta da dotação orçamentária:

06.004.08.241.0001.2028, elemento: 4.4.50.42.00,00, fonte: 976, e 976-EA.
06.004.08.241.0001.2028, elemento: 3.3.50.43.00.00, fonte: 900-EA.

Artigo 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte seis (02/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:4FC23B29

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ERRATA

ERRATA
A CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, vem através da presente ERRATA, corrigir a Resolução n.º 004/2026 – de 01 de setembro de 2026, publicada na Edição n.º 3.608 do dia 02/09/2026, no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, por lapso de digitação a seguinte correção:
ONDE SE LÊ:
Art. 88.As Comissões Temporárias serão:
I - ....
V – Comissão Processante
LEIA-SE
Art. 88.As Comissões Temporárias serão:
I - ....
V – Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.
ONDE SE LÊ:
Art. 98. A Comissão Processante será constituída para apuração das infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito, pelo Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito, ou por Vereador.
Parágrafo único. Serão realizados tantos sorteios quantos forem necessários para que se assegure, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participam da Câmara de Vereadores na composição da **Comissão Processante.**
LEIA-SE
Art. 98.A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar será constituída para apuração das infrações político-administrativas praticadas pelo Prefeito, pelo Vice-Prefeito no exercício do cargo de Prefeito, ou por Vereador.
Parágrafo único. Serão realizados tantos sorteios quantos forem necessários para que se assegure, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos que participam da Câmara de Vereadores na composição da **Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.**

Câmara Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de setembro de 2026.

MILTON DA SILVA
Presidente da Câmara

Publicado por:
Aldonir Joao Viacelli
Código Identificador:EDD2E59E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17561/2026

PORTARIA N° 17561/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). IVETE DE FATIMA RIBEIRO BORGES, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). IVETE DE FATIMA RIBEIRO BORGES, portador(a) do CPF ***.***.989-**, no cargo de Auxiliar de Limpeza e Copa, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 03 de setembro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:E873462A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 105/2025

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 105/2025
Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34, com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, ROSANGELA APARECIDA BORGES, inscrita no CPF sob n° ***.***.639**, neste ato denominada EMPREGADO(A) no cargo de Técnico de Enfermagem, mediante as seguintes condições:
CLÁUSULA PRIMEIRA
O presente contrato será prorrogado por mais 06 (seis) meses, com início em 03/09/2026 e término em 01/03/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.

Terra Roxa, 02 de setembro de 2026.

_____
Empregador

_____
Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:8F7A73AF

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 4699/2026

DECRETO Nº 4699/2026

Constitui a Equipe Técnica Municipal para acompanhamento dos serviços de georreferenciamento, atualização do Cadastro Técnico Imobiliário e implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário – CTM, decorrentes do Pregão Eletrônico nº 067/2026, designa responsável pela interlocução técnica e Fiscal do Contrato, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e

CONSIDERANDO a contratação decorrente do Pregão Eletrônico nº 067/2026, destinada à implantação do Cadastro Técnico Multifinalitário – CTM, atualização das bases cadastrais e execução dos serviços de georreferenciamento;
CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento, conferência e validação técnica dos produtos decorrentes da contratação, especialmente aqueles relacionados à atualização cartográfica e do Cadastro Técnico Imobiliário;
CONSIDERANDO que o Termo de Referência estabelece a constituição, mediante Decreto, de Equipe Técnica Municipal para participação durante todo o processo de execução dos trabalhos;
CONSIDERANDO as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 4.045/2023 quanto ao acompanhamento e fiscalização das contratações administrativas;
DECRETA:
Art. 1º Fica constituída a Equipe Técnica Municipal de Acompanhamento do Cadastro Imobiliário e dos Serviços de Georreferenciamento, destinada a acompanhar, analisar e validar tecnicamente os serviços executados no âmbito do Pregão Eletrônico nº 067/2026, composta pelos seguintes servidores:

I – Setor de Tributação:
a) RAIANE BENEVIDES FERREIRA, Matrícula nº 426325-00;
b) HAROLDO DE LIMA, Matrícula nº 11215-00;
c) LUAN OLIVEIRA BACHIEGA, Matrícula nº 1957-07;

II – Setor de Engenharia:
a) ISABELA BORTOLI DE SOUZA, Matrícula nº 1216813-00;

III – Setor de Planejamento:
a) FERNANDA BOING, Matrícula nº 174980-00.

Art. 2º Compete à Equipe Técnica Municipal:
I – acompanhar tecnicamente a execução dos serviços de georreferenciamento, atualização cartográfica e recadastramento imobiliário;
II – fornecer ou viabilizar o fornecimento à contratada das informações, bases cadastrais, documentos e demais elementos municipais necessários à execução dos serviços;
III – acompanhar a migração, integração e compatibilização dos dados cadastrais, tributários e cartográficos;
IV – analisar e validar os produtos, relatórios, planilhas, mapas, arquivos e demais documentos apresentados pela contratada;
V – conferir a correspondência entre os dados constantes do Cadastro Imobiliário Municipal e aqueles resultantes do georreferenciamento, aerofotogrametria, levantamento fotográfico e demais produtos contratados;
VI – acompanhar a elaboração e aprovar, quando tecnicamente adequada, a Metodologia de Atualização do Cadastro Imobiliário, podendo propor alterações ou complementações;
VII – analisar as divergências identificadas entre o cadastro imobiliário existente e os dados levantados pela contratada, especialmente quanto às áreas territoriais e edificadas, classificação das construções e demais elementos cadastrais;
VIII – indicar os imóveis ou situações que demandem conferência documental, vistoria de campo ou esclarecimentos complementares;
IX – validar tecnicamente as propostas de atualização cadastral antes de sua inserção definitiva no sistema tributário municipal;
X – auxiliar na definição dos procedimentos para comunicação e notificação dos contribuintes quanto às alterações cadastrais identificadas;
XI – acompanhar e auxiliar na análise das manifestações e documentos apresentados pelos contribuintes relacionados ao recadastramento;
XII – registrar as inconformidades verificadas nos produtos ou serviços apresentados pela contratada, indicando as correções necessárias;
XIII – emitir manifestações, relatórios ou termos de validação técnica necessários ao acompanhamento e recebimento dos produtos;
XIV – acompanhar o cronograma dos trabalhos e comunicar ao Fiscal e ao Gestor do Contrato eventual atraso, irregularidade ou circunstância que possa comprometer a adequada execução dos serviços;
XV – prestar apoio técnico ao Fiscal e ao Gestor do Contrato, sem prejuízo das competências próprias destes;
XVI – exercer outras atividades técnicas necessárias ao acompanhamento e validação dos serviços relacionados ao Cadastro Técnico Multifinalitário e ao Cadastro Imobiliário Municipal.

Art. 3º Fica designada a servidora RAIANE BENEVIDES FERREIRA como Coordenadora da Equipe Técnica Municipal e responsável pela interlocução técnica diária com a empresa contratada, competindo-lhe:
I – coordenar as atividades e distribuir as demandas entre os integrantes da Equipe Técnica;
II – centralizar as comunicações técnicas ordinárias relacionadas à execução dos serviços;
III – acompanhar as solicitações, pendências e encaminhamentos realizados entre o Município e a contratada;
IV – organizar, quando necessário, reuniões técnicas de acompanhamento;
V – encaminhar aos demais integrantes da Equipe Técnica os documentos e produtos que dependam de análise ou validação;
VI – manter registro das principais solicitações, deliberações, inconformidades e providências adotadas durante a execução.
Parágrafo único. A atribuição prevista neste artigo não confere à Coordenadora competência exclusiva para aprovação dos produtos nem substitui as atribuições do Fiscal ou do Gestor do Contrato.

Art. 4º Fica designada a servidora JESSICA CRISTINA VIANA para exercer a função de Fiscal do Contrato decorrente do Pregão Eletrônico nº 067/2026, observadas as atribuições previstas na Lei Federal nº 14.133/2021, no Decreto Municipal nº 4.045/2023 e no respectivo instrumento contratual.

Art. 5º Compete à Fiscal do Contrato, sem prejuízo das demais atribuições legais e regulamentares:
I – acompanhar e fiscalizar a execução contratual;
II – verificar a conformidade dos serviços e produtos apresentados com as especificações do Termo de Referência e do contrato;

III – considerar, para fins de fiscalização e recebimento, as análises e manifestações emitidas pela Equipe Técnica Municipal;
IV – registrar ocorrências, falhas, atrasos ou inconformidades verificadas durante a execução;
V – comunicar as irregularidades constatadas e acompanhar sua correção;
VI – proceder às medidas relativas à medição e ao atesto dos serviços, após constatada sua efetiva execução e conformidade;
VII – comunicar ao Gestor do Contrato as situações que demandem providências administrativas que ultrapassem suas atribuições.

Art. 6º A Equipe Técnica Municipal, a Fiscal do Contrato e o Gestor do Contrato exercerão atribuições distintas e complementares, observada a segregação das respectivas funções.
§ 1º À Equipe Técnica Municipal compete, predominantemente, a análise, conferência e validação técnica dos produtos e informações.
§ 2º À Fiscal do Contrato compete o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, inclusive a verificação das entregas e dos requisitos necessários à medição.
§ 3º Ao Gestor do Contrato, na pessoa do Secretário Municipal da Fazenda, compete a gestão administrativa global da contratação, na forma da regulamentação municipal.

Art. 7º As alterações decorrentes do recadastramento imobiliário somente poderão ser inseridas definitivamente no sistema tributário municipal após a respectiva validação e autorização pelo Município, observada a metodologia aprovada e o procedimento administrativo definido para tratamento das divergências.

Parágrafo único. A identificação de divergência pela empresa contratada, por si só, não implica automática alteração do Cadastro Imobiliário Municipal.

Art. 8º As manifestações, validações, solicitações de correção, inconformidades e demais decisões técnicas relevantes deverão ser formalmente registradas no processo administrativo correspondente à contratação, assegurando-se a rastreabilidade das alterações cadastrais realizadas.

Art. 9º A participação na Equipe Técnica Municipal não afasta as atribuições ordinárias dos servidores em seus respectivos cargos ou funções.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Terra Roxa, Estado do Paraná, 02 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Julia Dos Santos
Código Identificador:81DDB811

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE ALTERAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE ALTERAÇÃO DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 133/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 083/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-23/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica alterado o Edital do Pregão Eletrônico nº 083/2026, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO, EVENTUAL E FUTURA, DE EQUIPAMENTOS MOTORIZADOS PARA ATIVIDADES DE ROÇAGEM, PODA, CORTE DE ÁRVORES E GALHOS, BEM COMO DE INSUMOS E PEÇAS DE REPOSIÇÃO NECESSÁRIOS AO PLENO FUNCIONAMENTO DOS EQUIPAMENTOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA DE ÁREAS VERDES, VIAS PÚBLICAS, PRAÇAS, PARQUES E DEMAIS ESPAÇOS SOB RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR,** mediante inclusão de exigência relativa à disponibilidade de assistência técnica autorizada pelo fabricante para os equipamentos ofertados.

A sessão pública do Pregão Eletrônico nº 083/2026 se mantém marcada para o dia **18/09/2026, às 09:00 horas**, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos que não conflitarem com as alterações ora promovidas.
O Edital, com as alterações promovidas, estará disponível para consulta e obtenção através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou pelo telefone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 02 de setembro de 2026.

JULIANA DA SILVA
Secretária Municipal do Meio Ambiente

Publicado por:
Cleiton Lopes Antunes
Código Identificador:E536C6CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA
ESTADO DO PARANÁ

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 150/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 086/2026
PROCESSO COMPRAS.GOV.BR N° 987921-26/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em cumprimento a Lei nº 14.133/21, torna público **a realização no dia 17/09/2026, às 09:00 horas**, a abertura do Edital de **Pregão Eletrônico nº 086/2026**, que tem como objeto a **AQUISIÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE COMBUSTÍVEIS DESTINADOS AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS QUE COMPÕEM A FROTA MUNICIPAL, A SER REALIZADO NA SEDE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR, MEDIANTE APLICAÇÃO DO MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO SOBRE O PREÇO MÉDIO APURADO NO LEVANTAMENTO DE PREÇOS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO – ANP, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA-PR,** no valor máximo de R$ 3.359.725,00 (três milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte e cinco reais), de acordo com especificações no Edital. Maiores informações bem como cópia do presente Edital, poderão ser obtidas através da página do Município de Terra Roxa na internet: www.terraroxa.atende.net, no link LICITAÇÕES; ou através do Portal de Compras Governamentais: www.comprasgovernamentais.gov.br; e informações pelo e-mail: licitacao@terraroxa.pr.gov.br e/ou no fone (44) 3645-8300.

Terra Roxa - PR, 02 de Setembro de 2026.

EDER SIMÕES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:675A11E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°371-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 371/2026
NÚMERO DA LICITAÇÃO Nº 76/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026

DATA ATA REGISTRO DE PREÇO: 2 de setembro de 2026.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA - Estado Paraná, com endereço AVENIDA PRESIDENTE COSTA E SILVA, nº 95, inscrito no CNPJ/MF nº 75.587.204/0001-70, neste ato representada pelo seu prefeito municipal Sr. IVAN REIS DA SILVA, portador do CI/RG nº , CPF/MF nº .

DETENTORA: ODONTOSUL LTDA EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no CNPJ/MF nº 04.971.211/0001-22, neste ato representada pelo seu proprietário Sr. ESTELA BEATRIZ FIORAVANTI SCHACHT, Administrador, portador do RG/CI nº 4122662-5 e no CPF/MF nº 553.454.179-20, com endereço à Rua LEONARDO JULIO PERNA, 29, CENTRO - 85.900-240, Toledo - PR.

OBJETO: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR.

VALOR: Pela execução dos serviços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** pagará à **DETENTORA** o valor total de R$ 5.243,91 (cinco mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos), condições estas do 1º colocado, conforme Art. nº 64 parágrafo 2º, referente ao(s) item(ens) nº 33, 45, 54, 56, 80, 82.

EXECUÇÃO: Prazo para execução da ata de registro de preço será IMEDIATO, contados a partir da emissão da Ordem de Compra.

VIGÊNCIA: Prazo de vigência da **ATA REGISTRO DE PREÇO** é de até 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:732B94DC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 001/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 406/2025, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2025, PREGÃOELETRÔNICO Nº 81/2025.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
CONTRATADA: WILSON DE SOUZA BRITO.
OBJETO: AQUISIÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE SERVIÇO FUNERAL PARA ATENDER A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL ATENDIDA PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

FINALIDADE:
O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA PARA O DIA 01/09/2027, NO VALOR DE R$ 106.864,00 (CENTO E SEIS MIL E OITOCENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS), COM FULCRO NO ART.84, DA LEI 14133/21.
ASSINANTES: PELA CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA ROXA.
PELA CONTRATADA: WILSON DE SOUZA BRITO.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:99FD9821

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6349, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Exonera, a pedido, MARCIA SIMONY PEREIRA CAMARGO do cargo de Professora

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, **MARCIA SIMONY PEREIRA CAMARGO**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 5.211.523-0/SSP/PR, matrícula funcional nº 119893, do cargo de Professora, contratada por meio do Decreto nº 6034, de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:86A080E3

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6350, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Exonera, a pedido, CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS do cargo de Professora

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, **CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS,** portadora da cédula de identidade com R.G. nº 292.025-4/SSP/SC, matrícula funcional nº 119901, do cargo de Professora, contratada por meio do Decreto nº 6042, de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:DE856F16

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6351, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Contrata LUCIMARA APARECIDA SEBASTIÃO SELHORST para o cargo de Professora

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica contratada pelo período de 01 (um) ano, **LUCIMARA APARECIDA SEBASTIÃO SELHORST**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 6.029.074-1/SSP/PR, para exercer o cargo de Professora, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026 e da consequente convocação por meio do Edital nº 03, de 22 de junho de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:D386FB7E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6352, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Exonera, a pedido, ADRIANE SIQUEIRA DA LUZ DA ROCHA do cargo de Professora

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, **ADRIANE SIQUEIRA DA LUZ DA ROCHA,** portadora da cédula de identidade com R.G. nº 7.654.054-3/SSP/PR, matrícula funcional nº 119897, do cargo de Professora, contratada por meio do Decreto nº 6038, de 02 de fevereiro de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:29C6FD63

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6359, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Contrata MARCIA SIMONY PEREIRA CAMARGO para o cargo de Professora

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica contratada pelo período de 01 (um) ano, **MARCIA SIMONY PEREIRA CAMARGO**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 5.211.523-0/SSP/PR, para exercer o cargo de Professora, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026 e da consequente convocação por meio do Edital nº 01, de 19 de maio de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:A6E66108

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6360, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Contrata CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS para o cargo de Professora

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica contratada pelo período de 01 (um) ano, **CLARETE DA LUZ DOS SANTOS CUBAS**, portadora da cédula de identidade com R.G. nº 292.025-4/SSP/SC, para exercer o cargo de Professora, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026 e da consequente convocação por meio do Edital nº 03, de 22 de junho de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:07B1B353

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6361, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Contrata ADRIANE SIQUEIRA DA LUZ DA ROCHA para o cargo de Professora

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

DECRETA

Art. 1º Fica contratada pelo período de 01 (um) ano, **ADRIANE SIQUEIRA DA LUZ DA ROCHA,** portadora da cédula de identidade com R.G. nº 7.654.054-3/SSP/PR, para exercer o cargo de Professora, em razão de sua aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2026 e da consequente convocação por meio do Edital nº 03, de 22 de junho de 2026.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de setembro

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:85BB983B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 391, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Instaura processo administrativo para possível responsabilização de empresa fornecedora do contrato 72/2026.

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Ata de Reunião realizada pela Comissão Processante de Apuração, de 01 de setembro de 2026, Comissão está nomeada pela Portaria 390 de 01 de setembro de 2026. O Memorando nº 344/2026, da Secretaria Municipal de Urbanismo, Segurança e Trânsito e seus anexos. Considerando o Decreto 4277 de 06 de julho de 2022. Considerando o Contrato firmado nº 72/2026, especialmente em sua CLAUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES A CONTRATADA.

R E S O L V E:
Art. 1° Determinar a instauração de Processo Administrativo de Apuração de Irregularidade em Licitações sob nº 01/2025, para apurar eventual responsabilidade de empresa fornecedora do contrato 72/2026, oriundo do Pregão Eletrônico nº 16/2026.
Art. 2º. A Comissão terá prazo de até 30 (trinta) dias para concluir os trabalhos e apresentar ao Chefe do Poder Executivo o relatório, podendo ser prorrogado por igual período.
Art. 3º. A Comissão deverá expedir intimação ao fornecedor no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da publicação desta Portaria. Concedendo o prazo de até 15 (quinze) dias uteis para apresentação de sua defesa.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 01 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:BC418510

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 392, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Instaura processo administrativo para apuração de necessidade de retificação da carteira de trabalho de servidor.

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o requerimento e os documentos apresentados pelo interessado, na forma do art. 65, inciso IX, XXIV, XLIV e XLV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Art. 1° Determinar a instauração de Processo Administrativo sob nº 06.2026, para apurar eventual necessidade de retificação de carteira de trabalho.
Art. 2º. Delegar à Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, nomeada pela Decreto nº 6201, de 21 de maio de 2026, competência para conduzir os trabalhos, apresentando relatório que deverá ser submetido ao Chefe do Executivo.
Art. 3º. A Comissão terá o prazo de 90 (noventa) dias para concluir os trabalhos e apresentar ao Chefe do Poder Executivo o relatório final.
Art. 4º. A Comissão deverá instalar os trabalhos no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas da publicação desta Portaria.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhennefer Lorrainny Santos Alcalde
Código Identificador:FB432A9F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO A INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 37/2026

À vista dos elementos contidos no presente processo devidamente justificado, CONSIDERANDO que o PARECER JURÍDICO prevê a Inexigibilidade em conformidade ao disposto no artigo 74 parágrafos único da Lei Federal 14.133/21, e em conformidade com o artigo 86 da Lei Federal 14.133/2021 CONSIDERANDO que o DEPARTAMENTO JURÍDICO atesta que foram cumpridas as exigências legais, e no uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no artigo 74, da Lei de Licitações, RATIFICO a **INEXIGIBILIDADE** DE LICITAÇÃO DO PROCEDIMENTO N.º 37/2026. Autorizo em consequência, a proceder-se à contratação nos termos da adjudicação expedida pela Comissão Permanente de Licitação, conforme abaixo descrito:

O Objeto da **INEXIGIBILIDADE** consiste na **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS CEMITERIAIS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL NOSSA SENHORA DAS DORES E DA CAPELA MORTUÁRIA, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.**

Credenciado:
GUILHERME ALONÇO RIBEIRO – CNPJ: 22.629.454/0001-69
Valor: R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Justificativa anexa nos autos do processo de Inexigibilidade Licitação nº 37/2026.

Dotação Orçamentária:
12 Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Públicos
001 Diretoria de Meio Ambiente e Serviços Públicos
18.541.0006.2033 – Diretoria de Meio Ambiente, Fundo Meio Ambiente e Serviços Públicos
5720 (000) 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal, e que, após, seja o presente expediente devidamente autuado e arquivado.

Tijucas do Sul, 02 de setembro de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Thaisa Gabrieli Dos Santos
Código Identificador:A1732D40

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 358/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder, aos(as) servidores(as) abaixo identificados(as), adicional de insalubridade, de acordo com o item "a", parágrafo 2º, Artigo 88 da Lei Municipal nº 12/97 – Estatuto dos Servidores Municipais de Tomazina, pelo exercício de suas funções em áreas insalubres do Município de Tomazina, a partir de setembro de 2026.

NOME	MATRÍCULA
EDIVAN JUNIOR LIMA PEDRO	1824
JOAO VITOR LOPES	1825

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 02 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Fernanda Cristina Sene
Código Identificador:E428D180

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 359/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear, o(a) Sr(a) **KARINE PEREIRA DO AMARAL**, portador(a) do(a) CPF nº 059.XXX.XXX-07, para o Cargo de "**PROFESSORA**", seguindo classificação obtida no Processo Seletivo Simplificado (PSS) Nº 002/2026, e existência de vaga a partir de 03 de setembro de 2026, percebendo como vencimento mensal o estipulado no nível 01, classe A, do anexo II da Lei Municipal Nº 308/2011 de 07/04/2011, com lotação no Município de Tomazina.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
02 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:A0ADB823

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 360/2026

O senhor **CEZAR BUENO DE MELO**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Nomear a partir de 03/09/2026, o(a) senhor(a) **CAIO HENRIQUE RIBEIRO**, portador(a) do RG nº 12.XXX.XXX-1 SESP/PR e do CPF nº 087.XXX.XXX-76, para exercer o Cargo em Comissão de **"ASSESSORIA JURÍDICA MUNICIPAL 20 HORAS"**, conforme Lei Municipal 678/2026.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em 02 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:C9754A02

PODER EXECUTIVO
PORTARIA N.º 361/2026

O senhor **Cezar Bueno de Melo**, Prefeito do Município de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 100, II, a) da Lei Orgânica, e art. 56, a);

R E S O L V E,

Nomear a Servidora **AMANDA BRIENE PRADO**, ocupante do cargo de Engenheira Civil, inscrita na Matrícula 1758, para desempenhar a função de **AUTORIDADE SANITÁRIA**, conforme as atribuições inerentes ao cargo regida pela lei 347/2013.

CUMPRA-SE - REGISTRE-SE - PUBLIQUE-SE

Gabinete do Prefeito Municipal de Tomazina, em
02 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:4CBED87E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026 PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2026

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 50/2026
Objeto: Registro de preços para Prestação de serviços de confecção de próteses dentárias, com material, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde do município de Tomazina-PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e no Edital de Licitação. O Prefeito Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, torna público para todos os efeitos e fins legais, a HOMOLOGAÇÃO da sessão realizada em 19/08/2026, relativo à Licitação – Modalidade Pregão Eletrônico nº 26/2026, que adjudicou o objeto em destaque supra, em favor do licitante, a empresa:

JB LABORATÓRIO DE PRÓTESE ODONTOLÓGICA - CNPJ 60.218.144/0001-40 com os lotes: 1 e 2 no valor total de R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais).

Valor total do processo: R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais).

Vigência: 02/09/2026 à 02/09/2027

Junte-se ao procedimento;
Publique-se;

Tomazina, 02 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

_____

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026
Contratado: JB LABORATÓRIO DE PRÓTESE ODONTOLÓGICA - CNPJ 60.218.144/0001-40
Objeto: Registro de preços para Prestação de serviços de confecção de próteses dentárias, com material, para atender às necessidades da Secretaria de Saúde do município de Tomazina-PR, conforme quantitativos e especificações constantes no ETP, TR e no Edital de Licitação.
Valor: R$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais).
Vigência: 02/09/2026 à 02/09/2027

Tomazina, 02 de setembro de 2026.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Marciele Isabel Munaro
Código Identificador:77718949

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 086/2026

O **MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ** torna público que às **09h** do dia **21 DE SETEMBRO DE 2026**, na Bolsa de Licitações do Brasil – BLL (www.bll.org.br) "acesso identificado no link – licitações", realizará licitação na modalidade **PREGÃO,** forma **ELETRÔNICA,** do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, regidos pela Lei N° 14.133/2021, por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação – INTERNET, de acordo com as especificações do edital, para **AQUISIÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR NOVO, ZERO QUILÔMETRO, SENDO 01 VEÍCULO TIPO SEDAN, ANO DE FABRICAÇÃO E MODELO MÍNIMO 2026/2026, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ.**
Informações e esclarecimentos relativos ao Edital, modelos, adendos e anexos poderão ser solicitados junto ao Departamento de Licitações, no endereço Avenida Brasil, 245, centro, Três Barras do Paraná, Paraná - Telefone (45) 3235-1212 – e-mail: licitação@tresbarras.pr.gov.br. O Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinado no Portal da Transparência localizado no sitio do Município de Três Barras do Paraná-PR (www.tresbarras.pr.gov.br), na plataforma da BLL (www.bll.org.br), também poderão ser solicitados através do e-mail licitacao@tresbarras.pr.gov.br, ou pessoalmente no endereço citado, das 8h30 às 17 horas.

Três Barras do Paraná-PR, 02 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:982465AC

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7265/2026

DATA: 02/09/2026

Dispõe sobre a designação de Agente de Contratação e de Equipe de Apoio para a condução das licitações do Município de Três Barras do Paraná, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal n° 5302/2023, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ESPECIALMENTE AS QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E CONSIDERANDO O DISPOSTO NOS ARTS. 7º E 8º DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.
DECRETA:
Art. 1º Fica designado o agente público CARLOS SNIEZKO para exercer a função de Agente de Contratação do Município de Três Barras do Paraná, incumbindo-lhe conduzir as licitações e os procedimentos auxiliares de competência do agente de contratação, ressalvadas as licitações na modalidade pregão, que serão conduzidas pelo Pregoeiro designado em ato próprio.
Art. 2º Ficam designados, para compor a Equipe de Apoio do Agente de Contratação, os seguintes agentes públicos:
I - DEBORA CRISTINA GANDOLFI GRAHL;
II - KARINE FERNANDA SKORUPA;
III - VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING, na condição de suplente.
Art. 3º A Equipe de Apoio prestará auxílio ao Agente de Contratação nas atividades necessárias à regular condução dos procedimentos, quando convocada, nos termos da legislação aplicável.
Parágrafo único. A suplente substituirá os membros titulares em seus afastamentos, impedimentos ou ausências, sempre que convocada.
Art. 4º Compete ao Agente de Contratação tomar decisões, acompanhar o trâmite das licitações, dar impulso aos procedimentos e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento dos certames até a homologação, respondendo individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe de Apoio.
Art. 5º O Agente de Contratação e os membros da Equipe de Apoio deverão observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal n° 5302/2023, especialmente quanto à segregação de funções, aos impedimentos, à prevenção de conflitos de interesse e às vedações aplicáveis aos agentes públicos.
Art. 6º A designação prevista neste Decreto terá vigência de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, sem prejuízo de dispensa, substituição ou nova designação pela autoridade competente.
Art. 7º Os agentes públicos nomeados estão proibidos, ressalvados os casos previstos em lei:
I- Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
II - Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;
III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.
§ 1º. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
§ 2º. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
§3º. A vedação se estende a cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, bem como a aqueles que com eles tenham vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
Art. 8º A partir da publicação deste Decreto, os novos processos licitatórios e demais procedimentos de contratação que vierem a ser instaurados serão conduzidos pelo Agente de Contratação e pela respectiva Equipe de Apoio designados neste ato.
§ 1º. Os processos licitatórios já instaurados, lançados ou em andamento na data da publicação deste Decreto permanecerão sob a responsabilidade do Agente de Contratação, da Equipe de Apoio ou das comissões anteriormente designadas, conforme o caso, até a sua conclusão.
§ 2º. A permanência prevista no § 1º compreende a prática de todos os atos necessários à conclusão dos respectivos processos, incluindo julgamento, análise de recursos, adjudicação, homologação e formalização da contratação, quando cabível.

Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:DA887E78

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7266/2026

DATA: 02/09/2026

Dispõe sobre a designação de Pregoeiro e de Equipe de Apoio para a condução das licitações na modalidade pregão do Município de Três Barras do Paraná, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal n° 5302/2023, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, ESPECIALMENTE AS QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E CONSIDERANDO O DISPOSTO NOS ARTS. 7º E 8º DA LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021.
DECRETA:
Art. 1º Fica designado o agente público CARLOS SNIEZKO para exercer a função de Pregoeiro do Município de Três Barras do Paraná, incumbindo-lhe conduzir as licitações na modalidade pregão, presencial ou eletrônico, observada a forma admitida pela legislação e pelos regulamentos municipais, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 2º Ficam designados, para compor a Equipe de Apoio do Pregoeiro, os seguintes agentes públicos:
I - DEBORA CRISTINA GANDOLFI GRAHL;
II - KARINE FERNANDA SKORUPA;
III - VANESSA MACAGNAN ACUNHA OENNING, na condição de suplente.
Art. 3º A Equipe de Apoio prestará auxílio ao Pregoeiro nas atividades necessárias à regular condução das licitações, quando convocada, nos termos da legislação aplicável.
Parágrafo único. A suplente substituirá os membros titulares em seus afastamentos, impedimentos ou ausências, sempre que convocada.
Art. 4º Compete ao Pregoeiro tomar decisões, acompanhar o trâmite das licitações, dar impulso aos procedimentos e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento dos certames até a homologação, respondendo individualmente pelos atos que praticar, salvo quando induzido a erro pela atuação da Equipe de Apoio.
Art. 5º O Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio deverão observar as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal n° 5302/2023, especialmente quanto à segregação de funções, aos impedimentos, à prevenção de conflitos de interesse e às vedações aplicáveis aos agentes públicos.
Art. 6º A designação prevista neste Decreto terá vigência de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, sem prejuízo de dispensa, substituição ou nova designação pela autoridade competente.
Art. 7º Os agentes públicos nomeados estão proibidos, ressalvados os casos previstos em lei:
I- Admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
a) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
b) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
c) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
II - Estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional;
III - opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.
§ 1º. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.
§ 2º. As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
§3º. A vedação se estende a cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, bem como a aqueles que com eles tenham vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil.
Art. 8º A partir da publicação deste Decreto, os novos processos licitatórios e demais procedimentos de contratação que vierem a ser instaurados serão conduzidos pelo Pregoeiro e pela respectiva Equipe de Apoio designados neste ato.
§ 1º. Os processos licitatórios já instaurados, lançados ou em andamento na data da publicação deste Decreto permanecerão sob a responsabilidade do Pregoeiro, da Equipe de Apoio ou das comissões anteriormente designadas, conforme o caso, até a sua conclusão.
§ 2º. A permanência prevista no § 1º compreende a prática de todos os atos necessários à conclusão dos respectivos processos, incluindo julgamento, análise de recursos, adjudicação, homologação e formalização da contratação, quando cabível.
Art. 9º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário;

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 02 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:417BB470

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7267/2026

Data: 02/09/2026

Revoga o Decreto nº 7245/2026 de 18/08/2026, que estendeu a Concessão de Gratificação de Função a servidora membro da comissão de licitação, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, prefeito municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.
D E C R E T A

Art. 1º Fica Revogado o Decreto nº 7245/2026 de 18/08/2026, que estendeu a Concessão de Gratificação de Função a servidora membro da comissão de licitação, assim especificado:

Nome	CPF	Cargo	Percentual
Débora Cristina Gandolfi Grahl	079.xxx.xxx-62	Titular	50%

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:0EC0533C

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7268/2026

Data: 02/09/2026

Revoga o Decreto nº 6893/2026, de 19/01/2026, que concedeu Gratificação de Função a servidores membros da comissão de licitação, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, prefeito municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei.
D E C R E T A
Art. 1º Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 6893/2026, de 19/01/2026, que concedeu Gratificação de Função a servidores membros da comissão de licitação, como abaixo especificamos:

Nome	CPF	Cargo	Percentual
Carlos Sniezko	925.xxx.xxx-68	Titular	50%
Luana Cristina Reffatti	826.xxx.xxx-30	Titular	50%
Fabiane Delabeta Zancanaro	060.xxx.xxx-60	Suplente	30%
Cléa Mara Gomes da Silva Chiquin	889.xxx.xxx-15	Suplente	30%

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:E4234505

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7269/2026

Data: 02/09/2026

Concede Gratificação de Função a servidores membros da comissão de licitação, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, prefeito municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei. Considerando o contido na Lei nº 2626/2024 e o Decreto nº 7265/2026 de 31/08/2026.
D E C R E T A
Art. 1º Fica concedida gratificação de Função FG a membros da Comissão de Contratação, Agente de Contratação nomeada pelo Decreto nº como abaixo especificamos:

Nome	CPF	Cargo	Percentual
Carlos Sniezko	925.xxx.xxx-68	Titular	50%
Débora Cristina Gandolfi Grahl	079.xxx.xxx-62	Titular	50%

Art.2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:DBF4E057

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7272/2026

DATA 31/08/2026

Súmula. Abre um crédito suplementar no orçamento geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NO ART. 4º DA LEI Nº 3023/2025 DE 16/12/2025.
D E C R E T A
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento geral do município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) na seguinte dotação orçamentária:

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.030000	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.33 (3856) (136)	Passagens e despesas com locomoção	150.000,00

Total.....R$ 150.000,00
Art. 2º Para a cobertura do presente crédito suplementar será utilizado o provável excesso de arrecadação da seguinte fonte:

Fonte	Especificação	Valor R$
136	Programa de Transporte Escolar (Estadual)	150.000,00

Total.....R$ 150.000,00
Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 31 de agosto de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:E37CB729

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7274/2026

DATA 02/09/2026

Concede gratificação de dedicação exclusiva, lota servidora municipal, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei e, considerando os Artigos nº 44 e 45 da Lei Municipal nº 1688/2017.
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica concedida gratificação de dedicação exclusiva e lota a servidora efetiva abaixo relacionada:
Cargos: Agente Administrativo

Nome	Matrícula	Percentual	Lotação
Luana Cristina Reffatti	753-6/1	50%	Secretaria de Fazenda

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:A8642BC7

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº7275/2026

DECRETO Nº7275/2026
Data 02.09.2026

Revoga Parcialmente Decreto n°7072/2026 e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica parcialmente revogado o Decreto nº7072/2026 de 09/04/2026, que concedeu auxílio deslocamento à servidora **Andressa Bazzo Bonamigo, matrícula nº 1861-9/1, Professora Temporária.**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a dia 31/08/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:C2D3E3BE

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº7276/2026

DECRETO Nº7276/2026
Data 02.09.2026

Concede Auxilio de Deslocamento a Servidora em Estágio Probatório e dá outras providências.

Gerso Francisco Gusso, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, conforme art. 1 da Lei Municipal n°3058/2026, conforme of. n°251/2026/SEMED

DECRETA:

Art. 1º. Fica concedido auxilio de deslocamento a servidora municipal, sendo a que segue, já na lotação em que se encontra:

Cargo: Professor

Mat.	Nome	Origem	Lotação	Data Inicio
1970-4/1	Andressa Bazzo Bonamigo	Interior	Sede - Escola M. Angelina Segalla Dezan	01/09/2026

Parágrafo único. O valor do auxílio deslocamento será o contido no art. 2 da Lei Municipal nº3058/2026.

Art. 2º. O auxílio de deslocamento cessa no término do ano letivo em 21/12/2026.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, com efeito retroativo a 01/09/2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marlice Cristina Mariano
Código Identificador:66002E2F

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7277/2026

c**DATA 02/09/2026**

Concede gratificação de dedicação exclusiva, lota e define atribuição a servidoras municipais, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando os Artigos nº 44 e 45 da Lei Municipal nº 1688/2017.
D E C R E T A:
Art. 1º. Fica concedida gratificação de dedicação exclusiva e lota e define atribuições a servidoras efetivas abaixo relacionadas:
Cargos: Agente Administrativo e Técnica em Contabilidade

Nome	Matrícula	Perc.	Lotação	Atribuição
Fabiane Delabeta Zancanaro	447-2/1	30%	Secretaria de Fazenda	SIT (TCE/PR)
Cléa Mara Gomes da Silva Chiquin	721-8/1	30%	Secretaria de Fazenda	Portal de Transparência

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:7A41A0EB

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7278/2026

Data 02/09//2026

Designa servidora efetiva para responder como Autoridade Sanitária Municipal, e dá outras providências.

GERSO FRANCISCO GUSSO, Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, considerando a necessidade de atendimento pelo Município nesta área.
D E C R E T A:
Art. 1º Fica designado a Senhora **Giovana Aparecida de Moura**, ocupante do cargo efetivo de enfermeira, matricula nº 640-8/1, para responder como Autoridade Sanitária Municipal.
Art. 2º As atribuições são voltadas as atividades especializadas de regularização, fiscalização e controle das instalações físicas, e insumos.
Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:0072872F

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 218/2024

Processo Administrativo nº 72/2024
Pregão Eletrônico nº 40/2024

Contratante: Município de Três Barras do Paraná, CNPJ nº 78.121.936/0001-68.
Contratada: **FABIANA BORDIM DE SOUZA** 04338781939, CNPJ nº 26.323.309/0001-06.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e reajuste de 2,16% pelo IGP-M, acumulado de setembro de 2025 a agosto de 2026, aplicado sobre o valor unitário da hora/aula, mantendo os serviços de oficinas de culinária junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Vigência: de 03/09/2026 a 02/09/2027.
Valor do contrato após reajuste: R$ 23.950,08 (vinte e três mil, novecentos e cinquenta reais e oito centavos) para o novo período de 12 meses, correspondente a 576 horas/aula, ao valor unitário de R$ 41,58.
Valor global acumulado do contrato: R$ 70.143,27 (setenta mil, cento e quarenta e três reais e vinte e sete centavos), referente ao prazo total de 36 meses.
Data da assinatura: 02/09/2026.

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:58614589

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 218/2024

Processo Administrativo nº 72/2024
Pregão Eletrônico nº 40/2024
Contratante: Município de Três Barras do Paraná, CNPJ nº 78.121.936/0001-68.
Contratada: **FABIANA BORDIM DE SOUZA** 04338781939, CNPJ nº 26.323.309/0001-06.
Objeto: Prorrogação do prazo de vigência por mais 12 (doze) meses e reajuste de 2,16% pelo IGP-M, acumulado de setembro de 2025 a agosto de 2026, aplicado sobre o valor unitário da hora/aula, mantendo os serviços de oficinas de culinária junto à Secretaria Municipal de Assistência Social.
Vigência: de 03/09/2026 a 02/09/2027.
Valor do contrato após reajuste: R$ 23.950,08 (vinte e três mil, novecentos e cinquenta reais e oito centavos) para o novo período de 12 meses, correspondente a 576 horas/aula, ao valor unitário de R$ 41,58.
Valor global acumulado do contrato: R$ 70.143,27 (setenta mil, cento e quarenta e três reais e vinte e sete centavos), referente ao prazo total de 36 meses.
Data da assinatura: 02/09/2026.

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:44C3CABD

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 4º (QUARTO) TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 213/2022

Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ/PR, CNPJ nº 78.121.936/0001-68.
Contratada: AMRON SCARMOCIN DIAGNÓSTICOS LTDA, CNPJ nº 47.055.429/0001-40.
Objeto: Prorrogação da vigência contratual por mais 12 (doze) meses e reajuste de 4,64% no valor unitário do plantão, com base no IPCA acumulado de julho de 2025 a junho de 2026, conforme o item 11.1 do Edital de Chamamento Público nº 02/2022. O contrato tem por objeto a prestação de serviços de radiologia em regime de plantão de sobreaviso nos períodos noturno, finais de semana e feriados, para complementação da carga horária do Hospital Municipal, conforme Decreto Municipal nº 4.970/2022.
Valor unitário reajustado: R$ 166,97 (cento e sessenta e seis reais e noventa e sete centavos) por plantão de 12 horas.
Valor do aditivo: R$ 80.145,60 (oitenta mil, cento e quarenta e cinco reais e sessenta centavos).
Período de vigência: 13 de agosto de 2026 a 13 de agosto de 2027.
Data da assinatura do Termo Aditivo: 11 de agosto de 2026.
As alterações realizadas por este termo aditivo passam a produzir efeitos a partir de 13 de agosto de 2026.
Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições estabelecidas no contrato original e nos aditivos anteriores.
Fundamento legal: artigos 57, inciso II e § 2º, e 65, § 8º, da Lei nº 8.666/1993.
Processo Administrativo nº 87/2022 – Inexigibilidade de Licitação nº 04/2022 – Chamamento Público nº 02/2022

Publicado por:
Carlos Sniezko
Código Identificador:995AA33B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
LEI Nº 3171/2026

Data 01/09/2026

Revoga o inciso II do artigo 4º da Lei nº 2666/2024.

A CÂMARA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ APROVOU, E EU, GERSO FRANCISCO GUSSO, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:
Art. 1º. Fica revogado o inciso II do artigo 4º da Lei Municipal nº 2666 de 21 de maio de 2024.
Art. 2º Ratificam-se as demais disposições da Lei nº 2666, de 21 de maio de 2024.
Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 01 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:03658B4B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
RESOLUÇÃO Nº 011/2026 – CMDCA

SÚMULA: Aprova o pedido de renúncia de Conselheira Tutelar e convoca a próxima suplente para assumir o cargo.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – ***CMDCA do Município de Três Barras do Paraná – PR***, no uso de suas atribuições legais, conforme a Lei Federal nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e Lei Municipal nº 2453/2023 de 21 de março de 2023,
CONSIDERANDO o pedido formal de renúncia apresentado pela Conselheira Tutelar ***MARICELI DE OLIVEIRA CASAGRANDE***;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a continuidade dos serviços prestados pelo Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo;
CONSIDERANDO a ordem de classificação dos suplentes no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar nas eleições de 2023;

RESOLVE:
Art. 1º Aprovar o pedido de RENUNCIA da Conselheira Tutelar ***MARICELI DE OLIVEIRA CASAGRANDE***, na data de 02/09/2026.
Art. 2º Convocar a próxima suplente, **PRISCILA CRETIELI BORAK**, para assumir o cargo de Conselheiro Tutelar titular, conforme ordem de classificação do processo de escolha vigente, a se apresentar no RH, ***até a data de 08/09/2026***.
Art. 3º A Conselheira convocada deverá apresentar a documentação necessária e tomar posse no prazo legal, conforme previsto na legislação municipal.
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Três Barras do Paraná, 02 de setembro de 2026.

KEILA BERNARDETE CAMPO,
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos Da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:7AD94AEA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2026

O MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ, através do Prefeito Municipal, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar LICITAÇÃO, na modalidade: **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **"MENOR PREÇO POR LOTE",** que será processado e julgado em conformidade com os preceitos da Lei Federal Nº 14.133 de 1º de abril 2021, e Lei Complementar Nº 123/06 alterada pela Lei n.º147/2014, sob as seguintes condições:
OBJETO: Aquisição de **FOGÕES INDUSTRIAIS**, conforme o anexo I - Termo de referência.
PREÇO MÁXIMO: R$ 19.588,80 (Dezenove mil, quinhentos e oitenta e oito reais com oitenta centavos).
DATA DA DISPUTA DE LANCES: 21/09/2026 Às 13:30min.
O Edital e seus anexos estarão disponíveis a partir do dia 04/09/2026 no portal da transparência: www.tunasdoparana.pr.gov.br, ou pelo e-mail: licitacao@tunasdoparana.pr.gov.br

Problemas com conexão e /ou dúvidas sobre o site www.licitacoes-e2.bb.com.br. 0800-7290500.

Tunas do Paraná, 02 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:D4696B68

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, inscrita no CNPJ sob nº. 68.703.834/0001-05, torna público para conhecimento, dos interessados, que está promovendo o **CREDENCIAMENTO** para a Seleção de ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL (**OSC**) interessada em, através de Termo de Colaboração, implantar e Executar serviço de coleta seletiva, triagem, processamento e destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos recicláveis e orgânicos produzidos no Município de Tunas do Paraná "**Coleta e triagem e destinação dos resíduos recicláveis**",
O Edital do presente Chamamento Público encontra-se à disposição dos interessados no Departamento de Licitações localizado no Paço Municipal, localizado na Rua Eros Ruppel Abdalla, 129, Centro, de segunda a sexta feira, das 8:00 às 11:30 e das 13:00 às 17:00 e no endereço eletrônico https://tunasdoparana.pr.gov.br/pagina/196_Chamamento-e-Credenciamento-2026.html demais informações pelo telefone 41-3659-1594, podendo ainda ser obtido através do e-mail: licitacao@tunasdoparana.pr.gov.br.
Protocolo de envelopes: os envelopes contendo os documentos para credenciamento serão recebidos a partir de 03/08/2026.
Os documentos serão analisados em sessão pública por uma comissão especial, conforme os critérios estabelecidos no edital, que ocorrerá em até 3 dias uteis.

Tunas do Paraná, 28 de agosto de 2026.

ELTON LUIZ GERENT DOS SANTOS
Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:ADD95A04

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 23/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 23/2026

PARTES: **MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF nº 68.703.834.0001-05, e de outro lado à empresa **PIMENTA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA,** CNPJ: sob o nº 21.324.194/0001-61.

CLÁUSULA PRIMEIRA – Constitui objeto do presente ajuste a prorrogação do prazo de execução e vigência do contrato por mais 30 (trinta) dias, contando da data de 03 de setembro de 2026 a 03 de outubro de 2026, referente a contratação de empresa de engenharia para elaboração de pasta técnica de projetos para o parque urbano de Tunas do Paraná, conforme parecer técnico da Secretaria demandante anexo ao processo.
CLÁUSULA SEGUNDA- Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original, celebrado em 21 de maio de 2026, e modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas. E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Tunas do Paraná/PR, 28 de agosto de 2026.

ASSINAM O TERMO: **MARCO ANTÔNIO BALDÃO Prefeito Municipal JOSÉ ANTONIO PIMENTA Representante Legal da Empresa**

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:F1CBAAC7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ, por intermédio do Prefeito Municipal, Senhor **MARCO ANTONIO BALDÃO**, **TORNA PUBLICO** a **HOMOLOGAÇÃO** do procedimento Licitatório referente ao Pregão Eletrônico n.º 60/2026 cujo objeto é Registro de Preços para Futuras e Eventuais Aquisições de **Fraldas Geriátricas**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital., para a empresa:

VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA -
CNPJ: 13.229.567/000-86

LOTE 01: no valor total de R$ 896,00 (oitocentos e noventa e seis reais).
LOTE 02: no valor total de R$ 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais).
LOTE 03: no valor total de R$ 9.600,00 (nove mil e seiscentos reais).
LOTE 04: no valor total de R$ 9.230,00 (nove mil, duzentos e trinta reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Lei n.º 14.135/2021.

Tunas do Paraná, 02 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:A70FA5ED

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DA LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026

Por meio do presente termo torno público, para conhecimento de tantos quanto possa interessar, que foi declarada **FRACASSADA** a licitação conduzida pelo Município de Turvo na forma da "Concorrência Eletrônica nº 13/2026", cujo objeto visa o CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTO RÍGIDO, CONCRETO, NA RUA XAXIM, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE TURVO, pelo valor máximo de R$480.807,24 (quatrocentos e oitenta mil, oitocentos e sete reais e vinte e quatro centavos), na qual uma das empresa enviou a proposta porem os documentos de habilitação não estavam em conformidade com o edital e as duas empresas participantes subsequentes não apresentaram a proposta ajustada conforme as solicitações no sistema. Na oportunidade, então, considerando a manutenção das razões que ensejaram o procedimento infrutífero, determino, nesta oportunidade, a publicação do ato em Diário Oficial e o arquivamento do processo a que ele se refere, devendo, entretanto, serem reaproveitados todos os atos que puderem ser utilizados em novo procedimento licitatório. Nada mais havendo, publique-se e cumpra-se.

Turvo/PR, 02 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:FD4EF25D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 66/2026

Acordo de Cooperação – Inexigibilidade de Licitação Nº 66/2026 – Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Beneficiada:ASSOCIAÇÃO TURVENSE DE ESPORTE E LAZER ABRINDO PORTAS,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPF/MF sob o nº 27.951.548/0001-73 com sede localizada no Turvo, neste ato representada por seu presidente Laís Stlader de campos, portador do CPF nº 083.225.199-23- **Objeto:**Qualificar e ampliar as atividades já desenvolvidas pela Associação Turvense de Esporte e Lazer Abrindo Portas – AP, por meio dos projetos de jiu-jitsu, karatê e dança, promovendo o acesso de crianças e adolescentes às práticas esportivas, ao lazer, à socialização e ao fortalecimento da cidadania– **Prazo de Vigência:**O presente Acordode Cooperação Técnica vigorará de 19/08/2026 até 19/08/2027- **Valor global:** R$ 30.000,00 (Trinta mil reais)- **Gestora:**Daniela Bottega– **Fiscal**: Leidiane de Fª Miranda de Freitas- **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:8EB6E8CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 155/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 96/2026

Contrato Administrativo nº 155/2026 – Pregão Eletrônico Nº 96/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: IDEAL LICITACOES LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 53.569.690/0001-60, com sede localizada na Av. Nossa Senhora Aparecida, Nº 43, no Município de Turvo/PR, CEP 85.150-000, neste ato representada por Valdeci dos Santos, portador do CPF/MF sob o nº 694.965.959-87– **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DESTINADOS A MERENDA ESCOLAR PARA ANO LETIVO DE 2026 – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 02/09/2026 a 01/09/2027 - **Valor global:** R$ 53.110,00 (cinquenta e três mil, cento e dez reais)– **Gestora:** Silvane Rickli Horst Schneider **- Fiscal:** Cleber Novakoski - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:7371220F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 156/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2026

Contrato Administrativo nº 156/2026 – Pregão Eletrônico Nº 98/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: ANTONIO MARCOS TECHI HLATKI**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 42.314.282/0001-41, com sede localizada na Rod 373, KM 266, Nº 426, no Município de Prudentópolis/PR, CEP 84.400-000, neste ato representada por Antonio Marcos Techi Hlatki , portador do CPF/MF sob o nº 069.445.549-09 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE ITENS DE APICULTURA – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 02/09/2026 a 01/09/2027 - **Valor global:** R$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais)– **Gestora:** Noeli Maria Bastos Seguro **- Fiscal:** Patricia Gaspareto Zin - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:12C96465

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 157/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 98/2026

Contrato Administrativo nº 157/2026 – Pregão Eletrônico Nº 98/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: MEL TECH EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 58.916.061/0001-83, com sede localizada na Rua do Bosque, Nº 35, no Município de Cunha Porã/SC, CEP 89.890-000, neste ato representada por Ernilo Arteli Grellmann, portador da cédula de identidade Nº 1271158 SSP - SC e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 575.548.209-82 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE ITENS DE APICULTURA – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 02/09/2026 a 01/09/2027 - **Valor global:** R$ 15.931,64 (quinze mil, novecentos e trinta e um reais e sessenta e quatro centavos)– **Gestora:** Noeli Maria Bastos Seguro - **Fiscal:** Patricia Gaspareto Zin - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:EF4E69B2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 158/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2026

Contrato Administrativo nº 158/2026 – Pregão Eletrônico Nº 83/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: ELITE COMERCIO DE MAQUINAS E VEICULOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 59.248.333/0001-87, com sede localizada na Rua Quinze de Novembro, Nº 212, no Município de São Paulo/SP, CEP 01.013-915, neste ato representada por Luiz Carlos de Morais Junior, portador do CPF/MF sob o nº 346.621.638-97 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, INCLUINDO MODELOS DO TIPO SUV COMPACTO 1.6, MINIVAN COM CAPACIDADE PARA 7 LUGARES E VEÍCULOS UTILITÁRIOS 1.3, NAS VERSÕES CABINE SIMPLES E CABINE DUPLA, DESTINADOS À COMPOSIÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 02/09/2026 a 01/09/2027 - **Valor global:** R$ 215.400,00 (duzentos e quinze mil e quatrocentos reais)– **Gestor:** Sebastião Almir Barbosa - **Fiscal:** Gean Carriel e Alisson Elias Dos Santos Medeiro - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:2FE8678A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 159/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 83/2026

Contrato Administrativo nº 159/2026 – Pregão Eletrônico Nº 83/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: DINAMICA VEICULOS E LOCACAO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 31.904.952/0001-63, com sede localizada na Rua Perimetral Quatro, Nº 206, no Município de Goiânia/GO, CEP 74.735-115, neste ato representada por Mariana Amorim Milhomem, portadora da cédula de identidade Nº 4.658.181 DGPC/GO e inscrita junto ao CPF/MF sob o nº 023.190.841-50 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO FORNECIMENTO DE VEÍCULOS NOVOS, ZERO QUILÔMETRO, INCLUINDO MODELOS DO TIPO SUV COMPACTO 1.6, MINIVAN COM CAPACIDADE PARA 7 LUGARES E VEÍCULOS UTILITÁRIOS 1.3, NAS VERSÕES CABINE SIMPLES E CABINE DUPLA, DESTINADOS À COMPOSIÇÃO E RENOVAÇÃO DA FROTA MUNICIPAL – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 02/09/2026 a 01/09/2027 - **Valor global:** R$ 129.900,00 (cento e vinte e nove mil e novecentos reais)– **Gestor:** Sebastião Almir Barbosa - **Fiscal:** Gean Carriel e Alisson Elias Dos Santos Medeiro - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:CCBE5FC9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 638-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 18 (dezoito) dias de férias para a servidora efetiva **Viviane do Belém Machado Leal,** Pedagoga, lotada no Cmei Irmã Ancila, na Secretaria Municipal de Educação, no período de 10 de setembro de 2026 a 27 de setembro de 2026. Conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 1023/2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 01 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:40A08D50

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 15/2026

O Município de **Turvo**torna público que fará realizar, às 08:30 horas do dia 22 de setembro do ano de 2026, no Departamento de Licitações e Contratos na Prefeitura Municipal de Turvo/PR, Av. 12 de Maio, n° 353 em Turvo, Paraná, Brasil,**CONCORRÊNCIA**, na forma Presencial, sob regime de empreitada por preço global, modo de disputa aberta, tipo menor preço, da seguinte obra:

Local do objeto	Objeto	Quantidade e unidade de medida	Prazo de execução
Estrada Saudade Santa Anita	Pavimentação em concreto	87.557,00 m²	450 dias

A Pasta Técnica com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderá ser examinada no endereço acima indicado,no horário comercial, solicitada através do e-mail: http://licitacao@turvo.pr.gov.br, ou obtida no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser encaminhados ao Agente de Contratação no endereço ou e-mail acima mencionados – Telefone (42) 3642-1145 ou WhatsApp: (42) 99128-4232.

Turvo, 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:6D2CE95D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO GABINETE DO PREFEITO TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/2026

Através do presente termo, **RATIFICO** o processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 72/2026, cujo objeto visa a Contratação direta da empresa**FEDERACAO PARANAENSE DE FANFARRAS E BANDAS (CNPJnº 00.350.623/0001-94)** para a realização e o pagamento de 03 (três) inscrições destinadas à participação da Fanfarra Municipal e da Banda Municipal de Turvo/PR em campeonatos e concursos de bandas e fanfarras**, pelo valor de** R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais), considerando:
A regularidade do procedimento executado;
A justificativa para escolha da contratada;
Os documentos relativos à habilitação da contratada em face das exigências previstas pelos arts. 72, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.
Estando tudo em conformidade com o conteúdo do Parecer Jurídico, DETERMINO a adoção das medidas cabíveis para a celebração do contrato. Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Turvo/PR, 02 de setembro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:B2115D11

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ATA DE SESSÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026

Às 08h30min do dia 27 de agosto de 2026, reuniram-se no Departamento de Licitações e Contratos de Turvo a Pregoeira e a Equipe de Apoio para, nos termos na Lei Federal 14.133/2021, dar prosseguimento ao procedimento licitatório relativo ao Concorrência Eletrônica nº 13/2026, cujo procedimento visa a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE PAVIMENTO RÍGIDO, CONCRETO, NA RUA XAXIM, NA SEDE DO MUNICÍPIO DE TURVO**,** pelo valor máximo de R$ 480.807,24 (quatrocentos e oitenta mil, oitocentos e sete reais e vinte e quatro centavos). Após, o Agente de Contratação deu prosseguimento ao certame, nos termos do Edital (com o acesso à plataforma digital do Compras.Gov <**www.comprasgovernamentais.gov.br** >) na fase de julgamento, em face aos requisitos do Edital, na qual uma das empresa enviou a proposta porem os documentos de habilitação não estavam em conformidade com o edital e as duas empresas participantes subsequentes não apresentaram a proposta ajustada conforme as solicitações no sistema, assim a licitação foi declarada **FRACASSADA**. Foi declarada, então, o encerramento da sessão com a lavratura da presente Ata que, lida e achada conforme, que vai assinada pela Pregoeira da Comissão e Equipe de Apoio.

ANA LUIZA CHAMORRA
Agente de Contratação

DAIANE CORREA BATISTA DESSANOSKI
Secretária

CHEILA FERNANDA TORTELI
Membro

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:98075172

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 105/2026 COMPRAS GOV N° 40/2026

A pregoeira da Prefeitura Municipal de Turvo/PR, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar a licitação a seguir caracterizada:

Modalidade: Pregão Eletrônico
Tipo: Menor preço
Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais permanentes destinados à estruturação da sede da associação comercial e empresarial de turvo – acet, conforme plano de trabalho aprovado, com a finalidade de promover a melhoria da infraestrutura física, tecnológica e operacional da entidade, proporcionando melhores condições para a realização de reuniões, capacitações, cursos, eventos empresariais e demais atividades institucionais voltadas ao fortalecimento do comércio e ao desenvolvimento econômico local – REABERTURA.
Cadastro das Propostas: Até às 08h30min de 25 de setembro de 2026.
Início da Sessão: 25 de setembro de 2026 a partir das 08h30min.
Local: www.comprasgovernamentais.gov.br "**Acesso Identificado**"
Valor: R$ 32.903,09 (trinta e dois mil novecentos e três reais e nove centavos)
Comissão Julgadora: Constituída pela Decreto Nº 79/2026
O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal N° 14.133/21 e suas alterações posteriores. O Edital completo se encontra a disposição dos interessados no site da Prefeitura Municipal (http://www.turvo.pr.gov.br/), bem como no portal da Compras.gov (www.comprasgovernamentais.gov.br). Maiores informações poderão ser obtidas pelo telefone (42) 3642-1145 (ramal 206), através do e-mail licitacao@turvo.pr.gov.br, ou, ainda, na Prefeitura Municipal, com sede na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo /PR, CEP 85150-016, de segunda a sexta – feira das 08h00m às 12h00m e das 13h00m às 17h00m.

Turvo/PR, 31 de agosto de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Pregoeira (Decreto Nº 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:D039D69B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 72/2026

A Prefeitura Municipal de Turvo (PR) torna público, por meio da sua Comissão Permanente de Licitações (CPL), representada por sua presidente (designada pelo Decreto nº 79/2026), para conhecimento de quantos possam se interessar, que realizou a **Inexigibilidade de Licitação nº 72/2026**, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, Processo Administrativo n° 6.535/2026 - 1Doc, autorizado pelo Prefeito Municipal em 02/09/2026, cujos termos obedecem ao que segue:
Contratada: FEDERACAO PARANAENSE DE FANFARRAS E BANDAS (CNPJnº 00.350.623/0001-94).

Objeto: Contratação direta, mediante inexigibilidade de licitação, da Federação Paranaense de Fanfarras e Bandas, inscrita no CNPJ nº 00.350.623/0001-94, para a realização e o pagamento de 03 (três) inscrições destinadas à participação da Fanfarra Municipal e da Banda Municipal de Turvo/PR em campeonatos e concursos de bandas e fanfarras.

Valor total: R$1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/2021.

Justificativa: A presente contratação não está prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) 2026, pois a necessidade foi identificada posteriormente à sua elaboração. Trata-se de demanda da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, com o objetivo de viabilizar a participação da Banda Municipal e da Fanfarra Municipal de Turvo em campeonatos e concursos de bandas e fanfarras, mediante o pagamento das respectivas taxas de inscrição.

A Federação Paranaense de Fanfarras e Bandas, inscrita no CNPJ nº 00.350.623/0001-94, atua nos segmentos cultural, social e educacional, promovendo eventos, festivais e competições voltados ao desenvolvimento técnico, artístico e cultural de bandas e fanfarras no Estado do Paraná. A contratação da Federação mostra-se necessária para viabilizar a inscrição e a participação da Banda Municipal e da Fanfarra Municipal de Turvo/PR em eventos e competições de bandas e fanfarras previstos para o ano de 2026, mediante o pagamento das respectivas taxas de inscrição. As inscrições objeto da contratação referem-se à participação da Fanfarra Municipal de Turvo no II Concurso de Bandas e Fanfarras Cidade de Matinhos, a ser realizado no dia 14 de novembro de 2026, no Município de Matinhos/PR, e no XXXIII Campeonato Paranaense de Fanfarras e Bandas – Etapa Única, para todas as Categorias Técnicas, a ser realizado no dia 26 de setembro de 2026, no Município de Pinhão/PR. Também está prevista a participação da Banda Municipal de Turvo no I Concurso de Bandas e Fanfarras dos Campos Gerais, a ser realizado no dia 28 de novembro de 2026, no Município de São João do Triunfo/PR.

A Banda Municipal e a Fanfarra Municipal integram as oficinas culturais oferecidas pelo Município, desenvolvendo atividades de formação musical, artística e cultural. A participação nos eventos proporciona aos integrantes a oportunidade de aprimorar seus conhecimentos e habilidades musicais, trocar experiências com outros grupos, fortalecer o trabalho em equipe e representar o Município de Turvo/PR em eventos de caráter regional e estadual. Além dos benefícios proporcionados diretamente aos participantes, a participação nos campeonatos e concursos contribui para a valorização das atividades culturais desenvolvidas pelo Município, incentivando a continuidade e o aperfeiçoamento das oficinas, bem como promovendo a divulgação e a valorização do Município de Turvo/PR. Considerando que a Federação Paranaense de Fanfarras e Bandas é a entidade responsável pela organização dos respectivos eventos, pelo recebimento das inscrições e pela cobrança das taxas necessárias à participação da Banda Municipal e da Fanfarra Municipal, não há possibilidade de contratação de outra entidade para a realização do objeto pretendido. Dessa forma, caracteriza-se a inviabilidade de competição, justificandose a contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação vigente.

As informações administrativas relativas à Inexigibilidade de Licitação nº 72/2026 poderão ser obtidas através dos seguintes meios: Postal: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Turvo (PR), localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Turvo (PR), CEP 85150-016 – Telefone: (42) 3642-1145, Whatsapp (42) 99128-4232 ou por email: licitacao@turvo.pr.gov.br .

Turvo (PR), 02 de setembro de 2026.

PRISCILA MARTINELLI
Presidente da Comissão Permanente de Licitações
(Decreto n˚ 79/2026)

Publicado por:
Ana Luiza Chamorra
Código Identificador:BE91BD24

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇÃO Nº 09/2026

Dispõe sobre alteração da Resolução nº 08/2026 sobre a nomeação da Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família do muncípio de Turvo/PR.

A Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Turvo – CMAS no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei nº 17, de 17 de junho 2008, e,

CONSIDERANDO:

A Lei Municipal nº 17/2008 que dispõe sobre a criação do Conselho e Fundo Municipal de Assistência Social e dá outras providências;

A Deliberação do Conselho Municipal na reunião ordinária realizada em 13/08/2026.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear a Comissão de Acompanhamento e Monitoramento do Cadastro Único e Programa Bolsa Família, vinculada ao Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, com a finalidade de acompanhar e monitorar as ações do Cadastro Único e Programa Bolsa Família;

Art. 2º - A Comissão será composta pelos seguintes membros:
I – Micheli Johann Figueiredo;
II – Elizangela Mendes Pereira Jorge;
III – Rosa Terezinha Andrade Gusso;
IV – Karen Emanuelly de Matos.

Art. 2° Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Turvo, 02 de setembro de 2026.

MICHELI JOHANN FIGUEIREDO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:7BF9703A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
ATO DA MESA Nº 77/2026

Autoriza viagem e concede diárias.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Umuarama, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições legais, com base na Lei nº 4.944 e, tendo em vista o requerimento formulado pelo Vereador Washington Guirão,

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam o Vereador Washington Guirão e o servidor João Batista Teixeira de Lima – Assessor de Gabinete Parlamentar, autorizados a viajarem a cidade de Curitiba-PR, nos dias 08, 09, 10 e 11 de setembro do corrente ano, com o veículo Fiat/Pulse de placa SEL-9C86, de uso e guarda da Câmara Municipal de Umuarama, para cumprirem agenda no Tribunal de Contas do Estado do Paraná e participarem do curso com o tema: “Comissões da Câmara Municipal e o Prolegis – CPI, CP e Permanentes e Orçamento Impositivo”, pelo Método Consultor, a ser realizado pela Escola de Capacitação para Agentes Públicos - DATALEGIS; cabendo a cada um o pagamento antecipado de 04 (quatro) diárias, nos termos da Lei nº 4.944, de 30 de março de 2026.

Art. 2º. Este Ato da Mesa entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

LUIZ ANTONIO CAVIQUIOLI
Presidente

CRIS DAS FRUTAS
1ª Secretaria

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:98AF8425

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA
EXRATO CONTRATO ADMINISTRATIVO 02/2026

CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA	
Avenida Rio Branco 3580 Centro Cívico Umuarama-PR http://www.cmu.pr.gov.br	
CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA – ESTADO DO PARANÁ.	
EXTRATO DE CONTRATO	
Contrato nº. 02/2026	Processo Licitatório nº. 56/2026 Inexigibilidade nº. 52/2026
Contratante	- CÂMARA MUNICIPAL DE UMUARAMA/PR, CNPJ/MF SOB Nº 77.646.438/0001-76.
Contratada	- EMPRESA JORNALÍSTICA UMUARAMA LTDA – EPP, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ 04.233.582/0001-07, localizada na Avenida Tiradentes, 2680, CEP 87.505-090, nesta cidade de Umuarama/PR.
Objeto	– Aquisição de 25 (vinte e cinco) assinaturas do jornal periódico Umuarama Ilustrado, de caráter informativo, com notícias locais e regionais, a serem entregues diariamente na Câmara Municipal de Umuarama/PR, localizada no endereço preambularmente informado, pela empresa do ramo de jornalismo EMPRESA JORNALÍSTICA UMUARAMA LTDA – EPP, CNPJ 04.233.582/0001-07, pelo período de 01 setembro de 2026 a 01 de setembro de 2027.
Valor Total do Contrato	– R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais).
Vigencia do Contrato	– De 01/09/2026 a 01/09/2027.
Recursos Orçamentarios	– Dotação Orçamentária nº. 3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, com desdobramento na dotação específica 3.3.90.39.01.00 – Assinatura de Periódicos e Anuidades.
Data de Assinatura do	– 28/08/2026.

Contrato	

Publicado por:
Fabiano Maziero Lacotiz
Código Identificador:4AFA3A45

CIUENP - CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE URGENCIA E EMERGENCIA DO NOROESTE DO PARANÁ
PORTARIA Nº 277/2026

HOMOLOGA e **ADJUDICA**:
O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Urgência e Emergência do Noroeste do Paraná - **CIUENP**, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE**:
Art. 1º - Fica homologado o julgamento proferido pelas Comissões Especiais de Licitação sobre a os itens apresentados nas Licitações:
REF: EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO N.º 22/2026 - CIUENP, que trata da Registro de Preços para futura e eventual aquisição de mochilas para atendimento pré-hospitalar que serão utilizados nos atendimentos de urgência e emergência para atender a Central de Regulação e as bases Descentralizadas do CIUENP – SAMU 192 – Noroeste do Paraná.
LOTE 01
Proponente ENCAP BOLSAS E CAPAS LTDA
Situação: Classificado / Vencedor
Art. 2º- Fica adjudicado em favor do licitante vencedor os objetos dos certames licitatórios.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Umuarama/PR, 02 de setembro de 2026.

MARCO ANTONIO FRANZATO
Presidente Do CIUENP

Publicado por:
Ingrid Ellen Vieira Preto Ronquim
Código Identificador:D2004365

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ADENDO 003 AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2025 - FMS

ADENDO 003 AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 007/2025

Objeto: o CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas na área de saúde para atendimento no Instituto de Atendimento ao Indivíduo com Transtorno do Espectro Autista - IAITEA, com complemento desta Secretaria em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS

Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do edital para até 03 de março de 2027.

Cláusula Segunda: Prorroga-se o prazo de credenciamento para até 03 de março de 2027.

- As demais cláusulas deste edital permanecem inalteradas.

Umuarama, 02 de setembro de 2026.

LISBETH PITITTO SCANAVACA
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:BFFD17B0

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 027/2026 - PMU

AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS.
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/07/459.
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 027/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 297.800,00 (duzentos e noventa e sete mil e oitocentos reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS, para contratação direta, **por Inexigibilidade de Licitação**, da pessoa jurídica/empresa: **SANTA-FÉ COMÉRCIO DE BRINQUEDOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 59.907.427/0001-10**, para fornecimento de playgrounds temáticos a serem colocados na Praça Miguel Rossafa e Santos Dumont, visando proporcionar um melhor espaço de lazer e recreação para os freqüentadores do local, através da adesão da Ata de Registro de Preços nº 052/2026, oriunda do Pregão Eletrônico nº 014/2026 da Prefeitura do Município de Nova Santa Helena, Estado do Mato Grosso, de acordo com o artigo 74, "caput", da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2026/07/459, de 31 de julho de 2026, anexo, conforme artigo 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 02 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:224E3F2A

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DA SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 009/2026

AVISO DA SEGUNDA SESSÃO PÚBLICA
CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 009/2026

Umuarama/PR, 02 de setembro de 2026.

A Comissão Especial de Licitação do Município de Umuarama/PR, constituída por meio da **Portaria nº 268/2026**, torna público que fica marcada a **segunda sessão pública da Concorrência Presencial nº 009/2026** para o dia **04 de setembro de 2026, às 10h30**, na **Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Umuarama/PR**.

A sessão será destinada à **abertura dos Invólucros nº 02**, contendo a via identificada do Plano de Comunicação Publicitária, ao cotejo com as respectivas vias não identificadas para identificação de autoria, à elaboração da planilha geral de pontuação e à proclamação do resultado do julgamento técnico, conforme os **itens 7.3 e subitens do edital**.

JANSSEN G. ROBERTI DA LUZ
Membro/ Comissão

KALEB SAAB DE SOUZA
Membro/ Comissão

GABRIELLA G. ZAMPAR
Membro/ Comissão

MARCOS VINICIUS Z. MOYA
Membro/ Comissão

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:DF37DF65

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO N°225/2026

D E C R E T O Nº 225/2026

Revoga o procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 029/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 71, da Lei Federal 14.133/21, bem como o enunciado das Súmulas 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal, segundo os quais aduzem que compete à Administração Pública anular seus próprios atos;

CONSIDERANDO o conteúdo da Comunicação Interna nº 153/2026, datada de 05 de agosto de 2026, emitida pela Diretoria de Tecnologia e Informação;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 1.146/2026, datado de 21 de agosto de 2026, emitido pela Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO que foi oportunizado o direito ao contraditório e a ampla defesa ao proponente.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica revogado o procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 029/2026 – PMU, que tem por objeto o registro de preços a aquisição de infraestrutura completa de hardware, equipamentos e acessórios, incluindo fornecimento de serviços especializados de instalação, configuração, suporte técnico continuado e capacitação de usuários, complementados por plataforma de gerenciamento em modelo SaaS (Software as a Service), destinados à implementação de rede de internet Wi-Fi gratuita embarcada nos veículos do sistema de transporte coletivo urbano do Município de Umuarama-PR.

Art.2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 01 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:8E6E8D61

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO N°226/2026

D E C R E T O Nº 226/2026

Revoga o procedimento licitatório na modalidade de Inexigibilidade nº 022/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 71, da Lei Federal 14.133/21, bem como o enunciado das Súmulas 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal, segundo os quais aduzem que compete à Administração Pública anular seus próprios atos;

CONSIDERANDO o conteúdo da Comunicação Interna, datada de 27 de agosto de 2026, emitida pela Secretaria Municipal Meio Ambiente, Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal;
CONSIDERANDO que em fase de contratação da empresa Sarandi Tratores Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 77.266.575/0001-85, atendendo ao artigo 91, §4º da Lei 14.1333/2021, ao consultar as certidões da empresa para fins de celebração de contrato, foi constatada uma restrição promovida pela Certidão Positiva presente no portal de transparência do site do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, na qual a empresa em voga encontra-se inidônea para licitar e contratar;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 1.144/2026, datado de 21 de agosto de 2026, emitido pela Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO que foi oportunizado o direito ao contraditório e a ampla defesa ao proponente.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica revogado o procedimento licitatório na modalidade de Inexigibilidade nº 022/2026 – PMU, que tem por objeto a contratação direta, por Inexigibilidade de Licitação, da empresa **SARANDI TRATORES LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 77.266.575/0001-85**, para aquisição de 01 (uma) escavadeira hidráulica nova, zero hora, destinada à Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Saúde, Proteção e Bem-Estar Animal, através da adesão da Ata de Registro de Preços nº 005/2025, oriunda do Pregão Eletrônico nº 008/2025 do CIBAX – Consórcio Intermunicipal para a Conservação da Biodiversidade da Bacia dos Rios Xambrê e Piquiri, de acordo com o artigo 74, "caput", da Lei 14.133/2021, restando cancelados os atos procedimentais anteriores que não tenham gerado direitos adquiridos.

Art.2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 01 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:6222FC6F

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECRETO N°228/2026

D E C R E T O Nº 228/2026

Revoga o procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 022/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto no Artigo 71, da Lei Federal 14.133/21, bem como o enunciado das Súmulas 346 e 473, do Supremo Tribunal Federal, segundo os quais aduzem que compete à Administração Pública anular seus próprios atos;

CONSIDERANDO o conteúdo da Comunicação Interna nº 1.083/2026, datada de 05 de agosto de 2026, emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social;

CONSIDERANDO o Parecer Jurídico nº 942/2026, datado de 07 de julho de 2026, emitido pela Procuradoria Geral do Município;

CONSIDERANDO que foi oportunizado o direito ao contraditório e a ampla defesa ao proponente.

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica revogado o procedimento licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico nº 022/2026 – PMU, que tem por objeto a contratação de empresa especializada em serviços de administração, gestão de sistema, emissão de cartões magnéticos, com processamento e carga de créditos eletrônicos, bem como credenciamento de fornecedores para atendimento de benefícios eventuais, destinados às famílias e indivíduos residentes no município de Umuarama/PR..

Art.2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 02 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:1BC14F70

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.146/2026 - PMU

P O R T A R I A N º 1.146/2026

CONSTITUI Comissão Especial de Licitação, para exame de documentação, análise e julgamento dos credenciamentos referente ao Edital de Chamamento Público nº 002/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais

R E S O L V E:

Art. 1º. CONSTITUIR Comissão Especial de Licitação, para exame de documentação, análise e julgamento dos credenciamentos referente ao Edital de Chamamento Público nº 002/2026 – PMU, objetivando a Contratação de leiloeiro público oficial, pessoa física ou empresa especializada, devidamente matriculado(a) na Junta Comercial do Paraná – JUCEPAR, para a prestação de serviços de leiloeiro oficial, com vistas à alienação de bens móveis inservíveis pertencentes ao patrimônio do Município de Umuarama-PR, sob a égide da Lei Federal n.º 14.133 de 01 de abril de 2021, da Lei Estadual nº 19.140 de 27 de setembro de 2017, do Decreto Federal 21.981 de 19 de outubro de 1932, Decretos Municipais nº 067/2023 e nº 123/2025 e demais legislações aplicáveis à espécie e das disposições deste Edital.

Membros: Johnny Yamamoto
CPF 022.747.738-31
Mariana Zimiani Moya
CPF 092.497.159-27
Patricia Prechlak de Souza
CPF 078.042.279-14

Art. 2º. Compete à Comissão Especial receber e analisar a documentação dos interessados, promover diligências quando necessárias, publicar o rol de credenciados e apreciar recursos, realizar os sorteios para definição do leiloeiro responsável por cada leilão, acompanhar o andamento do processo e praticar os atos necessários ao regular processamento do credenciamento.

Art. 3º. Ficam considerados de relevância os serviços prestados pela comissão ora constituída, sem ônus ao Município.

Art. 4°. Fica revogada a Portaria nº 250/2026.

Art. 5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 01 de setembro 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:31525AB0

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PORTARIA N°1.151/2026 - PMU

P O R T A R I A Nº 1.151/2026

Homologa o julgamento proferido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas na Concorrência Eletrônica nº 013/2026 – PMU.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio sobre propostas apresentadas na Concorrência Eletrônica nº 013/2026 – PMU – que tem por objeto a contratação de empresa de engenharia e/ou arquitetura para execução de obra de construção do novo Terminal Urbano Central de Umuarama, localizado na Praça da Bíblia, Zona 1 – Umuarama/PR, conforme projetos, planilha orçamentária e demais documentos em anexos ao processo. tendo sido declarada vencedora a empresa **CONSTRUTORA A. CAVALARI LTDA.,** para o lote 1.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

UMUARAMA, 02 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Angelo Lucas Amadeu
Código Identificador:6722645E

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

RESUMO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 001/2026 - PMU - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: NORDESTE TRANSPORTES LTDA.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento eventual e parcelado de passagens de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual, por meio de Sistema de Registro de Preços, destinadas aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como aos técnicos e profissionais da equipe de referência que necessitem acompanhar os usuários durante os deslocamentos, quando tal acompanhamento for indispensável à garantia da proteção social e à efetividade do atendimento prestado.
Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.
Valor: R$ 28.914,50 (vinte e oito mil, novecentos e quatorze reais e cinquenta centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/277 e no Pregão Eletrônico n° 048/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.105/2026, em 18 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 20 de agosto de 2026, edição nº. 3599, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 002/2026 - PMU - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: N A VIAGEM TURISMO E LOCAÇÕES LTDA.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento eventual e parcelado de passagens de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual, por meio de Sistema de Registro de Preços, destinadas aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como aos técnicos e profissionais da equipe de referência

que necessitem acompanhar os usuários durante os deslocamentos, quando tal acompanhamento for indispensável à garantia da proteção social e à efetividade do atendimento prestado.
Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.
Valor: R$ 8.880,00 (oito mil, oitocentos e oitenta reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/277 e no Pregão Eletrônico n° 048/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.105/2026, em 18 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 20 de agosto de 2026, edição nº. 3599, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 003/2026 - PMU - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: EMPRESA DE TRANSPORTES ANDORINHA SA.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento eventual e parcelado de passagens de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual, por meio de Sistema de Registro de Preços, destinadas aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como aos técnicos e profissionais da equipe de referência que necessitem acompanhar os usuários durante os deslocamentos, quando tal acompanhamento for indispensável à garantia da proteção social e à efetividade do atendimento prestado.
Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.
Valor: R$ 38.360,00 (trinta e oito mil, trezentos e sessenta reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/277 e no Pregão Eletrônico n° 048/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.105/2026, em 18 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 20 de agosto de 2026, edição nº. 3599, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 004/2026 - PMU - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: VIAÇÃO GARCIA LTDA.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento eventual e parcelado de passagens de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual, por meio de Sistema de Registro de Preços, destinadas aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como aos técnicos e profissionais da equipe de referência que necessitem acompanhar os usuários durante os deslocamentos, quando tal acompanhamento for indispensável à garantia da proteção social e à efetividade do atendimento prestado.
Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.
Valor: R$ 18.788,50 (dezoito mil, setecentos e oitenta e oito reais e cinquenta centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/277 e no Pregão Eletrônico n° 048/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.105/2026, em 18 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 20 de agosto de 2026, edição nº. 3599, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

ATA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 005/2026 - PMU - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 048/2026 - PMU
Órgão Gerenciador: MUNICÍPIO DE UMUARAMA.
Detentora: VIAÇÃO UMUARAMA LTDA.
Objeto: Contratação de empresa para fornecimento eventual e parcelado de passagens de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual, por meio de Sistema de Registro de Preços, destinadas aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como aos técnicos e profissionais da equipe de referência que necessitem acompanhar os usuários durante os deslocamentos, quando tal acompanhamento for indispensável à garantia da proteção social e à efetividade do atendimento prestado.
Vigência: 21/08/2026 a 21/08/2027.
Valor: R$ 25.990,00 (vinte e cinco mil, novecentos e noventa reais);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/05/277 e no Pregão Eletrônico n° 048/2026 - PMU, homologado pela Portaria n° 1.105/2026, em 18 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 20 de agosto de 2026, edição nº. 3599, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 02 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:CAB6FD4B

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - ACESF

RESUMO DE CONTRATOS

CONTRATO DE COMPRA Nº 015/2026 - ACESF
Contratante: ACESF – ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS.
Contratada: M A ZOLIM COMERCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÕES LTDA.
Objeto: A contratação de pessoa jurídica especializada em vendas de material de construção.
Vigência: 26/08/2026 a 26/08/2027.
Valor: R$ 139.348,02 (cento e trinta e nove mil, trezentos e quarenta e oito reais e dois centavos);
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo n.º 2026/04/261, no Processo de Licitatório – Pregão Eletrônico n° 002/2026 - ACESF, homologado pela Portaria n°. 004/2026, em 25 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 26 de agosto de 2026, edição n° 3603, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021; da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 303/2022 e demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 02 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:E083DAC5

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 281/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: UNIPAR - SOCIEDADE EMPRESARIAL LTDA.

Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica na área de saúde para a prestação de serviços de FISIOTERAPIA ELETIVA PARA: PACIENTE NO PRÉ/PÓS CIRURGIAS UROGINECOLÓGICAS, PACIENTE NO PRÉ/PÓS CIRURGIAS UROGINECOLÓGICAS, PACIENTES C/ DISFUNÇÕES UROGINECOLÓGICAS, FISIOTERAPÊUTICO EM PACIENTE NEONATO, PACIENTE ONCOLÓGICO CLÍNICO, PACIENTE COM ALTERAÇÕES OCULOMOTORAS CENTRAIS C/ COMPROMETIMENTO SISTÊMICO, PACIENTE COM ALTERAÇÕES OCULOMOTORAS PERIFÉRICAS, PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATÓRIO COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS, PACIENTE COM TRANSTORNO RESPIRATÓRIO SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS, PACIENTE COM TRANSTORNO CLÍNICO CARDIOVASCULAR, PACIENTE PRÉ/PÓS CIRURGIA CARDIOVASCULAR, DISFUNÇÕES VASCULARES PERIFÉRICAS, PACIENTES NO PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MÚSCULO ESQUELÉTICAS, ALTERAÇÕES MOTORAS, PRÉ E PÓS-OPERATÓRIO NAS DISFUNÇÕES MUSCULO - ESQUELETICAS C/ COMPLICAÇÕES SISTEMICAS, DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS SEM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS, PACIENTES COM DISTÚRBIOS NEURO-CINÉTICO-FUNCIONAIS COM COMPLICAÇÕES SISTÊMICAS, DESORDENS DO DESENVOLVIMENTO NEURO MOTOR, PACIENTE C/ COMPROMETIMENTO COGNITIVO, PACIENTE NO PRÉ/PÓS-OPERATÓRIO DE NEUROCIRURGIA, PACIENTE MÉDIO QUEIMADO, PACIENTE GRANDE QUEIMADO E PACIENTE COM SEQUELAS POR QUEIMADURAS (MÉDIO E GRANDE QUEIMADOS), aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, do Município de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 004/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 152.400,00 (cento e cinquenta e dois mil e quatrocentos reais)
Vigência: 24/08/2026 a 24/08/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/07/704, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 180/2026, autorizado em 06 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, de 07 de agosto de 2026, edição nº 3.590, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 02 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:A452AE49

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE CONTRATOS - FMS

RESUMO DE CONTRATOS - FMS

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 291/2026
Contratante: Fundo Municipal de Saúde.
Contratado: VIAÇÃO GARCIA LTDA
Objeto: O presente contrato tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de transporte terrestre de pacientes e seus acompanhantes, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, no trajeto Umuarama – Curitiba e Curitiba – Umuarama, conforme a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Umuarama, conforme **Edital de Chamamento Público nº 008/2025 – Credenciamento de Serviços de Saúde.**
Valor: R$ 781.606,00 (setecentos e oitenta e um mil e seiscentos e seis reais)
Vigência: 01/09/2026 a 01/09/2027.
Fundamentação: O presente instrumento é celebrado com fundamento no Processo Administrativo nº 2026/08/805, no Processo de Inexigibilidade de Licitação n° 194/2026, autorizado em 31 de agosto de 2026, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 01 de setembro de 2026, edição nº 3.607, que integram o presente Termo, e nos fundamentos e disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, em especial no art. 74, inciso IV, da Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080/90, da Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, da Lei Municipal nº 4.618, de 1º de dezembro de 2022, do Decreto Municipal nº 067, de 08 de março de 2023, bem como nas demais legislações aplicáveis.

Umuarama, 02 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
José Antonio do Nascimento Júnior
Código Identificador:523F5BA6

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMO ADITIVO - ACESF

RESUMO DE TERMO ADITIVO - ACESF

TERMO ADITIVO 001 – A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 002/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 042/2025
Contratante: ACESF – ADMINISTRAÇÃO DE CEMITÉRIOS E SERVIÇOS FUNERÁRIOS
Contratado: T. L. BARBOSA & CIA LTDA - ME
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 12 de setembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o quantitativo da ata no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ $ 5.000,00 (cinco mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
40.001.23.692.0021.2.089. - ED: 3.3.90.30.00.00. - D:20 - F:76
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 31 de agosto de 2026

Umuarama, 02 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:BD644397

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

RESUMO DE TERMOS ADITIVOS – PMU

TERMO ADITIVO 001 – A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 003/2025 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 053/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA
Contratado: ROLEMAIS AUTO PEÇAS LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 04 de novembro de 2027.
Cláusula Segunda: Fica mantido o quantitativo da ata no valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais), perfazendo o valor deste termo em até R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais).
Cláusula Terceira: Fica adicionada a seguinte dotação orçamentária:
10.001.15.452.0006.2.025. - ED:3.3.90.30.00.00. - D:445 - F:511
10.001.15.452.0006.2.025. - ED:3.3.90.30.00.00. - D:446 - F:1000
19.001.12.122.0015.2.214. - ED:3.3.90.30.00.00. - D:1029 - F:104
20.002.26.125.0017.2.079. - ED:3.3.90.30.00.00. - D:1273 - F:509
Cláusula Quarta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 01 de setembro de 2026

TERMO ADITIVO 001 AO CONTRATO DE COMPRA Nº 190/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE UMUARAMA

Contratado: EXPRESSO NOSSA SENHORA DE FÁTIMA LTDA
Cláusula Primeira: Prorroga-se o prazo de vigência do presente contrato para até 28 de agosto de 2027.
Cláusula Segunda: Fica aditado ao presente contrato o valor de R$ 2.183,76 (dois mil cento e oitenta e três reais e setenta e seis centavos).
Cláusula Terceira: fica adicionada como fiscal suplente a Sra. **CRISTIANE DA CONCEIÇÃO PEREIRA MARTINS**, inscrita no CPF nº ***.724.549-**.
Cláusula Quarta: Fica adicionado a seguinte dotação orçamentária:
19.001.12.361.0015.2.047. – ED: 3.3.90.33.00.00 – D:1078 – F:104
19.001.12.365.0015.2.315. – ED: 3.3.90.33.00.00 – D:1167 – F:104
Cláusula Quinta: As demais cláusulas deste contrato permanecem inalteradas.
Umuarama, 25 de agosto de 2026.

Umuarama, 02 de setembro de 2026.

CLEBER BOMFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Ronnie Rodrigo da Silva Oliveira
Código Identificador:9007A267

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA PROCESSO N° 2531-26-UMU-LIC

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

PROCESSO N° 2531-26-UMU-LIC

O Município de Umuarama-Pr, em conformidade com o art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto nº 303/2025 torna público que a administração pretende realizar a dispensa de licitação para contratação de empresa para aquisição de:

ITEM 1 - 50 (Cinquenta) unidades de Tee de redução para irrigação 50 x 25 mm.
ITEM 2 - 50 (Cinquenta) unidades de Joelho 90° soldável 25 x 1/2".
ITEM 3 - 06 (Seis) unidades de Fita veda-rosca 18 mm x 50 m
ITEM 4 - 08 (Oito) unidades de Adesivo para PVC 175 g
ITEM 5 - 50 (Cinquenta) unidades de Abraçadeira metal 13-19 mm / 9 mm
ITEM 6 - 12 (Doze) unidades de Curva 90° para irrigação 50 mm.
ITEM 7 - 12 (Doze) unidades de Luva para irrigação 50 mm.
ITEM 8 - 06 (Seis) unidades de Adaptador para irrigação 50 x 1.1/2".
ITEM 9 - 06 (Seis) unidades de União para irrigação 50 mm.
ITEM 10 - 06 (Seis) unidades de Lixa 700-080 ferro.
ITEM 11 - 02 (Dois) unidades de CAP para irrigação 50 mm.
ITEM 12 - 50 (Cinquenta) unidades de Torneira de esfera 1/2".
ITEM 13 - 12 (Doze) unidades de Tubo soldável 25 mm.
ITEM 14 - 50 (Cinquenta) unidades de Tubo para irrigação PN-80 50 mm.

Objeto entregue sem custo adicional no : DCA – Diretoria de Compras e Almoxarifado, Rua Itaquiraí, nº 3303.
CEP: 87.501-045 - Umuarama-Pr.
Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a administração escolherá a mais vantajosa. As propostas deverão ser encaminhadas até às 23:59h do dia 08 de setembro de 2026, no email: compradireta@umuarama.pr.gov.br e no ASSUNTO DISPOR O NÚMERO DO PROCESSO ACIMA. Devem ser enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação:
Comprovante de Inscrição de Situação Cadastral e quadro societário.
Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.
Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual.
Certidão Negativa de Débitos Municipais.
Certidão negativa de débitos trabalhistas.
Declaração de Responsabilidade Unificada.
Certificado de Regularidade do FGTS- CRF.

Umuarama-Pr, 02 de setembro de 2026.

VÂNIO CESAR PRESSINATTE
Diretor de Compras e Almoxarifado

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:00C74CB6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1128/2026

Concede licença maternidade a servidora EDUARDA APARECIDA SILVA FERNANDES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a servidora **EDUARDA APARECIDA SILVA FERNANDES**, matricula 1082503, portador da Cédula de Identidade RG nº 14.316.985-5 – SESP-PR e inscrita no CPF nº 117.583.669-90 nomeada em 06 de maio de 2025, para exercer a função de emprego público de Professor 20 HRS, pelo Regime Administrativo Especial, lotada na Secretaria Municipal de Educação, licença maternidade no período de 25 de agosto de 2026 à 22 de dezembro de 2026, sem prejuízo de seu vencimento.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretario Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:CAA87EBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1133/2026

PORTARIA Nº 1.133/2026

Concede Promoção por Conhecimento aos profissionais do magistério abaixo relacionados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 346, de 15 de março de 2013, alterada pela Lei Complementar nº 473, de 13 de maio de 2020,

CONSIDERANDO Informação emitida pela Comissão de Avaliação e Qualificação Profissional e Funcional dos Servidores Municipais e do Magistério Público Municipal, nomeada pela Portaria nº 2.369/2025, alterada pela Portaria nº 279/2026, com fundamento na Portaria nº 2.303/2025,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder Promoção por Conhecimento ao profissionais do magistério abaixo relacionados:

Item	Matrícula	Nome do servidor	Nível	A partir de
01	1008517	Adria de Paula Gomes Hernandes	C	03/08/2026
02	1080958	Danielli Cristina Brito Ferreira	C	29/07/2026
03	1080496	Layane Scardelai Fiacoski	B	17/08/2026
04	1080929	Rafaela Garcia Lemes	C	12/08/2026
05	834372	Rozangela Barbosa Cardoso	D	15/07/2026

06	1080428	Sarah Gabrielle Ribeiro Neves	B	07/07/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 31 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:73E6EFA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1134/2026

Incorpora Tempo de Contribuição ao acervo do Serviço Público em favor do servidor ALADIO VIDO PICELLI JUNIOR**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Incorporar para fins de aposentadoria comum ao acervo do Serviço Público, em favor do servidor **ALADIO VIDO PICELLI JUNIOR,** matrícula 427651, portador do RG n.º 4.526.095-0-SSP/PR e inscrito no CPF n.º 665.911.129-87, nomeado em 01 de abril de 1991, para ocupar o cargo de carreira de Fiscal de Tributos, pelo Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Fazenda, nos termos do Processo n.º 5.147/2026, com base no Art. 201, parágrafo 9º-A, da Constituição Federal, o tempo de 401 (quatrocentos e um) dias, ou 01 (um) ano e 01 (um) mês e 06 (seis) dias de serviços prestados ao Serviço Militar Obrigatório.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 31 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:97E18B71

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1135/2026

Transferir o servidor REINALDO PINTO GONCALVES.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Transferir o servidor **REINALDO PINTO GONCALVES,** portador da Cédula de Identidade RG. n.° 10.520.107-9-SSP-PR, inscrito no CPF sob n.° 067.276.779-13, nomeado em 11 de julho de 2022, ocupante do cargo de carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, pelo Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, para prestar serviço na Secretaria Municipal de Saúde, com ônus para a mesma, a contar de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 31 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5FEDFFD0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1136/2026

Concede Promoção por Conhecimento aos servidores abaixo relacionados.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº 188, de 19 de novembro de 2007,

CONSIDERANDO Informação emitida pela Comissão de Avaliação e Qualificação Profissional e Funcional dos Servidores Municipais e do Magistério Público Municipal, nomeada pela Portaria nº 2.369/2025, alterada pela Portaria nº 279/2026, com fundamento na Portaria nº 2.303/2025,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder Promoção por Conhecimento aos servidores abaixo relacionados:

Item	Matrícula	Nome do servidor	Grupo	Classe	A partir de
1	999171	Ademir Aparecido Melo	GOO	C	08/07/2026
2	1080646	Adriana Moura Silva	GOO	D	12/08/2026
3	995291	Andreia Fernanda Balan da Silva	GOP	C	09/07/2026
4	946091	Cezar Fabiano Viana	GOO	D	06/07/2026
5	930502	Dirceu Jose de Araujo	GOO	C	15/07/2026
6	918981	Elenir Aparecida Bertolin dos Anjos	GOAI	B	11/08/2026
7	998048	Emerson Celio Albieri	GOO	D	27/07/2026
8	996621	Iraci Eduvirgem Almeida	GOO	C	15/07/2026
9	933271	Jessica dos Santos Carvalho Botega	GOAII	D	08/07/2026
10	732451	Juliana Cappellari	GOP	C	07/07/2026
11	732452	Juliana Cappellari	GOP	C	07/07/2026
12	1081274	Luciane Verissimo da Silva Westphal	GOO	C	05/08/2026
13	1082519	Maria Lucia Gomes	GOAII	C	10/08/2026
14	994121	Mirian Cristian Rufino	GOP	C	07/07/2026
15	931901	Naira Neri Santana	GOP	C	07/07/2026
16	1082637	Nilza Das Graças Ferreira da Silva	GOO	B	06/08/2026
17	1080660	Paulo Sergio Daniel	GOO	D	13/07/2026
18	997731	Raffaella Gobo Otavio da Silva	GOP	C	07/07/2026
19	996131	Rosely Rochinski	GOO	D	27/07/2026
20	995391	Simony Rodrigues Bernardelli Rosa	GOP	C	07/07/2026
21	997918	Victor Esmael Santana Barros	GOO	D	17/07/2026

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 31 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4EC8E101

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1137/2026

Altera o Percentual de Adicional de Qualificação Funcional da servidora LERCI DE JESUS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Alterar a contar de 20 de julho de 2026, o Adicional de Qualificação Funcional da servidora **LERCI DE JESUS,** matrícula 885282, portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 6.485.031-8-SSP-PR, inscrita no CPF n.º 022.005.659-50, nomeada em 04 de junho de 2013, pelo Regime Estatutário, para ocupar o cargo de carreira de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, passando do percentual de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento), com base nos artigos 106, da Lei Complementar n.º 346 de 15 de março de 2013, alterada pela Lei Complementar nº 473 de 13 de maio de 2020, nos termos do Processo n.º 11.260/2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 31 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:3348F151

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1140/2026

PORTARIA Nº 1.140/2026

Concede Licença Prêmio por Assiduidade à servidora ELOISA CRISTINA DO NASCIMENTO TOZZINI.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder à servidora **ELOISA CRISTINA DO NASCIMENTO TOZZINI,** portadora da Cédula da Identidade RG nº 13.009.324-8-SSP-PR, inscrita no CPF n.º 092.630.299-03, nomeada em 03 de março de 2016, para ocupar o cargo de carreira de Professora de Educação Infantil, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 90 (noventa) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, referente ao período aquisitivo de 2021/2026, de acordo com a Lei Complementar n.º 513 de 04 de agosto de 2022, nos termos do Processo n.º 3.762/2026, com fruição no período de 22 de setembro de 2026 a 20 de dezembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 31 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:B8BD2859

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1145/2026

PORTARIA Nº 1.145/2026

Transferir os servidores.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :
Art. 1º Transferir os servidores abaixo relacionados, lotados na Secretaria Municipal de Administração, para prestar serviços na Secretaria Municipal de Saúde, com ônus para a mesma, a contar de 01 de setembro de 2026.

ITEM	NOME	RG/CPF	ADMISSÃO
01	AMANDA CRISTIAN BORGES CASTELLO BRANCO	793.951.631-00	01/09/2026
02	WAGNER GABRIEL DOS SANTOS	046.288.179-28	01/09/2026
03	HELLEN RODRIGUES LOUREIRO	154.727.429-86	01/09/2026
04	LUCAS GABRIEL LEMES BENKENDORF	078.401.599-66	01/09/2026
05	TANIA DA SILVA	070.556.359-69	01/09/2026
06	MARIA ANUNCIADA DA SILVA RAFAEL	177.814.178-10	01/09/2026

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 01 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:C4E27D5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1148/2026

PORTARIA Nº 1.148/2026

Concede Função de Gestão Pública símbolo FGP-2 à servidora CAMILA TURCATO DA SILVA GARCEZ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder à servidora **CAMILA TURCATO DA SILVA GARCEZ**, portadora da Cédula da Identidade RG n.º 10.839.459-5, inscrita no CPF n.º 055.777.789-56, nomeada em 06 de julho de 2012, para ocupar o cargo de carreira de Professora, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Assistente Social, Função de Gestão Pública, símbolo FGP-2, com fundamento na alínea "a", do inciso I do Artigo 1º e item I do Anexo I, ambos da Lei Complementar nº 582 de 24 de fevereiro de 2025, a partir de 03 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 02 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:0029048B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.138/2026

PORTARIA Nº 1.138/2026

Concede Licença Prêmio por Assiduidade à servidora SOLANGE FERREIRA INÁCIO CABRAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder à servidora **SOLANGE FERREIRA INÁCIO CABRAL,** portadora da Cédula da Identidade RG nº 30.757.953-0-SSP-SP, inscrita no CPF n.º 261.093.558-79, nomeada em 07 de janeiro de 2016, para ocupar o cargo de carreira de Agente Comunitário de Saúde, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 20 (vinte) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, referente ao período aquisitivo de 2021/2026, de acordo com a Lei Complementar n.º 513 de 04 de agosto de 2022, nos termos do Processo n.º 576/2026, com fruição no período de 10 de setembro de 2026 a 29 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 31 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:293D3FCC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.139/2026

PORTARIA Nº 1.139/2026

Concede Licença Prêmio por Assiduidade à servidora TAILA ATILA DA LUZ FERREIRA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder à servidora **TAILA ATILA DA LUZ FERREIRA,** portadora da Cédula da Identidade RG nº 10.421.353-7-SSP-PR, inscrita no CPF n.º 069.159.109-13, nomeada em 07 de maio de 2012, para ocupar o cargo de carreira de Servente Geral, pelo Regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 83 (oitenta e três) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, referente ao período aquisitivo de 2017/2022, de acordo com a Lei Complementar n.º 513 de 04 de agosto de 2022, nos termos do Processo n.º 12.372/2026, com fruição no período de 26 de outubro de 2026 a 16 de janeiro de 2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 31 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:5ED07AC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.147/2026

PORTARIA Nº 1.147/2026

Concede Função de Gestão Pública símbolo FGP-2 à servidora SINDY MIRIAN LEITE.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder à servidora **SINDY MIRIAN LEITE**, portadora da Cédula da Identidade RG n.º 12.781.817-7, inscrita no CPF n.º 082.467.579-70, nomeada em 02 de julho de 2024, para ocupar o cargo de carreira de Secretária Escolar, pelo regime Estatutário, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Função de Gestão Pública, símbolo FGP-2, com fundamento na alínea "a", do inciso I do Artigo 1º e item I do Anexo I, ambos da Lei Complementar nº 582 de 24 de fevereiro de 2025, a partir de 03 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 01 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:970D8081

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.149/2026

PORTARIA Nº 1.149/2026

Interromper a pedido, Licença para tratar de interesses particulares, da servidora DANIELA YOSHIDA SILVA CROCO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Interromper a pedido, licença para tratar de interesses particulares, concedida através da Portaria nº 633, de 17 de fevereiro de 2025, à servidora **DANIELA YOSHIDA SILVA CROCO,** portadora da Cédula de Identidade RG. n.º 9.594.565-1-SSP-PR e inscrita no CPF n.º 055.578.789-39, nomeada em 02 de fevereiro de 2022, para ocupar o cargo de carreira de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, nos termos do Processo nº 13.142/2026, retornando a sua atividade de origem, a partir de 08 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 02 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E09C5A97

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.150/2026

PORTARIA Nº 1.150/2026

Concede Licença Prêmio por Assiduidade ao servidor OSVALDO FUMIO ANDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Conceder ao servidor **OSVALDO FUMIO ANDO,** portador da Cédula de Identidade RG nº 8.580.976-8-SSP-PR, inscrito no CPF n.º 234.636.949-72, nomeado em 18 de maio de 2011, para ocupar o cargo de carreira de Vigia, pelo Regime Estatutário, lotado na Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana, 22 (vinte e dois) dias de Licença Prêmio por Assiduidade, referente ao período aquisitivo de 2016/2021, de acordo com a Lei Complementar n.º 513 de 04 de agosto de 2022, nos termos do Processo n.º 13.307/2026, com fruição no período de 09 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 02 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:19559921

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 107/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
28/08/2026	FPM	R$ 2.895.813,28

PAÇO MUNICIPAL, aos 28 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D4790F36

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÂO 104/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 104/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
25/08/2026	FUNDEB	R$ 173.708,43
26/08/2026	FUNDEB	R$ 667.599,63

PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:109D2911

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 105/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 105/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
26/08/2026	FNS/VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 8.429,20
26/08/2026	FNS/VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 160.154,80

PAÇO MUNICIPAL, aos 27 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7B5CFBF8

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 106/2026

NOTIFICAÇÃO Nº 106/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
28/08/2026	IPI	R$ 14.821,69
28/08/2026	ITR	R$ 21.023,17

PAÇO MUNICIPAL, aos 28 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:0B12ED38

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 108/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 108/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
28/08/2026	FUNDEB	R$ 546.849,78

PAÇO MUNICIPAL, aos 28 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4F871CFA

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 108/2026

N O T I F I C A Ç Ã O Nº 108/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
28/08/2026	FUNDEB	R$ 546.849,78

PAÇO MUNICIPAL, aos 28 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:6767298F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
NOTIFICAÇÃO 109/2026

NOTIFICAÇÃO Nº 109/2026
Dando cumprimento às disposições da Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997, notificamos os Partidos Políticos, os Sindicatos de Trabalhadores e as Entidades Empresariais do Município, do recebimento dos seguintes Recursos Federais:

DATA DE RECEBIMENTO	GRUPO DE RECURSOS	VALOR
31/08/2026	FNS/VIGILÂNCIA EM SAÚDE	R$ 20.509,83
31/08/2026	FNS/ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	R$ 24.100,31

PAÇO MUNICIPAL, aos 31 de agosto de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:293AC971

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
4º TERMO ADITIVO DE 2026 AO CONTRATO Nº 59/2022
TOMADA DE PREÇO Nº 01/2022 – PROCESSO Nº 55/2022

OBJETO DO ADITAMENTO: Do prazo de Vigencia e do valor
CONTRATANTE: Instituto Municipal de Assistencia ao Servidor Publico de União da Vitoria -PR
CONTRATADO: ECOMED EMERGENCIAS MÉDICAS LTDA – CNPJ nº 39.705.590/0001-93
OBJETO DO CONTRATO: *Contratação de uma empresa da área de saúde,para prestação de serviços de Profissional com capacidade Técnica Operacional na área de Enfermagem para analisar e verificar (in loco) se as faturas cobradas do IMAS, estão em conformidade com os valores previstos nos contratos de credenciamento e se os quantitativos referentes ao uso de materiais,medicamentos e equipamentos hospitalares estão corretos e compatíveis com os procedimentos realizados.*
DA VIGENCIA E ACRÉSCIMO DO QUANTITATIVO e: Fica alterada a vigencia do contrato 59/2022 a partir da data da assinatura deste aditivo para mais 12(doze) meses a iniciar 02/09/2026 e a terminar em 02/09/2027 e acrescido ao contrato principal, o valor total de R$39.572,06 (Trinta e nove mil e quinhentos e setenta e dois reais e seis centavos).
DO FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57º da Lei Federal n.° 8.666/93 com suas alterações.
FORO: Comarca de União da Vitória.

União da Vitória, 02 de setembro de 2026.

MARLISE CERETTA KUYAVA
Presidente

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:5A302B84

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71/2026

O Prefeito Municipal de União da Vitória - PR, no uso das atribuições e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, resolve **HOMOLOGAR,** em 01/09/2026,para que surta os efeitos legais, o resultado do **Pregão Eletrônico nº 29/2026**, cujo objeto é o *Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para produção e fornecimento de materiais gráficos e de comunicação visual, conforme as demandas das Secretarias Municipais de União da Vitória/PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.*, em favor das empresas:

G.E - FORNECIMENTOS LTDA, **CNPJ Nº 62.878.636/0001-98.** Lote nº 01, totalizando o valor global de R$ 39.700,00 (Trinta e nove mil e setecentos reais);

45.166.656 CRISTINA PEREIRA COSTA ROMAO, **CNPJ Nº 45.166.656/0001-17.** Lote nº 02, totalizando o valor global de R$ 19.020,00 (Dezenove mil e vinte reais);

GUERRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, **CNPJ Nº 58.600.411/0001-06.** Lote nº 03, totalizando o valor global de R$ 240.227,20 (Duzentos e quarenta mil duzentos e vinte e sete reais e vinte centavos);

CROMOS EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA, **CNPJ Nº 82.581.406/0001-70.** Lote nº 04, totalizando o valor global de R$ 137.915,00 (Cento e trinta e sete mil novecentos e quinze reais);

SOLIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DEPAPELARIA LTDA, **CNPJ Nº 57.733.822/0001-07.** Lote nº 05, totalizando o valor global de R$ 44.750,00 (Quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta reais);

EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para produção e fornecimento de materiais gráficos e de comunicação visual, conforme as demandas das Secretarias Municipais de União da Vitória/PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de União da Vitória / CNPJ nº 75.967.760/0001-71.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026 - G.E - FORNECIMENTOS LTDA, **CNPJ Nº 62.878.636/0001-98.** Lote nº 01, totalizando o valor global de R$ 39.700,00 (Trinta e nove mil e setecentos reais). Data de Assinatura: 01/09/2026;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026 - 45.166.656 CRISTINA PEREIRA COSTA ROMAO, **CNPJ Nº 45.166.656/0001-17.** Lote nº 02, totalizando o valor global de R$ 19.020,00 (Dezenove mil e vinte reais). Data de Assinatura: 02/09/2026;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2026 - GUERRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, **CNPJ Nº 58.600.411/0001-06.** Lote nº 03, totalizando o valor global de R$ 240.227,20 (Duzentos e quarenta mil duzentos e vinte e sete reais e vinte centavos). Data de Assinatura: 01/09/2026;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026 - CROMOS EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA, **CNPJ Nº 82.581.406/0001-70.** Lote nº 04, totalizando o valor global de R$ 137.915,00 (Cento e trinta e sete mil novecentos e quinze reais). Data de Assinatura: 02/09/2026;

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026 - SOLIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DEPAPELARIA LTDA, **CNPJ Nº 57.733.822/0001-07.** Lote nº 05, totalizando o valor global de R$ 44.750,00 (Quarenta e quatro mil setecentos e cinquenta reais). Data de Assinatura: 02/09/2026;

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, 01/09/2026 à 01/09/2027.
FORO: Comarca de União da Vitória, Estado do Paraná

União da Vitória – PR, 02 de setembro de 2026

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Melissa Banhuk Ribeiro
Código Identificador:90AF4FF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2026

O Prefeito Municipal de União da Vitória - PR, no uso das atribuições e com fundamento no art. 71, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, à vista do julgamento do Pregoeiro e Equipe de Apoio, resolve **HOMOLOGAR,** em 01/09/2026,para que surta os efeitos legais, o resultado do Pregão Eletrônico nº 15/2026, cujo objeto é *Registro de preços para futura e eventual aquisição de abrigos de passageiros, bancos e lixeiras para instalação nas ruas e praças do Município de União da Vitória/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos***,** em favor das empresas:

DISBRAPLAC LTDA (CNPJ: 05.168.674/0001-13), item 1, 2 e 3, totalizando o valor global de R$ 37.829,70 (trinta e sete mil e oitocentos e vinte e nove reais e setenta centavos);

FECO METAL DO BRASIL LTDA (CNPJ: 35.151.798/0001-57), item 4, totalizando o valor global de R$ 32.799,00 (trinta e dois mil e setecentos e noventa e nove reais).

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de abrigos de passageiros, bancos e lixeiras para instalação nas ruas e praças do Município de União da Vitória/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de União da Vitória / CNPJ nº 75.967.760/0001-71.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 115/2026 - DISBRAPLAC LTDA (CNPJ: 05.168.674/0001-13), item 1, 2 e 3, totalizando o valor global de R$ 37.829,70 (trinta e sete mil e oitocentos e vinte e nove reais e setenta centavos). Data de Assinatura: 02/09/2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 116/2026 - FECO METAL DO BRASIL LTDA (CNPJ: 35.151.798/0001-57), item 4, totalizando o valor global de R$ 32.799,00 (trinta e dois mil e setecentos e noventa e nove reais). Data de Assinatura: 02/09/2026.

Vigência:01 (um) ano.

União da Vitória – PR, 02 de setembro de 2026

ARY CARNEIRO JÚNIOR
Prefeito

Publicado por:
Guilherme Marcelo Otto
Código Identificador:D6353D47

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 452/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido a Senhora **PAOLA CIANE LUBKE GROSSL**, CPF nº 113.874.199-00, da função de **PROFISSIONAL DE APOIO EDUCACIONAL**, Nível Padrão 01, da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 01 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:4401BE80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 453/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Exonera a pedido o Senhor **SANDRO ANTONIO SOTT**, CPF nº 094.509.889-86, da função de **VIGIA**, Nível Padrão 01, da Secretaria Municipal de Trânsito, Vigilância e Fiscalização, a partir de 01 de setembro de 2026.

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 01 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:2AED5ADD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI Nº 5315, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

CRIA O COMITÊ MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR (CMTE) NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou o **PROJETO DE LEI N° 44/2026**, e eu **ARY CARNEIRO JUNIOR**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte;

LEI:

Art. 1º Fica criado o **COMITÊ MUNICIPAL DE TRANSPORTE ESCOLAR (CMTE),** órgão colegiado de acompanhamento e controle social, com a finalidade de assessorar o Poder Executivo Municipal no acompanhamento, na fiscalização e no controle da oferta do serviço de transporte escolar destinado aos alunos da Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, em conformidade com a Lei Estadual nº 11.721/1997 e com a Resolução SEED/PR nº 777/2013, sendo de sua competência:

I - fiscalizar e auxiliar no controle da aplicação dos programas e convênios municipais e estaduais de transporte escolar.

II - propor diretrizes à Secretaria Municipal de Educação visando a atender a demanda dos estudantes inscritos no transporte escolar da rede pública de ensino;

III – colaborar, quando solicitado, na fixação de critérios para o estabelecimento de roteiros, itinerários e horários de circulação do transporte escolar;

IV – participar da fiscalização do funcionamento do Sistema Municipal de Transporte Escolar, zelando pela sua execução, no que concerne a ofertas dos serviços aos alunos atendidos pela rede pública de ensino, observando-se as condições de regularidade dos roteiros estabelecidos, a pontualidade, eficiência, higiene, segurança, lotação, generalidade, comportamento dos condutores dos veículos e suas relações com os alunos;
V – realizar trabalhos de orientação aos motoristas e monitores com noções de bom trato e cordialidade dos mesmos para com os alunos e seus familiares;

VI – sugerir junto às autoridades competentes, de acordo com a legislação vigente, locais de paradas do transporte escolar, de forma que atendam satisfatoriamente a todos os alunos, organizando os percursos, respeitando horários de atendimentos ao início dos turnos escolares;

VII - encaminhar comunicação formal aos setores competentes da administração municipal sobre irregularidades apuradas na execução dos contratos e infrações às normas de trânsito e segurança;

VIII - sugerir diretrizes e orientações de convivência para os estudantes usuários do transporte escolar, observado o princípio da proteção integral à criança e ao adolescente, vedada a imposição de sanções disciplinares que impliquem exclusão sumária ou prejuízo ao acesso e à permanência escolar, cabendo ao Comitê o encaminhamento de intercorrências à direção escolar, aos pais e à rede de proteção;

IX - Apresentar proposições, objetivando aperfeiçoar a legislação do serviço.

X – Acompanhamento dos critérios de elegibilidade definidos em ato próprio.

XI - Acompanhar e fiscalizar a elaboração anual do Plano Municipal de Transporte Escolar.

XII - Orientar a comunidade, os pais e os alunos, dos direitos e deveres do uso do Transporte Escolar;

XIII – Elaborar o seu Regimento Interno.

Parágrafo único. A execução das proposições estabelecidas pelo Comitê Municipal de Transporte Escolar deverá ser comunicada e acompanhada pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º O Comitê Municipal de Transporte Escolar será composto por 1 (um) membro titular e 1 (um) respectivo suplente para cada um dos seguintes órgãos e segmentos:

I - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Educação;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Trânsito;

III - 1 (um) representante do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB);

IV - 1 (um) representante do Conselho Municipal de Educação;

V - 1 (um) representante da categoria dos condutores de veículos escolares;

VI - 1 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA);

VII - 1 (um) representante dos Diretores das escolas da Rede Estadual de Ensino;

VIII - 1 (um) representante dos Diretores das escolas da Rede Municipal de Ensino; e

IX - 1 (um) representante de Pais ou responsáveis por estudantes usuários do transporte escolar.

§ 1º Os representantes dos segmentos previstos nos incisos V, VII, VIII e IX serão indicados por seus respectivos pares, mediante processo público e transparente de escolha a ser regulamentado por Decreto Municipal.

§ 2º O servidor responsável pelo setor de transporte escolar na Secretaria Municipal de Educação integrará o Comitê como representante do órgão, sendo-lhe vedado ocupar o cargo de Presidente e votar matérias atinentes a atos de sua direta responsabilidade de gestão.

§ 3º Os membros titulares e suplentes do Comitê serão formalmente nomeados pelo Prefeito Municipal para mandato de 2 (dois) anos, permitida a
recondução.

Art. 3º O Comitê Municipal de Transporte Escolar terá uma diretoria eleita por seus pares, compondo-se dos seguintes cargos:

I- Presidente;

II- Vice-Presidente;

III- Secretário.

Art. 4º O exercício do mandato de conselheiro será gratuito e constituirá serviço público relevante, pelo período de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por seu segmento, enquanto no desempenho das funções ou cargos nos quais foram nomeados ou indicados.

Art. 5º O Comitê Municipal do Transporte Escolar reunir-se-á bimestralmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros, ou, ainda, pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único. A primeira reunião do Comitê Municipal do Transporte Escolar será convocada pelo Prefeito Municipal, onde organizar-se-á a eleição.

Art. 6º As decisões do Comitê serão tomadas por maioria simples, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 7º O Regimento Interno do Comitê Municipal de Transporte Escolar será elaborado e aprovado por seus membros no prazo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua instalação oficial.

Parágrafo único. As atribuições do Comitê Municipal de Transporte Escolar serão exercidas sem prejuízo das competências constitucionais e legais do CACS-FUNDEB, do Sistema de Controle Interno Municipal, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE/PR), do FNDE, da SEED/PR e do Ministério Público.

Art. 8º A Secretaria Municipal de Educação proporcionará o apoio técnico-administrativo e material para o necessário ao funcionamento do Comitê de Transporte Escolar;

Art. 9º Os membros do Comitê deverão receber capacitação semestral ou anual, conforme a necessidade, visando uma efetiva atuação;

Art. 10. O Comitê Municipal de Transporte Escolar expedirá seus atos mediante Resolução aprovada pela maioria simples de seus membros, limitando-se à sua organização interna e à emissão de relatórios e recomendações institucionais, vedada a criação autônoma de sanções, restrições ou encargos não previstos em lei formal.

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 02 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:BE8D42B4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
LEI Nº 5316, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

Institui a Política Municipal de Alfabetização de União da Vitória - PR, alinhada à Lei Federal nº 15.247/2025 (Compromisso Nacional Criança Alfabetizada) e à Lei Estadual nº 21.323/2022 (Programa Educa Juntos), e dá outras providências.

A Câmara Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, aprovou o **PROJETO DE LEI N° 48/2026**, e eu **ARY CARNEIRO JUNIOR**, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte;

LEI:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de União da Vitória - PMAUV, com a finalidade de assegurar o direito à alfabetização e aprendizagem de estudantes da Rede Municipal de Ensino, em consonância com:
– a Constituição da República Federativa do Brasil;

– a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional);

– a Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014 (Plano Nacional de Educação - PNE);
IV – a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA;
V – a Lei Estadual nº 21.323, de 20 de dezembro de 2022, que dispõe sobre o Programa Educa Juntos no âmbito do Estado do Paraná;
VI – o Plano Estadual de Educação do Paraná; e
VII – o Plano Municipal de Educação de União da Vitória.
Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se alfabetizada a criança capaz de compreender, ler e produzir textos adequados à sua faixa etária, utilizando a leitura e a escrita em diferentes contextos sociais, com progressiva autonomia.
Art. 3º A Política Municipal de Alfabetização tem como foco prioritário:

– a alfabetização das crianças na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental;
– a recomposição das aprendizagens dos estudantes que apresentem defasagens em leitura, escrita e matemática;
– a garantia da equidade educacional;

– a melhoria contínua dos indicadores de aprendizagem.

CAPÍTULO II
DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES

Art. 4º São princípios da Política Municipal de Alfabetização:

– a garantia do direito de aprender;

– a equidade e a inclusão;

– a valorização dos profissionais da educação;

– a gestão democrática;

– a cooperação interfederativa entre Município, Estado e União;

– a utilização de evidências científicas para a tomada de decisões pedagógicas; e

– o monitoramento contínuo dos resultados educacionais.

Art. 5º Constituem diretrizes da Política Municipal de Alfabetização:
– assegurar a alfabetização das crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;

– promover a continuidade das aprendizagens no 3º, 4º e 5º anos;

– fortalecer a transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;

– garantir práticas pedagógicas fundamentadas em evidências científicas;
– promover o desenvolvimento da consciência fonológica, fluência leitora, compreensão leitora, produção escrita e letramento matemático;
– ampliar o acesso aos materiais didáticos e literários;

– fortalecer a participação das famílias no processo educativo;

– assegurar ações de busca ativa e acompanhamento da frequência escolar; e

– promover ações específicas para estudantes público-alvo da educação especial.

CAPÍTULO III
DOS OBJETIVOS

Art. 6º São objetivos da Política Municipal de Alfabetização:

– garantir a alfabetização de todas as crianças da Rede Municipal de Ensino;

– elevar os índices de aprendizagem aferidos por avaliações internas e externas;
– reduzir desigualdades educacionais entre escolas, turmas e grupos de estudantes;

– fortalecer o regime de colaboração entre Município, Estado e União;

– instituir mecanismos permanentes de formação continuada dos profissionais da educação;
– implementar processos de avaliação diagnóstica e monitoramento da aprendizagem;
– promover a recomposição das aprendizagens dos estudantes com defasagens educacionais;
– fortalecer a cultura de acompanhamento pedagógico e uso de dados educacionais.

CAPÍTULO IV
DOS EIXOS ESTRATÉGICOS
Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização será desenvolvida por meio dos seguintes eixos estratégicos:
– Gestão e Governança da Alfabetização

planejamento estratégico das ações;

definição de metas anuais;

monitoramento sistemático dos indicadores;

fortalecimento do regime de colaboração.

– Formação de Professores e Gestores

formação continuada para docentes da Educação Infantil e dos Anos Iniciais;

formação para equipes gestoras e pedagógicas;

acompanhamento pedagógico das práticas de alfabetização.

– Avaliação e Monitoramento

aplicação de avaliações diagnósticas;

acompanhamento periódico dos resultados;

utilização de indicadores para tomada de decisões pedagógicas;

alinhamento aos instrumentos do CNCA e do Programa Educa Juntos Paraná.

– Recomposição das Aprendizagens

identificação dos estudantes com dificuldades de aprendizagem;

elaboração de planos de intervenção pedagógica;

atendimento complementar para recuperação das aprendizagens.

– Material Didático e Literatura

ampliação dos acervos literários;
disponibilização de materiais pedagógicos adequados;

incentivo à leitura em ambiente escolar e familiar.

– Participação da Família e da Comunidade

fortalecimento da parceria escola-família;

promoção de campanhas de incentivo à leitura;

desenvolvimento de projetos comunitários de alfabetização.

CAPÍTULO V
DAS METAS MUNICIPAIS

Art. 8º Constituem metas da Política Municipal de Alfabetização:

– alcançar e manter índices de alfabetização compatíveis com as metas estabelecidas pelo Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
– elevar progressivamente os resultados da Rede Municipal nas avaliações estaduais e nacionais;
– reduzir anualmente os percentuais de estudantes com desempenho insuficiente; e
– assegurar que todas as unidades escolares implementem ações de acompanhamento e intervenção pedagógica.
Parágrafo único. As metas, estratégias e ações da Política Municipal de Alfabetização serão implementadas em consonância com as metas e estratégias previstas no Plano Municipal de Educação de União da Vitória, observadas as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada (CNCA), do Programa Educa Juntos Paraná e dos demais instrumentos de planejamento e gestão da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser detalhadas em planos de ação, programas e projetos específicos, conforme as necessidades da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VI
DA GOVERNANÇA E IMPLEMENTAÇÃO

Art. 9º A Secretaria Municipal de Educação será responsável pela coordenação, execução, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.
Art. 10. Fica instituído o Comitê Municipal de Alfabetização, de caráter consultivo e técnico, composto por representantes:
– da Secretaria Municipal de Educação;

– das equipes gestoras escolares;

– dos professores da Educação Infantil;

– dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;

– do Conselho Municipal de Educação; e

– de outros órgãos e instituições convidados, quando sua participação for pertinente.

§ 1º A composição e o funcionamento do Comitê serão regulamentados por ato do Poder Executivo.
§ 2º O Comitê acompanhará a implementação da política e apresentará recomendações para seu aperfeiçoamento.
§ 3º A participação no Comitê será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

CAPÍTULO VII
DO MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO
Art. 11. O monitoramento da Política Municipal de Alfabetização será realizada por meio de:
– avaliações diagnósticas periódicas;

– indicadores de frequência escolar;

– indicadores de aprendizagem;

– resultados das avaliações estaduais e nacionais; e

– relatórios anuais elaborados pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 12. A Secretaria Municipal de Educação publicará anualmente relatório técnico de monitoramento das ações desenvolvidas e cumprimento das metas, visando dar transparência e subsidiar ajustes na gestão pedagógica da rede pública de ensino.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. O Poder Executivo poderá firmar instrumentos de cooperação técnica, convênios, termos de coolaboração, termos de fomento e parcerias com órgãos públicos, instituições de ensino superior e organismos nacionais e internacionais para a consecuçao dos objetivos desta Lei.
Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 15. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo de até 90 (noventa) dias após sua publicação.
Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 02 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:3CA9901B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 633/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 66/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO: nº 95/2026
PROCEDIMENTO: Inexigibilidade de Licitação nº 30/2026 (Adesão à Ata de Registro de Preços nº 003/2026 – Pregão Eletrônico nº 001/2026 do Consórcio Intermunicipal de Saúde AMERIOS – CISA/12ª R.S.)
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 (art. 74, *caput*, e art. 86)
CONTRATANTE: Município de União da Vitória/PR – CNPJ nº 75.967.760/0001-71
CONTRATADA: Rodo Oeste Veículos e Peças Ltda. – CNPJ nº 20.290.311/0001-40

OBJETO: Aquisição de 01 (um) veículo tipo ônibus rodoviário, zero km, com capacidade mínima de 42 passageiros mais motorista, com poltronas individuais e recliináveis, destinado ao transporte sanitário de passageiros, conforme especificações do Termo de Referência e da Ata de Registro de Preços nº 003/2026 do CISA/AMERIOS.
VALOR TOTAL: R$ 853.900,00 (oitocentos e cinquenta e três mil e novecentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08.001.10.301.0024.2071.4.4.90.52.00 – Fonte 00500 (Manutenção da Atenção Básica).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: Até 120 (cento e vinte) dias a contar do recebimento da Autorização de Fornecimento.
DATA DE ASSINATURA: 31 de agosto de 2026.
SIGNATÁRIOS:
Pelo Contratante: Ary Carneiro Junior – Prefeito Municipal
Pela Contratada: Fernando Leonel Moreira – Representante Legal
GESTÃO E FISCALIZAÇÃO:
Gestora: **Sonia Regina Guzzoni Drozda (Secretária Municipal de Saúde)**
Fiscal Titular: **Francisco Daniel Silva (Matrícula nº 991505887)**
Fiscal Substituto: **Mario Kilarovski (Matrícula nº 991506982)**

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 01 de setembro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:F128CEEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 635/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º **Lotar** o(s) seguinte(s) Servidor(es) Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	LOCAL LOTAÇÃO	CARGO	A PARTIR DE:
JANETE APARECIDA SILVA ANDRADE SCHEID	991507056	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE	TECNICA ADMINISTRATIVA	02/09/2026

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 01 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:453CF8EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 639/2026

CONVOCA CANDIDATAS APROVADAS NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica(m) convocado(s) CANDIDATO(S) APROVADO(S) para os cargos abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2025, e conforme PORTARIAS nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 04 A 11 DE SETEMBRO DE 2026, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

11º Chamada
Cargo: MERENDEIRA

Colocação	Candidato(a)
43º	ESTER GONÇALVES
44º	ANA PAULA RODRIGUES RIBEIRO

Conforme Edital 001/2025, Item 13.15 – **não assumindo a vaga e não havendo o requerimento citado no item 13.14 o candidato será eliminado do concurso público**

Documentação Necessária
01 foto 3X4
Carteira de Trabalho
Fotocópias
Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
Em caso de PPP e PCD – trazer o Laudo anexado na inscrição do Concurso Público.
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 02 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:13287EEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 641/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 115/2026
FORNECEDOR:DISBRAPLAC LTDA

CNPJ: 05.168.674/0001-13
ITENS: 1, 2 e 3.
Valor total estimado da Ata:R$ 37.829,70 (trinta e sete mil e oitocentos e vinte e nove reais e setenta centavos);
Vigência: de 02/09/2026 a 02/09/2027
Data da assinatura: 02 de setembro de 2026.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 116/2026
FORNECEDOR:FECO METAL DO BRASIL LTDA
CNPJ: 35.151.798/0001-57
ITENS: 4.
Valor total estimado da Ata:R$ 32.799,00 (trinta e dois mil e setecentos e noventa e nove reais);
Vigência: de 02/09/2026 a 02/09/2027
Data da assinatura: 02 de setembro de 2026.

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de abrigos de passageiros, bancos e lixeiras para instalação nas ruas e praças do Município de União da Vitória/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

GESTOR: ARTY COELHO DE SOUZA FLECK - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E URBANISMO.

FISCAIS E FISCAIS SUBSTITUTOS
Fiscal: Fernando José Silva Bauermeister - Matrícula: 991505264
Fiscal Substituto: Luis Fernando Strobino Filho - Matrícula: 991505906.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 02 de setembro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:77FF47AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 642/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º **CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES**, aos seguintes Servidores Públicos Municipais:

NOME	MATRÍCULA	PERÍODO AQUISITIVO	CARGO	PERÍODO DE FÉRIAS
EDUARDO SODRÉ GUERIN	991506329	2025/2026	SUPERVISOR DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO SOCIAL	16/09/2026 A 25/09/2026
ELIANE APARECIDA VELOSO AQUINO	1512635	2024/2025	SERVENTE	17/08/2026 A 26/08/2026
FELIPE DE CAIRES SCHULUGA	991504999	2024/2025	ADVOGADO	24/08/2026 A 04/09/2026
JOÃO DANIEL DE SOUZA	1243201	2024/2025	AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	17/08/2026 A 26/08/2026
MARIANA KAUVA MUNHOZ	991505710	2024/2025	ENGENHEIRO CIVIL	26/08/2026 A 04/09/2026
SHEILA CONCEIÇÃO RODRIGUES DA SILVA	991505190	2025/2026	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	08/09/2026 A 27/09/2026

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 580/2026.

Art. 3º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 02 de setembro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:F5B6F408

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 643/2026

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI, Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar Servidor(es) abaixo, para atuar como **FISCAL DE CONTRATO**:

Referente: Pregão Eletrônico n° 29/2026 - Processo Administrativo nº 71/2026
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para produção e fornecimento de materiais gráficos e de comunicação visual, conforme as demandas das Secretarias Municipais de União da Vitória/PR, de acordo com as condições, quantidades e exigências estabelecidas no edital e seus anexos.
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de União da Vitória / CNPJ nº 75.967.760/0001-71.
CONTRATADOS:
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 110/2026 - G.E - FORNECIMENTOS LTDA, CNPJ Nº 62.878.636/0001-98.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2026 - 45.166.656 CRISTINA PEREIRA COSTA ROMAO, CNPJ Nº 45.166.656/0001-17.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2026 - GUERRA COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 58.600.411/0001-06.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 113/2026 - CROMOS EDITORA E INDUSTRIA GRAFICA LTDA, CNPJ Nº 82.581.406/0001-70.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 114/2026 - SOLIS COMERCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DEPAPELARIA LTDA, CNPJ Nº 57.733.822/0001-07.
DATA DA HOMOLOGAÇÃO: 01/09/2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, 01/09/2026 à 01/09/2027
Secretaria Municipal de Administração:
Gestor: Aloisio Francisco Salvatti - Secretário Municipal de Administração.
Fiscal: Pablo Leonardo Ribas – Matrícula Funcional nº 991505830.
Fiscal Substituto: Meriellen Lusa Krug Jakobi – Matrícula Funcional nº 991505829.
Secretaria Municipal de Meio Ambiente:
Gestor: Nei Antônio Kukla - Secretário Municipal de Meio Ambiente.
Fiscal: Alessandra Ritzmann Dalpra – Matrícula Funcional nº 991505187.
Fiscal Substituto: Ariel da Costa Canena – Matrícula Funcional nº 991506808.

Art. 2º Registre-se, Cumpra-se.

União da Vitória, 02 de setembro de 2026.

ALOISIO FRANCISCO SALVATTI
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:C04E80CD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 647/2026

CONVOCA CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO EDITAL 001/2025.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições.

RESOLVE:

Art. 1º Fica(m) convocado(s) CANDIDATO(S) APROVADO(S) para os cargos abaixo relacionados, referentes ao Edital 001/2025, e conforme PORTARIAS nº 96/2026, 97/2026 e 98/2026, no CONCURSO PÚBLICO, POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, para comparecerem na Divisão de Recursos Humanos desta Prefeitura, sito à Rua Dr. Cruz Machado nº 205, 4º andar, impreterivelmente NO PERÍODO DOS DIAS 04 A 11 DE SETEMBRO DE 2026, no horário das 13:00 às 17:00 horas, para entrega de documentação e recebimento dos exames médicos, as pessoas abaixo identificadas:

12º Chamada
Cargo: VIGIA

Colocação	Candidato(a)
14º	JULIO CEZAR BAIRROS

Conforme Edital 001/2025, Item 13.15 – **não assumindo a vaga e não havendo o requerimento citado no item 13.14 o candidato será eliminado do concurso público**

Documentação Necessária
01 foto 3X4
Carteira de Trabalho
Fotocópias
Certidão De Nascimento ou Casamento ou União Estável
Certidão De Nascimento e CPF doas Filhos Até 21 Anos
Declaração Dos Dependentes Para Imposto De Renda
Título De Eleitor E Comprovante De Voto Na Última Eleição
RG E CPF
Documento Militar - Masculino
Comprovante De Residência atualizado
Extrato De Pis
Declaração De Imposto De Renda Ou Declaração De Bens
Comprovante De Escolaridade e da formação exigida ao cargo – cópia autenticada
Certidão de antecedentes criminais
Cópia do Registro ativo no Conselho de Classe do Paraná, quando for o caso
Em caso de PPP e PCD – trazer o Laudo anexado na inscrição do Concurso Público.
No momento da entrega dos documentos solicitados o candidato receberá a relação dos exames admissionais.

Art. 2º O não comparecimento dos candidatos convocados por esta Portaria nos dias acima citados, impedirá a formalização do ato de posse, resultando na imediata renúncia da vaga existente, conforme Edital.

Art. 3º Deverão os candidatos assumirem a vaga no dia e data a ser definida pelo Município de União da Vitória.

Art. 4º Entra esta Portaria em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 02 de setembro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:36E14783

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA AMBIENTAL PRÉVIA

O Município de União da Vitória, inscrito no CNPJ sob nº 75.967.760/0001-71, torna público que requereu ao Instituto Água e Terra – IAT a Licença Ambiental de Instalação (LI) para a implantação de Conjunto Habitacional de Interesse Social, localizado na Rua Antônio Paulo Perizollo, s/n, Bairro São Gabriel, no Município de União da Vitória, Estado do Paraná.

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:1E1D7593

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
AVISO PE 382026

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICIPIO DE VITORINO, ESTADO DO PARANÁ, torna público a realização às 09:00 horas do dia 17/09/2026, realização pela BLL, LICITAÇÃO na modalidade PREGÃO ELETRONICO, tipo de Licitação MENOR PREÇO POR ITEM sob o n.º 038/2026, objetivando AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS, JOGOS PEDAGÓGICOS, PARA UTILIZAÇÃO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER.

O edital poderá ser obtido junto à **PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO**, a partir do dia 02/09/2026 e informações pelo telefone (46) 3227-1222, também pelos e_mail: licita@vitorino.pr.gov.br e compras2@vitorino.pr.gov.br , site do município, www.vitorino.pr.gov.br, bllcompras.com .
Vitorino, 02/09/2026

Pregoeiro Oficial do Município

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:62F87479

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 416, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 416, de 02 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Luiz Carlos de Lima – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 288/2026, protocolo n. º 7259/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 01 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa BEP-6F75.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 02 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:EFA117C8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 417, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 417, de 02 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Elizandro de Borba do Nascimento – Motorista, conforme requerimentos de diárias n. º 291/2026, protocolo n. º 7260/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Foz do Iguaçu/PR, no dia 01 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 02 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:6F247E10

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 418, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 418, de 02 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Rodrigo Gularte Dezan – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 292/2026, protocolo n.º 7261/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Cascavel/PR, no dia 01 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J43.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 02 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:9A842958

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 419, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 419, de 02 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Delmir Carlos Bueno – Motorista, conforme requerimento de diária n. º 294/2026, protocolo n. º 7280/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guaraniaçu/PR, no dia 02 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J44.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 02 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:764B1857

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 420, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 420, de 02 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para os servidores Helio Moraes Rodrigues – Motorista e Alexandra dos Santos Piran - Técnica em Enfermagem II, conforme requerimentos de diárias n. º 295/2026 e 296/2026, protocolo n. º 7281/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Nova Aurora/PR e Cascavel/PR, no dia 02 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa RHJ-8F74.

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 02 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:92A409D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA 421, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Portaria 421, de 02 de setembro de 2026

Marciano Vottri, Prefeito de Vitorino, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

Resolve:

I – Autorizar o pagamento de 01 (uma) diária para o servidor Lindones Miranda Machado – Motorista, conforme requerimento de diária nº 297/2026, protocolo n. º 7282/2026, para o transporte de paciente do SUS, de Vitorino/PR até Guarapuava/PR, no dia 02 de setembro de 2026, utilizando o veículo oficial placa TBY-7J43;

II – Revogadas as disposições em contrário, esta portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Gabinete do Prefeito de Vitorino, em 02 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Andressa Lopes Guedin
Código Identificador:90BA89FC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
DECRETO SUPLEMENTAR Nº 274 DE 2 DE SETEMBRO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais que lhes confere os incisos I, II, III e IV do Artigo 4° da Lei Municipal n° 4.187/2025, de 17/12/2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 619.586,61(seiscentos e dezenove mil quinhentos e oitenta e seis reais e sessenta e um centavos), no Orçamento Geral do Município conforme Lei nº 4.187/2025, de 17/12/2025 na classificação funcional programática abaixo:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
05.01.26.782.0014.2.009.3.3.90.30 (131)	504	200.000,00
05.01.26.782.0014.2.009.3.3.90.39 (138)	504	100.000,00
05.01.26.782.0014.1.005.4.4.90.52 (2972)	580	154.200,00
06.03.12.365.0003.2.028.3.3.90.39 (3017)	102	10.000,00
06.05.27.812.0022.1.020.4.4.90.51 (3012)	5644	107.783,08
06.05.27.812.0022.1.019.4.4.90.52 (2745)	642	885,67
06.05.27.812.0022.2.032.3.3.90.40 (326)	000	1.204,81
08.02.08.244.0008.2.046.3.3.90.32 (458)	000	12.500,00
08.02.08.245.0008.1.035.4.4.90.52 (2945)	5699	6.999,00
08.02.08.245.0008.2.045.3.3.90.39 (2459)	564	21.014,05
09.01.23.691.0015.2.053.3.3.90.39 (3004)	5000	5.000,00
TOTAL		**619.586,61**

Art. 2º - Os recursos para fazer face às despesas decorrentes da abertura dos créditos serão utilizados conforme demonstrado abaixo:

I – Anulação de dotação:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
06.02.12.306.0006.2.021.3.3.90.30 (167)	504	300.000,00
06.03.12.361.0003.2.026.3.1.90.04 (238)	102	10.000,00
06.05.27.812.0022.2.032.3.3.90.14 (316)	000	1.204,81
08.02.08.245.0008.2.043.3.3.90.30 (468)	564	21.014,05
08.04.08.241.0010.1.027.4.4.90.51 (520)	000	12.500,00
TOTAL		**344.718,86**

II – Superávit financeiro - Rec. Livres

NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
Recursos Livres	5000	5.000,00
TOTAL		**5.000,00**

II – Superávit financeiro - Rec. Vinculado:

NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
Recursos Vinculados a Fundos	5644	107.783,08
	5699	6.999,00
TOTAL		**114.782,08**

IV – Excesso de arrecadação – Rec. Vinculados:

RUBRICA ORÇAMENTARIA	FONTE	VALOR
1.3.2.1.01.1.1.01.40.00 (218)	642	885,67
2.1.1.9.99.0.1.02.00.00 (183)	580	154.200,00
TOTAL		**155.085,67**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho, PR, 2 de setembro de 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rodrigo Jazynski
Código Identificador:79E9D988

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA CONTRATATUAL Nº 70/2026 – ID 2894

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.

CONTRATADA: 58.552135 CLAUDICEIA HENRIQUE DE SOUZA DEL ANTONI

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento futuros e eventuais de materiais esportivos destinados às atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme anexo I, partes integrantes deste processo administrativo.

VALOR TOTAL: R$ 5.795,88 (cinco mil, setecentos e noventa e cinco mil e oitenta e oito centavos)

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QNT	VL. UNIT.	VL. TOTAL
2	Coletes para treinamento confeccionados em tecido Dry-Fit.	Und	drybasic dry	45	R$ 16,80	R$ 756,00
9	Jogo de Dominó Profissional com 28 peças. Em osso, de 8mm, pedras grandes com maleta, com trave de segurança portátil.	Und	Milenio MD	12	R$ 59,99	R$ 719,88
18	Step de ginástica, plataforma confeccionada em material plástico de alta resistência; superfície antiderrapante para maior segurança durante o uso; pés com base emborrachada ou antiderrapante; altura ajustável ou fixa entre10 cm e 20 cm; dimensões aproximadas 60 cm a 90 cm de comprimento a 35 cm de largura; capacidade mínima de suporte de 120 kg; material resistente ao uso continuo e de fácil higienização; produto de qualidade.	Und	fitines eva	30	R$ 144,00	R$ 4.320,00

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
R: 439 - 06.004.08.241.0008.2.089.4.4.90.52.00.00 - Fonte 3900

PRAZO DE EXECUÇÃO: Início em 02/092026 – Término em 02/09/2027.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Início em 02/09/2026 – Término em 02/09/2027.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações.

FÓRUM: Comarca de Barbosa Ferraz – Pr.

Paço Municipal, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:2CF42C01

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA CONTRATATUAL Nº 71/2026 - ID 2895

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.

CONTRATADA: RAYANE MODAS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento futuros e eventuais de materiais esportivos destinados às atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme anexo I, partes integrantes deste processo administrativo.

VALOR TOTAL: R$ 7.180,00 (sete mil, cento e oitenta reais).

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QNT	VL. UNIT.	VL. TOTAL
11	Faixa elástica para exercícios. Confeccionada em látex natural ou material elástico de alta resistência; comprimento mínimo de 1,20 metros; largura mínima de 10 cm; resiliência leve, media ou forte; identificada por cores material lavável e de fácil higienização, não toxico e seguro para atividades físicas; indicada para exercícios de fortalecimento muscular, alongamento, mobilidade e reabilitação.	Und	ALEGRIA	30	R$ 22,00	R$ 660,00
12	Halteres leves (1 kg a 5 kg); fabricado em ferro fundido; aço ou material resistente; revestido em PVC, vinil ou Neoprene; formato anatômico para melhor empunhadura; resistente de fácil higienização; atóxico e seguro para uso coletivo; produto durável e adequado para atividades e terapêutica; cor variada conforme peso e fabricante.	Und	EVOLUTIONS	30	R$ 30,00	R$ 900,00
13	Bastões para exercícios. Confeccionado em PVC; madeira, fibra ou material resistente de alta durabilidade; superfície lisa e acabamento seguro, sem rebarbas ou pontas cortantes; comprimento aproximadamente entre 1,00 m e 1,20 m; diâmetro compatível para fácil manuseio; leve, resistente e de fácil higienização; indicado para atividades físicas, recreativas e terapêuticas; cor variada conforme fabricante.	Und	ONE LIFE SPORTS	30	R$ 28,00	R$ 840,00
15	Mini cones, material em PVC; polietileno ou similar; altura aproximada de 20 cm ou 25 cm; base quadrada ou circular estável; cores variadas e de alta visibilidade; resistente ao uso interno e externo; produto atóxico e durável.	Und	PENALTY	30	R$ 10,00	R$ 300,00
16	Escada de agilidade, comprimento mínimo de 4 metros; largura aproximada de 40 cm a 50 cm; mínimo de 08 degrau reguláveis; degraus em PVC resistente; fitas laterais em nylon reforçado; fácil montagem, transporte e armazenamento; material resistente ao uso continuo.	Und	ALMIRON SPORTS	15	R$ 50,00	R$ 750,00
21	Jogo de taco (bets). Conjunto completo de jogo de taco(bets); 02 tacos, 02 bolas,02 ase/casinha.	Und	TOY TRADE	4	R$ 50,00	R$ 200,00
23	Jogo tipo Jenga; (torre de equilíbrio); composto por no mínimo, 54 blocos. Confeccionado em MDF ou madeira similar de alta resistência; peças com acabamento liso, sem bordas cortantes; acompanhado de embalagem ou estojo para armazenamento e transporte	Und	JOTT PLAY	12	R$ 90,00	R$ 1.080,00
24	Trave de gol, estrutura confeccionada em aço galvanizado, alumínio ou material de resistência equivalente; pintura anticorrosiva ou acabamento resistente as intempéries; acompanhado de rede; estrutura firme, estável e de segurança; antos e acabamentos sem rebarbas; resistente a exposição do sol e chuva. Altura e comprimento 6 cm x 63 cm	Und	BRINQ KIDS	6	R$ 200,00	R$ 1.200,00
25	Bambolê confeccionado em plástico; resistente (PVC); estrutura leve, flexível e durável; diâmetro entre 60 cm e 90 cm; cores vibrantes.	Und	BAMBOLE	50	R$ 9,00	R$ 450,00

26	Kit cabo de guerra; composto por cordaconfeccionada em sisal, polipropileno; nylon ou material de resistência equivalente.	Und	EMPORIO SISU	4	R$ 200,00	R$ 800,00

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
R: 439 - 06.004.08.241.0008.2.089.4.4.90.52.00.00 - Fonte 3900

PRAZO DE EXECUÇÃO: Início em 02/09/2026 – Término em 02/09/2027.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Início em 02/09/2026 – Término em 02/09/2027.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações.

FÓRUM: Comarca de Barbosa Ferraz – Pr.

Paço Municipal, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:4A86C407

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA CONTRATATUAL Nº 72/2026 - ID 2896

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 59/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL.

CONTRATADA: SUPREMA PLUS SUPERMERCADO

OBJETO: Contratação de empresa para o fornecimento futuros e eventuais de materiais esportivos destinados às atividades desenvolvidas pelo Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), em atendimento à Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme anexo I, partes integrantes deste processo administrativo.

VALOR TOTAL: R$ 25.469,60 (vinte e cinco mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e sessenta centavos)

LOTE	DESCRIÇÃO	UND	MARCA	QNT	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	Bola de Futsal Oficial Peso 400 a 440 g; circunferência 62 a 64 cm; 8 gomos; laminado PU; construção Termotec; câmara 6D; sistema de forro Termofixo; camada interna Neogeo; processo extra dupla colagem; miolo cápsula SIS; selo CBFS.	Und	penaltt	10	R$ 168,00	R$ 1.680,00
3	Bola de Voleibol Oficial Peso 260 a 280 g; circunferência 65 a 67 cm; laminado microfibra; 18 gomos; camada interna neotec, construção termotec, câmara 6D, miolo capsula SIS, selo da FIVB	Und	penalty	12	R$ 322,00	R$ 3.864,00
4	Bola de Futebol de Campo Oficial Peso 410 a 450 g; circunferência 68 a 70 cm; 14 gomos, laminado PU; construção termotec, câmara 6D, sistema de forro termofixo, camada interna neogeo, processo extra dupla colagem, miolo cápsula SIS.	Und	penalty	12	R$ 227,00	R$ 2.724,00
5	Bolsa para transporte de uniformes/fardamentos (90 x 40 x 30 cm).	Und	starlux	6	R$ 99,00	R$ 594,00
6	Mesa Oficial de Tênis de Mesa em MDF 18 mm, trampa em primer azul com secagem UV e linhas demarcatórias brancas, pé de madeira maciça dobráveis.	Und	dodo	2	R$ 2.099,00	R$ 4.198,00
7	Kit de Tênis de Mesa contendo 02 raquetes. composição: lâmina madeira no mínimo 5folhas. Revestimento: borracha lisa de 1,5 mm de espessura em ambos os lados, seno uma face preta e outra vermelha. Cabo: confortável e ergonômico, podendo ser do tipo côncavo ou anatômico. Dimensões: aproximadamente 25,5 cm de comprimento por 15 de largura. Peso: aproximadamente (por raquete) 166 gramas.	Und	ss sport	2	R$ 69,00	R$ 138,00
8	Rede completa para Tênis de Mesa com suportes. Rede retrátil ajustável tênis de mesa universal 1,70m, abertura e encaixe em mesas com espessuras até 5 cm.	Und	DRIBLE	2	R$ 77,00	R$ 154,00
10	Colchonete para atividades físicas. Espuma de poliuretano, densidade D20 ou superior; revestimento em napa ou courvin impermeável; material lavável e resistente, costura reforçada; cor variada ou conforme necessidade da secretaria; medidas aproximadas de 100 cm x 60 cm x 4 cm; produto atóxico, antialérgico e de fácil transporte.	Und	MEGAGYN	30	R$ 69,00	R$ 2.070,00
14	Bola de Pilates. Fabricada em PVC ou material similar de alta resistência; sistema antiestouro (anti-burst); superfície antiderrapante; diâmetro entre 55cm e 75 cm, conforme a necessidade; capacidade mínima de suporte de 150 klos; acompanhado de bomba para enchimento ou compatível com infladores convencionais; material atóxico, resistente e de fácil higienização; cor variada conforme fabricante.	Und	MAXBOOTS	30	R$ 74,00	R$ 2.220,00
17	Corda naval leve; confeccionada em polietileno, poliéster ou material sintético de alta resistência; comprimento mínimo de 5 metros; diâmetro aproximadamente de 25mm e 38mm; extremidades com acabamento em material emborrachado ou revestimento protetor para melhor empunhadura; material resistente ao desgaste ao uso continuo; leve, fexivel e fácil manuseio; indicado para uso interno e externo. Cor preta.	Und	HORSE FIT	30	R$ 119,00	R$ 3.570,00
19	Jogo Cornhole. Brinquedo acerte o alvo; estrutura confeccionada em madeira; MDF reforçado ou material similar de alta durabilidade; superfície lisa e adequada para arremessos; contendo abertura circular para pontuação; acompanhado de 8 bolsas de arremessos, sendo 04 de cada cor; bolas confeccionadas em tecidos resistentes; preenchidas com material apropriado para arremessos; produto portátil e de fácil montagem e transporte.	Und	STARLUX	6	R$ 349,00	R$ 2.094,00
20	Rede para voleibol, confeccionada em fio de polietileno (PE); malha com dimensões aproximadamente de 10 cm x 10 cm; comprimento mínimo de 9,50 metros e altura mínima de 1,00 metros; faixa superior confeccionadas em lona sintética ou PVC reforçado, com largura mínima de 5 cm; possuir corda ou cabo aço revestido para fixação e tensionamento; material resistente ação de raio UV; cor predominante branca.	Und	PENALTY	4	R$ 399,90	R$ 1.599,60
22	Jogo da memória; 24 pares de peças (48 peças); confeccionado em MDF; com ilustrações colorias e fácil identificação; material atóxico e adequado ao publico infantil	Und	STARLUX	12	R$ 47,00	R$ 564,00

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
R: 439 - 06.004.08.241.0008.2.089.4.4.90.52.00.00 - Fonte 3900

PRAZO DE EXECUÇÃO: Início em 02/09/2026 – Término em 02/09/2027.

PRAZO DE VIGÊNCIA: Início em 02/09/2026 – Término em 02/09/2027.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações.

FÓRUM: Comarca de Barbosa Ferraz – Pr.

Paço Municipal, 02 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:666ADDF5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 73-2024 - INEXIGIBILIDADE Nº 18-2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CGC/MF nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, CEP: 86970-000, representado por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: EDITORA FTD S A**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 61.186.490/0009-04, com sede na Rua João Negrão, nº 2720, bairro Prado Velho, cep.: 80.230-150, Curitiba – Pr, neste ato representada pelo senhor **ADILSON JOSÉ JANOVSKI**, brasileiro, solteiro, diretor vice-presidente, situado na Rua Rui Barbosa, nº 156, Bela Vista, cep.: 01.326-010, São Paulo - Sp, portador da cédula da Carteira Nacional de Habilitação nº 03574458694/DETRAN/PR e CPF nº 023.819.689-54.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO ACRÉSCIMO – Fica acordado entre as partes um acréscimo de 25% no contrato, com base no art. 125 da Lei n. 14.133/2021.

Item	Descrição	Quantidade Contratada	Acréscimo de 25%	Vlr. Unt.
1	Educação Infantil 4º Ano Sistema de Ensino 4 Módulos	50	12	R$ 360,49
2	Educação Infantil 5º Ano Sistema de Ensino 4 Módulos	46	12	R$ 360,49
3	Educação Fundamental Iniciais 1º Ano Sistema de Ensino 4 Módulos	64	16	R$ 471,25
4	Educação Fundamental Iniciais 2º Ano Sistema de Ensino 4 Módulos	52	13	R$ 471,25
5	Educação Fundamental Iniciais 3º Ano Sistema de Ensino 4 Módulos	65	16	R$ 471,25
6	Educação Fundamental Iniciais 4º Ano Sistema de Ensino 4 Módulos	52	13	R$ 471,25
7	Educação Fundamental Iniciais 5º Ano Sistema de Ensino 4 Módulos	46	12	R$ 471,25
VALOR TOTAL: R$ 41.639,26 (quarenta e um mil, seiscentos e trinta e nove reais e vinte e seis centavos)				

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total do Contrato passa de R$ 365.670,19 (trezentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e setenta reais e dezenove centavos) para R$ 407.309,45 (quatrocentos e sete mil, trezentos e nove reais e quarenta e cinco centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo vigente.
E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 24 de agosto de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

EDITORA FTD S A
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:766F836A

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE ENÉAS MARQUES

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2304

DECRETO N.º 2304/2026

SÚMULA: Abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetua alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Ordinária nº 1608/2026 de 02/09/2026;
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 1.175.970,14 (um milhão cento e setenta e cinco mil, novecentos e setenta reais e quatorze centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	340	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	07117	1.117.159,87
1	Suplementar	191	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	00501	58.810,27
			Total		**1.175.970,14**
Origem de Recursos					
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**		**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4242999012500000000 CONVÊNIO - SECID PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - COMPLEMENTO DIVISOR - PROTOCOLO 24.475.054-0 PRIORIDADE 65		07117	1.117.159,87
Excesso		4221301010100000000 Alienação de Bens Móveis RECURSOS LIVRES		00501	58.810,27
		Total		**1.175.970,14**	
Resumo por Vínculos					
Vínculo		**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**	
501		0,00	0,00	58.810,27	
7117		0,00	0,00	1.117.159,87	
Total		**0,00**	**0,00**	**1.175.970,14**	

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 02 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:C323B8E7

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DECRETO 2305

DECRETO N.º 2305/2026

SÚMULA: Abre CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais, e de conformidade com a Lei Ordinária nº 1609/2026 de 02/09/2026;
DECRETA:
Art. 1º - Abre no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 631.645,44 (seiscentos e trinta e um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	341	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	07118	556.351,88
1	Suplementar	191	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	00501	75.293,56
			Total		**631.645,44**
Origem de Recursos					
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**		**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4242999012600000000 CONVÊNIO - SECID REFORMA CAPELA MORTUÁRIA - PROTOCOLO 24.834.065-7 PRIORIDADE 80		07118	556.351,88
Excesso		4221301010100000000 Alienação de Bens Móveis RECURSOS LIVRES		00501	75.293,56
		Total		**631.645,44**	
Resumo por Vínculos					
Vínculo		**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**	
501		0,00	0,00	75.293,56	
7118		0,00	0,00	556.351,88	
Total		**0,00**	**0,00**	**631.645,44**	

Art. 2º Fica alterado os anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR

Em 02 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:F45DE762

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
DIÁRIAS

Relatório Sintético de Concessão e Pagamento de Diárias Período de 16/08/2026 a 31/08/2026									
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Cascavel	14/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1042
Cidinei Rohling	236446	Veiculo Oficial UBD-0H56	Motorista	Guarapuava	14/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1043
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	16/08/26 a 17/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1044
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Medianeira	17/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1045
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SFN-2I73	Motorista	Itapejara do Oeste	17/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1046
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Cascavel	18/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1047
Cidinei Rohling	236446	Veiculo Oficial UBD-0H56	Motorista	Guarapuava	11/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1054
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SFJ-9C67	Motorista	Curitiba	18/08/26 a 19/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1055
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Cascavel	19/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1056
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	19/08/26 a 20/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1066
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Cascavel	20/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1067
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial SEM-4B02	Motorista	Santa Izabel do Oeste	20/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1068
Jair Vanderlinde	183000	Veiculo Oficial UBM-8D48	Motorista	Guarapuava	20/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1069
Cidinei Rohling	236446	Veiculo Oficial SFJ-9C67	Motorista	Pato Branco	20/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1070
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial UAT-8H45	Motorista	Curitiba	20/08/26 a 21/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1071
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SFJ-9C67	Motorista	Curitiba	20/08/26 a 21/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1072
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Cascavel	21/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1073
Jair Vanderlinde	183000	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Pato Branco	21/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1074
Cidinei Rohling	236446	Veiculo Oficial UBD-0H56	Motorista	Guarapuava	21/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1075
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SFJ-9C67	Motorista	Curitiba	22/08/26 a 23/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1079
Jair Vanderlinde	183000	Veiculo Oficial UBM-8D48	Motorista	Guarapuava	24/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1080
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial UBD-0H56	Motorista	Cascavel	24/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1081
Edson Lupatini	86312-3	Veiculo Oficial TBI-1B86	Prefeito Municipal	Curitiba	24/08/26 a 26/08/26	Soluções de prioridades junto à SECID, visando acompanhar e encaminhar demandas de interesse do Município. Realização de tratativas junto à Assembleia Lêgislativa do Paraná para o encaminhamento de propostas que já se encontram sob análise, bem como para o acompanhamento e articulação de prioridades ainda	2	R$ 1.245,60	1086

						não analisadas.			
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial SEY-8I52	Motorista	Curitiba	24/08/26 a 25/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1087
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Cascavel	25/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1088
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SFJ-9C67	Motorista	Curitiba	25/08/26 a 26/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1093
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Cascavel	26/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1094
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Capanema	26/ago	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1095
Anilto Vanderlinde	26328-0	Veiculo Oficial SEY-8I38	Motorista	Curitiba	26/08/26 a 27/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1096
Jair Vanderlinde	183000	Veiculo Oficial UBM-8D48	Motorista	Guarapuava	26/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1097
Cidinei Rohling	236446	Veiculo Oficial BCC-4902	Motorista	Itapejara do Oeste	26/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1098
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Missal	27/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1099
Edson Lupatini	86312-3	Veiculo Oficial UBM-8D46	Prefeito Municipal	Curitiba	26/08/26 a 28/08/26	Assinatura de Convênio junto à Secretaria de Estado das Cidades - SECID e tratativas na Assembleia Legislativa.	2	R$ 1.245,60	1100
Luiz Carlos Morcelli	25283	Veiculo Oficial UBM-8D46	Diretor de Dpto. De Projetos Tecnico e Institucionais e de Engenharia	Curitiba	26/08/26 a 28/08/26	Acompanhar o Prefeito Municipal em agenda institucional junto à Secretaria de Estado das Cidades - SECID, para ãssinatura de convênio, bem como na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para tratativas de interesse do Município.	2	R$ 1.245,60	1101
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial SEM-4B02	Motorista	Dionisio Cerqueira	27/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1102
Fabiano Sauthier Junior	240265	Veiculo Oficial SFJ-9C67	Motorista	Curitiba	27/08/26 a 28/08/26	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 300,00	1103
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial SEM-4B02	Motorista	Cascavel	28/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1104
Cidinei Rohling	236446	Veiculo Oficial UBM-8D48	Motorista	Guarapuava	28/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1105
Adriano Affonso Marca	240044	Veiculo Oficial TBY-5G21	Motorista	Cascavel	28/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1106
Jair Vanderlinde	183000	Veiculo Oficial UBM-8D48	Motorista	Guarapuava	08/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1110
Jair Vanderlinde	183000	Veiculo Oficial UBM-8D48	Motorista	Guarapuava	07/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1111
Jair Vanderlinde	183000	Veiculo Oficial UBM-8D48	Motorista	Santo Antonio do Sudoeste	10/08/2026	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 50,00	1112
Sidmar Onofre	115045	Veiculo Oficial UAT-8H98	Motorista	Missal	31/ago	Transporte de paciente em tratamento de Saúde	1	R$ 120,00	1113
Saionara Arendt de Freitas	121819-00	Onibus	Psicologa	Curitiba	26/08/26 a 28/08/26	Acolhe Brasil - Acolher é dar Futuro	2	R$ 407,84	1114
Ires Eliana da Silva	106941	Veiculo Oficial RHR-6H16	Coordenadora Pedagogica	Foz do Iguaçu	01/09/26 a 03/09/26	Participação do SEMINARIO EDUCA JUNTOS	1	R$ 849,27	1115
Karla Danielle Berckembrock	105252	Veiculo Oficial RHR-6H16	Coordenadora Pedagogica	Foz do Iguaçu	01/09/26 a 03/09/26	Participação do SEMINARIO EDUCA JUNTOS	1	R$ 849,27	1116
Maikon Andre Parzianello	94919	Veiculo Oficial UBM-8D63	Vice-Prefeito Municipal	Curitiba	30/08/26 a 02/09/26	Articulação e acompanhamento de demandas institucionais junto aos Deputados da Assembleia Legislativa, visando à efetivação de convênios relacionados a prioridades ainda não formalizadas; realização de tratativas junto à Secretaria das Cidades (SECID),	3	R$ 1.188,99	1121

						incluindo despachos com o Secretário das Cidades, Giacobo, para encaminhamento e acompânhamento de convênios; e acompa nhamento, junto à Secretaria dê Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), de projetos em andamento e respectivas providências para sua execução.			

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:EE03044E

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1608

LEI ORDINÁRIA N.º 1608/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 1.175.970,14 (um milhão cento e setenta e cinco mil, novecentos e setenta reais e quatorze centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	340	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	07117	1.117.159,87
1	Suplementar	191	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	00501	58.810,27
			Total		**1.175.970,14**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4242999012500000000 CONVÊNIO - SECID PAVIMENTAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS - COMPLEMENTO DIVISOR - PROTOCOLO 24.475.054-0 PRIORIDADE 65	07117	1.117.159,87
Excesso		4221301010100000000 Alienação de Bens Móveis RECURSOS LIVRES	00501	58.810,27
		Total	**1.175.970,14**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
501	0,00	0,00	58.810,27
7117	0,00	0,00	1.117.159,87
Total	**0,00**	**0,00**	**1.175.970,14**

Art. 2º Fica o Executivo autorizado a efetuar alteração nos anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 02 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:5337B152

DPTO DE PLANEJAMENTO E CONTRATAÇÕES
LEI 1609

LEI ORDINÁRIA N.º 1609/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no Orçamento do Município de Enéas Marques para o exercício de 2026 e efetuar alterações nos Anexos da LDO e PPA exercício 2026 e dá outras providências.

EDSON LUPATINI, Prefeito do Município de Enéas Marques, Estado do Paraná, faz saber que, a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º - Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Anual do Município de Enéas Marques, para o exercício de 2026, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de **R$ 631.645,44 (seiscentos e trinta e um mil, seiscentos e quarenta e cinco reais e quarenta e quatro centavos)** com a seguinte classificação orçamentária:

Crédito Adicional					
Lote	**Tipo**	**Ref.**	**Dotação**	**Vínculo**	**Valor**
1	Suplementar	341	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	07118	556.351,88
1	Suplementar	191	07.002.0015.0451.0070.1013 - INFRAESTRUTURA URBANA.3449051000000000000 - Obras e instalações	00501	75.293,56
			Total		**631.645,44**

Origem de Recursos				
Tipo	**Ref.**	**Dotação/Receita**	**Vínculo**	**Valor**
Excesso		4242999012600000000 CONVÊNIO - SECID REFORMA CAPELA MORTUÁRIA - PROTOCOLO 24.834.065-7 PRIORIDADE 80	07118	556.351,88
Excesso		4221301010100000000 Alienação de Bens Móveis RECURSOS LIVRES	00501	75.293,56
		Total	**631.645,44**	

Resumo por Vínculos			
Vínculo	**Anulação**	**Superavit**	**Excesso**
501	0,00	0,00	75.293,56
7118	0,00	0,00	556.351,88
Total	**0,00**	**0,00**	**631.645,44**

Art. 2º Fica o Executivo autorizado a efetuar alteração nos anexos da LDO e do PPA 2026.
Art. 3º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL PREFEITO HILÁRIO MICHELS
GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ENÉAS MARQUES/PR
Em 02 de setembro de 2026.

EDSON LUPATINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Cataneo
Código Identificador:F0BF189D

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS 003/2026 EDITAL Nº 01/2026 ABERTURA

O **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, por intermédio da **Comissão Especial Organizadora** nomeada pela Portaria Municipal nº 538/2026 **e a Comissão de Avaliação do Processo Seletivo Simplificado**, no uso de suas atribuições legais e regimentais, torna pública a realização de **Processo Seletivo Simplificado (PSS)**, destinado à contratação de pessoal por prazo determinado de **12 (doze) meses**, admitida prorrogação por igual período, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Pública Municipal.
O certame reger-se-á pelas normas constantes no **artigo 37, inciso IX, da Constituição da República Federativa do Brasil**, nas **Leis Municipais nº 722/2014, nº 907/2021, nº 969/2022 e nº 1.029/2023**, na **Lei Federal nº 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro)**, observadas integralmente as disposições estabelecidas neste Edital e em seus respectivos Anexos.
A contratação temporária para funções operacionais e técnicas observa o comando constitucional que autoriza a admissão temporária em situações de interesse público relevante:
Art. 37, inciso IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público; (Vide Emenda constitucional nº 106, de 2020)

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. Da Natureza e Finalidade do Processo Seletivo Simplificado

O presente Processo Seletivo Simplificado visa à seleção e contratação por tempo determinado, sob regime administrativo especial, de profissionais para as funções de **Analista Ambiental**, **Auxiliar de Serviços Gerais – Masculino**, **Farmacêutico**, **Motorista**, **Nutricionista**, **Psicólogo(a)**, **Tratorista** e formação de Cadastro de Reserva para a função de **Técnico em Enfermagem**, a fim de suprir carências funcionais transitórias e assegurar a continuidade dos serviços públicos essenciais prestados pelas Secretarias Municipais.
O certame consistirá exclusivamente em **avaliação curricular de títulos e comprovação de experiência profissional**, com critérios estritamente objetivos, conferindo-se pontuação quantitativa a certificados regulares e tempo de serviço documentalmente comprovado, em conformidade com os princípios da impessoalidade, legalidade, publicidade e eficiência administrativa.

1.2. Da Lotação das Funções

Os profissionais contratados desempenharão suas respectivas atribuições no âmbito da estrutura administrativa do Poder Executivo Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, especificamente junto à **Secretaria Municipal de Ação Social** (Centro de Referência de Assistência Social – CRAS), à **Secretaria Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos**, à **Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente** e à **Secretaria Municipal de Saúde**, conforme a necessidade pública informada pelo respectivo órgão requisitante.

1.3. Dos Meios Oficiais de Divulgação e Publicidade

O inteiro teor deste Edital, suas retificações, as listas de inscritos, os resultados preliminares, as decisões recursais, a classificação definitiva e os atos de convocação serão publicados no **Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Associação dos Municípios do Paraná (AMP)** (endereço: http://www.diariomunicipal.com.br/amp/) e disponibilizados no **Portal Eletrônico Oficial do Município de Nossa Senhora das Graças** (endereço: https://nossasenhoradasgracas.pr.gov.br).
Constitui dever exclusivo e indelegável do candidato acompanhar periodicamente todas as publicações oficiais relativas ao Processo Seletivo Simplificado, não podendo alegar desconhecimento quanto aos prazos, locais, exigências e condições estabelecidas nos atos convocatórios.
A formalização da inscrição implica automática, irretratável e integral aceitação de todas as normas, instruções, prazos e condições fixadas neste Edital.

2. DAS FUNÇÕES, VAGAS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO, REQUISITOS MÍNIMOS E ATRIBUIÇÕES

2.1. Do Quadro Demonstrativo de Funções

O quantitativo de vagas, a carga horária semanal de trabalho, o vencimento mensal e a escolaridade mínima exigida obedecem à tabela discriminada a seguir:

Função	Vagas Ofertadas	Carga Horária Semanal	Vencimento Mensal (R$)	Escolaridade e Requisitos Mínimos Obrigatórios no Ato da Contratação
Analista Ambiental	01	20 Horas	R$ 3.150,00	Diploma de Curso Superior em Engenharia Ambiental ou Engenharias com especialização na área ambiental, registrado no MEC, e regular registro no respectivo Conselho de Classe Profissional (CREA).
Auxiliar de Serviços Gerais – Masculino	01	40 Horas	R$ 1.621,00	Ensino Fundamental Incompleto devidamente comprovado por histórico ou declaração escolar idônea.
Farmacêutico	01	40 Horas	R$ 4.752,95	Diploma de Curso Superior de Graduação em Farmácia, reconhecido pelo MEC, e inscrição ativa no Conselho Regional de Farmácia (CRF).
Motorista	01 + CR	40 Horas	R$ 1.704,12	Ensino Fundamental Completo, Carteira Nacional de Habilitação (CNH) na Categoria "D" ou "E", idade mínima de 21 anos, não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 meses e comprovação de conclusão de Curso Especializado de Condutor de Veículo de Transporte Escolar / Coletivo de Passageiros, nos termos do art. 138 da Lei Federal nº 9.503/1997 e normas do CONTRAN.
Nutricionista	01	20 Horas	R$ 2.215,35	Diploma de Curso Superior de Graduação em Nutrição, reconhecido pelo MEC, e inscrição ativa no Conselho Regional de Nutricionistas (CRN).
Psicólogo(a)	02	20 Horas	R$ 2.726,60	Diploma de Curso Superior de Graduação em Psicologia, reconhecido pelo MEC, e inscrição ativa no Conselho Regional de Psicologia (CRP).
Tratorista	01 + CR	40 Horas	R$ 1.704,12	Ensino Fundamental Incompleto e Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida no mínimo na Categoria "C" (admitidas categorias "D" ou "E").
Técnico em Enfermagem	Cadastro Reserva (CR)	40 Horas	R$ 1.704,12	Certificado de Conclusão de Ensino Médio, Diploma/Certificado de Curso Técnico em Enfermagem reconhecido pelos órgãos educacionais competentes e registro ativo no Conselho Regional de Enfermagem (COREN).

2.2. Da Especificação e Descrição das Atribuições por Função

A função de **Analista Ambiental** compreende o acompanhamento de projetos técnicos e a expedição de pareceres e autorizações pertinentes à arborização municipal; a elaboração de levantamentos de impacto ambiental; a proposição, implantação e monitoramento de políticas públicas de proteção ao meio ambiente; o gerenciamento das ações de destinação e logística de resíduos sólidos; a fiscalização técnica e administrativa de contratos de prestação de serviços ambientais; a realização de vistorias, perícias e auditorias; a promoção de ações e palestras de educação ambiental; a instrução e tramitação de processos de licenciamento ambiental e demais atividades compatíveis com a especialidade.

A função de **Auxiliar de Serviços Gerais – Masculino** abrange a execução de serviços operacionais de limpeza, conservação e manutenção predial das instalações públicas; serviços de preparo de solo, adubação, plantio de mudas, arborização e poda; auxílio no recolhimento, triagem e destinação de entulhos; realização de pequenos reparos elétricos, hidráulicos, pinturas, alvenaria e reparos em mobiliários públicos; vigilância e ronda nas dependências dos próprios municipais; apoio direto aos operários nas obras públicas, abertura e manutenção de vias públicas, praças, pontes, galerias pluviais, redes de esgoto sanitário e conservação das escolas municipais, conforme redação conferida pela Lei Municipal nº 969/2022.

A função de **Farmacêutico** abrange o controle, estocagem, requisição, guarda e conservação de medicamentos e insumos farmacêuticos em estrita observância aos parâmetros sanitários e padrões físico-químicos; a conferência de validades, lotes e embalagens no ato do recebimento; o suporte ao setor de compras; o estabelecimento de protocolos para dispensação racional de fármacos; a conferência técnica de prescrições médicas e odontológicas; o atendimento e orientação personalizada aos usuários quanto à correta posologia; e a rigorosa escrituração e controle em livros e sistemas informatizados de medicamentos sujeitos a controle especial.

A função de **Motorista** consiste na condução de veículos automotores de pequeno, médio e grande porte destinados ao transporte de servidores, passageiros, estudantes e cargas; na verificação cotidiana e minuciosa das condições de trafegabilidade, freios, pneus, fluidos, sinalização, sistemas elétricos e equipamentos de segurança obrigatórios antes de qualquer circulação; no zelo pelo asseio e manutenção do veículo; na anotação precisa de relatórios de bordo, itinerários e quilometragens; no carregamento e auxílio na distribuição de cargas; e na imediata disponibilidade para operação das rotas municipais, sobretudo as pertinentes à linha de transporte escolar municipal e intermunicipal.

Em consonância com as normas de trânsito vigentes no país, a atuação em transporte escolar demanda qualificação específica obrigatória, conforme expressamente estatuído pelo Código de Trânsito Brasileiro:

Art. 138. O condutor de veículo destinado à condução de escolares deve satisfazer os seguintes requisitos:

I - ter idade superior a vinte e um anos;

II - ser habilitado na categoria D;

IV - não ter cometido mais de uma infração gravíssima nos 12 (doze) últimos meses; (Redação dada pela Lei nº 14.071, de 2020) (Vigência)

V - ser aprovado em curso especializado, nos termos da regulamentação do CONTRAN.

A função de **Nutricionista** compreende a coordenação, planejamento, supervisão e avaliação do Programa de Alimentação Escolar (PAE) no âmbito da Rede Municipal de Ensino; a confecção de cardápios balanceados adaptados a cada faixa etária escolar; a execução de testes de aceitabilidade alimentar; a edição do Manual de Boas Práticas Higiênico-Sanitárias; a formação técnica e continuada para manipuladores de alimentos e merendeiras; o suporte técnico ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE); a supervisão do transporte e armazenamento de gêneros alimentícios; e a atuação conjunta na Atenção Primária à Saúde mediante elaboração de protocolos de vigilância alimentar e promoção de saúde coletiva, conforme a Lei Municipal nº 1.029/2023.

A função de **Psicólogo(a)** engloba a execução de atendimentos clínicos, institucionais e comunitários; o planejamento e execução de intervenções psicossociais junto às famílias atendidas pelos programas da Secretaria de Ação Social e pelo CRAS; a avaliação de necessidades psicológicas e realização de oficinas preventivas; a emissão de pareceres e relatórios técnicos; o suporte às diretrizes educacionais e de gestão de pessoas no âmbito funcional do Município; e a promoção de ações interdisciplinares de saúde mental.

A função de **Tratorista** engloba a operação de tratores de pneus e de esteiras, motoniveladoras, retroescavadeiras, pás-carregadeiras e implementos agrícolas e rodoviários em geral; a abertura, cascalhamento, patrolamento e conservação de estradas rurais e vias urbanas; a execução de terraplenagem e desassoreamento; e a realização diária de manutenções preventivas, checagem de óleos, filtros, graxas e reparos de emergência no maquinário pesado sob sua responsabilidade operacional.

A função de **Técnico em Enfermagem** engloba a realização de procedimentos técnicos de enfermagem sob orientação e supervisão de Enfermeiro ou Médico; a administração de medicamentos prescritos e realização de curativos; a aferição sistemática de dados vitais; o preparo e esterilização de materiais cirúrgicos e odontológicos; a participação em campanhas de imunização, visitas domiciliares e programas de saúde da família; o cumprimento de escalas de trabalho e plantões de atendimento à urgência e emergência municipal; e o controle de estoque de insumos e materiais de enfermagem.

2.3. Dos Direitos, Vedações e Regime Jurídico

A contratação temporária derivada deste certame possui natureza estritamente administrativa, disciplinada pelo regime jurídico especial previsto na legislação municipal e no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal, não gerando vínculo permanente nem direito a anotações em Carteira de Trabalho e Previdência Social como emprego público regido pela Consolidação das Leis do Trabalho.

Os contratados farão jus à percepção da remuneração mensal estipulada no item 2.1 deste Edital, ao gozo de férias proporcionais acrescidas do terço constitucional e à gratificação natalina proporcional ao período de efetiva atuação, aplicando-se sobre a remuneração os descontos legais devidos ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS/INSS) e ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), quando cabíveis.
A Administração Pública Municipal não concederá estabilidade, vantagens incompatíveis com a contratação temporária, promoções, progressões funcionais ou adicionais exclusivos dos servidores públicos efetivos de carreira.
O cumprimento da carga horária semanal respeitará a escala de serviço organizada pela autoridade titular da Secretaria requisitante, podendo abranger jornadas nos períodos matutino, vespertino, noturno ou em regime de plantões de doze horas, em consonância com a necessidade do serviço público.

3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. Dos Prazos, Locais e Procedimentos de Inscrição

As inscrições serão realizadas de forma presencial e gratuita, inexistindo cobrança de taxa de inscrição, no período compreendido entre 10 de setembro de 2026 a 25 de setembro de 2026, no horário das **08h00min às 12h00min** e das **13h00min às 17h00min**, de segunda a sexta-feira, em dias de expediente administrativo regular.
O local de atendimento para entrega de documentação e formalização da inscrição é na Sala do empreendedor localizado na Praça Deputado Nilson Batista Ribas, centro, no horário a partir das 08:00hs á 12:00hs e das 13:00hs á 17:00hs.

O candidato deverá comparecer pessoalmente ou por intermédio de procurador regularmente constituído mediante instrumento de mandato com poderes específicos e firma reconhecida, portando a documentação exigida acondicionada em envelope lacrado e devidamente identificado com o nome do candidato e a função pretendida.
O envelope deverá conter obrigatoriamente a Ficha de Inscrição padronizada (Anexo II), devidamente preenchida e assinada pelo candidato; o *Curriculum Vitae* atualizado; fotocópias legíveis dos documentos pessoais de identificação (Carteira de Identidade com foto, Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, Título de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral, Certificado de Reservista ou Dispensa de Incorporação para candidatos do sexo masculino e comprovante de residência atualizado); e as fotocópias autenticadas em cartório ou conferidas administrativamente perante o original pela Comissão Organizadora dos diplomas, certificados, carteiras profissionais e documentos comprobatórios de tempo de serviço que serão submetidos à pontuação.
Não serão admitidas, sob nenhuma hipótese ou pretexto, inscrições condicionais, provisórias, extemporâneas ou remetidas via correio eletrônico, fac-símile ou correspondência postal.
A veracidade, exatidão e idoneidade de todos os dados e declarações apostas no ato da inscrição constituem responsabilidade penal, civil e administrativa exclusiva do candidato, ensejando a constatação de dados falsos ou divergentes a imediata eliminação do certame e anulação de todos os atos decorrentes, sem prejuízo da apuração das sanções legais.

4. DAS RESERVAS DE VAGAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (PCD)

Em atendimento ao preceito contido no artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal e na legislação de regência, fica assegurado às Pessoas com Deficiência (PcD) o direito de inscrição no presente Processo Seletivo Simplificado para as funções cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência declarada.
Tendo em vista o quantitativo inicial ofertado por função (01 a 02 vagas), a reserva imediata resta inviabilizada no momento da publicação do edital, garantindo-se a convocação prioritária de candidatos com deficiência aprovados na lista especial sempre que o número de convocações sucessivas por função atingir a proporção legal mínima estabelecida em lei.
O candidato que pretender concorrer como Pessoa com Deficiência deverá declarar expressamente essa condição na Ficha de Inscrição e anexar, no envelope de inscrição, laudo médico original ou cópia autenticada, emitido nos últimos 12 (doze) meses anteriores à publicação do edital, atestando a espécie e o grau ou nível da deficiência com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).

5. DA RESERVA DE VAGAS PARA AFRODESCENDENTES

5.1 Conforme determinado pelo artigo 1º da Lei Municipal nº 1076/2024, 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no Processo Seletivo Simplificado – PSS serão reservadas aos afrodescendentes.
5.2 Quando o número de vagas reservadas aos afrodescendentes resultar em fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), arredondar-se-á para o número inteiro superior; quando resultar em fração menor que 0,5 (cinco décimos), arredondar-se-á para o número inteiro inferior.
5.3 Somente haverá reserva imediata de vagas para os candidatos afrodescendentes nos empregos com número de vagas igual ou superior a 3 (três).
5.4 No decorrer da validade do Processo Seletivo Simplificado, caso surja(m) vaga(s) nova(s) para o emprego que o candidato afrodescendente concorreu, o candidato afrodescendente classificado em 1º lugar na lista de vagas reservadas será convocado para ocupar a 3ª vaga aberta. Os demais candidatos classificados como afrodescendente serão convocados para ocupar a 8ª, a 13ª e a 18ª vagas e, assim sucessivamente, observada a ordem de classificação e o número máximo de aprovados.
5.5 Para concorrer às vagas reservadas, o candidato deverá, no momento do preenchimento do Formulário Inscrição presencialmente, se declarar como de cor preta ou parda e como pertencendo à etnia negra ou parda no campo específico de "etnia", e no campo (se deseja como concorrer como afro) marcar que "sim", e se enquadrar nos quesitos de cor ou raça utilizados pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE,conforme Lei Municipal nº 1076/2024.
5.6 O candidato que não efetuar a inscrição com observância do previsto no subitem 5.5, deste Edital, não concorrerá às vagas reservadas a candidatos afrodescendentes, mas automaticamente às vagas de ampla concorrência.
5.7 As informações prestadas no momento da inscrição são de inteira responsabilidade do candidato, respondendo esse por qualquer falsidade.
5.8 Os candidatos afrodescendentes concorrerão concomitantemente às vagas reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua classificação no Processo Seletivo Simplificado.
5.9 Os candidatos afrodescendentes aprovados dentro do número de vagas oferecido para ampla concorrência não serão computados para efeito do preenchimento das vagas reservadas.
5.10 Em caso de desistência de candidato afrodescendente aprovado em vaga reservada, essa será preenchida pelo candidato afrodescendente posteriormente classificado.
5.11 Na hipótese de não haver número de candidatos afrodescendentes aprovados suficientes para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e essas serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.
5.12 O candidato afrodescendente participará do Processo Seletivo Simplificado em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação e às notas mínimas exigidas para aprovação, conforme artigo 2º da Lei Municipal nº 1076/2024.
5.13 O candidato aprovado pelas cotas, na ocasião de sua convocação para a apresentação dos documentos citados no item 10 deste edital deverá entregar o Formulário de autodeclaração, que se encontra no anexo V deste edital.
5.14 O formulário de autodeclaração, que se encontra no anexo V deste edital, deverá ser preenchido, datado e assinado de próprio punho pelo candidato ato da posse.

5.15 Caso seja detectada falsidade na declaração a que se refere o subitem 5.13 deste Edital, o candidato será eliminado do Processo Seletivo Simplificado, com anulação de todos os atos e efeitos já produzidos, enquanto for candidato, podendo ser demitido após ser convocado, conforme previsto no Parágrafo Único do Art. 4º. Da Lei Municipal nº 1076/2024.
5.16 O candidato que, no ato de inscrição, não declarar a opção de concorrer às vagas reservadas para pessoas pretas ou pardas, conforme determinado no item 5 e seus subitens, deixará de concorrer a essas vagas e não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

6. DA COMISSÃO ORGANIZADORA E A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO CERTAME
O Processo Seletivo Simplificado será coordenado, dirigido e julgado pela **Comissão Especial Organizadora** constituída por servidores públicos municipais designados pela Portaria Municipal nº 538 /2026 **e Comissão de Avaliação**,
Compete privativamente à Comissão:
a) receber, conferir e autuar as inscrições apresentadas pelos candidatos;
b) proceder à análise documental minuciosa dos currículos, diplomas, certificados e certidões de experiência profissional;
c) aplicar estritamente os critérios de pontuação e tabelas de valoração fixadas neste Edital;
d) julgar e deliberar fundamentadamente sobre os pedidos de reconsideração e recursos administrativos interpostos;
e) lavrar atas circunstanciadas de todas as etapas e encaminhar a classificação final consolidada para homologação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

7. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO CURRICULAR, QUALIFICAÇÃO E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
A avaliação curricular possui caráter estritamente classificatório e eliminatório para fins de aferição de requisitos mínimos, sendo a pontuação final de cada candidato apurada em escala de **0,00 (zero) a 100,00 (cem) pontos**, mediante a aplicação de parâmetros objetivos, proporcionais e específicos para cada grupo de funções.
A atribuição de pontos decorre da verificação de documentos idôneos e formalmente perfeitos, vedada qualquer pontuação cumulativa para o mesmo período de tempo de serviço ou para o mesmo título apresentado.

7.1. Dos Critérios de Avaliação para as Funções de Nível Superior (Analista Ambiental, Farmacêutico, Nutricionista e Psicólogo)
Para as funções de **Analista Ambiental**, **Farmacêutico**, **Nutricionista** e **Psicólogo(a)**, a pontuação curricular observará a seguinte tabela avaliativa, até o limite máximo de 100,00 (cem) pontos:

Item	Título ou Comprovante Avaliado	Critério de Pontuação Unitária	Limite Máximo de Títulos / Documentos	Pontuação Máxima Permitida
A	**Escolaridade Mínima Obrigatória**: Diploma de Conclusão de Curso Superior de Graduação exigido para a função pretendida (Engenharia Ambiental, Farmácia, Nutrição ou Psicologia), registrado no MEC.	Requisito Obrigatório (Não pontua)	01 Diploma	0,00 (Requisito)
B	**Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização)**: Certificado/Diploma devidamente registrado de Curso de Especialização na área específica de atuação ou em área afim à função, com carga horária mínima comprovada de 360 horas.	5,00 pontos por certificado	Até 03 certificados	15,00 pontos
C	**Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado)**: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso de Mestrado na área específica de atuação ou correlata à função, reconhecido pela CAPES/MEC.	10,00 pontos por diploma	Até 01 diploma	10,00 pontos
D	**Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Doutorado)**: Diploma devidamente registrado de conclusão de curso de Doutorado na área de atuação ou correlata à função, reconhecido pela CAPES/MEC.	15,00 pontos por diploma	Até 01 diploma	15,00 pontos
E	**Cursos de Capacitação / Atualização Profissional**: Certificados de cursos de aperfeiçoamento e extensão pertinentes às atribuições da função, concluídos nos últimos 05 (cinco) anos, com carga horária mínima de 40 horas por curso.	2,50 pontos por curso	Até 04 certificados	10,00 pontos
F	**Tempo de Experiência Profissional Comprovada**: Tempo de serviço efetivamente prestado no desempenho de atividades inerentes à função a que concorre, comprovado mediante CTPS anotada, certidão ou declaração firmada por órgão público ou contrato de prestação de serviços com firma reconhecida.	10,00 pontos por ano completo trabalhado (período de 12 meses, vedada a contagem concomitante)	Até 05 anos comprovados	50,00 pontos
TOTAL MÁXIMO	**PONTUAÇÃO MÁXIMA ALCANÇÁVEL NA AVALIAÇÃO CURRICULAR**			**100,00 PONTOS**

7.2. Dos Critérios de Avaliação para a Função de Nível Técnico (Técnico em Enfermagem)
Para a função de **Técnico em Enfermagem**, a pontuação curricular será estruturada de acordo com a tabela a seguir, no limite máximo de 100,00 (cem) pontos:

Item	Título ou Comprovante Avaliado	Critério de Pontuação Unitária	Limite Máximo de Títulos / Documentos	Pontuação Máxima Permitida
A	**Escolaridade Mínima Obrigatória**: Certificado de Conclusão do Ensino Médio acompanhado de Diploma/Certificado de Curso Técnico em Enfermagem e registro no COREN.	Requisito Obrigatório (Não pontua)	01 Diploma/Certificado	0,00 (Requisito)
B	**Especialização Técnica de Nível Médio em Enfermagem**: Certificado de especialização técnica na área de Enfermagem (Urgência e Emergência, Saúde Coletiva, Terapia Intensiva ou áreas afins), com carga mínima de 300 horas.	10,00 pontos por certificado	Até 02 certificados	20,00 pontos
C	**Cursos de Aperfeiçoamento e Capacitação**: Certificados de cursos complementares na área da saúde e enfermagem (Suporte Básico de Vida, Imunização, Sala de Vacina, Curativos, Atendimento Pré-Hospitalar, Farmacologia), concluídos nos últimos 05 anos, com carga horária mínima de 30 horas.	5,00 pontos por curso	Até 04 certificados	20,00 pontos
D	**Tempo de Experiência Profissional em Serviços de Saúde**: Tempo de serviço comprovado na função de Técnico de Enfermagem em hospitais, unidades básicas de saúde, prontos atendimentos ou clínicas, comprovado por CTPS ou declaração de órgão público.	12,00 pontos por ano completo de exercício (período de 12 meses)	Até 05 anos comprovados	60,00 pontos
TOTAL MÁXIMO	**PONTUAÇÃO MÁXIMA ALCANÇÁVEL NA AVALIAÇÃO CURRICULAR**			**100,00 PONTOS**

7.3. Dos Critérios de Avaliação para a Função de Motorista
Para a função de **Motorista**, a avaliação curricular contemplará a qualificação técnica para condução de veículos pesados e transporte de passageiros, bem como a experiência profissional prática, até o limite de 100,00 (cem) pontos:

Item	Título ou Comprovante Avaliado	Critério de Pontuação Unitária	Limite Máximo de Títulos / Documentos	Pontuação Máxima Permitida
A	**Requisitos Mínimos Obrigatórios**: Ensino Fundamental Completo, CNH Categoria "D" ou "E", idade mínima de 21 anos, comprovação de Curso Especializado de Transporte Escolar / Coletivo e certidão negativa de infrações gravíssimas nos últimos 12 meses.	Requisitos Obrigatórios de Investidura	Documentação Oficial	0,00 (Requisitos)
B	**Cursos Especializados Oficiais Adicionais (Resoluções CONTRAN)**: Certificado devidamente averbado na CNH de cursos complementares regulamentados pelo CONTRAN, tais como Curso de Transporte de Emergência, Curso de Transporte Coletivo de Passageiros (quando não utilizado como requisito básico), Curso de Movimentação Operacional de Produtos Perigosos (MOPP) e Curso de Transporte de Cargas Indivisíveis.	10,00 pontos por curso especializado oficial	Até 03 cursos distintos	30,00 pontos
C	**Cursos de Capacitação Operacional**: Certificados de cursos de Direção Defensiva, Mecânica Básica de Autos Pesados, Primeiros Socorros no Trânsito ou Manutenção Preventiva de Frotas, com carga mínima de 20 horas, concluídos nos últimos 05 anos.	5,00 pontos por curso	Até 02 cursos	10,00 pontos
D	**Tempo de Experiência Profissional como Motorista de Transporte Coletivo / Escolar ou Veículos Pesados**: Comprovação de tempo de efetivo serviço na condução de ônibus, micro-ônibus, vans escolares ou caminhões pesados, mediante anotação em CTPS, contrato de trabalho ou certidão emitida por pessoa jurídica de direito público.	12,00 pontos por ano completo trabalhado (12 meses)	Até 05 anos comprovados	60,00 pontos
TOTAL MÁXIMO	**PONTUAÇÃO MÁXIMA ALCANÇÁVEL NA AVALIAÇÃO CURRICULAR**			**100,00 PONTOS**

7.4. Dos Critérios de Avaliação para a Função de Tratorista

Para a função de **Tratorista**, a avaliação curricular considerará os cursos de qualificação operacional em maquinário pesado e a experiência comprovada, até o total de 100,00 (cem) pontos:

Item	Título ou Comprovante Avaliado	Critério de Pontuação Unitária	Limite Máximo de Títulos / Documentos	Pontuação Máxima Permitida
A	**Requisitos Mínimos Obrigatórios**: Ensino Fundamental Incompleto e CNH válida na Categoria "C", "D" ou "E".	Requisito Obrigatório	Documentação Oficial	0,00 (Requisito)
B	**Cursos de Operação de Máquinas Pesadas e Implementos Agrícolas**: Certificados de formação e operação técnica emitidos por instituições credenciadas (SENAR, SENAI, Sindicatos Rurais ou fabricantes autorizados) em operação de Trator Agrícola, Retroescavadeira, Motoniveladora, Pá-Carregadeira ou Escavadeira Hidráulica, com carga horária mínima de 20 horas.	10,00 pontos por curso específico	Até 03 certificados	30,00 pontos
C	**Cursos de Normas Regulamentadoras e Manutenção**: Certificados de capacitação nas Normas Regulamentadoras NR-11 (Transporte e Movimentação de Materiais), NR-12 (Segurança em Máquinas e Equipamentos), NR-31 (Segurança no Trabalho Rural) ou Mecânica e Manutenção de Tratores, com carga horária mínima de 16 horas.	5,00 pontos por certificado	Até 02 cursos	10,00 pontos
D	**Tempo de Experiência Profissional Comprovada como Tratorista ou Operador de Máquinas**: Tempo de efetivo exercício profissional comprovado em CTPS, declaração pública oficial ou contrato de prestação de serviços com firmas reconhecidas.	12,00 pontos por ano completo trabalhado (12 meses)	Até 05 anos comprovados	60,00 pontos
TOTAL MÁXIMO	**PONTUAÇÃO MÁXIMA ALCANÇÁVEL NA AVALIAÇÃO CURRICULAR**			**100,00 PONTOS**

7.5. Dos Critérios de Avaliação para a Função de Auxiliar de Serviços Gerais – Masculino

Para a função de **Auxiliar de Serviços Gerais – Masculino**, os critérios de avaliação valorizarão a experiência prática e os treinamentos na área de manutenção predial, conservação, obras e segurança operacional, até o limite de 100,00 (cem) pontos:

Item	Título ou Comprovante Avaliado	Critério de Pontuação Unitária	Limite Máximo de Títulos / Documentos	Pontuação Máxima Permitida
A	**Requisito Mínimo Obrigatório**: Comprovação de Ensino Fundamental Incompleto.	Requisito Obrigatório	Documentação Escolar	0,00 (Requisito)
B	**Cursos de Qualificação Profissional em Serviços Operacionais**: Certificados de cursos de capacitação técnica nas áreas de Alvenaria, Pintura Predial, Instalações Hidráulicas, Jardinagem e Paisagismo, Elétrica Básica Predial ou Limpeza e Conservação, com carga horária mínima de 20 horas por curso.	10,00 pontos por curso	Até 03 cursos	30,00 pontos
C	**Cursos de Segurança e Saúde no Trabalho**: Certificados de capacitação em Normas Regulamentadoras como NR-06 (Equipamentos de Proteção Individual), NR-35 (Trabalho em Altura) ou Primeiros Socorros no Ambiente de Trabalho, com carga horária mínima de 08 horas.	5,00 pontos por curso	Até 02 cursos	10,00 pontos
D	**Tempo de Experiência Profissional Comprovada em Serviços Gerais, Obras ou Limpeza**: Tempo de serviço na execução de atividades operacionais, de manutenção, construção civil, zeladoria ou limpeza, comprovado mediante CTPS anotada ou certidão pública.	12,00 pontos por ano completo de efetivo serviço (12 meses)	Até 05 anos comprovados	60,00 pontos
TOTAL MÁXIMO	**PONTUAÇÃO MÁXIMA**			**100,00 PONTOS**

	ALCANÇÁVEL NA AVALIAÇÃO CURRICULAR			

7.6. Das Regras Gerais de Comprovação de Tempo de Serviço e Títulos

A comprovação de tempo de serviço deverá ser realizada obrigatoriamente por meio de apresentação de:

a) cópia autenticada das páginas da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) que contenham a identificação do candidato, o número de série, a foto e a folha do contrato de trabalho com a indicação expressa do cargo, da data de admissão e da data de rescisão (ou declaração do empregador se o contrato estiver vigente); ou

b) certidão original ou declaração emitida por órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual ou municipal, em papel timbrado, devidamente assinada por autoridade competente ou setor de Recursos Humanos, contendo a discriminação da função exercida, a data de início e a data de término do vínculo; ou

c) contrato de prestação de serviços acompanhado de declaração com firma reconhecida especificando o período contínuo de prestação do serviço e as atribuições desenvolvidas.

Não será considerado para fins de pontuação:

a) período de trabalho concomitante (sobreposição temporal de contratos ou certidões no mesmo lapso temporal);

b) tempo de serviço prestado em função manifestamente diversa daquela a que concorre;

c) períodos exercidos sob a modalidade de estágio curricular ou voluntariado desprovido de atribuições típicas do cargo;

d) diplomas e certificados exigidos como requisito mínimo de escolaridade para investidura no cargo.

8. DA CLASSIFICAÇÃO FINAL E DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

A pontuação final de cada candidato equivalerá à soma aritmética dos pontos obtidos na análise curricular de títulos e experiência profissional.

Os candidatos serão ordenados em lista decrescente de pontuação para cada uma das funções ofertadas.

Ocorrendo empate na pontuação final entre dois ou mais candidatos, a preferência para fins de classificação obedecerá, sucessiva e rigorosamente, à seguinte ordem de desempate:

a) idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos completos até o último dia de inscrição, com precedência ao de maior idade, em estrita observância ao artigo 27, parágrafo único, do Estatuto da Pessoa Idosa (Lei Federal nº 10.741/2003);

b) maior pontuação obtida no critério de Tempo de Experiência Profissional Comprovada;

c) maior pontuação obtida no critério de Cursos de Pós-Graduação ou Cursos de Qualificação/Especialização Técnica;

d) maior pontuação obtida no critério de Cursos de Capacitação e Atualização Profissional;

e) candidato de maior idade civil, considerada a data de nascimento constante no documento oficial de identidade apresentado no ato da inscrição.

Permanecendo o empate após a aplicação de todos os critérios objetivos acima listados, a Comissão realizará sorteio público em ato transmitido e divulgado previamente nos canais oficiais do Município.

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS E PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO

É assegurado a todos os candidatos o direito de interposição de recurso administrativo fundamentado em face de todas as etapas decisórias do Processo Seletivo Simplificado, em respeito aos postulados constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.

O prazo para interposição de recurso contra o Edital de Abertura, contra o Indeferimento de Inscrições, contra o Resultado Preliminar da Análise Curricular e contra a Classificação Final é de **02 (dois) dias úteis**, contados a partir do primeiro dia útil subsequente à data de publicação do ato no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP) e no site oficial da Prefeitura.

O recurso deverá ser formalizado por escrito, instruído com a fundamentação fática e jurídica correspondente, assinado pelo candidato ou procurador legalmente constituído e protocolado diretamente no Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, no horário regular de expediente.

Não serão conhecidos recursos intempestivos, apócrifos, desprovidos de fundamentação técnica, encaminhados por via postal ou por correio eletrônico, ou que se insurjam contra matéria preclusa.

A Comissão Especial do Processo Seletivo apreciará os recursos interpostos no prazo de até **02 (dois) dias úteis**, publicando o resultado consolidado e encaminhando a decisão final à homologação da autoridade superior competente.

10. DA CONVOCAÇÃO, DOS REQUISITOS PARA CONTRATAÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO

Homologado o resultado final pelo Prefeito Municipal, os candidatos classificados serão convocados rigorosamente segundo a ordem de classificação, mediante publicação de Edital de Convocação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e notificação direta pelo telefone ou endereço eletrônico cadastrados na Ficha de Inscrição.

O candidato convocado terá o prazo improrrogável de **05 (cinco) dias úteis**, a contar da publicação do ato de convocação, para comparecer ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munido da integralidade dos seguintes documentos comprobatórios:

a) comprovação de nacionalidade brasileira originária ou naturalizada, ou condição de igualdade de direitos e obrigações nos termos da legislação federal para estrangeiros;

b) comprovação de ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da contratação e, especificamente para a função de Motorista, idade mínima de 21 (vinte e um) anos completos nos termos do art. 138, inciso I, da Lei Federal nº 9.503/1997;

c) comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral, mediante certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral;

d) comprovação de quitação com as obrigações do serviço militar obrigatório para os candidatos do sexo masculino;

e) certidão negativa de antecedentes criminais expedida pelo Distribuidor da Comarca de domicílio do candidato e da Justiça Federal;

f) Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida e correspondente à categoria mínima exigida para as funções de Motorista (Categoria "D" ou "E") e Tratorista (mínimo Categoria "C"), acompanhada, para a função de Motorista, da certidão de prontuário expedida pelo DETRAN demonstrando a não incidência de mais de uma infração gravíssima nos últimos 12 meses e do Certificado de Curso Especializado de Transporte Escolar / Coletivo de Passageiros;

g) Certificado, Diploma e Histórico Escolar que comprovem a escolaridade mínima exigida para a função pretendida, devidamente reconhecidos pelos órgãos oficiais competentes, e certidão de registro ativo e regularidade financeira junto ao respectivo Conselho Regional de Classe Profissional (CREA, CRF, CRN, CRP, COREN) para as funções que exigem registro de classe;

h) declaração expressa de que não exerce outro cargo, emprego ou função pública na Administração direta ou indireta da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, ressalvadas as hipóteses constitucionais de cumulação lícita previstas no art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, com expressa comprovação de compatibilidade de horários e teto remuneratório;

i) declaração de que não percebe proventos de inatividade decorrentes de regime próprio de previdência de cargo inacumulável ou de regime geral, ressalvadas as exceções do art. 37, § 10, da Constituição Federal;

j) atestado de aptidão física e mental para o exercício das atribuições funcionais, emitido por Médico do Trabalho designado pelo Município de Nossa Senhora das Graças/PR;

k) fotocópias autenticadas da Cédula de Identidade (RG), do CPF, da Certidão de Nascimento ou Casamento, Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 (quatorze) anos, 01 (uma) fotografia 3x4 recente e colorida e comprovante de domicílio atualizado.

O não comparecimento do candidato no prazo assinalado na convocação ou a ausência de apresentação de qualquer dos documentos exigidos implicará a renúncia tácita ao direito de contratação, operando-se a imediata preclusão e autorizando a Administração a convocar o candidato imediatamente subsequente na ordem classificatória.

11. DA CONTRATAÇÃO, DA RESCISÃO E DA EXTINÇÃO DO CONTRATO

A contratação dar-se-á por celebração de Termo de Contrato Administrativo por Tempo Determinado, pelo prazo inicial de **12 (doze) meses**, podendo ser prorrogado por igual período, mediante justificativa prévia e formal da Secretaria requisitante atestando a persistência da necessidade temporária de excepcional interesse público.

O contrato administrativo celebrado com fundamento neste Edital extinguir-se-á, sem direito a qualquer indenização rescisória:

a) pelo transcurso integral do prazo contratual fixado;

b) por iniciativa unilateral expressa do contratado, mediante comunicação prévia por escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

c) por ato motivado da Administração Pública contratante, em razão da cessação da necessidade pública transitória que ensejou a contratação ou por imperativo de conveniência e interesse público;

d) por descumprimento injustificado de cláusulas contratuais ou deveres funcionais imputáveis ao contratado;

e) por insuficiência de desempenho técnico ou conduta disciplinar insatisfatória, apurada mediante avaliação periódica de desempenho realizada pela chefia imediata com direito a ampla defesa;

f) pela prática de ato tipificado em lei como falta funcional grave ou improbidade administrativa.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

O prazo de vigência do presente Processo Seletivo Simplificado será de **12 (doze) meses**, a contar da data de publicação do ato de Homologação do Resultado Final no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (AMP), podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério exclusivo e discricionário da Administração Municipal.

A classificação final no Processo Seletivo Simplificado gera para o candidato mera expectativa de direito à contratação, ficando a concretização do chamamento adstrita à discricionariedade, à conveniência e às efetivas necessidades operacionais e orçamentárias do Município de Nossa Senhora das Graças/PR.

O contratado submeter-se-á aos mesmos deveres, proibições e regime de responsabilidade ético-funcional aplicáveis aos servidores públicos municipais em geral, no que couber.

O candidato obriga-se a manter permanentemente atualizados o seu endereço residencial, número de telefone e endereço eletrônico perante o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura durante todo o prazo de validade do certame, sendo de sua total responsabilidade os prejuízos decorrentes de falhas na localização decorrentes de desatualização cadastral.

Os casos omissos, duvidosos ou não previstos expressamente neste Edital serão soberanamente dirimidos pela Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado, com assessoramento da Procuradoria Jurídica do Município e deliberação final pelo Chefe do Poder Executivo.

Fazem parte integrante, inseparável e obrigatória deste Edital:

a) **Anexo I** – Cronograma Estimativo de Atividades;

b) **Anexo II** – Ficha de Inscrição Padronizada para Todos os Cargos;

c) **Anexo III** – Declaração de Não Acúmulo de Cargos e Compatibilidade de Horários;

d) **Anexo IV –** Formulário de autodeclararão racial.

e) **Anexo V** – Formulários de Avaliação Curricular de Títulos e Experiência Profissional Específicos por Função (Nível Superior, Técnico, Motorista, Tratorista e Serviços Gerais).

13. DO CRONOGRAMA DE ATIVIDADES E ANEXOS

ANEXO I – CRONOGRAMA ESTIMATIVO DO PSS Nº 003/2026

Etapa do Certame	Período / Data Prevista
Publicação e Divulgação Oficial do Edital de Abertura	03 de setembro de 2026
Prazo para Impugnação do Edital de Abertura	04 e 08 de setembro de 2026
Julgamento e Publicação do Resultado das Impugnações	09 de setembro de 2026
Período Oficial de Inscrições Presenciais	10 de setembro de 2026 a 25 de setembro de 2026
Publicação da Relação Provisória dos Candidatos Inscritos	28 de setembro de 2026
Prazo para Recursos contra a Relação de Inscritos	29 e 30 de setembro de 2026
Homologação Definitiva das Inscrições Deferidas	01 de setembro de 2026
Período de Análise Curricular e Avaliação de Títulos pela Comissão	02 de outubro de 2026 a 08 de outubro de 2026
Publicação do Resultado Preliminar da Avaliação Curricular	12 de outubro de 2026
Prazo para Interposição de Recursos contra o Resultado Preliminar	13 e 15 de outubro de 2026
Julgamento dos Recursos pela Comissão Avaliadora	16 a 20 de outubro de 2026
Publicação do Resultado Final da Classificação	23 de outubro de 2026
Homologação do Resultado Final pelo Prefeito Municipal	26 de outubro de 2026
Início das Convocações dos Aprovados para Contratação	A partir de 27 de outubro de 2026

ANEXO II – FICHA PADRONIZADA DE INSCRIÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 01/2026 – PSS Nº 003/2026

NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____ (Preenchimento exclusivo da Comissão Organizadora)

1. DA FUNÇÃO PRETENDIDA

Marque com um "X" unicamente a função para a qual deseja concorrer:

( ) Analista Ambiental

( ) Auxiliar de Serviços Gerais – Masculino

( ) Farmacêutico

( ) Motorista

( ) Nutricionista

( ) Psicólogo(a)

( ) Tratorista

( ) Técnico em Enfermagem (Cadastro de Reserva)

Concorre às vagas reservadas para Pessoa com Deficiência (PcD)? ( ) SIM ( ) NÃO

Concorre às vagas reservadas para Pessoa Afrodescedente? ( ) SIM ( ) NÃO

2. DADOS PESSOAIS DO CANDIDATO

Nome Completo: _____

Data de Nascimento: __/__/__ **Nacionalidade: ____** ***Estado Civil:*** **__**

Cédula de Identidade (RG): **____** ***Órgão Expedidor/UF:*** **__** ***CPF:*** **__**_____

Título de Eleitor: **__ Zona: __ Seção: __ UF: ____**

Registro Profissional de Classe (se aplicável): Nº **__ Conselho: __ UF: __**

Carteira Nacional de Habilitação (CNH): Nº _____ ***Categoria: __ Validade: __/__/____***
Endereço Residencial: _____ ***Nº: __ Bairro: __***
Cidade: _____ ***UF: __*** **CEP: __-__**
Telefone Residencial / Celular: (__) _____ ***Outro Telefone para Contato: (__) _____***
Endereço Eletrônico (*E-mail*): _____
Declaro, sob as penas da lei, que todas as informações prestadas nesta Ficha de Inscrição e os documentos apresentados no envelope lacrado são verdadeiros e autênticos, e declaro que conheço e aceito expressamente todas as normas, instruções e condições fixadas no Edital nº 01/2026 do PSS nº 003/2026.
Nossa Senhora das Graças/PR, __ ***de*** _____ de 2026.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS E COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS
Eu, ***_____, portador(a) do RG nº __ e inscrito(a) no CPF sob nº _____, candidato(a) convocado(a) para a função temporária de*** _____, em atendimento ao Edital nº 01/2026 – PSS nº 003/2026, DECLARO sob as penas da lei, especialmente para os fins do artigo 37, incisos XVI e XVII, e § 10 da Constituição Federal de 1988:
( ) NÃO EXERÇO nenhum outro cargo, emprego ou função pública remunerada na Administração Pública direta, autárquica ou fundacional, empresas públicas ou sociedades de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, e não percebo proventos de aposentadoria de regime próprio de previdência social relativos a cargos inacumuláveis.
( ) EXERÇO licitamente o cargo/função pública de ***__, junto ao órgão/entidade __***, cumprindo carga horária semanal de __ **horas, no horário das** __ às _____ horas, havendo plena e rigorosa compatibilidade de horários com a função pretendida no Município de Nossa Senhora das Graças/PR, bem como observância irrestrita ao teto remuneratório constitucional.
Nossa Senhora das Graças/PR, __ ***de*** _____ de 2026.

_____
Assinatura do Convocado

ANEXO IV
FORMULÁRIO DE AUTODECLARAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 03/2026

(De acordo com item 5 do Edital de Abertura)
Candidato: _____
Inscrição: _____
Cargo: _____

Declaro para os devidos fins que pertenço ao grupo racial negro e que possuo traços fenotípicos (características visíveis) que me caracterizam como pessoa de cor negra nos termos da Lei Municipal nº 1076/2024.

Declaro ainda que estou ciente de que, caso detectada a falsidade desta Declaração, sujeito-me às consequências dispostas no item 5.15 do Edital de Abertura nº 01/2026, sem prejuízo das sanções legais cabíveis ao caso.
Nossa Senhora das Graças, _____ de _____ de 20_____.

_____
Assinatura do Candidato

ANEXO V – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO CURRICULAR DE TÍTULOS E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – EDITAL Nº 01/2026 – PSS Nº 003/2026
NOME DO CANDIDATO: _____
FUNÇÃO PRETENDIDA: _____
NÚMERO DE INSCRIÇÃO: _____

1. CRITÉRIOS DE TITULAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Descrição do Título / Certificado Apresentado	Instituição Emissora e Carga Horária	Ano de Conclusão	Pontuação Máxima Possível	Pontos Atribuídos pela Comissão
Pós-Graduação *Lato Sensu* (Especialização) ou **Especialização Técnica** ou **Cursos Oficiais CONTRAN**			Até 15 a 30 pontos conforme a função	
Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Mestrado / Doutorado) ou **Cursos Operacionais Especializados**			Até 10 a 25 pontos conforme a função	
Cursos de Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional (Últimos 05 anos)			Até 10 a 20 pontos conforme a função	

2. CRITÉRIOS DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL COMPROVADA NA FUNÇÃO

Órgão / Empresa Empregadora	Função Desempenhada	Data de Admissão	Data de Saída / Término	Tempo Total Computado (Meses/Anos)	Pontos Atribuídos pela Comissão
Vínculo 01					
Vínculo 02					
Vínculo 03					
Vínculo 04					
Vínculo 05					

3. CONSOLIDAÇÃO DA PONTUAÇÃO FINAL

Discriminação Avaliativa	Pontos Obtidos
Subtotal 1: Titulação, Especializações e Cursos de Capacitação	
Subtotal 2: Tempo de Experiência Profissional Comprovada	
PONTUAÇÃO TOTAL OBTIDA (Escala de 0 a 100 pontos)	

Data da Avaliação: __/__/_____

Comissão Avaliadora:

_____
Membro Avaliador 1

_____
Membro Avaliador 2

_____
Presidente da Comissão Especial de PSS
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças/PR, 02 de Setembro de 2026.

COMISSÃO ESPECIAL ORGANIZADORA E COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PSS
Portaria Municipal nº 538 /2026

_____
Presidente da Comissão Especial do PSS

_____
Membro da Comissão Especial de Avaliação

_____
Membro da Comissão Especial de Avaliação

ANEXO VI
Colar na parte exterior do envelope

Nome: _____

Cargo: _____

Nº de Inscrição:_____
(___) Deficiente
(___) Afrodescendente

Nota:_____
(Preenchimento pela Comissão Julgadora)

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:848E5F87

DEPARTAMENTO CONTABILIDADE
DECRETO Nº 100/2026

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar, autorizado pela Lei Municipal nº 1173/2025 de 25.11.2025 e dá outras providências.

Clodoaldo Aparecido Rigieri, Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei acima:

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto no PPA, LDO e Orçamento Municipal Vigente um Crédito Adicional Suplementar no valor de até 195.000,00 (cento e noventa e cinco mil reais) nas seguintes dotações:

03.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**		
03.001.00.000.0000.0.000	**- SECRETARIA**		
03.001.04.122.0003.2.301	**- MANTER OS SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO GERAL**		
3.3.90.47.00.00 - 50	- Obrigações Tributárias e Contributivas		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	100.000,00
08.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.005.00.000.0000.0.000	**- CONVÊNIOS DA EDUCAÇÃO**		
08.005.12.361.0010.2.809	**- MANTER RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO**		
3.3.90.30.00.00 - 483	- Material de Consumo		
01107	- Salário Educação	R$	35.000,00
09.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**		
09.001.00.000.0000.0.000	**- DESPORTO AMADOR**		
09.001.27.812.0012.2.903	**- INCENTIVO AO ESPORTE AMADOR**		
3.3.90.30.00.00 - 531	- Material de Consumo		
01000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	20.000,00
11.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
11.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
11.001.20.608.0014.2.113	**- AUXILIAR OS PEQUENOS E MÉDIOS PRODUTORES**		
3.3.90.30.00.00 - 563	- Material de Consumo		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	25.000,00
13.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ASSITÊNCIA SOCIAL**		
13.001.00.000.0000.0.000	**- DIVISÃO DE ASSITÊNCIA SOCIAL**		
13.001.08.244.0008.2.131	**- MANTER A ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
3.3.90.32.00.00 - 590	- Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita		
1000	- Recursos Ordinários (Livres)	R$	15.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**195.000,00**

Art. 2º - A Cobertura do Crédito de que trata o Artigo 1º far-se-á mediante:

Excesso de Arrecadação no valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) conforme tabela abaixo:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
01107	- Salário Educação	R$ 35.000,00

O cancelamento parcial da seguinte dotação:

03.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**		
03.001.00.000.0000.0.000	**- SECRETARIA**		
03.001.04.122.0003.2.301	**- MANTER OS SERV. DA ADMINISTRAÇÃO GERAL**		
3.3.90.30.00.00 – 43	- Vencimento e Vantagens Fixas – Pessoal Civil		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	60.000,00
04.000.00.000.0000.0.000	**- DEPARTAMENTO DE FINANÇAS**		
04.001.00.000.0000.0.000	**- ADMINISTRAÇÃO GERAL**		
04.001.28.843.0016.2.402	**- MANTER O SETOR DE ARRECADAÇÃO**		
4.6.90.71.00.00 - 93	- Principal da Dívida Contratual Resgatado		
01000	- Recursos Ordinários Livres	R$	100.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇAO		**R$**	**160.000,00**

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Nossa Senhora das Graças, 02 de setembro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito do Município

Publicado por:
Rodrigo Vialli da Reissureicao
Código Identificador:5C85BFAC

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 30/2026 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 85/2026 - PMSI
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº. 30/2026.
VALIDADE: 12 (doze) meses
1.DO OBJETO
Registro de Preços para contratação de serviço especializado de manutenção preventiva e corretiva nas máquinas pesadas da frota Municipal.
2.O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.
3.DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1.O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, que exercerá suas atribuições por intermédio da Comissão de Licitação e Cadastro.
4.DOS PREÇOS REGISTRADOS
4.1.Os preços, a empresa, as quantidades estimadas e as especificações dos objetos registrados na presente Ata encontram-se indicados nos quadros abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2026 – PMSI CARTER BRASIL DISTRIBUIDORA DE PEÇAS LTDA; CNPJ/MF sob Nº 02.911.351/0001-80							
Lt	**Item**	**Qdte**	**Descrição**	**% Desconto**	**Und.**	**V. Unit.**	**V. Total**
13	1	1	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA TIPO 4, MARCA CASE PEÇAS NOVAS, (ORIGINAIS/GENUÍNAS), PARA REPOSIÇÕES NECESSÁRIAS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.	50%	UN	120.000,00	120.000,00
13	2	1	ESCAVADEIRA HIDRÁULICA TIPO 4, MARCA CASE SERVIÇO DE MECÂNICA EM GERAL PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA.		UN	30.000,00	30.000,00
VALOR TOTAL R$ 150.000,00							

Saudade do Iguaçu – PR 2 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal De Saudade Do Iguaçu – PR.
ROGÉRIO GALLINA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:F6558B58

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N. 044/2026

DECRETO N.º 044/2026, de 01 de Julho de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Municipal nº 968, de 29 de dezembro de 2025, especialmente em seu art. 8º, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares,

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município de Abatiá para o exercício de 2026, crédito adicional suplementar no valor de R$ 477.450,00 (quatrocentos e setenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta reais), conforme especificação abaixo:

Códigos	Descrição	Valor
02	EXECUTIVO MUNICIPAL	
001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0201.2002	MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
130	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	7.000,00
03	ADMINISTRACAO GERAL	
005	DIVISAO DE FAZENDA	
04.129.0309.2017	MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE FAZENDA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
590	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	16.250,00
04	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS VIACAO E URBANISMO	
001	DEPTO DE OBRAS PUBLICAS HABITACAO E URBANISMO	
15.451.0403.2026	MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO E SERVIÇOS GERAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1040	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	10.000,00
15.451.0403.2069	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
18030	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	105.000,00
15.451.0403.2026	MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO E SERVIÇOS GERAIS	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1100	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	17.500,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0507.2037	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
17800	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	6.000,00
10.301.0501.2029	ORDENAMENTO DO EMPREGO E SALÁRIO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
16490	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	22.000,00
10.301.0502.2030	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
16640	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	8.000,00
10.305.0507.2037	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
17840	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	2.000,00
10.303.0502.2033	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
17180	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	3.000,00
10.305.0507.2037	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
17860	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	1.000,00
10.302.0502.2034	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
17342	06494-Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas Individuais	25.000,00
10.301.0502.2031	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPOTE DA SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
17030	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	55.000,00
10.301.0502.2030	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
16820	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	5.500,00
10.301.0502.2031	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPOTE DA SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
17070	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	5.000,00
10.301.0502.2030	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
16992	05497-VIGILANCIA EM SAUDE ESTADUAL	10.500,00
10.301.0501.2029	ORDENAMENTO DO EMPREGO E SALÁRIO	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
16570	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	31.000,00
10.301.0502.2030	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
16962	01033-Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - (COVID-19) no bojo da ação 21C0	14.500,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0601.2043	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1730	00104-Demais Impostos Vinculados a Educação Básica	29.000,00
12.361.0601.2044	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2080	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	9.000,00
3010	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	2.000,00
12.365.0601.2043	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1760	00104-Demais Impostos Vinculados a Educação Básica	4.000,00
12.361.0601.2041	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
16000	00104-Demais Impostos Vinculados a Educação Básica	5.000,00
12.361.0601.2044	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
5090	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.500,00
002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0607.2054	INCENTIVO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS CULTURAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	

10190	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	4.000,00
07	SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	
002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.512.0705.1201	POLITICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
16170	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	34.600,00
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001	DEPARTAMENTO DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0801.2061	MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL GERAL	
3.3.90.48.00.00	OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	
10740	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	33.600,00
003	FUNDO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA	
08.243.0803.6002	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - ECA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
14060	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	3.000,00
08.244.0802.2065	SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS - SCFV	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
11093	00934-BLOCO DE FINANCIAMENTO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	3.500,00

Art. 2º – Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, será indicado recurso de Superavit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior nas seguintes fontes de recursos:

Fonte	Descrição	Valor
00000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES) - ARRECADACAO NA ADMINISTRACAO DIRETA - EXERCICIO C	298.950,00
00103	5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	7.500,00
00104	Demais Impostos Vinculados a Educação Básica	38.000,00
00303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	79.500,00
00934	BLOCO DE FINANCIAMENTO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	3.500,00
01033	Transf. Fundo a Fundo de Recursos do SUS - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - (COVID-19) no bojo da ação 21C0	14.500,00
05497	VIGILANCIA EM SAUDE ESTADUAL	10.500,00
06494	Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas Individuais	25.000,00

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, ao 1º dia do mês de Julho do ano de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Almir Soares Teixeira de Oliveira
Código Identificador:16379249

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 557/2026

O PREFEITO MUNICIPAL de Almirante Tamandaré, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º CONCEDER férias ao servidores abaixo relacionados, no período respectivo indicado:

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO
10756	ADILSON JOSE PAVONI	07/01/2025 - 06/01/2026	04/09/2026 - 03/10/2026
1153	AGUEGIL PERISSUTE PINTO	01/01/2024 - 31/12/2024	03/09/2026 - 02/10/2026
2432	ANDERSON MAURICIO DE SIQUEIRA	11/05/2024 - 10/2025	03/09/2026 - 02/10/2026
11346	ANDRE LUIZ VANUCCI DE FRANÇA	05/05/2025 - 04/05/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10896	ARTUR PEREIRA LIMA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10944	CLAUDEMIR ALVES TEIXEIRA	08/01/2025 - 07/01/2026	01/08/2026 - 30/08/2026
10757	CLEOSMAR HENRIQUE ROSA	07/01/2025 - 06/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10802	CRISTIANO MARTINS DA SILVA	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2027
11099	EBERTE DE OLIVEIRA	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10870	EDIVANDA APARECIDA LIMA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10798	EMANOEL NOVINSKI	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
2328	FRANCILEI FERNANDES DOS SANTOS	10/06/2025 - 09/06/2026	03/09/2026 -03/10/2026
10844	GUILHERME LEONARDO TEIXEIRA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10787	HELIO ELIAS DE SIQUEIRA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
6110	JESSICA JACIANE MACHADO	22/02/2025 - 21/05/2026	14/09/2026 - 13/10/2026
2323	JOAO MARCELO BINI	02/08/2024 - 01/08/2025	17/08/2026 - 16/09/2026
2323	JOAO MARCELO BINI	02/08/2025 - 01/08/2026	17/09/2026 - 01/10/2026
11001	JOCELIA ALVES FONSECA	03/02/2025 - 02/02/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10849	JOSE LUIZ AFORNALLI	17/01/2025 - 16/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2027
11379	LIZAMARA DA SILVA BUENO	13/05/2025 - 12/05/2026	16/09/2026 - 30/09/2026
10477	LORENA ALVAREZ ROCHA VITURINO	01/08/2024 - 31/07/2025	01/09/2026 - 30/09/2027
10872	LORENA FONSECA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
11120	MARCOS ROBERTO ALVES	17/03/2025 - 16/03/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
6287	MARIA BEATRIZ MERIDA DEVAI	04/04/2025 - 03/04/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
10913	PAULO NORBERTO SOARES DOS SANTOS	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 -07/10/2026
11410	RAFAEL FREITAS	07/05/2025 - 06/05/2026	09/09/2026 - 08/10/2026
11048	ROBSON ADILSON PANICHI	25/02/2025 - 24/02/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10925	ROGERIO APARECIDO DE PAULA	08/01/2025 - 07/01/2026	03/09/2026 -02/10/2026
10832	ROSIMARA DE FATIMA VIANNA	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
11556	RUTH OLIVEIRA SIQUEIRA	01/07/2025 - 30/06/2026	01/08/2026 - 30/08/2026

3507	SANDRA MARA GOMES	12/05/2024 - 11/05/2025	01/09/2026 - 30/09/2026
10823	SILVANA APARECIDA NOBERTO	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 -07/10/2026
11003	TATIANE BERTUZZI MARQUES	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
10990	TAYNARA MARTINS DE CARVALHO	07/02/2025 - 06/02/2026	01/09/2026 - 30/09/2026
10915	THALYSSON AUGUSTO MULLER	08/01/2025 - 07/01/2026	08/09/2026 - 07/10/2026
11028	VANI MACHADO GALVAN	19/02/2025 - 18/02/2026	03/09/2026 - 02/10/2026
10897	WALTER ALVES	08/01/2025 - 07/01/2026	04/09/2026 - 03/10/2026
10899	WESLEY CRISTIAN DE MEDEIROS SANTOS	08/01/2025 - 07/01/2026	09/09/2026 - 08/10/2026

Art. 2º REVOGAR a Portaria nº 498/2026 de 13 de agosto de 2026.

Notifique-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.
Gabinete do Prefeito Municipal, no Palácio Almirante Tamandaré, em 25 de agosto de 2026.

DANIEL LOVATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Paulo de Lara Junior
Código Identificador:D6F38D16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO SEGUNDO COLOCADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 223/2024

Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSUMO MÉDICO, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do**Pregão Eletrônico 066/2024**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):

LOTE 216 – SERINGA DESCARTÁVEL DE INSULINA - DESCARTÁVEL - 01 ML COM AGULHA 6 X 0,25 MM - INSULINA U-100 - CAIXA COM 100 UNIDADES.

Conforme orientação da Procuradoria Municipal, convoca-se o licitante remanescente, na ordem de classificação**, JOAOMED COMERCIO DE MATERIAIS CIRURGICOS S/A**, já devidamente classificada em **SEGUNDO lugar** no **LOTE 216**, para que no prazo de **03 (três) dias úteis – 08/09/2026 até às 16:00 horas**, manifeste interesse de contratar o lote.
A contratação se dará nas mesmas condições ofertadas no momento do lance, conforme os preços registrados em ata.

Lote	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
216	SERINGA DESCARTÁVEL DE INSULINA - DESCARTÁVEL - 01 ML COM AGULHA 6 X 0,25 MM - INSULINA U-100 - CAIXA COM 100 UNIDADES.	SR / NAO SE APLICA	CAIXA	290	25,20	7.308,00

Caso não aceite será convocado(a) o(a) terceiro(a) classificado(a) e assim sucessivamente até a conclusão do processo.

Andirá/PR, 02 de setembro de 2026

STEPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 20.257/2026

Para mais informações entrar em contato pelo número 3538-8100 – ramal 215/216.

ANA GABRIELY/VANESSA
Departamento de Contratos

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:37808E16

GABINETE DA PREFEITA
AVISO DE CONVOCAÇÃO DO TERCEIRO COLOCADO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 223/2024

Objeto:**REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE CONSUMO MÉDICO, ATENDENDO À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.**

O Município de Andirá/PR, através de sua Pregoeira, torna público aos interessados, em especial aos participantes do**Pregão Eletrônico 066/2024**, a convocação do(s) licitante(s) remanescente(s), tendo em vista que a empresa vencedora do(s) seguinte(s) lote(s):

LOTE 216 – SERINGA DESCARTÁVEL DE INSULINA - DESCARTÁVEL - 01 ML COM AGULHA 6 X 0,25 MM - INSULINA U-100 - CAIXA COM 100 UNIDADES.

Conforme orientação da Procuradoria Municipal, convoca-se o licitante remanescente, na ordem de classificação**, YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**, já devidamente classificada em **TERCEIRO lugar** no **LOTE 216**, para que no prazo de **03 (três) dias úteis – 08/09/2026 até às 16:00 horas**, manifeste interesse de contratar o lote.
A contratação se dará nas mesmas condições ofertadas no momento do lance, conforme os preços registrados em ata.

Lote	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
216	SERINGA DESCARTÁVEL DE INSULINA - DESCARTÁVEL - 01 ML COM AGULHA 6 X 0,25 MM - INSULINA U-100 - CAIXA COM 100 UNIDADES.	INJEX / SERINGA DESCARTÁVEL DE INSULINA - DESCARTÁVEL - 01	CAIXA	290	27,44	7.957,60

Caso não aceite será convocado(a) o(a) quarto(a) classificado(a) e assim sucessivamente até a conclusão do processo.

Andirá/PR, 02 de setembro de 2026

STEPHANIE DOS SANTOS PAPINI SOUZA
Pregoeira
Portaria n° 20.257/2026

Para mais informações entrar em contato pelo número 3538-8100 – ramal 215/216.
Departamento de Contratos
Ana Gabriely/Vanessa

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:7FC0202D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR PREGÃO ELETRONICO N° 021/2025

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR

CONTRATO Nº 055/2025 ID. 4119
PREGÃO ELETRONICO N° 021/2025
PROCESSO LICITATÓRIO N° 056/025

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE ANTONINA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ Nº 76022516/0001-07, com sede administrativa à Rua XV de Novembro, n.º 150, Antonina-PR, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. **Rozane Maristela Benedetti Osaki**.
CONTRATADA: EMPRESA AUTO VIAÇÃO PRINCIPE DO VALE DO RIBEIRA LTDA, inscrita no CNPJ Nº 38.009.885/0001-62, com sede à Rua Joao Santana n° 35, Bairro, Jardim Garcia, no Município de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, CEP: 83545-238, telefone: (41) 3652-5110 e endereço eletrônico: autoviacaoprincipedovale@yahoo.com, neste ato representada pelo seu representante legal o Sr(a) **JEAN CARLUS BITENCOURT WOLLE**.

OBJETO: Aditivo no contrato que tem como objeto ***"Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte escolar aos alunos da rede pública de Ensino Municipal e Estadual, matriculados na Educação Infantil (Prés IV e V), nos Ensinos Fundamental, Médio e na Educação Especial, para as rotas constantes dos itens 01, 02, 03, 09, 10, 11, 12, 14 e 15 do Pregão Eletrônico n° 021/2025, com a disponibilização de veículo do tipo "Ônibus" com capacidade para 48 lugares, em atendimento à Secretaria Municipal de Educação e Esportes, conforme especificações descritas no Termo de Referência.***
PRAZO: O presente termo prorroga a vigência do contrato em 12 (doze) meses, contados a partir de 13 de agosto de 2026, findando em 13 de agosto de 2027.

VALOR: Os valores unitários dos itens permanecem inalterados. Em razão da prorrogação da vigência contratual, o valor correspondente ao período prorrogado é de **R$ 2.914.213,02 (dois milhões, novecentos e quatorze mil, duzentos e treze reais e dois centavos).**

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)
01	GIL FERES/ PEDREIRA, ÔNIBUS 48 LUGARES - KM	KM	11.220	R$ 26,42	R$ 296.432,40
02	CENTRO/ OLIMPIA BREYER, ÔNIBUS 48 LUGARES - KM	KM	23.226,4	R$ 14,06	R$ 326.563,184
03	OLIMPIA BREYER/ CACHOEIRA/ CENTRO/ KM 4 AO ALTHAIR/ ÔNIBUS 48 LUGARES - KM	KM	26.200	R$ 13,38	R$ 350.556,00
09	MOYSÉS/ SÃO JOÃO (BALANÇA) PEDREIRA, ONIBUS 48 LUGARES – KM	KM	9.354	R$ 33,54	R$ 313.733,16
10	PINHEIRINHO/MOYSES/BRASÍLIO/PORTINHO/ROCHA, ONIBUS 48 LUGARES	KM	17.850	R$ 18,53	R$ 330.760,50
11	CENTRO/ HIRAM INTEGRAL, ÔNIBUS 48 LUGARES – KM	KM	15.100	R$ 19,45	R$ 293.695,00
12	OLIMPIA BREYER/ CACHOEIRA/CENTRO, ÔNIBUS 48 LUGARES – KM	KM	24.604	R$ 11,76	R$ 289.343,04
14	BAIRRO ALTO/ CENTRO/ ÔNIBUS 48 LUGALUGARES – KM	KM	33.594	R$ 10,71	R$ 359.791,74
15	ERNESTO/ ANTONINA/ PORTO DAS MOÇAS/ RIO GRANDE ÔNIBUS 48 LUGARES - KM	KM	27.800	R$ 12,71	R$ 353.338,00
					R$ 2.914.213,02

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Antonina, 12 de agosto de 2026.

ASSINADO POR: Rozane Maristela Benedeti Osaki, Prefeita Municipal; Simone Medina Vicenço Chaves, Secretária Municipal de Educação e Esportes; e Jean Carlus Bitencourt Wolle, representante da empresa Auto Viação Príncipe do Vale do Ribeira Ltda.

Publicado por:
Ilziliane Cardoso Maurício
Código Identificador:204C9DEC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – P.E 27/2026

PROCESSO LICITATÓRIO N.º27/2026	**PROTOCOLO Nº 111/2026**
DATA DE PUBLICAÇÃO:	**VALIDADE DA ATA: 12 meses**

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR, localizado na Av. Presidente Kennedy, nº 363, CEP 86960-000, aqui representado por Carlos Rosa Alves, nos termos da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 26/2023, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico n.º 27/2026, para FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ESTRUTURAS NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA;, conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

1. Esta Ata tem por objetivo o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ESTRUTURAS NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA, conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

1.1. Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

1.2. Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

1.3. Participam deste registro de preços, em conformidade com lei federal 14.133 de abril de 2021 e Decreto municipal 26/2023, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E AGRICULTURA

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PREÇOS:

2.1 Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 1
FORNECEDOR: J J GRANA PROMOÇÕES E EVENTOS – ME, CNPJ: 30.167.372/0001-78

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Arena Completa, Composta Por: Arquibancada Com 7 Degraus E Com Passarela De 1,40m; Bretes; Currais; Embarcadores. Min De 60 Metros	METROS	60	625,00	37.500,00
2	CAMAROTES medindo 2,20 x 2,20 no mínimo.	UNID	36	860,00	30.960,00
3	Servico De Engenharia, Art, Acompanhamento Na Montagem, Acompanhamento Na Vistoria.	UNID	1	10.540,00	10.540,00
VALOR TOTAL DO LOTE					79.000,00

LOTE 2
FORNECEDOR: J J GRANA PROMOÇÕES E EVENTOS – ME, CNPJ: 30.167.372/0001-78

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ILUMINAÇÃO DE ARENA (BRANCA E COLORIDA)	UNID	01	15.000,00	15.000,00
2	Som Para Rodeio Profissional- Iluminação - 02 – Paineis De Leds 5 X 3 Modelo P3 Outdoor Montado Em Cubo E Suspenso Por Treliças, Sistema De Rodeio Digital, Replay Das Montarias E Transmissão Ao Vivo	UNID	01	74.000,00	74.000,00
3	Cenário De Abertura: Fogos De Artificio De Baixo Estampido Sendo Circuito Arena Para Todas As Noites, Um Piro Musical (Fogos Na Batida Da Musica)	UNID	01	17.050,00	17.050,00
4	LOCAÇÃO DE 02 (DOIS)GERADORES DE ENERGIA – 260 KVA FUNCIONANDO e 02 (dois) geradores reserva (stand by) com potência mínima de 180 KVA. Locação, transporte, instalação, operação e desinstalação de gerador de energia com potência mínima de 260 KVA, para atendimento a todos os dias do Rodeio. Gerador trifásico (3 fases e neutro), com regulador eletrônico de tensão e frequência, disjuntor geral tripolar, saídas em 110V e 220V, sistema estabilizado, aterrado e com chave reversora; equipamento devidamente cercado com grades de proteção. Fornecimento de cabos e conexões suficientes para plena operação, incluindo combustível durante todo o período de uso. Disponibilização de 02 (dois) geradores reserva (stand by) com potência mínima de 180 KVA. Transporte, instalação, operação, abastecimento, manutenção e retirada por conta da contratada.	UNID	01	19.450,00	19.450,00
VALOR TOTAL DO LOTE					125.500,00

LOTE 3
FORNECEDOR: J J GRANA PROMOÇÕES E EVENTOS – ME, CNPJ: 30.167.372/0001-78

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Locutores De Pista E Provas Cronometradas: MARCO BRASIL, ANDRE PARANÁ, JUNIOR DE OLIVEIRA, ALMIR CAMBRA, GLEYDSON RODRIGUES, CUIBANO LIMA.	UNID	01	13.704,00	13.704,00
2	Locutor Voz Comentarista: TOM PEDROSO, GABRIEL FILHO, ESNAR RIBEIRO, THIAGO ARANTES.	UNID	01	6.423,50	6.423,50
3	Locutor Voz Padrão: CARLOS MILITÃO, FABÃO POTÊNCIA, SIDERLEY CLEAN, ADRIANO DINIZ.	UNID	01	6.500,00	6.500,00
4	Serviços De Organização Do Evento, Recepção Dos Participantes, Inscrição, Realização E Organização Das Competições, Com Serviço De Salva Vidas, Porteireiros, Juízes Cadastrados Nas Devidas Federações..	UNID	01	64.712,50	64.712,50
5	Touros De Rodeio De Nivel Nacional Sendo De No Mínimo 04 Companhias, Entre Essas, Cia Revoada, Paulo Emilio, Bsm/L3, California, Velho Oeste, N A Bulls, Texas Ranch	UNID	25	1.300,40	32.510,00
VALOR TOTAL DO LOTE					123.850,00

CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA

3.1. Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, terá a vigência de 1 (um) ano, podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que demonstrada a vantajosidade, com efeitos a contar da publicação do extrato da ata no Diário Oficial do Municipio.
3.2. No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.
3.3. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

CLÁUSULA QUARTA – COMPROMISSO DO FORNECEDOR

4.1 A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor(es) assume(m) o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.

CLÁUSULA QUINTA – DA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

5.1 A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos da 14.133.
5.1.1 A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no *site* oficial.
5.1.2 A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice informado no Edital, Anexo I – Termo de Referência, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.
5.1.2.1 O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.
5.1.2.2 O transcurso do período citado no item 5.1.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR

6.1. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:
6.1.1. for liberado;
6.1.2. descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;
6.1.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
6.1.4. sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
6.1.5. não aceitar o preço revisado pela Administração.
6.2 No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.
6.3O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.
6.4 Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA SÉTIMA –DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1 A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:
7.1.1 pelo decurso do prazo de vigência;
7.1.2 pelo cancelamento de todos os preços registrados;
7.1.3 por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e
7.1.4 por razões de interesse público, devidamente justificadas.
7.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos termos do disposto no art. 307 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO

8.1 Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro e publicação do resumo no Diário Oficial do município.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

9.1 Constituem obrigações do Fornecedor:
9.1.1 assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da comunicação;
9.1.2. responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
9.1.3. manter as condições de habilitação;
9.1.4. manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a vigência da presente ata.

CLÁUSULA DÉCIMA — DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE

10. Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:
10.1. tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
10.2. emitir a ordem de compra no Sistema gestão pública utilizado pelo órgão , quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
10.3. verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, sobretudo em relação aos valores praticados, bem como assegurar-se que a contratação a ser feita ainda atenda aos seus interesses, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
10.4 zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
10.5 registrar no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Sistema gestão pública eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal;
10.6 providenciar as publicações no Portal Nacional de contratações Públicas e no sítio eletrônico oficial do município e do órgãos ou entidade demandante, quando couber.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Dos Órgãos e Entidades Não Participantes ou Ingressantes

11.1 Durante a vigência da ata de registro de preços o órgão ou entidade que não tenha participado do procedimento NÃO poderá aderir à ata de registro de preços.
11.2 A vedação se justifica pelo fato de que o Município não dispõe de estrutura administrativa, pessoal técnico ou capacidade operacional suficiente para gerir solicitações de adesão externa, tampouco para acompanhar e fiscalizar a execução de eventuais contratações por entes não participantes. Além disso, o objeto da contratação foi dimensionado com base exclusivamente nas necessidades da administração do Município de Barbosa Ferraz, não havendo previsão de quantitativos adicionais que comportem possíveis adesões. Permitir adesões externas implicaria desvirtuar os parâmetros

definidos no estudo preliminar, na estimativa de preços e na alocação de recursos, além de comprometer a eficiência e o controle da execução contratual. Dessa forma, a vedação à adesão por entes não participantes está em conformidade com os princípios da legalidade, eficiência e responsabilidade administrativa, assegurando que a contratação atenda exclusivamente ao interesse público local, de forma adequada e segura.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – CADASTRO DE RESERVA

12.1 Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1 Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Barbosa Ferraz – Estado do Paraná.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICIDADE

14.1 O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do município conforme regulamentação.

14.2 A ata de registro de preços será divulgada no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no portal de transparência no www.barbosaferraz.pr.gov.br.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

15.1 Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

Barbosa Ferraz/PR, 02 de Setembro de 2026

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
CNPJ: 76.950.062/0001-26

FORNECEDOR: J J GRANA PROMOÇÕES E EVENTOS – ME
CNPJ: 30.167.372/0001-78

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:98152320

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Pregão 27/ 2026
b) Objeto Homologado:	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E ESTRUTURAS NECESSÁRIAS À REALIZAÇÃO DE RODEIO COUNTRY, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERENCIA;

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
J J GRANA PROMOÇÕES E EVENTOS - ME	**30.167.372/0001-78**	**R$ 328.350,00**

LOTE 1

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Arena Completa, Composta Por: Arquibancada Com 7 Degraus E Com Passarela De 1,40m; Bretes; Currais; Embarcadores. Min De 60 Metros	METROS	60	625,00	37.500,00
2	CAMAROTES medindo 2,20 x 2,20 no mínimo.	UNID	36	860,00	30.960,00
3	Servico De Engenharia, Art, Acompanhamento Na Montagem, Acompanhamento Na Vistoria.	UNID	1	10.540,00	10.540,00
VALOR TOTAL DO LOTE					79.000,00

LOTE 2

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	ILUMINAÇÃO DE ARENA (BRANCA E COLORIDA)	UNID	01	15.000,00	15.000,00
2	Som Para Rodeio Profissional- Iluminação - 02 – Paineis De Leds 5 X 3 Modelo P3 Outdoor Montado Em Cubo E Suspenso Por Treliças, Sistema De Rodeio Digital, Replay Das Montarias E Transmissão Ao Vivo	UNID	01	74.000,00	74.000,00
3	Cenário De Abertura: Fogos De Artificio De Baixo Estampido Sendo Circuito Arena Para Todas As Noites, Um Piro Musical (Fogos Na Batida Da Musica)	UNID	01	17.050,00	17.050,00
4	LOCAÇÃO DE 02 (DOIS)GERADORES DE ENERGIA – 260 KVA FUNCIONANDO e 02 (dois) geradores reserva (stand by) com potência mínima de 180 KVA. Locação, transporte, instalação, operação e desinstalação de gerador de energia com potência mínima de 260 KVA, para atendimento a todos os dias do Rodeio. Gerador trifásico (3 fases e neutro), com regulador eletrônico de tensão e frequência, disjuntor geral tripolar, saídas em 110V e 220V, sistema estabilizado, aterrado e com chave reversora; equipamento devidamente cercado com grades de proteção. Fornecimento de cabos e conexões suficientes para plena operação, incluindo combustível durante todo o período de uso. Disponibilização de 02 (dois) geradores reserva (stand by) com potência mínima de 180 KVA. Transporte, instalação, operação, abastecimento, manutenção e retirada por conta da contratada.	UNID	01	19.450,00	19.450,00
VALOR TOTAL DO LOTE					125.500,00

LOTE 3

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Locutores De Pista E Provas Cronometradas: MARCO BRASIL, ANDRE PARANÁ, JUNIOR DE OLIVEIRA, ALMIR CAMBRA, GLEYDSON RODRIGUES, CUIBANO LIMA.	UNID	01	13.704,00	13.704,00
2	Locutor Voz Comentarista: TOM PEDROSO, GABRIEL FILHO, ESNAR RIBEIRO, THIAGO ARANTES.	UNID	01	6.423,50	6.423,50
3	Locutor Voz Padrão: CARLOS MILITÃO, FABÃO POTÊNCIA, SIDERLEY CLEAN, ADRIANO DINIZ.	UNID	01	6.500,00	6.500,00
4	Serviços De Organização Do Evento, Recepção Dos Participantes, Inscrição, Realização E Organização Das Competições, Com Serviço De Salva Vidas, Porteireiros, Juízes Cadastrados Nas Devidas Federações, Incluso Os Devidos Pagamentos E Encargos Dos Profissionais E Seguro De Todos Os Profissionais.	UNID	01	64.712,50	64.712,50
5	Touros De Rodeio De Nivel Nacional Sendo De No Minimo 04 Companhias, Entre Essas, Cia	UNID	25	1.300,40	32.510,00

	Revoada, Paulo Emilio, Bsm/L3, California, Velho Oeste, N A Bulls, Texas Ranch				
VALOR TOTAL DO LOTE					123.850,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 328.350,00 (TREZENTOS E VINTE E OITO MIL, TREZENTOS E CINQUENTA REAIS)

Barbosa Ferraz, 28 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:4BAFD7B8

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 65/2026 de 03/08/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2796/2025 de 24/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.209.199,92 (um milhão, duzentos e nove mil e cento e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO	
03.001		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
03.001.04.122.0003.2.004		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
18 - 3.3.30.93.00.00	31972	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	199,92
06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	
06.001.15.127.0011.2.010		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
121 - 3.3.90.39.00.00	1504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.122.0054.2.200		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
152 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL	25.000,00
152 - 3.1.90.11.00.00	1039	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL	2.000,00
153 - 3.1.90.13.00.00	1001	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INSS	71.000,00
161 - 3.3.90.46.00.00	1001	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	47.000,00
164 - 4.4.90.52.00.00	1039	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
08.001.10.301.0050.2.204		ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	
173 - 3.1.90.11.00.00	1039	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL	95.000,00
173 - 3.1.90.11.00.00	31494	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL	100.000,00
08.001.10.301.0050.2.205		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
182 - 3.1.90.11.00.00	1039	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL	155.000,00
183 - 3.1.90.13.00.00	1001	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INSS	7.000,00
08.002		HOSPITAL MUNICIPAL	
08.002.10.302.0051.2.206		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	
220 - 3.1.90.11.00.00	1039	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS–PESSOAL CIVIL	3.000,00
221 - 3.1.90.13.00.00	1039	OBRIGAÇÕES PATRONAIS - INSS	1.000,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.001.12.361.0006.2.011		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
234 - 3.1.90.11.00.00	1001	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	275.000,00
234 - 3.1.90.11.00.00	1026	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	30.000,00
235 - 3.1.90.13.00.00	1001	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	33.000,00
245 - 4.4.90.52.00.00	31040	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	140.000,00
09.001.12.365.0006.2.013		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA	
		EDUCAÇÃO INFANTIL- CRECHE	
256 - 3.1.90.11.00.00	1022	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	110.000,00
10		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.	
10.001		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
10.001.18.541.0018.2.100		ATIVIDADES DE POLÍTICAS MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
Suplementação			
288 - 3.1.90.13.00.00	1511	OBRIGAÇÕES PATRONAIS	10.000,00
		Total Suplementação:	1.209.199,92

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Redução			
03		SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO	
03.001		DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO	
03.001.28.846.0004.4.001		ENCARGOS ESPECIAIS - JUROS E AMORTIZAÇÕES	
35 - 4.6.90.91.00.00	1001	SENTENÇAS JUDICIAIS	158.000,00

06		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO E PROJETOS	
06.001		DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS URBANOS	
06.001.15.127.0011.1.277		SECID - CONSTRUÇÃO DE INFRAESTRUTURA URBANA - MEU CAMPINHO	
431 - 4.4.90.51.00.00	31972	OBRAS E INSTALAÇÕES	199,92
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
08.001		DEPARTAMENTO DE SAÚDE	
08.001.10.122.0054.2.200		MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	
151 - 3.1.90.04.00.00	1039	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	5.000,00
160 - 3.3.90.40.00.00	1039	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
08.001.10.301.0050.2.205		MANUTENÇÃO DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE	
184 - 3.1.90.94.00.00	1039	INDENIZAÇÕES RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	55.000,00
189 - 3.3.90.39.00.00	31494	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	100.000,00
08.002		HOSPITAL MUNICIPAL	
08.002.10.302.0051.2.206		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO HOSPITAL MUNICIPAL	
226 - 3.3.90.39.00.00	1039	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	191.000,00
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA	
09.001		DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO	
09.001.12.306.0006.2.074		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE MERENDA ESCOLAR- ALUNOS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL	
233 - 3.3.90.32.00.00	1001	MATERIAL DE DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	300.000,00
09.001.12.361.0006.2.011		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
238 - 3.3.90.30.00.00	31040	MATERIAL DE CONSUMO	140.000,00
240 - 3.3.90.36.00.00	1026	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	30.000,00
09.001.12.365.0006.2.012		MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL- PRÉ ESCOLAR	
247 - 3.1.90.11.00.00	1022	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	110.000,00
10		SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE.	
10.001		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
10.001.18.541.0018.2.100		ATIVIDADES DE POLÍTICAS MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
294 - 3.3.90.39.00.00	1511	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
11		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS.	
11.001		ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE OBRAS RURAIS	
11.001.26.782.0015.2.118		ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS RURAIS	
308 - 3.3.90.39.00.00	1504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
		Total Redução:	1.209.199,92

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ, Estado do PR, em 3 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito

Publicado por:
Cleiton Cordeiro
Código Identificador:7A5961A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL CLASSIFICAÇAO FINAL PROCESSO SELETIVO ESTAGIARIO

EDITAL Nº 04.001/2026
EDITAL DE CLASSIFICAÇÃO FINAL
c

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, torna pública a CLASSIFICAÇÃO FINAL do Processo Seletivo de Estágio nº 001/2026, nos seguintes termos:

Art. 1º Fica divulgado no ANEXO ÚNICO do presente edital, a nota e a classificação final, conforme disposição do Edital de Abertura do presente Processo Seletivo de Estágio.

Art. 2º O presente processo seletivo tem validade de 01 (um) ano a contar da data da divulgação desta classificação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da Administração Municipal.

Art. 3º Serão firmados termos de compromisso de estágio obedecendo a ordem de classificação final dos candidatos habilitados, **de acordo com as necessidades do Município de Barbosa Ferraz.**

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Barbosa Ferraz, 03 de setembro de 2026.

JULIANA PINHEIRO DA SILVA:05837836942
Assinado de forma digital por JULIANA PINHEIRO DA SILVA:05837836942 Dados: 2026.09.01 11:29:27 -03'00'

JULIANA PINHEIRO DA SILVA
Secretária de Recursos Humanos

ANEXO ÚNICO										
CLASSIFICAÇÃO GERAL										
BIOMEDICINA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86471	MIKAELE CARVALHO ESTEFANI	BIOMEDICINA	29/02/08	20	25	25	25	95	A
CONTABILIDADE										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86361	GUSTAVO JOSE PRADO FERNANDES	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	25/08/08	25	20	25	25	95	A
ECONOMIA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86446	JOÃO ABEL FAVARO DELGADO	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	15/06/07	25	25	20	25	95	A
FARMÁCIA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86286	MIKAELY EMERICK RAMOS PIRES	FARMÁCIA	06/08/08	25	25	25	25	100	A

2	86359	FRANCIELE CAROLINE DAMETTO	FARMÁCIA	19/10/08	25	25	25	25	100	A
INFORMÁTICA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86356	ADRYAN HENRIQUE MORIGI DE MELO	TECNOLOGIA EM ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS - EAD	27/06/07	20	15	20	25	80	A
MEDICINA VETERINÁRIA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86448	KAMILY EDUARDA CAMPOS	MEDICINA VETERINÁRIA	25/05/06	25	25	25	25	100	A
2	86412	ALICE SALEMA GOUVEIA	MEDICINA VETERINÁRIA	01/08/06	25	25	25	25	100	A
PEDAGOGIA										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86288	DIOVANA SOUZA TEOTÔNIO	PEDAGOGIA LICENCIATURA - À DISTÂNCIA	13/11/08	25	25	25	25	100	A
2	86332	LETICIA DA ROCHA SOUZA	PEDAGOGIA LICENCIATURA - À DISTÂNCIA	14/03/07	25	25	20	25	95	A
3	86289	ANDREIA DOS SANTOS MARINHO RIBEIRO	PEDAGOGIA LICENCIATURA - À DISTÂNCIA	17/11/88	20	25	25	25	95	A
4	86355	MARCIA DE FATIMA DA SILVA	PEDAGOGIA LICENCIATURA - À DISTÂNCIA	14/05/93	20	25	25	25	95	A
5	86284	CAMILA DE FREITAS SANTOS	PEDAGOGIA LICENCIATURA - À DISTÂNCIA	12/01/89	25	20	20	25	90	A
TÉCNICO EM ENFERMAGEM										
Class.	**Cod.**	**Nome**	**Curso**	**D.N**	**LP**	**Mat.**	**Inf.**	**C.G**	**N.F.**	**R**
1	86460	THALIA KAROLINE DE SANTI	TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SUBSEQUENTE	27/10/97	15	25	20	25	85	A

Legenda	
Class. – Classificação	**C.G.** – Conhecimentos Gerais
Cód. – Código de inscrição	**N.F.** – Nota Final
D.N – Data de Nascimento	**R** – Resultado
LP – Língua Portuguesa	**A.** – Aprovado(a)
Mat. – Matemática	
Inf. – Informática	

Publicado por:
Juliana Pinheiro da Silva
Código Identificador:B42965B2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 135-2026

DECRETO Nº 135-2026 em 28 de agosto de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2026 de 22 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
29003 - DIVISÃO DE ENGENHARIA E PROJETOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
11 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SUAS DIVISÕES
2.13 - Manutenção da divisão de engenharia e projetos
201 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
27000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
27003 - DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
15 - Manutenção da Divisão de Licitação e Contratos.
2.19 - Manutenção da Divisão de Licitações e Contratos
288 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
28000 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
28003 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
19 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO E SUAS DIVISÕES
2.27 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
390 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica

29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
664 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%.
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1331 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
31494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Sup. exerc. Ant 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais)

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
29003 - DIVISÃO DE ENGENHARIA E PROJETOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
11 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SUAS DIVISÕES
2.13 - Manutenção da divisão de engenharia e projetos
200 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
27000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
27003 - DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
15 - Manutenção da Divisão de Licitação e Contratos.
2.19 - Manutenção da Divisão de Licitações e Contratos
291 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
28000 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
28003 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
19 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO E SUAS DIVISÕES
2.27 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
388 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
657 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%.
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
1318 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
31494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Sup. exerc. Ant 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais)

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 28 de agosto de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 28 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br		1828-4555-964			
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 135-2026 de 28/08/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 27000 - SECRETARIA DE FINANÇAS					
Unidade orçamentária: 27003 - DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 15 - Manutenção da Divisão de Licitação e Contratos.					
Ação: 2.19 - Manutenção da Divisão de Licitações e Contratos					
Despesa 288 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	2645017	Remanejamento do Saldo da Despesa		4.000,00	
			Total da despesa:	4.000,00	0,00
Despesa 291 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	2645018	Remanejamento do Saldo da Despesa			4.000,00
			Total da despesa:	0,00	4.000,00
			Total da unidade orçamentária:	4.000,00	4.000,00
			Total do órgão orçamentário:	4.000,00	4.000,00
Órgão orçamentário: 28000 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO					
Unidade orçamentária: 28003 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 19 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO E SUAS DIVISÕES					
Ação: 2.27 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
Despesa 388 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	2645005	Remanejamento do Saldo da Despesa			45.000,00
			Total da despesa:	0,00	45.000,00
Despesa 390 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	2645004	Remanejamento do Saldo da Despesa		45.000,00	
			Total da despesa:	45.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	45.000,00	45.000,00
			Total do órgão orçamentário:	45.000,00	45.000,00
Órgão orçamentário: 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO					
Unidade orçamentária: 29003 - DIVISÃO DE ENGENHARIA E PROJETOS					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 11 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SUAS DIVISÕES					
Ação: 2.13 - Manutenção da divisão de engenharia e projetos					
Despesa 200 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	2645013	Remanejamento do Saldo da Despesa			25.000,00
			Total da despesa:	0,00	25.000,00
Despesa 201 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	2645012	Remanejamento do Saldo da Despesa		25.000,00	
			Total da despesa:	25.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	25.000,00	25.000,00
			Total do órgão orçamentário:	25.000,00	25.000,00
Órgão orçamentário: 30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO					
Unidade orçamentária: 30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Função: 10 - Saúde					
Subfunção: 301 - Atenção Básica					
Programa: 29 - SAÚDE PARA TODOS					
Ação: 2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA					
Despesa 657 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado					
Fonte de recurso: 1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%. - 1.500.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	2645007	Remanejamento do Saldo da Despesa			45.000,00
			Total da despesa:	0,00	45.000,00
Despesa 664 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais					
Fonte de recurso: 1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%. - 1.500.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	2645006	Remanejamento do Saldo da Despesa		45.000,00	
			Total da despesa:	45.000,00	0,00
Despesa 1318 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 31494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Sup. exerc. ant - 2.600.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	2645010	Remanejamento do Saldo da Despesa			50.000,00
			Total da despesa:	0,00	50.000,00
Despesa 1331 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais					
Fonte de recurso: 31494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde Sup. exerc. ant - 2.600.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/08/2026	2645009	Remanejamento do Saldo da Despesa		50.000,00	
			Total da despesa:	50.000,00	0,00

			Total da unidade orçamentária:	95.000,00	95.000,00
			Total do órgão orçamentário:	95.000,00	95.000,00
			Total do fundamento:	169.000,00	169.000,00
			Total geral	169.000,00	169.000,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:1A6FBFE6

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 136-2026

DECRETO Nº 136-2026 em 31 de agosto de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 110.989,80 (cento e dez mil e novecentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26001 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
8 - Assistência Social
122 - Administração Geral
38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS
2.63 - GESTÃO ADMINISTRATIVA
1233 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
31000 - Recursos Ordinarios Sup. exerc. ant.
R$ 110.989,80 (cento e dez mil e novecentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro no valor de R$ 110.989,80 (cento e dez mil e novecentos e oitenta e nove reais e oitenta centavos):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
31000 - Recursos Ordinarios Sup. exerc. ant.	R$ 110.989,80

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 31 de agosto de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 31 de agosto de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br			**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				1692-0902-561	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 136-2026 de 31/08/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Unidade orçamentária: 26001 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO					
Função: 8 - Assistência Social					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS					
Ação: 2.63 - GESTÃO ADMINISTRATIVA					
Despesa 1233 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações					
Fonte de recurso: 31000 - Recursos Ordinarios Sup. exerc. ant. - 2.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
31/08/2026	2645477	Suplementação Orçamentária	Superavit Financeiro	110.989,80	
		Superavit f1000			
Total da despesa:				110.989,80	0,00
Total da unidade orçamentária:				110.989,80	0,00
Total do órgão orçamentário:				110.989,80	0,00
Total do fundamento:				110.989,80	0,00
Total geral				110.989,80	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:423E84C6

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO CREDENCIAMENTO 6/2026 IL23/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL23/2026
b) Modalidade: Credenciamento
c) Data de homologação: 02/09/2026
d) Objeto da licitação: credenciamento de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços de torno mecânico e solda
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

Item	Descrição	Quantidades	Valor Unitário	Valor Total	Credenciados
1	Credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de torno mecânico, fresa e usinagem em geral, destinados à recuperação, fabricação, adaptação, ajuste e manutenção de peças, componentes e conjuntos mecânicos pertencentes à frota de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas pesadas, implementos agrícolas e demais equipamentos das Secretarias Municipais de Bom Jesus do Sul – PR.	200 horas	R$ 271,23	R$ 54.246,00	Tornearia Lodi LTDA
2	Prestação de serviços especializados de soldagem pelos processos MIG/MAG (Metal Inert Gas/Metal Active Gas) e MMA – Manual Metal Arc (solda com eletrodo revestido), destinados à recuperação, fabricação, adaptação, reforço estrutural e manutenção de peças, componentes, equipamentos, implementos agrícolas, máquinas pesadas, caminhões, veículos e estruturas metálicas pertencentes ao Município de Bom Jesus do Sul – PR.	200 horas	R$ 222,26	R$ 44.452,00	64.632.559 DARI SCHMIDT

Bom Jesus do Sul-PR, 02/09/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:DB6F1185

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE 28/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: IL28/2026
b) Modalidade: Inexigibilidade
c) Data de homologação: 02/09/2026
d) Objeto da licitação: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO FURGÃO AMBULÂNCIA UTI MÓVEL TIPO B – SEM EQUIPAMENTOS MÉDICOS, NOVO, ZERO QUILÔMETRO, ADAPTADO PARA AMBULÂNCIA UTI – TIPO B.
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

7872 - BELABRU COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA (03.353.258/0001-60)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	34223 - Veículo furgão ambulância uti movel tipo B – sem equipamentos: Veículo tipo furgão novo, 0 km, adaptado para ambulância uti – Tipo B, com potência de no mínimo de 160 cv, torque de no mínimo 40,8kgfm; compartimento de carga de no mínimo 14 m³; peso bruto total (pbt) de no mínimo 4.000 kg; tração traseira , teto alto, capacidade para 01 (um) motorista e 01 passageiro na cabine, volante com regulagem de altura e profundidade, vidros elétricos nas portas dianteiras, porta lateral com corrediça e portas traseiras duplas, rodas em aço e pneus com capacidade de carga originais de fábrica. Tanque de combustível com capacidade mínima de 70 l, tanque arla32 mínimo: 22 litros, transmissão manual de no mínimo 6 (seis) marchas à frente e 1 (uma) ré, cor branca; trava elétrica, rádio com bluetooth, devendo atender as normas vigentes que versa sobre o controle de gases poluentes (proconve p8); especificações técnicas exigidas pelo contran; ar condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante, ar condicionado para cabine do motorista original de fábrica, ou instalada por empresa homologada pelo fabricante; sendo o ar condicionado do salão do paciente. Marca: Mercedes Benz. Fabricante: Mercedes Benz. Modelo: Sprinter.	UN		1	485.900,00	485.900,00
Total (R$):						485.900,00

Bom Jesus do Sul-PR, 02/09/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:30A25454

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
PLANO DE TRABALHO E CRONOGRAMA PARA ELABORAÇÃO DO NOVO PLANO LOCAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL – PLHIS, NA FORMA SIMPLIFICADA

Município: Bom Sucesso do Sul/PR
Processo Administrativo nº: 01/2026
Grupo responsável: Grupo Técnico de Trabalho para Elaboração do Novo Plano Local de Habitação de Interesse Social – GT-PLHIS Simplificado
Decreto Municipal nº: 3.878, de 27 de julho de 2026
Portaria Municipal nº: 361, de 27 de julho de 2026
Período estimado de execução: 28/07/2026 a 24/01/2027

1. Apresentação
O presente Plano de Trabalho tem por finalidade organizar as etapas, responsabilidades, produtos, mecanismos de participação social e prazos para a elaboração do novo Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, na forma simplificada, do Município de Bom Sucesso do Sul/PR.
O novo PLHIS Simplificado deverá avaliar o plano habitacional anterior, atualizar o diagnóstico da situação habitacional em todo o território municipal, urbano e rural, e estabelecer o ciclo de planejamento da política municipal de habitação de interesse social para o período de 2027 a 2037, com diretrizes, objetivos, programas, metas, ações, indicadores, prazos, responsáveis e fontes potenciais de financiamento.
O conteúdo será estruturado, no mínimo, nos cinco eixos orientadores do PLHIS Simplificado: Dinâmica Institucional e Social; Necessidades Habitacionais; Oferta Habitacional; Programas e Projetos Habitacionais; e Estratégias de Ação, observada a realidade institucional, social, territorial, fundiária, ambiental e orçamentária do Município.

2. Base legal e administrativa
Este Plano de Trabalho observará, no que couber, especialmente:
I – a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, especialmente os arts. 6º, 23, inciso IX, 30, incisos I, II e VIII, e 182;
II – a Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 – Estatuto da Cidade;
III – a Lei Federal nº 11.124, de 16 de junho de 2005, e o Decreto Federal nº 5.796, de 6 de junho de 2006, relativos ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS e ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS;
IV – a Resolução CGFNHIS nº 60, de 5 de setembro de 2024, quanto aos requisitos e prazos do SNHIS;
V – a Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, sobre assistência técnica pública e gratuita para habitação de interesse social;
VI – a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, sobre regularização fundiária urbana;
VII – a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD;
VIII – a Lei Federal nº 14.620, de 13 de julho de 2023, sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida;
IX – a Lei Complementar Estadual do Paraná nº 119, de 31 de maio de 2007, alterada pela Lei Complementar Estadual nº 124, de 29 de dezembro de 2008, e o Decreto Estadual nº 10.505, de 11 de julho de 2018, relativos ao Sistema Estadual de Habitação de Interesse Social – SEHIS e ao FEHRIS;
X – a legislação estadual aplicável aos Programas Casa Fácil Paraná e Regulariza Paraná e às ações desenvolvidas pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR;
XI – a Lei Municipal nº 347, de 6 de maio de 2005, e suas alterações, sobre a estrutura administrativa municipal;
XII – a Lei Municipal nº 650, de 3 de setembro de 2008, que instituiu o Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHIS e seu Conselho Gestor;
XIII – a Lei Municipal nº 1.557/2021, que alterou disposições relativas à composição do Conselho Gestor do FMHIS;
XIV – a Resolução CGFMHIS nº 01/2025, que aprovou o Regimento Interno do Conselho Gestor, conforme documento a ser juntado ao processo;
XV – a Lei Municipal nº 1.657/2023, que criou o Conselho Municipal da Cidade de Bom Sucesso do Sul;
XVI – a Lei Complementar Municipal nº 38/2023 – Plano Diretor Municipal; a Lei Complementar Municipal nº 39/2023 – uso, ocupação e parcelamento do solo urbano e regularização fundiária; e a Lei Complementar Municipal nº 40/2023 – Código de Obras;
XVII – o PPA 2026–2029, a LDO 2026, a LOA vigente, o Plano Municipal de Assistência Social e os demais instrumentos setoriais existentes;
XVIII – o Decreto Municipal nº 3.878, de 27 de julho de 2026, que abriu e regulamentou o procedimento de elaboração do novo PLHIS Simplificado; e
IX – a Portaria Municipal nº 361, de 27 de julho de 2026, e eventual ato retificador ou complementar, que designou os membros do GT-PLHIS.

3. Objetivo geral
Elaborar o novo Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS, na forma simplificada, de Bom Sucesso do Sul/PR, para o período de 2027 a 2037, com diagnóstico objetivo, gestão intersetorial, participação social, definição de prioridades e estratégias de ação voltadas à população de baixa renda e às famílias em situação de vulnerabilidade social.

4. Objetivos específicos
I – avaliar sinteticamente o PLHIS anterior, identificando metas, ações realizadas, resultados, pendências e dificuldades;
II – atualizar o diagnóstico habitacional municipal, contemplando déficit quantitativo, inadequação habitacional, assentamentos precários, áreas de risco, demanda habitacional, cadastro habitacional, dados sociais e demais informações pertinentes;
III – identificar as necessidades de pessoas em situação de rua, famílias submetidas a ônus excessivo com aluguel, coabitação, insegurança fundiária, precariedade construtiva, falta de infraestrutura e outros grupos prioritários;
IV – avaliar a estrutura administrativa, a equipe técnica, o cadastro habitacional, o orçamento, o FMHIS, o CGFMHIS e os mecanismos de controle social;
V – mapear áreas públicas e privadas aptas, subutilizadas ou estratégicas, imóveis públicos ociosos, áreas institucionais, terrenos disponíveis, vazios urbanos, áreas de expansão, ZEIS e núcleos urbanos informais passíveis de Reurb-S;
VI – levantar programas, projetos, convênios, contratos e ações habitacionais existentes ou possíveis, inclusive produção habitacional, melhorias, regularização fundiária, urbanização, reassentamento e assistência técnica;
VII – definir diretrizes, prioridades, metas, ações, responsáveis, fontes potenciais de recursos, critérios objetivos de atendimento e indicadores de acompanhamento;
VIII – compatibilizar o PLHIS com o Plano Diretor, PPA, LDO, LOA e demais instrumentos municipais e setoriais existentes;
IX – assegurar participação social, transparência, publicidade e registro das contribuições recebidas; e
X – submeter a minuta final ao CGFMHIS para deliberação, promover os ajustes aprovados e encaminhar a versão final para homologação, quando adotada, publicação oficial e disponibilização pública integral.

5. Governança, coordenação e acompanhamento

A coordenação geral dos trabalhos será exercida pelo Departamento de Administração e Planejamento, por intermédio de sua representante titular designada, cabendo-lhe convocar e coordenar reuniões, organizar pautas, atas e listas de presença, instruir o processo administrativo, solicitar informações aos órgãos municipais, consolidar os produtos técnicos, articular a participação dos demais órgãos e garantir a publicidade dos atos.
O Departamento de Assistência Social coordenará o eixo social, especialmente quanto ao levantamento da demanda habitacional, à identificação de famílias em situação de vulnerabilidade, ao uso legítimo e protegido de informações do CadÚnico e do cadastro habitacional, à vigilância socioassistencial, à mobilização comunitária e à formulação de critérios sociais de priorização.
Os demais membros do GT-PLHIS atuarão conforme suas competências administrativas. Órgãos e servidores não formalmente designados poderão fornecer apoio técnico e informações quando requisitados, sem direito à deliberação interna do Grupo, salvo designação posterior por ato próprio.
O Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – CGFMHIS acompanhará o procedimento desde a aprovação deste Plano de Trabalho, receberá os produtos intermediários pertinentes, apreciará a minuta final e deliberará sobre a aprovação do PLHIS. Representantes do CGFMHIS, do Conselho Municipal da Cidade e de outros órgãos ou segmentos poderão ser convidados para reuniões, oficinas e audiências, sem integrar a deliberação interna do GT-PLHIS.

6. Metodologia de trabalho
A elaboração do PLHIS Simplificado será desenvolvida por levantamento documental, jurídico, institucional, social, territorial, fundiário, ambiental e orçamentário; análise de bases de dados; reuniões técnicas intersetoriais; avaliação do plano anterior; elaboração dos cinco eixos; formulação da minuta preliminar; participação social; sistematização das contribuições; consolidação da versão final; deliberação do CGFMHIS; publicação e disponibilização pública.
A minuta preliminar será submetida obrigatoriamente a consulta pública pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias corridos. Poderão ser realizados, adicionalmente, reunião pública, oficina territorial, escuta comunitária ou audiência pública. Caso haja audiência pública, sua convocação ocorrerá com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos, salvo prazo municipal superior.
As manifestações recebidas serão registradas, analisadas e sistematizadas em relatório próprio. A rejeição de contribuição relevante deverá ser motivada de forma objetiva. A participação será organizada de modo acessível à população, com divulgação suficiente dos documentos e dos meios de contribuição.
O tratamento de dados pessoais observará a LGPD e o art. 13 do Decreto Municipal nº 3.878/2026. Relatórios públicos utilizarão, sempre que possível, dados agregados, estatísticos ou anonimizados, e o acesso a dados individualizados será restrito aos agentes públicos que deles necessitem.
Os prazos deste Plano são cumulativos e referenciados ao Dia 0 do Anexo Único do Decreto Municipal nº 3.878/2026, correspondente a 28/07/2026. Eventuais ajustes deverão ser justificados e registrados no processo administrativo, preservado o prazo global de até 180 dias corridos, sem prejuízo do prazo específico de até 30 dias corridos da instalação do GT-PLHIS para apresentação do Plano de Trabalho.

7. Etapas, atividades, produtos e responsáveis
Etapa 1 – Publicação do Decreto e abertura do procedimento
Atividades: comprovar a publicação do Decreto Municipal nº 3.878/2026 e autuar o procedimento em processo administrativo próprio, vinculado ao Departamento de Administração e Planejamento.
Produto: processo administrativo formalmente aberto.
Responsável: Departamento de Administração e Planejamento.
Etapa 2 – Designação dos membros do GT-PLHIS
Atividades: juntar a Portaria Municipal nº 361/2026 e eventual ato retificador ou complementar; conferir a designação de titulares e suplentes.
Produto: Portaria de designação publicada e composição formal do GT-PLHIS.
Responsável: Gabinete do Prefeito e Departamento de Administração e Planejamento.
Etapa 3 – Instalação do GT-PLHIS e organização processual
Atividades: realizar a reunião de instalação; lavrar ata; colher assinaturas na Folha de Presença; registrar titulares, suplentes e convidados; organizar o processo administrativo.
Produto: Ata de Instalação, Folha de Presença e processo administrativo organizado.
Responsável: Departamento de Administração e Planejamento.
Etapa 4 – Aprovação do Plano de Trabalho e solicitações internas
Atividades: discutir e aprovar este Plano de Trabalho e Cronograma; expedir ofícios ou memorandos de solicitação de dados, com responsáveis e prazos; comunicar formalmente o CGFMHIS.
Produto: Plano de Trabalho aprovado, solicitações expedidas e comunicação ao Conselho.
Responsável: GT-PLHIS, sob coordenação do Departamento de Administração e Planejamento.
Etapa 5 – Avaliação do PLHIS anterior e verificação institucional
Atividades: localizar o PLHIS anterior e seu ato de aprovação; avaliar diretrizes, metas, ações, resultados, pendências e dificuldades; verificar a situação do FMHIS e do CGFMHIS, inclusive lei, alterações, decreto atualizado de composição, regimento, mandato e funcionamento.
Produto: Relatório de Avaliação Sintética do PLHIS anterior e registro da situação do FMHIS/CGFMHIS.
Responsável: Departamento de Administração e Planejamento, com apoio da Assistência Social, Finanças e Assessoria Jurídica.
Etapa 6 – Dinâmica Institucional e Social
Atividades: levantar informações gerais do Município, estrutura administrativa, capacidade técnica, orçamento, cadastro habitacional, Conselho, Fundo, participação social e dados sociais agregados.
Produto: eixo “Dinâmica Institucional e Social”.
Responsável: Administração e Planejamento e Assistência Social.
Etapa 7 – Necessidades Habitacionais
Atividades: identificar déficit e demanda por moradia, inadequação habitacional, moradias precárias, coabitação, aluguel oneroso, áreas de risco, pessoas em situação de rua, insegurança fundiária, assentamentos precários e demais necessidades relevantes.
Produto: eixo “Necessidades Habitacionais”.
Responsável: Departamento de Assistência Social, com apoio dos demais órgãos do GT-PLHIS.
Etapa 8 – Oferta Habitacional, Programas e Projetos
Atividades: mapear áreas, imóveis, terrenos, unidades existentes, infraestrutura, núcleos urbanos informais passíveis de Reurb-S, imóveis públicos ociosos, áreas institucionais, vazios urbanos, áreas de expansão e ZEIS; levantar programas, projetos, convênios e possibilidades de atendimento.
Produto: eixos “Oferta Habitacional” e “Programas e Projetos Habitacionais”.
Responsável: Administração e Planejamento, Obras e Serviços Urbanos, Finanças, Cadastro e Tributação, Meio Ambiente e Assistência Social.
Etapa 9 – Estratégias de Ação
Atividades: definir diretrizes, prioridades, metas, ações, responsáveis, fontes potenciais de recursos, critérios objetivos de atendimento, prazos e indicadores; compatibilizar as propostas com os instrumentos municipais.
Produto: eixo “Estratégias de Ação”.

Responsável: GT-PLHIS.

Etapa 10 – Minuta preliminar do PLHIS

Atividades: consolidar os cinco eixos, anexos essenciais, mapas e registros técnicos em minuta objetiva e compatível com a realidade municipal.

Produto: minuta preliminar consolidada pelo GT-PLHIS.

Responsável: GT-PLHIS, sob coordenação do Departamento de Administração e Planejamento.

Etapa 11 – Participação social sobre a minuta preliminar

Atividades: divulgar a minuta; mantê-la em consulta pública por, no mínimo, 15 dias corridos; realizar mecanismo participativo adicional, quando definido; registrar todas as manifestações.

Produto: comprovantes de divulgação, registros de participação e contribuições recebidas.

Responsável: Administração e Planejamento e Assistência Social, com apoio do Gabinete.

Etapa 12 – Sistematização das contribuições e versão final

Atividades: analisar as contribuições, motivar eventual rejeição relevante, promover os ajustes e consolidar a minuta final.

Produto: Relatório de Participação Social e versão final do PLHIS Simplificado.

Responsável: GT-PLHIS.

Etapa 13 – Submissão e aprovação pelo CGFMHIS

Atividades: encaminhar a minuta final e o relatório de participação ao CGFMHIS; acompanhar a deliberação; registrar quórum, data, pauta, decisão e assinaturas; realizar ajustes decorrentes da decisão.

Produto: ata, resolução, deliberação ou ato equivalente de aprovação.

Responsável: CGFMHIS, com apoio administrativo do GT-PLHIS.

Etapa 14 – Homologação, publicação, disponibilização e encaminhamentos

Atividades: encaminhar a versão aprovada para homologação pelo Chefe do Poder Executivo, quando adotada; publicar o PLHIS ou seu extrato no meio oficial; disponibilizar integralmente o plano em sítio eletrônico oficial ou outro meio público; juntar os comprovantes ao processo e encaminhar o documento aos órgãos competentes, quando necessário.

Produto: PLHIS aprovado, publicado, integralmente disponibilizado e juntado ao processo.

Responsável: Gabinete do Prefeito e Departamento de Administração e Planejamento.

8. Cronograma referencial

O cronograma abaixo reproduz os marcos referenciais do Anexo Único do Decreto Municipal nº 3.878/2026. Os prazos poderão ser ajustados mediante justificativa registrada no processo administrativo, respeitado o prazo global de até 180 dias corridos contado da publicação do Decreto.

Nº	Etapa	Produto esperado	Prazo referencial
1	Publicação do Decreto de abertura	Procedimento administrativo formalmente aberto	Dia 0 – 28/07/2026
2	Designação dos membros do GT-PLHIS	Portaria de designação publicada	até 10 dias úteis
3	Instalação do GT-PLHIS e autuação do processo	Ata, Folha de Presença e processo organizado	até 15 dias
4	Aprovação do Plano e solicitações internas	Plano aprovado e solicitações expedidas	até 30 dias
5	Avaliação do PLHIS anterior e situação do Conselho/Fundo	Relatório de avaliação e registro institucional	até 45 dias
6	Levantamento da dinâmica institucional e social	Eixo “Dinâmica Institucional e Social”	até 60 dias
7	Levantamento das necessidades habitacionais	Eixo “Necessidades Habitacionais”	até 80 dias
8	Oferta habitacional, áreas, programas e projetos	Eixos “Oferta Habitacional” e “Programas e Projetos”	até 100 dias
9	Estratégias de ação, prioridades e critérios	Eixo “Estratégias de Ação”	até 120 dias
10	Elaboração da minuta preliminar	Minuta preliminar consolidada	até 135 dias
11	Participação social sobre a minuta	Consulta pública e registros das contribuições	até 150 dias
12	Sistematização e consolidação da versão final	Relatório de contribuições e versão final	até 165 dias
13	Submissão e aprovação pelo CGFMHIS	Ata, resolução ou deliberação de aprovação	até 175 dias
14	Homologação, publicação e disponibilização pública	PLHIS aprovado, publicado e integralmente disponível	até 180 dias

Observação: a consulta pública da Etapa 11 deverá permanecer aberta por, no mínimo, 15 dias corridos. Caso o GT-PLHIS aprove este Plano após algum marco referencial, deverá registrar no processo a reprogramação necessária e as medidas de recuperação do cronograma.

9. Estrutura mínima do novo PLHIS

O novo PLHIS Simplificado deverá conter, no mínimo:

I – Apresentação e caracterização geral do Município;

II – Base legal e administrativa;

III – Metodologia e registro do processo de elaboração;

IV – Avaliação sintética do PLHIS anterior;

V – Dinâmica Institucional e Social;

VI – Necessidades Habitacionais;

VII – Oferta Habitacional;

VIII – Programas e Projetos Habitacionais;

IX – Estratégias de Ação, com diretrizes, prioridades, metas, ações, responsáveis, fontes, prazos, critérios e indicadores;

X – Compatibilização com Plano Diretor, PPA, LDO, LOA e demais instrumentos setoriais;

XI – Critérios objetivos de priorização e atendimento;

XII – Mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão;

XIII – Registro da participação social e relatório de contribuições;

XIV – Deliberação do CGFMHIS; e

XV – Anexos essenciais, mapas, quadros e documentos técnicos.

10. Documentos e informações a serem levantados

O GT-PLHIS deverá solicitar, verificar e organizar, quando existentes:

I – PLHIS anterior, ato de aprovação, relatórios e registros de execução;

II – Lei Municipal nº 650/2008, Lei Municipal nº 1.557/2021, decreto atualizado de composição do CGFMHIS, Regimento Interno, atas de instalação e reuniões e comprovação do mandato vigente;

III – legislação do Conselho Municipal da Cidade e registros de funcionamento;

IV – Plano Diretor Municipal, legislação de uso, ocupação e parcelamento do solo, Código de Obras, normas de ZEIS, regularização fundiária e legislação ambiental;

V – PPA 2026–2029, LDO 2026, LOA vigente e informações sobre dotações, programas, contrapartidas e capacidade fiscal;

VI – Plano Municipal de Saneamento Básico, Plano de Mobilidade Urbana, Plano Municipal de Assistência Social, Plano de Redução de Riscos e Plano de Regularização Fundiária, quando existentes;
VII – cadastro habitacional municipal e dados agregados do CadÚnico, da assistência social, da saúde e de outras bases públicas pertinentes;
VIII – relação e situação dominial de imóveis públicos municipais, áreas institucionais, terrenos disponíveis, vazios urbanos, áreas de expansão e ZEIS;
IX – informações sobre imóveis privados subutilizados ou estratégicos, quando juridicamente possível;
X – mapas, plantas, cadastros imobiliários, dados territoriais, fundiários, ambientais e de infraestrutura;
XI – informações sobre áreas de risco, APPs, núcleos urbanos informais, assentamentos precários, loteamentos irregulares e possibilidades de Reurb-S;
XII – convênios, contratos, termos de parceria, programas, projetos e ações habitacionais em andamento ou encerrados;
XIII – dados de saneamento, mobilidade, equipamentos públicos, serviços essenciais e acessibilidade;
XIV – informações sobre programas federais e estaduais, inclusive Minha Casa, Minha Vida, FNHIS, Casa Fácil Paraná, Regulariza Paraná e ações da COHAPAR; e
XV – convocações, listas de presença, atas, contribuições, relatórios e comprovantes de publicidade e participação social.

11. Participação social e publicidade
A participação social e a publicidade compreenderão, no mínimo:
I – divulgação da abertura do procedimento, do cronograma e dos meios de participação;
II – realização de reunião pública, oficina, escuta comunitária ou audiência pública, conforme decisão do GT-PLHIS;
III – disponibilização obrigatória da minuta preliminar para consulta pública por, no mínimo, 15 dias corridos;
IV – convocação de eventual audiência pública com antecedência mínima de 10 dias corridos, salvo prazo municipal superior;
V – registro, análise e sistematização das contribuições, com motivação objetiva para eventual rejeição de contribuição relevante;
VI – acompanhamento do procedimento pelo CGFMHIS;
VII – publicidade das atas, relatórios, minutas, mapas, deliberações e versão final, ressalvados dados protegidos; e
VIII – publicação oficial do PLHIS ou de seu extrato e disponibilização integral do documento aprovado.

12. Proteção de dados pessoais
O tratamento de dados pessoais observará a Lei Federal nº 13.709/2018 – LGPD, o art. 13 do Decreto Municipal nº 3.878/2026 e as normas municipais aplicáveis. Os dados do CadÚnico, cadastro habitacional, assistência social, saúde, defesa civil, tributação, cadastro imobiliário e regularização fundiária serão utilizados exclusivamente para finalidade pública legítima vinculada à elaboração, execução, monitoramento e avaliação da política habitacional.
Os relatórios públicos apresentarão, sempre que possível, dados agregados, estatísticos ou anonimizados. É vedada a exposição indevida de nomes, documentos, endereços, renda, composição familiar, condições de saúde, patrimônio ou outras informações pessoais ou sensíveis. O acesso a dados individualizados será restrito aos agentes públicos que deles necessitem para o desempenho de suas funções.

13. Produtos finais esperados
Ao final dos trabalhos, deverão constar no processo administrativo, no mínimo:
I – Decreto Municipal nº 3.878/2026 e comprovante de publicação;
II – Portaria Municipal nº 361/2026, eventual ato retificador ou complementar e comprovantes de publicação;
III – Ata de Instalação do GT-PLHIS e Folha de Presença;
IV – Plano de Trabalho e Cronograma aprovado;
V – Relatório de Avaliação Sintética do PLHIS anterior;
VI – registro da situação institucional do FMHIS e do CGFMHIS, acompanhado dos atos atualizados;
VII – Diagnóstico Habitacional Municipal Simplificado, estruturado nos eixos aplicáveis;
VIII – minuta preliminar do PLHIS Simplificado;
IX – comprovantes da consulta pública e dos demais mecanismos de participação;
X – Relatório de Participação Social e de sistematização das contribuições;
XI – versão final do PLHIS Simplificado;
XII – ata, resolução, deliberação ou ato equivalente de aprovação pelo CGFMHIS;
XIII – ato de homologação pelo Chefe do Poder Executivo, quando adotado pelo Município;
XIV – comprovante de publicação do PLHIS ou de seu extrato no meio oficial;
XV – comprovante de disponibilização pública integral do plano aprovado; e
XVI – comprovantes dos encaminhamentos a órgãos federais, estaduais, financeiros ou de controle, quando necessários.

14. Aprovação do Plano de Trabalho
O presente Plano de Trabalho e Cronograma foi apresentado, discutido e aprovado pelo Grupo Técnico de Trabalho para Elaboração do Novo Plano Local de Habitação de Interesse Social – GT-PLHIS Simplificado, em reunião realizada em 24 de agosto de 2026, conforme Ata nº 01/2026.

Bom Sucesso do Sul/PR, 24 de agosto de 2026.

VALENTINA ROSECLER MARINHUK
Coordenadora Geral do GT-PLHIS
Departamento de Administração e Planejamento

RONISE JANE RAVANELLI DE OLIVEIRA
Responsável pelo Eixo Social
Departamento de Assistência Social

MICHELLI CRISTINA MARCANTE
Assessoria Jurídica – Acompanhamento de Legalidade

ANEXO I – MATRIZ SIMPLIFICADA DE RESPONSABILIDADES

A matriz abaixo distingue os integrantes formais do GT-PLHIS, os órgãos de apoio eventualmente requisitados e a instância de acompanhamento e deliberação. A participação de órgão não designado pela Portaria não o transforma em membro do GT-PLHIS sem ato formal específico.

Órgão/Setor/Instância	Responsabilidade principal
Departamento de Administração e Planejamento	Coordenação geral; secretaria executiva; organização processual; convocações; atas; solicitações de dados; diagnóstico institucional; planejamento urbano; consolidação, publicidade e encaminhamento dos produtos.
Departamento de Assistência Social	Coordenação do eixo social; demanda habitacional; CadÚnico e cadastro habitacional; vulnerabilidades; mobilização social; critérios sociais de priorização; apoio ao Relatório de Participação Social.
Departamento de Obras e Serviços Urbanos	Infraestrutura urbana; obras e serviços; equipamentos; áreas de intervenção; viabilidade técnica; informações sobre assentamentos precários e áreas de risco.
Departamento de Finanças	PPA, LDO, LOA; dotações; capacidade fiscal; contrapartidas; convênios; fontes de recursos; compatibilidade orçamentária.
Divisão de Cadastro e Tributação	Cadastro imobiliário; imóveis públicos; dados territoriais, dominiais, patrimoniais e tributários agregados.
Departamento de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente	Informações ambientais e rurais; APPs; áreas ambientalmente sensíveis; restrições e diretrizes ambientais.
Departamento de Saúde	Dados sanitários e socioambientais agregados; saneamento; vulnerabilidades de saúde relacionadas às condições de moradia.
Assessoria Jurídica	Levantamento e análise da legislação; controle de legalidade; apoio à formalização; verificação dos atos do FMHIS e do CGFMHIS. Não substitui a aprovação técnica do GT nem a deliberação do Conselho.
Gabinete do Prefeito	Articulação institucional; comunicação; apoio administrativo superior; homologação, quando adotada; publicação e encaminhamentos finais.
Departamento de Obras e Serviços Rodoviários	Órgão de apoio, quando requisitado: acessos, sistema viário, estradas e infraestrutura de conexão territorial. Não integra formalmente o GT sem designação específica.
Departamento de Educação, Cultura e Esporte	Órgão de apoio, quando requisitado: equipamentos educacionais, culturais, esportivos e comunitários. Não integra formalmente o GT sem designação específica.
Conselho Gestor do FMHIS – CGFMHIS	Instância de acompanhamento e controle social; apreciação da minuta final; deliberação sobre a aprovação do PLHIS, mediante ato formal. Não integra a deliberação interna do GT-PLHIS.
Conselho Municipal da Cidade e demais convidados	Participação consultiva em reuniões, oficinas, escutas ou audiências, quando convidados, sem direito à deliberação interna do GT-PLHIS.

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:A2C8E08B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

GOVERNO MUNICIPAL
ADITIVO

QUARTO TERMO ADITIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS HOSPITALARES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE E UNIDADE DE ATENÇÃO E PROTEÇÃO À SAÚDE DA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE CAFEARA-PR, PREGÃO Nº 45/2022 – PMC – CONTRATO Nº 163/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CAFEARA E A EMPRESA SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA, na forma abaixo.

A Prefeitura Municipal de Cafeara, inscrita no CNPJ sob o nº 75.845.545/0001-06, com sede na Avenida Brasil, 188, em Cafeara-PR, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. Elton Fábio Lazaretti, RG nº 4.934.272-1 SSP/PR e CPF nº 858.230.159-68, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **SERVIOESTE SOLUÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.392.348/0001-60, com sede na Vila São Roque, s/n, Sala 01, Interior, Chapecó-SC, CEP 89801-973, neste ato representada por **Cristian Paulo Kehl Balbinot**, CPF nº 010.580.759-18, doravante denominada CONTRATADA, celebram o presente Termo Aditivo de acordo com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO E DO REAJUSTE
O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato nº 163/2022 por mais 12 (doze) meses, até 04/09/2027, exclusivamente quanto ao item 01, conforme manifestação de interesse da CONTRATADA, bem como o reajuste do respectivo preço pelo IPCA/IBGE acumulado em 12 (doze) meses de 4,44%, referente a julho de 2026, último índice oficial disponível na data da elaboração deste instrumento, nos termos do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 e da Cláusula Sétima do Contrato nº 163/2022.

Lote	Item	Produto/Serviço	Unid.	Qtd.	Preço unitário anterior	IPCA	Preço unitário reajustado	Preço total
1	1	Coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos da saúde dos grupos “A”, “B” e “E”, até 200 kg por mês.	MÊS	12,00	R$ 5.412,62	4,44%	**R$ 5.652,94**	R$ 67.835,34

O valor total estimado para o período prorrogado é de R$ 67.835,34 (sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos).
Com o presente aditamento, no valor de R$ 67.835,34 (sessenta e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais e trinta e quatro centavos), o valor global acumulado do Contrato nº 163/2022 passa de R$ 273.035,72 (duzentos e setenta e três mil, trinta e cinco reais e setenta e dois centavos) para R$ 340.871,06 (trezentos e quarenta mil, oitocentos e setenta e um reais e seis centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO
O prazo de vigência fica prorrogado por 12 (doze) meses, compreendendo o período de 05/09/2026 a 04/09/2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas e condições do Contrato nº 163/2022 e de seus aditivos anteriores permanecem válidas e inalteradas, no que não conflitarem com o presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DAS FORMALIDADES
O presente Termo Aditivo tornar-se-á perfeito e eficaz após o cumprimento das formalidades legais e sua publicação na forma aplicável.
E, por estarem as partes ajustadas, assinam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Cafeara-PR, 02 de setembro de 2026.

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:4A109D61

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA N. º 433/2026-DRH

PORTARIA N. º 433/2026-DRH

SÚMULA: Reenquadra Servidor Público Municipal Ocupante de Cargo de Provimento Efetivo.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art.1º REENQUADRAR servidor ocupante de cargo efetivo em conformidade com a Lei Municipal Lei Nº 1.143/2011 Plano de Cargos, Carreira e Salários de Cafelândia – PCCS Art. 15 IV, Art. 33, Art. 34 e Lei Municipal Nº 1.200/2012, por conclusão do estágio probatório e apresentação de estudos.

NOME	CARGO	MATRÍCULA	GRUPO	TABELA SALARIAL	NÍVEL	REF.
MARCELO DE SOUZA RIBEIRO	MOTORISTA VEÍCULOS LEVE	767322387	GOO	A	I-I-1	4

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de setembro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:05362349

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
RATIFICAÇÃO DISPENSA N° 002.2026 - ASSESSORIA CALCULO

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 002/2026
Fundamenta-se a presente contratação no artigo 75, inciso II da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 14.133 de 1° de abril de 2021, **RATIFICO** a dispensa de licitação para prestação de serviços técnicos destinados à elaboração de Relatório de Análise das Hipóteses Atuariais adotadas no cálculo atuarial do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Cafelândia – PR, visando ao atendimento das exigências estabelecidas no art. 27 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022.
Contratada: ATHENA ATUARIAL
CNPJ: 045.311.950.0001/57
Contratante: FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAFELÂNDIA/PR

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos destinados à elaboração de Relatório de Análise das Hipóteses Atuariais adotadas no cálculo atuarial do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Cafelândia – PR, visando ao atendimento das exigências estabelecidas no art. 27 da Portaria MTP nº 1.467, de 02 de junho de 2022.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UND	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE RELATÓRIO DE ANÁLISE DE HIPÓTESES DO CÁLCULO ATORIAL, EM ATENDIMENTO ÀS DISPOSIÇÕES DO ART. 27 DA PORTARIA MTP Nº 1.467, DE 02 DE JUNHO DE 2022 PARA O FUNDO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAFELÂNDIA – PR.	1	UND	R$5.000,00	R$5.000,00
VALOR TOTAL					**R$5.000,00**

Valor: R$5.000,00 (cinco mil reais).

Cafelândia/PR, 02 de setembro de 2026.

ELIANE CRISTINA DE LUCA DA SILVA
Presidente
Fundo De Previdência Dos Servidores Municipais De Cafelândia/PR

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:0C108632

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 103/2026
Nº Licitação: 052/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preço para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de avaliação neuropsicológica, emissão de laudos técnicos e realização de encaminhamentos especializados destinados aos alunos da Educação Especial da rede municipal de ensino, visando à identificação de necessidades educacionais específicas, apoio ao desenvolvimento e aprendizagem dos estudantes, bem como subsídio ao acompanhamento pedagógico e multidisciplinar.

Fornecedor: CREARE ESPACO MULTIDICIPLINAR LTDA
CNPJ: 49.138.893/0001-25

DESCRIÇÃO						
ITEM	**UNID**	**QUANT**	**DESCRITIVO**	**VALOR UNIT**	**VALOR TOTAL**	**MARCA**
01	unid.	150	**Prestação de serviços especializados de avaliação neuropsicológica e psicopedagógica**, com emissão de laudos técnicos, relatórios e realização de encaminhamentos especializados destinados aos alunos da Educação Especial e demais estudantes da rede municipal de ensino que apresentem dificuldades significativas de aprendizagem, atrasos no desenvolvimento, alterações comportamentais, suspeitas de transtornos do neurodesenvolvimento e outras necessidades educacionais específicas. Os serviços deverão contemplar triagem, anamnese, aplicação de testes e protocolos técnicos, avaliações individualizadas, elaboração de relatórios e laudos técnicos, devolutiva às famílias, orientação às equipes pedagógicas e encaminhamentos especializados quando necessário. A contratada deverá disponibilizar, no mínimo, profissional com formação superior em Psicologia, registro ativo no Conselho Regional de Psicologia – CRP e especialização em Neuropsicologia, bem como profissional com formação em Psicopedagogia, ambos com experiência ou capacitação compatível com desenvolvimento infantil, dificuldades de aprendizagem e transtornos do neurodesenvolvimento. A execução dos serviços ocorrerá de forma parcelada, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação, com carga horária mínima de 08 (oito) horas semanais por profissional, inicialmente distribuídas em 02 (dois) dias por semana, podendo os horários e dias serem ajustados conforme necessidade da Administração e mediante comum acordo entre as partes.	1.000,00	150.000,00	Serviço
					Valor Total:	150.000,00

Valor Total do Pregão: R$ 401.250,00 (quatrocentos e um mil, duzentos e cinquenta reais).

Total Homologado do Processo: R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

DOTAÇÃO:
Manutenção das Escolas Municipais
07.002.12.361.0017.2045 – 3.3.90.39 Fonte 103 – Red. 381
07.002.12.361.0017.2045 – 3.3.90.39 Fonte 104 – Red. 381

Manutenção de Centros Educacional Infantil
07.003.12.365.0018.2047 – 3.3.90.39 Fonte 103 – Red. 407
07.003.12.365.0018.2047 – 3.3.90.39 Fonte 104 – Red. 407

Manutenção da Educação Especial Inclusiva
07.004.12.367.0019.2049 – 3.3.90.39 Fonte 104 – Red. 417

Valor global máximo: R$ 401.250,00 (quatrocentos e um mil, duzentos e cinquenta reais).

Califórnia, 02 de agosto de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Lucas Eduardo Leal Bueno
Código Identificador:35A06BBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 708/2026

Republicado por haver incorreção.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.018 – ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	0000	79.200,00
TOTAL			**79.200,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados anulação parcial de dotação, no valor de R$ R$ 79.200,00 (Setenta e nove mil e duzentos reais), proveniente da fonte: 0000.

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.018 – ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos E Material Permanente	0000	3.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	17.000,00
TOTAL			**20.000,00**

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.440 – ABRIGO INSTITUCIONAL CAMPO MAGRO			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos E Material Permanente	0000	11.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0000	20.000,00
3.3.90.33.00.00	Passagens E Despesas Com Locomoção	0000	5.000,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Física	0000	4.200,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica	0000	19.000,00
TOTAL			**59.200,00**

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 28 de agosto de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:1DB0648E

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 710/2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Abrir Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais) no Orçamento Geral do Município, autorizada pela Lei 1.477/2025.

O Prefeito do Município de Campo Magro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e autorizado pela Lei n.º 1.477/2025 de 18 de dezembro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município para o exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar na importância de R$ 70.000,00 (Setenta mil reais), como segue:

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.244.1008.2.023 - PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0780	10.000,00
TOTAL			**10.000,00**

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.241.1026.2.157 - SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO - PESSOA IDOSA			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0780	20.000,00
TOTAL			**20.000,00**

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.243.1026.2.158 - SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - 06 A 17 ANOS - ZONA RURAL E ZONA URBANA			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0780	20.000,00
TOTAL			**20.000,00**

ÓRGÃO: 07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
UNIDADE: 02 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			
08.243.1026.2.159 - SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULOS - 06 A 17 ANOS - ZONA URBANA			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	0780	20.000,00
TOTAL			**20.000,00**

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar aberto de acordo com o artigo anterior, serão utilizados excesso de arrecadação no valor de R70.000,00 (Setenta mil reais)), proveniente da fonte: 0780.

Art. 3º - Ficam alteradas as Leis de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, anexos I e II, em valores iguais ao desta Lei, nos programas, órgãos e ações respectivas.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Magro, 01 de setembro de 2026.

RILTON BOZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:F06020C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ESCALA CONSELHO TUTELAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ESCALA CONSELHO TUTELAR

De acordo com as Leis Municipais nº 1.414/2017 e nº 1.509/2019 o CMDCA, de Candói-PR, torna pública as escalas de sobreavisos e de folgas semanais, bem como dos sobreavisos em finais de semana das Conselheiras Tutelares de Candói-PR, referente ao mês de setembro de 2026:

Segunda-feira	*Terça-feira*	*Quarta-feira*	*Quinta-feira*	*Sexta-feira*	*Sábado*	*Domingo*
	01 **Sobreaviso:** Josimari Turok Stangherlin Rosalina Ribeiro	**02** **Sobreaviso:** Karina Orzechowski Janaina Inacio de Oliveira	**03** **Sobreaviso:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviegicoski	**04** **Sobreaviso:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherlin	**05 e 06** **Sobreaviso:** Karina Orzechowski Mari Terezinha Zviegicoski	
	Folga: Karina Orzechowski	**Folga:** Mari Terezinha Zviegicoski	**Folga:** Janaina Inacio de Oliveira	**Folga:** Rosalina Ribeiro		
07 **Sobreaviso:** Josimari Turok Stangherlin Rosalina Ribeiro	**08** **Sobreaviso:** Karina Orzechowski Janaina Inacio de Oliveira	**09** **Sobreaviso:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviegicoski	**10** **Sobreaviso:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherlin	**11** **Sobreaviso:** Karina Orzechowski Mari Terezinha Zviegicoski	**12 e 13** **Sobreaviso:** Josimari Turok Stangherlin Rosalina Ribeiro	
Folga: FERIADO	**Folga:** Mari Terezinha Zviegicoski	**Folga:** Janaina Inacio de Oliveira	**Folga:** Rosalina Ribeiro	**Folga:** Josimari Turok Stangherlin		
14 **Sobreaviso:** Karina Orzechowski Janaina Inacio de Oliveira	**15** **Sobreaviso:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviegicoski	**16** **Sobreaviso:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherlin	**17** **Sobreaviso:** Karina Orzechowski Mari Terezinha Zviegicoski	**18** **Sobreaviso:** Josimari Turok Stangherlin Rosalina Ribeiro	**19 e 20** **Sobreaviso:** Karina Orzechowski Janaina Inacio de Oliveira	
Folga: Mari Terezinha Zviegicoski	**Folga:** Janaina Inacio de Oliveira	**Folga:** Rosalina Ribeiro	**Folga:** Josimari Turok Stangherlin	**Folga:** Karina Orzechowski		
21 **Sobreaviso:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviegicoski	**22** **Sobreaviso:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherlin	**23** **Sobreaviso:** Karina Orzechowski Mari Terezinha Zviegicoski	**24** **Sobreaviso:** Josimari Turok Stangherlin Rosalina Ribeiro	**25** **Sobreaviso:** Karina Orzechowski Janaina Inacio de Oliveira	**26 e 27** **Sobreaviso:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviegicoski	
Folga: Janaina Inacio de Oliveira	**Folga:** Rosalina Ribeiro	**Folga:** Josimari Turok Stangherlin	**Folga:** Karina Orzechowski	**Folga:** Mari Terezinha Zviegicoski		
28 **Sobreaviso:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherlin	**29** **Sobreaviso:** Karina Orzechowski Mari Terezinha Zviegicoski	**30** **Sobreaviso:** Josimari Turok Stangherlin Rosalina Ribeiro	**01** **Sobreaviso:** Karina Orzechowski Janaina Inacio de Oliveira	**02** **Sobreaviso:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviegicoski	**03 e 04** **Sobreaviso:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherlin	
Folga: Rosalina Ribeiro	**Folga:** Josimari Turok Stangherlin	**Folga:** Karina Orzechowski	**Folga:** Mari Terezinha Zviegicoski	**Folga:** Janaina Inacio de Oliveira		

· O regime de sobreaviso durante a semana inicia-se às 17h00 da referida data, com término às 08h00 do dia subsequente;
· O regime de sobreaviso nos finais de semana inicia-se às 08h00 de sábado com término às 08h00 da segunda-feira;

· Ressalta-se que no período das 12h às 13h00 o conselho estará atendendo em regime de sobreaviso, comunicado este feito ao CMDCA por meio do ofício 076/2020.
· Cada conselheira terá direito a 4 (quatro) horas de folga semanais, conforme a Resolução 07/2021.
· A escala de trabalho segue as orientações mencionadas na Resolução 07/2021.
· Este documento passa a valer a partir da data de sua assinatura.

Candói – PR, 31 de agosto de 2026.

ELIZETE DO ROCIO BRUSTOLIM DÓI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Rozane Hlusko
Código Identificador:3EC2C86F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 274/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº 274/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.024/2026
PROCESSO Nº 661/2026

O **MUNICÍPIO DE CANDÓI**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob o nº 95.684.478/0001-94, com sede administrativa na Prefeitura Municipal, localizado na Av. XV de Novembro, nº 1761, Bairro Cacique Candói, CEP 85.140-000, neste ato representado pelo Prefeito, Sr. ALDOINO GOLDONI FILHO, inscrito no CPF sob o nº 533.961.209-06, portador da cédula de identidade civil RG nº 12R1497082 SESP/SC, considerando o julgamento da licitação na modalidade Pregão, resolve registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ata, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, Decreto Municipal nº 296, de 3 de abril de 2023, em conformidade com as disposições à seguir:

1. OBJETO

1.1. Registro de preço de materiais de limpeza e cozinha para uso das diversas secretarias municipais, conforme quantitativos e demais exigências constantes do edital e seus anexos.
1.1.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição, o edital do Pregão Eletrônico nº 90.024/2026 e seus anexos e a proposta do fornecedor.

2. VALIDADE E PRORROGAÇÃO DA ATA

2.1. A presente ata terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, conforme disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
2.2. Em caso de prorrogação, os quantitativos serão renovados em montante equivalente ao inicialmente pactuado.

3. PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

3.1. O valor global desta Ata é na importância de **R$ 45.172,05** (quarenta e cinco mil, cento e setenta e dois reais e cinco centavos).
3.2. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor, e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:
Fornecedor: ALEX FERREIRA SANTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o nº 64.806.049/0001-19, com sede na Avenida Maximiliano Vicentin, n° 700, Sala 02, Bairro CEP 85.270-000, Palmital-PR, endereço eletrônico: mercadocertocompreemcasa@gmail.com, neste ato representado por seu sócio administrador o Sr. ALEX FERREIRA SANTOS, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 663.***.***-00, com residência e domicílio na Rua Tiradentes, n° 699, Bairro Centro, CEP 85.270-000, Palmital-PR, endereço eletrônico: alexferreirafs2205@gmail.com.

Lote	Produto/Serviço	Marca	Un	Qtde	Preço	Preço total
21	Copo descartável 180ml, normatizado conforme ABNT 14865, na cor branca, pacote com 100 un	QUERO COPO	PCT	4.075,00	4,64	18.908,00
41	Esponja de lã aço, pacote com 08 unidades	ASSOLAN	PCT	1.517,00	2,65	4.020,05
63	Luva em Latéx Natural - Limpeza: G Confeccionada em látex natural, com revestimento interno em verniz silver (forro liso). Com sistema antiderrapante na face palmar, dedos e ponta dos dedos. Com 30cm. de comprimento e espessura do material de 0,45mm. Deverá ser testada e aprovada para proteção das mãos do usuário contra agentes mecânicos e químicos, os quais serão solicitados posteriormente na Requisição de Compra. Com CA válido. Instruções de uso em língua portuguesa. Garantia do material ou fabricação de no mínimo 06 meses a contar do recebimento definitivo do produto. Referência: CA 14.754 ou similar de igual ou superior qualidade.	DANY	PR	500,00	6,80	3.400,00
64	Luva em Latéx Natural - Limpeza: M Confeccionada em látex natural, com revestimento interno em verniz silver (forro liso). Com sistema antiderrapante na face palmar, dedos e ponta dos dedos. Com 30cm. de comprimento e espessura do material de 0,45mm. Deverá ser testada e aprovada para proteção das mãos do usuário contra agentes mecânicos e químicos, os quais serão solicitados posteriormente na Requisição de Compra. Com CA válido. Instruções de uso em língua portuguesa. Garantia do material ou fabricação de no mínimo 06 meses a contar do recebimento definitivo do produto. Referência: CA 14.754 ou similar de igual ou superior qualidade.	DANY	PR	1.500,00	7,40	11.100,00
65	Luva em Latéx Natural - Limpeza: P Confeccionada em látex natural, com revestimento interno em verniz silver (forro liso). Com sistema antiderrapante na face palmar, dedos e ponta dos dedos. Com 30cm. de comprimento e espessura do material de 0,45mm. Deverá ser testada e aprovada para proteção das mãos do usuário contra agentes mecânicos e químicos, os quais serão solicitados posteriormente na Requisição de Compra. Com CA válido. Instruções de uso em língua portuguesa. Garantia do material ou fabricação de no mínimo 06 meses a contar do recebimento definitivo do produto. Referência: CA 14.754 ou similar de igual ou superior qualidade.	DANY	PR	1.000,00	6,80	6.800,00
91	Refil microfibra para Mop Flat, medidas individuais: Refil - 9 cm x 39 cm x 2 cm	ATOPY	UN	59,00	16,00	944,00

3.3. A listagem do cadastro de reserva referente esta ata, caso possua, constará como anexo.

4. ORGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. O órgão gerenciador será a Secretaria de Administração, através do Setor de Licitações.
4.2. São órgãos participantes do registro de preços:

#	Órgão Participante
1	Secretaria de Administração
2	Secretaria de Educação
3	Secretaria de Cultura
4	Secretaria de Esporte e Lazer
5	Secretaria de Saúde

6	Secretaria de Assistência Social
7	Secretaria de Viação e Serviços Públicos
8	Secretaria de Agricultura e Pecuária
9	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
10	Secretaria de Desenvolvimento Econômico

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Não será admitida a adesão à esta ata de registro de preços.

6. REVISÃO E CANCELAMENTO

6.1. O órgão gerenciador poderá, na periodicidade que julgar necessário, em razão da natureza do objeto registrado, realizar a atualização dos preços registrados, em conformidade com a realidade de mercado.

6.2. Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6.3. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

6.3.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.3.2. A redução do preço registrado poderá impactar nos contratos deles decorrentes.

6.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja aventada pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas.

6.4.1. A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

6.4.2. Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e neste edital.

6.4.3. Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

6.4.4. Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

6.4.5. Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

6.4.6. Liberado o fornecedor na forma do subitem anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.4.7. Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados.

6.4.8. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder o cancelamento do registro de preços do item, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

6.5. O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

V – não aceitar o preço revisado pela Administração.

6.6. Esta ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II – pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

6.7. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa. O fornecedor será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

7. DA CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR REGISTRADO

7.1. A contratação com os fornecedores registrados nesta ata será formalizada pelo órgão gerenciador por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o disposto no art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Os instrumentos de que trata o subitem anterior serão assinados no prazo de validade da ata de registro de preços.

7.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o disposto noart. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.4. Os contratos decorrentes desta Ata de Registro de Preços serão por escopo e terão vigência de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogados somente nos termos do art. 111 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.5. A convocação para assinatura será feita através de ofício pelo sistema digital de gestão documental, no qual constará como anexo o instrumento contratual, que deverá ser assinado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, digitalmente pelo próprio sistema, mediante uso de senha pessoal ou certificado digital, conforme Decreto Municipal nº 138, de 2021.

7.6. O prazo estabelecido para assinatura do contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo adjudicatário, durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

7.7. A recusa na assinatura do contrato, ensejara abertura de processo administrativo para penalização do fornecedor, e autoriza o órgão gerenciador, a convocação do cadastro reserva para exercício do mesmo direito.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. O descumprimento das obrigações constantes do edital, termo de referência e demais anexos, e desta ata de registro de preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital e legislação aplicável.
8.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do Art. 106, § 6º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

9. CONDIÇÕES GERAIS

9.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no termo de referência, anexo do edital.
9.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta Ata, inclusive acréscimos do que trata o Art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos do Art. 106, § 8º do Decreto Municipal nº 296, de 2023.

10. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA) do exercício de 2026, conforme Atestado de Disponibilidade Orçamentária e Financeira constante do Processo Digital nº 661/2026 – Despacho 4, em uma ou mais das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação / Atividade	Conta	Fonte de Recurso	Natureza de Despesa	Grupo da Fonte
04.001.04.122.0002.2006 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa-SA	490	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
04.002.04.122.0002.2007 - Manutenção do Departamento de Logística e Serviços	600	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
06.001.12.306.0005.2012 - Manutenção da Alimentação Escolar	880	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
06.001.12.361.0005.2013 - Manutenção do Depto. de Gestão Adm. Pedagógica	1010	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
06.001.12.361.0005.2014 - Manutenção do Ensino Fundamental	1130	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
07.001.04.122.0006.2020 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa-SELC	1610	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
07.002.27.812.0006.2021 - Manutenção do Departamento Esportivo e Recreativo	1660	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
07.003.13.392.0006.2022 - Manutenção do Departamento de Cultura	1780	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
08.001.10.301.0007.2023 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa-SS	1940	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
08.001.10.301.0007.2023 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa-SS	1950	00303 - ASPS Receitas Vinculadas à Saúde (15%)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
08.001.10.301.0007.2023 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa-SS	1960	01062 - Rec. Não Vinculados - Compensação Impostos	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	De Exercícios Anteriores
08.002.10.302.0007.2024 - Manutenção do Depto. de Atenção Especializada	2090	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
08.002.10.302.0007.2025 - Manutenção da Odontologia	2140	00493 - ASPS Bloco de Custeio-Estadual	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
08.002.10.302.0007.2025 - Manutenção da Odontologia	2150	00494 - ASPS Bloco de Custeio-Federal	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
08.002.10.302.0007.2028 - Manutenção da Fisioterapia	2290	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
08.003.10.301.0007.2029 - Manutenção do Depto. de Atenção Básica	2340	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
09.001.08.122.0006.2037 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa-SAS	2810	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
09.003.08.122.0006.2040 - Gestão Adm. do Fundo Mun. de Assistência Social-FMAS	2960	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
09.004.08.243.0006.2047 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente-FMDCA	3330	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
10.001.04.122.0003.2052 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa e Frotas	3610	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
10.001.04.122.0003.2052 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa e Frotas	3620	00505 - Royalties Compens. Financ. Recursos Hídricos	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
11.001.04.122.0004.2055 - Manutenção do Depto. de Gestão Administrativa-SAP	3860	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
11.002.20.608.0004.2056 - Manutenção do Departamento de Apoio ao Produtor	3940	01065 - Royalties Exploração de Petróleo e Gás (FEP)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
12.002.23.695.0003.2061 - Manutenção do Departamento de Turismo	4170	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
13.001.04.122.0003.2062 - Manutenção do Depto de Gestão Administrativa-SUMA	4230	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício
13.003.15.451.0003.2065 - Manutenção do Depto. de Urbanismo e Engenharia	4380	00000 - Recursos Ordinários (Livre)	3.3.90.30.00.00 – Material de Consumo	Do Exercício

10.2. Caso a despesa não seja executada no exercício de 2026, as despesas serão suportadas por dotações orçamentárias equivalentes previstas na LOA do exercício subsequente.

11. LEGISLAÇÃO APLICÁVEL E CASOS OMISSOS

11.1. A legislação aplicável ao cumprimento das obrigações desta ata, inclusive quanto aos casos omissos serão decididos pelo órgão gerenciador, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

12. PUBLICAÇÃO

12.1. Após assinatura das partes, esta ata ou seu extrato será publicada no Diário Oficial do Município de Candói-PR acessível no sitio eletrônico http://www.diariomunicipal.com.br/amp.
12.2. Incumbirá ao órgão gerenciador divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, bem como no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 c/c art. 176 da Lei 14.133, de 2021.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada, e, depois de lida e achada em ordem, vai assinada digitalmente pelas partes.

Datado e Assinado digitalmente pelo Sr. **Aldoino Goldoni Filho** (como representante legal do órgão gerenciador) e pelo Sr. **Alex Ferreira Santos** (como fornecedor), dispensando-se assinatura de testemunhas nos termos do art. 784, § 4º do Código de Processo Civil.

Publicado por:
Maria Caroline Dias de Ramos
Código Identificador:6364AC8F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO 058/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR		
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO		
UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR		
PREGÃO 17/2026		
Às 15:20 horas do dia 01 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 1 do Pregão nº 17/2026, Processo nº 3.209/2026.		
Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço	
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto	
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR	
Objeto da compra: Registro de preços de serviços especializados de acolhimento de idosos em uma instituição de longa permanência.		
Entrega de propostas: De 05/08/2026 às 09:00 até 24/08/2026 às 08:30		
Abertura da sessão pública: Dia 24/08/2026 às 08:30 (horário de Brasília)		
Mensagens do chat da compra		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	24/08/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 2 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	24/08/2026 às 08:30:34	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o Agente de Contratação designado como Pregoeiro deste certame. Sejam todos bem vindos.
Sistema	24/08/2026 às 08:32:21	Conforme subitem 11.1 do Edital, TODOS os licitantes independente da ordem classificatória já devem possuir em mãos os documentos de habilitação, visto que o prazo concedido ao licitante vencedor é apenas para envio dos documentos, e não prazo para obter documentação ainda não existente.
Sistema	24/08/2026 às 08:37:42	Nos termos do subitem 9.10 do Edital, haverá margem de preferência para ME/EPP local/regional no item (serviço) 1
Sistema	24/08/2026 às 08:41:09	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	24/08/2026 às 08:42:42	Atenção: Em re-análise ao edital, em observância ao subitem 6.1 em conjunto com subitem 9.10, concluímos que não haverá margem de preferência para Me/EPP local/regional
Sistema	24/08/2026 às 08:43:07	Aguardem enquanto verifico a proposta classificada em 1º lugar.
Sistema	24/08/2026 às 09:37:50	Em razão de outras atividades do Pregoeiro, a sessão está suspensa até 8:30h do dia 25/08/2026. Os prazos abertos correm normalmente
Sistema	25/08/2026 às 08:34:49	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	25/08/2026 às 08:35:02	Matenham-se conectados enquanto analiso a proposto anexada.
Eventos da compra		
Data/Hora	**Descrição**	
24/08/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública	
24/08/2026 às 08:41:08	Início da etapa de julgamento de propostas	

Item 1 - Reserva em Hotéis Nacionais e Internacionais		
Prestação de serviços de acolhimento de um idoso do sexo masculino em instituição apropriada para tal função, em tempo integral (Casa Lar para Idosos), com estadia, alimentação e demais cuidados necessários, incluindo assistência médica, apoio psicossocial, atividades recreativas e sociais, cuidados de higiene pessoal, além de toda a infraestrutura necessária para garantir a segurança, o bem-estar e a qualidade de vida do idoso acolhido. O serviço será prestado conforme as normas vigentes, assegurando um ambiente seguro e adaptado às necessidades dos residentes, em conformidade com o Estatuto do Idoso e demais legislações aplicáveis.		
A vaga solicitada é para grau 1		
Quantidade: 12	Valor estimado: R$ 4.035,1800 (unitário)	
Unidade de fornecimento: null	R$ 48.422,1600 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,0000	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Sem benefícios ME/EPP (Art. 4º, lei 14.133/2021)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00, melhor lance: R$ 3.800,0000 (unitário) / R$ 45.600,0000 (total), valor negociado: R$ 3.200,0000 (unitário) / R$ 38.400,0000 (total)		
Propostas do Item 1		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
12.674.507/0001-00 - AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Não	R$ 3.800,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 45.600,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 4.000,0000 (unitário)	Valor negociado: R$ 3.200,0000 (unitário)	Quantidade ofertada: 12
R$ 48.000,0000 (total)	R$ 38.400,0000 (total)	
32.008.414/0001-53 - AUGUSTO LIMA TURISMO LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim	R$ 3.980,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 47.760,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: ES		
Valor proposta: R$ 3.980,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 12
R$ 47.760,0000 (total)		
57.588.189/0001-00 - INSTITUTO GUERREIROS DA SAUDE		-
Benefício Me/Epp: Não	R$ 4.030,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 48.360,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 4.035,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 12
R$ 48.420,0000 (total)		
Lances do Item 1		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
24/08/2026 às 08:30:49	57.588.189/0001-00	R$ 4.034,0000

Data/hora	**Participante**	**Lance**
24/08/2026 às 08:32:12	57.588.189/0001-00	R$ 4.030,0000
24/08/2026 às 08:38:17	12.674.507/0001-00	R$ 3.800,0000
Mensagens do chat do Item 1		
Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	24/08/2026 às	O item 1 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.

	08:30:00	
Sistema	24/08/2026 às 08:40:18	O item 1 está encerrado.
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:44:49	Sr. Fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001- 00, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Vejo que na licitação anterior apesar de restar fracassada, o lance foi menor! Consegue reduzir um pouco seu preço?.
Pelo participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:48:52	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00, tendo informado R$ 3.500,0000.
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:50:10	Sr. Fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001- 00, você foi convocado para negociação de valor do item 1. Justificativa: Verifique por favor se realmente não consegue reduzir um pouco mais o preço.
Pelo participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:52:08	vamos manter esse preço.
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:53:54	Tem certeza que realmente não consegue reduzir, pois na licitação anterior o lance foi menor
Pelo participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:57:00	de fato, mas estavamos acredito muito abaixo do ideal, com esse valor conseguiremos dar melhor condiçao pros acolhidos, e temos uma certa margem para inflaçao galopante que anda em nosso pais
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:58:29	Entendo. Estarei analisando sobre aceitação da proposta.
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:58:49	Enquanto isso, caso decida, poderá ajustar novo lance
Pelo participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 09:00:02	O item 1 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00. A negociação do item 1 foi aceita pelo fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00, tendo informado R$ 3.200,0000.
Pelo participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 09:00:25	diminui mais um pouco mas vai ser a ultima proposta
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 09:00:44	Sr. Fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001- 00, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 11:01:00 do dia 24/08/2026. Justificativa: Solicito que anexe no sistema a proposta com os valores ajustados ao valor negociado, sob pena de desclassificação sem prejuízo de instauração de processo de responsabilização.
Pelo participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 10:42:45	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 10:42:45 de 24/08/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00.
Pelo participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 10:44:11	proposta item 1 e 2 estao todas no arquivo do item 1.

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	25/08/2026 às 08:40:51	Sr. Fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001- 00, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 10:41:00 do dia 25/08/2026. Justificativa: Solicito que ajuste o valor global do item 2, visto que notavelmente houve erro de cálculo.
Pelo participante 12.674.507/0001-00	25/08/2026 às 08:47:32	O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 08:47:32 de 25/08/2026. 1 anexo foi enviado pelo fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00.
Sistema	25/08/2026 às 08:57:59	O item 1 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 25/08/2026 09:07:59.
Sistema	25/08/2026 às 09:11:58	O item 1 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 25/08/2026 09:21:58.
Fase Recursal do Item/Grupo *		
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.		
Sessão 1		
Prazos:		
Intenção de recurso no julgamento:	25/08/2026 09:07:59	
Intenção de recurso na habilitação:	25/08/2026 09:21:58	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDOI PR

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

UASG 985499 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI - PR

PREGÃO 17/2026

Às 15:20 horas do dia 01 de setembro do ano de 2026, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, LICIELE ALBANIO, HOMOLOGA e ADJUDICA o objeto referente ao item 2 do Pregão nº 17/2026, Processo nº 3.209/2026.

Fundamentação legal: Lei 14.133/2021	Característica: SRP - Registro de Preço
Critério de julgamento: Menor Preço / Maior Desconto	Modo de disputa: Aberto
Compra emergencial: Não	UF da UASG: PR

Objeto da compra: Registro de preços de serviços especializados de acolhimento de idosos em uma instituição de longa permanência.

Entrega de propostas: De 05/08/2026 às 09:00 até 24/08/2026 às 08:30

Abertura da sessão pública: Dia 24/08/2026 às 08:30 (horário de Brasília)

Mensagens do chat da compra

Responsável	**Data/Hora**	**Mensagem**
Sistema	24/08/2026 às 08:30:00	A sessão pública está aberta. Até 2 itens poderão estar em disputa simultaneamente e o período de abertura para disputa será entre 08:30 e 12:00 e entre 13:30 e 18:00. Mantenham-se conectados.
Sistema	24/08/2026 às 08:30:34	Bom dia. Meu nome é Rodrigo Miss, o Agente de Contratação designado como Pregoeiro deste certame. Sejam todos bem vindos.
Sistema	24/08/2026 às 08:32:21	Conforme subitem 11.1 do Edital, TODOS os licitantes independente da ordem classificatória já devem possuir em mãos os documentos de habilitação, visto que o prazo concedido ao licitante vencedor é apenas para envio dos documentos, e não prazo para obter documentação ainda não existente.
Sistema	24/08/2026 às 08:37:42	Nos termos do subitem 9.10 do Edital, haverá margem de preferência para ME/EPP local/regional no item (serviço) 1
Sistema	24/08/2026 às 08:41:09	A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.
Sistema	24/08/2026 às 08:42:42	Atenção: Em re-análise ao edital, em observância ao subitem 6.1 em conjunto com subitem 9.10, concluímos que não haverá margem de preferência para Me/EPP local/regional
Sistema	24/08/2026 às 08:43:07	Aguardem enquanto verifico a proposta classificada em 1º lugar.
Sistema	24/08/2026 às 09:37:50	Em razão de outras atividades do Pregoeiro, a sessão está suspensa até 8:30h do dia 25/08/2026. Os prazos abertos correm normalmente
Sistema	25/08/2026 às 08:34:49	Bom dia. Conforme agendado, retornamos ao julgamento.
Sistema	25/08/2026 às 08:35:02	Matenham-se conectados enquanto analiso a proposto anexada.

Eventos da compra

Data/Hora	**Descrição**
24/08/2026 às 08:30:00	Abertura da sessão pública
24/08/2026 às 08:41:08	Início da etapa de julgamento de propostas

Item 2 - Reserva em Hotéis Nacionais e Internacionais

Prestação de serviços de acolhimento duas pessoas idosas a ser definido no momento do acolhimento podendo ser vaga feminina e ou masculina em instituição apropriada para tal função, em tempo integral (Casa Lar para Idosos), com estadia, alimentação e demais cuidados necessários, incluindo assistência médica, apoio psicossocial, atividades recreativas e sociais, cuidados de higiene pessoal, além de toda a infraestrutura necessária para garantir a segurança, o bem-estar e a qualidade de v ida do idoso acolhido. O serviço será prestado conforme as normas vigentes, assegurando um ambiente seguro e adaptado às necessidades dos residentes, em conformidade com o Estatuto do Idoso e demais legislações aplicáveis.

As vagas solicitadas são para grau 1.

Quantidade: 24	Valor estimado: R$ 4.301,3500 (unitário)	
Unidade de fornecimento: null	R$ 103.232,4000 (total)	
Intervalo mínimo entre lances: R$ 1,0000	Situação: Adjudicado e Homologado	
Critério de julgamento: Menor Preço		
Tratamento Diferenciado ME/EPP: Sem benefícios ME/EPP (Art. 4º, lei 14.133/2021)		
Adjudicado e Homologado por CPF ***.937.***-*2 - LICIELE ALBANIO para AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00, melhor lance: R$ 4.100,0000 (unitário) / R$ 98.400,0000 (total), valor negociado: R$ 3.200,0000 (unitário) / R$ 76.800,0000 (total)		
Propostas do Item 2		
Benefício Me/Epp: Conforme Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006		
Equidade de gênero: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 11.430/2023		
Programa de integridade: Conforme termos previsos na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto nº 12.304/2024		
Fornecedor	**Valor ofertado**	**Situação**
12.674.507/0001-00 - AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO		Proposta adjudicada
Benefício Me/Epp: Não	R$ 4.100,0000 (unitário)	
Equidade de gênero: Ouro	R$ 98.400,0000 (total)	
Programa de integridade: Sim		
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 4.200,0000 (unitário)	Valor negociado: R$ 3.200,0000 (unitário)	Quantidade ofertada: 24
R$ 100.800,0000 (total)	R$ 76.800,0000 (total)	
32.008.414/0001-53 - AUGUSTO LIMA TURISMO LTDA		-
Benefício Me/Epp: Sim		
Equidade de gênero: Nenhum	R$ 4.200,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 100.800,0000 (total)	
UF endereço: ES		
Valor proposta: R$ 4.200,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 24
R$ 100.800,0000 (total)		
57.588.189/0001-00 - INSTITUTO GUERREIROS DA SAUDE		-
Benefício Me/Epp: Não		
Equidade de gênero: Ouro	R$ 4.300,0000 (unitário)	
Programa de integridade: Sim	R$ 103.200,0000 (total)	
UF endereço: PR		
Valor proposta: R$ 4.301,0000 (unitário)	Valor negociado: Não Realizado	Quantidade ofertada: 24
R$ 103.224,0000 (total)		
Lances do Item 2		
Data/hora	**Participante**	**Lance**
24/08/2026 às 08:31:00	57.588.189/0001-00	R$ 4.300,0000
24/08/2026 às 08:38:22	12.674.507/0001-00	R$ 4.100,0000

Mensagens do chat do Item 2

Responsável	Data/Hora	Mensagem
Sistema	24/08/2026 às 08:30:00	O item 2 foi aberto. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	24/08/2026 às 08:30:00	Algumas propostas do item 2 estão empatadas. Solicitamos o envio de lances.
Sistema	24/08/2026 às 08:40:23	O item 2 está encerrado.
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:45:05	Sr. Fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001- 00, você foi convocado para negociação de valor do item 2. Justificativa: Vejo que na licitação anterior apesar de restar fracassada, o lance foi menor! Consegue reduzir um pouco seu preço?.
Pelo participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:47:52	O item 2 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00. A negociação do item 2 foi aceita pelo fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00, tendo informado R$ 3.500,0000.
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:49:59	Sr. Fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001- 00, você foi convocado para negociação de valor do item 2. Justificativa: Verifique por favor se realmente não consegue reduzir um pouco mais o preço.
Pelo participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:52:40	vamos manter esse preço
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:53:18	Realmente não consegue reduzir? Pois na licitação anterior o lance foi menor.
Pelo participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:55:48	de fato, mas estavamos acredito muito abaixo do ideal, com esse valor conseguiremos dar melhor condiçao pros acolhidos, e temos uma certa margem para inflaçao galopante que anda em nosso pais
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:59:18	Entendo. Mas a inflação é corrigida pelo índice contratual.
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 08:59:38	Estarei analisando sobre aceitação da proposta. Enquanto isso, caso decida, poderá ajustar novo lance
Pelo participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 09:00:44	O item 2 teve a negociação de valor encerrada pelo fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00. A negociação do item 2 foi aceita pelo fornecedor AMIGOS DA CASA LAR DO IDOSO DE CANTAGALO, CNPJ 12.674.507/0001-00, tendo informado R$ 3.200,0000.
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	24/08/2026 às 09:01:50	Solicito que anexe no sistema, no campo anexo do item 1, a proposta com os valores ajustados ao valor negociado, sob pena de desclassificação sem prejuízo de instauração de processo de responsabilização
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	25/08/2026 às 08:39:48	O valor global do item 2 ficou divergente do lance ofertado no sistema.
Sistema para o participante 12.674.507/0001-00	25/08/2026 às 08:39:51	Solicito que ajuste
Sistema	25/08/2026 às 08:58:12	O item 2 está na etapa de julgamento de proposta no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 25/08/2026 09:08:12.
Sistema	25/08/2026 às 09:12:03	O item 2 está na etapa de habilitação de fornecedores no período de intenção de recursos, com acréscimo de 10 minutos a partir de agora - até 25/08/2026 09:22:03.

Fase Recursal do Item/Grupo *	
* Maiores detalhes sobre recursos, contrarrazões, decisões e revisões deverão ser consultados no sistema.	
Sessão 1	
Prazos:	
Intenção de recurso no julgamento:	25/08/2026 09:08:12
Intenção de recurso na habilitação:	25/08/2026 09:22:03

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:648A2E72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 369/2026

PORTARIA Nº 369/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Thiago Lucietto	Secretário de Desenvolvimento Econômico e Renda	03 (três)	Foz do Iguaçu – PR	02,03,04 de setembro de 2026.	Rede Secretários – PR Acelera.
Rosangela Cristina capeleti S.	Agente de Administração	01 (uma)	Cascavel – PR	04 de setembro de 2026.	Buscar documentação no IIPR, PRM.
Everton Kuhn B.	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	26 de agosto de 2026.	Hospital Regional de Guarapuava.
Israel Reis Bento	Motorista	02 (duas)	Campo Largo – PR	27,28 de agosto de 2026.	Hospital Infantil Waldemar Monaister.
Paulo Fabio Gossler	Motorista	02 (duas)	Campo Largo – PR	29,30 de agosto de 2026.	Hospital Infantil Waldemar Monaister.
Paulo Fabio Gossler	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	27 de agosto de 2026.	Hospital e Poli ambulatório
Salatier Reis Bento	Motorista	01 (uma)	Foz do Iguaçu – PR	26 de agosto de 2026.	Hospital e Poli ambulatório
Valdemar de Quadros	Motorista	01 (uma)	Guarapuava – PR	29 de agosto de 2026.	Hospital Regional de Guarapuava.
Leticia do Amaral	Técnica de Enfermagem	03 (três)	Cascavel – PR	18,19,20 de agosto de 2026.	Participação em Capacitação em Sala de Vacina.
Bernadete Teresinha Tondo Gugel	Agente de Serviços Públicos	03 (três)	Cascavel – PR	18,19,20 de agosto de 2026.	Participação em Capacitação em Sala de Vacina.
Anna Paulla Balzan	Enfermeira	01 (uma)	Cascavel – PR	19 de agosto de 2026.	Participação em Capacitação em Sala de Vacina.
Jaime Paulo Parmigiani	Téc. Em Segurança do Trabalho	01 (uma)	Cascavel – PR	25 de agosto de 2026.	Participação em Capacitação para Inspeção em Unidade Básica de Saúde.
Carine Pagnoncelli Rayzer	Agente Sanitarista	01 (uma)	Cascavel – PR	25 de agosto de 2026.	Participação em Capacitação para Inspeção em Unidade Básica de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:F2371ECC

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 371/2026

PORTARIA Nº 371/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Valdemar Domingos de quadros	Motorista	14 (quatorze)	Cascavel Medianeira 18,20 e Céu Azul dia 20 – PR	17,18,19,20,21,22,23,24, 25,26,27,28,30,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC.
Valdecir Dickel	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	25,26,27,28,29,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP DOS OLHOS, PRIME CIT.
Salatier Reis Bento	Motorista	01 (uma)	Toledo – PR	27 de agosto de 2026.	Levar pacientes para HUOP.
Ricardo Mendes Ribeiro de SOuza	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	25,26,27,28,31 de agosto 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, HOSP DOS OLHOS, PRIME CIT.
Paulo Fabio Gossler	Motorista	03 (três)	Céu Azul Cascavel – PR	25,26,28 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM
Mazinho W. da Silva	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	24,25,26,27,28,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN.
Luiz Fernando Ottoni Gugel	Motorista	02 (duas)	Cascavel e Medianeira 26 – PR	26,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP.
Israel Reis Bento	Motorista	03 (três)	Cascavel – PR	25,26,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC
Gilmar Antonio Roman	Motorista	06 (seis)	Toledo 26, Cascavel e Céu Azul 31 – PR	26,27,28,29,30,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM
Fabian de Oliveira Martins	Motorista	06 (seis)	Missal Céu Azul e Medianeira todos dia 26, Cascavel – PR	26,27,28,29,30,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC
Everton Kuhn B.	Motorista	04 (quatro)	Cascavel – PR	25,27,28,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN
Elizangela Fatima Cemin Pereira	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	25,26,27,28,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN
Elenoir Lucas Fontana	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	25,26,27,28,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN
Roberto Dallanora	Motorista	05 (cinco)	Cascavel – PR	25,26,27,28,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM, CEONC, RENALCLIN
Agnaldo Hartkopf	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	25,26,27,28,29,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM
Mariana Lohanna Dias	Motorista	02 (duas)	Cascavel – PR	16,17 de agosto de 2026.	HUOP.
Giovana Marcele Pizone	Motorista	01 (uma)	Cascavel – PR	23 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM
Valdemar Savela	Diretor de Ped. Adm. Da Sec. De Saúde	01 (uma)	Cascavel – PR	27 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM
Valdomiro Correia de Mello	Motorista	06 (seis)	Cascavel – PR	24,25,26,27,28,31 de agosto de 2026.	HUOP, CISOP, UOPECAM

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026

MAXWELL SCAPINI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:F2FCDFF3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 225/2026

DECRETO Nº 225/2026

SÚMULA: Cria Crédito Adicional, no orçamento do município de Centenário do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 3290 de 10 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:
DECRETA:

Artigo 1°. Fica autorizado no orçamento corrente, abrir Crédito Adicional no valor de R$ 581.441,46 (Quinhentos e Oitenta e Um Mil, Quatrocentos e Quarenta e Um Reais e Quarenta e Seis Centavos), no orçamento do município de Centenário do Sul, para o exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0002.2007	Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
230	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
265	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	140.000,00
	SUBTOTAL	160.000,00
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
970	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.500,00
1022	11507-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766241 C/C 28268-5	7.000,00
1023	11508-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 768598 C/C 28271-5	35.000,00
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1136	11508-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 768598 C/C 28271-5	17.000,00
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
999	11510-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 768591 C/C 28270-7	6.000,00
1025	11514-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA DE COMISSAO PROPOSTA 803827 C/C 28341-X	5.884,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1013	11506-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 766885 C/C 28269-3	10.000,00
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1194	11508-CUSTEIO PAP 2026 - EMENDA INDIVIDUAL PROPOSTA 768598 C/C 28271-5	1.680,00
	SUBTOTAL	88.064,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001	DEPARTAMENTO DA AÇÃO SOCIAL	
08.244.0008.2032	Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1332	01201-SEC. DA MULHER, IGUALDADE RACIAL, PESSOA IDOSA-2024	2.655,00
07.002	FUNDO MUNIC.DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0008.2033	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1500	00000-Recursos Ordinários (Livres)	751,67
	SUBTOTAL	3.406,67
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
12.306.0013.2046	Manutenção das Atividades da Cozinha Central - Alimentação Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1940	00107-Salário-Educação	67.370,95
12.361.0013.2048	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2073	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	1.100,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2113	00000-Recursos Ordinários (Livres)	230,00
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR	
12.367.0011.2053	Manutenção das Atividades da Educação Especial	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2770	00102-Fundeb 30%	88.601,38
12.361.0011.2050	Manutenção das Atividades das Escolas do Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2260	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
2282	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	37.746,66
	SUBTOTAL	200.048,99

09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0015.2054	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	122.921,80
	SUBTOTAL	122.921,80
12	SECRETARIA DE DESELVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO	
12.001	DEPARTAMENTO DE INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO	
22.661.0021.2063	Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3962	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	7.000,00
	SUBTOTAL	7.000,00
	TOTAL	581.441,46

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:
I - na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
03.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0002.2007	Manutenção das Atividades da Administração Geral (Serviços Gerais)	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
200	00000-Recursos Ordinários (Livres)	62.530,95
	SUBTOTAL	62.530,95
06	SECRETARIA DE SAUDE	
06.003	FMS - DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
10.301.0004.2024	Manutenção dos Serviços de Saúde - Atenção Básica	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
960	00303-Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)	5.500,00
10.302.0005.2025	Manutenção dos Serviços de Saúde - Média e Alta Complexidade	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.500,00
	SUBTOTAL	31.000,00
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.002	FUNDO MUNIC.DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	
08.243.0008.2033	Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	751,67
	SUBTOTAL	751,67
08	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
08.001	DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO	
12.122.0011.2045	Manutenção das Atividades da Secretaria de Municipal de Educação	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
1880	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	5.000,00
12.306.0013.2046	Manutenção das Atividades da Cozinha Central - Alimentação Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1940	00107-Salário-Educação	7.420,00
12.361.0013.2048	Manutenção do Transporte Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2040	00102-Fundeb 30%	53.149,44
12.306.0013.2046	Manutenção das Atividades da Cozinha Central - Alimentação Escolar	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1960	00000-Recursos Ordinários (Livres)	230,00
08.002	DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO ESCOLAR	
12.361.0011.2050	Manutenção das Atividades das Escolas do Ensino Fundamental	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2200	01040-Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	38.846,66
12.365.0012.2052	Manutenção das Atividades dos Centros Municipais de Educação Infantil - Pré-Escola	
3.3.50.43.00.00	SUBVENÇÕES SOCIAIS	
2610	00102-Fundeb 30%	35.451,94
12.361.0011.2050	Manutenção das Atividades das Escolas do Ensino Fundamental	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2280	00107-Salário-Educação	7.420,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2320	00107-Salário-Educação	10.000,00
	SUBTOTAL	157.518,04
09	SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS	
09.001	DEPARTAMENTO DE INFRAESTRUTURA DE SERV. PÚBLICOS.	
15.451.0015.2054	Manutenção das Atividades da Secretaria de Infraestrutura e Serv. Públicos	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	97.421,80
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3180	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	7.000,00
3190	00507-COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	140.000,00
	SUBTOTAL	244.421,80
	TOTAL	496.222,46

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE - ATENÇÃO PRIMARIA	76.680,00
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	5.884,00
	TOTAL	82.564,00

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º , Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superavit Financeiro nas seguintes rubricas:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
01201	SEC. DA MULHER, IGUALDADE RACIAL, PESSOA IDOSA-2024	2.655,00
	TOTAL	2.655,00

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os seguintes valores como segue.
Alteração Adicional das Cotas de Receita:

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.1.3.50.1.1.10.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS AÇÕES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE - ATENÇÃO PRIMARIA	76.680,00
1.7.1.3.50.1.1.11.00.00.00.00	INCREMENTO TEMPORARIO PARA O CUSTEIO DAS ACOES E SERVIÇOS PUBLICOS DE SAUDE	5.884,00
	TOTAL	82.564,00

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Centenário do Sul, 24 de agosto de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:35CA5A57

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.
PLANO DE COMUNICAÇÃO INTERNA E EXTERNA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Plano de Comunicação Interna e Externa da Secretaria Municipal de Educação

1. Objetivos

O Plano de Comunicação da Secretaria Municipal de Educação tem como objetivo estabelecer diretrizes para promover uma comunicação eficiente, transparente e participativa entre a Secretaria, as unidades escolares e a comunidade. Os objetivos específicos são:

• Garantir bom fluxo de comunicação interna e externa das ações pra a garantia do direito à alfabetização no município de Cerro Azul, desenvolvida de forma alinhada com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.
• Fortalecer o relacionamento entre a Secretaria, Gestores das Unidades Escolares, professores, estudantes, famílias e comunidade.
• Dar transparência à aplicação dos recursos públicos e aos resultados e metas previstos para nosso município.
• Valorizar as boas práticas desenvolvidas pelas escolas e profissionais da rede municipal de educação.
• Promover a imagem institucional da Secretaria por meio de informações claras, acessíveis e confiáveis.

2. Públicos-alvo

Público Interno

• Servidores da Secretaria Municipal de Educação.
• Diretores e equipes gestoras das escolas e CMEIs
• Professores.
• Coordenadores pedagógicos.
• Equipes administrativas e de apoio.
• Conselhos escolares.

Público Externo

• Estudantes da rede Municipal de Ensino
• Pais e responsáveis.
• Conselho Municipal de Educação.
• Ministério Público e demais órgãos de controle.
• Prefeitura Municipal.
• Câmara Municipal.
• Instituições parceiras.
• Imprensa local.
• Comunidade em geral.

3. Canais de Comunicação

Serão utilizados diferentes canais para garantir ampla divulgação das informações:

Canal	**Finalidade**
Site oficial da Prefeitura/Secretaria	Publicação de notícias, editais, documentos, calendário escolar e prestação de contas.
Redes sociais oficiais	Divulgação rápida de ações, campanhas, eventos e comunicados.
Aplicativos de mensagens (WhatsApp ou similares)	Comunicação direta com gestores escolares e envio de avisos urgentes.
E-mail institucional	Comunicação administrativa e compartilhamento de documentos oficiais.
Reuniões presenciais e virtuais	Alinhamento das ações com gestores, professores e equipes técnicas.
Murais das escolas	Divulgação de informações para estudantes e famílias.

Canal	Finalidade
Informativos eletrônicos (newsletter)	Divulgação periódica das ações e resultados da Secretaria.
Rádio comunitária e imprensa local	Divulgação de campanhas, matrículas, eventos e ações institucionais.
Audiências públicas e reuniões comunitárias	Prestação de contas e diálogo com a população.

4. Periodicidade das Ações

Ação	Periodicidade
Atualização do site institucional	Semanal ou conforme necessidade
Publicações nas redes sociais	Mínimo de três vezes por semana
Envio de comunicados às escolas	Sempre que necessário
Newsletter institucional	Mensal
Reuniões com gestores escolares	Quinzenal
Reuniões com equipes técnicas	Quinzenal
Campanhas educativas	Conforme calendário escolar
Divulgação de indicadores educacionais	Semestral
Prestação pública de resultados	Anual ou conforme exigência legal

5. Estratégias de Mobilização

Para ampliar a participação da comunidade escolar, serão desenvolvidas as seguintes estratégias:

• Campanhas de conscientização sobre matrícula, frequência escolar, combate à evasão e valorização da educação.
• Participação das escolas em eventos culturais, esportivos e científicos.
• Envolvimento dos Conselhos Escolares e da Associação de Pais e Mestres nas decisões e ações educacionais.
• Divulgação de boas práticas desenvolvidas pelas escolas e CMEIs da rede municipal de ensino.
• Produção de vídeos, podcasts, cartilhas e materiais educativos.
• Realização de consultas públicas e pesquisas de satisfação com estudantes, famílias e servidores.
• Promoção de seminários, encontros pedagógicos e fóruns de discussão.
• Incentivo à participação da comunidade nas reuniões escolares e audiências públicas.

6. Mecanismos de Divulgação de Resultados

A transparência dos resultados será assegurada por meio de:

• Publicação periódica de relatórios de gestão.
• Divulgação de indicadores educacionais, como desempenho escolar, frequência, matrículas e índices de aprendizagem.
• Apresentação dos resultados em audiências públicas.
• Publicação de infográficos e painéis de indicadores no site institucional.
• Divulgação das ações e conquistas da rede municipal nas redes sociais.
• Prestação de contas sobre investimentos e execução dos programas educacionais.
• Produção de boletins informativos destinados à comunidade escolar.
• Divulgação de projetos exitosos e experiências inovadoras desenvolvidas pelas unidades escolares.

7. Monitoramento e Avaliação

A efetividade do Plano de Comunicação será acompanhada por meio dos seguintes indicadores:

• Número de acessos ao site institucional.
• Alcance e engajamento nas redes sociais.
• Participação da comunidade em reuniões e eventos.
• Taxa de abertura dos comunicados eletrônicos.
• Quantidade de materiais informativos produzidos.
• Índice de participação das escolas nas campanhas institucionais.
• Resultados das pesquisas de satisfação junto aos diferentes públicos.
• Cumprimento do cronograma de divulgação das ações e resultados.

Os resultados desse monitoramento serão analisados periodicamente para identificar oportunidades de melhoria e aprimorar continuamente as estratégias de comunicação da Secretaria Municipal de Educação, fortalecendo a transparência, a participação social e a qualidade da gestão educacional.

ADRIANA CHAVES DA SILVA
Secretária Municipal de Educação
Decreto nº 0266/2026

Publicado por:
Angela Maria Hilman
Código Identificador:40C3D3BD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPTRAN

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 13/10/2026.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAA9D88	275410D000053161	17/08/2026	74550
AAC6E07	275410D000053330	21/08/2026	74550
AAW5B56	275410D000052951	14/08/2026	74630
ABK5A15	275410D000053216	18/08/2026	74550
ACS6H45	275410L000001301	10/08/2026	55412

ADF2285	275410D000053049	16/08/2026	74550
ADF2285	275410D000052971	15/08/2026	74550
ADL0493	275410D000053234	19/08/2026	74550
ADT1H00	275410D000052987	15/08/2026	74550
AFR9C67	275410D000053250	19/08/2026	74550
AFZ0899	275410D000053018	15/08/2026	74550
AHF3H54	275410D000053027	15/08/2026	74550
AHO7J28	275410D000053328	21/08/2026	74550
AIB0893	275410D000052935	14/08/2026	74550
AIE3G22	275410D000053063	16/08/2026	74550
AIT6J82	275410D000052978	15/08/2026	74550
AJD9698	275410D000053074	16/08/2026	74550
AJN0D91	275410D000053087	16/08/2026	74550
AJP3710	275410D000053278	20/08/2026	74550
AJP3710	275410D000053277	20/08/2026	74550
AJV8I95	275410D000052950	14/08/2026	74550
AJW9032	275410D000053205	18/08/2026	74550
AJZ5224	275410D000052929	14/08/2026	74630
AJZ5224	275410D000052937	14/08/2026	74550
AJZ5224	275410D000053098	16/08/2026	74710
AKF4465	275410D000053297	20/08/2026	74550
AKG1J76	275410D000053000	15/08/2026	74550
AKM1073	275410D000053218	19/08/2026	74550
AKM6E14	275410D000053339	21/08/2026	74630
AKM6E14	275410D000053224	19/08/2026	74710
AKM6E14	275410D000053182	18/08/2026	74630
AKM6E14	275410D000053200	18/08/2026	74630
AKM6E14	275410D000053225	19/08/2026	74710
AKQ3055	275410D000053006	15/08/2026	74550
AKS4950	275410D000052956	15/08/2026	74550
ALE4088	275410D000053214	18/08/2026	74550
ALQ8414	275410D000053228	19/08/2026	74550
ALZ7B12	275410D000053059	16/08/2026	74630
AMO7056	275410D000053241	19/08/2026	74550
AMP8945	275410D000053302	20/08/2026	74550
AMV2543	275410L000001321	14/08/2026	55412
ANC1481	275410D000053342	21/08/2026	74550
ANF3778	275410D000053123	17/08/2026	74550
ANF3778	275410D000053168	17/08/2026	74550
ANJ1106	275410D000053291	20/08/2026	74550
ANK3F37	275410D000052932	14/08/2026	74630
ANL1299	275410D000053208	18/08/2026	74550
ANO7G69	275410D000052940	14/08/2026	74550
ANQ1A55	275410D000053323	21/08/2026	74550
ANR3778	275410D000053010	15/08/2026	74550
ANT4238	275410D000053322	21/08/2026	74550
ANT4238	275410D000053280	20/08/2026	74550
ANX3974	275410D000052942	14/08/2026	74550
ANX3974	275410D000053099	16/08/2026	74630
AOK3A92	275410D000053271	19/08/2026	74550
AOM2I58	275410D000052974	15/08/2026	74550
AON9021	275410D000053290	20/08/2026	74550
AOP4604	275410D000053236	19/08/2026	74550
AOV7971	275410D000053325	21/08/2026	74550
AOX9285	275410D000053177	18/08/2026	74550
AOX9285	275410D000053289	20/08/2026	74550
AOX9285	275410D000053235	19/08/2026	74550
AOX9285	275410D000053231	19/08/2026	74550
APA3G24	275410D000053269	19/08/2026	74550
APQ3831	275410D000053285	20/08/2026	74550
APR8750	275410D000053284	20/08/2026	74550
APZ5F86	275410D000053022	15/08/2026	74550
AQG4642	275410L000001330	13/08/2026	55412
AQG4642	275410L000001300	10/08/2026	55412
AQI4E63	275410D000052954	15/08/2026	74550
AQO1J94	275410L000001307	15/08/2026	55412
ARA0G80	275410D000053041	16/08/2026	74550
ARH0J53	275410D000052927	14/08/2026	74550
ARO1697	275410D000053222	19/08/2026	74630
ARQ1G48	275410D000052906	14/08/2026	74630
ARX8291	275410D000053185	18/08/2026	74550
ASA4G42	275410D000052948	14/08/2026	74630
ASB9681	275410D000052996	15/08/2026	74710
ASB9681	275410D000053213	18/08/2026	74550
ASB9681	275410D000053226	19/08/2026	74630
ASH4D84	275410D000052952	14/08/2026	74550
ASI6D85	275410D000053317	20/08/2026	74550
ASJ8028	275410D000053267	19/08/2026	74550
ASP1C22	275410D000053004	15/08/2026	74550
ASR9E07	275410D000053084	16/08/2026	74550
ASV8259	275410D000053053	16/08/2026	74550
ASV8259	275410D000053090	16/08/2026	74550
ASX6F29	275410D000053169	17/08/2026	74550
ATB4I07	275410D000053274	19/08/2026	74630
ATC6H12	275410D000052989	15/08/2026	74550
ATE4J24	275410D000053072	16/08/2026	74550
ATN7E74	275410D000052991	15/08/2026	74550
AUH4E82	275410D000053343	21/08/2026	74550
AUL0F01	275410D000053017	15/08/2026	74550

AUQ2C10	116100T001907707	17/08/2026	76251
AUS9D77	275410D000053140	17/08/2026	74550
AUW3I86	275410D000052931	14/08/2026	74630
AVA1B08	275410D000052955	15/08/2026	74550
AVE6190	275410D000053188	18/08/2026	74550
AVJ1H38	275410D000052985	15/08/2026	74550
AVL1297	275410D000053068	16/08/2026	74550
AVV6967	275410D000053173	18/08/2026	74630
AVV6967	275410D000053221	19/08/2026	74710
AVV6967	275410D000052958	15/08/2026	74710
AVV6967	275410D000052945	14/08/2026	74630
AVV6967	275410D000053119	17/08/2026	74630
AVZ2F45	275410D000053079	16/08/2026	74550
AWA8235	275410D000053046	16/08/2026	74550
AWA9B86	275410L000001323	14/08/2026	55412
AWK2303	275410D000052936	14/08/2026	74550
AWS8372	275410D000053301	20/08/2026	74630
AWV2711	275410D000052934	14/08/2026	74550
AWY9322	275410D000052933	14/08/2026	74550
AXA3A08	275410D000053020	15/08/2026	74550
AXD8D76	275410D000052959	15/08/2026	74630
AXG6J74	275410D000053316	20/08/2026	74550
AXG8A22	275410D000053143	17/08/2026	74630
AXG8A22	275410D000053142	17/08/2026	74630
AXL7C84	275410D000053209	18/08/2026	74550
AXV1D87	275410D000053326	21/08/2026	74550
AXX0028	275410D000053028	15/08/2026	74550
AYD8564	275410D000053030	15/08/2026	74630
AYE9I80	275410D000052964	15/08/2026	74550
AYG2F85	275410D000053268	19/08/2026	74550
AYI8E99	275410D000052961	15/08/2026	74550
AYK9H59	275410D000053272	19/08/2026	74550
AYN4349	275410D000053095	16/08/2026	74710
AYW3J22	275410D000053340	21/08/2026	74550
AYW4H38	275410L000001299	11/08/2026	55412
AYY3D76	275410D000053045	16/08/2026	74550
AZG4659	275410D000052967	15/08/2026	74550
AZG4659	275410D000052984	15/08/2026	74550
AZM1H50	275410D000053338	21/08/2026	74550
AZU5D16	275410D000053337	21/08/2026	74550
AZX5C12	275410L000001329	13/08/2026	55412
AZX5E79	275410D000053066	16/08/2026	74550
AZZ5C71	275410D000053097	16/08/2026	74630
AZZ5C71	275410D000053029	15/08/2026	74550
BAB2350	275410D000053062	16/08/2026	74550
BAK9I91	275410D000053262	19/08/2026	74550
BAR3G89	275410D000053247	19/08/2026	74550
BAS7892	275410D000053160	17/08/2026	74630
BAT9C98	275410D000053128	17/08/2026	74550
BAU5748	275410D000053240	19/08/2026	74550
BAV2566	275410D000053126	17/08/2026	74550
BBC0J41	275410D000053264	19/08/2026	74630
BBD4F55	275410D000053052	16/08/2026	74550
BBG2964	275410D000053306	20/08/2026	74550
BBG4B43	275410D000053064	16/08/2026	74550
BBJ3851	275410L000001308	15/08/2026	55412
BBN0J55	275410D000053295	20/08/2026	74550
BBN6G17	275410D000053307	20/08/2026	74550
BBO8B53	275410D000053195	18/08/2026	74550
BBR3939	275410L000001325	14/08/2026	55412
BBT9G58	275410L000001336	12/08/2026	55412
BBX7684	275410D000053133	17/08/2026	74630
BCA5651	275410D000053206	18/08/2026	74550
BCC4E67	275410D000053069	16/08/2026	74550
BCD1B26	275410D000053197	18/08/2026	74550
BCF8H05	275410L000001318	14/08/2026	55412
BCH2B67	275410D000053181	18/08/2026	74550
BCL1651	275410D000053162	17/08/2026	74630
BCM8B75	275410D000053310	20/08/2026	74550
BCQ9J63	275410D000053039	16/08/2026	74550
BCQ9J63	275410D000053024	15/08/2026	74630
BCQ9J63	275410D000053001	15/08/2026	74630
BCY0D48	275410D000052986	15/08/2026	74550
BDA6I16	275410D000053318	20/08/2026	74550
BDC3H50	275410D000053009	15/08/2026	74550
BDJ5C10	275410L000001310	15/08/2026	55412
BDN0J52	275410D000053156	17/08/2026	74550
BDW2I37	275410D000053219	19/08/2026	74550
BDX1F19	275410D000053300	20/08/2026	74550
BDX7B11	275410D000053312	20/08/2026	74550
BED6H18	275410D000053308	20/08/2026	74550
BED9J07	275410D000053293	20/08/2026	74550
BED9J07	275410D000053155	17/08/2026	74550
BEK9H85	275410D000053282	20/08/2026	74550
BEL5H06	275410D000053254	19/08/2026	74550
BEL8D64	275410D000053315	20/08/2026	74550
BEN0267	275410D000053067	16/08/2026	74550
BER3E58	275410D000053076	16/08/2026	74550
BES0I13	275410D000053082	16/08/2026	74550

BET3G76	275410D000053031	15/08/2026	74550
BEV2F82	275410D000052993	15/08/2026	74550
BEY2H58	275410D000053331	21/08/2026	74550
BLS4J71	275410D000052968	15/08/2026	74550
BNI7339	275410D000053194	18/08/2026	74550
BXZ5I76	275410D000052957	15/08/2026	74550
CDC9G36	275410D000052928	14/08/2026	74550
CEO6C26	275410D000053144	17/08/2026	74550
CGR6D95	275410D000053207	18/08/2026	74630
CJS5800	275410D000053135	17/08/2026	74550
CNY4404	275410L000001338	12/08/2026	55412
COA5292	275410D000052969	15/08/2026	74550
COA5292	275410D000052975	15/08/2026	74550
COA5292	275410D000053305	20/08/2026	74550
CSB9G79	275410D000052962	15/08/2026	74550
CSQ0H05	275410L000001333	12/08/2026	55412
CYD0844	275410D000053167	17/08/2026	74550
CZZ4138	275410D000053092	16/08/2026	74630
DAN8H61	275410D000053103	16/08/2026	74550
DAV1B07	275410D000053178	18/08/2026	74550
DAY9E90	275410D000053014	15/08/2026	74550
DCM4218	275410D000053336	21/08/2026	74550
DFH1C70	275410D000053276	20/08/2026	74550
DGO8H25	275410L000001306	10/08/2026	55412
DIW5E68	275410D000053089	16/08/2026	74550
DJU5H82	275410D000053073	16/08/2026	74630
DMJ6I52	275410D000052938	14/08/2026	74550
DSN4H09	275410D000052949	14/08/2026	74630
DSX4C53	275410D000052977	15/08/2026	74630
DTA6752	275410D000053051	16/08/2026	74550
DUO7031	275410D000053138	17/08/2026	74630
DWA4I22	275410L000001315	14/08/2026	55412
DXC4I05	275410D000053117	17/08/2026	74630
DYM0B83	275410D000053113	16/08/2026	74630
DZH2H04	275410D000053036	16/08/2026	74630
EFA8543	275410D000052944	14/08/2026	74550
EFF7512	275410D000053334	21/08/2026	74550
EFR4H19	275410D000053189	18/08/2026	74550
EHD3J92	275410D000053033	16/08/2026	74550
EOA3C78	275410L000001327	13/08/2026	55412
ETI5C35	275410L000001317	14/08/2026	55412
ETT2H62	275410D000053179	18/08/2026	74550
EZV5H96	275410D000053245	19/08/2026	74550
FAI8I67	275410D000052999	15/08/2026	74550
FFF0I32	275410D000053180	18/08/2026	74710
FFF0I32	275410D000053134	17/08/2026	74630
FIQ9246	275410D000053324	21/08/2026	74630
FIQ9246	275410D000053249	19/08/2026	74550
FIQ9246	275410D000053159	17/08/2026	74550
FLH2H17	275410L000001312	15/08/2026	55412
FNT4B07	275410D000053164	17/08/2026	74630
FQI6D45	275410D000053246	19/08/2026	74550
FRE6G47	275410D000053341	21/08/2026	74550
FRF9E37	275410D000053107	16/08/2026	74550
FRY2C95	275410D000053237	19/08/2026	74550
FSV3I08	275410D000053196	18/08/2026	74550
FVB8E46	275410D000053145	17/08/2026	74550
FVZ9A61	275410L000001324	14/08/2026	55412
GAV0B44	275410D000053335	21/08/2026	74550
GBD7D29	275410D000053083	16/08/2026	74550
GCQ7B00	275410D000053002	15/08/2026	74550
GFU2A35	275410L000001319	14/08/2026	55412
GGR5J97	275410D000053146	17/08/2026	74550
GKD9D53	275410D000053147	17/08/2026	74710
GZK2240	275410D000053345	21/08/2026	74550
HCZ1D10	275410D000053309	20/08/2026	74550
HRG3E70	275410D000053061	16/08/2026	74550
HSO0B50	275410D000053075	16/08/2026	74550
HTT2E37	275410D000053227	19/08/2026	74550
IGS1656	275410L000001337	12/08/2026	55412
IGS1656	275410L000001298	11/08/2026	55412
ILJ8056	275410D000053166	17/08/2026	74550
ILL6F99	275410L000001320	14/08/2026	55412
IMK8B68	275410D000053086	16/08/2026	74550
IOF4872	275410D000053204	18/08/2026	74550
IOF9152	275410D000052926	14/08/2026	74630
IQL5C89	275410D000053258	19/08/2026	74550
IRJ9482	275410D000053102	16/08/2026	74550
IRS3A77	275410D000053019	15/08/2026	74550
ISV9A62	275410D000052960	15/08/2026	74550
IVF4E48	275410D000053122	17/08/2026	74550
IXF4G80	275410D000052994	15/08/2026	74550
IXP5C07	275410L000001334	12/08/2026	55412
IZN7C89	275410D000053311	20/08/2026	74550
JAX7I86	275410D000052946	14/08/2026	74550
JBC0I43	275410D000053244	19/08/2026	74550
JBP0I56	275410D000053152	17/08/2026	74630
JCF3E06	275410D000053037	16/08/2026	74550
JCH6J98	275410D000053139	17/08/2026	74550

JGD1956	275410D000052970	15/08/2026	74630
LMC4G96	275410D000053283	20/08/2026	74550
LYB3418	275410D000053112	16/08/2026	74630
LYB3418	275410D000053111	16/08/2026	74550
LZC9299	275410D000053230	19/08/2026	74550
MAQ4841	275410D000053296	20/08/2026	74630
MAY2C76	275410D000053121	17/08/2026	74550
MAZ5170	275410D000053303	20/08/2026	74550
MBM1F27	275410D000053023	15/08/2026	74550
MBM5G16	275410D000053096	16/08/2026	74550
MBQ3I74	275410D000053040	16/08/2026	74630
MCF2A14	275410D000053201	18/08/2026	74550
MCF2A14	275410D000053217	18/08/2026	74550
MCF2A14	275410D000053110	16/08/2026	74550
MCF2A14	275410D000053109	16/08/2026	74630
MCF2A14	275410D000053275	19/08/2026	74550
MCK5424	275410D000053298	20/08/2026	74710
MCK6398	275410D000052981	15/08/2026	74550
MDC7053	275410D000053294	20/08/2026	74550
MDH2043	275410D000052923	14/08/2026	74550
MDI0448	275410D000053319	20/08/2026	74630
MDL5246	275410D000053261	19/08/2026	74550
MDW9669	275410D000053238	19/08/2026	74550
MEC9F99	275410D000053078	16/08/2026	74550
MEC9F99	275410D000053321	21/08/2026	74550
MEJ3G13	275410D000053101	16/08/2026	74550
MEQ6I00	275410D000052924	14/08/2026	74630
MEQ6I00	275410D000053233	19/08/2026	74550
MEX2341	275410D000053270	19/08/2026	74550
MFM9606	275410D000052943	14/08/2026	74550
MFP3869	275410D000053007	15/08/2026	74550
MFW5C45	275410D000053071	16/08/2026	74630
MGB7C97	275410D000053025	15/08/2026	74550
MGS0962	275410L000001331	13/08/2026	55412
MHC3675	275410D000053081	16/08/2026	74550
MHH2D38	275410D000053163	17/08/2026	74550
MHJ4G14	275410D000052941	14/08/2026	74550
MHK6B20	275410D000052925	14/08/2026	74550
MIJ4828	275410D000053257	19/08/2026	74550
MIS1F53	275410D000053026	15/08/2026	74550
MIT1F50	275410L000001314	15/08/2026	55412
MJD5110	275410D000053016	15/08/2026	74550
MJF1238	275410D000052982	15/08/2026	74550
MJF9392	275410D000053157	17/08/2026	74550
MJQ5I67	275410D000053120	17/08/2026	74550
MKA5E59	275410D000053108	16/08/2026	74630
MKF4D90	275410D000052992	15/08/2026	74550
MKH1G02	275410D000053346	21/08/2026	74550
MKR6H96	275410D000053215	18/08/2026	74550
MKT5A62	275410D000053058	16/08/2026	74550
MKT6289	275410D000053223	19/08/2026	74550
MKU2D57	275410D000053060	16/08/2026	74630
MKU2D57	275410D000053055	16/08/2026	74550
MLD2D57	275410D000053003	15/08/2026	74550
MLZ5J20	275410D000053048	16/08/2026	74550
MMD4F97	275410D000052997	15/08/2026	74550
MML3125	275410D000053115	17/08/2026	74550
MZU6H36	275410D000053211	18/08/2026	74550
NCO0808	275410D000052966	15/08/2026	74550
NFB7225	275410D000053125	17/08/2026	74550
NGK1E00	275410D000053174	18/08/2026	74550
NLP4249	275410D000053104	16/08/2026	74550
NOV9J13	275410L000001322	14/08/2026	55412
NPN4G91	275410D000053080	16/08/2026	74630
NSF9G81	275410D000052930	14/08/2026	74550
NYA6C84	275410L000001303	10/08/2026	55412
NYL9F56	275410D000053021	15/08/2026	74550
OID1C14	275410D000053320	20/08/2026	74550
OJV6G24	275410D000053012	15/08/2026	74550
OJV6G24	275410D000053116	17/08/2026	74550
OOK5H29	275410D000053313	20/08/2026	74550
OOK5H29	275410D000053314	20/08/2026	74550
OOY5G63	275410D000053127	17/08/2026	74630
PAN4D37	275410D000053106	16/08/2026	74550
PQP2D01	275410D000053149	17/08/2026	74550
PUC0856	275410D000053329	21/08/2026	74550
PUC7F62	275410D000052983	15/08/2026	74550
PUS4F56	275410L000001328	13/08/2026	55412
PVF4J44	275410D000052963	15/08/2026	74550
PVS8J51	275410D000053176	18/08/2026	74550
QBH4B51	275410D000053042	16/08/2026	74550
QCB4G02	275410D000053013	15/08/2026	74550
QEG1470	275410D000053035	16/08/2026	74550
QHC0G02	275410D000053165	17/08/2026	74550
QHC8F96	275410L000001302	10/08/2026	55412
QHF5A33	275410D000053299	20/08/2026	74550
QHK5G84	275410D000053008	15/08/2026	74550
QHS3E79	275410D000053304	20/08/2026	74550
QHX9B89	275410D000053154	17/08/2026	74550

QIO6969	275410D000053088	16/08/2026	74550
QIO6969	275410D000052976	15/08/2026	74550
QIQ3A91	275410D000053005	15/08/2026	74550
QIV2B67	275410D000053044	16/08/2026	74550
QJI3G84	275410L000001313	15/08/2026	55412
QJL0255	275410D000053175	18/08/2026	74550
QJL6G79	275410D000053243	19/08/2026	74550
QJR9B28	275410D000053256	19/08/2026	74550
QNI4E40	275410D000053332	21/08/2026	74550
QNS1C23	275410D000053191	18/08/2026	74550
QNS1C23	275410D000053187	18/08/2026	74550
QNS1C23	275410D000053190	18/08/2026	74550
QPC9J49	275410D000053130	17/08/2026	74550
QPQ7D07	275410D000053263	19/08/2026	74550
QPT7H20	275410D000053129	17/08/2026	74550
QQA2A38	275410D000052988	15/08/2026	74550
QWY3A50	275410D000053212	18/08/2026	74630
QXA5E24	275410D000053011	15/08/2026	74550
QXN1F88	275410D000053248	19/08/2026	74550
RCE7E20	275410D000053034	16/08/2026	74550
RDX8G50	275410D000053203	18/08/2026	74550
REB8J41	275410D000053239	19/08/2026	74630
RGB9I95	275410D000053077	16/08/2026	74550
RHB5E47	275410D000053184	18/08/2026	74550
RHB7A99	275410D000053131	17/08/2026	74550
RHE7J43	275410D000053148	17/08/2026	74630
RHG4D57	275410D000053114	17/08/2026	74550
RHM0D98	275410D000053150	17/08/2026	74630
RHN3H23	275410D000053279	20/08/2026	74550
RHQ0G64	275410D000053242	19/08/2026	74550
RHU9G69	275410D000053054	16/08/2026	74550
RHW3E25	275410D000053232	19/08/2026	74630
RHY0E74	275410D000053266	19/08/2026	74550
RLB2H82	275410D000053141	17/08/2026	74550
RLD5E23	275410D000053255	19/08/2026	74550
RLN9H57	275410D000053105	16/08/2026	74710
RMF7C48	275410L000001326	13/08/2026	55412
RNU3E95	275410D000053094	16/08/2026	74710
RRJ7F10	275410D000053193	18/08/2026	74630
RVQ0D17	275410D000053132	17/08/2026	74550
RXK1H36	275410D000053015	15/08/2026	74630
RXN8D86	275410D000053192	18/08/2026	74550
RXW5D73	275410D000052980	15/08/2026	74630
RYH0C73	275410D000053070	16/08/2026	74630
SDQ5D26	275410D000053158	17/08/2026	74630
SDQ5G31	275410D000052965	15/08/2026	74550
SDV6G60	275410D000053253	19/08/2026	74550
SEA8I50	275410D000052979	15/08/2026	74550
SEA9I06	275410D000053220	19/08/2026	74550
SEC4J32	275410D000053171	18/08/2026	74630
SEG5E09	275410D000053251	19/08/2026	74550
SEH2I71	275410D000052939	14/08/2026	74550
SEJ4D93	275410D000053202	18/08/2026	74550
SEO6F90	275410D000053032	16/08/2026	74550
SER7I37	275410D000053333	21/08/2026	74550
SEW4H86	275410L000001316	14/08/2026	55412
SEW4H86	275410L000001332	13/08/2026	55412
SEW4H86	275410L000001335	12/08/2026	55412
SFG8J78	275410D000053260	19/08/2026	74550
SFK3H39	275410D000053210	18/08/2026	74550
SFM1H76	275410D000053118	17/08/2026	74550
SGB2E59	275410L000001305	10/08/2026	55412
SHY0B90	275410D000052953	15/08/2026	74550
SIW3I42	275410D000052998	15/08/2026	74550
SSR3H42	275410L000001309	15/08/2026	55412
SSU2G01	275410D000053327	21/08/2026	74550
STP0F03	275410D000053153	17/08/2026	74550
SVI1I09	275410D000053050	16/08/2026	74550
TAJ0H48	275410D000053056	16/08/2026	74550
TAK7D86	275410L000001304	10/08/2026	55412
TAM3D66	275410D000053151	17/08/2026	74550
TAO3G72	275410D000053281	20/08/2026	74550
TAS0F75	275410D000053038	16/08/2026	74550
TAT9J99	275410D000053229	19/08/2026	74550
TAW5H14	275410D000053199	18/08/2026	74550
TBA8D31	275410D000053198	18/08/2026	74630
TBD6A61	275410D000053047	16/08/2026	74550
TBE4F25	275410D000053065	16/08/2026	74550
TBM2E62	275410D000053091	16/08/2026	74710
TBM7G71	275410D000053292	20/08/2026	74550
TBS5J34	275410D000053273	19/08/2026	74550
TBU7J28	275410L000001339	12/08/2026	55412
TBV5I61	275410D000053344	21/08/2026	74550
TBX5F79	275410D000053137	17/08/2026	74550
TCF7E16	275410D000053172	18/08/2026	74550
TDK6A98	275410D000053259	19/08/2026	74550
TJK6G67	275410D000053085	16/08/2026	74630
UAY1C74	275410D000052995	15/08/2026	74550
UAZ2B06	275410D000053100	16/08/2026	74550

UBB8E27	275410D000053043	16/08/2026	74550
UBH7B84	275410D000053170	18/08/2026	74550
UBJ3C37	275410D000053288	20/08/2026	74550
UBJ6I84	275410L000001311	15/08/2026	55412
UBN5C83	275410D000053093	16/08/2026	74550
UBR3J33	275410D000053265	19/08/2026	74550
UBR5G25	275410D000053136	17/08/2026	74550
UBS2B83	275410D000053057	16/08/2026	74550
UCB9E69	275410D000053186	18/08/2026	74550
UCC3I41	275410D000053252	19/08/2026	74550
UCF5A22	275410D000053286	20/08/2026	74550
UCH8A70	275410D000053287	20/08/2026	74550
UFO1B79	275410D000053183	18/08/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 13/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AGE6681	275410D000045218	11/05/2026	74550	R$ 130.16
AGE6681	275410D000045242	11/05/2026	74550	R$ 130.16
AJU5702	275410D000045314	13/05/2026	74550	R$ 130.16
ALZ1322	275410NIC0014888	30/05/2026	50020	R$ 260.32
AMF5B02	275410D000045297	12/05/2026	74550	R$ 130.16
AMF5B02	275410D000045295	12/05/2026	74550	R$ 130.16
AOK7619	275410D000045186	10/05/2026	74550	R$ 130.16
APY1516	275410D000045350	13/05/2026	74550	R$ 130.16
APY1516	275410D000045288	12/05/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000045298	12/05/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000045204	11/05/2026	74550	R$ 130.16
ASJ2869	275410D000043625	13/04/2026	74550	R$ 130.16
ATE1651	275410NIC0014878	30/05/2026	50020	R$ 260.32
AVJ0B86	275410NIC0014905	30/05/2026	50020	R$ 390.46
AVS6375	275410D000045587	11/05/2026	74550	R$ 130.16
AXJ9A74	275410D000045283	12/05/2026	74550	R$ 130.16
BAD7D96	275410D000043611	13/04/2026	74550	R$ 130.16
BCX9A41	275410D000045256	12/05/2026	74550	R$ 130.16
BDP3A98	275410NIC0014879	30/05/2026	50020	R$ 260.32
BEP0F81	275410NIC0014900	30/05/2026	50020	R$ 390.46
BER2I42	275410NIC0014896	30/05/2026	50020	R$ 586.94
BER2I42	275410NIC0014895	30/05/2026	50020	R$ 390.46
BEZ0J23	275410NIC0014897	30/05/2026	50020	R$ 586.94
FIM4C96	275410NIC0014877	30/05/2026	50020	R$ 260.32
HSG2B97	275410NIC0014882	30/05/2026	50020	R$ 260.32
HSH3678	275410NIC0014901	30/05/2026	50020	R$ 390.46
JAJ8I62	275410NIC0014894	30/05/2026	50020	R$ 586.94
LTV6C55	275410NIC0014889	30/05/2026	50020	R$ 260.32
MAT7674	275410D000045600	11/05/2026	74550	R$ 130.16
MCC1235	275410D000045236	11/05/2026	74550	R$ 130.16
MHO6F87	275410D000045569	10/05/2026	74550	R$ 130.16
QHR7140	275410D000045363	13/05/2026	74550	R$ 130.16
QTM3E10	275410NIC0014886	30/05/2026	50020	R$ 260.32
RGD1G09	275410NIC0014898	30/05/2026	50020	R$ 586.94
RHA6H93	275410NIC0014875	30/05/2026	50020	R$ 260.32
RHC4F90	275410NIC0014899	30/05/2026	50020	R$ 586.94
RHC6I57	275410NIC0014881	30/05/2026	50020	R$ 260.32
RHM9G69	275410NIC0014885	30/05/2026	50020	R$ 260.32
RLD1J94	275410NIC0014876	30/05/2026	50020	R$ 260.32
RVO1G61	275410NIC0014883	30/05/2026	50020	R$ 260.32
RXT5A42	275410NIC0014893	30/05/2026	50020	R$ 586.94
RYU2D08	275410D000045310	13/05/2026	74550	R$ 130.16
RYW9D69	275410NIC0014884	30/05/2026	50020	R$ 260.32
SEI1I72	275410NIC0014902	30/05/2026	50020	R$ 390.46
SES2D21	275410NIC0014892	30/05/2026	50020	R$ 586.94
TAX7B24	275410NIC0014903	30/05/2026	50020	R$ 390.46
TXC7D75	275410NIC0014904	30/05/2026	50020	R$ 390.46
UBL2F51	275410NIC0014874	30/05/2026	50020	R$ 260.32
UBQ4J38	275410NIC0014880	30/05/2026	50020	R$ 390.46

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 13/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AFI0E71	275410T000002067	21/08/2026	76331
APW8825	275410T000002059	17/08/2026	76331
ARJ5706	275410T000002686	25/08/2026	76331
ARK2095	275410T000002687	25/08/2026	76331
ARW0I07	275410T000002670	18/08/2026	76331
ATL8764	275410T000002674	18/08/2026	76331
ATZ4G00	275410T000002069	22/08/2026	76331
AUL6093	275410T000002062	18/08/2026	76331
AWU3J63	275410T000002689	25/08/2026	76331
AYI2D22	275410T000002676	19/08/2026	76331
AZB9D33	275410T000002070	22/08/2026	51930
AZP3D47	275410T000002072	24/08/2026	76331
AZS0H45	275410T000002682	25/08/2026	76331
BAE3931	275410NIC0015787	04/08/2026	50020
BAG6667	275410T000002066	21/08/2026	76331
BBC6E62	275410T000002681	24/08/2026	76331

BBP5I20	275410T000002060	17/08/2026	76331
BBX7B57	275410T000002669	18/08/2026	76331
BCG0J01	275410NIC0015789	04/08/2026	50020
BDA6I79	275410T000002074	24/08/2026	76331
BEY8I13	275410T000000070	24/08/2026	60681
DBA9E18	275410T000002671	18/08/2026	76331
EBY0G61	275410T000002073	24/08/2026	60681
FCB2J55	275410T000002683	25/08/2026	51930
FNY6C34	275410T000002685	25/08/2026	76331
FWK1J83	275410T000002061	18/08/2026	55412
GAV0B44	275410T000002677	21/08/2026	76331
GJM5E57	275410T000002675	19/08/2026	76331
KYS9B32	275410T000002673	18/08/2026	76331
PLU2F10	275410NIC0015791	04/08/2026	50020
PSE2I91	275410T000002672	18/08/2026	76331
QOW2G55	275410NIC0015790	04/08/2026	50020
QPO8G16	275410T000002684	25/08/2026	76331
RFY7E73	275410T000002068	22/08/2026	76331
RHE4A48	275410T000002064	19/08/2026	60681
RMN8B06	275410T000002063	18/08/2026	76331
RVV9B25	275410T000002680	24/08/2026	76331
RYA8C71	275410T000002678	21/08/2026	76331
SFI0I95	275410T000002688	25/08/2026	76331
SFI1B72	275410NIC0015788	04/08/2026	50020
TAL7J33	275410T000002065	19/08/2026	76331
TAX8A61	275410D000052990	15/08/2026	74550
UCC1D68	275410T000002679	21/08/2026	61220

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 15/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAQ3G64	275410D000048036	03/06/2026	74630	R$ 195.23
ABL2292	275410NIC0014927	02/06/2026	50020	R$ 260.32
ADQ0H77	275410D000048165	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AGB3A94	275410D000048137	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AIB6G58	275410D000048031	03/06/2026	74550	R$ 130.16
AJY4612	275410D000048044	03/06/2026	74630	R$ 195.23
AKR0193	275410NIC0014930	02/06/2026	50020	R$ 390.46
AKT4A67	275410D000048086	04/06/2026	74630	R$ 195.23
ALG7B39	275410D000048074	04/06/2026	74630	R$ 195.23
ALN7E85	275410D000048168	05/06/2026	74550	R$ 130.16
ALZ9F64	275410D000048114	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AMF3A31	275410NIC0014946	02/06/2026	50020	R$ 260.32
AML5210	275410D000048101	04/06/2026	74550	R$ 130.16
AMS3C21	275410D000048071	04/06/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000048139	05/06/2026	74550	R$ 130.16
ANX3974	275410D000048051	03/06/2026	74630	R$ 195.23
APP1254	275410D000048083	04/06/2026	74550	R$ 130.16
APP1254	275410D000048087	04/06/2026	74630	R$ 195.23
APT1H65	275410D000048057	03/06/2026	74630	R$ 195.23
ARR9040	275410D000048143	05/06/2026	74710	R$ 880.41
ARW5598	275410D000048078	04/06/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000048118	05/06/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000048119	05/06/2026	74630	R$ 195.23
ASW3H87	275410D000048081	04/06/2026	74550	R$ 130.16
ASW6B35	275410NIC0014917	02/06/2026	50020	R$ 260.32
ATM6E78	275410D000048027	03/06/2026	74630	R$ 195.23
ATX5024	275410D000048128	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AUH3E60	275410D000048145	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AUH3E60	275410D000048144	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AUT3E10	275410D000048099	04/06/2026	74630	R$ 195.23
AUV4D73	275410D000048167	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000048061	04/06/2026	74630	R$ 195.23
AVM0814	275410NIC0014926	02/06/2026	50020	R$ 260.32
AXA8732	275410NIC0014956	02/06/2026	50020	R$ 586.94
AXG8A22	275410D000048142	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AXN7G36	275410D000048141	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AXO9J70	275410D000048152	05/06/2026	74630	R$ 195.23
AYB1H07	275410NIC0014935	02/06/2026	50020	R$ 390.46
AYB1H07	275410NIC0014949	02/06/2026	50020	R$ 390.46
AYZ2943	275410NIC0014923	02/06/2026	50020	R$ 1760.82
AZE3J46	275410NIC0014947	02/06/2026	50020	R$ 260.32
AZF5G19	275410NIC0014931	02/06/2026	50020	R$ 260.32
AZH3D12	275410D000048077	04/06/2026	74550	R$ 130.16
BAB8217	275410D000048046	03/06/2026	74630	R$ 195.23
BAB8217	275410D000048157	05/06/2026	74550	R$ 130.16
BAB8217	275410D000048161	05/06/2026	74550	R$ 130.16
BAF5I11	275410NIC0014953	02/06/2026	50020	R$ 586.94
BAM0F27	275410D000048104	04/06/2026	74710	R$ 880.41
BAM8J36	275410D000048106	04/06/2026	74550	R$ 130.16
BBJ5E36	275410NIC0014915	02/06/2026	50020	R$ 260.32
BBL3G70	275410NIC0014938	02/06/2026	50020	R$ 1760.82
BBT3020	275410D000048085	04/06/2026	74550	R$ 130.16
BBY0365	275410D000048070	04/06/2026	74550	R$ 130.16
BBY1636	275410NIC0014908	02/06/2026	50020	R$ 586.94
BBY7466	275410NIC0014910	02/06/2026	50020	R$ 260.32
BCG0J01	275410NIC0014960	02/06/2026	50020	R$ 390.46

BDH6H51	275410D000048047	03/06/2026	74550	R$ 130.16
BDN7J36	275410D000048162	05/06/2026	74630	R$ 195.23
BDP4J72	275410D000048041	03/06/2026	74550	R$ 130.16
BED6E87	275410D000048032	03/06/2026	74630	R$ 195.23
BEK6E95	275410NIC0014932	02/06/2026	50020	R$ 260.32
BEP6J28	275410NIC0014958	02/06/2026	50020	R$ 586.94
BXZ5I76	275410D000048117	05/06/2026	74550	R$ 130.16
BZG2D84	275410NIC0014914	02/06/2026	50020	R$ 260.32
COA5292	275410D000048125	05/06/2026	74550	R$ 130.16
COA5292	275410D000048126	05/06/2026	74550	R$ 130.16
DGJ9B86	275410D000048064	04/06/2026	74630	R$ 195.23
EBF2I41	275410D000048103	04/06/2026	74550	R$ 130.16
ENH8B92	275410NIC0014952	02/06/2026	50020	R$ 586.94
FEP4A55	275410D000048050	03/06/2026	74550	R$ 130.16
FEX3C34	275410D000048132	05/06/2026	74550	R$ 130.16
FGW5F97	275410NIC0014942	02/06/2026	50020	R$ 260.32
FGW5F97	275410NIC0014943	02/06/2026	50020	R$ 260.32
FGW5F97	275410NIC0014934	02/06/2026	50020	R$ 260.32
FHF2568	275410D000048156	05/06/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000048131	05/06/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000048134	05/06/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000048129	05/06/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000048120	05/06/2026	74550	R$ 130.16
FUJ8H48	275410D000048048	03/06/2026	74550	R$ 130.16
HGM9B99	275410D000048028	03/06/2026	74550	R$ 130.16
IEZ4025	275410D000048094	04/06/2026	74550	R$ 130.16
IGX3E14	275410D000048166	05/06/2026	74550	R$ 130.16
IJM6D47	275410D000048037	03/06/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000048130	05/06/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000048033	03/06/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000048110	04/06/2026	74550	R$ 130.16
ISD0F88	275410D000048043	03/06/2026	74550	R$ 130.16
JAM0J07	275410NIC0014933	02/06/2026	50020	R$ 260.32
JDL0C11	275410D000048073	04/06/2026	74550	R$ 130.16
JDL0C11	275410D000048108	04/06/2026	74550	R$ 130.16
KAN8F07	275410D000048068	04/06/2026	74550	R$ 130.16
MAT5263	275410D000048079	04/06/2026	74550	R$ 130.16
MCC1235	275410D000048146	05/06/2026	74550	R$ 130.16
MCC2D87	275410D000048092	04/06/2026	74630	R$ 195.23
MCF2A14	275410D000048059	03/06/2026	74550	R$ 130.16
MCF2A14	275410D000048111	04/06/2026	74550	R$ 130.16
MCK5424	275410D000048155	05/06/2026	74630	R$ 195.23
MEO9A18	275410D000048151	05/06/2026	74550	R$ 130.16
MIM3I52	275410D000048034	03/06/2026	74630	R$ 195.23
MJA3J07	275410D000048158	05/06/2026	74550	R$ 130.16
MKC7A24	275410NIC0014925	02/06/2026	50020	R$ 260.32
MKM1G58	275410NIC0014945	02/06/2026	50020	R$ 260.32
MLC7C39	275410D000048163	05/06/2026	74630	R$ 195.23
PWB6C01	275410D000048127	05/06/2026	74550	R$ 130.16
PXS7G89	275410D000048164	05/06/2026	74550	R$ 130.16
QHN9D15	275410NIC0014944	02/06/2026	50020	R$ 260.32
QIL4D81	275410D000048124	05/06/2026	74550	R$ 130.16
QOJ7G28	275410D000048115	05/06/2026	74630	R$ 195.23
QOQ1B31	275410D000048159	05/06/2026	74630	R$ 195.23
QOW9I99	275410NIC0014921	02/06/2026	50020	R$ 260.32
QXF7G96	275410D000048058	03/06/2026	74630	R$ 195.23
QXO4F59	275410NIC0014936	02/06/2026	50020	R$ 260.32
RHD6D37	275410D000048040	03/06/2026	74550	R$ 130.16
RHE6G63	275410D000048084	04/06/2026	74630	R$ 195.23
RHH9E87	275410D000048093	04/06/2026	74630	R$ 195.23
RHK5E14	275410NIC0014950	02/06/2026	50020	R$ 260.32
RHP7F22	275410NIC0014929	02/06/2026	50020	R$ 260.32
RHR1E78	275410NIC0014916	02/06/2026	50020	R$ 390.46
RHV7J19	275410D000048030	03/06/2026	74550	R$ 130.16
RNF6I40	275410D000048112	04/06/2026	74550	R$ 130.16
RTB2B08	275410D000048153	05/06/2026	74550	R$ 130.16
RUG5G52	275410NIC0014939	02/06/2026	50020	R$ 260.32
RXT5A42	275410NIC0014954	02/06/2026	50020	R$ 586.94
RYF1G85	275410NIC0014951	02/06/2026	50020	R$ 586.94
SCC2F46	275410NIC0014962	02/06/2026	50020	R$ 390.46
SDU5F90	275410NIC0014948	02/06/2026	50020	R$ 260.32
SDU9C66	275410NIC0014928	02/06/2026	50020	R$ 260.32
SDZ2E89	275410NIC0014924	02/06/2026	50020	R$ 260.32
SEB3B88	275410NIC0014959	02/06/2026	50020	R$ 390.46
SEG5E09	275410NIC0014909	02/06/2026	50020	R$ 586.94
SEJ9J91	275410NIC0014919	02/06/2026	50020	R$ 260.32
SFA6I83	275410NIC0014907	02/06/2026	50020	R$ 586.94
SFB7J63	275410D000048136	05/06/2026	74630	R$ 195.23
SFB7J63	275410D000048135	05/06/2026	74550	R$ 130.16
SFH1A61	275410D000048065	04/06/2026	74550	R$ 130.16
SHE0G34	275410NIC0014911	02/06/2026	50020	R$ 260.32
SPY5I11	275410NIC0014961	02/06/2026	50020	R$ 390.46
SWI6F31	275410NIC0014964	02/06/2026	50020	R$ 390.46
TAI4F85	275410NIC0014920	02/06/2026	50020	R$ 260.32
TAN1D87	275410D000048054	03/06/2026	74550	R$ 130.16
TAN7I98	275410NIC0014941	02/06/2026	50020	R$ 260.32
TAW1A66	275410NIC0014937	02/06/2026	50020	R$ 390.46
TBD9H38	275410NIC0014963	02/06/2026	50020	R$ 390.46
TBF8G82	275410NIC0014912	02/06/2026	50020	R$ 260.32

TBL7J98	275410D000048102	04/06/2026	74550	R$ 130.16
TBR0H23	275410D000048026	03/06/2026	74550	R$ 130.16
TCW5J30	275410D000048109	04/06/2026	74550	R$ 130.16
TXZ6H29	275410NIC0014906	29/05/2026	50020	R$ 586.94
UAS0H63	275410D000048052	03/06/2026	74550	R$ 130.16
UAS1C44	275410NIC0014940	02/06/2026	50020	R$ 260.32
UAT6C03	275410NIC0014922	02/06/2026	50020	R$ 260.32
UAT9F26	275410NIC0014913	02/06/2026	50020	R$ 390.46
UAZ2G99	275410NIC0014918	02/06/2026	50020	R$ 260.32
UBE6B95	275410D000048116	05/06/2026	74630	R$ 195.23
UBO1F79	275410NIC0014955	02/06/2026	50020	R$ 586.94
UBV9D16	275410D000048069	04/06/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 15/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ADO3E02	275410D000048148	05/06/2026	74550
AQN1087	275410D000048138	05/06/2026	74550
ARL4D47	275410D000048062	04/06/2026	74550
AVE9993	275410D000048025	03/06/2026	74550
AVS9I17	275410D000048066	04/06/2026	74550
AWH3992	275410D000048113	05/06/2026	74550
AWW0F57	275410D000048140	05/06/2026	74550
AYH5960	275410D000048147	05/06/2026	74550
BAL2093	275410D000048080	04/06/2026	74550
BAL2957	275410D000048097	04/06/2026	74550
BAQ8737	275410D000048160	05/06/2026	74550
BBU5683	275410D000048149	05/06/2026	74550
BDO0B26	275410D000048122	05/06/2026	74550
FMO5D35	275410D000048060	03/06/2026	74550
FVX8B81	275410D000048107	04/06/2026	74550
HKR5E38	275410D000048076	04/06/2026	74550
INS8A19	275410D000048098	04/06/2026	74550
MCC2D87	275410D000048089	04/06/2026	74550
QBB5E38	275410D000048133	05/06/2026	74550
QHP0D77	275410D000048123	05/06/2026	74550
QOX0G26	275410D000048063	04/06/2026	74550
RHR4B92	275410D000048045	03/06/2026	74550
RYS8G61	275410D000048055	03/06/2026	74550
SED6A33	275410D000048039	03/06/2026	74550
SEN1B24	275410D000048056	03/06/2026	74550
SEW3B63	275410D000048088	04/06/2026	74550
SEX3C26	275410D000048096	04/06/2026	74550
TAS0E91	275410D000048038	03/06/2026	74550
TAV9D43	275410D000048100	04/06/2026	74550
TAW5B43	275410D000048072	04/06/2026	74550
UBO7J02	275410D000048154	05/06/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 16/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ADA8B41	275410D000048254	07/06/2026	74550
AEC8527	275410D000048202	06/06/2026	74550
AIK7548	275410D000048256	07/06/2026	74550
AJE3296	275410D000048317	08/06/2026	74550
AJX0B08	275410D000048278	07/06/2026	74550
ALR3A29	275410D000048210	06/06/2026	74550
ALW0I04	275410D000048226	06/06/2026	74550
ANU3803	275410D000048296	07/06/2026	74550
AQV0G10	275410D000048214	06/06/2026	74550
ARW2D19	275410D000048336	08/06/2026	74550
ASB5G10	275410D000048279	07/06/2026	74550
ATW7649	275410D000048195	06/06/2026	74550
AWR2299	275410D000048193	06/06/2026	74550
AXL3606	275410D000048265	07/06/2026	74550
AXL3C60	275410D000048280	07/06/2026	74550
BAH4A92	275410D000048342	08/06/2026	74550
BAJ1870	275410D000048220	06/06/2026	74550
BBT3J85	275410D000048281	07/06/2026	74550
BCB3506	275410D000048301	07/06/2026	74550
BCM9387	275410D000048349	08/06/2026	74550
BDF7D00	275410D000048206	06/06/2026	74550
BEH0H35	275410D000048207	06/06/2026	74550
CIE7207	275410D000048344	08/06/2026	74550
DAY9E90	275410D000048283	07/06/2026	74550
EYQ9763	275410D000048282	07/06/2026	74550
FOH0G28	275410D000048275	07/06/2026	74550
FSF0C50	275410D000048188	06/06/2026	74550
ION5J99	275410D000048247	07/06/2026	74550
IOX0G32	275410D000048172	05/06/2026	74550
IQI1B44	275410D000048294	07/06/2026	74550
ITZ0C66	275410D000048232	06/06/2026	74550
JKF5I87	275410D000048241	06/06/2026	74550
LTH3B11	275410D000048187	06/06/2026	74550
PCS8D99	275410D000048276	07/06/2026	74550
QJS1B16	275410D000048171	05/06/2026	74550

QZZ3C68	275410D000048323	08/06/2026	74550
UDW7D22	275410D000048307	07/06/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS			
Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 15/10/2026.			
Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAR9C42	275410D000053470	22/08/2026	74550
AAR9C42	275410D000053468	22/08/2026	74550
ACJ8882	275410D000053501	23/08/2026	74550
ADL4244	275410D000053487	23/08/2026	74630
ADL4244	275410D000053486	23/08/2026	74630
AFM1H65	275410D000053443	22/08/2026	74550
AGR0D27	275410D000053457	22/08/2026	74630
AGW2838	275410NIC0015795	07/08/2026	50020
AHB6I40	275410D000053562	24/08/2026	74630
AHE2C33	275410D000053352	21/08/2026	74550
AHG7311	275410L000001354	18/08/2026	55412
AIB6400	275410D000053419	22/08/2026	74550
AIO4499	275410D000053547	24/08/2026	74550
AIQ6263	275410D000053429	22/08/2026	74550
AIS3D37	275410D000053421	22/08/2026	74550
AJA0731	275410D000053521	23/08/2026	74550
AJC8A97	275410L000001340	17/08/2026	55412
AJT7704	275410D000053451	22/08/2026	74550
AJY4612	275410D000053379	21/08/2026	74630
AJY4612	275410D000053365	21/08/2026	74630
AJY5155	275410D000053414	22/08/2026	74630
AKK6614	275410D000053351	21/08/2026	74550
AKM1073	275410D000053471	23/08/2026	74550
AKM1073	275410D000053399	22/08/2026	74550
AKP0780	275410L000001352	18/08/2026	55412
AKS7E81	275410D000053564	24/08/2026	74550
AKX7E65	275410L000001356	18/08/2026	55412
ALK7105	275410D000053507	23/08/2026	74550
ALP7F48	275410D000053524	23/08/2026	74550
ALR9210	275410D000053427	22/08/2026	74550
AMA2286	275410D000053506	23/08/2026	74550
AMJ8G41	275410D000053394	21/08/2026	74550
AMP6H91	275410D000053398	21/08/2026	74550
AMR3J70	275410D000053450	22/08/2026	74550
AMR9528	275410D000053360	21/08/2026	74550
ANG6H08	275410D000053496	23/08/2026	74550
ANL8111	275410D000053371	21/08/2026	74630
ANP5F24	275410D000053455	22/08/2026	74550
ANT4238	275410D000053403	22/08/2026	74630
AOC4161	275410L000001341	17/08/2026	55412
AOF4391	275410D000053407	22/08/2026	74550
AOG2622	275410D000053543	24/08/2026	74550
AOH6H93	275410D000053515	23/08/2026	74550
AOK2039	275410D000053425	22/08/2026	74550
AOL6702	275410D000053415	22/08/2026	74550
AOO2493	275410D000053402	22/08/2026	74550
AOV7971	275410D000053432	22/08/2026	74550
AOX0848	275410D000053356	21/08/2026	74630
APV6J18	275410D000053587	25/08/2026	74550
AQA0B38	275410D000053437	22/08/2026	74550
AQC2A33	275410NIC0015801	07/08/2026	50020
AQH7E66	275410D000053520	23/08/2026	74550
AQV8D53	275410D000053529	23/08/2026	74550
ARI6D75	275410D000053481	23/08/2026	74550
ARI6D75	275410D000053469	22/08/2026	74550
ARS5C46	275410D000053512	23/08/2026	74550
ARY4E49	275410D000053459	22/08/2026	74630
ASA0E64	275410D000053424	22/08/2026	74550
ASA3319	275410D000053385	21/08/2026	74550
ASB9681	275410D000053535	24/08/2026	74630
ASB9681	275410D000053570	24/08/2026	74630
ASB9681	275410D000053582	25/08/2026	74710
ASE3D86	275410D000053553	24/08/2026	74550
ASE3D86	275410D000053560	24/08/2026	74550
ASF9A90	275410D000053467	22/08/2026	74550
ASI8505	275410D000053369	21/08/2026	74550
ASJ8B30	275410D000053528	23/08/2026	74550
ASR3276	275410D000053397	21/08/2026	74550
ASV8259	275410D000053453	22/08/2026	74550
ATE7D81	275410D000053552	24/08/2026	74550
ATI8107	275410D000053498	23/08/2026	74550
ATO2A58	275410D000053430	22/08/2026	74550
ATP1C34	275410D000053561	24/08/2026	74550
AUJ5362	275410L000001347	18/08/2026	55412
AUS0B37	275410D000053569	24/08/2026	74550
AUT2J33	275410D000053408	22/08/2026	74550
AUW2389	275410D000053503	23/08/2026	74550
AVA1B08	275410D000053575	25/08/2026	74550
AVD0433	275410D000053373	21/08/2026	74550
AVD1825	275410D000053511	23/08/2026	74550
AVE6A07	275410D000053499	23/08/2026	74550

AVF9A78	275410D000053488	23/08/2026	74630
AVL6D04	275410D000053426	22/08/2026	74630
AVM3I71	275410D000053436	22/08/2026	74550
AVN5I82	275410D000053347	21/08/2026	74550
AVR9A81	275410D000053370	21/08/2026	74630
AVS9D44	275410D000053505	23/08/2026	74550
AVV6967	275410D000053581	25/08/2026	74710
AVV6967	275410D000053435	22/08/2026	74550
AVV6967	275410D000053387	21/08/2026	74550
AVV6967	275410D000053405	22/08/2026	74550
AVX1693	275410D000053502	23/08/2026	74550
AWB9H02	275410D000053522	23/08/2026	74550
AWH9C04	275410D000053406	22/08/2026	74550
AWS3C02	275410D000053490	23/08/2026	74550
AWT0J58	275410D000053576	25/08/2026	74550
AXD5536	275410D000053458	22/08/2026	74550
AXH8894	275410D000053454	22/08/2026	74550
AXJ4986	275410NIC0015800	07/08/2026	50020
AXJ4986	275410NIC0015799	07/08/2026	50020
AXP4J81	275410D000053567	24/08/2026	74550
AXV4054	275410D000053504	23/08/2026	74550
AXX5C92	275410D000053527	23/08/2026	74550
AXX6D39	275410D000053363	21/08/2026	74550
AYC2843	275410D000053423	22/08/2026	74550
AYG4F53	275410D000053353	21/08/2026	74550
AYW3J22	275410NIC0015793	07/08/2026	50020
AYX5J32	275410D000053376	21/08/2026	74550
AZK7339	275410D000053493	23/08/2026	74550
AZM3030	275410D000053464	22/08/2026	74550
AZQ1B53	275410D000053586	25/08/2026	74630
AZS9H88	275410D000053483	23/08/2026	74550
BAD9H02	275410D000053463	22/08/2026	74550
BAI0A70	275410L000001351	18/08/2026	55412
BAQ1H71	275410D000053364	21/08/2026	74550
BAS6J54	275410NIC0015796	07/08/2026	50020
BAY0D95	275410L000001349	18/08/2026	55412
BBC2H75	275410D000053355	21/08/2026	74550
BBE6C76	275410D000053413	22/08/2026	74550
BBR9H65	275410D000053492	23/08/2026	74710
BBS2B14	275410L000001355	18/08/2026	55412
BBT3I63	275410D000053574	24/08/2026	74550
BBT9G58	275410L000001357	18/08/2026	55412
BCB3506	275410D000053354	21/08/2026	74550
BCO6F45	275410D000053508	23/08/2026	74550
BCP7F17	275410D000053519	23/08/2026	74550
BCQ9J63	275410D000053378	21/08/2026	74630
BCQ9J63	275410D000053381	21/08/2026	74550
BDK8D57	275410D000053541	24/08/2026	74550
BDM3I99	275410D000053578	25/08/2026	74550
BDO1E76	275410NIC0015797	07/08/2026	50020
BDY5I07	275410D000053452	22/08/2026	74550
BEC3I15	275410D000053412	22/08/2026	74550
BEC9113	275410D000053485	23/08/2026	74710
BEH6A09	275410D000053518	23/08/2026	74550
BES2A97	275410D000053361	21/08/2026	74550
BES4B60	275410D000053556	24/08/2026	74550
CHU4409	275410D000053386	21/08/2026	74550
CHU4409	275410D000053388	21/08/2026	74550
CMX2J32	275410L000001348	18/08/2026	55412
CNN9E38	275410D000053418	22/08/2026	74550
COW8D07	275410D000053349	21/08/2026	74550
COW8D07	275410D000053383	21/08/2026	74550
DAK6F65	275410D000053479	23/08/2026	74550
DDF0H20	275410D000053440	22/08/2026	74550
DHK9I72	275410D000053434	22/08/2026	74550
DIO1G38	275410D000053532	24/08/2026	74550
DJG2C75	275410D000053585	25/08/2026	74550
DVR5C26	275410D000053390	21/08/2026	74550
DXY3I13	275410D000053513	23/08/2026	74550
DYM0B83	275410D000053461	22/08/2026	74550
DYM0B83	275410D000053391	21/08/2026	74630
EGA7H76	275410D000053472	23/08/2026	74550
EKL2A45	275410D000053382	21/08/2026	74550
ELR4207	275410D000053431	22/08/2026	74550
ELV1865	275410D000053367	21/08/2026	74550
FCB8J88	275410D000053401	22/08/2026	74630
FEF0G33	275410D000053438	22/08/2026	74630
FEZ8F97	275410L000001350	18/08/2026	55412
FHK9B37	275410L000001342	17/08/2026	55412
FIQ9246	275410D000053551	24/08/2026	74630
FIQ9246	275410D000053583	25/08/2026	74550
FIQ9246	275410D000053563	24/08/2026	74630
FIQ9246	275410D000053374	21/08/2026	74630
FIQ9246	275410D000053536	24/08/2026	74550
FIQ9246	275410D000053375	21/08/2026	74550
FSV3I08	275410D000053395	21/08/2026	74550
FVT6868	275410D000053372	21/08/2026	74550
FVU5J06	275410D000053456	22/08/2026	74550
GFL4H67	275410D000053444	22/08/2026	74550

GGR5J97	275410D000053400	22/08/2026	74550
GUQ9I09	275410D000053568	24/08/2026	74550
HBR4D21	275410D000053420	22/08/2026	74550
HIV7J47	275410D000053538	24/08/2026	74550
HOG7C22	275410D000053442	22/08/2026	74550
IGS1656	275410L000001344	17/08/2026	55412
ILI4I06	275410D000053565	24/08/2026	74550
IMF2111	275410D000053389	21/08/2026	74550
ION9E45	275410D000053495	23/08/2026	74550
IQM6G29	275410D000053526	23/08/2026	74550
IQP1146	275410D000053348	21/08/2026	74550
IYM5F56	275410D000053545	24/08/2026	74550
JAY0C13	275410D000053555	24/08/2026	74550
JCD9F28	275410D000053377	21/08/2026	74550
KAS3C94	275410D000053534	24/08/2026	74630
KNY4B62	275410D000053478	23/08/2026	74630
KNY4B62	275410D000053477	23/08/2026	74550
KRH8H08	275410D000053516	23/08/2026	74550
LLT5B15	275410D000053500	23/08/2026	74550
LNI6A10	275410D000053549	24/08/2026	74550
LRD4F56	275410D000053441	22/08/2026	74550
LSN8J09	275410D000053584	25/08/2026	74550
LTJ8B49	275410D000053542	24/08/2026	74550
MBA7392	275410D000053433	22/08/2026	74550
MCA6865	275410D000053380	21/08/2026	74550
MCF2A14	275410D000053448	22/08/2026	74630
MCN8A65	275410D000053572	24/08/2026	74550
MDR8J16	275410D000053409	22/08/2026	74550
MER4A51	275410D000053428	22/08/2026	74550
MFI8443	275410D000053473	23/08/2026	74550
MFM9606	275410D000053384	21/08/2026	74550
MGH7D34	275410D000053362	21/08/2026	74550
MHH2D38	275410L000001343	17/08/2026	55412
MHH6A07	275410D000053540	24/08/2026	74550
MHY0B25	275410D000053523	23/08/2026	74550
MIO6A84	275410L000001353	18/08/2026	55412
MIZ8D30	275410D000053366	21/08/2026	74550
MJO7120	275410D000053566	24/08/2026	74550
MKC0J63	275410D000053404	22/08/2026	74550
MKM3F30	275410D000053466	22/08/2026	74550
MKX5J21	275410D000053474	23/08/2026	74550
MLW0433	275410D000053544	24/08/2026	74550
MMH3E65	275410D000053579	25/08/2026	74550
NLK5H57	275410D000053484	23/08/2026	74550
NOP8A60	275410D000053480	23/08/2026	74550
NZI4E95	275410D000053392	21/08/2026	74550
OJV6G24	275410D000053417	22/08/2026	74550
PAN4D37	275410D000053559	24/08/2026	74550
PRW8E36	275410D000053530	23/08/2026	74550
PXH7A48	275410D000053482	23/08/2026	74550
QBJ6H16	275410D000053580	25/08/2026	74550
QIW7E89	275410D000053358	21/08/2026	74550
QJH0D89	275410D000053539	24/08/2026	74550
QJH9H21	275410D000053510	23/08/2026	74550
QLI1I31	275410D000053475	23/08/2026	74550
QLW7E61	275410D000053393	21/08/2026	74550
QNP7B39	275410D000053359	21/08/2026	74550
QNX3B57	275410D000053548	24/08/2026	74550
QQT8J56	275410D000053517	23/08/2026	74550
QTL4E58	275410D000053525	23/08/2026	74550
QUD5A94	275410D000053439	22/08/2026	74550
QYA7H57	275410D000053449	22/08/2026	74550
RAA2G55	275410D000053588	25/08/2026	74550
RAM1J29	275410D000053447	22/08/2026	74550
RHC5C39	275410D000053573	24/08/2026	74550
RHY6C96	275410D000053491	23/08/2026	74550
RLH8B05	275410D000053489	23/08/2026	74550
RLI8D90	275410D000053589	25/08/2026	74550
RXT4H90	275410D000053494	23/08/2026	74550
RYA7I01	275410D000053357	21/08/2026	74550
RYO4A44	275410D000053509	23/08/2026	74550
SDY7A94	275410D000053577	25/08/2026	74630
SEN7H62	275410NIC0015794	07/08/2026	50020
SET1I98	275410D000053368	21/08/2026	74630
SEV4F21	275410D000053476	23/08/2026	74550
SEW3C91	275410D000053537	24/08/2026	74550
SEW4H86	275410L000001345	17/08/2026	55412
SEW4H86	275410L000001346	18/08/2026	55412
SFF7E56	275410D000053350	21/08/2026	74550
SFG9B95	275410D000053462	22/08/2026	74550
SFJ3H54	275410D000053546	24/08/2026	74550
SHH6A07	275410D000053411	22/08/2026	74550
SJB2I15	275410D000053460	22/08/2026	74550
SWT6H90	275410NIC0015798	07/08/2026	50020
TAR6H27	275410D000053550	24/08/2026	74550
TAR8I52	275410D000053465	22/08/2026	74550
TAT0E57	275410D000053422	22/08/2026	74550
TBL1E81	275410D000053446	22/08/2026	74550
TBM2E62	275410D000053571	24/08/2026	74630

TBQ0F54	275410D000053396	21/08/2026	74630
TBR7D06	275410D000053557	24/08/2026	74550
TBX0E76	275410D000053445	22/08/2026	74550
TLZ2D01	275410D000053531	23/08/2026	74550
TQI6E45	275410D000053497	23/08/2026	74710
TQO3J73	275410D000053590	25/08/2026	74550
UAT8G29	275410D000053514	23/08/2026	74550
UAW8E98	275410D000053554	24/08/2026	74550
UBF3D00	275410D000053533	24/08/2026	74550
UBV6D72	275410D000053410	22/08/2026	74550
UCA4I15	275410NIC0015792	07/08/2026	50020
UCC7B74	275410D000053558	24/08/2026	74630
UCI6I77	275410D000053416	22/08/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 16/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAA7F43	275410D000048326	08/06/2026	74550	R$ 130.16
AAQ3664	275410D000048335	08/06/2026	74550	R$ 130.16
ABW8J68	275410D000048212	06/06/2026	74550	R$ 130.16
AJR2877	275410D000048270	07/06/2026	74630	R$ 195.23
AJZ5224	275410D000048201	06/06/2026	74550	R$ 130.16
AMO4G39	275410D000043696	13/04/2026	74550	R$ 130.16
AMW3E75	275410D000045419	14/05/2026	74550	R$ 130.16
ANF5F52	275410D000048319	08/06/2026	74550	R$ 130.16
ANP5F24	275410D000048333	08/06/2026	74550	R$ 130.16
ANS6G37	275410D000048320	08/06/2026	74550	R$ 130.16
AOK7619	275410D000045426	14/05/2026	74550	R$ 130.16
APE4208	275410D000048266	07/06/2026	74630	R$ 195.23
APM5716	275410D000048248	07/06/2026	74630	R$ 195.23
ARE5355	275410D000048231	06/06/2026	74630	R$ 195.23
ARK1E82	275410D000048191	06/06/2026	74550	R$ 130.16
ARV2F56	275410D000048225	06/06/2026	74630	R$ 195.23
ARW0547	275410D000048204	06/06/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000045704	14/05/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000048179	06/06/2026	74710	R$ 880.41
ASK6D59	275410D000048200	06/06/2026	74550	R$ 130.16
ASL6A81	275410D000048229	06/06/2026	74550	R$ 130.16
ASL6A81	275410D000048228	06/06/2026	74630	R$ 195.23
ASM5G64	275410D000048177	06/06/2026	74630	R$ 195.23
ATE1651	275410D000048230	06/06/2026	74550	R$ 130.16
ATR2365	275410D000048224	06/06/2026	74550	R$ 130.16
AUJ9631	275410D000048176	06/06/2026	74550	R$ 130.16
AVJ9274	275410D000048238	06/06/2026	74550	R$ 130.16
AVQ4H39	275410D000048347	08/06/2026	74550	R$ 130.16
AVS9I17	275410D000048184	06/06/2026	74630	R$ 195.23
AVV6328	275410D000048343	08/06/2026	74550	R$ 130.16
AVW4805	275410D000048295	07/06/2026	74630	R$ 195.23
AVW4805	275410D000048290	07/06/2026	74630	R$ 195.23
AWC4H44	275410D000048244	07/06/2026	74550	R$ 130.16
AWK5B92	275410D000048271	07/06/2026	74550	R$ 130.16
AXF3081	275410D000043704	14/04/2026	74550	R$ 130.16
AXF3081	275410D000043741	15/04/2026	74550	R$ 130.16
AXO9J70	275410D000048293	07/06/2026	74630	R$ 195.23
AYJ2B30	275410D000048178	06/06/2026	74550	R$ 130.16
AYK0F57	275410D000048221	06/06/2026	74630	R$ 195.23
AYK0F57	275410D000048209	06/06/2026	74710	R$ 880.41
AYT7151	275410D000048341	08/06/2026	74550	R$ 130.16
AZG2D19	275410D000048303	07/06/2026	74550	R$ 130.16
AZG3G24	275410D000048173	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AZK0552	275410D000048340	08/06/2026	74550	R$ 130.16
AZS5442	275410D000048300	07/06/2026	74550	R$ 130.16
AZS5442	275410D000048299	07/06/2026	74550	R$ 130.16
AZZ5C71	275410D000048189	06/06/2026	74550	R$ 130.16
BAB8217	275410D000048192	06/06/2026	74550	R$ 130.16
BAC6593	275410D000048285	07/06/2026	74630	R$ 195.23
BAO0A44	275410D000048258	07/06/2026	74630	R$ 195.23
BAS3152	275410D000048237	06/06/2026	74550	R$ 130.16
BBX8458	275410D000048236	06/06/2026	74550	R$ 130.16
BBY2D21	275410D000048251	07/06/2026	74550	R$ 130.16
BBY2D21	275410D000048252	07/06/2026	74710	R$ 880.41
BCH9D06	275410D000048263	07/06/2026	74550	R$ 130.16
BCW4A64	275410D000048196	06/06/2026	74550	R$ 130.16
BCX9A41	275410D000045434	14/05/2026	74550	R$ 130.16
BDK8D57	275410D000045745	14/05/2026	74550	R$ 130.16
BDW5I64	275410D000048312	08/06/2026	74550	R$ 130.16
BEK9E60	275410D000048314	08/06/2026	74550	R$ 130.16
BEV1E52	275410D000048304	07/06/2026	74550	R$ 130.16
BKW6908	275410D000048257	07/06/2026	74550	R$ 130.16
BTO1519	275410D000048332	08/06/2026	74550	R$ 130.16
BZQ2H68	275410D000048313	08/06/2026	74550	R$ 130.16
DAK6F65	275410D000048245	07/06/2026	74550	R$ 130.16
DAQ1B06	275410D000048203	06/06/2026	74550	R$ 130.16
DGN1D93	275410D000048272	07/06/2026	74550	R$ 130.16
DHR8A06	275410D000048198	06/06/2026	74630	R$ 195.23
DHR8A06	275410D000048199	06/06/2026	74630	R$ 195.23
DMQ3G90	275410D000043786	16/04/2026	74550	R$ 130.16

DSX4C53	275410D000048329	08/06/2026	74550	R$ 130.16
EIR0F62	275410D000048253	07/06/2026	74550	R$ 130.16
EKO1C20	275410D000048197	06/06/2026	74550	R$ 130.16
ENR8J89	275410D000048261	07/06/2026	74550	R$ 130.16
FHY8F05	275410D000048309	08/06/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000048316	08/06/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000048330	08/06/2026	74550	R$ 130.16
FNJ6E52	275410D000048288	07/06/2026	74550	R$ 130.16
FNT4B07	275410D000048267	07/06/2026	74550	R$ 130.16
FTU6D57	275410D000048239	06/06/2026	74550	R$ 130.16
GBS9I24	275410D000045404	14/05/2026	74550	R$ 130.16
GJJ0A32	275410D000048246	07/06/2026	74550	R$ 130.16
HCZ1D10	275410D000048274	07/06/2026	74550	R$ 130.16
IGX3E14	275410D000048185	06/06/2026	74550	R$ 130.16
IJL2204	275410D000048305	07/06/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000048273	07/06/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000048169	05/06/2026	74550	R$ 130.16
IMU9B01	275410D000048194	06/06/2026	74550	R$ 130.16
ITZ0C66	275410D000048235	06/06/2026	74630	R$ 195.23
ITZ0C66	275410D000048234	06/06/2026	74630	R$ 195.23
ITZ0C66	275410D000048277	07/06/2026	74630	R$ 195.23
IXU7389	275410D000043838	16/04/2026	74550	R$ 130.16
IZL2C35	275410D000048310	08/06/2026	74550	R$ 130.16
JYV6705	275410D000043767	15/04/2026	74550	R$ 130.16
JZI2F59	275410D000048302	07/06/2026	74630	R$ 195.23
KDZ8524	275410D000048218	06/06/2026	74630	R$ 195.23
LMT4D26	275410D000048348	08/06/2026	74550	R$ 130.16
LVS9560	275410D000048289	07/06/2026	74630	R$ 195.23
MAT5263	275410D000048292	07/06/2026	74550	R$ 130.16
MBM9F08	275410D000048269	07/06/2026	74550	R$ 130.16
MCA3C87	275410D000045389	14/05/2026	74550	R$ 130.16
MCC1235	275410D000048223	06/06/2026	74550	R$ 130.16
MDO8H62	275410D000048331	08/06/2026	74630	R$ 195.23
MDO8H62	275410D000048205	06/06/2026	74550	R$ 130.16
MDO8H62	275410D000048284	07/06/2026	74630	R$ 195.23
MEU8I32	275410D000048219	06/06/2026	74550	R$ 130.16
MGQ1C31	275410D000048306	07/06/2026	74550	R$ 130.16
MKF3J35	275410D000048213	06/06/2026	74550	R$ 130.16
MKX8A68	275410D000048211	06/06/2026	74710	R$ 880.41
MLP5106	275410D000048216	06/06/2026	74630	R$ 195.23
MWU4330	275410D000048215	06/06/2026	74550	R$ 130.16
NXY3454	275410D000048233	06/06/2026	74550	R$ 130.16
OWJ2B05	275410D000043785	16/04/2026	74550	R$ 130.16
OWJ2B05	275410D000043699	14/04/2026	74550	R$ 130.16
QAT2I29	275410D000048255	07/06/2026	74550	R$ 130.16
QBK2C14	275410D000045405	14/05/2026	74550	R$ 130.16
QHH7J84	275410D000048174	05/06/2026	74550	R$ 130.16
QIK1J32	275410D000048180	06/06/2026	74630	R$ 195.23
QIK1J32	275410D000048186	06/06/2026	74630	R$ 195.23
QJI7J25	275410D000045429	14/05/2026	74550	R$ 130.16
QJL6G79	275410D000048183	06/06/2026	74550	R$ 130.16
QZZ3C68	275410D000048325	08/06/2026	74630	R$ 195.23
RHC6D45	275410D000048170	05/06/2026	74550	R$ 130.16
RHM4G54	275410D000048208	06/06/2026	74710	R$ 880.41
RUZ8D00	275410D000048291	07/06/2026	74550	R$ 130.16
RYA8J61	275410D000048243	07/06/2026	74550	R$ 130.16
RYQ4A78	275410D000048338	08/06/2026	74710	R$ 880.41
RYQ4A78	275410D000048182	06/06/2026	74630	R$ 195.23
RYQ4A78	275410D000048190	06/06/2026	74630	R$ 195.23
RYQ4A78	275410D000048339	08/06/2026	74630	R$ 195.23
RYQ4A78	275410D000048181	06/06/2026	74630	R$ 195.23
SDY1C03	275410D000045433	14/05/2026	74550	R$ 130.16
SER8J03	275410D000048264	07/06/2026	74550	R$ 130.16
SFB7J63	275410D000048337	08/06/2026	74550	R$ 130.16
SFB7J63	275410D000048346	08/06/2026	74550	R$ 130.16
SFB7J63	275410D000048345	08/06/2026	74550	R$ 130.16
SFJ4G08	275410D000048328	08/06/2026	74550	R$ 130.16
SFL5A96	275410D000048322	08/06/2026	74550	R$ 130.16
SXB0H85	275410D000048217	06/06/2026	74550	R$ 130.16
TBR0H23	275410D000048324	08/06/2026	74550	R$ 130.16
TBS8A13	275410D000048268	07/06/2026	74550	R$ 130.16
TBS8A13	275410D000048298	07/06/2026	74550	R$ 130.16
TBS8A13	275410D000048297	07/06/2026	74630	R$ 195.23
TPI9I42	275410D000048286	07/06/2026	74550	R$ 130.16
TQK0F02	275410D000048175	05/06/2026	74630	R$ 195.23
UAU4H56	275410D000048250	07/06/2026	74550	R$ 130.16
UBT8B75	275410D000048321	08/06/2026	74550	R$ 130.16
UBT8B75	275410D000048311	08/06/2026	74630	R$ 195.23

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABW4323	275410D000048504	12/06/2026	74630	R$ 195.23
ACS3A54	275410D000048447	11/06/2026	74550	R$ 130.16
ADY5A08	275410D000048351	08/06/2026	74550	R$ 130.16
AHU5I48	275410D000048482	12/06/2026	74550	R$ 130.16
AIE0874	275410D000048433	10/06/2026	74550	R$ 130.16

AKB2D83	275410D000048505	12/06/2026	74550	R$ 130.16
AKE1B15	275410D000048492	12/06/2026	74550	R$ 130.16
AKN7004	275410D000048411	09/06/2026	74550	R$ 130.16
AKT4A67	275410D000048370	09/06/2026	74630	R$ 195.23
AKV8236	275410D000048494	12/06/2026	74710	R$ 880.41
AMB2989	275410D000048407	09/06/2026	74550	R$ 130.16
AMD2163	275410D000048413	09/06/2026	74550	R$ 130.16
AMP6H91	275410D000048477	11/06/2026	74550	R$ 130.16
ANJ6453	275410D000048496	12/06/2026	74550	R$ 130.16
ANO3G09	275410D000045844	15/05/2026	74550	R$ 130.16
ANW4B29	275410D000048392	09/06/2026	74550	R$ 130.16
APT1H65	275410D000048423	10/06/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000048419	10/06/2026	74550	R$ 130.16
ARQ1G48	275410D000048418	10/06/2026	74630	R$ 195.23
ARQ1G48	275410D000048436	10/06/2026	74550	R$ 130.16
ARQ8G75	275410D000048384	09/06/2026	74550	R$ 130.16
ARR0A70	275410D000048394	09/06/2026	74550	R$ 130.16
ARR9040	275410D000048506	12/06/2026	74710	R$ 880.41
ARX2326	275410D000048361	08/06/2026	74550	R$ 130.16
ASA4G42	275410D000048360	08/06/2026	74630	R$ 195.23
ASA4G42	275410D000048363	08/06/2026	74550	R$ 130.16
ASA4G42	275410D000048362	08/06/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000048368	09/06/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000045770	14/05/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000048366	09/06/2026	74630	R$ 195.23
ASB9681	275410D000048367	09/06/2026	74630	R$ 195.23
ASG4D77	275410D000048507	12/06/2026	74550	R$ 130.16
ASI8G37	275410D000048393	09/06/2026	74630	R$ 195.23
ASJ2869	275410D000045458	15/05/2026	74550	R$ 130.16
ASR4262	275410D000048444	11/06/2026	74550	R$ 130.16
ATC9A27	275410D000048391	09/06/2026	74630	R$ 195.23
AUB2B33	275410D000048457	11/06/2026	74550	R$ 130.16
AUI7647	275410D000048470	11/06/2026	74550	R$ 130.16
AUJ4188	275410D000048526	13/06/2026	74630	R$ 195.23
AVH8431	275410D000048357	08/06/2026	74550	R$ 130.16
AVQ7I88	275410D000048441	11/06/2026	74550	R$ 130.16
AVS9I17	275410D000048480	12/06/2026	74630	R$ 195.23
AVY9986	275410D000048490	12/06/2026	74550	R$ 130.16
AXJ4986	116100T001187857	12/06/2026	55250	R$ 130.16
AXM4891	275410D000048498	12/06/2026	74550	R$ 130.16
AXP3H69	275410D000048356	08/06/2026	74550	R$ 130.16
AZJ1036	275410D000048372	09/06/2026	74630	R$ 195.23
BAJ8821	275410D000048456	11/06/2026	74550	R$ 130.16
BAJ8821	275410D000048466	11/06/2026	74630	R$ 195.23
BAL5267	275410D000048431	10/06/2026	74550	R$ 130.16
BAL5267	275410D000048438	10/06/2026	74550	R$ 130.16
BAM4H54	275410D000048352	08/06/2026	74630	R$ 195.23
BAT5965	275410D000048450	11/06/2026	74550	R$ 130.16
BBE3G52	275410D000048501	12/06/2026	74630	R$ 195.23
BBO6A05	275410D000048502	12/06/2026	74550	R$ 130.16
BCT9A88	275410D000048397	09/06/2026	74710	R$ 880.41
BCW4A68	275410D000048446	11/06/2026	74630	R$ 195.23
BCY8H83	275410D000048481	12/06/2026	74630	R$ 195.23
BDG7H63	275410D000048531	13/06/2026	74550	R$ 130.16
BDK7I91	275410D000048464	11/06/2026	74550	R$ 130.16
BDK8D57	275410D000045797	15/05/2026	74550	R$ 130.16
BDY5F45	275410D000048484	12/06/2026	74630	R$ 195.23
BEA7A21	275410D000048432	10/06/2026	74550	R$ 130.16
BEK8D36	275410D000048396	09/06/2026	74630	R$ 195.23
CAC2G83	275410D000048515	12/06/2026	74550	R$ 130.16
COA5292	275410D000048525	13/06/2026	74550	R$ 130.16
COA5292	275410D000048462	11/06/2026	74630	R$ 195.23
COA5292	275410D000048537	13/06/2026	74550	R$ 130.16
CVD6D56	275410D000048533	13/06/2026	74550	R$ 130.16
DEX1575	275410D000048538	13/06/2026	74550	R$ 130.16
DQQ3J19	275410D000048514	12/06/2026	74630	R$ 195.23
DSX4C53	275410D000048509	12/06/2026	74550	R$ 130.16
FIQ9246	275410D000048358	08/06/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000048369	09/06/2026	74630	R$ 195.23
FIQ9246	275410D000048380	09/06/2026	74550	R$ 130.16
FNT8C07	275410D000048455	11/06/2026	74550	R$ 130.16
GEB1F50	275410D000048400	09/06/2026	74550	R$ 130.16
HLC9G50	275410D000048471	11/06/2026	74550	R$ 130.16
HLC9G50	275410D000048383	09/06/2026	74550	R$ 130.16
HPH3634	116100T003695563	12/06/2026	54522	R$ 195.23
HTN4I81	275410D000048517	12/06/2026	74550	R$ 130.16
IEZ4025	275410D000048545	13/06/2026	74550	R$ 130.16
IEZ4025	275410D000048540	13/06/2026	74550	R$ 130.16
IGS1656	275410D000048371	09/06/2026	74550	R$ 130.16
IGX3E14	275410D000048474	11/06/2026	74550	R$ 130.16
IJC7F71	275410D000048425	10/06/2026	74550	R$ 130.16
IJL2204	275410D000048405	09/06/2026	74550	R$ 130.16
IKS4394	275410D000048404	09/06/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000048461	11/06/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000048488	12/06/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000048458	11/06/2026	74630	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000048386	09/06/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000048453	11/06/2026	74550	R$ 130.16
IOI7B60	275410D000048350	08/06/2026	74550	R$ 130.16

IXB0H53	275410D000048428	10/06/2026	74550	R$ 130.16
JDL0C11	275410D000048401	09/06/2026	74550	R$ 130.16
JGI3I08	275410D000048415	09/06/2026	74550	R$ 130.16
JGI3I08	275410D000048416	09/06/2026	74550	R$ 130.16
JGI3I08	275410D000048409	09/06/2026	74550	R$ 130.16
JKU2G78	275410D000048489	12/06/2026	74550	R$ 130.16
KZC6I65	275410D000048427	10/06/2026	74550	R$ 130.16
LPW9913	275410D000048468	11/06/2026	74550	R$ 130.16
LXO8C72	275410D000048487	12/06/2026	74550	R$ 130.16
MAR9128	275410D000048448	11/06/2026	74550	R$ 130.16
MBT6G25	275410D000045846	15/05/2026	74550	R$ 130.16
MES1A97	275410D000048402	09/06/2026	74550	R$ 130.16
MGM3A50	275410D000048518	12/06/2026	74550	R$ 130.16
MGS0A82	275410D000048426	10/06/2026	74630	R$ 195.23
MHZ0G24	275410D000048365	08/06/2026	74630	R$ 195.23
MPJ5A20	275410D000048355	08/06/2026	74550	R$ 130.16
OKD5J37	275410D000048534	13/06/2026	74550	R$ 130.16
OOS3E60	275410D000048353	08/06/2026	74550	R$ 130.16
PIP5D76	275410D000048434	10/06/2026	74550	R$ 130.16
PZM8I39	275410D000048429	10/06/2026	74550	R$ 130.16
QJI7J25	275410D000045862	15/05/2026	74550	R$ 130.16
QNO1H18	275410D000048535	13/06/2026	74550	R$ 130.16
QXA4E28	275410D000048547	13/06/2026	74630	R$ 195.23
QXI9F56	275410D000048491	12/06/2026	74550	R$ 130.16
RHG3A00	275410D000048410	09/06/2026	74550	R$ 130.16
RHH9E87	275410D000048454	11/06/2026	74630	R$ 195.23
RHK5E14	275410D000048499	12/06/2026	74630	R$ 195.23
RHX4E44	275410D000048469	11/06/2026	74550	R$ 130.16
RNJ3J04	275410D000048354	08/06/2026	74550	R$ 130.16
RYQ4A78	275410D000048442	11/06/2026	74550	R$ 130.16
RYQ4A78	275410D000048443	11/06/2026	74550	R$ 130.16
RYQ4A78	275410D000048459	11/06/2026	74630	R$ 195.23
SEB8G71	275410D000048527	13/06/2026	74630	R$ 195.23
SED4D63	275410D000048542	13/06/2026	74550	R$ 130.16
SEP9F10	275410D000048420	10/06/2026	74550	R$ 130.16
SFB7J63	275410D000048387	09/06/2026	74550	R$ 130.16
SFB7J63	275410D000048408	09/06/2026	74630	R$ 195.23
SFC7B69	275410D000048398	09/06/2026	74550	R$ 130.16
SFL5A96	275410D000048412	09/06/2026	74550	R$ 130.16
SFM9F26	275410D000048508	12/06/2026	74630	R$ 195.23
SUA7I92	275410D000048378	09/06/2026	74550	R$ 130.16
TAT5E95	275410D000048435	10/06/2026	74550	R$ 130.16
TAT8B01	275410D000048422	10/06/2026	74550	R$ 130.16
TBB8H03	275410D000048532	13/06/2026	74550	R$ 130.16
TBR0H23	275410D000048479	12/06/2026	74550	R$ 130.16
TCE4G12	275410D000048529	13/06/2026	74550	R$ 130.16
TJF6I95	275410D000048516	12/06/2026	74550	R$ 130.16
TKP7I30	275410D000048478	12/06/2026	74550	R$ 130.16
UAS2A61	275410D000048430	10/06/2026	74550	R$ 130.16
UCB5H15	275410D000048475	11/06/2026	74630	R$ 195.23
UCB5H15	275410D000048476	11/06/2026	74630	R$ 195.23

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV. até 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABJ5F84	275410D000048406	09/06/2026	74550
AJC4A29	275410D000048414	09/06/2026	74550
ALU3C04	275410D000048382	09/06/2026	74550
AQD1F47	275410D000048379	09/06/2026	74550
AVG6D66	275410D000048513	12/06/2026	74550
AVM2390	275410D000048437	10/06/2026	74550
AVS9I17	275410D000048421	10/06/2026	74550
AWE8B67	275410D000048544	13/06/2026	74550
AXS1A36	275410D000048403	09/06/2026	74550
AYG8H42	275410D000048472	11/06/2026	74550
AZB3655	275410D000048390	09/06/2026	74550
BAC1J18	275410D000048417	10/06/2026	74550
BAS5I16	275410D000048510	12/06/2026	74550
BAX7F67	275410D000048424	10/06/2026	74550
BBD3D91	275410D000048439	10/06/2026	74550
BBE3G52	275410D000048500	12/06/2026	74550
BCD5B46	275410D000048440	10/06/2026	74550
BCK9615	275410D000048452	11/06/2026	74550
BEK3A04	275410D000048373	09/06/2026	74550
BES3B39	275410D000048483	12/06/2026	74550
EJZ5G77	275410D000048512	12/06/2026	74550
FED5G13	275410D000048511	12/06/2026	74550
HQX6393	275410D000048539	13/06/2026	74550
MAD0545	275410D000048467	11/06/2026	74550
MKT6289	275410D000048485	12/06/2026	74550
RHV0I43	275410D000048389	09/06/2026	74550
SFC0B35	275410D000048451	11/06/2026	74550
TAL7F27	275410D000048460	11/06/2026	74550
TAT4D76	275410D000048546	13/06/2026	74550
TBD6F41	275410D000048385	09/06/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AFY6305	275410T000002435	16/06/2026	76841
ALC4I89	275410D000048571	14/06/2026	74550
ANG6G83	275410D000048562	13/06/2026	74550
ARJ6B18	275410D000048570	14/06/2026	74550
ASQ8B92	275410D000048566	13/06/2026	74550
MDD1A95	275410D000048558	13/06/2026	74550
MJC2A33	275410D000048520	13/06/2026	74550
NYC5B76	275410D000048552	13/06/2026	74550
OBF1I96	275410D000048578	15/06/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ACZ9B63	275410D000045923	16/05/2026	74550	R$ 130.16
AFJ2264	275410T000002509	18/06/2026	65800	R$ 293.47
AHH9647	275410T000002433	15/06/2026	76251	R$ 293.47
AHH9647	275410T000002434	15/06/2026	50610	R$ 880.41
AII7F32	275410L000001067	16/06/2026	55412	R$ 195.23
AJE5E67	275410L000001092	09/06/2026	55412	R$ 195.23
AJI8I91	275410T000002175	16/06/2026	76331	R$ 293.47
AJK1J52	275410D000048548	13/06/2026	74550	R$ 130.16
AJQ9B89	275410D000048567	14/06/2026	74550	R$ 130.16
AJY2G47	275410L000001094	08/06/2026	55412	R$ 195.23
AKN0H02	275410T000002180	17/06/2026	76331	R$ 293.47
AKR9540	275410D000043985	18/04/2026	74550	R$ 130.16
ALE4088	275410D000048559	13/06/2026	74550	R$ 130.16
ALM2789	275410T000002422	15/06/2026	65800	R$ 293.47
AMO4G39	275410D000045983	16/05/2026	74550	R$ 130.16
AMP7856	275410L000001100	08/06/2026	55412	R$ 195.23
ANC1481	275410D000048565	13/06/2026	74550	R$ 130.16
ANT7A42	275410L000001070	16/06/2026	55412	R$ 195.23
ANV6436	275410D000045944	16/05/2026	74550	R$ 130.16
AOC4161	275410L000001078	15/06/2026	55412	R$ 195.23
AOE3D88	275410T000002438	16/06/2026	76331	R$ 293.47
AOK0B37	275410T000002506	17/06/2026	76331	R$ 293.47
AOV8A82	275410T000002418	15/06/2026	76331	R$ 293.47
AOW4C25	275410L000001069	16/06/2026	55412	R$ 195.23
AOY0237	275410T000002172	15/06/2026	76331	R$ 293.47
APO7C37	275410D000048568	14/06/2026	74550	R$ 130.16
APT5357	275410T000002449	17/06/2026	76331	R$ 293.47
AQG6579	275410T000002174	16/06/2026	76331	R$ 293.47
AQU0F49	275410D000048523	13/06/2026	74550	R$ 130.16
AQW0F08	275410T000000703	18/06/2026	76331	R$ 293.47
AQZ5318	275410L000001084	15/06/2026	55412	R$ 195.23
ARF0I96	275410L000001071	16/06/2026	55412	R$ 195.23
ARP4F09	275410L000001074	15/06/2026	55412	R$ 195.23
ARR4F45	275410T000002428	15/06/2026	51851	R$ 195.23
ARZ5F48	275410D000048522	13/06/2026	74550	R$ 130.16
ASA6696	275410T000002447	17/06/2026	76331	R$ 293.47
ASD0F99	275410T000002178	16/06/2026	76331	R$ 293.47
ASN1C51	275410L000001098	08/06/2026	55412	R$ 195.23
ATL9164	275410D000043989	18/04/2026	74550	R$ 130.16
AUH3213	275410T000002256	17/06/2026	76331	R$ 293.47
AUJ4188	275410D000048556	13/06/2026	74630	R$ 195.23
AUL6C25	275410L000001065	16/06/2026	55412	R$ 195.23
AVI3B50	275410L000001082	15/06/2026	55412	R$ 195.23
AWW2511	275410T000002443	16/06/2026	76331	R$ 293.47
AWY4882	275410L000001086	15/06/2026	55412	R$ 195.23
AXT3H02	275410T000002444	16/06/2026	76331	R$ 293.47
AXV4054	275410T000002423	15/06/2026	61220	R$ 293.47
AXZ2762	275410D000048555	13/06/2026	74630	R$ 195.23
AXZ3528	275410D000048579	15/06/2026	74550	R$ 130.16
AZR7D85	275410T000001638	22/06/2026	60681	R$ 195.23
AZU4B98	275410L000001087	09/06/2026	55412	R$ 195.23
BAF6289	275410T000002516	18/06/2026	76331	R$ 293.47
BAO8C28	275410T000002179	16/06/2026	76331	R$ 293.47
BAW8390	275410T000002515	18/06/2026	76331	R$ 293.47
BAX0112	275410L000001072	15/06/2026	55412	R$ 195.23
BAY7C16	275410T000002427	15/06/2026	76331	R$ 293.47
BBI0130	275410D000048557	13/06/2026	74550	R$ 130.16
BBJ8H10	275410D000048519	13/06/2026	74630	R$ 195.23
BBP2E60	275410T000002421	15/06/2026	76331	R$ 293.47
BBW4J00	275410L000001091	09/06/2026	55412	R$ 195.23
BBZ3833	275410L000001079	15/06/2026	55412	R$ 195.23
BCK9748	275410T000002432	15/06/2026	59910	R$ 293.47
BCR6D12	275410T000002437	16/06/2026	61220	R$ 293.47
BCX9A41	275410D000045994	16/05/2026	74550	R$ 130.16
BDA9D41	275410T000002514	18/06/2026	58431	R$ 195.23
BDA9D41	275410T000002510	18/06/2026	61220	R$ 293.47
BDA9D41	275410T000002513	18/06/2026	60502	R$ 293.47
BDG8H57	275410L000001096	08/06/2026	55412	R$ 195.23
BDK8D57	275410D000046091	17/05/2026	74550	R$ 130.16
BDT5C84	275410L000001095	08/06/2026	55412	R$ 195.23
BDU2H22	275410T000002181	17/06/2026	76331	R$ 293.47
BDU2H22	275410T000002503	17/06/2026	59910	R$ 293.47

BDZ5A54	275410T000002520	19/06/2026	76331	R$ 293.47
BEI7H39	275410T000002501	17/06/2026	76331	R$ 293.47
BJT1876	275410T000002171	15/06/2026	76331	R$ 293.47
BOA5773	275410D000048575	14/06/2026	74630	R$ 195.23
BRU6I67	275410T000002512	18/06/2026	61220	R$ 293.47
COA5292	275410D000048563	13/06/2026	74550	R$ 130.16
COA5292	275410D000048551	13/06/2026	74630	R$ 195.23
COA5292	275410D000048564	13/06/2026	74550	R$ 130.16
COA5292	275410D000048553	13/06/2026	74550	R$ 130.16
DMI9G63	275410L000001077	15/06/2026	55412	R$ 195.23
DMQ3G90	275410D000043846	17/04/2026	74550	R$ 130.16
DPM4A14	275410T000002448	17/06/2026	76331	R$ 293.47
EBY8G24	275410T000002176	16/06/2026	76331	R$ 293.47
EGG6I64	275410T000002173	15/06/2026	76331	R$ 293.47
EGU7G63	275410T000002169	15/06/2026	57380	R$ 293.47
ELK4F41	275410T000002419	15/06/2026	76331	R$ 293.47
EUF5J40	275410D000046044	17/05/2026	74550	R$ 130.16
FFG6C51	275410T000002257	17/06/2026	76331	R$ 293.47
FHC1G02	275410T000002431	15/06/2026	76331	R$ 293.47
FQR7E30	275410L000001042	01/06/2026	55412	R$ 195.23
FRY5D42	275410T000002177	16/06/2026	76331	R$ 293.47
FRY5D42	275410T000002441	16/06/2026	76331	R$ 293.47
FVN6F46	275410L000001076	15/06/2026	55412	R$ 195.23
FWI9B35	275410T000002182	17/06/2026	76331	R$ 293.47
GBJ2J06	275410D000048573	14/06/2026	74550	R$ 130.16
IGS1656	275410L000001102	08/06/2026	55412	R$ 195.23
ILZ8B94	275410D000048521	13/06/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000048554	13/06/2026	74550	R$ 130.16
IOI9F20	275410T000001634	16/06/2026	51930	R$ 293.47
IQD0899	275410L000001075	15/06/2026	55412	R$ 195.23
IQW3H69	275410T000002258	22/06/2026	60681	R$ 195.23
IRJ1A61	275410T000002446	16/06/2026	51930	R$ 293.47
ITI3I89	275410T000002183	18/06/2026	76331	R$ 293.47
IXE5J80	275410T000002420	15/06/2026	76331	R$ 293.47
JAI9J38	275410T000002429	15/06/2026	76331	R$ 293.47
JIM5G15	275410T000002505	17/06/2026	76331	R$ 293.47
KWB6J08	275410D000043887	17/04/2026	74550	R$ 130.16
KYR9H51	275410T000002170	15/06/2026	76331	R$ 293.47
LSO2B60	275410T000002440	16/06/2026	76331	R$ 293.47
MBC2507	275410T000001640	22/06/2026	57380	R$ 293.47
MCA3C87	275410D000043873	17/04/2026	74550	R$ 130.16
MCT9757	275410L000001097	08/06/2026	55412	R$ 195.23
MCU7962	275410T000002519	19/06/2026	76331	R$ 293.47
MGN0902	275410D000043864	17/04/2026	74550	R$ 130.16
MGQ5244	275410L000001090	09/06/2026	55412	R$ 195.23
MHJ4090	275410T000002517	18/06/2026	61220	R$ 293.47
MHU1945	275410T000002450	17/06/2026	76331	R$ 293.47
MIT9945	275410T000002442	16/06/2026	59910	R$ 293.47
NCA7D63	275410L000001068	16/06/2026	55412	R$ 195.23
NJS1582	275410L000001099	08/06/2026	55412	R$ 195.23
NMR1807	275410T000002504	17/06/2026	61220	R$ 293.47
NPJ9D64	275410T000002439	16/06/2026	76331	R$ 293.47
OLW6J70	275410T000002436	16/06/2026	76331	R$ 293.47
OMN8B96	275410T000002184	18/06/2026	76331	R$ 293.47
OVC4H21	275410L000001081	15/06/2026	55412	R$ 195.23
PLQ4D69	275410T000001635	18/06/2026	76331	R$ 293.47
PYU3C80	275410T000002522	19/06/2026	76331	R$ 293.47
PYU6A31	275410T000002424	15/06/2026	76331	R$ 293.47
QAN5C16	275410L000001088	09/06/2026	55412	R$ 195.23
QIK0E25	275410T000002255	15/06/2026	76331	R$ 293.47
QIY3H28	275410D000048549	13/06/2026	74550	R$ 130.16
QJB2A09	275410T000002508	18/06/2026	76331	R$ 293.47
QJL6G79	275410T000001637	18/06/2026	76331	R$ 293.47
QQZ4B60	275410D000043886	17/04/2026	74550	R$ 130.16
RAO0H20	275410L000001080	15/06/2026	55412	R$ 195.23
RGC4B33	275410L000001093	09/06/2026	55412	R$ 195.23
RGD6J94	275410T000002445	16/06/2026	76331	R$ 293.47
RHA3F19	275410L000001064	16/06/2026	55412	R$ 195.23
RHJ0I16	275410L000001089	09/06/2026	55412	R$ 195.23
RLA9D16	275410T000002426	15/06/2026	76331	R$ 293.47
RLG3I42	275410L000001066	16/06/2026	55412	R$ 195.23
RYH8E45	275410D000048572	14/06/2026	74630	R$ 195.23
SEE3I54	275410T000002430	15/06/2026	76331	R$ 293.47
SEN4D28	275410L000001083	15/06/2026	55412	R$ 195.23
SER3D19	275410T000002523	19/06/2026	76331	R$ 293.47
SET0E65	275410T000001636	18/06/2026	76331	R$ 293.47
SEW4H86	275410L000001085	15/06/2026	55412	R$ 195.23
SFB7J63	275410D000048560	13/06/2026	74630	R$ 195.23
SFI1C47	275410T000002511	18/06/2026	76331	R$ 293.47
SYU9I42	275410L000001073	15/06/2026	55412	R$ 195.23
TAP8D94	275410L000001063	16/06/2026	55412	R$ 195.23
TDH3F92	275410D000045913	16/05/2026	74550	R$ 130.16
TDH3F92	275410D000045927	16/05/2026	74550	R$ 130.16
TDQ8G40	275410T000002524	19/06/2026	76331	R$ 293.47
TPI9I42	275410D000048561	13/06/2026	74550	R$ 130.16
TXL8A07	275410L000001101	08/06/2026	55412	R$ 195.23
UAU8J52	275410D000045928	16/05/2026	74550	R$ 130.16
UAU8J52	275410D000046052	17/05/2026	74550	R$ 130.16
UBD5H85	275410D000045933	16/05/2026	74550	R$ 130.16

UBH3J20	275410D000048577	14/06/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABL3080	275410D000048685	09/06/2026	74550	R$ 130.16
ABL9B32	275410D000048710	11/06/2026	74550	R$ 130.16
AGI7749	275410D000048598	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AID5F22	275410D000048622	07/06/2026	74550	R$ 130.16
AML5210	275410D000048590	05/06/2026	74550	R$ 130.16
ANF5B09	275410D000044189	21/04/2026	74550	R$ 130.16
ANQ1A55	275410D000048690	10/06/2026	74550	R$ 130.16
ANR3778	275410D000048583	05/06/2026	74550	R$ 130.16
ANT0D03	275410D000046245	18/05/2026	74550	R$ 130.16
ANT0D03	275410D000046101	17/05/2026	74550	R$ 130.16
AOC4161	275410D000048603	06/06/2026	74550	R$ 130.16
AOK7619	275410D000046255	18/05/2026	74550	R$ 130.16
API5B66	275410D000048706	11/06/2026	74550	R$ 130.16
APM5716	275410D000048597	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AQE7892	275410D000044142	21/04/2026	74550	R$ 130.16
AQX5G43	275410D000048729	12/06/2026	74550	R$ 130.16
ASA4G42	275410D000048681	09/06/2026	74550	R$ 130.16
ASE7G12	275410D000048645	07/06/2026	74550	R$ 130.16
ASJ2869	275410D000046162	18/05/2026	74550	R$ 130.16
ATH1E24	275410D000048604	06/06/2026	74630	R$ 195.23
AUF2I87	275410D000048592	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AVG8G26	275410D000048670	09/06/2026	74550	R$ 130.16
AVG8G26	275410D000048596	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AVT8247	275410D000048586	05/06/2026	74550	R$ 130.16
AXG7G58	275410D000048712	11/06/2026	74550	R$ 130.16
AYD8J29	275410D000048717	12/06/2026	74550	R$ 130.16
AYV8368	275410D000048589	05/06/2026	74630	R$ 195.23
AZN3D22	275410D000048726	12/06/2026	74550	R$ 130.16
AZS0F61	275410D000048679	09/06/2026	74550	R$ 130.16
AZX7D20	275410D000048611	06/06/2026	74550	R$ 130.16
AZZ5C71	275410D000048618	06/06/2026	74550	R$ 130.16
BAC0C97	275410NIC0014968	06/06/2026	50020	R$ 390.46
BAO7H73	275410D000048581	05/06/2026	74550	R$ 130.16
BBK1423	275410D000048612	06/06/2026	74550	R$ 130.16
BBO4C12	275410D000048672	09/06/2026	74550	R$ 130.16
BBR9851	275410D000048722	12/06/2026	74550	R$ 130.16
BBU5A24	275410D000044162	21/04/2026	74550	R$ 130.16
BCG7I71	275410D000048621	07/06/2026	74550	R$ 130.16
BCR2J47	275410D000048709	11/06/2026	74550	R$ 130.16
BCT7C70	275410D000048639	07/06/2026	74550	R$ 130.16
BDE5I18	275410D000048636	07/06/2026	74550	R$ 130.16
BDK8D57	275410D000046104	17/05/2026	74550	R$ 130.16
BED9J07	275410D000048693	10/06/2026	74550	R$ 130.16
BES6C11	275410D000048608	06/06/2026	74550	R$ 130.16
BES7F07	275410D000048704	11/06/2026	74550	R$ 130.16
BEX2E09	275410D000048585	05/06/2026	74550	R$ 130.16
BWQ2F55	275410D000048658	08/06/2026	74550	R$ 130.16
DAK6F65	275410D000048619	07/06/2026	74550	R$ 130.16
DBA2J97	275410D000048744	13/06/2026	74550	R$ 130.16
DIR1H69	275410NIC0014966	06/06/2026	50020	R$ 586.94
DLB1407	275410D000048701	11/06/2026	74550	R$ 130.16
DMQ3G90	275410D000044160	21/04/2026	74550	R$ 130.16
DOI9A90	275410D000048605	06/06/2026	74550	R$ 130.16
DSL7F12	275410D000048674	09/06/2026	74550	R$ 130.16
EAZ7J79	275410D000048655	08/06/2026	74550	R$ 130.16
EML4E25	275410D000048696	10/06/2026	74550	R$ 130.16
EML4E25	275410D000048702	11/06/2026	74550	R$ 130.16
EOJ1D31	275410D000048666	08/06/2026	74550	R$ 130.16
EPU6I52	275410D000048675	09/06/2026	74550	R$ 130.16
FVO3E81	275410D000048648	07/06/2026	74550	R$ 130.16
FVT6868	275410D000048724	12/06/2026	74550	R$ 130.16
FXU1A46	275410D000048697	10/06/2026	74550	R$ 130.16
GBM2C45	275410D000048600	05/06/2026	74550	R$ 130.16
GTS9476	275410D000048640	07/06/2026	74550	R$ 130.16
HXZ7D53	275410D000048656	08/06/2026	74550	R$ 130.16
IOD0289	275410D000048673	09/06/2026	74550	R$ 130.16
IOX0G32	275410D000048623	07/06/2026	74630	R$ 195.23
IOX0G32	275410D000048689	10/06/2026	74630	R$ 195.23
IQO7I07	275410D000048741	12/06/2026	74550	R$ 130.16
ITY4J96	275410D000048661	08/06/2026	74550	R$ 130.16
JVN5F53	275410D000048643	07/06/2026	74550	R$ 130.16
KUV1G07	275410D000048624	07/06/2026	74550	R$ 130.16
MCA3C87	275410D000044122	20/04/2026	74550	R$ 130.16
MEJ3A52	275410D000048691	10/06/2026	74550	R$ 130.16
MEU8I32	275410D000048617	06/06/2026	74550	R$ 130.16
MFP1C49	275410D000048737	12/06/2026	74550	R$ 130.16
MGW1I21	275410D000044235	22/04/2026	74550	R$ 130.16
MHI2D28	275410D000048669	09/06/2026	74550	R$ 130.16
MJQ5I67	275410D000048707	11/06/2026	74550	R$ 130.16
MLP0C13	275410D000048728	12/06/2026	74550	R$ 130.16
QBK2C14	275410D000048629	07/06/2026	74550	R$ 130.16
QEN1J17	275410D000048688	10/06/2026	74550	R$ 130.16

QJO7I49	275410D000048651	07/06/2026	74550	R$ 130.16
QKS8B29	275410NIC0014967	06/06/2026	50020	R$ 390.46
QPO1I89	275410D000048602	05/06/2026	74630	R$ 195.23
QSD7E17	275410D000048719	12/06/2026	74550	R$ 130.16
QSP1D93	275410D000048739	12/06/2026	74550	R$ 130.16
QWD2A20	275410D000048606	06/06/2026	74550	R$ 130.16
RHE3D90	275410D000044030	19/04/2026	74550	R$ 130.16
RHM3D07	275410D000048703	11/06/2026	74550	R$ 130.16
RHM5B79	275410D000048708	11/06/2026	74550	R$ 130.16
RHN8B42	275410D000048582	05/06/2026	74550	R$ 130.16
RHN8B42	275410D000048716	12/06/2026	74550	R$ 130.16
RLA8F81	275410D000048614	06/06/2026	74550	R$ 130.16
RLI0J41	275410NIC0014965	06/06/2026	50020	R$ 586.94
RME7H39	275410D000048711	11/06/2026	74550	R$ 130.16
RMF7C48	275410D000048663	08/06/2026	74550	R$ 130.16
RNO1C64	275410D000048715	11/06/2026	74550	R$ 130.16
RTB1B11	275410D000048634	07/06/2026	74550	R$ 130.16
RTW6C69	275410D000048580	05/06/2026	74550	R$ 130.16
RVQ7J67	275410D000048654	07/06/2026	74550	R$ 130.16
RXO1E50	275410D000048593	05/06/2026	74550	R$ 130.16
SDV5I22	275410D000044086	20/04/2026	74550	R$ 130.16
SEA0I80	275410D000048630	07/06/2026	74550	R$ 130.16
SED4F66	275410D000048732	12/06/2026	74550	R$ 130.16
SED4F66	275410D000048686	09/06/2026	74550	R$ 130.16
SED4F66	275410D000048591	05/06/2026	74550	R$ 130.16
SEP5J43	275410D000048736	12/06/2026	74550	R$ 130.16
SES7F78	275410D000048676	09/06/2026	74550	R$ 130.16
SFA7H14	275410D000048699	10/06/2026	74550	R$ 130.16
SFK5A92	275410D000048723	12/06/2026	74630	R$ 195.23
SHN2I83	275410D000048714	11/06/2026	74550	R$ 130.16
STD4J18	275410D000048599	05/06/2026	74550	R$ 130.16
SUN0D98	275410D000048687	09/06/2026	74630	R$ 195.23
SXC8B02	275410D000048713	11/06/2026	74550	R$ 130.16
SXK9C29	275410D000048662	08/06/2026	74550	R$ 130.16
TAN8F79	275410D000048627	07/06/2026	74550	R$ 130.16
TAV9F06	275410NIC0014971	06/06/2026	50020	R$ 586.94
TBH2A23	275410D000048628	07/06/2026	74550	R$ 130.16
TBJ6C94	275410NIC0014970	06/06/2026	50020	R$ 586.94
TBR7G51	275410D000044202	22/04/2026	74550	R$ 130.16
TBT2E05	275410D000048610	06/06/2026	74550	R$ 130.16
TBX6E92	275410D000048620	07/06/2026	74630	R$ 195.23
TPI9I42	275410D000048678	09/06/2026	74630	R$ 195.23
TPI9I42	275410D000048742	13/06/2026	74550	R$ 130.16
TXB1A46	275410D000048718	12/06/2026	74630	R$ 195.23
UAU8J52	275410D000044107	20/04/2026	74550	R$ 130.16
UBA9H54	275410NIC0014969	06/06/2026	50020	R$ 586.94
UBO3H11	275410D000048734	12/06/2026	74550	R$ 130.16
UBO7G45	275410D000048730	12/06/2026	74550	R$ 130.16
UBP7D50	275410D000048587	05/06/2026	74550	R$ 130.16
UBR8I09	275410D000048682	09/06/2026	74630	R$ 195.23
UBT6B20	275410D000048721	12/06/2026	74550	R$ 130.16
UBX9C18	275410D000048638	07/06/2026	74550	R$ 130.16
UCA1I66	275410D000048735	12/06/2026	74550	R$ 130.16
UCJ9I11	275410D000048733	12/06/2026	74550	R$ 130.16

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 19/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AHJ1728	275410L000001382	21/08/2026	55412
AIT6J82	275410D000053619	26/08/2026	74550
AIZ9461	275410D000053627	26/08/2026	74550
AKJ2E73	275410D000053608	25/08/2026	74550
ALH5696	275410L000001359	19/08/2026	55412
ALP6677	275410D000053606	25/08/2026	74630
AMQ5A26	275410L000001365	19/08/2026	55412
ANN0H28	275410D000053640	26/08/2026	74550
AOA6233	275410D000053634	26/08/2026	74550
AOB3B98	275410D000053616	26/08/2026	74550
AOE9727	275410L000001366	19/08/2026	55412
AOG7292	275410L000001368	22/08/2026	55412
AOK2039	275410D000053603	25/08/2026	74550
AOM3701	275410D000053643	26/08/2026	74630
APH5D90	275410CND0000153	08/07/2026	50450
AQK8J75	275410D000053641	26/08/2026	74710
ASB9681	275410D000053605	25/08/2026	74710
ASD1D03	275410L000001361	19/08/2026	55412
ASE3D86	275410D000053594	25/08/2026	74550
ASK5279	275410L000001363	19/08/2026	55412
ATI8257	275410D000053633	26/08/2026	74550
AVV5B55	275410D000053638	26/08/2026	74630
AVV6967	275410D000053604	25/08/2026	74550
AWC3D37	275410L000001380	21/08/2026	55412
AWJ3D78	275410L000001376	21/08/2026	55412
BAE0C81	275410D000053636	26/08/2026	74550
BAX7805	275410D000053630	26/08/2026	74550
BCK8A39	275410D000053625	26/08/2026	74550
BCP2C98	275410D000053607	25/08/2026	74550

BCT6I44	275410L000001369	22/08/2026	55412
BDW2I37	275410D000053617	26/08/2026	74550
BEC9113	275410D000053629	26/08/2026	74550
BEC9113	275410D000053628	26/08/2026	74550
BEK7J40	275410D000053612	25/08/2026	74550
BEP6J54	275410D000053609	25/08/2026	74710
CNN9E38	275410L000001373	22/08/2026	55412
CNX6D94	275410D000053618	26/08/2026	74550
CZL1D53	275410D000053620	26/08/2026	74550
DLG3I21	275410L000001364	19/08/2026	55412
DPS5H92	275410D000053593	25/08/2026	74550
EVO6B89	275410D000053622	26/08/2026	74550
FCY8I14	275410L000001377	21/08/2026	55412
FIQ9246	275410D000053601	25/08/2026	74550
FJK7C59	275410L000001375	21/08/2026	55412
FKG6I25	275410D000053639	26/08/2026	74550
FMF5I34	275410L000001371	22/08/2026	55412
GBJ2J06	275410D000053610	25/08/2026	74550
GIH9G99	275410D000053624	26/08/2026	74550
GJZ5A40	275410D000053591	25/08/2026	74550
HCZ1D10	275410D000053632	26/08/2026	74630
IGS1656	275410L000001372	22/08/2026	55412
IUZ0F83	275410D000053596	25/08/2026	74550
JAS7597	275410L000001379	21/08/2026	55412
JKB8I77	275410L000001367	19/08/2026	55412
JKF5I87	275410D000053613	25/08/2026	74550
JPG8I69	275410D000053635	26/08/2026	74550
MDC7053	275410D000053637	26/08/2026	74550
MDL5246	275410D000053626	26/08/2026	74550
MFA8152	275410L000001362	19/08/2026	55412
MFM9606	275410D000053621	26/08/2026	74550
MGG7G40	275410D000053642	26/08/2026	74550
MHI1907	275410D000053645	26/08/2026	74550
MIT6510	275410D000053602	25/08/2026	74550
MJN9H66	275410L000001378	21/08/2026	55412
NMW0A53	275410L000001360	19/08/2026	55412
OPL6G55	275410L000001381	21/08/2026	55412
PDZ1I08	275410D000053631	26/08/2026	74550
PYC7D33	275410D000053646	26/08/2026	74550
QHF5A33	275410L000001374	21/08/2026	55412
QQO3G76	275410D000053614	26/08/2026	74710
QQO3G76	275410D000053615	26/08/2026	74550
QRR2H69	275410L000001370	22/08/2026	55412
QTL9J41	275410D000053592	25/08/2026	74550
QYB1J74	275410D000053597	25/08/2026	74550
SEA7G27	275410D000053595	25/08/2026	74550
SIL8H49	275410CND0000154	17/06/2026	50291
SYL3I33	275410L000001358	19/08/2026	55412
TBY4A28	275410D000053644	26/08/2026	74550
TBZ4F54	275410D000053611	25/08/2026	74550
TQR6E11	275410D000053623	26/08/2026	74630
UBP4G94	275410D000053598	25/08/2026	74630
UCK1F02	275410D000053599	25/08/2026	74550
UGQ2F17	275410D000053600	25/08/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 19/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABM9F39	275410D000048594	05/06/2026	74550
ACF6J56	275410D000048649	07/06/2026	74550
ALS9G31	275410D000048680	09/06/2026	74550
AMN4E45	275410D000048626	07/06/2026	74550
AOD7D53	275410D000048668	08/06/2026	74550
ATF9389	275410D000048684	09/06/2026	74550
AWI2E27	275410D000048664	08/06/2026	74550
AWQ0A23	275410D000048738	12/06/2026	74550
AWV1F96	275410D000048653	07/06/2026	74550
AZO1B68	275410D000048615	06/06/2026	74550
BBL1186	275410D000048601	05/06/2026	74550
BBL6B44	275410D000048609	06/06/2026	74550
BCK8D26	275410D000048700	10/06/2026	74550
BCL0H86	275410D000048740	12/06/2026	74550
BDC1F93	275410D000048683	09/06/2026	74550
BDN6D37	275410D000048665	08/06/2026	74550
BEJ9D30	275410D000048637	07/06/2026	74550
MBZ4B81	275410D000048677	09/06/2026	74550
MIP6H82	275410D000048595	05/06/2026	74550
MJH5899	275410D000048695	10/06/2026	74550
MLF9D46	275410D000048652	07/06/2026	74550
MLX3E12	275410D000048584	05/06/2026	74550
QUN2C19	275410D000048746	13/06/2026	74550
QYT7B14	275410D000048667	08/06/2026	74550
REH0E30	275410D000048631	07/06/2026	74550
RHB8I45	275410D000048642	07/06/2026	74550
RHL8F06	275410D000048647	07/06/2026	74550
RHV9I51	275410D000048692	10/06/2026	74550
RMX2A03	275410D000048641	07/06/2026	74550

RXW6C91	275410D000048613	06/06/2026	74550
SEQ0I16	275410D000048705	11/06/2026	74550
SEZ3G48	275410D000048635	07/06/2026	74550
SHP5J82	275410D000048659	08/06/2026	74550
SXB7B75	275410D000048720	12/06/2026	74550
SXE9H32	275410D000048633	07/06/2026	74550
TBB6B50	275410D000048616	06/06/2026	74550
TBE4B83	275410D000048694	10/06/2026	74550
TBH1B68	275410D000048646	07/06/2026	74550
TEY9H97	275410D000048727	12/06/2026	74550
UBF9J62	275410D000048625	07/06/2026	74550
UBY8A50	275410D000048632	07/06/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 26/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AHM0A10	275410D000048828	14/06/2026	74550
ALT1A28	275410D000048765	13/06/2026	74550
AML4I18	275410D000048870	15/06/2026	74550
AQB1H45	275410D000048929	16/06/2026	74550
AUB4491	275410D000048800	14/06/2026	74550
AUH9159	275410D000048766	13/06/2026	74550
AVC0090	275410D000048779	13/06/2026	74550
AWI8620	275410D000048813	14/06/2026	74550
AXR9609	275410D000048867	15/06/2026	74550
AYN1079	275410D000048859	15/06/2026	74550
BAH1547	275410D000048922	16/06/2026	74550
BDV2C19	275410D000048887	15/06/2026	74550
BEY1B85	275410D000048771	13/06/2026	74550
GBL6G30	275410D000048795	14/06/2026	74550
HPZ3I27	275410D000048763	13/06/2026	74550
IMS9A66	275410D000048819	14/06/2026	74550
IZA4J68	275410D000048865	15/06/2026	74550
MHV2A64	275410D000048907	16/06/2026	74550
MLP1F78	275410D000048798	14/06/2026	74550
MOG6H41	275410D000048777	13/06/2026	74550
MVX2666	275410D000048872	15/06/2026	74550
OFZ6A29	275410D000048781	13/06/2026	74550
OQW8J86	275410D000048749	13/06/2026	74550
QHS2J97	275410D000048776	13/06/2026	74550
QJO4D40	275410D000048767	13/06/2026	74550
QOR4E78	275410D000048772	13/06/2026	74550
RHQ7E32	275410D000048796	14/06/2026	74550
SDP1J15	275410D000048770	13/06/2026	74550
SVR6D55	275410D000048747	13/06/2026	74550
TAL2J78	275410D000048885	15/06/2026	74550
TAT5E95	275410D000048889	15/06/2026	74550
UAX0E26	275410D000048836	15/06/2026	74550

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à DEPTRAN-DV até 26/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAA6A35	275410D000048748	13/06/2026	74550	R$ 130.16
AFJ6B00	275410D000048786	14/06/2026	74550	R$ 130.16
AFJ6B00	275410D000048810	14/06/2026	74550	R$ 130.16
AGS7D94	275410D000048842	15/06/2026	74550	R$ 130.16
AJL2B79	275410D000048834	14/06/2026	74550	R$ 130.16
AJQ8479	275410D000048851	15/06/2026	74550	R$ 130.16
AJQ8479	275410D000048915	16/06/2026	74550	R$ 130.16
AJU6047	275410D000048927	16/06/2026	74550	R$ 130.16
AKM1073	275410D000048774	13/06/2026	74550	R$ 130.16
AKO6419	275410D000048752	13/06/2026	74630	R$ 195.23
AKZ1413	275410D000048797	14/06/2026	74550	R$ 130.16
ALS5D51	275410D000048826	14/06/2026	74550	R$ 130.16
AMC2J55	275410D000048881	15/06/2026	74630	R$ 195.23
ANJ9G75	275410D000048835	15/06/2026	74550	R$ 130.16
ANP6A04	275410D000048916	16/06/2026	74550	R$ 130.16
AOG4C30	275410D000048787	14/06/2026	74550	R$ 130.16
AOK7619	275410D000048893	15/06/2026	74550	R$ 130.16
AOO7D85	275410D000048877	15/06/2026	74550	R$ 130.16
APD1A15	275410D000048904	16/06/2026	74550	R$ 130.16
AQA0B38	275410D000048866	15/06/2026	74630	R$ 195.23
AQA0B38	275410D000048874	15/06/2026	74710	R$ 880.41
AQR8I13	275410NIC0014986	09/06/2026	50020	R$ 586.94
ARX6D52	275410D000048920	16/06/2026	74550	R$ 130.16
ASB9681	275410D000048900	16/06/2026	74710	R$ 880.41
ASJ2869	275410D000048854	15/06/2026	74630	R$ 195.23
ASJ2869	275410D000048871	15/06/2026	74550	R$ 130.16
ASZ2G10	275410D000048850	15/06/2026	74550	R$ 130.16
ATE1651	275410D000048883	15/06/2026	74550	R$ 130.16
ATI9354	275410D000048794	14/06/2026	74550	R$ 130.16
AUC5D16	275410D000048827	14/06/2026	74630	R$ 195.23
AUG1A01	275410D000048846	15/06/2026	74550	R$ 130.16
AUH6C29	275410D000048832	14/06/2026	74550	R$ 130.16
AUI7647	275410D000048908	16/06/2026	74550	R$ 130.16
AUI7647	275410D000048928	16/06/2026	74550	R$ 130.16

AUI7647	275410D000048913	16/06/2026	74630	R$ 195.23
AUW1F09	275410NIC0014990	09/06/2026	50020	R$ 586.94
AVF3486	275410D000048909	16/06/2026	74550	R$ 130.16
AVG8G26	275410D000048758	13/06/2026	74550	R$ 130.16
AVH8431	275410D000048839	15/06/2026	74550	R$ 130.16
AVH8431	275410D000048838	15/06/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000048837	15/06/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000048858	15/06/2026	74550	R$ 130.16
AVJ4F85	275410D000048895	16/06/2026	74550	R$ 130.16
AVM4D26	275410D000048899	16/06/2026	74550	R$ 130.16
AWB2H30	275410D000048901	16/06/2026	74550	R$ 130.16
AWG4I50	275410D000048811	14/06/2026	74550	R$ 130.16
AWR4G21	275410D000048861	15/06/2026	74630	R$ 195.23
AXG2J68	275410D000048868	15/06/2026	74550	R$ 130.16
AXW8G72	275410NIC0014979	09/06/2026	50020	R$ 260.32
AZM1F79	275410D000048751	13/06/2026	74550	R$ 130.16
AZZ5C71	275410D000048778	13/06/2026	74550	R$ 130.16
BAA0J22	275410D000048805	14/06/2026	74630	R$ 195.23
BAD2645	275410D000048788	14/06/2026	74630	R$ 195.23
BAD9D88	275410NIC0014977	09/06/2026	50020	R$ 390.46
BAF1F49	275410D000048833	14/06/2026	74550	R$ 130.16
BAK9I91	275410NIC0014984	09/06/2026	50020	R$ 390.46
BAL8G61	275410D000048905	16/06/2026	74550	R$ 130.16
BAO0A44	275410D000048793	14/06/2026	74630	R$ 195.23
BAO8H68	275410D000048847	15/06/2026	74550	R$ 130.16
BBB8C34	275410D000048914	16/06/2026	74550	R$ 130.16
BBI0130	275410D000048898	16/06/2026	74550	R$ 130.16
BBK7C09	275410D000048804	14/06/2026	74550	R$ 130.16
BCB5C66	275410D000048923	16/06/2026	74550	R$ 130.16
BCD2A13	275410D000048764	13/06/2026	74550	R$ 130.16
BCH9D01	275410D000048822	14/06/2026	74630	R$ 195.23
BCO2A21	275410D000048911	16/06/2026	74550	R$ 130.16
BCO8G02	275410D000048783	14/06/2026	74550	R$ 130.16
BCO8G02	275410D000048784	14/06/2026	74630	R$ 195.23
BCW4D94	275410D000048918	16/06/2026	74550	R$ 130.16
BDP3A98	275410NIC0014976	09/06/2026	50020	R$ 390.46
BDQ4I84	275410NIC0014978	09/06/2026	50020	R$ 260.32
BED6E87	275410D000048790	14/06/2026	74550	R$ 130.16
BEH6A09	275410D000048808	14/06/2026	74630	R$ 195.23
BEM6D95	275410D000048799	14/06/2026	74550	R$ 130.16
BES2B78	275410D000048882	15/06/2026	74550	R$ 130.16
BOA5773	275410D000048829	14/06/2026	74630	R$ 195.23
COA5292	275410D000048897	16/06/2026	74630	R$ 195.23
ECO0C15	275410D000048931	16/06/2026	74550	R$ 130.16
EJZ0G37	275410D000048884	15/06/2026	74630	R$ 195.23
FEP6B49	275410D000048880	15/06/2026	74550	R$ 130.16
FFN9H14	275410D000048921	16/06/2026	74550	R$ 130.16
FMD0J04	275410D000048876	15/06/2026	74550	R$ 130.16
FXB9I06	275410D000048817	14/06/2026	74550	R$ 130.16
GIR9D59	275410D000048903	16/06/2026	74550	R$ 130.16
HEL8G74	275410D000048769	13/06/2026	74550	R$ 130.16
HYE0J85	275410D000048760	13/06/2026	74550	R$ 130.16
IAR0D58	275410D000048815	14/06/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000048926	16/06/2026	74550	R$ 130.16
ILZ8B94	275410D000048894	16/06/2026	74550	R$ 130.16
IOK6F17	275410D000048857	15/06/2026	74550	R$ 130.16
IRD3H64	275410D000048825	14/06/2026	74550	R$ 130.16
ITZ0C66	275410D000048809	14/06/2026	74630	R$ 195.23
ITZ0C66	275410D000048873	15/06/2026	74630	R$ 195.23
IXB2H99	275410D000048768	13/06/2026	74550	R$ 130.16
JBJ5G73	275410D000048818	14/06/2026	74550	R$ 130.16
JCR2J88	275410D000048750	13/06/2026	74630	R$ 195.23
JIY9J34	275410D000048759	13/06/2026	74550	R$ 130.16
JKU2G78	275410D000048840	15/06/2026	74550	R$ 130.16
LNI6A10	275410D000048930	16/06/2026	74550	R$ 130.16
LZP0873	275410D000048803	14/06/2026	74630	R$ 195.23
MCF2A14	275410D000048782	13/06/2026	74550	R$ 130.16
MDL5246	275410D000048852	15/06/2026	74550	R$ 130.16
MEM4H24	275410D000048820	14/06/2026	74550	R$ 130.16
MFP3869	275410D000048785	14/06/2026	74550	R$ 130.16
MGZ1034	275410NIC0014991	09/06/2026	50020	R$ 390.46
MIM6611	275410D000048888	15/06/2026	74550	R$ 130.16
MJO0G34	275410D000048753	13/06/2026	74550	R$ 130.16
MKU2F37	275410D000048821	14/06/2026	74550	R$ 130.16
MLR7A50	275410D000048756	13/06/2026	74550	R$ 130.16
OBL7B83	275410NIC0014989	09/06/2026	50020	R$ 586.94
OBM7C09	275410D000048849	15/06/2026	74550	R$ 130.16
OYX8J06	275410NIC0014980	09/06/2026	50020	R$ 260.32
OYX8J06	275410NIC0014981	09/06/2026	50020	R$ 260.32
PWZ0J14	275410NIC0014972	09/06/2026	50020	R$ 260.32
PWZ0J14	275410NIC0014973	09/06/2026	50020	R$ 260.32
PWZ0J14	275410NIC0014982	09/06/2026	50020	R$ 390.46
QBI7C60	275410D000048780	13/06/2026	74550	R$ 130.16
QHS1C08	275410D000048814	14/06/2026	74630	R$ 195.23
QJI7J25	275410D000048824	14/06/2026	74550	R$ 130.16
QJQ6A87	275410D000048812	14/06/2026	74550	R$ 130.16
QMB3H90	275410D000048823	14/06/2026	74550	R$ 130.16
QQY8C21	275410D000048775	13/06/2026	74550	R$ 130.16
QSB0G47	275410D000048886	15/06/2026	74710	R$ 880.41

QXJ6D21	275410D000048792	14/06/2026	74630	R$ 195.23
RAC4B73	275410D000048864	15/06/2026	74550	R$ 130.16
RAX9E70	275410D000048925	16/06/2026	74630	R$ 195.23
RHI5E73	275410D000048845	15/06/2026	74550	R$ 130.16
RHY2D95	275410D000048791	14/06/2026	74550	R$ 130.16
RMF7C48	275410D000048830	14/06/2026	74550	R$ 130.16
RNM7J33	275410NIC0014975	09/06/2026	50020	R$ 390.46
RNM7J33	275410D000048754	13/06/2026	74550	R$ 130.16
RTV4E73	275410D000048802	14/06/2026	74550	R$ 130.16
RWB0A19	275410D000048862	15/06/2026	74630	R$ 195.23
RWB0A19	275410D000048860	15/06/2026	74630	R$ 195.23
RXL1I66	275410D000048755	13/06/2026	74550	R$ 130.16
SDQ5G31	275410NIC0014985	09/06/2026	50020	R$ 586.94
SDS7C96	275410D000048924	16/06/2026	74630	R$ 195.23
SED2B06	275410D000048892	15/06/2026	74630	R$ 195.23
SED4F66	275410D000048875	15/06/2026	74630	R$ 195.23
SEN7A93	275410D000048801	14/06/2026	74550	R$ 130.16
SER2A20	275410D000048761	13/06/2026	74630	R$ 195.23
SFB7J63	275410D000048879	15/06/2026	74550	R$ 130.16
SFL8B84	275410D000048902	16/06/2026	74550	R$ 130.16
SFO5J73	275410D000048863	15/06/2026	74550	R$ 130.16
SXN2J92	275410D000048896	16/06/2026	74550	R$ 130.16
TBB1I96	275410D000048841	15/06/2026	74550	R$ 130.16
TBL6H23	275410D000048906	16/06/2026	74550	R$ 130.16
TBO2F43	275410NIC0014983	09/06/2026	50020	R$ 390.46
TBX2A14	275410D000048757	13/06/2026	74550	R$ 130.16
TCZ5C52	275410D000048910	16/06/2026	74550	R$ 130.16
TPI9I42	275410D000048807	14/06/2026	74550	R$ 130.16
TYB1J35	275410NIC0014974	09/06/2026	50020	R$ 390.46
UAS1B80	275410D000048856	15/06/2026	74550	R$ 130.16
UAS7G07	275410NIC0014988	09/06/2026	50020	R$ 586.94
UAW1E08	275410D000048844	15/06/2026	74550	R$ 130.16
UBD6I51	275410D000048816	14/06/2026	74630	R$ 195.23
UBT1A47	275410NIC0014987	09/06/2026	50020	R$ 586.94
UBX1J92	275410CND0000141	25/04/2026	50450	R$ 293.47

275410 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à DEPTRAN-DV até 19/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AIB6G58	275410NIC0015805	11/08/2026	50020
AMS3C21	275410NIC0015809	11/08/2026	50020
AOE3D88	275410NIC0015829	11/08/2026	50020
AQW0F08	275410NIC0015850	11/08/2026	50020
ARW0547	275410NIC0015837	11/08/2026	50020
ASG4D77	275410NIC0015860	11/08/2026	50020
ATE1651	275410NIC0015811	11/08/2026	50020
AUR4615	275410T000002691	27/08/2026	76331
AVQ4H39	275410NIC0015873	11/08/2026	50020
AVQ7I88	275410NIC0015818	11/08/2026	50020
AVV6328	275410NIC0015812	11/08/2026	50020
AXB6056	275410T000002698	28/08/2026	76331
AXJ4986	275410NIC0015848	11/08/2026	50020
AXP3H69	275410NIC0015869	11/08/2026	50020
AXZ3528	275410NIC0015832	11/08/2026	50020
AZH3D12	275410NIC0015834	11/08/2026	50020
BAL5267	275410NIC0015845	11/08/2026	50020
BAL5267	275410NIC0015861	11/08/2026	50020
BAS3152	275410NIC0015882	11/08/2026	50020
BBT3020	275410NIC0015806	11/08/2026	50020
BBX0B33	275410T000002697	28/08/2026	76331
BBY0365	275410NIC0015835	11/08/2026	50020
BDA9C38	275410T000002692	27/08/2026	76331
BDK7I91	275410NIC0015853	11/08/2026	50020
BDW5I64	275410NIC0015864	11/08/2026	50020
BDZ5A54	275410NIC0015827	11/08/2026	50020
BEA7A21	275410NIC0015817	11/08/2026	50020
BEQ9D98	275410T000002696	28/08/2026	76331
BEV1E52	275410NIC0015813	11/08/2026	50020
CIU0054	116100T003586053	25/08/2026	54100
DHR8A06	275410NIC0015855	11/08/2026	50020
DHR8A06	275410NIC0015856	11/08/2026	50020
FRY5D42	275410NIC0015870	11/08/2026	50020
FRY5D42	275410NIC0015828	11/08/2026	50020
GJJ0A32	275410NIC0015814	11/08/2026	50020
HLC9G50	275410NIC0015821	11/08/2026	50020
HLC9G50	275410NIC0015842	11/08/2026	50020
HTN4I81	275410NIC0015820	11/08/2026	50020
IJC7F71	275410NIC0015874	11/08/2026	50020
ISD0F88	275410NIC0015810	11/08/2026	50020
IXB0H53	275410NIC0015844	11/08/2026	50020
IYM5F56	275410T000002693	27/08/2026	76331
IZL2C35	275410NIC0015881	11/08/2026	50020
JAI9J38	275410NIC0015851	11/08/2026	50020
JGI3I08	275410NIC0015826	11/08/2026	50020
JGI3I08	275410NIC0015824	11/08/2026	50020
JGI3I08	275410NIC0015825	11/08/2026	50020
LMT4D26	275410NIC0015840	11/08/2026	50020

OOS3E60	275410NIC0015862	11/08/2026	50020
PIP5D76	275410NIC0015847	11/08/2026	50020
PRJ6D06	275410T000002695	28/08/2026	76331
PXS7G89	275410NIC0015858	11/08/2026	50020
PYU6A31	275410NIC0015849	11/08/2026	50020
PZM8I39	275410NIC0015846	11/08/2026	50020
QDN7G86	275410T000003251	27/08/2026	76331
QIY3H28	275410NIC0015831	11/08/2026	50020
QNO1H18	275410NIC0015866	11/08/2026	50020
QXI9F56	275410NIC0015819	11/08/2026	50020
RHK5E14	275410NIC0015815	11/08/2026	50020
RHV7J19	275410NIC0015807	11/08/2026	50020
RHX4E44	275410NIC0015852	11/08/2026	50020
RNJ3J04	275410NIC0015868	11/08/2026	50020
RTB2B08	275410NIC0015836	11/08/2026	50020
SEE3I54	275410NIC0015830	11/08/2026	50020
SEP9F10	275410NIC0015823	11/08/2026	50020
SER8J03	275410NIC0015838	11/08/2026	50020
SFB0J49	275410NIC0015883	11/08/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015859	11/08/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015839	11/08/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015843	11/08/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015803	11/08/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015841	11/08/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015854	11/08/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015857	11/08/2026	50020
SFB7J63	275410NIC0015802	11/08/2026	50020
SSR8A84	275410T000002694	28/08/2026	76331
SUA7I92	275410NIC0015877	11/08/2026	50020
SXB0E86	275410T000003252	27/08/2026	76331
SYR0F00	275410T000003253	27/08/2026	51930
TAT8B01	275410NIC0015816	11/08/2026	50020
TBR0H23	275410NIC0015822	11/08/2026	50020
TBR0H23	275410NIC0015865	11/08/2026	50020
TBR0H23	275410NIC0015867	11/08/2026	50020
TCE4G12	275410NIC0015880	11/08/2026	50020
TCW5J30	275410NIC0015804	11/08/2026	50020
TDQ8G40	275410NIC0015875	11/08/2026	50020
TJF6I95	275410NIC0015878	11/08/2026	50020
TKP7I30	275410NIC0015879	11/08/2026	50020
UAS0H63	275410NIC0015863	11/08/2026	50020
UAS2A61	275410NIC0015876	11/08/2026	50020
UBE6B95	275410NIC0015808	11/08/2026	50020
UBQ5A46	275410T000002690	26/08/2026	76331
UBT8B75	275410NIC0015872	11/08/2026	50020
UBT8B75	275410NIC0015871	11/08/2026	50020
UBV9D16	275410NIC0015833	11/08/2026	50020

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:1F4184DA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

RH
PORTARIA 335/2026

PORTARIA Nº 335/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONSIDERANDO:
a) O artigo 41 da Lei nº 495, de 22 de dezembro de 2011, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Flor da Serra do Sul que dispõe sobre a progressão horizontal na Carreira;
b) O resultado final das avaliações de desempenho e qualificação regulamentadas pelo Decreto nº 027 de 2012, que conclui pela progressão do profissional do magistério para a Classe seguinte dentro do mesmo Nível,
RESOLVE:
Art. 1º Reenquadrar os profissionais integrantes do Quadro Próprio do Magistério de Flor da Serra do Sul que obtiveram os pontos necessários para a progressão horizontal na Carreira, na Classe seguinte a que estavam posicionados, considerando Relatório de Avaliação, conforme relação abaixo:

Nome do Profissional	Cargo	Enquadramento Atual		Enquadramento após Avaliação		
		Nível	Classe	Nível	Classe	Retroativo a
Vanderlei Chorna – Mat. 563	Professor	C	05	C	06	11/08/2026

Art. 2º O Vencimento básico do integrante do Quadro Próprio do Magistério reenquadrado será correspondente à nova Classe do mesmo Nível, de acordo com as Tabelas de Vencimentos, Anexos IV, V, VI parte integrante da Lei nº 495/2011 que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal.

Art. 3º Os efeitos financeiros decorrentes do reenquadramento retroagirão de acordo com a tabela.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul-PR, em 01 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:96740D95

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
ATO DE INSTITUIÇÃO Nº 06/2026

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de General Carneiro, neste ato representada pela Secretária Municipal de Educação e Cultura Maria Salete de Oliveira Volenkevicz, mantenedora da Escola Municipal do Campo Helena Wolf, Ensino Infantil e Ensino Fundamental no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria 072/2025, e considerando a Deliberação nº 02/2018 – CP/CEE/PR
INSTITUI
Art. 1º - O Conselho Escolar da Escola Municipal do Campo Helena Wolf, Ensino Infantil e Ensino Fundamental - do Município de General Carneiro, Estado do Paraná, com a Oferta de: Ensino Infantil e Ensino Fundamental.

Art. 2º - O Conselho Escolar passa a ser composto por 60% de representatividade da Comunidade Escolar e 40% de representatividade da Comunidade Local, representado pelos seguintes Membros:

Segmento que representa	Nome Completo do Titular	RG/CPF
Diretor	Maria Salete de Oliveira Volenkevicz	4.408.622-0
Equipe Pedagógica	Neuza Barrida Girotto	4.318.528-4
Corpo Docente	Camila Cordeiro	064.967.989-07
Administrativo	Neander Benazzi	10.826.565-5
Representante de Alunos	Valmir Boiko Muller	7.793.021-3
Suplente	Claudete Apª Machado	6.940.628-9
Representante de Pais	Karine Veridiana Ferreira	13.833.626-3
Suplente	Karine da Silva Velho	7.638.939
Repres. Com. Local	Andressa Teixeira Lascoski	13.889.979-9
Suplente	Adiana da Costa Farias	13.551.443-8
Repres. Com. Escolar	Elza Apª Muller	10.172.772-6
Suplente	Bruna Apª Lucindo	14.741.822-1

Art. 3º - O Conselho Escolar Instituído por este Ato entra em vigor a partir da data de sua publicação, ficando revogado o Ato e disposições em contrário.

General Carneiro, Estado do Paraná, 01 de Setembro de 2026.

-MARIA SALETE DE OLIVEIRA VOLENKEVICZ
Secretária Municipal de Educação e Cultura
Port. 072/2025

Publicado por:
Suzana de Oliveira Machado
Código Identificador:3C4B8CD1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 9.962/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 136.135,83 (cento e trinta e seis mil e cento e trinta e cinco reais e oitenta e três centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001 - FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	
08.001.2.62.2.2011-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$31.135,83
01050.01050.99.99.00.00.2.759.0000 (SF) - Recursos Vinculados a Fundos	31.135,83
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$55.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	55.000,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.20.608.4.2072-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$40.000,00
01065.01065.99.99.00.00.1.720.0000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	40.000,00
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	

18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2078-3.3.90.48.00.00.00.00 - OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$31.135,83
01050.01050.99.99.00.00.2.759.0000 (SF) - Recursos Vinculados a Fundos	31.135,83
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2028-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS-PESSOA JURÍDICA	R$55.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	55.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.003 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS	
15.003.15.451.3.2068-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$10.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.004 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS	
15.004.15.452.3.2070-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$40.000,00
01065.01065.99.99.00.00.1.720.0000 Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	40.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 02 de setembro de 2026

PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA COELHO
Prefeito do Município de Goioerê

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:9175F8B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREIROS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA GOIOXIM – PR RESOLUÇÃO 09/2026 CMDCA

SÚMULA: Aprova a atualização da regulamentação do Banco de Projetos, para utilização do recurso da dotação orçamentária do Fundo Municipal para Infância e Adolescência – FIA, nos termos dessa Resolução.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 539/2017 e suas alterações, considerando a deliberação da plenária extraordinária realizada em 17 de setembro de 2023 (Ata nº 28/2023);

CONSIDERANDO o art. 227 da Constituição Federal que consagra a doutrina da Proteção Integral ao respeito dos direitos da criança e do adolescente;
CONSIDERANDO que o art. 4º da Lei 8.069, de 13 de J ulho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente determina que os direitos da criança e do adolescente são deveres da família, da sociedade e do Estado;
CONSIDERANDO que o fortalecimento das Redes de Proteção à população infanto-juvenil requer o comprometimento de diferentes esferas de governo e dos setores organizados da sociedade;
CONSIDERANDO a possibilidade de captação de recursos por meio de renúncia fiscal através dos Fundos para a Infância e a Adolescência, conforme o disposto no § 2º do art. 260 da Lei 8.069/1990 – ECA e observadas instruções específicas da Secretaria da Receita Federal;
CONSIDERANDO a vigência da Lei Federal 13.019, de 31 de Julho de 2014, que estabeleceu novo regime jurídico para a celebração das parcerias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil;
CONSIDERANDO que o Orçamento e Financiamento das Políticas para Crianças e Adolescentes devem caminhar possibilitando o avanço no debate sobre as formas de ampliar os recursos destinados a crianças e adolescentes nas diversas áreas do governo, bem como aprimorar a gestão desse orçamento.
CONSIDERANDO a necessidade de diversificar e ampliar as formas de financiamento do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no município, além de garantir uma gestão efetiva e a melhor aplicação dos valores arrecadados.
CONSIDERANDO que entre os diversos desafios para garantir a promoção dos direitos humanos de crianças e adolescentes no município está à necessidade de avançar na melhor distribuição (cumprindo efetivamente a lei 13.019/2014) e priorização dos recursos públicos com vistas à implantação de políticas públicas que efetivem os direitos dessa parcela da população do município em todos os territórios, concretizando, assim, o princípio da prioridade absoluta;

RESOLVE
Art. 1º – Pela atualização da regulamentação do Banco de Projetos do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência do Município de Goioxim/PR – FIA, nos termos desta Resolução.

CAPÍTULO I
DAS DESTINAÇÕES

Art. 2º – As destinações de recursos financeiros por pessoas físicas ou jurídicas, com dedução do Imposto de Renda na forma do Art. 260 da Lei nº8.069/1990 (ECA) da Instrução Normativa vigente da Receita Federal, serão efetuadas através de depósito bancário na conta corrente específica do Fundo Municipal da Infância e Adolescência de Goioxim – FIA.

§ 1º – Quando da destinação efetivada, fica a Secretaria Municipal de Finanças de Goioxim responsável por informar à Secretaria da Receita Federal o nome, valor da destinação e o CPF ou CNPJ do doador, na Declaração de Benefícios Fiscais - DBF conforme normatização vigente.
§ 2º – O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente fica responsável por, até a primeira quinzena de fevereiro de cada ano, repassar à Secretaria Municipal de Finanças a relação das destinações efetivadas ao FIA com os respectivos dados dos doadores, utilizando-se para isso das informações fornecidas pelas Organizações da Sociedade Civil - OSC quando se tratar de destinações específicas/vinculadas/dirigidas efetivadas para os seus projetos.
Art. 3º – As destinações poderão ser feitas a projetos aprovados e inseridos no Banco de Projetos do FIA (destinações específicas/vinculada/dirigidas) ou diretamente ao FIA Municipal.
§ 1º – Quando a destinação for inespecífica os recursos comporão o montante do FIA – GERAL, que terá sua utilização deliberada pelo CMDCA e, quando utilizado para repasses à Organizações da Sociedade Civil - OSC, efetuada mediante a realização de Edital de Chamamento Público.
§ 2º – Quando a destinação for específica/vinculada/dirigida, o destinador deverá optar por um dos projetos aprovados pelo CMDCA constante na relação disponível no sítio eletrônico da Prefeitura Municipal de Goioxim, através do link "**Banco de Projetos/FIA**".
§ 3º - A possibilidade de destinações específicas/vinculadas/dirigidas estende-se às destinações efetivadas via ajuste anual do imposto de renda, conforme a normatização da Secretaria da Receita Federal, sendo que nesses casos a OSC cujo projeto teve a destinação deverá apresentar ao CMDCA cópia do comprovante da DARF – Documento de Arrecadação da Receita Federal.
§ 4º – O valor da destinação específica/vinculada/dirigida poderá financiar o projeto escolhido total ou parcialmente, sendo que quando parcial, o financiamento poderá ser complementado por outros destinadores.
§ 5º– No caso de destinações específicas/vinculadas/dirigidas à projeto de titularidade de Organização da Sociedade Civil, o repasse de recursos será efetivado mediante a formalização de Termo de Fomento, com inexigibilidade de Chamamento Público nos termos do caput do Art. 31 da Lei Federal 13.019, de 31 de Julho de 2014.
§ 6º – O repasse dos recursos decorrente da formalização de termo de fomento dar-se-á em conta corrente específica para uso exclusivo do projeto, a ser informada pela organização proponente à Secretaria Municipal de Finanças após a formalização do termo de fomento, de forma que a conta seja aberta pela OSC em instituição bancária pública com isenção de tarifas de acordo com o Art. 51 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
Art. 4º – Serão redirecionados ao FIA – GERAL, necessariamente, os valores decorrentes de:
I – rendimentos das aplicações financeiras das destinações aos projetos do Banco de Projetos antes da liberação dos recursos para a proponente;
II – saldos inferiores ao valor equivalente a quatro (04) vezes o valor do salário mínimo federal vigente, quando do término da validade do projeto no Banco, desde que a entidade proponente não possua outra proposta vigente no Banco de Projetos para qual o recurso possa ser redirecionado;
III – extinção da entidade proponente ou encerramento das atividades propostas no projeto aprovado;

CAPÍTULO II
DA APRESENTAÇÃO DOS PROJETOS PARA O "BANCO DE PROJETOS"

Art. 5º – O CMDCA receberá até o último dia útil do mês de outubro de cada ano, propostas voltadas ao atendimento de crianças e adolescentes, as quais serão analisadas pelo Conselho e, quando aprovadas, irão compor o Banco de Projetos do FIA.
§ 1º – As propostas deverão ser apresentadas na forma do Anexo II da presente Resolução (Plano de Trabalho), acompanhada de ofício de encaminhamento (Anexo I) e Declaração de Aceite dos Termos dessa Resolução (Anexo III).
§ 2º – Cada proposta apresentada deverá ter como valor mínimo o equivalente a 05 (cinco) vezes o valor do salário mínimo federal vigente.
§ 3º – Caso a Organização da Sociedade Civil desista de um projeto inserido no Banco de Projetos, os valores eventualmente remanescentes, poderão ser redirecionados à outro projeto de sua titularidade, vigente no Banco de Projetos do FIA.
§ 4º – A OSC poderá prever em seu projeto rubrica específica para remuneração do serviço de captação de recursos, até o limite de 10% do valor total do respectivo projeto e limitada ao valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) em cada projeto apresentado.
§ 5º – É admissível a previsão do pagamento de despesas administrativas no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, desde que estejam expressamente previstas no plano de trabalho e estejam relacionadas ao seu objeto, até o limite de 15% do valor total do plano de trabalho.
§ 6º – É admissível a previsão de remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da Parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, efetivamente dedicado ao instrumento/projeto e demais encargos sociais e trabalhistas, conforme autoriza o Art. 46, I, da Lei Federal nº 13.019/14.
Art. 6º – Poderão apresentar propostas para o Banco de Projetos do FIA as Organizações da Sociedade Civil devidamente registrada no CMDCA e que não estejam impedidas de celebrar qualquer modalidade de parceria conforme as exigências do Art. 39 da Lei Federal 13.019/2014.
§ 1º – A OSC proponente deverá ser, obrigatoriamente, a executora da proposta apresentada e aprovada.
§ 2º – O Plano de Trabalho apresentado deverá prever o equivalente a 10% (dez por cento) do seu subtotal para retenção ao FIA Municipal (FIA Geral), que poderá ser direcionado ao financiamento de projetos das organizações da Sociedade Civil através de Edital de Chamamento Público a ser realizado pelo CMDCA.
Art. 7º – As propostas apresentadas ao Banco de Projetos do FIA Municipal deverão contemplar projetos que tenham por objetivo o atendimento direto a crianças, adolescente e suas famílias, dentro do território do Município de Goioxim-PR, visando à garantia, à promoção e à efetivação dos direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente, e enquadrar-se em, pelo menos, uma das seguintes áreas de atuação:
I – garantia do direito à convivência familiar e comunitária;
II – atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco;
III – atenção ao adolescente autor de ato infracional;
IV – garantia de direitos para crianças e adolescentes em situação de rua;
V – enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes;
VI – erradicação do trabalho infantil;
VII – promoção ao direito à saúde, à cultura, ao esporte, lazer, educação e à assistência social;
III – prevenção e tratamento das necessidades decorrentes do uso e abuso de álcool e outras drogas;
IX – atenção às crianças e aos adolescentes internados por motivo de saúde;
X – aprendizagem e qualificação profissional.
Parágrafo Único – Aplicar-se-ão os recursos do FIA Banco de Projetos para apoiar programas, projetos e serviços nas áreas acima citadas, para crianças de até 12 (doze) anos de idade incompletos, e adolescentes com idade de 12 (doze) completos até 18 (dezoito) anos incompletos e suas famílias.
Art. 8º – A inscrição das propostas no Banco de Projetos do FIA Municipal dar-se-á por ordem de aprovação, não podendo ultrapassar o total de cinquenta (50) propostas habilitadas ao mesmo tempo.
§ 1º – Cada Organização da Sociedade Civil poderá manter um limite de até 04 (quatro) projetos de forma simultânea junto ao Banco de Projetos FIA.

§ 2º – As propostas inscritas no Banco de Projetos ficarão aptas à captação de recursos por no máximo 02 (dois) anos, contados da data de sua aprovação/publicação no Diário Oficial do Município.

CAPÍTULO III
DOS PROCEDIMENTOS PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

Art. 9º – A habilitação da proposta para inserção no Banco de Projetos observará o seguinte fluxo: **I –** apresentação e protocolo da proposta nos termos dessa Resolução, junto à Secretaria Executiva dos Conselhos, situada à Rua Sete de Setembro, 165, Centro de Goioxim-PR, com ofício dirigido ao CMDCA, conforme Anexo I, acompanhado dos Anexos II e III (plano de trabalho e declaração), cujos modelos acompanham essa Resolução.
II – análise do plano de trabalho e parecer da Comissão de Seleção do FIA, designada anualmente através de Resolução do CMDCA, para a função de análise das propostas apresentadas ao Banco de Projetos;
III – aprovação pelo CMDCA em Plenária e publicação da aprovação no Diário Oficial do Município;
IV – inclusão do projeto no site do CMDCA em área destinada ao Banco de Projetos do FIA.
§ 1º – Poderá a comissão de seleção do FIA solicitar avaliação de outras comissões do CMDCA quanto ao mérito, se este exceder sua competência de análise.
§ 2º – A Secretaria Executiva dos Conselhos somente receberá e protocolará as propostas que forem apresentadas dentro do prazo de apresentação regulamentado por essa deliberação.
§ 3º – O Parecer da Comissão de Seleção deverá indicar, pelo menos:
I – se os argumentos apresentados no plano de trabalho possuem relevância dentro da realidade local;
II – se a proposta está de acordo com os aspectos essenciais da política da criança e do adolescente.
Art. 10º – A análise e a aprovação dos projetos observarão:
I – a legislação vigente, especialmente a Lei Federal 8.069, de 13 de Julho de 1990 e a regulamentação do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência de Goioxim – FIA - Lei Municipal nº 539/2017;
II – a capacidade da proposta em resolver a situação problema identificada no projeto;
III – o cumprimento dos requisitos previstos nesta Resolução.
Art. 11 – Para os projetos aprovados e incluídos no Banco de Projetos do FIA o CMDCA emitirá Certificado de Autorização para Captação de Recursos Financeiros para a OSC proponente, com os dados do projeto aprovado, os dados da conta bancária específica do FIA e o prazo de captação de recursos do projeto.
Art. 12 – Os recursos financeiros a serem destinados para a execução dos projetos que vierem a ser habilitados e incluídos no Banco de Projetos do FIA ficam exclusivamente condicionados aos recursos captados pelas próprias Organizações da Sociedade Civil para o FIA.
CAPÍTULO IV
DO RESGATE DOS RECURSOS

Art. 13 – É responsabilidade da OSC controlar os valores captados para o (s) seu (s) projeto (s), apresentando ao CMDCA os comprovantes de depósito das destinações, que por sua vez emitirá os recibos das mesmas e deverá manter controle permanente dos recursos da conta bancária do FIA para saber o que se trata de recursos dirigidos e de uso geral.
Art. 14 – O resgate dos recursos captados poderá ser total ou parcial, sendo que o CMDCA em resolução específica determinará prazo para reformulação dos projetos, e entrega da documentação do plano de trabalho readequado, conforme a legislação vigente.
Art. 15 – Ocorrendo a arrecadação de valor superior ao previsto no Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA, a proponente poderá:
I – apresentar nova proposta ao Banco de Projetos, observando os trâmites desta Resolução, inclusive quanto ao valor mínimo do projeto, utilizando-se do valor excedente como aporte inicial;
II – solicitar ao CMDCA a ampliação das metas ou do prazo de execução do projeto, desde que não implique em alteração do objeto proposto;
III – solicitar o remanejamento do valor excedente para outro projeto de sua entidade, vigente no Banco de Projetos do FIA municipal.
Art. 16 – Havendo arrecadação superior ou inferior ao previsto no Plano de Trabalho aprovado pelo CMDCA, a OSC poderá apresentar plano de trabalho readequado ao valor captado, para aprovação pelo CMDCA em plenária e abertura de processo administrativo para a formalização de termo de fomento.
Parágrafo Único – Em não havendo a apresentação de plano de trabalho readequado pela OSC cujo projeto teve captação superior ou inferior ao valor aprovado no banco de projetos, em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do período de dois anos de captação de recursos do projeto, o valor captado será redirecionado ao FIA – GERAL.
Art. 17 – Ao arrecadar o valor total do projeto, o mesmo será retirado automaticamente do Banco de Projetos e a OSC terá um prazo de até 06 (seis) meses após a captação total de recursos para abrir processo administrativo visando a formalização de termo de fomento com o Município.
Art. 18 – O controle dos prazos de captação de recursos do projeto aprovado, da apresentação do plano de trabalho readequado (captação parcial ou superior) e o prazo de abertura do processo administrativo para formalização de termo de fomento para projeto com captação de recursos total, será de inteira responsabilidade da OSC proponente.
Art. 19 – A abertura de processo administrativo para a formalização de termo de fomento não necessariamente indica início imediato da execução do projeto, pois o plano de trabalho constante no processo poderá ter um cronograma de execução com data de início do projeto a ser estipulada de acordo com a necessidade, principalmente de forma a respeitar-se que termos de fomento que contenham o mesmo objeto sejam executados em períodos distintos.
Art. 20 – Para solicitar o resgate dos valores captados do projeto aprovado no Banco de Projetos do FIA, a OSC deverá abrir processo administrativo no Município requisitando a formalização do termo de fomento, apresentando o plano de trabalho original ou o readequado devidamente aprovado pelo CMDCA.
CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21 – É dever da proponente acompanhar e monitorar todas as fases e prazos referentes à tramitação de suas propostas e manutenção de seus projetos no Banco de Projetos do FIA.
Art. 22 – Os casos omissos serão analisados pelo CMDCA, em conformidade com a legislação vigente.
Art. 23 – A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, anulando as resoluções anteriores que dispuseram sobre a Regulamentação do Banco de Projetos do FIA.
Município de Goioxim, Estado do Paraná em 02 de setembro de 2026.

ELITON LEITE DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

RELAÇÃO DE ANEXOS
ANEXO I: Modelo de Ofício de encaminhamento
ANEXO II: Modelo de Plano de Trabalho
ANEXO III: Modelo de Declaração de Aceite dos Termos da Resolução

ANEXO I
Modelo de Ofício de Encaminhamento

AO CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Secretaria Executiva dos Conselhos
Rua Sete de Setembro, 165, Centro de Goioxim-PR

Vimos por meio desse, apresentar PLANO DE TRABALHO do Projeto XXXXX, cujo valor total é de R$ xxxx, para apreciação do CMDCA, visando a inclusão do mesmo no Banco de Projetos do FIA, que permite a captação de recursos de Pessoas Físicas e Jurídicas através do FIA – Fundo Municipal para Infância e Adolescência.

Goioxim - PR,____ de_____ , de_____ .

XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente
CPF:
RG:

ANEXO II
Modelo de Projeto PLANO DE TRABALHO

1. DADOS CADASTRAIS				
NOME DA INSTITUIÇÃO:			**CNPJ:**	
TIPO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:		(X) Sem Fins Lucrativos ( ) Cooperativa ( ) Religiosa		
ENDEREÇO:				
BAIRRO:	**CIDADE:**	**UF:**	**CEP:**	
E-MAIL:		**TELEFONE:**		
NOME DO DIRIGENTE DA OSC:			**CPF:**	
PERÍODO DE MANDATO:	**RG/ÓRG EXPEDIDOR:**	**CARGO:**		
ENDEREÇO DIRIGENTE:			**CEP:**	
INSCRIÇÃO CMDCA				
NÚMERO:	**DATA:**	**VENCIMENTO:**		
GERENCIADOR DO SITE RESPONSÁVEL PELA PRESTAÇÃO DE CONTAS				
NOME:			**CPF/RG:**	
TÉCNICO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO				
NOME:			**CPF/RG:**	
ÁREA DE ATUAÇÃO DO PROJETO				
( ) garantia do direito à convivência familiar e comunitária; ( ) atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco; ( ) atenção ao adolescente autor de ato infracional; ( ) garantia de direitos para crianças e adolescentes em situação de rua; ( ) enfrentamento à violência contra crianças e adolescentes; ( ) erradicação do trabalho infantil; ( ) promoção ao direito à saúde, à cultura, ao esporte, lazer, educação e à assistência social; ( ) prevenção e tratamento das necessidades decorrentes do uso e abuso de álcool e outras drogas; ( ) atenção às crianças e aos adolescentes internados por motivo de saúde; ( ) aprendizagem e qualificação profissional.				
2. PROPOSTA DE TRABALHO				
NOME DO PROJETO:			**PRAZO DE EXECUÇÃO:**	
PÚBLICO ALVO:				
OBJETO DA PARCERIA:				
DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA:				
JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO:				

3. OBJETIVOS		
3.1. GERAL		
3.2. ESPECÍFICOS		
4. METODOLOGIA		
FORMA DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS:		
Meta	**Indicadores**	**Meios de Verificação**
1		
2		
3		

5. METAS E RESULTADOS ESPERADOS						
5.1 – DESCRIÇÃO DAS METAS QUANTITATIVAS E MENSURÁVEIS A SEREM EXECUTADAS, DE ACORDO COM O CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA DO OBJETO:						
5.2 – RESULTADOS ESPERADOS						
5.3 – PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS:						
6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)						
META	**ETAPA/FASE**	**ESPECIFICAÇÃO (ações)**	**INDICADOR FÍSICO UNIDADE**	**QUANT.**	**DURAÇÃO INÍCIO**	**TÉRMINO**
1						
2						
3						

7 – PREVISÃO DA RECEITA (R$1,00)		
Recursos captados de pessoas físicas e jurídicas através do Fundo Municipal para a Infância e Adolescência – FIA, destinados ao projeto.		
7.1 – PREVISÃO DA DESPESA (R$1,00)		
DESPESA	**TOTAL**	**VALOR ANUAL**
PROPONENTE		

8. PREVISÃO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

UNID	ESPECIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR TOTAL
	Material de Consumo	
	Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
	Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
	Recursos Humanos (função, salário mês, carga horária)	
	Encargos trabalhistas, 13º e férias proporcionais	
	Capital (investimentos)	
	SUBTOTAL	
	VALOR DESTINADO AO FIA (10% do subtotal)	
	Remuneração pelo Serviço de Captação de Recursos (10% do subtotal)	
TOTAL GERAL:		
9. PRESTAÇÃO DE CONTAS		
MODO E PERIODICIDADE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS:		
Prestação de contas trimestralmente, a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação do extrato do Termo de Fomento na imprensa oficial, e prestação de contas final, em até 60 dias após término da vigência.		
PRAZO DE ANÁLISE DA PRESTAÇÃO DE CONTAS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:		
- 150 dias, contados da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência determinada, prorrogável justificadamente por igual período.		

Local, data
XXXXXXXXXXXXXXXXXX
Presidente
CPF:
RG:

ANEXO III
Modelo de Declaração
(timbre da OSC)

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DOS TERMOS DA RESOLUÇÃO Nº xxx QUE REGULAMENTA O BANCO DE PROJETOS DO FIA

AO CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Pela presente informamos e declaramos, para todos os fins de direito, que verificamos atentamente e compreendemos todas as condições e disposições contidas na Resolução nº XXX/2019/CMDCA e seus Anexos, que regulamenta o Banco de Projetos para utilização do recurso da dotação orçamentária do Fundo Municipal para Infância e Adolescência - FIA, razão pela qual manifestamos nossa total e irrestrita concordância com as mesmas.
Estamos cientes que a apresentação de nosso plano de trabalho implica na aceitação de todos os
Termos da referida Resolução e seus Anexos.
Por ser verdade, firmamos a presente Declaração.

Goioxim-PR, ___de _____ de_____ .

XXXXXXXXXX
Presidente
CPF:

Município de Goioxim, Estado do Paraná em 02 de setembro de 2026.

ELITON LEITE DA SILVA
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:FB70CA6E

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO CONTABIL Nº 17/2026 - LOA

DECRETO CONTÁBIL N.º 17/2026

Abre um Crédito Adicional Suplementar e Especial no valor de R$ 189.077,32 (cento e oitenta e nove mil e setenta e sete reais e trinta e dois centavos) no orçamento vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e conforme autorização na Lei nº 945/2025 de 05 de dezembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um crédito adicional suplementa por Anulação de Dotações no valor de R$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) nas seguintes contas de despesas:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
06.001.26.782.0006.2013	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	00460	00000	30.000,00
11.002..08.243.0011.2030	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01440	00000	30.000,00
12.001.14.246.0012.2032	33.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	01640	00000	25.000,00

Art. 2 º - Para dar cobertura ao credito aberto no artigo anterior, serão utilizados os recursos de anulação parcial de dotações, conforme demonstrado abaixo:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
07.001.15.451.0007.2016	33.90.14.00.00	DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	00550	00000	30.000,00
11.002..08.243.0011.2030	44.90.52.00.00	EQUIPAMEMENTO E MAT. PERMANENTE	01450	00000	30.000,00
12.001.14.246.0012.2032	33.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA	01650	00000	25.000,00

Art. 3º - Fica aberto um crédito adicional especial por Superavit financeiro no valor de R$ 104.077,32 (cento e quatro mil e setenta e sete reais e trinta e dois centavos) nas seguintes contas de despesas:

Programa de Trabalho	Categoria Econômica	Descrição Categoria	Conta Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R$)
13.001.20.606.0013.2082	33.90.93.00.00	INDENIZAÇOES E RESTITUIÇOES	01783	00000	104.077,32

Art. 4º - Para dar cobertura ao credito aberto no Artigo 3º , serão utilizados os recursos de superávit financeiro da fonte de Recursos Ordinários (Livres) (00000)

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim-PR, em 02 de setembro de 2026.

EDER DOS SANTOS,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Jocelio Kordiaki
Código Identificador:41AB4471

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	090/2026
b) Licitação Nº:	014/2026
c) Modalidade:	Inexigibilidade
d) Data Homologação:	02/09/2026
e) Objeto Homologado:	Locação de um imóvel urbano/rústico, localizado dentro do perímetro do concelho, com características adequadas à instalação e funcionamento de um Canil Municipal, destinado a recolha, abrigo e tratamento de animais errantes, em conformidade com a legislação em vigor.

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
05002041220003200633903600000	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores:

Fornecedor: CARMEM PRADO BAEZA - CNPJ: 59590092934 - Valor total homologado: R$ 27.600,00 (Vinte e sete mil e seiscentos reais).						
LOTE	ORDEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO/MÊS	VALOR TOTAL
1	1	Locação do imóvel localizado na zona rural do Município de Guaraci, com ÁREA DE TERRAS MEDINDO 112.400,00 m² (Cento e doze mil e quatrocentos metros quadrados), da COLONIA SÃO SEBASTIÃO DO GUARACI e demais especificações conforme MATRÍCULA Nº. 1.352, REGISTRO GERAL LIVRO N. 2 – de 17 de março de 1978, área destinado ao canil será de 1.120,00 m², contendo um barracão de 720,00 m² de madeira, coberto com telha de fibrocimento e 400,00 m² de pátio considerado área livre.	UNIDADE	12 meses	2.300,00	27.600,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO E ADJUDICADO: R$ 27.600,00 (Vinte e sete mil e seiscentos reais)
02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 02 de setembro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:EA4A1611

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal, MARCOS ANTONIO DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado por Agente de Contratação e Equipe de Apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Adm. Nº:	074/2025
b) Licitação Nº:	017/2025
c) Modalidade:	Inexigibilidade - Credenciamento
d) Data Homologação:	25/08/2026
e) Objeto Homologado:	Aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, para atender os alunos matriculados nas escolas de Educação Infantil e Fundamental da Rede Pública Municipal de Guaraci - PR de acordo com o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE

f) Dotação Orçamentária:

PROGRAMÁTICA	FONTE	DESCRICAO
30002123060013206333903200000	1042	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA
30002123060013206333903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206433903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206533903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206333903200000	1042	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206433903200000	1042	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206533903200000	1042	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206433903200000	1042	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
30002123060013206533903200000	1042	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA
30002123060013206533903200000	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA

g) Fornecedores Credenciados:

Fornecedor: FERNANDA BAGATELI SANCHES - CNPJ: 07950316969 - Valor total homologado: R$ 42.660,50.

LOTE	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	Bolacha Caseira	KG	200	11,29	2.258,00
16	Bolo	KG	800	26,06	20.848,00
45	Pão caseiro	KG	1000	16,18	16.180,00
47	Queijo Tipo Minas	KG	50	67,49	3.374,50

02 – AUTORIZAR A EMISSÃO DA(S) NOTAS DE EMPENHO CORRESPONDENTES.

Prefeitura Municipal de GUARACI, 02 de setembro de 2026

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Rosicleide da Silva
Código Identificador:A2354555

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE HONÓRIO SERPA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 175 SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO

DECRETO Nº 175, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em anulação parcial de dotação orçamentária no valor de R$ 408.500,00 (quatrocentos e oito mil e quinhentos reais)."

O(A) PREFEITO(A) DE HONóRIO SERPA, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, III da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1081 de 11 de Dezembro de 2025:
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em anulação parcial, no valor de R$ 408.500,00 (quatrocentos e oito mil e quinhentos reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária: 06.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Funcional Programática: 06.001.0004.0122.0017.2012	**Atividade:**O Departamento de Administração em um município é responsável pela gestão organizacional e pelo suporte às demais secretarias e setores públicos. Suas atividades incluem o controle de recursos humanos, patrimônio, almoxarifado, contratos, licitações e serviços gerais. Também atua na manutenção da estrutura física dos prédios públicos e na organização de processos administrativos. O departamento assegura o funcionamento eficiente da máquina pública, promovendo transparência, legalidade e eficiência na utilização dos recursos. Seu trabalho é essencial para garantir a qualidade dos serviços oferecidos à população e o bom andamento da gestão municipal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 100.000,00
DPTO. MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 12.002	DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
Funcional Programática: 12.002.0020.0608.0003.2027	**Atividade:**Garantir a continuidade dos serviços essenciais relacionados ao apoio técnico e operacional aos produtores rurais, assegurando o desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias. Manter e aprimorar os programas de assistência técnica e extensão rural, promovendo o aumento da produtividade e da renda no	

	campo. Assegurar o controle e a vigilância sanitária animal e vegetal, prevenindo e combatendo pragas e doenças que possam comprometer a produção agropecuária, bem como fiscalizar agroindustrustrias no município. Fomentar a produção agrícola e pecuária local, por meio de ações de incentivo através da distribuição de insumos. Apoiar a organização de feiras, exposições e eventos agropecuários, incentivar a produção de alimentos orgânicos, fortalecendo o comércio local bem como a agricultura familiar e possibilitar o diálogo contínuo com as associações de agricultores, garantindo maior representatividade desse setor. Conservar e utilizar de forma sustentável os recursos naturais, incentivando programa de proteção de fontes, bem como adequação e manutenção de poços artesianos. Manter atualizado o cadastro de produtores rurais, facilitando o planejamento de políticas públicas e ações direcionadas ao setor.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3190130000 - Contribuições patronais	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 13.500,00
DEPARTAMENTO MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO		
Unidade Orçamentária: 16.004	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Funcional Programática: 16.004.0012.0365.0013.2063	**Atividade:**O programa de transporte escolar no município garante o acesso de alunos da zona rural e áreas distantes às escolas da rede pública, promovendo a inclusão e a permanência no ensino. Com rotas planejadas, o serviço oferece transporte seguro, regular e gratuito, atendendo estudantes da educação infantil ao ensino médio. Os veículos seguem normas de segurança e passam por manutenção frequente. O programa contribui para a redução da evasão escolar, assegurando que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades no acesso à educação, independentemente de sua localização geográfica.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01104 - EDUCAÇÃO / 25% SOBRE IMPOSTOS	R$ 120.000,00
DEPARTAMENTO MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO		
Unidade Orçamentária: 16.004	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Funcional Programática: 16.004.0012.0361.0013.2063	**Atividade:**O programa de transporte escolar no município garante o acesso de alunos da zona rural e áreas distantes às escolas da rede pública, promovendo a inclusão e a permanência no ensino. Com rotas planejadas, o serviço oferece transporte seguro, regular e gratuito, atendendo estudantes da educação infantil ao ensino médio. Os veículos seguem normas de segurança e passam por manutenção frequente. O programa contribui para a redução da evasão escolar, assegurando que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades no acesso à educação, independentemente de sua localização geográfica.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01104 - EDUCAÇÃO / 25% SOBRE IMPOSTOS	R$ 50.000,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 15.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO	
Funcional Programática: 15.001.0026.0782.0004.2053	**Atividade:**O Departamento de Viação é responsável pela manutenção, conservação e melhoria das vias urbanas e rurais do município. Suas atividades incluem a abertura e recuperação de estradas, patrolamento, cascalhamento, recape e pavimentação da malha viária, drenagem e construção de pontes e bueiros. Também atua na sinalização viária, garantindo segurança e acessibilidade ao tráfego de veículos e pedestres. Em áreas rurais, facilita o escoamento da produção agrícola e o acesso a comunidades. O departamento opera com máquinas e equipes próprias, respondendo a demandas emergenciais e planejadas, contribuindo para o desenvolvimento e a mobilidade urbana e rural do município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 100.000,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade Orçamentária: 17.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 17.001.0008.0244.0023.2066	**Atividade:**A ação orçamentária de Manutenção das Atividades da Administração de Assistência Social destina recursos para garantir o funcionamento eficiente do setor responsável pela gestão, planejamento e coordenação das políticas sociais. Inclui despesas com infraestrutura, materiais de escritório, tecnologia, capacitações, pagamento de equipe técnica e suporte administrativo. Essa ação assegura a operacionalização dos programas sociais, o atendimento às demandas da população vulnerável e a implementação de ações integradas de assistência social. Contribui para fortalecer a rede de proteção social, promover a inclusão e garantir o acesso aos direitos sociais, promovendo o bem-estar e a cidadania dos beneficiários.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390460000 - Auxílio-alimentação	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 25.000,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$408.500,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) anulada(s) parcialmente a(s) seguinte(s) dotação(ões) especificada(s):

ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO		
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
Unidade Orçamentária: 17.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
Funcional Programática: 17.001.0008.0244.0023.2066	**Atividade:** A ação orçamentária de Manutenção das Atividades da Administração de Assistência Social destina recursos para garantir o funcionamento eficiente do setor responsável pela gestão, planejamento e coordenação das políticas sociais. Inclui despesas com infraestrutura, materiais de escritório, tecnologia, capacitações, pagamento de equipe técnica e suporte administrativo. Essa ação assegura a operacionalização dos programas sociais, o atendimento às demandas da população vulnerável e a implementação de ações integradas de assistência social. Contribui para fortalecer a rede de proteção social, promover a inclusão e garantir o acesso aos direitos sociais, promovendo o bem-estar e a cidadania dos beneficiários.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 25.000,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 15.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE VIAÇÃO	
Funcional Programática: 15.001.0026.0782.0004.2053	**Atividade:** O Departamento de Viação é responsável pela manutenção, conservação e melhoria das vias urbanas e rurais do município. Suas atividades incluem a abertura e recuperação de estradas, patrolamento, cascalhamento, recape e pavimentação da malha viária, drenagem e construção de pontes e bueiros. Também atua na sinalização viária, garantindo segurança e acessibilidade ao tráfego de veículos e pedestres. Em áreas rurais, facilita o escoamento da produção agrícola e o acesso a comunidades. O departamento opera com máquinas e equipes próprias, respondendo a demandas emergenciais e planejadas, contribuindo para o desenvolvimento e a mobilidade urbana e rural do município.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 100.000,00
DEPARTAMENTO MUN. DE EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA E TURISMO		
Unidade Orçamentária: 16.004	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
Funcional Programática: 16.004.0012.0361.0013.2063	**Atividade:** O programa de transporte escolar no município garante o acesso de alunos da zona rural e áreas distantes às escolas da rede pública, promovendo a inclusão e a permanência no ensino. Com rotas planejadas, o serviço oferece transporte seguro, regular e gratuito, atendendo estudantes da educação infantil ao ensino médio. Os veículos seguem normas de segurança e passam por manutenção frequente. O programa contribui para a redução da evasão escolar, assegurando que todos os alunos tenham igualdade de oportunidades no acesso à educação, independentemente de sua localização geográfica.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01104 - EDUCAÇÃO / 25% SOBRE IMPOSTOS	R$ 170.000,00
DPTO. MUN. DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E MEIO AMBIENTE		
Unidade Orçamentária: 12.002	DIVISÃO DE AGRICULTURA E PECUÁRIA	
Funcional Programática: 12.002.0020.0608.0003.2027	**Atividade:** Garantir a continuidade dos serviços essenciais relacionados ao apoio técnico e operacional aos produtores rurais, assegurando o desenvolvimento sustentável das atividades agropecuárias. Manter e aprimorar os programas de assistência técnica e extensão rural, promovendo o aumento da produtividade e da renda no campo. Assegurar o controle e a vigilância sanitária animal e vegetal, prevenindo e combatendo pragas e doenças que possam comprometer a produção agropecuária, bem como fiscalizar agroindustrustrias no município.	

	Fomentar a produção agrícola e pecuária local, por meio de ações de incentivo através da distribuição de insumos. Apoiar a organização de feiras, exposições e eventos agropecuários, incentivar a produção de alimentos orgânicos, fortalecendo o comércio local bem como a agricultura familiar e possibilitar o diálogo contínuo com as associações de agricultores, garantindo maior representatividade desse setor. Conservar e utilizar de forma sustentável os recursos naturais, incentivando programa de proteção de fontes, bem como adequação e manutenção de poços artesianos. Manter atualizado o cadastro de produtores rurais, facilitando o planejamento de políticas públicas e ações direcionadas ao setor.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390320000 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 13.500,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO		
Unidade Orçamentária: 06.001	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
Funcional Programática: 06.001.0004.0122.0017.2012	**Atividade:** O Departamento de Administração em um município é responsável pela gestão organizacional e pelo suporte às demais secretarias e setores públicos. Suas atividades incluem o controle de recursos humanos, patrimônio, almoxarifado, contratos, licitações e serviços gerais. Também atua na manutenção da estrutura física dos prédios públicos e na organização de processos administrativos. O departamento assegura o funcionamento eficiente da máquina pública, promovendo transparência, legalidade e eficiência na utilização dos recursos. Seu trabalho é essencial para garantir a qualidade dos serviços oferecidos à população e o bom andamento da gestão municipal.	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	01000 - Recursos Ordinários (Livres) - Destinados a Contrapartida - Exercício Corrente	R$ 100.000,00
VALOR TOTAL DA ANULAÇÃO:		**R$408.500,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Honório Serpa, 2 de setembro de 2025.

JOAO CARLOS GARBIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adilson Antonio Boller
Código Identificador:61095F89

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E PATRIMÔNIO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 034/2026 MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU
ESTADO DO PARANÁ

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº. 034/2026
MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando os ditames da Lei Federal n.º 14.133/21 face ao constante nos autos de Processo nº. 164/2026, referente ao Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe.

1. **HOMOLOGO**, o procedimento licitatório, na Modalidade Pregão Eletrônico instaurado e registrado sob o n.º 034/2026, com fulcro no **art. 71 da Lei 14.133/21**, a qual objetiva Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais odontológicos, destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Iguaraçu/PR, visando ao abastecimento das Unidades Básicas de Saúde e demais serviços da rede municipal que prestam assistência odontológica à população, em atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.
2. **ADJUDICO**, os contratos com as empresas:

A.T.V DISTRIBUIDORA LTDA ME CNPJ: 54.174.357/0001-15
Endereço: Rua Alagoas, 231 - CENTRO - Colorado/PR
Sócio Administrador: Alisson Tottene Vieira **CPF:** 016.xxx.xxx-85
Valor Total da Ata: R$ 45.264,72 (Quarenta e cinco mil, duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e dois centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
1	Unid	180	CONDICIONADOR DENTAL, TIPO:ÁCIDO FOSFÓRICO, CONCENTRAÇÃO:37%, ASPECTO FÍSICO:GEL SERINGA 2,5G	Maquira	R$ 1,05	R$ 189,00
2	Unid	25	ADESIVO DENTAL, TIPO FOTOPOLIMERIZÁVEL, COMPONENTES ADESIVO + PRIMER, RENDIMENTO ATÉ 280 RESTAURAÇÕES	Maquira	R$ 13,30	R$ 332,50
8	CX	70	ANESTESICO INJETAVEL MEPIVACAINA 2% COM VASO CX C/ 50 20MG/ML COM EPINEFRINA 0,01MG/ML - AMPOLA DE VIDRO	Dla	R$ 145,00	R$ 10.150,00
9	PCT	30	BABADOR DESCARTÁVEL, IMPERMEÁVEL, NÃO ESTÉRIL. PCT C/ 100 UNIDADES	Lysanda	R$ 15,00	R$ 450,00
31	Unid	4	CARIOSTÁTICO, COMPONENTE:ÁCIDO FLUORÍDRICO, NITRATO DE PRATA, COMPONENTE 2:HIDRÓXIDO DE AMÔNIA, ASPECTO FÍSICO:LÍQUIDO	Maquira	R$ 30,00	R$ 120,00
34	Unid	4	CURATIVO ALVEOLAR COM PROPOLIS 10G	Biodinamica	R$ 35,00	R$ 140,00
41	CX	50	FIO DE SUTURA, MATERIAL: SEDA MONOFILAMENTO, TIPO FIO:4-0, COR:PRETO, COMPRIMENTO:45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:3/8 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA:2,0 CM, ESTERILIDADE:ESTÉRIL CX 24 UNID.	All Prime	R$ 40,00	R$ 2.000,00
63	Unid	20	APLICADOR ODONTOLÓGICO, TIPO HASTE DOBRÁVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, MATERIAL PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTAS FIBRAS NÃO ABSORVENTES, TIPO PONTAREGULAR, EXTRAFINO	All Prime	R$ 7,34	R$ 146,80
64	Unid	20	APLICADOR ODONTOLÓGICO, TIPO HASTE DOBRÁVEL, TIPO USO DESCARTÁVEL, MATERIAL PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS PONTAS FIBRAS NÃO ABSORVENTES, TIPO	All Prime	R$ 7,45	R$ 149,00

			PONTAREGULAR, FINO			
76	PCT	500	ALGODÃO, TIPO HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO EM ROLETE, MATERIAL ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ESTERILIDADE NÃO ESTÉRIL 100 UNID.	QLB	R$ 2,14	R$ 1.070,00
78	Unid	20	SOLUÇÃO DETERGENTE UMECTANTE PARA IRRIGAÇÃO 200ML DE CANAIS RADICULARES	Iodontosul	R$ 15,00	R$ 300,00
79	Unid	6	SOLUÇÃO HEMOSTATICA TOPICA C/ 10ML	Maquira	R$ 11,96	R$ 71,76

80	CX	20	SUGADOR CIRURGICO DESCARTAVEL TIPO USO ESTÉRIL CX C/ 20	Maquira	R$ 12,00	R$ 240,00
85	CX	6	DISCO DE FELTRO FLEXIVEL P/ POLIMENTO DE RESINA C/ 24UNID + MANDRIL (CX 10)	Microdont	R$ 60,00	R$ 360,00
89	CX	20	ANESTÉSICO INJETÁVEL LIDOCAINA 2% 1.8 ML COM VASO (CAIXA COM 50 TUBETES)	Dla	R$ 100,00	R$ 2.000,00
99	Unid	5	PINÇA DE MATHIEU PARA USO ODONTOLOGICO	Golgran	R$ 50,00	R$ 250,00
100	Unid	10	POLIDORES DE SILICONE IMPREGNADOS COM ÓXIDO DE ALUMINIO PARA ACABAMENTO DE RESINA COM PONTA DE CHAMA. KIT COM 3 PONTAS: GROSSA, MÉDIA, FINA	Microdont	R$ 65,00	R$ 650,00
101	Unid	10	POLIDORES DE SILICONE IMPREGNADOS COM ÓXIDO DE ALUMINIO PARA ACABAMENTO DE RESINA COM PONTA DE OGIVA. KIT COM 3 PONTAS: GROSSA, MÉDIA, FINA	Microdont	R$ 65,00	R$ 650,00
102	Unid	20	RESINA FLOW COM 1 SERINGA 2G E 1 PONTEIRA COR A2	Maquira	R$ 11,71	R$ 234,20
113	Pote	8	PASTILHAS EVIDENCIADORAS DE PLACA BACTERIANA POTE COM 120 UNID. (8 POTES)	Iodontosul	R$ 19,00	R$ 152,00
118	GL	80	DESINFETANTE HOSPITALAR (SOLUÇÃO A BASE DE QUATERNARIO DE AMONIA 0,68%) GALÃO 5 LITROS	Prolink	R$ 25,00	R$ 2.000,00
119	Unid	6	ENXAGUANTE BUCAL COM CLOREXIDINA 0,12% EMBALAGEM 1 LITRO	Prolink	R$ 19,00	R$ 114,00
133	CX	2	FILME RADIOGRÁFICO ADULTO - EMBALAGEM COM 150 UNIDADES, TAMANHO 31MM X 35MM.	Speed	R$ 172,00	R$ 344,00
145	Unid	8	PARAMONOCLOROFENOL CANFORADO	Maquira	R$ 10,67	R$ 85,36
146	Unid	8	ENDO ICE SPRAY -50°C (PARA TESTE DE VITALIDADE)	Maquira	R$ 32,00	R$ 256,00

168	Unid	300	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, TAMANHO: PEQUENO. MATERIAL: LÁTEX NATURAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, SUPERFICIE LISA, NÃO ESTERIL, AMBIDESTRA, USO ÚNICO. MODELO: FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇAO, CONTENDO 50 PARES.	Medix	R$ 17,98	R$ 5.394,00
173	Unid	30	ABAIXADOR LÍNGUA, MATERIAL MADEIRA, TIPO DESCARTÁVEL, COMPRIMENTO 14 CM, FORMATO TIPO ESPÁTULA, LARGURA 1,50 CM, ESPESSURA 2 MM. UNIDADE DE FORNECIMENTO: PACOTE COM 100 UNIDADES	Medix	R$ 4,30	R$ 129,00
184	Unid	5	CARIOSTATICO CARIES TOP 30% (COM 5 ML)	Maquira	R$ 48,00	R$ 240,00
204	Unid	180	MATERIAL DE MOLDAGEM ALGINATO TIPO HYDROGUM 5 - 453G	Maquira	R$ 60,00	R$ 10.800,00
205	Unid	60	PASTA DE ZINCO ENÓLICA LYSANDA C/ 60 G DE PASTA BASE E 60G DE PASTA CATALIZADORA	Lysanda	R$ 52,61	R$ 3.156,60
208	Unid	100	CERA TIPO 7 C/ 18 LÂMINAS	Lysanda	R$ 17,25	R$ 1.725,00
210	Unid	6	GODIVA GODIBAR MATERIAL TERMOPLÁSTICO VERDE PARA MOLDAGENS EM BASTÃO C 15UNID	Lysanda	R$ 32,75	R$ 196,50
229	Unid	8	RESINA ACRILICA DENCOR AUTOPOLIMERIZADO EM PÓ-CLASSICO 78 G COR 66	Jet	R$ 30,00	R$ 240,00
230	Unid	6	KIT CIMENTO FOSFATO DE ZINCO PÓ 28 G + LIQUIDO 10 ML	Maquira	R$ 20,00	R$ 120,00

257	Unid	5	CIMENTO RESINOSO DUAL Corpo Duplo radiopaco com fluidez adequada, resistência mecânica. Para Cimentação definitiva de:Coroas e pontes de porcelana puras ou fundidas a partes de metais preciosos, semipreciosos ou não preciosos (metalocerâmicas);Inlays, onlays e overlays em porcelana ou resina composta; Pinos radiculares de fibra de vidro, cerâmicos ou metálicos.	Maquira	R$ 54,00	R$ 270,00
261	Unid	10	PINCEL PARA RESINA - Pelo animal tipo marta. * Pode ser usado por estudantes e profissionais de prótese dentária que buscam uma alternativa econômica, mas com boa qualidade. * Pelo animal de ótima qualidade.	Preven	R$ 53,90	R$ 539,00
						R$ 45.264,72

ABSOLUTA SAÚDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PR CNPJ: 30.082.076/0001-74
Endereço: Rua Barão do Cerro Azul, 42 - Londrina - PR
Sócio Administrador: Lucas de Morais Ladeira **CPF:** 007.xxx.xxx-88
Valor Total da Ata: R$ 32.184,52 (Trinta e dois mil, cento e oitenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
7	PCT	10	AMÁLGAMA, TIPO ALTO TEOR DE PRATA, COMPONENTES LIGA + MERCÚRIO, APRESENTAÇÃO CÁPSULA DE 2ª PORÇÃO. PCT C/ 50 UNID	SDI	R$ 286,79	R$ 2.867,90
10	Unid	25	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO CHAMA, TIPO HASTE REGULAR, TIPO CORTE MÉDIO, NUMERAÇÃO AMERICANA 1111F	R/microdont	R$ 2,08	R$ 52,00

11	Unid	30	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO CHAMA, TIPO HASTE REGULAR, TIPO CORTE MÉDIO, NUMERAÇÃO AMERICANA 2135F	R/microdont	R$ 2,06	R$ 61,80
17	Unid	50	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 1011, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,06	R$ 103,00
18	Unid	50	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 1012, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,07	R$ 103,50
19	Unid	50	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 1013, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,05	R$ 102,50
20	Unid	50	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 1014, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,08	R$ 104,00
21	Unid	50	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 1015, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,08	R$ 104,00
22	Unid	50	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 1016, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,08	R$ 104,00
23	Unid	50	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 1112F, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,06	R$ 103,00
24	Unid	50	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 2137F, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,07	R$ 103,50
25	Unid	30	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 3118FF, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,05	R$ 61,50
26	Unid	30	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 3168F, DIAMANTADA (ESFERICA	R/microdont	R$ 2,06	R$ 61,80

27	Unid	30	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 3168FF, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,08	R$ 62,40
28	Unid	30	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 3195FF, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,08	R$ 62,40
29	Unid	30	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 3195F, DIAMANTADA (ESFERICA)	R/microdont	R$ 2,04	R$ 61,20
35	PCT	6	CUNHA ODONTOLÓGICA, MATERIAL MADEIRA, TIPO ANATÔMICA, APLICAÇÃO RESTAURAÇÃO ODONTOLÓGICA, TIPO PONTA FINA - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	Impla	R$ 7,73	R$ 46,38
38	Unid	300	ESCOVA DE ROBINSON RETA	Impla	R$ 0,91	R$ 273,00
39	Unid	50	ESPELHO BUCAL, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL E ESPELHO, TIPO 1º PLANO, TAMANHO Nº 5,USO ENCAIXE UNIVERSAL, COMPRIMENTO CABO PADRÃO, TIPO USO AUTOCLAVÁVEL, APRESENTAÇÃO EMBALAGEM INDIVIDUAL	Impla	R$ 3,24	R$ 162,00
42	Unid	4	FIO DENTAL, MATERIAL RESINA TERMOPLÁSTICA/CERA E ESSÊNCIA, COMPRIMENTO 500 M, TIPO REGULAR, SABOR NEUTRO	AlgDental	R$ 8,36	R$ 33,44
43	Unid	50	FIXADOR P/ RAIO X ODONTOLÓGICO C/ 475mL	Impla	R$ 15,24	R$ 762,00
50	Unid	8	LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA ÓLEO MINERAL, APRESENTAÇÃO SPRAY COM ADAPTADOR, APLICAÇÃO CANETA DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM CFC	Impla	R$ 16,90	R$ 135,20
57	Unid	10	OBTURADOR PROVISÓRIO, COMPOSIÇÃO COM FLÚOR, ASPECTO FÍSICO PASTA ÚNICA POTE 25G	Orbi	R$ 7,06	R$ 70,60
58	Unid	4	OTOSPORIN 10 ML	FQM	R$ 16,97	R$ 67,88
75	Unid	50	REVELADOR RAIO X 500ML	Impla	R$ 12,99	R$ 649,50
81	PCT	200	SUGADOR, MATERIAL PVC, TIPO SALIVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS C/ ARAME, APRESENTAÇÃO PACOTE C/ 40 UNIDADES, DESCARTÁVEL	Se Comercial	R$ 6,20	R$ 1.240,00
91	Unid	2000	ESCOVA DENTAL, MATERIAL CERDAS SINTÉTICO, MATERIAL CABO PLÁSTICO RETO SIMPLES, FORMATO CABEÇA RETANGULAR, COM CANTOS ARREDONDADOS, APLICAÇÃO ADULTO , TIPO CERDAS MACIA, MINIMO DE 4 FILEIRAS E 34 TUFOS	Ultra	R$ 0,79	R$ 1.580,00
92	Unid	1000	ESCOVA DENTAL, MATERIAL CERDAS SINTÉTICO, MATERIAL CABO PLÁSTICO, MODELO VIAGEM, COM CAPA PROTETORA, APLICAÇÃO INFANTIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS CANTOS ARREDONDADOS, TIPO CERDAS MACIA, MINIMO DE 4 FILEIRA E 26 TUFOS	Ultra	R$ 0,72	R$ 720,00
95	Unid	20	BROCA ESFERICA DIAMANTADA HL HASTE LONGA 1014	R/microdont	R$ 2,05	R$ 41,00
103	Unid	2	PEDRA PARA AFIAR CURETAS PONTA DE CHAMA GRANULAÇÃO GROSSA	Impla	R$ 23,83	R$ 47,66
115	Unid	30	BROCAS CARBIDE OPERATÓRIA CONICA LONGA PONTA SEGURA ZEKRYA	Impla	R$ 10,76	R$ 322,80
132	CX	1	ESPELHO NÚMERO 5 – COM AUMENTO (CAIXA COM 12 UNIDADES)	Impla	R$ 38,67	R$ 38,67
137	Unid	15	LIMA TIPO K N °10 21 MILIMETROS	Impla	R$ 12,47	R$ 187,05
138	Unid	15	LIMA TIPO K N °10 25 MILIMETROS	Impla	R$ 12,28	R$ 184,20
140	Unid	8	BROCAS GATES -GLIDDEN Nº2 28MM	Impla	R$ 5,56	R$ 44,48
141	Unid	8	BROCAS GATES -GLIDDEN Nº3 28MM	Impla	R$ 5,55	R$ 44,40
142	Unid	8	BROCAS LARGO Nº2 28MM	Impla	R$ 5,48	R$ 43,84
143	Unid	40	SUGADOR ENDODONTICO DESCARTAVEL (COM 20 UNID)	Agndrade Gomes	R$ 14,08	R$ 563,20
147	Unid	20	PONTA DE ULTRASSOM ODONTOLOGICO P1	Impla	R$ 44,58	R$ 891,60
148	Unid	2	BROCA DE TUNGSTÊNIO MAXICUT Nº 1251 - TARJA AZUL FORMA PERA	Impla	R$ 77,43	R$ 154,86
152	Unid	10	FÓRCEPS 151	Impla	R$ 52,89	R$ 528,90
153	Unid	10	FÓRCEPS 150	Impla	R$ 53,00	R$ 530,00
154	Unid	10	FÓRCEPS 69	Impla	R$ 53,27	R$ 532,70
155	Unid	10	FÓRCEPS 65	Impla	R$ 53,01	R$ 530,10
156	Unid	10	FÓRCEPS 17	Impla	R$ 52,68	R$ 526,80
157	Unid	10	FÓRCEPS 18R	Impla	R$ 52,95	R$ 529,50
158	Unid	10	FÓRCEPS 18L	Impla	R$ 53,21	R$ 532,10
159	Unid	10	ALAVANCA APEXO ADULTO QD41521	Impla	R$ 21,70	R$ 217,00
161	Unid	15	ESPATULA TITANIO PARA RESINA AUTOCLAVAVÉL Nº 1	Impla	R$ 33,36	R$ 500,40
180	CX	240	INDICADOR BIOLÓGICO, TIPO SEGUNDA GERAÇÃO, COMPOSIÇAO: MEIO DE CULTURA ESPÉCIE BACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS. APRESENTAÇÃO AUTOCONTIDO, AMPOLA DE VIDRO SELADA COM MEIO DE CULTURA E TAMPA PLASTICA CONTENDO FILTRO HIDROFOBICO. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS (CAIXA COM 10 UNIDADES)	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 20,10	R$ 4.824,00
189	Unid	20	BROCA DIAMANTADA CÔNICA EXTREMIDADE INATIVA Nº3082 EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO 1 BROCA	R/microdont	R$ 2,08	R$ 41,60
190	Unid	20	BROCA CARBIDE MULTILAMINADA PARA CANETA DE ALTA ROTAÇÃO Nº4 EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO 1 BROCA	R/microdont	R$ 5,13	R$ 102,60
191	Unid	20	BROCA CARBIDE MULTILAMINADA PARA CANETA DE ALTA ROTAÇÃO Nº6 EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO 1 BROCA	R/microdont	R$ 5,05	R$ 101,00
196	Unid	8	AFASTADOR MINESSOTA INDICADO PARA AFASTAR TECIDOS MOLES DURANTE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS. MATERIAL: AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	R/microdont	R$ 10,27	R$ 82,16
198	Unid	2	APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR: EMBALAGEM CONTENDO FOTOPOLIMERIZADOR, CARREGADOR, PONTEIRA DE FIBRA ÓTICA, SUPORTE DE MESA	Bluestar	R$ 294,68	R$ 589,36
207	Unid	150	GESSO TIPO PEDRA PACOTE DE 1K	Asfer	R$ 7,97	R$ 1.195,50
209	Unid	2	BROCA CARBIDE TUNGSTÊNIO MAXICUT	Impla	R$ 35,67	R$ 71,34
215	Unid	6	ESPÁTULA METÁLICA COM CABO DE MADEIRA P/ GESSO	Impla	R$ 10,70	R$ 64,20
216	Unid	6	ESPÁTULA PLÁSTICA P/ ALGINATO	Impla	R$ 1,48	R$ 8,88
220	Unid	6	ESCULPIDOR TIPO LECRON	Impla	R$ 5,60	R$ 33,60
226	Unid	10	KIT DE IRRIGAÇÃO AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL COM 3 PONTAS	Impla	R$ 24,72	R$ 247,20
227	Unid	8	RESINA ACRILICA AUTO POLIMERIZANTE JET LIQUIDO- CLASSICO 120 ML	Frantins	R$ 19,79	R$ 158,32
232	Unid	10	ENXAGUANTE BUCAL SEM ÁLCOOL EMBALAGEM 1 LITRO	Dental Clean	R$ 28,88	R$ 288,80
237	Unid	80	CANETA PARA ESTERELIZAÇÃO 0,75MM,COM TINTA PERMANENTE ATÓXICA, RESISTENTE À VAPOR, NÃO MANCHA E NEM BORRA DURANTE O CICLO DE ESTERELIZAÇÃO.PODENDO SER NAS CORES PRETA E AZUL	2l Biological	R$ 64,70	R$ 5.176,00
240	Unid	20	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 4138, DIAMANTADA	R/microdont	R$ 2,08	R$ 41,60
241	Unid	20	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 2135, DIAMANTADA	R/microdont	R$ 2,07	R$ 41,40

242	Unid	20	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 2200, DIAMANTADA	R/microdont	R$ 2,05	R$ 41,00
243	Unid	20	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 3118, DIAMANTADA	R/microdont	R$ 2,05	R$ 41,00
244	Unid	20	BROCA LARGA CA 28 MM N°1	Impla	R$ 5,54	R$ 110,80
245	Unid	20	BROCA LARGA CA 28 MM N°2	Impla	R$ 5,86	R$ 117,20
246	Unid	20	BROCA LARGA CA 28 MM N°3	Impla	R$ 5,87	R$ 117,40
247	Unid	20	BROCA LARGA CA 28 MM N°4	Impla	R$ 5,87	R$ 117,40
248	Unid	20	BROCA GATES CA 32 MM N°1	Impla	R$ 5,78	R$ 115,60
249	Unid	20	BROCA GATES CA 32 MM N°2	Impla	R$ 5,84	R$ 116,80
250	Unid	20	BROCA GATES CA 32 MM N°3	Impla	R$ 5,87	R$ 117,40

263	Unid	4	Silano: Indicado para promover a união química entre materiais orgânicos, adesivos contendo monômeros metacrílicos e materiais inorgânicos, tais como: resina composta, cerômeros, cerâmicas e pino de fibra de vidro. Frasco contendo 5ml	Af do Brasil	R$ 9,05	R$ 36,20
265	Unid	20	Condicionador Ácido Poliacrílico Vitro 11,5%. É indicado na remoção da lama dentinária dispersa, que resulta dos detritos liberados durante o preparo dentinário. O condicionamento da dentina com Vitro melhora a força de adesão dos cimentos de ionômero de vidro, através da união com os íons cálcio e fosfato presentes na dentina - 10 ML	DFL	R$ 66,82	R$ 1.336,40
						R$ 32.184,52

Atlântico BC Produtos Para Saúde Eireli CNPJ: 35.626.812/0001-21 Endereço: Av Central, N° 784, Balneário Camboriú/SC - CEP 88.330-666
Sócio Administrador: Gislaine Medianeira Rizzi Dalla Porta **CPF:** 559.xxx.xxx-04
Valor Total da Ata: R$ 363,24 (Trezentos e sessenta e três reais e vinte a quatro centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
90	Unid	20	ANESTÉSICO TOPICO GEL BENZOCAINA 12 GRS	DFL	R$ 14,88	R$ 297,60
165	CX	6	AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO 18 G X 1 1/2´ (12X40MM), TIPO PONTA BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO PROTETOR PLÁSTICO, TIPO USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL (CAIXA COM 100 UNIDADES)	MEDIX	R$ 10,94	R$ 65,64
						R$ 363,24

BALESTRIN & RIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS CNPJ: 49.238.875/0001-15
Endereço: Rua Flor de Abril, nº 95, Sala 01, Bairro Floresta - Barão de Cotegipe/RS
Sócio Administrador: Heloisa Ril **CPF:** 020.xxx.xxx-05
Valor Total da Ata: R$ 202,91 (Duzentos e dois reais e noventa e um centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
150	Unid	1	INCUBADORA: Temperatura Máxima de Incubação 60 ºC. Capacidade 4 indicadores. Potência 10 Watts. Tensão Elétrica: 127 / 220 V - Comutação Automática. Frequência 50/60 Hz. Dimensões 8,7 x 7,6 cm (A x D) / Orifício para o indicador: 10 x 37 mm (D x P). Peso Líquido 240 g. Peso Bruto 312 g.	2l Incubadora	R$ 202,91	R$ 202,91
						R$ 202,91

BETANIAMED COMERCIAL EIRELI CNPJ: 09.560.267/0001-08
Endereço: Rua Antônio Gravatá, nº 80, Bairro Betânia - Belo Horizonte/MG **Sócio Administrador:** Leonardo Antônio Rodrigues Cury **CPF:** 758.xxx.xxx-97 **Valor Total da Ata:** R$ 3.800,00 (Três mil e oitocentos reais)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
235	Unid	10	CANETA ODONTOLÓGICA turbina de Alta Rotacão ,AX1 NT LED - Spray triplo com alta eficiência de refrigeração; Sistema Push Button para troca rápida de brocas; Rolamentos de cerâmica com turbinas micro balanceadas; Anéis de borracha para redução de ruído; Design ergonômico com ranhuras antiderrapantes. Dados Técnicos da Turbina de Alta Rotacao AX1 NT LED - Gnatus Comprimento da Peça de Mão: 117mm; Diâmetro Inferior do Corpo da Peça de Mão: 14,8mm; Diâmetro Superior do Corpo da Peça de Mão: 9mm; Rotação Máxima / Mínima: 450.000 / 380.000 rpm; Pinça: Push Button; Torque: Normal (N) – 0,008 N.m; Tipo de Spray: Triplo; Consumo Ar – Água: 40 L/min (±2) – 0,02 L/min; Pressão da Água: 275,8 Kpa = 40 PSI (±2) – Regulada no Equipo; Acionamento / Conexão Pedal do Equipo / Universal Borden Tipo 1 (2 Furos); Dimensões c/ Embalagem (AxLxP): 30 x 73 x 165mm; Peso do Produto: 0,05 kg; Peso com Embalagem: 0,111 kg.	Dentemed Prime	R$ 380,00	R$ 3.800,00
						R$ 3.800,00

BIO - LÓGICA DISTRIBUIDORA EIRELI CNPJ: 06.175.908/0001-12
Endereço: Rua Profª Zelda C. Cursi Mastriani, 265-A, Jd. Davilla, Cambé/PR
Sócio Administrador: Luis Carlos dos Santos **CPF:** 365.xxx.xxx-34
Valor Total da Ata: R$ 469,84 (Quatrocentos e sessenta e nove reais e oitenta e quatro centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
60	Unid	20	PASTA DIAMANTADA PARA POLIMENTO DE RESINA 2GRS	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 8,38	R$ 167,60
61	Unid	12	PASTA PROFILÁTICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA PEDRA POMES, COMPOSIÇÃO LAURIL SULFATO DESÓDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM FLUOR 90G	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 4,67	R$ 56,04
82	PCT	20	TIRA DE LIXA DE AÇO 4 MM - TIRAS ABRASIVAS ELETROLÍTICAS DE AÇO INOXIDÁVEIS EMBALAGEM COM 12 UNIDADES DE 4 MM	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 5,87	R$ 117,40
264	Unid	20	Condicionador Ácido Fluorídrico Porcelana 10%: é indicado para realizar o condicionamento superficial de porcelanas dentais para adesão em processos de restauração em vidro ceramizado. Através da sua ótima viscosidade, permite maior e melhor retenção dos materiais resinosos nas restaurações com porcelanas feldspáticas, vidros ceramizados e fixação de bráquetes ortodônticos. Seringa contendo 2,5ml cada.	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 6,44	R$ 128,80
						R$ 469,84

BÉRITH COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS CNPJ: 57.642.694/0001-88
Endereço: Rua Munhoz da Rocha n° 760 - sala 03, Centro - Santo Antônio da Platina/PR - Cep: 86430-000
Sócio Administrativo: Rosana Francisco Rebellato Fernandes **CPF:** 032.xxx.xxx-02
Valor Total da Ata: R$ 9.130,94 (Nove mil, cento e trinta reais e noventa e quatro centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total

			AGULHA ODOT MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO,			

3	CX	25	APLICAÇÃO GENGIVAL/ANESTESIA, DIMENSÃO 30G CURTA, TIPO PONTA* COM BISEL TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR P/ SERINGA CARPULE, TIPO USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO C/ PROTETOR PLÁSTICO C/ 100	SG	R$ 22,20	R$ 555,00
4	CX	25	AGULHA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, APLICAÇÃO GENGIVAL/ANESTESIA, DIMENSÃO 27 G LONGA, TIPO PONTA* COM BISEL TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR P/ SERINGA CARPULE, TIPO USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO C/ PROTETOR PLÁSTICO E LACRE C/ 100	SG	R$ 22,46	R$ 561,50
5	CX	5	AGULHA ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, APLICAÇÃO GENGIVAL/ANESTESIA, DIMENSÃO 27 G LONGA, TIPO PONTA* COM BISEL TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO CONECTOR P/ SERINGA CARPULE, TIPO USO ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO C/ PROTETOR PLÁSTICO E LACRE C/ 100	SG	R$ 22,76	R$ 113,80
12	Unid	25	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL CARBIDE, FORMATO TRONCO CÔNICA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL PICOTADA, TIPO HASTE LONGA, TIPO CORTE CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO AMERICANA 1 REF. 701	SE	R$ 7,80	R$ 195,00
30	Unid	30	BROCA DE ALTA ROTACAO Nº 4321F, DIAMANTADA (ESFERICA)	FAVA	R$ 2,09	R$ 62,70

32	Unid	8	CIMENTO RESTAURADOR PROVISÓRIO IRM, COMPOSIÇÃO REFORÇADA À BASE DE ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL, INDICADO PARA RESTAURAÇÕES TEMPORÁRIAS DE LONGA ESPERA [ATÉ 2 ANOS], PARA FORRAMENTO DE CAVIDADES SOB RESTAURAÇÕES DE AMÁLGAMA E PARA USO EM ODONTOPEDIATRIA. KIT CONTENDO IRM LÍQUIDO FRASCO COM 15 ML E IRM PÓ 38 G, COR MARFIM.	AF	R$ 13,64	R$ 109,12
33	Unid	7	CLOREXIDINA DIGLUCONATO, DOSAGEM 2%, PARA DESINFECÇÃO DE CAVIDADES ORAIS, 100ML	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 9,94	R$ 69,58
44	Unid	20	FLÚOR TÓPICO, GEL A BASE DE FLUORETO FOSFATADO ACIDULADO 1,23%. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 200 ML	Lysanda	R$ 4,98	R$ 99,60
45	Unid	20	GEL DESSENSIBILIZANTE DE BAIXA VISCOSIDADE PARA TRATAMENTO DE DENTES COM HIPERSENSIBILIDADE MODERADA A ALTA A VARIAÇÕES DE TEMPERATURA E A ALIMENTOS. COMPOSIÇÃO BÁSICA: INGREDIENTES ATIVOS - NITRATO DE POTÁSSIO A 5 % E FLUORETO DE SÓDIO A 2%. INGREDIENTES INATIVOS - ÁGUA DEIONIZADA, GLICERINA, AGENTE NEUTRALIZANTE E ESPESSANTE. EMBALAGEM CONTENDO UMA SERINGA DE 2,5G E UMA PONTEIRA. COM VALIDADE MÍNIMA DE 01 ANO.	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 5,32	R$ 106,40
46	Unid	6	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO HYDRO-C, TIPO:CIMENTO, ASPECTO FÍSICO: KIT BASE E CATALISADOR	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 23,76	R$ 142,56
47	Unid	8	HIDROXIDO DE CALCIO FOTOPOLIMERIZAVEL SERINGA C/ 2,5G	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 19,58	R$ 156,64
48	Unid	20	IONOMERO DE VIDRO: PÓ COR A2 RESTAURADOR 10GRS, LÍQUIDO RESTAURADOR 8GRS	FGM	R$ 20,64	R$ 412,80
49	Unid	4	HIDROXIDO DE CALCIO- P.A 10G	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 6,60	R$ 26,40

51	Unid	8	FORMOCRESOL, COMPOSIÇÃO FORMALDEÍDO + ORTO-CRESOL, CONCENTRAÇÃO 19% + 35% APROXIMADAMENTE, VEÍCULO EM SOLUÇÃO GLICERINADA 10ML	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 11,88	R$ 95,04
52	Unid	15	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO FITA, APRESENTAÇÃO ROLO 50CM, LARGURA 0,5 MM, TIPO USO DESCARTÁVEL	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 1,26	R$ 18,90
53	Unid	8	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO FITA, APRESENTAÇÃO ROLO 50CM, LARGURA 0,7 MM, TIPO USO DESCARTÁVEL	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 1,26	R$ 10,08
55	CX	2	MOLDEIRA DESCARTÁVEL P/ FLUOR 3 A 6 ANOS CX C/ 50	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 39,38	R$ 78,76
56	CX	2	MOLDEIRA DESCARTÁVEL P/ FLUOR 6 A 12 ANOS CX C/ 50	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 41,28	R$ 82,56
62	Unid	6	PEDRA - POMES, MATERIAL:ROCHA MAGNÉTICA, COR:BRANCA, ASPECTO FÍSICO:PÓ, APLICAÇÃO:LIMPEZA DENTAL, USO:ODONTOLÓGICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EXTRAFINO 100G	AF	R$ 3,36	R$ 20,16
74	Unid	10	RESINA MICRO-HIBRIDA CARGA EM ZIRCONIA E SILICA COMPOSTA COM BISGMA/TEGDMA, NANOPARTICULADA CERAMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTIRAZOLIL 4-METIFENOL FOTOPOLIMERIZAVEL - ESMALTE A4 SERINGA 4 GRS	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 40,13	R$ 401,30
83	PCT	20	TIRA ABRASIVA - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL POLIÉSTER + ÓXIDO DE ALUMÍNIO, TIPO CENTRO CENTRO NEUTRO, COMPRIMENTO CERCA DE 170 MM, LARGURA CERCA DE 2,5 MM, TIPO USO DESCARTÁVEL. PCT C/50 UNIDADES	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 3,30	R$ 66,00
84	Unid	2	VERNIZ DENTÁRIO, TIPO CAVITÁRIO, COMPOSIÇÃO RESINA E SOLVENTE C/ 10ML	AF	R$ 9,65	R$ 19,30
96	Unid	6	KIT DE POSICIONADOR DE RX	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 41,44	R$ 248,64

97	Unid	30	CABO DE ESPELHO BUCAL 13CM EM AÇO INOX AUTOCLAVÁVEL	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 2,70	R$ 81,00
98	Unid	10	BICARBONATO DE SÓDIO EXTRA FINO PARA USO ODONTOLOGICO POTE 500G	Preven	R$ 14,22	R$ 142,20
122	Unid	30	ESCAVADOR DE DENTINA Nº 17	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 5,47	R$ 164,10
126	Unid	15	IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR FOTOPOLIMERIZÁVEL (SERINGA)	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 28,45	R$ 426,75
127	Unid	10	FIO RETRATOR N° 000 – 96 IN 244 (CM)	AF	R$ 13,25	R$ 132,50
128	Unid	60	BROCA ESFÉRICA 3018 HASTE LONGA	FAVA	R$ 2,09	R$ 125,40
129	Unid	60	BROCA ESFÉRICA 3016 HASTE LONGA	FAVA	R$ 2,09	R$ 125,40
135	Unid	8	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE CELL PACK ESTERELIZADOS 15-40 (1ºSERIE)	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 42,17	R$ 337,36
136	Unid	8	PONTAS DE PAPEL ABSORVENTE CELL PACK ESTERELIZADOS 45-80 (2ºSERIE)	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 39,11	R$ 312,88
149	Unid	2	BROCA DE TUNGSTÊNIO MINICUT Nº 1250 - TARJA VERMELHA, FORMATO: TRONCOCÔNICA	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 91,91	R$ 183,82
151	Unid	30	CABO DE ESPELHO	Condaaf 37% AF do	R$ 2,70	R$ 81,00

				Brasil		
185	Unid	4	VASELINA SÓLIDA GRAU FARMACEUTICO EMOLIENTE TOPICO POTE COM 100 GRAMAS	AF	R$ 23,27	R$ 93,08
186	Unid	10	PORTA AMALGAMA DELRIN DE PLÁSTICO AUTOCLAVÁVEL	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 10,71	R$ 107,10
188	Unid	20	BROCA DIAMANTADA CÔNICA TOCO INATIVO Nº3081 EMBALAGEM INDIVIUAL, CONTENDO 1 BROCA	FAVA	R$ 9,62	R$ 192,40
203	Unid	60	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº1190 (SELANTE)	FAVA	R$ 2,09	R$ 125,40
213	Unid	5	KIT MOLDEIRAS TOTAL DE ALUMINIO, LISA ADULTO P/ DESDENTADO AG HDR C/6	TECNODENT	R$ 55,85	R$ 279,25
214	Unid	5	KIT MOLDEIRAS TOTAL PERFURADA DE PLÁSTICO - MORELLI C/6 (3SUP/3INF)	JON	R$ 23,98	R$ 119,90

221	Unid	8	PLACA DE VIDRO PARA MANIPULAÇÃO 6MM. USO ODONTOLÓGICO; TIPO: PLACA PARA ESPATULAÇÃO; MATERIAL: VIDRO; FORMATO: RETANGULAR; ESPESSURA: CERCA DE 6MM. EMBALAGEM: EMBALADAS INDIVIDUALMENTE.	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 8,67	R$ 69,36
239	Unid	10	SERINGA APLICADOR CENTRIX DE POLICARBONATO ,PISTOLA AUTOCLAVÁVEL A 121°C, EMBALAGEM COM 1 APLICADOR +10 PONTAS N°2(ALTA FLUIDEZ) +10 PONTAS N°3(FLUIDEZ PESADA)+ 10 PONTAS (FLUIDEZ MÉDIA).	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 134,32	R$ 1.343,20
251	Unid	10	FIO RETRATOR GENGIVAL N°00 O material especial do fio exerce uma pressão elástica sobre a margem gengival, assegurando um afastamento adequado do tecido no sulco. Uma vez que o Ultrapak se comprime durante posicionamento, deverá ser usado um tamanho de fio aparentemente maior do que o necessário.	AF	R$ 13,06	R$ 130,60
252	Unid	10	SERINGA DE ELASTOMERO Produzido em materiais termoplásticos (polipropileno, poliacetal e pigmentos). Possui 2 bicos plásticos brancos com 1mm de diâmetro na ponta. Possui peças auxiliares que facilitam a inserção do elastômero na seringa. Compatível com silicones (adição, condensação). Não autoclavável, exceto as pontas aplicadoras. Contraindicado em pacientes com sensibilidade a algum de seus componentes. Armazenamento: em temperatura ambiente, ao abrigo do calor e da luz solar direta.	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 22,74	R$ 227,40
253	Unid	10	CIMENTO FOSFATO DE ZINCO	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 20,65	R$ 206,50

254	Unid	10	PINO DE FIBRA DE VIDRO N°1 pino intrarradicular de fibra de vidro translúcido e radiopaco, reconhecido mundialmente pela sua alta performance em reabilitações de dentes com grande perda de estrutura coronária. O seu design de dupla conicidade, que permite uma adaptação muito mais fiel à anatomia do conduto radicular, preservando ao máximo a dentina remanescente na região apical. Material: 80% Fibra de Vidro / 20% Matriz Resinosa. Formato: Dupla Conicidade (Double Taper). Radiopaco: Sim. Cura: Permite passagem de luz (Fotoativado/Dual).	AF	R$ 15,86	R$ 158,60
255	Unid	10	PINO DE FIBRA DE VIDRO N°2 pino intrarradicular de fibra de vidro translúcido e radiopaco, reconhecido mundialmente pela sua alta performance em reabilitações de dentes com grande perda de estrutura coronária. O seu design de dupla conicidade, que permite uma adaptação muito mais fiel à anatomia do conduto radicular, preservando ao máximo a dentina remanescente na região apical. Material: 80% Fibra de Vidro / 20% Matriz Resinosa. Formato: Dupla Conicidade (Double Taper). Radiopaco: Sim. Cura: Permite passagem de luz (Fotoativado/Dual).	AF AF	R$ 16,02	R$ 160,20

256	Unid	10	PINO DE FIBRA DE VIDRO N°3, pino intrarradicular de fibra de vidro translúcido e radiopaco, reconhecido mundialmente pela sua alta performance em reabilitações de dentes com grande perda de estrutura coronária. O seu design de dupla conicidade, que permite uma adaptação muito mais fiel à anatomia do conduto radicular, preservando ao máximo a dentina remanescente na região apical. Material: 80% Fibra de Vidro / 20% Matriz Resinosa. Formato: Dupla Conicidade (Double Taper). Radiopaco: Sim. Cura: Permite passagem de luz (Fotoativado/Dual).	AF	R$ 15,37	R$ 153,70
						R$ 9.130,94

CIRURGICA PRIME LTDA CNPJ: 46.116.717/0001-02
Endereço: Machado de Assis, n° 583, bairro Zona 06, Maringá/PR
Sócio Administrador: Sergio Luiz de Souza Junior **CPF:** 048.xxx.xxx-57
Valor Total da Ata: R$ 20.499,18 (Vinte mil, quatrocentos e noventa e nove reais e dezoito centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
65	Unid	4	RESINA MICRO-HIBRIDA CARGA EM ZIRCONIA E SILICA COMPOSTA COM BISGMA/TEGDMA, NANOPARTICULADA CERAMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTIRAZOLIL 4- METIFENOL FOTOPOLIMERIZAVEL - ESMALTE B1 SERINGA 4 GRS	Maquira	R$ 35,00	R$ 140,00
66	Unid	10	RESINA MICRO-HIBRIDA CARGA EM ZIRCONIA E SILICA COMPOSTA COM BISGMA/TEGDMA, NANOPARTICULADA CERAMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTIRAZOLIL 4- METIFENOL FOTOPOLIMERIZAVEL - ESMALTE A3,5 SERINGA 4 GRS	Maquira	R$ 35,00	R$ 350,00

69	Unid	10	RESINA MICRO-HIBRIDA CARGA EM ZIRCONIA E SILICA COMPOSTA COM BISGMA/TEGDMA, NANOPARTICULADA CERAMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTIRAZOLIL 4- METIFENOL FOTOPOLIMERIZAVEL - ESMALTE B2 SERINGA 4 GRS	Maquira	R$ 35,00	R$ 350,00
70	Unid	6	RESINA MICRO-HIBRIDA CARGA EM ZIRCONIA E SILICA COMPOSTA COM BISGMA/TEGDMA, NANOPARTICULADA CERAMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTIRAZOLIL 4- METIFENOL FOTOPOLIMERIZAVEL - ESMALTE A1 SERINGA 4 GRS	Maquira	R$ 35,00	R$ 210,00
71	Unid	10	RESINA MICRO-HIBRIDA CARGA EM ZIRCONIA E SILICA COMPOSTA COM BISGMA/TEGDMA, NANOPARTICULADA CERAMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTIRAZOLIL 4- METIFENOL FOTOPOLIMERIZAVEL - ESMALTE A2 SERINGA 4 GRS	Maquira	R$ 35,00	R$ 350,00
72	Unid	10	RESINA MICRO-HIBRIDA CARGA EM ZIRCONIA E SILICA COMPOSTA COM BISGMA/TEGDMA, NANOPARTICULADA CERAMICA SILANIZADA	Maquira	R$ 35,00	R$ 350,00

			TRATADA, 2-BENZOTIRAZOLIL 4- METIFENOL FOTOPOLIMERIZAVEL - ESMALTE A3 SERINGA 4 GRS			
104	CX	30	FIO DE SUTURA NYLON MT 1/2 - AG 4.0	Medix	R$ 28,69	R$ 860,70
162	CX	4	COLETOR MATERIAL PÉRFURO-CORTANTE, MATERIAL:PAPELÃO, CAPACIDADE TOTAL:13 L, ACESSÓRIOS:ALÇAS RÍGIDAS E TAMPA, COMPONENTES ADICIONAIS:REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, TIPO USO:DESCARTÁVEL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA COM 20 UNIDADES	Descarbox	R$ 97,75	R$ 391,00
166	GL	200	ÁGUA DESTILADA PARA AUTOCLAVE. TIPO EMBALAGEM DE 5 LITROS INDIVIDUAL. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	SS Plus	R$ 9,99	R$ 1.998,00
169	Unid	100	ALCOOL ETILICO 70% 1 LITRO. DESINFETANTE HOSPITALAR. EMBALAGEM INDIVIDUAL FRASCO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	Araucaria	R$ 4,99	R$ 499,00
170	Unid	4	LÂMINA BISTURI, MATERIAL AÇO CARBONO, TAMANHO Nº 15, TIPO DESCARTÁVEL, ESTERILIDADE ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS EMBALADA INDIVIDUALMENTE. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA COM 100 UNIDADES	Uniqmed	R$ 21,85	R$ 87,40
171	Unid	250	MÁSCARA CIRÚRGICA TRIPLA PROTEÇAO DESCARTAVEL COM ELASTICO. BRANCA. FORNECE CAPACIDADE DE FILTRAÇAO DE 99% DE PARTICULAS PORTADORAS DE MICROORGANISMOS DE ACORDO COM AS NORMAS ABNT 15052. UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA COM 50 UNIDADES	Live	R$ 3,68	R$ 920,00
172	Unid	4	AGUA OXIGENADA 10 VOLUMES. EMBALAGEM DE 1L. ANTISSEPTICO. USO EXTERNO. FRASCO CONTENDO: LOTE, VALIDADE, DATA DE FABRICACAO. RESPONSAVEL TECNICO. UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDAD	Rioquimica	R$ 5,52	R$ 22,08
175	Unid	100	SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 10 ML, TIPO BICO: LUER LOCK OU SLIP. TIPO VEDAÇÃO ÊMBOLO DE BORRACHA. ADICIONAL GRADUADA, NUMERADA, COMPATIBILIDADE: COMPATÍVEL COM BOMBA INFUSORA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM	SR	R$ 0,88	R$ 88,00
176	Unid	100	SERINGA, MATERIAL: POLIPROPILENO, CAPACIDADE: 20 ML, TIPO BICO: LUER LOCK OU SLIP. TIPO VEDAÇÃO ÊMBOLO DE BORRACHA. ADICIONAL GRADUADA, NUMERADA, COMPATIBILIDADE: COMPATÍVEL COM BOMBA INFUSORA, ESTERILIDADE: ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: EMBALAGEM	SR	R$ 1,21	R$ 121,00
181	Unid	20	ACIDO PERACETICO 0,2%. DESINFETANTE DE ALTO NIVEL, PRODUTO EXCLUSIVAMENTE DE USO PROFISSIONAL, CONSTUTUIDO DE MISTURA ESTABILIZADA DE ÁCIDO PERACÉTICO, PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO, ACIDO ACETICO, ESTABILIZANTE, ADJUVANTE ANTICORROSIVO DE 5 LITROS.	Rioquimica	R$ 150,00	R$ 3.000,00
192	CX	30	ANESTÉSICO LOCAL INJETÁVEL ARTICAINA 4% COM EPINEFRINA 1:100.000 CAIXA COM 50 TUBETES	DLA	R$ 150,00	R$ 4.500,00
224	Unid	200	KIT DE HIGIENE ORAL PARA BEBÊ CONTENDO: • 1 ESTOJO EM PVC DE APROXIMADAMENTE 20x8cm. • 1 ESCOVA DE TREINAMENTO COM CERDAS MACIAS DE SILICONE COM TAMANHO ADEQUADO DA BOQUINHA. MATERIAL POLIPROPILENO, NYLON E SILICONE. MEDIDA 120 mm. • 1 LIMPADOR DE LINGUA, LIMPA SUAVEMENTE A CAMADA DE LEITE QUE FICA APÓS A AMAMENTAÇÃO. MATERIAL POLIPROPILENO E SILICONE. MEDIDA 100mm. • 1 MASSAGEADOR DE GENGIVA, ALIVIA O DESCONFORTO DO NASCIMENTO DOS PRIMEIROS DENTINHOS. MATERIAL POLIPROPILENO E SILICONE. MEDIDA 105mm. • 1 ANEL DE PROTEÇÃO, EVITA COM QUE PEQUENO INSIRA A ESCOVA, OU O MASSAGEADOR DE FORMA INADEQUADA. MATERIAL POLIPROPILENO. MEDIDA 56mm.	Medfio	R$ 31,31	R$ 6.262,00
						R$ 20.499,18

CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALATES LTDA CNPJ: 60.599.605/0001-72
Endereço: Rua das Quaresmeiras, 125 – Residencial Bella Casa – Ivaiporã/PR **Sócio Administrador:** Camile Borges Socoloski Cherpinski **CPF:** 051.xxx.xxx-33 **Valor Total da Ata:** R$ 37.540,00 (Trinta e sete mil e quinhentos e quarenta reais)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
178	Unid	200	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL:PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO:C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA:CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO:ROLO, COMPONENTES ADICIONAIS:TERMOSSELANTE, TAMANHO:CERCA DE 15 CM (FORMATO 150MM X 100M).	Própria	R$ 58,64	R$ 11.728,00
200	Unid	500	ROLO PAPEL GRAU CIRÚRGICO 10x100 PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOCLAVE	Própria	R$ 39,99	R$ 19.995,00
201	Unid	300	ROLO PAPEL GRAU CIRÚRGICO 05x100 PARA ESTERILIZAÇÃO AUTOCLAVE	Própria	R$ 19,39	R$ 5.817,00
						R$ 37.540,00

DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEI CNPJ: 26.240.632/0001-16
Endereço: Rua Helena Bigaton, 615 - Centro - Caibi/SC CEP 89888-000
Sócio Administrador: Victoria Elis Matos Donini **CPF:** 075.xxx.xxx-09
Valor Total da Ata: R$ 27.941,30 (Vinte e sete mil, novecentos e quarenta e um reais e trinta centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
6	PCT	7	AMÁLGAMA, TIPO ALTO TEOR DE PRATA, COMPONENTES LIGA + MERCÚRIO, APRESENTAÇÃO CÁPSULA DE 1ª PORÇÃO. PCT C/ 50 UNID	SDI	R$ 89,90	R$ 629,30
120	Unid	30	PINÇA CLINICA PARA ALGODÃO	Uniao Carpedent	R$ 6,00	R$ 180,00
121	Unid	30	SONDA EXPLORADORA Nº 5	Uniao Carpedent	R$ 4,90	R$ 147,00
130	CX	6	ESPELHO NÚMERO 3 – PLANO (CAIXA COM 12 UNIDADES)	Pharmainox	R$ 25,00	R$ 150,00
131	CX	6	ESPELHO NÚMERO 5 – PLANO (CAIXA COM 12 UNIDADES)	Iodontosul	R$ 25,00	R$ 150,00
160	Unid	20	SERINGA CARPULE COM REFLUXO	Uniao Carpedent	R$ 26,50	R$ 530,00

223	Unid	700	KIT HIGIENE BUCAL INFANTIL CONTENDO: • 01 ESTOJO INDIVIDUAL PERSONALIZADO FABRICADO EM ESTRUTURA RÍGIDA DE LIGA DE POLIPROPILENO COM TAMPA EM FORMATO DE PRISMA ELÍPITICO E ESTOJO EM FORMA DE TRONCO CÔNICA COM BASE EM ELIPSE. TAMANHO: 20 X 6 X 3,5 CM (A X L X D). • 01 ESCOVA DENTAL COM CERDAS DE NYLON MACIAS COM QUATRO FILEIRAS DE TUFOS, COM NO MÍNIMO 28 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, ESCOVA COMPACTA, CORES SORTIDAS, CABO ANATÔMICO EM POLIPROPILENO ATÓXICO, MEDINDO APROXIMADAMENTE 15 CM DE COMPRIMENTO. • 01 CREME DENTAL (50G) COM FLÚOR CONTENDO APROXIMADAMENTE 1500 PPM DE FLÚOR E CARBONATO DE CÁLCIO, EMBALADO EM TUBOS OU BISNAGA PLÁSTICA COM 50 GRAMAS PROVIDA DE TAMPA PLÁSTICA, TRAZENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE. • 01 FIO DENTAL EM POLIAMIDA, CERA E AROMA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM ESTOJO PLÁSTICO, ROLO COM 25 METROS. FIO DE RESINA TERMOPLÁSTICA QUE RESISTE AO DESFILAMENTO E ROMPIMENTO, SUAVE PARA AS GENGIVAS E DEDOS, EFICAZ NA REMOÇÃO DE PLACA BACTERIANA INTERDENTAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOPRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE.	Higix	R$ 9,65	R$ 6.755,00

225	Unid	2000	KIT HIGIENE BUCAL ADULTO CONTENDO: • 1 ESTOJO EM PVC DE APROXIMADAMENTE 20x8cm. • 01 ESCOVA DENTAL COM CERDAS DE NYLON MACIAS COM QUATRO FILEIRAS DE TUFOS, COM NO MÍNIMO 28 TUFOS DE CERDAS APARADAS E ARREDONDADAS UNIFORMEMENTE NA MESMA ALTURA, COM FEIXES DE CERDAS HOMOGÊNEAS, ESCOVA COMPACTA, CORES SORTIDAS, CABO ANATÔMICO EM POLIPROPILENO ATÓXICO. • 01 CREME DENTAL (90G) COM FLÚOR CONTENDO APROXIMADAMENTE 1500 PPM DE FLÚOR E CARBONATO DE CÁLCIO, EMBALADO EM TUBOS OU BISNAGA PLÁSTICA COM 90 GRAMAS PROVIDA DE TAMPA PLÁSTICA, TRAZENDO EXTERNAMENTE DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO FABRICANTE, PROCEDÊNCIA, NÚMERO DE LOTE, VALIDADE. • 01 FIO DENTAL EM POLIAMIDA, CERA E AROMA, EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM ESTOJO PLÁSTICO, ROLO COM 25 METROS. FIO DE RESINA TERMOPLÁSTICA QUE RESISTE AO DESFILAMENTO E ROMPIMENTO, SUAVE PARA AS GENGIVAS E DEDOS, EFICAZ NA REMOÇÃO DE PLACA BACTERIANA INTERDENTAL, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DOPRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, PRAZO DE VALIDADE. • 1 ENXAGUANTE BUCAL SABOR HORTELÃ 60ML, FLUORETO ESTANOSO (1100 PPM DE FLÚOR), FLUORETO DE SÓDIO (350 PPM), SÍLICA COLOIDAL HIDRATADA, GLICEROL, LAURIL SULFATO DE SÓDIO, AROMA, ENTRE OUTROS	Higix	R$ 9,70	R$ 19.400,00
						R$ 27.941,30

DENTAL MIG COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA CNPJ: 59.024.369/0001-87
Endereço: Rua Erê, 34 – Sala 303 – Bairro Prado – Belo Horizonte/MG
Sócio Administrativo: Fernando Cesar Barbosa Figueiredo **CPF:** 839.xxx.xxx-20
Valor Total da Ata: R$ 861,56 (Oitocentos e sessenta e um reais e cinquenta e seis centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
73	Unid	4	RESINA MICRO-HIBRIDA CARGA EM ZIRCONIA E SILICA COMPOSTA COM BISGMA/TEGDMA, NANOPARTICULADA CERAMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTIRAZOLIL 4- METIFENOL FOTOPOLIMERIZAVEL - INCISAL SERINGA 4 GRS	LLIS FGM	R$ 34,73	R$ 138,92
187	Unid	20	BROCA CARBIDE Nº702 CÔNICA DENTADA EMBALAGEM INDIVIDUAL, CONTENDO 1 BROCA	MicroDont	R$ 5,42	R$ 108,40
195	Unid	4	PINÇA ANATÔMICA DIETRICH 14cm	Golgran	R$ 82,86	R$ 331,44
206	Unid	10	CUBA FLEXÍVEL DE SILICONE PARA MANIPULAR ALGINATO	Lysanda	R$ 6,14	R$ 61,40
262	Unid	30	DENTE DE ESTOQUE Para uso em prótese dentária total ou parcial, fixa ou removível, overdentures, coroas ou pontes temporárias. Características: • Prensagem de 2 camadas, propiciando um aspecto natural. • Modelário americano compatível com diversas faixas etárias e com melhor ajuste anatômico. • Fabricados com matérias primas selecionadas e compatíveis com a base da prótese, o que a faz aderir melhor à base. • Alta estabilidade de cores, com cores mais naturais. • Pigmentos biocompatíveis. • Com fluorescência, propiciando um aspecto natural.	Pop Dent Vipi	R$ 7,38	R$ 221,40
						R$ 861,56

DISTRIBUIDORA AGUA BOA LTDA CNPJ: 44.223.526/0001-06
Endereço: Rua Rudi Horst, nº 34, Sala 11 - Centro, Iporã do Oeste/SC
Sócio Administrador: Vitória Berti CPF: 099.xxx.xxx-40
Valor Total da Ata: R$ 4.384,04 (Quatro mil, trezentos e oitenta e quatro reais e quatro centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
37	Unid	20	DISCO DE LIXA FLEXIVEL PARA ACABAMENTO ACOPLAMENTO AO MANDRIL - KIT TAMANHOS DIVERSOS	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 59,98	R$ 1.199,60
40	CX	20	ESPONJA HEMOSTÁTICA - ESPONJA HEMOSTÁTICA DE COLÁGENO, HIDROLISADO (GELATINA), LIOFILIZADA. CAIXA COM 10 UNIDADES	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 34,95	R$ 699,00
67	Unid	15	RESINA MICRO-HIBRIDA CARGA EM ZIRCONIA E SILICA COMPOSTA COM BISGMA/TEGDMA, NANOPARTICULADA CERAMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTIRAZOLIL 4- METIFENOL FOTOPOLIMERIZAVEL - DENTINA A2 SERINGA 4 GRS	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 34,47	R$ 517,05
68	Unid	15	RESINA MICRO-HIBRIDA CARGA EM ZIRCONIA E SILICA COMPOSTA COM BISGMA/TEGDMA, NANOPARTICULADA CERAMICA SILANIZADA TRATADA, 2-BENZOTIRAZOLIL 4- METIFENOL FOTOPOLIMERIZAVEL - DENTINA A3 SERINGA 4 GRS	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 34,45	R$ 516,75

87	CX	6	FITA MATRIZ PRÉ MOLAR E MOLAR POLIÉSTER COM SISTEMA DE FIXAÇÃO C/20 UNID.	TDV	R$ 122,54	R$ 735,24
123	Unid	20	RESINA FLOW COM 1 SERINGA 2G E 1 PONTEIRA COR A1	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 11,95	R$ 239,00
124	Unid	20	RESINA FLOW COM 1 SERINGA 2G E 1 PONTEIRA COR A2	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 11,95	R$ 239,00
125	Unid	20	RESINA FLOW COM 1 SERINGA 2G E 1 PONTEIRA COR A3	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 11,92	R$ 238,40
						R$ 4.384,04

ESSENCIA SAUDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES CNPJ: 19.336.532/0001-22
Endereço: Rua Caboclinho do Brejo, nº 16 – Jardim Interlagos CEP: 86.710-135 - Arapongas – PR
Sócio Administrativo: Nereide Rodrigues de Andrade **CPF:** 878.xxx.xxx-91
Valor Total da Ata: R$ 7.631,50 (Sete mil, seiscentos e trinta e um reais e cinquenta centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
167	Unid	2000	SORO FISIOLÓGICO 100ML (SISTEMA FECHADO) UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	Farmarin	R$ 3,10	R$ 6.200,00
179	Unid	50	FIO DE SUTURA, MATERIAL:NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO:4-0, COR:PRETO, COMPRIMENTO:45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:3/8 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA:3,0 CM, ESTERILIDADE:ESTÉRIL UNIDADE DE FORNECIMENTO: CAIXA COM 24 UM	Medix Brasil	R$ 28,63	R$ 1.431,50
						R$ 7.631,50

GET MED COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 41.836.567/0001-80
Endereço: Avenida José Tussi, nº 128, bairro Centro - Barão de Cotegipe/RS - CEP 99740-000
Sócio Administrador: Guilherme Berria **CPF:** 028.xxx.xxx-52
Valor Total da Ata: R$ 3.135,00 (Três mil, cento e trinta e cinco reais)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
174	Unid	1500	AVENTAL DESCARTÁVEL USO HOSPITALAR, - AVENTAL MANGA LONGA, PUNHO COM ELÁSTICO, CONFECCIONADO EM TNT, 100% POLIPROPILENO, ABERTO ATRÁS, COM TIRAS LATERAIS, BRANCO, TAMANHO ÚNICO, GRAMATURA NÃO INFERIOR A 30G/M2. APRESENTAR REGISTRO/NOTIFICAÇÃO DO PR	Anadona	R$ 2,09	R$ 3.135,00
						R$ 3.135,00

GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA CNPJ: 46.884.097/0001-43
Endereço: Av Maripá, Nº 5457, Centro - Toledo/PR
Sócio Administrador: Cezar Fioravanti Schacht Junior **CPF:** 048.xxx.xxx-22
Valor Total da Ata: R$ 8.961,30 (Oito mil, novecentos e sessenta e um reais e trinta centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total

13	Unid	10	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO CONTRA ÂNGULO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO ESFÉRICA, TIPO CORTE REGULAR, TIPO HASTE REGULAR, REFERÊNCIA REF 2	Kavo	R$ 5,73	R$ 57,30
14	Unid	30	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO CONTRA ÂNGULO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO ESFÉRICA, TIPO CORTE REGULAR, TIPO HASTE REGULAR, REFERÊNCIA REF 4	Kavo	R$ 5,73	R$ 171,90
15	Unid	30	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO CONTRA ÂNGULO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO ESFÉRICA, TIPO CORTE REGULAR, TIPO HASTE REGULAR, REFERÊNCIA REF 6	Kavo	R$ 5,73	R$ 171,90
16	Unid	30	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO CONTRA ÂNGULO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO ESFÉRICA, TIPO CORTE REGULAR, TIPO HASTE REGULAR, REFERÊNCIA REF 8	Kavo	R$ 5,94	R$ 178,20
54	Unid	2	PORTA MATRIZ ODONTOLÓGICO, MATERIAL AÇO INOXIDÁVEL, TIPO TOFFLEMIRE	Cooperflex	R$ 18,75	R$ 37,50
59	Unid	30	PAPEL CARBONO CONTACTO PARA ARTICULACAO, DUPLA FACE: PERMITE REGISTROS SIMULTANEOS DAS ARCADAS SUPERIOR E INFERIOR DUPLA COR AZUL E VERMELHO, PERMITE DUPLA CHECAGEM DA OCLUSAO RECOBERTO POR FINA CAMADA DE PARAFINA: RESISTENTE A TRACAO E A UMIDADE. BLOCO COM 12 FOLHAS.	Pharmainox	R$ 1,92	R$ 57,60
86	PCT	10	FITA MATRIZ POLIESTER 120X10X0,5MM EMBALAGEM COM 50 UNIDADES	Preven	R$ 1,23	R$ 12,30
88	Unid	4	LIMPADOR DE BROCAS ESCOVA DE AÇO	Pharmainox	R$ 4,81	R$ 19,24
93	Unid	300	CREME DENTAL COM FLUOR INFANTIL COM SABOR C/ 70G	ALG	R$ 2,53	R$ 759,00
94	Unid	1000	CREME DENTAL COM FLUOR C/ 70G	ALG	R$ 1,74	R$ 1.740,00
105	Unid	10	TESOURA CIRURGICA PONTA CURVA 13 CM	Cooperflex	R$ 13,86	R$ 138,60
106	Unid	4	CURETAS MCCALL 13-14	Cooperflex	R$ 7,79	R$ 31,16
107	Unid	4	CURETAS MCCALL 17-18	Cooperflex	R$ 7,79	R$ 31,16
108	Unid	4	CURETAS GRACEY MILLENNIUM CABO GROSSO OCO 5/6	Cooperflex	R$ 18,08	R$ 72,32

109	Unid	4	CURETAS GRACEY MILLENNIUM CABO GROSSO OCO 7/8	Cooperflex	R$ 18,08	R$ 72,32
110	Unid	4	CURETAS GRACEY MILLENNIUM CABO GROSSO OCO 11/12	Cooperflex	R$ 18,08	R$ 72,32
111	Unid	4	CURETAS GRACEY MILLENNIUM CABO GROSSO OCO 13/14	Cooperflex	R$ 18,08	R$ 72,32
112	Unid	4	CURETAS GRACEY MILLENNIUM CABO GROSSO OCO 17/18	Cooperflex	R$ 18,08	R$ 72,32
114	Unid	30	POTE DAPPEN DE PLASTICO AUTOCLAVÁVEL	OGP	R$ 1,78	R$ 53,40
117	Unid	10	ESPATULA PARA RESINA COMPOSTA REVESTIDA DE DIOXIDO DE TITANIO Nº 2	Cooperflex	R$ 26,67	R$ 266,70
177	Unid	10	TESOURA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, COMPRIMENTO: 9 CM, PONTA: CURVA, TIPO: SPENCER. (RETIRADA DE PONTOS) UNIDADE DE FORNECIMENTO: UNIDADE	Cooperflex	R$ 33,99	R$ 339,90
193	Unid	30	SUGADOR ENDODONTICO, UTILIZADO EM TRATAMENTO ENDODONTICO METÁLICO, AUTOCLAVAVEL PARA SUCÇÃO DE SALIVA E OUTROS LÍQUIDOS NA CAVIDADE BUCAL EMBALAGEM CONTENDO 1 UNIDADE	AG AG	R$ 25,86	R$ 775,80
194	Unid	15	ADAPTADOR PARA SUGADOR ODONTOLÓGICO PROJETADO PARA CONECTAR O SUGADOR, PARA MELHOR EFICÁCIA DURANTE PROCEDIMENTOS CLÍNICOS, CONTENDO EMBALAGEM INDIVIDUAL	Preven	R$ 10,13	R$ 151,95
197	Unid	10	DESCOLADOR DE MOLT Nº9 EM AÇO INOX AUTOCLAVAVEL	Cooperflex	R$ 11,20	R$ 112,00
202	Unid	6	LIMA PARA OSSO Nº 11	Cooperflex	R$ 22,57	R$ 135,42
211	Unid	6	KIT MOLDEIRAS DE ALUMÍNIO PERFURADO AG C9	Giachetti	R$ 56,75	R$ 340,50
212	Unid	4	MOLDEIRAS JOGO DE MOLDEIRA PARCIAL COM 4 PEÇAS	Tecnodent	R$ 29,18	R$ 116,72

217	Unid	4	ESPÁTULA DUPLA P/ CERA N 31	Cooperflex	R$ 7,23	R$ 28,92
218	Unid	4	ESPÁTULA DUPLA P/ CERA N 07	Cooperflex	R$ 7,23	R$ 28,92
219	Unid	10	ESPÁTULA DUPLA P/ CERA N 36	Cooperflex	R$ 7,23	R$ 72,30

222	Unid	10	SILICONE DE CONDENSAÇÃO KIT C-1 PERFIL DENSO 1KG, 1 PERFIL FLUIDO 120G, 1 PERFIL CUB 50G (CATALIZADOR), 1 COLHER DOSADORA E MANUAL DE INTRUÇÕES	Yller	R$ 158,11	R$ 1.581,10
228	Unid	8	RESINA ACRILICA AUTOPOLIMERIZÁVEL JET PÓ- CLASSICO 78 G	Imodonto	R$ 25,79	R$ 206,32
231	Unid	10	ESPATULA PLÁSTICA PARA MANIPULAÇÃO DE IONOMERO DE VIDRO	Ortocentral	R$ 2,93	R$ 29,30
258	Unid	10	GESSO ESPECIAL TIPO IV Indicado para a confecção de troquéis e modelos que requerem o máximo de precisão e resistência. Para ligas nobres, cerâmicas puras e para resinas acrílicas. Características/Benefícios: Gesso de baixa expansão; Alta fidelidade na reprodução de detalhes; Modelo mantém integridade durante manuseio; Facilidade na mistura e vazamento do gesso e na verificação da adaptação da peça protética ao troquel.	Yamay	R$ 20,99	R$ 209,90
259	Unid	1	ESCALA DE COR componentes do sistema são logicamente agrupados permitindo maior exatidão na seleção de cor; Serve para resina e porcelana; Designação precisa da cor; Reprodução de cor mais estética; Dentes de cerâmica estratificados à mão; Escala com 16 cores.	Vita	R$ 534,99	R$ 534,99

260	Unid	10	PINO DE MOLDAGEM - PINJET Para preparo intrarradicular; 2. Isolamento do conduto; 3. Reembasamento do LysJet com resina acrílica no preparo intrarradicular; 4. Confecção da parte coronária do núcleo; 5. Remoção e envio para fundição.	Lysanda	R$ 20,97	R$ 209,70
						R$ 8.961,30

HOSP MEDIC SERVICOS LTDA CNPJ: 20.861.961/0001-06
Endereço: Av Marechal Floriano Peixoto, Nº 7532 - Bairro Boqueirão - Curitiba/PR - CEP: 81670-000
Sócio Administrador: Daniel Desiderio **CPF:** 046.xxx.xxx-00
Valor Total da Ata: R$ 6.141,60 (Seis mil, cento e quarenta e um reais e sessenta centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
164	PCT	180	TOUCA SANFONADA COM 100 UNIDADES	Vabene	R$ 5,37	R$ 966,60
182	CX	150	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, TAMANHO: MEDIO. MATERIAL: LÁTEX NATURAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, SUPERFICIE LISA, NÃO ESTERIL, AMBIDESTRA, USO ÚNICO. MODELO: FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇAO, CONTENDO 100 UNID	M2life	R$ 17,25	R$ 2.587,50
183	CX	150	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, TAMANHO: GRANDE. MATERIAL: LÁTEX NATURAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, SUPERFICIE LISA, NÃO ESTERIL, AMBIDESTRA, USO ÚNICO. MODELO: FORMATO ANATÔMICO, FINALIDADE RESISTENTE À TRAÇAO, CONTENDO 100 UNID.	M2life	R$ 17,25	R$ 2.587,50
						R$ 6.141,60

ICARAI DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA CNPJ: 17.545.961/0001-84
Endereço: Rua Rondônia nº 3 Portal da estância II Jacutinga/MG CEP:37590-00 **Sócio Administrador:** Luis Augusto Tavolieri Veraldi **CPF:** 063.xxx.xxx-73 **Valor Total da Ata:** R$ 3.460,00 (Três mil, quatrocentos e sessenta reais)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
236	Unid	200	Detergente enzimático para limpeza manual frasco de de 1litro	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 17,30	R$ 3.460,00
						R$ 3.460,00

INVICTO COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE CNPJ: 37.052.250/0001-85
Endereço: Rua General Osorio, nº 37, Sala 02, Centro, CEP: 85935-000 - Assis Chateaubriand/PR
Sócio Administrador: Radamés Jose Fritola **CPF:** 028.xxx.xxx-64
Valor Total da Ata: R$ 15.390,00 (Quinze mil, trezentos e noventa reais)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
163	Unid	1000	COMPRESSAS DE GAZE, MATERIAL: TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO:13 FIOS/CM2, 8 CAMADAS, 5 DOBRAS, LARGURA: 7,50 CM, COMPRIMENTO:7,50 CM. PACOTE CONTEM 500 COMPRESSAS	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 15,39	R$ 15.390,00
						R$ 15.390,00

ODONTOMED T/A LTDA CNPJ: 27.205.945/0001-04
Endereço: Av. Raja Gabaglia, 4859, SL 125, Santa Lúcia, CEP: 30360663 – Belo Horizonte/MG
Sócio Administrador: Tayná Rodrigues Monteiro de Barros **CPF:** 080.xxx.xxx-10
Valor Total da Ata: R$ 559,98 (Quinhentos e cinquenta e nove reais e noventa e oito centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
134	CX	2	FILME RADIOGRÁFICO INFANTIL - EMBALAGEM COM 150 UNIDADES, TAMANHO 22MM X 35MM.	Carestream	R$ 279,99	R$ 559,98
						R$ 559,98

TATA COM. DE EQUIP. PARA SAUDE, ODONTO MEDICO LTDA ME CNPJ: 11.088.993/0001-11
Endereço: Rua Almirante Barroso, nº 78, Bairro São Francisco, Curitiba/PR – CEP 80540-240
Sócio Administrador: José Aker **CPF:** 692.xxx.xxx-00
Valor Total da Ata: R$ 220,00 (Duzentos e vinte reais)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total

199	Unid	1	MACRO MODELO ARCADA DENTARIA COM LÍNGUA: COM ARCADA SUPERIOR E INFERIOR, DENTES FIXOS CONFECCIONADA COM RESINA EMBORRACHADA COM ARTICULADOR PARA DEMONSTRAÇÃO E TREINAMENTO	Condaaf 37% AF do Brasil	R$ 220,00	R$ 220,00
						R$ 220,00

YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES CNPJ: 51.740.794/0001-60
Endereço: Saíra-ouro, 210 – Jardim Universidade – Arapongas/PR
Sócio Administrador: Irene Lopes Salvi **CPF:** 515.xxx.xxx-04
Valor Total da Ata: R$ 9.191,50 (Nove mil, cento e noventa e um reais e cinquenta centavos)

Item	Unid	Quant	Descrição	Marca	Valor Unit	Valor Total
36	Unid	50	DESINFETANTE HOSPITALAR/ SOLUÇAO A BASE DE AMONIA E BIGUANIDA GALAO 5L	Prolink	R$ 51,53	R$ 2.576,50
234	CX	100	LUVA CIRÚRGICA ESTERIL. TAMANHO: 7,0 MATERIAL:LÁTEX NATURAL. APRESENTAÇÃO: LUBRIFICADA C/ PÓ BIOABSORVÍVEL E INERTE, ATÓXICA. FORMATO: ANATÔMICO. TIPO USO: DESCARTÁVEL, EMBALAGEM: CONFORME NORMA ABNT C/ ABERTURA ASSÉPTICA. UNIDADE DE FORNECIMENTO: Caixa com 100 unidades	Medix	R$ 66,15	R$ 6.615,00
						R$ 9.191,50

Iguaraçu, 31 de agosto de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:55FFF8D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA E CIDADANIA
EDITAL DE NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO, PENALIDADE E ADVERTÊNCIA DE 16 A 31 DE AGOSTO DE 2026.

276070 PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 05/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
BDA7H91	116100T002365319	04/06/2026	55250	R$ 130.16

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 08/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AAG0I49	276070T000019029	10/06/2026	56731	R$ 130.16
AAI5J41	276070NIC0004357	26/05/2026	50020	R$ 260.32
ACF8E90	276070T000018388	16/06/2026	55411	R$ 195.23
ACK3074	276070NIC0004352	26/05/2026	50020	R$ 390.46
AEI5J99	276070T000018670	11/06/2026	76332	R$ 293.47
AFH3245	276070T000014224	03/06/2026	51851	R$ 195.23
AHE7691	276070T000018549	12/06/2026	51851	R$ 195.23
AHL7021	276070T000018539	11/06/2026	51851	R$ 195.23
AHO3A06	276070T000018663	10/06/2026	76251	R$ 293.47
AHU1G83	276070T000018540	11/06/2026	51851	R$ 195.23
AIS8I08	276070T000018789	04/06/2026	51851	R$ 195.23
AJG2E14	276070T000019023	06/06/2026	55411	R$ 195.23
AJN2J25	276070T000018956	09/06/2026	54521	R$ 195.23
AJQ3I68	276070T000019028	10/06/2026	51851	R$ 195.23
AKK1B79	276070T000018784	04/06/2026	51851	R$ 195.23
AKQ7B39	276070T000018790	04/06/2026	51851	R$ 195.23
AKR2695	276070T000018378	09/06/2026	55412	R$ 195.23
AKX8H22	276070T000019030	10/06/2026	55417	R$ 195.23
AKZ2I62	276070T000018656	04/06/2026	51930	R$ 293.47
ALJ8E26	276070T000019025	09/06/2026	51851	R$ 195.23
ALM1886	276070T000018526	09/06/2026	55920	R$ 130.16
ALN1I59	276070T000019022	06/06/2026	55411	R$ 195.23
ALZ7J68	276070T000014225	04/06/2026	52070	R$ 88.38
AML0G55	276070T000018780	04/06/2026	60501	R$ 293.47
AMM8455	276070T000018800	08/06/2026	76251	R$ 293.47
ANK3I08	276070T000018787	04/06/2026	51851	R$ 195.23
ANO4F82	276070T000019153	13/06/2026	76332	R$ 293.47
ANX2646	276070T000018778	04/06/2026	60501	R$ 293.47
AOF6212	276070T000017835	03/03/2026	51851	R$ 195.23
AOL1F43	276070T000019113	15/06/2026	51851	R$ 195.23
AOX6H27	276070T000019151	13/06/2026	51930	R$ 293.47
AOZ2D98	276070T000018381	11/06/2026	57463	R$ 130.16
APL7847	276070T000018781	04/06/2026	60501	R$ 293.47
APZ4C47	276070T000018542	12/06/2026	51851	R$ 195.23
AQW2509	276070T000019109	13/06/2026	51851	R$ 195.23
ARF4B86	276070T000016856	03/06/2026	52070	R$ 88.38
ARN3412	276070T000018547	12/06/2026	56731	R$ 130.16
ART4I74	276070T000018776	04/06/2026	60501	R$ 293.47
ASF7G42	276070T000018669	11/06/2026	76331	R$ 293.47

ASV8J81	276070T000018676	13/06/2026	76331	R$ 293.47
ATD5H90	276070T000018679	15/06/2026	55920	R$ 130.16
ATJ0244	276070T000018675	12/06/2026	60501	R$ 293.47
ATJ6B11	276070T000018548	12/06/2026	56731	R$ 130.16
ATL3B97	276070T000018532	10/06/2026	51851	R$ 195.23
AUG1D76	276070T000019112	15/06/2026	51851	R$ 195.23
AUI2499	276070NIC0004360	26/05/2026	50020	R$ 390.46
AUI8F73	276070NIC0004359	26/05/2026	50020	R$ 390.46
AUK6J77	276070T000018375	05/06/2026	55411	R$ 195.23
AUU4G65	276070T000018795	04/06/2026	73232	R$ 130.16
AUY7C40	276070T000019114	15/06/2026	51851	R$ 195.23
AVB9A56	276070T000019107	13/06/2026	51851	R$ 195.23
AVG1I15	276070T000018530	10/06/2026	55920	R$ 130.16
AVP7E46	276070T000019042	12/06/2026	55411	R$ 195.23
AVR8H98	276070T000018660	04/06/2026	60501	R$ 293.47
AVX7554	276070T000019105	13/06/2026	51851	R$ 195.23
AVY5992	276070T000018657	04/06/2026	60501	R$ 293.47
AVY9E81	276070T000018788	04/06/2026	51851	R$ 195.23
AVZ0E36	276070T000018377	08/06/2026	59670	R$ 1467.35
AVZ3F69	276070NIC0004367	26/05/2026	50020	R$ 586.94
AWA4G38	276070T000018666	10/06/2026	76331	R$ 293.47
AWG2E81	276070T000019039	12/06/2026	51852	R$ 195.23
AWJ5827	276070T000018541	11/06/2026	76331	R$ 293.47
AWN1D01	276070T000016858	08/06/2026	76331	R$ 293.47
AWT9E10	276070T000018783	04/06/2026	60501	R$ 293.47
AWX5G07	276070T000018662	06/06/2026	51930	R$ 293.47
AWY4G62	276070T000019106	13/06/2026	51851	R$ 195.23
AXK6A36	276070T000019026	09/06/2026	51851	R$ 195.23
AXK9D60	276070T000019020	06/06/2026	51930	R$ 293.47
AXV1H10	276070T000018779	04/06/2026	60501	R$ 293.47
AYF4E24	276070T000019101	13/06/2026	51851	R$ 195.23
AYK5E49	276070T000019036	10/06/2026	58433	R$ 195.23
AYK5E49	276070T000019035	10/06/2026	76251	R$ 293.47
AYZ7905	276070T000018527	09/06/2026	55920	R$ 130.16
AZA3811	276070NIC0004369	26/05/2026	50020	R$ 390.46
AZA3811	276070T000018673	11/06/2026	54522	R$ 195.23
AZC8218	276070NIC0004356	26/05/2026	50020	R$ 260.32
AZC9D90	276070T000019152	13/06/2026	76331	R$ 293.47
AZE2C39	276070NIC0004363	26/05/2026	50020	R$ 586.94
AZE5D79	276070T000018678	13/06/2026	76331	R$ 293.47
AZL4C90	276070T000018774	04/06/2026	60501	R$ 293.47
AZR2H01	276070T000019021	06/06/2026	51851	R$ 195.23
AZV0I66	276070T000018537	10/06/2026	60502	R$ 293.47
AZV5053	276070T000019047	13/06/2026	51852	R$ 195.23
BAG8673	276070T000018661	06/06/2026	76331	R$ 293.47
BAI2H65	276070T000018529	09/06/2026	51851	R$ 195.23
BAI7A88	276070T000018652	04/06/2026	60501	R$ 293.47
BAN0H20	276070T000018000	04/06/2026	60501	R$ 293.47
BAS3F90	276070T000014223	03/06/2026	51852	R$ 195.23
BAT7D89	276070T000018771	04/06/2026	60501	R$ 293.47
BAT9B29	276070T000019037	10/06/2026	55411	R$ 195.23
BAY3901	276070T000018533	10/06/2026	51851	R$ 195.23
BAY3901	276070T000018534	10/06/2026	55920	R$ 130.16
BBG9649	276070T000018677	13/06/2026	55920	R$ 130.16
BBH5893	276070T000016855	03/06/2026	65300	R$ 195.23
BBI1289	276070NIC0004351	26/05/2026	50020	R$ 260.32
BBL0E88	276070T000018658	04/06/2026	60501	R$ 293.47
BBM2D93	276070T000019154	13/06/2026	76331	R$ 293.47
BBQ6F91	276070T000018667	11/06/2026	76251	R$ 293.47
BBY3324	276070NIC0004371	26/05/2026	50020	R$ 390.46
BCA8969	276070T000018546	12/06/2026	55920	R$ 130.16
BCB5799	276070T000018528	09/06/2026	51852	R$ 195.23
BCP0561	276070T000018954	12/06/2026	76332	R$ 293.47
BCP9J20	276070T000018799	04/06/2026	61220	R$ 293.47
BCP9J20	276070T000018769	04/06/2026	60501	R$ 293.47
BCR4J83	276070T000018664	10/06/2026	76331	R$ 293.47
BCZ5G08	276070T000019033	10/06/2026	76252	R$ 293.47
BDC0809	276070T000019043	12/06/2026	51851	R$ 195.23
BDO2J16	276070T000018785	04/06/2026	51851	R$ 195.23
BDQ8D80	276070NIC0004370	26/05/2026	50020	R$ 586.94
BDQ8F37	276070T000018777	04/06/2026	60501	R$ 293.47
BDV6E20	276070T000018770	04/06/2026	60501	R$ 293.47
BEF5A94	276070T000018379	11/06/2026	70301	R$ 293.47
BEJ4J37	276070T000019027	09/06/2026	76331	R$ 293.47
BEJ9A54	276070T000018775	04/06/2026	60501	R$ 293.47
BEL6H89	276070T000018545	12/06/2026	51851	R$ 195.23
BEM2656	276070T000019102	13/06/2026	51851	R$ 195.23
BEN3G09	276070T000014227	09/06/2026	51851	R$ 195.23
BEV3I51	276070T000019024	06/06/2026	76332	R$ 293.47
BRN1C11	276070T000018531	10/06/2026	76331	R$ 293.47
BTE7384	276070T000018665	10/06/2026	76251	R$ 293.47
CEC2G44	276070T000018524	08/06/2026	51851	R$ 195.23
CNW8350	276070T000019110	15/06/2026	51851	R$ 195.23
CXJ7F64	276070T000019103	13/06/2026	51851	R$ 195.23
DHG9F96	276070T000019018	06/06/2026	51851	R$ 195.23
FIR8000	276070T000017029	04/06/2026	51930	R$ 293.47
GJD2J46	116100T003833003	06/06/2026	54600	R$ 130.16
GVE8J31	276070T000018544	12/06/2026	51852	R$ 195.23
HHX4B88	276070T000018955	12/06/2026	51851	R$ 195.23

HNU6360	276070T000018951	09/06/2026	58194	R$ 880.41
IGM8I71	276070T000019040	12/06/2026	51851	R$ 195.23
IMZ5D69	276070T000018535	10/06/2026	51851	R$ 195.23
ITR4I90	276070T000018314	25/03/2026	76331	R$ 293.47
IUF5H57	276070T000019038	12/06/2026	51851	R$ 195.23
LXY2126	276070T000019019	06/06/2026	51851	R$ 195.23
LZN7J42	276070T000018543	12/06/2026	51851	R$ 195.23
MAU5J21	276070T000017658	26/02/2026	60412	R$ 195.23
MBE6I67	276070T000016857	04/06/2026	60501	R$ 293.47
MCL8B04	276070T000019046	13/06/2026	61220	R$ 293.47
MEF5956	276070T000019104	13/06/2026	51851	R$ 195.23
MFR3C63	276070T000018008	06/03/2026	51851	R$ 195.23
MGZ8G17	276070T000019044	12/06/2026	51851	R$ 195.23
MHM9A47	276070T000018659	04/06/2026	60501	R$ 293.47
MIS2626	276070T000018385	16/06/2026	76251	R$ 293.47
MJE3I89	116100T002361612	07/06/2026	55250	R$ 130.16
MJE3I89	116100T002361613	07/06/2026	54523	R$ 195.23
MKA5432	276070NIC0004353	26/05/2026	50020	R$ 260.32
MLG1H43	276070T000018523	04/06/2026	57380	R$ 293.47
NET4G78	276070T000018772	04/06/2026	60501	R$ 293.47
OXK7H83	276070T000018550	13/06/2026	51851	R$ 195.23
PSK5G73	276070T000018380	11/06/2026	73232	R$ 130.16
PUL5417	276070NIC0004358	26/05/2026	50020	R$ 260.32
PXP5B96	276070T000018791	04/06/2026	51852	R$ 195.23
QHM0I10	276070T000018672	12/06/2026	76331	R$ 293.47
QHM4G54	276070T000018651	04/06/2026	60501	R$ 293.47
QHY0A13	276070NIC0004368	26/05/2026	50020	R$ 586.94
QUL7A86	276070T000018786	04/06/2026	51851	R$ 195.23
RDW3E37	276070T000019048	13/06/2026	76331	R$ 293.47
RHM6J77	276070T000018952	12/06/2026	56731	R$ 130.16
RHY7C14	276070T000018382	12/06/2026	54870	R$ 195.23
RHZ6A16	276070T000018536	10/06/2026	57200	R$ 195.23
RMX2H34	276070T000017510	02/03/2026	58431	R$ 195.23
SDY3J22	276070T000018376	05/06/2026	70561	R$ 293.47
SEK4D68	276070T000018387	16/06/2026	55412	R$ 195.23
SER7G08	276070T000019031	10/06/2026	76251	R$ 293.47
SET2C73	276070T000015106	24/02/2026	68231	R$ 195.23
SEU9I69	276070T000018773	04/06/2026	60501	R$ 293.47
SEZ5A55	276070NIC0004362	26/05/2026	50020	R$ 390.46
SFL4E72	276070NIC0004354	26/05/2026	50020	R$ 260.32
TAN8J43	276070T000019111	15/06/2026	51851	R$ 195.23
TAQ3B05	276070T000019045	13/06/2026	51851	R$ 195.23
TAQ6H75	276070T000018653	04/06/2026	60501	R$ 293.47
TAT1B09	276070T000019049	13/06/2026	51930	R$ 293.47
TAX6D61	276070NIC0004355	26/05/2026	50020	R$ 260.32
TBA2F68	276070NIC0004350	26/05/2026	50020	R$ 260.32
TBA8G78	276070T000018957	09/06/2026	57380	R$ 293.47
TBL5G46	276070T000018797	04/06/2026	76331	R$ 293.47
TBP3J10	276070T000019032	10/06/2026	76251	R$ 293.47
TEG7E33	276070NIC0004361	26/05/2026	50020	R$ 586.94
TET9D39	276070NIC0004365	26/05/2026	50020	R$ 586.94
TPJ1C00	276070T000018674	12/06/2026	54100	R$ 130.16
TZA9D43	276070NIC0004349	26/05/2026	50020	R$ 176.76
UAS3D18	116100T003833001	05/06/2026	55250	R$ 130.16
UAU2B21	276070T000018798	04/06/2026	51930	R$ 293.47
UAV1A02	276070T000018655	04/06/2026	60501	R$ 293.47
UBB9D94	276070NIC0004364	26/05/2026	50020	R$ 390.46

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 08/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
ASK6A79	276070T000018538	11/06/2026	55920	7054786495
ATM0H34	276070T000014229	09/06/2026	52070	
AWF0I40	276070T000018796	04/06/2026	73232	
AYX2135	276070T000018794	04/06/2026	54600	
BBC2011	276070T000019041	12/06/2026	55920	
BCO2634	276070T000018525	08/06/2026	56731	
FRK7J06	276070T000014226	04/06/2026	73662	
HSG7E22	276070T000018793	05/06/2026	73232	
MLV8C54	276070T000019034	10/06/2026	55920	
PSN6C67	276070T000014228	09/06/2026	52070	
PXG6B40	276070T000018383	16/06/2026	55920	
QAG7D79	276070T000018668	11/06/2026	55920	
SDY1I41	276070T000018792	04/06/2026	73232	2654491879

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 08/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
ABJ3I17	276070T000019673	10/08/2026	55680
ACN0A52	276070T000019671	10/08/2026	55090
AFK0A85	276070T000019551	14/08/2026	51851
AIC1A39	276070T000019499	14/08/2026	51851

AIH1B26	276070T000019489	14/08/2026	51851
AKA5308	276070T000019528	10/08/2026	51851
ALI7496	276070T000019569	14/08/2026	76332
AMC7896	276070T000017033	18/08/2026	76331
AMM3B07	276070T000019492	14/08/2026	51851
AMP7D26	276070T000019526	10/08/2026	51851
AMZ5F78	276070T000019487	13/08/2026	51851
AND0F24	276070T000019553	14/08/2026	51851
ANL5F92	276070T000019557	14/08/2026	51851
AOI2E85	276070T000014233	15/08/2026	51851
AOU7D19	276070T000019483	12/08/2026	51851
APH5I89	276070T000019490	14/08/2026	51851
AQU7I81	276070T000019676	11/08/2026	55680
ASE8E25	276070T000019495	14/08/2026	51851
ASK0709	276070T000019482	12/08/2026	51851
ASO6837	276070T000019480	12/08/2026	51851
ASX5479	276070T000019529	10/08/2026	51852
ATD4B67	276070T000019564	14/08/2026	51851
AVM6568	276070T000019678	14/08/2026	55411
AVT8721	276070T000019567	14/08/2026	51851
AVV2G99	276070T000019484	12/08/2026	51851
AVY9J19	276070T000019555	14/08/2026	51851
AWD6I02	276070T000016874	12/08/2026	76252
AWI3437	276070T000019481	12/08/2026	51851
AWN4130	276070T000019562	14/08/2026	51851
AYH7632	276070T000019558	14/08/2026	51851
AYW9158	276070T000014234	15/08/2026	73662
AYX2A76	276070T000019527	10/08/2026	51851
AZM8I04	276070T000014462	13/08/2026	73662
BAD8A25	276070T000019672	10/08/2026	55090
BAE1E96	276070T000019531	11/08/2026	51851
BAK9J49	276070T000019677	14/08/2026	55414
BCB9F07	276070T000019675	11/08/2026	57380
BCD7F54	276070T000019497	14/08/2026	51851
BCK2H62	276070T000019561	14/08/2026	51851
BCM4H48	276070T000019563	14/08/2026	51851
BDT2B09	276070T000019560	14/08/2026	51851
BEL7180	276070T000019559	14/08/2026	51851
BEU7I79	276070T000019670	10/08/2026	65640
CRQ4A70	276070T000014463	13/08/2026	76331
CZH1J04	276070T000019565	14/08/2026	51851
EGM8003	276070T000014232	15/08/2026	51930
FKR6I11	276070T000019491	14/08/2026	51851
IOX1984	276070T000017609	12/08/2026	73662
IPM0E89	276070T000019530	11/08/2026	55920
MGY3G77	276070T000019554	14/08/2026	76332
MHZ4426	276070T000019488	14/08/2026	51851
MJJ2G54	276070T000019498	14/08/2026	76331
MKI8D72	276070T000016875	12/08/2026	76251
MLE4A99	276070T000019566	14/08/2026	51851
NGV1940	276070T000019500	14/08/2026	51851
NOJ1H13	276070T000019552	14/08/2026	51851
NPL8A61	276070T000019485	12/08/2026	51851
OQQ6E08	276070T000019568	14/08/2026	51851
ORG0H02	276070T000019556	14/08/2026	76332
PHU3950	276070T000019674	10/08/2026	55414
PKD5F16	276070T000019494	14/08/2026	51851
PXX2F43	276070T000019496	14/08/2026	51851
QQD0F87	276070T000019493	14/08/2026	51851
SEH9H08	276070T000016876	14/08/2026	60501
TPO4F05	276070T000016877	14/08/2026	76331
UBT2F40	276070T000019486	13/08/2026	51851

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 09/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AKU8B49	276070T000019162	16/06/2026	51851	R$ 195.23
AMQ6B55	276070T000019161	16/06/2026	51930	R$ 293.47
AOI7A71	276070T000018393	16/06/2026	76252	R$ 293.47
AQW5C94	276070T000018390	16/06/2026	55412	R$ 195.23
ARK7I78	276070T000019163	16/06/2026	54522	R$ 195.23
AUQ4J65	276070T000018389	16/06/2026	55412	R$ 195.23
AXP2H65	276070T000019160	16/06/2026	51851	R$ 195.23
AZI1G22	276070T000019156	16/06/2026	51851	R$ 195.23
LNX9707	276070T000019158	16/06/2026	51851	R$ 195.23
LZG2A68	276070T000019155	16/06/2026	51851	R$ 195.23
MGJ1H22	276070T000019159	16/06/2026	55920	R$ 130.16
RFT1C27	276070T000018391	16/06/2026	55414	R$ 195.23

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 09/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração

ANA9G02	276070T000019679	14/08/2026	55412
PVN0J96	116100T003820415	13/08/2026	54521

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 13/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AUS1H47	276070T000019108	13/06/2026	76331	R$ 293.47

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 13/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AGV1D37	276070T000019218	21/08/2026	76331
AMX6409	276070T000014307	22/08/2026	54521
ANT4C62	116100T003444113	16/08/2026	54522
APH7E80	276070T000014235	20/08/2026	73662
AQC6F07	276070T000019215	21/08/2026	60841
AQJ1C93	276070T000019688	24/08/2026	51930
AQJ1C93	276070T000019689	24/08/2026	51852
AQX4D63	276070T000019577	21/08/2026	51851
ARZ2261	276070T000019576	21/08/2026	76331
AZI1D75	276070T000019684	20/08/2026	76332
BAQ8382	276070T000019570	19/08/2026	76251
BBW9G06	276070T000019686	21/08/2026	57380
BBW9G06	276070T000019685	21/08/2026	60412
BCC2D72	276070T000019217	21/08/2026	76331
BCD3338	276070T000019682	20/08/2026	57463
BCH9I95	276070T000019680	20/08/2026	57463
BCI9H10	276070T000019571	19/08/2026	76252
BCQ0896	276070T000019574	20/08/2026	76331
BCZ1D39	276070T000019216	21/08/2026	59591
BEX8I45	276070T000019575	21/08/2026	76331
CHB4313	276070T000019683	20/08/2026	60501
FAX4D32	276070T000019572	20/08/2026	76331
LYN8A32	276070T000014465	21/08/2026	67261
MBR1A24	276070T000016878	19/08/2026	76331
MHK1E32	276070T000019573	20/08/2026	76332
QHG4C74	276070T000017035	23/08/2026	54523
TAW9I59	276070T000019681	20/08/2026	57463
TBA5G89	276070T000019687	21/08/2026	55250
TBX2A76	276070T000017034	23/08/2026	70301
UCJ6D76	276070T000000134	20/08/2026	55411

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 13/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
AEV6A33	116100T003639917	11/06/2026	54521	R$ 195.23
BDC1B20	276070T000016940	02/02/2026	55417	R$ 195.23

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à IRATRAN até 13/10/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração
AAG0I49	276070NIC0004445	04/08/2026	50020
AOZ2D98	276070NIC0004430	04/08/2026	50020
ATL3B97	276070NIC0004433	04/08/2026	50020
AZA3811	276070NIC0004440	04/08/2026	50020
AZV5053	276070NIC0004446	04/08/2026	50020
BAY3901	276070NIC0004437	04/08/2026	50020
BAY3901	276070NIC0004436	04/08/2026	50020
BCB5799	276070NIC0004432	04/08/2026	50020
BCP0561	276070NIC0004429	04/08/2026	50020
BEF5A94	276070NIC0004431	04/08/2026	50020
OXK7H83	276070NIC0004438	04/08/2026	50020
PXP5B96	276070NIC0004441	04/08/2026	50020
RHY7C14	276070NIC0004435	04/08/2026	50020
SER7G08	276070NIC0004444	04/08/2026	50020
TAN8J43	276070NIC0004447	04/08/2026	50020
TBA8G78	276070NIC0004442	04/08/2026	50020
TBL5G46	276070NIC0004434	04/08/2026	50020
TBP3J10	276070NIC0004443	04/08/2026	50020
TPJ1C00	276070NIC0004428	04/08/2026	50020
UAS3D18	276070NIC0004427	04/08/2026	50020
UAV1A02	276070NIC0004439	04/08/2026	50020

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 15/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Valor Infração
ABL0195	116100T003694593	12/06/2026	54522	R$ 195.23
AEL9756	276070T000019121	19/06/2026	51851	R$ 195.23
AFK9D21	276070T000019129	20/06/2026	54522	R$ 195.23
AGY8374	276070T000016863	23/06/2026	76332	R$ 293.47
AGZ1166	276070T000018680	19/06/2026	76252	R$ 293.47
AIR5684	276070T000019127	20/06/2026	60502	R$ 293.47
AIW5700	276070T000018967	17/06/2026	55417	R$ 195.23
AJD7678	276070T000019124	19/06/2026	51851	R$ 195.23
AJM0931	276070T000019135	23/06/2026	51852	R$ 195.23
AJR4E78	276070T000018683	19/06/2026	76331	R$ 293.47
AKF3D12	276070T000019123	19/06/2026	51851	R$ 195.23
AKQ6848	276070T000018808	22/06/2026	55920	R$ 130.16
AKQ6848	276070T000018398	19/06/2026	55920	R$ 130.16
AKY0975	276070T000018826	22/06/2026	55412	R$ 195.23
ALM7H55	276070T000019169	16/06/2026	51851	R$ 195.23
AMC2D01	276070T000019130	23/06/2026	51851	R$ 195.23
AMH2288	276070T000018976	19/06/2026	76331	R$ 293.47
AMU2E05	276070T000019164	16/06/2026	51851	R$ 195.23
ANM6H77	276070T000018814	22/06/2026	55920	R$ 130.16
ANU5I78	276070T000018818	22/06/2026	76251	R$ 293.47
AOU0999	276070T000016861	23/06/2026	51851	R$ 195.23
AQB9H01	276070T000018816	22/06/2026	55920	R$ 130.16
AQI3D99	276070T000018803	19/06/2026	55920	R$ 130.16
AQI3D99	276070T000018804	19/06/2026	72930	R$ 130.16
AQJ1D24	276070T000018961	16/06/2026	76251	R$ 293.47
ARD2269	276070T000018970	17/06/2026	76252	R$ 293.47
ARO3D16	276070T000019168	16/06/2026	51852	R$ 195.23
ARO3E49	276070T000019116	17/06/2026	51851	R$ 195.23
ASI7A80	276070T000018824	22/06/2026	51851	R$ 195.23
ASY2B05	276070T000018399	19/06/2026	55414	R$ 195.23
ATL5C89	276070T000019119	17/06/2026	76331	R$ 293.47
AUA2G98	276070T000018684	20/06/2026	55920	R$ 130.16
AUG5C60	276070T000018823	22/06/2026	54527	R$ 195.23
AUG5C60	276070T000018975	17/06/2026	54527	R$ 195.23
AUH5J73	276070T000018971	17/06/2026	55417	R$ 195.23
AVC2I91	276070T000018817	22/06/2026	55412	R$ 195.23
AVS1F31	276070T000018820	22/06/2026	54600	R$ 130.16
AVZ0J42	276070T000018964	16/06/2026	54521	R$ 195.23
AWB4A62	276070T000018825	22/06/2026	55920	R$ 130.16
AWC7343	276070T000019175	17/06/2026	51851	R$ 195.23
AXX9387	276070T000019122	19/06/2026	51851	R$ 195.23
AYE5427	276070T000018681	19/06/2026	76251	R$ 293.47
AYT8451	276070T000019131	23/06/2026	60502	R$ 293.47
AZH2296	276070T000018807	22/06/2026	55920	R$ 130.16
AZK4H81	276070T000018396	17/06/2026	55411	R$ 195.23
AZN5E33	276070T000018960	16/06/2026	54521	R$ 195.23
AZN5I41	276070T000016859	18/06/2026	51851	R$ 195.23
AZQ4746	276070T000019115	17/06/2026	51851	R$ 195.23
AZR5A51	276070T000016860	23/06/2026	76331	R$ 293.47
AZT3D25	276070T000018963	16/06/2026	54521	R$ 195.23
BAU4J17	276070T000018813	22/06/2026	55920	R$ 130.16
BBB1B71	276070T000019165	16/06/2026	51851	R$ 195.23
BCL6I85	276070T000018822	22/06/2026	55414	R$ 195.23
BCS8I25	276070T000018973	17/06/2026	76251	R$ 293.47
BDC4F74	276070T000018972	17/06/2026	76251	R$ 293.47
BDE9C92	276070T000018962	16/06/2026	55920	R$ 130.16
BDP4B30	276070T000019176	18/06/2026	55411	R$ 195.23
BDT1603	276070T000019173	17/06/2026	51852	R$ 195.23
BDT7B91	276070T000018968	17/06/2026	55411	R$ 195.23
BEO7I11	276070T000019125	20/06/2026	76331	R$ 293.47
BXM8C13	276070T000018400	19/06/2026	54521	R$ 195.23
CMN5A42	276070T000019136	23/06/2026	52741	R$ 2934.70
DXA1352	276070T000019118	17/06/2026	51851	R$ 195.23
EBH1I82	276070T000018969	17/06/2026	55411	R$ 195.23
EFX1B76	276070T000019170	16/06/2026	51852	R$ 195.23
FHM1D02	276070T000019132	23/06/2026	51851	R$ 195.23
FQY8D84	276070T000019133	23/06/2026	51851	R$ 195.23
JBQ1B55	276070T000017110	18/06/2026	57380	R$ 293.47
KDY7B52	276070T000018395	17/06/2026	76252	R$ 293.47
KKX7J70	276070T000018801	19/06/2026	55250	R$ 130.16
KZK8G36	276070T000019134	23/06/2026	76331	R$ 293.47
MDJ2E89	276070T000018965	17/06/2026	55417	R$ 195.23
MDY5B76	276070T000019166	16/06/2026	51851	R$ 195.23
MEP9A56	116100T003694596	12/06/2026	54522	R$ 195.23
MFZ8G63	276070T000018809	22/06/2026	55920	R$ 130.16
MJI6E46	276070T000019172	17/06/2026	56731	R$ 130.16
QJU9F65	276070T000019177	18/06/2026	55417	R$ 195.23
RFC6A43	276070T000018959	16/06/2026	76252	R$ 293.47
RHI3J74	276070T000019174	17/06/2026	51851	R$ 195.23
RHQ8A34	276070T000018805	19/06/2026	54521	R$ 195.23
RHY7G87	276070T000018682	19/06/2026	58194	R$ 880.41
RNL4H63	116100T000860036	12/06/2026	54522	R$ 195.23
RVX1A24	276070T000018827	22/06/2026	54870	R$ 195.23

SDT9D67	116100T003694595	12/06/2026	54521	R$ 195.23
SET5J94	276070T000014231	21/06/2026	52741	R$ 2934.70
SFE2B29	276070T000018819	22/06/2026	76252	R$ 293.47
SFJ4B02	276070T000018397	18/06/2026	61810	R$ 195.23
TAK3E84	276070T000018966	17/06/2026	76331	R$ 293.47
TBD1I13	276070T000018974	17/06/2026	76252	R$ 293.47
TBV9F10	276070T000018958	16/06/2026	76251	R$ 293.47
TCP3B42	276070T000016862	23/06/2026	76332	R$ 293.47
UBE2E42	276070T000019117	17/06/2026	76331	R$ 293.47

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à IRATRAN até 15/10/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data Infração	Código da Infração	Documento de Habilitação
AAK8F73	276070T000018812	22/06/2026	55920	
ATS8G72	276070T000018810	22/06/2026	55920	
AVY2B43	276070T000019179	18/06/2026	55920	
AYT9692	276070T000018802	19/06/2026	55920	
BAV6J29	276070T000019120	19/06/2026	73232	
BCI7I29	276070T000019178	18/06/2026	55920	4624033778
FTD7E01	276070T000018815	22/06/2026	55920	5364228158
JCQ5E82	276070T000018811	22/06/2026	55920	352884707
RFZ1F72	276070T000019128	20/06/2026	56221	
SEY1D53	276070T000014230	19/06/2026	73662	6175007486

Publicado por:
Andrelli Cristina de Andrade
Código Identificador:343DA293

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO RESULTADO DA ANÁLISE ABERTURA DE PRAZO RECURSAL CREDENCIAMENTO 014/2026

EXTRATO DO RESULTADO DA ANÁLISE
ABERTURA DE PRAZO RECURSAL

Procedimento	**CREDENCIAMENTO 014/2026** Credenciamento de pessoas jurídicas para prestação, em caráter suplementar e sob demanda, de serviços de Motorista e Fonoaudiólogo, mediante contratação paralela e não excludente, com distribuição objetiva da demanda e remuneração pelos serviços efetivamente prestados
Processo	**Processo Administrativo nº 0105/2026**
Interessada	**Item motorista: EDVALDO HONORATO DOS ANJOS – CNPJ 66.462.015/0001-80, RUABAHIA, 722, CENTRO, ITAUNA DO SUL-PR, CEP 87.980-104, REPRESENTADA POR EDVALDO HONORATODOS SANTOS; Item Fonoaudióloga: C N CHIAMULERA FONOAUDIOLOGIA LTDA – CNPJ45.276.688/0001-75, RUA CARLOS ANTONIO GERING, 770, CENTRO, NOVA LONDRINA-PR, REPRESENTADA POR CAROLINE NEVES CHIAMULERA**
Resultado	CLASSIFICADAS E HABILITADAS

A Agente de Contratação torna público que, após análise da manifestação, proposta e documentos apresentados, as interessadas acima identificadas foram classificadas e habilitadas por atenderem às condições do edital e do Termo de Referência. Fica aberto o prazo recursal de 3 (três) dias úteis, contado da publicação deste extrato, nos termos do art. 165, I, alíneas “b” e “c”, da Lei Federal nº 14.133/2021 e do item 6 do edital. Eventual recurso deverá ser encaminhado ao e-mail licitacao@itaunadosul.pr.gov.br. A ata integral e os autos permanecem disponíveis aos interessados no sítio oficial do Município.

Itaúna do Sul/PR, 02 de setembro de 2026

BRUNA P. MARTINS ALVES
Agente de Contratação

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:669E9E35

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º. TERMO DE ADITIVO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº. 100/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 016/2025-PMI ADITIVO DE PRAZO – VALOR E REAJUSTE

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ sob nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **J DE BRITO – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº: 32.282.308/0001-63.**
OBJETO: **O presente aditivo tem por objeto a prorrogação de igual prazo, aditivo de valor e reequilíbrio financeiro do Contrato de Fornecimento Nº. 100/2025, firmado com a empresa J DE BRITO – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E CORRELATOS LTDA, que tem como objeto Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de Material médico hospitalar, e de reabilitação de uso da Fisioterapia para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Ivatuba.**

Item a ser aditivado:

LOTE 01: MATERIAIS UTILIZADOS NO SETOR DE FISIOTERAPIA – EXCLUSIVO REGIONAL						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Marca**	**Unitário**	**Total**
1	2	Und	Anel tonificador flexível arco pilates e yoga. Tamanho: 38 cm. Material: metal revestido com eva eva.	ARKTUS	125,44	250,88
2	4	Unid	Bola de propriocepção. Peso aproximado: 45g diâmetro 6,5 cm	ARKTUS	65,09	260,36
3	2	Unid	Bolas suiça de 55 cm desenvolvida em pvc, material antiderrapante, com a capacidade máxima de 250 kg, oferecendo durabilidade e resistência.	ARKTUS	102,98	205,96
4	2	Unid	Bolas suiça de 65 cm desenvolvida em pvc, material antiderrapante, com a capacidade máxima de 250 kg, oferecendo durabilidade e resistência, com sistema anti estouro	ARKTUS	122,07	244,14
5	4	Par	Caneleira 1kg de peso. Fabricadas com nylon de alta qualidade e tiras adesivas reforçadas, garantem uma fixação firme, impedindo que se movam durante o exercício. Características: material: nylon fechamento: tiras colantes reforçadas cor: preto tamanho: comprimento - 15 cm / largura - 50 cm / altura - 1,5 cm contém: 2 unidades de 1kg.	ARKTUS	44,55	178,20
6	4	Par	Caneleira 2kg de peso. Fabricadas com nylon de alta qualidade e tiras adesivas reforçadas, garantem uma fixação firme, impedindo que se movam durante o exercício. Características: material: nylon fechamento: tiras colantes reforçadas cores: preto tamanho: comprimento - 15 cm / largura - 50 cm / altura - 1,5 cm contém: 2 unidades de 2kg.	ARKTUS	61,39	245,56
7	1	Kit	Cone: 10 cones características dos cones: material: polipropileno peso: 60g dimensões: 18cm x 11cm x 11cm cone demarcatório: cor: colorido material: polipropileno medidas: largura: 11 cm; altura: 18 cm.	CONSPORT	210,26	210,26
8	4	Unid	Cunha de posicionamento 50x50x30 em material náutico sintético disponível em 05 cores, possui espuma ortopédica de alta resiliência com densidade 26 proporcionando maior conforto, e também possui densidade adequada para suportar o peso corporal, sem que danifique o equipamento. Dimensão do produto: 50 x 50 x 29 cm (c x l x a) * peso do produto: 1,700 kg * dimensões da embalagem: 51,2 x 50 x 29 cm (c x l x a) * peso da embalagem: 1,900 kg	ARKTUS	320,08	1.280,32
9	1	Kit	Disco proprioceptivo inflável feita com borracha de alta qualidade, essa meia bola é durável e resistente, capaz de suportar o uso diário intensivo. Sua superfície antiderrapante garante sua segurança durante os treinos, permitindo que você se concentre totalmente em seus exercícios sem se preocupar com escorregões ou quedas.	ARKTUS	154,48	154,48
10	5	Kit	Conjunto de elásticos extensore de resistência progressiva de 5 peças que inclui cinco níveis diferentes de treinamento codificado por cores com resistências leve, média e pesada - cada conjunto inclui tiras de tornozelo, alças de mão e uma âncora de porta que facilita o direcionamento a diferentes grupos musculares, incluindo bíceps e tríceps, costas e ombros, peito e pernas ou abdominais duros.	ARKTUS	73,16	365,80
11	40	Par	Eletrodo adesivo 5x5cm, com 4 unidades. Com cabo em silicone extra flexível e densa estrutura de filamentos que conduzem o sinal elétrico até uma espessa película de carbono de alta condutividade, são indicados para eletroestimulação de superfície. Utilizado em tens, fes, corrente interferencial (ifc), russa, aussie e outras.	ARKTUS	32,44	1.297,60
12	5	Kits	Conjunto com 5 faixas elásticas de diferentes níveis de resistência para exercícios de fortalecimento muscular, emagrecimento e alongamento, faixas leves, médias e pesadas para atender exercícios para iniciantes e avançados.	ARKTUS	63,47	317,35
13	40	Litros	Gel clínico condutor incolor 5kg desenvolvido para condução de impulsos elétricos e é fabricado com as melhores matérias-primas para atender às diversas aplicações, como exames médicos e tratamentos estéticos e fisioterápicos.	MULTIGEL	44,08	1.763,20
14	4	Par	Halteres pares de 1kg.	ARKTUS	43,31	173,24
15	4	Par	Halteres pares de 2kg.	ARKTUS	76,60	306,40
16	20	Unid	Kinesio tape disponível em 9 cores composição da fita: 96% algodão/ 4% elastano - adesivo de acrilato eudérmico - poroso, resistente a água - sem látex - elasticidade similar ao músculo e pele - aumenta o processo de cicatrização melhora a circulação linfática e sanguínea - reduz dores neurológicas - disponível em 9 cores: bege, rosa, preto, lilás, verde, amarelo, vermelho, laranja, azul; elasticidade de 140%.	ARKTUS	169,38	3.387,60
17	2	Kit	Liberação miofascial incluem: rolo de espuma: 33 cm x 14 cm; bastão de massagem: 38 cm x 4,5 cm x 4,5 cm; tamanho da faixa de resistência: 30 cm x 5 cm; bola de massagem: diâmetro 6 cm; bolsa de transporte: comprimento 40 x 24 cm, bom produto para exercícios em casa.	ARKTUS	381,76	763,52
18	5	Kits	Mini band elástico feito de látex de alta qualidade, proporcionando um toque suave e elástico. Recursos: disponível em três cores com diferentes níveis de resistência e espessura, leve, 0,6mm, médio, 0,8mm e forte, 1mm. Oferece flexibilidade para uma variedade de exercícios.	ARKTUS	39,95	199,75
19	1	Und	Mini bola de 25 cm de pvc para pilates e yoga 25cm para fins terapêuticos ou reabilitação.	ARKTUS	70,87	70,87
20	2	Unid	Rodas de yoga e pilates desenvolvida em material resistente e durável, pvc e termoplástico elastômero (tpe) . * 32 cm x 11 cm x 32 cm (cxlxa) * peso: 1.22 kg.	ARKTUS	42,02	84,04
21	2	Jogo	Ventosa. Diâmetro interno aproximado: copo número 1: 4,5cm; copo número 2: 3,8cm; copo número 3: 3,5cm; copo número 4: 3,0cm; copo número 5: 2,3cm. Quantidade de copos: copo número 1: 13 unidades; copo número 2: 1 unidade; copo número 3: 1 unidade; copo número 4: 1 unidade; copo número 5: 1 unidade. Itens inclusos - 01 unidades pistola para sucção - 17 unidades do copo de ventosa de acrílico.	ARKTUS	398,36	796,72
					Total	**15.556,25**

LOTE 02: ANTISSÉPTICOS, DESINFETANTES E SUPRIMENTOS DE HIGIENE HOSPITALAR - EXCLUSIVO REGIONAL						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Marca**	**Unitário**	**Total**
1	20	Gl	Ácido peracético, concentrações: 0,2%, 5 litros - forma fisica:solução aquosa. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	RIOQUIMICA	163,18	3.263,60
2	700	Fr	Álcool etílico, tipo:hidratado, teor alcoólico:70%, apresentação:líquido,contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	SUPER VALE	6,56	4.592,00
3	50	Gl	Álcool 70% gl gel 5l. Solubilidade: total em água, cor: incolor, aroma: neutro, uso: antisséptico de mãos, embalagem: frasco com válvula e bico dosador em plástico, peso líquido: 5l.	SUPER VALE	42,14	2.107,00
4	15	Fr	Álcool isopropílico 70%, embalagem de mínimo 1 litro. (endemias)	MAGAZINE MEDICA	43,88	658,20
5	450	Lt	Hipoclorito de sódio, aspecto físico: solução aquosa, concentração: teor 1% de cloro ativo 1000ml.	PROLINK	3,00	1.350,00
6	200	Lt	Indaclear max s, detergente líquido concentrado, 1l. Indicado para lavagem manual ou automática de artigos e instrumentos médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais, além de utensílios em cozinhas, superfícies como pisos, azulejos, mesas e bancadas.	FOURLINE	23,67	4.734,00
7	5	Fr	Formol 37% 1000 ml.	ICARAI	47,806	239,03
8	10	Fr	Gluconato de clorexidina solução degermante 2% 1000 ml.	RIOQUIMICA	24,30	243,00
9	30	Fr	Pvpi degermante 1l - antisséptico, emoliente á base de p.v.p.i. a 10%, com 1% de iodo ativo, ph 7,0, sendo no mínimo de ph 5,3. Tampa com sistema anti vazamento e lacre de inviolabilidade, por lote.	RIOQUIMICA	41,94	1.258,20
10	30	Fr	Pvpi tópico 1l - antisséptico, emoliente á base de p.v.p.i. a 10%, com 1% de iodo ativo, ph 7,0, sendo no mínimo de ph 5,3. Tampa com sistema anti vazamento e lacre de inviolabilidade. Frasco c/1000 ml, contendo dados de identificação, procedência, data fabricação, validade, nome do responsável técnico e reg no ms.	RIOQUIMICA	43,42	1.302,60
11	50	Und	Sabonete líquido cremoso, galao 5 l.	PREMISSE	23,68	1.184,00
12	50	Fr	Gel condutor incolor clínico para ultrassonografia, eletrocardiograma, laser e outros aparelhos, 100g.	CARBOGEL	3,19	159,50
13	20	Fr	Glicerina líquida (glicerol) – frasco 01 litro.	RIOQUIMICA	32,49	649,80
14	12	Fr	Vaselina (parafina) aspecto físico: líquido, apresentação 1000ml, aplicação: proteção de superfícies metálicas, composição: óleo parafínico mineral.	RIOQUIMICA	38,71	464,52
15	15	Gl	Optigerm desinfetante hospitalar, 5 litros. Desinfetante superfícies fixas e artigos não críticos.	OPTGERM	98,35	1.475,25
16	20	Und	Dispenser sabonete liquido com reservatório	NOBRE	25,99	519,80
17	70	Fr	Detergente enzimático, composição: a base de amilase, protease, lipase e carboidrase - frasco 1000 ml.	PROLINK	22,85	1.599,50
					Total	**25.800,00**

LOTE 03: INSUMOS LABORATORIAIS, CONTROLE, COLETA E DRENAGEM - EXCLUSIVO REGIONAL						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Marca**	**Unitário**	**Total**
1	300	Gl	Água destilada, esteril e epirogenica - 5 litros.	SS PLUS	12,60	3.780,00
2	500	Und	Indicador biológico para autoclave para monitorar ciclos de esterilização a vapor. Apresentação: autocontido, ampola com meio de cultura. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	2l	5,34	2.670,00
3	4	Und	Reagente dpd em po para 100 determinacoes de cloro livrer (endemias).	MYLABOR	147,93	591,72
4	30	Pct	Bolsa coletora de urina descartável não estéril bolsa plástica tipo saco, pct c/ 100 und. Confeccionado e polietileno transparente, atóxico, resistente, com capacidade total de 2000ml e graduado a cada 100ml, deve conter alça flexível tipo cordão para manipulação e sustentação do coletor, deve possuir local para identificação dos dados do paciente, data da coleta, quarto e nome do médico. Contendo dados de identificação, nº de lote,	ADVANTIVE	50,95	1.528,50

			data de fabricação e validade.			
5	300	Und	Bolsa coletora de urina, tipo: sistema fechado, características adicionais: câmara pasteur flexível, material: pvc, esterilidade: estéril, descartável, filtro: filtro hidrofóbico/bacteriológico, capacidade: cerca de 2000 ml, válvula: válvula anti- refluxo, pinça: clamp corta fluxo, graduação: graduação de 100 em 100 ml. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	VITALBAG	4,94	1.482,00
6	2	Pct	Dreno penrose n. 2 produto deve vir em embalagem unitária e estéril. C/12	WALTEX	35,39	70,78
7	30	Und	Sonda foley, nº 08 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	ADVANTIVE	6,39	191,70
8	30	Und	Sonda foley, nº 12 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.sonda foley nº. 12.	ADVANTIVE	5,74	172,20
9	30	Und	Sonda foley, nº 14 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.sonda foley nº. 14.	ADVANTIVE	5,79	173,70
10	200	Und	Sonda foley, nº 16 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	ADVANTIVE	5,74	1.148,00
11	80	Und	Sonda foley, nº 18 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	ADVANTIVE	5,73	458,40
12	50	Unid	Sonda foley, nº 20 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	ADVANTIVE	4,78	239,00
13	40	Und	Sonda nasogástrica nº 04,material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	ADVANTIVE	1,76	70,40
14	40	Und	Sonda nasogástrica nº 06,material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	2,05	82,00
15	40	Unid	Sonda nasogástrica nº 08,material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	1,75	70,00
16	40	Und	Sonda nasogástrica nº 10,material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	2,18	87,20
17	40	Unid	Sonda nasogástrica nº 12, material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	2,22	88,80
18	40	Und	Sonda nasogástrica nº 14,material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	2,31	92,40
19	40	Und	Sonda nasogástrica nº 06,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	2,10	84,00
20	40	Und	Sonda nasogástrica nº 08,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	1,96	78,40
21	40	Und	Sonda nasogástrica nº 10,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	1,95	78,00
22	40	Und	Sonda nasogástrica nº 12,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	1,96	78,40
23	40	Und	Sonda nasogástrica nº 14,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	2,30	92,00
24	40	Und	Sonda nasogástrica nº 16,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	2,33	93,20
25	40	Und	Sonda nasogástrica nº 18,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	2,36	94,40
26	40	Und	Sonda nasogástrica nº 20,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	2,67	106,80
27	40	Und	Sonda trato digestivo, oro ou nasogástrica, levine, pvc, nº 10, conector padrão com tampa, ponta distal fechada com orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual.	MEDSONDA	2,04	81,60
28	50	Und	Sonda trato digestivo, oro ou nasogástrica, levine, pvc, nº 14, conector padrão com tampa, ponta distal fechada com orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual.	MEDSONDA	1,96	98,00
29	40	Und	Sonda trato digestivo, oro ou nasogástrica, levine, pvc, nº 16, conector padrão com tampa, ponta distal fechada com orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual.	MEDSONDA	1,85	74,00
30	40	Und	Sonda trato digestivo, oro ou nasogástrica, levine, pvc, nº 18, conector padrão com tampa, ponta distal fechada com orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual.	MEDSONDA	2,40	96,00
31	40	Und	Sonda trato digestivo, oro ou nasogástrica, levine, pvc, nº 20, conector padrão com tampa, ponta distal fechada com orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual.	MEDSONDA	2,80	112,00
32	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 10 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	1,62	64,80
33	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 12 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	1,85	74,00
34	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 14 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	1,61	64,40
35	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 16 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	1,80	72,00
36	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 18 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	1,82	72,80
37	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 20 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	1,86	74,40
38	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 04, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	1,79	179,00
39	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 06, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada	MEDSONDA	1,62	162,00
40	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 08, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	1,83	183,00
41	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 10, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	1,97	197,00
42	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 12, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	1,79	179,00
43	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 14, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes	MEDSONDA	1,81	181,00

			regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.			
44	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 16, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	2,21	221,00
45	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 18, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	1,95	195,00
46	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 20, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	MEDSONDA	2,17	217,00
					Total	**16.300,00**

LOTE 04: DISPOSITIVOS DE VIA AÉREA AVANÇADA, MONITORIZAÇÃO, SUPORTE VENTILATÓRIO E OXIGENOTERAPIA - EXCLUSIVO REGIONAL

Item	Undd	Qtdd	Objeto	Marca	Unitário	Total
1	200	Und	Máscara de oxigênio, tipo: alta concentração, máscara e balão em material pvc, tipo uso: transparente com presilha ajustável, tamanho adulto aplicação: administrar oxigenação em pacientes, tipo conectores: conexão padrão.	ADVANTIVE	19,77	3.954,00
2	50	Und	Máscara de oxigênio, tipo: alta concentração, máscara e balão em material pvc, tipo uso: transparente com presilha ajustável, tamanho infantil aplicação: administrar oxigenação em pacientes, tipo conectores: conexão padrão.	ADVANTIVE	14,19	709,50
3	180	Und	Máscara de venturi, material: plástico transparente, tamanho adulto, características adicionais: jogo com 06 diluidores para fluxo o2, extensor cerca de 2m, com tubo corrugado, com clipe nasal e fixador cefálico ajustável.	ADVANTIVE	16,93	3.047,40
4	50	Und	Máscara de venturi, material: plástico transparente, tamanho infantil, características adicionais: jogo com 06 diluidores para fluxo o2, extensor cerca de 2m, com tubo corrugado, com clipe nasal e fixador cefálico ajustável.	ADVANTIVE	20,17	1.008,50
5	350	Und	Cateter oxigenoterapia, pvc flexível grau médico, tipo óculos, prolongamento silicone contorno arredondado, descartável, estéril, adulto, a prova de deformação e torção, 2,10m, conector universal, embalagem individual, c/ adaptador para tubo de látex	MARKMED	2,71	948,50
6	100	Und	Cateter oxigenoterapia, pvc flexível grau médico, tipo óculos, prolongamento silicone contorno arredondado, descartável, estéril, infantil, a prova de deformação e torção, 2,10m, conector universal, embalagem individual, c/ adaptador para tubo de látex	BIOSANI	2,55	255,00
7	100	Und	Umidificador, saída: p/ oxigênio, tipo frasco: frasco plástico graduado, c/ tampa, volume: cerca de 250ml, esterilidade: esterilizável.	ADVANTIVE	22,24	2.224,00
8	150	Und	Máscara para inalação adulta. Micronebulizador adulto completo c/ prolongamento, em pvc sem ar comprimido - adapta-se a qualquer marca de inalador/nebulizador. Micronebulizador com máscara, em pvc atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, rosca na cor amarelo.	ADVANTIVE	9,17	1.375,50
9	150	Und	Máscara para inalação infantil. Máscara para inalação infantil. Micronebulizador adulto completo c/ prolongamento, em pvc sem ar comprimido - adapta-se a qualquer marca de inalador/nebulizador. Micronebulizador com máscara, em pvc atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, rosca na cor amarelo.	VITAGOLD	9,59	1.438,50
10	300	Uni	Máscara descartável, dobrável, para isolamento, n95 ou pff2/vo, sem válvula de exalação. - máscara respiradora, descartável, para isolamento, com certificação n95 ou pff2/vo, sem válvula, selada eletronicamente, tamanho único, dobrável, para uso em isolamento.	SUPER SAFETY	1,69	507,00
11	1	Und	Máscara laríngea- tamanho 2 tubo supraglótico, tipo:máscara laríngea, material :silicone, vias:via p/ acesso gástrico, tamanho :nº 2, componente 1:c/ linha de referência, conector:c/ conector padrão, esterilidade :reutilizável	VITAGOLD	56,79	56,79
12	1	Und	Máscara laríngea- tamanho 2,5 tubo supraglótico, tipo:máscara laríngea, material :silicone, vias:via p/ acesso gástrico, tamanho :nº 2, componente 1:c/ linha de referência, conector:c/ conector padrão, esterilidade :reutilizável.	VITAGOLD	38,23	38,23
13	1	Und	Máscara laríngea- tamanho 3 tubo supraglótico, tipo:máscara laríngea, material :silicone, vias:via p/ acesso gástrico, tamanho :nº 2, componente 1:c/ linha de referência, conector:c/ conector padrão, esterilidade :reutilizável.	VITAGOLD	49,67	49,67
14	1	Und	Máscara laríngea- tamanho 4 tubo supraglótico, tipo:máscara laríngea, material :silicone, vias:via p/ acesso gástrico, tamanho :nº 2, componente 1:c/ linha de referência, conector:c/ conector padrão, esterilidade :reutilizável.	VITAGOLD	55,86	55,86
15	1	Und	Máscara laríngea- tamanho 5 tubo supraglótico, tipo:máscara laríngea, material :silicone, vias:via p/ acesso gástrico, tamanho :nº 2, componente 1:c/ linha de referência, conector:c/ conector padrão, esterilidade :reutilizável	VITAGOLD	49,30	49,30
16	10	Unid	Tubo endotraqueal nº 2 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 2,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	9,90	99,00
17	10	Unid	Tubo endotraqueal nº 2,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 2,5, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	9,74	97,40
18	10	Unid	Tubo endotraqueal nº 3,0 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 3,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	10,00	100,00
19	10	Und	Tubo endotraqueal nº 3,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 3,5 tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	8,47	84,70
20	10	Und	Tubo endotraqueal nº 4,0 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 4,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	8,62	86,20
21	10	Und	Tubo endotraqueal nº 5,0 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 5,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	9,15	91,50
22	20	Und	Tubo endotraqueal nº 5,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 5,5, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	8,02	160,40
23	20	Und	Tubo endotraqueal nº 6,0 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 6,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	8,61	172,20
24	20	Und	Tubo endotraqueal nº 6,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 6,5, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	8,78	175,60
25	20	Und	Tubo endotraqueal nº 7,0 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 7,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	8,22	164,40
26	45	Und	Tubo endotraqueal nº 7,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 7,5, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	9,44	424,80
27	45	Und	Tubo endotraqueal nº 8 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 8,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	9,95	447,75
28	25	Und	Tubo endotraqueal nº 8,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 8,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	8,76	219,00
29	15	Und	Tubo endotraqueal nº 9 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 8,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	9,70	145,50
30	15	Und	Tubo endotraqueal nº 9,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 8,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	VITAGOLD	10,38	155,70
31	40	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 06 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo,	MEDSONDA	3,89	155,60

			válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.			
32	40	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 08 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	3,44	137,60
33	40	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 10 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	3,91	156,40
34	50	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 12 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	3,90	195,00
35	80	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 14 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	3,94	315,20
36	100	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 16 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	7,41	741,00
37	80	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 18 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	MEDSONDA	6,08	486,40
38	10	Und	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero, tamanho nº 0. 45,0mm, esterelidade :estéril, embalagem individual: embalagem individual	ADVANTIVE	3,44	34,40
39	10	Und	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero, tamanho nº 1. 55 mm, esterelidade: estéril, embalagem individual: embalagem individual.	ADVANTIVE	4,03	40,30
40	10	Und	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero, tamanho nº 2. 65 mm, esterelidade: estéril, embalagem individual: embalagem individual	ADVANTIVE	3,31	33,10
41	10	Und	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero, tamanho nº 3. 70 mm, esterelidade: estéril, embalagem individual: embalagem individual.	ADVANTIVE	3,51	35,10
42	10	Und	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero: tamanho nº 4. 100mm, esterelidade: estéril, embalagem individual: embalagem individual.	ADVANTIVE	4,02	40,20
43	10	Unid	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero, tamanho nº 5. 110,0 mm, esterelidade: estéril, embalagem individual: embalagem individual	ADVANTIVE	4,20	42,00
44	10	Und	Filtro umidificador e trocador de calor, bacteriano viral com traqueia corrugada 15/22, extensível de 15cm, filtragem bidirecional, idrofóbico/higroscópio/eletrostático, capnógrafo luer lock, volume 200-1500ml, saída de umidade 31mg/l, eficiência de filtração 99,99%, resistência 200pa.	YOUMIDITY	45,03	450,30
45	500	Uni	Eletrodo descartável p/ monitorização cardíaca, infantil, com pino de aço inox, contrapino de prata, adesivo hipoalergênico, capa protetora do adesivo, gel condutor, não estéril.	MEDIX	0,40	200,00
46	1000	Uni	Eletrodo descartável p/ monitorização cardíaca, adulto, com pino de aço inox, contrapino de prata, adesivo hipoalergênico, capa protetora do adesivo, gel condutor, não estéril.	MEDIX	0,43	430,00
					Total	**21.834,50**

LOTE 05: EMERGENCIA E REANIMAÇÃO / RESGATE E IMOBILIZAÇÃO - EXCLUSIVO REGIONAL						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Marca**	**Unitário**	**Total**
1	6	Unid	Reanimador ambu adulto, material: silicone, tipo: manual, capacidade: cerca de 1.600ml, características adicionais: máscara tipo concha, rígida e translúcida, componentes: válvula de não reinalação, esterilidade: esterilizável	ADVANTIVE	115,29	691,74
2	3	Unid	Reanimador ambu pediatrico, material: silicone, tipo: manual, capacidade: cerca de 500 ml, características adicionais: máscara tipo concha, rígida e translúcida, componentes: válvula de não reinalação, esterilidade: esterilizável.	ADVANTIVE	94,76	284,28
3	3	Unid	Reanimador ambu neonatal, material: silicone, tipo: manual, capacidade: cerca de 250 ml, características adicionais: máscara tipo concha, rígida e translúcida, componentes: válvula de não reinalação, esterilidade: esterilizável.	ADVANTIVE	86,96	260,88
4	10	Uni	Pá eletrodo com conector para desfibriladores descartáveis - adulto (instramed)	INSTRAMED	892,59	8.925,90
5	10	Unid	Pá eletrodo com conector para desfibriladores descartáveis - infaltil (instramed)	INSTRAMED	888,04	8.880,40
6	30	Und	Tala aramada moldável recoberta de espuma tipo talafix tam p, 53x08cm. Material de imobilizacao p/transporte de vitimas, do tipo tala moldavel aramada com finalidade de imobilizacao temporaria de membros, confeccionado em espuma anti alergica e grade metalica.	SS RESGATE	16,26	487,80
7	30	Und	Tala aramada moldável recoberta de espuma tipo talafix tam pp, 30x08cm. Material de imobilizacao p/transporte de vitimas, do tipo tala moldavel aramada com finalidade de imobilizacao temporaria de membros, confeccionado em espuma anti alergica e grade metalica.	SS RESGATE	14,83	444,90
8	30	Und	Tala aramada moldável recoberta de espuma tipo talafix tam m, 63x09cm. Material de imobilizacao p/transporte de vitimas, do tipo tala moldavel aramada com finalidade de imobilizacao temporaria de membros, confeccionado em espuma anti alergica e grade metalica.	SS RESGATE	17,33	519,90
9	30	Und	Tala aramada moldável recoberta de espuma tipo talafix tam g, 86x10cm. Material de imobilizacao p/transporte de vitimas, do tipo tala moldavel aramada com finalidade de imobilizacao temporaria de membros, confeccionado em espuma anti alergica e grade metalica.	SS RESGATE	20,82	624,60
10	2	Unid	Bolsa para resgate vermelha para atendimento pré-hospitalar aph, decorada com estampa da cruz da vida, com bolsos laterias e frontais, costura dupla, forro em tnt, faixas refletivas frontais e zíper de qualidade, impermeavel e lavável, com alça larga de 50 mm em naylon. Tamanho: altura 28cm, largura 60 cm, profundidade 24 cm.	SS RESGATE	336,94	673,88
11	30	Und	Colar de resgate em polietileno de alta densidade, revestido em eva, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca. Tamanho pp	SS RESGATE	26,84	805,20
12	30	Und	Colar de resgate em polietileno de alta densidade, revestido em eva, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca. Tamanho p.	SS RESGATE	28,79	863,70
13	30	Und	Colar de resgate em polietileno de alta densidade, revestido em eva, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca. Tamanho m	SS RESGATE	31,64	949,20
14	30	Und	Colar de resgate em polietileno de alta densidade, revestido em eva, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca. Tamanho g	SS RESGATE	32,07	962,10
15	30	Und	Colar de resgate em polietileno de alta densidade, revestido em eva, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca. Tamanho gg	SS RESGATE	32,88	986,40
16	12	Und	Conjunto de cintos para imobilização (cinto aranha), confeccionado em fitas de nylon, em cores, fixado por fitas em velcro de 50 mm de largura.	SS RESGATE	77,42	929,04
17	10	Und	Imobilizador lateral de cabeça, confeccionado em espuma injetada, impermeável, propicia imobilização para cabeça e região cervical, contendo tirantes de fixação para testa e queixo, com pontos para verificação de saída de líquido pelo ouvido.	SS RESGATE	153,25	1.532,50
18	7	Rl	Fita tipo cadarço algodão - 50m. Confeccionado em algodão, antialergênica, atóxica, macia, medida: com largura aproximadamente de 1,2 cm, comprimento 50m	SONI	7,00	49,00
					Total	**28.871,42**

LOTE 06: LARINGOSCOPIA E INTUBAÇÃO - EXCLUSIVO REGIONAL						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Marca**	**Unitário**	**Total**
1	1	Und	Cabo para laringoscópio adulto aço inox, encaixe universal; fabricado em aço inoxidável á, encaixe universal; á prova de ferrugem; acabamento acetinado para redução do brilho; esterilizável e autoclavável	MD	310,39	310,39
2	1	Und	Cabo para laringoscópio infantil aço inox, encaixe universal; fabricado em aço inoxidável á, encaixe universal; á prova de ferrugem; acabamento acetinado para redução do brilho; esterilizável e autoclavável	MD	260,07	260,07
3	1	Unid	Lâmina para laringoscópio infantil tipo curva n° 0. Material aço inoxidável	MD	129,11	129,11
4	1	Unid	Lâmina para laringoscópio infantil tipo curva n° 1 material aço inoxidável	MD	124,75	124,75
5	1	Unid	Lâmina para laringoscópio infantil tipo curva n° 2 material aço inoxidável	MD	129,54	129,54
6	1	Und	Lâmina para laringoscópio n°.1 material aço inoxidável	MD	127,56	127,56

7	3	Und	Lâmina para laringoscópio tipo curva n° 2 material aço inoxidável	MD	124,77	374,31
8	3	Und	Lâmina para laringoscópio n°. 2 material aço inoxidável	MD	145,88	437,64
9	3	Und	Lâmina para laringoscópio n°. 3 material aço inoxidável	MD	153,27	459,81
10	3	Und	Lâmina para laringoscópio n°. 4 material aço inoxidável	MD	143,99	431,97
11	3	Und	Lâmina para laringoscópio n°. 5 material aço inoxidável	MD	144,43	433,29
12	10	Und	Lâmpada 2,7v para laringoscópio convencional.	MD	68,78	687,80
13	20	Und	Fio guia de intubação tamanho adulto (mandril tipo vareta) em cobra flexível cromado. 3,6x420, 0 mm.	HAIBREATH	68,72	1.374,40
14	10	Und	Fio guia de intubação tamanho infantil (mandril tipo vareta em cobre flexível cromado. 2,0x300, 0 mm.	HAIBREATH	55,11	551,10
					Total	**5.831,74**

LOTE 07: EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICOS E DE MONITORIZAÇÃO - EXCLUSIVO REGIONAL						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Marca**	**Unitário**	**Total**
1	10	Und	Esfigmomanômetro infantil - circunferência 15-29 esfigmomanômetro, analógico, aneróide, de braço, até 300 mmhg, braçadeira em tecido, fecho em metal, infantil. Codigo: com certificado do inmetro	PREMIUM	135,44	1.354,40
2	60	Und	Esfigmomanômetro adulto - circunferência 24-30 esfigmomanômetro, analógico, aneróide, de braço, até 300 mmhg, braçadeira em tecido, fecho em metal, adulto. Codigo: com certificado do inmetro	PREMIUM	130,18	7.810,80
3	40	Und	Esfigmomanômetro adulto obeso - circunferência 30-38 esfigmomanômetro, analógico, aneróide, de braço, até 300 mmhg, braçadeira em tecido, fecho em velcro, adulto obeso. Codigo: com certificado do inmetro.	PREMIUM	139,65	5.586,00
4	10	Unidd	Aparelho medidor de pressão digital – braço adulto (esfigmomanômetro). Especificações mínimas do produto:tamanho: adulto; tipo: braço;característica adicional: c/ frequencímetro; cor branco;material nylon; faixa de medição 30 até 300 mmhg.	G-TECH	232,69	2.326,90
5	30	Und	Estetoscópio com olivas, diafragma de alta sensibilidade para conversão em diferentes formas de uso adulto e auscultador de tubo duplo	G-TECH	36,08	1.082,40
6	10	Unid	Estetoscópio com olivas, diafragma de alta sensibilidade para conversão em diferentes formas de uso pediátrico e auscultador de tubo duplo.	G-TECH	40,31	403,10
7	10	Und	Monitor de glicemia, portátil, digital, tipo amostra de sangue capilar, operação até 600mg/dl.	G-TECH	97,07	970,70
8	5	Unid	Detector fetal, tipo: portátil, ajuste: mecânico, visor digital, botão de controle, material: gabinete metálico, tipo de análise: ausculta bcf, fluxo sanguíneo, placenta e cordão, faixa medição: bcf até cerca de 2,2mhz, fonte de alimentação: à bateria, componentes: com alto falante, transdutor, outros componentes: entrada auxiliar. Monitor fetal (sonar doppler)	MD	885,576	4.427,88
9	6	Und	Otoscópio com lampada de led, lente giratória mínimo de 2 x, componentes: jogo de espéculos reutilizáveis.	MD	547,98	3.287,88
10	5	Und	Oxímetro adulto - oxímetro uso médico faixa medição saturação 1: 0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 bpm, autonomia sistema 1: cerca 24 h, tipo: dedo, alimentação: pilha, acessórios: c/ sensor. Tela de led com 2 modos de visualização e com grafico de intensidade de pulso.	VITAGOLD	104,56	522,80
11	5	Und	Oxímetro infantil - oxímetro uso médico faixa medição saturação 1: 0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 bpm, autonomia sistema 1: cerca 24 h, tipo: dedo, alimentação: pilha, acessórios: c/ sensor. Tela de led com 2 modos de visualização e com grafico de intensidade de pulso.	BIOLAND	138,68	693,40
12	5	Und	Termohigrômetro digital de max/min com cabo, com função interna e externa, fabricado em plástico abs. Sensor com ponteira em aço inox. Displays de cristal liquido de três dígitos. Reset unificado. Escala em graus "c" e "f". Cabo de aproximadamente 2m80cm . Medidas aproximadas de 130 x 70x18mm. Para uso em geladeira e caixas térmicas.	MEGAZINE MEDICA	130,49	652,45
13	25	Und	Termometro clinico - digital termômetro clínico, digital, até 45 °c, uso axilar e oral, c/ alarmes, memória última medição, embalagem individual.	G-TECH	20,73	518,25
14	100	Rl	Papel para impressão ecg - uso hospitalar, material:termosensível, aplicação :p/ cardiotocógrafo, dimensões: 80mm x 30m, apresentação:formulário contínuo, dobra em "z", compatibilidade:compatível com eletrocardiógrafos. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	CONTI	28,39	2.839,00
15	10	Und	Termômetro digital de max/min com cabo, com função interna e externa, fabricado em plástico abs. Sensor com ponteira em aço inox. Displays de cristal líquido de três dígitos. Reset unificado. Escala em graus "c" e "f". Cabo de aproximadamente 2m80cm.	MEGAZINE MEDICA	154,90	1.549,00
					Total	**34.024,96**

LOTE 08: INSUMOS LABORATORIAIS, INSTRUMENTOS DE EXAME E CIRURGIA - EXCLUSIVO REGIONAL						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Marca**	**Unitário**	**Total**
1	450	Und	Espéculo vaginal descartável estéril tam p c/ lubrificante.	CRAL	2,041	918,45
2	300	Und	Espéculo vaginal descartável estéril tam m c/ lubrificante.	CRAL	2,168	650,40
3	1	Und	Histerômetro com curva 32cm.	RHOSSE	50,345	50,35
4	20	Und	Clamp umbilical.	VITAGOLD	2,559	51,18
5	400	Pct	Abaixador língua, material:madeira, tipo:descartável, comprimento:14 cm, formato:tipo espátula, embalagem individual, largura:1,50 cm, espessura:2 mm. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	THEOTO	7,14	2.856,00
6	10	Cx	Curativo ocular bilateral adulto. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade. Caixa c/ 20 unidades.	NEXCARE	31,014	310,14
7	5	Cx	Curativo ocular bilateral infantil. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade. Caixa c/ 20 unidades.	NEXCARE	31,503	157,52
8	50	Und	Óculos cirúrgico de proteção, transparente, de policarbonato com bloqueio de raios ultravioletas a e b.	DANNY	7,345	367,25
9	40	Uni	Escova degermação, características adicionais embalada individualmente, componentes escova/esponja seca, uso estéril,descartável.	RIOQUIMICA	5,323	212,92
					Total	**5.574,20**

LOTE 10: MATERIAIS DESCARTÁVEIS E DE PROTEÇÃO- COTA						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Marca**	**Unitário**	**Total**
1	03	Pct	Lacre de segurança para uso hospitalar de16 cm numerado - 100 peças	RIGORAN	18,62	55,86
2	13	Pct	Lençol descartável, material: tnt, dimensões aproximadas: 200x90cm com elástico. Pacote com 10 unid.	ANADONA	5,64	73,32
3	50	Rolo	Lençol descartável uso hospitalar cerca de 70cm x 50 m em rolo depapel. Contendo dados de identificação , nº de lote,, data de fabricação e validade.	DESCARBOX	**Onde se lê:** 7,70 **Leia-se:** 5,70	285,00
4	25	Pct	Saco plástico, lixo, uso: acondicionamento de resíduos hospitalares/infectantes, cor: branco leitoso, capacidade: 100 litros, apresentação: com solda contínua, homogênea e uniforme, pacote com 100 unidades. O símbolo infectante obedecendo a norma nbr 7500, seguem as normas 9191 da abnt e a resolução da anvisa.	NEKPLAST	18,28	457,00
5	25	Pct	Saco plástico, lixo, uso: acondicionamento de resíduos hospitalares/infectantes, cor: branco leitoso, capacidade: 60 litros, apresentação: com solda contínua, homogênea e uniforme, pacote com 100 unidades. O símbolo infectante obedecendo a norma nbr 7500, seguem as normas 9191 da abnt e a resolução da anvisa.	NEKPLAST	15,40	385,00
6	25	Pct	Sapatilha hospitalar, tipo propé, material não tecido 100% polipropileno uso manual, modelo com elástico, cor branca, gramatura cerca de 30g/m², tamanho único, uso descartável. Embalagem com 50 pares.	ANADONA	2,53	63,25
7	5	Uni	Protetor facial 100% transparente, confeccionado em pet polipropileno com liner protetor, visor com regulagem de ângulo (basculante), evita o contato com gotículas, saliva e fluídos, pode ser lavado com água e sabão e higienizado com álcool e água sanitária, dimensão aproximada montado 30x24cm.	CIALASER	9,87	49,35
8	25	Rl	Fita adesiva hospitalar 16mm x 50m, em papel crepado, medindo 16mm de largura x 50 metros de comprimento, devendo a superfície ser impregnada de substancia adesiva uniformemente enrolada em dorso de papelão, apropriado para uso hospitalar, indicada para o fechamento de pacotes, vedação de portas, janelas e frascos, além de aplicações em geral em superfícies lisas de papel, borracha, vidro, metal, tecidos, paredes, etc. Aceita a escrita a tinta ou a lápis, de fácil remoção, embaladas individualmente em saco plástico constando externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, número do lote e registro no m.s.	MISSNER	2,05	51,25
9	8	Rl	Fita adesiva para autoclave de temperatura, uso em autoclave, com boa aderência e com alteração de coloração após exposição a alta temperatura, embalado em rolo de 19mmx 30mm, em material que garanta a integridade do produto.	MISSNER	2,69	21,52

10	2	Pct	Abraçadeira de nylon (lacre). Pacote com 1000 abracadeira 2,5x100 cor preto.	QUARTTO	54,22	108,44
11	1.250	Pct	Papel toalha, interfoliado, branco, 100% fibra de celulose virgem, formato aproximado 23x1cm, com duas ou três dobras, folhas sem apresentar furos, deformidades ou esfarelamento, com resistência elevada à umidade, alta absorção, gramatura mínima 28g/m², não reciclado. Pacote com 1000 folhas.	ALVEFLOR	8,88	11.100,00
					Total	**12.649,99**

LOTE 11: RECIPIENTES, ARMAZENAMENTO E USO GERAL - EXCLUSIVO REGIONAL						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Marca**	**Unitário**	**Total**
1	50	Und	Coletor de urina unissex infantil capacidade para 200ml de alta adesividade não estéril.	VITAGOLD	4,58	229,00
2	200	Und	Coletor universal, polipropileno transparente, com tampa, sistema de vedação tipo rosca, 80ml. (endemias)	BIOBASE	0,92	184,00
3	700	Und	Coletor de material perfuro-cortante 7l papel cartão duplo e encerado que evite vazamento de fluídos e líquidos, dupla trava, duplo revestimento interno de sacola com bandeja pré-montada e alça dupla. Contendo informações como material infectante, simbologia, com tabela para identificação, capacidade (7l). Segundo normas padronizadas para desprezo de material perfuro-cortante.	DESCARBOX	6,52	4.564,00
4	200	Und	Coletor de material perfuro-cortante 13l papel cartão duplo e encerado que evite vazamento de fluídos e líquidos, dupla trava, duplo revestimento interno de sacola com bandeja pré-montada e alça dupla. Contendo informações como material infectante, simbologia, com tabela para identificação, capacidade (13l). Segundo normas padronizadas para desprezo de material perfuro-cortante.	DESCARBOX	8,46	1.692,00
5	3	Und	Suporte para coletor de material perfuro cortante 07 litros, fabricado em arame, com parafusos e buchas para fixação.	DESCARBOX	29,34	88,02
6	3	Und	Suporte para coletor de material perfuro cortante 13 litros, fabricado em arame, com parafusos e buchas para fixação.	DESCARBOX	34,30	102,90
7	3	Und	Suporte para tubos de ensaio, 12 furos. (endemias)	PROLAB	40,10	120,30
8	500	Und	Recipiente nutrição enteral, material:plástico transparente, capacidade: 300 ml, componentes:com tampa rosqueada, alça, etiqueta, bico conector, graduação:graduado, esterilidade:estéril, atóxico, tipo uso:descartável, apresentação:embalagem individual.	BIOBASE	1,94	970,00
9	50	Und	Tubo de ensaio em poliestireno cristal, medidas 12 x 75 mm.	PROLAB	3,06	153,00
10	10	Und	Tubo de silicone calibre 203 - peça c/ 15 metros, confeccionados em silicone de grau farmacêutico. Embalagem com 15 metros, contendo dados de identificação do produto, procedência, lote, validade e registro no ms.	SEROPLAST	174,91	1.749,10
11	10	Und	Tubo de silicone calibre 204 - peça c/ 15 metros, confeccionados em silicone de grau farmacêutico. Embalagem com 15 metros, contendo dados de identificação do produto, procedência, lote, validade e registro no ms.	SEROPLAST	162,32	1.623,20
12	5	Und	Placas de petri, poliestileno de alta transparência, superfície plana, esterilização por óxido de etileno, 90x15mm. (endemias)	PROLAB	4,54	22,70
13	2	Und	Caixa organizadora tipo maleta de primeiros socorros, cor branco leitoso com símbolo de medicamentos, alça e fechos na cor vermelha. Tipo maleta medicamentos	ARQPLAST	113,33	226,66
14	5	Undd	Caixa térmica em polietileno com termômetro digital , capacidade de 05 litros, ideal para transporte de vacinas, com tampa e alça.	MOR	260,03	1.300,15
15	5	Und	Caixa térmica em polietileno com termômetro digital , capacidade de 15 litros, ideal para transporte de vacinas, com tampa e alça.	MOR	328,68	1.643,40
16	5	Und	Caixa térmica em polietileno com termômetro digital , capacidade de 26 litros, ideal para transporte de vacinas, com tampa e alça.	MOR	373,90	1.869,50
17	5	Undd	Caixa térmica em polietileno com termômetro digital , capacidade de 45 litros, ideal para transporte de vacinas, com tampa e alça.	MOR	679,88	3.399,40
18	5	Und	Cuba redonda em aço inoxidável para uso hospitalar, para assepsia medida aproximadas 11 a 12 cm - capacidade 400 ml	FAVA	61,06	305,30
19	5	Und	Cuba em aco inoxidavel - formato rim - 26x12x6cm cuba uso hospitalar, aço inox, tipo rim, cerca de 700 ml.	FORTINOX	90,80	454,00
20	50	Und	Almotolia, em polietileno (plástico), bico curvo, longo, estreito, com protetor, tampa em rosca, transparente, 250ml.	J PROLAB	4,49	224,50
21	100	Und	Almotolia, em polietileno (plástico), bico reto, longo, estreito, com protetor, tampa em rosca, transparente, 250ml.(250 ml).	J PROLAB	4,21	421,00
22	3	Und	Bandeja, material: aço inoxidável, tipo: lisa, dimensões: cerca de 30x20x4cm, esterilidade: esterilizável.	GOLGRAN	111,99	335,97
23	3	Und	Bandeja, material: aço inoxidável,tipo: lisa, dimensões: cerca de 42x30x4,5 cm, esterilidade: esterilizável.	GOLGRAN	126,10	378,30
24	1	Und	Bandeja, material: aço inoxidável, tipo: rasa, dimensões: cerca de 09x22x1,5cm, esterilidade: esterilizável.	GOLGRAN	66,59	66,59
25	1	Und	Bandeja, material: aço inoxidável, tipo: rasa, dimensões: cerca de 17x22,5x1,5cm, esterilidade: esterilizável.	GOLGRAN	63,44	63,44
26	50	Undd	Gelo artificial rígido reutilizável cor azul - 400 ml	GELPHARMA	6,73	336,50
27	50	Undd	Gelo artificial rígido reutilizável cor azul - 550 ml	GELPHARMA	7,86	393,00
28	50	Undd	Gelo artificial rígido reutilizável cor azul - 750 ml	GELPHARMA	10,89	544,50
					Total	**23.460,43**

LOTE 13: CURATIVOS E MATERIAIS DE GAZE- COTA						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Marca**	**Unitário**	**Total**
1	25	Rl	Algodão, tipo: hidrófilo, apresentação:em rolo, embalado em mantas uniformes, separadas por papel apropriado (azul) em toda sua extensão, de modo que todo o corpo do cilindro esteja coberto pelo papel. Material:alvejado, purificado, isento de impurezas, esterilidade: não estéril, embalagem 500g contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	NATHY	10,79	269,75
2	250	Pct	Compressa de gaze hidrófila 7,5 x 7,5, confeccionado com 13 fios em tamanho nominal de 7,5 x 7,5 cm, com 8 camadas, 5 dobras. A compressa aberta tem aproximadamente uma área de 450 cm, cor branca, isentas de impurezas, substancias gordurosa, amido, corantes corretivos, bordas devidamente voltadas p/ dentro, que evita soltura de fios, isenta de defeitos prejudiciais a sua perfeita utilização, embalada em pacote plástico com 500 unidades,	MEDCAL	21,00	5.250,00
3	18	Rl	Compressa de gaze tipo queijo, não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão hidrófilo não estéril, em rolo 13 fios, com 05 dobras e 08 camadas cor branca. 9,1cm x 91 metros, embalagem contendo dados de identificação do produto, data fabricação, validade, procedência, lote e registro na anvisa.	ERIMAX	44,56	802,08
4	5	Cx	Curativo trasnparente caixa com 10 unidades	MISSNER	18,22	91,10
5	3	Cx	Curativo absorvente adesivo hipo-alérgico para uso após punção venosa ou aplicação de injeções. Sem latex e solventes, caixa com mínimo 500 unidades. (adulto)	PROINLAB	13,76	41,28
6	2	Cx	Curativo absorvente adesivo hipo-alérgico para uso após punção venosa ou aplicação de injeções. Sem latex e solventes, caixa com mínimo 500 unidades. (infantil)	PROINLAB	14,475	28,95
7	125	Rl	Esparadrapo impermeável extra flexível tecido 100% algodão, com tratamento acrílico adesivo a base de oxido de zinco e borracha natural e resinas, cor branca, que não desfie as bordas, fácil de rasgar. 10cm x 4,5m, com capa.	MISSNER	6,86	857,50
8	175	Rl	Fita microporosa 2,5cmx10m, fita cirúrgica, constituída de rayon viscoso não trancado, poroso, extra flexível, superfície adesiva impregnada de substancia a base de éter sintético quimicamente inerte, medindo 50mm de largura x 10m de comprimento, hipoalérgico, constando na embalagem os dados de identificação, procedência, fabricação, validade, número de lote e registro no m.s	MISSNER	2,31	404,25
9	175	Rl	Fita microporosa 5cmx10m, fita cirúrgica, constituída de rayon viscoso não trancado, poroso, extra flexível, superfície adesiva impregnada de substancia a base de éter sintético quimicamente inerte, medindo 50mm de largura x 10m de comprimento, hipoalérgico, constando na embalagem os dados de identificação, procedência, fabricação, validade, número de lote e registro no m.s.	MISSNER	4,11	719,25
10	13	Pct	Atadura ortopédica de algodão 20 cm de largura por 1,8m de comprimento pacote c/ 12 unidades. Confeccionadas a partir de fibras 100% algodão cru, em rolos com textura e espessura uniformes. A embalagem deve conter: identificação, quantidade, procedência, data de fabricação, validade, lote, registro na anvisa.	CREMER	16,95	230,35
11	25	Und	Atadura ortopédica de algodão 10cm de largura por 1,8m de comprimento, confeccionadas a partir de fibras 100% algodão cru, em rolos com textura e espessura uniformes. A embalagem deve conter: identificação, quantidade, procedência, data de fabricação, validade, lote, registro na anvisa.	CREMER	2,06	51,50
12	25	Und	Atadura ortopédica de algodão 15cm de largura por 1,8m de comprimento, confeccionadas a partir de fibras 100% algodão cru, em rolos com textura e espessura uniformes. A embalagem deve conter: identificação, quantidade, procedência, data de fabricação, validade, lote, registro na anvisa. .	CREMER	1,91	47,75

13	75	Pct	Atadura de crepe 10cm x 4,5m 13 fios pct c/ 12 und. Esterilidade:estéril, uso único, embalagem:embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	SOFT	6,15	461,25
14	50	Pct	Atadura de crepe 12cm x 4,5m 13 fios pct c/ 12 und. Esterilidade:estéril, uso único, embalagem:embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade	SOFT	6,92	346,00
15	75	Pct	Atadura de crepe 15cm x 4,5m 13 fios pct c/ 12 und.. Esterilidade:estéril, uso único, embalagem:embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	SOFT	7,28	546,00
16	25	Pct	Atadura de crepe 20cm x 4,5m 13 fios pct c/ 12 und. Esterilidade:estéril, uso único, embalagem:embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	SOFT	8,57	214,25
17	25	Rl	Atadura gessada 10 cm de largura por 2 m de comprimento, enrolada sobre eixo plástico rígido, com gesso em camadas uniformes impregnado sobre uma tela de tecido tipo giro inglês 100% algodão ou sobre gaze de algodão com 15 fios por cm², acabamento lateral com corte sinuoso (zig-zag) para evitar desfiamento. Deve conter identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação, validade e registro no ministério da saúde.	CYSNE	11,27	281,75
18	25	Rl	Atadura gessada 15 cm de largura por 2 m de comprimento, enrolada sobre eixo plástico rígido, com gesso em camadas uniformes impregnado sobre uma tela de tecido tipo giro inglês 100% algodão ou sobre gaze de algodão com 15 fios por cm², acabamento lateral com corte sinuoso (zig-zag) para evitar desfiamento. Deve conter identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação, validade e registro no ministério da saúde.	CYSNE	16,08	402,00
19	8	Und	Bota de unna, composição: óxido zindo, óleo castor, petrolado branco e água, tamanho 10,16 cm x 9,14 m, base: em gaze elástica, tipo: embalgem individual, esteridalide: estéril	CASEX	25,19	201,52
20	8	Und	Bota de unna, composição: óxido zindo, óleo castor, petrolado branco e água, tamanho 7,5 cm x 6 m, base: em gaze elástica, tipo: embalgem individual, esteridalide: estéril	CASEX	24,84	198,72
21	2	Rl	Malha tubular ortopédica 4cm x 15m tecido de fibras sintéticas de poliéster que retém a umidade e que proteja a pele do paciente do contato direto com o gesso sintético.	MSO	6,07	12,14
22	10	Rl	Papel grau cirúrgico – rolo 10cm x 100m. Composto de papel grau cirúrgico e filme laminado poliéster/polipropileno. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	PACK GG	36,45	364,50
23	25	Rl	Papel grau cirúrgico – rolo 15cm x 100m. Composto de papel grau cirúrgico e filme laminado poliéster/polipropileno. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	PACK GG	48,45	1.211,25
24	25	Rl	Papel grau cirúrgico – rolo 20cm x 100m. Composto de papel grau cirúrgico e filme laminado poliéster/polipropileno. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	PACK GG	61,61	1.540,25
25	13	Rl	Papel grau cirúrgico – rolo 30cm x 100m. Composto de papel grau cirúrgico e filme laminado poliéster/polipropileno. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade	PACK GG	90,79	1.180,27
26	8	Und	Tala de papelão. Descartável e dobrável,bem estruturada e firme, de fácil dobragem e com furos para passagem de amarras. Tam. P. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade	SS RESGATE	1,52	12,16
27	8	Und	Tala de papelão. Descartável e dobrável,bem estruturada e firme, de fácil dobragem e com furos para passagem de amarras. Tam. Pp. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	SS RESGATE	1,49	11,92
28	8	Und	Tala de papelão. Descartável e dobrável,bem estruturada e firme, de fácil dobragem e com furos para passagem de amarras. Tam. M. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	SS RESGATE	1,82	14,56
29	8	Und	Tala de papelão. Descartável e dobrável,bem estruturada e firme, de fácil dobragem e com furos para passagem de amarras. Tam. G. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade	SS RESGATE	2,21	17,68
					Total	**15.799,98**

LOTE 16: SUTURAS- EXCLUSIVO REGIONAL						
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Marca**	**Unitário**	**Total**
1	2	Cx	Fio catgut simples 0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	POINT SUTURE	96,10	192,20
2	1	Cx	Fio catgut simples 0 c/ agulha de 4,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	POINT SUTURE	112,99	112,99
3	2	Cx	Fio catgur simples 2,0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.		99,60	199,20
4	1	Cx	Fio catgur simples 2,0 c/ agulha de 3,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	POINT SUTURE	94,50	94,50
5	2	Cx	Fio catgut simples 3,0 c/agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.		98,80	197,60
6	1	Cx	Fio catgut simples 3,0 c/agulha de 3,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	POINT SUTURE	73,30	73,30
7	2	Cx	Fio catgut simples 4,0 c/ agulha de 2.0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.		100,10	200,20
8	1	Cx	Fio catgut simples 4,0 c/ agulha de 3.0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	POINT SUTURE	102,40	102,40
9	15	Cx	Fio nylon 2,0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	MEDIX	41,10	616,50
10	15	Cx	Fio nylon 2,0 c/ agulha de 3,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	MEDIX	39,80	597,00
11	15	Cx	Fio nylon 3,0 c/agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	MEDIX	38,80	582,00
12	20	Cx	Fio nylon 3,0 c/ agulha de 2,5 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	MEDIX	37,90	758,00
13	10	Cx	Fio nylon 4,0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	MEDIX	41,30	413,00
14	10	Cx	Fio nylon 4,0 c/ agulha de 2,5 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	MEDIX	42,80	428,00
15	7	Cx	Fio nylon 5,0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	MEDIX	33,30	233,10
16	5	Cx	Fio nylon 6,0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	MEDIX	40,00	200,00
					Total	**4.999,99**

Item com ajuste de valor:

LOTE 01: MATERIAIS UTILIZADOS NO SETOR DE FISIOTERAPIA – EXCLUSIVO REGIONAL							
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Valor antigo**	**Valor novo**	**Diferença entre valores**	**Total**
1	2	Und	Anel tonificador flexível arco pilates e yoga. Tamanho: 38 cm. Material: metal revestido com eva eva.	125,44	131,26	5,82	11,64
2	4	Unid	Bola de propriocepção. Peso aproximado: 45g diâmetro 6,5 cm	65,09	68,11	3,02	12,08
3	2	Unid	Bolas suiça de 55 cm desenvolvida em pvc, material antiderrapante, com a capacidade máxima de 250 kg, oferecendo durabilidade e resistência.	102,98	107,75	4,77	9,54
4	2	Unid	Bolas suiça de 65 cm desenvolvida em pvc, material antiderrapante, com a capacidade máxima de 250 kg, oferecendo durabilidade e resistência, com sistema anti estouro	122,07	127,73	5,66	11,32
5	4	Par	Caneleira 1kg de peso. Fabricadas com nylon de alta qualidade e tiras adesivas reforçadas, garantem uma fixação firme, impedindo que se movam durante o exercício. Características: material: nylon fechamento: tiras colantes reforçadas cor: preto tamanho: comprimento - 15 cm / largura - 50 cm / altura - 1,5 cm contém: 2 unidades de 1kg.	44,55	46,61	2,06	8,24
6	4	Par	Caneleira 2kg de peso. Fabricadas com nylon de alta qualidade e tiras adesivas reforçadas, garantem uma fixação firme, impedindo que se movam durante o exercício. Características: material: nylon fechamento: tiras colantes reforçadas cores: preto tamanho: comprimento - 15 cm / largura - 50 cm / altura - 1,5 cm contém: 2 unidades de 2kg.	61,39	64,23	2,84	11,36
7	1	Kit	Cone: 10 cones características dos cones: material: polipropileno peso: 60g dimensões: 18cm x 11cm x 11cm cone demarcatório: cor: colorido material: polipropileno medidas: largura: 11 cm; altura: 18 cm.	210,26	220,01	9,75	9,75
8	4	Unid	Cunha de posicionamento 50x50x30 em material náutico sintético disponível em 05 cores, possui espuma ortopédica de alta resiliência com densidade 26 proporcionando maior conforto, e também possui densidade adequada para suportar o peso corporal, sem que danifique o equipamento. Dimensão do produto: 50 x 50 x 29 cm (c x l x a) * peso do produto: 1,700 kg * dimensões da embalagem: 51,2 x 50 x 29 cm (c x l x a) * peso da embalagem: 1,900 kg	320,08	334,93	14,85	59,40
9	1	Kit	Disco proprioceptivo inflável feita com borracha de alta qualidade, essa meia bola é durável e resistente, capaz de suportar o uso diário intensivo. Sua superfície antiderrapante garante sua segurança durante os treinos, permitindo que você se concentre totalmente em seus exercícios sem se preocupar com escorregões ou quedas.	154,48	161,64	7,16	7,16
10	5	Kit	Conjunto de elásticos extensore de resistência progressiva de 5 peças que inclui cinco níveis diferentes de treinamento codificado por cores com resistências leve, média e pesada - cada conjunto inclui tiras de tornozelo, alças de mão e uma âncora de porta que facilita o direcionamento a diferentes grupos musculares, incluindo bíceps e tríceps, costas e ombros,	73,16	76,55	3,39	16,95

			peito e pernas ou abdominais duros.				
11	40	Par	Eletrodo adesivo 5x5cm, com 4 unidades. Com cabo em silicone extra flexível e densa estrutura de filamentos que conduzem o sinal elétrico até uma espessa película de carbono de alta condutividade, são indicados para eletroestimulação de superfície. Utilizado em tens, fes, corrente interferencial (ifc), russa, aussie e outras.	32,44	33,94	1,50	60,00
12	5	Kits	Conjunto com 5 faixas elásticas de diferentes níveis de resistência para exercícios de fortalecimento muscular, emagrecimento e alongamento, faixas leves, médias e pesadas para atender exercícios para iniciantes e avançados.	63,47	66,41	2,94	14,70
13	40	Litros	Gel clínico condutor incolor 5kg desenvolvido para condução de impulsos elétricos e é fabricado com as melhores matérias-primas para atender às diversas aplicações, como exames médicos e tratamentos estéticos e fisioterápicos.	44,08	46,12	2,04	81,60
14	4	Par	Halteres pares de 1kg.	43,31	45,31	2,00	8,00
15	4	Par	Halteres pares de 2kg.	76,60	80,15	3,55	14,20
16	20	Unid	Kinesio tape disponível em 9 cores composição da fita: 96% algodão/ 4% elastano - adesivo de acrilato eudérmico - poroso, resistente a água - sem látex - elasticidade similar ao músculo e pele - aumenta o processo de cicatrização melhora a circulação linfática e sanguínea - reduz dores neurológicas - disponível em 9 cores: bege, rosa, preto, lilás, verde, amarelo, vermelho, laranja, azul; elasticidade de 140%.	169,38	177,23	7,85	157,00
17	2	Kit	Liberação miofascial incluem: rolo de espuma: 33 cm x 14 cm; bastão de massagem: 38 cm x 4,5 cm x 4,5 cm; tamanho da faixa de resistência: 30 cm x 5 cm; bola de massagem: diâmetro 6 cm; bolsa de transporte: comprimento 40 x 24 cm, bom produto para exercícios em casa.	381,76	399,47	17,71	35,42
18	5	Kits	Mini band elástico feito de látex de alta qualidade, proporcionando um toque suave e elástico. Recursos: disponível em três cores com diferentes níveis de resistência e espessura, leve, 0,6mm, médio, 0,8mm e forte, 1mm. Oferece flexibilidade para uma variedade de exercícios.	39,95	41,80	1,85	9,25
19	1	Und	Mini bola de 25 cm de pvc para pilates e yoga 25cm para fins terapêuticos ou reabilitação.	70,87	74,15	3,28	3,28
20	2	Unid	Rodas de yoga e pilates desenvolvida em material resistente e durável, pvc e termoplástico elastômero (tpe) . * 32 cm x 11 cm x 32 cm (cxlxa) * peso: 1.22 kg.	42,02	43,96	1,94	3,88
21	2	Jogo	Ventosa. Diâmetro interno aproximado: copo número 1: 4,5cm; copo número 2: 3,8cm; copo número 3: 3,5cm; copo número 4: 3,0cm; copo número 5: 2,3cm. Quantidade de copos: copo número 1: 13 unidades; copo número 2: 1 unidade; copo número 3: 1 unidade; copo número 4: 1 unidade; copo número 5: 1 unidade. Itens inclusos - 01 unidades pistola para sucção - 17 unidades do copo de ventosa de acrílico.	398,36	416,84	18,48	36,96
						Total	**R$581,73**

LOTE 02: ANTISSÉPTICOS, DESINFETANTES E SUPRIMENTOS DE HIGIENE HOSPITALAR - EXCLUSIVO REGIONAL							
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Valor antigo**	**Valor novo**	**Diferença entre valores**	**TOTAL**
1	20	Gl	Ácido peracético, concentrações: 0,2%, 5 litros - forma fisica:solução aquosa. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	163,18	170,75	7,57	151,40
2	700	Fr	Álcool etílico, tipo:hidratado, teor alcoólico:70%, apresentação:líquido,contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	6,56	6,86	0,30	210,00
3	50	Gl	Álcool 70% gl gel 5l. Solubilidade: total em água, cor: incolor, aroma: neutro, uso: antisséptico de mãos, embalagem: frasco com válvula e bico dosador em plástico, peso líquido: 5l.	42,14	44,09	1,95	97,50
4	15	Fr	Álcool isopropílico 70%, embalagem de mínimo 1 litro. (endemias)	43,88	45,91	2,03	30,45
5	450	Lt	Hipoclorito de sódio, aspecto físico: solução aquosa, concentração: teor 1% de cloro ativo 1000ml.	3,00	3,13	0,13	58,50
6	200	Lt	Indaclear max s, detergente líquido concentrado, 1l. Indicado para lavagem manual ou automática de artigos e instrumentos médico-hospitalares, odontológicos e laboratoriais, além de utensílios em cozinhas, superfícies como pisos, azulejos, mesas e bancadas.	23,67	24,76	1,09	218,00
7	5	Fr	Formol 37% 1000 ml.	47,806	50,02	2,21	11,05
8	10	Fr	Gluconato de clorexidina solução degermante 2% 1000 ml.	24,30	25,42	1,12	11,20
9	30	Fr	Pvpi degermante 1l - antisséptico, emoliente á base de p.v.p.i. a 10%, com 1% de iodo ativo, ph 7,0, sendo no mínimo de ph 5,3. Tampa com sistema anti vazamento e lacre de inviolabilidade, por lote.	41,94	43,88	1,94	58,20
10	30	Fr	Pvpi tópico 1l - antisséptico, emoliente á base de p.v.p.i. a 10%, com 1% de iodo ativo, ph 7,0, sendo no mínimo de ph 5,3. Tampa com sistema anti vazamento e lacre de inviolabilidade. Frasco c/1000 ml, contendo dados de identificação, procedência, data fabricação, validade, nome do responsável técnico e reg no ms.	43,42	45,43	2,01	60,30
11	50	Und	Sabonete líquido cremoso, galao 5 l.	23,68	24,77	1,09	54,50
12	50	Fr	Gel condutor incolor clínico para ultrassonografia, eletrocardiograma, laser e outros aparelhos, 100g.	3,19	3,33	0,14	7,00
13	20	Fr	Glicerina líquida (glicerol) – frasco 01 litro.	32,49	33,99	1,50	30,00
14	12	Fr	Vaselina (parafina) aspecto físico: líquido, apresentação 1000ml, aplicação: proteção de superfícies metálicas, composição: óleo parafínico mineral.	38,71	40,50	1,79	21,48
15	15	Gl	Optigerm desinfetante hospitalar, 5 litros. Desinfetante superfícies fixas e artigos não críticos.	98,35	102,91	4,56	68,40
16	20	Und	Dispenser sabonete liquido com reservatório	25,99	27,19	1,20	24,00
17	70	Fr	Detergente enzimático, composição: a base de amilase, protease, lipase e carboidrase - frasco 1000 ml.	22,85	23,91	1,06	74,20
						Total	**1.186,20**

LOTE 03: INSUMOS LABORATORIAIS, CONTROLE, COLETA E DRENAGEM - EXCLUSIVO REGIONAL							
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Valor antigo**	**Valor novo**	**Diferença entre valores**	**Total**
1	300	Gl	Água destilada, esteril e epirogenica - 5 litros.	12,60	13,18	0,58	R$ 174,00
2	500	Und	Indicador biológico para autoclave para monitorar ciclos de esterilização a vapor. Apresentação: autocontido, ampola com meio de cultura. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	5,34	5,58	0,24	R$ 120,00
3	4	Und	Reagente dpd em po para 100 determinacoes de cloro livrer (endemias).	147,93	154,79	6,86	R$ 27,44
4	30	Pct	Bolsa coletora de urina descartável não estéril bolsa plástica tipo saco, pct c/ 100 und. Confeccionado e polietileno transparente, atóxico, resistente, com capacidade total de 2000ml e graduado a cada 100ml, deve conter alça flexível tipo cordão para manipulação e sustentação do coletor, deve possuir local para identificação dos dados do paciente, data da coleta, quarto e nome do médico. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	50,95	53,31	2,36	R$ 70,80
5	300	Und	Bolsa coletora de urina, tipo: sistema fechado, características adicionais: câmara pasteur flexível, material: pvc, esterilidade: estéril, descartável, filtro: filtro hidrofóbico/bacteriológico, capacidade: cerca de 2000 ml, válvula: válvula anti-refluxo, pinça: clamp corta fluxo, graduação: graduação de 100 em 100 ml. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	4,94	5,16	0,22	R$ 66,00
6	2	Pct	Dreno penrose n. 2 produto deve vir em embalagem unitária e estéril. C/12	35,39	37,03	1,64	R$ 3,28
7	30	Und	Sonda foley, nº 08 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	6,39	6,68	0,29	R$ 8,70
8	30	Und	Sonda foley, nº 12 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e	5,74	6,00	0,26	R$ 7,80

			validade.sonda foley nº. 12.				
9	30	Und	Sonda foley, nº 14 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.sonda foley nº. 14.	5,79	6,05	0,26	R$ 7,80
10	200	Und	Sonda foley, nº 16 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	5,74	6,00	0,26	R$ 52,00
11	80	Und	Sonda foley, nº 18 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	5,73	5,99	0,26	R$ 20,80
12	50	Unid	Sonda foley, nº 20 com 2 vias. Composta por um tubo flexível de látex inserido na uretra e contém duas vias: uma para inflar o balão na extremidade da sonda, mantendo-a no lugar, e outra para drenar a urina para um saco coletor externo. Embalagem contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	4,78	5,00	0,22	R$ 11,00
13	40	Und	Sonda nasogástrica nº 04,material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	1,76	1,84	0,08	R$ 3,20
14	40	Und	Sonda nasogástrica nº 06,material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	2,05	2,14	0,09	R$ 3,60
15	40	Unid	Sonda nasogástrica nº 08,material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	1,75	1,83	0,08	R$ 3,20
16	40	Und	Sonda nasogástrica nº 10,material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	2,18	2,28	0,10	R$ 4,00
17	40	Unid	Sonda nasogástrica nº 12, material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	2,22	2,32	0,10	R$ 4,00
18	40	Und	Sonda nasogástrica nº 14,material: pvc, tamanho: curta, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	2,31	2,41	0,10	R$ 4,00
19	40	Und	Sonda nasogástrica nº 06,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	2,10	2,19	0,09	R$ 3,60
20	40	Und	Sonda nasogástrica nº 08,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	1,96	2,05	0,09	R$ 3,60
21	40	Und	Sonda nasogástrica nº 10,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	1,95	2,04	0,09	R$ 3,60
22	40	Und	Sonda nasogástrica nº 12,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	1,96	2,05	0,09	R$ 3,60
23	40	Und	Sonda nasogástrica nº 14,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	2,30	2,40	0,10	R$ 4,00
24	40	Und	Sonda nasogástrica nº 16,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	2,33	2,43	0,10	R$ 4,00
25	40	Und	Sonda nasogástrica nº 18,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	2,36	2,46	0,10	R$ 4,00
26	40	Und	Sonda nasogástrica nº 20,material: pvc, tamanho: longa, comprimento: cerca 50 cm, conector padrão c/ tampa, componentes: ponta distal fechada, c/ orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	2,67	2,79	0,12	R$ 4,80
27	40	Und	Sonda trato digestivo, oro ou nasogástrica, levine, pvc, nº 10, conector padrão com tampa, ponta distal fechada com orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual.	2,04	2,13	0,09	R$ 3,60
28	50	Und	Sonda trato digestivo, oro ou nasogástrica, levine, pvc, nº 14, conector padrão com tampa, ponta distal fechada com orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual.	1,96	2,05	0,09	R$ 4,50
29	40	Und	Sonda trato digestivo, oro ou nasogástrica, levine, pvc, nº 16, conector padrão com tampa, ponta distal fechada com orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual.	1,85	1,93	0,08	R$ 3,20
30	40	Und	Sonda trato digestivo, oro ou nasogástrica, levine, pvc, nº 18, conector padrão com tampa, ponta distal fechada com orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual.	2,40	2,51	0,11	R$ 4,40
31	40	Und	Sonda trato digestivo, oro ou nasogástrica, levine, pvc, nº 20, conector padrão com tampa, ponta distal fechada com orifícios laterais, estéril, descartável, embalagem individual.	2,80	2,92	0,12	R$ 4,80
32	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 10 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,62	1,69	0,07	R$ 2,80
33	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 12 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,85	1,93	0,08	R$ 3,20
34	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 14 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,61	1,68	0,07	R$ 2,80
35	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 16 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,80	1,88	0,08	R$ 3,20

36	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 18 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,82	1,90	0,08	R$ 3,20
37	40	Und	Sonda retal, descartável, estéril - nº 20 - confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,86	1,94	0,08	R$ 3,20
38	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 04, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,79	1,87	0,08	R$ 8,00
39	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 06, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada	1,62	1,69	0,07	R$ 7,00
40	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 08, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,83	1,91	0,08	R$ 8,00
41	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 10, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,97	2,06	0,09	R$ 9,00
42	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 12, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,79	1,87	0,08	R$ 8,00
43	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 14, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,81	1,89	0,08	R$ 8,00
44	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 16, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	2,21	2,31	0,10	R$ 10,00
45	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 18, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	1,95	2,04	0,09	R$ 9,00
46	100	Und	Sonda uretral, descartável, estéril - nº 20, confeccionada em polivinil, transparente, com superfície lisa e paredes regulares em toda sua extensão, flexível, com tampa fixa, atóxica, siliconizada.	2,17	2,27	0,10	R$ 10,00
					Total	**R$ 738,72**	

LOTE 04: DISPOSITIVOS DE VIA AÉREA AVANÇADA, MONITORIZAÇÃO, SUPORTE VENTILATÓRIO E OXIGENOTERAPIA - EXCLUSIVO REGIONAL

Item	Undd	Qtdd	Objeto	Valor antigo	Valor novo	Diferença entre valores	Total
1	200	Und	Máscara de oxigênio, tipo: alta concentração, máscara e balão em material pvc, tipo uso: transparente com presilha ajustável, tamanho adulto aplicação: administrar oxigenação em pacientes, tipo conectores: conexão padrão.	19,77	20,68	0,91	R$ 182,00
2	50	Und	Máscara de oxigênio, tipo: alta concentração, máscara e balão em material pvc, tipo uso: transparente com presilha ajustável, tamanho infantil aplicação: administrar oxigenação em pacientes, tipo conectores: conexão padrão.	14,19	14,84	0,65	R$ 32,50
3	180	Und	Máscara de venturi, material: plástico transparente, tamanho adulto, características adicionais: jogo com 06 diluidores para fluxo o2, extensor cerca de 2m, com tubo corrugado, com clipe nasal e fixador cefálico ajustável.	16,93	17,71	0,78	R$ 140,40
4	50	Und	Máscara de venturi, material: plástico transparente, tamanho infantil, características adicionais: jogo com 06 diluidores para fluxo o2, extensor cerca de 2m, com tubo corrugado, com clipe nasal e fixador cefálico ajustável.	20,17	21,10	0,93	R$ 46,50
5	350	Und	Cateter oxigenoterapia, pvc flexível grau médico, tipo óculos, prolongamento silicone contorno arredondado, descartável, estéril, adulto, a prova de deformação e torção, 2,10m, conector universal, embalagem individual, c/ adaptador para tubo de látex	2,71	2,83	0,12	R$ 42,00
6	100	Und	Cateter oxigenoterapia, pvc flexível grau médico, tipo óculos, prolongamento silicone contorno arredondado, descartável, estéril, infantil, a prova de deformação e torção, 2,10m, conector universal, embalagem individual, c/ adaptador para tubo de látex	2,55	2,66	0,11	R$ 11,00
7	100	Und	Umidificador, saída: p/ oxigênio, tipo frasco: frasco plástico graduado, c/ tampa, volume: cerca de 250ml, esterilidade: esterilizável.	22,24	23,27	1,03	R$ 103,00
8	150	Und	Máscara para inalação adulta. Micronebulizador adulto completo c/ prolongamento, em pvc sem ar comprimido - adapta-se a qualquer marca de inalador/nebulizador. Micronebulizador com máscara, em pvc atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, rosca na cor amarelo.	9,17	9,59	0,42	R$ 63,00
9	150	Und	Máscara para inalação infantil. Máscara para inalação infantil. Micronebulizador adulto completo c/ prolongamento, em pvc sem ar comprimido - adapta-se a qualquer marca de inalador/nebulizador. Micronebulizador com máscara, em pvc atóxico, com entrada de ar através de bico, extensão que o acompanha, sendo as conexões soldadas para evitar vazamento, rosca na cor amarelo.	9,59	10,03	0,44	R$ 66,00
10	300	Uni	Máscara descartável, dobrável, para isolamento, n95 ou pff2/vo, sem válvula de exalação. - máscara respiradora, descartável, para isolamento, com certificação n95 ou pff2/vo, sem válvula, selada eletronicamente, tamanho único, dobrável, para uso em isolamento.	1,69	1,76	0,07	R$ 21,00
11	1	Und	Máscara laríngea- tamanho 2 tubo supraglótico, tipo:máscara laríngea, material :silicone, vias:via p/ acesso gástrico, tamanho :nº 2, componente 1:c/ linha de referência, conector:c/ conector padrão, esterilidade :reutilizável	56,79	59,42	2,63	R$ 2,63
12	1	Und	Máscara laríngea- tamanho 2,5 tubo supraglótico, tipo:máscara laríngea, material :silicone, vias:via p/ acesso gástrico, tamanho :nº 2, componente 1:c/ linha de referência, conector:c/ conector padrão, esterilidade :reutilizável.	38,23	40,00	1,77	R$ 1,77
13	1	Und	Máscara laríngea- tamanho 3 tubo supraglótico, tipo:máscara laríngea, material :silicone, vias:via p/ acesso gástrico, tamanho :nº 2, componente 1:c/ linha de referência, conector:c/ conector padrão, esterilidade :reutilizável.	49,67	51,97	2,30	R$ 2,30
14	1	Und	Máscara laríngea- tamanho 4 tubo supraglótico, tipo:máscara laríngea, material :silicone, vias:via p/ acesso gástrico, tamanho :nº 2, componente 1:c/ linha de referência, conector:c/ conector padrão, esterilidade :reutilizável.	55,86	58,45	2,59	R$ 2,59
15	1	Und	Máscara laríngea- tamanho 5 tubo supraglótico, tipo:máscara laríngea, material :silicone, vias:via p/ acesso gástrico, tamanho :nº 2, componente 1:c/ linha de referência, conector:c/ conector padrão, esterilidade :reutilizável	49,30	51,58	2,28	R$ 2,28
16	10	Unid	Tubo endotraqueal nº 2 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 2,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	9,90	10,35	0,45	R$ 4,50
17	10	Unid	Tubo endotraqueal nº 2,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 2,5, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	9,74	10,19	0,45	R$ 4,50
18	10	Unid	Tubo endotraqueal nº 3,0 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 3,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	10,00	10,46	0,46	R$ 4,60
19	10	Und	Tubo endotraqueal nº 3,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 3,5	8,47	8,86	0,39	R$ 3,90

			tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.				
20	10	Und	Tubo endotraqueal nº 4,0 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 4,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	8,62	9,01	0,39	R$ 3,90
21	10	Und	Tubo endotraqueal nº 5,0 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 5,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	9,15	9,57	0,42	R$ 4,20
22	20	Und	Tubo endotraqueal nº 5,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 5,5, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	8,02	8,39	0,37	R$ 7,40
23	20	Und	Tubo endotraqueal nº 6,0 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 6,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	8,61	9,00	0,39	R$ 7,80
24	20	Und	Tubo endotraqueal nº 6,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 6,5, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	8,78	9,18	0,40	R$ 8,00
25	20	Und	Tubo endotraqueal nº 7,0 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 7,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	8,22	8,60	0,38	R$ 7,60
26	45	Und	Tubo endotraqueal nº 7,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 7,5, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	9,44	9,87	0,43	R$ 19,35
27	45	Und	Tubo endotraqueal nº 8 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 8,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	9,95	10,41	0,46	R$ 20,70
28	25	Und	Tubo endotraqueal nº 8,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 8,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	8,76	9,16	0,40	R$ 10,00
29	15	Und	Tubo endotraqueal nº 9 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 8,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	9,70	10,15	0,45	R$ 6,75
30	15	Und	Tubo endotraqueal nº 9,5 com balão, material: pvc, modelo: curva magill, calibre: 8,0, tipo ponta: c/ ponta distal atraumática, componente 1: balão alto volume e baixa pressão, componente 2:radiopaco, graduado, tipo conector: conector padrão, esterilidade: estéril, uso único.	10,38	10,86	0,48	R$ 7,20
31	40	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 06 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	3,89	4,07	0,18	R$ 7,20
32	40	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 08 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	3,44	3,59	0,15	R$ 6,00
33	40	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 10 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	3,91	4,09	0,18	R$ 7,20
34	50	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 12 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	3,90	4,08	0,18	R$ 9,00
35	80	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 14 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	3,94	4,12	0,18	R$ 14,40
36	100	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 16 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	7,41	7,75	0,34	R$ 34,00
37	80	Und	Sonda para aspiração traqueal nº 18 , sonda graduada e protegida, conectores padrão, via irrigação antirrefluxo, válvula sucção com tampa e trava de segurança, estéril, uso único, embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	6,08	6,36	0,28	R$ 22,40
38	10	Und	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero, tamanho nº 0. 45,0mm, esterelidade :estéril, embalagem individual: embalagem individual	3,44	3,59	0,15	R$ 1,50
39	10	Und	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero, tamanho nº 1. 55 mm, esterelidade: estéril, embalagem individual: embalagem individual.	4,03	4,21	0,18	R$ 1,80
40	10	Und	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero, tamanho nº 2. 65 mm, esterelidade: estéril, embalagem individual: embalagem individual	3,31	3,46	0,15	R$ 1,50
41	10	Und	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero, tamanho nº 3. 70 mm, esterelidade: estéril, embalagem individual: embalagem individual.	3,51	3,67	0,16	R$ 1,60
42	10	Und	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero: tamanho nº 4. 100mm, esterelidade: estéril, embalagem individual: embalagem individual.	4,02	4,20	0,18	R$ 1,80
43	10	Unid	Cânula orofaríngea guedel, material: polímero, tamanho nº 5. 110,0 mm, esterelidade: estéril, embalagem individual: embalagem individual	4,20	4,39	0,19	R$ 1,90
44	10	Und	Filtro umidificador e trocador de calor, bacteriano viral com traqueia corrugada 15/22, extensível de 15cm, filtragem bidirecional, idrofóbico/higroscópio/eletrostático, capnógrafo luer lock, volume 200-1500ml, saída de umidade 31mg/l, eficiência de filtração 99,99%, resistência 200pa.	45,03	47,11	2,08	R$ 20,80
45	500	Uni	Eletrodo descartável p/ monitorização cardíaca, infantil, com pino de aço inox, contrapino de prata, adesivo hipoalergênico, capa protetora do adesivo, gel condutor, não estéril.	0,40	0,41	0,01	R$ 5,00
46	1000	Uni	Eletrodo descartável p/ monitorização cardíaca, adulto, com pino de aço inox, contrapino de prata, adesivo hipoalergênico, capa protetora do adesivo, gel condutor, não estéril.	0,43	0,44	0,01	R$ 10,00
					Total	**R$ 985,47**	

LOTE 05: EMERGENCIA E REANIMAÇÃO / RESGATE E IMOBILIZAÇÃO - EXCLUSIVO REGIONAL							
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Valor antigo**	**Valor novo**	**Diferença entre os valores**	**Total**

1	6	Unid	Reanimador ambu adulto, material: silicone, tipo: manual, capacidade: cerca de 1.600ml, características adicionais: máscara tipo concha, rígida e translúcida, componentes: válvula de não reinalação, esterilidade: esterilizável	115,29	120,63	5,34	R$ 32,04
2	3	Unid	Reanimador ambu pediatrico, material: silicone, tipo: manual, capacidade: cerca de 500 ml, características adicionais: máscara tipo concha, rígida e translúcida, componentes: válvula de não reinalação, esterilidade: esterilizável.	94,76	99,15	4,39	R$ 13,17
3	3	Unid	Reanimador ambu neonatal, material: silicone, tipo: manual, capacidade: cerca de 250 ml, características adicionais: máscara tipo concha, rígida e translúcida, componentes: válvula de não reinalação, esterilidade: esterilizável.	86,96	90,99	4,03	R$ 12,09
4	10	Uni	Pá eletrodo com conector para desfibriladores descartáveis - adulto (instramed)	892,59	934,00	41,41	R$ 414,10
5	10	Unid	Pá eletrodo com conector para desfibriladores descartáveis - infaltil (instramed)	888,04	929,24	41,20	R$ 412,00
6	30	Und	Tala aramada moldável recoberta de espuma tipo talafix tam p, 53x08cm. Material de imobilizacao p/transporte de vitimas, do tipo tala moldavel aramada com finalidade de imobilizacao temporaria de membros, confeccionado em espuma anti alergica e grade metalica.	16,26	17,01	0,75	R$ 22,50
7	30	Und	Tala aramada moldável recoberta de espuma tipo talafix tam pp, 30x08cm. Material de imobilizacao p/transporte de vitimas, do tipo tala moldavel aramada com finalidade de imobilizacao temporaria de membros, confeccionado em espuma anti alergica e grade metalica.	14,83	15,51	0,68	R$ 20,40
8	30	Und	Tala aramada moldável recoberta de espuma tipo talafix tam m, 63x09cm. Material de imobilizacao p/transporte de vitimas, do tipo tala moldavel aramada com finalidade de imobilizacao temporaria de membros, confeccionado em espuma anti alergica e grade metalica.	17,33	18,13	0,80	R$ 24,00
9	30	Und	Tala aramada moldável recoberta de espuma tipo talafix tam g, 86x10cm. Material de imobilizacao p/transporte de vitimas, do tipo tala moldavel aramada com finalidade de imobilizacao temporaria de membros, confeccionado em espuma anti alergica e grade metalica.	20,82	21,78	0,96	R$ 28,80
10	2	Unid	Bolsa para resgate vermelha para atendimento pré-hospitalar aph, decorada com estampa da cruz da vida, com bolsos laterias e frontais, costura dupla, forro em tnt, faixas refletivas frontais e zíper de qualidade, impermeavel e lavável, com alça larga de 50 mm em naylon. Tamanho: altura 28cm, largura 60 cm, profundidade 24 cm.	336,94	352,57	15,63	R$ 31,26
11	30	Und	Colar de resgate em polietileno de alta densidade, revestido em eva, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca. Tamanho pp	26,84	28,08	1,24	R$ 37,20
12	30	Und	Colar de resgate em polietileno de alta densidade, revestido em eva, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca. Tamanho p.	28,79	30,12	1,33	R$ 39,90
13	30	Und	Colar de resgate em polietileno de alta densidade, revestido em eva, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca. Tamanho m	31,64	33,10	1,46	R$ 43,80
14	30	Und	Colar de resgate em polietileno de alta densidade, revestido em eva, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca. Tamanho g	32,07	33,55	1,48	R$ 44,40
15	30	Und	Colar de resgate em polietileno de alta densidade, revestido em eva, velcro, suporte mentoniano, abertura frontal para análise do pulso carotídeo e abertura para palpação e ventilação da nuca. Tamanho gg	32,88	34,40	1,52	R$ 45,60
16	12	Und	Conjunto de cintos para imobilização (cinto aranha), confeccionado em fitas de nylon, em cores, fixado por fitas em velcro de 50 mm de largura.	77,42	81,01	3,59	R$ 43,08
17	10	Und	Imobilizador lateral de cabeça, confeccionado em espuma injetada, impermeável, propicia imobilização para cabeça e região cervical, contendo tirantes de fixação para testa e queixo, com pontos para verificação de saída de líquido pelo ouvido.	153,25	160,36	7,11	R$ 71,10
18	7	Rl	Fita tipo cadarço algodão - 50m. Confeccionado em algodão, antialergênica, atóxica, macia, medida: com largura aproximadamente de 1,2 cm, comprimento 50m	7,00	7,32	0,32	R$ 2,24
					Total	**R$ 1.337,68**	

LOTE 06: LARINGOSCOPIA E INTUBAÇÃO - EXCLUSIVO REGIONAL

Item	Undd	Qtdd	Objeto	Valor antigo	Valor novo	Diferença entre valores	Total
1	1	Und	Cabo para laringoscópio adulto aço inox, encaixe universal; fabricado em aço inoxidável á, encaixe universal; á prova de ferrugem; acabamento acetinado para redução do brilho; esterilizável e autoclavável	310,39	324,79	14,40	14,40
2	1	Und	Cabo para laringoscópio infantil aço inox, encaixe universal; fabricado em aço inoxidável á, encaixe universal; á prova de ferrugem; acabamento acetinado para redução do brilho; esterilizável e autoclavável	260,07	272,13	12,06	12,06
3	1	Unid	Lâmina para laringoscópio infantil tipo curva n° 0. Material aço inoxidável	129,11	135,10	5,99	5,99
4	1	Unid	Lâmina para laringoscópio infantil tipo curva n° 1 material aço inoxidável	124,75	130,53	5,78	5,78
5	1	Unid	Lâmina para laringoscópio infantil tipo curva n° 2 material aço inoxidável	129,54	135,55	6,01	6,01
6	1	Und	Lâmina para laringoscópio n°.1 material aço inoxidável	127,56	133,47	5,91	5,91
7	3	Und	Lâmina para laringoscópio tipo curva n° 2 material aço inoxidável	124,77	130,55	5,78	17,34
8	3	Und	Lâmina para laringoscópio n°. 2 material aço inoxidável	145,88	152,64	6,76	20,28
9	3	Und	Lâmina para laringoscópio n°. 3 material aço inoxidável	153,27	160,38	7,11	21,33
10	3	Und	Lâmina para laringoscópio n°. 4 material aço inoxidável	143,99	150,67	6,68	20,04
11	3	Und	Lâmina para laringoscópio n°. 5 material aço inoxidável	144,43	151,13	6,70	20,10
12	10	Und	Lâmpada 2,7v para laringoscópio convencional.	68,78	71,97	3,19	31,90
13	20	Und	Fio guia de intubação tamanho adulto (mandril tipo vareta) em cobra flexível cromado. 3,6x420, 0 mm.	68,72	71,90	3,18	63,60
14	10	Und	Fio guia de intubação tamanho infantil (mandril tipo vareta em cobre flexível cromado. 2,0x300, 0 mm.	55,11	57,66	2,55	25,50
					Total	**R$ 270,24**	

LOTE 07: EQUIPAMENTOS DE DIAGNÓSTICOS E DE MONITORIZAÇÃO - EXCLUSIVO REGIONAL

Item	Undd	Qtdd	Objeto	Valor Antigo	Valor Novo	Diferença entre valores	total
1	10	Und	Esfigmomanômetro infantil - circunferência 15-29 esfigmomanômetro, analógico, aneróide, de braço, até 300 mmhg, braçadeira em tecido, fecho em metal, infantil. Codigo: com certificado do inmetro	135,44	141,72	6,28	62,80
2	60	Und	Esfigmomanômetro adulto - circunferência 24-30 esfigmomanômetro, analógico, aneróide, de braço, até 300 mmhg, braçadeira em tecido, fecho em metal, adulto. Codigo: com certificado do inmetro	130,18	136,22	6,04	362,40
3	40	Und	Esfigmomanômetro adulto obeso - circunferência 30-38 esfigmomanômetro, analógico, aneróide, de braço, até 300 mmhg, braçadeira em tecido, fecho em velcro, adulto obeso. Codigo: com certificado do inmetro.	139,65	146,12	6,47	258,80
4	10	Unidd	Aparelho medidor de pressão digital – braço adulto (esfigmomanômetro). Especificações mínimas do produto:tamanho: adulto; tipo: braço;característica adicional: c/ frequencímetro; cor branco;material nylon; faixa de medição 30 até 300 mmhg.	232,69	243,48	10,79	107,90
5	30	Und	Estetoscópio com olivas, diafragma de alta sensibilidade para conversão em diferentes formas de uso adulto e auscultador de tubo duplo	36,08	37,75	1,67	50,10
6	10	Unid	Estetoscópio com olivas, diafragma de alta sensibilidade para conversão em diferentes	40,31	42,18	1,87	18,70

			formas de uso pediátrico e auscultador de tubo duplo.				
7	10	Und	Monitor de glicemia, portátil, digital, tipo amostra de sangue capilar, operação até 600mg/dl.	97,07	101,57	4,5	45,00
8	5	Unid	Detector fetal, tipo: portátil, ajuste: mecânico, visor digital, botão de controle, material: gabinete metálico, tipo de análise: ausculta bcf, fluxo sanguíneo, placenta e cordão, faixa medição: bcf até cerca de 2,2mhz, fonte de alimentação: à bateria, componentes: com alto falante, transdutor, outros componentes: entrada auxiliar. Monitor fetal (sonar doppler)	885,576	926,66	41,084	205,42
9	6	Und	Otoscópio com lampada de led, lente giratória mínimo de 2 x, componentes: jogo de espéculos reutilizáveis.	547,98	573,40	25,42	152,52
10	5	Und	Oxímetro adulto - oxímetro uso médico faixa medição saturação 1: 0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 bpm, autonomia sistema 1: cerca 24 h, tipo: dedo, alimentação: pilha, acessórios: c/ sensor. Tela de led com 2 modos de visualização e com grafico de intensidade de pulso.	104,56	109,41	4,85	24,25
11	5	Und	Oxímetro infantil - oxímetro uso médico faixa medição saturação 1: 0 a 100%, faixa medição pulso 1: cerca de 20 a 250 bpm, autonomia sistema 1: cerca 24 h, tipo: dedo, alimentação: pilha, acessórios: c/ sensor. Tela de led com 2 modos de visualização e com grafico de intensidade de pulso.	138,68	145,11	6,43	32,15
12	5	Und	Termohigrômetro digital de max/min com cabo, com função interna e externa, fabricado em plástico abs. Sensor com ponteira em aço inox. Displays de cristal liquido de três dígitos. Reset unificado. Escala em graus "c" e "f". Cabo de aproximadamente 2m80cm . Medidas aproximadas de 130 x 70x18mm. Para uso em geladeira e caixas térmicas.	130,49	136,54	6,05	30,25
13	25	Und	Termometro clinico - digital termômetro clínico, digital, até 45 °c, uso axilar e oral, c/ alarmes, memória última medição, embalagem individual.	20,73	21,69	0,96	24,00
14	100	Rl	Papel para impressão ecg - uso hospitalar, material:termosensível, aplicação :p/ cardiotocógrafo, dimensões: 80mm x 30m, apresentação:formulário contínuo, dobra em "z", compatibilidade:compatível com eletrocardiógrafos. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	28,39	29,70	1,31	131,00
15	10	Und	Termômetro digital de max/min com cabo, com função interna e externa, fabricado em plástico abs. Sensor com ponteira em aço inox. Displays de cristal líquido de três dígitos. Reset unificado. Escala em graus "c" e "f". Cabo de aproximadamente 2m80cm.	154,90	162,08	7,18	71,80
					Total	**R$ 1.577,09**	

LOTE 08: INSUMOS LABORATORIAIS, INSTRUMENTOS DE EXAME E CIRURGIA - EXCLUSIVO REGIONAL

Item	Undd	Qtdd	Objeto	Valor Antigo	Valor novo	Diferença entre os valores	Total
1	450	Und	Espéculo vaginal descartável estéril tam p c/ lubrificante.	2,04	2,13	0,09	40,50
2	300	Und	Espéculo vaginal descartável estéril tam m c/ lubrificante.	2,16	2,26	0,1	30,00
3	1	Und	Histerômetro com curva 32cm.	50,34	52,67	2,33	2,33
4	20	Und	Clamp umbilical.	2,55	2,66	0,11	2,20
5	400	Pct	Abaixador língua, material:madeira, tipo:descartável, comprimento:14 cm, formato:tipo espátula, embalagem individual, largura:1,50 cm, espessura:2 mm. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	7,14	7,47	0,33	132,00
6	10	Cx	Curativo ocular bilateral adulto. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade. Caixa c/ 20 unidades.	31,01	32,44	1,43	14,30
7	5	Cx	Curativo ocular bilateral infantil. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade. Caixa c/ 20 unidades.	31,50	32,96	1,46	7,30
8	50	Und	Óculos cirúrgico de proteção, transparente, de policarbonato com bloqueio de raios ultravioletas a e b.	7,34	7,68	0,34	17,00
9	40	Uni	Escova degermação, características adicionais embalada individualmente, componentes escova/esponja seca, uso estéril,descartável.	5,32	5,56	0,24	9,60
					Total	**R$ 255,23**	

LOTE 10: MATERIAIS DESCARTÁVEIS E DE PROTEÇÃO- COTA

Item	Undd	Qtdd	Objeto	Valor antigo	Valor novo	Diferença entre valores	Total
1	03	Pct	Lacre de segurança para uso hospitalar de16 cm numerado - 100 peças	18,62	19,48	0,86	2,58
2	13	Pct	Lençol descartável, material: tnt, dimensões aproximadas: 200x90cm com elástico. Pacote com 10 unid.	5,64	5,90	0,26	3,38
3	50	Rolo	Lençol descartável uso hospitalar cerca de 70cm x 50 m em rolo depapel. Contendo dados de identificação , nº de lote,, data de fabricação e validade.	**Onde se lê:** 7,70 **Leia-se:** 5,70	5,96	0,26	13,00
4	25	Pct	Saco plástico, lixo, uso: acondicionamento de resíduos hospitalares/infectantes, cor: branco leitoso, capacidade: 100 litros, apresentação: com solda contínua, homogênea e uniforme, pacote com 100 unidades. O símbolo infectante obedecendo a norma nbr 7500, seguem as normas 9191 da abnt e a resolução da anvisa.	18,28	19,12	0,84	21,00
5	25	Pct	Saco plástico, lixo, uso: acondicionamento de resíduos hospitalares/infectantes, cor: branco leitoso, capacidade: 60 litros, apresentação: com solda contínua, homogênea e uniforme, pacote com 100 unidades. O símbolo infectante obedecendo a norma nbr 7500, seguem as normas 9191 da abnt e a resolução da anvisa.	15,40	16,11	0,71	17,75
6	25	Pct	Sapatilha hospitalar, tipo propé, material não tecido 100% polipropileno uso manual, modelo com elástico, cor branca, gramatura cerca de 30g/m², tamanho único, uso descartável. Embalagem com 50 pares.	2,53	2,64	0,11	2,75
7	5	Uni	Protetor facial 100% transparente, confeccionado em pet polipropileno com liner protetor, visor com regulagem de ângulo (basculante), evita o contato com gotículas, saliva e fluídos, pode ser lavado com água e sabão e higienizado com álcool e água sanitária, dimensão aproximada montado 30x24cm.	9,87	10,32	0,45	2,25
8	25	Rl	Fita adesiva hospitalar 16mm x 50m, em papel crepado, medindo 16mm de largura x 50 metros de comprimento, devendo a superfície ser impregnada de substancia adesiva uniformemente enrolada em dorso de papelão, apropriado para uso hospitalar, indicada para o fechamento de pacotes, vedação de portas, janelas e frascos, além de aplicações em geral em superfícies lisas de papel, borracha, vidro, metal, tecidos, paredes, etc. Aceita a escrita a tinta ou a lápis, de fácil remoção, embaladas individualmente em saco plástico constando externamente os dados de identificação, procedência, data de fabricação, validade, número do lote e registro no m.s.	2,05	2,14	0,09	2,25
9	8	Rl	Fita adesiva para autoclave de temperatura, uso em autoclave, com boa aderência e com alteração de coloração após exposição a alta temperatura, embalado em rolo de 19mmx 30mm, em material que garanta a integridade do produto.	2,69	2,81	0,12	0,96
10	2	Pct	Abraçadeira de nylon (lacre). Pacote com 1000 abracadeira 2,5x100 cor preto.	54,22	56,73	2,51	5,02
11	1.250	Pct	Papel toalha, interfoliado, branco, 100% fibra de celulose virgem, formato aproximado 23x1cm, com duas ou três dobras, folhas sem apresentar furos, deformidades ou esfarelamento, com resistência elevada à umidade, alta absorção, gramatura mínima 28g/m², não reciclado. Pacote com 1000 folhas.	8,88	9,29	0,41	512,50
					Total	**R$ 583,44**	

LOTE 11: RECIPIENTES, ARMAZENAMENTO E USO GERAL - EXCLUSIVO REGIONAL

Item	Undd	Qtdd	Objeto	Valor Antigo	Valor novo	Diferença entre valores	Total

1	50	Und	Coletor de urina unissex infantil capacidade para 200ml de alta adesividade não estéril.	4,58	4,79	0,21	10,50
2	200	Und	Coletor universal, polipropileno transparente, com tampa, sistema de vedação tipo rosca, 80ml. (endemias)	0,92	0,96	0,04	8,00
3	700	Und	Coletor de material perfuro-cortante 7l papel cartão duplo e encerado que evite vazamento de fluídos e líquidos, dupla trava, duplo revestimento interno de sacola com bandeja pré-montada e alça dupla. Contendo informações como material infectante, simbologia, com tabela para identificação, capacidade (7l). Segundo normas padronizadas para desprezo de material perfuro-cortante.	6,52	6,82	0,30	210,00
4	200	Und	Coletor de material perfuro-cortante 13l papel cartão duplo e encerado que evite vazamento de fluídos e líquidos, dupla trava, duplo revestimento interno de sacola com bandeja pré-montada e alça dupla. Contendo informações como material infectante, simbologia, com tabela para identificação, capacidade (13l). Segundo normas padronizadas para desprezo de material perfuro-cortante.	8,46	8,85	0,39	78,00
5	3	Und	Suporte para coletor de material perfuro cortante 07 litros, fabricado em arame, com parafusos e buchas para fixação.	29,34	30,70	1,36	4,08
6	3	Und	Suporte para coletor de material perfuro cortante 13 litros, fabricado em arame, com parafusos e buchas para fixação.	34,30	35,89	1,59	4,77
7	3	Und	Suporte para tubos de ensaio, 12 furos. (endemias)	40,10	41,96	1,86	5,58
8	500	Und	Recipiente nutrição enteral, material:plástico transparente, capacidade: 300 ml, componentes:com tampa rosqueada, alça, etiqueta, bico conector, graduação:graduado, esterilidade:estéril, atóxico, tipo uso:descartável, apresentação:embalagem individual.	1,94	2,03	0,09	45,00
9	50	Und	Tubo de ensaio em poliestireno cristal, medidas 12 x 75 mm.	3,06	3,20	0,14	7,00
10	10	Und	Tubo de silicone calibre 203 - peça c/ 15 metros, confeccionados em silicone de grau farmacêutico. Embalagem com 15 metros, contendo dados de identificação do produto, procedência, lote, validade e registro no ms.	174,91	183,02	8,11	81,10
11	10	Und	Tubo de silicone calibre 204 - peça c/ 15 metros, confeccionados em silicone de grau farmacêutico. Embalagem com 15 metros, contendo dados de identificação do produto, procedência, lote, validade e registro no ms.	162,32	169,85	7,53	75,30
12	5	Und	Placas de petri, poliestileno de alta transparência, superfície plana, esterilização por óxido de etileno, 90x15mm. (endemias)	4,54	4,75	0,21	1,05
13	2	Und	Caixa organizadora tipo maleta de primeiros socorros, cor branco leitoso com símbolo de medicamentos, alça e fechos na cor vermelha. Tipo maleta medicamentos	113,33	118,58	5,25	10,50
14	5	Undd	Caixa térmica em polietileno com termômetro digital , capacidade de 05 litros, ideal para transporte de vacinas, com tampa e alça.	260,03	272,09	12,06	60,30
15	5	Und	Caixa térmica em polietileno com termômetro digital , capacidade de 15 litros, ideal para transporte de vacinas, com tampa e alça.	328,68	343,93	15,25	76,25
16	5	Und	Caixa térmica em polietileno com termômetro digital , capacidade de 26 litros, ideal para transporte de vacinas, com tampa e alça.	373,90	391,24	17,34	86,70
17	5	Undd	Caixa térmica em polietileno com termômetro digital , capacidade de 45 litros, ideal para transporte de vacinas, com tampa e alça.	679,88	711,42	31,54	157,70
18	5	Und	Cuba redonda em aço inoxidável para uso hospitalar, para assepsia medida aproximadas 11 a 12 cm - capacidade 400 ml	61,06	63,89	2,83	14,15
19	5	Und	Cuba em aco inoxidavel - formato rim - 26x12x6cm cuba uso hospitalar, aço inox, tipo rim, cerca de 700 ml.	90,80	95,01	4,21	21,05
20	50	Und	Almotolia, em polietileno (plástico), bico curvo, longo, estreito, com protetor, tampa em rosca, transparente, 250ml.	4,49	4,69	0,20	10,00
21	100	Und	Almotolia, em polietileno (plástico), bico reto, longo, estreito, com protetor, tampa em rosca, transparente, 250ml.(250 ml).	4,21	4,40	0,19	19,00
22	3	Und	Bandeja, material: aço inoxidável, tipo: lisa, dimensões: cerca de 30x20x4cm, esterilidade: esterilizável.	111,99	117,18	5,19	15,57
23	3	Und	Bandeja, material: aço inoxidável,tipo: lisa, dimensões: cerca de 42x30x4,5 cm, esterilidade: esterilizável.	126,10	131,95	5,85	17,55
24	1	Und	Bandeja, material: aço inoxidável, tipo: rasa, dimensões: cerca de 09x22x1,5cm, esterilidade: esterilizável.	66,59	69,67	3,08	3,08
25	1	Und	Bandeja, material: aço inoxidável, tipo: rasa, dimensões: cerca de 17x22,5x1,5cm, esterilidade: esterilizável.	63,44	66,38	2,94	2,94
26	50	Undd	Gelo artificial rígido reutilizável cor azul - 400 ml	6,73	7,04	0,31	15,50
27	50	Undd	Gelo artificial rígido reutilizável cor azul - 550 ml	7,86	8,22	0,36	18,00
28	50	Undd	Gelo artificial rígido reutilizável cor azul - 750 ml	10,89	11,39	0,50	25,00
					Total	**R$ 1.083,67**	

LOTE 13: CURATIVOS E MATERIAIS DE GAZE- COTA							
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Valor antigo**	**Valor novo**	**Diferença entre os valores**	**Total**
1	25	Rl	Algodão, tipo: hidrófilo, apresentação:em rolo, embalado em mantas uniformes, separadas por papel apropriado (azul) em toda sua extensão, de modo que todo o corpo do cilindro esteja coberto pelo papel. Material:alvejado, purificado, isento de impurezas, esterilidade: não estéril, embalagem 500g contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	10,79	11,29	0,50	12,50
2	250	Pct	Compressa de gaze hidrófila 7,5 x 7,5, confeccionado com 13 fios em tamanho nominal de 7,5 x 7,5 cm, com 8 camadas, 5 dobras. A compressa aberta tem aproximadamente uma área de 450 cm, cor branca, isentas de impurezas, substancias gordurosa, amido, corantes corretivos, bordas devidamente voltadas p/ dentro, que evita soltura de fios, isenta de defeitos prejudiciais a sua perfeita utilização, embalada em pacote plástico com 500 unidades,	21,00	21,97	0,97	242,50
3	18	Rl	Compressa de gaze tipo queijo, não estéril, confeccionada em tecido 100% algodão hidrófilo não estéril, em rolo 13 fios, com 05 dobras e 08 camadas cor branca. 9,1cm x 91 metros, embalagem contendo dados de identificação do produto, data fabricação, validade, procedência, lote e registro na anvisa.	44,56	46,62	2,06	37,08
4	5	Cx	Curativo trasnparente caixa com 10 unidades	18,22	19,06	0,84	4,20
5	3	Cx	Curativo absorvente adesivo hipo-alérgico para uso após punção venosa ou aplicação de injeções. Sem latex e solventes, caixa com mínimo 500 unidades. (adulto)	13,76	14,39	0,63	1,89
6	2	Cx	Curativo absorvente adesivo hipo-alérgico para uso após punção venosa ou aplicação de injeções. Sem latex e solventes, caixa com mínimo 500 unidades. (infantil)	14,475	15,14	0,665	1,33
7	125	Rl	Esparadrapo impermeável extra flexível tecido 100% algodão, com tratamento acrílico adesivo a base de oxido de zinco e borracha natural e resinas, cor branca, que não desfie as bordas, fácil de rasgar. 10cm x 4,5m, com capa.	6,86	7,17	0,31	38,75
8	175	Rl	Fita microporosa 2,5cmx10m, fita cirúrgica, constituída de rayon viscoso não trancado, poroso, extra flexível, superfície adesiva impregnada de substancia a base de éter sintético quimicamente inerte, medindo 50mm de largura x 10m de comprimento, hipoalérgico, constando na embalagem os dados de identificação, procedência, fabricação, validade, número de lote e registro no m.s	2,31	2,41	0,10	17,50
9	175	Rl	Fita microporosa 5cmx10m, fita cirúrgica, constituída de rayon viscoso não trancado, poroso, extra flexível, superfície adesiva impregnada de substancia a base de éter sintético quimicamente inerte, medindo 50mm de largura x 10m de comprimento, hipoalérgico, constando na embalagem os dados de identificação, procedência, fabricação, validade, número de lote e registro no m.s.	4,11	4,30	0,19	33,25
10	13	Pct	Atadura ortopédica de algodão 20 cm de largura por 1,8m de comprimento pacote c/ 12 unidades. Confeccionadas a partir de fibras 100% algodão cru, em rolos com textura e espessura uniformes. A embalagem deve conter: identificação, quantidade, procedência,	16,95	17,73	0,78	10,14

			data de fabricação, validade, lote, registro na anvisa.				
11	25	Und	Atadura ortopédica de algodão 10cm de largura por 1,8m de comprimento, confeccionadas a partir de fibras 100% algodão cru, em rolos com textura e espessura uniformes. A embalagem deve conter: identificação, quantidade, procedência, data de fabricação, validade, lote, registro na anvisa.	2,06	2,15	0,09	2,25
12	25	Und	Atadura ortopédica de algodão 15cm de largura por 1,8m de comprimento, confeccionadas a partir de fibras 100% algodão cru, em rolos com textura e espessura uniformes. A embalagem deve conter: identificação, quantidade, procedência, data de fabricação, validade, lote, registro na anvisa. .	1,91	1,99	0,08	2,00
13	75	Pct	Atadura de crepe 10cm x 4,5m 13 fios pct c/ 12 und. Esterilidade:estéril, uso único, embalagem:embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	6,15	6,43	0,28	21,00
14	50	Pct	Atadura de crepe 12cm x 4,5m 13 fios pct c/ 12 und. Esterilidade:estéril, uso único, embalagem:embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade	6,92	7,24	0,32	16,00
15	75	Pct	Atadura de crepe 15cm x 4,5m 13 fios pct c/ 12 und.. Esterilidade:estéril, uso único, embalagem:embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	7,28	7,61	0,33	24,75
16	25	Pct	Atadura de crepe 20cm x 4,5m 13 fios pct c/ 12 und. Esterilidade:estéril, uso único, embalagem:embalagem individual. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	8,57	8,96	0,39	9,75
17	25	Rl	Atadura gessada 10 cm de largura por 2 m de comprimento, enrolada sobre eixo plástico rígido, com gesso em camadas uniformes impregnado sobre uma tela de tecido tipo giro inglês 100% algodão ou sobre gaze de algodão com 15 fios por cm², acabamento lateral com corte sinuoso (zig-zag) para evitar desfiamento. Deve conter identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação, validade e registro no ministério da saúde.	11,27	11,79	0,52	13,00
18	25	Rl	Atadura gessada 15 cm de largura por 2 m de comprimento, enrolada sobre eixo plástico rígido, com gesso em camadas uniformes impregnado sobre uma tela de tecido tipo giro inglês 100% algodão ou sobre gaze de algodão com 15 fios por cm², acabamento lateral com corte sinuoso (zig-zag) para evitar desfiamento. Deve conter identificação do produto, fabricante, lote, data de fabricação, validade e registro no ministério da saúde.	16,08	16,82	0,74	18,50
19	8	Und	Bota de unna, composição: óxido zindo, óleo castor, petrolado branco e água, tamanho 10,16 cm x 9,14 m, base: em gaze elástica, tipo: embalgem individual, esteridalide: estéril	25,19	26,35	1,16	9,28
20	8	Und	Bota de unna, composição: óxido zindo, óleo castor, petrolado branco e água, tamanho 7,5 cm x 6 m, base: em gaze elástica, tipo: embalgem individual, esteridalide: estéril	24,84	25,99	1,15	9,20
21	2	Rl	Malha tubular ortopédica 4cm x 15m tecido de fibras sintéticas de poliéster que retém a umidade e que proteja a pele do paciente do contato direto com o gesso sintético.	6,07	6,35	0,28	0,56
22	10	Rl	Papel grau cirúrgico – rolo 10cm x 100m. Composto de papel grau cirúrgico e filme laminado poliéster/polipropileno. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	36,45	38,14	1,69	16,90
23	25	Rl	Papel grau cirúrgico – rolo 15cm x 100m. Composto de papel grau cirúrgico e filme laminado poliéster/polipropileno. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	48,45	50,69	2,24	56,00
24	25	Rl	Papel grau cirúrgico – rolo 20cm x 100m. Composto de papel grau cirúrgico e filme laminado poliéster/polipropileno. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	61,61	64,46	2,85	71,25
25	13	Rl	Papel grau cirúrgico – rolo 30cm x 100m. Composto de papel grau cirúrgico e filme laminado poliéster/polipropileno. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade	90,79	95,00	4,21	54,73
26	8	Und	Tala de papelão. Descartável e dobrável,bem estruturada e firme, de fácil dobragem e com furos para passagem de amarras. Tam. P. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade	1,52	1,59	0,07	0,56
27	8	Und	Tala de papelão. Descartável e dobrável,bem estruturada e firme, de fácil dobragem e com furos para passagem de amarras. Tam. Pp. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	1,49	1,55	0,06	0,48
28	8	Und	Tala de papelão. Descartável e dobrável,bem estruturada e firme, de fácil dobragem e com furos para passagem de amarras. Tam. M. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade.	1,82	1,90	0,08	0,64
29	8	Und	Tala de papelão. Descartável e dobrável,bem estruturada e firme, de fácil dobragem e com furos para passagem de amarras. Tam. G. Contendo dados de identificação, nº de lote, data de fabricação e validade	2,21	2,31	0,10	0,80
					Total	**R$ 726,79**	

LOTE 16: SUTURAS- EXCLUSIVO REGIONAL							
Item	**Undd**	**Qtdd**	**Objeto**	**Valor Antigo**	**Valor Novo**	**Diferença entre os valores**	Total
1	2	Cx	Fio catgut simples 0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	96,10	100,55	4,45	8,90
2	1	Cx	Fio catgut simples 0 c/ agulha de 4,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	112,99	118,23	5,24	5,24
3	2	Cx	Fio catgur simples 2,0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	99,60	104,22	4,62	9,24
4	1	Cx	Fio catgur simples 2,0 c/ agulha de 3,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	94,50	98,88	4,38	4,38
5	2	Cx	Fio catgut simples 3,0 c/agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	98,80	103,38	4,58	9,16
6	1	Cx	Fio catgut simples 3,0 c/agulha de 3,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	73,30	76,70	3,40	3,40
7	2	Cx	Fio catgut simples 4,0 c/ agulha de 2.0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	100,10	104,74	4,64	9,28
8	1	Cx	Fio catgut simples 4,0 c/ agulha de 3.0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	102,40	107,15	4,75	4,75
9	15	Cx	Fio nylon 2,0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	41,10	43,00	1,90	28,50
10	15	Cx	Fio nylon 2,0 c/ agulha de 3,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	39,80	41,64	1,84	27,60
11	15	Cx	Fio nylon 3,0 c/agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	38,80	40,60	1,80	27,00
12	20	Cx	Fio nylon 3,0 c/ agulha de 2,5 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	37,90	39,65	1,75	35,00
13	10	Cx	Fio nylon 4,0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	41,30	43,21	1,91	19,10
14	10	Cx	Fio nylon 4,0 c/ agulha de 2,5 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	42,80	44,78	1,98	19,80
15	7	Cx	Fio nylon 5,0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	33,30	34,84	1,54	10,78
16	5	Cx	Fio nylon 6,0 c/ agulha de 2,0 cm com fio resistente ao manuseio com 24 unidades.	40,00	41,85	1,85	9,25
					Total	**R$ 231,38**	

TOTAL GERAL	**9.557,64**

VALOR DO ADITIVO: **R$ 207.703,46 (duzentos e sete mil setecentos e três reais e quarenta e seis centavos).**
VALOR DO REAJUSTE: **R$ 9.557,64 (nove mil quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta e quatro centavos).**

VALOR TOTAL: **R$ 217.261,10 (duzentos e dezessete mil duzentos e sessenta e um reais e dez centavos).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**
VIGÊNCIA: **Prorrogam-se por mais 12 (doze) meses.**
INICIO DA VIGÊNCIA: **02 de setembro de 2026.**
TÉRMINO DA VIGÊNCIA: **02 de setembro de 2027.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba - Pr, 02 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:C95E3457

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
DECRETO N° 68/2026

SÚMULA: Abre Crédito Adicional, no orçamento geral do município de Jundiaí do Sul, autorizado pela Lei Municipal n°. 802 de 22 de dezembro de 2025, para o exercício de 2026 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JUNDIAI DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

DECRETA:

Artigo 1°. Fica aberto no orçamento corrente, um Crédito Adicional no valor de R$ 258.188,75 (Duzentos e Cinqüenta e Oito Mil, Cento e Oitenta e Oito Reais e Setenta e Cinco Centavos), no exercício de 2026, conforme dotações abaixo:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
05	Departamento de Administração Geral	
05.001	ADMINISTRAÇÃO GERAL	
04.122.0010.2006	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
450	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	4.000,00
09	Departamento de Educação	
09.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0020.2031	PROGRAMA EDUCAÇÃO 25% DAS TRANSFERENCIAS CONTITUCIONAIS E IMPOSTOS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1820	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
11	Departamento de Esporte e Lazer	
11.001	GABINETE DO DIRETOR	
27.813.0023.2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2380	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
12	Departamento de Saúde	
12.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.302.0025.2051	MANUTENÇAÕ DA UNIDADE MISTA DE SAUDE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3062	00000-Recursos Ordinários (Livres)	105.451,63
10.301.0025.2047	PROGRAMA AGENTE COMUNITÁRIOS DE SAUDE	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2781	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.846,47
10.302.0025.2051	MANUTENÇAÕ DA UNIDADE MISTA DE SAUDE SÃO FRANCISCO DE ASSIS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3071	00000-Recursos Ordinários (Livres)	26.879,42
10.305.0025.2054	PROGRAMA MUNICIPAL DE PREVENÇÃO, CONTROLE E COMBATE A ENDEMIAS	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3331	00000-Recursos Ordinários (Livres)	2.011,23
10.301.0025.2049	PROGRAMA MUNICIPAL DE CUSTEIO COM RECURSOS ESTADUAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2990	00495-Atenção Básica	40.000,00
	SUBTOTAL	179.188,75
15	Depto. de Habitação, Urbanismo e Obras Públicas	
15.003	OBRAS	
15.451.0018.2080	PROGRAMA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA DIVISÃO DE OBRAS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4660	00504-Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	20.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4680	00000-Recursos Ordinários (Livres)	45.000,00
	SUBTOTAL	65.000,00
	TOTAL	258.188,75

Artigo 2º- Para dar cobertura ao Crédito aberto no artigo anterior, fica indicado como recurso o seguinte:

I - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso I da Lei Federal nº. 4.320/64, o Superávit Financeiro nas seguintes fontes de recursos:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00495	Atenção Básica	40.000,00
	TOTAL	40.000,00

II - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso II da Lei Federal nº. 4.320/64, o Excesso de Arrecadação nas seguintes rubricas de receitas e fontes de recursos:

III - Na forma do disposto no artigo 43, Parágrafo 1º, Inciso III da Lei Federal nº. 4.320/64, a anulação das seguintes dotações:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
02	Gabinete, Procuradoria, Controladoria	
02.001	GABINETE DO PREFEITO	
04.122.0010.2002	MANUTENÇÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
170	00000-Recursos Ordinários (Livres)	109.188,75
	SUBTOTAL	109.188,75
07	Departamento de Finanças	
07.002	TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
04.129.0010.2013	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
	SUBTOTAL	4.000,00
08	Depto. de Agricultura, Abast. e Meio Ambiente	
08.001	AGRICULTURA	
20.631.0010.2018	MANUTENÇÃO SALA MUNICIPAL DA CIDADANIA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1330	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
20.606.0018.2016	PROGRAMA DE INCENTIVO AO PRODUTOR RURAL	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1220	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
20.608.0010.2017	MANUTENÇAÕ DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
1310	00000-Recursos Ordinários (Livres)	20.000,00
	SUBTOTAL	45.000,00
09	Departamento de Educação	
09.001	EDUCAÇÃO	
12.361.0020.2026	DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - RECURSOS LIVRES	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1605	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
11	Departamento de Esporte e Lazer	
11.001	GABINETE DO DIRETOR	
27.813.0023.2038	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
3.3.90.31.00.00	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	
2350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	4.000,00
11.002	ESPORTES	
27.812.0023.2039	MANUTENÇÃO DO ESTADIO MUNICIPAL DE FUTEBOL NICANOR BUENO MENDES	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
2440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
15	Depto. de Habitação, Urbanismo e Obras Públicas	
15.002	URBANISMO	
15.451.0018.2071	PROGRAMA MUNICIPAL DAS ATIVIDADES DE URBANISMO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4190	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
	TOTAL	198.188,75

Artigo 3º- Ficam incluídas na programação financeira e no cronograma de desembolso os valores declarados no Artigo 2º, inciso II.

Artigo 4º- Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Jundiaí do Sul, 27 de agosto de 2026.

PAULO ROBERTO PEDRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:2F5B7D64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
REQUISIÇÃO DE RESSARCIMENTO INDIVIDUAL DE DIÁRIAS N°355

DADOS DO SERVIDOR					
Nome : Carlos Roberto de Oliveira Araujo.					Matrícula 8387
Cargo : Auxiliar de Serviços Gerais			CPF 982.406.259-91		RG 6.748.122-4
Setor/Órgão SAMA – Bem Estar Animal			Conta Corrente Poupança 000812746593-1		Banco/ NºAgência Caixa Economica Federal 0393
Solicitação de diária de ressarcimento de despesas conforme a NF 7431					
Destino(Dist. Aprox.) Curitiba			Período **25/08/2026**	a	**25/08/2026**
Hora de Saída 9:45			Hora de Retorno 15:30		
Transporte Veículo Oficial	X	Ônibus	Aéreo Outros		----------
Valor Diária (s) (R$) 38,67			Total a Receber (R$) 38,67		
Justificativa: Solicitação de diária de ressarcimento conforme a NF 7431de 25/08/2026. Despesas com refeição referente ao deslocamento até Curitiba para levar cães para atendimento emergencial no HPET.					
SOLICITAÇÃO DE DESLOCAMENTO / AUTORIZAÇÃO					
Solicito a utorização para realizar viagem de interesse do Serviço Público Municipal. Data Assinatura Servidor Atesto a viabilidade do deslocamento objeto da presente requisição. // Data Secretário(a) Municipal					
AUTORIZAÇÃO PREFEITO MUNICIPAL					
...../...../..... ..... Data **Diego Timbirussu Ribas** Prefeito Municipal					

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BDAFD5D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 029/2026 - PML

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 029/2026-PML
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº. 008/2026-PML
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 129/2026-PML
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

A Secretária Municipal de Saúde, em solicitação dirigida a este Gabinete, alega a necessidade da elaboração de processo de Inexigibilidade de Licitação, para atendimento às exigências legais e validação do processo referente ao Edital de Chamamento Público para fins de Credenciamento nº. 0082/2026-PML, que tem o objetivo CREDENCIAMENTO de Pessoas Jurídicas, interessadas na eventual Contratação da empresa credenciada para prestação de serviços especializados de hidroterapia, por pessoa jurídica habilitada, destinados ao atendimento de pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), pacientes com comorbidades que demandem tratamento hidroterapêutico mediante prescrição e laudo médico e pacientes beneficiários de decisões judiciais que determinem a realização das sessões, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item descrito no Edital de Chamamento Público nº 008/2026 – PML, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021., do Município de Loanda-Pr, pelos valores e serviços fixados no item da tabela abaixo, pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

Acolhendo a solicitação em epígrafe, bem como os pareceres técnicos, no qual demonstra viabilidade do pleiteado, nos Termos do inciso IV do Artigo 74, da Lei 14.133/21.

A U T O R I Z O a contratação direta das pessoas jurídicas, para atendimento dos serviços constantes nos quadros abaixo, de acordo com toda documentação integrante do Edital de Chamamento Público para fins de Credenciamento nº. 008/2026-PML, para a prestação de serviços especializados de Hidroterapia, para atendimento as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Loanda-Pr, conforme segue:

1º Lugar - ANDRESSA TIEMI DE ANRADE TANOUYE, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.612.793/0001-11:

Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	**Sessão de Hidroterapia:** Prestação de serviço especializado de hidroterapia, realizada individualmente por profissional devidamente habilitado e qualificado, em ambiente apropriado e seguro, com utilização de técnicas terapêuticas aquáticas voltadas à promoção da reabilitação física, neurológica, sensorial e funcional do paciente, conforme prescrição e indicação clínica. Cada sessão deverá possuir duração mínima de 50 (cinquenta) minutos, incluindo avaliação contínua da evolução terapêutica, planejamento e execução das atividades compatíveis com as necessidades específicas de cada paciente.	Sessão	3.750	R$ 82,86	R$ 310.725,00

2º Lugar - M. G. ACADEMIA FITNESS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº 15.148.940/0001-08:

Ordem	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. (R$)	Valor Total. (R$)
1	**Sessão de Hidroterapia:** Prestação de serviço especializado de hidroterapia, realizada individualmente por profissional devidamente habilitado e qualificado, em ambiente apropriado e seguro, com utilização de técnicas terapêuticas aquáticas voltadas à promoção da reabilitação física, neurológica, sensorial e funcional do paciente, conforme prescrição e indicação clínica. Cada sessão deverá possuir duração mínima de 50 (cinquenta) minutos, incluindo avaliação contínua da evolução terapêutica, planejamento e execução das atividades compatíveis com as necessidades	Sessão	3.750	R$ 82,86	R$ 310.725,00

	específicas de cada paciente.				

O Contrato a ser celebrado terá vigência pelo período de 12 (doze) meses, tendo a possibilidade de prorrogação de acordo com o art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

As despesas decorrentes do pagamento da referida empresa, correrão por conta da de dotação orçamentária própria, conforme a seguir:

10.007.10.301.0025.2.053.3.3.90.39.00.00. - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.007.10.301.0025.2.053.3.3.90.39.00.00. - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.007.10.301.0025.2.053.3.3.90.39.00.00. - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
10.007.10.301.0025.2.053.3.3.90.39.00.00. - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
Fonte: 1000, 1303, 1494, 1495
Código Reduzido: 1087, 1088, 1089, 1090

Cumpra-se.

Loanda-Pr., 02 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:84E16A7E

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RESULTADO DAS ANÁLISES DAS AMOSTRAS PE Nº 052/2026 - PML

ANÁLISE DE AMOSTRAS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

Eu Giovana Mickaelli Pires da Silva, Nutricionista (Portaria nº 086/2023), declaro para os devidos fins que analisei as amostras de acordo com a qualidade, sabor, odor, cor, rendimento e resultado após preparo.
O resultado da análise das amostras apresentadas pela empresa **J. E. ALIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 51.369.662/0001-74,** foram os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	MARCA	RESULTADO
01	CAFÉ EM PÓ, TORRADO, MOÍDO, 100% PURO, DE 1ª QUALIDADE, EXTRA-FORTE, EMBALAGEM ALUMINIZADA, COM 500 GRAMAS (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL) (ITEM PRINCIPAL).	PC	KATE KERO	APROVADA
02	CAFÉ EM PÓ, TORRADO, MOÍDO, 100% PURO, DE 1ª QUALIDADE, EXTRA-FORTE, EMBALAGEM ALUMINIZADA, COM 500 GRAMAS (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL) (ITEM RESERVADO).	PC	KATE KERO	APROVADA
03	LEITE EM PÓ INTEGRAL, LECITINA, CONTEM VITAMINAS E MINERIAS. NÃO CONTEM GLÚTEN. INSTANTÂNEO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE 400 GRAMAS (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL).	PC	ITALAC	APROVADA
04	LEITE COCO, PASTEURIZADO, HOMOGEINIZADO, COMPOSTO ING: LEITE DE COCO, ÁGUA, CONSERVADOR INS 202, INS 211 E INS 223, ACIDULANTE INS 330 E ESPESSANTE INS 466. POR LEITE DE COCO E ÁGUA, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM DE VIDRO 200 ML (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL).	FRASCO	BOM COCO	APROVADA

Loanda, 02 de Setembro de 2026.

GIOVANA MICKAELLI PIRES DA SILVA
Nutricionista
Portaria nº 086/2023

ANÁLISE DE AMOSTRAS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

Eu Giovana Mickaelli Pires da Silva, Nutricionista (Portaria nº 086/2023), declaro para os devidos fins que analisei a amostra de acordo com a qualidade, sabor, odor, cor, rendimento e resultado após preparo.
O resultado da análise da amostra apresentada pela empresa **COMERCIAL BEIRA RIO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 40.138.949/0001-77,** foi o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	MARCA	RESULTADO
08	FONDAN DE LEITE PASTOSO, À BASE DE LEITE, AÇÚCAR, AMIDO DE MILHO, GLICOSE DE MILHO, SAL, BICARBONATO DE SÓDIO, CONSERVANTES BENZOATO, SORBATO DE POTÁSSIO E CITRATO DE SÓDIO. NÃO CONTÉM GLÚTEN. EMBALAGEM 400 GR (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL).	POTE	DA SERRA	APROVADA
14	TRIGO PARA QUIBE ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500 G (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL).	PC	D'MILLE	APROVADA
19	FARINHA DE ARROZ, DE 1ª QUALIDADE, CEREAL INFANTIL DIRECIONADO A DILUIÇÃO AO LEITE PARA PROMOVER MAIOR CRESCIMENTO À CRIANÇA, ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 400 G (APRESENTAR AMOSTRA EM	PC	D'MILLE	APROVADA

	EMBALAGEM ORIGINAL).			
34	REFRIGERANTE À BASE DE ÁGUA GASEIFICADA, AÇÚCAR, EXTRATO DE NOZ DE COLA, CAFEÍNA, CORANTE CARAMELO IV ACIDULANTE E AROMA NATURAL, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 2 LITROS (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL).	FRASCO	GUARATUBA	APROVADA
35	REFRIGERANTE À BASE DE ÁGUA GASEIFICADA E EXTRATO VEGETAL DE GUARANÁ, AROMA NATURAL, ACIDULANTES CONSERVADORES E CORANTE DE CARAMELO, ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 2 LITROS (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL).	FRASCO	GUARATUBA	APROVADA

Loanda, 02 de Setembro de 2026.

GIOVANA MICKAELLI PIRES DA SILVA
Nutricionista
Portaria nº 086/2023

ANÁLISE DE AMOSTRAS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

Eu Giovana Mickaelli Pires da Silva, Nutricionista (Portaria nº 086/2023), declaro para os devidos fins que analisei as amostras de acordo com a qualidade, sabor, odor, cor, rendimento e resultado após preparo.
O resultado da análise das amostras apresentadas pela empresa **GALERA DA CESTA BÁSICA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 45.693.344/0001-61,** foram os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	MARCA	RESULTADO
07	SARDINHA EM CONSERVA DE ÓLEO DE SOJA 125G. ING: SARDINHA ÁGUA DE CONSTITUIÇÃO (AO PRÓPRIO SUCO), OLÉO VEGETAL DE SOJA E SAL. NÃO CONTÉM GLUTÉN. ACONDICIONADA EM LATAS DE 125 G (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL).	LATA	BEIRA ALTA	APROVADA
18	COCO RALADO DESIDRATADO E PARCIALMENTE DESENGORDURADO, NÃO ACRESCIDO DE AÇÚCAR CONSERVADOR INS 223. NÃO CONTÉM GLUTÉN. ACONDICIONADA EM EMBALAGEM DE 100 G (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL).	PC	INGÁ COCO	APROVADA

Loanda, 02 de Setembro de 2026.

GIOVANA MICKAELLI PIRES DA SILVA
Nutricionista
Portaria nº 086/2023

ANÁLISE DE AMOSTRAS
EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 52/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2026
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

Eu Giovana Mickaelli Pires da Silva, Nutricionista (Portaria nº 086/2023), declaro para os devidos fins que analisei as amostras de acordo com a qualidade, sabor, odor, cor, rendimento e resultado após preparo.
O resultado da análise das amostras apresentadas pela empresa **NOROESTE LICITAÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 38.852.363/0001-28,** foram os seguintes:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN.	MARCA	RESULTADO
22	PÃO DE FORMA DE 1ª QUALIDADE COM GLÚTEN ACONDICIONADO EM EMBALAGEM PLÁSTICA DE 500 G (APRESENTAR AMOSTRA EM EMBALAGEM ORIGINAL).	PC	PADOCA	APROVADA

Loanda, 02 de Setembro de 2026.

GIOVANA MICKAELLI PIRES DA SILVA
Nutricionista
Portaria nº 086/2023

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:D4860437

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 049/2026

PORTARIA Nº 049/2026

O Prefeito Municipal de Mallet/PR, PEDRO KOWALCZYK, no uso de suas atribuições legais (artigo 65, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Mallet);
CONSIDERANDO o disposto no art. 76 e seguintes do Estatuto dos Servidores de Mallet (Lei Municipal n° 632/99);
RESOLVE:

Art. 1. Tornar Público a concessão de férias aos funcionários abaixo indicados:

MAT.	NOME	PERÍODO AQUISITIVO		FRUIÇÃO	
354	ADRIANA SACHSER	30/06/2024	29/06/2025	22/09/2026	06/10/2026
5120	ALINE GOMES LINHARES	04/03/2025	03/03/2026	08/09/2026	17/09/2026
60589	DEBORA REGINA GALICKI	17/02/2025	16/02/2026	14/09/2026	28/09/2026
920	EZEQUIEL JACKOWSKI	03/03/2025	02/03/2026	01/09/2026	30/09/2026
60695	FRANCIANE BOROCZ	03/07/2025	02/07/2026	01/09/2026	30/09/2026
60420	FRANCIELI MARIA MARTINS PRINCIVAL	27/05/2025	26/05/2026	08/09/2026	27/09/2026
2508	HELIM CRISTINA SOUZA	30/05/2023	29/05/2024	08/09/2026	20/09/2026
60396	JAMYLE TECHELAK	13/05/2025	12/05/2026	23/09/2026	02/10/2026
2507	JULIANE MYGAS LEAL	03/11/2023	02/11/2024	08/09/2026	22/09/2026
4319	JULIANE VERBOSKI	14/09/2024	13/09/2025	01/09/2026	30/09/2026
4017	LUCAS JOSE MYSKIEVICZ	14/08/2025	13/08/2026	01/09/2026	30/09/2026
60505	LUCIANE MARIA ROGOSKI HORNY	10/10/2024	09/10/2025	22/09/2026	01/10/2026
60435	MARCELO TROJAN	03/06/2025	02/06/2026	14/09/2026	28/09/2026
2561	MARIA DE FÁTIMA SZCZEPKOWSKI	18/04/2025	17/04/202	01/09/2026	30/09/2026
60433	MATEUS FRANCISCO KRINSKI	03/06/2025	02/06/2026	14/09/2026	28/09/2026
60529	NELSON JUCTCHECHEN	08/01/2025	07/01/2026	01/09/2026	30/09/2026
60195	ROBSON MIRANDA DE LEMOS	01/03/2025	28/02/2026	14/09/2026	28/09/2026
60710	SOLANGE PREIDUM KOLODA	01/08/2025	31/07/2026	01/09/2026	30/09/2026
1379	SUELI APARECIDA DOMARADZKI	03/02/2024	02/02/2025	22/09/2026	06/10/2026
60570	VALDINEIA APARECIDA DE BARROS	03/02/2025	02/02/2026	14/09/2026	27/09/2026
60304	VALERIA SOKOLOWSKI	10/01/2025	09/01/2026	02/09/2026	01/10/2026

Art. 2. Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos na data de fruição de cada servidor acima indicado.

Prefeitura Municipal de Mallet, em 02 de setembro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Pirog
Código Identificador:AEBAB865

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 166/2026 - CONCEDE LICENÇA ESPECIAL (LICENÇA PRÊMIO) A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 166/2026

Súmula: Concede Licença Especial (Licença Prêmio) a servidora pública municipal, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Concede ***Licença Especial (Licença Prêmio)***, a servidora pública municipal abaixo elencado, regido pelo Regime Jurídico Estatutário, ocupante do respectivo cargo, a saber:

SERVIDOR	ADMISSÃO	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO			PERÍODO DE GOZO		
10866 TANIA MARILZA PINHEIRO DOS SANTOS	01/07/2011	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	01/01/2019	À	31/12/2023	02/09/2026	À	21/09/2026

Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia do mês de setembro ano de dois mil e vinte e seis (02/09/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:D3C0273B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2026

PUBLICAÇÃO

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE MANDIRITUBA, com sede à Praça Bom Jesus nº44, Centro, Mandirituba-PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.105.550/0001-37, neste ato representado pelo Senhor Prefeito Municipal, FELIPE CLAUDINO MACHADO, brasileiro, solteiro, matrícula funcional n.º 4346.

Validade das Atas de Registro de Preços é de 12 meses a partir de 28 de agosto de 2026.

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 84/2026
FORNECEDOR: ALM COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 28.921.456/0001-03, sediada na RUA EDUARDO PINTO DA ROCHA, Nº 159, ALTO BOQUEIRÃO, CURITIBA-PR, CEP 81.850-00, telefone n.º (41) 98896-6042, e-mail CONTATOALM@ALMSAUDENUTRICAO.COM.BR, neste ato por seu representante legal, ANA LUCIA DE MATOS, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 551.***.***-00.

ITEM	COTA	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL.
14	E	Alimento calórico protéico, preparado a base de leite enriquecida de vitamina e minerais com 100 % de proteína animal, sem adição de açúcares. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Nutren Active MARCA: SUSTEVIT/VITAFOR – LATA DE 400 GR	GR	180.000	R$ 0,066	R$ 11.880,00
16	E	Alimento para suplementação oral e enteral para pacientes idosos, com proteína de origem animal,e proteína isoladada de soja, vitamina D e cálcio e fibras. Produto com diluição em água e **isento de sabor**, **sem lactose.** Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Nutren Senior MARCA: SUSTAP SENIOR + ZERO LACTOSE/PROBENE – LATA DE 370 GR	GR	200.000	R$ 0,1128	R$ 22.560,00
17	E	Módulo/regulador intestinal composto de 4 a 5 cepas para casos de constipação, diarréia ou outros distúrbios intestinais. Isento de lactose e glúten. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Simfort MARCA: SIMFORT/VITAFOR - SACHÊ DE 2 GR	GR	3.600	R$ 1,115	R$ 4.014,00
18	E	Módulo de L-glutamina (100%) em pó, acondicionado em sachê, contendo a descrição das características do produto. Isento de lactose e glúten. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Glutamax MARCA: GLUTAMAX/VITAFOR – SACHÊ DE 10 GR	GR	10.800	R$ 0,223	R$ 2.408,40
19	E	Módulo de Triglicerídeos de Cadeia Média (TCM) enriquecido com ácidos graxos essenciais (AGE) destinados a nutrição enteral e/ou oral. Apresentação em embalagem a partir de 250 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a TCM com AGE / MCT COM AGE MARCA: MCT COM AGE/VITAFOR - FRASCO DE 250 ML	ML	3.000	R$ 0,1984	R$ 595,20
21	E	Módulo concentrado de fibras solúveis e insolúveis ideal para o equilíbrio funcional da microbiota intestinal. Embalagem a partir de 300g. Apresentar amostra Qualidade igual/superior a Mix Fiber MARCA: SUSTAP FIBRAS/PROBENE – LATA DE 300 GR	GR	2.000	R$ 0,1305	R$ 261,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 41.718,60 (quarenta e um mil, setecentos e dezoito reais e sessenta centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 85/2026
FORNECEDOR: INTEGRA SOLUCOES MEDICAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 24.658.613/0001-89, sediada na RUA PROFESSOR ULISSES VIEIRA, Nº 610, CURITIBA-PR, CEP 80.320-090, telefone n.º (41) 3011-9005, e-mail LICITACAO@INTEGRASM.COM.BR, neste ato por seu representante legal, MATILDE DIAS VICENTE, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 874.***.***-72.

ITEM	COTA	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL.
05	E	Alimento nutricionalmente completo para nutrição oral ou enteral normocalórico e normoproteíco desenvolvido para pessoas com diabetes e hiperglicemia. Isenta de sacarose, lactose e glúten. Apresentação em embalagem a partir 1000ml. Apresentar amostra. Qualidade igual / superior a Dianutri 1.0 / Diamax MARCA: PRODIET/DIAMAX IG 1L	ML	180.000	R$ 0,0279	R$ 5.022,00
15	L	Alimento para nutrição oral utilizado na recuperação nutricional de pacientes oncológicos com alterações no apetite e paladar. Com L-leucina e com densidade protéica a partir de 6 g/100ml. **Isento de sabor**. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Inmax MARCA: PRODIET/IMMAX 350G	GR	225.000	R$ 0,1999	R$ 44.977,50
28	E	Suplemento alimentar para pacientes portadores de diabetes tipo 1 e 2, diabetes gestacional ou hiperglicemia, em pó, para suplementação nutricional oral, com isomaltulose (carboidrato de lenta absorção com baixo índice glicêmico), inulina, proteínas, vitaminas, minerais, fibras e ômega-3.. Com restrição de sacarose, frutose, glicose e lactose. Com oferta mínima de 15g de proteína por porção, normocalórico, normo a hiperlipídico. Sabor baunilha ou sem sabor. Lata com 350 a 400g Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Diamax MARCA: PRODIET/DIAMAX IN 370G	GR	200.000	R$ 0,1011	R$ 20.220,00
29	E	Dieta nutricionalmente completa e balanceada, polimérica, normocalórica e normoproteica. A Base de Proteina Isolada de Soja Indicado para crianças a partir de 10 anos, adultos e idosos. Com no mínimo 30% de proteína animal de alta qualidade (caseinato e/ou proteína do soro do leite), para uso oral e enteral, com fácil diluição sem precisar de liquidificador ou mixer para a mesma. Apresentação padrão na forma de pó. Igredientes: Com no mínimo 30% de proteína animal de alta qualidade (caseinato e/ou proteína do soro do leite) Acrescida de vitaminas e minerais. Isenta de glúten, sacarose e de lactose adicionada. Embalagem: Apresentação em lata/pote 400 a 900 gramas com colher medida. Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Nutrisson Soya / Nutrisson Soya Fiber / Nutri Enteral Soy Trophic basic MARCA: PRODIET/TROPHIC BASIC ENTERAL 800G	GR	400.000	R$ 0,0665	R$ 26.600,00
35	R	Alimento para nutrição oral utilizado na recuperação nutricional de pacientes oncológicos com alterações no apetite e paladar. Com L-leucina e com densidade protéica a partir de 6 g/100ml. **Isento de sabor**. Apresentação em embalagem a	GR	75.000	R$ 0,1999	R$ 14.992,50

		partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Inmax MARCA: PRODIET/IMMAX 700G – 740G				

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 111.812,00 (cento e onze mil, oitocentos e doze reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 86/2026

FORNECEDOR: MN NUTRICAO LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 29.496.518/0001-40, sediada na RUA GENERAL OSORIO, Nº 3012, CENTRO, CASCAVEL-PR, CEP 85.802-070, telefone n.º (45) 3038-9444, e-mail LICITACAO@NUTRIKCAL.COM.BR, neste ato por seu representante legal, MARIA CLENIRA ALFF SOARES, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 283.***.***-10.

ITEM	COTA	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL.
03	E	Fórmula infantil destinada a lactantes com restrição a lactose. Adicionada de LC Pufas e nucleotídeos. Isenta de glúten e lactose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual /superior a Nan SL / Aptamil SL MARCA: APTAMIL SL (DANONE)	GR	117.200	R$ 0,1167	R$ 13.677,24
24	E	Fórmula infantil hipoalérgica para nutrição em terapia neonatal pediátrica de paciente com alergia a proteína do leite de vaca e/ou a soja com manifestações clinicas leves e moderadas sem quadros diarréicos. Ingredientes: proteína hidrolisada do soro do leite, com maltodextrina Isento de glúten, frutose e sacarose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Aptamil Pepti MARCA: APTAMIL PEPTI HMO (DANONE)	GR	140.000	R$ 0,20	R$ 28.000,00
25	E	Fórmula infantil para lactentes de 0 a 12 meses, **a base de proteína isolada de soja,** enriquecida com L-metionina como fonte de carboidratos 100% maltodextrina, acrescida de vitaminas e minerais e outros oligoelementos. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Aptamil Soja MARCA: APTAMIL SOJA (DANONE)	GR	160.000	R$ 0,0909	R$ 14.544,00
26	E	Fórmula infantil industrializada de partida de 0 a 36 meses, polimérica, nutricionalmente completa para nutrição enteral/oral. Hipercalórica (com densidade calórica 1.0 kcal/ml) e com oferta protéica de alto valor biológico. Isenta de sacarose e glúten. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Infantrini MARCA: INFRATRINI (DANONE)	GR	49.000	R$ 0,30	R$ 14.700,00
27	E	Fórmula infantil em pó para nutrição oral e enteral, em pó. Indicação para crianças de 03 a 10 anos Alimento em pó para nutrição oral ou enteral para crianças, nutricionalmente completo, podendo ser adicionado diretamente aos alimentos, podendo ser diluído nas seguintes apresentações: 1Kcal/ml; 1,25kcal/ml, 1,5Kcal/ml. Principal fonte de carboidratos a maltodextrina. Isento de lactose. SEM SABOR. Indicado para crianças em risco nutricional, desnutridas ou com desaceleração do crescimento, e/ou doenças crônicas, por exemplo fibrose cística, cardiopatias, doença celíaca etc., em pré ou pós-operatório. Embalagem de 300g . Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Fortini MARCA: FORTINI PLUS SEM SABOR (DANONE)	GR	200.000	R$ 0,119	R$ 23.800,00
32	E	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e/ou crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, soja, amido de batata. Fórmula à base de aminoácidos livres. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Alfamino MARCA: NEOCATE LCP (DANONE)	GR	10.000	R$ 0,33	R$ 3.300,00
33	R	Fórmula infantil à base de aminoácidos livres, para crianças de 01 a 10 anos que permanecem alérgicas a proteína do leite , soja e proteínas hidrolizadas . Densidade Calórica de1.0 kcal / ml . Não deve conter glúten e lactose. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoadvance MARCA: NEOADVANCE (DANONE)	GR	50.000	R$ 0,40	R$ 20.000,00
34	R	Suplemento infantil de nutrição oral e enteral desenvolvido para crianças com alergia à proteína do leite de vaca e que apresentam estagnação ou perda de peso, dificuldade ou seletividade alimentar. É um produto com 1.27kcal/mL e com alto teor de ferro, cálcio e vitamina D, nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento adequados. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoforte MARCA: NEOFORDE (DANONE)	GR	37.500	R$ 0,42	R$ 15.750,00
36	R	Fórmula infantil semi – elementar, hipoalérgica para lactentes de 0 a 12 meses, que apresentem diarréia crônica, ressecação intestinal extensa, desnutrição grave, alergia ao leite de vaca ou soja, composto de fonte protéica 100% soro do leite hidrolisado. Isento de sacarose e lactose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Pregomin MARCA: PREGOMIN PEPTI (DANONE)	GR	52.500	R$ 0,24	R$ 12.600,00
37	R	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e/ou crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, soja, amido de batata. Fórmula à base de aminoácidos livres. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Não deve conter soja e amido de batata em sua formulação, Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Neocate. MARCA: NEOCATE LCP (DANONE)	GR	85.000	R$ 0,33	R$ 28.050,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 174.421,24 (cento e setenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e um reais e vinte e quatro centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 87/2026

FORNECEDOR: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 03.612.312/0004-97, sediada na RUA JUDITE MELO DOS SANTOS, Nº 131, DISTRITO INDUSTRIAL, SÃO JOSÉ-SC, CEP 88.104-765, telefone n.º (48) 3344-4348, e-mail LICITACOES.SP@NUTRIPORT.COM.BR, neste ato por seu representante legal, SAMUEL CHAZAN BRIONES, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 296.***.***-56.

ITEM	COTA	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT. MÁXIMO	VALOR TOTAL MÁXIMO
09	L	Fórmula infantil à base de aminoácidos livres, para crianças de 01 a 10 anos que permanecem alérgicas a proteína do leite , soja e proteínas hidrolizadas . Densidade Calórica de1.0 kcal / ml . Não deve conter glúten e lactose. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoadvance MARCA: NEO ADVANCE – DANONE/LATA 400G	GR	150.000	R$ 0,3471	R$ 52.065,00
10	L	Suplemento infantil de nutrição oral e enteral desenvolvido para crianças com alergia à proteína do leite de vaca e que apresentam estagnação ou perda de peso, dificuldade ou seletividade alimentar. É um produto com 1.27kcal/mL e com alto teor de ferro, cálcio e vitamina D, nutrientes essenciais para o crescimento e desenvolvimento adequados. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Neoforte MARCA: NEOFORTE – DANONE/LATA 400G	GR	112.500	R$ 0,3657	R$ 41.141,25
23	L	Fórmula infantil semi – elementar, hipoalérgica para lactentes de 0 a 12 meses, que apresentem diarréia crônica, ressecação intestinal extensa, desnutrição grave, alergia ao leite de vaca ou soja, composto de fonte protéica 100% soro do leite hidrolisado. Isento de sacarose e lactose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Pregomin MARCA: PREGOMIN PEPTI – DANONE/ LATA 400G	GR	157.500	R$ 0,2003	R$ 31.547,25
31	L	Fórmula infantil para lactentes e de seguimento para lactentes e/ou crianças de primeira infância destinada a necessidades dietoterápicas específicas com restrição de lactose, soja, amido de batata. Fórmula à base de aminoácidos livres. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Não deve conter soja e amido de batata em sua formulação, Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Neocate. MARCA: NEOCARE LCP – DANONE / LATA 400G	GR	255.000	R$ 0,2873	R$ 73.261,50

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 198.015,00 (cento e noventa e oito mil e quinze reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2026

FORNECEDOR: NUTRI SAUDE PRODUTOS NUTRICIONAIS LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 47.426.022/0001-81, sediada na AV. CIDADE DE LEIRIA, Nº493, MARINGÁ-PR, CEP 87.013-280, telefone n.º (44) 99731-0063, e-mail NUTRISAUDEPRODUTOSNUTRICIONAIS@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, SERGIO BERGAMASCHO, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 885.***.***-91.

ITEM	COTA	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL.
01	E	Fórmula infantil de partida para lactantes até 6 meses com prebióticos. Isenta de glúten e sacarose. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual /superior Nestogeno 1 / Aptamil 1 MARCA: NESTLÉ/ NESTOGENO 1 400G	GR	590.000	R$ 0,0582	R$ 34.338,00
02	E	Fórmula infantil de seguimento para lactantes de seis a doze meses com prebiótico. Isenta de sacarose e glúten. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra Qualidade igual /superior Nestogeno 2 / Aptamil 2 MARCA: NESTLÉ/ NESTOGENO 2 400G	GR	640.000	R$ 0,0582	R$ 37.248,00
04	E	Alimento nutricionalmente completo para dieta enteral, hipercalórico (1.5 kcal /ml). Isento de lactose, sacarose e glúten com presença de fibras. Apresentação em embalagem a partir de 1000 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Isosource 1.5 MARCA: NESTLÉ/ISOSOURCE 1.5 1L	ML	900.000	R$ 0,0264	R$ 23.760,00
06		Fórmula modificada para nutrição enteral e oral especializada, destinada para o manejo dietético de pessoas com desconfortos intestinais que necessitem de fibras solúveis e maior aporte calórico. Hipercalórico, sendo que cada 1mL fornece 1,5kcal, com fibras 100% solúveis.Isenta de Glúten e sacarose Apresentação embalagem Tetra 1000 ml. Apresentar Amostra Qualidade igual/superior a GI Control Nestle MARCA: NESTLÉ/NOVASOURCE GI CONTROL 1L S.A	ML	300.000	R$ 0,0474	R$ 14.220,00
08		Alimento nutricionalmente completo para nutrição oral e enteral para **crianças de 1 a 10 anos** ,**deve conter no rótulo ou embalagem a especificação da idade** , com diluição instantânea de 1,0. Normocalórica e normoproteica. Isento de glúten. Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Isosource Junior /Pentasure Pedia MARCA: NESTLÉ/ISOSOURCE JUNIOR 400G	GR	300.000	R$ 0,117	R$ 35.100,00
11	E	Alimento para suplementação oral, hipercalórico (a partir de 1.5 kcal/ml). Sabores variados. Apresentação em embalagem a partir de 200 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Fresubin Energy Drink , Nutren 1.5 MARCA: NESTLÉ/NUTREN 1.5 SABORES 200ML	ML	200.000	R$ 0,042	R$ 8.400,00
12	E	Alimento para nutrição enteral e oral para o tratamento de úlcera de decúbito e situações que exijam estímulos para a cicatrização. Fórmula com densidade protéica a partir de 10 g/100ml, acrescido de arginina e antioxidantes (vitaminas A,C,E, zinco e selênio) Apresentação em embalagem a partir de 200 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior Cubitan / Novasource Proline MARCA: NESTLÉ/NOVASOURCE PROLINE 200ML	ML	216.000	R$ 0,0732	R$ 15.811,20
13	E	Suplemento alimentar indicado para pacientes renais agudos e crônicos, em tratamento dialítico que necessitem de aporte calórico protéico e restrição de volume 2.0 kcal/ml ,isenta de sacarose e lactose, com baixo teor de sódio e potássio. Embalagem a partir de 200 ml. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior Novasource Ren MARCA: NESTLÉ/NOVASOURCE REN 200ML	ML	8.000	R$ 0,06	R$ 480,00
20	E	Módulo de proteína para nutrição enteral e oral, criado especialmente para a recuperação do estado nutricional em pacientes críticos, desnutridos ou em pós operatório. Fórmula hiperproteica ,composta por 100% de proteína do soro do leite ou caseinato de cálcio, isento de carboidratos . Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 150 g. Apresentar amostra. Qualidade igual/superior a Proteinpt whey / Fresubin Protein MARCA: VITAFOR/WHEY PROTEIN ISOLATE 250G	GR	30.000	R$ 0,2832	R$ 8.496,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 177.853,20 (cento e setenta e sete mil, oitocentos e cinquenta e três reais e vinte centavos).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2026

FORNECEDOR: SERGIO RICARDO LESSA REPRESENTACOES, inscrita no CNPJ/MF n.º 44.051.581/0002-47, sediada na ESTRADA TENENTE MARQUES, Nº 1980, SANTANA DE PARNAIBA-SP, CEP 06.528-0001, telefone n.º (14) 99162-2657, e-mail SERGIORICARDOLESSA@GMAIL.COM, neste ato por seu representante legal, SERGIO RICARDO LESSA, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 118.***.***-01.

ITEM	COTA	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL.
22	E	Espessante industrializado para espessar preparações quentes ou frias. Deve conferir ao alimento a consistência desejada: xarope, semi líquida ou semi sólida, mantendo nessa consistência por no mínimo 2 horas e não formar grumos. A base de goma xantana. Apresentação em embalagem a partir de 100 g. Apresentar amostra Qualidade igual/superior a Nutilis MARCA: BIOSEN/ACTION 225G (CAIXA COM 8 LATAS)	GR	30.000	R$ 0,104	R$ 3.120,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 3.120,00 (três mil, cento e vinte reais).

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 90/2026
FORNECEDOR: UNIAO NUTRICIONAL LTDA, inscrita no CNPJ/MF n.º 39.835.028/0001-84, sediada na RUA PIONEIRO EXALTINO PEREIRA BOA SORTE, Nº 830, JARDIM ESPANHA, MARINGÁ/PR, CEP 87.060-702, telefone n.º (44) 99860-0908, e-mail LICITACAO1@UNIAONUTRICIONAL.MED.BR, neste ato por seu representante legal, SANDRA ROSA ZINI CAPILLE, brasileiro, inscrito no CPF/MF n.º 004.***.***-06.

ITEM	COTA	ESPECIFICAÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL.
07	E	Alimento nutricionalmente completo para nutrição oral ou enteral, normocalórico a base de peptídeos. Indicado na terapia nutricional precoce em pacientes críticos, com necessidades de iniciar a nutrição enteral em menor volume ou pacientes em desmame de nutrição parenteral. Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 300 g. Apresentar amostra Qualidade igual/superior a Peptamen MARCA: NUTERAL/REABILIT PEPTIFLEX 400G	GR	50.000	R$ 0,246	R$ 12.300,00
30	E	Dieta nutricionalmente completo para nutrição enteral e oral com fácil diluição, sem precisar de mixer ou liquidificador, Diluição mínima de 1.0kcal. /ml. Deverá conter no mínimo 80% de proteína de alta qualidade (caseinato ou proteína do soro de leite) Fonte de Carboidrato: maltodextrina e sacarose. Isento de glúten e lactose adicionada. Com colher medidora. Apresentação em embalagem a partir de 300 g a 900g. Apresentar amostras. Qualidade igual ou superior a Nutren 1.0 / Ensure MARCA: NUTERAL/TOTAL NUTRITION 400G	GR	400.000	R$ 0,0878	R$ 35.120,00

2.1.1 O Valor total registrado à empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é de R$ 47.420,00 (quarenta e sete mil, quatrocentos e vinte reais).

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito

Publicado por:
Michael Josiel da Cruz
Código Identificador:25E5B0AE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0258/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0258/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS	REQUISIÇÃO Nº 0258/2026
LEI MUNICIPAL Nº ; 704/2020 DE 13/02/2020	

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	VAGNER CAMARGO		MATR.	1012297
CARGO/FUNÇÃO	SECRETÁRIO DA PASTA DA SAÚDE	LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
	EFETIVO	X	COMISSIONADO		VAN AMBULÂNCIA
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	PLACA
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	SEB-5E05

MOTIVO DA VIAGEM					
SEMANA DE VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
DE	A				
28/08/2026	29/08/2026	CURITIBA	PR	TRANSPORTE DE PACIENTE PARA CONSULTA E TRATAMENTO FORA DOMICILIO	02

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES	**X**	**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	
PACIENTE CURITIBA/PR ;			
TEREZA CAVALHEIRO (IDA DIA 28/08/2026) ,(VOLTA DIA 29/08/2026) .			

Manfrinópolis – PR, 31 de agosto de 2026

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:48A2D0DB

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0261/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0261/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS **LEI MUNICIPAL 626/2017**	**REQUISIÇÃO Nº 0261/2026**

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	MARIZA RECALCATTI		**MATR.**	**8741**
CARGO/FUNÇÃO	SECRETÁRIA DA PASTA DA EDUCAÇÃO	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO					**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
	EFETIVO	X	**COMISSIONADO**			COROLLA
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**		**AVIÃO ( )**	BBM-8521
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**		**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
INICIO	**FIM**				
01/09/2026	03/09/2026	FOZ DO IGUAÇU	PR	PARA ; PARTICIPAR DE SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA 2026 (NCPM) - NÚCLEO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS .	03

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		**TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS**	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		**CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS**	
TRANSPORTE DE PACIENTES		**OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR**	**X**

Manfrinópolis – PR, 31 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:DF192C87

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0262/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0262/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS **LEI MUNICIPAL 626/2017**	**REQUISIÇÃO Nº 0262/2026**

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	EDINEIA MARIA CASAMALI		**MATR.**	**8751**
CARGO/FUNÇÃO	PROFESSOR III	**LOTAÇÃO:** SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO					**TIPO DE TRANSPORTE**	**VEÍCULO:**
X	**EFETIVO**		**COMISSIONADO**			COROLLA
	AGENTE POLÍTICO		**MEMBRO DE CONSELHOS**		**AVIÃO ( )**	BBM-8521
	OUTROS COLABORADORES		**DIARIAS EXTERIOR**		**OUTROS (X)**	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		**CIDADE DESTINO**	**UF**	**OBJETIVO DA VIAGEM**	**TOTAL DE DIÁRIAS**
INICIO	**FIM**				
01/09/2026	03/09/2026	FOZ DO IGUAÇU	PR	PARA ; PARTICIPAR DE SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA 2026 , (NCPM) – NÚCLEO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS .	03

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR, 31 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:86BFDB9E

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0263/2026

PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº 0263/2026

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS LEI MUNICIPAL 626/2017	REQUISIÇÃO Nº 0263/2026

PARA FINS DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS, AUTORIZAMOS O SETOR DE FINANÇAS E CONTABILIDADE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, A EFETUAR O PAGAMENTO DA(S) DIÁRIA(S), CONFORME DESCRIÇÃO ABAIXO:

DADOS DO SERVIDOR				
SERVIDOR	ANA DOS SANTOS		MATR.	1441-1442
CARGO/FUNÇÃO	PROFESSOR	LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS	

VÍNCULO				TIPO DE TRANSPORTE	VEÍCULO:
X	EFETIVO		COMISSIONADO		COROLLA
	AGENTE POLÍTICO		MEMBRO DE CONSELHOS	AVIÃO ( )	BBM-8521
	OUTROS COLABORADORES		DIARIAS EXTERIOR	OUTROS (X)	

MOTIVO DA VIAGEM					
DATA DA VIAGEM		CIDADE DESTINO	UF	OBJETIVO DA VIAGEM	TOTAL DE DIÁRIAS
INICIO	FIM				
01/09/2026	03/09/2026	FOZ DO IGUAÇU	PR	PARA ; PARTICIPAR DE SEMINÁRIO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA 2026 , (NCPM) – NÚCLEO DE COOPERAÇÃO PEDAGÓGICA COM MUNICÍPIOS .	03

TCE-PR EVENTOS E TREINAMENTOS		TCE-PR E OUTROS OBJETIVOS	
EVENTOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR		CURSOS NÃO LIGADOS AO TCE-PR E OUTROS	
TRANSPORTE DE PACIENTES		OUTROS NÃO LIGADOS AO TCE-PR	X

Manfrinópolis – PR, 31 de agosto de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Cordeiro Padilha
Código Identificador:1F32B46C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

CONTABILIDADE
DECRETO 217/2026 - SUPLEMENTAÇÃO

DECRETO 217/2026

SÚMULA – Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município.

Leandro Dorini, Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e observando os dispositivos constantes do art. 43 – parágrafo 1º - inciso II da Lei Federal nº 4.320/64 e considerando o art. 5° da Lei Municipal nº 2483/2025, de 19 de Novembro de 2025.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, um Crédito Adicional Suplementar, referente ao exercício financeiro de 2026, no valor de **R$ 205.000,00 (Duzentos e Cinco Mil Reais),** para reforço de dotações orçamentárias, conforme discriminadas no anexo.
Art. 2º - Como recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o presente Decreto, fica indicada como recurso a Anulação de Dotação, de acordo com o que prevê o inciso III, parágrafo primeiro do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64.
Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 02 de Setembro de 2026.
Art. 4º – Revogam–se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, em 02 de Setembro de 2026.

LEANDRO DORINI
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA
Relação de Alterações Orçamentárias da Despesa
CNPJ: 77.774.867/0001-29
Município: Mangueirinha – Estado do Paraná
Data de Emissão 02/09/2026

Créditos					Origens				
Tipo	**Nat. Desp.**	**Ação**	**Recurso**	**Valor**	**Tipo**	**Nat. Desp.**	**Ação**	**Recurso**	**Valor**
Crédito Suplementar	3.3.90.40.00.00.00.00	2027	00103/00103	12.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.30.00.00.00.00	2027	00103/00103	12.000,00
Crédito Suplementar	3.1.90.13.00.00.00.00	2027	00103/00103	48.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.30.00.00.00.00	2027	00103/00103	48.000,00
Crédito Suplementar	3.1.90.11.00.00.00.00	2027	00103/00103	30.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.39.00.00.00.00	2027	00103/00103	30.000,00
Crédito Suplementar	3.3.90.30.00.00.00.00	2038	02494/00494	100.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.39.00.00.00.00	2042	02494/00494	100.000,00
Crédito Suplementar	3.3.90.36.00.00.00.00	2069	00000/00000	15.000,00	Anulação de Dotação	3.3.90.39.00.00.00.00	2070	00000/00000	15.000,00

Total da Entidade: R$ 205.000,00
Total Geral: R$ 205.000,00

Publicado por:
Edinel Salvalaio
Código Identificador:D72BB6D7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 311/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 311/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 062/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 092/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: HIGIFORTE INDIANA LIMPEZA E CONSERVACAO LTDA

CNPJ: 36.929.401/0001-78

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DEDETIZAÇÃO, DESRATIZAÇÃO E DESALOJAMENTO DE POMBOS EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS

ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS EXCLUSIVOS				
1	7243	DESRATIZAÇÃO, PARA ELIMINAÇÃO E CONTROLE DE RATOS E RATAZANAS, COM DISTRIBUIÇÃO DE ISCAS E APLICAÇÃO DE RATICIDA LIQUIDA,EM ÁREA DE NO MÍNIMO 20M² CADA UNIDADE.	metro quadrado	110659,88	R$0,23	R$25.451,77
2	7242	DESINSETIZAÇÃO, PARA ELIMINAÇÃO E CONTROLE DE INSETOS RASTEIROS E VOADORES.	metro quadrado	95909,88	R$0,23	R$22.059,27
4	7244	DESCUPINIZAÇÃO DE FORROS, ESTRUTURAS DE MADEIRA EM TELHADOS, MÓVEIS, PORTAS E PRATELEIRAS.	metro quadrado	16996	R$0,32	R$5.438,72
		TOTAL ITENS EXCLUSIVOS				R$52.949,76
ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS COTA PRINCIPAL 75%				
5	25920	CONTROLE E REMOÇÃO DE ABELHAS, VESPAS E MARIMBONDOS: SENDO SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE CAPTURA E REMOÇÃO DE COLMEIAS DE ABELHAS, VESPAS, MARIMBONDOS. FICANDO O RESPONSÁVEL PELA TRANSFERÊNCIA/TRANSLADO E REALOCAÇÃO PARA OUTRO LOCAL APROPRIADO.	serviços	171	R$385,00	R$65.835,00
		TOTAL COTA PRINCIPAL				R$65.835,00
ITEM	CÓDIGO IPM	DESCRIÇÃO DOS ITENS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
		ITENS COTA RESERVADA 25%				
6	25920	CONTROLE E REMOÇÃO DE ABELHAS, VESPAS E MARIMBONDOS: SENDO SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE CAPTURA E REMOÇÃO DE COLMEIAS DE ABELHAS, VESPAS, MARIMBONDOS. FICANDO O RESPONSÁVEL PELA TRANSFERÊNCIA/TRANSLADO E REALOCAÇÃO PARA OUTRO LOCAL APROPRIADO.	serviços	56	R$385,00	R$21.560,00
		TOTAL ITENS COTA RESERVADA 25%				R$21.560,00
		TOTAL GERAL				R$140.344,76

VALOR: R$140.344,76 (Cento e quarenta mil trezentos e quarenta e quatro reais e setenta e seis centavos).

VALIDADE DO CONTRATO: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 24/08/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:74D50691

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 092/2025

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 092/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MATINHOS E A EMPRESA EVOLUÇÃO SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA.

CONTRATANTE	MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ nº 76.017.466/0001-61, com sede à Rua Pastor Elias Abrahão nº 22, Matinhos - PR, neste ato representado pelo Exmo Prefeito Municipal, Senhor Eduardo Antonio Dalmora, portador do RG n.º 13268215 SESP/PR e inscrito no CPF nº 337.613.459-68.

CONTRATADA	EVOLUÇÃO - SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ nº 12.979.651/0001-54, com sede à Rua Rua Olavo Bilac, 115, Vila Nova Porã, na cidade de Ivaiporã, estado do Paraná, telefone: (43) 9964-6531 e endereço eletrônico: evolucao_construcoes@outlook.com , neste ato representada pelo seu representante legal a Sra Eliane Dos Santos, portador(a) do RG nº 10.382.382-0 e inscrita no CPF sob nº 085.881.919-89.

As partes, acima qualificadas, MUNICÍPIO DE MATINHOS, doravante denominado CONTRATANTE e EVOLUÇÃO - SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA doravante denominada CONTRATADA, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133 de 01/04/2021, no Contrato Administrativo n.º 092/2025, Concorrência Eletrônica N° 008/2025 e Processo n° 153/2025 cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA PARA REFORMA E ADEQUAÇÃO DA UBS – UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE TABULEIRO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE MATINHOS/PR, firmam o presente TERMO ADITIVO conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE EXECUÇÃO

Fica prorrogada a execução do Contrato nº 092/2025 pelo prazo de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITIVO QUALITATIVO

As partes de comum acordo procedem ao acréscimo de item na Planilha de Orçamento Sintético conforme tabela:

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit com BDI	Valor Unit com desc.	Total
ESGOTO - INSTALAÇÕES HIDRAULICAS - ACESSORIOS							R$ 1.040,60
11795	SINAPI	GRANITO PARA BANCADA, POLIDO, TIPO ANDORINHA/QUARTZ/CASTELO/CORUMBA OU OUTROS EQUIVALENTES DA REGIÃO, E=*2,5* CM (RECEPÇÃO 2,75 X 0,60 M)	m²	1,65	R$ 840,89	R$ 630,67	R$ 1.040,60
Total							R$ 1.040,60

CLÁUSULA SEGUNDA: DO ADITIVO QUANTITATIVO

As partes de comum acordo procedem ao acréscimo de quantidades dos itens na Planilha de Orçamento Sintético conforme tabela:

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
ESGOTO - INSTALAÇÕES HIDRAULICAS - ACESSORIOS						R$ 599,54
86888	SINAPI	VASO SANITÁRIO SIFONADO COM CAIXA ACOPLADA LOUÇA BRANCA - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	UN	1	R$ 565,22	R$ 565,22
8981	SBC	ASSENTO SANITÁRIO OVAL SOFT BRANCO ASTRA	UN	1	R$ 34,32	R$ 34,32
Total						R$ 599,54

CLÁUSULA TERCEIRA: DA SUPRESSÃO

As partes de comum acordo procedem a supressão de item na Planilha de Orçamento Sintético conforme tabela:

Código	Banco	Descrição	Und	Quant.	Valor Unit	Total
PINTURA INTERNA - PAREDE E TETO						R$ 194,99
541	SINAPI	BANCADA DE MARMORE SINTETICO COM UMA CUBA, 100 X *60* CM	UN	1	R$ 194,99	R$ 194,99
Total						R$ 194,99

CLÁUSULA QUARTA: DO VALOR

Com a alteração, o valor da contratação passará a ser R$ 348.788,19 (trezentos quarenta e oito mil setecentos oitenta e oito reais e dezenove centavos).

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

As despesas para a cobertura do valor oriundo do Aditivo Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Dotação	Órgão	Unidade	Ação	Elemento	Vínculo
470	12	1	2027	3339039160000000000	494

CLÁUSULA SEXTA: DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Ficam ratificadas as demais cláusulas do Contrato nº 092/2025 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.

E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente ao Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.

Matinhos, 01 de setembro de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal
Contratante

Evolução Serviços E Construções LTDA
ELIANE DOS SANTOS
CPF Nº 085.881.919-89
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:65C74B97

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
PORTARIA 293 2026 - 3º RENOVAÇÃO CONTRATOS PSS 001 2023

PORTARIA Nº 293/2026

SÚMULA – Renovar contratos servidores selecionados em Processo de Seleção Simplificado - PSS nº 001/2023 – 3º RENOVAÇÃO.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA, Prefeito Municipal de Mato Rico, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe foram conferidas por Lei, Resolve:

RENOVAR:

Artigo 1º - Contratação de servidores selecionados em Processo de Seleção Simplificado - PSS nº 001/2023, de acordo com tabela abaixo:

Mat	Nome	Portaria nomeação	Data contrato inicial	Data final contrato inicial	**Data Inicial Renovação contrato**	Data Final Renovação contrato
100266	Klewerson Alexandre Luchetti	075/2024	01032024	27082024	28082024	04/03/2027
100269	Heliane Moreira da Silva	085/2024	11032024	06092024	07092024	06/03/2027
100270	Victor Tiago Schmura	089/2024	12032024	07092024	08092024	07/03/2027
100272	Daniel Renauer	094/2024	12032024	07092024	08092024	07/03/2027
100273	Juliana Schmura	096/2024	12032024	07092024	08092024	07/03/2027
100275	Claudineia Ribeiro da Luz Machado	098/2024	13032024	08092024	09092024	08/03/2027
100276	Ivan Lachanski	102/2024	14032024	09092024	10092024	09/03/2027
100277	Jailson da Conceição	103/2024	14032024	09092024	10092024	09/03/2027
100279	Marcela Sitko	105/2024	14032024	09092024	10092024	09/03/2027
100280	Jessica Marques	106/2024	14032024	09092024	10092024	09/03/2027
100283	Gelson Alves da Luz	109/2024	14032024	09092024	10092024	09/03/2027
100284	Antonio Horacio do Amaral	110/2024	14032024	09092024	10092024	09/03/2027
100285	Sebastião Oliveira da Silva	111/2024	14032024	09092024	10092024	09/03/2027
100289	Valdineia Ap Raposo Deniozecicz	115/2024	14032024	09092024	10092024	09/03/2027
100290	Samira Duarte Dias	120/2024	14032024	09092024	10092024	09/03/2027
100291	Carlos Pontes	121/2024	15032024	10092024	11092024	10/03/2027
100294	Micael da Silva Gomes	126/2024	18032024	13092024	14092024	13/03/2027
100295	Gisele Maciel Sobrinho	130/2024	19032024	14092024	15092024	14/03/2027
100296	Vanderlei Inglês da Silva	131/2024	19032024	14092024	15092024	14/03/2027
100297	Ivonete Pires	132/2024	19032024	14092024	15092024	14/03/2027
100299	Alessandra da Silva Camargo	134/2024	19032024	14092024	15092024	14/03/2027

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a data inicial da renovação do contrato de cada servidor, revogado as disposições em contrário.

Publique-se,

Edifício da Prefeitura Municipal de Mato Rico,
02 de SETEMBRO de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Fernando Jaskiu
Código Identificador:6AAC66BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
EXTRATO DE CONTRATOS PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025 E PSS N° 001/2026

EXTRATODE CONTRATOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2025E PSS N° 001/2026

Contratante:FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES– FASMO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 48.402.912/0001-16, com sedeno anexo do Hospital e Maternidade Municipal Doutor Alcídio Bortolin, situado na Rua Santos Dumont, nº 91, Morretes – PR, CEP 83370-000,neste ato representado pelaDIRETORA GERAL, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, com fundamento na Lei Complementar Municipal nº 50/2022.

Objeto:Contratação temporária de profissionais para o exercício das funções especificadas na tabela abaixo, conforme as condições estabelecidas no Processo SeletivoSimplificado-PSSnº 001/2025eProcesso Seletivo Simplificado- PSSnº 001/2026.

Contratado(a):

CONTADOR(A)						
NOME	CPF	N° CONTRATO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO MENSAL	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA
ELIZABETH RPDRIGUES CAERDOSO RIBEIRO	042.XXX.869-XX	37/2026	20HRS	R$2.400,00	01/09/2026	06 (seis) meses.

MÉDICO(A)GENERALISTA						
NOME	CPF	N° CONTRATO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO MENSAL	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA
JUAN CARLOS ARGUELLO DE SA MARANHÃO	074220XXX-08	38/2026	44HRS	R$12.326,40	02/09/2026	06 (seis) meses.

TÉCNICO (A)DEENFERMAGEM						
NOME	CPF	N° CONTRATO	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO MENSAL	DATA ASSINATURA	VIGÊNCIA
IVETE GARCIA PINTO	302986XXX-60	38/2026	44HRS	R$3.325,00	02/09/2026	06 (seis) meses.

Vigência:O contratoterávigência por prazo determinado de 06 (seis) meses, contado da data da suaassinatura, podendo ser prorrogadoconforme Legislação Vigente.

Fundamento Legal:Contratação realizada com fundamento na legislação municipal vigente que autoriza a contratação temporária de excepcional interesse público, bem como nas disposiçõese no Editaldo Processo Seletivo Simplificado nº 001/2025eProcesso Seletivo Simplificado nº 001/2026.

EVERLLIN D C GUIGUER
Diretora Geral
FASMO

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:29E15AD8

FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO A SAÚDE DE MORRETES
RESOLUÇÃO FASMO Nº 05/2026 – CONSELHO CURADOR

RESOLUÇÃO FASMO Nº 05/2026 – CONSELHO CURADOR

Altera o Anexo I do Regimento Interno da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes – FASMO, exclusivamente para atualizar os valores da hora médica em razão do Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027 celebrado com o SIMEPAR, e dá outras providências.

O CONSELHO CURADOR DA FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar Municipal nº 50/2022, pelo Estatuto Social da Fundação e pelo Regimento Interno da FASMO,

CONSIDERANDO que a FASMO é entidade da Administração Pública Indireta municipal, dotada de personalidade jurídica de direito privado, e que seu quadro de pessoal próprio é regido, em regra, pela Consolidação das Leis do Trabalho;

CONSIDERANDO que o Regimento Interno da FASMO e seus anexos foram aprovados pelo Conselho Curador, razão pela qual a alteração de anexo que discipline quadro, carga horária, valores ou parâmetros remuneratórios deve ser submetida ao mesmo órgão colegiado, assegurando-se regularidade formal, publicidade e controle institucional;

CONSIDERANDO a necessidade de atualização do Anexo I do Regimento Interno da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes – FASMO, exclusivamente quanto aos valores da hora médica, em razão da atualização dos valores pactuados para os empregos e funções médicas;

CONSIDERANDO o Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027 celebrado entre a FUNDAÇÃO DE ATENÇÃO À SAÚDE DE MORRETES – FASMO e o SINDICATO DOS MÉDICOS NO ESTADO DO PARANÁ – SIMEPAR, com vigência de 1º de março de 2026 a 28 de fevereiro de 2027;

CONSIDERANDO que o referido Acordo Coletivo estabeleceu reajuste total de 14% (quatorze por cento) sobre a hora base praticada até a data-base de 1º de março de 2026, sendo 7% (sete por cento) implementados no mês de junho de 2026 e os 7% (sete por cento) restantes no mês de outubro de 2026;

CONSIDERANDO que o Acordo Coletivo expressamente estabelece que o percentual total de 14% (quatorze por cento) é devido desde a data-base de 1º de março de 2026, devendo as diferenças decorrentes da implementação em duas etapas ser apuradas e pagas pela Fundação, na forma do instrumento coletivo e da legislação aplicável;

CONSIDERANDO que a Cláusula 4ª do Acordo Coletivo de Trabalho estabelece o valor mínimo de R$ 136,80 (cento e trinta e seis reais e oitenta centavos) para a hora base médica, após a implementação integral do reajuste pactuado;

CONSIDERANDO que a tabela de valores constante do Anexo I contempla, além da hora base médica, valores diferenciados aplicáveis às especialidades médicas indicadas no próprio anexo, preservadas as condições específicas de contratação e os instrumentos jurídicos vigentes;

CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Curador da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes – FASMO, ocorrida em 21 de maio de 2026, que aprovou o reajuste de 14% (quatorze por cento) da categoria médica e o respectivo aditivo contratual, após apresentação dos estudos de impacto financeiro constantes do Processo Administrativo nº 20/2026 e demais expedientes correlatos;

CONSIDERANDO a necessidade de compatibilizar os instrumentos internos da Fundação com o Acordo Coletivo de Trabalho vigente, evitando divergência entre o Regimento Interno, os contratos, a folha de pagamento e os atos administrativos de execução;

CONSIDERANDO que a presente Resolução não cria novos cargos, empregos, funções, vagas ou vantagens autônomas, limitando-se a atualizar, no Anexo I do Regimento Interno, os valores da hora médica já aprovados e pactuados em instrumento coletivo;

CONSIDERANDO a necessidade de observar a disponibilidade orçamentária e financeira, os estudos de impacto, as regras de responsabilidade fiscal, a regularidade da folha de pagamento e os controles internos da Fundação;

CONSIDERANDO os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação, segurança jurídica, transparência e interesse público que regem a Administração Pública;

RESOLVE:

CAPÍTULO I - DA ALTERAÇÃO DO ANEXO I DO REGIMENTO INTERNO

Art. 1º. Fica alterado o Anexo I do Regimento Interno da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes – FASMO, exclusivamente quanto aos valores da hora médica, na forma estabelecida no Anexo I desta Resolução.
§ 1º A alteração de que trata o caput possui caráter de adequação normativa interna aos valores pactuados no Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027, não importando criação de novo emprego, função, vaga, gratificação ou vantagem diversa daquela prevista nos instrumentos vigentes.
§ 2º Permanecem inalteradas as cargas horárias, quantitativos de vagas, requisitos de admissão, atribuições e demais condições constantes do Regimento Interno e de seus anexos, salvo quanto aos valores expressamente atualizados por esta Resolução.

Art. 2º. A partir da implementação integral do reajuste previsto no Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027, os valores da hora médica passam a ser aqueles estabelecidos no Anexo I desta Resolução.
Parágrafo único. Os valores atualizados deverão ser observados pelos setores competentes da FASMO para fins de folha de pagamento, aditivos contratuais, registros funcionais, planejamento financeiro e demais atos administrativos necessários à correta execução do instrumento coletivo.

Art. 3º. O valor integral decorrente da implementação total do reajuste passa a produzir efeitos financeiros a partir de 1º de outubro de 2026, correspondente à implementação dos 7% (sete por cento) restantes, completando o reajuste total de 14% (quatorze por cento) pactuado para a categoria médica.
§ 1º O reajuste total de 14% (quatorze por cento) observará o cronograma estabelecido no Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027, sendo 7% (sete por cento) implementados em junho de 2026 e os 7% (sete por cento) restantes em outubro de 2026.
§ 2º A aplicação do valor integral previsto no caput não implica alteração da data-base estabelecida no Acordo Coletivo de Trabalho, permanecendo reconhecido que o percentual total de 14% (quatorze por cento) é devido desde 1º de março de 2026, nos termos do instrumento coletivo.
§ 3º As diferenças decorrentes da aplicação do reajuste, inclusive aquelas relativas ao período compreendido entre a data-base e a efetiva implementação integral do percentual, serão apuradas e pagas na forma estabelecida no Acordo Coletivo de Trabalho, inclusive mediante folha complementar, quando cabível.
§ 4º Eventuais valores já pagos, adiantados, compensados ou lançados em folha deverão ser conferidos pelos setores competentes, evitando-se pagamento em duplicidade, inconsistência de rubricas ou divergência entre os registros funcionais, financeiros e contábeis.

CAPÍTULO II - DA NOVA TABELA DE VALORES

Art. 4º. A nova tabela de valores referente à hora médica passa a integrar o Anexo I do Regimento Interno da FASMO, na forma do Anexo I desta Resolução.
§ 1º O Anexo I desta Resolução substitui, exclusivamente quanto ao valor da hora médica, a tabela anteriormente constante do Anexo I do Regimento Interno, preservando-se todas as demais disposições não expressamente alteradas.
§ 2º A Diretoria-Geral, a Diretoria Administrativa e Financeira, o Departamento de Pessoal e os demais setores competentes deverão promover a conferência da tabela antes de sua aplicação em folha, inclusive quanto à correspondência entre função, carga horária, vagas e valor da hora médica.

CAPÍTULO III - DA APLICAÇÃO, EXECUÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

Art. 5º. Os valores estabelecidos nesta Resolução serão observados nos pagamentos relativos aos profissionais médicos abrangidos pelos instrumentos de contratação mantidos pela FASMO, respeitadas as respectivas modalidades de contratação, as condições dos instrumentos jurídicos vigentes e as disposições do Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027.
§ 1º A aplicação dos valores atualizados deverá observar a natureza do vínculo, a função exercida, a carga horária efetivamente contratada, a escala, os registros de frequência e as rubricas próprias da folha de pagamento.
§ 2º A presente Resolução não autoriza pagamento desvinculado de contrato, escala, frequência, prestação de serviço, previsão orçamentária ou documento administrativo regular.

Art. 6º. A atualização prevista nesta Resolução deverá ser formalizada, quando necessário, nos instrumentos contratuais e administrativos pertinentes, mediante termo aditivo, apostilamento, lançamento funcional ou outro procedimento cabível, observadas as disposições do Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027 e a legislação aplicável.
Parágrafo único. A formalização de que trata o caput não altera a natureza do vínculo mantido com a FASMO, nem importa novação, estabilidade, alteração de regime jurídico ou modificação de cláusulas contratuais não relacionadas ao valor da hora médica.

Art. 7º. A execução financeira decorrente da atualização do valor da hora médica deverá observar os estudos de impacto financeiro constantes do Processo Administrativo nº 20/2026, os processos administrativos correlatos, a disponibilidade orçamentária e financeira da Fundação, o Contrato de Gestão vigente e as normas de responsabilidade fiscal aplicáveis.
§ 1º Antes da efetivação de pagamentos retroativos, complementares ou decorrentes da atualização integral, deverão ser conferidos os cálculos, a incidência de encargos, a existência de saldo orçamentário, a compatibilidade com a folha e a regularidade documental do vínculo.
§ 2º A Diretoria Administrativa e Financeira deverá manter memória de cálculo e registros que permitam a rastreabilidade dos valores apurados, pagos ou compensados, inclusive para fins de controle interno, auditoria, prestação de contas e eventual fiscalização externa.

Art. 8º. Compete à Diretoria-Geral, por meio da Diretoria Administrativa e Financeira, da Contabilidade e dos demais setores competentes, adotar as providências administrativas, financeiras, orçamentárias, contábeis, trabalhistas e contratuais necessárias ao cumprimento desta Resolução.

Parágrafo único. As providências de execução deverão ser instruídas em processo administrativo oficial, com juntada do Acordo Coletivo de Trabalho, da deliberação do Conselho Curador, dos estudos de impacto financeiro, da presente Resolução, da tabela atualizada, dos cálculos e dos documentos de folha pertinentes.

CAPÍTULO IV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º. Permanecem inalteradas todas as demais disposições, valores, critérios e condições constantes do Regimento Interno e de seus anexos que não tenham sido expressamente modificados por esta Resolução.

Art. 10. A Diretoria-Geral deverá providenciar a publicação desta Resolução, sua juntada ao processo administrativo correspondente e a atualização do conjunto normativo interno da FASMO, inclusive para fins de transparência, controle interno e correta consulta pelos setores administrativos.

Art. 11. Eventuais divergências de interpretação, omissões ou situações específicas relativas à aplicação da tabela deverão ser submetidas à Diretoria-Geral, ouvida a Diretoria Administrativa e Financeira e, quando necessário, a Diretoria Jurídica.

Art. 12. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros quanto ao valor integral da hora médica a partir de 1º de outubro de 2026, observadas as disposições do Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027 quanto às diferenças devidas desde a data-base de 1º de março de 2026.

Morretes/PR, 02 de setembro de 2026.

MANOEL MEDEIROS MACHADO
Presidente do Conselho Curador da Fundação de Atenção à Saúde de Morretes – FASMO

ANEXO I
ALTERAÇÃO DO ANEXO I DO REGIMENTO INTERNO DA FASMO

DOS EMPREGOS E FUNÇÕES MÉDICAS

Tabela de valores da hora médica após a implementação integral do reajuste previsto no Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027.

FUNÇÃO	Vagas	Carga Horária Semanal Máxima	Valor da Hora Médica
Médico Assistente	2	20	R$ 136,80
Médico Autorizador	1	5	R$ 136,80
Médicos Ginecologista e Obstetra	1	20	R$ 205,20
Médicos Pediatra	1	20	R$ 205,20
Médico Ultrassonografista	1	20	R$ 205,20
Médico Psiquiatra	1	20	R$ 205,20
Médico Ortopedista	1	20	R$ 205,20
Médico Generalista	15	24	R$ 136,80
Médico Psiquiatra	01	20	R$ 205,20

Parágrafo único. A atualização dos valores constantes deste Anexo deverá ser interpretada em conjunto com a Resolução que o aprovou, com o Acordo Coletivo de Trabalho 2026/2027, com os instrumentos contratuais vigentes e com os registros oficiais de frequência e folha de pagamento.

Publicado por:
Everllin Dina de Camargo Guiguer
Código Identificador:FAB4D13D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 279 2026 2

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - PARANÁ
Endereço: Rua 7 de Setembro, 499, Centro Fone/Fax: (44) 3244-0400
Centro – Paiçandu. CEP 87.140-000. CGC. 76.282.664/0001-52
ESTADO DO P A R A N Á.
DECRETO Nº 279/2026

SÚMULA: Dispõe sobre o Cancelamento de Restos a Pagar – Processados e os Restos a Pagar Não Processados, dando outras providências.

O Prefeito Municipal de Paiçandu, Estado do Paraná, **Ismael Batista**, usando as atribuições que lhes são conferidas, tendo em vista o arts. 1º e 42º da Lei de Responsabilidade Fiscal Nº 101/00, art. 36 da lei 4.320/64, art. 35, 67 ao 70 do Decreto nº 93.872/86, Decreto nº 6.708/2008, e;
Considerando que a nota de empenho constitui operação financeira de caráter contábil, visando à reserva de numerário para o pagamento de despesa comprometida dentro da dotação específica;
Considerando que resto a pagar não processado não constitui obrigação de pagamento, pelo produto não ter sido entregue e/ou serviço não ter sido prestado.
Considerando que a Contabilidade deve evidenciar o nível de endividamento e a situação de liquidez do Município durante todo o exercício;
Considerando que os restos a pagar insubsistentes devem ser cancelados, expurgando-se, a qualquer tempo, as obrigações incertas e indevidas;
Considerando a necessidade de Poder Executivo Municipal em aprovar por meio de decreto o cancelamento de restos a pagar conforme exposto nos considerando anteriores;
DECRETA:

ARTIGO 1º- Fica a Prefeitura Municipal de Paiçandu autorizada a cancelar o valor total de **R$ 539.704,60** (quinhentos e trinta e nove mil, setecentos e quatro reais e sessenta centavos) referente aos Restos a Pagar Não Processados, em conformidade com o relatório detalhado anexo a este Decreto.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Paiçandu, em 28 de Agosto de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Empenho		Total Cancel.
Gestora: 2 - 001001 - Prefeitura Municipal de Paiçandu		
Fonte de Recursos: 00000 - RECURSOS ORDINÁRIOS LIVRES - EXERCÍCIO CORRENTE		
Fornecedor(CNPJ/CPF): AGRICASE EQUIPAMENTOS AGRICOLAS LTDA	**(05.444.853/0001-36)**	
000333/2025		5.380,11
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**5.380,11**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ANTONIO VASSELAI	**(395.927.661-34)**	
000142/2025		139,33
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**139,33**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ASILO SÃO VICENTE DE PAULO	**(95.642.302/0001-70)**	
002124/2025		5.000,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**5.000,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ASSOCIACAO CORACAO EUCARISTICO DE JESUS	**(30.517.656/0001-47)**	
000061/2025		700,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**700,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): BOLSA DE IMOVEIS MARINGA LTDA	**(76.713.247/0001-17)**	
002725/2025		58,67
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**58,67**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CARACATO & CARACATO LTDA.	**(79.532.560/0001-47)**	
003303/2024		225,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**225,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CAROL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	**(07.654.231/0001-68)**	
002443/2025		420,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**420,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CRS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAL	**(47.515.013/0001-67)**	
003028/2024		818,45
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**818,45**
Fornecedor(CNPJ/CPF): FALDAO E FALDAO LTDA	**(11.711.776/0001-36)**	
002161/2024		10.351,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**10.351,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): INGABAN - LOCAÇÃO DE SANITÁRIOS LTDA	**(05.400.332/0001-87)**	
001068/2025		2.755,00
003461/2025		550,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**3.305,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): S.A. DE CARVALHO & CIA LTDA	**(06.541.298/0001-23)**	
001992/2024		8.000,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**8.000,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SEGUROS SURA S.A.	**(33.065.699/0001-27)**	
003528/2025		0,01
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**0,01**
Total por Fonte de Recursos		**34.397,57**
Total da Unidade Gestora		**34.397,57**
Gestora: 4 - 001003 - Fundação de Educação de Paiçandu		
Fonte de Recursos: 00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)		
Fornecedor(CNPJ/CPF): JOIN COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA L	**(54.797.505/0001-58)**	
001213/2025		43.840,09
001214/2025		43.825,71
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**87.665,80**
Total por Fonte de Recursos		**87.665,80**
Total da Unidade Gestora		**87.665,80**
Gestora: 5 - 001004 - Fundação de Saúde de Paiçandu		
Fonte de Recursos: 00001 - Recursos do Tesouro (Descentralizados)		
Fornecedor(CNPJ/CPF): A. D. DAMINELLI - ME	**(10.749.758/0001-80)**	
000367/2025		0,81
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**0,81**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ACIP - ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARI	**(74.144.635/0001-07)**	
003606/2025		159,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**159,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ALTERMED MAT. MED.HOSP. LTDA	**(00.802.002/0001-02)**	
000670/2025		442,23
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**442,23**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ARCHE CLINICA DE MEDICINA E PSICOLOGIA	**(37.763.296/0001-02)**	
004975/2025		83,40
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**83,40**
Fornecedor(CNPJ/CPF): BR TECNOLOGIA E SISTEMAS LTDA	**(11.070.975/0001-02)**	
000992/2025		5.487,34
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**5.487,34**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CAIXA ECONOMICA FEDERAL	**(00.360.305/0001-04)**	
005100/2025		29,00
005101/2025		20,89
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**49,89**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CARACATO & CARACATO LTDA.	**(79.532.560/0001-47)**	
002923/2025		13,21
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**13,21**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CISAMUSEP CONS.INTER.DE SAUDE DO SET.PR	**(04.956.153/0001-68)**	
000176/2025		2.485,84
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.485,84**

Fornecedor(CNPJ/CPF): CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	**(01.328.535/0001-59)**	
001703/2025		0,01
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**0,01**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE M	**(40.274.237/0001-85)**	
000365/2025		864,03
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**864,03**
Fornecedor(CNPJ/CPF): COLETARE RESIDUOS DA SAUDE LTDA	**(33.864.300/0001-78)**	
000206/2025		534,92
000208/2025		102,34
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**637,26**
Fornecedor(CNPJ/CPF): COMPANY HOSPITALAR LTDA	**(51.640.302/0001-65)**	
000495/2025		4,38
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**4,38**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CONSTRUTORA L. 7. LTDA	**(37.523.127/0001-03)**	
000386/2025		1.086,01
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.086,01**
Fornecedor(CNPJ/CPF): COPEL-COMP. PARANAENSE DE ENERGIA	**(04.368.898/0001-06)**	
003917/2025		2.114,86
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.114,86**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CRS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAL	**(47.515.013/0001-67)**	
001197/2025		460,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**460,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): DIMALAB ELETRONICS DO BRASIL	**(02.472.743/0001-90)**	
000418/2025		9.727,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**9.727,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): DINAMUS SERVICOS DE SEGURANCA PRIVADA L	**(12.286.635/0001-86)**	
000864/2025		2.233,92
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.233,92**
Fornecedor(CNPJ/CPF): DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING EI	**(30.547.487/0001-98)**	
000485/2025		759,80
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**759,80**
Fornecedor(CNPJ/CPF): DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS INTRAMED	**(42.529.374/0001-49)**	
000162/2025		3,79
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**3,79**
Fornecedor(CNPJ/CPF): EDUARDO H W RIBEIRO - SERVICOS MEDICOS	**(45.158.921/0001-15)**	
004974/2025		67,37
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**67,37**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ERONIZIO CAMILO MONTEIRO	**(411.929.311-49)**	
000796/2025		300,00
004703/2025		30,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**330,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ESPERANDIO & CIA LTDA	**(17.759.866/0001-83)**	
004948/2025		0,67
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**0,67**
Fornecedor(CNPJ/CPF): EXTINTORES MARINGAENSE LTDA - EPP	**(84.981.877/0001-09)**	
001688/2025		342,40
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**342,40**
Fornecedor(CNPJ/CPF): FERNANDO PORFIRIO DE SANTANA	**(047.508.119-63)**	
003779/2025		180,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**180,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): FRANCIELE ELETRO LTDA	**(47.646.580/0001-52)**	
001242/2025		770,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**770,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): G & S ESTERILIZACAO DE PROD. PARA SAUDE	**(07.426.068/0001-86)**	
000846/2025		0,20
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**0,20**
Fornecedor(CNPJ/CPF): GENÉSIO A. MENDES & CIA. LTDA.	**(82.873.068/0007-35)**	
000657/2025		0,01
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**0,01**
Fornecedor(CNPJ/CPF): GERALDELLO & CARVALHO LTDA	**(16.810.548/0001-37)**	
004964/2025		12,46
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**12,46**
Fornecedor(CNPJ/CPF): GRAMS&GRAMS LTDA - ME	**(10.448.145/0001-03)**	
000165/2025		20,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**20,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	**(55.187.334/0001-08)**	
000481/2025		690,86
000482/2025		163,45
000490/2025		72,00
000491/2025		560,97
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.487,28**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ID FARMA LTDA	**(46.796.127/0001-60)**	
000168/2025		1,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ISABELLE BEATRIZ SANTOS GOMES	**(369.055.228-13)**	
000125/2025		26.029,33
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**26.029,33**
Fornecedor(CNPJ/CPF): J F G R FERNANDES INFORMÁTICA	**(43.795.628/0001-33)**	
000494/2025		4.195,25
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**4.195,25**
Fornecedor(CNPJ/CPF): JEANETE BORGES - PANIFICADORA	**(04.240.779/0001-73)**	
000493/2025		39,58
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**39,58**
Fornecedor(CNPJ/CPF): JOIN COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA L	**(54.797.505/0001-58)**	
002568/2025		175,38
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**175,38**
Fornecedor(CNPJ/CPF): KAREN BARROS MEIRELES	**(697.457.571-87)**	
000854/2025		3.683,71
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**3.683,71**

Fornecedor(CNPJ/CPF): LAVEBRAS GESTAO DE TEXTEIS S.A	**(06.272.575/0066-95)**	
005106/2025		9,08
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**9,08**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MARQUES AMERICO SERVIÇOS MEDICOS EIRELI	**(32.129.498/0001-83)**	
004961/2025		47,76
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**47,76**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MARYMED DISTRI DE MED E CORREL EIRELI M	**(23.121.920/0001-63)**	
001107/2025		0,03
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**0,03**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MAXI CLINIC CLINICA DE CONSULTAS LTDA	**(26.626.773/0001-71)**	
000129/2025		773,30
000130/2025		234,08
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.007,38**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MECENAS & MARTINS LTDA	**(13.136.935/0001-41)**	
004470/2025		117,18
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**117,18**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MEDICAL.COM HOSPITALARES LTDA	**(21.059.832/0001-53)**	
004929/2025		95,90
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**95,90**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MGP TELECOM LTDA ME	**(11.626.612/0001-00)**	
001207/2025		0,17
004864/2025		0,02
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**0,19**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MINISTÉRIO DA FAZENDA /SEC. DA RECEITA	**(00.394.460/0058-87)**	
000011/2025		1.416,20
003785/2025		13.537,45
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**14.953,65**
Fornecedor(CNPJ/CPF): OLIVEIRA E MENDONZA SERVIÇOS MEDICOS LT	**(09.644.879/0001-89)**	
004866/2025		3.192,63
004952/2025		50,35
004977/2025		6,52
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**3.249,50**
Fornecedor(CNPJ/CPF): P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD	**(52.808.009/0001-27)**	
000362/2025		322,50
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**322,50**
Fornecedor(CNPJ/CPF): PAULO CESAR FRANCISCO BARRIONUEVO	**(798.103.499-04)**	
002491/2025		249,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**249,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA	**(29.779.880/0001-28)**	
004946/2025		245,96
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**245,96**
Fornecedor(CNPJ/CPF): PRÓ-SAÚDE COM. DE PROD. HOSPITALARES EI	**(07.344.756/0001-05)**	
004650/2025		672,50
004651/2025		1.165,20
004737/2025		8,40
004903/2025		2.668,10
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**4.514,20**
Fornecedor(CNPJ/CPF): RA MATRICARDI SERVICOS MEDICOS LTDA	**(58.851.539/0001-34)**	
004953/2025		15,21
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**15,21**
Fornecedor(CNPJ/CPF): RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇO	**(54.205.260/0001-22)**	
000484/2025		469,85
000499/2025		1.200,00
000500/2025		116,61
000805/2025		60,58
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.847,04**
Fornecedor(CNPJ/CPF): RUIZ SERVICOS MEDICOS LTDA	**(60.275.207/0001-09)**	
004954/2025		97,80
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**97,80**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SANTO REMÉDIO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDI	**(28.643.008/0001-95)**	
000364/2025		364,20
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**364,20**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	**(03.392.348/0001-60)**	
004668/2025		152,86
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**152,86**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SUPERMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E	**(47.181.976/0001-71)**	
000502/2025		2,79
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2,79**
Fornecedor(CNPJ/CPF): TELEFONICA BRASIL S.A.	**(02.558.157/0518-24)**	
000149/2025		51,05
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**51,05**
Fornecedor(CNPJ/CPF): TODON COMERCIO DE GAS LTDA	**(08.495.473/0001-19)**	
000083/2025		1.276,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.276,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): V.T. CLINICA MEDICA LTDA	**(10.986.377/0001-15)**	
004960/2025		33,23
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**33,23**
Fornecedor(CNPJ/CPF): WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS L	**(04.372.020/0001-44)**	
000170/2025		7,49
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**7,49**
Total por Fonte de Recursos		**92.607,42**
Fonte de Recursos: 00303 - Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00- 15%)		
Fornecedor(CNPJ/CPF): ACT BIO IMUNIZACAO E CONTROLE DE PRAGAS	**(18.850.814/0001-80)**	
001675/2025		1.900,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.900,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ADEMIR APARECIDO GONÇALVES	**(906.278.739-87)**	
003372/2025		350,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**350,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): AGFA DO BRASIL LTDA.	**(09.032.626/0002-35)**	

002587/2025		0,01
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**0,01**
Fornecedor(CNPJ/CPF): AMMO INFORMATICA LTDA	**(07.300.151/0001-04)**	
001320/2025		6.537,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**6.537,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CAROL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	**(07.654.231/0001-68)**	
002592/2025		85,80
002593/2025		800,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**885,80**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CMH CENTRAL DE MEDICAMENTOS HOSP EIRELI	**(23.228.076/0001-74)**	
002383/2025		1.846,93
002547/2025		316,25
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.163,18**
Fornecedor(CNPJ/CPF): COMERCIO ATACADISTA ILHA BELA DISTRIBUI	**(29.322.621/0001-73)**	
001262/2025		62,99
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**62,99**
Fornecedor(CNPJ/CPF): COPEL-COMP. PARANAENSE DE ENERGIA	**(04.368.898/0001-06)**	
004654/2025		10.000,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**10.000,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): EUGENIO & MARQUES LTDA	**(01.600.153/0001-32)**	
001141/2025		24.000,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**24.000,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): G & S ESTERILIZACAO DE PROD. PARA SAUDE	**(07.426.068/0001-86)**	
002123/2025		7.427,65
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**7.427,65**
Fornecedor(CNPJ/CPF): GENERICA ITATIBA DISTRIBUIDORA DE MEDIC	**(41.319.803/0001-90)**	
002384/2025		205,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**205,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): GESIEL MARTINS DA COSTA	**(006.436.289-24)**	
000509/2025		350,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**350,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): GRAMS&GRAMS LTDA - ME	**(10.448.145/0001-03)**	
002470/2025		10,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**10,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	**(55.187.334/0001-08)**	
002594/2025		5.465,80
002595/2025		851,10
002598/2025		2.801,69
002607/2025		3.514,66
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**12.633,25**
Fornecedor(CNPJ/CPF): INOVAMED HOSPITALAR LTDA	**(12.889.035/0001-02)**	
001482/2025		9,61
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**9,61**
Fornecedor(CNPJ/CPF): JEANETE BORGES - PANIFICADORA	**(04.240.779/0001-73)**	
002606/2025		606,20
002608/2025		263,01
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**869,21**
Fornecedor(CNPJ/CPF): JOIN COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA L	**(54.797.505/0001-58)**	
002548/2025		150,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**150,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MARYMED DISTRI DE MED E CORREL EIRELI M	**(23.121.920/0001-63)**	
002385/2025		0,17
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**0,17**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MERCO SOLUÇÕES EM SAUDE S.A	**(05.912.018/0001-83)**	
002473/2025		1,98
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1,98**
Fornecedor(CNPJ/CPF): METTA FARMACEUTICA LTDA	**(42.496.258/0001-70)**	
001190/2025		34,50
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**34,50**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MHOR ZAGO HOSPITALR LTDA	**(03.955.303/0001-56)**	
002151/2025		370,20
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**370,20**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSP LT	**(32.421.421/0001-82)**	
002435/2025		21.840,72
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**21.840,72**
Fornecedor(CNPJ/CPF): P & P DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTD	**(52.808.009/0001-27)**	
001194/2025		349,50
002386/2025		322,50
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**672,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): PLENA MEDICA HOSPITALAR - EIRELI	**(29.032.903/0001-36)**	
001192/2025		2,25
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2,25**
Fornecedor(CNPJ/CPF): PRIMUS MAGAZINE LTDA	**(42.165.422/0001-67)**	
001244/2025		235,75
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**235,75**
Fornecedor(CNPJ/CPF): PRÓ-SAÚDE COM. DE PROD. HOSPITALARES EI	**(07.344.756/0001-05)**	
004645/2025		53,90
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**53,90**
Fornecedor(CNPJ/CPF): RC ENGENHARIA AVALIACOES E PERICIA LTDA	**(38.928.121/0001-70)**	
001772/2025		2.300,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.300,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇO	**(54.205.260/0001-22)**	
002602/2025		4.092,74
002603/2025		1.012,50
002604/2025		303,56
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**5.408,80**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SANTO REMÉDIO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDI	**(28.643.008/0001-95)**	
002388/2025		59,39
002393/2025		168,65

002475/2025		4,10
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**232,14**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	**(03.392.348/0001-60)**	
003810/2025		123,82
004667/2025		131,34
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**255,16**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SUPERMED COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E	**(47.181.976/0001-71)**	
001706/2025		2.295,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.295,00**
Total por Fonte de Recursos		**101.256,27**
Fonte de Recursos: 00398 - Emenda Custeio At. Primária Saúde-Giacobo(f)		
Fornecedor(CNPJ/CPF): ARCHE CLINICA DE MEDICINA E PSICOLOGIA	**(37.763.296/0001-02)**	
004469/2025		104,25
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**104,25**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ESPERANDIO & CIA LTDA	**(17.759.866/0001-83)**	
004522/2025		7.079,70
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**7.079,70**
Fornecedor(CNPJ/CPF): POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA	**(29.779.880/0001-28)**	
004521/2025		1,21
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1,21**
Total por Fonte de Recursos		**7.185,16**
Fonte de Recursos: 00494 - BLOCO DE CUSTEIO DAS ACOES E SERVICOS	**PUBLICOS DE SAUDE**	
Fornecedor(CNPJ/CPF): A. D. DAMINELLI - ME	**(10.749.758/0001-80)**	
003443/2025		8.903,30
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**8.903,30**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CENTRO AUTOMOTIVO NOVA ERA LTDA	**(08.921.013/0001-05)**	
003995/2024		131,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**131,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CLINICA DR GARGANTINI CENTRO MEDICO E E	**(78.184.884/0001-79)**	
004958/2025		56,51
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**56,51**
Fornecedor(CNPJ/CPF): COLETARE RESIDUOS DA SAUDE LTDA	**(33.864.300/0001-78)**	
000207/2025		99,24
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**99,24**
Fornecedor(CNPJ/CPF): COMERCIO E DISTRIBUIDORA MUNDO OFFICE L	**(54.926.265/0001-44)**	
002578/2025		70,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**70,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS INTRAMED	**(42.529.374/0001-49)**	
003437/2025		3,79
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**3,79**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ESPERANDIO & CIA LTDA	**(17.759.866/0001-83)**	
004225/2025		2,89
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2,89**
Fornecedor(CNPJ/CPF): GRAMS&GRAMS LTDA - ME	**(10.448.145/0001-03)**	
003436/2025		4,20
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**4,20**
Fornecedor(CNPJ/CPF): JOIN COMÉRCIO DE ARTIGOS DE PAPELARIA L	**(54.797.505/0001-58)**	
002569/2025		3.945,65
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**3.945,65**
Fornecedor(CNPJ/CPF): LILIAN GISELLI REGINATO	**(32.604.070/0001-45)**	
004379/2025		656,23
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**656,23**
Fornecedor(CNPJ/CPF): M&F PRIME CLINICA MEDICA LTDA	**(60.704.477/0001-80)**	
004959/2025		113,01
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**113,01**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MARQUES AMERICO SERVIÇOS MEDICOS EIRELI	**(32.129.498/0001-83)**	
004378/2025		2.207,50
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.207,50**
Fornecedor(CNPJ/CPF): N63 COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTD	**(34.090.540/0001-25)**	
004277/2025		500,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**500,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): OLIVEIRA E MENDONZA SERVIÇOS MEDICOS LT	**(09.644.879/0001-89)**	
004376/2025		488,80
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**488,80**
Fornecedor(CNPJ/CPF): POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA	**(29.779.880/0001-28)**	
004226/2025		152,30
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**152,30**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SANTO REMÉDIO COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDI	**(28.643.008/0001-95)**	
003441/2025		12,60
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**12,60**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SINEIDE CORCINO MAGALHAES - 07284990961	**(18.674.719/0001-73)**	
000569/2025		20,42
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**20,42**
Fornecedor(CNPJ/CPF): V.T. CLINICA MEDICA LTDA	**(10.986.377/0001-15)**	
004380/2025		1.075,71
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.075,71**
Total por Fonte de Recursos		**18.443,15**
Fonte de Recursos: 00510 - TAXAS - EXERCÍCIO PODER DE POLÍCIA		
Fornecedor(CNPJ/CPF): EXXITUS COMERCIO ATACADISTA, VAREJISTA	**(30.380.856/0001-09)**	
003402/2025		1.090,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.090,00**
Total por Fonte de Recursos		**1.090,00**
Fonte de Recursos: 00511 - TAXAS - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS		
Fornecedor(CNPJ/CPF): ALTERMED MAT. MED.HOSP. LTDA	**(00.802.002/0001-02)**	
004426/2025		6.495,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**6.495,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CIRURGICA NOSSA SENHORA - EIRELI	**(24.586.988/0001-80)**	
004427/2025		4,80
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**4,80**

Fornecedor(CNPJ/CPF): CLASSMED PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	**(01.328.535/0001-59)**	
002390/2025		21,24
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**21,24**
Fornecedor(CNPJ/CPF): KARINGAS COMERCIO DE GAS LTDA	**(03.468.193/0001-06)**	
004254/2025		4.068,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**4.068,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MAXI CLINIC CLINICA DE CONSULTAS LTDA	**(26.626.773/0001-71)**	
003201/2025		13.710,40
003900/2025		17.648,09
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**31.358,49**
Fornecedor(CNPJ/CPF): PROMEFARMA REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS	**(81.706.251/0001-98)**	
004434/2025		2.425,96
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.425,96**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SANEPAR CIA SANEAMENTO DO PARANA	**(76.484.013/0001-45)**	
002933/2025		35.736,01
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**35.736,01**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	**(03.392.348/0001-60)**	
003811/2025		726,14
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**726,14**
Fornecedor(CNPJ/CPF): SOMA PR HOSPITALAR	**(00.656.468/0001-39)**	
004384/2025		687,95
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**687,95**
Total por Fonte de Recursos		**81.523,59**
Fonte de Recursos: 01064 - Complementação dos Pisos Salariais dos Profiss. da Enfermagem		**(F)**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE GES	**(17.989.386/0001-09)**	
000123/2025		1.904,95
004652/2025		3.970,50
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**5.875,45**
Total por Fonte de Recursos		**5.875,45**
Fonte de Recursos: 02001 - Recursos do Tesouro (descentralizado)		
Fornecedor(CNPJ/CPF): CLM FARMA COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE M	**(40.274.237/0001-85)**	
001185/2025		241,23
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**241,23**
Fornecedor(CNPJ/CPF): HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	**(55.187.334/0001-08)**	
001241/2025		2.209,95
001248/2025		1.636,92
001272/2025		75,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**3.921,87**
Fornecedor(CNPJ/CPF): JEANETE BORGES - PANIFICADORA	**(04.240.779/0001-73)**	
001249/2025		131,05
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**131,05**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MARYMED DISTRI DE MED E CORREL EIRELI M	**(23.121.920/0001-63)**	
001258/2025		119,96
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**119,96**
Fornecedor(CNPJ/CPF): RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇO	**(54.205.260/0001-22)**	
001240/2025		57,98
001251/2025		263,00
001253/2025		374,95
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**695,93**
Total por Fonte de Recursos		**5.110,04**
Fonte de Recursos: 02303 - Saude - Receitas Vinculadas (EC 29/00	**- 15%)**	
Fornecedor(CNPJ/CPF): AGUIA COMERCIAL LTDA	**(49.932.212/0001-04)**	
003829/2025		180,00
003891/2025		1.420,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.600,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CAROL DISTRIBUIDORA EIRELI - ME	**(07.654.231/0001-68)**	
003819/2025		2.335,80
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.335,80**
Fornecedor(CNPJ/CPF): DEPOSITO MARQUEZONE LTDA - ME	**(24.216.077/0001-61)**	
003581/2025		630,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**630,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BOEING EI	**(30.547.487/0001-98)**	
003813/2025		759,80
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**759,80**
Fornecedor(CNPJ/CPF): GRAMS&GRAMS LTDA - ME	**(10.448.145/0001-03)**	
000931/2025		20,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**20,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): HAKOUR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	**(55.187.334/0001-08)**	
001256/2025		2.229,99
003823/2025		3.664,30
003825/2025		147,00
003831/2025		7.477,12
003833/2025		6.816,95
003836/2025		455,20
003892/2025		115,00
004424/2025		24,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**20.929,56**
Fornecedor(CNPJ/CPF): JEANETE BORGES - PANIFICADORA	**(04.240.779/0001-73)**	
003817/2025		660,75
003822/2025		4.604,30
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**5.265,05**
Fornecedor(CNPJ/CPF): JV COMERCIO DE MATERIAIS ELET DECOR LTD	**(01.276.119/0001-54)**	
003764/2025		67,01
003765/2025		45,39
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**112,40**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MARYMED DISTRI DE MED E CORREL EIRELI M	**(23.121.920/0001-63)**	
003812/2025		790,00
003821/2025		96,45
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**886,45**

Fornecedor(CNPJ/CPF): MERCO SOLUÇÕES EM SAUDE S.A	**(05.912.018/0001-83)**	
000928/2025		9.720,48
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**9.720,48**
Fornecedor(CNPJ/CPF): N63 COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTD	**(34.090.540/0001-25)**	
001153/2025		1.578,50
003820/2025		180,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.758,50**
Fornecedor(CNPJ/CPF): NOROESTE LICITAÇÕES LTDA	**(38.852.363/0001-28)**	
003755/2025		1.473,10
003756/2025		180,00
003757/2025		360,00
003758/2025		712,78
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.725,88**
Fornecedor(CNPJ/CPF): PRIMUS MAGAZINE LTDA	**(42.165.422/0001-67)**	
003824/2025		1.346,70
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.346,70**
Fornecedor(CNPJ/CPF): RPG - COMÉRCIO DE MERCADORIAS E SERVIÇO	**(54.205.260/0001-22)**	
003828/2025		2.195,26
004642/2025		1.119,80
004643/2025		3.524,53
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**6.839,59**
Total por Fonte de Recursos		**54.930,21**
Fonte de Recursos: 02390 - Emenda Increm. Temporário Custeio APS	**3522(F)**	
Fornecedor(CNPJ/CPF): COPEL-COMP. PARANAENSE DE ENERGIA	**(04.368.898/0001-06)**	
004655/2025		6.381,67
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**6.381,67**
Total por Fonte de Recursos		**6.381,67**
Fonte de Recursos: 02494 - BLOCO DE CUSTEIO DAS AÇOES E SERVIÇOS	**PUBLICOS DE SAUDE**	
Fornecedor(CNPJ/CPF): 49.387.926 ANA LUCIA GERMANO SILVA	**(49.387.926/0001-70)**	
003725/2025		120,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**120,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CISAMUSEP CONS.INTER.DE SAUDE DO SET.PR	**(04.956.153/0001-68)**	
000967/2025		26.278,72
003361/2025		825,85
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**27.104,57**
Fornecedor(CNPJ/CPF): CRS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS EM GERAL	**(47.515.013/0001-67)**	
004301/2025		57,50
004305/2025		570,68
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**628,18**
Fornecedor(CNPJ/CPF): ESPERANDIO & CIA LTDA	**(17.759.866/0001-83)**	
003769/2025		65,42
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**65,42**
Fornecedor(CNPJ/CPF): GERALDELLO & CARVALHO LTDA	**(16.810.548/0001-37)**	
003234/2025		2.928,10
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.928,10**
Fornecedor(CNPJ/CPF): JV COMERCIO DE MATERIAIS ELET DECOR LTD	**(01.276.119/0001-54)**	
003727/2025		160,29
003728/2025		86,44
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**246,73**
Fornecedor(CNPJ/CPF): KARINGAS COMERCIO DE GAS LTDA	**(03.468.193/0001-06)**	
004253/2025		678,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**678,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): LAMED HOSPITALAR LTDA	**(45.450.653/0001-00)**	
004187/2025		565,40
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**565,40**
Fornecedor(CNPJ/CPF): LILIAN GISELLI REGINATO	**(32.604.070/0001-45)**	
004963/2025		49,84
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**49,84**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MAQUIRA IND PROD ODONTOLOGICO S/A	**(05.823.205/0001-90)**	
002917/2025		942,90
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**942,90**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MARQUES AMERICO SERVIÇOS MEDICOS EIRELI	**(32.129.498/0001-83)**	
003232/2025		2.155,58
003246/2025		2.411,01
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**4.566,59**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MAXI CLINIC CLINICA DE CONSULTAS LTDA	**(26.626.773/0001-71)**	
003200/2025		2.821,50
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**2.821,50**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MHOR ZAGO HOSPITALR LTDA	**(03.955.303/0001-56)**	
004317/2025		1.994,70
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**1.994,70**
Fornecedor(CNPJ/CPF): MULTIHOSP COMERCIAL DE PRODUTOS HOSP LT	**(32.421.421/0001-82)**	
003452/2025		11,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**11,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): N63 COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTD	**(34.090.540/0001-25)**	
004276/2025		100,00
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**100,00**
Fornecedor(CNPJ/CPF): OLIVEIRA E MENDONZA SERVIÇOS MEDICOS LT	**(09.644.879/0001-89)**	
004978/2025		145,61
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**145,61**
Fornecedor(CNPJ/CPF): POSTO MACEDO PAIÇANDU LTDA	**(29.779.880/0001-28)**	
003771/2025		202,42
003772/2025		67,31
Total por Fornecedor(CNPJ/CPF)		**269,73**
Total por Fonte de Recursos		**43.238,27**
Total da Unidade Gestora		**417.641,23**
TOTAL GERAL		**539.704,60**

Publicado por:
Fernando Junior da Conceicao
Código Identificador:6DE67D2D

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 285-2026

Fundação de Saúde de Paiçandu
Rua Sete de Setembro, 713 - Centro - Fone: - CEP: 87.140-000
CNPJ (MF): 30.372.673/0001-33 PAICANDU/PR
DECRETO N.º 285/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por REDUÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - DENTRO DO LIMITE DA LOA/LDO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 658.075,14, destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias

Suplementação(ões)	
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE	
Despesa - 816 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**156.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE	
Despesa - 817 - 319011 - 00303 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**212.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE	
Despesa - 818 - 319013 - 00001 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**15.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE	
Despesa - 819 - 319013 - 00303 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**70.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE	
Despesa - 837 - 339093 - 00001 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	**75,14**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1004.2609000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Despesa - 867 - 319013 - 00303 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**40.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.304.1003.2669000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA EM SAUDE (F)	
Despesa - 924 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**125.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.304.1003.2669000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILANCIA EM SAUDE (F)	
Despesa - 928 - 319013 - 00001 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**40.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**658.075,14**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III, da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução(ões)	
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.122.1001.2600000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DA FUNDAÇÃO DE SAÚDE	
Despesa - 833 - 339046 - 00001 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	**75,14**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.301.1002.2602000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Despesa - 840 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**70.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.301.1002.2602000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Despesa - 841 - 319011 - 00303 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**200.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.301.1002.2602000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Despesa - 844 - 319013 - 00001 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**40.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.301.1002.2602000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
Despesa - 845 - 319013 - 00303 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**70.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	

Funcional - 10.302.1004.2609000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Despesa - 864 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**100.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1004.2609000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Despesa - 865 - 319011 - 00303 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**52.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1004.2609000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Despesa - 866 - 319013 - 00001 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**80.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1004.2611000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - CAPS	
Despesa - 879 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**25.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.302.1004.2611000 - MANUTENCAO DAS AÇÕES DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE - CAPS	
Despesa - 881 - 319013 - 00001 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**15.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.305.1003.2616000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Despesa - 899 - 319011 - 00001 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**5.000,00**
Órgão - 18 - FUNDAÇÃO DE SAUDE DE PAIÇANDU	
Unidade - 18006 - FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE PAIÇANDU	
Funcional - 10.305.1003.2616000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
Despesa - 901 - 319013 - 00001 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**1.000,00**
TOTAL DAS ANULAÇÕES =>	**658.075,14**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 1 de setembro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:1B409BA9

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ATA DO TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 13-2026

MUNICIPIO DE PAICANDU						
PAIÇANDU-PR						
ATA DE HOMOLOGAÇÃO						
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026						
Processo Administrativo Nº 41/2026						
Tipo: REGISTRO DE PREÇO						
PREGOEIRO: VERÔNICA SIMÃO BENATTI						
Data de Publicação: 30/04/2026 09:31:44						
LOTE 1 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:55						
LOTE 1						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 1	Unidade: UNIDADE	Marca: CONCEITO	Modelo: POLO			
Descrição: CAMISETA POLO 100% DRYFIT, SUBLIMADO COM ESCRITA E LAYOUT A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA REQUISITANTE. TAMANHOS P, M, G, GG E EXG - Camiseta polo 100% Dryfit, sublimado com escrita e layout a ser definida pela secretaria requisitante. Tamanhos P, M, G, GG e EXG.						
Quantidade: 40	**Valor Unit.:** 35,47	**Valor Total:** 1.418,80				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	967	41.227.145/0001-07	49,65	35,47		Sim
2 BRUTEXTIL LTDA	993	47.032.374/0001-52	49,00	37,00	4,31	Sim
3 ELO TEXTIL LTDA - EPP	685	28.844.636/0001-39	49,65	37,00	0,00	Sim
4 SS CONFECÇÕES LTDA	762	28.866.817/0001-66	49,65	41,99	13,49	Sim
5 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	012	63.616.301/0001-64	49,65	42,50	1,21	Sim
6 ANGELO BERGAMASCO GUILHERME -	922	47.025.414/0001-39	42,60	42,60	0,24	Sim
7 RIOLLI&LIMA CONFECCOES LTDA	232	56.987.322/0001-20	44,00	44,00	3,29	Sim
8 L C LOPES MARCELINO LTDA	997	41.553.307/0001-05	49,65	49,00	11,36	Sim
9 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	227	26.176.661/0001-66	49,00	49,00	0,00	Sim
10 N. FARIAS CONFECCOES LTDA	442	64.336.743/0001-10	150,00	49,42	0,86	Sim
11 KUADRADUS IND E COM DE ARTIGOS	883	03.775.336/0001-14	49,60	49,60	0,36	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
MARK LEWIS UNIFORMES	311	46.419.870/0001-09	49,65	28,00		Sim
FULL7 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	661	60.737.488/0001-66	49,65	28,90	3,2143	Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	343	49.128.590/0001-21	49,65	42,00	45,3287	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 2 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:55						
LOTE 2						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 2	Unidade: UNIDADE	Marca: MARCA PRÓPRIA	Modelo: MODELO PRÓPRIO			
Descrição: BERMUDA EM TECIDO HELANCA, CÓS COM ELÁSTICO EMBUTIDO, COM CORDÃO INTERNO PARA AJUSTE, COSTURAS REFORÇADAS COM ACABAMENTO OVERLOOK, COM BRASÃO DO MUNICÍPIO - TAMANHOS P, M, G, GG E EXG - Bermuda em tecido helanca, cós com elástico embutido, com cordão interno para ajuste, costuras reforçadas com acabamento overlook, com brasão do município aplicado em bordado com tamanho e localização a serem definidas pelo requisitante, cor predominante a ser definida pela secretaria requisitante. Tamanhos P, M, G, GG e EXG.						
Quantidade: 30	**Valor Unit.:** 26,50	**Valor Total:** 795,00				
CLASSIFICAÇÃO						

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SS CONFECÇÕES LTDA	263	28.866.817/0001-66	53,18	26,50		Sim
2 BRUTEXTIL LTDA	025	47.032.374/0001-52	53,00	27,00	1,89	Sim
3 FULL7 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	469	60.737.488/0001-66	53,18	27,37	1,37	Sim
4 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	834	26.176.661/0001-66	53,00	34,39	25,65	Sim
5 ELO TEXTIL LTDA - EPP	281	28.844.636/0001-39	53,18	35,00	1,77	Sim
6 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	289	41.227.145/0001-07	53,18	39,65	13,29	Sim
7 ROSILENE TONATTO SPAZZINI	609	07.045.994/0001-01	53,18	40,00	0,88	Sim
8 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	135	63.616.301/0001-64	53,18	43,90	9,75	Sim
9 KUADRADUS IND E COM DE ARTIGOS	825	03.775.336/0001-14	45,00	45,00	2,51	Sim
10 ANGELO BERGAMASCO GUILHERME -	728	47.025.414/0001-39	48,20	48,20	7,11	Sim
11 RIOLLI&LIMA CONFECCOES LTDA	394	56.987.322/0001-20	49,00	49,00	1,66	Sim
12 L C LOPES MARCELINO LTDA	570	41.553.307/0001-05	53,18	52,00	6,12	Sim
13 N. FARIAS CONFECCOES LTDA	080	64.336.743/0001-10	150,00	53,12	2,15	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
MARK LEWIS UNIFORMES	835	46.419.870/0001-09	53,18	26,00		Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	916	49.128.590/0001-21	53,18	46,00	76,9231	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

LOTE 3 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:55

LOTE 3

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 3	Unidade: CONJUNTO	Marca: MARCA PRÓPRIA	Modelo: MODELO PRÓPRIO

Descrição: AGASALHO PARA USO NOS JOGOS OFICIAIS, CONFECCIONADO EM MALHA ADIDAS, SUBLIMADO COM ESCRITA E LAYOUT A SER DEFINIDA PELA SECRETARIA REQUISITANTE. TAMANHOS P, M, G, GG E EXG. - Agasalho para uso nos jogos oficiais, confeccionado em malha adidas, sublimado com escrita e layout a ser definida pela secretaria requisitante. Tamanhos P, M, G, GG e EXG.

Quantidade: 25	**Valor Unit.:** 179,90	**Valor Total:** 4.497,50

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 SS CONFECÇÕES LTDA	558	28.866.817/0001-66	231,33	179,90		Sim
2 L C LOPES MARCELINO LTDA	383	41.553.307/0001-05	231,33	180,00	0,06	Sim
3 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	754	63.616.301/0001-64	231,33	189,00	5,00	Sim
4 ANGELO BERGAMASCO GUILHERME -	041	47.025.414/0001-39	191,00	191,00	1,06	Sim
5 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	615	26.176.661/0001-66	230,00	221,46	15,95	Sim
6 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	143	41.227.145/0001-07	231,33	221,47	0,00	Sim
7 KUADRADUS IND E COM DE ARTIGOS	405	03.775.336/0001-14	225,00	225,00	1,59	Sim
8 ROSILENE TONATTO SPAZZINI	924	07.045.994/0001-01	231,33	225,00	0,00	Sim
9 RIOLLI&LIMA CONFECCOES LTDA	287	56.987.322/0001-20	231,00	231,00	2,67	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
ELO TEXTIL LTDA - EPP	839	28.844.636/0001-39	231,33	120,00		Sim
BRUTEXTIL LTDA	713	47.032.374/0001-52	231,00	129,00	7,5000	Sim
MARK LEWIS UNIFORMES	662	46.419.870/0001-09	231,33	139,90	8,4496	Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	083	49.128.590/0001-21	231,33	190,00	35,8113	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

LOTE 4 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:55

LOTE 4

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 4	Unidade: JOGO	Marca: CONCEITO	Modelo: FUTEBOL

Descrição: UNIFORME COMPLETO PARA FUTEBOL COMPOSTO POR 22 PEÇAS, SENDO 22 CAMISAS COM MANGAS; 22 CALÇÕES; 22 PARES DE MEIÕES, DENTRE ESSES 22, DOIS UNIFORMES COMPLETOS COM CORES DIFERENTES A SEREM DEFINIDAS PELO REQUISITANTE PARA GOLEIRO. TAMANHOS P, M, G, GG - Uniforme completo para futebol composto por 22 peças, sendo 22 camisas com mangas, gola alta, com brasão e layout do município, numeradas de 1 a 22 (frente e costas), confeccionadas em dryfit, sublimado, acondicionado em modelo aprovado pela solicitante; 22 calções em cores a definir também com numeração 1 a 22 na lateral frente esquerda, contemplando o amarril para fixação, 22 pares de meiões com cores a definir, em poliéster, com classificação profissional. Obs. Dentre esses 22, dois uniformes completos com cores diferentes a serem definidas pelo requisitante para goleiro. Tamanhos P, M, G, GG e EXG.

Quantidade: 3	**Valor Unit.:** 1.399,99	**Valor Total:** 4.199,97

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	027	41.227.145/0001-07	2.168,88	1.399,99		Sim
2 ELO TEXTIL LTDA - EPP	504	28.844.636/0001-39	2.168,88	1.500,00	7,14	Sim
3 FULL7 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	830	60.737.488/0001-66	2.168,88	1.587,74	5,85	Sim
4 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	014	26.176.661/0001-66	2.100,00	1.805,99	13,75	Sim
5 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	662	63.616.301/0001-64	2.168,88	1.806,00	0,00	Sim
6 SS CONFECÇÕES LTDA	920	28.866.817/0001-66	2.168,88	1.968,00	8,97	Sim
7 ANGELO BERGAMASCO GUILHERME -	403	47.025.414/0001-39	1.968,80	1.968,80	0,04	Sim
8 L C LOPES MARCELINO LTDA	531	41.553.307/0001-05	2.168,88	1.980,00	0,57	Sim
9 RIOLLI&LIMA CONFECCOES LTDA	175	56.987.322/0001-20	2.168,00	2.168,00	9,49	Sim
10 KUADRADUS IND E COM DE ARTIGOS	919	03.775.336/0001-14	2.168,85	2.168,85	0,04	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
MARK LEWIS UNIFORMES	086	46.419.870/0001-09	2.168,88	1.300,00		Sim
BRUTEXTIL LTDA	827	47.032.374/0001-52	2.168,00	1.343,00	3,3077	Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	159	49.128.590/0001-21	2.168,88	2.156,00	60,5361	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

LOTE 5 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:56

LOTE 5

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 5	Unidade: JOGO	Marca: CONCEITO	Modelo: FUTSAL

Descrição: UNIFORME COMPLETO PARA FUTSAL COMPOSTO POR 18 PEÇAS, SENDO 18 CAMISAS COM MANGAS; 18 CALÇÕES E 18 PARES DE MEIÕES,DENTRE ESSES 18, DOIS UNIFORMES COMPLETOS COM CORES DIFERENTES PARA GOLEIRO. TAMANHOS P, M, G, GG E EXG - Uniforme completo para futsal composto por 18 peças, sendo 18 camisas com mangas, gola alta, com brasão e layout do município, numeradas de 1 a 18 (frente e costas), confeccionadas em dryfit, sublimado, acondicionado em modelo aprovado pela solicitante; 18 calções em cores a definir também com numeração 1 a 18 na lateral frente esquerda, contemplando o amarril para fixação, 18 pares de meiões com cores a definir, em poliéster, com classificação profissional. Obs. Dentre esses 18, dois uniformes completos com cores diferentes a serem definidas pelo requisitante para goleiro. Tamanhos P, M, G, GG e EXG.

Quantidade: 4	**Valor Unit.:** 1.297,99	**Valor Total:** 5.191,96

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	304	41.227.145/0001-07	1.748,48	1.297,99		Sim
2 ELO TEXTIL LTDA - EPP	327	28.844.636/0001-39	1.748,48	1.298,00	0,00	Sim
3 FULL7 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	025	60.737.488/0001-66	1.748,48	1.299,06	0,08	Sim
4 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	192	63.616.301/0001-64	1.748,48	1.439,00	10,77	Sim
5 SS CONFECÇÕES LTDA	200	28.866.817/0001-66	1.748,48	1.548,00	7,57	Sim
6 ANGELO BERGAMASCO GUILHERME -	523	47.025.414/0001-39	1.548,40	1.548,40	0,03	Sim
7 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	616	26.176.661/0001-66	1.700,00	1.619,99	4,62	Sim
8 L C LOPES MARCELINO LTDA	241	41.553.307/0001-05	1.748,48	1.620,00	0,00	Sim
9 RIOLLI&LIMA CONFECCOES LTDA	589	56.987.322/0001-20	1.748,00	1.748,00	7,90	Sim
10 KUADRADUS IND E COM DE ARTIGOS	414	03.775.336/0001-14	1.748,45	1.748,45	0,03	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
MARK LEWIS UNIFORMES	997	46.419.870/0001-09	1.748,48	10,80		Sim
BRUTEXTIL LTDA	986	47.032.374/0001-52	1.748,00	1.084,00	9937,03	Sim
					70	
MEINERZ DO BRASIL LTDA	533	49.128.590/0001-21	1.748,48	1.748,48	61,2989	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 6 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:56						
LOTE 6						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 6	Unidade: JOGO	Marca: CONCEITO	Modelo: VOLEIBOL			
Descrição: UNIFORME COMPLETO PARA VOLEIBOL COMPOSTO POR 18 PEÇAS, SENDO 18 CAMISAS COM MANGA; 18 CALÇÕES E 18 PARES DE MEIA 3/4, DENTRE ESSES 18, DOIS UNIFORMES DE CORES DIFERENTES PARA LIBERO. TAMANHOS P, M, G, GG E EXG - Uniforme completo para voleibol composto por 18 peças, sendo 18 camisas com mangas, gola alta, com brasão e layout do município, numeradas de 1 a 18 (frente e costas), confeccionadas em dryfit, sublimado, acondicionado em modelo aprovado pela solicitante; 18 calções em cores a definir também com numeração 1 a 18 na lateral frente esquerda, contemplando o amarril para fixação, 18 pares de meia ¾ com cores a definir, em poliéster, com classificação profissional. Obs. Dentre esses 18, dois uniformes completos com cores diferentes a serem definidas pelo requisitante para libero. Tamanhos P, M, G, GG e EXG.						
Quantidade: 3 1.299,05	**Valor Unit.:**	**Valor Total:** 3.897,15				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	114	41.227.145/0001-07	1.747,23	1.299,05		Sim
2 FULL7 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	151	60.737.488/0001-66	1.747,23	1.299,06	0,00	Sim
3 SS CONFECÇÕES LTDA	279	28.866.817/0001-66	1.747,23	1.473,00	13,39	Sim
4 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	705	63.616.301/0001-64	1.747,23	1.474,00	0,07	Sim
5 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	404	26.176.661/0001-66	1.700,00	1.617,99	9,77	Sim
6 L C LOPES MARCELINO LTDA	235	41.553.307/0001-05	1.747,23	1.620,00	0,12	Sim
7 ANGELO BERGAMASCO GUILHERME -	817	47.025.414/0001-39	1.640,00	1.640,00	1,23	Sim
8 KUADRADUS IND E COM DE ARTIGOS	895	03.775.336/0001-14	1.745,00	1.745,00	6,40	Sim
9 RIOLLI&LIMA CONFECCOES LTDA	793	56.987.322/0001-20	1.747,00	1.747,00	0,11	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
MARK LEWIS UNIFORMES	511	46.419.870/0001-09	1.747,23	1.094,90		Sim
BRUTEXTIL LTDA	350	47.032.374/0001-52	1.747,00	1.095,00	0,0091	Sim
ELO TEXTIL LTDA - EPP	086	28.844.636/0001-39	1.747,23	1.250,00	14,1553	Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	533	49.128.590/0001-21	1.747,23	1.747,23	39,7784	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 7 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:56						
LOTE 7						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 7	Unidade: JOGO	Marca: TRB	Modelo: OFICIAL			
Descrição: JOGO DE COLETE PARA TREINAMENTO (INICIAÇÃO E ALTO RENDIMENTO) COM 10 PEÇAS CADA NUMERADOS DE 1 A 10, EM CORES E TAMANHOS A DEFINIR PELA SOLICITANTE, CONTEMPLANDO AINDA BRASÃO E LAYOUT DO MUNICÍPIO. - Jogo de colete para treinamento (iniciação e alto rendimento) com 10 peças cada, confeccionados em poliéster sublimado com elásticos laterais para aderência e fixação, golas em V, numerados de 1 a 10, em cores e tamanhos a definir pela solicitante, contemplando ainda brasão e layout do município.						
Quantidade: 10	**Valor Unit.:** 159,68	**Valor Total:** 1.596,80				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	930	26.176.661/0001-66	240,00	159,68		Sim
2 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	135	41.227.145/0001-07	244,09	159,69	0,01	Sim
3 L C LOPES MARCELINO LTDA	767	41.553.307/0001-05	244,09	160,00	0,19	Sim
4 ELO TEXTIL LTDA - EPP	803	28.844.636/0001-39	244,09	170,00	6,25	Sim
5 MARK LEWIS UNIFORMES	543	46.419.870/0001-09	244,09	180,00	5,88	Sim
6 SS CONFECÇÕES LTDA	253	28.866.817/0001-66	244,09	189,00	5,00	Sim
7 BRUTEXTIL LTDA	751	47.032.374/0001-52	244,00	190,00	0,53	Sim
8 FULL7 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	893	60.737.488/0001-66	244,09	220,00	15,79	Sim
9 ANGELO BERGAMASCO GUILHERME -	072	47.025.414/0001-39	240,00	240,00	9,09	Sim
10 KUADRADUS IND E COM DE ARTIGOS	322	03.775.336/0001-14	240,00	240,00	0,00	Sim
11 RIOLLI&LIMA CONFECCOES LTDA	629	56.987.322/0001-20	244,00	244,00	1,67	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 8 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:56						
LOTE 8						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 8	Unidade: UNIDADE	Marca: PENALTY	Modelo: BRASIL 70 PRÓ			
Descrição: BOLA DE FUTEBOL DE CAMPO - Bola de futebol de campo, com as seguintes características: PESO: 410-450g CIRCUNFERÊNCIA: 68- 70cm GOMOS: 32 CÂMARAS: CÂMARA 6D AIRBILITY SISTEMA DE FORRO: FORRO TRIAXIAL LAMINADO: MICROFIBRA CONSTRUÇÃO: DUOTEC HÍBRIDA, COSTURADA A MÃO MIOLO: CÁPSULA SIS						
Quantidade: 18	**Valor Unit.:** 170,76	**Valor Total:** 3.073,68				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	247	41.227.145/0001-07	250,20	170,76		Sim
2 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	411	46.449.285/0001-43	250,20	170,7799	0,01	Sim
3 L C LOPES MARCELINO LTDA	398	41.553.307/0001-05	250,20	175,00	2,47	Sim
4 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	712	19.444.651/0001-07	250,20	194,85	11,34	Sim
5 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	645	62.742.164/0001-41	250,20	194,86	0,01	Sim

6 CAPELINHA SOLUCOES LTDA	226	57.752.611/0001-03	250,20	200,00	2,64	Sim
7 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	076	63.129.821/0001-42	250,16	249,05	24,53	Sim
8 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	261	63.616.301/0001-64	250,20	250,20	0,46	Sim
9 MARK LEWIS UNIFORMES	937	46.419.870/0001-09	250,20	250,20	0,00	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
BRUNA ALVES DE SOUZA ME	657	26.176.661/0001-66	250,00	89,99		Sim
ROSILENE TONATTO SPAZZINI	062	07.045.994/0001-01	250,20	90,00	0,0111	Sim
PFG DISTRIBUIDORA LTDA	445	61.537.697/0001-29	520,10	129,80	44,2222	Sim
YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	172	51.740.794/0001-60	250,20	139,99	7,8505	Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	169	49.128.590/0001-21	250,20	140,00	0,0071	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 9 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:56						
LOTE 9						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 9	Unidade: UNIDADE	Marca: PENALTY	Modelo: SETE PRÓ			
Descrição: BOLA DE FUTEBOL SOCIETY - Bola de futebol Society, com as seguintes características: PESO: 425-450g CIRCUNFERÊNCIA: 66- 69cm GOMOS: 14 CÂMARAS: CÂMARA 6D AIRBILITY SISTEMA DE FORRO: FORRO TERMOFIXO CAMADA INTERNA: NEOGEL LAMINADO: PU PRO CONSTRUÇÃO: TERMOTEC MIOLO: CÁPSULA SIS PROCESSO EXTRA: KICK OFF, DUPLA COLAGEM						
Quantidade: 10	**Valor Unit.:** 249,99	**Valor Total:** 2.499,90				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	176	41.227.145/0001-07	406,63	249,99		Sim
2 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	747	46.449.285/0001-43	406,63	278,5999	11,44	Sim
3 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	992	19.444.651/0001-07	406,63	278,60	0,00	Sim
4 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	876	61.537.697/0001-29	406,60	280,00	0,50	Sim
5 ROSILENE TONATTO SPAZZINI	335	07.045.994/0001-01	406,63	320,00	14,29	Sim
6 L C LOPES MARCELINO LTDA	494	41.553.307/0001-05	406,63	325,00	1,56	Sim
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	278	51.740.794/0001-60	406,63	388,47	19,53	Sim
8 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	453	62.742.164/0001-41	406,63	388,48	0,00	Sim
9 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	973	63.129.821/0001-42	406,59	394,67	1,59	Sim
10 MARK LEWIS UNIFORMES	538	46.419.870/0001-09	406,63	406,63	3,03	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
BRUNA ALVES DE SOUZA ME	688	26.176.661/0001-66	400,00	219,99		Sim
CAPELINHA SOLUCOES LTDA	833	57.752.611/0001-03	406,60	220,00	0,0045	Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	081	49.128.590/0001-21	406,63	250,00	13,6364	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 10 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:56						
LOTE 10						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 10	Unidade: UNIDADE	Marca: PENALTY	Modelo: MAX 1000			
Descrição: BOLA DE FUTSAL - Bola de Futsal, com as seguintes características: PESO: 410-430g CIRCUNFERÊNCIA: 62.5- 63.5cm GOMOS: 11 CÂMARAS: CÂMARA 6D AIRBILITY SISTEMA DE FORRO: FORRO TERMOFIXO CAMADA INTERNA: NEOTEC LAMINADO: PU PRO CONSTRUÇÃO: TERMOTEC MIOLO: CÁPSULA SIS PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM A bola deverá possui o selo FIFA QUALITY PRO.						
Quantidade: 22	**Valor Unit.:** 259,90	**Valor Total:** 5.717,80				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	402	41.227.145/0001-07	399,77	259,90		Sim
2 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	861	46.449.285/0001-43	399,77	265,00	1,96	Sim
3 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	991	19.444.651/0001-07	399,77	319,99	20,75	Sim
4 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	056	61.537.697/0001-29	399,70	320,00	0,00	Sim
5 L C LOPES MARCELINO LTDA	032	41.553.307/0001-05	399,77	320,00	0,00	Sim
6 MARK LEWIS UNIFORMES	003	46.419.870/0001-09	399,77	360,00	12,50	Sim
7 ROSILENE TONATTO SPAZZINI	388	07.045.994/0001-01	399,77	365,00	1,39	Sim
8 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	106	51.740.794/0001-60	399,77	385,44	5,60	Sim
9 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	585	62.742.164/0001-41	399,77	385,45	0,00	Sim
10 CAPELINHA SOLUCOES LTDA	961	57.752.611/0001-03	399,77	390,00	1,18	Sim
11 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	259	63.129.821/0001-42	399,76	399,76	2,50	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
BRUNA ALVES DE SOUZA ME	075	26.176.661/0001-66	390,00	259,89		Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	833	49.128.590/0001-21	399,77	278,00	6,9683	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 11 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:56						
LOTE 11						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 11	Unidade: UNIDADE	Marca: PENALTY	Modelo: MAX 200			
Descrição: BOLA DE FUTSAL FEMININA - Bola de futsal feminina categoria de base, com as seguintes características: PESO: 350- 380g ? CIRCUNFERÊNCIA: 55-58cm GOMOS: 8 CÂMARAS: CÂMARA 6D AIRBILITY SISTEMA DE FORRO: FORRO TERMOFIXO CAMADA INTERNA: NEOGEL LAMINADO: PU CONSTRUÇÃO: TERMOTEC MIOLO: CÁPSULA SIS PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM - Bola oficial da federação Paranaense de Futsal, da categoria.						
Quantidade: 8	**Valor Unit.:** 139,99	**Valor Total:** 1.119,92				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	214	41.227.145/0001-07	229,59	139,99		Sim
2 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	534	46.449.285/0001-43	229,59	154,8399	10,61	Sim
3 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	280	19.444.651/0001-07	229,59	154,84	0,00	Sim
4 L C LOPES MARCELINO LTDA	108	41.553.307/0001-05	229,59	156,00	0,75	Sim
5 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	874	61.537.697/0001-29	229,55	169,00	8,33	Sim
6 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	492	62.742.164/0001-41	229,59	228,86	35,42	Sim
7 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	404	63.129.821/0001-42	229,55	228,87	0,00	Sim
8 CAPELINHA SOLUCOES LTDA	400	57.752.611/0001-03	229,59	229,59	0,31	Sim
9 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	816	51.740.794/0001-60	614,91	614,91	167,83	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

MARK LEWIS UNIFORMES	287	46.419.870/0001-09	22,59	22,59		Sim
BRUNA ALVES DE SOUZA ME	915	26.176.661/0001-66	229,00	104,99	364,7632 Sim	
ROSILENE TONATTO SPAZZINI	125	07.045.994/0001-01	229,59	105,00	0,0095	Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	333	49.128.590/0001-21	229,59	140,00	33,3333	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 12 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:56						
LOTE 12						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 12	Unidade: UNIDADE	Marca: PENALTY	Modelo: BEACH SOCCER PRÓ			
Descrição: BOLA DE FUTEBOL DE AREIA - Bola de futebol de areia, com as seguintes características: PESO: 410-440 g CIRCUNFERÊNCIA: 68-70 cm GOMOS: 14 CÂMARAS: CÂMARA 6D AIRBILITY SISTEMA DE FORRO: FORRO TERMOFIXO CAMADA INTERNA: NEOGEL LAMINADO: PU PRO CONSTRUÇÃO: TERMOTEC ? MIOLO: CÁPSULA SIS PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM						
Quantidade: 8	**Valor Unit.:** 246,92	**Valor Total:** 1.975,36				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	035	41.227.145/0001-07	362,98	246,92		Sim
2 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	162	46.449.285/0001-43	362,98	246,9399	0,01	Sim
3 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	049	19.444.651/0001-07	362,98	247,05	0,04	Sim
4 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	643	61.537.697/0001-29	362,95	259,00	4,84	Sim
5 ROSILENE TONATTO SPAZZINI	412	07.045.994/0001-01	362,98	280,00	8,11	Sim
6 MARK LEWIS UNIFORMES	006	46.419.870/0001-09	362,98	300,00	7,14	Sim
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	766	51.740.794/0001-60	362,98	314,60	4,87	Sim
8 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	954	62.742.164/0001-41	362,98	314,61	0,00	Sim
9 L C LOPES MARCELINO LTDA	905	41.553.307/0001-05	362,98	315,00	0,12	Sim
10 CAPELINHA SOLUCOES LTDA	818	57.752.611/0001-03	362,98	351,00	11,43	Sim
11 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	547	63.129.821/0001-42	362,94	362,94	3,40	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
BRUNA ALVES DE SOUZA ME	753	26.176.661/0001-66	360,00	169,99		Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	610	49.128.590/0001-21	362,98	170,00	0,0059	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 13 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:57						
LOTE 13						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 13	Unidade: UNIDADE	Marca: PENALTY	Modelo: 8.1			
Descrição: BOLA DE VOLEIBOL - Bola de voleibol, com as seguintes características: PESO: 260-280g CIRCUNFERÊNCIA: 65- 67cm GOMOS: 18 CÂMARAS: CÂMARA 6D AIRBILITY SISTEMA DE FORRO: FORRO TERMOFIXO CAMADA INTERNA: NEOTEC LAMINADO: MICROFIBRA CONSTRUÇÃO: TERMOTEC MIOLO: CÁPSULA SIS PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM Aprovada com selo IVS pela FIVB, bola oficial da Federação Paranaense de Voleibol.						
Quantidade: 24	**Valor Unit.:** 319,99	**Valor Total:** 7.679,76				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	754	41.227.145/0001-07	441,52	319,99		Sim
2 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	876	46.449.285/0001-43	441,52	334,9999	4,69	Sim
3 ROSILENE TONATTO SPAZZINI	773	07.045.994/0001-01	441,52	335,00	0,00	Sim
4 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	366	19.444.651/0001-07	441,52	388,99	16,12	Sim
5 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	942	61.537.697/0001-29	441,50	389,00	0,00	Sim
6 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	477	62.742.164/0001-41	441,52	434,99	11,82	Sim
7 CAPELINHA SOLUCOES LTDA	900	57.752.611/0001-03	441,52	435,00	0,00	Sim
8 MARK LEWIS UNIFORMES	529	46.419.870/0001-09	441,52	441,52	1,50	Sim
9 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	552	51.740.794/0001-60	922,38	922,38	108,91	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
BRUNA ALVES DE SOUZA ME	946	26.176.661/0001-66	440,00	289,99		Sim
L C LOPES MARCELINO LTDA	701	41.553.307/0001-05	441,52	290,00	0,0034	Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	950	49.128.590/0001-21	441,52	335,00	15,5172	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 14 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:57						
LOTE 14						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 14	Unidade: UNIDADE	Marca: PENALTY	Modelo: PRAIA PRÓ			
Descrição: BOLA DE VÔLEI DE PRAIA - Bola de vôlei de praia, com as seguintes características: PESO: 260-280g CIRCUNFERÊNCIA: 66- 68cm GOMOS: 12 CÂMARAS: CÂMARA 6D AIRBILITY SISTEMA DE FORRO: FORRO TERMOFIXO CAMADA INTERNA: NEOGEL LAMINADO: MICROFIBRA CONSTRUÇÃO: TERMOTEC MIOLO: CÁPSULA SIS PROCESSO EXTRA: DUPLA COLAGEM						
Quantidade: 8	**Valor Unit.:** 239,91	**Valor Total:** 1.919,28				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	171	41.227.145/0001-07	399,55	239,91		Sim
2 ROSILENE TONATTO SPAZZINI	385	07.045.994/0001-01	393,55	260,00	8,37	Sim
3 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	441	19.444.651/0001-07	393,55	280,05	7,71	Sim
4 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	470	46.449.285/0001-43	393,55	280,1199	0,03	Sim
5 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	946	61.537.697/0001-29	393,50	289,00	3,17	Sim
6 L C LOPES MARCELINO LTDA	572	41.553.307/0001-05	393,55	315,00	9,00	Sim
7 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	634	51.740.794/0001-60	393,55	354,58	12,57	Sim
8 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	929	62.742.164/0001-41	393,55	354,59	0,00	Sim
9 CAPELINHA SOLUCOES LTDA	089	57.752.611/0001-03	393,55	393,00	10,83	Sim
10 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	482	63.129.821/0001-42	393,51	393,51	0,13	Sim
11 MARK LEWIS UNIFORMES	162	46.419.870/0001-09	393,55	393,55	0,01	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
BRUNA ALVES DE SOUZA ME	014	26.176.661/0001-66	390,00	239,90		Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	746	49.128.590/0001-21	393,55	250,00	4,2101	Sim
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 15 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:57						

LOTE 15						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 15	Unidade: Pares	Marca: PANGUE	Modelo: OFICIAL			
Descrição: REDE DE FUTEBOL SUÍÇO NYLON 6MM, 5MTS STANDART - Rede de Futebol suíço nylon 6mm, 5mts Standart						
Quantidade: 8	**Valor Unit.:** 419,07	**Valor Total:** 3.352,56				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	385	26.176.661/0001-66	560,00	419,07		Sim
2 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	040	46.449.285/0001-43	562,37	419,0808	0,00	Sim
3 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	196	63.616.301/0001-64	562,37	420,00	0,22	Sim
4 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	471	41.227.145/0001-07	562,37	489,99	16,66	Sim
5 CAPELINHA SOLUCOES LTDA	803	57.752.611/0001-03	562,37	490,00	0,00	Sim
6 L C LOPES MARCELINO LTDA	895	41.553.307/0001-05	562,37	490,00	0,00	Sim
7 MARK LEWIS UNIFORMES	848	46.419.870/0001-09	562,37	510,00	4,08	Sim
8 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	736	63.129.821/0001-42	562,33	559,83	9,77	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 16 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:57						
LOTE 16						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 16	Unidade: Pares	Marca: PANGUE	Modelo: OFICIAL			
Descrição: REDE DE FUTSAL SEDA 6MM, 3MTS STANDART - Rede de Futsal seda 6mm, 3mts Standart						
Quantidade: 6	**Valor Unit.:** 316,99	**Valor Total:** 1.901,94				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	115	26.176.661/0001-66	470,00	316,99		Sim
2 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	271	63.616.301/0001-64	471,65	317,00	0,00	Sim
3 L C LOPES MARCELINO LTDA	053	41.553.307/0001-05	471,65	360,00	13,56	Sim
4 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	258	41.227.145/0001-07	471,65	390,00	8,33	Sim
5 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	935	46.449.285/0001-43	471,65	399,9999	2,56	Sim
6 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	767	63.129.821/0001-42	471,61	418,97	4,74	Sim
7 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	653	19.444.651/0001-07	471,65	422,40	0,82	Sim
8 CAPELINHA SOLUCOES LTDA	485	57.752.611/0001-03	471,60	471,60	11,65	Sim
9 MARK LEWIS UNIFORMES	403	46.419.870/0001-09	471,65	471,65	0,01	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 17 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:57						
LOTE 17						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 17	Unidade: UNIDADE	Marca: master/masterfew	Modelo: volei 4fx			
Descrição: REDE DE VOLEIBOL OFICIAL 4 FAIXAS - Rede de voleibol oficial 4 Faixas						
Quantidade: 6	**Valor Unit.:** 169,99	**Valor Total:** 1.019,94				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	251	19.444.651/0001-07	185,48	169,99		Sim
2 L C LOPES MARCELINO LTDA	167	41.553.307/0001-05	185,48	170,00	0,01	Sim
3 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	836	41.227.145/0001-07	185,48	180,01	5,89	Sim
4 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	552	26.176.661/0001-66	185,00	180,02	0,01	Sim
5 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	535	63.616.301/0001-64	185,48	185,48	3,03	Sim
6 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	809	46.449.285/0001-43	185,48	185,48	0,00	Sim
7 MARK LEWIS UNIFORMES	289	46.419.870/0001-09	185,48	185,48	0,00	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
LOTE 18 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:57						
LOTE 18						
VALORES UNITÁRIOS FINAIS						
Item: 18	Unidade: Pares	Marca: PANGUE	Modelo: OFICIAL			
Descrição: REDE DE FUTEBOL OFICIAL NYLON 6MM STANDART - Rede de futebol oficial nylon 6mm standart						
Quantidade: 2	**Valor Unit.:** 549,99	**Valor Total:** 1.099,98				
CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	368	26.176.661/0001-66	760,00	549,99		Sim
2 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	653	41.227.145/0001-07	766,40	550,00	0,00	Sim
3 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	997	63.616.301/0001-64	766,40	579,00	5,27	Sim
4 MARK LEWIS UNIFORMES	932	46.419.870/0001-09	766,40	700,00	20,90	Sim
5 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	019	63.129.821/0001-42	766,36	756,27	8,04	Sim
6 L C LOPES MARCELINO LTDA	365	41.553.307/0001-05	766,40	766,40	1,34	Sim
7 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	533	46.449.285/0001-43	766,40	766,40	0,00	Sim

8 CAPELINHA SOLUCOES LTDA	181	57.752.611/0001-03	766,40	766,40	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 19 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:57

LOTE 19

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 19	Unidade: UNIDADE	Marca: KAGIVA	Modelo: DUPLA AÇÃO

Descrição: BOMBA DE INFLAR BOLA - Bomba de inflar bola, com sistema double action, confeccionada com acrílico translúcido resistente, acompanha agulha e mangueira removível que garante o enchimento ideal de bolas e pneu de bicicleta. Dispõe também de uma bomba dupla ação que infla nos dois sentidos, tornando o enchimento muito mais rápido.

Quantidade: 8	**Valor Unit.:** 17,42	**Valor Total:** 139,36

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	913	41.227.145/0001-07	34,96	17,42		Sim
2 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	914	46.449.285/0001-43	34,96	17,4399	0,11	Sim
3 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	262	26.176.661/0001-66	34,00	18,01	3,27	Sim
4 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	879	19.444.651/0001-07	34,96	20,80	15,49	Sim
5 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	606	63.129.821/0001-42	34,92	23,39	12,45	Sim
6 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	871	62.742.164/0001-41	34,96	25,99	11,12	Sim
7 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	708	61.537.697/0001-29	34,90	26,00	0,04	Sim
8 YNEMED PRODUTOS MEDICOS E	218	51.740.794/0001-60	34,96	30,99	19,19	Sim
9 L C LOPES MARCELINO LTDA	239	41.553.307/0001-05	34,96	31,00	0,03	Sim
10 MARK LEWIS UNIFORMES	325	46.419.870/0001-09	34,96	34,96	12,77	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 20 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:57

LOTE 20

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 20	Unidade: UNIDADE	Marca: SCALIBU	Modelo: OFICIAL

Descrição: CABO DE FIXAÇÃO PARA REDE DE VOLEIBOL EM MODELO DE AÇO REVESTIDO COM 10MM DE ESPESSURA E 24M DE COMPRIMENTO - Cabo de fixação para rede de voleibol em modelo de aço revestido com 10mm de espessura e 24m de comprimento, possuindo acabamento nas extremidades para melhor fixação nos postes de sustentação.

Quantidade: 8	**Valor Unit.:** 150,00	**Valor Total:** 1.200,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	363	26.176.661/0001-66	160,00	150,00		Sim
2 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	639	41.227.145/0001-07	163,33	150,01	0,01	Sim
3 MARK LEWIS UNIFORMES	159	46.419.870/0001-09	163,33	154,90	3,26	Sim
4 AZURRE INDUSTRIA E COMERCIO DE	596	63.616.301/0001-64	163,33	163,33	5,44	Sim
5 L C LOPES MARCELINO LTDA	362	41.553.307/0001-05	163,33	163,33	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 21 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:58

LOTE 21

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 21	Unidade: UNIDADE	Marca: Rotosis	Modelo: 200l

Descrição: COCHOS EM POLIETILENO, 200 LITROS, 2 METROS DE COMPRIMENTO, 27 CM DE ALTURA E 70 CM DE LARGURA - Cochos em polietileno, 200 litros, 2 metros de comprimento, 27 cm de altura e 70 cm de largura. Para utilização como pontos de hidratação em provas.

Quantidade: 4	**Valor Unit.:** 1.730,00	**Valor Total:** 6.920,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L C LOPES MARCELINO LTDA	405	41.553.307/0001-05	1.732,97	1.730,00		Sim
2 MARK LEWIS UNIFORMES	849	46.419.870/0001-09	1.732,97	1.732,97	0,17	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 22 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:58

LOTE 22

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 22	Unidade: UNIDADE	Marca: SCALIBU	Modelo: OFICIAL

Descrição: COLCHONETE EM ESPUMA COM PROTEÇÃO E REVESTIMENTO EM COURVIN, COM TAMANHOS DE 1,00M X 0,60M E DENSIDADE DE 0,04 MM - Colchonete em espuma com proteção e revestimento em courvin, com tamanhos de 1,00m x 0,60m e densidade de 0,04 mm.

Quantidade: 25	**Valor Unit.:** 43,99	**Valor Total:** 1.099,75

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	746	26.176.661/0001-66	65,00	43,99		Sim
2 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	542	19.444.651/0001-07	66,91	44,00	0,02	Sim
3 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	872	41.227.145/0001-07	66,91	49,40	12,27	Sim
4 ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA	755	49.059.156/0001-37	66,90	54,77	10,87	Sim
5 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	128	63.129.821/0001-42	66,87	57,46	4,91	Sim
6 L C LOPES MARCELINO LTDA	559	41.553.307/0001-05	66,91	58,00	0,94	Sim
7 CAPELINHA SOLUCOES LTDA	827	57.752.611/0001-03	66,90	66,90	15,34	Sim
8 MARK LEWIS UNIFORMES	555	46.419.870/0001-09	66,91	66,91	0,01	Sim
DESCLASSIFICADOS						

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

LOTE 23 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:58

LOTE 23

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 23	Unidade: UNIDADE	Marca: própria/import	Modelo: rolo P

Descrição: ROLO MIOFACIAL COM 34 CM DE COMPRIMENTO E 13 CM DE DIÂMETRO, EM EVA E PP, COM RANHURAS DE LIBERAÇÃO MIOFASCIAL EM FORMATO TRIANGULAR COM UMA DEPRESSÃO AO MEIO - Rolo Miofacial com 34 cm de comprimento e 13 cm de diâmetro, em EVA e PP, com ranhuras de liberação miofascial em formato triangular com uma depressão ao meio.

Quantidade: 10	**Valor Unit.:** 54,84	**Valor Total:** 548,40

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 K.S. ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA	744	19.444.651/0001-07	89,62	54,84		Sim
2 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	724	62.742.164/0001-41	89,62	55,23	0,71	Sim
3 MYR COMERCIO DE ARTIGOS	241	46.449.285/0001-43	89,62	74,0399	34,06	Sim
4 GUIDONI DISTRIBUIDORA LTDA	888	63.129.821/0001-42	89,58	78,34	5,81	Sim
5 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	431	41.227.145/0001-07	89,62	79,34	1,28	Sim
6 L C LOPES MARCELINO LTDA	746	41.553.307/0001-05	89,62	89,62	12,96	Sim
7 MARK LEWIS UNIFORMES	476	46.419.870/0001-09	89,62	89,62	0,00	Sim
8 CAPELINHA SOLUCOES LTDA	368	57.752.611/0001-03	89,62	89,62	0,00	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

LOTE 24 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:58

LOTE 24

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 24	Unidade: UNIDADE	Marca: MARTINUCCI	Modelo: MRTINUCCI

Descrição: CADEIRA TIPO LONGARINA COM BASE FIXA, COM 5 LUGARES, PRETA, BASE FIXA DUPLO AÇO CARBONO, ENCOSTO E ASSENTOS EM PP, ESTRUTURA EM AÇO CARBONO, FORMATO ANATÔMICO; - Cadeira tipo longarina com base fixa, com 5 lugares, preta, base fixa DUPLO aço carbono, encosto e assentos em PP, estrutura em aço carbono, formato anatômico;

Quantidade: 4	**Valor Unit.:** 1.099,92	**Valor Total:** 4.399,68

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA	154	49.059.156/0001-37	1.279,76	1.099,92		Sim
2 L C LOPES MARCELINO LTDA	852	41.553.307/0001-05	1.279,77	1.100,00	0,01	Sim
3 MARK LEWIS UNIFORMES	634	46.419.870/0001-09	1.279,77	1.279,77	16,34	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

LOTE 25 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:58

LOTE 25

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 25	Unidade: UNIDADE	Marca: JEB´S	Modelo: 146CM

Descrição: TROFÉU DE 1º LUGAR COM 146CM DE ALTURA, BASE QUADRADA EM POLÍMERO COR PRETA, COM 18,5 CM DE LARGURA, 23,5 CM DE ALTURA - Troféu de 1º lugar com 146cm de altura, base quadrada em polímero cor preta, com 18,5 cm de largura, 23,5 cm de altura, acima da base dois convexos de cor azul, uma base fina em polímero com uma estatueta no meio, 4 tubos de cor azul, com anéis dourado e azul, uma base fina com 3 estatuetas nas laterais acima deste cone dourado com bola lisa dourada e aro azul no meio, com 17 cm, confeccionado em polímero Estatueta gigante intercambiável.

Quantidade: 12	**Valor Unit.:** 388,99	**Valor Total:** 4.667,88

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	774	41.227.145/0001-07	694,35	388,99		Sim
2 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	910	61.537.697/0001-29	694,30	389,00	0,00	Sim
3 WPPT CONFECÇÕES LTDA ME	905	45.438.114/0001-56	690,00	479,00	23,14	Sim
4 COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	440	00.363.814/0001-90	694,30	513,93	7,29	Sim
5 L C LOPES MARCELINO LTDA	670	41.553.307/0001-05	694,35	660,00	28,42	Sim
6 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	651	26.176.661/0001-66	690,00	690,00	4,55	Sim
7 MARK LEWIS UNIFORMES	364	46.419.870/0001-09	694,35	694,35	0,63	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

LOTE 26 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:58			
LOTE 26			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 26	Unidade: UNIDADE	Marca: JEB´S	Modelo: 140CM
Descrição: TROFÉU DE 2º LUGAR COM 140CM, DE ALTURA, BASE QUADRADA EM POLÍMERO COR PRETA, COM 18,5 CM DE LARGURA, 23,5 CM DE ALTURA - Troféu de 2º lugar com 140cm, de altura, base quadrada em polímero cor preta, com 18,5 cm de largura, 23,5 cm de altura, acima da base dois convexos de cor azul, uma base fina em polímero com uma estatueta no meio, 4 tubos de cor azul, com anéis dourado e azul, uma base fina com 3 estatuetas nas laterais acima deste cone dourado com bola lisa dourada e aro azul no meio, com 17 cm, confeccionado em polímero Estatueta gigante intercambiável.			
Quantidade: 12	**Valor Unit.:** 388,00		**Valor Total:** 4.656,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	883	41.227.145/0001-07	676,40	388,00		Sim
2 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	079	61.537.697/0001-29	676,35	388,99	0,26	Sim
3 WPPT CONFECÇÕES LTDA ME	991	45.438.114/0001-56	675,00	500,00	28,54	Sim
4 COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	845	00.363.814/0001-90	676,30	509,99	2,00	Sim
5 L C LOPES MARCELINO LTDA	881	41.553.307/0001-05	676,40	630,00	23,53	Sim
6 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	405	26.176.661/0001-66	670,00	670,00	6,35	Sim
7 MARK LEWIS UNIFORMES	888	46.419.870/0001-09	676,40	676,40	0,96	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

LOTE 27 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:58			
LOTE 27			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 27	Unidade: UNIDADE	Marca: JEB´S	Modelo: 137CM
Descrição: TROFÉU 3º LUGAR COM 137CM DE ALTURA, BASE QUADRADA EM POLÍMERO COR PRETA, COM 18,5 CM DE LARGURA, 23,5 CM DE ALTURA - Troféu 3º lugar com 137cm de altura, base quadrada em polímero cor preta, com 18,5 cm de largura, 23,5 cm de altura, acima da base dois convexos de cor azul, uma base fina em polímero com uma estatueta no meio, 4 tubos de cor azul, com anéis dourado e azul, uma base fina com 3 estatuetas nas laterais acima deste cone dourado com bola lisa dourada e aro azul no meio, com 17 cm, confeccionado em polímero Estatueta gigante intercambiável.			
Quantidade: 12	**Valor Unit.:** 378,89		**Valor Total:** 4.546,68

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	904	41.227.145/0001-07	667,50	378,89		Sim
2 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	458	61.537.697/0001-29	667,45	378,90	0,00	Sim
3 COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	770	00.363.814/0001-90	667,00	529,99	39,88	Sim
4 WPPT CONFECÇÕES LTDA ME	769	45.438.114/0001-56	667,00	530,00	0,00	Sim
5 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	178	26.176.661/0001-66	660,00	554,84	4,69	Sim
6 L C LOPES MARCELINO LTDA	358	41.553.307/0001-05	667,50	615,00	10,84	Sim
7 MARK LEWIS UNIFORMES	095	46.419.870/0001-09	667,50	667,50	8,54	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

LOTE 28 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:59			
LOTE 28			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 28	Unidade: UNIDADE	Marca: JEB´S	Modelo: 137CM
Descrição: TROFÉU 4º LUGAR COM 137CM DE ALTURA, BASE QUADRADA EM POLÍMERO COR PRETA, COM 18,5 CM DE LARGURA, 23,5 CM DE ALTURA - Troféu 4º lugar com 137cm de altura, base quadrada em polímero cor preta, com 18,5 cm de largura, 23,5 cm de altura, acima da base dois convexos de cor azul, uma base fina em polímero com uma estatueta no meio, 4 tubos de cor azul, com anéis dourado e azul, uma base fina com 3 estatuetas nas laterais acima deste cone dourado com bola lisa dourada e aro azul no meio, com 17 cm, confeccionado em polímero Estatueta gigante intercambiável.			
Quantidade: 12	**Valor Unit.:** 377,99		**Valor Total:** 4.535,88

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	604	41.227.145/0001-07	667,50	377,99		Sim
2 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	322	61.537.697/0001-29	667,45	378,00	0,00	Sim
3 WPPT CONFECÇÕES LTDA ME	340	45.438.114/0001-56	665,00	499,00	32,01	Sim
4 COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	804	00.363.814/0001-90	667,00	509,99	2,20	Sim
5 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	382	26.176.661/0001-66	660,00	556,97	9,21	Sim
6 L C LOPES MARCELINO LTDA	059	41.553.307/0001-05	667,50	615,00	10,42	Sim
7 MARK LEWIS UNIFORMES	249	46.419.870/0001-09	667,50	620,00	0,81	Sim
DESCLASSIFICADOS						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
INABILITADOS						

Razão Social	**Num Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

LOTE 29 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:59			
LOTE 29			
VALORES UNITÁRIOS FINAIS			
Item: 29	Unidade: UNIDADE	Marca: IMORSSI	Modelo: IMORSSI
Descrição: TROFÉU GOLEIRO MENOS VAZADO COM 39 CM DE ALTURA, COM BASE EM FORMATO OVAL COM AS MEDIDAS DE 22,50 CM POR 12 CM EM POLÍMERO NA COR PRETA - Troféu goleiro menos vazado com 39 cm de altura, com base em formato oval com as medidas de 22,50 cm por 12 cm em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizada na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de goleiro metalizada na cor dourada com 30,30 cm de altura.			
Quantidade: 18	**Valor Unit.:** 75,00		**Valor Total:** 1.350,00

CLASSIFICAÇÃO						
Razão Social	**Num**	**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**

1 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	853	62.742.164/0001-41	119,47	75,00		Sim
2 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	992	26.176.661/0001-66	119,00	79,97	6,63	Sim
3 L C LOPES MARCELINO LTDA	846	41.553.307/0001-05	119,47	89,00	11,29	Sim
4 MARK LEWIS UNIFORMES	836	46.419.870/0001-09	119,47	100,00	12,36	Sim
5 WPPT CONFECÇÕES LTDA ME	492	45.438.114/0001-56	118,00	107,00	7,00	Sim
6 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	412	41.227.145/0001-07	119,47	109,99	2,79	Sim
7 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	383	61.537.697/0001-29	119,40	117,00	6,37	Sim
8 COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	401	00.363.814/0001-90	119,46	118,99	1,70	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 30 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:59

LOTE 30

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 30	Unidade: UNIDADE	Marca: IMORSSI	Modelo: IMORSSIIMORSSI

Descrição: TROFÉU ARTILHEIRO COM 39 CM DE ALTURA, COM BASE EM FORMATO OVAL COM AS MEDIDAS DE 22,50 CM POR 12 CM EM POLÍMERO NA COR PRETA - Troféu artilheiro com 39 cm de altura, com base em formato oval com as medidas de 22,50 cm por 12 cm em polímero na cor preta com friso na tampa da base metalizada na cor dourada. Na parte superior desta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma estatueta fixa de jogador de futebol metalizada na cor dourada com 30,30 cm de altura.

Quantidade: 18	**Valor Unit.:** 75,00	**Valor Total:** 1.350,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	563	62.742.164/0001-41	116,32	75,00		Sim
2 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	568	26.176.661/0001-66	115,00	79,97	6,63	Sim
3 L C LOPES MARCELINO LTDA	292	41.553.307/0001-05	116,32	92,00	15,04	Sim
4 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	417	41.227.145/0001-07	116,32	109,99	19,55	Sim
5 MARK LEWIS UNIFORMES	939	46.419.870/0001-09	116,32	110,00	0,01	Sim
6 WPPT CONFECÇÕES LTDA ME	288	45.438.114/0001-56	115,00	115,00	4,55	Sim
7 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	157	61.537.697/0001-29	116,30	115,00	0,00	Sim
8 COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	442	00.363.814/0001-90	116,31	116,29	1,12	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 31 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:59

LOTE 31

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 31	Unidade: UNIDADE	Marca: jebs	Modelo: t32

Descrição: TROFÉU DE HONRA AO MÉRITO 32CM DE ALTURA, BASE PRETA COM 08 CM DE LARGURA, 07 CM DE ALTURA - Troféu de honra ao mérito 32cm de altura, base preta com 08 cm de largura, 07 cm de altura, acima cones dourados, intercalados com aro e anéis dourados, estatueta intercambiável, confeccionado em plástico injetado poliestireno.

Quantidade: 70	**Valor Unit.:** 36,00	**Valor Total:** 2.520,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 L C LOPES MARCELINO LTDA	252	41.553.307/0001-05	49,66	36,00		Sim
2 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	501	62.742.164/0001-41	49,66	39,00	8,33	Sim
3 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	086	41.227.145/0001-07	49,66	39,01	0,03	Sim
4 COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	540	00.363.814/0001-90	49,65	44,97	15,28	Sim
5 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	739	61.537.697/0001-29	49,60	44,98	0,02	Sim
6 MARK LEWIS UNIFORMES	199	46.419.870/0001-09	49,66	45,00	0,04	Sim
7 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	764	26.176.661/0001-66	49,00	49,00	8,89	Sim
8 WPPT CONFECÇÕES LTDA ME	342	45.438.114/0001-56	49,00	49,00	0,00	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 32 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:59

LOTE 32

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 32	Unidade: UNIDADE	Marca: PROPRIA/DSP	Modelo: ZAMAC

Descrição: MEDALHA 1º, 2º E 3º LUGAR, FUNDIDA EM LIGA METÁLICA DE ZAMAC, COM O TAMANHO DE 45 MM DE DIÂMETRO E CENTRO LISO COM 25 MM DE DIÂMETRO - Medalha 1º, 2º e 3º lugar, fundida em liga metálica de zamac, com o tamanho de 45 mm de diâmetro e centro liso com 25 mm de diâmetro. Ao redor da medalha uma coroa de louros em alto relevo. Espessura máxima de 2,2 mm. Metalizada na cor dourada, prateada e bronzeada. Suporte para fita com 1,5 cm de largura. A medalha deverá vir acompanhada de fita de cetim cor a ser definida com 1,5 cm de largura

Quantidade: 700	**Valor Unit.:** 3,47	**Valor Total:** 2.429,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 DSP BRINDES PERSONALIZADOS LTDA	931	55.358.183/0001-03	6,00	3,47		Sim
2 WPPT CONFECÇÕES LTDA ME	960	45.438.114/0001-56	6,00	3,48	0,29	Sim
3 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	964	41.227.145/0001-07	6,00	3,50	0,57	Sim
4 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	081	62.742.164/0001-41	6,00	4,51	28,86	Sim
5 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	174	26.176.661/0001-66	6,00	4,52	0,22	Sim
6 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	284	61.537.697/0001-29	5,99	4,99	10,40	Sim
7 COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	990	00.363.814/0001-90	5,90	5,04	1,00	Sim
8 MARK LEWIS UNIFORMES	802	46.419.870/0001-09	6,00	5,50	9,13	Sim
9 L C LOPES MARCELINO LTDA	042	41.553.307/0001-05	6,00	6,00	9,09	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 33 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:59

LOTE 33

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 33	Unidade: UNIDADE	Marca: PROPRIA/DSP	Modelo: ZAMAC

Descrição: MEDALHA BASE PARA PERSONALIZAÇÃO, ALTO E BAIXO RELEVO, BANHO METALIZADO - Medalha Base para personalização, alto e baixo relevo, banho metalizado. - Acompanha fita azul; - Área personalizável na frente de 34mm; - Verso liso para adesivo ou gravação com área de 47mm. Composição: Zamac. Diâmetro: 50mm. Espessura da medalha: 3mm. Largura da fita: 20mm. Cores: Dourado, prata e bronze

Quantidade: 500	**Valor Unit.:** 5,97	**Valor Total:** 2.985,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 DSP BRINDES PERSONALIZADOS LTDA	420	55.358.183/0001-03	13,70	5,97		Sim
2 WPPT CONFECÇÕES LTDA ME	445	45.438.114/0001-56	13,70	6,86	14,91	Sim
3 COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	209	00.363.814/0001-90	13,71	7,00	2,04	Sim
4 ROCCO DISTRIBUIDORA LTDA	305	49.059.156/0001-37	13,71	7,57	8,14	Sim
5 BELETABLA COMERCIO E SOLUCOES	140	62.742.164/0001-41	13,72	9,54	26,02	Sim
6 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	885	61.537.697/0001-29	13,70	9,55	0,10	Sim
7 MARK LEWIS UNIFORMES	094	46.419.870/0001-09	13,72	12,00	25,65	Sim
8 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	461	41.227.145/0001-07	13,72	12,99	8,25	Sim
9 L C LOPES MARCELINO LTDA	776	41.553.307/0001-05	13,72	13,72	5,62	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
BRUNA ALVES DE SOUZA ME	152	26.176.661/0001-66	13,00	5,96		Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 34 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:59

LOTE 34

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 34	Unidade: UNIDADE	Marca: PROPRIA	Modelo: PROPRIA

Descrição: PLACA DE HOMENAGEM MÉDIAS DE HONRA AO MÉRITO COM ESTOJO 20X16CM - Placa de homenagem médias de honra ao Mérito com estojo 20x16cm

Quantidade: 10	**Valor Unit.:** 109,00	**Valor Total:** 1.090,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 KAYKY CAMPOS DOMINGUES	779	55.167.469/0001-01	150,00	109,00		Sim
2 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	985	61.537.697/0001-29	219,95	110,00	0,92	Sim
3 COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	037	00.363.814/0001-90	219,97	190,01	72,74	Sim
4 BRUNA ALVES DE SOUZA ME	846	26.176.661/0001-66	210,00	190,02	0,01	Sim
5 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	605	41.227.145/0001-07	219,98	195,00	2,62	Sim
6 MARK LEWIS UNIFORMES	533	46.419.870/0001-09	219,98	200,00	2,56	Sim
7 L C LOPES MARCELINO LTDA	425	41.553.307/0001-05	219,98	219,98	9,99	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

LOTE 35 - HOMOLOGADO - 02/09/2026 14:01:59

LOTE 35

VALORES UNITÁRIOS FINAIS

Item: 35	Unidade: UNIDADE	Marca: INVICTA	Modelo: PERSONALIZADA

Descrição: FITA PERSONALIZADA DO MUNICÍPIO/SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER PARA MEDALHAS DIVERSAS. LARGURA DE 2 CM - Fita personalizada do Município/Secretaria de Esporte e Lazer para medalhas diversas. Largura de 2 cm.

Quantidade: 2.000	**Valor Unit.:** 1,80	**Valor Total:** 3.600,00

CLASSIFICAÇÃO

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
1 FENIX DO BRASIL SPORTS LTDA	572	41.227.145/0001-07	2,68	1,80		Sim
2 PFG DISTRIBUIDORA LTDA	998	61.537.697/0001-29	2,66	2,00	11,11	Sim
3 COMERCIAL AGATA DE ARTESANATO	861	00.363.814/0001-90	2,67	2,24	12,00	Sim
4 MARK LEWIS UNIFORMES	662	46.419.870/0001-09	2,68	2,51	12,05	Sim
5 WPPT CONFECÇÕES LTDA ME	375	45.438.114/0001-56	2,67	2,67	6,37	Sim
6 L C LOPES MARCELINO LTDA	924	41.553.307/0001-05	2,68	2,68	0,37	Sim

DESCLASSIFICADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME
BRUNA ALVES DE SOUZA ME	801	26.176.661/0001-66	2,50	1,79		Sim
MEINERZ DO BRASIL LTDA	373	49.128.590/0001-21	2,68	2,50	39,6648	Sim

INABILITADOS

Razão Social	Num	Documento	Oferta Inicial	Oferta Final	Dif.(%)	ME

ISMAEL BATISTA
Autoridade

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:AC42455A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
39°ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL_EXERCÍCIO DE 2026

39º. TERMO DE ALTERAÇÃO DO PCA – EXERCÍCIO 2026
Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária.
Responsável: Marlon Cleiton Gross
PROCESSO Nº. 7042/2026

1.OBJETO
Aquisição de equipamentos agrícolas.

2.JUSTIFICATIVA

Solicitamos a presente alteração para cumprimento de Ordem Judicial Processo n° 0001847-27.2026.8.16.0124.

3. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO
A presente alteração faz-se necessária para atender às demandas decorrentes das Emendas Impositivas nº 19, de autoria do Vereador João Savi; nº 24, de autoria do Vereador Gilmar Costa; e nº 31, de autoria do Vereador Roberto Marques, bem como das Emendas Parlamentares nº 202644450003 e nº 202637020007, destinadas à aquisição de equipamentos agrícolas. Dessa forma, solicita-se a inclusão da referida contratação no PCA 2026, considerando a necessidade de viabilizar a execução dos recursos e o atendimento às finalidades previstas nas respectivas emendas.

Palmeira, 02 de setembro de 2026.

OSMAIR LEDERER

ANEXO 14 – CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – SMAP										
MUNICÍPIO DE PALMEIRA/ PR - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026										
CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA – SMAP										
DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO	CONTRATAÇÃO / RENOVAÇÃO	N°. CONTRATO / ATA	DATA DE VENCIMENTO	FORMA DE CONTRATAÇÃO	PREVISÃO DE ABERTURA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	NATUREZA DA DESPESA	ESTIMATIVA DE PREÇO	GRAU DE PRIORIDADE	ÓRGÃO RESPONSÁVEL
CARTÃO SAUDÁVEL SABOR	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	MAIO	JULHO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 100.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
PROJETOS VOLTADOS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR	CONTRATAÇÃO	x	x	A DEFINIR	MAIO	JULHO	MATERIAL DE CONSUMO/SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 500.000,00	MÉDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
CALCÁRIO (SEAB)	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	MAIO	AGOSTO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 150.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
BARRACÃO VILEIROS	RENOVAÇÃO	x	x	CONCORRENCIA 07/2025	JULHO	AGOSTO	OBRAS E INSTALAÇÕES	R$ 301.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
IMPLEMENTOS AGRICOLAS	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	x	x	MATERIAL PERMANENTE	R$ 50.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
AQUISIÇÃO COZINHAS COMUNITARIAS	CONTRATAÇÃO	19320/2024	x	PREGÃO	x	x	MATERIAL PERMANENTE	R$ 250.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
BARRACÃO DE CAMPESTRE	CONTRATAÇÃO	x	x	CONCORRÊNCIA	x	x	OBRAS E INSTALAÇÕES	R$ 270.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
REVITALIZAÇÃO MERCADO MUNICIPAL (ELETRODOMESTICOS)	CONTRATAÇÃO			PREGÃO			MATERIAL PERMANENTE	R$ 190.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
SISTEMA DE ÁGUA	CONTRATAÇÃO	x	x	CONCORRENCIA			OBRAS E INSTALAÇÕES	R$ 1.500.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
PATRULIA MAQUINARIOS PESADOS (SEAB)	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO			MATERIAL PERMANENTE	R$ 3.700.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
BARRACÃO MINI	CONTRATAÇÃO	x	x	CONCORRENCIA	x	x	OBRAS E	R$ 300.000,00	MEDIA	SECRETARIA

CEASA							INSTALAÇÕES			MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
VEÍCULOS UTILITÁRIOS E DE CARGA	CONTRATAÇÃO	x	x	INEXIGIBILIDADE/ADESÃO ATA	JANEIRO	MARÇO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 300.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
PAVIMENTAÇÃO ESTRADAS RURAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	CONCORRÊNCIA	ABRIL	AGOSTO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 10.000.000,00	MEDIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
CASCALHO BRITADO	CONTRATAÇÃO	X	X	PREGÃO	JULHO	OUTUBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$1.300.000,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS	CONTRATAÇÃO	X	X	INEXIGIBILIDADE/ADESÃO A ATA	AGOSTO	OUTUBRO	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$598.658,00	ALTA	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA
TOTAL ESTIMADO:								R$ 19.509.658,00		

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:D3D0D62D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO N°13.2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 13/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1562/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

A Comissão Especial de Seleção designada pelo Decreto nº. 18.178 de 15/04/2026, juntamente com a subcomissão da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto n° 18.030 de 13/02/2025, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 10.764/16, torna público o Edital de Chamamento Público para Seleção de Entidades da Sociedade Civil, para firmar parceria nos termos da Lei 13.019/14, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1 – DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Dotação orçamentária (Lei de responsabilidade fiscal LC101/00 art.16 em especial)

Reduzido	Programática	Fonte
506	13.003.18.542.0034.2095.3.3.50.43.00.00	1001

2 – DO OBJETO DA PARCERIA

2.1 - Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos (ONGs), atuantes na proteção e bem-estar animal, visando à celebração de acordo de cooperação com o Município de Palmeira, para a execução de ações integradas voltadas à causa animal.
O serviço a ser conveniado compreende o desenvolvimento contínuo de atividades destinadas ao resgate, acolhimento, abrigo temporário, alimentação, cuidados básicos e promoção da saúde de animais domésticos (cães e gatos) em situação de abandono, risco ou vulnerabilidade no território municipal.
Inclui-se, ainda, como parte do objeto:
O apoio às ações de triagem, identificação e encaminhamento de animais resgatados;
A manutenção de estrutura mínima para acolhimento dos animais, ainda que em caráter provisório, garantindo condições adequadas de higiene, segurança e bem-estar;
O fornecimento regular de alimentação adequada (ração) aos animais sob responsabilidade das entidades conveniadas.

3 – DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

3.1. – Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão divulgadas no Diário Oficial Eletrônico do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

4- APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1- O plano de trabalho, bem como os documentos listados para habilitação, devem ser encaminhadas em 02 (dois) envelopes fechados, para o local abaixo indicado, contendo em sua parte externa preferencialmente os dizeres:

(IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE)
ENVELOPE Nº 01 – Documentação (conforme item 13.1 deste edital)
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 13/2026

(IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE)
ENVELOPE Nº 02 - Plano de Trabalho (Anexo II)
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 13/2026

4.2 - LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES:
Prefeitura Municipal de Palmeira – Central de Atendimento ao Cidadão - Departamento de Compras e Licitações. ENDEREÇO: Rua Luiza Trombini Malucelli, 134, Centro – Palmeira – PR CEP: 84.130-000.
DATA LIMITE PARA ENTREGA: 16/10/2026
HORÁRIO LIMITE PARA ENTREGA: Até às 09h00min.

5 - DA ABERTURA
A abertura será realizada no Departamento de Compras e Licitações no endereço indicado no item 4.2.
DATA: 16/10/2026
HORÁRIO: 09h15min.

5.1 - A abertura dos envelopes será realizada em sessão pública pela Comissão Especial de Seleção de Chamamento Público.

5.2 – Esta comissão é formada por servidores públicos, sendo, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros servidores ocupantes de cargos permanentes do quadro de pessoal da administração pública.

5.3 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, o chamamento público ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

5.4 - No dia, hora e local, designados neste edital, o chamamento público será processado e julgado com observância dos seguintes procedimentos:

I - Os envelopes contendo a documentação (Envelope Nº. 01) serão abertos na presença dos interessados que poderão acompanhar a análise de conferência de validade da documentação de habilitação e demais exigências decorrentes deste procedimento.

II - Estando toda a documentação de habilitação devidamente apresentada, nos termos do edital a Comissão Permanente de Chamamento Público, poderá prosseguir com a análise dos planos de trabalho (Envelope Nº. 02) e será auxiliada por Comissão Especial de Avaliação Técnica dos Planos de Trabalhos Apresentados, podendo inclusive proceder as diligências que julgar necessárias.

III - Em havendo recursos ou não, caso as participantes sejam julgadas inabilitadas, toda a documentação será devolvida a entidade.

IV - Decididos os recursos, se houver, e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o resultado do chamamento público.

6 – RECURSOS

6.1-As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, apresentando justificativa e/ou documentos que fundamentem a revisão da proposta, não sendo permitida a inclusão de documentos que não foram apresentados na entrega da proposta. A decisão sobre os recursos será publicada em Diário Oficial do Município.

6.2 - Os recursos interpostos serão analisados pela comissão no prazo de 48 horas.

7 - EIXOS TEMÁTICOS

7.1 – O presente edital tem por objeto o credenciamento para Acordo de Cooperação com organização social, a fim de implementar e fortalecer as atividades agrícolas do município de Palmeira, com a cessão de equipamentos agrícolas sem ônus, sendo o seguinte eixo temático:

EIXO TEMÁTICO 1: A implementação dos Eixos Temáticos voltados à proteção e bem-estar animal no Município de Palmeira/PR justifica-se pela crescente demanda por ações estruturadas e contínuas relacionadas ao controle de animais em situação de abandono, à promoção da saúde pública e à conscientização da população quanto à guarda responsável.
O aumento do número de cães e gatos em situação de rua representa não apenas uma questão de bem-estar animal, mas também um desafio de ordem sanitária, ambiental e social, exigindo a atuação integrada do Poder Público com organizações da sociedade civil que já desempenham papel relevante no atendimento dessa demanda.
Nesse contexto, a estruturação dos Eixos Temáticos propostos visa organizar e sistematizar as ações a serem desenvolvidas, garantindo maior eficiência, transparência e controle na execução das políticas públicas voltadas à causa animal, sendo:

Quantidade	Unidade de Medida	Descrição da Ação Mínima Exigida	Meta
01	Ano	A entidade deverá manter relatório sistematizado e atualizado, a ser apresentado periodicamente à Prefeitura Municipal de Palmeira, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Quantidade total de animais sob sua responsabilidade; Quantidade de animais resgatados no período; Quantidade de animais destinados à adoção; Quantidade de castrações realizadas ou encaminhadas; Porte dos animais (pequeno, médio ou grande); Sexo (macho ou fêmea); Idade aproximada (quando possível); Situação do animal (acolhido, em tratamento, disponível para adoção, adotado, óbito, etc.); Registro fotográfico atualizado de cada animal; Identificação individual do animal (nome ou código); Condição de saúde no momento do resgate e evolução do quadro; Procedimentos realizados (vacinação, vermifugação, tratamentos, entre outros); Local aproximado do resgate; Data de entrada e, quando houver, data de saída (adoção ou outra destinação); Informações sobre o adotante (quando aplicável), resguardados os dados pessoais sensíveis; Controle de consumo de ração (estimativa ou quantitativo utilizado); Outras informações relevantes para o acompanhamento das ações desenvolvidas. A entidade deverá: manter os animais sob sua responsabilidade em condições adequadas de alimentação e bem-estar; aplicar os recursos exclusivamente na finalidade prevista no Plano de Trabalho; guardar as notas fiscais e demais documentos para prestação de contas; permitir fiscalização do Município sempre que solicitado; apresentar a prestação de contas na forma da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal.	Garantir identificação mínima; Manter rastreabilidade; Monitoramento contínuo

B – Justificativa para o pedido de formalização do Termo de Colaboração.

A formalização de Termo de Colaboração entre o Município de Palmeira/PR e organizações da sociedade civil atuantes na causa animal justifica-se pela necessidade de fortalecimento e ampliação das políticas públicas voltadas à proteção e bem-estar de animais domésticos em situação de abandono ou vulnerabilidade.

O Município, embora responsável pela promoção de ações de interesse público, muitas vezes não dispõe de estrutura operacional suficiente para atender, de forma direta e contínua, à crescente demanda relacionada ao resgate, acolhimento, alimentação, cuidados básicos e encaminhamento de animais abandonados. Nesse cenário, as organizações da sociedade civil desempenham papel essencial, atuando de forma complementar, com experiência prática, capilaridade e mobilização social.

A parceria por meio de Termo de Colaboração mostra-se o instrumento mais adequado, nos termos da legislação vigente, por se tratar de execução de atividades de interesse público e recíproco, em regime de mútua cooperação, com metas previamente estabelecidas e acompanhamento por parte da Administração Pública.

Além disso, a formalização do ajuste possibilita maior controle, transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos, especialmente no que se refere ao fornecimento de insumos essenciais, como ração animal, bem como ao cumprimento de metas e indicadores relacionados às ações desenvolvidas pelas entidades parceiras.

A iniciativa também contribui diretamente para a redução do número de animais em situação de rua, prevenção de zoonoses, incentivo à adoção responsável e promoção da conscientização da população, refletindo positivamente na saúde pública, no meio ambiente e na qualidade de vida da comunidade.

Ressalta-se, ainda, que o credenciamento de organizações com atuação comprovada no Município garante maior segurança na execução das ações, valorizando entidades locais que já desempenham atividades relevantes na área, e fortalecendo a rede de proteção animal existente.

Dessa forma, a formalização do Termo de Colaboração configura-se como medida necessária, oportuna e alinhada ao interesse público, permitindo ao Município atuar de forma mais eficiente, integrada e estratégica na implementação de políticas públicas voltadas à causa animal.

O objeto proposto, conforme detalhado no Eixo 1, busca complementar os serviços executados pela Administração, cujas razões destacam-se:

A insuficiência de estrutura operacional própria do Município para atendimento integral e contínuo das demandas relacionadas à causa animal, especialmente no que se refere ao resgate, **acolhimento e manutenção dos animais;**

A crescente demanda por ações públicas voltadas ao controle de animais em situação de abandono, o que exige atuação permanente e articulada;

A necessidade de apoio às organizações da sociedade civil, que já atuam de forma efetiva no Município, contribuindo significativamente para a execução de atividades de interesse público;

A economicidade e eficiência administrativa, tendo em vista que a parceria com ONGs permite ampliar o alcance das ações com menor custo operacional ao Poder Público;

A importância de promover o bem-estar animal, reduzindo situações de maus-tratos, abandono e sofrimento;

A contribuição direta para a saúde pública, especialmente na prevenção de zoonoses e no controle populacional de animais;

O fortalecimento da participação social, incentivando o engajamento da comunidade e das entidades locais na implementação de políticas públicas;

A necessidade de garantir maior organização, controle e transparência, por meio da definição de metas, indicadores e prestação de contas das ações desenvolvidas;

A promoção de políticas públicas voltadas à adoção responsável, fundamental para a mudança de comportamento da população a longo prazo.

Desse modo, o interesse público resta devidamente demonstrado, uma vez que a população em geral será diretamente beneficiada por ações voltadas à proteção e bem-estar animal, refletindo positivamente na saúde pública, no meio ambiente e na qualidade de vida coletiva.

As medidas propostas contribuirão para a redução do número de animais em situação de abandono, para o controle populacional de cães e gatos e para a prevenção de zoonoses, além de promoverem a conscientização da população quanto à guarda responsável. Ademais, a atuação descentralizada, por meio de organizações da sociedade civil, possibilitará maior eficiência na execução das atividades, especialmente aquelas que demandam agilidade, acolhimento e acompanhamento contínuo dos animais.

Ressalta-se, ainda, que a parceria com entidades locais permitirá a otimização dos recursos públicos, considerando que parte significativa das ações será executada com o apoio estrutural, operacional e voluntário das organizações, ampliando o alcance das políticas públicas com maior economicidade e efetividade.

Diante do exposto, e em observância aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente aqueles previstos na Lei nº 13.019/2014, requer-se o regular prosseguimento do presente feito, com a adoção dos trâmites legais pertinentes e a realização de chamamento público, nos termos e condições ora estabelecidos, visando à celebração de parceria com organizações da sociedade civil para a execução do plano de trabalho proposto.

8 – DESCRITIVO E VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	CÓDIGO	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	CNAE
1	112880	Credenciamento de organizações da sociedade civil (ONGs), visando à celebração de acordo de cooperação com o Município de Palmeira, com a finalidade de implementar, fortalecer e ampliar as políticas públicas voltadas à causa animal. Através de repasse financeiro (subvenção).	UN	1	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00	**9499-5/00**
TOTAL						**R$ 30.000,00**	

9 – MINUTA DO INSTRUMENTO DE PARCERIA

A parceria oriunda do presente Chamamento Público é o conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos no termo de colaboração, conforme minuta constante no Anexo II;

10 - SELEÇÃO E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

I. O prazo para a apresentação da documentação será de, no mínimo, trinta dias, contado da data de publicação deste edital, ficando determinada a data e horário limites para entrega dos envelopes o dia 16/10/2026 **09h00min**., mediante protocolo no Departamento de Compras e Licitações, no endereço indicado no item 4.2.

II. Será eliminada a OSC cuja documentação esteja em desacordo com os termos do edital, protocolado após o prazo descrito no item 10, inciso I ou que não contenha as informações mínimas contidas no edital.

III. Após a abertura dos envelopes, cumpridas as condições de participação, a comissão terá o prazo de 3 dias úteis para análise.

10.1. CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISE DAS PROPOSTAS

Serão adotados como critérios de técnica para julgamento dos Planos de Trabalho por eixo temático, os seguintes itens:

Descrição do Critério Técnico de Avaliação do Plano de Trabalho	**Escala de Pontuação**				
1. Estrutura Humana Compatível para a execução do objeto	Supera Totalmente 5	Supera Parcialmente 4	Atende 3	Atende Parcialmente 1	Não Atende 0
2. Disponibilidade de voluntários ou equipe	Supera Totalmente 5	Supera Parcialmente 4	Atende 3	Atende Parcialmente 1	Não Atende 0
3. Qualidade do Plano de Trabalho; Clareza dos objetivos; Coerência entre ações, metas e resultados; Compatibilidade com os eixos temáticos propostos	Supera Totalmente 5	Supera Parcialmente 4	Atende 3	Atende Parcialmente 1	Não Atende 0
4. Capacidade de Gestão de Recursos; Avaliar a capacidade da entidade em administrar o recurso público; Planejamento de uso da ração; Controle de estoque	Supera Totalmente 5	Supera Parcialmente 4	Atende 3	Atende Parcialmente 1	Não Atende 0
5. Sustentabilidade das Ações; Avaliar a continuidade das ações além do recurso público; Apoio de voluntários; Doações ou outras fontes; Capacidade de manutenção das atividades	Supera Totalmente 5	Supera Parcialmente 4	Atende 3	Atende Parcialmente 1	Não Atende 0

11 – APOIO FINANCEIRO

11.1. Este chamamento público via Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, não haverá repasses financeiros.

12 - DA CELEBRAÇÃO

12.1 - Para celebração da parceria, será convocado o representante da entidade cujo projeto foi aprovado para, no prazo de quinze dias, assinar o instrumento de pactuação.

12.2- Poderá ser solicitado a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital. O prazo para realização de ajustes será de quinze dias, contado da data de recebimento da solicitação apresentada á OSC.

12.3 - A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

13 - DA DOCUMENTAÇÃO

13.1 Considerando as exigências da Lei Federal nº. 13.019/2014, a entidade proponente, além da apresentação do plano de trabalho, em envelope de habitação, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:
– cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014.
– copia da Ata de Eleição da atual diretoria.
– comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, parademonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo.
– Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
– Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
– Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa com o Concedente.
– Certidão Liberatória do Concedente.
– Em caso de OSCIP apresentar certidão/registro junto ao Ministério da Justiça.
– Apresentar Certidão do Tribunal de Contas do Paraná.
– Certidão negativa de Débitos Tributários e Dívida Ativa Estadual.
– relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles.
– cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação.
– declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento.
– declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

F.4. A Administração Pública poderá realizar diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados, bem como solicitar esclarecimentos e documentos complementares necessários à análise da habilitação.

13.2 – Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados conforme solicitado e/ou quando as certidões estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a entidade será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

14 - DAS AQUISIÇÕES

14.1- Este chamamento público via Acordo de Cooperação, possui ônus para o Município de Palmeira, havendo repasse financeiro, conforme descrito.

15 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo para execução do Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do referido instrumento, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela Lei Federal nº. 13.019/2014.

16 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO

16.1 - As entidades credenciadas deverão apresentar a prestação de contas na forma e prazos determinados no Decreto Municipal nº. 10.764/16.

16.2 - A Secretaria Municipal poderá exigir informações adicionais se houver necessidade de sanar dúvidas em relação aos comprovantes e formulários entregues para a prestação de contas.

16.3 - Todas as despesas realizadas e comprovadas na prestação de contas deverão observar pertinência com o objeto do Termo de Colaboração.

16.4 - As notas comprobatórias das despesas deverão ser entregues ao concedente até o primeiro dia útil do fechamento do Bimestre.

16.5 Condições de recebimento do objeto e/ou execução do Termo de Colaboração.
1. Conforme descrito no Plano de Trabalho, em especial nos campos execução das ações, plano de aplicação, plano de aplicação detalhado e cronograma de execução, as entidades interessadas em apresentar proposta, ou seja, em participar do chamamento público para a execução dos Eixos Temáticos voltados à proteção e bem-estar animal, deverão observar integralmente as diretrizes estabelecidas pelo Município de Palmeira/PR.
2. As organizações da sociedade civil deverão considerar, para fins de elaboração de suas propostas, que o Município realizará o repasse financeiro no valor global previsto, mediante depósito em conta corrente de titularidade da entidade selecionada, em parcela única, por meio de transferência bancária, conforme previsto no instrumento de parceria.
3. Os recursos repassados serão destinados exclusivamente ao custeio das ações previstas no Plano de Trabalho, especialmente para a aquisição de ração animal e demais insumos necessários à manutenção dos animais sob responsabilidade da entidade, sendo vedada a utilização para finalidades diversas.
4. A entidade conveniada deverá assegurar a adequada aplicação dos recursos, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como manter controle rigoroso das despesas realizadas, mediante documentação comprobatória idônea, a fim de viabilizar a devida prestação de contas ao Município.
5. O cronograma de execução deverá ser compatível com a aplicação dos recursos, garantindo a continuidade das ações durante o período de vigência da parceria, especialmente no que se refere à alimentação regular dos animais e às demais atividades previstas nos Eixos Temáticos.
6. O prazo para execução dos trabalhos citados nos Eixos Temáticos será de **1 (um) ano**, contados a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração
7. O Município de Palmeira/PR destinará o montante global de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)** para a execução do objeto previsto no presente chamamento público.
8. Na hipótese de haver mais de uma organização da sociedade civil interessada e devidamente habilitada, apta à celebração do Termo de Colaboração, o valor total disponível será **dividido de forma igualitária entre as entidades selecionadas**, observando-se o número de propostas classificadas.
9. A título exemplificativo, caso sejam habilitadas e selecionadas **02 (duas) entidades**, cada uma receberá o valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**. Da mesma forma, havendo número superior de entidades aptas, proceder-se-á à divisão proporcional e equitativa dos recursos disponíveis.
10. Ressalta-se que cada entidade deverá adequar seu Plano de Trabalho ao valor efetivamente a ser repassado, mantendo a compatibilidade entre metas, ações e recursos disponibilizados.
11. As entidades conveniadas deverão apresentar a prestação de contas na forma e prazos determinados no Decreto Municipal nº. 10.764/2016.

I – Prazo de entrega e forma de pagamento ou cronograma físico-financeiro.
Conforme descrito no Plano de Trabalho em especial nos campos execução das ações, plano de aplicação, plano de aplicação detalhado e cronograma de execução previsto.
A fiscalização e acompanhamento ficara a cargo dos seguintes servidores:
CAROLINE MARIE SUNDIN DE PAULA
INACIO BUDZIAK

17 – CRONOGRAMA ESTIMADO

17.1 - O presente edital seguirá as etapas seguintes:

ETAPAS	PRAZOS
Publicação no diário oficial e site institucional do Município de Palmeira	03/09/2026
Impugnação do edital	03/09/2026 à 15/10/2026
Apresentação e envio das propostas	16/10/2026
Análise das propostas pela Comissão Especial de Seleção	16/10/2026 à 21/10/2026
Divulgação do resultado preliminar	22/10/2026
Apresentação de recurso	23/10/2026 à 30/10/2026
Divulgação do resultado final	02/11/2026

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 – Os ANEXOS I e II são partes integrantes deste Edital.

18.2 - Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, bem como as informações adicionais eventualmente necessárias, deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data limite de envio da proposta, através do e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br ou pelo telefone: (42) 3909-5014.

18.3. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão dirimidos pela Comissão Especial de Seleção.

Palmeira, 28 de agosto de 2026.

OSMAIR LEDERER
Preside

MARIA EDUARDA RATKO JANTARA
Membro

ANEXO I AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº xx/2026

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
1 – Dados Cadastrais da Entidade

Nome da entidade:	
CNPJ:	
Endereço:	
Município:	Estado:
CEP:	Telefone:
E-mail:	
Representante:	
Carteira de Identidade:	Órgão Expedidor:
CPF:	
Endereço:	
Telefone:	E-mail:
Histórico da entidade.	

8 – Fases/Etapas/Ações

Descrição	**Início**	**Término**	**Valor previsto**
Aquisição de ração para cães e gatos sob responsabilidade da entidade, conforme Plano de Trabalho aprovado	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	R$ 30.000,00 (ou valor proporcional a ser repassado)
Distribuição e controle de consumo de ração aos animais atendidos pela entidade	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	Incluso no valor total
Armazenamento adequado e gestão de estoque da ração adquirida	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	Incluso no valor total
Registro e controle da alimentação dos animais (quantidade consumida e periodicidade)	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	Incluso no valor total
Prestação de contas dos recursos utilizados na aquisição de ração, com apresentação de notas fiscais e relatórios	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	Incluso no valor total
Monitoramento nutricional básico dos animais, com adequação da quantidade de ração conforme porte, idade e condição de saúde	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	Incluso no valor total

LOCAL E DATA.

Nome e Assinatura Presidente da Entidade
Responsável pela elaboração do Projeto

ANEXO II AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº xx/2026

Minuta – Termo de Colaboração

Termo de Colaboração que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA** e **OSC**.

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65, com sede administrativa na cidade de Palmeira, na Rua Luiza Trombini Malucelli, n ° 134, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr. **_____,** portador do RG n° _____ SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob n° _____ domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA** e, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXX, com sede à Rua XXX, bairro XXX, no município de XXX, no estado do XXX, neste ato representada pelo presidente XXX, brasileiro, casado/solteiro, portador do RG nº XXX, inscrito no CPF nº XXX, residente e domiciliado na cidade de XXX, estado de XXX, doravante denominada simplesmente **Organização da Sociedade Civil:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1- O presente termo de colaboração, decorrente do chamamento público XX/2026 tem por objeto o repasse financeiro à organização da sociedade civil.

1.2 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias;

b) A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de colaboração e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
f) viabilizar o acompanhamento dos processos;
g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
i) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
j) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
k) publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) manter escrituração contábil regular;
b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;
c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos da administração pública repassadora dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;
f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
g) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Colaboração e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.
h) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
i) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
j) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
k) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA TERCEIRA–DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 Será feito repasse conforme descrito no edital deste chamamento.
CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 - O presente Termo de Colaboração vigerá a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato no diário oficial do município até ____/____/____ , conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;
IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;
V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.
§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
8.3 - A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - relatório da visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - os impactos econômicos ou sociais;
III - o grau de satisfação do público alvo;
IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
I - aprovação da prestação de contas;
II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:
I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
lll - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a)omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.
9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:

I - advertência;

II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.

10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.

11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4– Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,

11.5– Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

12.1 - O presente termo de colaboração poderá ser:

I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;

b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;

c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e

d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE

13.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

14.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:

I - as comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;

II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônico, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e

III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Local e data.

_____

Assinatura do representante legal da administração pública municipal

_____

Assinatura do representante legal da organização da sociedade civil

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 13/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1562/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA SELEÇÃO DE PROJETOS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL/OSC SEM ÔNUS FINANCEIRO PARA O MUNICÍPIO.

A Comissão Especial de Seleção designada pelo Decreto nº. 18.178 de 15/04/2026, juntamente com a subcomissão da Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Decreto n° 18.030 de 13/02/2025, tendo em vista o disposto no Decreto Municipal nº 10.764/16, torna público o Edital de Chamamento Público para Seleção de Entidades da Sociedade Civil, para firmar parceria nos termos da Lei 13.019/14, de acordo com as seguintes cláusulas e condições:

1 – DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- Dotação orçamentária (Lei de responsabilidade fiscal LC101/00 art.16 em especial)

Reduzido	Programática	Fonte
506	13.003.18.542.0034.2095.3.3.50.43.00.00	1001

2 – DO OBJETO DA PARCERIA

2.1- Constitui objeto do presente instrumento o credenciamento de organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos (ONGs), atuantes na proteção e bem-estar animal, visando à celebração de acordo de cooperação com o Município de Palmeira, para a execução de ações integradas voltadas à causa animal.
O serviço a ser conveniado compreende o desenvolvimento contínuo de atividades destinadas ao resgate, acolhimento, abrigo temporário, alimentação, cuidados básicos e promoção da saúde de animais domésticos (cães e gatos) em situação de abandono, risco ou vulnerabilidade no território municipal.
Inclui-se, ainda, como parte do objeto:
O apoio às ações de triagem, identificação e encaminhamento de animais resgatados;
A manutenção de estrutura mínima para acolhimento dos animais, ainda que em caráter provisório, garantindo condições adequadas de higiene, segurança e bem-estar;
O fornecimento regular de alimentação adequada (ração) aos animais sob responsabilidade das entidades conveniadas.

3 – DAS PUBLICAÇÕES E INTIMAÇÕES

3.1. – Todas as publicações e intimações, inclusive para fins de recurso, serão divulgadas no Diário Oficial Eletrônico do Município (http://www.diariomunicipal.com.br/amp/).

4- APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

4.1- O plano de trabalho, bem como os documentos listados para habilitação, devem ser encaminhadas em 02 (dois) envelopes fechados, para o local abaixo indicado, contendo em sua parte externa preferencialmente os dizeres:

(IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE)
ENVELOPE Nº 01 – Documentação (conforme item 13.1 deste edital)
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 13/2026

(IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE)
ENVELOPE Nº 02 - Plano de Trabalho (Anexo II)
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 13/2026

4.2 - LOCAL DE ENTREGA DOS ENVELOPES:
Prefeitura Municipal de Palmeira – Central de Atendimento ao Cidadão - Departamento de Compras e Licitações. ENDEREÇO: Rua Luiza Trombini Malucelli, 134, Centro – Palmeira – PR CEP: 84.130-000.
DATA LIMITE PARA ENTREGA: 16/10/2026
HORÁRIO LIMITE PARA ENTREGA: Até às 09h00min.

5 - DA ABERTURA
A abertura será realizada no Departamento de Compras e Licitações no endereço indicado no item 4.2.
DATA: 16/10/2026
HORÁRIO: 09h15min.

5.1- A abertura dos envelopes será realizada em sessão pública pela Comissão Especial de Seleção de Chamamento Público.

5.2– Esta comissão é formada por servidores públicos, sendo, pelo menos, 2/3 (dois terços) de seus membros servidores ocupantes de cargos permanentes do quadro de pessoal da administração pública.

5.3- Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente, de caráter público que impeça a realização deste evento na data acima mencionada, o chamamento público ficará automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

5.4 - No dia, hora e local, designados neste edital, o chamamento público será processado e julgado com observância dos seguintes procedimentos:

I - Os envelopes contendo a documentação (Envelope Nº. 01) serão abertos na presença dos interessados que poderão acompanhar a análise de conferência de validade da documentação de habilitação e demais exigências decorrentes deste procedimento.

II - Estando toda a documentação de habilitação devidamente apresentada, nos termos do edital a Comissão Permanente de Chamamento Público, poderá prosseguir com a análise dos planos de trabalho (Envelope Nº. 02) e será auxiliada por Comissão Especial de Avaliação Técnica dos Planos de Trabalhos Apresentados, podendo inclusive proceder as diligências que julgar necessárias.

III - Em havendo recursos ou não, caso as participantes sejam julgadas inabilitadas, toda a documentação será devolvida a entidade.

IV - Decididos os recursos, se houver, e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o resultado do chamamento público.

6 – RECURSOS

6.1-As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de cinco dias, contado da publicação da decisão, apresentando justificativa e/ou documentos que fundamentem a revisão da proposta, não sendo permitida a inclusão de documentos que não foram apresentados na entrega da proposta. A decisão sobre os recursos será publicada em Diário Oficial do Município.

6.2- Os recursos interpostos serão analisados pela comissão no prazo de 48 horas.

7 -EIXOS TEMÁTICOS

7.1 – O presente edital tem por objeto o credenciamento para Acordo de Cooperação com organização social, a fim deimplementar e fortalecer as atividades agrícolas do município de Palmeira, com a cessão deequipamentos agrícolas sem ônus, sendo o seguinte eixo temático:

EIXO TEMÁTICO 1: A implementação dos Eixos Temáticos voltados à proteção e bem-estar animal no Município de Palmeira/PR justifica-se pela crescente demanda por ações estruturadas e contínuas relacionadas ao controle de animais em situação de abandono, à promoção da saúde pública e à conscientização da população quanto à guarda responsável.
O aumento do número de cães e gatos em situação de rua representa não apenas uma questão de bem-estar animal, mas também um desafio de ordem sanitária, ambiental e social, exigindo a atuação integrada do Poder Público com organizações da sociedade civil que já desempenham papel relevante no atendimento dessa demanda.
Nesse contexto, a estruturação dos Eixos Temáticos propostos visa organizar e sistematizar as ações a serem desenvolvidas, garantindo maior eficiência, transparência e controle na execução das políticas públicas voltadas à causa animal, sendo:

Quantidade	Unidade de Medida	Descrição da Ação Mínima Exigida	Meta
01	Ano	A entidade deverá manter relatório sistematizado e atualizado, a ser apresentado periodicamente à Prefeitura Municipal de Palmeira, contendo, no mínimo, as seguintes informações: Quantidade total de animais sob sua responsabilidade; Quantidade de animais resgatados no período; Quantidade de animais destinados à adoção; Quantidade de castrações realizadas ou encaminhadas; Porte dos animais (pequeno, médio ou grande); Sexo (macho ou fêmea); Idade aproximada (quando possível); Situação do animal (acolhido, em tratamento, disponível para adoção, adotado, óbito, etc.); Registro fotográfico atualizado de cada animal; Identificação individual do animal (nome ou código); Condição de saúde no momento do resgate e evolução do quadro; Procedimentos realizados (vacinação, vermifugação, tratamentos, entre outros); Local aproximado do resgate; Data de entrada e, quando houver, data de saída (adoção ou outra destinação); Informações sobre o adotante (quando aplicável), resguardados os dados pessoais sensíveis; Controle de consumo de ração (estimativa ou quantitativo utilizado); Outras informações relevantes para o acompanhamento das ações desenvolvidas. A entidade deverá: manter os animais sob sua responsabilidade em condições adequadas de alimentação e bem-estar; aplicar os recursos exclusivamente na finalidade prevista no Plano de Trabalho; guardar as notas fiscais e demais documentos para prestação de contas; permitir fiscalização do Município sempre que solicitado; apresentar a prestação de contas na forma da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto Municipal.	Garantir identificação mínima; Manter rastreabilidade; Monitoramento contínuo

B – Justificativa para o pedido de formalização do Termo de Colaboração.
A formalização de Termo de Colaboração entre o Município de Palmeira/PR e organizações da sociedade civil atuantes na causa animal justifica-se pela necessidade de fortalecimento e ampliação das políticas públicas voltadas à proteção e bem-estar de animais domésticos em situação de abandono ou vulnerabilidade.
O Município, embora responsável pela promoção de ações de interesse público, muitas vezes não dispõe de estrutura operacional suficiente para atender, de forma direta e contínua, à crescente demanda relacionada ao resgate, acolhimento, alimentação, cuidados básicos e encaminhamento de animais abandonados. Nesse cenário, as organizações da sociedade civil desempenham papel essencial, atuando de forma complementar, com experiência prática, capilaridade e mobilização social.
A parceria por meio de Termo de Colaboração mostra-se o instrumento mais adequado, nos termos da legislação vigente, por se tratar de execução de atividades de interesse público e recíproco, em regime de mútua cooperação, com metas previamente estabelecidas e acompanhamento por parte da Administração Pública.
Além disso, a formalização do ajuste possibilita maior controle, transparência e eficiência na aplicação dos recursos públicos, especialmente no que se refere ao fornecimento de insumos essenciais, como ração animal, bem como ao cumprimento de metas e indicadores relacionados às ações desenvolvidas pelas entidades parceiras.
A iniciativa também contribui diretamente para a redução do número de animais em situação de rua, prevenção de zoonoses, incentivo à adoção responsável e promoção da conscientização da população, refletindo positivamente na saúde pública, no meio ambiente e na qualidade de vida da comunidade.
Ressalta-se, ainda, que o credenciamento de organizações com atuação comprovada no Município garante maior segurança na execução das ações, valorizando entidades locais que já desempenham atividades relevantes na área, e fortalecendo a rede de proteção animal existente.
Dessa forma, a formalização do Termo de Colaboração configura-se como medida necessária, oportuna e alinhada ao interesse público, permitindo ao Município atuar de forma mais eficiente, integrada e estratégica na implementação de políticas públicas voltadas à causa animal.
O objeto proposto, conforme detalhado no Eixo 1, busca complementar os serviços executados pela Administração, cujas razões destacam-se:

A insuficiência de estrutura operacional própria do Município para atendimento integral e contínuo das demandas relacionadas à causa animal, especialmente no que se refere ao resgate, **acolhimento e manutenção dos animais;**
A crescente demanda por ações públicas voltadas ao controle de animais em situação de abandono, o que exige atuação permanente e articulada;
A necessidade de apoio às organizações da sociedade civil, que já atuam de forma efetiva no Município, contribuindo significativamente para a execução de atividades de interesse público;
A economicidade e eficiência administrativa, tendo em vista que a parceria com ONGs permite ampliar o alcance das ações com menor custo operacional ao Poder Público;
A importância de promover o bem-estar animal, reduzindo situações de maus-tratos, abandono e sofrimento;
A contribuição direta para a saúde pública, especialmente na prevenção de zoonoses e no controle populacional de animais;
O fortalecimento da participação social, incentivando o engajamento da comunidade e das entidades locais na implementação de políticas públicas;
A necessidade de garantir maior organização, controle e transparência, por meio da definição de metas, indicadores e prestação de contas das ações desenvolvidas;
A promoção de políticas públicas voltadas à adoção responsável, fundamental para a mudança de comportamento da população a longo prazo.
Desse modo, o interesse público resta devidamente demonstrado, uma vez que a população em geral será diretamente beneficiada por ações voltadas à proteção e bem-estar animal, refletindo positivamente na saúde pública, no meio ambiente e na qualidade de vida coletiva.
As medidas propostas contribuirão para a redução do número de animais em situação de abandono, para o controle populacional de cães e gatos e para a prevenção de zoonoses, além de promoverem a conscientização da população quanto à guarda responsável. Ademais, a atuação descentralizada, por meio de organizações da sociedade civil, possibilitará maior eficiência na execução das atividades, especialmente aquelas que demandam agilidade, acolhimento e acompanhamento contínuo dos animais.
Ressalta-se, ainda, que a parceria com entidades locais permitirá a otimização dos recursos públicos, considerando que parte significativa das ações será executada com o apoio estrutural, operacional e voluntário das organizações, ampliando o alcance das políticas públicas com maior economicidade e efetividade.
Diante do exposto, e em observância aos princípios que regem a Administração Pública, especialmente aqueles previstos na Lei nº 13.019/2014, requer-se o regular prosseguimento do presente feito, com a adoção dos trâmites legais pertinentes e a realização de chamamento público, nos termos e condições ora estabelecidos, visando à celebração de parceria com organizações da sociedade civil para a execução do plano de trabalho proposto.

8 – DESCRITIVO E VALOR DE REFERÊNCIA

ITEM	CÓDIGO	PRODUTO/DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	CNAE
1	112880	Credenciamento de organizações da sociedade civil (ONGs), visando à celebração de acordo de cooperação com o Município de Palmeira, com a finalidade de implementar, fortalecer e ampliar as políticas públicas voltadas à causa animal. Através de repasse financeiro (subvenção).	UN	1	R$ 30.000,00	R$ 30.000,00	**9499-5/00**
TOTAL						**R$ 30.000,00**	

9 – MINUTA DO INSTRUMENTO DE PARCERIA

A parceria oriunda do presente Chamamento Público é o conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos no termo de colaboração, conforme minuta constante no Anexo II;

10 - SELEÇÃO E CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISEDAS PROPOSTAS

I. O prazo para a apresentação da documentação será de, no mínimo, trinta dias, contado da data de publicação deste edital, ficando determinada a data e horário limites para entrega dos envelopes o dia 16/10/2026 **09h00min**., mediante protocolo no Departamento de Compras e Licitações, no endereço indicado no item 4.2.

II. Será eliminada a OSC cuja documentação esteja em desacordo com os termos do edital, protocolado após o prazo descrito no item 10, inciso I ou que não contenha as informações mínimas contidas no edital.

III. Após a abertura dos envelopes, cumpridas as condições de participação, a comissão terá o prazo de 3 dias úteis para análise.

10.1.CRITÉRIOS TÉCNICOS DE ANÁLISEDAS PROPOSTAS

Serão adotados como critérios de técnica para julgamento dos Planos de Trabalho por eixo temático, os seguintes itens:

Descrição do Critério Técnico de Avaliação do Plano de Trabalho	Escala de Pontuação				
1. Estrutura Humana Compatível para a execução do objeto	Supera Totalmente 5	Supera Parcialmente 4	Atende 3	Atende Parcialmente 1	Não Atende 0
2. Disponibilidade de voluntários ou equipe	Supera Totalmente 5	Supera Parcialmente 4	Atende 3	Atende Parcialmente 1	Não Atende 0
3. Qualidade do Plano de Trabalho; Clareza dos objetivos; Coerência entre ações, metas e resultados; Compatibilidade com os eixos temáticos propostos	Supera Totalmente 5	Supera Parcialmente 4	Atende 3	Atende Parcialmente 1	Não Atende 0
4. Capacidade de Gestão de Recursos; Avaliar a capacidade da entidade em administrar o recurso público; Planejamento de uso da ração; Controle de estoque	Supera Totalmente 5	Supera Parcialmente 4	Atende 3	Atende Parcialmente 1	Não Atende 0
5. Sustentabilidade das Ações; Avaliar a continuidade das ações além do recurso público; Apoio de voluntários; Doações ou outras fontes; Capacidade de manutenção das atividades	Supera Totalmente 5	Supera Parcialmente 4	Atende 3	Atende Parcialmente 1	Não Atende 0

11 – APOIO FINANCEIRO

11.1. Este chamamento público via Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, não haverá repasses financeiros.

12 - DA CELEBRAÇÃO

12.1 -Para celebração da parceria, será convocado o representante da entidade cujo projeto foi aprovado para, no prazo de quinze dias, assinar o instrumento de pactuação.

12.2-Poderá ser solicitado a realização de ajustes no plano de trabalho, observados os termos e as condições da proposta e do edital. O prazo para realização de ajustes será de quinze dias, contado da data de recebimento da solicitação apresentada á OSC.

12.3 -A aprovação do plano de trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

13 - DA DOCUMENTAÇÃO

13.1 Considerando as exigências da Lei Federal nº. 13.019/2014, a entidade proponente, além da apresentação do plano de trabalho, em envelope de habitação, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos II a VII do caput do art. 34 da Lei nº 13.019, de 2014, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:
– cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei nº 13.019, de 2014.
– copia da Ata de Eleição da atual diretoria.
– comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil, parademonstrar que a organização da sociedade civil existe há, no mínimo, um ano com cadastro ativo.
– Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União.
– Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – CRF/FGTS.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
– Certidão de Débitos Tributários e de Dívida Ativa com o Concedente.
– Certidão Liberatória do Concedente.
– Em caso de OSCIP apresentar certidão/registro junto ao Ministério da Justiça.
– Apresentar Certidão do Tribunal de Contas do Paraná.
– Certidão negativa de Débitos Tributários e Dívida Ativa Estadual.
– relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles.
– cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação.
– declaração do representante legal da organização da sociedade civil com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei nº 13.019, de 2014, as quais deverão estar descritas no documento.
– declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria.

F.4. A Administração Pública poderá realizar diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados, bem como solicitar esclarecimentos e documentos complementares necessários à análise da habilitação.

13.2 – Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados conforme solicitado e/ou quando as certidões estiverem com prazo de vigência expirado e novas certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a entidade será notificada para, no prazo de quinze dias, regularizar a documentação, sob pena de não celebração da parceria.

14 - DAS AQUISIÇÕES

14.1-Este chamamento público via Acordo de Cooperação, possui ônus para o Município de Palmeira, havendo repasse financeiro, conforme descrito.

15 - DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

O prazo para execução do Termo de Colaboração será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do referido instrumento, podendo ser prorrogado nas condições estabelecidas pela Lei Federal nº. 13.019/2014.

16 – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E AVALIAÇÃO

16.1 -As entidades credenciadas deverão apresentar a prestação de contas na forma e prazos determinados no Decreto Municipal nº. 10.764/16.

16.2 -A Secretaria Municipal poderá exigir informações adicionais se houver necessidade de sanar dúvidas em relação aos comprovantes e formulários entregues para a prestação de contas.

16.3 -Todas as despesas realizadas e comprovadas na prestação de contas deverão observar pertinência com o objeto do Termo de Colaboração.

16.4- As notas comprobatórias das despesas deverão ser entregues ao concedente até o primeiro dia útil do fechamento do Bimestre.

16.5 Condições de recebimento do objeto e/ou execução do Termo de Colaboração.
1. Conforme descrito no Plano de Trabalho, em especial nos campos execução das ações, plano de aplicação, plano de aplicação detalhado e cronograma de execução, as entidades interessadas em apresentar proposta, ou seja, em participar do chamamento público para a execução dos Eixos Temáticos voltados à proteção e bem-estar animal, deverão observar integralmente as diretrizes estabelecidas pelo Município de Palmeira/PR.

2. As organizações da sociedade civil deverão considerar, para fins de elaboração de suas propostas, que o Município realizará o repasse financeiro no valor global previsto, mediante depósito em conta corrente de titularidade da entidade selecionada, em parcela única, por meio de transferência bancária, conforme previsto no instrumento de parceria.
3. Os recursos repassados serão destinados exclusivamente ao custeio das ações previstas no Plano de Trabalho, especialmente para a aquisição de ração animal e demais insumos necessários à manutenção dos animais sob responsabilidade da entidade, sendo vedada a utilização para finalidades diversas.
4. A entidade conveniada deverá assegurar a adequada aplicação dos recursos, observando os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como manter controle rigoroso das despesas realizadas, mediante documentação comprobatória idônea, a fim de viabilizar a devida prestação de contas ao Município.
5. O cronograma de execução deverá ser compatível com a aplicação dos recursos, garantindo a continuidade das ações durante o período de vigência da parceria, especialmente no que se refere à alimentação regular dos animais e às demais atividades previstas nos Eixos Temáticos.
6. O prazo para execução dos trabalhos citados nos Eixos Temáticos será de **1 (um) ano**, contados a partir da data de assinatura do Termo de Colaboração
7. O Município de Palmeira/PR destinará o montante global de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais)** para a execução do objeto previsto no presente chamamento público.
8. Na hipótese de haver mais de uma organização da sociedade civil interessada e devidamente habilitada, apta à celebração do Termo de Colaboração, o valor total disponível será **dividido de forma igualitária entre as entidades selecionadas**, observando-se o número de propostas classificadas.
9. A título exemplificativo, caso sejam habilitadas e selecionadas **02 (duas) entidades**, cada uma receberá o valor de **R$ 15.000,00 (quinze mil reais)**. Da mesma forma, havendo número superior de entidades aptas, proceder-se-á à divisão proporcional e equitativa dos recursos disponíveis.
10. Ressalta-se que cada entidade deverá adequar seu Plano de Trabalho ao valor efetivamente a ser repassado, mantendo a compatibilidade entre metas, ações e recursos disponibilizados.
11. As entidades conveniadas deverão apresentar a prestação de contas na forma e prazos determinados no Decreto Municipal nº. 10.764/2016.

I – Prazo de entrega e forma de pagamento ou cronograma físico-financeiro.
Conforme descrito no Plano de Trabalho em especial nos campos execução das ações, plano de aplicação, plano de aplicação detalhado e cronograma de execução previsto.
A fiscalização e acompanhamento ficara a cargo dos seguintes servidores:
CAROLINE MARIE SUNDIN DE PAULA
INACIO BUDZIAK

17 – CRONOGRAMA ESTIMADO

17.1- O presente edital seguirá as etapas seguintes:

ETAPAS	PRAZOS
Publicação no diário oficial e site institucional do Município de Palmeira	03/09/2026
Impugnação do edital	03/09/2026 à 15/10/2026
Apresentação e envio das propostas	16/10/2026
Análise das propostas pela Comissão Especial de Seleção	16/10/2026 à 21/10/2026
Divulgação do resultado preliminar	22/10/2026
Apresentação de recurso	23/10/2026 à 30/10/2026
Divulgação do resultado final	02/11/2026

18 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1 –Os ANEXOS I e II são partes integrantes deste Edital.

18.2 -Os pedidos de esclarecimentos decorrentes de dúvidas na interpretação deste Edital e de seus anexos, bem como as informações adicionais eventualmente necessárias, deverão ser encaminhados em até 5 (cinco) dias úteis anteriores à data limite de envio da proposta, através do e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br ou pelo telefone: (42) 3909-5014.

18.3. Os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital serão dirimidos pela Comissão Especial de Seleção.
Palmeira, 28 de agosto de 2026.

OSMAIR LEDERER
Preside

MARIA EDUARDA RATKO JANTARA
Membro

ANEXO I AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº xx/2026

ANEXO DO TERMO DE REFERÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 13/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
1 – Dados Cadastrais da Entidade

Nome da entidade:		
CNPJ:		
Endereço:		
Município:	Estado:	
CEP:	Telefone:	
E-mail:		
Representante:		
Carteira de Identidade:		Órgão Expedidor:
CPF:		
Endereço:		

Telefone:	E-mail:
Histórico da entidade.	

8 – Fases/Etapas/Ações

Descrição	Início	Término	Valor previsto
Aquisição de ração para cães e gatos sob responsabilidade da entidade, conforme Plano de Trabalho aprovado	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	R$ 30.000,00 (ou valor proporcional a ser repassado)
Distribuição e controle de consumo de ração aos animais atendidos pela entidade	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	Incluso no valor total
Armazenamento adequado e gestão de estoque da ração adquirida	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	Incluso no valor total
Registro e controle da alimentação dos animais (quantidade consumida e periodicidade)	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	Incluso no valor total
Prestação de contas dos recursos utilizados na aquisição de ração, com apresentação de notas fiscais e relatórios	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	Incluso no valor total
Monitoramento nutricional básico dos animais, com adequação da quantidade de ração conforme porte, idade e condição de saúde	Data de assinatura do Termo de Colaboração	12 meses após a data de assinatura do Termo de Colaboração	Incluso no valor total

LOCAL E DATA.

Nome e Assinatura Presidente da Entidade
Responsável pela elaboração do Projeto

ANEXO II AO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº xx/2026

Minuta – Termo de Colaboração

Termo de Colaboração que entre si celebram o**MUNICÍPIO DE PALMEIRA**e**OSC**.

O**MUNICÍPIO DE PALMEIRA,**pessoa jurídica de direito publico interno, inscrito CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65, com sede administrativa na cidade de Palmeira, na Rua Luiza Trombini Malucelli, n ° 134, neste ato representado pelo prefeito municipal, Sr.**_____,** portador do RG n° _____ SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob n° _____ domiciliado nesta cidade, doravante denominado simplesmente**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**e, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº XXX, com sede à Rua XXX, bairro XXX, no município de XXX, no estado do XXX, neste ato representada pelo presidente XXX, brasileiro, casado/solteiro, portador do RG nº XXX, inscrito no CPF nº XXX, residente e domiciliado na cidade de XXX, estado de XXX, doravante denominada simplesmente**Organização da Sociedade Civil:**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1- O presente termo de colaboração, decorrente do chamamento público XX/2026 tem por objeto o repasse financeiro à organização da sociedade civil.

1.2 - É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente:
I - delegação das funções de regulação, de fiscalização, do exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas do Município;
II - prestação de serviços ou de atividades cujo destinatário seja o aparelho administrativo do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES
2.1 - São obrigações dos Partícipes:
I - DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
a) fornecer instruções específicas para prestação de contas às organizações da sociedade civil por ocasião da celebração das parcerias;
b) A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante o presente termo de colaboração e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
c) realizar, nas parcerias com vigência superior a um ano, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizar os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas;
d) promover o monitoramento e a avaliação do cumprimento do objeto da parceria;
e) na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades;
f) viabilizar o acompanhamento dos processos;
g) manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho;
h) instaurar tomada de contas antes do término da parceria, ante a constatação de evidências de irregularidades na execução do objeto da parceria.
i) aplicar as penalidades previstas em lei e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos;
j) comunicar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal de Palmeira;
k) publicar o extrato deste instrumento no Diário Oficial do Município.

II - DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL:
a) manter escrituração contábil regular;
b) prestar contas dos recursos recebidos por meio deste termo de colaboração;
c) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;
d) dar livre acesso dos servidores dos órgãos da administração pública repassadora dos recursos, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondentes aos processos, aos documentos, às informações referentes aos instrumentos de transferências regulamentados pela Lei nº 13.019, de 2014, bem como aos locais de execução do objeto;
e) responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos;

f) responder exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;
g) Não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas dos programas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Termo de Colaboração e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública.
h) Prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;
i) Observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;
j) Manter-se adimplente com o Poder Público concedente naquilo que tange a prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;
k) comunicar à administração pública a substituição dos responsáveis pela Proponente, assim como alterações em seu Estatuto.

CLÁUSULA TERCEIRA–DOS RECURSOS FINANCEIROS
3.1 Será feito repasse conforme descrito no edital deste chamamento.
CLÁUSULA QUARTA - DA TRANSFERÊNCIA E APLICAÇÃO DOS RECURSOS
4.1 - Este Acordo de Cooperação, não possui ônus para o Município de Palmeira, ou seja, sem repasses financeiros.

CLÁUSULA QUINTA - DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS
5.1 – O presente termo de colaboração deverá ser executado fielmente pelos partícipes, de acordo com as cláusulas pactuadas e as normas de regência, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA
6.1 - O presente Termo de Colaboração vigerá a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação de seu extrato no diário oficial do município até ____/____/____ , conforme prazo previsto no anexo Plano de Trabalho para a consecução de seu objeto.
6.2 – Sempre que necessário, mediante proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL devidamente justificada e formulada, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término, e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, serão admitidas prorrogações do prazo de vigência do presente Termo de Colaboração.
6.3 - Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente termo de colaboração, independentemente de proposta da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.
6.4 – Toda e qualquer prorrogação, inclusive a referida no item anterior, deverá ser formalizada por termo aditivo, a ser celebrado pelos partícipes antes do término da vigência do Termo de Colaboração ou da última dilação de prazo, sendo expressamente vedada a celebração de termo aditivo com atribuição de vigência ou efeitos financeiros retroativos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MONITORAMENTO, DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
7.1 - O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei n.º 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:
I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;
IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração;
V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.
7.2 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:
I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;
II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS
8.1 - A prestação de contas apresentada pela organização da sociedade civil deverá conter elementos que permitam ao gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.
§ 1º Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente.
§ 2º A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até noventa dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.
8.2 - A prestação de contas relativa à execução do termo de colaboração dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, bem como dos seguintes relatórios:
I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização da sociedade civil, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;
8.3 - A Administração pública considerará ainda em sua análise os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:
I - relatório da visita técnicain locorealizada durante a execução da parceria;
II - relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de colaboração ou de fomento.
8.4 - Os pareceres técnicos do gestor acerca da prestação de contas, de que trata o art. 67 da Lei nº 13.019, de 2014, deverão conter análise de eficácia e de efetividade das ações quanto:
I - os resultados já alcançados e seus benefícios;
II - os impactos econômicos ou sociais;

III - o grau de satisfação do público alvo;
IV - a possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto pactuado.
8.5 - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública observará os prazos previstos na Lei nº 13.019/2014, devendo concluir, alternativamente, pela:
I - aprovação da prestação de contas;
II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.
8.6 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.
§ 1º O prazo referido no caput é limitado a 45 (quarenta e cinco) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.
§ 2º Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.
8.7 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.
Parágrafo único. O transcurso do prazo definido nos termos docaputsem que as contas tenham sido apreciadas:
I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;
II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, impede a incidência de juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.
8.8 - As prestações de contas serão avaliadas:
I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
IlI - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:
a)omissão no dever de prestar contas;
b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;
d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.
8.9 - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.
8.10 - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.
8.11 - Durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas, a organização da sociedade civil deve manter em seu arquivo os documentos originais que compõem a prestação de contas.

CLÁUSULA NONA - DAS ALTERAÇÕES
9.1 – A presente parceria poderá ser alterada a qualquer tempo, mediante assinatura de termo aditivo, devendo a solicitação ser encaminhada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação à data de término de sua vigência.
9.2 - Não é permitida a celebração de aditamento deste Termo de Colaboração com alteração da natureza do objeto.
9.3 – As alterações, com exceção das que tenham por finalidade meramente prorrogar o prazo de vigência do ajuste, deverão ser previamente submetidas à Procuradoria Geral do Município, órgão ao qual deverão os autos ser encaminhados em prazo hábil para análise e parecer.
9.4 – É obrigatório o aditamento do presente instrumento, quando se fizer necessária a efetivação de alterações que tenham por objetivo a mudança de valor, das metas, do prazo de vigência ou a utilização de recursos remanescentes do saldo do Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES
10.1 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº 13.019/2014, e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:
I - advertência;
II- suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
III -declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.
Parágrafo único. As sanções estabelecidas nos incisos II e III são de competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de dez dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após dois anos de aplicação da penalidade.
10.2 - Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.
10.3 - A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES
11.1 - Para os fins deste ajuste, consideram-se bens remanescentes os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.
11.2 – Para os fins deste Termo, equiparam-se a bens remanescentes os bens e equipamentos eventualmente adquiridos, produzidos, transformados ou construídos com os recursos aplicados em razão deste Termo de Colaboração.
11.3 - Os bens remanescentes serão de propriedade da Organização da Sociedade Civil e gravados com cláusula de inalienabilidade, devendo a organização da sociedade civil formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

11.4– Os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão, a critério do administrador público, ser doados a outra Organização da Sociedade Civil que se proponha a fim igual ou semelhante ao da Organização donatária, quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado,
11.5– Os bens doados ficarão gravados com cláusula de inalienabilidade e deverão, exclusivamente, ser utilizados para continuidade da execução de objeto igual ou semelhante ao previsto neste Termo de Colaboração, sob pena de reversão em favor da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO
12.1 - O presente termo de colaboração poderá ser:
I - denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60(sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;
II - rescindido, independente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:
a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
b) inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
c) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
d) verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PUBLICIDADE
13.1 - A eficácia do presente termo de colaboração ou dos aditamentos que impliquem em alteração ou ampliação da execução do objeto descrito neste instrumento, fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial do Município, a qual deverá ser providenciada pela administração pública no prazo de até 05 (cinco) dias a contar da respectiva assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS
14.1 - Acordam os participes, ainda, em estabelecer as seguintes condições:
I - as comunicações relativas a este termo de colaboração serão remetidas por correspondência escrita ou eletrônica e serão consideradas regularmente efetuadas quando comprovado o recebimento;
II - as mensagens e documentos, resultantes da transmissão eletrônico, não poderão se constituir em peças de processo, e os respectivos originais deverão ser encaminhados no prazo de cinco dias; e
III - as reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste termo de colaboração, serão aceitas somente se registradas em ata ou relatórios circunstanciados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO
15.1 - Será competente para dirimir as controvérsias decorrentes deste termo de colaboração, que não possam ser resolvidas pela via administrativa, o foro da Comarca de Palmeira, Estado do Paraná, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que forem.

15.2 - E, por assim estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente instrumento, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 03 (três) vias de igual teor e forma, que vão assinadas pelos partícipes, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, em Juízo ou fora dele.

Local e data.

_____
Assinatura do representante legal da administração pública municipal

_____
Assinatura do representante legal da organização da sociedade civil

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:88A55CC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 233/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 61/2026**, **processo administrativo nº 2247/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionados.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS E ELETROELETRONICOS LTDA
CNPJ: 16.779.255/0003-04

LOTES: 7

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
7	1	AR-CONDICIONADO SPLIT TETO COM CAPACIDADE DE REFRIGERAÇÃO DE NO MINIMO 57.000 BTUS. FLECHA DE AR DE LONGO ALCANCE. ULTRASILENCIOSO. CONDENSADORA COM TUBOS DE COBRE E ALETAS EM ALUMÍNIO, AUMENTANDO A DURABILIDADE DO APARELHO. 4 VELOCIDADES: BAIXA, ALTA, TURBO E AUTOMÁTICO FUNÇÃO SWING: CLIMATIZA O AMBIENTE DE MANEIRA UNIFORME,	MIDEA	UN	5	R$ 8.820,00	R$ 44.100,00

		DEIXANDO O CLIMA AINDA MAIS AGRADÁVEL. CONTROLE REMOTO COM DISPLAY LCD: PRATICIDADE PARA OPERAR TODAS AS FUNÇÕES. DIRECIONADOR DE FLUXO: CONTROLA O DEFLETOR DIRECIONANDO O FLUXO DE AR PARA A POSIÇÃO DESEJADA, MAIOR CONFORTO PARA TODOS.					

Valor Total Homologado – R$ 44.100,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Os aparelhos deverão ser entregues em até 15 dias após o recebimento da nota de empenho de acordo com as quantidades solicitadas por cada Secretaria Municipal.
2.2.2 O julgamento deverá ser realizado por item, e a entrega poderá ser realizado de forma parcelada, as solicitações bem como envio da nota de empenho serão repassadas via e-mail.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, localizado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento. Horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos aparelhos ou execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.
3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.
3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:
e-mail: gestorsocial.palm@gmail.com
Contato: (42) 99107-9616

Saúde:
e-mail: nafsaude1@gmail.com
contato: (42) 99123-9881

Educação, Esporte e Lazer:
e-mail: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br;
contato: (42) 3909 - 5000

Esporte:
e-mail: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Contato: (42) 9942-4731

Obras:
e-mail: desenvolvimentorural@palmeira.pr.gov.br
contato: (42) 3909-5113

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Giovana Leonel Vieira
Marlana Sanson
Michele Aparecida Batista

CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristiane Hartmann

CEMID:
Daiane Maria Ribas Santos
Cristiane Hartmann

CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosivalda Barros dos Santos
Marcelo Henrique Leal

Cadastro Único
Letícia Correa
Michele do Rocio Broggian

Serviço de Acolhimento Institucional:
Paola Regina Turra Alves Talyene Luize Ferreira Mayer

Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira Erlinda Eliana Santana dos Santos

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:
Cristina Rocha Mezzadri
Maria Eduarda Dziadzio

Educação:
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – titular;
Thiago Landarin Rodrigues – titular;
Cristiane Pereira – titular;

Esporte:
Titular: Ernesto Kindl Junior
Suplente: Luciana Turra Kindl

Obras:

Diego Rodrigues Camargo
Rafael Dzierva

Saúde:
Geovane Rocha de Souza – titular
Jordana Ferrando Trindade – titular
Isabely de Araujo – titular
Daiana Santana – suplente
Wilson Carlos Hass – titular
Tharin Cruz Martins – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 25 de agosto de 2026.

_____
Paola Regina Turra Alves
Fiscal de contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 VERTYS SOLAR LTDA	756	04.116.210/0001-09	2.448,51	1.476,20		Não
2 BELMICRO TECNOLOGIA S/A	159	71.052.559/0005-37	2.448,51	1.637,49	10,93	Não
3 JHP AR CONDICIONADO LTDA	206	61.941.298/0001-29	2.400,00	1.776,00	8,46	Sim
4 LICITAINFO LTDA	062	52.277.278/0001-04	2.448,00	1.800,00	1,35	Sim
5 DENTECK AR CONDICIONADO LTDA	111	11.319.557/0003-78	2.448,00	1.826,91	1,50	Não
6 DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E	718	47.257.471/0001-43	2.448,51	1.827,91	0,05	Sim
7 FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	991	20.481.118/0001-96	2.448,51	1.899,72	3,93	Sim
8 VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA	801	49.287.699/0001-01	2.448,51	1.899,73	0,00	Sim
9 PDN COMÉRCIO E SERVIÇOS	208	48.042.994/0001-35	2.448,51	1.899,74	0,00	Sim
10 ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS	115	16.779.255/0003-04	2.448,00	1.900,00	0,01	Sim
11 65.264.623 LUCAS GABRIEL BUENO	698	65.264.623/0001-17	2.448,51	1.913,36	0,70	Sim
12 D M R BICAS	547	41.141.952/0001-02	2.448,51	1.924,48	0,58	Sim
13 WDCL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	076	39.436.640/0001-84	2.448,00	1.925,00	0,03	Sim
14 CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	259	39.581.101/0001-39	2.448,51	1.995,00	3,64	Sim
15 CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	559	42.753.718/0001-07	2.448,00	1.995,76	0,04	Sim
16 PROSPERA COMERCIO LTDA	793	56.953.630/0001-35	1.997,00	1.997,00	0,06	Sim
17 P H NOTARIZE LTDA	629	27.982.147/0001-80	2.100,00	2.100,00	5,16	Sim
18 B&B TECNOLOGIA LTDA	560	59.887.526/0001-88	2.445,00	2.300,00	9,52	Sim
19 PORTAL DO AR TECNOLOGIA E AR	233	11.955.609/0001-30	2.440,00	2.440,00	6,09	Sim
20 DANTAS REPRESENTACOES,	183	57.990.512/0001-60	2.447,00	2.447,00	0,29	Sim
21 POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	437	03.958.284/0001-11	2.448,00	2.448,00	0,04	Sim
22 RZR DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	485	58.881.924/0001-24	2.448,51	2.448,51	0,02	Sim
23 GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA	230	66.663.797/0001-15	2.448,51	2.448,51	0,00	Sim
24 E.L.A DISTRIBUIDORA E COMERCIO	119	47.756.514/0001-35	2.448,51	2.448,51	0,00	Sim
25 ARCON COMERCIO INSTALACAO E	645	10.733.986/0001-62	2.448,51	2.448,51	0,00	Sim
26 REPREMIG REPRESENTAÇÃO E	341	65.149.197/0002-51	3.000,00	3.000,00	22,52	Não
27 OLIVEIRA E ALMEIDA COMERCIO E	164	25.224.154/0001-98	3.223,59	3.223,59	7,45	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:2D1AE0EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 61/2026**, **processo administrativo nº 2247/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionados.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: JHP AR CONDICIONADO LTDA
CNPJ: 61.941.298/0001-29

LOTES: 2 e 6

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
2	1	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, QUENTE/FRIO DE 9.000 BTU'S. CONTROLE DE TEMPERATURA. CONTROLE DE VENTILAÇÃO (ALTO, BAIXO, MÉDIO E AUTOMÁTICO). FUNÇÕES: TIMER, SWING E SLEEP. MODOS DE OPERAÇÃO: HEAT, COOL,DRY, FAN E FEEL. FILTRO DE AR ANTI-BACTÉRIA, ANTI-FUNGOS. COM CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, TENSÃO DE 220 V.	PHILCO	UN	12	R$ 1.776,00	R$ 21.312,00
6	1	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, QUENTE/FRIO DE 18.000 BTU'S. CONTROLE DE TEMPERATURA CONTROLE DE VENTILAÇÃO (ALTO, BAIXO, MÉDIO E AUTOMÁTICO). FUNÇÕES: TIMER, SWING E SLEEP. MODOS DE OPERAÇÃO: HEAT, COOL,DRY, FAN E FEEL. FILTRO DE AR ANTI-BACTÉRIA, ANTI-FUNGOS. COM CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, TENSÃO DE 220 V.	PHILCO	UN	7	R$ 2.527,00	R$ 17.689,00

Valor Total Homologado – R$ 39.001,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Os aparelhos deverão ser entregues em até 15 dias após o recebimento da nota de empenho de acordo com as quantidades solicitadas por cada Secretaria Municipal.
2.2.2 O julgamento deverá ser realizado por item, e a entrega poderá ser realizado de forma parcelada, as solicitações bem como envio da nota de empenho serão repassadas via e-mail.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, localizado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento. Horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos aparelhos ou execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.
3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.
3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:
e-mail: gestorsocial.palm@gmail.com
Contato: (42) 99107-9616

Saúde:
e-mail: nafsaude1@gmail.com
contato: (42) 99123-9881

Educação, Esporte e Lazer:
e-mail: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br;
contato: (42) 3909 - 5000

Esporte:
e-mail: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Contato: (42) 9942-4731

Obras:
e-mail: desenvolvimentorural@palmeira.pr.gov.br
contato: (42) 3909-5113

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES

4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.

4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões

5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos

5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.

6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;

6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

b) Mantiverem sua proposta original.

6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e

b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.

6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.

7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Giovana Leonel Vieira
Marlana Sanson
Michele Aparecida Batista

CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristiane Hartmann

CEMID:
Daiane Maria Ribas Santos
Cristiane Hartmann

CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosivalda Barros dos Santos
Marcelo Henrique Leal

Cadastro Único
Letícia Correa
Michele do Rocio Broggian

Serviço de Acolhimento Institucional:
Paola Regina Turra Alves Talyene Luize Ferreira Mayer

Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira Erlinda Eliana Santana dos Santos

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:
Cristina Rocha Mezzadri

Maria Eduarda Dziadzio

Educação:
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – titular;
Thiago Landarin Rodrigues – titular;
Cristiane Pereira – titular;

Esporte:
Titular: Ernesto Kindl Junior
Suplente: Luciana Turra Kindl

Obras:
Diego Rodrigues Camargo
Rafael Dzierva

Saúde:
Geovane Rocha de Souza – titular
Jordana Ferrando Trindade – titular
Isabely de Araujo – titular
Daiana Santana – suplente
Wilson Carlos Hass – titular
Tharin Cruz Martins – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 25 de agosto de 2026.

_____
Paola Regina Turra Alves
Fiscal de contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 2

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 JHP AR CONDICIONADO LTDA	249	61.941.298/0001-29	2.400,00	1.776,00		Sim
2 LICITAINFO LTDA	940	52.277.278/0001-04	2.448,00	1.800,00	1,35	Sim
3 DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E	933	47.257.471/0001-43	2.448,51	1.827,91	1,55	Sim
4 PDN COMÉRCIO E SERVIÇOS	329	48.042.994/0001-35	2.448,51	1.860,00	1,76	Sim
5 RZR DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	251	58.881.924/0001-24	2.448,51	1.862,00	0,11	Sim
6 VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA	215	49.287.699/0001-01	2.448,51	1.885,37	1,26	Sim
7 FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	899	20.481.118/0001-96	2.448,51	1.889,00	0,19	Sim
8 ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS	900	16.779.255/0003-04	2.448,00	1.900,00	0,58	Sim
9 65.264.623 LUCAS GABRIEL BUENO	409	65.264.623/0001-17	2.448,51	1.912,36	0,65	Sim
10 D M R BICAS	470	41.141.952/0001-02	2.448,51	1.924,06	0,61	Sim
11 WDCL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	223	39.436.640/0001-84	2.448,00	1.925,00	0,05	Sim
12 CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	045	39.581.101/0001-39	2.448,51	1.950,00	1,30	Sim
13 CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	646	42.753.718/0001-07	2.448,00	1.995,76	2,35	Sim
14 PROSPERA COMERCIO LTDA	781	56.953.630/0001-35	1.997,00	1.997,00	0,06	Sim
15 P H NOTARIZE LTDA	406	27.982.147/0001-80	2.100,00	2.100,00	5,16	Sim
16 B&B TECNOLOGIA LTDA	883	59.887.526/0001-88	2.445,00	2.300,00	9,52	Sim
17 PORTAL DO AR TECNOLOGIA E AR	562	11.955.609/0001-30	2.440,00	2.440,00	6,09	Sim
18 POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	193	03.958.284/0001-11	2.448,00	2.448,00	0,33	Sim
19 DANTAS REPRESENTACOES,	144	57.990.512/0001-60	2.448,00	2.448,00	0,00	Sim
20 ARCON COMERCIO INSTALACAO E	219	10.733.986/0001-62	2.448,51	2.448,51	0,02	Sim
21 E.L.A DISTRIBUIDORA E COMERCIO	448	47.756.514/0001-35	2.448,51	2.448,51	0,00	Sim
22 GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA	713	66.663.797/0001-15	2.448,51	2.448,51	0,00	Sim
23 OLIVEIRA E ALMEIDA COMERCIO E	476	25.224.154/0001-98	3.223,59	3.223,59	31,66	Sim

LOTE 6

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 JHP AR CONDICIONADO LTDA	465	61.941.298/0001-29	3.200,00	2.527,00		Sim
2 PDN COMÉRCIO E SERVIÇOS	854	48.042.994/0001-35	3.269,32	2.580,00	2,10	Sim
3 ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS	908	16.779.255/0003-04	3.269,00	2.620,00	1,55	Sim
4 DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E	702	47.257.471/0001-43	3.269,32	2.841,07	8,44	Sim
5 P H NOTARIZE LTDA	358	27.982.147/0001-80	2.950,00	2.950,00	3,83	Sim
6 VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA	418	49.287.699/0001-01	3.269,32	2.953,75	0,13	Sim
7 CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	259	42.753.718/0001-07	3.269,00	3.131,39	6,01	Sim
8 RZR DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	693	58.881.924/0001-24	3.269,32	3.194,00	2,00	Sim
9 FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	877	20.481.118/0001-96	3.269,32	3.255,57	1,93	Sim

10 D M R BICAS	191	41.141.952/0001-02	3.269,32	3.255,58	0,00	Sim
11 65.264.623 LUCAS GABRIEL BUENO	534	65.264.623/0001-17	3.269,32	3.258,20	0,08	Sim
12 B&B TECNOLOGIA LTDA	642	59.887.526/0001-88	3.265,00	3.259,00	0,02	Sim
13 PORTAL DO AR TECNOLOGIA E AR	686	11.955.609/0001-30	3.260,00	3.260,00	0,03	Sim
14 WDCL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	848	39.436.640/0001-84	3.269,00	3.265,00	0,15	Sim
15 DANTAS REPRESENTACOES,	006	57.990.512/0001-60	3.268,00	3.268,00	0,09	Sim
16 LICITAINFO LTDA	862	52.277.278/0001-04	3.269,00	3.269,00	0,03	Sim
17 POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	293	03.958.284/0001-11	3.269,00	3.269,00	0,00	Sim
18 ARCON COMERCIO INSTALACAO E	551	10.733.986/0001-62	3.269,32	3.269,32	0,01	Sim
19 E.L.A DISTRIBUIDORA E COMERCIO	753	47.756.514/0001-35	3.269,32	3.269,32	0,00	Sim
20 GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA	176	66.663.797/0001-15	3.269,32	3.269,32	0,00	Sim
21 OLIVEIRA E ALMEIDA COMERCIO E	206	25.224.154/0001-98	5.868,07	5.868,07	79,49	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:AF189F5C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 61/2026**, **processo administrativo nº 2247/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionados.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: PDN COMÉRCIO E SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA
CNPJ: 48.042.994/0001-35

LOTES: 4

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
4	1	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, QUENTE/FRIO DE 12.000 BTU'S. CONTROLE DE TEMPERATURA CONTROLE DE VENTILAÇÃO (ALTO, BAIXO, MÉDIO E AUTOMÁTICO). FUNÇÕES: TIMER, SWING E SLEEP. MODOS DE OPERAÇÃO: HEAT, COOL,DRY, FAN E FEEL. FILTRO DE AR ANTI-BACTÉRIA, ANTI-FUNGOS. COM CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, TENSÃO DE 220 V.	VIX AS 12UW2RLDDK00	UN	11	R$ 1.800,00	R$ 19.800,00

Valor Total Homologado – R$ 19.800,00

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Os aparelhos deverão ser entregues em até 15 dias após o recebimento da nota de empenho de acordo com as quantidades solicitadas por cada Secretaria Municipal.
2.2.2 O julgamento deverá ser realizado por item, e a entrega poderá ser realizado de forma parcelada, as solicitações bem como envio da nota de empenho serão repassadas via e-mail.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, localizado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento. Horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos aparelhos ou execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.
3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.
3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso,

devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.
3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:
e-mail: gestorsocial.palm@gmail.com
Contato: (42) 99107-9616

Saúde:
e-mail: nafsaude1@gmail.com
contato: (42) 99123-9881

Educação, Esporte e Lazer:
e-mail: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br;
contato: (42) 3909 - 5000

Esporte:
e-mail: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Contato: (42) 9942-4731

Obras:
e-mail: desenvolvimentorural@palmeira.pr.gov.br
contato: (42) 3909-5113

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Giovana Leonel Vieira
Marlana Sanson
Michele Aparecida Batista

CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristiane Hartmann

CEMID:
Daiane Maria Ribas Santos
Cristiane Hartmann

CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosivalda Barros dos Santos
Marcelo Henrique Leal

Cadastro Único
Letícia Correa
Michele do Rocio Broggian

Serviço de Acolhimento Institucional:
Paola Regina Turra Alves Talyene Luize Ferreira Mayer

Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira Erlinda Eliana Santana dos Santos

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:
Cristina Rocha Mezzadri
Maria Eduarda Dziadzio

Educação:
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – titular;
Thiago Landarin Rodrigues – titular;
Cristiane Pereira – titular;

Esporte:
Titular: Ernesto Kindl Junior
Suplente: Luciana Turra Kindl

Obras:
Diego Rodrigues Camargo
Rafael Dzierva

Saúde:
Geovane Rocha de Souza – titular
Jordana Ferrando Trindade – titular
Isabely de Araujo – titular
Daiana Santana – suplente
Wilson Carlos Hass – titular
Tharin Cruz Martins – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 25 de agosto de 2026.

_____
Paola Regina Turra Alves
Fiscal de contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 4

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 PDN COMÉRCIO E SERVIÇOS	705	48.042.994/0001-35	2.578,84	1.800,00		Sim
2 RZR DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	942	58.881.924/0001-24	2.578,84	1.888,30	4,91	Sim
3 DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E	619	47.257.471/0001-43	2.578,84	1.940,48	2,76	Sim
4 LICITAINFO LTDA	397	52.277.278/0001-04	2.578,00	1.980,00	2,04	Sim
5 JHP AR CONDICIONADO LTDA	414	61.941.298/0001-29	2.500,00	2.006,00	1,31	Sim
6 VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA	115	49.287.699/0001-01	2.578,84	2.011,06	0,25	Sim
7 FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	153	20.481.118/0001-96	2.578,84	2.039,00	1,39	Sim
8 PROSPERA COMERCIO LTDA	715	56.953.630/0001-35	2.043,00	2.043,00	0,20	Sim

9 ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS	785	16.779.255/0003-04	2.578,00	2.100,00	2,79	Sim
10 CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	882	39.581.101/0001-39	2.578,84	2.100,00	0,00	Sim
11 WDCL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	993	39.436.640/0001-84	2.578,00	2.130,00	1,43	Sim
12 D M R BICAS	940	41.141.952/0001-02	2.578,84	2.367,66	11,16	Sim
13 65.264.623 LUCAS GABRIEL BUENO	569	65.264.623/0001-17	2.578,84	2.368,33	0,03	Sim
14 CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	589	42.753.718/0001-07	2.478,00	2.369,96	0,07	Sim
15 B&B TECNOLOGIA LTDA	405	59.887.526/0001-88	2.575,00	2.370,00	0,00	Sim
16 P H NOTARIZE LTDA	507	27.982.147/0001-80	2.390,00	2.390,00	0,84	Sim
17 PORTAL DO AR TECNOLOGIA E AR	221	11.955.609/0001-30	2.570,00	2.570,00	7,53	Sim
18 DANTAS REPRESENTACOES,	222	57.990.512/0001-60	2.577,00	2.577,00	0,27	Sim
19 POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	358	03.958.284/0001-11	2.578,00	2.578,00	0,04	Sim
20 GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA	848	66.663.797/0001-15	2.578,84	2.578,84	0,03	Sim
21 E.L.A DISTRIBUIDORA E COMERCIO	353	47.756.514/0001-35	2.578,84	2.578,84	0,00	Sim
22 ARCON COMERCIO INSTALACAO E	722	10.733.986/0001-62	2.578,84	2.578,84	0,00	Sim
23 OLIVEIRA E ALMEIDA COMERCIO E	170	25.224.154/0001-98	3.655,18	3.655,18	41,74	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:0101E6D0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2026

O **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pela Secretária Municipal de Assistência Social, **Sra. JOCELI GOMES CUNHA, portadora da cédula de identidade R.G n° 4.XXX.XXX-1 - SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o n° 024.XXX.XXX-50**, a qual foi nomeada como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal n.º 18.779 de 18/12/2025 considerando o julgamento da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM, **nº 61/2026**, **processo administrativo nº 2247/2026**, RESOLVE registrar os preços das empresas indicadas e qualificadas nesta ATA, de acordo com a classificação por elas alcançadas e nas quantidades cotadas, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de aparelhos de ar condicionados.
1.2. Os itens, especificações, quantitativos máximos e preços registrados seguem dispostos abaixo:

Fornecedor: VERTYS SOLAR LTDA
CNPJ: 04.116.210/0001-09

LOTES: 1, 3 e 5

Lote	Ordem	Especificação	Marca	UN.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	1	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, QUENTE/FRIO DE 9.000 BTU'S. CONTROLE DE TEMPERATURA. CONTROLE DE VENTILAÇÃO (ALTO, BAIXO, MÉDIO E AUTOMÁTICO). FUNÇÕES: TIMER, SWING E SLEEP. MODOS DE OPERAÇÃO: HEAT, COOL,DRY, FAN E FEEL. FILTRO DE AR ANTI-BACTÉRIA, ANTI-FUNGOS. COM CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, TENSÃO DE 220 V.	VERTYS	UN	38	R$ 1.476,20	R$ 56.095,60
3	1	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, QUENTE/FRIO DE 12.000 BTU'S. CONTROLE DE TEMPERATURA CONTROLE DE VENTILAÇÃO (ALTO, BAIXO, MÉDIO E AUTOMÁTICO). FUNÇÕES: TIMER, SWING E SLEEP. MODOS DE OPERAÇÃO: HEAT, COOL,DRY, FAN E FEEL. FILTRO DE AR ANTI-BACTÉRIA, ANTI-FUNGOS. COM CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, TENSÃO DE 220 V.	VERTYS	UN	34	R$ 1.685,90	R$ 57.320,60
5	1	AR CONDICIONADO SPLIT INVERTER, QUENTE/FRIO DE 18.000 BTU'S. CONTROLE DE TEMPERATURA CONTROLE DE VENTILAÇÃO (ALTO, BAIXO, MÉDIO E AUTOMÁTICO). FUNÇÕES: TIMER, SWING E SLEEP. MODOS DE OPERAÇÃO: HEAT, COOL,DRY, FAN E FEEL. FILTRO DE AR ANTI-BACTÉRIA, ANTI-FUNGOS. COM CLASSIFICAÇÃO ENERGÉTICA A, TENSÃO DE 220 V.	VERTYS	UN	23	R$ 2.489,20	R$ 57.251,60

Valor Total Homologado – R$ 170.667,80

1.3. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

2. **DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO**
2.1. O Licitante deverá seguir rigorosamente as normas e padrões estabelecidos em Lei específica sobre a natureza do objeto, bem como diligenciar para que os produtos entregues sejam de qualidade.
2.2. O objeto deverá ser executado totalmente conforme descrito no Anexo 01 do edital, independente de transcrição destas informações.
2.2.1 Os aparelhos deverão ser entregues em até 15 dias após o recebimento da nota de empenho de acordo com as quantidades solicitadas por cada Secretaria Municipal.
2.2.2 O julgamento deverá ser realizado por item, e a entrega poderá ser realizado de forma parcelada, as solicitações bem como envio da nota de empenho serão repassadas via e-mail.

2.3 – Local de entrega/execução, responsável pelo recebimento do objeto:
A entrega deverá ser realizada no Departamento de Almoxarifado, localizado na Rua Barão do Rio Branco, Nº 765 – Centro, Palmeira/PR – CEP: 84.130-000, os servidores do referido departamento serão responsáveis pelo recebimento. Horário de funcionamento sendo ele: das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, de segunda-feira à sexta-feira.

3. DA FORMA DE PAGAMENTO
3.1. O prazo para pagamento após a entrega, será de até 15 (quinze) dias úteis após a entrega dos aparelhos ou execução do serviço, mediante emissão de nota fiscal eletrônica, nesta, deverá constar o número do empenho e da licitação. O pagamento será efetuado em conta bancária cadastrada no banco de dados do fornecedor, vinculada ao CNPJ este será efetuado por meio eletrônico.
3.2. A Contratada deverá informar na nota fiscal o número da licitação e o número da nota de empenho.

3.4. Para efetivação do pagamento correspondente a empresa vencedora deverá comprovar que estão mantidas todas as condições demonstradas quando da habilitação a presente licitação, as quais deverão ser mantidas durante todo o período de execução do contrato, a não apresentação suspenderá o devido pagamento até que se regularize. Em hipótese alguma serão efetuados pagamentos antecipados.
3.5.1 O pagamento será creditado em favor da contratada, na ordem bancária, creditada na conta indicada na nota fiscal, devendo para isto, ficar explicitado o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.
3.6. No caso de atraso do pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela CONTRATANTE encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: EM = I x N x VP, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 e VP = Valor da prestação em atraso, devidamente corrigido considerando-se o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor do período entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento.
3.7. Em relação aos tributos, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
3.7.1. Quando aplicável, haverá retenção de Imposto de Renda Retido na Fonte, conforme Instrução Normativa 1234/12 da Receita Federal; Decreto Municipal nº 16.206 de 29 de maio de 2023; Lei de Responsabilidade Fiscal; Lei de Improbidade Administrativa e princípios que regem a Administração Pública.
3.8. Na nota fiscal deverá constar o número da licitação bem como da nota de empenho, a mesma deverá ser enviada no e-mail da secretaria municipal solicitante, sendo eles:

Assistência Social:
e-mail: gestorsocial.palm@gmail.com
Contato: (42) 99107-9616

Saúde:
e-mail: nafsaude1@gmail.com
contato: (42) 99123-9881

Educação, Esporte e Lazer:
e-mail: financeiroeducacao@palmeira.pr.gov.br;
contato: (42) 3909 - 5000

Esporte:
e-mail: esporteelazer.palmeira@gmail.com
Contato: (42) 9942-4731

Obras:
e-mail: desenvolvimentorural@palmeira.pr.gov.br
contato: (42) 3909-5113

4. ÓRGÃO GERENCIADOR E PARTICIPANTES
4.1. É órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços - SRP o ente integrante da Administração Direta do Município requerente da contratação, no caso a Secretaria Municipal de Assistência Social.
4.2 Não existem outros órgãos participantes além do órgão gerenciador.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
5.2. Os órgãos referidos no item anterior, poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
5.2.1. Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
5.2.2. Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
5.2.3. Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
5.3. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
5.4. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
5.5. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
5.6. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

Dos limites para as adesões
5.7. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
5.8. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

Vedação a acréscimo de quantitativos
5.9. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, ou seja, até 24 (vinte e quatro) meses da vigência, desde que comprovado o preço vantajoso.
6.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
6.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
6.4. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.5. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
6.6. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
6.7. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
6.7.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto *no edital ou no aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela;
6.7.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
a) Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
b) Mantiverem sua proposta original.
6.7.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
6.8. O registro a que se refere o item 6.7.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
6.9. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
6.10. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 6.8 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
a) Quando o licitante vencedor não assinar da ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos *no edital ou no aviso de contratação direta;* e
b) Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.1.
6.11. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
a) Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
b) Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
7.2. Os preços inicialmente registrados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento.
7.3. Após o interregno de um ano, caso haja prorrogação do prazo de vigência da Ata, e independentemente de pedido da Contratada, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida.
7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
7.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
8.2. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
8.3. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
8.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
8.5. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.6. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
8.7. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
8.8. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
8.9. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 6.10.
8.10. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.1, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
8.11. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.6 e no item 8.7, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.12. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
9.4.1. Por razão de interesse público;
9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES
10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
10.2. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
10.3. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
10.4. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD
11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.
11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.
11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.
11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.
11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

12. DA OBRIGATORIEDADE DO EMPENHO PRÉVIO (art.60 da Lei Federal nº. 4320/64):
12.1. A execução do objeto previsto neste instrumento, somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho.
12.2. A nota de empenho não poderá ser substituída por nenhum outro documento.
12.3. Fica sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho e entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
12.4. A Contratada fica obrigada a exigir a entrega da respectiva nota de empenho para início da execução do objeto.
12.5. A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
12.6. No caso de ausência de empenho prévio à execução do objeto, a Contratada estará sujeita ao não recebimento de pagamento pelo objeto executado.
12.7. A Contratada obrigatoriamente deverá incluir o número da nota de empenho na nota fiscal.

13. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
A Secretaria de Assistência Social será gestora desta contratação e a fiscalização ocorrerá de acordo com o Decreto N° 18.812 de 06 de janeiro de 2026 e suas alterações, sendo:

Órgão Gestor:
Carla Daiana de Souza Kavalkeviski
Giovana Leonel Vieira
Marlana Sanson
Michele Aparecida Batista

CRAS:
Daiane Maria Ribas Santo
Cristiane Hartmann

CEMID:
Daiane Maria Ribas Santos
Cristiane Hartmann

CREAS:
Patrícia Juscinski
Rosivalda Barros dos Santos
Marcelo Henrique Leal

Cadastro Único
Letícia Correa
Michele do Rocio Broggian

Serviço de Acolhimento Institucional:
Paola Regina Turra Alves Talyene Luize Ferreira Mayer

Conselho Tutelar:
Jaqueline Toczek Honório Ferreira Erlinda Eliana Santana dos Santos

Departamento da Mulher e da Pessoa Idosa:
Cristina Rocha Mezzadri
Maria Eduarda Dziadzio

Educação:
Gleicy de Cassia Bordignon Ferreira – titular;
Thiago Landarin Rodrigues – titular;
Cristiane Pereira – titular;

Esporte:
Titular: Ernesto Kindl Junior
Suplente: Luciana Turra Kindl

Obras:
Diego Rodrigues Camargo
Rafael Dzierva

Saúde:
Geovane Rocha de Souza – titular
Jordana Ferrando Trindade – titular
Isabely de Araujo – titular
Daiana Santana – suplente
Wilson Carlos Hass – titular
Tharin Cruz Martins – titular

14. CONDIÇÕES GERAIS
14.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e seus anexos.
14.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 03 (três) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Palmeira, 25 de agosto de 2026.

_____
Paola Regina Turra Alves
Fiscal de contrato

Anexo I da Ata de Registro de Preços
Cadastro Reserva

Seguindo a ordem de classificação, segue relação de fornecedores que mantiveram sua proposta original:

LOTE 1

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 VERTYS SOLAR LTDA	756	04.116.210/0001-09	2.448,51	1.476,20		Não
2 BELMICRO TECNOLOGIA S/A	159	71.052.559/0005-37	2.448,51	1.637,49	10,93	Não
3 JHP AR CONDICIONADO LTDA	206	61.941.298/0001-29	2.400,00	1.776,00	8,46	Sim
4 LICITAINFO LTDA	062	52.277.278/0001-04	2.448,00	1.800,00	1,35	Sim
5 DENTECK AR CONDICIONADO LTDA	111	11.319.557/0003-78	2.448,00	1.826,91	1,50	Não
6 DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E	718	47.257.471/0001-43	2.448,51	1.827,91	0,05	Sim
7 FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	991	20.481.118/0001-96	2.448,51	1.899,72	3,93	Sim
8 VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA	801	49.287.699/0001-01	2.448,51	1.899,73	0,00	Sim
9 PDN COMÉRCIO E SERVIÇOS	208	48.042.994/0001-35	2.448,51	1.899,74	0,00	Sim
10 ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS	115	16.779.255/0003-04	2.448,00	1.900,00	0,01	Sim
11 65.264.623 LUCAS GABRIEL BUENO	698	65.264.623/0001-17	2.448,51	1.913,36	0,70	Sim
12 D M R BICAS	547	41.141.952/0001-02	2.448,51	1.924,48	0,58	Sim
13 WDCL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	076	39.436.640/0001-84	2.448,00	1.925,00	0,03	Sim
14 CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	259	39.581.101/0001-39	2.448,51	1.995,00	3,64	Sim
15 CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	559	42.753.718/0001-07	2.448,00	1.995,76	0,04	Sim
16 PROSPERA COMERCIO LTDA	793	56.953.630/0001-35	1.997,00	1.997,00	0,06	Sim
17 P H NOTARIZE LTDA	629	27.982.147/0001-80	2.100,00	2.100,00	5,16	Sim
18 B&B TECNOLOGIA LTDA	560	59.887.526/0001-88	2.445,00	2.300,00	9,52	Sim
19 PORTAL DO AR TECNOLOGIA E AR	233	11.955.609/0001-30	2.440,00	2.440,00	6,09	Sim
20 DANTAS REPRESENTACOES,	183	57.990.512/0001-60	2.447,00	2.447,00	0,29	Sim
21 POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	437	03.958.284/0001-11	2.448,00	2.448,00	0,04	Sim
22 RZR DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	485	58.881.924/0001-24	2.448,51	2.448,51	0,02	Sim
23 GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA	230	66.663.797/0001-15	2.448,51	2.448,51	0,00	Sim
24 E.L.A DISTRIBUIDORA E COMERCIO	119	47.756.514/0001-35	2.448,51	2.448,51	0,00	Sim
25 ARCON COMERCIO INSTALACAO E	645	10.733.986/0001-62	2.448,51	2.448,51	0,00	Sim
26 REPREMIG REPRESENTAÇÃO E	341	65.149.197/0002-51	3.000,00	3.000,00	22,52	Não
27 OLIVEIRA E ALMEIDA COMERCIO E	164	25.224.154/0001-98	3.223,59	3.223,59	7,45	Sim

LOTE 3

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 VERTYS SOLAR LTDA	584	04.116.210/0001-09	2.578,84	1.685,90		Não
2 BELMICRO TECNOLOGIA S/A	064	71.052.559/0005-37	2.578,84	1.754,54	4,07	Não
3 PDN COMÉRCIO E SERVIÇOS	786	48.042.994/0001-35	2.578,84	1.800,00	2,59	Sim
4 RZR DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	601	58.881.924/0001-24	2.578,84	1.888,30	4,91	Sim
5 DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E	242	47.257.471/0001-43	2.578,84	1.940,48	2,76	Sim
6 LICITAINFO LTDA	973	52.277.278/0001-04	2.578,00	1.950,00	0,49	Sim
7 DENTECK AR CONDICIONADO LTDA	562	11.319.557/0003-78	2.578,00	1.963,00	0,67	Não
8 JHP AR CONDICIONADO LTDA	346	61.941.298/0001-29	2.500,00	2.006,00	2,19	Sim
9 VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA	194	49.287.699/0001-01	2.578,84	2.011,06	0,25	Sim
10 FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	534	20.481.118/0001-96	2.578,84	2.039,00	1,39	Sim
11 PROSPERA COMERCIO LTDA	585	56.953.630/0001-35	2.043,00	2.043,00	0,20	Sim
12 CH3 ELETRO E ELETRONICOS LTDA	524	39.581.101/0001-39	2.578,84	2.100,00	2,79	Sim
13 ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS	971	16.779.255/0003-04	2.578,00	2.100,00	0,00	Sim
14 WDCL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	673	39.436.640/0001-84	2.578,00	2.130,00	1,43	Sim
15 REPREMIG REPRESENTAÇÃO E	788	65.149.197/0002-51	3.400,00	2.328,00	9,30	Não
16 D M R BICAS	913	41.141.952/0001-02	2.578,84	2.368,56	1,74	Sim
17 65.264.623 LUCAS GABRIEL BUENO	176	65.264.623/0001-17	2.578,84	2.369,16	0,03	Sim
18 CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	090	42.753.718/0001-07	2.578,00	2.369,96	0,03	Sim
19 B&B TECNOLOGIA LTDA	649	59.887.526/0001-88	2.575,00	2.370,00	0,00	Sim
20 P H NOTARIZE LTDA	884	27.982.147/0001-80	2.390,00	2.390,00	0,84	Sim
21 PORTAL DO AR TECNOLOGIA E AR	536	11.955.609/0001-30	2.570,00	2.570,00	7,53	Sim
22 DANTAS REPRESENTACOES,	936	57.990.512/0001-60	2.577,00	2.577,00	0,27	Sim
23 POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	535	03.958.284/0001-11	2.578,00	2.578,00	0,04	Sim
24 ARCON COMERCIO INSTALACAO E	689	10.733.986/0001-62	2.578,84	2.578,84	0,03	Sim
25 E.L.A DISTRIBUIDORA E COMERCIO	210	47.756.514/0001-35	2.578,84	2.578,84	0,00	Sim
26 GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA	759	66.663.797/0001-15	2.578,84	2.578,84	0,00	Sim
27 OLIVEIRA E ALMEIDA COMERCIO E	940	25.224.154/0001-98	3.655,18	3.655,18	41,74	Sim

LOTE 5

		CLASSIFICAÇÃO				
Razão Social Num		**Documento**	**Oferta Inicial**	**Oferta Final**	**Dif.(%)**	**ME**
1 VERTYS SOLAR LTDA	669	04.116.210/0001-09	3.269,32	2.489,20		Não
2 JHP AR CONDICIONADO LTDA	943	61.941.298/0001-29	3.200,00	2.527,00	1,52	Sim
3 PDN COMÉRCIO E SERVIÇOS	109	48.042.994/0001-35	3.269,32	2.580,00	2,10	Sim
4 DENTECK AR CONDICIONADO LTDA	747	11.319.557/0003-78	3.269,00	2.580,00	0,00	Não
5 ELETRO CENTRO COMERCIO DE PEÇAS	550	16.779.255/0003-04	3.269,00	2.620,00	1,55	Sim
6 DM SERVIÇOS DE CLIMATIZAÇÃO E	896	47.257.471/0001-43	3.269,32	2.841,07	8,44	Sim
7 BELMICRO TECNOLOGIA S/A	560	71.052.559/0005-37	3.269,32	2.866,49	0,89	Não
8 P H NOTARIZE LTDA	935	27.982.147/0001-80	2.950,00	2.950,00	2,91	Sim
9 VALE COMERCIO DE MATERIAIS LTDA	648	49.287.699/0001-01	3.269,32	3.093,99	4,88	Sim
10 RZR DISTRIBUIDORA E SERVICOS LTDA	889	58.881.924/0001-24	3.269,32	3.094,00	0,00	Sim
11 CASTRO EQUIPAMENTOS LTDA	240	42.753.718/0001-07	3.269,00	3.098,78	0,15	Sim
12 65.264.623 LUCAS GABRIEL BUENO	496	65.264.623/0001-17	3.269,32	3.125,43	0,86	Sim
13 FELIPE ALTAMIRO ESPINDOLA	910	20.481.118/0001-96	3.269,32	3.253,15	4,09	Sim
14 D M R BICAS	503	41.141.952/0001-02	3.269,32	3.253,16	0,00	Sim
15 B&B TECNOLOGIA LTDA	846	59.887.526/0001-88	3.265,00	3.259,00	0,18	Sim
16 PORTAL DO AR TECNOLOGIA E AR	364	11.955.609/0001-30	3.260,00	3.260,00	0,03	Sim
17 WDCL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA	224	39.436.640/0001-84	3.269,00	3.265,00	0,15	Sim
18 DANTAS REPRESENTACOES,	053	57.990.512/0001-60	3.268,00	3.268,00	0,09	Sim
19 POTENCIA SOM E INFORMATICA LTDA	296	03.958.284/0001-11	3.269,00	3.269,00	0,03	Sim

20 LICITAINFO LTDA	039	52.277.278/0001-04	3.269,00	3.269,00	0,00	Sim
21 E.L.A DISTRIBUIDORA E COMERCIO	200	47.756.514/0001-35	3.269,32	3.269,32	0,01	Sim
22 ARCON COMERCIO INSTALACAO E	844	10.733.986/0001-62	3.269,32	3.269,32	0,00	Sim
23 GENIAL ATACADO E VAREJO LTDA	218	66.663.797/0001-15	3.269,32	3.269,32	0,00	Sim
24 REPREMIG REPRESENTAÇÃO E	628	65.149.197/0002-51	4.400,00	3.640,00	11,34	Não
25 OLIVEIRA E ALMEIDA COMERCIO E	968	25.224.154/0001-98	5.868,07	5.868,07	61,21	Sim

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:D6D03DD1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 68/2025

Pregão Nº 028/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 68/2025

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECLIALIZADA EM MÃO DE OBRA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICO EM MOLEJOS DE SUSPENSÃO DE CAMINHÕES E ÔNIBUS EM GERAL, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal ROBERTO CARLOS ROSSI, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 8**.***.***-91, residente e domiciliado na Rua Vicente Machado, nº **6, Centro, Palmital-PR, denominado CONTRATANTE, e de outro lado o Fornecedor **ALEXANDRE OSNY FREIBERGER** , com endereço à R Artur Freiberger, S/N lote 03 - CEP: 85270000 - Bairro: Parque Industrial, Palmital/PR inscrita no sob nº 29.004.778/0001-50, neste ato por seu representante legal, Sr. ALEXANDRE OSNY FREIBERGER, denominado **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações ao Contrato Administrativo n. 68/2025, em consonância com a Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado o valor total do Lote 1, 3, 4, 6, 8, 10, do Contrato Administrativo n. 68/2025, conforme tabela anexa. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Administração, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/21 e alterações posteriores.

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓD	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	MEDIDA	QUANTIDADE	UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	38344	Mão de Obra Troca de Mola Molejo Dianteiro em Geral Caminhões e Ônibus	UN	100,00	149,99	14.999,00
3	1	38346	Mão de Obra Troca de Mola Molejo Dianteiro eTraseiro Caminhão Caçamba Mão de Obra Troca de Mola Molejo Dianteiro em Traseiro Caminhão Caçamba Trucado Traçad 6x4	UN	100,00	199,99	19.999,00
4	1	38347	Mão de Obra de Troca Pino e Bucha Mola Molejo Dianteiro em Geral Mão de Obra de Troca Pino e Bucha Mola Molejo Dianteiro em Geral Caminhões e Ônibus Geral Cada Par.	UN	150,00	69,99	10.498,50
6	1	38349	Mão de Obra Troca Pino de Centro Molejo Dianteiro Caminhões e Ônibus Mão de Obra Troca Pino de Centro Molejo Dianteiro Caminhões e Ônibus Incluindo Material	UN	100,00	174,99	17.499,00
8	1	38351	Mão de Obra Troca Jumelo Molejo Traseiro em Geral Caminhões e Ônibus Mão de Obra Troca Jumelo Molejo Traseiro em Geral Caminhões e Ônibus Incluindo Material	UN	100,00	309,99	30.999,00
10	1	38353	Mão de Obra Troca do Calibragem Molejo Dianteiro em Geral Mão de Obra Troca do Calibragem Molejo Dianteiro em Geral Caminhões e Ônibus	UN	100,00	249,99	24.999,00
TOTAL							118.993,50

CLAÚSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.
E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 02/09/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

ALEXANDRE OSNY FREIBERGER
Alexandre Osny Freiberger
Contratado

GESTOR: DIEGO PADILHA DE JESUS
FISCAL: EVELYN TACIANE SUERO DA CRUZ

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:AC2CED0F

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
REPUBLICADO HOMOLOGAÇÃO ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 28/2026

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
REPUBLICADO
HOMOLOGO o Procedimento Licitatório **Nº 79/2026**, elaborado pela Modalidade de **Pregão Eletrônico Nº 28/2026** teve por objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA**

MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, POR MEIO DE REGISTRO DE PREÇOS, pela Proposta mais Vantajosa para o Município, **"TIPO MAIOR DESCONTO**", conforme especificado no Edital e, com Base na Ata de Julgamento e Classificação e Parecer Jurídico, **HOMOLOGO E ADJUDICO** os objetos aos licitantes:

MAURICIO POYER ME CNPJ-13.314.456/0001-78							
LOTE 1							
1	1	FIAT PALIO ATTRACTIV 1.4 - PLACA AXW-5301, ANO 2013/2014 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 5800 | CHASSI: 9BD196272E2203857 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,92%
1	2	FIAT PALIO ATTRACTIV 1.4 - PLACA AXW-5301, ANO 2013/2014 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 5800 | CHASSI: 9BD196272E2203857 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,95%
LOTE 3							
3	1	FIAT SIENA ATTRACT 1.0 - PLACA BBP-5349, ANO: 2017/2018 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 816 | CHASSI: 9BD19713NJ3342537 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,90%
3	2	FIAT SIENA ATTRACT 1.0 - PLACA BBP-5349, ANO: 2017/2018 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 816 | CHASSI: 9BD19713NJ3342537 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,95%
LOTE 5							
5	1	RENAULT MASTER BF AMB FURGÃO 2020 - PLACA BEX-4C77 - PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,90%
5	2	RENAULT MASTER BF AMB FURGÃO 2020 - PLACA BEX-4C77 - SERVIÇOS MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,95%
LOTE 7							
7	1	RENAULT MASTER BF AMB1 - PLACA BEO-5G70, ANO: 2021 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 13713 | CHASSI: 93YMAFEXAMJ622726 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,50%
7	2	RENAULT MASTER BF AMB1 - PLACA BEO-5G70, ANO: 2021 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 13713 | CHASSI: 93YMAFEXAMJ622726 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,75%
LOTE 8							
8	1	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC42 - PLACA BEX-0E49, ANO: 2021/2022 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 10958 | CHASSI: 9BWAG45UXNT004877 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,50%
8	2	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC42 - PLACA BEX-0E49, ANO: 2021/2022 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10958 | CHASSI: 9BWAG45UXNT004877 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,75%
LOTE 10							
10	1	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC4 2021/2022 - PLACA BEX-1F62 - PEÇAS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	10,00%
10	2	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC4 2021/2022 - PLACA BEX-1F62 - SERVIÇOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,00%
LOTE 13							
13	1	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC4 - PLACA BEX-0J22, ANO: 2021/2022 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 10956 | CHASSI: 9BWAG45U2NT004100 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,57%
13	2	VW GOL TRENDLINE 1.0L MC4 - PLACA BEX-0J22, ANO: 2021/2022 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10956 | CHASSI: 9BWAG45U2NT004100 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,78%
LOTE 14							
14	1	CHEV/ONIX 10MT HB, FLEX - PLACA RHW0D89, ANO/MODELO: 2022 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 10834 | CHASSI: 9BGEA48A0NG191540 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,43%
14	2	CHEV/ONIX 10MT HB, FLEX - PLACA RHW0D89, ANO/MODELO: 2022 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10834 | CHASSI: 9BGEA48A0NG191540 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,72%
LOTE 15							
15	1	CAMINHÃO M.B POLIGUINDASTE - PLACA RHV3C69, ANO: 2021/2021 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 10899 | CHASSI: 9BM958150MB254301 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	30.000,00	30.000,00	11,43%
15	2	CAMINHÃO M.B POLIGUINDASTE - PLACA RHV3C69, ANO: 2021/2021 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10899 | CHASSI: 9BM958150MB254301 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,72%
LOTE 16							
16	1	CAMINHÃO M.B POLIGUINDASTE - PLACA RHV3C69, ANO: 2021/2021 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 10899 | CHASSI: 9BM958150MB254301 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	30.000,00	30.000,00	11,43%
16	2	CAMINHÃO M.B POLIGUINDASTE - PLACA RHV3C69, ANO: 2021/2021 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10899 | CHASSI: 9BM958150MB254301 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,72%
LOTE 17							
17	1	CAMINHÃO FORD SELETIVA - PLACA BCT9F04, ANO: 2018/2019 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 15841 | CHASSI: 9BFWEA7B0KBS49288 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	30.000,00	30.000,00	11,40%
17	2	CAMINHÃO FORD SELETIVA - PLACA BCT9F04, ANO: 2018/2019 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 15841 | CHASSI: 9BFWEA7B0KBS49288 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,70%
LOTE 18							
18	1	CAMINHÃO M.B ATEGO BAÚ - PLACA RHV2B75, ANO: 2021/2021 - PEÇAS	1,00	UN	30.000,00	30.000,00	11,40%

		PATRIMÔNIO: 10898 | CHASSI: 9BM958134MB251996 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS					
18	2	CAMINHÃO M.B ATEGO BAÚ - PLACA RHV2B75, ANO: 2021/2021 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 10898 | CHASSI: 9BM958134MB251996 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,70%
LOTE 19							
19	1	CAMINHÃO AGRALE - PLACA AVM7366, ANO: 2012/2012 - PEÇAS PATRIMÔNIO: 5794 | CHASSI: 9BYC79A2ACC000023 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	50.000,00	50.000,00	11,40%
19	2	CAMINHÃO AGRALE - PLACA AVM7366, ANO: 2012/2012 - SERVIÇOS PATRIMÔNIO: 5794 | CHASSI: 9BYC79A2ACC000023 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	35.000,00	35.000,00	5,70%
LOTE 21							
21	1	M. BENZ/OF1722M NEOBUS MG, PLACA: APB - 5I03, ANO: 2007/2007-PEÇAS	1,00	UM	40.000,00	40.000,00	11,40%
21	2	M. BENZ/OF1722M NEOBUS MG, PLACA: APB - 5I03, ANO: 2007/2007-SERVIÇOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,70%
LOTE 23							
23	1	GOL TL MBV, PLACA: BBW-5186, ANO:2017/18- PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,40%
23	2	GOL TL MBV, PLACA: BBW-5186, ANO:2017/18- SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,70%
LOTE 26							
26	1	PEUGEOT PATINER FURGÃO ANO 2018-PLACAS-BCQ-7185-PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,40%
26	2	PEUGEOT PATINER FURGÃO ANO 2018-PLACAS-BCQ-7185-SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,70%
LOTE 27							
27	1	HYUNDAI/HB2010TM COMFORT SER-1B37-ANO 2023/2023 PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11.40%
27	2	HYUNDAI/HB2010TM COMFORT SER-1B37-ANO 2023/2023 SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,70%
LOTE 28							
28	1	VW/PARATI 1.ANN-9168-ANO 2006/2006 PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,40%
28	2	VW/PARATI 1.ANN-9168-ANO 2006/2006 SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,70%
LOTE 36							
36	1	FIAT CRONOS DRIVE PLACA UBI0E42 ANO 2025/2026- PEÇAS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,40%
36	2	FIAT CRONOS DRIVE PLACA UBI0E42 ANO 2025/2026-SERVIÇOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,70%
PEREIRA DA SILVA & CAETANO LTDA CNPJ-24.520.566/0001-02							
LOTE 02							
2	1	RENAULT KWID ZEN 1.0 2019 PLACA BCZ-4J74- PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,90%
2	2	RENAULT KWID ZEN 1.0 2019 PLACA BCZ-4J74- SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,95%
LOTE 04							
4	1	CHEVROLET MONTANA 1.4, PLACA: BBR-7631, 2017/2018 - PEÇAS -PATRIMONIO:804 CHASSI: 9BGCA8030JB180058 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,90%
4	2	CHEVROLET MONTANA 1.4, PLACA: BBR-7631, 2017/2018 - SERVIÇOS PATRIMONIO:804 CHASSI: 9BGCA8030JB180058 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,95%
LOTE 09							
9	1	VW GOL TRENDLINE 1.0 L MC4-PLACA- BEY 1H91, ANO: 2021/2022-PEÇAS PATRIMONIO:10980 CHASSI: 9BWAG45U2NT003318 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,53%
9	2	VW GOL TRENDLINE 1.0 L MC4-PLACA- BEY 1H91, ANO: 2022/21-SERVIÇOS PATRIMONIO:10980 CHASSI: 9BWAG45U2NT003318 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,77%
LOTE 11							
11	1	HYUNDEI HB20 1.0M SENSE, 2021/22- PLACA-RHD-4B60- PEÇAS PATRIMONIO: 11729 CHASSI: 9BHCN51AANP198412 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,44%
11	2	HYUNDEI HB20 1.0M SENSE, 2021/22-PLACA-RHD-4B60-SERVIÇOS PATRIMONIO: 11729 CHASSI: 9BHCN51AANP198412 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,72%
LOTE 22							
22	1	HYUNDEI HB20 1.0M SENSE, PLACA:RHD-4B64, ANO: 2021/22-PEÇAS PATRIMONIO: 11730 CHASSI: 9BHCN51AANP203694 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,39%
22	2	HYUNDEI HB20 1.0M SENSE, PLACA:RHD-4B64, ANO: 2021/22-SERVIÇOS PATRIMONIO: 11730 CHASSI: 9BHCN51AANP203694 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,69%
LOTE 24							
24	1	HONDA/NXR150 BROS KS, PLACA: ANP-3657, ANO: 2006- PEÇAS PATRIMONIO: 455 PEÇAS	1,00	UN	6.000,00	6.000,00	11,39%
24	2	HONDA/NXR150 BROS KS, PLACA: ANP-3657, ANO: 2006- PEÇAS PATRIMONIO: 455 SERVIÇOS	1,00	HR	4.000,00	4.000,00	5,69%
LOTE 39							
39	1	FIAT MOBI LIKE 1.0 N3 GSE FLEX PLACA:TBZ8F90, ANO:2025/2025-PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,37%
39	2	FIAT MOBI LIKE 1.0 N3 GSE FLEX PLACA:TBZ8F90, ANO:2025/2025- SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,69%
LOTE 40							

40	1	FIAT MOBI LIKE 1.0 N3 GSE FLEX PLACA:TBZ8F87, ANO:2025/2025- PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,37%
40	2	FIAT MOBI LIKE 1.0 N3 GSE FLEX PLACA:TBZ8F87, ANO:2025/2025-SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,69%
LOTE 41							
41	1	VW/POLO SENSE PLACA:UBE1J41, ANO:2025/2026 – PEÇAS	1,00	UN	25.000,00	25.000,00	11,37%
41	2	VW/POLO SENSE PLACA:UBE1J41, ANO:2025/2026 – SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%
LOTE 43							
43	1	FIAT/STRADA ENDURAN CS13 PLACA: SQF2C21 ANO: 2026- PEÇA	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,37%
43	2	FIAT/STRADA ENDURAN CS13 PLACA: SQF2C21 ANO: 2026- PEÇA	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,69%
SERGIO GOMES ACESSORIOS CNPJ-06.133.421/0001-77							
LOTE 6							
6	1	RENAULT/M MICRO JI, PLACA-BEK3E53, ANO: 2021- -PEÇAS PATRIMONIO: 12751 CHASSI:93YMAF4XEMJ474406 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,43%
6	2	RENAULT/M MICRO JI, PLACA-BEK3E53, ANO: 2021SERVIÇOS PATRIMONIO: 12751 CHASSI:93YMAF4XEMJ474406 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,72%
LOTE 12							
12	1	VW/ MASCA ROMA 17-260 ONIBUS,PLACA-BCC1455, ANO: 2018/2019-PEÇAS PATRIMONIO:3855 CHASSI:9532K82W0KR900586 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	60.000,00	60.000,00	11,43%
12	2	VW/ MASCA ROMA 17-260 ONIBUS,PLACA-BCC1455, ANO:2018/19SERVIÇOS PATRIMONIO:3855 CHASSI:9532K82W0KR900586 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOS MECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,72%
LOTE 20							
20	1	CAMINHÃO IVECO, PLACA: BEF- 5C86, ANO: 2020/20- PEÇAS PATRIMONIO:12561 CHASSI: 9BZA01LFOL8938108 PEÇAS PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	1,00	UN	30.000,00	30.000,00	11,38%
20	2	CAMINHÃO IVECO, PLACA: BEF- 5C86, ANO: 2020/20-SERVIÇOS PATRIMONIO: 12561 CHASSI:9BZA01LFOL8938108 MÃO DE OBRA DE SERVIÇOSMECÂNICOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,69%
LOTE 25							
25	1	MB SPRINTER FURGÃO AMBULANCIA 416-2018-PLACA-BCJ-7740-PEÇAS CHASSI 8AC906655KE156500	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,37%
25	2	MB SPRINTER FURGÃO AMBULANCIA 416-2018-PLACA-BCJ-7740-SERVIÇOS MECANIC CHASSI 8AC906655KE156500	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%
LOTE 29							
29	1	CITROEN JUMPY PCIA A1 ANO 2024/2025 TBD-6E35 – PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,37%
29	2	CITROEN JUMPY PCIA A1 ANO 2024/2025 TBD-6E35 – SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,68%
LOTE 30							
30	1	HYUNDAI HB20 10M SENSE 2023/2024 SER-1C23 – PEÇAS	1,00	UN	35.000,00	35.000,00	11,37%
30	2	HYUNDAI HB20 10M SENSE 2023/2024 SER-1C23 – SERVIÇOS	1,00	HR	12.000,00	12.000,00	5,69%
LOTE 31							
31	1	PEUGEOT EXPERT TRMB PA 2024/2024 TAU-3C64 – PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,38%
31	2	PEUGEOT EXPERT TRMB PA 2024/2024 TAU-3C64 – SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%
LOTE 32							
32	1	RENAULT MASTER RAYTEC PA 2024/2025 SFM-3J68 – PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,38%
32	2	RENAULT MASTER RAYTEC PA 2024/2025 SFM-3J68 – SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%
LOTE 33							
33	1	RENAULT MASTER RAYTEC PA 2024/2025 SFM-3J68 - PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,37%
33	2	RENAULT MASTER RAYTEC PA 2024/2025 SFM-3J68 - SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,68%
LOTE 34							
34	1	AMBULÂNCIA FIAT DUCATO RONTAN- PLACA BDS9F26 ANO 2019/2019- PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,37%
34	2	AMBULÂNCIA FIAT DUCATO RONTAN PLACA BDS9F26 ANO 2019/2019 - SERVIÇO	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,68%
LOTE 35							
35	1	AMBULÂNCIA RENAULT MASTER PLACA UBI0E38 ANO 2025/2026- PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,38%
35	2	AMBULÂNCIA RENAULT MASTER PLACA UBI0E38 ANO 2025/2026- SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%
LOTE 37							
37	1	VAN RENAULT MASTER PLACA- UBJ1B76 ANO 2025/2026- PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,38%
37	2	VAN RENAULT MASTER PLACA- UBJ1B76 ANO 2025/2026- SERVIÇOS	1,00	HR	15.000,00	15.000,00	5,69%
LOTE 38							
38	1	VAN RENAULT MASTER EXTRA PRO L1312 PLACA - SFL9H22 ANO 2024/2025- PEÇAS	1,00	UN	60.000,00	60.000,00	11,37%
38	2	VAN RENAULT MASTER EXTRA PRO L1312 PLACA - SFL9H22 ANO 2024/2025- SERVIÇOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,68%
LOTE 42							
42	1	ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE WL ON, PLACA:AZK4D74, ANO: 2014/2015- PEÇAS	1,00	UN	40.000,00	40.000,00	11,37%
42	2	ONIBUS MARCOPOLO/VOLARE WL ON, PLACA:AZK4D74, ANO: 2014/2015- SERVIÇOS	1,00	HR	20.000,00	20.000,00	5,68%
LOTE 44							
44	1	TRATOR BUDNY7540SL ANO 2025- PATRIMÔNIO-	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,37%

		16842- PEÇAS					
44	2	TRATOR BUDNY7540SL ANO 2025- PATRIMÔNIO- 16842- SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,68%
LOTE 45							
45	1	EMPILHADEIRA UTB25 ANO 2025 - PATRIMÔNIO- 16738- PEÇAS	1,00	UN	20.000,00	20.000,00	11,37%
45	2	EMPILHADEIRA UTB25 ANO 2025 - PATRIMÔNIO- 16738- SERVIÇOS	1,00	HR	10.000,00	10.000,00	5,68%

As empresas acima descritas apresentaram as propostas condizentes e válidas ao objeto deste procedimento licitatório. Cujos valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório, onde cotaram as menores propostas e mais vantajosas ao município, e os valores estão compatíveis com os preços referenciais integrantes do procedimento licitatório.

Dê-se a publicação devida, confeccione-se o contrato na forma da lei.
Palmital/PR, 27 de Agosto de 2026.

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:76C56696

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.125

DECRETO Nº 2.125

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
19		Secretaria Municipal de Esportes e Juventude	
19.001		Gabinete do Secretário	
19.001.27.122.0013.2.190		Coordenação e Supervisão dos assuntos ligados ao Desenvolvimento do Esporte e Lazer.	
1019 - 3.3.90.48.00.00	000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	48.000,00
19.002		Departamento de Esporte	
19.002.27.812.0013.2.194		Desenvolvimento Esportivo em Bairros e Centros Comunitários.	
1043 - 3.3.90.48.00.00	000	Outros auxílios financeiros a pessoas físicas	120.000,00
Total Suplementação:			168.000,00

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Redução			
09		Secretaria Municipal de Fazenda e Orçamento	
09.002		Superintendência de Arrecadação e Tributação	
09.002.04.129.0056.2.051		Gestão e Controle de Arrecadação	
228 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	10.000,00
09.004		Departamento de Contabilidade	
09.004.04.123.0056.2.053		Departamento de Contabilidade	
233 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	20.000,00
235 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	15.000,00
09.004.28.843.0000.0.007		Amortização de empréstimo e encargos com financiamento.	
238 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00
09.004.28.843.0000.0.018		Amortização de empréstimo e encargos com financiamento - FINISA.	
242 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00
09.004.28.843.0000.0.019		Amortização de empréstimo e encargos com financiamento - Banco do Brasil.	
246 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00
09.004.28.843.0000.0.020		Amortização de empréstimo e encargos com financiamento - operação de	
250 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00
09.004.28.844.0000.0.008		Amortização de empréstimo e encargos com financiamento - operação de	
254 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00
09.004.28.846.0000.0.010		Despesas de exercício encerrados	
259 - 3.3.90.92.00.00	1000	Despesas de exercícios anteriores	38.400,00
260 - 4.4.90.92.00.00	1000	Despesas de exercícios anteriores	20.000,00
09.004.28.846.0000.0.011		Contribuições ao PASEP	
261 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	10.000,00
09.005		Departamento de Planejamento Orçamentário	
09.005.04.121.0056.2.054		Manutenção da Superintendência de Orçamento	

264 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.600,00
Total Redução:			168.000,00

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de setembro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:A7D09A9F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
7° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2024

7° TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 006/2024

Pregão N° 005/2023
Processo Administrativo nº 011/2023

7° Termo Aditivo, do Contrato nº 006/2024, extraído do Processo Licitatório – Pregão n.º 005/2023 do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL - CICA**.

CONTRATANTE: **O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL**, pessoa jurídica de direito Público, com sede na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691 – Jardim Antigo Aeroporto II, Cep: 87705-160, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 15.255.346/0001-08, neste ato, devidamente representado pelo Senhor Presidente, Sr. José Gabriel Gonçalves Fachiano, portador da Cédula de Identidade nº 8.xxx.xxx-8, e inscrito no CPF sob nº 049.xxx.xxx-92.

CONTRATADA: **Versa Engenharia Ambiental LTDA,** com sede na Rua Xavantes n° 54, sala 01, Bairro: Atiradores, Joinville/SC, CNPJ nº 83.073.536/0001-64, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Senhor Bernardo Lopes Mannrich, inscrito no CPF nº 005.xxx.xxx-40, resolvem de comum acordo, firmar o presente **TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR**, nos seguintes termos:

As partes acima nominadas acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21 suas alterações e demais legislações pertinentes, conforme as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente **TERMO ADITIVO DE PRAZO E VALOR**, referente ao Pregão n° 005/2023 referente ao Contrato n.º 006/2024, cujo objeto Contratação de Prestação de serviços de transbordo, destinação e disposição final de resíduos urbanos classe II destinado ao Consórcio CICA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DOS SERVIÇOS

O presente termo fica prorrogado por mais 12 (doze) meses a partir da data de 02 de setembro de 2026, vigendo até a data de 02 de setembro de 2027, em conformidade com a cláusula supracitada.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES E QUANTITATIVO

O valor a ser pago pelos itens do presente termo, consta conforme pedido solicitado no **Requerimento n° 893/VR/2026, no percentual de reajuste índice geral, IPCA acumulado**

em 2026, o percentual de 4,44% (quatro vírgula quarenta e quatro) sobre o valor da tonelada, bem como o cálculo estimado para o período em 487,53ton (quatrocentos e oitenta e sete vírgula cinquenta e três toneladas) dessa forma, serão observados os seguintes valores:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR GLOBAL
1	Prestação de serviços de transbordo, destinação e disposição final de resíduos urbanos classe II. Município de **Paranapoema**, sendo este ente consorciado.	TON	**487,53 ton**	**R$ 405,35**	**R$ 197.620,29**

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Processo Licitatório de modalidade Pregão nº 005/2023, Processo Administrativo nº 011/2023, do Contrato nº 006/2024.

E assim, por estarem de acordo as partes assinam o presente **TERMO ADITIVO** em (2) duas vias de igual forma e teor.

Paranavaí, 01 de setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

OSVAL CÉSAR KULEVICZ
Secretário Executivo – CICA

BERNARDO LOPES MANNRICH
Representante Contratada

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:9F3911FD

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - PORTARIA Nº 20/2026

Publica a listagem de credenciados no EDITAL DE CREDENCIAMENTO – VIVA CULTURA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2025.

Art. 1ª A Fundação Cultural de Paranavaí, por meio do seu Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, considerando o EDITAL DE CREDENCIAMENTO – VIVA CULTURA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 30/2025, considerando a Ata nº 06/2026 da Comissão Especial de Credenciamento (Portaria nº 07/2026), publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 28/08/2026 (Edição 3605) com o resultado da análise de habilitação de novas inscrições recebidas, RESOLVE:

Art. 2ª Publicar a listagem com os proponentes (agentes culturais) até o momento credenciados no referido Edital, na forma do Anexo único desta portaria.

Parágrafo único: A listagem de credenciados e ordem de classificação, considerando a ordem de inscrição e credenciamento, será, sempre que necessário, atualizada e republicada por meio de portarias à medida em que novas inscrições forem recebidas e habilitadas por meio das atas da Comissão Especial de Credenciamento enquanto o referido edital permanecer vigente.

Art. 3ª Conforme Edital, a convocação dos credenciados para contração, será feita pela Fundação Cultural, conforme seu interesse e dotação orçamentária, de acordo com a demanda de seus eventos e calendário.

Art. 4ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, PR, 02 de setembro de 2026.

RAFAEL LUCAS TORRENTE
Diretor-Presidente da Fundação Cultural de Paranavaí

ANEXO ÚNICO

LISTAGEM DE CREDENCIADOS CONSIDERANDO OS PROPONENTES JÁ HABILITADOS NO EDITAL DE CREDENCIAMENTO – VIVA CULTURA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 09/2025.

1 - Credenciados conforme itens da tabela do anexo I do Edital, e categoria prevista.

Somente estão listados os itens e categorias que tiveram inscrições recebidas e proponentes habilitados.

Segue listagem, conforme descritivos e tabelas abaixo:

Credenciados para o **item 1** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	38	22/04/2025	LUCAS VALADARES VASCONCELOS DOMINGUES 90043057500	25.111.072/0001-37	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 2** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO TEATRAL (2 ou mais integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	138	15/10/2025	LUCAS VALADARES VASCONCELOS DOMINGUES 90043057500	25.111.072/0001-37	CREDENCIADO
2ª	142	05/11/2025	LUCAS VALADARES VASCONCELOS DOMINGUES 90043057500 - "O Tesouro de Cascudo"	25.111.072/0001-37	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 3** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE DANÇA DE SALÃO DUO (2 integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	122	12/08/2025	ASSOCIACAO PARAISENSE DEARTES MARCIAIS - APAM Rep. Bete e Valter	34.696.828/0001-48	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 5** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE DANÇAS URBANAS (3 OU MAIS INTEGRANTES)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	75	26/05/2025	ASSOCIACAO PARAISENSE DE ARTES MARCIAIS - APAM Rep. Studio Arte Corporal	34.696.828/0001-48	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 7** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE CULTURA POPULAR, ÉTNICA E / OU REGIONAL (10 integrantes ou mais)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	112	18/07/2025	J M DINIZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Orquestra Maringaense de Viola Caipira	12.202.839/0001-91	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 8** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – INTERVENÇÃO DE GRAFFITI – COM MATERIAL (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	30	16/04/2025	DAMT ARTE, EDUCAÇÃO E CULTURA LTDA	17.425.148/0001-70	CREDENCIADO
2ª	129	08/09/2025	MELINA BELUSSE RAMOS 36056100804	33.481.778/0001-19	CREDENCIADO
3ª	130	08/09/2025	FRANK PARIS 07748151911	40.676.449/0001-99	CREDENCIADO
4ª	162	09/04/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Amana	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO
5ª	185	23/07/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Pedro Tiago Bera	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 9** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE MC (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	160	03/04/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Iverson Quinge	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO
2ª	161	09/04/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Amana	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO
3ª	170	24/04/2026	PROJETO IFFA – IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Felipe New Move MC	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO
4ª	180	26/06/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Drop	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO
5ª	181	26/06/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. VINICKS FREESTYLE	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 10** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL DE DJ - Disc Jockey (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	09	04/04/2025	T R AMARAL LTDA – Rep. DJ BOKKA JR	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
2ª	10	04/04/2025	T R AMARAL LTDA – Rep. DJ SONO	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
3ª	11	04/04/2025	T R AMARAL LTDA – Rep. DJ Matarazzo	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
4ª	49	02/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ GHO	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
5ª	84	29/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ Jorginho	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
6ª	85	30/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ Magrão	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
7ª	88	31/05/2025	T R AMARAL LTDA Rep. DJ Nelsinho	32.001.434/0001-00	CREDENCIADO
8ª	159	01/04/2026	57.862.218 NIVALDO APARECIDO DA ROCHA - DJ Nivaldo Rocha	57.862.218/0001-72	CREDENCIADO
9ª	166	24/04/2026	PROJETO IFFA – IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. DJ Larry	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO
10ª	173	08/05/2026	52.573.691 GUSTAVO HENRIQUE RIZZATO ROCHA Rep. Rizzato DJ	52.573.691/0001-16	CREDENCIADO
11ª	179	26/06/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Nando Njaay	15.267.751/0001-46	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 11** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO MUSICAL INSTRUMENTAL (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	114	18/07/2025	J M DINIZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Jean Michel	12.202.839/0001-91	CREDENCIADO
2ª	123	19/08/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Pedro Enrique Costa Ribeiro	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO
3ª	127	02/09/2025	OSP PRODUCOES ARTISTICAS EMUSICAIS LTDA Rep. Glebson Elvis Ribeiro	09.176.671/0001-82	CREDENCIADO
4ª	143	10/11/2025	Tomás Gleiser Oliveira 00886215021	35.147.231/0001-07	CREDENCIADO

Credenciados para o **item 12** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO MUSICAL (solo)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO

1ª	20	07/04/2025	46.857.584 THIAGO GUGLIELMI	46.857.584/0001-17	**CREDENCIADO**
2ª	105	30/06/2025	LK PRODUCOES ARTISTICAS LTDA Rep. Laura Calil	57.396.457/0001-84	**CREDENCIADO**
3ª	109	14/07/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO	52.442.157/0001-70	**CREDENCIADO**
4ª	110	14/07/2025	39.806.007 JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS	39.806.007/0001-30	**CREDENCIADO**
5ª	115	18/07/2025	J M DINIZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Jean Michel	12.202.839/0001-91	**CREDENCIADO**
6ª	118	25/07/2025	18.583.091 FERNANDO JOSE SOARES DE CARVALHO Rep. Fernando Jhow Jhow	18.583.091/0001-09	**CREDENCIADO**
7ª	128	04/09/2025	52.442.157 Rafaela Machado Rep. Pedro Henrique Costa Ribeiro (Pedrão)	52.442.157/0001-70	**CREDENCIADO**
8ª	171	04/05/2026	PROJETO IFFA – IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Marcelo Emidio de Oliveira	15.267.751/0001-46	**CREDENCIADO**
9ª	182	13/07/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Valdir Santana (Didi Covers)	15.267.751/0001-46	**CREDENCIADO**
10ª	184	15/07/2026	PROJETO IFFA - IDEIAS FIXAS QUE FAZEM ARTE LTDA Rep. Adriana Crespin	15.267.751/0001-46	**CREDENCIADO**

Credenciados para o **item 13** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria - APRESENTAÇÃO MUSICAL (2 ou mais integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	03	02/04/2025	22.479.458 HUGO UBALDO DE SOUZA – Rep.43 Duo	22.479.458/0001-08	**CREDENCIADO**
2ª	22	07/04/2025	46.857.584 THIAGO GUGLIELMI Rep. Thiago Guglielmi e Núbia Rafaela - Acústico	46.857.584/0001-17	**CREDENCIADO**
3ª	25	10/04/2025	ARTHUR CAZELA BELLANDA 04184299954. Rep. Duo Irmãos Bellanda	31.055.259/0001-63	**CREDENCIADO**
4ª	42	24/04/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Duo Crisálida	52.442.157/0001-70	**CREDENCIADO**
5ª	45	25/04/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Dona Diva Trio	52.442.157/0001-70	**CREDENCIADO**
6ª	61	15/05/2025	53268519 SEBASTIÃO ADRIANO JUVINO FURTADO Rep. Banda Forró Mais Menino	53.268.519/0001-11	**CREDENCIADO**
7ª	63	16/05/2025	M B ROSSI PRODUÇÕES LTDA Rep. Trio Cumadi Zeca	59.543.599/0001-52	**CREDENCIADO**
8ª	68	18/05/2025	M B ROSSI PRODUÇÕES LTDA Rep. Grupo Wave Lance	59.543.599/0001-52	**CREDENCIADO**
9ª	141	04/11/2025	MARCOS HENRIQUE GUIMARAES 07811769999 Rep. Banda Causa Própria	46.904.464/0001-23	**CREDENCIADO**

Credenciados para o **item 14** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE MUSICAL DE DUPLA SERTANEJA (2 integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	113	18/07/2025	J M DINZ DA SILVA PRODUÇÕES Rep. Duo Jean & Cauê	12.202.839/0001-91	**CREDENCIADO**
2ª	124	25/08/2025	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Klebim e Gustavo	52.442.157/0001-70	**CREDENCIADO**

Credenciados para o **item 15** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria – APRESENTAÇÃO DE MÚSICA SERTANEJA (3 ou mais integrantes)

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	73	23/05/2025	53268519 SEBASTIÃO ADRIANO JUVINO FURTADO Rep. Banda Forró Mais Menino	53.268.519/0001-11	**CREDENCIADO**
2ª	101	18/06/2025	39.806.007 JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS Rep. Trio Crisálida	39.806.007/0001-70	**CREDENCIADO**
3ª	102	18/06/2025	MAKCILAINE DE SOUZA FREIRE Rep. Maks Freire & Alex	31.866.039/0001-10	**CREDENCIADO**

Credenciados para o **item 17** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria - APRESENTAÇÃO DE BANDA DE ROCK (3 ou mais integrantes).

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	04	03/04/2025	46.857.584 THIAGO GUGLIELMI - Rep. Guglielmi Blues Band	46.857.584/0001-17	**CREDENCIADO**
2ª	06	03/04/2025	37.073.041 CARLOS HENRIQUE CASTILHO SANCHES - Rep. Banda Um Reino	37.073.041/0001-18	**CREDENCIADO**
3ª	07	03/04/2025	ARTHUR CAZELA BELLANDA 04184299954 - Rep. Banda Domínio Livre	31.055.259/0001-63	**CREDENCIADO**
4ª	08	03/04/2025	39.806.007JACQUELINE CARDOSO - Rep. Dona Diva Trio	39.806.007/0001-70	**CREDENCIADO**
5ª	18	05/04/2025	49.698.130 NATALIA GIMENES VIANNA. Rep. Vênus Disorder	49.698.130/0001-39	**CREDENCIADO**
6ª	40	23/04/2025	55.714.978 MARIA DE LOURDES PUPPIN Rep. Empala Rock	55.714.978/0001-07	**CREDENCIADO**
7ª	58	15/05/2025	60.245.975 MARCIO OREJANA Rep. Banda Kichuti 80	60.245.975/0001-01	**CREDENCIADO**
8ª	140	04/11/2025	MARCOS HENRIQUE GUIMARAES 07811769999 Rep. Banda Causa Própria	46.904.464/0001-23	**CREDENCIADO**
9ª	147	22/01/2026	64.503.321 LUANA NOGUEIRA Rep. Banda Panndora	46.904.464/0001-23	**CREDENCIADO**
10ª	158	30/03/2026	49.698.130 NATALIA GIMENES VIANNA Rep. Banda Urupê	49.698.130/0001-39	**CREDENCIADO**

Credenciados para o **item 18** da tabela do Anexo I do Edital - Categoria - APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA MUSICAL NA MODALIDADE SAMBA (4 ou mais integrantes).

ORDEM DE CREDENCIAMENTO	Nº. DA INSCRIÇÃO	DATA DE ENVIO DA INSCRIÇÃO	PROPONENTE	CNPJ	SITUAÇÃO
1ª	89	02/06/2025	58.086.460 CRISTOVAO RODRIGUES DE SOUZA Rep. Cristovão	58.086.460/0001-64	CREDENCIADO
2ª	126	28/08/2025	ORLANDO JASPER JUNIOR06619040918 Rep. Grupo Semse	33.061.655/0001-29	CREDENCIADO
3ª	149	04/02/2026	52.442.157 RAFAELA MACHADO Rep. Dona Diva Samba	52.442.157/0001-70	CREDENCIADO

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:80723B92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 2° TERMO DE APOSTILAMENTO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 12/2025 (REAJUSTE DE VALOR - PROCESSO DIGITAL Nº 46575/2026) PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024

2° TERMO DEAPOSTILAMENTOÀ ATADE REGISTRO DEPREÇOS Nº 12/2025
(Reajuste de Valor-Processo Digital nº46575/2026)
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 066/2024
O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pelo Secretária Municipal de Esporte e Lazer Sra. **JANE NUNES DE LIMA,** portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 5.825.314-6 SSP/PR e inscrito no CPF. sob nº 852.920.019-53, Secretária Municipal de Assistência Social Sra. **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 7.034.403-3 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50, Secretária Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PR e inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92; Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR e pelo Sr. Chefe de Gabinete Sr. **ADILSON FRANCISCO**, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 7.505.763-1 SSP/PR e inscrito no CPF nº 596.187.609-87,registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DA ATA
1.1 O objeto desta Ata de REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de material e equipamento esportivo, Colchonetes e Tatames destinado às Secretarias Municipais de: Saúde, Assistência Social, Esporte, Educação e Gabinete (Tiro de Guerra).
CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,098046%** referente variação do INPC no período de AGOSTO/2025 a AGOSTO/2026, com fundamento na Cláusula Oitava da Ata de Registro de Preços n° 012/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.
Parágrafo único – Fica atualizado o valor unitário do item da Ata de Registro de Preços n° 012/2025, conforme segue:

Fornecedor:316592 - OURO FLEX COMERCIALLTDA						
Item	Especificação	Unid.	Marca	Quant.	Preço Únit.	Preço Total
26	Colchonete, Material: Espuma, Revestimento: Courvin, Densidade: 33, Comprimento: 1,30 M, Largura: 0,70 M, Espessura: 10 CM, Aplicação: Escolar / Creche, Características Adicionais: Antiácaro, Antimofo E Antialérgico CODIGO CATMAT 411046.	UND	OUROFLEX OUROFLEX	3.248	R$ 64,57	R$ 209.723,36
R$ 209.723,36						

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços Original (ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 012/2025), datada de 27 de Fevereiro de 2025.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

JANE NUNES DE LIMA
Secretária Municipal de Esporte e Lazer

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretária Municipal de Assistência Social

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete

Fornecedor:
Empresa: Ouro Flex Comercial LTDA
CNPJ: 55.391.431/0001-18
Endereço: Rua: Caetano Álvaro Pastore, Nº 446, Jardim Contendas- Taquaritinga, SP
Nome do Representante:
OLEGE EDSON PEREIRA
CPF: 079.786.478-46

Email: ouroflexcomercial@gmail.com
Telefone:Telefone:(16)99646-3088 (16)3252-5060

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:2CF96C69

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2022 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) (PROCESSO DIGITAL Nº 37297/2026) REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2022

4º TERMO ADITIVO AOCONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 105/2022
(Prorrogação de Prazo)
(Processo Digital nº 37297/2026)
REF: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 084/2022

CONTRATO Nº 105/2022

4º (Quarto) Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços nº 105/2022 que entre si celebram oMUNICÍPIO DE PARANAVAÍ e a empresaTIM/S.A. (CNPJ sob nº 02.421.421/0001-11), na forma abaixo:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pelo Ilmo. Secretário Municipal de Fazenda Sr. **RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO**, portador da Cédula de Identidade RG. nº 1.932.340-4SSP/PR e inscrito no CPF 361.953.089-00;pela Ilma. Secretária Municipal de Assistência Social Sra **LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS**, portadora da Cédula deIdentidade RG. nº 7.034.403-3SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 005.538.459-50; pelo Ilmo. Secretário Municipal de Proteção à Vida Patrimônio Público e Trânsito Sr. **ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR**, portador da cédula de identidade Civil RG. 6.544.123-61e inscrito no CPF sob nº 020.387.629-61; pela Ilma Secretária Municipal de Saúde Sra **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 8.434.594-6 SSP/PR e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77, Ilmo. Secretário Interino Municipal de Educação Sra. **WANESSA DURANTE**, portadora da Cédula de Identidade Civil RG. nº 6.838.688-8 SSP/PRe inscrita no CPF. sob nº 025.577.729-92, e pela Ilma. Diretora de Compras Sra. **THAÍS SOARES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92, conforme delegação do Decreto Municipal nº 27.266/2025.

CONTRATADA: TIM/SA, estabelecida à Avenida João Cabral de Mello Neto, BCL 001, Salas 0501 a 1208, CEP 22.775-057, Bairro Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, inscrita no C.N.P.J. sob nº 02.421.421/0001-11 neste ato devidamente representada por **UMBERTO NAPOLITANO**, residente e domiciliado na Cidade de Rio de Janeiro - RJ, Rua Avenida João Cabral de Mello Neto, BLC 001, SAL 0501 a1208, Bairro Barra da Tijuca, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22.775-057, portador da Cédula de Identidade RG. nº RNE NºV287108-5 expedido pela DPF/DF, e inscrito no CPF sob nº 719.778.641-04, e **MONIQUE IBRAHIM MARTINS LEÃO,**brasileira, casada, portadorada Cédula de Identidade RG. nº 11121964-8, expedido pelo Detran-RJ, e inscrito no CPF sob nº 080.761.007-04.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

É objeto do presente instrumento a contratação de empresa para prestação de serviços de **TELEFONIA MÓVEL DO TIPO SERVIÇO MÓVEL PESSOAL (SMP),** na área de registro de Paranavaí – PR, nas modalidades local, longa distância nacional, com facilidade de roaming nacional automático (voz e dados), com acesso à internet e o fornecimento de aparelhos smartfones habilitados em regime de comodato, com faturamento pós-pago ou controle, para atender as necessidades da Administração Municipal, através das Secretarias Municipais de Fazenda, Saúde, Proteção à Vida, Patrimônio Público e Trânsito, Assistência Social, Educação e Corpo de Bombeiros de Paranavaí, conforme processo licitatório Pregão Eletrônico sob nº 084/2022, no valor firmado entre as partes através do **Contrato de Prestação de Serviços nº 105/2022, 1º Termo Aditivo (prorrogação de prazo), Apostilamento (reajuste) e 2º Termo Aditivo (prorrogação de prazo, supressão e alteração de Secretário)**de: R**$ 73,97 (setenta e três reais e noventa e sete centavos)**, por LINHA/MÊS, perfazendo o valor global de: **R$ 150.898,80 (Cento e cinquenta mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta centavos)**,3º **Termo Aditivo (prorrogação de prazo, supressão e alteração de Secretário)**de: R**$ 73,97 (setenta e três reais e noventa e sete centavos)**, por LINHA/MÊS, perfazendo o valor global de: **R$121.606,68 (cento e vinte um mil, seiscentos e seis reais e sessenta e oito centavos)**nas especificações técnicas a seguir relacionadas:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MESES	QTIDE LINHAS	VALOR UNIT. MENSAL R$	VALOR TOTAL MENSAL R$	VALOR ANUAL R$
1	Serviço Móvel Pessoal – SMP, que possua outorga da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com acessos para comunicação de voz e de dados de no mínimo 5 (cinco) GB, com tecnologia 4G, 4,5G e/ou 5G na modalidade pós-pago, via rede móvel disponível nacionalmente, com tecnologia digital e com habilitação e fornecimento de chips: - área de cobertura: nacional, em especial, em no mínimo 95% do estado de paraná. - com celulares do tipo smartfone em comodato, que deverão atender as especificações mínimas constantes neste Termo de Referência.	12	137	R$ 73,97	R$ 12.574,90	R$ 121.606,68
R$ 121.606,68 (Cento e vinte e um mil, seiscentos e seis reais e sessenta e oito centavos).						

CLÁUSULASEGUNDA - DO ACRÉSCIMO DE SERVIÇO:

Em conformidade com o §1º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93, o presente Termo Aditivo também tem por objeto formalizar o acréscimo**de 33 (trinta e três) linhas**inicialmente previstas no Contrato nº 105/2022, conforme apresentado no Memorando N° 61/2025/DTIvia Processo Digital N° 37297/2026-IPM. Tal acréscimocorresponde a **aproximadamente 18,33%**do valor global originalmente contratado, resultando em umacréscimo**no montante de R$ 29.292,12 (vinte e nove mil, duzentos e noventa e dois reais e doze centavos)**, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e o interesse da Administração.

Parágrafo Único: Em virtude da supressão descrita acima, o novo valor global atualizado do Contrato nº 105/2022 passa a ser de **R$ 150.892,82 (Cento e vinte cinquenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos).**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MESES	QTIDE LINHAS	VALOR UNIT. MENSAL R$	VALOR TOTAL MENSAL R$	VALOR ANUAL R$

1	Serviço Móvel Pessoal – SMP, que possua outorga da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), com acessos para comunicação de voz e de dados de no mínimo 5 (cinco) GB, com tecnologia 4G, 4,5G e/ou 5G na modalidade pós-pago, via rede móvel disponível nacionalmente, com tecnologia digital e com habilitação e fornecimento de chips: - área de cobertura: nacional, em especial, em no mínimo 95% do estado de paraná. - com celulares do tipo smartfone em comodato, que deverão atender as especificações mínimas constantes neste Termo de Referência.	**12**	170	**R$ 73,97**	**R$ 12.574,90**	**R$ 150.898,82**
R$150.892,82 (Cento e vinte cinquenta mil, oitocentos e noventa e dois reais e oitenta e dois centavos).						

CLÁUSULATERCEIRA - DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo para execução dos serviços, objeto do respectivo contrato, por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de execução dos serviços para **14 de setembro de 2027**, nos termos da Cláusula Quinta do **Contrato de Prestação de Serviços nº 105/2022**, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadasatravés do Memorando n° 61/2026 - DTI e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.

Parágrafo Único: Os custos dos serviços resultantes do presente termo aditivo serão cobertos com recursos provenientes das seguintes dotações orçamentarias:

-04.001.10.301.0006.2250.33.90.40.14 (331) SESAU
-06.002.12.361.0005.2450.33.90.40.14 (723) SEDUC
-07.001.08.122.0007.2570.33.90.40.14 (863) SEAS
-11.001.04.123.0002.2060.33.90.40.14 (1449) (SEFAZ)
-13.002.06.181.0015.2086.33.90.40.14 (1657)

CLÁUSULA QUINTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do **Contrato de Prestação de Serviços nº 105/2022**, datado de 14 setembro de 2022.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 21 DE AGOSTO DE 2026.

RAFAEL BENJAMIM CARGNIN FILHO
Secretário Municipal de Fazenda
Contratante

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretário Municipal de Saúde
Contratante

ADEMIR GIANDOTTI JUNIOR
Secretário Municipal de Proteção à vida, Patrimônio Público e Trânsito
Contratante

LETICIA LEZIANE WENCESLAU PIZZOLIO LUCAS
Secretário Municipal de Assistência Social
Contratante

WANESSA DURANTE
Secretária Municipal de Educação
Contratante

ADILSON FRANCISCO
Chefe de Gabinete
Contratante

THAÍS SOARES DA SILVA
Diretora Especial de Compras
Contratante

UMBERTO NAPOLITANO
TIM/SA
Contratada

MONIQUE IBRAHIM MARTINS LEÃO
TIM/SA
Contratada

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:69087A01

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
AUTO DE INFRAÇÃO E NOTIFICAÇÃO - TERRENO E/OU PASSEIO COM MATO

Assim sendo, infringiu o disposto no artigo 26° - ***Ficam os proprietários obrigados a manter roçados e limpos os terrenos vazios, localizados na zona urbana, distritos, vilas e povoados do município*** – conforme Código de Posturas do Município de Paranavaí (Lei Complementar n° 095/2025). Razão porque, na forma da Lei, lavrei o presente Auto de Infração e Notificação, intimando-o a proceder à limpeza e/ou roça do (a) **TERRENO E/OU PASSEIO COM MATO,** no prazo de **15 (quinze) DIAS** a partir do recebimento desta ao qual decorrido o prazo legal, sem que os infratores dêem o cumprimento à notificação, ficarão sujeitos à aplicação de multa no valor de **R$923,03 (Novecentos e vinte e três reais e três centavos)** e ao ressarcimento dos custos da execução dos serviços de limpeza conforme Lei Complementar nº 095/2025. Ressaltando-se que a multa será elevada ao dobro para cada reincidência.

A execução do solicitado por parte do autuado, dentro do prazo estabelecido acarretará, após vistoria, no cancelamento deste Auto de Infração e Notificação.

NOT.	PROPRIETÁRIO	QD	LT	BAIRRO
2933	ANTONIO FRANCISCO DE SOUZA	12	15	CENTRO
2933	MARIA DO ROSÁRIO DA SILVA SOUZA	12	15	CENTRO
2934	NIVALDO PICOLOTO	29	8A	CENTRO
2935	MARILENE FARIAS ANGELO	56	08	JD. SANTOS DUMONT
2936	JOAO DIAS MADEIRAS (ESPÓLIO)	51	15	JD. SANTOS DUMONT
2937	JOAO DIAS MADEIRAS (ESPÓLIO)	51	16	JD. SANTOS DUMONT
2938	JOAO DIAS MADEIRAS (ESPÓLIO)	51	17	JD. SANTOS DUMONT
2939	JOAO DIAS MADEIRAS (ESPÓLIO)	51	08	JD. SANTOS DUMONT
2940	JOAO DIAS MADEIRAS (ESPÓLIO)	51	09	JD. SANTOS DUMONT
2941	JOAO DIAS MADEIRAS (ESPÓLIO)	51	10	JD. SANTOS DUMONT
2942	PAULO CAMPOS - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA	CHAC	95	CHACARA JARAGUA
2943	CLAUDINEY DE SOUZA	16	3	JD. FAZ. SIMONE II
2943	CLAUDINEY DE SOUZA	16	3	JD. FAZ. SIMONE II
2944	MIRIAN TEREZA DE ALMEIDA SOUZA	QUAD	10	JD. HELIO LOPES
2945	ELZA APARECIDA BARBOZA	07	30	VILA OPERÁRIA
2945	ELZA APARECIDA BARBOZA	07	30	VILA OPERÁRIA
2946	SOLECI ANHAIA	4A	2	JD. ANDRÉ LUIZ
2946	SOLECI ANHAIA	4A	2	JD. ANDRÉ LUIZ
2947	PAULO CESAR DA SILVA	4A	1	JD. ANDRÉ LUIZ
2948	RODOLFO CELSO DE CAMARGO	CHAC.	3A11	JD. IPÊ
2949	SILVIO FRANCO JUNIOR	40	+AII (L 11-A-II)	CENTRO
2950	BENEDITA APARECIDA BERNADOQUI JOAQUIM	04	3A/2	JARDIM ARARIPE
2951	MARIA DO ESPIRITO SANTO CARLOS	40	03-A	CENTRO
2952	LOTEAMENTOS ORCELLO LTDA	07	17	JARDIM DAS NAÇÕES I
2953	JADE GONCALVES PROCOPIO DUTRA	10	09	JARDIM DAS NAÇÕES I
2954	EDER JOSE DA SILVA	11	01	JARDIM DAS NAÇÕES I
2955	NILVA DE OLIVEIRA BRITO DOS SANTOS	22	06	JARDIM OÁSIS
2956	EDUARDO JOSE DOS SANTOS	19	20	JARDIM OÁSIS
2957	EDUARDO JOSE DOS SANTOS	19	19	JARDIM OÁSIS
2958	OTAVIO FAXINA	19	18	JARDIM OÁSIS
2959	EICO NOSAKI MARUTAKA	19	16	JARDIM OÁSIS
2960	SANDRA VERA ZAROS MICHELETTI	24	01	JARDIM OÁSIS
2960	SANDRA VERA ZAROS MICHELETTI	24	01	JARDIM OÁSIS
2961	ANA MACHADO DA SILVA	11	22	JARDIM MORUMBI
2962	CLUBE CAMPESTRE DE PARANAVAI	CHAC.	62/B (LOTE " CLUBE CAMPESTRE DE PARANAVAÍ - 62-B")	CHACARA DIVERSAS
2963	OSVALDO TIYOSHI SHIGUEMOTO	01	03	JARDIM MARAVILHA
2963	OSVALDO TIYOSHI SHIGUEMOTO	01	03	JARDIM MARAVILHA
2964	JOSE ALECIO GUERRERO	01	04-B	JARDIM MARAVILHA
2965	VETOR PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA	CHAC.	55-A/55-B-1/A (L OTE 55-A/55-B-1/A)	CHACARA DIVERSAS
2965	VETOR PARTICIPACOES SOCIETARIAS LTDA	CHAC.	55-A/55-B-1/A (L OTE 55-A/55-B-1/A)	CHACARA DIVERSAS
2966	(ESPÓLIO) ILSON PEREIRA DA SILVA	03	17	JARDIM AVARE
2967	FAYENE ZEFERINO RIBEIRO DE SOUZA	03	14	JARDIM AVARE
2968	LIGIA DE SOUZA OKABAYASHI	18	3	JD. SANTOS DUMONT
2969	GILBERTO PISTORE DE ALENCAR	49	18-A	CENTRO
2970	HISSAKO KIMURA EGAWA	06	13	CENTRO
2971	JOSE FERRAZ AVILA (ESPÓLIO)	23	3	CENTRO
2972	JOSE LUCIO DOS SANTOS	19	1A	CENTRO
2973	ROSALVO PIRES DE SOUZA	05	4	CENTRO

Paranavaí, 01 de setembro de 2026.

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE

MARCELO TORO ALÉCIO

MÁRCIO LUCAS DE SOUZA

SAMARA ZANQUETTA MORALES

Fiscais de Obras

CLAYTON SOUSA DE ANDRADE

MARCELO TORO ALÉCIO

MÁRCIO LUCAS DE SOUZA

SAMARA ZANQUETTA MORALES

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:8D7626D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 812 DE 01 DE SETEMBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, incisos VII e XXV, na forma do art. 62, inciso II, alínea "g", ambos da Lei Orgânica Municipal; com fundamento na Lei Municipal nº 3.812, de 04 de abril de 2012; considerando o cronograma estabelecido pelo Decreto nº 10.318, de 02 de abril de 2025; considerando a Portaria nº 895/2023, considerando a Lei Municipal nº 6.138, de 21 de setembro de 2023; e considerando o disposto nos relatórios da Comissão Permanente de Avaliação de Desempenho e suas respectivas decisões administrativas; considerando o contido no Despacho nº 50 de 10 de agosto de 2026 do Memorando nº 4.691/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar o resultado da Avaliação de Desempenho 2025, das servidoras públicas municipais abaixo relacionadas, para fins de promoção funcional, conforme relação constante nos Anexos I, II desta portaria.
ANEXO I – PROMOÇÃO DIAGONAL

DE
LEGENDA:
Promoção Diagonal Categoria PD1: Avanço Diagonal por Mérito
Promoção Diagonal Categoria PD2: Avanço Diagonal por Titulação
Promoção Diagonal Categoria PD3: Avanço Diagonal por Qualificação
P. A: Piso de Admissão

			Nº DE NÍVEIS ELEVADOS POR			FX ATUAL	FX NOVA
MAT	**NOME**	**FUNÇÃO**	**PD1**	**PD2**	**PD3**		
83500	Simone Rizello*	Auxiliar de Saúde Bucal 40h -M	4	32	1	PA	05

PARA

LEGENDA:
Promoção Diagonal Categoria PD1: Avanço Diagonal por Mérito
Promoção Diagonal Categoria PD2: Avanço Diagonal por Titulação
Promoção Diagonal Categoria PD3: Avanço Diagonal por Qualificação
P. A: Piso de Admissão

			Nº DE NÍVEIS ELEVADOS POR			FX ATUAL	FX NOVA
MAT	**NOME**	**FUNÇÃO**	**PD1**	**PD2**	**PD3**		
83500	Simone Rizello*	Auxiliar de Saúde Bucal 40h -M	4	30	1	PA	05

ANEXO II – PROGRESSÃO VERTICAL POR FORMAÇÃO

MAT	NOME	CARGO / FUNÇÃO	NÍVEL	TABELA ATUAL	NOVA TABELA
79421	Vanessa Ortolan	Auxiliar de Saúde Bucal 40h -M	Técnico	14	15
83500	Simone Rizello	Auxiliar de Saúde Bucal 40h -M	Superior	14	16

Art. 2º Art. 2º Os servidores que apresentaram 03 ou mais certificados de Pós Graduação estãoidentificados com a simbologia * (um asterisco) ficam com a Progressão Diagonal por Titulação suspensas até a conclusão das diligências mencionadas no Circular nº 31.524, de 14 de outubro de 2025;

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de março de 2026.

Art. 4º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wagner Bertasso
Código Identificador:8B1A3A9F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 228/2026 – DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

PORTARIA N.º 228/2026 – de 02 de Setembro de 2026.

SÚMULA: Revogação de pagamento de diária.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE:

Art. 1º Revogar a diária do Servidor Felipe Joly da Cruz, de acordo com a Portaria n.º 209/2026 – de 13 de agosto de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 14/08/2026 – Edição n.º 3595, sendo:

Felipe Joly da Cruz	23/08/2026	28/08/2026	5	R$ 513,67	R$ 2.568,35	Blumenau/SC	----------	Serviços Atinentes a Secretaria de Finanças

Paula Freitas, 02 de setembro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:2E93955B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 207/2026

PORTARIA Nº 207/2026

Estabelece procedimento para solicitação de revisão dos adicionais de insalubridade e periculosidade dos servidores abrangidos pelas Portarias nº 198/2026 e nº 199/2026, institui formulário padrão para requerimento e dá outras providências.

CONSIDERANDO as disposições dos arts. 189 a 196 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, relativas à caracterização, classificação, eliminação ou neutralização das condições de insalubridade e periculosidade;

CONSIDERANDO o disposto no art. 195 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, quanto à caracterização e classificação da insalubridade e da periculosidade mediante avaliação técnica;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977, que alterou o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho e estabeleceu disposições relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

CONSIDERANDO a Portaria MTb nº 3.214, de 8 de junho de 1978, que aprovou as Normas Regulamentadoras relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;

CONSIDERANDO as disposições da Norma Regulamentadora nº 15 – NR-15, que estabelece os critérios para caracterização e classificação das atividades e operações insalubres;

CONSIDERANDO as disposições da Norma Regulamentadora nº 16 – NR-16, que estabelece os critérios para caracterização das atividades e operações perigosas;

CONSIDERANDO o **Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho – LTCAT**, o **Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade – LIP**, o **Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR** e demais documentos técnicos de Segurança e Saúde do Trabalho aplicáveis ao Município;

CONSIDERANDO a **Portaria nº 198/2026**, que dispõe sobre a regularização dos adicionais de insalubridade e periculosidade dos servidores públicos municipais;

CONSIDERANDO a **Portaria nº 199/2026**, que dispõe sobre a regularização do pagamento do adicional de insalubridade dos servidores da Fundação Municipal de Saúde Pública de Paulo Frontin;

CONSIDERANDO que as referidas Portarias foram editadas com fundamento nas avaliações técnicas das condições ambientais de trabalho e nas atividades efetivamente desempenhadas pelos servidores;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar aos servidores que entendam existir divergência entre as condições efetivamente desempenhadas e o enquadramento estabelecido nos documentos técnicos a possibilidade de solicitar a revisão de seu caso;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimento administrativo uniforme, objetivo e simplificado para o recebimento e análise das solicitações de revisão;
CONSIDERANDO a necessidade de que os pedidos de revisão contenham informações objetivas sobre as atividades efetivamente desempenhadas, o ambiente de trabalho e as condições de exposição ocupacional, de modo a subsidiar eventual nova avaliação técnica;

CONSIDERANDO o formulário padronizado de solicitação de revisão de adicional de insalubridade e periculosidade, constante do **Anexo I desta Portaria**, elaborado para reunir as informações necessárias à análise administrativa e técnica;

RESOLVE:

Art. 1º Fica estabelecido o procedimento administrativo para solicitação de **revisão da caracterização, do grau ou da cessação dos adicionais de insalubridade e periculosidade** dos servidores abrangidos pelas Portarias nº **198/2026** e nº **199/2026**.

Art. 2º O servidor que não concordar com a caracterização, alteração, redução ou cessação do adicional de insalubridade ou periculosidade poderá solicitar a revisão de seu caso, mediante preenchimento do formulário padrão constante do **Anexo I desta Portaria**.

§ 1º O pedido de revisão deverá ser fundamentado principalmente em informações relativas às **atividades efetivamente desempenhadas e às condições reais de trabalho**.

§ 2º Não será necessária a apresentação de requerimento elaborado pelo próprio servidor, manifestação jurídica ou texto extenso de fundamentação, sendo suficiente o preenchimento do formulário previsto no Anexo I, sem prejuízo da apresentação de documentos ou informações complementares que o servidor entenda pertinentes.

Art. 3º O **Formulário de Solicitação de Revisão de Adicional de Insalubridade/ Periculosidade**, constante do Anexo I desta Portaria, constitui o modelo padrão para apresentação dos pedidos de revisão.

Art. 4º O formulário deverá ser preenchido pelo servidor, especialmente quanto às seguintes informações:

I – identificação funcional;

II – cargo ou função exercida;

III – unidade de lotação e setor de trabalho;

IV – atividades efetivamente desempenhadas;

V – carga horária e tempo dedicado às atividades informadas;

VI – local ou ambiente em que as atividades são realizadas;

VII – agentes ou condições de risco aos quais o servidor entende estar exposto;

VIII – utilização, fornecimento e frequência de uso de equipamentos de proteção individual – EPI;

IX – demais informações que possam contribuir para a análise das condições de trabalho.

Parágrafo único. As informações prestadas deverão corresponder às condições efetivamente vivenciadas pelo servidor no exercício de suas atividades.

Art. 5º O formulário devidamente preenchido e assinado poderá ser apresentado:

I – presencialmente, na **Recepção da Prefeitura Municipal de Paulo Frontin**, para protocolo; ou

II – por meio eletrônico, encaminhado ao endereço oficial do Departamento de Recursos Humanos:

rh.pmpf@paulofrontin.pr.gov.br

§ 1º O formulário encaminhado por meio eletrônico deverá ser devidamente preenchido e assinado, preferencialmente em formato PDF.

§ 2º O Departamento de Recursos Humanos realizará o registro e a juntada do requerimento ao respectivo procedimento administrativo.

Art. 6º Recebido o pedido de revisão, o Departamento de Recursos Humanos realizará a conferência inicial das informações apresentadas e, quando necessário, encaminhará o formulário à empresa ou profissional responsável pela **Segurança e Saúde do Trabalho** para análise técnica.

Art. 7º A análise técnica deverá considerar, conforme aplicável:

I – as atividades efetivamente desempenhadas pelo servidor;

II – o ambiente e o local de trabalho;

III – os agentes de risco ocupacional eventualmente presentes;

IV – a frequência e o tempo de exposição;

V – as medidas de prevenção e controle existentes;

VI – os equipamentos de proteção coletiva – EPC;

VII – os equipamentos de proteção individual – EPI;

VIII – o LTCAT, LIP, PGR e demais documentos técnicos existentes;

IX – as Normas Regulamentadoras e demais normas aplicáveis.

Art. 8º Quando as informações apresentadas indicarem a necessidade de verificação das condições efetivamente existentes no ambiente de trabalho, poderá ser realizada **avaliação técnica ou perícia in loco** pelo responsável pela Segurança e Saúde do Trabalho.

Parágrafo único. A avaliação técnica terá por finalidade verificar se as condições efetivamente existentes no ambiente de trabalho e as atividades desempenhadas justificam a manutenção, alteração, redução, restabelecimento ou cessação do adicional, conforme o caso.

Art. 9º Concluída a análise técnica, o resultado será encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos para as providências administrativas cabíveis.

§ 1º Quando necessário, o procedimento poderá ser encaminhado à Assessoria ou Procuradoria Jurídica do Município para análise dos aspectos jurídicos pertinentes.

§ 2º Constatada, mediante avaliação técnica, a existência de condições que justifiquem alteração do enquadramento anteriormente estabelecido, serão adotadas as providências administrativas necessárias à sua regularização.

Art. 10. A apresentação do pedido de revisão **não implica, por si só, a suspensão dos efeitos das Portarias nº 198/2026 ou nº 199/2026**, nem assegura a manutenção ou o restabelecimento do adicional enquanto o pedido estiver em análise.

Art. 11. A análise será realizada individualmente, considerando as condições efetivamente existentes no ambiente de trabalho e as atividades efetivamente desempenhadas pelo servidor.

Parágrafo único. A existência de adicional de insalubridade ou periculosidade para determinado cargo, função, setor ou servidor não implica, por si só, o reconhecimento automático do mesmo direito para outro servidor, devendo cada situação observar as respectivas condições de trabalho e exposição ocupacional.

Art. 12. O formulário constante do Anexo I integra a presente Portaria para todos os fins administrativos e constitui o modelo oficial para solicitação de revisão dos adicionais abrangidos por este ato.

Art. 13. O Departamento de Recursos Humanos ficará responsável pelo recebimento, registro, encaminhamento e acompanhamento dos pedidos de revisão.

Art. 14. Os pedidos de revisão serão analisados de acordo com as condições de trabalho existentes no momento da avaliação, sem prejuízo da consideração dos documentos técnicos e registros funcionais pertinentes.

Art. 15. Eventual alteração do adicional decorrente do procedimento de revisão deverá observar as conclusões da avaliação técnica, a legislação aplicável e as Normas Regulamentadoras pertinentes.

Art. 16. Ficam ressalvadas as situações decorrentes de decisões judiciais específicas, que deverão ser observadas em seus estritos termos.
Art. 17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paulo Frontin/PR, em 01º de setembro de 2026

IRENEU INÁCIO ZACHARIAS
Prefeito Municipal

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE / PERICULOSIDADE	
Empresa / Órgão / Entidade:	
Nº do Processo / Protocolo:	**Data do Protocolo:**
1. DADOS DO TRABALHADOR	
Preenchimento: Trabalhador	
Nome:	**Contato:**
Cargo / Função:	**Unidade de Lotação:**
Matrícula / Registro Funcional:	**Data de Admissão:**
Setor:	
2. DADOS DA SOLICITAÇÃO	
Preenchimento: Trabalhador	
Tipo de Adicional:	
☐Insalubridade ☐Periculosidade	
Tipo de Solicitação:	
☐Concessão ☐Revisão	
Regime de Horas Trabalhadas:	
☐20 horas/semana ☐40 horas/semana	
Data de início no exercício da função/local atual (base para apuração do período de exposição):	

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	
Preenchimento: Trabalhador	
Descrever um breve relato sobre o tipo/natureza do trabalho que realiza(ou):	
Carga Horária (h)	**Atividade**

Carga Horária (h)	**Atividade**

4. USO DE EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)
Preenchimento: Trabalhador

Faz uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI)?	
☐Sim	☐Não
EPI fornecido pela empresa/órgão?	
☐Sim	☐Não
Uso regular, com treinamento e orientação quanto à utilização?	
☐Sim	☐Não
Quais	**EPI(s) utiliza:**
Observação: o fornecimento e uso regular de EPI eficaz pode neutralizar o agente nocivo e afastar o direito ao adicional de insalubridade (art. 191, II, da CLT), exceto quanto à exposição a agentes biológicos, cuja neutralização por EPI não é reconhecida para fins de afastamento do adicional.	

5. ESTRATIFICAÇÃO DO TEMPO DE EXPOSIÇÃO	
Preenchimento: Trabalhador	
Informar a carga horária diária (em horas), dentro da jornada de trabalho, dedicada a cada fator abaixo:	
Carga horária total da jornada de trabalho (horas/dia):	
Riscos aos quais o trabalhador entende estar exposto no exercício de sua atividade (autodeclaração), com base nas Normas Regulamentadoras NR-15 (Insalubridade) e NR-16 (Periculosidade). A confirmação técnica do enquadramento cabe ao Responsável Técnico, na seção "Fundamentação Legal e Enquadramento Técnico":	
NR-15 – Insalubridade NR-16 – Periculosidade	
☐Ruído contínuo/intermitente ou de impacto — Anexos 1 e 2	☐Explosivos — Anexo 1
☐Calor — Anexo 3	☐Inflamáveis — Anexo 2
☐Radiações ionizantes — Anexo 5	☐Radiações ionizantes/substâncias radioativas — Anexo 3
☐Condições hiperbáricas (trabalho sob pressão) —	☐Energia elétrica (alta tensão) — Lei nº 7.369/1985
Anexo 6	

NR-15 – Insalubridade	**NR-16 – Periculosidade**
☐Radiações não ionizantes — Anexo 7	☐Segurança pessoal/patrimonial (risco de roubo/violência) — Lei nº 12.740/2012
☐Vibração — Anexo 8	☐Uso de motocicleta na atividade — Lei nº 12.997/2014
☐Frio — Anexo 9	
☐Umidade — Anexo 10	
☐Agentes químicos (poeiras, gases, vapores, substâncias) — Anexos 11, 12 e 13	
☐Agentes biológicos — Anexo 14 (marque a(s) situação(ões) aplicável(is)):	
☐Contato permanente com pacientes e/ou material biológico, objetos de uso dos pacientes previamente não não esterilizados (hospitais, ambulatórios, postos de saúde, clínicas)	
☐Contato com pacientes **em isolamento** por doença infectocontagiosa	
☐Manuseio de material perfurocortante ou infectocontagiante (agulhas, resíduos de serviços de saúde)	
☐Coleta e industrialização de lixo urbano	
☐Trabalho em galerias, tanques, redes ou estações de esgoto	
☐Trabalho em cemitérios (exumação/manuseio de restos mortais)	
☐Outro contato com agente biológico. Qual? _____	
Outros agentes nocivos não listados acima / Observações:	
6. TERMO DE RESPONSABILIDADE	
Preenchimento: Trabalhador	
Declaro, sob as penas da lei, que são verdadeiras todas as informações prestadas neste formulário, estando ciente de que a prestação de declaração falsa constitui infração administrativa e ilícito penal (art. 299 do Código Penal), sem prejuízo das demais sanções cabíveis, inclusive no âmbito da Lei Federal nº 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), quando aplicável.	

Declaro, ainda, estar ciente de que o adicional de insalubridade/periculosidade possui natureza transitória e não se incorpora, em caráter definitivo, à remuneração, cessando automaticamente seu pagamento quando eliminado ou neutralizado o risco, alterada a função ou o local de trabalho, ou quando constatada, em nova avaliação técnica, a inexistência das condições que o originaram (Súmulas nº 80, 248 e 265 do TST), comprometendo-me a comunicar imediatamente qualquer alteração nessas condições.	
Autorizo o tratamento dos dados pessoais informados neste formulário exclusivamente para fins de instrução deste processo administrativo, nos termos da Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD).	
_____	
Local e Data	
_____	
Assinatura do Trabalhador	
7. PARECER DO ENCARREGADO (VISTO)	
Preenchimento: Encarregado / Superior Imediato	
Nome do	**Cargo /**
Encarregado:	**Função:**
O encarregado abaixo identificado declara ter tomado conhecimento das informações prestadas pelo trabalhador neste formulário, quanto às atividades exercidas e aos agentes a que está exposto, emitindo o seguinte parecer, e responsabilizando-se administrativa e funcionalmente pela veracidade e exatidão das informações ora atestadas, nos termos da legislação aplicável.	
Parecer:	
☐De acordo com as informações prestadas	☐Discorda / observações a seguir
Observações do Encarregado:	
_____	

Assinatura do Encarregado (Visto) — Local e Data	
CAMPO RESERVADO — PREENCHIMENTO TÉCNICO	
Fundamentação Legal e Enquadramento Técnico	
Preenchimento: Técnico (Responsável Técnico)	
Enquadramento – NR-15 (Insalubridade), Anexo nº e agente:	
Enquadramento – NR-16 (Periculosidade), Anexo nº e atividade:	
Grau de Insalubridade Apurado:	
☐Mínimo – 10% ☐Médio – 20% ☐Máximo – 40% ☐Não caracterizado	
Periculosidade:	
☐Caracterizada – 30% ☐Não caracterizada	
Legislação municipal aplicável (Lei/Estatuto/Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos):	
Validade do parecer técnico / prazo para reavaliação obrigatória:	
Parecer Técnico (Perícia in loco)	
Preenchimento: Técnico (Responsável Técnico)	
Data da perícia:	
_____	_____
Responsável Técnico	Trabalhador
Parecer Técnico:	
Observações:	
Parecer do RH	
Preenchimento: RH	

Situação (conforme grau/enquadramento técnico apurado acima):
☐Deferido ☐Indeferido
Encaminhado à Procuradoria Jurídica (PGM) para análise prévia?
☐Sim ☐Não
Nº da Portaria / Ato de Concessão:
Data do deferimento / indeferimento e início da vigência:
Data para reavaliação obrigatória:
Observações do RH:
_____
Assinatura RH — Local e Data
Parecer Jurídico (quando encaminhado à Procuradoria)
Preenchimento: Jurídico (Procuradoria)
Parecer:
☐Favorável ☐Favorável com ressalvas ☐Desfavorável
Fundamentação / Observações:
_____
Assinatura do(a) Procurador(a) — Local e Data

Publicado por:
Daiane Aparecida Turkot
Código Identificador:8855EFB5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 14/2026

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
PROCESSO SELETIVO - 01/2026 ORGANIZAÇÃO:
FÊNIX INSTITUTO LTDA
EDITAL Nº 014/2026
RELATÓRIO DE RECURSOS - FASE DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA A ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
24. PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

RECURSO	INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	SITUAÇÃO	DETALHES	RESPOSTA
RECURSO	**INSCRIÇÃO**	**NOME DE IDENTIFICAÇÃO**	**SITUAÇÃO**	**DETALHES**	**RESPOSTA**
					Após análise das razões apresentadas pelo candidato, a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO do recurso, pelos fundamentos a seguir expostos. Inicialmente, esclarece-se que todos os critérios de classificação e desempate aplicáveis ao certame foram previamente estabelecidos no Edital, instrumento que vincula tanto a Administração e a Banca Organizadora quanto os candidatos participantes, devendo sua aplicação ocorrer deforma objetiva, impessoal e uniforme. Os critérios de desempate são aplicados com base nas informações constantes no sistema de inscrições e nos dados oficialmente declarados por cada candidato no momento de sua inscrição, observando-se rigorosamente a ordem de precedência prevista no Edital. Ressalta-se que a Banca Organizadora não realiza alterações, complementações ou confrontações de informações cadastrais de candidatos com fundamento em dados apresentados por terceiros, tampouco disponibiliza ou fornece informações pessoais constantes do cadastro individual de outros participantes do certame. Os dados pessoais fornecidos pelos candidatos são tratados exclusivamente para as finalidades relacionadas à realização do Concurso Público, em observância aos princípios da finalidade, adequação, necessidade, segurança e prevenção previstos na Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Nesse sentido, informações cadastrais individuais, inclusive aquelas relativas à data de nascimento dos participantes, não podem ser disponibilizadas ou submetidas à conferência de terceiros fora das hipóteses legalmente autorizadas, ressalvadas as informações cuja publicidade seja necessária ao regular desenvolvimento e transparência do certame. Cumpre destacar, ainda, que eventual informação obtida pelo recorrente acerca de dados pessoais de outro candidato não substitui os registros oficiais existentes no sistema de inscrições, nem constitui, isoladamente,
3636	197	WILLIAM CABRAL ARAUJO	INDEFERIDO	Objeto do Recurso: Contestação contra a Ata de Classificação Preliminar – Critério de Desempate (Cargo: Cirurgião Dentista). Prezada Banca Examinadora, Eu, William Cabral Araujo, candidato ao cargo de Cirurgião Dentista, venho solicitar a revisão da minha posição na Classificação Preliminar. Considerando que houve empate na nota final (10,00 pontos) e em todas as disciplinas entre os primeiros colocados, deve ser aplicado o critério de desempate por maior idade, conforme previsto no Item 9.2.3, alínea "e" do Edital. Minha data de nascimento é 28/03/2003, sendo eu mais velho do que o candidato listado acima de mim na classificação preliminar (nascido em 14/06/2003). Como não há a precedência do critério de jurado, solicito a aplicação estrita do edital para que eu passe a figurar à frente do referido candidato na Classificação Final. Nestes termos, peço deferimento	

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
PROCESSO SELETIVO - 01/2026 ORGANIZAÇÃO:
FÊNIX INSTITUTO LTDA
EDITAL Nº 014/2026
RELATÓRIO DE RECURSOS - FASE DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA A ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR
MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
PROCESSO SELETIVO - 01/2026 ORGANIZAÇÃO:
FÊNIX INSTITUTO LTDA
EDITAL Nº 014/2026
RELATÓRIO DE RECURSOS - FASE DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS CONTRA A ATA DE CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR

					elemento suficiente para demonstrar a ocorrência de erro materialna aplicação dos critérios de desempate. Após a conferência dos registros oficiais do certame, não foi constatada irregularidade na aplicação dos critérios de classificação e desempate previstos no Edital, tendo a classificação preliminar sido processada de acordo com as informações regularmente cadastradas e com as regras previamente estabelecidas para todos os participantes. A alteração da ordem classificatória somente seria cabível diante da constatação objetiva de erro material, inconsistência cadastral ou aplicação equivocada das disposições editalícias, circunstâncias que não restaram demonstradas no presente recurso. Dessa forma, não há fundamento para alteração da classificação exclusivamente com base na alegação apresentada pelo recorrente. DECISÃO Diante do exposto, a Banca Examinadora decide pelo INDEFERIMENTO DORECURSO, mantendo-se a classificação preliminar do candidato e a ordem classificatória publicada, por não ter sido constatado erro na aplicação dos critérios de desempate previstos noEdital. Recurso INDEFERIDO.

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:5E227933

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 128/2026
LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico n.º 40/2026.
OBJETO: Aquisição de material odontológico.
CONTRATADO: ODONTOSHOW PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA.
DATA DA ASSINATURA: 02 de setembro de 2026.
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	01940	06.002.10.301.1001.2043	00303	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	02070	06.002.10.301.1001.2043	00303	4.4.90.52.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01950	06.002.10.301.1001.2043	00494	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	01941	06.002.10.301.1001.2043	00389	3.3.90.30.00.00	Recursos do Exercício Corrente

FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
VALOR TOTAL: R$ 316.681,92 (Trezentos e Dezesseis Mil e Seiscentos e Oitenta e Um Reais e Noventa e Dois Centavos).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses após a assinatura do contrato.

Pinhal de São Bento/PR, 02 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:C979D5F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRONICO Nº 40/2026 - Processo Administrativo nº 78/2026

OBJETO: Aquisição de material odontológico.

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

ODONTOSHOW PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA – CNPJ: 36.519.741/0001-20								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço Total
1	1	ADESIVO FOTOPOLIMERIZAVEL COM CARGA NANOMÉTRICA DE 5NM, "PRIMER" E "ADESIVO" EM FRASCO ÚNICO COM 6G. INDICADO PARA RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL E CIMENTAÇÃO DE RESTAURAÇÕES INDIRETAS. FRASCO COM VEDAÇÃO ALTAMENTE CONFIÁVEL QUE PREVINA VAZAMENTOS, COM BICO ECONÔMICO QUE EVITE DESPERDÍCIO. COMPOSIÇÃO BIS-GMA, HEMA, DIURETANO DIMETADRILATO, COPOLIMEROS DO ÁCIDO POLIALCENÓICO, CANFOROQUINONA, ÁGUA E ETANOL, GICEROL 1.3 DIMETACRILATO, 10% EM PESO DE SÍLICA COLOIDAL COM 5 % NANÔMETROS	3M		UN	20.00	250,17	5.003,40
1	2	ATAQUE ÁCIDO, USO ODONTOLÓGICO, EM GEL, CONCENTRAÇÃO ÁCIDO FOSFÓRICO 37% PARA PREPARAÇÃO DE CAVIDADES DE RESINA FOTOPOLIMERIZÁVEL. EMBALAGEM: SERINGA DE 2,5ML, COM DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTO, MARCA DO FABRICANTE, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE.	MAQUIRA		UN	100.00	1,22	122,00
1	3	BABADOR DESCARTAVEL BRANCO. PACOTE COM 100	MAX CLEAN		PC	100.00	22,95	2.295,00
1	4	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 04 LIGA DE AÇO TUNGTÊNIO VANÁDIO, COM PROTEÇÃO ANTI-FERRUGEM OU CARBETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	KERR		UN	30.00	7,60	228,00
1	5	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº 06 LIGA DE AÇO TUNGTÊNIO VANÁDIO, COM PROTEÇÃO ANTI-FERRUGEM OU CARBETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	KERR		UN	30.00	6,76	202,80
1	6	BROCA CARBIDE ALTA ROTAÇÃO Nº ½ LIGA DE AÇO TUNGTÊNIO VANÁDIO, COM PROTEÇÃO ANTI-FERRUGEM OU CARBETO DE TUNGSTÊNIO E AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	KERR		UN	30.00	6,76	202,80
1	7	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS PRODUZIDAS EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1046, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,94	88,20
1	8	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA	KG		UN	30.00	10,54	316,20

		EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 2137FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.						
1	9	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1112FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,96	88,80
1	10	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1016, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	40.00	2,17	86,80
1	11	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1012, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	40.00	3,78	151,20
1	12	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1090, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	3,79	113,70
1	13	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1094, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,16	64,80
1	14	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3195F, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	40.00	2,96	118,40
1	15	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3195FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	40.00	2,95	118,00
1	16	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3118F, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,96	88,80
1	17	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1190F, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,95	88,50
1	18	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3168F, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	40.00	2,94	117,60
1	19	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3118FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,94	88,20
1	20	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA	FAVA		UN	30.00	2,95	88,50

		EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1034, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.						
1	21	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1011, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	40.00	2,95	118,00
1	22	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDAVEL DE ALTA RESISTENCIA E GRAOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSAO CONTROLADA Nº2137 F, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLOGICOS, PASSIVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FISICO-QUIMICO, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO DE FABRICA.	FAVA		UN	30.00	2,16	64,80
1	23	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1014, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	40.00	2,94	117,60
1	24	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO PARA BAIXA ROTAÇÃO, CONTRA-ÂNGULO, EM AÇO CARBIDE Nº 06, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	KERR		AMP	20.00	8,67	173,40
1	25	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO PARA BAIXA ROTAÇÃO, CONTRA-ÂNGULO, EM AÇO CARBIDE Nº 02, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	KERR		UN	25.00	8,67	216,75
1	26	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO PARA BAIXA ROTAÇÃO, CONTRA-ÂNGULO, EM AÇO CARBIDE Nº 03, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	KERR		UN	25.00	8,66	216,50
1	27	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO PARA BAIXA ROTAÇÃO, CONTRA-ÂNGULO, EM AÇO CARBIDE Nº 04, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	KERR		UN	25.00	8,66	216,50
1	28	BROCA PARA USO ODONTOLOGICO PARA BAIXA ROTAÇÃO, CONTRA-ÂNGULO, EM AÇO CARBIDE Nº 05, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO, EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	KERR		UN	25.00	8,67	216,75
1	29	CABO PARA ESPELHO INOX OITAVADO	CASSIFLEX		UN	50.00	6,80	340,00
1	30	CARPULE INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	AGAPE MEDICAL		UN	15.00	56,46	846,90
1	31	CUNHA DE MADEIRA INTERDENTAL COLORIDA, PARA USO GERAL EM PROCEDIMENTOS RESTAURADORES COM A FUNÇÃO MECÂNICA DE ADAPTAR MATRIZES E/OU AFASTAR DENTES ADJACENTES. EMBALAGEM C/ 100 UN.	IODONTOSUL		CX	10.00	9,19	91,90
1	32	ESCAVADOR DE DENTINA Nº17 - INOX OITAVADO	CASSIFLEX		UN	40.00	14,12	564,80
1	33	ESCOVA DE ROBSON TIPO PINCEL, PRETA, PARA USO NO CONTRA-ÂNGULO	AF DO BRASIL		UN	500.00	1,09	545,00
1	34	ESPELHO BUCAL PLANO Nº 03, COM HASTE INOX AISI 420, AUTOCLAVÁVEL	GOLDRAN		UN	50.00	5,41	270,50
1	35	ESPELHO BUCAL PLANO Nº 05 EM AÇO INOXIDÁVEL AISI 440	AF DO BRASIL		UN	50.00	3,38	169,00
1	36	ESTOJO TIPO BROQUEIRO LISO INOX	FAVA		AMP	5.00	94,45	472,25
1	37	FIO DENTAL COM 25M	MED FIO		UN	100.00	2,14	214,00
1	38	FIO DENTAL. UNIDADE COM 100M	MED FIO		UN	40.00	3,88	155,20
1	39	GRAMPO UNIMATRIX - KIT COM 2 UNIDADES	TDV		KIT	20.00	309,36	6.187,20
1	40	HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO. SISTEMA PASTA-PASTA, HIDRÓXIDO DE CÁLCIO AUTOENDURECÍVEL E RÍGIDO, APLICAÇÃO ESPECÍFICA PARA USO ODONTOLÓGICO E INDICADO PARA CAPEAMENTO PULPAR E FORRO PROTETOR SOB MATERIAIS RESTAURADORES, CIMENTO, ETC. PRODUZIDO EM COLORAÇÃO SEMELHANTE À DENTINA PARA EVITAR QUE INFLUENCIE NA COLORAÇÃO DOS MATERIAIS RESTAURADORES. COM ALTA RESISTÊNCIA A DISSOLUÇÃO PELO ÁCIDO FOSFÓRICO, UTILIZADO NO CONDICIONAMENTO ÁCIDO DAS ESTRUTURAS DENTÁRIAS. BASE: ESTER GLICOLSALICILATO, FOSFATO DE CÁLCIO, ÓXIDO DE ZINCO E CORANTES MINERAIS. APRESENTAÇÃO: KIT COM 1 TUBO DE PASTA BASE DE 13G, 01 TUBO DE PASTA CATALIZADORA DE 11G E 01 BLOCO DE MISTURA.	MAQUIRA		KIT	24.00	37,54	900,96
1	41	IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÕES COM TRIPLA PRESA: AUTO FOTO REAÇÃO REDOX E LIBERAÇÃO DE FLUOR. LÍQUIDO: SOLUÇÃO AQUOSA COM COPOLÍMEROS DO ÁCIDO POLICARBOXILICO HEMA E FOTOINDICADORES. FRASCO DE LÍQUIDO COM 8 ML	3M		UN	25.00	591,76	14.794,00

1	42	IONÔMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÕES COM TRIPLA PRESA: AUTO FOTO, REAÇÃO REDOX E LIBERAÇÃO DE FLÚOR. VIDRO DE FLUORARALUMINIO SILICATO, PERSSULFATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO ASCÓRBICO MICROENCAPSULADOS E PIGMENTOS. APRESENTAÇÃO: FRASCO DE PÓ COM 9G CADA, NAS CORES A3 OU A5 OU B2 OU PEDO	3M		UN	50.00	627,02	31.351,00
1	43	IONOMERO DE VIDRO PARA RESTAURAÇÕES COM TRIPLA PRESA: AUTO FOTO, REAÇÃO REDOX E LIBERAÇÃO DE FLÚOR. PÓ: VIDRO DE FLUORALUMINIO SILICATO, PERSULFATO DE POTÁSSIO, ÁCIDO ASCÓRBICO MICROENCAPSULADOS E PIGMENTOS. LÍQUIDO: SOLUÇÃO AQUOSA COM COPOLÍMERO DO ÁCIDO POLICARBOXÍLICO HEMA E FOTOINICIADORES. PRIMER: COPOLÍMEROS DO ÁCIDO POLICARBOXILICO, HEMA, ETANOL E FOTOINICIADORES; GLAZER: BISGMA TEGMA - KIT	DFL		KIT	50.00	253,07	12.653,50
1	44	LIXA DE METAL PARA AMALGAMA - 4 MM. PACOTE COM 12 UN	DIAMANTEC		PC	15.00	9,00	135,00
1	45	LUBRIFICANTE SPRAY COM 2 PONTAS 200 ML. (PARA CANETAS ODONTOLÓGICAS ALTA E BAIXA ROTAÇÃO).	IODONTOSUL		UN	12.00	45,00	540,00
1	46	MANDRIL EM AÇO INOX PARA CONTRA - ÂNGULO	PREVEN		UN	15.00	5,30	79,50
1	47	MATRIZ DE ACO 0,5 MM	MAQUIRA		UN	20.00	1,82	36,40
1	48	MATRIZ EM ACO 0,7 MM.	MAQUIRA		UN	20.00	2,07	41,40
1	49	PASTA PARA ACABAMENTO DE RESINA PRISMA GOLSS	DENTSPLY		UN	35.00	52,80	1.848,00
1	50	PEDRA POMES EM PÓ PARA POLIMENTO - FRASCO COM 100 GRAMAS	IODONTOSUL		UN	5.00	6,37	31,85
1	51	PINCEL MICROBRUSH. PONTA EXTRA FINA. CAIXA COM 100 UN	MK LIFE		CX	120.00	13,33	1.599,60
1	52	PLACA DE VIDRO MEDIA	PREVEN		UN	30.00	17,95	538,50
1	53	PO PARA PROFILAXIA CARBONATO HIDROGENADO DE SODIO A BASE DE BICARBONATO DE SÓDIO. CAIXA COM 20 UN DE 30G	MAQUIRA		CX	20.00	67,44	1.348,80
1	54	PONTAS PARA POLIMENTO ENHANSE - PONTAS SORTIDAS PARA ACABAMENTO DE COMPOSITOS - CAIXA COM 7 INIDADES. SISTEMA ENHANCE É INDICADO PARA ACABAMENTO DE RESTAURAÇÕES DE RESINAS COMPÓSITAS, COMPOMEROS E NO ACABAMENTO DAS BORDAS DE RESTAURAÇÕES FIXADAS COM CIMENTO RESINOSO. PRODUZ SUPERFÍCIE LISA E FÁCIL DE SER POLIDA. GRAU DE ABRASÃO DAS PONTAS DE ACORDO COM A PRESSÃO APLICADA SOBRE AS RESTAURAÇÕES.	DENTSPLY		CX	35.00	150,29	5.260,15
1	55	POTE DAPPEN, DE PLASTICO	PREVEN		UN	20.00	5,20	104,00
1	56	RESINA MICRO HIBRIDA À BASE DE MICROGLAS RADIOPACA FOTOPOLIMERIZÁVEL, COMPOSTA POR: VIDRO BÁRIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2UM), DIÓXIDO DE SILICIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07UM) TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS 0,7 UN B30. BISNAGA DE 4G	CHARISMA		UN	25.00	55,82	1.395,50
1	58	RESINA MICRO HIBRIDA À BASE DE MICROGLAS RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL COMPOSTA POR: VIDRO BÁRIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2UM), DIÓXIDO DE SILICIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07UM) TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS 0,7 UN A30. BISNAGA DE 4G	CHARISMA		UN	15.00	56,32	844,80
1	59	RESINA MICRO HIBRIDA Á BASE DE MICROGLAS RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL COMPOSTA POR: VIDRO BÁRIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2UM), DIÓXIDO DE SILICIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07UM) TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS 0,7 UN OA3,5. BISNAGA DE 4G	CHARISMA		UN	25.00	56,81	1.420,25
1	60	RESINA MICRO HIBRIDA Á BASE DE MICROGLAS RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL COMPOSTA POR: VIDRO BÁRIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2UM), DIÓXIDO DE SILICIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07UM) TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS 0,7 UN OA20. BISNAGA DE 4G	CHARISMA		UN	25.00	56,97	1.424,25
1	61	RESINA MICRO HIBRIDA Á BASE DE MICROGLAS RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL COMPOSTA POR: VIDRO BÁRIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2UM), DIÓXIDO DE SILICIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07UM) TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS 0,7 UN OA30. BISNAGA DE 4G	CHARISMA		UN	25.00	57,69	1.442,25
1	62	RESINA MICRO HIBRIDA Á BASE DE MICROGLAS RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL COMPOSTA POR: VIDRO BÁRIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2UM), DIÓXIDO DE SILICIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07UM) TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS 0,7 UN B20. BISNAGA DE 4G	CHARISMA		UN	25.00	56,97	1.424,25
1	63	RESINA MICRO HIBRIDA À BASE DE MICROGLAS RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZAVEL COMPOSTA POR: VIDRO BÁRIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2UM), DIÓXIDO DE SILICIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07UM) TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS 0,7 UN A20. BISNAGA DE 4G	CHARISMA		UN	25.00	56,89	1.422,25
1	64	RESINA MICRO HIBRIDA À BASE DE MICROGLAS RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL COMPOSTA POR: VIDRO BÁRIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2UM), DIÓXIDO DE SILICIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07UM) TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS 0,7 UN A3,5. BISNAGA DE 4G	CHARISMA		UN	25.00	56,39	1.409,75
1	65	RESINA MICRO HIBRIDA À BASE DE MICROGLAS RADIOPACA, FOTOPOLIMERIZÁVEL COMPOSTA POR: VIDRO BÁRIO ALUMINIO FLUORETADO (0,02-2UM), DIÓXIDO DE SILICIO ALTAMENTE DISPERSO (0,02-0,07UM) TAMANHO MÉDIO DE PARTÍCULAS 0,7 UN A10. BISNAGA DE 4G	CHARISMA		UN	25.00	56,18	1.404,50
1	66	ROLETE DENTAL. COMPOSIÇÃO: 100% ALGODÃO SUPER ABSORVENTE, ISENTO DE AMIDO, CLORO E IMPUREZAS, COM PESO MÍNIMO DE 32G E	CREMER		PC	250.00	12,83	3.207,50

		DIMENSÕES DE 10 A 11 MM DE DIÂMETRO POR 4 CM DE COMPRIMENTO POR ROLO. APRESENTAÇÃO: PACOTE COM 100 UNIDADES.						
1	67	SACA BROCA ADPTÁVEL PARA CANETAS DE ALTA ROTAÇÃO, AUTOCLAVÁVEL	DENTFLEX		UN	5.00	47,83	239,15
1	68	SONDA EXPLORADORA Nº 5 AÇO INOXIDÁVEL AUTOCLAVÁVEL	CASSIFLEX		UN	60.00	15,60	936,00
1	69	TIRA DE POLIESTER - PCT COM 50 UN	K DENT		PC	15.00	1,40	21,00
1	70	UNIMATRIX REFIL. CAIXA COM 50 UNIDADES	IODONTOSUL		CX	30.00	100,40	3.012,00
1	71	VERNIZ COM FLUOR - FLUORETO DE SÓDIO À 6 %, FLUORETO DE CÁLCIO À 6%, RESINA SINTÉTICAS E NATURAIS, AROMATIZANTE, ADOÇANTE ARTIFICIAL E SOLVENTE- FRASCO DE SOLVENTE ETANOL .	FGM		CX	15.00	27,25	408,75
1	72	AGULHA GENGIVAL DESCARTAVEL CURTA COM: BISEL TRIFACETADO, ACONDICIONAMENTO INDIVIDUAL, FRISOS INTERNOS NO CANHÃO, FIXAÇÃO REFORÇADA DA CÂNULA AO CANHÃO, CÂNULA COM PAREDE FINA, LUBRIFICANTES ESPECIAIS E ADEQUADAMENTE FLEXÍVEL. CAIXA COM 100 UN	UNIQMED		CX	20.00	38,00	760,00
1	73	AGULHA GENGIVAL LONGA DESCARTÁVEL COM: BISEL TRIFACETADO, ACONDICIONAMENTO INDIVIDUAL, COM FRISOS INTERNOS NO CANHÃO, FIXAÇÃO REFORÇADA DA CÂNULA AO CANHÃO, CÂNULA COM PAREDE FINA, LUBRIFICANTES ESPECIAIS E ADEQUADAMENTE FLEXÍVEL. CAIXA COM 100 UN	UNIQMED		CX	15.00	38,00	570,00
1	74	ANESTESICO 2% COM ADRENALINA, A BASE DE MEPIVACAINA CX COM 50 UN	DLA		CX	30.00	203,04	6.091,20
1	75	ANESTESICO 2% SEM VASO, A BASE DE CLORIDRATO DE LIDOCAINA CX C/ 50 UN	CRISTALIA		CX	30.00	380,10	11.403,00
1	76	ANESTESICO COM VASO A 3%, COM CLORIDRATO DE PRILOCAINA 30MG, COM FELIPRESSINA 0,03 UL/ML. VEÍCULO ESTÉRIL Q.S.P. 1ML (CLORETO DE SÓDIO, METILPARABENO E ÁGUA PARA INJETÁVEIS). CONTENDO HIDRÓXIDO DE SÓDIO E/OU ÁCIDO CLORÍDRICO Q.S.P. PH. CAIXA COM 50 UN	DFL		CX	30.00	251,77	7.553,10
1	77	ANESTESICO TOPICO VARIOS SABORES	DFL		UN	15.00	26,17	392,55
1	78	BROCA DE ALTA ROTACAO PARA CIRURGIA ZECRIA, DE FORMATO TRONCO-CÔNICO, COM PONTA ATIVA	STAR SE COMERCIAL		UN	12.00	21,60	259,20
1	79	DESCOLADOR FREER	CASSIFLEX		UN	5.00	22,00	110,00
1	81	ESPONJA HEMOSTATICA DE COLAGENO HIDROLIZADO. CAIXA COM 10 UN	MAQUIRA		CX	35.00	67,45	2.360,75
1	82	MATERIAL PARA TRATAMENTO DE ALVEOLITE. FRASCO DE 20G	BIODINAAMICA		FR	10.00	63,16	631,60
1	83	PINÇA CLÍNICA PARA ALGODÃO AÇO INOXIDÁVEL, AUTOCLAVÁVEL	CASSIFLEX		UN	10.00	18,00	180,00
1	84	PORTA AGULHA MAYO HEGAR COM VIDEA 14 CM	GOLDRAN		UN	10.00	232,00	2.320,00
1	85	SINDESMÓTOMO DUPLO, EM AÇO INOXIDÁVEL	GOLDRAN		UN	6.00	25,40	152,40
1	86	SUGADOR DE SANGUE	GOLDRAN		UN	35.00	32,49	1.137,15
1	87	TESOURA CIRURGICA MAYO CURVA 19 CM. AUTOCLAVÁVEL	GOLDRAN		UN	10.00	78,92	789,20
1	88	TESOURA PARA IRIS OU GENGIVA RETA AÇO INOXIDÁVEL AISI, AUTOCLAVÁVEL 14	GOLDRAN		UN	10.00	28,00	280,00
1	89	BROCA DIAMANTADA COM HASTES LONGA N° 1014	FAVA		UN	30.00	4,36	130,80
1	90	BROCA DIAMANTADA COM HASTES LONGA N° 1016	FAVA		UN	30.00	4,36	130,80
1	92	CIMENTO RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO FRASCO DE PÓ COM APROXIMADAMENTE 38 GRAMAS COR MARFIM E UM FRASCO DE LIQUÍDO C/ 15 ML, COMPOSIÇÃO PÓ: ÓXIDO DE ZINCO, POLÍ MATACRILATO DE METILA; LÍQUIDO: EUGENOL 99,5%, ÁCIDO ACÉTICO 0,5%	AF DO BRASIL		KIT	3.00	23,20	69,60
1	93	EXTIRPA NERVOS 25 MM EM AÇO INOXIDAVEL DIN 1.4197, CONTENDO 13% DE CROMO, AUTOCLAVÁVEL - BLISTER COM 10 UN	MK LIFE		UN	5.00	35,39	176,95
1	94	FORMOCRESOL (AN), INDICADO PARA A TERAPIA PULPAR DE DENTES DECÍDUOS, SUA FORMULAÇÃO PRODUZ UMA UNIÃO DE MOLÉCULAS PROTÉICAS AO NÍVEL DOS AMINOÁCIDOS, ATRAVÉS DE UMA AÇÃO FIXADORA ADITIVA E NÃO COAGULANTE. ATUA TAMBÉM COMO BACTERICIDA, ALTERANDO A CORRENTE CIRCULATÓRIA, INDUZ A FORMAÇÃO DE TROMBOS FAZENDO UMA ISQUEMIA IRREVERSÍVEL (AÇÃO HEMOSTÁTICA). COMPOSIÇÃO: FORMALDEÍDO, ÁCIDO CRESCÍLICO E VEÍCULO. FRASCO 10 ML	MAQUIRA		FR	12.00	18,31	219,72
1	95	LIMA PARA CANAL FLEXOFILE AUTOCLAVAVEL, 1ª SÉRIE 21 MM N°10. CAIXA COM 6 UNIDADES	KERR		CX	12.00	25,20	302,40
1	96	LIMA PARA CANAL FLEXOFILE AUTOCLAVAVEL, 1ª SÉRIE 21 MM N°15 CAIXA COM 6 UNIDADES	KEER		CX	6.00	25,20	151,20
1	97	LIMA PARA CANAL FLEXOFILE AUTOCLAVAVEL, 1ª SÉRIE 21 MM N°20 CAIXA COM 6 UNIDADES	KERR		CX	6.00	25,20	151,20
1	98	LIMA PARA CANAL FLEXOFILE AUTOCLAVAVEL, 1ª SÉRIE 21 MM N°25 CAIXA COM 6 UNIDADES	KERR		CX	6.00	25,20	151,20
1	99	LIMA PARA CANAL FLEXOFILE AUTOCLAVAVEL, 1ª SÉRIE 25 MM N° 10 CAIXA COM 6 UNIDADES	KERR		CX	12.00	25,20	302,40
1	100	LIMA PARA CANAL FLEXOFILE AUTOCLAVAVEL, 1ª SÉRIE 25 MM N° 15 CAIXA COM 6 UNIDADES	KERR		CX	6.00	25,20	151,20
1	101	LIMA PARA CANAL FLEXOFILE AUTOCLAVAVEL, 1ª SÉRIE 25 MM N°20 CAIXA COM 6 UNIDADES	KERR		CX	8.00	25,20	201,60
1	102	LIMA PARA CANAL FLEXOFILE AUTOCLAVAVEL, 1ª SÉRIE 25 MM N°25 CAIXA COM 6 UNIDADES	KERR		CX	6.00	25,20	151,20
1	103	LIMA PARA CANAL HEDSTRON 21MM 1ª SERIE 15 EM AÇO INOXIDAVEL COLORINOX AUTOCLAVÁVEL DIN 1.4310 ELETRO-POLIDA, PERTENCENTE A CLASSIFICAÇÃO AISI 302 (17% DE CROMO E 8% DE NIQUEL APROX) CAIXA COM 6 UN	KERR		CX	6.00	25,20	151,20
1	104	LIMA PARA CANAL HEDSTRON 21MM 1ª SERIE 20 EM AÇO INOXIDAVEL COLORINOX AUTOCLAVÁVEL DIN 1.4310 ELETRO-POLIDA, PERTENCENTE A CLASSIFICAÇÃO AISI 302 (17% DE CROMO E 8% DE NIQUEL APROX) CAIXA COM 6 UN	KERR		CX	6.00	25,20	151,20

1	105	LIMA PARA CANAL HEDSTRON 21MM 1ª SERIE 25 EM AÇO INOXIDAVEL COLORINOX AUTOCLAVÁVEL DIN 1.4310 ELETRO-POLIDA, PERTENCENTE A CLASSIFICAÇÃO AISI 302 (17% DE CROMO E 8% DE NIQUEL APROX) CAIXA COM 6 UN	KERR		CX	10.00	25,20	252,00
1	106	LIMA PARA CANAL HEDSTRON 25 MM 1ª SERIE 25 EM AÇO INOXIDAVEL COLORINOX, AUTOCLAVÁVEL DIN 1.4310 ELETRO-POLIDA, PERTENCENTE A CLASSIFICAÇÃO AISI 302 (17% DE CROMO E 8% DE NIQUEL APROX) CAIXA COM 6 UN	KERR		CX	10.00	25,20	252,00
1	107	LIMA PARA CANAL HEDSTRON 25MM 1ª SERIE 15 EM AÇO INOXIDAVEL COLORINOX, AUTOCLAVÁVEL DIN 1.4310 ELETRO-POLIDA, PERTENCENTE A CLASSIFICAÇÃO AISI 302 (17% DE CROMO E 8% DE NIQUEL APROX) CAIXA COM 6 UN	KERR		CX	10.00	25,20	252,00
1	108	OSTOSPORIN	FQM		UN	10.00	20,23	202,30
1	109	PARANOMO CLOROFENOL CANFORADO	BIODINAMICA		UN	10.00	17,15	171,50
1	110	SUGADOR DESCARTAVEL CONFECCIONADO EM PVC, ATÓXICO, HIGIÊNICO, COM PONTAS COLADAS AO TUBO, DESENHO ANATÔMICO SEM MEMÓRIA, PERMANECENDO NA POSIÇÃO DESEJADA. PACOTE COM 40 UN	SE COMERCIAL		PC	350.00	11,00	3.850,00
1	111	TRICLESOLFORMALINA	MAQUIRA		UN	12.00	17,11	205,32
1	112	ESCOVA DENTAL INFANTIL COLORIDA. CERDAS DE NYLON MACIA, COM 4 FILEIRAS DE TUFOS, CONTANDO 34 TUFOS, APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDADAS; CABO RETO, ANATÔMICO, MEDINDO CERCA APROXIMADAMENTE 15 CM, EM POLIPROPILENO ATÓXICO. CAIXA COM 100 UNIDADES.	MED FIO		CX	75.00	122,19	9.164,25
1	113	ESCOVA DENTAL PARA ADULTO COLORIDA. CERDAS DE NYLON MACIA, COM 4 FILEIRAS DE TUFOS, CONTANDO 43 TUFOS, APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDADAS; CABO ANGULAR, ANATÔMICO, COM EMPUNHADURA MEDINDO APROXIMADAMENTE 16 CM, EM POLIPROPILENO ATÓXICO. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 UNIDADES.	MED FIO		CX	65.00	122,61	7.969,65
1	114	EVIDENCIADOR DE CARIE. UNIDADE COM 10 ML.	IODONTOSUL		UN	5.00	20,00	100,00
1	115	FLUOR GEL ACIDULADO VARIOS SABORES	IODONTOSUL		FR	12.00	5,38	64,56
1	116	FLUOR GEL NEUTRO	IODONTOSUL		FR	12.00	5,41	64,92
1	117	FLUORETO DE DIAMINO PRATA A 30% (CARIOSTATICO) - FRASCO COM 10 ML	IODONTOSUL		FR	10.00	166,00	1.660,00
1	120	SELANTE DE FOSSULAS E FISSURAS FOTOPOLIMERIZAVEL POR LUZ VISIVEL, CONTENDO 50% DE CARGAS INORGANICAS COM LIBERACAO DE FLUOR	AF DO BRASIL		CX	15.00	19,00	285,00
1	121	FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAL ADULTO EMBALAGEM CONTENDO 150 UNIDADES (PELÍCULAS) COM 3X4 CENTRIMETROS, COM SENSIBILIDADE PARA TRABALHO DE TEMPO DE EXPOSIÇÃO ENTRE 5 À 12 SEGUNDOS, PARA PROCESSO DE REVELAÇÃO MANUAL, COM TEMPO DE REVELAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 10 MINUTOS E SECAGEM AO AMBIENTE DA CLÍNCA	CARESTREAM		CX	15.00	247,05	3.705,75
1	122	FILME RADIOGRÁFICO PERIAPICAL INFANTIL EMBALAGEM CONTENDO 100 UNIDADES (PELÍCULAS) COM 2X3 CENTRIMETROS, COM SENSIBILIDADE PARA TRABALHO DE TEMPO DE EXPOSIÇÃO ENTRE 5 À 12 SEGUNDOS, PARA PROCESSO DE REVELAÇÃO MANUAL, COM TEMPO DE REVELAÇÃO DE APROXIMADAMENTE 10 MINUTOS E SECAGEM AO AMBIENTE DA CLÍNCA	CARESTREAM		CX	12.00	311,85	3.742,20
1	123	FIXADOR RADIOGRAFICO: ÁGUA (85-90%), TIOSSULFATO DE AMÔNIA (5-10%), TIOCIANATO DE AMÔNIA (5-10%) - FRASCO DE 475 ML	IODONTOSUL		FR	100.00	23,00	2.300,00
1	124	REVELADOR DENTAL PARA RADIOGRAFIA. ÁGUA 85-90%, SULFATO DE SÓDIO 1-5%, DIETILENOGLICOL 1-5%, HIDROQUINONA 1-5%. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 475 ML	IODONTOSUL		FR	100.00	23,00	2.300,00
1	125	Fotopolimerizador de resinas odontológicas: com sistema optoeletrônico compacto, de fácil manuseio e com design ergonômico; deve possuir emissão de luz fria e em comprimento preciso de ondas que garanta a polimerização segura de compósitos ativados pela anforoquinona, sem riscos de aquecimento dental, lesões pulpares ou desconforto para o operador/paciente; deve possuir comprimento de onda entre 440NM - 460NM; com ajuste de tempo de exposição programável, até 60 segundos; com sistema eletrônico composto de fonte de alime.	SCHUSTER		UN	2.00	736,00	1.472,00
1	126	Resina flow cor A2: formulado com monômeros de resinas de metacrilato Bis - Gma, tegdma Bis - Ema; polímero de dimetacrilato.	FGM		UN	25.00	19,16	479,00
1	128	Teste de vitalidade endo ice: possui odor mentolado; á base de água - 50, frasco com 200 ML.	IODONTOSUL		UN	15.00	51,01	765,15
1	129	Solução hemostática tópica. Frasco com 10 ML.	MAQUIRA		UN	20.00	21,89	437,80
1	130	Posicionador de raio - X adulto autoclavável . O kit contém: 1 posicionador para incisivos e caninos superiores e inferiores. 1 posicionador para molar super direito e inferior esquerdo. 1 posicionador para molar superior esquerdo e inferior direito. 1 posicionador para radiografia interproximal bite wings. 1 pote para armazenamento. 1 dispositivo para mordida (03 unidades). 1 bloco de adaptação para isolamento. Autoclavável. Composição: policarbonato, pigmento e silicone atóxico.	MAQUIRA		UN	7.00	77,08	539,56
1	131	Espátula plástica p/ ionômero n° 142, com 16,2cm de comprimento.	MAQUIRA		UN	25.00	6,73	168,25
1	132	Pontas para acabamento shofu, autoclavavel, do tipo: vela, lápis, esférica, pera e cilindrica.	DEDECO		UN	30.00	19,94	598,20
1	133	Vaselina sólida, pote com 90 gramas, uso tópico (adulto e pediátrico).	LYSANDA		UN	25.00	11,95	298,75
1	134	Teste biologico para auto clave	2I		UN	360.00	3,63	1.306,80
1	135	Incubadora para teste biológico	2I		UN	6.00	151,22	907,32
1	136	Medidor de ph para água, digital.	PH		UN	5.00	76,00	380,00

1	137	Alavancas heidbrink	CASSIFLEX		UN	10.00	47,60	476,00
1	138	Solução antisséptica bucal á base de gluconato de clorhexidina a 0,12% embalagem com 1,1 l.	REYMER		UN	30.00	38,02	1.140,60
1	139	Papel carbono articular: espessura de 0,02 milímetros e 10 centímetros de comprimento por folha.	IODONTOSUL		UN	70.00	5,39	377,30
1	140	Óxido de zinco e eugenol: base de óxido de zinco e eugenol reforçado por polímeros; presa rápida. Pasta moldagem, material básico óxido de zinco e eugenol, tipo base + catalisador, apresentação conjunto completo	DENTSPLY		UN	10.00	124,21	1.242,10
1	141	Espatula para resina: com pontas ativas banhadas em nitreto de titânio confeccionadas em aço inoxidável; com ponta dupla. Espátula odontológica, material aço inoxidável com pontas em titânio, modelo nº01, tipo uso p/ aplicação e escultura de reseina composta, características adicionais duplo, cabo c/ silicone, esterelização autoclavável.	PRISMA		UN	60.00	58,06	3.483,60
1	142	Fresa de carboneto de tungstenio de pm ponta minicut: 1520	AMERICAN		UN	2.00	54,00	108,00
1	143	SUGADOR, MATERIAL:PVC/ POLIPROPILENO, TIPO:ENDODÔNTICO.	MAX CLEAN		PC	100.00	16,20	1.620,00
1	144	CONE ENDODÔNTICO, TIPO:ABSORVENTE, MATERIAL:PAPEL, CALIBRE:1ª SÉRIE, COMPRIMENTO:28 MM, APRESENTAÇÃO:ESTOJO 120 PONTAS, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:SORTIDA, ESTERILIDADE:ESTÉRIL	MK LIFE		UN	30.00	41,58	1.247,40
1	145	CUNHA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:ACRÍLICO, TIPO:ANATÔMICA, APLICAÇÃO: RESTAURAÇÃO INTERPROXIMAL, TIPO PONTA:FINA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEÇÃO TRIANGULAR, LISA, REFLEXÍVEL, SORTIDAS, TRANSMITÂNCIA:TRANSPARENTE	TDV		CX	30.00	36,77	1.103,10
1	146	DISCO - USO ODONTOLOGIA, TIPO:LIXA, MATERIAL:POLIÉSTER + ÓXIDO DE ALUMÍNIO, TIPO FACE:MONOFACE, DIÂMETRO:CERCA DE 3/8 POL, TIPO DO ENCAIXE:ENCAIXE DE ILHÓS P/ MANDRIL DE PRESSÃO, TIPO USO:DESCARTÁVEL	TDV		KIT	5.00	270,46	1.352,30
1	147	ARTICAÍNA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA COM EPINEFRINA, CONCENTRAÇÃO:4% + 1/200.000, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL. EMBALAGEM COM 50 TUBETES, 1,8 ML CADA	DFL		CX	12.00	198,68	2.384,16
1	148	CÂMARA ESCURA REVELAÇÃO RAIO X, MATERIAL:PLÁSTICO, USO:PORTÁTIL, COMPONENTE:ABERTURA C/ ANGULAGEM, COMPONENTE 1:BASE REMOVÍVEL, ACESSÓRIOS:C/ LUVAS REMOVÍVEIS E VISOR FOTOPROTETOR, ACESSÓRIOS 1:ATÉ 5 RECIPIENTES, ADICIONAL:C/ LUZ LED	ESSENCE DENTAL		UN	1.00	321,58	321,58
1	149	PONTEIRA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, MODELO: PONTA C/ DUPLA CURVATURA, C/ REFRIGERAÇÃO, APLICAÇÃO:RASPAGEM / REMOÇÃO DE TÁRTARO, COMPATIBILIDADE:ENCAIXE ESPECÍFICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:P/ CÁLCULOS PESADOS	SCHUSTER		UN	15.00	74,26	1.113,90
1	151	PONTEIRA ULTRASSOM ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, MODELO: PONTA CURVA, FINA, C/ REFRIGERAÇÃO, APLICAÇÃO:RASPAGEM / REMOÇÃO DE TÁRTARO, COMPATIBILIDADE:ENCAIXE ESPECÍFICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:P/ ALISAMENTO RADICULAR	CHUSTER		UN	15.00	181,99	2.729,85
1	152	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO:CÔNICA , CARACTERÍSTICA ADICIONAL:DUPLA, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, TIPO CORTE:CORTE MÉDIO, NUMERAÇÃO AMERICANA:1045	FAVA		UN	15.00	2,94	44,10
1	153	ACESSÓRIOS - USO ODONTOLÓGICO, TIPO:JACARÉ, PRENDEDOR DE GUARDANAPOS, DE CORRENTE, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO USO:REUTILIZÁVEL	LYSANDA		UN	15.00	9,79	146,85
1	154	AFASTADOR ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:MINESOTA	GOLDRAN		UN	10.00	11,55	115,50
1	155	CUBA USO HOSPITALAR, MATERIAL:AÇO INOX, FORMATO:REDONDO, CAPACIDADE: CERCA DE 150 ML	AÇONOX		UN	10.00	22,28	222,80
1	156	CURETA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, REFERÊNCIA: Nº 85, FORMATO:CÔNCAVO CORPO DUPLO, APLICAÇÃO:CIRURGIA, TIPO:LUCAS, ESTERILIDADE:AUTOCLAVÁVEL	CASSIFLEX		UN	10.00	12,82	128,20
1	157	DESCOLADOR, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO FORMATO:DESTACA PERIÓSTEO, MODELO:MOLT	GOLDRAN		UN	10.00	72,48	724,80
1	158	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:GRACEY, MODELO: Nº 5-6, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO OCO	CASSIFLEX		UN	5.00	39,08	195,40
1	159	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:GRACEY, MODELO: Nº 1-2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO OCO	CASSIFLEX		UN	5.00	40,30	201,50
1	160	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:GRACEY, MODELO: Nº 7-8, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO OCO	CASSIFLEX		UN	5.00	42,16	210,80
1	161	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:GRACEY, MODELO:11-12	CASSIFLEX		UN	4.00	42,42	169,68
1	162	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:GRACEY, MODELO: Nº 9-10, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO OCO	CASSIFLEX		UN	4.00	48,20	192,80
1	163	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:GRACEY, MODELO: Nº 3-4, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO OCO	CASSIFLEX		UN	4.00	53,60	214,40
1	164	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:GRACEY, MODELO: Nº 13-14, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO OCO	CASSIFLEX		UN	4.00	53,00	212,00
1	165	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:GRACEY, MODELO: Nº 15-16, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO OCO	CASSIFLEX		UN	4.00	53,00	212,00
1	166	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, AÇO INOXIDÁVEL, AMBOS OS LADOS, 150, MOLARES, CANINOS,	GOLDRAN		UN	4.00	115,17	460,68

		INCISIVOS E RAÍZES SUPERIORES, 17,5 CM, USO ODONTOLÓGICO						
1	167	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ADULTO, NÚMERO:17 , APLICAÇÃO:USO ODONTOLÓGICO	GOLDRAN		UN	4.00	113,14	452,56
1	168	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ADULTO, NÚMERO:69, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:RAÍZES SUPERIORES E INFERIORES, TIPO USO:AUTOCLAVÁVEL	GOLDRAN		UN	4.00	114,90	459,60
1	169	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ADULTO, NÚMERO:65, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EXTRAÇÃO DE RAÍZES SUPERIORES, AMBOS OS LADOS, REG, TIPO USO:AUTOCLAVÁVEL	GOLDRAN		UN	4.00	115,57	462,28
1	170	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ADULTO, NÚMERO:18 R, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MOLARES SUPERIORES LADO DIREITO, TIPO USO:AUTOCLAVÁVEL	GOLDRAN		UN	4.00	115,62	462,48
1	171	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ADULTO, NÚMERO:18 L, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:MOLARES SUPERIORES LADO ESQUERDO, TIPO USO:AUTOCLAVÁVEL	GOLDRAN		UN	4.00	115,96	463,84
1	172	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ADULTO, NÚMERO:150 , CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PRÉ-MOLARES, INCISIVOS E RAÍZES SUPERIORES, TIPO USO:AUTOCLAVÁVEL	GOLDRAN		UN	4.00	115,93	463,72
1	173	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:INFANTIL, NÚMERO: 151, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DENTES E RAÍZES INFERIORES	GOLDRAN		UN	4.00	116,14	464,56
1	174	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:HEIDBRINCK RETA	CASSIFLEX		UN	4.00	47,60	190,40
1	175	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:HEIDBRINK, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:RAÍZES, TAMANHO: Nº 2	CASSIFLEX		UN	4.00	47,60	190,40
1	176	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:SELDIN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ESQUERDA, REFERÊNCIA: Nº 1, ESTERILIDADE:AUTOCLAVÁVEL	CASSIFLEX		UN	4.00	47,60	190,40
1	177	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:SELDIN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DIREITA, REFERÊNCIA: Nº 1, ESTERILIDADE:AUTOCLAVÁVEL	CASSIFLEX		UN	4.00	47,60	190,40
1	178	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:APICAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:RETA, REFERÊNCIA: Nº 304, ESTERILIDADE:AUTOCLAVÁVEL	CASSIFLEX		UN	4.00	47,60	190,40
1	179	TIRA ABRASIVA - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL + ÓXIDO DE ALUMÍNIO, TIPO CENTRO:CENTRO NEUTRO, COMPRIMENTO:CERCA DE 150 MM, LARGURA:4 MM, APRESENTAÇÃO:ENVELOPE C/ 12 UNIDADES, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	PREVEN		PC	10.00	11,01	110,10
1	180	PASTA PROFILÁTICA, COMPOSIÇÃO BÁSICA:PEDRA POMES, COMPOSIÇÃO:LAURIL SULFATO DE SÓDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM FLUOR	IODONTOSUL		UN	50.00	5,41	270,50
1	181	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA COM EPINEFRINA, DOSAGEM:2% + 1:100.000, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL. TUBETE DE VIDRO	DFL		UN	8.00	189,93	1.519,44
1	185	TESOURA INSTRUMENTAL, MODELO 2:MICRO TESOURA NOYES IRIS, TIPO PONTA: PONTA RETA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 12 CM, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	GOLDRAN		UN	15.00	28,00	420,00
1	186	Ionômero de Vidro Forrador, Kit com 2 seringas com 2,5g cada, aplicado diretamente da seringa, dispensando misturas. É fotopolimerizável	IONOSEAL		CX	30.00	489,02	14.670,60
1	187	PROTETOR DE CERDAS DE ESCOVA DENTAL ADULTO, PACOTE COM 200 UN	MED FIO		PC	10.00	89,89	898,90
1	188	PROTETOR DE CERDAS DE ESCOVA DENTAL INFANTIL, PACOTE COM 600 UN	MED FIO		PC	8.00	108,00	864,00
1	189	CONTRA ANGULO 500 (O CONTRA-ÂNGULO 500 POSSUI GIRO LIVRE DE 360º, SPRAY EXTERNO E ACOPLAMENTO INTRAMATIC. O INSTRUMENTO UTILIZA BROCAS PM DE 2,35MM E BROCAS DE ALTA ROTAÇÃO DE 1,6MM (COM UTILIZAÇÃO DO ACESSÓRIO MANDRIL). BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO)	SCHUSTER		UN	15.00	480,10	7.201,50
1	190	MICROMOTOR 500 (ACOPLAMENTO BORDEN INTRAMATIC. * SPRAY INTERNO. * ROTAÇÃO DE 5.000 A 20.000 RPM. * ENCAIXE INTRAMATIC UNIVERSAL: FÁCIL MANUSEIO: PERMITE GIRO LIVRE DE 360º. * BAIXO NÍVEL DE RUÍDO E VIBRAÇÃO: MENOS ESTRESSE PARA O DENTISTA E PACIENTE. * ESTERILIZÁVEL EM AUTOCLAVE ATÉ 135°C. * GARANTIA: 1 ANO.	SCHUSTER		UN	15.00	499,76	7.496,40
1	191	EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO:JATO BICARBONATO E ULTRASSOM, ASPECTO FÍSICO:MOTOR DE BANCADA, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO ABS, INDICAÇÃO:PROFILAXIA / PERIODONTIA, FONTE:ELETRO-PNEUMÁTICO, INSTALAÇÃO:BIVOLT, COMPONENTES ADICIONAIS:RESERVATÓRIO PÓ, PONTEIR	SCHUSTER		UN	2.00	5.780,36	11.560,72
1	192	PEÇAS - EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO:SACA BROCA, APLICAÇÃO:CANETA ALTA ROTAÇÃO CABEÇA PADRÃO	DENTFLEX		UN	10.00	41,02	410,20
1	193	CANETA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL ROLAMENTO:ROLAMENTO CERÂMICA, VELOCIDADE MÁXIMA:VELOCIDADE MÁXIMA MAIOR 400.000 RPM, REFRIGERAÇÃO:FURO ÚNICO, TROCA DE BROCAS:BOTÃO DE PRESSÃO(PB), TIPO CONEXÃO:CONEXÃO 2 FUROS, TIPO	SCHUSTER		UN	10.00	729,52	7.295,20

		CABEÇA:CABEÇA PADRÃO						
1	195	AGULHA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, APLICAÇÃO: GENGIVAL / ANESTESIA, DIMENSÃO:30 G EXTRA CURTA, TIPO PONTA :COM BISEL TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO:CONECTOR P/ SERINGA CARPULE, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO:C/ PROTETOR	UNIQMED		CX	10.00	26,83	268,30
1	196	INDICADOR BIOLÓGICO, TIPO:SEGUNDA GERAÇÃO, APRESENTAÇÃO:AUTOCONTIDO, AMPOLA COM MEIO DE CULTURA, ESPÉCIE:BACILLUS STEAROTHERMOPHILLUS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PARA ESTERILIZAÇÃO A VAPOR	2I		CX	100.00	29,69	2.969,00
1	197	TIRA ABRASIVA - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL:POLIÉSTER + ÓXIDO DE ALUMÍNIO, TIPO CENTRO:CENTRO NEUTRO, COMPRIMENTO:CERCA DE 170 MM, LARGURA:CERCA DE 2,5 MM, TIPO USO:DESCARTÁVEL	MICRODONT		CX	8.00	14,50	116,00
1	198	ACESSÓRIO PARA RADIOLOGIA, TIPO:CARTELA, MATERIAL:PAPELÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PARA 1 PELÍCULA	PREVEN		PC	10.00	19,44	194,40
1	199	PROTETOR RADIOLÓGICO, MODELO:AVENTAL FRENTE LONGO, OMBRO E COSTA LONGO , MATERIAL:BORRACHA C/ TUNGSTÊNIO, PROTEÇÃO TECIDO:EQUIVALÊNCIA FRENTE 0,50, OMBRO E COSTA 0,25 MM, ADICIONAL 1:AJUSTÁVEL, IMPERMEÁVEL, TAMANHOS:ADULTO	ODONTOLOGIC		UN	1.00	4.888,42	4.888,42
1	200	FIO DE SUTURA, MATERIAL:SEDA, TIPO FIO:4-0, COR:PRETO TRANÇADO, COMPRIMENTO:45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:3/8 CÍRCULO CILÍNDRICA, COMPRIMENTO AGULHA:1,30 CM, ESTERILIDADE:ESTÉRIL	TECHNOFIO		CX	10.00	60,52	605,20
1	201	ACESSÓRIO PARA RADIOLOGIA, TIPO:POSICIONADOR FILME, COMPONENTES: CONJUNTO COMPLETO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:ATÉ 4 UNIDADES, ESTERILIDADE:AUTOCLAVÁVEL, TAMANHO:INFANTIL	MAQUIRA		CX	2.00	76,17	152,34
1	202	FIO DE SUTURA, MATERIAL:NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO:5-0, COR:PRETA, COMPRIMENTO:45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:3/8 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA:1,50 CM, ESTERILIDADE:ESTÉRIL	TECHNOFIO		CX	10.00	45,77	457,70
1	203	EVIDENCIADOR DENTAL, APLICAÇÃO:P/ PLACA BACTERIANA, APRESENTAÇÃO:PASTILHA, EMBALAGEM COM 120 PASTILHAS	BIODINAMICA		CX	10.00	29,37	293,70
1	204	FIO RETRATOR GENGIVAL, MATERIAL:ALGODÃO TORCIDO, TIPO:NÃO IMPREGNADO, ESPESSURA:FINO, APRESENTAÇÃO:EMBALAGEM C/ CERCA DE 2 M, TIPO USO:ESTÉRIL / DESCARTÁVEL	AF DO BRASIL		UN	3.00	14,85	44,55
1	205	IODOPOVIDONA (PVPI), CONCENTRAÇÃO:A 10% (TEOR DE IODO 1%), FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO TÓPICA AQUOSA, FRASCO DE 1 L	RIOQUIMICA		UN	150.00	73,62	11.043,00
1	206	LÂMINA DE BISTURI AÇO CARBONO Nº15C: MODELO: Nº 15C. MATERIAL: AÇO CARBONO. ESTERILIZAÇÃO: POR RAIOS GAMA. COMPATIBILIDADE: CABOS 3, 3L, 3G, 5B, 7, 9, B3 E B3L. APRESENTAÇÃO: CAIXA COM 100 LÂMINAS.	MEDIX		CX	10.00	38,64	386,40
1	207	FIO DE SUTURA NYLON TAMANHO 4-0, COMPRIMENTO DE 45 CM, AGULHA ½ CIRCULAR TRIANGULAR 2,0 CM	TECHNOFIO		UN	5.00	46,11	230,55
1	208	FIO DE SUTURA NYLON TAMANHO 4-0, COMPRIMENTO DE 45 CM, AGULHA 3/8 CIRCULAR TRIANGULAR 2,0 CM	TECHNOFIO		UN	5.00	44,99	224,95
1	209	FIO DE SUTURA NYLON TAMANHO 3-0, COMPRIMENTO DE 45 CM, AGULHA 3/8 CIRCULAR TRIANGULAR 2,0 CM	TECHNOFIO		UN	4.00	45,92	183,68
1	210	FIO DE SUTURA NYLON TAMANHO 6-0, COMPRIMENTO DE 45 CM, AGULHA ½ CIRCULAR TRIANGULAR 1,5 CM	TECHNOFIO		UN	2.00	44,73	89,46
1	211	DESCOLADOR PERIODONTAL MOLT Nº 2-4, INSTRUMENTO CIRÚRGICO NÃO ARTICULADO, CORTANTE, COM FORMATO EM BOLINHA, FABRICADO EM AÇO INOXIDÁVEL. COM UM TAMANHO DE 17CM.	GOLGRAN		UN	15.00	101,06	1.515,90
1	212	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:SELDIN, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:RETA, REFERÊNCIA: Nº 2, ESTERILIDADE:AUTOCLAVÁVEL	CASSIFLEX		UN	10.00	47,60	476,00
1	213	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA CÔNICA DE CORTE CRUZADO, Nº 701, 25MM, ALTA ROTAÇÃO, 100% CARBONETO DE TUNGSTÊNIO K20 DE GRÃO FINO, ESTRUTURA DA LÂMINA COM O ÂNGULO DE INCLINAÇÃO E PROFUNDIDADE, BROCA AUTOCLAVÁVEL, POSSUI TECNOLOGIA "MIRROR GRINDING", ESTRUTURA DA LÂMINA COM O ÂNGULO DE INCLINAÇÃO E PROFUNDIDADE ESPIRAL.	KERR		UN	10.00	15,45	154,50
1	214	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA CÔNICA DE CORTE CRUZADO, Nº 702, 25MM, ALTA ROTAÇÃO, 100% CARBONETO DE TUNGSTÊNIO K20 DE GRÃO FINO, ESTRUTURA DA LÂMINA COM O ÂNGULO DE INCLINAÇÃO E PROFUNDIDADE, BROCA AUTOCLAVÁVEL, POSSUI TECNOLOGIA "MIRROR GRINDING", ESTRUTURA DA LÂMINA COM O ÂNGULO DE INCLINAÇÃO E PROFUNDIDADE ESPIRAL.	KERR		UN	10.00	13,74	137,40
1	215	BROCA CIRÚRGICA CÔNICA DE CORTE CRUZADO HASTE LONGA, Nº 703L, 25MM, ALTA ROTAÇÃO, 100% CARBONETO DE TUNGSTÊNIO K20 DE GRÃO FINO, ESTRUTURA DA LÂMINA COM O ÂNGULO DE INCLINAÇÃO E PROFUNDIDADE, BROCA AUTOCLAVÁVEL, POSSUI TECNOLOGIA "MIRROR GRINDING", ESTRUTURA DA LÂMINA COM O	KERR		UN	10.00	14,69	146,90

		ÂNGULO DE INCLINAÇÃO E PROFUNDIDADE ESPIRAL.						
1	217	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1111 FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,94	88,20
1	218	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 2200 FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,94	88,20
1	219	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3018 FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	OPTION		UN	30.00	7,60	228,00
1	220	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3203 FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	KG		UN	30.00	12,62	378,60
1	221	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 4083, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	KERR		UN	30.00	5,13	153,90
1	222	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 4084, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,94	88,20
1	224	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3018 F, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	KG		UN	30.00	14,46	433,80
1	225	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3018, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	4,36	130,80
1	226	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3018 HL, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	4,36	130,80
1	227	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3017, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	4,36	130,80
1	228	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3017 FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	OPTION		UN	30.00	7,60	228,00
1	229	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 3018 FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO	OPTION		UN	30.00	7,60	228,00

		EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.						
1	230	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 2200 FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,20	66,00
1	231	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1019, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,94	88,20
1	232	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1016 FF, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	FAVA		UN	30.00	2,94	88,20
1	233	BROCA COM PONTAS DIAMANTADAS, PRODUZIDA EM AÇO INOXIDÁVEL DE ALTA RESISTÊNCIA E COM GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL DE DIMENSÃO CONTROLADA Nº 1013 F, PARA INSTRUMENTOS ROTATIVOS ODONTOLÓGICOS, PASSÍVEL DE ESTERILIZAÇÃO EM MEIO FÍSICO-QUÍMICO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE, CONTENDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, NUMERAÇÃO E PROCEDÊNCIA DE FABRICAÇÃO.	OPTION		UN	30.00	5,14	154,20
1	234	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 150MM X 100M	HOPSFLEX		RL	5.00	86,99	434,95
1	235	PAPEL GRAU CIRÚRGICO 50MM X 100M	HOPSFLEX		UN	5.00	44,00	220,00
1	236	POTE DAPPEN DE VIDRO 10 ML	PREVEN		UN	20.00	6,55	131,00
1	237	ANESTÉSICO LIDOCAINA 2% 1:100.000 – DLA, SOLUÇÃO ESTÉRIL INJETÁVEL DE CLORIDRATO DE LIDOCAÍNA (20MG/ML) COM COM VASOCONSTRITOR EPINEFRINA (0,02 MG/ML), ACONDICIONADOS EM CARPULES, TUBETES COM 1,8ML CADA.	DLA		UN	30.00	123,68	3.710,40
1	238	OXIMETRO DIGITAL DE DEDO MEDIDOR DE SATURAÇÃO E OXIGÊNIO NO SANGUE	MEDICLINI		UN	10.00	69,99	699,90
1	239	POSICIONADOR DE RAIO - X INFANTIL AUTOLAVÁVEL. O KIT CONTÉM: 1 POSICIONADOR PARA INCISIVOS E CANINOS SUPERIORES E INFERIORES. 1 POSICIONADOR PARA MOLAR SUPER. DIREITO E INFERIOR ESQUERDO. 1 POSICIONADOR PARA MOLAR SUPERIOR ESQUERDO E INFERIOR DIREITO. 1 POSICIONADOR PARA RADIOGRAFIA INTER PROXIMAL BITE WINGS. 1 POTE PARA ARMAZENAMENTO. 1 DISPOSITIVO PARA MORDIDA (03 UNIDADES). 1 BLOCO DE ADAPTAÇÃO PARA ISOLAMENTO. AUTOLAVÁVEL. COMPOSIÇÃO: POLICARBONATO, PIGMENTO E SILICONE ATÓXICO.	MAQUIRA		UN	7.00	75,33	527,31
1	240	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:INFANTIL, NÚMERO:5, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: indicado para extração de incisivos inferiores ambos os lados	GOLDRAN		UN	4.00	118,49	473,96
1	241	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:INFANTIL, NÚMERO:23, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INDICADO PARA MOLARES DECÍDUOS INFERIORES, CONHECIDO COMO CHIFRE DE BOI.	GOLDRAN		UN	4.00	115,16	460,64
1	242	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:INFANTIL, NÚMERO:27, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: INDICADO PARA EXTRAÇÃO DE MOLARES SUPERIORES DE AMBOS OS LADOS	GOLDRAN		UN	4.00	116,81	467,24
1	243	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:INFANTIL, NÚMERO:44, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:INDICADO PARA RAÍZES SUPERIORES DE AMBOS OS LADOS	GOLDRAN		UN	4.00	116,39	465,56
1	244	FÓRCEPS ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:INFANTIL, NÚMERO:150, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:INDICADO PARA INCISIVOS DECÍDUOS SUPERIORES E RAÍZES	GOLDRAN		UN	4.00	117,00	468,00
1	245	IODOPOVIDONA (PVPI) – DEGERMANTE CONCENTRAÇÃO A 10% (TEOR DE IODO 1%) FROMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO DEGERMANTE. EMBALAGEM 1 LITRO.	RIOQUIMICA		L	100.00	78,60	7.860,00
1	246	HIPOCLORITO DE SÓDIO 1% SOLUÇÃO DE MILTON (EMBALAGEM COM 1L)	RIOQUIMICA		UN	30.00	13,00	390,00
1	247	HIPOCLORITO DE SODIO 2,5% SODA CLORADA (EMBALAGEM COM 1L).	RIOQUIMICA		UN	30.00	14,00	420,00
Total 316.681,92								

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 316.681,92 (Trezentos e dezesseis mil, seiscentos e oitenta e um reais e noventa e dois centavos).

Pinhal de São Bento/PR, 01 de setembro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:FF9F889B

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PLANO DE AÇÃO COEDE

DELIBERAÇÃO Nº005/2026 – COEDE/PR
PLANEJAMENTO DE EXECUÇÃO DO RECURSO
DADOS CADASTRAIS

Município: PINHAL DE SÃO BENTO - PR		
Instituição: Escola Municipal Primo Savoldi		**CNPJ**: 95.590.832/0001-11
Endereço: Rua Avenida São Roque, nº 1525 Centro		**CEP**: 85727-000
Telefone: (46) 99920 2767 **Celular:** (46) 99929 0062		**E-mail institucional:** educacaopsb@pinhaldesaobento.pr.gov.br
Nome do Secretário Municipal responsável pela Política da Pessoa com Deficiência: DELURDES DERZI OLBERMANN DE OLIVEIRA		
Telefone: (46) 98402-7477	Celular: (46) 98402-7477	E-mail: assistenciasocialpsb@gmail.com

Nome do Projeto/Programa/Serviço**: Acessibilidade e Autonomia**

Local/Endereço onde será executado o Projeto/Programa/Serviço: Escola Municipal Primo Savoldi de Pinhal de São Bento PR

DIAGNÓSTICO
A Escola Municipal Primo Savoldi, localizada no Município de Pinhal de São Bento – PR, atende atualmente 182 estudantes. Entre os alunos matriculados, encontra-se uma estudante com deficiência física e comprometimento significativo da mobilidade, demandando condições específicas de acessibilidade, apoio e adaptações que possibilitem sua participação plena e segura nas atividades e espaços escolares.
A estudante não realiza marcha independente, realizando seu deslocamento predominantemente pelo solo, o que evidencia a existência de barreiras de acessibilidade que podem limitar sua circulação e participação nos diferentes ambientes da unidade escolar. Nesse sentido, torna-se necessária a adoção de recursos de acessibilidade e de adaptações estruturais compatíveis com suas necessidades, visando favorecer sua segurança, autonomia e participação no ambiente escolar.
Diante dessa realidade, identifica-se a necessidade de adequações na estrutura física da Escola Municipal Primo Savoldi, especialmente quanto à eliminação ou redução de barreiras arquitetônicas e à adequação dos acessos aos diferentes ambientes e níveis da unidade escolar. Entre as medidas necessárias, destaca-se a implantação de solução que possibilite o acesso seguro aos diferentes níveis da edificação, incluindo a instalação de elevador, quando tecnicamente indicada, bem como a disponibilização de recursos adequados para facilitar o embarque e desembarque da estudante, a exemplo de banco giratório veicular ou dispositivo de tecnologia assistiva compatível.
As intervenções propostas contribuirão para a garantia de condições mais adequadas de acessibilidade, segurança e participação da estudante, além de promoverem melhorias na infraestrutura da unidade escolar que poderão beneficiar os demais estudantes, profissionais, familiares e usuários que apresentem mobilidade reduzida ou outras necessidades específicas de acessibilidade.
CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA/SERVIÇO
O presente projeto, intitulado “Acessibilidade e Autonomia”, tem por finalidade contribuir para a promoção da acessibilidade, da inclusão e da participação das pessoas com deficiência, por meio da qualificação da estrutura física, dos espaços e dos recursos disponibilizados pela instituição.

A proposta contempla a aquisição de móveis, equipamentos eletrônicos e equipamentos esportivos classificados como bens de capital, destinados à melhoria das condições de atendimento, organização e utilização dos espaços institucionais, bem como ao desenvolvimento das atividades realizadas junto ao público atendido.

Os bens e equipamentos adquiridos deverão contribuir para a qualificação dos serviços ofertados, proporcionando ambientes mais adequados, acessíveis, seguros e funcionais, de modo a favorecer a autonomia, a participação social e o exercício de direitos das pessoas com deficiência.

A disponibilização de recursos tecnológicos também poderá contribuir para a inclusão digital e para a utilização de recursos de tecnologia assistiva, quando compatíveis com as necessidades dos usuários, favorecendo práticas educativas, de desenvolvimento e de participação social.

EQUIPE DE TRABALHO
Direção Escolar: responsável pelo acompanhamento da execução do projeto, incluindo a organização, aquisição, implantação e utilização dos bens e equipamentos, bem como pelo acompanhamento das adequações realizadas na unidade escolar.
Assistente Social: responsável pelo acompanhamento social dos usuários e suas famílias, realização de orientações e encaminhamentos, identificação de demandas socioassistenciais e articulação com a rede de proteção e demais políticas públicas, quando necessário.
PÚBLICO-ALVO
Pessoas com deficiência física ou com mobilidade reduzida, incluindo aquelas que apresentem necessidades específicas de acessibilidade e apoio, especialmente usuários em situação de vulnerabilidade social atendidos pela instituição.
OBJETIVO GERAL
Fortalecer as condições estruturais, de acessibilidade e de atendimento da instituição, por meio da aquisição de móveis, equipamentos eletrônicos e equipamentos esportivos, contribuindo para a promoção da inclusão social, da autonomia, da participação e da melhoria da qualidade de vida das pessoas com deficiência.
OBJETIVOS ESPECÍFICOS
Adquirir móveis adequados às necessidades institucionais, contribuindo para a organização, funcionalidade, acessibilidade e melhoria dos espaços de atendimento;
Disponibilizar equipamentos eletrônicos que contribuam para o desenvolvimento das atividades institucionais, educativas e administrativas, bem como para a inclusão digital e utilização de recursos de tecnologia assistiva, quando aplicável;
Aprimorar as condições de acessibilidade, segurança, conforto e funcionalidade dos espaços utilizados pelos usuários e profissionais;
Qualificar a estrutura e os recursos disponíveis para a oferta dos serviços, contribuindo para maior efetividade das ações desenvolvidas;
Favorecer a inclusão social, a autonomia e a participação das pessoas com deficiência nos espaços institucionais e comunitários;

Contribuir para a redução de barreiras que possam limitar o acesso, a permanência e a participação das pessoas com deficiência nas atividades desenvolvidas pela instituição.

METAS DE ATENDIMENTO

Adquirir e disponibilizar móveis adequados às necessidades da instituição, promovendo melhorias na organização, funcionalidade e acessibilidade dos espaços de atendimento;

Adquirir equipamentos eletrônicos e demais bens previstos no plano de trabalho, de acordo com as necessidades identificadas e com a finalidade do projeto;

Beneficiar indiretamente 100% dos usuários atendidos pela instituição, por meio da melhoria da infraestrutura, dos espaços e dos recursos disponibilizados;

Promover ambientes institucionais mais seguros, acessíveis, organizados e adequados às necessidades das pessoas com deficiência;

Ampliar as condições para a participação e inclusão dos usuários nas atividades desenvolvidas pela instituição;

Qualificar as condições de oferta dos serviços, mediante a disponibilização de estrutura e recursos compatíveis com as necessidades do público atendido durante o período de execução do projeto.

METODOLOGIA

A execução do projeto ocorrerá a partir do levantamento e da identificação das necessidades institucionais, considerando as demandas apresentadas pelo público atendido, as condições de acessibilidade existentes e as prioridades estabelecidas pela equipe responsável.

A aquisição dos bens será realizada em conformidade com a legislação e as normativas vigentes, observando critérios de qualidade, adequação, durabilidade, funcionalidade e compatibilidade com as necessidades identificadas, bem como a disponibilidade orçamentária e os princípios aplicáveis à administração pública.

Os bens e equipamentos adquiridos serão incorporados ao patrimônio e à estrutura de utilização da instituição, sendo destinados exclusivamente às finalidades previstas no projeto e utilizados de forma contínua nas atividades e serviços desenvolvidos junto ao público-alvo.

As ações serão acompanhadas pela equipe responsável, que deverá observar a adequada utilização dos recursos, a manutenção das condições de acessibilidade e a contribuição dos bens adquiridos para a melhoria dos serviços e do atendimento prestado.

A aquisição dos itens previstos será realizada de acordo com as necessidades identificadas durante a execução do projeto e em conformidade com o plano de trabalho aprovado.

O projeto terá duração de 24 meses, contados a partir da data de transferência dos recursos.

ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO

O acompanhamento e a avaliação do projeto ocorrerão de forma contínua e sistemática, com o objetivo de verificar o cumprimento das metas estabelecidas, a adequada execução das ações e a correta aplicação dos recursos.

O monitoramento será realizado pela equipe responsável pela execução do projeto, com participação da Direção Escolar e do Assistente Social, considerando as respectivas atribuições profissionais. Serão observados, entre outros aspectos, a utilização dos bens adquiridos, as melhorias promovidas nos espaços institucionais, as condições de acessibilidade e os impactos na qualidade dos serviços ofertados aos usuários.

Durante a execução, poderão ser realizados registros documentais e fotográficos das aquisições, adequações e atividades desenvolvidas, bem como relatórios de acompanhamento, visando subsidiar a avaliação dos resultados e a comprovação da execução das ações previstas.

Ao longo do período de vigência, serão identificadas eventuais necessidades de ajustes, adequações ou reorientações, de modo a assegurar que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e que os objetivos e metas estabelecidos no projeto sejam efetivamente alcançados.

Nome do Técnico responsável pela elaboraçã1o do projeto	Marcia Chaves da Silva
Telefone	(46) 99937-7268
E-mail	escolaprimosavoldi@gmail.com
Formação/Registro no Conselho	Diretora da Escola Municipal Primo Savoldi

Pinhal de São Bento-PR,31de agostode 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

DELURDES DERZI OLBERMANN DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Larissa Cristiane de Lima Cordova
Código Identificador:EF1AAE93

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 14.989/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001 – Gabinete do Secretário SMDE
09.001.23.691.0011.2010– Coordenação das atividades da indústria e comércio e do gabinete da SMDE

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor

3.1.90.94.00.00	144	1000	Indenizações e restituições trabalhistas	5.000,00
3.3.90.39.00.00	152	1000	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	50.000,00
3.3.90.93.00.00	156	1000	Indenizações e restituições	5.000,00
Total				**60.000,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
09.001 – Gabinete do Secretário SMDE
09.003.23.695.0011.2.012 - Coordenação das Atividades do Turismo

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	206	1000	Equipamentos de material permanente	60.000,00
Total				**60.000,00**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634, 01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 01 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:FEB2AC7F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.987/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
DECRETA:
Art. 1° Nomear os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público, realizado através do Edital nº 338/2022 e com homologação através do Edital nº 630/2022, cumprindo as exigências legais.
CARGO: PROFESSOR

Nome	Admissão
LEYLA LEIANE DA SILVA JOST	01/09/2026
ALZENIR DE LOURDES DE OLIVEIRA	01/09/2026
EDIELE DE FÁTIMA DA SILVA	01/09/2026
CRISTIANE QUEIROZ BARBOSA DA SILVEIRA	01/09/2026
MÁRCIA REGINA BRANDÃO TRIZOTTI	01/09/2026
DIDE WILLRICH PIRES	01/09/2026
JEMIMA AUGUSTA SEVERINO	01/09/2026
VANESSA PEDROSO DINIZ	01/09/2026
THAÍNE NASCIMENTO AMARAL	01/09/2026
NAYRA SUZI SALES DE FREITAS	01/09/2026
QUERLE TAVARES DE ANDRADE	01/09/2026
DEBORA CAROLINE LIMA DOS SANTOS	01/09/2026
BARBARA CAMILLY GONÇALVES DA SILVA	01/09/2026
DENI MICHAEL VIEIRA DO NASCIMENTO	01/09/2026
KARINA PEREIRA DA SILVA	01/09/2026
SIRLENE CASTRO FERNANDES BODACZNY	01/09/2026
ISABELLA LETHICIA DE SOUZA LIMA	01/09/2026
THAIS APARECIDA DA SILVEIRA	01/09/2026
VALDETE NOGUEIRA DE LIM	01/09/2026

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a contar de 01/09/2026.
Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 01 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:56BA33A9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 14.988/2026

Dispõe sobre a conclusão do período de estágio probatório e elevação de subclasse dos professores municipais.
O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, no uso de suas atribuições legais, **DECRETA:**
Art. 1º Os professores abaixo relacionados terão suas subclasses alteradas mediante conclusão e aprovação no processo avaliativo do estágio probatório, conforme prevê a Lei Municipal nº 1.192/2012.

MATRÍCULA	PROFESSOR	SUBCLASSE ATUAL	SUBCLASSE APÓS CONCLUSÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO	INÍCIO	CONCLUSÃO
997651	Elaine Aparecida Neckel	0	3	01/09/2023	01/09/2026
997646	Gisele Robaina	0	3	21/08/2023	21/08/2026
997648	Jessica Fernanda Carneiro	0	3	21/08/2023	26/08/2026
997650	Liriane de Barros Perrotti	0	3	01/09/2023	01/09/2026
997649	Luciane Pereira Rocha	0	3	01/09/2023	01/09/2026
997647	Pamela Aparecida Plucenio	0	3	21/08/2023	26/08/2026

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a data constante no quadro sob a denominação - CONCLUSÃO.
Palácio 29 de janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 01 de setembro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:33833928

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE CONCURSO DE REMOÇÃO Nº 01/2026

A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO DE LOTAÇÃO E REMOÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO, designada pela Portaria nº 628/2026, no uso de suas atribuições, considerando a Lei Municipal nº 885/1998, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 1.762/2013, especialmente as disposições relativas à lotação e à remoção, e o Decreto Municipal nº 175, de 01 de setembro de 2026, que regulamenta o Plano de Lotação dos profissionais do Quadro Próprio do Magistério Municipal, TORNA PÚBLICO o Concurso de Remoção nº 01/2026, mediante as normas e condições estabelecidas neste Edital.

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1. O presente Edital estabelece as normas e os procedimentos para o Concurso de Remoção dos integrantes efetivos do Quadro Próprio do Magistério Municipal - QPM, entre os estabelecimentos da Rede Municipal de Ensino de Pitanga.
2. Entende-se por remoção a passagem do integrante efetivo do Quadro Próprio do Magistério de um estabelecimento de ensino para outro, sem alteração de sua situação funcional.
3. Para os fins deste Edital, consideram-se estabelecimentos de ensino os Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs, as Escolas Municipais Urbanas e as Escolas Municipais do Campo, em conformidade com o art. 8º do Decreto nº 175/2026.
4. O processo de remoção observará o Plano de Lotação regulamentado pelo Decreto nº 175/2026, o quadro efetivo de cada estabelecimento e a real necessidade da comunidade escolar.
5. Poderão participar do processo os servidores efetivos ocupantes dos cargos abrangidos pelo Plano de Lotação: Professor, Agente Educacional, Auxiliar Administrativo da Educação e Assessor Técnico Pedagógico, observadas as vagas existentes ou supervenientes e os requisitos deste Edital.
6. Fica vedada a remoção do servidor que esteja em estágio probatório, em consonância com o art. 9º, inciso I, do Decreto nº 175/2026.
7. O número inicial de vagas por estabelecimento de ensino consta do Anexo I. As vagas poderão sofrer alteração em razão das hipóteses previstas no art. 5º do Decreto nº 175/2026, inclusive por redução de matrícula, fechamento de turmas ou estabelecimento, alterações estruturais ou funcionais do setor educacional, remoção e interesse do serviço público.
8. As situações excepcionais serão decididas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, observada a legislação em vigor, nos termos do art. 7º do Decreto nº 175/2026.

II - DAS INSCRIÇÕES
9. As inscrições são gratuitas e serão realizadas presencialmente na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - SEMECE, no dia 22 de setembro de 2026, das 8h às 17h.
10. Para se inscrever, o candidato deverá preencher e assinar a Ficha de Inscrição constante do Anexo III deste Edital.
11. Será considerada apenas uma inscrição por matrícula funcional.
12. O candidato que possuir dois cargos efetivos de 20 (vinte) horas semanais terá sua inscrição, classificação e eventual remoção analisadas separadamente para cada matrícula.
13. O candidato poderá indicar de 01 (um) a 03 (três) estabelecimentos de ensino, em ordem de prioridade.
14. Será admitida a indicação de estabelecimento no qual não haja vaga inicialmente prevista no Anexo I, pois poderão surgir vagas no decorrer do processamento das remoções.
15. Ao realizar a inscrição, o candidato declara conhecer e concordar com todas as disposições deste Edital, não podendo alegar desconhecimento posteriormente.
16. O correto preenchimento da ficha, a veracidade das informações, a apresentação da documentação e o acompanhamento dos prazos são de inteira responsabilidade do candidato.
17. Não serão aceitas inscrições fora do prazo ou por meio diverso do presencial.
18. As dúvidas relativas ao processo poderão ser encaminhadas à Comissão pelo e-mail **remocaolotacao@gmail.com.**

III - DA DOCUMENTAÇÃO
19. Para efetivar a inscrição, o candidato deverá apresentar, conforme a legislação municipal aplicável:
I - cópia do CPF;
II - Certidão de Tempo de Serviço no Magistério Municipal de Pitanga, computado até 22 de setembro de 2026, emitida pelo Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Pitanga;
III - cópia do holerite referente ao mês de agosto de 2026;
IV - documentos comprobatórios dos títulos e dos cursos de formação continuada que pretenda pontuar.
20. As cópias deverão ser apresentadas acompanhadas dos respectivos originais para conferência.
21. Não será admitida, após o encerramento das inscrições, a juntada de documentos destinados a suprir ausência de documento obrigatório ou de título não apresentado no prazo, ressalvada a correção de erro material ou a apresentação de documento expressamente solicitada pela Comissão para esclarecimento de documento já entregue.
22. O candidato responde administrativa, civil e penalmente pela veracidade das informações e documentos apresentados.

IV - DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

23. Para o cargo de Professor, a classificação observará os critérios de pontuação abaixo, preservados os parâmetros constantes da minuta original do certame:

Títulos/Tempo de Serviço	Pontuação	Limite	Pontuação Máxima
Pós-graduação na área da Educação, sendo especialização lato sensu com carga horária mínima de 360 horas, ou mestrado/doutorado reconhecido na forma da legislação educacional	5 pontos por título	2 títulos	10 pontos
Graduação em licenciatura	10 pontos por título	2 títulos	20 pontos
Formação continuada na área da Educação, com certificados de no mínimo 8 horas, realizados/concluídos no período definido neste Edital	0,1 ponto por hora	100 horas	10 pontos
Tempo correspondente ao estágio probatório já cumprido pelo candidato apto a participar	0,1 ponto por mês	36 meses	3,6 pontos
Tempo de serviço efetivo após o cumprimento do estágio probatório no QPM de Pitanga	0,2 ponto por mês	282 meses	56,4 pontos

24. A pontuação máxima será de 100 (cem) pontos.
25. Para fins de formação continuada, somente serão aceitos certificados com carga horária igual ou superior a 8 (oito) horas, observado o limite máximo de 100 (cem) horas. Deverão ser considerados os cursos concluídos no período de 04/10/2024 a 22/09/2026, conforme previsto na minuta original.
26. O período correspondente ao estágio probatório somente será computado como tempo pretérito já cumprido pelo candidato que tenha concluído o estágio e esteja apto a participar do concurso, não afastando a vedação prevista no item 6.
27. Para a contagem do tempo de serviço, serão considerados os meses completos certificados pelo Departamento de Recursos Humanos.
28. Havendo participação de Agente Educacional, Auxiliar Administrativo da Educação ou Assessor Técnico Pedagógico em razão de vaga existente ou superveniente, a Comissão deverá aplicar os critérios de classificação previstos na legislação municipal específica do cargo. Na ausência de disciplina suficiente no presente Edital, não será criada pontuação por analogia aos Professores, devendo a situação ser previamente regulamentada e publicizada.
29. Em caso de empate na classificação dos Professores, serão observados, sucessivamente, os seguintes critérios: I - maior tempo de serviço no Magistério Municipal; II - maior pontuação em títulos de Graduação e Pós-Graduação; III - maior idade, considerando dia, mês e ano de nascimento.

V - DO PROCESSAMENTO DAS REMOÇÕES
30. Os candidatos serão classificados em ordem decrescente de pontuação, observados os critérios de desempate.
31. A atribuição das vagas observará, conjuntamente, a ordem de classificação do candidato e a ordem de preferência indicada em sua ficha de inscrição.
32. As vagas que surgirem em decorrência das próprias remoções poderão ser incorporadas ao processo, permitindo o atendimento das opções indicadas pelos candidatos, desde que compatíveis com o Plano de Lotação e com a real necessidade da unidade escolar.
33. A indicação de unidade escolar sem vaga inicial não assegura direito à remoção, ficando o atendimento condicionado ao surgimento de vaga e à ordem de classificação.
34. O resultado provisório deverá indicar, no mínimo, a matrícula do candidato, a pontuação obtida, a classificação e, quando contemplado, a unidade escolar correspondente.

VI - DOS RECURSOS E DA REVISÃO
35. O resultado provisório será publicado em 25 de setembro de 2026, conforme o Anexo II.
36. Caberá recurso contra o resultado provisório nos dias 28 e 29 de setembro de 2026, mediante requerimento escrito, devidamente fundamentado, protocolado presencialmente na SEMECE.
37. A Comissão apreciará os recursos em 30 de setembro de 2026, com publicação das respectivas decisões em 01 de outubro de 2026.
38. Da decisão da Comissão caberá pedido de revisão ao Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no período de 02 a 07 de outubro de 2026, limitado às matérias anteriormente discutidas no recurso.
39. Os pedidos de revisão serão apreciados em 08 de outubro de 2026.
40. Não será admitida, em sede de recurso ou revisão, a apresentação de novo título ou documento que deveria ter sido apresentado no período de inscrição, ressalvada a comprovação de erro material.
41. O resultado final será publicado e homologado em 09 de outubro de 2026.

VII - DA HOMOLOGAÇÃO E DOS EFEITOS DA REMOÇÃO
42. O resultado final do Concurso de Remoção será homologado pelo Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esporte e divulgado na imprensa oficial do Município.
43. Após a homologação, os candidatos contemplados serão convocados para ciência e formalização da remoção e para recebimento do respectivo Encaminhamento de Lotação.
44. As remoções decorrentes deste Concurso produzirão efeitos a partir do início do ano letivo de 2027, permanecendo o servidor em exercício na unidade de origem até a data definida pela Administração.
45. A remoção não altera a situação funcional do servidor e deverá respeitar a jornada, o cargo e as demais condições legalmente estabelecidas.
46. Eventual desistência após a homologação será apreciada pela Administração à luz do interesse público, da continuidade do serviço e da legislação municipal, não gerando ao candidato direito automático à escolha de outra vaga.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
47. A lotação efetiva permanecerá assegurada nas hipóteses previstas no art. 6º do Decreto nº 175/2026, inclusive aos profissionais que exerçam Direção Escolar, mandato em entidade de classe, assessoramento pedagógico, cargo em comissão ou função gratificada, atuação em programas/projetos/convênios, função de professor coordenador e nas licenças ali previstas.
48. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Lotação e Remoção dos Profissionais do Quadro Próprio do Magistério, com observância da Lei Municipal nº 885/1998, da Lei Municipal nº 1.762/2013, do Decreto nº 175/2026 e das demais normas aplicáveis.
49. Integram este Edital, para todos os efeitos, o Anexo I - Quadro de Vagas, o Anexo II - Cronograma e o Anexo III - Ficha de Inscrição.

Pitanga, 03 de setembro de 2026.

MELANIA BELO GERMANO
Presidente da Comissão Especial do Concurso de Remoção

ANEXO I - QUADRO DE VAGAS
Quadro inicial de vagas, conforme a minuta apresentada. As vagas poderão ser alteradas durante o processo nas hipóteses previstas no Decreto nº 175/2026.

Escola/CMEI	Professor 20h	Agente Educacional 40h	Auxiliar Administrativo 40h	Assessor Técnico Pedagógico 40h

E. M. Afonsina M. Sebrenski	01	00	00	00
E. M. Dr. Ivan Ferreira do Amaral	02	00	00	00
E. M. José Bittencourt	01	00	00	00
E. M. Reinaldo N. Ferreira	03	00	00	00
E. M. Santa Regina	02	00	00	00
E. M. Vice Prefeito	01	00	00	00
E. M. C. Afonso A. Camargo	00	00	00	00
E. M. C. Ney Braga	02	00	00	00
E. M. C. São Judas	00	00	00	00
E. M. C. Ângelo Seguro	00	00	00	00
E. M. C. Carlota P. Berardi	00	00	00	00
E. M. C. Chico Mendes	01	00	00	00
E. M. C. Ébano Pereira	00	00	00	00
E. M. C. Mascarenhas de Morais	01	00	00	00
E. M. C. Renê Rocha	02	00	00	00
E. M. C. Sagrada Família	00	00	00	00
CMEI Antonieta Landgraf	01	00	00	00
CMEI Elsa Lerner	03	00	00	00
CMEI Leonor L. Hrysyk	04	00	00	00
CMEI Miguel Eduardo Nalini Adur	02	00	00	00
CMEI Santa Izabel - Mirna Ledaci Franzolozzo Galafassi	01	00	00	00
CMEI Santa Rosa	01	00	00	00

ANEXO II - CRONOGRAMA

Atividades	Data
Publicação - Decreto nº 175/2026 - Plano de Lotação	02/09/2026
Prazo para recursos da Lotação	02 a 04/09/2026
Publicação do Edital de Concurso de Remoção	04/09/2026
Período de Inscrições	22/09/2026
Análise das Inscrições e Documentação pela Comissão	23 e 24/09/2026
Publicação do Resultado Provisório	25/09/2026
Prazo para recurso do Resultado Provisório	28 e 29/09/2026
Apreciação dos Recursos pela Comissão	30/09/2026
Publicação das decisões dos Recursos	01/10/2026
Prazo para Pedido de Revisão ao Secretário	02 a 07/10/2026
Análise dos Pedidos de Revisão	08/10/2026
Publicação e Homologação do Resultado Final	09/10/2026

ANEXO III - FICHA DE INSCRIÇÃO
PROCESSO DE REMOÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO
TERMO DE ACEITE
( ) Declaro que li e concordo com todos os termos e condições do Edital nº 01/2026.
1. DADOS PESSOAIS E FUNCIONAIS
Nome completo: _____
Número da matrícula: _____ Cargo: _____
Telefone/WhatsApp: (____) _____ E-mail: _____
Data de nascimento: ____/____/__ CPF: _____
Unidade de lotação atual: _____
2. DOCUMENTAÇÃO
( ) CPF
( ) Holerite referente a agosto de 2026
( ) Certidão de Tempo de Serviço emitida pelo RH, computada até 22/09/2026
( ) Diplomas/certificados de graduação
( ) Certificados de pós-graduação
( ) Certificados de formação continuada
3. TEMPO DE SERVIÇO
Tempo certificado pelo RH: _____ anos, _____ meses e _____ dias.
4. QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E TITULAÇÃO - PROFESSOR
Quantidade de graduações em licenciatura apresentadas: _____
Quantidade de pós-graduações apresentadas: _____
Total de horas de formação continuada apresentadas: _____ horas.
5. OPÇÕES DE REMOÇÃO
1ª opção: ___
2ª opção: ___
3ª opção: ___
6. DECLARAÇÃO DE VERACIDADE
Declaro, sob as penas da lei, que todas as informações prestadas nesta ficha e os documentos apresentados são verdadeiros e autênticos.
Pitanga, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Servidor Candidato

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:125D0A44

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 688, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretaria Municipal da Saúde, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.
§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretaria Municipal da Saúde.
§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.
§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de agosto à 31 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 01 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

ADRIELE ANDREIA INÁCIO
Secretário Municipal da Saúde

ANEXO **ÚNICO**
TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRATIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
50366	Adriana Marcondes Trentin	Técnico Enfermagem	20	Vacinação
50210	Adriano Fiori	Dentista	30	Atendimento especializado Ortondentia
50180	Amélia Rozane Monteiro	Auxiliar de Saúde Bucal	90	Atividades extras no setor de Odontologia Radiologia
50206	Ana Flavia Bolzani de Oliveira	Dentista	20	Atendimento ESF Santana
50174	Aline de Souza Iarosz	Farmacêutica	50	Coordenação e extras farmácia (horário do almoço até 18)
209461	Ana Paula Becher Veiga	Enfermeira	25	Coordenação Unidade + Coordenação da Mulher
209101	Andreia Pereira Esser	Serviços gerais	20	Apoio recepção
17161	Antonio Correia	Pedreiro	55	Pintura noturna e finais de semana
505331	Bruno Moreira Soares	Nutricionista	50	Coordenação Sistemas de informação + complementação carga horária
54565	Celio Adriano Soares	Fiscal Geral	40	Coordenação – Ações de Bloqueio da Dengue
51784	Celia Aparecida Lopez Telles	Auxiliar de Enfermagem	20	Eletrocardiograma
50178	Cristina Stoski	Auxiliar de Enfermagem	60	Vacina + Equipe de transferência à em escalas de plantão e sobreaviso 24 horas
503811	Cleusa Nilsa Fachin	Auxiliar de Saúde Bucal	40	Atividades Extras no setor de Odontologia
50929	Claudineia da Costa	Agente Comunitaria	40	Atividades extras na Farmacia
50365	Cleusi dos Santos	Tec. Enfermagem	20	Vacinação
502011	Claudio Corteli	Motorista	90	Coordenação da Frota da Saúde
52865	Corinne Guntzel Lealdino	Enfermeiro	50	Coordenação Vigilância Saúde e Coordenação de licitação
506768	Daniele Ferreira Jorge	Aux de Saúde Bucal	40	Atividades extras na Odontologia
54564	Daniela Bachuk Vaz	Fiscal Geral	40	Coordenação – Controle Zoonoses
146211	Denis Moreira da Silva	Cirurgião Dentista	40	Atende especialidade
50363	Diana Stange Jumes	Tec. Enfermagem	60	Vacinação
50893	Dilamar Ribeiro Turossi	ACS	20	Manutenção unidade cantú
207161	Dirceu Daudt Colaços	Motorista	90	Coordenação transporte
50176	Edilaine Ap. Venancio	Tec. Enfermagem	60	Vacina + Jogos + Equipe de transferência sobreaviso
143891	Elizandra Kratchei	Auxiliar de Saúde Bucal	40	Atividades Extras no setor de Odontologia
52685	Eleandro Gonçalves Cordeiro	Técnico De Enfermagem	25	Equipe de transferência à em escalas de plantão e sobreaviso 24 horas
503941	Elizeo Gonçalves da Silva Filho	Enfermeiro	60	Extra Postão
174421	Eloisa Martins da Silva	Aux Consultório Dentário	75	Coordenação odonto, RX e assistência.
139432	Enetes Teixeira do Nascimento	Enfermeiro	20	Coordenação e Equipe
52866	Ginaina Cátia de Pra Oliveira	Enfermeiro	30	Coordenação APS, responsável pelos agentes comunitários de saúde (70), 22 Unidades de saúde.
504741	Ilda Chavaren	Auxiliar De Enfermagem	70	Vacina + Equipe de transferência à em escalas de plantão e sobreaviso 24 horas
50191	Janete Karoluz	Tec. Enfermagem	35	Transferências+jogos+ vacinação
50312	Jessica Patricia Letreille	Fiscal Geral	40	Coordenação ações de Saúde do trabalhador e Vigilância ambiental
50304	Juarez felipe de Oliveira	Auxiliar Administrativo	90	Coordenação TFD
24101	José Oscar de Lima	Eletricista	75	Manutenção odontologia (cadeiras e autoclaves)
54044	Kauana Antonieli Bianek	Enfermeiro	20	Acumulo Saúde da Mulher - CMASP
503921	Kelly Borges Pereira	Enfermeiro	30	Coordenação e Equipe
50302	Leidiane de Lima Martins	Auxiliar de Laboratório	75	Atividades Laboratório e Meio Ambiente
53065	Loriane Ap. Vidal	Serv Gerais	40	TFD + Telefone + Agendamento + Limpeza
50188	Luciana de França	Psicóloga	20	Coordenação E-multi
50922	Luciane Stafim Buchmann	Assistente Social	70	Ampliação de carga Horaria
52524	Marcio Senko	Motorista	90	Coordenação do Transportes
50182	Maria Candida Delgado	Tecnico Em Enfermagem Esf	20	Manutenção da UBS 15
50364	Marilene Ap Batista de Oliveira	Tec. Enfermagem	20	Vacinações
126881	Miguel Sgarbi Ruiz	Cirurgião Dentista	30	Atende especialidade
503861	Miguel de Matos	Auxiliar De Enfermagem	70	Equipe de transferência à em escalas de plantão e sobreaviso 24 horas
53548	Natalia de Souza Hrysyk	Enfermeiro	20	Coordenação Vigilância Epidemiológica
146131	Oriana Bini Fernandes Silva	Cirurgião Dentista	100	Dobra de carga horária
52686	Otilia Bueno de Oliveira	Tec. Enfermagem	20	Vacinação
50140	Poliana Mendes Lampugnani	Auxiliar Administrativo	50	Farmacia

54804	Priscila Cedorak Mazur	Ag Combate Endemias	60	Conselho de Saúde/Coordenadora de Endemias
50181	Roseli Aparecida Moreira	Auxiliar de Saúde Bucal	40	Atividades Extras no setor de Odontologia
50362	Roseli de Paulo	Tec. Enfermagem	20	Vacinação
50842	Roziane Cardoso	Enfermeira	30	Coordenação CAPS
2022	Rodrigo de Assis Bayer	Enfermeiro	30	Coordenação de Unidade
503931	Robson Alex Beraldeli	Enfermeiro	30	Coordenação e Equipe
239981	Simone Lie Ota	Enfermeiro	20	Coordenação e Equipe
53565	Suelen Camila Alves dos Santos	Enfermeira	30	Cobrir 2 unidades até o PSS
50903	Willian Meurer da Silva	Enfermeiro	20	Cobrir 2 unidades até o PSS
50179	Sandra Chaicoski	Tec. Enfermagem	50	2 salas de vacina
503901	Sonia Maria Proença	Auxiliar De Enfermagem Esf	80	Suporte abordagens CAPS + transferências
50212	Sirelde Vetorazzi	Tec. Enfermagem	50	Coord. Postão + Equipe volante interior + Plantão fds jogos + transferências
50353	Tayrine Binde Orben	Auxiliar Administrativo	50	Atividades Extras no setor de Compras e Licitações.
503981	Ivan Pohlod	Ag Combate Endemias	40	Coordenação de Endemias Dengue
9301	José Benjamim Botko	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
207171	Neri Martins	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
9141	Pedro Bosch	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
205751	Juliano Becher Vujanski	Auxiliar de Serviços Gerais	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
15621	Jose Divonzir Dias	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
11711	Osmar Vicente Aramoni	Operador de Maquinas	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
52504	Edson Luiz Morais Alves	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50022	Antônio Elivelton Poleto	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50157	Aguinaldo de Jesus Galdin	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
52509	Fabio João dos Santos	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50196	Gilberto Antonio de Lima Junior	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50198	Douglas Alves de Campos	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
13841	José Zildemir Bonassoli	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
51609	Cleison Juliano Kubis	Guardião	60	Realizou horas extras necessárias no exercício da função de Guardião, assegurando apoio, organização, responsabilidade ampliada nas atividades de transporte e serviços da Secretaria de Saúde, bem como, finais de semana e feriados.
501851	Weslley Borges Pereira	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
51007	Saulo de Camargo	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de

				pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
51486	Sebastião Andrade de Souza	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50990	Idinei Jaor Tatsch	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
52545	José Mateus Vianna da Cruz	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
54285	Thiago de Lima	Auxiliar de Serviços Gerais	60	Realizou horas extras necessárias no exercício da função de Guardião, assegurando apoio, organização, responsabilidade ampliada nas atividades de transporte e serviços da Secretaria de Saúde, bem como, finais de semana e feriados.
50197	Carlos Latczuk	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50025	Geraldo de Andrade	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
188011	Claudilei de Souza	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50973	Pedro Aurelio Pires dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	60	Realizou horas extras necessárias no exercício da função de Guardião, assegurando apoio, organização, responsabilidade ampliada nas atividades de transporte e serviços da Secretaria de Saúde, bem como, finais de semana e feriados.
50202	Abel Plavak de Paula	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
51505	Martinho Boschen	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:110ACD16

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 689, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.
§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte.
§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.
§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de agosto à 31 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 01 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
SIDINEY HEIDMANN
Secretária Municipal De Educação, Cultura e Esporte

ANEXO ÚNICO

TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

MATRICULA	NOME	CARGO	%	JUSTIFICATIVA
50224	Clodoaldo Shreiber	Professor, responsável pela estrutura e funcionamento das escolas e cmeis do município	15%	Trabalho realizado na SEMECE, com retroativo ao dia 19/01/26
53064	Clodoaldo Shreiber	Professor, responsável pela estrutura e funcionamento das escolas e cmeis do município	15%	Trabalho realizado na SEMECE, com retroativo ao dia 19/01/26
53408	Cirlete Eurich	Professora, responsável pela avaliações internas e externas das Escolas Municipais.	15%	Trabalho realizado na SEMECE.
53505	Cirlete Eurich	Professora, responsável pela avaliações internas e externas das Escolas Municipais.	15%	Trabalho realizado na SEMECE.
135521	Marcia Stoski	Professora, responsável pelos projetos internos e esternos, cerimoniais e eventos.	15%	Trabalho realizado na SEMECE.
51000	Melania Belo Germano	Professora, responsável pela educação especial das escolas e cmeis.	20%	Trabalho realizado na SEMECE.
50093	Melania Belo Germano	Professora responsável pela educação especial das escolas e cmeis.	20%	Trabalho realizado na SEMECE.
50287	Vanilza Carla Euzébio	Professora, coordenadora da Equipe Pedagógica.	90%	Concurso de 20 horas e trabalha 40 horas semanais.
51906	Hellem Guezegoch	Professora, coordenação pedagógica na equipe de ensino e trabalho administrativo.	20%	Trabalho realizado na SEMECE – Licença Maternidade
149311	Tania Calux Arruda	Acessor Técnico Pedagógico, responsável pela documentação escolar.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
208021	Maria Adriane C. B. Castagnoli	Professora, responsável por matrículas no SERE.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
50167	Paulo Sergio Burey	Auxiliar Administrativo, responsável pelas linhas do transporte escolar.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
150082	Cleide Aparecida Ribeiro	Professora, Coordenação, equipe de educação especial e trabalho administrativo.	20%	Trabalho realizado na SEMECE
150081	Cleide Aparecida Ribeiro	Professora, Coordenação, equipe de educação especial e trabalho administrativo.	20%	Trabalho realizado na SEMECE
50081	Sandrielem Kozak Burey	Professora, trabalho com a educação especial das escolas e cmeis.	85%	Trabalho realizado na SEMECE
48982	Ana Cidineia Dala Rosa Pittner	Professora, responsável pelo Centro da Juventude.	85%	Concurso de 20 horas e trabalha 40 horas semanais, no Centro da Juventude.
131531	Juliana Semmer Correia	Acessor Tecnico Pedagógico, responsavel pelos conselhos e plataformas.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
53805	Juliana Ratik	Professora, responsável pela Educação Infantil nivel 04 e 05.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
50218	Juliana Ratik	Professora	15%	Trabalho realizado na SEMECE
50274	Solange Snak	Professora, responsavel pelo ETI e coordenadora da Escola do Campo Mascarenhas de Moraes.	85%	Trabalho realizado na SEMECE
50358	Franciele Carvalho de Oliveira	Professora, responsavel plos Cmeis.	85%	Trabalho realizado na SEMECE
50372	Janaína de Fátima Petrechen França	Professora, coordenação pedagógica, e trabalho administrativo.	85%	Concurso de 20 horas e trabalha 40 horas semanais
50236	Áurea Aparecida de França	Professora, responsável pelo 4º e 5º ano do ensino fundamental.	85%	Concurso de 20 horas e trabalha 40 horas semanais
52864	Jean Moisés Mendes de Miranda	Pintor	60%	Trabalho realizado na SEMECE/ com pinturas e reformas.
138201	Nerci Aparecida Tizott	Professora, responsável pelo museu municipal.	70%	Trabalho realizado na Cultura ee no Museu.
50267	Eliane Cardoso Silva de Lima	Nutricionista, responsável pelos cardápios nos Cmeis e Escolas.	10%	Tem exclusiva dedicação na merenda escolar
144781	Dircelia Aparecida Maia	Auxiliar Administrativo, responsável por documentos, na mere4nda escolar.	10%	Tem exclusiva dedicação na merenda escolar
156441	Vilmar Bezusko	Agente Educacional, responsável por entregar a merenda escolar nos Cmeis e Esolas.	20%	Tem exclusiva dedicação na merenda escolar
505511	Sinhorinha Aparecida Correia Barrankevicz	Serviços Gerais, trabalha na biblioteca na Unicentro.	10%	Unicentro
50732	Ana Paula Gregzigouski	Serviços Gerais, trabalha na secretaria da escola Ivan.	50%	Realiza trabalho administrativo, e presta serviços além do horário de expediente.
55104	Josiane Tonetti	Serviços Gerais, trabalha no esporte, em tempo integral e exclusivo.	60%	Realiza trabalho administrativo, e presta serviços além do horário de expediente.
54284	Adão Choma	Serviços Gerais, trabalha no esporte, em tempo integral e exclusivo.	40%	Realiza trabalho eventos esportivos, e presta serviços além do horário de expediente.
505491	Carlos Campanharo	Guardião, faz pequenos reparos e manutenção, no seu local de trabalho.	25%	Realiza trabalho de manutenção e pequenos reparos, além das suas funções de concurso
50722	Gladir Pereira de Abreu	Serviços Gerais, ajuda a equipe pedagógica da escola no E.T.I. Educação em Tempo Integral.	50%	Realiza trabalho extra, além de sua função de concurso
50062	Marco Antonio Soares de Gois	Auxiliar de Seviços Gerais	50%	Renê Rocha – Refeições do periodo integral
50402	Elma Kovalin de S Godinhos	Professora, responsável pelo E.T.I.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
50070	Marcia Nascimento Lenartovicz	Professora, responsável pela Educação Infantil nivel 4 e 5	15%	Trabalho realizado na SEMECE
55171	Edviges Antonia Iubel Trojan	Oficial Admistrativo	15%	Trabalho realizado na SEMECE
75522	Roselha Carbonar da Silva	Professora / Coordenação	80%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
119592	Telma Landgraf	Professora / Coordenação	60%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, tendo como principal função fazer avaliação psicoeducacional, a qual aponta o melhor caminho para trabalhar alunos com dificuldade de aprendizagem.
50999	Fabiola Vicentim	Professora/Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50261	Suelen Coster Rocha	Professora / Coordenação	80%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
51907	Edina Cristina Socoloski	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para

				alcançar seu potencial.
50099	Edina Cristina Socoloski	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
208241	Janete Machado Vieira	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50238	Elisete de Lima Botko	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
182831	Elisete de Lima Botko	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50296	Adrieli da Costa	Professora / Coordenação	80%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50293	Adriele Maria dultra	Professora / Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50244	Heloisa Fatima da Silva Poterico	Professora/ Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
52009	Solange Norberto Degan	Professora/ Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50250	Solange Norberto Degan	Professora/ Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
202471	Aurea Antunes Binde	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
202472	Aurea Antunes Binde	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50275	Fatima Ramos	Professora / Coordenação	80%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
51888	Celene Taborda	Professora / Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50072	Celene Taborda	Professora / Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
52011	Irene Costa Arant	Professora / Coordenação	60%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50225	Gesieli Vieira	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50120	Indiara Talita Tuon	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50079	Joceli Rodrigues Soldam	Professora / Coordenação	60%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50377	Juliane de Lurdes Domingues	Professora / Coordenação	80%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
148692	Mari Lucia bertoline Watte	Professora / Coordenação	60%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50114	Danieli Ladislau	Professora / Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.

50088	Gracieli de Lima Calixto	Professora / Coordenação	60%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50217	Maiara Castro da Silva	Professora / Coordenação	70%	20 hrs de concurso e 10 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
150832	Roziane Guezgounski	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50123	Rosilene da Luz Kosemba	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50308	Janaina de Lima	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
156791	Marlene Bereza	Agente Educacional / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50163	Liziane dos Santos	Professora / Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50128	Ivonete Iurkv	Professora / Coordenação	80%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50108	Vera Lucia Neduziak	Professora / Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, fazer avaliação psicoeducacional a qual aponta o melhor caminho para trabalhar alunos com dificuldades de aprendizagem.
51504	Marcelo Castro	Motorista	60%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
51485	Robson Castro	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
501781	Jurandir Dominico	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
50911	João Adilson Lukacievz de Moura	Motorista	60%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
51488	Leandro Correia	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
52507	Alderi José Dutra	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
50992	Geraldo Adelço Bonfin	Motorista	50%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
50994	Jamil Lourenço dos Santos	Motorista	60%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
52508	Jair Gruber de Lima	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
165431	Leonardo Vaz	Auxiliar Administrativo	90%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
50203	Jackson Aleff Monteiro Alves	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
50148	Luiz Alberto Wikuats	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
505481	Josimar Pereira	Guarda Patrimonial	40%	Trabalho prestado além do horário e finais de semana, no Centro da Juventude / SEMECE e na Escola Reinaldo durante

				os jogos no qual a escola foi alojamento.
53544	Valdeci de Jesus Lara	Auxiliar de Seviços Gerais	40%	Trabalho prestado além do horário e finais de semana, no Centro da Juventude / SEMECE, sem revezamento de dias pois o outro guardião estava a serviço na escola Reinaldo por ocasião dos jogos escolares.
505841	Marcos Sergio Grezoski	Guarda Patrimonial	40%	Trabalho realizado no Cmei Miguel Eduardo, sem revezamento de dias pois o outro guardião estava a serviço na escola Bittencourt por ocasião dos jogos escolares
505811	Valmir Furlaneto	Guarda Patrimonial	40%	Trabalho realizado no Cmei Miguel Eduardo, e na Escola Bittencourt durante os jogos no qual a escola foi alojamento.
144801	José Nogueira dos Santos	Gari	40%	Trabalho prestado além do horário e finais de semana, no ginásio de esportes.
51685	Fabiano Chaves	Guarda Patrimonial	40%	Trabalho prestado na escola Afonsina diurno e noturno durante os jogos escolares, no qual a escola foi alojamento.
50969	João Lechinski	Guarda Patrimonial	40%	Trabalho prestado na escola Ney Braga.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:92B596B7

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 690, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretária de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.
§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretária de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.
§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.
§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de agosto à 31 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 01 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

ANEXO ÚNICO
TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
SERVIDORES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRATIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
52844	Roberto Cesar Cargnin	Topografo	50	Avaliação de documentação para processos de desmembramentos/unificação, projetos e levantamentos topográficos em geral em atendimento ao Município, e presidente da Comissão de Avaliação Imobiliária, auxilio da engenharia na fiscalização de projetos geral.
50049	Maria Cristina Bertão	Auxiliar Administrativo	30	Análise de projetos externos, uma demanda diária com correções diante das Leis do Município, onde pelo ARQ (Decreto n°91/2024) as correções são limitadas a 3 análises e os que optam pela modalidade convencional (Lei n°49/2018 e Lei °55/2019) as análises são infinitas, tendo casos de chegar até em 12 análises para uma aprovação e aptidão para emitir o alvará.
506714	Alex Antônio dos Santos	Engenheiro Civil	30	Expedição construção, de alvarás de desmembramentos, unificação, loteamentos, habite-se, projetos em geral em atendimento ao Município, fiscalização Engenheiro Civil acompanhamento de obras públicas gerais, responsável pelo módulo OBRAS junto ao TCE-PR, responsável técnico pelo Aterro Sanitário Municipal de Pitanga.
50266	Claudio Estachio	Operador de Maquinas	60	Gestão de Resíduos.
38321	Plinio Aurelio M de Oliveira	Inspetor Tec Saneamento	10	Atendimento da Receita Federal (PAV) e intermediação de mão de obra.
50966	Márcia Regina da Costa	Gari	50	Atendimento ao público; SD(Seguro-Desemprego) e IMO (Intermediação de mão de obra).
1831	Marcelito Sosnitzki	Auxiliar Administrativo	40	Banco Fomento – Análise de viabilidade; Operacionalização de empréstimos e financiamentos.
52969	Jean Marcel Grande Huber	Auxiliar Administrativo	40	Sala do Empreendedor – Formalização do MEI; Cursos e Auxílio em geral aos MEI's.
55024	Adriane de F V Esplogues	Auxiliar Administrativo	60	Gerente da Agência do Trabalhador - Atendimento ao Público; Seguro-Desemprego, Sala do Empreendedor, Banco Fomento e IMO (Intermediação de mão de obra).
50310	Luan Matheus de Oliveira Alves	Fiscal Geral	50	Fiscalização; Vistoria e PGRS.
50360	Welton Thiago dos Santos	Fiscal Geral	60	Fiscalização; Vistoria e PGRS. Apoio Turismo, Agência do trabalhador Atendimento ao público; SD(Seguro-Desemprego) e IMO (Intermediação de mão de obra).
50386	Camila Cordeiro	Ajudante de Serviços Gerais	30	Justifica-se a concessão da gratificação em razão do desempenho de atividades que exigem dedicação, responsabilidade e zelo na limpeza e conservação dos prédios públicos, atendendo Agência do Trabalhador, Parque do Lago e Parque linear.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:DA697304

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 691, DE 01 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.
§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.
§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.
§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de agosto à 31 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 01 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

ROSILENE LAVEZZO MELO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

ANEXO ÚNICO
TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO – SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRATIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
50935	MARISTELA DE MATOS	ASSISTENTE SOCIAL	30%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO IX GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONFORME DA LEI Nº 784/1996 – ESTATUTO DO SERVIDOR – DEVIDO O ACÚMULO DE FUNÇÃO TÉCNICA ASSISTENTE SOCIAL DO ÓRGÃO GESTOR DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA COM A ATUAÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE NA SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A PASTA E RESPONSÁVEL TÉCNICA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
50820	JOSEMARY GIRALDI	PSICOLOGA	30%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO IX GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONFORME DA LEI Nº 784/1996 – ESTATUTO DO SERVIDOR – DEVIDO O ACÚMULO DE FUNÇÃO TÉCNICA PSICÓLOGA, ASSUMINDO TAMBÉM A FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO DO EQUIPAMENTO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONFORME AS NORMATIVAS DO SUAS AS EQUIPES DE REFERÊNCIA PARA OS CRAS DEVEM CONTAR SEMPRE COM UM COORDENADOR, DEVENDO O MESMO, INDEPENDENTEMENTE DO PORTE DO MUNICÍPIO, TER O SEGUINTE PERFIL PROFISSIONAL: SER UM TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR, CONCURSADO, COM EXPERIÊNCIA EM TRABALHOS COMUNITÁRIOS E GESTÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS. O CRAS NÃO POSSUI O COORDENADOR ESPECÍFICO PARA DESENVOLVIMENTO DA FUNÇÃO SENDO A PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA COM O ACÚMULO DESSA FUNÇÃO.
54266	ALESSANDRA IOHN DE ARAUJO	PSICOLOGA	100%	SERVIDORA DESIGNADA ATRAVÉS DE PORTARIA COM DOBRA DE CARGA HORÁRIA PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A SERVIDORA EXECUTA SUA FUNÇÃO ATUANDO 20 HORAS NO SERVIÇO DO CREAS E 20 HORAS COMO COORDENADORA DO SERVIÇO TENDO A DOBRA DE SUA CARGA HORÁRIA. SEGUNDO AS NORMATIVAS DO SUAS A PREVISÃO LEGAL DE TER UM COORDENADOR CONFORME A NOB/RH, É QUE ESSE PROFISSIONAL SEJA DE NÍVEL SUPERIOR COM EXPERIÊNCIA NA ÁREA SOCIAL, EM GESTÃO PÚBLICA E COORDENAÇÃO DE EQUIPES, HABILIDADES PARA COMUNICAÇÃO, COORDENAÇÃO DE EQUIPE.
54265	JAKELINE MARTINS	PSICOLOGA	100%	SERVIDORA DESIGNADA ATRAVÉS DE PORTARIA COM DOBRA DE CARGA HORÁRIA PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE. A SERVIDORA EXECUTA SUA FUNÇÃO ATUANDO 20 HORAS NO SERVIÇO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR E 20 HORAS COMO COORDENADORA DO SERVIÇO TENDO A DOBRA DE SUA CARGA HORÁRIA. SEGUNDO AS NORMATIVAS DO SUAS A PREVISÃO LEGAL DE TER UM COORDENADOR CONFORME A NOB/RH, É QUE ESSE PROFISSIONAL SEJA DE NÍVEL SUPERIOR COM EXPERIÊNCIA NA ÁREA SOCIAL, EM GESTÃO PÚBLICA E COORDENAÇÃO DE EQUIPES, HABILIDADES PARA COMUNICAÇÃO, COORDENAÇÃO DE EQUIPE.
53532	KELI FABIULA DE FRANÇA	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES)

				SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO ASSUMINDO A FUNÇÃO ADMINISTRATIVA NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA AUXILIANDO EM TODA PARTE DE LICITAÇÕES E DEMAIS PROCESSOS VINCULADOS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
53066	LUCIANA DE A RIBEIRO	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO ASSUMINDO A COORDENAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SERVIDORA RESPONSÁVEL PELO CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO CONFORME PORTARIA MDS Nº 1.030, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2024 – III – A DESIGNAÇÃO, PELO GESTOR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO, DE COORDENADOR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DE COORDENADOR DO CADASTRO ÚNICO; A SERVIDORA DESIGNADA É RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DE TODA DEMANDA DE TRABALHO DO SETOR COM ORIENTAÇÃO E APOIO AOS SERVIDORES QUE ATUAM NO CADASTRO ÚNICO, ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DOS USUÁRIOS, CUMPRIMENTO DE PRAZOS DE REFERENTE A DOCUMENTOS, VISITAS DOMICILIARES PARA ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS, E RESPONSÁVEL POR TODOS OS SISTEMAS VINCULADOS AO CADÚNICO.
505091	LIDIA DE FATIMA CANDIDO	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO ATUANDO COMO ORIENTADORA SOCIAL NO CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A QUAL FAZ ABORDAGENS COM OS USUÁRIOS. CONFORME AS NORMATIVAS DO SUAS ATRAVÉS DA NOB/RH O CREAS TEM OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL DE ORIENTADOR SOCIAL SENDO ESSE DE NÍVEL SUPERIOR OU MÉDIO – A SERVIDORA POSSUI FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.
50982	DAIANA MENDES	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO ATUANDO COMO COORDENADORA E CHEFE DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
505271	EDENILDA APARECIDA PEREIRA	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA, VISTO QUE A MESMA ESTÁ EM DESVIO DA FUNÇÃO DO CONCURSO, SENDO DESIGNADO PARA AUXILIAR NO CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS - CPA PARA A REALIZAÇÃO DE CONFECÇÃO DE LANCHES PARA OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS – VINCULADOS A POLITICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ALÉM DE CONFECÇÃO DE LANCHES PARA OS DEMAIS SETORES VINCULADOS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
53547	JULIANA DE LIMA	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
505601	THAIS MARA M ANDRADE	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
50765	ROSILDA APARECIDA MARTINS	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
207971	JUCILEIA ALVES DE FREITAS	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
50061	ROZELIA DA CRUZ MACHADO	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
505461	RUTH DE FATIMA RODRIGUES	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
50767	Salete do Rocio Pereira	Auxiliar de Serviços Gerias	60	Justifica-se o pagamento de gratificação de acordo com a seção III (gratificações) subseção XII da função gratificada sendo que a servidora está atuando como cuidadora social na casa lar paraíso da criança com carga horária de 24/48 hrs, e Adicional Noturno considerando a carga horária executada pela servidora.
50964	ANGELA MARCIA SILVEIRA	GARI	30%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO SENDO QUE A MESMA ALÉM DE SUA FUNÇÃO DE CONCURSO ATUA COMO AUXILIAR NA COZINHA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACONCHEGO, AINDA NOS DIAS EM QUE TEM O SCFV A SERVIDORA FICA EM HORÁRIO DE ALMOÇO PARA SUPRIR A DEMANDA DA COZINHA.
52604	FRANCIELI TRINDADE DE SOUZA	GARI	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO ASSUMINDO ATUANDO COMO SUPERVISORA E COORDENADORA DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, SENDO

				OBRIGATÓRIO O SUPERVISOR NO PROGRAMA. O PAPEL DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA É A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.
53566	PEDRO RODRIGUES S JR.	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR VISTO QUE O MESMO ALÉM DE SUA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DESEMPENHANDO SUAS ATRIBUIÇÕES EM TODAS AS DEMANDAS DE TODOS OS SETORES VINCULADOS À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, AINDA COM EXECUÇÃO DE APOIO EM CONCERTOS E PEQUENOS REPAROS NOS SETORES, AUXILIA NAS DEMANDAS DE CORTES DE GRAMAS DE TODOS OS SETORES VINCULADOS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
50050	JOSÉ ROBERTO LEANDRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR VISTO QUE O MESMO ALÉM DE SUA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO O SERVIDOR ATUA COMO RESPONSÁVEL POR TODA ORGANIZAÇÃO NO ESTOQUE E ALMOXARIFADO VINCULADO A SECRETARIA E AUXILIA EM DEMANDAS DE APOIO AOS SERVIÇO REFERENCIADOS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, COM APOIO A FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA.
50727	MARIA ROSILENE RIBEIRO	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA, VISTO QUE A MESMA ALÉM DE SUA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO EXECUTA SUAS ATRIBUIÇÕES NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS COM ATENDIMENTO AO PÚBLICO PRESTANDO ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS DE CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTOS AINDA PRESTA ORIENTAÇÕES AOS USUÁRIOS QUE PROCURAM O SERVIÇO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DANDO SUPORTE E ORIENTAÇÃO AOS USUÁRIOS QUE NECESSITAM DO SERVIÇO.
140101	GILSON FERREIRA	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	50%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR VISTO QUE O MESMO ESTÁ EM DESVIO DA FUNÇÃO DO CONCURSO, SENDO DESIGNADO PARA COORDENAR O CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS - CPA PARA A REALIZAÇÃO DE CONFECÇÃO DE LANCHES PARA OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS – VINCULADOS A POLITICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ALÉM DE CONFECÇÃO DE LANCHES PARA OS DEMAIS SETORES VINCULADOS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
50963	JOÃO PAULO VIANA	GARI	60	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR, VISTO QUE O MESMO ESTÁ EM DESVIO DA FUNÇÃO DO CONCURSO ATUANDO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV ACONCHEGO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO A FUNÇÃO DE ORIENTADOR SOCIAL.
50317	RENATA BARBOZA NAZARKO	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA, VISTO QUE A MESMA ESTÁ EM DESVIO DA SUA FUNÇÃO DE CONCURSO ATUANDO COMO COORDENADORA DO ESCRITÓRIO SOCIAL QUE PRESTA ATENDIMENTO DE ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS EM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO.
50263	CHRISTIELY FERNANDA MARTINS	MOTORISTA	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA VISTO QUE A MESMA É MOTORISTA PLANTONISTA PARA ATENDIMENTOS DE DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
51489	PEDRO CHECHELAKE	MOTORISTA	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR VISTO QUE O MESMO É MOTORISTA PLANTONISTA PARA ATENDIMENTOS DE DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
51506	LEANDRO KOSLOSKI	MOTORISTA	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR VISTO QUE O MESMO É MOTORISTA PLANTONISTA PARA ATENDIMENTOS DE DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
208171	PAULINA BUENO DA SILVA ANDRADE	AUX SERVIÇOS GERAIS	30%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA, VISTO QUE A MESMA ALÉM DE SUA FUNÇÃO DE CONCURSO A MESMA FICA A DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA EM HORÁRIOS FORA DE EXPEDIENTE DE TRABALHO EXECUTANDO TODA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS CONFERNCIAS E DEMAIS^REUNIÕES AGENDADAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
53530	MARLEI CARVALHO	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ATUA COMO COORDENADORA DO SCFV, QUE ATENDE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.
50978	JEFERSON RADIÃO	AUX SERVIÇOS GERAIS	70%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÕES DO SERVIDOR DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE O SERVIDOR ESTÁ ATUANDO COMO COORDENADOR DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR, FICANDO DE PLANTÃO, ATENDENDO AS DEMANDAS DO SERVIÇO.
50928	SIRLENE PROENÇA MACIEL	ASSISTENTE SOCIAL	20%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO IX GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONFORME DA LEI Nº 784/1996 – ESTATUTO DO SERVIDOR – DEVIDO O ACÚMULO DE FUNÇÃO TÉCNICA ASSISTENTE SOCIAL DO CREAS E NO CRAS, ATENDENDO E FICANDO A DISPOSIÇÃO DOS DOIS SERVIÇOS PSB E PSE/MC
50303	ANA CLAUDIA NUNES DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	20%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO IX GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONFORME DA LEI Nº 784/1996 – ESTATUTO DO SERVIDOR – DEVIDO O ACÚMULO DE FUNÇÃO TÉCNICA ASSISTENTE SOCIAL DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR E NO CRAS, ATENDENDO E FICANDO A DISPOSIÇÃO DOS DOIS SERVIÇOS PSB E PSE/MC
50700	MARLI SCHINAIDER	AUX SERVIÇOS GERAIS	50%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO IX GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONFORME DA LEI Nº 784/1996 – ESTATUTO DO SERVIDOR, DEVIDO A SERVIDORA FAZER LIMPEZA DE 02 SERVIÇOS (CREAS E ESCRITÓRIO SOCIAL)
50384	Rosilete Aparecida Ribeiro	AUX SERVIÇOS GERAIS	20	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora realizar funções, de

				auxiliar de serviços gerais no CRAS e no CADUNICO.
50329	Andreia Sales Lima	AUXILIAR ADMINISTRATIVO	30	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora realizar funções administrativas do CADÚNICO E VISITAS de Programas Sociais.
50361	Vanieli Aparecida Valério	Assistente Social	10	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora realizar funções de técnica Social do CREAS e também técnica de referência e responsável pelo programa AEPETI
50390	Edna Viana da Silva	Assistente Social	10	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora realizar funções de Técnica Social da Alta Complexidade nos serviços de acolhimento em razão de plantões extrajornadas.
50137	Daniele Scherevaty	AUX SERVIÇOS GERAIS	30	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora realizar trabalhos com crianças do SCFV Aconchego e na limpeza dosetor.
50389	Mary Layne F. dos Santos Romero	Oficial Administrativo	30	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora estar na Coordenação do Cuida+ do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:17D41149

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13647/2026 DE 01/09/2026

MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 13647/2026 de 01/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2781/2025 de 18/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$10.000,00 (dez mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.122.0002.2.002		GERENCIAMENTO DAS ACOES DO GABINETE DO PREFEITO	
6 - 3.3.90.33.00.00	1000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOCAO	10.000,00
		Total Suplementação:	10.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
02		PODER EXECUTIVO	
02.001		GABINETE DO PODER EXECUTIVO	
02.001.04.128.0002.2.004		GERENCIAMENTO DAS ACOES DE RECURSOS HUMANOS	
34 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	10.000,00
		Total Redução:	10.000,00

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANA, Estado do PR, em 1 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:5209B68A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCEDIMENTO AUXILIAR 15/2026 -CREDENCIAMENTO Nº 15/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ
Palácio Prefeito Rudisney Gimenes Gabinete do Poder Executivo

PROCEDIMENTO AUXILIAR 15/2026 CREDENCIAMENTO Nº 15/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO para credenciamento de pessoas jurídicas para desempenhar atividades artísticas junto à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no período de 12 (doze) meses, em observância aos requisitos mínimos e aos valores estabelecidos.

O MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANÁ - CNPJ nº 01.609.843/0001-52, pessoa jurídica de direito público, através da Comissão Permanente de Licitação, tornam público para conhecimento dos interessados que realizará o **credenciamento de pessoas jurídicas para desempenhar atividades artísticas junto à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**, conforme Lei nº. 14.133/2021 e Lei Municipal nº 2.289 de 10 de março de 2022.

Prazo de credenciamento: 12 (doze) meses.
Prorrogação – O credenciamento poderá ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade e demais requisitos da Lei n.º 14.133/2021.
Local – Departamento de Protocolo da Prefeitura Municipal de Pontal do PR – Rod PR 407, km 19 – nº 215, Balneário Praia de Leste. CEP 83.255-000 – Pontal do Paraná –PR.
E-mail: licitacao@pontaldoparana.pr.gov.br
Edital disponível em: http://www.pontaldoparana.pr.gov.br/index.php?sessao=b054603368ipb0

1 - OBJETO

O objeto do presente é o Chamamento Público para o credenciamento de pessoas jurídicas para desempenhar atividades artísticas junto à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no período de 12 (doze) meses, em observância aos requisitos mínimos e aos valores estabelecidos.
O descritivo completo deste objeto consta no Termo de Referência – (Anexo I).
1.1 - Descritivo e valor: de acordo com Termo de Referência.
1.2 O custo estimado total da contratação é de R$ 47.800,00 (quarenta e sete mil e oitocentos reais), distribuídos conforme tabela anexa ao Termo de Referência.
2 - PROCEDIMENTOS DO CREDENCIAMENTO

2.1 – O Credenciamento vigerá por 12 (doze) meses, a partir de 01 de setembro de 2026 a 01 de setembro de 2027.
2.2 - Os interessados deverão comparecer no setor de Protocolos da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, situada à Rodovia PR 407, Km 19, nº 2015, Balneário Praia de Leste, no horário das 08:00h às

12:00h e 13:30h às 17:00h, munidos dos documentos exigidos para habilitação, entre os dias 01 de setembro de 2026 a 01 de setembro de 2027.
2.3 - As dúvidas referentes aos procedimentos poderão ser esclarecidas através do e-mail: licitacaopontaldoparana23@outlook.com.
2.4 - Os quantitativos constantes no termo de referência serão divididos entre os credenciados conforme art. 79, II - com seleção a critério de terceiros: caso em que a seleção do contratado está a cargo do beneficiário direto da prestação.
2.5. O presente credenciamento é composto de 03 (três fases) fases explicitadas a seguir:

a) 1ª Fase: Recebimento da Documentação da Habilitação;
b) 2ª Fase: Análise Técnica da Documentação da Habilitação;
c) 3ª Fase: Demais formalidades legais pertinentes a Lei Federal 14.133/2021 e alterações.
2.6 - A 1ª Fase - Recebimento da Documentação da Habilitação: será de responsabilidade da Comissão de Contratação a conferência da documentação, no prazo de até 15 (quinze) dias a contar da data de entrega dos documentos no local apresentados no preâmbulo deste Edital e dentro do prazo apresentado.
2.7 - A 2ª Fase – Análise Técnica da Documentação da Habilitação: será de responsabilidade da Comissão de Contratação, especialmente no que se refere no critério de classificação, deferindo ou indeferindo o Credenciamento dos interessados, de acordo com as exigências legais, e emitindo parecer definitivo para publicação do deferimento ou indeferimento do credenciamento no prazo de 15 (quinze) dias.
2.8 - A 3ª Fase – Demais formalidades legais pertinentes a Lei 14.133/2021 e alterações: com o parecer definitivo da Comissão de Contratação será desencadeado demais procedimentos legais até a efetivação do contrato.
3 CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 Poderão participar deste edital de credenciamento Pessoas Jurídicas legalmente constituídas, EXCLUSIVAMENTE micro e pequenas empresas locais.
3.2 Não poderão inscrever-se neste credenciamento empresas que possuam servidores da Prefeitura de Pontal do Paraná em seu quadro de funcionários;
3.3 Os serviços serão contratados à medida das necessidades, demandas identificadas pela Secretaria demandante;

4 – APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS

4.1 - Os documentos deverão ser protocolados preferencialmente de forma online no site da prefeitura com o título CREDENCIAMENTO 15/2026, link https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=pontaldoparana ou no setor de protocolo da prefeitura.
4.2. Referente à habilitação:

4.2.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de CREDENCIAMENTO, na forma do Art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.
4.2.2. Para atender ao objeto deste Termo de Referência, o Credenciamento será feito EXCLUSIVAMENTE para pessoas jurídicas enquadradas como Microempreendedores Individuais (MEI) lotados no município de Pontal do Paraná, que satisfaçam as condições fixadas neste Edital e seus anexos.
4.2.3. Para fins de habilitação, deverá o CREDENCIADO comprovar os seguintes requisitos:

4.3. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.3.1. Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

4.4. **Declaração de Responsabilidade (assinada) Anexo V;**
4.5. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

4.5.1. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida

Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
4.5.2. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).
4.5.3. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
4.5.4. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

4.5.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

4.6. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

4.6.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do CREDENCIADO - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II).

e) **Declaração de Responsabilidade (assinada) conforme modelo Anexo do edital;**

f) **Obrigatoriamente o CREDENCIADO deverá informar os dados bancários completos (Banco – Agência – Conta) em nome do CNPJ da empresa, sob pena de indeferimento do credenciamento. A conta apresentada apenas será alterada através de apostilamento, conforme solicitação e parecer jurídico.**

4.7. ESCLARECIMENTOS REFERENTE À DOCUMENTAÇÃO

a) Os documentos expedidos pela INTERNET poderão ser apresentados em **forma original** ou **cópia reprográfica sem autenticação**. Entretanto, estarão sujeitos a verificação de autenticidade através de consulta realizada pela Comissão de Licitação;
b) No caso de apresentação de certidão positiva (ou documento que demonstre que a licitante está irregular perante determinado órgão), haverá a **inabilitação** em razão de fato superveniente, de acordo com o previsto no artigo 64, parágrafo 2º da Lei nº 14.133/21.
c) Será inabilitado o interessado que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital;
d) Quando o prazo de validade não estiver expresso no documento, não será aceito com data de emissão superior a 60 (sessenta) dias, contados da entrega do envelope;
e) Não serão aceitos protocolos de documentos;
f) As declarações e outros anexos deverão atender os termos dos modelos apresentados no Edital;

5. ORDEM DE CREDENCIAMENTO, CLASSIFICAÇÃO E CONVOCAÇÃO

5.1. A convocação dos profissionais credenciados observará critérios objetivos, respeitando os princípios da impessoalidade, isonomia e transparência administrativa.

5.2. A distribuição das demandas ocorrerá conforme o perfil do evento e o estilo da banda com a apresentação artística que irá participar.
5.3. A ordem cronológica de protocolo será utilizada como critério classificatório e de convocação pela Secretaria demandante, garantindo distribuição equitativa das demandas entre os credenciados.
5.4. Nos casos em que houver igualdade de condições entre os credenciados, será observada prioritariamente a ordem de habilitação definitiva no processo administrativo.
5.5. Todas as convocações deverão ser registradas em processo administrativo próprio, contendo a justificativa da demanda, a carga horária solicitada e o credenciado convocado.

6. DISTRIBUIÇÃO DAS DEMANDAS

6.1. A distribuição da demanda será realizada com base nas vagas e necessidades apresentadas pela Secretaria Municipal demandante.
6.2. Cada credenciado será contratado conforme tabela do item 7, ou de acordo com as necessidades da Secretaria e a respectiva disponibilidade.
6.3. O fato de uma pessoa ser habilitada no credenciamento determinada atividade, não significa que ela já esteja contratada. A contratação só ocorrerá se houver demanda por parte da Secretaria responsável e, apenas após a formalização do contrato com a assinatura das partes envolvidas. Ou seja, o credenciamento habilita a pessoa a prestar serviços, mas a efetiva contratação dependerá da necessidade e do cumprimento de todos os procedimentos legais, incluindo a assinatura do contrato.

7. DESCRIÇÃO DO OBJETO

7.1. Os credenciados serão remunerados por serviço prestado de acordo com a tabela adiante:

ITEM	APRESENTAÇÃO	HORAS POR APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE DE APRESENTAÇÕ ES	VALOR APRESENTAÇÃ O	VALOR TOTAL
1	Músico (Voz e Violão)	2 HORAS	10	R$500,00	R$5.000,00
2	Dupla Com Violão	2 HORAS	4	R$700,00	R$2.800,00
3	Banda Completa para Evento Municipal	2 HORAS	10	R$ 3.000,00	R$30.000,00
4	Apresentação DJ Para Evento Municipal	3 HORAS	10	R$ 1.000,00	R$10.000,00
Valor total				**R$ 47.800,00**	

7.2. Os órgãos requisitantes não custearão as despesas de alimentação e hospedagem dos credenciados.
7.3. As atividades serão realizadas entre os dias **01 de setembro de 2026 a 01 de setembro de 2027**, podendo haver alteração de datas, a critério da administração.
7.4. As atividades serão realizadas em qualquer dia e horário, conforme necessidade da Administração Pública.
7.5. Os credenciados deverão seguir os procedimentos estabelecidos pela Prefeitura para realização das atividades, sendo que a não observância resultará no descredenciamento.
7.6. A distribuição das demandas entre os credenciados ocorrerá mediante sistema de rodízio entre os prestadores habilitados na respectiva categoria, observando-se os seguintes critérios objetivos, nos termos do art.79, inciso I, da Lei n°14.133/2021:

a) ordem de credenciamento;
b) disponibilidade do credenciado para a data, horário e local do evento;
c) compatibilidade do perfil artístico com a natureza do evento;
d) atendimento da necessidade específica do órgão requisitante.
7.7. Havendo mais de um credenciado apto e disponível para a mesma categoria artística, será observada a ordem de rodízio, de forma a garantir tratamento isonômico entre os credenciados.
7.8. Na hipótese de indisponibilidade, recusa ou incompatibilidade da apresentação com a proposta do evento, a convocação será realizada ao próximo credenciado da ordem de rodízio.
7.9. Considera-se compatibilidade artística a adequação do estilo musical ou da apresentação ao perfil do evento promovido pela Administração Pública.

7.7. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VINCULADA A EXECUÇÃO DA ATIVIDADE

7.8. A prestação dos serviços será vinculada a execução efetiva das atividades, conforme solicitação e cronograma, sendo devida a remuneração apenas pelas horas trabalhadas, de acordo com a atividade.
7.9. O início da prestação dos serviços está condicionado à emissão de ordem de serviço pela Secretaria responsável e à correspondente nota de empenho, sendo vedada a execução de atividades antes do recebimento formal desses documentos.
7.10. A prestação dos serviços estará limitada a atividade contratada, cabendo ao(à) contratado(a) o controle de seu saldo contratual de horas.
7.11. Não será admitida a execução de atividades fora do que estiver previsto na ordem de serviço. Qualquer prestação não autorizada formalmente não será objeto de pagamento.

7.12. Os pagamentos ocorrerão de acordo com a atividade prestada, conforme item 9 deste edital.
7.13. A execução dos serviços deverão estar conformidade com o cronograma estabelecido pela secretaria municipal demandante.

8. VIGÊNCIA DOS CONTRATOS

8.1. Os **contratos** terão vigência a partir de sua assinatura, por um período de **até 12 (dez) meses**. A justificativa para a realização de contratos de credenciamento por 10 meses, conforme a Lei 14.133/2021, se deve ao:
8.2. Após a extinção do contrato, caso credenciado possua interesse na permanência de prestação do serviço, deverá realizar nova inscrição no credenciamento, se submetendo a ordem classificatória transcrita no Edital.
8.3. O contrato poderá ser rescindido pela contratante a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na Lei Federal n°14.133/2021, e suas alterações e no contrato firmado, independente da interpretação judicial ou extrajudicial, sem que assista qualquer direito de indenização à Contratada;

9. FORMA DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
9.2. O pagamento efetuado pela CONTRATANTE não isenta o CREDENCIADO de suas obrigações e responsabilidades assumidas e demais encargos.
9.3. O pagamento da nota fiscal emitida pelo prestador do serviço, deve ter em seu descritivo os dados bancários de mesma titularidade da pessoa jurídica legalmente responsável pela emissão da nota, devendo constar o serviço prestado, o mês de referência, o número do empenho e os dados bancários (banco, agência, conta e CPF do titular). Em hipótese alguma será creditado qualquer valor em conta de terceiros.
9.4. A solicitação de pagamento deverá ser realizada por meio do sistema de **PROTOCOLO** através do site da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.
9.5. Para solicitar o pagamento, utilize o link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=pontaldoparana.
9.6. Selecionar o assunto **Pagamento / fornecedores**
9.7. Ao fazer a solicitação, indicar a conta bancária para pagamento, e anexar osdocumentos a seguir:
a) Nota Fiscal Eletrônica devidamente atestada pelo fiscal designado pela CONTRATANTE

elaborada de acordo com Decreto Municipal 10.803/2023;
b) Cópia do comprovante de recolhimento de INSS da Nota fiscal eletrônica, se houver;
c) Extrato de Optante ou de Não Optante pelo Simples;
d) Certidão Negativa conjunta dos Tributos Federais e Débitos Junto ao INSS;
e) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
f) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
g) Certidão de Regularidade do FGTS;
h) Certidão Negativa de débitos trabalhistas;
i) Cópia do Empenho emitido pela Secretaria Municipal de Finanças.
9.8. Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos relacionados no item anterior, bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à adjudicatária, em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações assumidas pela adjudicatária ou decorrente do Contrato.
9.9. O pagamento será efetuado mediante a tempestividade das certidões anteriormente mencionadas. Caso a contratada entregue certidão que venha a expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.
9.10. A contratante ao realizar o pagamento à contratada, deverá efetuar as retenções conforme o disposto no DECRETO MUNICIPAL Nº 10.803, DE 23 DE JANEIRO DE 2023, que dispõe sobre a retenção de tributos no pagamento aos fornecedores por Órgãos e Entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta e pela Câmara Municipal de Pontal do Paraná.

10. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

10.1. As despesas decorrentes da presente Contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

ÓRGÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FR	CR	VALOR
Secretaria Municipal de Esporte e Juventude	3.3.90.39.00.00	1000	689	R$ 17.800,00
Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico	3.3.90.39.00.00	3000	231	R$ 10.000,00
Gabinete do Prefeito	3.3.90.39.00.00	1000	39	R$ 20.000,00

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Aos credenciados é assegurado o direito de interposição de Recurso, conforme os termos estabelecidos no artigo 165 da Lei 14.133/21.
11.2. Será concedido o **prazo de 05 (cinco)** dias para apresentação das **razões de recurso**.
11.3. Os recursos deverão ser instruídos com documentos necessários para a perfeita identificação da recorrente.
11.4. As interposições de recurso, poderão ser encaminhadas por **e-mail**
licitacao@pontaldoparana.pr.gov.br, ou via protocolo na sede da Prefeitura.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Servidores Municipais estão impedidos de participar deste credenciamento, tanto como membros da diretoria da empresa ou como do quadro de funcionários desta, por determinação do artigo 9º, §1, da Lei nº. 14.133/2021.
12.2. O credenciado que se recusar a executar o serviço em conformidade com o contrato, sem justificativa plausível e aceita pela Administração, sofrerá as penalidades previstas no Art. 156, da Lei n.º 14.133/2021 e alterações.
12.3. A execução do serviço será formalizada através de Contrato, conforme **(ANEXO IV).**
12.4. Poderá o Município revogar o Edital de Chamada Pública, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, ou por fato superveniente, devidamente justificado, ou anulá-lo, em caso de ilegalidade.
12.5. A revogação ou anulação da Chamada Pública não gera direito à indenização, ressalvadas as hipóteses descritas na Lei nº 14.133/2021.
11. DOS ANEXOS

11. 1 - Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:
Anexo I: Termo de referência;
Anexo II: Estudo Técnico Preliminar;
Anexo III: Minuta do Contrato;
Anexo IV: Declaração de responsabilidade;

Pontal do Paraná, 31 de agosto de 2026

RENATO TRAMUJAS
Coordenador de Licitações

PROCEDIMENTO AUXILIAR 15/2026 CREDENCIAMENTO Nº 15/2026

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto
O objeto deste Edital é o credenciamento de pessoas jurídicas para desempenhar atividades artísticas junto à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no período de 12 (doze) meses, em observância aos requisitos mínimos e aos valores estabelecidos.

1.1. Prestação do Serviço
1.2. Os serviços serão prestados nas seguintes localidades:
1.3.No município de Pontal do Paraná ou em eventos públicos onde o artista possa representar a cidade.
1.4. As atividades dos credenciados consistirão essencialmente em:

ITE M	APRESENTAÇÃ O	HORAS POR APRESENTAÇÃ O	QUANTIDADE DE APRESENTAÇÕE S	VALOR APRESENTAÇÃ O	VALOR TOTAL
1	Músico (Voz e Violão)	2 HORAS	10	R$500,00	R$5.000,00
2	Dupla Com Violão	2 HORAS	4	R$700,00	R$2.800,00
3	Banda Completa para Evento Municipal	2 HORAS	10	R$ 3.000,00	R$30.000,0 0
4	Apresentação DJ Para Evento Municipal	3 HORAS	10	R$ 1.000,00	R$10.000,0 0

1.5. Os órgãos requisitantes não custearão as despesas de alimentação e hospedagem dos credenciados.
1.6. As atividades serão realizadas entre os dias **01 de setembro de 2026 a 01 de setembro de 2027**, podendo haver alteração de datas, a critério da administração.
1.7. As atividades serão realizadas em qualquer dia e horário, conforme necessidade da Administração Pública.

1.8. Os credenciados deverão seguir os procedimentos estabelecidos pela Prefeitura para realização das atividades, sendo que a não observância resultará no descredenciamento.
1.9. A distribuição das demandas entre os credenciados ocorrerá mediante sistema de rodízio entre os prestadores habilitados na respectiva categoria, observando-se os seguintes critérios objetivos, nos termos do art.79, inciso I, da Lei n°14.133/2021:
a) ordem de credenciamento;
b) disponibilidade do credenciado para a data, horário e local do evento;
c) compatibilidade do perfil artístico com a natureza do evento;
d) atendimento da necessidade específica do órgão requisitante.
1.10. Havendo mais de um credenciado apto e disponível para a mesma categoria artística, será observada a ordem de rodízio, de forma a garantir tratamento isonômico entre os credenciados.
1.11. Na hipótese de indisponibilidade, recusa ou incompatibilidade da apresentação com a proposta do evento, a convocação será realizada ao próximo credenciado da ordem de rodízio.
1.12. Considera-se compatibilidade artística a adequação do estilo musical ou da apresentação ao perfil do evento promovido pela Administração Pública.

2. Justificativa

2.1. Justifica-se a adoção do procedimento auxiliar de credenciamento, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de contratação paralela e não excludente, em que há interesse da Administração na formação de cadastro de múltiplos prestadores aptos à execução dos serviços artísticos.

2.1.1. A realização de procedimento licitatório convencional com seleção de apenas um contratado não atenderia adequadamente às necessidades do Município, uma vez que os eventos públicos possuem características distintas, demandam estilos musicais variados, ocorrem em datas e locais diversos e podem exigir apresentações simultâneas ou sucessivas ao longo da vigência contratual.

2.1.2. Como exemplo, eventos tradicionais como o Arraiá Caiçara demandam apresentações voltadas ao gênero forró e música regional, enquanto eventos como o Dia da Família, festivais esportivos, ações institucionais, eventos turísticos e culturais podem exigir estilos musicais distintos, apresentações acústicas, bandas completas ou DJs, conforme o perfil do público e os objetivos de cada programação.

2.1.3. O credenciamento permite a disponibilização de diversos artistas, bandas e DJs previamente habilitados, possibilitando maior flexibilidade administrativa, ampliação da participação dos artistas locais

e regionais, atendimento contínuo das demandas dos órgãos requisitantes e observância aos princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

2.1.4. Além disso, os valores são previamente fixados pela Administração, inexistindo competição por preço entre os credenciados, circunstância compatível com o instituto do credenciamento e que garante tratamento isonômico entre os prestadores habilitados.
Ressalta-se que os valores adotados foram definidos com base nos preços praticados no mercado regional para apresentações artísticas, observando parâmetros reconhecidos pela cena cultural e artística local e regional, mostrando-se compatíveis com a realidade do setor e adequados à natureza dos serviços a serem contratados.

2.2. O quantitativo estimado para a presente contratação foi definido com base nas demandas apresentadas pelas Secretarias e órgãos solicitantes, distribuídas da seguinte forma:

ITEM	APRESENTAÇÃO	GABINETE	TURISMO	ESPORTE
1	Músico (Voz e Violão)	-	-	10
2	Dupla Com Violão	-	-	04
3	Banda Completa para Evento Municipal	06	03	01
4	Apresentação DJ Para Evento Municipal	02	01	07
	TOTAL DE APRESENTAÇÕES	**08**	**4**	**22**

3. Pesquisa de Preços

3.1. A estimativa de preços foi elaborada mediante pesquisa de mercado realizada junto a artistas, bandas, músicos e DJs da região, bem como consulta a contratações similares realizadas por outros municípios, observando-se os parâmetros previstos na Lei nº 14.133/2021.
3.1.1. Para definição dos valores constantes neste Termo de Referência foram considerados orçamentos obtidos junto a artistas, bandas e DJs atuantes na região, bem como contratações similares realizadas por outros municípios.
3.1.2. Os documentos que compõem a pesquisa de preços integram o processo administrativo e serviram de base para a definição dos valores máximos de remuneração previstos neste Termo de Referência.

3.2. Os credenciados serão remunerados por serviço prestado de acordo com a tabela adiante:

APRESENTAÇÃO	ATIVIDADE	VALOR POR HORA	VALOR TOTAL
Músico (voz e violão)	Show com duração de no mínimo 02 horas	R$ 250,00	R$ 500,00
Dupla	Show com duração de no mínimo 02 horas	R$ 350,00	R$ 700,00
Banda ou Grupo Musical	Show com duração de no mínimo 02 horas	R$ 1.500,00	R$ 3.000,00
DJ	Show com duração de no mínimo 03 horas	R$ 333,34	R$ 1.000,00

4. Critérios de Participação e Requisitos de Pré-qualificação

4.1. Poderão participar do Credenciamento pessoas jurídicas que cumpram os requisitos deste edital.

4.2. Além dos requisitos deverá o interessado apresentar no ato, a seguinte documentação:

4.2.1. Pessoa jurídica: Cópia do cartão do CNPJ, cópia do documento de identidade e cópia do CPF do representante legal, ou procuração por esse outorgada no caso de comparecimento de terceiro.

4.2.1.1. Após o cadastramento, será expedida a Declaração de Artista Local a qual será encaminhada por e-mail ao solicitante no endereço eletrônico por ele informado.
4.2.1.2. Há que ressaltar-se que o cadastramento e o credenciamento são etapas distintas, devendo os interessados se cadastrarem para que atendam ao requisito para o credenciamento.

4.3. O credenciamento provisório se efetivará com o recebimento de e-mail de confirmação.
4.4. Os definitivamente credenciados se apresentarão conforme a escolha feita nos termos da Lei Municipal 2.223/2021.
4.5. O credenciamento definitivo ocorrerá após a análise e julgamento dos eventuais recursos.
4.6. Os interessados deverão solicitar o credenciamento por meio de protocolo online da prefeitura no link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=9
4.7. Encaminhar para o Gabinete do Poder Executivo.

5. Sustentabilidade

5.1. Os credenciados deverão adotar práticas de sustentabilidade na execução das atividades, inclusive, se possível, orientando o público-alvo, para a destinação correta dos resíduos, em especial na praia.

6. Obrigações do Credenciado e do Contratante

6.1. São obrigações dos credenciados:

6.1.1. Executar os serviços nas condições estipuladas no termo de referência, observando-se os parâmetros e as normas legais aplicáveis;
6.1.2. Manter todas as condições de habilitação para o credenciamento, durante todo o período em que se mantiver credenciado;
6.1.3. Comunicar o município, por escrito e com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis, os motivos de ordem técnica que impossibilitem a execução dos serviços ou quando verificar condições inadequadas ou a iminência de fatos que possam prejudicar a perfeita prestação dos serviços;
6.1.4. Responsabilizar-se integralmente pelo fiel cumprimento dos serviços contratados;
6.1.5. Executar diretamente os serviços contratados, sem transferência de responsabilidade ou subcontratação;
6.1.6. Manter sigilo, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre qualquer assunto de interesse do município ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços;
6.1.7. Prestar prontamente todos os esclarecimentos que forem solicitados pela Coordenação ou a Prefeitura, cujas reclamações se obrigam a atender;
6.1.8. Relatar a Prefeitura toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
6.1.9. Possuir conta-corrente em instituição financeira indicada pela Prefeitura;
6.1.10. Respeitar as determinações da Prefeitura. Abster-se de praticar atos que atendem contra a moral, os bons costumes e as determinações da Prefeitura, sob pena de descredenciamento imediato.

6.2. São obrigações da Contratante:

6.2.1. Realizar os pagamentos nos prazos e condições estabelecidas no Termo de Credenciamento;
6.2.2. Disponibilizar quando solicitado a declaração de participação, com menção do período de atuação e as peculiaridades do serviço prestado;
6.2.3. Exercer a fiscalização da execução dos serviços por meio de servidor designado;

6.2.4. Proporcionar todas as condições necessárias, para que o credenciado possa cumprir o estabelecido no termo de credenciamento;
6.2.5. Prestar todos os esclarecimentos necessários para a fiel execução, que venham a ser solicitadas.

7. Recursos Orçamentários

7.1. As Despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, conforme abaixo:

ÓRGÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FR	CR	VALOR
Secretaria Municipal de Esporte e Juventude	3.3.90.39.00.00	1000	689	R$ 17.800,00
Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico	3.3.90.39.00.00	3000	231	R$ 10.000,00
Gabinete do Prefeito	3.3.90.39.00.00	1000	39	R$ 20.000,00

8. Forma de Pagamento

8.1. Os pagamentos serão realizados no prazo máximo de 30 (trinta) dias após apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Comissão de Recebimentos.

a. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas nos documentos e na execução dos serviços. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira credenciada pela Secretaria;
b. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo: EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:
I = (TX) = 6% ao ano

c. O pagamento a ser efetuado ao credenciado, quando couber, estará sujeito às retenções na fonte de tributos, inclusive contribuições sociais, de acordo com os respectivos normativos, devendo ser comprovado o recolhimento dos tributos aplicáveis.
d. Os pagamentos devidos ao Contratado restringem-se aos quantitativos de serviços efetivamente prestados e declarados como regulares pela Comissão indicada pelo órgão solicitante.
e. É expressamente vedada à cobrança de qualquer sobretaxa quando do pagamento dos serviços prestados pelo credenciado;
f. As faturas ou recibos que não estiverem corretamente formulados serão devolvidas dentro do prazo de sua conferência ao credenciado contratado e o seu tempo de tramitação desconsiderado;
g. Constitui ônus exclusivo do credenciado, quaisquer alegações de direito perante o Órgão Fiscalizador ou perante terceiros por quaisquer incorreções na fatura ou recibo.

9. Modelo de Gestão de Contrato

9.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei nº 14.133/2021, respondendo cada parte pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

9.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado pelo tempo correspondente, mediante formalização por apostilamento ou instrumento equivalente.

9.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ocorrer preferencialmente por escrito, admitindo-se o uso de meio eletrônico para esse fim.

9.4. A Administração poderá convocar, a qualquer tempo, representante da contratada para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

9.5. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelos seguintes servidores designados:

a) **LUIZ EDUARDO DO NASCIMENTO PEREIRA** – Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico;
b) **NATALY VITORYA ALVES BATISTA GUIMARÃES** – Superintendência da Comunicação;

c) **JONAS DE PAULA NEVES** – Secretaria Municipal de Esporte e Juventude.

9.6. Compete ao(s) fiscal(is) do contrato:

a) acompanhar a execução dos serviços e verificar o cumprimento das obrigações contratuais;
b) registrar em relatório próprio as ocorrências verificadas durante a execução;
c) notificar a contratada para correção de falhas ou irregularidades eventualmente constatadas;
d) encaminhar ao gestor do contrato situações que demandem providências superiores.

9.7. O gestor do contrato será designado pela Administração Municipal em ato próprio e será responsável pelo acompanhamento administrativo da execução contratual, incluindo controle de vigência, saldo contratual, eventuais alterações, aplicação de sanções e demais atos necessários à adequada gestão do contrato.
9.8. Ao término da execução contratual, poderá ser elaborado relatório final contendo avaliação dos serviços prestados, para subsidiar futuras contratações e aperfeiçoamento da gestão pública.

10. Controle da Execução

10.1. O serviço terá início nas datas indicadas no ato de convocação e na hipótese de alteração os credenciados deverão ser comunicados com 02 (dois) dias de antecedência.
10.2. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias da finalização da apresentação.
10.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do credenciado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
10.4. O controle da execução do serviço será realizado pela coordenação do evento em que se dará a prestação do serviço, a quem compete realizar relatórios descritivos referentes a cada evento.

11. Repasse de Responsabilidade

11.1. Não será aceito, sob nenhuma hipótese, o repasse de responsabilidade para o cumprimento do termo de credenciamento.

12. Sanções Administrativas

12.1. Durante a vigência do credenciamento, o credenciado deverá cumprir contínua e integralmente o disposto em Edital e no termo de credenciamento que celebrar com a Secretaria;

12.2. O não cumprimento das disposições mencionadas, no Edital e seus anexos, nas legislações pertinentes, poderá acarretar as seguintes penalidades ao credenciado, garantido o contraditório e a ampla defesa e sem prejuízo de outras sanções cabíveis:

a) Advertência;
b) Suspensão temporária do credenciamento;
c) Descredenciamento.

a.1) A advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento dos serviços, incluindo-se o não atendimento de convocação sem apresentação de justificativa.
b.1) A suspensão temporária do credenciamento será de até 02 (dois) anos e será aplicado ao credenciado que:
a. Abandonar a execução do Contrato;
b. Incorrer em inexecução contratual;
c. Deixar de apresentar a documentação de atualização requerida;
d. Ter recebido três advertências.

12.3. São hipóteses de descredenciamento, dentre outras:

1 Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte, a terceiros;
2 Executar os serviços em desacordo com as normas técnicas ou especificações, independente da obrigação de fazer as correções necessárias às suas expensas;
3 Desatender as determinações da fiscalização;
4 Cometer qualquer infração às normas legais federais, estaduais e municipais;
5 Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, imperícia, negligência, dolo ou má-fé, venha causar danos ao Município de Pontal do Paraná ou a terceiros, independente da obrigação do credenciado contratado em reparar os danos causados;
6 Prestar informações inexatas ou causar embaraços à fiscalização do serviço contratado;
7 Utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, informações não divulgadas ao público e às quais tenha acesso, por força de suas atribuições contratuais e outras que contrariem as condições estabelecidas pelo órgão ou entidade contratante;
8 Venha a ser declarado inidôneo ou punido com proibição de licitar com qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal;

9 O desempenho insatisfatório na execução dos serviços pelo credenciado, conforme relatório do gestor do contrato.

12.4. As penalidades previstas no item 13.2 são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, garantida a ampla defesa e o contraditório, acarretando, de acordo com a situação, o descredenciamento, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, conforme legislação pertinente.

12.5. Na hipótese de aplicação de quaisquer das penalidades caberá, pedido de reconsideração, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da intimação do ato, dirigida a Secretaria, salvo quando for decorrente de cumprimento de ordem judicial, sem prejuízo do contraditório e da ampla defesa.

12.6. O credenciado poderá solicitar seu descredenciamento a qualquer tempo, mediante o envio de solicitação escrita à Secretaria, cujo deferimento deverá ocorrer no prazo máximo de 05 (cinco) dias. O pedido de descredenciamento não desincumbe o credenciado do cumprimento de eventuais termos de credenciamento assumidos e das responsabilidades a eles atreladas, cabendo em casos de irregularidade na execução do serviço a aplicação das sanções definidas neste Edital.

Pontal do Paraná, 27 de maio de 2026.

JORGE NOVAKOVICH
Chefe de Gabinete

PROCEDIMENTO AUXILIAR 15/2026 CREDENCIAMENTO Nº 15/2026

ANEXO II
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. **INTRODUÇÃO**

1.1. O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

1.2. O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para supri-la, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1. Considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público. Conforme inciso I do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021 e art. 7°, inciso I da IN 40/2020;

2.2. O presente tem por objetivo o credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços artísticos em apresentações no Município de Pontal do Paraná.

2.3. A necessidade do item descrito advém da própria natureza das atribuições desenvolvidas pelo serviço público, que geram aporte de recursos à economia e valorização do turismo local.

3. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

3.1. O Plano de Contratações Anual 2026 contempla a referida despesa, classificada como ‘Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica’, estando publicado no sítio eletrônico da Prefeitura de Pontal do Paraná, no Portal da Transparência e no Diário Oficial do Município.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Apresentar a documentação de habilitação jurídica exigida no Edital, demonstrando a aptidão para contratação na modalidade de credenciamento.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

5.1. Atendendo ao inciso IV do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso V da IN 40/2020;
5.2. A presente contratação visa atender à necessidade contínua de realização de eventos institucionais, turísticos, culturais e esportivos de interesse público promovidos pelo Município.
5.3. A estimativa dos quantitativos foi elaborada com base nas demandas encaminhadas pelos órgãos solicitantes, observando-se a seguinte distribuição:

ITEM	APRESENTAÇÃO	GABINETE	TURISMO	ESPORTE
1	Músico (Voz e Violão)	-	-	10
2	Dupla Com Violão	-	-	04
3	Banda Completa para Evento Municipal	06	03	01
4	Apresentação DJ Para Evento Municipal	02	01	07
	TOTAL DE APRESENTAÇÕES	**08**	**4**	**22**

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1. Os eventos turísticos, culturais, esportivos e institucionais promovidos pelo Município, por meio do Gabinete do Prefeito, da Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico e da Secretaria Municipal de Esporte e Juventude, demandam a contratação de músicos, bandas e DJs para atendimento das programações oficiais, viabilizando a execução das ações planejadas pela Administração Pública.
6.1.1. A adoção do procedimento auxiliar de credenciamento mostra-se a solução mais adequada para atender às necessidades da Administração, tendo em vista que os eventos promovidos pelo Município possuem características distintas, demandam estilos musicais variados e podem ocorrer em datas, horários e locais diversos ao longo da vigência contratual.

6.1.2. O credenciamento possibilita a formação de cadastro de múltiplos prestadores aptos à execução dos serviços artísticos, permitindo a contratação paralela e não excludente, nos termos do art. 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
6.1.3. A solução proporciona maior flexibilidade administrativa, amplia a participação dos artistas locais e regionais e assegura o atendimento contínuo das demandas dos órgãos requisitantes, observando os princípios da eficiência, economicidade e interesse público.

6.2. Seguem em anexo a este ETP documentos referentes à pesquisa de mercado e contratações similares realizadas por outros municípios, utilizados como parâmetro para a definição dos valores estimados da contratação.
6.3. Segue planilha detalhada dos serviços a serem executados:

ITEM	APRESENTAÇÃO	HORAS POR APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR APRESENTAÇÃO
1	Músico (Voz e Violão)	2 HORAS	10	R$500,00
2	Dupla Com Violão	2 HORAS	4	R$700,00
3	Banda Completa para Evento Municipal	2 HORAS	10	R$ 3.000,00
4	Apresentação DJ Para Evento Municipal	3 HORAS	10	R$ 1.000,00

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

7.1. Com base no inciso VI do § 1° do art. 18 da Lei nº 14.133/2021.
7.1.1. Os valores estimados foram definidos com base em pesquisa de mercado realizada junto a artistas, bandas e DJs atuantes na região, bem como mediante análise de contratações similares realizadas por outros municípios, cujos documentos integram o processo administrativo.

APRESENTAÇÃO	QUANTIDADE	VALORES
Músico (voz e violão) 2h	10	R$500,00
DUPLA COM VIOLÃO 2h	4	R$700,00
BANDA COMPLETA PARA EVENTO MUNICIPAL 2h	10	R$ 3.000,00
APRESENTAÇÃO DJ PARA EVENTO MUNICIPAL 3h	10	R$ 1.000,00
Valor Total		

8. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As Despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, conforme abaixo:

ÓRGÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FR	CR	VALOR
Secretaria Municipal de Esporte e Juventude	3.3.90.39.00.00	1000	689	R$ 17.800,00
Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico	3.3.90.39.00.00	3000	231	R$ 10.000,00
Gabinete do Prefeito	3.3.90.39.00.00	1000	39	R$ 20.000,00

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

9.1. Conforme inciso VII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/21 e art. 7°, inciso IV da IN 40/2020, segue a descrição da solução como um todo:
9.2. A presente contratação tem por objetivo garantir a realização contínua e qualificada dos eventos de interesse público promovidos pelo Município de Pontal do Paraná, por meio da contratação de músicos, bandas e DJs, assegurando a execução das ações planejadas pelo Gabinete do Prefeito, Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico e Secretaria Municipal de Esporte e Juventude. Busca-se, com isso, fortalecer a identidade cultural local, promover a integração social da comunidade, fomentar a economia criativa e ampliar a atratividade turística do município, especialmente durante os principais eventos oficiais do calendário municipal, contribuindo para a geração de renda, valorização dos artistas e o desenvolvimento sustentável do turismo local.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Assumir responsabilidade exclusiva e integral pela utilização dos meios necessários à execução do objeto deste contrato, incluídos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais próprios ou resultantes de vínculos com prepostos, cujo ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para o CONTRATANTE;
10.2. Executar os serviços em estrita conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência;
10.3. Manter durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

10.4. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem cumprir a legislação em vigor quanto às obrigações exigidas no credenciamento, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
10.5. Executar o objeto deste contrato em respeito às normas de segurança e disciplina da CONTRATANTE;
10.6. Zelar pela boa e completa qualidade dos serviços prestados, facilitando o acompanhamento e a fiscalização do CONTRATANTE;
10.7. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do Contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções em relação às especificações do edital;
10.8. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários;
10.9. Assumir inteira responsabilidade civil, administrativa e penal por quaisquer danos e prejuízos materiais ou pessoais causados diretamente ou por seus empregados ou prepostos, à Contratante ou a terceiros.
10.10. Manter informado o fiscal da CONTRATANTE, encarregado de acompanhar os trabalhos, prestando-lhe as informações necessárias.
10.11. Assumir inteira responsabilidade pela prestação de serviços bem como pela qualidade dos serviços prestados, de acordo com as especificações constantes da proposta;
10.12. Cumprir demais obrigações constantes na proposta e Termo de Referência que fazem parte do processo.

11. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

11.1. Conclui-se que, tal contratação se faz necessária, como já explicado e demonstrado em tópicos anteriores, por meio de processo administrativo de credenciamento, nos termos da Lei n° 14.133/2021.

Pontal do Paraná, 27 de maio de 2026.

JORGE NOVAKOVICH
Chefe de Gabinete

PROCEDIMENTO AUXILIAR 15/2026 CREDENCIAMENTO Nº 15/2026

ANEXO III
MINUTA DE CONTRATO Nº XX/2026

O MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ, CNPJ nº 01.609.843/0001-52**,** pessoa jurídica de direito público**, situados à Rodovia PR 407 - Km–19 Balneário Praia de Leste, na cidade de Pontal do Paraná, Estado do Paraná,** neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **Rudisney Gimenes Filho**, Portador da Cédula de Identidade n.º XXXX SSP/PR e do CPF n.º XXXX, e de outro lado, a Empresa..... , CNPJ n.º e RG/CPF
n.º ....., situado à ..... n.º ....., Bairro ..... – CEP ..... – Cidade ..... doravante denominada CONTRATADA, representada pelo Sr. ....., portador da cédula de identidade nº ..... e CPF/MF nº..... ,
firmam o presente Contrato, tendo como gestor (a) Sr (a) ....., portador da cédula de identidade n.º..... e
CPF n.º ....., levado a efeito através da RATIFICAÇÃO de ..... de ..... de 2018, decorrente do **PROCEDIMENTO AUXILIAR Nº 15/2026, CREDENCIAMENTO Nº 15/2026** e com fundamento nas disposições da Lei 14.133/2021, e suas alterações posteriores, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
A Contratada, de acordo com as condições, especificações e demais elementos estabelecidos no edital e seus anexos, que passam a integrar este Instrumento Contratual, independentemente de transcrição, obriga-se a **execução de atividades artísticas junto à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no período de 12 (doze) meses, em observância aos requisitos mínimos e aos valores estabelecidos.**

1.1 **ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO:** Conforme Termo de Referência.

1.2 **VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ xxxxxxxxx (xxxxxxx).**

1.3 ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.3.1. Os órgãos requisitantes não custearão as despesas de alimentação e hospedagem dos credenciados.
1.3.2. As atividades serão realizadas entre os dias **01 de setembro de 2026 a 01 de setembro de 2027**, podendo haver alteração de datas, a critério da administração.
1.3.3. As atividades serão realizadas em qualquer dia e horário, conforme necessidade da Administração Pública.

1.3.4. Os credenciados deverão seguir os procedimentos estabelecidos pela Prefeitura para realização das atividades, sendo que a não observância resultará no descredenciamento.
1.3.5. A distribuição das demandas entre os credenciados ocorrerá mediante sistema de rodízio entre os prestadores habilitados na respectiva categoria, observando-se os seguintes critérios objetivos, nos termos do art.79, inciso I, da Lei n°14.133/2021:
a) ordem de credenciamento;
b) disponibilidade do credenciado para a data, horário e local do evento;
c) compatibilidade do perfil artístico com a natureza do evento;
d) atendimento da necessidade específica do órgão requisitante.
1.3.5. Havendo mais de um credenciado apto e disponível para a mesma categoria artística, será observada a ordem de rodízio, de forma a garantir tratamento isonômico entre os credenciados.
1.3.5. Na hipótese de indisponibilidade, recusa ou incompatibilidade da apresentação com a proposta do evento, a convocação será realizada ao próximo credenciado da ordem de rodízio.
1.3.6. Considera-se compatibilidade artística a adequação do estilo musical ou da apresentação ao perfil do evento promovido pela Administração Pública.

1.4. DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS VINCULADA AO PERÍODO DE EXECUÇÃO EFETIVA.

1.4.1. A prestação dos serviços será vinculada a atividade executada efetiva, conforme cronograma previamente solicitado pela Secretaria demandante.
1.4.2. Em consonância com o art. 6º, inciso XXIII, e o art. 123, §1º da Lei nº 14.133/2021, a execução contratual será pautada pela eficiência na execução do objeto/atividade. Dessa forma, não haverá pagamento ao(à) contratado(a) por períodos sem atividades.
1.4.3. O início da prestação dos serviços está condicionado à emissão de ordem de serviço pela Secretaria responsável e à correspondente nota de empenho, sendo vedada a execução de atividades antes do recebimento formal desses documentos.
1.4.4. A prestação dos serviços estará limitada ao número de horas contratadas e ao prazo de vigência estipulado no contrato, cabendo ao(à) contratado(a) o controle de seu saldo contratual de horas.
1.4.5. Não será admitida a execução de atividades fora do que estiver previsto na ordem de serviço. Qualquer prestação não autorizada formalmente não será objeto de pagamento.
1.4.6. Os pagamentos ocorrerão mediante comprovação das horas efetivamente trabalhadas ou da atividade prestada, por meio de relatórios, fotos e vídeos.
1.4.7. As atividades deverão ser executadas em conformidade com o cronograma estabelecido pela secretaria demandante.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO– RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas decorrentes da presente Contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

ÓRGÃO	ELEMENTO DE DESPESA	FR	CR	VALOR
Secretaria Municipal de Esporte e Juventude	3.3.90.39.00.00	1000	689	R$ 17.800,00
Secretaria Municipal de Turismo e Desenvolvimento Econômico	3.3.90.39.00.00	3000	231	R$ 10.000,00
Gabinete do Prefeito	3.3.90.39.00.00	1000	39	R$ 20.000,00

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE PAGAMENTO

3.1 O pagamento será efetuado no prazo de até **30 (trinta) dias úteis** contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
3.2 O pagamento efetuado pela CONTRATANTE não isenta o CREDENCIADO de suas obrigações e responsabilidades assumidas e demais encargos.
3.3 O pagamento da nota fiscal emitida pelo prestador do serviço, deve ter em seu descritivo os dados bancários de mesma titularidade da pessoa jurídica legalmente responsável pela emissão da nota, devendo constar o serviço prestado, o mês de referência, o número do empenho e os dados bancários (banco, agência, conta e CPF do titular). Em hipótese alguma será creditado qualquer valor em conta de terceiros.
3.4 A solicitação de pagamento deverá ser realizada por meio do sistema de **PROTOCOLO** através do site da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.
3.5 Para solicitar o pagamento, utilize o link: https://pontaldoparana.1doc.com.br/b.php?pg=o/wp&s=pontaldoparana.
3.6 Selecionar o assunto **Pagamento / fornecedores**
3.7 Ao fazer a solicitação, indicar a conta bancária para pagamento, e anexar os documentos a seguir:
a) Nota Fiscal Eletrônica **devidamente atestada pelo fiscal designado pela CONTRATANTE elaborada de acordo com Decreto Municipal 10.803/2023;**
b) **Cópia do comprovante de recolhimento de INSS da Nota fiscal eletrônica, se houver;**
c) **Extrato de Optante ou de Não Optante pelo Simples;**
d) Certidão Negativa conjunta dos Tributos Federais e Débitos Junto ao INSS;

e) Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
f) Certidão Negativa de Débitos Municipais;
g) Certidão de Regularidade do FGTS;
h) Certidão Negativa de débitos trabalhistas;
i) Cópia do empenho emitido pela Secretaria Municipal de Finanças.

3.9 Nenhum pagamento será efetuado sem apresentação dos documentos relacionados no item anterior, bem como enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta à adjudicatária, em virtude de penalidade ou inadimplemento das obrigações assumidas pela adjudicatária ou decorrente do Contrato.
3.10 O pagamento será efetuado mediante a tempestividade das certidões anteriormente mencionadas. Caso a contratada entregue certidão que venha a expirar-se antes da liquidação da despesa, ela será comunicada para substituir a certidão irregular por uma atualizada.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA

4.1. Os contratos terão vigência a partir de sua assinatura, por um período de até 12 (doze) meses, podendo esses ser SUSPENSOS a qualquer tempo.
4.2. Após a extinção do contrato, caso credenciado possua novo interesse, deverá realizar nova inscrição no credenciamento, se submetendo a ordem classificatória transcrita no Edital.
4.3. O contrato poderá ser rescindindo pela CONTRATANTE a qualquer tempo, nas hipóteses previstas na Lei Federalnº 14.133/2021 e no contrato firmado, independente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que assista qualquer direito de indenização à CONTRATADA.
4.4. O presente contrato poderá sofrer alterações, de acordo com a Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

5.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, *caput*).
5.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
5.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
5.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
5.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
5.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, *caput*).
5.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim (IN 5/2017, art. 44, §2º).
5.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato (IN 5/2017, art. 44, 31º).

CLÁUSULA SEXTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

6.1 É vedada a subcontratação, total ou parcial, do objeto do contrato, devendo a MEI contratada realizar a integralidade do serviço, sendo nulo de pleno direito qualquer ato realizado por terceiros, seja pessoa física ou jurídica.
6.2 A constatação de subcontratação ilegal implicará na rescisão contratual, bem como na responsabilização do contrato, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

7.1 O prestador de serviço será convocado através da ordem de serviço emitida pela Secretaria gestora do contrato.

7.2 Os serviços/atividades deverão ser realizados conforme a necessidade da secretaria solicitante.
7.3 A execução do objeto previsto neste instrumento somente poderá ser iniciada após o recebimento da nota de empenho e a ordem de serviço.
7.4 A prestação de Serviço está condicionada ao número de horas/atividade contratada, prevista em contrato bem como a sua vigência.
7.5 Cada prestador ficará responsável pelo controle do seu respectivo saldo de contrato.
7.6 A emissão da Ordem de Serviço está vinculada a emissão de Nota de Empenho da despesa.
7.7 Ficam sob responsabilidade da Secretaria gestora do contrato as devidas providências para emissão da nota de empenho, bem como a entrega desta à Contratada para início da execução do objeto.
7.8 A Contratada poderá se recusar a iniciar a execução do objeto antes do recebimento da nota de empenho, sendo que, neste caso, não lhe caberá qualquer tipo de sanção.
7.9 Não será autorizada, nenhuma prestação de serviço, além do foi solicitado na ordem de serviço.
7.10 Serão remunerados os serviços prestados efetiva e comprovadamente no exercício das atividades/serviços executados.
7.11 **A frequência do Prestador do Serviço deve ser controlada, pelo servidor o qual irá atestar as folhas a execução dos serviços/atividades.**

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 Prestar o serviço deste credenciamento nas especificações contidas no edital e anexos;
8.2 Realizar todos os procedimentos para os quais se credenciou, nos moldes estabelecidos neste edital, termo de referência, e normas gerais e regulamentares aplicáveis ao serviço contratado;
8.3 Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os serviços prestados;
8.4 Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;
8.5 Prestar o serviço, no valor, prazo e forma estipulados no Edital;
8.6 Prestar o serviço com qualidade e dentro dos padrões exigidos neste edital e legislações pertinentes;
8.7 Prestar os serviços dentro de um grau elevado de qualidade, através de funcionários devidamente treinados, experientes e aptos para o desempenho das funções para as quais foram designados;
8.8 Responsabilizar-se pelo fornecimento de todas e quaisquer ferramentas e utensílios de segurança, necessários e adequados à execução dos serviços contratados;
8.9 Prestar todos os esclarecimentos que forem solicitados pelo município;
8.10 Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao município ou a terceiros, decorrente de culpa ou dolo de seus empregados, devendo reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados;

8.10 Manter os profissionais nos horários pré-determinados pela Administração;
8.12 Prever toda a mão de obra necessária para garantir a operação do serviço, no regime contratado, responsabilizando-se por todas as obrigações trabalhistas vigentes, sociais, previdenciárias, tributáveis e as demais previstas na legislação específica;
8.13 Manter disponibilidade de efetivo dentro dos padrões desejados, para atender a demanda;
8.14 Atender, de imediato, as solicitações quanto às substituições da mão de obra não qualificada ou entendida como inadequada para a prestação dos serviços;
8.15 Relatar ao município toda e qualquer irregularidade observada nas instalações onde houver prestação dos serviços
8.16 Não permitir a utilização de trabalho do menor.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1 A Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná deverá, a seu critério, e através de funcionários da Secretaria ou de pessoas previamente designadas, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização da prestação de serviço;
9.2 Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste termo;
9.3 Efetuar quando julgar necessário, inspeção com a finalidade de verificar a prestação do serviço e o atendimento das exigências contratuais;
9.4 Exigir os documentos comprobatórios da execução do objeto deste termo de referência;
9.5 Para garantir o cumprimento do Contrato, a contratante se obriga a:
9.6 Proporcionar todas as condições para que o credenciado realize a entrega do objeto, de acordo com as determinações do Contrato, Edital e seus anexos, especialmente do Termo de Referência;
9.7 Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços objetos do contrato a ser firmado, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não estejam de acordo com as condições e exigências especificada, por intermédio de seu Fiscal do Contrato designado, que anotará, em seu registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com o mesmo;

CLÁUSULA OITAVA - DA FISCALIZAÇÃO

8.1 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (caput do art. 117 da Lei nº 14.133, de 2021), nomeados pelo Poder Executivo.
8.2 A execução do Contrato será acompanhada e fiscalizada pelo servidor **Marcelo Elisio.**

8.3 Ao Fiscal do Contrato compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução da Ata/Contrato e dos respectivos serviços, bem como dirimir qualquer dúvida e pendência que surgirem no curso de sua execução, determinando o que for necessário à regularização das faltas, ou problemas observados, conforme prevê a Lei nº 14.133/2021 e suas alterações.
8.4 O fiscal do Contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços contratados, determinando o que for necessário à regularização das faltas/erros ou defeitos observados.
8.5 A omissão, total ou parcial, da fiscalização não eximirá o fornecedor da integral responsabilidade pelos encargos ou serviços que são de sua competência.
8.6 Ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade ou inadimplência por parte da contratada, o titular da fiscalização deverá, de imediato, comunicar por escrito ao órgão de administração do contrato, que tomará as providências para que se apliquem as sanções previstas na lei, no Edital e neste Termo de Referência, sob pena de responsabilidade solidária pelos danos causados por sua omissão.

CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE

9.1 - O preço estabelecido no presente contrato não será reajustado, salvo para a manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, desde que comprovado pela CONTRATADA, e mediante pesquisa de mercado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS SANÇÕES

10.1 - O contratado que incorra em infrações, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:
a) advertência;
b) multa;
c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
e) impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.
10.2 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatário e ao contratado, cumulativamente com a multa.
10.3 - Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.
10.4 - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
b) não mantiver sua proposta;
c) apresentar declaração falsa;
d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.
10.5 - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:
a) apresentar documento falso;
b) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
c) foi advertido e reincidiu pelo (s) mesmo (s) motivo (s).
10.6 - Multa de mora diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor global do contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 9.7.
10.7 - A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.
10.8 - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao licitante que:
a) abandonar a execução do contrato;
b) incorrer em inexecução contratual.
10.9 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:
a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
c) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
d) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
e) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;
g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.
10.10 - O impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:
a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no edital;

b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
c) apresentar documentação falsa;
d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
e) não mantiver a proposta;
f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses da cláusula 20.9;
h) cometer fraude fiscal.
10.11 - A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 9.1, alíneas “c”, “d” e “e”.
10.12 - Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:
a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas na alínea anterior.
10.13 - Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:
a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
b) os danos resultantes da infração;
c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.
10.14 - Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.
10.15 - Sem prejuízo das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.
10.16 - Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo.
10.17 - Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta do Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor

ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO

11.1 O Contratante poderá rescindir este Contrato de pleno direito, a qualquer tempo independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à Contratada o direito a qualquer reclamação ou indenização, nos casos previstos na Lei Federal n. 14.133/2021 e suas alterações.

11.2 A Contratada fica obrigada a pagar à Contratante multa de 20% (vinte por cento) do preço total do Contrato vigente na data da aplicação, sem prejuízo das demais multas devidas por inadimplemento até a data da rescisão, caso a rescisão ocorra por culpa da Contratada. O valor da multa será atualizado de acordo com a variação do IGPM/FGV (Índice Geral de Preços no Mercado), a partir do mês para o qual foi calculada até o mês de sua quitação.

11.3 - Constituem motivos para rescisão do presente contrato:
11.3.1 - O não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições;
Motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas cominadas;

11.3.2 - Será automaticamente extinto o contrato quando do término do prazo estipulado e/ou na execução total do objeto contratado, e ainda, quando não houver acordo de prorrogação;
11.3.3 - O contrato será rescindido pelo Município de Pontal do Paraná quando verificadas as seguintes situações, isoladas ou acumuladas:
a) Não cumprimento, cumprimento irregular ou insatisfatório, pela Contratada, de cláusulas contratuais, condições constantes do edital de CREDENCIAMENTO, especificações, prazos e/ou conjunto de dispositivos legais aplicáveis ao contrato;
b) Lentidão no cumprimento do objeto contratual ou paralisação imotivada na prestação dos serviços, sem justa causa e sem prévia comunicação ao Departamento Municipal da Saúde.
c) Não atendimento das determinações e recomendações regulares emanadas da fiscalização do Município de Pontal do Paraná, encarregada do acompanhamento da execução do objeto do contrato;
d) Na existência de 03 (três) demandas de Ouvidoria formalizadas por usuários, durante a vigência do referido contrato, e julgadas procedentes. A partir da primeira demanda procedente, a Contratada será notificada

formalmente pelo Departamento Municipal de Saúde de Pontal do Paraná e poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei 14.133/21;
e) Decretação de falência, insolvência ou dissolução da Contratada;
f) Alteração social da Contratada que importe na modificação da sua finalidade ou objeto social ou da estrutura social da mesma, desde que resulte em prejuízos à execução do contrato;
g) Ocorrência de caso fortuito ou força maior ou fato de terceiros ou ainda motivo de relevante interesse público e de amplo conhecimento que imponha a suspensão da execução do contrato pelo Município de Pontal do Paraná, hipótese em que a Contratada será remunerada na proporção da parcela contratual que houver executado, sem incidência de qualquer indenização suplementar.
11.4 - Pela Contratada, quando o Município de Pontal do Paraná:
a) Inadimplir quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas neste contrato admitidas as ressalvas feitas no resguardo do interesse público;
b) Na hipótese de rescisão pelo Município de Pontal do Paraná com base nos motivos alinhados no subitem 11.3.3, nos subitens de “a” a “f”, os valores devidos à Contratada até a rescisão permanecerão retidos com o Município de Pontal do Paraná, a fim de garantir o ressarcimento de prejuízos, multas ou perdas e danos decorrentes do (s) evento (s) motivador do rompimento contratual;
c) Também poderá ser rescindido o presente contrato em caso de nomeação de profissional aprovado em concurso público convocado para o cargo existente neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1 - A Contratada tem pleno conhecimento dos elementos constantes deste Contrato, dos locais e de todas as condições gerais e peculiares, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do contrato.
12.2 - As partes contratantes ficam sujeitas às normas constantes da Lei Federal n.º 14.133/21 e suas alterações, sendo que os casos omissos também serão resolvidos através da aplicação da referida Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro Regional da Cidade de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
13.2 - E, por se acharem de acordo, os representantes legais assinam o presente Contrato, em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Pontal do Paraná, …. de..... de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito – Contratante

XXXX
Representante – Contratada

XXXXXXXXXXXXXXXXXXX
Secretário Municipal

XXXXXXXXXXXXX
Fiscal de Contrato

XXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXX
Fiscal de Contrato testemunha
CPF: XXXXXXXX
CPF: XXXXXXXXX

PROCEDIMENTO AUXILIAR 15/2026 CREDENCIAMENTO Nº 15/2026 ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

À PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – PR

OBJETO: credenciamento de pessoas jurídicas para desempenhar atividades artísticas junto à Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, no período de 12 (doze) meses, em observância aos requisitos mínimos e aos valores estabelecidos.

Senhora Presidente de Comissão: Declaramos para os fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de licitação, sob a modalidade **Credenciamento 15/2026**, instaurado pela Prefeitura municipal de Pontal do Paraná, que: assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias; comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; comprometemo-nos a repassar na proporção correspondente, eventuais reduções de preços decorrentes de mudanças de alíquotas de impostos incidentes sobre a prestação dos serviços, objeto da licitação, em função de alterações de legislação pertinente, publicadas durante a vigência do contrato e temos conhecimento e submetemo-nos ao disposto na Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, bem como ao Edital e Anexos do **Credenciamento 15/2026** , realizado pela Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

....., em ..... de..... de 2026.

Carimbo do profissional,
Nome, CPF e assinatura do responsável

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:BB76D472

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

LICITAÇÃO
ADITIVO 244/2026

1º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 244/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2025
VENCIMENTO: 02/12/2026
De um lado, o MUNICÍPIO DE QUERENCIA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 76.973.692/0001-16 com sede à Rua Waldemar dos Santos 1197, neste ato representado Sr. **ALEX SANDRO FERNANDES**, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Waldemar dos Santos, 678, doravante denominado CONTRATANTE.
E, de outro lado a **AUTOPEÇAS QUERÊNCIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 01.973.424/0001-03, AV. PORTO ALEGRE, 657 - CEP: 87930000 - bairro: CENTRO, Querência do Norte/PR, neste ato representado pelo(a) Sr.(a)) DENILSON ANTONIO AITA, brasileiro, portador da RG nº 4***828* SSP PR e CPF 624.***.649-**, denominada CONTRATADA.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertada o aumento de meta do item constantes no lote 75
LOTE 75:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor inicial. R$	Valor aditado R$	Valor mínimo de desconto aceitável sobre a tabela TRAZ VALOR
1	LINHA VW VOLKSWAGEN– (LEVE E UTILITÁRIOS) PEÇAS E COMPONENTES, NOVOS DE 1ª LINHA/ORIGINAL NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA COMUM PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA QUE ATENDA AS NORMAS ABNT NBR 15296 PARA AUTOPEÇAS COM BASE NA TABELA TRAZ VALOR - SECRETARIA SAUDE	UNID	1	40.000,00	17.261,83	7,00%
				TOTAL:	17.261,83	

O valor total acrescido será de R$ 17.261,83 (Dezessete Mil e Duzentos e sessenta e Um Reais e Oitenta e Três).

CLAUSULA SEGUNDA

Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.

E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte - PR, 02 Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal
Contratante

DENILSON ANTONIO AITA
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F.

_____
C.P.F.

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:0C720DB3

LICITAÇÃO
ADITIVO 247/2026

1º TERMO ADITIVO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 247/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2025
VENCIMENTO: 02/12/2026
De um lado, o MUNICÍPIO DE QUERENCIA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº. 76.973.692/0001-16 com sede à Rua Waldemar dos Santos 1197, neste ato representado Sr. **ALEX SANDRO FERNANDES**, brasileiro, portador do CPF/MF no. 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, à Rua Waldemar dos Santos, 678, doravante denominado CONTRATANTE.
E, de outro lado a **VOSS AUTO PEÇAS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 97.532.745/0001-33, , Avenida Norman Prochet, CEP: 87.930-000, centro, Querência do Norte PR, neste ato representado pelo(a) Sr.(a)) EDER BATISTA VOSS, brasileiro, portador da RG Nº 8.***.100-* SSP PR e CPF 077.***.469-**, denominada CONTRATADA.
CLÁUSULA PRIMEIRA
Fica acertada o aumento de meta do item constantes no lote 01
LOTE 01:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor inicial. R$	Valor aditado R$	Valor mínimo de desconto aceitável sobre a tabela TRAZ VALOR
1	LINHA MERCEDES BENZ – CAMINHÕES (PESADA) PEÇAS E COMPONENTES, NOVOS DE 1ª LINHA/ORIGINAL NECESSÁRIOS A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MECÂNICA COMUM PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA QUE ATENDA AS NORMAS ABNT NBR 15296 PARA AUTOPEÇAS COM BASE NA TABELA TRAZ VALOR - SECRETARIA MUN. DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	UNID	1	70.000,00	17.500,00	6,00%
				TOTAL:	17.500,00	

O valor total acrescido será de R$ 17.500,00 (Dezessete Mil e Quinhentos Reais).
CLAUSULA SEGUNDA
Permanecem inalteradas as demais disposições do Contrato Original.
E por estarem cientes e acordes, os participes assinam o presente Termo Aditivo do Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Querência do Norte - PR, 02 Setembro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal
Contratante

EDER BATISTA VOSS
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____
C.P.F.

_____
C.P.F.

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:690F15D7

LICITAÇÃO
EXTRATO 203/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 203/2026
VENCIMENTO: 02/09/2027
O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **29/2026**, processo administrativo n.º 29/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GERADOR DE ENERGIA, FOGOS DE ARTIFICIOS, PARA FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **29/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **LIMA LIMP SOLUCOES EM EVENTOS**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 41.981.178/0001-48, Avenida RUA LUIZ RUZZON, 880 - CEP: 87708374 - bairro: JARDIM RENASCER, Paranavaí/PR, neste ato representado por procurador Sr.(a). JURACI VIEIRA DE LIMA MITCHELL, brasileiro, portador da RG nº 5***138* SSPPR e CPF 697.***.109-**

LOTE 3: LOTE 3

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	47504	TENDAS – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: TENDA 10X10M, POR DIA, TIPO CHAPÉU DE BRUXA, COM 02 (DOIS) METROS DE ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO E 2,5 (DOIS METROS E MEIO) METROS EM SUA PONTA CENTRAL, ESTRUTURA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO OU PINTADA NA COR BRANCA ANTICHAMA, COMPOSTA DE CALHAS COLETORAS EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL PARA CAPTAÇÃO E ESCOAMENTO DE ÁGUA NOS PÉS. *NO VALOR ESTÁ CONTEMPLADO A MONTAGEM, DESMONTAGEM, MÃO DE OBRA, FRETE, HOSPEDAGEM DO MONTADOR, ALIMENTAÇÃO, ART, O MUNICIPIO NÃO ARCAR COM AS DESPESAS.	LOCAÇÃO	10	R$ 2.090,00	R$ 20.900,00	PROPRIA
					TOTAL:	R$ 20.900,00	

LOTE 4: LOTE 4

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	47505	TENDA 5X5M, POR DIA, TIPO CHAPÉU DE BRUXA, COM 02 (DOIS) METROS DE ALTURA EM SEUS PÉS DE SUSTENTAÇÃO E 2,5 (DOIS METROS E MEIO) METROS EM SUA PONTA CENTRAL, ESTRUTURA DE AÇO CARBONO GALVANIZADO OU PINTADA NA COR BRANCA ANTICHAMA, COMPOSTA DE CALHAS COLETORAS EM TODA SUA EXTENSÃO LATERAL PARA CAPTAÇÃO E ESCOAMENTO DE ÁGUA NOS PÉS. *NO VALOR ESTÁ CONTEMPLADO A MONTAGEM, DESMONTAGEM, MÃO DE OBRA, FRETE, HOSPEDAGEM DO MONTADOR, ALIMENTAÇÃO, ART, O MUNICIPIO NÃO ARCAR COM AS DESPESAS.	LOCAÇÃO	8	R$ 848,75	R$ 6.790,00	PROPRIA
					TOTAL:	6.790,00	

LOTE 5: LOTE 5

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	47506	BANHEIROS QUIMICOS ADAPTADO PARA PCD; CARACTERÍSTICAS: TANQUE DE RETENÇÃO: ARMAZENA OS DEJETOS E A ÁGUA DE DESCARGA. PORTA: A PORTA TEM UMA FECHADURA PARA GARANTIR PRIVACIDADE. PESO: O PESO TOTAL PODE VARIAR ENTRE 100 KG E 104 KG. MATERIAL: SÃO FABRICADOS COM POLIETILENO DE ALTA DENSIDADE, RESISTENTE A VANDALISMO E PRODUTOS QUÍMICOS. A EMPRESA DEVERÁ REALIZAR O ESVAZIAMENTO, CASO NECESSITE, COM VEÍCULO APROPRIADO (CAMINHÃO OU OUTRO) LIMPA FOSSA. NO DESCARTE DOS RESÍDUOS A LEGISLAÇÃO AMBIENTAL EM VIGOR DEVERÁ SER RIGOROSAMENTE OBSERVADA. OS BANHEIROS QUÍMICOS DEVERÃO ATENDER AS EXIGÊNCIAS DA FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA E AS NORMAS DE SEGURANÇA. OS BANHEIROS DEVERÃO SER INSTALADOS NOS LOCAIS INDICADOS PELA CONTRATANTE *NO VALOR DO ORÇAMENTO ESTÁ CONTEMPLADO A MONTAGEM, DESMONTAGEM, MÃO DE OBRA, FRETE, HOSPEDAGEM DO MONTADOR, ALIMENTAÇÃO, O MUNICÍPIO NÃO ARCARÁ COM AS DESPESAS.	LOCAÇÃO	1	R$ 2.800,00	R$ 2.800,00	PROPRIA
2	45731	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUIMICO FEM E MASC 03 DIAS	LOCAÇÃO	1	R$ 9.700,00	R$ 9.700,00	PROPRIA
					TOTAL:	12.500,00	

LOTE 7: LOTE 7

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	45737	LOCAÇÃO DE GRADIL POR METRO	MTS	100	R$ 24,90	R$ 2.490,00	PROPRIA
					TOTAL:	R$ 2.490,00	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

– Os LOTES 01 e 02, –instalado na praça Central Dra Rose, conforme necessidade da administração

4.2. O Lote 03– instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado 01 barraca na associação dos funcionários municipais, na ocasião da Gincana de Produtores que antecede a Festa do Arroz;

b. havendo necessidade será instalado 02 barracas, com fechamento nas laterais, para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

c. as demais conforme a necessidade da administração.

4.3. O Lote 04 – instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado 02 barracas para as Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, que ocorrerá na Escola Municipal Monteiro Lobato, no Jardim Monteiro em Querência do Norte;

a.1. – com fechamento nas laterais

b. havendo necessidade será instalado barracas para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

c. as demais conforme a necessidade da administração, na praça Central.

b.2 – com fechamento nas laterais

4.4. – O Lote 05 – instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado, 02 unidades masc./fem. para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

b . os demais conforme a necessidade da administração.

4.5. Lote 06 – instalado conforme a seguir:

a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose

4.6 – Lote 07 - instalado conforme a seguir:

a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose

4.7 – Lote 08 - instalado conforme a seguir:

a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose

b. havendo necessidade será instalado, para Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

4.8. Lote 09 - instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado para as Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, que ocorrerá na Escola Municipal Monteiro Lobato, no Jardim Monteiro em Querência do Norte;

4.9. Lote 10 – o serviço será prestado conforme a necessidade da administração, nas seguintes condições:

Os seguranças deverão ser uniformizados e qualificados, DE FÁCIL IDENTIFICAÇÃO; com instruções para manutenção e preservação da ordem, garantindo a tranquilidade e a integridade física e moral de todos os participantes do evento.

A contratada deverá fornecer equipe devidamente treinada para exercer as funções de acordo com as seguintes especificações e condições mínimas:

Durante o transcorrer do evento, é vedado aos seguranças: fumar, consumir bebida alcoólica

ou, aparelhos de som (celulares, mp3) com fones de ouvido ou qualquer outro objeto ou equipamentos que possa atrapalhar a qualidade do serviço.

O número total de componentes da equipe será conferido (contagem) antes do início e

depois do evento sendo que todos os componentes da equipe devem portar o documento pessoal de identificação com foto (RG ou CNH); e também crachá destacado de identificação pessoal, em que conste nome (em destaque).

Deverão ser fornecidos rádios hts (vhf) com fones e microfones de lapela (não serão aceitos

modelos talk about ou similar compatível devido a interferência deste tipo de equipamento) em todos os eventos, sendo 01 (um) rádio a cada 05 (cinco) seguranças.

O segurança não poderá portar qualquer tipo de arma (revolver, faca, spray de pimenta,

arma de choque, algemas, etc).

É de total responsabilidade da empresa o comportamento moral e profissional de seus funcionários, cabendo-lhes responder integralmente por quaisquer danos ou prejuízos comprovadamente por eles causados, em face da execução dos serviços

4.10 - Lote 11 –

a. havendo necessidade os serviços poderão ser prestados nas datas de 03/09/2026 – no Encontro dos Rizicultores, nas Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, na mesma data na ocasião do show, e nas datas de 05 e 06 de setembro de 2026;

4.11. Lotes 12 e 13 –

a. havendo necessidade os serviços poderão ser prestados nas datas de 05/12/2026 e 31/12/2026.

4.12. Lote 14 -

4.13. – Caso a Administração necessite alterar o local, será imediatamente informado as contratadas o novo endereço, sem gerar nenhum custo adicional ao município.

4.14. – Todas as despesas, exemplo: frete, montagem, desmontagem, hospedagem, refeição, tributos, taxas, ART entre outros pertinentes ao cumprimento do objeto desta licitação, são de responsabilidade da empresa.

4.15. – Se por motivo de força maior, o evento necessitar ser transferido ou cancelado, antes do objeto estar instalado no local, fica desobrigado o Município ao pagamento do objeto licitado;

4.16. – Caso o evento seja cancelado e o objeto já esteja instalado no local, o Município ressarcirá a empresa das despesas pertinentes à instalação, (mediante comprovação, através de notas fiscais, recibos ou outro documento comprobatório).

4.17. – O Município reserva o direito de realizar diligencia para verificação da autenticidade dos documentos apresentados.

4.18. A contratada não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou defeitos observados nos materiais após o seu recebimento, observadas as disposições deste Edital.

4.19. A contratada deverá manter durante a vigência do contrato, decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.

4.20. É nula e não constituirá qualquer obrigação para a PREFEITURA a entrega de materiais ou da prestação de serviços, sem observância das condições deste Edital.

4.21. A empresa contratada deverá garantir a qualidade do objeto da presente licitação, devendo substituir imediatamente, às suas expensas, no total, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções resultantes da fabricação, e que não atendam ao que foi especificado no Edital.

4.21. A Contratada deverá responder pela qualidade dos produtos fornecidos, nos exatos termos da Lei nº. 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).

4.22. A desconformidade no fornecimento dos produtos às condições indispensáveis ao recebimento sujeitará a contratada às sanções previstas neste edital e na legislação pertinente.

4.23. Nos valores dos lotes estão inclusas todas as despesas com: materiais; mão-de-obra e encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; ART, demais taxas, combustível; transporte; serviço de manutenção; seguro; lucros e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto.

4.23.1. A execução do objeto contratado deverá ser efetuada dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, em conformidade com as condições constantes neste Edital, obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ANVISA, IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ e outros, atender eficazmente às finalidades que dele(s) naturalmente se espera(m), conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.

4.24. Os materiais e/ou serviços deverão ser entregues/realizados, nas quantidades e nos locais indicado na Solicitação.

4.25. Os serviços serão adquiridos conforme a necessidade do Município, que procederá a requisição nas quantidades que lhe convier, realizadas dentro do prazo da contratação ficando as proponentes cientes de que o município não é obrigado a adquirir a quantidade total licitada, podendo a aquisição ser integral, parcial ou mesmo não ocorrer, caso não necessite dentro do tempo contratado.

. Os serviços entregues serão recusadas nos seguintes casos:

4.12. Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no termo de referência e da proposta de preços, inclusive não sendo possível entrega de marcas distintas as da proposta sem previa autorização da contratante;

4.13. quando apresentarem eventuais defeitos, vícios, incorreções durante a vigência do contrato;

4.14. Os serviços que forem recusadas deverão ser substituídas e entregues novamente sem qualquer ônus para o Município.

4.15. Se os serviços contratados não forem entregues no prazo estipulado, o executante estará sujeito às sanções previstas no contrato.

4.16. O recebimento dos serviços entregues, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do executante pela qualidade, forma e técnica, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante todo o prazo de vigência do contrato.

4.17. Para os serviços entregues e não aceito (s) após verificação realizada por servidor designado Fiscal do contrato GUTO RENATO BERTO, a CONTRATADA se obriga a refazer a sua entrega, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital.

4.18. A entrega dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante (Fiscal do Contrato) GUTO RENATO BERTO.

4.20. Caberá a gestão do contrato à/ao Sr. (a) APARECIDO DOS SANTOS, CPF 048.***.159-**, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato.

4.21. Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) GUTO RENATO BERTO, CPF 057.***.279-** , o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual

4.22. O Município se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os objetos que venham a apresentar defeitos que deverão possuir garantia de fábrica conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor ou ainda que não atendam as especificações constantes do Termo de Referência ou da proposta comercial, cabendo à licitante contratada sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco dias, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades aplicáveis.
4.23. **Responsabilidades da Contratada**: Correrão por conta exclusiva da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento do objeto, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.
4.24. **Recebimento Provisório e Definitivo**: No ato da entrega, o servidor designado com formação em gestão de estoques ou treinamento em transporte e controle de alimentos realizará a conferência quantitativa e qualitativa sumária dos produtos. Será emitido um Termo de Recebimento Provisório (Art. 140 da Lei nº 14.133/2021), podendo ser substituído por visto na Nota Fiscal acompanhada de registro interno.
A partir do recebimento provisório, a Administração terá 05 (cinco) dias úteis para a conferência detalhada de quantidade, qualidade e especificações, inclusive por meio dos testes de performance práticos previstos no Anexo II do Estudo Técnico Preliminar. A conformidade total resultará na emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A não manifestação da Administração no prazo de 5 dias úteis implicará em recebimento definitivo, sem prejuízo de responsabilização posterior por vícios ocultos.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 02 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

JURACI VIEIRA DE LIMA MITCHELL
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:BB7B181F

LICITAÇÃO
EXTRATO 204/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 204/2026
VENCIMENTO: 02/09/2027
O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **29/2026**, processo administrativo n.º 29/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GERADOR DE ENERGIA, FOGOS DE ARTIFICIOS, PARA FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **29/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **MUNDIAL FOGOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 07.203.347/0001-80, Avenida RODOVIA PR-489, 9987 - CEP: 87508210 - bairro: JARDIM UNIVERSITáRIO, Umuarama/PR, neste ato representado por procurador Sr.(a). SOLANGE APARECIDA DE FREITAS SAMPAIO TEIXEIRA, brasileira, portadora da RG nº 9***286*SSPPR e CPF 055.***.039-**

LOTE 2: LOTE 2

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	47503	GERADOR. 01 (UM) EM FUNCIONAMENTO E OUTRO ESTAND BY, PARA USO DIÁRIO DE 8 (OITO) HORAS COM POTÊNCIA: 260 KVA – 208 KW EMERGÊNCIA 240 KVA – 192 KW REGIME PRIME; TENSÃO: 220-127 V, 380-220V, 440-254V RECONECTAVEL; TIPO DE ACIONAMENTO: MANUAL OU AUTOMÁTICO; COMBUSTÍVEL: DIESEL; CAPACIDADE DO TANQUE: 260 LITROS; ABRANGÊNCIA: SISTEMAS DE ENERGIA – GERAÇÃO DE ENERGIA OU STAND-BY PARA EVENTOS, SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO CÊNICA, ILUMINAÇÃO E GERAÇÃO DE ENERGIA EM GERAL.	LOCAÇÃO	1	R$ 6.900,00	R$ 6.900,00	STEMAC
					TOTAL:	6.900,00	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

– Os LOTES 01 e 02, –instalado na praça Central Dra Rose, conforme necessidade da administração

4.2. O Lote 03– instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado 01 barraca na associação dos funcionários municipais, na ocasião da Gincana de Produtores que antecede a Festa do Arroz;

b. havendo necessidade será instalado 02 barracas, com fechamento nas laterais, para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

c. as demais conforme a necessidade da administração.

4.3. O Lote 04 – instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado 02 barracas para as Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, que ocorrerá na Escola Municipal Monteiro Lobato, no Jardim Monteiro em Querência do Norte;

a.1. – com fechamento nas laterais

b. havendo necessidade será instalado barracas para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

c. as demais conforme a necessidade da administração, na praça Central.

b.2 – com fechamento nas laterais

4.4. – O Lote 05 – instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado, 02 unidades masc./fem. para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

b . os demais conforme a necessidade da administração.

4.5. Lote 06 – instalado conforme a seguir:

a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose

4.6 – Lote 07 - instalado conforme a seguir:

a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose

4.7 – Lote 08 - instalado conforme a seguir:

a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose

b. havendo necessidade será instalado, para Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

4.8. Lote 09 - instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado para as Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, que ocorrerá na Escola Municipal Monteiro Lobato, no Jardim Monteiro em Querência do Norte;

4.9. Lote 10 – o serviço será prestado conforme a necessidade da administração, nas seguintes condições:

Os seguranças deverão ser uniformizados e qualificados, DE FÁCIL IDENTIFICAÇÃO; com instruções para manutenção e preservação da ordem, garantindo a tranquilidade e a integridade física e moral de todos os participantes do evento.

A contratada deverá fornecer equipe devidamente treinada para exercer as funções de acordo com as seguintes especificações e condições mínimas:

Durante o transcorrer do evento, é vedado aos seguranças: fumar, consumir bebida alcoólica

ou, aparelhos de som (celulares, mp3) com fones de ouvido ou qualquer outro objeto ou equipamentos que possa atrapalhar a qualidade do serviço.

O número total de componentes da equipe será conferido (contagem) antes do início e

depois do evento sendo que todos os componentes da equipe devem portar o documento pessoal de identificação com foto (RG ou CNH); e também crachá destacado de identificação pessoal, em que conste nome (em destaque).

Deverão ser fornecidos rádios hts (vhf) com fones e microfones de lapela (não serão aceitos

modelos talk about ou similar compatível devido a interferência deste tipo de equipamento) em todos os eventos, sendo 01 (um) rádio a cada 05 (cinco) seguranças.

O segurança não poderá portar qualquer tipo de arma (revolver, faca, spray de pimenta,

arma de choque, algemas, etc).

É de total responsabilidade da empresa o comportamento moral e profissional de seus funcionários, cabendo-lhes responder integralmente por quaisquer danos ou prejuízos comprovadamente por eles causados, em face da execução dos serviços

4.10 - Lote 11 –

a. havendo necessidade os serviços poderão ser prestados nas datas de 03/09/2026 – no Encontro dos Rizicultores, nas Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, na mesma data na ocasião do show, e nas datas de 05 e 06 de setembro de 2026;

4.11. Lotes 12 e 13 –

a. havendo necessidade os serviços poderão ser prestados nas datas de 05/12/2026 e 31/12/2026.

4.12. Lote 14 -

4.13. – Caso a Administração necessite alterar o local, será imediatamente informado as contratadas o novo endereço, sem gerar nenhum custo adicional ao município.

4.14. – Todas as despesas, exemplo: frete, montagem, desmontagem, hospedagem, refeição, tributos, taxas, ART entre outros pertinentes ao cumprimento do objeto desta licitação, são de responsabilidade da empresa.

4.15. – Se por motivo de força maior, o evento necessitar ser transferido ou cancelado, antes do objeto estar instalado no local, fica desobrigado o Município ao pagamento do objeto licitado;

4.16. – Caso o evento seja cancelado e o objeto já esteja instalado no local, o Município ressarcirá a empresa das despesas pertinentes à instalação, (mediante comprovação, através de notas fiscais, recibos ou outro documento comprobatório).

4.17. – O Município reserva o direito de realizar diligencia para verificação da autenticidade dos documentos apresentados.

4.18. A contratada não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou defeitos observados nos materiais após o seu recebimento, observadas as disposições deste Edital.

4.19. A contratada deverá manter durante a vigência do contrato, decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.

4.20. É nula e não constituirá qualquer obrigação para a PREFEITURA a entrega de materiais ou da prestação de serviços, sem observância das condições deste Edital.

4.21. A empresa contratada deverá garantir a qualidade do objeto da presente licitação, devendo substituir imediatamente, às suas expensas, no total, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções resultantes da fabricação, e que não atendam ao que foi especificado no Edital.

4.21. A Contratada deverá responder pela qualidade dos produtos fornecidos, nos exatos termos da Lei nº. 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).
4.22. A desconformidade no fornecimento dos produtos às condições indispensáveis ao recebimento sujeitará a contratada às sanções previstas neste edital e na legislação pertinente.
4.23. Nos valores dos lotes estão inclusas todas as despesas com: materiais; mão-de-obra e encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; ART, demais taxas, combustível; transporte; serviço de manutenção; seguro; lucros e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto.
4.23.1. A execução do objeto contratado deverá ser efetuada dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, em conformidade com as condições constantes neste Edital, obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ANVISA, IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ e outros, atender eficazmente às finalidades que dele(s) naturalmente se espera(m), conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
4.24. Os materiais e/ou serviços deverão ser entregues/realizados, nas quantidades e nos locais indicado na Solicitação.
4.25. Os serviços serão adquiridos conforme a necessidade do Município, que procederá a requisição nas quantidades que lhe convier, realizadas dentro do prazo da contratação ficando as proponentes cientes de que o município não é obrigado a adquirir a quantidade total licitada, podendo a aquisição ser integral, parcial ou mesmo não ocorrer, caso não necessite dentro do tempo contratado.
. Os serviços entregues serão recusadas nos seguintes casos:
4.12. Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no termo de referência e da proposta de preços, inclusive não sendo possível entrega de marcas distintas as da proposta sem previa autorização da contratante;
4.13. quando apresentarem eventuais defeitos, vícios, incorreções durante a vigência do contrato;
4.14. Os serviços que forem recusadas deverão ser substituídas e entregues novamente sem qualquer ônus para o Município.
4.15. Se os serviços contratados não forem entregues no prazo estipulado, o executante estará sujeito às sanções previstas no contrato.
4.16. O recebimento dos serviços entregues, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do executante pela qualidade, forma e técnica, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante todo o prazo de vigência do contrato.
4.17. Para os serviços entregues e não aceito (s) após verificação realizada por servidor designado Fiscal do contrato GUTO RENATO BERTO, a CONTRATADA se obriga a refazer a sua entrega, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital.
4.18. A entrega dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante (Fiscal do Contrato) GUTO RENATO BERTO.
4.20. Caberá a gestão do contrato à/ao Sr. (a) APARECIDO DOS SANTOS, CPF 048.***.159-**, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato.
4.21. Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) GUTO RENATO BERTO, CPF 057.***.279-** , o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual
4.22. O Município se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os objetos que venham a apresentar defeitos que deverão possuir garantia de fábrica conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor ou ainda que não atendam as especificações constantes do Termo de Referência ou da proposta comercial, cabendo à licitante contratada sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco dias, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades aplicáveis.
4.23. **Responsabilidades da Contratada**: Correrão por conta exclusiva da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento do objeto, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.
4.24. **Recebimento Provisório e Definitivo**: No ato da entrega, o servidor designado com formação em gestão de estoques ou treinamento em transporte e controle de alimentos realizará a conferência quantitativa e qualitativa sumária dos produtos. Será emitido um Termo de Recebimento Provisório (Art. 140 da Lei nº 14.133/2021), podendo ser substituído por visto na Nota Fiscal acompanhada de registro interno.
A partir do recebimento provisório, a Administração terá 05 (cinco) dias úteis para a conferência detalhada de quantidade, qualidade e especificações, inclusive por meio dos testes de performance práticos previstos no Anexo II do Estudo Técnico Preliminar. A conformidade total resultará na emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A não manifestação da Administração no prazo de 5 dias úteis implicará em recebimento definitivo, sem prejuízo de responsabilização posterior por vícios ocultos.
DO PAGAMENTO

O pagamento está condicionado a liberação do recurso por parte da SETU -Secretaria Estadual de Turismo convenio a ser celebrado entre SETU/PMQN, após a liberação do recurso, o pagamento, será efetuado pela Prefeitura Municipal de Querência do Norte, até o 5º dia do mês subsequente, mediante a apresentação da requisição, da Nota Fiscal ou Fatura junto à tesouraria da Prefeitura Municipal, acompanhadas de Certidão de CNDT, FGTS e INSS.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 02 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

SOLANGE APARECIDA DE FREITAS SAMPAIO TEIXEIRA
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:E7F802A8

LICITAÇÃO
EXTRATO 205/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 205/2026
VENCIMENTO: 02/09/2027

O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.***.979-** e Cédula de Identidade RG nº 10.***.514-* SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **29/2026**, processo administrativo n.º 29/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de LOCAÇÃO DE PALCO, SOM, TENDAS, BANHEIROS QUÍMICOS, GERADOR DE ENERGIA, FOGOS DE ARTIFICIOS, PARA FESTIVIDADES DO MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA DO NORTE, especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **29/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **VIA SOM BRASIL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 04.473.887/0001-96, Rua Sequoia, 96, Jardim Pinheiros - CEP: 87.043-636,Maringa (PR), neste ato representado por procurador Sr.(a). CRISTINA MORO COSTA, brasileiro, portador da RG nº 2***4857* SSPPR e CPF 172.***.788-**

LOTE 1: LOTE 1

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	59942	PALCO, CENÁRIO 01 (UM) PALCO 14X10X MTS; HALMIX COM LONA ANTI CHAMA *NO VALOR DO ORÇAMENTO ESTÁ CONTEMPLADO A MONTAGEM, DESMONTAGEM, MÃO DE OBRA, FRETE, HOSPEDAGEM DO MONTADOR, ALIMENTAÇÃO, ART, O MUNICIPIO NÃO ARCAR COM AS DESPESAS. A ESTRUTURA DEVERÁ POSSIBILITAR A QUEIMA DE FOGOS CONTROLADOS, GARANTINDO IMPACTO VISUAL AO PUBLICO E SEGURANÇA AOS ARTISTAS E EQUIPE, SEGUINDO NORMAS DE PROTEÇAO ESPECIFICA PARA USO DE PIROTECNICA EM AMBIENTE DE PALCO. PARA OS 03 DIAS DA FESTA DO ARROZ PALCO, CENÁRIO 01 (UM) PALCO 14X10X MTS; HALMIX COM LONA ANTI CHAMA PALCO CENARIO 14X10 MT HALMIX COM LONA ANTI CHAMA	LOC	1	R$ 14.900,00	R$ 14.900,00	PROPRIA
					TOTAL:	R$ 14.900,00	

LOTE 6: LOTE 6

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	47507	SOM E ILUMINAÇÃO – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: EQUIPAMENTOS DE SOM: • 01 (UMA) Mesa de som digital Yamaha PM5D-RH, com 48 (QUARENTA E OITO) canais de entrada, equipada com multicabo completo de 50 (cinquenta) metros; • 01 (UM) Processador digital DBX rack drive 4800; • 08 (OITO) Caixas Subwoofer SB218, contendo 02 (DOIS) Alto-falantes de 18” cada; • Sistema line array attack LAS-208, com 10 (dez) caixas; • 08 (oito) Amplificadores divididos em 05 (cinco) RACKS; • 03 (Três) Microfones sem fio Shure beta SM 58; • 03 (três) Microfones27611, Shure 81; • 02 (dois) Microfones Shure 91; • 08 (oito) Microfones Shure SM58; • 05 (cinco) Microfones SM57; • 02 (dois) Kits de microfones completos para bateria, marca shure, com 08 (OITO) peças; • 03 (três) Microfones sennheiser e607; • 08 (oito) Clamps de fixação; • 15 (quinze) Pedestais, tipo tripé; • Comunicação entre mesas de palco e p.a.; • 02 (dois) Fronts de mesmo componente do p.a. EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO: • 08 (oito) Movings beam 250 9r; • 08 (oito) Mac aurea com zoom; • 08 (oito) Strobos led atomix rgbw; • 03 (três) Cob light; • 08 (oito) Canhões led rgbw 3w; • 02 (dois) Mini brut led outdoor; • 01 (um) Mesa command wing ma; • 01 (um) Máquina de fumaça. ESTRUTURAS PARA MONTAGEM DE CENÁRIO: • 08 (OITO) PRATICÁVEIS 2MM X 1 M CADA, EM ALUMÍNIO, COM PÉS REGULÁVEIS (TELESCÓPICOS); • 40 (QUARENTA) METROS DE TRELIÇA, EM ALUMÍNIO (MODULARES) Q50; • 80 (OITENTA) METROS DE TRELIÇA (MODULARES) Q30; • 08 (OITO) SAPATAS PARA TRELIÇA • 08 (OITO) SLEEV BOX; • 08 (OITO) TALHAS PARA 01 (UMA) TONELADA CADA. *NO VALOR DO ORÇAMENTO ESTÁ CONTEMPLADO A MONTAGEM, DESMONTAGEM, MÃO DE OBRA, FRETE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, E OUTRAS DESPESAS CORRELATAS, O MUNICIPIO NÃO ARCARÁ COM AS DESPESAS. *NO VALOR ESTÁ INCLUIDO UMA LOCAÇÃO CONSIDERANDO 03 DIAS CONSECUTIVOS DE USO*	LOC	1	R$ 19.600,00	R$ 19.600,00	PROPRIA

					TOTAL:	R$ 19.600,00	

LOTE 8: LOTE 8

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	47508	PAINEL DE LED – P3 OUTDOOR COM PROCESSADOR PARA O CENARIO DOS ARTISTAS, TESTEIRA E PAINEL LATERAL PARA TRANSMISSAÕ SIMULTANEA E PROPAGANDAS OFICIAIS. 01 NOTEBOOK COM PLACA DE VIDEO DEDICADO DE MINIMO DE 4 GB; 01 VIDEO PROCESSADOR NO MINIMO FULL HD; 01 ATEM STUDIO TELEVISON , ON HD (30) M DE BOX TRUSS Q30 C/ SAPATAS E TODOS OS CABEAMENTOS NECESSÁRIOS; 40 MTS POR DIA) - (*NO VALOR DO ORÇAMENTO ESTÁ CONTEMPLADO A MONTAGEM, DESMONTAGEM, MÃO DE OBRA, FRETE, HOSPEDAGEM DO MONTADOR/TÉCNICO, ALIMENTAÇÃO, O MUNICIPIO NÃO ARCARÁ COM AS DESPESAS. NO VALOR ESTÁ INCLUIDO UMA LOCAÇÃO CONSIDERANDO 03 DIAS CONSECUTIVOS de uso	LOCAÇÃO	1	R$ 12.000,00	R$ 12.000,00	PROPRIA
					TOTAL:	12.000,00	

LOTE 9: LOTE 9

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	59940	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO PEQUENO ESPECIFICAÇÕES EXIGIDAS: •01 (UMA) MESA DE SOM DIGITAL (EXEMPLO): YAMAHA LS9, COM 32 (TRINTA E DOIS) CANAIS DE ENTRADA, EQUIPADA COM MULTICABO COMPLETO; •01 (UM) PROCESSADOR DIGITAL DBX RACK DRIVE; •04 (QUATRO) CAIXAS SUBWOOFER SB218, CONTENDO 02 (DOIS) ALTO-FALANTES DE 18" CADA; *SISTEMA LINE ARRAY TAIGAR 2X8, COM 06(SEIS) CAIXAS; •06 (SEIS) AMPLIFICADORES DIVIDIDOS EM 02(DOIS) RACKS; •04 (QUATRO) CAIXAS ATIVASRCF 12” PARA DISTRIBUIR O SOM PELO AMBIENTE; •03 (TRÊS) MICROFONES SEM FIO SHURE BETA SM58; •05 (PEDESTAIS) PEDESTAIS TIPO TRIPÉ; •04 (QUATRO) MICROFONES COM FIO; 01 TÉCNICO OPERADOR DE SOM. NO VALOR, ESTÁ INCLUSO TODAS AS DESPESAS DE MÃO DE OBRA DE MONTAGEM E DESMONTAGEM, ART, FRETE, ALIMENTAÇÃO E HOSPEDAGEM DOS MONTADORES. OBS: AS MARCAS PORVENTURA USADAS NO DESCRITIVO SERVEM COMO REFERÊNCIA, PODENDO SER OUTRA MARCA COMPATIVEL OU SUPERIOR, AS ESPECIFICAÇÕES. *NO VALOR UNITARIO ESTÁ INCLUIDO UMA LOCAÇÃO CONSIDERANDO 01 DIA .*	LOC	2	R$ 4.975,00	R$ 9.950,00	PROPRIA
					TOTAL:	R$ 9.950,00	

LOTE 12: LOTE 12

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	47502	PALCO, CENÁRIO PALCO: 01 (UM) PALCO 12X08X MTS; 02 (DOIS) CAMARINS 5X5; HALLMIX COM LONA ANTI-CHAMA; ESTRUTURAS PARA MONTAGEM DE CENÁRIO: 08 (OITO) PRATICÁVEIS 2MM X 1 M CADA, EM ALUMÍNIO, COM PÉS REGULÁVEIS (TELESCÓPICOS); 40 (QUARENTA) METROS DE TRELIÇA, EM ALUMÍNIO (MODULARES) Q50; 80 (OITENTA) METROS DE TRELIÇA (MODULARES) Q30; 08 (OITO) SAPATAS PARA TRELIÇA; 08 (OITO) SLEEV BOX; 08 (OITO) TALHAS PARA 01 (UMA) TONELADA CADA. 70 METROS LINEAR DE GRADIL SENDO 2,3 METROS POR 1,20 DE ALTURA NOS PADRÕES EXIGIDOS PELO CORPO DE BOMBEIROS; *NO VALOR DO ORÇAMENTO ESTÁ CONTEMPLADO A MONTAGEM, DESMONTAGEM, MÃO DE OBRA, FRETE, HOSPEDAGEM DO MONTADOR, ALIMENTAÇÃO, ART, O MUNICIPIO NÃO ARCAR COM AS DESPESAS. ANIVERSARIO DA CIDADE 05/12/2026	LOC	1	R$ 10.540,09	R$ 10.540,09	PROPRIA
2	47502	PALCO, CENÁRIO PALCO: 01 (UM) PALCO 12X08X MTS; 02 (DOIS) CAMARINS 5X5; HALLMIX COM LONA ANTI-CHAMA; ESTRUTURAS PARA MONTAGEM DE CENÁRIO: 08 (OITO) PRATICÁVEIS 2MM X 1 M CADA, EM ALUMÍNIO, COM PÉS REGULÁVEIS (TELESCÓPICOS); 40 (QUARENTA) METROS DE TRELIÇA, EM ALUMÍNIO (MODULARES) Q50; 80 (OITENTA) METROS DE TRELIÇA (MODULARES) Q30; 08 (OITO) SAPATAS PARA TRELIÇA; 08 (OITO) SLEEV BOX; 08 (OITO) TALHAS PARA 01 (UMA) TONELADA CADA. 70 METROS LINEAR DE GRADIL SENDO 2,3 METROS POR 1,20 DE ALTURA NOS PADRÕES EXIGIDOS PELO CORPO DE BOMBEIROS; *NO VALOR DO ORÇAMENTO ESTÁ CONTEMPLADO A MONTAGEM, DESMONTAGEM, MÃO DE OBRA, FRETE, HOSPEDAGEM DO MONTADOR, ALIMENTAÇÃO, ART, O MUNICIPIO NÃO ARCAR COM AS DESPESAS. Para a virada do ano 31/12/2026	LOC	1	R$ 14.359,91	R$ 14.359,91	PROPRIA
					TOTAL:	24.900,00	

LOTE 13: LOTE 13

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	47507	SOM E ILUMINAÇÃO – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: EQUIPAMENTOS DE SOM: • 01 (UMA) Mesa de som digital Yamaha PM5D-RH, com 48 (QUARENTA E OITO) canais de entrada, equipada com multicabo completo de 50 (cinquenta) metros; • 01 (UM) Processador digital DBX rack drive 4800; • 08 (OITO) Caixas Subwoofer SB218, contendo 02 (DOIS) Alto-falantes de 18” cada; • Sistema line array attack LAS-208, com 10 (dez) caixas; • 08 (oito) Amplificadores divididos em 05 (cinco) RACKS; • 03 (Três) Microfones sem fio Shure beta SM 58; • 03 (três) Microfones27611, Shure 81; • 02 (dois) Microfones Shure 91; • 08 (oito) Microfones Shure SM58; • 05 (cinco) Microfones SM57; • 02 (dois) Kits de microfones completos para bateria, marca shure, com 08 (OITO) peças; • 03 (três) Microfones sennheiser e607;	LOC	1	R$ 9.837,00	R$ 9.837,00	PROPRIA

		• 08 (oito) Clamps de fixação; • 15 (quinze) Pedestais, tipo tripé; • Comunicação entre mesas de palco e p.a.; • 02 (dois) Fronts de mesmo componente do p.a. EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO: • 08 (oito) Movings beam 250 9r; • 08 (oito) Mac aurea com zoom; • 08 (oito) Strobos led atomix rgbw; • 03 (três) Cob light; • 08 (oito) Canhões led rgbw 3w; • 02 (dois) Mini brut led outdoor; • 01 (um) Mesa command wing ma; • 01 (um) Máquina de fumaça. ESTRUTURAS PARA MONTAGEM DE CENÁRIO: • 08 (OITO) PRATICÁVEIS 2MM X 1 M CADA, EM ALUMÍNIO, COM PÉS REGULÁVEIS (TELESCÓPICOS); • 40 (QUARENTA) METROS DE TRELIÇA, EM ALUMÍNIO (MODULARES) Q50; • 80 (OITENTA) METROS DE TRELIÇA (MODULARES) Q30; • 08 (OITO) SAPATAS PARA TRELIÇA • 08 (OITO) SLEEV BOX; • 08 (OITO) TALHAS PARA 01 (UMA) TONELADA CADA. *NO VALOR DO ORÇAMENTO ESTÁ CONTEMPLADO A MONTAGEM, DESMONTAGEM, MÃO DE OBRA, FRETE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, E OUTRAS DESPESAS CORRELATAS, O MUNICIPIO NÃO ARCARÁ COM AS DESPESAS. *ANIVERSÁRIO DA CIDADE 05/12/2026*					
2	47507	SOM E ILUMINAÇÃO – ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS EXIGIDAS: EQUIPAMENTOS DE SOM: • 01 (UMA) Mesa de som digital Yamaha PM5D-RH, com 48 (QUARENTA E OITO) canais de entrada, equipada com multicabo completo de 50 (cinquenta) metros; • 01 (UM) Processador digital DBX rack drive 4800; • 08 (OITO) Caixas Subwoofer SB218, contendo 02 (DOIS) Alto-falantes de 18” cada; • Sistema line array attack LAS-208, com 10 (dez) caixas; • 08 (oito) Amplificadores divididos em 05 (cinco) RACKS; • 03 (Três) Microfones sem fio Shure beta SM 58; • 03 (três) Microfones27611, Shure 81; • 02 (dois) Microfones Shure 91; • 08 (oito) Microfones Shure SM58; • 05 (cinco) Microfones SM57; • 02 (dois) Kits de microfones completos para bateria, marca shure, com 08 (OITO) peças; • 03 (três) Microfones sennheiser e607; • 08 (oito) Clamps de fixação; • 15 (quinze) Pedestais, tipo tripé; • Comunicação entre mesas de palco e p.a.; • 02 (dois) Fronts de mesmo componente do p.a. EQUIPAMENTOS DE ILUMINAÇÃO: • 08 (oito) Movings beam 250 9r; • 08 (oito) Mac aurea com zoom; • 08 (oito) Strobos led atomix rgbw; • 03 (três) Cob light; • 08 (oito) Canhões led rgbw 3w; • 02 (dois) Mini brut led outdoor; • 01 (um) Mesa command wing ma; • 01 (um) Máquina de fumaça. ESTRUTURAS PARA MONTAGEM DE CENÁRIO: • 08 (OITO) PRATICÁVEIS 2MM X 1 M CADA, EM ALUMÍNIO, COM PÉS REGULÁVEIS (TELESCÓPICOS); • 40 (QUARENTA) METROS DE TRELIÇA, EM ALUMÍNIO (MODULARES) Q50; • 80 (OITENTA) METROS DE TRELIÇA (MODULARES) Q30; • 08 (OITO) SAPATAS PARA TRELIÇA • 08 (OITO) SLEEV BOX; • 08 (OITO) TALHAS PARA 01 (UMA) TONELADA CADA. *NO VALOR DO ORÇAMENTO ESTÁ CONTEMPLADO A MONTAGEM, DESMONTAGEM, MÃO DE OBRA, FRETE, HOSPEDAGEM, ALIMENTAÇÃO, E OUTRAS DESPESAS CORRELATAS, O MUNICIPIO NÃO ARCARÁ COM AS DESPESAS. PARA VIRADA DO ANO 31/12/2026	LOC	1	R$ 13.463,00	R$ 13.463,00	PROPRIA
					TOTAL:	23.300,00	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO

– Os LOTES 01 e 02, –instalado na praça Central Dra Rose, conforme necessidade da administração

4.2. O Lote 03– instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado 01 barraca na associação dos funcionários municipais, na ocasião da Gincana de Produtores que antecede a Festa do Arroz;

b. havendo necessidade será instalado 02 barracas, com fechamento nas laterais, para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

c. as demais conforme a necessidade da administração.

4.3. O Lote 04 – instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado 02 barracas para as Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, que ocorrerá na Escola Municipal Monteiro Lobato, no Jardim Monteiro em Querência do Norte;

a.1. – com fechamento nas laterais

b. havendo necessidade será instalado barracas para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

c. as demais conforme a necessidade da administração, na praça Central.

b.2 – com fechamento nas laterais

4.4. – O Lote 05 – instalado conforme a seguir:

a. havendo necessidade será instalado, 02 unidades masc./fem. para o Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;

b . os demais conforme a necessidade da administração.

4.5. Lote 06 – instalado conforme a seguir:

a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose
4.6 – Lote 07 - instalado conforme a seguir:
a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose
4.7 – Lote 08 - instalado conforme a seguir:
a. conforme a necessidade da administração – na Praça Central Dra. Rose
b. havendo necessidade será instalado, para Encontro de Rizicultores, data que antecede a Festa do Arroz, marcado para 03/09/2026, que ocorrerá na Comunidade Reserva, distante aproximadamente 12 km da sede do município, em estrada não pavimentada;
4.8. Lote 09 - instalado conforme a seguir:
a. havendo necessidade será instalado para as Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, que ocorrerá na Escola Municipal Monteiro Lobato, no Jardim Monteiro em Querência do Norte;
4.9. Lote 10 – o serviço será prestado conforme a necessidade da administração, nas seguintes condições:
Os seguranças deverão ser uniformizados e qualificados, DE FÁCIL IDENTIFICAÇÃO; com instruções para manutenção e preservação da ordem, garantindo a tranquilidade e a integridade física e moral de todos os participantes do evento.
A contratada deverá fornecer equipe devidamente treinada para exercer as funções de acordo com as seguintes especificações e condições mínimas:
Durante o transcorrer do evento, é vedado aos seguranças: fumar, consumir bebida alcoólica
ou, aparelhos de som (celulares, mp3) com fones de ouvido ou qualquer outro objeto ou equipamentos que possa atrapalhar a qualidade do serviço.
O número total de componentes da equipe será conferido (contagem) antes do início e
depois do evento sendo que todos os componentes da equipe devem portar o documento pessoal de identificação com foto (RG ou CNH); e também crachá destacado de identificação pessoal, em que conste nome (em destaque).
Deverão ser fornecidos rádios hts (vhf) com fones e microfones de lapela (não serão aceitos
modelos talk about ou similar compatível devido a interferência deste tipo de equipamento) em todos os eventos, sendo 01 (um) rádio a cada 05 (cinco) seguranças.
O segurança não poderá portar qualquer tipo de arma (revolver, faca, spray de pimenta,
arma de choque, algemas, etc).
É de total responsabilidade da empresa o comportamento moral e profissional de seus funcionários, cabendo-lhes responder integralmente por quaisquer danos ou prejuízos comprovadamente por eles causados, em face da execução dos serviços
4.10 - Lote 11 –
a. havendo necessidade os serviços poderão ser prestados nas datas de 03/09/2026 – no Encontro dos Rizicultores, nas Festividades da Eleição da Rainha da Festa do Arroz, data prevista para 04/09/2026, na mesma data na ocasião do show, e nas datas de 05 e 06 de setembro de 2026;
4.11. Lotes 12 e 13 –
a. havendo necessidade os serviços poderão ser prestados nas datas de 05/12/2026 e 31/12/2026.
4.12. Lote 14 -
4.13. – Caso a Administração necessite alterar o local, será imediatamente informado as contratadas o novo endereço, sem gerar nenhum custo adicional ao município.
4.14. – Todas as despesas, exemplo: frete, montagem, desmontagem, hospedagem, refeição, tributos, taxas, ART entre outros pertinentes ao cumprimento do objeto desta licitação, são de responsabilidade da empresa.
4.15. – Se por motivo de força maior, o evento necessitar ser transferido ou cancelado, antes do objeto estar instalado no local, fica desobrigado o Município ao pagamento do objeto licitado;
4.16. – Caso o evento seja cancelado e o objeto já esteja instalado no local, o Município ressarcirá a empresa das despesas pertinentes à instalação, (mediante comprovação, através de notas fiscais, recibos ou outro documento comprobatório).
4.17. – O Município reserva o direito de realizar diligencia para verificação da autenticidade dos documentos apresentados.
4.18. A contratada não fica exonerada de suas responsabilidades, por possíveis falhas ou defeitos observados nos materiais após o seu recebimento, observadas as disposições deste Edital.
4.19. A contratada deverá manter durante a vigência do contrato, decorrente da presente licitação, as condições de habilitação previstas neste Edital, sob pena de suspensão e/ou rescisão contratual.
4.20. É nula e não constituirá qualquer obrigação para a PREFEITURA a entrega de materiais ou da prestação de serviços, sem observância das condições deste Edital.
4.21. A empresa contratada deverá garantir a qualidade do objeto da presente licitação, devendo substituir imediatamente, às suas expensas, no total, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções resultantes da fabricação, e que não atendam ao que foi especificado no Edital.
4.21. A Contratada deverá responder pela qualidade dos produtos fornecidos, nos exatos termos da Lei nº. 8.078, de 11/09/90 (Código de Defesa do Consumidor).
4.22. A desconformidade no fornecimento dos produtos às condições indispensáveis ao recebimento sujeitará a contratada às sanções previstas neste edital e na legislação pertinente.
4.23. Nos valores dos lotes estão inclusas todas as despesas com: materiais; mão-de-obra e encargos sociais; trabalhistas e previdenciários; ART, demais taxas, combustível; transporte; serviço de manutenção; seguro; lucros e todas as demais despesas diretas e indiretas necessárias à perfeita execução do objeto.
4.23.1. A execução do objeto contratado deverá ser efetuada dentro dos requisitos de QUALIDADE e SEGURANÇA, em conformidade com as condições constantes neste Edital, obedecer às normas e padrões da ABNT e INMETRO, ANVISA, IAP - INSTITUTO AMBIENTAL DO PARANÁ e outros, atender eficazmente às finalidades que dele(s) naturalmente se espera(m), conforme determina o Código de Defesa do Consumidor.
4.24. Os materiais e/ou serviços deverão ser entregues/realizados, nas quantidades e nos locais indicado na Solicitação.
4.25. Os serviços serão adquiridos conforme a necessidade do Município, que procederá a requisição nas quantidades que lhe convier, realizadas dentro do prazo da contratação ficando as proponentes cientes de que o município não é obrigado a adquirir a quantidade total licitada, podendo a aquisição ser integral, parcial ou mesmo não ocorrer, caso não necessite dentro do tempo contratado.
. Os serviços entregues serão recusadas nos seguintes casos:
4.12. Quando entregues com especificações técnicas diferentes das contidas no termo de referência e da proposta de preços, inclusive não sendo possível entrega de marcas distintas as da proposta sem previa autorização da contratante;
4.13. quando apresentarem eventuais defeitos, vícios, incorreções durante a vigência do contrato;
4.14. Os serviços que forem recusadas deverão ser substituídas e entregues novamente sem qualquer ônus para o Município.
4.15. Se os serviços contratados não forem entregues no prazo estipulado, o executante estará sujeito às sanções previstas no contrato.
4.16. O recebimento dos serviços entregues, mesmo que definitivo, não exclui a responsabilidade do executante pela qualidade, forma e técnica, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas durante todo o prazo de vigência do contrato.

4.17. Para os serviços entregues e não aceito (s) após verificação realizada por servidor designado Fiscal do contrato GUTO RENATO BERTO, a CONTRATADA se obriga a refazer a sua entrega, sem prejuízo das penalidades previstas neste edital.
4.18. A entrega dos serviços será objeto de acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação por representante da Contratante (Fiscal do Contrato) GUTO RENATO BERTO.
4.20. Caberá a gestão do contrato à/ao Sr. (a) APARECIDO DOS SANTOS, CPF 048.***.159-**, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas neste contrato.
4.21. Caberá ao fiscal do contrato, Sr. (a) GUTO RENATO BERTO, CPF 057.***.279-** , o acompanhamento da execução do objeto da presente contratação, informando ao gestor do contrato todas as ocorrências, em especial as que possam prejudicar o bom andamento da execução contratual
4.22. O Município se reserva no direito de rejeitar, no todo ou em parte, os objetos que venham a apresentar defeitos que deverão possuir garantia de fábrica conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor ou ainda que não atendam as especificações constantes do Termo de Referência ou da proposta comercial, cabendo à licitante contratada sua substituição no prazo máximo de 05 (cinco dias, sob pena de multa por atraso e/ou suspensão do contrato, sem prejuízo a outras penalidades aplicáveis.
4.23. **Responsabilidades da Contratada**: Correrão por conta exclusiva da contratada as despesas de embalagem, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e quaisquer outras despesas decorrentes do fornecimento do objeto, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.
4.24. **Recebimento Provisório e Definitivo**: No ato da entrega, o servidor designado com formação em gestão de estoques ou treinamento em transporte e controle de alimentos realizará a conferência quantitativa e qualitativa sumária dos produtos. Será emitido um Termo de Recebimento Provisório (Art. 140 da Lei nº 14.133/2021), podendo ser substituído por visto na Nota Fiscal acompanhada de registro interno.
A partir do recebimento provisório, a Administração terá 05 (cinco) dias úteis para a conferência detalhada de quantidade, qualidade e especificações, inclusive por meio dos testes de performance práticos previstos no Anexo II do Estudo Técnico Preliminar. A conformidade total resultará na emissão do Termo de Recebimento Definitivo. A não manifestação da Administração no prazo de 5 dias úteis implicará em recebimento definitivo, sem prejuízo de responsabilização posterior por vícios ocultos.
DO PAGAMENTO

O pagamento está condicionado a liberação do recurso por parte da SETU -Secretaria Estadual de Turismo convenio a ser celebrado entre SETU/PMQN, após a liberação do recurso, o pagamento, será efetuado pela Prefeitura Municipal de Querência do Norte, até o 5º dia do mês subsequente, mediante a apresentação da requisição, da Nota Fiscal ou Fatura junto à tesouraria da Prefeitura Municipal, acompanhadas de Certidão de CNDT, FGTS e INSS.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 02 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

CRISTINA MORO COSTA
Contratada

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:541E1416

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2.027, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Autoriza o Executivo Municipal a abrir crédito adicional especial no Plano Plurianual-PPA, na Lei de Diretrizes Orçamentárias-LDO, e na Lei Orçamentária Anual - LOA, para o Exercício Financeiro de 2026.

A CÂMARA MUNICIPAL DE RENASCENÇA, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) – Abre **Crédito Adicional ESPECIAL** e complementa ações do **PPA**-Plano Plurianual, Lei nº 1959 de 30/07/2025, **LDO**-Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei nº 1963/2025 de 10/09/2025, e **LOA**-Lei Orçamentária Anual, Lei nº 1990/2025 de 10/12/2025, para o Exercício Financeiro de **2026**, no valor de **R$ 625.000,00 (seiscentos e vinte e cinco mil reais),** conforme classificação funcional programática abaixo:

Órgão:	**06.000**	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**
Unidade:	**06.002**	**Encargos do FUNDEB**
Funcional Programática:	12.361.0020.2.101	*ETI Fundeb 4% (Educação em Tempo Integral) - ENS. FUNDAMENTAL*
Natureza da despesa:	3.1.90.04.00	Contratação por tempo determinado
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 5.000,00**
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 20.000,00**
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00	Contribuições patronais
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 5.000,00**
Natureza da despesa:	3.1.91.13.00	Contribuições patronais
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 10.000,00**

Natureza da despesa:	3.3.90.30.00	Material de consumo
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 50.000,00**
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00	Outros serviços de terceiros – pessoa física
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 5.000,00**
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 50.000,00**
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 120.000,00**
Funcional Programática:	12.365.0021.2.102	*ETI Fundeb 4% (Educação em Tempo Integral) – CRECHE*
Natureza da despesa:	3.1.90.04.00	Contratação por tempo determinado
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 40.000,00**
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 50.000,00**
Natureza da despesa:	3.1.90.13.00	Contribuições patronais
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 20.000,00**
Natureza da despesa:	3.1.91.13.00	Contribuições patronais
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 25.000,00**
Natureza da despesa:	3.3.90.30.00	Material de consumo
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 50.000,00**
Natureza da despesa:	3.3.90.36.00	Outros serviços de terceiros – pessoa física
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 5.000,00**
Natureza da despesa:	3.3.90.39.00	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 50.000,00**
Natureza da despesa:	4.4.90.52.00	Equipamentos e material permanente
Fonte:		**7101 – RD**
Valor:		**R$ 120.000,00**
Total:		**R$ 625.000,00**

Art. 2º) – Os recursos para fazer face às despesas com a abertura do **Crédito Adicional Especial** de que trata o Art. 1º, correrão à conta dos recursos abaixo especificados:

I – REDUÇÕES PARCIAIS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (RD) conforme abaixo especificadas:

Órgão:	**06.000**	**Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes**
Unidade:	**06.002**	**Encargos do FUNDEB**
Funcional Programática:	12.365.0021.2.020	*FUNDEB (70%) - CRECHE: Desenvolvimento das atividades de aprendizado específicas para crianças do Berçário aos 3 anos.*
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Fonte:		**101 – RD**
Valor:		**R$ 325.000,00**
Funcional Programática:	12.361.0020.2.019	*Desenvolvimento das atividades curriculares do ensino fundamental, e especial*
Natureza da despesa:	3.1.90.11.00	Vencimentos e vantagens fixas – pessoal civil
Fonte:		**101 – RD**
Valor:		**R$ 300.000,00**
Total:		**R$ 625.000,00**

Art. 3º) - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Gabinete da Prefeita Municipal de Renascença, Estado do Paraná, em 02 de setembro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:395800FC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 163/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Conceder férias aos servidores no período aquisitivo e período de gozo a seguir relacionados:

NOME DO SERVDOR	PERÍODO AQUISITIVO		PERÍODO DE GOZO	
ADÃO NOEL DE MELO	02/07/2025	30/06/2026	01/07/2026	10/07/2026
ADILSON DE SOUZA	05/09/2024	04/09/2025	31/08/2026	29/09/2026
ADRIANA SERAFIM	01/06/2024	31/05/2025	15/07/2026	29/07/2026
AIRTON RIGO MORETTO	02/01/2025	01/01/2026	20/07/2026	02/08/2026
ALEXANDRE BURKO JUNIOR	19/06/2025	18/06/2026	27/07/2026	05/08/2026
ALINE DOS ANJOS MACEDO	11/11/2024	10/11/2025	22/07/2026	31/07/2026

ALITEIA CORNELO	19/06/2025	18/06/2026	20/07/2026	03/08/2026
ANA CAROLINE RODRIGUES	07/11/2024	06/11/2025	14/07/2026	23/07/2026
ANA CLAUDIA FERRAZ BORGES	03/03/2024	02/03/2025	13/07/2026	22/07/2026
ANA JULIA DE OLIVEIRA	07/07/2025	06/07/2026	06/07/2026	20/07/2026
ANA MARIA PERCHEBILISKI	01/08/2024	31/07/2025	13/07/2026	27/07/2026
ANA MARIA ROBASZKIEWICZ	21/06/2024	20/06/2025	27/07/2026	15/08/2026
ANADIR BUENO	04/05/2025	03/05/2026	01/07/2026	30/07/2026
ANDRE GEMBAROWSKI	14/01/2025	13/01/2026	13/07/2026	22/07/2026
ANDREIA SOPIKA	02/10/2024	01/10/2025	15/07/2026	29/07/2026
ANGELA DOS SANTOS	01/08/2025	31/07/2026	26/08/2026	04/09/2026
ANGELO LUIZ ULBRICH	02/04/2024	01/04/2025	04/05/2026	10/05/2026
ANTONIO ROMUALDO GLUS	01/02/2025	31/01/2026	03/08/2026	01/09/2026
BRUNA ARTNER	19/07/2024	18/07/2025	29/06/2026	13/07/2026
CALINE VIEIRA CAVALIM DO ROSARIO	15/02/2024	31/12/2024	26/05/2026	01/06/2026
CALINE VIEIRA CAVALIM DO ROSARIO	01/01/2025	31/12/2025	02/06/2026	01/07/2026
CARLA FLAIANE DA SILVA	14/04/2024	13/04/2025	17/08/2026	05/09/2026
CELSO SOARES	18/09/2024	17/09/2025	03/08/2026	17/08/2026
CLARICE NOVACKI DE OLIVEIRA	07/02/2025	06/02/2026	20/07/2026	03/08/2026
CLAUDINEI DE SOUZA	21/03/2025	20/03/2026	31/08/2026	29/09/2026
DIOCELI IZABEL PADILHA	02/08/2025	31/07/2026	03/08/2026	17/08/2026
ELIANE APARECIDA KUC	06/07/2024	05/07/2025	21/09/2026	30/09/2026
ESTEFANO HARMATIUK	02/01/2025	01/01/2026	13/07/2026	27/07/2026
EUGENIA PACHOLOK	02/10/2024	01/10/2025	01/07/2026	10/07/2026
EZILDA GNAP DUDA	21/08/2024	20/08/2025	29/07/2026	07/08/2026
FLORIPO JOAO SOARES	01/03/2023	29/02/2024	04/05/2026	02/06/2026
GELSON SOARES	07/10/2023	06/10/2024	15/07/2026	13/08/2026
GISELE DO CARMO MAIA	17/02/2025	16/02/2026	15/07/2026	24/07/2026
GUARACIANE GEMBAROWSKI CALLIARI	01/01/2024	31/12/2024	15/07/2026	03/08/2026
IVERSON ANDRE HARACENKO	01/03/2024	28/02/2025	27/07/2026	25/08/2026
IVERSON ANDRE HARACENKO	01/03/2025	28/02/2026	26/08/2026	24/09/2026
IZAIULA LECHECHEM	11/07/2024	10/07/2025	14/09/2026	03/10/2026
JANAINA CORREA	02/07/2025	01/07/2026	01/09/2026	15/09/2026
JANAISE LISIANE FRANCO	14/05/2024	13/05/2025	21/09/2026	30/09/2026
JESSE LOCH SANTOS	10/05/2024	09/05/2025	14/09/2026	28/09/2026
JESSICA FRANCA BURGATH MAZUR	02/10/2024	01/10/2025	13/07/2026	27/07/2026
JOSIANE APARECIDA DO AMARAL ZAINEDIN	01/04/2024	31/03/2025	15/07/2026	29/07/2026
JULIANE RODRIGUES DE SOUZA CEUCHUK	05/03/2025	04/03/2026	16/07/2026	30/07/2026
JURACI APARECIDA PADILHA SANTOS	02/09/2024	01/09/2025	15/07/2026	30/07/2026
JUSSARA FERREIRA PORTELA TUMASZ	01/01/2025	31/12/2025	01/06/2026	30/06/2026
JUSSARA FERREIRA PORTELA TUMASZ	01/01/2025	31/12/2025	01/06/2026	30/06/2026
LEOCLIDES DE GRACIA VIANNA NETO	18/05/2023	17/05/2024	08/06/2026	15/06/2026
LUCIANO SOBCZAK	02/05/2023	01/05/2024	15/07/2026	29/07/2026
MALIA SENKIV SOARES	22/06/2024	21/06/2025	15/07/2026	20/07/2026
MARCELO LUTZ	02/08/2024	01/08/2025	13/07/2026	02/08/2026
MARIA DA CONCEICAO DE LIMA	17/05/2025	16/05/2026	02/07/2026	31/07/2026
MARIA DA SILVA PINTO	10/01/2025	09/01/2026	10/04/2026	09/05/2026
MARIA PAULA BIHUNA	31/01/2024	30/01/2025	27/07/2026	05/08/2026
MARISA DILMA DEMBESKI MAZUR	12/06/2023	11/06/2024	15/04/2026	04/05/2026
MARLI TEREZINHA PATCZYK	19/04/2024	18/04/2025	10/09/2026	24/09/2026
MICHELLI IVANCHESKI IANKOSKI	17/04/2025	16/04/2026	29/06/2026	18/07/2026
MIGUEL ANTONIO DE DEUS	01/01/2025	31/12/2025	01/07/2026	30/07/2026
ODAIR JOSE AMORIM	13/06/2025	12/06/2026	03/08/2026	12/08/2026
OSVALDO CHRISTO JUNIOR	03/09/2023	02/09/2024	06/07/2026	20/07/2026
PAULO HENRIQUE CLAZER DE ANDRADE	01/08/2024	31/07/2025	08/06/2026	16/06/2026
PRISCILA DEMBESKI SONNENSTRAHL	03/09/2024	02/09/2025	06/07/2026	20/07/2026
REINALDO FERREIRA	18/06/2025	17/06/2026	01/07/2026	10/07/2026
ROBERTA KAYANE DE MORAIS DOMANSKI	20/01/2025	19/01/2026	20/07/2026	03/08/2026
RODRIGO CARLOS PRIMON	14/01/2024	13/01/2025	01/07/2026	30/07/2026
ROSANE POPOVICZ SCHIRLO	01/06/2025	31/05/2026	13/07/2026	27/07/2026
ROSANGELA ROIKO PEREIRA LOPES	01/12/2024	30/11/2025	15/07/2026	24/07/2026
ROSELIA DA SILVA MENDES	16/07/2025	15/07/2026	20/07/2026	03/08/2026
ROZELI MIKOVSKI BALEM	16/06/2024	15/06/2025	06/07/2026	15/07/2026
ROZILDA FERRAZ ZIPIELA	01/02/2025	31/01/2026	15/07/2026	24/07/2026
SILVANA APARECIDA ALVES DE OLIVEIRA	02/08/2025	01/08/2026	08/09/2026	22/09/2026
TALITA ALEXANDRE GUIMARÃES	11/07/2023	10/07/2024	06/07/2026	12/07/2026
TEOBALDO MESQUITA	26/12/2024	25/12/2025	27/07/2026	11/08/2026
VALQUIRIA TEIXEIRA MAROSKI	23/07/2025	22/07/2026	10/08/2026	19/08/2026
VANILDA DE LIMA GALVÃO	11/08/2025	10/08/2026	23/07/2026	21/08/2026

Gabinete do Prefeito Municipal, em Rio Azul, 28 de agosto de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Talita Alexandre Guimarães
Código Identificador:3CB12D55

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO ADITIVO Nº 01 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 289/2025 PROCESSO 242/2025 REF. PREGÃO ELETRÔNICO N.º 057/2025

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de 2026 o MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR, neste ato representado pelo seu PREFEITO MUNICIPAL, **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 936.249.729-87 e **BENEFICIÁRIA: TORNEX LTDA**, Pessoa Jurídica, inscrita no CNPJ nº **77.509.735/0001-70**, sediada na Rua CAMARISTA JOAO HIRT, nº 896, PASSA TRÊS, município de Rio Negro - PR, neste ato representado pelo(a) seu(ua) REPRESENTANTE LEGAL, **CLAUDINEI ADRIANO FUCHS**, Portador(a) da Carteira de Identidade nº **7.097.996-9-PR** e do CPF/MF nº **020.485.789-93**, acordam e ajustam firmar o presente ADITIVO nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e legislação pertinente. **CLÁUSULA PRIMEIRA – ADITIVO DE PRAZO** Conforme solicitação do MUNICÍPIO DE RIO NEGRO e anuência da BENEFICIÁRIA, fica prorrogado em mais **12 (doze) meses** o prazo de **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE TORNO E SOLDA PARA VEÍCULOS PESADOS,** com efeito retroativo ao dia **27/08/2026. CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** O valor estimado do presente aditivo é de **R$ 201.955,00 (duzentos e um mil novecentos e cinquenta e cinco reais)**, mantendo-se a mesma quantidade inicialmente contratada, após a aplicação do reajuste de **4,44%**, correspondente à variação do **IPCA/IBGE** no período.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço Unitário	Preço Total
1	500,00	H	SERVIÇO DE TORNO - SERVIÇO DE TORNO usinagem e retifica de peças de máquinas pesadas e caminhões com fornecimento de mão de obra para montagem e desmontagem de peças a serem usinadas.	R$ 186,26	R$ 93.130,00
2	500,00	H	SERVIÇO DE SOLDA PESADA - SERVIÇO DE SOLDA PESADA em estruturas e implementos de maquinas pesadas, agrícolas e caminhões com fornecimento de mão de obra para montagem e desmontagem de peça a serem soldadas.	R$ 217,65	R$ 108.825,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O recurso orçamentário a ser destinado para essa despesa está assegurado na seguinte dotação orçamentária: **1051 – 13.004.26.782.0002.2.057.3.3.90.39.19.99 – Fonte 000. CLÁUSULA QUARTA -** As demais cláusulas não atingidas por este Termo permanecem inalteradas. Assim acordadas e ajustadas, MUNICÍPIO DE RIO NEGRO-PR e BENEFICIÁRIA assinam este termo.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:8A3FCAB1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 437 02 DE SETEMBRO DE 2026.

SÚMULA: Cria e inclui na Receita Prevista e Despesa, fonte de recursos; abre Crédito Adicional Suplementar – Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10º e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica criada e incluída, na Classificação das Receitas de Transferências Correntes e de Capital a Fonte de Recursos – 842 Transf. Secretaria Estadual de Esportes - Investimentos/Custeio, conforme a seguir especificada:

RED	Código	Descrição	*Valor Orçado	**Projeção de Arrecadação até 09/2026	***Excesso de Arrecadação no Exercício
466	1.7.2.9.99.0.1.07.00.00.00.00	Transf. Secretaria Esporte - SeloPlus - Custeio	0,00	196.688,00	196.688,00
467	2.4.2.9.99.0.1.05.00.00.00.00	REFORMA DO GINÁSIO EMÍLIO GOMES E TANCREDO NEVES	0,00	1.200.000,00	1.200.000,00
468	2.4.2.9.99.0.1.06.00.00.00.00	Transf. Secretaria de Estado do Esporte-SEES - Investimentos	0,00	600.000,00	600.000,00
TOTAL			**0,00**	**1.996.688,00**	**1.996.688,00**
*** Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº 4.360 de 19 de Dezembro de 2025;**					
**** Projeção de Arrecadação até 09/2026;**					
***** Excesso de Arrecadação.**					

Art. 2º - Fica criada e incluída, no Quadro de Detalhamento da Despesa do corrente exercício financeiro, a Fonte de Recursos: 842 Transf. Secretaria Estadual de Esportes - Investimentos/Custeio, conforme tabela do artigo seguinte.

Art. 3º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 1.996.688,00 (um milhão, novecentos e noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, 4.360 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
11.02.27.811.0024.6.108	3.3.90.30.00.00.00	842	R$ 196.688,00
11.02.27.812.0024.5.021	4.4.90.51.00.00.00	842	R$ 1.200.000,00
11.02.27.812.0024.5.021	4.4.90.52.00.00.00	842	R$ 600.000,00
TOTAL			**R$ 1.996.688,00**

Art. 4º - Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10º e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025– Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

Parágrafo único. Como Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 1.996.688,00 (um milhão, novecentos e noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais),** oriundos da Fonte de Recursos: 842 Transf. Secretaria Estadual de Esportes - Investimentos/Custeio.

Art. 5º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto n° 666 de 31 de Dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 1.996.688,00 (um milhão, novecentos e noventa e seis mil, seiscentos e oitenta e oito reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
11.02	3.3	842	Setembro	R$ 196.688,00
11.02	4.4			R$ 1.200.000,00
11.02	4.4			R$ 600.000,00
TOTAL				**R$ 1.996.688,00**

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CÁSSIA PUZZI*
Secretário Municipal de Administração	Diretora de Elaboração e Programação Orçamentária

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:6523D3A9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO MUNICIPAL Nº 1.451 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO MUNICIPAL N° 1.451 DE 02 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: Abre Crédito Suplementar para alterar valor de programas no (PPA), alterar o valor de ações na LDO e aumentar por Excesso de Arrecadação Vinculado a LOA do Município de Salto do Lontra - PR, no valor de R$ 1.070.000,00 e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, devidamente autorizado pelos Art. 25, parágrafo único e Art. 47 da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025 publicada em 26 de junho de 2025 da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária) do exercício de 2026 e Art. 4º, da Lei 610/2025 de 01 de dezembro de 2025 publicada em 02 de dezembro de 2025 da LOA (Lei Orçamentária Anual) do exercício de 2026:

DECRETA

Art. 1º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Programas da Lei nº 607/2025 do PPA (Plano Plurianual) do período 2026/2029, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 2º - Ficam alterados valores de Categorias Econômicas de Ações da Lei nº 568/2025 de 25 de junho de 2025, LDO (Lei de Diretrizes Orçamentária), do exercício de 2026, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 3º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município de Salto do Lontra, Estado do Paraná, Crédito Suplementar por Excesso de Arrecadação de recurso Vinculado no valor de R$ 1.070.000,00 (um milhão e setenta mil reais), nas dotações orçamentárias especificadas no "Anexo I" deste Decreto.

Art. 4º - Para a cobertura do presente Crédito Suplementar será utilizado os recursos, conforme "Anexo I" deste Decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salto do Lontra, em 02 de setembro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Estado do Paraná	**Suplementações e Reduções Orçamentárias**		**Mes 9 de 2026**			**Folha: 1**
Prefeitura Municipal de Salto do Lontra						
Fund. Legal:1451		**Tipo : 1 - Decreto Ementa: 4**	**Abre Crédito Suplementar - Excesso de Arrecadação - Rec. Vin**			
Suplementações			No Período	No Ano		
Reduções					No Período	No Ano
Órgão.....: 04 SECRETARIA MUN. SAÚDE E SANEAMENTO						
Unidade Orçamentária: 04.01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
10		Saúde				
10301		Atenção Básica				
103010017		SERVIÇOS DE SAÚDE				
1030100172.021000		CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE CONSUD				
3041 3.3.72.39.00.00.00		OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSO	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Fonte : 339c/c: 30759-9 - BLOCO CUSTEIO SUS ESTADUAL						
342563	02/09/2026	Credito Suplementar	100.000,00			
Total Unidade Orçamentária			**100.000,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
Total Orgão			**100.000,00**	**100.000,00**	**0,00**	**0,00**
Suplementações			No Período	No Ano		
Reduções					No Período	No Ano
Órgão.....: 06 SECR. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						
Unidade Orçamentária: 06.01 DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO FUNDEB 70% E 30%						
12		Educação				
12361		Ensino Fundamental				

123610023		MANUTENÇÃO ENSINO FUNDEB 70% E 30%				
1236100232.028000 PESSOAL		E ENCARGOS FUNDEB 70%				
258 3.1.90.11.00.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESS	250.000,00	250.000,00	0,00	0,00
Fonte : 211FUNDEB VAAR 70%						
342542	02/09/2026	Credito Suplementar	250.000,00			
1236100232.029000		ENSINO REGULAR FUNDEB 30%				
2867 4.4.90.52.00.00.00		EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	121.400,00	121.400,00	0,00	0,00
Fonte : 231FUNDEB VAAT 70%						
342549	02/09/2026	Credito Suplementar	121.400,00			
12365		Educação Infantil				
123650023		MANUTENÇÃO ENSINO FUNDEB 70% E 30%				
1236500232.030000		EDUCAÇÃO CRECHE FUNDEB 70%				
2866 3.1.90.11.00.00.00		VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESS	418.600,00	418.600,00	0,00	0,00
Fonte : 231FUNDEB VAAT 70%						
342556	02/09/2026	Credito Suplementar	418.600,00			
Total Unidade Orçamentária			**790.000,00**	**790.000,00**	**0,00**	**0,00**
Suplementações			No Período	No Ano		
Reduções					No Período	No Ano
Órgão.....: 06 SECR. MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES						
Unidade Orçamentária: 06.02 DEPARTAMENTO EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL						
12		Educação				
12361		Ensino Fundamental				
123610024		MANUTENÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL				
1236100242.035000		ENSINO SALÁRIO EDUCAÇÃO				
322 3.3.90.33.00.00.00		PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	180.000,00	180.000,00	0,00	0,00
Fonte : 107Salário Educação - C/C:32159-1 - Exercício Corrente						
342535	02/09/2026	Credito Suplementar	180.000,00			
Total Unidade Orçamentária			**180.000,00**	**180.000,00**	**0,00**	**0,00**
Total Orgão			**970.000,00**	**970.000,00**	**0,00**	**0,00**
Total Geral			**1.070.000,00**	**1.070.000,00**	**0,00**	**0,00**
107	Salário Educação - C/C:32159-1 - Exercício Cor		180.000,00	180.000,00	0,00	0,00
211	FUNDEB VAAR 70%		250.000,00	250.000,00	0,00	0,00
231	FUNDEB VAAT 70%		540.000,00	540.000,00	0,00	0,00
339	c/c: 30759-9 - BLOCO CUSTEIO SUS ESTADUAL		100.000,00	100.000,00	0,00	0,00
Total Geral			**1.070.000,00**	**1.070.000,00**	**0,00**	**0,00**
FONTE: Governança Brasil - Planejamento e Orçamento, 02/Set/2026, 09h e 45m.						

Publicado por:
Rodrigo Base
Código Identificador:1420B682

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA Nº 24/2026

Expirado o prazo recursal, dispenso a licitação, com fundamento no Inciso II do Art. 75 da Lei nº 14.133/21, ratifico o presente processo nas seguintes condições:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	FORNECEDOR	QTDE	UNIT.	TOTAL
1	1	Aduela em concreto pré-moldado bipartida, seção 3 x 4 m, modelo MF, parede de 15 cm, para aterro mínimo de 1,50 m e máximo de 4,00 m, conforme ABNT NBR 15396, com peso aproximado de 4.950 kg por peça.	DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA	4,00	11.390,00	45.560,00

Totalizando por fornecedor:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL POR FORNECEDOR
DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA	45.560,00

Salto do Lontra, 02 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:01BF666F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 590/2026

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
I – Secretaria Municipal de Esporte
Art. 1º Conceder diárias nos termos abaixo relacionados, de acordo com a lei Municipal nº 1.527/2022.

Alínea	Nome	Cargo	Destino	Período	Veiculo	Atividade	Valor
A	Nathan Campos Neves	Técnico desportivo	Santo Antonio da Platina / PR	03/09/2026	TBV-9C50	Acompanhar atletas	R$ 45,00
B	Carlos Alberto dos Santos	motorista de veículos	Santo Antonio da Platina / PR	03/09/2026	UBD-7J70	Transportar atletas	R$ 45,00

		pesados					
C	Wellinton Selestino da Silva	motorista de veículos pesados	Santo Antonio da Platina / PR	03/09/2026	TBV-9C50	Transportar atletas	R$ 45,00
D	Celso Amaro	motorista de veículos pesados	Ribeirão do Pinhal / PR	06/09/2026	UBD-7J70	Transportar atletas	R$ 45,00
E	Adenilton dos Santos	motorista de veículos pesados	Urai/ PR	04/09/2026	TBV-9C50	Transportar atletas	R$45,00

Parágrafo único: para a concessão das diárias elencadas neste artigo foram considerados os pareceres do controle interno.

Art. 2º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 02 de Setembro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:FE68641C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 149/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR**, através do órgão Secretaria de Administração, com sede na Rua José de França Pereira, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 95.684.544/0001-26, neste ato representado(a) pelo(a) Secretária Municipal de Administração, Sr. **LUIZ Z. GOMES**, nomeado pelo Decreto n.º 010/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º 906.405.609-97, portadora da carteira de identidade n.º 6.482.720-0 SSP PR.

CONTRATADO (A) REDEPEL DISTRIBUIDORA LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 07.481.107/0001-48, localizada na Avenida João Ferreira Neves, 3033, Centro, Campina do Simão - Pr. Neste ato representado pelo Sr. **GEFERSON JÚNIOR WOGNEI** portador do RG nº 8.171.079-1 SESP PR e inscrito no CPF nº 041.420.939-75.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME DEMANDA DE CADA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO SESA N.º 545/2024"

Item	Nome do produto/serviço	Marca	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	APARELHO DE SOM USB CD, MP3 POSSUI	MONDIAL	1,00	UN	300,90	300,90
3	BEBEDOURO ELETRICO PARA REFRIGERAÇÃO DE ÁGUA POTAVEL, TIPO: PRESSÃO COLUNA SIMPLES.	LIBELL	7,00	UN	900,00	6.300,00
7	ESTANTE MATERIAL DE CONFECÇAO/ CAPACIDADE DAS PRATELEIRAS/ REFORÇO: AÇO/FERRO PINTADO/ DE 101 A 200 KG/ POSSUI.	RCH	3,00	UN	665,00	1.995,00
TOTAL						**8.595,90**

O total do item é **R$ 8.595,90 (Oito Mil, Quinhentos E Noventa E Cinco Reais E Noventa Centavos).**
Data de assinatura: 02 de setembro de 2026.
Vigência: 01 de setembro de 2027.

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:29AF0361

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 150/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR**, através do órgão Secretaria de Administração, com sede na Rua José de França Pereira, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 95.684.544/0001-26, neste ato representado(a) pelo(a) Secretária Municipal de Administração, Sr. **LUIZ Z. GOMES**, nomeado pelo Decreto n.º 010/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º 906.405.609-97, portadora da carteira de identidade n.º 6.482.720-0 SSP PR.

CONTRATADO (A) 64.721.460 VAGNER ALENCAR WALIGURA, inscrita no CNPJ sob n.º 64.721.460/0001-91, localizada na Rua Marechal Floriano Peixoto, 579, Centro, Palmital - Pr. Neste ato representado pelo Sr. **VAGNER ALENCAR WALIGURA** portador do RG nº 10.979.096-6 SESP PR e inscrito no CPF nº 089.668.669-80.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME DEMANDA DE CADA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO SESA N.º 545/2024"

Item	Nome do produto/serviço	Marca	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
2	AR CONDICIONADO TIPO/ CAPACIDADE/ CICLO: SPLI/ 9000 A 12000 BTUS/ QUENTE E FRIO.	HQ/VIHT9KCH3S2S23 – 220V	4,00	UN	1.949,50	7.798,00

6	CORTINA DE AR A CORTINA DE AR TAMBÉM CONMHECIDA COMO SPLIT DE AR OU CORTINA DE VENTO, É UTILIZADA PARA PROTEÇÃO CONTRA A PERDA DE AR REFRIGERADO. ALÉM DISSO, AS CORTINAS REALIZAM A DESESTRATIFICAÇÃO TÉRMICA DO AR, MISTURANDO O AR PARADO JUNTO AO FORRO COM AR DO PISO EM AMBIENTES NÃO CLIMATIZADOS; OFERECEM EFICIENTE BARREIRA DE AR PARA, DENTRE OUTROS, MANTER A TEMPERATURA DO AMBIENTE. PERMITE O TRAFEGO LIVRE E PREVINE ACIDENTES EM PASSAGENS ATRAVÉS DE PORTAS.	AGRATTO/CAR 12-02-220V	6,00	UN	879,55	5.277,30
10	IMPRESSORA LASER (COMUM) ESPECIFICAÇÃO MINIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇAO PELO FABRICANTE; IMPRESSORA LASER COM PADRÃO DE COR MONOCROMATICO; RESOLUÇAO MINIMA DE 1200 X 1200 DPI; VELOCIDADE DE 35 PÁGINAS POR MINUTO PPM; SUPORTAR TAMANHO DE PAPEL A5, A4 CARTA DE OFICIO; CAPACIDADE DE ENTRADA DE 200 PÁGINAS; CICLO MENSAL DE 50.000 PÁGINAS; INTERFACE USB; PERMITIR COMPARTILHAMENTO POR MEIO E REDE 10/100/100 ETHERNET E WIFI 802.11 B/G/N; SUPORTAR FRENTE E VERSO AUTOMATICO; O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.	BROTHER/HL-L5212DW	5,00	UN	2.349,00	11.745,00
17	PROJETOR MULTIMIDIA (DATASHOW) EQUIPAMENTO UTILIZADO NA PROJEÇÃO DE APRESENTAÇÕES PROFISSIONAIS, VIDEOS, FILMES, IMAGENS, FOTOS, ETC.	INTELBRAS/PFL6410	1,00	UN	2.299,00	2.299,00
TOTAL						**27.119,30**

O total do item é **R$ 27.119,30 (Vinte E Sete Mil, Cento E Dezenove Reais E Trinta Centavos).**
Data de assinatura: 02 de setembro de 2026.
Vigência: 01 de setembro de 2027.

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:A6253CBB

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 151/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR**, através do órgão Secretaria de Administração, com sede na Rua José de França Pereira, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 95.684.544/0001-26, neste ato representado(a) pelo(a) Secretária Municipal de Administração, Sr. **LUIZ Z. GOMES**, nomeado pelo Decreto n.º 010/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º 906.405.609-97, portadora da carteira de identidade n.º 6.482.720-0 SSP PR.

CONTRATADO (A) SHOPPING LOCAL LTDA, inscrita no CNPJ sob n.º 28.288.317/0001-94, localizada na Rua Projetada C, 86, Santa Maria do Oeste - Pr. Neste ato representado pelo Sr. **LUIS HARMATIUK** portador do RG nº 6.317.165-4 SESP PR e inscrito no CPF nº 919.482.319-72.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME DEMANDA DE CADA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO SESA N.º 545/2024"

Item	Nome do produto/serviço	Marca	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
4	COMPUTADOR (DESKTOP - BÁSICO) ESPECIFICAÇÃO MINIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇAO PELO FABRICANTE. COMPUTADOR DESKTOP COM PROCESSADOR NO MINIMO QUE POSSUA NO MINIMO 4 NUCLEOS, 8 THEREADS E FREQUENCIA DE 3.0 GHZ; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD 240 GB INTERFACE PCIE NVME M.2, MEMORIA RAM DE 8 GB, EM 2 MÓDULOS IDENTICOS DE 4GB CADA, DO TIPO SDRAM DDR4 2666MHZ OU SUPERIOR, OPERANDO EM MODALIDADE DUAL CHANNEL.A PLACA PRINCIPAL DEVE TER ARQUITETURA ATX, MICROATX, BTX OU MICROBTX, CONFORME PADRÕES ESTABELECIDOS E DIVULGADOS NO SITIO WWW.FORMFACTORS.ORG, ORGANISMO QUE DEFINE OS PADRÕES EXISTENTES. POSSUIR PELO MENOS 1 SLOT PCI-EXPRESS 2.0 X 16 OU SUPERIOR, POSSUIR SISTEMA DE DETECÇÃO DE INTRUSÃO DE CHASSIS, COM ACIONADOR INSTALADO NO GABINETE, O ADAPTADOR DE VIDEO INTEGRADO DEVERÁ SER NOMINIMO DE 1 GB DE MEMORIA. POSSUIR SUPORTE AO MICROSSOFT DIRECTX 10.1 OU SUPERIOR. SUPORTAR MONITOR ESTENDIDO.POSSUIR NO MINIMO 2 SAÍDAS DE VIDEO, SENDO PELO MENOS 1 DIGITAL DO TIPO HDMI, DISPLAY PORT OU DVI.UNIDADE COMBINADA DE GRAVAÇÃO DE DISCO ÓTICO CD, DVD ROM. TECLADO USB, ABNT2, 107 TECLAS COM FIO E MOUSE USB, 800 DPI, 2 BOTÕES, SCROLL COM FIO.MONITOR DE LED 19 POLEGADAS (WIDESCREEN 16:9) (1920 X 1080 A 60HZ), ENTRADAS DE VIDEO HDMI E DISPLAY POR, ANGULOS DE VISÃO VERTICALE ORIZONTAL MINIMO DE 178°. INTERFACES DE REDE 10/100/1000 E WIFI PADRÃO IEEE 802.11 B/G/N/AC. SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 10 PRO (64 BITS). FONTE COMPATIVEL E QUE SUPORTE TODA A CONFIGURAÇÃO EXIGIDA NO ITEM. GABINETE E PERIFERICOS DEVERÃO FUNCIONAR NA VERTICAL OU HORIZONTAL. TODOS OS EQUIPAMENTOS OFERTADOS (GABINETE, TECLADO, MOUSE E MONITOR) DEVEM POSSUIR GRADAÇÕES NEUTRAS DAS CORES BRANCA, PRETA OU CINZA, E MANTER O MESMO PADRÃO DE COR, TODOS OS COMPONENTES DO PRODUTO DEVERÃO SER NOVOS, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.	DATEN/ALL IN ONE DC3A-A23	5,00	UN	4.135,00	20.675,00
5	COMPUTADOR PORTÁTIL (NOTEBOOK) O EQUIPAMENTO DEVERÁ ESTAR EM LINHA DE PRODUÇAO PELO FABRICANTE. COMPUTADOR PORTATIL (NOTBOOK) COM PROCESSADOR QUE POSSUA NO MINIMO 4 NUCLEOS, 8 THEREADS E FREQUENCIA DE 2.4 GHZ; UNIDADE DE ARMAZENAMENTO SSD COM NO MINIMO 480GB, INTRFACE PCIE NVME M.2, MEMORIA RAM DE NO MINIMO 16 GB, EM MÓDULOS IDENTICOS DE 8GB CADA, DO TIPO SDRAM DDR4	DATEN/DCM4B-4	2,00	UN	4.275,00	8.550,00

	3000 MHZ OU SUPERIOR, TELA LCD DE 14 OU 15 POLEGADAS WIDESCREEN, ANTI REFLEXO, SUPORTAR RESOLUÇAO FULL HD (1920 X 1080 PIXELS), RETRO ILUMINADA POR LED. O TECLADO DEVERÁ CONTER TODOS OS CARACTERES DA LINGUA PORTUGUESA, INCLUSIVE Ç E ACENTOS, NAS MESMAS POSIÇÕES DO TECLADO PADRÃO ABNT2, MOUSE TOUCHPAD COM 2 BOTÕES INTEGRADOS, MOUSE ÓPTICO COM CONEXÃO USB E BOTÃO DE ROLAGEM (SCROLL), INTERFACES DE REDE 10/100/1000 CONECTOR RJ-45 FEMEA E WIFI PADRÃO IEEE 802.11 B/G/N/AC, BLUETOOTH MINIMO 4.0. SISTEMA OPERACIONALWINDOWS 11 (64 BITS) PRO, BATERIA RECARREGAVEL DO TIPO ION DE LITION COM NO MINIMO 4 CÉLULAS, FONTEEXTERNA AUTOMATICA COMPATIVEL COM O ITEM,POSSUIR INTERFACES USB 2.0 E 3.0, 1 HDMI OU DISPLAY PORT, LEITOR DE CARTÃO, WEBCAM FULL HD (1080 P). DEVERÁ VIR ACOMPANHADO DE MALETA DO TIPO ACOLCHOADA, PARA TRANSPORTE E ACONDICIONAMENTO DO EQUIPAMENTO. O EQUIPAMENTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO,REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.					
12	MAQUINA DE LAVAR ROUPA CAPACIDADE: ATÉ 11,5KG	ELECTROLUX/ESSENTIAL CARE 11KG COM EASY CLEAN (LES11)	5,00	UM	1.720,00	8.600,00
14	MICRO ONDAS CAPACIDADE DE 261 Á 301	ELECTROLUX/MB37R(27L COM FUNÇÃO TIRA ODOR)	6,00	UN	579,00	3.474,00
15	MICROFONE TIPO/ PEDESTAL/ CABO/ DINAMICO/ MINIMO DE 3 METROS	DYLAN/SMD-100	2,00	UN	120,00	240,00
16	N-BREAK (PARA COMPUTADOR/IMPRESSORA) ESPECIFICAÇÃO MINIMA: QUE ESTEJA EM LINHA DE PRODUÇÃO PELO FABRICANTE. NO-BREAK COM POTENCIA NOMINAL MINIMA DE KVA. POTENCIA REAL MINIMA DE W. TENSÃO ENTRADA 115/127/220 V (EM CORRENTE ALTERNADA) COM COMUTAÇÃO AUTOMATICA. TENSÃO DE SAÍDA 110/115 OU 220V. ALARME AUDIVISUAL. BATERIA INTERNA SELADA. AUTONOMIA A PLENA CARGA DE,NO MINIMO, 15 MINUTOS CONSIDERANDO CONSUMO DE 240 W. POSSUIR, NO MINIMO, SEIS TOMADAS DE SAÍDA PADRÃO BRASILEIRO. O PRODUTO DEVERÁ SER NOVO, SEM USO, REFORMA OU RECONDICIONAMENTO.	INTELBRAS/ATTIV 1200VA-BI	3,00	UN	970,00	2.910,00
TOTAL						**44.449,00**

O total do item é **R$ 44.449,00 (Quarenta E Quatro Mil, Quatrocentos E Quarenta E Nove Reais).**
Data de assinatura: 02 de setembro de 2026.
Vigência: 01 de setembro de 2027.

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:943DD1D5

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 152/2026

CONTRATANTE: O **MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DO OESTE PR**, através do órgão Secretaria de Administração, com sede na Rua José de França Pereira, inscrito(a) no CNPJ sob o n.º 95.684.544/0001-26, neste ato representado(a) pelo(a) Secretária Municipal de Administração, Sr. **LUIZ Z. GOMES**, nomeado pelo Decreto n.º 010/2023, inscrito(a) no CPF sob o n.º 906.405.609-97, portadora da carteira de identidade n.º 6.482.720-0 SSP PR.

CONTRATADO (A) ROZANGELA DA APARECIDA CORREIA, inscrita no CNPJ sob n.º 27.273.360/0001-13, localizada na Rua Generoso Karpinski, 1545, Centro, Santa Maria do Oeste - Pr. Neste ato representado pela Sra. **ROZANGELA DA APARECIDA CORREIA** portador do RG 8.843.490-0 SESP PR e inscrito no CPF nº 050.811.009-27.

"AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E ELETRODOMESTICOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTA SECRETARIA DE SAÚDE, CONFORME DEMANDA DE CADA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, CONFORME RESOLUÇÃO SESA N.º 545/2024"

Item	Nome do produto/serviço	Marca	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
8	FOGÃO 05 BOCAS (TIPO DE ACENDIMENTO 05 BOCAS) AUTOMATICO	MUELLER	5,00	UN	1.319,00	6.595,00
9	GELADEIRA CAPACIDADE DE 260 Á 299	CONSUL	4,00	UN	2.149,00	8.596,00
11	LIQUIDIFICADOR MATERIAL/VOLUME/POTENCIA/ROTAÇÃO: INOX NO MINIMO 3L/ NO MINIMO 350W/ NO MINIMO 3850 RPM.	BRITANIA	6,00	UN	455,00	2.730,00
TOTAL						**17.921,00**

O total do item é **R$ 17.921,00 (Dezessete Mil, Novecentos E Vinte E Um Reais).**
Data de assinatura: 02 de setembro de 2026.
Vigência: 01 de setembro de 2027.

Publicado por:
Andreia Kaviak
Código Identificador:9C8BC308

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 078/2026

EMENTA: "Estabelece a publicação da relação de servidores que recebem gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva – TIDE, para fins de controle, transparência e legalidade da despesa pública".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA MARIA DO OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estatuto dos Servidores Municipais e os princípios da Administração Pública,

CONSIDERANDO a necessidade de transparência e publicidade dos atos administrativos;

CONSIDERANDO a importância de assegurar o cumprimento das normas que regem a concessão de vantagens e gratificações aos servidores públicos municipais;

RESOLVE:

Art. 1º Fica publicada, nos termos do Art. 122 da Lei Municipal nº 004/2001, a relação nominal dos servidores públicos municipais que recebem gratificação por Tempo Integral e Dedicação Exclusiva (TIDE), com a devida indicação de valores recebidos.

Art. 2º A relação dos servidores com TIDE consta no Anexo Único deste Decreto, devendo ser atualizada sempre que houver alteração nas concessões e mantida acessível no Portal da Transparência do Município.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Santa Maria do Oeste - Pr, 02 de Setembro de 2026.

OSCAR DELGADO
Prefeito Municipal

Matricula	Nome	Valor
9041	VALDECIR FOLMER	1.399,90
9081	ROZANGELA MAIER BUENO	430,2
10601	ZEILA MARIA DOS SANTOS DE OLIVEIRA	993,77
10831	GELSON ANTONIO MACIEL	1.133,01
11821	ODAIR JOSE FERREIRA DE LIMA	2.248,91
11841	MARIA IVONE LUBACHESKI MACHADO	1.608,04
11861	MARCELO CLEVER PADILHA	1.142,79
12431	DORANICE DA LUZ FERREIRA	556,9
12561	MARIELY PEREIRA MOREIRA	4.576,19
12631	VALDIR CORDEIRO	1.494,58
12771	ATAIR CORDEIRO	1.652,92
12991	TALITA MARIA SOARES	2.163,25
14591	JOSEMERI NEVES DE ALMEIDA	1.494,58
15251	DANIEL TOMEN	571,05
9997197	SIMONE APARECIDA FERREIRA	1.399,18
9997207	LEANDRO DE SOUZA	1.637,77
9997217	LEVI MOREIRA DA SILVA	1.199,99
9997218	LUCAS SANTOS DE LARA	1.094,63
9997223	EDUARDO AGNES DE OLIVEIRA	699,59
9997234	EDUARDO FERREIRA NETO	738,9
9997235	PAULO HENRIQUE RENZI	1.346,71
9997241	KETLIN CRISCIANE PASQUALOTTO LOCATELLE	3.947,46
9997254	ALBANI DUDEK	2.058,78
9997303	DJONATHAN DA CRUZ SILVA	717,37
9997349	MARCOS ANTONIO DE LIMA	4.264,20
9997350	MAURI CONSTANTINO DA LUZ	1.998,82
9997351	LUCAS TIAGO MINHUK	1.279,26
9997469	LUCAS IASUNIK	371,21

Publicado por:
Eduardo Agnes de Oliveira
Código Identificador:14CF550A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 1317/2026

SÚMULA: Constitui o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, na forma que especifica.

Carlos Alberto de Paula Junior,Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista o contido na Lei Complementar Municipal n.º 408/2022.

DECRETA:

Art1º. Fica constituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, conforme dispõem os artigos 148, 149, 150, 151, 152 e 153 da Lei Complementar no 408/2022, que terá a seguinte composição:

Nome	**Representante/Órgão/Entidade**
Titular- Mariana Fortes Goulart Barbosa Suplente- Juliana Martins de Souza	Secretaria Municipal de Urbanismo
Titular- Guilherme Nanni Grabowski Suplente- Maiara Miranda	Autarquia Águas de Sarandi
Titular- Claudia Maria Rodrigues Pereira Ignatowicz Suplente- Elizena Maria Garbelini Rodrigues	Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Titular- Marilim Meire Cotrim F. Araujo Suplente- Alexandre L. Cobra de Carvalho	Procuradoria Jurídica do Município
Titular- Geraldo Irineu da Silva Suplente- Vitor Hugo Rangel Correa	APIS- Associação dos Profissionais de Imprensa de Sarandi- PR
Titular- Aristides Mossambani Suplente- Aliberino Neris Dionor	AMPEC- Associação das Micro e Pequenas Empresas e Empreendedores Individuais de Sarandi
Titular- Antônio Carlos Veroneze Suplente- Sérgio Eloi Gealh	AGRIS- Associação dos Agricultores de Sarandi
Titular- Ricardo Alexandre Perin Suplente- Ana Paula K. Coelho Martins	ACIS- Associação Comercial e Industrial de Sarandi
Titular- Aldo Silvio Santana Suplente- Walter Aparecido Rocha	Representante das Associações de Moradores de Sarandi
Titular- Rogério dos Santos Rodrigues Suplente- Valdeli Bernadoque	Mitra Diocesana- Igreja Católica

Art. 2ºSão Atribuições do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, além daquelas mencionadas na Lei Complementar Municipal nº 408/2022:
I. Propor diretrizes, instrumentos, normas, prioridades da política municipal de desenvolvimento urbano, analisar e dar parecer nos processos referentes à:
a) Empreendimentos de grande impacto urbanístico;
b) Processos de transferência do direito de construir;
c) Operações urbanas;
d) Outorga onerosa;
e) Consórcio imobiliário;
f) Aplicação dos recursos financeiros do Fundo Urbanístico Municipal;
g) Empreendimentos habitacionais nas Áreas de Interesse Social.
II. Propor a adequação e atualização da legislação urbanística, especificando as alterações consideradas necessárias;
III. Emitir pareceres sobre quaisquer assuntos de interesse para o desenvolvimento econômico, social, urbanístico e ambiental do Município;
IV. Gerenciar a aplicação dos instrumentos urbanísticos previstos nesta Lei;
V. Analisar os casos omissos referentes à classificação, uso e ocupação do solo do Município;
VI. Emitir orientações e recomendações sobre a aplicação da Lei no. 10.257, de 2001, e dos demais atos normativos relacionados ao desenvolvimento urbano e rural;
VII. Acompanhar e avaliar a implementação do Plano Diretor Municipal, em especial as políticas de habitação, de educação, de saúde e de saneamento ambiental, e recomendar as providências necessárias ao cumprimento de seus objetivos;
VIII. Promover a cooperação entre os governos da União, do Estado e do Município e a sociedade civil na formulação e execução do Plano Diretor Municipal;
IX. Promover, em parceria com organismos governamentais, a identificação de sistemas de indicadores, no sentido de estabelecer metas e procedimentos com base nesses indicadores, para monitorar a aplicação das atividades relacionadas com o desenvolvimento urbano e rural;
X. Estimular ações que visem propiciar a geração, apropriação e utilização de conhecimentos científicos, tecnológicos, gerenciais e organizativos pelas populações das áreas urbanas e rurais;
XI. Estimular a ampliação e o aperfeiçoamento dos mecanismos de participação e controle social, por intermédio de colegiados estaduais, regionais e municipais, visando fortalecer o desenvolvimento urbano e rural sustentável;
XII. Fixar novos parâmetros para análise de processos sempre que alguma Lei Estadual ou Federal, aqui mencionada for alterada, adequando-a as necessidades do Município;
XIII. Aprovar seu regimento interno e decidir sobre as alterações propostas por seus membros.
Parágrafo único. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano deverá convocar técnicos representantes de outros órgãos e entidades afins, para participação nas reuniões.
Art 3ºO Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano reunir-se-á por convocação do Chefe do Poder Executivo ou por quem ele designar, na medida das necessidades de tramitação dos processos submetidos à sua apreciação.
§ 1º O Poder Executivo fornecerá todo material e apoio administrativo necessário para o bom funcionamento da Comissão.
§ 2º As decisões e pareceres emitidos pela Comissão deverão ser apresentados a todos os conselhos municipais envolvidos nos processos em tramitação.
§ 3º Os pareceres técnicos emitidos pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, referentes aos instrumentos urbanísticos contidos nesta Lei, deverão ser objetos de audiência pública.
§ 4º Os procedimentos de atuação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano serão regulamentados por decreto.
§ 5º O regimento interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano será aprovado no prazo de 60 (sessenta) dias.
§ 6º Caberá a Prefeitura do Município de Sarandi prover o apoio e os meios necessários à execução dos trabalhos do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.
§ 7º As despesas com deslocamentos dos membros integrantes do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano poderão correr à conta de dotações da Prefeitura do Município de Sarandi.
§ 8º A participação no Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano será considerada função relevante, não remunerada.
Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 647/2025.
Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, 02 de setembro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I
REGIMENTO DA 7ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DA CIDADE

Quadro de vagas por segmento para participação na 7ª Conferência Municipal das Cidades.

Segmento	%vagas	nºvagas
Poder Executivo Municipal	28,20 %	14
Poder Legislativo Municipal	14,10 %	7
Movimentos Populares	26,70 %	13

Trabalhadores	9,90 %	5
Empresários	9,90 %	5
Entidades Profissionais, Acadêmicas e de Pesquisa	7,00 %	4
Organizações Não Governamentais	4,20 %	2
Total	100%	50

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO, FILIAÇÃO OU VÍNCULO

(NomedaEntidade), por intermédio do seu representante legal o(a) Sr.(a)
, portador do CPF n.º, declaro para fins de participação da 7ª Conferência Municipal da Cidade de Maringá, que o(a) Sr.(a)
, inscrito(a) no CPF nº_____, é associada/filiada ou possui vínculo com a entidade acima descrita.

Estou ciente de que a declaração falsa configura crime previsto no art. 299, do Código Penal Brasileiro.

Assinatura do representante legal

Sarandi,de de 2026

Publicado por:
Diego William Sanches
Código Identificador:691041E1

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 366/2026 ID: 10998

O Município de Sarandi – Paraná torna pública a RETIFICAÇÃO da Ata de Registro de Preços nº 366/2026 e de seu respectivo Extrato de Publicação, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 09/07/2026. Edição 3569, em razão de erro material constatado na elaboração e publicação do documento, referente à ausência da indicação das marcas dos itens registrados.

Onde se lê:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº366/2026
ID: 10998
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026
Fornecedor: ESCOLAR FACIL LTDA
CNPJ: 60.842.708/0001-11
LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
3	79440	Cola branca de no mínimo 90 G.	UNID	24.750	R$ 1,13	R$ 27.967,50	
7	79444	Régua 30CM.	UNID	18.000	R$ 1,15	R$ 20.700,00	
9	79446	Transferidor escolar.	UNID	6.000	R$ 0,68	R$ 4.080,00	
11	79448	Lápis preto - NO 02 HB.	CAIXA	2.000	R$ 15,03	R$ 30.060,00	
12	79449	Lápis Grafite 6B.	CAIXA	3.750	R$ 10,76	R$ 40.350,00	
13	79450	Lápis de cor, cera e madeira.	CAIXA	22.500	R$ 2,65	R$ 59.625,00	
15	79452	Caderno, 1 matéria, brochura.	UNID	45.000	R$ 5,11	R$ 229.950,00	
					TOTAL:	R$ 412.732,50	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	79440	Cola branca de no mínimo 90 G.	UNID	8.250	R$ 1,1300	R$ 9.322,5000	
6	79447	Borracha termoplástica branca.	UNID	12.500	R$ 0,5500	R$ 6.875,0000	
7	79449	Lápis Grafite 6B.	CAIXA	1.250	R$ 10,7600	R$ 13.450,0000	
8	79450	Lápis de cor, cera e madeira.	CAIXA	7.500	R$ 2,6500	R$ 19.875,0000	
10	79452	Caderno, 1 matéria, brochura.	UNID	15.000	R$ 5,1100	R$ 76.650,0000	
					TOTAL:	R$ 126.172,5000	

Deve-se ler:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº366/2026
ID: 10998
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026
Fornecedor: ESCOLAR FACIL LTDA
CNPJ: 60.842.708/0001-11

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
3	79440	Cola branca de no mínimo 90 G.	UNID	24.750	R$ 1,13	R$ 27.967,50	COLORARE
7	79444	Régua 30CM.	UNID	18.000	R$ 1,15	R$ 20.700,00	COLORARE
9	79446	Transferidor escolar.	UNID	6.000	R$ 0,68	R$ 4.080,00	WALEU
11	79448	Lápis preto - NO 02 HB.	CAIXA	2.000	R$ 15,03	R$ 30.060,00	COLORARE
12	79449	Lápis Grafite 6B.	CAIXA	3.750	R$ 10,76	R$ 40.350,00	COLORARE
13	79450	Lápis de cor, cera e madeira.	CAIXA	22.500	R$ 2,65	R$ 59.625,00	COLORARE
15	79452	Caderno, 1 matéria, brochura.	UNID	45.000	R$ 5,11	R$ 229.950,00	ANIMATIVA
					TOTAL:	R$ 412.732,50	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	79440	Cola branca de no mínimo 90 G.	UNID	8.250	R$ 1,1300	R$ 9.322,5000	COLORARE
6	79447	Borracha termoplástica branca.	UNID	12.500	R$ 0,5500	R$ 6.875,0000	COLORARE
7	79449	Lápis Grafite 6B.	CAIXA	1.250	R$ 10,7600	R$ 13.450,0000	COLORARE
8	79450	Lápis de cor, cera e madeira.	CAIXA	7.500	R$ 2,6500	R$ 19.875,0000	COLORARE
10	79452	Caderno, 1 matéria, brochura.	UNID	15.000	R$ 5,1100	R$ 76.650,0000	ANIMATIVA
					TOTAL:	R$ 126.172,5000	

Sarandi, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:9B90331D

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 367/2026 ID: 10999

O Município de Sarandi – Paraná torna pública a RETIFICAÇÃO da Ata de Registro de Preços nº 367/2026 e de seu respectivo Extrato de Publicação, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 16/07/2026. Edição 3574, em razão de erro material constatado na elaboração e publicação do documento, referente à ausência da indicação das marcas dos itens registrados.
Onde se lê:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº367/2026
ID: 10999
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026
Fornecedor: 3B INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
CNPJ: 07.670.739/0001-50

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
16	75622	Caderno de cartografia e desenho. Demais Especificações conforme descrição complementar.	Unid	22.500	R$ 6,10	R$ 137.250,00	
					TOTAL:	R$ 137.250,00	

Deve-se ler:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº367/2026
ID: 10999
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026
Fornecedor: 3B INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA
CNPJ: 07.670.739/0001-50

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
16	75622	Caderno de cartografia e desenho. Demais Especificações conforme descrição complementar.	Unid	22.500	R$ 6,10	R$ 137.250,00	3B
					TOTAL:	R$ 137.250,00	

Sarandi, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:94388D1C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 368/2026 ID: 11000

Preços nº 368/2026 e de seu respectivo Extrato de Publicação, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 09/07/2026. Edição 3569, em razão de erro material constatado na elaboração e publicação do documento, referente à ausência da indicação das marcas dos itens registrados.
Onde se lê:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº368/2026
ID: 11000
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026

Fornecedor: HAUSE NEON PAINEIS LUMINOSOS LTDA
CNPJ: 47.782.287/0001-12

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	79439	Caneta hidrográfica para colorir.	CAIXA	15.000	R$ 2,24	R$ 33.600,00	
8	79445	Tesoura escolar.	UNID	13.500	R$ 1,0900	R$ 14.715,00	
					TOTAL:	R$ 48.315,00	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
5	79445	Tesoura escolar.	UNID	4.500	R$ 1,09	R$ 4.905,00	
					TOTAL:	R$ 4.905,00	

Deve-se ler
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº368/2026
ID: 11000
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026

Fornecedor: HAUSE NEON PAINEIS LUMINOSOS LTDA
CNPJ: 47.782.287/0001-12

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	79439	Caneta hidrográfica para colorir.	CAIXA	15.000	R$ 2,24	R$ 33.600,00	Beart
8	79445	Tesoura escolar.	UNID	13.500	R$ 1,0900	R$ 14.715,00	Beart
					TOTAL:	R$ 48.315,00	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
5	79445	Tesoura escolar.	UNID	4.500	R$ 1,09	R$ 4.905,00	BE ART
					TOTAL:	R$ 4.905,00	

Sarandi, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:5C4DA39C

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 369/2026 ID: 11001

O Município de Sarandi – Paraná torna pública a RETIFICAÇÃO da Ata de Registro de Preços nº 369/2026 e de seu respectivo Extrato de Publicação, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 09/07/2026. Edição 3569, em razão de erro material constatado na elaboração e publicação do documento, referente à ausência da indicação das marcas dos itens registrados.
Onde se lê:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº369/2026
ID: 11001
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026
Fornecedor: PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA
CNPJ: 19.032.430/0001-13

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
10	79447	Borracha termoplástica branca.	UNID	37.500	R$ 0,45	R$ 16.875,00	
					TOTAL:	R$ 16.875,00	

Deve-se ler
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº369/2026
ID: 11001
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026
Fornecedor: PRINTSUL COMERCIO ATACADISTA LTDA
CNPJ: 19.032.430/0001-13

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
10	79447	Borracha termoplástica branca.	UNID	37.500	R$ 0,45	R$ 16.875,00	DELETE
					TOTAL:	R$ 16.875,00	

Sarandi, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:795C3D60

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 370/2026 ID: 11002

O Município de Sarandi – Paraná torna pública a RETIFICAÇÃO da Ata de Registro de Preços nº 370/2026 e de seu respectivo Extrato de Publicação, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 09/07/2026. Edição 3569, em razão de erro material constatado na elaboração e publicação do documento, referente à ausência da indicação das marcas dos itens registrados.
Onde se lê:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº370/2026
ID: 11002
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026

Fornecedor: SERENITY COMERCIO DE MATERIAIS LTDA
CNPJ: 55.838.228/0001-47

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
17	79453	Caderno pequeno brochura.	PACOTE	1.500	R$ 3,39	R$ 5.085,00	
					TOTAL:	R$ 5.085,00	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
11	75622	Caderno de cartografia e desenho. Demais Especificações conforme descrição complementar.	Unid	7.500	R$ 6,23	R$ 46.725,00	
					TOTAL:	R$ 46.725,00	

Deve-se ler:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº370/2026
ID: 11002
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026

Fornecedor: SERENITY COMERCIO DE MATERIAIS LTDA
CNPJ: 55.838.228/0001-47

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
17	79453	Caderno pequeno brochura.	PACOTE	1.500	R$ 3,39	R$ 5.085,00	PANAMERICANA
					TOTAL:	R$ 5.085,00	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
11	75622	Caderno de cartografia e desenho. Demais Especificações conforme descrição complementar.	Unid	7.500	R$ 6,23	R$ 46.725,00	PANAMERICANA
					TOTAL:	R$ 46.725,00	

Sarandi, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:A1B41245

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 62/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 371/2026 ID: 11003

O Município de Sarandi – Paraná torna pública a RETIFICAÇÃO da Ata de Registro de Preços nº 371/2026 e de seu respectivo Extrato de Publicação, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 09/07/2026. Edição 3569, em razão de erro material constatado na elaboração e publicação do documento, referente à ausência da indicação das marcas dos itens registrados.
Onde se lê:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº371/2026
ID: 11003
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026

Fornecedor: WORLD MASTER COMERCIO DE PAPELARIAS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME
CNPJ: 06.083.020/0001-50

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	79438	Apontador de lápis com deposito.	UNID	27.000	R$ 0,50	R$ 13.500,00	
4	79441	Giz de cera.	CAIXA	13.500	R$ 2,49	R$ 33.615,00	
5	79442	Lápis de cor grande, jumbo triangular.	CAIXA	6.000	R$ 4,75	R$ 28.500,00	
6	79443	Massa de modelar.	CAIXA	15.000	R$ 2,60	R$ 39.000,00	
14	79451	Canetinha hidrográfica.	CAIXA	15.000	R$ 6,53	R$ 97.950,00	
					TOTAL:	R$ 212.565,00	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	79441	Giz de cera.	CAIXA	4.500	R$ 2,49	R$ 11.205,00	
3	79442	Lápis de cor grande, jumbo triangular.	CAIXA	2.000	R$ 4,75	R$ 9.500,00	
4	79443	Massa de modelar.	CAIXA	5.000	R$ 2,60	R$ 13.000,00	
9	79451	Canetinha hidrográfica.	CAIXA	5.000	R$ 6,53	R$ 32.650,00	
					TOTAL:	R$ 66.355,00	

Deve-se ler:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº371/2026
ID: 11003
PREGÃO ELETRÔNICO Nº23/2026
Fornecedor: WORLD MASTER COMERCIO DE PAPELARIAS E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA - ME
CNPJ: 06.083.020/0001-50

LOTE 1: Ampla Concorrência

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	79438	Apontador de lápis com deposito.	UNID	27.000	R$ 0,50	R$ 13.500,00	WORLD MASTER
4	79441	Giz de cera.	CAIXA	13.500	R$ 2,49	R$ 33.615,00	WORLD MASTER
5	79442	Lápis de cor grande, jumbo triangular.	CAIXA	6.000	R$ 4,75	R$ 28.500,00	WORLD MASTER
6	79443	Massa de modelar.	CAIXA	15.000	R$ 2,60	R$ 39.000,00	MAIKE
14	79451	Canetinha hidrográfica.	CAIXA	15.000	R$ 6,53	R$ 97.950,00	MAIKE
					TOTAL:	R$ 212.565,00	

LOTE 2: Lote Exclusivo MPE

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	79441	Giz de cera.	CAIXA	4.500	R$ 2,49	R$ 11.205,00	WORLD MASTER
3	79442	Lápis de cor grande, jumbo triangular.	CAIXA	2.000	R$ 4,75	R$ 9.500,00	WORLD MASTER
4	79443	Massa de modelar.	CAIXA	5.000	R$ 2,60	R$ 13.000,00	WORLD MASTER
9	79451	Canetinha hidrográfica.	CAIXA	5.000	R$ 6,53	R$ 32.650,00	Lyke
					TOTAL:	R$ 66.355,00	

Sarandi, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:243A28E9

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO CONTRATOS
EXTRATO DO TERMO DE RETIFICAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 74/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026 ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 406/2026 ID: 11038

O Município de Sarandi – Paraná torna pública a RETIFICAÇÃO da Ata de Registro de Preços nº 406/2026 e de seu respectivo Extrato de Publicação, matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26/08/2026. Edição 3603, em razão de erro material constatado na elaboração e publicação do documento, referente à ausência da indicação das marcas dos itens registrados.
Onde se lê:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº406/2026
ID: 11038
PREGÃO ELETRÔNICO Nº29/2026
Fornecedor: CHEPIS LTDA
CNPJ: 64.415.968/0001-61
LOTE 16: LOTE 16

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	78956	Avental de raspa - Tipo barbeiro (com mangas)	unid	110	R$ 76,0000	R$ 8.360,0000	
					TOTAL:	R$ 8.360,0000	

LOTE26: LOTE 26

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	78981	Cinturão de segurança - Tipo paraquedista com ancoragem dorsal e lateral	unid	51	R$ 148,5000	R$ 7.573,5000	
					TOTAL:	R$ 7.573,5000	

LOTE 32: LOTE 32

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	78996	Luva de raspa - Cano longo	Par	200	R$ 9,3100	R$ 1.862,0000	
					TOTAL:	R$ 1.862,0000	

Deve-se ler:
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº406/2026
ID: 11038
Pregão Eletrônico nº 9-0029/2026
Fornecedor: CHEPIS LTDA
CNPJ: 64.415.968/0001-61

LOTE 16: LOTE 16

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	78956	Avental de raspa - Tipo barbeiro (com mangas)	unid	110	R$ 76,0000	R$ 8.360,0000	ED CARLOS
					TOTAL:	R$ 8.360,0000	

LOTE 26: LOTE 26

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	78981	Cinturão de segurança - Tipo paraquedista com ancoragem dorsal e lateral	unid	51	R$ 148,5000	R$ 7.573,5000	DEGOMASTER
					TOTAL:	R$ 7.573,5000	

LOTE 32: LOTE 32

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	78996	Luva de raspa - Cano longo	Par	200	R$ 9,3100	R$ 1.862,0000	FORT COURO
					TOTAL:	R$ 1.862,0000	

Sarandi, 26 de agosto de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elaine Justino Dos Santos
Código Identificador:C16A19C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS

ASSESSORIA GERAL
DECRETO Nº 197, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 197, DE 2 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Aprova o Plano de Contratação Anual para o exercício 2027, no âmbito do Município de Sertanópolis, Estado do Paraná e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e CONSIDERANDO o disposto no artigo 12, VII da Lei Federal n.º 14.133/2021, CONSIDERANDO a realização do planejamento anual nos termos do que dispõe o Decreto Municipal n.º 038/2026,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aprovado o Plano de Contratação Anual – PCA do Município de Sertanópolis, Estado do Paraná, conforme disposto no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º. A elaboração do plano de contratações anual tem como objetivos:
I - racionalizar as contratações das unidades administrativas de sua competência, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;
II - garantir o alinhamento com o planejamento estratégico, o plano diretor de logística sustentável e outros instrumentos de governança existentes;
III - subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;
IV - evitar o fracionamento de despesas; e
V - sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade.

Art. 3º. Ficam dispensadas de registro no plano de contratações anual: I - as hipóteses previstas no inciso VIII do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021; e
IV - as pequenas compras e a prestação de serviços de valor irrisório, de que trata o Decreto Municipal n.º 055/2023 e suas alterações.

Art. 4º. Durante o ano de sua execução, o plano de contratações anual poderá ser alterado, por meio de justificativa aprovada pela autoridade competente, devendo ser republicado no órgão oficial do Município e disponibilizado no sitio eletrônico.

Art. 5º. A execução e cumprimento do PCA ficam condicionados à disposição orçamentária e financeira, bem como, à correta instrução dos processos pela Área Requisitante.

Art. 6º. O art. 3º do Decreto Municipal n.º 038/2026 passa a viger com o seguinte Parágrafo único:

Parágrafo único. Excepcionalmente, o Plano de Contratações Anual do Exercício 2027 terá data final de aprovação até 15 de setembro de 2026, devendo ser adequado ao Projeto de Lei Orçamentária Anual quando do seu encaminhamento para a Câmara Municipal e, posteriormente, adequado ao orçamento aprovado para referido exercício na quinzena posterior à publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Santo Soriani", 2 de setembro de 2026.

ANA RUTH SECCO
Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS — PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL 2027 (VERSÃO CONSOLIDADA)					
GABINETE DA PREFEITA					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
ago/27	Dispensa		Registro de Preços para futura e eventual aquisição de alimentos prontos	Dispensar	R$ 12.000,00
fev/27	Dispensa		Locação de Site	Dispensar	R$ 22.000,00
				SUBTOTAL — GABINETE DA PREFEITA	R$ 34.000,00
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
dez/27	Pregão Eletrônico	65/2025	Contratação de empresa especializada em Medicina e Segurança do Trabalho, com a finalidade de realizar a gestão, implantação, elaboração e execução de todas as demandas pertinente à saúde e segurança do servidor no trabalho, abrangendo todos os servidores públicos em regime estatutário	Prorrogar	R$ 320.000,00
jan/27	Dispensa	07/2025	Contratação de empresa para prestação de serviços de lavagem automotiva para os veículos oficiais do município.	Prorrogar	R$ 45.000,00
mar/27	Dispensa	193/2025	Aquisição de baterias para veículos	Dispensar	R$ 2.000,00
mai/27	Pregão Eletrônico	20/2026	Aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades do veículo do 30º Batalhão de Polícia Militar de Sertanópolis.	Prorrogar	R$ 44.000,00
abr/27	Dispensa	—	Reforma do 30º Batalhão de Polícia Militar de Sertanópolis.	Dispensar	R$ 20.000,00
fev/27	Inexigibilidade	02/2025	Contratatação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia fixa local, para o Paço Municipal e demais unidades administrativas do Município de Sertanópolis.	Prorrogar	R$ 70.000,00
jul/27	Pregão Eletrônico	31/2025	Contratação de empresa para fornecimento de acesso à internet fibra óptica e interligação de rede em fibra óptica, para atender a demanda da Prefeitura Municipal de Sertanópolis	Prorrogar	R$ 420.000,00
jan/27	Dispensa	3/2025	Contratação de Empresa especializada para o fornecimento de serviço de internet Wi-Fi livre nas praças públicas e Lago Tabocó, conforme especificações técnicas e condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar e Termo de Referência.	Prorrogar	R$ 25.000,00
jan/27	Pregão (Registro de Preços)	67/2025	Aquisição de tintas e toners para as impressoras	Licitar	R$ 4.000,00
jul/27	Dispensa		Aquisição de luminárias para atender as necessidades da prefeitura municipal.	Dispensar	R$ 6.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	26/2025	Registro de Preços para contratação de empresa para serviços técnicos comuns de manutenção corretiva, preventiva e instalação de aparelhos de ar condicionado de diversas capacidades com	Licitar	R$ 45.000,00
out/27	Pregão Eletrônico	42/2023	Contratação de empresa especializada em serviços de assistência técnica para manutenção corretiva e preventiva e suporte técnico em tecnologia da informação	Prorrogar	R$ 160.000,00
fev/27	Dispensa		Aquisição de pisos, argamassa e rejunte	Dispensar	R$ 10.000,00
fev/27	Dispensa		Aquisição de materiais para pintura predial	Dispensar	R$ 20.000,00
jan/27	Dispensa		Aquisição de salgados fritos, assados e refrigerantes	Dispensar	R$ 10.000,00
jul/27	Pregão (Registro de Preços)	38/2026	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de marmitas e refrigerantes para consumos dos servidores dos diversos Departamentos da Administração Pública	Prorrogar	R$ 40.000,00
jun/27	Inexigibilidade	19/2025	Locação de imóvel	Prorrogar	R$ 30.000,00
set/27	Pregão (Registro de Preços)	45/2025	Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais permanentes e diversos, destinados ao uso na prefeitura municipal, repartições públicas, CMEI e escolas municipais de Sertanópolis	Licitar	R$ 20.000,00
fev/27	Pregão (Registro de Preços)	3/2026	Aquisição de materiais de limpeza	Prorrogar	R$ 50.000,00
mar/27	Pregão Eletrônico	10/2026	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de Transporte Público Coletivo de passageiros em ônibus circular no Município de Sertanópolis.	Prorrogar	R$ 550.000,00
out/2027	Dispensa		Aquisição de serviço de instalação completa, manutenção e recarga de extintores para diversos departamentos da prefeitura municipal, como forma de prevenção de incêndios.	Dispensar	R$ 4.000,00
	Inexigibilidade		Outros serviços técnicos especializados	Contratar	R$ 65.000,00
jan/27	Inexigibilidade		Copel	Contratar	R$ 600.000,00
jan/27	Inexigibilidade		Saae	Contratar	R$ 200.000,00
jan/27	Inexigibilidade		Correios	Contratar	R$ 50.000,00
jun/27	Credenciamento		Vale-alimentação	Prorrogar	R$ 1.800.000,00
nov/27	Pregão (Registro de Preços)	24/2025 e 59/2025	Registro de Preços/Contratação centralizada de empresa(s) especializada(s) em terceirização de mão de obra para atendimento dos diversos Departamentos da Administração Direta e Indireta do Município (inclui postos administrativos e postos específicos de programas sociais)	Prorrogar / Licitar (centralizado)	R$ 8.580.000,00
set/27	Pregão (Registro de Preços)	44/2025	Registro de Preços centralizado para futura aquisição de peças e prestação de serviços de manutenção (oficina/borracharia) destinados a toda a frota de veículos e máquinas do Município	Licitar (centralizado)	R$ 4.534.000,00
mar/27	Pregão (Registro de Preços)	7/2026	Registro de Preços centralizado para futura e eventual aquisição de combustíveis (gasolina, óleo diesel S500/S10) e lubrificantes para toda a frota de veículos e máquinas do Município	Prorrogar	R$ 2.433.000,00
dez/27	Pregão (Registro de Preços)	62/2025	Registro de Preços centralizado para futura e eventual aquisição de pneus e câmaras para atender as necessidades de toda a frota de veículos do Município	Licitar (centralizado)	R$ 1.723.000,00
jan/27	Pregão (Registro de Preços)	67/2025	Registro de Preços centralizado para aquisição de material de expediente para os diversos Departamentos da Administração Municipal	Licitar (centralizado)	R$ 322.000,00
set/27	Pregão (Registro de Preços)	45/2025	Registro de Preços centralizado para aquisição de móveis de escritório e mobiliário em geral para os diversos Departamentos da Administração Municipal	Licitar (centralizado)	R$ 286.000,00
fev/27	Pregão (Registro de Preços)	3/2026	Registro de Preços centralizado para aquisição de materiais de limpeza e higiene para os diversos Departamentos da Administração Municipal	Prorrogar	R$ 250.000,00

jun/27	Pregão (Registro de Preços)	35/2026	Registro de Preços centralizado para aquisição de equipamentos de informática (computadores, monitores, impressoras e periféricos) para os diversos Departamentos da Administração Municipal	Prorrogar	R$ 202.000,00
out/27	Pregão Eletrônico	51/2025	Contratação centralizada de empresa especializada em seguro veicular para toda a frota de veículos do Município	Licitar (centralizado)	R$ 140.030,00
jul/27	Pregão (Registro de Preços)	39/2026	Registro de Preços centralizado para aquisição de eletrodomésticos para os diversos Departamentos da Administração Municipal	Prorrogar	R$ 95.000,00
jun/27	Pregão (Registro de Preços)	29/2026	Registro de Preços centralizado para aquisição de gêneros alimentícios de uso administrativo geral para os diversos Departamentos da Administração Municipal	Prorrogar	R$ 48.000,00
set/27	Pregão Eletrônico	59/2022	Registro de Preços centralizado para aquisição de material gráfico para os diversos Departamentos da Administração Municipal	Licitar (centralizado)	R$ 18.000,00
				SUBTOTAL — DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	R$ 23.241.030,00
DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
ago/27	Dispensa	214/2025	Contratação de de empresa especializada para fornecimentode licença de uso de sistemas tributários e seus respectivos módulos.	Prorrogar	R$ 50.000,00
jul/27	Inexigibilidade	20/2025	Contratação de empresa especializada pela locação de Sitema de Informações Geográficas (SIG) para apoio à fiscalização do imposto sobre a propriedade territorial rural (ITR).	Prorrogar	R$ 20.000,00
abr/27	Inexigibilidade	13/2025	Contratação de empresa especializada na implantação de Inteligência Fiscal	Prorrogar	R$ 100.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	26/2026	Contratação de Instituição Bancária	Prorrogar	R$ 60.000,00
fev/27	Pregão Eletrônico	—	Serviços de Assessoria Administrativa	Licitar	R$ 135.000,00
fev/27	Pregão Eletrônico	—	Locação de software	Licitar	R$ 60.000,00
mar/27	Pregão Eletrônico	—	Locação de Sistemas	Licitar	R$ 80.000,00
abr/27	Inexigibilidade	—	Curso de capacitação	Licitar	R$ 20.000,00
				SUBTOTAL — DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	R$ 525.000,00
DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
dez/2027	Dispensa	346/2025	Contratação de empresa especializada para verificação, aferição e regularização dos tacógrafos da frota garantindo conformidade com as normas do INMETRO e da legislação vigente.	Licitar	R$ 50.000,00
mai/27	Dispensa		Aquisição de árvores e mudas em geral	Dispensar	R$ 35.000,00
dez/2027	Dispensa	363/2025	Contratação de associação devidamente formalizada por recicladores do município de Sertanópolis, para dar continuidade na coleta de materiais recicláveis e reaproveitáveis domiciliares no município.	Prorrogar	R$ 45.000,00
set/27	Pregão Eletrônico	45/2026	Aquisição de EPI's para uso do abatedouro	Prorrogar	R$ 7.000,00
abr/27	Pregão Eletrônico	14/2026	Aquisição de materiais de construção	Prorrogar	R$ 153.000,00
set/27	Dispensa		Aquisição de medicamentos para o canil municipal e antipulgas	Dispensar	R$ 25.000,00
ago/27	Pregão (Registro de Preços)	42/2026	Aquisição de ração	Prorrogar	R$ 120.000,00
mai/27	Dispensa		Aquisição de produtos específicos de limpeza e sanitização para o abatedouro, vaca mecânica e canil, para atender as necessidades dos locais	Dispensar	R$ 20.000,00
jun/27	Pregão (Registro de Preços)	30/2026	Registro de Preço para aquisição de sacos plásticos biodegradável para a coleta seletiva do município	Prorrogar	R$ 205.000,00
ago/27	Dispensa		Contratação de empresa especializada para realização de doze aplicações durante o ano, de controle de pragas urbanas, dedetização e desratização com fornecimento de matéria prima, mão de obra e equipamentos necessários para realização com eficiência das aplicações. (Conforme termo de refrência).	Dispensar	R$ 12.000,00
abri/2027	Dispensa		Aquisição de alevinos e ou/ juvenis de peixes nativos	Dispensar	R$ 15.000,00
jan/27	Pregão (Registro de Preços)	67/2025	Aquisição de cartuchos e tintas para as impressoras	Licitar	R$ 2.000,00
out/27	Dispensa	—	Aquisição de ferrão, serras e outros equipamentos	Dispensar	R$ 6.000,00
mar/27	Dispensa	—	Aquisição de Bags	Dispensar	R$ 5.000,00
abri/2027	Dispensa	—	Aquisição de materiais didáticos para o Castrapet	Dispensar	R$ 8.000,00
abri/2027	Dispensa	—	Aquisição de micrichips de identificação dos animais do canil municipal	Dispensar	R$ 8.000,00
ago/27	Dispensa	—	Contratação de empresa visando a realização de coleta anual de carcaças e miúdos para análises microbiológicas	Dispensar	R$ 5.000,00
jan/27	Concorrência	—	Contratação de empresa visando a execução de obras no Transbordo	Licitar	R$ 2.000.000,00
jan/27	Concorrência	—	Contratação de empresa visando a execução de obras no Viveiro Municipal	Licitar	R$ 500.000,00
set/27	Pregão Eletrônico	50/2023	Contratação de empresa para a coleta de residuo sólido orgânico residencial e industrial	Prorrogar	R$ 1.300.000,00
fev/27	Dispensa	—	Aquisição de sopradores, roçadeiras e outros	Dispensar	R$ 10.000,00
mar/27	Pregão (Registro de Preços)		Aquisição de graxa e desengripantes	Licitar	R$ 20.000,00
				SUBTOTAL — DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	R$ 4.551.000,00
DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
mai/27	Pregão	22/2024	Registro de Preços/Contratação centralizada de empresa(s) especializada(s) em terceirização de mão de obra para atendimento da Casa Lar	Prorrogar	R$ 600.000,00
maio/2027	Pregão (Registro de Preços)	15/2025	Aquisição de gêneros alimentícios - cesta básica	Renovar e licitar	R$ 800.000,00
março/2027	Pregão (Registro de Preços)	41/2025	Aquisição de gêneros alimentícios - alimentos, lanches prontos (casa lar, eventos, grupos/oficinas)	Licitar	R$ 340.000,00
fevereiro/2027	Pregão (Registro de Preços)	37/2026	Aquisição de gêneros alimentícios - produção de leite de soja e pão	Licitar e Dispensa	R$ 140.000,00
março/2027	Dispensa		Premiações e presentes (terceira idade, casa lar, cras)	Dispensa	R$ 30.000,00
março/2027	Dispensa		Aquisição de embalagens para presentes e itens de decoração	Dispensa	R$ 20.000,00
junho/2027	Dispensa		Aquisição de itens têxteis e de vestuário para pessoas em situação de vulnerabilidade e acolhidos na Casa Lar	Dispensa	R$ 30.000,00
março/2027	Pregão		Aquisição de itens para a confecção de fantasias e cenários, tecidos e aviamentos (produtos para oficinas)	Licitar e Dispensa	R$ 30.000,00
nov/2027	Pregão Eletrônico	39/2025	Aquisição de veículos	Licitar	R$ 300.000,00
maio/2027	Pregão	21/2023	Contratação de oficineiros	Renovar e Licitar	R$ 50.000,00
março/2027	Dispensa		Contratação de serviços de manutenção da padaria e lactário municipal	Dispensa	R$ 50.000,00
abril/2027	Pregão		Contratação de passeios turísticos	licitar	R$ 80.000,00
março/2027	Pregão		Aquisição de camisetas, bonés e outros itens de distribuição nos projetos	Licitar e Dispensa	R$ 30.000,00
fev/2027	Dispensa		Contratação de capacitação e treinamento	Inexigibilidade / dispensa	R$ 50.000,00

abril/2027	Dispensa		Serviços de manutenção predial	Licitar e Dispensa	R$ 50.000,00
abr/27	Pregão Eletrônico	14/2026	Aquisição de material de construção e pintura	Licitar e Dispensa	R$ 50.000,00
abril/2027	Dispensa	88	Realização de construção e reparos	Licitar	R$ 100.000,00
ago/2027	Pregão (Registro de Preços)	36/2025	Carga de gás (Departamento de assistência socal, CRAS, Casa Lar, Conselho Tutelar e Vaca Mecânica)	Licitar	R$ 20.000,00
maio/2027	Dispensa	21/2022	Locação de imóvel predial - Departamento de Assistência Social	Prorrogar	R$ 30.000,00
nov/2027	Inexigibllidade	24/2025	Locação de imóvel predial - Conselho Tutelar	Prorrogar	R$ 25.000,00
março/2027	Inexigibllidade	09/2026	Locação de imóvel predial - Padaria e Vaca Mecânica	Prorrogar	R$ 50.000,00
julho/2027	Pregão Eletrônico	49/2022	Músico para eventos e atividades da Pessoa Idosa	DISPENSA	R$ 25.000,00
janeiro/2027	Dispensa		SAAE (Departamento de Assistência Social, CRAS, Casa Lar, Vaca Mecânica e Conselho Tutelar)	Dispensável	R$ 20.000,00
janeiro/2027	Dispensa		COPEL (Departamento de Assistência Social, CRAS, Casa Lar, Vaca Mecânica, Conselho Tutelar e Centro Odontológico)	Inexigibilidade / dispensa	R$ 75.000,00
janeiro/2027	Dispensa		Passagens para pessoas em situação de trânsito e em situação de violência (passes intermunicipais e passagens inter estaduais)	Dispensa	R$ 25.000,00
janeiro/2027	Dispensa		Bolsa aluguel social	Dispensável	R$ 100.000,00
				SUBTOTAL — DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	R$ 3.120.000,00
DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
fev/27	Inexigibilidade		Contratação de show artístico Expo Sertão	Contratar	R$ 3.500.000,00
set/27	Inexigibilidade		Show artístico Reveillon	Contratar	R$ 1.500.000,00
ago/27	Pregão Eletrônico	41/2026	Contratação de empresa para locação, montagem, operação e desmontagem de som de médio porte	Prorrogar	R$ 60.000,00
ago/27	Pregão Eletrônico	41/2026	Locação de sistema de som (PA) móvel, iluminação de palco, flay e torre de delay para Expo Sertão	Prorrogar	R$ 100.000,00
ago/27	Pregão Eletrônico	41/2026	Instalação elétrica com distribuição de energia para tendas, camarins, barracas e palco da Exposertão	Prorrogar	R$ 120.000,00
ago/27	Pregão Eletrônico	41/2026	Locação de som de pequeno porte e palco para eventos da prefeitura municipal	Prorrogar	R$ 50.000,00
ago/27	Pregão Eletrônico	41/2026	Fornecimento de som e iluminação cênica para a cantata de natal na Prefeitura de Sertanópolis	Prorrogar	R$ 10.000,00
ago/27	Pregão Eletrônico	41/2026	Prestação de serviços de sonorização, iluminação de palco e som móvel para os shows e apresentações artísticas do Reveillon	Prorrogar	R$ 70.000,00
ago/27	Pregão Eletrônico	41/2026	Fornecimento, instalação, operação, manutenção e retirada de geradores de energia para as festividades do Reveillon	Prorrogar	R$ 25.000,00
ago/27	Pregão Eletrônico	41/2026	Instalação elétrica temporária para atender as festividades de final de ano — Reveillon	Prorrogar	R$ 15.000,00
ago/27	Pregão Eletrônico	41/2026	Prestação de serviços de sonorização e iluminação de palco móvel para os shows e apresentações artísticas — Reveillon	Prorrogar	R$ 90.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	23/2026	Registro de Preço para contratação de empresa especializada em segurança desarmada e bombeiro profissional civil para Exposertão e Reveillon	Prorrogar	R$ 200.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	23/2026	Contratação de empresa especializada em segurança desarmada para apoio e suporte a eventos promovidos pelo Município de Sertanópolis	Prorrogar	R$ 70.000,00
jun/27	Pregão (Registro de Preços)	33/2026	Locação de banheiro químico para eventos de pequeno porte relacionados com a cultura e turismo	Prorrogar	R$ 30.000,00
jun/27	Pregão (Registro de Preços)	33/2026	Registro de Preço para locação de banheiros químicos — Exposertão e Reveillon	Prorrogar	R$ 80.000,00
mai/27	Dispensa		Locação de mobiliário para as festividades da ExpoSertão	Dispensar	R$ 12.000,00
mai/27	Dispensa		Montagem de unidades e permissão temporária de uso de espaço público para exploração de camarote durante a ExpoSertão	Dispensar	R$ 30.000,00
mai/27	Dispensa	29/2024	Locação de jogos de mesa com cadeiras e caixas térmicas Exposertão	Dispensar	R$ 10.000,00
set/27	Pregão (Registro de Preços)	47/2025	Locação de grade de proteção para eventos (gradil) — pés 1,20m x 2,20m	Licitar	R$ 25.000,00
set/27	Pregão (Registro de Preços)	46/2025	Registro de Preço para contratação de serviços de instalação, funcionamento e manutenção de parque de diversões	Licitar	R$ 250.000,00
set/27	Pregão (Registro de Preços)	47/2025	Registro de Preço para contratação de empresa especializada em locação de grade de isolamento e fechamento em lata para eventos de pequeno e grande porte	Licitar	R$ 70.000,00
mai/27	Inexigibilidade		Contratação de artista solo DJ / mestre de cerimônia, animador e locutor para cerimonial Exposertão	Contratar	R$ 10.000,00
mai/27	Dispensa		Serviço de mini fazendinha com exposição de animais e passeio em mini animais	Dispensar	R$ 50.000,00
abr/27	Pregão Eletrônico	13/2026	Contratação de etapa de Rodeio	Licitar (Prorrogar)	R$ 1.300.000,00
mai/27	Inexigibilidade		Contratação de DJ/animador	Contratar	R$ 12.000,00
abr/27	Inexigibilidade		Contratação de artistas em geral	Contratar	R$ 40.000,00
jan/27	Inexigibilidade		Locação predial	Contratar	R$ 0,00
set/27	Pregão Eletrônico	50/2026	Aquisição de materiais de decoração e embalagens	Prorrogar	R$ 40.000,00
set/27	Pregão (Registro de Preços)	57/2025	Registro de Preço para instalação, manutenção e retirada de enfeites natalinos em diversos pontos do município de Sertanópolis	Licitar	R$ 120.000,00
set/27	Pregão (Registro de Preços)	57/2025	Locação de enfeites natalinos	Licitar	R$ 400.000,00
mar/27	Dispensa		Aquisição de brindes institucionais (camisetas, canecas, chaveiros)	Dispensar	R$ 20.000,00
mar/27	Dispensa		Aquisição de lonas, banners, placas, crachás e painel	Dispensar	R$ 15.000,00
jun/27	Dispensa		Confecção de materiais de comunicação visual destinados às campanhas institucionais do município	Dispensar	R$ 10.000,00
jun/27	Dispensa		Prestação de serviço para impressão de publicação de página e distribuição em formato de revista	Dispensar	R$ 10.000,00
mar/27	Pregão (Registro de Preços)	6/2026	Registro de Preço para aquisição de ovos de chocolate ao leite e de alfarroba para distribuição aos alunos das escolas municipais e entidades conveniadas	Prorrogar	R$ 60.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	20/2026	Aquisição de gêneros alimentícios para eventos em geral	Prorrogar	R$ 26.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	20/2026	Aquisição de gêneros alimentícios para distribuição	Prorrogar	R$ 40.000,00
mar/27	Dispensa		Fornecimento de lanches e refrigerantes para funcionários da montagem/organização dos eventos e profissionais de saúde (ambulância) — Departamento de Cultura e Turismo	Dispensar	R$ 20.000,00
set/27	Pregão (Registro de Preços)	49/2025	Contratação de empresa especializada em serviço de Buffet (alimentos, decoração, garçom, cozinheiros, bebidas, local e utensílios) para o jantar do Dia do Funcionário Público	Licitar	R$ 90.000,00
mar/27	Dispensa		Contratação de empresa especializada em eventos em geral	Dispensar	R$ 40.000,00
jun/27	Pregão (Registro de Preços)	36/2026	Registro de Preço para aquisição de brinquedos para doação aos alunos do ensino público municipal	Licitar	R$ 65.000,00
mar/27	Dispensa		Contratação de empresa para prestação de serviço de seguro para eventos	Dispensar	R$ 15.000,00

jul/27	Pregão (Registro de Preços)	40/2026	Aquisição de materiais de copa e cozinha	Licitar	R$ 12.000,00
mar/27	Dispensa		Construção e reparos	Dispensar	R$ 15.000,00
jan/27	Inexigibilidade		Treinamentos e Capacitações	Contratat	R$ 20.000,00
SUBTOTAL — DEPARTAMENTO DE CULTURA E TURISMO					R$ 8.747.000,00
DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Abril/2027	Dispensa	—	Corrida pedestre – corrida de rua	Dispensar	R$ 23.000,00
Março/2027	Dispensa	—	Manutenção de academia ao ar livre (mão de obra e peças)	Dispensar	R$ 40.000,00
Fevereiro/2027	Pregão (Registro de Preços)	26/2025	Limpeza e troca de peças de 4 climatizadores – Ginásio Amilton Teixeira Martins	Dispensar	R$ 2.500,00
Fevereiro/2027	Dispensa	—	Materiais elétricos para reforma de iluminação de locais esportivos	Dispensar	R$ 10.000,00
Janeiro/2027	Dispensa	—	Serviço de solda (traves, alambrados e outros) nos espaços esportivos	Dispensar	R$ 5.000,00
Maio/2027	Dispensa	—	Placas de homenagem	Dispensar	R$ 3.000,00
Março/2027	Pregão (Registro de Preços)	40/2025	Troféus e medalhas para campeonatos e torneios	Licitar	R$ 80.000,00
Fevereiro/2027	Inexigibilidade	—	40 kits de uniformes oficiais da Escolinha Furacão (CAP) – calção, camiseta e meião	Contratar	R$ 12.000,00
Fevereiro/2027	Inexigibilidade	—	Personalização de camisetas (numeração e sublimação de logo) – Escolinha Furacão	Contratar	R$ 2.000,00
Fevereiro/2027	Pregão (Registro de Preços)	61/2025	Materiais esportivos (redes, bolas e outros) para modalidades, campeonatos e torneios	Licitar	R$ 50.000,00
Maio/2027	Pregão Eletrônico	44/2026	Segurança desarmada para eventos esportivos	Prorrogar	R$ 30.000,00
Junho/2027	Pregão (Registro de Preços)	33/2025	Serviço de arbitragem – campeonatos e torneios (futebol, futsal, voleibol, basquete)	Licitar	R$ 150.000,00
Junho/2027	Dispensa	—	Locação de carro de som para divulgação de eventos esportivos	Dispensar	R$ 6.000,00
Conforme sorteio do clube	Dispensa	—	Fretamento de ônibus de turismo para Curitiba (Ligga Arena) – alunos das escolinhas	Dispensar	R$ 12.000,00
Janeiro/2027	Dispensa	—	Água mineral para festividades, torneios e campeonatos	Dispensar	R$ 2.000,00
Janeiro/2027	Dispensa	—	Refrigerante Juninho para festividades, torneios e campeonatos	Dispensar	R$ 8.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	21/2026	Refeição comercial completa e refrigerante 2L para eventos esportivos	Prorrogar	R$ 40.000,00
SUBTOTAL — DEPARTAMENTO DE DESPORTO E LAZER					R$ 475.500,00
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
jul/27	Pregão Eletrônico	54/2022 e 37/2024	Transporte escolar	Licitar e Prorrogar	R$ 3.850.000,00
set/27	Pregão Eletrônico	47/2026	Gêneros alimentícios – merenda escolar	Prorrogar	R$ 1.500.000,00
jan/27	Inexigibilidade	—	FNDE – merenda (recursos federais)	Contratar	R$ 320.000,00
set/27	Pregão Eletrônico	47/2026	Pão para merenda / lanche	Prorrogar	R$ 40.000,00
nov/27	Pregão (Registro de Preços)	24/2025 e 59/2025	Cozinheiras (serviço de pessoa jurídica)	Licitar e Prorrogar	R$ 500.000,00
set/27	Pregão (Registro de Preços)	43/2025	Uniforme escolar	Licitar	R$ 1.500.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	13/2025	Livro de literatura infantil (Projeto Lar Doce Ler)	Licitar	R$ 500.000,00
jul/27	Pregão (Registro de Preços)	30/2025	Material escolar	Licitar	R$ 600.000,00
jun/27	Inexigibilidade	—	Sistema de ensino (material didático)	Prorrogar	R$ 550.000,00
mar/27	Pregão (Registro de Preços)	6/2026	Páscoa (kit/presente aos alunos)	Prorrogar	R$ 150.000,00
jun/27	Pregão (Registro de Preços)	36/2026	Dia da Criança (kit/presente aos alunos)	Prorrogar	R$ 220.000,00
ago/27	Dispensa	—	Distribuição gratuita – professores (brindes/reconhecimento)	Dispensar	R$ 30.000,00
jan/27	Inexigibilidade	—	Curso de capacitação (professores e servidores)	Contratar	R$ 80.000,00
jan/27	Inexigibilidade	—	Formação de professores	Contratar	R$ 150.000,00
jan/27	Dispensa	—	Lanche para formações	Dispensar	R$ 50.000,00
jan/27	Credenciamento	—	Passagens e despesas com locomoção	Contratar	R$ 20.000,00
jan/27	Inexigibilidade	—	Plataforma educacional (software/sistema de ensino online)	Contratar	R$ 150.000,00
jan/27	Pregão Eletrônico	73/2023	Monitoramento (TI – segurança e gestão)	Prorrogar	R$ 80.000,00
jul/27	Pregão Eletrônico	31/2025	Internet (conectividade das unidades escolares)	Prorrogar	R$ 100.000,00
jan/27	Inexigibilidade	—	SAAE / conta de luz (energia elétrica das unidades)	Contratar	R$ 240.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	26/2025	Manutenção de ar condicionado – unidades escolares	Licitar	R$ 60.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	26/2025	Manutenção de ar condicionado – gestão	Licitar	R$ 20.000,00
jan/27	Pregão (Registro de Preços)	68/2024	Registro de preços para contratação de empresa especializada para realização de eventuais manutenções preventivas e corretivas, das escolas municipais, CMEI Maria de Lourdes Fernandes e demais prédios públicos da administração direta do município de Sertanópolis	Licitar	R$ 650.000,00
jan/27	Pregão (Registro de Preços)	68/2024	Empenho - Registro de preços para contratação de empresa especializada para realização de eventuais manutenções preventivas e corretivas, das escolas municipais, CMEI Maria de Lourdes Fernandes e demais prédios públicos da administração direta do município de Sertanópolis	Licitar	R$ 40.000,00
jan/27	Pregão (Registro de Preços)	—	Lousa digital	Licitar	R$ 600.000,00
jun/27	Pregão (Registro de Preços)	35/2026	Informática (computadores, tablets, periféricos)	Prorrogar	R$ 450.000,00
mar/27	Pregão Eletrônico	6/2025	Papelaria / armarinhos	Licitar	R$ 220.000,00
dez/27	Pregão (Registro de Preços)	61/2025	Material esportivo	Licitar	R$ 120.000,00
fev/27	Pregão (Registro de Preços)	3/2026	Higiene e limpeza – escolas	Prorrogar	R$ 150.000,00
mar/27	Pregão (Registro de Preços)	—	Material de depósito (manutenção menor)	Licitar	R$ 70.000,00
fev/27	Inexigibilidade	—	Testes e protocolos (avaliações, gabaritos)	Contratar	R$ 70.000,00
jun/27	Pregão (Registro de Preços)	29/2026	Café – professores e servidores	Prorrogar	R$ 80.000,00
fev/27	Pregão (Registro de Preços)	3/2026	Higiene e limpeza – gestão	Prorrogar	R$ 20.000,00
jan/27	Pregão Eletrônico	—	Psicólogos (atendimento aos alunos e comunidade escolar)	Licitar	R$ 300.000,00
mar/27	Pregão (Registro de Preços)	8/2026	Vigias (segurança patrimonial das unidades escolares)	Prorrogar	R$ 160.000,00
jun/27	Pregão Eletrônico	34/2026	Estagiários (bolsas e auxílios)	Prorrogar	R$ 650.000,00
jan/27	Inexigibilidade	—	Aluguel de imóvel para fins educacionais	Prorrogar	R$ 40.000,00
			SUBTOTAL — DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		R$ 14.330.000,00
DEPARTAMENTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
dez/27	Dispensa	—	Suprir a necessidade dos veículos do Departamento com ARLA 32	Dispensar	R$ 12.000,00
fev/27	Dispensa	—	Aquisição de detergentes desencrustantes e desengraxantes	Dispensar	R$ 12.000,00
fev/27	Dispensa	—	Aquisição de graxa e outros produtos	Dispensar	R$ 20.000,00
dez/27	Pregão (Registro de Preços)	64/2025	Aquisição de concreto FCK	Licitar	R$ 250.000,00
set/27	Pregão Eletrônico	48/2026	Aquisição de tubros de concreto	Prorrogar	R$ 200.000,00
ago/27	Pregão (Registro de Preços)	43/2026	Aquisição de CBUQ	Prorrogar	R$ 600.000,00
mar/27	Pregão (Registro de Preços)	11/2026	Aquisição de pedra graduada e pedra rachão	Prorrogar	R$ 200.000,00
jun/27	Pregão (Registro de Preços)	32/2026	Aquisição de tinta viária	Prorrogar	R$ 300.000,00
abr/27	Pregão Eletrônico	14/2026	Aquisição de materiais de construção para suprir as necessidades do Departamento	Prorrogar	R$ 500.000,00

ago/27	Pregão (Registro de Preços)	—	Aquisição de podadores, sopradores, moto poda e peças	Licitar	R$ 50.000,00
ago/27	Pregão (Registro de Preços)	43/2026	Aquisição de Massa asfáltica usinada	Prorrogar	R$ 30.000,00
ago/27	Pregão (Registro de Preços)	43/2026	Aquisição de Emulsão asfáltica RR-1C	Prorrogar	R$ 70.000,00
fev/27	Pregão (Registro de Preços)	3/2026	Aquisição de gêneros alimentícios e material de higiene	Prorrogar	R$ 60.000,00
ago/27	Pregão (Registro de Preços)	36/2025	Aquisição de Gás de cozinha	Prorrogar	R$ 7.000,00
jul/27	Pregão (Registro de Preços)	38/2026	Marmitas e refrigerantes para consumo dos servidores do Departamento	Prorrogar	R$ 80.000,00
set/27	Pregão (Registro de Preços)	45/2025	Materiais, móveis e equipamentos	Licitar	R$ 40.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	22/2026	Aquisição de sacos de lixo para suprir as necessidades do Departamento	Prorrogar	R$ 20.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	18/2026	Aquisição de lixeiras utilizadas nas ruas do Município para a coleta de lixo	Prorrogar	R$ 70.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	22/2026	Aquisição de sacos de lixo para as lixeiras instaladas no Município para a coleta de lixo	Prorrogar	R$ 100.000,00
mar/27	Pregão (Registro de Preços)	—	Uniformes UV 50+ para os servidores do Departamento	Licitar	R$ 30.000,00
mar/27	Pregão Eletrônico	12/2026	Serviços de torno	Prorrogar	R$ 120.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	26/2025	Limpeza e higienização dos aparelhos de ar condicionado do Departamento	Dispensar	R$ 6.000,00
jul/27	Pregão (Registro de Preços)	32/2025	Serviço de vigia diurno e noturno (escala 12 x 36 horas) para suprir a necessidade do Departamento	Licitar	R$ 60.000,00
ago/27	Pregão (Registro de Preços)	37/2025	Serviço de limpeza de bueiros e galerias	Licitar	R$ 250.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	17/2026	Serragem de toras para a construção de pontes, guard rail e aterro de linhas de tubo	Prorrogar	R$ 120.000,00
set/27	Dispensa	—	Execução de fechamento de mourões de concreto do Aeródromo Municipal	Dispensar	R$ 10.000,00
set/27	Concorrência	—	Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para retomada da obra de Infraestrutura do Loteamento Maria Betiol Secco — Pavimentação Asfáltica (CBUQ), Drenagem de Águas Pluviais, Calçadas, Sinalização, Água, Esgoto e Arborização (área de 8.709,80 m²)	Licitar	R$ 2.000.000,00
set/27	Pregão Eletrônico	51/2026	Empresa especializada para confecção e instalação de placas de identificação de ruas e sinalização viária	Prorrogar	R$ 350.000,00
mai/27	Pregão (Registro de Preços)	12/2025	Contratação de empresa de engenharia para execução de calçadas e demais serviços (lote 01) em diversos trechos do Município — conforme ART nº 1720251681959	Licitar	R$ 300.000,00
jul/27	Dispensa	177/2026	Serviços junto ao Consórcio Cindepar para Micro Revestimento Asfáltico em 32.000 m² de vias do Município	Dispensar	R$ 500.000,00
			SUBTOTAL — DEPARTAMENTO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA		R$ 6.367.000,00
			TOTAL GERAL PREVISTO — PCA 2027 (CONSOLIDADO)		R$ 61.390.530,00

SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE)					
01. OBRAS E INFRAESTRUTURA CIVIL					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
janeiro a dezembro/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAR	DISPENSAR	R$ 50.000,00
fev/27	Pregão		SERVIÇOS DE RETIRADA E INSTALAÇÃO DE BOMBA SUBMERSA EM POÇO TUBULAR PROFUNDO, SOB RESPONSABILIDADE DO SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE DE SERTANÓPOLIS/PR. CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE GRADIL METÁLICO E PORTÃO	LICITAR	R$ 320.000,00
mai/27	Pregão		METÁLICO PARA CERCAMENTO, PROTEÇÃO E CONTROLE DE ACESSO AOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA POTÁVEL	LICITAR	R$ 50.000,00
mai/27	Pregão	4/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS DE LOCAÇÃO MENSAL DE CONJUNTO GERADOR DE SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO (CLORO) A BASE DE CLORETO DE SÓDIO, SISTEMA SATURADOR DE FLÚOR E SISTEMA DE DOSAGEM AUTOMATIZADO COM A CHEGADA DE ÁGUA NO RESERVATÓRIO.	PRORROGAR	R$ 80.000,00
fev/27	Pregão	1/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO BOMBEÁVEL FCK 25 PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAAE.	PRORROGAR	R$ 440.000,00
			SUBTOTAL — 01. Obras e Infraestrutura Civil		R$ 940.000,00
02. TUBOS, CONEXÕES E MATERIAIS HIDRÁULICOS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
jun/27	Pregão		AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONEXÕES PARA MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA REDE DE ÁGUA	LICITAR	R$ 300.000,00
janeiro a dezembro/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE TUBOS E CONECÇÕES EM GERAL	DISPENSAR	R$ 50.000,00
janeiro a dezembro/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRÁULICO	DISPENSAR	R$ 50.000,00
jun/27	Pregão		AQUISIÇÃO DE TUBO COLETOR PARA AMPLIAÇÃO DA REDE COLETORA DE ESGOTO	LICITAR	R$ 100.000,00
jun/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETRO UNIJATO 3/4" SEM CONEXÕES.	DISPENSAR	R$ 100.000,00
			SUBTOTAL — 02. Tubos, Conexões e Materiais Hidráulicos		R$ 600.000,00
03. BOMBAS, EQUIPAMENTOS ELETROMECÂNICOS E AUTOMAÇÃO					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
out/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE CONJUNTOS MOTOBOMBA SUBMERSAS PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAAE.	DISPENSAR	R$ 60.000,00
ago/27	Pregão		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA. COM SUSBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, DA BOMBA INSTALADAS NO DIVERSOS SETORES DE CAPTAÇÃO.	LICITAR	R$ 120.000,00
fev/27	Inexigibilidade	3/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS AERADORES DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO – ETE.	PRORROGAR	R$ 500.000,00
			SUBTOTAL — 03. Bombas, Equipamentos Eletromecânicos e Automação		R$ 680.000,00
04. MATERIAIS ELÉTRICOS E INSTALAÇÕES					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
abr/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE MATERIAL ELÉTRICO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SAAE.	DISPENSAR	R$ 60.000,00
			SUBTOTAL — 04. Materiais Elétricos e Instalações		R$ 60.000,00
05. MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MÁQUINAS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
ago/27	Pregão	5/2025	REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E	PRORROGAR	R$ 550.000,00

			CORRETIVA NOS MOTORES ELÉTRICOS DO SAAE.		
fev/27	Inexigibilidade		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO, COM SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, DO EQUIPAMENTO DE HIDROJATEAMENTO COMBINADO DE ALTA PRESSÃO E SUCÇÃO A ALTO VÁCUO DA NARCA FATRITOL, INSTALADO NO CAMINHÃO FORD CARGO 1719 DO SAAE.	CONTRATAR	R$ 60.000,00
			SUBTOTAL — 05. Manutenção de Equipamentos e Máquinas		R$ 610.000,00
06. LABORATÓRIO, ANÁLISES E CONTROLE DE QUALIDADE					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
ago/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE PORDUTOS PARA LABORATÓRIO: SUBSTRATO CROMOGÊNICO E FRASCOS ESTÉREIS PARA COLETA PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES BACTERIOLÓGICAS.	DISPENSAR	R$ 20.000,00
jan/27	Dispensa		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES BACTERIOLÓGICAS E FÍSICO-QUÍMICAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E ÁGUA BRUTA SUBTERRÂNEA.	DISPENSAR	R$ 20.000,00
jan/27	Dispensa		CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES BACTERIOLÓGICAS E FISICO- QUÍMICAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO NAS SAÍDAS DAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA/ETA, REDE DE DISTRIBUIÇÃO E AMOSTRAS DE ÁGUA BRUTA NOS POÇOS ARTESIANOS.	DISPENSAR	R$ 200.000,00
jan/27	Dispensa		CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES BACTERIOLOGICAS E FISICO- QUÍMICAS DEFINMIDAS NA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 357 E Nº 430 DO CONSELHOR NACIONAL DO MEIO AMBIENTE - CONAMA E PORTARIA DE OUTORGA DE LANÇAMENTO DE EFLUENTYES DO INSTITUTO ÁGUA E TERRA - IAT.	DISPENSAR	R$ 40.000,00
jan/27	Dispensa		CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO PARA REALIZAÇÃO DE ANÁLISES BACTERIOLÓGICAS E FISICO- QUÍMICAS EM AMOSTRAS DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO COLETADAS NAS CAPTAÇÕES, SAÍDAS DE TRATAMENTO E REDES DE DISTRIBUIÇÕES (SAAs).	DISPENSAR	R$ 220.000,00
			SUBTOTAL — 07. Laboratório, Análises e Controle de Qualidade		R$ 500.000,00
07. PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
fev/27	Pregão		REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS PARA TRATAMENTO DE ÁGUA DE ABASTECIMENTO PÚBLICO E TRATAMENTO DE EFLUENTES DO SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS, INCLUINDO SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA, AS SOLUÇÕES ALTERNATIVAS COLETIVAS E ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO/ETE.	LICITAR	R$ 130.000,00
			SUBTOTAL — 08. Produtos Químicos para Tratamento		R$ 130.000,00
08. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E MONITORAMENTO					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
mai/27	Pregão	3/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM DESENVOLVIMENTO, IMPLANTAÇÃO E LOCAÇÃO DE LICENÇA DE USO DE SISTEMA DE INFORMÁTICA NA ÁREA DE FATURAMENTO, EMISSÃO E CONTROLE DE FATURAS DE ÁGUA E ESGOTO COM SISTEMA DE LEITURA E EMISSÃO SIMULTÂNEA DE FATURAS, E AINDA, CADASTRO, ADMINISTRAÇÃO E FORNECIMENTO DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS DE ETE E ETA, INCLUINDO A MIGRAÇÃO DE DADOS DOS SITEMAS ORA EM USO.	PRORROGAR	R$ 57.000,00
mar/27	Dispensa	55/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MONITORAMENTO DE CAMERAS E ALARMES COM TÁTICO MÓVEL, COM FUNCIONAMENTO 324 (VINTE E QUATRO) HORAS POR DIA, 7 (SETE) DIAS POR SEMANA, CONTROLE DE EVENTOS E ATENDIMENTO COM PESSOAL PRÓPRIO.	PRORROGAR	R$ 13.000,00
SUBTOTAL — 09. Tecnologia da Informação e Monitoramento					R$ 70.000,00
9. COPA, HIGIENE E FROTA					
	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
fev/27	Pregão	7/2026	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE)	PRORROGAR	R$ 64.000,00
fev/27	Pregão	11/2026	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA OS VEÍCULOS DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO (SAAE) - DIESEL	PRORROGAR	R$ 70.000,00
janeiro a dezembro/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE PNEUS	DISPENSAR	R$ 20.000,00
janeiro a dezembro/27	Dispensa		CONTRATAÇÃO DE SEGURO VEICULAR	DISPENSAR	R$ 25.000,00
janeiro a dezembro/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS EM GERAL	DISPENSAR	R$ 20.000,00
nov/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE PÃO DE SAL TIPO FRANCÊS PARA CONSUMO DOS SERVIDORES DA AUTAQUIA.	DISPENSAR	R$ 14.000,00
janeiro a dezembro/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DE HIGIENE E LIMPEZA	DISPENSAR	R$ 20.000,00
janeiro a dezembro/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE E DECORAÇÃO EM GERAL	DISPENSAR	R$ 20.000,00
janeiro a dezembro/27	Dispensa		AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS	DISPENSAR	R$ 20.000,00
SUBTOTAL — 11. Higiene, Copa, Uniformes e EPI					R$ 273.000,00
10. CONSÓRCIOS, REGULAÇÃO E PROGRAMAS AMBIENTAIS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
ago/27	Dispensa	130/2025	DELEGAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL E ESGOTAMENTO SANITÁRIO PRESTADOS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, AO ORCISPAR, ABRANGENDO A IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DOS CICLOS REGULATÓRIOS, FICALIZATÓRIOS E ECONÔMICO-FINANCEIRO, CONFORME DIRETRIZES ESTABELECIDAS POR ESTE.	DISPENSAR	R$ 90.000,00
jan/27	Dispensa	11/2026	FORMALIZAÇÃO DE CONTRATO DE RATEIO COM O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ - CISPAR, OBJETIVANDO A TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS DO CONTRATANTE AO CONTRATADO PARA PROMOVER O ADEQUADO FUNCIONAMENTO E MANUTENÇÃO DO CISPAR, ENGLOBANDO DESPESAS ADMINISTRATIVAS E DE MANUTENÇÃO.	DISPENSAR	R$ 38.000,00
SUBTOTAL — 12. Consórcios, Regulação e Programas Ambientais					R$ 128.000,00
11. SERVIÇOS CONTÍNUOS, TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
	Inexigibilidade		FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA PELA COPEL	PRORROGAR	R$ 2.500.000,00
jul/27	Pregão	44/2025	PEÇAS E SERVIÇOS, DESTINADOS À MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS	LICITAR	R$ 250.000,00
mar/27	Pregão	2/2022	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INTERRUPÇÃO DO ABASTECIMENTO NO CAVALETE (CORTE), RELIGAÇÃO DO ABASTECIMENTO NO CAVALETE, EXECUÇÃO DE LACRE NO CAVALETE COM VERIFICAÇÃO DE FRAUDE, VERIFICAÇÃO DE REGULARIDADE DE LIGAÇÃO DE ESGOTO E DE ÁGUAS PLUVIAIS (GALERIA PLUVIAL	LICITAR	R$ 300.000,00

abr/27	Pregão	12/2022	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS ATRAVÉS DE PROFISSIONAIS PARA ATUAR NAS FUNÇÕES DE ENCANADOR, PEDREIRO E SERVIÇOS GERAIS, A FIM DE ATENDER AS NECESSIDADES DO SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS/PR	LICITAR	R$ 850.000,00
jul/27	Pregão	66/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, COM DISPONIBILIZAÇÃODE MÃO DE OBRA	LICITAR	R$ 700.000,00
nov/27	Pregão	24/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, COM DISPONIBILIZAÇÃODE MÃO DE OBRA	PRORROGAR	R$ 800.000,00
mai/27	Pregão	40/2022	CONTRATAÇÃO DE AGENTE DE INTEGRAÇÃO DE ESTÁGIO, PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E ACOMPANHAMENTO DE ESTUDANTES PARA ATUAREM COMO ESTAGIÁRIOS NOS DIVERSOS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL DE SERTANÓPOLIS	LICITAR	R$ 18.000,00
ago/27	Pregão	13/2023	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ELÉTRICOS E ELETROMECÂNICOS PARA MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS NOS PONTOS DE CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA, NAS ESTAÇÕES ELEVATÓRIAS DE ÁGUA E ESGOTO E NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	PRORROGAR	R$ 76.000,00
out/27	Pregão	17/2023	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR SERVIÇOS CONTINUADOS DE LIMPEZA E DESINFECÇÃO DE RESERVATÓRIOS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA BRUTA E TRATADA, SEMIENTERRADOS, APOIADOS E ELEVADOS, QUE ESTÃO SOB RESPONSABILIDADE DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO/SAAE, DE SERTANÓPOLIS/PR.	PRORROGAR	R$ 27.000,00
mai/27	Pregão	7/2024	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO MENSAL DE CONJUNTO GERADOR DE SOLUÇÃO DE HIPOCLORITO DE SÓDIO E SISTEMA DE DOSAGEM AUTOMATIZADO, QUE SERÃO INSTALADOS NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO/ETE DE SERTANÓPOLIS, COM OBJETIVO DE REALIZAÇÃO DO TRATAMENTO DE EFLUENTE.	PRORROGAR	R$ 66.000,00
jun/27	Pregão	8/2024	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO, PLANTIO E MANUTENÇÃO DE MUDAS DE ÁRVORES NA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO/ETE DE SERTANÓPOLIS.	PRORROGAR	R$ 60.000,00
mai/27	Inexigibilidade	3/2024	CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS AUTORIZADAS PELO BANCO CENTRAL DO BRASIL PARA PRESTAR SERVIÇOS BANCÁRIOS DE RECOLHIMENTO DE QUALQUER TIPO DE RECEITA PÚBLICA DE COMPETÊNCIA DA AUTARQUIA NO PADRÃO FEBRABAN, ATRAVÉS DE SUAS AGÊNCIAS E/OU CONVENIADAS, EM ABRANGÊNCIA NACIONAL	PRORROGAR	R$ 130.000,00
mai/27	Inexigibilidade	11/2024	SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO, EMISSÃO E FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO (AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO) E CESTA NATALINA, NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO COM TARJA MAGNÉTICA E CHIP DE SEGURANÇA COM SENHA NUMÉRICA INDIVIDUAL, PARA SERVIDORES E MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DO MUNICÍPIO DE SERTANÓPOLIS, PARA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EM ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS CREDENCIADOS EM SERTANÓPOLIS E REGIÃO.	PRORROGAR	R$ 80.000,00
mai/27	Pregão	36/2024	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LICENCIAMENTO TEMPORÁRIO DE SOFTWARE EM AMBIENTE WEB NATIVO CONTEMPLANDO O DECRETO N° 10.540/2020 (SIAFIC), NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	PRORROGAR	R$ 120.000,00
abr/27	Pregão	5/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SERTANÓPOLIS.	PRORROGAR	R$ 180.000,00
jan/27	Pregão	65/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	PRORROGAR	R$ 12.000,00
jul/27	Pregão	PREFEITURA	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE PINTURAS NAS DEPENDÊNCIAS DO SAAE	LICITAR	R$ 80.000,00
SUBTOTAL — 14. Serviços Técnicos Especializados					R$ 3.749.000,00
TOTAL GERAL PREVISTO					R$ 7.740.000,00

SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE (SERMUSA)					
01. MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Abril/2027	Pregão	9/2026	AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA HOSPITAL E FARMÁCIA BÁSICA DO SERMUSA	PRORROGAR	R$ 710.000,00
Julho/2027	Pregão	14/2025	AQUISIÇÃO DE OXIGÊNIO PARA O HOSPITAL E TAMBÉM PARA PACIENTES ACAMADOS	PRORROGAR	R$ 260.000,00
04 TRIMESTRES	Dispensa		AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONSÓRCIO PARANÁ MEDICAMENTOS PARA A FARMÁCIA BÁSICA DO SERMUSA	DISPENSAR	R$ 460.000,00
04 TRIMESTRES	Dispensa		AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS CONSÓRCIO PARANÁ MEDICAMENTOS PARA O HOSPITAL	DISPENSAR	R$ 62.000,00
Março/2027	Pregão		AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS JUDICIAIS	LICITAR	R$ 50.000,00
Janeiro/2027	Pregão	17/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCEDIMENTOS ODONTOLÓGICO	PRORROGAR	R$ 550.000,00
Janeiro/2027	Pregão	1/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCEDIMENTOS - SERMUSA	PRORROGAR	R$ 700.000,00
04 TRIMESTRES	Dispensa		AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE PROCEDIMENTO HOSPITAL CONSÓRCIO	DISPENSAR	R$ 48.000,00
Fevereiro/2027	Pregão	2/2026	AQUISIÇÃO DE FÓRMULAS/LEITES	PRORROGAR	R$ 510.000,00
Novembro/2027	Pregão	26/2025	AQUISIÇÃO DE FRALDAS PARA PACIENTES ACAMADOS	LICITAR	R$ 160.000,00
mar/27	Pregão		AQUISIÇÃO DE INSUMOS EM GERAL	LICITAR	R$ 70.000,00
SUBTOTAL — 01. MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS					R$ 3.580.000,00
02. ALIMENTAÇÃO, GÁS E COPA					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Outubro/2027	Pregão	22/2025	AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO, GÁS, UTENSÍLIOS, PÃES E LANCHES PARA TODO SERMUSA E LANCHE PARA PACIENTES	LICITAR	R$ 620.000,00
SUBTOTAL — 02. ALIMENTAÇÃO, GÁS E COPA					R$ 620.000,00
03. MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UNIFORMES					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Abril/2027	Pregão	16/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAL LIMPEZA PARA MANTER A LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE TODO O SERMUSA	PRORROGAR	R$ 310.000,00
	Dispensa		AQUISIÇÃO DE BRINDES	DISPENSAR	R$ 45.000,00
Junho/2027	Pregão	11/2025	AQUISIÇÃO DE UNIFORMES/CAMPANHAS	LICITAR	R$ 100.000,00
SUBTOTAL — 03. MATERIAL DE LIMPEZA, HIGIENE E UNIFORMES					R$ 455.000,00
04. MATERIAL DE EXPEDIENTE E INFORMÁTICA					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Abril/2027	Pregão	15/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA VÁRIOS SETORES DO SERMUSA	PRORROGAR	R$ 80.000,00

Setembro/2027	Pregão	11/2025	AQUISIÇÃO DE TONERS PARA TODAS AS IMPRESSORAS DO SERMUSA	LICITAR	R$ 55.000,00
Fevereiro/2027	Pregão	24/2025	AQUISIÇÃO DE INFORMATICA — COMPUTADORES, NOTEBOOK, IMPRESSORAS, ETC	LICITAR	R$ 110.000,00
SUBTOTAL — 04. MATERIAL DE EXPEDIENTE E INFORMÁTICA					R$ 245.000,00
05. COMBUSTÍVEIS E VEÍCULOS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Abril/2027	Pregão	11/2026	AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL	PRORROGAR	R$ 750.000,00
Maio/2027	Pregão	18/2026	AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA TODOS OS VEÍCULOS DO SERMUSA	PRORROGAR	R$ 200.000,00
SUBTOTAL — 05. COMBUSTÍVEIS E VEÍCULOS					R$ 950.000,00
06. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, INFRAESTRUTURA E ALUGUERES					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Abril/2027	Pregão	7/2026	AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA TODO O SERMUSA	PRORROGAR	R$ 70.000,00
fev/27	Concorrência		CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA UNIDADE DE SAÚDE NO JARDIM SANTA MÔNICA	LICITAR	R$ 1.500.000,00
mar/27	Inexigibilidade	03/2024	ALUGUEL DE IMÓVEL, CASA ANEXA AO HOSPITAL. PARA ABRIGAR PATRIMÔNIO	PRORROGAR	R$ 22.000,00
fev/27	Inexigibilidade	1/2024	ALUGUEL DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A SEDE ADMINISTRATIVA DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE	PRORROGAR	R$ 55.000,00
jan/27	Inexigibilidade	2/2026	ALUGUEL DE IMÓVEL PARA ALOCAR TODO O ESTOQUE DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE	PRORROGAR	R$ 40.000,00
jan/27	Inexigibilidade	1/2026	ALUGUEL DE IMÓVEL PARA ABRIGAR A SEDE DA VIGILÂNCIA DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE	PRORROGAR	R$ 48.000,00
SUBTOTAL — 06. MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E INFRAESTRUTURA					R$ 1.570.000,00
07. MÓVEIS E EQUIPAMENTOS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Fevereiro/2027	Pregão	8/2026	AQUISIÇÃO DE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS UBS, HSL, VIGILÂNCIA E ODONTO	LICITAR	R$ 150.000,00
SUBTOTAL — 07. MÓVEIS E EQUIPAMENTOS					R$ 150.000,00
08. SERVIÇOS MÉDICOS E ESPECIALIDADES					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Janeiro/2027	Pregão	5/2025	CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS INTERNISTA/GO/NEUROPEDIATRA	PRORROGAR	R$ 300.000,00
Maio/2027	Dispensa	2/2025	CONTRATAÇÃO DE PLANTÕES MÉDICOS DO HSL	PRORROGAR	R$ 2.000.000,00
Janeiro/2027	Pregão	8/2025	CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS CLÍNICOS	PRORROGAR	R$ 1.900.000,00
Maio/2027	Pregão	7/2024	CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS ORTOPEDISTA	PRORROGAR	R$ 80.000,00
Outubro/2027	Inexigibilidade	45931	CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS PSIQUIATRA	PRORROGAR	R$ 350.000,00
Abril/2027	Pregão	6/2026	CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS PEDIATRA	PRORROGAR	R$ 450.000,00
Maio/2027	Pregão	7/2024	CONTRATAÇÃO DE ESPECIALISTAS, FONOAUDIÓLOGA, NEUROLOGISTA	PRORROGAR	R$ 240.000,00
Maio/2027	Pregão	7/2024	CONTRATAÇÃO DE ESPECIALISTAS/PSICÓLOGA	PRORROGAR	R$ 170.000,00
Maio/2027	Dispensa	37/2026	CONTRATAÇÃO DE PISICÓLOGO ESPECIALISTA EM TCC PARA ATENDIMENTO DE ORDEM JUDICIAL	PRORROGAR	R$ 42.000,00
Maio/2027	Pregão	26/2024	CONTRATAÇÃO DE ESPECIALISTAS FARMACÊUTICAS/FISIOTERAPIAS	PRORROGAR	R$ 360.000,00
SUBTOTAL — 08. SERVIÇOS MÉDICOS E ESPECIALIDADES					R$ 5.892.000,00
09. SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Abril/2027	Pregão	14/2026	AQUISIÇÃO DE PRÓTESE DENTÁRIA	PRORROGAR	R$ 100.000,00
Dezembro/2027	Pregão	22/2023	CONTRATAÇÃO DE CONTRATO DENTISTAS TERCEIRIZADOS PARA ODONTO	PRORROGAR	R$ 220.000,00
Agosto/2027	Pregão	18/2025	CONTRATAÇÃO DE ESPECIALIDADES EM CIRURGIA E TRAUMATOLOGIA BUCOMAXILOFACIAL E ENDODONTISTA PARA COMPLEMENTAR OS SERVIÇOS DA CLÍNICA ODONTOLÓGICA DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE	PRORROGAR	R$ 260.000,00
	Dispensa		CONTRATAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS COM MÃO-DE-OBRA	DISPENSAR	R$ 60.000,00
SUBTOTAL — 09. SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS					R$ 640.000,00
10. EXAMES E DIAGNÓSTICOS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Janeiro/2027	Dispensa	2/2026	AQUISIÇÃO DE EXAMES BIOQUÍMICOS E DE IMAGEM E CONSULTAS CISMEPAR	PRORROGAR	R$ 1.550.000,00
Setembro/2027	Pregão	5/2025	SERVIÇOS DE ULTRASSOM	PRORROGAR	R$ 260.000,00
Outubro/2027	Pregão	20/2025	SERVIÇO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DE FEIXO CÔNICO (REGIÃO)	PRORROGAR	R$ 50.000,00
Julho/2027	Pregão	19/2026	CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO HSL	PRORROGAR	R$ 200.000,00
Abril/2027	Pregão	19/2026	CONTRATAÇÃO DE LABORATÓRIO DENGUE/PSA/HEMOGLOBINA	PRORROGAR	R$ 560.000,00
SUBTOTAL — 10. EXAMES E DIAGNÓSTICOS					R$ 2.620.000,00
11. SAMU E SUPORTE AVANÇADO					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
De 01 à 12/2027	Dispensa		CONTRATAÇÃO DE SAMU	DISPENSAR	R$ 420.000,00
Junho/2027	Inexigibilidade	11/2024	CONTRATAÇÃO DE VALE ALIMENTAÇÃO	PRORROGAR	R$ 1.000.000,00
SUBTOTAL — 11. SAMU E				SUPORTE AVANÇADO	R$ 1.420.000,00
12. MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Dezembro/2027	Pregão	1/2022	CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE ODONTO	LICITAR	R$ 100.000,00
Julho/2027	Pregão	19/2023	CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO SERMUSA	PRORROGAR	R$ 80.000,00
Julho/2027	Dispensa		CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE ADEQUAÇÕES NOS PRÉDIOS DO SERMUSA	DISPENSAR	R$ 50.000,00
Outubro/2027	Pregão	25/2025	CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO DE AR CONDICIONADO	PRORROGAR	R$ 85.000,00
Novembro/2027	Pregão	31/2022	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS E CORRETIVAS NOS PRÉDIOS DO SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE	LICITAR	R$ 110.000,00
Abril/2027	Pregão	10/2026	CONTRATAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO DAS GELADEIRAS DA SALA DE VACINA E DA FARMÁCIA BÁSICA	PRORROGAR	R$ 20.000,00
SUBTOTAL — 12. MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSTALAÇÕES					R$ 445.000,00
13. MANUTENÇÃO DE FROTA E SEGUROS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)

Setembro/2027	Pregão	44/2025	CONTRATAÇÃO DE MANUTENÇÃO DO FROTAS DO SERMUSA	LICITAR	R$ 750.000,00
Julho/2027	Pregão	7/2025	CONTRATAÇÃO DE LAVAGEM DOS VEÍCULOS DO SERMUSA	PRORROGAR	R$ 100.000,00
DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2027	Dispensa	42/2026	CONTRATAÇÃO DE SEGUROS DO FROTAS	DISPENSAR	R$ 60.000,00
Julho/2027	Dispensa		SERVIÇOS DE BORRACHARIA PARA O FROTAS DO SERMUSA	DISPENSAR	R$ 5.500,00
SUBTOTAL — 13. MANUTENÇÃO DE FROTA E SEGUROS					R$ 915.500,00
14. COLETA DE RESÍDUOS E HIGIENIZAÇÃO					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Julho/2027	Pregão	16/2025	CONTRATAÇÃO DE LAVANDERIA DO HOSPITAL	PRORROGAR	R$ 300.000,00
Julho/2027	Pregão	12/2026	CONTRATAÇÃO DE LIXO HOSPITALAR	PRORROGAR	R$ 50.000,00
Julho/2027	Dispensa		CONTRATAÇÃO DE LIXO CANIL	DISPENSAR	R$ 10.000,00
Abril/2027	Pregão		CONTRATAÇÃO DE DETETIZAÇÃO	LICITAR	R$ 20.000,00
SUBTOTAL — 14. COLETA DE RESÍDUOS E HIGIENIZAÇÃO					R$ 380.000,00
15. CONSÓRCIO / CISMEPAR					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Janeiro/2027	Dispensa	3/2026	CELEBRAÇÃO DE CONTRATO TEM POR OBJETO ESTABELECER AS CONDIÇÕES DE OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES SIGNATÁRIAS, CUJA FINALIDADE É O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS DESTINADOS AO TRANSPORTE SANITÁRIO MACRORREGIONAL DE PASSAGEIROS (PACIENTES) PARA CURITIBA E DE OUTRAS CIDADES. TFD	DISPENSAR	R$ 50.000,00
DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2027	Dispensa	2/2026	CONTRATAÇÃO DE CISMEPAR – RATEIO ADMINISTRATIVO	DISPENSAR	R$ 240.000,00
DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2027	Dispensa		CONTRATAÇÃO DE CISMEPAR — INVESTIMENTO	DISPENSAR	R$ 2.400,00
DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2027	Dispensa		CONTRATAÇÃO DE CISMEPAR DESPESAS CORRENTES	DISPENSAR	R$ 96.000,00
DE JANEIRO À DEZEMBRO DE 2027	Dispensa		EXAMES BIOQUÍMICOS E DE IMAGEM, CONSULTAS POTENCIALIZADAS, ÓRTESES E PRÓTESES, BOLSAS DE COLOSTOMIA E PASSAGENS DE ÔNIBUS PARA TFD- CISMEPAR	DISPENSAR	R$ 1.660.000,00
SUBTOTAL — 15. CONSÓRCIO / CISMEPAR					R$ 2.048.400,00
16. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E OUTROS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Março/2027	Pregão	3/2026	CONTRATAÇÃO DE CONTRATOS COM GRÁFICAS PARA OS IMPRESSOS DE USO INTERNO DO SERMUSA	PRORROGAR	R$ 125.000,00
Março/2027	Pregão	4/2023	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA E SUPORTE TÉCNICO EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	PRORROGAR	R$ 70.000,00
Novembro/2027	Pregão	20/2024	CONTRATAÇÃO DE PRONTUÁRIO ELETRÔNICO/TABLETS (SISAMHIL)	PRORROGAR	R$ 110.000,00
Julho/2027	Pregão	31/2025	CONTRATAÇÃO DE INTERNET	PRORROGAR	R$ 130.000,00
Julho/2027	Pregão	36/2024	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E LICENCIAMENTO TEMPORÁRIO DE SOFTWARE EM AMBIENTE WEB NATIVO CONTEMPLANDO O DECRETO N° 10.540/2020 (SIAFIC), NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	PRORROGAR	R$ 160.000,00
jan/27	Pregão		CONTRATAÇÃO DE MONITORAMENTO DE TODO SERVIÇO	LICITAR	R$ 30.000,00
Maio/2027	Pregão		CONTRATAÇÃO DE CÂMERAS PARA O SERVIÇO MUNICIPAL DE SAÚDE	LICITAR	R$ 250.000,00
jan/27	Dispensa		PRESTAÇÃO SE SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO DO SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO PARA TODO O SERMUSA	DISPENSAR	R$ 45.000,00
jan/27	Dispensa		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA PARA TODO SERMUSA	DISPENSAR	R$ 150.000,00
jan/27	Dispensa		PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CORREIOS (CAIXA POSTAL, POSTAGEM DE CONTRATOS E RECARGAS DE CELULARES)	DISPENSAR	R$ 4.500,00
jan/27	Inexigibilidade	03/2025	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TELEFONIA PARA TODO O SERMUSA	PRORROGAR	R$ 82.000,00
SUBTOTAL — 16. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO					R$ 1.156.500,00
17. RECURSOS HUMANOS TERCEIRIZADOS E ESTAGIÁRIOS					
DATA PREVISTA PARA O PROCESSO LICITATÓRIO	MODALIDADE	NÚMERO	OBJETO	CONDUTA PREVISTA	VALOR PREVISTO (R$)
Julho/2027	Pregão	24/2025	CONTRATAÇÃO DE AVANTI TERCEIRIZADOS	PRORROGAR	R$ 1.650.000,00
Janeiro/2027	Pregão	66/2025	CONTRATAÇÃO DE NORTE SUL TERCEIRIZADOS	LICITAR	R$ 1.300.000,00
Janeiro/2027	Pregão	40/2022	CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS	LICITAR	R$ 130.000,00
Dezembro/2027	Pregão	65/2025	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO	PRORROGAR	R$ 115.000,00
SUBTOTAL — 17. RECURSOS HUMANOS TERCEIRIZADOS E ESTAGIÁRIOS					R$ 3.195.000,00
TOTAL GERAL PREVISTO					R$ 26.282.400,00

Publicado por:
Cleire Vânia Arruda Neves
Código Identificador:D54C6EE6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
EXTRATO DE PROCEDIMENTO DE PRONTO PAGAMENTO Nº 04/2026

EXTRATO DO PROCEDIMENTO DE PRONTO PAGAMENTO Nº 04/2026
COMPRA/FORNECIMENTO (AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS)

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos, materiais e prestação de serviços destinados à modernização, organização e adequação da rede lógica interna da Câmara Municipal de Terra Rica/PR, compreendendo o fornecimento de rack, patch panel, switches, nobreak e cabeamento estruturado Categoria 5e, bem como a instalação, organização e configuração da rede lógica, dos pontos de acesso Wi-Fi e do servidor de arquivos com sistema operacional Windows Server 2022 Standard, cuja licença já é de propriedade da Câmara Municipal.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Art. 95, §2º, da Lei nº 14.133/2021;
Resolução nº 09/2023 – Procedimento para pequenas compras e prestação de serviços de pronto pagamento.

DETALHAMENTO, DEFINIÇÃO DO OBJETO E ESTIMATIVA DE QUANTIDADE:

ITEM	DESCRIÇÃO	CÓDIGO CATMAT CATSERV	UND	QDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	**MINI RACK 6U x 350 MM COM BANDEJA E KIT PORCA GAIOLA** Mini Rack padrão 19", capacidade mínima de 6U, profundidade	337465	Unid	01	R$ 350,00	R$ 350,00

	aproximada de 350 mm, destinado à acomodação e organização dos equipamentos de rede. Deverá possuir estrutura metálica resistente, porta frontal, sistema adequado de ventilação e passagem de cabos, acompanhado de bandeja, kit porca gaiola, parafusos e demais acessórios necessários à instalação.					
02	**PATCH PANEL 24 PORTAS CAT5e** Patch Panel Categoria 5e, padrão 19", com 24 portas RJ45, adequado para instalação em rack e compatível com cabeamento estruturado Categoria 5e. Referência: **Furukawa SohoPlus 24 portas**, ou produto equivalente ou de qualidade igual ou superior.	465457	Unid	01	R$ 270,00	R$ 270,00
03	**SWITCH GERENCIÁVEL 24 PORTAS GIGABIT** Switch gerenciável com, no mínimo, 24 portas RJ45 Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps, com recursos de gerenciamento de rede, VLAN, configuração e monitoramento de portas e demais funcionalidades compatíveis com sua finalidade. Deverá acompanhar fonte de alimentação e acessórios necessários para instalação e funcionamento.	618773	Unid	01	R$ 1.600,00	R$ 1.600,00
04	**SWITCH 16 PORTAS GIGABIT** Switch com, no mínimo, 16 portas RJ45 Gigabit Ethernet 10/100/1000 Mbps, com negociação automática de velocidade, destinado à distribuição e expansão da rede lógica interna. Deverá acompanhar fonte de alimentação e demais acessórios necessários ao funcionamento.	300719	Unid	01	R$ 620,00	R$ 620,00
05	**NOBREAK 600 VA / 300 W BIVOLT** Nobreak com potência mínima de 600 VA e 300 W, entrada bivolt automática ou equivalente, bateria interna e proteções contra sobrecarga, curto-circuito e variações da rede elétrica. Referência: **Nobreak Mini 4 600 VA/300 W Bivolt**, ou produto equivalente ou de qualidade igual ou superior.	388644	Unid	01	R$ 550,00	R$ 550,00
06	**CABO DE REDE CAT5e – CAIXA COM 305 METROS** Cabo de rede U/UTP Categoria 5e, com 4 pares trançados, caixa com aproximadamente 305 metros, adequado para redes Ethernet e Gigabit Ethernet. Referência: **Furukawa SohoPlus CAT5e – caixa com 305 metros**, ou produto equivalente ou de qualidade igual ou superior.	467548	Unid	01	R$ 990,00	R$ 990,00
07	**INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DA REDE LÓGICA E SERVIDOR – 01 SERVIÇO** Prestação de serviços técnicos especializados destinados à modernização e organização da rede lógica interna da Câmara Municipal de Terra Rica/PR, compreendendo: • instalação e organização do Mini Rack; • instalação e organização do Patch Panel; • instalação e configuração dos switches; • instalação e integração do nobreak; • lançamento, organização, adequação e conectorização do cabeamento Categoria 5e; • instalação, adequação e configuração dos pontos de rede lógica; • organização e identificação dos cabos, pontos e portas da rede; • configuração dos equipamentos de rede; • configuração dos pontos de acesso Wi-Fi existentes; • configuração do endereçamento e dos parâmetros necessários ao funcionamento da rede interna; • configuração do servidor de arquivos com **Windows Server 2022 Standard**, sendo que a Câmara Municipal já possui a respectiva licença; • configuração de compartilhamentos de arquivos, pastas, usuários e permissões de acesso, conforme orientações da Câmara Municipal; • integração dos computadores da rede ao servidor de arquivos; • realização de testes de conectividade e funcionamento; • correção de eventuais falhas relacionadas aos serviços executados; • entrega da rede devidamente organizada, configurada, testada e em pleno funcionamento.	27570	Serv.	01	R$ 4.600,00	R$ 4.600,00

VALOR:

Para fins de aferição da **vantajosidade da contratação e da compatibilidade dos preços praticados no mercado**, foi realizada pesquisa de preços em conformidade com o **art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021 e Art. 4º, § 3º, Inciso I e IV da Resolução nº 11/2023**, mediante solicitação de orçamentos a empresas especializadas no ramo de tecnologia da informação, infraestrutura de redes, cabeamento estruturado e serviços correlatos, observadas as características e especificações técnicas definidas no Documento de Formalização da Demanda e demais documentos que instruem a contratação.

A pesquisa de mercado permitiu a obtenção de parâmetros para análise dos preços e da vantajosidade das propostas apresentadas, considerando a contratação de empresa especializada para o **fornecimento de equipamentos, materiais e prestação de serviços destinados à modernização, organização e adequação da rede lógica interna da Câmara Municipal de Terra Rica/PR**, compreendendo o fornecimento de rack, patch panel, switches, nobreak e cabeamento estruturado Categoria 5e, bem como a instalação, organização e configuração da rede lógica, dos pontos de acesso Wi-Fi e do servidor de arquivos com sistema operacional Windows Server 2022 Standard, cuja licença já é de propriedade da Câmara Municipal.

Após a consolidação e análise das propostas recebidas, verificou-se que a empresa **C&C SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 10.610.961/0001-71**, apresentou o menor valor para a execução integral do objeto, correspondente a **R$ 8.980,00 (oito mil, novecentos e oitenta reais)**.

O valor ofertado contempla o fornecimento dos equipamentos, materiais, componentes e acessórios previstos para a modernização da infraestrutura da rede lógica, incluindo rack, patch panel, switches, nobreak, cabeamento estruturado Categoria 5e, conectores, elementos de terminação, identificação, fixação e organização, além dos demais materiais necessários à adequada implantação da solução.

Estão igualmente compreendidos no valor os serviços de **instalação, organização, identificação e configuração da rede lógica interna, instalação e adequação do cabeamento estruturado, organização dos equipamentos, configuração dos switches, configuração e adequação dos pontos de acesso Wi-Fi e configuração do servidor de arquivos com sistema operacional Windows Server 2022 Standard**, além da realização dos testes, ajustes e correções necessários ao perfeito funcionamento da infraestrutura.

Ressalta-se que a **licença do sistema operacional Windows Server 2022 Standard já é de propriedade da Câmara Municipal de Terra Rica/PR**, razão pela qual o valor da contratação não contempla a aquisição de nova licença, abrangendo apenas os serviços necessários à sua instalação e/ou configuração no servidor, conforme as necessidades da Administração.

Também deverão estar compreendidos no valor de **R$ 8.980,00 (oito mil, novecentos e oitenta reais)** todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto, incluindo transporte, carga e descarga, deslocamentos, montagem, instalação, passagem e organização de cabeamento, terminações, conexões, identificação dos pontos, configurações, testes, ajustes, mão de obra especializada, ferramentas, equipamentos, tributos, encargos e demais despesas necessárias ao integral cumprimento da contratação.

Constatou-se que o preço ofertado pela empresa **C&C SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO** mostra-se compatível com os valores apurados na pesquisa de mercado, atendendo ao princípio da economicidade e representando a proposta mais vantajosa para a Administração, considerando conjuntamente o fornecimento dos equipamentos e materiais e a execução dos serviços necessários à modernização da rede lógica interna.

A contratação deverá proporcionar solução completa e funcional, não se limitando ao simples fornecimento dos equipamentos e materiais, devendo a empresa responsabilizar-se pela sua correta instalação, integração e configuração, de modo que a infraestrutura seja entregue em condições adequadas de funcionamento e utilização pela Câmara Municipal.

A empresa deverá executar integralmente o objeto no prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, abrangendo dentro desse período o fornecimento dos equipamentos e materiais, a execução dos serviços, as configurações, os testes e os eventuais ajustes necessários.

A contratação visa atender à necessidade de modernização da atual infraestrutura tecnológica da Câmara Municipal, considerando que a rede interna existente apresenta características de obsolescência e necessita de adequações para acompanhar a evolução tecnológica e as atuais demandas decorrentes da utilização de sistemas informatizados, serviços digitais, equipamentos conectados à rede, compartilhamento de arquivos e demais recursos tecnológicos indispensáveis ao desenvolvimento das atividades administrativas e legislativas.

Ressalta-se que o valor total de **R$ 8.980,00 (oito mil, novecentos e oitenta reais)** deverá contemplar a execução integral da solução, devendo a infraestrutura ser entregue **completamente instalada, organizada, identificada, configurada, testada e em perfeitas condições de funcionamento e utilização**, incluindo todos os equipamentos, materiais, componentes, acessórios, ferramentas e mão de obra necessários, não sendo admitida cobrança posterior de valores adicionais referentes a materiais ou serviços indispensáveis à conclusão e ao adequado funcionamento do objeto.

Ao término da execução, a empresa contratada deverá realizar os testes necessários para verificar a conectividade e o correto funcionamento da infraestrutura implantada, incluindo os pontos de rede, switches, pontos de acesso Wi-Fi, servidor de arquivos e demais componentes abrangidos pela contratação, promovendo, sem ônus adicional para a Câmara Municipal, eventuais ajustes e correções necessários.

Dessa forma, conclui-se que o valor ofertado pela empresa **C&C SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, inscrita no CNPJ nº 10.610.961/0001-71, no montante total de R$ 8.980,00 (oito mil, novecentos e oitenta reais)**, mostra-se **compatível com os preços praticados no mercado, economicamente vantajoso e adequado ao interesse público**, atendendo à necessidade de modernização e adequação da infraestrutura tecnológica desta Casa Legislativa e observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência, planejamento e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**.

EMPRESA CONTRATADA:

C&C SUPORTE EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, CNPJ: 10.610.961/0001-71, com endereço junto a Rua João Barrionuevo Cespede, nº 333, Centro, na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, CEP: 87.890-000.

FORMA DE CONTRATAÇÃO:

A presente contratação será realizada por meio de **contratação direta, na modalidade de pronto pagamento**, nos termos do art. 95, § 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando as características do objeto, seu reduzido valor e a execução única e determinada, sem necessidade de obrigações futuras de caráter continuado, assistência técnica permanente ou execução periódica ou parcelada.

O objeto consiste na contratação de empresa especializada para o fornecimento de equipamentos, materiais e prestação de serviços destinados à modernização, organização e adequação da rede lógica interna da Câmara Municipal de Terra Rica/PR, compreendendo o fornecimento de rack, patch panel, switches, nobreak e cabeamento estruturado Categoria 5e, bem como a instalação, organização e configuração da rede lógica, dos pontos de acesso Wi-Fi e do servidor de arquivos com sistema operacional Windows Server 2022 Standard, cuja licença já é de propriedade da Câmara Municipal.

Trata-se de contratação de **execução única e determinada**, compreendendo o fornecimento e entrega dos equipamentos, materiais, componentes e acessórios, transporte, carga e descarga, instalação e organização do rack e dos equipamentos de rede, passagem, organização, identificação e terminação do cabeamento estruturado, instalação e configuração dos switches, organização e configuração dos pontos de acesso Wi-Fi, configuração do servidor de arquivos, realização de testes, ajustes e demais procedimentos necessários à perfeita execução do objeto.

A execução integral do objeto deverá ocorrer no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos**, contados do recebimento da Autorização de Fornecimento, Ordem de Serviço, Nota de Empenho ou instrumento equivalente, não se caracterizando como serviço de natureza continuada ou contratação que demande execução periódica, sucessiva ou parcelada.

O valor total da contratação corresponde a **R$ 8.980,00 (oito mil, novecentos e oitenta reais)**, sendo reduzido e compatível com os limites legais aplicáveis às contratações de pequeno valor, consideradas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Em razão da natureza, do valor e das características da contratação, bem como da execução integral do objeto em período determinado, mostra-se adequada a utilização de **Nota de Empenho ou outro instrumento hábil admitido pela legislação**, em substituição à formalização de contrato administrativo, desde que devidamente observados os requisitos legais aplicáveis e as condições estabelecidas nos documentos que instruem a contratação.

A adoção da contratação direta por pronto pagamento mostra-se compatível com os princípios da eficiência, economicidade, celeridade, razoabilidade e simplificação administrativa, reduzindo custos operacionais e procedimentos administrativos desnecessários diante das características e do reduzido valor do objeto, sem prejuízo da transparência, do planejamento, do controle e da obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Ressalta-se que a contratação será precedida da competente pesquisa de preços, da elaboração dos documentos necessários à adequada instrução da fase preparatória, da demonstração da compatibilidade do preço com os valores praticados no mercado e da verificação das condições exigíveis da futura contratada, observando-se os requisitos e procedimentos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.

A contratação não contempla obrigação de prestação de serviços continuados de manutenção, suporte técnico permanente ou assistência técnica periódica após a conclusão do objeto, cabendo à empresa contratada realizar, dentro do escopo contratado, todos os procedimentos necessários para que a infraestrutura seja entregue completamente instalada, organizada, identificada, configurada, testada e em perfeitas condições de funcionamento.

Ressalta-se, ainda, que a licença do sistema operacional **Windows Server 2022 Standard já é de propriedade da Câmara Municipal de Terra Rica/PR**, não integrando o valor da contratação a aquisição de nova licença, sendo objeto da contratação apenas os serviços necessários à configuração do servidor de arquivos e sua adequada integração à infraestrutura da rede lógica interna.

Dessa forma, considerando as características do objeto, o valor total de **R$ 8.980,00 (oito mil, novecentos e oitenta reais)**, a execução única, o prazo de até **30 (trinta) dias corridos**, a ausência de obrigações futuras de natureza continuada e a possibilidade de utilização de instrumento hábil substitutivo ao contrato, conclui-se que a **contratação direta por pronto pagamento** mostra-se adequada, eficiente e compatível com a necessidade administrativa e com o interesse público, observadas as disposições aplicáveis da Lei Federal nº 14.133/2021.

AUTORIZAÇÃO:

Terra Rica/PR, 02 de setembro de 2026.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente da Câmara

Publicado por:
Paulo Henrique de Souza Padovini
Código Identificador:FE74CA11

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA
RESOLUÇÃO Nº. 006/2026

SÚMULA:- Estabelece o orçamento do Legislativo Municipal para o exercício de 2027.

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ, Presidente da Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista a decisão do **PLENÁRIO** tomada na sessão ordinária realizada nesta data, **PROMULGA** a seguinte Resolução**:**
Art. 1º O Orçamento do Legislativo Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, para o exercício financeiro de 2027, que integra a presente Resolução, Fixa a despesa, em R$ 3.475.231,84 (Três milhões, quatrocentos e setenta e cinco mil, duzentos e trinta e um reais e oitenta e quatro centavos).

CÂMARA MUNICIPAL DE TERRA RICA			**EXERCÍCIO DE 2027**	
ESTADO DO PARANÁ			**ANEXO II (DESPESA)**	
01.00 – CÂMARA MUNICIPAL				
01.01 – CÂMARA MUNICIPAL				
CÓDIGO	**ESPECIFICAÇÃO**	**DESDOBRAMENTO**	**ELEMENTO**	**CATEGORIA ECONÔMICA**
3.0.00.00.00	**DESPESAS CORRENTES**			**3.365.231,84**
3.1.00.00.00	**PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS**		2.314.231,84	
3.1.90.00.00	**APLICAÇÕES DIRETAS**		2.114.231,84	
3.1.90.11.00	Venc. e Vant. Fixas – Pessoal Civil	1.934.231,84		
3.1.90.13.00	Obrigações Patronais	180.000,00		
3.1.91.00.00	**APLIC. DIRETA DEC. DE OP. ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEG. DO ORÇ.**		200.000,00	
3.1.91.13.00	Obrigações Patronais	200.000,00		
3.3.00.00.00	**OUTRAS DESPESAS CORRENTES**		1.051.000,00	
3.3.90.00.00	**APLICAÇÕES DIRETAS**		941.000,00	
3.3.90.14.00	Diárias – Pessoal Civil	150.000,00		
3.3.90.30.00	Material de Consumo	110.000,00		
3.3.90.31.00	Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	20.000,00		
3.3.90.33.00	Passagens e Desp. com Locomoção	4.000,00		
3.3.90.35.00	Serviços de Consultoria	5.000,00		
3.3.90.36.00	Outros Serviços de Terceiros – PF	50.000,00		
3.3.90.37.00	Locação de Mão-de-obra	30.000,00		
3.3.90.39.00	Outros Serviços de Terceiros – PJ	300.000,00		
3.3.90.40.00	Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – PJ	200.000,00		
3.3.90.46.00	Auxílio-Alimentação	30.000,00		
3.3.90.47.00	Obrigações Tribut. e Contributivas	2.000,00		
3.3.90.93.00	Indenizações e Restituições	40.000,00		
3.3.91.00.00	**APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL.**		110.000,00	
3.3.91.97.00	Aporte para Cobertura do Déficit Atuarial do RPPS	110.000,00		
4.0.00.00.00	**DESPESAS DE CAPITAL**			**110.000,00**
4.4.00.00.00	**INVESTIMENTOS**		110.000,00	
4.4.90.00.00	**APLICAÇÕES DIRETAS**		110.000,00	

4.4.90.51.00	Obras e Instalações	10.000,00		
4.4.90.52.00	Equip. e Material Permanente	100.000,00		
TOTAL				**3.475.231,84**

Art. 2º O Orçamento do Legislativo Municipal, será elaborado por modalidade de elementos de despesas de acordo com a Portaria 163/2001 do Ministério da Fazenda.

Art. 3º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, e seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2027, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis. (31/08/2026).

ALESSANDRA APARECIDA DA CRUZ
Presidente do Legislativo Municipal

Publicado por:
Monica Gonçalves
Código Identificador:0CFA9063

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 046/2026

Lei nº 046/2026

SÚMULA: Homologa a reavaliação atuarial para equacionamento do déficit técnico do Regime Próprio de Previdência Social – RPPS – dos Servidores Públicos do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, que apurou o custo suplementar para o exercício de 2026 dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º. Fica homologada a reavaliação atuarial, com base nos dados cadastrais de 31/12/2025, que equacionou o déficit técnico e apurou um custo suplementar no valor de R$ 113.988.116,34 ***(cento e treze milhões, novecentos e oitenta e oito mil, cento e dezesseis reais e trinta e quatro centavos)*** a ser quitado no prazo remanescente de 40 *(quarenta)* anos, e que será objeto das reavaliações atuariais anuais, conforme exigência contida no artigo 26, da Portaria nº 1.467/2022, do Ministério do Trabalho e Previdência Social.

Parágrafo único: Para obter o equilíbrio financeiro e atuarial previsto no art. 40, da C.F./88, art. 69, da Lei Complementar 101/2000, art. 1º, da Lei Federal 9.717/1998, e art. 25, da Portaria nº 1.467/2022, do Ministério do Trabalho e Previdência Social, o Município de Terra Rica realizará a amortização do déficit técnico atuarial *(custo suplementar)* em 40 *(quarenta)* anos, conforme projeção de amortização abaixo, cuja quitação encontra-se prevista para ocorrer no Exercício 2065:

PLANO DE AMORTIZAÇÃO PARA EQUACIONAMETO DO DÉFICT TÉCNICO ATUARIAL 2026				
Ano	**Aportes Anuais**	**Juros**	**Amortização**	**Saldo Devedor**
31/12/2025	-	-	-	113.988.116,34
2026	5.819.473,30	6.235.149,96	-415.676,66	114.403.793,00
2027	6.257.887,48	6.257.887,48	0,00	114.403.793,00
2028	6.445.624,10	6.257.887,48	187.736,62	114.216.056,38
2029	6.465.039,30	6.247.618,28	217.421,02	113.998.635,36
2030	6.529.689,69	6.235.725,35	293.964,34	113.704.671,02
2031	6.594.340,09	6.219.645,50	374.694,58	113.329.976,44
2032	6.658.990,48	6.199.149,71	459.840,77	112.870.135,67
2033	6.723.640,87	6.173.996,42	549.644,45	112.320.491,22
2034	6.788.291,27	6.143.930,87	644.360,40	111.676.130,82
2035	6.852.941,66	6.108.684,36	744.257,30	110.931.873,52
2036	6.917.592,05	6.067.973,48	849.618,57	110.082.254,95
2037	6.982.242,45	6.021.499,35	960.743,10	109.121.511,85
2038	7.046.892,84	5.968.946,70	1.077.946,14	108.043.565,71
2039	7.111.543,23	5.909.983,04	1.201.560,19	106.842.005,52
2040	7.176.193,62	5.844.257,70	1.331.935,92	105.510.069,59
2041	7.240.844,02	5.771.400,81	1.469.443,21	104.040.626,38
2042	7.305.494,41	5.691.022,26	1.614.472,15	102.426.154,24
2043	7.370.144,80	5.602.710,64	1.767.434,17	100.658.720,07
2044	7.434.795,20	5.506.031,99	1.928.763,21	98.729.956,86
2045	7.499.445,59	5.400.528,64	2.098.916,95	96.631.039,91
2046	7.564.095,98	5.285.717,88	2.278.378,10	94.352.661,81
2047	7.628.746,38	5.161.090,60	2.467.655,77	91.885.006,04
2048	7.693.396,77	5.026.109,83	2.667.286,94	89.217.719,10
2049	7.758.047,16	4.880.209,23	2.877.837,93	86.339.881,17
2050	7.822.697,55	4.722.791,50	3.099.906,05	83.239.975,12
2051	7.887.347,95	4.553.226,64	3.334.121,31	79.905.853,81
2052	7.951.998,34	4.370.850,20	3.581.148,14	76.324.705,67
2053	8.016.648,73	4.174.961,40	3.841.687,33	72.483.018,34
2054	8.081.299,13	3.964.821,10	4.116.478,02	68.366.540,31
2055	8.145.949,52	3.739.649,76	4.406.299,76	63.960.240,55
2056	8.210.599,91	3.498.625,16	4.711.974,76	59.248.265,79
2057	8.275.250,31	3.240.880,14	5.034.370,17	54.213.895,62
2058	8.339.900,70	2.965.500,09	5.374.400,61	48.839.495,02
2059	8.404.551,09	2.671.520,38	5.733.030,71	43.106.464,30
2060	8.469.201,48	2.357.923,60	6.111.277,89	36.995.186,41
2061	8.533.851,88	2.023.636,70	6.510.215,18	30.484.971,23
2062	8.598.502,27	1.667.527,93	6.930.974,34	23.553.996,89

2063	8.663.152,66	1.288.403,63	7.374.749,03	16.179.247,85
2064	8.727.803,06	885.004,86	7.842.798,20	8.336.449,65
2065	8.792.453,45	456.003,80	8.336.449,65	0,00

Art. 2º. Os valores constantes na tabela do parágrafo único, do artigo 1º, da presente Lei, estão posicionados na data base da avaliação atuarial de 31/12/2025 e, para o exercício 2026, o Município de Terra Rica realizará o pagamento de déficit técnico atuarial referente ao aporte anual no valor total de R$ 5.819.473,30 *(cinco milhões, oitocentos e dezenove mil, quatrocentos e setenta e três reais e trinta centavos)*, até 31/12/2026, conforme cronograma constante do parágrafo primeiro.

§ 1º Deduzido o valor de R$ 3.134.135,22 *(três milhões, cento e trinta e quatro mil, cento e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos)*, já repassado ao Fundo de Previdência do Município de Terra Rica a título de aporte anual, o saldo remanescente de R$ 2.685.338,08 *(dois milhões, seiscentos e oitenta e cinco mil, trezentos e trinta e oito reais e oito centavos)* será depositado pelo Município de Terra Rica em 05 *(cinco)* parcelas mensais e sucessivas, sendo 04 *(quatro)* parcelas de R$ 537.067,61 *(quinhentos e trinta e sete mil, sessenta e sete reais e sessenta e um centavos)* e 01 *(uma)* parcela de R$ 537.067,64 *(quinhentos e trinta e sete mil, sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)*, com início em agosto de 2026.

§ 2º A cada exercício financeiro será realizada uma nova avaliação atuarial por profissional devidamente habilitado, conforme disposição do art. 40 da Constituição Federal c/c com o artigo 26, da Portaria MTP nº 1467/2022.
§ 3º Para o exercício de 2027 e, até que seja confeccionada nova Avaliação Atuarial, fica convencionado que os repasses devidos ao Fundo de Previdência do Município de Terra Rica, a título de aporte anual, será no valor mensal de R$ 484.956,10 *(quatrocentos e oitenta e quatro mil, novecentos e cinquenta e seis reais e dez centavos)*.

O valor apresentado neste parágrafo é equivalente a 1/12 *(um doze avos)* do valor apurado para fins de aporte anual durante o exercício de 2026, conforme constante no *caput* deste artigo.

Após homologação de novo cálculo atuarial para o exercício de 2027, nova Lei será devidamente confeccionada, apurando-se então novos valores para os repasses mensais.

Art. 3º. O Município de Terra Rica compromete-se a quitar a quantia devida, de forma definitiva e irretratável, configurando-se como confissão extrajudicial, nos termos dos Artigos 389, 394 e 395 do Código de Processo Civil.

Art. 4º. O Município de Terra Rica renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida, assumindo integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do Fundo de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Terra Rica, de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas, não incluídas nesta Lei, ainda que relativas ao mesmo período.

Art. 5º. O Município de Terra Rica compromete-se a efetuar os pagamentos pontualmente, sob pena de incidir juros de 0,5% *(zero vírgula cinco por cento)* ao mês e atualização pelo INPC-IBGE ou outro índice que o substituir, desde a data de vencimento até a data do pagamento.

Art. 6º. O Fundo de Previdência do Município de Terra Rica não está obrigado a providenciar qualquer notificação ou interpelação para constituir o Município de Terra Rica em mora pelo não pagamento da alíquota suplementar mensal referida na presente Lei, sendo que o simples e puro inadimplemento gerará a sua inscrição em dívida ativa e obrigará ao pagamento da totalidade remanescente, com os devidos acréscimos legais.

Art. 7º. O Município de Terra Rica se obriga a consignar no orçamento de cada exercício as verbas necessárias ao pagamento da alíquota suplementar mensal.

Art. 8º. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte seis (02/09/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:0B07FC44

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4698

DECRETO Nº.4698/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.
D E C R E T A
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 395.000,00 (trezentos e noventa e cinco mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	681	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo	9.1.27.812.1200.2041 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo	100.000,00

			339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	804	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	14.1.22.691.1250.2053 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego	
			339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	30.000,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	805	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	14.1.22.691.1250.2053 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego	
			339033 - Passagens e despesas com locomoção	15.000,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	806	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	14.1.22.691.1250.2053 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego	
			339036 - Outros serviços de terceiros - pessoa física	50.000,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	807	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	14.1.22.691.1250.2053 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Emprego	
			339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	150.000,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Suplementar	843	Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo	9.1.27.812.1200.2041 - Manutenção das Atividades da Secretaria de Esporte, Lazer e Turismo	
			339030 - Material de consumo	50.000,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	155	Fundo Municipal de Assistência Social	6.2.8.244.1450.2015 - Manutenção das Atividades do CRAS	
			339032 - Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	100.000,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	209	Política dos Direitos da Criança e Adolescente	6.3.8.243.1450.6002 - Manutenção das Atividades dos Projetos Sociais	
			339033 - Passagens e despesas com locomoção	25.000,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	211	Política dos Direitos da Criança e Adolescente	6.3.8.243.1450.6002 - Manutenção das Atividades dos Projetos Sociais	
			449052 - Equipamentos e material permanente	25.000,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	811	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	14.1.23.695.1250.1025 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Barracões no Centro de eventos	
			449051 - Obras e instalações	46.840,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	812	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Emprego	14.1.23.695.1250.1025 - Construir, Ampliar, Reformar e Equipar Barracões no Centro de eventos	
			449052 - Equipamentos e material permanente	56.640,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	94	Encargos Especiais	5.2.28.843.1800.2 - Dívida Pública Interna Contratada	
			329021 - Juros sobre a dívida por contrato	70.000,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	
Anulação Dotação	95	Encargos Especiais	5.2.28.843.1800.2 - Dívida Pública Interna Contratada	
			469071 - Principal da dívida contratual resgatado	71.520,00
			Vínculo: 00000 - Recursos Ordinários (Livres) Ex. Corrente	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 2 de Setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:FF46A648

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO 76-2026

Termo de Adjudicação
Processo n°: 130/2026
Licitação n°: 76/2026
Modalidade: 1088 - Pregão Eletrônico

Objeto: CONTRATAÇÃO, EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS, PARA ATENDER AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TERRA ROXA/PR

Ultrapassada a fase de habilitação deste pregão, e considerando o fato de que o representante legal presente à sessão pública não manifestou interesse em recorrer do resultado deste pregão, adjudico o seu objeto à(s) seguinte(s) licitante(s):

Vencedores	
Nome	Itens
ODONTOSUL LTDA EPP	33, 45, 54, 56, 80, 82
R$5.243,91 (cinco mil, duzentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos)	
BERITH COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA	1, 2, 3, 7, 8, 9, 10, 19, 20, 48, 61, 68, 70, 71, 77
R$6.835,72 (seis mil, oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e dois centavos)	
E.C.S. TECNOLOGIA EM SAUDE, COMERCIO, IMPORTACAO4, 16, 26, 28, 29 E EXPORTACAO LTDA	
R$1.595,40 (um mil, quinhentos e noventa e cinco reais e quarenta centavos)	
REWRITE CONFECCOES LTDA	39
R$3.390,00 (três mil e trezentos e noventa reais)	
DENTAL UNIVERSO LTDA	5, 57, 76
R$19.019,62 (dezenove mil, dezenove reais e sessenta e dois centavos)	
BHDENTAL COMERCIAL LTDA	49, 50, 51, 52, 63, 64, 65, 66, 67

R$52.533,80 (cinquenta e dois mil, quinhentos e trinta e três reais e oitenta centavos)	
MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI	6
R$20.000,00 (vinte mil reais)	
ODONTOMED T/A LTDA	35
R$1.075,85 (um mil, setenta e cinco reais e oitenta e cinco centavos)	
ABSOLUTA SAUDE IMP. E EXP. E COMERCIO DE	11, 12, 13, 14, 15, 30, 34, 36, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 46, 47, 58,
PRODUTOS PARA SAUDE LTDA	59, 62, 69, 72, 73, 74, 78, 79, 81
R$17.613,15 (dezessete mil, seiscentos e treze reais e quinze centavos)	

Destarte, com fulcro no art. 71 inciso IV, da Lei n°. 14.133/2021, submetemos os presentes autos, nele incluídos estas informações à apreciação da Autoridade Competente para que decida a respeito da homologação deste procedimento licitatório.

É o parecer, s.m.j.

Terra Roxa, PR, 1 de setembro de 2026

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:9A76E236

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 76-2026

MUNICÍPIO DE TERRA ROXA – PARANÁ.
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 130/2026, MODALIDADE: PREGÃO Nº 76/2026

Tendo em vista a decisão proferida pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio, designada através da Portaria nº 17192/2026
Homologo:
Nesta data a referida decisão e constante da ata anexa, considerando vencedor (es) da licitação, objeto do Processo Licitatório 130/2026, Modalidade: PREGÃO Nº 76/2026, o(s) participante(s):

147770 - ODONTOSUL LTDA EPP						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
33	ESTOJO LISO INOX 26X 12X 6 CM (COD. 480533) (REFERENCIA: FAVA/GOLGRAN/ODONTOMED OU SIMILAR)	UNIDADE		5	R$140,13	R$700,65
45	RESINA EM BULK DE BAIXA CONTRAÇÃO, FLOW, RADIOPACA, DE BAIXA VISCOSIDADE E FOTOPOLIMERIZÁVEL. MATRIZ ORGÂNICA COMPOSTA DE BISGMA, PROCRILATO, BIS-EMA E UDMA. COR UNIVERSAL. SERINGA COM 2G. (CÓD. 444048) (REFERENCIA: OPALLIS FLOW,MAQUIRA,VOCO OU SIMILAR)	UNIDADE		80	R$13,18	R$1.054,40
54	ULTRASSOM JATO DE BICARBONATO PNEUMATICO - REFERENCIA: CAVFLEX DENTFLEX (COD 437845)	UNIDADE		2	R$1.095,00	R$2.190,00
56	ESPÁTULA PARA MANIPULAÇÃO PARA CIV (CÓD. 416733) - REFERÊNCIA: MAQUIRA, IODONTOSUL OU SIMILAR	UNIDADE		12	R$2,93	R$35,16
80	ALICATE 139 PARA AJUSTE DE PPR - REFERENCIA: ORTHOMETRIC (COD 432398)	UNIDADE		10	R$42,37	R$423,70
82	ESCOVA DE DENTAL INFANTIL COM CERDAS MACIAS REFERENCIA: COLGATE, ORAL B (COD 627856)	UNIDADE		1.000	R$0,84	R$840,00
Total do Fornecedor: R$5.243,91						

396732 - BERITH COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor nitário**	**Valor Total**
1	ÁCIDO FOSFÓRICO A 37% EM GEL, SERINGA COM 2,5ML. PACOTE COM TRÊS SERINGAS. REFERÊNCIA: CONDAC 37 DA FGM,ALL PRIME, MAQUIRA, BIODINAMICA OU SIMILAR. (CÓD 391582)	PACOTE		50	R$3,30	R$165,00
2	BABADOR DESCARTÁVEL - AZUL. CAIXA COM 100 UNIDADES. TAMANHO APROXIMADO: 33 X 47 CM (COD 609172)	PACOTE		50	R$15,73	R$786,50
3	ESPONJA HEMOSTATICA COLÁGENO HIDROLISADO, 1,0 X 1,0. CAIXA C/10 UNIDADES. (REFERÊNCIA: HEMOSPON). (CÓD 482907)	CAIXA		5	R$38,10	R$190,50
7	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA ESFÉRICA, 6C. ALTA ROTAÇÃO. (REFERENCIA JET/SEKRYA ALL PRIME/ PRIMA DENTAL OU SIMILAR (COD. 403176)	UNIDADE		40	R$7,20	R$288,00
8	BROCA CIRÚRGICA 4C(COD. 403438) (REFERENCIA: JET/SEKRYA OU SIMILAR)	UNIDADE		40	R$7,49	R$299,60
9	BROCA CIRÚRGICA 4C(COD. 403438) (REFERENCIA: ALL PRIME OU SIMILAR)	UNIDADE		40	R$7,20	R$288,00
10	BROCA CIRÚRGICA 6C (COD. 403440) (REFERENCIA: PRIME DENTAL OU SIMILAR)	UNIDADE		40	R$7,20	R$288,00
19	BROCA CARBIDE CIRURGICA ESFERICA 4C , ALTA ROTAÇÃO - REFERENCIA: FG-ANGELUS OU SIMILAR (COD 403174)	UNIDADE		40	R$7,20	R$288,00
20	BROCA CARBIDE CIRURGICA ESFERICA 2C, BAIXA ROTAÇÃO - REFERENCIA: FG-JET (COD 403174)	UNIDADE		40	R$7,20	R$288,00
48	TRICRESOL FORMALINA - FRASCO 10 ML (COD. 429972) (REFERENCIA: BIODINAMICA OU SIMILAR)	FRASCO		4	R$11,88	R$47,52
61	ABRIDOR DE BOCA INFANTIL DE SILICONE REFERENCIA: MAQUIRA OU SIMILAR (COD 273279)	UNIDADE		10	R$3,57	R$35,70
68	FIO SUTURA DE NYLON 5-0 - REFERENCIA: TECHNOFIO (COD 617267)	UNIDADE		40	R$31,20	R$1.248,00
70	FIO SUTURA DE NYLON 5-0 - REFERENCIA: D CARE (COD 637416)	UNIDADE		40	R$31,20	R$1.248,00
71	FIO DE SUTURA DE NYLON MONOFILAMENTO 5-0 (COD 600123)	UNIDADE		40	R$31,86	R$1.274,40
77	EVIDENCIADOR DE PLACA REPLASUL S 500 ML - REFERENCIA: IODONTOSUL (COD 425848)	UNIDADE		30	R$3,35	R$100,50

Total do Fornecedor: R$6.835,72

427775 - E.C.S. TECNOLOGIA EM S UDE, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LT A

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor nitário	Valor Total
4	KIT EXTIRPA NERVOS. COM 10 UNIDADES (COD430431)	KIT		10	R$17,54	R$175,40
16	BROCA CARBIDE CIRÚRGICA CÔNICA LONGA, ZEKRYA. ALTA ROTAÇÃO. N. 151.(COD 403873)	UNIDADE		40	R$9,14	R$365,60
26	BROCA CARIBE CIRURGICA ESFERICA 3C, ALTA ROTAÇÃO - REFERÊNCIA: PRIMA DENTAL (COD 403379)	UNIDADE		40	R$7,67	R$306,80
28	BROCA CARIBE CIRURGICA ESFERICA 3C,ALTA ROTAÇÃO - REFERENCIA: PRIMA DENTAL ANGELUS (COD 403391)	UNIDADE		40	R$9,32	R$372,80
29	BROCA CARIBE CIRURGICA ESFERICA 3C, ALTA ROTAÇÃO - REFERENCIA: PRIMA DENTAL BY ANGELUS (COD 403389)	UNIDADE		40	R$9,37	R$374,80

Total do Fornecedor: R$1.595,40

427779 - REWRITE CONFECCOES LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor nitário	Valor Total
39	JALECO FEMININO E MASCULINO, MODELO PADRÃO, NA COR BRANCA, TECIDO GABARDINE, MANGA LONGA, PUNHO EM RIBANA, COM 5 BOTÕES NA COR BRANCA, 3 BOLSOS. SENDO UM BOLSO, LOCALIZADO NO LADO SUPERIOR ESQUERDO E 2 BOLSOS, LOCALIZADOS NA PARTE INFERIOR. GOLA PADRE. BORDADOS: DEVERÁ TER O LOGOTIPO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA, BORDADO EM ALTO RELEVO NA MANGA ESQUERDA, COLORIDO CONFORME AS CORES DO LOGOTIPO QUE SERÁ FORNECIDO. O NOME DA PROFISSÃO/PROFISSIONAL DEVERÁ ESTAR BORDADO, EM COR DESTACADA A ESCOLHER, ACIMA DO BOLSO SUPERIOR. (COD 636657)	UNIDADE		50	R$67,80	R$3.390,00

Total do Fornecedor: R$3.390,00

1257013 - DENTAL UNIVERSO LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor nitário	Valor Total
5	APARELHO DE RAIO-X PERIAPICAL, COM AS SEGUINTES ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: - GERADOR DE ALTA FREQUÊNCIA, COM POTÊNCIA CONSTANTE (CORRENTE CONTÍNUA DE ALTA FREQUÊNCIA, DE APROXIMADAMENTE 100-200 KHZ); - TENSÃO DO TUBO: APROXIMADAMENTE 60 KV A 70 KV; - CORRENTE DO TUBO: APROXIMADA 7 MA; - PONTO FOCAL APROXIMADO: 0,7MM X 0,7MM - CABEÇOTE BLINDADO; - ALIMENTAÇÃO 110/220 VOLTS SELECIONÁVEL; - FREQUÊNCIA DE ENERGIA DE ENTRADA: 60 - 50 HZ; - CONTROLE DE EXPOSIÇÃO C/ COMANDO ELETRÔNICO DIGITAL E PROGRAMADO, CONTROLE A DISTÂNCIA MÍNIMA DE 5M; - INDICAÇÃO LUMINOSA NO PAINEL E SINAL SONORO; - TEMPO DE EXPOSIÇÃO SSD (DISTÂNCIA FOCO-PELE): APROXIMADAMENTE 0,02 A 3,2 SEGUNDOS; - MODELO PARA FIXAÇÃO NA PAREDE VERTICAL, TIPO PANTOGRÁFICO (ALCANCE DO BRAÇO: APROXIMADAMENTE DE 191CM); - COMPATÍVEL COM SISTEMA DE RADIOGRAFIA DIGITAL OFERTADO NO ITEM 2; - REGISTRO ANVISA; - ATENDIMENTO À NORMA ABNT NBR 60601-1-3:2016; - INSTALAÇÃO DO EQUIPAMENTO INCLUÍDA. - REFERÊNCIA: KAVO FOCUS - RAIO X INTRAORAL; DABI ATLANTE - SPECTRO 70X; OU SIMILAR. (CÓD 416247)	UNIDADE		2	R$9.250,41	R$18.500,82
57	BROCA DE BAIXA ROTAÇÃO N° 03 (CÓD 403860) REFERENCIA: MICORDONT, KERR OU SIMILAR	UNIDADE		40	R$4,60	R$184,00
76	EVIDENCIADOR DE PLACA REPLASUL S 500 ML - REFERENCIA: IODONTOSUL (COD 425848)	UNIDADE		10	R$33,48	R$334,80

Total do Fornecedor: R$19.019,62

1287907 - BHDENTAL COMERCIAL LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor nitário	Valor Total
49	AUTOCLAVE COM CAPACIDADE MINÍMA DE 21 LITROS EQUIPAMENTO CONTENDO 3 BANDEJAS DE ALUMINIO ANODIZADO, 1 SUPORTE PARA BANDEJA, 1 COPO GRADUADO, 1 BRAÇADEIRA, 1,5MT DE MANGUEIRA. DEVE VIR ACOMPANHADO DE MANUAL DE INSTRUÇÕES EM PORTUGUÊS - REFERENCIA: VITALE CRISTOFOLI (COD 632198)	UNIDADE		2	R$3.199,90	R$6.399,80
50	ULTRASSOM PARA LIMPEZA DE TARTARO COM JATO DE BICARBONATO (COD. 437845) (REFERENCIA: JETLAX SONIC LED/SCHUSTER/GNATUS/SCALER JET/KONDENTECH/PUMP LED BIVOLT OU SIMILAR)	UNIDADE		2	R$1.990,00	R$3.980,00
51	ULTRASSOM JATO DE BICARBONATO - REFERENCIA: JETFLAX SONIC LED- SCHUSTER (COD 433800)	UNIDADE		2	R$1.150,00	R$2.300,00
52	JATO BICARBONATO ULTRASSON - REFERENCIA: JETLAXIS SONIC BP LI LED SCHUSTER (COD 437845)	UNIDADE		2	R$1.302,00	R$2.604,00
63	RAIO X AXR 70 E COLUNA MOVEL BIVOLT - REFERENCIA: DABI ATLANTE (COD 441901)	UNIDADE		1	R$7.450,00	R$7.450,00
64	RAIO X AXR 70 E COLUNA MOVEL BIVOLT - REFERENCIA: KAVO (COD 425186)	UNIDADE		1	R$7.450,00	R$7.450,00
65	RAIO X COLUNAMOVEL SPECTRO 70XBIVOLT - REFERENCIA : DABI ATLANTE (COD 416247)	UNIDADE		1	R$7.450,00	R$7.450,00
66	RAIO X DIGITAL X70 COLUNA MOVEL - REFERENCIA: XDENT (COD 417570)	UNIDADE		1	R$7.450,00	R$7.450,00
67	RAIO X DIGITAL DE PAREDE BIVOLT-D700 - REFERENCIA: MAX D 700 (COD 421530)	UNIDADE		1	R$7.450,00	R$7.450,00

Total do Fornecedor: R$52.533,80

1287923 - MORETI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MEDICOS E ODONTOLOGICOS EIRELI

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor nitário	Valor Total
6	BRINDES ODONTOLÓGICOS - CARTELA CONTENDO 10 ADESIVOS DE PERSONAGENS INFANTIS (REFERENCIA: QUEBRA CABEÇA TEMÁTICO, MEDALHA DE BOM COMPORTAMENTO OU SIMILAR (COD 630569)	UNIDADE		1.000	R$20,00	R$20.000,00

Total do Fornecedor: R$20.000,00

1314238 - ODONTOMED T/A LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor nitário	Valor Total
35	FILME RAIO X ADULTO COM 150 PELÍCULAS (COD. 421289) (REFERENCIA: CARESTREAM/KODAK/ODONTOMED OU SIMILAR)	CAIXA		5	R$215,17	R$1.075,85

Total do Fornecedor: R$1.075,85

1314416 - ABSOLUTA SAUDE IMP. EXP. E COMERCIO DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA

Item	Produto	Unidade	Marca	Qtde	Valor nitário	Valor Total
11	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 03 (COD. 403173) (REFERENCIA: JET/SEKRYA, ALL PRIME, PRIMA DENTAL OU SIMILAR)	UNIDADE		50	R$4,98	R$249,00
12	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 04 (COD. 403174) (REFERENCIA: JET/SEKRYA, ALL PRIME, PRIMA DENTAL OU SIMILAR)	UNIDADE		50	R$4,98	R$249,00
13	BROCA DE ALTA ROTAÇÃO Nº 02 (COD. 403172) (REFERENCIA: JET/SEKRYA, ALL PRIME, PRIMA DENTAL OU SIMILAR	UNIDADE		50	R$4,98	R$249,00
14	BROCA MAXCUT (TUNGSTENIO) CÔNICA ARREDONDADA - PARA BAIXA ROTAÇÃO (COD. 427512) (REFERENCIA: ALL PRIME/FAVA/MICRODONT/PRIMA DENTAL BY ANGELUS/KG SORENSEN OU SIMILAR)	UNIDADE		10	R$35,05	R$350,50
15	BROCA MAXCUT (TUNGSTENIO) CILINDRICA - PARA BAIXA ROTAÇÃO (COD. 428565) (REFERENCIA: ALL PRIME/FAVA/MICRODONT/PRIMA DENTAL BY ANGELUS/KG SORENSEN OU SIMILAR)	UNIDADE		4	R$31,55	R$126,20
30	BROCA ALTA ROTAÇÃO ESFERICA 4 - REFERENCIA: PRIMA DENTAL (COD 403174)	UNIDADE		40	R$4,98	R$199,20
34	FILME RADIOLOGICO OCLUSAL (COD. 474982) 57X76 MM (REFERENCIA: KODAK/CARESTREAM/ODONTOMED OU SIMILAR)	UNIDADE		10	R$730,55	R$7.305,50
36	FIXADOR DE PELÍCULA ODONTOLÓGICA CONTENDO SULFITO DE SÓDIO. APRESENTAÇÃO: FRASCO COM 475ML. REFERÊNCIA: KODAK OU SIMILAR. FORAM ENCONTRADOS 2 OPÇÕES DE MATERIAL* CARACTERÍSTICA INATIVA (CÓD 405632) (REFERENCIA: CARESTREAM/IMPALA/LYSANDRA OU SIMILAR)	UNIDADE		30	R$11,77	R$353,10
37	FIXADOR DE PELICULA ODONTOLOGICA CONTENDO SULFITO DE SÓDIO. APRSENTAÇÃO: FRASCO COM 475 ML. REFERENCIA: KODAK/ALL PRIMA/IMPLA/AF DO BRASIL OU SIMILAR (COD 264052)	UNIDADE		30	R$11,86	R$355,80
38	IONÔMERO DE VIDRO FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA FORRAMENTO DE CAVIDADES. EMBALAGEM COM 9G DE PÓ E 5,5ML DE LÍQUIDO. REFERÊNCIA: RIVA/SS WHITE/MAQUIRA/MASEXIOM C/VIDRION C OU SIMILAR (CÓD 444369)	UNIDADE		20	R$59,71	R$1.194,20
40	KIT CONDENSADOR DE GUTA- PERCHA MC SPADDEN, 25 MM, KIT COM 4 (REFERÊNCIA: TDK, EURODONTO,DENTSPLY, SIRONA OU SIMILAR). (CÓD 419403)	UNIDADE		10	R$74,55	R$745,50
41	KIT CONDENSADOR DE GUTA PERCH C/4 UNIDADES MK LIFE (COD 455689)	UNIDADE		10	R$73,40	R$734,00
42	KIT CONDENSADOR DE GUTA PERCH C/4 UNIDADES MK LIFE - REFERENCIA: EURODONT (COD 455689)	UNIDADE		10	R$73,90	R$739,00
43	KIT CONDENSADOR DE GUTA PERCH C/4 UNIDADES MK LIFE - REFERENCIA: TDK EURODONT (COD 455689)	UNIDADE		10	R$74,64	R$746,40
46	SELANTE FOTOPOLIMERIZÁVEL PARA SELAMENTO DE FISSURAS E FÓSSULAS DENTARIAS. SERINGA COM 2 GRAMAS E PONTAS APLICADORAS - REFERÊNCIA: SELAF, BIODINÂMICA, MAQUIRA OU SIMILAR (COD 390778)	UNIDADE		5	R$9,04	R$45,20
47	TIRAS DE LIXA METÁLICA 2,5MM (CÓD 406288)PACOTE COM NO MINIMO 12 UNIDADES (REFERENCIA: ALL PRIME/INJECTA OU SIMILAR)	PACOTE		25	R$10,48	R$262,00
58	PLACA COM DENTES DE ESTOQUE DE ACRÍLICO - POSTERIORES SUPERIORES. PLACA C/ 8 DENTES. (REFERÊNCIA: POP DENTE, BIONIX,VIPDENT). (CÓD. 407424)	UNIDADE		10	R$3,42	R$34,20
59	PLACA COM DENTES DE ACRÍLICO - ANTERIORES SUPERIORES. (REFERÊNCIA: POP DENTE, BIONIX,VIPDENT). PLACA C/ 6 DENTES. (CÓD. 407422)	UNIDADE		10	R$3,34	R$33,40
62	TIRAS DE LIXA METÁLICA 4MM (CÓD 406288) PACOTE COM NO MINIMO 12 UNIDADES (REFERENCIA: ALL PRIME/INJECTA OU SIMILAR.	PACOTE		25	R$5,83	R$145,75
69	FIO SUTURA DE NYLON 5-0 - REFERENCIA: SHALON (COD 487653)	UNIDADE		40	R$34,95	R$1.398,00
72	DAPPER DE VIDRO INCOLOR 10 ML (COD 427506)	UNIDADE		20	R$3,00	R$60,00

73	DAPPER DE VIDRO INCOLOR 10 ML - REFERENCIA: NOVA OGP (COD 419183)	UNIDADE		20	R$2,97	R$59,40
74	DAPPER DE VIDRO INCOLOR 10 ML - REFERENCIA: LYSANDRA (COD 419182)	UNIDADE		20	R$2,99	R$59,80
78	EVIDÊNCIADOR DE PLACA BACTERIANA SOLUÇÃO - FRASCO 500 ML (CÓD 425848)	FRASCO		10	R$20,85	R$208,50
79	EVIDENCIADOR DE PLACA EVIPLAC COM 60 PASTILHAS - REFERENCIA: BIODINAMICA (COD 425850)	UNIDADE		20	R$10,10	R$202,00
81	ALICATE 139 PARA AJUSTE DE PPR - REFERENCIA: ANGLE WIDIA (COD 432362)	UNIDADE		10	R$150,85	R$1.508,50
Total do Fornecedor: R$17.613,15						

Terra Roxa, 01 de setembro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Caroline Cardoso Hachmann
Código Identificador:78826E9B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 6316 - ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO Nº 6316, DE 03 de agosto de 2026

Abre crédito adicional suplementar no orçamento do município de Tijucas do Sul, para o exercício de 2026, no valor de R$ 4.055.443,29

O Prefeito Municipal de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e devidamente autorizado pela lei Municipal 1068/2025, Lei Municipal 1067/2025 e Lei Federal 4320/64,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R$ ***4.705.766,52*** (Quatro Milhões, Setecentos e Cinco Mil, Setecentos e Sessenta e Seis Reais e Cinqüenta e Dois Centavos), para o exercício de 2026, para utilização de recursos, conforme discriminado.

ACRESCIMOS

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001	DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO, COMPRAS, LICITAÇÕES RH E COMUNICAÇÃO	
04.122.0002.2004	MANUTENÇÃO DO DEP DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E CONTROLADORIA.	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
471	01060-Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Livres	472,61
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
550	00511-Taxas – Prestacao de Servicos	19.000,00
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
611	00501-Receitas de Alienacoes de Ativos	349.412,58
	SUBTOTAL	368.885,19
04	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	
04.001	DIRETORIA DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO	
28.123.0002.0001	SERVIÇOS DA DIVIDA	
3.2.90.21.00.00	JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	
1010	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	200.000,00
04.123.0002.2005	MANUTENÇÃO DO DEP DE FINANÇAS, CONTABILIDADE E TRIBUTAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
859	00973-Ass Social - DELIBERAÇÃO Nº 013-2025 CEDCA/PR Criança Adolescente Estado	300,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
955	10013-CONV ESTADUAL SIT 78819 VEICULO HATCH	11,89
3.3.91.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
960	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	81.714,11
28.123.0002.0001	SERVIÇOS DA DIVIDA	
4.6.90.71.00.00	PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	
1030	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	200.000,00
	SUBTOTAL	482.026,00
05	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES	
05.001	DIRETORIA GERAL DA ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0008.2006	MANUTENÇÃO DE DEP. ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS DAS MULHERES E CRIANÇAS	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
1280	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	9.000,00
1287	00982-Ass Social Incentivo Creches CC 23377-3 - Lagoinha	1.994.362,02
05.002	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.244.0008.2007	GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1380	00934-Bloco de financiamento da Proteção Social Básica (SUAS)	25.000,00
	SUBTOTAL	2.028.362,02
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS	
07.001	DIRETORIA DE OBRAS E VIAÇÃO	
15.451.0009.2014	MANUTENÇÃO DO DEP VIAÇÃO E OBRAS E PAVIMENTAÇÕES	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2110	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	20.000,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	

2370	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	10.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
08	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
08.001	DIRETORIA DE EDUCAÇÃO	
12.361.0005.2015	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
2430	00101-Fundeb 60%	200.000,00
2450	00103-5% sobre Transferencias Constitucionais FUNDEB	100.000,00
12.365.0005.2016	GESTÃO DO ENSINO INFANTIL (PRE ESCOLA)	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3010	00103-5% sobre Transferencias Constitucionais FUNDEB	60.000,00
12.365.0005.2017	GESTAO DO ENSINO INFANTIL CRECHE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
3400	00103-5% sobre Transferencias Constitucionais FUNDEB	32.000,00
12.361.0005.2015	GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
2530	00103-5% sobre Transferencias Constitucionais FUNDEB	20.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2600	00103-5% sobre Transferencias Constitucionais FUNDEB	10.000,00
3.3.90.08.00.00	OUTROS BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS DO SERVIDOR E DO MILITAR	
2670	00103-5% sobre Transferencias Constitucionais FUNDEB	10.000,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
2750	00107-SALARIO EDUCACAO - EXERCICIO CORRENTE	45.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
2815	04102-ETI Pag Demais Despesas MDE (102)	100.000,00
	SUBTOTAL	577.000,00
09	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
09.001	DIRETORIA DE SAÚDE: ATENÇÃO PRIMÁRIA E HOSPITALAR	
10.301.0007.2024	MANUTENÇÃO DA DIRETORIA E DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
4030	00494-Bloco de Custeio Saude	77.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
4170	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	10.000,00
3.3.22.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4215	00495-ATENCAO BASICA	3.658,00
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
4240	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	30.000,00
4252	00490-Receitas Estado Serv Prest. FAT SUS	55.000,00
4250	00494-Bloco de Custeio Saude	70.000,00
4251	00495-ATENCAO BASICA	100.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
4334	01062-Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde	228,52
4346	10006-Emenda P/ Saude (individual) PAP Proposta 36000649043202500 Dep Leandre	582,79
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
4440	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	585.000,00
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
4510	00494-Bloco de Custeio Saude	30.000,00
3.3.90.93.00.00	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	
4570	01064-Assis. fin. União pagamento piso enfermagem	15.000,00
	SUBTOTAL	976.469,31
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS	
12.001	DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS	
18.541.0006.2033	DIRETORIA DE MEIO AMBIENTE, FUNDO MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS	
3.3.71.70.00.00	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	
5660	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	3.024,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
5690	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	19.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5720	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	20.000,00
3.3.90.47.00.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	
5750	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	21.000,00
	SUBTOTAL	63.024,00
14	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	
14.001	DEPARTAMENTO DE CULTURA E FUNDO DE MANUTEÇÃO PATRIMONIO CULTURAL	
13.392.0004.2035	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
5970	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	100.000,00
3.1.91.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
6010	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	20.000,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6060	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	30.000,00
	SUBTOTAL	150.000,00
15	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE LAZER E JUVENTUDE	
15.001	DIRETORIA DE ESPORTE	
27.812.0004.2037	DIRETORIA DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
6470	00000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)- EXERCICIO CORRENTE	30.000,00
	SUBTOTAL	30.000,00
	TOTAL	4.705.766,52

ANULAÇÕES

Anulação			
Programa de trabalho	Natureza da despesa	Fonte de recurso	Valor em R$
03.001.04.122.0002.2004	3.3.90.36.00.00	00511	19.000,00
04.001.28.123.0002.0001	3.2.91.22.00.00	00000	200.000,00
04.001.04.123.0002.2005	3.3.90.91.00.00	00000	81.714,11
04.001.28.123.0002.0001	4.6.91.71.00.00	00000	200.000,00

05.001.08.244.0008.2006	3.3.90.36.00.00	00000	9.000,00
05.003.08.243.0008.2008	3.3.90.30.00.00	00973	300,00
05.004.08.241.0008.2009	3.3.90.30.00.00	00934	25.000,00
07.001.15.451.0009.2014	3.1.90.16.00.00	00000	20.000,00
07.001.15.451.0009.2014	3.3.90.33.00.00	00000	10.000,00
08.001.12.365.0005.2017	3.1.90.11.00.00	00103	40.000,00
08.001.12.365.0005.2016	3.1.90.13.00.00	00103	30.000,00
08.001.12.365.0005.2017	3.1.90.13.00.00	00103	20.000,00
08.001.12.365.0005.2017	3.1.91.13.00.00	00101	200.000,00
08.001.12.365.0005.2016	3.3.90.08.00.00	00103	10.000,00
08.001.12.365.0005.2016	3.3.90.30.00.00	00103	20.000,00
08.001.12.361.0005.2015	3.3.90.36.00.00	00107	15.000,00
08.001.12.365.0005.2016	3.3.90.37.00.00	00103	10.000,00
08.001.12.365.0005.2017	3.3.90.39.00.00	00103	62.000,00
08.001.12.361.0005.2015	3.3.90.39.00.00	00107	30.000,00
08.001.12.361.0005.2015	3.3.90.93.00.00	00103	40.000,00
09.001.10.304.0007.2028	3.1.90.11.00.00	00303	60.000,00
09.001.10.305.0007.2029	3.1.90.11.00.00	00303	25.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.1.90.16.00.00	00494	25.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.1.90.16.00.00	01064	15.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.1.90.94.00.00	00494	25.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.3.90.08.00.00	00303	30.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.3.90.14.00.00	00494	20.000,00
09.001.10.302.0007.2026	3.3.90.30.00.00	00303	140.000,00
09.001.10.306.0007.2030	3.3.90.30.00.00	00303	10.000,00
09.001.10.304.0007.2028	3.3.90.30.00.00	00494	7.000,00
09.001.10.305.0007.2029	3.3.90.30.00.00	00494	10.000,00
09.001.10.302.0007.2026	3.3.90.30.00.00	00495	100.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.3.90.32.00.00	00303	130.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.3.90.34.00.00	00303	40.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.3.90.36.00.00	00303	100.000,00
09.001.10.303.0007.2027	3.3.90.36.00.00	00494	5.000,00
09.001.10.304.0007.2028	3.3.90.36.00.00	00494	5.000,00
09.001.10.305.0007.2029	3.3.90.36.00.00	00494	5.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.3.90.37.00.00	00303	40.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.3.90.39.00.00	00494	50.000,00
09.001.10.303.0007.2027	3.3.90.39.00.00	00494	5.000,00
09.001.10.304.0007.2028	3.3.90.39.00.00	00494	5.000,00
09.001.10.305.0007.2029	3.3.90.39.00.00	00494	5.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.3.90.40.00.00	00494	10.000,00
09.001.10.301.0007.2024	3.3.90.93.00.00	00303	50.000,00
09.001.10.301.0007.2024	4.4.90.52.00.00	00495	3.658,00
10.001.23.691.0011.2031	3.3.90.39.00.00	00000	20.000,00
12.001.18.541.0006.2033	3.1.71.70.00.00	00000	5.000,00
12.001.18.541.0006.2033	3.3.50.43.00.00	00000	10.000,00
12.001.18.541.0006.2033	3.3.90.08.00.00	00000	8.000,00
12.001.18.541.0006.2033	3.3.90.14.00.00	00000	4.000,00
12.001.18.541.0006.2033	3.3.90.36.00.00	00000	6.024,00
12.001.18.541.0006.2033	3.3.90.40.00.00	00000	8.000,00
12.001.18.541.0006.2033	4.4.90.52.00.00	00000	2.000,00
14.001.13.392.0004.2035	3.3.90.31.00.00	00000	20.000,00
14.001.13.392.0004.2035	3.3.90.39.00.00	00000	130.000,00
15.001.27.812.0004.2037	3.3.90.31.00.00	00000	20.000,00
15.001.27.812.0004.2037	3.3.90.36.00.00	00000	10.000,00
		TOTAL	2.205.696,11

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO CONTAS DE RECEITA

Conta de receita		
Receita	Descrição	Valor
1.7.5.1.50.0.1.00.00.00.00.00	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB - PRINCIPAL	100.000,00
1.7.2.3.50.0.1.03.00.00.00.00	RECEITAS ESTADO SERV FAT. SUS	55.000,00
2.2.1.3.01.0.1.00.00.00.00.00	ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E SEMOVENTES - PRINCIPAL	349.412,58
2.4.2.2.99.0.1.04.00.00.00.00	ASS SOCIAL INCENTIVO CRECHES CC 23377-3 - LAGOINHA	1.343.882,75
2.4.2.9.99.0.1.04.00.00.00.00	CONVENIO SIT 78819 FONTE 10013 VEICULO HATCH	11,89
	TOTAL	1.848.307,22

SUPERAVIT FINANCEIRO

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
00973	Ass Social - DELIBERAÇÃO Nº 013-2025 CEDCA/PR Criança Adolescente Estado	600,00
00982	Ass Social Incentivo Creches CC 23377-3 - Lagoinha	650.479,27
01060	Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Livres	472,61
01062	Recursos não vinculados da compensação de impostos - Recursos Saúde	228,52
10006	Emenda P/ Saude (individual) PAP Proposta 36000649043202500 Dep Leandre	582,79
	TOTAL	652.363,19

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Tijucas do Sul, Estado do Paraná, 03 de agosto de 2026.

JOSE ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Jennifer Bruna Dos Santos
Código Identificador:7BC9D398

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 14 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana - PR	
Relatório Resumido da Execução Orçamentária	"REPUBLICADO"
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho	
RREO - Anexo 14 (LRF, Art. 48)	Em Reais
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	Até o bimestre
RECEITAS	
Previsão Inicial	93.000.000,00
Previsão Atualizada	129.524.967,74
Receitas Realizadas	47.080.515,47
Déficit Orçamentário	-
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	5.961.110,96
DESPESAS	
Dotação Inicial	93.000.000,00
Dotação Atualizada	135.486.078,70
Despesas Empenhadas	54.751.978,23
Despesas Liquidadas	42.271.381,88
Despesas Pagas	40.659.591,12
Superávit Orçamentário	4.809.133,59
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Até o bimestre
Despesas Empenhadas	54.751.978,23
Despesas Liquidadas	42.271.381,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o bimestre
Receita Corrente Líquida	88.476.002,71
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	84.251.002,71
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	83.436.922,71
RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES	Até o bimestre
Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)	
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Empenhadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Despesas Previdenciárias Pagas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação (b/a) à Meta	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha	4.847.499,00	7.721.186,53	159,28	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	0,00	6.703.583,14		
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento Até o bimestre	Pagamento Até o bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	442.674,86	0,00	442.674,86	0,00
Poder Executivo	442.674,86	0,00	442.674,86	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Executivo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	442.674,86	0,00	442.674,86	0,00

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	9.871.500,19	25%	29,35
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	5.032.754,73	70%	88,67
Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	0,00	0%	0,00
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00	15%	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
		% Mínimo a Aplicar no exercicio	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	7.327.200,71	15%	21,78
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente		
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)	0,00		

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:783FC15D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 1 -DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

PREFEITURA MUNIC. TRES BARRAS DO PARANA - PR - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL "REPUBLICADO"		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JULHO/2025 A JUNHO/2026		
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")		R$ 1,00
DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	42.394.663,33	-
Pessoal Ativo	40.908.274,30	-
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	35.248.547,10	-
Obrigações Patronais	5.659.727,20	-
Pessoal Inativo e Pensionistas	555.931,77	-
Aposentadorias, Reserva e Reformas	555.931,77	-
Pensões	-	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	930.457,26	-
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS(II)(§ 1º do art. 19 da LRF)	1.363.071,68	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	546.403,28	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	-	-
Agentes Comunitários de Saúde e de Combate às Endemias com Recursos Vinculados (CF, art. 198, §1	780.404,20	-
Parcela dedutível referente ao piso salarial do Enfermeiro, Técnico de Enfermagem, Auxiliar de Enfermagem e Parteira (ADCT, art. 38, §2º)	36.264,20	-
Outras Deduções Constitucionais ou Legais	-	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	41.031.591,65	-
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	88.476.002,71	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (V)	4.225.000,00	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16 da CF) (VI)	-	-
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, §11)(VII)	814.080,00	-
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (IV - V - VI - VII - VIII)	83.436.922,71	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VIII) = (III a + III b)	41.031.591,65	49,18
LIMITE MÁXIMO (IX) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	45.055.938,26	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (X) = (0,95 x IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	42.803.141,35	51,30
LIMITE DE ALERTA (XI) = (0,90 x IX) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	40.550.344,43	48,60
1.Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados incritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.		
Nota:		

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:9383CA34

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA

PREFEITURA MUNIC. TRES BARRAS DO PARANA - PR			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	"REPUBLICADO"		
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A JUNHO DE 2026			
RGF - ANEXO 2 (LRF, art.55, inciso I, alínea "b")	R$ 1,00		
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL			
DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	15.287.502,45	13.939.001,79	-
Dívida Mobiliária	-	-	-
Dívida Contratual	14.225.151,51	12.876.650,85	-
Empréstimos	13.488.892,07	12.293.184,76	-
Internos	13.488.892,07	12.293.184,76	-
Externos	-	-	-
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	-	-	-
Financiamentos	-	-	-
Internos	-	-	-
Externos	-	-	-
Parcelamento e Renegociação de dívidas	736.259,44	583.466,09	-
De Tributos	-	-	-
De Contribuições Previdenciárias	-	-	-
De Demais Contribuições Sociais	736.259,44	583.466,09	-
Do FGTS	-	-	-
Com Instituição Não Financeira	-	-	-
Demais Dívidas Contratuais	-	-	-
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não pagos	1.062.350,94	1.062.350,94	-
Outras Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES (II)	6.628.127,49	11.977.359,83	-
Disponibilidade de Caixa[1]	6.628.127,49	11.977.359,83	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.070.802,35	11.977.359,83	-
(-) Restos a Pagar Processados	442.674,86	-	-
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	8.659.374,96	1.961.641,96	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	83.947.092,82	88.476.002,71	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (V)	2.025.000,00	4.225.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	81.922.092,82	84.251.002,71	-
% da DC sobre a RCL AJUSTADA (I/VI)	18,66	16,54	-
% da DCL sobre a RCL AJUSTADA (III/VI)	10,57	2,33	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <0,00%>	-	-	-

LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - <0,00%>	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	-	-	-
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000² (Não incluídos na DCL)	-	-	-
PASSIVO ATUARIAL	-	-	-
RP NÃO-PROCESSADOS	-	-	-
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA – ARO	-	-	-
DÍVIDA CONTRATUAL DE PPP	-	-	-
APROPRIAÇÃO DE DEPÓSITOS JUDICIAIS	-	-	-
1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total da Disponibilidade de Caixa Bruta for menor que Restos a Pagar Processados, esse saldo negativo não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", no quadro "Outros Valores não integrantes da Dívida Consolidada".			
Assim, quando o cálculo de Disponibilidade de Caixa for negativo, o valor dessa linha deverá ser (0) "zero".			
2. Refere-se aos precatórios posteriores a 05/05/2000 que, em cumprimento ao disposto no artigo 100 da Constituição Federal, ainda não foram incluídos no orçamento ou constam no orçamento e ainda não foram pagos. Ao final do exercício em que esses precatórios foram incluídos ou que deveriam ter sido incluídos, os valores deverão compor a linha "Precatórios".			

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:914309AC

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR								
Relatório Resumido da Execução Orçamentária								
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida						"REPUBLICADO"		
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social								
Julho/2025 a Junho/2026								
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)						R$ 1,00		
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025		
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	7.837.888,67	6.807.920,27	9.127.117,32	6.770.632,62	8.569.170,06	9.868.268,21	99.709.499,02	103.491.185,40
	8.945.634,25	7.373.621,85	8.420.650,76	7.313.230,10	9.857.894,45	8.817.470,46		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	577.332,43	613.058,78	656.594,35	592.601,55	637.769,95	836.071,91	7.934.684,20	7.389.000,00
	490.746,30	511.244,77	815.835,73	765.922,82	726.710,14	710.795,47		
IPTU	81.188,22	67.249,44	59.922,47	71.351,55	38.274,43	35.073,69	1.093.375,76	745.000,00
	55.143,19	75.956,54	114.433,02	240.024,31	183.886,75	70.872,15		
ISS	130.279,95	113.046,36	173.003,12	118.294,17	128.267,26	110.544,37	1.619.317,75	1.522.000,00
	115.538,11	90.568,64	205.727,16	120.730,95	142.068,22	171.249,44		
ITBI	34.700,00	73.255,66	37.600,00	62.098,35	119.114,00	76.939,35	831.820,13	656.000,00
	15.180,00	24.660,00	151.000,00	59.540,00	58.472,77	119.260,00		
IRRF	263.705,28	290.325,77	303.491,74	266.558,47	276.720,56	554.858,97	3.541.369,49	3.405.000,00
	242.330,88	259.768,13	279.356,41	264.079,42	266.121,06	274.052,80		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.458,98	69.181,55	82.577,02	74.299,01	75.393,70	58.655,53	848.801,07	1.061.000,00
	62.554,12	60.291,46	65.319,14	81.548,14	76.161,34	75.361,08		
Contribuições	67.810,97	66.310,82	63.830,57	65.450,30	68.926,35	66.346,15	905.592,38	917.000,00
	77.924,34	80.408,84	92.084,77	72.738,77	66.430,81	117.329,69		
Receita Patrimonial	78.533,79	88.080,06	74.886,36	33.059,31	74.712,98	111.231,13	1.009.133,14	938.927,68
	87.935,78	81.864,69	98.634,20	83.342,44	98.529,82	98.322,58		
Rendimentos de Aplicação Financeira	78.533,79	80.785,02	71.195,81	29.166,64	69.332,73	107.342,32	956.284,09	878.427,68
	79.598,26	77.793,55	94.397,67	79.396,54	94.453,34	94.288,42		
Outras Receitas Patrimoniais	-	7.295,04	3.690,55	3.892,67	5.380,25	3.888,81	52.849,05	60.500,00
	8.337,52	4.071,14	4.236,53	3.945,90	4.076,48	4.034,16		
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	16.000,00
	-	-	-	-	-	-		
Receita Industrial	5.938,22	4.083,00	9.660,68	1.991,46	-	-	28.682,92	126.000,00
	862,86	1.690,50	2.429,70	1.188,00	838,50	-		
Receita de Serviços	104.498,54	29.791,23	48.443,40	111.372,38	38.299,87	45.750,11	570.410,49	1.340.000,00
	38.722,35	22.859,63	35.434,54	41.487,11	27.697,96	26.053,37		
Transferências Correntes	7.001.098,58	6.005.785,29	8.272.743,06	5.966.111,39	7.739.414,68	8.808.104,05	89.244.448,85	92.764.257,72
	8.249.350,16	6.674.671,16	7.376.170,27	6.348.504,33	8.937.575,57	7.864.920,31		
Cota-Parte do FPM	2.592.651,25	1.997.781,32	2.535.263,01	1.700.311,84	2.311.301,44	3.722.056,56	29.373.196,49	28.465.000,00
	2.362.580,48	2.970.471,41	1.798.800,24	2.117.912,54	2.563.346,58	2.700.719,82		
Cota-Parte do ICMS	2.409.108,70	1.949.036,08	2.396.615,04	2.171.344,92	2.023.290,95	2.566.101,26	27.009.456,32	28.500.000,00
	2.305.914,36	1.845.288,31	2.562.016,73	2.369.172,57	1.923.108,04	2.488.459,36		
Cota-Parte do IPVA	47.783,27	62.469,24	57.343,39	34.600,65	15.626,52	33.557,15	2.042.792,27	3.000.000,00
	920.437,54	316.510,81	190.631,57	163.049,84	135.071,65	65.710,64		
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025		
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
Cota-Parte do ITR	795,90	12.253,70	132.905,97	229.626,48	19.091,38	7.663,50	434.817,66	600.000,00
	14.328,04	8.241,53	4.974,60	1.334,40	2.968,46	633,70		
Transferências da LC 61/1989	29.147,01	32.196,20	34.143,39	32.743,74	32.362,65	39.200,98	402.934,56	435.000,00
	30.935,16	32.463,24	32.135,46	28.269,06	33.971,05	45.366,62		
Transferências do FUNDEB	795.281,66	740.551,43	726.044,49	973.054,85	849.140,44	1.013.324,72	10.727.981,21	10.807.047,72
	1.164.812,92	859.434,30	837.402,69	960.908,41	928.917,10	879.108,20		
Outras Transferências Correntes	1.126.330,79	1.211.497,32	2.390.427,77	824.428,91	2.488.601,30	1.426.199,88	19.253.270,34	20.957.210,00
	1.450.341,66	642.261,56	1.950.208,98	707.857,51	3.350.192,69	1.684.921,97		
Outras Receitas Correntes	2.676,14	811,09	958,90	46,23	10.046,23	764,86	16.547,04	-
	92,46	882,26	61,55	46,63	111,65	49,04		
DEDUÇÕES (II)	803.857,49	810.747,17	846.800,80	833.725,37	880.334,43	1.051.067,65	11.233.496,31	11.660.000,00
	1.126.838,56	1.034.595,00	917.711,64	935.947,38	931.692,94	1.060.177,88		
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-

	-	-	-	-	-	-		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	803.857,49	810.747,17	846.800,80	833.725,37	880.334,43	1.051.067,65	11.233.496,31	11.660.000,00
	1.126.838,56	1.034.595,00	917.711,64	935.947,38	931.692,94	1.060.177,88		
COTA-PARTE DO FPM	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.T.R.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
TRANSF.FINANC.ICMS DESON. L.C. 87	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.C.M.S.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.P.V.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.P.I. S/EXPORT.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-FPM	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-LEI COMPL.87/96	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-ICMS	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-IPI EXPORT.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	7.034.031,18	5.997.173,10	8.280.316,52	5.936.907,25	7.688.835,63	8.817.200,56	88.476.002,71	91.831.185,40
	7.818.795,69	6.339.026,85	7.502.939,12	6.377.282,72	8.926.201,51	7.757.292,58		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	200.000,00	625.000,00	300.000,00	900.000,00	-	4.225.000,00	2.000.000,00
	-	-	-	-	2.000.000,00	200.000,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	7.034.031,18	5.797.173,10	7.655.316,52	5.636.907,25	6.788.835,63	8.817.200,56	84.251.002,71	89.831.185,40
	7.818.795,69	6.339.026,85	7.502.939,12	6.377.282,72	6.926.201,51	7.557.292,58		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	121.440,00	814.080,00	765.000,00
	64.840,00	64.840,00	64.840,00	64.840,00	64.840,00	64.840,00		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	6.973.311,18	5.736.453,10	7.594.596,52	5.576.187,25	6.728.115,63	8.695.760,56	83.436.922,71	89.066.185,40
	7.753.955,69	6.274.186,85	7.438.099,12	6.312.442,72	6.861.361,51	7.492.452,58		

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:BC67FB88

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR								
Relatório Resumido da Execução Orçamentária								
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida							"REPUBLICADO"	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social								
Julho/2025 a Junho/2026								
RREO - ANEXO 3 (LRF, Art.53, inciso I)							R$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
RECEITAS CORRENTES (I)	7.837.888,67	6.807.920,27	9.127.117,32	6.770.632,62	8.569.170,06	9.868.268,21	99.709.499,02	103.491.185,40
	8.945.634,25	7.373.621,85	8.420.650,76	7.313.230,10	9.857.894,45	8.817.470,46		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	577.332,43	613.058,78	656.594,35	592.601,55	637.769,95	836.071,91	7.934.684,20	7.389.000,00
	490.746,30	511.244,77	815.835,73	765.922,82	726.710,14	710.795,47		
IPTU	81.188,22	67.249,44	59.922,47	71.351,55	38.274,43	35.073,69	1.093.375,76	745.000,00
	55.143,19	75.956,54	114.433,02	240.024,31	183.886,75	70.872,15		
ISS	130.279,95	113.046,36	173.003,12	118.294,17	128.267,26	110.544,37	1.619.317,75	1.522.000,00
	115.538,11	90.568,64	205.727,16	120.730,95	142.068,22	171.249,44		
ITBI	34.700,00	73.255,66	37.600,00	62.098,35	119.114,00	76.939,35	831.820,13	656.000,00
	15.180,00	24.660,00	151.000,00	59.540,00	58.472,77	119.260,00		
IRRF	263.705,28	290.325,77	303.491,74	266.558,47	276.720,56	554.858,97	3.541.369,49	3.405.000,00
	242.330,88	259.768,13	279.356,41	264.079,42	266.121,06	274.052,80		
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	67.458,98	69.181,55	82.577,02	74.299,01	75.393,70	58.655,53	848.801,07	1.061.000,00
	62.554,12	60.291,46	65.319,14	81.548,14	76.161,34	75.361,08		
Contribuições	67.810,97	66.310,82	63.830,57	65.450,30	68.926,35	66.346,15	905.592,38	917.000,00
	77.924,34	80.408,84	92.084,77	72.738,77	66.430,81	117.329,69		
Receita Patrimonial	78.533,79	88.080,06	74.886,36	33.059,31	74.712,98	111.231,13	1.009.133,14	938.927,68
	87.935,78	81.864,69	98.634,20	83.342,44	98.529,82	98.322,58		
Rendimentos de Aplicação Financeira	78.533,79	80.785,02	71.195,81	29.166,64	69.332,73	107.342,32	956.284,09	878.427,68
	79.598,26	77.793,55	94.397,67	79.396,54	94.453,34	94.288,42		
Outras Receitas Patrimoniais	-	7.295,04	3.690,55	3.892,67	5.380,25	3.888,81	52.849,05	60.500,00
	8.337,52	4.071,14	4.236,53	3.945,90	4.076,48	4.034,16		
Receita Agropecuária	-	-	-	-	-	-	-	16.000,00
	-	-	-	-	-	-		
Receita Industrial	5.938,22	4.083,00	9.660,68	1.991,46	-	-	28.682,92	126.000,00
	862,86	1.690,50	2.429,70	1.188,00	838,50	-		
Receita de Serviços	104.498,54	29.791,23	48.443,40	111.372,38	38.299,87	45.750,11	570.410,49	1.340.000,00
	38.722,35	22.859,63	35.434,54	41.487,11	27.697,96	26.053,37		
Transferências Correntes	7.001.098,58	6.005.785,29	8.272.743,06	5.966.111,39	7.739.414,68	8.808.104,05	89.244.448,85	92.764.257,72
	8.249.350,16	6.674.671,16	7.376.170,27	6.348.504,33	8.937.575,57	7.864.920,31		
Cota-Parte do FPM	2.592.651,25	1.997.781,32	2.535.263,01	1.700.311,84	2.311.301,44	3.722.056,56	29.373.196,49	28.465.000,00

	2.362.580,48	2.970.471,41	1.798.800,24	2.117.912,54	2.563.346,58	2.700.719,82		
Cota-Parte do ICMS	2.409.108,70	1.949.036,08	2.396.615,04	2.171.344,92	2.023.290,95	2.566.101,26	27.009.456,32	28.500.000,00
	2.305.914,36	1.845.288,31	2.562.016,73	2.369.172,57	1.923.108,04	2.488.459,36		
Cota-Parte do IPVA	47.783,27	62.469,24	57.343,39	34.600,65	15.626,52	33.557,15	2.042.792,27	3.000.000,00
	920.437,54	316.510,81	190.631,57	163.049,84	135.071,65	65.710,64		
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
Cota-Parte do ITR	795,90	12.253,70	132.905,97	229.626,48	19.091,38	7.663,50	434.817,66	600.000,00
	14.328,04	8.241,53	4.974,60	1.334,40	2.968,46	633,70		
Transferências da LC 61/1989	29.147,01	32.196,20	34.143,39	32.743,74	32.362,65	39.200,98	402.934,56	435.000,00
	30.935,16	32.463,24	32.135,46	28.269,06	33.971,05	45.366,62		
Transferências do FUNDEB	795.281,66	740.551,43	726.044,49	973.054,85	849.140,44	1.013.324,72	10.727.981,21	10.807.047,72
	1.164.812,92	859.434,30	837.402,69	960.908,41	928.917,10	879.108,20		
Outras Transferências Correntes	1.126.330,79	1.211.497,32	2.390.427,77	824.428,91	2.488.601,30	1.426.199,88	19.253.270,34	20.957.210,00
	1.450.341,66	642.261,56	1.950.208,98	707.857,51	3.350.192,69	1.684.921,97		
Outras Receitas Correntes	2.676,14	811,09	958,90	46,23	10.046,23	764,86	16.547,04	-
	92,46	882,26	61,55	46,63	111,65	49,04		
DEDUÇÕES (II)	803.857,49	810.747,17	846.800,80	833.725,37	880.334,43	1.051.067,65	11.233.496,31	11.660.000,00
	1.126.838,56	1.034.595,00	917.711,64	935.947,38	931.692,94	1.060.177,88		
Contribuição do Servidor para Plano de Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Rendimentos de Aplicações de Recursos Previdenciários	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	803.857,49	810.747,17	846.800,80	833.725,37	880.334,43	1.051.067,65	11.233.496,31	11.660.000,00
	1.126.838,56	1.034.595,00	917.711,64	935.947,38	931.692,94	1.060.177,88		
COTA-PARTE DO FPM	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.T.R.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
TRANSF.FINANC.ICMS DESON. L.C. 87	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.C.M.S.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.P.V.A.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
COTA-PARTE DO I.P.I. S/EXPORT.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-FPM	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-LEI COMPL.87/96	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES							
	Julho/2025	Agosto/2025	Setembro/2025	Outubro/2025	Novembro/2025	Dezembro/2025	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2026
	Janeiro/2026	Fevereiro/2026	Março/2026	Abril/2026	Maio/2026	Junho/2026		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-ICMS	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
DEDUÇÃO PARA O FUNDEB-IPI EXPORT.	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I-II)	7.034.031,18	5.997.173,10	8.280.316,52	5.936.907,25	7.688.835,63	8.817.200,56	88.476.002,71	91.831.185,40
	7.818.795,69	6.339.026,85	7.502.939,12	6.377.282,72	8.926.201,51	7.757.292,58		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, § 1º, da CF) (IV)	-	200.000,00	625.000,00	300.000,00	900.000,00	-	4.225.000,00	2.000.000,00
	-	-	-	-	2.000.000,00	200.000,00		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	7.034.031,18	5.797.173,10	7.655.316,52	5.636.907,25	6.788.835,63	8.817.200,56	84.251.002,71	89.831.185,40
	7.818.795,69	6.339.026,85	7.502.939,12	6.377.282,72	6.926.201,51	7.557.292,58		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, § 16, da CF) (VI)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
(-) Transferências da União relativas à remuneração dos agentes comunitários de saúde e de combate às endemias (CF, art. 198, § 11) (VII)	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	60.720,00	121.440,00	814.080,00	765.000,00
	64.840,00	64.840,00	64.840,00	64.840,00	64.840,00	64.840,00		
(-) Outras Deduções Constitucionais ou Legais (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	-	-	-		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DESPESA COM PESSOAL (IX) = (V - VI - VII - VIII)	6.973.311,18	5.736.453,10	7.594.596,52	5.576.187,25	6.728.115,63	8.695.760,56	83.436.922,71	89.066.185,40
	7.753.955,69	6.274.186,85	7.438.099,12	6.312.442,72	6.861.361,51	7.492.452,58		

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:8783745B

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 3 - DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

PREFEITURA MUNIC. TRES BARRAS DO PARANA - PR	
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	"REPUBLICADO"
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES	
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL	
JANEIRO A JUNHO DE 2026	
RGF - ANEXO 3 (LRF,art. 55, inciso I, alínea 'c' e art. 40, § 1º)	R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
AOS ESTADOS(I)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
AOS MUNICÍPIOS (II)	-	-	-
Em Operações de Crédito Externas	-	-	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)			
Em Operações de Crédito Externas			
Em Operações de Crédito Internas			
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)			
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS(V)=(I+II+III+IV)	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL(VI)	83.947.092,82	88.476.002,71	-
(-)Transferências obrigatórias da União relativas as emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF)(VII)	2.025.000,00	4.225.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VIII) = (VI - VII)	81.922.092,82	84.251.002,71	-
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL AJUSTADA (V/VIII)	-	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL 0%	-	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 0,00%	-	-	-

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2026	
		Até o 1º Semestre	Até o 2º Semestre
DOS ESTADOS (IX)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
DOS MUNICÍPIOS (X)	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	-	-	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (XI)			
Em Garantia às operações de Crédito Externas			
Em Garantia às operações de Crédito Internas			
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (XII)			
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS(XIII)=(IX+X+XI+XII)	-	-	-
MEDIDAS CORRETIVAS:			

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:C20AA061

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

PREFEITURA MUNIC. TRES BARRAS DO PARANA - PR		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	"REPUBLICADO"	
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
JANEIRO A JUNHO DE 2026		
RGF - ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")	R$ 1,00	
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Semestre	Até o Semestre
Mobiliária	-	-
Interna	-	-
Externa	-	-
Contratual	677.698,05	677.698,05
Interna	677.698,05	677.698,05
Empréstimos	677.698,05	677.698,05
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (I)	-	-
Externa	-	-
Empréstimos	-	-
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	-	-
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	-	-
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	-	-
Operações de crédito não sujeitas ao limite para fins de contratação[1] (II)	-	-
TOTAL (III)	677.698,05	677.698,05

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	88.476.002,71	-
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (§13, art. 166 da CF) (V)	4.225.000,00	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (VI) = (IV - V)	84.251.002,71	-
OPERAÇÕES VEDADAS (VII)	-	-
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (VIII)= (IIIa + VII - Ia - IIa)	677.698,05	0,80
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	-	-
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 90%	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Semestre	Até o Semestre
Parcelamento de Dívidas	-	-
Tributos	-	-
Contribuições Previdenciárias	-	-
FGTS	-	-
Demais Contribuições Sociais	-	-
Operações de Reestruturação e Recomposição do Principal de Dívidas	-	-
1 Conforme Manual de Instrução de Pleitos - MIP STN/COPEM, essas operações podem ser contratadas mesmo que não haja margem disponível nos limites.		
No entanto, uma vez contratadas, os fluxos de tais operações terão seus efeitos contabilizados para fins da contratação de outras operações de crédito.		

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:5B4EB093

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 4 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
"REPUBLICADO"		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS		
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (I)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-
Receitas de Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)[1]	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (III)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO - (IV) = (I+III-II)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (VI) = (IV – V)[2]	-	-	-	-	

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-
APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	-
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	-
Outros Aportes para o RPPS	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	-
Outros Bens e Direitos	-

FUNDO EM REPARTIÇÃO (PLANO FINANCEIRO)		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
RECEITAS CORRENTES (VII)	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita de Contribuições Patronais	-	-
Ativo	-	-
Inativo	-	-
Pensionista	-	-
Receita Patrimonial	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-
Receita de Serviços	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-

Compensação Financeira entre os regimes	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (VIII)	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (IX) = (VII + VIII)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Benefícios	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões por Morte	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Financeira entre os regimes	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM REPARTIÇÃO (X)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO - FUNDO EM REPARTIÇÃO (XI) = (IX – X)[2]	-	-	-	-	

APORTES DE RECURSOS PARA O FUNDO EM REPARTIÇÃO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	-
Recursos para Formação de Reserva	-
BENS E DIREITOS DO RPPS (FUNDO EM REPARTIÇÃO)	SALDO ATUAL
Caixa e Equivalentes de Caixa	-
Investimentos e Aplicações	-
Outros Bens e Direitos	-

ADMINISTRAÇÃO DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS		
RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Receitas Correntes	-	-
TOTAL DAS RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XII)	-	-

DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Despesas Correntes (XIII)	-	-	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital (XIV)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XV) = (XIII + XIV)	-	-	-	-	-
RESULTADO DA ADMINISTRAÇÃO RPPS (XVI) = (XII – XV)[2]	-	-	-	-	
BENS E DIREITOS - ADMINISTRAÇÃO DO RPPS	SALDO ATUAL				
Caixa e Equivalentes de Caixa	-				
Investimentos e Aplicações	-				
Outros Bens e Direitos	-				

BENEFICIOS PREVIDENCIÁRIOS MANTIDOS PELO TESOURO		
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
Contribuições dos Servidores	-	-
Demais receitas Previdenciárias	-	-
TOTAL DAS RECEITAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVII)	-	-

DESPESAS PREVIDENCIARIAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS No Exercício (g)
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO) (XVIII)	-	-	-	-	-
RESULTADO DOS BENEFÍCIOS MANTIDOS PELO TESOURO (XIX) = (XVII - XVIII)[2]	-	-	-	-	

1 Como a Portaria MPS 746/2011 determina que os recursos provenientes desses aportes devem permanecer aplicados, no mínimo, por 5 (cinco) anos, essa receita não deverá compor o total das receitas previdenciárias do período de apuração

2 O resultado previdenciário será apresentada por meio da diferença entre previsão da receita e a dotação da despesa e entre a receita realizada e a despesa liquidada (do 1º ao 5º bimestre) e a despesa empenhada (no 6º bimestre)

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:9B8DDAD7

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR		
Relatório Resumido da Execução Orçamentária		
Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal		"REPUBLICADO"
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)		R$ 1,00
ACIMA DA LINHA		
RECEITAS PRIMÁRIAS	Previsão Atualizada	Até o Bimestre/2026 Receitas Realizadas (a)
RECEITAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (I)	91.831.185,40	44.721.538,47
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.389.000,00	4.021.255,23
IPTU	745.000,00	740.315,96
ISS	1.522.000,00	845.882,52

ITBI	656.000,00	428.112,77
IRRF	3.405.000,00	1.585.708,70
Outros Impostos, Taxas, e Contribuições de Melhoria	1.061.000,00	421.235,28
Contribuições	917.000,00	506.917,22
Receita Patrimonial	938.927,68	548.629,51
Aplicações Financeiras (II)	878.427,68	519.927,78
Outras Receitas Patrimoniais	60.500,00	28.701,73
Transferências Correntes	81.104.257,72	39.444.228,40
Cota-Parte do FPM	23.312.000,00	11.611.065,09
Cota-Parte do ICMS	22.800.000,00	10.795.167,62
Cota-Parte do IPVA	2.400.000,00	1.433.130,57
Cota-Parte do ITR	480.000,00	25.984,65
Transferências da LC 61/1989	348.000,00	162.512,48
Transferências do FUNDEB	10.807.047,72	5.630.583,62
Outras Transferências Correntes	20.957.210,00	9.785.784,37
Demais Receitas Correntes	1.482.000,00	200.508,11
Outras Receitas Financeiras (III)	-	-
Receitas Correntes Restantes	1.482.000,00	200.508,11
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (IV) = [I - (II + III)]	90.952.757,72	44.201.610,69
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (V)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (VI)	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (VII)	37.693.782,34	2.358.977,00
Operações de Crédito (VIII)	8.454.160,66	677.698,05
Amortização de Empréstimos (IX)	-	-
Alienação de Bens	680.000,00	-
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (X)	-	-
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (XI)	-	-
Outras Alienações de Bens	680.000,00	-
Transferências de Capital	28.559.621,68	1.681.278,95
Convênios	3.017.000,00	-
Outras Transferências de Capital	25.542.621,68	1.681.278,95
Outras Receitas de Capital	-	-
Outras Receitas de Capital Não Primárias (XII)	-	-
Outras Receitas de Capital Primárias	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XIII) = [VII - (VIII + IX + X + XI + XII)]	29.239.621,68	1.681.278,95
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XIV)	-	-
RECEITAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XV)	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XVI) = (IV + V + XIII + XIV)	120.192.379,40	45.882.889,64
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XVII) = (IV + XIII)	120.192.379,40	45.882.889,64

DESPESAS PRIMÁRIAS	Dotação Atualizada	Até o Bimestre/2026					
		Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas (a)	Restos a Pagar Processados Pagos (b)	Restos a Pagar não Processados	
						Liquidados	Pagos (c)
DESPESAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XVIII)	88.074.549,12	38.024.815,58	37.250.861,20	35.673.177,87	-	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	40.621.510,01	20.204.666,69	20.204.653,06	20.107.752,17	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida (XIX)	1.553.000,00	914.364,16	914.364,16	914.364,16	-	-	-
Outras Despesas Correntes	45.900.039,11	16.905.784,73	16.131.843,98	14.651.061,54	-	-	-
Transferências Constitucionais e Legais	-	-	-	-	-	-	-
Demais Despesas Correntes	45.900.039,11	16.905.784,73	16.131.843,98	14.651.061,54	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (EXCETO FONTES RPPS) (XX) = (XVIII - XIX)	86.521.549,12	37.110.451,42	36.336.497,04	34.758.813,71	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXI)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS CORRENTES (COM FONTES RPPS) (XXII)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXIII)	43.711.529,58	15.246.171,63	3.539.529,66	3.515.596,75	442.674,86	-	-
Investimentos	40.535.529,58	13.219.972,92	1.513.330,95	1.489.398,04	442.674,86	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XXIV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XXV)	-	-	-	-	-	-	-
Aquisição de Título de Crédito (XXVI)	-	-	-	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida (XXVII)	3.176.000,00	2.026.198,71	2.026.198,71	2.026.198,71	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXVIII) = [XXIII - (XXIV + XXV + XXVI + XXVII)]	40.535.529,58	13.219.972,92	1.513.330,95	1.489.398,04	442.674,86	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXIX)	500.000,00	-	-	-	-	-	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPSS) (XXX)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS NÃO PRIMÁRIAS DE CAPITAL (COM FONTES RPPS) (XXXI)	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXXII) = (XX + XXI + XXVIII + XXIX + XXX)	127.557.078,70	50.330.424,34	37.849.827,99	36.248.211,75	442.674,86	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (EXCETO FONTES RPPS) (XXXIII) = (XX + XXVIII + XXIX)	127.557.078,70	50.330.424,34	37.849.827,99	36.248.211,75	442.674,86	-	-

RESULTADO PRIMÁRIO (COM RPPS) - Acima da Linha (XXXIV) = [XVIa - (XXXIIa + XXXIIb + XXXIIc)]	9.192.003,03	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXV) = [XVIIa - (XXXIIIa + XXXIIIb + XXXIIIc)]	9.192.003,03	
META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	4.847.499,00	
JUROS NOMINAIS	Até o Bimestre/2026	
	VALOR INCORRIDO	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)(XXXVI)	519.927,78	
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)(XXXVII)	914.364,16	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Acima da Linha (XXXVIII) = XXXV + (XXXVI - XXXVII)	8.797.566,65	
ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2025 (a)	Até o 3º Bimestre (b)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXXIX)	15.287.502,45	13.939.001,79
DEDUÇÕES (XL)	6.628.127,49	11.977.359,83
Disponibilidade de Caixa	6.628.127,49	11.977.359,83
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.070.802,35	11.977.359,83
(-) Restos a Pagar Processados (XLI)	442.674,86	-
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	-	-

Demais Haveres Financeiros	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XLII) = (XXXIX - XL)	8.659.374,96	1.961.641,96
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (XLIII) = (XLIIa - XLIIb)		6.697.733,00
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR CORRENTE	
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício	-	
AJUSTE METODOLÓGICO	Até o Bimestre/2026	
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XLIV) = (XLIb - XLIa)	-442.674,86	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (XLV) = (XI)	-	
VARIAÇÃO CAMBIAL (XLVI)	-	
VARIAÇÃO DO SALDO DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XLVII)	-	
VARIAÇÃO DO SALDO DAS DEMAIS OBRIGAÇÕES INTEGRANTES DA DC (XLVIII)	-	
OUTROS AJUSTES (XLXIX)	-	
RESULTADO NOMINAL (SEM RPPS) AJUSTADO - Abaixo da Linha (L) = [XLIII + (XLIV - XLV + XLVI + XLVII + XLVIII) +/- (XLXIX)]	6.255.058,14	
RESULTADO PRIMÁRIO (SEM RPPS) - Abaixo da Linha (LI) = (L) - (XXXVI - XXXVII)	6.649.494,52	
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA	
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	5.961.110,96	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	5.961.110,96	
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	-	

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:E8D696FB

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 6 - DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

PREFEITURA MUNIC. TRES BARRAS DO PARANA - PR - PODER EXECUTIVO		
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL	"REPUBLICADO"	
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
1º SEMESTRE DE 2026		
LRF, Art. 48 - Anexo 6	R$ 1,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR ATÉ O QUADRIMESTRE/SEMESTRE	
Receita Corrente líquida	88.476.002,71	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento	84.251.002,71	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal	83.436.922,71	
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal DTP	41.031.591,65	49,18
Limite Máximo (incisos I,II e III, art. 20 da LRF) - 54,00%	45.055.938,26	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF) - 51,30%	42.803.141,35	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 48,60%	40.550.344,43	48,60
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Dívida Consolidada Líquida	1.955.791,82	2,32
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
GARANTIAS DE VALORES	VALOR ATÉ O SEMESTRE DE REFERÊNCIA	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	-	-
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Operações de Crédito Internas e Externas	677.698,05	0,80
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	-	-

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:582B5ED0

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 8 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE		"REPUBLICADO"
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 8 (LDB,art. 72)		Em Reais
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (Arts. 212 e 212-A da Constituição Federal)		
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
1- RECEITA DE IMPOSTOS	6.328.000,00	3.600.019,95
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	745.000,00	740.315,96
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	656.000,00	428.112,77
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.522.000,00	845.882,52
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	3.405.000,00	1.585.708,70
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	61.000.000,00	30.034.823,81
2.1- Cota-Parte FPM	28.465.000,00	14.513.831,07
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	25.765.000,00	14.513.831,07
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alíneas d, e e f	2.700.000,00	-
2.2- Cota-Parte ICMS	28.500.000,00	13.493.959,37
2.3- Cota-Parte IPI-Exportação	435.000,00	203.140,59
2.4- Cota-Parte ITR	600.000,00	32.480,73
2.5- Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	1.791.412,05
2.6- Cota-Parte IOF-Ouro	-	-
2.7- Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-
3- TOTAL DA RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (1 + 2)	67.328.000,00	33.634.843,76

4- TOTAL DESTINADO AO FUNDEB - equivalente a 20% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7))	11.660.000,00	6.006.963,40
5- VALOR MÍNIMO A SER APLICADO ALÉM DO VALOR DESTINADO AO FUNDEB - 5% DE ((2.1.1) + (2.2) + (2.3) + (2.4) + (2.5) + (2.7)) + 25% DE ((1.1) + (1.2) + (1.3) + (1.4) + (2.1.2) + (2.6))	5.172.000,00	2.401.746,18
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6- TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS	10.895.047,72	5.675.562,52
6.1- FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	10.852.000,00	5.632.514,80
6.1.1- Principal	10.764.000,00	5.587.535,90
6.1.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	88.000,00	44.978,90
6.1.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.2- FUNDEB - Complementação da União - VAAF	43.047,72	43.047,72
6.2.1- Principal	43.047,72	43.047,72
6.2.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.2.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
6.3- FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-
6.3.1- Principal	-	-

6.3.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.3.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
FUNDEB		
RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
6.4- FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-
6.4.1- Principal	-	-
6.4.2- Rendimentos de Aplicação Financeira	-	-
6.4.3- Ressarcimento de recursos do Fundeb	-	-
7- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (6.1.1 – 4)[1]	(896.000,00)	(419.427,50)
RECURSOS RECEBIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E NÃO UTILIZADOS (SUPERÁVIT)	VALOR	
8- TOTAL DOS RECURSOS DE SUPERÁVIT	-	
8.1- SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR	-	
8.2- SUPERÁVIT RESIDUAL DE OUTROS EXERCÍCIOS	-	
9- TOTAL DOS RECURSOS DO FUNDEB DISPONÍVEIS PARA UTILIZAÇÃO (6 + 8)	5.675.562,52	

DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
10- TOTAL DAS DESPESAS COM RECURSOS DO FUNDEB	10.984.143,19	5.382.477,27	5.382.477,27	5.382.477,27	-
10.1- PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	8.531.000,00	5.032.754,73	5.032.754,73	5.032.754,73	-
10.1.1 - Educação Infantil	2.873.000,00	1.926.421,92	1.926.421,92	1.926.421,92	-
10.1.2 - Ensino Fundamental	4.962.000,00	2.699.470,25	2.699.470,25	2.699.470,25	-
10.1.3 - Educação de Jovens e Adultos	14.000,00	-	-	-	-
10.1.4 - Educação Especial	682.000,00	406.862,56	406.862,56	406.862,56	-
10.1.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2- OUTRAS DESPESAS	2.453.143,19	349.722,54	349.722,54	349.722,54	-
10.2.1 - Educação Infantil	-	-	-	-	-
10.2.2 - Ensino Fundamental	2.453.143,19	349.722,54	349.722,54	349.722,54	-
10.2.3 - Educação de Jovens e Adultos	-	-	-	-	-
10.2.4 - Educação Especial	-	-	-	-	-
10.2.5 - Administração Geral	-	-	-	-	-
10.2.6 - Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
10.2.7 - Outras	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	5.293.381,80	5.293.381,80	5.293.381,80	-	-	-
11.1- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	5.262.649,80	5.262.649,80	5.262.649,80	-	-	-
11.2- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAF	30.732,00	30.732,00	30.732,00	-	-	-
11.3- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAT	-	-	-	-	-	-

INDICADORES DO FUNDEB						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS DO FUNDEB RECEBIDAS NO EXERCÍCIO	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (SEM DISPONIBILIDADE DE CAIXA)[7] (h)	DESPESAS LIQUIDADAS / EMPENHADAS EM VALOR SUPERIOR AO TOTAL DAS RECEITAS RECEBIDAS NO EXERCÍCIO (i)
11.4- Total das Despesas custeadas com FUNDEB - Complementação da União - VAAR	-	-	-	-	-	-
12- OUTRAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE INDICADORES	-	-	-	-	-	-
12.1- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA	5.032.754,73	5.032.754,73	5.032.754,73	-	-	-
12.2- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB COM CRIAÇÃO DE MATRÍCULAS EM ETI	105.387,83	105.387,83	105.387,83	-	-	-
13- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO - VAAT APLICADAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	-	-	-	-	-	-
14- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM FUNDEB - COMPLEMENTAÇÃO DA	-	-	-	-	-	-

UNIÃO - VAAT APLICADAS EM DESPESA DE CAPITAL						

INDICADORES - Art. 212-A, inciso XI e § 3º - Constituição Federal[2]	VALOR EXIGIDO (j)	VALOR APLICADO (k)	VALOR CONSIDERADO APÓS DEDUÇÕES (l)	% APLICADO (m)
15- Indicadores do FUNDEB (70% e 4%)	-	-	-	-
15.1- Mínimo de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	3.972.893,76	5.032.754,73	5.032.754,73	88,67
15.2- Mínimo de 4% do FUNDEB na Criação de Matrículas em ETI[11]	227.022,50	105.387,83	105.387,83	1,86
16- Percentual da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT na Educação Infantil (Indicador IEI - 0%)	-	-	-	-
17- Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB - VAAT em Despesas de Capital	-	-	-	-

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Máximo de 10% de Superávit)[3]	VALOR MAXIMO PERMITIDO (n)	VALOR NÃO APLICADO (o)	VALOR NÃO APLICADO APÓS AJUSTE (p)	VALOR NÃO APLICADO EXCEDENTE AO MÁXIMO PERMITIDO (q)	% NÃO APLICADO (r)
18- Total da Receita Recebida e não Aplicada no Exercício	567.556,25	382.180,72	382.180,72	-	6,73

INDICADOR - Art.25, § 3º - Lei nº 14.113, de 2020 - (Aplicação do Superávit de Exercício Anterior)[3]	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (s)	VALOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ANTERIOR (t)	VALOR DE SUPERÁVIT APLICADO ATÉ O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (u)	VALOR APLICADO APÓS O PRIMEIRO QUADRIMESTRE (v)	VALOR TOTAL DE SUPERÁVIT NÃO APLICADO ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO (w)	VALOR DE SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL
19- TOTAL DAS DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT DO FUNDEB	-	-	89.095,47	-	-89.095,47	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE – CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS (EXCETO FUNDEB)					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS - EXCETO FUNDEB (Por Subfunção)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
20- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS	8.737.501,00	3.956.217,75	3.864.536,79	3.428.858,63	-
20.1- Educação Infantil	4.776.001,00	2.153.524,88	2.111.076,08	1.946.921,50	-
20.2- Ensino Fundamental	3.362.500,00	1.604.744,68	1.556.393,24	1.308.464,86	-
20.3- Educação de Jovens e Adultos	31.000,00	-	-	-	-
20.4- Educação Especial	568.000,00	197.948,19	197.067,47	173.472,27	-
20.5- Administração Geral	-	-	-	-	-
20.6- Transporte (Escolar)	-	-	-	-	-
20.7- Outras	-	-	-	-	-

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE - CUSTEADAS COM RECEITA DE IMPOSTOS E COM RECURSOS DO FUNDEB					
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE - RECEITAS DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB (Por Área de Atuação)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
21- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE CUSTEADAS COM RECEITAS DE IMPOSTOS E FUNDEB	19.721.644,19	9.338.695,02	9.247.014,06	8.811.335,90	-
21.1- Educação Infantil	7.649.001,00	4.079.946,80	4.037.498,00	3.873.343,42	-
21.1.1- Creche	2.137.000,00	906.607,36	904.812,94	855.057,51	-
21.1.2- Pré-escola	5.512.001,00	3.173.339,44	3.132.685,06	3.018.285,91	-
21.2- Ensino Fundamental	12.072.643,19	5.258.748,22	5.209.516,06	4.937.992,48	-
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL					VALOR
22- TOTAL DAS DESPESAS DE MDE CUSTEADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS = L20(d ou e)					3.864.536,79
23- TOTAL DAS RECEITAS TRANSFERIDAS AO FUNDEB = (L4)					6.006.963,40
24- (-) RECEITAS DO FUNDEB NÃO UTILIZADAS NO EXERCÍCIO, EM VALOR SUPERIOR A 10% = L18(q)					-
25- (-) SUPERÁVIT PERMITIDO NO EXERCÍCIO IMEDIATAMENTE ANTERIOR NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO ATUAL = L19(x)					-
26- (-) RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS					-
27- (-) CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = L30.1(af)					-
28- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE (22 + 23 - 24 - 25 - 26 - 27)					9.871.500,19
APURAÇÃO DO LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL[2 e 5]	VALOR EXIGIDO (z)		VALOR APLICADO (aa)		% APLICADO (ab)
29- APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS	8.408.709,58		9.871.500,19		29,35
RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES DE DESPESAS CONSIDERADAS PARA CUMPRIMENTO DO LIMITE[8]	SALDO INICIAL (ac)	RP LIQUIDADOS (ad)	RP PAGOS (ae)	RP CANCELADOS (af)	SALDO FINAL (ag) = (ac) - (ae) - (af)
30- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
30.1 - Executadas com Recursos de Impostos e Transferências de Impostos	-	-	-	-	-
30.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Impostos	-	-	-	-	-
30.3 - Executadas com Recursos do FUNDEB - Complementação da União (VAAT + VAAF + VAAR)	-	-	-	-	-
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)			RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	
31- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.893.000,00			880.704,98	
31.1- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE (INCLUINDO RENDIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA)	1.529.000,00			671.273,47	
31.1.1- Salário-Educação	767.000,00			456.766,66	
31.1.2- PDDE	-			-	
31.1.3- PNAE	227.000,00			156.724,79	
31.1.4- PNATE	135.000,00			57.782,02	
31.1.5- Outras Transferências do FNDE	400.000,00			-	
31.2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-			257,70	
31.3- RECEITA DE ROYALTIES DESTINADOS À EDUCAÇÃO	-			-	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE		
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
31.4- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À EDUCAÇÃO	-	-
31.5- RECEITA DE PRECATÓRIOS - FUNDEF E FUNDEB	-	-
31.6- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	364.000,00	209.173,81

OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (Por Subfunção)[6]	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)

32- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	2.886.027,21	896.834,94	876.247,32	802.454,94	-
32.1- EDUCAÇÃO INFANTIL	243.000,00	166.120,85	157.600,01	148.808,30	-
32.2- ENSINO FUNDAMENTAL	1.829.027,21	726.645,42	714.578,64	649.965,00	-
32.3- ENSINO MÉDIO	-	-	-	-	-
32.4- ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-	-
32.5- ENSINO PROFISSIONAL	-	-	-	-	-
32.6- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	7.000,00	1.896,90	1.896,90	1.509,87	-
32.7- EDUCAÇÃO ESPECIAL	807.000,00	2.171,77	2.171,77	2.171,77	-
32.8- OUTRAS	-	-	-	-	-
TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS Até o Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)	DESPESAS PAGAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)
33- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO (10 + 20 + 32)	22.607.671,40	10.194.498,43	10.082.229,85	9.572.759,31	-
33.1- Despesas Correntes	20.859.896,47	10.144.100,09	10.031.831,51	9.522.360,97	-
33.1.1- Pessoal Ativo	12.601.500,00	6.728.100,09	6.728.100,09	6.728.100,09	-
33.1.2- Pessoal Inativo	-	-	-	-	-
33.1.3-Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.1.4- Outras Despesas Correntes	8.258.396,47	3.416.000,00	3.303.731,42	2.794.260,88	-
33.2- Despesas de Capital	1.747.774,93	50.398,34	50.398,34	50.398,34	-
33.2.1- Transferências às instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos	-	-	-	-	-
33.2.2- Outras Despesas de Capital	1.747.774,93	50.398,34	50.398,34	50.398,34	-
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)		SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)		
34- DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025	89.095,47		-		
35- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário)	5.675.562,52		456.766,66		
36- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE (orçamentário e restos a pagar)	5.423.508,80		413.819,29		
37- (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	341.149,19		42.947,37		
38- (+) AJUSTES POSITIVOS (RETENÇÕES E OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-		-		
39- (-) AJUSTES NEGATIVOS (OUTROS VALORES EXTRAORÇAMENTÁRIOS)	-		-		

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E CONCILIAÇÃO BANCÁRIA	FUNDEB (ah)	SALÁRIO EDUCAÇÃO (ai)
40- (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO (Saldo Bancário)	341.149,19	42.947,37
1 Os valores informados devem corresponder ao efetivamente transferido. Os percentuais correspodem ao disposto na legislação.		
2 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.		
3 Art. 25, § 3º, Lei 14.113/2020: "Até 10% (dez por cento) dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União, nos termos do § 2º do art. 16 desta Lei, poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.		
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.		
5 Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.		
6 As linhas representam áreas de atuação e não correspondem exatamente às subfunções da Função Educação. As despesas classificadas nas demais subfunções típicas e nas subfunções atípicas deverão ser rateadas para essas áreas de atuação.		
7 Valor inscrito em RPNP sem disponibilidade de caixa, que não será considerado na apuração dos indicadores e limites. Para as linhas 15, 16 e 17, deverá ser comparado o total inscrito em RPNP com a disponibilidade de caixa por fonte de recursos. Para a linha 14, deverá ser verificada a diferença entre a disponibilidade nas Fontes do Fundeb e os RPNP referentes a essas despesas. Para a linha 18, deverá ser verificada a diferença entre as disponibilidades na Fonte VAAT e os RPNP dessas despesas.		
8 Controle da execução de restos a pagar considerados no cumprimento do limite mínimo dos exercícios anteriores.		
9 Nesta coluna não devem se informados valores inferiores a 0 (zero).		
10 Essa coluna não deve conter percentual superior a 100%. Caso isso ocorra, em razão de valores informados na coluna (i), os percentuais devem ser ajustados para 100%.		
11 Até o atingimento das metas do Plano Nacional de Educação, nos termos do art. 212-A, XV da Constituição e observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Educação.		

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:8CEF9267

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º77/2026

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. º77/2026

PARTES: **MUNICÍPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF sob nº. 68.703.834/0001-05, e, de outro lado à empresa: **VENEZA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA** CNPJ: sob nº. 13.229.567/0001-86,
OBJETO: Registro de Preços para futuras e **Eventuais Aquisições Parcelada de Fraldas Geriátricas**, conforme especificações contidas no Anexo I do Edital.

LOTE 1: R$ 896,00
(Oitocentos e noventa e seis reais).
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI

Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL – TAMANHO P** Fralda descartável geriátrica, formato anatômico, hipoalérgica e atóxica. Possuir Cobertura externa impermeável, flexível e resistente, camada interna suave, elásticos, adesivo termoplástico, mínimo de 2 (duas) fitas adesivas reposicionáveis, reajustáveis e barreiras antivazamento, com gel de alta absorção. Indicada para usuários de 20 a 40 kg, com cintura de 40 a 80 cm (aproximado). Produto em conformidade com a RDC nº 142/2017 da ANVISA e demais legislações vigentes. Embalagem com todas as informações obrigatórias do fabricante, lote e validade mínimo de 12meses, a partir da data de entrega. **MARCA SENIOR LIFE PLUS**	UNIDADE	800	R$ 1,12	R$ 896,00

LOTE 2: R$ 6.400,00
(Seis mil e quatrocentos reais).
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI

Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL – TAMANHO M** Fralda descartável geriátrica, formato anatômico, hipoalergênica e atóxica. Possuir cobertura externa impermeável, flexível e resistente, camada interna suave, elásticos, adesivo termoplástico, mínimo de 2 (duas) fitas adesivas reposicionáveis, reajustáveis e barreiras antivazamento, com gel de alta absorção. Indicada para usuários de 40 a 70 kg, com cintura de 80 a 130 cm (aproximado). Produto em conformidade à RDC nº 142/2017 da ANVISA e demais legislações vigentes. Embalagem com todas as informações obrigatórias do fabricante, lote e validade mínimo de 12meses, a partir da data de entrega. **MARCA SENIOR LIFE PLUS**	UNIDADE	5000	R$ 1,28	R$ 6.400,00

LOTE 3: R$ 9.600,00
(Nove mil e seiscentos reais).
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI

Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL - TAMANHO G** Fralda descartável geriátrica, formato anatômico, hipoalergênica e atóxica. Possuir cobertura externa impermeável e resistente, camada interna suave, elásticos, adesivo termoplástico, mínimo de 2 (duas) fitas adesivas reposicionáveis, reajustáveis e barreiras antivazamento, com gel de alta absorção. Indicada para usuários de 70 a 90 kg, com cintura de 100 a 150 cm. (aproximado). Produto em conformidade à RDC nº 142/2017 da ANVISA. e demais legislações vigentes. Embalagem com todas as informações obrigatórias do fabricante, lote e validade mínimo de 12meses, a partir da data de entrega. **MARCA SENIOR LIFE PLUS**	UNIDADE	7.500	R$ 1,28	R$ 9.600,00

LOTE 4: R$ 9.230,00
(Nove mil, duzentos e trinta reais).
PARA PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME/EPP/MEI

Item	Descrição	Un	Quant.	Valor Máx. Unit. (R$)	Valor Máx. Total. (R$)
1	**FRALDA GERIÁTRICA DESCARTÁVEL – TAMANHO XG** Fralda descartável geriátrica, formato anatômico, hipoalérgica e atóxica. Possuir cobertura externa impermeável e resistente, camada interna suave, elásticos, adesivo termoplástico, mínimo de 2 (duas) fitas adesivas reposicionáveis, reajustáveis e barreiras antivazamento, com gel de alta absorção. Indicada para usuários acima de 90 kg, com cintura de 120 a 168 cm (aproximado). Produto em conformidade à RDC nº 142/2017 da ANVISA e demais legislações vigentes. Embalagem com todas as informações obrigatórias do fabricante, lote e validade mínimo de 12meses, a partir da data de entrega. **MARCA SENIOR LIFE PLUS**	UNIDADE	6.500	R$ 1,42	R$ 9.230,00

VALIDADE DOS PREÇOS: 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, (art. 84 da Lei n. º14.133/2021.

DAS DOTAÇÕES: As despesas decorrentes do objeto desta contratação correrão às contas de recursos próprios consignados no Orçamento desta Prefeitura, e serão empenhados nas rubricas:

06.002.10.301.0013.2.041 - Manutenção da Rede Municipal de Atenção à Primária			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
186	3.3.90.32.00.00	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	1103

06.002.10.302.0014.2.044 - Manutenção da Rede Municipal de Saude Media Complexidade			
Reduzido	*Elemento de Despesa*		*Fonte*
223	3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	1303

DATA: Tunas do Paraná, 02 de setembro de 2026.

ASSINAM O TERMO: MARCO ANTONIO BALDÃO - Prefeito Municipal
IVONEI CESAR BALBINOT - Representante Legal Empresa Contratada.

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:A0C3008E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 099/2026

Abre no Orçamento do Executivo Municipal do exercício financeiro de 2026, Crédito Adicional Suplementar em virtude do cancelamento de dotação orçamentária do exercício e excesso de arrecadação do exercício.

O Prefeito do Município de Turvo, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, com base na Lei Federal n° 4.320/64 e na Lei Municipal n° 82 de 24 de novembro de 2025, resolve e

DECRETA:

Art. 1º Abre no orçamento do Município para o exercício financeiro de 2026, **Crédito Adicional Suplementar** no valor de **R$ 641.538,74** (seiscentos e quarenta e um mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos), destinados a suplementar as dotações do orçamento conforme segue:

Suplementar		
Códigos	Descrição	Valor
07	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.607.0701.2028	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA ÁGUA É SAÚDE	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
4691	00970-CONVENIO FEDERAL SICONV N° 970019/2024 FUNASA	616.538,74
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.003	DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
15.122.1202.2104	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E URBANISMO	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
7050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.000,00
	TOTAL	**641.538,74**

Art. 2º Os Recursos para Abertura do **Crédito Adicional Suplementar**, que trata o art. 1º deste decreto, decorrerão:

§ 1º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto, em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso III, os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias no valor de **R$ 25.000,00** (vinte e cinco mil reais), conforme segue:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
12	SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, ENGENHARIA E URBANISMO	
12.002	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.1201.1101	PARQUE MUNICIPAL	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6720	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
18.541.1201.2099	CENTRO DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6890	00000-Recursos Ordinários (Livres)	15.000,00
	TOTAL	**25.000,00**

§ 2º Para dar cobertura ao **Crédito Adicional Suplementar** aberto em conformidade com o artigo Art. 43 da Lei Federal n° 4320/1964, § 1º, Inciso II, os provenientes do excesso de arrecadação orçamentária de fonte vinculada do orçamento vigente no valor de **R$ 616.538,74** (seiscentos e dezesseis mil, quinhentos e trinta e oito reais e setenta e quatro centavos), conforme segue:

Fonte		
Fonte	Descrição	Valor
000970	CONVENIO FEDERAL SICONV N° 970019/2024 FUNASA	616.538,74
	TOTAL	**616.538,74**

Art. 3° Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4° Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Turvo, em 02 de setembro de 2026.

ANTÔNIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto
Código Identificador:3EF687F7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PMU

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2026 – PMU

O **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56, com sede administrativa na Avenida Rio Branco, 3717, Centro Cívico, em Umuarama, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. **ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,** brasileiro, casado, empresário/agente político, portador do RG nº **891472-* – SESP-PR, inscrito no CPF sob nº ***.395.309-**, residente e domiciliado nesta cidade de Umuarama, Paraná, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, considerando o procedimento de Licitação **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS** nº 048/2026 - PMU, publicado no Jornal Diário Oficial dos Municípios de 02 de julho de 2026, processo administrativo n.º *2026/05/277*, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no *Aviso do Pregão Eletrônico nº 048/2026 - PMU*, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e demais disposições legais, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1 A presente Ata tem por objeto o registro Registro de Preços para a Contratação de empresa para fornecimento eventual e parcelado de passagens de transporte rodoviário intermunicipal e interestadual, por meio de Sistema de Registro de Preços, destinadas aos usuários atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como aos técnicos e profissionais da equipe de referência que necessitem acompanhar os usuários durante os deslocamentos, quando tal acompanhamento for indispensável à garantia da proteção social e à efetividade do atendimento prestado, anexo ao processo de Pregão Eletrônico n.º 048/2026 - PMU, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 Os preços registrados, as especificações do objeto, os quantitativos estimados, fornecedor e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	Valor Unit. (R$)	Valor Total (R$)	Empresa	Validade do Registro de Preços (01 – um ano)
01	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para Florianópolis (SC)	20	Und.	R$ 345,00	R$ 6.900,00	Nordeste Transportes Ltda	21/08/2027
02	Passagem de ônibus de linha de Florianópolis (SC) para Umuarama (PR)	20	Und.	R$ 348,00	R$ 6.960,00	Nordeste Transportes Ltda	21/08/2027
03	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para B. Camboriú (SC)	10	Und.	R$ 280,00	R$ 2.800,00	Nordeste Transportes Ltda	21/08/2027
04	Passagem de ônibus de linha de B. Camboriú (SC) para Umuarama (PR)	10	Und.	R$ 315,00	R$ 3.150,00	N A Viagem Turismo e Locações Ltda	21/08/2027
05	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para Joinville (SC)	10	Und.	R$ 290,00	R$ 2.900,00	N A Viagem Turismo e Locações Ltda	21/08/2027
06	Passagem de ônibus de linha de Joinville (SC) para Umuarama (PR)	10	Und.	R$ 283,00	R$ 2.830,00	N A Viagem Turismo e Locações Ltda	21/08/2027
07	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para Itapema (SC)	10	Und.	R$ 294,56	R$ 2.945,60	Nordeste Transportes Ltda	21/08/2027
08	Passagem de ônibus de linha de Itapema (SC) para Umuarama (PR)	10	Und.	R$ 309,00	R$ 3.090,00	Nordeste Transportes Ltda	21/08/2027
09	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para Itajaí (SC)	10	Und.	R$ 314,00	R$ 3.140,00	Nordeste Transportes Ltda	21/08/2027
10	Passagem de ônibus de linha de Itajaí (SC) para Umuarama (PR)	10	Und.	R$ 307,89	R$ 3.078,90	Nordeste Transportes Ltda	21/08/2027
13	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para São Paulo (SP)	80	Und.	R$ 237,50	R$ 19.000,00	Empresa de Transportes Andorinha SA	21/08/2027
14	Passagem de ônibus de linha de São Paulo (SP) para Umuarama (PR)	80	Und.	R$ 242,00	R$ 19.360,00	Empresa de Transportes Andorinha SA	21/08/2027
15	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para Campinas (SP)	10	Und.	R$ 291,98	R$ 2.919,80	Viação Garcia Ltda	21/08/2027
16	Passagem de ônibus de linha de Campinas (SP) para Umuarama (PR)	10	Und.	R$ 305,00	R$ 3.050,00	Viação Garcia Ltda	21/08/2027
17	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para Piracicaba (SP)	10	Und.	R$ 281,00	R$ 2.810,00	Viação Garcia Ltda	21/08/2027
18	Passagem de ônibus de linha de Piracicaba (SP) para Umuarama (PR)	10	Und.	R$ 281,00	R$ 2.810,00	Viação Garcia Ltda	21/08/2027
23	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para Campo Grande(MS)	40	Und.	R$ 202,00	R$ 8.080,00	Viação Umuarama Ltda	21/08/2027
24	Passagem de ônibus de linha de Campo Grande(MS) para Umuarama(PR)	40	Und.	R$ 202,00	R$ 8.080,00	Viação Umuarama Ltda	21/08/2027
25	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para Dourados(MS) - Executivo(semanal)	40	Und.	R$ 104,98	R$ 4.199,20	Viação Garcia Ltda	21/08/2027
26	Passagem de ônibus de linha de Dourados(MS) para Umuarama (PR)- frequencia semanal	40	Und.	R$ 95,00	R$ 3.800,00	Viação Umuarama Ltda	21/08/2027
27	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para Naviraí(MS) - Executivo (semanal)	50	Und.	R$ 59,99	R$ 2.999,50	Viação Garcia Ltda	21/08/2027
28	Passagem de ônibus de linha de Naviraí(MS) para Umuarama (PR) - frequencia semanal	50	Und.	R$ 59,00	R$ 2.950,00	Viação Umuarama Ltda	21/08/2027
29	Passagem de ônibus de linha de Umuarama (PR) para Nova Alvorada do Sul (MS)	10	Und.	R$ 154,00	R$ 1.540,00	Viação Umuarama Ltda	21/08/2027
30	Passagem de ônibus de linha de Nova Alvorada do Sul (MS) para Umuarama (PR)	10	Und.	R$ 154,00	R$ 1.540,00	Viação Umuarama Ltda	21/08/2027
				Valor Total:		**R$ 120.933,00**	

3. DO ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1 O órgão gerenciador será o **MUNICÍPIO DE UMUARAMA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.247.378/0001-56.

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente deste Pregão Eletrônico, conforme justificativa apresentada nos estudos técnicos preliminares

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.2 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contado da data de sua assinatura, tendo eficácia legal após a publicação de seu extrato no Diário Oficial do Município, contudo prorrogável por igual período, desde que demonstrado o interesse da Administração Pública, bem como a vantajosidade dos preços registrados, conforme art. 84, da Lei nº 14.133/21 e o art. 48, do Decreto Municipal nº 067/2023.

5.1.1 Em caso de prorrogação da ata, poderá ser renovado o quantitativo originalmente registrado.

5.1.2 O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.3 Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2 A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.2.1 O instrumento contratual de que trata o item 5.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
5.3 Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
5.4 Após a homologação da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
5.4.1 Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade do fornecedor oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no *aviso de contratação direta* e se obrigar nos limites dela.
5.5 O preço registrado com indicação do fornecedor será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
5.6 Após a homologação da contratação direta, o fornecedor será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.7 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.8 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
5.9 Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
5.9.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
5.10 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
5.11 Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
5.12 Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do *Edital de Pregão Eletrônico n° 048/2026 - PMU* , poderá:
5.12.1 Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
5.12.2 Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
5.13 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1 Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
6.2 Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
6.3 Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
6.4 Na hipótese de previsão no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021;
6.4.1 No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
6.4.2 No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
7.1 Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
7.2 Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
7.3 Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
7.4 Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
7.5 Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
7.6 Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
7.7 Neste caso, o fornecedor encaminhará, junto com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
7.8 Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
7.9 Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
7.10 O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
8.1 O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
8.1.1 Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

8.1.2 Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
8.1.3 Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou.
8.1.4 Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
8.1.4.1 Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
8.2 O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 8.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
8.3 O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
8.3.1 Por razão de interesse público;
8.3.2 A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou.
8.3.3 Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023

9. DAS PENALIDADES

9.1 O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no *Edital de Pregão Eletrônico nº 048/2026 - PMU*.
9.2 É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10. DAS CONDIÇÕES GERAIS

10.1 O objeto da contratação deverá ser entregue, executado ou disponibilizado nos prazos, locais e condições estabelecidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, observadas as especificações constantes no Termo de Referência, na proposta apresentada e nas autorizações emitidas pela Administração.
10.2 O objeto deste contrato deverá ser entregue, conforme necessidade da Secretaria de Assistência Social;
10.3 As passagens serão concedidas mediante autorização emitida pela Secretaria Municipal de Assistência Social, contendo nome completo, RG e CPF do beneficiário.
10.4 As autorizações poderão ser emitidas tanto para usuários atendidos pelos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais quanto para técnicos e profissionais da equipe de referência, quando houver necessidade de acompanhamento durante o deslocamento, conforme avaliação técnica e justificativa constante nos autos administrativos.
10.5 A empresa tem o prazo de 48 (quarenta e oito) horas para embarcar o usuário.
10.6 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei Federal n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Parágrafo Primeiro: Os bens objeto da presente contratação são caracterizados como comuns e não possuem fornecimento de natureza contínua, nos termos do art. 6º, incisos XIII e XV, respectivamente, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Parágrafo Segundo: As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços poderão serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, nos termos do que dispõe o art. 95 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Terceiro: Vinculam esta contratação, independente de transcrição:
I – O Termo de Referência;

II – O Edital de Licitação;

III – A Proposta da Contratada, ora Detentora da Ata.
IV – Eventuais anexos e documentos presentes no Processo Licitatório nº 048/2026 – PMU – Sistema de Registro de Preços.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas correrão por conta da dotação orçamentária:

14.001.08.244.0012.2.322 – ED: 3.3.90.32.00.00 – D: 863 – F: 1000

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 01 (uma) via de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Umuarama, 21 de agosto de 2026.

TEÓFILO BOIKO
Nordeste Transportes LTDA
Detentora da Ata

GERMANO BOIKO
Nordeste Transportes LTDA
Detentora da Ata

LILYAN MANASSEIAS R. D. DE ARAUJO
N A Viagem Turismo e Locações LTDA
Detentora da Ata

PAULO HUMBERTO N. GONÇALVES
Empresa de Transportes Andorinha SA
Detentora da Ata

NELSON CARBONIERI
Empresa de Transportes Andorinha SA
Detentora da Ata

ESTEFANO BOIKO JUNIOR
Viação Garcia LTDA
Detentora da Ata

ISRAEL APARECIDO BARBERO
Viação Umuarama LTDA
Detentora da Ata

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Órgão Gerenciador

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Jefferson Matheus Paiva Santaneli
Código Identificador:898B182C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6230/2026 - CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto 6230/2026

Ementa: Abre credito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.893.829,34 (Hum milhão, oitocentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos) no orçamento do município e da outras providências.

Marciano Vottri prefeito de Vitorino – PR no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 2192/2025. Decreta:
Art. 1º - Fica aberto Credito Adicional Suplementar no orçamento geral do município, no valor de R$ 1.893.829,34 (Hum milhão, oitocentos e noventa e três mil, oitocentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos), para atender as seguintes Dotações Orçamentárias:

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001 - GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$37.727,91
00511/00511.01.07(SF) - Taxas - Prestação de Serviços	R$37.727,91
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002 - FUNDO MUN. SAUDE - GERÊNCIA DE ADMIN. GERAL SAÚDE	
05.002.10.302.21.2021-3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA	R$482.230,26
07007/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$482.230,26
05.002.10.302.21.2021-3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA	R$9.431,00
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$9.431,00
05.002.10.302.21.2021-3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA	R$179.333,00
07004/00494.09.02Bloco de Custeio das Ações e	R$179.333,00
05.002.10.302.21.2021-3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA	R$2.305,00
07001/00497.09.02(SF) - Recurso Estadual Saúde	R$2.305,00
05.002.10.301.21.2057-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$25.000,00
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$25.000,00
05.002.10.301.21.2055-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$5.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$5.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS	R$10.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$10.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS	R$10.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$10.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$25.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$25.000,00
05.002.10.301.21.2057-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$50.000,00
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$50.000,00
05.002.10.301.21.2055-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$5.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$5.000,00
06.000 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
06.001 - GERÊNCIA DE ENSINO	
06.001.12.365.8.2042-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS	R$280.000,00
00104/00104.01.01Demais Impostos Vinculados a Educação	R$280.000,00
06.001.12.365.8.2042-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS	R$30.000,00
00104/00104.01.01Demais Impostos Vinculados a Educação	R$30.000,00
06.001.12.361.8.2061-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM	R$25.000,00
00107/00107.99.01Salário Educação	R$25.000,00
06.001.12.122.12.2035-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$65.000,00
00103/00103.01.015% Sobre transferências Constitucionais	R$65.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA MULHER E PESSOA IDOSA	
07.003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003.8.122.13.2073-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$1.000,00
00931/01011.09.99(SF) - FUNDO DIREITOS DA MULHER	R$1.000,00
08.000 - SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO URBANO INDL E COML	

08.001 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS	
08.001.15.451.14.2008-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$5.000,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários (Livres)	R$5.000,00
08.001.15.451.14.1002-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E	R$29.506,58
04027/01005.03.99CONVENIO 753/2024 - PAVIMENTACAO ASF 11 RUAS	R$29.506,58
09.000 - SECRETARIA MUN. DESENVOLV. INTERIOR E AGRICULTURA	
09.001 - GERÊNCIA DO INTERIOR	
09.001.26.782.16.2010-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$82.680,97
00504/00504.99.99(SF) - Outros Royalties e Compensações	R$82.680,97
09.001.26.782.16.2010-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$5.814,62
00512/00512.99.99(SF) - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	R$5.814,62
09.001.26.782.16.2010-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$60.000,00
00511/00511.01.07(SF) - Taxas - Prestação de Serviços	R$60.000,00
09.001.26.782.16.1001-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E	R$441.800,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$441.800,00
10.000 - SECR MUN DEFESA MEIO AMBIENTE - SEDEMA	
10.002 - GERÊNCIA DE DES. E DEFESA MEIO AMBIENTE	
10.002.18.541.18.2048-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$17.000,00
00511/00511.01.07(SF) - Taxas - Prestação de Serviços	R$17.000,00
10.002.18.541.18.2014-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$10.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$10.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2026 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Art. 3º - Para cobertura do que trata o artigo anterior ficam indicados como Recursos:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$25.000,00
00103/00103.01.015% Sobre transferências Constitucionais	R$65.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$10.000,00
00107/00107.99.01Salário Educação	R$25.000,00
04027/01005.03.99CONVENIO 753/2024 - PAVIMENTACAO ASF 11 RUAS	R$29.506,58
07007/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$482.230,26
07004/00494.09.02Bloco de Custeio das Ações e	R$179.333,00
00000/00000.01.07Recursos Ordinários (Livres)	R$5.000,00
00104/00104.01.01Demais Impostos Vinculados a Educação	R$280.000,00
00104/00104.01.01Demais Impostos Vinculados a Educação	R$30.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$5.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$5.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$10.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$25.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$441.800,00
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$50.000,00
00504/00504.99.99(SF) - Outros Royalties e Compensações	R$82.680,97
00512/00512.99.99(SF) - CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	R$5.814,62
00511/00511.01.07(SF) - Taxas - Prestação de Serviços	R$17.000,00
00511/00511.01.07(SF) - Taxas - Prestação de Serviços	R$60.000,00
00511/00511.01.07(SF) - Taxas - Prestação de Serviços	R$37.727,91
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$10.000,00
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$9.431,00
07001/00497.09.02(SF) - Recurso Estadual Saúde	R$2.305,00
00931/01011.09.99(SF) - FUNDO DIREITOS DA MULHER	R$1.000,00

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto produz efeitos a partir de 01 de julho de 2026.

Gabinete do Prefeito, em 31 de julho de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:A775BCA4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
DECRETO 6251/2026 - CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

Decreto 6251/2026

Ementa: Abre credito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.205.307,45 (Hum milhão, duzentos e cinco mil, trezentos e sete reais e quarenta e cinco centavos) no orçamento do município e da outras providências.

Marciano Vottri prefeito de Vitorino – PR no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 2192/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto Credito Adicional Suplementar no orçamento geral do município, no valor de R$ 1.205.307,45 (Hum milhão, duzentos e cinco mil, trezentos e sete reais e quarenta e cinco centavos), para atender as seguintes Dotações Orçamentárias:

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001 - GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$20.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$20.000,00

05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002 - FUNDO MUN. SAUDE - GERÊNCIA DE ADMIN. GERAL SAÚDE	
05.002.10.302.21.2021-3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA	R$300.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$300.000,00
05.002.10.301.21.2057-3.3.90.14.00.00.00.00 - DIÁRIAS-CIVIL	R$25.000,00
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$25.000,00
05.002.10.301.21.2055-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$15.600,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$15.600,00
05.002.10.301.21.2055-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$12.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$12.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS	R$6.900,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$6.900,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS	R$15.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$15.000,00
05.002.10.301.21.2055-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$10.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$10.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$10.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$10.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$15.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$15.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$20.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$20.000,00
05.002.10.301.21.2055-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$5.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$5.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TI	R$70,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$70,00
05.002.10.301.21.2027-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS	R$104.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$104.000,00
05.002.10.301.21.2057-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS	R$58.500,00
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$58.500,00
05.002.10.301.21.2055-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS	R$5.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$5.000,00
05.002.10.301.21.2055-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS	R$6.500,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$6.500,00
06.000 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
06.001 - GERÊNCIA DE ENSINO	
06.001.12.361.8.2043-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS	R$62.000,00
00103/00103.01.015% Sobre Transferencias Constitucionais	R$62.000,00
06.001.12.365.8.2042-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$30.000,00
00104/00104.01.01Demais Impostos Vinculados a Educação	R$30.000,00
06.002 - DIVISÃO DO FUNDEB	
06.002.12.361.8.2036-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS	R$300.000,00
00101/00101.02.01FUNDEB 70%	R$300.000,00
06.003 - GERÊNCIA DE DESENV. DE ESPORTE E LAZER	
06.003.27.812.6.2033-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$50.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$50.000,00
06.004 - GERÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DA CULTURA	
06.004.13.392.7.2034-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$50.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$50.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA MULHER E PESSOA IDOSA	
07.003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003.8.122.13.2073-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$5.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$5.000,00
07.003.8.122.13.2073-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E	R$29.008,46
00879/00879.09.04(SF) - Transf. Voluntárias Entidades Gov. - ECA/FMDCA R$29.008,46	
07.003.8.122.13.2073-4.4.90.52.00.00.00.00 - EQUIPAMENTOS	R$8.558,99
00931/01011.09.99FUNDO DIREITOS DA MULHER	R$8.558,99
07.005 - FUNDO MUNICIPAL PESSOA IDOSA	
07.005.8.241.13.2079-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$21.970,00
01017/01017.12.99(SF) - Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 EC	R$21.970,00
08.000 - SECRETARIA MUN. DESENVOLVIMENTO URBANO INDL E COML	
08.001 - GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS	
08.001.15.451.14.2008-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$20.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$20.000,00
08.001.15.451.14.2008-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES	R$200,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$200,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2026 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.
Art. 3º - Para cobertura do que trata o artigo anterior ficam indicados como Recursos:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$6.900,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$10.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$104.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$10.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$15.000,00
00931/01011.09.99FUNDO DIREITOS DA MULHER	R$8.558,99
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$300.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$20.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$15.600,00
00104/00104.01.01Demais Impostos Vinculados a Educação	R$30.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$5.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$6.500,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$70,00
00101/00101.02.01FUNDEB 70%	R$300.000,00

00103/00103.01.015% Sobre Transferencias Constitucionais	R$62.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$5.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$15.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$12.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	
01017/01017.12.99(SF) - Emendas de Bancadas (Art. 166, § 12 EC	R$21.970,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$200,00
00879/00879.09.04(SF) - Transf. Voluntárias Entidades Gov. - ECA/FMDCA	R$29.008,46
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$5.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$20.000,00
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$58.500,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$20.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$50.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$50.000,00
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$25.000,00

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto produz efeitos a partir de 01 de agosto de 2026.

Gabinete do Prefeito, em 31 de agosto de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Diones Kleinibing Bugalho
Código Identificador:85DE5D74



ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL
EDITAL N. 05/2026 - CMDCA

EDITAL N. 05/2026 - CMDCA
PROCESSO DE SELEÇÃO PARA ESCOLHA SUPLEMENTAR DE CONSELHEIRO TUTELAR TITULAR E SUPLENTES – GESTÃO 2024/2027- POSSE IMEDIATA, APÓS O TÉRMINO DO PROCESSO

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE GUARAQUEÇA/PR, através da Comissão Especial Responsável pelas eleições do Conselho tutelar, no uso da atribuição que lhe é conferida pela LEI 686/2018, torna público o presente **EDITAL DE GABARITO E RESULTADO DA PROVA OBJETIVA DOS CANDIDATOS COM INSCRIÇÃO DEFDERIDA COM OS CRITÉRIOS DISPOSOTOS NO EDITAL 001/2026.**

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS

QUESTÕES ENUMERADAS CONFORME CADERNO DE EXAME

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
B	C	D	B	B	C	A	C	D	A	B	D	B	B	A	A	B	C	A	C

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	Nº DOCUMENTO CPF	SITUAÇÃO
01	Erich Niceto Grobe	103.XXX.XXX-00	APROVADO
02	Fabiana Rodrigues Ferreira	064.XXX.XXX-27	APROVADO
03	Gabrielly Pontes Nascimento	105.XXX.XXX-57	AUSENTE
04	Lidiane Martins da Costa	038.XXX.XXX-57	AUSENTE
05	Tatiane Pinto Fernandes Barreto	057.XXX.XXX-01	APROVADO

Publique-se
Encaminhe-se cópias ao Ministério Público
GUARAQUEÇABA, 01 de setembro de 2026

JOEL DOS SANTOS AGOSTINHO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Joel Dos Santos Agostinho
Código Identificador:7FEAA138

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
RREO – ANEXO II - 3º BIM

CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA CONSÓRCIO PÚBLICO
ESTADO DO PARANÁ
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL JANEIRO A JUNHO 2.026/BIMESTRE MAIO-JUNHO
RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”) R$ 1,00

Função/Subfunção	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			Saldo	Despesas Liquidadas			Saldo
			No Periodo	Até o Periodo (b)	% (b/total b)	(c) = (a-b)	No Periodo	Até o Periodo (d)	% (d/total d)	(e) = (a-d)
DESPESAS EXCETO	11.848.667,76	12.962.417,15	1.427.261,83	6.747.571,19	100,00	6.214.845,96	1.255.232,01	5.092.178,87	100,00	7.870.238,28
INTRA-ORÇAMENTARIA										
SAÚDE	11.730.181,08	12.843.930,47	1.427.261,83	6.747.571,19	100,00	6.096.359,28	1.255.232,01	5.092.178,87	100,00	7.751.751,60
Administração Geral	3.751.591,52	4.200.007,35	433.060,53	1.729.291,89	25,63	2.470.715,46	296.751,80	1.280.553,65	25,15	2.919.453,70
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	7.978.589,56	8.643.923,12	994.201,30	5.018.279,30	74,37	3.625.643,82	958.480,21	3.811.625,22	74,85	4.832.297,90
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	118.486,68	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68
Reserva de Contingência geral	118.486,68	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68	0,00	0,00	0,00	118.486,68
TOTAL	**11.848.667,76**	**12.962.417,15**	**1.427.261,83**	**6.747.571,19**	**100,00**	**6.214.845,96**	**1.255.232,01**	**5.092.178,87**	**100,00**	**7.870.238,28**

FON TE: Sistema Elotech Gestão Pública, Unidade Responsável CONSORCIO INTERM. DE SAUDE DO LITORAL DO PARANA, emitido em 01/set/2026 as 13h e 45m.

P/CECILIA FERREIRA LEAL
Diretora Executiva

ADRIANO RAMOS
Presidente

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:B7DA22F9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 015/2026

MUNICÍPIO DE PINHAL DE SÃO BENTO
PROCESSO SELETIVO - 01/2026 ORGANIZAÇÃO:
FÊNIX INSTITUTO LTDA
EDITAL Nº 015/2026
ATA DE CLASSIFICAÇÃO F I N A L
23 - MOTORISTA - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	PRÁTIC A	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000101	EDSON MARTINI DE MORAES	1,50	1,50	0,80	2,00	10,00	9,80	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000100	SADI ONISKO	1,50	1,50	0,80	2,00	10,00	9,80	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0000098	MARCOS DOS SANTOS	1,50	1,20	1,00	2,00	10,00	9,70	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0000057	JULIANA DOS SANTOS MENDES	1,50	1,50	0,80	2,00	9,00	9,40	4º	Classificado	Ampla Concorrência
0000111	DANIEL DE CAMPOS STOFFEL	1,20	1,50	1,00	2,00	9,00	9,30	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0000047	RUDINEI MACHADO GRAMINHO	1,20	1,20	1,00	2,00	8,00	8,60	6º	Excedente	Ampla Concorrência
0000181	LUIZ EDUARDO FACCIN	1,20	1,20	0,80	1,60	9,00	8,40	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000069	RODRIGO DE AQUINO FROES	1,50	1,50	1,00	1,60	4,00	7,20	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000139	SELMAR DE AZEVEDO	1,20	1,50	1,00	2,00	0,00	0,00	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
0000068	DIEVERSON DE LIMA	1,20	1,50	1,00	2,00	0,00	0,00	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
0000167	ANTÔNIO PILAR	1,20	0,60	1,00	2,00	0,00	0,00	-	Eliminado	Ampla Concorrência
0000205	JOLCIR SOARES	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000218	LEONIR LUCIO DE GOIS	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000006	MARCOS ROBERTO DE SOUZA JORA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000185	MOACIR JOSÉ GUARNIERI	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000036	SILVAN GHISSI	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

37 - PROFESSOR DE ENSINO FUNDAMENTAL - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	TITULO	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000051	JESSICA MARISA BERTÃO	2,00	2,00	1,00	3,50	-	8,50	1º	Excedente	Ampla Concorrência
0000086	SABRINA DA SILVA	2,00	1,60	1,00	3,50	-	8,10	2º	Excedente	Ampla Concorrência

0000160	GABRIELA PRICILA VIDAL DOS SANTOS	2,00	1,20	1,00	3,50	-	7,70	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000190	VANESSA KOTIKOSKI	1,60	0,40	1,00	3,50	-	6,50	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000114	FLAVIA GNOATO NEVES	1,20	0,80	1,00	2,80	-	5,80	5º	Excedente	Ampla Concorrência
0000215	IZAURA MARIA BEAL GEITTENES	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

38 - PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	TITULO	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000015	GILVANE FORMAGINI	2,00	2,00	0,80	3,50	0,30	8,60	1º	Excedente	Ampla Concorrência
0000145	DAIANA FERNANDA MOTTA	2,00	1,60	1,00	3,50	-	8,10	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000187	THAMYLA MONTEIRO KLIPSTEIN	2,00	1,60	1,00	3,50	-	8,10	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000163	FERNANDA CASANOVA	2,00	1,20	1,00	3,50	0,30	8,00	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000089	JULIANA STRAPASSON KONO DE PAULA	1,60	1,60	1,00	3,50	-	7,70	5º	Excedente	Ampla Concorrência
0000212	NEUSA MARISETE LUKASEWICZ	2,00	1,20	1,00	3,50	-	7,70	6º	Excedente	PcD - Pessoa com Deficiência
0000095	MÁRCIA GOSMAN GOMES DE LIMA	1,60	0,80	0,80	3,50	0,30	7,00	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000214	SANDRA ISABEL CARVALHO RIBEIRO	1,60	0,80	1,00	3,50	-	6,90	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000210	ANTONIO MAURICIO FERREIRA DOS SANTOS	-	-	-	-	0,00	0,00	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000115	LUCINEIA DA SILVA LOPES	-	-	-	-	0,00	0,00	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000154	RUBIA DA SILVA	-	-	-	-	0,00	0,00	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000110	FERNANDA DE MEDEIROS DE OLIVEIRA	-	-	-	-	0,00	0,00	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000150	CAROLINE WIECZOREK	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

41 - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000113	JAQUELINE MARISANE BERTÃO	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000105	ALANA ESCOBAR DE BRITO	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000170	ELIANE MARIA BRAGA DE CAMPOS	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000059	LAYSA LETICIA FOUZ DE SOUZA	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000123	DIEILA CAMILA DE CAMARGO DE OLIVEIRA	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	5º	Excedente	Ampla Concorrência
0000120	MARCOS VINICIUS LIMA CENTURION	1,60	2,00	1,00	5,00	9,60	6º	Excedente	Ampla Concorrência
0000019	ANA GESSIKA LAURINDO	1,60	2,00	1,00	5,00	9,60	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000209	LUIZ EDUARDO SAVOLDI VIEIRA VELHO	1,60	2,00	0,80	5,00	9,40	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000216	ZELIRIO DE MEDEIROS	1,60	1,60	1,00	5,00	9,20	9º	Excedente	Ampla Concorrência
0000009	BENHOUR ALECRIM AGOSTINI	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000129	BRUNA DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000188	KATHERYN RODRIGUES DA SILVA MARCELINO	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000087	MARCOS JOSÉ DOS SANTOS	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000179	MARÍA EDUARDA DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000183	TAUANNY RODRIGUES DE FREITAS	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000206	THARLES SOARES	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

42 - ENFERMEIRO - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000028	ERIELI GOMES DOS SANTOS	2,00	0,00	1,00	5,00	8,00	1º	Excedente	Ampla Concorrência
0000171	GABRIELA SHRZYPCZAK LAVARDA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000054	GIANNINI LOPES DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000143	JAQUELINE BEATRIZ LIMA DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000096	JAQUELINE RODRIGUES BORGES	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

43 - TÉCNICO EM ENFERMAGEM - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000093	WEVERSON DOS SANTOS DAMARATE	2,00	1,20	1,00	5,00	9,20	1º	Excedente	Ampla Concorrência
0000194	JOSE ITOLAR DE OLIVEIRA MARTINS	1,60	0,40	1,00	5,00	8,00	2º	Excedente	Ampla Concorrência

44 - AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000201	ALISSON GABRIEL POZZOBON	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000034	NEUZA PINHEIRO	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0000050	NICOLE MARTINS	1,60	2,00	1,00	5,00	9,60	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0000008	SALETE APARECIDA RODRIGUES DE SIQUEIRA MARTINS	2,00	1,60	0,80	5,00	9,40	4º	Classificado	Ampla Concorrência

0000117	ANGELA RODRIGUES DA SIQUEIRA	1,60	2,00	0,80	5,00	9,40	5º	Classificado	Ampla Concorrência
0000124	VANESSA DE CASTRO	1,60	1,60	1,00	5,00	9,20	6º	Excedente	Ampla Concorrência
0000071	NATHALIA ZANG	1,60	1,60	1,00	5,00	9,20	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000204	JHENIFER EDUARDA SANTANA ALTREIDER	2,00	0,80	1,00	5,00	8,80	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000062	MARLI TERESINHA FERNANDES DE LIMA	1,60	0,80	1,00	5,00	8,40	9º	Excedente	Ampla Concorrência
0000040	EDINEIA DA SILVA LOPES MACHADO	1,20	1,20	1,00	5,00	8,40	10º	Excedente	Ampla Concorrência
0000175	DAIANE LOPES PEREIRA	1,60	0,40	1,00	5,00	8,00	11º	Excedente	Ampla Concorrência
0000180	ELZA RIBEIRO DA SILVA	0,80	0,40	0,80	5,00	7,00	12º	Excedente	Ampla Concorrência
0000184	MARIA PINHEIRO BRIEDIS	0,40	0,40	1,00	5,00	6,80	13º	Excedente	Ampla Concorrência
0000078	CELINA DIAS DOS SANTOS	1,20	0,80	0,80	4,00	6,80	14º	Excedente	Ampla Concorrência
0000077	MARCIA DE OLIVEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-	Eliminado	Ampla Concorrência
0000203	ADAIANE ALMEIDA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000053	CAUA JORA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000025	DORISETE BOCK DE MEDEIROS	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000148	JUAN VICTOR DOS SANTOS RODRIGUES	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000200	RODRIGO BUTZGE DE OLIVEIRA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

50 - ASSISTENTE SOCIAL - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000020	DANIELI CRISTINA DA IGREJA	2,00	2,00	1,00	3,00	8,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000074	ANY CRISTHIANE RAGIEVICZ	1,20	0,40	0,60	2,00	4,20	-	Eliminado	Ampla Concorrência
0000118	ILAINE TERESINHA OLBERMANN	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

51 - CIRURGIÃO DENTISTA - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000085	VINICIUS CAVANHOL	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000197	WILLIAM CABRAL ARAUJO	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000116	ARAO GASPAR PACHECO NETO	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000021	JOAO PEDRO FONTANA KAZMIROWSKI	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000131	ANA MARIA COSTA	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	5º	Excedente	Ampla Concorrência
0000055	JULIA DELLANI MORGEUROTH	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	6º	Excedente	Ampla Concorrência
0000122	THALES PIETA ANATER	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000070	MAURÍCIO AUGUSTO CARON DELAZERI	2,00	2,00	1,00	4,00	9,00	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000107	AMANDA PAGANINI WENZEL	2,00	0,80	1,00	5,00	8,80	9º	Excedente	Ampla Concorrência
0000125	EDUARDA BANCK MANFREDINI	2,00	0,80	1,00	5,00	8,80	10º	Excedente	Ampla Concorrência
0000013	LUANA CRISTINA RIBAS DOS SANTOS	1,60	1,20	1,00	5,00	8,80	11º	Excedente	Ampla Concorrência
0000137	DENISE DAMO	2,00	1,60	1,00	4,00	8,60	12º	Excedente	Ampla Concorrência
0000130	KÁSSIA WRONSKI	2,00	1,60	1,00	4,00	8,60	13º	Excedente	Ampla Concorrência
0000064	ANA LÚCIA COSTANTIN BRESCIANI BORTOLI SARTORI	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000042	LAÍS MACIEL WEBER	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

52 - EDUCADOR FÍSICO - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000176	CARLOS BOLIVAR MACIEL	1,60	1,60	1,00	5,00	9,20	1º	Classificado	Ampla Concorrência

53 - FISIOTERAPEUTA - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000192	ANA GABRIELI BRUM DOS SANTOS	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000106	ERIKA OTT DE SOUZA	1,60	1,60	1,00	5,00	9,20	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000007	DANIELE ANDRESSA FERREIRA	1,60	0,80	1,00	5,00	8,40	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000219	MARIA EDUARDA FERRAZZO MACHADO	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000094	RAIANE CRISTINA SILVA PINTO	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

55 - MÉDICO CLÍNICO GERAL - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000196	GUSTAVO SILVA SANTOS	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000174	MARIA LUCIA NEPPEL DIAS	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000172	CHELESTON MAURILIO FERREIRA ATANAZIO	2,00	1,20	1,00	5,00	9,20	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000169	LEANDRO GONÇALVES	2,00	1,20	0,80	5,00	9,00	4º	Excedente	Ampla Concorrência

0000029	LAIS DORIGON ALBA	2,00	2,00	1,00	4,00	9,00	5º	Excedente	Ampla Concorrência
0000162	PAMELA GOMES DOS SANTOS	2,00	2,00	1,00	4,00	9,00	6º	Excedente	Ampla Concorrência
0000132	PAULO AUWARTER	2,00	2,00	1,00	4,00	9,00	7º	Excedente	Ampla Concorrência
0000084	EDUARDO TOMAZONI	2,00	2,00	1,00	4,00	9,00	8º	Excedente	Ampla Concorrência
0000080	ANGÉLICA FACCO COCCO	2,00	1,60	1,00	4,00	8,60	9º	Excedente	Ampla Concorrência
0000067	JOÃO ALEXANDRE DE OLIVEIRA PAZ	2,00	1,60	1,00	4,00	8,60	10º	Excedente	Ampla Concorrência
0000168	DEISIANY MATIELLO	1,60	1,60	1,00	4,00	8,20	11º	Excedente	Ampla Concorrência
0000126	JANAINA KARLA LEIER DAGOSTINI DE CAMPOS	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000075	JONAS DA SILVA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000182	RAYSSA BITTENCOURT ZAINA	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000198	TAIGUARA SANTANA FAGUNDES	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000022	WILLIAN JORGE FRANCO FRITSCH	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

56 - NUTRICIONISTA - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000082	LUCIANE QUADRA DE ALMEIDA EGER	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000155	THAIS CRISTINA DA CHAGA	2,00	2,00	1,00	5,00	10,00	2º	Excedente	Ampla Concorrência
0000208	CRISTIANE PETRICOSKI ROSSAROLLA MÔRO	2,00	1,60	1,00	5,00	9,60	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000030	ALINE MAYARA FERREIRA BELLE	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

57 - PSICÓLOGO - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000173	DOUGLAS MIRANDA	2,00	2,00	1,00	4,00	9,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000037	ANA LUIZA BONETTI VESCOVI	2,00	1,60	1,00	4,00	8,60	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0000199	JUSIENE DENISE LAUERMANN	2,00	0,80	1,00	4,00	7,80	3º	Excedente	Ampla Concorrência
0000193	ADRIANA SCHMIDT	1,60	0,80	1,00	4,00	7,40	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000153	BIANCA CRISTINA FIGUEIREDO SAMPAIO	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

59 - OPERADOR DE MÁQUINAS PESADAS - PINHAL DE SÃO BENTO

INSCRIÇÃO	NOME DE IDENTIFICAÇÃO	LP	MAT	CG	CE	PRÁTIC A	NOTA FINAL	POSIÇÃO L. VAGA	RESULTADO	MODALIDADE
0000158	ALAN FRANÇA CORDEIRO	1,50	1,50	1,00	2,00	10,00	10,00	1º	Classificado	Ampla Concorrência
0000159	JOSE OLKOSKI	1,50	1,50	0,80	2,00	10,00	9,80	2º	Classificado	Ampla Concorrência
0000166	SELMIR DE AZEVEDO	1,50	1,50	0,80	2,00	10,00	9,80	3º	Classificado	Ampla Concorrência
0000023	VALDECIR JOSE VINCH	0,30	0,90	0,80	2,00	6,00	6,40	4º	Excedente	Ampla Concorrência
0000128	BRUNO ANTONIOLLI ANTUNES	1,50	1,50	1,00	2,00	0,00	0,00	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
0000061	GILVANI ALVES COPATI	1,20	0,90	1,00	2,00	0,00	0,00	-	Desclassificado	Ampla Concorrência
0000202	ADENIR POZZOBON	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000186	DOUGLAS BOTTEGA DA ROCHA	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000079	GUILHERME LUIS THOMAZINI	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000081	GUSTAVO FELIPE FOGLIATO CECCON	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência
0000092	LUIZ FELIPE NEIWERT	-	-	-	-	-	-	-	Ausente	Ampla Concorrência

PINHAL DE SÃO BENTO, PR, 02 DE SETEMBRO DE 2026

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vânia Maria Barbieri
Código Identificador:824D920B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR				
Relatório Resumido da Execução Orçamentária				
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde			"REPUBLICADO"	
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social				
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho				
RREO – ANEXO XII (LC n° 141/2012 art.35)				
RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	6.328.000,00	6.328.000,00	3.600.019,95	56,89
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	745.000,00	745.000,00	740.315,96	99,37
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	656.000,00	656.000,00	428.112,77	65,26
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.522.000,00	1.522.000,00	845.882,52	55,58
Receita Resultante do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza Retido na Fonte – IRRF	3.405.000,00	3.405.000,00	1.585.708,70	46,57
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	58.300.000,00	58.300.000,00	30.034.823,81	51,52
Cota-Parte FPM	25.765.000,00	25.765.000,00	14.513.831,07	56,33
Cota-Parte ITR	600.000,00	600.000,00	32.480,73	5,41
Cota-Parte IPVA	3.000.000,00	3.000.000,00	1.791.412,05	59,71
Cota-Parte ICMS	28.500.000,00	28.500.000,00	13.493.959,37	47,35
Cota-Parte IPI-Exportação	435.000,00	435.000,00	203.140,59	46,70
Outras Transferências ou Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - (III) = (I) + (II)	64.628.000,00	64.628.000,00	33.634.843,76	52,04

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.828.000,00	4.834.000,00	2.528.224,57	52,30	2.521.843,27	52,17	2.515.787,42	52,04
Despesas Correntes	4.808.000,00	4.814.000,00	2.526.514,57	52,48	2.520.133,27	52,35	2.514.077,42	52,22
Despesas de Capital	20.000,00	20.000,00	1.710,00	8,55	1.710,00	8,55	1.710,00	8,55
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	9.413.000,00	10.202.499,00	4.644.101,63	45,52	4.429.074,95	43,41	4.204.240,17	41,21
Despesas Correntes	9.402.000,00	10.105.999,11	4.643.881,63	45,95	4.428.854,95	43,82	4.204.240,17	41,60
Despesas de Capital	11.000,00	96.499,89	220,00	0,23	220,00	0,23	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	605.000,00	568.000,00	37.280,91	6,56	36.256,21	6,38	36.106,35	6,36
Despesas Correntes	605.000,00	568.000,00	37.280,91	6,56	36.256,21	6,38	36.106,35	6,36
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	498.000,00	568.000,00	302.295,41	53,22	302.295,41	53,22	302.295,41	53,22
Despesas Correntes	496.000,00	566.000,00	302.295,41	53,41	302.295,41	53,41	302.295,41	53,41
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	180.000,00	141.000,00	37.730,87	26,76	37.730,87	26,76	32.316,25	22,92
Despesas Correntes	180.000,00	141.000,00	37.730,87	26,76	37.730,87	26,76	32.316,25	22,92
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	15.524.000,00	16.313.499,00	7.549.633,39	46,28	7.327.200,71	44,91	7.090.745,60	43,47

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS	DESPESAS EMPENHADAS (d)	DESPESAS LIQUIDADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)	7.549.633,39	7.327.200,71	7.090.745,60
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)[1]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)[3]	-	-	-
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)[2]	-	-	-
(=) VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV)	7.549.633,39	7.327.200,71	7.090.745,60
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)			5.045.226,56
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)			5.045.226,56
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI (d ou e) - XVII)1	-	2.281.974,15	2.045.519,04
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	-		

PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	-	21,78	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				
	Saldo Inicial (no exercicio atual) (h)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (l) = (h - (i ou j))
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2026 (saldo final = XIXd)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em 2025 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	-	-	-	-	-
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR											
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2026	5.045.226,56	7.327.200,71	2.281.974,15	-	-	-	-	-	-	2.281.974,15
Empenhos de 2025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2024	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empenhos de 2023	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO[2]	Valor Mínimo para aplicação em ASPS (m)	Valor aplicado em ASPS no exercício (n)	Valor aplicado além do limite mínimo (o) = (n - m), se < 0, então (o) = 0	Total inscrito em RP no exercício (p)	RPNP Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira q = (XIIId)	Valor inscrito em RP considerado no Limite (r) = (p - (o + q)) se < 0, então (r) = (0)	Total de RP pagos (s)	Total de RP a pagar (t) = (p) - (s) - (u)	Total de RP cancelados ou prescritos (u)	Diferença entre o valor aplicado além do limite e o total de RP cancelados (v) = ((o + q) - u))
Empenhos de 2022 e anteriores	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI)	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII)	-
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII)	-

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24§ 1º e 2º DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
	Saldo Inicial (w)	Despesas Custeadas no Exercício de Referência			Saldo Final (não aplicado)1 (aa) = (w - (x ou y))
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício a serem compensados (XXIV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos no exercício imediatamente anterior a serem compensados (XXV)	-	-	-	-	-
Restos a pagar cancelados ou prescritos em exercícios anteriores a serem compensados (XXVI)	-	-	-	-	-
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	-	-	-	-	-

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	4.514.000,00	7.744.000,00	4.777.321,82	61,69
Proveniente da União	3.572.000,00	5.651.600,00	4.150.152,82	73,43
Proveniente dos Estados	740.000,00	1.890.400,00	627.169,00	33,18
Proveniente de outros Municípios	202.000,00	202.000,00	-	-
RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS A SAÚDE (XXIX)	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS (XXX)	191.000,00	199.600,00	-	-
TOTAL DE RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	4.705.000,00	7.943.600,00	4.777.321,82	60,14

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	3.726.000,00	7.799.544,64	2.336.101,58	29,95	2.281.856,81	29,26	2.232.358,24	28,62
Despesas Correntes	3.675.000,00	5.590.598,49	2.251.583,31	40,27	2.197.338,54	39,30	2.150.949,97	38,47
Despesas de Capital	51.000,00	2.208.946,15	84.518,27	3,83	84.518,27	3,83	81.408,27	3,69

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO								
DESPESAS COM SAUDE POR SUBFUNÇÕES E CATEGORIA ECONÔMICA NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100

ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	1.449.000,00	1.486.521,84	261.955,17	17,62	254.275,82	17,11	238.443,63	16,04
Despesas Correntes	1.439.000,00	1.471.229,66	261.955,17	17,81	254.275,82	17,28	238.443,63	16,21
Despesas de Capital	10.000,00	15.292,18	-	-	-	-	-	-
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	917.000,00	2.134.328,23	337.451,01	15,81	253.490,55	11,88	235.484,07	11,03
Despesas Correntes	917.000,00	2.134.328,23	337.451,01	15,81	253.490,55	11,88	235.484,07	11,03
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	103.000,00	265.128,00	26.032,60	9,82	26.032,60	9,82	26.032,60	9,82
Despesas Correntes	103.000,00	144.622,24	10.076,60	6,97	10.076,60	6,97	10.076,60	6,97
Despesas de Capital	-	120.505,76	15.956,00	13,24	15.956,00	13,24	15.956,00	13,24
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	477.000,00	477.228,46	162.733,30	34,10	162.733,30	34,10	162.658,55	34,08
Despesas Correntes	472.000,00	472.228,46	162.733,30	34,46	162.733,30	34,46	162.658,55	34,44
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	-	-
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	190.000,00	190.000,00	55.571,28	29,25	55.571,28	29,25	55.571,28	29,25
Despesas Correntes	190.000,00	190.000,00	55.571,28	29,25	55.571,28	29,25	55.571,28	29,25
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	6.862.000,00	12.352.751,17	3.179.844,94	25,74	3.033.960,36	24,56	2.950.548,37	23,89
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV + XXXII)	8.554.000,00	12.633.544,64	4.864.326,15	38,50	4.803.700,08	38,02	4.748.145,66	37,58
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V + XXXIII)	10.862.000,00	11.689.020,84	4.906.056,80	41,97	4.683.350,77	40,07	4.442.683,80	38,01

DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS	
			Até o bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o bimestre (f)	% (f/c) x 100
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XLII) = (VI + XXXIV)	1.522.000,00	2.702.328,23	374.731,92	13,87	289.746,76	10,72	271.590,42	10,05
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII + XXXV)	601.000,00	833.128,00	328.328,01	39,41	328.328,01	39,41	328.328,01	39,41
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII + XXXVI)	477.000,00	477.228,46	162.733,30	34,10	162.733,30	34,10	162.658,55	34,08
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX + XXXVII)	370.000,00	331.000,00	93.302,15	28,19	93.302,15	28,19	87.887,53	26,55
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X + XXXVIII)	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI + XXXIX)	22.386.000,00	28.666.250,17	10.729.478,33	37,43	10.361.161,07	36,14	10.041.293,97	35,03
Notas:								
[1]Nos cinco primeiros bimestres do exercício, o acompanhamento será feito com base na despesa liquidada. No último bimestre do exercício, o valor deverá corresponder ao total da despesa empenhada.								
processados.								

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:1DF8C4E5

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 13 - DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO -PRIVADAS

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR		
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA		"REPUBLICADO"
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS		
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL		
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho		
RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)		Em reais
IMPACTOS DAS CONTRATAÇÕES DE PPP	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO FINAL
		Até o Bimestre
TOTAL DE ATIVOS		
Ativos Constituídos pela SPE		
TOTAL DE PASSIVOS		
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE		
Provisões de PPP		
Outros Passivos		

ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
Obrigações contratuais		
Riscos não Provisionados		
Garantias concedidas		
Outros Passivos Contingentes		

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE 2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035
DO ENTE FEDERADO, EXCETO ESTATAIS NÃO DEPENDENTES (I) = (I.1 + I.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Contratadas(I.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A contratar (I.2)											
DAS ESTATAIS NÃO-DEPENDENTES (II) = (II.1 + II.2)											
Contratadas (II.1)											
A contratar (II.2)											
TOTAL DAS DESPESAS DE PPP (III) = (I + II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (IV)	-	91.831.185,40	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (I)		-									
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE / RCL (%) (V) = (I / IV)		-									

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:41471127

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 1 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana-PR							
Relatório Resumido da Execução Orçamentária					"REPUBLICADO"		
Balanço Orçamentário							
Orçamento Fiscal e da Seguridade Socials							
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho							
RREO - Anexo 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alineas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	93.000.000,00	129.524.967,74	17.383.835,17	13,42	47.080.515,47	36,35	82.444.452,27
RECEITAS CORRENTES	89.303.000,00	91.831.185,40	16.683.494,09	18,17	44.721.538,47	48,70	47.109.646,93
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	7.389.000,00	7.389.000,00	1.437.505,61	19,45	4.021.255,23	54,42	3.367.744,77
Impostos	6.328.000,00	6.328.000,00	1.285.983,19	20,32	3.600.019,95	56,89	2.727.980,05
Taxas	1.038.000,00	1.038.000,00	151.522,42	14,60	421.235,28	40,58	616.764,72
Contribuição de Melhoria	23.000,00	23.000,00	-	-	-	-	23.000,00
CONTRIBUIÇÕES	917.000,00	917.000,00	183.760,50	20,04	506.917,22	55,28	410.082,78
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	917.000,00	917.000,00	183.760,50	20,04	506.917,22	55,28	410.082,78
RECEITA PATRIMONIAL	820.500,00	938.927,68	196.852,40	20,97	548.629,51	58,43	390.298,17
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	13.000,00	13.000,00	-	-	-	-	13.000,00
Valores Mobiliários	760.000,00	878.427,68	188.741,76	21,49	519.927,78	59,19	358.499,90
Exploração de Recursos Naturais	47.500,00	47.500,00	8.110,64	17,08	28.701,73	60,42	18.798,27
RECEITA AGROPECUÁRIA	16.000,00	16.000,00	-	-	-	-	16.000,00
RECEITA INDUSTRIAL	126.000,00	126.000,00	838,50	0,67	7.009,56	5,56	118.990,44
RECEITA DE SERVIÇOS	1.340.000,00	1.340.000,00	53.751,33	4,01	192.254,96	14,35	1.147.745,04
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	92.000,00	92.000,00	-	-	10.370,00	11,27	81.630,00
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	260.000,00	260.000,00	9.338,45	3,59	50.887,75	19,57	209.112,25
Serviços e Atividades referentes à Saúde	331.000,00	331.000,00	44.412,88	13,42	130.997,21	39,58	200.002,79
Outros Serviços	657.000,00	657.000,00	-	-	-	-	657.000,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	78.694.500,00	81.104.257,72	14.810.625,06	18,26	39.444.228,40	48,63	41.660.029,32
Transferências da União e de suas Entidades	33.188.000,00	35.341.047,72	7.509.973,57	21,25	17.042.337,59	48,22	18.298.710,13
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	34.540.500,00	34.789.210,00	5.492.626,19	15,79	16.814.354,91	48,33	17.974.855,09
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	202.000,00	202.000,00	-	-	-	-	202.000,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	10.764.000,00	10.772.000,00	1.808.025,30	16,78	5.587.535,90	51,87	5.184.464,10
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	-	-	160,69	-	1.243,59	-	(1.243,59)
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	160,69	-	1.243,59	-	(1.243,59)
RECEITAS DE CAPITAL	3.697.000,00	37.693.782,34	700.341,08	1,86	2.358.977,00	6,26	35.334.805,34

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	8.454.160,66	-	-	677.698,05	8,02	7.776.462,61
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	8.454.160,66	-	-	677.698,05	8,02	7.776.462,61
ALIENAÇÃO DE BENS	680.000,00	680.000,00	-	-	-	-	680.000,00
Alienação de Bens Móveis	60.000,00	60.000,00	-	-	-	-	60.000,00
Alienação de Bens Imóveis	620.000,00	620.000,00	-	-	-	-	620.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.017.000,00	28.559.621,68	700.341,08	2,45	1.681.278,95	5,89	26.878.342,73
Transferências da União e de suas Entidades	3.017.000,00	6.306.999,96	-	-	577.517,58	9,16	5.729.482,38
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	-	22.252.621,72	700.341,08	3,15	1.103.761,37	4,96	21.148.860,35
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	93.000.000,00	129.524.967,74	17.383.835,17	13,42	47.080.515,47	36,35	82.444.452,27
TOTAL DAS RECEITAS (V) = (III + IV)	93.000.000,00	129.524.967,74	17.383.835,17	13,42	47.080.515,47	36,35	82.444.452,27

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
DÉFICIT (VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL COM DÉFICIT (VII) = (V + VI)	93.000.000,00	129.524.967,74	17.383.835,17	13,42	47.080.515,47	36,35	-
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	5.961.110,96	-	-	5.961.110,96	-	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	-	-	-	-	-	-	-
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais	-	5.961.110,96	-	-	5.961.110,96	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	89.800.000,00	132.286.078,70	25.539.252,11	53.270.987,21	79.015.091,49	13.775.695,09	40.790.390,86	91.495.687,84	39.188.774,62	-
DESPESAS CORRENTES	81.501.501,00	88.074.549,12	12.491.498,52	38.024.815,58	50.049.733,54	12.409.919,07	37.250.861,20	50.823.687,92	35.673.177,87	-
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	40.340.000,00	40.621.510,01	6.800.541,88	20.204.666,69	20.416.843,32	6.800.528,25	20.204.653,06	20.416.856,95	20.107.752,17	-
JUROS E ENCARGOS DA DIVÍDA	1.553.000,00	1.553.000,00	308.968,72	914.364,16	638.635,84	308.968,72	914.364,16	638.635,84	914.364,16	-
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	39.608.501,00	45.900.039,11	5.381.987,92	16.905.784,73	28.994.254,38	5.300.422,10	16.131.843,98	29.768.195,13	14.651.061,54	-
DESPESAS DE CAPITAL	6.264.000,00	43.711.529,58	13.047.753,59	15.246.171,63	28.465.357,95	1.365.776,02	3.539.529,66	40.171.999,92	3.515.596,75	-
INVESTIMENTOS	3.327.000,00	40.535.529,58	12.355.246,10	13.219.972,92	27.315.556,66	673.268,53	1.513.330,95	39.022.198,63	1.489.398,04	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	2.937.000,00	3.176.000,00	692.507,49	2.026.198,71	1.149.801,29	692.507,49	2.026.198,71	1.149.801,29	2.026.198,71	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	2.034.499,00	500.000,00	-	-	500.000,00	-	-	500.000,00	-	-
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	89.800.000,00	132.286.078,70	25.539.252,11	53.270.987,21	79.015.091,49	13.775.695,09	40.790.390,86	91.495.687,84	39.188.774,62	-
AMORTIZAÇÃO DA DÍV. / REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS (XII) = (X + XI)	89.800.000,00	132.286.078,70	25.539.252,11	53.270.987,21	79.015.091,49	13.775.695,09	40.790.390,86	91.495.687,84	39.188.774,62	-
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	6.290.124,61	-	7.891.740,85	-
TOTAL COM SUPERÁVIT (XIV) = (XII + XIII)	89.800.000,00	132.286.078,70	25.539.252,11	53.270.987,21	-	13.775.695,09	47.080.515,47	-	47.080.515,47	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	

DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO (g)=(e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (i)=(e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
			No Bimestre	Até o Bimestre (f)		No Bimestre	Até o Bimestre (h)			
DESPESAS (INTRAORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

1 O déficit será apurado pela diferença entre a receita realizada e a despesa liquidada nos cinco primeiros bimestres e a despesa empenhada no último bimestre.

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:D01C0157

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana - PR										
Relatório Resumido de Execução Orçamentária										
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção							"REPUBLICADO"			
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social										
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho										
RREO - ANEXO 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')							R$ 1,00			
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas			SALDO (c)=(a-b)	Despesas Liquidadas			Saldo (e)=(a-d)
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/total b)		No Bimestre	Até o Bimestre (d)	% (d/Total d)	
DESPESAS(EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS)(I)	89.800.000,00	132.286.078,70	25.539.252,11	53.270.987,21	100,00	79.015.091,49	13.775.695,09	40.790.390,86	100,00	91.495.687,84
Administração	10.099.500,00	10.506.342,82	1.477.421,96	4.792.716,14	9,00	5.713.626,68	1.532.115,71	4.767.383,55	11,69	5.738.959,27
Administração Geral	8.429.000,00	8.897.842,82	1.207.505,78	3.992.636,44	7,49	4.905.206,38	1.261.629,19	3.967.303,85	9,73	4.930.538,97
Administração Financeira	1.660.500,00	1.598.500,00	269.916,18	800.079,70	1,50	798.420,30	270.486,52	800.079,70	1,96	798.420,30
Ensino Superior	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Assistência Social	5.468.000,00	12.684.260,78	1.186.813,29	2.425.488,04	4,55	10.258.772,74	1.152.445,68	2.355.728,00	5,78	10.328.532,78
Assistência à Pessoa Idosa	156.000,00	238.771,05	16.577,73	45.629,09	0,09	193.141,96	16.099,93	45.151,29	0,11	193.619,76
Assistência à Pessoa com Deficiência	5.000,00	5.382,81	0,00	0,00	0,00	5.382,81	0,00	0,00	0,00	5.382,81
Assistência à Criança e ao Adolescente	1.098.000,00	3.360.818,47	194.044,20	435.569,67	0,82	2.925.248,80	193.133,75	416.901,34	1,02	2.943.917,13
Assistência Comunitária	4.209.000,00	9.079.288,45	976.191,36	1.944.289,28	3,65	7.134.999,17	943.212,00	1.893.675,37	4,64	7.185.613,08
Saúde	23.901.000,00	30.190.250,17	3.831.364,78	11.518.181,32	21,62	18.672.068,85	3.694.095,11	11.149.850,43	27,33	19.040.399,74
Atenção Básica	8.694.000,00	12.773.544,64	1.769.031,28	5.027.637,16	9,44	7.745.907,48	1.735.698,09	4.967.011,09	12,18	7.806.533,55
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	12.237.000,00	13.073.020,84	1.730.103,12	5.531.448,78	10,38	7.541.572,06	1.692.973,21	5.308.729,12	13,01	7.764.291,72
Suporte Profilático e Terapêutico	1.522.000,00	2.702.328,23	177.890,64	374.731,92	0,70	2.327.596,31	111.084,07	289.746,76	0,71	2.412.581,47
Vigilância Sanitária	601.000,00	833.128,00	91.273,82	328.328,01	0,62	504.799,99	91.273,82	328.328,01	0,80	504.799,99
Vigilância Epidemiológica	477.000,00	477.228,46	48.719,82	162.733,30	0,31	314.495,16	48.719,82	162.733,30	0,40	314.495,16
Alimentação e Nutrição	370.000,00	331.000,00	14.346,10	93.302,15	0,18	237.697,85	14.346,10	93.302,15	0,23	237.697,85
Educação	21.122.501,00	22.607.671,40	3.657.959,46	10.235.529,96	19,21	12.372.141,44	3.660.270,27	10.123.261,38	24,82	12.484.410,02
Ensino Fundamental	12.836.000,00	12.606.670,40	1.981.507,81	5.380.582,89	10,10	7.226.087,51	1.987.670,82	5.320.164,67	13,04	7.286.505,73
Educação Infantil	6.879.501,00	7.892.001,00	1.394.168,71	4.246.067,65	7,97	3.645.933,35	1.389.541,00	4.195.098,01	10,28	3.696.902,99
Educação de Jovens e Adultos	52.000,00	52.000,00	1.090,92	1.896,90	0,00	50.103,10	1.896,90	1.896,90	0,00	50.103,10
Educação Especial	1.355.000,00	2.057.000,00	281.192,02	606.982,52	1,14	1.450.017,48	281.161,55	606.101,80	1,49	1.450.898,20
Cultura	461.000,00	635.950,00	72.970,17	146.422,89	0,27	489.527,11	73.189,65	145.659,57	0,36	490.290,43
Difusão Cultural	360.000,00	544.950,00	72.970,17	146.422,89	0,27	398.527,11	73.189,65	145.659,57	0,36	399.290,43
Turismo	101.000,00	91.000,00	0,00	0,00	0,00	91.000,00	0,00	0,00	0,00	91.000,00
Urbanismo	4.681.000,00	12.790.307,42	850.636,09	3.302.533,67	6,20	9.487.773,75	692.775,36	3.014.487,82	7,39	9.775.819,60
Infra-estrutura Urbana	420.000,00	7.074.307,42	23.868,38	668.955,24	1,26	6.405.352,18	3.119,74	646.051,55	1,58	6.428.255,87
Serviços Urbanos	4.261.000,00	5.716.000,00	826.767,71	2.633.578,43	4,94	3.082.421,57	689.655,62	2.368.436,27	5,81	3.347.563,73
Gestão Ambiental	1.643.500,00	13.407.211,97	11.761.266,81	12.267.438,27	23,03	1.139.773,70	272.346,30	723.726,92	1,77	12.683.485,05
Preservação e Conservação Ambiental	1.643.500,00	13.407.211,97	11.761.266,81	12.267.438,27	23,03	1.139.773,70	272.346,30	723.726,92	1,77	12.683.485,05
Agricultura	3.166.000,00	3.363.200,00	366.956,52	1.247.152,18	2,34	2.116.047,82	369.838,95	1.239.278,74	3,04	2.123.921,26
Extensão Rural	3.166.000,00	3.363.200,00	366.956,52	1.247.152,18	2,34	2.116.047,82	369.838,95	1.239.278,74	3,04	2.123.921,26
Indústria	549.000,00	307.000,00	89,61	22.693,11	0,04	284.306,89	89,61	22.693,11	0,06	284.306,89
Promoção Industrial	549.000,00	307.000,00	89,61	22.693,11	0,04	284.306,89	89,61	22.693,11	0,06	284.306,89
Transporte	10.027.000,00	17.524.174,14	919.930,06	3.205.059,24	6,02	14.319.114,90	913.152,43	3.147.004,20	7,72	14.377.169,94
Transporte Rodoviário	10.027.000,00	17.524.174,14	919.930,06	3.205.059,24	6,02	14.319.114,90	913.152,43	3.147.004,20	7,72	14.377.169,94
Desporto e Lazer	1.107.000,00	1.910.710,00	227.141,75	634.023,61	1,19	1.276.686,39	228.674,41	627.568,36	1,54	1.283.141,64
Desporto Comunitário	1.107.000,00	1.910.710,00	227.141,75	634.023,61	1,19	1.276.686,39	228.674,41	627.568,36	1,54	1.283.141,64
Encargos Especiais	5.540.000,00	5.859.000,00	1.186.701,61	3.473.748,78	6,52	2.385.251,22	1.186.701,61	3.473.748,78	8,52	2.385.251,22
Outros Encargos Especiais	5.540.000,00	5.859.000,00	1.186.701,61	3.473.748,78	6,52	2.385.251,22	1.186.701,61	3.473.748,78	8,52	2.385.251,22
Reservas	2.034.499,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Reserva de Contingência	2.034.499,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	89.800.000,00	132.286.078,70	25.539.252,11	53.270.987,21	100	79.015.091,49	13.775.695,09	40.790.390,86	100	91.495.687,84

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:504CD50D

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
ANEXO 7 - DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

Prefeitura Munic. Tres Barras do Parana - PR													
Relatório Resumido da Execução Orçamentária													
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão												"REPUBLICADO"	
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social													
Janeiro a Junho 2026/Bimestre Maio-Junho													
RREO - ANEXO 7 (LRF, art.53, inciso V)													R$ 1,00
Unidade Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL													
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L=(e+k)	
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e=(a+b)-(c+d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k=(f+g)-(i+j)		
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2025 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de dezembro de 2025 (g)						
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	-	442.674,86	442.674,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PODER EXECUTIVO	-	442.674,86	442.674,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
PODER LEGISLATIVO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
CÂMARA MUNICIPAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL (III) = (I+II)	-	442.674,86	442.674,86	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Publicado por:
Fabiane Delabeta Zancanaro
Código Identificador:F5BAA4D0

